00100.158166/2026-33

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. ÚNICO AO Nº 122, TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Maio de 2026 (em conjunto com a 6ª Reunião da CTFC)**(Vide item 1.3)**

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2026 6

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2026 48

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2026 95

Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2026 (em conjunto com a 47ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.4)**

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2026 134

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Julho de 2026 179

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2026 246

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2026 299

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2026 352

1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 429

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2026 474

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2026 528

1.3 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 e 20 de Maio de 2026 562

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Maio de 2026 (em conjunto com a 28ª Reunião da CAS) 578

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 606

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.158166/2026-33

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Maio de 2026 648

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 721

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2026 761

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Junho de 2026 809

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 821

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2026 868

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2026 958

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Junho de 2026 990

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2026 1046

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2026 1086

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Junho de 2026 1150

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Junho de 2026 1227

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Junho de 2026 1277

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2026 1319

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2026 1393

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2026 1443

Ata da 47ª Reunião, Conjunta, realizada em 2 de Julho de 2026 (em conjunto com a 39ª Reunião da CAS) 1481

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Julho de 2026 1566

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Julho de 2026 1617

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 1627

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Junho de 2026 1654

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Junho de 2026 1717

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Julho de 2026 1749

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2026 1773

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 1819

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 1841

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 1846

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 1869

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Junho de 2026 1899

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2026 1915

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2026 1940

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2026 1978

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 2005

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2026 2033

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Julho de 2026 2046

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Julho de 2026 2053

1.11 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2026 2098

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 2159

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Junho de 2026 2186

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Marcos do Val e Hermes Klann, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 18, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** 1- O senador Humberto Costa manifestou-se pela abstenção. 2- Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 74, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3420, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ausência remunerada de 3 (três) dias consecutivos ao empregado em razão de acolhimento familiar de criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4811, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nº 1-CDH (de redação), 2-CDH (de redação) e 3-CDH (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao projeto e às Emendas nº 1-CDH-CAS (de redação), 2-CDH-CAS (de redação) e 3-CDH-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 76, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6203, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional da Saúde Vascular." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 406, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 75, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3099, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 592, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental a educação alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4817, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5310, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, a fim de ampliar os requisitos para concessão do selo Empresa Amiga da Mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de valorizar Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSB/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Sociais n° 63, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema "Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação das crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática (LDM), Adrenoleucodistrofia Ligada ao X (ALD/X-ALD) e outras leucodistrofias raras no Brasil, os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação da política pública de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 68, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019 seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Sergio Moro (PL/PR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 69, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023", sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 71, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 64/2026 - CAS, que tem o objetivo de instruir o PL nº 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2026** que: "Requer, nos termos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 18/2021, que "altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 75, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 406/2024, que "institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 76, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4811/2024, que "altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/17

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimento a todos os presentes, dando as boas-vindas em especial aos bombeiros.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", entre aspas, da ferramenta de videoconferência, para os Senadores que participam remotamente.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1- Em 29/4/2026, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 9/6/2026, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo ainda que, em 29/04, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista e coloco a matéria em discussão.

Senador Wilder Morais, gostaria de usar a palavra como Relator?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria só... Não tem mais ninguém para falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador. V. Exa. tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria só dizer da relevância desse projeto, que é o PLP 18, de 2021.

Na verdade, esse projeto não retira nenhum recurso do SUS nem do Samu – até para fazer um item, fazer um breve comentário. Também os bombeiros já fazem saúde pública diariamente. Então, não é uma inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que o PLP também reconhece uma realidade que já é existente; não cria uma nova atribuição, apenas reconhece para fins de financiamento uma atividade que os bombeiros já exercem há décadas. Não há disputa entre bombeiros e Samu. O PLP 18, de 2021, não transfere recurso da saúde para a segurança pública; apenas permite financiar com maior eficiência os serviços de saúde que os bombeiros já prestam gratuitamente, todos os dias, salvando vidas em todo o Brasil.

Então, esse é um projeto, Presidente, que está sendo acompanhado aí por todos os corpos de bombeiro do país inteiro. No nosso Estado de Goiás não é diferente.

Aí eu peço aos nossos colegas para que a gente possa aprovar esse projeto e, na sequência, que a gente possa também pedir a urgência para que a gente possa colocar isso para o Plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão.

Senador Humberto Costa com a palavra, porque havia solicitado; em seguida, Senador Nelsinho Trad.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu tive já a opinião de me manifestar na audiência pública e também na discussão na Comissão e eu continuo defendendo a minha mesma posição.

Não é verdade que esse projeto, transformado em lei, não vá retirar recursos da saúde. Aqui nós não estamos discutindo sobre a importância, a nobreza, a relevância do trabalho dos corpos de bombeiros, especificamente na questão do atendimento pré-hospitalar – reconhecemos. E é importante que possa haver reforço a esses recursos, embora nós saibamos que os corpos de bombeiros estão ligados aos governos estaduais – e esses governos têm orçamento específico para esse tipo de atividade – e que é importante que se possam garantir mais recursos. Porém, o que está em discussão aqui é de onde vêm esses recursos e a garantia da estabilidade desses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., Presidente, foi Ministro da Saúde. Acompanhou a nossa saga, a nossa luta, para que nós definíssemos, claramente, o que são recursos para a saúde. V. Exa. se lembra de que foi uma luta para se chegar a esse projeto, a essa lei complementar de 2012, porque se pegava recurso da área da saúde para fazer saneamento básico; pegava-se recurso da área da saúde para financiar atividades esportivas, para financiar habitação, para o financiamento do meio ambiente, e é óbvio, se V. Exa. refletir, que todas essas atividades têm repercussão direta ou indireta na melhoria da condição de saúde da população.

E, muitos governantes, no afã de obterem equilíbrio fiscal, equilíbrio das contas públicas, utilizavam o orçamento da saúde para outras atividades, exatamente porque consideravam que a saúde tinha muito dinheiro – é, normalmente, o segundo maior orçamento que a União tem –, e sempre procuraram usar o recurso da saúde para fazer compensações, para aplicar em áreas que podem ter repercussão na saúde, mas que não são atividades especificamente da saúde.

Qual é a minha preocupação? Eu até acho que esses recursos que podem ser indicados para os corpos de bombeiros não são nem tão relevantes; o problema que acontece é que nós vamos abrir um precedente perigoso para voltarmos a tudo que foi no passado, e nós sabemos o trabalho que deu para que nós pudéssemos viabilizar e garantir os recursos para a saúde.

Primeiro, o projeto não obriga o Parlamentar a indicar recurso para os corpos de bombeiros e para o atendimento pré-hospitalar desses corpos de bombeiros. Segundo, não existe uma definição de um recurso mínimo que seja algo que ajude na previsão dos gastos, dos investimentos dos corpos de bombeiros nesse tipo de atividade.

E outra: não é recurso novo. O Senador Wilder me perdoe, mas isso não é recurso novo. O recurso de emenda parlamentar está também dentro daquele mínimo que a saúde é obrigada a pagar. Aliás, para cumprir o mínimo é que as emendas parlamentares impositivas têm que respeitar o direcionamento de metade desses valores para a área da saúde.

Ora, se é uma proposta que não obriga o Parlamentar a aplicar, se é uma proposta que não garante um valor mínimo para esses recursos, se é uma proposta que é inteiramente opcional, não vai resolver o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que eu apresentei como contraposição? Ora, ninguém está proibido de aplicar recursos nos corpos de bombeiros. Primeiro, um trabalho que seja feito junto às bancadas, para pedir recursos das bancadas dos respectivos estados, não há como – nem nunca vi – ninguém negar nas bancadas estaduais. Segundo: se nós queremos uma fonte estável, nós podemos, das emendas impositivas ou das emendas de bancada, estabelecer um percentual para essa área. Eu estou elaborando aqui um projeto de lei cujo objetivo é, dentro das emendas individuais impositivas, nós estabelecermos que um percentual – estou aqui com uma proposta –, dentro das bancadas, de 5% desses valores têm que ser obrigatoriamente direcionados para ações de proteção e defesa civil executadas pelas corporações. Nós até ampliamos, porque você tirar alguém que está dentro de uma casa que pode desabar, ou você salvar alguém de uma enchente, pelo mesmo raciocínio, é algo que contribui com a saúde pública, com a saúde do país.

E, na minha ideia, você pode usar essas emendas individuais impositivas, que seriam 5% do total tanto para atividades de custeio dos corpos de bombeiros, como também para os investimentos. A única vedação que eu apresento é para pagamento de pessoal e de encargos sociais.

Outra alternativa que eu levantei é a possibilidade de a gente utilizar 10% dos valores das emendas de bancada para cada um dos estados. Por que é que obrigatoriamente o recurso tem que ser da área da saúde? Porque, daqui a pouco, vai aparecer alguém para propor que essa lei seja mudada, para o saneamento voltar como atividade de saúde; que essa lei seja alterada para que a habitação entre, porque é óbvio que quem mora com dignidade tem muito mais condição de saúde, não é? Quem tem saneamento tem muito mais condição de saúde.

Então, o apelo que eu queria fazer... Se for à votação essa proposta, eu vou me abster, porque eu sei o que é que acontece. Vão dizer: "Ah, é contra o corpo de bombeiros". Não, pelo contrário. Eu estou propondo fontes de receita para essa atividade – fontes de receitas para essa atividade – e até para outras dos corpos de bombeiros. Seria muito fácil: V. Exas. poderiam endossar o projeto, nós poderíamos votar de uma forma emergencial. Afinal de contas, muita gente usa emenda de bancada para fazer festa de São João, para fazer todo tipo de atividade, algumas até extremamente questionáveis. Por que é que as pessoas não poderiam destinar ou 5% da sua emenda individual ou 10% das emendas da bancada para atender essa necessidade sem mexer no recurso da saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ter certeza, se nós aprovarmos essa proposta, nesse Governo não, do Presidente Lula, que foi quem começou a cumprir a Emenda Constitucional 29... E foi nos nossos governos que nós aprovamos a lei complementar que definiu o que é ação de saúde. E, portanto, não será este Governo que vai fazer, mas outros podem fazer para obter equilíbrio fiscal, para ter n outras atividades.

Então, é algo para o qual eu acho que temos uma solução e essa solução não precisa ser da saúde.

Outra coisa, isso vai contra a própria lei, porque a lei prevê que serviços de saúde são aqueles que são regulados pelo Ministério da Saúde, pelo Sistema Único de Saúde, e o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros não é. Será que os corpos de bombeiros vão querer se submeter a essa regulação, à regulação do Samu? Eu acredito que não faz sentido, até porque as atividades dos corpos de bombeiros são muito mais amplas, eles precisam ter uma atividade de regulação própria.

Então, queria fazer esse apelo. Eu sei que tem eleição aí pela frente, todo mundo quer fazer a sua média, enfim. Tudo bem, pode ser que isso que seja votado e aprovado, mas eu gostaria de pedir, como eu pedi aos comandantes, aos bombeiros que estavam na audiência pública, que apoiem essa minha proposta. Ela é muito melhor do que essa que está sendo votada, ela vai garantir recurso definido, exclusivo, fonte estável e obrigatória, para que os Parlamentares contribuam com os corpos de bombeiros.

É isso, Sr. Presidente. Se for à votação, eu peço que registre o meu voto de abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Humberto Costa, nessa proposta de V. Exa., os recursos sairiam da parte da saúde ou do outro, que não é... Porque as emendas individuais...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Da outra parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Da outra parte, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Da outra parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quer dizer, não mexeria, não interferiria nos recursos que já são destinados para a saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Não, não interferiria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Com a palavra, para continuar discutindo a matéria, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, médico, Dr. Marcelo Castro, Senador do Piauí, senhoras e senhores, Senador Humberto Costa, eu quero me posicionar a favor dessa matéria, a favor do relatório do Senador Wilder, até porque é um ato discricionário e facultativo de cada Parlamentar.

Eu respeito as opiniões divergentes porque aqui, nesse nosso ambiente, o ambiente do Parlamento, a divergência é natural e salutar. Seria um tédio aqui se todo mundo fosse igual a todo mundo. Ainda bem que tem pontos divergentes para a gente poder raciocinar, pensar e emitir um juízo, e o juízo de cada ser humano é o ato mais solitário que nós temos. É você que decide. Eu já decidi ser a favor dessa matéria e, no momento em que eu achar conveniente, porque isso para mim é facultado, eu irei ou não colocar recurso da minha emenda da saúde destinado ao atendimento de saúde que o corpo de bombeiros presta. Simples assim. Se o Senador Humberto não concordar com isso, basta ele não pôr a emenda dele. Não vai ser penalizado em nada, não vai ser contra aquilo que está sendo encaminhado.

E, olha, tem certas matérias que entram aqui e caem na positividade da consciência dos Senadores, queiram os divergentes ou não. Essa é uma. Vocês podem ter certeza de que isso vai ser aprovado, porque a matéria é boa. Quarenta por cento dos atendimentos da área da saúde na questão dos resgates são feitos por vocês. O Humberto está no carro lá. Deus o livre – ó, vou até bater aqui –, se houver um acidente, ele precisar ligar para Samu e não derem conta, ele vai ligar para vocês para poderem socorrer. E que isso possa ser feito com presteza, com eficiência, com excelência. É isso que a gente quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo entender por que essa situação pode vir a causar um prejuízo para a saúde. Até porque ninguém aqui vai colocar tudo, para esse setor, das emendas que a gente tem. Vai colocar um naco, um pedaço. E se todo mundo fizer assim, vai acabar sendo uma fatia considerável para aperfeiçoar o trabalho de vocês.

Gente, eu sou médico. Trabalhei 17 anos em pronto socorro antes de existir o Samu. Muitas vidas eu salvei por causa dos resgates que vocês fizeram.

Não dá para compreender uma situação em que não está sendo nada imposto, não está sendo nada obrigatório, é algo facultativo, discricionário de cada Parlamentar. Se o sujeito não quiser pôr nada para essa finalidade, quiser pôr para a odontologia, quiser pôr para a atenção primária, quiser pôr para a média e alta complexidade, quiser pôr para terminar a fila de cirurgias eletivas, que ponha. E se quiser pôr para tudo, divida: ponha um pedaço para lá, outro pedaço para cá, e é o que eu acho que vai acabar acontecendo.

Então, eu quero aqui, Senador Marcelo Castro, assim, com muita tranquilidade, com muita consciência, dizer que eu sou favorável a essa proposta, até porque a instituição do corpo de bombeiros é uma das que têm mais credibilidade no nosso país, junto com a Polícia Federal. Como é que nós não vamos apoiar uma situação como essa?

Eu lembro que, quando eu virei Prefeito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É uma das poucas que escapam.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – É. Eu lembro que, quando eu virei Prefeito, eu reuni meus assessores e falei: eu quero que vocês funcionem como o corpo de bombeiros. Aí um virou e disse: "O quê? Apagar incêndio?". Eu falei: se tiver que apagar, vocês apaguem também, mas têm que ter eficiência e credibilidade, como o corpo de bombeiros tem.

Apoio integralmente essa matéria e vou lutar até o fim para que ela seja aprovada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senador Nelsinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra à nobre colega Roberta Acioly, digna representante do glorioso Estado de Roraima.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro. Bom dia, meu amigo Senador Nelsinho Trad. Bom dia a todas as pessoas, a todos os integrantes do corpo de bombeiros aqui presentes.

Gostaria de, inicialmente, parabenizar o Senador Wilder Morais pelo excelente parecer apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2021. Manifesto o meu apoio à matéria, porque só quem sabe a importância, a relevância da assistência prestada pelos corpos de bombeiros é quem já precisou, já necessitou.

Essa matéria fortalece o atendimento pré-hospitalar realizado pelos corpos de bombeiros militares ao permitir, nos termos da legislação, a destinação de recursos para o custeio e investimento nessas ações.

Trata-se de uma iniciativa de grande relevância social que amplia a capacidade de resposta em situações de urgência e emergência, contribui para salvar vidas, reduzir sequelas e fortalecer a assistência à saúde da população.

Então, eu me manifesto pela aprovação desse projeto, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão.

Bom, eu acho que nós chegamos a um bom termo. Na essência, não há divergência, não há discordância, porque o projeto permite que os Parlamentares coloquem emendas à sua faculdade, se quiserem colocar ou se não quiserem, para os serviços dos corpos de bombeiros.

Na proposta do Senador Humberto Costa, que já foi Ministro da Saúde, assim como eu, a preocupação dele é que esses recursos não venham da saúde, que são recursos obrigatórios. Por quê? Porque esses recursos seriam talvez pequenos e não impactariam, mas a porteira por onde passa um boi – eu acho que a preocupação dele é essa daí – passa uma boiada. Hoje tem essa exceção, amanhã tem outra, amanhã ou depois tem outra. Uma época quiseram colocar até que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsa Família fosse como serviço de saúde. E não pode, nós temos que ter as ações e os serviços próprios da saúde. Essa é uma maneira de interpretar.

Então, o que é que o Humberto está querendo? Que, em vez de ser uma faculdade, ser uma obrigatoriedade. É o projeto que ele está apresentando. E, em vez de os recursos virem daquilo que é obrigatório para a saúde, virem de outra área, porque a metade das nossas emendas individuais, obrigatoriamente, nós colocamos para a saúde; a outra metade a gente coloca para onde quer. Então, ele quer que tire dessa outra metade, ou seja, seria mais um recurso à saúde.

Os bombeiros não seriam prejudicados em absolutamente nada. Pelo contrário, pelo projeto do Humberto, até seriam favorecidos, porque não ficaria na faculdade de um Parlamentar colocar ou não, seria uma obrigatoriedade de colocar, no mínimo, 5%. Quem quisesse colocar 10%, 20%, 30% que colocasse, mas obrigatoriamente seria... Quer dizer, acho que o projeto do Humberto, a gente refletindo bem, pode ser um avanço.

Agora, uma coisa não invalida a outra. Como o projeto que está aqui hoje em discussão é este, vamos aprovar este daqui. Humberto apresentando outro projeto, vamos discutir. Se for realmente um avanço e todo mundo estiver de acordo, a gente avança mais ainda.

Estamos entendidos? (*Pausa.*)

Pois muito bem.

Então, não havendo ninguém mais querendo discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). (*Pausa.*)

Pois não, Senador Humberto Costa.

O Humberto Costa pediu a palavra.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É só para registrar a minha abstenção nessa votação e registrar que eu vou apresentar esse projeto. Espero contar com a colaboração dos companheiros e companheiras para que seja aprovado o mais rapidamente.

O mais importante: espero, da mesma forma que os corpos de bombeiros deram apoio a essa proposta que acabou de ser votada, que deem apoio também a essa outra que, na minha concepção, é muito mais adequada a todas essas necessidades que tanto o setor da saúde tem como o setor dos corpos de bombeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Requerimento de urgência para que esse PLP possa ir direto ao Plenário. Eu vou solicitar ao Presidente Davi Alcolumbre que assim o proceda, para ver se a gente esgota essa matéria hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento de urgência do Senador Nelsinho Trad à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Palmas.*)

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6203, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir permissão para irmos direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como a matéria será analisada em caráter terminativo, analisaremos a constitucionalidade, a juricidade e a técnica legislativa.

A defesa da saúde é matéria de competência legislativa, concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme prescreve o art. 24, XII, da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, por força do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, nos termos dos limites materiais constitucionais. Portanto, não identificamos vícios concernentes aos aspectos de constitucionalidade, como também de juricidade, de regimentalidade e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a proposição em análise busca ampliar a conscientização sobre a importância do diagnóstico e do tratamento oportuno das doenças vasculares. A iniciativa incide sobre tema de inequívoca relevância sanitária. As doenças cardiovasculares figuram como a principal causa de morte no Brasil, com registro de aproximadamente 400 mil óbitos em 2022, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde com base no estudo *Global Burden of Disease*. No plano global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que tais enfermidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responderam por cerca de 19,8 milhões de mortes em 2022, sendo que o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral concentram a maior parte desses eventos.

Trata-se, portanto, de agravo de elevada magnitude, com impacto direto na mortalidade prematura, na qualidade de vida da população e na sustentabilidade do sistema de saúde.

Sob a perspectiva da prevenção, os principais fatores de risco comportamentais – como alimentação inadequada, sedentarismo, tabagismo e uso nocivo de álcool – encontram-se amplamente documentados por organismos internacionais, a exemplo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a OMS, e dialogam diretamente com estratégias de educação em saúde e mobilização social. No âmbito nacional, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Não Transmissíveis (2021–2030) já estabelece diretrizes voltadas à promoção da saúde, prevenção e organização do cuidado, reconhecendo que essas doenças são responsáveis por mais da metade dos óbitos no país.

Diante desse cenário, iniciativas legislativas que instituem semanas temáticas ou campanhas de conscientização podem contribuir para reforçar tais diretrizes, ampliando a difusão de informações qualificadas e estimulando a busca por diagnóstico e controle de fatores de risco, inclusive em condições associadas, como a doença arterial obstrutiva periférica e o tromboembolismo venoso.

Assim, por tratar de tema de expressiva relevância epidemiológica, por reforçar estratégias de prevenção e promoção da saúde já consagradas nas políticas públicas, somos favoráveis à proposição em comento.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do Projeto de Lei nº 6.203, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vou colocar em votação nominal – é matéria terminativa.

O painel está aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós temos aqui na mesa o item 5, também, de que a Senadora Roberta Acioly é Relatora. Como é um projeto não terminativo, acho que nós podemos fazer os dois a um só tempo. Enquanto os colegas estão votando, a gente, então, faria a leitura aqui do item 5.

Então, vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 406, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Gostaria de pedir novamente, Sr. Presidente, para irmos direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, razão pela qual é regimental a apreciação do PL nº 406, de 2024, por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo esta a única Comissão temática a apreciar a matéria antes da votação em Plenário, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

No plano da constitucionalidade formal, a matéria insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, XII, da Constituição. À União cabe editar normas gerais, conforme o §1º do mesmo dispositivo.

O PL nº 406, de 2024, pode ser compreendido como norma geral de proteção à saúde da mulher, voltada à promoção de informação, pesquisa, produção de dados e qualificação assistencial. Sob essa perspectiva, não há inconstitucionalidade formal.

Quanto à iniciativa parlamentar, a doutrina constitucional admite que leis de origem parlamentar instituam diretrizes gerais de políticas públicas, desde que não criem cargos, não alterem a estrutura administrativa, não interfiram no regime jurídico de servidores e não imponham atribuições administrativas específicas em grau incompatível com a reserva de administração. Sem dúvida os dispositivos do PL sob exame lançam diretrizes gerais, a serem executadas segundo conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e regulamentação do Poder Executivo. Não se identifica, portanto, vício constitucional, visto que a proposição pode ser compreendida como norma programática.

Quanto à juridicidade, o PL é dotado de generalidade e abstração, inova validamente o ordenamento jurídico e é compatível com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica.

No que se refere à técnica legislativa, são observadas, em linhas gerais, as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O texto apresenta objeto definido e estrutura articulada, e não identificamos vício de técnica legislativa que recomende alteração nesta fase de tramitação.

Adentrando a análise do mérito, a adenomiose é doença ginecológica benigna caracterizada pela presença de glândulas e estroma endometriais no miométrio, com consequente hipertrofia e processo inflamatório local. Embora possa ser assintomática, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frequência está associada à dor, sangramento uterino anormal, menstruação prolongada, dor pélvica crônica, dor durante a relação sexual e repercussões reprodutivas. Esses sintomas afetam a qualidade de vida, a capacidade funcional e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, além de poderem levar à procura repetida por serviços de saúde.

A detecção precoce permite investigar esses quadros, antes que evoluam para anemia, automedicação, uso recorrente de serviços de urgência e emergência ou indicação tardia de procedimentos invasivos. A prioridade é assegurar que sintomas persistentes sejam reconhecidos, evitar que a dor menstrual incapacitante seja negligenciada e promover acesso a exames ginecológicos e métodos de imagem adequados.

Portanto, a proposta contribui para qualificar a resposta do sistema de saúde à adenomiose ao induzir maior atenção aos sinais clínicos e ao percurso diagnóstico.

Outro ponto relevante é o potencial de ampliar a segurança sanitária e proteger grupos mais vulneráveis, que costumam ser os mais afetados por falhas de prevenção, informação ou fiscalização. A adoção de parâmetros claros e de ações orientadas à proteção da saúde favorece maior equidade, melhora a capacidade de resposta do poder público e reforça a responsabilidade do Estado.

Diante disso, a proposição é meritória sob a perspectiva sanitária, pois fortalece a identificação oportuna da adenomiose, melhora o encaminhamento de casos com sangramento intenso, dor persistente, infertilidade, dúvida diagnóstica ou falha terapêutica, e contribui para reduzir complicações e desigualdades no acesso ao cuidado especializado. Recomenda-se, portanto, sua aprovação no âmbito desta Comissão.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 406, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Roberta Acioly.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Muito bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores, minha querida colega Senadora Roberta Acioly, que tem nos honrado muito com sua presença nesta Casa, Presidente, defendido temas importantes para a saúde pública do nosso país.

Então eu quero parabenizar V. Exa. pelos dois relatórios: em relação à saúde, à Semana da Saúde Vascular, que é muito importante para nós trabalharmos na conscientização de que nós temos que ter um cuidado absolutamente amplo na saúde do nosso país em relação, principalmente, à hipertensão e diabetes, que são concausas das doenças vasculares.

Eu costumo dizer que, se nós controlássemos, Presidente – o senhor que é médico também e dos bons –, hipertensão e diabetes no nosso país, nós esvaziaríamos muito os hospitais.

E, já que nós estamos falando de saúde, eu quero também parabenizá-la pela questão da detecção precoce da adenomiose, que é feita através de ultrassom e ressonância magnética, que são exames difíceis de a gente conseguir na atenção primária do nosso Sistema Único de Saúde.

Parabenizo V. Exa. e também me coloco à sua disposição para que nós possamos, a partir da aprovação desse marco legal, trabalhar junto ao Sistema Único de Saúde para que o SUS facilite o acesso às mulheres que têm essa patologia, que impacta muito na sua vida sexual, como você falou, e na sua vida reprodutiva, como você falou. E nós estamos aqui parabenizando o seu relatório.

Para terminar, Presidente, eu quero também falar sobre a aprovação desse projeto que insere na atenção pré-hospitalar do nosso país os nossos bombeiros militares. E eu fico muito à vontade para falar isso aqui, Presidente, porque, desde quando entrei no Congresso Nacional, ainda como Deputado, eu tenho colocado**,** todos os anos**,** recursos das minhas emendas, não das minhas emendas impositivas da saúde, mas das minhas emendas individuais. E, lá no estado, Presidente, nós equipamos os nossos bombeiros com barcos para transporte de cadáveres, macacos desencarceradores, equipamentos de proteção, temos veículos, também construímos a melhor piscina para treinamento de atividades subaquáticas do meu estado, recurso ainda do Deputado Hiran. E continuamos trabalhando lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer uma saudação muito respeitosa e fraterna ao Comandante e ao Subcomandante do nosso Corpo de Bombeiros Militares de Roraima – nosso Coronel Anderson e nosso Coronel Gewrly – e, através deles, saudar toda a nossa corporação, que tem feito um trabalho extremamente profícuo na proteção do meio ambiente, do nosso patrimônio e da nossa vida.

Inserir os bombeiros na atenção pré-hospitalar do nosso país é fundamental, Presidente, porque, em muitos estados, às vezes, o Samu chega depois dos bombeiros. Então, nós precisamos juntar a força do Samu com a força dos bombeiros militares do Brasil, que têm já esse perfil de cuidarem das pessoas e de serem altamente diligentes e rápidos nas suas estratégias de prevenção e saúde à vida das pessoas que são acometidas de eventos adversos de qualquer natureza no nosso país.

Parabéns a todos eles, e espero que nós possamos aprovar essa matéria no Plenário, já que a urgência foi aprovada aqui. Muito obrigado, Presidente.

E, finalmente, Presidente, só abusando da sua paciência...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em absoluto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... eu tenho um requerimento, que é o item 12 desta pauta, que trata sobre uma audiência pública para tratar de cegueira evitável no Brasil, uma responsabilidade compartilhada, na qual queremos envolver o Sistema Único de Saúde, o segundo e o terceiro setor nas políticas de prevenção e tratamento de doenças como catarata, glaucoma e outras doenças oftalmológicas no país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Dr. Hiran.

Continua em discussão o relatório da Senadora Roberta Acioly. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, submeto o relatório à votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de solicitar o pedido de urgência para ir diretamente para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento de urgência da Senadora Roberta Acioly.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Vou encerrar a votação nominal do Projeto de Lei nº 6.203, de 2023, também de relatoria da Senadora Roberta Acioly.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 12 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Os itens... Eu acho que a minha equipe já falou. Em relação aos itens 8 e 9, eu seria a Relatora *ad hoc*, representando a Senadora Mara Gabrilli, e também do item 9. Eu gostaria de retirá-los da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Itens 8 e 9?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Itens 8 e 9 retirados da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4817, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5310, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, a fim de ampliar os requisitos para concessão do selo Empresa Amiga da Mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

1- Em 16/06/2026, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Magno Malta (pendente de relatório).

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4811, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a profissão de cuidador de pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nº 1-CDH (de redação), 2-CDH (de redação) e 3-CDH (de redação).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para fazer a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, bom dia. Eu vou direto à análise.

Presidente quanto ao mérito, nós orientamos aqui, assim como orientei na CDH, pela sua aprovação. A proposição se insere na tendência geral de instituição de uma política nacional das cuidados, particularmente do cuidado de longo prazo, implementada pela Lei nº 15.069, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, e por suas normas complementares, notadamente o Decreto nº 12.562, de 2025, que regulamenta a instituição do Plano Nacional de Cuidados, e a Portaria Interministerial nº 35, de 2025, que estabelece ações do Plano Nacional de Cuidados.

Como sabemos, essa política, cuja importância deve aumentar com o passar do tempo, ainda se acha em fase de desenvolvimento, dado o fato de que era incipiente ainda há pouco. Nesse sentido, a presente proposição, como outras destinadas à regulamentação de outras modalidades de cuidador, serve para aperfeiçoar um dos aspectos essenciais dessa política, a dos profissionais responsáveis pela sua administração.

Ademais, além de seu aspecto de norma referente à assistência social, a proposição diz respeito, ainda, a dois outros temas de competência desta Comissão de Assuntos Sociais: a saúde e a regulamentação do exercício profissional.

Quanto ao seu aspecto de saúde, temos que a fundamentação do cuidador de pessoa com deficiência é fundamental para a inclusão desses profissionais – e dos serviços que eles prestam – na estruturação dos serviços de saúde, consequentemente representando um passo decisivo na integração das políticas de saúde e dos cuidados.

Quanto à regulamentação de profissões, o projeto vem resgatar esses profissionais da lacuna legislativa em que se encontram presentemente. Trata-se do reconhecimento legal de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofício cuja relevância se acha em evidente expansão e que deve absorver parcela cada vez mais expressiva da população economicamente ativa nos próximos anos.

Também merece destaque o fato de que o cuidado com a pessoa com deficiência transcende a mera dimensão assistencial, constituindo expressão concreta da dignidade humana, da solidariedade social e da proteção integral da pessoa em situação de vulnerabilidade.

Assim, consideramos que, também na CAS, o projeto deve ser aprovado, aproveitando-se o texto das emendas que apresentamos lá na Comissão de Direitos Humanos por representarem um aperfeiçoamento redacional importante, sem necessidade de retorno à Casa de origem.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.811, de 2024, com as Emendas de redação nºs 1, 2 e 3, da CDH.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CDH.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, como é uma matéria que já veio da Câmara, amplamente discutida, eu queria pedir urgência para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento de urgência da nobre Senadora Damares à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Senadora Damares, tem um requerimento aqui sobre a mesa de V. Exa. Podemos ir para ele?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 66, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação das crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática (LDM), Adrenoleucodistrofia Ligada ao X (ALD/X-ALD) e outras leucodistrofias raras no Brasil, os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação da política pública de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senador, seguindo aquela sequência de debates sobre doenças raras e crônicas, requeiro a realização de uma audiência pública para a gente discutir a situação das crianças diagnosticadas com leucodistrofia metacromática, adrenoleucodistrofia ligada ao X e outras leucodistrofias raras no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu apresento, Presidente, uma série de expositores, inclusive representantes do Ministério da Saúde.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento de autoria da Senadora Damares.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, o número 11, também eu vou subscrevê-lo. É muito simples, é só a inclusão de um nome.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSB/MS)

Também subscrito pela Senadora Damares Alves.

Passo a palavra à nobre Senadora para fazer defesa do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído um representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) em audiência pública já aprovada pelo Requerimento 44, de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, podemos votar o requerimento do item...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Qual é o número?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O item 12, uma audiência pública sobre doenças...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já está aqui. Vamos votar todos os requerimentos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Quero aqui parabenizar inclusive a nossa Senadora Damares, que tem trazido temas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Relevantíssimos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito importantes.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A leucodistrofia metacromática é uma doença absolutamente rara.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que é a primeira vez, neste Senado, que a gente ouve falar dessa patologia.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ver se a gente vota em conjunto aqui esses requerimentos, que são concernentes.

Item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 69, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Item 16, subscrito pela Senadora Damares.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 70, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023", sejam incluídos os convidados que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

E o requerimento do Senador Paulo Paim, também é da mesma coisa, né?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Trata do mesmo assunto e é um requerimento extrapauta também. Vamos votá-lo e o da Senadora Damares, também extrapauta. Todos tratam do mesmo assunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 71, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 64/2026 - CAS, que tem o objetivo de instruir o PL nº 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 73, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Esses são extrapautas, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tem o item 10 também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, como todos tratam da mesma matéria, eu vou submeter todos os requerimentos em conjunto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de valorizar Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Concedo a palavra à nobre Senadora para a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes, eu queria fazer um pedido, uma solicitação: na última semana, no Requerimento nº 44, a gente apresentou a lista de convidados, e eu gostaria de retirar o iFood, a pedido da empresa, que se colocou como representante da Amobitec, e colocar o Sr. Antonio Fernandes Neto, que é Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), tá?

Bom, eu vou para o Requerimento 10.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou submeter à votação...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... a mudança que a Senadora Leila propôs, retirando o iFood e colocando...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O representante... O Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), o Sr. Antonio Fernandes Neto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a mudança proposta pela Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Presidente.

Vou à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de valorizar os Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e da necessidade de se dotar estruturas administrativas, e pelos desafios da implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025), e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo.

Eu proponho para a audiência pública, Sr. Presidente, a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a Sra. Deila Martins, Presidente do Conanda;

- a Sra. Pilar Lacerda, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MDHC;

- a Sra. Karina Figueiredo, Presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual;

- a Sra. Luisa de Marillac, Promotora do MPDFT;

- o Sr. Eduardo Chaves, do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância;

- o Sr. Redivaldo Dias Barbosa, Juiz da Vara da Infância e da Juventude do DF;

- a Sra. Raisa Lopes, Conselheira Tutelar;

- o Sr. Lucas Sena, Conselheiro Tutelar.

E gostaria de acrescentar ao meu requerimento, porque não está nele e gostaria de acrescentar agora, o representante do Instituto Alana.

Sr. Presidente, os conselhos tutelares constituem a principal porta de entrada do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no nosso país, exercendo papel essencial na proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na prática, são esses profissionais que atuam diretamente nos territórios, atendendo situações de violação de direitos, orientando famílias, articulando políticas públicas e promovendo medidas de proteção em contextos muitas vezes marcados pela elevada vulnerabilidade social.

Apesar da centralidade de suas atribuições, os conselhos tutelares enfrentam desafios estruturais significativos, incluindo limitações de recursos, sobrecarga de trabalho e ausência de parâmetros nacionais mais claros de valorização profissional.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 5.285/2026, que trata do piso salarial da categoria, insere-se como elemento relevante para o fortalecimento institucional desses órgãos. Paralelamente, a recente entrada em vigor da Lei nº 15.211, de 2025, inaugura um novo ciclo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, estabelecendo diretrizes para a prevenção de riscos, responsabilização e promoção de direitos no contexto virtual.

Entretanto, a efetividade dessa legislação depende diretamente da capacidade operacional do sistema de garantia de direitos, especialmente dos conselhos tutelares, que são frequentemente os primeiros a lidar com situações envolvendo exposição digital indevida, violência *online*, negligência e outras formas contemporâneas de violação de direitos.

Adicionalmente, torna-se cada vez mais relevante o fortalecimento de políticas de apoio às famílias, com destaque para a promoção da parentalidade positiva, entendida como abordagem baseada no cuidado, no diálogo e na construção de vínculos saudáveis, como estratégia fundamental de prevenção de violações.

Nesse contexto, o debate sobre o abandono afetivo também ganha relevo, exigindo abordagem equilibrada que articule instrumentos jurídicos, políticas públicas e estratégias de apoio familiar, evitando tanto a omissão estatal quanto respostas exclusivamente punitivas.

Diante desse cenário, a realização da presente audiência pública permitirá: ouvir os conselhos tutelares sobre sua realidade concreta e necessidades institucionais; debater a valorização da categoria, incluindo o tema do piso salarial; avaliar os desafios iniciais de implementação do ECA Digital; discutir políticas públicas de apoio às famílias e prevenção de violações de direitos; necessidades de estruturas físicas e humanas dos conselhos; contribuir para o aperfeiçoamento das ações legislativas e administrativas voltadas à proteção integral da criança e do adolescente.

Assim, a iniciativa busca fortalecer a atuação do Estado brasileiro na promoção e defesa dos direitos da infância, com foco na efetividade das políticas públicas e na valorização dos profissionais que atuam na linha de frente dessa proteção.

A data sugerida aqui foi dia 21/5/2026 – já passou.

Então, eu venho aqui pedir, mais uma vez, esse apoio do Sr. Presidente e dos caros colegas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento de autoria da Senadora Leila Barros.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 63, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema "Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Passo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran, para a leitura do seu requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o 11 ou o 12? (*Pausa.*)

É o item 12, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Requerimento nº 63.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – É o item 12.

Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema "Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde, representante do Ministério dos Povos Indígenas, representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, representante da Organização Pan-Americana da Saúde, representante da Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira (IAPB) e representante de lideranças comunitárias.

A saúde ocular é frequentemente tratada como uma questão isolada, restrita ao âmbito clínico. No entanto, a perda de visão evitável representa um desafio sistêmico, com profundos impactos sociais e econômicos. Segundo "O Caso de Investimento em Saúde Ocular no Brasil", fonte da IAPB/Vision Atlas, estima-se que, sem intervenções estruturais, mais de 28 milhões de brasileiros sofrerão com perda de visão até 2030.

Por outro lado, as evidências demonstram que a saúde ocular é uma das intervenções de saúde pública com maior custo-efetividade: a cada dólar investido no setor retornam US$27 à economia nacional, por meio do aumento da produtividade, melhoria no aprendizado na escola e redução de acidentes.

Diante desse cenário, a superação da cegueira evitável exige uma abordagem integrada equitativa e orientada a garantir o direito à saúde ocular para toda a população brasileira, com atenção especial às populações vulneráveis e comunidades tradicionais. O Senado Federal, como espaço de ressonância das grandes causas nacionais, é o fórum adequado para convocar o Governo Federal, o setor privado e a sociedade civil para um diálogo franco sobre como o Brasil pode construir uma agenda nacional integrada.

O objetivo central dessa audiência pública, Presidente, é gerar compromissos concretos e intersetoriais que culminem na formação de um grupo de trabalho para o plano de ação nacional de saúde Ocular e na articulação da delegação oficial do Brasil para o Global Summit for Eye Health 2026.

Além disso, esse debate ocorrerá em um momento estratégico: a preparação para o Global Summit, que será realizado em 2026, em outubro. A participação do Governo brasileiro nesse fórum global é de suma importância para demonstrar o comprometimento do Brasil em investir em saúde ocular de forma integrada e equitativa, baseada em evidências e impacto econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionando o Brasil como líder regional na implementação das metas da Organização Mundial da Saúde.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento de autoria do nobre Senador, Dr. Hiran.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Nós temos aqui o item 6 da pauta. A Relatora é a Senadora Jussara Lima, e vai ter a Relatora *ad hoc*, Senadora Roberta Acioly.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3099, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Relatoria: Senadora Jussara Lima, com a relatoria *ad hoc* da nobre Senadora Roberta Acioly.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Passo diretamente à análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

Em consonância com fundamento já exposto no parecer da CDH, o autocuidado deve ser compreendido não como simples transferência de encargos ao indivíduo, mas como prática construída a partir de corresponsabilização, empoderamento e autonomia.

Esses conceitos não são estranhos ao SUS, que já conta, em alguma medida, com uma política de autocuidado, ainda que não organizada sob essa denominação.

De fato, a Política Nacional de Humanização demonstra a adoção dessas diretrizes, na medida em que enfatiza o protagonismo, a corresponsabilidade e a autonomia de usuários, de trabalhadores e de gestores. A mesma lógica aparece na Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Na mesma direção, a Política Nacional de Promoção da Saúde reforça a autonomia, o empoderamento e a participação ativa das pessoas na adoção de práticas saudáveis e na criação de ambientes favoráveis à saúde. Já a Política Nacional de Atenção Básica incorpora expressamente o autocuidado apoiado como atribuição da Atenção Primária à Saúde.

Não obstante meritório, o projeto merece ser aprimorado em relação à juridicidade e à técnica legislativa, o que propomos por meio de um substitutivo.

Primeiramente, considerando que as políticas de saúde atualmente em vigor já compreendem o autocuidado, como já exposto, julgamos desnecessário instituir, por lei ordinária, uma política nacional de autocuidado.

Além disso, qualquer política ou programa de saúde precisa ser estabelecido com o devido detalhamento técnico e operacional pelo Poder Executivo, a quem compete definir diretrizes, fluxos assistenciais, responsabilidades institucionais, critérios de financiamento, instrumentos de monitoramento e formas de integração com a rede de atenção à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, uma política unificada dessa natureza somente será eficaz se dispuser, de modo articulado, sobre os seguintes pontos:

a) qualificação das equipes;

b) educação em saúde;

c) estratificação de riscos;

d) integração entre atenção primária, vigilância e demais pontos da rede;

e) definição de responsabilidades dos gestores; e

f) compatibilização com as políticas já vigentes.

Esses elementos, contudo, exigem regulamentação técnica, revisão periódica e capacidade de adaptação à realidade epidemiológica, assistencial e financeira do SUS.

Assim, propomos a supressão do dispositivo que cria, por lei, a política nacional de autocuidado. Em substituição, apresentamos um dispositivo para definir autocuidado, prever as suas atividades e práticas que o caracterizam e, assim, induzir a edição da política nacional pelos órgãos competentes.

Em suma, a aprovação do projeto contribui para pôr em evidência o seu objeto e para dar-lhe maior visibilidade na agenda sanitária nacional.

Contribuirá ainda para favorecer a consolidação de ações já existentes e para aperfeiçoar a sua coordenação institucional.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.099, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva já apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Roberta Acioly, que fez o relatório *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAS, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Convoco, para o dia 24 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições, e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2026 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com hemofilia no acesso às terapias, medicamentos e demais cuidados indispensáveis ao tratamento da doença. **Participantes:** Luciana Maria de Barros Carlos, Coordenadora-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; Indianara Ramos Galhardo, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia – ABRAPHEM; Mariana Battazza, Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia – ABRAPHEM; Christiane Maria Silva Pinto, Médica e Membro da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular – ABHH; e Andrea Garcia, Diretora Técnica do Hemocentro de São José do Rio Preto-SP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/25

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 26, de 2026, CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com hemofilia no acesso às terapias, medicamentos e demais cuidados indispensáveis ao tratamento da doença.

Informo também que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores e expositoras via internet.

Eu quero, inclusive, destacar que já vieram algumas perguntas e um comentário. Pediria que a Secretaria também entregasse aos expositores e expositoras as perguntas e comentários, mas eu vou ler o material que já chegou.

Perguntas.

Leonardo, de Minas Gerais: "Que medidas concretas vão ser adotadas para acabar com a absurda barreira no acesso a terapias e medicamentos?".

Dênis, de São Paulo: "Existe protocolo de profilaxia nas UBS [unidades básicas de saúde] do Brasil? Se não [houver], como poderia implementar na rede estes protocolos [...] [em] nível nacional pelo SUS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Natália, do Rio Grande do Sul: "Por que pacientes com hemofilia ainda enfrentam falta de medicamentos e demora no atendimento?".

E o comentário que já veio é do Víctor, de Goiás: "O tratamento profilático reduz internações e custos hospitalares a longo prazo, sendo eficiente tanto para o Estado quanto ao paciente".

Então, são perguntas, mas essa interatividade continua à disposição de todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil. E, inclusive, após a audiência pública, todos e todas que nos acompanham podem enviar para o Portal da Comissão de Assuntos Sociais do Senado sugestões, comentários, que serão todos muito bem-vindos.

Nós temos, para esta audiência pública interativa, a presença dos seguintes convidados e convidadas – aliás, são todas convidadas –: Luciana Maria de Barros Carlos, Coordenadora-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde – seja muito bem-vinda, Dra. Luciana, é um prazer tê-la participando desta audiência –; Indianara Ramos Galhardo, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia – também seja muito bem-vinda, Indianara –; Mariana Battazza, Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia – também seja muito bem-vinda –; Christiane Maria Silva Pinto, Médica e membro da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH) – também, Dra. Christiane, é uma honra tê-la participando desta audiência pública –; e Andrea Garcia, Diretora Técnica do Hemocentro de São José do Rio Preto.

O que motivou – como já foi mencionado – esta audiência pública foi um requerimento apresentado na Comissão de Assuntos Sociais e que tinha a seguinte justificativa:

> A hemofilia é uma condição crônica, rara e potencialmente impactante, que exige diagnóstico precoce, acompanhamento especializado e oferta [...] de terapias regulares adequadas, sob pena de agravamento do quadro clínico. A evolução científica e tecnológica na área tem produzido alternativas terapêuticas inovadoras, capazes de melhorar o controle clínico da doença, reduzir episódios hemorrágicos e ampliar a qualidade de vida dos pacientes. No entanto, o acesso a essas soluções ainda se mostra limitado, desigual ou insuficientemente debatido sob a ótica da política pública, do planejamento orçamentário e da organização da rede assistencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Promover esse debate no âmbito do Senado é também reafirmar o compromisso desta Casa [Senado Federal], com a defesa do direito à saúde, com a redução das desigualdades no acesso ao tratamento e com a construção de respostas institucionais mais eficazes para uma população que ainda enfrenta barreiras relevantes para ter assegurado o cuidado de que necessita.

Então, essa foi a justificativa para a realização desta audiência pública.

E eu quero ressaltar para todo o público – e faço isso em outras audiências públicas também, na área de doenças raras, de tratamento... Ainda tivemos, nessa semana, uma discussão sobre ataxias, sobre porfiria, agora sobre hemofilia, mas também sobre AME, sobre glicogenose hepática...

São 8 mil doenças que afetam cerca de 15 milhões de brasileiros. Então, é uma área importante, necessária. Muitas coisas são raras, porém o público é muito grande. E, para todas essas doenças, as famílias, os pacientes, os profissionais podem ter absoluta certeza da solidariedade e do apoio integral que todos os partidos representados no Senado Federal dão para a área. Há manifestações frequentes, na tribuna, no Plenário, nas Comissões, de Senadores e Senadoras de todos os partidos políticos dizendo: "Olha, estamos juntos". Isso é suprapartidário. Queremos que as famílias, os pacientes, os profissionais apontem as necessidades.

Por isso que hoje, inclusive na audiência pública, nós vamos primeiro escutar a representação das famílias e dos pacientes, porque nós temos que, com base no que a família disser, o paciente propuser, ter a política pública, porque nada... A gente tem aquela expressão que vale para todas as áreas – agricultura, comércio, indústria, mas também a área da saúde –: nada sobre nós sem nós. Então, a família tem que apontar a dificuldade por que está vivendo, com essa necessidade de apoio diariamente, para todos nós – Ministério da Saúde, médicos, Senado, Executivo, Judiciário – nos posicionarmos em relação a esse direito à saúde.

Agradeço sobremaneira, novamente, a participação dos expositores e expositoras e o apoio dos meios de comunicação, porque isso está sendo, como já dito, transmitido para o Brasil inteiro.

Em primeiro lugar, nós vamos passar a palavra para a Mariana, que é Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda, Mariana. Com a palavra.

A SRA. MARIANA BATTAZZA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Obrigada pela apresentação e principalmente pela oportunidade que o senhor está nos dando aqui de trazer a discussão da hemofilia para esta Casa, que é tão importante para nós.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui, especialmente da Dra. Luciana Barros, da Dra. Christiane Pinto, da Dra. Andrea Garcia, que provavelmente já está *online*, nos acompanhando, da Dra. Melina Swain, aqui também, e de todos os presentes.

O Senador já me apresentou. Eu sou psicóloga. Eu já estou nessa área de associação de pacientes há pouco mais de 12 anos. Eu tenho um filho com hemofilia grave e também sou casada com um paciente com hemofilia grave.

Hoje a gente vai falar sobre o trabalho da Abraphem: o que nós ouvimos dos pacientes, o que nós defendemos e o que nós ainda precisamos avançar. Vamos falar sobre a nossa visão sobre acesso, sobre cuidado e sobre qualidade de vida de todas as pessoas com hemofilia no Brasil.

Ao longo desses últimos oito anos, a Abraphem se tornou um espaço de escuta, de acolhimento, de orientação para todas as pessoas que convivem com hemofilia e também outras desordens hemorrágicas.

Cada demanda que a gente recebe na Abraphem não é só uma demanda ou uma queixa; a gente está falando de uma história que revela uma necessidade e que também nos aponta uma oportunidade de aprimorar o cuidado em saúde e reduzir as desigualdades.

A nossa população hoje de coagulopatias hereditárias é de pouco mais de 34 mil pacientes diagnosticados: hemofilia A tem pouco mais de 11,8 mil pacientes, totalizando 35% do total das coagulopatias; doença de Von Willebrand, um pouquinho mais de 12 mil; hemofilia B, cerca de 2,3 mil pacientes; outras coagulopatias raras, 3,9 mil; e outras coagulopatias hereditárias e demais transtornos hemorrágicos, 3,8 mil. Esses números para nós não são apenas números; eles representam histórias de vida, eles representam sonhos, medos e famílias que estão aí. E por isso que é tão importante a gente pensar em políticas públicas que garantam o cuidado integral, equitativo e contínuo para todas essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falarei, então, um pouquinho sobre o que o Brasil já conquistou. A gente tem uma trajetória de avanços que transformou a vida de milhares de pacientes e famílias no Brasil. E a gente sabe que ainda precisa avançar, mas a gente precisa reconhecer toda a trajetória até aqui, que posso dizer que é exemplar.

Desde 1990, o Brasil começou a usar os concentrados com inativação viral. Depois, em 2011, nós tivemos a implantação da profilaxia primária. Em 2012, a profilaxia secundária. O contrato de transferência de tecnologia do fator recombinante, em 2012. Depois, foi publicado o protocolo de profilaxia primária em 2014, o protocolo de imunotolerância em 2015. Em 2017, foi negada a incorporação do fator IX recombinante. Em 2019, foi negada a incorporação de dois produtos de meia-vida estendida, um fator VIII e um IX. Essa, infelizmente, foi uma grande perda de oportunidade para os pacientes, especialmente os pacientes com hemofilia B, porque esse produto de meia-vida estendida traz uma diferença muito significativa no peso do tratamento e na qualidade de vida desses pacientes. Depois, em 2021, foi incorporado o Emicizumabe para os pacientes com inibidor que tiveram falha na imunotolerância. Na sequência, houve a incorporação dos fatores recombinantes de meia-vida estendida fator VIII. Na verdade, essa incorporação aconteceu, mas ela nunca se efetivou na prática, né? Esses dois produtos foram incorporados, e, por algum problema dessa incorporação, depois isso foi enviado para uma desincorporação, e essa compra nunca foi efetivada, a de nenhum desses dois produtos de meia-vida estendida. Em 2023, foi negada a incorporação de um outro fator VIII de meia-vida prolongada. Em 2023, foi incorporado o Emicizumabe para todos os pacientes com hemofilia A com inibidor, o que foi uma grande conquista. Claro, em 2021 também, mas em 2023 já foi para um rol maior de pacientes. Na mesma ocasião, foi tentada a incorporação do Emicizumabe para os pacientes sem inibidor até 18 anos, e foi negado.

Em 2024, nós tivemos a inauguração da fábrica de recombinantes da Hemobrás. No mesmo ano, a Anvisa aprovou a terapia gênica para hemofilia A, que, infelizmente, saiu do mercado – nós não temos mais, no mercado mundial, terapia gênica para hemofilia A, mas existem outros estudos em andamento. E, no ano passado, nós tivemos uma enorme conquista que foi muito comemorada, que foi a incorporação do emicizumabe para hemofilia A para os pacientes sem inibidor até seis anos. E muito recentemente, na semana passada, a aprovação, aliás, na verdade, a recomendação positiva da Conitec para incorporação do concizumabe para os pacientes com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hemofilia B com inibidor, e a negativa da incorporação do marstacimabe, que foi proposto para os pacientes com hemofilia B sem inibidor.

É uma jornada longa, como a gente pode ver, porque graças a Deus a hemofilia é um campo com muita pesquisa científica e com muitos novos produtos. E a jornada não é só do tratamento, a jornada também é dos pacientes, dos medicamentos, dos protocolos e da vida das pessoas, né? Quando a gente fala sobre hemofilia, sobre uma doença rara, a gente costuma focar muito em medicamento, em protocolo, mas a gente sabe que a experiência dos pacientes mostra que a jornada vai muito além do cuidado, né? O problema não termina quando ele recebe uma medicação. No nosso estudo do ano passado, em que a gente fez o mapeamento da jornada das pessoas com hemofilia, nós vimos que os pacientes ainda percorrem distâncias bem longas para receber o atendimento e a medicação. Eles dedicam cerca de 5 horas e 26 minutos, para ser mais precisa, para cada visita – é a média do tempo estimado para cada visita – ao serviço de saúde. Eles convivem com limitações físicas permanentes, e a grande maioria não tem acesso a suporte psicológico necessário.

Então, esses dados nos mostram que a gente precisa fortalecer o cuidado integral, porque o tratamento não se baseia na distribuição de medicamento. A qualidade de vida depende de medicamentos eficazes e seguros e do acesso ao cuidado integral: a reabilitação, o apoio psicossocial e uma rede que possa responder às reais necessidades dos pacientes.

Aqui eu estou trazendo alguns dados sobre os cuidadores que a gente captou. Essa pesquisa foi aprovada pelo CEP e envolveu 312 respondedores. E aqui, entre os cuidadores, 70% dos cuidadores das crianças pequenas relatam uma interferência significativa na vida profissional, sendo que 35% interromperam as atividades laborais. E a gente precisa lembrar que isso é a vida das pessoas, né? Isso tem um impacto financeiro e um impacto pessoal psicológico muito grande: uma mãe que precisa deixar a carreira, deixar o trabalho para cuidar do filho. E 67% relatam um impacto em toda a dinâmica familiar, porque a hemofilia, como muitas outras doenças, não impacta só o paciente, ela transforma toda a rotina da família, ela transforma a rotina de estudos, de trabalho, social, financeira e tudo mais.

Então, esses impactos, que vão além do tratamento, acontecem principalmente em relação aos sangramentos. Infelizmente, esse foi o dado que mais nos surpreendeu na pesquisa –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surpreendeu negativamente, né? A gente vê que, mesmo com todos os avanços, mesmo com as incorporações que têm sido feitas, passo a passo, para esse público, para aquele público e tudo mais, de maneira geral, no cômputo geral a gente vê que os pacientes ainda convivem com episódios de sangramento que impactam toda a rotina.

Aqui eu trouxe os dados mais específicos: de 12 a 17 anos, 29% dos pacientes relataram ter tido dez sangramentos ou mais no último ano, de acordo com essa pesquisa; já na faixa etária de 18 a 24 anos, esse percentual sobe para 31%; e de 25 a 34 anos, 40% relataram ter tido dez sangramentos em um ano, o que é um número realmente bastante alto. Em relação à limitação funcional e artropatia, 69% dos jovens de 18 a 24 anos já têm pelo menos uma artropatia instalada; acima de 25 anos, o percentual sobe para 83% – lembrando que 25 anos é uma idade ainda muito jovem, é a idade em que a gente está começando a vida, em que os pacientes estão saindo da faculdade, começando uma carreira, um primeiro emprego, 83% é um número muito elevado –; e 71% dos que têm acima de 18 anos dizem que têm alguma limitação na mobilidade. Então, esses números mostram que as limitações articulares, as dores crônicas, que também foram pesquisadas, são uma realidade para uma parte muito significativa dessa população.

E isso impacta a família inteira, não é? Além dos deslocamentos frequentes, que também impactam na jornada de trabalho, há perda da renda e necessidade de suporte contínuo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA BATTAZZA – Estou terminando.

O peso invisível da hemofilia. A gente também observou que 71% dos cuidadores não têm acesso a suporte psicológico, 62% relataram irritabilidade frequente... Aqui no caso do paciente, estas daqui foram as respostas dos cuidadores em relação aos pacientes: 62% disseram que os pacientes relatam irritabilidade frequente; 56%, insônia; 49%, isolamento social.

E aí, quando a gente perguntou o que eles desejam para o futuro, a resposta foi bem clara: eles desejam mais qualidade de vida, mais autonomia e menor impacto da doença e do tratamento no dia a dia; 82% querem tratamentos menos invasivos; 75% querem tratamentos mais avançados; e 55% querem reduzir as dores e as limitações físicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falando – acho que foram dois – sobre os avanços e os desafios. Como eu disse lá no início, a gente já avançou bastante, a gente tem tido uma ampliação constante do acesso a terapias e novas terapias pró-coagulantes, a gente tem centros de tratamento de hemofilia em todo o país. O Brasil está fazendo gradativamente a incorporação de novas tecnologias. O Brasil teve um reconhecimento internacional do programa de hemofilia, há pouco mais de dez anos, mas a gente precisa lembrar que a gente quer manter esse *status*. Então, a gente precisa continuar com os avanços para continuar sendo reconhecido como um bom programa. E o último grande avanço foi a participação das organizações sociais nas reuniões da Conitec, o que, de fato, trouxe um diferencial enorme para a nossa representatividade e para a voz dos pacientes. A Abraphem participou de seis dessas reuniões, e nós estamos muito felizes com essa conquista.

Mas a gente também ainda tem muitos desafios: a gente ainda não tem uma linha de cuidado estruturada, uma rede de urgência e emergência, acesso à ortopedia especializada. E, quando eu digo isso, eu estou dizendo para todos os pacientes em todos os locais do Brasil.

A gente sabe que alguns pacientes, em algumas capitais, ligados a alguns centros de tratamento, têm esse acesso, mas a gente não tem a equidade regional e o cuidado multiprofissional ao longo da vida, incluindo orientação genética e envelhecimento com qualidade de vida. Então, a gente sabe que, apesar dos avanços, o nosso compromisso é seguir avançando para garantir de fato o cuidado integral, equitativo e contínuo para todos.

E um dos caminhos que a gente acredita que precisa ser seguido é a inclusão da hemofilia dentro da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Por estranho que pareça, as doenças hematológicas raras não estão incluídas dentro dessa política. A Abraphem está lutando para conseguir essa inserção porque os pacientes ainda enfrentam desafios relacionados a toda a organização da rede de cuidado, acesso multiprofissional, reabilitação e tudo o que eu falei antes.

E, além da inclusão das doenças hematológicas raras, a gente também entende que é muito importante a construção de uma política nacional para as doenças hematológicas, para que a gente possa estabelecer as diretrizes assistenciais e as linhas de cuidado.

Na nossa visão, a sustentabilidade não é apenas equilibrar custos. A gente precisa preservar a saúde, a autonomia e a dignidade das pessoas ao longo da vida, para que a gente tenha de fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade e inovação. A gente precisa de decisões baseadas em evidências, cuidado integral – como eu já coloquei – e inovação com valor, que é o que vai trazer impacto social e autonomia na vida dessas pessoas, com menor dependência dos benefícios assistenciais, maior participação social, inclusão educacional e profissional. A gente precisa de uma rede de cuidado estabelecida, com hospitais de referência, fluxos organizados, e a sustentabilidade do SUS como um todo, que diz respeito a um planejamento de longo prazo, uso responsável dos recursos e a garantia de acesso para as futuras gerações.

Como a gente vê, está tudo interligado e a gente entende que esse é o caminho da real sustentabilidade. Ela não é só sustentabilidade financeira, é a sustentabilidade do tratamento e de todo o sistema.

Eu vou ficar por aqui e agora eu vou passar a palavra para Indi, para ela dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Mariana Battazza, Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia, mãe e esposa, trazendo o ponto de vista da família. Inclusive, incentivamos as famílias que tenham filhos, filhas, esposas, esposos com hemofilia, parentes, que sempre olhem na associação brasileira, porque a organização da sociedade dá muito mais força para essa caminhada a favor de uma saúde cada vez mais apoiada nessas situações.

Agradeço, Mariana. Passo, como você já mencionou, a palavra para Indianara Ramos Galhardo, que é Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia. Seja bem-vinda também. Indianara, com a palavra.

A SRA. INDIANARA RAMOS GALHARDO (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigada, Senador. É uma honra estar aqui, Senador, que é meu conterrâneo, paranaense. Eu sou lá de Apucarana, interior do Estado do Paraná. A Abraphem tem um escritório dela localizado em Apucarana. Então, é muito gratificante estar aqui. E também agradeço a presença de todos.

Como a Mari já fez um bom apanhado aí a respeito do nosso trabalho de pesquisa, do que a gente tem feito, de qual é a nossa visão como instituição, eu vou trazer hoje para vocês um pouquinho das demandas que nós atendemos na nossa ouvidoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abraphem acredita que, para que nós possamos realmente mostrar dados com qualidade, nós precisamos profissionalizar muito isso. Para isso, a Abraphem criou uma ouvidoria em que nós atendemos os nossos pacientes, qualificamos todas as demandas, organizamos isso, trabalhamos com base de cadastro, base de dados, para que nós possamos realmente trazer dados concretos e reais.

Eu sou mãe de um paciente com hemofilia, o Théo, que tem 14 anos, sou assistente social e estou agora como Presidente-Executiva da Abraphem, trabalhando dentro dessa instituição para que a gente possa realmente trazer qualificação e não apenas vozes da nossa cabeça. Então, tudo o que vocês vão ver a partir daqui são dados reais, dados que nós temos atendido e em que nós estamos trabalhando, de uma forma bem profissionalizada, dentro da instituição, tá?

As demandas que nós trazemos aqui são mais do que demandas, né? Nós sempre costumamos dizer que por trás de cada número, por trás de cada dado, existe um paciente, existe uma família, existe uma realidade que nós precisamos compreender para que a gente possa melhorar cada vez mais a qualidade de vida e o acesso dessas pessoas. Então, as demandas recebidas mostram que os desafios não terminam quando o paciente recebe o medicamento, tá?

Aqui são alguns dados que nós trouxemos aí, são dados da ouvidoria desse período de 2026. Então, 27% dos casos que nós atendemos correspondem à questão de medicamento e acesso ao tratamento – para a frente vocês vão ver o que significa esse medicamento e acesso – ;18% ortopedia, cirurgia e reabilitação; 14% sobre informação e educação – eles contatam a instituição para que a gente possa, já respondendo algumas perguntas aqui, entrar em contato muitas vezes com a UBS que não quer atender o paciente, ou com a escola que muitas vezes tem negativa de matrícula para um paciente com hemofilia –; 14% entra em contato sobre materiais e insumos – às vezes é para solicitar bolsa térmica, algum material, algum *folder* informativo –; 14% para saber sobre direitos – como acessar a rede de cuidados –, seja direito a um benefício, seja direito a uma pessoa que passou num concurso público e teve a vaga negada porque não se encaixou como PCD – a gente recebe bastante demanda nesse sentido –; e 13% são situações críticas de urgência e emergência, casos de internamentos, casos em que o paciente está lá precisando de um acesso naquele momento, tá? Então, aqui eu vou compartilhar alguns dos casos com vocês, que, mais uma vez, são um recorte desse período aí de seis meses da Abraphem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro caso é de um adolescente de 16 anos com hemofilia B com inibidor. Esse paciente estava em uma família de situação de vulnerabilidade social, morava distante do centro de tratamento; não havia profissional habilitado para administração do tratamento na cidade onde ele morava. Ele dependia de deslocamento frequente e complexo para receber assistência. Então, esse paciente tinha um caso de alergia, em que ele precisava fazer frequentemente a medicação e precisava se deslocar até o centro de tratamento.

Mais uma vez, eu coloco aqui a situação da família em vulnerabilidade social, que é um ponto muito importante, tá? Era uma mãe que tinha também uma deficiência, que não conseguia atender sozinha a esse paciente, e, depois de alguns sangramentos, ele veio a óbito, em abril agora, no dia 10 de abril de 2026.

Aí, a gente vê que estava quase chegando o concizumabe, e esse paciente poderia ter recebido.

Então, a gente vê aqui que não foi apenas uma perda individual, mas é um alerta para as desigualdades que ainda persistem.

E, quando a gente fala, mais uma vez nós precisamos pontuar: não é apenas o medicamento; é compreender o território onde esse paciente está inserido, é compreender a realidade dessa família, para que a gente possa trabalhar para além daquilo. Então, é uma família que não está tendo acesso psicológico, não está tendo visita de um assistente social, e quem está dando esse apoio é a instituição, a Abraphem.

Aqui, é um segundo caso, que é referente a uma reabilitação. É um paciente adulto, de 53 anos, com hemofilia moderada, e ele está há três anos aguardando a resolução para esse caso que vocês estão vendo aqui, que é a necessidade de uma cirurgia ortopédica especializada.

Ele tem prótese nos tornozelos, a prótese se deslocou, e ele não consegue fazer uma cirurgia para que isso seja corrigido. Ele já entrou...

Assim: geralmente, os pacientes chegam para a gente, as famílias chegam quando já bateram em todas as portas, já acessaram toda a rede... Então, dentro da Abraphem, hoje, a gente tem adotado um trabalho que não é aquele trabalho de quando o paciente me liga, e eu vou ligar para o médico dele e falar: "Olha, o que você está fazendo?". Não; a gente vai atender, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai fazer escuta qualificada, a gente vai fazer relatório, a gente vai fazer estudo social e a gente vai referenciar isso para a rede.

Então, esse caso foi referenciado para o estado, a gente está acompanhando, mas, até a data de hoje, desta audiência, ainda não tivemos resolução nem retorno a respeito desse caso, tá?

Então, não é apenas uma demanda, né? A gente sempre vai colocar isto: não é apenas uma demanda; é o retrato das dificuldades enfrentadas pelos pacientes que precisam de acesso e reabilitação também especializada.

Então, a gente tem ouvido falar muito sobre incorporação de novos medicamentos, a gente tem ouvido falar muito sobre novas terapias, novas tecnologias, mas nós precisamos olhar para os nossos pacientes adultos que não têm acesso às novas terapias e que não têm acesso a questões ortopédicas com que eles tiveram problemas, por conta de tratamento que eles não tiveram quando crianças, quando da sua adolescência. Então, a gente precisa, sim, olhar para esses pacientes, a gente precisa, sim, fazer a defesa e a gente precisa trazer para que isso seja debatido e seja discutido, tá?

Um outro ponto também que a gente tem recebido, que eu comentei com vocês lá no início, que era aquela porcentagem maior de demandas que a gente tem recebido, é referente à dispensação de medicamento.

Nós estamos recebendo muito contato de paciente, do Paraná, de São Paulo, que vai buscar a medicação, e não consegue as doses completas. Então, assim, já mandei alguns *e-mails*, o pessoal já tem recebido. E recebe, chega lá, "olha, não tem a dose total do mês, tem a dose da semana", e volta para casa e tem que ir toda semana.

E, geralmente, o hemocentro não notifica antes o paciente. Então, as pessoas precisam se deslocar.

E eu falo aqui por experiência própria, porque isso acontece comigo rotineiramente. Eu estando na Abraphem, eu tendo um filho com hemofilia, eu sendo assistente social e eu falando com Deus e o mundo, e isso acontece rotineiramente também com o meu centro de tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai buscar a medicação, chega lá, às vezes, tem duas doses, e aí eu preciso me deslocar na outra semana.

Então, realmente, se nós estamos, nós temos um programa estruturado, nós temos compra estruturada, a gente precisa olhar também para esses *gaps* e entender o porquê de estar acontecendo essa falha na ponta.

Então, viajar duas, três, quatro vezes para retirar as doses de um único mês, isso a gente não consegue compreender. Então, assim, a gente tem recebido essas demandas, a gente tem sido cobrado todos os dias, a gente tem colocado isso, contatado os hemocentros, tem notificado os centros... Geralmente, tem algo... E sempre a resposta é a questão do transporte, é a questão do sistema. Então, a gente sempre fica nessas dúvidas.

Por isso que a gente precisa trazer para vocês essa demanda também, porque ela é grande e tem acontecido com recorrência. Então, Paraná, Pará, São Paulo, Minas, são estados que têm, geralmente, nos contatado quanto a essa situação.

Outra questão é a questão da sustentabilidade. Aqui a gente trouxe... Muitos pacientes também têm nos mandado fotos a respeito dessa questão das doses que chegam. Então, por exemplo, um paciente que faz lá 3 mil unidades de fator e ele recebe as doses do mês, ele recebeu tudo dose de 500 unidades. E ele falou: "Olha, para a gente fica muito ruim". E muitas vezes o paciente – é interessante – chega para a gente, às vezes, até com certo cuidado de como ele vai falar, porque ele fala: "Nossa, não quero parecer que eu estou reclamando, sabe? Não estou reclamando. Tem medicamento, o.k., mas a gente precisa olhar para além disso".

Então, a gente fala tanto em sustentabilidade, e aí a gente vê essa montoeira de coisas que está sendo jogada fora, são *kits* que muitas vezes ficam lá parados... Alguns pacientes levam para a UBS, outros devolvem para o hemocentro, então também a gente tem recebido bastante demanda a respeito disso, do grande volume, da necessidade de espaço, da questão da carga para fazer retirada dessa medicação. Então, também é um ponto que a gente tem acompanhado dentro da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Indianara, eu só vou interromper por dois segundos, para dizer para você que apareceu o sinal, mas desconsidere o sinal. Pode terminar aí tranquilamente. Está bom?

A SRA. INDIANARA RAMOS GALHARDO – Está o.k., Senador. Esse sinal assusta a gente. Pelo amor de Deus... Dá até palpitação. (*Risos.*)

Então, vamos lá.

E aí agora, assim... E outra coisa também, gente... Eu costumo dizer que, às vezes, as pessoas falam: "Lá vêm as meninas reclamar". Mas a gente não reclama só também não, a gente também traz coisas boas para compartilhar com todo mundo – não é, Mari? A gente também traz alguns desfechos e algumas coisas que realmente merecem ser compartilhadas e comemoradas. Por exemplo, agora a gente vai falar de quando o acesso chega.

Então, esse caso aqui é um caso que nós acompanhamos de um paciente, isso foi antes do início do tratamento dele com emicizumabe.

Esse paciente mora a 500km do centro de tratamento mais próximo, do centro regional e a 900km do Hemocentro Coordenador, e a gente começou a acompanhar esse paciente porque ele estava com estado crítico e ele estava precisando se deslocar.

Ele demorou 12 horas para chegar até o hemocentro. Então, a gente foi acompanhando e foi contatando a rede.

Em uma semana, essa criança – na época ele estava com dois aninhos – teve mais de 40 tentativas de punção venosa, tá? Então, foi feito o internamento dele, ele estava com sangramento na época que a gente começou a fazer esse atendimento, e logo depois... Logo depois não; alguns bons meses depois, foi aprovada a incorporação do emicizumabe para inibidor, e ele entrou dentro do programa, e hoje a vida deles realmente mudou.

A gente tem acompanhado: ele tem crescido, ele tem jogado bola... A mãe dele o deixava dentro do cercadinho com capacete, segurava-o no colo, e hoje você vê a criança jogando bola, saracoteando para cima e para baixo, sendo criança.

Então, isso é um desfecho que a gente fica superfeliz de poder compartilhar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também são crianças que estão tendo acesso ao emicizumabe, crianças que estão fazendo os seus tratamentos, que estão tendo autonomia, que estão tendo mais perspectiva, que estão tendo acesso ao diagnóstico. Elas estão tendo liberdade, estão tendo um futuro melhor. A gente não vai ver essas crianças como aquele paciente lá, desenvolvendo todas aquelas artropatias, aquelas situações.

Então, isto aqui é o que a gente precisa colocar: também fazem parte da nossa história esses avanços, mas a gente não pode somente olhar para essas imagens; a gente precisa olhar para um todo.

E agora também, acabando aqui, queremos trazer para vocês mais um caso que...

Este é o Rafa, ali pescando com o pai dele.

O Rafa é um paciente que tem uma alergia grave ao fator IX. Então, ele tem um histórico de inibidor, com reações alérgicas graves.

Agora ele faz o tratamento com o fator VII, que é ao que ele tem acesso, que tem, inclusive, uma proteção limitada.

Ele já tem artropatia de cotovelo e tornozelo, e aqui é uma situação que a mãe dele trouxe: a vida do Rafa não passa nem perto do normal para uma criança. Eles têm uma vida bastante limitada em virtude da condição dele.

Embora vocês o vejam ali pescando, catando peixe, é uma foto, é uma cena, não é a vida toda dele. Então, a gente precisa entender que este é o futuro que a gente quer para o Rafa, que ele possa ter essas novas terapias e que ele possa sair e ser livre realmente.

Então, o que a gente traz é que a família está torcendo para que o protocolo do concizumabe também coloque pacientes, como o caso dele, que tem essas alergias graves, dentro do protocolo. Então, o sonho... A gente perguntou o que é que eles pedem, o que é que eles querem, e é mais proteção, menos dor, mais saúde para o futuro, poder brincar, correr, pertencer ao meio, liberdade para ir mais longe, e menos complexidade, menos frasco, menos transporte, e poder ter uma vida um pouco mais leve.

E aqui eu trago para vocês a história de quem vive com hemofilia todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ali é o Miguel – acho que boa parte de vocês já conhece o Miguel, já conversou com ele.

Ali é a Camila, querida Camila.

O Miguel é um dos pacientes que vai entrar aí no novo protocolo de concizumabe. Ele é um paciente com hemofilia B com inibidor.

Ele tem uma limitação aí bem grande, com bastantes sequelas. Atualmente, ele está no uso de cadeiras de roda, por conta dos sangramentos frequentes que ele teve.

Ontem, eu, no aeroporto, falei: "Miguel, mande para mim uma mensagem, para eu passar para o pessoal lá". E, aí, estas aspas são a fala do Miguel, em que ele fala:

> A chegada desse medicamento vai melhorar significativamente minha qualidade de vida. Com o medicamento, os hematomas nos acessos [é porque ele tem bastante dificuldade nos acessos] serão menores, vai reduzir a frequência dos sangramentos. Também poderei intensificar a fisioterapia e realizar mais exercícios, o que será fundamental para voltar a andar.
> Essa conquista representa uma nova esperança e uma grande oportunidade de melhorar a qualidade de vida de todos nós, hemofílicos.

E, aqui, eu quero fechar com vocês falando que o nosso futuro tem nome, rosto e história e que, enquanto a gente está aqui discutindo protocolo, linha de cuidado, política, sustentabilidade, orçamento, fator, medicamento, meia-vida estendida, em tudo isso existem crianças, adolescentes, adultos e famílias que sonham com mais liberdade, mais autonomia, segurança e qualidade de vida, e, para essas pessoas, tudo que nós discutimos aqui, o nosso trabalho como associação, o trabalho do Senador, do Ministério da Saúde, da coordenação de sangue, o nosso trabalho... É dele que essas pessoas buscam, é nele que essas pessoas buscam esperança.

Então, eu quero compartilhar com vocês um vídeo agora, que a gente vai colocar, que é do Liam. Na nossa última participação na Câmara, na nossa audiência na Câmara, estava em processo a incorporação do emicizumabe, e o Liam estava na audiência, e agora ele está fazendo uso do emicizumabe e tem um recado para vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INDIANARA RAMOS GALHARDO – Obrigada, Senador. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só quero, da minha parte também, parabenizar vocês, enaltecer o trabalho da Mariana, Indianara, mães – a Indianara é esposa também de uma pessoa com hemofilia –, e o trabalho da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia.

As apresentações foram extremamente didáticas, contundentes, mostrando a necessidade daquilo que foi falado no início, de escutarmos as famílias, escutarmos os pacientes, para que as políticas públicas atendam às necessidades apontadas pelas famílias. Quer dizer, que essa linha de cuidado, no decorrer da vida, esteja acompanhada do diagnóstico, do remédio, da medicação, do tratamento, do apoio, e aí a vida das famílias fica uma vida muito mais digna, mais solidária, mais humana, e é isso que tem que acontecer.

Eu quero, inclusive, dizer para todas as pessoas que nos acompanham que tanto as falas como o material que foi exposto, tudo isso fica à disposição no portal da Comissão de Assuntos Sociais. Então, quem quiser depois escutar alguma coisa de novo, ver o material de todas as apresentações, está lá.

Parabéns!

E peço também, Indianara, que mande um abraço para todo o pessoal de Apucarana, uma cidade próspera, capital do boné... Inclusive, nesta época da Copa, muitos bonés devem estar relacionados à Copa.

Parabéns pelo trabalho, muito interessante, importante.

É bom o Brasil ver como uma associação pode se organizar dessa forma e ir apontando os problemas, os desafios e as soluções também.

Parabéns.

A SRA. INDIANARA RAMOS GALHARDO – Obrigada, Senador. Esse é o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra à Dra. Christiane Maria Silva Pinto, que é médica e membro da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular.

Seja muito bem-vinda, Dra. Christiane, é uma alegria tê-la conosco. Com a palavra.

A SRA. CHRISTIANE MARIA SILVA PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Obrigada à Mariana e às demais pessoas pelo convite. Hoje, aqui estou representando a ABHH, mas eu sou uma tratadora há 18 anos. Eu sou hematologista pediátrica e há 18 anos trabalho no serviço de hemofilias e coagulopatias hereditárias da Universidade Federal de São Paulo.

Então, há um tempo nessa jornada, venho acompanhando, tive a felicidade de começar na hemofilia com a chegada da profilaxia. Vejo o impacto que a profilaxia tem na saúde dos pacientes e trabalho junto das associações de pacientes, sou muito próxima à Associação de Pacientes do Estado de São Paulo (Chesp). A Mariana mesmo, quando precisa, aciona.

A gente, como órgão que representa a sociedade médica, os hematologistas, tem esse papel importante de dar suporte ao Ministério da Saúde nas suas escolhas, nas suas preocupações e nas tentativas de igualar o atendimento. O Brasil é um país continental, são dimensões muito grandes, nós somos a quarta população de portadores, estamos atrás dos Estados Unidos, da China e da Índia, mas nós somos o único desses quatro que compra fator para todo mundo e que tem um programa nacional para todo mundo.

Isso é um grande orgulho para mim, sou muito orgulhosa de a gente... Dentre as doenças raras, muitas pessoas nos procuram e falam: "Nossa, como é que a gente pode um dia ser como a hemofilia?", porque o nosso programa nacional atende a todos, a gente consegue ter números, porque a gente tem essa estrutura, mas a nossa dimensão continental com muitas pessoas também nos dá limitações. E esse, sim, é um trabalho que a gente precisa melhorar – mas ele já existe.

O próprio Ministério tem um comitê de assessoramento técnico, um comitê que é composto por tratadores de todas as regiões do Brasil. Então, tem representantes de tratadores de todas as regiões do Brasil e todas as propostas costumam ser discutidas junto desse CTA, como a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama, para que os próprios tratadores, por exemplo, do Amazonas, do Pará, tragam as suas viagens de barco dos pacientes; coisa que não acontece, por exemplo, aqui em São Paulo.

Do ponto de vista da ABHH, que nós somos, a gente trabalha bastante para fazer suporte técnico, do ponto de vista de evidências científicas, o que a comunidade de hematologistas que faze tratamento de coagulopatias no mundo tem tido como experiência. A gente sabe que o preço é importante para a gente na aquisição de uma medicação, mas não é só o preço, e sim o que aquilo, para o ponto de vista da população brasileira, vai nos ajudar.

Então, precisa ter preço bom para a gente incorporar? Precisa, mas do que mais ele precisa? Tem que ser uma medicação que atenda às necessidades que o Brasil tem. Claro, um menino que tem hemofilia na Suíça é igual a um menino que tem hemofilia no Brasil? Do ponto de vista da doença, talvez, sim; mas, do ponto de vista social no qual ele está incluso, não é.

Então, nem sempre a incorporação feita lá fora vai ser a melhor incorporação para a gente aqui no Brasil, e a gente tem trabalhado, junto com os tratadores e junto com o ministério, nos avanços que nos são permitidos. Sim, eu sou tratadora, eu vejo as crianças aqui, nem todo mundo faz parte dos protocolos que a gente tem; às vezes, a gente tem as excepcionalidades e essas excepcionalidades são levadas ao ministério.

Eu também acho que as associações de Estado, junto com as secretarias de saúde, podem se organizar melhor para que a gente veja melhor cada região. Como eu falei, são regiões diferentes, necessidades diferentes; um garoto daqui de São Paulo não anda de barco, mas ele enfrenta outras coisas que o amazonense, por exemplo, não enfrenta. Eu acho que essa multiplicidade é o que torna mais complexa a resolução do que a gente tem, mas o que eu vejo é que a comunidade, que o desenvolvimento do nosso programa veio de um tripé, tratadores, poder público e os pacientes, e isso permanece hoje nessa conversa; e que é só esse tripé que vai permitir que a gente continue nos avanços que a gente tem.

Participei pessoalmente da incorporação do emicizumabe para as crianças; levantei, junto com as pessoas, os dados científicos que fariam diferença para a gente; e vejo, com muita felicidade, tanto aqui no meu hemocentro como nos hemocentros do Brasil, esse avanço. Eu sei que o avanço vai continuar; estamos aí, junto com o ministério, discutindo uma possibilidade de incorporação de nova e de longa duração, avaliando as novas tecnologias de rebalanço. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendação do concizumabe aconteceu, mas a gente ainda tem outras etapas a serem seguidas; a ABHH está sempre disposta a participar, trazendo, sim, que essa medicina baseada em evidências seja robusta, para que a gente possa ajudar no desenvolvimento do nosso programa.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você – permita-me chamá-la assim, com todo o respeito –, Dra. Christiane Maria Silva Pinto, que também é da Universidade Federal de São Paulo, né? Que bom. É importante as universidades, inclusive nos cursos de formação de profissionais de saúde, abordarem a questão de doenças raras e também da hemofilia.

E eu estava pensando, Dra. Christiane, que todos nós podíamos nos empenhar no caso concreto apontado antes, do problema articular do deslocamento da prótese, para que esse caso tenha solução imediata. A gente pode identificar – eu peço para Mariana e para Indianara enviarem, particularmente, a situação também, para que nós possamos entrar em contato – como Congresso Nacional, mas também como médica, membro da associação – para dizer: "Olha, três anos é um absurdo absoluto; ter um deslocamento de prótese e estar há três anos esperando".

Então, vamos, assim, como resultado imediato desta audiência pública, pensar nesse caso, porque não há, eu penso, justificativa para essa demora desumana – desumana, não é?

Mas obrigado, Dra. Christiane, neste momento; no final, a gente passa novamente a palavra para algumas considerações.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Andrea Garcia, Diretora Técnica do Hemocentro de São José do Rio Preto, São Paulo.

Obrigado também pela participação, assim como das demais pessoas. Juntos... Quer dizer, o interessante de uma audiência é que a resposta tem que ser coletiva, do Executivo, da universidade, da pesquisa, das famílias, todo mundo trabalhando para conduzirmos as soluções que devem ser construídas por todos nós.

Com a palavra a Dra. Andrea Garcia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREA GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

É muito bom participar dessa audiência, minha primeira vez numa audiência. Na verdade, eu não sabia exatamente qual era o meu papel aqui. Prestei atenção em todas essas apresentações, na fala da Chris, que conheço bem; e, como a Chris disse, eu também estou no tratamento dos pacientes com hemofilia há 30 anos – mais que a Cris –, então eu vi bem todo o progresso que aconteceu até hoje e todo o sucesso que a gente vem tendo com o programa nacional. Concordo muito com o que ela disse e, para não ser repetitiva, eu fiquei pensando aqui o que eu poderia fazer: talvez um resumo, um pouco do que eu consigo resumir do que a gente falou até agora.

Eu imagino que existam, então, as necessidades dos pacientes, são necessidades relacionadas a falhas ou não execução do total do programa que já existe. São necessidades relacionadas ao que a gente já tem. E essas necessidades, relacionadas com o que a gente já tem, têm muito de responsabilidade da parte pública disso, do setor público, e da parte dos pacientes também. São pacientes com doenças crônicas, que às vezes se desanimam ao longo do tratamento; falta essa adesão... Então, muito também pelas falhas do que a gente não consegue e poderia oferecer.

Então, acho que são necessidades que o programa poderia (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dra. Andrea, só estou interrompendo – me desculpe – porque, pelo menos para mim, o som diminuiu. Acho que talvez tenha...

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Eu acho que agora está melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora melhorou.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – É porque o meu foninho caiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pois não. Desculpe, pode continuar.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Desculpe.

Então, na verdade, essas necessidades do programa que já existe... É uma necessidade que, às vezes, depende do empenho (*Falha no áudio.*) ... da coordenação do sangue, tem sido grande. A gente escreveu agora, essa semana, uma nota (*Falha no áudio.*) ... pedindo que a gente faça (*Falha no áudio.*) ... cirurgias ortopédicas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Às vezes, sabe, Dra. Andrea... Atrapalhando aí toda a fala também, mas às vezes o som desaparece e depois volta.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Tá, deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só dê um pequeno ajuste aí, que daí nós aproveitamos ao máximo a sua exposição.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Vocês estão ouvindo melhor?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pode falar um pouquinho para ver?

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Vocês estão ouvindo melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos.

A SRA. ANDREA GARCIA (*Por videoconferência*.) – Então, na verdade, o que acontece? Eu acho que, falando das necessidades do próprio programa que já existem: tem uma responsabilidade do paciente para esse programa progredir, ou para que esse programa possa acontecer da melhor forma, e existe um empenho também e toda uma dedicação, que eu tenho visto, da Coordenação do Sangue para que isso seja executado; mas falhas existem. Como a Chris disse – e é verdade –, nós somos um país continental. Existem individualizações que precisam ser feitas, porque existem necessidades diferentes em diferentes locais, então o programa às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica meio difícil de ser executado da mesma forma em todos os lugares. São problemas dentro do programa, de que a gente está falando aqui, que podem ser resolvidos talvez de forma mais fácil.

E um outro tipo de necessidade são as necessidades que não são atendidas por esse programa, que a gente tem que avaliar como elas podem ser executadas, como elas podem ser incorporadas para todos ao longo do tempo agora, desse futuro aí.

Então, eu vejo que são dois tipos de necessidade que a gente está discutindo aqui, a necessidade de algo que precisa ser executado melhor e a necessidade de algo que a gente ainda precisa que seja incorporado e que seja disponível.

Também participei na Conitec da parte da tentativa de incorporação do emicizumabe, que agora foi favorável. E, como diz a Chris, precisa-se de uma etapa agora para que isso seja aplicado, para que essa incorporação realmente aconteça para os pacientes.

Então, são necessidades que estão sendo vistas e que estão sendo analisadas. Com elas a gente vai caminhar para um futuro melhor, para uma qualidade de vida melhor para esses pacientes.

Acho que é isso. E fico à disposição para... Na verdade, eu achei que o meu papel aqui fosse até tentar determinar, dentro da parte médica, se tinha alguma dúvida, algo que eu pudesse contribuir. E, se eu puder contribuir, puder ajudar no entendimento de alguma coisa, eu fico aqui à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, me permita também, com todo o respeito, Dra. Andrea Garcia, Diretora Técnica do Hemocentro de São José do Rio Preto.

Nas considerações finais, depois, se puder também, faça alguma abordagem sobre os avanços da terapia gênica no Brasil – como a gente já teve, por exemplo, para a AME (atrofia muscular espinhal) tipos 1 e 2 e, tanto quanto eu saiba, a Unicamp estava num processo de desenvolvimento interessante nessa área, o que representaria a solução também, não sei se para todas as situações, mas pelo menos para algumas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a terapia seria importante. Nós temos, nas universidades, nos hemocentros, uma capacidade de pesquisa instalada, de conhecimento, de procura de soluções muito grande.

Então, nas doenças raras, esse é um desafio, porque, às vezes, falta esse financiamento. Noutro dia, eu conversava com os pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, e eles têm uma linha de pesquisa muito interessante para a ELA (esclerose lateral amiotrófica), só que eles dizem: "Olha, o problema é que a gente não tem o financiamento regular para que isso aconteça", quer dizer, financiamento regular para que não fique de sobressalto – neste ano, tem; no ano que vem, não tem. Por exemplo, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre tem uma linha de pesquisa também e já participou de audiência pública de glicogenose hepática. Então, já seria uma outra coisa.

Quanto à hemofilia, que é o objeto de hoje, a gente tinha notícias bem interessantes. Eu, pelo menos, achava em relação a uma das universidades de maior prestígio no Brasil, mas pode ser que tenha lá na federal de São Paulo, Escola Paulista, em tantas – na USP, não sei se tem... Em todo caso, eu acho que é um caminho que nós temos que perseguir, porque o Brasil tem toda condição de oferecer, desde que com financiamento adequado, com as nossas instituições, soluções.

Obrigado.

Por enquanto, a gente vai escutar a Dra. Luciana Maria de Barros Carlos – também vamos dar as boas-vindas à Dra. Luciana –, que é Coordenadora-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

Seja muito bem-vinda.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Mariana. Bom dia, Indianara. Bom dia às colegas que estão *online*.

É um prazer estar aqui, neste momento, discutindo a melhoria do acesso e a melhoria do cuidado desses pacientes, principalmente estando no mês de junho, que é um mês dedicado ao doador voluntário, altruísta e anônimo, comemorado no mundo inteiro no dia 14 de junho (Dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial do Doador Voluntário de Sangue), no qual o Brasil tem dado muita visibilidade. Também é um momento em que a gente está comemorando, se a gente puder dizer assim, a autorização para a incorporação do concizumabe para os pacientes com hemofilia B com inibidor.

Então, é um momento muito interessante de a gente discutir, ampliar esta oportunidade de escutar de forma organizada, estruturada, com apoio do Senado – isso é extremamente importante –, para que a gente possa discutir com os pacientes, com os colegas, com os tratadores, com os gestores a melhoria do acesso e a melhoria do tratamento para essa população.

Nós temos um trabalho muito forte do Ministério da Saúde com relação à estruturação e à implementação do programa nacional de tratamento das coagulopatias hereditárias. Esse programa não é uma coisa recente. A gente vem conquistando a melhoria na construção desse tratamento adequado para essa população, desde a implementação do Sistema Nacional de Sangue – também estamos num momento de comemoração dos 25 anos de implementação desse sistema –, e, a partir da implementação do sistema, formado pela Hemorrede Nacional, pelos hemocentros que já foram tão citados aqui e pela Hemobrás, que foi criada em 2004, com o objetivo de tornar o Brasil autossuficiente na produção de hemoderivados, com a coordenação do Ministério da Saúde, a gente tem, nesse sistema, essa estrutura que seria responsável ou é responsável pelo fortalecimento e pela melhoria do cuidado não só dos pacientes com coagulopatia hereditária, mas também dos pacientes com hemoglobinopatia e de todos os pacientes que precisam de transfusão segura e adequada no país.

Então, eu queria deixar clara a felicidade de a gente estar aqui, hoje, podendo compartilhar os avanços que tivemos nos últimos anos, principalmente em 2025 e 2026, e trazer também um pouco da forma como o Ministério da Saúde tem encarado esses desafios que foram colocados aqui e também colocados anteriormente.

Queria também deixar muito clara a disponibilidade e a sensibilidade do Ministério da Saúde em todos os níveis, desde o nível maior, do gabinete do Ministro, ao nível das secretarias. E, dentro da nossa Política Nacional de Sangue, nós temos a Secretaria de Atenção Especializada, com o Secretário Mozart Sales, e a Diretoria de Atenção Especializada, com o Dr. Arthur Mello, o Diretor responsável por onde a coordenação do sangue se encontra. Toda essa estrutura tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dialogado de forma muito aberta, consistente e regular com os pacientes, a partir do diálogo com a Federação Mundial de Hemofilia, com a Federação Brasileira de Hemofilia, que infelizmente não está aqui representada, mas que tem proporcionado momentos de diálogo muito interessante, e com a Mariana e a Indianara, que também estão representadas aqui e que podem testemunhar o interesse, a disponibilidade e a sensibilidade do Ministério da Saúde em estar participando desses momentos de discussão.

Então, nós temos hoje 35.852 pacientes identificados e cadastrados no Programa Nacional de Coagulopatias Hereditárias. Esses pacientes são cadastrados pelos serviços tratadores, pelos serviços que identificam o diagnóstico, que são responsáveis pelo tratamento de suas condições – 34% desses pacientes são pacientes com hemofilia A; 12% são pacientes com outras coagulopatias, também alguns com coagulopatias raras; 6% são pacientes com hemofilia B; e 35% são pacientes com doença de Von Willebrand. Então, são pacientes que são identificados, e a gente sabe onde estão, qual a sua condição de tratamento, onde eles moram, onde e como são tratados. Esse desafio de acompanhamento é um desafio muito importante.

Eu queria citar aqui e agradecer também a presença da área especializada dentro da coordenação do sangue por esse acompanhamento. Temos aqui a Dra. Melina, que é a nossa consultora no tratamento desses pacientes, a Dra. Vera, a Taciana, a Sônia, a Cauanne e a Sahra, que está de férias, mas que também, com certeza, está representada aqui, que são as pessoas que estão, no dia a dia, acompanhando cada paciente cadastrado, cada paciente diagnosticado, cada situação de risco e cada situação de alguma coisa que não deu certo.

Eu queria deixar claro que nós realmente concordamos quando vocês dizem que não são números, são pessoas; e não é apenas o paciente, mas temos famílias, temos o entorno desse paciente, que precisa também ser entendido e precisa também entrar no contexto do tratamento, da melhoria do acesso e da garantia de uma vida melhor, apesar da condição e com a condição que esse paciente apresenta.

Então, essas pessoas – e eu tenho muito orgulho de fazer parte da equipe – estão apoiadas também pela câmara técnica, que já foi citada pela Chris e pela Andrea, que funciona sistematicamente e que envolve a escuta ativa do Ministério da Saúde – da área responsável do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde por esse tratamento para os tratadores – e, para além disso, também da Hemobrás, com a interlocução constante com os pacientes.

Esse grupo da câmara técnica envolve profissionais que estão em todo o Brasil – então, a gente tem profissionais do Sul, do Sudeste, do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste representados –, de forma que a gente possa ter um diálogo sempre muito aberto e muito realista com relação às dificuldades que podem surgir em cada território. Já foi citado aqui e a gente costuma dizer que o Brasil é um país continental, mas isso é verdade. O tratamento não depende apenas da disponibilidade dos medicamentos, ele vai muito além disso. Então, ele precisa do apoio do Ministério da Saúde enquanto coordenador da política, enquanto disponibilizador, enquanto responsável pelo encaminhamento dos medicamentos, mas precisa também da interface dos serviços estaduais e dos serviços municipais. A responsabilidade do Ministério da Saúde extrapola, não é suficiente para garantir tudo o que vocês colocaram aqui, em virtude da necessidade dessa interlocução constante.

Então, o trabalho da Coordenação de Sangue tem a dimensão da necessidade dessa interlocução constante. O Senador citou as universidades como uma interlocução de pesquisa, de futuro e de prospecção de melhoria do tratamento, e nisso a gente tem uma interlocução também, porque as universidades estão presentes também dentro da câmara técnica, representadas pelos profissionais que fazem parte dos serviços e também das universidades. E temos os serviços estaduais, os hemocentros, que são os executores dessa política.

Muitas vezes alguns hemocentros têm uma facilidade em algumas em algumas situações, como, por exemplo, mais especialistas presentes. Então, nós temos estados em que temos um número de hematologistas suficiente para que o tratamento seja feito a partir desse profissional especializado, mas temos estados também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Ô, esse aviso realmente... (*Risos.*) E para mim veio mais forte, né? Nossa!

Então, temos estados também em que a gente tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só, por favor, desconsidere os 60 segundos.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Agradeço, Senador, sua sensibilidade, sua delicadeza.

Temos também estados em que o número de hematologistas é muito pequeno. Isso é um desafio muito grande, inclusive quando a gente pensa também no número de especialistas: odontologistas especializados no tratamento da hemofilia ou de pacientes com coagulopatias hereditárias – eu queria deixar aqui claro que a gente não se atém especificamente à hemofilia, mas também aos pacientes com outras coagulopatias –, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, ortopedistas, cirurgiões, outros especialistas. Este é um desafio do país: formar esses profissionais e ter esses profissionais em todos os territórios.

Então, muitas vezes, a atenção ultraespecializada precisa também passar pelo movimento de centralização de alguns procedimentos mais complexos e mais especializados para que a gente possa ter acesso garantido a todos.

Hoje a gente tem... A Andrea falou do formulário que a gente enviou semana passada, buscando entender a situação dos pacientes com necessidade de intervenções ortopédicas, porque a gente está com um trabalho forte dentro do ministério para viabilizar uma solução de acesso para esses pacientes, de forma que a gente possa ter um movimento de equidade e dar uma prioridade de acesso aos pacientes que tenham uma necessidade de um atendimento mais especializado e mais rápido.

Então, este olhar do tratamento para além do medicamento é um olhar com que o Ministério da Saúde realmente tem se comprometido fortemente, e hoje acho que, como especialista em hematologia – não sou tratadora especificamente de hemofilia, de coagulopatia, mas sou hemoterapeuta –, toquei sempre, na minha trajetória profissional no tratamento desses pacientes, especificamente nas situações de emergência, e a gente tem prospectado no país soluções que alguns estados têm encontrado para problemas que foram citados aqui. Então, o Ceará tem um trabalho muito interessante com relação à identificação das situações de emergência, com um aplicativo chamado SOS Hemofilia, que já está em funcionamento, e a gente tem trabalhado para expandir essa solução para o país. O Estado de Goiás também recentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolveu um sistema muito interessante que apoia os pacientes na sustentabilidade, no manejo dos resíduos que são criados a partir do uso do medicamento. Então, são experiências que podem ser escaladas nacionalmente.

Então, isso também está no radar da gente, na coordenação, para que a gente entenda que não é somente disponibilizar o medicamento, mas é estar do lado do paciente, da família do paciente, para além disso, buscando o que a Federação Brasileira e a Federação Mundial de Hemofilia chamam de *hemophilia-free mind*. Então, é você viver sem ter a doença como a condição, como o centro da sua vida, mas ter, no centro da sua vida, o que você precisa fazer como pessoa, como cidadão, vivendo e aproveitando todas as oportunidades e todos os desafios que existem no cotidiano de cada um, e ter o tratamento e ter o cuidado da hemofilia garantidos para que essa qualidade de vida plena possa ser adquirida.

Então, a gente tem trabalhado muito fortemente com isso.

Queria também deixar claro que a incorporação de novas tecnologias é uma realidade. A gente tem uma sensibilidade muito grande. E essa incorporação não leva em consideração apenas as questões orçamentárias, é muito além disso, mas existe o compromisso de que as incorporações sejam feitas a partir de evidências clínicas.

Queria também deixar claro que a incorporação de novas tecnologias é uma realidade. A gente tem uma sensibilidade muito grande, e essa incorporação não leva em consideração apenas as questões orçamentárias – é muito além disso –, mas existe o compromisso de que as incorporações sejam feitas a partir de evidências clínicas. Então, algumas coisas que vocês falaram que não foram incorporadas é porque ainda não temos evidências clínicas fortes ou suficientes para amparar essa incorporação. Então, o compromisso do ministério tem sido incorporar o que tem de novo no mundo com relação à melhoria do tratamento, mas de forma que não coloque a nossa população em risco e que não traga para a nossa população experiências. Então, a gente tem sido muito cuidadoso com relação a isso. E isso o ministério não faz apenas na hemofilia, a gente tem tecnologias e tem estruturas dentro do ministério que são guardiões dessa incorporação de tecnologias amparadas na evidência clínica e na melhoria do cuidado da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse tipo de discussão é um momento ímpar, muito forte e muito qualificado e gostaria de deixar claro que a Coordenação de Sangue, a Diretoria do Daet, a Secretaria de Atenção Especializada e o próprio Ministério da Saúde estão sempre disponíveis para participar desse tipo de evento, desse tipo de discussão e dos eventos que promovem uma discussão mais detalhada. Então, no último ano, a gente participou de vários momentos de discussão, porque nós entendemos que ouvir o paciente, ouvir a família, ouvir os amigos do paciente, ouvir os tratadores, não apenas o médico, mas a equipe multidisciplinar – e aqui eu queria colocar todos os profissionais que eu já citei: os odontólogos; os fisioterapeutas, que eu não tinha citado; os farmacêuticos; os assistentes sociais; os psicólogos; e os profissionais médicos não apenas da especialidade de hematologia –, ouvir todo mundo, ouvir esse ecossistema faz com que a gente traga valor para o cuidado desses pacientes.

Então, dentro do ministério, a gente acompanha diariamente a entrega dos medicamentos nos territórios, para que não haja falha nessa entrega. Nós recebemos essas situações que vocês pontuaram do Pará, do Paraná e de São Paulo e já enviamos uma comunicação para os hemocentros responsáveis. O Pará e o Paraná não tinham conhecimento desse problema. Em São Paulo, nós fizemos uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde, que aconteceu há um mês, um mês e meio, em que a gente detectou que lá, em alguns momentos, há problema de logística interna. Então, isso está sendo tratado.

Mas o que eu queria deixar claro é que o compromisso da Coordenação-Geral de Sangue e das outras instâncias que já foram citadas por mim aqui é realmente que cada paciente possa receber o cuidado. Eu não queria falar só de tratamento, mas do cuidado para que essa sua condição não seja um limitador da sua própria vida e que essa condição não seja um peso no desenvolvimento social dessa pessoa e dessa família. Então, esse é um desafio, mas não é um desafio apenas para o Brasil. Como já foi citado, é um desafio grande para o Brasil, porque nós somos a quarta população de hemofilia do mundo, mas nós somos o único país que trazemos para o poder público a responsabilidade de garantir o acesso aos medicamentos para todos os pacientes. Então, isso é um desafio forte, é um desafio muito interessante, do qual acho que nós, como cidadãos brasileiros, devemos nos orgulhar e que só conseguiremos se tivermos realmente essa interlocução e esse diálogo constante, com um compromisso e uma disponibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarmos sempre entendendo quais as dificuldades para corrigir os problemas dentro do que seja possível.

E aí o Senador falou da terapia gênica, e a gente tinha uma expectativa muito forte da terapia gênica como solução definitiva até para o tratamento da hemofilia, mas as pesquisas foram interrompidas em nível mundial. Então, a gente ainda está tendo que esperar um pouco do ponto de vista de acesso a todos os pacientes com relação a essas alternativas. Mas, quanto a essa mudança no tratamento da hemofilia que a gente está vivendo agora, que eram pacientes que dependiam sempre da reposição do fator de coagulação e agora a gente ter outras tecnologias e outras possibilidades disponíveis, acho que é um momento histórico que a gente está vivendo. O Brasil tem sido muito sensível e tem acompanhado *pari passu* esses avanços tecnológicos.

Então, assim, ter o concizumabe já em vias de incorporação, ter o emicizumabe já incorporado para os pacientes de zero a seis anos, facilitando e melhorando a adesão do tratamento dos pacientes é um testemunho disso. A Coordenação de Sangue e o próprio ministério têm o compromisso de estar sempre avançando e ouvindo, obviamente, os tratadores, de ter muito cuidado de a incorporação estar pautada em benefícios e em evidências bem estabelecidas e de ouvir também o paciente de uma forma organizada, dentro do Serviço Nacional de Saúde, e suas famílias, participando dos eventos promovidos pelas federações e pelas associações, de forma que a gente possa estar sempre ouvindo e estar sempre participando e fazendo essa interlocução organizada e qualificada com o principal interessado na melhoria do cuidado, que é o próprio paciente.

E aí deixo para vocês como uma mensagem final esse compromisso nosso em duas situações, vamos dizer assim, mais individualizadas, que seria o fortalecimento do diagnóstico, como eu falei para vocês, a diversidade do Brasil e a ausência de, em alguns estados, serviços mais especializados, a dificuldade de ter serviços mais especializados em todos os estados pode ser um problema. Então, a gente está trabalhando, inclusive com a Federação Mundial de Hemofilia, para que a gente possa fazer uma estruturação do diagnóstico a partir dos centros mais qualificados, inclusive incluindo métodos mais robustos de diagnóstico, e também a ampliação do tratamento, não só com a incorporação de novos medicamentos, mas vendo também os tratamentos em que o paciente precisa de apoio em outras unidades como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

odontologia, ortopedia e fisioterapia. Acho que fisioterapia foi pouco tocada aqui, a gente precisa ter o fortalecimento da fisioterapia nos territórios, para que o paciente possa ter acesso realmente e ter uma menor repercussão articular de sua condição.

E eu espero que essa mudança que a gente vê... Eu, com 30 anos de acompanhamento de pacientes, já consigo ver uma mudança dos pacientes que começaram o seu tratamento antes da implementação da profilaxia, depois da implementação da profilaxia. Espero também poder testemunhar o que a gente vai ver daqui a uns cinco ou dez anos, a mudança do perfil dos pacientes após a incorporação do emicizumabe e do concizumabe e de novas drogas e medicamentos que também a gente está prospectando para o tratamento do paciente com hemofilia B.

Então, acho que a gente está num lugar melhor do que o lugar em que já estivemos, mas a gente sempre tem o compromisso de construir, ao lado da sociedade, como gestora, como tratadora e como cidadã brasileira também, um lugar melhor.

Que o futuro nos reserve esse lugar melhor do que o que estamos agora! Mas acho que a gente já pode se orgulhar e já pode ser um testemunho para o mundo. Inclusive, uma coisa que a gente tem ouvido em eventos internacionais: o Brasil tem sido muito saudado internacionalmente com relação ao que conseguiu fazer, apesar dos desafios de ser um país continental, de ter uma população muito grande de pacientes e de ter uma diversidade regional muito importante, com situações geográficas que muitas vezes poderiam ser um impedimento para o tratamento, mas que são tratadas como um desafio vencido, porque os pacientes conseguem fazer o tratamento apesar disso.

Então, gostaria de agradecer a oportunidade e fico disponível para as informações que possam ser necessárias a partir de agora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos a você, Dra. Luciana Maria de Barros Carlos, que é Coordenadora-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; participação também muito importante, com uma solidariedade grande com toda a área, atenção. Isso é muito importante. Agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até faria um apelo, Dra. Luciana, para que o Ministério da Saúde também possa, com a ajuda da Mariana e da Indianara, localizar aquela situação do deslocamento da prótese, para que a pessoa possa fazer uma cirurgia depois deste tempo, três anos. Eu penso que uma cirurgia de deslocamento de prótese, teoricamente, não deveria ser algo tão difícil, mas podemos ajudar. E faria esse apelo à senhora, para que o Ministério da Saúde pegue os dados e veja onde está essa situação para fazermos uma coisa importante.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Sim, Senador. Semana passada, nós enviamos para todos os estados uma solicitação de informações sobre as situações de necessidade de cirurgias ortopédicas para esses pacientes. Certamente esse paciente virá nesse levantamento que estamos fazendo, mas estamos à disposição para fazer a interlocução com o estado onde o paciente se encontrar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – ... para que a gente possa agilizar alguma coisa, na medida do possível e na medida da disponibilidade dessa solução no estado – até fazer uma interlocução para que esse paciente possa ser levado para outro local. Eu acho que isso é uma coisa que podemos interagir junto ao Conass, com os secretários estaduais de saúde, para que isso possa ser viabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Isto é importante: que a gente possa dar essa resposta também fruto desta audiência.

Lembro a todos que nos acompanham pelo Brasil que, agora, em função de uma legislação aprovada no Congresso Nacional recentemente, a representação de todas as áreas cujos protocolos, medicamentos que estejam sendo discutidos na Conitec, a representação da área tem que estar presente. Então, quando se discute hemofilia, a representação social da área tem que estar presente na reunião, o que a gente considera um avanço, assim, muito importante, no sentido, inclusive, do que a Dra. Luciana falou, de escutarmos sempre a família, os pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só se pudesse alguém abordar um pouco mais uma pergunta que até veio do Dênis, de São Paulo, sobre como é o protocolo nas unidades básicas de saúde, para dar uma ideia, pelo menos, de como isso está acontecendo, ouvir as famílias – lógico – e sempre lembrar que o sistema de saúde, dentro da organização de um sistema nacional, do SUS, o que acontece também na educação, na assistência, na segurança, é tripartite: sempre municípios, estados e Governo Federal, que também fazem essa parte.

Inclusive, eu falei na terapia gênica, mas há um avanço importante na questão dos medicamentos, porque, na fibrose cística, o Ministério da Saúde, a Conitec incorporou recentemente uma medicação que permite a interrupção do ciclo da doença. Não é uma cura, mas é a interrupção que causa, como consequência, uma qualidade de vida muito melhor para os pacientes, até parabenizando por essa possibilidade.

A Dra. Christiane levantou a mão; então, por favor, com a palavra, Dra. Christiane.

A SRA. CHRISTIANE MARIA SILVA PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de responder o questionamento, porque, como eu estou em São Paulo, fica fácil. Quando saiu a nossa portaria para profilaxia, existia uma menção na portaria de que a efetivação da profilaxia tem que estar de mãos dadas com a atenção secundária e primária, ou seja, o estado e o município precisam estar de mãos dadas conosco para que isso seja efetivado.

Infelizmente, essa informação não está na mão do pessoal da UBS. Então, aqui, em São Paulo, na cidade de São Paulo, o Chesp, que é a associação de pacientes do estado, tem conversado com a prefeitura. Eles fizeram uma reunião, inclusive, com o secretário, com o assessor de doenças raras do município, e a gente tem trabalhado com isso, entrado em contato toda vez em que a gente tem uma dificuldade maior. Às vezes, a gente o aciona, e ele consegue acionar a UBS. São muitas, né? Imagina, numa cidade como São Paulo, quantas UBS a gente tem.

Então, assim, nem sempre a gente, a UBS tem a ciência de como fazer, de como receber e de que precisa ser uma mão ali, no cuidado desse paciente, mas, às vezes, eu mando a portaria para os meus pacientes especiais. Já precisei mandar a portaria algumas vezes, mas com a chegada desse novo assessor técnico de doenças raras, que é um geneticista, isso melhorou bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista de outros municípios, talvez a gente precise, como eu falei, caminhar junto com a associação de pacientes. Para a gente sempre é muito valoroso, porque o paciente procura a associação e, às vezes, a própria assistente social da própria associação mune o paciente para resolver. Algumas vezes, ela faz este entremeio da UBS conosco: a minha enfermeira põe a enfermeira do hemocentro em contato com a enfermeira da UBS, para que viabilize alguma orientação melhor... Isso é sempre muito bom.

Os hemocentros normalmente estão de portas abertas para capacitar qualquer outro profissional que tenha dúvida em relação à medicação, e isso é bem importante.

Então, eu acho que as associações locais de pacientes, as estaduais, podem nos ajudar muito nisso.

A Andrea pediu para falar, mas eu creio que eu possa ter respondido ao Dênis aí sobre o que ele está falando a respeito das UBS.

Então, como toda cidade... Aqui a gente atende à Grande São Paulo, então, às vezes, eu preciso conversar com a UBS de Santo André, com a UBS de Guarulhos, de Osasco... Não é só da cidade onde a gente está.

Eu consigo... Hoje eu tenho a Secretaria Municipal de Saúde da Grande São Paulo que tem orientação, mas eu tenho outras secretarias municipais que não, e aí a gente vai fazendo abordagem pessoal mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

A Dr. Andrea Garcia também quer contribuir, eu acho, para este debate.

Por favor, Dra. Andrea.

A SRA. ANDREA GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, acho que eu posso até confirmar o que a Chris disse. O que o hemocentro tenta fazer, que eu acho que os hemocentros fazem, é um contato direto com cada UBS à qual os pacientes estão vinculados.

Então, o que é que a gente faz aqui? Em São José do Rio Preto, está responsável o hemocentro por mais de cem cidades ao redor de São José do Rio Preto. Então, os pacientes... A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz o levantamento, a gente já fez isso há um tempo, de quais são os municípios envolvidos, fazemos capacitação presencial e, a cada novo diagnóstico, a gente entra em contato.

Porque o que é que a UBS pode fazer para a gente? Pode assessorar no momento da infusão do fator e ter acesso à família, à casa, através dos agentes de saúde, que vão fazer um levantamento de como está a casa desse paciente, se ele precisa de alguma coisa ou se a gente precisa entrar em contato com o paciente. Então, assim, a assistente social nos ajuda também nesse contato, e a enfermagem tem ligação direta com essas UBS.

Então, a ajuda que a gente recebe é para executar o protocolo. É isso que a gente consegue da UBS.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Eu passo a palavra à Mariana Battazza, que é Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia, se deseja acrescentar também.

A SRA. MARIANA BATTAZZA (Para expor.) – Sim, sim.

Obrigada, Senador, e mais uma vez agradeço pela oportunidade dessa discussão aqui tão rica.

Eu queria agradecer à Dra. Luciana e a toda a equipe aqui da coordenação, coisa que eu não fiz no início, porque eu estava um pouco tensa, preocupada com o tempo, mas a gente percebe, de um tempo para cá principalmente, desde a sua entrada na coordenação, Dra. Luciana, uma sensibilidade, uma abertura maior da coordenação e, com essa interlocução com o Ministério da Saúde, a gente também consegue perceber que existe uma movimentação muito maior. Por isso a gente tem tido essas conquistas desde o ano passado, e isso nos traz muita alegria.

Eu queria dizer que essa expressão cunhada, *hemophilia-free mind*, que a Federação Mundial coloca muito e que é também o que nos move, foi cunhada num artigo científico com o Dr. Cedric Hermans e o Dr. Glenn Pierce, que é o meu marido, e a gente tem uma interlocução muito grande também com a Federação Mundial. Apesar de não sermos filiados à Federação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial, a gente tem uma proximidade muito grande, profissional e pessoal também, o que nos permite, claro, estar inteirados de todo o contexto mundial do tratamento da hemofilia, de todos os desafios não só no Brasil, mas também internacionalmente.

E eu quero aqui deixar a Abraphem à disposição. A gente quer muito colaborar com todas as construções de políticas públicas e com todo o planejamento de linha de cuidado; participar, como titular ou como convidado, de reuniões que a coordenação possa fazer e em que tenha interesse em ouvir os pacientes. A gente está aberto e a gente deseja muito trazer essa colaboração.

Um ponto só que eu queria colocar, em relação às novas tecnologias...

Ah, primeiro eu queria destacar... Não sei se foi a Dra. Andrea ou a Dra. Chris que comentou que, em relação às outras doenças raras, a hemofilia está muito na frente, e é verdade: toda doença rara queria ser uma hemofilia no Brasil.

A gente tem orgulho de ter esse programa tão bem estruturado, mas a gente sabe que ainda há muito a ser feito. E, como a Dra. Luciana mesma comentou, a gente tem esse compromisso com a construção do que é melhor possível.

E, especificamente em relação às novas terapias, o que a gente tem tido agora, no mundo, a gente tem assistido a algo que é inédito, que são inovações tecnológicas que trazem o paciente para um nível de cuidado muito mais elevado do que antes.

Quando a gente passou do fator plasmático para o fator recombinante, a gente deu um passo, mas, quando a gente passa para um anticorpo monoclonal ou para uma terapia de rebalanço, a gente está dando muitos passos. E a gente já sabe que não vai parar por aqui: a inovação científica ainda vai ser maior que isso.

Eu gosto de usar muito o exemplo da diabete, porque, atualmente, no mundo, as terapias de diabete consideradas terapias ouro deixam o paciente num nível normal de insulina: ele não vai de 400 para 300 ou para 350; a ideia é que ele fique num patamar de normalidade.

A gente ainda não chegou lá na hemofilia, mas a gente sabe que a gente está nesse caminho. Então, é muito importante a gente ter essa consciência de que as terapias que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vindo para a incorporação agora – e a gente sabe que não vai parar por aqui, tem novas drogas já dando entrada na Conitec – trazem um diferencial muito grande dentro do contexto do tratamento, e isso vai mudar muito a vida dos pacientes e também o contexto das necessidades que eles têm em relação ao resto do cuidado. Por exemplo, uma terapia subcutânea não exige tanto da enfermagem quanto exige uma terapia endovenosa.

Então, a gente entende, sim, que parte das demandas que nós trouxemos é muito mais relacionada às secretarias de saúde e a esse trabalho interconectado, e é por isso que a gente também já levou para o Conselho Nacional de Saúde a demanda de incluir a hemofilia dentro da portaria das doenças raras.

E a gente se coloca à disposição, mais uma vez, para essa interlocução com todos esses entes governamentais que são responsáveis pelo cuidado integral da hemofilia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado pela participação, muito importante, Mariana. Parabéns pelo trabalho desenvolvido pela Associação Brasileira.

E continuemos firmes na caminhada. É muito importante.

Também passo a palavra à Presidente da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia, aqui de Apucarana, Paraná, Indianara Ramos Galhardo.

Com a palavra.

A SRA. INDIANARA RAMOS GALHARDO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

É muito bom realmente a gente ter este momento de diálogo, de discussão, para trazer as demandas recebidas pela instituição, para a gente, juntos... Acredito realmente que são estes atores que estão aqui que constroem o acesso, que constroem a melhoria na questão das políticas públicas.

E uma coisa que foi colocada pelas doutoras é essa questão de como é, por exemplo, a questão da UBS. Então, a Dra. Andrea comentou que, dentro do hemocentro onde ela está, contata-se a UBS, a Doutora também trouxe como funciona ali em São Paulo... Então, cada estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter uma forma de abordagem. Então, eu acho que é para esse olhar que a gente precisa estar atento. Cada hemocentro tem uma forma; então, a gente precisa tentar padronizar isso.

Por exemplo, se eu recebo o diagnóstico hoje, e o hemocentro contata a UBS onde estou inserida com o meu filho, eu não vou ter que chegar lá à UBS e explicar, implorar, o que acontece muitas vezes.

Nós tivemos um caso, no Dia Mundial da Hemofilia, em que um pai chegou com uma carta ao hemocentro, para que pudessem fazer o fator no filho, e, porque estava na carta segunda, quarta e sexta – e aquele pai foi na quinta, porque ele precisou trocar a data –, o pessoal daquele centro, daquela UBS, não fez o fator, aquele enfermeiro se negou a fazer. E isso a gente contatou, a gente explicou, a gente se colocou à disposição: "Vamos ligar para o hemocentro, vamos contatar o hemocentro"... "Não, não podemos, porque está escrito 'segunda, quarta e sexta'". Então, é esse engessar.

A gente compreende que, realmente, a coordenação tem feito um trabalho brilhante, dentro daquilo que lhe cabe, porém, o município precisa também se atentar, o estado precisa se atentar.

Em Apucarana, a gente tem feito inúmeros eventos com profissionais, por exemplo, da saúde, para explicar sobre isso. "Olha, se chegar um paciente, como que vai ser essa orientação? Quem você tem que contatar? Contate o centro de tratamento desse paciente".

Então, nós entendemos que é um trabalho feito em conjunto.

Nós temos a nossa responsabilidade, como instituição, de representar realmente a voz do paciente e trazer casos que realmente acontecem. Nós, hoje, conseguimos ocupar espaços dentro da sociedade, dentro dos órgãos... Por exemplo, a Conitec.

Quando houve essa questão de trazer a representação para dentro da Conitec, a Abraphem se cadastrou com toda a documentação, está apta para participar dessas reuniões, e, em todas as reuniões referentes à hemofilia que aconteceram desde a primeira reunião da Conitec em que tem a participação de organização da sociedade civil, a Abraphem está fazendo essa representação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos em três cadeiras de comitês do Conselho Nacional de Saúde, porque, realmente, o nosso trabalho é muito pautado na seriedade, no compromisso e olhando para tudo isso.

Então, todos esses casos que a gente traz, mais uma vez eu digo... Às vezes, a pessoa fala "nossa, essa menina só reclama", mas eu preciso falar, porque não vai ser esse paciente... Às vezes, ele não foi ouvido – esse paciente da ortopedia, esse paciente da prótese. A gente notificou o estado, o estado ainda não me respondeu; nós notificamos também o próprio Hemocentro.

O Hemocentro agradeceu também, foi muito bacana, porque a gente levou essa questão para o Hemocentro, a gente está reportando ao Estado...

Então, dentro da Abraphem, esse é o nosso papel, meu papel, sendo representante de uma associação, sendo mãe de um paciente... Eu escuto dores todos os dias.

Sabe, Senador, eu sou uma dessas mães que, quando recebi o diagnóstico do meu filho, pausei a minha vida, eu parei a minha vida, eu parei de estudar, eu parei tudo para eu aprender. Eu retornei para a universidade e eu acabei de me formar como assistente social, três meses atrás. Eu parei o meu curso, quando recebi o diagnóstico do meu filho de hemofilia.

E, dentro da Abraphem, eu entendi que eu não podia ser apenas uma mãe. Eu precisava realmente ser uma profissional qualificada, que vai estudar sobre a política, que vai estudar sobre o acesso, que vai estudar e se debruçar, para que eu traga dados reais, dados factíveis, para que a gente construa política juntos.

O nosso papel é construir um Brasil com maior acesso, com maior autonomia, com maior qualidade de vida, e a Abraphem está aqui para isso, para trazer e representar a voz dos pacientes com toda essa qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, viu, Indianara? Muito importante a sua participação.

A gente percebe que, de fato, vocês, como família, como mães, como profissionais, defendem a dignidade, o atendimento, a linha de cuidado, direitos humanos no decorrer da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu peço que vocês, inclusive, nos auxiliem, porque nós vamos elaborar no Senado – como desdobramento dessa audiência pública e com a participação tão importante, tão boa, tão elogiada da Dra. Luciana, que é a coordenadora também, e da Dra. Andrea e Christiane, também do ponto de vista do Hemocentro de pesquisas – também um documento da linha de cuidados, ciclo da vida.

Ciclo da vida é o acompanhamento de políticas públicas. E, dentro desse ponto de vista, é tranquilo de dizer: "Olha, avançamos". Onde que avançamos? Como foi dito antes, precisa melhorar? Precisa, a gente sabe que vai precisar melhorar a vida toda. Então, vamos colocar isso no papel.

E precisamos avançar para coisas novas, e isso vai acontecer a vida toda também. Não é agora, mas daqui a cinco anos, dez anos, como foi mencionado, haverá outra realidade histórica também para ser abordada.

Muito bem, Dra. Luciana, também a gente agradece de novo a sua presença... Passo a palavra para você...

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Para você.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... para alguma consideração.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS (Para expor.) – É para você, por favor, Senador.

Eu gostaria de colocar que o Ministério da Saúde prepara materiais com apoio da Câmara Técnica, com apoio da rede toda, da Hemorrede, e inclusive das universidades, prepara materiais com protocolos que estão disponíveis para toda a rede de saúde do país.

A gente está fazendo algumas interlocuções dentro do Ministério, para discutir uma forma de capacitação mais qualificada para o pessoal da assistência básica, os postos, as unidades básicas de saúde, para que a gente possa ter, quando o paciente chegar – não apenas o paciente com coagulopatia, mas esses pacientes com necessidade de tratamento e de abordagem mais especializadas –, eles saibam entender quais as principais necessidades desse paciente, e eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também possam referenciar, naquele estado, naquele município, quem é o responsável por fazer o acompanhamento e por fazer as orientações.

Essa experiência que foi citada, de o hemocentro entrar em contato com a UBS, é uma experiência que não é pontual, é uma experiência que acontece na maior parte dos estados do país. Os hemocentros têm equipes preparadas e disponíveis para fazer essa interlocução, essa interconsulta do especialista com o colega que está na ponta recebendo esse paciente.

E eu queria fazer uma reparação na minha fala, em que eu citei vários especialistas e não citei a enfermagem. A enfermagem tem um papel muito importante, fundamental, no acompanhamento e na qualificação do cuidado desses pacientes. Então, é uma equipe realmente multidisciplinar, que precisa estar envolvida diariamente – e não apenas de dia; eu falo diariamente, mas também, em se tratando desse tipo de cuidado, a gente precisa que esse cuidado seja realmente 24 x 7, que a gente tenha atenção à noite, nos feriados, nos finais de semana, para que esses pacientes recebam essas orientações. E não apenas o paciente, mas para que os colegas que estão recebendo o paciente na ponta, na emergência, na UBS, na UPA possam ter com quem falar de uma forma qualificada e recebam essa orientação especializada dessa maneira.

Queria também destacar que a Coordenação do Sangue, através da área de coagulopatias, faz visitas técnicas periódicas e sistemáticas aos territórios. Então, nessas visitas técnicas a gente vê toda a parte de armazenamento, logística, distribuição dos medicamentos; mas também, para além disso, como esses pacientes estão cadastrados, vemos a qualificação dos dados que estão inseridos no Sistema Hemovida Web - Coagulopatias, que é também uma base de dados interessantíssima e importantíssima para o acompanhamento e planejamento das ações de forma bem feita, porque se a gente não tem dados, a gente não consegue planejar e executar a contento.

Então, essas visitas são muito importantes e eu queria deixar claro que elas acontecem e que elas envolvem não apenas o coordenador estadual responsável pelo tratamento, mas, muitas vezes, também avançam para as secretarias estaduais e municipais de saúde. É um programa que está bem estruturado; que tem ferramentas capazes de identificar problemas e corrigir esses problemas, de prevenir a ocorrência dos problemas também – isso, talvez, seja o mais importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e que está à disposição, realmente, da população brasileira como um todo e dessa população de pacientes, voltado para a melhoria do cuidado.

No ano passado, nós tivemos duas experiências muito interessantes que envolveram todos os hemocentros do país. Os hemocentros têm um movimento chamado Hemocentros Unidos e nós tivemos em julho, aqui em Brasília, um evento que trouxe todos os hemocentros do país para discutir dificuldades, possibilidades, soluções; depois, nós participamos também do Juntos pela Hemofilia, com a federação brasileira; e depois, recebemos a Federação Mundial de Hemofilia aqui no ministério. Então, essa interlocução é necessária. Ela não é apenas protocolar nem burocrática, mas ela é necessária para que todos possam ser ouvidos e todos possam interagir na busca das soluções e do avanço do cuidado dos pacientes.

Eu queria também deixar uma palavra de agradecimento a esse enorme grupo, esse enorme ecossistema de profissionais, de mães, de famílias, de professores, de tantas pessoas que são envolvidas, que têm sensibilidade, que se disponibilizam para contribuir voluntariamente, todos os profissionais da câmara técnica, todos os profissionais que trabalham ajudando na construção dos manuais e dos protocolos, fazendo as consultorias técnicas que são solicitadas continuamente pelo Ministério, trabalhando de forma voluntária, contribuindo para que a gente tenha um dos melhores e maiores programas de tratamento e de cuidado da hemofilia do mundo.

Um programa que é – como já foi dito – citado como uma experiência de sucesso e um programa que tem sido visualizado como uma experiência a ser copiada também por outros países. Então, acho que isso traz uma responsabilidade ainda maior para a gente, de estar sempre buscando ter esse olhar disruptivo. É uma doença... É uma condição, eu não queria falar em doença, mas é uma condição que vai acompanhar a pessoa por toda a sua vida, que exige cuidados muito constantes, e essas pessoas precisam de apoio. E acho que o Brasil conseguiu estruturar um programa que tem esse olhar para uma atenção integral, e isso só fala a favor dessa opção que nós fizemos há tantos anos, de construir um Sistema Único de Saúde – que agora já está completando 36 anos – e, dentro desse sistema, ter um programa nacional do sangue voltado para atendimento com qualidade e segurança para todos os doadores e pacientes.

E queria citar novamente a importância da Hemobrás como a empresa brasileira responsável pela produção dos hemoderivados e que já não está se atendo apenas a isso, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também já começou a se envolver na produção de fatores de coagulação, fatores pela tecnologia de biologia molecular, fatores recombinantes, e que também já está também tendo interlocução para avançar na produção de outras soluções, de outros medicamentos. Então, a gente tem um ativo importantíssimo na Hemobrás para tornar o Brasil autossuficiente no tratamento desses pacientes.

Coloco-me novamente à disposição e queria agradecer e parabenizar todos os profissionais e todas as pessoas que trabalham e trabalharam historicamente; e que trabalharão também, porque a construção desse sistema não acaba, é uma coisa viva que a gente vai estar construindo todos os dias. Todos precisam, realmente, ter essa contribuição reconhecida.

E quero me colocar novamente à disposição e agradecer, Senador, a oportunidade de estar falando aqui, e a sua gentileza, porque eu falo muito, de me deixar esgotar a minha fala, colocando-me realmente à disposição de vocês para continuar essa interlocução de forma constante, diária e aberta, no sentido de construir, realmente, um futuro e um presente melhor para essa população de pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, viu, Luciana? Não é questão de falar muito, é falar as coisas que às vezes demoram um pouco mais porque são importantes e necessárias para orientar as famílias, as pessoas, a comunidade.

Bom, eu penso... Não sei se a Dra. Christiane ou Dra. Andrea... Está tudo bem? Tudo em ordem? Tranquilos? Então, está bem.

Eu penso que foi uma audiência pública muito interessante, importante... (*Pausa.*)

Dra. Andrea levantou a mão.

Pois não, Dra. Andrea.

A SRA. ANDREA GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria responder à sua pergunta – obrigada pela oportunidade – sobre a terapia gênica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terapia gênica no Brasil ainda é em nível de estudos – protocolos ainda, em nível de estudo. Existe já a possibilidade de se fazer isso em outros países, mas aqui no Brasil ainda a possibilidade é através de um estudo.

A Unicamp tem estudos de terapia gênica. A Dra. Margareth entra em contato com alguns centros para recrutar pacientes, então pacientes não só de Campinas, mas de outros locais poderiam fazer esse tratamento, mas em nível de estudo.

E eu penso assim: com as novas terapias, talvez a terapia gênica... Eu não sei qual vai ser o futuro dela. Existem outras alternativas que são mais simples de executar – não são mais baratas, mas são mais simples –, que talvez entrem aí como uma possibilidade para ser tentada antes de se chegar a uma terapia gênica. Então, não sei qual vai ser o futuro da terapia gênica com essas novas drogas, novas possibilidades, com o sucesso da efetividade de tratamento do emicizumabe, de terapias de rebalanço... Então, existe essa outra visão ainda.

Mas é isso. Só queria agradecer a oportunidade de discutir isso com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Dra. Andrea, à Dra. Christiane, Mariana, Indianara, da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia, Dra. Luciana.

Quero enaltecer a presença dos profissionais todos, dos consultores também, no Plenário da Comissão de Assuntos Sociais, e dizer novamente, reforçar que, no Senado Federal, independentemente de partido político, de posição ideológica, todos estão juntos, ao lado, caminhando juntos com toda a questão de doenças raras, no caso da hemofilia também. Então, há um apoio geral, irrestrito para a área – da Presidência do Senado também, do Senador Davi Alcolumbre, que sempre ressalta esses aspectos; também da nossa Comissão de Assuntos Sociais e do Presidente Marcelo Castro, que inclusive é médico também, médico não dessa área, mas médico psiquiatra.

Quero agradecer aos meios de comunicação do Senado, todos eles, que transmitiram e transmitem ao vivo. Isso é muito importante para sensibilizar, conscientizar, para as pessoas terem acesso à informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou dizer de novo que todo o material ficará disponível no Portal da Comissão de Assuntos Sociais, tanto as falas, como o que foi visualmente apresentado.

E quero agradecer a todas as expositoras – hoje é feminino: agradecer às expositoras, não tem os expositores – e quero desejar que continuem firmes, com coragem, com esperança, com diálogo, e que a gente possa avançar. É um esforço coletivo. Todo mundo tem que estar junto nessa caminhada para dar certo – unidade básica, Estado, ministério, universidades, Congresso, mães, pacientes –, isto que é o bonito também: fruto do esforço coletivo, o Brasil, nesta área e em outras também, pode ser muito melhor.

Obrigado então a todos. Agradeço às pessoas que nos acompanharam também pelos meios de comunicação e deixo um grande abraço.

Nada mais ainda a tratar, declaro encerrada, com muita alegria pela qualidade de tudo, a presente audiência pública.

Grande abraço!

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Dra. Eudócia e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Hermes Klann e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3420, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ausência remunerada de 3 (três) dias consecutivos ao empregado em razão de acolhimento familiar de criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2864, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 274, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever o Micro Empreendedor Jovem." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 592, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental a educação alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1257, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar o acesso a tecnologias direcionadas à preservação da saúde mental e cognitiva da pessoa idosa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5099, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1988, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paralisia Cerebral." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 68, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019 seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Sergio Moro (PL/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, seja incluí´do o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 77, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 78, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

14.601, de 19 de junho de 2023" seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 79, de 2026** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para lançar a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), sobre a relevância e as contrapartidas do setor filantrópico brasileiro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Lei n° 929, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre à falsificação de medicamentos oncológicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 2364, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/01

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 578, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia de despacho que trata de auditoria operacional nas condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

- Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e assembleias legislativas, contendo considerações sobre assistência social, saúde e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio de recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente.

E agora eu consulto os colegas Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 929, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a falsificação de medicamentos oncológicos, e dá outras providências, e do Projeto de Lei nº 2.364, de 2021, que institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam as inclusões extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Pausa.*)

Quero dar um bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras. Está aqui a nossa querida Senadora Jussara Lima; nosso querido Senador Marcos Pontes; e nosso querido Senador Flávio Arns, que está por videoconferência.

Eu vou logo ao item 1, Senador Flávio Arns.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3420, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ausência remunerada de 3 (três) dias consecutivos ao empregado em razão de acolhimento familiar de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto e de duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Será realizada uma única votação para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa. Quero cumprimentá-la, Senadora Eudócia, também os demais Senadores presentes no Plenário da Comissão e todos e todas que nos acompanham; e parabenizar o Senador Alan Rick pela apresentação do projeto, muito importante, interessante e necessário.

Se V. Exa. me permite, eu passo para a análise. Os relatórios já estão distribuídos também.

A matéria está de acordo com a legislação vigente, o que é importante.

No mérito, a proposta merece aprovação.

A Constituição Federal, em seu art. 227, estabelece o dever da família, da sociedade, do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária. O ECA, ao densificar esse mandamento, determina, no art. 34, §1º, que o acolhimento familiar tem preferência sobre o institucional e, no art. 34, §2º, atribui ao poder público o dever de estimular e apoiar as famílias acolhedoras. A proposição se insere exatamente nesse dever de apoio: ao assegurar ao empregado um período mínimo de ausência remunerada, o Estado remove um dos principais obstáculos práticos à adesão ao programa.

A coesão sistemática com a CLT é evidente. O art. 473 já reconhece que determinados eventos da vida familiar justificam a ausência remunerada do empregado, como o casamento, o falecimento de familiar próximo e, desde a Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, a adoção de criança, hipótese para a qual o inciso III assegura cinco dias de afastamento.

O acolhimento familiar é situação substancialmente análoga: trata-se de uma criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade, que ingressa, de forma muitas vezes abrupta, no ambiente de uma nova família, exigindo atenção integral nos dias iniciais. A concessão de apenas três dias, em vez dos cinco previstos para a adoção, é proporcional ao caráter transitório do acolhimento e ao menor ônus que o legislador quis impor ao empregador, sem deixar o acolhedor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar inteiramente desassistido – se bem que poderia ser um prazo maior, mas, pelas razões expostas, optou-se pelos três dias.

Além disso, a proposição encontra respaldo nas normas de direito internacional sobre direitos humanos. A Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, estabelece, em seu art. 20, que a criança privada de seu ambiente familiar tem direito à proteção e à assistência especiais do Estado, e que os cuidados alternativos devem incluir, prioritariamente, o acolhimento em família.

Há, ainda, um argumento estrutural que reforça a razoabilidade dessa medida. A família acolhedora exerce, a título voluntário e não remunerado, uma função que, na sua ausência, caberia integralmente ao Estado. Ao acolher a criança ou o adolescente, essa família substitui a instituição pública, desonerando o Erário dos custos de manutenção de vagas em serviços de acolhimento Portanto, quero enaltecer o trabalho importante das famílias acolhedoras.

Por fim, a proposição alinha-se às metas da Recomendação Conjunta nº 2, de 17 de janeiro de 2024, subscrita pelo CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e por quatro ministérios, que fixou como objetivo alcançar, até 2027, que pelo menos 25% das crianças e adolescentes acolhidos estejam em modalidade familiar. Hoje, só 6,2% das crianças estão sendo acolhidos; então, queremos chegar ao objetivo de 25%. E temos 35 mil crianças. Se a gente pensar que só 6% estão sendo acolhidos e que se pretende chegar a 25%, diante do cenário atual, em que a maior parte ainda permanece em instituições, essa meta só será atingível com a adoção de medidas concretas de incentivo ao acolhimento familiar.

Às vezes as pessoas podem pensar, escutando esse relatório, que haverá pessoas oportunistas querendo faltar ao trabalho para terem esses três dias. Eu só quero dizer que o processo de habilitação como família acolhedora é judicial e muito rigoroso. Há estudo psicossocial, capacitação e designação por juiz da infância. Então, não se dá ocasião ou abertura para pessoas oportunistas. E isso já pela prática atual.

A presente proposição contribui para esse fim a um custo mínimo para o empregador e com benefício social manifesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impõe-se, contudo, corrigir imprecisão técnica presente na ementa e nos arts. 1º e 2º da proposição, todos os quais declaram alterar o "Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", quando deveriam fazer referência à CLT, que é o corpo normativo autônomo instituído por aquele decreto-lei, nos termos de seu art. 1º. Esse entendimento é pacífico na prática legislativa, e a referência direta ao decreto-lei como objeto da modificação contraria a clareza e a precisão exigidas pelo art. 11, *caput*, da Lei Complementar nº 95, de 1998. Apresentamos, portanto, duas emendas de redação para corrigir esses aspectos, já do conhecimento de todos os membros da Comissão.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.420, de 2025, com duas emendas de redação já distribuídas e com os subsídios, com a argumentação já exposta também.

Sra. Presidente, só quero cumprimentar novamente o Senador Alan Rick pela iniciativa. É um desafio para o Brasil sempre termos famílias acolhedoras selecionadas. Muitas vezes de maneira abrupta o acolhimento acontece, muitas vezes no mesmo dia. Então, já existe um cadastro para isso. As pessoas são rigorosamente selecionadas, não há oportunismo nessa iniciativa e é uma grande contribuição que todos nós, como sociedade, podemos fazer para que a criança e o adolescente, em vez de ficarem numa instituição, fiquem numa família selecionada, acolhedora – essa palavra "acolhedora" é bonita: receber a criança. E a pessoa que está trabalhando tem que ter, pelo menos, um momento, que estamos colocando, de três dias, para receber a criança, acolhê-la, enquanto os trâmites judiciais acontecem também. E com isso, inclusive, vamos contribuir para uma perspectiva nova de vida para a criança e para o adolescente.

Obrigado, Sra. Presidente. Esse é o parecer.

Parabenizo o colega nosso Alan Rick.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senador Flávio Arns, parabéns pela sua brilhante relatoria.

Também quero parabenizar o Senador Alan Rick pela iniciativa, pela autoria. É um tema muito importante, muito relevante, porque aqui nós estamos falando das nossas crianças e de adolescentes também. Realmente, vocês estão de parabéns. Espero que realmente seja aprovado e que a tramitação seja célere aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu coloco a matéria em discussão.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu tenho dois itens para relatar: o item 6 e o item 11 da pauta. O item 6 é mais complexo, o item 11 é bem curto, é um requerimento. E eu tenho um evento, eu tenho que ir à Agência Espacial Brasileira agora, às 10h. Se possível, poderia inverter a ordem? Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É bem rápido. Eu faço, é bem rápido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senador Marcos Pontes, esse projeto de lei ora relatado tem que passar por toda essa tramitação, para a gente poder... porque, como ele é terminativo, aí nós só podemos colocar os seus dois assim que terminar.

Mas, como a nossa nobre Senadora Jussara permitiu, a gente pode fazer essa inversão de pauta, sim.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não tem Senadores e Senadoras para discutir, está em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

O painel está aberto para os colegas Senadores e Senadoras começarem a votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – E relembrando que pode ser feita também remotamente – a votação pode ser remota. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes, o item 11 é um requerimento do senhor. O senhor já poderia... Nesse ínterim da votação, o senhor já pode fazer a leitura.

Então, deixe-me só ler aqui o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 78, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023" seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

E agora eu passo a palavra para o Senador Marcos Pontes para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Esse requerimento é simplesmente para a inclusão de uma pessoa na audiência pública que foi objeto do Requerimento 64, de 2026, desta Comissão. Esta audiência é para instruir o PL 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de junho de 2023.

Então, eu só peço a inclusão do Sr. Sylvio de Barros, que é Diretor do IRS, da Fiesp, de São Paulo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o seu relatório, Senador.

Estamos aqui aguardando o encerramento da votação.

Eu peço aos senhores assessores e às senhoras assessoras aqui presentes que possam entrar em contato com os respectivos Senadores e Senadoras para dar celeridade à votação. Muito obrigada. (*Pausa.*)

Como já deu o quórum de votação, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O resultado: SIM, foram 10 votos; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Então foram aprovados o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

E a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

E nº 3: a votação será nominal.

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, e obrigado pela inversão de ordem também.

Se me permite, eu vou à análise direto.

A apreciação do PL 5.099, de 2023, por esta Comissão encontra fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, que confere a esta Comissão a competência para opinar sobre matérias relacionadas à proteção e à defesa da saúde.

O projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe a Constituição Federal. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Não há óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decorrente da perda gestacional, fetal ou neonatal, o luto perinatal constitui experiência de relevante impacto emocional, familiar e social, demandando reconhecimento institucional e respostas assistenciais adequadas por parte dos serviços de saúde. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, que instituiu a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, estabeleceu diretrizes para o acolhimento e o cuidado às mulheres e às famílias enlutadas no âmbito dos serviços de saúde, orientando práticas assistenciais compatíveis com a necessidade de reconhecimento e respeito ao luto.

Ainda que a referida lei tenha sido aprovada durante a tramitação da iniciativa sob análise, o projeto em apreço permanece pertinente por contribuir para o seu aprimoramento, ao explicitar que, nas circunstâncias do luto materno e parental, o atendimento humanizado à mulher deve incluir, de forma clara e inequívoca, a oferta de outros "cuidados terapêuticos" eventualmente necessários, conforme expressamente mencionado no projeto de lei. Não obstante, entende-se que a adoção do termo "cuidados assistenciais de saúde" revela-se mais adequada, por possuir alcance mais amplo e compatível com o princípio da integralidade da atenção à saúde, abrangendo suporte psicológico, acompanhamento clínico, orientação social e demais intervenções multiprofissionais requeridas. Tal previsão confere maior densidade assistencial às medidas já existentes, ao reconhecer que o sofrimento decorrente da perda exige não apenas acolhimento e suporte psicológico imediato, mas também intervenções estruturadas capazes de favorecer a elaboração do luto, prevenir agravos à saúde mental e promover a recuperação integral da mulher e de seus familiares.

No que tange às emendas, a Emenda nº 1-CDH promove ajuste redacional oportuno em face do texto original do projeto. Contudo, resta prejudicada diante do substitutivo que apresentaremos ao final deste relatório. Por sua vez, a Emenda nº 2-CDH versa sobre tema relevante e meritório, ao incorporar dimensões simbólicas, culturais e comunicacionais que reforçam o caráter humanizador da política pública, contribuindo para o aprimoramento da proposição.

Ante os argumentos expostos, entendemos que alteração pretendida deve ser efetuada na Lei nº 15.139, de 2025, para explicitar a oferta de cuidado terapêutico aos familiares enlutados que dele necessitem, bem como para permitir o uso da borboleta roxa como sinalização simbólica no âmbito de campanhas institucionais sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.099, de 2023, e da Emenda nº 2 e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CDH, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> [...]
> Art. 1º Os arts. 9º e 11 da Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, passam a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 9º .....
> .....
> II – encaminhar mãe, pai e outros familiares diretamente envolvidos, quando solicitado ou constatada a necessidade, para acompanhamento psicológico após a alta hospitalar e demais cuidados assistenciais necessários, a serem realizados, preferencialmente, na residência da família enlutada ou na unidade de saúde mais próxima que disponha de profissional habilitado;
> .....
> XIII – adotar, voluntariamente, como identificação não verbal da perda gestacional, fetal ou neonatal, a imagem de borboleta roxa em acomodações, alas, leitos e prontuários, observada a vontade dos pais ou responsáveis e mediante prévia divulgação institucional de caráter informativo.
> ....." (NR)
> "Art. 11. São assegurados às mulheres que tiveram perdas gestacionais o direito e o acesso aos exames e avaliações necessários para investigação sobre o motivo do óbito, bem como o acompanhamento específico em uma próxima gestação, além do acompanhamento psicológico e demais cuidados assistenciais necessários." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero parabenizá-lo, Senador, pela brilhante relatoria e também a nossa querida Senadora Damares Alves pela autoria desse projeto tão importante para as nossas mães que perdem o seu bebê e têm que enfrentar essa dura realidade. Eu acompanhei e foquei bem nas suas palavras, Senador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e vai fazer toda a diferença na vida dessas mães – muita diferença. Quero parabenizá-lo mais uma vez.

E agora eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

A votação será eletrônica.

O painel já está aberto. Então, os Srs. Senadores e Senadoras já podem apresentar seu voto, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senador Flávio Arns, eu queria saber – o senhor tem dois requerimentos que são os itens 12 e 8 – se V. Exa. já quer adiantar, lendo-os enquanto nós aguardamos o quórum da votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Sem problemas, com prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, apresentamos agora os itens 8 e 12.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 68, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019 seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é dos Senadores Flávio Arns, Magno Malta e Sergio Moro.

E também o item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 79, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para lançar a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), sobre a relevância e as contrapartidas do setor filantrópico brasileiro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Agora eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns para as leituras dos requerimentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, cara Senadora Dra. Eudócia. Estou vendo aí o Senador Marcos Pontes, a quem eu mando um abraço também.

O primeiro item é requerimento muito singelo, em que se pretende instruir o Projeto de Lei 6.461, de 2019, e estamos pleiteando incluir mais um convidado, o representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda).

É este o requerimento – o requerimento já foi aprovado antes – para anexar mais um convidado para esta audiência pública importante.

No segundo requerimento, se V. Exa. me permite, também requeiro, nos termos constitucionais, legais e regimentais, a realização de audiência pública com o objetivo de lançar a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), sobre a relevância e as contrapartidas do setor filantrópico brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi feita uma ampla pesquisa encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, que merece todo o respeito e acolhida. V. Exa., Senadora Eudócia, também é uma defensora, não é? Eles estão nos hospitais, nas creches, com os idosos, as pessoas com deficiência e com doenças raras. É para apresentar essa pesquisa para que possamos conhecer os resultados.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas); representante da Abiee (Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas); representante da Associação dos Hospitais Filantrópicos Privados; representante da Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil); representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Eu quero até aproveitar a ocasião, Senadora Eudócia, para enaltecer o trabalho de promoção de filantropia desenvolvido pelas diversas denominações religiosas, em todas as áreas – hospitais, questões de saúde, assistência, educação. Nós, no Brasil, temos que agradecer sempre às instituições filantrópicas, que fazem um trabalho a favor da comunidade, não distribuem lucro, não é? Todo o resultado financeiro positivo é reinvestido na instituição, não há salários para que ultrapasse aquilo que a própria comunidade oferece. Muitas vezes, inclusive, é em salários, fazendo voluntariamente, mas a legislação permite ter o salário. E, se essa instituição um dia deixar de existir, todo o patrimônio tem que ir para uma congênere ou para o poder público. Então, o Brasil tem que dizer: "Graças a Deus! Que bom que essas entidades existem!".

Então, nós queremos assim tomar conhecimento, como eu disse, na audiência, da pesquisa que foi feita e do impacto positivo que essas entidades apresentam em relação àquilo que a sociedade brasileira demanda.

Obrigado, Sra. Presidente.

São os dois requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Faço das suas palavras as minhas, meu querido Senador Flávio Arns, porque realmente essas instituições, essas ONGs são verdadeiras parceiras das políticas públicas no nosso país. Então, elas ajudam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobremaneira e todas estão de parabéns. Foi muito feliz a sua fala, reconhecendo esse trabalho incrível dessas entidades filantrópicas.

Agora os Senadores e as Senadoras que aprovam esses dois requerimentos do Senador Flávio Arns queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O resultado: foi aprovado. (*Pausa.*)

Estamos aguardando apenas um voto para encerrar a votação.

Estamos aqui aguardando.

Senadora Damares Alves, que bom revê-la, minha querida amiga. Você faz falta aqui na CAS, hein?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada. Nós vamos entregar mais um grande projeto para o Brasil...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim. Por isso que nós estávamos na expectativa. Um grande projeto.

Você faz a diferença aqui, Senadora Damares. (*Pausa.*)

Por gentileza, assessorias aqui presentes, peço que possam entrar em contato com os colegas Senadores e Senadoras...

Pronto. Deu quórum.

Vou encerrar a votação. Já deu o quórum de votação.

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Resultado: 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da votação, o resultado: foi aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 3 – CAS, substitutiva.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns, Senadora Damares! O projeto de sua autoria acaba de ser aprovado e vai fazer toda a diferença na vida das nossas mães.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora vamos para o item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2864, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 15/04/2026, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Que prazer tê-la como Relatora, minha querida Jussara!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal.

Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Jussara Lima, V. Exa. tem alguma consideração a fazer em relação ao projeto da sua relatoria?

Não tem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

A votação desse substitutivo é nominal. A votação será eletrônica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Como a senhora já tinha lido, Senadora Jussara, já tinha feito a relatoria, não vai ser preciso ler novamente. Só estamos aguardando agora...

Vamos abrir? Já está aberta a votação? Vamos abrir aqui a votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar esse substitutivo.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu vou agora para o item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 929, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre à falsificação de medicamentos oncológicos, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

A relatoria é do Senador Laércio Oliveira, e a Senadora Damares é Relatora *ad hoc*.

Observação: a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agora concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, primeiro quero parabenizá-la pela iniciativa. A senhora, como sempre, dando um *show* legislativo nesta Casa. E quero cumprimentar também o Senador Laércio pelo perfeito relatório que ele trouxe.

Como é uma matéria de consenso, o relatório já foi devidamente divulgado, ninguém está se opondo, nenhum comentário, nenhuma emenda, eu vou direto à análise, inclusive, de forma resumida, Sra. Presidente.

No mérito, a proposição enfrenta problema sanitário de inegável gravidade. Os medicamentos oncológicos integram a categoria de fármacos de mais alta complexidade terapêutica e custo, e respondem por parcela expressiva das ocorrências de falsificação documentadas pelas autoridades sanitárias nacionais e internacionais.

É terrível, Presidente – eu, que sou paciente oncológica –, saber que a maior parcela de remédios falsificados é dos remédios destinados ao câncer.

A janela terapêutica do tratamento contra o câncer é estreita, e a substituição do princípio ativo, a dosagem inadequada ou a contaminação do produto podem comprometer, de forma irreversível, as chances de cura ou de controle da doença, além de expor o paciente a reações adversas severas e à progressão acelerada da enfermidade.

Mata, gente! Remédio falso mata!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fenômeno tem sido objeto de alertas reiterados da Anvisa e de organismos internacionais, que registram, em países de baixa e média renda, índices preocupantes de circulação de produtos médicos falsificados ou subpadronizados.

Aí, Presidente, a gente faz fronteira com dez países, fronteiras totalmente descobertas. A gente tem problema de controle de fronteira. Quantos remédios falsificados estão entrando em nossas fronteiras?

Sob essa ótica, a previsão de causa de aumento de pena específica para a falsificação de medicamentos destinados ao tratamento oncológico, bem como a equiparação penal das condutas conexas de importação, distribuição, comercialização, transporte, exposição à venda e manutenção em depósito de tais produtos mostra-se proporcional à gravidade do dano potencial. Não se trata de criar tipo penal estranho ao ordenamento, mas de qualificar, no interior do regime já existente no art. 273 do Código Penal, hipótese fática cuja lesividade é singularmente acentuada em razão da indispensabilidade do fármaco para a sobrevivência do paciente.

A criação do tipo de peculato contra o Sistema Único de Saúde, previsto no novo art. 312-A do Código Penal, merece igual acolhimento.

Também, Presidente, sob a ótica do mérito, a qualificação do estelionato praticado em prejuízo de paciente oncológico, mediante o acréscimo dos §§ 6º e 7º ao art. 171 do Código Penal, responde a fenômeno concreto e documentado de fraudes que envolvem a aquisição ou a entrega de medicamentos de alto custo no tratamento do câncer.

A proposição também faz diálogo com o microssistema normativo brasileiro de proteção do paciente oncológico, do qual integram, entre outros instrumentos, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que estabelece o prazo máximo para o início do tratamento, e a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer. O reforço da tutela penal, na linha do projeto de lei que estou relatando, complementa esse arcabouço ao endereçar especificamente condutas que comprometem a integridade da cadeia farmacêutica e a confiabilidade do tratamento custeado pelo SUS.

Pelo conjunto das razões expostas – muito bem expostas pelo nosso Relator –, o PL nº 929, de 2026, mostra-se meritório, pois fortalece a proteção do paciente oncológico, reforça a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integridade do Sistema Único de Saúde e responde, com proporcionalidade, à gravidade das condutas que pretende reprimir.

Diante do exposto, Presidente, e já mandando um recado para os falsificadores de remédios... E a gente está aqui falando da importação de remédios falsos, da distribuição, comercialização, transporte, exposição e manutenção em depósito e de quem vende e compartilha na internet. Diante de tudo isso, somos pela aprovação do PL nº 929, de 2026, de autoria da ilustre Senadora Eudócia.

Parabéns, Senadora!

E vou mandar um recado para esses bandidos: nós vamos pegar todos vocês. E um recado para a sociedade: se sabe que alguém está comercializando remédio indevido para o câncer, denuncie imediatamente! Denuncie! Se não quiser ir à polícia, ligue para o Disque 100, porque é violação de direitos humanos. A denúncia é anônima. Denuncie!

Parabéns pela iniciativa, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senadora Damares Alves, parabéns pelas considerações que você fez frente a esse relatório!

Quero parabenizar o Senador Laércio Oliveira pela brilhante relatoria.

Agradeço as suas palavras também em relação à minha pessoa; muito grata, Senadora.

Eu quero colocar: nós temos aqui, Senadora Damares, três ONGs, três institutos de combate ao câncer. Nós temos aqui a Kazumi, que é da ONG Escolhemos Viver – Kazumi, seja muito bem-vinda a esta sessão –; a Rosa, que é do Instituto Mororó, que está aqui presente também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Tá.

E temos a Baby, que também faz parte da ONG Vencedoras Unidas, da Femama. Nas pessoas de vocês, eu cumprimento todas as ONGs, todos os institutos que combatem o câncer, que lutam no combate ao câncer no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Senadora Damares, fazer algumas considerações em relação ao que você colocou dessas pessoas que chegam ao ponto de falsificar medicamentos oncológicos, levando à morte do paciente. Eu só queria colocar aqui alguns dados. O uso de medicamentos oncológicos falsificados gera consequências tão graves, mas tão graves – são extremamente graves – que podem comprometer de forma irreversível o tratamento do câncer e levar até a morte. Então, realmente, são pessoas que merecem ser investigadas.

Inclusive, em termos de investigações, eu fiz um levantamento, Senadora: temos seis operações policiais recentes, no Brasil, contra a falsificação de medicamentos oncológicos. Nós temos a operação da Polícia Civil no Rio Grande do Sul; nós temos a Operação Bula Fria, da Polícia Federal, neste ano, em abril de 2026; a Operação Efeito Rebote, em 2026; a Operação Placebo; a Operação Metástase; e a operação no Ceará, em agosto de 2025. Do ano passado para este ano – um ano de lapso temporal –, nós temos seis operações, de forma que os bandidos que fazem isso com os nossos pacientes, falsificando os medicamentos, irão responder juridicamente e criminalmente por esses atos danosos.

Eu só queria colocar mais um ponto, Damares, para a gente fechar, porque é tão importante esse projeto de lei que a gente levaria a manhã toda, mas eu só quero fazer mais outra consideração. Essas falsificações, Damares, envolvem medicamentos oncológicos, como – os que são mais falsificados – o pembrolizumabe, que trata, para você ter uma ideia, melanoma, câncer de pulmão, câncer de bexiga, linfoma de Hodgkin, câncer gástrico e de esôfago, câncer de ovário e de colo de útero – olhe como é grave você falsificar essa medicação que é usada para esses tipos de cânceres! Também tem o ibrutinibe, que é para leucemias, que acomete tantas crianças. Temos também o palbociclibe, para metástase, e temos o vorasidenibe, para câncer de cérebro. Olhe que gravidade, Senadora Damares, nós estamos enfrentando no Brasil! Mas esses bandidos serão pegos por essas operações e será feita justiça para essas famílias que foram acometidas por essas medicações falsificadas.

Inclusive, essas meninas que estão aqui me relataram que quatro amigas delas – quatro – que estavam sendo tratadas por medicações falsificadas já estão com metástase...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Meu Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com metástase! E, Deus permita que não, mas podendo evoluir com muita gravidade e podendo até chegar ao óbito. Então, para você ver a dimensão da gravidade que nós estamos vivendo no nosso país.

Mas estamos aqui, Damares, nessa luta, para que a gente possa continuar com essa bandeira contra o câncer levantada e mudar a página dessa história aqui no nosso país.

Obrigada, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu fico tão indignada que eu vou dizer uma frase, e a minha igreja vai ficar muito brava: quem trafica a morte dela deveria experimentar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Verdade, Senadora Damares. É isso mesmo. Mas vamos à luta.

Agora, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós já... Agora, continuando esse projeto de lei, em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório (*Palmas.*), que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

E a matéria vai à CCJ.

Agora, como já temos quórum de votação, vamos encerrar a votação do item 2.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) **A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O resultado: 12 votos SIM; não teve nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram 13 votos.

Então, dessa forma, foi aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS (Substitutivo).

E a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Mais uma vitória, Senadora Damares. (*Palmas.*)

Viva o Brasil!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Fortalecendo vínculos familiares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso, exatamente.

Senadora Damares, eu solicito a V. Exa. que você possa assumir a Presidência para que eu possa relatar o meu projeto de lei. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1257, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar o acesso a tecnologias direcionadas à preservação da saúde mental e cognitiva da pessoa idosa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então a emenda veio de lá.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Presidente, peço para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à promoção e à defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde, temática abrangida pela proposição em análise.

O projeto de lei, que busca assegurar o acesso a tecnologias de informação e comunicação voltadas à preservação da saúde mental e cognitiva da pessoa idosa, revela-se medida oportuna e consistente, harmonizando-se com os princípios do SUS, especialmente a integralidade, a promoção da saúde e a equidade. A incorporação das tecnologias de comunicação e informação como instrumento de cuidado dialoga com políticas públicas já consolidadas, como as de saúde digital e de inclusão tecnológica, sem gerar conflitos normativos.

A iniciativa ganha relevo diante do acelerado envelhecimento populacional e do aumento da prevalência de condições como a doença de Alzheimer, outras demências e transtornos como a depressão. O estímulo ao acesso e à capacitação no uso dessas tecnologias pode contribuir, de forma concreta, para a estimulação cognitiva, por meio de aplicativos e ferramentas digitais que exercitam funções mentais; para a ampliação do acesso aos serviços de saúde, mediante teleatendimento e monitoramento remoto; e para a promoção da saúde mental, ao reduzir o isolamento social e fortalecer vínculos interpessoais.

Ademais, tais tecnologias favorecem a educação em saúde e o autocuidado, ao ampliar o acesso a informações qualificadas, bem como a gestão do cuidado, com o uso de lembretes, o acompanhamento terapêutico e o monitoramento de condições crônicas. A inclusão digital, nesse contexto, configura importante fator de proteção, ao estimular autonomia, participação social e aprendizado contínuo, elementos essenciais para o envelhecimento ativo e saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a perspectiva sistêmica, a adoção dessas soluções tende a gerar ganhos de eficiência, com potencial redução de custos assistenciais no médio e longo prazo, ao favorecer a prevenção e o manejo precoce de agravos.

Em síntese, o projeto apresenta-se como iniciativa consistente e alinhada às necessidades contemporâneas de saúde pública, com potencial para qualificar a atenção integral à pessoa idosa, por meio do uso estratégico de tecnologias.

No entanto, a inserção do conteúdo proposto no art. 2º da Lei nº 10.741, de 2003, não se mostra a mais adequada, por se tratar de dispositivo de natureza principiológica, voltado à definição de direitos fundamentais em termos amplos e genéricos, inclusive quanto à preservação da saúde física e mental.

A proposta, por sua vez, possui caráter instrumental e programático, ao buscar regular medida concreta de política de saúde – preservação da saúde mental e cognitiva por meio do uso de TICs, que são essas tecnologias – e não um princípio fundamental. Assim, sob a ótica da técnica legislativa e da sistematicidade do estatuto, a topografia mais apropriada situa-se no Capítulo IV (Do Direito à Saúde), especialmente no art. 15, que trata da atenção integral à saúde da pessoa idosa no âmbito do SUS. Para esse fim, propõe-se emenda de redação que não altera o mérito da proposição.

Agora o voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.257, de 2021, com a emenda apresentada.

É essa a minha relatoria, Senadora.

Quero aqui parabenizar o autor dessa proposição, que foi muito feliz de ter essa iniciativa.

Muito grata, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coloco a matéria em discussão.

Senadora Relatora, eu vou para a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito o relatório. Parabéns! Tecnologia assistiva para cuidar da saúde mental da pessoa idosa.

Senadora, a gente encerrou... Hoje é dia 1º? É, né?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós encerramos ontem o Junho Violeta, o mês inteiro de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, e o não acesso à saúde mental é uma violência contra a pessoa idosa.

Parabéns!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senadora, Presidente, eu queria discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, quer discutir?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Presidente Damares, eu só queria aqui fazer essa consideração, para acrescentar quais seriam essas tecnologias.

Então, considerando-se tecnologias direcionadas à preservação da saúde mental e cognitiva, seriam: recursos de equipamentos; dispositivos; sistemas digitais; aplicações até de inteligência artificial, Presidente; tecnologias assistivas; metodologias terapêuticas e demais soluções.

Alguns exemplos que eu vou dar aqui dessas tecnologias: aplicativos de treinamento cognitivo, plataformas de telessaúde e telepsicologia – que é muito importante para a pessoa idosa –, inteligência artificial aplicada ao envelhecimento, tecnologia de realidade virtual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade aumentada... Olhe como é importante a realidade virtual para os nossos pacientes, porque isso estimula o cérebro a pensar, estimula o cognitivo, diminuindo as demências – uma delas é o Alzheimer. Assistentes virtuais e tecnologias para casas inteligentes. Tem jogos sérios que, no inglês, chamam-se *serious games*. Esses jogos estimulam também o cognitivo. Tecnologias assistivas para comunicação e inclusão digital, e plataformas integradas de estimulação cognitiva e envelhecimento ativo.

Como nós sabemos, Presidente Damares, a nossa população, graças a Deus, está vivendo mais, e o envelhecimento... A quantidade da nossa população que envelhece é grande atualmente e vai avançar mais e mais. Nós temos que ter cuidado com nossos idosos para que eles tenham uma vida de qualidade, e não viver por viver, que tenham uma vida de qualidade. E, se o cognitivo e o mental estiverem bem, então eles vão viver bem. Não é só a parte física; temos que pensar na mente e também na cognição.

Era isso que eu queria discutir.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria agora segue para a Comissão de Direitos Humanos. Na verdade, não veio, está seguindo para lá.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 2364, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Em 24/3/2026, foi realizada audiência pública para instrução do projeto de lei.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada.

Ressaltamos que o mieloma múltiplo é uma neoplasia maligna que afeta a medula óssea e apresenta elevado impacto clínico e social. Resulta da proliferação anormal de plasmócitos, células responsáveis pela produção de anticorpos, provocando comprometimento ósseo, renal, hematológico e metabólico.

A doença é marcada pelas seguintes manifestações clínicas fundamentais: hipercalcemia, que é o aumento do cálcio, insuficiência renal, anemia e lesões ósseas – e causa sintomas de grande repercussão sobre a funcionalidade e a qualidade de vida, como dor crônica, fadiga, ansiedade e perda de mobilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, a taxa estimada de incidência é de 1,24 caso por 100 mil habitantes, com cerca de 41 mil atendimentos registrados no SUS desde 2013. Observa-se tendência de aumento nos últimos anos, refletindo maior capacidade diagnóstica e envelhecimento populacional. Em razão da progressão lenta e dos sintomas inespecíficos, o diagnóstico costuma ser tardio, o que reforça a importância de estratégia de informação e detecção oportuna.

Trata-se, portanto, de enfermidade de alta complexidade e relevante carga para o sistema de saúde, o que justifica o interesse público em ações voltadas à sensibilização da população e dos profissionais de saúde quanto aos seus sinais, diagnósticos e possibilidades terapêuticas.

Assim, a proposição, ao instituir a Campanha Março Borgonha, insere-se no conjunto de estratégias de educação e saúde já consolidadas no âmbito do SUS, respeitando a autonomia dos entes federativos e das instâncias gestoras para a definição das ações concretas a serem implementadas. Trata-se de medida de baixo custo relativo, mas de potencial impacto positivo, especialmente por fomentar a articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Nesse contexto, Sra. Presidente, a instituição de campanha anual de conscientização mostra ser medida adequada para ampliar o conhecimento sobre a doença, favorecer o diagnóstico precoce e contribuir para melhores desfechos clínicos. Ademais, a proposta está alinhada a iniciativas já adotadas para outras enfermidades, que utilizam campanhas temáticas como instrumento de mobilização social e de educação em saúde, sem implicar, por si só, criação de obrigações excessivamente detalhadas ou incompatíveis com a organização do sistema de saúde.

O voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.364, de 2021.

Essa é a minha relatoria, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora.

Em discussão.

Vou participar da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei do Deputado Alex Manente institui agora o Março Borgonha; eu gostei da cor borgonha. Março Borgonha é um mês inteiro de campanha com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo. Eu participei da audiência, eu acompanhei essa audiência e vi as pessoas aqui discutindo a instituição desse mês.

É importante ter um mês para a gente falar sobre o tema, para a gente debater. Olha o Maio Laranja, a gente põe... O Brasil inteiro fica laranja. Olha o Outubro Rosa, olha agora o Junho Violeta. Então, esses meses de campanha, destinados especialmente a uma doença de que as pessoas não falam, que não conhecem, vão dar oportunidade, Senadora, para muitas e muitas iniciativas, lá na escola, no trabalho, aqui, de a Casa fazer campanhas, eventos.

Então, eu quero cumprimentá-la pelo voto e parabenizar o Deputado pela autoria.

Tem mais alguém que queira discutir? Senadora?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Eu também quero parabenizar o Deputado Alex Manente pela brilhante iniciativa de fazer esse projeto de lei. Eu tive a maior honra, Senadora Damares, de poder relatar, uma vez que se trata de mieloma múltiplo, e a minha bandeira aqui, no Senado, é o câncer, é o combate ao câncer.

Dessa forma, como você falou também, Presidente, temos um mês para conscientizar a nossa comunidade, a nossa população e os colegas médicos, de uma forma geral, porque a porta de entrada do SUS é a Unidade Básica de Saúde, são as equipes de saúde da família. Então, nós podemos, através desse Março Borgonha, conscientizar, podemos orientar, podemos explicar sobre essa patologia, que é uma patologia grave, até por ser câncer, cujo diagnóstico vem aumentando cada vez mais, por conta da nossa população, que está envelhecendo, e também pelos hábitos, porque tem dois componentes: o hereditário e também a questão da alimentação, do estresse, do nosso meio contaminado, poluído – tudo isso contribui para o câncer, é o que a gente chama de epigenética.

Por esses motivos, nós estamos aumentando muito o número de diagnóstico de câncer, e o mieloma múltiplo não é diferente. Então, realmente o Março Borgonha vai fazer toda a diferença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse diagnóstico precoce para termos também o tratamento precoce dos nossos pacientes com mieloma múltiplo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Senadora.

Devolvo a Presidência. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora vamos para o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1988, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paralisia Cerebral.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Agora concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise também de uma forma resumida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralisia cerebral é um termo guarda-chuva para um grupo de distúrbios permanentes de movimento e postura causados por danos no cérebro em desenvolvimento. Trata-se de uma condição neurológica crônica e não progressiva, que compromete o controle motor, a postura e o equilíbrio. A gravidade e as manifestações variam de pessoa para pessoa, podendo estar associadas a outras condições, como epilepsia, dificuldades cognitivas, visuais e auditivas.

Estima-se, Presidente, que existam 50 milhões de pessoas com paralisia cerebral em todo o mundo e cerca de 350 milhões de pais, cuidadores e familiares diretamente afetados, segundo estudos recentemente divulgados.

No Brasil, a paralisia cerebral é a principal causa de deficiência na infância. O Ministério da Saúde, em sua publicação “Diretrizes de Atenção às pessoas com Paralisia Cerebral”, reconhece a carência de estudos específicos sobre a prevalência e a incidência da paralisia cerebral. Estima-se uma incidência de sete casos por mil nascidos vivos, tomando por referência a literatura internacional acerca dessa condição de saúde nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, a instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado em 6 de outubro, representa medida de reconhecido interesse público. A iniciativa contribui para o fortalecimento das políticas de saúde, a promoção da inclusão social e a efetivação do direito fundamental à saúde das pessoas com deficiência. A escolha da data harmoniza-se com o Dia Mundial da Paralisia Cerebral.

Ademais, ao difundir informações corretas sobre a condição neurológica, os serviços de reabilitação e os direitos assegurados às pessoas com paralisia cerebral, a data contribui para reduzir o estigma e o preconceito ainda associados à deficiência.

Com efeito, o desconhecimento sobre as potencialidades das pessoas com paralisia cerebral e a insuficiência de políticas de acessibilidade e apoio especializado ainda comprometem sua qualidade de vida e podem repercutir negativamente na saúde mental de toda a família.

Assim, ao reconhecer a paralisia cerebral como tema de interesse público e promover o debate qualificado sobre o assunto, a proposta reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a proteção da dignidade da pessoa humana e com a promoção dos direitos das pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico nacional com *status* constitucional.

Assim, Sra. Presidente, diante de todo o exposto, o projeto merece ser aprovado, e o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.988, de 2025, do ilustre Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Senador Flávio Arns, por essa brilhante autoria, essa grande iniciativa. E parabéns pelo seu relatório, Senadora Damares Alves.

Só faço a consideração de que a encefalopatia crônica não progressiva, que leva à paralisia cerebral, realmente acontece em várias patologias, inclusive nas crianças que nascem com hipóxia cerebral. Então realmente é um tema muito relevante.

Agora eu passo a palavra...

Eu estou colocando a matéria em discussão e passo a palavra para o Senador Flávio Arns, que quer discutir, que é o autor desse brilhante projeto de lei.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Não propriamente discutir, Sra. Presidente, mas quero agradecer a V. Exa. por estar em pauta esse projeto, mas, de uma maneira muito particular, quero agradecer também à Senadora Damares Alves, ex-Ministra e uma grande batalhadora, incentivadora de muitas áreas, entre as quais a área da pessoa com deficiência. A Senadora Damares Alves é uma referência na área, na luta obstinada, eu diria, a favor de direitos, de cidadania, de oportunidades, de legislação adequada. Quero parabenizá-la – e que o Brasil saiba disso, particularmente o povo do Distrito Federal, que a tem como representante no Senado Federal. Procurem a Senadora para essa área, como procurem a Senadora Eudócia também, lá no Estado de Alagoas, para que esse debate aconteça.

E a paralisia cerebral, particularmente, ocorre por causa de um problema que, na maior parte das vezes, pode ser evitado, ou seja, um problema na hora do nascimento – um pouco antes, no nascimento; um pouco depois, hipóxia, como foi levantado, falta de oxigenação, atendimento tardio, parto demorado, e a criança nasce roxa, quer dizer, faltou oxigenação. Então, isso pode ser evitado, desde que tenha um sistema melhor para se prevenir e promover a saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente, da gestante e da criança, para que esses casos, quando possível, sejam evitados. E a maior parte dos casos, eu diria, poderia ser evitada por uma organização de saúde adequada.

Mas quero parabenizar... E o dia nacional é para a gente debater isso com foco. Claro, a discussão tem que acontecer o ano todo, mas é um dia, assim, com os holofotes voltados para a área para que todos nós nos sensibilizemos e nos conscientizemos a favor dela.

Obrigado, Senadora Eudócia.

Um abração para a Senadora Damares Alves também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pelas palavras, Senador Flávio Arns, e parabéns pelas suas considerações bem pertinentes.

Nós temos que ter foco, realmente, na verdade, todos os dias, mas, tendo um dia específico, Senadora Damares, para a gente se debruçar sobre esse caso, que, em alguns casos, é totalmente evitável, como, por exemplo, a anóxia e a hipóxia cerebral... A gente tem que se debruçar, sim, sobre esse caso para evitar que as crianças e que os bebês tenham paralisia cerebral.

A senhora quer discutir, Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, podemos botar em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

A votação é nominal e será por meio eletrônico.

O painel já está aberto, e os colegas Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Enquanto os colegas estão votando, o item 9 e o item 10 são dois requerimentos: um do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wilder e um do Senador Humberto. Eu vou subscrever os dois. São requerimentos extremamente simples, é apenas para a inclusão de nomes em audiências públicas já anteriormente aprovadas.

O Requerimento 72 é para incluir um convidado na audiência objeto do Requerimento 44, de 2026. E o Requerimento 77 é para incluir também um convidado no Requerimento 44 já aprovado. Então, são dois requerimentos de dois colegas, que eu subscrevo.

Depois, se a senhora puder colocar em bloco esses dois requerimentos, eu agradeceria.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, os itens 10 e 9 estão em votação.

Os Senadores que os aprovam e as Senadoras que os aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 72, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 77, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE))

Obrigada, Senadora Damares, por ter subscrito esses dois requerimentos. (*Pausa.*)

Já temos o quórum de votação.

Eu vou encerrar a votação.

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Resultado: 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Dessa forma, aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Convoco para o dia 8 de julho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Giordano, Irajá, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 63/2026 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Debater sobre o tema "Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada". **Participantes:** Camila Carloni Gasparro, Coordenadora-Geral substituta de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Victor Pavarino, Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS; Mauro Goldbaum, Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Rubens Belfort Mattos Junior, Professor Universitário (representante de: Academia Nacional de Medicina); Ewésh Yawalapiti Waura, Presidente da Associação Terra Indígena Xingu – ATIX; Frank Hida, Co-Chair América Latina da Agência Internacional para a Prevenção à Cegueira – IAPB; e Louise Christina Gonçalves Vasconcelos, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia para a Região Norte. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/08

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 63, de 2026, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre o tema "Cegueira e evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada".

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Eu quero chamar os convidados para compor a mesa dos debates para as exposições.

Dra. Camila Carloni Gasparro, Coordenadora-Geral substituta de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. Seja muito bem-vinda, Dra. Camila.

Meu querido colega, *habitué* desta Comissão, Dr. Mauro Goldbaum, meu colega Oftalmologista, Secretário-Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, representando aqui a nossa Presidente Maria Auxiliadora. Seja bem-vindo.

Dr. Victor Pavarino... Dr. Victor está presente? (*Pausa.*)

O Dr. Victor Pavarino nos acompanha remotamente, Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Organização Pan-Americana da Saúde(Opas/OMS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Frank Hida, Co-Chair América Latina da Agência Internacional para a Prevenção à Cegueira(IAPB), por favor. Seja muito bem-vindo, meu amigo Frank.

O SR. FRANK HIDA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu só sou mais amigo do irmão dele, nós operamos juntos, que é o Takashi.

Agora, esse nome aqui é complexo, hein? Cadê o Ewésh? Ewésh, é você mesmo: Ewésh Yawalapiti Waura, é isso? Vem cá, fala o teu nome direito aqui para mim, vem cá. Seja bem-vindo. Como que é? Diz seu nome.

O SR. EWÉSH YAWALAPITI WAURA (*Fora do microfone*.) – Ewésh Yawalapiti Waura.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ewésh Yawalapiti Waura, é isso?

O SR. EWÉSH YAWALAPITI WAURA (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, saiu. Seja muito bem-vindo.

Dr. Rubens Belfort Mattos Junior, Professor Universitário, representante da Academia Nacional de Medicina, meu querido amigo, uma das referências mundiais de oftalmologia.

E quero também chamar aqui a Dra. Louise Christina Gonçalves Vasconcelos Siqueira, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia para a Região Norte e, para a felicidade dela, minha filha, viu? Seja muito bem-vinda, Dra. Louise.

E eu quero passar inicialmente a palavra para a nossa primeira expositora, Dra. Camila Carloni, e quero já salientar a todos que vou conceder dez minutos para cada expositor e depois podemos, numa segunda rodada, fazer as considerações finais do que nós expusermos aqui.

Seja muito bem-vinda, Doutora. Transmita meu fraterno abraço ao nosso Secretário Massuda, de lá da Saes, viu?

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (Para expor.) – Bom, boa tarde a todas as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentando o Senador, eu cumprimento a mesa; e cumprimentando o público que está *online*, eu cumprimento todo mundo que tem interesse no assunto relacionado à cegueira.

Eu vou primeiro me apresentar, meu nome é Camila Carloni Gasparro, eu sou enfermeira, eu sou da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, estou cedida para o Ministério da Saúde. Atualmente, eu estou lá na Coordenação-Geral de Atenção Especializada, da Saes, junto com o Secretário Mozart Sales. O Secretário Massuda agora é Secretário-Executivo, está ali com a gente também. Estamos lá, a equipe toda. Atualmente, eu estou como coordenadora substituta, trabalhando junto com a Dra. Carmen Moura, que é a Coordenadora-Geral de Atenção Especializada.

Bom, em relação, então... Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer pelo convite ao Ministério da Saúde e dizer que essa temática para a gente é uma temática superimportante. A gente tem sempre trabalhos e ações que estão em andamento em relação às questões oftalmológicas e à prevenção, tratamento, avaliação, exames, tudo relacionado a questões oftalmológicas.

O Ministério da Saúde tem a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, desde o ano de 2008. Essa política vem, lógico, sendo atualizada, de tanto em tanto, existem atualizações. Ela foi novamente reafirmada – vamos dizer assim – na portaria de consolidação que consolida as políticas do Ministério da Saúde. Então, em 2017, ela foi reafirmada como uma política prioritária. Ela está na portaria de consolidação, e existem, dentro dessa política, várias ações que são realizadas, relacionadas à saúde, vamos dizer, visual da população brasileira.

Especificamente em relação à atenção especializada, que é a área agora lá da Saes, a atenção especializada olha para consultas especializadas, exames, organiza os serviços, coloca critérios para habilitação de serviços, e a gente, então, tem aí serviços habilitados, tanto unidades de atendimento oftalmológico quanto centros de referência em oftalmologia, serviços específicos para tratamento de glaucoma. Então, o Ministério da Saúde, a área especificamente da atenção especializada, se debruça sobre essa questão da especialidade, do especialista, inclusive, oftalmologista, onde ele atende, onde ele fica, como é a regulação de pacientes para que essas pessoas possam ter acesso às consultas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com o advento do programa Agora Tem Especialistas, que é um programa que está especificamente olhando para a atenção especializada e para essas grandes demandas, redução de filas e tudo. Existe um... Não, existem cinco tipos, na verdade, que foram organizados para cuidados oftalmológicos, especificamente, de avaliação, de consulta e de exames.

Então, isso tem sido, cada vez mais, organizado nos municípios e nos estados, exatamente a fim de que as pessoas que precisam ter acesso tenham condições de ter esse acesso aos serviços, aos especialistas e aos exames necessários para fazer os diagnósticos e tudo isso.

Mas a gente sabe que só o acesso ao oftalmologista, uma vez que já está aí no curso de vida, não é o suficiente para a gente evitar cegueiras e outras enfermidades relacionadas aí à visão. Então, a gente sabe também que é importante ter discussões, por exemplo, junto com as maternidades e a Rede Alyne, no que diz respeito a essa prevenção, a essa detecção precoce.

Então, nas maternidades hoje, um dos testes que é realizado é exatamente o teste do olhinho. O que é isso? É um exame que é feito ali no recém-nascido, nos primeiros dias de vida, exatamente com o intuito de a gente fazer a detecção precoce e poder tratar, se for necessário, o mais rápido possível, essas crianças. A gente sabe a importância que tem a gente fazer essa detecção precoce, e essa discussão precisa ser feita junto aos profissionais das maternidades e na rede toda de saúde, né?

E depois, lógico, como uma das diretrizes, é priorizar as crianças de até 12 anos de idade. Então, quando a gente fala de regular consultas, quando a gente fala de colocar critérios para regular o acesso, a gente precisa priorizar, sim, as crianças. E isso está na diretriz, está na política, e é uma conduta que a gente sempre indica, que os serviços de regulação dos estados priorizem as consultas para as crianças até os 12 anos.

Então, isso também é uma discussão que sempre a gente tem quando a gente vai conversar sobre a regulação, sobre o acesso à oftalmologia, ao especialista. É sempre organizar os critérios de regulação, porque crianças, a gente sabe, tem muitas evidências de que para as crianças, até os 7 anos, principalmente, é o intervalo que a gente tem para poder tratar e evitar, inclusive, complicações futuras e muitas vezes reverter 100% das complicações. Então, é ali aquela janela de oportunidade que a gente fala. A primeira infância, de novo, na verdade, precisa realmente da nossa atenção, porque ela é uma janela de oportunidade para a gente resolver muitas coisas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem ser realmente resolvidas ali naqueles primeiros anos de vida e que evitam complicações futuras.

Então, quero dizer que a gente tem feito esses diálogos sempre, a gente conversa com os profissionais também relacionados à linha materno-infantil, a Rede Alyne, os profissionais das maternidades sobre o teste do olhinho. E há essa questão da regulação, que está também na atenção especializada, ou seja, os critérios de regulação para consultas oftalmológicas, lembrando que existem os critérios de priorização, e a gente sabe que a infância é um desses critérios. Então, a gente tem que priorizar, sim, consultas para as filas de crianças, principalmente até os 7, mas até os 12 anos de idade, que é o critério que a gente utiliza na infância – a infância vai até os 12 anos.

Então, eu acho que é isso. O ministério tem sempre tentado olhar, é uma política prioritária da gente, a gente tem sempre ações relacionadas a isso. E, bom, eu me coloco à disposição também para outras questões depois, para outros diálogos.

Falar em primeiro é bom e é ruim, é bom porque a gente pode dar esse panorama geral, mas aí é ruim porque depois vão surgir coisas que eu não falei. E aí, se depois eu tiver a oportunidade, de repente, de poder responder também outras questões, eu agradeço.

Obrigada, mais uma vez, Senador, pelo convite e eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Camila. A razão de nós convidarmos vários expositores é exatamente por isso, que nenhum aqui é dono da verdade absoluta, nós vamos nos completando e, ao final, faremos aí uma rodada para dirimir as dúvidas. É uma coisa que eu já vou deixar aí para a senhora começar a pensar, que a gente precisa colocar a oftalmologia nos núcleos de saúde da família, porque eu não vejo razão para a oftalmologia estar na média e alta complexidade, quando a gente precisa dar acesso às pessoas nas UBS, nos rincões deste país, onde, às vezes, a gente não tem um hospital, mas a gente tem uma UBS. Se a gente colocar oftalmologia lá, eu acho que o acesso ficará mais facilitado e eu acho que isso vai ser uma coisa que vai ser discutida aqui pelos oftalmologistas que estão aqui com a mão na massa, que sabem das dificuldades que nós enfrentamos por falta de acesso a crianças na sua primeira avaliação oftalmológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar... Vou fazer um zigue-zague, vou passar, Dr. Mauro, para o Dr. Victor Pavarino, da Opas, que ele pediu para falar agora. Então, eu vou passar para o Dr. Victor, da Opas, por dez minutos. E, na minha apresentação do Ewésh, eu deixei de registrar que ele é Presidente da Associação Terra Indígena Xingu. Seja muito bem-vindo, querido amigo. Então, passo a palavra para o Dr. Victor Pavarino, por dez minutos.

O SR. VICTOR PAVARINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Estou tentando aqui só fazer o compartilhamento aqui do...

Não estou achando aqui a tela em que eu vou compartilhar.

Só um momento, por favor. (*Pausa.*)

Olha, eu não estou achando a tela aqui, mas eu acho que eu posso falar sem os eslaides. É muito rápido...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique tranquilo! Você quer que eu passe a palavra para o próximo expositor enquanto você tenta?

O SR. VICTOR PAVARINO (*Por videoconferência*.) – Não, não! Eu posso apresentar sem os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Então, fique à vontade.

O SR. VICTOR PAVARINO (*Por videoconferência*.) – Não é necessário. É só uma saudação.

Primeiramente, boa tarde, Sr. Presidente, Coordenadora Camila, nossa contraparte no Ministério da Saúde, Dr. Belfort, que nos acompanha aqui, e todos e todas que nos acompanham aí presencial ou virtualmente aqui. Eu agradeço esse convite e eu o faço em nome do Sr. Representante da Opas/OMS no Brasil, Dr. Cristian Morales. E saúdo particularmente a iniciativa por esta audiência, lembrando da importância que a nossa organização empresta para esse tema.

Muito bem, de fato, a deficiência visual para a gente e a cegueira representam um desafio global de saúde pública, considerando que pelo menos 2,2 bilhões, o que a gente estima, de pessoas têm deficiência visual para perto ou para longe, globalmente falando, e, em pelo menos 1 bilhão desses casos – Sr. Presidente, tendo em conta o mote desta audiência –, a deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visual poderia ter sido evitado ou ainda precisa ser tratada. E o custo global anual, que a gente estima, da perda de produtividade – só para a gente ter uma ideia – da deficiência visual é de US$411 bilhões, algo como R$2,11 trilhões, que é algo que vai aí para cerca de 20% do nosso PIB.

Muito bem, mas eu acho que um aspecto que vale a gente considerar aqui e ressaltar é a questão da iniquidade e da desigualdade no acesso que a gente tem. A OMS estima que duas em cada três pessoas em países de baixa renda precisam de óculos, mas não têm acesso a esses óculos, e, globalmente, uma de cada duas pessoas que precisa de cirurgia de catarata não tem acesso a esse procedimento. E a prevalência da deficiência visual para longe é estimada em mais ou menos quatro vezes maior em regiões de baixa e média renda do que em regiões de alta renda, globalmente falando.

E aqui na região das Américas, onde a gente atua, particularmente na nossa América Latina e no Caribe, os dados confirmam muito que a cegueira e a deficiência visual ocorrem nas áreas rurais e periféricas. Só na nossa região, aproximadamente 21% das pessoas com erro refrativo ainda apresentam necessidade não atendida de óculos, especialmente população rural, populações indígenas e de baixa renda. E, em crianças pequenas, particularmente, a deficiência visual grave e irreversível de início precoce pode afetar ainda o desenvolvimento motor, linguístico, emocional, social, cognitivo, entre outros. Já em adultos, a deficiência visual pode reduzir a qualidade de vida, está associada a um menor emprego e maiores taxas que a gente tem de depressão e ansiedade. E, em pessoas idosas, particularmente, pode contribuir para o isolamento social, para dificuldade para caminhar, para o maior risco de quedas e fraturas, que é outro problema grave que a gente tem tido com a transição epidemiológica, e para uma maior probabilidade de entrada precoce em instituições de cuidado.

Em muitos países que a gente vê aqui, a gente estima que para cada 1 milhão de habitantes a gente tem cerca de 5 mil cegos e 20 mil deficientes visuais. E pelo menos dois terços desses casos são devidos a causas, como foi dito, tratáveis, como catarata, defeito refrativo, retinopatia diabética, cegueira infantil, glaucoma, oncocercose e tracoma.

E nós entendemos aqui que, para reduzir a cegueira e a deficiência visual, a gente precisa aumentar o acesso aos serviços de atenção oftalmológica e fortalecer os serviços públicos nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas mais pobres de cada país. E o acesso a cuidados com a visão pode reduzir bastante a deficiência visual e os erros de refração ao longo do curso de vida.

E eu colocaria, finalmente, que a estratégia central que a gente tem pela OMS e pela Opas, de uma forma bem resumida, é promover o cuidado ocular integrado e centrado nas pessoas. Isso vai incluir apoio aos países, monitoramento das metas globais com que a gente se comprometeu, fortalecimento de capacidades, análise da situação dos serviços e implementação da iniciativa Specs 2030, que é, de forma também resumida, uma estratégia que a Opas e a OMS têm para ampliar o acesso equitativo à saúde ocular e aos serviços de correção visual. O Specs, também de forma bem resumida – depois a gente pode compartilhar com vocês –, vai focar nestas cinco áreas prioritárias de ação até 2030, e aqui, na nossa região das Américas, a iniciativa vai buscar especialmente, primeiro, integrar a saúde ocular à atenção primária à saúde, fortalecer a formação e distribuição da força de trabalho especializada, expandir o acesso a óculos e outros serviços de correção visual a preços acessíveis, melhorar o sistema de vigilância e de monitoramento da saúde ocular e, por fim, também promover a conscientização e educação para a prevenção da perda visual evitável.

Era isso.

Eu agradeço muito este convite.

E reforço aqui a nossa disposição e disponibilidade de contribuir para este tema tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Victor.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Mauro Goldbaum, que é o Secretário Geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, representando aqui a nossa Presidente do Conselho Brasileiro, a Dra. Maria Auxiliadora.

E também já faço uma saudação carinhosa, pois já estou vendo aqui que o meu querido amigo Rubens Belfort já está aí *online* nos acompanhando. Mando um abraço. Você será o próximo expositor depois do Dr. Mauro. Um grande abraço, meu querido amigo Rubens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mauro, por favor.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Bom, boa tarde.

Primeiramente, queria dar boa tarde para todos que estão presentes ou virtualmente assistindo aqui à sessão.

Queria dar os parabéns ao Senador Hiran pela iniciativa e os parabéns a todos os colegas aqui da mesa, os que já apresentaram e os que vão ainda apresentar.

O tema é "Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada".

Estou aqui em nome do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Presidente Maria Auxiliadora Frazão. Não tenho nenhum conflito de interesse, a não ser querer, voluntariamente, trabalhar no aperfeiçoamento, na promoção da saúde ocular da população.

Eu achei o título desta sessão – Cegueira evitável no Brasil: uma responsabilidade compartilhada – bastante apropriado, me lembrou dos eslaides que a gente tem apresentado há um tempo pela Sociedade Brasileira de Retina e Vitreo e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Quando a gente apresenta para as agências reguladoras, a gente coloca a tônica na saúde ocular dos pacientes e no equilíbrio do sistema de saúde. E a gente geralmente apresenta esse eslaide, onde a gente reconhece que, no fundo, apesar de o paciente ser o beneficiado último ou o principal das nossas ações, todos os envolvidos no sistema de saúde têm que ter um cuidado, entender que o principal é a gente conseguir manter o sistema de saúde o mais sustentável possível.

De novo, uma das missões do CBO é promover e aperfeiçoar a saúde ocular da população.

E aqui eu trouxe o que a gente tem feito, não que, obviamente, todos os problemas da saúde ocular da população estejam resolvidos, mas eu trouxe o que o CBO tem feito no momento em relação a políticas públicas. A ideia é trabalhar com todos os envolvidos, todas as agências e organismos, órgãos que fazem parte desse sistema de saúde. Então, a gente participa da revisão dos protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas, como retinopatia diabética e glaucoma; criação de documentos de triagem ocular neonatal e reabilitação visual, como foi colocado pela Camila;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o programa de rastreio de triquíase tracomatosa; atuação junto ao Conass e Conasems; e a criação do protocolo das ofertas de cuidado integrados.

Temos trabalhado, novamente, em parceria com os dez conselhos regionais de medicina, a Associação Médica Brasileira e o Conselho Nacional de Justiça, com quem temos inclusive uma parceria numa campanha social para o atendimento da população em situação de rua; acordos de cooperação técnica com o Ministério da Saúde; e discussão de linhas de cuidados em oftalmologia.

Quais são as principais demandas oftalmológicas? A gente tem as doenças prevalentes, urgências ou doenças específicas, o atendimento a populações vulneráveis. E, basicamente, as doenças prevalentes são os erros refracionais e catarata, como já foi colocado; glaucoma e retinopatia diabética também são as questões prevalentes no SUS; descolamento de retina e retinoblastoma são urgências ou doenças, assim, mais específicas e mais raras; e populações vulneráveis: infantil, indígenas, situação de rua, como já foi colocado.

Essa é a capa de um livro que foi publicado três anos, dois anos e meio atrás no congresso anual do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, pelo Prof. Marcos Ávila. Ele coloca aqui um apanhado da situação da oftalmologia naquele ano. Então, o principal problema: erros refracionais, lembrando que, no Brasil, a refração é um ato médico. Éramos cerca de 22 mil médicos oftalmologistas e, em 2024, foram quase 28 milhões de consultas oftalmológicas: 12,5 milhões no SUS, 15 milhões na saúde suplementar.

A gente precisa demais, mas isso vem crescendo e melhorando progressivamente. Cirurgia de catarata também é uma questão fundamental. Em 2024, foram quase 2 milhões de cirurgias. Juntando o SUS e a saúde suplementar, dá uma taxa de quase 900 cirurgias a cada 100 mil habitantes, o que coloca a gente mais ou menos no patamar da Itália, Reino Unido, Portugal, Turquia e Israel.

Em relação ao glaucoma, a gente fazia anualmente a campanha 24 Horas pelo Glaucoma, era uma campanha de um dia, mas virou, neste ano, 24 Dias pelo Glaucoma. Foi quase um mês de atividades intensas, incluindo uma audiência pública aqui no Senado – a gente vê audiência com o Senador Hiran aqui embaixo –, uma ação de atendimento na Câmara dos Deputados, 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações de conscientização e atendimento, 106 parcerias institucionais, mais de 3 mil matérias na mídia de consciência e conscientização da população.

Retinopatia diabética. Eu faço área de retina, tenho especial carinho por isso. A gente participou das discussões e feitura dos protocolos, tanto no SUS como na saúde suplementar. A gente também tem a campanha 24h pelo Diabetes, que a gente faz já há cinco, seis anos. É um dia de intensas ações, tanto um programa na internet como mutirões de atendimento de pacientes diabéticos em todos os estados da Federação. O principal, talvez o pioneiro, é esse de Itabuna, que já, há dois anos, completou 20 anos, e essas iluminações de monumentos nacionais – o glaucoma era verde; o diabetes é azul.

Passando para as doenças específicas. O retinoblastoma é uma doença importante. Essa ONG de Olho nos Olhinhos tem nos auxiliado no atendimento e triagem de doenças que possam vir a ter esse retinoblastoma, que é doença mais grave.

Pequenos Olhares, que é uma campanha que a gente faz anualmente durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e, aqui no fundo, é uma ação muito bonita, mas obviamente não chega, nem de perto, a remediar o problema da refração. Mas eu acho que é simbólico e, como bem pontuou o Senador Dr. Hiran, a gente precisa de uma solução mais oficial, não mutirões, não campanhas, e essa solução passa pelo acesso, pela participação da oftalmologia na atenção primária da população.

O trabalho junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a International Agency for the Prevention of Blindness (IAPB)...

E aqui a campanha da população em situação de rua, que a gente faz, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça. Neste ano já foram cinco, seis campanhas. A gente tem mais uma, que vai ser no fim de semana que vem, em Aracaju.

E, de novo, no fundo, tudo isso para dizer que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia se coloca à disposição para qualquer ação que possa ajudar a promover ou aperfeiçoar a saúde ocular da população. Estamos aqui, realmente, para ajudar e, se tiver alguma questão, será um prazer responder.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, novamente, ao Senador Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querido Dr. Mauro, meu querido colega, que está sempre nos prestigiando aqui, com os seus conhecimentos e com a sua presença. Transmita à Diretoria do CBO o nosso respeito.

E passo, em seguida, a palavra ao meu querido amigo Dr. Rubens Belfort Mattos Junior, que é uma referência mundial em oftalmologia e, para a minha sorte, é meu amigo há muito tempo.

Seja muito bem-vindo!

O SR. RUBENS BELFORT MATTOS JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, obrigado.

Bom, antes de passar para a parte formal, muito obrigado, Dr. Hiran. Dizem que a melhor coisa do amigo é que o amigo escolhe e é escolhido. Então, fico muito feliz de ter sido escolhido também, porque eu o conheço e o respeito há muito tempo.

Mas, agora, de maneira mais oficial, eu queria agradecer muito ao Senador Dr. Hiran por esse convite, que serve também para demonstrar o meu apreço e o da Academia Nacional de Medicina pelo seu trabalho, não apenas em favor da oftalmologia, mas em favor da saúde e da medicina neste país.

É importante lembrar, relembrar e comemorar o papel fundamental que o Senador Dr. Hiran teve, juntamente com o apoio do Senador Astronauta, para valorizar o papel do médico, e a tentativa de, pelo menos, controlar essa invasão enorme de faculdades de Medicina que, de maneira descontrolada, estão contribuindo para piorar a nossa medicina e a saúde da população.

Então, quando eu comentei com o Presidente da Academia Nacional de Medicina, Prof. Antonio Nardi, o convite para poder representar a academia aqui – e obter autorização dele –, ele fez questão que eu também lhe agradecesse, oficialmente, em nome da academia, pelo seu trabalho.

Mais especificamente, em relação à oftalmologia... Nossa, eu o conheço há muito tempo, quando o senhor ainda era Deputado no primeiro mandato e já demonstrava uma incrível liderança e capacidade de trânsito no Congresso Nacional. O Dr. Hiran é oftalmologista, grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

líder político; ele é oftalmologista de sala de cirurgia e também de campanhas de acesso e uso da melhor oftalmologia em benefício da população, e numa região do Brasil tão importante, uma região do Brasil onde nós não apenas temos que ensinar, mas aprender.

O trabalho que o Dr. Hiran faz em Roraima... Com a família, né? Aí está apresentada à esquerda dele, uma das muitas... Ele tem uma geração de oftalmologistas brilhantes! O que ele faz é exemplar e é uma maneira de mostrar para a Região Centro-Oeste do Brasil, Sudeste e o sudoeste do Brasil o que pode ser feito.

Achei muito interessante também a participação e os comentários do Dr. Victor, porque abrangeram uma coisa muito importante. Quando o Dr. Frank Hida me pediu para participar aqui, ele explicou o que a IAPB (Agência Internacional de Prevenção de Cegueira) pretende com essa campanha mundial: mostrar para a sociedade que vale a pena investir na visão, vale a pena investir no controle da cegueira e da morbidade ocular, inclusive do ponto de vista econômico. E, quando você junta uma IAPB e o Congresso Nacional, com a liderança do Dr. Hiran, você vê que isso é possível.

E aí, então, o Frank Hida me falou: "Olha, ponha a pauta nesse sentido". Quando a gente participa numa reunião dessa, é muito importante a gente saber qual é a pauta, porque o assunto é tão grande. E segundo: quem vai ouvir? Bom, eu acho que a pauta está estabelecida: vale a pena a gente investir na saúde ocular? É uma questão só de caridade? É uma questão de solidariedade humana ou também de aporte naquilo que vai reverter em benefício financeiro da sociedade? E a resposta é: eu acho que sim. Sem dúvida nenhuma, isso existe. Quando o Senador Dr. Hiran comentou aqui a respeito do núcleo de saúde familiar, ele já resolveu uma pauta minha, que era justamente nesse sentido. Não é apenas em Roraima, mas em São Paulo, em Vila Mariana, e mais ainda nas periferias da cidade de São Paulo, Dr. Hiran. O senhor sabe que, provavelmente, é pior que muita região de Roraima. É extremamente necessário que a gente coloque oftalmologista nesse núcleo da saúde familiar.

Oftalmologia não é atenção terciária; muitas vezes, não é nem secundária. E não é mais, felizmente, a questão de colocar um oftalmologista em cada esquina, mas é colocar a oftalmologia em cada esquina e a oftalmologia em cada médico, através da tecnologia moderna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a tecnologia moderna, os algoritmos de inteligência artificial e a teleoftalmologia bem desenvolvida são a maneira de fazer com que as equipes de saúde primária possam ter o apoio do oftalmologista no acesso mais adequado, no encaminhamento mais rápido e no resultado, portanto, melhor.

O custo da cegueira, o custo da doença ocular é enorme. Eu gostei quando a enfermeira... Esqueci seu nome. Desculpe-me.

A enfermeira do Ministério da Saúde comentou muito bem a questão da criança, e é lamentável o que acontece com as crianças, no Brasil, em relação à oftalmologia, porque a criança não é valorizada.

A cidade de São Paulo – é um exemplo que eu acho que repercute em todo o Brasil – tem uma enorme carência de hospitais que aceitam criança para oftalmologia. O assédio, o *bullying* da criança com estrabismo é brutal. "Olha o vesguinho, olha o vesguinho, olha o vesgo...". E a criança pode até ter o médico, mas não tem o local para ser operada, porque os hospitais não têm condição, não existe uma remuneração adequada, não existe número de hospitais que possam prover aquilo que os conselhos regionais exigem que é de segurança. Então, a criança não é valorizada.

A gente esquece que a criança não é os primeiros anos de vida. A criança, como criança, vai até a puberdade, vai até a adolescência.

A criança precisa ser mais valorizada como investimento, para que vire um cidadão bom, um cidadão que seja útil para a sociedade, inclusive do ponto de vista econômico.

Então, sem dúvida nenhuma, este tipo de reunião é muito importante.

Eu queria novamente lembrar: quando eu digo que não é colocar um oftalmologista em cada esquina, porque oftalmologista não é *office boy*, não é auxiliar de escritório; oftalmologista é um profissional extremamente bem-educado, de longo preparo, e que, portanto, não pode ser condenado a realizar tarefas precárias, tarefas mal pagas, tarefas em que ele acaba sendo desperdiçado. Oftalmologista tem que estar dentro da equipe de saúde, na posição para a qual ele foi preparado, exercendo a sua liderança natural. E, para isso, é necessário não apenas ter os algoritmos e tecnologia moderna, ao que já me referi, mas também recursos humanos adequados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria lembrar também uma pauta importante, que vem sendo, felizmente, de sucesso no Brasil – ao contrário de outros países, que estão cada vez mais complicados: é que nós, felizmente, não temos os optometristas atrapalhando muito, como em outras sociedades.

Eu falo isso não porque eu seja contra o optometrista em si, mas porque a optometria, que teve origem há cerca de 200 anos, foi totalmente superada pelo avanço da medicina, o avanço da tecnologia. E nós não precisamos de mais profissionais de nível superior, porque os oftalmologistas que temos, com o auxílio de técnicos médios e algoritmos modernos, têm todas as condições para desenvolver o que é necessário, sem haver desperdício de recursos, inclusive na educação de profissionais, que vão estar aquém do que a sociedade precisa.

Queria lembrar então, técnicos médios, de nível médio, trabalhando integrados ao oftalmologista, aplicando recursos modernos de tecnologia, podem, sim, facilitar muito, muito o acesso. Isso é o que se fala muito já na Europa, se fala muito na Escandinávia, e fortalecer o acesso de novas maneiras é fundamental.

Nós só iremos resolver os problemas de saúde geral, não é apenas de oftalmologia... E aí, eu acho que eu posso falar ouvindo e vivenciando a Academia Nacional de Medicina por mais de 20 anos, apresentando e usando as tecnologias mais modernas.

A Academia Nacional de Medicina existe há praticamente 200 anos, e um dos objetivos é tratar de ajudar o Governo, os gestores a desenvolver a melhor medicina. E eu acredito que, então, essa possibilidade que nós temos junto ao Governo, com a ajuda de lideranças como o Dr. Hiran, de estabelecer comitês mais permanentes junto ao Ministério da Saúde, exercendo o papel forte da sociedade, em programas que sejam mais de Estado do que de Governo, vai ajudar muito a sociedade.

Dr. Hiran, mais uma vez, muito obrigado também, em nome da Academia Nacional de Medicina, pela sua liderança tão necessária para o país.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querido amigo, Prof. Rubens Belfort. Eu agradeço as palavras bondosas que você proferiu a meu respeito, e vou colocar isso no crédito da nossa amizade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse evento aqui fica muito honrado com sua presença, porque você é um oftalmologista de um conhecimento abrangente, um conhecimento maior que o Brasil. E, quando a gente fala sobre Roraima, a gente não fala sobre Boa Vista, sobre Caracaraí, sobre os municípios de Roraima, a gente fala, por exemplo, de Tootótobi, Balawaú, Demini, onde você conhece muito bem, porque fez trabalho lá, em relação a uma patologia que muitas pessoas não conhecem, que se chama cegueira dos rios, que é a oncocercose, e lá nós temos a maior área endêmica de oncocercose das Américas, que já foi objeto de trabalho do seu serviço, e você conhece muito bem.

Eu fico muito feliz de receber essa homenagem que você me presta, porque você, inclusive, é o orientador... É de doutorado ou de mestrado? Você vê que eu já inspirei até minha ex-esposa, né, Rubinho? Então, você que é o orientador dela, e ficamos muito honrados, a nossa família, de você passar essa orientação para alguém que vai prestar serviço lá no nosso Estado de Roraima, porque está todo mundo indo para lá. Acabei de formar mais dois – viu, Rubinho? – que certamente vão passar por você no futuro.

Eu quero passar aqui a palavra agora ao Presidente da Associação da Terra Indígena Xingu, Ewésh Waura – eu não consigo falar o nome dele direito.

Desculpe-me, deu certo agora? (*Pausa.*)

Muito bem.

Seja muito bem-vindo.

O SR. EWÉSH YAWALAPITI WAURA (Para expor.) – Muito obrigado, Dr. Hiran.

Boa tarde a todas e a todos. Eu me chamo Ewésh Yawalapiti Waura. Eu sou indígena do povo iaualapiti uaurá, da Aldeia Yawalapiti, do Alto Xingu, Advogado e Presidente da Associação da Terra Indígena Xingu, que representa 16 povos indígenas do território do Xingu.

Falo hoje em nome das comunidades indígenas do território indígena do Xingu. Um território que reúne, como eu falei, 16 povos, distribuídos em dezenas de aldeias. Hoje são quase 200 aldeias no território, em que vivem milhares de pessoas que compartilham o mesmo desafio: fazer com que o direito constitucional à saúde realmente chegue ao território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero iniciar agradecendo à Comissão de Assuntos Sociais pela oportunidade de participar desta audiência pública. Agradeço por reconhecer que os povos indígenas precisam estar presentes neste espaço, discutindo políticas públicas sobre a saúde. Não é possível construir as soluções para o Brasil sem ouvir quem vive em realidades tão diferentes das grandes cidades. Hoje eu quero falar sobre um problema que afeta diretamente o nosso povo, a dificuldade de acesso à saúde ocular.

Para muitas pessoas, enxergar é algo natural. Para muitas famílias do Xingu, infelizmente, isso ainda é um privilégio. Nós convivemos com crianças que apresentam dificuldade para aprender, porque não conseguem enxergar adequadamente. Muitas sequer sabem que possuem algum problema visual; convivemos com adultos que têm sua capacidade de trabalhar reduzida, porque a visão vai diminuindo ao longo dos anos; e convivemos com idosos que, depois de uma vida inteira dedicada às suas comunidades, perdem gradativamente sua autonomia, porque não conseguem mais enxergar para realizar atividades simples do cotidiano. O mais doloroso ainda é saber que grande parte desses casos poderia ser evitada ou tratada se o atendimento chegasse no momento certo.

A Constituição Federal garante aos povos indígenas o direito à saúde diferenciada, o Sistema Único de Saúde também garante esse direito, mas, para quem vive nas aldeias do Xingu, esse direito ainda encontra enormes barreiras para sair do papel. O acesso ao atendimento oftalmológico é extremamente limitado. Quando uma pessoa precisa de uma consulta especializada, normalmente precisa ser encaminhada para municípios distantes ou até para centros maiores. Isso significa dias de deslocamento, longas viagens de barco, por estrada, afastamento da família e da comunidade e, muitas vezes, meses de espera pela regulação.

Em alguns casos, quando finalmente a consulta acontece, surge outro problema: o médico prescreve os óculos, mas a família não consegue comprá-los. Para muitas famílias indígenas, o custo de um par de óculos simplesmente não cabe no orçamento. Na prática, a consulta acontece, o diagnóstico acontece, mas o tratamento não se completa. Isso significa que o direito continua incompleto.

Quero compartilhar uma realidade que se repete no nosso território. Em diversas ocasiões, pessoas só conseguiram realizar exames de vista ou receber óculos porque organizações da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil desenvolveram projetos específicos dentro das aldeias. Essas iniciativas mudaram vidas: crianças voltaram a estudar melhor, idosos recuperaram parte da autonomia, adultos voltaram a desempenhar suas atividades com segurança.

Essas experiências mostram que levar atendimento oftalmológico até os territórios indígenas funciona, mas também revela outra realidade: quando o projeto termina, o atendimento termina junto. Não existe continuidade, não existe uma política pública permanente que garanta esse cuidado, e é justamente isso que precisa mudar. Não podemos depender exclusivamente da boa vontade de organizações não-governamentais para garantir um direito fundamental.

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel extremamente importante, desenvolvendo soluções inovadoras e chegando aonde, muitas vezes, o Estado ainda não conseguiu chegar. Essas experiências precisam ser reconhecidas, precisam ser valorizadas, e, principalmente, precisam inspirar políticas públicas permanentes. O Estado brasileiro pode aprender com essas iniciativas e incorporá-las ao Sistema Único de Saúde, porque o direito à saúde não pode depender da existência de um projeto temporário; ele precisa ser permanente.

Nós ouvimos falar da campanha Agora Tem Mais Especialistas. Essa iniciativa representa um avanço importante, mas nós também fazemos algumas perguntas: como essa estratégia alcançará efetivamente os territórios indígenas? Ela chegará às aldeias mais distantes? Terá continuidade nos próximos anos ou será apenas uma ação pontual? Para nós, essas respostas são fundamentais.

Quando se afirma que milhões de brasileiros poderão apresentar perda da visão nos próximos anos, os povos indígenas fazem parte dessa realidade. Entretanto, muitas vezes, permanecemos invisíveis nas estatísticas. Ainda conhecemos muito pouco sobre a situação da saúde ocular dentro dos territórios indígenas. Sem diagnóstico adequado, sem dados e sem monitoramento, torna-se ainda mais difícil construir políticas públicas eficientes.

Por isso, gostaríamos de apresentar algumas propostas.

Primeiro, é necessário descentralizar a atenção oftalmológica. Precisamos aproximar os serviços especializados nas regiões onde vivem os povos indígenas. Isso pode ocorrer por meio de unidades móveis, mutirões periódicos, telemedicinas e fortalecimento da atenção primária, sempre respeitando a realidade de cada território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, é preciso reduzir o tempo de espera na regulação. Quem mora em uma aldeia distante não pode esperar meses ou anos para realizar um exame simples. O acesso precisa ser mais rápido, mais eficiente e mais humanizado.

Terceiro, os povos indígenas devem participar da construção das políticas públicas desde o início, não apenas como beneficiários, mas como parceiros. Nós conhecemos nosso território, conhecemos nossas dificuldades, conhecemos nossas formas próprias de organização. Esse conhecimento precisa fazer parte das decisões.

E, quarto, é indispensável garantir financiamento permanente para a saúde ocular indígena, não apenas para consultas, mas também para exames, cirurgias, aquisição e distribuição de óculos, capacitação de profissionais indígenas, fortalecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e ampliação da infraestrutura necessária para que esse atendimento aconteça de forma contínua. A saúde ocular não pode depender de projetos temporários, ela precisa ser uma política de Estado.

Também gostaria de destacar outro aspecto muito importante. Nós, povos indígenas, possuímos conhecimentos tradicionais sobre cuidado, prevenção e promoção da saúde. Esses conhecimentos não substituem a medicina especializada, mas também não podem ser ignorados. O caminho é a parceria, é construir soluções em conjunto, respeitando a ciência, respeitando os conhecimentos tradicionais e respeitando a autonomia dos povos indígenas.

Sabemos que o Brasil participará do Global Summit for Eye Health ainda este ano. Esperamos que o país apresente ao mundo não apenas compromissos internacionais, mas também compromissos concretos com os povos indígenas brasileiros, que possa dizer que está fortalecendo o SUS nos territórios indígenas, que está ampliando o acesso aos especialistas, que está reduzindo desigualdades, que está garantindo atendimento permanente e que está assegurando que nenhuma criança indígena deixe de aprender porque não enxerga; que nenhum adulto deixe de trabalhar por falta de tratamento; e que nenhum idoso perca sua autonomia por ausência de acesso aos cuidados necessários.

A saúde ocular vai muito além dos olhos; ela representa dignidade, educação, autonomia, trabalho, qualidade de vida e respeito aos direitos humanos. O território indígena do Xingu está disposto a construir essas soluções junto com o Estado brasileiro. Queremos ser ouvidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos participar e queremos contribuir, porque nós não queremos privilégios, queremos apenas que o direito garantido pela Constituição alcance também quem vive nas aldeias.

Muito obrigado pela oportunidade. Que esta audiência seja um acesso importante para que os povos indígenas também possam enxergar com dignidade o seu presente e o seu futuro! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Ewésh. Agora eu vou falar o nome certo. Falei certo, Ewésh?

O SR. EWÉSH YAWALAPITI WAURA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Muito obrigado.

E, olha, você falou em Distrito Sanitário Especial Indígena, Doutor. Só a título de curiosidade, o senhor sabe que eu fui Superintendente da FNS quando a atribuição à saúde indígena estava dentro da Cosai (Coordenação de Saúde Indígena) da FNS.

E, nos idos de 1988, eu recebi uma missão de estruturar o primeiro distrito sanitário especial indígena do Brasil, que eu acho que o senhor sabe que foi o Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami, e foi um grande trabalho a gente criar um núcleo de atenção, onde hoje são 37 polos de base dentro da reserva – uma reserva de 9,4 milhões de hectares, maior que Portugal – e foi um grande desafio.

Então, realmente, a nossa atenção à saúde ocular é muito assimétrica, mas, para que o senhor não fique tão triste, aqui no Distrito Federal alguém que mora aqui na capital do país, ainda, às vezes, espera dois a três anos para fazer uma cirurgia de catarata no SUS. Então, nós precisamos realmente – claro, todos nós, isso é um trabalho da sociedade, do Governo, das nossas sociedades de especialidade – dar mais acesso às pessoas.

A questão da oftalmologia na atenção primária sempre foi uma luta. Eu tenho um projeto de lei aqui, desde quando eu cheguei como Deputado Federal, para tentar implantar isso no nosso país, porque, quando a gente não dá acesso à oftalmologia na primeira infância, a gente negligencia algumas coisas – eu não vou me antecipar, senão eu vou ser chamado a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos que ainda vão falar –, mas a gente termina negligenciando alguns casos de cegueira que poderiam ser muito preveníveis num exame benfeito por um oftalmologista.

Então, está de parabéns aqui todo mundo que expôs, e espero que nós possamos sair daqui com propostas viáveis e adequadas para que realmente a gente possa aumentar o acesso à atenção ocular do nosso povo, principalmente na atenção primária.

Eu vou passar, em seguida, a palavra à Dra. Louise Christina Gonçalves Vasconcelos, Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia para a Região Norte do nosso país.

Dra. Louise, por favor.

A SRA. LOUISE CHRISTINA GONÇALVES VASCONCELOS (Para expor.) – Senhoras e senhores autoridades, boa tarde.

É uma grande honra participar deste momento, promovido sob a liderança do Senador Dr. Hiran, que é médico oftalmologista e um Parlamentar tão engajado, que conhece profundamente os desafios da saúde ocular brasileira. A atuação demonstra que é possível a gente unir conhecimento científico, experiência clínica e o compromisso com as políticas públicas em benefício da população.

Eu trago uma saudação também da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, que é a nossa SBO, uma entidade centenária que, desde a sua fundação, em 1922, já há mais de um século representa os oftalmologistas brasileiros, promove também educação médica continuada, incentiva a pesquisa clínica e trabalha diariamente também pela defesa da visão e da saúde ocular da nossa população, e a qual eu tenho a honra de estar hoje representando aqui.

Nós estamos então aqui reunidos para discutir um tema que ultrapassa a esfera da medicina. A cegueira evitável é uma questão de saúde pública, uma questão de desenvolvimento social, de inclusão e de dignidade humana. As projeções mostram que mais de 28 milhões de brasileiros podem apresentar perda significativa da visão até 2030, se nós não ampliarmos as estratégias de prevenção, diagnóstico e de tratamento.

Ao mesmo tempo, nós sabemos que existe uma mensagem que é positiva: 90% dessas causas poderiam ser prevenidas, tratadas ou reabilitadas se nós fizermos isso em tempo hábil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa, então, que milhões de brasileiros não precisam perder a visão, mas, para isso, se exige ação, e essa ação precisa ser compartilhada. Essa responsabilidade é compartilhada entre o poder público, os profissionais de saúde, as universidades, as sociedades médicas, a iniciativa privada e toda a sociedade civil.

Entre todas as doenças oculares, eu gostaria aqui de fazer menção e destacar duas em especial, pelas quais eu também tenho um carinho, que são o glaucoma e a ambliopia.

O glaucoma é conhecido como o ladrão silencioso da visão. Isso quer dizer que as pessoas perdem a visão sem estar percebendo no início, sem sintomas, e que, quando isso é percebido pelo paciente, às vezes nós já estamos num estágio muito avançado de lesão ao nervo óptico, que torna isso uma cegueira irreversível.

O glaucoma também permanece hoje, tanto no mundo como no Brasil, como uma das principais causas de cegueira. Mas eu também gostaria de chamar a atenção para a ambliopia, que popularmente é conhecida como olho preguiçoso. É a maior causa de deficiência visual em crianças e, quando não é diagnosticada e tratada durante o período do desenvolvimento visual, ela pode deixar uma perda permanente na visão.

O impacto da ambliopia vai muito além da infância. Uma criança que não recebe esse tratamento adequado pode carregar essa limitação por toda a vida, com repercussão tanto no estudo, no aprendizado, na qualificação profissional, na inserção no mercado de trabalho e até na aptidão para algumas profissões.

Essas doenças representam um custo social e econômico gigantesco. Mas a gente também tem a boa notícia de que, tanto no glaucoma quanto na ambliopia, o diagnóstico precoce transforma vidas. O glaucoma pode ser controlado, porque nós dispomos de tecnologias, de exames modernos, de medicamentos eficazes, de *laser*, e de técnicas cirúrgicas que são cada vez mais seguras para preservar a visão por toda a vida. E a ambliopia pode ser manejada e tratada com tratamentos com custo muito barato, com custo baixo e muito eficazes.

Então, o verdadeiro desafio não é a falta de conhecimento científico ou de conhecimento técnico. O desafio é fazer com que esse conhecimento alcance realmente quem mais precisa. Precisamos enfrentar as desigualdades regionais no acesso da saúde ocular. Como já foi falado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, nós temos um país com dimensões continentais e o acesso ao oftalmologista ainda é um enorme desafio em muitas regiões. Longas distâncias, barreiras geográficas, a distribuição desigual dos oftalmologistas e limitação na oferta de serviços retardam o diagnóstico e o tratamento. O lugar onde uma pessoa vive não pode definir se essa pessoa enxerga. Promover a equidade no acesso à saúde ocular, além da universalidade, da integralidade, que são princípios básicos do SUS, é um dever do Estado, mas também um compromisso de todas as sociedades.

Nós precisamos ampliar o acesso ao diagnóstico precoce, fortalecer a atenção primária, reduzir as filas para as consultas especializadas e incorporar as tecnologias que são baseadas em evidência científica, e promover campanhas, que sejam permanentes, de conscientização da população. Conforme foi falado aqui, nós temos projetos de glaucoma, por exemplo, mas esse projeto quiçá está em todos os estados da nossa Federação. Então, nós precisamos, sim, falar de equidade, de integralidade, de universalidade.

Investir em prevenção da cegueira não representa apenas um benefício para o paciente, representa uma economia para o sistema de saúde, para a redução de aposentadorias precoces, para a preservação da autonomia das pessoas idosas e para maior produtividade e qualidade de vida para milhões de famílias brasileiras.

Cada caso de cegueira evitado significa uma pessoa que continuará trabalhando, dirigindo, provendo para a sua família de forma independente.

A Sociedade Brasileira de Oftalmologia acredita que nenhuma instituição consegue inventar esse desafio sozinha; por isso, nós estamos aqui para somar e construir pontes, construir pontes entre a ciência e as políticas públicas, a pesquisa e a assistência, os especialistas e a população, o conhecimento e a prevenção, as nossas sociedades médicas e a sociedade civil.

Então, nós reafirmamos hoje, aqui, a nossa disposição permanente de colaborar tecnicamente com o Senado Federal, com o Ministério da Saúde, com os gestores estaduais e municipais e com todas as instituições que estiverem comprometidas com a saúde ocular dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SBO coloca à disposição toda a sua experiência científica, os seus especialistas e a sua tradição, para contribuir com a construção de políticas públicas cada vez mais eficientes, sustentáveis e baseadas em evidências disponíveis.

Quero encerrar renovando meus cumprimentos aqui, em meu nome e no do nosso Presidente recém-eleito da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Dr. Emílio Suzuki, e ao Senador Hiran, pela sensibilidade em trazer esse tema para o centro do debate nacional.

Quando falamos em visão, nós falamos em preservar oportunidades e, acima de tudo, em garantir que milhões de brasileiros possam continuar enxergando o futuro. Então, que este encontro aqui se transforme em um marco para fortalecer essa aliança contra a cegueira evitável. A SBO estará, como sempre, pronta para caminhar ao lado na construção desse futuro.

Mais uma vez, Senador Hiran, muito obrigada. Receba o reconhecimento da SBO por conduzir esta discussão em um momento tão decisivo para o futuro da saúde ocular do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Louise.

Eu vou pedir licença ao meu querido amigo Frank Hida para prestigiar o nosso controle social, aqui representado pelo César Achkar, que está aqui presente, da Retina Brasil. Ele está sempre aqui defendendo políticas públicas que defendam a inclusão de portadores de visão subnormal no nosso país.

Quero aqui, Frank, pedir licença a você para passar a palavra ao César e dizer que, semana passada, nós fizemos aqui um grande evento onde nós abordamos o tema da degeneração macular relacionada à idade, principalmente a DMRI seca – nós já temos, inclusive, drogas que estão começando a ter algum tipo de efeito. Aqui no *foyer* do Senado, nós colocamos dois oftalmologistas e dois técnicos que fizeram retinografias guiadas por inteligência artificial, auxiliando os técnicos e os nossos colegas a estabelecerem diagnósticos, orientações para os pacientes que passaram por avaliação.

Fizemos, em média, quase 300 atendimentos ao dia aqui no Senado. Foi uma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR ACHKAR – Foram 360.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto, olhem aí! Estão vendo como ele é? Olhem aí o controle social funcionando.

Então, passo-lhe a palavra e o parabenizo pela dedicação e por estar aqui sempre presente para nos auxiliar a formular marcos legislativos que vão ao encontro das necessidades do nosso povo brasileiro.

Parabéns e passo a palavra ao César Achkar.

O SR. CÉSAR ACHKAR (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade.

Sou eu quem o parabenizo, nós da Retina Brasil que o parabenizamos pela iniciativa desta audiência, desse tema tão importante.

Em primeiro lugar, vou fazer minha audiodescrição, pois temos colegas cegos assistindo, em respeito a eles. Eu sou um homem branco, de 62 anos, tenho cabelos grisalhos e estou aqui vestindo terno e gravata com meu *tablet,* por onde faço a minha leitura sombreada, leitura por áudio.

Sobre a Retina Brasil, a instituição que eu represento, é uma associação de pacientes que tem mais de duas décadas de atuação. Desde 2022, integramos o Conselho Nacional de Saúde. Participamos também do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inclusive fui conselheiro.

Realizamos a primeira conferência livre de saúde ocular, conferência livre nacional, com participação de mais de 500 pessoas. Em consequência dessa conferência livre, participamos também com sete delegados da 17ª Conferência Nacional de Saúde, organizada pelo Ministério da Saúde.

Tivemos propostas, cinco propostas incorporadas na Resolução nº 17, de agosto de 2023, que é decorrência da própria Conferência Nacional de Saúde.

Temos atuação nas cinco regiões do país por meio de 15 grupos regionais e também de cinco grupos virtuais de pacientes, de pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos membros da Retina Internacional e da Retina Iberoamérica.

Como lembrou o Dr. Hiran, na nossa última ação importante, aqui no próprio Senado, agora, entre o dia 30 e o dia 1º, conseguimos fazer esse atendimento a trezentos e sessenta e poucas pessoas, que saíram com o resultado de um exame e com uma orientação médica.

Tenho orgulho de fazer parte dessa associação de pacientes, eu sou o responsável pelo grupo regional aqui, da Retina Brasília, e estou aqui designado representando a instituição nacional, Retina Brasil.

Justamente por fazer parte dessa associação, eu queria encaminhar uma pergunta. A minha pergunta é: quais serão os critérios para a participação desse grupo de trabalho que tem essa missão de elaborar o plano de saúde ocular? E qual a garantia da participação social, da participação da sociedade civil nesse processo?

Obrigado.

Falhou um pouco aqui minha leitura, gente, por causa da máquina.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, tranquilo.

O SR. CÉSAR ACHKAR – É a primeira vez que eu uso esse equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, tranquilo, deu para entender completamente.

Parabéns, mais uma vez, pela sua participação, César.

Eu vou pedir licença a você, para que depois a gente faça a resposta à sua pergunta. Eu vou passar aqui em seguida ao Frank Hida, e, ao final, a gente pode responder a sua indagação.

Pode ser?

O SR. CÉSAR ACHKAR (*Fora do microfone.*) – Pode ser.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora eu passo a palavra ao meu amigo Frank Hida, Co-Chair América Latina da Agência Internacional para a Prevenção à Cegueira (IAPB), por dez minutos.

Seja muito bem-vindo, Frank.

O SR. FRANK HIDA (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos e todas. Gostaria de agradecer aqui imensamente à Comissão de Assuntos Sociais por esse convite, e agradecer, em especial, ao Senador Hiran por colocar todos aqui, nesta mesa, para um assunto muito importante. A sua liderança no Brasil tem sido uma inspiração.

Quero saudar também as representantes da Organização Pan-Americana de Saúde, o Ministério da Saúde, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, a Academia de Medicina Brasileira e todas as lideranças comunitárias aqui presentes. É uma honra estar aqui nesta mesa tão diversa e representativa.

Eu sou Frank Hida, Co-Chair da Agência Internacional de Prevenção à Cegueira (IAPB), que é uma aliança global que trabalha muito próxima ao setor de saúde ocular com a Organização Mundial da Saúde e com a Organização das Nações Unidas. Nós somos uma rede com mais de 300 organizações em todo o mundo. O nosso papel não é ditar regras nos países. Pelo contrário, nós atuamos como ponte em que nós conectamos as melhores práticas globais recomendadas pela Organização Mundial da Saúde com realidades locais, catalisando colaborações e ajudando a construir parcerias para que o acesso universal à saúde ocular seja uma realidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

É exatamente com esse espírito de colaboração que venho falar com vocês hoje. Como o nosso CEO, Peter Holland, sempre diz: "A força do nosso movimento não está na nossa *expertise* individual, mas na nossa capacidade de trabalharmos todos juntos".

Nós estamos diante de um momento decisivo. Em novembro de 2026, o Governo da Antígua e Barbuda vai sediar o primeiro Global Summit para a Saúde Ocular, e esse evento não é apenas uma conferência internacional. É um marco histórico. É um momento em que líderes mundiais vão se sentar para transformar promessas da resolução da ONU sobre a visão, a chamada visão para todos, em ações concretas e financiadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema central do Global Summit é o valor da visão e os números que embasam esse tema são impressionantes. O nosso estudo global mostra que a perda de visão custa à economia mundial cerca de US$411 bilhões em produtividade perdida por ano. Mas, por outro lado, a solução é o melhor negócio que um país pode fazer. Cada um real investido em saúde ocular, em países como o nosso, gera um retorno de R$28. Nós estamos falando de manter os idosos independentes, adultos trabalhando e crianças aprendendo nas escolas. A grande pergunta que nos traz a esta mesa hoje é: como o Brasil vai se posicionar nesse cenário global? Quais compromissos, como país, vai levar para o Global Summit?

A IAPB construiu uma estrutura de políticas que desenha recomendações claras para o governo de todo o mundo. E nós estamos aqui, de portas abertas, para ajudar o Governo brasileiro e o Congresso Nacional a adaptar essas diretrizes para a realidade brasileira. Precisamos construir compromissos de três grandes frentes. Primeiro, a integração. Precisamos do compromisso de que a saúde ocular deixará de ser um apêndice e passará a fazer parte integral do SUS, desde atenção primária, com triagem nas comunidades, até as políticas de acesso à saúde universal à saúde ocular. Segundo, financiamento e regulação. Precisamos assumir o compromisso de criar linhas de financiamento sustentáveis. Precisamos olhar para nossas leis: como podemos reduzir impostos e barreiras para novas tecnologias, equipamentos e óculos, facilitando o acesso à população e a atuação dos profissionais e da indústria onde mais se precisa? Em terceiro, a inclusão e a parceria. Qualquer plano nacional precisa ser construído de mãos dadas com a sociedade civil, com o conselho, com a sociedade de classe e com as lideranças comunitárias, garantindo que o atendimento chegue, de forma contínua, a toda a população brasileira, e não esquecendo os mais vulneráveis, como os nossos povos indígenas. Não queremos ações assistencialistas pontuais, queremos sistemas longitudinais que funcionam, também não esquecendo as doenças raras.

A IAPB está aqui para oferecer todo o nosso apoio. Nós queremos trabalhar junto com o Ministério da Saúde e com o Senado e com todos os parceiros presentes para definir esses compromissos. Aqui, eu gostaria de fazer uma sugestão importante. A criação de um grupo de trabalho é fundamental, é muito necessária, mas há algo que precisa ser além do grupo de trabalho. Há algo que precisa ser permanente, há algo que precisa estar institucionalizado dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Saúde: a criação de uma Câmara Técnica Assessora de Oftalmologia dentro do Ministério da Saúde.

Essa câmara seria um órgão consultivo especializado, permanente, focado em assessorar o Ministério da Saúde em desenhar planos, prepará-lo para o Summit, definir metas sempre baseadas na evidência, sempre atualizadas e sempre responsivas para a necessidade do povo brasileiro.

É essa estrutura que faz a diferença entre a iniciativa e que termina quando o projeto acaba e as políticas públicas se perpetuam. E essa é a estrutura que transforma promessas em direitos. Juntos, esses dois mecanismos garantirão que o Brasil não apenas chegue ao Global Summit para a Saúde Ocular com compromissos ambiciosos, mas também continue implementando esses compromissos nos anos que virão. O Brasil tem o tamanho, tem a capacidade técnica e tem a oportunidade de chegar ao Global Summit não apenas para assinar um documento, mas para liderar a América Latina como um exemplo.

Eu gostaria de convidar todos aqui – tem um livreto que está na frente de todo mundo aqui – a pegar esses óculos aqui. Esses óculos são especiais – os que todos vocês receberam aqui –, são uma tradição nossa na IAPB, um ato simples que simboliza muito: simboliza que todos nós, independentemente de quem somos, de onde viemos, podemos amar os nossos olhos, cuidar da nossa visão e, mais importante, garantir que todos tenham esse direito.

Então, convido vocês: coloquem esses óculos, amem seus óculos, os seus olhos. Vamos fazer isso juntos aqui no Senado, como um sinal de compromisso da saúde ocular no Brasil; como um gesto de solidariedade para milhões de brasileiros que ainda não têm acesso a algo tão simples quanto um par de óculos; como um sinal, para o mundo, de que o Brasil está comprometido com essa causa.

Vamos trabalhar juntos para transformar as palavras em ações e garantir que todos os brasileiros tenham o direito de enxergar em seu próprio futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Frank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já... Permitam-me fazer um encaminhamento.

Nós vamos enviar uma sugestão ao Ministério da Saúde para que nós possamos criar um grupo de trabalho para formular sugestões que sejam apresentadas no Global Summit, que vai acontecer no dia 2 de novembro lá em Antígua e Barbuda.

Já respondendo à pergunta do César, que esse grupo de trabalho inclua membros da sociedade civil, e aí você será informado do andamento desses trabalhos, se for o caso de ser aceita essa nossa sugestão pelo Ministério da Saúde.

Eu vou passar agora a palavra para cada um dos expositores fazer suas considerações finais, por dois minutos, começando com a Dra. Camila.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (Para expor.) – Bom, primeiro, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, de ouvir, de aprender, mais uma vez, com tantas pessoas envolvidas nessa temática. Todas as vezes que a gente discute, a gente aprende um pouco mais, a gente consegue entender um pouco melhor o que é necessário ser discutido, ser feito, ser levado lá para discussões mais profundas, dentro do Ministério da Saúde, principalmente com estados e municípios, quando a gente tem oportunidades de discutir.

Na semana que vem, a gente vai ter o Congresso do Conasems, em Porto Alegre, que é o congresso com as secretarias municipais de saúde. É um congresso importantíssimo, em que a gente tem oportunidade mesmo de discutir com quem faz a saúde acontecer em cada município deste país, então são essas oportunidades que a gente não pode perder de tocar em assuntos tão importantes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO – Eu queria dizer, só complementando, que o Ministério da Saúde tem, para todas as suas políticas, assim como temos outras políticas, a de oftalmologia, então a gente tem uma política nacional de atenção oftalmológica e a gente cria, sim, câmaras técnicas para essas políticas e para ajudar, vamos dizer, o Ministério exatamente nas discussões pertinentes e nos temas que são necessários de ajustes e tudo isso. Então existe, sim, a gente já está com isso no nosso radar, existiu uma câmara técnica específica dessa política, ela foi desfeita, e está aí no radar para criá-la novamente. Isso já estava mesmo no radar lá da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenação, então a gente se compromete a olhar para isso novamente com atenção e nos colocar à disposição.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO – Vamos retomar essas discussões, a câmara técnica é exatamente isto: ela nos ajuda a trazer à tona questões que são importantes nas atualizações das políticas e no andamento das políticas no Brasil.

E é isso, acho que um desafio muito grande que a gente tem é exatamente acesso, todo mundo falou isso muito aqui, tanto a organização dos cuidados integrados, que são as OCIs, de que a gente falou, do Agora Tem Especialistas, como as carretas. São duas ações específicas exatamente tentando aproximar de quem tem mais dificuldade de acesso esse acesso a especialista.

Então, é nesse esforço mesmo que o Agora Tem olhou; nessa dificuldade, nessa desigualdade inclusive que o Brasil tem hoje na saúde, que a gente sabe que não é só na oftalmologia, mas em todas as áreas da saúde... Infelizmente, a gente tem muita desigualdade de acesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO – ... desigualdade de especialistas pelo Brasil todo.

Então, a oftalmologia é mais um desses e está dentro desse radar, desse programa das prioridades das OCIs, das carretas e da atenção do Ministério da Saúde.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Camila.

Também antes de passar a palavra para o próximo expositor, eu pergunto se algum dos expositores que nos acompanham remotamente quer fazer uso da palavra. Eu vejo que o Prof. Rubens Belfort nos acompanha, não sei se o Dr. Victor Pavarino nos acompanha também.

Vou passar a palavra, então, ao Prof. Rubens Belfort, para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

O SR. RUBENS BELFORT MATTOS JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Então, novamente, eu quero agradecer. Eu consigo falar o nome do advogado brilhante que representou os indígenas do Xingu porque eu comecei a minha vida, nessa parte de atividade, no Xingu, nas comunidades Uaurá e Iaualapiti, em que – talvez ele nem se lembre do nome – existia um grande líder chamado Kanato. E, desde a amizade que meu pai tinha pelo Kanato, eu fui um grande, grande amigo do Aritana, que eu vi falecer, infelizmente, de covid. Então, eu fico muito feliz de ver, agora, que a comunidade indígena do Xingu tem uma pessoa brilhante como ele; e, realmente, o que ele falou foi muito importante.

Eu queria voltar um pouquinho a essa questão de tecnologia e ao exemplo bonito que a Retina Brasil deu aí no Congresso. Realmente, é tecnologia. Nós, há dois meses, no Rio Purus, examinamos 450 crianças de 8 a 12 anos usando tecnologia, cada criança em 30 segundos de exame. Então, essa é a tecnologia que vem da China, que é barata; isso vai dar acesso ao oftalmologista poder agir em massa, resolvendo o problema social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado. Muito obrigado, Professor. Será que ele terminou ou falhou a transmissão?

Terminou.

Muito obrigado, Prof. Rubens Belfort, pela sua participação. Um grande abraço.

Passo, em seguida, ao Dr. Victor Pavarino para suas considerações finais, por dois minutos.

O SR. VICTOR PAVARINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Posso reafirmar aqui a nossa disposição e disponibilidade para estarmos envolvidos com esse tema; em particular, com nossos parceiros por excelência, do Ministério da Saúde.

Uma boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Victor.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Mauro Goldbaum, meu querido colega.

O SR. MAURO GOLDBAUM (Para expor.) – Novamente, muitíssimo obrigado pelo convite, pela oportunidade.

Quero parabenizar o Senador Hiran, todos os envolvidos, todos que participaram.

De novo: a saúde ocular é a razão de ser do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Como a gente expôs, a gente já trabalha nessa área com iniciativas, com programas e campanhas que visam a promover e aperfeiçoar a saúde ocular na nossa população, e nos colocamos absolutamente à disposição dessa nova iniciativa. A oftalmologia é uma área, uma especialidade interessante. A gente, em geral, nunca dá alta; e a gente quer continuar trabalhando por isso.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Prof. Mauro.

Passo a palavra ao Dr. Ewésh. Por favor.

O SR. EWÉSH YAWALAPITI WAURA (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigado por estar aqui, pela oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre essa questão da cegueira no Brasil, principalmente do acesso aos povos indígenas, que é um desafio.

Quero parabenizar o Senador Dr. Hiran pela iniciativa, para que se enxergue nos territórios, para que os povos indígenas tenham acesso, porque o olho é importante.

Eu só queria agradecer mais uma vez pela oportunidade de estar aqui e quero acompanhar mais com o Doutor... O Frank está aqui também, que conhece o nosso território, não só o Território do Xingu, mas também outros territórios e comunidades indígenas.

Mais uma vez, parabéns pela iniciativa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Ewésh. Transmita as nossas saudações aos Povos Indígenas do Xingu, que se representam tão bem aqui no nosso evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra à Dra. Louise, por favor, por dois minutos.

A SRA. LOUISE CHRISTINA GONÇALVES VASCONCELOS (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu queria trazer aqui rapidamente um dado para corroborar o que o Dr. Ewésh vinha falando. Nós fizemos um trabalho em Roraima, que foi uma tese de mestrado apresentada no passado, publicada no *The Lancet* – eu posso disponibilizar posteriormente –, que pode ajudar a embasar tudo isso que a gente vem falando. Nós fizemos atendimento de 158 indígenas na Casai e nós identificamos lá 15% da população com deficiência visual moderada grave. Desses que não enxergavam bem, 75% deles não viam bem por falta de óculos, uma coisa tão simples de se resolver, e 25% dos que não melhoraram com correção foi devido à catarata. Então, a gente precisa pensar nesses dados.

Queria botar aqui, mais uma vez, a Sociedade Brasileira de Oftalmologia à disposição para contarem conosco, como parceiros, para essa jornada.

Muito obrigada, Dr. Hiran, e parabéns também por trazer esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dra. Louise.

Eu quero também registrar a presença do Dr. Pedro Ivo, que é o Presidente do Hospital Japonês Santa Cruz, que nos prestigia com a sua presença. Seja muito bem-vindo.

Antes de passar a palavra para... Eu acho que só tem o Frank aqui para as suas considerações, eu queria chamar a atenção para uma coisa muito importante. Nós falamos de acesso. Eu acredito que, aqui nesta sala, e a maioria das pessoas que nos assistem remotamente não sabem quanto vale uma consulta por especialista no SUS, com quanto o SUS remunera uma oftalmologista. Vocês têm ideia?

Muito bem. Uma consulta por especialidade no SUS vale R$10. A gente, para cortar o nosso cabelo, gasta muito mais do que isso. Não que não seja importante cortar o cabelo, mas uma consulta médica feita por um especialista, por um oftalmologista, como deve ser feita, tem que ser mais valorizada. E as pactuações, Dra. Camila, são muito difíceis. A gente precisa fomentar parcerias público-privadas, utilizar nossa rede de serviço de oftalmologia no nosso país. Ainda é muito difícil. Uma consulta de catarata custa R$770 na tabela do SUS e, às vezes, é uma luta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pactuar na SIP um valor um pouco mais adequado, que seja R$1,5 mil, R$2 mil, que são uma média do que funciona no país.

A ideia do mais especialidades é ótima, mas até hoje... E eu vou lhe dizer, porque no nosso estado, na minha clínica, a gente opera em média 500 pessoas por mês. Se a senhora for ao... a senhora vai ver, eu acho, que Roraima é o único lugar no país onde não tem fila para a cirurgia de catarata. A gente opera, além dos nacionais, os venezuelanos, que foram vítimas daquele Governo tirano de Nicolás Maduro, que os expulsou para o nosso país.

Hoje, em Roraima, nós temos, Dr. Ewésh, 10% de venezuelanos que vivem em Roraima. Isso dá uma demanda incrível na nossa saúde. Nós atendemos também as pessoas que vêm da Guiana e vêm de países do Caricom, da América Central, porque é muito próximo, e eles descobrem que o nosso SUS é uma mãe; é uma mãe universal. Quer dizer, uma pessoa que chegou aqui ao país, Frank, aos 50, 60 anos...

Olha, seja muito bem-vindo o nosso Astronauta Marcos Pontes.

Uma pessoa que chegou ao nosso país aos 60 anos tira uma carteirinha do SUS, e aí, se o Astronauta Marcos Pontes for à minha clínica lá em Boa Vista, e ele chegar depois dela, na regulação, ele vai observar que, ao tomar leite Nestogeno quando ele era criança, o pai dele já pagava imposto. E ele passou a vida toda pagando imposto, mas quando ele chega para operar a catarata na minha clínica, chega um venezuelano, que nunca pagou um tostão de imposto sequer, e opera na frente dele.

Eu acho que isso não é justo. Eu acho que a gente tem que dar acesso, mas a gente tem que dar acesso primeiro aos nacionais – primeiro aos nacionais. E nós precisamos realmente discutir isso com profundidade.

Mas eu não quero me estender muito, porque chegou o autor do nosso projeto da proficiência em medicina, que certamente quer fazer uso da palavra em relação ao tema que nós estamos debatendo aqui nesta nossa audiência pública.

E eu vou lhe apresentar aqui a minha filha. A Dra. Louise é minha filha e está aqui prestigiando-nos hoje com seus conhecimentos oftalmológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Parabéns! Que legal! Excelente, excelente!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou passar a palavra a V. Exa. Seja muito bem-vindo, meu querido amigo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

O Senador Hiran é o Relator da proficiência médica. A gente está nessa luta para que isso seja aprovado, mas não só aprovado, mas também que a prova seja feita pelo Conselho Federal de Medicina, que é quem de direito entende e precisa fazer isso. Não o MEC, porque o MEC faz a formação, e a parte profissional é cuidada pelo Conselho, assim como a OAB na área de direito.

Mas eu gostaria, antes de mais nada, de parabenizar o Senador Hiran por esta audiência. É um assunto que, quando eu cheguei à minha sala, olhei, vi na televisão, vi o assunto, falei: "Eu tenho que ir lá falar sobre isso aí, porque é um assunto extremamente importante, que afeta – quem sou eu para falar de oftalmologia – milhões de pessoas no mundo, milhares de pessoas no Brasil. E algumas delas são silenciosas, né?

Eu fiquei realmente interessado nisso, porque eu tenho experiência própria com relação a isso. Veja bem, para um astronauta, a saúde é uma das características principais. Você tem que ter a saúde muito em dia e você tem todo tipo de exame, assim como para um piloto de caça, que eu era antes de ser astronauta. Então você tem exames periódicos.

E nesses exames periódicos, lá atrás, quando eu era Tenente, Segundo Tenente, lá em Santa Maria, eu fui a um dos exames ali com pressão de olho. Então, o médico determinou, verificou que a pressão do meu olho era superior, era entre 16 e 18. Não era glaucoma, mas estava no limiar, no limite ali, assim.

E aquilo preocupou, logicamente. A gente continuou fazendo acompanhamento, depois eu fiz uso de um timolol, o timolol, aquela coisa, durante bastante tempo. Até que depois, um médico, o Dr. Remo Susanna, lá em São Paulo, especialista nisso, fez uma série de exames, acompanhou, tira remédio e observa, e fala assim: "Não, na verdade o seu olho opera com a pressão mais alta, mas tem que manter o olho aí no olho, o tempo todo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passei a minha vida fazendo esses exames; na Nasa, obviamente, também, porque um dos efeitos da microgravidade é aumentar a pressão ocular. Mas tem muita gente... Eu contei essa historinha, porque tem muita gente no país que acaba não tendo esses exames e, quando vê, já está numa situação complicada.

Estamos falando de glaucoma, mas diabetes é outra coisa importantíssima com relação a isso. Muitas pessoas têm diabetes e não sabem, continuam com aquilo e, de repente... Nós tivemos o Kajuru aqui, o Senador Kajuru, com um problema sério de visão e, na influência do Kajuru, eu criei um em São Paulo... Diga-se de passagem, eu gosto de dar o direito autoral a ele, vamos dizer assim, porque ele fez um instituto para estudo e tratamento de diabetes, que eu copiei lá em São Paulo. E o instituto está funcionando, porque é uma coisa extremamente importante.

Então, eu vejo uma audiência como essa, acompanhada pela população, em que há não só a importância da discussão técnica sobre ele, mas também da consciência da população do problema, porque é um problema sério que precisa do apoio governamental, precisa do apoio público para poder fazer os exames, para poder fazer o acompanhamento, mas também para as pessoas terem a ciência e falarem assim: "Eu preciso fazer exame. Eu preciso acompanhar. Eu preciso ver se eu tenho alguma coisa como isso".

Então, parabéns, Senador, pela iniciativa de fazer o exame!

Eu queria agradecer a todos os que participam aqui como debatedores. Eu vi o Rubens Belfort.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele está nos acompanhando ainda aí – remotamente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Remoto... Ele também é responsável por esse trabalho junto, lá em São Paulo, nesse centro. Sem dúvida nenhuma, isso é uma das coisas que a gente precisa fazer no nosso país: prevenção e acompanhamento antes. Isso porque fica muito mais barato fazer a prevenção do que depois fazer a correção, sem dizer que a vida e a qualidade de vida das pessoas mudam drasticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns de novo pela iniciativa! Contem comigo! Você sabe: pode contar comigo o tempo todo aqui, para poder auxiliar em projetos que ajudam a nossa população. Estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Prof. Rubens, depois eu vou lhe passar a palavra. Você foi citado aqui e pode fazer uma consideração sobre a fala do nosso querido Astronauta Marcos Pontes, nosso Senador, mas eu vou lhe dar um exemplo também do que acontece conosco lá no nosso estado. Nós também temos carreta. Antes de o Ministério da Saúde falar em carreta, eu já tenho carreta – eu acho que há mais de dez anos –, e nós fazemos rastreamento de problemas visuais no estado todo.

Outro dia eu estava fazendo – eu mesmo estava fazendo um atendimento em Rorainópolis – um exame de uma criança, eu acho que tinha uns 10 ou 11 anos, e a mãe falou assim para mim: "Poxa, Doutor! Esse menino é tão introspectivo. Ele não gosta de jogar futebol, ele não gosta de nada. Ele só gosta de ficar no celular, no *tablet*, fazendo joguinhos. Ele é muito introspectivo na escola". Então, passou por vários exames e, quando passou pelo exame de refração, essa criança tinha -7 ou -8 graus de miopia. Então, ela não praticava futebol, porque não via a bola, só por isso. Já com 10 ou 11 anos, ela nunca tinha ido a um oftalmologista. Então, ainda bem que... ainda bem, né? Se ela tivesse 8 graus no olho e não tivesse grau nenhum no outro olho, nesse olho que ela tinha 8, provavelmente já teria ambliopia, que é o que a Dra. Louise falou, que é o olho preguiçoso. Com 10 anos ou com 11 anos já não dava mais para recuperar, principalmente se fosse um grau positivo.

Então são essas coisas que parecem tão simples para nós. Às vezes, a gente vai a uma ótica, compra um óculos de sol que custa mil, mil e poucos reais. Às vezes, uma criança dessa precisa de um óculos que custa R$100 e não tem acesso. Então este país é absolutamente assimétrico, não é?

Então eu vou passar a palavra para o Prof. Rubens, porque ele foi citado aqui. Chegou um amigo seu aqui, então eu acho que você gostaria de fazer uma saudação ao nosso Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS BELFORT MATTOS JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom. Como eu falei no início da reunião, que esta reunião era muito importante, porque o Senador Hiran e o Senador Astronauta são pessoas que estão, muito além da oftalmologia, estão defendendo a medicina como um todo, né, Senador?

Em nome da Academia Nacional de Medicina também, quero lhe agradecer, Senador Astronauta, por toda a sua liderança.

E em relação ao Instituto da Visão, é exatamente isso. Na Zona Leste da cidade de São Paulo, existem situações tão precárias quanto no Nordeste e no Norte do Brasil. E graças ao seu apoio, nós estamos avançando muito lá.

Muito obrigado pela sua liderança nessa área, por fazer agora com que a prova realmente de suficiência de medicina seja feita por quem de direito, e não por quem está no poder. E a sua liderança é exemplar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria também, já que você falou sobre a questão da medida provisória, o Governo plagiou nosso projeto, mas plagiou mal. E nós inclusive já apresentamos mais de 470 emendas à medida provisória. Isso significa que a medida provisória foi mal formulada.

E, para dar ciência às pessoas, nós fizemos um relatório, trabalhamos juntos com as entidades médicas, com o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a sociedade civil, os nossos sindicatos, conselhos de medicina e CFM, e nós fizemos um relatório que ninguém questionou. Sabe o que foi o questionamento? Quem faz a prova? Só isso.

Mas não é só isso o relatório; o relatório trata do Enamed do Ministério da Educação, da prova de proficiência em parceria, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, sob coordenação do Conselho Federal de Medicina, que é a autarquia federal especial que tem esse mister.

E nós vamos fazer lá também, estabelecer sanções para os cursos de Medicina que não aprovem determinado percentual de seus egressos, que vão desde suspensão do vestibular, diminuição do número de vagas e eventualmente fechamento desses cursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fazer uma grande reestruturação do programa de residência médica no nosso país, porque, pasmem, nós temos mais de 70 mil vagas de residência médica no nosso país, e só 50 mil, em média, são ocupadas, porque sobram vagas em algumas especialidades, faltam vagas em outras, e a gente tem que adequar esse interesse às necessidades também do nosso país.

E finalmente, nós deixamos consignado no texto, Frank, o que um egresso que não passou na prova pode fazer, porque um jovem cuja família gastou R$1 milhão, R$1,5 milhão em um curso em uma universidade privada, os pais vão ficar muito chateados de saber que eles investiram na educação desse jovem, e esse jovem não está qualificado para fazer absolutamente nada depois que se forma. Mas não, nós deixamos uma série de atividades, que vão desde pesquisa, coordenação, de serviços, enfim. Eles só não podem praticar atos médicos que estão consignados na Lei do Ato Médico, até que eles passem na prova de proficiência, que vai versar sobre conhecimento científico, habilidades técnicas e atitude de médico, quer dizer, conhecimento ético de medicina.

Não sei se quer fazer alguma consideração, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não, é só para corroborar com isso e dizer que o relatório que o Senador Hiran fez é excelente. Essa medida provisória era completamente desnecessária. Aliás – lembrando que eu era Ministro de Ciência e Tecnologia –, você tem que lembrar sempre que, para fazer uma medida provisória, você precisa ter relevância e urgência. O que não se cumpre nesse caso aí. Isso foi colocado, simplesmente, para se tentar manter ou recuperar aquilo que foi perdido no voto aqui, no voto da população. Nós representamos a população.

Então, eu tenho certeza – e espero também – de que o Senado vai colocar isso, e lá a gente vai continuar com o nosso projeto de lei feito da forma como tem que ser, democraticamente, e nós vamos vencer. E com isso é a população que vence.

Lembrando sempre que o MEC cuida de formação. O Conselho Federal de Medicina cuida de profissionais. Da mesma forma, a OAB cuida de profissionais. O MEC cuida da formação de advogados. A Academia da Força Aérea cuida de formação de pilotos, os aeroclubes cuidam de formação de pilotos. A Anac certifica os pilotos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se pode misturar essas coisas, porque quem executa não pode fiscalizar, ou se autofiscalizar. Isso é básico em administração pública.

É isso o que a gente vê, essa tentativa de ser feito, ou seja, completamente errado. Eu tenho certeza de que vai prevalecer o bom senso, e a gente vai vencer isso, e a saúde da população vai ficar em primeiro lugar.

Eu quero aproveitar e cumprimentar também o Dr. Rubens Belfort, médico excelente, extremamente capaz e não só nisso, também na gestão de lá. E esse centro que eu fiz... Eu coloquei algumas emendas para que isso fosse feito lá em São Paulo e espero que sirva de modelo para a gente poder espalhar pelo Brasil essa ideia, porque, voltando ao tema daqui, prevenir a cegueira é extremamente importante.

A gente vê quanta gente que acaba tendo uma qualidade de vida muito prejudicada por coisas que poderiam ter sido evitadas. Aliás, todo acidente pode ser evitado, e é isso que a gente está tentando fazer.

Parabéns!

Parabéns, Senador, por isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Passo a palavra, em seguida, ao Co-Chair da América Latina da Agência Internacional para a Prevenção à Cegueira, o meu querido amigo Frank Hida, cuja maior qualidade dele é ser irmão do Takashi, que é meu grande parceiro cirúrgico.

O SR. FRANK HIDA (Para expor.) – Obrigado, Senador Hiran.

Falando sobre... Só indo um pouquinho no assunto do Senador Astronauta, o Brasil tem um conhecimento técnico muito grande na parte de oftalmologia e, recentemente, a gente criou, a IAPB criou uma iniciativa para que a gente possa trazer os países lusofônicos, juntos, para que a gente troque conhecimentos para esses países. Um exemplo: Moçambique tem milhões de habitantes. Quantos oftalmologistas tem? Vinte. A gente precisa trabalhar juntos, não só com o Brasil, como também com Portugal, juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, voltando ao nosso assunto aqui, eu agradeço muito pela participação aqui da audiência pública, e falamos muito aqui, mas agora falta a ação e essa ação é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANK HIDA – ... porque o Dr. Hiran aqui vai encaminhar um pedido para o Ministério da Saúde para que a gente crie esse grupo de trabalho. Esse é um passo muito importante.

E, também, a Enfermeira Camila aqui falou sobre o negócio da Câmara Técnica. Seria importantíssimo a gente seguir com essa Câmara Técnica Assessora de Oftalmologia para que a gente possa mesmo criar essas políticas públicas permanentes.

A IAPB está aqui à disposição para que a gente possa dialogar e trocar experiências globais. Estamos aqui à disposição para que possamos trabalhar todos juntos; juntos somos mais fortes.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Frank.

Eu vou ler algumas perguntas que nos foram formuladas através do e-Cidadania, também dizendo a todos que nos enviaram as perguntas que elas serão encaminhadas aos expositores para que a gente possa responder através dos meios virtuais.

A Verena, de São Paulo, pergunta: "Quais estratégias de gestão de pessoas o plano propõe para atrair e fixar médicos oftalmologistas em regiões de difícil acesso?".

O Guilherme, do Rio de Janeiro: "Como o plano de saúde ocular protegerá monoculares com risco de cegueira total e lhes garantirá acesso ao BPC antes dessa cegueira?".

A Ana, do Piauí: "De que forma podemos engajar mais a iniciativa privada e [...] [os órgãos] do terceiro setor em campanhas de triagem visual em escolas e periferias?".

O Oswaldo, do Rio de Janeiro, sugere incluir no plano de ação um monitoramento de creches e escolas públicas e exigir de empresas exames oculares anuais nos seus empregados.

A Vanessa, do Pará: "Que estratégias o Ministério da Saúde pretende implementar para ampliar o acesso das populações indígenas e de áreas remotas à oftalmologia?".

A Maria, de Mato Grosso do Sul: "Haverá adequação necessária para o SUS ter condições de atendimento preventivo?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fábio, do Rio de Janeiro, diz: "[...] Tenho o diagnóstico de ceratocone e aguardo há [mais de] dois anos a cirurgia pelo SUS. Como esta doença é tratada pela saúde ocular quanto à gravidade?".

A Letícia, do Distrito Federal, faz um comentário: "A prevenção da cegueira é investimento em qualidade de vida. Ampliar o acesso à saúde ocular fortalece pessoas, famílias e o futuro do país".

A todos que participaram remotamente, eu quero agradecer e também com eles me comprometer: responderemos a todos esses questionamentos o mais breve possível.

Antes de encerrar, vou passar a palavra ao representante da Retina Brasil, que é o César, que quer fazer uma rápida consideração antes do encerramento desta audiência pública.

O SR. CÉSAR ACHKAR (Para expor.) – Senador, como eu me preparei e acabei trazendo um texto, que foi lido aqui por áudio, acabei não comentando uma coisa que me deixou muito satisfeito durante a reunião; aliás, logo no início na sua fala, quando o senhor defende que a saúde ocular seja colocada na atenção primária.

A gente tem lutado tanto por isso! Nós, como associação de pacientes, nós pessoas que temos problema visual sabemos a importância do diagnóstico precoce, do atendimento no tempo certo. Eu vi pessoas perdendo a visão em situações que poderiam ser evitadas; tentei ajudar como militante, como cidadão... A gente sabe o quanto isso é importante.

A gente aqui, durante a audiência também, ouviu tratarem da falta de acesso, da dificuldade de acesso às comunidades indígenas. Para quem está nos ouvindo: não é só para comunidades indígenas, não! Com certeza – isso é óbvio, é consenso –, é até para as pessoas que moram nas metrópoles, na capital. A dificuldade de acesso é uma realidade brasileira, de toda a nossa nação.

No seu estado talvez não, mas aí muito da sua própria iniciativa de ser a pessoa que é, o político que é, mas, no geral, é um quadro nacional esse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – César, você está... Olha, a luta nossa para incluir oftalmologia nos núcleos de saúde da família é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longa sabe por quê? Acontece que, no Brasil, nós continuamos formando optometristas e, é bom que se diga – nós temos aqui uma audiência muito grande –, o optometrista não tem conhecimento técnico para fazer o exame oftalmológico completo.

Aquilo que o Senador Marcos Pontes detectou quando estava lá no sul do país, lá em Santa Maria, quando um colega nosso disse: "Olha, você tem uma pressão aí no limite, você tem que fazer campo visual, tem que fazer OCT, tem que fazer avaliações do disco periodicamente", um optometrista não pode fazer isso.

E aí, como às vezes as pessoas não têm acesso, Senador Marcos Pontes, ao exame oftalmológico no SUS, na atenção primária, ele cai em um optometrista, que às vezes até se disfarça de médico. Num lugar pequeno e longínquo, às vezes as pessoas não conseguem discernir o que é um oftalmologista do que é um optometrista.

E ele, fazendo-se de médico, termina confundindo a cabeça das pessoas, passando uma lente para a pessoa ler, e todas as patologias que estão lá no polo posterior do olho, que são inacessíveis ao exame que ele faz, passam despercebidas. Essa é a grande gravidade dessa questão. Então, é por isso que eu acho que nós estamos fazendo aqui um trabalho de proteção à sociedade.

Então, eu quero dar mais uma vez parabéns a todos que participaram desta nossa audiência pública tão importante e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, saudando a todos e desejando a todos um excelente final de semana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Roberta Acioly, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 43/2026 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Valorizar os Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo. **Participantes:** Rejane Jungbluth Suxberger, Juíza de Direito, Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana; Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; Fábio Meirelles, Secretário Nacional (substituto) da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Thanandra Taiza Pereira Dias, Diretora de Atenção e Assistência à Primeira Infância da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Coordenadora-Adjunta do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância do Distrito Federal; Milena de Farias Azevedo, Diretora do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF; Luisa de Marillac, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT; Gustavo Henrique Camargos, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal; e Raisa Ferreira da Silva Lopes, Conselheira Tutelar em Taguatinga - DF. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/13

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura que se realiza nesta presente data.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 43, de 2026, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de valorizar os conselhos tutelares à luz do Projeto de Lei nº 5.285, de 2016, e a necessidade de dotar estruturas administrativas; os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211, de 2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Senhoras e senhores, autoridades presentes e todos que nos acompanham por meio de videoconferência, representantes dos conselhos tutelares, atores do sistema de garantia de direitos e todos que participam desta audiência pública, boa tarde.

É com grande satisfação que abrimos hoje esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, convocada para tratar de um tema essencial à proteção integral das nossas crianças e adolescentes: a valorização dos conselhos tutelares. Os conselhos tutelares constituem a principal porta de entrada do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no nosso país. São eles que exercem, no dia a dia dos territórios, o papel fundamental e previsto no Estatuto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criança e do Adolescente (ECA), que, hoje, para nossa alegria e por uma feliz coincidência, completa 36 anos.

Na prática, são esses profissionais que atendem às situações de violações de direitos, que orientam as famílias, que articulam políticas públicas e que promovem medidas de proteção, muitas vezes em contextos marcados por elevada vulnerabilidade social e com recursos escassos. Apesar da centralidade dessa atuação, os conselhos tutelares ainda enfrentam desafios estruturais significativos, limitações de recursos, sobrecarga de trabalho e ausência de parâmetros nacionais mais claros de valorização profissional.

É nesse contexto que trazemos ao debate o Projeto de Lei nº 5.285, de 2016, que trata do piso salarial da categoria. Reconhecer e valorizar quem está na linha de frente da proteção da infância é condição indispensável para o fortalecimento institucional desses órgãos, mas a valorização não se resume apenas à remuneração. Precisamos discutir igualmente as necessidades de estrutura física e humana dos conselhos, as condições de trabalho e os meios para que possam cumprir com dignidade e eficiência sua missão.

Senhoras e senhores, vivemos ainda um novo ciclo de proteção da infância. A recente entrada em vigor da Lei nº 15.211, de 2025, o chamado ECA Digital, inaugura diretrizes importantes para a prevenção de riscos, a responsabilização e a promoção de direitos no ambiente digital. Entretanto, a efetividade dessa legislação depende diretamente da capacidade operacional do Sistema de Garantia de Direitos e, em especial, dos conselhos tutelares. São eles, frequentemente, os primeiros a lidar com situações de exposição digital indevida, de violência *online* e de outras formas contemporâneas de violação de direitos. Por isso, avaliar os desafios iniciais da implementação do ECA Digital é parte central do nosso debate de hoje.

Um terceiro eixo que nos reúne é o fortalecimento das políticas de apoio às famílias, com destaque para a promoção da parentalidade positiva, entendida como a abordagem baseada no cuidado, no diálogo e na construção de vínculos saudáveis como estratégia fundamental de prevenção de violações.

Nesse contexto, ganha relevo o debate sobre o abandono afetivo. Trata-se de tema delicado, que exige uma abordagem equilibrada, capaz de articular instrumentos jurídicos, políticas públicas e estratégias para apoiar a família, evitando tanto a omissão do Estado quanto respostas exclusivamente punitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, por tudo isso, esta audiência pública tem objetivos claros: ouvir os conselhos tutelares sobre a sua realidade concreta e as suas necessidades institucionais, debater a valorização de categorias, incluindo o piso salarial, avaliar a implementação do ECA Digital, discutir as políticas de apoio às famílias e à prevenção de violações e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento de ações legislativas e administrativas voltadas à proteção integral das nossas crianças e adolescentes.

Quero, neste momento, saudar e agradecer a presença dos nossos convidados.

Saúdo, ainda, os representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, cuja contribuição muito enriquecerá os nossos trabalhos.

Registro também que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos cidadãos por meio do portal, já citado, do e-Cidadania e do telefone da nossa Ouvidoria do Senado.

Desejo a todos uma excelente audiência pública e agradeço, desde já, a presença e a disposição de cada um dos nossos convidados em contribuir com este debate tão importante para o presente e o futuro da nossa infância.

Muito obrigada. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom, todos os que foram convidados estão aqui presentes, nós vamos dividi-los em duas mesas. Eu gostaria de chamar os convidados para compor essa primeira mesa.

Vai participar primeiramente, por videoconferência já confirmada, a Sra. Deila Martins do Nascimento Cavalcanti, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Seja muito bem-vinda.

Agora eu convido para se sentar à mesa o Sr. Fábio Meirelles, que é o Secretário Nacional (substituto) da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (*Palmas.*) a Sra. Luisa de Marillac, que é Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) (*Palmas.*) – seja muito bem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinda, Dra. Luisa –; a Sra. Thanandra Pereira Dias, Diretora de Atenção e Assistência à Primeira Infância da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Coordenadora Adjunta do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância do DF (*Palmas.*) e, para finalizar esta primeira mesa, eu chamo a Sra. Milena de Farias Azevedo, Diretora do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus/DF). (*Palmas.*)

Também estarão presentes na segunda mesa a Sra. Rejane Suxberger, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Sra. Raisa Ferreira Lopes, Conselheira Tutelar da nossa RA Taguatinga; Lucas Silva Sena, Conselheiro Tutelar de Santa Maria; Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana, por videoconferência; e Gustavo Henrique Camargos, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF.

Obrigada. (*Palmas.*) Quero agradecer a presença de todos aqui.

Eu gostaria de passar a palavra, por videoconferência, à Sra. Deila Martins do Nascimento Cavalcanti, Presidente do Conanda.

Seja muito bem-vinda, Dra. Deila.

A SRA. DEILA DO NASCIMENTO MARTINS CAVALCANTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas as pessoas.

Muito obrigada, Senadora Leila, por esta oportunidade, por estar promovendo este debate tão importante para a sociedade.

Quero cumprimentar aqui a mesa também: a Luisa de Marillac, companheira de muitas lutas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes; o companheiro Fábio Meirelles, Vice-Presidente do Conanda, com quem divido essa responsabilidade; a Thanandra e a Milena, também, por toda a parceria. Muito obrigada.

Nesta audiência, falo na condição de Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que é o órgão responsável pela formulação, deliberação e controle das políticas públicas em nível nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Este debate sobre o fortalecimento dos conselheiros tutelares se dá em um dia tão emblemático, como é o dia em que completa 36 anos o Estatuto da Criança e do Adolescente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das legislações mais avançadas do mundo em nível de proteção de direitos de crianças e adolescentes, construída a partir da Constituição Federal e que traz o reconhecimento de que meninos e meninas são sujeitos de direitos e precisam receber proteção integral e prioridade absoluta.

Esta audiência também marca um momento muito triste para o sistema de garantia de direitos. No dia 8 de julho, há poucos dias, a gente teve um conselheiro tutelar assassinado no Município de Itambé, Pernambuco, executado com 30 tiros na frente da sua residência. As investigações ainda estão em curso, mas há linhas de investigação que indicam a possibilidade de a execução estar relacionada ao exercício da sua profissão de Conselheiro Tutelar.

Isso traz para nós também uma responsabilidade muito grande nesta audiência, neste momento, nesta reunião da Comissão, de refletir sobre a capacidade do Estado de proteger quem protege. O conselho tutelar é um órgão autônomo, permanente, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, e esses conselheiros precisam ter toda a retaguarda do Estado para o exercício legítimo da sua atuação, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

É preciso lembrar também a responsabilidade dos municípios em assegurar o funcionamento dos conselhos tutelares e assegurar uma remuneração digna também, além de todo o cuidado para o funcionamento do exercício da sua função.

Quando se fala em projetos de lei relacionados aos conselhos tutelares, o Conanda sempre baseia a sua análise a partir de alguns pontos.

O primeiro deles, como já bem foi colocado pela Senadora Leila, é que o conselho tutelar é porta de entrada para o sistema de garantia de direitos. Então, a gente precisa entendê-lo como o principal instrumento, dentro desse sistema, para conseguir enfrentar as situações de violações como o abandono, a negligência, a violência sexual e as violações também dentro do ambiente digital, para que, assim, fortalecendo o conselho tutelar, a gente fortaleça toda uma rede de proteção e cuidado que precisa estar ali pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O segundo ponto perpassa o respeito à atuação do conselho tutelar. O Conanda, no final do ano passado, editou uma recomendação, junto com o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares, que tenta orientar o sistema sobre algumas situações de transbordo dessa atuação do conselheiro tutelar. Muitas vezes, o conselheiro é chamado a exercer uma atribuição que não lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe pelo que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, como, por exemplo, um papel de polícia. Então, tudo isso coloca o conselheiro numa situação, inclusive, de risco iminente; por isso que o Conanda tem se preocupado, entendendo que precisa ser preservada a atuação do conselho tutelar, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Isso também passa por uma previsão orçamentária para esse funcionamento. Então, municípios, estados e União precisam ter bem demarcados seus parâmetros de atuação e assegurar previsões orçamentárias para o seu funcionamento. O Conanda tem investido, por exemplo, na formação dos conselheiros tutelares, através das escolas de conselho. Então, o Conanda tem utilizado os recursos do fundo para que haja implementação e expansão dessa política de formação, que a gente espera que alcance todo o território brasileiro.

Então, dentro desse parâmetro, a gente espera que haja, nos projetos de lei para funcionamento do conselho e fortalecimento do conselho tutelar, garantia de uma estrutura mínima, como sede, recepção, arquivo, conectividade, transporte, porque a gente está falando de um país continental, com dimensões imensas e demandas diferenciadas em todo o território brasileiro, inclusive para transporte.

Tem territórios que precisam de embarcações, outros que precisam de carro, mas, de fato, um potencial de estrutura é necessário, para que haja um bom funcionamento do conselho tutelar, além da garantia de suporte técnico, entendendo que há uma necessidade ali de uma equipe para dar suporte aos conselhos tutelares.

E, por fim, a gente precisa fortalecer, dentro dos projetos, a preservação dessa autonomia funcional do conselheiro tutelar, deixando evidente que esse apoio administrativo, que é responsabilidade dos entes federados, não significa uma subordinação da política nem uma hierarquia; significa a responsabilidade, de fato, do Estado em garantir que essa porta de entrada esteja em funcionamento, para o atendimento adequado de crianças e adolescentes.

Então, o Conanda entende e se posiciona que fortalecer os conselhos tutelares é fortalecer, de fato, a proteção integral de crianças e adolescentes e que isso precisa passar por uma estrutura de cuidado também e de preservação da autonomia e de garantias de funcionamento de estrutura física e financeira e de retaguarda para os conselheiros tutelares exercerem a sua função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu continuo também aqui à disposição da Comissão e quero saudar todos os conselheiros tutelares presentes, que tanto tem se empenhado numa luta para melhores condições de trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos à Dra. Deila Cavalcanti, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu tenho algumas perguntas, mas vou deixá-las para o final, para que os nossos expositores, primeiramente, possam passar a sua fala e, enfim, tratar do nosso tema.

Já está bombando o nosso e-Cidadania aqui, está bem bacana, e eu quero agradecer a participação dos internautas.

Vou passar a palavra agora para o Fábio Meirelles, que é o Secretário Nacional substituto da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Seja muito bem-vindo, Fábio.

O SR. FÁBIO MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu sou Fábio Meirelles e vou fazer rapidamente a minha autodescrição – não sei se tem pessoas cegas na plateia ou nos acompanhando pela internet: eu sou um homem branco, alto, de barba. Estou com um terno azul, uma blusa branca e uma gravata azul também.

É um prazer estar aqui.

Eu queria primeiro, Senadora, pedir licença, porque eu joguei vôlei a minha vida toda e eu jogava nas categorias de base do Flamengo – mirim, infantil, infantojuvenil –, quando a Senadora foi campeã da Liga Nacional, jogando contra o Vasco pelo Flamengo, numa final épica. Eu estava lá.

Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Meu Deus, mas que mundo pequeno, hein, Doutor? (*Risos.*)

O SR. FÁBIO MEIRELLES – É, eu acho que eu era mirim ou infantil no Flamengo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nossa... Fale não, porque vão descobrir a minha idade. (*Risos.*)

O SR. FÁBIO MEIRELLES – E aí a Senadora, enfim, era minha ídola...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... e continua sendo uma referência, tanto nas quadras quanto fora dela.

Então, eu queria agradecer muito e dizer que estou muito honrado de estar representando o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ao lado da Senadora.

Até hoje – viu, Senadora? – eu jogo o master lá em Saquarema, em novembro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É mesmo?

Flamenguista?

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Eu agora jogo no Fluminense, mas por uma questão de oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É... Oportunidade. Mas continua flamenguista.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Sempre flamenguista.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sempre flamenguista.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Sempre flamenguista no vôlei. Tenho essa referência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Rapaz inteligente!

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Se meu pai estiver me assistindo, eu sou botafoguense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tá bom, o.k.

Pai, ele é botafoguense.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Eu jogava no Flamengo, e hoje em dia eu brinco no Fluminense. Mas, enfim...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, que legal! É um prazer, Fábio.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – É um prazer grande estar aqui ao lado da Senadora.

Eu já fui apresentado.

Estou hoje Secretário Nacional substituto da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Estou com a Deila no Conanda. Ela é a nossa Presidenta pela sociedade civil, e eu sou Vice-Presidente pelo Governo. Então, estou aqui tanto enquanto Ministério quanto Governo, e muito feliz de estar ao lado de conselheiros tutelares, principalmente, mas também Conanda, Ministério Público, juizado, sociedade civil, que eu sei que também está o Instituto Alana na composição. Então, estou muito feliz de estar nessa composição superdiversa, intersetorial, fazendo este debate tão importante no dia em que o ECA faz 36 anos, 13 de julho. Estou muito feliz, é um debate muito oportuno, tratando sobre valorização de conselheiros tutelares.

Estou vendo crianças e adolescentes aqui. Então, também queria saudar as crianças e adolescentes que estão na plateia e que estão nos assistindo.

A gente, no Ministério, tem o CPA, que é o Comitê de Participação de Adolescentes, vinculado ao Conanda. Então, a gente também valoriza e se referencia na participação direta de crianças e adolescentes.

A nossa próxima conferência nacional, Senadora, será no ano que vem. Ela já está convocada e vai trazer uma inovação, porque vai ser uma conferência paritária entre crianças, adolescentes e adultos. Então, ela vai ter o mesmo número, tanto nas etapas municipais, estaduais e na etapa nacional, de participação de crianças, adolescentes e adultos. Isso é uma superinovação, e a gente está muito confiante nessa inovação e na participação de crianças e adolescentes definindo os rumos de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu estou aqui representando o Governo Federal e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a gente preparou uma apresentação institucional, que eu vou deixar à disposição aqui da Comissão e do Senado, para trazer alguns dados, estatísticas e indicações de políticas públicas, programas e projetos do Ministério, em articulação principalmente com o Conanda, com recursos do nosso discricionário, com recursos do fundo, mas meu papel, entendo, como gestor, também é apresentar as políticas públicas – o que tem sido feito pelo Governo do Presidente Lula – de fortalecimento e valorização dos conselheiros tutelares desde 2023.

Vou passar por aqui...

Então, vou falar um pouco de coordenação nacional, apoio técnico, formação e gestão de sistemas; papel, valorização, estrutura, custeio e autonomia dos conselhos tutelares; vou trazer aqui o Sipia-CT, nosso sistema de informação, aderência, infraestrutura, dados e diagnóstico; tratar do ECA Digital, marco regulatório, limite de atuação e fluxos; e alguns encaminhamentos.

O importante também é a gente... Vou dar o foco de que a necessidade de reforço de capacidades locais não pode confundir o apoio do Governo Federal com o custeio municipal permanente, nem com regulação de plataformas. Então, o nosso papel é fortalecer, dar o reforço e fazer o fortalecimento das capacidades locais dos conselhos tutelares, mas o papel e atribuição é dos municípios, e a gente não pode também confundir o ECA Digital com regulação de plataforma.

Aqui, o nosso papel de atuação federal é a coordenação nacional e articulação federativa; apoio técnico, formação e produção de orientação, gestão e aperfeiçoamento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência e apoio complementar à equipagem e fortalecimento institucional. Então, esse é o nosso limite: a coordenação geral.

O Daniel está aqui, é o nosso Coordenador-Geral. Ele atua no fortalecimento do arranjo, mas não substitui as obrigações locais, e eu vou repetir isso algumas vezes, para a gente destacar o papel e as atribuições dos municípios, estados e Distrito Federal nesse fortalecimento de conselhos tutelares.

A gente, no ministério, tem a Endica, que é a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a Escola de Conselhos, onde atuamos na formação permanente de conselheiros e conselheiras tutelares em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente faz isso em parceria com instituições públicas de ensino superior. Hoje a gente já tem mais de 25 escolas de conselho implementadas, a gente já ofereceu mais de 11 mil vagas de formação em 23 unidades da Federação; a gente tem São Paulo com duas escolas de conselho e o Pará com uma escola do Pará e uma escola específica atendendo o Arquipélago do Marajó.

Então, a gente, hoje, está em 23 unidades da Federação e está com uma rede de expansão, com a meta de universalizar e ter escolas de conselho em todo o país, em todo o território nacional, em todos os estados.

Então, a gente tem o Endica, fazendo a formação com cursos autoinstrucionais, cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, via UnB, e a gente tem a escola nacional e as escolas estaduais de conselho espalhadas pelo Brasil, atuando na formação de conselheiros e conselheiras tutelares.

Além do âmbito da formação, a gente também apoia a estrutura administrativa dos conselhos tutelares. Então, a estrutura física e o apoio são parte da garantia de direitos; a ausência dessa estrutura reduz a autonomia, prejudica a qualidade do atendimento, os registros de dados, a capacidade de articulação com a rede... Então são competências distintas da Federação.

Mas, como a Deila falou, a gente precisa de uma sede acessível, identificada, adequada, atendimento reservado, computadores, conectividade, telefones, canais institucionais, condições de uso do sistema, proteção das informações sigilosas...

Acho que a Deila já trouxe as necessidades de estrutura, os parâmetros essenciais e o quanto que a ausência desses parâmetros é um desafio para a atuação dos conselheiros e conselheiras tutelares.

E aí a gente tem um programa chamado EquipaDH+ para os conselhos tutelares, em que a gente realiza entregas de infraestrutura.

Esse programa, Senadora, é feito, inclusive, com emendas parlamentares RP6. Então, a gente disponibiliza ar-condicionado, bebedouro, computador, impressora, refrigerador, televisor, veículo...

Entre 2023 e 2025, a gente disponibilizou mais de 1,8 mil itens de infraestrutura e de equipagem de conselhos tutelares. Neste ano, a gente já disponibilizou veículo sedã e vai ainda disponibilizar veículos 4x4, sedãs, computadores e *notebooks*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um programa de equipagem, que fica disponível no *site* do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e a gente o realiza, Senadora, com muito apoio de emendas parlamentares tanto de Senadores quanto de Deputados Federais.

E, além dessa equipagem, a gente tem um programa novo, recente, que é o Navegar para Proteger. Isso está no nosso catálogo de emendas, viu, Senadora? Depois a gente pode disponibilizar.

E, para além do EquipaDH+ aos conselhos tutelares, esse programa equipa outros projetos e outros equipamentos de direitos humanos, mas o EquipaDH+, aos conselhos, tutelares já existe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Fábio, deixe-me lhe perguntar: é tipo um enxoval, assim?

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Exatamente.

Tem um fluxo do Equipa, em que os municípios têm que fazer o credenciamento. Aí depois...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, então tem a parte do município?

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Tem uma parte do município, que faz um credenciamento, faz um diagnóstico...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já vou em cima aqui, no DF.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... e, depois, os Parlamentares, com o catálogo de municípios elegíveis...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim...

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... como o município recebe também, ele tem que ficar um tempo sem receber, mas, se o município é elegível, o Parlamentar pode alocar emenda, e se é para 4x4, se é para carro...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente!

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... se é para computador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Hum-hum.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... mas é uma possibilidade de alocação super-relevante – eu acho – das emendas parlamentares.

A gente fala tanto de uma alocação razoável de emendas, e eu acho que o Equipa é um exemplo muito emblemático de como emendas parlamentares podem ser bem alocadas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Até porque atende a uma demanda...

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Real.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... fundamental, que é a questão da estrutura dos conselhos.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu acompanho alguns conselhos aqui, no DF, em que o carro é do conselheiro, e às vezes ele usa o dele, porque o que está disponível lá está sucateado, está assim...

Eu tive a oportunidade... Eu estou falando isso porque vocês sabem que eu ando, os Conselheiros estão aqui, eu conheço. Então, eu estou impressionada, porque, realmente, eu tenho certeza de que a bancada não ficou atenta a essa situação.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Enfim, lição aprendida, agora nós sabemos para onde correr...

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Maravilha!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... com esse programa maravilhoso.

Parabéns ao ministério.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desses itens, Senadora, agora, no arquipélago do Marajó, a gente fez um termo de execução descentralizada com recurso do fundo nacional, com apoio do Conanda. A gente está construindo com a Universidade Federal do Pará e já fez a entrega de embarcações para os conselheiros tutelares do arquipélago do Marajó, entendendo que lá a rua, a estrada é o rio.

Então, os conselhos tutelares precisavam de embarcações, e a gente fez, antes do defeso, a entrega de 12 embarcações do tipo 1. Agora, a gente está com um aditivo e vai fazer a de embarcações do tipo 2, para rios maiores, mas a gente também está fazendo o apoio e o fortalecimento dos conselhos tutelares do arquipélago do Marajó.

Sobre formação, eu falei da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e das Escolas de Conselhos. Sobre equipagem, eu trouxe aqui tanto o Equipa DH+, quanto o que a gente chama de Navegar para Proteger, que é a entrega de embarcações.

A gente chega, finalmente, ao Sipia, que muitos conselheiros tutelares conhecem, que é um sistema utilizado para registrar e organizar os atendimentos realizados. Permite acompanhar providências, medidas, encaminhamentos e evolução do caso. Então, atendimento, registro, medida, encaminhamento e acompanhamento é o Sipia-CT.

A gente hoje já está com o Sipia-CT sendo utilizado. São 6,1 mil conselheiros tutelares no Brasil; com utilização regular, já são 2.440, o que significa 40%. Parece pouco, mas também parece muito, porque, se a gente for ver a evolução recente de 20%, 30%, 40% de aderência, a gente tem como meta também a ampla adesão ao sistema de informação – aqui a gente está chamando de uso regular e sem uso regular.

Aí eu digo para fazer uma mobilização: sem registro sistemático, o conselho tutelar perde memória institucional, e a gestão pública perde base territorial para planejar a resposta à violação de direitos. Então, estou fazendo aqui também uma divulgação do nosso sistema de informação, que está estável. Está sendo ampliado o uso e está recebendo uma aderência cada vez maior o uso do Sipia-CT.

Aqui é um exemplo do painel – direitos violados, territórios, medidas, encaminhamentos e rede de proteção. É possível, com o Sipia, a gente fazer essa identificação dos direitos mais violados, dos territórios com maior incidência, das medidas de proteção mais aplicadas, dos encaminhamentos recorrentes e das respostas e lacunas na rede de proteção. O Sipia permite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso; então, volto a fazer aqui a divulgação e o pedido para que os conselhos tutelares usem o Sipia.

Caminhando para o final – eu estou no final aqui –, a gente tem a lei vigente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando remuneração e direitos sociais aos membros dos conselhos tutelares. A gente tem projetos de lei, como, por exemplo, este que a gente está discutindo, que propõe o piso salarial profissional nacional para conselhos tutelares, apensado ao PL 7.779, pronto para pauta na CCJ.

O piso nacional depende de lei, de análise constitucional, de impacto fiscal, de custeio, de regras de transição, e não pode ser determinado pelo Poder Executivo federal – não pode ser uma portaria, não pode ser um ato administrativo. O melhor lugar para a gente discutir o piso salarial, realmente, é o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado.

Sobre o ECA Digital, só...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Terminou meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Não, pode falar.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Sobre o ECA Digital, eu tive o prazer... Antes de ser Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente, eu fui Diretor de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secom. Então, eu estive aqui, no Senado, à época, com o Prof. Alessandro Vieira, discutindo o PL 2.628, participei ativamente da construção do ECA Digital. Então, a gente tem a lei do ECA Digital, o decreto de regulamentação.

É importante dizer que, no decreto de regulamentação, a gente aprovou a política, instituiu a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Então, sempre que a gente se referir ao ECA Digital, a gente está falando da lei, mas a gente também está falando de um decreto regulamentador que institui uma política nacional, e essa política tem um comitê intersetorial, que é coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com reuniões recorrentes, e esse comitê está criando o plano trianual de implantação dessa política nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente acabou de lançar, no dia 18 de maio, esse material chamado ECA Digital e o Decreto Regulamentador, que é um material que a gente percebeu que é exclusivo e direcionado para conselhos tutelares sobre ECA Digital, porque a gente percebeu que os conselheiros tutelares também não tinham tanto repertório sobre o ECA Digital. Então, a gente fez um material específico em parceria com o Conanda e com o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. Esse material está disponível no *site* do Ministério dos Direitos Humanos.

O núcleo principal da agenda do ECA Digital é prevenção de riscos, aferição de idade, supervisão parental, proibição de publicidade, proteção de dados, denúncia e tratamento de conteúdos prejudiciais.

Aqui eu só trago uma questão de fluxo, formação, dados, mas o que é importante a gente destacar aqui, que a gente está em uma audiência com conselheiros tutelares, é desse risco de transferir para o conselho tutelar a responsabilidade de regulação digital, persecução penal, criando expectativa indevida e fragilizando o fluxo de proteção. Então, não é papel do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MEIRELLES – ... conselho tutelar: regular, fiscalizar ou sancionar as plataformas digitais, porque ele não faz investigação criminal ou perícia digital. Então, isso aqui é só um último recado que a gente queria trazer.

Sobre parentalidade positiva e abandono afetivo também, as leis, o ilícito, os nossos desafios... Vou deixar aqui, Senadora, essa apresentação, no âmbito do Sipia, ECA Digital, formação, Equipa DH+ e todos os nossos esforços do Governo Federal, também com os principais normativos.

Obrigado, Senadora. Quero dizer que é um prazer estar aqui, um prazer estar na Comissão de Assuntos Sociais, no Senado Federal, no aniversário do ECA, ao lado de Ministério Público, juizado, conselheiros tutelares, sociedade civil. A gente, enquanto Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, segue a disposição para aprofundar o debate e para perseguir esse nosso objetivo de fortalecer os conselheiros tutelares.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a fala muito esclarecedora, Fábio. Obrigada, obrigada de coração por representar aqui o ministério e o Governo Federal.

Eu vou passar a palavra... Inclusive por trazer aqui tantas oportunidades, possibilidades para os governos, municípios poderem, de alguma forma, diante desses programas apresentados... As parcerias para fortalecer e melhorar as estruturas dos conselhos. Então, é bem interessante, mesmo, o programa apresentado aqui.

Obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Luisa de Marillac, que é Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).

Seja muito bem-vinda, Dra. Luisa.

A SRA. LUISA DE MARILLAC – Muito obrigada.

Está ligado? Está, sim, né?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está.

A SRA. LUISA DE MARILLAC (Para expor.) – Em primeiro lugar, queria agradecer, Senadora, a oportunidade, parabenizar a iniciativa. Queria dizer que foi muito feliz essa coincidência, eu nem imaginei que fosse uma coincidência.

Se você tivesse dito que teria feito audiência pública para comemorar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Doutora, eu não sou de mentir. Eu não posso falar... Foi data disponível mesmo, porque a Casa é lotada com agendas. Mesmo que seja um ano atípico, com a eleição e tudo, é difícil a gente conseguir aqui horários e datas devidas. Então, realmente foi uma feliz coincidência a gente estar debatendo justamente essa temática no dia do aniversário do ECA.

A SRA. LUISA DE MARILLAC – Então, o universo conspirou mesmo, conspirou totalmente para que a gente tivesse este momento de reunião aqui, de uma rede tão importante de proteção de crianças e adolescentes, para comemorar o aniversário do ECA e para discutir temáticas que são importantes e são desafiadoras para a nossa rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antes de começar, eu queria também fazer minha autodescrição. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos, um pouco abaixo do ombro, estou com uma blusa creme, clara, uso óculos transparentes e tenho mais de 50 anos, é isso.

Gostaria de cumprimentar muito efusivamente essas conselheiras e conselheiros tutelares aqui presentes, com quem a gente trabalha cotidianamente na proteção de crianças e adolescentes.

Gostaria de cumprimentar a Dra. Rejane, Juíza da Vara da Infância e da Juventude, que chega aqui, neste ano de 2026, para liderar a atuação do Judiciário, no Distrito Federal, em relação à proteção de crianças e adolescentes. Já chega com uma atuação muito importante, muito emblemática, muito presente, muito aguerrida. Acho que a gente pode dizer que tem, no Judiciário, com a presença da Dra. Rejane, uma retaguarda muito importante para a política de proteção para a infância e a juventude.

Queria cumprimentar minhas colegas de mesa, a Thanandra e a Milena, que também compõem essa rede; cumprimentar o Fábio, a Deila, que, no campo nacional, ampliam a nossa perspectiva de uma política pública, de fato, prioritária para a infância e juventude.

Vou começar a dizer justamente sobre isto: com 36 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, a prioridade absoluta nas políticas públicas é o grande desafio. Então, a gente ter, Senadora, o Legislativo chamando essa pauta para trazer essa prioridade é sempre muito importante.

Eu estou, há muitos anos, atuando nessa frente da proteção à infância e à juventude, e não muito longe, ainda recentemente, a gente trabalhava com a pauta para a infância e a juventude numa perspectiva de atendimento por pessoas que são bem-intencionadas, que têm boa vontade, com uma perspectiva muito filantrópica, e não de política pública. Então, quando a gente traz a política pública como critério de atuação para crianças e adolescentes, a gente traz a política pública porque criança e adolescente é sujeito de direito. Então, não é porque criança e adolescente é fofinho, bonitinho e, portanto...

Aqui nós temos várias crianças, e é muito importante um Plenário, no Senado, com a presença de crianças e adolescentes para discutir uma pauta que é de crianças e adolescentes, porque eles têm dito para nós: "Nada sobre nós sem nós". Então, eles têm dito que querem participar como sujeitos de direitos que são e como atores políticos também que são, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ter esse espaço para também serem ouvidos, quando se fala de políticas públicas para crianças e adolescentes.

Então, Eu sou ainda... Como eu ia dizendo, a superação da filantropia que, durante tanto tempo, culturalmente, no Brasil, era o lugar do atendimento da criança e do adolescente, exige de nós, exige do Estado a estruturação dos serviços. Quando eu não tenho estruturação dos serviços, quando eu não tenho equipamentos estruturados pelo Estado, eu tenho um vácuo. Nesse lugar, aí entra quem tem boa vontade, e não necessariamente... Acho que é muito importante que todos... Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente traz a obrigação de todos, da proteção de crianças e adolescentes, mas é muito importante, quando a gente fala de política pública, que a gente fale que essa política pública é desenhada e executada no interesse de crianças e adolescentes, para atender os interesses, o superior interesse dessas crianças e adolescentes, e não mais para atender os critérios adultocêntricos, dos adultos, que querem isso, que querem aquilo.

Nesse panorama, o ECA Digital vem dar um grande recado para nós, sobre a centralidade do interesse de crianças e adolescentes. Vem dizer para nós que o ambiente digital também é um ambiente de violação de direitos e um ambiente de risco e, portanto, quando a gente pensa em um ambiente de exploração, inclusive exploração econômica da imagem de crianças e adolescentes.

Então, quando a gente tem uma legislação que protege, que amplia essa proteção para o ambiente virtual, a gente continua, a gente amplia essa proteção, mas diante de um desafio que a gente tem ainda, de uma prioridade absoluta nas políticas públicas. Então, isso exige do Estado mais investimento para crianças e adolescentes. Já dizem os nossos teóricos do direito da infância e da juventude essa prioridade absoluta precisa estar no orçamento – ela precisa estar no orçamento.

Então, quando a gente vem para uma audiência pública para tratar de temáticas que são muito desafiadoras – porque a gente traz o ECA Digital como uma temática muito desafiadora, que exige do Estado uma estruturação que depende de dinheiro, de orçamento, para que, de fato, funcione –, quando a gente fala da parentalidade positiva, a gente fala da superação de toda uma cultura de educação através da dor, que a gente ainda tem no nosso país. A gente ter a educação, a gente ter a valorização do afeto e a gente ter a valorização do diálogo como método, o afeto como direito, o afeto como direito da criança e do adolescente, e o diálogo como método

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de educação, isso exige uma ampla formação da nossa rede, uma ampla formação das nossas famílias, que, infelizmente, ainda reproduzem uma cultura que é de educar pela dor, educar pelo sofrimento, educar pela punição. É por isso que a gente precisa de uma legislação como essa no nosso país.

Então, esses desafios do ECA Digital e da parentalidade positiva elevam o paradigma de proteção integral para o século XXI. Então, eles atualizam esse paradigma da proteção integral para o século XXI, e isso é muito desafiador para o nosso país ainda.

E quem são os agentes que estão disseminados na sociedade e que podem ter condição de fazer um diálogo aprofundado e local com as famílias? Os conselhos tutelares. Os conselhos tutelares existem nessa perspectiva. Eles estão ali, próximos da família. Eles estão disseminados no território.

Então, eles precisam dessa valorização, para contribuírem com a ampliação dessa discussão, desse debate que é tão importante para a gente ressignificar a criança e o adolescente também dentro da família, porque a criança e o adolescente, dentro das próprias famílias, ainda têm sido um sujeito de violação de direitos, e os números são, infelizmente, muito dramáticos no nosso país, quando a gente verifica a questão da violência contra crianças e adolescentes, em um ambiente doméstico, como um ambiente privilegiado para que essa violência aconteça, ainda mais quando se trata de violência sexual, que é tão grave.

Então, de fato, a gente tem um desafio muito grande, para que a gente tenha no país a proteção integral.

Crianças e adolescentes integralmente protegidos demandam um ambiente digital como lugar de cuidado também; demandam uma família que dialogue, uma família que construa tempo para estar com suas crianças, de convivência, e esse tempo de convivência a gente sabe que, muitas vezes, é atropelado pelas condições de trabalho das famílias, que têm condições de trabalho precarizadas e que, portanto, não conseguem, a partir da precarização e da exploração do trabalho, dar atenção às suas famílias.

Eu acho que esse é um debate que precisa ser feito, considerando-se toda uma maturidade da sociedade. É uma questão civilizatória mesmo. Quando a gente pauta a proteção integral da criança e do adolescente, a gente pauta uma ampliação de direitos humanos, de direitos sociais, de direitos trabalhistas para toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu, na verdade, trouxe essas questões só para a gente pensar como é grande o desafio e como a gente depende e precisa de que esse instrumento que foi eleito, que foi escolhido por nós como agente de vanguarda de proteção de crianças e adolescentes, que são os conselhos tutelares, como a gente precisa de que esse serviço seja bem estruturado, tanto na perspectiva de valorização salarial, como também na de estrutura de trabalho, de condições de trabalho, de transparência de trabalho, porque a gente sabe que bons conselheiros tutelares, bons conselhos tutelares são prejudicados também por maus conselhos tutelares.

A transparência na atuação, os mecanismos de controle também são importantes para a qualificação dessa política pública, que é tão importante para a proteção de crianças e adolescentes.

Então, eu gostaria de deixar essa fala, no sentido de conclamar que o Poder Legislativo interfira mais nas políticas para a infância e juventude, que se preocupe mesmo com a política para a infância e juventude em todas as suas dimensões, porque, se a gente consegue galgar a efetivação da proteção integral, a gente consegue uma sociedade, de fato, mais justa, mais livre, mais solidária, mais humana, mais respeitosa. Eu acho que é tudo o que nós esperamos.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Doutora, eu quero agradecer a sua fala.

O que pegou para mim foi essa questão de romantizar a temática. Quando se trata dessa pauta, a gente romantiza muito. Quando se fala de criança e adolescente, parece que a gente se nega, muitas vezes, a ver. A realidade está aqui, está muito na nossa cara, e a perspectiva de não se ter uma reação...

É muito interessante essa provocação que você está fazendo para mim, enquanto legisladora. Eu sei que temos outros Parlamentares aqui que defendem essa pauta, mas acho muito interessante a gente...

Eu vou trazer mais vocês para perto, até para a gente fazer o debate nessa questão da estruturação do orçamento.

Eu vejo claramente aqui, já nas primeiras falas, que demanda orçamento, e esse orçamento não é prioridade. Até porque, como foi falado aqui, é romantizada a temática, e as pessoas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se interessam para ver a realidade do dia a dia não só do Conselho, mas dessa rede de proteção que a senhora falou.

Muito obrigada pela sua participação. Com certeza nós teremos outras oportunidades, assim como com o Fábio e a própria Deila, de a gente fazer essa troca aqui dentro.

Obrigada mesmo pela provocação.

Eu vou passar a palavra agora para a Thanandra Dias, que é Diretora de Atenção e Assistência à Primeira Infância da Secretaria de Justiça e Cidadania, aqui do DF, e Coordenadora-Adjunta do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância do Distrito Federal.

Seja bem-vinda, Thanandra.

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila.

Eu acho que esse time aqui é todo dos jogadores de vôlei na vida? (*Risos.*)

Ai, que bom! Eu também, a Milena também. Olha aí! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É porque o vôlei é muito popular. Na verdade, é isso. O vôlei, depois do futebol, é a modalidade que a gente vê mais, assim, entre os jovens, aquela adesão.

Fico feliz que todos vocês tenham apreciado a minha geração. Obrigada pelo carinho!

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS – Eu vou pedir licença para quebrar mais uma vez o protocolo e agradecer pela presença das crianças.

Eu estou com os nomezinhos aqui: Maria Liz, de 4 anos; Zion de Filippo – Cadê? –, 6 anos; Laura, 8 anos; Samarah, 15 anos; Uirá de Filippo, 17; Davi Santana, 18 anos.

Então, muito obrigada por vocês estarem aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS – Quando eu tinha a idade de vocês, eu também vim com a escola. Entendi que o nosso papel é aqui mesmo e espero que vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendam isso também, porque o nosso lugar é onde a gente constrói e faz a diferença, e as crianças estão sempre transformando o mundo, né? A cada dia.

Então, que bom que vocês estão aqui.

Eu vou pedir licença para apresentar uns dados que a gente pesquisou junto ao IPEDF, em 2023, sobre desenvolvimento infantil e parentalidades no DF, e aí nós vamos usar como estratégia, para poder conversar um pouquinho depois.

Pode ser?

Eu passo assim?

Então, essa pesquisa trouxe como parâmetro esse cuidado integral, pensando na saúde, na nutrição, no cuidado responsivo – que aí diz muito a respeito às parentalidades também –, segurança e proteção e aprendizagem inicial da criança.

Peraí...

Essa pesquisa foi realizada em todo o DF, foi feita uma estratificação socioeconômica, e considerou classes A, B, C e D.

Nós identificamos que a maior parte da população está entre as classes C, D e E. Então, são famílias que precisam de suporte, não apenas das proximidades, dos serviços das comunidades, mas também suportes sociais do Governo. A gente tem um número altíssimo de crianças em situação de vulnerabilidade, inclusive de extrema pobreza.

Eu estou passando e demora um pouquinho, mas vou aprender até lá.

Nós temos um comparativo de que as crianças de alta renda têm plano de saúde privado. Hoje, a gente tem uma discussão gigante no serviço de saúde, porque, além de ter acesso ao SUS, que é universal, as pessoas que têm condições pagam planos de saúde e ainda pagam consulta particular, porque o especialista na área x é a pessoa que não aceita convênio e não está no SUS. Então, nós pagamos três vezes por um serviço que deveria ser, realmente, universal.

Não é uma realidade, não é? Quem está ali, nas classes D e E, eles não têm acesso aos planos de saúde e acabam tendo menos serviços nesses acompanhamentos, desde o pré-natal, inclusive no planejamento familiar, no desenvolvimento infantil, nas vacinas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que a gente teve alguns avanços, como o pré-natal já sendo uma lei, que a gente pode garantir esse pré-natal psicológico também, não apenas o obstétrico – que a gente fala assim –, mas ainda não é uma realidade do DF.

E aí, quando a gente pensa na parentalidade, em quem que a gente pensa em primeira mão? Na mãe. A mãe como principal cuidadora em todas as classes socioeconômicas aqui do DF: 71,6% em todas as classes, chegando a 73% na classe de baixa renda.

Nós temos alguns lugares em que esses cuidados entre pai e mãe são compartilhados igualmente, segundo a pesquisa: 11,8% de famílias em que essa equidade de cuidados é compartilhada, e 3,2% nas famílias de baixa renda.

Em relação à situação econômica: 77% dos pais que responderam às pesquisas estão empregados; das mães, 52% desempregadas.

Nós temos um adicional aí: muitas famílias acabam ficando sem renda por cuidar dos filhos, especialmente se a criança tem deficiência ou tem alguma necessidade particular de saúde, que não necessariamente se enquadrou na lei dizendo que é deficiência, mas que tem algum cuidado especializado.

As mulheres acabam ficando separadas. A gente tem estatísticas também que dizem que essa é uma realidade nacional de separação entre os casais, desde a gestação até dois anos da criança, e isso aumenta quando tem essas necessidades particulares.

A gente sabe também que as mães têm o maior índice de demissões logo após a licença-maternidade.

Nós conquistamos esse direito de garantir que ela não seja demitida até um mês após a licença-maternidade – que seriam quatro, né? –, mas, na realidade, elas são demitidas após o quinto mês, o que acaba prejudicando toda a estrutura familiar e o desenvolvimento infantil, porque a gente sabe que cuidar de criança não é caridade; precisa de orçamento, e precisa de orçamento também nas famílias.

E aí, 89,6% dos respondentes trouxeram que, sim, o pai deve participar ativamente na criação dos filhos, só que, quando a gente verifica esses dados na prática, quando eles analisam como são feitas essas divisões das tarefas, 64,4% dos pais ajudam nas tarefas de casa logo após o parto, apenas 21,7% dividem a responsabilidade financeira igualmente com a mãe, e 29,8%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditam que o principal papel do pai é puramente dar suporte financeiro. Então, se puder comprar a fralda, ou comida, ou pagar a pensão alimentícia – né, Dra. Rejane? –, está resolvida a função parental.

E talvez isso explique o que a gente ainda não entende, que são as estatísticas de abandono afetivo.

A decisão sobre a pensão alimentícia não responde sobre as vezes que os pais deixam de pegar o boletim de desempenho do aluno, de ir para o campeonato de vôlei, para incentivar o esporte, de chegar à reunião de famílias ou reunião de pais...

Na minha época, tinha Dia dos Pais e tinha aquela festinha para os pais. Então, tinha aquelas crianças que não sabem quem são os pais, ou que os pais nunca foram. Hoje tem a festa da família, é a mesma coisa.

A reunião de pais deveria se chamar reunião de mães, porque são elas que estão levando os filhos, cobrando e sendo a chata por cobrar atividade, por dizer que o uniforme tem que estar limpo, por saber se é o dia da atividade do cabelo maluco, da mochila maluca, do não sei o que lá mais maluco, e as mães acabam tendo essa responsabilidade que não está sendo contabilizada e também não está nas estatísticas.

(*Soa a campainha.*)

Então, quando a gente compara essa divergência de oportunidades, a gente percebe também essa diferença entre o estímulo cognitivo.

Inclusive, saiu recentemente uma pesquisa da Unicef sobre o desempenho das crianças brasileiras em relação a cálculos matemáticos, e isso faz total diferença.

Se a gente pensar – eu, como Diretora de Atenção e Assistência à Primeira Infância e representante do Comitê Gestor da Primeira Infância – que na simples brincadeira de esconde-esconde, aquela em que a gente faz "cadê neném, cadê?", e coloca o lençol no rostinho e tira, a gente está ensinando para a criança noções básicas de física, de matemática, de tempo, de espaço, talvez essas crianças que não têm um adulto responsivo, que queira estar do lado da criança para atender às necessidades, não tenham aprendido matemática porque elas não estiveram brincando de esconde-esconde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se a gente for pensar na qualidade dos nossos serviços educacionais, a gente piora muito esse contexto, principalmente porque os professores ainda não têm os seus direitos garantidos também, né? Então, fica muito difícil estabelecer a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se os próprios cuidadores não estão sendo cuidados.

Hoje, as políticas públicas facilitam essa garantia de direitos por meio de alguns programas. Aqui no DF tem o DF Social, o auxílio-gás, o Cartão Prato Cheio, o Bolsa Família. Eu tive a honra de trabalhar em Cras durante nove anos: nós fazíamos acompanhamento das famílias que recebiam o Bolsa Família e, no momento em que a gente identificava que a criança faltava à escola, inicialmente eles falavam assim: "Não, vocês precisam verificar só as famílias que estão em situação de suspensão e cancelamento". E eu falava: "Não, mas se essa criança está faltando, vamos ver qual o motivo". E aí, às vezes, era abuso sexual; falta de transporte escolar na área rural, por exemplo, onde o transporte escolar não chegava; era gravidez precoce, que muitas vezes estava relacionada a abuso e exploração sexual; violência doméstica...

Então, quando a gente fala desse papel da política pública em relação ao acompanhamento de garantias de direitos para garantir a segurança alimentar, a gente também está falando de um serviço educacional que atenda às necessidades da criança, como, por exemplo, o transporte, que é básico. Como é que a criança chega à área rural se a gente, de carro, com carro institucional, demora 40 minutos para chegar à casa dela?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS – Como ela chega até a escola?

E aí, por fim, quando a gente está falando de todas essas desigualdades, a gente está falando também do desemprego, da ausência paterna, da falta de estímulos cognitivos, da falta de acesso aos serviços de saúde. Quando a gente fala dessas diferenças dos cuidados, a gente está falando de um cuidado que não chega ao cuidador.

Quando a gente fala dos programas de parentalidades, a gente está falando da necessidade de um letramento em desenvolvimento, de um cuidado para uma paternidade e uma maternidade ativas. Parece que é redundante falar em paternidade e maternidade ativas, mas são justamente elas que fornecem a proteção e a garantia de direitos, porque a criança não vai poder chegar aqui sozinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS – Aqui no Senado, consegue a criança de 4 anos chegar para dizer "eu quero participar da audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais"? Se ela não tiver o responsável, não vai conseguir ainda.

Então, é esse trabalho de avaliar como é que está a sobrecarga materna, quais são os nossos parâmetros para poder garantir que essa mãe tenha uma saúde mental, com cuidado. A proposta de lei do pré-natal psicológico é justamente para a gente identificar de forma precoce – e não só precoce, mas a tempo – os primeiros sinais de adoecimento psíquico das mães e para a gente poder dar esse suporte para que elas sejam capazes de ir atrás das políticas públicas, de promover o cuidado para a criança, o acesso aos serviços e também ser cuidada, porque como a mãe vai cuidar de um bebê, como a mãe vai cuidar de uma criança com deficiência ou de vários filhos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THANANDRA TAIZA PEREIRA DIAS – ... se a saúde mental dela está prejudicada e outros acessos também estão sendo prejudicados?

Então, pensar na parentalidade é pensar em uma atuação continuada, intersetorial, em uma dimensão complexa, em uma visão de que a parentalidade é intersetorial, como a infância, tem que estar em todos os lugares e, para isso, tem que ter seus direitos garantidos.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Dra. Thanandra Dias.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Milena de Farias Azevedo, que é Diretora do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus/DF).

Seja bem-vinda, Milena.

A SRA. MILENA DE FARIAS AZEVEDO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, venho cumprimentar a mesa, a nossa querida Deila, que está aqui presente virtualmente conosco, uma colega de luta na proteção das crianças e adolescentes ameaçados de morte e também Presidente do Conanda. Cumprimento também a Dra. Luisa de Marillac,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Promotora de Justiça do Ministério Público; nosso querido Fábio, do Ministério dos Direitos Humanos; nossa querida Senadora Leila.

É um imenso prazer estar aqui hoje neste debate tão importante. Esta convocação da Comissão de Assuntos Sociais é muito importante por lincar também o CDCA com os conselhos tutelares, porque hoje estou aqui representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CDCA), que está vinculado à estrutura da Secretaria de Justiça.

Cumprimento também todos aqui presentes; alguns queridos conselheiros tutelares que já são figurinhas conhecidas nossas da secretaria de Justiça; as nossas crianças e adolescentes aqui presentes; todos os presentes também que fazem parte do sistema de garantias de direitos; Dra. Rejane, uma querida também, nossa Juíza da Vara da Infância e da Juventude.

Eu trouxe uma apresentação aqui para lincar um pouco para os senhores como é que funciona o CDCA.

O CDCA tem um papel muito importante nessa questão relacionada tanto à política de proteção a crianças e adolescentes, como também ao processo de escolha dos conselheiros tutelares. A gente teve o último processo de eleição dos conselheiros tutelares em 2023 e, ano que vem, a gente já vai passar novamente por esse processo de escolha dos conselheiros tutelares. Então, o CDCA coordena esse processo de escolha dos conselhos tutelares, tem esse importante papel também.

O CDCA tem um regimento próprio e está vinculado dentro da estrutura administrativa da secretaria de Justiça, que presta todo esse suporte técnico e administrativo para esse colegiado tão importante, que tem uma participação paritária de membros da sociedade civil e órgãos governamentais que são o sistema de garantia de direitos daqui, do Distrito Federal.

Então, como importante papel, ele formula essa política pública de proteção; controla e acompanha as ações governamentais e não governamentais da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente; gere também o Fundo dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Distrito Federal; assessora o Poder Executivo na elaboração do plano plurianual e da proposta orçamentária; estabelece critérios e procede aos registros das entidades da sociedade civil que atuam nessa pauta também – então, ele faz a concessão desses registros, estabelece critérios e procede aos registros dessas entidades –; propõe também o acompanhamento e o reordenamento institucional, indicando a modificação no atendimento à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança e ao adolescente; promove, apoia e incentiva a realização de estudos, pesquisas e eventos sobre a política e as ações de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes; avalia a política e as ações de atendimento; regula, organiza e coordena o processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares – como eu falei agora há pouco –; apoia os conselhos tutelares e os órgãos governamentais e não governamentais para tornar efetivos os direitos das crianças e adolescentes; convoca também, na forma da resolução, a Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente; avalia essa política de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes; promove e incentiva a realização de campanhas promocionais e da conscientização dos direitos da criança e do adolescente; e elabora e cumpre o regimento interno.

Então, a gente possui toda essa estrutura administrativa. O colegiado funciona mensalmente com reuniões ordinárias e também, quando necessário, reuniões extraordinárias. A gente tem também algumas comissões que fazem parte – são comissões fixas, que fazem parte do CDCA – e que analisam também toda essa política, toda essa temática na garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

As atribuições no processo de eleições dos conselheiros tutelares no Distrito Federal... Então, a gente edita essa resolução, promovendo esse edital para a eleição dos conselheiros tutelares. Eu acho, Senadora, que o nosso papel, quanto a esse processo e a essa vinculação com os conselhos tutelares, é também fortalecer, inclusive, esse processo de escolha dos conselheiros tutelares.

O Distrito Federal é uma referência no processo de eleição. A gente conta com a ajuda, com o apoio do Ministério Público, Tribunal Regional Eleitoral... Nosso último processo foi realizado por meio de urnas eletrônicas do TRE; então, foi um processo que ocorreu de forma muito célere. A gente teve os resultados muito rápidos desse processo de eleição e a gente também pôde, nessa última eleição dos conselhos tutelares, identificar uma crescente na participação efetiva de eleitores para conselheiros tutelares, indicando que a nossa sociedade está com esse olhar para essa pauta das crianças e adolescentes. Então, eu acho que este é o nosso papel também: melhorar esse processo, fortalecê-lo ainda mais, para que a gente tenha conselheiros tutelares amplamente qualificados para executar essa política tão importante.

Como muito bem a Senadora já falou e a Dra. Luisa, os conselheiros tutelares e os conselhos tutelares são a nossa porta de entrada, inicialmente, para vários tipos de demanda. As demandas, também, a gente percebe que elas sofreram mudanças: a questão do *cyberbullying*, exploração –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão da exploração da imagem –, como muito bem a Dra. Luisa colocou aqui para a gente. Então, eles enfrentam também esses desafios da modernidade, dessas mudanças de demandas que eles recebem ali nas comunidades, e também esse desafio de aplicar e entender o ECA Digital.

Bom, a última eleição dos conselhos tutelares foi coordenada pelo CDCA, como eu já falei, em parceria com o TRE e com o Ministério Público. O processo foi conduzido com muita segurança, transparência, legitimidade, porque as urnas trazem isso para a gente, trazem esse conforto nas apurações dos votos. Então, a gente conseguiu eleger 220 conselheiros tutelares para 44 conselhos tutelares distribuídos aqui nas nossas regiões administrativas do Distrito Federal. Isso traz mais capilaridade para os atendimentos, a gente entende que esse atendimento tem que estar ali bem próximo mesmo da comunidade local.

E como a senhora muito bem colocou, tem que ter toda a estrutura necessária. A gente sabe que este debate aqui hoje é muito importante para essa questão tanto da valorização dos conselhos tutelares como também para a questão do piso. A gente está discutindo também o piso salarial dos conselheiros tutelares, do que a gente vai falar um pouquinho mais para a frente, mas a gente sabe que só isso não é o suficiente: os conselhos tutelares requerem, necessitam de carros adequados para fazer os transportes, para conduzir até o 18 de Maio, até as delegacias; e a gente precisa também de todo um suporte tecnológico e humano dentro das unidades administrativas dos conselhos tutelares. Isso também é uma maneira de valorizar os conselheiros e os conselhos.

No Distrito Federal, o CDCA tem desempenhado esse papel fundamental nessa estruturação da política de formação. Em 2025, foi instituída uma comissão interinstitucional para a implementação da Escola de Conselhos do Distrito Federal, um importante passo. Nosso colega Fábio também colocou essa questão da importância da capacitação para os conselheiros, e foi um importante avanço porque a gente pode qualificar de maneira mais atualizada os nossos conselheiros.

Em 2026, a gente teve um importante curso, também em parceria com a UnB (Universidade de Brasília), uma formação que a gente teve... Foi lançado um edital agora em 2026 em que a gente conseguiu disponibilizar 440 vagas para os conselheiros participarem de um curso de extensão... Vou pegar o nome aqui, que me fugiu um pouquinho. Esse curso de extensão fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre os aspectos históricos e contemporâneos dos direitos das crianças e adolescentes na teoria e na prática, então ele foi ofertado pela UnB com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos.

Trazendo esse panorama, esse recorte de como estão os conselheiros tutelares aqui no Distrito Federal e esses desafios que eu falei agora há pouco, que são: a violência digital que os nossos jovens vêm sofrendo nesse ambiente de redes sociais; a questão também da saúde mental dos nossos jovens adolescentes e crianças também; essa questão da estrutura que os conselhos tutelares têm atualmente, a gente sabe que há, sim, uma precarização e que a gente precisa melhorar, e não tem como a gente usar mais como desculpa essa questão orçamentária; a gente precisa também de mais integração do sistema de rede como um todo, o sistema de garantia de direitos.

Esse sistema de direitos é a gente entender o nosso jovem, o nosso adolescente, as nossas crianças como centro desse sistema todo aqui no Distrito Federal e em todo o país, que é a família, o conselho tutelar, a rede básica de saúde, educação, assistência social, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e o CDCA.

A gente tem como papel do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente financiar esses projetos, programas, capacitações, campanhas e pesquisas vinculadas à temática de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Deixei ali como um ponto bem importante que o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente não financia e nem remunera os conselhos tutelares. Os conselhos tutelares hoje estão vinculados à Secretaria de Justiça; então essa gestão administrativa está dentro da Secretaria de Justiça.

E a valorização dos conselhos tutelares também é um tema que merece muita discussão, porque é muito importante para os conselheiros tutelares isso. A gente teve um último reajuste, que foi concedido aqui pela Lei 7.849, agora do dia 27 de março de 2026, bem recente, que promoveu uma recomposição salarial de 25%

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MILENA DE FARIAS AZEVEDO – Então, o subsídio anterior aqui, no DF, era de R$6.510 e atualmente está em R$8.138. Além disso, os conselheiros tutelares também fazem jus à percepção de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, quando devido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A valorização deve ir além da remuneração, como eu já falei, com estrutura adequada, capacitação permanente, apoio administrativo e essa modernização tecnológica dos dados, inclusive, que a gente recebe ali dentro dos conselhos tutelares, porque a gente também tem que transformar esses dados em informações factíveis, para que a gente possa utilizar na política, para construir a política.

Então a gente também tem esses desafios e essa importância que o ECA Digital traz para a gente, com a integração dos sistemas, dos dados e dos indicadores, e traz também essa possibilidade de um atendimento mais ágil e a proteção também no ambiente digital.

Os desafios para implementação são tecnologia, capacitação. A gente também faz um apelo aqui para os nossos conselheiros tutelares na adesão também de capacitações. É importante, e a gente sabe também como é o fluxo de atendimento nas comunidades, as dificuldades que eles vivenciam ali no dia a dia, mas a gente também faz esse chamado para a participação dos conselheiros tutelares nos processos de capacitação ofertados.

E os caminhos para o fortalecimento disso tudo: fortalecer essa estrutura, essa capacitação continuada, essa modernização do parque tecnológico também utilizado nos conselhos tutelares, com a utilização de sistemas apropriados, o Sipia – a gente pede também a adesão dos conselhos tutelares nessa utilização do sistema Sipia –, e essa atuação em rede.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MILENA DE FARIAS AZEVEDO – Valorizar os conselhos tutelares é fortalecer toda a rede de proteção e garantir a prioridade absoluta prevista na nossa Constituição Federal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gente, eu quero agradecer a esta primeira mesa aqui.

Os nossos expositores foram, enfim, muito didáticos, e a provocação foi feita.

Eu acho que, para a próxima legislatura e para os próximos meses, a gente tem alguns debates para fazer na Casa, e eu tenho certeza de que nós vamos poder contar com a participação e com o trabalho de todos vocês.

Muito obrigada, em nome do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para a gente fazer, agora, a composição da próxima mesa, já agradecendo ao Fábio Meirelles, à Dra. Deila, à Dra. Luisa de Marillac, à Thanandra e à Dra. Milena.

Muito obrigada.

Vamos agora para a segunda mesa. (*Pausa.*)

Só por essa primeira mesa, a gente já está vendo o tamanho do desafio. Nossa! Mas é isso aí, estamos aqui para trabalhar.

Vou passar a palavra... Gente, antes eu vou formar a segunda mesa – desculpem-me.

Eu convido aqui para compor a nossa mesa: a Dra. Rejane Suxberger, Juíza de Direito, Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (*Palmas.*); a Sra. Raisa Ferreira da Silva Lopes, Conselheira Tutelar em Taguatinga (*Palmas.*); o Sr. Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana, que vai participar conosco por videoconferência; e o Sr. Gustavo Henrique Camargos, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares daqui do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Obrigada pela participação e pela presença dos nossos expositores.

Eu vou passar a palavra, primeiramente, para o Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana, que vai participar por videoconferência.

Boa tarde, Renato.

O SR. RENATO GODOY (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

O SR. RENATO GODOY (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora, muito obrigado pelo convite.

Parabenizo os meus colegas também da primeira mesa. É muito rico o debate que está sendo promovido aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

É uma feliz coincidência, Senadora, como foi mencionado, o fato de a gente estar aqui trazendo os grandes desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, e quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são as confluências, os desafios que a gente tem também para implementar essa nova legislação brasileira, esse novo diploma legal brasileiro, que é o ECA Digital. Como não poderia deixar de ser, é uma homenagem, uma inspiração no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

Então, eu gostaria de trazer aqui algumas considerações, trazer um breve retrospecto e trazer algumas recomendações e considerações a respeito da implementação dessa legislação no nosso país.

Primeiro, quero saudar o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a sociedade civil brasileira, que conseguiu esta conquista: trazer um raro consenso em defesa do direito de crianças e adolescentes, que foi o ECA Digital, aprovado de forma simbólica nas duas Casas. É sempre muito importante a gente celebrar isso e trazer a importância da infância para o nosso país, tanto na Constituição Federal, com o art. 227 da Constituição trazendo a prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes de forma unânime, como, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o aniversariante do dia, também aprovado de forma unânime pelas duas Casas.

Então, acho que é sempre importante, no momento de muito acirramento e de enfrentamento de ideias, mostrar quais são os consensos que a gente consegue conquistar no país, e muitos deles estão ligados à defesa do direito de crianças e adolescentes, e que assim continue.

Para iniciar, eu vou me ater mais aqui às questões relacionadas aos desafios do ECA Digital, sabendo que os meus colegas aqui que me antecederam e também os que vão falar posteriormente vão tratar com mais especificidade sobre essas questões importantíssimas, sobre a valorização dos conselhos tutelares e dos conselheiros tutelares.

Então, quero fazer um breve retrospecto do que é o ECA Digital, por que ele representa um marco tão importante e trazer também esse reconhecimento institucional.

O Brasil é um dos países mais conectados do mundo, hoje habitado por mais de 50 milhões de crianças e adolescentes, e o ambiente digital é repleto de oportunidades, como foi mencionado, de dar vazão àquilo que está previsto como direito também no Estatuto da Criança e do Adolescente, como a questão da participação, da cultura, da convivência, da sociabilidade, do entretenimento. Tudo isso está presente no ambiente digital, mas também é um ambiente que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode, infelizmente, como a gente tem visto no último período, expor crianças e adolescentes, sobretudo os mais vulneráveis, a diversos riscos significativos.

A lei do ECA Digital traz um avanço muito grande ao definir como base, em nossa Constituição e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, de que a responsabilidade por um ambiente digital seguro para as crianças e para os adolescentes não pode recair apenas sobre as famílias, que já estão bastante sobrecarregadas. É uma responsabilidade, o ECA Digital traz a responsabilidade das grandes empresas de tecnologia, que não podem ser lenientes ou coniventes com esses riscos, com essas violações que ocorrem ainda, infelizmente, no ambiente digital. Também chama à responsabilidade o próprio Estado, incluso o sistema de garantia de direitos, que é uma conquista muito grande da sociedade brasileira, que é uma conquista cristalizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e é justamente o tema aqui, o papel do sistema de garantia é justamente o tema desta rica audiência que a gente tem desenvolvido aqui nesta tarde.

Então, para trazer esse retrospecto do ECA Digital, eu queria trazer aqui quatro grandes eixos, importantes, da legislação, que são inovações legislativas que o ECA Digital traz.

O primeiro deles eu destacaria que é o dever de segurança e proteção por *design*. Ou seja, as plataformas de serviços digitais precisam evitar qualquer tipo de funcionalidade e práticas nos seus produtos que configurem um desenho manipulativo ou viciante. Ou seja, a partir da concepção de um produto digital, a empresa deve pensar prioritariamente nos direitos de crianças e adolescentes. Isso nós estamos inaugurando neste ano, com a vigência do ECA Digital, e é uma ferramenta muito importante para que a gente cobre efetivamente a sua implementação.

Outro ponto fundamental colocado pelo ECA Digital é o fortalecimento da supervisão parental. Ou seja, a lei estabelece que os fornecedores devem disponibilizar ferramentas acessíveis para que os pais, as mães, os responsáveis por crianças possam efetivamente acompanhar e gerenciar o uso que crianças e adolescentes têm feito desses produtos de serviços digitais. Ou seja, dar mais poder às famílias brasileiras.

Além disso, o terceiro ponto são os mecanismos mais ágeis de respostas a violações de direitos que ocorrem no meio digital, com canais de notificação, de retirada de conteúdo que não dependam necessariamente mais de uma ordem judicial prévia, trazendo o debate da questão para o centro do sistema de garantia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, um quarto e último – mas não menos importante – ponto é a ampliação das ferramentas de transparência. Ou seja, as empresas de tecnologia precisam ter a obrigação de relatar publicamente quais são os riscos identificados em seus produtos e serviços e como eles estão sendo tratados, como estão sendo mitigados, diminuídos esses riscos.

Da aprovação da lei do ECA Digital para cá, nós avançamos no sentido de dar mais robustez àquilo que está previsto na lei. Já em fevereiro deste ano, um pouco antes até mesmo da vigência do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente Digital, nós tivemos a conversão em lei da medida provisória que foi editada no ato da sanção do ECA Digital, lá em setembro do ano passado, uma lei que deu mais força institucional e orçamentária para a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), hoje uma agência reguladora plena, com autonomia de gestão e com grande responsabilidade na fiscalização e nas eventuais sanções que virão, em caso de descumprimento da legislação do ECA Digital. Posteriormente, já em março deste ano, o Governo Federal publicou uma série de decretos que definem com mais clareza os papéis de cada ente envolvido na implementação do ECA Digital. O Secretário Fábio, anteriormente, trouxe um pouco de um desses decretos, que é muito importante, que trouxe a criação do Comitê Intersetorial para a Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

Eu gostaria de destacar que outro decreto muito importante, que se vincula aqui ao debate do sistema de garantias, é o Decreto 12.880, de 2026, assinado pelo Presidente da República no dia 18 de março, que cria o Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e operado pela Polícia Federal. Esse centro passou a centralizar, em nível nacional, o recebimento das denúncias de crimes digitais enviadas pelas próprias plataformas, denunciadas, promovendo uma triagem qualificada e o encaminhamento ágil para uma investigação ágil e séria pelas autoridades competentes.

A gente considera relevante – eu traria aqui até como uma recomendação para a Comissão, para o Senado, para todos e todas envolvidos neste debate, para a própria sociedade civil – pensar em como articular o sistema de garantias, os conselhos tutelares, as organizações da sociedade civil, para fazer valer esse canal novo, concreto, criado pelo decreto, para que a gente possa reverter esse quadro de violências que, infelizmente, ainda ocorrem no ambiente digital. Então, a gente entende como uma medida muito importante, que precisa estar articulada com todo o sistema de garantias previsto na nossa legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um passo recente que acho que vale registrar aqui, que tem total conexão com o sistema de garantia, com os conselhos tutelares, foi no dia 23 de junho, já na esteira da vigência do ECA Digital: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que regulamenta a concessão de alvarás judiciais para atuação de crianças e adolescentes, de atividades artísticas no ambiente digital, os chamados influenciadores mirins. Essa norma cria o Banco Nacional de Alvarás para a Participação de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital, trazendo uma série de salvaguardas, de contrapartidas que essas crianças precisam apresentar, como a questão de frequência escolar, enfim, o espaço de tempo livre para o lazer, deixando claro que a autorização judicial não pode, em hipótese alguma, ser usada para legitimar um trabalho infantil disfarçado de atividade artística. Então, a resolução determina que, havendo indícios de exploração indevida, o magistrado deve comunicar aos órgãos competentes. Então é uma resolução que vai mostrando como nós temos caminhado enquanto sociedade para uma implementação efetiva do ECA Digital. Esses são uns exemplos de como o ECA Digital vem gerando desdobramentos concretos em diferentes áreas, no Executivo, no Judiciário, e também nos debates que o Congresso Nacional, como este que a gente faz aqui, oportunamente, neste 13 de julho.

Então é um movimento de construção institucional, ativo, não é uma lei que fica parada no papel. A gente está fazendo, a gente está observando o quanto ela tem avançado. Claro, precisa avançar muito ainda em toda a questão foi discutida aqui: a necessidade de uma dotação orçamentária e de uma governança, que foi construída, mas para a qual a gente precisa estar atento, para que ela seja cada vez mais consolidada. E assim o faremos enquanto sociedade civil.

Claro, precisa-se avançar muito ainda. Toda a questão foi discutida aqui, a necessidade de uma dotação orçamentária, de uma governança, que foi construída, mas a gente precisa estar atento, para que ela seja cada vez mais consolidada – e assim o faremos enquanto sociedade civil.

Bom, nesse cenário, acho que entendemos que o sistema de garantias de direitos, os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos, o Ministério Público, a Rede de Assistência Social, têm um papel fundamental na política pública em construção, que é o ECA Digital.

Então, do nosso ponto de vista, enquanto sociedade civil, o nosso desafio atual não é de natureza mais legislativa. Felizmente, a gente superou essa lacuna legislativa que a gente tinha, com relação ao ambiente digital. Essa lacuna foi preenchida de forma muito exitosa, de uma forma que é reconhecida internacionalmente como uma política, como uma legislação de vanguarda. O que a gente precisa, neste momento agora, para a efetiva implementação do ECA Digital, passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela capacitação, pelo conhecimento, pela articulação, por políticas e por espaços de construção e de diálogo sobre o ECA Digital, com os conselheiros tutelares, nos espaços nas escolas, também como um espaço muito importante para a identificação de quais são os direitos, quais são os eventuais riscos que o ambiente digital pode trazer.

Então, eu encerraria dizendo que o ECA Digital nasceu neste momento raro de unidade entre diferentes forças de toda a sociedade, que a gente passou por um processo de fortalecimento, de construção de uma governança e que agora a gente tem, como sociedade, o dever histórico de fazer efetivamente com que essa lei seja implementada, para que a gente possa celebrar muitos aniversários do ECA de 1990, do ECA Digital do ano passado, da nossa Constituição, cada vez mais, alcançando o nosso objetivo, que é a prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, prevista no art. 227 da nossa Constituição.

Agradeço, mais uma vez, Senadora Leila, pelo convite. Um abraço a todas e todos que nos acompanham e também que me precederam e que falarão posteriormente aqui, na nossa audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Renato Godoy, que é o Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana. Muito da sua fala já vai ao encontro de algumas perguntas, que eu faço questão, pelas audiências que eu comando, de passar aqui, para os nossos expositores e aqueles que estão acompanhando, inclusive passar as perguntas.

Eu vou ler algumas, inclusive fique à vontade, quem tiver o uso da palavra, para complementar ou até mesmo para responder a alguma das indagações ou até mesmo aos comentários.

Por exemplo, Christian, de São Paulo: "Como medir se o ECA Digital reduzirá riscos reais, e não apenas aumentará a burocracia e as obrigações?".

A Iredla, do Distrito Federal: "Como garantir que decisões dos conselhos tutelares sejam fundamentadas no ECA, e não em convicções religiosas particulares?".

Vitória, do Maranhão: "Como a Lei 15.211/2025 tipifica a responsabilidade civil das plataformas digitais na proteção de menores na internet?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Mikeias, do Paraná: "Quais políticas incentivam a parentalidade positiva e previnem o abandono afetivo?".

Leonardo, de Santa Catarina: "Como a Lei 15.211/2025 previne o mau uso de dados pessoais (tanto de crianças e adolescentes quanto de adultos) por [...] empresas privadas?"

O Hudson, do Rio de Janeiro: "O ECA Digital só poderá combater a vulnerabilidade digital das crianças com apoio dos pais; senão, é apenas uma regulamentação".

O Mathias, do Rio Grande do Sul: "Como equilibrar a proteção digital de crianças e adolescentes com a liberdade de acesso a jogos *online*?".

Vilson, do Pará: "O ECA Digital pode forçar a exposição de jovens vulneráveis para pais intolerantes. Como o Senado vai garantir a segurança deles?".

O Santhiago, da Bahia: "Quais as medidas para o conselho tutelar ser mais presente na internet? Há situações em que as denúncias são ignoradas. O que farão?".

Francys, do Rio Grande do Sul: "Como orientar pais e responsáveis para prevenir riscos na internet sem comprometer a privacidade dos filhos?".

O Vilson, do Pará: "Isolar o Brasil de recursos globais de tecnologia não é proteção, é atraso. Precisamos de regras realistas para o mundo digital!".

Quero agradecer a participação e as perguntas até o momento.

Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Rejane Suxberger... (*Pausa.*)

Acertei.

... Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude daqui, do nosso DF.

Seja muito bem-vinda, Dra. Rejane! (*Palmas.*)

A SRA. REJANE JUNGBLUTH SUXBERGER (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a todas e todos os presentes na pessoa da Senadora Leila, que, tão carinhosamente, quando eu fui removida para a vara da infância, postou nas suas redes sociais, lembrando que era a primeira vez que uma mulher, em 60 anos, aqui, no Distrito Federal, assumia essa vara da infância. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até então, ela tinha sido comandada sempre por um juiz, um homem, e nunca por uma mulher.

Agradeço também as palavras carinhosas da nossa Promotora, Dra. Luisa de Marillac, uma parceira que tem me acolhido tão bem – como todo o Ministério Público – nessa nova jornada.

Bom, aqui eu falo como Juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude, que é a vara protetiva do Distrito Federal. Falo também na posição de Coordenadora da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Coordenadora do PPCAAM também, que cuida das crianças que estão em situação de risco, e eu falo também aqui como mãe.

Eu sou mãe de duas crianças e, desde o dia 30 de abril de 2026, o Estado me confiou mais 492 crianças que estão acolhidas no Distrito Federal. Essas crianças não são crianças que eu gerei, não são crianças que eu criei, mas o destino dessas crianças passa pela minha caneta, pela minha assinatura. Foi exatamente a maternidade que me ensinou o que está em jogo quando eu estou diante de uma decisão para a vida dessas crianças.

Bom, eu começo pelo primeiro eixo, o eixo desta audiência, que é a valorização dos conselhos tutelares. O Estatuto da Criança e do Adolescente, como hoje todos nós lembramos aqui, completa 36 anos, e esse estatuto entregou para a sociedade um órgão permanente, que é exatamente um órgão autônomo, não jurisdicional, mas cuja missão é zelar pelo direito dessas crianças.

O conselho tutelar, como já bem foi dito aqui, é exatamente a porta de entrada do sistema de garantias, é quem chega primeiro, antes de todo mundo, antes do Ministério Público, antes do juiz. Há um conselheiro tutelar atendendo sempre uma família que está em crise, muitas vezes de madrugada, muitas vezes ele vai sozinho, muitas vezes sem carro, em condições que a gente sabe que são precárias, sem telefone, sem retaguarda para cumprir aquela sua atividade.

Aqui existe um paradoxo: nós exigimos do conselho tutelar uma dedicação exclusiva, uma disponibilidade permanente, decisões de enorme gravidade, mas, boa parte do país oferece para esses conselheiros tutelares uma remuneração que é próxima a um salário mínimo. Nós estamos no DF, e, infelizmente, a nossa realidade não é a realidade deste país tão extenso que é o nosso Brasil. Praticamente, alguns não têm equipe de apoio, não têm nenhuma perspectiva na carreira, e não há política pública que sobreviva a essa equação. A rotatividade é altíssima, a experiência acumulada se perde a cada mandato, e quem paga o preço disso tudo é a criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que esse Projeto de Lei 5.285, que institui esse piso salarial profissional para os conselheiros, é mais do que uma pauta remuneratória. A gente precisa lembrar que é uma pauta de proteção à infância, sim. Um conselho tutelar estruturado é o investimento mais barato que existe e o mais eficiente que o Estado brasileiro pode fazer nessa área. Eu digo isso com os olhos de quem julga: cada caso que o conselho tutelar consegue resolver na ponta, com atendimento qualificado, com articulação de rede, é um caso que não vai virar um processo judicial. Fortalecer o conselho tutelar é desjudicializar a infância. Quando nós desjudicializamos a infância, nós aceleramos a proteção.

Mas o piso sozinho não basta; é preciso dotar os conselhos de estrutura – como também já foi dito aqui –, com estrutura administrativa. Tem que ser uniforme em todo o território internacional, tem que ter sede digna, acessível, com salas que preservem a intimidade da criança. Lembrando sempre que a gente fala que, quando a gente estrutura um conselho tutelar, que nós estamos estruturando, principalmente, a infância, que nós estamos dando oportunidade para que aquela criança retorne para a família, não seja mais um processo, não seja mais um número dentro do sistema de justiça.

Então, é preciso que a gente também estabeleça essa qualificação, como tanto já foi dito aqui, nesta audiência pública, dos conselheiros tutelares. Eu conversava há pouco com a Senadora que deveria, inclusive, ser um pré-requisito, na hora das eleições, essa qualificação, ter essa noção mínima de Estatuto da Criança, uma noção mínima da atividade, da importância que tem essa atividade.

Aqui eu até abro um parêntese – eu anotei aqui – sobre essa pergunta que foi feita, Senadora, se a senhora me permite responder, quanto à questão religiosa do conselheiro tutelar. Quando um conselheiro tutelar entra no conselho, ele não deixa na porta do conselho o proselitismo: a crença é dele; a função é do Estado. O Estado, como todos nós sabemos, é laico, por força do art. 19 da Constituição. Então, quando o critério religioso acaba substituindo o critério legal, há um desvio de função, sim, aí, e o ordenamento oferece respostas disciplinares tanto na esfera cível quanto penal.

Mas, permita-me dizer uma coisa: onde essa discussão acaba desaguando? Na formação. O conselheiro que confunde a rede de proteção com a rede de convicção, quase nunca age de má-fé; ele age, na verdade, sem preparo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a resposta estrutural não é punir na saída; é capacitar na entrada. Capacitação continuada custa orçamento, custa estrutura, que é exatamente a pauta que a gente está tratando nesta audiência.

Voltando para o Distrito Federal, como eu assumi recentemente a Primeira Vara da Infância, a Coordenadoria da Infância, um compromisso claro que eu tive, já, desde o início, foi exatamente o de aproximar a nossa vara, o nosso juízo dos conselhos tutelares das regiões administrativas, porque, quem chega numa vara da infância, percebe, de imediato, que a qualidade da proteção depende dessa ponte.

Eu não tenho como, no sistema de justiça, não trabalhar, não me comunicar com a rede, porque, quando isso acontece, quando os agentes de proteção, e aí eu me incluo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os conselhos tutelares... Quando não há essa comunicação, quando não há esse diálogo, quem sofre é aquela criança acolhida. Por quê? Porque, quando os agentes não se comunicam, aquela infância, aquela adolescência fica fracionada, porque eu fico mandando a criança de lá para cá. Quando há uma interlocução entre todos os agentes de proteção, toda a rede de proteção, é muito mais tranquilo, é muito mais benéfico para essa criança e para esse adolescente esse acolhimento, sem que haja tanta burocratização.

No segundo eixo desta audiência, que é a implementação do ECA Digital, a Lei 15.211, eu falo de um tema que, hoje, ocupa expressiva quantidade na nossa pauta, dentro da vara de violência... Da vara da infância – desculpa, é porque eu fui tantos anos da vara de violência doméstica, que eu ainda continuo falando da violência doméstica.

O ECA Digital, na verdade, é um marco – respondendo a algumas perguntas que foram feitas também sobre o ECA Digital. Ele é um marco com que, pela primeira vez, o Brasil disse com clareza que o ambiente digital é também um lugar em que as crianças vivem, em que elas aprendem, em que elas se relacionam e em que elas podem ser exploradas.

Eu gosto de lembrar que, na nossa época de infância, nós éramos criadas... O nosso maior perigo... O perigo para os nossos pais era que nós não falássemos com desconhecidos, porque nós éramos criados praticamente na rua, mas, assim, você era proibido de falar com desconhecidos. Hoje, muitas vezes, os pais acreditam que a criança, por estar dentro de casa, está protegida, mas, na verdade, ela está numa rua com desconhecidos, desprotegida e sem amparo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando não há uma fiscalização desses pais. Então, o que mudou foi a rua. A nossa rua de antigamente hoje está dentro, a gente a trouxe para dentro de casa.

É importante a gente destacar também essa questão da... A lei trouxe deveres às plataformas, enfrentou a exposição precoce, a chamada adultização, e trouxe para a luz um fenômeno que crescia sem qualquer controle, que é exatamente essa questão do trabalho infantil artístico em ambiente digital.

A gente ainda precisa se questionar. A gente precisa falar muito a respeito disso. É preciso trazer isso muito a lume, ter audiências públicas sobre isso, porque a criança influenciadora, a criança que produz conteúdo monetizado é uma criança cuja imagem sustenta, na verdade, a renda familiar.

Quantas vezes eu vejo os processos chegando à vara da infância em que os pais deixaram de trabalhar para investir naquela criança? E dizer que uma criança não está trabalhando numa situação dessa não é crível e não é aceitável.

Então, nós já vivemos essa implementação concreta na vara da infância, com o Decreto 12.880 e a Resolução 687, do CNJ, ambos deste ano. A participação das crianças em atividade artística digital passou a depender de alvará judicial, com requisitos que precisam ser analisados com uma lupa pelos operadores do direito, e aqui eu falo tanto pelo juiz quanto pelo promotor.

Essa exposição, a gente precisa sempre se questionar muito a respeito disso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Doutora, inclusive, eu sou a Relatora do projeto aqui no Senado que trata justamente sobre isso.

A SRA. REJANE JUNGBLUTH SUXBERGER – Precisamos conversar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós vamos conversar muito. A minha equipe veio agora me alertar. Então, assim, já pegando o contato de vocês para a gente conversar. Vamos fazer, inclusive, para me subsidiar no projeto, na relatoria, nós vamos fazer um debate novamente.

A SRA. REJANE JUNGBLUTH SUXBERGER – Vamos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou convidar vocês para a gente fazer este debate aqui sobre esse tema, que é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REJANE JUNGBLUTH SUXBERGER – Perfeito. Nós precisamos muito, porque eu digo o seguinte: quando a gente está diante de uma situação dessa, da análise de um pedido de alvará judicial, é importante que o operador do direito se faça esta pergunta: "Essa exposição atende melhor ao interesse da criança ou ao interesse econômico dos pais?".

E quais são os desafios da implementação? A gente sabe que são muitos, mas eu aponto aqui três.

O primeiro é a capacitação dos conselheiros tutelares, e eu volto a eles deliberadamente, porque os conselheiros precisam ser formados para conhecer quais são as violações do ambiente digital, porque a denúncia de exploração de uma criança influenciadora vai chegar primeiro ao conselho, e não ao juiz. Então, assim, é necessário que...

Como, para nós, adultos, já é difícil mexer com a informática, com as redes sociais, para uma pessoa que não tem um mínimo de conhecimento, essa dificuldade gera uma insegurança maior, uma desproteção maior àquela criança. Então, eu preciso que os nossos conselheiros tutelares estejam bem ambientados, para que, quando a informação chegar primeiro a eles, eles saibam exatamente a violência ou a vulnerabilidade que essa criança está sofrendo.

O outro ponto é a fiscalização.

A lei é boa, mas a plataforma se move. A gente sabe que a internet, as plataformas, elas se movem em segundos; o processo, enquanto processo judicial, se move em meses. Então, há um descompasso.

Nós precisamos de canais ágeis de comunicação entre o Judiciário, os órgãos de proteção e as empresas de tecnologia.

E o terceiro são as informações às famílias.

Muitos pais monetizam a imagem dos filhos sem qualquer consciência da ilicitude, e eu dou um exemplo que chega, que é bastante comum na nossa vara, que é uma família que procura o juízo para pedir o alvará de uma menina, por exemplo, uma menina de nove anos de idade que faz vídeos de brincadeiras e de comidas, ela faz comidinhas, essas coisas todas. O que é que a gente descobre? A gente descobre, no processo, que esse canal já existe, por exemplo, há três anos e tem contrato de publicidade, ele rende mais do que o salário dos pais – quando os pais trabalham – e que a renda sempre entrou na conta da família. Então, não existe reserva mais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela criança. Não existe um limite de horas. Não se sabe quantas horas aquela criança passa gravando. E sem que ninguém tenha dito aos pais que aquilo ali que estava acontecendo era trabalho infantil, era um trabalho infantil artístico e exigia uma autorização judicial. Só que esse tempo de três anos atrás já se perdeu, ele já foi.

Então, esses pais não são criminosos; eles são pessoas que fizeram tudo o que estava à sua volta e que precisava ser feito, num ambiente em que a própria plataforma remunerava sem perguntar a idade de quem aparecia na tela. Ou seja, a gente não pode apenas culpabilizar esses pais, porque era como uma terra sem lei, na verdade.

Quando a família chega ao Judiciário, muitas vezes ela chega exatamente como eu disse: ela chega tarde. E essa exposição já aconteceu, o dinheiro já se misturou, a rotina escolar dessa criança já foi sacrificada. Por isso eu insisto: antes de a gente punir, é preciso orientar.

E essa é uma tarefa de política pública a que este Parlamento pode induzir, e o induzir aqui, Senadora, tem um nome concreto, que é obrigar a plataforma a influenciar, a informar e a exigir o alvará antes de remunerar. Também é preciso destinar orçamento a campanhas de orientação às famílias, a capacitação dos conselhos tutelares e principalmente fiscalizar o cumprimento dessa legislação.

Por fim, eu chego ao terceiro eixo, que é o das políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo, com a Lei 14.826, que instituiu a parentalidade positiva. Talvez ela seja a mais transformadora das leis, porque ela atua antes do dano.

E eu quero perguntar ao Senado: o que uma vara da infância vê? Nós vemos o fim da linha. A criança acolhida institucionalmente, a destituição do poder familiar, o adolescente que cresceu sem qualquer referência – infelizmente, é isso que a gente vê, já esse final. A gente não consegue muitas vezes acesso a esse início.

E aqui eu posso afirmar, com a experiência de quem examina os processos um a um, que quase nenhuma dessas histórias começa com um ato de violência; ela começa sim com uma ausência, e com pais que não foram cuidados e que, por isso, não aprenderam a cuidar.

O abandono afetivo, que é a nossa jurisprudência, já reconhece como dano indenizável, na conhecida fórmula de que o cuidado é dever jurídico. E ele não se resolve apenas em ações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indenização; ele se resolve com políticas públicas, que cheguem à família exatamente antes da ruptura.

Também se resolve com programas de apoio à parentalidade no território, fortalecimento dos Cras e dos Creas, oficinas de cuidado nas escolas, nas unidades de saúde, e o conselho tutelar mais uma vez como articulador dessa rede protetiva.

A gente somente consegue política pública para evitar o dano com o fortalecimento desses parceiros da rede, e investir em parentalidade positiva custa uma fração do que custa um acolhimento institucional para o Estado e poupa tudo aquilo que não tem preço, que é a possibilidade de uma criança crescer junto à própria família.

Então, esses temas todos desta audiência, na verdade, a gente observa que eles são um só. O conselho tutelar estruturado, o ambiente digital regulado e as famílias apoiadas são três nomes para a mesma decisão dessa política que a gente precisa levar tão a sério, porque está prevista no art. 227, da Constituição, e que fez a criança e o adolescente como prioridade absoluta, só que essa prioridade absoluta não pode ser letra morta dentro da Constituição; ela precisa ser um trabalho ativo e prioridade, sim, da criança; ela precisa ser reconhecida como absoluta, e não apenas em episódios.

Eu comentava, antes da audiência, com a Luisa, Promotora, que eu fui muitos anos juíza de violência doméstica, e sempre a imprensa me procura ainda para falar sobre violência doméstica. E eu falei: "Eu não falo mais de violência doméstica, agora eu falo sobre infância", e ninguém quer mais saber. Então, a prioridade absoluta vai até a página dois; de lá em diante, ela fica como letra morta.

E, só para a gente terminar, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como eu disse, completa hoje 36 anos, e a melhor homenagem que a gente pode prestar a ele é exatamente isso: cumpri-lo.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de estar nesta audiência e me coloco à disposição.

Eu acho que a maior característica de um juiz hoje é sair do gabinete. Não existe mais possibilidade do juiz de gabinete, aquele que ficava isolado em quatro paredes. A gente precisa dialogar, a gente precisa disso daqui, a gente precisa do olho no olho, porque o nosso trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é comum, é em benefício das nossas crianças e dos nossos adolescentes. E eu não posso só trabalhar com processos, eu não posso só trabalhar com a minha caneta, assinando documentos, destituindo essas crianças do poder familiar, mas essa forma de proteção precisa exatamente disso, como eu disse, da integração de toda a rede, de todos os atores do sistema.

Mais uma vez eu parabenizo a senhora por esta iniciativa, tão louvável. Que a gente possa mais vezes estar aqui discutindo, trazendo os nossos problemas, os nossos desafios de cada dia com as nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação.

Doutora, eu pedi para a minha equipe trazer aqui o parecer.

Este é o projeto da Comissão de Educação e Cultura, que é o Projeto de Lei 4.594, de 2025, do Senador Jorge Kajuru – do Kajuru, de Goiás –, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para disciplinar a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, representações artísticas, conteúdo audiovisual, destinação a veículos e meios de comunicação social e também as aplicações de internet.

Então, já estou passando para a senhora aqui...

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – As portas do meu gabinete estarão abertas não só para a senhora, mas para todos os nossos expositores.

A gente pode passar depois também um arquivo, Yoram, para os demais expositores aqui da nossa audiência pública, para que a gente possa interagir e, no momento apropriado, de repente, fazer uma audiência pública, se assim acharmos interessante, até porque certamente vão vir as contribuições, e é importante a gente dar voz àqueles que querem ajudar na elaboração do parecer, está bom?

Muito obrigada, Doutora.

Eu vou passar a palavra agora para a Raisa Ferreira Lopes, que é Conselheira Tutelar em Taguatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda, Raisa. (*Palmas.*)

A SRA. RAISA FERREIRA DA SILVA LOPES (Para expor.) – Eu agradeço, cumprimento a todos da mesa, aos meus pares, e aí eu vou citar as cidades aqui das regiões administrativas: Cruzeiro, Lago Norte, Brasília, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II, Taguatinga, Ceilândia, Núcleo Bandeirante... Os colegas que eu esqueci, depois, vocês me lembrem no final da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Salva de palmas, então. Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Nossos conselheiros tutelares daqui, do DF.

Obrigada pela participação.

A SRA. RAISA FERREIRA DA SILVA LOPES – Agradeço a oportunidade aos colegas que pediram que eu estivesse aqui na mesa neste momento.

A gente esteve, no final de maio – no final de abril, final de maio –, com a Senadora Leila, para colocar os nossos questionamentos, as nossas dificuldades no conselho tutelar, tanto estruturais quanto físicas, a saúde mental dos colegas também. É importante a gente citar também que temos colegas adoecidos com o trabalho de alta demanda. Então, eu agradeço demais.

Para quem não me conhece muito – porque a gente está em uma audiência pública nacional –, meu nome é Raisa, eu tenho da Silva (*Risos.*) – eu tenho orgulho de dizer que eu tenho da Silva também –, estive aqui, no Senado, na quinta-feira, na audiência pública para tratar do trabalho infantil, na Comissão de Direitos Humanos, com a Senadora Damares, que muito bem a elogiou também, mas hoje eu me sinto em casa, né? (*Risos.*) Sou mãe de uma menina de três anos recém-completados e Conselheira Tutelar na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal.

Nesse âmbito nacional, sinto-me um pouco confortável de falar, porque eu fui eleita pelos colegas ainda em 2017, âmbito nacional do Fórum Colegiado, e, nessa época, eu visitei estados e também o município mais inóspito do Brasil, que é o Município de Uiramutã, em Roraima, onde eu pude conhecer a comunidade dos povos originários, indígenas e também de povos tradicionais.

A gente também tem povos tradicionais aqui perto, os quilombolas, em Cavalcante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, foi uma experiência muito boa, em que eu pude notar algumas defasagens na questão do conselho tutelar em âmbito nacional.

Ao falar um pouco das nossas atribuições, eu não posso deixar de falar também, no âmbito do DF – e acho que é dificuldade dos outros países também –, da questão da escola integral, mas aquela integralidade com atividades curriculares.

Na última audiência em que eu estive aqui, na quinta-feira, foi apresentado o terceiro setor, alguns institutos que têm atividades no contraturno, e aí eu fiz uma pesquisa – já há dez anos eu estou no conselho – e eu não obtive nenhuma resposta de atividade no contraturno em Taguatinga. Na audiência, teve Brazlândia...

E aí eu falo com a minha Senadora Leila, do vôlei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É isso aí.

A SRA. RAISA FERREIRA DA SILVA LOPES – ... que a gente sempre fala que os esportes são muito essenciais, e a gente não vê essa escola integral nem os esportes.

Eu tive o privilégio de fazer natação, *jazz*, balé, *handball*, mas eu não vejo as escolas com esse engajamento nas atividades no contraturno, que é uma dificuldade muito grande principalmente na primeira infância, na qual a gente atua no conselho tutelar, e não só creche.

Para eu estar aqui, a minha filha está de férias na creche a partir de hoje – começam hoje as férias –, mas falta um pouco de investimento nessa área para o contraturno mesmo, que é uma dificuldade do conselho tutelar.

Para falar um pouco, eu gostei da fala da Dra. Juíza Rejane, porque a gente vivencia muita violência doméstica no conselho tutelar. Então, é um ponto que eu vim trazer aqui, porque os colegas aqui também trabalham muito sobre isso – a Natty sempre coloca a questão do feminicídio, a Ray também, a Nice, que é muito atuante em Sobradinho, que tem a questão do tráfico –, e colocar para os colegas o tanto que o tráfico é um trabalho infantil também, é uma exploração dentro do viés que já é tipificado no trabalho infantil. Então, muita gente diz: "Uma atividade legal não é trabalho...". É. O tráfico é um problema muito sério nas regiões em que a gente atua. Acho que Ceilândia vê muito isso, Sobradinho vê muito isso, Brasília vê muito isso, Taguatinga também vê. Então, é um problema muito sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além disso, eu vim trazer a questão do mundo *online*, que é essa parte da *bet*. Já tem famílias nos jogos *online* que estão comprometidas com a renda, seja da... E a gente tem uma plataforma, que foi recentemente inaugurada pelo Governo Federal, na qual você põe o seu celular, põe o seu CPF e bloqueia o acesso. Mas as famílias estão adoentadas com os jogos *online*. E, quando eu falo famílias, não são só os responsáveis legais; é todo o núcleo da casa, inclusive as crianças e adolescentes. A gente viu muito isso agora, na Copa do Mundo; eu pelo menos atendi duas pessoas que falaram: "Olha, o meu filho não para de jogar". Não é só troca de figurinha.

Então, assim, é importante deixar muito claro aqui que o ECA Digital veio neste momento, assim, antes desse *boom* dessas casas de apostas *online,* que é esse prejuízo enorme para o país, porque a gente tem jogos de azar regulamentados, enfim, mas para a pessoa adulta. E fazer um cadastro é muito mais fácil, é muito mais facilitado.

E no trabalho infantil, como bem a Juíza Dra. Rejane, colocou também, há a parte das crianças e adolescentes: fora o início, que foi o circense, hoje esses influenciadores mirins, que o pessoal chama assim, colocam muito uma atividade econômica que tem uma exploração, por trás, dos responsáveis legais. A gente tem pais para quem virou um comércio ter filho na influência digital.

É importante dizer que, na Casa, tem esse projeto. E tem mais um outro projeto ainda que responsabiliza os pais, para terem uma taxa para poder cuidar do valor da criança e do adolescente que está com essa exposição no mundo digital. Ela é de 10%, de 20%, de 30%. Acho que é até 30% que os pais podem comprometer da renda, e o resto tem que colocar num fundo para a criança. É um PL que também está sendo colocado aqui.

O abandono afetivo, que foi uma das perguntas da participação *online,* é muito importante. O abandono afetivo, que teve uma lei de agora, recente, de outubro, no Dia do Servidor Público, que foi o dia 28 de outubro, eu vivencio muito, porque é uma lei que eu acompanho de perto, já que eu sou mãe solo, então eu tenho essa experiência de perto. Inclusive, comecei a estudar academicamente para atuar mais nessa área. É uma dificuldade muito grande, porque a gente vê lares de mães solo. Pode botar: no conselho tutelar, a gente vai notificar, vai aparecer mais a mãe. A ausência paterna é muito presente. São mães de dois, de três, de quatro, de cinco filhos, com toda uma problemática de renda e de comprometimento também por sobrecarga mental, e tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma parte muito delicada para a qual o conselho tem que se atentar mesmo, quando a gente faz esse acompanhamento do abandono afetivo e das famílias que a gente percebe que não tem o acompanhamento.

O terceiro setor nos ajuda demais, porque, como agente de Estado, a gente não dá conta. Então, eu queria agradecer imensamente aqui às instituições, às ONGs, às faculdades, que estão sempre com o conselho tutelar, promovendo vaga de acompanhamento, acompanhamento psicológico, enfim, algum problema também odontológico, que a gente sempre tem. Se não fossem os parceiros que a gente tem no Distrito Federal, a gente também não ia dar conta, porque é uma realidade que a gente não vê em outros estados. Eu viajei pelo Tocantins, fui em Minas Gerais, a gente foi no Nordeste e ainda foi na Região Norte, é uma dificuldade. As cidades ribeirinhas... E aqui eu falo para os colegas, pois sei que estão *online,* da Região Norte: cidades ribeirinhas, municípios inóspitos, a dificuldade que é de ali chegar tanto a educação como até a saúde pública mesmo, de fato.

Então, assim, a assistência – a Mona acabou de lembrar muito bem aqui –, a assistência é uma situação calamitosa, acho que no país todo. A gente não tem porta de entrada.

Quando eu entrei no conselho, em 2016, a gente fazia um ofício e a gente saía com uma cesta, a gente saía com um auxílio emergencial. Hoje a gente entra numa fila, liga para aquele número e a gente não sai de lá! A gente não sai de lá, a gente não sai do mesmo lugar. Você está aqui... A gente tem um conselheiro do nosso conselho – que não está aqui presente porque hoje está de plantão –, o Cleiton Vital, que todo dia, às 7h da manhã, está tentando cadastro naquele Cras... Ele é o único, porque eu, às 7h da manhã, estou levantando para levar minha filha na creche, então... E não consegue, viu? Antigamente se conseguia; hoje, nem isso.

Queria parabenizar também os colegas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAISA FERREIRA DA SILVA LOPES – ... que fazem essas palestras, que ficam juntos dentro da escola, porque a nossa escola, gente, é a porta de entrada principal do conselho tutelar. Eu costumo dizer que, quando a gente estava na pandemia, a escola ficou distante, mas o abusador continuou sendo abusador; ele não deixa de ser, isolado, confinado, restrito. A denúncia chega, mas quanto essa criança, esse adolescente já não sofreu? Quantos de nós, conselheiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tutelares, não estamos doentes dos casos que a gente atende, porque a gente vê o "enxugar gelo" direto nas cidades.

Então, eu falo para aquele que dá palestra, aquele que está sempre ativo com a escola parceira, que está sempre presente, que a gente não pode só cuidar. Acho que quem cuida também é importante, mas esse público-alvo da gente é aquele que não dá para empilhar papel, não dá para esperar, não dá para amanhã, então, assim, é complicado.

E, por fim, agradeço também aos colegas, a todas as autoridades que estão aqui, aos órgãos de competência que estão aqui, porque a gente sabe que tem muitas distorções no nosso trabalho de conselheiro tutelar. E aí eu posso falar: na audiência do trabalho infantil, quando chega um ofício de um procurador do Ministério do Trabalho, pedindo para a gente fiscalizar o estabelecimento comercial, e a gente, por medo – o conselheiro tutelar, por medo –, vai lá e responde que não é atribuição, e aí recebe uma representação... Então, assim, toda a minha solidariedade, porque é muito difícil. A gente é uma ponta capilar dentro da comunidade vulnerável também, porque a gente vira Prefeito, Vereador, assistente social, psicólogo de todas as famílias. Então, o conselheiro tutelar e a conselheira tutelar, dentro da comunidade, são o nosso "minivereador", porque o Vereador tem lá a sua emenda, tem lá as suas vantagens, e a gente, não. A gente cuida da parte mais importante da Constituição, que é a prioridade absoluta, tanto nas nossas casas, com as nossas famílias, como nas dos outros também.

A Doutora disse que tem quase 500 mil crianças e adolescentes no sistema de acolhimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RAISA FERREIRA DA SILVA LOPES – Eu não sei quantas pastas, mais ou menos, a gente tem no conselho, mas a demanda é cada vez maior, e que bom que as pessoas estão denunciando! Que bom que as pessoas estão denunciando! Só que a gente não dá conta: são sete dias da semana, são cinco conselheiros tutelares, e a gente ainda não tem auxílio-periculosidade, a gente não tem uma insalubridade, a gente não tem um piso digno... E, quando eu falo "digno", gente, não é só a questão do salário mínimo, não, que a gente sabe que é a maioria da realidade dos casos. A gente tem aqui, ó: Pirenópolis é aqui do lado, e os conselheiros lá recebem o salário mínimo. Então, é a falta mesmo de estrutura.

A gente está com o conselho de Planaltina, do nosso colega aqui – de Planaltina I –, que está trabalhando numa carreta, sem sigilo, sem nenhuma... Totalmente fora do contexto do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevê o Conanda, do que preveem resoluções. E estou falando da capital federal; não estou falando de muito longe, não.

Então, eu queria agradecer aos colegas aguerridos mesmo, porque esse trabalho, gente, além de uma missão, é um trabalho que exige muito da gente, e exige num nível que você tem que se tornar pai e mãe e se colocar no lugar do outro o tempo inteiro. Quero agradecer mesmo, porque todos aqui sabem das particularidades da sua região, sabem das suas dificuldades, sabem que a questão do piso é importante, a questão dos auxílios é importante...

E, mais do que nunca, cuidar da gente também. A gente tem que estar preparado, sim. Nós temos capacitação continuada aqui no DF, e também vai ter *online*, da UnB, também para promover para todos os estados. É importante a gente se capacitar, sim, a gente só aprende... Todo dia a gente aprende um pouco, e ninguém aqui é sólido, ninguém aqui é suficiente para dizer que não tem que aprender. A gente está sempre aprendendo com o outro, com o trabalho, com o que o outro tem para fornecer.

Então, muito obrigada a todos aqui, quero agradecer muito pelo momento de hoje, porque falar da nossa atuação é um pouco difícil. Nós somos 35 mil no Brasil todo, um pouco esquecidos, mas estamos aqui pela defesa de crianças e adolescentes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Raisa, pela sua participação. É sempre bom tê-la aqui conosco. Na sua pessoa, gostaria de cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras que estão aqui nesta audiência pública.

Bom, eu vou passar a palavra agora para o Gustavo Henrique Camargos, que é o Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do DF. Seja bem-vindo, Gustavo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Antes de iniciar a minha fala, gostaria de cumprimentar as pessoas que estiveram aqui nesse espaço.

A Deila, que é uma parceira no Conanda, que além de conselheira, Presidente da Associação aqui no Distrito Federal, também integra o Fórum Colegiado Nacional. Estive junto com a Raisa algum período, hoje continuo lá. A gente, recentemente, com a Deila, conseguiu avançar numa resolução conjunta do Conanda e Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.

O Fábio, que é um parceiro do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, onde a gente tem conseguido implementar as Escolas de Conselhos em quase todos os territórios deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a fala que ele trouxe aqui, a gente já está em 25 unidades da Federação, então faltam só duas. Isso, para a gente, é muito importante, porque trabalha a uniformização da capacitação dos conselheiros, e isso é muito interessante. Aqui no Distrito Federal, a gente integra essa parceria – inclusive vai fazer parte aqui da minha fala – com a Universidade de Brasília. Isso, para a gente, é muito importante.

A Dra. Luisa de Marillac... Inclusive, quero aproveitar para compartilhar uma memória que me veio aqui: assim que eu vim concorrer ao conselho, eu ajuizei uma ação na vara da infância para obrigar a prova para todo mundo. Essa ação foi distribuída, primeiro, para uma vara de... Porque eu venho do direito... Primeiro, ela foi para uma vara de fazenda e, depois, ela tinha encaminhado para a VIJ, e aí tinha ido para a colega – eu esqueci qual o nome da colega –, mas ela não estava no dia, e quem me recebeu ali na promotoria foi a senhora nesse dia. Acabou que não deu certo a ação, o Dr. Rodovalho, à época, sentou, esperou passar a prova e julgou o processo por perda do objeto, mas a intenção era que obrigasse essa ação para todas as pessoas ali naquele período.

Hoje eu tenho uma perspectiva diferente sobre a prova e vou trazer aqui também na minha fala, porque eu acho que é interessante. Então, só compartilhando, assim, já, ali naquele primeiro contato fui muito bem acolhido e ao longo dessa trajetória como conselheiro, que já está no seu 11º ano – sempre muito bem acolhido ali na promotoria.

A Thanandra, que trouxe para a gente uma estatística extremamente importante: o quão presente está o machismo na nossa construção enquanto sociedade, e essa delegação não só para as mulheres, mas, principalmente, hoje, na nossa realidade, para as mulheres avós, que ainda têm mais um grau, ainda tem o etarismo junto e tem uma série de interseccionalidades que vão atravessando esses corpos, enfim.

A Milena, que é uma parceira junto ao CDCA e trouxe aqui para a gente algumas informações extremamente importantes sobre a escola de conselhos. Para a gente é extremamente importante, porque a escola de conselhos... Inclusive, quem está à frente representando os conselheiros é a Thelma, e a gente conta com o apoio do CDCA para a gente garantir essa verba, para a gente conseguir dar continuidade a essa ampliação de capacitação desses conselheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Rejane, que está chegando aí. Então, seja bem-vinda e conte com a gente, enquanto associação e enquanto conselho tutelar. Apesar de ser Presidente da associação, continuo em exercício em Planaltina e atuo no mesmo colegiado há três mandatos.

A Raisa, que é parceira de atuação, conselheira tutelar – acho que a gente chegou no mesmo período ali –, mãe também e passou pelo desafio da necessidade de creche, sem conseguir acessar a creche, e aquela dificuldade e aquela loucura que também é realidade de muitas pessoas aqui.

O Renato Godoy, que vem com o Instituto Alana. O Instituto Alana assume um papel muito importante, principalmente nas redes sociais. Quem acompanha o Instagram sabe que o Instituto Alana é muito presente nas redes sociais, com proposições bem interessantes, para a gente estar o tempo todo compartilhando, acessando e conseguindo ampliar a nossa perspectiva.

E, por fim, a Senadora Leila, que precisou dar uma saidinha, mas, até o quanto a gente conseguiu construir, é uma parceira na questão do conselho tutelar, é uma parceira da infância, das infâncias, das adolescências, e a gente continua contando com esse apoio; e estar aqui é um exemplo disso.

Eu gostaria também de territorializar a minha fala, para facilitar a compreensão das pessoas que me escutam. Então, sou Gustavo, hoje tenho 37 anos, sou pai, tenho dois filhos – uma criança de 2 anos e um adolescente de 14 anos. Sempre morei e atuei numa das regiões mais periféricas do Distrito Federal, que é Planaltina, uma das mais distantes do centro.

Fui estudante de escola pública, sou formado em Direito, sou advogado desde 2015, pela OAB, aqui, do Distrito Federal. Minha primeira especialização foi com o Dr. Fabio, que é o responsável e agora Conselheiro do CNJ, junto à Escola da Magistratura, que traz essa resolução para os alvarás, e sempre foi um parceiro também – inclusive, foi meu orientador nessa primeira especialização lá na Escola da Magistratura. Hoje estou no meu terceiro mandato como Conselheiro Tutelar, sou Presidente da Associação de Conselheiros Tutelares desde 2018. Estou no Fórum Colegiado Nacional também, sou da executiva, mas terá uma eleição agora, e eu vou ter que me desafetar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS – ...dessa função, porque são muitas funções, e a paternidade está me obrigando... Para ser uma paternidade conjunta, está me obrigando a abrir mão de alguns espaços para conseguir dar continuidade.

E, por último, sou pesquisador junto à Universidade de Brasília, faço Mestrado em Políticas Públicas para Infância e Juventude pelo Ceam – meu orientador é o Prof. Benedito, um dos criadores do Estatuto da Criança e do Adolescente – e pesquiso sobre conselho tutelar e escuta especializada no âmbito do conselho. Acho que isso é importante.

Eu vou me ater a dois pontos dessa pauta que foi apresentada para esta reunião extraordinária em formato de audiência pública, Senadora, exatamente por conta da posição que eu ocupo nessa mesa, de Presidente da associação, que são as mais afetas ao dia a dia do conselheiro e não da atuação do conselheiro, que seriam as crianças e os adolescentes.

A gente não pode deixar de dizer, sobre o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente – feliz coincidência, eu acho que isso define bem esse espaço... – que o ECA tem um papel importante que ainda não foi cumprido integralmente, que é a superação do menorismo neste país, porque o fantasma da redução da maioridade penal começa a rondar novamente os nossos ares, e a gente precisa estar juntos e juntas, fortalecidos, para a gente combater esse mal que, vez ou outra, aparece para nos assombrar. Então, sou totalmente contra a redução da maioridade penal.

Também, o ECA inaugura o aniversário do conselho. Se o conselho tutelar é criado junto com o estatuto, então a gente também está comemorando o aniversário, hoje, dos conselheiros. E não só do conselho tutelar, mas dos conselhos de direitos também, tanto o CDCA quanto o Conanda, e todos estes outros conselhos, municipais, estaduais, enfim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS – Com o ECA, a gente avançou num ponto muito importante: a gente conseguiu territorializar o conselho tutelar. Na forma de municipalização, hoje eu tenho o conselho tutelar em todos os municípios do país, e a gente soma mais de 30 mil conselheiros tutelares em todo o território nacional.

Também, aqui no Distrito Federal, hoje somos 44 colegiados, partindo para mais dois, em função da criação de mais duas RAs. Para quem não conhece, RA é região administrativa – digo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso porque esta é uma audiência nacional. São as Regiões Administrativas 26 de Setembro e Ponte Alta. Então, a gente vai ampliar o número de conselheiros para 228 conselheiros tutelares aqui no Distrito Federal.

A municipalização foi muito importante para isso. É um grande avanço, porque ela territorializou a atuação do conselho tutelar, que consegue, a partir desse lugar onde ele atua, onde ele mora, onde ele intervém, onde ele conhece essa rede, trazer intervenções a partir daquela realidade local. Então, ele conhece o que ele tem de estrutura de rede e consegue fazer as intervenções a partir do conhecimento dessa estrutura de rede que ele tem em torno de si.

Mas a lógica de estruturação e manutenção totalmente delegada ao município, na minha visão, na visão de muitos colegas e também na visão do Fórum Colegiado Nacional, tem trazido alguns entraves nessa ampliação da estruturação do conselho.

A gente tem alguns exemplos de quando a gente sai desse lugar que dão certo. A Escola de Conselhos é um exemplo muito nítido disso, porque a Escola de Conselhos é uma integração do Ministério dos Direitos Humanos, Poder Executivo; da Secretaria de Justiça do Distrito Federal, então o Poder Executivo local...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS – Universidade de Brasília, que é um ambiente de educação nacional; e a gente tem os conselheiros tutelares que são do território. Então, quando a gente integra essas forças, independentemente da unidade da Federação, a gente consegue ter bons resultados.

Outro exemplo também disso – e aí a Senadora Leila teve uma participação nessa construção – é a questão dos *kits* de equipagem para trazer para o conselho tutelar... Inclusive, o *kit* de equipagem é inaugurado no Governo Dilma, ele traz ali, com o Marcelo Nascimento, ex-Conselheiro Tutelar, que ocupava aquele espaço, e traz para a estrutura de Governo essa possibilidade de equipar os conselhos tutelares com equipamentos e veículos para facilitar a atuação dentro desses territórios.

Sobre *kit* de equipagem, aqui no Distrito Federal, a partir de uma emenda de bancada aqui do Senado, a gente conseguiu equipar 27 colegiados de uma só vez. Então, a gente trouxe carros para 27 colegiados de uma só vez, e era um problema muito grande aqui no Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer e dizer que, quando a gente consegue juntar as forças, independentemente do território, se é do município, e não só delegar ao município essa estruturação do conselho, a gente consegue resultados mais eficazes, apesar de eu não gostar muito dessa palavra.

Aqui eu queria não só falar da equipagem, eu queria que a gente abrisse a nossa perspectiva enquanto conselho para a gente começar a falar em uma equipe multiprofissional para contemplar a atuação do conselho tutelar dentro desses territórios municipalizados. Eu preciso dessa equipe multiprofissional para facilitar a intervenção do conselho, para facilitar a interação com essa rede. Se eu tenho um primeiro acolhimento e um direcionamento mais específico, eu não sobrecarrego essa rede, às vezes mandando uma coisa que nem é atribuição daquele ator a que eu estou ali pedindo que intervenha nesse caso.

Uma equipe multiprofissional é realidade em alguns municípios aqui do país, e esses municípios precisam servir de exemplo para a gente trazer isso para o âmbito nacional. O ECA traz essa função até aqui, e a gente precisa ampliar essa visão de ECA para aprimorar ainda mais; não é só criar o conselho tutelar em cada município, agora a gente tem que equipar esses conselhos tutelares com a força de trabalho especializada – não do conselheiro, a gente não tem que exigir essa especialização do conselheiro –, mas também essa estrutura física para essa atuação.

Eu preciso criar as equipes de apoio administrativo também. A gente vai aqui... Não precisa nem ir muito longe, Raisa, você foi lá ao Norte, eu vou aqui do lado: em Cavalcante, que também é um território quilombola – talvez por isso –, lá o conselheiro dirige o carro, ele lava o conselho, ele atende as pessoas, ele faz tudo, só tem um colegiado para fazer tudo dentro daquele espaço ali.

Então, é complexo isso, a gente precisa sair desse lugar. Não existe nenhum outro ator... Eu acho que o delegado tem toda uma equipe à disposição, o juiz tem toda uma equipe à disposição, o promotor tem uma equipe à disposição, e por que o conselho tutelar não tem uma equipe de trabalho à disposição? Porque é o conselho? Mas o conselho é uma forma comunitária de organização, talvez a mais democrática possível de acesso a esse espaço, né?

Outra sugestão, porque aí vou chegar à questão da remuneração, que acho que é o principal foco, é o conselho nacional do conselho. A gente precisa criar diretriz de atuação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito nacional, a gente precisa concentrar a questão dos processos administrativos disciplinares, porque hoje em cada município é de um jeito. Aqui no Distrito Federal ainda tem um diferencial porque tem uma comissão de ética e disciplina, com todas as dificuldades que te. Então a gente precisa pensar também num conselho nacional do conselho tutelar. E isso tudo, tanto a parte de estrutura quanto essas inovações com equipes, esse conselho nacional vai dialogar com a lei orgânica do conselho tutelar, porque ele foi criado a partir do estatuto. Hoje eu tenho do art. 131, salvo engano, até o 137, para dizer tudo sobre conselho em âmbito nacional, e não tenho uma lei orgânica para ajudar a organizar o conselho tutelar nesse território nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS – Então eu preciso dessa lei orgânica, e ela tramita aqui no Senado, e nela também a gente vai discutir uma carga de horário máxima e justa para os conselheiros. Hoje o conselheiro tutelar, a escala 6x1 está passando vergonha com o conselheiro tutelar aqui, né? Hoje a gente tem um conselheiro tutelar que trabalha as 40 horas durante a semana mais as várias horas extras, porque não consegue sair para almoçar, porque tem que ficar depois do horário, mais o sobreaviso, e eu não consigo responder isso para esse conselheiro. Por exemplo, se sai um de férias, eu não tenho um substituto para esse conselheiro. Então eu divido o trabalho de um para quatro, então eu trabalho por um mais os 25% do meu colega, eu viro 1,25%, um inteiro mais 25%. Enfim, então, a gente tem que definir essa carga horária. É 40 horas? É 40 horas.

Eu tenho muito carinho de ter participado da construção da Resolução 231 do Conanda...

Já estou finalizando, estou no meu último item, peço desculpas, isso é porque eu foquei só em dois itens; o problema do conselheiro é este: se der a palavra para a gente, a gente fala muito, porque tem muita coisa para falar.

Enfim, a carga horária do conselheiro: lá a gente conseguiu estipular uma carga horária máxima de 40 horas, né? O edital aqui do Distrito Federal saiu com essa estipulação de 40 horas máximas, mas a gente continua trabalhando mais de 40 horas e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE CAMARGOS – Pois é, e sem conseguir trazer esse subsídio, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E remuneração digna, que acho que é extremamente importante. A gente está falando de tempo de vida dedicado a um espaço extremamente importante. Então quanto vale o tempo de vida desse conselheiro nessa função? A grande realidade do Brasil, Doutora, é o salário mínimo como remuneração. E a gente ainda tem um agravante, é um salário mínimo, não tem direito ao Pasep, porque está vinculado à Receita Federal como contribuinte individual, então ele vai como profissional autônomo, não tem direito ao PIS, não tem direito ao Pasep, não tem direito a nada, e é menos que um salário mínimo, porque ali já se descontam 11% para o INSS. Então, eu tenho vários e vários conselheiros, não sei te dizer o número, mas arrisco que seja pelo menos a metade, em todo este país, desses 30 mil, que recebe menos de um salário mínimo para trabalhar mais de 40 horas por semana, num lugar onde não tem estrutura e que talvez tenha que fazer todas as funções dentro de um conselho tutelar.

E aqui encerro.

É extremamente importante a lei do piso nacional. E muito obrigado pelo convite, viu, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos. É porque eu já estou sendo pressionada aqui, porque já são 17. Eu peço desculpas. Mas foi muito pertinente a sua fala. Grata mesmo pelas contribuições.

Gente, antes de encerrar a nossa audiência pública, eu gostaria de dar a palavra, por três minutos, para a Samara Nascimento, adolescente, que está aqui e pediu. Eu acho que como Parlamento, a gente tem que dar a fala para todos. Se nós estamos debatendo aqui uma rede de proteção, comemorando 36 anos do ECA, é muito importante que a gente escute justamente aqueles que dão todo o sentido a esse trabalho dos conselhos e nosso, aqui neste debate.

Então eu vou passar a palavra para a nossa querida adolescente, a Samara Nascimento. Seja bem-vinda, Samara. (*Palmas.*)

A SRA. SAMARA NASCIMENTO (Para expor.) – Boa tarde.

Eu queria cumprimentar essa mesa, a Leila do Vôlei principalmente, que eu acho uma mulher tão boa.

E antes deixe-me fugir rápido, um pouquinho, do meu textinho que eu fiz. Eu vou comentar um pouco a respeito do quanto o esporte é importante nas nossas vidas, porque eu luto judô

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde pequenininha, porque eu sou uma menina muito ansiosa, né? Aí, essa rede de apoio que eu tive lá em Samambaia, no CID Samambaia, que me acompanha desde pequenininha, eu acho que é superimportante e, sim, Raisa, ter contraturnos, porque isso ajuda muito tanto no intelecto das crianças quanto no desenvolvimento delas no decorrer da vida. Eu acho isso superimportante, eu sou super a favor da pauta dos contraturnos.

Eu sou a Samara Nascimento, tenho 15 anos. Eu não vou fazer a minha audiodescrição, porque o meu tempo já está correndo.

Quando a gente fala de internet, não está falando de um mundo separado da vida real. Para nós, adolescentes, a internet faz parte da nossa rotina. É onde nós estudamos, fazemos amizades, aprendemos coisas novas, nos divertimos e também construímos quem somos. Aí é a parte dos jogos.

Mas é nesse mesmo espaço que muitos de nós enfrentamos o *cyberbullying*, a exposição com sentimentos, o assédio, as *fake news*, os golpes. Ficamos mais expostos às *bets* e até mesmo à violência sexual. Muitas vezes, quando isso acontece, a gente não sabe a quem recorrer ou tem medo de pedir ajuda. Por isso, o ECA Digital é tão importante. Ele mostra que os nossos direitos não acabam quando ligamos o celular. Se temos direito à proteção na escola, nas ruas e em casa, também devemos ter direitos nas redes sociais, nos jogos *online* e em qualquer ambiente digital.

Implementar o ECA Digital significa preparar as escolas para educar sobre cidadania digital, orientar as famílias, capacitar os profissionais da rede de proteção e responsabilizar quem lucra com plataformas digitais, para que elas também façam a parte na proteção das crianças e dos adolescente.

Nós adolescentes não queremos uma internet de medo; queremos uma internet em que possamos aprender, criar, participar e nos expressar com segurança, porque proteger crianças e adolescentes no meio digital é proteger o nosso presente e não apenas o nosso futuro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Samara.

Nós que agradecemos a sua participação, é muito bom tê-la aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também à Mona Lisa por trazer você e por você estar aqui conosco, viu? Grata pelo seu depoimento e pela participação.

Eu vou passar a palavra agora para a Profa. Ray. Ela é Conselheira do Lago Norte.

Seja muito bem-vinda, Professora. (*Palmas.*)

A SRA. RAYANNE OLIVEIRA FONTENELE VASCONCELOS (Para expor.) – Obrigada. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Boa tarde.

A SRA. RAYANNE OLIVEIRA FONTENELE VASCONCELOS – Bom, gente, primeiro vou agradecer.

É isto: hoje a gente comemora 36 anos do Estatuto da Criança e da Adolescente, por coincidência ou não, e eu queria agradecer o convite. A gente está, nesta mesa, tão bem representada, com tantas discussões que nortearam aqui – a gente viu que são várias –, que permeiam a infância e a juventude.

Eu queria começar dizendo que eu venho deste lugar: eu sou professora. Fui professora temporária por cinco anos, minha mãe é professora, meus irmãos são professores. Como a Raisa falou, a educação, geralmente, é essa porta de entrada em que a gente identifica diversas violações de direitos. É dentro da sala de aula que a gente identifica mudança de comportamento, que a gente identifica marcas no corpo, que a gente identifica o *bullying*, o *cyberbullying*. Então, a escola realmente é essa referência.

Mas eu me desafiei e falei: "Não, a escola está pouco. Vamos para o conselho tutelar". Eu descobri que, fora a educação, existe esse trabalho também muito desafiador, em que a gente está trabalhando na linha de frente da proteção das nossas crianças e adolescentes. Para isso, assim como a educação precisa ser valorizada, os conselheiros tutelares precisam de estrutura.

Hoje, a gente tem, aqui, no Distrito Federal, que deveria ser referência... A gente deveria estar pautando a referência na infância e na juventude, mas a gente tem, hoje, o Conselho Tutelar de Planaltina funcionando com uma carreta da Defensoria Pública, que não garante o sigilo, que não garante um atendimento individual, humanizado, para que a gente possa atender as famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a qualidade que a gente precisa. Isso a gente está falando do Distrito Federal, da capital do país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAYANNE OLIVEIRA FONTENELE VASCONCELOS – A gente precisa olhar com atenção para esse espaço.

Só para ficar aqui dentro do tempo: a gente precisa pensar nessa proteção dos conselheiros tutelares; a gente tem conselheiro tutelar ameaçado. Então, quando a gente fala de uma carreta da Defensoria Pública funcionando como um órgão, a gente está falando também da nossa própria segurança, porque, se a gente está garantindo a segurança das crianças, quem é que está colocando a cara ali? Somos nós, e a gente tem muitos conselheiros ameaçados.

Então, nessa confluência das falas pelas quais eu já me senti muito representada, a gente precisa pensar a proteção dos conselheiros tutelares e o excesso de trabalho. Como o Gustavo apontou, a gente faz hoje um processo seletivo – e depois está nas urnas, coloca o nome à disposição – para estar na defesa da infância e da adolescência com 40 horas. São 40 horas o que está escrito lá. E a gente tem, hoje, 40 horas de trabalho presencial; a gente tem um plantão e a gente não é remunerado por esse plantão; a gente tem uma escala em que você sequer pode...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAYANNE OLIVEIRA FONTENELE VASCONCELOS – ... cumprir mais de duas vezes na semana. Ela é cheia de regras: três vezes na semana; não pode dobrar; a gente não é remunerado...

Se você atende a um caso, você pode tirar esse dia depois de atender ao caso, no plantão, mas se você atende duas vezes na semana, você não pode tirar duas vezes. Você só pode tirar um dia, independentemente das vezes que você é acionado.

Então, a gente precisa rever essa legislação, porque garantir a saúde mental dos garantidores de direito, dos protetores de direito, de quem está ali na ponta, também é garantir a proteção dessas famílias, para que a gente continue fazendo um trabalho de qualidade.

E aí, para concluir, ter um conselho tutelar fortalecido é garantir esse atendimento digno que as famílias merecem. Enquanto virmos – também é uma coisa que me incomoda muito – outros estados e municípios garantindo a formação de conselheiros tutelares, que vêm até Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para se formar... Quando a gente tenta fazer o processo contrário, ter alguma formação em outro lugar do Brasil, a gente também não consegue ir, financiado pelo Governo, que dispõe de dinheiro para a gente fazer esses processos formativos com o Brasil, discutindo com o Brasil o que é que tem funcionado na rede de proteção.

E para concluir é isto: ter um conselho tutelar fortalecido é garantir um atendimento digno a cada criança, a cada adolescente, a cada família que está ali em vulnerabilidade social.

Obrigada. Obrigada pelo espaço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Profa. Ray.

Vou passar agora para a Nath Vieira, que é a Conselheira da Asa Sul. (*Palmas.*)

A SRA. NATHALIA VIEIRA SOUZA SILVA (Para expor.) – Oi. Boa tarde a todas e todos.

Cumprimento a mesa nas pessoas mais importantes desta audiência, que são as crianças e os adolescentes. Sem eles, a gente nada seria e não teríamos a nossa função.

Estou muito feliz de estar aqui, fiquei muito contemplada com as falas...

Achei lindo ouvir a criança no Orçamento, porque é isso o que a gente quer. A gente quer a criança não só no futuro; a gente quer a criança no Orçamento, a gente quer a criança no hoje, no agora, porque só assim nós vamos ter um futuro.

Gostaria de continuar nessa mesma linha de fala da Ray. Como a Raisa trouxe, nós somos, às vezes, psicólogo, médico, mãe, pai, advogado... São mil funções. Eu me acho, às vezes. São tantas coisas em que sou demandada, que eu falo: "Nossa, sou uma super-heroína". Mas nós não somos super-heróis; nós somos gente, nós somos seres humanos e nós precisamos ser mais valorizados, porque gente é para brilhar; gente não é para trabalhar numa unidade como a minha, que tem escorpião na brinquedoteca, que tem ataque de abelha.

Eu sou mãe também, sou gente, eu preciso voltar para minha filha em segurança, inteira, íntegra.

Quando nós saímos de madrugada para o plantão, Senadora, não sabemos o que vamos encontrar. Somos desacatadas, por vezes, pela rede, por não entender a nossa atribuição, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer que façamos tudo, e nós não temos como fazer tudo, porque nós não somos super-heroínas. E nós precisamos do fortalecimento da rede, nós precisamos de uma rede fortalecida para nos ajudar, porque criança e adolescente é prioridade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATHALIA VIEIRA SOUZA SILVA – ... absoluta neste país.

E a criança e o adolescente são o hoje, o agora. Precisamos romper com essa ideia de que criança é o futuro. Não é; é o hoje.

E termino a minha fala nesse sentido, de que nos olhem como seres humanos, como pessoas garantidoras e garantidores de direito, mas que precisamos ter a nossa dignidade humana garantida com atenção, acolhida, precisamos... Nós estamos adoecidos, Senadora. Nós estamos adoecidos, porque o que nós estamos vendo nos conselhos tutelares são fenômenos sociais que nem os livros ainda têm. Essas questões digitais são uma loucura. As *bets*, o consumo excessivo de tela, e tudo isso chega até nós. Nós somos a ponta. Nós somos, às vezes, a salvação das famílias.

Às vezes – a minha colega Fátima está aqui –, fazemos atendimentos intermináveis, de uma hora e meia, duas horas, porque as pessoas estão adoecidas, as famílias estão adoecidas. Mas para que as famílias tenham um atendimento de qualidade, os conselheiros e conselheiras tutelares precisam ser valorizados, porque só assim vamos garantir que a infância e a juventude desse país sejam protegidas e possam florescer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito obrigada também pela participação, Natty.

Gente, olha, foi uma audiência muito esclarecedora para mim.

É uma pena, porque nós estamos numa semana aqui já praticamente na iminência de um recesso, mas, assim, essa vai ser a primeira, com certeza, de muitas outras provocações que faremos nesses próximos meses e, quiçá, nos próximos anos aí para tratar de uma temática tão sensível, tão cheia de detalhes importantes e, realmente, trazê-la para a Casa para fazer esse debate – não só a questão dos programas, da reestruturação, da valorização, do orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa! Nós temos realmente... Estou voltando para casa com a cabeça... (*Risos.*)

Mas, assim, tem solução. Eu acho que conversando, a gente se entendendo, trazendo essa rede para o debate aqui dentro da Casa, escutando todos os atores, todos os envolvidos nessa rede, com certeza, a gente consegue apresentar para o Parlamento e, possivelmente, para a sociedade brasileira, algum projeto ou mesmo tratar dentro da própria Lei Orgânica a questão do conselho, o conselho nacional dos conselhos tutelares.

Quer dizer, tem por onde a gente... Qual o caminho... Assim... Pela própria vivência de todos vocês aqui, que a trouxeram, tem caminhos. Existem caminhos. E como é que a gente vai construir essas pontes, pavimentar esses caminhos para que a gente traga o mínimo, digamos, de prioridade para a pauta e, acima de tudo, de visibilidade àqueles que estão, de fato, tratando dessa rede, estão ali na ponta, como os conselheiros, enfim, e todos os envolvidos aqui.

Eu quero agradecer demais a participação de todos vocês, e nos vemos em breve para tratar dessa temática.

Bom, eu quero agradecer a participação de todos que estiveram conosco nesta tarde, uma tarde muito profícua, muito rica para tratar de conselhos, conselhos tutelares, essa rede de proteção sobre o ECA Digital.

Mais uma vez, parabenizo aqueles que construíram, trabalharam diretamente para a construção do ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 36 anos!

O nosso carinho a todos vocês que fazem valer a pena a existência desse estatuto e esse trabalho tão lindo com as nossas crianças e adolescentes.

Gratidão a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa presente reunião.

Boa tarde. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Giordano, Marcos do Val, Carlos Viana, Izalci Lucas e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 64/2026 - CAS, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), REQ 68/2026 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Sergio Moro (PL/PR), REQ 69/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 70/2026 - CAS, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 71/2026 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 73/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 78/2026 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e REQ 80/2026 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 6461, de 2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023". **Participantes:** Antonio Roberto Silva Pasin, Superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes - FEBRAEDA; Humberto Casagrande Neto, CEO do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE; Sylvio Alves de Barros Filho, Representante do Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - IRS/FIESP; Amabile Pacios, Diretora Regional Centro Oeste da Central Brasileira do Setor de Serviços - CEBRASSE e da Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep; Avelino Lombardi, Presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação - FEBRAC; Ermínio de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado - FENASERHTT; João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Brunno Batista Contarato, Assessor de Relações Trabalhistas da Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte; Maria Eduarda Borges Contreiras de Carvalho, Representante da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos - Citrus BR; Jacymar Daffini Dalcamini, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - FENAVIST; Ramon de Faria Santos, Auditor-Fiscal do Trabalho e Coordenador da Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro (representante de: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT); Marilza Regattieri, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai Nacional; e Luisa Carvalho Rodrigues, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - MPT. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/14

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde, minhas senhoras, meus senhores. É um prazer muito grande recebê-los aqui nesta audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos 64, 68, 69, 70, 71, 73 e 78, de 2026, da Comissão de Assuntos Sociais, de minha autoria e de autoria dos Senadores Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Damares Alves, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Flávio Arns, Magno Malta, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes, para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a CLT, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1943, e as Leis 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Em função da quantidade de convidados – a gente agradece desde já a presença de todos os convidados aqui presentes –, nós vamos formar duas mesas. Nós temos também algumas pessoas nos acompanhando pelo sistema de videoconferência.

Nós vamos formar a primeira mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de convidar para sentar aqui conosco a Sra. Luisa Carvalho Rodrigues, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. (*Pausa.*)

A Luisa está por videoconferência. Portanto, daqui a pouco eu te chamo – viu, Luisa? Eu recebi uma informação de que você precisava falar logo, porque você tem uma outra agenda, e eu pensei que você estava aqui presente, mas você vai ser a primeira a falar. Está bom?

Eu quero convidar, com muito prazer, meu amigo Avelino Lombardi, Presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação, a minha Febrac, a minha entidade de vida e de origem. Por favor, Lombardi, sente-se aqui, meu Presidente.

Quero cumprimentar, com muita honra e com muita alegria, e trazer aqui para essa mesa de exposições, Amábile Pácios, Diretora Regional Centro-Oeste da Central Brasileira do Setor de Serviço (Cebrasse) e da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep). Minha querida Amábile, por favor. É uma honra ter você aqui.

Quero convidar o Sr. Humberto Casagrande Neto, CEO do Centro de Integração Empresa-Escola, para se fazer aqui presente também. Por favor.

Quero convidar também para fazer parte dessa mesa o Sr. Brunno Batista Contarato, Assessor de Relações Trabalhistas da Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte. Por favor, Brunno.

E quero convidar para fazer parte dessa mesa também o Sr. Jacymar Daffini Dalcamini, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Por favor, Jacymar, ocupe aqui a mesa com a gente.

Formada essa primeira mesa, eu concedo a palavra, por cinco minutos, conforme solicitado, para Luisa Carvalho Rodrigues, que está por videoconferência. Por favor. Queria pedir à Secretaria da Mesa...

O SR. LUISA CARVALHO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – A palavra está à sua disposição. A gente já está te ouvindo, Luisa.

É um prazer muito grande te receber aqui. Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUISA CARVALHO RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – O prazer é meu.

Cumprimento o Senador Laércio Oliveira e demais participantes dessa audiência.

Inicialmente agradeço imensamente o convite que foi dirigido ao Ministério Público do Trabalho para participar deste momento, que é um debate muito importante e muito caro para nós, e também, de maneira especial, essa antecipação da fala em razão de outros compromissos institucionais. Então, faço esse agradecimento especial.

Bom, o processo legislativo se fortalece em momentos como esse, quando podemos construir, de maneira democrática, com escuta qualificada, diálogo institucional e participação de diversos atores aqui envolvidos, muitos dos quais já nomeados e outros que virão na segunda mesa. As audiências públicas permitem justamente que diferentes perspectivas sejam consideradas antes de tomarmos decisões, e decisões aqui que vão impactar a vida de milhares de adolescentes e jovens em todo o nosso país.

E é com esse espírito de colaboração institucional que o Ministério Público do Trabalho vem aqui trazer suas contribuições para a discussão desse Projeto de Lei 6.461 de 2019, chamado Estatuto do Aprendiz. E, antes de abordar aspectos específicos do projeto, eu queria reafirmar uma premissa fundamental para o Ministério Público do Trabalho: que a aprendizagem profissional é uma das políticas públicas mais exitosas, talvez seja a mais exitosa, de proteção integral de adolescentes e jovens no Brasil no que diz respeito ao trabalho. É um mecanismo essencial para concretizar um direito fundamental de adolescentes e jovens à profissionalização porque vai combinar a educação, a qualificação profissional, o trabalho protegido e a inclusão social e econômica. Então, quando ela funciona adequadamente, com qualidade, a aprendizagem profissional vai combater o trabalho infantil, vai prevenir a evasão escolar, vai ampliar oportunidades para adolescentes e jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e vai facilitar essa inserção digna no mundo do trabalho. Também vai contribuir para a formação de uma mão de obra qualificada, o que vai contribuir para o desenvolvimento econômico do nosso país.

Não é por acaso que toda a nossa legislação, Constituição Federal e demais leis, reconhecem essa profissionalização como um direito fundamental. Então, qualquer alteração legislativa precisa ser cuidadosamente avaliada para que ela não resulte, ainda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

involuntariamente ou mesmo indiretamente, numa redução de oportunidades para adolescentes e jovens. É justamente essa a preocupação central que fundamenta o nosso posicionamento sobre esse texto atualmente em discussão.

Nós reconhecemos a importância desses aperfeiçoamentos normativos na política da aprendizagem, mas, em uma análise técnica do projeto de lei, nós entendemos que há algumas disposições que mereceriam aperfeiçoamento, que nós gostaríamos de expor, porque têm um potencial, na nossa análise, de produzir efeitos contrários aos objetivos históricos da aprendizagem profissional. Então, se aprovado da forma como está, poderia reduzir o número de vagas disponíveis, que não é o que nós gostaríamos, criar mecanismos de desestímulo a uma responsabilização efetiva de aprendizes, fragilizar alguns aspectos protetivos desse instituto e também alterar instrumentos de responsabilização que vão comprometer a efetividade dessa política.

Eu queria centrar em três aspectos principais de preocupação, em razão do tempo de fala, e o primeiro deles é sobre a redução de vagas, que para nós é especialmente preocupante. O projeto, comparado com a legislação e as normativas que nós temos hoje, vai ampliar algumas hipóteses de exclusão ou de facultatividade do cumprimento da cota para determinados setores econômicos, e não é isso que está vigente hoje, e isso, por decorrência lógica, acarretaria a diminuição das vagas. Eu trago alguns exemplos, como, por exemplo, empregadores rurais e pessoas físicas, empresas de teleatendimento e *telemarketing*, restrição da base de cálculo dos empregos no setor da saúde... Enfim, eu trouxe vários dados, mas sei que tem muitas pessoas para falar, então eu vou partir para a conclusão dessa parte.

Quando a gente analisa o número de empregados desses setores e pensa nessas exclusões, facultatividades, nós poderíamos ter um impacto muito significativo, mesmo que partindo de uma premissa da contratação do percentual mínimo de 5%: nós poderíamos chegar a uma redução de mais ou menos 240 mil vagas. Para a gente entender o que isso significa, no Brasil, hoje, nós temos um recorde histórico de aprendizes contratados de 726 mil aprendizes, ou seja, mantendo essas disposições, nós teríamos uma alteração de mais ou menos 30% do que temos hoje de aprendizes, um pouco mais, até, de 30%. Isso é muito expressivo. Sem falar em inúmeros outros destaques, sucessivas emendas que esse projeto sofreu ao longo da sua tramitação, desde 2019, com o intuito de excluir outros setores econômicos da obrigatoriedade do cumprimento da cota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O resultado prático disso é simples: quanto menos empresas e menos setores são obrigados a cumprir a cota, nós temos menos vagas e menos oportunidades para adolescentes e jovens, e essa redução de oportunidades nos parece que não é, e nem deveria ser, o espírito do que propõe o estatuto da aprendizagem, por ser incompatível com a sua própria essência e com os objetivos de promoção e profissionalização.

A segunda preocupação é com a possibilidade de substituição do cumprimento da cota, da contratação direta de aprendizes pelo pagamento de uma multa de valores, o que nós temos entendido como uma monetização da cota. O Ministério Público do Trabalho entende que a aprendizagem somente vai cumprir a sua função quando ela tiver uma experiência concreta de formação profissional, ou seja, quando o aprendiz é efetivamente contratado, acompanhado, qualificado, inserido no meio ambiente de trabalho por meio da formação profissional. E nos causa muita preocupação que o cumprimento da cota se transforme em uma mera obrigação financeira, que isso estimule a não contratação de aprendizes em detrimento, em favor de pagamento de uma multa. E o valor dessa multa, dessa contraprestação pecuniária prevista nesse projeto de lei, no nosso entendimento, é menor do que o próprio custo que nós estimamos para contratar um aprendiz, ou seja, fica mais barato pagar a multa e não atinge os efeitos da aprendizagem. Então, para nós, isso seria uma monetização da cota, lamentavelmente. Não temos ainda como estimar o impacto dessa previsão, mas certamente seria devastador.

A última e terceira preocupação, principal, que eu gostaria de trazer aqui é com relação à estrutura e funcionamento da conta especial da aprendizagem profissional vinculada ao FAT (Fundo de Amparo Trabalhador) que é criada por meio desse projeto de lei. Esse projeto de lei, ao longo da sua tramitação, já sofreu inúmeras alterações. Entre elas, houve a exclusão de uma previsão de que os recursos dessa conta seriam gastos obrigatórios. Na prática, isso acaba por possibilitar um contingenciamento desses recursos. Isso significa que esses valores seriam inócuos ou inefetivos, não seriam utilizados; na prática, seriam perdidos. Um exemplo nesse sentido é o que já acontece com o Fundo de Direitos Difusos (FDD), que teve, ao longo de pouco mais de uma década, cerca de R$4,5 bilhão perdidos em razão de contingenciamento.

Além disso, além dessa preocupação com o esvaziamento, a inutilidade desses valores, nós temos uma preocupação de que não apenas haja a possibilidade, mas a vinculação, no próprio projeto de lei, de que parte desses valores, parte significativa desses valores, deva retornar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor econômico de origem. Na prática, o setor que não cumpriu a legislação, que não cumpriu com a cota aprendizagem, que descumpriu com a aprendizagem profissional vai ser beneficiado com o retorno desses valores. Isso seria, no entendimento do Ministério Público do Trabalho, uma subvenção completa do caráter sancionatório, educativo e preventivo da aplicação dessas multas. E, diante desse próprio desvio de finalidade, no nosso entendimento, com amparo jurídico, constitucional, inviabilizaria a destinação de valores decorrentes da atuação do MPT para essa conta e fundo, o que vemos com muita preocupação.

Bom, Sras. Senadores, Srs. Senadores, demais participantes dessa audiência pública, o Poder Legislativo tem um papel decisivo na construção de políticas públicas voltadas às adolescências e às juventudes. E, ao analisar esse projeto, o estatuto da aprendizagem, nós estamos diante de escolhas que transcendem meras questões regulatórias. Nós estamos discutindo o presente e o futuro de adolescentes e jovens no nosso país que dependem da aprendizagem profissional como uma porta de entrada para oportunidades reais de inclusão social e profissional, por isso o Ministério Público do Trabalho exorta este Parlamento ao exame cuidadoso dos impactos concretos do projeto de lei, do seu teor e de como ele vai afetar a vida dessa população. E nós entendemos e compartilhamos do entendimento de que a regulamentação da aprendizagem profissional em lei atualizada é benéfica, em vez de estar muito, em parte, em decretos, como ela está hoje.

Porém, nós estamos preocupados também com os impactos reais e efetivos da proposta se ela for aprovada totalmente como está hoje. Nós não vemos que os benefícios que ela venha a instituir hoje, na forma como está, superam alguns dos retrocessos e fragilizações que a acompanham.

Enfim, para concluir, o Ministério Público do Trabalho está aqui para reafirmar o seu compromisso histórico com a aprendizagem profissional como um instrumento muito relevante de efetivação de direitos fundamentais, de prevenção do trabalho infantil e de promoção do trabalho decente para adolescentes e jovens, mas nós entendemos que o Brasil precisa ampliar e não reduzir essas oportunidades. Nós precisamos fortalecer, em vez de fragilizar, mecanismos de inclusão de adolescentes e jovens no mundo do trabalho e, para isso, nós precisamos preservar a essência da aprendizagem profissional como uma política pública que, ao longo dos anos, tem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrado muito bem-sucedida e demonstrado que tem uma capacidade de transformar vidas e trajetórias, e assim a gente quer que permaneça.

Então, a gente renova a nossa disposição aqui para um diálogo institucional, para a construção conjunta e colaborativa de soluções legislativas que venham a fortalecer a aprendizagem profissional e garantir a máxima proteção dos direitos de crianças e adolescentes, em vez de representar fragilizações.

Muito obrigada e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Obrigado, Luisa Carvalho Rodrigues, por sua participação.

Passo a palavra a Avelino Lombardi, Presidente da Febrac.

O SR. AVELINO LOMBARDI (Para expor.) – A Febrac é uma federação que tem 29 sindicatos e 2,7 milhões de trabalhadores no Brasil. A gente, através da legislação, tem sofrido uma demanda muito grande por multas e ação da fiscalização do Ministério do Trabalho. Nós temos procurado, reiteradas vezes, o Ministério do Trabalho para conversar sobre isso, mas infelizmente não temos encontrado alento e nem que estejam dispostos a nos ouvir.

A gente, graças ao Senador Laércio Oliveira... Eu quero cumprimentá-lo aqui pela emenda que está apresentando. Ele está excluindo os empregados que exerçam atividades proibidas ou incompatíveis para menores de 18 anos e atividades insalubres, perigosas e noturnas. Essa demanda nós levamos ao Ministério do Trabalho já, porque aqui se trata de lei. Uma lei manda o jovem trabalhar, a outra lei proíbe o jovem menor de 14 a 18 de trabalhar nos locais insalubres, e a lei das cotas diz que nós temos que contratar. Não tem como contratar.

Em Santa Catarina, eu peguei o Senac de Santa Catarina e a gente fez uma turma de pessoas, de jovens de 14 a 18 anos, para trabalharem na limpeza, não em locais insalubres, mas em limpeza mais leve, de escritório, etc. Nós não tivemos nenhuma inscrição. Os pais, inclusive, se revoltaram contra a ação do nosso sindicato, que fez essa abertura de vagas desse curso para os jovens, porque diziam que não iam mandar o filho estudar para fazer limpeza. Eu disse: "Tudo bem, eu não quero que o seu filho faça limpeza. Eu preciso cumprir uma legislação que o Estado me obriga a cumprir e eu não estou conseguindo contratar". Eu consigo contratar de 18 a 24 anos, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantidade maior do que o Estado me pede para contratar. Só que ele não aceita que esses jovens de 18 a 24 anos façam parte da minha cota. Então, o fiscal, o Ministério do Trabalho, a fiscalização, seja eletrônica, seja física... A multa tem se aviltado e tem empresas, inclusive, sob pena de, se isso continuar, não sei se vai ter futuro na frente, porque é muita empresa. Nós temos empresas grandes, 60 mil pessoas, 30 mil pessoas, 40 mil pessoas, e a gente não consegue colocar nas nossas organizações os jovens para trabalhar nessas áreas. O jovem que trabalha na área administrativa. Não há uma empresa do setor de asseio e conservação que não tenha dentro da sua organização, nos escritórios, uma quantidade muito maior do que precisa de gente para trabalhar no escritório, porque é onde o jovem quer trabalhar. Só que não tem condições de a gente botar todos eles lá, a gente precisa sentar e achar uma solução.

Felizmente, encontrei hoje aqui o Prof. Luizinho e uma equipe dele aí, que está disposto a conversar com a gente lá no Ministério do Trabalho de novo, porque essa emenda que o Senador Laércio está colocando para fazer parte desse projeto é a emenda que vai atender as nossas empresas, e tenho certeza absoluta de que atenderá todas as empresas do setor, não só de asseio e conservação. Ela vai trazer mais justiça social para o ambiente de trabalho e gostaríamos muito que essa emenda passasse, para a gente ser atendido, mas nós estamos buscando todas as alternativas possíveis.

Eu espero, sinceramente, que dessa audiência pública aqui, convocada nesse momento... E parabéns, Senador Laércio Oliveira, por sua sempre sábia ação em defesa do setor de serviço, mas do Brasil como um todo. A gente tem um orgulho muito grande de ter o senhor como Senador e saber que o senhor não merece esforços para buscar a melhor justiça social para o ambiente de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Agradeço muito, Lombardi, a sua manifestação, agradeço as suas palavras. Você continua sendo meu Presidente com muito prazer.

Eu quero registrar a presença aqui do grande Senador Astronauta Marcos Pontes, que veio participar aqui conosco dessa nossa reunião de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra, em seguida, para Humberto Casagrande Neto. Por favor.

O SR. HUMBERTO CASAGRANDE NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Saúdo o Senador Laércio, na pessoa de quem saúdo todos os demais Parlamentares aqui presentes; e as entidades, sejam elas entidades de formação de aprendiz, sejam as atividades patronais.

Acho muito saudável estarmos aqui conversando e buscando uma solução, porque o grande interessado desse problema é o jovem. Ele então é que está no centro. A gente usa até, lá no CIEE, um termo, que é o jovem-centrismo. O jovem precisa estar no centro de tudo e ver se os interesses são atendidos.

Eu tenho também a satisfação de estar desde o início da discussão desse projeto. Ele começou em março de 2019, participei da primeira reunião. Foram sete longos anos de muita conversa, muita negociação e, principalmente, exaltando a qualidade desse programa. Eu me atrevo a começar falando da importância dele para o jovem e para o Brasil. O Brasil tem hoje milhões de jovens. Eu tenho até aqui alguns números para apresentar para vocês. Nós somos hoje 12,8 milhões de jovens que somente estudam. O Brasil tem 33 milhões de jovens, 12,8 milhões somente estudam; 9,6 milhões somente trabalham e 4,3 estudam e trabalham. E nós temos 6,2 milhões de jovens que nem estudam e nem trabalham. E o problema desses jovens não é meu, não é seu, não é do setor A, B ou C, é de todo mundo.

Nós temos que começar a pensar pelo *greatest good*. O que significa isso? O bem maior. Então, esse é um problema que amanhã vai bater na sua casa, um assaltante.

O maior inimigo da aprendizagem é a droga, e esse é um problema do Brasil, é um problema de todos nós, e nós não podemos nos abster e simplesmente empurrar isso para o vizinho do lado e fazer de conta que isso não nos diz respeito.

Nós temos aqui um cenário de mercado para os jovens. As principais ocupações de jovens hoje são atividades corriqueiras e banais: balconista, escriturário. São 11,6 milhões de jovens trabalhando em atividades que não acrescentam nada. O programa do aprendiz vem na correção disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cenário da aprendizagem hoje. São 708 mil jovens aprendizes que o Brasil tem hoje – era para nós termos mais de 1 milhão. São 471 mil adolescentes de 14 a 17 anos, e 53% são meninas. São 165 mil aprendizes ativos atualmente no mundo do trabalho através dos programas do CIEE.

Com relação aos egressos, fala-se muito dos egressos, que fazer aprendizagem não resolve muito, que não muda a vida do jovem, que não muda a vida do país. Então, temos aqui que 63% dos egressos são do sexo feminino, e na faixa etária de 14 a 17, 12,5%. Dividido ali por cor, temos: brancos negros, amarelos, indígenas. Correspondem esses números a dezembro de 2025.

Os egressos. Temos que 63% dos egressos, dos aprendizes afirmam estar exercendo função remunerada – 63% dos egressos! Este é um dado bastante importante, tendo em vista que o CIEE tem quase 30% do mercado de aprendizes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO CASAGRANDE NETO – Aqui também a pesquisa dos egressos mostra que é muito importante para esses jovens o que eles aprendem lá. Então, na avaliação dos egressos, a maioria entende que "contribuiu para o desenvolvimento pessoal", "contribuiu para o desenvolvimento profissional", "contribuiu para o desenvolvimento da minha autonomia", "o programa possibilitou a ampliação da minha renda familiar" e vários outros pontos.

Então, o que nós trazemos é o seguinte: desde o início, a gente reconhece que tem setores que têm... (*Pausa.*)

Ah, está bom, muito obrigado. Então, está ótimo – foi bom o senhor avisar porque eu ia pular uma parte importante aqui.

A gente entende que é muito importante que nós sejamos sensíveis às dificuldades de todos os setores. Da mesma forma que a maioria dos setores diz o seguinte: "Olha, nós reconhecemos que o programa é virtuoso, mas nós temos dificuldade de atender o programa aqui". E a gente diz também o seguinte: "O programa é muito importante, mas nós também reconhecemos que alguns setores têm dificuldade de cumpri-lo".

Como é que você sai dessa? É importante o programa e as dificuldades existem. É com muita negociação. Nós temos que buscar condições de contorno, como se diz na engenharia –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou engenheiro e aprendi isso. Quer dizer, diante de uma dificuldade você procura uma condição de contorno: como resolver aquilo não necessariamente usando uma solução radical.

Essas emendas que foram apresentadas e que vêm da Câmara – onde nós estivemos durante sete anos negociando – destroem mais de 400 mil contratos em ser. Não são vagas novas. Você tem 700 mil jovens aqui trabalhando e, uma vez aprovada essa emenda, no dia seguinte, tem 400 mil jovens na rua, porque aquele contrato de trabalho deles não vale mais.

Então, não adianta a gente exterminar vagas, exterminar setores. Se a gente extermina um setor ou outro, elimina um setor ou outro... Sabemos que, na Justiça brasileira, existe a isonomia de tratamento setorial. A Constituição brasileira não permite que se trate um setor – seja através de tributos, seja através de outras coisas – diferentemente do outro.

Então, se a gente quer acabar com o programa da aprendizagem, o caminho mais correto é entrar com um projeto de lei, revogando a Lei do Aprendiz. Aí é uma revogação direta. O que nós temos assistido, nos últimos anos, seja através de ações no Supremo Tribunal Federal, seja através de emendas e coisas desse tipo, a uma tentativa de suprimir, de acabar com a Lei do Aprendiz, de uma forma indireta. É mais fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO CASAGRANDE NETO – Proponha um projeto de lei na Câmara dos Deputados para que seja revogada a Lei do Aprendiz. Dificílimo de aprová-lo, mas existem outros meios.

Então, este projeto de lei, a que ele se propõe? Ele se propõe a que a política do aprendiz seja uma política de Estado e não uma política de Governo, porque, como a maioria das ações hoje para o aprendiz são infralegais, ela torna esse programa importantíssimo, talvez o maior e mais revolucionário programa de inclusão de juventude e trabalho que este país já tenha tido, e o transforma em um programa de Governo. Então, a gente ora assiste a uma mudança para cá, outra para lá, o que deixa todos inseguros.

A fiscalização age de um jeito na Bahia, de outro jeito em Santa Catarina, outro jeito em outro lugar. Então, esse Estatuto do Aprendiz vem para tornar isso uma política de Estado. Vai tudo para a lei e ali nós vamos regular. Isso foi amplamente negociado para que fosse possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente propõe é que sejam acomodadas essas situações. Por isso, durante sete anos, foram realizadas 14 audiências públicas sobre este assunto. Foram feitas enormes negociações ao longo dos sete anos. E nós acabamos de fazer uma negociação grande na Câmara, acomodando – quando eu falo "nós", todos os setores –, conversando com todos os setores. Cada vez mais, a gente tenta buscar essas soluções de contorno.

A gente tem desenvolvido cursos com algumas – a gente está conversando com a Febrac sobre isso – entidades para buscar soluções, mas que não seja simplesmente isentar um setor ou outro daquilo ou disso. É importante que nós reconheçamos que o aprendiz é a única maneira de o menor de idade trabalhar.

Precisa-se também conhecer mais o programa. Outro dia, encontrei um empresário do setor agrícola, que dizia assim: "Olha, eu não consigo lá na minha usina de açúcar e álcool. O que eu vou fazer com o aprendiz lá? Onde é que eu o ponho?". Aí eu disse: "O senhor sabia que, no CIEE, tem aprendiz de balança de cana, tratos culturais, mecanização da lavoura?". Tudo isso nós temos, e o que não tem a gente vai desenvolver. Eu acabei de sentar com a JBS, por exemplo, e estamos montando um programa de aprendizagem para eles que diga respeito às dificuldades e às coisas que eles têm.

Então, eu acho que é muito simples a gente querer simplesmente isentar os setores, com todo o respeito que eu tenho por todos os amigos que estão aqui, pelo trabalho muito sério feito pelas federações, pelas assessorias. Eu nutro o maior respeito pelo tempo que se gasta, pela análise acurada que se faz e tal, mas nós também fazemos bastante disso.

Queremos dizer o seguinte: nós precisamos, a juventude brasileira precisa... O Brasil tem 48 milhões de estudantes, e não temos mais de 1,5 milhão de jovens que participam de programas de estágio ou de aprendizagem. Para aonde nós estamos indo? O nosso jovem não quer mais participar dessas coisas.

É difícil para o meu amigo Avelino convencer um jovem a querer ser faxineiro de algum setor ou outras coisas, mas há condições de contorno para isso. Vamos nos sentar juntos e, com apoio do Ministério do Trabalho, desenvolver programas experimentais. Vamos nos sentar e construir coisas juntos, o que não é simplesmente descaracterizar e destruir a legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu faço um apelo aqui aos Srs. Senadores para que, ao analisarem isso amanhã... Se esse projeto não for votado agora, ele vai... Temos calendário eleitoral e ele já foi prejudicado.

(*Soa a campainha.*)

Eu participei, na Legislatura anterior, e, no último dia em que a Comissão Especial ia votar isso, o ex-Deputado Alexis Fonteyne retirou de pauta e caiu o projeto por quatro anos. Tivemos de começar do zero, outra vez. Aí fomos falar com o Presidente Lira, nomear Relator e tal. Aí aprova na Câmara e, agora, vem para cá.

Eu não estou querendo simplificar a análise nem diminuir a importância de avaliação e análise deste Senado Federal, pelo qual nutro o maior respeito pela importância. Mas o projeto foi amplamente discutido lá e isso é o possível. Ele já foi até desidratado. Esse projeto, quando nasceu, fixava em 4% a quantidade de empregados que deveria ter de aprendizes. Ele fixava isso e aquilo.

Sobre a questão das multas, eu não estou preocupado com multa, porque só quem paga multa é quem não cumpre a lei, e eu não estou aqui para estudar casos e situações em que a lei não é cumprida.

Então, eu vou caminhando aqui para o encerramento da minha fala, dizendo o seguinte: este é o melhor projeto que se pôde costurar ao longo de sete anos. As entidades que conversaram são as mesmas que estão aqui hoje. As negociações foram as mesmas dos últimos sete anos. A gente meio que está querendo um segundo turno de um acordo que já foi feito recentemente. As entidades são as mesmas, os partidos políticos são os mesmos, as entidades formadoras são as mesmas. E o que está nesse projeto hoje é o que há de melhor que a gente pode fazer para preservar esse programa, que deveria ser um patrimônio do Brasil, porque é o único programa que olha para a sua juventude.

Então, pelo combate às drogas, pelo combate à evasão escolar, pela melhoria da qualidade do jovem, pela melhoria do país, da nossa juventude e das nossas empresas, porque ninguém faz uma empresa... Você não faz um país se você não tem empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: não era o objetivo desse projeto aqui discutir cotas. Eu não sei também se eu sou a favor de cotas, disso ou daquilo, mas não é isso que está em discussão. Nós estamos fazendo um regimento interno e, se esse projeto não for aprovado, for jogado fora, amanhã o dia das empresas e das entidades continua exatamente igual, exatamente igual. Este projeto não cria obrigações e não tira obrigações, ele operacionaliza melhor a lei. Então, se ela não for aprovada, o dia seguinte das empresas, das pessoas, é exatamente igual. Nós vamos para casa do mesmo tamanho com que nós chegamos. A tentativa aqui é fazer um regimento interno, uma melhoria do cumprimento dessa lei e a formação do programa do aprendiz desta forma.

É isso que nós rogamos a todos aqui, com esse bom senso. Com muita boa vontade e humildade, nós nos colocamos à disposição. As entidades que cuidam disso não têm nenhum interesse econômico. Eu falo, por exemplo, do CIEE; tudo que o CIEE tem lá de recurso que sobra é aplicado em programas sociais. Com esse dinheiro aqui nós fazemos curso de português para refugiados, centros de cidadania, distribuição de cestas básicas. Esses são os nossos dividendos sociais.

Então a gente vem aqui defender isso pelo jovem. Não há um interesse econômico, ninguém ganha dinheiro com isso e ninguém leva nenhuma vantagem com isso. Então, nós estamos prontos para, de coração, ajudar o Brasil, ajudar o jovem e ajudar as empresas, porque, se esse trio não estiver junto, não tem jovem se dando bem sem empresa, não tem escola se dando bem sem jovem e não tem jovem se dando bem sem empresa e sem escola.

Então era isso o que eu tinha a dizer. Desculpe-me se excedi um pouco tempo, Senador, mas agradeço muito a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Bem, eu queria conceder a palavra neste momento – está aqui conosco, como eu já anunciei – ao Astronauta Marcos Pontes. Ele tem a preferência na fala, pelo tempo que precisar e todas as vezes que precisar, mas eu queria, depois, com a permissão da mesa... Eu vi aqui, pelo sistema de videoconferência, que a gente tem a presença do Sr. Sylvio Alves de Barros Filho, que é o representante do Instituto Roberto Simonsen, da Fiesp.

Então, assim, depois da participação do Senador Astronauta Marcos Pontes, eu vou passar a palavra para o senhor, Dr. Sylvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Astronauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, parabéns pela iniciativa, parabéns por promover uma audiência como esta, com um tema que tem uma importância gigantesca para o Brasil, agora e para o futuro.

Eu estava vendo o Sr. Casagrande falando aqui e resolvi colocar uma ideia junto também.

Vejam bem, recentemente saiu uma pesquisa perguntando ao brasileiro qual era a principal preocupação, e a gente sempre pensa que... É impressionante que, quando vai chegando perto de eleição, existem essas perguntas; aí você imagina que é saúde, acesso à saúde, acesso à educação, etc. O problema que apareceu, principalmente, ali foi segurança pública – segurança pública. Aí você vai falar: "Pô, o que isso tem a ver com o que nós estamos falando aqui?". Deixem-me conectar esses pontos aqui.

Não sei se tem algum médico aqui, mas não adianta tratar a febre, se você não curar a causa, aquilo que está causando aquela febre lá. Segurança pública é uma é uma consequência; ela não é uma causa. A gente precisa tratar a causa ali.

E aí vem a minha experiência pessoal. Eu faço questão de falar aqui, porque tem tudo a ver com esses números que apareceram aqui. Hoje eu estou aqui, como Senador da República, representando o Estado de São Paulo. Fui Ministro de Estado, Astronauta, Embaixador da ONU e uma série de outras coisas na minha vida, mas de onde eu saí?

Eu nasci num bairro pobre, que hoje está muito melhor, graças a Deus, já tem asfalto, inclusive eu ajudei para colocar lá, mas na época não tinha calçamento, não tinha saneamento, não tinha nada; era bem periferia mesmo. Meu pai era faxineiro – meu pai era faxineiro –, servente de serviços gerais – o pessoal chamava de faxineiro lá também. Nós não tínhamos dinheiro para nada, assim, e eu queria ser piloto, mas nem dava para pensar em pagar a hora de voo. Aí o pessoal falou: "Vai lá, entra na Força Aérea"; mas eu tinha que ajudar em casa.

Então, quando eu tinha 14 anos, eu entrei num curso do Senai, de eletricista, para formação profissional como eletricista de locomotiva, e trabalhava na Rede Ferroviária como eletricista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendiz. Então, de manhã eu estava no Senai, à tarde eu estava trabalhando na Rede Ferroviária. E, à noite, eu pagava, eu mesmo pagava o meu curso, ganhava meio salário mínimo, eu pagava o meu curso noturno de colégio técnico de eletrônica. Na única escola que tinha esse curso, o curso era pago, e eu mesmo pagava isso aí. Foi assim que eu fiz o ensino médio. E aquilo mudou a minha vida.

Amigos meus daquela época lá, que moravam vizinhos ali, muitos deles hoje não estão aqui. Escolheram o caminho errado, e esse caminho errado tem vida curta, geralmente. Então, você vê que a segurança tem a ver com isso aqui.

Hoje eu sou o Presidente da frente parlamentar para o ensino profissionalizante e técnico aqui. Com isso, se você quer resolver esses problemas de droga, problemas de segurança, comece tratando bem o jovem, dar um caminho, dar alguma coisa para pensar. Você viu o resultado dessa pesquisa feita aqui entre os jovens que saíram do programa, que terminaram o programa... Você vê como isso interfere positivamente na vida. Aconteceu comigo, eu posso falar aqui de cadeira, porque isso foi a minha vida, minha vida é isso. Por isso é que eu fiz questão de vir para cá hoje, também. Isso muda a vida dos jovens.

E aí a gente fica numa discussão que é o seguinte: "Vamos proteger, temos que proteger o jovem, que não pode fazer nada", e assim por diante. Olha, trabalhar cedo ajuda, e ajuda muito. Você aprende a tomar conta de você mesmo, você aprende a dar valor para as coisas, você aprende a fazer conta com o salário que você tem ali.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Então tudo isso aí muda, isso aí muda a vida.

Portanto, você vê que aqui às vezes a gente discute as coisas de certas perspectivas que acabam prejudicando aquele que a gente quer ajudar. Você ter essa associação do ensino profissionalizante com a aprendizagem, com o fato de ser um jovem aprendiz em uma empresa, isso ajuda o jovem, sem dúvida nenhuma, pois você forma um cidadão melhor, com mais consciência, mais competência para lutar pelas suas coisas; você ajuda a família daquele jovem, muitas vezes aquele salário... Você viu ali que tinha uma das perguntas que era isto: "Aquilo ajudou no orçamento da sua casa?". Ajuda em casa, ajuda como exemplo para outros jovens, ajuda os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pais, ajuda a sociedade no sentido de ter jovens que não vão para o crime, não vão ser levados para esse lado errado. E isso ajuda as empresas? Sem dúvida nenhuma, ajuda as empresas, mas as empresas ajudam mais do que são ajudadas nesse sentido aqui.

Portanto, quando eu vejo...

Ah, e outra coisa: quando a gente vê as... Eu trabalhei na Rede Ferroviária, eu trabalhava com a parte de eletricidade das locomotivas a diesel ali, que são a diesel-elétricas, e trabalhei muito limpando bateria, placa de bateria. Você vai falar que essa coisa é insalubre? É insalubre, mas eu aprendi a fazer, a trabalhar com isso aí, você aprende a cuidar da segurança também e tudo mais. É possível? É.

Você tem que deixar o jovem se desenvolver. Você proteger demais... Aliás, o que acontece na vida de quem veio de baixo? Você vem, você cria uma carreira, você fala assim: "O meu filho não vai ter que passar pelas mesmas dificuldades que eu", e aí a pessoa fica protegendo o filho, não deixa fazer isso, não deixa fazer aquilo, e acaba formando uma geração fraca. Eu lembro que tempos difíceis criam pessoas fortes, pessoas fortes criam tempos fáceis, que criam pessoas fracas.

Então é importante que a gente tenha um projeto como esse indo para a frente, é importante que a gente incentive isso aí, porque isso ajuda o Brasil como um todo. E quero lembrar que esses jovens têm uma competência muito grande. Todo jovem tem talento.

A gente fica falando da OCDE. O Brasil tem cerca de 12% de jovens no ensino técnico. Da OCDE a média é em torno de 40% – 37%, 40%! A gente está muito atrás. O meu objetivo no Brasil é que a gente chegue próximo disso, próximo de 40%! Pegue os países mais desenvolvidos tecnologicamente: eles estão com por volta de 50%. A gente está muito longe disso, mas a gente precisa lutar para chegar lá, e não fazer o contrário, e não voltar para trás.

Querer proteger demais é trabalhar contra os jovens, contra a segurança, contra o Brasil. É preciso realmente dar a chance de esses jovens se desenvolverem. E eles agora – em tempo de tecnologia, inteligência artificial – têm a capacidade de fazer muito mais que muito adulto tentando aprender inteligência artificial. Você dá um negócio desse na mão de um jovem, e ele destrincha esse negócio rapidamente. Pode ser muito útil para a empresa também, e eles podem ser empresários de sucesso, porque sabem como se virar. É disso que a gente precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

Desculpe-me falar bastante aqui, mas é realmente algo importante para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Obrigado, Senador Marcos Pontes, por sua exposição.

Eu quero passar a palavra ao Dr. Sylvio Barros, Diretor da Fiesp.

Por favor, Dr. Sylvio – o senhor está por conferência –, a palavra é sua.

O SR. SYLVIO ALVES DE BARROS FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Laércio!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Boa tarde!

O SR. SYLVIO ALVES DE BARROS FILHO (*Por videoconferência*.) – O que eu acho fundamental nesse projeto é que possibilita o aprendiz de 14 a 18 anos a ter um contrato só, ou seja, um contrato de quatro anos ou três anos até ele atingir a maioridade. Isso permite que a indústria contrate a pessoa, acerte preventivamente ou prematuramente já um curso do tipo da mão de obra que ela vai utilizar no futuro. Então, é uma preparação de preenchimento de capacidade profissional para que essas pessoas cheguem aos 18 anos, perfeitamente, com o seu curso fundamental e médio já concluídos, com a capacitação técnica feita por instituições, tipo Senai, como o Senador Marcos Pontes se referiu.

Acima de tudo, acontece uma coisa importante. Até hoje, o aprendiz entrava com 14 anos. Aos 16 anos, ele terminava o seu contrato, mas tinha conhecido, nesses dois anos, a vida, ou seja, a primeira fase fora de casa. E aí ele aprende coisas boas e coisas ruins, e passa a ter aspiração de todo moleque de 16 anos, que é uma calça *jeans*, que é um tênis, que é um celular... E, para isso, se não aparecer uma oportunidade num segundo contrato de aprendizagem, onde é que ele vai buscar esses recursos? Numa vida talvez diferente, numa improvisação e até nas drogas.

Então, isso, para mim, é fundamental nesse projeto, ou seja, permite que o aprendiz permaneça na mesma empresa de 14 a 18 anos. E, nesse ínterim, ele deve concluir o seu curso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental e médio, a sua capacitação em centros tipo Senai. Dessa forma, aos 18 anos, ele está preparado para preencher um cargo daquele setor que o contratou como aprendiz; ele está preparado, ele tem uma certificação de capacitação profissional para ir a qualquer empresa do setor; e, ao mesmo tempo, aquele tempo foi produzido através de um sistema que criou uma pessoa, dentro de uma motivação, dentro de uma capacitação, que poderá enfrentar a vida mais facilmente.

Então, eu acho que isso realmente é o grande passo deste projeto.

Nós gostaríamos de fazer quatro sugestões, mas nada altera muito.

E outra coisa: eu respeito muito a opinião de todos que me antecederam, porque eu acho que cada um vê as coisas de uma forma e acho que nós todos podemos, de uma forma nova, se for o caso, estudar algumas coisas que talvez possam ainda melhorar a situação.

As quatro modificações que eu quero propor são no art. 3 do PL.

Quando nós falamos em alteração do art. 431 da CLT, a gente deveria falar no art. 429. Por quê? Para corrigir a inconsistência da redação atual que vincula a oferta de aprendizagem por meio de curso técnico e superior somente a entidades sem fins lucrativos e desportivas, as quais não têm autorização legal para prestar esses serviços educacionais. Com a mudança proposta, os serviços nacionais de aprendizagem e as escolas técnicas poderão ofertar aprendizagem também por meio de cursos superiores de tecnologia, favorecendo os jovens aprendizes e também as empresas que poderão contratá-los. Essa é a primeira sugestão.

A segunda sugestão é a alteração do art. 432 da CLT. Mudança proposta: sugerimos rejeitar a proposta do PL que restringe a jornada de oito horas diárias apenas aos aprendizes que concluíram toda a educação básica, ou seja, fundamental e médio. Deve ser mantida a regra atual que permite as oito horas para quem concluiu o ensino fundamental, que é a grande maioria de jovens. Essa mudança criaria barreiras para a contratação de jovens de 14 a 18 anos.

A outra sugestão é sobre quando o aprendiz é contratado pela empresa: que a empresa pudesse – e deveria – dar tempo a ele para complementar o seu curso profissional, a sua capacitação, para que ele realmente pudesse ou continuar nessa empresa depois ou ter uma certificação que o prepararia para qualquer cargo numa outra empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último item é uma inclusão no art. 428 da CLT permitindo a assinatura de contratos de aprendizagem mesmo após o início das aulas do curso de qualificação, desde que o estudante ainda tenha no mínimo quatrocentas horas de carga horária teórica a cumprir, a exemplo do que é permitido nos contratos de aprendiz de cursos técnicos.

Eu acho que essas sugestões e a própria inovação do projeto trazem um benefício muito grande. As indústrias, por exemplo, poderão contratar, ele ficará estudando a conclusão do fundamental e básico, ele ficará fazendo um curso de capacitação profissional e ele terá o salário garantido por quatro anos, se lá não tiver nenhum problema. Então, eu acho que isso é uma coisa muito boa para o aprendiz.

Eu estou à disposição para qualquer outro comentário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Muito obrigado, Sr. Sylvio Alves de Barros Filho, representante do Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na sequência, eu passo a palavra ao Sr. Brunno Batista Contarato, Assessor de Relações Trabalhistas da Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte.

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu falo em nome da Confederação Nacional do Transporte. Nós representamos todos os modais, todas as empresas de todos os modais do transporte do Brasil, somos a entidade máxima patronal representante do setor. Nós conectamos todas as entidades econômicas, todos os setores econômicos do país. São mais de 191 mil empresas que empregam mais de 2,9 milhões de pessoas.

Eu faço essa apresentação para dizer que a CNT, o setor não é contra a aprendizagem como política pública. Na verdade, a gente entende que a aprendizagem é uma política pública essencial para o desenvolvimento social, para a inclusão dos jovens e profissionais. Na verdade, o sistema do transporte investe massivamente em formação, qualificação e profissionalização de jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabem que o Sistema S, o Sest Senat, do sistema de transporte, é uma entidade que tem uma das maiores estruturas nacionais, portanto. Por isso não se trata de querer ou ser contra a política pública da aprendizagem; na verdade, trata-se de viabilidade jurídica, viabilidade pedagógica e viabilidade técnica para o cumprimento dessa política.

O que a gente quer é produzir política real, contrato real, formação real. A gente quer segurança jurídica real também. Quando a gente inclui na base de cálculo uma base incompatível, uma base artificial, a gente não cria aprendiz; a gente vai criar vaga, mas a vaga já está lá, e ela não é cumprida. Então, você não tem o aprendiz, você pode ter a vaga, mas você não tem o aprendiz para cumprir. O jovem continua sem a vaga. Então, o objetivo da CNT aqui, na verdade, é tirar a empresa do erro. A gente precisa tirar dessa base de cálculo aquilo que, de fato, não pode ser transformado em aprendizagem profissional.

E aí, nesse sentido, eu saúdo o PL 6.461, porque, de fato, ele organiza as normas esparsas da aprendizagem. Ele institui o Estatuto do Aprendiz, ele fortalece a segurança jurídica, estimula a aprendizagem, mas, acima de tudo, ele também reconhece que a aprendizagem tem limites, enfrenta certos limites e, aqui, eu passo a expor alguns limites do setor do transporte.

Eu trago dados aqui do Ministério do Trabalho e Emprego, em que a gente pode observar os vínculos ativos no setor do transporte para o ano de 2025: quase 2 milhões de vínculos ativos no ano de 2025. Nos vínculos aqui observados, foram mais de 1,5 mil classificações. Dessas 1,5 mil classificações, que equivalem àqueles quase 2 milhões de vínculos ativos, apenas três classificações – eu estou falando de caminhoneiro de rota regional e internacional, profissional que dirige ônibus urbano e profissional que dirige ônibus rodoviário – equivalem a 836.015 vínculos ativos; ou seja, 42,44% de toda a base do nosso setor. Se a gente incluir os cobradores, então, esse número pula para 844.371 vínculos. Assim, 45% do nosso setor está em operação direta ou condução de veículos.

Então, aqui é para expor que o nosso dilema não é marginal, ele é o *core*, ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – ... é o foco do nosso problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a própria legislação de trânsito, se a própria natureza da atividade demonstra incompatibilidade da aprendizagem com o nosso setor, a gente observa que, na verdade, a aprendizagem é formalmente exigida, e materialmente inexequível.

Essa política ainda se insere no setor do transporte, num setor que já enfrenta uma escassez absoluta de profissionais, pois 44,6% das nossas empresas estão com vagas abertas. Dessas 44,6%, 53,6% têm cinco ou mais vagas abertas para motorista de trânsito.

E aqui é um gráfico que diz por que as nossas empresas não estão conseguindo encontrar esses profissionais: 46% alegam que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – ... falta experiência; 31%, faltam os cursos direcionados para o setor de transporte – estou falando do transporte rodoviário, só para deixar claro; 38,8% alegam falta de qualificação. Enfim...

E, aí, você consegue entender, a gente consegue presumir que, se a gente já tem uma escassez de profissional, não é razoável entender que nós vamos encontrar aprendizes nessa escala para ocupar esse espaço.

Vamos fazer um exercício do trajeto para você encontrar esse caminhoneiro – e ele tem que ser aprendiz, tá?

Primeiro, ele tem que ter 21 anos. Então, o jovem tem que correr, com 18 anos, e já fazer a carteira B. Ele tem que passar um ano com essa carteira B. Ele não pode ter... E nem vou falar que ele não pode ter infração, laudos, exames, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – Ele vai passar um ano com a carteira B. Ele vai fazer 19 e, aí, ele está habilitado para tirar a carteira C. Aí, ele vai passar mais um ano, vai fazer seus 20, 21 anos – 20, vinte e poucos anos –, aí ele está habilitado para tirar a carteira E.

Na verdade, ele tem que fazer 21, e aí, sim, tirar a carteira E.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... Como eu disse: eu estou tirando as questões ainda de prontuário, de infração de trânsito e etc.

Mas, Excelências, a CNH não basta para esse profissional; ele ainda tem que ter outros cursos.

Por exemplo, se ele vai transportar produto perigoso, ele tem que ter lá o curso de especialização em transporte de produto perigoso; carga de grande dimensão: ele tem que ter lá o curso de carga indivisível, grande dimensão; passageiro de ônibus: curso específico; transporte escolar: curso específico; veículo de emergência e ambulância: curso específico.

Isso não é mera formalidade. São cursos que exigem um grau de excelência... Ele tem avaliação final...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – A pessoa pode reprovar, ela pode não passar.

São cursos com carga horária de 50 horas/aula...

Ele tem que entender de legislação de trânsito, claro, mas ele vai ter que entender de primeiros socorros, ele vai fazer cursos de direção defensiva e etc.

Então, a gente não está falando de um ingresso simples. Não é fácil você ser um motorista profissional. A gente está falando de uma trajetória que é regulada, a gente está falando de uma trajetória que é progressiva e a gente está falando de uma trajetória específica.

Então, por isso, eu diria que é impossível "alinhar esses astros" e encontrar o aprendiz para essa atividade.

Aí a gente precisa trazer ainda um dado da realidade. Tudo bem, você vai lá e consegue encontrar esse indivíduo que tem entre 21 e 24 anos, que preenche todos esses requisitos, tem todos os exames, todos os cursos, CNH adequada, etc., etc...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – Gente, ele não é materialmente um aprendiz. Ele é um profissional, como eu disse, habilitado, ele é escasso no mercado e ele é requisitado. Ele vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser disputado no mercado. Então, assim, não é razoável que ele aceite ser contratado como aprendiz no regime jurídico da aprendizagem, no salário da aprendizagem, etc.

Vale dizer ainda que o ambiente de trabalho desse profissional é a via pública. Ele compartilha o ambiente de trabalho dele com toda a sociedade, com pedestres, com outros trabalhadores, com outros motoristas. Então qualquer falha na sua atividade pode resultar em consequências gravíssimas para ele, para toda a sociedade, para toda a coletividade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – Então a atividade é cada vez mais complexa também. Não é só você sentar no volante e dirigir. Hoje ele precisa ter um conhecimento, lógico, de mecânica, mas também um conhecimento de eletrônica, com caminhões que têm telemetria, pós-processamento, etc.

O PL 6.461 é... Eu saúdo novamente o PL, porque ele reconhece que nem todas as atividades devem compor a base de cálculo e ele faz essa restrição para a saúde. No texto, ele diz que devem compor... Ele faz essa distinção na saúde restringindo a base de cálculo para a função administrativa no setor da saúde. E a lógica é correta, mas ela também tem que ser para o transporte. Porque, se lá o requisito é que eles têm que ter habilitação específica, nós também temos – nós também temos –, mas nós também temos que ter idade mínima, curso específico, responsabilidade com terceiros, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – Já indo para os finalmentes, eu trago aqui a solução, na verdade, sendo muito objetiva – desculpe a repetição, mas ela é objetiva –: a gente precisa excluir da base de cálculo as funções que dependam de habilitação específica, que dependam de CNH, idade mínima e curso específico. E a Organização Internacional do Trabalho reconhece que nem todas as atividades profissionais comportam a aprendizagem. A Recomendação 208 da OIT, no art. 9º, fala que cada estado membro tem que se debruçar, tem que sentar e conversar para decidir quais dessas atividades não comportam a aprendizagem.

Se tiver mais tempo, a gente volta e eu termino. Finalizo agradecendo a oportunidade e quero dizer que o setor quer cumprir a lei, mas a gente precisa de uma lei calibrada à realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO BATISTA CONTARATO – Então a base de cálculo deve deixar de ser fonte de erro para ser instrumento de conformidade, formação e segurança jurídica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Muito obrigado, Sr. Brunno Batista Contarato, Assessor de Relações Trabalhistas da Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte.

Nós temos um número grande de pessoas apresentando, é por isso tem essa restrição do tempo, mas depois vai ter chance de falar ainda.

Só para complementar uma coisa, eu concordo contigo, sem dúvida nenhuma. Não é toda atividade que dá para ter um jovem aprendiz numa função como essa, principalmente, quando você precisa de certificação, etc. Então, não é compatível, né? E, portanto, a lei, para que ela seja justa e aplicável, eficiente, não pode exigir... Discuti bastante isso aí também com a inteligência artificial. Aqui, muitas vezes, o pessoal quer colocar uma régua só para tudo, não funciona. Tem que se pensar como fazer de forma mais eficiente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Isso não tem como.

Eu passo, agora, a palavra... Acho que aqui faltou ainda o senhor... Já falou não, né?

Então, passo a palavra à Sra. Amabile Pacios, Diretora Regional Centro-Oeste da Central Brasileira do Setor de Serviço (Cebrasse) e da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), por cinco minutos.

A SRA. AMABILE PACIOS (Para expor.) – Senador, obrigada. Cinco minutos, o.k.

Boa tarde a cada uma e a cada um. Bom ver tantos amigos aqui juntos e há tanto tempo discutindo a mesma questão. Muito obrigada pela fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Cebrasse é uma central de serviços, do setor de serviços. A gente tem filiadas a nós 90 entidades, e a federação que eu presido, que é uma federação de escolas particulares, faz parte da Cebrasse. Então, estamos aqui entre as 90 entidades empresariais que compõem a Cebrasse.

A gente montou a Cebrasse em 2004. Então, ela já tem um bocado de tempo. Na nossa base, hoje, são 3,3 milhões de empresas com 16 milhões de empregos. Esse é o tamanho da Cebrasse. A Federação tem 43 mil escolas particulares filiadas a nós e 2,7 mil entidades de ensino superior também filiadas a nós. Então, o nosso setor é também grande dentro do setor educacional, e compomos a Cebrasse, que hoje se consolida como uma grande representação do setor de serviços e que, na realidade, no seu escopo tem 72% do PIB.

Eu vou passar muito rapidamente aqui e vou pular, inclusive, o setor de transporte, porque aqui foi muito bem falado sobre isso. A gente sabe que 80% hoje das empresas não conseguem atender nem o que a CLT pede: as vagas de 10% a 15% da sua base de cálculo. Então, a gente sabe disso.

E por que nós estamos aqui hoje defendendo a Emenda 3, Senador? Exatamente por isto: porque a gente espera que o PL que veio – que foi aprovado na Câmara e veio para cá – não seja só carimbado, mas que ele, de fato, consiga resolver as tais condições de contorno de que falava o meu amigo.

Mas uma condição de contorno – eu sou física, então, quando se fala em condição de contorno comigo, estou falando em casa, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AMABILE PACIOS – A gente precisa de equilíbrio, né? Em qualquer condição de contorno, em física, não existe condição de contorno no desequilíbrio. Então, o que nós estamos buscando aqui, Senador, é o equilíbrio. O equilíbrio em quê? Exatamente na base de cálculo das ofertas que a gente tem das vagas, senão cai no que vocês mesmos estavam falando: a gente tem a vaga e não tem o aprendiz. Por isso, o nosso apoio à Emenda 3.

Também aprovamos o Projeto 6.461, desde que a gente consiga expurgar do que já vem algumas coisas que afetam e dificultam demais alguns setores exclusivamente. Então, a gente tem os empregados que estão afastados, Senador, também contados nessa base de cálculo; atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são restritas para menores também estão na base de cálculo; atividades externas também estão na base de cálculo; e a CNH, que você colocou muito bem, Brunno, também está na base de cálculo.

E o que a Emenda 3 fala? A gente vai tirar – tirar, expurgar, em matemática a gente fala esse termo –, a gente expurga as atividades que são perigosas e insalubres, entende? Com isso, a gente já cria, nas condições de contorno, o equilíbrio que a gente quer. Então, a gente sabe que a gente tem uma redução na base de cálculo, por conta dessa proposta que vem sendo apresentada na Emenda 3, porém, a gente entende que ela é muito mais factível, muito mais real. Ela de fato é mais fácil de a empresa atender, porque, quando a empresa atende, recebe um aprendiz, ela acolhe o aprendiz. Não é um móvel que está lá, ela acolhe, ela tem um compromisso – e eu, como sou educadora, sobretudo falo sobre isso –, ela tem um compromisso de aprendizagem. Ele está lá para aprender, então ele tem que aprender.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMABILE PACIOS – Então, a responsabilidade é muito grande.

A gente pretende, com isso, que sejam muito mais factíveis as nossas ações. Eu ia dar alguns exemplos aqui, mas você... A gente conversou aqui rapidamente sobre a saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AMABILE PACIOS – ... exatamente, muito obrigada, e também sobre o transporte, que é uma coisa que a Cebrasse tem atendido e olhado com muito carinho, e todas as empresas que têm, recebem e têm de fato mão de obra intensiva sofrem com essa mesma questão do transporte, da educação...

Aqui tem uma tabela, Senador, vou deixar para o senhor depois dar uma olhadinha sobre as mudanças, e, no fim, o que a gente pede é que a Emenda 3 seja pensada e colocada dentro do PL, expurgando a periculosidade e a insalubridade.

É isso aí. Muito obrigada. Tentei, tentei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Obrigado, muito obrigado, Sra. Amabile Pacios, Diretora Regional Centro-Oeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) e da Federação Nacional das Escolas Particulares.

Eu passo a palavra agora para o nosso último apresentador aqui na mesa, nessa composição, o Sr. Jacymar Daffini Dalcamini, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, por cinco minutos, por favor.

O SR. JACYMAR DAFFINI DALCAMINI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Marcos Pontes, que no momento preside esta sessão, esta audiência pública, cumprimentar toda a mesa, os Parlamentares aqui presentes e demais participantes aqui desta sessão.

O tema que versa aqui é o PL 6.461, que traz o estatuto da aprendizagem, um tema que para nós é muito caro.

Eu peço permissão, Senador, para fazer uma leitura de alguns apontamentos, e começo agradecendo a oportunidade de participar desta audiência pública em nome do setor de segurança privada.

Represento um segmento que reúne aproximadamente 572 mil trabalhadores diretos, que exerce atividade de interesse nacional e está submetido ao controle e à fiscalização da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

Com a aprovação da Lei 14.967, recentemente regulamentada pelo Decreto 13.012, de 2026, novas atividades passaram a integrar o sistema regulatório da segurança privada, ampliando significativamente o universo de trabalhadores abrangidos por essa legislação. É nesse contexto que o Projeto de Lei 6.461, de 2019, assume enorme relevância para o nosso setor. É um debate que já dura mais de 20 anos; a segurança privada discute questões de aprendizagem profissional há mais de duas décadas.

Desde 2001, quando o vigilante passou a integrar a base de cálculo da cota de aprendizagem, buscamos construir soluções que permitissem compatibilizar a política pública da aprendizagem com a realidade de uma atividade altamente regulamentada e de elevada periculosidade. Foram inúmeras discussões técnicas, grupos de trabalho e tentativas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoamento legislativo. Inclusive, durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, houve diversas propostas, a exemplo dessas apresentadas aqui hoje, para excluir as profissões regulamentadas e perigosas da base de cálculo da cota de aprendizagem. Nenhuma delas prosperou. Ainda assim, o texto aprovado conseguiu construir uma alternativa equilibrada, responsável e viável para diversos setores, entre eles a segurança privada.

O problema: uma contradição jurídica e prática. O problema sempre foi muito simples. A legislação da aprendizagem protege, corretamente, o adolescente e o jovem aprendiz, vedando sua exposição a atividades perigosas, insalubres e de risco. Por outro lado, a atividade de vigilante é, por definição legal, uma atividade de risco submetida a rígidos requisitos de formação e habilitação profissional. Além disso, a Lei nº 12.740, de 2012, reconheceu expressamente a condição de periculosidade da atividade de segurança privada, em razão da exposição permanente do trabalhador a riscos decorrentes de violência física e de outras situações inerentes à atividade. Em muitos casos, trata-se ainda de atividade exercida com porte e uso de arma de fogo.

Durante anos, convivemos, portanto, com uma contradição evidente: de um lado, a obrigação legal de contratar aprendizes; de outro, a impossibilidade legal de inseri-los justamente nas atividades que representam a maior parte da força de trabalho do setor. Essa incompatibilidade gerou insegurança jurídica, autuações, multas...

(*Soa a campainha.*)

... judicialização e um ambiente permanente de conflito.

O que o setor defende? Gostaria de deixar absolutamente claro perante esta Comissão: a segurança privada não é contra a aprendizagem. Muito pelo contrário. Somos favoráveis à qualificação profissional dos jovens, somos favoráveis à inclusão produtiva, somos favoráveis à ampliação das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. O que defendemos é uma política pública que seja efetiva e compatível com a realidade das atividades econômicas reguladas.

Quanto ao mérito do Projeto 6.461, de 2019, é exatamente este o principal mérito do projeto: o texto cria condições reais para o cumprimento da cota de aprendizagem sem expor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens a atividades incompatíveis com as normas de proteção que a própria legislação estabelece. Em outras palavras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACYMAR DAFFINI DALCAMINI – ... o projeto permite que o projeto de aprendizagem aconteça onde ela é possível, adequada e segura, por isso entendemos que o projeto fortalece a aprendizagem, amplia as possibilidades concretas de contratação de aprendizes, oferece maior segurança jurídica, reduz conflitos e controvérsias e cria condições efetivas para o cumprimento da legislação.

Portanto, não estamos diante de uma proposta que reduz oportunidades; estamos diante de uma proposta que torna a aprendizagem possível – ganham os jovens, ganham as empresas, ganham os órgãos de fiscalização e ganha a própria política pública de aprendizagem.

Urgência da matéria.

Sras. e Srs. Senadores e público presente, há um aspecto que torna esta matéria especialmente urgente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACYMAR DAFFINI DALCAMINI – Temos acompanhado uma crescente intensificação das ações fiscalizatórias relacionadas às cotas de aprendizagem, com instauração de procedimentos administrativos, procedimentos preparatórios e outras medidas que poderão resultar no ajuizamento de ações civis públicas em todo o país. Essa realidade aumenta a insegurança jurídica justamente no momento em que o Congresso Nacional tem a oportunidade de oferecer uma solução legislativa definitiva para essa questão.

Falando especificamente em nome da segurança privada, quero reafirmar que nós queremos cumprir a cota de aprendizagem, queremos cumprir a lei, queremos contratar aprendizes, queremos participar dessa importante política pública e queremos fazê-lo nos termos que o Projeto de Lei 6.461 possibilita. Reconhecemos, inclusive, que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados não contempla integralmente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JACYMAR DAFFINI DALCAMINI – ... todas as soluções historicamente defendidas pelo setor, mas reconhecemos também que ele representa o melhor ponto de equilíbrio alcançado após anos de debate, negociações e construção legislativa.

Neste momento, a aprovação do projeto é fundamental para evitar que mais empresas sejam penalizadas por um problema que é próprio do Poder Legislativo, que tem a oportunidade de solucionar.

Pedido a esta Comissão e ao Senado Federal. Por essa razão – já indo para o final – solicitamos respeitosamente a aprovação do relatório a ser apresentado pelo Senador Vital do Rêgo, a aprovação do Projeto de Lei 6.461, de 2019, por esta Comissão e o encaminhamento da matéria em regime de urgência para apreciação pelo Plenário do Senado Federal.

Depois de mais de 20 anos de debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JACYMAR DAFFINI DALCAMINI – ... chegou a hora de pacificar esse tema; chegou a hora de fortalecer a aprendizagem; chegou a hora de dar segurança jurídica; chegou a hora de permitir que as empresas, como as do setor de segurança privada, possam cumprir a lei de forma efetiva; chegou a hora de transformar controvérsia em solução; chegou a hora de transformar obrigação em cumprimento efetivo da lei; chegou a hora de aprovar o Projeto de Lei 6.461, de 2019.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Muito obrigado, Sr. Jacymar Daffini Dalcamini, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.

Neste momento, nós vamos fazer a troca da composição da mesa. Eu agradeço aos componentes atuais. Obrigado pela participação e espero que continuem aqui com a gente, porque a gente vai passar a palavra de volta ainda.

Eu vou chamar os próximos componentes: o Sr. Ermínio de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temporário e Terceirizado, para compor aqui a mesa com a gente; o Sr. Ramon de Faria Santos, Auditor-Fiscal do Trabalho e Coordenador da Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro; a Sra. Maria Eduarda Borges Contreiras de Carvalho, representante da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos; e a Sra. Marilza Regattieri, especialista em Desenvolvimento Industrial, do Senai Nacional; assim como o Sr. João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pessoal, obrigado pela presença, obrigado pela participação.

Enquanto nós nos assentamos aqui, eu passo a palavra ao Sr. Antonio Roberto Silva Pasin, Superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes. Ele se encontra por videoconferência.

Antonio, vou pedir para você focar aí nos cinco minutos. Você não tem os sinais que a gente tem aqui. Então, controle o tempo por lá, está o.k.? Obrigado pelos cinco minutos de fala.

O SR. ANTONIO ROBERTO SILVA PASIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas; Exmo. Sr. Senador Marcos Pontes; aos demais Senadores, demais convidados que compõem a mesa. Saúdo aqui especialmente os 726 mil adolescentes, jovens e pessoas com deficiência com contrato de aprendizagem ativos, e aos mais de 3 milhões que se encontram em fila de espera nas organizações que são associadas à Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes.

Falamos aqui de uma importante política pública unanimemente reconhecida, que é a aprendizagem profissional, ação afirmativa garantidora de um direito constitucionalmente previsto, que é o direito à profissionalização, mas que adquiriu, com o advento da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, o *status* de política pública. Foi a partir daí que ela passou a ter um caráter de política intersetorial, com reflexos na educação, como já foi dito, combate à evasão escolar, aumento da mobilidade educacional na assistência social, com fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, quando volta o seu olhar a um público em situação de risco e de desproteção social; mas que existe no nosso país desde 1943, o que coincide inclusive com a criação do Sistema S, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, da Aprendizagem Comercial, da Aprendizagem Industrial, representada inclusive pelas confederações presentes nesta audiência pública. A partir de 2005, foi regulamentada, e agora, em 2026, tem o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente de modernizar, de trazer segurança jurídica e estabilidade para uma tão importante política pública.

O Estatuto do Aprendiz não cria novas obrigações, não cria novas cotas, ele não trata desses assuntos, mas tem premissas de garantir direitos constitucionalmente assegurados.

Por que o Estatuto do Aprendiz é importante? Como os colegas que me antecederam já tiveram a oportunidade de manifestar, vem sendo discutida a aprendizagem desde a sua criação, especificamente com esse projeto de lei na Câmara dos Deputados por mais de 7 anos, e todos os atores que hoje estão aqui na audiência, e vários outros tiveram a oportunidade de contribuir ativamente na busca dessa solução das demandas do setor produtivo.

Mas este importante instrumento tem o objetivo de simplificar, de tornar os processos mais ágeis, desburocratizados, para a contratação e para a gestão dos programas de aprendizagem; de trazer qualidade a partir do momento que exige infraestrutura física, assistiva, tecnológica, equipe de recursos humanos, carga horária teórica mínima que compõe o programa de aprendizagem; modernizar, atualizando e compilando as principais normas legais e infralegais, e de se tornar verdadeiramente um investimento para os estabelecimentos que abrem suas portas para a contratação de um adolescente e de um jovem.

Ouvimos o colega da CNT falar que nas empresas representadas pela entidade existem vagas abertas. E as principais razões de existirem vagas abertas são falta de experiência e falta de qualificação técnica necessária para o cumprimento de todas aquelas exigências elencadas. O que queremos aqui é trazer – como já muito bem deu o depoimento de vida o Senador Marcos Pontes e também o Senador Laércio, que veio da Febrac – é a oportunidade de qualificação, é um investimento e não o mero cumprimento de uma cota. Nem... as premissas fundamentais são a preservação dos direitos.

O impacto social do estatuto já foi elencado no combate à evasão escolar, no aumento da mobilidade educacional, no combate à erradicação ao trabalho infantil, no desenvolvimento de habilidades e competências técnicas que são essenciais, e traz importantes demandas que foram atendidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar aqui agora, além da segurança jurídica e da estabilidade, que as empresas hoje representadas nesta audiência tiveram, ao longo desses mais de sete anos, a oportunidade de contribuir ativamente e aí... por exemplo, o estatuto passa a prever a possibilidade de contratos sucessivos de aprendizagem, possibilitando uma maior adequação. Prevê também a possibilidade de que as empresas escolham a área de alocação desse aprendiz, não necessariamente sendo obrigatória a alocação na atividade fim, ou naquela atividade perigosa, insalubre ou proibida para menores de 18 anos.

Permite também que, nos contratos administrativos celebrados... as empresas de terceirização, de asseio e conservação, de segurança, de transporte, nos contratos administrativos celebrados com a administração pública, passem a prever a alocação daquele percentual de aprendizes dos quais foi obrigada a contratação pela cota no ambiente do contratante. Então, inexiste agora a justificativa de falta de espaço físico ou de colocá-los em atividades que são proibidas. Essa é uma importante solução que traz um avanço para esses setores aqui hoje representados.

O PL 6.461 traz ainda importantes inovações quando, pela primeira vez em mais de 25 anos, passa a prever a regulamentação da contratação de aprendizes pela administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional – de forma facultativa, é bom destacar aqui –, assim como para micro e pequenas empresas, que hoje representam 93% dos CNPJs ativos no nosso país.

Falamos aqui, só nessas hipóteses, além do cumprimento da lei, de um milhão e meio de novas vagas, gerando oportunidades, gerando qualificação e impactando todo o país com educação, com inclusão social, com desenvolvimento econômico, a partir do momento que conjuga educação, trabalho, inclusão, desenvolvimento, produtividade para os nossos jovens.

Mais que uma lei, é o poder de transformação real, é a geração em movimento, já compartilhada aqui por vários depoimentos, e que precisa efetivamente de uma força-tarefa entre os estabelecimentos que contratam, entre as entidades formadoras que desenvolvem os programas de aprendizagem e, principalmente, de um olhar de qualificação e de oportunidade para toda a juventude brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito a atenção e destaco, mais uma vez, que todos tiveram a oportunidade de, ativamente, construir o melhor texto para que atendesse de forma equitativa a todas as demandas de todos os atores que compõem essa importante política pública.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Muito obrigado, Sr. Antonio Roberto Silva Pasin, Superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes.

Eu passo a palavra agora, por cinco minutos, na sequência da nossa mesa, ao Sr. Ermínio de Lima Neto, Vice-Presidente Institucional da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado (Fenaserhtt).

Tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero, primeiramente, cumprimentar o nosso querido Senador, de São Paulo, Marcos Pontes; cumprimentar o Senador Laércio Oliveira, que também é um dos requerentes desta audiência pública; e agradecer a oportunidade de a sociedade poder debater este assunto tão importante.

O Sindeprestem congrega cerca de 30 mil empresas, que empregam diretamente cerca de 2 milhões de trabalhadores. Ele faz parte da Fenaserhtt.

Represento, também, nesta oportunidade, o Presidente Vander Morales, que é o Presidente das duas, a quem também agradeço a oportunidade. (*Pausa.*)

Senador, a minha fala aqui vai ser um pouco diferente dos debates. Eu acho que eu vou dar um foco um pouco fora deste processo, que nós achamos de muita importância para a economia deste país.

Começo com isto aqui: a Universidade de Oxford, em um estudo científico, em 2016, cunhou a palavra "pós-verdade" como a palavra daquele ano. E o que seria esse pós-verdade, segundo o estudo? Aquilo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais. Em outras palavras, trata-se de uma subversão do conceito basilar de Descartes: "Acredito, logo estou certo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisa, também no mesmo sentido, do Instituto Ipsos Mori, intitulada Os Perigos da Percepção, revelou o quão equivocadas as pessoas estão a respeito da própria realidade em que vivem. Isso está no editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 5 de março de 2017. (*Pausa.*)

Nesse sentido, é bom a gente dar uma ênfase no seguinte: analisando todo esse aspecto, a gente chega à conclusão de que as empresas podem muito, mas não podem tudo, principalmente porque não funcionam na base do idealismo. Então, esse é um ponto importante. Isso explica a percepção que nós temos do poder público e da própria sociedade de que emprego é a obra do espírito santo, que cai do céu, e não é fruto de investimento, de muito risco, de muita coragem, de muito trabalho, com escala 7x0, com jornada de dez ou mais horas por dia. Esse é o empresário brasileiro, principalmente o micro e pequeno empresário.

A função primordial, econômica e social das empresas, é gerar riquezas, recolher impostos e distribuir renda através do emprego formal. Parece óbvio, não é? Mas não é, pelo tratamento desigual, temerário e injusto que as empresas sofrem pela atuação do poder público.

Nesse sentido, o debate que eu trago aqui é o socorro, um pedido de socorro para o empreendedorismo no Brasil, mola propulsora da economia e não vetor de assistencialismo e burocracias inconsequentes.

A função da empresa é isto que eu falei: é gerar riqueza, gerar imposto e distribuir essa riqueza através do imposto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO – Então, propostas humanitárias e meritórias, politicamente corretas, além de interditarem o debate sério e produtivo, porque todos nós somos a favor de ajudar o jovem, de ajudar o PCD, de ajudar a todos, pois qualquer ser humano tem isso, tá? Mas esse tipo de proposta, de projeto, interdita o próprio debate sério e produtivo, rouba o oxigênio das empresas para gerar mais empregos. Destarte, devido ao efeito bumerangue, é que o trabalhador sempre paga a conta pelo estímulo deletério à informalização do trabalho, à rotatividade e ao desemprego.

Como as imposições e tutelas substituíram a lógica do mercado? A aprendizagem virou política social, não apenas metaforicamente, mas a aprendizagem foi enquadrada no mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa de distribuição – ali é leite, não é lei – de leite para os pobres. O que eram transações espontâneas viraram imposições legais.

Como resolver esse problema? Pergunta Claudio de Moura Castro, pesquisador em educação, em seu artigo "Aprendizagem apunhalada pelas costas", publicado no *Estadão,* em maio de 2025. É bem fácil: é só fazer como o resto do mundo, onde as regras são atraentes para todos. Ao proteger demais, a aprendizagem tornou-se uma opção desinteressante, até para os próprios aprendizes, por contrariar a política de mercado. Jogou-se no lixo uma tradição milenar.

Essa proposta é mais um exemplo de todos esses problemas, que é um verdadeiro pesadelo para as empresas, na medida em que a fiscalização do Ministério do Trabalho e a atuação do Ministério Público transformaram o Estatuto da Pessoa com Deficiência em instrumento simplesmente punitivo. E essa proposta caminha no mesmo sentido, focando quase que exclusivamente no cumprimento das cotas por parte das empresas. O Estatuto do Aprendiz – e esse caminha no mesmo sentido – para o poder público é só cumprimento de cotas. Portanto, é só fiscalizar as empresas que nós vamos resolver esse problema.

Nesse conceito, nesse diapasão, o empreendedorismo precisa é de incentivo e, principalmente, de desburocratização, que são imprescindíveis para o crescimento sustentável da economia de qualquer nação democrática – essa é a batalha.

Pergunta-se: por que as obrigações do Estado, que são muitas – só no Estatuto do Aprendiz, 40% são artigos de responsabilidade do Estado –, não são fiscalizadas com a mesma ênfase com a qual são as empresas privadas? Todos são iguais perante a lei, anuncia o *caput* do art. 5º da Constituição da República, devidamente enfatizado no art. 476 do Código Civil, que trata da igualdade. Cada um tem que cumprir a sua parte.

"O fundamento [...] [desse instituto] reside na equidade. O sistema jurídico pretende que haja uma execução simultânea das obrigações. A boa-fé objetiva e a segurança [...] jurídica demandam o respeito pelas obrigações assumidas de modo a unir o destino das duas obrigações, de forma que cada uma só será executada à medida que a outra também o seja" – Cezar Peluso, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As empresas não conseguem cumprir a lei, invariavelmente, não por sua culpa, mas sim por culpa da própria fiscalização, que não exige do Estado o cumprimento da sua obrigação, principalmente quanto à educação e qualificação do jovem, e também não separa o joio do trigo, na medida em que trata todas as funções de maneira igualitária.

Pergunto aos Srs. Senadores e aos colegas aqui presentes, que participam deste debate: qual jovem quer ser aprendiz de faxineiro, porteiro, ajudante geral, vigilante, motoristas, etc.? Como ter aprendiz de professor, piloto de aeronave, vigilante armado?

Isso posto, a Fenaserhtt deixa algumas propostas para reflexão.

Eu vou pular isso aqui, porque isso vem depois.

Que as cotas sejam cumpridas de maneira voluntária pelas empresas formais, porque, se alguém tem que ser cobrado, cobre-se a informalidade, as empresas que são informais, que nada recolhem e que não participam da economia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO – ... como acontece na maioria dos países desenvolvidos e democráticos, para alimentar o sistema centenário do ganha-ganha: o aprendiz tem sólidas razões para aprender com o mestre, e a empresa ganha por desfrutar do custo menor do trabalho do aprendiz.

Se forem obrigadas, como está previsto no PL 6.461, que seja então devolvida às empresas, como incentivo fiscal, a proporção dos impostos arrecadados para esse fim – atividade social do Estado.

Aí entra uma proposta muito específica, Senador Laércio, para que seja priorizada a votação do Veto integral nº 34, de 2026 – Mensagem 542, de 2026 –, ao PL 5.228, de 2026, de autoria do Senador Irajá, que institui o contrato de primeiro emprego – 18 a 29 anos – e o contrato de recolocação profissional para pessoas com idade igual ou superior a 50 anos, que traz no seu bojo alguns incentivos fiscais. Esse é um projeto muito mais completo, que atende até as pessoas que também sofrem, que são as de mais 50 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o Estado, antes de fiscalizar as empresas, comprove que também, e concomitantemente, cumpre suas obrigações previstas nas leis, na CLT, no art. 430, reiteradas na proposta em discussão.

Por fim, se mesmo assim o Senador Relator, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, continuar entendendo de maneira diferente, a Fenaserhtt e o Sindeprestem apoiam a Emenda nº 3, do Senador Laércio Oliveira, que exclui da base de cálculo os empregados que exerçam atividades externas permanentes ou sazonais, fato que, pelo menos, ameniza a enorme injustiça contida nesse projeto de lei para com as empresas que prestam serviço com predominância de mão de obra, intensiva, que são as que mais empregam neste momento pessoas de baixa escolaridade e que ganham até três salários mínimos.

Muito obrigado, Presidente Laércio. Ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Agradeço ao meu amigo Ermínio de Lima Neto por sua exposição, e eu passo a palavra a Ramon de Faria Santos, que é Auditor-Fiscal do Trabalho, para sua exposição, e que representa neste momento o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Por favor, Ramon.

O SR. RAMON DE FARIA SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

(*Interrupção do som.*) **O SR. RAMON DE FARIA SANTOS** – ... audiência pública algo tão relevante num tema tão importante.

Também quero agradecer a todos os meus companheiros de mesa aqui, da mesa anterior e da mesa atual.

Bom, eu sou Auditor-Fiscal do Trabalho e trabalho no tema da aprendizagem profissional há 14 anos. Isso é um tema que eu vivencio diariamente, e vejo a mudança de vida nos adolescentes e jovens que são contemplados com esse programa há 14 anos. Como bem relatou aqui o Senador Marcos Pontes, ele foi uma das pessoas que tiveram a vida modificada por essa oportunidade que tiveram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria iniciar dizendo o seguinte: hoje a lei da aprendizagem só é aplicável a 0,7% das empresas do país, e isso significa que mais de 99% das empresas do país não estão obrigadas ao cumprimento da lei da aprendizagem. Isso é de acordo com o Painéis do Mapa de Empresas, agora do mês de junho de 2026, que informa que nós temos no país 25,6 milhões de empresas, das quais apenas 200 mil aproximadamente estão obrigadas ao cumprimento da cota. E mesmo essas 200 mil empresas que estão obrigadas ao cumprimento da cota são empresas que não são enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, o que significa que são empresas que têm um faturamento anual de no mínimo – no mínimo – R$4,8 milhões.

Então, veja que a gente está falando aqui de uma política que não abarca todo e qualquer empresário ou empregador do país, mas um grupo muito restrito de empresários que atuam no país. E, mesmo assim, essas 0,7% de empresas do país já têm um potencial enorme de transformação na vida dos adolescentes e jovens, a ponto de termos hoje mais de 700 mil aprendizes contratados.

Então, a gente poderia estar aqui tratando, sem ser exagerado, de uma ampliação do número de empresas obrigadas ao cumprimento da cota. Talvez de 0,7% para 1%, isso já resultaria num expressivo número adicional de vagas a serem ofertadas aos jovens e adolescentes do nosso país. Mas nós estamos tratando aqui não da ampliação do número de vagas, nem do número de empresas, mas sim da possibilidade de redução do número de vagas, que é o que as emendas que foram protocoladas...

E todo o meu respeito aqui ao Senador e às instituições que apoiam, mas, enquanto representante do Ministério do Trabalho e da Auditoria Fiscal do Trabalho, a gente tem acesso às informações que estão por dentro do eSocial e a gente precisa apresentar os dados como são de verdade. E as emendas protocoladas, se aprovadas, elas resultarão na eliminação de mais de 700 mil vagas de aprendizagem no país. Então, nós não estamos falando aqui num ajuste técnico, como eu ouvi hoje, aqui, da base de cálculo; nós não estamos falando aqui de uma exclusão singela da base de cálculo ou algo inexpressivo. Nós estamos falando da redução de mais de 700 mil vagas de jovem aprendiz num universo, hoje, que gira em torno de 1,108 milhão. Então, isso significa 64% de encolhimento do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E alguém pode falar, como foi falado aqui anteriormente: "Ah, mas são vagas que não estão preenchidas, são vagas que não existem aprendizes as ocupando". Isso não é verdade. Dessas vagas que serão fechadas, quase 400 mil estão hoje preenchidas. Isso significa que a aprovação das emendas que foram protocoladas além de fechar 700 mil vagas, colocará, sem emprego, sem trabalho, 400 mil aprendizes no dia seguinte à sua publicação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAMON DE FARIA SANTOS – Isso representa, como está ali no eslaide, mais de 60% dos aprendizes atualmente ativos. Isso precisa ser dito. O que a gente está discutindo aqui é colocar na rua mais de 60% dos aprendizes atualmente contratados se as emendas que foram apresentadas forem aprovadas.

E veja que não são só 700 mil vagas. O próximo eslaide mostra que o efeito futuro da aprovação dessas emendas é catastrófico, porque 700 mil vagas são hoje, mas uma vaga de aprendizagem não é ocupada só por um aprendiz hoje. Esse aprendiz normalmente tem um contrato de duração média de 12 meses. Então, isso significa que, no ano seguinte, um segundo aprendiz ocuparia essa vaga que foi fechada. No terceiro ano, um terceiro aprendiz ocuparia essa vaga que foi fechada. Então, veja que, no longo prazo, se a gente fizer uma projeção aqui de dez anos, nós estamos falando no fechamento de mais de 7 milhões de vagas de jovem aprendiz no país.

Então, eu vi aqui muitos colegas de mesa – e, de novo, com toda a humildade e respeito que tenho por quem pensa diferente – tratando esse tema como se fosse pouca coisa. Eu ouvi as palavras "ajuste técnico" ou "adequação", dando uma impressão de que a gente está falando aqui de poucos por cento de redução de vaga. Não são! O que está a se colocar aqui é praticamente a extinção do programa de aprendizagem, a sua redução em mais de dois terços, conforme o eslaide anterior, o que reduz um programa que hoje já atinge menos de 1% das empresas do país.

Eu sei que o tempo é curto, mas eu não posso deixar de falar que o projeto de lei não cria nenhuma nova obrigação. A empresa que hoje tem uma cota de um aprendiz permanecerá com a cota de um depois que o projeto for aprovado; a empresa que tem cota de cem aprendizes permanecerá com a cota de cem aprendizes depois que o projeto for aprovado. O que há aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sistematização da legislação, que, conforme foi falado aqui, está em documentos esparsos hoje, mas não há obrigação nova sendo criada.

Veja, o setor de transporte – só para dar um exemplo que foi muito bem tratado aqui na mesa anterior –, quando diz assim: "Nós precisamos tirar o motorista da base de cálculo, nós precisamos tirar as funções insalubres ou perigosas da base de cálculo", na verdade, por trás dessa fala, está "reduziremos 92% das vagas do setor de transporte". Esse dado precisa ser dito. Não é um mero ajuste técnico, é reduzir as vagas do setor de transporte em 92%. De igual maneira, no setor de vigilância também, quando propõem a exclusão da base de cálculo das funções insalubres ou perigosas, estão a propor a redução de 98% das vagas do setor. Praticamente a gente está falando de uma extinção do programa de aprendizagem nos dois setores, só para dar dois exemplos aqui.

E aí alguém pode dizer: "Mas aí você quer aprendizagem, então, em funções insalubres ou perigosas?". Bom, isso já existe desde 2005, quando a aprendizagem foi ampliada na sua faixa etária para até 24 anos. Existem hoje mais de 400 mil aprendizes que têm entre 18 a 24 anos de idade no país e exercem funções que são consideradas insalubres ou perigosas. E não há nenhuma ilegalidade nisso. Eu cito o Senai, por exemplo, que é uma instituição de excelência, já com décadas de atuação na aprendizagem: só o Senai possui mais de 300 programas de aprendizagem no país que são destinados a funções insalubres ou perigosas. Só para título de exemplo aqui, eu vou citar mecânico, eletromecânico, eletricista, manutenção de máquinas, obras de edificação, confeiteiro, pintor... E existe, inclusive, para o setor de asseio e conservação, a função na área de limpeza, que obviamente é destinada àquele jovem com 18 anos ou mais. Alguém pode me dizer assim: "Existe aprendiz hoje na área de limpeza?". Milhares, não é um nem são dois. São milhares, dados do eSocial de junho agora de 2016: nós temos dezenas de milhares de aprendizes no país em função na área de limpeza. Obviamente eles não têm nem 14, nem 15, nem 16, nem 17 anos; eles têm entre 18 a 24 anos, que é o que a legislação impõe. Fazer isso com menor de idade, obviamente, é irregular. Agora, fazer isso com maior de 18 anos não é nenhuma ilegalidade; pelo contrário, isso é incentivado e estimulado para o cumprimento do setor.

É a única forma de o setor cumprir a cota? Não, não é a única forma, assim como também não é a única forma de o setor de transporte cumprir a cota contratando aprendiz na área de motorista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dou um exemplo aqui no Rio de Janeiro, estado onde eu atuo. No Rio de Janeiro, o setor de transporte cumpre a cota na casa de...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Preciso encerrar...

O SR. RAMON DE FARIA SANTOS – ... quase 80%.

Estou encerrando.

Está na casa de 80% de cumprimento de cota o setor de transporte. Isso é muito mais do que a média nacional, que está na casa de 60%. Como é que o setor de transporte... Aqui na mesa anterior, foi usada a expressão "impossível, inviável". Como que o setor de transporte do Rio de Janeiro cumpre mais de 80% da cota? Porque lá o Senat oferta mais de 21 programas de aprendizagem às empresas do setor, desde a área de mecânica, passando pela área de elétrica, por pintor e por várias outras áreas que são permitidas.

Obviamente, a gente não está falando aqui de colocar um menor de idade dirigindo um ônibus na rua, nem um menor de idade portando uma arma exercendo a função de vigilância. Não é isso! E, quando isso é trazido dessa forma, Senador Laércio, isso desvirtua o objetivo central técnico da discussão. Obviamente, quando a gente fala de aprendizagem no setor de transporte, de vigilância na área-fim, a gente está falando aqui de formar a mão de obra nessas atividades. O aprendiz seria contratado na função de motorista para ele aprender o ofício de motorista enquanto aprendiz, e não para ele pilotar um ônibus ainda aprendendo. Assim, da mesma maneira, vale para o vigilante. Se o setor carece tanto de mão de obra qualificada, obviamente a gente tem na aprendizagem uma possibilidade de formação qualificada de mão de obra para essas funções que são tão escassas.

E aí, para concluir – e eu termino mesmo, Senador Laércio –, eu coloco aqui um contracheque real de um aprendiz, para a gente entender de quem que a gente está falando nesta discussão. Esta é uma aprendiz do meu estado, a Josiane – eu tapei ali o nome dela, obviamente. É uma aprendiz que tem 16 anos de idade, é uma aprendiz gestante e que usa o salário líquido dela de R$658 para ajudar em casa e montar o enxoval do filho dela. É desse jovem que nós estamos falando aqui em tirar 400 mil vagas de emprego, de empresas que faturam pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$4,8 milhões ao ano, porque são só essas empresas que estão obrigadas ao cumprimento da cota. Este contracheque fala por si só.

Eu quero colocar aqui o Sindicato dos Auditores totalmente à disposição de todas as associações e federações que apresentaram aqui para a construção de soluções técnicas que já estão hoje amparadas na legislação e também no estatuto, nos segmentos tanto de transporte como de terceirização e de vigilância armada, para que cumpram a cota. Todos falaram aqui: "Nós queremos cumprir a cota"; existem formas, pelo menos quatro formas. Infelizmente não vai dar para tratá-las aqui em exaustão, mas pelo menos quatro maneiras existem hoje de cumprir a cota para aquelas empresas que de fato querem cumpri-la. E o Sinait está à disposição de todas elas para fazer essa construção.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Obrigado.

Eu queria passar a palavra, de imediato – estou preocupado ali com o relógio, porque, se começar a sessão deliberativa, eu preciso encerrar –, para a Marilza Regattieri, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai.

Por favor, Marilza.

A SRA. MARILZA REGATTIERI (Para expor.) – Olá! Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Laércio. Eu queria agradecer pela oportunidade de estar aqui, neste espaço, e especialmente pela abertura desta audiência pública para discutir um tema de extrema importância. Não à toa é um projeto de lei que tramita aqui, no Congresso, há muitos e muitos anos.

Em função do tempo eu vou tentar ser bastante objetiva; agradecer, mais uma vez, em nome do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Senai, o Diretor Leone Andrade, por esta oportunidade; e trazer aqui a experiência de mais de 80 anos que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial tem com a aprendizagem profissional no país. Essa experiência pautou os principais fundamentos e concepções com que o Senai participou desse debate sobre o projeto de lei do estatuto da aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esteve nessa centralidade o entendimento de que a aprendizagem profissional, nessa revisão do texto legislativo, precisa, antes de mais nada, assegurar o caráter de educação profissional que a aprendizagem profissional traz. Associado ainda a isso, por ter aí a prioridade e o foco em jovens entre 14 e 24 anos, fazer com que esse instrumento de uma política de trabalho seja desenvolvido de forma articulada com as políticas educacionais, especialmente porque estamos falando aí de assegurar o direito subjetivo à própria educação e à escolaridade.

Esses fundamentos estão presentes nesse texto do projeto de lei do estatuto da aprendizagem, que, por envolver uma diversidade de atores, também traz diferentes olhares, concepções, perspectivas, expectativas. E foi um texto construído ao longo desse processo.

Então, Sr. Senador, neste debate, a gente entende, como Senai, que é extremamente importante assegurar que essa aprendizagem seja uma aprendizagem voltada a formar esses jovens para uma ocupação específica, assegurando qualidade a essa formação. E, nessa perspectiva, trabalhando de uma forma muito objetiva, fazer com que esse texto possa, de fato, assegurar uma vinculação, especialmente com os jovens que estão no ensino médio e que querem continuar e prosseguir os seus estudos ao nível superior.

E, com esse olhar e contribuindo, a gente quer deixar aqui a sugestão de uma revisão, que é uma revisão técnica de redação, porque houve uma referência, no art. 431, à necessidade de que os programas de aprendizagem cumpram com os dispositivos estabelecidos no Catálogo de Aprendizagem Profissional do Ministério do Trabalho, assim como com os Catálogos de Cursos Técnicos e de Superiores do Ministério da Educação, quando assim for o caso de formação. E o texto acabou que vinculou essa expectativa e essa orientação da necessidade, da obrigatoriedade de cumprir com os catálogos apenas em um artigo, que é o 431, que trata inclusive de programas de aprendizagem desenvolvidos por meio de contratação indireta.

Então, seria importante que essa orientação normativa também fizesse parte, na nossa sugestão, do art. 428, porque ali é que trata da descrição, como um todo, do que é a concepção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILZA REGATTIERI – ... da aprendizagem profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente deixa essa dica junto a reiterar o posicionamento do Serviço Nacional de Aprendizagem sobre a importância de manter a concepção da aprendizagem profissional que esse texto traz, que coloca inclusive o Brasil junto a referências internacionais estabelecidas num marco, inclusive, da aprendizagem profissional da OIT, que traz, assim, essa característica de vinculação da aprendizagem com ocupações profissionais e numa articulação com a escolaridade desses jovens.

Obrigada pelo espaço e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Obrigado, Marilza, obrigado por ter cumprido o prazo.

João, você agora, João Victor.

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todas as pessoas presentes, boa tarde, Senador Laércio, que nos convoca a este debate tão importante, aqui no Senado, sobre o PL 6.461, de 2019, PL que, pessoalmente, acompanho há 3,5 anos. Participei de dezenas de reuniões. Eu não... Acho que dizer dezenas é pouco; foram mais de centenas de reuniões sobre esse PL, com todos os setores econômicos possíveis, com entidades formadoras. E o dia a dia do Ministério do Trabalho é, inclusive, pautado pela aprendizagem profissional, porque é a nossa principal política pública ativa em atendimento de pessoas e impacto econômico na sociedade também.

A aprendizagem é uma das vias públicas que mais impacta diretamente a renda de pessoas jovens no Brasil e diversas famílias, sobretudo aquelas que estão no CadÚnico, que, infelizmente, são as pessoas mais necessitadas economicamente no nosso país.

Esse texto não é um texto do Governo Federal. Esse texto foi recebido de uma discussão da legislatura anterior e com outro Governo, que vinha debatendo e construindo. Por isso, nós, enquanto Governo, debatemos e construímos esse texto dentro da Câmara dos Deputados. Esse é um consenso possível. Há diversos dispositivos que a gente não vai mencionar aqui por questão de tempo, para respeitar a celeridade do nosso debate, que não nos agradam enquanto ministério, e entendemos que haveria saídas melhores. Mas este foi um consenso possível, construído coletivamente junto às duas relatorias: a do então Deputado Marco Bertaiolli, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afastou e está no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e da Deputada Flávia Morais, que relatou, nos anos finais, este PL e entregou este relatório aqui, que hoje está sob a relatoria, aqui no Senado, do Senador Veneziano.

É muito importante que a gente expresse isso, e estamos aqui para discutir a importância dessa política pública. A aprendizagem, se a gente puder descrever, é o estado da arte das políticas públicas de trabalho no mundo inteiro. E o modelo brasileiro é reconhecido como um dos modelos mais singulares do mundo, mais importantes e com o maior número de pessoas atendidas no mundo. Essa é uma política pública referência do Brasil para todo o mundo e é uma política pública construída há muitos anos. A aprendizagem profissional não nasce em 2000, na Lei 10.097, ela nasce nos anos 40, no Governo de Getúlio Vargas, com a construção dos Serviços Nacionais de Aprendizagem profissional e Serviços Sociais da Indústria e do Comércio. Nasce junto com o Senai e com o Senac e, posteriormente, Senat, Senar e Sescoop, que se somam a essa obrigação. E, junto com isso, nasce, no Serviço Nacional de Aprendizagem – eles nascem com essa obrigação –, uma questão, que é a contribuição compulsória da folha de pagamento – aqui os empregadores o sabem –, que é justamente para quê? Destinada para o cumprimento legal da formação dessa legislação.

Então, a Lei da Aprendizagem foi criada já nos anos 40, pensando e fechando o sistema e, nos anos 2000, agregaram-se as cotas obrigatórias e se ampliou para as entidades do terceiro setor. Isso transformou a política pública numa das políticas públicas que mais impactam pessoas na nossa sociedade, chegando ao final desse ano com mais de 7 milhões de brasileiros e brasileiras beneficiados pela Lei da Aprendizagem Profissional só nessa forma da lei, desconsiderando a forma anterior, que vigorou de 1940 a 2000.

Essa é uma legislação que é uma das ações mais singulares, porque é uma legislação atualmente com duas páginas. A Lei 10.097 tem duas páginas e beneficiou 7 milhões de vidas, com duas páginas. E é uma lei que é importantíssima porque é uma lei que – como, em voga, se pensava à época dos anos 2000 – é uma lei isonômica: ela considera os setores de forma isonômica, impõe obrigações de forma isonômica. Obrigações as quais foram impostas ali e esse PL não discute e não debate. Não há mudanças de fórmulas de cálculo; nenhuma obrigação nova está sendo criada. Pelo contrário, estão sendo criadas soluções para o cumprimento da cota em setores que têm dificuldades. Soluções que já haviam sido testadas e pensadas em âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infralegal, e agora vem a lei para consolidar esse direito para o setor produtivo, de formato alternativo de cumprimento de cota.

Esse PL garante formatos alternativos de cumprimento de cota, mais de um formato alternativo de cumprimento de cota é previsto na nesse PL.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA – Inclusive, um dos setores que aqui falou, que é o setor de terceirização de mão de obra... Nós sabemos que um dos maiores terceirizadores de mão de obra do país é o próprio Estado brasileiro. Seja o Governo Federal, seja os governos estaduais, governos municipais, autarquias, fundações, administração direta ou indireta, é um dos maiores terceirizadores de mão de obra do Brasil. Isso impõe obrigações ao Estado brasileiro para garantir condições de que esses contratos sejam cumpridos, inclusive trazendo diretamente uma tranquilidade e um resguardo ao setor produtivo.

É uma política pública que atende, na sua maioria, pessoas pretas, pardas e mulheres. Essa é uma política pública que vai, no fundo, às contradições da nossa sociedade brasileira. É muito importante que a gente entenda que, até o final dessa década, essa política pública vai ter atendido 5% de todos os brasileiros vivos. E isso é muito pouco ainda. Poderia ser muito mais. A gente tem potencial de atender muito mais e mudar a trajetória, como o Senador Astronauta Marcos Pontes, do meu estado inclusive, aqui falou que mudou a vida dele. Muda diariamente a vida de milhões de pessoas, e a gente não pode discutir regras que flexibilizem e diminuem o potencial de atendimento a essa questão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA – A aprendizagem não é uma mera obrigação; ela é um instrumento que possibilita a formação de mão de obra no nosso país, ela é a solução para o apagão de mão de obra. Sempre que há um setor que reclama de apagão de mão de obra, a gente olha para a obrigação que os setores têm de formar seus profissionais em cursos que são escolhidos pelo setor produtivo. O empregador define o curso que ele faz, o empregador define a forma que se contrata, o empregador define a quantidade de horas e define, inclusive, a remuneração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a remuneração média da aprendizagem profissional no Brasil é de R$1,1 mil. A gente viu ali um contracheque de R$600, mas se a remuneração média é de R$1,1 mil, quer dizer que tem muitos empregadores pagando muito para os aprendizes e subindo essa média, porque, pela maior parte dos contratos, se a gente for olhar a mediana, estaria muito abaixo a mediana. A média é muito superior à mediana. Isso quer dizer que tem muitos empregadores que apostam constantemente na aprendizagem profissional como uma política pública de transição de mão de obra, de formação de profissionais para médio e longo prazos. E é disso que o nosso país precisa, em especial nas ocupações técnicas neste país. É uma política pública que garante a conclusão da educação básica, garante que jovens tenham no seu contraturno formação profissional, trabalho e renda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA – Isso faz com que o nosso país tire milhões e milhões de brasileiros da informalidade, inclusive jovens e adolescentes, do crime organizado; tira jovens das ruas e coloca jovens no principal lugar, com direitos, com trabalho, com renda, carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos.

Então é muito importante que a gente faça um apelo final, já que meu tempo se excedeu: que a gente não picote esse texto, que a gente consiga avançar sobre esse texto, inclusive garantindo a isonomia da legislação, e que a gente não regrida inclusive em temas debatidos pelo TST. Diversos setores aqui, como o setor de transportes, já tiveram no TST diversas súmulas vinculantes, mais de uma súmula vinculante, obrigando a entrada de motoristas e cobradores no cálculo da cota. Então acho que é muito importante que a gente não retroaja, inclusive no que os tribunais superiores já definiram sobre essa política pública, uma vez que essa política pública não debate nenhuma obrigação nova e mantém as obrigações que já são garantidas. Então a gente faz um apelo para que a gente continue mantendo o consenso possível.

Esse texto não é um texto de governo, esse texto foi um texto construído junto com os Parlamentares durante anos e anos de negociação. Muitos dos atores aqui discutiram por sete anos nesse debate. Eu peguei só três anos e meio desse debate, mas posso dizer que a gente discutiu, discutiu, discutiu muito para que esse texto continue e que a gente continue entendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a aprendizagem profissional como a principal, a maior política pública da geração de emprego no nosso país e a que mais garante direitos aos nossos jovens no nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Obrigado, João Victor.

Por fim, eu quero passar a palavra à Maria Eduarda, que representa neste momento a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos.

Por favor.

O SR. MARIA EDUARDA BORGES CONTREIRAS DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela palavra. Agradeço também aos demais presentes pela atenção.

Eu venho em nome da Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos, que representa o setor citrícola, processador e exportador de suco de laranja.

Primeiramente, a CitrusBR apoia a aprendizagem profissional como política pública de qualificação e inclusão de jovens e adolescentes no mercado, mas avaliamos que o Estatuto do Aprendiz, na forma como foi aprovado na Câmara, não traduz adequadamente a realidade das atividades rurais sazonais do campo. No setor citrícola, por exemplo, a colheita é realizada em regime sazonal, em áreas rurais externas, com exigências físicas acentuadas e também com exposição a condições ambientais, que são proibidas à presença de menores de 18 anos.

É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos arts. 60 a 69, e também o Estatuto do Aprendiz exigem respeito à condição da pessoa em desenvolvimento. Como foi mencionado diversas vezes durante a audiência, eles vedam atividades perigosas, insalubres e penosas. Dessa forma, a alocação de menores de 18 anos frente às atividades de colheita tem que ser tratada com cautela.

Outro ponto de atenção é que o texto do PL reforça que a aprendizagem profissional tem caráter pedagógico, educativo e preserva também o contrato de até dois anos. Isso acaba sendo incompatível com o vínculo do safrista, que dura de seis a dez meses, com funções cujo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinamento é breve, operacional e de baixa densidade pedagógica. Essas funções não se alinham ao desenho de duração previsto na lei e não traduzem oportunidades reais de aprendizado.

Por outro lado, mesmo assim o setor citrícola consegue promover a inclusão de jovens, mas em projetos que têm outras qualificações técnicas mais consistentes com esse público. Vale destacar que, hoje, aproximadamente 16,5% da força de trabalho do setor vem de jovens de até 24 anos, contratados sob regime celetista, que têm remuneração integral, direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, o que mostra que a citricultura já cumpre esse papel, inclusive com um teto maior do que o previsto, de 15%, pela lei.

Então, o setor reafirma o compromisso com a inclusão, com a produtividade dos jovens e solicita que o Senado ajuste o Estatuto do Aprendiz para considerar essa especificidade das atividades rurais e sazonais do setor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Muito obrigado, Maria Eduarda, pela sua eficiência na sua apresentação.

Eu quero agradecer a presença de todos os senhores que participaram aqui conosco. Esse tema realmente tem muitas opiniões aqui, e esta audiência serviu exatamente para trazer luz para as discussões que seguirão daqui para a frente.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez registrando meus agradecimentos a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6461, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 a 5. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 896, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para alinhar a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em saneamento básico com as metas de universalização dos serviços e os objetivos de redução das desigualdades regionais." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS a 5-CAS. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6384, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Auxílio Caixa d'Água Social, destinado a mitigar os efeitos da pobreza hídrica sobre famílias de baixa renda residentes no Semiárido ou sujeitas a secas recorrentes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS a 5-CAS. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1261, de 2022 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Regulamenta as profissões de tanatopraxista e técnico em tanatopraxia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1905, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para prever a inclusão das instituições religiosas, de assistência social e sem fins lucrativos na Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), dispor sobre os documentos instrutórios nos procedimentos de regularização fundiária e incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos exigidos de profissionais legalmente habilitados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5608, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3522, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o art. 391-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante em contratos de trabalho intermitente, temporário e por prazo determinado." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao senador Laércio Oliveira, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3359, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o artigo 5º, da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para incluir qualquer dano e sequela por escalpelamento no rol de danos pessoais cobertos pelo seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3432, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Panificador." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 205, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui a campanha de saúde pública Junho Vermelho, para estimular o desenvolvimento pelo poder público de ações de incentivo à doação de sangue." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5972, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.747, de 5 de dezembro de 2023, para prever a criação de protocolos de atendimento para urgências cardiovasculares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluídas medidas trombolíticas em Unidade de Pronto Atendimento (UPA)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. **ITEM 12 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 5099, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 13 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2864, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a crescente precarização do trabalho médico no Brasil." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 82, de 2026** que: "Requer, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 531/2024, que "estabelece novo marco regulatório para a circulação, a comercialização, a fiscalização e a inspeção de produtos alimentícios artesanais e dos estabelecimentos que os produzem"." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Adiado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/15

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimentando os presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As senhoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 642, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.622, de 2026, que trata da auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a eficácia dos componentes cirúrgicos e ambulatoriais do programa Agora Tem Especialistas, na redução das filas de acesso à atenção especializada.

Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e assembleias legislativas contendo considerações sobre temas relacionados à saúde e questões trabalhistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso levantar a mão, da ferramenta de videoconferência, para os Senadores que participam remotamente.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6461, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 a 5.

Observações:

1- Em 8/6/2026, foram recebidas as Emendas nº 1 a 3, de autoria do senador Laércio Oliveira (pendente de relatório).

2- Em 9/6/2026, foi recebida a Emenda nº 4, de autoria do senador Jaime Bagattoli (pendente de relatório).

3- Em 14/7/2026, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

4- Em 14/7/2026, foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do senador Angelo Coronel (pendente de relatório).

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores companheiros de trabalho deste Colegiado, demais outros convidados, nossos companheiros que nos auxiliam, da nossa Secretaria...

Meu agradecimento, Presidente, pela oportunidade que, mais uma vez, V. Exa. nos distingue a fazer uma contribuição, em relação a propostas legislativas, e esta, particularmente, muito especial e muito importante, já saudando, de início, a autoria do nosso querido ex-companheiro Deputado André de Paula, hoje respondendo na condição de Ministro de Estado, e demais outros que subscreveram a matéria, que recebeu, da Câmara dos Srs. e Sras. Parlamentares federais, Deputados Federais, a sua aprovação, vindo à apreciação deste Colegiado.

Nós estivemos, na oportunidade de ontem, atendendo à demanda do requerimento do Senador Wilder e do Senador Jayme, a oportunidade de fazermos audiência pública, e, de imediato, V. Exa. traz à pauta, para que hoje possamos fazer a leitura do nosso relatório e, quem sabe, podermos já votá-la – a propositura.

Se V. Exa. permitir que o seu companheiro possa já partir à análise, eu agradeço, evidentemente ouvindo os demais outros integrantes.

Análise.

Está entre as nossas atribuições examinar proposições relacionada às relações de trabalho, conforme o disposto no art. 100, inciso I, do nosso Regimento, competência que alcança as emendas apresentadas perante a Comissão.

Ademais, a proposição não trata de matéria sujeita à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, da nossa Constituição. Trata-se de matéria de iniciativa legislativa geral, podendo ser proposta por qualquer dos legitimados constitucionalmente previstos no art. 61, *caput*, da CF.

Quanto à escolha do instrumento normativo, cumpre esclarecer que a Constituição não exige lei complementar nem reserva outro instrumento específico para disciplinar o tema relacionado ao trabalho do aprendiz. Portanto, em exame abstrato, não se constatam óbices formais capazes de impedir a regular tramitação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, somos favoráveis à sua proposição.

A aprendizagem profissional constitui importante instrumento de inclusão produtiva e desenvolvimento social, permitindo que adolescentes e jovens adquiram experiência prática, formação técnico-profissional e competências necessárias à inserção no mercado de trabalho, sem prejuízo da continuidade dos estudos. Atualmente, contudo, a disciplina jurídica da aprendizagem encontra-se dispersa em diversos diplomas normativos, o que dificulta sobremaneira sua compreensão e aplicação pelos agentes envolvidos.

O projeto do Deputado André de Paula propõe a reorganização e sistematização do regime jurídico da aprendizagem profissional, mediante a consolidação, em um único diploma legal, dos princípios, regras, direitos e deveres aplicáveis ao instituto. Com isso, promove a modernização do marco normativo, amplia a segurança jurídica e favorece a expansão das oportunidades de aprendizagem.

Além dos benefícios diretos aos aprendizes, o fortalecimento da aprendizagem profissional produz efeitos positivos para o setor produtivo e para a sociedade, ao estimular a formação de mão de obra qualificada, favorecer a permanência dos jovens na escola, ampliar oportunidades de inclusão social e contribuir para a redução das desigualdades.

No que se refere às emendas apresentadas perante esta Comissão, entendemos, com os devidos e necessários reconhecimentos às contribuições propostas pelos meus e minhas ilustres autores e autoras, que devem ser rejeitadas pelas razões que passamos a expor. Haverei de fazer uma leitura rápida, até para demonstrar respeito aos propósitos de cada um dos companheiros que apresentaram as suas emendas.

A Emenda nº 1 pretende autorizar, de modo amplo, que acordos e convenções coletivas de trabalho disponham sobre as normas de aprendizagem profissional. Ocorre que a aprendizagem integra o núcleo das medidas de proteção legal de crianças e adolescentes, cuja supressão ou redução constitui objeto ilícito de negociação coletiva, nos termos do art. 611-B, XXIV, da nossa CLT, dispositivo ao qual o próprio projeto, no art. 3º, acrescenta menção expressa às normas relativas à aprendizagem profissional. A emenda instauraria, assim, contradição interna no texto. Por essa razão, nós propusemos a sua não aceitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados já equaciona adequadamente a relação entre autonomia coletiva e proteção do aprendiz, ao admitir a negociação coletiva quando destinada a estabelecer condição mais favorável.

As Emendas nºs 2 e 3, bem como a primeira parte da Emenda nº 4, têm em comum a criação de amplas hipóteses de exclusão de funções da base de cálculo da cota de aprendizagem.

A base de cálculo da cota, contudo, é apenas o parâmetro de dimensionamento da obrigação, e não a delimitação dos postos em que o aprendiz será alocado. O contrato de aprendizagem pode ser firmado com jovens de até 24 anos incompletos, sem limite de idade para as pessoas com deficiência, o que viabiliza a formação profissional inclusive para funções vedadas a menores de 18 anos. O próprio texto aprovado pela Câmara equaciona expressamente a questão, ao dispor, nos §§8º e 9º do art. 429 da CLT, que as atividades práticas insalubres ou perigosas, as que exijam licença ou autorização vedada a menores e as incompatíveis com o desenvolvimento do adolescente deverão ser designadas a aprendizes maiores de 18 anos.

No mesmo sentido consolidou-se a jurisprudência do TST, meu estimado amigo, irmão e companheiro Laércio Oliveira, que reiteradamente afasta a exclusão de funções como a de vigilante da base de cálculo da cota e que, no Tema 66 dos incidentes de recursos repetitivos, fixou a tese vinculante de que o número de trabalhadores que exercem as atividades de motorista e de cobrador de empresa de transporte coletivo deve integrar a base de cálculo utilizada na apuração do cumprimento da cota de aprendizagem prevista no art. 429 da CLT. As emendas caminham, portanto, em sentido contrário à orientação firmada pela maior corte trabalhista, o TST.

Além disso, do ponto de vista da política pública, as exclusões propostas esvaziariam a cota de aprendizagem, justamente nos setores com maior potencial de absorção de mão de obra, como segurança privada, transporte e agropecuária, reduzindo de forma drástica as oportunidades de formação profissional que o estatuto pretende ampliar. As dificuldades operacionais apontadas pelos autores encontram resposta mais adequada nos mecanismos alternativos de cumprimento já contemplados no projeto, como as modalidades indiretas de contratação e a Conta Especial da Aprendizagem Profissional, que preservam a obrigação sem impor a alocação do aprendiz em atividades incompatíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quanto à segunda parte da Emenda nº 4, a redução à metade do valor da multa por aprendiz não contratado, somada à supressão da elevação ao dobro em caso de reincidência ou embaraço, comprometeria o caráter dissuasório da sanção. O descumprimento da cota deixaria de representar risco econômico relevante e passaria a constituir custo previsível e reduzido, o que estimularia, evidentemente, o inadimplemento da obrigação.

A Emenda 5, por sua vez, persegue objetivo meritório ao buscar estimular a contratação de aprendizes, além da cota mínima obrigatória. Não obstante, a via eleita, de criação de benefício fiscal, esbarra em óbices de ordem orçamentária e fiscal que recomendam sua rejeição.

A emenda não vem instruída com estimativa de impacto. Limita-se a remeter a providência às leis orçamentárias subsequentes, o que inverte a sequência exigida pelas normas de regência e não supre a exigência constitucional, expondo o dispositivo a questionamentos quanto à sua validade e comprometendo a segurança jurídica do novo marco legal.

Além disso, o desenho proposto restringe o incentivo às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, alcançando apenas parcela reduzida dos empregadores e deixando de fora as optantes pelo lucro presumido e pelo Simples Nacional, o que limita o efeito prático da medida e cria assimetria concorrencial em desfavor das empresas de menor porte.

Sr. Presidente Marcelo Castro, pelas razões que nós expusemos, as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 devem ser rejeitadas, ao meu sentir, preservando-se o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que assegura o equilíbrio entre a proteção do aprendiz, a segurança jurídica dos empregadores e a efetividade da política pública de aprendizagem profissional.

Diante do que exposto foi, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, e pela subsequente rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, Presidente Marcelo Castro.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Coloco a matéria em discussão.

Senador Jaime Bagattoli, V. Exa. tem a palavra para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Veneziano, Relator dessa matéria.

Eu tenho uma emenda, a Emenda nº 4 ao PL 6.461, de 2019, que não foi acatada.

Quero dizer a todos que estiverem nos acompanhando... Depois eu vou chegar lá onde ele coloca que as pessoas que têm mais de 18 anos podem ser aprendizes em transportadora, frigorífico, posto de gasolina, podia citar n funções, n empresas que não têm possibilidade nenhuma de alcançar os 5%. Você pega uma transportadora que tem cem caminhões, ela vai ter para os cem caminhões a atividade principal, que é o motorista; menor não entra em cem motoristas. Para cada 30 caminhões existe uma pessoa, então você tem três, mas vamos dizer que tenha quatro, que tenha mecânico e três de escritório, são quatro. Onde você vai colocar 5%, cinco pessoas como menor aprendiz dentro de uma transportadora? É impossível fazer isso.

Aí se tinha aqui ainda algo que se colocou lá na Câmara dos Deputados, um valor estipulado de multa de 3 mil. Aí nós tínhamos colocado 1,5 mil, também foi rejeitado. Quero dizer para vocês que quem tem mais de 18 anos... Até porque o menor não pode trabalhar no frigorífico porque lá dentro é insalubre. Você vai trabalhar num posto de gasolina, é periculosidade, não tem como você colocar uma pessoa menor. Aí, meus amigos, Senadores e Senadoras, os maiores de 18 anos não são aprendizes. Os maiores de 18 anos já vão ser empregados, ele já vai para o emprego, ele vai ficar 90 dias com experiência para ver se vai se adaptar. Agora, quem vai fiscalizar se a pessoa que está lá com mais de 18 anos é um aprendiz?

O que nós temos que fazer? Nós temos que simplificar as coisas. Antigamente, no passado, um pai de família levava um filho dele que era menor, Senadora Damares, para aprender uma profissão, e o pai, antigamente, pagava a empresa porque ele queria que o filho aprendesse, porque ele poderia às vezes até causar um prejuízo lá na empresa. Eu tenho orgulho hoje de dizer aqui para vocês: eu contratei, e já falei na audiência pública, uma menina de 14 anos, 15 anos, ela começou a trabalhar comigo há praticamente 36, 37 anos. O pai dela mandou, pediu para mim para ela atender telefone, não pediu salário, não pediu nada. Hoje, ela é que toca a empresa. No grupo nosso, ela hoje é a pessoa responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com você, Veneziano. Nós temos que dar oportunidade, sim, para o menor, para o aprendiz. Temos que dar oportunidade, e isso é muito importante, até porque ele vai se aperfeiçoando e ele vai aprender algo na vida e muitas vezes ele tem que trabalhar naquilo que ele já quer fazer futuramente na sua faculdade. Isso é muito importante. Agora, eu quero que vocês entendam: tem empresas que não têm condições de colocar um menor, de podermos cumprir com o que está aqui, com essa lei que estabelece 5%, generalizado, para todas as empresas.

Então, Sr. Presidente, eu peço vista para nós conseguirmos debater melhor. Vamos conversar com o Senador Veneziano sobre essa situação. Eu pediria vista desse projeto, desse PL.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Vista concedida.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Pois não, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. Pela ordem.) – Eu quero...

Bom dia a todos que aqui estão participando desta Comissão. Quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcelo Castro, Presidente da nossa Comissão. De igual modo, quero cumprimentar meu amigo e irmão Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator dessa matéria, quero cumprimentar também o autor pela iniciativa, Deputado André de Paula, hoje Ministro, e quero me somar ao Senador Jaime Bagattoli e pedir vista também desse projeto, porque eu creio que a gente precisa fazer uma conversa mais profunda aqui no Senado sobre esse projeto.

Nenhum dos meus colegas aqui que vão pedir vistas também é contra o projeto. Não. A gente precisa só fazer um enquadramento melhor e definições mais claras entre o que está no texto e o mundo do trabalho. Quem tem experiência com a empregabilidade no país olha para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto e enxerga que existem ajustes que são necessários para que o projeto de fato cumpra a sua finalidade.

Então, um projeto de estatuto do aprendiz eu acho que abre um leque enorme. Ser contra isso? Não. Quem é que não quer o jovem trabalhando? Talvez todos nós que aqui estejamos hoje na condição de Senadores e Senadora, a gente começou a trabalhar muito cedo, ainda jovem, com 14 anos, como é o meu caso e de tantos outros aqui, mas a gente precisa mudar definitivamente um pensamento de que para tudo é preciso passar cota para ser cumprida por quem emprega, limites de multas para quem emprega. Eu acho que isso não contribui para o projeto.

Sobre esse mesmo assunto que está sendo discutido aqui, existe um projeto chamado verde e amarelo, Carteira Verde e Amarela ou coisa parecida. Vai na mesma linha de ação do que se pretende fazer com esse projeto. Eu mesmo sou o autor de um projeto que abre uma possibilidade para a empregabilidade de pessoas com mais de 55 anos de idade, de 60 anos de idade, porque essas pessoas com 60 anos de idade estão sendo excluídas do mercado de trabalho – isso não é justo –, mas não é um estatuto, não é algo que penalize quem não consegue contratar. A gente caminha para construir uma oportunidade de empregabilidade para essas pessoas também.

Então, o meu apelo, que eu faço ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente desta Comissão, é que a gente, apesar de ser um projeto de 2019... E ontem, Senador Veneziano, meu amigo, eu presidi aqui a Comissão autorizada pelo Senador Marcelo Castro, eu que conduzi a audiência pública aqui ontem, e nós conversamos e ouvimos todas as partes atentamente. E eu entendo que, mesmo sendo um projeto de 2019, existe uma necessidade de que a gente sente para tentar alinhar as nossas ações para que o estatuto do aprendiz de fato passe a viger, após os ajustes que são necessários, independentemente do que a Câmara fez, para aperfeiçoar ainda mais para que de fato o estatuto cumpra a sua missão. Esse é o que eu desejo, e a vista que eu faço neste momento, acompanhando o Senador Jaime Bagattoli, é nesse sentido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Pois não, Senador Laércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares pediu a palavra antecipadamente.

Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Pela ordem.) – Presidente, a vista será coletiva, não é? Mas eu ia fazer um apelo aos colegas, ao Senador Laércio e ao Senador Jaime.

Esse PL é de 2019. A Câmara se debruçou sobre a matéria, houve muito debate. Eu era Ministra no período e a Secretaria Nacional de Juventude ficava no nosso ministério, assim como a Secretaria da Criança e do Adolescente. E essa discussão foi muito maturada, foi posta e todo mundo veio para o debate na Câmara. Aqui a gente já teve uma audiência pública ontem. Eu não pude participar presencialmente, eu estava presidindo outra Comissão, mas, em casa, a minha diversão é assistir à audiência pública a que a gente não pôde vir porque estava ocupada em outro lugar.

Não entendo – posso estar equivocada – que tenha tanto problema essa matéria. A gente precisa dar uma resposta para esse segmento. Os meninos precisam começar a ser inseridos no mercado de trabalho. Nós estamos com uma geração enorme, um número enorme, nessa geração, de meninos e meninas nem na escola nem no trabalho. O Estatuto do Aprendiz será o motivador, será um fator preponderante para a gente trazer mais meninos para o mercado de trabalho. É um sonho nosso. Esse estatuto, Senador Veneziano, é um sonho de quem trabalha com esse segmento.

Então, eu pediria aos colegas que estão pedindo vista – a gente está indo para um recesso, essa matéria só vai voltar agora depois do recesso – para a gente alinhar, quem sabe, Laércio, minha assessoria com a sua, com a do Jaime, com a do Senador Veneziano. O que a gente precisa modificar ainda? Quais são os pequenos gargalos? Porque, ontem, na audiência, no debate que foi posto, eu não vi tanta contradição na matéria. Entendo a preocupação do Senador Jaime – entendo –, mas eu acho que a gente pode, juntos, encontrar uma solução, uma resposta.

Mas, Presidente Marcelo Castro, que a matéria... Se o senhor puder trazer a matéria para a pauta já na primeira sessão, a gente faz um mutirão nos próximos dias para adequar o texto, encontrar uma resposta. Então, essa é a minha posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os meninos estão esperando uma resposta da gente. Eu estou falando em nome de milhares e milhares de meninos aguardando há anos, meninos que já estão virando vovôs – vovôs que eram meninos quando começaram a lutar por essa matéria.

Então, Senador Marcelo, se possível, já traga para a pauta na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Pois não, Senadora Damares.

Eu estava pensando exatamente em comunicar a nossa disposição de trazer esse projeto para a pauta na próxima sessão. Então, aqueles que estão discordando eu quero que entrem em contato com o Relator para chegar a um entendimento para, na próxima sessão, a gente poder votar.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO) - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Essa matéria tem uma importância muito grande para o país como um todo.

Eu começo falando com relação à segurança pública, que é um dos problemas principais do país, que a gente vê nas pesquisas. Eu garanto que uma lei do aprendiz bem eficiente e com alcance e aplicabilidade prática, somada à formação profissional, pode ajudar, em médio prazo, a redução de problemas de criminalidade, drogas, etc.

Eu digo isso por experiência própria. Eu fui menor aprendiz, eu comecei a trabalhar com 14 anos, graças a um curso do Senai que eu fazia em paralelo, eu era menor aprendiz da Rede Ferroviária Federal e aquilo mudou a minha vida. Meu pai era faxineiro, então eu conheço bem a realidade, como é que é, onde a gente vive, as possibilidades, as oportunidades que tem. Então o aprendizado industrial, no meu caso, ali dentro da rede ferroviária, somado à possibilidade de trabalhar com 14 anos, aquilo mudou a minha vida, assim como pode mudar a vida de milhares ou milhões de jovens no Brasil. Esse é um ponto em que essa lei é extremamente importante.

Eu parabenizo o Veneziano, parabenizo todos que têm trabalhado com isso. Ela está em pauta já há sete anos. Concordo que o tempo é longo, mas é importante que ela saia uma lei que seja prática e efetiva. E quando eu digo isso, não adianta a gente ter uma lei que impossibilita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação, porque a gente vai ter menos jovens trabalhando nessa situação. Portanto, é extremamente importante que a gente ache uma solução rapidamente, mas uma solução viável para as empresas e para os menores.

Nesse ponto, quando se fala de aprendiz, a gente vê que se estende até 24 anos de idade. Nós temos, então, uma população que a gente pode distribuir... Eu falo um pouquinho de matemática, mas a gente pode distribuir essa população viável desse universo de jovens, vou chamar de jovens como um todo, dentro desse espectro de idade. Você pode fazer um gráfico aí de quantos têm abaixo de 18 anos, quantos têm acima de 18 anos trabalhando com isso e quais são as empresas que têm cargos que obrigatoriamente precisam da maior idade para trabalhar.

É óbvio que a gente não vai colocar um jovem abaixo de 18 anos ou um jovem trabalhando com coisas insalubres ou em posições que ele não tem as qualificações técnicas e a experiência para poder fazer. A gente coloca em risco não só a empresa, o jovem e as pessoas. Imagina um garoto aprendiz com 21 anos dirigindo um ônibus carregado de pessoas. É bom a gente pensar nisso, que a gente vai colocar em risco outras coisas também. Tem certas profissões que exigem uma qualificação maior para que elas sejam aplicadas.

Então, esse estudo técnico é extremamente importante para que nós possamos dar às empresas as possibilidades de cumprir isso e, como falou o Bagattoli, as empresas precisam, as empresas têm ali, muitas vezes um jovem que começou antes, começou jovem ali com 15 anos, na empresa, e se torna um diretor da empresa, porque ele passa a conhecer tudo aquilo lá. Mas esse crescimento tem que ser feito da maneira correta.

Portanto, eu acompanho o pedido de vista e me coloco à disposição para ajudar nisso. Lembrando que eu sou o Presidente aqui da frente para o ensino profissionalizante, o que tem uma conjunção muito grande. Então me coloco à disposição para discutir junto, pela minha experiência e pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não, Senador Astronauta Marcos Pontes. A gente vê que todos aqui formam um consenso da importância desse projeto. O Senador Jaime Bagattoli usou do seu direito regimental de pedir vista. Então o que é que nós temos que fazer? O Senador Laércio fez uma audiência pública ontem. É vocês entrarem rapidamente em entendimento com o Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver quais são as modificações necessárias para aprimorar o projeto, para na próxima sessão a gente vir com um relatório já consensual e poder aprovar.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente, é simplesmente para ratificar a importância do tema. Nós temos hoje problemas muito graves que acontecem com o jovem, ele se vê sem aquelas perspectivas clássicas de antigamente: "estuda e resolve". Não resolve, às vezes o estudo não é aquilo que a sociedade e que o mercado demandam.

Então, a minha concordância absoluta com a discussão e a mais absoluta ainda – se é que existe – pelo prazo para decidir, ou seja, coloque votação na próxima, porque tudo vale a pena, discutir, aperfeiçoar, mas o pior de tudo é nós perdermos este ano sem deliberar.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Concordo também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O tempo ruge.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Falou a voz da experiência, pai! Por isso é o nosso decano aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – O tempo ruge.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Vamos ao próximo item.

Item 4 da pauta, terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1261, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta as profissões de tanatopraxista e técnico em tanatopraxia.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à nova Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou ao mérito, inclusive de forma bem resumida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, por favor, temos uma oradora. Peço silêncio.

Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Presidente.

Presidente, não existem óbices constitucionais ou regimentais à apreciação da matéria por esta Comissão ou pelo Congresso Nacional.

No mérito, então, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei 1.261, de 2022. Entendemos que o direito à dignidade da pessoa humana não se restringe ao ser humano vivo, mas deve ser assegurado a todos após a morte. Os direitos humanos devem estender-se após a morte em relação à dignidade, imagem, honra e reputação da pessoa, de seu corpo e de sua memória, bem como o direito ao luto dos familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, como garantir que os funerais ocorram de maneira a atender às expectativas da família do falecido, da sociedade e também das disposições prévias do próprio falecido? Como igualmente atentar para as necessidades de saúde pública e de biossegurança que estão diretamente correlacionadas ao evento morte e suas consequências?

A tanatopraxia, como técnica e como ofício, insere-se principalmente no quadro dessas necessidades práticas. Trata-se de aplicação de técnicas de preservação do corpo e de restauração de sua aparência de forma a proporcionar um bom aspecto ao corpo, bem como restaurar suas feições e sua condição geral, principalmente em caso de mortes que tenham ocasionado a desfiguração do falecido.

Desta forma, evidente a necessidade da regulamentação do ofício, tanto do ponto de vista de sua necessidade social quanto do risco sanitário que decorre de sua prática desregulamentada.

Esses profissionais existem desde que o ser humano é ser humano. Então, a gente precisa, aqui, com muita maturidade, pensar como regulamentar o ofício no Brasil.

Inicialmente, destaque-se que o próprio termo tanatopraxia é dúbio, pois, em algumas definições, refere-se apenas à técnica de preservação de corpos (o chamado embalsamamento), ao passo que, em outras, compreende, além do embalsamamento, todos os procedimentos estéticos e reconstrutivos faciais, corporais e capilares, que são utilizados com o fim de garantir um aspecto corporal adequado aos funerais.

Entendemos, Presidente, que é adequado, no presente caso, manter o termo para esse entendimento mais amplo da área, em substituição ao termo “ciências mortuárias”, alinhando-nos, assim, com a prática italiana, que se inclina nesse sentido. Trata-se de uma escolha puramente pragmática, reconhecendo a utilização mais simples e de aparência mais técnica dos termos “tanatopraxia” e “tanatopraxista”, embora reconheçamos que “ciências mortuárias” e “técnicos mortuários” seriam igualmente aceitáveis.

Outro aspecto diz respeito à definição dos requisitos formativos para o exercício da profissão, que, nos termos do projeto de lei, compreenderiam tanto técnicos em tanatopraxia quanto tecnólogos de nível superior que receberiam o título de tanatopraxistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, em busca na internet, não pudemos encontrar nenhum curso de tecnologia em nível superior em ciências mortuárias que seja oferecido atualmente no Brasil, ou mesmo cursos técnicos profissionalizantes. A oferta de formação na área se concentra exclusivamente em cursos de curta duração, muitas vezes em caráter de extensão.

Eventual adoção da norma constante do projeto de lei teria como corolário a criação artificial de demanda para tais cursos, dada a exigência para o exercício da profissão – demanda que, ressaltamos, até o presente momento, não foi suficiente para o estabelecimento de tais cursos em decorrência dos mecanismos usuais de mercado.

Isso, em si, já seria problemático em razão da criação artificial da demanda por meio de lei. Além disso, constituiria uma forma de estabelecimento de uma reserva de mercado, obstando o ingresso de interessados no mercado em razão da barreira monetária decorrente do custo de formação profissional, que aumentaria exponencialmente, já que cursos técnicos e superiores cobram valores mais elevados dos alunos, e não se vislumbra a criação de cursos públicos de tanatopraxia nos próximos anos.

Ora, sabemos que não é função de uma norma de regulamentação profissional criar demanda que não existe naturalmente nem criar restrição de ingresso no ofício, em situações em que essas restrições não são necessárias.

Dessa maneira, Presidente, oferecemos para aperfeiçoar a redação do Projeto de Lei nº 1.261, de 2022, nesse aspecto, deixando mais aberta a definição dos profissionais envolvidos, exigindo apenas uma formação mais genérica, de maneira a abarcar também os profissionais de nível superior, se vierem a ser implementados cursos nessas áreas.

Em decorrência, temos de adaptar toda a proposição à mudança de nomenclatura que adotamos.

Assim, quanto aos aspectos sanitários e éticos da profissão, temos que a matéria, tal como se encontra, já é adequada, abrindo margem para regulação infralegal adequada onde seja necessária.

Portanto, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.261, na forma do substitutivo que eu apresento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como ele está devidamente publicado, eu não vou ler, mas peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu vou submetê-lo à votação nominal – é matéria terminativa. (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores já podem começar a votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Senadora Damares, vamos arranjar um apelido para essa profissão? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mumificador. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pois é... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Tanatopraxista...

Esse nome não vai pegar, não. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – No velho Egito, a Senadora Damares, que é a Senadora mais bonita do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... ela está se especializando agora em ensinar a fazer beleza...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Beleza *post mortem*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... para os próximos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Beleza *post mortem*. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Enquanto a gente vota nominalmente, vamos passar um item aqui não terminativo, para a gente poder ganhar tempo.

Item 5 da pauta

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1905, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para prever a inclusão das instituições religiosas, de assistência social e sem fins lucrativos na Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), dispor sobre os documentos instrutórios nos procedimentos de regularização fundiária e incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos exigidos de profissionais legalmente habilitados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto para a análise.

A regularização fundiária constitui importante instrumento de promoção da segurança jurídica, da ordenação territorial e da função social da propriedade. Desde a edição da Lei 13.465, de 2017, o ordenamento jurídico passou a contar com mecanismos mais ágeis para enfrentar situações consolidadas de informalidade urbana, conciliando o direito à moradia, a segurança das relações jurídicas e o planejamento das cidades. Nesse contexto, revela-se oportuno o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos previstos na legislação.

É nesse cenário que se insere o PL 1.905, de 2023. A proposição promove alterações relevantes na Lei 13.465, de 2017, com o objetivo de ampliar o alcance da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E), aperfeiçoar a documentação exigida nos procedimentos de regularização e adequar a legislação à atual estrutura de fiscalização profissional das atividades técnicas relacionadas à matéria.

No primeiro eixo, destaca-se a inclusão das instituições religiosas, das instituições de assistência social e das instituições sem fins lucrativos entre os possíveis beneficiários da Reurb-E. A medida reconhece a relevância social dessas organizações, muitas das quais exercem atividades de interesse coletivo e prestam serviços essenciais às comunidades. Em diversas situações, essas entidades ocupam áreas consolidadas ainda não regularizadas, o que dificulta investimentos e a própria continuidade de suas atividades. Ao possibilitar a regularização dessas ocupações, o projeto contribui para a segurança jurídica dos imóveis e para o fortalecimento dos serviços prestados à população.

Cabe registrar, contudo, que a ampliação do alcance da Reurb-E deve permanecer orientada pelos objetivos que fundamentam a política de regularização fundiária urbana, especialmente a promoção da integração territorial, da segurança jurídica e da adequada inserção dos imóveis no ordenamento urbano.

No segundo eixo, o projeto atualiza a legislação, ao incluir expressamente o Termo de Responsabilidade Técnica entre os documentos aptos a comprovar a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos nos procedimentos de regularização fundiária. A medida confere maior segurança jurídica aos atos administrativos e harmoniza a lei da Reurb com a atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização dos conselhos profissionais, reconhecendo, ao lado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), os instrumentos utilizados pelos técnicos industriais e agrícolas legalmente habilitados.

A valorização desses profissionais tende a ampliar a disponibilidade de mão de obra técnica para atuar nos processos de regularização fundiária, especialmente em municípios de menor porte.

Não obstante, é importante consignar que o reconhecimento do TRT não afasta a necessidade de observância das atribuições legalmente conferidas a cada categoria profissional.

Por fim, as alterações relativas às plantas, memoriais descritivos e levantamentos técnicos contribuem para conferir maior coerência à Lei 13.465, de 2017. Ao reconhecer expressamente os diferentes instrumentos de responsabilidade técnica existentes, a proposição favorece a uniformização dos procedimentos e reduz entraves formais que frequentemente retardam a conclusão dos processos de regularização fundiária.

As ressalvas apresentadas não comprometem o mérito da proposição. Ao contrário, reforçam a necessidade de que sua implementação observe os objetivos urbanísticos da política de regularização fundiária e os limites das competências profissionais legalmente estabelecidas.

Nesse contexto, entende-se que o Projeto de Lei 1.905, de 2023, representa aperfeiçoamento oportuno da legislação vigente, contribuindo para ampliar a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a efetividade dos procedimentos de regularização fundiária urbana no país.

Assim, Presidente, somos pela aprovação do projeto de lei, que – imagine – é um projeto que foi amplamente discutido na Câmara dos Deputados e agora está aqui, no Senado. Eu fiz uma busca completa e conversei com muitos colegas. Apesar de ele estar há pouco tempo no Senado, a gente fez uma conversa com os maiores interessados na matéria.

Assim sendo, Presidente, peço a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Vou encerrar a votação do projeto anterior, o item 4 da pauta, o Projeto de Lei nº 1.261. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Houve 12 votos SIM; nenhum NÂO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS (Substitutivo).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3522, DE 2025

- Terminativo -

Altera o art. 391-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante em contratos de trabalho intermitente, temporário e por prazo determinado.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3- Votação nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PI. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Peço permissão, Sr. Presidente, para ir direto à análise do PL 3.552, de 2025, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

O projeto trata de proteção que alcança diretamente a vida das mulheres trabalhadoras e de suas famílias. A Constituição protege a maternidade, a infância e a família – nos termos dos arts. 6º; 7º, XVIII; 226 e 227 –, porque reconhece que a gravidez envolve a mulher, o nascituro, a criança e a própria segurança material do núcleo familiar. Daí a importância de assegurar que esse período não torne a trabalhadora mais exposta à perda do trabalho, da renda ou da dignidade profissional, especialmente quando ela está inserida em vínculos mais instáveis, temporários ou descontínuos.

Cumpre ressaltar, entretanto, que, embora o projeto seja meritório e juridicamente adequado em sua finalidade, o texto pode receber aperfeiçoamentos para ganhar clareza, segurança jurídica e melhor aplicação prática.

Nesse sentido, apresentamos uma emenda substitutiva com objetivo de preservar o núcleo da proposição, manter expressamente a proteção ao empregado adotante, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renomeado §1º do art. 391-A da CLT, e reunir, no *caput*, as modalidades contratuais que mais exigem clareza legislativa.

Para tanto, o substitutivo explicita a natureza objetiva da garantia, ao prever que a estabilidade independe do conhecimento da gravidez pelo empregador ou pela própria empregada. Nessa mesma linha, organiza os efeitos do descumprimento da estabilidade, com reintegração durante o período estabilitário, quando juridicamente possível, ou indenização substitutiva correspondente à remuneração e aos demais direitos devidos até o final da garantia, sem perda do direito pelo simples ajuizamento da ação após o término da estabilidade, desde que observados os prazos prescricionais.

O contrato intermitente recebe disciplina própria porque, nessa modalidade, a ausência de convocação pode esvaziar a estabilidade na prática. Por isso, a emenda assegura garantia remuneratória mensal durante o período estabilitário e fora do período de percepção do salário-maternidade, independentemente de convocação, calculada pela média das remunerações percebidas nos doze meses anteriores à confirmação da gravidez, ou durante todo o período contratual anterior, quando inferior. O texto esclarece, ainda, que essa garantia tem natureza trabalhista e não substitui o salário-maternidade previdenciário.

Acrescente-se que o substitutivo exige assistência sindical ou de autoridade competente para o pedido de demissão, a rescisão por acordo e os atos que importem renúncia, transação ou quitação da garantia. A medida é coerente com a natureza protetiva da estabilidade da gestante e evita que formas negociais de extinção contratual esvaziem garantia constitucional destinada a amparar a trabalhadora, o nascituro e a criança.

Desse modo, a emenda não altera a finalidade do projeto; ao contrário, fortalece sua execução prática e harmoniza a proposição com a Constituição, a CLT, a legislação previdenciária e a jurisprudência predominante.

Por fim, cumpre informar que o Brasil enfrenta dificuldades concretas de reposição demográfica. Esse projeto de lei vai ao encontro de políticas de proteção à maternidade com uma contribuição concreta para a necessária e estratégica reposição demográfica de que o Brasil muito carece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.522, de 2025, na forma da emenda substitutiva apresentada.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Pois não, Senadora Jussara, muito agradecido a V. Exa. pelo relatório.

Passo a palavra o nobre Senador Laércio para discutir a matéria.

Em discussão, o relatório da Senadora Jussara Lima.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Vista concedida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O que deu no Laércio hoje, gente? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Senadora Damares, V. Exa. pode ocupar a Presidência aqui por enquanto? Eu sou Relator de duas matérias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para alinhar a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em saneamento básico com as metas de universalização dos serviços e os objetivos de redução das desigualdades regionais.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

Aproveite que o Laércio está indo embora.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Vamos direto à análise.

Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais pronunciar-se sobre o Projeto de Lei 896, de 2026, em razão de seu objeto relacionar-se diretamente à política de saneamento básico, à promoção da saúde pública e à redução de desigualdades sociais e regionais, matérias inseridas no âmbito de atuação desta Comissão, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade formal, a proposição insere-se na competência legislativa da União para dispor sobre diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico, e sobre finanças públicas e política de crédito, nos termos dos arts. 21, inciso XX, 23, inciso IX, 24, incisos I e II, e 48, inciso IV, da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar mostra-se adequada, por não versar sobre matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, à luz do art. 61, §1º, da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se identificam vícios de constitucionalidade material, uma vez que o projeto busca fortalecer a efetividade de políticas públicas de saneamento básico, em consonância com as competências comuns dos entes federados para promover a melhoria das condições de saneamento e combater as causas da pobreza e da marginalização, previstas no art. 23, incisos IX e X, da Constituição.

No mérito, a proposição responde a diagnóstico consistente de baixa execução dos recursos do FGTS destinados ao saneamento básico, com especial prejuízo às Regiões Norte e Nordeste, que concentram os maiores déficits de cobertura e piores indicadores de acesso.

A proposição reforça o papel do FGTS como instrumento de financiamento de longo prazo para o setor, ao explicitar, em nível legal, diretrizes que orientam a alocação de recursos para o cumprimento das metas de universalização e para a redução das desigualdades regionais. Ao mesmo tempo, preserva a governança do fundo e a competência técnica do Conselho Curador e do gestor da aplicação para detalhar parâmetros, metodologias e procedimentos operacionais.

As alterações propostas na Lei 8.036, de 1990, caminham na direção correta ao vincular a aplicação de recursos do FGTS em saneamento básico às metas nacionais de universalização, à ampliação do acesso da população aos serviços e à sustentabilidade dos empreendimentos financiados.

Os critérios mínimos de elegibilidade e priorização previstos no novo §19 do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, reforçam exigências que a experiência setorial demonstra como determinantes para o sucesso dos investimentos: compatibilidade com o planejamento de saneamento básico, viabilidade técnico-operacional e econômico-financeira, capacidade institucional do prestador e sustentabilidade da prestação ao longo do período de financiamento.

Esses parâmetros contribuem para maior racionalidade na seleção de projetos, para a redução de riscos de inadimplência e para a efetiva entrada em operação das infraestruturas apoiadas.

Cumpre salientar, contudo, que a redação originalmente proposta para o novo §11 do art. 5º da Lei nº 8.036, de 1990, pode gerar dificuldades interpretativas em face do atual §4º do art. 9º da mesma lei, que já trata da priorização de projetos de saneamento básico, com ênfase na complementaridade com programas habitacionais. A coexistência de comandos dispersos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redações parcialmente sobrepostas, tende a reduzir a clareza normativa e a abrir espaço para controvérsias quanto à hierarquia entre critérios de priorização. Dessa forma, mostra-se mais adequado consolidar, em um único dispositivo, os requisitos de priorização dos investimentos em saneamento básico, de modo a harmonizar a orientação para metas de universalização e redução de desigualdades regionais com a diretriz de complementaridade com programas habitacionais.

Por conseguinte, revela-se conveniente substituir a solução de criação de um novo §11 no art. 5º da Lei nº 8.036, de 1990, por emenda que concentre, no §4º do art. 9º dessa lei, a disciplina dos critérios de priorização. Nessa linha, os investimentos em saneamento básico passam a ser priorizados em função do cumprimento das metas nacionais de universalização, da redução das desigualdades regionais e da complementaridade com programas habitacionais. Essa técnica legislativa evita duplicidade de comandos, reforça a coerência interna da lei e oferece orientação mais clara ao Conselho Curador do FGTS.

Ainda no âmbito da Lei nº 8.036, de 1990, o novo §22 do art. 9º, ao prever que, na definição das diretrizes de aplicação de recursos do FGTS em saneamento básico, "poderão ser considerados" critérios destinados a ampliar o atendimento a unidades da Federação com maiores déficits de acesso, assume natureza meramente autorizativa. Tal formulação reduz a força normativa do dispositivo e pode fragilizar o objetivo central de enfrentar as desigualdades regionais de acesso ao saneamento básico. Assim sendo, mostra-se recomendável afastar o caráter autorizativo, de modo a afirmar que a alocação de recursos em saneamento básico deve observar critérios de priorização que considerem, entre outros aspectos, a situação das unidades da Federação com maiores déficits de acesso, sempre resguardadas a sustentabilidade financeira das operações e a preservação do patrimônio do fundo.

Quanto ao novo §23 do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, a intenção de explicitar a possibilidade de financiamento, com recursos do FGTS, de projetos do Programa Cisternas e de outras tecnologias sociais de acesso à água em áreas de vulnerabilidade hídrica é meritória. O Programa Cisternas constitui instrumento relevante para a promoção da segurança hídrica, da saúde pública e da adaptação a eventos climáticos extremos em regiões como o Semiárido e a Amazônia. Todavia, a redação que afirma que as aplicações em saneamento básico "poderão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemplar" tais projetos também assume feição autorizativa e não define, com precisão, o lugar dessas iniciativas no universo de operações do fundo.

Dessa forma, mostra-se mais adequado transformar o dispositivo em regra de elegibilidade, e não em comando genérico de autorização ou em obrigação de alocação. Ao explicitar que projetos destinados à implementação do... saneamento básico, nos termos da regulamentação do conselho curador e do gestor da aplicação, assegura-se que tais iniciativas podem disputar recursos em igualdade de condições com outros projetos, desde que atendam aos requisitos técnicos, operacionais e econômico-financeiros aplicáveis, sem engessar a gestão do fundo nem impor vinculação automática de recursos.

No que se refere às alterações propostas na Lei nº 11.445, de 2007, a inclusão do novo §2º no art. 48, ao dispor que a União "poderá adotar" determinados critérios de priorização na alocação de recursos federais e de financiamentos por eles lastreados, incorre igualmente em formulação autorizativa. Considerando o entendimento consolidado de que normas meramente autorizativas não agregam conteúdo normativo efetivo e podem ser reputadas inadequadas sob a ótica da boa técnica legislativa, impõe-se o aperfeiçoamento da redação. A solução mais adequada consiste em estabelecer que a alocação de recursos da União, de fundos públicos federais ou de financiamentos por eles lastreados atende a critérios de priorização que considerem, entre outros aspectos, o déficit de atendimento da população, os indicadores socioeconômicos, a capacidade institucional dos titulares e prestadores dos serviços e a necessidade de redução das desigualdades regionais no acesso ao saneamento básico.

Essa formulação preserva a competência do Poder Executivo para regulamentar procedimentos, definir metodologias de avaliação e operacionalizar a política pública, ao mesmo tempo em que confere densidade normativa à diretriz de priorização de investimentos em função de déficits de atendimento, vulnerabilidade socioeconômica e desigualdades regionais. Ademais, alinha-se ao objetivo constitucional de reduzir disparidades regionais e sociais, previsto no art. 43 da Constituição, e reforça a coerência entre a política federal de saneamento básico e a política de desenvolvimento regional.

Por fim, quanto ao novo art. 52-A da Lei nº 11.445, de 2007, que institui o monitoramento e a avaliação periódica orientados a resultados dos investimentos em saneamento básico realizados com recursos da União, trata-se de mecanismo setorial de gestão voltado a aferir, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base em indicadores de desempenho, a contribuição efetiva dos investimentos para a ampliação do acesso, a continuidade e a qualidade dos serviços, a eficiência operacional dos sistemas implantados, a entrada em operação das infraestruturas financiadas e o cumprimento das metas de universalização.

Dessa forma, o monitoramento proposto complementa, no plano da política pública de saneamento básico, as funções de avaliação de políticas públicas previstas nos arts. 37, §16, e 165, §16, da Constituição Federal. Ao produzir informações sistemáticas sobre resultados e impactos, o dispositivo fortalece a racionalidade das decisões de alocação de recursos, contribui para a eficiência e a efetividade do gasto público e oferece insumos relevantes para o próprio controle externo e interno.

Em síntese, o PL nº 896, de 2026, mostra-se meritório ao buscar alinhar a aplicação de recursos do FGTS e de outros instrumentos federais de financiamento às metas de universalização do saneamento básico e à redução das desigualdades regionais, bem como ao reforçar critérios de elegibilidade, priorização e monitoramento orientado a resultados. Os ajustes propostos eliminam sobreposições normativas, afastam o caráter meramente autorizativo de determinados dispositivos e qualificam a disciplina da elegibilidade de projetos do Programa Cisternas, a fim de que a proposição passe a apresentar maior clareza, densidade normativa e aderência à boa técnica legislativa.

Diante do exposto, Sra. Presidente e Sras. e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 896, de 2026, com as emendas feitas para apenas aprimorar o projeto, sem mudar o seu conteúdo e o seu objeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 a 5, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Senador Marcelo, parabéns. Sabe aquela matéria que você fica acompanhando e diz: por que eu não pensei nisso antes? É exatamente isso que a gente fez hoje. Parabéns! Extraordinário.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6384, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Auxílio Caixa d'Água Social, destinado a mitigar os efeitos da pobreza hídrica sobre famílias de baixa renda residentes no Semiárido ou sujeitas a secas recorrentes, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI. Como Relator.) – Com sua permissão, vou direto à análise, Sra. Presidente.

Nos termos do art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar matéria que verse sobre assistência social e políticas de saúde, o que torna regimental a análise do PL 6.384, de 2025, por esta Comissão, uma vez que sua temática está associada ao enfrentamento da pobreza hídrica vivenciada por famílias de baixa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem adentrar o exame aprofundado da adequação econômica e financeira da proposição, bem como de sua constitucionalidade e juridicidade, aspectos que serão tratados com profundidade pela CAE, a presente análise cinge-se aos aspectos da competência desta Comissão, notadamente aqueles relacionados à assistência social e à proteção à saúde. Sob esse enfoque, a iniciativa revela-se meritória por buscar enfrentar a situação concreta de vulnerabilidade vivenciada por famílias de baixa renda que, embora contem com alguma forma de abastecimento, não dispõem de meios adequados para o armazenamento seguro da água.

Ao prever o mecanismo de apoio para aquisição ou acesso gratuito a reservatórios, a proposição contribui para reduzir riscos sanitários, mitigar a precariedade das condições domiciliares e reforçar a proteção social de grupos mais expostos, especialmente famílias com crianças na primeira infância, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Ainda, a relevância social da medida é reforçada por ato normativo recente da própria Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Portaria nº 3.454, de 12 de setembro de 2025, que, ao tratar da implantação de cisternas para consumo humano, reconhece a existência de domicílios sem abastecimento adequado e sem sistema apropriado de acumulação de água, justamente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Além disso, a proposição guarda sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6 da Agenda 2030, que visa assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Nessa perspectiva, a matéria harmoniza-se com os objetivos das políticas socioassistenciais e de promoção da saúde, merecendo avaliação favorável quanto ao mérito no âmbito desta Comissão.

Contudo, constatamos a necessidade de apresentar emendas com a finalidade de sanar pequenas inconsistências e aprimorar a precisão normativa do projeto, sem alteração de mérito. As emendas a seguir apresentadas buscam harmonizar a ementa com o art. 1º quanto ao alcance territorial da política; explicitar, no art. 3º, o caráter cumulativo dos requisitos de elegibilidade; uniformizar a terminologia empregada para o bem a ser fornecido, evitando a alternância entre “reservatórios de polietileno” e “caixas d’água”; aperfeiçoar a redação do art. 4º, parágrafo único, para conferir maior clareza à disciplina do copagamento; e conferir maior precisão ao art. 5º,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente quanto aos instrumentos de execução descentralizada e ao credenciamento dos fornecedores.

Trata-se, portanto, de ajustes pontuais, voltados a reforçar a clareza, a coerência interna e a boa técnica legislativa do texto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.384, de 2025, com as emendas apesentadas por esta relatoria, que, como eu disse, visam apenas aprimorar, evitar alguma inconstitucionalidade, trazer clareza, mas não mudam a essência e o objeto do projeto.

Esse é o relatório, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO) - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria só de somar uma coisa. A questão da segurança hídrica é um problema sério em muitas regiões do Brasil. Eu me lembro que no tempo do ministério, nós tínhamos um trabalho sendo realizado no Semiárido com a participação do Ministério da Agricultura – e do Ministério do Desenvolvimento Regional também –, tentando de uma forma mais institucional instalar sistemas de captação de água.

Não é fácil, diga-se de passagem, porque existe uma camada geológica difícil de ser ultrapassada – são muitas pedras, vamos dizer assim, e a profundidade dos poços é grande – e quando você encontra água ela geralmente tem sais, é salobra. Dá para se tratar, dá para se fazer a dessalinização e se conseguir abastecer melhor a região com água.

Eu conheço bem a região, tenho parentes na região, então eu estou falando aqui também com conhecimento de causa. Agora, o problema... eu acho que o mérito é muito grande – parabéns ao Fernando Dueire, parabéns ao Senador Marcelo Castro pelo tratamento desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema –, mas também tem uma outra continuidade em que se precisa prestar atenção, e isso eu digo do que eu vi lá na Amazônia.

No ministério nós temos uma instituição, uma OS chamada Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Eles trabalham na região do Tefé.

Obviamente, tem muita água na região toda da Amazônia, mas o problema não é a falta de água, o problema é a questão da utilização de água contaminada. O senhor é médico e sabe bem disto: a quantidade de mortes de crianças por causa de água contaminada era muito grande na região. Então, o que eles fizeram foi a instalação de painéis solares, bombas mais adentro dos rios, para puxar a água não contaminada pelo esgoto que chegava na água – a gente está falando de vilazinhas de 10 a 20 casas, no máximo –, e trazer a água para uma caixa, na qual ela é tratada inicialmente e depois distribuída para as casas. Há ainda um segundo tratamento nas casas e a informação, principalmente para as mães, de como tratar a água. Isso aí reduziu 63% a mortalidade infantil lá – 63%. Então, a gente vê que medidas, muitas vezes, simples podem ter um resultado gigantesco na saúde da população como um todo.

Então, parabéns ao projeto, que, sem dúvida nenhuma, vai ajudar muita gente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5.

A matéria segue para a CAE para a avaliação do impacto financeiro.

Senador Marcelo, enquanto o senhor vem para eu lhe devolver a Presidência – pode vir –, a gente só vai precisar depois dar uma olhadinha – talvez esta Comissão poderia ir no ano que vem – e fazer a avaliação da política pública de cisternas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando fui Ministra, eu tive muito interesse no assunto e fiz uma pesquisa. Nós tínhamos 38 órgãos na Esplanada fazendo cisterna, sobreposição de políticas públicas. Como Ministra de Direitos Humanos, na Secretaria Nacional da Igualdade Racial, até eu era obrigada a abrir cisterna nos quilombos. Quer dizer, eu não tinha nenhuma habilidade para isso. Não é a área daquele ministério.

Então, eu acho que depois – quem sabe no ano que vem – a gente deva avaliar nesta Comissão a política de cisternas e a construção de cisternas no Brasil, para a gente ficar num lugar só e dar efetividade.

Devolvo a Presidência ao Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Nós temos aqui dois itens terminativos, que nós podemos fazer conjuntamente: um, o Relator é o Senador Jaime Bagattoli; o outro, a Senadora Damares é a Relatora *ad hoc* do Senador Wilder Morais.

São os itens 9 e 10 da pauta.

Então, vamos ao Projeto de Lei nº 3.432, de 2024, terminativo, que institui o dia nacional do pacificador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Igual filho: comeu um pão, está em paz. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – O Dia Nacional do Panificador!

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3432, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Panificador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *Em 16/06/2026, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Mas vamos sugerir esse Dia do Pacificador também. Temos que sugerir esse dia. Está na hora. (*Risos.*)

Presidente, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que versem sobre relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

Ademais, por ser a única comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, especialmente com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que traz critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa norma, a proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve estar acompanhada de comprovação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de consultas ou audiências públicas que atestem sua alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 16 de junho de 2026, audiência pública no âmbito desta Comissão, na qual representantes do setor enfatizaram a valorização de padeiros, confeiteiros e donos de padarias, ressaltando a importância para a economia local e para o cotidiano das famílias brasileiras.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

A proposição reconhece e valoriza a atividade do panificador, profissional essencial na cadeia produtiva de alimentos e na própria formação da identidade alimentar do povo brasileiro. O pão, presente cotidianamente à mesa das famílias, transcende sua dimensão material para assumir significado simbólico de partilha, trabalho e sustento.

A panificação constitui uma das atividades mais antigas da humanidade, acompanhando a evolução das civilizações e consolidando-se como ofício tradicional transmitido entre gerações. No Brasil, o setor de panificação e confeitaria é responsável por expressiva geração de empregos e renda, abrangendo milhares de micro, pequenas e médias empresas, muitas delas de caráter familiar, que contribuem decisivamente para o desenvolvimento local e para a economia nacional.

A escolha do dia 8 de julho dialoga com a tradição histórica da categoria e com iniciativas já promovidas por entidades representativas do setor, conferindo unidade e reconhecimento oficial a uma celebração que já integra o calendário de diversas comunidades. A institucionalização da data em âmbito nacional fortalece o sentimento de pertencimento profissional e valoriza a memória coletiva ligada ao ofício da panificação.

A criação do Dia Nacional do Panificador permitirá ampliar ações de reconhecimento e valorização profissional, estimular campanhas de qualificação e inovação no setor e promover a conscientização acerca da importância da segurança alimentar, da qualidade dos produtos e do empreendedorismo no ramo. Além disso, propiciará maior visibilidade às demandas da categoria, incentivando políticas públicas voltadas ao fortalecimento do segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o projeto configura instrumento de reconhecimento social e cultural de uma atividade que integra o cotidiano da população brasileira e contribui de maneira decisiva para a economia e para a segurança alimentar do país.

Assim, o mérito da proposição é notório, pois conjuga reconhecimento histórico, relevância econômica e impacto social, conferindo visibilidade a uma categoria profissional que, com dedicação diária, assegura alimento, tradição e geração de oportunidades em todo o território nacional.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.432, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Quero aqui parabenizar o meu colega, Senador Girão, por essa propositura, e por nós termos uma data expressiva para uma profissão tão antiga, como a que temos hoje no planeta terra, que são as panificadoras.

Antigamente, qualquer...

E nós sabemos que é um segmento que, em torno de 50%, vem de empresas familiares, de tradição – de pai para filho, para neto, para bisneto. Principalmente em São Paulo, é uma tradição familiar as panificadoras, como nas maiores regiões de todo o Brasil.

Quero parabenizar o Senador Girão e dizer para vocês que fico feliz em saber que vai ser constituído o dia 8 de julho o Dia do Panificador e não o Dia do Pacificador. Mas o pacificador terá o seu dia também.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – O pacificador fica para depois.

Item 10 da pauta (*Pausa.*)

Sim, eu vou encerrar a discussão do Item 9 e vamos ao Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 205, DE 2022

- Terminativo -

Institui a campanha de saúde pública Junho Vermelho, para estimular o desenvolvimento pelo poder público de ações de incentivo à doação de sangue.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Relatoria: Senador Wilder Morais, com o relatório *ad hoc* da nobre Senadora Damares Alves.

Com a palavra a nobre Senadora Damares Alves, para fazer a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, informando que não há nenhum óbice jurídico constitucional e não há nada que ataque a técnica legislativa do projeto de lei.

Quanto ao mérito, Presidente, reconhecemos a importância do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doação de sangue é um pilar inestimável da saúde pública e um ato de solidariedade que impacta diretamente a capacidade do sistema de saúde de salvar vidas. Sua importância transcende estatísticas, sendo imprescindível em emergências traumáticas, em cirurgias complexas e no tratamento contínuo de pessoas com doenças hematológicas, oncológicas e outras condições crônicas. Não existe substituto artificial para o sangue humano; portanto, a garantia de estoques adequados depende exclusivamente do altruísmo e da doação voluntária da população.

Ao dedicar um mês inteiro à causa no calendário oficial e atribuir responsabilidades ao poder público para a sua promoção contínua, o Junho Vermelho eleva a doação de sangue ao patamar de prioridade na agenda da saúde pública, o que assegura ao tema a visibilidade e os recursos necessários, fomentando a solidariedade cívica e contribuindo para que estoques sanguíneos permaneçam em níveis seguros.

Não obstante o mérito da proposição, entendemos pertinente promover ajuste redacional para explicitar que a implementação das ações previstas no projeto deverá observar as dotações orçamentárias disponíveis, bem como ocorrer em articulação com os demais entes federativos e em alinhamento com as diretrizes do Ministério da Saúde. Trata-se de aperfeiçoamento de técnica legislativa tão somente que confere maior segurança jurídica e viabilidade à execução da campanha, sem modificar o alcance material da proposição.

O voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 205, de 2022, com a emenda de redação.

Esse é o voto e peço o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não.

Em discussão o relatório da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou então submeter os dois projetos – o nº 3.432, de 2024, e o nº 205, de 2022 – à votação nominal, conjuntamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Pela ordem.) – O nº 12 também é terminativo. Vamos fazer o nº 12 também, ou não? O nº 12 também é terminativo. (*Pausa.*)

É suplementar?

Ah, tá! É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Então nós vamos abrir o painel para fazer a votação nominal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Temos o item 8, que é uma matéria não terminativa, da qual o Relator é o Senador Magno Malta, e vai ter o relatório *ad hoc* do Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3359, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o artigo 5º, da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para incluir qualquer dano e sequela por escalpelamento no rol de danos pessoais cobertos pelo seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é do Senador Magno Malta, agora com o relatório *ad hoc* do Senador Jaime Bagattoli.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO) - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Com sua permissão, vou direto à análise.

O Projeto de Lei nº 3.359, de 2024, não apresenta vício de regimentalidade. Nos termos do art. 100, *caput*, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, entre outros assuntos, opinar acerca da seguridade social.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei nº 3.359, de 2024, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso VII, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, o Projeto de Lei nº 3.359, de 2024, se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; iii) se afigura dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e iv) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o Projeto de Lei nº 595, de 2024, está em desacordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei, a saber: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos. Para tanto, faremos a sugestão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas emendas de redação que alterarão a ementa e o art. 1º do projeto, adequando-os aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Com efeito, em relação ao mérito, o Projeto de Lei nº 3.359, de 2024, o acidente de escalpelamento na Amazônia é um grave problema de saúde pública, resultante de acidentes com motores de barcos, que afeta principalmente as mulheres ribeirinhas e causa traumas físicos e psicológicos severos.

O escalpelamento é o arrancamento brusco do couro cabeludo, frequentemente causado por motores de barcos que não possuem proteção adequada. Este fenômeno começou a se tornar comum na Região Amazônica, a partir da década de 1970, quando barcos com motores rotativos começaram a substituir as embarcações a remo. A rotação dos motores pode enroscar os cabelos das vítimas, resultando em lesões graves, incluindo a perda do couro cabeludo, orelhas e até partes do rosto.

As vítimas de escalpelamento enfrentam um longo processo de recuperação, que pode incluir múltiplas cirurgias reparadoras e tratamento psicológico. Além das cicatrizes físicas, as consequências emocionais e sociais são profundas, afetando a qualidade de vida das vítimas e de suas famílias. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Saúde, entre 1982 e 2017, foram registrados 426 casos de escalpelamento na Amazônia.

As mulheres ribeirinhas são as mais afetadas, pois muitas delas têm cabelos longos e dependem do transporte fluvial para suas atividades diárias. A falta de uma proteção de cobertura nos motores dos barcos aumenta bastante o risco de acidentes, e o atendimento às vítimas é frequentemente realizado por ONGs e instituições de caridade, refletindo a precariedade das políticas públicas de atendimento à saúde na Região Amazônica.

Embora a Lei no 11.970, de 6 de julho de 2009, ao incluir o art. 4º-A no texto normativo da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997, tenha tornado obrigatório o uso de proteção no motor, no eixo e nas partes móveis das embarcações, de forma a proteger os passageiros e os tripulantes do risco de acidentes, a implementação e fiscalização dessas medidas de proteção à vida ainda são desafiadoras. A conscientização sobre o problema e a promoção de medidas preventivas ainda são essenciais para reduzir a incidência de acidentes por escalpelamento na Região Amazônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O escalpelamento é um problema que não deve ser ignorado, pois representa uma tragédia contemporânea que afeta a vida de muitas pessoas na Região Amazônica. A luta contra essa prática envolve não apenas a proteção das vítimas, mas também a promoção de políticas públicas eficazes que garantam a segurança nas embarcações e a saúde das comunidades ribeirinhas. A sociedade civil e o poder público devem trabalhar juntos para erradicar essa questão e melhorar as condições de vida na região.

Dessa forma, é meritório esclarecer o que hoje já se interpreta sistematicamente diante do caso concreto: que, em verdade, o seguro de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga, em caso de acidente por escalpelamento, deve, além de estar previsto em lei, ser obrigatório para compreender as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que o CNSP fixar.

À luz do exposto, entende-se que a iniciativa contribui para o fortalecimento dos mecanismos de proteção às vítimas de acidentes por escalpelamento, conferindo maior clareza normativa à cobertura securitária e reforçando o caráter protetivo do seguro obrigatório previsto na Lei 8.374, de 1991.

Voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.359, de 2024, na forma das emendas que se seguem... São emendas de redação.

Sr. Presidente, quero parabenizar aqui a Senadora Damares e o Relator deste projeto, que foi o Senador Magno Malta, e dizer para vocês que eu conheço isso. Esse é um problema sério que tem nas embarcações realmente na Amazônia.

Antigamente, Presidente, tinha uma máquina que fazia sorvete – V. Exa. conheceu –, e muitas mulheres perderam o cabelo naquela máquina, que era arrancando, porque, às vezes, não tinha proteção, iam baixar... Eu conheci, no município onde eu moro, duas mulheres que tiveram acidente com aquela máquina que era uma máquina de sorvete de antigamente – era um negócio que girava lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E embarcações na Amazônia têm muitos motores que são muito precários, e as embarcações que nós temos lá... Não é nem, às vezes, por maldade, por nada, é pela necessidade que as pessoas têm de se locomover. Então, acho que isso é...

Ouvimos aqui que foram mais de 400 casos que aconteceram, é muita coisa num período... Está certo que são bastantes anos, mas a gente tem certeza, além do sofrimento e da dor que a pessoa passou, do trauma que vai ter para a frente.

Só não precisaria ter proteção se nesses barcos embarcassem só pessoas idênticas ao Amin, que não está aqui neste momento. (*Risos.*)

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – O Amin não tem perigo, não. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório do Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrado a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2, da CAS.

A matéria vai à CAE. (*Pausa.*)

E vamos encerrar a votação dos dois projetos dos itens 9 e 10 da pauta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – São 13 votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias foram aprovadas e serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 5972, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.747, de 5 de dezembro de 2023, para prever a criação de protocolos de atendimento para urgências cardiovasculares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluídas medidas trombolíticas em Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli, com relatoria *ad hoc* da Senadora Damares.

Concedo a palavra à nova Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, no mérito, a proposição versa sobre tema de elevada relevância para a saúde pública brasileira. As doenças cardiovasculares seguem como uma das principais causas de morte no Brasil e no mundo. No infarto agudo do miocárdio, a rapidez no reconhecimento do quadro clínico e na instituição do tratamento adequado é fator decisivo para a sobrevida e o prognóstico do paciente.

Nesse contexto, a proposição mostra-se meritória ao conferir maior visibilidade institucional à necessidade de organização e padronização de protocolos para o atendimento das urgências cardiovasculares no âmbito do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Merece especial destaque a menção expressa à utilização de terapia trombolítica nas UPAs, observados os critérios de segurança e eficácia. Em situações nas quais não é possível realizar imediatamente procedimentos especializados, como a intervenção coronária percutânea primária, a trombólise representa estratégia de reperfusão comprovadamente eficaz, com impacto positivo na redução da mortalidade e das complicações associadas aos eventos cardiovasculares agudos.

Embora existam normas infralegais sobre a matéria, como a Portaria nº 2.994, de 2011, que instituiu a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, além de diversos protocolos assistenciais e fluxogramas do Ministério da Saúde para UPAs e Samu, a positivação em lei confere maior estabilidade, visibilidade e força normativa ao tema, reforçando seu caráter prioritário.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.972, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Em discussão, o relatório da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal.

Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Projeto aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 81, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a crescente precarização do trabalho médico no Brasil.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Autoria do Senador Dr. Hiran com a subscrição da Senadora Damares.

Passo a palavra à nobre Senadora Damares, para fazer a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeremos a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a crescente precarização do trabalho médico no Brasil, trazendo instituições – inclusive, o Ministério da Saúde – para a discussão.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Pois não, Senadora.

Submeto à votação o requerimento de autoria da Senadora Damares Alves.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros.*

Autoria do Projeto: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório:

Observações:

1- Em 1/7/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5099, de 2023, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o

substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Também o item 13.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2864, DE 2025

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o repouso remunerado dos pais nos casos de perda gestacional.*

Autoria do Projeto: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório:

Observações:

1- Em 1/7/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2864, de 2025, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o

substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que hoje, após esta reunião, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Teresa Leitão, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 44/2026 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), REQ 48/2026 - CAS, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), REQ 49/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 54/2026 - CAS, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PSB/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 72/2026 - CAS, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 77/2026 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais. **Participantes:** Leticia Pineschi Kitagawa, Diretora-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros; Ilan Fonseca de Souza, Procurador do Ministério Público do Trabalho - MPT; Nivea Maria Santos Souto Maior, Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; André Porto, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia; Jair Gomes de Almeida, Presidente da Aliança Nacional dos Motoristas - ANM; Devanir Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; Rodrigo Fernandes Afonso, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania; Walisson do Nascimento Perônico, Subsecretário da Subsecretaria de Serviços da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal; Edson Carneiro da Silva, Gerente de Projetos do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República; Vinícius Pinheiro, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil; Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado; Solange Menacho de Moraes, Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo de Mato Grosso - Sindmapp-MT; e Elias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pereira Freitas da Silva Junior, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/15

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 44, 48, 49, 54, 72 e 77, de 2026, da CAS, de minha autoria e de autoria de outros Senadores – Senadores Laércio Oliveira, Eduardo Girão, Damares Alves, Soraya Thronicke, Wilder Morais e Humberto Costa –, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes, aqueles que nos acompanham por videoconferência, representantes dos trabalhadores e das plataformas digitais e todos os que participam desta audiência pública, bom dia.

É com grande satisfação que abrimos hoje esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater um dos temas mais relevantes e atuais do mundo do trabalho no nosso país: o trabalho por aplicativo e as diretrizes para regulação e a segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro que esta audiência resulta de um esforço conjunto desta Comissão, reunindo requerimentos de nossa autoria e dos nobres Senadores Laércio Oliveira, Damares Alves, Soraya Thronicke, Wilder Morais e Humberto Costa, o que demonstra a importância e a transversalidade do tema.

O trabalho por aplicativos consolidou-se como uma das principais formas de geração de renda no nosso país. Milhões de brasileiros atuam como motoristas e entregadores, desempenhando um papel essencial na mobilidade urbana, no abastecimento e no funcionamento cotidiano das nossas cidades.

Apesar dessa centralidade, o modelo ainda carece de um marco regulatório claro, capaz de equilibrar a inovação tecnológica, a proteção social e a sustentabilidade econômica. É este equilíbrio que buscamos: assegurar direitos e condições dignas de trabalho sem inviabilizar o desenvolvimento do setor.

Para tratar do tema com a profundidade que ele exige, estruturamos esta audiência em três mesas temáticas.

A primeira mesa tratará do tema "Transporte por plataformas como parte da mobilidade urbana", buscando debater e identificar os pontos essenciais para a construção de um marco regulatório que considere a integração deste modal de transporte na realidade de mobilidade urbana das nossas cidades.

A segunda mesa é dedicada ao tema "Trabalho e previdência dos trabalhadores por plataforma". Nós discutiremos a definição de direitos e garantias mínimas dos trabalhadores, a transparência nas relações entre plataformas e prestadores de serviço, os modelos de proteção social e previdenciária, os critérios de funcionamento dos sistemas algorítmicos, e os mecanismos de resolução de conflitos e de governança das plataformas.

E a terceira mesa tratará da "Segurança no transporte e nas plataformas digitais, com foco nas medidas de proteção de trabalhadores e usuários". Nela debateremos os riscos enfrentados por motoristas, entregadores e usuários, os protocolos de segurança e de prevenção de incidentes, as responsabilidades das plataformas, a integração com as políticas públicas de segurança, e o uso de tecnologias para mitigação de riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso propósito é separar, sem dissociar, os desafios regulatórios e os desafios de segurança, dois eixos que caminham juntos e que exigem tratamento estruturado e objetivo.

Senhoras e senhores, a crescente incidência de situações de risco envolvendo trabalhadores e usuários, casos de violência, assaltos e outras ocorrências reforçam a urgência de aprimorarmos protocolos, tecnologias de proteção e articulação com as políticas públicas de segurança. Por isso, esta audiência tem objetivos concretos: promover o diálogo entre trabalhadores, plataformas, especialistas e o poder público; e produzir subsídios para a formulação de propostas legislativas e institucionais que assegurem direitos, promovam a inovação e garantam a segurança a todos os envolvidos no ecossistema do trabalho por aplicativos.

Quero, neste momento, saudar e agradecer a presença dos nossos convidados. Saúdo ainda as demais autoridades e entidades convidadas, representantes do Governo Federal e distrital, do Poder Legislativo, das forças de segurança, dos trabalhadores das plataformas, e da sociedade civil, cuja contribuição muito enriquecerá os nossos trabalhos.

Registro também que esta é uma reunião interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos cidadãos, por meio do Portal e-Cidadania e do telefone da Ouvidoria do Senado, já citados anteriormente na minha fala.

Desejo a todos uma excelente audiência e agradeço, desde já, a presença e a disposição de cada um dos nossos convidados em contribuir com este debate tão importante para o futuro do trabalho no nosso país.

Muito obrigada.

Bom, nós vamos agora para a primeira mesa.

Já inicio a fala, dando o tempo de oito minutos a cada um dos nossos expositores. Eu peço até desculpas pela redução do tempo, mas é porque nós temos três mesas. Então, foi para darmos a devida atenção às falas e à distribuição do tempo – por causa também da nossa equipe aqui da Casa, a quem eu já quero agradecer, aos servidores – para que a gente possa dar oportunidade a todos de fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira mesa: "Transporte por aplicativo no contexto da mobilidade urbana". O objetivo é discutir o transporte por aplicativo como componente do sistema nacional de mobilidade urbana, integração modal, concorrência, regulação e inovação.

Eu convido para essa primeira mesa: o Sr. Walisson do Nascimento Perônico, que é da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (Semob-DF) (*Palmas.*); o Sr. André Porto, da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) (*Palmas.*); a Sra. Leticia Kitagawa, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (*Palmas.*); e o Sr. Rodrigo Marinho, do Instituto Livre Mercado.

Temos também o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República. Temos aqui? (*Pausa.*)

Está bom.

Boa tarde, queridos amigos! (*Pausa.*)

O Sr. Rodrigo Marinho chegará mais tarde. (*Pausa.*)

Bom, eu vou passar a palavra para o nosso primeiro expositor, que é o Walisson do Nascimento, que é da Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF (Semob-DF).

Bom dia, Walisson!

O SR. WALISSON DO NASCIMENTO PERÔNICO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Obrigado, Senadora, pelo convite. Quero dizer que estou muito feliz por este debate enriquecedor aqui no Senado.

Hoje, a mobilidade por aplicativos no Distrito Federal contém 77 mil motoristas por aplicativos, e a gente faz aqui no Distrito Federal cerca de 300 mil viagens por dia, que é um número bem significativo no transporte público do Distrito Federal. Só para se ter ideia, hoje a gente transporta mais do que o metrô no Distrito Federal, por aplicativos.

E, aqui no Distrito Federal, a gente teve a implementação do QR *code*, Senadora, que é uma ferramenta que veio, no início – estão os nossos companheiros de batalha aqui –, para tentar coibir um pouco o transporte clandestino de passageiros aqui no Distrito Federal. No Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal o táxi é bem identificado; seja pela placa, seja pelo luminoso, seja pela faixa, ele está identificado. O transporte por aplicativo não tinha uma identificação, Senadora. Então, hoje, aqui no Distrito Federal, a gente tem o QR *code*, que está identificando o motorista por aplicativo, e o táxi. Os demais que estiverem fazendo o transporte de passageiros são clandestinos.

E, Senadora, no início, a gente teve um pouco de dificuldade até a implantação de uma novidade aqui no Distrito Federal, mas agora praticamente todos os motoristas por aplicativo já tiraram o seu QR *code*, e está sendo um sucesso. Com isso, a fiscalização do transporte ilegal no Distrito Federal diminuiu bastante. Não acabamos com a pirataria, mas foi bem diminuída. Estão aqui nossos companheiros do sindicato, das associações, que estão acompanhando. E eu agradeço a vocês pela força que deram na implementação desse trabalho aqui no Distrito Federal.

E quero dizer que o Distrito Federal também está à disposição, o Governo está à disposição dos trabalhadores. Sempre na secretaria a gente recebe associações, sindicatos, porque, através deles, a gente vai escutando as demandas que eles têm.

Eles estão na ponta, eles estão no trabalho no dia a dia e vão trazendo isso para nós, e a gente vai tentando implementar esse tipo de melhora para o motorista por aplicativo.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada.

Ao final, eu vou aproveitar... Como nós temos menos expositores nesta mesa, eu vou ouvir a todos e depois eu gostaria de fazer só duas perguntas para que haja um esclarecimento de vocês.

Eu vou passar a palavra agora para o André Porto, da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia.

Seja muito bem-vindo, Dr. André.

O SR. ANDRÉ PORTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Muito bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pelo convite para estarmos mais uma vez aqui, debatendo este tema tão relevante para a sociedade.

Queria cumprimentar todos os colegas de mesa, os colegas aqui presentes, vários conhecidos dessa luta que temos já há bastante tempo por viabilizar uma regulamentação deste setor.

Amobitec é a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia. Nós representamos as principais plataformas que prestam esse serviço de tecnologia relacionado à mobilidade. Eu acho que esse é o primeiro ponto que eu queria trazer. Então, a gente está falando aqui de Uber, 99, iFood, Amazon, Zé Delivery, Lalamove, enfim, uma série de empresas que fazem essa intermediação. Eu acho que essa é uma característica que é importante sempre ser ressaltada. As plataformas equilibram, fazem a ligação entre o consumidor e o prestador daquele serviço, e, algumas vezes, você ainda tem um estabelecimento comercial dentro dessa relação, que é uma relação que a gente chama de duas ou três pontas. E, dentro dessa relação, a plataforma busca equilibrar a lei da oferta e da demanda para que você tenha o consumidor tendo acesso a um serviço a um preço acessível e para que você também gere ali uma quantidade bastante grande de renda, de possibilidade de renda, aqui falando especificamente de motoristas e entregadores. Então, acho que esse é um ponto que a gente precisa sempre ter em mente quando a gente está falando de regulamentação.

E aí, falando um pouco da regulamentação, nós na Amobitec sempre tivemos uma postura bastante favorável à regulamentação desse setor. Entendemos que é uma relação que não se adequa ao vínculo tradicional de emprego, é uma relação marcada pela autonomia, pela flexibilidade, mas que podemos, sim, construir um arcabouço normativo que traga direitos para essa categoria.

O principal ponto que a gente tem debatido é a inclusão previdenciária. É reconhecido que há um déficit de inclusão previdenciária nesse setor. Nós somos favoráveis à construção de um mecanismo de inclusão previdenciária, em que, inclusive, as plataformas contribuiriam com dois terços do total. Participamos do grupo de trabalho que deu origem ali ao PLP nº 12, de 2024, um grupo de trabalho bastante longo que aconteceu no Ministério do Trabalho, com a participação de trabalhadores, empresas e governo. Participamos também das discussões em torno do PLP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

152, que é um projeto de lei complementar de origem na Câmara, que ainda tramita naquela Casa, mas em que a discussão também se deu em torno... Um dos pontos principais que a gente sempre trouxe para o debate é como a gente garante uma efetiva inclusão previdenciária. Nós vemos que – pelo menos as pesquisas apontam – a maior parte das preocupações desses trabalhadores é vinculada a algo relacionado ao que a previdência pode garantir em caso de um acidente, de uma interrupção eventual na renda, de uma licença-maternidade... Enfim, é uma série de direitos que, caso esses trabalhadores estivessem efetivamente incluídos na previdência, eles teriam.

Então, por isso, nós temos advogado e nós temos uma agenda bastante forte em relação a esse tópico.

Ali também, tanto no PLP 12 quanto no PLP 152, nós acordamos cláusulas de transparência, nós acordamos a previsão de seguros para essa categoria, nós acordamos uma série de outros direitos, inclusive falamos de remuneração mínima. A gente acordou sobre uma proposta de remuneração mínima baseada no salário mínimo. Esse também é um dado bastante importante.

Então, todas as pesquisas mostram que esse trabalhador por aplicativo ganha mais do que um salário mínimo/hora hoje no Brasil. Tanto dados do IBGE quanto dados do Cebrap nos trazem essa conclusão, mesmo considerando os custos. Então, a gente está falando de um salário mínimo/hora líquido.

Então, todos esses pontos são pontos que fizeram, que fazem parte dessa agenda de regulamentação que a gente defende.

Infelizmente, os projetos não avançaram na velocidade que nós gostaríamos, mas nós estamos, sim, dispostos a seguir neste debate e teremos o maior prazer sempre que formos convidados para debater esse tema.

Tem algo novo, que veio nos últimos dois meses, que eu acho que é importante a gente trazer para esta audiência pública, que é a Convenção 193 da OIT. Esse é um tema de tamanha relevância não só no Brasil, mas no mundo, porque ele foi objeto de discussão em duas conferências na OIT e resultou na Convenção 193. A Convenção 193 é o primeiro instrumento global que orienta os países a como olhar uma regulamentação sobre esse setor que traz tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades, não só para motoristas e entregadores, mas também para todos os estabelecimentos comerciais que estão ali vinculados às plataformas.

A Convenção 193 dialoga muito com tudo que a gente vem discutindo aqui, no Brasil. Ela não presume o vínculo de emprego, ela assegura a possibilidade de esse trabalhador ser autônomo, deixando, obviamente, para que os países tratem de uma regulamentação a partir da sua realidade – acho que esse é um ponto bastante relevante. Ela assegura, orienta ali uma série de direitos que a gente já vem discutindo aqui, dentro do Brasil. Então, a gente acha que a Convenção 193 dialoga muito, reforça muito toda a linha de debate, toda a linha de discussões que a gente tem tido aqui e que a gente tem todo o interesse em seguir debatendo.

Então, acho que, diante de tudo que a gente vem discutindo, desde o primeiro grupo de trabalho ali, no Ministério do Trabalho, que deu origem ao PLP 12, desde as discussões do 152, acho que a novidade que a gente tem, de lá para cá, nesses últimos meses, é realmente a convenção, porque, no nosso entendimento, ela ratifica, ela diz que estamos no caminho certo. Ela diz que os pontos que a gente tem discutido – você garantir, você assegurar uma regulamentação e, ao mesmo tempo em que você garante a flexibilidade e a autonomia dessa relação, que é clara, é característica; inclusive, é um dos principais pontos que são pontos apontados como pontos positivos desse trabalho – são importantes.

Então, a gente está falando muitas vezes de populações desassistidas, a gente está falando de mães...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PORTO – ... que precisam adequar a sua rotina de vida a uma fonte de obtenção de renda, a gente está falando de pessoas que eventualmente têm, no trabalho por aplicativo, um caminho principal ali, uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho.

Não à toa, os dados do Banco Central mostram que a economia de plataforma foi responsável por reduzir em cerca de um ponto percentual a taxa estrutural de desemprego do Brasil.

Então, isso é muito importante. Isso tem que ser levado em consideração quando a gente trata da regulamentação desse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo muito fiel ao meu tempo, quero agradecer e me colocar à disposição para qualquer pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, André Porto.

Vou passar a palavra agora para a Leticia Kitagawa, que é da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros.

Seja bem-vinda, Leticia.

A SRA. LETICIA PINESCHI KITAGAWA (Para expor.) – Sra. Senadora, Exma. Senadora, muito obrigada pela oportunidade.

Membros da Comissão de Assuntos Sociais, demais autoridades e convidados, boa tarde.

Em nome da Associação Brasileira de Transporte Terrestre de Passageiros, a Abrati, que representa a maior parte das empresas que hoje operam o serviço rodoviário regular interestadual de passageiros, entre outros operadores que também integram esse sistema, um segmento que transporta mais de 39 milhões de passageiros por ano e interliga 5 mil municípios brasileiros, cumprimento aqui os participantes e agradeço a oportunidade do debate tanto pelas operadoras apresentadas, mas especialmente porque, por trás desses números, existem 93.780 motoristas habilitados para mais de 32 mil ônibus, dados estatísticos que são abertos da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), e também porque esse segmento, em 2025, cumprindo leis federais, concedeu mais de 8 milhões de gratuidades e descontos legais para idosos, pessoas com deficiência, jovens de baixa renda, que representam 1,2 bilhão em renúncia de receita, sem qualquer subsídio governamental.

Essas gratuidades obtiveram um aumento de 264% nos últimos anos, gratuidades essas que só estão presentes na categoria de operadores regulares, que não são gratuidades abraçadas pelas plataformas.

Cada uma dessas passagens representa o exercício de um direito fundamental, que é o direito social ao transporte, consagrado no art. 6º da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui também em nome desses passageiros e milhões de brasileiros para os quais o ônibus é o único meio acessível de deslocamento entre as cidades, para trabalhar, estudar, cuidar da saúde, visitar familiares, e também é por isso que o debate nos interessa.

Dito isso e sendo breve, porque estamos todos respeitando aqui rigorosamente o horário, e tendo em conta a presente audiência, o debate é muito legítimo e muito urgente.

Existem plataformas e aplicativos que operam no transporte rodoviário interestadual de passageiros à margem da regulação e que buscam sempre, infelizmente, permanecer à margem dessa regulação.

O transporte regular interestadual é um serviço de titularidade da União, por expressa determinação do art. 21, inciso XII, alínea "e", da Constituição, prestado na forma do 175. Essa qualificação não é uma retórica; é uma distinção estrutural.

O serviço público impõe deveres que nenhuma plataforma, sob argumentos de inovação, modernização, pode afastar; e os deveres de continuidade, regularidade, segurança, suporte às gratuidades ao trabalhador, atendimento aos municípios e rotas pouco rentáveis, submissão à fiscalização rigorosa, não podem ser afastados.

Hoje existem as mais criativas denominações para essa operação à margem da regulação, como, por exemplo, o fretamento colaborativo, e que operam um serviço regular à margem da legislação, sem assumir riscos ou obrigações, tanto para com os passageiros como para com os motoristas. Não concedem gratuidades, não atendem linhas deficitárias e não pretendem submeter-se às normas regulatórias.

Fico feliz de ouvir o representante da Amobitec mencionar que deseja se submeter às normas regulatórias, acho que o debate vai ser excelente nesse sentido. No entanto, o que se vê é que há um interesse pelo bônus sem a responsabilidade, pretendem escalar negócios sem compromisso social.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre isso, na Suspensão de Segurança 5.714, em que o Ministro Luís Roberto Barroso reconheceu a grave lesão à ordem pública, na desestruturação regulatória provocada por essas iniciativas. Hoje há 325 ações judiciais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação no TRF da 1ª Região, todas tentando driblar marcos regulatórios vigentes do transporte.

O propósito do STF na ADI 5.549 e 6.270 já afirmou que a livre iniciativa não possui um caráter absoluto e deve ser ponderada juntamente com outros valores constitucionais e, por consequência, sociais. O resultado dessa fuga regulatória precariza o serviço público, precariza a relação com o trabalhador. O motorista que opera em sua relação de trabalho em desamparo, sem previdência adequada, sem controle de jornada, sem segurança ocupacional assegurada, é um escravo: um escravo de si mesmo, um escravo da renda, um escravo dos algoritmos. Ele empurra sua performance pesando entre a renda e a sua saúde. Ao sacrificar a segunda, lógico, ele também coloca em risco o passageiro.

A plataforma obtém uma rentabilidade, o trabalhador assume o risco, o usuário fica sem garantias e o operador regular que cumpre as leis trabalhistas e sociais e presta o serviço é penalizado por uma concorrência desleal e ainda encontra quem defenda a prática sob uma retórica argumentativa de inovação. É a estrutura que não pode ser desmantelada por modelos de negócio que se recusam a submeter-se ao regime jurídico.

Quando se discute o trabalho por aplicativos, não se pode separar a proteção do trabalhador da regulação do serviço. A plataforma não é apenas uma intermediadora tecnológica quando atua no transporte de pessoas. Com qualquer tipo de remuneração, ela está se colocando no papel de operador de serviço público e, como tal, deve responder pelas mesmas obrigações.

Por isso, trago ao debate, sendo muito objetiva, que a regulação do trabalho não crie dois pesos e duas medidas, que os condutores tenham, nos aplicativos e plataformas, um lugar seguro e não de risco e desamparo laboral e que tenham os mesmos direitos. E, no caso, que as empresas regulares também possuam essa mesma segurança de isonomia no tratamento regulatório, pois oferecem as gratuidades – repito pela importância do tema –, submetem-se a requisitos rigorosos de habilitação e fiscalização desses condutores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETICIA PINESCHI KITAGAWA – ... e nada disso pode ser relativizado sob o argumento da livre iniciativa ou da inovação. O que está em jogo é definir se a inovação tecnológica vai ocorrer dentro da lei ou à margem dela. E fico muito feliz aqui de estarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatendo, e já ouvimos a sinalização de que todos estamos no mesmo sentido, no mesmo objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Letícia Kitagawa.

Vou passar agora a palavra para o nosso último expositor, que é o Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado. Já é bem-conhecido aqui já da Casa, né, Rodrigo?

O SR. RODRIGO MARINHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila. É um prazer e um privilégio estar por aqui. Obrigado pela fala.

Eu tinha preparado até outra fala, mas eu não vou conseguir não responder à Letícia sobre alguns pontos que ela trouxe.

Eu acho que o primeiro ponto, a primeira coisa que a gente tem de discutir aqui é que este Congresso Nacional votou por uma mudança de concessão para autorização. Este Congresso Nacional determinou que o país deve ser atendido por uma forma mais simplificada, Senadora Leila, para o transporte de ônibus interestadual e internacional no Brasil. Isso foi determinado por lei aqui dentro, e a ANTT vem descumprindo, de maneira reiterada, o que foi dito pela lei.

Só para se ter uma dimensão, hoje, por conta desse não cumprimento da regulação da ANTT, ela foi muito favorável às empresas que já estão no mercado. Ela manteve monopólios históricos de 30, 40, 50 anos que já existem no Brasil. Se você der um exemplo aqui da conexão entre Goiânia e Brasília, a mesma concessionária que tinha antes é a mesma que vai continuar tendo na autorização, o que por si só já seria uma ilegalidade, até porque autorização é pintar... Em tese, as regras são essas, você pinta da mesma forma e toca.

Isso foi o que disse o Congresso Nacional. A ANTT não tem a possibilidade de dizer diferente do que diz a lei. Ela é obrigada por ser uma agência reguladora subordinada ao regulador. Às vezes, Senadora Leila, o regulador infralegal acha que ele pode inovar. Ele não pode. A senhora determina como reguladora federal o que diz a lei. Este Congresso Nacional, a Câmara e o Senado da República determinam isso. Então, o primeiro ponto importante: o sistema de concessão não existe mais no Brasil para transporte interestadual e internacional de passageiros. Então, por si só, o cumprimento é da regra básica: a cor é branca, a cor vai ser preta, a cor vai ser vermelha. A regra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é essa. Vamos dizer que o tamanho da empresa, o capital social é esse. São essas regras e qualquer um poderia operar nessa margem.

Isso é tão importante que o Ministério Público, Senadora Leila, acabou de abrir uma investigação contra a ANTT por conta disso, porque não está cumprindo a lei. Então, eu acho que é muito feliz essa fala para dizer o seguinte: eu acho que o transporte rodoviário tem empresas maravilhosas que fazem parte disso, que são fantásticas, que fazem um trabalho formidável, mas que têm que concorrer em igualdade de condições e não por meio regulatório, de maneira equivocada, como está sendo hoje.

Só para ficar uma informação importante: Minas tem mais de cem cidades não atendidas pelo serviço, pelo transporte público interestadual de passageiros. A Bahia tem mais de 92 cidades. Isso vai acontecer no Brasil inteiro, de maneira geral. Isso é muito, muito sério. E o sistema foi feito exatamente para permitir que haja... Não estou dizendo para eles cumprirem a regra, mas que a regra seja a que o Congresso disse que era e não o que a ANTT pensa que deveria ser. Essa é a coisa mais importante a ser dita sobre essa situação.

Outro ponto importante é a fala de inovação, os pontos, a regulação; sempre fica parecido com o argumento do táxi e do Uber. Lá atrás, o argumento do táxi era que o táxi tinha uma regulação e, por isso, não poderia existir o Uber, e hoje é uma realidade – nós temos vários motoristas de aplicativos inclusive aqui nessa sala hoje; essa é uma realidade clara. Que se permita que a inovação e o bom trabalho aconteçam não por meio de uma barreira regulatória, mas, sim, por qualidade e eficiência, que, de fato, várias dessas empresas terão, porque elas são, de fato, muito boas.

Eu tenho certeza de que elas vão dar um baile nesse mercado, até porque elas têm uma vantagem imensa em termos de mercado: elas já estão lá, elas são os *players* que já estão lá. E repito: na minha visão de uma maneira ilegal, a ANTT disse que essas empresas poderiam permanecer com o monopólio que elas já tinham há 30, 40, 50 anos.

Mas, enfim, se o problema fosse só esse, Senadora Leila, já seria suficiente. Acho que até algo a ser olhado por este Senado com muito cuidado é: por que as janelas foram fechadas? Tinham o direito de abrir uma janela por ano, por que não foi aberta a condição para novos *players* entrarem? Acho que a ANTT é fundamental nessa mesa para a gente entender por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela não está cumprindo a lei. Acho que esse é o ponto central dessa discussão. Eu falo assim: no ponto de quem descumpre a lei, eu não vou nem entrar no mérito porque está errado. A regra é essa, que a regra seja cumprida. Não é o meio que deve ser prejudicado, que faz algo, e sim, aquela pessoa que faz errado: ela deve ser retirada do que está posto e colocado. E eu coloco mais uma vez: o principal descumpridor da norma hoje é a Agência Nacional de Transportes Terrestres, então, ela precisa ser trazida à baila para a gente entender por que está fazendo isso.

Quanto ao ponto relacionado aos demais temas sobre regulamentação de transporte e tudo, eu acho que o próprio Congresso vem avançando muito e concordando em vários pontos. Eu acho que já há um alinhamento muito claro entre os motoristas e as próprias plataformas em vários pontos. Eu acho que vários pontos avançaram, e o caminho da regulação acho que está mais perto do que esteve. Não estou dizendo que é o ideal nem que é o perfeito, mas que se caminhou muito mais, principalmente no PLP 152, do que antes. Tem alguns pontos que os motoristas acham importantes, porque eu acho que aqui no Brasil é muito claro, baseado na norma da OIT, que o motorista não quer ser CLT, ele é vocal nisso, tem falado isso claramente em vários meios, e eu acho que isso tudo dá uma possibilidade de mais liberdade – lembrando que existem aplicativos hoje de transporte de passageiro, no Espírito Santo, por exemplo, que têm motorista CLT.

E um cuidado: a gente foi conhecer a regulação espanhola, e hoje as empresas de *venture capital*, porque é muito caro você ter uma licença, é que dominam a situação de lá. De fato, os motoristas são todos CLT, mas subordinados a uma empresa, e não diretamente à plataforma que se coloca. Eu acho que esse modelo não é o que se pretende no Brasil ou o que se quer no Brasil, porque isso só vai beneficiar quem tem muito recurso para comprar as licenças para que os motoristas possam operar.

Uma fala fundamental que o André também trouxe aqui – eu acho que todos nós concordamos com ela – é de que os aplicativos de transporte hoje são fundamentais para diminuir o número de desemprego no Brasil. Isto é um fato hoje: um pai de família desempregado consegue, amanhã, passar a gerar renda e dinheiro para a sua família, imediatamente. Essa é uma oportunidade que, sem as plataformas, não era possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma discussão que eu já tive inclusive aqui nesta Casa, acho que até em debate com a Senadora Leila, foi o que eu falei: é melhor ter do que não ter, é melhor estar posto do que não estar, é melhor ter essa possibilidade de você ter mais uma opção de trabalho do que não ter. Sem as plataformas, antes você tinha um sistema de táxi, que hoje, por exemplo, em algumas cidades é muito interessante: você vai a São Paulo, você usar táxi, muitas vezes, é melhor do que usar os aplicativos de transporte. No próprio aplicativo de transporte hoje, assim como no sistema de ônibus hoje... As empresas hoje que estão na tecnologia têm sido muito úteis. Eu acho que a Leticia pode até confirmar isso, as plataformas têm vendido as passagens de ônibus e isso também tem acontecido nas plataformas de transporte, no aplicativo de passageiros, em que também o táxi está lá dentro. Eu acho que essa multiplataforma traz uma possibilidade muito grande de conectar o país.

Por último, para falar de um tema importante aqui, só para não dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – ... que não falei desse tema, Senadora Leila: é importante trazer a visão... Nós temos três empresas aéreas no Brasil. Por que as empresas de baixo custo não vêm ao nosso país? O nosso país é um país continental.

O nosso país é um país gigantesco que precisa ser conectado de várias formas. Nós temos... As empresas de baixo custo olham para o Brasil e dizem assim: "Eu não vou para o Brasil porque até hoje existe um veto e eu não posso usar o meu modelo de negócio, que é cobrar pelo assento, pela bagagem, pelo ponto". Até hoje existe um veto aqui na Casa para discutir, que não foi apreciado desde o Governo Bolsonaro – é de 2022 esse veto. E as empresas dizem: "Se vocês não conseguem resolver um veto, como é que eu vou investir bilhões no Brasil?". Porque não é só chegar e colocar um avião. É parque aéreo, são aeronaves, é todo um investimento feito no Brasil. Como é que essas empresas vêm?

É muito engraçado que, quando o brasileiro sai do Brasil, fala: "Consegui comprar, em dólar, uma passagem; consegui comprar, em euro, uma passagem", mas, aqui no Brasil, isso não é possível hoje, primeiro, porque temos pouca concorrência – precisamos ter mais – e, segundo, porque essas companhias não podem trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que essa discussão sobre transporte é uma discussão ampla que envolve desde o transporte urbano de passageiros... E, hoje, se há um sistema monopolista e absurdo... E aqui vale para o Distrito Federal, que é um lugar que tem, Senadora Leila, recebimento de vários tributos estaduais, municipais, e teria condição de ter talvez o melhor transporte público do Brasil, e não tem. Isso é um problema sério e se dá muito porque há um monopólio nesse transporte urbano de passageiros. Temos um problema no transporte intermunicipal de passageiros, ainda é monopólio.

Este Congresso avançou no transporte interestadual e internacional. Eu acredito que esse sistema... A função do Congresso é chamar o regulador infralegal, que é subordinado ao Congresso Nacional, para que cumpra a lei. Acho que a fala final é que a ANT venha para cá e cumpra a lei. E, aí, isso é importante tanto para os *players* já consolidados, porque são muito bons, como para os novos *players* que podem entrar nesse mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Eu vou passar a palavra agora para o Edson Carneiro da Silva, que é o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Seja muito bem-vindo, Edson. (*Pausa.*)

Muito boas as falas. (*Pausa.*)

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer o convite, Senadora, saudar a iniciativa da Senadora Leila, aproveitar a oportunidade também para saudar a presença das trabalhadoras e trabalhadores por aplicativos aqui na figura do motorista Jair, saudar também as pessoas que estão trabalhando, as empresas, as entidades e todos os presentes.

Primeiro, quero reafirmar a importância de esta audiência, Senadora, trazer para o Senado Federal, mais uma vez, o tema das relações de trabalho que envolvem as empresas proprietárias das plataformas de aplicativos. Quase 2 milhões de trabalhadores trabalham através das plataformas hoje no Brasil. É uma realidade que já não é tão recente assim e que carece,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgentemente, de um debate e uma definição do Estado brasileiro sobre as relações que existem, de fato, entre essas plataformas e os trabalhadores.

Inicialmente, Senadora, as empresas diziam que essas pessoas nem sequer eram trabalhadoras, diziam que a relação que existia entre o motorista, o entregador e as empresas era uma relação comercial. Acho que este debate foi superado, a maioria da população já tem clareza e as próprias empresas nem sempre admitem, mas muitas vezes admitem que o que acontece ali é uma relação de trabalho. E, se é uma relação de trabalho, ela precisa de regras, porque a ausência de regra, a ausência de uma regulamentação expõe esses trabalhadores ao domínio apenas das regras das empresas. Isso não é mais possível admitir, e o Governo do Brasil tem dado várias demonstrações de que lado está nessa balança, que precisa ser equilibrada. Aqui há uma balança completamente desequilibrada em favor das empresas proprietárias de aplicativos.

No Ministério da Secretaria-Geral, o Ministro Boulos tem dito, e a gente quer reafirmar aqui, que as empresas que dizem que são empresas de tecnologia, se autointitulam como empresas de tecnologia quando em rigor são empresas de transporte de pessoas, de transporte de mercadoria, de entrega de mercadoria se utilizam da tecnologia do século XXI para impor relações de trabalho do século XIX. E o Senado Federal não pode fechar os olhos para essa situação que aflige a realidade de quase 2 milhões de pessoas.

Foi dito aqui – cheguei um pouco atrasado porque a gente estava numa outra audiência no ministério – e é reiteradamente dito que os trabalhadores não querem ser CLT. Os trabalhadores... É possível, mas já está demonstrado que os trabalhadores querem ter direitos, querem ser tratados com dignidade e precisam ser tratados com dignidade.

O Ministério da Secretaria-Geral da Presidência da República, ao final do ano passado, instituiu, por orientação do Presidente da República, um grupo técnico de trabalho para ouvir os trabalhadores, inicialmente ouvir os trabalhadores entregadores e também ouvir os trabalhadores de quatro rodas. Nós não conseguimos instalar o grupo de trabalho com os de quatro rodas, mas conseguimos fazer uma escuta bastante qualificada com os trabalhadores de duas rodas, motoristas, motoqueiros, de *bike* e moto, e restaram demonstradas quais são as condições efetivamente de trabalho a que essas pessoas estão sendo submetidas, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é possível que grandes empresas multinacionais ou nacionais, como iFood, Uber, 99, Lalamove e outras grandes empresas, coloquem a vida dos trabalhadores em risco ou exponham quase 2 milhões de pessoas e trabalhadores a um trabalho completamente insalubre, 12, 13, 14, 15 horas em cima de uma moto ou atrás de um volante, para conseguir levar para a mesa dos seus filhos uma remuneração insuficiente para uma renda digna.

As plataformas intermedeiam uma relação de trabalho onde quem se encarrega do veículo é o trabalhador, quem arca com os custos do veículo é o trabalhador, quem banca o tanque de gasolina é o trabalhador, quem paga os impostos é o trabalhador, quem troca o pneu é o trabalhador. As empresas não têm custo algum e, mesmo assim, a Uber muitas vezes captura mais de 40% do valor de uma corrida. Isso é agiotagem, isso não é corretagem, isso não é comissão. Não é possível. Nenhum outro setor da economia retém essa parcela do rendimento de um serviço realizado em nosso país.

Portanto, é urgente a necessidade de regras, que o Estado brasileiro possa estabelecer regras. As empresas dizem: "Não, nós estamos em todo o mundo, em diversos países do mundo, é um modelo de negócio". E se utilizam do chamado modelo de negócios como um biombo para negar direitos fundamentais aos trabalhadores. É preciso dizer que o Brasil não é uma República de bananas, aqui tem uma Constituição Federal e, no artigo 5º da Constituição, nós temos os direitos dos trabalhadores, que estão garantidos na própria Constituição Federal, e esses direitos precisam ser observados.

Eu falei muito brevemente e não quero também ocupar o tempo aqui dos demais expositores, mas o grupo de trabalho realizado no âmbito do Ministério da Secretaria-Geral, enfim, consolidou um relatório, é de conhecimento público. Se a Senadora não tiver acesso, a gente pode passar aqui. Ali está descrita uma série de questões que para o Governo do Brasil é importante serem observadas no processo de regulamentação.

O colega ali dizia da tramitação do PL ou do substitutivo do PL 152, e o Governo do Brasil se colocou naquele momento defendendo uma taxa mínima de dez reais por corrida, um valor mínimo de 2,50 por quilômetro rodado, porque esses trabalhadores não podem ficar à mercê de promoções ou de regras estabelecidas pelas empresas... Impedir que as empresas de entrega agrupem rotas e não paguem essas corridas para os trabalhadores; e que tenha o mínimo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência algorítmica, porque dizem que esse trabalhador tem autonomia, mas a autonomia que é muito relativa, essa autonomia é só para a escolha do horário de trabalho, que hora que ele vai trabalhar. Nada mais é no escopo da autonomia do trabalhador, tudo é determinado pela programação algorítmica e quem faz essa programação são as empresas.

Portanto, para o Governo brasileiro – isso foi externado através do Ministério da Secretaria-Geral, mas também no Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil –, é preciso que haja uma regulamentação protetora dos direitos sociais, trabalhistas, os direitos fundamentais que estão garantidos na Constituição.

Por fim, também – estou vendo ali que eu tenho um minuto e 48 segundos – o Governo brasileiro, enquanto o Congresso Nacional não consegue chegar a um termo de qual seria essa regulamentação, o Poder Executivo tem adotado diversas iniciativas para melhorar, no mínimo reduzir os danos que esses trabalhadores estão enfrentando no seu cotidiano de trabalho.

Por isso, o Governo brasileiro – ainda que a gente saiba que é de responsabilidade das empresas, por exemplo, ter um ponto de apoio para esses trabalhadores, na sua rotina, poderem ir ao banheiro, poderem fazer as suas necessidades mais básicas, recarregar o celular – fez um convênio com a Fundação Banco do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA – ... para entregar cem pontos de apoio em todo o país. Isso está sendo executado, e a gente acha que é uma importante política pública, ainda que a responsabilidade tenha que partir das próprias empresas, que lucram bilhões com a exploração desse trabalho.

Também a partir do grupo de trabalho instalado na Secretaria-Geral, junto com o Ministério do Trabalho, foi instituído através do Ministério da Saúde uma portaria, uma norma técnica para que – porque isso afeta os motoristas também, mas principalmente os entregadores – esse trabalhador, quando for vítima de um acidente no momento do seu trabalho, na hora em que ele chegar à unidade básica de saúde, no primeiro atendimento, tenha ali no seu prontuário a identificação de que se trata de um acidente de trabalho, porque essa pessoa estava trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, portanto, esse acidente não é um acidente de trânsito comum, é um acidente de trabalho. Essa também é uma iniciativa a partir do grupo de trabalho.

Enfim, também estamos criando um grupo de acompanhamento e monitoramento para que nos próximos anos esses trabalhadores possam ser ouvidos pelo Poder Executivo para que o Governo do Brasil possa adotar políticas públicas fundamentais para esses trabalhadores.

E também está em curso o programa Move Brasil, também definido pelo Governo do Brasil – estamos enfrentando diversos problemas com os bancos, principalmente os bancos privados, mas esse problema tem que ser resolvido – para facilitar o acesso dos trabalhadores motoristas, entregadores de moto e de *bike*, para a comprar do veículo com uma taxa de juros subsidiada, com tempo de carência. A gente sabe que isso deveria ser uma responsabilidade das empresas, mas enquanto essas empresas não assumem a responsabilidade que têm... porque é preciso dizer que a Constituição Federal, os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do não retrocesso social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA – ... da garantia da valorização do trabalho, é importante saber que essas empresas têm que se submeter à Constituição Federal. Enquanto essas empresas e esta Casa de Leis não conseguem chegar a termos de uma regulamentação, o Governo do Brasil demonstra que está olhando para esses milhões de trabalhadores e demonstra sua solidariedade.

A gente sabe que esses trabalhadores têm que ser sujeitos dos seus direitos, e os direitos garantidos na Constituição têm que ser plenamente exercidos no cotidiano. E as empresas, proprietárias dessas plataformas, precisam cumprir aquilo que está na Constituição Federal, que prevê a livre iniciativa, mas também prevê que o trabalho não é uma mercadoria e que o Estado social precisa ser respeitado por todos.

Muito obrigado.

Em nome do Ministério da Secretaria-Geral, a gente agradece a oportunidade para externar as nossas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Edson – nós que agradecemos a sua presença –, Edson da Silva, que representa a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Eu estava ouvindo as falas aqui dos nossos expositores e vou fazer uma provocação aqui.

Eu gostaria que vocês fossem mais céleres na resposta, deixando bem à vontade quem quiser responder.

Eu peço uma sugestão: como integrar o transporte de aplicativo à Política Nacional de Mobilidade Urbana? Qual que seria a sugestão de vocês?

E alguns de vocês falaram aqui sobre as diretrizes regulatórias. Então, quais são essas diretrizes regulatórias que promovem ou poderiam promover a concorrência, a inovação e a qualidade no serviço? Eu ouvi aqui muito sobre essas diretrizes, mas quais seriam elas na opinião de vocês? Qual a sugestão de vocês, para a gente aprimorar o nosso trabalho legislativo?

Eu vou dar dois minutos e peço a vocês para serem, por favor, disciplinados no horário.

Quem gostaria de responder?

O SR. ANDRÉ PORTO (*Fora do microfone*.) – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – André Porto.

Dois minutos, por favor.

O SR. ANDRÉ PORTO (Para expor.) – Vou tentar ser bastante breve.

Primeiro, uma observação, por dever de ofício: o nobre colega representante da Secretaria-Geral afirmou que algumas empresas praticam agiotagem. Como a agiotagem, no Brasil, é um crime, eu só queria deixar bastante claro e reforçar que as empresas operam 100% dentro da legalidade, inclusive reconhecida pelo Governo brasileiro.

Dito isso, eu queria trazer uma observação em relação às falas da colega da Abrati. Eu acho que o setor de transporte rodoviário interestadual de passageiros é um setor que merece a atenção desta Casa, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu gostaria de sugerir a realização de uma audiência pública própria para falarmos disso. Aí a gente precisa convidar o Ministério da Fazenda, precisa convidar o Mdic, precisa convidar o Ministério Público Federal, porque os três órgãos reconhecem que o papel que a ANTT está fazendo é bastante prejudicial a esse setor ao não permitir uma abertura do mercado.

É um mercado extremamente concentrado, no qual cerca de 70% das linhas de ônibus no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PORTO – ... são monopólios – eu vou terminar –, em que o consumidor não tem nenhuma opção de escolha e é um setor extremamente judicializado, sim, porque a ANTT se recusa a cumprir o que está na lei. Conforme disse o meu colega Rodrigo Marinho, hoje é mais fácil você ter uma empresa de avião do que uma empresa de ônibus no Brasil.

Sobre as diretrizes regulatórias, eu acho que é muito importante...

E aí só para fazer a passagem: todos os motoristas de ônibus dessas empresas de que a gente está falando são CLT. Então, foge um pouco da discussão que a gente está tendo aqui, sobre a regulamentação do trabalho intermediado por aplicativos, sobre a qual aí, sim, a gente precisa se debruçar, para que a gente tenha regras claras.

Hoje, efetivamente, o trabalho por aplicativo, os aplicativos estão previstos na Política Nacional de Mobilidade Urbana. Há uma previsão e é a partir disso que se opera. A partir do momento em que a gente tiver regras claras, que a gente tiver regras, garantindo a inclusão previdenciária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PORTO – ... em que a gente tiver regras de como os mecanismos de transparência têm que se aplicar a todas as plataformas, a partir do momento em que a gente tiver respeito às informações sensíveis, às informações comerciais, eu acho que, a partir disso, a gente vai conseguir, cada vez mais, desenvolver o setor no Brasil. De novo, um setor que hoje traz renda para 2,2 milhões de brasileiros.

Não sei se respondi, mas me coloco à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Mais ou menos. (*Risos.*) Obrigada, André.

Alguém mais? (*Pausa.*)

Leticia.

O tempo, por favor.

A SRA. LETICIA PINESCHI KITAGAWA (Para expor.) – Senadora, para me ater ao que a senhora propôs com relação à integração dos modais de transporte, eu acho que é uma discussão muito ampla e a gente precisa... Eu não tenho a fórmula disso, acho que é algo que a gente pode construir, mas eu tenho algumas premissas que precisam ser avaliadas, como, por exemplo, a proliferação dos veículos com baixa capacidade de ocupação, que são os carros. Eu não tenho a fórmula disso, acho que é algo que a gente pode construir, mas eu tenho algumas premissas que precisam ser avaliadas, como, por exemplo, a proliferação dos veículos com baixa capacidade de ocupação, que são os carros. Até que ponto as cidades estão preparadas para que nós venhamos a ampliar absurdamente a quantidade de veículos nas vias urbanas, em detrimento da qualidade do ar? Embora hoje a gente tenha a questão da eletrificação, tanto no ônibus quanto nos carros de passeio, existe, sim, uma necessidade de avaliar a estrutura das cidades para esse tipo de integração.

Outro ponto muito importante é quanto à capacidade técnica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETICIA PINESCHI KITAGAWA – ... desses condutores para transportar pessoas. Hoje, um condutor que transporta pessoas tem várias habilitações, várias capacitações, que não são apenas as de quem dirige um veículo de passeio. Ele tem habilitação para primeiros socorros, ele tem habilitação para direção defensiva. Nas empresas de ônibus, por exemplo, eles têm programa de medicina do sono, que averigua a capacidade do alerta dele, as doenças relativas ao sono. Enfim, ele tem toda uma proteção. Sobre retorno de férias, existe um tratamento específico para condutores em retorno de férias, para que ele entre novamente no ritmo. Tudo isso precisa ser avaliado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não discordo do Dr. André e do Dr. Rogério quando eles chamam a Agência Nacional de Transportes Terrestres para o debate. Acho que é extremamente pertinente, até porque, pelo número de judicializações, todos temos muitas críticas a respeito. Mas eu acho que eles têm alguns pontos que podem enriquecer o debate, assim como outros órgãos.

Esses são alguns pontos.

E eu acho muito importante relembrar que a autorização, o modelo de outorga, seja ele concessão, permissão, autorização, não descaracteriza o serviço público. O serviço público é para o cidadão que não consegue avaliar a qualidade, a condução, o que tem por trás daquele serviço. Quando pronto para que ele utilize, ele precisa ter as garantias de que aquilo é seguro, de que nenhum trabalhador ali está sendo explorado e de que toda a estrutura, até para o suporte de uma contingência, de um acidente – tomara que não, mas, enfim – que aconteça, de que exista a saúde financeira do operador para minimizar os danos que ele venha a sofrer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Leticia.

Obrigada, André.

Vou passar a palavra agora para o Rodrigo Marinho e, na sequência, para o Edson da Silva.

O SR. RODRIGO MARINHO (Para expor.) – Eu acredito firmemente que a possibilidade de as pessoas conseguirem exercer e estarem no mercado sempre faz uma diferença imensa.

Nós somos um país continental, que tem modelos de negócio, inclusive de plataforma de aplicativos, absolutamente diferentes. Você tem modelos de negócio do Norte, que inclusive são líderes de mercado, que são totalmente diferentes do modelo de negócio daqui, do Centro-Oeste, que são muito diferentes do modelo de negócio da capital, que são diferentes do modelo de negócio do interior. Acho que o medo de colocar isso num plano nacional, às vezes, é travar inovações que podem ser muito úteis de maneira geral. Acho que qualquer plano precisa permitir que esses modelos funcionem, que eles estejam claros em relação a esse ponto, inclusive entendendo as questões regionais, porque, repito, é um país absolutamente continental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, querendo ou não, tem uma condição de malha viária muito melhor do que a média do país. Não quer dizer que ela é perfeita, não, mas que ela é melhor do que a média, sem nenhuma dúvida, ela é – sem nenhuma dúvida, ela é.

E essa fala da senhora é muito importante para quem tem carro. Por que o brasiliense – e eu sou morador de Brasília – não usa o transporte de ônibus?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – Porque ele é horroroso, porque ele é péssimo. Os ônibus são péssimos. É por isso que você tem essa realidade.

Então talvez as empresas que têm um monopólio – e têm mesmo – deveriam estar se preocupando em colocar melhores ônibus para as pessoas. Isso é um ponto importante de maneira geral.

O que aconteceu para o táxi com os aplicativos individuais? Melhorou o serviço, inclusive do táxi. Melhorou o serviço, inclusive do táxi, principalmente do táxi, porque era o monopolista que estava lá. Eu acredito que essa concorrência permita, porque hoje tem melhores preços e melhores condições. No passado, o Presidente do sindicato chegou a dizer que somente rico andava de táxi. E é importante que esse ponto seja dito.

Só para finalizar, o sistema de autorização... Eu tenho uma discussão aqui sobre titularidade, que é uma discussão de antes, e eu adoraria tê-la, mas eu acho que não é o momento para ela; mas eu não acho que o Estado deveria ser titular para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Não, mas o alerta está... Você mandou o seu recado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – É.

Você mandou o seu recado. Pode ficar tranquilo, Rodrigo.

Por favor, com a palavra o Edson da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA (Para expor.) – Muito rapidamente, Senadora, sobre as diretrizes regulatórias, alguns aspectos eu tratei na fala inicial, mas não é possível ter uma regulação do trabalho por aplicativo sem haver, para os trabalhadores, o direito à previdência social.

Nós já temos pessoas que estão há quase dez anos nessa atividade – muitos até há mais de dez anos nessa atividade – sem nenhuma garantia previdenciária, que, quando ficam doentes, ficam sem remuneração, e todo mundo fica doente neste país. Então, é um direito fundamental que precisa ser observado em qualquer regulação que tenha esse nome no Brasil.

Outro aspecto também – e o tempo é curto – que a gente acha importante registrar é o ponto de vista da transparência algorítmica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON CARNEIRO DA SILVA – Não há nenhuma transparência. O que dizem... As plataformas alegam que os trabalhadores têm autonomia total, mas esses trabalhadores muitas vezes – e isto a gente ouviu bastante durante o funcionamento do grupo de trabalho – são bloqueados, muitos são excluídos da plataforma, e não há nenhum canal pelo qual esse trabalhador possa, enfim, conversar com a empresa.

E não há nenhuma transparência de fato. É a empresa que controla todos esses dados. Não há uma observância da Lei Geral de Dados; há uma utilização desses dados – a gente sabe. A pessoa viaja para outra cidade e, daqui a pouco, está recebendo mensagens aqui, principalmente os trabalhadores. Então, o aspecto da transparência algorítmica também precisa ser observado em qualquer processo de regulação necessária do trabalho pelas plataformas de aplicativo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Walisson.

Obrigada, Edson.

O SR. WALISSON DO NASCIMENTO PERÔNICO (Para expor.) – Bom, eu acho que a gente não deveria ter o motorista de aplicativo e as empresas de aplicativo como concorrentes do transporte público, e, sim, complementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, no Distrito Federal, o sistema de transporte por aplicativo serve como uma conexão, como um BRT, como uma conexão de quem está na ponta até os BRTs, até os metrôs, chegando ao seu destino final.

Então, aqui no Distrito Federal há um estudo em que a gente está bem avançado no sistema de interligar o sistema de transporte público. Por meio do aplicativo, você vai poder escolher: se eu quero ir para a Samambaia – um exemplo –. eu vou escolher pegar um Uber ou um aplicativo, do Senado até a rodoviária; da rodoviária, eu pego um ônibus ou um metrô até uma estação X; da estação X, eu pego um táxi. Então, isso vai criar uma mobilidade, vai criar uma interligação da mobilidade do Distrito Federal com todos os meios de transporte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALISSON DO NASCIMENTO PERÔNICO – Obrigado.

Ah, ainda tenho 60 segundos, desculpem-me.

Então, isso vai criar uma integração do sistema de transporte público com o aplicativo, com o transporte coletivo e com os táxis, ou seja, uma integração no total, que vai facilitar essa mobilidade, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. *Fora do microfone.*) – Vai fluir, né?

O SR. WALISSON DO NASCIMENTO PERÔNICO – Fluir a mobilidade, e, esses grandes engarrafamentos que hoje em Brasília tem, creio eu, com essa integração, vão diminuir bastante.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós é que agradecemos ao Walisson, que é o representante aqui da nossa secretaria, o Subsecretário da Subsecretaria de Serviços da Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF.

Bom, nós estamos encerrando a primeira mesa. Eu quero agradecer aos nossos expositores, muito didáticos aqui, que deixaram bem os recados. Muito obrigada. Nós vamos ter outro momento para fazer mais debates. Isso é o início de um longo processo, mas que vai dar certo. Muito obrigada. Obrigada a todos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora nós vamos para a segunda mesa.

Obrigada, Letícia, também. Obrigada.

Vamos agora para a segunda mesa da nossa audiência pública, que tem o objetivo, nesta segunda mesa, de debater o trabalho por aplicativo: direitos, proteção social e desenvolvimento econômico. O objetivo é debater o marco regulatório das plataformas digitais, relação de trabalho, previdência, proteção social e sustentabilidade econômica.

Eu convido aqui para se sentar à nossa mesa: o Sr. Elias Pereira da Silva Junior, do Movimento dos Trabalhadores sem Direitos... (*Pausa.*)

Ah, perdão: ele está por videoconferência.

... o Sr. Ilan Fonseca de Souza, que é do Ministério Público do Trabalho, também por videoconferência; a Sra. Nivea Maria Santos Souto Maior, da Universidade Federal de Pernambuco; a Sra. Solange de Moraes, que é do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo – a Sra. Solange não chegou ainda –; o Sr. Jair Gomes de Almeida, da Aliança Nacional dos Motoristas; o Sr. Vinícius Pinheiro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que também vai participar por videoconferência; o Sr. Antonio Fernandes dos Santos Neto, que é da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); o Sr. Devanir Silva, da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp); e o Sr. Rodrigo Fernandes Afonso, da Ação da Cidadania.

Eu vou passar a palavra para o nosso primeiro expositor, que vai participar por videoconferência, que é o Sr. Elias Pereira Freitas da Silva Junior, que é do Movimento dos Trabalhadores sem Direitos. (*Pausa.*)

O SR. ELIAS PEREIRA FREITAS DA SILVA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Os senhores me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Sim. Boa tarde.

O SR. ELIAS PEREIRA FREITAS DA SILVA JUNIOR (*Por videoconferência.*) – Boa tarde! Boa tarde a todos da mesa! Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou JR Freitas. Eu represento os Trabalhadores sem Direitos, eu sou Coordenador estadual dos Trabalhadores sem Direitos. Fico muito feliz por a gente estar debatendo aí no Senado a questão dos entregadores de aplicativo. Eu sou liderança desse movimento há quatro anos. Eu também sou um dos fundadores da Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativos. Eu tenho 28 anos de profissão – desculpe-me –, 23 anos de profissão e eu queria falar um pouco, queria também intervir nas falas que me antecederam sobre a questão dos trabalhadores por aplicativo.

Olha só, a gente estava conversando... O André Porto exclusivamente, que representa as empresas de aplicativo, estava falando sobre a questão da previdência. Olha só, pessoal, a previdência é uma questão muito importante para o trabalhador e é verdade. Com o índice de acidente crescendo cada vez mais, todos esses trabalhadores ficam tendo que fazer vaquinha na internet, em grupo de WhatsApp para conseguir trazer o mínimo de dignidade para sua família, mas nós não podemos esquecer quais são as causas e o que faz o trabalhador se acidentar. E eu trago para vocês aqui: segundo o Atlas da Violência, de 2019 a 2024, subiu o índice de morte 38%. Passou o índice de morte de 11.182 mil para 15.459 vidas perdidas de trabalhadores prestando serviço para essas empresas de aplicativo.

Então, pessoal, eu acho que a política tem que se anteceder a isso. A gente não tem... A gente precisa fazer uma previdência, um seguridade social para o trabalhador, mas como a gente vai fazer para que esses trabalhadores não continuem morrendo no asfalto, com o que é o mais importante que é a prevenção? E está ligado também à questão remuneratória. Hoje uma das pautas mais importantes da categoria é o aumento para a dignidade do trabalhador ao conseguir um financeiro adequado para gerir a sua família e para conseguir pagar suas contas.

Então, eu vejo que a questão da taxa mínima é muito importante neste debate. Eu queria alertar o Senado, todos que estão aqui que a remuneração é o principal ativo para fazer com que o trabalhador corra mais e se acidente mais, porque a gente tem, das 11h às 15h, uma dinâmica muito forte de trabalho que obriga o trabalhador a correr cada vez mais e, por isso, ele vem sofrendo vários acidentes. As empresas de aplicativo não têm responsabilidade nenhuma com esses trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi falado aqui da Convenção 193 – que foi debatida na OIT – também pelo André Porto, que está detalhando a autonomia e a flexibilidade do trabalhador. Olha só, a gente também concorda com isso, porque a Convenção 193 fala sobre autonomia, e a gente precisa entender que para o trabalhador hoje não existe autonomia trabalhando para as empresas de aplicativo. E eu pergunto a todos que representam essas empresas de aplicativo se realmente a gente vai ter direito a ser pelo menos autônomo, porque, olha só, não existe autonomia nesse trabalho por aplicativo. A gente é subordinado o tempo todo às empresas de aplicativo. A gente recebe através desses algoritmos uma pressão, uma pressão violenta contra o trabalhador! Então, sobre tudo o que as empresas falam que estão dialogando, que querem uma regulamentação justa, isso é uma verdadeira mentira, porque toda vez que a gente faz um debate e coloca na mesa o que o trabalhador precisa, as empresas de aplicativo vêm contra – a grande maioria delas. Elas estão preocupadas apenas com a previdência. Isso mostra que eles não estão preocupados em conter esses acidentes, em conter a morte de trabalhadores – como eu disse, mais de 15 mil trabalhadores. Então, eu vejo muita incoerência na fala das empresas de aplicativo.

Eu, sim, concordo que a gente precisa de uma seguridade social, mas isso não pode anteceder a dignidade do trabalhador. O trabalhador não tem onde comer, o trabalhador não tem onde lavar a mão, usar um banheiro, o trabalhador não ganha o suficiente para que ele trabalhe tranquilamente, sem precisar exercer essa profissão de risco – pois já é de risco –, ainda trazendo mais risco para o trabalhador. Apenas por quê? Porque, se a gente tem um curto período de trabalho, como eu disse, das 11h às 15h, quando há o maior fluxo de entregas, se eu trabalho, eu ganho e, se eu não trabalho, eu não ganho. A gente não tem autonomia para cobrar o valor justo que a gente quer. A gente está pedindo uma taxa mínima de R$10, R$2,50 por km, pagamento das rotas agrupadas, pagamento integral, e isso nunca aconteceu. As empresas de aplicativo, com a falta de transparência no algoritmo, acabam comendo uma fatia muito grande da nossa remuneração, e a gente nunca sabe com certeza o que é.

A gente não consegue uma transparência no algoritmo, a gente não tem autonomia para decidir o valor, a gente é bloqueado sem o direito à defesa... Muitos trabalhadores deixam de trabalhar, deixam de levar o pão de cada dia para casa, porque as empresas praticam essa violência de bloqueio indevido – eu já peguei vários bloqueios indevidos. O que nós temos é o sonho e a flexibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos querendo debater seguridade social, e eu estou querendo debater aqui com vocês como a gente vai parar de morrer na rua, como o pai de família vai parar de morrer na rua e como essas empresas de aplicativo trabalham no nosso país sem uma regulamentação necessária e sem responsabilidade! Eu falei só de óbito, mas, se eu for falar dos acidentes que acontecem e de tudo que as empresas jogam nas costas do contribuinte neste país com a saúde... Quem banca isso é o povo, não são as empresas de aplicativo, porque elas não têm responsabilidade nenhuma com esse trabalhador.

E só a previdência não adianta, porque a gente tem que evitar que os acidentes aconteçam, não como a gente vai receber depois. Eu não quero receber, eu não quero ir para a Caixa, eu não quero receber essa assistência, eu não quero que a minha família receba um seguro de vida; eu quero chegar todo dia em casa e dar um abraço meus filhos e dar um abraço na minha esposa! Eu quero chegar em casa com um dia de trabalho suado, mas tranquilo, sabendo que eu trabalhei, conquistei o meu objetivo e vou conseguir pagar minhas contas em dia. Por que a gente está querendo debater a previdência antes de evitar os acidentes?!

Isso cai na remuneração, porque a empresa nunca quis dar uma remuneração digna para o trabalhador. Se eu fosse autônomo, aí eu falava para eles: "Olhem, se eu sou autônomo, eu quero ganhar R$10 por pedido até 4km". Eu consigo fazer isso? Não, porque as empresas nunca dialogam como tem que ser dialogado. Já é a segunda a tentativa do Governo e do Congresso para regulamentação, mas não sai, porque as empresas travam tudo que a gente pede. Existe um relatório feito pela Secretaria-Geral da República, pelo GTT, em que foram apresentadas todas as propostas que a gente colocou na mesa, e nenhuma delas foi atendida. Então, não existe... Se o Governo, se a política pública não for para cima das empresas e não as enquadrar como tem que enquadrar, elas não vão dar direito ao trabalhador com esse falso discurso de autonomia e flexibilidade. Que autonomia que eu tenho se eles me bloqueiam na hora que eles querem?! Que autonomia que eu tenho, se eu não posso escolher o valor com que eu quero trabalhar? Eu não posso escolher nem o dia que eu posso trabalhar, porque se eu não for trabalhar em um dia que eles pedem para marcar, como acontece com os OLs, eu sofro com essa porcaria desse *score*, que eles abaixam o *score* e ele diminui.

E agora a gente não consegue uma transparência algorítmica para mostrar para sociedade o tanto que o trabalhador vem sofrendo, falando para sociedade que vai encarecer o produto se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentar. A gente não quer encarecer o produto; a gente quer que as empresas ganhem menos e valorizem mais os trabalhadores.

Então, eles não vão fazer isso se o sistema político que a gente tem hoje não for para cima das empresas de aplicativo, como tem que ser, e parar com essa falsa narrativa. Não temos direito a nada há mais de dez anos, porque a empresa nunca quis dar direito a nada. Se a empresa fosse boazinha, como eles realmente falam, a gente já tinha a previdência. Não dá para debater a previdência sem antes valorizar o trabalhador, sem antes valorizar a remuneração dele, sem dar dignidade para ele ter um ponto de apoio. É isso que eu quero falar para vocês.

A gente debate, debate, debate e não sai do lugar. A gente está pedindo mínimo de R$10 desde 2020, e a gente nunca foi atendido. A gente fez greve pelo mínimo de R$10, e nunca fomos atendidos.

A empresa covardemente bombardeia a sociedade, falando que a gente quer ganhar muito. É claro, tem pedidos aí em que o que o cliente paga R$22 de taxa, e a gente recebe R$7,50, ficando com todos os gastos. Se a gente se acidentar, fica nas nossas costas. Aí fica fácil falar que vai aumentar o produto. Eles têm que ganhar menos, porque a intermediação... Eles são empresas de intermediação? Então, é o seguinte: a gente tem que colocá-los para ganhar menos, e a gente ganhar mais; não eles ganharem mais do que a gente, e a gente ter que ficar com o ônus do trabalho.

Então, é isso. Obrigado pela voz aqui. Desculpa se eu me estendi, desculpa se eu fui um pouco agressivo, mas é que deixa a gente indignado toda vez ficar fazendo e falando as mesmas coisas, e não sair do lugar. O André Porto vem com o mesmo discurso há mais de dez anos – é o mesmo discurso há mais de dez anos –, e a gente não sai do lugar. Se quisesse resolver já tinha resolvido. A grande verdade é que não quer resolver, quer ficar enrolando e só vai aceitar uma regulamentação se for do jeito que eles querem.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós é que agradecemos a sua participação, Elias, o seu depoimento e o seu desabafo. A audiência pública é para isto mesmo: é para a gente ouvir de todos os lados. Senão, não teria sentido a gente estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui todo mundo reunido para fazer este debate. Obrigada pela sua participação e pela sua luta aí.

Eu vou passar agora a palavra para o Ilan Fonseca de Souza, que é do Ministério Público do Trabalho, também por videoconferência.

O SR. ILAN FONSECA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas, Exma. Presidente da mesa, Senadora Leila, na pessoa de quem eu saúdo os demais desta Comissão, senhoras e senhores aí presentes e também quem está acompanhando aqui *online*.

Meu nome é Ilan Fonseca, eu sou Procurador do Ministério Público do Trabalho e eu venho aqui hoje em uma dupla condição: alguém que tem uma posição singular neste tipo de debate, tanto como jurista e como membro do Ministério Público quanto como o doutor que investigou essas engrenagens do capitalismo de plataforma, mas eu falo principalmente aqui também como alguém que, para fundamentar a sua pesquisa de doutorado, tirou o terno, saiu do gabinete, ligou um aplicativo e trabalhou por quatro meses como motorista da Uber nas ruas de Salvador.

Eu não estudei a precarização apenas nos gráficos ou nos acórdãos dos tribunais; eu pude sentir essa organização no corpo, eu senti a vibração do celular, que estava ditando o ritmo na minha vida, a fadiga de 12 horas ao volante e a ansiedade de ver o valor do quilômetro rodado diminuir a cada mês. Senti também a impotência de ser avaliado por um sistema de estrelas sem um rosto e sem nenhum tipo de direito à defesa.

Por isso, quando a gente discute aqui as diretrizes para regulação, mas principalmente a segurança nas plataformas digitais, a gente precisa afastar imediatamente esta que é a maior falácia construída pelo *marketing* e pelo senso comum, a falácia de que esses trabalhadores são parceiros autônomos, que eles são empreendedores. Se eles fossem autônomos, não apenas recusariam as corridas, mas eles diriam qual é o preço do seu serviço, qual é a taxa justa a ser paga para a plataforma.

O que eu vivi na pele e o que a ciência do direito tem mostrado aí, ao longo dos anos, é que existe sim uma subordinação, como o próprio JR falou aí, anteriormente, e essa subordinação é a do trabalho por aplicativo. Mudou de roupagem: o capataz da fábrica, hoje em dia, foi substituído pelas linhas de um algoritmo, pelo comando de uma inteligência artificial, e essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subordinação, hoje em dia, é chamada de algorítmica, que eu vou chamar, nos meus estudos, de um poder de mando que é tão autoritário, que é também uma espécie de despotismo.

Para a gente compreender a urgência desse debate, senhoras e senhores, a gente precisa olhar para isso em uma escala que seja global.

A Uber, hoje, está presente em mais de 70 países, e o próprio CEO da Uber confirmou um dado de que são mais de 10 milhões de motoristas de aplicativo da Uber no mundo. De acordo com os dados mais recentes da Pnad e do IBGE, o trabalho mediado por aplicativos deu um salto impressionante no Brasil: 1,7 milhão de trabalhadores plataformizados que têm nisso sua atividade única ou principal – foi um crescimento de 25% em dois anos.

A Uber hoje tem mais de 2 milhões de motoristas de aplicativo cadastrados; o iFood, sozinho, tem mais de 600 mil entregadores cadastrados; e o nosso país, hoje, é a maior base de motoristas da Uber no planeta: quase 18% de todos os motoristas do mundo são brasileiros.

Mesmo assim, nenhuma plataforma se intitula uma plataforma de transporte, uma plataforma de entrega – eu pude fazer essa pesquisa hoje nos *sites* –: são apenas intermediação, são apenas tecnologia.

E como é que o IBGE trata dessa realidade envolvendo esse exército de trabalhadores? A jornada média ultrapassa mais de 46 horas semanais; a taxa de informalidade aí, o que foi dito anteriormente, é avassaladora: mais de 70% dos trabalhadores por aplicativo estão na completa informalidade, não são empregados, não têm PJ, não têm MEI. E isso não é porque eles não querem não; é porque eles não conseguem se formalizar, não conseguem pagar os impostos e as contribuições previdenciárias excedentes.

A grande maioria da categoria trabalha a descoberto: se ele vier a adoecer ou sofrer um acidente pela manhã, quem vai acolhê-lo de tarde ou de noite vai ser a miséria. Isso acontece porque, hoje em dia, nem mesmo o INSS está acolhendo esses trabalhadores.

Empregados? O INSS não os considera como prestadores de serviço para uma empresa que os está contratando – a plataforma digital –, e, para ser enquadrado como contribuinte individual, ele precisaria ter um MEI ou um PJ e fazer os recolhimentos previdenciários do que ele não tem. Então ele vai ser acolhido pelas famílias ou por redes de solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, os lucros das plataformas continuam migrando para o exterior.

Diante dessa estatística e da minha própria vivência na rua, eu trago, assim, a esta Casa três propostas concretas para alguma iniciativa legislativa.

A primeira de todas – e isso já foi dito aqui hoje –: se esse trabalho é livre, o trabalhador não pode ser refém dessa intermediação.

O que é que eu quero dizer com isso? A todo motorista que inicia um trabalho na plataforma tem que ser perguntado: "Você quer ser empregado e ter um pacote de direitos ou você quer ser um autônomo e negociar, caso a caso, uma taxa de reparação?". Não é difícil uma tecnologia implementar essa medida.

Um projeto de lei legítimo deve autorizar ainda e regulamentar essa prestação de serviços de forma direta, permitindo que o motorista atue hoje sem esse pedágio, que é a taxa de comissão compulsória, e essa intermediação, que é abusiva, praticada pelas plataformas digitais. Se é uma livre concorrência e se é autonomia, que são defendidas por essas próprias corporações, o Estado deve assegurar uma infraestrutura tecnológica e regulatória para que esse trabalhador realmente tenha essa liberdade de conexão, quebrando esse monopólio algorítmico. Se houver uma taxa ou uma comissão, ela deve ser negociada com o motorista, caso a caso. E quem quiser trabalhar com a hora certinha, com o salário mínimo, vai ter a sua carteira de trabalho assinada pelas plataformas. Então isso pode ser feito perfeitamente nos aplicativos hoje em dia.

Segunda proposição: tem trabalho, tem que ter direito.

Essa lógica de plataformização, que está se estendendo para vários outros serviços – serviços de saúde, serviços de cuidado, serviços psicológicos –, não pode criar zonas vazias na nossa legislação, na nossa Constituição e no nosso território nacional. Enquanto tiver energia humana sendo dispendida, enquanto tiver um motorista trabalhando de madrugada e alguém ganhando com esse trabalho, esses trabalhadores precisam ter direitos garantidos. E ter direito, senhoras e senhores, não é uma obrigação, não. O nome já diz: é um direito. Eu falo isso porque muitos motoristas vêm me questionar e vêm dizer que não querem ser CLT, mas, independentemente de ele querer ou não, as plataformas, as empresas têm que garantir esses direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia, se um trabalhador tem o direito, ele vai na Justiça do Trabalho e reclama pelos seus direitos. Se esse direito é um benefício, se esse benefício vai ser entregue a esse trabalhador, o trabalhador que quiser se despojar desses direitos faça a devolução para as empresas, para as plataformas. Então, como pesquisador, eu acho que essa regulação não pode chancelar uma terceira via, não pode criar uma categoria de subempregados. Onde há lucro extraído desse trabalho, tem que haver essa proteção, que é do artigo (*Falha no áudio.*)...

E a terceira proposição – e já foi dito isso aqui hoje também –: antes do trabalho e antes da renda vem a vida. E esse é o problema mais urgente que a gente está vivenciando hoje aqui no Brasil.

A segurança de quem está nas ruas deve vir em primeiro lugar. A integridade física de motoristas e de entregadores não pode ser tratada pelas empresas apenas como um custo. E, mais do que isso, ela não pode ser invisível. Hoje em dia, as plataformas se recusam a dar as informações sobre acidentes de trabalho, sobre boletins de ocorrência, mas, contraditoriamente, ironicamente, elas sabem a localização exata de todos os trabalhadores de aplicativo que trabalham hoje no Brasil. Quantos motoristas foram a óbito em serviço no ano passado? Quantos foram vítimas de sequestro? Então é urgente aprovar medidas legislativas que sejam duras e que obriguem essas plataformas a fornecerem essas informações.

Mas também, como já foi dito aqui, é preciso mitigar esses riscos. Capacitação: a gente está transportando vidas, a gente precisa capacitar as pessoas. Os veículos precisam ser vistoriados. Quem é usuário sabe que a precarização também já está acontecendo nos veículos.

Quando eu era motorista de aplicativo, eu fui levar três gerações de mulheres em um posto de saúde. Quando aquelas três mulheres – uma delas recém-nascida – entraram no carro, eu senti o peso e a responsabilidade que é transportar vidas. Eu pensei assim: "Se acontecer um acidente aqui, são três gerações que vão se perder". Então, eu fui dirigindo bem lentamente, com todo o cuidado do mundo, para chegar ao destino daquela viagem.

É preciso a criação de pontos de segurança, pontos de (*Falha no áudio.*)

... zonas de risco, em algumas localidades que são perigosas. Então, se o motorista transporta vidas, e essas vidas às vezes são muitas, são várias gerações envolvidas, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitação, é preciso veículos em bom estado, é preciso vistoria, é preciso também que esse veículo seja abastecido.

E aqui eu já me encaminho para o final.

Os dados mais recentes indicam que essa fadiga extrema e essa vulnerabilidade são um fator muito grande de gestão de riscos, de segurança e de falta de saúde desses motoristas e entregadores. Então a questão remuneratória também é central para resolver problemas de segurança e de saúde dessa categoria. Esse valor remuneratório vai permitir resolver, de uma vez por todas, vários problemas. Então um piso mínimo por km, um piso mínimo que seja nacional também é urgente.

Nesse sentido, o tema está sendo pautado hoje no Supremo Tribunal Federal, é o Tema 1.291. O Ministério Público do Trabalho, o Procurador-Geral do Trabalho estão atentos e estão preocupados com o sofrimento dessas categorias. A gente percebe que houve essa inovação por parte da Convenção 193 da OIT.

Já realmente finalizando aqui, o direito do trabalho, as nossas leis sempre conviveram com inovações tecnológicas. Então as nossas leis sempre souberam se adaptar e dar conta das inovações tecnológicas desde a nossa revolução industrial. Agora não vai ser diferente. O que a gente quer é apenas reequilibrar essas forças que estão envolvidas hoje em dia. Então, antes de tudo, existe a vida de um cidadão brasileiro, que merece uma proteção da lei que seja integral. A gente não quer a expulsão de plataformas do país, a gente não quer que ninguém vá à falência, mas a gente tem certeza de que, com a lucratividade que essas plataformas têm hoje no Brasil, é perfeitamente possível assegurar a dignidade a motoristas (*Falha no áudio.*)...

da lei.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Ilan. O senhor foi muito assertivo na sua fala aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pelas sugestões. A nossa equipe depois vai entrar em contato com o senhor, mas obrigada pela sua participação e por disponibilizar esse tempo para tratar desse tema tão importante, tão acessível para nós.

Eu vou passar a palavra agora... Eu vou alternar, vou passar a palavra agora para o Devanir Silva, que é da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

O SR. DEVANIR SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Quero parabenizá-la por essa iniciativa muito importante aqui, para que a gente tenha dignidade para as pessoas, a inclusão das pessoas.

Cumprimento os colegas de mesa e cumprimento os presentes.

Eu ouvi dizer aqui que os motoristas, os trabalhadores não querem ser celetistas, mas a gente tem que ter uma realidade... Eu espero não chocar, mas nós temos hoje um modelo previdenciário no Brasil de um país que não existe mais. É um país, é um modelo previdenciário em que se fala em regularidade de emprego, contribuições regulares... Nós não temos mais isso. Nós estamos falando de 2 milhões de profissionais aqui, dos profissionais de plataforma, mas 50% da força de trabalho do Brasil estão na mesma condição. Eu chamo de "exército dos invisíveis", que, se nós não tivermos uma proposta de inclusão, será o "exército dos excluídos" de amanhã. Vão bater, sabe onde, Senadora? Lá no BPC. O BPC é pobreza, e não é isso que a gente quer para os trabalhadores.

Eu venho aqui representando a Abrapp e quero trazer uma proposta que não pretende ser substitutiva, não; ela precisa de ser encarada como alternativa. Nós temos um modelo no Brasil que funciona há quase 50 anos, e aqui...

Eu não sei para onde eu tenho... Está pulando aqui. Aí.

Esses são os nossos números, hoje, de uma previdência complementar que não tem finalidade lucrativa, não tem atividade empresarial, não é ligada a banco, é formada por trabalhadores. Já são praticamente 9 milhões de pessoas impactadas, 3 milhões de contribuintes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

950 mil que já participam disso, e familiares, 4 milhões. Pagamos benefícios de R$104 bilhões todos os anos, para um patrimônio de R$1,4 trilhão.

Por que eu trago isso aqui? É um dever, até como brasileiro, mostrar que nós temos alternativas que podem se somar e tirar as pessoas... dar dignidade para as pessoas, para que exerçam a plenitude da cidadania. E é um sistema que vem entregando! Essa é a nossa rentabilidade ao longo do tempo, e a gente sempre faz isso aqui: nos últimos 20 anos, entregamos 900% de rentabilidade para esses participantes desses fundos.

Eu digo aqui que a gente tem que ter em mente que nós temos um sistema que não tem finalidade lucrativa. Ele não tem finalidade lucrativa, ou seja, tudo que é produzido é para o trabalhador, quem faz a gestão é o trabalhador, e o compromisso é o pagamento de benefícios. Nós não emitimos nota fiscal, não temos nenhuma atividade que não seja o nosso compromisso fundamental de pagar esse benefício. E fazemos isso há praticamente 50 anos. Nós estamos na ordem social, no art. 202 da Constituição. Então, é um sistema que também forma poupança estável de longo prazo para o país.

Quando eu estava discutindo isso... Nós tivemos uma experiência interessante com os indianos. A Índia tem 69 milhões de pessoas cobertas por um projeto que a gente pretende apresentar aqui, que é o chamado projeto das micropensões. O que é isso? São contribuições que são vinculadas, e no nosso caso aqui é ao CPF da pessoa, então ele pode estar em qualquer lugar, ele não precisa ter nenhum vínculo trabalhista – aliás, não é isso que nós queremos. Ele teria a oportunidade de, com uma pequena contribuição dele e da plataforma – e também não é nada obrigatório –, poder formar um patrimônio previdenciário. Por que não? Há condição de fazer isso, não é? Isso nós vamos apresentar de uma maneira mais didática aqui, em um vídeo nosso.

Hoje nós temos este tipo de problema: trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício, jornadas irregulares, como foi bem dito aqui. Trabalham 15 horas por dia, dormem muito pouco, e estão lá... Qual é o futuro dessas pessoas? É nisso que a gente tem que pensar. Senadora, quando me falam "olha, vamos ter reforma da previdência", eu já fico preocupado com isso. A gente não precisa disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. *Fora do microfone.*) – Votei contra isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEVANIR SILVA – A gente precisa ter uma revisão com a ideia da inclusão das pessoas, não é? Nós temos que incluir, se o modelo é esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DEVANIR SILVA – Exatamente. Então, é a possibilidade de aportes esporádicos; é inspirado em modelos já bem-sucedidos lá na Índia, no Quênia, na Colômbia.

Eu queria aproveitar esses minutos aqui e pedir ao pessoal que passasse um vídeo de três minutinhos, até para ganhar tempo aqui, que eu acho que vai ficar mais didático.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DEVANIR SILVA – É isso. O que a gente gostaria de deixar como mensagem é que esta é uma proposta que nós podemos, temos condição de fazer, temos condição de oferecer. E a gestão pode ser feita por uma das 264 entidades que existem no Brasil hoje que não têm essa finalidade lucrativa, ou pode-se criar entidades específicas para fazer a gestão desse patrimônio.

E o que é mais importante, eu vejo assim: existe uma possibilidade de, a cada período, que pode ser definido, se eu preciso sacar uma renda continuada depois de cinco anos, poder ser feito isso. Se eu preciso sacar para trocar a minha moto, eu preciso fazer isso.

E, para essa apólice de seguro que é vinculada, Senadora, nós precisamos só de duas coisas – e isso está lá no PLP 152...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEVANIR SILVA – Primeiro, é que não tenha a relação trabalhista, isso é importante; e, segundo, que tenha o diferimento tributário, como já tem hoje para esses planos. Por que é importante isso? Porque o seguro vai ficar mais barato, a capitalização será maior. Então, a capitalização será em favor do trabalhador.

A Abrapp está à disposição. Nós temos um histórico de entrega e gostaríamos de participar desse debate e oferecer a oportunidade de mais brasileiros participarem também dessa previdência complementar.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada pela participação e pelas ideias, Devanir Silva, que é da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Grata pela participação.

Vou passar a palavra agora para a Profa. Nivea Maria Souto Maior, que é da Universidade Federal de Pernambuco.

Seja muito bem-vinda, Professora.

A SRA. NIVEA MARIA SANTOS SOUTO MAIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Boa tarde.

Cumprimento cordialmente a mesa que conduz os trabalhos desta audiência. Saúdo a Exma. Sra. Senadora Leila Barros, principalmente por sua iniciativa desta audiência, representantes de instituições, lideranças de movimentos e todos os participantes que estão presentes neste importante momento de diálogo público.

Nos oito minutos que me foram reservados, eu pretendo contribuir na construção da regulação de garantias sociais aos mais de 2 milhões de trabalhadores controlados e não intermediados por empresas e plataformas digitais. Essa categoria já aguarda há dez anos o seu reconhecimento como classe perante o Estado. E eu já ouso divergir de algumas falas que dizem que o trabalho uberizado é uma saída do desemprego e, ao permanecer na informalidade, estamos na lógica do menos ruim. Quando o Parlamento silencia por muito tempo, outros Poderes são chamados a decidir, mas ainda há tempo para que a resposta venha dessa Casa Legislativa.

Vou compartilhar aqui alguns eslaides para que minha fala fique mais elucidativa. (*Pausa.*)

Eu falo hoje enquanto pesquisadora e professora de direito do trabalho e de direito previdenciário. Na minha tese de doutorado, eu estudei 19 países que já regularizaram a situação desses trabalhadores plataformizados, como analisei 177 projetos de lei que tramitaram de 2015 a fevereiro de 2025.

Quero, primeiro, evidenciar que o tema principal desta audiência não se resume a motoristas e entregadores. Hoje há uma tendência de quase toda a classe trabalhadora vir a ser plataformizada. Assim, nenhum projeto de lei pode engessar a natureza dessa relação de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois atualmente existem mais de 1,5 mil plataformas digitais de serviço; entre elas, 700 plataformas só de transporte de passageiros. Então, nesses modelos de negócio varia muito o nível de dependência.

Assim, para tentar propor algum projeto de lei aqui no Brasil, o ponto de partida tem que ser o que aconteceu com o restante do mundo. A maioria dos países já regularizaram, já regularam essa espécie de trabalho.

Na minha análise, os 19 países, além da União Europeia, que é composta por 27 países, mais da metade optaram que o modelo de negócio do trabalho plataformizado é, sim, uma relação de emprego, existe subordinação e controle, como, por exemplo, Espanha, Portugal, França, Alemanha, Holanda, Suíça. Veja que a Holanda é o *hub* europeu da Uber, e nem por isso a Uber finalizou suas atividades neste país. Um terço desses países analisados não colocou nem como autônomo nem como empregado, colocou como uma terceira via, uma relação atípica. Alguns direitos vindo da CLT, mas outros já colocando uma flexibilidade, e tão somente quatro países optaram por uma relação autônoma. Essa relação, em vez de ser legislada por uma CLT ou uma legislação trabalhista, seria um CDC, um Código de Defesa do Consumidor. Mas ali o acesso às políticas públicas não se dá via assalariamento. Então eu digo com muita firmeza, muita segurança, que o Brasil está, sim, na contramão do mundo.

Aqui na América Latina, eu dou especial atenção a quatro países em que já há uma legislação, inclusive no Chile, desde 2022. Lá existem sistemas híbridos. É possível haver autônomos e empregados dentro da mesma plataforma. Mas, quando o aspecto é previdência, a empresa plataforma sempre vai ser equiparada a empregador.

No México, desde dezembro de 2024, houve a integração de mais de 1,2 milhão de mexicanos no sistema de previdência. E veja que quando é o tema risco de trabalhos, enfermidades, maternidades, a plataforma digital assume, sim, a contribuição patronal desses trabalhadores. Temos o Uruguai também. A Colômbia, que foi mencionada justamente pelo Dr. Devanir, da Abrapp. Lá, na previdência pública desses trabalhadores há um cofinanciamento, em que 60% dessa contribuição é pela empresa plataforma e 40% é dos trabalhadores. E aqui o órgão maior do Direito Internacional do Trabalho, que é a OIT, fez, sim, uma convenção recentemente, no dia 11 de junho, em que de fato não resolve a discussão entre empregado e autônomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou deixar essa discussão maior para o Dr. Vinícius, que é o representante da OIT, que vai me suceder na minha fala, mas eu quero deixar claro duas falas. A primeira é que, apesar de ela não resolver essa discussão de se é autônomo ou empregado, ela resolve algo mais importante, em que ela diz que o país que optar por um trabalhador autônomo não pode extirpá-lo de garantias fundamentais básicas, não pode conferir uma proteção social inferior. Então aqui eu não falo mais de CLT, eu falo de Constituição Federal, eu falo de art. 7º, em que é coberta toda a classe trabalhadora por um patamar mínimo civilizatório.

Como eu falei na minha tese de doutorado, eu fiz o levantamento desses projetos de lei, em que a gente viu que tanto no PLP-12, de iniciativa do Poder Executivo, quanto no PLP-152, que eu tive a oportunidade de abordar na audiência pública, não se obteve um consenso. Então nós vamos observar que esse impasse regulatório é muito mais político do que técnico. E mais: entre 177 projetos de lei, apenas 8% fizeram a proposição de CLT. Em contrapartida, houve uma aderência maior dos Parlamentares, inclusive dos Senadores. Desses 177 projetos de lei, nós teremos 13 projetos de iniciativa do Senado, apesar da sua atividade típica ser de uma Casa revisora; será um trabalho atípico.

Então, que haja um marco regulatório de uma lei própria, sem ser CLT, mas também que não seja um trabalho autônomo. Quando, por exemplo, o Dr. André Porto falou que os motoristas não querem ser CLT, talvez nem eles mesmos entendam qual é o sentido de uma CLT.

E aqui também a gente vai ver a situação do Brasil. A situação do Brasil, em dados estatísticos, é um cenário de imprevidência. Aproximadamente 60% dos motoristas e entregadores já sofreram acidentes, três a cada dez entregadores passaram insegurança alimentar. Isso significa fome. Noventa por cento deles não possuem, plano de saúde e 92% deles estão endividados.

Que autonomia é essa de pessoas acidentadas e endividadas e que, por muitas das vezes, nem sequer contribuem? Porque a única lei vigente aqui no Brasil é a 13.640 e ela diz que motoristas são contribuintes individuais, trabalhadores por conta própria. E aí o que acontece? Um alto endividamento. Apenas 35% deles estão adimplentes. O restante está à margem da assistência social, do Sistema Único de Saúde, dos cofres públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu mostro, na Convenção 193, que o art. 12 dessa Convenção vem dizendo que cada país deve adotar medidas favoráveis à seguridade social em condições não menos favoráveis à classificação de situação de emprego. Inclusive, o contribuinte individual não teria direito ao auxílio acidente, mesmo que seja uma categoria de uma atividade altamente perigosa.

Então, os caminhos possíveis que eu sugiro, se não formos seguir pelo caminho técnico de adoção da CLT, que seja uma sexta categoria de segurado obrigatório do INSS.

E aqui eu termino minha fala, dizendo que é hora de o Governo e de as plataformas assumirem suas responsabilidades. Agora, em 2026, passamos do marco de 200 projetos de lei há mais de dez anos. Então, o tempo de indefinição tem que acabar.

Agradeço, mais uma vez, pela escuta atenta e pela oportunidade do debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós é que agradecemos, Professora.

Grata pela participação e por todo esse mapa geral da situação e da realidade dos nossos motoristas por aplicativo.

Muito obrigada. E pelas sugestões que foram dadas. Certamente, a equipe aqui vai entrar em contato com a senhora. Nós faremos mais audiências a respeito.

Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Jair Gomes de Almeida, que é da Aliança Nacional dos Motoristas.

Bora lá.

O SR. JAIR GOMES DE ALMEIDA (Para expor.) – Senadora, já é a segunda vez que estamos aqui depois de um ano, mas, antes de mais nada, eu queria deixar bem claro e registrado que nós já vimos conversando há algum tempo. A senhora tem recebido todas as informações, o gabinete, através do Renato e de todos do seu gabinete, tem recebido a gente com muita frequência.

Antes de mais nada, boa tarde, Sra. Presidente Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os Srs. Senadores, Deputados, representantes do Governo Federal, do Ministério Público, da Organização Internacional do Trabalho, das plataformas digitais, das entidades e dos trabalhadores, especialmente todos os presentes.

É uma honra representar a Aliança Nacional dos Motoristas nesta audiência pública.

Antes de qualquer discussão jurídica ou econômica, quero lembrar uma realidade. Por trás de cada aplicativo existe um pai, existe uma mãe, existe um jovem que está pagando sua faculdade, existem trabalhadores que perderam seu emprego formal e encontraram no aplicativo a única oportunidade de se sustentar e à sua família, muitos deles vindo por uma falsa ilusão de acreditar que eram realmente empreendedores.

Milhões de brasileiros movimentam diariamente a economia nacional através das plataformas digitais, são elas que garantem a mobilidade das cidades, atendem passageiros, transportam alimentos, medicamentos, mantêm diversos setores da economia funcionando. Esses trabalhadores não pedem privilégios; pedem respeito, pedem previsibilidade, inclusive na retirada de um carro, quando, em menos de dois anos, eles perdem, porque as plataformas resolvem substituir, não sabemos se por jogo de interesses ou apenas por negociações, mas o que interessa é que vários desses trabalhadores fazem investimentos e, muitas das vezes, ficam aí travados num veículo, muitas das vezes financiado em até mais de 48 meses.

Esses trabalhadores pedem respeito, pedem previsibilidade, pedem segurança, pedem que sejam ouvidos antes de qualquer decisão que seja tomada sobre suas vidas. A Aliança Nacional dos Motoristas acredita que o Brasil precisa construir um marco regulatório moderno, equilibrado e com base no diálogo.

Não estamos aqui para impedir a inovação, não estamos aqui para achar ou acabar com as plataformas. As plataformas fazem parte da nova economia, mas inovação não pode significar ausência de regras, tecnologia não pode justificar as relações opacas. Nenhum trabalhador pode depender de decisões tomadas por algoritmos que ninguém conhece, que ninguém vê – ninguém vê.

Hoje milhões de motoristas são bloqueados sem claramente ter os seus motivos. Eu vi casos de vários pais de famílias atentarem contra a sua própria vida pelo desespero de perder uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta, de não saber como pagar uma bíblia que estava debaixo do braço. Não sabem como exatamente as corridas são distribuídas, não compreendem como funcionam as suas tarifas, não conseguem verificar como é calculada sua remuneração, nem conhecem, de forma transparente, qualquer percentual que permanece com as plataformas em cada viagem. Ninguém sabe o seu valor, nós não temos valor, simplesmente as plataformas que decidem aquilo que vamos levar para casa.

Vivemos um momento em que empresas, em 12 cidades do nosso país, lançaram produtos como o passe para trabalhadores que tenham que pagar 24 horas de trabalho. E aí eu questiono neste momento o Sr. Rodrigo Marinho, que não está presente, mas faço a seguinte pergunta: é melhor trabalhar do que ter qualquer coisa, como também é melhor comer lixo do que passar fome? Essa é a realidade.

Infelizmente as empresas estão avançando nessa situação do Uber taxa zero. Eu estou recebendo relato agora de Criciúma, há poucos minutos, que os valores estão avançando, mas elas anunciaram que seria apenas em 12 cidades; a 99 em 20 cidades; e agora já estão expandindo por todo o país.

Essa liberdade no acesso à plataforma realiza nova regra, comprar 24 horas e receber 12 horas diretas; mas as próprias leis federais que abrangem os caminhoneiros, a Lei 13.103, e a Lei 12.608, dizem que nenhum trabalhador pode trabalhar mais do que dez horas corridas, tendo até duas horas de hora extra. As plataformas permitem que o motorista trabalhe por um dia, dois dias, três dias, mas na hora em que elas têm que cobrar dos motoristas ou dos motoentregadores – que devem chegar, logo na sequência –, aí elas vão estipular que vão ser corridas e vendendo 24 horas.

Também precisamos discutir a remuneração. Não existe nenhum tipo de categoria – seja motorista, seja motoentregador, seja qualquer atividade – que não tenha uma remuneração. As plataformas não podem, de forma nenhuma, travar o nosso recurso. Nenhum modelo econômico é sustentável quando obriga uma pessoa a permanecer conectada durante 12 horas, 14 horas para alcançar uma renda suficiente para sobreviver – é sobreviver.

É possível construir mecanismos de proteção social, previdência, cobertura contra acidentes e proteção em casos de incapacitação sem destruir a autonomia de muitos dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autonomia e proteção não são conceitos incompatíveis, podem caminhar juntos, mas gostaria de fazer uma provocação respeitosa a esta Comissão: falamos muito sobre responsabilidade das plataformas – e devemos continuar falando –, mas precisamos discutir também a responsabilidade do poder público.

Desde a Lei 13.640, de 2018, diversos municípios brasileiros e o Distrito Federal passaram a arrecadar recursos decorrentes da utilização intensiva do sistema viário pelos valores dos trabalhadores do transporte por aplicativo, conhecida como taxa de utilização da malha viária. A pergunta que os motoristas não fazem: para onde foram os meus R$40 que são arrecadados desde 2021, aqui do GDF, e desde 2018, com a implementação dessa lei? Onde números são publicados, existe prestação de contas, existe um portal nacional de transparência, existe um controle social sobre esse recurso, porque quem gera essa arrecadação são os motoristas e os usuários; mas pouco se sabe quanto entra nos cofres públicos, principalmente onde o dinheiro está sendo...

Existe uma cobrança relacionada ao transporte por aplicativo defendendo esses recursos, e também a destinação de regras claras e públicas: quem financia um programa... permanece a segurança de motoristas e passageiros? Quem amplia sistemas de monitoramento e integração das forças de segurança? Quem fornece programas Vigia Mais e outras iniciativas semelhantes? Quem permite a criação de pontos de apoio e estruturas adequadas ao poder público? Onde as empresas entram neste momento? Quem apoia ações voltadas à saúde física e mental desses trabalhadores – vários deles passando por distúrbios mentais? Como é que você me coloca um motorista que não consegue se controlar, com problemas difíceis – mentais, familiares e econômicos – ao transportar uma pessoa?

(*Soa a campainha.*)

A transparência não pode ser exigida apenas das plataformas. Elas devem ser obrigadas a permanecer... poder público.

Por isso, propomos ao Congresso discussões, criação regulamentar nacional... uberização do sistema viário com uma publicação anual de informação. Quanto cada município arrecadou? Qual o percentual cobrado? Onde os recursos foram aplicados? Quanto foi investido em segurança e quanto foi destinado à mobilidade urbana? Em quanto foi ampliada a formação e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização desses trabalhadores? Essa transparência fortalece a confirmação da sociedade, permite que recursos retornem efetivamente para ajudar a produzir...

Na área de segurança, não podemos mais tratar a violência contra motoristas e entregadores como algo normal. Todos os dias saem de casa trabalhadores que são expostos a assaltos, golpes, sequestros, roubos de veículos, agressões e, infelizmente, homicídios. No ano passado, em Brasília, nós tivemos uma motorista que foi executada dentro do próprio carro.

Mas as redes sociais, a mídia não divulga isso. Nós sabemos disso através de centenas de grupos de WhatsApp em que estamos participando e é desses grupos de WhatsApp que nós levamos as informações. É a partir desses grupos de WhatsApp que levamos todas as informações, inclusive para a Secretaria-Geral, a qual parabenizo por estar recebendo isso, e tentando ampliar, principalmente, um programa que foi conduzido pelo Ministro Boulos. Nós deixamos de ser invisíveis, porque, a partir desse Governo, estamos sendo reconhecidos como trabalhadores de fato.

Cada motorista, cada veículo roubado significa perda de um instrumento de trabalho. Proteger o motorista é proteger também o passageiro. Por isso, defendemos maior integração entre as plataformas, forças de segurança e órgãos públicos, defendendo o Protocolo Nacional de Emergência, melhor verificação dos usuários, compartilhamento responsável de informações para investigação criminal e tecnologia.

A política pública permanece voltada à segurança de todos.

Senadora Leila Barros, esta audiência não deve terminar apenas num conjunto de boas intenções. Ela pode marcar o início de uma nova etapa para trabalhadores de aplicativos. Uma etapa baseada em diálogo, em transparência, em responsabilidade compartilhada, em inovação, em justiça social.

A Aliança Nacional dos Motoristas coloca-se à disposição desta Comissão para a construção desse novo marco.

Queremos um Brasil em que os trabalhadores, usuários, plataformas e poder público compartilhem direitos e deveres e responsabilidades, porque um país que valoriza quem trabalha, constrói o futuro para o melhor de todos. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a senhora sabe o tanto que eu sou sentimental. Eu conversei com vários colegas e essa aqui não é a minha escrita. É a leitura de motoristas de grupos de WhatsApp, das pessoas da Aliança e das pessoas que se perderam no decorrer do nosso caminho como motoristas. Pais e mães que perdemos em todo esse país e nós não tivemos resposta das plataformas, a não ser um pagamento de R$100 mil que mal cobre o valor da nossa ferramenta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR GOMES DE ALMEIDA – Então, eu queria concluir aqui agradecendo mais uma vez a todos.

A minha última fala é um agradecimento final e especial, se possível: incluir Deus, minha esposa, meus filhos, principalmente Leonardo, que, em 2018, quando eu entrei nesse movimento, queria ser motorista por aplicativo. Eu falei: "Você vai estudar. Enquanto não tiver uma regulamentação para essa atividade, eu não vou permitir você vir para isso". (*Manifestação de emoção.*)

Graças a Deus, através do Prouni, ele está no quarto semestre da UnB de ciências da informação.

Hoje eu continuei, porque a dependência psicológica ataca, agride, condena. Conheço pais e mães, tive problemas familiares nos quais eu tive que morar dentro do aeroporto, dormir dentro de carro, e nessa situação eu acompanho vários outros colegas. Eu não quero que isso continue acontecendo, como também não quero que essas empresas vão embora do país. Eu quero que elas ganhem o lucro delas, mas que elas sejam justas para esses trabalhadores, que carregam, de fato, a economia deste país.

Para concluir, eu queria agradecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR GOMES DE ALMEIDA – ... à Ricarda, que tem aguentado; ao Renato; até à sua atendente do cafezinho, que recebe não só a gente, como recebeu a Aliança; e a todas as pessoas que estão no seu gabinete, do gabinete da senhora, Senadora; à Sra. Senadora Leila; ao Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público do Trabalho, à referência do Dr. Ilan, que é um Professor de todos nós, que está sempre discutindo, debatendo e trazendo informações, abandonou o seu gabinete para trabalhar como motorista durante quatro meses.

Queria agradecer à Dra. Nivea Maria por estar sempre trazendo informações para a gente de tudo, sempre pronta e à disposição, uma das melhores especialistas do trabalho uberizado, que leu mais de 200 projetos de lei.

Queria agradecer também à Aliança Nacional, por mais importância, aos motoristas que acreditam e que saíram nas ruas para lutar pela retirada do PL 152; mas, sim, para receber um valor justo, que foi retirado do projeto de lei dos motoentregadores, através do Ministro Boulos, no qual uma corrida de até 4km custaria R$10, uma tarifa mínima, na qual se abriu uma esperança para os motoristas. E hoje nós não temos, depois de o (*Manifestação de emoção.*) Deputado Hugo Motta ter recebido o CEO da Uber no dia 19 de maio aqui, em Brasília, e enterrou o projeto definitivamente e abandonou. Nós ficamos sem uma regulação para a nossa atividade.

Perdoem-me, pessoal. A Senadora já me conhece, faço parte do time dela com muito orgulho. (*Manifestação de emoção.*)

Espero-a novamente aqui, por mais oito anos, para poder ajudar a todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Grata pelo seu depoimento, Jair, pela sua força.

Eu vou passar a palavra aqui ao Sr. Rodrigo Fernandes Afonso, que é o Diretor-Executivo da Ação da Cidadania. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO (Para expor.) – Senadora Leila Barros, muito obrigado pelo convite, por este espaço incrível de debate. Acho muito importante que a sociedade civil participe, junto com diversos atores do setor privado, do Governo, para a gente poder ouvir e falar mais a fundo sobre esse tema, a Ação da Cidadania.

Sou o Kiko Afonso, sou o Diretor-Executivo da Ação da Cidadania – ONG, para quem não conhece, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, há 33 anos já, agora, este ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completados. É uma das ONGs mais importantes do país e que trabalha muito ligada à questão da segurança alimentar, mas que tem uma ampliação da sua atuação, há muito tempo, para a questão, além da ajuda humanitária – em que a gente é muito conhecido pela frase do Betinho, "Quem tem fome, tem pressa", a gente distribui alimento e faz uma série de atuações em relação a fazer chegar alimento para as pessoas –, a gente também trabalha muito na questão da política pública, em que a gente tem essa frase do Betinho, que é muito simbólica, de que "a alma da fome é política".

Então, para nós, essa é uma inspiração muito grande e uma clareza muito grande de que a fome é uma decisão política; ela não é fruto de clima, ela não é fruto de uma deficiência do mercado, ela é fruto de uma decisão política, de uma regulação. E é o que a gente está enfrentando aqui hoje; claramente, é um problema nesse sentido.

Bom, a nossa atuação de base colocou a gente frente a frente com os entregadores de aplicativo do Rio de Janeiro. A gente tem a nossa sede no Rio de Janeiro, apesar de atuar no Brasil inteiro. Nós, que distribuímos comida há três décadas, começamos a perceber algo muito perturbador: o trabalhador que carrega a comida dos outros nas costas, muitas vezes, não tem comida na própria mesa. A gente tinha a percepção, mas a gente não tinha os dados; por isso, em parceria com pesquisadoras da UFRJ, do núcleo Josué de Castro, a Profa. Daniela Frozi e a Thais Lemos, a gente acompanhou durante meses a rotina desses trabalhadores em diferentes pontos do Rio de Janeiro e São Paulo, que são os dois maiores centros de trabalho e concentração desses trabalhadores.

Importante dizer que até vi algumas pesquisas aqui, a Doutora, anteriormente, fez uma apresentação – a Nívea, a Dra. Nívea –, um dos dados é da pesquisa da Ação da Cidadania que a gente fez, e eu vou mostrar um pouco desses dados agora. Mas é importante ressaltar que, antes da nossa pesquisa, as únicas pesquisas que tinham sido feitas foram feitas pela Mob Tech, que é a organização que representa as empresas. Curiosamente, eles chegavam a dados diferentes dos nossos; mas, felizmente, a nossa pesquisa, além de ter sido uma pesquisa muito profunda e direta com os trabalhadores, com dados reais de ponta, de território, e depois de muito as plataformas a questionarem, foi corroborada simplesmente pelo IBGE – que fez uma pesquisa a seguir, cujos dados bateram exatamente com tudo o que a gente tinha feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os dados que eu vou mostrar aqui são dados reais, são dados que foram muito bem balizados e levantados, com uma margem de erro de menos de 3% – muito melhor que muitas pesquisas eleitorais que são feitas aí no mercado.

O primeiro dado que nos choca e nos deixa absolutamente assustados é que 3 em cada 10 entregadores de aplicativo – esses que a gente pede para levar a nossa comida –, a cada dez vezes em que chega um entregador na sua casa, três deles estão em insegurança alimentar. Se a gente olhar a média nacional, só – só não, né? – 9,4% da população brasileira está em insegurança alimentar. Quando a gente olha a dos entregadores, são 3,5%, ou seja, a condição dos entregadores de aplicativo é pior do que a da média nacional num grau de quase 4%.

Bom, 69,3%, ou seja, quase 70% da base de entregadores ganha menos de um salário mínimo, em contradição com os números divulgados pelas plataformas. E 56,7% trabalham todos os dias da semana. Quase 60% trabalham de domingo a domingo, sem feriado, e quase 60% também trabalham mais de nove horas por dia.

Eu fico me perguntando: empreendedor não fica com fome trabalhando nove horas por dia e sete dias por semana. Isso não é empreendedor. Quando a gente olha a rede de proteção, e acho que a gente viu muitas pessoas falando aqui, a nossa pesquisa revela – e inclusive foi esse o dado da Dra. Nivia: 72% fora da previdência, 41% já sofreram acidentes de trabalho, sobrecarregando o SUS.

Como eu falei para a senhora aqui enquanto isso era falado, hoje, se você vai ao SUS, nas emergências dos hospitais, a grande maioria dos atendimentos de emergência são de acidentes de moto, causados pela pressa dos motociclistas para cumprirem as metas que as plataformas de aplicativo colocam para eles. Surpreendentemente, as plataformas não divulgam esses dados. A gente sabe por quê, porque está aí claramente mostrado.

Mais de 90% não tem seguro de vida, mais de 90% não tem seguro de saúde, 67,6% não tem seguro do veículo, sendo que boa parte usa bicicleta, especialmente no Rio de Janeiro, em contraponto com São Paulo – é muito mais gente de bicicleta do que de moto, porque a pobreza é maior no Rio do que em São Paulo –, e 93,4% não tem seguro do celular, que é a ferramenta essencial para dar dinheiro para a plataforma. Ou seja, é uma bomba relógio social que vai explodir no colo do Brasil, do país em 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, quando a gente olha o outro lado, alguém podia contestar e falar: "Bom, esse setor é jovem. As margens são apertadas". A gente ouve muito isso, as empresas falando: "Não, a gente trabalha com margens muito apertadas. É muito difícil dar um aumento". Quando falam de base de R$10, falam: "Nossa, isso vai quebrar a empresa"!

Então, vamos dar uma olhada nesses números.

Do outro lado do balcão, a gente vê a Prosus, que é a controladora do iFood, controladora da Decolar, controladora de diversas empresas, que é o retrato das outras grandes plataformas. E esses dados são dados revelados com muita alegria e muita divulgação nas mídias sociais dos próprios diretores. O Fábio, que era o Presidente do iFood e agora é Diretor do iFood...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – ... o próprio CEO do iFood mostram claramente e dizem esses números como se fossem coisas incríveis.

Então, a gente tem aqui uma receita do grupo de quase US$9,7 bilhões; um lucro operacional do ecossistema que subiu 84% do ano passado para este; US$1,5 bilhão de caixa livre, um recorde histórico da empresa divulgado este ano; só o iFood gerou R$10,1 bilhões nesse último ano, com um crescimento de quase 30%; R$2,2 bilhões é o Ebitda do iFood – para quem não sabe, isso é todo o lucro antes dos impostos; e R$150 bilhões movimentados em pedidos.

Então, esse não é um setor que não pode pagar. É um setor que escolheu não pagar. Está muito claro que dinheiro não falta.

Agora, eles falam: "Não tem de onde tirar. O dinheiro está na...". E onde está esse dinheiro?

Eu fiz um levantamento bem rápido aqui para mostrar que, só na TV e na Avenida, neste ano de Copa, Carnaval, o iFood conseguiu gastar R$99 milhões patrocinando o BBB; R$185 milhões na cota da CazéTV, fora o patrocínio da Seleção Brasileira, que gera algumas centenas de milhões de reais; mais de 20% de crescimento no Carnaval de São Paulo, Rio, Salvador; e o quarto ano que é o patrocinador único do camarote, do Expresso 2222.

A gente percebe que, quando eles falam que o lucro não existe, aquele dado final do Ebitda dá 27%. A Prosus, que é investidora, diz o seguinte: a gente vai reduzir o tamanho do nosso lucro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quê? Não é porque esse lucro eles vão investir nas pessoas, eles vão investir em outros negócios dentro do próprio iFood. Então, o que eles fazem? Eles pegam o lucro que eles tiveram além do lucro divulgado e pegam parte desse valor para criar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – ... novos negócios dentro do iFood, para poder gerar novos modelos de rentabilidade. Então, o que a gente percebe é que o lucro divulgado é o que sobra depois de todas as escolhas que as empresas fizeram para crescer os seus próprios negócios em outras linhas, em outros modelos de negócio. Então, o dinheiro existe, a prioridade é que não existe.

A gente já viu isso aqui. O *chip* do celular, o iFood conseguiu criar, explorar um problema que era: o trabalhador não recebe esse *chip*. O que o iFood fez? Vamos dar o *chip*? Não, vamos criar um *chip* no qual a gente vai cobrar desse trabalhador R$25 para que eles possam ganhar dinheiro também nessa exploração do trabalho do entregador.

Aí eles dizem: "Ah, mas a gente dá de graça". Dá para uma elite desses trabalhadores, um percentual muito pequeno, que são os entregadores que geram muita receita para eles .Todos os outros têm que pagar esses R$25 se quiserem ter acesso a esse plano. Ou seja, eles criam receita no problema que eles criam.

Seguros e serviços. Tem hoje uma plataforma chamada iFood Pago, e também uma iFood de empréstimos, que empresta dinheiro para os restaurantes e, certamente, em algum momento, vai começar a emprestar dinheiro para os entregadores. Em outros países, a dívida desses entregadores passou de 700% da renda capaz de eles conseguirem arrecadar, em outros países. Por quê? Eles vão se endividando. Agora, tem um pequeno problema: o dinheiro que eles recebem vem dessa mesma plataforma, então ele é descontado na raiz. Então, o trabalhador trabalha o mês inteiro e não recebe nada, porque ele já é descontado desse valor antes de receber.

A gente vê que... Para mim, isso é um problema, a gente até tem o Governo aqui representado e eu acho que tem um esforço enorme do Governo de tentar achar uma solução para um problema que está posto e que tem um *lobby* enorme obviamente das plataformas para que essa negociação não aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande verdade é que a demora da negociação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – Eu vou ter pesadelos com esses 60 segundos. (*Risos.*)

A grande verdade é que a única parte que ganha com a não aprovação de uma regulação são as plataformas. O Governo não ganha, a sociedade não ganha e o trabalhador não ganha. Quando a Amobitec e as plataformas dizem que não chegaram a um consenso, é porque elas se levantaram da mesa, foram embora e não negociaram. A grande verdade é que elas não negociam, e aí a gente sabe muito bem, no Camarote 2222, quem são, quem frequenta lá para poder ter essa aprovação barrada no Congresso e no Senado.

Então, o que a gente vê é que o Governo no futuro tem um problema enorme. O SUS hoje já cobre todo o problema daqueles 41% dos acidentes. O BPC e o INSS cobrem todos esses trabalhadores que vão, lá no futuro, precisar sobreviver, e o Governo vai bancar isso.

E a infraestrutura, que são os pontos de descanso mencionados pelo nosso colega, eu acho que é a saída que se tem, mas eu sou frontalmente contra que isso seja pago pela União, pelo Governo. As empresas têm que pagar por isso, porque, no fim do dia, quem está financiando o lucro dessas empresas é o poder público, porque o poder público não paga o SUS, não paga a aposentadoria, não paga a infraestrutura, não paga o celular, não paga a moto, não paga absolutamente nada para o trabalhador e para o Governo e, no fim do dia, nós, como contribuintes, somos sócios do iFood – só no ônus, e o bônus fica todo com essas plataformas.

Bom, a gente vê a caixa preta desses valores, da taxa de entrega; a Senacon criou uma regulação para que as plataformas pudessem mostrar claramente o que esses entregadores recebem. Eu não sei se a senhora sabe, Senadora Leila, mas no aplicativo, quando a gente vê e compra um pedido – a gente vê lá um pedido de R$12, com a taxa de entrega...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – ... Para o entregador, muitas vezes, é a metade daquele valor; e ele não sabe disso. Então, a transparência... A gente acha que está pagando e a plataforma induz a gente a entender que aquele dinheiro vai integralmente para o entregador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o que acontece é que ele cobra R$12 de um pedido para poder fomentar a entrega grátis em outro pedido, com o entregador recebendo metade desse valor; ou seja, quem paga o frete grátis é o próprio entregador.

Acho que a Dra. Nivea trouxe alguns exemplos de outros países, a União Europeia, que tem evoluído, e essa falácia que as plataformas dizem de que: "Ah, tem regulação, vai cobrar isso, eu vou sair". A verdade, a grande verdade é que em nenhum desses lugares as plataformas acabaram saindo. Elas ficam nesses países porque elas sabem que a regulação é necessária e elas vão se adaptar àquilo. O lucro é sempre no fim do dia; em nenhum desses mercados que a gente está citando, União Europeia, Índia, México, as plataformas saíram.

E quando elas saem, Senadora, elas saem porque elas estão descumprindo uma regulação existente. Então, se existe a regulação e ela sai, é porque ela descumpre a regulação. Se ela está cumprindo a regulação, ela vai continuar operando no país. E a grande maioria dos países – eu quero ver a Mob Tech trazer esse dado para a gente, de quantas plataformas saíram por causa de novas regulações desses países... Você vai ver que, de dez, uma saiu.

Bom, sobre a conta do desmonte, eu acho que tem um exemplo que saiu recentemente, de um país que, para nós, é um país que trata o trabalhador, em tese, com uma visão pior para o trabalhador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – ... que é a China, que está mais moderna que a gente. Então, eles acabaram de lançar um plano para até o final de 2027, um marco nacional, para que toda a remuneração seja vinculada ao salário mínimo local, que tenha um limite de jornada e uma transparência algorítmica. Todas essas plataformas, inclusive as chinesas que estão entrando no Brasil, vão se adequar à China: se o país mais inovador do mundo atualmente consegue ter uma regulação em que eles se adequam e ganham dinheiro, por que o Brasil não consegue? O que as plataformas lá fazem e aqui não fazem? Isso a gente não consegue entender.

Bom, aí eu não vou repetir os exemplos que já foram dados aqui, mas depois essa apresentação eu posso compartilhar com todos vocês, para ver que a saída das empresas cujo modelo depende de cumprir a lei não é o fracasso regulatório, é a regulação funcionando; é exatamente disso que a gente está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na inovação, a gente tem um processo de inovação de tecnologia. Eu conheço isso de trás para frente, porque eu trabalhei pela construção do marco legal das *startups* no Brasil; existe uma coisa chamada *sandbox* regulatório.

O que acontece, infelizmente, é que as empresas se aproveitam da lentidão do poder público de regular e, a partir daí, quando a sociedade toda já está usando, é difícil você voltar atrás. Existe um mecanismo chamado *sandbox* regulatório, em que você pode pegar novas inovações, jogá-las ali dentro para testar a regulação e, a partir do momento em que você entende o que está acontecendo ali, você pode criar as regulações a partir desse modelo, com limites de tamanho e financiamento.

Bom, o que a gente pede para o Congresso, para o Senado, para as empresas? Que reconheçam isso porque já está na hora de pararem de dizer que querem fazer e boicotarem o tempo todo para que não aconteça; o que a gente quer é uma remuneração digna para esses trabalhadores; previdência e seguro de acidente, acho que isso é óbvio, todo mundo precisa ter; limite de jornada. As pessoas falam que não querem CLT, mas aí você chega para o trabalhador e fala "Mas você quer poder se aposentar?", "Quero", "Você quer poder ter férias?", "Quero", "Você quer poder ter décimo terceiro?", "Quero". Então eles querem tudo o que tem na CLT. Alguém falou isso aqui, não sei quem foi, mas eles não entendem muito bem exatamente o que estão perdendo por não ter CLT.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO FERNANDES AFONSO – Bom, transparência algorítmica e de valores, acho que isso é uma coisa óbvia que precisa ter para todos nós como sociedade e como trabalhadores; ferramentas de trabalho gratuitas, moto, celular, tudo isso precisa ser entregue para o trabalhador, para ele trabalhar; e, por fim, essa proteção contra esses bloqueios arbitrários que não explicam absolutamente nada para o trabalhador, que botam ele num *ranking* que ninguém sabe por que acontece; e essa questão de um olhar atento para que as plataformas não movam esse endividamento, criar novas maneiras de empréstimo para esse trabalhador, para que ele não fique endividado e não receba um real, num trabalho literalmente análogo à escravidão, em que as pessoas dizem que dar comida é o suficiente para essa pessoa. Não é. O que é digno, a coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antagônica a não ter emprego é um trabalho digno, o antagônico não é dar comida e teto, é ter um trabalho digno para que ela possa sobreviver e pagar as suas contas.

É isso, gente. Queria agradecer o tempo de vocês, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós que agradecemos, Rodrigo, a sua presença aqui, Diretor-Executivo da Ação da Cidadania. Nós vamos depois querer ter acesso a toda essa pesquisa. Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Vinícius Pinheiro, que é o Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil.

Seja muito bem-vindo, Vinícius Pinheiro.

O SR. VINÍCIUS PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila, uma saudação especial para a senhora e para todos os que estão presentes aí no Senado.

Queria saudar também a mesa, meus colegas que me antecederam com apresentações tão brilhantes, gostei muito dos depoimentos do Elias e do Jair, que são um choque de realidade. As pesquisas, tanto do Ilan quanto do Rodrigo, e da Profa. Nivea também são muito elucidadoras para o momento que nós estamos vivendo.

Eu queria dizer que para a OIT é uma honra participar desta audiência pública, em especial, no contexto de um marco histórico, que foi a aprovação da Convenção 193 da OIT, que trata justamente do trabalho em plataforma. Essa convenção foi adotada durante a última Convenção Internacional do Trabalho, que se concluiu em junho de 2026, e foi adotada de maneira tripartite, com representantes de trabalhadores, empregadores e Governo, e é a primeira norma internacional dedicada especificamente à economia de plataformas e também a primeira resposta normativa global da OIT aos impactos da transformação digital no mundo do trabalho.

E o fato de ela ter sido adotada por um conjunto tão amplo de países com diferentes realidades e também por grupos que representam, inclusive, as plataformas, o lado dos empregadores, dá uma credibilidade e uma legitimidade muito grande a este instrumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para quem acompanhou as discussões da convenção lá em Genebra, ficou muito claro que um dos pontos consensuais é tentar evitar essa falsa dicotomia entre inovação e proteção laboral. A inovação não necessariamente deve levar à desproteção; pelo contrário, é possível compatibilizar esses dois elementos. Isso é uma das peças chaves da convenção, reconhece a importância da inovação, do desenvolvimento a partir das plataformas, o impacto que isso tem sobre o emprego, o impacto que isso tem sobre a vida das pessoas, mas ao mesmo tempo reconhece os desafios relacionados com o mundo do trabalho.

Outra coisa que é muito clara é que não se pode esperar que uma mão invisível vá consolidar ou agrupar esses dois elementos: inovação e proteção laboral. É necessária uma ação incisiva, política, de regulação, para que essas duas mãos andem em conjunto.

Então, a convenção vem justamente para atender essa demanda. Ela contempla temas centrais do trabalho contemporâneo, reafirma os princípios fundamentais do trabalho, fortalece a segurança e saúde ocupacional, combate a violência e o assédio, promove a remuneração justa e a segurança social, amplia acesso à Justiça, protege trabalhadores – inclusive refugiados – e incorpora, em uma norma internacional, salvaguardas relacionadas aos sistemas automatizados e de algoritmos. Então, isso é algo que é fundamental.

O que ela faz é estabelecer um piso global de direitos na área do trabalho em plataformas, e isso é um elemento importante porque ele se aplica independentemente do vínculo empregatício. Esse foi um dos temas que foi muito discutido lá em Genebra, e pela própria diversidade institucional, que foi apresentada pela Profa. Nivea, ou seja, cada país tem uma singularidade, um tipo de modelo específico. Não foi possível chegar a um modelo único, e nem é esse o objetivo da convenção. A convenção – não somente essa, como outras convenções do OIT – deve ser porosa e flexível o suficiente para se adequar às realidades nacionais. Uma convenção muito rígida, que cria uma camisa de força, não é ratificada por ninguém, então ela perde o seu valor como norma de referência.

A Convenção 193 não sugere um modelo específico, se é, por exemplo, no caso do Brasil, celetista ou conta própria, ou se é um modelo híbrido de autonomia com direitos, que é o que está sendo discutido. Ela deixa essa definição para a norma nacional, e aí cada país, de acordo com o seu marco jurídico, seu contexto socioeconômico, pode optar por alguma das opções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existentes; mas o que ela, sim, estabelece são direitos fundamentais, independentemente do tipo de vinculação, independentemente do contrato de emprego – porque deve haver elementos factuais que determinam essa relação de trabalho – e há um conjunto de direitos que tem que ser obedecidos.

Esses direitos, como mencionei, têm a ver, primeiro, com os princípios e direitos fundamentais de trabalho – lembrando que são: trabalho escravo, trabalho infantil, combate à discriminação, a negociação coletiva, a liberdade sindical, e também a saúde e segurança do trabalho, que são os cinco direitos fundamentais.

Alguém pode pensar: "Ah, mas isso é algo muito básico". Não, como foi mencionado, existem casos no Brasil de trabalho infantil, na entrega, e, em algumas interpretações, em especial quando se coloca o trabalho escravo, se coloca o componente da escravidão por dívida, se pode inferir, em algumas situações, o que poderia qualificar algum tipo de trabalho escravo, caso haja uma servidão por dívida dentro da economia de plataforma, o que não é algo que não seja totalmente factível.

Então, esses elementos estão presentes em qualquer tipo de regulação que deva existir em relação ao tema.

A questão da discriminação é fundamental, em especial também falando da discriminação algorítmica. Lembrando que aqui nós não estamos falando somente das plataformas de transporte, estamos falando das plataformas em geral. O que se vê, em muitas plataformas, é a utilização de algoritmos para selecionar os provedores, e, como esses algoritmos são alimentados com o passado, eles reproduzem vieses estruturais, que, em muitos casos, podem fechar as portas, ou podem ter elementos discriminatórios de gênero e raça. Então, a convenção é muito clara em relação a isso.

A questão do direito à negociação coletiva é fundamental também para esse grupo. Nós sabemos que é um grupo em que, ao contrário de um chão de fábrica ou de um comércio, as pessoas são dispersas, então os mecanismos de representação são distintos. Hoje nós temos muito mais influências dentro dos que são líderes do que representantes que são eleitos. Então, é importante tomar em conta esse elemento também, mas dar um espaço para que isso seja alimentado dentro do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde e segurança, o que é fundamental. Já foi mencionada aqui a exposição, em especial o acidente de trabalho, que, erroneamente, tem sido qualificado como acidente de trânsito e agora, com as novas medidas, devem ser equacionados.

Violência, assédio é outro tema que é tratado na convenção. É um grupo especialmente vulnerável à violência e a todo tipo de assédio. É importante que esse direito seja garantido.

A remuneração ou pagamento: o salário mínimo, salário mínimo nacional ou salário por hora, na modalidade que seja colocado.

Há o acesso à seguridade social em condição não menos vantajosa em relação a outros grupos, e também a questão da proteção de dados e privacidade, como já foi mencionado, acesso à Justiça e a questão da transparência algorítmica, que é algo que também, pela primeira vez, tem sido tratado.

Por fim, a convenção é um elemento que estimula a formalização. Há um elemento muito claro na convenção de que, dentro dos arranjos que tem para ser colocados deve haver um incentivo claro à formalização das relações de trabalho, e ela, claro, é um elemento referencial para o mundo, em especial para o Brasil, num contexto em que o Judiciário já está apreciando matérias sobre o tema.

Então, apesar de não ser uma convenção que já tenha sido adotada pelo Brasil, ela pode servir de referência internacional, em especial na criação de jurisprudência, já que é um mecanismo, uma norma internacional, de um organismo – a OIT, da qual ela faz parte –, e que também vem como um convite, um convite à ratificação.

Lembro que um país como o Brasil, mesmo que não tenha legislação sobre o tema, pode ratificar ou propor a ratificação, desde que haja uma consulta prévia tripartite.

O Governo poderia, por exemplo, encaminhar, submeter ao Congresso uma proposta de ratificação da convenção, que, dentro de uma ausência normativa que hoje nós estamos vivendo, poderia servir de referencial, poderia servir de farol para a regulamentação que deveria ser complementada por algum tipo de lei. Então fica essa dica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já que estamos aqui, Senadora, eu queria também fazer um apelo ao Senado Federal para avançar na tramitação da Convenção 187, que trata precisamente da saúde e segurança no trabalho. Ela já foi apreciada e aprovada pela Câmara, e é uma convenção que não tem... O Brasil já é signatário de outras convenções nessa área, então o Brasil não tem nenhum problema de adequação, não há controvérsias em relação a trabalhador e empregador, então eu gostaria de sugerir... E ela se aplica também, claro, a todos os trabalhadores, inclusive por aplicativos. Então eu gostaria de sugerir aqui celeridade ao Senado também em relação à tramitação dessa convenção.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada Vinícius, nós que agradecemos por sua fala, sua participação e sua paciência pelo andar da hora, está bem adiantado e você nos aguardou aqui. Muito obrigada, e já solicitei aqui à minha equipe para saber qual é a Comissão em que está com a Convenção 187 e nós vamos tentar já, após o recesso, dar celeridade e conversar com os Líderes da Casa. Muito obrigada pela sua participação.

Eu quero agradecer aos expositores desta segunda mesa. Acho que o debate que nós estamos fazendo no dia de hoje... É um dia de pré-recesso na Casa, e vale muito, assim que retornarmos do recesso, fazermos novamente uma audiência. Eu estava até solicitando, conversando aqui com a minha equipe e a Comissão, para que a gente possa novamente, no momento em que a Casa estiver cheia, com os Senadores presentes, a gente fazer mais uma vez uma audiência pública nesse sentido para provocar os colegas, para dar mais atenção a essa temática tão sensível e a esse debate tão necessário para a Casa.

Então quero agradecer muito aos expositores desta segunda mesa e pedir à Solange para aguardar aí que ela já fica conosco para a terceira mesa. Muito obrigada a todos que estiveram conosco até agora. Vamos agora para a terceira mesa, muito obrigada. (*Pausa.*)

Pelo avançar da hora, nós perdemos alguns expositores que tiveram que sair, então para essa terceira mesa de debates, que é Segurança de Passageiros e Trabalhadores na Plataforma de Aplicativo, que tem como objetivo discutir políticas públicas voltadas à prevenção da violência, da proteção dos trabalhadores e dos usuários, compartilhamento de informações e integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional, eu já convido quem está aqui do nosso lado, a Solange de Moraes, e também vou chamar o André Porto, que está representando as plataformas aqui. (*Pausa.*)

Já esteve conosco. (*Pausa.*)

E o Jair Almeida. (*Pausa.*)

Boa tarde novamente, André.

Eu vou passar a palavra para o André, que representa as plataformas, e na sequência, vamos ouvir aqui a Solange de Moraes e o Jair.

Solange de Moraes, que é Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo de Mato Grosso.

O SR. ANDRÉ PORTO (Para expor.) – Boa tarde novamente. Voltando aqui para falar agora sobre um outro tema, mas que também é um tema bastante relevante para as plataformas.

As plataformas investem bastante em tecnologia para assegurar um ecossistema seguro. Até por questões óbvias, a gente precisa ter um ambiente seguro para que as pessoas utilizem as plataformas, para que os motoristas e os entregadores também estejam em um ambiente ali onde eles possam desenvolver suas atividades.

Nesse sentido é que a gente acredita que a tecnologia é uma aliada, então a gente precisa sempre se utilizar de mecanismos tecnológicos que sejam viáveis e que sejam escaláveis diante do tamanho desse ecossistema e da quantidade de viagens e entregas que são feitas por dia.

Então, existem as plataformas, e elas individualmente têm mecanismos, têm por exemplo botões de pânico, e por meio do próprio aplicativo você consegue acessar diretamente as polícias militares, você tem a possibilidade de gravação de conversas para que você tenha também mais uma forma de assegurar que qualquer conversa indevida que exista ali dentro daquele veículo possa ser gravada para eventualmente depois servir como um elemento de prova.

No caso de mulheres, por exemplo, quando as mulheres, via de regra, pedem viagens, existe toda uma tecnologia para que os motoristas mais bem avaliados as atendam, ou para que mulheres mesmo atendam essas passageiras. Enfim, existe uma série de ferramentas que são utilizadas sempre, obviamente, com a utilização de tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto que é bastante importante para a gente e em que as plataformas têm investido bastante é a parceria com o poder público. Sabemos que a gente tem um problema muito grave de segurança pública no Brasil, a gente precisa compreender a responsabilidade de cada ente, mas a gente sabe que existe uma parcela significativa dessa responsabilidade que é atribuída ao poder público.

Então, no que couber às plataformas, e a gente as tem provocado bastante, as plataformas têm estimulado e têm feito esse tipo de acordo com as polícias militares locais, para que você tenha cada vez mais um intercâmbio mais rápido de informações, caso alguma eventualidade ocorra; mas, mais do que isso, é a gente fornecer inteligência, entender como a gente pode prevenir esses ilícitos que infelizmente ainda ocorrem.

Acho que esse é um caminho que tem evoluído, tem seguido de maneira bastante importante e bastante satisfatória. Nos estados onde a gente consegue firmar essa parceria com as polícias militares, os números têm sido bastante bons, os resultados têm sido bastante bons. É nesse sentido que a gente tem provocado mais para que essas parcerias existam.

Não vou me alongar, dado o adiantado da hora, mas enfim, quero deixar uma mensagem bastante clara de que a construção de um ecossistema seguro é fundamental, é um pilar para a própria existência das plataformas. Ninguém vai utilizar um carro de aplicativo ou fazer um pedido se tiver a menor possibilidade de que ele vá ser vítima de algum crime ali – e, da mesma forma, os motoristas e os entregadores, obviamente. Então, é preciso que esses investimentos continuem e essas parcerias com o poder público sejam cada vez mais efetivas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, André Porto.

Antes de eu passar a palavra para a Solange, eu quero agradecer a presença da representante da Câmara Legislativa aqui do DF, a Fernanda Azevedo, da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, presidida pelo nosso querido Deputado Max Maciel, que está em viagem a serviço da CLDF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, externe a ele, Fernanda, meus agradecimentos por você estar conosco aqui, já quase no encerramento da audiência que acompanhou desde o início.

Obrigada. E agradeço ao Max por mandar um representante a este debate do Senado Federal.

Também nós temos aqui o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos de Pernambuco, o Sr. Anderson Câmara.

Ao final da fala da Solange, nós vamos dar dois minutos, Anderson, para que você possa dar sua saudação e sua fala aqui na nossa audiência pública. Obrigada pela participação.

Com a palavra a Solange de Moraes – perdão, Solange, deixe-me só concluir aqui –, do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo do Mato Grosso.

Seja bem-vinda.

Obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. SOLANGE MENACHO DE MORAES (Para expor.) – Sra. Presidente, Senadora Leila Barros, senhoras e senhores, demais autoridades e representantes do Governo Federal, das plataformas digitais, das entidades representativas dos trabalhadores, das forças de segurança, da academia e da sociedade civil, recebam meu cordial cumprimento.

É uma honra representar o meu Estado de Mato Grosso nesta audiência pública. Falo como Presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo do Estado do Mato Grosso, entidade filiada à Anstapp-BR (Associação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores por Aplicativo), no nível Brasil, Senadora, integrante da aliança nacional dos motoristas.

Por isso, trago a esta Comissão não apenas a realidade do meu estado, mas também a voz de milhares e milhares de trabalhadoras e trabalhadores por aplicativo de todas as regiões do Brasil, que diariamente saem de casa para garantir seu sustento e de sua família, sem ter a noção se vão ou não retornar para casa.

Quando discutimos o trabalho por aplicativo, normalmente falamos sobre remuneração, previdência, tecnologia e a própria regulamentação. Todos esses temas são importantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, mas existe um direito que sobressai a todos: o direito à vida. Nenhum trabalhador consegue exercer sua atividade se não tiver segurança.

A violência contra os motoristas por aplicativo deixou de ser uma exceção. Ela passou a fazer parte da rotina de milhares e milhares de trabalhadores, como assalto, roubo de veículos, falsas corridas – nós sabemos que, no Brasil inteiro, tem as contas falsas, e lamentavelmente a plataforma não vem cumprindo o papel de coibi-las –, emboscadas, sequestro, golpes, agressão. Infelizmente, também convivemos com casos de latrocínio e homicídio.

No meu estado, para vir a nascer o projeto Vigia Mais Motorista, Senadora, nós perdemos, em três dias, três motoristas. Quando os moços foram presos, eles disseram que iam matar um por dia por 120 dias. É um absurdo!

A fala do André Porto aqui é muito bonita, mas a nossa realidade na rua é outra. Tudo o que ele disse ali, que tem um botão que você aciona no celular... Se você está em perigo, como é que você vai acionar o celular? Aquela ligação vai para um 190 da vida. Onde ele vai localizar o motorista? Ele vai ter que falar com o Uber, com a 99 para saber a localização nossa? Porque eles sabem até quantas vezes nós freamos o nosso carro, mas, na hora em que um motorista é assaltado, em que a gente pede para as plataformas dados da pessoa que solicitou a corrida, é só judicial.

Então, é uma falácia, porque a nossa realidade na rua é muito diferente do que ele tem empregado, do que as plataformas falam.

Desculpe-me, André, mas chegou a hora de a gente também mostrar a nossa realidade na rua. Não vamos mais ficar calados diante de tantas coisas que o Uber põe. Agora sabemos desse Uber Pass, que é outra forma que só vai colocar mais e mais violência dentro dos carros dos motoristas por aplicativo.

Infelizmente, também convivemos com os casos de latrocínio e homicídios. Cada ocorrência representa muito mais do que uma estatística: representa uma família destruída, filhos que ficam sem pais, pais que perdem seus filhos, sonhos interrompidos. É por isso que afirmo, nesta audiência de segurança, também o direito do trabalhador. Proteger quem trabalha é dever e prioridade absoluta de qualquer política pública voltada para esse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi exatamente com essa compreensão que nasceu, em Mato Grosso, o programa Vigia Mais Motorista. É uma iniciativa construída após a morte de três trabalhadores. Se nós não tivéssemos, lá atrás, em 2022, Senadores, trabalhado esse programa, hoje muito mais motoristas estariam mortos dentro do nosso estado. Hoje, o índice de assalto e de sequestro reduziu 90%. Isso diz respeito a esse projeto. Hoje já tem estado que levou esse projeto. Nada mais certo que vocês atenderem o nosso pedido: faz isso virar

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SOLANGE MENACHO DE MORAES – ... nacional, porque, se nós dependermos das plataformas, nós vamos continuar nas ruas morrendo, nós vamos deixar nossa família em casa sem saber se a gente vai voltar para casa.

É uma iniciativa construída pelo diálogo entre Governo do estado, secretaria de segurança pública, forças policiais e entidade representativa do motorista por aplicativo e com o apoio do Deputado Wilson Santos, o nosso Deputado Estadual que abraça a nossa categoria no nosso estado e vem trazendo, de todas as formas, reconhecimento. Hoje é lei. Acionamos o Ministério Público esta semana. O André Porto esteve em Cuiabá, esteve com a gente. Já era lei; ficaram de ver. Não deram parecer nenhum, não cumpriram, porque, quando cumprir em Mato Grosso, vai cumprir para o Brasil inteiro.

Nós queremos o mínimo: foto do passageiro, porque, quando vocês solicitam uma viagem do motorista, lá vocês têm placa, foto, têm a nossa lista toda, e nós vamos às cegas buscar um passageiro. A gente não sabe quem é! Está escrito "mãe", "pai", "avô", "tio", "tia", "filho", "Joaquim", "Quim"... É tanto pseudônimo, Senadora, que a gente não sabe quem é que vai buscar. Agora, imagine que a senhora liga um aplicativo e está lá um "amor". Você vai buscar o "amor" de quem? Meu não é! Eu não sei a cara do "amor".

Agora o Uber colocou na plataforma que você pode colocar alguém para você buscar. A senhora pede para sua filha. Aparece, mas isso não é segurança. A gente vai saber se é filha mesmo?

Na lei que existe em Mato Grosso, que o Ministério Público agora, esta semana...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SOLANGE MENACHO DE MORAES – ... já está tomando conta... Nós queremos reconhecimento facial dos passageiros. Eles precisam fazer o reconhecimento facial, dando autonomia para o motorista buscar o passageiro. Só assim nós teremos certeza de que nós vamos buscar a pessoa certa, e ele vai ser responsabilizado por aquele passageiro se vier a fazer alguma coisa com o motorista.

O Vigia Mais Motorista demonstra que é possível construir soluções quando o poder público decide ouvir quem vive diariamente a realidade da rua. Não é mais uma ferramenta tecnológica: é um programa que representa uma nova forma de pensar a segurança pública – uma segurança baseada na prevenção, na integração entre instituições e na resposta rápida –; porque o Vigia Mais... A partir do momento em que ele é acionado, gente – eu vou mostrar para senhora logo mais –, nós já somos acionados lá no Ciosp. Entendeu? Lá, o Ciosp já tem a nossa geolocalização, a nossa placa de carro, já sabe onde nós estamos. São três segundos para o Bope, a polícia civil e, se precisar, helicóptero estar em cima do motorista.

Então, nada mais justo do que esse projeto sair do Estado de Mato Grosso e ir para todos os estados do Brasil. Gente, é eficaz. Não tem por que ficar segurando um projeto que está dando certo lá no Mato Grosso, lá no Piauí – que levou agora –, para que os outros estados possam estar em segurança.

Quando aproximamos o trabalhador da força de segurança, reduzimos o tempo de resposta das ocorrências, fortalecemos a confiança na instituição e, acima de tudo, preservamos vidas. Este é o maior resultado do projeto: salvar vidas. É exatamente por isso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SOLANGE MENACHO DE MORAES – ... que acreditamos que essa experiência não deve permanecer restrita ao Estado de Mato Grosso e pode servir de inspiração para o Brasil todo. Assim, o país possui tecnologia, inteligência, profissionais qualificados para construir uma política nacional de prevenção para os trabalhadores por aplicativo. O que precisamos é interagir nessa iniciativa.

Por isso, apresentamos, nesta audiência, uma proposta concreta: defendemos a criação de uma ação nacional integrada de proteção dos trabalhadores por aplicativo, coordenada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a articulação do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Essa iniciativa poderá unir União, estados, municípios, plataformas digitais e entidades... Porque a Uber foi convidada, a 99 foi convidada para fazer parte desse Programa Vigia Mais e, hoje, ela leva seis meses para aprovar um cadastro de motorista por aplicativo, para dizer que ele é motorista da plataforma, para fazer parte desse programa. Hoje, os motoristas que são credenciados dentro do estado, foi o sindicato que credenciou; foi lá e acreditou, e disse: "É motorista"; porque, hoje, o desenrolar bom da situação – que o Vigia Mais traz – é por causa do sindicato, porque as plataformas, até isso, se negaram a nos oferecer.

Entre as ações que sugerimos estão a criação de protocolos nacionais de segurança, integração entre plataformas digitais, centros integrados de operações de secretarias de segurança pública, o fortalecimento e compartilhamento das informações para a investigação criminal, sempre respeitando a legislação brasileira; a expansão desse programa inspirado no Vigia Mais Motorista para outros estados da Federação; a capacitação permanente de trabalhadores sobre prevenção de risco, direção preventiva, identificação de golpes e procedimentos em situação de emergência.

A campanha nacional voltará a conscientizar usuários e trabalhadores. A criminalidade não respeita fronteiras estaduais, por isso a resposta do Estado também precisa ser integrada.

Gostaria, ainda, de destacar um aspecto muito importante. Como mulher e dirigente sindical, conheço a realidade de muitas motoristas que enfrentam desafios maiores e, além do risco comum na profissão, convivem diariamente com assédio, intimidação e violência de gênero.

É preciso uma política nacional de segurança que olhe com atenção para a realidade e construa um mecanismo específico de proteção às mulheres que trabalham nas plataformas.

Também acreditamos que as plataformas digitais têm um papel essencial para esse processo, que devem continuar investindo em tecnologia de proteção, aperfeiçoando mecanismos de identificação de usuários, fortalecendo os seus canais de emergência, colaborando de forma rápida e eficiente com a autoridade responsável pela investigação dos crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o poder público precisa fortalecer a integração entre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SOLANGE MENACHO DE MORAES – ... Constituição e segurança, investir em inteligência policial, utilizar a tecnologia aliada à prevenção.

A segurança do trabalhador interessa ao motorista, interessa aos passageiros, interessa às famílias, interessa às cidades e interessa ao desenvolvimento econômico do Brasil. Quando protegemos quem trabalha, protegemos toda a nossa sociedade.

A Anstap BR, o Sindicato dos Motoristas por Aplicativo do Estado de Mato Grosso e a Aliança Nacional dos Motoristas reafirmam o seu compromisso com o diálogo institucional, colocando-se à disposição desta Comissão para colaborar com a construção dessa política.

Sra. Presidente, espero que a audiência pública não passe a ser lembrada apenas por hoje, espero que marque o início de uma grande mobilização nacional em defesa da vida do trabalhador por aplicativo. Que o exemplo de Mato Grosso inspire novos projetos. Que o diálogo produza algo concreto, que possamos construir um Brasil onde nenhum motorista saia para trabalhar com medo de não voltar para a sua casa, porque o trabalhador por aplicativo não pede esse privilégio, pede apenas aquilo que qualquer cidadão brasileiro merece: o direito de trabalhar, o direito de viver e o direito de voltar para a casa com segurança.

Quero aqui somente, antes de encerrar minha fala, Presidente, deixar às plataformas um recado de toda a categoria de motoristas por aplicativo no Brasil: nós não queremos ser parceiros, nós queremos ser reconhecidos como trabalhadores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Grata pela participação, Solange de Moraes, que é Presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo de Mato Grosso.

Já foram citados aqui, os projetos, as iniciativas que já estão tramitando na Casa. E, é claro, nós vamos entender melhor o programa, todo o projeto que você está apresentando aqui. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser muito bem anexado como uma iniciativa, como uma parte dos projetos que já estão aí. A gente pode tratar essa boa iniciativa, lá em Mato Grosso, em nível nacional.

Obrigada pela participação, Solange.

Eu vou passar rapidamente aqui para o Jair Almeida, da Aliança Nacional dos Motoristas, para a gente finalizar com a fala, depois, do Anderson Câmara.

O SR. JAIR GOMES DE ALMEIDA (Para expor.) – Senadora, dei uma saidinha para poder até me recompor, porque, quando a gente fala das pessoas que estão no grupo da gente e que perderam suas vidas, que passaram por dificuldades, como eu passei, a gente se sensibiliza. Essa é a nossa realidade.

Quanto ao Programa Vigia Mais – a gente já acompanhou através do Coronel Roveri, a apresentação dele –, é um programa que ajuda muito, mas precisa da integração, junto com a Secretaria de Segurança. Nós fomos convidados, inclusive, a pedido do Coronel Roveri, para a câmara legislativa, o ano passado, dia 18 de novembro, quando estavam fazendo a apresentação do Vigia Mais, e o Coronel Roveri até queria entender o que estava acontecendo. A Solange me ligou e a gente se deslocou.

A gente precisa, sim... As plataformas têm a possibilidade de trazerem esses dados, essas informações, e fazerem esse sincronismo junto à Secretaria de Segurança. Porque, como a Solange falou, esse programa tem que ser avançado para todos os outros países. A gente estava aguardando, como até a própria Senadora já tinha captado as informações de tudo que a gente vem trazendo para ela há mais de dois anos, para poder fazer as alterações, principalmente do que mais os motoristas pediam na rua: valor de quilômetro e minuto, que é o inicial e o básico. A gente sabe que grande maioria não vai ser carteira assinada porque nós somos uma classe heterogênea, nós não temos padrão: de carros, de comportamento, de tempo, de horário, nós temos uma série de diversidades, mas a gente precisa, sim, de um piso, como os caminhoneiros têm, como os taxistas têm ou como qualquer outra profissão. É o mínimo que o motorista quer. Que ele seja reajustado de acordo com os nossos gastos.

As plataformas vieram para o Brasil, primeiramente, em julho de 2014, simultaneamente em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. No automático, elas vieram apenas com a categoria Black, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual se agrupavam motoristas e ganhavam, em média, R$1 mil por dia, para poder ficar com os aplicativos ligando e trazendo a sua movimentação. Daí por diante, quando foi em 2015, nos meados de setembro, iniciam-se as categorias de base, quando teve a explosão a partir de janeiro de 2016.

A gente fala: nós precisamos de uma organização de classe, porque nós não somos empreendedores. Nós trabalhamos para uma empresa que veio para o Brasil... Eu até falo aqui para o André o seguinte: nós precisamos de um meio termo, tanto para o usuário como para o motorista. O motorista não pode pagar a conta do lucro das plataformas. No ano passado, no terceiro trimestre, a Uber informou um ganho líquido de US$15 milhões. No Brasil, estipula-se que ela teve aqui, no período mesmo de julho, do terceiro trimestre, um valor líquido de 1,9 milhão, valor médio. Então, elas ganham muito dinheiro. Então, o motorista não precisaria estar nessas condições em que estão hoje, precarizadas, disputando corrida... Porque, na verdade, isso aqui se torna um jogo, uma gamificação.

A gente precisa, sim, de ter um regulatório. O Brasil era para ser referência. Nós aguardávamos, como eu falei na fala anterior, um projeto que avançasse. Estava indo tudo bem, só estavam faltando os ajustes. Foi quando foi sugerida pelo Ministro Guilherme Boulos uma tarifa mínima de R$10,00 até quatro quilômetros e R$2,50. Caiu na graça de todo mundo. Esse não era um valor destinado para nós, mas sim do GT dos motociclistas, que serviria de base para todos nós. Só que, infelizmente, não avançou. Como eu falei, o Hugo Motta "sentou" no projeto depois que recebeu o CEO global da Uber no Brasil. Infelizmente, foi a realidade.

A gente não pode jogar inverdades de um lado nem de outro. A gente tem que levar a realidade como ela é. Não adianta querer culpar governo, seja lá quem for, mas a gente tem que apontar os erros e quem está errando. O CEO da Uber não veio brincar no Brasil. Ele não saiu da Califórnia para cá e chegar: "Hugo Motta, vamos fazer uma reunião e tomar um café". Ele falou: "Não dá, enterra esse projeto". E a gente foi forçado a enterrar, e milhares de motoristas de todo o Brasil foram para rua. Essa é a verdade, Senadora.

E a gente espera, sim, uma regulação que precisa vir. Infelizmente, como a senhora falou, a Casa já está encerrando as atividades, mas isso precisa avançar. O número que eu aqui gravei foi o do Sr. Walisson Perônico. Na última audiência que nós tivemos aqui – inclusive o André Porto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava presente –, sobre as plataformas, o Perônico trouxe uma informação de que na Secretaria de Mobilidade estavam cadastradas 43 mil na época.

No início deste ano, eu estive com o pessoal da secretaria – onde foi muito bem recebido pelo Max –, e eles trouxeram a informação de que éramos 63.840 motoristas. Hoje ele me traz a informação: já subiu para 77 mil. Então, daqui a pouco todo mundo vai ser motorista de Uber. E quem é que vai lucrar com isso? Só as empresas? Precisa-se de regras, Senadora.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Jair. (*Palmas.*)

Quero agradecer a todos os expositores aqui.

Para finalizar – aguardou até agora, né, Anderson? –, vou passar para você, Anderson Câmara, que é o Presidente dos trabalhadores do sindicato dos trabalhadores para o aplicativo de Pernambuco.

Só peço a você para ser objetivo, porque a gente já ultrapassou o tempo aqui e está todo mundo já preocupado. Passamos a barreira já – já estamos chegando às 15h –, mas você tem três minutos para sua fala.

O SR. ANDERSON CÂMARA (Para expor.) – Agora!

Bem, me chamo Anderson Câmara, sou o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo de Pernambuco (Sindmape), e aqui eu venho falar um pouco da segurança, Senadora. Agradeço a fala aqui à senhora.

Este ano já são cinco motoristas mortos em Pernambuco. A gente já teve várias audiências públicas falando sobre a segurança. Eu venho apresentando lá esse Programa Vigia Mais para o estado, e o estado até hoje nunca se interessou. Quantas mães mais vão chorar? Quantos colegas meus vou ter que estar lá enterrando? A questão da segurança é uma coisa muito séria.

Falando também sobre a questão de ganhos, em 2016, quando eu entrei no aplicativo, a corrida mínima era R$6,50. Na pandemia, baixou para R$5,50. Hoje, dez anos depois, voltou a R$6,50. Dez anos depois, a gente continua na mesma tarifa. Já houve aumento de combustível,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentou os custos do carro, da alimentação, do celular, do seguro – que a gente tem que pagar também –, e fica inviável hoje para o motorista.

Estou recebendo várias mensagens aqui de motoristas de aplicativo de Pernambuco falando: "Anderson, fala aí dos ganhos". Os motoristas estão interessados em ganhos. Dispostos a trabalhar todos estão, mas os ganhos estão inviáveis. Os carros estão sucateados. A gente não consegue prestar um bom serviço para a sociedade por conta disso, por conta de ganhos.

Muitos motoristas hoje devem a agiota, gente. A agiotagem está demais no meio dos motoristas. A pessoa não tem dinheiro para ajeitar o carro e se sujeita a agiota? A Uber veio com um projeto também de emprestar o dinheiro para o motorista. Sabendo da dificuldade do motorista, abriu empréstimo para o motorista com juros lá em cima. E aí o motorista se sujeita a pegar o empréstimo, e ela desconta da corrida, forçando o cara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON CÂMARA – ... a correr mais, a trabalhar mais. Entendeu? Então, isso é inviável, gente!

Espero que esta audiência pública não fique só aqui. Que continue, gente, e que a gente possa avançar nas conversas, Senadora. Toda vez que tiver uma audiência, pode me convidar, que eu vou estar aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada, Anderson... (*Palmas.*)

Obrigada, Anderson. Muito obrigada a todos que estiveram conosco até este horário, todos os expositores.

Foi uma audiência pública muito esclarecedora, e é claro, como eu falei, nós estamos no início de um recesso, Casa vazia. Acho que vale, ao retornarmos, novamente reiniciarmos esse debate, que é muito importante.

Quero agradecer a presença do André Porto, que é o representante das plataformas aqui – muito solícito –, que participou ativamente da nossa audiência pública, assim como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes aqui dos sindicatos: o Jair de Almeida, da Aliança Nacional dos Motoristas; a Solange, Presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo do Mato Grosso; assim como, agora, o Anderson Câmara, que é o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos de Pernambuco.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez, agradeço a participação de todos que estiveram conosco até o final desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Romário, Teresa Leitão, Camilo Santana, Leila Barros, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Hermes Klann e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 18/2026 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater a efetivação do direito à educação nos países lusófonos. **Participantes:** Sr. Edison Luiz da Rosa Junior, Chefe da Divisão de Cooperação Educacional do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Sr. Felipe Dutra de Carvalho Heimburger, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Educação (MEC); Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Santos Bunga, Oficial de Comunicação da Associação de Actores Sociais Chaves do Saber - Angola; Sr. Abraão Borges, Coordenador Nacional da Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos - Cabo Verde; Sr. Victor Rodrigues, Representante da Rede da Campanha de Educação para Todos - Guiné-Bissau; Sra. Isabel Francisco da Silva, Coordenadora Executiva do Movimento de Educação para Todos - Moçambique; e Sra. Amélia Ussene, Representante da Facilidade – Iniciativa para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável - Moçambique. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a efetivação do direito à educação nos países lusófonos, em atenção ao Requerimento nº 18, de 2026, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Teresa Leitão.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Cada expositor terá dez minutos para fazer uso da palavra.

Informo também que, em razão do número de convidados e espaço limitado na bancada, as exposições serão divididas em dois blocos sucessivos.

Primeira mesa.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Edison Luiz da Rosa Junior, Chefe da Divisão de Cooperação Educacional do Ministério das Relações Exteriores. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Felipe me informaram que ainda não se encontra, mas está a caminho.

Convidamos a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (*Palmas.*); e o Sr. Santos Bunga, Oficial de Comunicação da Associação de Actores Sociais Chaves de Saber - Angola. (*Palmas.*)

Como é de praxe, em todas as audiências, o Presidente em exercício faz a fala inicial, e eu a faço neste momento.

Primeiro, cumprimento a Presidenta desta Comissão, que está fazendo um excelente trabalho no exercício da Presidência como Senadora, até porque é uma excelente Senadora, Senadora Teresa Leitão.

Na mesma linha, cumprimento o meu querido amigo, que, por motivo de força maior, não pôde estar aqui, hoje, presente, mas pediu que eu o representasse. Eu disse para você, Flávio Arns: "Eu mudo minhas agendas, mas vou lá". Estou aqui: "Às 9h, estarei lá". Então, ao Flávio, que deve estar ouvindo, talvez, à distância ou vendo, fica aqui o meu querido abraço.

Vamos lá.

Audiência pública na Comissão de Educação e Cultura destinada a debater a efetivação do direito à educação nos países lusófonos.

Esta audiência foi convocada em atenção ao Requerimento nº 18, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura, e tem como objetivo debater o direito à educação nos países de língua portuguesa.

É um tema de alta relevância, que merece aprofundamento, especialmente na ilustre presença de representantes dos países que integram a Rede Lusófona pelo Direito à Educação. A ReLus é uma coalizão internacional que reúne entidades dos países de língua portuguesa que atuam pela universalização de uma educação pública gratuita, inclusiva, equitativa, laica e de qualidade.

Nossa língua é utilizada por mais de 260 milhões de pessoas diariamente, mais de 200 milhões no Brasil, 10 milhões em Portugal, 50 milhões na África e na Ásia. É a quinta língua mais falada no mundo. Esse número não inclui a diáspora portuguesa, estimada em aproximadamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

10 milhões de pessoas em 34 países, e milhões que, em todo o mundo, utilizam o português como a sua segunda língua.

O português é um idioma globalizado, presente em quatro continentes, sendo uma das línguas oficiais de 21 organismos internacionais. Um especial destaque para a Organização dos Estados Americanos, a União Europeia, a União Africana e o Mercosul.

Apesar dessa importância, os países membros da ReLus enfrentam desafios estruturais e políticos semelhantes, que dificultam a garantia do direito à educação. Refiro-me especialmente às desigualdades sociais e econômicas que limitam o acesso e a permanência de nossas crianças na escola. Grupos vulneráveis, de zonas rurais, de populações pobres e de minorias são os mais afetados.

Enfrentamos também a falta de recursos para a educação. É um problema central; todos sabemos que afeta a infraestrutura: os materiais didáticos, a tecnologia educacional e o salário dos professores. Em vários países, há dificuldade na formulação, na continuidade e na implementação de políticas educacionais eficazes.

Sabemos que problemas de governança e de planejamento comprometem o desempenho de sistemas educacionais. Ainda existem crianças e jovens fora da escola e taxas de evasão muito altas. Para isso contribuem fatores como o trabalho infantil, a distância das escolas e a falta de infraestrutura.

Os países da rede estão em continentes diferentes – África, América, Europa e Ásia –, com realidades políticas, econômicas e culturais muito distintas. Mesmo assim, precisamos nos unir, precisamos coordenar estratégias para o alcance do objetivo maior: colocar todas as crianças nas escolas e dar a elas uma educação de qualidade.

Agradeço a presença do representante dos países da ReLus. Tenho certeza de que hoje poderemos compartilhar experiências, perspectivas e fortalecer ainda mais os laços históricos e culturais que nos unem.

Agradeço aqui a construção desse meu pronunciamento – de que eu gostei – à minha equipe e também à do Flávio Arns, porque ambos construíram junto esse pronunciamento. Eu leio, mas como é que eu digo? Eu aumento, mas não invento (*Risos.*). Eu aumento um pouco o que está aqui, mas não invento, né? Em tudo, procuro ficar na realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, para ganhar tempo. Se deixar, o Paim fala todo o tempo, e ninguém fala aqui, pessoal. Prometo que vou me controlar.

Bom, começamos. Exposições iniciais. Primeira mesa. Com a palavra o Sr. Edison Luiz da Rosa Junior, Chefe da Divisão de Cooperação Educacional do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Senador Paulo Paim. (*Falha no áudio.*)... o senhor – né? – de Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sempre parceiros.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – Parceiros. Mas posso dizer também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... mas é da minha cidade, em que eu nasci, Caxias do Sul.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – É mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – Que maravilha! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... ali no Hospital Pompéia.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – Que maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vai lá, senão nós vamos tirar tempo dos outros.

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – É verdade. (*Risos.*)

É um prazer estar em contato com todos os cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Senado, pela rádio, e com os senhores e as senhoras da ReLus, para tratar de um tema tão importante: o acesso à educação, o direito à educação nos países lusófonos.

Como representante do Ministério das Relações Exteriores, Chefe da Divisão de Cooperação Educacional, eu já gostaria de imediato de ressaltar a importância da cooperação educacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como um vetor da política externa junto aos países lusófonos. Vetor é aquilo que dá sentido, aquilo que dá direção, como todos sabemos. E a nossa diplomacia cultural e educacional tem como grande elemento de coesão, entre nossos países de língua portuguesa, justamente a língua, esse bem que pertence a todos nós.

Pois bem, a diplomacia cultural e educacional que promove a educação, a língua portuguesa, a cultura brasileira no mundo, no Ministério das Relações Exteriores, tem, no Instituto Guimarães Rosa, o seu braço dedicado à cultura e à educação. Além da minha divisão, que cuida da cooperação educacional, nós temos aquela divisão que cuida das ações de promoção da cultura brasileira em sentido geral, da divisão de assuntos multilaterais culturais, que trata de muitos assuntos importantes para nós, Brasil, mas também para os demais países de língua portuguesa, como a repatriação de objetos culturais que foram espoliados por outros países em outros momentos da história, e a divisão de língua portuguesa, temos uma divisão especificamente para cuidar desse patrimônio comum pluricêntrico, que é a nossa língua.

Notem que a cooperação educacional é um ponto de intersecção entre duas políticas públicas: a política em educação e aquela política que, por vezes, o cidadão não percebe como uma política pública, que é a política externa, mas, evidentemente, que a política externa é direcionada para o bem do cidadão, e isso está na Constituição Federal. A cooperação educacional pode ser considerada como estando dentro dos princípios das relações internacionais do Brasil, se nós considerarmos ali no art. 4º, inciso II, a prevalência dos direitos humanos – ora, direito à educação é um direito humano por excelência – e, no inciso IX, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Pois bem, o Brasil coopera em educação, porque é um dever que o Constituinte, portanto, que o cidadão brasileiro, por meio do Constituinte, assim estabeleceu.

Para nós é muito importante que nós recebamos estudantes internacionais, estudantes de países de língua portuguesa, para alcançar o primeiro objetivo que eu mostro nesta tela, a internacionalização em casa. E, com isso, eu já respondo à parte da consulta que foi feita pelo Leandro, de Goiás, que mandou a pergunta pelo e-Cidadania, sobre quais são as iniciativas com os países lusófonos que podem oferecer o desenvolvimento da educação brasileira. Pois bem, aquelas iniciativas pelas quais recebemos estudantes internacionais enriquecem o nosso ambiente acadêmico, enriquecem a realidade do estudante brasileiro. Então, uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa sobre a qual falarei na sequência, o Programa de Estudantes-Convênio, deve ser destacada.

Nós queremos interiorizar a internacionalização. Não basta que o estudante cabo-verdiano, moçambicano, angolano venha para São Paulo, Porto Alegre ou Brasília; ele deve ir para Dourados, deve ir para Mossoró, deve ir para cidades do interior, para enriquecer o ambiente acadêmico do Brasil como um todo. Nós devemos promover a mobilidade estudantil, sempre tendo em mente a importância de fomentar o fluxo das pessoas, a circulação das pessoas, e sempre ciosos em evitar a fuga de cérebros.

Nesse contexto, eu quero destacar o Programa de Estudantes-Convênio, possivelmente, a política pública brasileira mais longeva. Essa política pública existe desde 1965 e, graças a ela, nós recebemos estudantes internacionais nas nossas universidades. Com isso, nós democratizamos o acesso à educação também aos estudantes dos países lusófonos.

Nessa foto, todos são estudantes reais de universidades brasileiras e estudantes internacionais.

Os objetivos, portanto, estão naquela área de interseção entre duas políticas públicas: a educacional e a política externa. Intensificamos os laços com as nações amigas, formamos recursos humanos para os países participantes do PEC-G, contribuímos para internacionalizar o nosso ensino e expandimos o horizonte cultural dos brasileiros.

Notem que o Programa de Estudantes-Convênio abarca a graduação, o PEC-G, a pós-graduação, o PEC-PG, mas também a formação em Língua Portuguesa, o PEC-PLE, para aqueles estudantes que não são de países lusófonos, e aqui eu quero chegar com muito gosto a esse primeiro gráfico.

Notem que, em 26 anos, de 2000 a 2026, 51% dos estudantes internacionais do Programa de Estudantes-Convênio vêm de países africanos de língua oficial portuguesa. De quase 16 mil estudantes, 51% vêm dos PALOPs e outros 27% vêm dos demais países africanos. Notem aqui também a importância da cooperação educacional com os países de língua portuguesa: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola nas três primeiras colocações, mas nesse gráfico também há São Tomé e Príncipe, também há Moçambique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na seleção do ano passado, em específico, das quase 8,6 mil vagas universitárias destinadas a estudantes internacionais em todos os 27 estados e no Distrito Federal aqui do Brasil, nós acolhemos estudantes internacionais em 104 universidades, instituições de ensino superior brasileiras, oferecendo 340 cursos para a formação de quadros de outros países.

E olhem que interessante, sinal de que a interiorização da internacionalização vem sendo efetiva: a universidade que mais vagas ofereceu o ano passado foi a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; na sequência, a Universidade Federal de Campina Grande e assim por diante.

Os cursos que têm mais demanda pelos estudantes internacionais: naturalmente, Medicina; na sequência, Administração; Relações Internacionais; Enfermagem e assim por diante. A importância das ciências da saúde para os países lusófonos é enorme.

Com isso, eu quero destacar também um programa da Agência Brasileira de Cooperação que vem sendo desenvolvido neste momento com Angola, na formação de profissionais de saúde. Mais de cem profissionais... Desde 2023, quando o Presidente Lula fez uma visita de Estado a Luanda, quando se estabeleceu esse programa, mais de cem profissionais já voltaram a Angola formados, com pós-graduação na área de saúde, e 800 angolanos, Senador e demais colegas, estão neste momento estudando no Brasil na área de saúde, em um programa que envolve universidades, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e a Agência Brasileira de Cooperação.

As candidaturas para o nosso programa também vêm crescendo exponencialmente. A África lusófona, só no ano passado, respondeu por 46% das nossas candidaturas.

Eu quero saudar também a presença do meu amigo, colega, Assessor internacional do Ministério da Educação, Felipe Heimburger, que, na sequência, imagino que vai falar do Fórum de Reitores Brasil-África e também deve abordar uma iniciativa linda que existe, que é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a Unilab.

Então, vou aproveitar o meu tempo também para comentar, nesse mapa do nosso programa, que nós já temos 55 países que enviaram, no ano passado, estudantes para fazer graduação no Brasil. Alcançamos 1.947 selecionados, ou seja, daqueles candidatos, quase 2 mil puderam vir para o Brasil, e, dos mais selecionados no ano passado, novamente, os países de língua portuguesa – Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique –, quatro países de língua portuguesa entre os cinco países com mais selecionados. O quinto é a República do Congo, onde meu amigo Felipe já trabalhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, só dando um *spoiler* daquilo que o meu amigo vai comentar na sequência, há pouquíssimos dias, entre 25 e 27 de maio, aconteceu o 1º Fórum de Reitores Brasil-África aqui em Brasília. Entre universidades, foram firmados 292 acordos; firmados ou negociados, portanto, prestes a serem assinados.

Vejam também a importância dos países de língua portuguesa nesse quadro. Cabo Verde foi o segundo país cujas universidades mais acordos firmou. Moçambique, o quarto país que mais acordos firmou. Também temos ali todos os demais PALOPs nesses 292 países que firmaram acordos.

Concluo a minha apresentação inicial com essa citação de João Guimarães Rosa, escritor, médico, diplomata e que denomina o nosso Instituto Cultural Educacional: "Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende". Nós, brasileiros, também aprendemos muito na cooperação educacional com os estudantes que vêm para cá, com os professores que vêm para cá, com os técnicos educacionais que vêm para cá, e estamos dispostos a cada vez mais fomentar a cooperação, enviando e recebendo estudantes, professores e técnicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR – Perfeito. Não, mas em respeito aos demais colegas, Senador, muito obrigado. Na sequência, eu estou à disposição para podermos debater, para falar de outras questões.

E já que o Senador me permite, eu tenho aqui, nas perguntas do e-Cidadania, também um comentário do Davi, de Mato Grosso, em que ele fala em como a cooperação entre países lusófonos pode garantir educação de qualidade, reduzir desigualdades e ampliar o direito à educação de todos.

Eu entendo que já comentei, em linhas gerais, como isso pode ser feito, sobretudo por meio de um programa como o Programa de Estudantes-Convênio, mas iniciativas também na área de cooperação técnica são fundamentais para isso. Comentei aquela na área de saúde com Angola, mas eu poderia comentar também a do Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe, que está na sua segunda fase e vem consolidando o ensino técnico-profissional em São Tomé e Príncipe. É uma iniciativa inédita de uma escola, um centro de formação que associa o ensino médio a um ensino técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Poderia falar também de Timor-Leste, que eu acabei não mencionando ainda, foquei nos países africanos de língua portuguesa, mas no Timor, rapidamente, eu menciono quatro iniciativas muito importantes na área de cooperação técnica em educação. Primeiro, é a criação do mestrado em Educação na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, é o primeiro mestrado em Educação do país; segundo, uma iniciativa de formação de professores de Língua Portuguesa em Timor Leste, para que, na sequência, terceira iniciativa, nós possamos fortalecer o uso do português na administração pública timorense; e uma quarta iniciativa, o ensino técnico em cafeicultura, para que nós possamos, junto com Timor Leste, fomentar a formação de tecnólogos, de técnicos agrícolas na área do café.

Todas essas iniciativas são sempre com a devida atenção à necessidade de solidariedade, de escuta, de respeito às prioridades nacionais estabelecidas pelos nossos parceiros, para que nós possamos atender àquilo que o Constituinte ou que o cidadão brasileiro, por meio da Constituinte, decidiu: que a nossa política externa seja voltada ao desenvolvimento de todos os povos, que a cooperação seja para o desenvolvimento do Brasil, mas também dos seus parceiros.

Acho que é isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, perfeito. Muito bem, Sr. Edison Luiz da Rosa Junior, Chefe de Divisão de Cooperação Educacional do Ministério das Relações Exteriores.

Eu dei uns minutinhos a mais para ele, porque ele citou muito a Constituinte. E como eu fui Constituinte 40 anos atrás... Somos quatro os que estamos no Congresso: eu, o Renan, o Aécio Neves e a Lídice da Mata. Daquela turma de 513 mais 81, 4 estão aqui ainda. E eu sou um deles. Tinha que ter um negão também, não é? Por que não, não é? (*Risos.*)

Isso é brincadeira que eu faço devido à minha história. E aqui eu coordeno muito esse trabalho da comunidade negra também e fui o autor do Estatuto da Igualdade Racial e de todas as políticas de cotas para negros, quilombolas, indígenas e também brancos pobres, porque alguns pensam que a gente só fez política de cota para nós negros. Eu faço esses esclarecimentos... E tudo surgiu no Governo Lula, antes não tinha. E eu tive a alegria de ser o autor ou Relator de todas as políticas de cota que surgiram da Constituinte para cá, para a integração total da nossa gente, do nosso povo.

Vamos em frente. Eu prometi não falar muito, hein? Mas te dei mais três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDISON LUIZ DA ROSA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Olhem, são dez minutos para cada um, mas eu darei de três a cinco, se necessário, para cada um poder completar o seu pensamento.

Com a palavra o Sr. Felipe Dutra de Carvalho Heimburger, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Educação (MEC).

O SR. FELIPE DUTRA DE CARVALHO HEIMBURGER (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todas as pessoas presentes.

Exmo. Senador Paulo Paim, eu queria dizer, em nome do Ministro da Educação, Leonardo Barchini, e também em nome do nosso ex-Ministro Camilo Santana, que o senhor tem sido um parceiro fundamental do MEC há muito tempo. Eu diria mais: do MEC e das associações, do sindicatos...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. FELIPE DUTRA DE CARVALHO HEIMBURGER – Então, muito orgulho de estar presente aqui.

Também queria saudar Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Queria saudar meu colega e amigo Edison. Nós temos trabalhado juntos, com o MEC, com o ministério. No que tange à cooperação educacional, nós trabalhamos em sintonia fina há bastante tempo, desde que o nosso colega Francisco, que hoje está em Nairóbi, teve a oportunidade de estar na sua cadeira e na que eu estou também e articulou, eu acho que com grande mérito, a defesa dos programas, do PEC-G principalmente, que foi duramente atacado no Governo anterior – é preciso deixar o registro para que isso não mais se repita. Então, essas políticas foram mantidas, consolidadas e ampliadas no Governo Lula. E aí a cooperação com a África, muito em especial com os países africanos de língua portuguesa, é uma prioridade.

E aí eu queria saudar os colegas de Angola, queria saudar os colegas de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique e dizer que, amanhã, no MEC, pela manhã, nós estaremos à disposição para recebê-los e fazer visitas nas secretarias que nós temos, na Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação Básica, na Secretaria de Educação Superior, na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, na própria Assessoria Internacional e também na nossa Secadi, que é uma secretaria muito importante, liderada pela Secretária Zara, que é a Secretaria de Inclusão do MEC.

Eu queria pegar o bastão que o Edison gentilmente me cedeu e falar do Fórum de Reitores que foi organizado pelo MEC, pela Capes, pela Andifes, com o apoio do MRE. Ele conseguiu reunir 80 universidades do continente africano e 66 reitores com mais de cem universidades brasileiras – universidades federais, universidades comunitárias e universidades estaduais. O número de acordos assinados nos três dias de evento foi recorde: foram 292 acordos assinados entre as universidades que têm autonomia no Brasil e as universidades dos países africanos. Ruanda teve 36 acordos – foi o recorde –; Cabo Verde, 33 acordos assinados com universidades brasileiras; Moçambique, 24; Guiné-Bissau, 21; São Tomé e Príncipe, 5; Angola, 3.

Deixem-me ver se eu consigo passar aqui.

E ali a gente tem o detalhamento de quais universidades especificamente firmaram os acordos.

Por exemplo, no caso de Angola, foram a Universidade Católica de Angola com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Lusíada de Angola com a Universidade Federal de Uberlândia.

Não vou ler tudo, mas, por exemplo, Cabo Verde tinha uma delegação muito importante – a Universidade Cabo Verde, a Universidade Santiago, a Universidade Técnica do Atlântico e a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde –, e vocês vejam que eles firmaram dezenas de acordos com universidades brasileiras, principalmente na área de agricultura, Senador, mas também na área de saúde, na área de transformação digital e inteligência artificial aplicada à educação, também na área de humanidades, ensino da história do continente africano, que, aliás, é lei no Brasil agora, prática de memórias compartilhadas, enfim.

Guiné-Bissau também firmou acordos importantes: a Universidade Amílcar Cabral e a Universidade Católica da Guiné-Bissau.

Moçambique: Universidade Católica de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica de Maputo, Universidade Púnguè, Universidade Rovuma.

Todas elas firmaram acordos muito importantes com as universidades brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O acordo começa com um memorando de entendimento mais geral. Algumas já conseguiram definir um plano de trabalho, que estabelece uma agenda para cooperação, que envolve em geral mobilidade, troca, os professores vão e os professores vêm, e depois os mestrandos e os doutorandos.

E, para coroar tudo isso, aconteceu o anúncio pela Capes de um programa de mobilidade acadêmica que chama Capes Move África. O edital está em fase de conclusão, em análise pela Conjur na Capes, mas vão ser oferecidas 2,6 mil vagas para mestrado sanduíche e doutorado sanduíche, vagas de curta duração, de dois a seis meses, nos dois sentidos. Então, tanto os mestrandos e doutorandos brasileiros irão para a África, quanto os mestrandos e doutorandos africanos virão para o Brasil. É um programa inédito que reflete o compromisso da Capes, do MEC e do Governo Lula em promover a internacionalização das universidades brasileiras com foco na África. Acho que este é o grande diferencial: de Cooperação Sul-Sul e de cooperação para o desenvolvimento naquele tripé que a gente conhece tanto, mas que é tão difícil de aplicar, que é pesquisa, ensino e extensão. Então, são a pesquisa, tanto na graduação quanto na pós, principalmente na pós, o ensino e a extensão, que é fazer com que os saberes e as tecnologias que são desenvolvidas na universidade cheguem à sociedade. Acho que esse é um grande desafio.

Eu queria mencionar que não teria sido possível esse fórum sem o apoio da Andifes e da Cgrifes e sem o apoio da Associação de Universidades Africanas e sem o apoio do Fara (Forum for Agricultural Research in Africa).

Também esse fórum teve uma carta política no final, Senador, e o Reitor Jorge Ferrão, da Universidade de Maputo, foi o porta-voz. Ele leu a carta junto com a Reitora Sandra, da UFMG, que é do Enlaces. Então, eles fizeram a leitura no encerramento, foi um momento muito bonito.

Eu não queria falar só de educação superior, eu queria falar um pouco de EJA (Educação de Jovens e Adultos), de educação profissional e tecnológica. Então, eu queria passar para o outro arquivo. (*Pausa.*)

Aí a gente ordenou por país, em ordem alfabética, as iniciativas de cooperação, desde 2023, que têm sido feitas pelo MEC e por suas vinculadas – FNDE, Capes, Ebserh, que o Edison mencionou.

Com Angola, o principal programa é o Programa de Formação em Saúde, uma parceria da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não dê muita atenção para a IA, viu? (*Risos.*) Porque é ela que se mete na nossa conversa aqui, mas é automático.

Eu vou te dar mais cinco minutos, como vou dar para cada um, para a conclusão das suas exposições.

O SR. FELIPE DUTRA DE CARVALHO HEIMBURGER – Obrigado, Senador.

Esse é um programa que a Angola tem feito em parceria com vários hospitais universitários, principalmente no Rio de Janeiro; é um programa com médicos, enfermeiros e profissionais da saúde; é um programa muito ambicioso, envolve a formação de centenas e até milhares de profissionais que vêm fazer a parte da residência médica no Brasil e depois voltam à Angola.

Existe também o Caminhos Amefricanos, que tem uma parceria do MEC com o Ministério da Igualdade Racial, que também esteve presente no fórum, com a Ministra Rachel Barros. É um programa muito interessante, porque leva professores e estudantes brasileiros para Moçambique, para os países parceiros, e a prioridade são os países de língua portuguesa na África. Eles conhecem a escola e o sistema educacional de uma localidade, de um município e depois voltam ao Brasil com essa experiência.

Com Moçambique, o grande programa é o Bramotec, que é um programa de formação de formadores na área agrícola. O programa começou em 2017 e continua até hoje. É uma parceria também da Secretaria de Educação Tecnológica do MEC com a Agência Brasileira de Cooperação. São grupos de 80 professores que vêm ao Brasil. Depois de fazerem um módulo de educação à distância, eles ficam no Brasil por um período de até seis meses para fazer práticas de campo nos institutos federais brasileiros especializados em culturas agrícolas. E aí vai desde a fruticultura até o café, também a parte de *management*. É um projeto que envolve uma contrapartida de Moçambique com as passagens e envolve toda a execução nos institutos federais, que recebem esses estudantes nos alojamentos, com os restaurantes universitários e com a formação, que tem sido bem exitosa. E a gente está negociando com Moçambique a próxima etapa, que a gente quer, se tudo der certo, que comece em agosto de 2026.

Existem também programas com Portugal, com Timor-Leste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com São Tomé e Príncipe, o principal foi o Projeto de Cooperação em Alimentação Escolar, um projeto muito bonito. Eu não vou poder passar, porque ele é muito grande, mas eu vou deixar à disposição dos senhores. Ele foi coordenado pelas Profas. Daniele dos Santos, da Universidade Federal da Paraíba, e Ednéia Gonçalves, da Ação Educativa. É um projeto lindo, em EJA. É um projeto que, no MEC, fica no âmbito da Secadi, da Secretária Zara. Realmente eu vou deixar à disposição dos senhores o relatório. É um projeto muito bonito e espero que ele ganhe escala em outros países.

O projeto com o Timor-Leste está muito focado no desenvolvimento da cafeicultura no Timor-Leste, que é um produto muito importante para a economia local. Ele começou em 2023 e segue até hoje.

O Conif e o Cetec fizeram um edital, selecionaram 15 professores inicialmente, e agora cinco professores irão ao Timor-Leste para dar continuidade ao reforço dos institutos timorenses que desenvolvem a cultura do café, envolvendo também, se a gente conseguir, aspectos ligados à propriedade intelectual, reforço de marca, isso para dar potencial econômico, escalar o potencial econômico do café no Timor-Leste que já é muito grande.

E por fim, Senador, o Edison mencionou também a Unilab. A gente tem um *campus* da Unilab no Ceará, em Redenção, nós tivemos a oportunidade de visitá-lo, eu e Edison, e é um trabalho fantástico. Existe um outro *campus* que é o *campus* dos Malês, que fica na Bahia, nos arredores de Salvador.

A Unilab, que é a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, recebe, por exemplo, estudantes de Guiné-Bissau, 1.422; Moçambique, 372; Angola, 1.055; Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste – 40% dos estudantes da Unilab são estudantes africanos. E esses estudantes estão principalmente na graduação, mas também estão na pós-graduação. A Unilab começa a desenvolver seus programas de pós-graduação. Alguns professores da Unilab fizeram PEC-G, fizeram PEC-PG. E hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Essa campainha, quando toca, é porque faltam 12 segundinhos, 15, 15 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE DUTRA DE CARVALHO HEIMBURGER – Então, para concluir, além do PEC-G e do PEC-PG da Unilab, existem esses programas de cooperação com cada um desses países. A gente convida todas as embaixadas residentes em Brasília e também toda a sociedade civil a procurarem o MEC, as diversas secretarias, para conhecerem em detalhe esses programas, e também para proporem novos programas.

Eu acho que eu consegui responder, ainda que de maneira tangencial, Senador, as perguntas da Milla, Davi, Leandro, Kátia, Carlos e Natan, e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

O SR. FELIPE DUTRA DE CARVALHO HEIMBURGER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos ao Felipe Dutra de Carvalho Heimburger, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Educação, o nosso MEC. Parabéns.

De imediato, com a palavra o Sr. Santos Bunga. Santos Bunga é Oficial de Comunicação da Associação de Actores Sociais Chaves do Saber - Angola.

O SR. SANTOS BUNGA (Para expor.) – Saudações a todos, ao Exmo. Senador Paulo Paim, aos colegas de painéis.

Como sabem, Santos Bunga é o meu nome. Estou em representação da Associação de Actores Sociais Chaves do Saber, que é uma coligação nacional de Angola que trabalha em prol do direito à educação e alberga outras organizações da sociedade civil que trabalham para o mesmo objetivo.

Essa é uma breve apresentação institucional de quem somos. Quero dizer também que somos parceiros do Ministério da Educação, a nível de Angola, através do Grupo Local de Educação. O Grupo Local é uma iniciativa do Ministério da Educação com diversos parceiros internacionais e nacionais com o mesmo objetivo, e temos um financiador em comum, que é a Global Partnership for Education, Parceria Global para a Educação. Então, todos nesse grupo temos trabalhado para aquilo que é a melhoria do acesso e permanência dos cidadãos no sistema de ensino em Angola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, desde a conquista da independência em Angola, em 1975, e com o fim da guerra civil, em 2002, o Governo de Angola tem mantido na agenda de desenvolvimento nacional o desafio de oferecer educação e formação aos seus cidadãos como uma das prioridades.

Com efeito, desde a Independência Nacional, podem ser destacadas aqui quatro fases de desenvolvimento do sistema educativo, nomeadamente: no período de 1975 a 1986, ficamos com a herança do sistema educativo colonial e a primeira reforma educacional; de 1986 a 2001, ficamos com a segunda reforma educativa, a partir do diagnóstico do sistema educativo e a concepção do novo sistema educativo em Angola; de 2001 a 2015, foi elaborada uma estratégia integrada para a melhoria do sistema educativo; e, de 2015 até 2030, está em vigência o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) em Angola.

Quero dizer que, apesar dos avanços nas taxas de matrículas e na paridade de gênero, persistem alguns desafios significativos no setor da educação em Angola, como, por exemplo: cerca de 30% das crianças continuam fora do sistema de ensino e o rácio aluno/professor é elevado, sobretudo nas zonas rurais, e muitos professores carecem de formação adequada; o fraco financiamento da educação, com uma dotação orçamentária para 2026 de cerca de Kz2,2 bilhões, equivalente a 6,5% do Orçamento Geral, o que está muito longe daquilo que é a recomendação internacional de que todos os países devem adotar entre 15% a 20% do orçamento geral do Estado para a educação; e a ausência de mecanismos inclusivos entre o Governo e os parceiros compromete a eficácia das políticas educacionais. Conforme eu disse, para 2025, a dotação prevista para a educação foi de cerca de 2% do PIB. Portanto, é essencial revisar a dotação orçamentária do setor, uma vez que a educação é fundamental para o crescimento do país.

Quero dizer que, para esses desafios apresentados aqui, de forma sintética, nós da Rede Nacional de Educação para Todos em Angola temos trabalhado para que haja melhoria, temos trabalhado estreitamente com o Ministério da Educação, que é o órgão tutelar da causa, e, a partir do Grupo Local da Educação, temos elaborado mecanismos e ferramentas para a efetivação dessas propostas. Um dos documentos finalizados agora é o Pacto de Parceria, que fala sobre a valorização e capacitação dos professores, e nós da sociedade civil temos lutado para que essa capacitação e valorização dos professores não seja apenas nas zonas urbanas, porque o desafio persistente em Angola é pegar essas formações e a distribuição dos professores nas zonas rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, de forma sintética, essa é a nossa apresentação de Angola sobre como está o estado atual da educação no nosso país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Sr. Santos Bunga, Oficial de Comunicação da Associação de Actores Sociais Chaves de Saber - Angola. Ele usou só cinco minutos, de uma forma generosa, para que todos possam participar do debate. Eu vou dar para o Plenário cinco minutos depois, viu? Posso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então tá.

Com a palavra a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos aqui presentes.

Um cumprimento especial ao Senador Paim, que é historicamente um aliado do direito à educação; também, claro, ao Senador Flávio Arns, que fez o pedido desta audiência, um aliado muito forte também do direito à educação e que está sempre junto com a campanha brasileira nos nossos desafios; claro, à Senadora Teresa Leitão, que já foi muito bem honrada aí – e reitero as palavras do Senador Paim – e que tem presidido esta Comissão de Educação e tem feito um trabalho ímpar em defesa da educação nesta Casa do Senado Federal; claro, também aos nossos representantes do Executivo aqui, Felipe e Edison, que felizmente também aceitaram o nosso convite, sempre estiveram a postos para que pudéssemos dialogar sobre o direito à educação. E, na pessoa do Santos, eu cumprimento todos da Rede Lusófona, dos programas de cooperação e os que estão aqui presentes da sociedade civil.

Eu ia falar de Caxias do Sul, porque a minha afilhada é de lá, então a gente está cheio de coisas em comum, mas não vou gastar muito do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É da uva, do vinho, mas...

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – Da uva, do vinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... um grande parque industrial também.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – Com certeza. E tem pessoas queridas de lá também.

Eu não vou falar sobre a situação do contexto da educação no Brasil, porque esta Casa já ouviu muitas vezes sobre isso e também já tivemos um pouco desse debate sobre como o Brasil coopera, por parte dos membros do Executivo aqui presentes.

Eu vou falar um pouco sobre essa rede, a Rede Lusófona pelo Direito à Educação, que reúne sociedade civil de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste; então estamos, como sociedade civil, em quatro continentes e somos coalizões-irmãs em defesa do direito à educação. Algumas se chamam "educação para todas", outras se chamam "pelo direito à educação", mas todas fomos criadas a partir das agendas internacionais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, agora acompanhando os ODS, no sentido de fortalecer o movimento da sociedade civil organizada que pudesse colaborar para melhoria, proposição e acompanhamento das políticas educacionais nos vários países que compõem a Campanha Global pela Educação, que é a nossa casa-mãe e que foi fundada no mesmo ano que a campanha brasileira. Então, nós vimos toda essa história acontecer e em muitas das coalizões que foram construídas aqui na América Latina – a própria campanha latino-americana e a própria campanha global – nós somos cofundadores e colaboramos com esse trabalho desde o começo.

O trabalho da Rede Lusófona começou com o Programa de Cooperação Sul-Sul, que coordenamos no Brasil desde 2010 e que era o Programa de Cooperação Sul-Sul Lusófonos, em que fazíamos esse trabalho de olhar para as diversas políticas educacionais nos nossos países de língua portuguesa. Muitos daqui fizeram parte desse programa lá atrás. E, quando esse programa foi descontinuado, essas coalizões se juntaram e falaram "não, queremos continuar trabalhando em cooperação", e fundamos, em 2016, a ReLus (Rede Lusófona pelo Direito à Educação).

A ideia da ReLus é de que compartilhamos, em nossos países, apesar de tantas diferenças entre eles, seja na América Latina, seja na África, seja na Ásia, em termos culturais e em termos de desafios também socioeconômicos, muitos desafios comuns e que podemos colaborar com as nossas *expertises* nesse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador já mencionou, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem 260 milhões de pessoas no mundo. É uma das maiores comunidades de língua compartilhada do mundo. Inclusive, existe um debate na ONU para que o português vire uma das línguas oficiais das Nações Unidas.

Em 2020, tivemos um exemplo muito importante da Rede Lusófona nessa cooperação, quando, na ocasião da pandemia de covid-19, nós nos reunimos para dialogar sobre quais eram as propostas e as soluções que cada um dos países estava construindo naquele momento de emergência global.

E aí eu posso citar um momento em que nós, enquanto campanha brasileira, aprendemos muito, por exemplo, com o caso de Cabo Verde, que já é dividido em ilhas, já tem um trabalho de cooperação remota, de certa forma, e teve uma brilhante solução de trabalhar muito de forma presencial e de não seguir com uma agenda *online,* o que poderia excluir muitos estudantes da educação.

Moçambique também vivia, naquele momento, infelizmente, três crises de emergência: uma crise climática, a crise de covid-19 e também casos de ataques terroristas no país. Tinha um trabalho muito intenso de educação para as emergências. Então, também foi um momento de muito aprendizado nosso, que estávamos vivendo, de forma nacional, pela primeira vez, uma grande emergência.

Em 2022, iniciamos o ciclo de aprendizagens com os países de língua portuguesa, apoiado pelo fundo Education Out Loud (Educação em Voz Alta), da Parceria Global pela Educação, com o apoio de gestão da Oxford, em que começamos a desenvolver sistematicamente agendas de aprendizagem para o fortalecimento do trabalho da sociedade civil. E aí tivemos frutos já até aqui desse programa de aprendizagens, com o trabalho, por exemplo, de alguns dos países já estarem desenvolvendo metodologias de propostas de Custo Aluno Qualidade.

O CAQ é uma metodologia que desenvolvemos no Brasil e que hoje está na Constituição brasileira graças à incidência da sociedade civil e da parceria de Senadores, como o Senador Paulo Paim, que votaram pela constitucionalização do Custo Aluno Qualidade.

Então, agora, temos já pilotos de CAQ em Cabo Verde, Moçambique e também em outros países africanos, como Uganda e Essuatíni. Foram 20 países, para além da comunidade de língua portuguesa, que fizeram parte do programa de aprendizado sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo é o do Fundeb. A coalizão dos Movimentos de Educação para Todos de Moçambique está desenvolvendo um trabalho junto ao Ministério da Educação, também para o desenvolvimento de um fundo permanente para a educação básica, à luz do fundo brasileiro. Então, já dei alguns exemplos de como nós aprendemos e como também os países têm aprendido a partir da sociedade civil.

E, a partir de 2026, estamos, então, iniciando, pela Rede Lusófona, esse momento de articulação política como um bloco mesmo que pretende atuar junto, por exemplo, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E uma proposta que está já na mesa, e gostaríamos de deixar também o convite para o Senador Paulo Paim – o Senador Flávio Arns já está junto – e a Senadora Teresa Leitão, é claro, é a de construirmos eventualmente uma rede de Parlamentares em defesa do direito à educação nos países de língua portuguesa, porque todos nós aqui trabalhamos junto às nossas assembleias nacionais legislativas com aqueles que são parceiros, nossos representantes para essa atuação.

Nessa fala, até aqui, acho que o Davi, a Kátia, o Carlos, que fizeram perguntas no e-Cidadania, tiveram algumas das respostas.

Então, esse é um pouco o nosso grande propósito. Como a gente sempre fala, a sociedade civil não senta para assistir ao jogo; ela joga junto. Então, já estamos, como Rede Lusófona, à disposição para fazer esse trabalho seguir.

Eu queria, antes de finalizar, reconhecer três iniciativas brasileiras muito importantes na área de cooperação internacional e de participação da sociedade civil nessa cooperação.

A primeira foi quando o Brasil recebeu, há dois anos, o G20, no Brasil, que integrou a sociedade civil pelo C20, formalmente, nas mesas de debate. E felizmente pude representar a sociedade civil global pelo C20 no GT de Educação do G20. Foi um momento muito importante para a sociedade civil e que a gente pretende levar agora para os Estados Unidos, que devem receber o G20.

O segundo reconhecimento é a notícia dessa semana da criação do Conselho Nacional de Política Externa, referenciando o nosso Ministro Guilherme Boulos, mas também especialmente o servidor diplomata que conheci, meu amigo Fabricio Prado, que tem feito um trabalho muito grande no Itamaraty de receber a sociedade civil, dialogar, trazer também para a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

brasileira e abrir as portas a essa agenda da política externa, que sempre é muito duro e difícil para a população acompanhar.

E, claro, por último, mas não menos importante, o Fórum de Reitores, especialmente este programa, o Capes Move África, para os nossos países de língua portuguesa. A Capes é o nosso órgão de fomento e de apoio à pesquisa no Brasil. Neste novo Governo, tivemos uma reestruturação muito forte, com financiamento retomado e agora com essa novidade. Quem sabe nossos companheiros da Rede Lusófona possam vir fazer mestrados e doutorados aqui, no Brasil, também em educação.

E aí, para concluir, eu queria dizer que a gente defende aqui, claro, a última flor do Lácio, inculta e bela, como o Olavo Bilac trouxe, mas eu não sou muito positivista. Então, eu queria deixar aqui, como o Paulo Freire, nosso grande educador, ensinou: a gente precisa ler o mundo antes de ler a palavra. Então, quando a gente fala de uma rede da sociedade civil em defesa da educação nos países de língua portuguesa, não é só sobre a língua portuguesa que defendemos; é sobre o direito das pessoas a todos os direitos humanos e os compromissos internacionais e o direito à educação no centro.

E aí eu queria ler uma música de uma banda que eu sempre usava nas minhas aulas de redação e português, que é Teatro Mágico, e eles têm uma música que se chama Sintaxe à Vontade – sinta-se à vontade. Eles falam:

> Sem horas e sem dores
> Respeitável público pagão
> Bem-vindos ao Teatro Mágico
> Sintaxe à vontade
>
> Todo sujeito é livre para conjugar o verbo que quiser
> Todo verbo é livre para ser direto e indireto
> Nenhum predicado será prejudicado
> Nem a frase, nem a crase e ponto final!
> Afinal, a má gramática da vida nos põe entre pausas, entre vírgulas
> E estar entre vírgulas pode ser aposto
> E eu aposto o oposto
> Que vou cativar a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sendo apenas um sujeito simples
Um sujeito e sua oração, sua prece
Que a regência da paz sirva a todos nós
Cegos ou não
Que enxerguemos o fato
De termos acessórios para nossa oração
Separados ou adjuntos, nominais ou não
Façamos parte do contexto
E de todas as capas de edição especial
Sejamos também da contracapa
Mas ser capa e ser contracapa
É a beleza da contradição
É negar a si mesmo
E negar a si mesmo pode ser também encontrar-se com Deus
Com o teu Deus
Sem horas e sem dores
Que nesse encontro que acontece agora
Cada um possa se encontrar no outro
Até porque tem horas que a gente se pergunta
Por que é que não se junta
Tudo numa coisa só?

Então, que possamos juntar tudo numa coisa só, Parlamentares, executivos, sociedade civil, em prol do direito à educação de nossos povos de língua portuguesa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que termina com uma letra muito bonita e que trouxe a união de todos nós, principalmente eu, que estou agora saindo – eu completo 40 anos de Congresso: quatro de federal e três de Senador. Por opção de cuidar um pouco da saúde é que esse é o meu último mandato. Para mim foi muito gratificante – viu, Flávio Arns? – ter me convidado para presidir esta sessão. Diga lá para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente. Parabéns a todos!

Só não farei parte, pelo convite que você já me fez, junto com o Flávio Arns e a minha querida amiga Teresa Leitão, porque, no ano que vem, eu estou voltando para casa, depois de 40 anos aqui dentro, 40 anos dentro do Congresso.

Em frente! Se eu continuar contando histórias, vocês não falam. Então, eu paro aqui, e vamos para o meu trabalho de presidir a sessão. Agradeço aos expositores do primeiro bloco pelas contribuições. Retornem ao Plenário com uma salva de palmas de todos nós. (*Palmas.*)

Prazer! Prazer! Prazer, meu amigo ali também! Estamos juntos aí, viu? E prazer a você! Eu ultrapassei os cinco minutos para todo mundo, e para você não; vou dar uma mão para ele. (*Fora do microfone.*)

Vamos para a segunda mesa.

Com a palavra o Sr. Abraão Borges. (*Pausa.*)

Neste momento, seguindo aqui o ritual da nossa assessoria, convido a segunda mesa com os seguintes convidados: Sr. Abraão Borges, Coordenador Nacional da Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos Cabo Verde – já está vindo ali (*Palmas.*) Sr. Victor Rodrigues, representante da Rede da Campanha de Educação para Todos Guiné-Bissau (*Palmas.*) Sra. Isabel Francisco da Silva, Coordenadora-Executiva do Movimento de Educação para Todos Moçambique (*Palmas.*) Sra. Amélia Ussene, representante da Facilidade – Iniciativa para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável Moçambique. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra, nesta segunda mesa, ao Sr. Abraão Borges, Coordenador Nacional da Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos de Cabo Verde.

Como fiz antes, dez minutos para cada um. Se precisar complementar o pensamento, mais cinco.

O SR. ABRAÃO BORGES (Para expor.) – Agradeço. (*Fora do microfone.*)

Quero cumprimentar o Sr. Senador Paulo Paim – muito obrigado por nos receber aqui –; senhores assessores; Sr. Chefe da Divisão da Cooperação; Sra. Coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Brasil; Sra. Representante da EOL (Education Out Loud), que também é nossa financiadora dentro dessa nossa atividade que nós desenvolvemos com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Campanha pelo Direito à Educação do Brasil; distintas autoridades; representantes da sociedade civil; funcionários da Casa também; caros colegas das redes de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, meus amigos participantes que estão aqui.

É com elevada honra e profundo sentido de responsabilidade que participo deste importante encontro de representação da Rede da Campanha de Educação para Todos de Cabo Verde. Permitam-me começar a transmitir as calorosas saudações do povo cabo-verdiano e das organizações de sociedade civil que diariamente trabalham em prol de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Cabo Verde é um pequeno estado insular composto por dez ilhas, sendo as ilhas à volta do mar que nós convidamos sempre as pessoas a nos visitar, porque são ilhas completamente turísticas em que temos recebido milhares de turistas em nível mundial.

Ao longo das últimas décadas, Cabo Verde registrou avanços significativos no acesso à educação e na redução do analfabetismo, na universalização do ensino básico e no aumento da escolarização das meninas e dos meninos.

Estes resultados demonstram que investir nas pessoas continua a ser a melhor estratégia para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente.

Senhoras e senhores, a educação ocupa uma posição central nas políticas públicas cabo-verdianas. O setor beneficia-se de uma parcela significativa do orçamento do Estado e continua a representar uma das maiores prioridades nacionais. Os investimentos realizados permitem expandir a rede escolar, melhorar as infraestruturas educativas, reforçar o programa de ação escolar, disponibilizar materiais pedagógicos, promover a alimentação escolar e apoiar milhares de estudantes através de bolsas de estudos e mecanismos de proteção social.

Importa igualmente destacar a política de gratuidade do ensino do 1º ao 12º ano. Essa medida representa um importante avanço na promoção da igualdade de oportunidades, no reforço da inclusão social e na garantia efetiva do direito à educação para todas as crianças jovens cabo-verdianas.

A valorização dos professores constitui igualmente uma prioridade estratégica. Ao longo dos últimos anos, Cabo Verde realizou importantes reformas no sistema educativo e na carreira docente, prometendo melhores salários em todos os níveis do ensino. À semelhança da luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvida no Brasil pelos sindicatos e professores e também pela Campanha pelo Direito à Educação quanto ao piso salarial nacional do magistério aqui, também em Cabo Verde temos assistido a avanços significativos na valorização da profissão docente. Os salários dos professores conheceram melhorias importantes, com um aumento de cerca de 16%.

Contudo, ainda persistem desafios. Entre eles, destaca-se a valorização das educadoras da infância, ou seja, nós chamamos de monitoras do ensino pré-escolar, porque fez-se o novo Plano de Carreiras, Funções e Remunerações dos professores, que abarca também as monitoras do ensino pré-escolar. Nós estamos divididos em câmaras municipais, por município, então, em cada município as câmaras pagam consoante o gosto do freguês, mas, com o novo PCFR (Plano de Carreiras, Funções e Remunerações), o piso torna-se nacional, então terão um salário de melhor qualidade.

Senhoras e senhores, a qualidade da educação não depende apenas do financiamento e valorização dos profissionais, depende também da capacidade de garantir inclusão, equidade, igualdade de oportunidades. É precisamente neste domínio que a educação inclusiva assume um papel central em Cabo Verde nos últimos tempos. Importa destacar a aprovação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva, que reforça os direitos das pessoas com deficiência, para que todos tenham acesso à educação. Foram realizados progressos importantes na formação dos professores, a adaptação das metodologias pedagógicas e sensibilização da comunidade.

Apesar dos avanços, continuam a existir desafios. Acreditamos que a educação inclusiva não é apenas uma política educativa, é uma questão de direitos humanos. Uma criança com deficiência não precisa de caridade, precisa de oportunidades, precisa de uma escola preparada para acolhê-la, respeitá-la e permitir que desenvolva plenamente o seu potencial.

Outro desafio emergente está relacionado com os movimentos migratórios. Cabo Verde é um país turístico e está a receber muitos imigrantes da costa africana, em que, muitas vezes, a questão religiosa deixa as meninas para trás, não as deixa ir para a escola.

Cabo Verde é um país turístico, está a receber muitos imigrantes da costa africana. Muitas vezes, a questão religiosa deixa as meninas para trás, não as deixa ir para a escola. Mas nós, enquanto Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos, temos vindo a fazer um trabalho da campanha para incluir essas meninas na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com estes movimentos migratórios, como referi, a rede da campanha tem desenvolvido um importante trabalho de *advocacy* para garantir que essas crianças tenham acesso à educação. Temos verificado progressos e encorajamento nesse domínio, demonstrando que a escola pode ser um espaço de acolhimento, convivência, construção e cidadania.

Senhoras e senhores, é nesse contexto que desenvolvemos a nossa missão. A Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos de Cabo Verde integra as organizações da sociedade civil, como referiu o meu colega de Angola, sindicatos, membros das comunidades, ou seja, é uma rede que congrega várias ONGs da sociedade civil em prol de uma educação inclusiva e de qualidade. Promovemos campanhas de sensibilização, formação, debates públicos, encontros comunitários e iniciativas da participação cidadã. Mantemos um diálogo permanente com o governo, com os Parlamentares e municípios e parceiros internacionais, defendendo políticas públicas que garantam uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

Exmo. Sr. Senador, excelentíssimos colegas, caros participantes, em Cabo Verde, temos mantido um diálogo permanente e construtivo com os Parlamentares, envolvendo Deputados e Deputadas das nações e ações de *advocacy* e defesa do direito à educação, como referiu a Andressa, que praticamente tomou o meu discurso, porque eu ia também nesse caminho de que os Parlamentares da lusofonia devem se juntar em prol de uma educação de qualidade para que a nossa voz seja cada vez mais avançada em nível mundial.

Pretendemos reforçar uma voz lusófona cada vez mais unida e articulada nesse domínio. Defendemos uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade, onde todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso ao direito à educação. Acreditamos que a cooperação entre os países de língua portuguesa pode fortalecer a construção de políticas públicas mais justas, eficazes, capazes de transformar a educação num instrumento de desenvolvimento humano, cidadania, justiça social em todos os nossos povos.

Permitam-me ainda destacar um momento de grande orgulho para Cabo Verde: estamos na Copa do Mundo. É um marco inédito para Cabo Verde, que vai se juntar ao Brasil e a Portugal nesse domínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Falou em Copa do Mundo? No mínimo, mais cinco minutos. (*Risos.*)

Aqui está todo mundo na maior torcida e sabe por quem, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANTOS BUNGA – Exatamente.

Tal como o desporto, também na educação, acreditamos que, com esforço persistente e investimento nas pessoas, conseguimos chegar aonde nós queremos em nível de educação e em nível de desenvolvimento humano.

Mais uma vez, a democracia cabo-verdiana também demonstra a sua maturidade através das eleições que nós tivemos recentemente. Estamos a sair da eleição legislativa, vamos agora para a eleição presidencial. O que aconteceu? Há sempre alternância em Cabo Verde. O partido anterior tinha 15 anos, o outro agora teve dez anos e vai entrar de novo o outro que estava antes.

Então, mesmo antes dos resultados, os partidos parabenizam o outro que perdeu... que ganhou, ou seja, que ganhou as eleições. E em Cabo Verde, nas Câmaras Municipais, nas eleições nas Câmaras Municipais, perde-se por um voto e não há confusão. Então, é um país onde a democracia verdadeiramente funciona. Se formos ver, se formos comparar a outros, a outras realidades, é completamente diferente.

Brevemente, o novo Governo irá tomar posse, e nós acreditamos que a nossa *advocacy* vai continuar, vai continuar em prol de uma educação inclusiva e de qualidade e nós vamos pegar também naquilo que foram as propostas para a educação.

Permito-me, por fim, agradecer à Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Brasil, à EOL, ao Senador, ao Governo brasileiro, por nos receber aqui neste país. Reconhecemos extraordinariamente o trabalho que tem desenvolvido a Andressa e todos os companheiros e companheiras que trabalham em prol da solidariedade, da cooperação, da partilha de experiência entre os nossos povos. Fortalecem a nossa capacidade coletiva a construir o sistema educativo mais inclusivo, mais equitativo daquilo que nós esperamos.

Excelências, o futuro dos nossos países depende da qualidade da educação que oferecemos às nossas crianças, aos nossos jovens. Investir na educação é investir na paz, na democracia, na justiça social e no desenvolvimento sustentável.

Caros amigos, Senadores, nosso total respeito; e dizer e desejar que as palavras da Andressa tornem a realidade em termos de termos um Parlamento, uma rede Parlamentar lusófona que defende a educação. Resta-me congratular com aquilo que Cabo Verde vem ganhando, com aquilo que os países africanos da língua portuguesa vêm ganhando em prol da educação, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades, nos acordos conseguidos com as universidades e um bem-haja toda a educação aqui no Brasil, na lusofonia e no mundo. Muito obrigado por estar aqui.

Mas antes de terminar, permitam-me deixar... Porque nós gostamos sempre de deixar a nossa arma, a nossa bandeira para que fique aqui, para mostrar que nós estivemos aqui nesta Casa; e essa bandeira servirá para que Cabo Verde faça um bom resultado no Mundial.

Obrigado. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. ABRAÃO BORGES – Quem sabe? Esta é a nossa bandeira, esta é a nossa marca, é a nossa arma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu vou ter que dividir com o Flávio Arns. Como é que eu faço? Ele me autoriza a ficar com os dois ou é um para ele e um para mim?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É seu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Opa! Uma salva de palmas para o Flávio Arns. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – "Chega de falar, Paim, vamos em frente". Vamos lá, pessoal.

Parabéns pela exposição, em que o símbolo foi a democracia e a educação.

Aqui no Brasil, a democracia não é bem assim, viu? Aqui, na nossa história, nós vamos ver tantos golpes que eu nem sei quantos – para não errar, não vou dizer o número – e tentativas de golpe também. Mas, felizmente, agora estamos com a democracia, com o Presidente Lula. Nem vou dizer por quantos anos, porque ele vai dizer que é pela quarta vez. Só é ganho depois do último gol, não é?

Com a palavra, então, agora, o Sr. Victor Rodrigues, representante da Rede da Campanha de Educação para Todos, Guiné-Bissau.

Por favor, Sr. Victor Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador, caros colegas representantes das redes dos países lusófonos, caros representantes do Governo. É um grande prazer estar aqui, nesta Câmara, a expor o contexto da educação da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental, que tem fronteira com o Senegal e a Guiné-Conacri. (*Pausa.*)

O contexto da educação da Guiné-Bissau enfrenta desafios históricos, econômicos, mas também apresenta avanços importantes nos últimos anos, graças ao apoio do Governo, das comunidades e de parceiros internacionais.

O nosso sistema de ensino é composto dos três ciclos que vocês podem notar na apresentação.

O primeiro ciclo é da 1ª a 4ª classe de escolaridade, dividido em duas partes, que são da 1ª a 2ª e da 3ª a 4ª escolaridade.

No segundo ciclo, podemos notar que é do 5º ao 6º ano.

O terceiro ciclo compreende do 7º ao 9º ano de escolaridade, do ensino básico.

O ensino secundário compreende do 10º ao 12º ano de escolaridade.

E também temos o ensino profissional, que é constituído por modalidades especiais de educação escolar, que se desmistifica em: educação especial, ensino recorrente de adultos, ensino a distância e educação para comunidades guineenses no estrangeiro.

Como sabem, a língua que se utiliza, a língua oficial é a língua portuguesa, mas também se verifica a língua crioulo, que é o nosso crioulo de Guiné, e também há outras línguas nacionais, o que, às vezes, dificulta para muitas crianças nas primeiras infâncias.

Os principais desafios que a educação da Guiné-Bissau enfrenta é, como muitas escolas apresentam, o que nós podemos ver a seguir.

Há falta de salas de aulas adequadas; escassez de carteiras e materiais didáticos; ausência de bibliotecas e laboratórios; problemas de acesso à água e ao saneamento. Como se vê, esses são os fatos que se mostram no sistema educativo guineense. E, nas zonas rurais, as crianças percorrem distâncias para chegar aonde as escolas existem para poder enfrentar as aulas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há falta de professores qualificados. Há números insuficientes de professores formados, também baixos salários, greves frequentes, pouca formação contínua dos professores. Como sabem, isso afeta a qualidade do ensino, porque, tendo esses problemas, isso vai afetar a qualidade do ensino.

Temos uma alta taxa de abandono escolar. Temos uma alta taxa especialmente em relação às meninas, devido ao casamento precoce, ao trabalho infantil, à pobreza familiar, à gravidez precoce, à instabilidade política e a greves.

Como continuação, há instabilidade política e econômica. As instabilidades políticas ao longo dos anos têm prejudicado a educação, porque, se nós não temos estabilidade, o sistema não vai ter uma boa qualidade, e o financiamento também não vai existir. Então, a continuidade de reformas que o Estado pensa fazer vai ser prejudicada. O financiamento regular das escolas também vai ser prejudicado.

Apesar das dificuldades existentes, há progressos importantes no que diz respeito à expansão do acesso escolar: maior número de crianças matriculadas no ensino básico; crescimento de escolas comunitárias e privadas; aumento da participação feminina na educação. Isso vem também através do trabalho da sociedade civil. Fizemos uma sensibilização nas comunidades para poder dar acesso, direito às crianças, às meninas à escola, porque há algumas comunidades em que a realidade é que as meninas não têm direito de ir para a escola, mas, através da nossa sensibilização, conseguimos melhorar o sistema.

E temos apoio internacional de algumas organizações, como Unicef/PAM, Unesco, Banco Mundial, Unicef da Guiné-Bissau, que apoiam o programa de formação dos professores, a alimentação escolar, a construção das escolas, a promoção da educação das meninas.

Reformas educativas. O Governo tem procurado melhorar o currículo escolar, aumentar a alfabetização, expandir o ensino técnico e profissional, reduzir o analfabetismo. Essa é uma política que o Governo tenta fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Permita-me nosso convidado.

Essa é a Presidente da nossa querida Comissão, Teresa Leitão... (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ela disse: "Vou ter que sair". Mas dê uma palhinha só.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria justificar ao Senador que estou com dois relatórios para apresentar em duas Comissões diferentes: um na Comissão de Esporte, que é para onde eu estou indo imediatamente; e outro na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Agora, esta foi uma ideia muito boa. Coincidentemente, Senador, eu participei, no mês passado, de um evento na cidade do Porto sobre a língua portuguesa e a capacidade de interação entre a língua falada em Portugal e a língua falada nos outros países, como Brasil – e tinha lá um representante de Moçambique e um representante de Angola. Foi um evento muito bom, que certamente vai trazer ainda muitas outras definições nessa relação.

Eu o parabenizei ontem e hoje reforço os parabéns ao Senador Flávio Arns pela iniciativa.

E vocês estão em muito boas mãos com esta Presidência daqui.

Desculpe, mas realmente... Se terminar a tempo, eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permitam que eu diga só isto aqui: é uma Senadora de primeiro mandato como Senadora, mas já faz, como falei em Copa, gol de placa neste Senado aqui. (*Palmas.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É bondade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É muito querida e muito respeitada, uma das melhores Parlamentares. (*Palmas.*)

Obrigado, Senadora, por ter vindo aqui.

E ela disse que volta ainda, se ela puder, se permitirem lá.

Por favor, continue. Eu vou dar o seu tempo que eu tirei agora.

O SR. VICTOR RODRIGUES (Para expor.) – O.k. Obrigado.

Como estou a dizer, na educação do ensino superior, a principal instituição é a Universidade Amílcar Cabral, mas também existem algumas instituições privadas e centros de formações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

profissionais no nosso país. Poucas... As universidades que estão lá têm poucos recursos, falta de investigação científica, escassez de professores especializados.

Aquilo que pode ser válido quando de uma cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em termos dos docentes, é dar ênfase para poder modernizar o nosso sistema em termos de ensino superior.

As perspectivas que nós pensamos que a Guiné-Bissau pode lançar para atingir o ensino de qualidade são a formação e valorização dos professores, construção e reabilitação de escolas, redução do abandono escolar, promoção da educação inclusiva, investimento em tecnologia e ensino técnico, estabilidade política e maior financiamento do setor educativo.

A educação é vista como um elemento fundamental, claro, para o desenvolvimento econômico e social do país e o combate à pobreza.

Para concluir, a Guiné-Bissau continua a enfrentar desafios significativos, incluindo limitações de infraestruturas, escassez de recursos didáticos, insuficiência de professores qualificados e dificuldade de acesso e permanência dos alunos no sistema educativo. Apesar desses obstáculos, têm sido desenvolvidos esforços pelo Governo, por parceiros internacionais e pela organização da sociedade civil para melhorar a qualidade e a cobertura da educação.

Essas são as perspectivas. E nós estamos a pensar que, se isso acontecer, podemos atingir uma educação de qualidade, porque o nosso país tem muitos problemas. Como sabem, temos golpes, temos greves. Sucessivamente, o salário do professor não é bom em termos de salariamento. Isso tudo faz com que não possamos atingir a qualidade do ensino, porque o professor quando está a dar aulas pensa naquilo que ele vai dar à família em casa, e torna-se difícil, não vai haver a paciência de ensinar de uma forma mais qualificada aos alunos. Então, isso é que nós achamos que o país tem que tentar melhorar, muitas coisas em relação a esses pontos citados, para poder ter um ensino de qualidade.

Por exemplo, no caso da pergunta da Kátia, de Sergipe: "[Existe] a possibilidade de criação de uma plataforma educacional entre os países lusófonos para compartilhamento gratuito de materiais?". Isso seria muito benefício para a Guiné, porque, quando temos uma plataforma em que podemos partilhar os conhecimentos, dá para desenvolver o nosso sistema. Eu acho que é muito pertinente ter essa plataforma, como Andressa estava dizendo, criar uma rede parlamentar dos países lusófonos, enfim, para poder apoiar uns aos outros, falar dos nossos sistemas, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

há países com grandes avanços e há países ainda que estão lá embaixo. É necessário que haja mãos dadas para poder atingir o objetivo conjunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Sr. Victor Rodrigues, representante da Rede da Campanha de Educação para Todos - Guiné-Bissau. Meus parabéns, também pela franqueza de falar da realidade realmente do seu país.

Eu até perguntava aqui para as colegas e o colega aqui. Quando o senhor falou das meninas, eu fiquei meio chocado, confesso que fiquei chocado. Então, fica aqui a nossa total solidariedade. É triste a gente ouvir sobre um país onde as meninas têm pouco acesso, digamos, à educação. Uma salva de palmas às meninas, às mulheres de Guiné-Bissau. Vida longa! (*Palmas.*)

Passo a palavra agora à Sra. Isabel Francisco da Silva, Coordenadora-Executiva do Movimento de Educação para Todos Moçambique.

A SRA. ISABEL FRANCISCO DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada pela palavra, Exmo. Senador.

Para mim, é uma honra muito especial estar aqui e poder falar um pouco sobre a situação da educação nos nossos países, de forma particular em Moçambique.

Permitam-me, igualmente, apresentar-me. Como eu dizia, o meu nome é Isabel, Coordenadora-Executiva do Mept.

E, para mim, como africana, moçambicana e, acima de tudo, mulher, sinto que é uma grande responsabilidade e um grande orgulho estar aqui. Não represento simplesmente a minha organização, mas represento várias mulheres africanas, várias mulheres moçambicanas, acima de tudo, várias mulheres e meninas do vasto país que é Moçambique e, acima de tudo, as meninas que não têm oportunidade de poder ascender, sobretudo, quando nós falamos da educação.

E agradeço, igualmente, à Andressa por ter facilitado este momento. Acho que é um grande aprendizado para todos nós, enquanto redes nacionais de educação.

Os colegas que me antecederam falaram, de certa forma, um pouco sobre o que é a rede de educação e o que exatamente nós fazemos, mas gostaria, igualmente, de aproveitar esta oportunidade para dizer que nós somos o Movimento de Educação para Todos de Moçambique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Faço-me acompanhar pelo meu colega – não estou aqui sozinha –, e nós, enquanto Rede de Educação para Todos, existimos praticamente desde a mesma época em que a campanha brasileira Campanha pelo Direito à Educação foi criada, que foi em 1999, no âmbito da Conferência sobre Educação para Todos, que aconteceu em Dacar. E uma das recomendações que saiu é que os países deveriam estar organizados para que pudessem fazer a advocacia de forma coordenada e de forma conjunta junto com os respectivos países, de forma particular, com os ministérios da educação, porque, nessa altura, no meu país, por exemplo, cada organização que queria desenvolver alguma ação ia diretamente ter com o Ministério da Educação, mas sentiu-se que há essa necessidade de os países estarem organizados e, de forma coordenada, através dos movimentos nacionais de educação, terem essa relação com os ministérios.

Relativamente à situação da educação em Moçambique, permita-me, Excelentíssimo, dizer que nós estamos atualmente a ser orientados pela lei do Sistema Nacional de Educação, que é a Lei nº 18/2018, de 28 de dezembro. Foi uma lei amplamente discutida, e nós, enquanto sociedade civil, enquanto Movimento de Educação para Todos, estivemos, de certa forma, envolvidos na discussão dessa lei: tivemos discussões com o Ministério da Educação, tivemos discussões também em nível da Assembleia da República e apresentamos o nosso posicionamento sobre quais são os aspectos que nós gostaríamos de ver incorporados dentro da atual lei do Sistema Nacional de Educação. Claramente, algumas das nossas propostas foram aceitas e outras, não.

Por exemplo, a nossa lei agora já reconhece o ensino escolar como um dos subsistemas de ensino, e o eslaide que está aqui apresentado já demonstra mais ou menos como é o nosso Sistema Nacional de Educação, em que nós temos o ensino pré-escolar; temos o ensino básico, que vai da 1ª à 9ª classe e é gratuito; e temos também o ensino secundário, do segundo grau, que vai da 10ª à 12ª classe e já não é gratuito. Quando nós falamos da questão da gratuidade da 1ª à 9ª classe, as crianças não pagam absolutamente nada no que tem a ver com a lei. Existem claramente alguns desafios de algumas taxas que são cobradas, por exemplo, para o pagamento de guardas, mas, quando observamos a lei, ela já é clara e diz que é gratuito.

Temos também o ensino superior, e muito bem foi apresentado aqui sobre a situação da educação superior quando falamos dos nossos países lusófonos, mas também temos o ensino técnico-profissional como parte integrante da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relativamente ao acesso e cobertura e aprendizagem, nós temos aqui alguns dados. Como nós podemos notar, em 2024, tivemos um aumento de 2,3% em relação aos alunos matriculados, olhando para os rapazes e raparigas. A participação das meninas nos últimos anos tendeu a aumentar, e também o crescimento da rede escolar. Se nós fazemos uma comparação entre 2024 e 2025, podemos observar que há um crescimento de 1,7%. Todavia, apesar dos progressos que nós temos, ainda existe uma baixa proficiência em termos de aprendizagem das crianças.

Infelizmente, a última avaliação nacional que foi publicada, que nós temos, data de 2016; ainda não foi feita outra avaliação. Simplesmente acontecem análises a nível nacional, através do Ministério da Educação, e são apresentados algumas... um relatório sobre a situação da educação em cada ano, mas, em termos de avaliação, no seu verdadeiro sentido, que olha para aquilo que é a aprendizagem das crianças a nível nacional, os dados que nós temos são de 2016. E, como nós podemos ver, em termos de literacia, nós estamos – digo estamos porque são os dados que até então estão a ser usados – a 0,3%; em termos de numeracia, estamos a 2,3%.

Nós também trazemos aqui um gráfico em relação à cobertura e aprendizagem, no que tange à questão do rácio alunos/professor, desagregados por nível de ensino. Nós podemos observar aí, em relação aos dados de 2023, 2024 e também 2025... perdão, 2029, que é onde nós esperamos chegar. Mas quando nós fazemos a análise atual, nós estamos com uma média de 68 no nível do ensino primário, 67 no nível do ensino secundário e 63 no nível do segundo ciclo de ensino secundário. E a tendência, ou a perspectiva, é que até 2029 nós possamos atingir a média de 55 alunos por professor, no que tem a ver com o rácio aluno/professor. Mas existem algumas províncias, como é o caso de Nampula – e estamos aqui representados pela nossa colega Amélia, da província de Nampula –, em que nós temos escolas que chegam a atingir um rácio de mais de 100 crianças por professor.

Em relação ao abandono e desistência escolar, infelizmente, à medida que nós vamos passando para as regiões norte e centro, a tendência em termos de abandono escolar é ainda maior, quero dizer, e quando vamos fazer uma análise também desagregada por sexo, infelizmente, as meninas desistem mais do que os rapazes – e mais adiante nós vamos observar quais é que são os motivos que levam a que haja essa questão do abandono escolar ou evasão escolar, como podem aqui observar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui estão as causas do abandono escolar para o nosso caso, como Moçambique. Nós temos a questão da pobreza multidimensional. Há um estudo, uma avaliação recente que o Unicef fez e mostra claramente a situação da pobreza no nosso país, sobretudo quando nós olhamos para as crianças.

Muitas das crianças ao nível das zonas rurais deixam praticamente de ir à escola, porque devem arranjar uma forma de sustento para as famílias. Não sei se sabem, mas, em Moçambique, nós temos muitos recursos naturais, temos a questão da mineração. Então, muitas dessas crianças, não só os rapazes, mas as meninas também, deixam de ir à escola porque vão para o garimpo. Então, elas conseguem, pelo menos, ter ouro e várias outras necessidades que possam ter através dessa atividade que vai ajudar a suprir aquilo que são os desafios.

A questão das uniões prematuras já nem falamos, porque é o nosso pão de cada dia. Nós temos muitas, mas muitas meninas mesmo em situações de uniões prematuras. Nós temos uma lei que foi aprovada... Não me ocorre agora em que ano foi, mas é uma lei um tanto quanto recente, que é a lei sobre as uniões prematuras, que apresenta quais são as sanções a se aplicarem em caso de um adulto se envolver com uma criança.

Sobre a questão também do trabalho infantil, conforme eu avancei quando falava da pobreza multidimensional, há muitas crianças mesmo a fazerem trabalho infantil. E, quando nós vamos, por exemplo, não só às regiões rurais, onde temos recurso e aonde as crianças vão fazer exploração... Ao nível das cidades, nós encontramos muitas crianças que andam nas ruas, nos semáforos a venderem qualquer coisa, que é para poderem assegurar o sustento para as suas famílias. Então, essa questão da pobreza multidimensional, aliada ao trabalho infantil, é muito grave ao nível do nosso país.

A questão da distância, que os colegas também falaram, eu não vou aqui repetir.

Outro aspecto que eu quero aqui focar, também, tem a ver com as convulsões sociais, sobretudo quando nós falamos do norte de Moçambique, que é Cabo Delgado. Acredito que sabem que nós, ao nível do país, na província de Cabo Delgado, temos a situação do terrorismo. É uma zona bastante rica, mas, ao mesmo tempo, acabamos dizendo que é uma zona amaldiçoada, porque, com vários recursos que nós temos, ao nível dessa região, que poderiam minimizar, em grande medida, aquilo que são os desafios ao nível do país, praticamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos não estão a ser usufruídos pelas pessoas que são nativas daquela região, por conta mesmo da situação de terrorismo.

Muitas delas devem abandonar as suas zonas de origem, que é para poderem se deslocar para as zonas mais seguras, como é o caso da cidade de Pemba, a capital de Cabo Delgado. Então, a situação do terrorismo é muito grave, e temos várias crianças que abandonaram a escola por conta mesmo dessa situação das confusões, quando olhamos para Cabo Delgado.

Em relação ao financiamento – vou tentar correr – da educação, nós temos um financiamento, sim, através do Estado, em si, que financia o setor da educação, mas, quando olhamos para o orçamento que é alocado, praticamente não serve para questões focadas para o investimento. O financiamento do nosso país, o orçamento geral do Estado, simplesmente cobra questões de custos administrativos, e temos uma grande dependência dos parceiros externos.

No que tem a ver com a questão dos investimentos, por exemplo, o Banco Mundial, a Parceria Global para a Educação, a Unicef e a União Europeia são alguns dos doadores que financiam a parte do investimento, porque, como eu dizia, o nosso orçamento geral do Estado simplesmente serve para cobrir questões da parte administrativa, com cerca de menos de 10% para a componente de investimento.

Alguns desafios estratégicos do setor que nós aqui elencamos, um deles é a questão do financiamento.

Não vou aqui repetir, mas, para não dizerem que a sociedade civil é aquela que só critica e não apresenta propostas de solução, nós enquanto rede nacional de educação fazemos diferente em subsidiar aquilo que são os encontros de aprendizagem que nós temos com as outras redes, como é o caso da campanha brasileira pela educação para todos. Nós também estamos a fazer advocacia para a criação de um fundo nacional de investimento na educação em nível de país, porque nós achamos que o investimento na educação é possível. Nós suprimos alguns desafios que nós temos relacionados com, passo à repetição, a questão de investimento. Se nós, de fato, tivermos um fundo nacional de investimento, poderemos ter mais salas de aulas a serem construídas, mais carteiras para as nossas crianças, mais material didático, sanitários adequados. Então, esta é a nossa bandeira neste momento que estamos a levar a cabo. Já tivemos encontro com os Parlamentares, já tivemos encontro com o Ministério da Educação, no intuito de poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reforçar essa mensagem, essa necessidade de nós termos no país um fundo nacional de investimento para a educação básica.

Outro desafio está relacionado também com a questão de formação contínua dos professores, a expansão da rede escolar até a 12ª classe. Apreciamos muito o caso de Cabo Verde, em que as crianças têm educação gratuita até a 12ª classe, e, como eu disse anteriormente, a nossa educação é gratuita até a 9ª classe. Então, é o nosso desejo também que a educação gratuita possa ir até a 12ª classe.

Há a questão da integração e prevenção de desastres e adaptação climática nas infraestruturas escolares. Como sabem, nós somos um país cíclico, que sofre com a questão das mudanças climáticas todos os anos. Nós temos situações de cheias, calamidades naturais, então este é um grande desafio e passa pela necessidade de o nosso país também poder adaptar a questão de construção de infraestruturas que vão responder àquilo que são os desafios climatéricos que nós temos em nível de país.

Outro aspecto está relacionado com a monitorização de dados. Temos falta de dados no setor. É muito difícil nós podermos ter dados fiáveis e confiáveis que, de certa forma, vão apoiar aquilo que é o nosso investimento no setor de educação.

Muito obrigada. Teria mais outros aspectos por apresentar e termino apresentando esta foto nossa no encontro que tivemos com S. Exa. a Ministra da Educação, que foi para falarmos dos desafios do setor e também para apresentarmos algumas propostas de soluções com vista à melhoria da situação da qualidade da educação em Moçambique.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sra. Isabel Francisco da Silva, Coordenadora Executiva do Movimento de Educação para Todos Moçambique. Parabéns pela exposição.

Como eu tenho um problema com o tempo também, porque eu tenho que abrir uma outra Comissão e eu sou Relator de alguns projetos lá, mas é a partir das 11h, então vai dar tempo ainda...

Passo a palavra agora à Sra. Amélia Ussene, representante da Facilidade – Iniciativa para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AMÉLIA USSENE (Para expor.) – Muito obrigada, Exmo. Senador.

Saúdo a todos os participantes desta audiência. É uma honra estar aqui a representar a Facilidade.

A Facilidade é uma organização que é Facilidade – Iniciativa para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. É uma organização da sociedade civil que desenvolve programas que visam contribuir na qualidade e melhoria do ensino básico fundamental para as crianças em Moçambique. A Facilidade está sediada em Nampula – Nampula está ao norte do país. Ela foi constituída em 2011 formalmente e teve como origem um programa, que era criado pela Hivos e a Oxfam Novib, e desenvolveu várias iniciativas de financiamento para organizações comunitárias de base para geração de rendas.

A Facilidade implementa programas em estreita colaboração com as entidades do setor de educação em todos os níveis e é membro do Movimento de Educação para Todos Moçambique. Para o setor de educação, a Facilidade implementa vários programas que visam contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem das crianças, o que depois irei explicar com mais detalhes.

Em Nampula, onde a Facilidade está sediada... Sabem que Nampula é uma província que é propensa a calamidades naturais, como bem disse a colega Isabel. Em parte, isso é devido à sua localização geográfica. Este ano, a província enfrentou vários desafios ligados a ciclones, cheias, mas também temos estado ainda com situações relacionadas à ocorrência de ataques de insurgentes em Cabo Delgado. Esses ataques fazem com que muita população se desloque para as províncias próximas, que são Nampula, Niassa. Esses dois fenômenos combinados têm aumentado a pressão dos serviços e desestabilizam a gestão na província e nos distritos que são receptores desses deslocados de Cabo Delgado.

As nossas escolas têm funcionado no momento em que há deslocados vindo de Cabo Delgado. Têm sido espaços de acolhimento para as famílias que procuram locais seguros para poderem estar durante um período, mas também tem se registrado um grande número significativo de vagas originando sobrelotação das salas de aulas, como dizia Isabel. Nós chegamos a ter cerca de 120 alunos para um professor, e, com isso, não tem como assegurar que as crianças tenham um ensino de qualidade. Temos também tido ausência no reforço de professores, porque, mesmo os professores que temos no nível dos distritos, com a demanda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os distritos já têm, não conseguem satisfazer; então, imagine aumentando o número de crianças que procuram ser enquadradas durante aquele período em que estão deslocadas das suas zonas de origem.

Então, tudo isso tem comprometido a qualidade de ensino das nossas crianças, e, sobretudo, não se tem conseguido absorver as crianças que vêm das zonas de conflito.

Um dos desafios que nós temos, muito grande, ainda que haja muito investimento no setor de educação: prevalece a questão de baixos níveis de aprendizagem das nossas crianças. Vários estudos têm sido feitos. Como podem ver, existe um estudo que a própria Facilidade fez, em 2016, que constatou que uma em cada dez crianças consegue resolver um exercício de português da segunda classe. Temos também um estudo do Banco Mundial, de 2023, que mostra que 5% das crianças da terceira classe conseguem compreender um texto básico e, muito recentemente, em 2025, nós conduzimos uma pesquisa, no nível do país – cujos resultados ainda não são oficiais; estamos a partilhar em primeira mão, ainda estamos na produção do relatório final –, que mostra que menos de 2% dos alunos da segunda classe e menos de 6% dos alunos da terceira classe não atingem os níveis mínimos de proficiência em leitura. Então, uma das causas desta situação tem sido, primeiro, a questão da diversidade linguística. Em Moçambique, as nossas crianças não falam português logo que começam, logo que nascem; ficam muito tempo... só têm o contato com a língua portuguesa, muitas delas, na escola, pela primeira vez, aos 7, 8 anos. A questão da fraca formação dos professores – o que foi também dito em outros países – também não se difere da nossa situação em Moçambique. A baixa frequência de crianças no pré-escolar também é um desafio muito grande; as crianças não têm uma preparação para o ingresso na escola. São essas as principais razões que contribuem para baixos níveis de aprendizagem das crianças.

A Milla, do Distrito Federal, colocou uma questão: queria saber quais são as práticas que a escola pública adota no fundamental e médio para garantir que os alunos dominem o padrão formal de língua portuguesa. Eu vou partilhar uma pequena experiência que nós estamos desenvolvendo em Nampula. Nesta experiência, estamos fazendo ações de advocacia para que o Ministério da Educação adote uma prática em que ensinamos as crianças a remediar o seu estágio de aprendizagem. Nós temos um programa que se chama Wiixuta Nithweelaka – é um termo em macua – que é uma abordagem de remediação que junta atividades lúdicas e didáticas que permite que as crianças agrupadas por nível de competência possam desenvolver as suas habilidades de leitura, contagem e cálculo num curto tempo, em 50 dias. Nós estamos já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando em Nampula, com esta metodologia, e gostaríamos que esta abordagem fosse expandida para mais províncias, mais escolas, porque tem trazido bons resultados. As crianças com as quais nós estamos já trabalhando são crianças da quarta classe, em que começa o segundo ciclo do ensino primário. Remediamos para que as crianças não continuem a desenvolver outras classes sem terem as competências que deveriam ter nos primeiros anos de escolaridade. Então, estamos já trabalhando nesta abordagem. É uma iniciativa da organização que traz como uma alternativa para o Governo poder ver e adotar estas metodologias que são simples. O professor, uma vez treinado nesta metodologia, é capaz de ensinar as crianças.

Então, muito obrigada. Eu termino por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos à Sra. Amélia Ussene, Representante da Facilidade – Iniciativa para Cidadania e Desenvolvimento Sustentável de Moçambique, também pela sua bela exposição.

Ora, eu gostei tanto desta audiência pública. Conta a história – mas pode ser lenda – que eu devo ter sido o Senador que mais fez audiências públicas, eu acho, no Congresso. Também eu estou aqui desde a Constituinte; devo ter feito algumas. Mas eu adoro mesmo audiência pública, porque é ouvir o povo e ouvir os líderes também, os formadores, os estudiosos, os professores, como é o caso de vocês aqui, estudiosos da língua portuguesa, por exemplo, com essa facilidade de explicar. Eu aprendi muito hoje, inclusive de outros países, eu, que conheço poucos países.

Conheci a África do Sul por uma missão de paz, Benedita, Paim, Caó, que já faleceu, e Edmilson Valentim. Na Constituinte, criaram uma Comissão para ir à África do Sul pedir a libertação de Nelson Mandela. É uma das histórias mais bonitas que eu tenho na minha vida. Eu estive, então, na África do Sul, com Winnie Mandela. Não sei o que vocês falam ou pensam, mas eu saí de lá com uma impressão dela muito, muito boa. E o que eu falei no Brasil: por ela ser mulher e negra, muitas vezes tentava-se diminuir o potencial político dela. Foi ela que me entregou a Carta da Liberdade do Povo Sul-Africano. Com essa carta na mão, eu vim para o Brasil e criamos o Estatuto da Igualdade Racial. Quem sancionou o estatuto? Quem me ligou e disse: "Como é que está o estatuto, Paim?". Eu digo: "Olha, está bem, Presidente". "Então, vou botar o nosso time a trabalhar." E ele o sancionou num belo evento no Itamaraty, com essa Comissão toda presente e convidados de outros países. Esse estatuto, eu diria que é a nossa bússola, guia no combate a todo tipo de preconceito. Foi um momento, para mim, muito bonito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois, Nelson Mandela veio ao Brasil e eu tive a felicidade de, representando principalmente a comunidade negra naquele momento, aqui na Casa, entregar para ele a maior comenda que o Congresso já encaminhou a um Presidente da República de outros países.

Então, a minha relação com este debate é cada vez mais forte. Fiquei muito feliz de ouvi-los. Gostaria de ouvir mais ainda, mas o dever me chama. Eu tenho que estar numa outra Comissão agora, no máximo, às 11h10. Então, se vocês ainda... Como será às 11h10... Eu tenho a mania de sempre dar a palavra ao plenário. Se vocês colaborarem comigo, que uma pessoa fale do que achou da nossa audiência pública, do plenário, daí a gente encerra. Quem será? Muitos serão chamados, poucos serão os escolhidos. (*Risos.*) Aqui, no caso, só um. (*Pausa.*)

Pode ser.

Tem que falar o nome, se identificar. Vocês escolhem quem deve falar, por cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pronto. Diga o nome. Diga o nome, se identifique. Pode tocar.

A SRA. ASAMARA FIGUE (Para expor.) – O.k. Muito obrigada pela palavra.

Bom dia, Exmos. Srs. Senadores, excelentíssimos membros da audiência, caros colegas.

O meu nome é Asamara, estou aqui representando a Oxfam Dinamarca, que é a agência que gera os fundos de Educação em Voz Alta, que é o maior fundo mundial para o apoio às organizações da sociedade civil que fazem advocacia pelo direito à educação pelo mundo inteiro, e é um fundo que tem a sua origem na parceria mundial da educação.

No meu papel atual, sou Conselheira Regional de Educação pela unidade que chamamos de Unidade de Gestão Regional para a África Ocidental e Central, que abarca 19 países e, nesses 19 países, 25 organizações da sociedade civil, das quais cinco representadas aqui hoje, que são as cinco organizações da sociedade civil nos países lusófonos que nós apoiamos.

No meu cargo atual, tenho a felicidade de apoiar os colegas dessas organizações nas suas iniciativas de aprendizagem, tal como esta, mas esta é particularmente única, porque foi concebida pela colaboração das organizações que aqui estão hoje, para encorajar não só a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cooperação Sul-Sul, mas também o fortalecimento da sociedade civil, a aprendizagem entre pares, a troca de ideias, a troca de experiências.

Realmente, é isso que faz a base da justiça social que nós queremos ver, a compreensão e a fraternidade que nos permite trabalhar juntos para compreender melhor quais são os desafios aos quais nós fazemos face, quais são as semelhanças, quais são as nossas diversidades e como podemos trabalhar juntos melhor para realmente atingir o direito à educação para todas as crianças.

Foi um prazer ser recebida aqui hoje, foi realmente uma honra. Eu não estava à espera de falar, mas estou muito feliz por ter tido este momento de ouvir a todos, de ver como isso funciona e de saber que acho que vamos sair daqui cheios de ideias sobre como nós podemos continuar esse trabalho, como nós podemos evoluir esse trabalho de aprendizagem entre os países lusófonos, entre o Brasil e os PALOPs.

No âmbito dessa iniciativa em si, já temos vindo a pilotar a iniciativa do CAQ – eu acho que a Andressa já mencionou. Os colegas de Cabo Verde e de Moçambique que estão aí consigo já iniciaram a recolha e a análise de dados, para ver como é que poderiam adaptar o modelo para os seus contextos, em colaboração com colegas de Essuatíni, que é um país que fica ali embaixo, ao pé da África do Sul, de Moçambique e de Uganda. E gostaríamos de dar continuidade a isso.

Falamos também das aprendizagens sobre o Fundeb, como poderia se adequar ao contexto moçambicano, e acho que vão continuar a surgir ideias.

Nós, este ano, estamos a chegar ao fim dessa fase da Educação em Voz Alta, mas acabamos de receber informações muito felizes de que a Oxfam Dinamarca vai continuar a ser a agência que gere esses fundos e que, nos próximos meses, irá haver um fundo adicional para continuar a apoiar essas organizações da sociedade civil, enquanto aguardamos o momento do que se chama *replenishment* – agora falta uma palavra em português –, em que os membros da Parceria Mundial para a Educação decidem qual vai ser o valor do envelope para a educação nos próximos anos e desse envelope o valor que irá dar continuidade à Educação em Voz Alta.

Enfim, um dos componentes que fazem parte do DNA da Educação em Voz Alta é a aprendizagem, e é esse tipo de aprendizagem que acho que é de um valor intangível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem mais, gostaria de agradecer a todas e a todos pela disponibilidade, pela alegria que se viu aqui, durante estes momentos de partilha hoje.

Portanto, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Tem uma música linda aqui, no Brasil – eu não lembro o nome, viu? –, que diz que nós somos eternos aprendizes – quero ser. Fico com a inocência das crianças, sou um eterno aprendiz. É linda a música, não é? A senhora terminou exatamente com a aprendizagem. Então, falou e conseguiu sintetizar o que eu poderia até falar, dizendo: "Eu faria o que ela falou". Aí é fácil, né? (*Risos.*)

Muito bem. Meus cumprimentos.

Eu queria agradecer a todos mesmo, com muito carinho, especialmente à Presidenta Teresa Leitão, que passou aqui, e ao nosso querido Senador Flávio Arns, que, por motivo de doença, tem se afastado. Quando ele me convoca, eu o substituo, não com a mesma grandeza, mas com muita boa vontade.

A nossa audiência pública atingiu todos os objetivos.

Eu daria só, encerrando, uma grande salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

Encerrada a sessão, a foto para eu botar na minha biografia, que eu estive aqui, um dia.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Dra. Eudócia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim, Camilo Santana, Laércio Oliveira e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 32/2026 - CE, de autoria do Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 33/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Apresentar o Curso de Enfermagem Intercultural Indígena em execução na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), reconhecer seu pionerismo e inovação de sucesso no ensino superior brasileiro, e nesta oportunidade debater a aplicação do modelo para replicação nacional em parceria com a futura Universidade Federal Indígena – UNIND. **Participantes:** Sra. Ana Cláudia Pereira Terças Trettel, Coordenadora do Curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Sr. Gustavo Hoff, Chefe da Divisão de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS); Sr. Gersem Baniwa, Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI); Sr. Marcelo Carvalho Conceição, Membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Atenção à Saúde dos Povos Originários do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen); Sr. Yakagi Kuikuro Mehinaku, Aluno do Curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Sra. Kedima Maiuluguedo Xerente, Aluna do Curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Sr. Fernando Augusto Pimenta Kreismann, Coordenador-Geral de Projetos Estratégicos e Articulação Institucional substituto do Ministério da Educação; e Sr. Adailton Alves da Silva, Representante da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura que se realiza nesta data, 11 de junho de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de apresentar o curso de Enfermagem Intercultural Indígena em execução na Universidade do Estado do Mato Grosso, reconhecer seu pioneirismo e inovação de sucesso no ensino superior brasileiro, e, nesta oportunidade, debater a aplicação do modelo para replicação nacional em parceria com a futura Universidade Federal Indígena, em atenção aos Requerimentos 32, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e 33, de autoria da ilustre Senadora Teresa Leitão.

Nós temos hoje oito expositores, oito convidados incríveis, aos quais a gente já antecipa o agradecimento por estarem conosco nesta audiência, que está sendo transmitida pelas nossas redes sociais do Senado, que a TV Senado também estará transmitindo, e que nós, com certeza, vamos apresentar para o Brasil essa inédita iniciativa que está dando tão certo.

Quero dizer que o autor do requerimento, Senador Wellington, estava tão triste ontem porque ele não poderia presidir, e aí ele ficou assim "eu quero um Senador para me substituir". Ele tinha vários Senadores para conversar, mas eu tive a honra de ter sido convidada para presidir esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se todos conhecem a minha história: eu tenho uma ligação com os povos, eu tenho um amor e trabalho com eles há muitos anos. Sou mãe de uma menina camaiurá, e sou avó e tia de um monte. Então a minha relação... Inclusive, os irmãos de minha filha são enfermeiros. Então eu estou muito ligada ao tema e estou muito feliz de estar aqui presidindo esta audiência pública.

Nós vamos compor a mesa. Nós vamos, neste momento, chamar quatro para a mesa, depois a gente substitui dois – os outros dois voltam –, e nós temos dois convidados que farão participação *online*, o.k.?

Eu convido a Sra. Ana Cláudia Pereira Terças Trettel – acho que eu falei certo – Coordenadora do Curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Na minha terra a gente bate palma. (*Palmas.*)

Bem-vinda, obrigada por estar conosco.

Eu convido... Se eu tiver problema com o nome, depois vocês corrijam, tá?

Eu convido o Sr. Gustavo Hoff, Chefe da Divisão de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Bem-vindo, Gustavo! (*Palmas.*)

Bem-vindo e a gente já agradece... (*Fora do microfone.*)

Já agradece a sua presença aqui com a gente, o Ministério da Saúde.

Convido o Marcelo Carvalho Conceição, membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Atenção à Saúde dos Povos Originários do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). (*Palmas.*)

Que alegria ter o Cofen com a gente nesta audiência.

Eu convido – aqui eu vou ter problema com o nome, será? – Yakagi Kuikuro Mehinaku, aluno do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso. (*Palmas.*)

Que maravilha! Que alegria tê-lo aqui com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Ele é dos xavantes, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É dos xavantes?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Ops, ele é dos xingus, perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Xingu!

Eu estou procurando um genro, tá? (*Risos.*)

Seja bem-vindo!

Kedima Maiuluguedo Xerente, aluna do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade de Mato Grosso. (*Palmas.*)

Kedima, daqui a pouco você vem para a mesa, né?

E a gente também... O Gersem já chegou ou não? (*Pausa.*)

Depois? Gersem Baniwa. (*Pausa.*)

Não chegou? Chegou! Está lá! (*Palmas.*)

Gersem, pode se sentar aqui na frente, porque depois você vem aqui para mesa. Ele é membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena.

E já está *online* conosco o Sr. Fernando Augusto Pimenta Kreismann – acertei, Doutor? –, Coordenador-Geral de Projetos Estratégicos e Articulação Institucional substituto do Ministério da Educação; e o Sr. Adailton Alves da Silva, aqui também de forma remota, representante da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Informo que também foram convidados representantes da Funai, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e da Universidade do Estado de Mato Grosso, que não puderam comparecer a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Se alguém que estiver nos assistindo quiser mandar mensagem durante a audiência ou pergunta, pode fazer pelo *site* do Senado, lá no /ecidadania, ou pelo telefone – a ligação não tem custo algum – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários.

Mas, antes de eu passar a palavra aos expositores, eu queria pedir à TV Senado que mostrasse o plenário para o Brasil. Bora, TV Senado? Vejam como este plenário está lindo, Professora – vejam! Nós temos alunos que vieram de diversos lugares, né?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – De 42 povos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De 42 povos.

Meu Deus do céu! Que coisa mais linda!

Eu quero agradecer aos alunos que estão aqui.

Obrigada por terem vindo a esta audiência, por terem vindo ao Senado Federal. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa.

E a gente vai falar sobre o curso. A gente quer que o Brasil entenda essa experiência que deu certo. E a intenção é replicar mesmo. A intenção é a gente levar para o Brasil inteiro, a gente mostrar que essa experiência deu certo e que o trabalho de vocês, lá na ponta, já está fazendo diferença, está salvando vidas, e é isso que a gente quer mostrar para o Brasil inteiro.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer o seguinte, expositores, eu vou explicar para os alunos também: todos falam, e a gente depois deixa as perguntas para o final. Só que os Senadores podem entrar. Então, na hora que o Senador entrar, se algum Senador conseguir vir presencialmente, e ele solicitar a palavra, a gente já passa a palavra para eles, porque nós estamos transitando em diversas Comissões agora de manhã.

Então, eu tenho a alegria de passar a palavra à primeira expositora, a Ana Cláudia Pereira Terças Trettel – falei certo –, Coordenadora do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Mato Grosso.

Professora, antes, eu quero registrar também o abraço da Presidente da Comissão, a Senadora Teresa Leitão. Ela também estava numa expectativa muito grande com esta audiência. Então, recebam também o abraço da nossa Presidente.

Dez minutos, Professora.

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia, eu sou Ana Cláudia Trettel, sou enfermeira, sou Professora Doutora e Coordenadora do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Unemat.

Gostaria de agradecer ao Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes por nos acolher e nos dar voz nesta Comissão, Senadora. Também, com muito carinho, quero agradecer à Exma. Sra. Senadora Damares Alves por vir nos acompanhar com tanta sensibilidade neste momento.

Antes de iniciar a minha breve explanação, eu quero reverenciar primeiramente a Deus e a todos os ancestrais, inicialmente, na pessoa da Senadora – os seus ancestrais, Senadora, que te conduziram até aqui –, de todos nós que estamos nesta mesa; mas principalmente a ancestralidade indígena, porque foram eles que sonharam para que um dia os seus filhos desta terra pudessem ter autonomia no seu cuidado com a saúde. Quando nós estamos aqui nos propondo a formar todos esses enfermeiros, a gente devolve, com muito respeito e honra, a luta que esses ancestrais tiveram para que hoje a gente pudesse viver este dia tão lindo aqui ao seu lado.

Eu gostaria de falar que o curso de Enfermagem foi um sonho do povo indígena. A Faindi...

Tem um delayzinho, ela falou? Para cá? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso. Se puder passar para mim, não tem problema.

A Faindi, então, vai ter um eslaide... Eu não vou entrar em muitos detalhes, porque eu estou cronometrando o tempo lá. A Faindi existe desde 2001. Então, há mais de 25 anos, a Unemat foi pioneira na formação de licenciatura, vem formando turmas ao longo dos anos. Nós já temos 570 alunos formados em licenciatura. Tivemos o primeiro mestrado intercultural, exclusivo para povos indígenas também, que se iniciou em 2020, e hoje nós temos 20 alunos cursando. Atualmente nós temos matriculados, Senadora, 308 indígenas, fazendo cursos de licenciatura e o curso de Enfermagem, que foi um sonho sonhado por todos eles, ao longo desses anos, e em 2022 nós iniciamos esta caminhada.

E, hoje, esse curso só é realidade...

Vocês podem passar, por favor?

... porque nós estamos de mãos dadas com o Cofen, Sistema Cofen/Coren; nós estamos de mãos dadas com a Sesai; com a Funai, nosso querido André, que não pôde estar presente; com a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, porque esse curso é cofinanciado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso; com a Prefeitura de Barra do Bugres; com o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso; com todos os seis DSEIs de Mato Grosso e os seis CONDISIs. Ao longo dessa caminhada, nós também demos a mão para o Ministério dos Povos Indígenas, porque o Ministério dos Povos Indígenas foi criado depois que o nosso curso já estava em andamento. E também a equipe do Senador vem nos apoiando para que a gente faça essas conexões com todas essas instituições.

Estamos hoje no sexto semestre.

Pode passar por gentileza.

O curso é único, pois foi construído pelo povo indígena e para o povo indígena, em uma modalidade diferenciada. Aqui nós temos imagens da nossa aula inaugural, das nossas aulas práticas, aulas de laboratório, aulas na aldeia, aulas nos serviços de saúde, e também de uma visita que nós fizemos, uma prática, no Hospital Sírio-Libanês, lá em São Paulo. E ontem nós repetimos aqui no Sírio de Brasília. Foi um momento extraordinário de integração entre os saberes interculturais e as mais altas tecnologias da saúde brasileira.

Poderiam, por gentileza, passar para o próximo eslaide?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu mostro para vocês que nós atendemos 42 diferentes povos mato-grossenses. Nós temos 43 povos em Mato Grosso, e no nosso curso nós atendemos 42 diferentes povos.

Pode passar, por favor?

Neste mapinha de Mato Grosso, a gente mostra onde estão distribuídos os nossos 49 alunos indígenas, que representam os 42 povos indígenas de Mato Grosso.

Pode passar, por favor.

Aqui é a nossa modalidade diferenciada. Nós não somos um curso tradicional que oferta um apoio para o aluno estar lá. Ele foi construído pelo povo indígena, para o povo indígena, e a Unemat apenas é um instrumento a serviço dos povos indígenas. Então, o nosso curso é uma modalidade diferenciada. Ele atende todos os pré-requisitos do MEC, mas nós temos uma atividade, no momento universidade, em que são trabalhados os conteúdos teóricos, práticas de laboratório e preceptoria na cidade, que inclui hospitais, unidades básicas de saúde, Samu e UPA.

E também nós temos uma outra parte da carga horária de todos os semestres que nós fazemos no momento aldeia, em que esses alunos retornam para a aldeia e lá eles discutem todos os conteúdos que estudaram no momento universidade, na aldeia, com o seu povo, com os seus anciões, seus pajés, suas rezadeiras, e também são supervisionados pelos enfermeiros da Sesai de polo, de área.

Para que essa preceptoria acontecesse, nós tivemos um apoio fundamental, no início de 2023, do Conselho Federal de Enfermagem, que, através da câmara técnica, nos deu o arcabouço necessário para a construção de uma legislação única no mundo. É a primeira legislação em que nós construímos uma preceptoria em enfermagem intercultural indígena em que os alunos têm preceptoria do primeiro ao último dia de aula. Em todo semestre, eles têm um preceptor na cidade e um preceptor na aldeia. E nós valorizamos os profissionais de enfermagem que são nossos preceptores, porque todos esses profissionais recebem uma bolsa, assim como acontece em outras modalidades de formação da área da saúde.

Pode passar por gentileza?

Então, aqui, eu já vou para a minha fala final, em que eu deixo as minhas perspectivas, os nossos sonhos, Senadoras. Essa imagem foi da IA, mas eu achei que ela foi tão maravilhosa, porque eu pedi para ela fazer uma imagem da nossa formatura. E aqui eu convido todo o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal, convido todas as autoridades e parceiros para que, em fevereiro ou março de 2028, estejam conosco no nosso *campus* intercultural indígena da Unemat, em Barra do Bugres, porque nós teremos a formatura desses 49 alunos. Lá vocês realizarão o sonho de muitos, lá vocês farão história, vocês terão a semente plantada no território indígena de cada povo de vocês, que vai fazer uma transformação na saúde.

Eu tenho certeza de que a Sesai receberá vocês de braços abertos para que a gente possa construir uma saúde indígena que ainda não existe. Porque a verdadeira saúde indígena vai ser construída por indígenas, não por não indígenas. O meu sonho é passar todo esse trabalho nosso para vocês. Que vocês venham para o mestrado, para o doutorado, sejam professores e ocupem o meu lugar enquanto coordenadora. Eu fui só um instrumento para que vocês tomem as rédeas da construção da carreira da enfermagem indígena brasileira.

Pode passar a próxima, por favor.

E aí nós temos uma outra perspectiva, que é conquistar o apoio para ofertar uma nova turma estadual. Então aqui a gente atende alunos do Estado de Mato Grosso, porque o nosso financiamento é estadual. Então, como os nossos alunos estão no sexto semestre, já se formam daqui a pouco – né, Senadora? –, falta muito pouco. Então nós gostaríamos já de estar conquistando o apoio para que a gente possa ofertar uma nova turma estadual, porque nós temos muita procura. Os alunos depois vão dar o testemunho deles de como eles são assediados nas aldeias – não é pessoal? –, pelos colegas, querendo saber quando eles também poderão fazer enfermagem como vocês. Esse é um grande sonho nosso.

E o nosso último sonho – se você puder passar –, que nós vamos tornar realidade por diversos caminhos – passe o próximo eslaide, por favor –, é nós buscarmos o apoio para a oferta de uma turma nacional. Porque desde o início da nossa parceria, principalmente nas reuniões de FPCondisi, na Casai, os presidentes de Condisi, dos outros CONDISIs, dos outros estados brasileiros também foram procurados com essa necessidade de formação de enfermeiros nas áreas deles. Então a gente busca apoio, fomos muito acolhidos na segunda-feira – né, Edilson? –, lá no MPI. Ele foi extremamente gentil, nos atendeu no MPI, para que a gente possa buscar junto construir. O nosso objetivo aqui é construir ponte, dar as mãos, Senadora, para tudo e para todos que queiram replicar ou adaptar, porque a gente sabe que em cada realidade brasileira existem necessidades diversas. Então, o interesse do curso de Enfermagem Intercultural Indígena e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Faindi é darmos as mãos, criarmos pontes e fazermos com que a formação de enfermeiros indígenas seja disseminada por todo o Brasil.

Então, eu gostaria de agradecer a todos.

Pode passar o último eslaide.

A gente tem muitas histórias para contar e nós permanecemos aqui à disposição. Convidamos todos vocês para nos visitarem no *campus* intercultural, em Barra do Bugres, para conhecerem pessoalmente a nossa história, verem como os alunos ficam lá no nosso *campus*. Lá, Senadora, a gente tem alojamento, eles têm aula manhã, tarde e noite, não é pessoal? Sessenta horas por semana, ficam quatro semanas, fazem de 240 a 300 horas. A gente tem alojamento, alimentação e até uma equipe que lava roupa, porque estudando manhã, tarde e noite, eles precisam de todo esse suporte.

Então, agradeço em meu nome, em nome dos meus professores – Profa. Thalise, Prof. Herbert, Prof. Damiane e Prof. Vagner, que está no Mato Grosso –, obrigada a todos os enfermeiros preceptores e a todos os nossos parceiros.

Eu agradeço muito e permaneço sempre à disposição para colaborar. Tenham um excelente dia! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, o entusiasmo dela para falar, o coração que ela colocou nas palavras, que coisa linda, Dra. Ana Cláudia. E agora eu estou me sentindo culpada. Como é que eu nunca fui lá conhecer esse curso antes?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone.*) – Está convidada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu fiquei preocupada que você colocou ali 2028. Eu não vou esperar 2028, não. (*Risos.*) Gente, que maravilha. Eu não tinha ideia de que era tão grandioso, de que era tão extraordinário. Vocês são privilegiados por estarem fazendo esse curso, privilegiados. Estou muito emocionada, muito, muito feliz mesmo, Professora.

E eu quero dizer que essa apresentação dela está linda – não está, gente? Até a imagem de IA ficou muito linda! Essa apresentação vai ficar à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me explicar uma coisa, Doutora: muita gente que não está assistindo agora, ou não está aqui, depois assiste pelo YouTube e essas imagens são, depois, pesquisadas – são alunos que querem fazer TCC, podem fazer TCC falando da história desse curso; pesquisadores; pessoas do Brasil e fora do Brasil, depois, vão buscar os seus eslaides.

Parabéns pela apresentação! E parabéns, para lá da apresentação, pela forma como você fala. Você botou coração aqui e eu vi que você é apaixonada por isso. Eu estou muito, muito emocionada com você, Doutora. Muito emocionada e muito feliz, porque acho que eles já estão há alguns dias em Brasília e estão fazendo esse intercâmbio, essa conversa. Eu estou muito feliz. Muito feliz, mas me sentindo culpada; desde 2001 existe?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL – Iniciou em 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em 2023.

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL – Em 2001, começaram as licenciaturas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em 2001, as licenciaturas.

Gente, olha, outra coisa também que eu preciso explicar, porque tem gente perguntando: onde fica. A cidade se chama Barra do Bugres, é isso?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu fui aqui correndo dar uma olhadinha aqui no Google. Ela fica a 170km de Cuiabá, então é muito fácil chegar à cidade, quem quiser ir conhecer. É uma cidade pequena, com 37 mil habitantes, e deve ser um orgulho para a cidade ter a sede da universidade lá, né?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ter esse curso.

Muito obrigada, Professora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir o Sr. Gustavo Hoff, Chefe da Divisão de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Obrigada por estar conosco, Dr. Gustavo. Muito obrigada.

O SR. GUSTAVO HOFF (Para expor.) – Muito obrigado, eu que agradeço.

Bom dia a todas as pessoas presentes. Cumprimento inicialmente a mesa, na pessoa da Exma. Senadora Damares Alves, e estendo os demais cumprimentos às autoridades da mesa, em especial a todos os indígenas presentes aqui, do curso de Enfermagem, e aos demais que nos acompanham, também, de forma virtual.

Bom, a gente traz aqui uma explanação inicial sobre formação intercultural. Acho que é importante trazer todo esse contexto, não só o contexto de governança, mas o contexto territorial também; eu acho que consegue representar os desafios que nós temos pela frente.

Sempre é importante destacar para quem é essa política, né? Todo esse conjunto de iniciativas é destinado a quem? E aí, eu queria muito colocar uma questão, porque quando a gente fala em destinar um conjunto de iniciativas, a gente está falando do indígena, porque ele está no centro da agenda, ele é o formulador da política, ele é o sujeito detentor do conhecimento. Então aqui não é um destinatário passivo, mas é um destinatário que também participa, que formula, que constrói, que detém conhecimento e que produz, sobretudo, conhecimento. Isto é muito importante destacar: quem é o verdadeiro protagonista dessa agenda.

E aqui, a gente traz um pouco da diversidade cultural que nós vivemos. Nós temos em torno de 837 mil indígenas – esses dados são oficiais, do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), dados de março agora. Desses, 316 mil possuem até 14 anos – um desafio muito grande para a atenção primária. Estão distribuídos em 7.281 aldeias, quer dizer, há uma dispersão geográfica e populacional muito grande, e isso representa um desafio muito grande para o processo de cuidado, para os trabalhadores e sobretudo para a gestão. E há mais de 300 povos indígenas, quer dizer, há uma realidade, uma diversidade sociocultural muito rica, mas que, para o processo de cuidado, é claro que sempre representa um desafio a que nós precisamos ficar atentos para poder atender e pensar em soluções mais efetivas possíveis.

E aqui a gente consegue elucidar um pouquinho desses desafios: o perfil epidemiológico é heterogêneo, naturalmente, pela diversidade sociocultural; uma grande dispersão territorial das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aldeias; temos desafios de acessibilidade, dependência de transporte fluvial, aéreo, em diversas regiões; desafios climáticos, em razão da sazonalidade climática – cheias, secas, períodos de chuva –; e distância entre as comunidades e polos de atendimento. É importante destacar que nós precisamos levar o serviço até essas pessoas, e não o contrário. E isso, naturalmente, também representa um desafio que nós precisamos enfrentar.

Voltando aqui...

O passador está atrasando um pouquinho, e ele não está voltando.

Agora voltou um pouquinho.

É muito importante trazer que toda essa diversidade necessita justamente de uma formação qualificada de pessoas, de trabalhadores que consigam dialogar com essa sensibilidade cultural. Por isso, é muito importante a estratégia de formação de profissionais trabalhadores indígenas.

E aí, quando a gente olha para o provimento, quais são os desafios que a gente tem hoje em relação ao provimento e à fixação profissional? Olha o que a OMS nos traz há muito tempo: a dificuldade de retenção de profissionais em áreas remotas como um desafio estratégico para o sistema de saúde. E uma das soluções, inclusive, muito recomendadas pela OMS é justamente a formação de profissionais das próprias regiões, de suas próprias comunidades, porque a literatura nos aponta uma probabilidade de permanência de mais de... 100% dessas pessoas quando são formadas nessas regiões. Então, essa estratégia de formação local, de formação de pessoas indígenas para a realização do seu cuidado, é fundamental, porque, de fato, tem um potencial muito grande de mudança da realidade. Uma evidência global internacional demonstra a rotatividade de profissionais: a gente tem 20% apenas de enfermeiros que permanecem após 12 meses. Isso no mundo todo; são evidências globais. Então, há uma dificuldade muito grande de retenção de força de trabalho em áreas remotas, em áreas rurais, em áreas vulneráveis, o que a gente precisa enfrentar com soluções inovadoras, soluções diferenciadas, pensando na formação local das pessoas que são da própria comunidade.

E a gente tem a experiência da Unemat nessa perspectiva: um curso voltado para a formação intercultural, com profissionais oriundos das aldeias, com currículo centrado na interculturalidade – uma contribuição direta para a permanência nos territórios. E não só isso. Acho que isso fortalece também a identidade e a autonomia dos povos indígenas. A gente não está falando aqui somente de formação; a gente está falando de fortalecer a autonomia dos povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

indígenas e a identidade. É quando eles podem cuidar de si mesmos. Isto é muito importante: a autonomia e a identidade de um povo.

E um outro ponto muito importante: a nossa Constituição Federal destaca a liberdade do exercício de qualquer ofício ou profissão, mas, para termos a liberdade de exercer qualquer ofício ou profissão, nós precisamos de oportunidade. Então, esse é um ponto também bastante importante em relação à liberdade do ofício de qualquer profissão, em especial na área da saúde e na área do cuidado.

Nessa perspectiva – e aí já pensando num modelo de governança, de como o Ministério da Saúde, de uma maneira intersetorial, vai tratar essa questão pensando na governança –, como levantar essas informações, como trabalhar de maneira integrada e como pensar em soluções para todo o país, de forma nacional? A partir dessa experiência da Unemat, nessa primeira turma, a gente já consegue pensar em como responder a algumas perguntas que são fundamentais. A gente precisa ter os nossos próprios números. A gente precisa ter as nossas próprias evidências.

Uma resposta muito estratégica é: em que medida os profissionais indígenas formados em seus próprios territórios apresentam maior permanência no serviço de saúde quando em comparação com os modelos tradicionais de formação? Nós sabemos que sim, mas é muito importante termos esses números para começarmos a pensar em soluções, de fato, que ratifiquem essa posição de formação local. A gente precisa entender que precisa formar indígenas nas mais variadas áreas, na medicina, na enfermagem, com cursos técnicos. Precisamos oportunizar esses trabalhadores.

Um outro ponto é testar, avaliar e aperfeiçoar a metodologia de formação intercultural, que nos dá uma oportunidade muito grande. A Unemat lança bases para que a gente possa, de fato, aperfeiçoar essa política de formação e as demais estratégias de formação intercultural no país. Isso tem uma riqueza muito grande. A política pública só se desenvolve a partir de um modelo de aperfeiçoamento contínuo, e, para isso, a gente precisa ter bases sólidas lançadas. A experiência da Unemat nos proporciona isso.

Temos hoje um acordo técnico de cooperação, o Acordo de Cooperação Técnica nº 4, salvo engano, não é, Cláudia? De 2024. Perdão, é o nº 7, de 2024, em que nós temos essa oportunidade de estarmos juntos com as nossas equipes. Temos uma equipe dedicada só para isso, para fazer esse acompanhamento, visitas técnicas, análise de dados, pensando justamente nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoamento pedagógico, para poder fazer uma interlocução, inclusive com outros modelos do país. Nós temos outras experiências no país, no campo da pós-graduação, de mestrados também, exclusivos para indígenas. E é muito importante a gente promover essa interlocução e essa integração, não só de forma intersetorial, entre os órgãos e instituições da administração pública, mas também entre as instituições de ensino. Acho que isso é fundamental, é isso que vai nos proporcionar construir bases sólidas e atender às particularidades dos diversos povos em diversas regiões, porque sabemos que são modelos diferenciados, que exigem um pensamento crítico e construção de soluções que sejam inovadoras e respondam às necessidades desses povos.

Então a Unemat lança as bases para subsidiar futuras estratégias nacionais de formação no país.

Temos hoje como perspectiva a construção de uma agenda nacional de formação intercultural. Vai nos permitir o compartilhamento de metodologias; avaliação contínua dos resultados; desenvolvimento de pesquisas multicêntricas – acho que é muito importante daqui para a frente começarmos a pensar em pesquisas integradas nesse campo –; e produção de materiais didáticos interculturais. É isso que vai nos dar uma perspectiva de avanço, para pensarmos numa governança integrada e, aí sim, uma política mais sólida para atender a essas necessidades.

E a gente traz uma mensagem final aqui, muito do que já foi dito. Acho que mais do que formar enfermeiros indígenas, trata-se de construir evidências, metodologias e redes de cooperação capazes de sustentar uma política nacional de formação intercultural. Isso, na verdade, engrandece muito mais essa formação, porque, de fato, é a base para uma caminhada longa que nós temos, mas muito importante, um trabalho desenvolvido com a participação forte do Estado, com a participação forte da Unemat. Então isso é fundamental para contribuir para uma política estruturada e estruturante.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prof. Gustavo. A sua apresentação está muito bonita. Eu, que sou professora, eu fico olhando os detalhes da apresentação, né? A gente, quando é professora, tem uma matéria – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não sei como é que está agora, com a era da tecnologia – que é a matéria de material audiovisual, material didático, e a sua apresentação está muito didática, viu? Parabéns.

Vamos ouvir agora o Prof. Marcelo Carvalho Conceição, membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Atenção à Saúde dos Povos Originários do Cofen.

Que alegria que o Cofen tem uma câmara destinada especificamente a esse público tão amado, que são os nossos povos. Seja bem-vindo, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO CARVALHO CONCEIÇÃO (Para expor.) – Bom dia. Estão ouvindo? (*Pausa.*)

Eu tenho só escrito, não fiz apresentação.

Exma. Sra. Senadora Damares Alves, que preside esta Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, na sua pessoa cumprimento os demais Senadores e autoridades presentes. Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento que possibilitou a realização desta audiência pública. Cumprimento a representação da Universidade do Estado do Mato Grosso, da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), da Funai, da Secretaria de Saúde Indígena, das instituições parceiras, das lideranças indígenas, docentes, discentes, pesquisadores, gestores públicos e demais autoridades presentes. Cumprimento, de modo especial, os estudantes indígenas do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Faindi, cuja presença dá sentido maior a este debate.

Bom dia a todas e todos.

Trago inicialmente o cumprimento do nosso Presidente, o Dr. Manoel Carlos Neri, que reafirma o reconhecimento e apoio institucional do Cofen a essa importante iniciativa. É uma honra participar desta audiência pública na qualidade de representante do Conselho Federal de Enfermagem e como membro da Câmara Técnica de Enfermagem em Atenção aos Povos Originários do Cofen.

Neste momento, trago o reconhecimento institucional do Cofen a uma iniciativa que tem relevância acadêmica, sanitária, social, cultural e histórica: o curso de Enfermagem Intercultural da Faindi. O Cofen apoia essa iniciativa desde sua concepção, compreendendo que a formação de enfermeiros e enfermeiras indígenas representa um avanço concreto para a saúde dos povos originários e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse apoio não se limita à manifestação simbólica. O Conselho Federal de Enfermagem integra a comissão de monitoramento e acompanhamento do curso, acompanhando seu desenvolvimento, suas demandas, seus desafios e suas potencialidades. Essa presença institucional expressa o compromisso do Cofen com uma enfermagem que reconhece o Brasil em sua diversidade, que respeita os territórios, que valoriza os saberes tradicionais e que compreende a saúde indígena como campo estratégico para a formação da equidade.

O curso da Faindi, da Unemat, não deve ser analisado apenas como uma nova graduação, ele deve ser compreendido como uma resposta concreta a uma necessidade histórica: formar profissionais indígenas de enfermagem com domínio técnico-científico, compromisso ético, pertencimento comunitário e capacidade de atuar em diálogo com os modos próprios de vida, cuidado e organização dos povos originários.

A enfermagem, por sua natureza, está presente nos lugares onde a vida acontece: está nas unidades de saúde, nos hospitais, nas ações de vigilância, na atenção básica, na urgência, na reabilitação, na educação em saúde e nos territórios. No contexto indígena, essa presença exige mais do que conhecimento técnico, exige escuta qualificada, respeito intercultural, compreensão das línguas, das cosmologias, dos vínculos comunitários, das práticas tradicionais de cuidado e das condições concretas que afetam a saúde das populações indígenas.

Por isso, a formação intercultural em enfermagem não é um detalhe metodológico, é uma necessidade ética e sanitária. A saúde dos povos originários não pode ser pensada apenas a partir de modelos externos aos territórios. Ela precisa ser construída com os povos indígenas, a partir de suas realidades, de suas lideranças, de sua juventude e de suas mulheres, de seus anciões, de seus agentes de saúde, de seus técnicos e, agora, de seus futuros enfermeiros e enfermeiras.

É nesse ponto que o curso de Enfermagem Intercultural Indígena se torna uma iniciativa de grande impacto. Ele contribui para formar profissionais que conhecem a ciência da enfermagem, mas que também conhecem o chão da aldeia, os caminhos da comunidade, a importância da coletividade, a força da oralidade e o valor dos saberes ancestrais. Esta formação tem potencial para qualificar o cuidado, fortalecer a comunicação entre serviços de saúde e comunidades, reduzir barreiras de acesso, ampliar a confiança nas ações de saúde e melhorar a continuidade do cuidado nos territórios indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também é importante destacar que este curso dialoga diretamente com a autonomia dos povos originários. Autonomia aqui não significa isolamento, significa participação ativa, protagonismo, capacidade de decisão e presença qualificada nos espaços onde se definem políticas, práticas e prioridades em saúde.

Quando um estudante indígena ingressa em um curso superior de Enfermagem, não ingressa apenas como indivíduo, muitas vezes ingressa levando consigo a expectativa de sua comunidade, leva a responsabilidade de retornar, de contribuir, de traduzir conhecimentos, de mediar mundos e de fortalecer o cuidado em seu território.

Formar enfermeiros indígenas é, portanto, fortalecer a autonomia sanitária dos povos indígenas, é ampliar a possibilidade de que as próprias comunidades tenham profissionais habilitados para atuar na assistência, na gestão, na educação em saúde, na vigilância, na pesquisa e na formulação de políticas públicas.

Esse movimento também impacta a própria enfermagem brasileira. A profissão se fortalece quando amplia a sua capacidade de compreender a diversidade do país. A presença de enfermeiros e enfermeiras indígenas qualifica a produção de conhecimento, amplia a representatividade profissional e contribui para uma prática mais plural, mais justa e mais comprometida com a realidade nacional.

A experiência da Faindi demonstra que é possível construir uma formação superior rigorosa, tecnicamente qualificada e, ao mesmo tempo, culturalmente situada. Demonstra que a universidade pública pode inovar quando dialoga com os povos indígenas, quando escuta suas demandas e quando reconhece que o conhecimento científico e os saberes tradicionais não precisam estar em oposição; ao contrário, podem se encontrar, em benefício da vida. Nesse sentido, a iniciativa também oferece ao Brasil uma referência importante.

Esta audiência pública tem em seus objetivos reconhecer o pioneirismo do curso e debater a possibilidade de sua replicação nacional. Esse debate é oportuno, necessário e estratégico. Entretanto, ao tratar da possibilidade de replicação do curso, é preciso fazê-lo com cautela e responsabilidade. Não se trata de copiar o modelo de forma automática, mas de compreender e preservar seus fundamentos, o respeito aos saberes ancestrais e aos territórios, a construção de um currículo intercultural, o apoio institucional, a garantia de permanência estudantil, a oferta de campos de práticas adequados, a preceptoria qualificada e a articulação permanente entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidade, sistema de saúde e órgãos de controle. A expansão de experiência semelhante deve preservar o que este curso tem de mais importante: o protagonismo dos povos indígenas.

O Cofen compreende que seu papel nesse processo é contribuir tecnicamente, acompanhar institucionalmente, apoiar o diálogo institucional, zelar pela qualidade da formação e reafirmar os princípios éticos e legais da profissão.

O apoio institucional do Cofen é relevante porque a formação profissional em enfermagem precisa estar conectada às responsabilidades do exercício profissional. Ao acompanhar o curso, o conselho não substitui a universidade nem interfere em sua autonomia acadêmica, o que faz é somar esforços para que essa formação seja reconhecida, fortalecida e acompanhada com seriedade, respeitando as diretrizes da educação superior, as normas profissionais e as necessidades da saúde indígena. Esse apoio também reafirma que a saúde dos povos originários não é tema periférico para a enfermagem brasileira, é tema central. É tema de justiça social, de equidade, de direitos humanos, de qualidade assistencial e de responsabilidade pública.

É preciso reconhecer ainda que iniciativas como esta exigem continuidade. Cursos dessa natureza não podem depender apenas da dedicação de algumas pessoas ou de esforços pontuais. Eles precisam de financiamento adequado, apoio logístico, políticas de permanência, campos de prática estruturados, participação comunitária e articulação interinstitucional permanente.

Os estudantes indígenas enfrentam desafios que vão além da sala de aula. Enfrentam deslocamentos, distâncias territoriais, responsabilidades familiares e comunitárias, diferenças linguísticas, barreiras culturais, dificuldades materiais e, muitas vezes, a ausência histórica de políticas educacionais desenhadas para suas realidades. Por isso, reconhecer o valor do curso também significa reconhecer a necessidade de sustentá-lo.

Aos estudantes aqui presentes dirijo... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Aos estudantes aqui presentes dirijo uma palavra de respeito e incentivo.

A caminhada de cada um e de cada uma representa um marco para suas famílias... (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para seus povos e para a enfermagem brasileira. A presença de vocês nesse espaço do Senado Federal reafirma que os povos indígenas não são apenas destinatários de políticas públicas. São sujeitos de direitos, produtores de conhecimento e protagonistas da construção de novos caminhos para a saúde do Brasil.

A Unemat, a Faindi e o Cofen registram reconhecimento pela coragem institucional, pela capacidade de inovação e pelo compromisso de uma educação superior pública, inclusiva e socialmente diferenciada.

À Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal agradecemos pela oportunidade de trazer esse debate para a Casa Legislativa em um espaço público, democrático e de alcance nacional.

Ao Senador Wellington Fagundes registramos o reconhecimento pela iniciativa de pautar esse tema e contribuir para sua visibilidade institucional.

O curso de Enfermagem Intercultural Indígena na Faindi é uma experiência que aponta para o futuro. Um futuro em que a formação em saúde seja mais próxima dos territórios. Um futuro em que a enfermagem brasileira seja cada vez mais diversa, técnica, ética, intercultural e comprometida com a dignidade humana.

Em nome do Conselho Federal de Enfermagem, da Câmara Técnica de Enfermagem em Atenção à Saúde dos Povos Originários, reafirmo o apoio institucional do Cofen a essa iniciativa e o compromisso de continuar acompanhando sua trajetória.

Que esta audiência pública contribua para o fortalecimento do curso, a ampliação do diálogo entre as instituições e a consolidação de políticas que garantam a formação, a permanência e o protagonismo de enfermeiros e enfermeiras indígenas do Brasil!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha, eu me emocionei com a sua emoção.

E eu perguntei aqui: Professora, como é a participação do Cofen em todo esse projeto? Ela disse: "O Cofen é parceiro e incentivador".

Eu fiquei muito feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só quero pedir uma coisa para o Cofen. Não deixe esses estudantes, esses profissionais serem subjugados lá na ponta.

O SR. MARCELO CARVALHO CONCEIÇÃO – Não serão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles precisam ser respeitados como enfermeiros. Inclusive, a gente poderia, depois, conversar com o Cofen...

Eu vejo, não sei, Professora, se a senhora sente isso, alguns dos alunos que saem do curso de enfermagem... Essa experiência eu tenho na cidade, especialmente com os meninos que vieram estudar aqui, os meninos que eu apoio, que fazem enfermagem aqui, de depois se manterem no Cofen, porque tem a taxa legal, obrigatória, para se manter no Cofen – isso é lei, é obrigatório –, e, às vezes, eles não têm como manter a taxa.

Quem sabe a gente sentar com o Cofen, depois, e pensar num subsídio? De que forma o Congresso Nacional pode ajudar esse aluno, para que o Cofen possa receber, de alguma outra fonte, a mensalidade desse estudante indígena, desse enfermeiro indígena em situação de dificuldade? Porque eles precisam estar no Cofen.

Aprendam isso, estudantes, tá? Depois de formados, a casa de vocês é o Cofen. É a instituição que vai proteger vocês, e vocês precisam ter o mesmo piso salarial que qualquer enfermeiro de um hospital lá do Einstein, ou que qualquer enfermeiro, em qualquer lugar. É a valorização de vocês. Vocês estão estudando... E, depois, eu passo a palavra para o Presidente.

Então, a gente precisa trabalhar com o Cofen essa forma. Eu vi tanta emoção do Cofen com o curso, e a gente ter o Cofen aí... A gente pode pensar numa alternativa para eles serem, de fato, acolhidos pelo Cofen, da forma como eu estou vendo aqui, mas a gente poder mantê-los, realmente, lá no conselho para serem cuidados pelo conselho.

Respeitem o Cofen. Quando saírem do curso, entendam: vocês têm a Funai, têm a Sesai, mas o conselho de vocês, para o resto da vida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, nos estados, são os Corens. Para o resto da vida, são os Corens. Então, respeitem os Corens. É o conselho que vai cuidar de vocês.

Obrigada, Prof. Marcelo, por sua participação. Foi uma honra. (*Palmas.*)

Agora, eu vou fazer um pedido: eu vou pedir ao Prof. Marcelo e ao Gustavo que a gente faça uma troca de lugar.

Eu queria convidar, aqui para a mesa já, a Kedima Xerente. Ela é aluna do curso de Enfermagem e, daqui a pouco, ela vai falar. No lugar do Marcelo, eu vou chamar o Gersem, que também é membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Então, depois, o Gersem senta aqui.

Gustavo, você pode ficar na primeira fileira, porque podem chegar perguntas para você.

Deixe-me dar um abraço na Kedima. Vem cá, Kedima. Bem-vinda! (*Pausa.*)

Sente-se ali, do lado da Ana Cláudia.

Agora, com muita alegria, nós vamos ouvir o Yakagi. Acertei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Yakagi Kuikuro Mehinaku. Bora lá, Yakagi. Estamos com muita expectativa para te ouvir. Ele é aluno do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso.

O SR. YAKAGI KUIKURO MEHINAKU (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes. Para quem não me conhece, meu nome é Yakagi Kuikuro. Moro na Aldeia Kuikuro Ipatse, do Alto Xingu, no Município de Gaúcha do Norte, e hoje estou aqui não apenas para representar a mim mesmo, mas representando 43 povos indígenas de Mato Grosso, suas histórias, suas lutas, seus sonhos.

É uma grande honra poder ocupar este espaço e dar voz aos meus parentes. Sinto um imenso orgulho de fazer parte da primeira turma de Enfermagem Intercultural Indígena do mundo. Estar aqui é a realização de um sonho que não nasceu comigo. É um sonho construído por nossos ancestrais, por nossos caciques, lideranças, movimento indígena, que lutaram para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que os povos indígenas tivessem acesso a uma formação superior que respeita a nossa identidade, a nossa cultura, nossos conhecimentos tradicionais.

Por muitos anos, os povos indígenas foram vistos apenas como usuários do serviço de saúde. Hoje, estamos nos tornando protagonistas, estamos nos formando para cuidar de nossos próprios povos, levando os conhecimentos científicos sem abandonar saberes que herdamos de nossos avós e da nossa comunidade.

Quero expressar minha gratidão à Unemat, à Funai, à Sesai, ao Cofen, instituições que acreditaram nesse projeto e ajudaram a transformar esse sonho em realidade. Agradeço aos professores, preceptoras, aos profissionais de saúde e a todos que caminharam conosco durante essa jornada. Cada aula, cada estágio e cada desafio enfrentado contribuíram para a nossa formação.

Para mim, tornar-me enfermeiro, indígena, significa muito mais do que receber um diploma. Significa voltar para a minha comunidade com mais conhecimento para cuidar das crianças, dos jovens, dos adultos, dos anciãos. Significa ajudar a fortalecer a saúde indígena, respeitando a nossa cultura, a nossa língua, a nossa forma de viver.

Senadora, agradeço por abrir este espaço e permitir que nossa voz seja ouvida. Quando um indígena tem a oportunidade de falar, não fala apenas por si, fala por seu povo, por sua história, pelas futuras gerações. Hoje, faço um pedido, em nome de todos os povos indígenas do Brasil: que mais jovens indígenas tenham acesso à mesma oportunidade que nós estamos tendo; que, hoje, este curso não seja uma exceção, mas um exemplo; e que possamos ampliar acesso à educação superior e formação profissional para a construção de um país que respeita e valoriza a diversidade do seu povo.

O que estamos vivendo hoje é histórico. Estamos mostrando que é possível unir conhecimento de universidade com o conhecimento tradicional dos nossos povos. Estamos formando os profissionais indígenas preparados para cuidar a sociedade com potência, respeito e compromisso com a comunidade.

Levarei para sempre o orgulho de ser indígena, de ser cuicuro e de fazer parte dessa conquista coletiva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que honra, que honra! Que fala linda! Olha, o Brasil se surpreendeu com a sua fala. Obrigada, obrigada. Nós temos um indígena cuicuro, estudante cuicuro. Quem não conhece o povo cuicuro precisa conhecer; é um povo guerreiro, um povo lindo, um povo extraordinário. Que Deus te abençoe! A sua fala foi exatamente sobre isto, que é respeito. Vocês são bons, o Brasil tem que entender que vocês são espetaculares. E você falou exatamente o que eu queria ouvir: saíram de usuários do serviço para serem protagonistas no serviço.

Eu acho que o MEC está ouvindo tudo, não é, Prof. Fernando? Está ouvindo tudo porque, Prof. Fernando, eu senti falta deles no debate para a construção da universidade indígena. Eu participei de vários debates sobre a construção da universidade indígena e eu não me lembro de ter visto o curso de Enfermagem nessa discussão. Vamos falar sobre isso, eu espero que o senhor me explique depois, mas a experiência deles precisa ser levada para a universidade indígena.

Nós vamos ter alegria agora de ouvir a Kedima Xerente – mas tem um nome no meio: Maiulu...

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Maiuluguedo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maiuluguedo Xerente! Arrasei, né, Kedima?

Ela também é aluna do curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Kedima, seja muito bem-vinda.

É uma alegria recebê-la aqui. Fique à vontade.

A SRA. KEDIMA MAIULUGUEDO XERENTE (Para expor.) – Bom dia.

Primeiramente, quero agradecer à mesa.

Meu nome é Kedima Maiuluguedo Xerente, sou do povo bacairi, do Município de Paranatinga, do Estado de Mato Grosso, e hoje eu tenho a honra de estar aqui representando todas as mulheres indígenas do Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tenho muito orgulho de dizer que sou aluna da primeira turma de Enfermagem Intercultural Indígena do mundo! Fazer parte dessa história é uma grande conquista, não apenas para mim, mas para todos os povos indígenas que lutam por uma educação superior que respeite nossa cultura, nossos saberes e nossa identidade, que é o mais importante.

Como mulher indígena, ter um espaço para falar e ser ouvida é algo muito importante, porque, durante muitos anos, fomos caladas; nossas vozes foram silenciadas, mas hoje estamos ocupando lugares de destaque, mostrando nossa força, nossa capacidade e nossa determinação.

Eu gostaria que todas as mulheres indígenas que sonhassem em ter um nível superior conseguissem ter essa oportunidade que eu tive. Então, quero pedir aqui, diante de todos, que tenha continuidade essa faculdade.

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Senador Wellington Fagundes, que me deu esta oportunidade; à Sra. Senadora Damares; aos demais apoiadores do curso de Enfermagem, por todo o apoio dado para que o nosso curso pudesse existir desde 2022. Graças ao compromisso de muitas pessoas, hoje estou cursando o 6º semestre, realizando um sonho que parecia distante e ajudando a construir uma história que ficará marcada para as futuras gerações, que principalmente se espelharão em nós.

Recebo esta homenagem com muita gratidão, humildade e respeito e agradeço aos professores, à Coordenadora Ana, ao Marcelo Lima e aos meus colegas (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*), às lideranças indígenas e a todos que acreditaram que esse sonho era possível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcelo, será que quem ouve um depoimento desses tem dúvida de que será a melhor profissional na área? Não tem dúvida!

Está chegando muita pergunta da internet. Eu vou, inclusive, deixar essas perguntas para a Profa. Ana Cláudia responder, mas tem uma pessoa de Minas Gerais, a Júlia, que que faz um seguinte comentário: "As populações indígenas também precisam de cuidado integrado de saúde [...] baseado em suas necessidades e atividades".

Gente, para quem tem dúvida da importância de um curso desse, os povos têm uma maneira especial de viver. O parto em um povo pode ser diferente do parto em outro povo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos povos em que a mulher indígena não pode ser tocada por um médico; tem que ser uma médica ou uma enfermeira. A gente tem que respeitar isso.

Os povos têm uma forma de lidar com a morte. Os povos têm uma forma de lidar com a dor, com o cuidado com o corpo. E a gente tem uma outra situação que a gente tem que considerar aqui: a barreira da língua. Então, a gente ter o enfermeiro indígena formado para retornar para o seu povo e trabalhar com o seu povo... não que ele vai ser pronto só para trabalhar com o povo dele, não. Os indígenas que se formaram aqui em Brasília, meus meninos, estão trabalhando em hospitais e são profissionais extremamente requisitados. Eu tenho meninos indígenas formados trabalhando em Brasília que tem que fazer plantão sobre plantão, porque como a dedicação deles à profissão é muito grande, são muito requisitados. Mas o retorno para trabalhar com o povo tem todo um significado.

Quando eu ouvi Kedima falar com emoção, eu vejo Kedima cuidando das crianças na comunidade dela. Ela entende...

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Já é técnica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já é técnica, ela entende como essa criança vive, o que ela está expressando, a forma como ela... Ela entende a mulher do povo dela, como cuidar da mulher.

Então, a importância desse curso, gente, é para além de dar uma oportunidade de emprego. É, inclusive, a preservação da cultura, Profa. Cláudia; é, inclusive, a preservação do povo.

Então, eu fiquei muito feliz com a sua fala, Kedima, muito feliz. E eu juro que eu gostaria muito de ser cuidada por você, viu? Se você é tão carinhosa no falar, eu fico imaginando você cuidando da gente.

Que Deus te abençoe! Sucesso no seu trabalho, a gente vai investir muito aqui nesse curso, tá?

Eu agora tenho a honra de passar a palavra para Gersem Baniwa – falei certo, Gersem? Falei? –, membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena.

Dez minutos, Prof. Gersem.

O SR. GERSEM BANIWA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a Exma. Senadora Damares – muito obrigado por esse convite, por essa oportunidade –; cumprimento também aqui a nossa querida Profa. Ana, coordenadora do curso – é um prazer conhecê-la –; e, na pessoa do parente cuicuro aqui na mesa e da parente bacairi, quero cumprimentar todos os parentes aqui presentes. Parabéns por essa maravilhosa iniciativa aqui da audiência pública, mas também do curso!

Falo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, que é o nosso movimento nacional da educação. Um movimento autônomo, legítimo, de todos os educadores e educadoras que fazem parte da rede. O FNEEI, como nós o chamamos, não é uma organização, digamos assim, burocrática, formal. É um fórum que funciona como uma rede. Não tem diretoria, não tem CNPJ, mas é um grande movimento que tem, de certa maneira, facilitado o debate, a discussão, a luta pelo direito à educação escolar indígena de todos os povos no Brasil.

Bom, já concordando com tudo o que já foi dito aqui, eu queria só pontuar algumas questões.

Primeiro, de fato, Profa. Ana Cláudia, reconhecer essa contribuição histórica da Unemat. Eu sou testemunha disso porque eu acompanho todo esse pioneirismo da Unemat desde o começo. Eu estive na Unemat no início da criação da licenciatura intercultural, em Barra do Bugres, e, quase que a cada dois anos, eu vou lá para participar do processo de formação, discuti-lo e acompanhá-lo. Então, não é, digamos assim, uma novidade esse pioneirismo, essa inovação da Unemat, mas agora é mais uma novidade, mais uma inovação, mais um pioneirismo específico com relação a esse curso de Enfermagem Intercultural. Acho que a Unemat continua abrindo esse caminho de inovação e, de certa maneira, de revolução pedagógica, educacional aqui, no Brasil.

E aí eu queria destacar um segundo ponto: nós vamos aprendendo com a Unemat e, sobretudo, com esse curso. Eu também participo, desde 2014, da construção de um sonho, que é a universidade indígena, e continuo acompanhando. Inclusive, eu estou agora na recente portaria da comissão encarregada de fazer o desenho de implantação e implementação da universidade.

Eu queria até abrir aqui parênteses para agradecer o apoio da Senadora Damares. A nossa equipe do fórum, Senadora, esteve conosco...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERSEM BANIWA – ... com a minha querida colega, que é também minha ajudante na UnB, que é a...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Fabi.

O SR. GERSEM BANIWA – Fabi Kokama.

Eu fiquei muito feliz. Eu disse para ela: "Olhe, agradeça à Senadora por ter recebido a equipe nossa, que esteve lá". Nós fizemos – digamos assim – uma articulação, uma campanha pela aprovação da universidade no Senado. Então, eu sou muito presente nesse processo.

E agora, como membro dessa comissão que vai começar, a partir da próxima semana, a se reunir e construir o desenho dessa fase agora de implementação da universidade indígena, Profa. Ana Cláudia, não tenha dúvida de que vamos precisar muito da experiência dessa construção de vocês – não tenho a menor dúvida –, porque uma das questões que estamos discutindo é que esta comissão vai ter que trabalhar com subcomissões, para que cada subcomissão dê conta de uma área do conhecimento. Uma das demandas prioritárias apresentada nos 22 seminários de consulta que foram realizados pelo Brasil inteiro é exatamente a área da saúde. Então, com certeza, nós precisaremos ter uma subcomissão específica para cuidar dessa área da saúde. Essa experiência pioneira de vocês, não tenho a menor dúvida de que ela será fundamental e necessária.

O terceiro ponto – já vou praticamente concluindo – é dizer, de fato, dessa alegria de ver como é que, embora em um ritmo lento, o Brasil vai avançando, com o pé muito firme. Eu sou da primeira geração de indígenas que entraram na universidade, em que não existia nada dessa ideia de intercultural. Eu fiz a minha formação, educação básica, depois graduação, mestrado e doutorado, em cursos que não tinham nada sobre indígenas – nada. Eu fiz toda a minha formação, até o doutorado, sem ler praticamente quase nada sobre indígenas, da perspectiva indígena, a não ser sempre aquelas leituras de não indígenas.

E passei, nos últimos anos, a lutar muito, como movimento indígena, exatamente por essas conquistas, para que a gente começasse a ter de verdade cursos que pudessem atender também às realidades e demandas indígenas.

Então, eu queria deixar um pouco aqui essa reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a primeira geração, inclusive de...

Nós já temos uma turma significativa de indígenas enfermeiros formados. Eu mesmo tenho, acho, uns três ou quatro sobrinhos formados em curso de Enfermagem, mas não curso de Enfermagem específica. Infelizmente, um sobrinho meu, que trabalha na minha aldeia, onde eu nasci – eu o visitei nas férias passadas –, exatamente pela formação sem nenhum viés intercultural, a única coisa que ele sabe é aplicar os remédios de farmácia, do branco. Nada mais que isso, porque a formação dele foi totalmente voltada para isto: formação centrada na biomedicina, que nós chamamos de formação eurocentrada, sem nenhum diálogo, sem nenhuma articulação exatamente com os tratamentos, com as terapias, com os modos de cura tradicional, não é? Eu sempre fiquei com muita preocupação com relação a isso. Estou ficando praticamente ancião, mas que maravilha ainda poder ver uma geração de enfermeiros e médicos indígenas! Espero que, em breve, tenham essa formação, portanto, com essa prática efetivamente intercultural. Agora, é um desafio enorme, tá, parentes indígenas?

Eu queria expressar a minha compreensão do que é uma formação verdadeiramente intercultural, uma formação em saúde verdadeiramente intercultural, que eu costumo chamar intercientífica, portanto, que articula várias ciências.

Eu gostaria de ver enfermeiros e médicos indígenas atuando, seja na aldeia, seja em hospitais de municípios, de estados, que pudessem atender nessas duas perspectivas; excelentes médicos indígenas na formação acadêmica biomédica. Eu não abro mão disso. Nossos profissionais indígenas têm que ter excelente formação nos conhecimentos acadêmicos tradicionais da academia – excelentes cirurgiões... –, mas que sejam também excelentes na formação e no tratamento tradicional.

Eu costumo dizer que o nosso orgulho de ter enfermeiro e médico indígena intercultural é que ele é um médico melhor formado. É sempre mais, nunca menos, porque, vejam, o enfermeiro não indígena só tem a formação da enfermagem acadêmica tradicional. Agora, imagina a beleza de um indígena enfermeiro intercultural: além de ter todo um bom domínio dos conhecimentos acadêmicos, como os não indígenas – até aí são iguais –, esse profissional indígena é mais. Por quê? Porque além de ter esse domínio acadêmico da ciência médica, biomédica, ele também tem bom domínio, excelente domínio das outras formas de cura, das outras concepções de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quer ver uma coisa? Eu acho que a destruição do nosso planeta, dos nossos recursos naturais, tem a ver com isso, porque na minha concepção, na concepção baníua, saúde não tem a ver apenas com os humanos. Saúde, para os baníua, tem a ver e muito a ver com os não humanos. Muitas doenças de que os humanos são acometidos vêm da natureza, vêm do território, vêm dos espíritos, vêm dos encantados. Isso os médicos da academia não entendem, não levam em consideração. E aí, quando vão tratar o paciente indígena, tratam pela metade. Tratam apenas aplicando o remédio, mas eles não tratam essa outra parte que é própria dos povos indígenas.

Então, eu queria deixar a minha alegria, a minha felicidade de poder participar aqui. Vim aqui também, Profa. Ana Cláudia, exatamente para aprender, porque, como a gente vai estar nesse processo de construção da universidade indígena, é hora de a gente pegar tudo o que a gente já tem de experiência, de inovações, para a gente poder pegar o que tem de melhor e colocar dentro da universidade.

Então, mais uma vez, quero agradecer e cumprimentar, de forma muito carinhosa e honrosa aqui, a Senadora Damares. Mais uma vez, agradeço o apoio nesse processo de construção e aprovação da universidade indígena.

Muito obrigado.

Um abraço a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prof. Gersem, que maravilha, que maravilha ouvir o senhor falar desse jeito.

Eu tenho um grande respeito pelo fórum, um grande respeito. Acompanho os nossos estudantes da forma que posso. Inclusive, nossa Fabizinha, que já fez seu mestrado, está hoje sendo contratada pelo Governo do GDF – a nossa Fabizinha.

O SR. GERSEM BANIWA (*Fora do microfone.*) – E vai para doutorado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vai para doutorado.

Então, assim, é uma alegria.

Aí, Prof. Gersem, eu não sei quando é que o senhor vai lá à universidade conhecer o curso deles. Mas se coincidir e eu tiver condições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (*Fora do microfone*.) – Ele disse que vai em...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se eu tiver condições, eu tiver agenda, eu quero ir junto com o senhor, para a gente passar lá uns dois dias com os estudantes.

Vou dizer uma coisa – o senhor destacou –: é para lá de uma formação.

Eu vou contar uma experiência para vocês que acontece aqui com os nossos enfermeiros indígenas.

Yakagi, o respeito que vocês têm pelos idosos, isso tem que estar no currículo, professora, porque os nossos enfermeiros indígenas que estão trabalhando aqui em hospitais – quero falar isso para o Coren e para o Cofen –, quando eles estão atendendo pacientes, na hora em que aquele paciente, especialmente o idoso, recebe alta, a família quer o telefone do enfermeiro indígena para que esse enfermeiro dê assistência lá na casa, como cuidador de idoso, no final de semana, fazer plantão à noite. Por quê? Pela forma como eles lidam com a pessoa idosa. Eu acho que o Brasil não consegue entender como os povos respeitam o idoso. Se a gente tem esse respeito pelos ancestrais, imaginem pela pessoa idosa? E eles levam isso para o curso no dia a dia.

Então, assim, gente, eu preciso que o Brasil entenda a importância do que o professor destacou: o conhecimento tradicional com a ciência, essa junção dá certo demais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito mais. Dá muito certo. Eu, por exemplo, quero ser cuidada pela Kedima. Kedima, eu vou atrás de você. Quando eu precisar de um cuidado mais intensivo, eu vou atrás de você, Kedima. Vocês viram a emoção que ela colocou aqui? O próprio Yakagi.

Eu quero destacar, professora, que estão aqui no plenário dois técnicos da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Está aqui a Dra. Vanessa e está aqui o Dr. Esequiel. Eu sou Presidente lá da Comissão. Esta audiência não aconteceu em parceria, mas eles vieram. Inclusive, o Dr. Esequiel morou anos com os povos. Ele é de Rondônia. Ele morou com povos da Amazônia. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entende muito e ele sempre sonhou com isso. Ele sempre sonhou com a junção do conhecimento tradicional com a ciência.

Eu quero agradecer e, nos próximos debates, eu quero muito que a Comissão de Direitos Humanos seja acionada também, tá?

Eu quero registrar a presença do Frederico Vieira Campos, Coordenador-Geral de Assuntos Federativos do Ministério dos Povos Indígenas.

Obrigada, Frederico, por estar conosco.

E eu quero dar uma boa notícia! A assessora parlamentar do Cofen me parou ali – eu fui ali atrás –, dizendo que o Presidente já ouviu o que nós falamos aqui sobre essa questão da anuidade, e ele já quer que eu faça uma indicação, que a gente converse com o Cofen sobre isso. Quem sabe, Cofen... (*Palmas.*)

... a gente trabalhar, Dr. Manuel? Quem sabe uma indicação de uma emenda parlamentar, se é possível, dos alunos que se formarem já terem a primeira anuidade garantida aí do Cofen? Nós vamos estudar uma forma de resolver este problema, nós vamos... Está vendo, Ana Cláudia? Já temos o encaminhamento da audiência pública.

Obrigada ao Presidente do Cofen. Muito obrigada.

E agora a gente vai ouvir, com muito carinho, o Prof. Adailton Alves da Silva, representante da Reitoria da Universidade do Estado do Mato Grosso, que está aí ansioso, acompanhando desde o início.

E quero aproveitar, professor, e enviar um abraço para a nossa Reitora, Profa. Vera. Dá um abraço nela e diz a ela que o Brasil está encantado com o que está vendo aqui. Parabéns à Universidade Estadual do Mato Grosso pelo trabalho que está fazendo com a formação desses alunos.

Prof. Adailton, por dez minutos, é uma honra recebê-lo.

E depois a gente só tem mais um orador.

O SR. ADAILTON ALVES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

É com imensa alegria que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vocês me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ADAILTON ALVES DA SILVA (*Por videoconferência.*) – É uma imensa alegria estar neste momento e gostaria de, em primeira mão, trazer o abraço fraterno, apertado, da nossa Reitora, Profa. Vera Maquêa. Por outro motivo – a agenda –, ela não pôde participar; ela gostaria muito. Quero também trazer um abraço do nosso próximo Reitor – já o temos eleito –, que é o Prof. Ariel, que assumirá em 1º de janeiro. Consequentemente, ele já está tomando pé dessa pauta, dessa discussão. Então, eu queria primeiramente trazer esse abraço dessas duas pessoas, que gostariam muito de estar nesse espaço discutindo essa temática tão importante para o Brasil e para o mundo.

Também queria aqui agradecer e parabenizar pela iniciativa o Senador Wellington Fagundes; pela Presidência desta sessão a Senadora Damares; pela condução da Senadora Teresa Leitão nesta Comissão, que é muito importante. Então, de certa forma, a gente fica muito agradecido por esse espaço.

Ouvir todas essas pessoas traz para a gente um motivo muito alegre de estar participando desse processo. Quando o Gersem dizia da sua participação em Barra do Bugres, eu me lembro muito bem. Eu começo também aqui, em Barra do Bugres, na primeira turma, em 2001, e eu me lembro da primeira reunião que a gente teve para discutir educação escolar indígena na universidade no Brasil, em 31 de agosto de 2001, quando a gente começa essa ideia. Então, já vai para 25 anos e, hoje, perceber a importância dessa ideia que foi colocada – essa semente lá atrás e o fruto que a gente tem colhido atualmente – é uma coisa muito grande.

Eu costumo dizer que essa caminhada é uma caminhada em que muitas mãos foram colocadas. Eu começo pensando lá na primeira reunião que fizemos, em 1997, no Seminário de Educação, em que o Governador Dante de Oliveira – saudoso Dante de Oliveira – anuncia o apoio que daria para essa iniciativa da universidade.

E, de lá para cá, como bem já disse a Ana, muitas pessoas já se formaram na Unemat. Mas eu queria até pegar um pouco da fala do Gustavo: não é só se formar, é se tornar pessoas mais dignas, mais importantes no seu contexto, onde cada um está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a primeira pergunta que a universidade foi questionada, em 2001, foi a seguinte: será que esses alunos indígenas, ao terminar o curso, eles voltam para aldeia? Hoje, nós temos a resposta. Desses números que a Ana apresentou, 570 profissionais da educação, todos estão na aldeia. Nós temos professores com doutorado trabalhando na educação infantil dentro do Parque Nacional do Xingu. Essa é uma experiência que talvez poucas escolas do Brasil tenha: uma pessoa qualificada, com formação, preocupada com a educação básica lá da sua aldeia. Então, esse é o resultado que a gente começa a perceber. Essa pergunta foi feita há 25 anos, e nós temos hoje uma resposta.

Temos certeza, isso já foi falado aqui, de que esses profissionais que estão nos ouvindo terão a mesma perspectiva, estão... (*Falha no áudio.*) ... com essa demanda quando eles são colocados. Como o Yakagi disse: eles não representam apenas a sua vontade acadêmica de fazer um curso, eles representam a vontade de um povo, de uma nação, de pessoas que estão lá na base.

Então, esse trabalho... E até digo que não é um mérito simplesmente da Unemat – lógico, tem o mérito da Unemat e dos parceiros –, eu coloco o primeiro mérito no movimento indígena. É um movimento que nasce lá na década de 90, e hoje nós temos este momento em que abrimos a discussão para o Brasil, mas é uma conquista dos povos indígenas; e sempre gosto de lembrar disso, nós sempre fomos demandados.

E, tendo isso claro, nesses 25 anos o que a gente tem feito na universidade é ouvir. É ouvir. Talvez, se eu pudesse dar uma dica aos novos cursos, às novas demandas que a gente está pleiteando, a escuta é a primeira atitude, porque a universidade não sabe fazer todas as formações, como bem disseram vários colegas – o Gersem colocou muito bem –, cada povo tem uma maneira específica de lidar com a saúde, com a vida, com a morte e com a transcendência. Então a universidade não tem condição de fazer isso sozinha.

Eu acho que pensar numa formação como essa, seja na educação, seja na enfermagem, ou em outros cursos que o Brasil se projeta para atender a essa demanda reprimida há 500 anos, eu acho que a gente deve partir da escuta. E o Gersem até referiu já um pouco nesse processo: dos 22 seminários, tive a oportunidade de participar de uns dois ou três em Mato Grosso, estive em outros, participando... Então é a partir disso que a gente está fazendo a metodologia desse trabalho que a universidade tem feito, 25 anos de formação de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu até comento, brinco com a nossa reitora: essa Unemat tem umas coisas de louco, umas loucuras, abrir um curso indígena. Não tinha modelo nenhum no mundo – o Marcelo até nos falou que fez uma pesquisa –, em lugar nenhum do mundo tem uma experiência como essa, então não temos como copiar ou perguntar como que alguém fez.

Então é aquilo que a gente fala na zona rural: a gente vai abrindo a picada e levando as primeiras ferroadas, mas a gente gostaria que as que virão atrás das primeiras ferroadas não sejam essas mesmas, sejam outras.

Então eu queria muito parabenizar essa iniciativa dos Senadores, parabenizar essas pessoas que estão aí sentadas e estão ansiosas para logo terminar esse curso, que são nossos alunos; dizer que a universidade, nas palavras da Profa. Vera e também do Prof. Ariel, que deu carta branca para que esse curso fosse conduzido dessa forma... E pensar em buscar parceria, como a gente já bem falou na fala da Ana, porque é um curso que tem a necessidade de ter uma rede para amparar uma política como essa. A universidade sozinha não dá conta. Então é isso que a gente busca.

E quero dizer também que o que a gente fez não é um modelo; a gente só está buscando parceria para que, neste Brasil – não só no Mato Grosso, mas em todo o Brasil –, tenhamos essas demandas atendidas, como a Yakagi já disse no seu discurso, que os alunos indígenas sejam atendidos, como o Gersem disse, e os enfermeiros indígenas tenham essa perspectiva de uma formação voltada para o seu povo e sua interculturalidade.

Então, a universidade lança essa semente em 2001 e vem molhando, gota a gota, Senadora, esses 25 anos, para que essa planta não morra e que dê fruto. Então esses frutos que a gente colhe hoje a gente gostaria de multiplicar e replantar, para – quem sabe? – a gente ter um sítio ou uma lavoura, como a gente bem pode assim entender.

Eu agradeço pelo espaço e volto a dizer do apoio que a universidade tem dado – a Profa. Vera deixou um abraço muito carinhoso para todos que estiveram aqui. Quero dizer que a universidade está de portas abertas e fazer o convite, como a Ana disse, à Senadora, ao Gersem e aos demais que estão nos ouvindo pelo Brasil afora, para virem até Barra do Bugres conhecer um pouco da nossa luta e do nosso desafio no dia a dia, e não só em Barra do Bugres, porque, como já foi apresentado, o curso acontece lá na aldeia. Só tem dois momentos do ano em que o aluno vem para a universidade fazer esse fechamento do que é demandado lá na base. É no chão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da escola, é no chão da aldeia, é no chão (*Falha no áudio.*) ... que acontece a educação e também a saúde indígena.

Então eu deixo aqui um abraço fraterno, e a universidade está de portas abertas para continuar a discussão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Prof. Adailton. Foi uma honra; e transmita à reitora o nosso abraço.

Nós vamos ouvir agora, por último, o Prof. Fernando Augusto Kreismann. Eu acho que eu acerto; não é a primeira vez que eu tento falar seu nome. Ele é o Coordenador-Geral de Projetos Estratégicos de Articulação Institucional substituto do MEC.

Professor, estava aqui no auditório também e ficou uma boa parte – eu acho que ela precisou se ausentar – uma das instituições que trabalha com altas habilidades e superdotação. E, Profa. Ana Cláudia e Prof. Gersem, nós aprovamos, recentemente – está fresquinha –, a política nacional para os alunos com superdotação e altas habilidades. E vou lhe dizer uma coisa, Prof. Gersem: no meio, aqui, desses alunos tem gênios, e nós precisamos também fazer essa integração da política das altas habilidades, Prof. Fernando, com esses alunos. Nós temos cientistas sentados aqui, anônimos, e o Brasil infelizmente perde esses grandes cérebros.

Aqui do outro lado, gente, aqui na outra Comissão, está acontecendo uma audiência pública com aquela cientista jovem que inventou, brasileira, uma canetinha que descobre se a pessoa tem câncer ou não, com uma caneta. Coloca-se a caneta na pele, na hora de uma cirurgia, para identificar se essa pessoa tem ou não um câncer. Uma menina brasileira. Está aqui, uma cientista aclamada pelo mundo inteiro (*Palmas.*), está aqui sentada do lado, e a gente sabe que tem, entre esses alunos, jovens alunos, adultos, jovens e adultos com altas habilidades, superdotados, e a gente precisa identificá-los nesse curso e eles precisam ter um tratamento e um investimento especializado.

Então, Prof. Fernando, outra coisa que ficou combinada aqui nesta Comissão é que a Universidade Indígena seria avaliada constantemente, porque a gente está cansado de criar equipamentos no Brasil, especialmente voltados para os povos, que depois não são o que a gente sonhava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim foi com a Sesai. Eu andei nos corredores desta Câmara e Senado em 2007 e 2008 para a gente criar a Sesai, porque a gente entendia que tinha que ter uma Secretaria Especial de Saúde Indígena. Nós criamos a Sesai, e a gente ainda vê a Sesai sem concurso público, sem servidores efetivos, a gente vê todo o problema da Sesai. Quando a saúde era feita só pela prefeitura, era uma dificuldade, gente, o recurso sumia. Vocês se lembram da época da Sudam, como era difícil. Agora temos uma Sesai, mas é a Sesai que a gente sonhou? É a Sesai que este Congresso aprovou?

Agora a gente aprovou a Universidade Indígena, mas a gente já aprovou com o seguinte critério, Professor: ela vai ser avaliada todo ano aqui na Comissão de Educação. A implementação, o recurso, a eficiência, a eficácia, porque nós não vamos só aprovar e abandoná-los, Prof. Gersem, nós precisamos acompanhar a Universidade Indígena.

Então, nós vamos ouvir agora o MEC, Prof. Fernando, o senhor tem seu tempo de dez minutos. Ficou de castigo, foi o último – está vendo? –, ficou de castigo porque tinha que ouvir todo mundo antes.

Seja bem-vindo, Professor.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PIMENTA KREISMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Cumprimento a Exma. Sra. Senadora Damares Alves, que preside a audiência; cumprimento a Profa. Ana Cláudia Trettel, Coordenadora do curso de Enfermagem Intercultural Indígena, da Faind, da Unemat; cumprimento o Prof. Gersem Baniwa, da Universidade de Brasília, minha *alma mater*, com quem tenho a honra de integrar a comissão de implantação da Universidade Federal Indígena; e cumprimento, em especial, os estudantes e representantes dos povos indígenas que estão aí presentes.

Bom dia a todas e todos.

Inicio aqui agradecendo à Senadora Teresa Leitão e ao Senador Wellington Fagundes pelo convite. Eu sou o Fernando Kreismann – quase acertou, Senadora – da Secretaria de Educação Superior do MEC. Estou aqui representando o Secretário, o Prof. Marcus Vinícius David, a quem agradeço a confiança pela indicação de estar aqui falando com os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Integro uma unidade da Sesu que é responsável pela gestão de projetos estratégicos, entre os quais estão a criação de novas universidades, como a Universidade Federal do Esporte, cujo projeto de lei está em tramitação nesta Casa; e a Universidade Federal Indígena, a Unind, que foi sancionada pelo Presidente Lula há menos de duas semanas, tem pouco tempo.

É uma honra poder falar sobre esse projeto que é tão estratégico para o próprio país, que representa, ao mesmo tempo, um ato de reparação histórica e um reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais e da possibilidade de articulação destes com o conhecimento científico produzido na academia. A universidade vai operar como um locus de encontro epistêmico.

Senadora, a criação da Unind é, antes de tudo, fruto da cooperação interinstitucional e de escuta pública; uma escuta que levou mais de uma década para se converter em lei. Os primeiros debates ocorreram em 2010, no âmbito da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, quando foi instituído um grupo de trabalho. Infelizmente, ficou parado por quase uma década.

Em 2023, os Ministros Camilo Santana – agora novamente Senador – e a Ministra Sonia Guajajara, do MPI, retornaram ao debate com um renovado compromisso político, em pactuação com o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (Fneei). E, a partir de então, foram criados dois grupos de trabalho: um instituído em 2024 e o outro em 2025, que conduziram um processo de construção coletiva, que foi exemplar em termos de participação social.

Foram mais de 20 seminários regionais – o Prof. Gersem citou esses seminários –, em todas as cinco regiões do Brasil. Foram, ao todo, mais de 3 mil pessoas que participaram diretamente: lideranças indígenas, pesquisadores, professores universitários. Foram ouvidos povos de todos os biomas e de todas as regiões. Isso é política pública construída de baixo para cima. O resultado desse processo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em fevereiro, e pelo Senado Federal, agora em maio.

A Unind nasce com legitimidade institucional e social, nasce com sede em Brasília, mas com possibilidade de ser *multicampi*, ou seja, de ter *campi* em diversos lugares. Deve ter reitor e vice-reitor obrigatoriamente indígenas, processos seletivos próprios que assegurem a representação dos povos indígenas.

A universidade estava prevista para iniciar em 2027, com *a priori* dez cursos de graduação em diversas áreas, entre elas a área da saúde, atendendo 2.800 alunos, mas eu não poderia falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Unind, sem antes falar de quem chegou antes e desbravou caminhos. O curso de bacharelado em enfermagem intercultural indígena, da Faindi, é o primeiro curso dessa natureza no mundo – não no Brasil, no mundo –, criado a partir de uma demanda genuína dos próprios acadêmicos indígenas que já frequentavam a Faindi, com vagas destinadas exclusivamente a indígenas em terras reconhecidas no Mato Grosso.

A Coordenadora do curso, Profa. Ana Cláudia Trettel, esteve conosco aqui, no Ministério da Educação, recentemente para discutir sobre o curso e futuras parcerias com a Unind. Eu gostaria aqui de parabenizá-la publicamente por essa iniciativa e pela coragem institucional da Unemat, por ter construído algo que precisa ser estudado e replicado, assim como se faz com todas as boas práticas.

Identificamos algumas dimensões concretas de convergência e de parceria entre a Faindi e a Unind. A primeira é referência de modelo. Quando a Comissão de implantação da Unind – composta por representantes do MEC, do MPI, da Funai, da Andifes, que é a associação que congrega os dirigentes de universidades federais, e da Fneei – iniciar seus trabalhos de definição dos cursos de graduação, ela vai necessitar de modelos pedagógicos consolidados, e a Faindi é o único modelo operacional em funcionamento no campo de saúde intercultural indígena no país. Os alunos da primeira turma já estão no sexto semestre. É um projeto pedagógico que já está testado na prática, e isso tem grande valor. A outra é de princípios compartilhados entre as duas instituições. Ambas as iniciativas partem da mesma premissa epistêmica: de que o conhecimento científico e o saber tradicional não são excludentes, são complementares. Ambas foram construídas a partir da demanda das próprias comunidades indígenas. Ambas afirmam interculturalidade não como concessão, mas como método.

A Unind nasce com esse princípio inscrito em lei. Está lá na lei que criou a instituição que ela deve ser intercultural e deve respeitar os saberes tradicionais.

Por fim, há uma busca pelo protagonismo indígena na gestão. A lei que criou a Unind determina que o reitor e o ex-reitor sejam, obrigatoriamente, docentes indígenas. Trata-se de um marco histórico na governança das universidades federais brasileiras.

A propósito, a portaria que criou a comissão de implantação possibilita convidar representantes de outros órgãos e entidades indígenas, indigenistas, públicas e privadas, além de com especialidade e notório conhecimento sobre as atribuições da universidade e da comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido – acredito que eu não posso falar pela comissão, porque eu apenas integro a comissão; o Prof. Gersem também –, será possível convidar a Profa. Ana Cláudia Trettel e a equipe da Faindi para que eles venham a Brasília e participem das reuniões da Comissão, para que sejam trocadas ideias e experiências.

Por fim, eu gostaria aqui de ressaltar: o Brasil tem 305 povos indígenas, 274 línguas vivas. Esses povos produziram e continuam produzindo conhecimento sobre saúde, sobre território e sobre convivência com o meio ambiente há séculos. A Unind e o curso da Unemat não são favores que o Estado brasileiro faz aos povos indígenas. Ao contrário, é um reconhecimento tardio; o Estado tinha uma dívida que está finalmente começando a ser paga.

Agradeço novamente a Comissão pela iniciativa de realizar esta audiência e reitero o compromisso da Secretaria de Educação Superior de continuar construindo, junto aos povos indígenas – ao MPI, ao Fneei, à Funai –, que a universidade indígena seja a mais plural e justa possível.

Viva a educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor. Obrigada.

Nós estamos indo para o final de nossa audiência. O que eu vou fazer? Nós vamos devolver a palavra para... – Quando o Senador Wellington estiver pronto, me avisa, tá?

Nós vamos devolver a palavra para os convidados por dois minutos, três – só a Professora é que tem que responder três perguntas –, só para agradecimentos e considerações finais, está bom?

Então, nós vamos devolver a palavra para a Profa. Ana Cláudia Pereira.

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Agradeço imensamente por todos que se fizeram presentes e os que estão remotamente, Prof. Adailton, Dr. Fernando – que alegria te ver novamente. Com certeza vai ser uma honra... Saiba que a Unemat está aqui para dar as mãos para todos, e que a gente possa construir juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como o Prof. Adailton disse, nós não temos nada pronto, nós estamos construindo e aprendendo a cada dia.

Muito obrigada.

Eu vou responder rapidamente as três perguntas que estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fala o nome e o estado, tá?

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL – Está joia, vamos lá.

A primeira que foi feita para nós é a seguinte: "Como expandir o modelo intercultural da Unemat para o Brasil, preservando [os] saberes indígenas e fortalecendo a assistência em saúde?". É o Maycon, do Rio de Janeiro.

Para que a gente possa expandir esse modelo, começa por essa caminhada, em que a gente começa a dar as mãos para uma estrutura e para parceiros que antes nunca foram procurados. Antes de a enfermagem existir, não tinha como a gente dar as mãos para a Sesai, por exemplo, para os DSEIs, para os CONDISIs, para as Secretarias de Estado de Saúde, e então construir parcerias, buscar recursos. Porque todas as nossas turmas são financiadas como turmas únicas, então nós precisamos de recurso para fazer esses convênios e parcerias para que os projetos aconteçam, e principalmente desse reconhecimento desse espaço que nós estamos tendo aqui.

Então, é muito importante esse espaço que foi concedido para nós aqui no Senado Federal. A partir daqui, a gente pode desenhar com o MPI e o nosso Gersem, que está aqui ao nosso lado – vai nos visitar em julho, porque ele já fez o compromisso –, e tenho certeza de que a gente vai conseguir construir essa expansão.

A Darien, do Paraná, perguntou também: "Como [...] [a gente expandiria, que] modelo [vai ser nacional] [...]?".

Nós não sabemos. Nós já desenhamos, junto com o Cofen, umas três possibilidades, pensando na distribuição do país, mas isso só ampliando os diálogos, trazendo as nossas ideias a partir do que deu certo, porque cada território indígena, cada região tem uma demanda e um desafio diferentes que a gente vai precisar construir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta achei muito interessante. A Maria, aqui do Distrito Federal, mandou a seguinte pergunta, Senadora: "Quais são as estratégias para garantir que os recém-formados fixem residência e atuem em suas aldeias?".

Eu acho que a provocação que a senhora fez, e o nosso querido Dr. Manoel Neri, que está nos recebendo no Cofen, Senadora – o Cofen já é a casa desses 49 alunos, nós estamos lá desde segunda-feira –, já sinalizou essa primeira forma de incentivo – para fixar, talvez –, da anuidade que nós temos que pagar enquanto profissionais de saúde para os nossos alunos indígenas recém-formados, esse caminho.

E, também, como que a gente vai fixar? Ouvindo a experiência do Prof. Adailton, porque a nossa universidade já tem... Os 570 profissionais da educação formados estão fixados. Então, como? Preparando-os para o mercado de trabalho. Lembrando que os nossos alunos aqui... A senhora falou: "Eu os quero como cientistas", né? Pessoal, levantem e virem de costas. O que está escrito na camiseta de vocês? Está escrito "pesquisador", porque nós temos um projeto de pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, olha aí! (*Palmas.*) Fantástico!

A SRA. ANA CLÁUDIA PEREIRA TERÇAS TRETTEL – Nós temos um projeto de pesquisa aprovado pelo PPsus, financiado com todos esses parceiros, Senadora. E todos eles são pesquisadores, eles já estão escrevendo o TCC. Nós já estamos com produtos que estão na língua portuguesa e estamos traduzindo para a língua indígena também. Então, é assim que nós vamos fixar: capacitando, para que eles saiam com excelência.

E, como eu disse no início, eu vou reforçar aqui: eles não estão sendo formados para ficar só na aldeia. Nós queremos que vocês estejam aqui como o nosso querido Edilson, ocupando espaços, escrevendo políticas públicas. (*Palmas.*) Queremos que a Sesai seja, no futuro, só composta por vocês, enfermeiros indígenas. Este é o nosso sonho: que todos os enfermeiros que atendam no território sejam enfermeiros indígenas e que vocês venham para o meu lugar formar novos enfermeiros indígenas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora.

Gustavo, dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

O SR. GUSTAVO HOFF (Para expor.) – Agradeço a oportunidade de participação pela Sesai, eu queria agradecer imensamente. Eu fiquei muito contente com todas as falas e essa mobilização, porque eu acho que esse é um passo importante de integração institucional. Acho que a gente precisa pensar nessa integração, tanto interfederativa como intersetorial, para dar andamento a essa política tão importante.

Eu queria, também, responder a algumas questões aqui, começando pela Maria, de Minas Gerais: "Como tratar a saúde dos [povos] indígenas sem interferência em seus costumes e crenças?".

É muito do que já foi dito aqui. Eu acho que é na centralidade da interculturalidade – e é disso que a gente está falando aqui –, que é o diálogo entre saberes, e não a substituição do conhecimento. Então, eu acho que esse é um princípio fundamental e que precisa se materializar em todas as nossas ações. Eu acho que esse curso traz muito bem isso, o diálogo entre saberes de forma intercientífica, e isso possibilita que a gente tenha profissionais de saúde que, de fato, tenham domínio em ambas as perspectivas, como o Prof. Gersem trouxe para nós.

Outra questão é a do Marinildo, do Mato Grosso: "Quais impactos sociais e sanitários a adoção nacional do modelo da Unemat pode gerar para comunidades indígenas em diferentes regiões?".

Esse modelo já traz impactos bastante significativos sociais do ponto de vista do processo de cuidado. Termos profissionais e garantir a permanência desses profissionais nas suas aldeias, nos seus povos, isso gera um impacto social fundamental. Um impacto social e sanitário também é o reconhecimento, a possibilidade de formação desses profissionais no mercado de trabalho, na área da enfermagem. Então, eu acho que esse modelo nos proporciona não só a permanência do profissional – contribuir para a permanência –, mas também ter um processo de cuidado mais qualificado para os povos indígenas.

Eu também estou com a pergunta da Maria, do Distrito Federal, e eu queria abordá-la na perspectiva da fixação. Então, repito: "Quais são as estratégias para garantir que os recém-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

formados fixem residência e atuem em suas aldeias?". Eu queria tratar esse tema porque a fixação depende de múltiplos fatores, como nós sabemos. A formação intercultural é fundamental e influencia bastante, mas também o trabalhador quer saúde, quer segurança, quer se sentir seguro, quer valorização profissional. Então, a Sesai tem hoje investido muito em rede de apoio psicossocial – já disponibiliza para os trabalhadores indígenas por meio da AgSUS. A Sesai também tem políticas de valorização e de acompanhamento de saúde e segurança em todo o território nacional. Então, é muito importante trazer o que tem sido desenvolvido, pensando a perspectiva da fixação como múltiplos fatores. Para isso, a gente precisa de desenvolvimento de política pública, de acompanhamento nas mais diversas dimensões, e a Sesai tem feito isso muito bem desde 2023, proporcionando aos trabalhadores maior segurança, maior conforto no trabalho, condições de trabalho mais dignas, um trabalho digno e decente. Eu acho que isso é fundamental e merecido para todo e qualquer trabalhador no nosso país, sobretudo no subsistema de atenção à saúde indígena.

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Gustavo.

Prof. Marcelo, Dr. Marcelo Carvalho, da Cofen, para agradecimentos... (*Pausa.*)

Marcelo, só um instantinho. O Senador quer entrar agora – ele está em trânsito. O Senador Wellington quer fazer a fala dele, depois eu lhe devolvo a palavra.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senadora Damares... Senadora Damares?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Senadora Damares, eu quero aqui agradecer muito esta oportunidade e principalmente à senhora, minha colega, minha companheira de partido, que tão bem defende a causa que nós estamos aqui discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na história da Senadora Damares, a defesa dos povos indígenas, a proteção das comunidades mais vulneráveis e também a valorização da dignidade humana são a sua marca. Sua presença e também a sua condução nesta manhã, com certeza, enriquecem e muito este debate e demonstram a importância que esse tema tem para o Senado Federal.

Por isso, eu quero aqui agradecer à Presidente da Comissão de Educação, a Senadora Teresa Leitão; também a Reitora Vera Maquêa; e a Profa. Ana Cláudia, que falou tão bem – mas tão bem, né?

Por isso, Ana Cláudia, eu quero aqui parabenizá-la pelo seu incentivo e também aos representantes da Cofen, da Funai, da Sesai do Ministério da Saúde, às lideranças indígenas e, principalmente, aos estudantes, professores, pesquisadores e a todos que contribuíram com suas experiências e, principalmente, reflexões. Mesmo cumprindo uma agenda oficial fora de Brasília, eu fiz questão de estar presente e de não deixar de participar deste encerramento.

Ao longo desta audiência, ficou muito claro que o Curso de Enfermagem Intercultural Indígena da Unemat é muito mais do que uma experiência acadêmica – ao longo desta audiência, ficou muito claro – e que ele representa, então, um modelo de inclusão, de respeito à diversidade cultural e de fortalecimento da saúde indígena.

Ouvimos então relatos que nos mostram como a educação pode transformar vidas e como a formação de profissionais indígenas gera resultados concretos para as comunidades.

Como Senador de Mato Grosso, eu quero dizer que tenho orgulho de ver o nosso estado contribuindo com essa experiência tão inovadora e tão necessária para o Brasil.

Mas o mais importante é que este debate não termine aqui. Nosso desafio agora é transformar as ideias apresentadas em ações verdadeiramente concretas. Inclusive, agora em outubro, setembro, vamos fazer o orçamento do ano que vem, e também quero me comprometer de discutir no orçamento, colocar recurso para que esse programa tenha continuidade.

Então vamos continuar defendendo o fortalecimento da educação indígena, a ampliação das oportunidades de formação superior e o reconhecimento dos saberes tradicionais. E também o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde voltadas aos povos originários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a criação da Universidade Federal Indígena abre também uma nova página dessa história. E tenho convicção de que a experiência desenvolvida pela Unemat poderá contribuir muito para esse novo momento.

Então contem com meu apoio, contem com meu compromisso de continuar defendendo a educação como ferramenta de transformação social e de promoção da justiça. Contem também com meu trabalho em favor dos povos indígenas, da saúde, da inclusão e do desenvolvimento de um Brasil que respeite sua diversidade e valorize os seus povos.

Então, por isso, mais uma vez, eu quero parabenizar a Unemat pelo pioneirismo e, mais uma vez aqui, agradecer à Senadora Damares pela condução dos trabalhos e a todos que participaram dela pela qualidade de tudo que foi apresentado.

Deixo aqui então o meu abraço, o meu reconhecimento, a minha felicidade de ser proponente dessa audiência. E também agradeço a todos os membros da Comissão de Educação.

Grande abraço, felicidade, que Deus nos abençoe. E que a gente possa fortalecer, acima de tudo, a educação dos povos indígenas.

Muito obrigado, Senadora Damares. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, meu Senador. E obrigada por ter me escolhido para presidir esta audiência. Muito obrigada.

Vamos agora, na sequência, ouvir "Yaraki"?

O SR. YAKAGI KUIKURO MEHINAKU (*Fora do microfone.*) – Yakagi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Yakagi, Yakagi, para agradecimento.

Ah, era o Marcelo, desculpa. Marcelo, Marcelo, desculpa. Ficou no Marcelo. Marcelo, Cofen. Agradecimentos e considerações sinais.

O SR. MARCELO CARVALHO CONCEIÇÃO (Para expor.) – Rapidamente, quero só agradecer o convite ao Cofen, desta Comissão, ratificar o compromisso do Cofen com o apoio institucional a esse curso e a esse tipo de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a sua Presidência, Senadora. Muito obrigado pela brilhante condução.

Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento.

E renovo os cumprimentos do nosso Presidente, Dr. Carlos Neri, aqui nesta iniciativa.

Muito obrigado a todos. Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcelo. Você nos emocionou com sua participação. (*Palmas.*)

Yakagi.

O SR. YAKAGI KUIKURO MEHINAKU (Para expor.) – Então, eu quero agradecer à Ana Cláudia, primeiramente, aqui por esta oportunidade; agradecer também ao gabinete do Senador Wellington Fagundes, que está dando esse espaço para nós; e agradecer também à Senadora Damares.

Sempre eu assisto só na televisão, agora eu estou aqui ao lado do meu sonho, e ao lado do Gersem Baniwa. Meu irmão sempre fala dele, os professores falam dele, e hoje eu estou aqui com ele. Tudo isso eu quero agradecer, em nome de todos os alunos de Enfermagem Intercultural.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Kedima, para agradecimentos.

A SRA. KEDIMA MAIULUGUEDO XERENTE (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer à Senadora Teresa Leitão, que me enviou o convite do Sr. Senador Wellington Fagundes; à Coordenadora do curso, a Dra. Ana Cláudia; à Sra. Senadora Damares; e, mais uma vez, agradecer a todos os colegas que estão aqui presentes, por esta homenagem e por acreditarem na educação dos povos indígenas, para a qual foi feita esta homenagem hoje, esta audiência pública. Agradeço também a todos os que contribuíram para a criação e fortalecimento do nosso curso de Enfermagem Intercultural Indígena.

Levarei este momento comigo como um símbolo de esperança, luta e conquista. E que possamos ter mais mulheres na ocupação do ensino superior, na graduação. Que eles ocupem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

espaços não só na licenciatura, na enfermagem, mas também em outros lugares, sem nunca deixar de valorizar as raízes, a nossa cultura e os nossos povos.

Meu muito obrigado pela acolhida, pelo respeito e por compartilhar este momento tão especial.

Que Deus abençoe cada um de vocês!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Você está vendo, Prof. Gersem? Está vendo meus enfermeiros?

Senhores estudantes e pesquisadores, posso dar uma dica para vocês? Escutem só.

O sonho de toda mulher não indígena é ser bonita igual à mulher indígena. As mulheres não indígenas estão gastando muito dinheiro com xampu para ter o cabelo que vocês têm, estão gastando muito dinheiro com cosméticos para ter a pele que vocês têm. Então, vou dar uma dica, senhores pesquisadores, vou dar uma dica: criem o produto de vocês, mas não deem para ninguém. Vendam, fiquem ricos, milionários.

Atenção, senhores pesquisadores, olhem só: um dos grandes problemas nos hospitais são as escaras, as feridas nos corpos. Vocês cuidam dos seus pacientes na aldeia e eles não têm feridas. Olha, pesquisem isso. Vendam para a indústria farmacêutica as ideias de vocês – mas vendam caro, estão entendendo? Vocês são pesquisadores para revolucionar a ciência também. Está dado o recado.

Só deem para mim, tá? (*Risos.*) Mas, para os outros, vocês vendam. Porque eu não estou aqui só falando com estudantes, eu estou falando com pesquisadores que podem revolucionar a ciência. E vocês sabem: já foram à aldeia, já roubaram o conhecimento de vocês, no passado; já venderam lá para fora produtos de vocês, conhecimento, remédios de vocês.

Pois agora está na hora de vocês fazerem o caminho inverso: pesquisarem e ganharem dinheiro com isso. Não é isso, Prof. Gersem?

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora o Prof. Gersem para agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERSEM BANIWA (Para expor.) – De novo, quero agradecer à Unemat e parabenizá-la na pessoa da Profa. Ana Cláudia.

São duas mensagens. Uma é que para chegarmos até aqui foi um longo caminho. Acho que o Prof. Adailton deixou isso muito claro, né? E é resultado – sobretudo aqui dos meus parentes, estou vendo aqui muita gente jovem – de muita luta, de muita batalha dos nossos pais, avós, dos nossos ancestrais.

Eu fico muito feliz. Acho que dessa... Tem um intelectual quilombola de quem eu gosto muito, da ideia dele de confluência. Eu acho que estamos num momento de muita confluência. Eu fico até surpreso com a sensibilidade do Cofen, porque para nós, da minha geração, essas espécies de conselhos, que quase que são como sindicatos, eram um bicho de sete cabeças, até recentemente, porque parecia que eram contra tudo aquilo que a gente imaginava, aquilo que a gente pensava. Então, que bom que o Cofen está aqui.

Essa também é a sensibilidade do Senado. Eu já falei aqui. É importante valorizar muito essas conquistas. Gente, a Universidade Indígena, aqui no Senado, foi aprovada, que é uma coisa inédita. Não me lembro, em algum momento, de algum projeto de lei que tratasse de povos indígenas passasse, gente, numa votação com uma aprovação unânime.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E rápida.

O SR. GERSEM BANIWA – Rápida, dois meses, somando total na Câmara e no Senado. No Senado, particularmente, foi unanimidade no voto e na defesa da Universidade Indígena. Não teve um pronunciamento no Senado que questionasse, que tivesse alguma dúvida. Que coisa maravilhosa! Acho que esses momentos de confluência são importantes no movimento, na luta dos povos indígenas. Acho que é até amadurecimento. Porque a nossa chegada na Universidade fez a gente amadurecer, como cidadão, como quem pensa, articulando exatamente esse mundo que é diverso.

Por isso são importantes esses caminhos que foram abertos pela Unemat, 25 anos atrás, na contagem do Prof. Adailton, junto com a outra universidade que foi muito irmã, parceira, naquela época, a Universidade Federal de Roraima. Então, acho que é um momento extremamente rico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, concluo dizendo que nós temos um desafio. Temos avançado muito para pensar para os nossos povos indígenas. A gente precisa influenciar muito. Tem até uma pergunta aqui da Darien, do Paraná. Esse modelo intercultural tem que inspirar, tem que parar nas universidades tradicionais. Não basta ser apenas para indígenas, tem que ser também para os não indígenas, tem que ser também para os brancos, para outros segmentos. Por quê? Por isso – e concluo a minha mensagem: formar excelentes profissionais de saúde de outras áreas, com excelência, não deve e não vai apenas, gente, beneficiar os povos indígenas, deve beneficiar também o povo brasileiro, o nosso país Brasil e, por que não, o mundo. A gente precisa de todos esses saberes, de todos esses conhecimentos juntos. Juntos, somados, nunca diminuindo. Costumo dizer que na matemática dos indígenas não tem diminuição, não tem divisão, só tem soma, só tem multiplicação, porque a gente nunca tem que diminuir, só tem que multiplicar, só tem que somar. E os saberes são isso. Saberes complementares, saberes plurais, interculturais. Os povos indígenas ganham, nós indígenas ganhamos, mas o Brasil ganha e o mundo ganha.

Então, muito obrigado por este momento.

Parabéns ao Senado, aqui na pessoa da Senadora, e à Unemat!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor.

Professor Adailton, dois minutos para considerações finais.

O SR. ADAILTON ALVES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só queria agradecer pela oportunidade de estar aqui, de ouvir tantas falas potentes, que podem, como bem disse a Senadora, se transformar em experiências bem-sucedidas.

Eu concordo com o Gersem, porque eu acho que este momento, como o Antônio Bispo já dizia, é uma confluência de várias ideias, um momento oportuno. E quero dizer que foram 25 anos. Esperamos que venham outros 25 anos com novas experiências, com mais gente entrando nessa canoa para ajudar a remar, porque todos esperam que a educação seja libertadora, como dizia Paulo Freire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é nesse sentido que eu coloco aqui que a universidade está encorajada para esse novo desafio. Qual é o novo desafio? É esse que os colegas já colocaram aqui, de se oportunizar o ensino superior, mas não anular a ciência que lá está.

Quando o Gersem fala da matemática indígena, eu que sou da matemática e gosto muito disso, costumo dizer, Gersem, que nos povos indígenas o primeiro algoritmo matemático que se ensina é a divisão. Quando o pai chega com uma caça, a criança aprende, vendo os pais, a dividir aquela caça. Um pedaço vai para um, outro pedaço vai para outro. Essa divisão acontece em primeira mão, para depois somar.

Então, que essa esperança, que essa matemática seja, de fato, a matemática da partilha, e não somente a da divisão, porque nós estamos partilhando as experiências e ideias para ter essa confluência, como disse o Antônio Bispo.

Parabéns pela iniciativa do Senador, pela Presidência da Senadora Damares!

E quero dizer que a universidade está de braços abertos para continuar essa luta e essa utopia de um dia melhor para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor Adailton.

E a gente ouve agora, no final, o Prof. Fernando.

Dois minutos para agradecimentos.

O SR. FERNANDO AUGUSTO PIMENTA KREISMANN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Gostaria, novamente, de agradecer ao Senador Wellington Fagundes e à Senadora Teresa Leitão pelo convite. E gostaria de informar, Senadora Damares, que, como toda entidade administrativa, uma autarquia, como vai ser a universidade federal indígena, que executa política pública, ela tem que ser, de fato, avaliada constantemente. E o Congresso Nacional tem que supervisionar o Executivo, porque esse é o papel constitucional dele e da democracia.

Então, a senhora está certa, o Congresso tem que fazer esse papel mesmo, e nós, gestores públicos, temos que fornecer os dados necessários com celeridade para que esse processo ocorra sempre, constantemente.

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor.

E a gente encerra esta audiência, mas antes, eu soube que Joel Xavante quer trazer um presente para a Presidente.

Mas, espera aí, Joel, antes de você levantar.

No passado, eu também tive uma filha xavante. A filha da Cacique Dora morou comigo.

Hoje, ela está em São Carlos com uma outra família. A Erika teve que sair da comunidade para tratamento e, depois, ficou para estudar. Erika está terminando Direito, é fluente em inglês, eu acho que em francês também, e os irmãos são doutores em Química e Biologia, fora do Brasil, os irmãos da família que a acolheu e, logo, logo, nós teremos uma grande líder xavante defendendo o direito dos povos. Então, o meu amor pelo seu povo é muito grande.

E a Cacique Dora teve uma outra menina depois da Erika e colocou o nome da menina de Damares, mas a Damares morreu por falta de assistência médica, na hora em que precisou. E nós temos um túmulo lá em Barra do Garças com o nome de uma Damares xavante.

Eu amo seu povo, eu amo toda a história do povo xavante e fiquei sabendo que o Joel xavante quer me dar um presente. Mas o maior presente que vocês podem me dar é continuarem firmes na luta de vocês, na luta pelo povo, cuidando das crianças xavantes, que eu amo tanto. E eu queria, agora, receber o meu presente, Joel. (*Risos.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. JOEL TSI OWO TSIPRE (Para expor.) – Bom dia primeiro aos colegas acadêmicos e aos ouvintes.

Antes, eu queria entregar para a Senadora Damares e explicar esta gravata, a gravata do povo xavante. Esta gravata se usa para as festas e para as reuniões também, e as mulheres também a usam durante as festas, durante as reuniões, durante os debates. E ela fortalece a pessoa com a energia dela, e é para isso também que nós usamos estas gravatas.

Aí, agora, eu vou colocá-la na Senadora. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Joel. Gente, ó que linda! Muito obrigada! (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer e eu vou guardá-la com muito carinho. E os Senadores que não vieram perderam a gravata, está vendo? (*Risos.*)

Muito obrigada, muito obrigada.

E a gente encerra agora.

Takak, da etnia caiapó, vai fazer uma canção. É um canto?

E aí, Takak, eu quero dizer também o meu respeito pelo povo caiapó. Um dos primeiros caciques que me ajudou em toda a minha luta foi da corubo, no ano de 1998, 1997, e eu sinto muita saudade dele, e é uma honra.

E, por falar em cacique, eu vou contar, posso contar um último segredo para vocês? O Cacique Kotok me pediu em casamento. (*Risos.*)

Acreditam? Quando eu era Ministra, o Cacique Kotok, do povo camaiurá, foi lá ao ministério me pedir em casamento. Só que ele tinha quatro esposas; eu seria a quinta. (*Risos.*)

Kotok disse que eu tinha que escolher entre ser Ministra ou ser esposa dele. E Kotok disse que eu ia ter que plantar mandioca para ele. Aí eu falei assim: "Eu vou ter que escolher". Gente, foi uma decisão tão difícil, eu fiquei pensando: "Vou ou não vou? Vou ou não vou?". (*Risos.*)

Eu não casei com Kotok. Kotok morreu há dois anos, todo mundo sabe, o grande líder que foi. Eu não fui para o quarup dele, eu estava doente, porque no ano passado eu fui diagnosticada com câncer. Eu não pude ir para o quarup do Kotok, mas eu morro de saudade do meu Cacique Kotok. E acho que eu fiz uma péssima escolha, eu deveria ter casado com Kotok. (*Risos.*)

Que Deus abençoe o povo camaiurá.

E agora a gente vai ouvir um canto pelo Takak, da etnia caiapó, que também é aluno.

O SR. TAKAK ERE (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu quero deixar meu agradecimento à Senadora Damares, à Profa. Ana Cláudia, por esse esforço muito grande. E quero agradecer também ao Cofen, ao Marcelo e ao Gustavo também, eu não lembro os outros nomes...

Eu quero cantar uma música aqui, do nosso avô Raoni, que todo mundo conhece. Essa música que eu vou cantar conta que a nossa resistência não vai acabar, ela sempre vai estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

continuando. Essa música diz respeito a todo o nosso povo indígena, não só ao meu povo, mas todo o povo indígena, todos os povos originários do Brasil e do mundo.

Eu quero que todo mundo se levante.

(*Procede-se ao canto de música em língua estrangeira.*)

O SR. TAKAK ERE – Obrigado pela atenção, obrigado pelo carinho de vocês, por terem acolhido a gente com muito carinho. Obrigado pelo espaço e pela oportunidade também. Muito obrigado. Estou tão emocionado que não imaginava. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, dessa forma, cumprida a missão da nossa audiência pública, nada mais tendo a tratar...

Eu só vou pedir para os convidados ficarem aqui, fiquem de pé, a gente vai tirar uma foto oficial para o registro da Comissão. Fiquem aqui na frente que eu vou para lá. E, depois da foto, eu vou pedir permissão para sair correndo porque eu estou sendo esperada na outra Comissão, estão lá desesperados me chamando, e eu estou indo para lá.

Quero agradecer a cada aluno pesquisador que está aqui, às instituições que vieram. Quero agradecer à Senadora Teresa e agradecer ao Senador Wellington Fagundes.

Nada mais tendo a tratar – que Deus abençoe vocês, obrigada –, eu declaro encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Romário, Teresa Leitão, Camilo Santana, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Eduardo Gomes e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Magno Malta e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 26ª, 27ª e 28ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2979, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever o ensino de educação financeira como tema transversal e integrador nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*ad hoc*), em substituição à Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 - CE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4501, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nº 1 e nº 2-CTFC e da Emenda nº 3, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, às Emendas nº 1 e nº 2-CTFC e à Emenda nº 3, nos termos da Emenda nº 4-CE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1924, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda (de redação) que apresenta e pela aprovação da Emenda nº 1-CAS com a subemenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 3039, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercambio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 663, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1552, de 2026 - Terminativo -** que: "Reconhece a xilogravura vinculada à Literatura de Cordel como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3348, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece a Sociedade Bíblica do Brasil como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2362, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Pé de Moleque ao Município de Piranguinho, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1036, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Carreiro de Boi." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 35, de 2026** que: "Requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de debater a inclusão de itens de alimentos em programas nacionais, respeitando critérios nutricionais, sanitários, culturais e regionais." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 36, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a alimentação escolar, a assistência estudantil e o orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 37, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, a "Democracia nas redes sociais: como construir um debate saudável"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/30

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos. Como sempre faço, abro as audiências públicas exatamente no horário, às 10h.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Líder Teresa Leitão, que foi escolhida para ser Líder do Governo aqui no Senado e, por esse motivo, ela não está aqui neste momento, porque já foi chamada para uma série de tarefas como Líder. Ela me solicitou que eu presidisse, hoje pela manhã. Temos uma pauta tranquila, sem nenhum mistério, e eu farei com a tranquilidade de sempre, como se aqui ela estivesse. Claro que ela é insubstituível, mas farei um esforço à altura da nossa querida Líder. E fiquei muito contente de ela ter... Ela era Líder da bancada, agora passa a ser Líder do Governo, e a bancada, naturalmente, vai indicar um outro para a liderança.

Já falei com ela no fim de semana. Ela está trabalhando com uma série de pautas, e uma delas é o fim da escala 6x1, que todos vocês sabem que eu venho trabalhando nesse tema até antes de ser Deputado, quando eu ainda era sindicalista. Mas, na Constituinte, nós conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– juntamente com o Presidente Lula, com o Olívio, com o Genuíno e tantos outros, e naturalmente, com o movimento sindical – reduzir de 48 para 44 horas semanais. Foi uma vitória. E negociamos com o centrão na época, né? Nós queríamos as 40 horas já, mas conseguimos ajustar para 44, mediante uma negociação, como agora fez muito bem a Câmara dos Deputados, que fez esta votação da PEC lá, e ela já está aqui no Senado.

Esse é um dos temas que a nossa Presidenta desta Comissão e Líder do Governo está conversando. Conversamos ontem sobre isso. Relatei a ela que eu já estava trabalhando, naturalmente, não como autor da PEC de 2015, mas entendendo que prevalece a da Casa que aprova primeiro. E aprovou primeiro a da Câmara, que foi uma costura do Governo, de um setor amplo do empresariado, tanto que, na votação lá, no primeiro turno, foram só 22 votos contrários e, no segundo turno, apenas 19 votos contrários.

Já conversei com ela sobre o tema e como é que eu estava encaminhando aqui. Eu já havia acertado uma audiência com o Davi, e informo novamente, que vai ser amanhã pela manhã, e vai ter a presença dela, que é fundamental. Ela assumiu já essa coordenação. Teremos uma audiência com o Davi Alcolumbre, amanhã 8h da manhã, e teremos uma sessão de debates, que deve iniciar depois, naturalmente, quando terminar essa reunião com o Presidente. Estão convidadas todas as centrais, o Dieese, a Erika Hilton, o Reginaldo Lopes, que são autores do projeto lá na Câmara. Aqui, naturalmente, estarão também os Senadores que são autores do projeto. A minha é de 2015. No caso, a minha já está, pela minha avaliação, superada, a que vale agora é a da Câmara. E é a que queremos votar urgentemente.

Falei muito com o Senador Otto Alencar, que também tem esse entendimento. Dessa que eu apresentei aqui, desde 2015, o Rogério Carvalho é o Relator e já fez um relatório muito bom, mas agora vamos ter que indicar outro Relator para essa outra que vem da Câmara, que antecede, que será a que vai capitanear a votação aqui no Senado.

Segundo me disse o Presidente Davi, existem em torno de 15 candidatos à relatoria desse projeto que vem da Câmara. Então, eu estou muito otimista na reunião que teremos amanhã com esses segmentos todos e com o Presidente Davi e depois no debate no Plenário, onde, até o momento – o Laércio é o primeiro signatário, e eu estou conversando muito com ele também –, estão previstos, com direito à palavra, em torno de 15 a 16 representantes de empregado e também de empregador. Será um momento que eu entendo de alto nível, de um bom debate, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mesmo debate que fizemos 40 anos atrás quando conseguimos reduzir quatro horas. E agora o objetivo é o mesmo.

Esta reunião que estamos já realizando – já fiz a abertura dela – tem como objetivo a aprovação de um amplo leque de projetos. Nós com certeza já temos números para poder iniciar o trabalho.

Eu pergunto se já há algum Relator que está... Se algum Relator não estiver presente ainda, eu vou já fazendo as leituras preliminares que cabem a esta Presidência. Então, já fiz a abertura, baseado no que diz o Regimento.

Antes de iniciar as leituras dos relatórios e consequentemente a votação, eu pergunto se podemos deliberar a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 26, 27, 28, de reuniões realizadas em 9, 10 e 11 de junho.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam que se deem por lidas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas, então, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

1. Ofício da Câmara Municipal de Bebedouro, São Paulo, encaminhando moção de aplauso pela construção do novo Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.

2. Ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, solicitando a aprovação da PEC 221, de 2019, que reduz a duração máxima semanal do trabalho para prever dois dias de repouso semanal remunerado. É mais na mesma linha aqui da redução da jornada sem redução de salário, de que eu fiz uma pequena introdução e que está recebendo ofício de apoio.

3. Nota pública do Fórum Nacional de Educação em defesa da escola, do direito à educação e contra a regulamentação da educação domiciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

4. Nota pública da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil sobre a educação escolar e educação domiciliar.

5. Manifestação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre o PL 1.338, de 2022, que dispõe sobre a educação domiciliar.

6. Nota pública e de repúdio da OAB-Campinas em razão da aprovação, pela Câmara de Deputados, em 18/05/2022, do projeto de lei que dispõe sobre a educação domiciliar.

7. Nota técnica do Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo contrária ao Projeto de Lei nº 1.338/2022, em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

8. Manifesto, assinado por mais de 5 mil entidades vinculadas à educação, contra a regulamentação da educação domiciliar e em defesa do investimento nas escolas pública – como vimos aqui, a ampla maioria das manifestações, 90%, acompanha esse manifesto, assinado por mais de mil entidades, repito, vinculadas à educação e contrárias à regulamentação da educação domiciliar e em defesa do investimento nas escolas públicas.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. (*Pausa.*)

O.k. Vamos só concluir.

Em seguida passarei para o Senador Humberto Costa, que já está *online* para fazer o relatório, pelo que vi aqui, de três projetos.

Objetivo e diretrizes da reunião. A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e conta com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos, que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta o item 3, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1924, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda (de redação) que apresenta e pela aprovação da Emenda nº 1-CAS com a subemenda (de redação) que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

Eu ia pedir ajuda aos universitários, mas a assessoria do Senado chegou rápido aqui e já está me ajudando. Muito obrigado à coordenação da Comissão.

Vamos lá!

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3039, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercambio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é das Deputadas Benedita da Silva, Professora Rosa Neide, Érica Kokay e outros.

De imediato, passamos ao relatório.

Enfim, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Como foi dito, trata-se do Projeto de Lei 13.018, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercâmbio dos pontões e pontos de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica.

Vou pedir a V. Exa. que eu possa ir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pois não, Senador Humberto Costa. Fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno, a este Colegiado cabe opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais e diretrizes e bases da educação nacional.

Quanto à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura e educação. Além disso, observa-se legítima a autoria parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional; portanto, não há reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, visto que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar. Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

Portanto, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juricidade da matéria; tampouco identificamos falha de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a matéria deve prosperar.

A Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei 13.018, de 2014, é um marco fundamental no campo das políticas públicas culturais brasileiras. Ela é fundada no princípio da cidadania cultural, consagrado no art. 215 da Constituição Federal, e tem como objetivo central ampliar o acesso da população brasileira ao exercício pleno dos direitos culturais, reconhecidos como direitos fundamentais.

Nesse sentido, todos os brasileiros são titulares do direito de participar da vida cultural do país, produzir cultura e ter acesso à rica diversidade de manifestações que compõem nossa identidade nacional.

Um dos pilares dessa política são os pontos e pontões de cultura, entidades sem fins lucrativos, grupos ou coletivos, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades. A lei já prevê, de forma expressa, a possibilidade de estabelecer parcerias e intercâmbios com escolas e instituições da rede de educação básica, de educação tecnológica e de ensino superior, bem como com entidades de pesquisa e extensão, abrindo caminhos concretos para a integração entre cultura e educação.

Esta proposição inova, ao estabelecer duas balizas essenciais que a legislação vigente não contempla: a exigência de que a parceria seja consonante com a proposta pedagógica de cada escola, preservando, assim, a autonomia escolar; e a prioridade para pontos e pontões de cultura situados nas proximidades da comunidade escolar, de modo a fortalecer os vínculos territoriais e culturais já existentes.

A implementação dessas parcerias representa uma oportunidade estratégica para fortalecer simultaneamente cultura e educação. Ao reconhecer que os processos formativos ultrapassam os limites físicos da escola e dialogam diretamente com as manifestações culturais, os saberes populares e as experiências comunitárias, a proposta cria um ambiente propício ao desenvolvimento de novos talentos, à valorização dos mestres da cultura popular, dos coletivos culturais e dos saberes e fazeres das comunidades escolares, contribuindo para a preservação da memória, da identidade e da diversidade cultural brasileira.

Trata-se, portanto, de uma ação estruturante que concretiza, no cotidiano escolar, o princípio constitucional segundo o qual cultura e educação são dimensões indissociáveis da formação integral do ser humano e do exercício pleno da cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PL 3.039, de 2021, representa um avanço significativo na consolidação de uma política pública que reconhece a cultura como elemento estruturante da formação humana e da cidadania. Ao estabelecer mecanismos concretos de parceria entre os Pontos e Pontões de Cultura e as instituições de ensino, a proposição preenche uma lacuna relevante na legislação vigente, traduzindo em ação prática o mandamento constitucional que trata cultura e educação como dimensões indissociáveis.

A exigência de alinhamento com a proposta pedagógica de cada escola e a prioridade conferida às entidades culturais locais demonstram um cuidado técnico e político apurado, ao mesmo tempo em que preservam a autonomia escolar e fortalecem os vínculos territoriais e identitários das comunidades atendidas. Esse equilíbrio entre inovação normativa e respeito às lógicas já consolidadas, como a da própria Política Nacional de Cultura Viva, confere à proposta maturidade legislativa e viabilidade prática.

Diante do exposto, a aprovação desta matéria pelo Senado Federal mostra-se não apenas recomendável, mas necessária, uma vez que esta medida reafirma o compromisso do Estado com o pleno exercício dos direitos culturais como direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.039, de 2021.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa com o seu parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, a Senadora Eudócia se encontra aqui. Ela está com um problema, porque tem que relatar um outro projeto numa Comissão. V. Exa. teria que relatar mais três projetos. Ela pergunta se, num relatório rápido e preciso, ela pode fazê-lo neste momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como eu havia me comprometido com a V. Exa... O.k.?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Sim, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k. Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

De imediato, vamos ao projeto do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4501, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto, das Emendas nº 1 e nº 2-CTFC e da Emenda nº 3, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 2-CTFC (substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

3. Em 08/04/2026, foi apresentada a Emenda n° 3, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE).

4. Em 12/05/2026 e 14/05/2026, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

A palavra é de V. Exa., Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Presidente, primeiro quero agradecer ao senhor e ao Senador Humberto Costa por terem aberto esse espaço para eu relatar neste momento e peço permissão para a direta análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O PL nº 4.501, de 2020, envolve matéria relacionada à educação e a instituições educativas, encontrando-se, desse modo, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, conforme disposto no art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Cumpre destacar que o Pnae, uma das mais amplas e consolidadas políticas públicas educacionais brasileiras, já incorpora a alimentação saudável como eixo estruturante da formação escolar. Em manifestação apresentada no âmbito das audiências públicas realizadas nesta Comissão, por exemplo, a representante do Pnae ressaltou que a alimentação escolar não deve ser compreendida apenas como oferta de refeições, mas como instrumento pedagógico de educação alimentar e nutricional, integrado ao processo educacional.

Tal consideração revela aspecto central da proposição que ora analisamos: não há coerência educacional em promover, de um lado, ações pedagógicas voltadas à alimentação adequada e saudável e, de outro, permitir que o espaço escolar seja amplamente ocupado por práticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

publicidade, comercialização e estímulo ao consumo de produtos incompatíveis com as próprias diretrizes educacionais adotadas pelo Estado brasileiro.

Além disso, a matéria possui estreita relação com o princípio constitucional da proteção prioritária da infância. Crianças e adolescentes encontram-se em processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e social, circunstância que justifica especial cautela quanto à influência exercida pelo ambiente escolar sobre suas escolhas e padrões de comportamento. Não se trata, portanto, de mera limitação de consumo, mas da definição de parâmetros educacionais mínimos para o funcionamento do espaço escolar, à semelhança do que já ocorre em relação a inúmeros outros aspectos da vida educacional, como segurança, acessibilidade e proteção contra a violência.

Importa ressaltar, ainda, que o próprio conceito de aprendizagem efetiva envolve fatores relacionados ao bem-estar, à permanência e às condições adequadas de aprendizagem. Nesse sentido, há consistente literatura indicando que hábitos alimentares inadequados podem impactar negativamente aspectos relacionados à atenção e à participação em atividades pedagógicas.

Pode-se afirmar, assim, que políticas educacionais voltadas à promoção de ambientes escolares saudáveis possuem potencial de contribuir não apenas para a proteção da saúde dos estudantes, mas também para a melhoria das condições de aprendizagem.

Vale acrescentar, ainda, que, nos termos do aperfeiçoamento realizado na CTFC, a proposição também dialoga com diretrizes internacionais de promoção de ambientes escolares saudáveis e com recomendações de organismos multilaterais voltadas à proteção da infância em ambientes educacionais.

Finalmente, como optamos por acatar a Emenda nº 3, da Comissão de Educação, que retoma o ensino médio como parte do escopo global do projeto, será necessário fazer um ajuste adicional de redação, suprimindo o §2º do art. 1º do texto, o qual estabelecia que o ensino médio só seria abrangido pela norma a ser criada quando “os espaços para distribuição e consumo de alimentos não puderem ser dissociados do ambiente destinado à alimentação de alunos do ensino infantil ou fundamental”.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.501, de 2020, das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), e da Emenda nº 3, apresentada na Comissão de Educação, nos termos do substitutivo que ora apresentamos.

Sr. Presidente, eu queria só fazer algumas considerações rápidas.

Este projeto de lei defende a alimentação saudável nas cantinas escolares, porque não adianta o PNAE estabelecer isso com nutricionistas, com colegas que têm responsabilidade de promover a alimentação saudável nas nossas crianças e adolescentes, e, de uma forma contrária, nós termos dentro dessa escola cantinas que vendam alimentos que não são saudáveis, por exemplo, os ultraprocessados, que são alimentos altamente, potencialmente, causadores de doenças. E isso impacta não só na parte orgânica, mas também no cognitivo, o que dificulta às crianças terem a aprendizagem que nós esperamos que elas tenham.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu rogo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que aprovem este projeto de lei, fazendo, dessa forma, uma transformação na alimentação das nossas crianças nas nossas escolas.

Sr. Presidente, muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senadora Eudócia. Muito bem, Senador Jaques Wagner, que é o autor do projeto.

Eu tomo a liberdade de informar o meu voto de forma antecipada, embora eu não possa votar, porque, muitos anos atrás, eu apresentei um projeto semelhante, igual, e ele acabou indo para arquivo. Que alegria ver agora o projeto aprimorado, atualizado, com o Senador Jaques Wagner como autor e V. Exa. como Relatora. Tenho certeza de que a matéria será encaminhada com tranquilidade por esta Comissão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

A votação será simbólica,.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2, da CTFC, e à Emenda nº 3, da CE, nos termos da Emenda nº 4, da CE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Pronto. Parabéns pela brilhante proposta do Jaques Wagner e de V. Exa., Senadora Eudócia.

De imediato, agradecendo já ao Senador Humberto Costa, vamos ao projeto de que ele é o Relator.

Aqui é tudo meio rápido para ganhar tempo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 663, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.*

Vamos agora à leitura e à discussão.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, nesse caso aqui, eu não estou com relatório. Não sei se houve algum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O item 5 que eu tenho aqui eu acho que está errado também, porque foi o anterior que foi aprovado.

O item 5... Eu estou com o item 1, o item 4 e o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A orientação, já recebendo a indicação que V. Exa. faz, é que nós passaríamos, então, para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1552, DE 2026

- Terminativo -

Reconhece a xilogravura vinculada à Literatura de Cordel como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedemos a palavra, de imediato, ao Senador Humberto Costa para expor o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bem, Sr. Presidente, como a V. Exa. anunciou, é o Projeto de Lei 1.552, de 2026, da Senadora Teresa Leitão.

Esse projeto reconhece a xilogravura vinculada à literatura de cordel como manifestação da cultura nacional.

Vou direto para a análise, Sr. Presidente.

Análise.

Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar sobre proposições de homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido no inciso I do art. 49,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também do Regimento Interno, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre a matéria.

Em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Quanto à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, é legítima a autoria parlamentar, nos termos do art. 48, *caput,* do texto constitucional, não incidindo, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa. Portanto, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juricidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a matéria deve prosperar.

A xilogravura vinculada à literatura de cordel não é ornamento regional, é estrutura identitária. Nascida como recurso gráfico para tornar acessível ao comprador analfabeto o tema dos folhetos poéticos vendidos nas feiras nordestinas, ela foi, desde sua origem, inseparável da palavra rimada. Com o tempo, o traço esculpido na madeira ganhou vida própria: a resistência do material impôs síntese, e essa síntese gerou uma linguagem visual de força comunicativa singular, capaz de condensar drama, humor e crítica social em uma única imagem. Reconhecer formalmente essa conjunção é, antes de tudo, reconhecer que a cultura popular não é apêndice, é fundamento.

Esse reconhecimento já encontra respaldo institucional relevante. Em 2018, o Iphan declarou a Literatura de Cordel Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro e, no dossiê técnico que embasou a decisão, os xilogravadores foram explicitamente identificados como detentores legítimos desse patrimônio, ao lado dos poetas e folheteiros. A Academia Brasileira de Literatura de Cordel reserva cadeiras efetivas para mestres xilógrafos, sinal de que a indissociabilidade entre as duas artes já é um fato cultural consolidado, aguardando apenas a formalização legal que lhe confira plena proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A trajetória do mestre pernambucano J. Borges oferece o argumento mais eloquente sobre o valor universal dessa tradição. Suas obras integram os acervos permanentes do Museu do Louvre, na França, e do MoMA, em Nova York, provando que o traço nascido na escassez tipográfica do Sertão carrega densidade artística de alcance global. Seria paradoxal que uma expressão reconhecida pelos maiores museus do mundo ainda aguardasse, dentro de suas próprias fronteiras, o reconhecimento pleno do Estado brasileiro.

Além da celebração, há um problema concreto que torna esse reconhecimento urgente. A estética da xilogravura de cordel é frequentemente apropriada por setores comerciais sob a premissa equivocada de que se trata de folclore de domínio público, ignorando autoria vigente e fragilizando toda a cadeia produtiva dos artistas populares. Elevar essa manifestação à condição formal de cultura nacional não é gesto simbólico: é o primeiro passo estrutural para o fomento e a efetivação de direitos autorais nessas comunidades, que há décadas sustentam uma tradição sem a proteção jurídica que ela merece.

Por fim, o reconhecimento cria base para uma dimensão educacional e política de longo alcance. Ao chancelar essas expressões como manifestações inalienáveis da cultura nacional, abre-se caminho para sua inclusão em políticas públicas de educação, deslocando o cordel e a xilogravura do espaço do anedótico regional para os cânones literários e visuais das salas de aula de todo o país. Estados como Rio Grande do Norte e Ceará já iniciaram esse movimento em suas assembleias legislativas. O que se propõe, portanto, é uma reparação simbólica e uma proteção concreta: reconhecer, dentro das próprias fronteiras nacionais, uma arte que saiu da escassez, atravessou oceanos e conquistou o mundo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.552, de 2026.

Pois não, Sr. Presidente. Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador Humberto Costa, pelo brilhante relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Senador Humberto Costa, nós voltamos agora para o item 5.

Segundo, aqui, a assessoria da mesa, já está com V. Exa. o parecer.

Item 5: Projeto de Lei 663, de 2024, terminativo.

Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, perdoe-me, e me perdoe também quem me enviou. A pessoa que me enviou me mandou o item 4 e o item 5 como o mesmo projeto, aquele que nós já votamos para estabelecer requisitos para parceria e intercâmbio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica. Não tenho como relatar esse, que trata do SUS, porque não tenho o projeto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k. V. Exa. tem toda razão. A assessoria aqui me informa, então, que o ideal é nós irmos para o item 1...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.?

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2979, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever o ensino de educação financeira como tema transversal e integrador nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Any Ortiz.

Relatoria: Senadora Teresa Leitão.

Consulto o Senador Humberto Costa se pode fazer a leitura do relatório *ad hoc*. (*Pausa.*)

Como já fez o sinal positivo, com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Pois não.

Portanto, é o Projeto de Lei 2.979, de 2023, da Deputada Any Ortiz, que altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), prevendo o ensino de educação financeira como tema transversal e integrador nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Vou para a análise, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias relativas a normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional. Sendo assim, o PL em comento insere-se nas competências regimentais deste Colegiado.

Quanto à constitucionalidade, a proposta não apresenta vícios. A competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional decorre do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, e a matéria educacional está no rol de competência concorrente prevista no art. 24, inciso IX.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa parlamentar é legítima, por não se tratar de matéria de iniciativa reservada, e o tema observa o regime de colaboração entre os entes federados consagrado no art. 211 da Carta Magna. No tocante à juridicidade, a proposição harmoniza-se com o ordenamento jurídico e veicula norma dotada de generalidade, abstração e coercitividade. A técnica legislativa observa, em linhas gerais, os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao promover alteração pontual e adequada na LDB mediante acréscimo de parágrafo.

No que tange ao mérito, a proposição merece acolhida. A educação financeira constitui ferramenta indispensável à formação cidadã do estudante e à construção de seu projeto de vida, capacitando-o a tomar decisões conscientes, críticas e responsáveis no mundo do trabalho e do consumo. Em um país marcado por elevados índices de endividamento das famílias e por uma cultura em que o diálogo sobre finanças permanece, com frequência, um tabu nos diversos ambientes, inclusive o doméstico, a escola assume papel relevante na disseminação de competências financeiras básicas.

Cumpre observar que a educação financeira já figura na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, entre os Temas Contemporâneos Transversais e Integradores, devendo ser trabalhada de forma articulada entre diferentes componentes curriculares, como Matemática, História e Geografia. Não obstante, a aplicação dessa orientação ainda é limitada e carece de implementação estruturada na maioria das redes de ensino.

Nesse sentido, a elevação da matéria à condição de comando legal, inscrito na própria LDB, pode conferir maior densidade normativa e segurança jurídica à diretriz, reforçando o necessário compromisso dos sistemas de ensino com sua efetiva implementação, sem descaracterizar a autonomia pedagógica das escolas nem impor a criação de disciplina autônoma, fortalecendo tão somente a necessidade de tal abordagem.

Ratificamos a percepção de que a quantidade de proposições destinadas a inserir disciplinas ou temas no currículo pode sugerir a crença subjacente de que cabe à escola resolver, isoladamente, as mazelas de uma sociedade em transformação, sendo a inclusão de novos conteúdos a via para tanto. Não concordamos, genericamente, com tal princípio.

Cabe, considerando tal ressalva, compreender a realidade conjuntural e fática com repercussões importantes na vida política e social do nosso país, que pode ensejar uma ação focalizada, legislativa e no âmbito das políticas educacionais, de modo a incorporar, simbólica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

afirmativamente, temas que se harmonizam ao necessário desenvolvimento integral do educando que, sabemos, não se realiza apenas no espaço escolar, mas também no convívio familiar e na vida em sociedade.

Esse desenvolvimento integral exige, de forma cada vez mais evidente, a compreensão da realidade econômica e a capacidade de tomada de decisões sobre consumo consciente, inclusive como instrumento de prevenção ao endividamento futuro. Trata-se de oferecer ferramentas que contribuam para o enfrentamento dos ciclos de pobreza historicamente perpetuados, promovendo uma relação mais sustentável com as finanças, a construção da estabilidade econômica e a possibilidade de uma vida mais equilibrada.

Ao se estender a abordagem para além da dimensão estritamente financeira, alcançando as dimensões fiscal, previdenciária e securitária, amplia-se a capacidade do cidadão de compreender seus direitos e deveres perante o Estado e o mercado, de entender as forças e interesses que operam nessas dimensões e de planejar conscientemente o seu futuro.

A escolha pela abordagem transversal e integradora, com indução de ações para promoção de educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária, em detrimento da criação de componente curricular específico, revela-se acertada. Preserva-se a flexibilidade necessária à organização curricular dos estabelecimentos de ensino e evita-se a sobrecarga da matriz curricular, ao mesmo tempo em que se assegura a permeabilidade do tema às diversas áreas do conhecimento, conforme já preconizado pela BNCC. Assim, a “educação financeira” pode ser incorporada pelas redes e escolas conforme seu projeto pedagógico, contexto local ou interesse educacional.

Tal encaminhamento, ademais, pode se harmonizar com uma futura revisão e aperfeiçoamento das diretrizes e referências curriculares nacionais para a educação básica, sob responsabilidade articulada do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Registre-se, por fim, que a proposição não acarreta criação de despesa obrigatória nem impacto orçamentário-financeiro relevante, uma vez que a educação financeira já integra as orientações curriculares vigentes, tratando-se, em essência, de reforço e consolidação de diretriz pedagógica preexistente.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Lei nº 2.979, de 2023, com a seguinte emenda substitutiva que segue.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k., Senador Humberto Costa, Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, substitutiva.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Vamos seguindo aqui. À medida que os Relatores forem chegando, nós daremos preferência.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 35, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de debater a inclusão de itens de alimentos em programas nacionais, respeitando critérios nutricionais, sanitários, culturais e regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, que não se encontra neste momento, mas permitiu que eu fizesse a votação do projeto se assim eu entendesse adequado.

A votação, então, será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O mesmo requerimento apresenta aqui os convidados, e eu vou ler só os convidados: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação; Ministério da Agricultura e Pecuária; Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; representante do Banco do Nordeste; representante de pequenos agricultores; representante de organizações da sociedade. Pronto.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 36, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a alimentação escolar, a assistência estudantil e o orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

A pedido dos institutos federais, é um requerimento que eu apresentei.

Proponho, para a audiência pública, a presença dos seguintes convidados: Sr. Reitor do IFRS, Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sra. Reitora do IFB, Veruska Machado, Vice-Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC); Sra. Roberta Pontes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); Sra. Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sr. Ray Silva, Presidente da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet).

Neste, eu faço questão de ler uma pequena justificativa.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui um dos mais importantes instrumentos de democratização do acesso à educação pública de qualidade em nosso país. Presente em todas as regiões do Brasil, desempenha papel fundamental na formação de jovens e trabalhadores, na produção de conhecimento e na promoção do desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, a alimentação escolar – porque eu recebi aqui, nesta mesma sala, em torno de 70 reitores; foi ali que surgiu a ideia; a alimentação escolar não chega a eles – e a assistência estudantil assumem importância estratégica para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

O debate ganha especial relevância no contexto da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, momento em que se definem prioridades e investimentos que impactam diretamente a capacidade da rede federal de cumprir sua missão de educar.

Diante da relevância do tema para o presente e o futuro da educação brasileira, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste nosso requerimento, que quer simplesmente garantir que os alunos pobres terão direito à alimentação na escola, nos institutos federais do nosso país.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado pelo apoio, já que essa iniciativa foi dos reitores, e eu propus que realizássemos, então, uma audiência pública.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3348, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece a Sociedade Bíblica do Brasil como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

Presidente, como já foi divulgado o relatório, eu vou direto à análise, inclusive de forma resumida, porque é uma matéria de consenso, informando, Presidente, que não há nenhum óbice jurídico na matéria, ela está tecnicamente perfeita. Não há nenhum problema de juridicidade, constitucionalidade, e então, nós já vamos direto ao mérito, informando, Presidente, que tem que ser favorável o parecer, é favorável.

A Sociedade Bíblica do Brasil foi fundada em 10 de junho de 1948, sob o lema "Dar a Bíblia à Pátria", em um contexto histórico marcado pelo esforço de reconstrução social e institucional do pós-guerra. Desde então, consolidou-se como instituição beneficente, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, assistencial, educativa e cultural, dedicada à difusão da Bíblia e de sua mensagem como instrumento de formação humana, fortalecimento de valores e promoção do desenvolvimento integral da pessoa.

Foi nesse momento que eles descobrem que parte enorme da população brasileira era analfabeta. Aí, a Sociedade Bíblica do Brasil parte para ações educativas, alfabetizando o Brasil.

Ao longo de mais de sete décadas, a Sociedade Bíblica do Brasil ultrapassou a condição de mera entidade editorial ou religiosa. Sua atuação alcançou dimensão cultural, educacional, linguística, histórica e social. A Bíblia, como texto fundante da civilização ocidental, influenciou a literatura, as artes, o direito, a linguagem, a música, a organização familiar, a noção de dignidade humana e a formação ética de milhões de brasileiros. Reconhecer a Sociedade Bíblica do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como manifestação da cultura nacional é, portanto, reconhecer também a presença histórica da tradição bíblica na formação do povo brasileiro.

A relevância da instituição pode ser medida por suas entregas concretas. Vejam só: em 2024, a Sociedade Bíblica do Brasil distribuiu aproximadamente 4,2 milhões de Bíblias completas, volume que colocou o Brasil em posição de destaque mundial na distribuição das Escrituras. No mesmo período, a entidade atingiu a marca histórica de 200 milhões de Bíblias impressas, resultado que evidencia a capilaridade de sua atuação e a permanência do interesse da sociedade brasileira pelo acesso ao texto bíblico.

Esse alcance não se limita à distribuição de exemplares. A Sociedade Bíblica do Brasil desenvolve ações voltadas à acessibilidade, inclusive com a produção e entrega de Bíblias em braile, ampliando o acesso de pessoas com deficiência visual à leitura bíblica e ao patrimônio cultural nela contido. Essa iniciativa revela uma compreensão profundamente humana da cultura: cultura não é privilégio de poucos, mas direito que deve alcançar também aqueles que, muitas vezes, são esquecidos pelas políticas públicas tradicionais.

Merece destaque ainda o Museu da Bíblia, mantido pela Sociedade Bíblica do Brasil em Barueri, espaço cultural de visitação gratuita, que preserva e difunde a história da Bíblia, suas traduções, sua circulação no Brasil e sua influência sobre a formação cultural do país.

O museu, que completou duas décadas de funcionamento, cumpre papel educativo relevante, ao aproximar estudantes, famílias, pesquisadores e visitantes de um acervo que dialoga com história, literatura, artes, linguística, religião e memória nacional.

Também são relevantes os fóruns, seminários e iniciativas de formação promovidos pela entidade no campo das ciências bíblicas.

Mas a Sociedade Bíblica também sai dessa área, quando vai para o atendimento social. Nos inúmeros projetos socioassistenciais e de seu Núcleo de Atendimento Social, a entidade atende a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo acolhimento, fortalecimento de vínculos, inclusão, convivência comunitária e dignidade.

Essa dimensão é particularmente relevante, porque revela uma cultura que não se limita à preservação simbólica, mas se traduz em serviço, cuidado e compromisso com os mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É justamente nesse ponto que a proposição se mostra especialmente meritória. A cultura brasileira não é formada apenas por monumentos, festas, obras artísticas ou registros históricos. Ela também é formada por instituições que, ao longo do tempo, ajudaram a educar, consolar, orientar, alfabetizar, incluir e fortalecer comunidades inteiras. A Sociedade Bíblica do Brasil está entre essas instituições. Sua história se confunde com a história de famílias, igrejas, escolas, hospitais, presídios, comunidades ribeirinhas, povos tradicionais e pessoas em situação de sofrimento que encontram, por meio da leitura bíblica, esperança, sentido e reconstrução de vida.

Inclusive, Presidente, quando eu falo de população ribeirinha, povos tradicionais, nós temos a Bíblia traduzida em algumas línguas indígenas no Brasil, e essa é uma contribuição da Sociedade Bíblica brasileira. Inclusive, tem línguas que só se perpetuaram porque a Bíblia foi traduzida. Então, tendo uma obra escrita, essa língua está perpetuada.

O reconhecimento proposto não impõe crença, não viola a laicidade do Estado e não estabelece privilégio religioso. Ao contrário, respeita a laicidade cooperativa prevista na ordem constitucional brasileira, que não exige hostilidade do Estado em relação ao fenômeno religioso, mas permite o reconhecimento de sua relevância histórica, social e cultural quando presente na formação da sociedade. A Bíblia, independentemente da confissão religiosa de cada cidadão, integra o patrimônio simbólico, linguístico e moral do povo brasileiro.

Destaca-se o trabalho social deles, Presidente, com os navios na região ribeirinha. Eles fazem inúmeros mutirões assistenciais na área da saúde, da educação... A Sociedade Bíblica brasileira é presente em região ribeirinhas: em lugares que muita gente nem consegue chegar, está lá o barco da Sociedade Bíblica.

Assim, o Projeto de Lei 3.348, de 2025, presta justa e merecida homenagem a uma instituição que, ao longo de mais de sete décadas, consolidou-se como relevante instrumento de promoção da cultura, da educação, da inclusão social e da dignidade humana no Brasil.

A atuação da Sociedade Bíblica do Brasil ultrapassa a dimensão confessional, alcançando expressiva contribuição histórica para a formação cultural, literária e moral da sociedade brasileira, especialmente por meio do incentivo à leitura, da preservação de valores humanísticos, da ampliação da acessibilidade e do atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, de simbólico compatível com a ordem constitucional, socialmente legítimo e culturalmente relevante, que valoriza uma instituição profundamente integrada à memória e à identidade nacional.

O voto, Presidente...

Antes de proferir o voto, deixe-me lhe contar um segredo: sou filha de pastor muito pobre, missionário muito pobre, do Sertão do Nordeste. Meu pai lia, meu avô lia, e as pessoas queriam ler a Bíblia. Então, Presidente, dentro das nossas igrejas no Sertão da Bahia, os adultos queriam aprender a ler para poder ler a Bíblia.

Muita gente foi alfabetizada com a Bíblia na mão, quando nós não tínhamos as cartilhas distribuídas, ali na década de 40, década de 30, 50... Eu ainda, no início, ali, na década de 70, eu dava aula dentro da igreja, com 10 anos, aos adultos que queriam ler a Bíblia.

Então, a Sociedade Bíblica do Brasil tem essa contribuição para o Brasil. Portanto, o projeto é meritório.

É possível uma instituição se tornar manifestação cultural da sociedade. Não é a primeira.

Então, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.348, de 2025, do ilustre Senador Zequinha Marinho, lá do Pará.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Muito obrigado e parabéns pelo relatório, Senadora Damares Alves.

Votação em bloco dos itens nominais.

Passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 6 e 7.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.552, de 2026, e PL 3.348, de 2025.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Enquanto esperamos que os Senadores e Senadoras votem, eu faço a leitura de um requerimento de minha autoria.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 37, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, a "Democracia nas redes sociais: como construir um debate saudável".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica; Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal; Sr. Frederico Franco Alvim, representante da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral; Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta; Sra. Gabriela de Almeida, Coordenadora das Redes Cordiais; Sr. Prof. Joscimar Silva, Coordenador do Projeto Politeia, Universidade de Brasília.

O presente requerimento tem o objetivo de promover um amplo debate qualificado, com muito diálogo inspirador, sobre os desafios e as oportunidades para o fortalecimento da democracia no ambiente digital, reunindo especialistas, representantes de instituições públicas, pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam na promoção da cidadania digital, da educação midiática e da integridade da informação.

Esse é um resumo do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O.k.? (*Pausa.*)

Só vamos esperar o quórum, para podermos declarar o resultado das votações.

Eu aproveito, enquanto aguardamos – parece que vai ser uma longa espera, mas eu vou esperar. Nós estamos com quatro...

Eu queria informar a todos, que não é nenhum segredo, que amanhã, no Plenário do Senado, a partir das 9h, teremos uma sessão de debate sobre a jornada de trabalho reduzida sem redução do salário. É um projeto que veio da Câmara dos Deputados, e há outros projetos que estão aqui, do Senado, inclusive o meu, de 2015.

O debate será aberto a todos os participantes que se inscreveram.

Estão previstos, entre aqueles que defendem o fim da jornada 6x1 e defendem que o caminho é 5x2, baseado em um projeto da Câmara dos Deputados, os seguintes convidados: CUT, Presidente Sérgio Nobre; Força Sindical, Presidente Miguel Torres; UGT, Presidente Ricardo Patah; CTB, Presidente Adilson Araújo; Nova Central Sindical de Trabalhadores, Presidenta Sônia Zerino; CSB, Presidente Antônio Neto; Intersindical, Nilza Pereira; Pública Central, José Gozze; Coordenação do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz Lúcio.

Também estarão na plenária, como nossos convidados, com direito à palavra: Deputada Erika Hilton e Deputado Reginaldo Lopes, ambos autores do projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

De 513 votantes, somente 22 votaram contra no primeiro turno, já que é PEC, e, no segundo turno, somente 19.

Estará também usando a palavra: Sr. Rick Azevedo, do Movimento Vida Além do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estará também, naturalmente, usando a palavra como Líder do Governo a Senadora Teresa Leitão.

Teremos também, com esses mesmos convidados, uma reunião com o Presidente Davi, amanhã pela manhã, às 8h da manhã. Aqueles que eu li aqui estarão também nessa reunião, às 8h da manhã, na sala do Presidente.

Faço questão de ler, porque alguns companheiros da imprensa não tinham a informação devida – eu tratei pessoalmente com o Davi todo esse encaminhamento –: não será na residência do Presidente; será ali na sala do Presidente, aqui no Senado, às 8h da manhã.

Peço a todos os convidados que estejam lá às 8h, porque nós queremos, no mais tardar, 9h30 iniciar a sessão de debate no Plenário.

O primeiro signatário é o Senador Laércio. Tenho conversado muito com ele, e haveremos de juntos construir um diálogo fraternal, com um clima amplo, para construir um acordo, como conseguimos construir, como eu disse na abertura, há 40 anos. E, com muito diálogo com o centrão, nós reduzimos de 48 para 44. E, agora, o objetivo é diminuir de 44 para 40.

Esses todos que eu citei estarão tanto na sessão de debate como na audiência com o Presidente Davi, que abriu as portas do Senado, como não poderia ser diferente, por conhecermos o Presidente, para o debate amplo e franco da matéria.

Ela terá o mesmo número de representantes dos empresários. O mesmo número que está naquilo que eu listei, que são aqueles que eu convidei, também serão convidados. E aí, naturalmente, o Senador Laércio é quem está indicando os outros para esse diálogo.

Para a sessão de debate eu acabei convidando, ainda na última hora, o Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. Eu só sei que a posição dele, que é Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos, foi a seguinte, ao me dizer: "Paim, nós não somos contra a questão da redução de 5 para 2 e, consequentemente, não defendemos a 6 por 1. Mas, mas – aí vem o mas, não é? – nós estamos preocupados com a transição.

Ele argumentou os contratos que as Prefeituras têm, enfim, então, eu o convidei. Eu mesmo o convidei para estar na sessão de debate e o cumprimento, neste momento aqui, usando a Presidência da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, estará também com direito à palavra amanhã, no Plenário do Senado.

Também entrou, como nosso convidado, o Sr. Lucas Sidrach, do Movimento Vida Além do Trabalho, e o Sr. Idemar Antonio Martini, Presidente da Fetiesc. Ele é Coordenador da Federação e da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul...

São quatro, mas aqui eu li três pelo menos. Não tenho aqui o nome do terceiro, mas tenho certeza de que vai me chegar aqui e eu já vou poder dizer que ele coordena a federação de quatro estados...

De Mato Grosso do Sul. Pronto – lembrei, viu? A assessoria deu um assopro aqui e acho que chegou. E de Mato Grosso do Sul, onde eu estive, inclusive, em um evento. (*Pausa.*)

Perfeito, funcionou aí. Parabéns a toda equipe aí.

O resultado, então.

Está encerrada a votação.

Os Senadores já votaram.

Eu peço que abra o painel, para vermos o resultado, o.k.?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. (*Pausa.*)

Já ia direto ler lá no painel.

Falaram: "Não, segue a orientação aqui, Senador." Está bom.

Como vemos lá, são 13 SIM; NÃO, zero.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 14.

Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas, já que estão aprovadas, à Mesa, para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Eu que agradeço.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Desejamos à Presidenta Teresa Leitão sucesso na sua nova missão. Ela, que deixa a Liderança do PT, continua, naturalmente, na Presidência desta Comissão, mas agora será Líder do Governo, já é Líder do Governo no Senado.

Assim, encerramos os trabalhos, citando mais uma vez a nossa querida Senadora Teresa Leitão.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE MAIO DE 2026, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6 E ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Carlos Viana, Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Marcos Rogério, Beto Faro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Weverton, Plínio Valério, Eliziane Gama, Marcos do Val, Esperidião Amin e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Otto Alencar, Omar Aziz, Cid Gomes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às doze horas e quarenta e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis. Às dez horas e vinte minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5771, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os produtos controlados (PC) e a obrigatoriedade do seu descarte e destinação final." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 133, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2616, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação das emendas oferecidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em turno suplementar. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2026** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que informe acerca do alcance e da aplicabilidade do Acórdão TCU nº 2.519/2014 – Plenário (Processo TC 038.901/2012-9) aos professores transpostos dos ex-Territórios Federais de Rondônia, Amapá e Roraima, bem como sobre os efeitos do regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva (DE), já concedido pela União, para fins de aposentadoria com paridade e integralidade." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5456/2025, que "dispõe sobre critérios e procedimentos para o encerramento de agências bancárias em todo o território nacional e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2026** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, informações acerca da possibilidade de inclusão, em quadro em extinção da União, de ex-servidores que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e que preenchem todos os requisitos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e na Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Casa Civil da Presidência da República, Miriam Belchior, informações relativas ao Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), mediante a disponibilização de dados dos últimos 60 (sessenta) meses, a serem atualizados a cada 90 (noventa) dias, inclusive os submetidos a sigilo, respeitados os regimes de transferência de sigilos e as sanções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativas e penais cabíveis em caso de eventuais descumprimentos." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 23, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de fiscalização na RO-383, no município de Cacoal/RO, com o objetivo de averiguar a causa dos problemas nas obras de recuperação da rodovia e apurar responsabilidades." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 24, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 20/2026 – CTFC, seja incluído como convidado o Senhor Rodolfo Luís Cutrim Costa, Coordenador-Geral do Sindicato dos Bancários do Maranhão." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado com aditamento para incluir também como convidado um representante da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 25, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, a fim de debater sobre o glaucoma no Brasil, conforme requerimento nº 27/2026 - CAS, já aprovado." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores e a todos que a sessão está suspensa. Ela será reiniciada amanhã às 9h30, aqui neste plenário. E a pauta estará consignada no sistema aqui da Casa, da Comissão. Então, estando suspensa a sessão, saúdo a todos. E nos encontramos amanhã aqui, se Deus quiser, às 9h30 da manhã.

Está suspensa a sessão.

(*Iniciada às 12 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 42 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião e da 8ª Reunião de dezembro de 2024.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. (*Pausa.*)

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 133, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o direito do consumidor de não ser assediado e estabelece a criação de cadastro centralizado de consumidores com vistas a impedir o assédio por fornecedores de produtos e serviços financeiros.*

Autoria do Projeto: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Muito bem, os próximos itens, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 são requerimentos. E como os autores não estão presentes, em virtude inclusive, de ontem, nós não pudermos continuar a nossa pauta, por conta de compromissos aqui da Presidência fora do Senado, eu vou subscrever todos esses itens, todos esses requerimentos, e vamos aprová-los no decorrer do nosso trabalho.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros

E eu vou fazer a votação em bloco no final.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 18, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que informe acerca do alcance e da aplicabilidade do Acórdão TCU nº 2.519/2014 – Plenário (Processo TC 038.901/2012-9) aos professores transpostos dos ex-Territórios Federais de Rondônia, Amapá e Roraima, bem como sobre os efeitos do regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva (DE), já concedido pela União, para fins de aposentadoria com paridade e integralidade.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 20, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5456/2025, que "dispõe sobre critérios e procedimentos para o encerramento de agências bancárias em todo o território nacional e dá outras providências".

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, DE 2026

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, informações acerca da possibilidade de inclusão, em quadro em extinção da União, de ex-servidores que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e que preenchem todos os requisitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos na Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e na Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Casa Civil da Presidência da República, Miriam Belchior, informações relativas ao Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), mediante a disponibilização de dados dos últimos 60 (sessenta) meses, a serem atualizados a cada 90 (noventa) dias, inclusive os submetidos a sigilo, respeitados os regimes de transferência de sigilos e as sanções administrativas e penais cabíveis em caso de eventuais descumprimentos.

Autoria: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 23, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de fiscalização na RO-383, no município de Cacoal/RO, com o objetivo de averiguar a causa dos problemas nas obras de recuperação da rodovia e apurar responsabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Submeto os requerimentos lidos à votação em bloco.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos foram aprovados. (*Pausa.*)

Há, sobre a mesa, o Requerimento nº 24:

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 20/2026 – CTFC, seja incluído como convidado o Senhor Rodolfo Luís Cutrim Costa, Coordenador-Geral do Sindicato dos Bancários do Maranhão.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

E também a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal.

Há mais um Requerimento extrapauta nº 25, de 2026:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 25, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, a fim de debater sobre o glaucoma no Brasil, conforme requerimento nº 27/2026 - CAS, já aprovado.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Propõe para audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO);

- representante da Sociedade Brasileira de Glaucoma (SBG);

- representante do Ministério da Saúde;

- representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass);

- o Dr. Lisandro Sakata, Representante do World Glaucoma Association (WGA).

O glaucoma representa um dos maiores desafios de saúde ocular no Brasil e no mundo. Trata-se de uma doença crônica, progressiva e silenciosa que pode levar à cegueira irreversível quando não diagnosticada e tratada precocemente.

Estima-se que uma parcela significativa dos pacientes com glaucoma desconheça sua condição justamente pela ausência de sintomas em fases iniciais.

Esse cenário reforça a importância de estratégias estruturadas na detecção precoce, acompanhamento contínuo e acesso adequado ao tratamento. Cabe destacar ainda que, embora o glaucoma não possa ser prevenido, a perda gradual pode ser evitada ou significativamente reduzida com diagnóstico oportuno e tratamento adequado. Nesse sentido, políticas públicas bem estruturadas são determinantes para reduzir a incidência de cegueira evitável no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento, vez que o debate sobre o tema representará uma oportunidade estratégica para colocar a saúde ocular na agenda prioritária, contribuindo para a construção de soluções efetivas e sustentáveis; além de que nós estamos neste mês em que nós estamos priorizando a discussão sobre essa matéria, essa patologia tão grave que, às vezes, tem sido negligenciada em termos de diagnóstico precoce, de forma que eu solicito também a aprovação, como autor desse requerimento, assim como os outros.

Vou colocar essa votação, desses requerimentos lidos, em bloco.

Aqueles Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Laércio Oliveira, do meu querido Progressistas, que é o Relator do Projeto de Lei nº 2.616, de 2025, de forma terminativa, nesta Comissão.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2616, DE 2025

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecedores de telemarketing e cobrança excluírem das bases de dados os números de telefone cujos consumidores negarem conhecer o destinatário da ligação.*

Autoria do Projeto: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação das emendas oferecidas em turno suplementar

Senador Laércio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Primeiro, e antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, Dr. Hiran Gonçalves, quero cumprimentar V. Exa. e agradecer pelo seu companheirismo, pela sua amizade.

Quero cumprimentá-lo pela condução do seu mandato aqui no Senado Federal; cumprimentá-lo pela sua competência na direção desta Comissão tão importante aqui do Senado Federal, que é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e, além de tudo, Defesa do Consumidor. E Defesa do Consumidor é um tema que me traz aqui, para a relatoria deste projeto.

E este tema, Sr. Presidente, é um tema que impacta na vida de todos os brasileiros, mas impacta de forma muito negativa, que é o desconforto, a insatisfação, muitas vezes – vou chamar de raiva – a raiva que as pessoas têm de receber ligações indesejadas, sejam de venda de produtos, sejam de reclamações, de propostas que surgem através do chamado *telemarketing*. E esse projeto em que eu faço a relatoria, que é um projeto da Senadora Ana Paula Lobato, faz exatamente isto: enfrentar esse desconforto que a sociedade brasileira enfrenta.

Eu já fiz o relatório nesta Comissão, Sr. Presidente. Eu queria a sua permissão para ir diretamente ao voto, e eu queria a sua permissão, também... Eu preciso ler uma emenda que foi apresentada hoje pelo Senador Eduardo Girão. Eu fiz o acolhimento dessa emenda que ele apresentou, mas, para que haja clareza na condução desta relatoria, se o senhor permitir, eu gostaria de ler a emenda que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida. Sem dúvida, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, o voto, Sr. Presidente.

Opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.616, de 2025, na forma do substitutivo aprovado pela CCJ e nos termos da emenda que eu apresento mais uma vez, Sr. Presidente.

Como a gente está tratando de turno suplementar, essa emenda é do Senador Eduardo Girão e eu faço o acolhimento dela. Vou ler a emenda apresentada:

EMENDA Nº 1 - CTFC (Substitutivo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ao PROJETO DE LEI Nº 2.616, DE 2025)

Dispõe sobre a regulamentação do Cadastro Único Telefônico e Validação de Numerações (CadÚnico Telefônico); altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 27-A da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na forma proposta pelo art. 14 do Projeto, nos termos a seguir:

"Art. 27-A.....

Parágrafo único. Os provedores de aplicações de internet que façam uso de recursos de numeração como mecanismo único de identificação deverão consultar o registro de que trata o *caput*, cujo acesso será gratuito, e promover a notificação do usuário para que regularize sua situação em prazo de 30 dias, após o qual, não havendo a regularização, deverá aplicar a suspensão do acesso a aplicações vinculadas a recursos de numeração desativados, na forma da regulamentação."

Foi essa a emenda apresentada, que eu acolho, a emenda do Senador Eduardo Girão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Lido o relatório, eu passo à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Antes de abrir para votação nominal, porque o projeto é terminativo, Senador Laércio, eu queria sugerir a V. Exa., salvo melhor juízo, que nós pudéssemos abrir a votação, manter a votação aberta, para submeter a votação na próxima reunião, até porque o quórum está baixo. Não sei se nós vamos conseguir atingir um quórum mínimo de votação num tempo hábil, já que nós temos várias Comissões funcionando ao mesmo tempo: temos CCJ, enfim... Eu pergunto a V. Exa. se podemos fazer dessa maneira. (*Pausa.*)

Então, eu dou como lido o relatório, encerro a discussão e vamos colocar em votação na nossa próxima reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Laércio, eu pediria a V. Exa. se poderia ser o Relator *ad hoc* do primeiro item, que é o Projeto de Lei 5.771, de 2025, não terminativo, de autoria do Senador Hamilton Mourão. Como o Relator Styvenson Valentim não está aqui presente, eu solicitaria a V. Exa. se poderia ler esse relatório. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre os produtos controlados (PC) e a obrigatoriedade do seu descarte e destinação final.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CMA.

Com a palavra o Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Cumprimentando mais uma vez V. Exa., agradecendo pela confiança na relatoria do projeto, faço-o substituindo o querido Senador Styvenson Valentim.

Com a sua permissão, eu vou à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A proposição sob exame estabelece normas gerais relativas ao controle, ao descarte e à destinação final de produtos controlados, disciplinando obrigações aplicáveis aos detentores desses materiais, bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competências dos órgãos da administração pública para regulamentação, fiscalização e supervisão das atividades correspondentes.

A iniciativa busca suprir lacuna normativa existente quanto ao tratamento do ciclo final desses produtos, atualmente concentrado, em grande medida, no controle de sua circulação e uso, com impactos relevantes sobre a segurança pública, a proteção ambiental e a gestão administrativa.

No âmbito desta Comissão, a análise concentra-se nos aspectos relacionados ao fortalecimento dos mecanismos de controle estatal, à rastreabilidade das operações envolvendo produtos controlados e à transparência dos procedimentos de descarte e destinação final.

Nesse sentido, o projeto prevê a manutenção de registros detalhados, a guarda de documentação por prazo determinado, a certificação e a fiscalização de empresas especializadas, e a adoção de critérios mínimos de segurança, medidas que contribuem para reduzir riscos de desvios, reutilizações indevidas e passivos administrativos.

A matéria também confere maior clareza às atribuições dos órgãos públicos responsáveis pelo controle desses produtos, ao estabelecer diretrizes para a regulamentação infralegal, a supervisão das etapas de descarte e a aplicação de sanções administrativas, com observância expressa dos princípios do devido processo legal, da motivação, da proporcionalidade e da segurança jurídica.

Sob essa perspectiva, o texto fortalece a capacidade institucional do Estado de exercer fiscalização mais efetiva e coordenada, em consonância com os objetivos de transparência e controle que orientam a atuação desta Comissão.

Ressalte-se, ainda, que a proposição incorpora diretrizes alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao incentivar práticas de economia circular, reciclagem e reaproveitamento ambientalmente adequado, o que contribui para a redução de desperdícios e para a mitigação de impactos ambientais associados ao armazenamento prolongado de produtos inservíveis ou obsoletos.

Nos termos do Risf (Regimento Interno do Senado Federal), a apreciação desta Comissão restringe-se aos aspectos afetos à sua competência temática, notadamente aqueles relacionados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao controle e à fiscalização administrativa, não substituindo a análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, próprios da Comissão competente, nem o exame de mérito ambiental, a ser realizado pela Comissão de Meio Ambiente, em caráter definitivo.

Diante do exposto, verifica-se que a proposição apresenta mérito sob a ótica da transparência, do controle e do aperfeiçoamento da atuação administrativa, ao estabelecer parâmetros mínimos e nacionais para o descarte e a destinação final de produtos controlados, contribuindo para a segurança pública, a proteção ambiental e a racionalização da gestão pública.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.771, de 2025.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Laércio Oliveira.

Eu passo à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente.

Senador Laércio, muito obrigado pela sua colaboração e, na próxima reunião, vamos à votação desse projeto tão importante relatado por V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 42 minutos e suspensa às 12 horas e 42 minutos do dia 19/05/2026, a reunião é reaberta às 10 horas e 20 minutos e encerrada às 10 horas e 42 minutos do dia 20/05/2026.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (6ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (28ª REUNIÃO), EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúnem-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Sergio Moro, Carlos Viana, Efraim Filho, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Beto Faro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Romário, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Leila Barros, Plínio Valério, Flávio Arns, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Roberta Acioly e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Otto Alencar, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2026 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), e REQ 27/2026 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre glaucoma no Brasil. **Participantes:** Jair Giampani Júnior, Vice-Presidente da Sociedade Latino-americana de Glaucoma (representante de: World Glaucoma Association); Jayter Silva de Paula, Representante da Sociedade Brasileira de Glaucoma; Cláudia Galvão Pedreira, Representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO; e Carmen Cristina Moura Dos Santos, Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática substituta do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ocorrem de forma conjunta, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das atas das últimas reuniões da CTFC e da CAS.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Hoje, a presente reunião tem como finalidade debater sobre o glaucoma no Brasil, em atendimento aos Requerimentos 25, de 2026, da CTFC, de minha autoria, e 27, de 2026, da CAS, de minha autoria também e da Senadora Damares Alves.

Antes de apresentar nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos senhores expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar aqui, para comporem a mesa, a Dra. Claudia Galvão Pedreira, representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; o colega Jayter Silva de Paula, representante da Sociedade Brasileira de Glaucoma; o Dr. Jair Giampani Junior, representante da World Glaucoma Association; e nos acompanha remotamente a Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, Diretora substituta do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Sejam todos muito bem-vindos!

E eu já passo, em seguida, a palavra para a exposição do meu querido colega Jair Giampani Junior.

Está certo o nome assim, Jair?

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Seja muito bem-vindo. Você tem dez minutos para a sua exposição.

Aliás, eu estou muito à vontade aqui, porque a minha filha Louise gosta muito de glaucoma, ela está na sociedade... Eu acho que ela... Não sei que cargo que ela tem na diretoria de vocês, vou já saber aqui com ela.

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR – Ela vai ser nossa representante estadual.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, é?

Muito bem.

Ela adora... Ela é muito cuidadosa com os glaucomatosos.

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR – Vamos precisar muito do apoio dela.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Opa, sempre.

Jair, por favor, para a sua exposição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR (Para expor.) – Você pode colocar, por favor, a minha exposição? (*Pausa.*)

Boa tarde a todos.

Exmo. Senador colega Dr. Hiran, é um grande prazer aqui representar a Associação Mundial de Glaucoma, assim como também a Sociedade Latino-Americana de Glaucoma.

Pode colocar no modo de apresentação, por favor? (*Pausa.*)

Você acha que eu consigo aqui? (*Pausa.*)

Você tem como colocar no modo de apresentação, por favor? (*Pausa.*)

Está joia.

É um grande prazer a gente participar desta audiência pública para tratar de um assunto de extrema importância, como a gente vai começar a debater daqui por diante, daquela que é a principal causa de cegueira irreversível em todo o mundo, que é a neuropatia óptica glaucomatosa.

Como os senhores vão observar, o glaucoma, na verdade, não é uma doença única, é um grupo de doenças que guardam algumas características em comum e, entre essas características, o fato de quase sempre ser assintomático. Então, uma doença silenciosa, que nós costumamos chamar de ladrão silencioso da visão. Nesse sentido, faz-se necessário sempre o diagnóstico o mais precoce possível, já que a cegueira pelo glaucoma, uma vez instituída, é uma cegueira que é absolutamente irreversível.

Conseguiram colocar os eslaides? (*Pausa.*)

Os eslaides estavam corretos, eram aqueles mesmos.

De tal maneira que – já me adiantando aqui mesmo sem os eslaides – o mês de maio todo é um mês dedicado para campanhas de prevenção da neuropatia óptica glaucomatosa, da prevenção da cegueira pelo glaucoma. É um mês considerado o Maio Verde, em que todos os serviços do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e os serviços credenciados pela Sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Glaucoma são serviços que desenvolvem ações preventivas de orientação da população, justamente com a finalidade de conscientização da população.

Como a gente vai ver mais adiante durante a minha apresentação, o glaucoma quase sempre acomete uma população bastante vulnerável, e é uma doença que vai ficando cada vez mais comum com o passar dos anos. Ela é diretamente relacionada ao envelhecimento. De tal modo que nós temos... (*Pausa.*)

Exato. Só colocar na tela cheia...

Obrigado. (*Pausa.*)

Eu posso passar por aqui agora? (*Pausa.*)

Só que não está passando. (*Pausa.*)

É o de baixo? (*Pausa.*)

Problemas técnicos acontecem.

É o de baixo?

Enfim, a gente vai falando, então, mesmo sem os eslaides, por enquanto.

É uma doença que é diretamente relacionada ao envelhecimento da população. A gente tem que na população ocidental acima de 40 anos de idade o glaucoma é uma doença extremamente prevalente já que pode acometer de 3% a até 6% ou mais dessa população acima de 40 anos de idade, dependendo dos grupos de risco envolvidos.

Agora sim? É o de baixo? (*Pausa.*)

E, antes de a gente propriamente começar, eu queria fazer um breve exercício aqui com vocês, para que todos vocês aqui presentes fechassem os olhos por cinco segundos apenas. Apenas cinco segundos.

Façam esse exercício, cinco segundos com os olhos fechados. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é exatamente com essa angústia desses cinco segundos com os olhos fechados que, aproximadamente, 80 milhões de pacientes, de acordo com dados de 2020, acabam amanhecendo e adormecendo, angustiados com medo da cegueira pelo glaucoma.

Os estudos mostram que, em 2040, esse número de 80 milhões vai saltar para quase 112 milhões de portadores de neuropatia óptica glaucomatosa. E aqui nós sabemos que, na população acima de 40 anos de idade, o glaucoma mais comum, que é o glaucoma primário de ângulo aberto, tem uma prevalência global da ordem de 2,4%, mas, na população acima de 80 anos, esse número sobe para quase 10% de prevalência, de tal modo que o glaucoma, então, é uma doença diretamente relacionada ao envelhecimento populacional e que tende a ficar mais prevalente na medida em que a nossa população vai envelhecendo.

Para os senhores terem uma ideia, então, da distribuição de acordo com alguns continentes, vejam que na América Latina é 2,4%, na América do Norte, 3,4%, na África Subsaariana, 4%, na Oceania, um pouco menos, em torno de 1,8%.

Daqueles 80 milhões de indivíduos portadores de glaucoma, então, lá em 2020, 11 milhões já são indivíduos bilateralmente cegos e 20 milhões unilateralmente cegos. E o grande problema, um dos grandes problemas do glaucoma é exatamente esse. Cerca de 50% ou até 90% dos pacientes portadores de glaucoma não sabem que têm a doença e, portanto, estão extremamente expostos à progressão dessa doença e ao diagnóstico tardio. E diagnóstico tardio de glaucoma é sinônimo de risco iminente de cegueira.

Isso traz, sem dúvida alguma, um grande impacto na saúde pública e também no sistema previdenciário. E aqui a gente para de falar absolutamente só sobre glaucoma, mas de todas as consequências que a baixa de visão traz. Esses são pacientes que acabam tendo uma redução da sua capacidade laboral. São pacientes que sofrem mais acidentes domésticos. São pacientes que sofrem mais acidentes automobilísticos e tudo isso acaba trazendo um grande impacto para o sistema de saúde de qualquer país.

Portanto, faz-se necessário o diagnóstico precoce do glaucoma. Uma vez fazendo o diagnóstico precoce, esse indivíduo tem total condição de conviver com a doença de tal maneira que ele pode levar uma qualidade de vida absolutamente normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são apenas alguns números. Observem que alguns subtipos de glaucoma, de que a gente vai falar daqui a pouquinho, como o glaucoma primário de ângulo fechado, acaba sendo muito mais prevalente em orientais, especialmente lá na Ásia, enquanto o glaucoma primário de ângulo aberto acaba sendo mais prevalente na população da América Latina e em afrodescendentes.

E quais são os dados que nós temos, atualmente, com relação à epidemiologia do glaucoma no Brasil? A prevalência estimada é de mais ou menos 3,4% na população acima de 40 anos de idade, e o glaucoma é mais comum e tem maior risco de cegueira em negros e afrodescendentes, principalmente o glaucoma primário de ângulo aberto; em mulheres, quando a gente fala do glaucoma primário de ângulo fechado; e, em indígenas, também do glaucoma primário de ângulo fechado.

Ou seja, nós estamos falando, justamente, de uma população mais vulnerável à cegueira pelo glaucoma, assim como de outros fatores de risco, como pacientes, por exemplo, míopes e, como a gente vai ver, pacientes que apresentam o principal fator de risco para a piora e para o desenvolvimento do glaucoma, que é a pressão ocular elevada.

Mas, falando agora exatamente do glaucoma, do que se trata, propriamente, o glaucoma? O principal conceito importante aqui é que nós sabemos que o glaucoma não é, na verdade, uma doença única, e sim um conjunto de doenças. E é um conjunto de doenças que tem algumas características em comum. Basicamente, o glaucoma é uma doença do nervo óptico. O nervo óptico, como a gente vai ver daqui a pouquinho, faz a conexão entre o globo ocular e o cérebro.

Fazendo uma analogia, é como se fosse o nosso olho, a câmera do computador; o fio que conecta a câmera até a CPU do computador, o nervo óptico; e o computador, o nosso cérebro. Se nós não tivermos esse fio conectando a câmera até a CPU, a gente não tem a formação da imagem.

E o principal fator de risco, então, conhecido e modificável do glaucoma é, justamente, o aumento da pressão ocular. Então, o que se acredita é que, com o aumento da pressão ocular, vai havendo uma perda das fibras do nervo óptico...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR – ... que, justamente, fazem essa conexão com o cérebro, processando as imagens.

E qual é, em última instância, a consequência disso? A consequência é que o indivíduo começa a perder, inicialmente, o campo de visão mais periférico. E esse é um dos grandes problemas do glaucoma, porque ele só vai acometer a visão central nas suas fases mais tardias da doença. Se o paciente for aguardar, então, apresentar uma perda da visão central para, daí, procurar o médico, é sinal de que já está muito tarde. É sinal de que ele já perdeu uma quantidade absolutamente significativa de fibras do nervo óptico e, aí, sim, o risco de cegueira acaba sendo um risco maior.

Eu já estou finalizando a minha apresentação.

Só para os senhores terem uma ideia, porque são termos que, muitas vezes, a gente acaba lendo em documentos oficiais, e que são as classificações diferentes de glaucoma. A primeira grande classificação é uma classificação que qualifica os glaucomas em primários e secundários.

Basicamente, os glaucomas primários são os glaucomas idiopáticos, os glaucomas sem nenhuma causa definida, ao passo que os secundários são secundários a algum fator, por exemplo, a um trauma ocular, secundário a um descolamento de retina e assim por diante.

Os glaucomas também podem ser classificados – os senhores vão ver isso comumente – em ângulo aberto e ângulo fechado. O que significa esse ângulo aberto e ângulo fechado? O ângulo, basicamente, é essa estrutura que a gente tem na periferia da câmara anterior e que vai, justamente, fazer com que o humor aquoso, que é produzido dentro do nosso olho, seja escoado.

Quando a íris está muito próxima desse ralo natural que nós temos no nosso olho para drenar o humor aquoso, é um glaucoma de ângulo fechado. Quando a íris está distante, é considerado um glaucoma de ângulo aberto.

E, finalmente, uma outra classificação diz respeito à classificação por faixa etária. Vejam que nós temos os glaucomas da infância, o glaucoma do jovem e o glaucoma do idoso, ou seja, o glaucoma não escolhe faixa etária. O glaucoma pode acometer, desde o recém-nascido, com glaucoma congênito primário, até indivíduos mais idosos, como no caso do glaucoma primário de ângulo aberto, do pseudoesfoliativo ou mesmo do neovascular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente, o tratamento do glaucoma se dá através da redução da pressão ocular, e isso pode ser feito de maneira medicamentosa, com colírios, com laser ou, eventualmente, cirurgia em casos específicos. Mas a grande mensagem é que o tratamento com colírios, cirurgia ou laser não traz de volta as fibras do nervo óptico que já foram perdidas, e, portanto, a lesão se faz irreversível. Porém, quando o tratamento é instituído nas fases precoces, ele permite a preservação da visão e da qualidade de vida dos nossos pacientes.

Naqueles casos em que nós, médicos oftalmologistas, os principais responsáveis pelo diagnóstico da neuropatia óptica glaucomatosa, perdemos a batalha para o glaucoma, quer seja porque o indivíduo chegou já numa fase muito tardia ou porque ele tem um glaucoma muito avançado, nos resta a reabilitação, que é igualmente importante nesses pacientes, seja através de bengalas, cão-guia, utilização do braile, atualmente, programas, *softwares* de computador ou mesmo aplicativos, cujo principal objetivo é justamente permitir ao indivíduo portador de glaucoma independência e autonomia para suas atividades diárias, com dignidade e bem-estar físico e emocional.

Sabe-se, já, hoje, que os indivíduos portadores de glaucoma são indivíduos que apresentam maior incidência de ansiedade, apresentam maior incidência de insônia e apresentam mais depressão, provavelmente por se tratar de uma doença crônica, e que tem sempre consigo um risco de cegueira.

Eram essas, então, as minhas considerações e, depois, estou à disposição aí para eventuais dúvidas. Muito obrigado novamente, Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Jair.

Passo, em seguida, a palavra ao meu querido colega Jayter Silva de Paula, representando a Sociedade Brasileira de Glaucoma, por dez minutos.

O SR. JAYTER SILVA DE PAULA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Exmo. Senador Dr. Hiran, membros da banca e todos os presentes, é um prazer estar aqui, enquanto cidadão, enquanto representante da Sociedade Brasileira de Glaucoma, para esse assunto que é tão importante para a população e para nós também, que somos os profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde. Nós enfrentamos algumas barreiras que são importantes, no dia a dia, principalmente das pessoas que são mais carentes e que têm dependência do Sistema Único de Saúde.

Eu vou falar para vocês um pouco, então, da perspectiva da Sociedade Brasileira de Glaucoma, em termos de conscientização do glaucoma.

Acho que é só colocar na tela cheia...

Enquanto a apresentação entra, a primeira coisa que eu gostaria de deixar bem explicitada é que a Sociedade Brasileira de Glaucoma, há alguns anos, faz, no mês de maio, uma campanha de conscientização visando a prevenção e melhoria do tratamento do glaucoma. E, em um dia desse mês, em parceria com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, se faz um programa intenso de conscientização, que é o 24 Horas pelo Glaucoma. E, neste ano, com a nossa nova diretoria – em que o atual Presidente é o Dr. Roberto Vessani, que eu estou aqui representando –, nós resolvemos expandir isso e passamos para 24 Dias do Glaucoma.

Acho que não está indo, pessoal.

Essa campanha, que começou no dia 4 de maio e está se encerrando hoje e amanhã, com essas ações na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, é uma campanha que visa a realmente mobilizar a população e também as entidades e agências públicas para o problema.

A Sociedade Brasileira de Glaucoma começou em 1981 com um grupo de oftalmologistas especialistas em glaucoma que resolveu montar uma sociedade a fim de melhorar e expandir, desde o conhecimento do glaucoma, com pesquisas e ações comunitárias, até a conscientização das pessoas.

Uma coisa interessante de se saber, e a Dra. Cláudia deve falar isso na sequência também, é que o Brasil... Pelos dados brutos que nós temos, nos parece que – aqui nós estamos falando de oftalmologistas de modo geral, incluindo os glaucomatólogos – nós temos uma proporção de médicos oftalmologistas que não é baixa, inclusive, ela é até maior que alguns países desenvolvidos, chegando a até um oftalmologista para 10.500 habitantes.

Só reforçando o que o Dr. Jair disse, o glaucoma é uma doença mundial, e o Brasil é um representante que apresenta prevalência de doença e proporção de cegueira parecidas com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restante do mundo. Dentro de uma característica de miscigenação que nós temos, isso pesa um pouco até em termos de fazer com que nós tenhamos talvez um pouco mais prevalente e formas mais agressivas de glaucoma.

Ela é a primeira causa de cegueira irreversível no mundo e no Brasil, no entanto, faltam dados epidemiológicos no Brasil que pegam diretamente as pessoas na população, estudos populacionais sem ser por base dos levantamentos estatísticos do SUS. Isso nos daria a real prevalência de glaucoma e a real frequência de cegueira por diversas doenças, inclusive do glaucoma. Então falta isso para a gente saber. Nós temos dois trabalhos muito importantes, feitos com base populacional, mas são localizados: um do Paraná e um do Amazonas, que é o que gera todos esses números que a gente discutiu com o Dr. Jair.

Esses são os números que ele já apresentou, não vou repetir, mas vejam que é importante que nós temos 14% das pessoas com glaucoma, e isso acontece nos indivíduos mais velhos, que podem chegar a ter cegueira bilateral. E, de novo, às vezes mais de 50% das pessoas não sabem que têm a doença.

Também devemos entender que é uma doença que faz perder o campo visual, então vocês imaginem lidar com uma visão tubular como essa ou depois de algum tempo ficarmos cegos? A gente sabe que a qualidade de vida, a chance de problemas e a dependência de outras pessoas, gerando um ônus para a sociedade e também um ônus financeiro, é muito importante. Sabendo também que, na grande maioria dos quadros, ela é assintomática até a pessoa perceber que está perdendo completamente a visão.

Essa é uma classificação simplificada – o Dr. Jair simplificou bem mais para nós, eu não vou me atrever a passar por todos esses detalhes –, mas, de novo, a gente sabe que o ângulo aberto, aquela forma mais comum e crônica do glaucoma, chega a ser de dois terços ou mais dos casos.

Diversos são os fatores de risco, reforçando aqui: a pressão ocular alta é o principal fator de risco, mas vem, *pari passu* com a idade, também a história familiar. A gente sabe que algumas características familiares e algumas características hereditárias – vou dizer assim – são importantes e ponderam no risco do glaucoma, tanto para se desenvolver o glaucoma, como também no risco de progressão, ou seja, de gravidade do glaucoma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós temos a questão racial ou étnica, temos também algumas outras características do olho, como córneas finas e perfusão sanguínea no nervo óptico, tudo isso relacionado a outros problemas de saúde, como hipertensão arterial e outras doenças que são prevalentes na população. Então esses são os principais fatores de risco, já todos com evidência científica.

Muito bem, então hoje nós temos um paradigma no Brasil e no mundo de que nós temos a tecnologia, nós temos acesso à tecnologia, nós temos acesso a procedimentos, como, por exemplo – eu coloquei aqui –, os microinvasivos, que são procedimentos altamente detalhados, com um custo alto, e, em paralelo também, nós temos problemas de acesso à população, então, a população mais carente com problemas de chegar ao médico e, depois de chegar ao médico, problemas de se tratar muitas vezes, não obstante os programas do Governo que fazem o credenciamento de serviços de saúde e fazem a dispensação de colírios, por exemplo, para o glaucoma.

Muito bem, eu queria aproveitar os últimos minutos aqui da minha fala para contar para vocês uma ação que se iniciou neste ano, na semana passada, que tem uma importância muito grande e está intimamente relacionada ao problema do glaucoma, que é o uso de medicamentos à base de corticoides ou corticosteroides.

Então, um *slogan* que eu pensei, que nós pensamos, é: o corticoide não é um colírio comum. Então, quem é oftalmologista sabe que, se qualquer um de nós chegar à farmácia sem receita médica, consegue comprar um colírio com corticoide, consegue comprar um comprimido com corticoide, *sprays* nasais e assim por diante.

Bom, o problema é que o corticoide está relacionado, em uma grande porcentagem das pessoas, ao glaucoma secundário, um glaucoma que é causado pelo uso indiscriminado dessa substância, que é o glaucoma cortisônico; e esse glaucoma pega uma porcentagem grande da população. Você acredita que um terço das pessoas, um terço de nós aqui, nesta sala, se nós começarmos a usar um colírio com corticoide no olho ou algum medicamento com corticoide, pode desenvolver glaucoma? Sendo que, desses, 4% a 6% são respondedores graves, e os grupos de risco piores são crianças pequenas, pacientes que já têm glaucoma, história familiar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

glaucoma, pacientes míopes e diabéticos e aquelas pessoas que usam corticoide por necessidade por longo prazo.

Então, 40% das pessoas que usam os colírios indiscriminadamente têm alguma elevação da pressão intraocular. E 75% dos casos de glaucoma cortisônico são causados pelos colírios com corticoide via tópica ocular. Não é a única via. Quanto mais perto do olho, eu costumo ensinar assim os alunos e os residentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYTER SILVA DE PAULA – ... quanto mais perto do olho a administração do corticoide é, maior a chance de levar ao aumento da pressão intraocular, assim como o tempo de uso.

Então, nós temos que os inalatórios e pomadas dermatológicas, essas têm um risco mais difícil de se medir e depende da intensidade de uso e tempo; no entanto, os colírios são mais diretamente relacionados.

E, mais, além do glaucoma, o colírio e os medicamentos com corticoide levam também à formação de uma catarata secundária, uma catarata complicada, que é o termo técnico, e esse risco é cumulativo, com pessoas chegando a 50% de chance de hipertensão com dez anos, mas, dependendo a via de uso e o tempo, o mesmo número ou mais de casos de catarata subcapsular posterior.

Então, essa é uma proposta. A gente pede a exigência de prescrição médica, rastreabilidade, protocolo de prescrição, monitoramento da pressão – isso como campanha e orientação de que as pessoas passem no oftalmologista para medir a pressão intraocular quando forem fazer o uso – e campanhas de esclarecimento.

Era isso que eu tinha para dizer. Quero agradecer ao Dr. Lisandro Sakata e ao Dr. Vessani pela ajuda com alguns eslaides.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nossa próxima expositora é a Dra. Cláudia Galvão Pedreira, que é representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Por dez minutos, Doutora.

A SRA. CLÁUDIA GALVÃO PEDREIRA (Para expor.) – Muito obrigada.

Gostaria de desejar boa tarde a todos, cumprimentar o Exmo. Senador Dr. Hiran, que também é nosso colega; cumprimentar meus colegas da mesa e a todos os presentes.

Então, diante desse cenário que foi pintado pelos colegas que me antecederam, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia tem um papel importante, não só de trazer informação, mas de propor algumas coisas.

Conseguiu? (*Pausa.*)

O Jayter e o Jair já trouxeram a situação de qual o panorama global do glaucoma, e não é diferente no Brasil. O Brasil apresenta também as mesmas dificuldades, os mesmos percentuais, com variações muito pequenas; só que o glaucoma, apesar de ser uma cegueira que, se o paciente tiver cegueira, a cegueira é irreversível, ela pode ser evitável, e a palavra mais forte que o CBO quer trazer aqui é "oportunidade". Se o tratamento e se os diagnósticos forem oportunos, nós podemos evitar que essa cegueira ocorra, ou pelo menos a perda visual ocorra.

Para isso, o SUS já garante, o SUS já oferece programas, mas a gente precisa juntar melhor o que é ofertado, para que a população tenha acesso, e isso é que nós precisamos debater aqui hoje.

O Brasil tem sociedades médicas organizadas: o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a Sociedade Brasileira de Glaucoma e suas afiliadas; especialistas qualificados, nós já vimos na apresentação do Dr. Jayter que nós temos uma quantidade grande por habitante de especialistas; tecnologia disponível; experiência em telemedicina; rastreamento.

Mas temos também desafios. Nós temos a demora no diagnóstico, apesar de termos já um início de acesso; dificuldade do acesso ao especialista do glaucoma, especificamente; a desigualdade regional, nosso país é muito grande, tem diferenças enormes, densidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demográficas distintas, acesso geográfico também distinto; e a necessidade da integração da oftalmologia na atenção primária. Esse é um ponto muito quisto pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Então, eu trouxe a pergunta: com quantos oftalmologistas a gente consegue fazer uma rede visual? A gente não sabe, mas a gente vai buscar a informação, e foi o que já foi dito. Então, os parâmetros da Organização Mundial de Saúde, em países desenvolvidos, são de que seja um para cada 17 mil habitantes. Em países de renda média, por outro lado, um a cada 40 mil habitantes. E o cenário do Brasil é muito bom, porque nós temos um para cada 10,5 mil; e, na verdade, esse número está um pouco defasado. Então, se a gente comparar com outros países e países desenvolvidos, nós estamos bem acima da média. E por que isso não acontece? Por que ainda a gente tem o atraso no diagnóstico? Então, a gente precisa encaixar a capacidade instalada que nós já temos de especialistas à população – colocar essas pessoas em contato.

Então, nós temos, como dado, como informação, uma quantidade muito grande de...

Eu consigo apontar, gente, aqui? Não, né? Ah, eu queria apontar. Não pega, né? Tá, tudo bem.

Então, é só para mostrar para vocês que, ao longo de seis anos – de 2019 até o final dezembro de 2025 –, nós tivemos um crescente de exames específicos para diagnóstico de glaucoma, a despeito do período pandêmico. Então, nós temos capacidade de solicitar e de diagnosticar pacientes – quer dizer, uma capacidade crescente; suficiência é outra história.

Ao mesmo tempo, o Brasil consegue também ofertar o tratamento clínico para o glaucoma. Esse tratamento clínico também vem numa crescente no mesmo período – de 2019 até dezembro de 2025 –, em todas as regiões do país, conforme mostrado anteriormente.

Então, isso é uma resposta do sistema quando ele tem organização, quando ele tem financiamento e quando ele tem priorização. Mas nós temos também – apesar desse aumento – uma diferença muito grande do acesso. Então, esses exames são realizados em locais, talvez, mais organizados, mais próximos de grandes centros. Nós podemos perceber que a geografia muda a chance de uma pessoa ter diagnóstico e tratamento de glaucoma, e pode mudar a chance de ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergar também. Nós temos estados com maiores coberturas e com menores coberturas, demonstrando a dificuldade de acesso.

Essa cena é muito triste de se ver, porque a cegueira por glaucoma, como já foi dito – e nunca a gente se cansa de dizer: ela é irreversível. O brasileiro tem muito aquele hábito de só fechar a porta da casa depois que o ladrão entrou. Jair falou que o apelido do glaucoma é "ladrão sorrateiro da visão", de fato. Eu, quando explico para meus pacientes – ele falou do computador, que eu achei bacana –, eu falo assim: "Olha, o jeito que a senhora ou que o senhor vai fazer para a cegueira não entrar na sua casa – o ladrão não entrar na sua casa – é passar a tranca. A tranca é o tratamento. Se der uma bobeira, ele entra.".

Então, essa cena é muito difícil de se ver: uma mulher jovem, uma mulher negra e que teve uma perda visual bilateral por conta do glaucoma. A gente não quer viver isso de forma nenhuma. É um dia triste de viver para nós, mas o atraso é evitável. A gente consegue evitar o atraso no diagnóstico.

O que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia quer trazer aqui é que ele está preparado para colaborar com essa construção, porque prevenção é muito mais barato do que o tratamento, como já foi dito. A repercussão, individualmente, é altíssima – por conta de custos na saúde, por conta de custos previdenciários –, mas não é aquela pessoa, aquele indivíduo só. Às vezes, o ente acometido é um pai de família que é o centro de uma família, e toda a família vai com ele. Ele puxa todo mundo junto. Então, o custo pode aumentar bastante.

E, como eu tinha falado antes, a oftalmologia na atenção primária é um assunto muito quisto pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, porque nem sempre, na maioria das vezes, a gente não consegue levar o paciente para o especialista, mas com técnicas, com capacitação de equipes, com protocolos de rastreio de grupos de risco, fluxos regulados, educação da população, integração com telessaúde, a gente pode levar o conhecimento para os pacientes que estão nos rincões mais longínquos, de mais difícil acesso no país.

Então, a tecnologia e a descentralização são armas potentes que o tempo – o nosso tempo, nossa contemporaneidade – tem trazido para a gente e que permitem ampliar esse acesso com eficiência, com equipamentos portáteis, com laudos remotos; com telemedicina voltada para a nossa área, que é a teleoftalmologia; unidades móveis, integração digital; e, com isso, levam à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução de filas, ao uso do recurso de forma sustentável e à maior cobertura, como já falei, de áreas remotas.

O papel do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e das sociedades afiliadas, tais como a Sociedade Brasileira de Glaucoma, é de ser um parceiro técnico do poder público; e é isso que o Conselho Brasileiro quer deixar claro aqui, que nós estamos à disposição do poder público para poder, através das OCIs, que foram, realmente, um gol de placa do Governo, em que o modelo é centrado na jornada do paciente, então não fica aquela solicitação solta de exame – o paciente faz um exame em uma clínica, outro exame em outra clínica e, para juntar o quebra-cabeça, às vezes não junta, não chega; e, nesse caso, não... Então, é um pacote integrado de consultas e exames e, ali, você conclui, consegue concluir parte do tratamento; e direcionar isso para os centros que têm capacidade foi muito importante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLÁUDIA GALVÃO PEDREIRA – Então, o que nós podemos oferecer? Apoio técnico-científico; capacitação; sobretudo, diretrizes assistenciais; educação em saúde; apoio a programas de rastreio; integração nacional de iniciativas. Por quê? Porque, daí, a gente pode transformar a capacidade técnica, todo esse arcabouço, toda essa quantidade de especialistas que nós temos, em acesso real – acesso real para quem está lá no Amapá e que faz muito pouco exame, ou que está lá no Amazonas e que também tem dificuldades, como um paciente ribeirinho, que não consegue chegar àquele local, ao local do especialista.

O Dr. Jayter já falou sobre a campanha de conscientização da população, que começou há seis anos. Nós tomamos um susto hoje, eu e Lisandro, porque a gente achava que tinha o quê? Três anos; mas já tem seis! É a sexta edição, e eram 24 horas pelo glaucoma; nós mudamos agora, para que fossem 24 dias pelo glaucoma, neste ano assumindo um novo formato, diante da percepção da necessidade de pessoas mais vulneráveis – como já foi falado – terem acesso a esse tipo de tratamento, para que a gente não tenha que viver uma cena daquela de presenciar pacientes que chegam já cegos.

No serviço de onde eu venho – eu sou baiana –, 46% das pessoas que chegam ao ambulatório de glaucoma já estão cegas de um olho. Então, é um número muito alto, é assustador. É muito triste a gente perceber isso. É um sistema 100% SUS e ali, o nosso local de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento, é o fim de linha, é o lugar onde a pessoa não tem mais para onde ir. Então, é importantíssimo esse tipo de cuidado, esse tipo de olhar em cima desses locais.

Então, a campanha é um sucesso, a gente mobiliza a entidade médica, não só de oftalmologia, a gente faz parceria com outras entidades: a Abramet é uma parceira do CBO já antiga; instituições de diversos setores; celebridades; redes sociais; esportistas – neste ano, tem um craque agora da seleção brasileira que está falando –; cantores. Então a gente tenta mobilizar tudo isso, e é realmente uma maratona, maio virou uma maratona para o Conselho Brasileiro e para os seus associados.

Então a gente já sabe que o glaucoma é um mal silencioso. Nós temos agentes de mudança, nós somos um desses agentes de mudança. Mas a queremos multiplicar isso e precisamos ter estratégia. E nós temos o *know-how* para isso. O glaucoma pode ser silencioso, mas nós não podemos e não devemos ser, é essa a mensagem que eu queria deixar para vocês.

E o CBO agradece imensamente a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Doutora.

Essas considerações que foram feitas pela senhora são muito importantes, mas a dificuldade que nós temos é porque a nossa oftalmologia não está nos NASFs (Núcleos Ampliados de Saúde da Família), está na média e alta complexidade, e isso dificulta muito o acesso das pessoas a um acompanhamento de qualidade na atenção primária, porque nós não estamos na atenção primária. Isso é um grande desafio.

Aliás, é um desafio legislativo. Nós temos inclusive um projeto aqui, desde quando eu era Deputado, que não consegue caminhar, incluir a oftalmologia nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família.

Mas eu vou passar a palavra aqui, depois a gente dá uma discutida aqui, à Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática, substituta, do Ministério da Saúde.

Dra. Carmen, nos acompanha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Boa tarde, Doutora, seja muito bem-vinda.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde. É uma satisfação muito grande estar aqui. Agradeço ao Senador pelo convite a todos os especialistas que estão aí. É sempre uma aula participar dessas audiências. Peço desculpas por não ter estado aí presencialmente, mas estou em viagem. Mas não poderia deixar de estar aqui.

Eu gostaria de... Eu trouxe uma apresentação rápida aqui. Eu acho que os especialistas já nos falaram muito e brilhantemente sobre o glaucoma, sobre todos os cuidados.

Eu vou pôr aqui para compartilhar. (*Pausa.*)

Estão visualizando? (*Pausa.*)

Então eu acho que devem estar visualizando a minha apresentação aí, não é?

Eu vou falar rapidamente aqui, porque já foi dito por todos aí a respeito do glaucoma, mas o objetivo central que nós estamos trabalhando muito, em parceria com o CBO – já é o meu terceiro ano participando da campanha, então é uma satisfação grande poder estar junto do CBO –, é a questão da prevenção da progressão, é a preservação do campo visual e a busca pelo não agravamento e pela não evolução para a cegueira.

Então nós temos, na rede de atenção, a atenção primária, que é a porta de entrada, que identifica os fatores de risco e faz a primeira suspeição clínica de qualquer dano ocular ou de qualquer doença oftalmológica, e ela encaminha para a atenção especializada. Então ela faz essa transição do cuidado para a atenção especializada, então procede, com a confirmação diagnóstica, a estratificação da gravidade e a definição do plano terapêutico.

É importante falar que nós temos vários exames que podem fazer o diagnóstico com precisão. A atenção especializada, hoje, pelo SUS, no país todo, tem condições de fazer o diagnóstico preciso, e o mais precoce possível, do glaucoma. Temos também aqui todos os medicamentos que também já foram falados pelos especialistas. E tanto o tratamento clínico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto as intervenções cirúrgicas ou procedimentos a *laser* estão incorporados no SUS e são feitos conforme a disponibilidade nas regiões.

Já foi dito também pela Doutora que me antecedeu que existe um vazio assistencial em várias regiões, mas nós temos um rol grande de procedimentos incorporados no SUS que tratam o glaucoma. Então, no tratamento clínico, nós temos todos esses procedimentos que estão disponíveis para todos os profissionais disponibilizarem aos pacientes, e também temos as intervenções cirúrgicas e a *laser,* que estão também disponíveis na tabela do SUS e podem ser feitas.

Já foi falado sobre as OCIs. Nós temos uma preocupação tão grande com a oftalmologia, que uma das primeiras especialidades que entraram no Programa Agora Tem Especialistas foi a OCI da oftalmologia. Em parceria com o CBO, nós conseguimos desenvolver essas OCIs, essas ofertas de cuidado integrado, protocolo de encaminhamento, e conseguimos fazer toda essa estruturação da rede.

Pela primeira vez no país, nós temos uma Política Nacional de Atenção Especializada – foi publicada a portaria em 2023 –, e, com ela, vieram os programas que visam garantir o acesso das pessoas ao diagnóstico precoce. Esse diagnóstico é extremamente necessário. Hoje, nós temos as carretas, que estão levando o atendimento oftalmológico e esse diagnóstico para todos os estados do país, priorizando os locais onde nós temos uma deficiência de profissionais.

Estamos trabalhando também – um dos componentes do Programa Agora Tem Especialistas é a formação dos profissionais – com a garantia de uma formação de qualidade e com a ampliação a formação dos oftalmologistas no país.

Eu acho que o SUS dispõe de uma estrutura organizada, articulada e financiada para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento do glaucoma, garantindo acesso a medicamentos. Nós já temos diretrizes clínicas claras, monitoramento sistemático, em que o foco central, como foi dito por todos, é a prevenção da perda visual. Eu acho que nós temos que fazer esses alertas sobre isso. O CBO está de parabéns com essa campanha que todos os anos ocorre.

Este ano, inclusive hoje, nós estamos participando da gravação junto com o CBO, e isso é muito necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos desafios ainda. Acho que temos alguns desafios de alguns tratamentos que já estão em processo de incorporação, de atualização do protocolo de diretrizes terapêuticas do SUS, para que a gente possa ter um cuidado visual adequado a toda a população.

Eu trouxe, rapidamente aqui – acho que já foi dito... Nós tivemos um grande avanço na oferta da atenção especializada em oftalmologia. Em 2025, nós tivemos quase 50% de aumento nos tratamentos disponibilizados, e, sem dúvidas, essa é uma necessidade da população e é uma necessidade de se ampliarem os serviços, habilitar mais serviços. Buscamos a qualificação profissional e a parceria com as instituições de ensino, o CBO, enfim, com todas as entidades que atuam nessa área, extremamente necessária para o Ministério da Saúde para fortalecer as políticas públicas.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui e estou à disposição para qualquer esclarecimento que possa ser feito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dra. Carmen.

Tenho aqui algumas perguntas que nos foram encaminhadas através do e-Cidadania e a primeira delas vem da Renata, do Rio de Janeiro, que pergunta se o envelhecimento da população brasileira pode aumentar a incidência do glaucoma nos próximos anos.

Ele realmente aumenta, mas não é nos próximos anos. Aumenta sempre. À medida que o tempo passa, o risco de aparecimento do glaucoma na sociedade vai realmente aumentando, como já foi colocado aqui pelos nossos expositores.

Ednaldo, da Bahia: "Quais fatores dificultam o diagnóstico precoce do glaucoma e quais estratégias de intervenção podem contribuir com a melhoria da qualidade?".

Eu vou deixar à vontade.

Você quer responder, Jair? (*Pausa.*)

Você tem um minuto para responder. (*Risos.*)

O SR. JAIR GIAMPANI JÚNIOR (Para expor.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida que um dos fatores que dificulta sobremaneira o diagnóstico precoce é o fato de ela ser quase sempre uma doença assintomática, uma doença silenciosa.

Então, não se faz o diagnóstico precoce do glaucoma a não ser através de um exame oftalmológico completo, realizado por um médico oftalmologista.

Quando se faz um exame de grau num consultório de um médico oftalmologista, essa é sempre a melhor oportunidade para que esse médico oftalmologista também faça a aferição da pressão ocular, examine o fundo de olho do paciente e, com isso, possa fazer o diagnóstico do glaucoma antes de os sintomas aparecerem.

De que maneira otimizar esse diagnóstico? Sem dúvida, a inserção da oftalmologia na atenção primária seria extremamente importante. E, para que a gente possa atingir os mais diferentes rincões aí do Brasil, em que o acesso muitas vezes é difícil, não há dúvida de que a telemedicina é uma ferramenta que vem ganhando espaço, assim como a inteligência artificial.

Então, a gente já tem um programa, por exemplo, em que são distribuídos aparelhos, a que nós chamamos de retinógrafos, portáteis, para que médicos ou mesmo paramédicos, pessoal de apoio à saúde da família, possam fazer fotografias do fundo do olho do paciente. Essas fotos são encaminhadas para um centro de leitura e de referência, para que se possa, então, triar pacientes com risco de desenvolvimento de glaucoma.

Essa seria, sem dúvida alguma, uma estratégia que possibilitaria esse diagnóstico mais precoce do glaucoma.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, Jair, é bom que a gente aproveite essa oportunidade que nós estamos tendo, porque este nosso evento tem uma abrangência nacional, através da nossa TV Senado e através das redes sociais, para chamar a atenção para a questão de se fazer um exame oftalmológico pelo médico oftalmologista, como você falou aí. Sabe por quê? O que mais prolifera neste país é algo que nós abominamos: a questão da optometria.

Tem pessoas que vão fazer um exame de vista, vão aferir lá o seu grau, e elas acham que aquilo ali é só colocar o olho em um autorrefrator. E lá, normalmente, o optometrista faz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venda casada com a ótica, o que, aliás, é uma coisa que a gente rechaça com veemência. É proibido fazer.

Aliás, existe uma resolução do nosso conselho sobre esse assunto. O médico pode até ter uma ótica ou ser sócio de uma ótica, pois não tem nenhum problema nisso. Tem uma resolução do conselho atual, de agora, que diz que você pode ter uma ótica, não tem problema nenhum. O crime é você dizer: 'Olha, só servem os óculos que forem feitos na minha ótica'. Essa venda casada não pode acontecer, porque isso é crime."

Mas o que acontece? Muitas pessoas vão fazer um exame com o optometrista, e o optometrista não sabe avaliar o que é uma alteração no nervo óptico. Quer dizer, ele não sabe avaliar as alterações que acontecem na cabeça do nervo óptico. Às vezes, não é uma coisa tão simples dizer que a escavação é uma escavação glaucomatosa, e vocês, que são especialistas, sabem muito bem disso.

E os pacientes, às vezes, quando vão fazer um exame com o optometrista, terminam sendo atendidos de maneira incompleta e, muitas vezes, saem de lá com óculos prescritos, mas terminam negligenciando o diagnóstico de uma doença que poderia ter sido feito de maneira muito precoce. E, às vezes, com a utilização de um colírio, ou da combinação de mais de um colírio, essa pressão do olho – que é uma das coisas que a gente pode controlar no glaucoma é a pressão do olho... Esse paciente poderia ter uma sobrevida visual muito maior, mas ele terminou perdendo a sua visão, o seu campo visual, o seu limiar de sensibilidade ocular visual, por conta de ele ter feito um exame por alguém que não tinha conhecimento técnico para fazê-lo.

Então, é bom que a gente chame a atenção.

Ontem mesmo, Cláudia, nós comemoramos o Dia Nacional de Conscientização sobre o Glaucoma e, através de um requerimento meu, aprovado nesta Casa, nós iluminamos o nosso Congresso Nacional de verde, cor alusiva ao mês de conscientização sobre essa doença tão importante, que causa tanta cegueira irreversível no Brasil e no mundo.

A próxima pergunta, que veio também através do e-Cidadania, é: "Quais modelos internacionais de rastreamento de glaucoma têm mostrado melhores resultados na prevenção da cegueira?". Jayter, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYTER SILVA DE PAULA (Para expor.) – É uma pergunta muito importante.

Um dos grandes problemas do glaucoma, em paralelo ao que o Dr. Jair disse, é que ficamos ainda muito na dependência de uma avaliação especializada. O ideal seria, como em outras campanhas, que tivesse um exame único, barato e simples, no qual a gente pudesse ir para um shopping ou para uma praça pública e facilmente fazer o exame, de maneira aberta, em todas as pessoas que ali se apresentassem.

Eu sempre comparo isso com os meus pacientes e, quando dou aula, digo que, muitas vezes, o diagnóstico de diabetes *mellitus*, que é uma doença terrível, superprevalente e com morbidade importantíssima, pode ser feito em cinco minutos, talvez gastando R$2. Você faz uma glicemia e, se essa glicemia – em que você mede o açúcar do sangue – estiver acima de um determinado patamar, não há dúvida praticamente nenhuma de que a pessoa já tem diabetes. No caso do glaucoma, não é assim. Nós dependemos, muitas vezes ou quase sempre, ou de uma avaliação especializada muito boa e/ou de equipamentos e exames muito especializados, de custo elevado, e que muitas vezes não são reprodutíveis.

Então, respondendo: mundo afora, não tem fórmula mágica. Os estudos que temos, de revisão sistemática e outros, mostram que, ainda, da forma que está sendo feita, até pouco tempo atrás, com campo visual e OCT, não é custo-efetivo se fazer uma campanha de diagnóstico de glaucoma, não estou dizendo de conscientização.

Eu acredito que, nos próximos anos, talvez poucos anos, com o desenvolvimento da inteligência artificial... E, aqui, a gente falar de inteligência artificial não é piegas, é no sentido real. A gente tem visto experiências com base em fotografias, usando aquele aparelho que o Dr. Jair mencionou, e outros, que fazem a imagem do fundo do olho de maneira portátil. Isso, com a inteligência artificial e pessoas à distância podendo confirmar casos, talvez seja o caminho aí, no futuro mais breve, para se ter uma campanha que seja custo-efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É sempre chamada a atenção de que, realmente, o diagnóstico de glaucoma requer alguns exames. A gente não consegue fazer com um exame só, não é isso, Jayter? Nós temos que utilizar campimetria, tonometria, tomografia de coerência óptica... Enfim, não é um diagnóstico tão simples assim, é bom que a gente diga. Então, é por isso que as pessoas têm que ter muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui... Tem outra Renata – porque aquela Renata era do Rio e essa Renata é do Distrito Federal – e ela faz uma pergunta assim: "A pressão ocular alta sempre significa risco de glaucoma? Quem tem histórico familiar de glaucoma deve fazer quais exames?".

Dra. Cláudia, por favor.

A SRA. CLÁUDIA GALVÃO PEDREIRA (Para expor.) – Então, a pressão ocular é um fator de risco para glaucoma. A pressão ocular elevada é, sim, e ele é o único modificável, o único que a gente pode mexer. O glaucoma, como o Dr. Jair falou, não é uma doença única, não tem um tipo só, é uma doença multifatorial, e o que a gente pode mexer é na pressão ocular.

O diagnóstico do glaucoma, que foi tão falado aqui antes, a oportunidade de a pessoa ter acesso a um médico especialista, que pode ter a possibilidade e a oportunidade de dar o diagnóstico àquele paciente e mudar a vida daquele paciente, nem sempre é fácil para a gente. Existem casos de pressão ocular elevada em que o paciente não tem glaucoma. Existem casos de pressão ocular normal, em que o paciente tem a pressão ocular normal, e ele tem glaucoma. Então, não é um diagnóstico simples: "A partir daqui é glaucoma, a partir daqui não é glaucoma"; não tem uma linha de demarcação, um biomarcador específico, único, para que a gente saiba que aquilo ali trata-se de um paciente com glaucoma ou não.

Então, o diagnóstico é complexo na grande maioria das vezes, mas, quando a pressão está alta, fica mais fácil de a gente desconfiar. Então, nem sempre, respondendo objetivamente à sua pergunta, nem sempre a pressão ocular elevada é indicativa de glaucoma, mas a chance é muito alta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu queria perguntar, primeiro, à Dra. Carmen: a senhora quer fazer alguma consideração a respeito da nossa audiência pública?

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu vi que o senhor estava falando comigo, mas deu uma cortada. Se o senhor puder repetir, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria saber se a senhora quer fazer alguma consideração a respeito da nossa audiência. Pode fazê-la. A gente está concedendo um minuto para cada expositor fazer suas considerações.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela audiência. Acho que esses espaços são sempre importantes para que a gente possa discutir.

Quero dizer que, no SUS, hoje nós já temos telessaúde. Nós temos atenção primária hoje recebendo equipamentos. A oferta nacional de teleoftalmologia já é uma realidade no SUS, e as carretas estão equipadas para fazer um diagnóstico primário de qualquer alteração visual que a pessoa tenha. Então, eu acho que nós estamos, sim, avançando.

A telessaúde, com certeza, é uma saída para a garantia do acesso e do tratamento oportuno, que é tão importante para o glaucoma.

Acho que é isso. Nós estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Inclusive, nós tivemos o Fórum Nacional de Residentes aqui, em Brasília, em que nós discutimos a questão do Mais Acesso a Especialistas, que é uma excelente ideia. Mas o que ficou muito claro ali é que nem todo mundo está conseguindo se cadastrar no Mais Acesso a Especialistas. Então, é algo que suscita mais debate. Eu até, oportunamente, vou chamar o Ministério da Saúde aqui para a gente discutir a questão do cadastramento das secretarias estaduais de saúde, para que a gente possa ampliar esse acesso lá na ponta, não só para oftalmologia, mas para outras especialidades em que a gente ainda tem filas de espera muito grandes.

Por exemplo, eu estava falando hoje, Carmen, sobre acesso a drogas para doenças raras no evento do Esfera e eu tangenciei um pouco da conversa e falei sobre tabela SUS, sobre quanto o SUS paga por uma prótese de joelho – que a maioria das pessoas não sabe –, quanto tempo uma pessoa espera no SUS para fazer uma cirurgia de prótese de joelho – média de três a cinco anos. O SUS paga mil, quinhentos e poucos reais. É claro que a tabela SUS é um parâmetro que a gente não tem utilizado porque tem que se contratualizar de maneira bi ou "tripactuada", o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressupõe o Sistema Único de Saúde. Muitas vezes, o município não tem recurso. Então, se faz uma pactuação Governo Federal e estado, e a gente consegue melhorar um pouco essa tabela. Mas esse é um grande desafio.

Outra coisa importante, que a gente precisa realmente avaliar, é a questão de inserir a oftalmologia nos Nasp. Eu tenho carreta minha mesmo, Carmen, no meu estado. Na minha clínica, nós fazemos rastreamento de pacientes que não têm acesso ao primeiro exame oftalmológico na infância. Têm muitas crianças, às vezes, de 10 anos, 11 anos, 12 anos que têm ambliopia e acham que aquela visão é normal, que só usam um olho e que o outro fica de reserva e só funciona se faltar o olho com o que eles veem bem. Olhe só o conceito que eles têm!

Então, muitas crianças ainda ficam cegas de maneira irreversível por ambliopia, que é algo absolutamente que nós podemos evitar quando a gente faz a correção da ametropia, ao tempo adequado, e esses exames são negligenciados e essas pessoas têm o acesso a eles dificultado. Isso é um grande desafio. E eu não estou culpando esse ou aquele Governo. Veja bem, não tem nada disso. Eu só estou dizendo que, ao longo do tempo, a gente tem ficado com essa dívida. O nosso SUS, que tem 37 anos, mais ou menos, precisa ser sempre aperfeiçoado ao longo do tempo. É o que nós estamos fazendo aqui discutindo essas questões. E que isso aqui não fique só nesse nosso discurso, mas que a gente consiga fazer essa parceria CBO-Ministério da Saúde, para que nós possamos realmente aprimorar esse sistema, que é um patrimônio do povo brasileiro, que tem um tripé pétreo aí de equidade, integralidade e universalidade, que tem sido tão importante para nós, haja vista o que aconteceu naquela tragédia que foi a pandemia.

Então eu quero aqui, antes de terminar, agradecer a você. Transmita o meu agradecimento ao Ministro Padilha, que é um amigo pessoal. Nós temos diferenças, mas nós somos amigos. Eu quero também agradecer a você, a sua participação. Nós estamos aqui à sua disposição, no nosso gabinete, para ajudar a formatar cada vez mais melhores políticas públicas que vão ao encontro de mais acesso do povo brasileiro a essas coisas básicas que, às vezes, parecem muito simples para nós, mas que são tão difíceis para as pessoas.

Por exemplo, eu estava hoje conversando com uma pessoa, que disse assim: "Ah, doutor, a minha mãe vai ficar cega pelo glaucoma. Ela tem que fazer uma injeçãozinha no olho, que melhora muito a visão, mas é R$3,5 mil a injeção, ou seja, ao exame de VGF a gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também facilitar o acesso. Então, são muitas coisas que a gente pode melhorar, não é? Então, estou aqui à disposição, para que nós possamos construir isso.

Quero agradecer ao CBO. Transmitam ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia, à minha querida Presidente Maria Auxiliadora, que está aqui em Brasília, o nosso respeito. Agradeço a vocês por terem saído das suas cidades, por terem sacrificado os seus dias, porque nós sabemos o que são nossas agendas. Ontem mesmo, lá no meu estado, se entrarem aqui no Instagram, eu operei só 16 de manhã, só para esquentar o sangue. Então, a nossa vida é assim, é essa correria. Mas eu agradeço a vocês por terem tirado um pouco do tempo de vocês, da atividade profissional de vocês, para virem aqui tentar conscientizar as pessoas da importância de a gente fazer exames periódicos com médicos oftalmologistas, para dar diagnóstico precoce e controlar essa doença, porque só assim é que a gente amplia as possibilidades de prevenção da cegueira dos pacientes portadores de glaucoma crônico simples, que é o glaucoma mais prevalente no mundo.

E não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a todos vocês e declaro encerrada essa nossa audiência pública.

Um grande abraço a todos.

Deus abençoe.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Teresa Leitão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião da CDH, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3518, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Sugestão n° 7, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a "regulamentação da Carga Horária de Militares das Forças Armadas em tempos de paz"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Durante a discussão, a Relatora altera o voto pela apresentação de indicação ao Poder Executivo. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela apresentação de Indicação ao Poder Executivo. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6524, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4164, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, para priorizar a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens assistidos e egressos de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3093, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a oferta de vagas de aprendizes a adolescentes que estejam em regime de acolhimento familiar ou institucional." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.164, de 2021, e favorável ao Projeto de Lei nº 3.093, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4396, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.583, de 16 de maio de 2023, para incluir as pessoas com deficiência nas políticas de difusão dos direitos fundamentais e dos direitos humanos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2229, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever que os imunobiológicos indicados à pessoa com deficiência sejam administrados em atendimento domiciliar ou nas unidades de saúde mais próximas à sua residência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Na sequência, a relatora apresenta o Requerimento de Urgência nº 72/2026 ao projeto, que é aprovado pela Comissão. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5705, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o apoio psicológico entre as medidas de amparo à mulher em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Paulo Paim como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6073, de 2025 - Não Terminativo - que: "Regulamenta a profissão de Cuidador de Pessoa Idosa." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Sugestão n° 17, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. Resultado: Retirado de pauta. Observação: A Comissão aprova o requerimento nº 71/2026-CDH para a realização de audiência pública para instruir a sugestão. ITEM 10 - Sugestão n° 16, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que 100% (cem por cento) do valor das multas e encargos arrecadados em razão do atraso ou falta de recolhimento do Fundo de Garantia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tempo de Serviço (FGTS) sejam repassados diretamente ao trabalhador prejudicado." Autoria: Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador – IFGT. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 64, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: "Antissemitismo Jamais – O enfrentamento ao antissemitismo e a promoção da liberdade religiosa no Brasil"." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 66, de 2026 que: "Requer a inclusão de convidado em audiência pública objeto do REQ nº 55/2026 – CDH, destinada a discutir a Linfangioleiomiomatose (LAM)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 67, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a situação dos moradores de rua no Brasil e quais as medidas que podem efetivamente contribuir para melhoria desse problema, considerando sua complexidade e suas nuances." Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 68, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, com o objetivo de acompanhar in loco os desdobramentos do caso de agressão contra trabalhadora doméstica gestante, ocorrido em 17 de abril de 2026, e discutir as providências adotadas pelos órgãos públicos estaduais." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 69, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1025 de 2026 -Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento, aprovando-o em seguida. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 70, de 2026 que: "Requer aditamento ao REQ 60/2026 - CDH, com o objetivo de incluir os convidados que especifica e de que sejam realizadas 2 audiências para debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento, aprovando-o em seguida. ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 71, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 17/2021." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento, aprovando-o em seguida com a adição da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União) ao rol de convidados. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 72, de 2026 que: "Requerimento de urgência ao PL 2229/2025." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento, aprovando-o em seguida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu informo que nós vamos retirar de pauta o projeto de lei... item 4? (*Pausa.*)

O item 1, projeto de lei de autoria do Senador Confúcio, do qual sou Relatora, já veio para a pauta na semana passada, mas nós estamos junto com o Instituto Alana, com o Conselho de Comunicação e com mais alguns especialistas, fazendo um último ajuste no texto. Então, estamos retirando de pauta o nº 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3518, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em reunião realizada em 29/04 e 06/05/2026, a matéria foi retirada de pauta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos retirando de pauta a SUG da qual o Senador Cid é Relator. Essa SUG, Senador Flávio Arns – desculpa, Senador Paim – é a SUG 17, que fala sobre o fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 17, DE 2021

- Não terminativo -

"*Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela rejeição e arquivamento.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 15/04, 29/04/ e 06/05/2026, a apreciação da matéria foi adiada.)

As instituições que trabalham com aposentados em todo o país estão conversando com o Senador Cid e, como esta semana é uma semana semipresencial, os diálogos ficaram mais difíceis; e também a gente tem uma matéria semelhante já tramitando na Câmara.

Então, atendendo as instituições que representam os aposentados no Brasil, atendendo o Senador Cid e atendendo também quem está cuidando da matéria semelhante na Câmara, nós vamos novamente retirá-la de pauta, para que o diálogo aconteça. É uma SUG de 2021, e os próprios proponentes estão conversando com o Senador Cid. Então, como aqui a gente zela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pela participação popular – essa é uma matéria que nasce na participação popular – e os proponentes estão conversando com o Relator, a gente vai respeitar esse diálogo e vai novamente retirá-la de pauta.

Desta vez, eu vou fazer o seguinte: eu não vou trazê-la para a pauta na próxima semana, eu vou esperar o diálogo avançar e tanto o Relator como os proponentes procurarem a Secretaria para informar: "Agora sim, Senadora, já amadurecemos, podemos colocar em pauta". É um tema de muito interesse meu e do Senador Paim. Então, vocês também conversem muito com a gente – com o Senador Paim, comigo. Quando se fala em aposentados e idosos no Brasil, não se pode esquecer o nome do Paim. Então, fica aqui a minha recomendação para os proponentes e também para o Relator.

Antes de eu passar a palavra ao Senador Paim, que vai apresentar um requerimento extrapauta – e a gente, com certeza, vai acolher a inclusão –, eu só quero fazer um registro, Senador Paim, aproveitando que tem bastante gente na Comissão, sobre a nossa querida Vitória Figueiredo Barreto, que está desaparecida fora do Brasil.

Qual é o país, tia, porque eu sempre esqueço?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No Reino Unido.

Esta Comissão, inclusive, já se movimentou desde que a família nos procurou. É um desaparecimento que está sendo muito divulgado pela imprensa. Nós não temos notícias ainda da Vitória. Está aqui a família dela, que tem vindo constantemente.

Nós estamos precisando que as autoridades brasileiras se manifestem com relação aos dados bancários e telefônicos de Vitória, da análise desses dados bancários, das últimas ligações e das últimas conversas de Vitória. As autoridades no Reino Unido estão empenhadas em encontrar Vitória, mas está faltando a gente agilizar aqui a análise dos dados.

Então, eu estou me comprometendo com a família que a Comissão vai pedir uma reunião com as autoridades no Brasil, à qual eu vou presencialmente e vou convidar a família para me acompanhar e a assessoria de um ou outro Senador que puder me acompanhar. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber o que aconteceu com Vitória. Chega! Este aqui, gente, é o luto que não fecha. Enquanto a família não souber o que aconteceu, a família não para de sofrer. A gente precisa entender. Inclusive, as últimas imagens de Vitória são muito enigmáticas. Ela está num lugar e começa a andar em outro. Tem imagens de câmeras em que ela está andando muito longe do lugar onde ela estava. Vitória teve um surto? Aconteceu alguma coisa com ela? É tudo o que a família quer saber. A gente precisa fazer de novo o registro: as autoridades do Reino Unido estão empenhadas em dar resposta para a família, mas falta a análise de dados aqui no Brasil.

Então, um abraço desta Comissão à família. Nós não vamos nos omitir. Obrigada por estarem ainda acreditando na gente, vindo a esta Comissão.

Se alguém tiver alguma notícia... Nós temos o rosto de Vitória divulgado em muitas redes sociais, inclusive nas minhas redes sociais. Nós temos a divulgação da foto, das imagens de Vitória. Vamos nos empenhar. Se alguém tiver alguma notícia, se alguém conversou com Vitória, se Vitória fez contato com algum brasileiro e você está com medo de falar, fale com esta Comissão. Nós temos um corpo técnico espetacular nesta Comissão. Esta Comissão sabe lidar com assuntos delicados. Fale com a gente. Nós vamos manter sigilo, nós vamos manter anonimato. Ou você ligue no Disque 100 aqui no Brasil também. O Disque 100 no Brasil, gente, mantém sigilo e anonimato. Confiem no serviço do Disque 100. O Disque 100 e o 180 são serviços de Estado, não são serviços de governo. A gente tem que divulgar muito esses canais. Então, fale com o Disque 100. Pode ser no 180 também, porque lá recebem as denúncias de violência contra a mulher, se de repente ela sofreu uma violência. Mas vamos dar uma atenção a esse apelo: onde está a Vitória? Vitória Figueiredo Barreto. Quero cumprimentar a família, continuar abraçando vocês neste momento de dor, de luta, de sofrimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Inclusive, a gente tem duas respostas do Ministério das Relações Exteriores. O MRE... Eu preciso sempre registrar isto: tudo que esta Comissão demanda ao MRE eles respondem, mas o MRE depende de análise técnica da Polícia Federal, de peritos. Então, o MRE não é órgão investigativo; é um órgão diplomático, de apoio. Então, a gente vai conversar não com o MRE, mas com o órgão técnico que está analisando as imagens, o telefone, os dados bancários, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente entenda do que precisamos, o que nós podemos fazer para ajudar a acelerar nesses dados. O.k.? Cumprimento a família.

Voltamos para a pauta, informando também sobre o item 4, cujo Relator é o Senador Marcio Bittar, ele não está presente. Ele está fazendo um ajuste. Então, a gente também vai retirar de pauta o item 4. É uma sessão semipresencial, a gente tem esses problemas nas sessões semipresenciais. Senador... (*Pausa.*)

Oito também? Enxugaram, acabaram com a minha pauta. Até o Senador Flávio Arns! Eu não acredito, mas ele também está de forma semipresencial. Regulamenta a profissão de cuidador de pessoa idosa. Mas a gente vai voltar a essa pauta logo, porque essa pauta aqui também é do coração do Senador Paim. (*Pausa.*)

Eu não acredito. Também o item 3, Liderança do Governo pedindo à Relatora ajuste no projeto.

O.k. Mas o item 3, o item 4 e o item 8, nós vamos insistir que eles voltem para a pauta na próxima sessão. Por favor, conversem com os Relatores.

Liderança de Governo, converse com a Senadora Dorinha. Essa semana está difícil para ela, porque ela vai relatar uma matéria extremamente complexa. Então, eu entendo. Ela vai para o Plenário daqui a pouco relatar, mas converse com ela. Vamos colocar na pauta na próxima semana, se possível.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6524, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CTFC.

- Em reunião realizada em 29/04 e 06/05/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4164, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, para priorizar a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens assistidos e egressos de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 6073, DE 2025

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de Cuidador de Pessoa Idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.)

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, Senadora Damares, primeiro, cumprimento V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo nesta Comissão. Segundo, a senhora falou sobre a questão de uma SUG que trata da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado, o fim da cobrança. A minha equipe conversou com a equipe do Relator, o Senador Cid Gomes, e houve o entendimento de que poderíamos ter uma audiência pública para aprimorar o projeto de forma tal que se chegue a um entendimento. Eu estou apresentando esse requerimento para fazermos uma audiência pública no momento em que as partes acharem adequado e, claro, sob a orientação de V. Exa. Eu estou com o requerimento aqui, V. Exa. que manda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos, primeiro, aprovar a inclusão extrapauta de um requerimento... (*Pausa.*)

São dois requerimentos seus, Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dois.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... inclusive um outro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Uma outra SUG.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para instruir o PL 1.025, de 2026, sobre violência contra a mulher, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, são dois extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – São dois extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, primeiro, nós vamos aprovar a inclusão de dois requerimentos extrapauta do Senador Paim.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, eu passo a palavra ao Senador Paim para fazer a defesa dos dois requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir a SUG 17/2021.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Depois, Senador Paim, eu vou ler em bloco já os demais requerimentos, inclusive vou subscrever um do Senador Marcos Pontes.

Senador Paim, para a defesa dos dois requerimentos extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, conforme entendimento feito, requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, o seguinte: a realização de audiência pública para instruir a SUG 17, de 2021, que trata do fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado.

As entidades que nos procuraram, em conversa com as assessorias, propuseram que tivéssemos como painelistas: Sr. Edison Haubert, Mosap; Sr. Bob Machado, Sinait; Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Sindifisco Nacional; Sr. Carlos José de Castro, Anfip; Sr. Eduardo Moreira, Unafisco Nacional; Sr. Osório Bortolin, Sinafresp; Sr. Thales Freitas, Sindireceita; e Sra. Luciana Hoffman, Anpprev.

O tema requer debate, é importante acolher as sugestões de todos os envolvidos e naturalmente subsidiar o Relator, para, oxalá, chegarmos a um entendimento lá na frente.

É esse o requerimento. Eu sintetizei aqui para não ler todos os argumentos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paim, eu quero cumprimentá-lo pelo requerimento, porque eu acho que sentar todo mundo... Gente, quando eu pautei essa SUG... Não é que eu tenha pressa na votação dela; eu estou prestigiando os proponentes e o debate. Então, se os proponentes e o Relator entendem que tem que ter uma audiência pública, eu quero inclusive participar ativamente, porque afinal de contas, eu já estou aposentada, tá?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos juntos. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou legislar em causa própria, eu sou aposentada pelo INSS. Tem um monte de colegas aqui minhas que já estão aposentadas. A matéria é relevante, a gente precisa fazer este debate, a gente pagou imposto a vida inteira, e aí, quando a gente se aposenta, continua pagando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto, continua pagando desconto previdenciário. Vamos fazer essa discussão? Ainda é uma nação que precisa arrecadar muito para poder manter todos os nossos programas sociais, mas eu sonho com uma nação milionária em que o aposentado não precise mais pagar, porque vamos gerar tanta renda no Brasil que não será nem necessário mais fazer esses recolhimentos. Entendo a importância da audiência pública. Parabéns!

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1025 de 2026 -Institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paim para fazer a defesa do seu segundo requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – É um requerimento, Presidenta Damares Alves, sobre um projeto que é de minha autoria. Inclusive, estão aqui as mentoras do projeto, que vieram acompanhar. Por escolha unânime delas – conversei com V. Exa. –, V. Exa. concordou em ser Relatora, ao que desde já nós agradecemos.

Então, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.025, de 2026, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – eu sou o autor, V. Exa. é a Relatora.

Rapidamente, para situar, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher tem como objetivo garantir o direito à vida com dignidade a mulheres, em toda a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversidade, bem como integrar, fortalecer e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência.

Esse projeto, na minha avaliação, complementa já um projeto encaminhado pelo Governo, que é o Pacto contra o Feminicídio. Já conversamos sobre esse tema, e V. Exa.: "Não, faço questão de relatar". Eu só quero dizer que V. Exa. foi escolhida por elas, não foi por mim. Eu só dei a minha opinião de que estava na mão de uma boa Relatora.

O feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres constituem grave problema público que ainda está longe de ser superado no Brasil. Infelizmente, faz parte do nosso cotidiano contabilizar vítimas dessa violência extrema. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública indicam uma média de quatro vítimas de feminicídio por dia, e essa tendência tem se mantido nos últimos anos, apesar dos esforços deste Parlamento e dos demais Poderes para que o feminicídio deixe de ceifar tantas vidas.

Sra. Presidenta, nós estamos indicando... Conversei... No primeiro momento, eu lhe confesso que eu recebi uma lista de 30 nomes. Eu disse: "Não, aí é um seminário". Elas estão aí e estão ouvindo. Eu disse: "Vamos resumir". Então, eu tomei a liberdade de, com a minha equipe, resumir. E, assim mesmo, o resumo ficou... Para a audiência pública para instruir a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, serão convidados: o Ministério das Mulheres; o Ministério da Igualdade Racial; o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o Ministério da Justiça; a Sra. Mia Costa, Gestora Pública, Especialista em Inteligência Emocional e Desenvolvimento Humano, que é uma das que trabalharam com essa ideia que me trouxeram; um representante do Ipea; a Sra. Luana Santos de Oliveira, servidora do Senado Federal, idealizadora de projetos de educação e cidadania, porque ela também entende que tratar dessa violência tem que ser lá nas escolas, desde o primeiro momento, e é psicóloga; e também um representante do Instituto Geledés, sendo que aqui estamos tratando principalmente da situação das mulheres negras... É claro que aqui são as mulheres brancas, negras, indígenas... Enfim, é a violência contra as mulheres.

Claro, V. Exa. como Relatora, se entender que tem que colocar outros convidados, V. Exa. assim fará e terá o apoio naturalmente deste Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim, quantos convidados ficaram no seu requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nesse meu já estão... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu não vejo nenhum problema, se o senhor sentir necessidade, de a gente fazer em duas etapas essa audiência. Eu não me importo. Se o senhor não puder dirigir as duas, eu dirijo uma para o senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Podemos dirigir juntos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É para a gente não deixar pessoas tão importantes fora do debate. O senhor tem oito aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que a gente vai fazer? Vamos colocar em votação. Aprovando o requerimento, a sua assessoria com a Secretaria fazem a contagem... Inclusive, mais um ou outro nome que o senhor queira apresentar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se for necessário, a gente faz em duas partes a audiência. Se o senhor não puder estar nas duas, eu o ajudo a dirigir uma das audiências, mas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tranquilo. V. Exa. é Relatora e Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... tem toda a autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria é muito importante. E é exatamente a atribuição desta Comissão a violência contra a mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente vai aprovar o requerimento; se houver necessidade, a gente faz duas audiências.

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher também está discutindo o tema. A gente pode trazer, inclusive, algumas contribuições de lá que já foram discutidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente aprova, e depois o senhor decide se quer fazer em uma, duas, trazer os oito de uma vez ou acrescentar mais duas pessoas. Eu acho que a gente pode deliberar nesse sentido. Nós dois estamos cuidando da matéria, e eu acho que a gente não vai ter nenhum problema. Pode ser?

Em votação o Requerimento 69...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora, com muita diplomacia, abriu espaço para mais uma meia dúzia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho, Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se for necessário, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que o tema envolve tanta gente, é tão necessário, a gente tem um ministério específico. E a gente sabe que esse tema é cuidado transversal: é o MJ, é o Ministério dos Direitos Humanos, é o Ministério das Mulheres, é o Ministério da Saúde. Está todo mundo envolvido.

Então, a gente aprova o requerimento; se houver necessidade, a gente faz duas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E estamos aqui. O senhor não tem preguiça de trabalhar nem eu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu me organizei. Como V. Exa. teve um problema de saúde, eu também estou tratando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, a gente se organiza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... de um problema de saúde, mas eu já agendei. A sua equipe é muito competente e ligeira. Eles disseram que poderiam assegurar essa primeira no dia 18. Então, nessa eu estarei aqui. Talvez, a segunda...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... se for necessário – eu acho que será necessário, sinceramente –, a senhora presidirá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E eu, se assim entender, presido essa primeira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom. O.k., Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Faremos duas. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação o Requerimento 69, do Senador Paulo Paim.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a realização de uma audiência para instrução do PL 1.025.

A princípio, uma audiência; se houver necessidade, duas, três, quatro... O tema é importante e carece de debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós ainda estamos com requerimentos extrapauta.

Eu queria consultar o Plenário. O Senador Girão tem pedido de um requerimento extrapauta. Também é uma audiência pública. Eu estou subscrevendo tanto o requerimento para inclusão extrapauta como o requerimento dele.

Aqueles que concordam com a inclusão do Requerimento 70, extrapauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2026

- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 60/2026 - CDH, com o objetivo de incluir os convidados que especifica e de que sejam realizadas 2 audiências para debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou subscrevendo o Requerimento 70, que requer – eu já vou fazer a defesa dele –, nos termos regimentais, que a audiência pública objeto do Requerimento 60, já aprovado aqui na CDH, seja realizada em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais, em razão da importância e complexidade do tema, sugerindo que o debate seja feito em duas audiências públicas, para uma melhor discussão dos impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas *online*, as *bets,* no Brasil, e propondo a inclusão de mais uma pessoa. Quando ele inclui mais essa pessoa, aí fica enorme realmente a mesa. Por isso que ele está sugerindo que se divida a mesa em duas. Eu não tenho problema. O Senador Girão poderá presidir as duas audiências. Ele pede para incluir o Sr. Luiz Orsatti Filho, Diretor Executivo do Procon-São Paulo; e ainda a Sra. Juliana Prates Caminha, representante da sociedade.

É interesse de todo mundo a discussão de *bets* – inclusive o Governo está muito preocupado com o superendividamento por causa das *bets*. Eu acho que a audiência vem no momento certo.

Os que concordam com o requerimento do Senador Girão que eu estou subscrevendo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 70.

Ainda em bloco – nós estamos fazendo de trás para a frente –, nós temos os itens 11, 12, 13 e 14, que são requerimentos.

O item 11 é o Requerimento 64, do Senador Magno Malta. Eu o estou subscrevendo, a pedido dele, e ele apresenta uma série de convidados.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: "Antissemitismo Jamais – O enfrentamento ao antissemitismo e a promoção da liberdade religiosa no Brasil".

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros

Vou ler em bloco.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado em audiência pública objeto do REQ nº 55/2026 – CDH, destinada a discutir a Linfangioleiomiomatose (LAM).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

É só a inclusão de mais um convidado.

O requerimento do item 13 é do Senador Marcos Pontes. Ele pediu que eu subscrevesse, e eu estou aceitando.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a situação dos moradores de rua no Brasil e quais as medidas que podem efetivamente contribuir para melhoria desse problema, considerando sua complexidade e suas nuances.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

É uma audiência pública para a qual, com certeza, há consenso.

E o item 14 é o Requerimento 68, da Senadora Eliziane Gama, que eu estou subscrevendo.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, com o objetivo de acompanhar in loco os desdobramentos do caso de agressão contra trabalhadora doméstica gestante, ocorrido em 17 de abril de 2026, e discutir as providências adotadas pelos órgãos públicos estaduais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

Esse caso chocou o Brasil.

Eu acho que esse é um requerimento justo e oportuno, e a própria Senadora Eliziane poderá conduzir a diligência.

Assim sendo, em votação os Requerimentos 64, 66, 67 e 68. Apenas um extrapauta, que era o 70, que já foi aprovado.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou subscrevendo o da Eliziane também.

Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, o meu voto é a favor de todos os requerimentos, só que o pessoal da Fenajufe está presente aqui também, e eles pediram – acerca daquele primeiro requerimento, já que trata da questão dos aposentados – se poderíamos incluir a Fenajufe. Eu não a havia incluído. Se V. Exa. permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sem nenhum problema.

Nós vamos ter que fazer mais duas audiências... (*Risos.*)

Mas sem problema. É a Comissão dos debates.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É um bom sinal. É um bom sinal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um bom sinal de que a sociedade, as instituições querem participar do debate.

Então, mais uma inclusão no requerimento dos aposentados, conforme o Senador Paim, que está apresentando agora o nome da instituição.

Os outros quatro requerimentos estão em discussão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu gosto desta Comissão, porque é tudo no consenso.

Então, nós vamos agora à pauta.

Nós temos um projeto de lei, uma SUG, que é de relatoria do Senador Paim. Como ele está presente, nós vamos ao item 10 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que 100% (cem por cento) do valor das multas e encargos arrecadados em razão do atraso ou falta de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sejam repassados diretamente ao trabalhador prejudicado.

Autoria: Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador – IFGT

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Damares, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

Compete à CDH, consoante o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre sugestão legislativa apresentada por entidades da sociedade civil.

Sob o prisma formal, inexistem impedimentos para a aprovação da matéria, pois ela é de competência privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), além de não se enquadrar nas hipóteses em que a iniciativa legislativa recai exclusivamente sobre o Presidente da República, o Procurador-Geral da República ou os tribunais superiores.

Além disso, não se exige a edição de lei complementar para que a questão seja inserida no ordenamento jurídico nacional, motivo por que a lei ordinária é a roupagem adequada à matéria. Por isso, apresentamos este substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, fazemos coro às razões apresentadas pelo IFGT, nas razões da sugestão em exame.

O FGTS foi conjurado como substituto à estabilidade decenal prevista na CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Seu objetivo é conferir amparo financeiro ao trabalhador dispensado sem justo motivo, nos termos do art. 7º, I e III, da Carta Magna. Os valores nele depositados, portanto, integram o patrimônio jurídico do empregado, devendo a ele ser integralmente disponibilizados após a sua dispensa sem justo motivo, nos termos do art. 20, I, da Lei nº 8.036, de 1990.

Concluindo, é razoável, portanto, que eventuais multas incidentes sobre o recolhimento em atraso dos mencionados depósitos sejam destinadas à conta vinculada do trabalhador. Trata-se de acessório que deve seguir a sorte do principal, que são os depósitos na mencionada conta.

De igual maneira, o empregador que não recolher ou recolher intempestivamente as contribuições para o FGTS deve arcar com eventuais prejuízos sofridos pelo trabalhador, incidentes sobre a distribuição de resultados prevista nos §§5º a 7º do art. 13 da Lei nº 8.036, de 1990.

Assim, louvável a iniciativa do IFGT de impor sobre o tomador dos serviços a mencionada obrigação de reparar os danos por ele causados ao seu empregado.

Por todos esses motivos, a aprovação da SUG nº 16, de 2025, é recomendável.

Este é o voto: em razão do que foi exposto, somos, no mérito, pelo acolhimento da Sugestão nº 16, de 2025, na forma do projeto de lei que se apresenta e que está publicado nesta Comissão. Não vou ler todo o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o relatório. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paim, parabéns pelo voto.

Eu quero cumprimentar o Instituto do Fundo de Garantia do Trabalhador. Se alguém quiser conhecer a proposta deles, tem 35 páginas a proposta, extremamente bem elaborada, com gráficos, com tabelas. Parabéns ao instituto pela forma como apresentou essa sugestão, que agora é transformada em projeto de lei e começa a tramitar. Parabéns. (*Pausa.*)

A Senadora Mara tem dois projetos de lei de que é Relatora, e a gente ficou aprovando requerimentos e fez uma inversão de pauta até a Senadora Mara se conectar. Como ela está conectada e é difícil a gente manter a conexão, eu vou passar a palavra... Se o Senador Paim não puder ficar, eu leio o meu voto na próxima semana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ficar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza, eu fico.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos fazer uma inversão de pauta. Nós vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4396, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.583, de 16 de maio de 2023, para incluir as pessoas com deficiência nas políticas de difusão dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

A autoria é do Deputado Federal Márcio Jerry.

Concedo a palavra a Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu peço licença para ir direto à análise.

Eu queria cumprimentá-la, cumprimentar o Senador Paim e todos mais aí da Comissão.

A proposição insere-se no âmbito de competência desta Comissão, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à CDH a apreciação de matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos, bem como à proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Quanto à constitucionalidade material e à juridicidade, não se identifica óbice à matéria. A iniciativa insere-se no campo da proteção e promoção de direitos fundamentais, em consonância com o compromisso constitucional de inclusão e com a diretriz de proteção das pessoas com deficiência. Também não se vislumbra conflito com o ordenamento vigente, pois o projeto reforça, em plano divulgativo e pedagógico, comandos já acolhidos pelo sistema jurídico brasileiro.

No mérito, a proposição merece acolhida. Embora o sistema constitucional e infraconstitucional já assegure proteção às pessoas com deficiência, a explicitação de sua presença nas políticas de difusão de direitos humanos tem valor normativo e simbólico relevante. Em matérias dessa natureza, a visibilidade jurídica não é irrelevante, ela contribui para reduzir apagamentos institucionais, orientar a comunicação pública e reafirmar que as pessoas com deficiência são destinatárias centrais das políticas de promoção de direitos. A inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressa da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), no rol do art. 1º da Lei nº 14.583, de 2023, caminha exatamente nessa direção.

Também merece nota o fato de que a proposição atua em três frentes concretas de difusão: os contracheques de servidores públicos federais, a programação das emissoras públicas de rádio e televisão e a publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. Ao incluir expressamente as pessoas com deficiência nessas ações comunicacionais, o projeto procura ampliar o alcance social da informação sobre direitos e fortalecer uma cultura administrativa de reconhecimento e proteção.

Pode-se observar que a matéria tem alcance sobretudo afirmativo e pedagógico por meio de medidas que poderão influenciar a forma como pessoas e instituições compreendem o mundo e estimular uma consciência maior sobre os direitos humanos, com potencial extremamente transformador. No entanto, o projeto não cria novos direitos materiais nem institui mecanismos específicos de exigibilidade. Ainda assim, essa limitação não compromete seu mérito. Em tema de direitos humanos, especialmente quando se trata de grupos vulnerabilizados, medidas de explicitação normativa e de difusão institucional podem produzir efeitos positivos na conscientização social, na orientação administrativa e na acessibilidade informacional das políticas públicas.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.396, de 2023.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara. Excelente relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Mara, enquanto você se prepara para ler o segundo, quero informar que seu assessor Didi está presencialmente hoje e a está filmando diretamente aqui do Plenário, tá? Para quem não conhece o Didi, Didi é assessor de Mara, mas também vai ser assessor da Comissão. Didi é assessor da Mara já há 18 anos e, na semana passada, ele se apresentou presencialmente e está aqui nos ajudando. É um orgulho você ceder o Didi para me ajudar também, viu, Mara? Uma alegria.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2229, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever que os imunobiológicos indicados à pessoa com deficiência sejam administrados em atendimento domiciliar ou nas unidades de saúde mais próximas à sua residência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A autoria é do nosso querido, saudoso, Líder, amigo, Deputado Eduardo Barbosa, que nos deixou, mas deixou um legado no Brasil.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Nossa, só tendo o Didi aí nos assessorando, quero lembrar que nosso amigo Eduardo Barbosa tanto lutou para a inclusão. É uma honra Damares poder fazer essa análise aqui, ser Relatora desse projeto.

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta CDH é competente para opinar sobre matéria atinente à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que faz regimental o presente exame.

A proposição, do nobre Deputado Eduardo Barbosa, em termos materiais, não apresenta problemas de juridicidade ou de constitucionalidade. Não colide com leis em vigor, é exequível e desdobra princípios constitucionais caros à nossa sociedade. Ofereceremos apenas uma emenda de redação para adequar o art. 1º da proposição às demandas da técnica legislativa.

A título de exemplo, em 2023, o Distrito Federal lançou o programa Vacina em Casa, que se mostrou capaz de atingir setores da população que antes não se beneficiavam das vacinas. Foi observado um grande aumento no número de pessoas com deficiência vacinadas, que antes estavam excluídas dessa relevante política pública, por falta de acessibilidade.

Vemos, portanto, que a proposição generaliza ao tornar lei uma prática que, localmente, já se tornou adequada e exitosa. Nesse sentido, não podemos, senão, louvá-la e esperar que prospere mais esse inegável legado do Deputado Eduardo Barbosa, a quem prestamos nosso respeito e homenagens por sua trajetória em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. (*Manifestação de emoção.*)

Conforme os argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.229, de 2025 (Projeto de Lei nº 6.619, de 2009, na Câmara dos Deputados), com a emenda de redação que apresentamos.

Ai, desculpe-me, Damares. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu consigo entender a sua emoção, e ver que é um projeto ainda de 2009... Como Eduardo fez neste país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que saudade, não é, Senador Paim? Acho que nós três aqui temos uma saudade dele, Mara, uma saudade! E ver o Didi aqui... Ele lutou tanto por você, não é, Didi?

Nós estamos no Plenário com a Primeira-Dama de Cabeceira Grande.

O Estado de Minas Gerais tinha um grande Parlamentar. O Brasil sente saudade... Ele está no céu, Mara – eu tenho certeza de que, se alguém está no céu, esse alguém é o Deputado Eduardo Barbosa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está nos aplaudindo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está nos aplaudindo.

E aí o voto da Mara é perfeito...

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, se me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Quando a gente fala do Eduardo Barbosa, é um leque enorme de ações para o povo brasileiro, por isso a emoção de vocês duas, a que eu me somo, porque ele, inclusive, foi também o grande articulador do Estatuto do Idoso, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O trabalho dele no Estatuto do Idoso foi brilhante, ele viajou o Brasil todo para que aquele projeto se tornasse realidade. Então, que ele lá no céu ouça que o Senador Paim também rende aqui as suas homenagens. Se tivesse que me ajoelhar e rezar por todo o trabalho que ele fez, eu faria isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a vocês duas, porque se lembraram, de fato, de um grande homem, que, com certeza, está com Deus lá no alto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Um grande amigo.

Não havendo mais quem queria discutir...

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria agora segue para a CAS. Eu e Mara vamos brigar lá, por qual das duas vai ser a Relatora dessa matéria.

Parabéns, Mara!

Eu peço, inclusive, que a Secretaria informe à família do Eduardo que a gente hoje aprova mais uma matéria.

Eu estou esperando a Mara pedir urgência a essa matéria. Não sei se ela vai apresentar o requerimento de urgência. Vai, Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Vou, imediatamente. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai lá, Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Então, eu gostaria de pedir um requerimento de urgência para que a matéria vá direto ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Como ele não é terminativo, vamos votar o pedido de urgência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Se me permitir, só uma frase de 30 segundos: aprovar o pedido de urgência, lembrando esse grande líder que faleceu, Eduardo Barbosa, e que seja aprovado com palmas a ele. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A ele. Aí, Mara. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E à Mara, naturalmente, também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Taquigrafia.

Aprovado o pedido de urgência, que vai ao Plenário.

Vamos falar com o Senador Davi Alcolumbre, Mara, para colocá-la – uma matéria de 2009, uma matéria tão perfeita, tão extraordinária – imediatamente na pauta.

Parabéns, Senadora Mara Gabrilli. Obrigada pelo apoio em todo esse período.

Nós vamos para o item 2 da pauta – Senador Paim, o senhor pode presidir? –, matéria de minha relatoria e simples também. Eu acho que a gente não vai ter nenhum problema.

Eu vou pedir, inclusive, se o senhor pode presidir aqui, Senador, porque eu vou ler do próprio dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com a palavra a Relatora e Presidente desta Comissão, Senadora Damares Alves, para leitura do item 2.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a "regulamentação da Carga Horária de Militares das Forças Armadas em tempos de paz".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição da sugestão.

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, com muito respeito à sugestão que veio da sociedade, eu vou direto à análise, informando que, no que se refere ao mérito, impõe-se, de plano, o reconhecimento da existência de um vício de inconstitucionalidade formal que, assim, contamina toda a proposta. Isso, porque o art. 61, §1º, inciso II, alínea "f" da Constituição Federal atribui ao Presidente da República a iniciativa privativa para a apresentação de projetos de lei que disponham sobre os militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva, matérias intrinsecamente vinculadas à organização, estrutura e disciplina das Forças, cuja definição compete ao Chefe do Poder Executivo federal.

Só por isto, Presidente: é uma matéria de competência do Presidente da República.

Nós não vamos falar sobre o mérito, apenas que houve esse pequeno vício, grande, que é imenso, na verdade, que afeta toda a SUG.

Nesse contexto, Presidente, o nosso voto é pela rejeição da sugestão, cumprimentando a iniciativa, que chegou aqui com muitas assinaturas. Que o mérito possa ser discutido depois em uma outra proposta. A gente encaminha pela rejeição da Sugestão nº 7, de 2026, com seu consequente arquivamento, mas solicitando à Secretaria que encaminhe às Forças Armadas, ao Ministério da Defesa, a cópia da SUG, o nosso voto, para que as Forças Armadas sejam informadas de que a sociedade se manifestou sobre uma matéria que diz respeito às Forças, mas que a gente não pode deliberar, porque é iniciativa do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, a Secretaria está me lembrando que a gente pode transformar em indicação. Em vez da rejeição, a gente transformar em indicação para o Executivo encaminhar ao Presidente da República para que encaminhe essa matéria, se assim entender, mas a indicação já parte da Comissão. Então, a gente transforma o voto não pela rejeição, mas pela transformação da SUG numa indicação. (*Pausa.*)

Então, o voto é favorável à SUG com a apresentação de uma indicação.

Acabo de mudar meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Perfeito, perfeito!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, é isso, está aqui o meu parecer e o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

Aprovado.

O projeto vai como uma indicação ao Executivo.

Então, o projeto não foi rejeitado, foi transformado numa indicação. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

V. Exa. me devolve a Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Presidente Paim me devolve a Presidência, mas a gente vai para o item 7 da pauta, de que ele vai ser Relator *ad hoc*.

Gente, vocês estão vendo que a gente limpou a pauta? Está vendo?

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5705, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o apoio psicológico entre as medidas de amparo à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em reuniões realizadas em 29/04 e em 06/05/2026, a matéria foi retirada de pauta.

A autoria é a nossa querida Senadora Ana Paula Lobato, do Maranhão.

A relatoria é da nossa querida Senadora Tereza Cristina, do Mato Grosso do Sul.

Eu agora nomeio como Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do voto, o Senador Paulo Paim.

Em reunião realizada em 29/04 e em 06/05, a matéria já esteve na pauta e foi retirada. Por isso que ela está autorizando a leitura, para a gente não ficar protelando a discussão de uma matéria tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Se V. Exa. concordar, eu vou direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Conforme o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão é competente para opinar sobre matéria atinente aos direitos da mulher, o que faz regimentalmente o presente exame.

A proposição revela-se meritória e oportuna, ao reforçar a proteção integral à mulher em situação de violência doméstica e familiar, especialmente no que se refere à dimensão psicológica do dano sofrido. Trata-se de iniciativa que se alinha aos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e de proteção à mulher, além de aprimorar a efetividade da Lei Maria da Penha, ao conferir maior concretude às medidas de assistência já previstas em seu texto.

Com efeito, embora a legislação vigente reconheça a existência de danos psicológicos decorrentes da violência doméstica, ainda carece de previsão expressa quanto à obrigatoriedade de oferta de atendimento psicológico estruturado e contínuo. Nesse sentido, a proposição inova positivamente o ordenamento jurídico, razão pela qual merece ser acolhida.

Vamos oferecer aqui, para ajustes somente, pequenas emendas a ambos os artigos da proposição. Alteraremos a redação do novo art. 9º-A para dela retirar a afirmação de que o poder público promova a "criação de centros de atenção", substituindo-a pela ideia de – entre aspas – "oferta de atenção" para com a saúde mental das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O poder público saberá melhor como oferecer tais serviços, o que poderá implicar a criação de centros como os acima mencionados ou o simples direcionamento a instituições já existentes, tais como a Casa da Mulher Brasileira, bem como a profissionais já disponíveis. Enfim, em sentido meramente redacional, vamos retirar a expressão "a fim de evitar agravos", por entendermos desnecessária, bem como usar a mesma terminologia sugerida para a redação do novo art. 14-B.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante os argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.705, de 2023, com as emendas que aqui já foram apresentadas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

E a emenda fica da seguinte forma: "É dever do poder público oferecer serviços de atenção psicológica [fantástico] especializada [...] às mulheres vítimas de violência [...]". É um sonho – viu, Senador? – de todos nós que trabalhamos na proteção da mulher.

Parabéns, Senador Paim; parabéns, Senadora Tereza.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório lido... Agradeço ao Senador Paim.

Aprovado o Projeto de Lei 5.705, de 2023.

A matéria segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais, em deliberação terminativa.

Obrigada, Senador – obrigada.

Eu só queria informar, Senador Paim – eu esqueci, na minha fala –, que aquela sugestão das Forças Armadas, quanto à carga horária em tempos de paz, foi enviada por um cidadão. Ele só assinou como José P. Nós temos o *e-mail*, que não podemos divulgar. Ele entrou com a sugestão no dia 19/12/2025 e, no dia 10/02, ele conseguiu 20.259 assinaturas. Então, é uma matéria que teve um apoiamento de um número enorme de pessoas, e a gente precisava deliberar, prestigiando as 20 mil pessoas que assinaram, apoiando-o.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, se me permitir, é um debate que está na ordem do dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está todo esse debate da redução da jornada na área privada. Por que não também dos militares? Por isso que o seu encaminhamento final foi corretíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oportuno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Encaminha para o Executivo como sugestão, e esperamos que haja um encaminhamento positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu registro a presença no plenário do sindicato da indústria da beleza. Gente, eu vi o Helio também, eu vi o Helio entrar. Olha lá o Helio. Gente, quem nunca foi ao Helio precisa ir ao Helio. O Helio acolhe, o Helio abraça. O Márcio está aqui. Acho que nós vamos falar alguma coisa sobre a área, os trabalhadores, os profissionais dessa indústria da beleza, dos salões de beleza, os cabeleireiros, esses profissionais, Senador Paim, nosso eterno Presidente da Comissão, que precisam... Todas as reivindicações deles precisam ser acolhidas nesta Casa. Eles movimentam a economia, eles movimentam lá na ponta.

Presidente, uma mulher com uma tesoura na mão e uma pinça pode sair do cerco de violência se essa mulher for capacitada. No fundo do quintal dela, ela pode começar a ganhar dinheiro, a gerar renda, a sobreviver.

Então, esse pessoal aqui trabalha capacitando pessoas lá na ponta para empreender – ter a ousadia de empreender – e deixar o Brasil mais bonito. Obrigada por estarem no plenário com a gente.

Bom, Senadores que não puderem continuar, agora eu só vou para a leitura do expediente, que é rotineiro.

Obrigada, Senador Paim, por ter me ajudado a conduzir a reunião hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente nº 12: comunico ao Colegiado o recebimento da denúncia constante do Expediente 324, informando que recebeu devido encaminhamento no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico ainda o recebimento das respostas de ofício constantes dos Expedientes 326, 327, 329 e 333, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes dos Expedientes 328, 331 e 332, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos, destacando que o Expediente 332, cidadão residente no Distrito Federal, encaminha solicitação de apoio institucional visando à obtenção de equipamento de *home care* destinado a paciente internada no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, relatando o quadro clínico grave, necessidade de continuidade do tratamento em ambiente domiciliar, dificuldades financeiras da família para o custeio da estrutura necessária do atendimento. Informo que a demanda será encaminhada ao Ministério Público do DF para ciência e eventual adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições institucionais.

Comunico, por fim, o recebimento do informe constante do Expediente 330, que recebeu o devido encaminhamento.

Isto posto, submetemos às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nós começamos esta reunião hoje falando de uma brasileira que está desaparecida no Reino Unido. Eu vou terminar esta reunião falando das crianças desaparecidas em Bacabal, no Maranhão. Todos nós estamos chocados com o desaparecimento das três crianças em Bacabal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em janeiro, início de janeiro. Três dias depois, uma das crianças foi encontrada na mata, sem roupa, com menos dez quilos.

E esta Comissão foi acompanhando todo o desdobramento. Acompanhamos as autoridades do Maranhão. A nossa Senadora Eliziane, membro desta Comissão, esteve na comunidade, um quilombo, na cidade de Bacabal. As autoridades do Maranhão conversaram com a Comissão o tempo todo. E fizemos uma audiência pública, lembram? E trouxemos aqui, nesta mesa, o Corpo de Bombeiros do Maranhão e o Diretor da Polícia Civil, em constante conversa com o Secretário de Segurança, porque as outras duas crianças não tinham sido encontradas. O.k. Imediatamente aprovamos uma diligência de toda a Comissão à cidade de Bacabal. Só estamos esperando – agora é uma nova Secretária de Segurança – sinalizar o melhor momento de a gente ir a Bacabal, ir à comunidade, abraçar a família, mas nós só vamos no momento que for permitido e que a gente não atrapalhe as investigações.

Esta semana, a Comissão foi acionada, especificamente a Presidente, com vídeos que estão circulando na internet em que as crianças, as duas crianças foram encontradas trancadas num *bunker*, com mais 40 pessoas; houve troca de tiros, pessoas morreram, e essas crianças estavam sendo levadas para serem abertas, seus órgãos retirados para tráfico de órgãos, e houve morte e ninguém quer falar sobre isso.

Deixe-me dizer uma coisa: esses vídeos estão ganhando corpo nas redes sociais. Esta Comissão não pode se omitir, então hoje estamos encaminhando para a polícia do Maranhão... Eu já tive uma conversa informal com as autoridades do Maranhão, que negam, negam essas informações, mas nós estamos fazendo isso oficialmente para que venha a resposta. Esses vídeos que circulam, dizem inclusive que foi a Polícia Federal que achou e que estranhamente, estranhamente, "nós não queremos divulgar porque tem políticos famosos envolvidos". Olha a gravidade de uma informação dessa circulando nas redes. Por que isso é grave? Porque os rostinhos das crianças estão espalhados em tudo o que é *site*, para que as pessoas identifiquem essas crianças, caso elas sejam vistas em algum lugar. Quando se fala que elas foram encontradas, ninguém mais vai dar atenção a essas fotos. Então nós estamos informando hoje – eu acho que o ofício já foi, não sei se já foi ou se está indo hoje – à Secretária de Segurança do Maranhão, para que ela nos informe imediatamente, por escrito. Dizer que as crianças estavam com mais 40 num *bunker*, isso também aterroriza a sociedade, gente. Então, a gente quer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta oficial a esta Comissão. A gente tem também ofício para a Polícia Federal, informando. Essas respostas, com certeza a gente vai pedir que elas nos sejam enviadas ainda esta semana.

Nós vamos conversar com a Senadora Eliziane e com a Secretária de Segurança do Maranhão. Se já puder acontecer a diligência, nós vamos imediatamente lá, abraçar esta família, mas a gente quer oficialmente uma resposta das autoridades para que a gente possa oficialmente pedir à Meta e às outras plataformas a retirada imediata desses vídeos, que estão trazendo uma informação que não só assusta a sociedade, como possivelmente não é verdadeira – conforme conversa com o Maranhão, não é verdadeira. E detalhe: atrapalha na busca dessas crianças, que podem estar em qualquer lugar do Brasil, e, com a foto, alguém que tiver acesso à foto poderá reconhecer.

Então, na semana que vem a gente já traz aqui para esta Comissão as respostas oficiais e os encaminhamentos, mas eu precisava me antecipar, dizendo que esses vídeos chegaram a esta Comissão e nós ficamos extremamente preocupados. A forma como esses vídeos estão circulando, e as pessoas que dizem que têm *prints*, imagens do *bunker*... Olha como isso é sério, gente. Mas a gente vai ter as respostas oficiais e apresentar para a sociedade as respostas oficiais, tanto do Maranhão... E já encaminhar a diligência o mais rápido. Eu quero ir diretamente, eu quero ir pessoalmente a esse quilombo, abraçar essa mãe, abraçar essas famílias, e a gente continuar na busca das crianças que estão desaparecidas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jaime Bagattoli e Hermes Klann, e ainda dos Senadores Efraim Filho, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 52/2026 - CDH, de autoria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 56/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Promover ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, nos termos aprovados no Requerimento nº 52, de 2026, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa". Participantes: Marcia Kalvon, Diretora Executiva da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes e Diretora de Filantropia e Advocacy do Instituto INFINIS - Futuro é Infância Saudável; Clayton Bezerra, Presidente da Instituto Federal Kids; Leniel Borel, Vereador pelo Município do Rio de Janeiro e Presidente da Associação Henry Borel; Delegado de Polícia Federal Valdemar Latance Neto, Coordenador-Geral de Combate a Crimes Cibernéticos; e Ikaro Flávio de Freitas Cosme, Coordenador Geral dos Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes, Crianças, Idosos e PCDs do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome /DPSB/SNAS/MDS. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/18

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 18 de maio de 2026.

Esta é a primeira audiência pública realizada nos termos do Requerimento 52, de 2026, de minha autoria, que se destina a avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes no exercício do ano de 2026.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania – acesse agora o portal, porque você pode participar enviando perguntas para nós –, ou pelo telefone, em ligação sem custo algum, 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Esta audiência tem como objetivo examinar, com profundidade, se o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto 11.074, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022, está sendo efetivamente implementado e se tem sido capaz de produzir resultados concretos na proteção de nossas crianças e adolescentes.

Ela acontece hoje, exatamente hoje, 18 de maio. Por coincidência, escolhemos esta data? É coincidência? Não. Escolhemos esta data porque ela carrega um significado profundo. É o momento em que o Brasil historicamente se mobiliza para dar visibilidade a um dos problemas mais graves e persistentes da nossa sociedade: a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Hoje é o dia nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, uma data instituída, e, a partir da instituição dessa data, nós defensores da infância reconhecemos que a luta ganhou um novo patamar; e nele nos reunimos para tratar sobre prevenção à violência, ou seja, sobre a capacidade de o Estado e a sociedade agirem antes que ela aconteça.

Estamos falando de políticas voltadas ao desenvolvimento de habilidades parentais, ao fortalecimento da família, como o primeiro espaço de proteção, e à atuação articulada com a sociedade civil, que, historicamente, tem papel relevante nesse campo.

Será que estamos prevenindo a violência sexual contra crianças e adolescentes efetivamente? As pesquisas indicam que não. Os dados oficiais são claros e extremamente preocupantes.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou, em 2024, 65.395 vítimas de estupro e estupro de vulnerável entre crianças e adolescentes, mantendo esse crime como o mais frequente entre as violências não letais contra esse público. A taxa nacional chegou a 128,5 vítimas por 100 mil habitantes, com um dado particularmente alarmante: a maior incidência está na faixa de dez a treze anos, com taxa de 238,1 por 100 mil habitantes. Além disso, houve crescimento de 14,1% nos casos de produção e distribuição de material de abuso sexual infantil, que atingiram 3.158 vítimas em 2024.

Quando olhamos para os dados do sistema de saúde, a situação não é diferente. Apenas em 2025, foram registrados cerca de 60 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. E aqui eu chamo a atenção dos senhores para dados. O Ministério da Saúde tem um dado, o Ministério da Assistência Social também tem um dado, as secretarias de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais têm outros dados. Aí a gente tem o Ministério dos Direitos Humanos e o Disque 100 com outros dados. E a gente vai ter que entender a unificação desse cadastro. Nós vamos ter que entender a unificação desses dados.

Essa unificação está acontecendo? Toda violência está realmente sendo notificada? Esses números representam casos atendidos e registrados no sistema de saúde, ou seja, trata-se de situações em que a violência já ocorreu, foi identificada e exigiu atendimento, o que indica um nível elevado de gravidade.

E ainda há um dado que precisa ser dito com toda clareza: a violência contra crianças e adolescentes, especialmente a violência sexual, não ocorre majoritariamente nas ruas, lamentavelmente. Ela ocorre dentro de casa. Os próprios dados indicam que, entre 60% e 70% dos casos, acontecem no ambiente familiar, e, em mais da metade das situações, o agressor é alguém próximo da vítima, muitas vezes um familiar. Ou seja: a violência tende a ser silenciosa, recorrente e subnotificada.

Estamos diante de um problema que não é apenas de segurança pública, é um problema que atinge o núcleo mais básico da sociedade: a família. Diante desse cenário, é inevitável uma reflexão mais profunda. O Brasil tem avançado, sem dúvida, em instrumentos de denúncia, registro, atendimento, responsabilização. Temos o Disque 100, temos o SUS notificando casos, temos as forças de segurança atuando, mas a pergunta central é: estamos conseguindo prevenir a violência?

Os dados mostram que, apesar de todo este aparato e de o Congresso Nacional estar atuando ativamente, os números continuam crescendo, e isso nos leva a uma constatação preocupante: o modelo brasileiro ainda é predominantemente reativo; ele entra em ação depois que a violência já aconteceu. É exatamente por isso que esta audiência é tão importante – nós precisamos entender – hoje.

As políticas de fortalecimento familiar estão, de fato, sendo implementadas? As famílias brasileiras estão sendo preparadas para proteger suas crianças? Existem ações estruturadas de desenvolvimento de habilidades parentais? Essas ações estão chegando aos territórios mais vulneráveis? E mais: o Estado tem conseguido integrar a sociedade civil nesse esforço? E aqui eu estou falando de Estado, não estou falando de Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa não é uma audiência para a gente criticar o atual Governo ou o Governo anterior, ou o Governo anterior do anterior. Não. Essa é uma audiência para a gente discutir política de Estado.

As organizações seguem atuando de forma isolada, sem apoio, sem escala e sem coordenação? Essa é uma pergunta a que precisamos também responder. Diante dos dados e da realidade apresentada, outras perguntas se impõem. Se a violência acontece dentro de casa, por que ainda investimos tão pouco em fortalecer as famílias? Se sabemos que o agressor, na maioria das vezes, é alguém próximo, por que a prevenção ainda não é o eixo central da política pública? Se a sociedade civil já atua na ponta, por que não temos um modelo estruturado de apoio, financiamento e integração dessas iniciativas? E talvez a pergunta mais importante: o Plano Nacional, como está hoje, é capaz de mudar essa realidade ou ele ainda está distante da vida concreta das famílias brasileiras?

Essa audiência não tem caráter meramente formal. Ela não é um momento de celebração por uma data do calendário nacional. Nós estamos acostumados, muitas vezes, a ver este Plenário cheio em datas simbólicas, como o 18 de maio, mas hoje é diferente. Hoje este Plenário não está lotado e isso, por si só, já diz muito. Há eventos nesta Casa em que a gente tem que fechar os corredores. Hoje eu vejo um Plenário com as cadeiras ocupadas, mas não vi nenhum barulho nos corredores.

As pessoas, inclusive, fogem desse debate. E aqui eu quero dizer para vocês: às vezes, quando eu subo na tribuna do Senado tem pessoas que saem do Plenário, porque dizem que, quando me olham, já veem em mim horror, dor e tristeza. E, às vezes, eu nem vou falar do assunto. Mas vocês sabiam que eu sou desconvidada de eventos, às vezes, principalmente de eventos muito lindos, porque a Damares lembra a tragédia?

E esse mês em que eu estou vestindo laranja, porque esse mês é laranja e essa cor chama atenção, quando eu chego nos lugares vestida de laranja, tem pessoas que querem ficar longe, porque o tema dói. E, às vezes, não é só por doer. Não querem mesmo tocar no assunto.

E essa audiência, acontecendo hoje, apenas com os amigos defensores da infância que estão aqui, mostra como eu queria a sociedade toda dentro do Senado hoje com a gente. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu queria, doutor! Como eu queria gente lá fora, batendo tambores agora! Como eu queria a Esplanada fechada hoje no 18 de maio! Para que o Brasil estivesse gritando hoje "Basta"!

Na verdade, não há o que celebrar. O que existe hoje é motivo de preocupação. É motivo de indignação e, acima de tudo, é motivo de responsabilidade. Aqui estão presentes aqueles que podem contribuir para enfrentar essa realidade, não com discursos, mas com ações concretas, porque os números que mencionei não são frios. Eles têm rosto. Eles têm história. Eles têm nome. Eles têm dor.

Cada número é uma criança que teve uma infância marcada. Cada número é um sinal de que, como sociedade, nós ainda não conseguimos proteger quem mais precisa de nós. E, o mais grave, nós estamos começando a nos acostumar com isso. E isso nós não podemos permitir. Não podemos aceitar que a violência contra crianças e adolescentes se torne algo normal. Não podemos aceitar que o Estado continue chegando depois da tragédia. Não podemos aceitar que famílias sigam desamparadas, sem orientação, sem apoio, sem proteção.

Essa audiência, antes de tudo, é um chamado, e ela é a primeira de uma série. A avaliação que estamos fazendo aqui não se limita a esta audiência. Nós teremos diligências, outras audiências públicas, nós vamos ter coleta de dados, nós vamos ter requerimentos de informações. É um processo. O plano de trabalho da avaliação, inclusive, já está divulgado.

Mas, hoje, essa audiência também é um chamado à responsabilidade do Estado, à responsabilidade das instituições e à responsabilidade de todos nós, mas, acima de tudo, é um chamado à ação porque essas crianças não podem mais esperar. Por isso, agradeço a presença de todos os convidados que, certamente, contribuirão para este debate com as suas experiências, dados e propostas.

Neste sentido, eu tenho a honra de chamar, para compor a mesa, para a gente fazer esse debate, aqui do meu lado: Leniel Borel, Vereador pelo Município do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Henry Borel, pai de um menino que foi assassinado, de uma das histórias mais trágicas do nosso país. Um menino que uma lei levou o seu nome, e eu não aguento mais colocar nome de crianças mortas em lei no Brasil. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não aguenta mais: o 18 de maio é por causa de Araceli; temos a Lei Henry Borel; nós temos a Lei Rhuan; agora eu estou aprovando a Lei Rodrigo Castanheira... Não dá. Temos a Lei Meninas Calvi Cardoso, lá de Sorriso. Eu não aguento mais por nome de crianças assassinadas e estupradas em lei no Brasil. Como eu queria, Leniel, que o nome do seu filho tivesse dado origem a uma lei da alegria.

Quero te agradecer, Vereador, por estar conosco. Eu quero te convidar para sentar ao meu lado direito, sempre à direita de mim, o Vereador Leniel Borel. (*Palmas.*)

Eu convido, para sentar à minha esquerda, a Marcia Kalvon, Diretora Executiva da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes e Diretora de Filantropia e *Advocacy* do Instituto Infinis – Futuro é Infância Saudável. Dra. Marcia, obrigada por ter aceitado o convite e estar conosco hoje. (*Palmas.*)

Eu tenho a honra de convidar aqui, para a direita, o Dr. Clayton Bezerra. (*Palmas.*)

Dr. Clayton é Delegado da Polícia Federal, Presidente do Instituto Federal Kids e autor de mais de 20 obras sobre violência sexual contra a criança, e meu parceiro de mais de 20 anos. Obrigada por ter vindo, Dr. Clayton.

Chamo, para compor a mesa comigo, aqui do lado esquerdo, com muito carinho, o Dr. Valdemar Latance Neto, Delegado da Polícia Federal, representante da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da nossa grandiosa Polícia Federal. Dr. Valdemar, muito obrigado por estar conosco. (*Palmas.*)

A nossa mesa ainda é composta por um quinto convidado, que vai fazer a participação *online*. É um quinto convidado, é o Ikaro Flávio de Freitas Cosme, Coordenador-Geral dos Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes, Crianças, Idosos e PCDs do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Eu quero agradecer ao Dr. Ikaro por estar participando conosco e quero que todos os senhores entendam que hoje, 18 de maio, é um dia de muitas atividades para o Governo Federal, tanto que o Ministério dos Direitos Humanos talvez não consiga participar da audiência. São muitas as atividades, mas o Ministério estará em outra audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a sua presença e já quero agradecer ao Ministro por tê-lo designado, Ikaro, para estar conosco nesta audiência. O Ministério dos Direitos Humanos, por causa das atividades, não vai poder estar presente hoje.

Quero informar aos nossos expositores que os senhores têm, pelo Regimento, 10 minutos. Mas, como é uma audiência de avaliação, eu farei perguntas também aos senhores. Essas perguntas e as respostas dos senhores farão parte do nosso relatório final de avaliação da política nacional.

Eu quero pedir permissão aos senhores. Nós vamos ouvir primeiro o Governo Federal, o Executivo. Nós vamos ouvir primeiro o Ikaro Flávio de Freitas Gomes, do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por 10 minutos, mas se precisar se estender, Dr. Ikaro, fique à vontade.

O SR. IKARO FLÁVIO DE FREITAS COSME (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Obrigado, Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e aos demais. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham.

Eu me chamo Ikaro. Eu estou Coordenador-Geral do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio no Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, mais especificamente na Secretaria Nacional de Assistência Social. E aqui a gente traz um abraço do nosso Ministro Wellington Dias e da nossa Secretária Nacional de Assistência Social, Rosilene Rocha.

A gente recebeu um convite, nesse momento, para trazer um pouco de reflexão sobre as perspectivas dos serviços de proteção social básica, como o Paif, como se materializam no território, olhando para as diversas violências e violações de direitos, mas olhando especialmente para a especificidade que é o Paif, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que ocorre através dos Centros de Referência de Assistência Social.

A gente vai passar por alguns pontos refletindo sobre essa perspectiva preventiva, proativa e protetiva que é a função da unidade socioassistencial do Cras, através de todos os seus serviços, não apenas no âmbito do Paif, mas no âmbito do serviço de domicílio, do serviço de convivência e de outros programas e serviços que se estruturam no território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui saudar todos os agentes da política pública de assistência social e de direitos humanos por este dia, também, em que se mobilizam, se articulam. Nós mesmos estamos participando de forma virtual porque estamos aqui em Belém, no Estado do Pará.

Quero agradecer o apoio da Secretaria de Estado que nos recebe aqui para o evento da primeira infância, que começa a partir de amanhã. E é isso. Como a Senadora colocou, estamos em diversas agendas e tentando acompanhá-las nos diversos temas.

Ao tratarmos do tema da proteção social, é fundamental reconhecer o papel da proteção social básica, especialmente pelo serviço do Paif. Por que a gente traz que é especialmente pelo serviço do Paif, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família? Porque esse serviço é essencial, é obrigatório. Não existe Cras sem Paif, porque é minimamente a estruturação, a equipe de referência, o processo de acompanhamento, de olhar para as formas de violação de direito, de violência. A principal especificidade do serviço do Paif é tentar fazer o processo de prevenção.

A principal característica do Paif é ser um serviço proativo que olha para o território, que atende no território, que está no território com as famílias, tentando identificar as situações de risco e, antes que elas ocorram, consiga, dentro do seu processo de trabalho, articular formas e estratégias de prevenir que a ruptura do vínculo e a violência aconteçam.

Então, o Paif se materializa nessa lógica preventiva e protetiva. Não atua apenas na violação instalada, mas sobretudo na construção cotidiana de vínculos, no acompanhamento familiar e na ampliação das capacidades protetivas. Isso ocorre por meio dos atendimentos individualizados, pelas ações de grupos, pelas ações comunitárias, pelas visitas domiciliares e pela articulação intersetorial.

A proteção social básica no território se materializa de diversas formas. Temos diversas metodologias de atendimento e temos diversos serviços, entre os essenciais e os complementares, que trabalham no intuito de garantir a prevenção dessa ruptura de vínculos nos territórios.

Dentro desse contexto, a gente tem diversos serviços que fazem essas ofertas. Eu já falei do Paif, mas nós temos outro serviço muito importante, pensando na perspectiva da prevenção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atua sob a perspectiva de olhar para o território e buscar as potencialidades. Nós temos dentro das nossas unidades, seja de Cras, seja do próprio serviço de convivência, o desenvolvimento de oficinas e de estratégias, para que essa família esteja próxima dos equipamentos de proteção social, para que esteja sob o olhar da assistência social.

Muitas vezes, nós colocamos que esses serviços da proteção social básica, como o serviço de convivência, são serviços complementares, mas eles não são inferiores ao serviço do Paif. Eles são complementares, porque, quando não existir o risco de violência e de violação de direitos, nós teremos serviços de retaguarda, que estarão à disposição para atender, para encaminhar, para trabalhar as potencialidades. Isso porque a gente também tem essa perspectiva, dentro da política de assistência social, a partir da centralidade da família, de não só atender na perspectiva do território que tem vivência de risco, mas de também reconhecer as potencialidades que esse território tem e as potencialidades que essa família tem.

Dentro desse conjunto de serviços que pensa, que tem essa característica preventiva, nós também temos o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, principalmente, agora, pensando na perspectiva de gestantes e crianças. Todos nós sabemos, somos conscientes de que o Ministério do Desenvolvimento Social vem atuando fortemente para garantir o que trata o Marco Legal da Primeira Infância – inclusive, estamos neste mês de maio, também, comemorando dez anos de sua existência –, desde a sua consolidação, para o Brasil, que é o reordenamento do processo Criança Feliz para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio.

O que o ministério busca com esse processo de reordenamento? Primeiro, é trazer e apontar que o reordenamento traz, principalmente pensando no Marco Legal da Primeira Infância, o foco para os pontos centrais, a centralidade da família, essa garantia de proteção social. E, quando a gente tem a mudança da perspectiva de um programa para a perspectiva de um serviço, nós buscamos justamente consolidar, colocar na tipificação, na legislação, um processo contínuo, firmado, que já tem uma metodologia.

Então, foram essas a iniciativa e a perspectiva do ministério ao sugerir a transição do Programa Criança Feliz para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, para que, com essas características, que são específicas da política de assistência social, da abordagem junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

território, a gente pudesse ter uma centralidade melhor das ações e chegar, de alguma forma, na vida do povo.

O serviço em domicílio, como a gente colocou inclusive na audiência de que participamos no Congresso Nacional referente aos dez anos do marco da primeira infância, é a estratégia mais potente de atuação da política de assistência social, porque nós entramos na parte mais íntima da família, que é o lar, que é a casa, que é a residência.

A gente fala dessa especificidade porque é, muitas vezes, nesse momento que nós identificamos as violações, as violências; que a gente identifica qual é o contexto que aquela família vive: de isolamento social, de sobrecarga materna, de insegurança alimentar, de fragilização dos vínculos, de ausência da rede de apoio, seja da família, seja do Estado. Então, a visita nos dá esse parâmetro de tentar conhecer a realidade da família e trazer, de alguma forma, essa família para dentro das políticas públicas, até porque a gente tem, dentro da perspectiva do serviço em domicílio, uma abordagem não só intrassetorial, mas intersetorial. A gente também tem as nossas estratégias de discussão para dentro da política de assistência social, mas também temos as nossas ferramentas de atuação junto à saúde, junto à política de educação, junto à política de habitação, para que a gente possa ver materializada essa parte preventiva, protetiva e proativa que também a Senadora trouxe no início da sua fala, de reconhecer quais são as estratégias que têm sido desenvolvidas para que a gente possa garantir proteção social, para que a gente possa garantir prevenção, porque a gente já está com muitos casos de violência e violação de direitos, e a nossa iniciativa é tentar garantir situações em que a gente possa prevenir esses riscos junto aos territórios.

Dentro desse processo, a gente tem uma ampliação do reconhecimento da centralidade, não só na primeira infância, mais porque a gente tem, dentro do nosso conjunto de ferramentas de capacitação, orientado os nossos agentes a olhar para a família. É claro que o serviço em domicílio traz um recorte de crianças e gestantes nesse primeiro momento, mas a gente orienta os nossos trabalhadores a olhar para a família. Quando chega àquela mulher, naquela casa, quando a mulher está com algum sinal de violação, que isso possa, de alguma forma, ser um sinal para o trabalho da assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos essa perspectiva e temos, dentro desse processo, uma capilaridade de atuação no território. Nós temos a assistência social... O Suas está em todos os municípios do país, através dos centros de referência de assistência social, através dos CREAs. Então, o Suas persiste nesse processo de olhar para as desigualdades territoriais, principalmente trazendo a perspectiva de um princípio de equidade. Então, que a gente possa olhar para os para os territórios rurais e urbanos com a mesma perspectiva, com a mesma dedicação.

Outro desafio que nós temos colocado, até porque, dentro do conjunto por que nós fomos convocados aqui, a gente foi convidado a trazer os avanços que a gente traz nesse processo de discussão. Nós estamos, dentro do ministério, construindo as trilhas de trabalho social com famílias e territórios. Que, com as mudanças de concepção de conceitos, a gente possa capacitar as equipes, orientá-las a partir de todas as demandas que têm sido apresentadas, mas também nós temos alguns desafios que a gente é convidado a apresentar neste momento.

Desafio é vencer a perspectiva de não olhar para a proteção social como um retalho: aqui é a minha parte, aqui é a sua parte. Nós temos, cada vez mais, tentado trabalhar essa dimensão de um atendimento integral, do olhar integral para a família para que a gente possa reconhecer todas aquelas fragilidades que já foram apontadas, mas nós também temos um desafio, que é o financiamento da assistência social.

Inclusive tramita, no âmbito do Senado, a PEC 7, de 2026, que é da garantia de 1% para a política de assistência social, nessa perspectiva de a gente dar uma sustentabilidade financeira para a execução dos serviços de assistência social, para que a gente possa ter serviços de convivência em todas as partes do Brasil. Que a gente possa chegar lá naquela comunidade rural, lá naquele assentamento, lá naquela comunidade distante em que as pessoas não conseguem acessar os serviços; que a gente possa ter Creas, que são os Centros de Referência Especializados, que atuam na perspectiva da violação de direitos em todo o Brasil.

Então, a gente enfrenta limitações do ponto de vista financeiro e temos uma expectativa muito boa com a aprovação da PEC, na perspectiva de avançar na melhoria do cofinanciamento que hoje realizamos para os estados e municípios, mas também na cobertura de serviços de proteção social para todo o Brasil. Então, precisamos avançar nessas adequações também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativas, que é o que estamos fazendo através das trilhas. Nós temos documento muito anterior a 2010, da perspectiva tanto do Paif, como do Paefi.

Então, estamos com esse trabalho de atualizar todas as normativas referentes à execução dos serviços, para que a gente possa provocar, nos nossos trabalhadores e trabalhadoras, o olhar para as situações de prevenção de risco, mas também da violação no âmbito da proteção social especial.

E, por fim, a gente traz essa reflexão de que defender as crianças e os adolescentes é defender um projeto de país menos desigual, trazendo o fortalecimento de vínculo e trazendo a perspectiva da prevenção como parte fundamental e essencial para a vida do nosso povo.

Então, é isso que a gente pode apresentar aqui inicialmente. Pensar essa perspectiva de fortalecimento do Suas passa pela perspectiva de buscar um financiamento sustentável para que a gente possa... Não existe política pública que não tenha recurso. Então, a gente tem, cada vez mais, trabalhado para a gente conseguir ter formas sustentáveis de conseguir a execução de uma política tão importante como é a assistência social. Que a gente possa sentir o efeito disso no território, lá na ampliação do número de unidades socioassistenciais por todo o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ikaro, quero agradecer a sua participação, mas você fica na tela, por favor, que eu tenho... queria me dirigir a você.

Todos nós ouvimos você falar do Paif. Deixe-me explicar para quem está nos assistindo via *online*: Paif é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social hoje, do atual Governo e de todos os outros governos. É uma política de Estado.

Ikaro, presta atenção no que eu vou te perguntar. É um programa voltado para a família, e a gente sabe que 80%, 90% dos abusos sexuais acontecem no âmbito da família. Então, a gente tem aqui um ministério que cuida de família e o palco da violência, que é a família. Aí eu quero te perguntar o seguinte, Ikaro – eu estou te mandando quatro perguntas, mas eu vou resumir.

Não vou a muitos anos atrás – eu poderia trazer inúmeros casos –, vamos a fevereiro de 2026. A menina Marta Isabelle, de 16 anos, em Porto Velho, amarrada numa cama, foi morta aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos. Todo mundo lembra dessa história, agora de fevereiro: feridas expostas, amarrada, torturada. Inclusive, para minha tristeza, os pais eram pastores, e essa menina foi barbaramente torturada, ela morreu aos poucos.

Mas vamos para maio de 2026, com o menino Kratos Douglas agora: acorrentado dentro de casa, em São Paulo, agora, em maio; acorrentado, morrendo aos poucos, sendo torturado, morte lenta. Duas mortes lentas, de uma criança e um adolescente, e a gente tem um ministério que visita as famílias.

A pergunta é a seguinte, Ikaro: além de vocês visitarem as famílias, por meio do Programa Criança Feliz – eu sei que vocês não podem invadir o lar, mas vocês visitam, vocês têm agentes treinados... Nós temos o Ministério da Saúde, que tem os agentes de saúde comunitária – que também visitam a família –, o médico de família. E por que nós temos tantas crianças sendo torturadas dentro de casa e a gente não consegue ver essas crianças amarradas, aprisionadas, torturadas? O que a gente podia fazer mais, Ikaro, para fortalecer o Paif? Eu queria que isso fosse...

Falta integração do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Saúde, com os conselhos tutelares – que são cuidados pelo Ministério dos Direitos Humanos –, com a Secretaria de Segurança e Ministério de Justiça – que têm os programas de polícia, de atendimento a vítimas de violência doméstica? Onde nós estamos errando como órgãos públicos, como agentes públicos, Ikaro? E não é você o governo, está bem? Essa aqui é uma política de Estado, e eu quero falar em nível de todos os governos.

O SR. IKARO FLÁVIO DE FREITAS COSME (*Por videoconferência*.) – Então, Senadora, eu acho que isso é um desafio colocado. Hoje, como eu falei inicialmente, o serviço está visando gestantes e crianças, mas com essa centralidade na família; isso na perspectiva do domicílio. Mas, trazendo essa discussão para o Paif – a gente sabe que hoje são os Cras que estão em todo o país –, eu acho que, para além do que a gente pode fazer, do ponto de vista de pensar na proteção social, de pensar nas estratégias, nas ferramentas para dentro da política de assistência social, e isso trabalhando a relação mais intrassetorial, para dentro, podemos discutir, trazer essa perspectiva de referência e contrarreferência, de uma atuação de abordagem para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

território, de olhar para o território como esse espaço que a gente chama de um espaço que deveria ser de fortalecimento de vínculos, mas, muitas vezes, a violação ocorre.

Então, acho que a gente tem que, cada vez mais, para dentro da política de assistência social – Cras, Creas, enfim, todos os agentes –, trabalhar isso de forma mais integrada, com essa concepção de território ampliado, e não se limitar, muitas vezes, ao espaço, porque, como eu falei, por causa do financiamento, existe também a descobertura de serviços. Tem lugares em que, hoje, a gente, infelizmente, ainda não tem serviços que consigam chegar a todos os territórios, principalmente àqueles mais distantes. Mas acho também que, dentro dessa perspectiva que a Senadora apresenta – do que a gente pode fazer –, do ponto de vista intersetorial, a gente precisa estar cada vez mais junto.

Acho que a gente precisa tirar das gavetas todos os comitês, todos os grupos que nós temos de forma intersetorial e tratar isso como uma estratégia. Inclusive, nos nossos documentos de orientações – nessa parte de atualização, do ponto de vista da proteção básica –, nós temos situado que, nessa perspectiva da articulação intersetorial, muitas vezes a gente deixe de exigir a criação de comitês e passe mais a buscar reuniões descentralizadas, para que a gente possa se aproximar, inclusive, dos profissionais que estão na ponta. Se eu tenho um problema lá na unidade básica de saúde, que eu possa dialogar com o enfermeiro, que eu possa trazer, muitas vezes, o assistente social que está no Cras.

Então, a gente tem buscado estratégias para, justamente, fazer essa análise territorial do processo de violência, de violação de direitos, para a gente saber quais são as principais demandas e de que forma a gente pode atuar, mas isso é um desafio porque a gente não tem como ter uma receita de bolo, pronta, dentro dessa perspectiva de atuação, Senadora.

Eu acho que a gente tem esse desafio de integrar a proteção social dentro dessa perspectiva de olhar para o todo, de olhar para a família, para que a gente possa conseguir identificar as situações de fragilidade, porque muitas vezes elas não vão estar apresentadas para nós tão claramente, a gente vai ter que pegar entre uma fala, entre uma conversa, entre um diálogo, e por isso é que nós temos avançado e insistido tanto no processo de capacitação dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, porque é quem entra na casa da família, é quem está no território, é quem acompanha a vivência dessas famílias. Então, se a gente não trabalha essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva dessa abordagem, desse olhar dos profissionais, a gente também perde nesse ponto.

Então, acho que a gente tem esse desafio de olhar para as violências e de, também, buscar esse processo de integração, de concepção, mesmo, de proteção social na abordagem e em todos os nossos serviços.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ikaro, escuta só, a criança para receber o Bolsa Família tem que estar matriculada, e a gente sabe que vocês são rigorosos nesses critérios, mas será que nenhuma escola percebeu a ausência de Kratos Douglas? Ninguém percebeu que esse menino estava sumido há seis meses? Ninguém percebeu que Marta Isabelle estava sumida, que ela não estava na escola?

Eu pergunto aí agora, a sociedade civil está aqui na mesa também, Kratos: a sociedade civil não sentiu a ausência desses meninos na rua? Os vizinhos não sentiram a ausência dessas crianças na rua? Nesse sentido, Kratos, eu não sei como... Desculpa, Ikaro, eu não sei como é que a gente vai lidar com isso. A escola está notificando, os conselhos tutelares estão sendo acionados.

Eu quero que todo mundo pense comigo: para receber o Bolsa Família tem que estar numa escola. Estavam sendo pagos os Bolsas Famílias desses dois que morreram neste ano e dos outros que estão morrendo, que estavam dentro de casa torturados.

Então, como fazer, Ikaro, eu não sei, e a gente quer muito... E essa conversa vai continuar com o Ministério, nós vamos mandar requerimento de informações: como fazer a identificação antes, gente? Antes. Não adianta eu fazer uma audiência pública aqui depois para eu lamentar a morte de Kratos e de Marta.

A pergunta é a seguinte; agora, pergunto direto para você. As organizações da sociedade civil são importantes e, aqui na mesa, nós temos dois representantes da sociedade civil, que vão falar. A pergunta é, Ikaro: de que forma as organizações da sociedade civil participam das ações aí do Paif? Há integração estruturada, parcerias formais, atuação complementar? E a pergunta básica: os instrumentos atuais – parcerias, convênio, termos de parceria, TACs – são suficientes para viabilizar a atuação contínua das OSCs, as instituições da sociedade civil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente agradece muito; muitas crianças estão sendo salvas por causa da atuação da sociedade civil. Como é a interação de vocês com a sociedade civil? Os instrumentos existentes são suficientes ou precisamos ampliar essa forma de acolhimento do Ministério das instituições da sociedade civil? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele caiu? (*Pausa.*)

O SR. IKARO FLÁVIO DE FREITAS COSME (*Por videoconferência.*) – Estava com dificuldade de ligar o microfone.

Mas então, Senadora, a gente tem, dentro da perspectiva da política de assistência social, um ponto muito importante, que trata inclusive sobre a relação dos órgãos governamentais da política de assistência social com as entidades. A gente trata dum protagonismo, duma ampliação, inclusive dos debates, para que a gente possa ter cada vez mais perto essas OSCs, as entidades, as associações, porque a gente, inclusive por trabalho preventivo, por trabalho que o Paif realiza lá no território, se a gente não contar com a força, com o conhecimento, com o reconhecimento da importância das entidades, a gente não consegue ir muito, não consegue avançar como a gente pretende.

Então, hoje a gente inclusive tem a possibilidade, no âmbito da assistência social, de firmar parcerias entre o Governo e a sociedade civil, para a execução de serviços, para a execução do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para a execução dos serviços em domicílio, claro, em parceria com o poder público municipal, que é quem está na ponta, executando e garantindo que esse serviço vai chegar à vida de todas as pessoas.

Eu acho que a gente, de um ponto de vista igual aos outros, até da perspectiva normativa, a gente tem alguns passos a serem dados, que, dentro dessa perspectiva, dessa nova roupagem do que vem aí, dessas discussões a partir da trilha, aí eu estou falando do ambiente mesmo da proteção básica, que é o que faz prevenção, a gente tem alguns avanços a serem considerados.

Mas acho que é isso, a gente precisa de avançar ainda mais nas perspectivas de parcerias, de como instrumentalizar, de como as entidades, as organizações não governamentais podem contribuir, de forma efetiva, para que a proteção social chegue à vida de todas as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu falo do ponto de vista de quem vem do município. Eu estou no ministério, mas eu comecei a trabalhar num município de 5 mil habitantes no interior do Rio Grande do Norte. E eu sabia que, muitas vezes, para a gente conseguir garantir uma ação lá, em determinado lugar daquela cidade, eu precisava contar com a força, com o conhecimento do território, da vivência, da forma como se organizam essas organizações.

Então, hoje, dentro dessa perspectiva da política de assistência social, nós podemos e nós temos esse meio de contar com isso, através dessa parte do protagonismo, da perspectiva do território e da participação de todos os segmentos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ikaro, obrigada.

Ikaro, eu enviei quatro perguntas para você. Se puder depois completar as quatro perguntas e enviar a resposta para a Comissão, para fazer parte do nosso relatório de avaliação. E, se puder continuar na audiência também até o final, vai ser uma alegria.

Obrigada por sua participação, mas eu só faço mais um comentário à sua fala: no ano passado, no Rio de Janeiro, inclusive o Leniel acompanhou isso, uma mãe escondeu o corpo da filha dentro de casa, uma filha de seis anos, por um mês. A filha morreu, e ela escondeu o corpo da filha dentro de casa por um mês, para ela não perder a próxima parcela do benefício. Ela precisava tanto desse benefício...

Numa nação em que a miséria fala mais alto que o luto, a gente vai precisar fazer uma revisão de muita coisa.

Está sob investigação isso. A criança, parece que tinha uma deficiência, então era um BPC, não era nem um Bolsa Família, mas a mãe precisava de mais uma parcela para pagar dívida. E se notificasse que a filha morreu, ela perderia a parcela. Ninguém sentiu falta, um mês, dessa menina? Ninguém ouviu o silêncio? Ouvir silêncio é estar tudo muito quieto nesta casa, essa criança gritava antes. Que silêncio absurdo é esse?

Que silêncio absurdo é esse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ikaro, é neste sentido que a gente quer conduzir a política de proteção da infância: onde os órgãos de proteção da infância dessa comunidade erraram, falharam e se omitiram? Onde a sociedade se omitiu? Não é possível que nem um cheiro os vizinhos não tenham sentido!

Olhem aonde nós chegamos, nesta nação, com relação à violência contra a criança.

Estamos aqui, Ikaro, para a gente fazer avaliação e apontar onde a gente precisa melhorar.

Obrigada, Ikaro.

Na sequência agora – a gente vai ouvir ainda órgãos públicos – nós vamos ouvir o Guardiões da Infância, que é um programa da Polícia Federal. O Guardiões da Infância está fazendo um trabalho incrível, inclusive de treinamento. A partir de agora... Atenção: no Brasil, para quem quiser, aqui nós temos instituições na mesa que podem capacitá-los a enfrentar a violência contra a criança.

Enquanto abrem seus eslaides, Doutor...

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO (*Fora do microfone*.) – Valdemar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Valdemar, eu queria que o senhor, se puder, respondesse a essas perguntas. Se não puder responder agora, mande-nos por escrito depois.

A primeira pergunta é: a partir da experiência do programa Guardiões da Infância, quais são hoje os principais fatores de vulnerabilidade que expõem crianças e adolescentes à violência sexual, especialmente no ambiente digital? Qual é o papel das famílias na redução desses riscos?

Quais metodologias preventivas e educativas o programa utiliza junto às famílias, escolas e comunidades? Quais resultados concretos já foram observados, em termos de conscientização, prevenção e fortalecimento das capacidades protetivas das famílias?

A família tem que estar presente. O foco aqui é família também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Polícia Federal avalia o atual nível de integração entre as estratégias de prevenção desenvolvidas pelo programa e as políticas públicas preventivas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes? O plano está dando certo?

A experiência prática do programa revela limitações no modelo atual de enfrentamento à violência sexual? Estamos errando? Onde temos que corrigir?

E a pergunta que eu quero lhe fazer, Doutor, do meu coração: nós vamos pegar todos os pedófilos? Nós vamos fazer das redes sociais, do ambiente virtual, um ambiente seguro?

Considerando o crescimento dos crimes sexuais praticados no ambiente digital, quais ajustes institucionais e estratégicos seriam necessários para que o Brasil avançasse nessa área?

O senhor tem dez minutos regimentais, mas pode extrapolar, porque eu já fiz as perguntas que eu precisava fazer, Doutor.

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou pedir licença para falar em pé, para o pessoal acordar. (*Risos.*)

Senadora Damares, primeiro eu gostaria de agradecer o convite. Para mim, é uma grande honra representar a Polícia Federal, especificamente a Dciber, neste relevante evento.

Eu gostaria de já começar aproveitando essa última pergunta – de coração – que a senhora fez para trazer um número. Eu quero começar com um número: só a Polícia Federal fez, em 2025, 1.165 operações. Isto basta para pais e mães ficarem alertas: só da Polícia Federal 1.165.

Eu não vou entrar em regra de competência, que é chato, e todo mundo vai dormir, mas a competência da Polícia Federal investiga casos específicos – precisa estar na internet e ter algum dado de internacionalidade. Então, é a minoria: 1165. Como chegamos lá? Primeiro passo: estruturação.

Em 2023, foi criada a Diretoria de Crimes Cibernéticos. Antes, isso era uma divisão, Dr. Clayton não me deixa mentir. Era uma divisão lá na Polícia Federal, era algo secundário, porque na polícia ainda há muita gente que vê que polícia é só quem combate tráfico de droga; ainda há essa visão distorcida dentro da polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, a gestão do Dr. Andrei mudou isso e trouxe os crimes cibernéticos, que são os crimes que mais aumentam no mundo inteiro. Ele os trouxe como prioridade, criou uma diretoria. Isso significa trazer mais policiais federais para trabalhar aqui e para fazer, eu vou usar uma palavra importante que o Ikaro usou: capacitação, capacitação.

Nenhum policial consegue investigar abuso sexual infantil pela internet sem prévia capacitação. Nenhum policial consegue atender uma vítima que chega à unidade policial sem prévia capacitação. Sem prévia capacitação, ele vai revitimizar aquela pessoa – estruturação e capacitação.

Pensem os senhores em Estado grande ou Estado mínimo. Eu acredito que até aqueles que gostam do Estado mínimo têm certeza de que a Polícia Federal é fundamental até no Estado mínimo. E ela precisa de estruturação, e não só ela, as nossas irmãs da polícia civil também precisam. São 1165 só da Polícia Federal, precisamos das polícias civis junto conosco, e temos um plano para isso. Sem a polícia civil, a gente não vai conseguir prender todos os estupradores de crianças.

Então, quanto à estruturação. O primeiro ponto foi a criação da DCiber e das Delecibers. Junto com a diretoria, a Polícia Federal criou uma delegacia de combate a crime cibernético em cada um dos estados. Se a minha memória não me trai, o Dr. Clayton era o chefe do GRCC, que era um grupo de crime cibernético do Rio de Janeiro. Agora não, agora tem uma delegacia lá. Finalmente, temos uma unidade lá, um chefe, alguém especializado, que fez uma prévia capacitação para tratar desses casos. Isso aconteceu em janeiro de 2023.

Durante 2023, as unidades foram sendo estruturadas. E, em 2024, um sonho saiu, saiu da ideia só, e efetivamente se tornou real, que era o programa Guardiões da Infância. Prevenção já era algo que estava nos planos da Polícia Federal há muitos anos, mas não havia gente suficiente para fazer, não havia.

Em 2024, a portaria do Diretor-Geral instituiu o programa Guardiões da Infância, cuja ideia básica era ter um material padronizado, bem pensado, bem montado, para que policiais federais dessem palestras nas escolas e em outras instituições no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na estruturação – daqui a pouco eu volto nisso – teve um ponto importantíssimo também em 2025, que foi o ECA Digital. A Senadora mencionou que, quando a senhora chega a algum lugar, ninguém quer ouvir esse assunto. Mas teve um tal de Felca, que eu nem conhecia, que, quando ele falou sobre o assunto, tudo o que eu falava há dez anos, do nada, virou realidade. Chegaram a vir me perguntar ainda: "Mas por que o senhor nunca falou sobre isso?". Senadora, três dias antes da publicação do vídeo dele, eu estava em uma audiência pública aqui. Tem um eslaide, logo depois ali, em que está escrito assim: Brasil, país do estupro de criança. E eu tinha mostrado isso aqui três dias antes. Acontece que o Felca teve o mérito de escancarar as portas para o assunto. E, finalmente veio a lei ECA Digital.

O último ponto de estruturação e não menos importante, aliás, histórico – histórico –: o Presidente Lula assinou esse decreto em 2026 – agora, no começo do ano –, colocando a Polícia Federal como a responsável pelo Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. A Polícia Federal é que vai receber todas as informações de abuso sexual infanto-juvenil na internet. Estamos estruturando o centro agora e, do lado do centro, uma ciber Ficco, cuja finalidade principal é a integração com as forças estaduais, para se distribuírem os casos, porque, como eu disse, a maioria dos casos é da polícia estadual. Então, temos isto no horizonte: estruturação.

Feita essa introdução, eu trouxe os números que a Senadora já mencionou, que são os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O *Anuário* traz os números de 2024 e retrata o país do estupro, não só do estupro, mas do estupro de crianças. São mais de 87 mil estupros e mais de 76% são de vítimas vulneráveis – vulneráveis. Eu vou destacar só alguns pontos importantes para daí eu chegar ao programa Guardiões da Infância.

Primeiro, 87% é alguém próximo da vítima, como a Senadora já bem trouxe também. Não é um monstro. Não achem que vocês têm um olhar lombrosiano, para olhar para a pessoa e falar: "Ah, esse aí é abusador, é pedófilo, é isso". Não é! Ele está em qualquer lugar. Perfil. Sabe qual é o perfil que a gente consegue determinar? Homem, 99%. Só! Todas as profissões, todas as idades – todas, todas. Não tem perfil, não é um monstro, é qualquer pessoa; e pior, é próximo da vítima. Daí que é difícil falar, porque não é um monstro, não é um celerado, é o pai, é o padrasto, é o tio, é o avô, é o irmão, é o vizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, um investigado, conversando com o outro – eles trocavam material com abuso sexual infantil –, um pergunta ao outro: "Como você consegue acesso a essas crianças?". Olhe a dica que ele deu: "Fique amigo dos pais". (*Pausa.*)

Sem a confiança dos pais, não tem acesso à criança. É alguém próximo. Pais e mães, cuidado – próximo!

Vamos para a vítima agora: 87% são meninas – misoginia na veia. Essa ideologia misógina sendo espalhada pelo YouTube tem reflexo aqui na vida. Não esqueçam: são meninas aqui. E eles se veem como proprietários dessas meninas. A maioria tem menos de 13 anos. A Senadora já falou isto: menos de 13 anos. É misoginia na veia.

Mães e pais, eduquem os seus filhos e não deixem que eles sejam educados pelo YouTube. Não deixem que eles sejam educados pelo YouTube, por ator global que acha que sabe tudo sobre feminilidade e masculinidade e não vê o efeito que isso tem na sociedade. É misoginia na veia. O Brasil é o país do estupro de criança. Muito cuidado com a educação dessas crianças.

Outro dado sobre as vítimas: 12% são meninos. Só que aqui há também um problema cultural: a subnotificação de meninos é muito grande, é maior. Quando nós analisamos o material apreendido – porque nós trabalhamos com a violência na internet; então, com fotos e vídeos –, não há essa discrepância tão grande de 87% e 12%. Fica ali em 70% e 30%, 40% e 60%. Então, aqui há também essa nota cultural, que também é de uma cultura machista. Os meninos que são vítimas não procuram a polícia. A subnotificação aqui é maior.

Um problema enorme de que a Senadora também já tratou – a Senadora tratou de quase tudo já, né? – é o silêncio das vítimas. Essa é a maior dificuldade para a polícia. O crime de abuso sexual infantil ocorre no ambiente íntimo. Normalmente só está ali o estuprador e aqui, no caso, a criança. Nem a mulher adulta reporta esse tipo de crime, muito menos uma criança. Aqui impera o silêncio. Daí a importância do projeto de prevenção. No projeto de prevenção, nós tentamos auxiliar os professores a identificar sinais de que está havendo uma situação de abuso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, eu disse aqui: foram 1.165 operações. Aqui são os dados das operações. É só para mostrar aqui como a estruturação faz sentido. Então, em 2022, antes da Dciber, eram 361 operações de crimes cibernéticos. No ano seguinte, no ano da estruturação, foram 770; em 2024, 1.147; em 2025, 1.264 operações de crimes cibernéticos. E 31% de todas as operações da Polícia Federal são de crime cibernético e 1.165 de abuso sexual infantil, como eu disse.

Outro número que nos dá muito orgulho é o de vítimas resgatadas. Então, foram 124 vítimas que estavam sofrendo abuso constante e foram resgatadas dessa situação. A Dra. Iana, que me dá a honra da presença, é a atual coordenadora da área de abuso sexual infantil, foi uma das que fez uma operação exemplar lá em Mato Grosso e tirou algumas crianças que estavam numa situação de violência intrafamiliar tristíssima. Estavam vendendo – vendendo! – vídeos e fotos das crianças pela internet.

A repressão basta? Repressão basta? Veja, são mil e tantas operações – prendemos um monte de estuprador de criança –, mas é sempre uma vitória amarga. Por quê? O abuso já aconteceu! E eu digo como alguém que já ouviu vítimas de mais de dez... Tinham-se passado dez anos, e eu ouvi aquela vítima. A vítima, quando fala de novo sobre aquilo, percebe-se que não há cicatriz: é uma ferida aberta. A dor é na alma – é na alma! Não cura. Portanto, a única saída, a única vitória é prevenção.

E, então, nós criamos esse programa Guardiões da Infância, que, em resumo, depende de policiais voluntários. Então, os policiais voluntários vêm a Brasília, passam por uma capacitação de uma semana, aqui em Brasília, para tomar conhecimento do material e aprender como dar palestra, e aí, principalmente – daí o cuidado –, saber como agir caso, no fim da palestra, Senadora, um adolescente venha e diga: "Eu fui abusado".

Por isso, é preciso prévia capacitação para fazer a palestra. Não é qualquer policial que vai lá e pega: "Me empreste o eslaide aí, que eu vou lá dar a palestra". Não é assim; é preciso prévia capacitação, e só então o policial federal vai estar habilitado a dar essas palestras. Esse é o primeiro ponto. Segundo, as palestras são em escolas e outras instituições. A ideia inicial era de que seria só na escola, mas começou a aparecer demanda de todo lado. Hoje a gente dá palestra em empresa e em quem pedir – a Polícia Federal vai lá e dá palestra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O material foi feito junto com a nossa parceira, a SaferNet, que inclusive tem uma grade curricular para ensino médio. Senadora, também a senhora mencionou o caminho. O caminho é a educação, e essa grade curricular da SaferNet é espetacular; ela devia ser obrigatória. Ela já devia ser obrigatória! O nosso material foi adaptado desse material da SaferNet, que é maravilhoso, muito bem-feito.

Hoje o público são adolescentes... São quatro públicos e quatro materiais diferentes: primeiro público, adolescentes; segundo, familiares; terceiro, professores; e quarto, membros da rede de proteção. A rede de proteção não estava incluída no início do projeto – a gente não imaginava que haveria essa necessidade –, mas os conselheiros tutelares começaram a aparecer nas palestras dos professores. E o que a gente percebeu foi que havia uma falta de boa informação para os conselheiros tutelares também, e elaboramos um quarto material.

Tem o *link* ali para o... Esse QR *code* é o *link* para o *site* do projeto, para quem tiver interesse de pedir as palestras.

O material para os adolescentes é dividido em quatro. Então, na verdade, são cinco encontros de duas horas cada um. Esse é o programa completo. E se, na escola, não houver tempo para tudo isso, aí é um encontro só, de duas horas. Mas o material completo são cinco encontros, de duas horas cada um.

O tema começa lá com bem-estar e saúde mental; vai para segurança e privacidade na internet; respeito e empatia nas redes, ensinar tolerância, ensinar respeito, ensinar que não há supremacismo entre homem e mulher, ensinar tolerância ao diferente; quarto, desinformação, ensinar esses meninos a buscar informação de qualidade na internet, não ser enganado por golpista, que é o que mais tem na internet; e o último tópico é o que a gente chama de relacionamentos seguros *online*, que é só no último encontro, em que a gente trata do tema difícil do abuso sexual infantil pela internet.

Para os familiares, a ideia do programa é conversar e conscientizar do risco. Os pais não sabem do risco. A minha avó dizia para mim: "Não pode ir para a rua, o risco está na rua, o estranho está na rua". Hoje a rua é o quarto. Por quê? A criança está com o celular. Na minha geração, na geração do meu irmão, ele mexia no computador na sala da minha casa, e era no computador. As crianças mexem com o quê na internet hoje? Com o celular. E o celular vai para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o banheiro com ela, vai para o quarto, é de lá que sai a foto. Como o pai e a mãe vão ver? E o pai e a mãe não imaginam o risco. Então, é conscientizar do risco, estabelecer regras de uso e monitorar as atividades. Não delegar educação para o YouTube. Vai dar errado.

Com relação aos educadores, o que o programa visa? A ajudá-los a identificar sinais de *bullying*, sinais de abuso sexual; em caso de alguma violência, ensinar a acolher, não revitimizar; e, por fim, não se omitir, reportar caso saiba o que aconteceu.

Um efeito muito interessante do Guardiões da Infância, que fez aprimorar a atividade da Polícia Federal, foi que os palestrantes precisaram se aproximar da rede de proteção. A Polícia Federal, pelas suas próprias competências, não costuma ter acesso direto à vítima, porque os casos de estupro em si são apurados pela polícia civil. Quando os colegas começam a dar as palestras nos municípios e aparece uma vítima, eles precisam ter o contato da rede de proteção, eles precisam saber quem é o policial militar que trata daquilo ali, o conselheiro tutelar, qual é a delegacia da polícia civil. Isso trouxe uma integração melhor para a gente.

Até hoje, nós já temos 62 mil pessoas atingidas pelo Guardiões da Infância, que assistiram às nossas palestras. Estamos perto de 200 policiais federais voluntários e capacitados. A Iana e eu somos dois deles. Aí o mais maldoso vai pensar: "Deve ter algum penduricalho aí, vocês devem estar ganhando dinheiro para dar palestra". Não, nem R$1 – nem R$1. Aqui não precisa de valor, né? A gente não faz isso por dinheiro. Tem coisa que não tem valor, dinheiro não compra isso. E assim, vou falar por ela também, nós entramos na polícia para isto, para proteger a criança, não para fazer descapitalização só. Um foco grande da polícia hoje é descapitalização, e tem que ser mesmo, só que aqui a gente protege criança. É outra coisa, não tem valor...

E aqui os voluntários fazem isso porque querem; e, como os senhores vão ver aqui agora nas fotos – eu já estou concluindo –, eles estão gostando muito do que estão fazendo.

Um efeito, Senadora, que nós não antecipamos também, foi o seguinte: a atividade de investigar abuso sexual infantil na Polícia Federal é a mais difícil, é a mais árida de todas. Não é fácil ver um vídeo de uma menina da idade da sua filha sendo abusada, berrando de dor, implorando para parar. Mexe com a saúde mental de todos esses policiais federais. E aí começaram a dar palestra e teve um efeito benéfico para a saúde mental de todos, porque eles passaram a sentir a gratidão do público; então, teve um efeito aqui que é único. Podem ver aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no rosto dos meus colegas – eu morro de orgulho da atividade que eles fazem – que eles estão muito felizes no meio dos jovens e dos familiares.

Aquele ali é o cachorro Bello, que o pessoal lá de Londrina leva nas palestras, para as crianças e para os adolescentes colocarem cartinhas para o cachorro. Então, a criança e o adolescente que não se sentem à vontade para falar, com o Bello, deixam a cartinha lá, para depois, eventualmente, a gente tomar alguma atitude.

Como os senhores podem ver aqui, nós estamos conseguindo chegar aos nossos limites, a comunidades indígenas, a locais mais pobres. Aqui no Distrito Federal, especificamente, nós temos até um acordo de cooperação, com a Secretaria do Distrito Federal, para levar o Guardiões da Infância a todas as unidades distritais. É um orgulho para a gente isso aí também.

E, agora, eu vou mostrar o cachorro Bello, as fotos... Ah, aqui é o efeito das crianças. Olhem que foto linda!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito! Estão no carro da PF. Até eu! (*Risos.*) Pelo amor de Deus!

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO – Olhem aí o nosso cachorro – Correio do Bello. No Correio do Bello, as crianças botam as cartinhas ali. São várias extremamente emocionantes para lembrar aí que a prioridade absoluta da Dciber, seguindo à risca o *caput* do 227 da Constituição, é o resgate de crianças.

Nós temos obsessão de identificar... Não trabalhamos com arquivo, Senadora. Não é arquivo aquilo ali; cada vídeo, cada foto tem uma criança. Nós temos a obsessão de identificar e salvar aquela criança, como essas aí.

Esse bebezinho, por exemplo, foi abusado pelo pai com quatro horas de vida.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO – Obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Valdemar, foi tão lindo o que o senhor mostrou que eu não vou te fazer nenhuma pergunta. O senhor vai me responder as perguntas por *e-mail*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria fazer uma coisa, Dr. Valdemar, em nome de todas as crianças – e eu sou uma delas – que foram barbaramente estupradas: eu queria dar um abraço naquela delegada. O senhor me permite? (*Pausa.*)

Venha cá, Doutora. (*Palmas.*)

Ela está resgatando crianças, gente!

Obrigada, doutora.

Cento e vinte quatro crianças resgatadas, e ela, inclusive, resgatou crianças.

Parabéns, doutora! Parabéns aos guardiões!

Parabéns! Eu estou encantada.

Na mesa, a gente tem três representantes da sociedade civil, mas o Leniel, além da sociedade civil, também é Poder Legislativo. Então, ele vai ser o próximo a falar, e depois a gente deixa a sociedade civil bem à vontade aqui à mesa.

Mas antes eu queria registrar a presença de algumas pessoas muito queridas que estão no auditório.

A Profa. Ana Beatriz Goldstein e sua equipe de Assessoria Especial de Cultura de Paz, da Secretaria de Educação do DF.

Articuladores do programa NaMoral, Escola Parque, Paz na Escola... Deixe-me lhe falar uma coisa: você é um orgulho para nós, viu, professora! Obrigada, Secretaria de Educação.

Ao lado dela está a Tenente-Coronel Renata Braz das Neves Cardoso, chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública. Ela é que executa, gente – é minha parceira há muitos anos –, o programa Provid, programa destinado à violência doméstica. Tem viaturas especializadas no DF para ligar, e esse efetivo atende só ocorrências de violência doméstica. Obrigada.

Está com a gente Flaviane de Jesus Cardoso, Projeto Sara Geração Protegida.

Está com a gente Robertha Munique Ferreira, Presidente do Instituto Raises superdotados. Obrigada, Profa. Robertha. Essa semana a gente vai votar a lei do superdotados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Coronel Jaziel Fernandes, Subsecretário de Políticas Públicas da Secretaria de Segurança do DF. Obrigada, Coronel. Maravilha. Inclusive, gente, o Subsecretário coordena o programa de busca de crianças desaparecidas, e dia 25, Dr. Valdemar, é uma lei distrital, é o dia distrital do enfrentamento ao desaparecimento de crianças, e a campanha dele este ano está imensa de maravilhosa, todo mundo envolvido. Obrigada, Coronel.

Está conosco Iana Carla Silva, Delegada da Polícia Federal; Gregson Chervenski – tomara que eu tenha acertado –, Coordenador-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Está conosco também a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Dra. Cristiane Britto. Dra. Cristiane, nós estamos discutindo o decreto que você, junto com sua equipe, assinaram no dia 18 de maio de 2022, junto com o ex-Presidente, mas era um decreto que alterava um de 2018.

Estão, aqui no auditório, pessoas que eu queria falar o nome: o Wendel, que foi ouvidor do Ministério de Direitos Humanos, que ajudou a construir.

Está aqui Marisa, que foi Diretora de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e meninas.

Está aqui a Natália, que trabalhou na Secretaria de Direitos Humanos.

Está aqui também todo esse pessoal que ajudou a construir isso aqui: a Cleide, que trabalhou na Secretaria de Direitos Humanos; a Vanessa, que foi Assessora Especial da Secretaria de Família, que ajudou a escrever. Está aqui também a Mariléia, que foi da Secretaria Nacional da Igualdade Racial, que trouxe o aspecto das crianças quilombolas e indígenas.

Eu vejo aqui também mais gente... A Christiane Zanzoni, que era coordenadora de gabinete do Ministério. Um time... A Dra. Etiene, que ajudou a escrever... Um time que ajudou a escrever esse decreto. A Crislaine, da Secretaria Nacional da Mulher, e o Dr. Clayton também, que foi um – lá atrás, no início – que ajudou a escrever o decreto.

Ministra Cristiane, obrigada por essa entrega. Nós estamos avaliando exatamente a política nacional, que foi instituída antes por um decreto e, em 2022, foi aperfeiçoada com esse novo decreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a gente vai ouvir Leniel Borel, Vereador do Rio de Janeiro e Presidente da Associação Henry Borel.

Leniel, seja bem-vindo.

O SR. LENIEL BOREL (Para expor.) – Obrigado.

Senadora, depois de ouvir a senhora, fica difícil a gente falar, né? Eu que ando por este Brasil todo aí, junto com o Dr. Clayton... Fica muito difícil falar depois dele também, com toda a experiência que tem – mais de 30 anos, né, Doutor? – nessa luta.

Bom, é tão difícil estar aqui hoje, falar dessa realidade, Senadora.

Novamente, parabéns por chamar nesta Comissão este debate, porque nós estamos agora no Maio Laranja, né? E o Maio Laranja traz essa reflexão. Nessa data de hoje, que traz o caso da menina Araceli – desde a década de 70, que foi vítima do abuso sexual e acabou morrendo após – e traz o Dia Nacional de Combate, enfrentamento e prevenção à Violência Doméstica e Familiar. Não é só a gente combater, a gente também precisa sair daqui com medidas de prevenção, e eu acho que é isso que o Plano Nacional de Enfrentamento traz para a gente.

Mas essa reflexão da data de hoje traz para a gente o que está realmente sendo feito e o que foi feito, não só de 2022 para cá, mas do que a gente vem fazendo há décadas. A própria menina Araceli traz – esse caso traz – isso para a gente, porque... pasmem: os agressores nunca foram nem presos, nem condenados, nem tiveram sanções. Recentemente – acho que foi ano passado – um dos possíveis agressores teve uma morte terrível. Se isso for ser condenado, ter uma punição... Mas, no nosso direito, através da nossa Justiça, a gente nunca teve justiça para a menina Araceli.

Mas o mês de maio também traz, para a gente, uma grande reflexão. O dia 3 de maio, Senadora – e foi na gestão da senhora e da nossa ex-Ministra –, traz o dia nacional que é o dia do nascimento do meu filho, o Dia Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar.

O Henry traz para a gente esse legado, essa luta de proteção, e eu me emociono muito de estar falando isso aqui, porque... É difícil o que eu vou falar aqui, mas nós não tínhamos um país com foco na criança e no adolescente. Exemplifico e mostro e demonstro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil hoje tem 526 anos, desde o descobrimento. Nós estamos em 2026, né? Lei Henry Borel, Senadora – em que a senhora me ajudou muito; ajudou muito a dissertar, a aprovar –, foi aprovada em 2022; estamos indo para quatro anos da Lei Henry Borel.

Se o homicídio de criança – o homicídio, né? – é o pior tipo de crime, está no rol dos crimes hediondos – os piores tipos de crime no nosso país estão no rol dos crimes hediondos –, precisava morrer o meu filho para o homicídio de criança se tornar um crime hediondo?

Só estou demonstrando que a gente não tinha, não só no Legislativo, Senadora, mas no Executivo, no Judiciário...

E eu acho que, na temática aqui, o plano nacional que a gente vai debater e vai falar se está sendo executado, acho que já chegou a hora, o momento de a gente realmente tratar criança e adolescente como prioridade absoluta. O que eu estou falando aqui já está no art. 227 da Constituição desde 1988. Proteger a criança é um dever de todos. É só do Senado Federal? É só desta Comissão? É só do Leniel Borel? É só do Estado? Não, é da família; é do vizinho, é do parente, é do amigo, é do familiar.

E essa realidade... Se a gente falar que 84% da violência é praticada dentro do ambiente doméstico familiar – é pai, mãe, tio, tia, avô, avó, padrasto, madrasta –, o que nós realmente estamos fazendo para tirar nossas crianças desse tipo de ambiente? Por isso que a Senadora, na fala anterior, na qual o representante dos direitos humanos, o Ikaro, estava falando da assistência... Mas e o papel da escola? Se quem deveria proteger não está protegendo – porque esses que estão dentro do ambiente doméstico e familiar são os garantidores, pai, mãe, familiares. É na escola que essa criança vai denunciar, Senadora; o papel da escola é extremamente importante. E estamos falando de um país em que a assistência traz que, para ter o benefício, tem a necessidade de estar estudando. Então, a educação está fazendo a parte dela? A saúde está fazendo a parte dela?

A Senadora falou de alguns casos icônicos e casos recentes, mas tem um caso que muito me chama a atenção: o caso da menina Sophia, no qual os pais me procuraram – o pai, na verdade –, o pai me procurou. Uma menina que foi vítima, no Mato Grosso; uma criança de dois anos que foi vítima de abuso, de violência sexual, e morreu. Aquele pai, que, naquele momento, se separou da mãe e foi viver um relacionamento homoafetivo; e aquela mãe, para tentar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma forma, punir o pai e prejudicá-lo, começou a permitir – no mínimo, a permitir – que a filha sofresse algum tipo de violência, porque ela sabia que o pai estava sendo atingido. E aquela criança começou a sofrer violência e o pai, percebendo, foi procurar a assistência social, foi procurar o Conselho Tutelar, que nada fez; procurou a delegacia de polícia – não conseguiu, naquela época, uma medida protetiva de emergência. Depois, ele procurou a escola, procurou todo tipo de apoio e, meses depois, essa criança veio a falecer. Mas pasmem, queridos: aquela criança de dois anos que perdeu a sua vida, por quem o pai estava lutando, antes de vir a falecer, deu entrada 30 vezes numa UPA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LENIEL BOREL – Senadora, uma vez, talvez passe; talvez – e temos representantes da saúde aqui também presentes, eles vão estar nos assistindo –, talvez ali, uma vez, não perceberam. Mas 30 vezes? No mínimo, aqueles profissionais da saúde foram omissos – no mínimo.

Então, a gente não pode ficar falando aqui que cada um vai sair daqui fazendo a sua parte, de uma forma muito individual; a gente tem que trabalhar a criança de uma forma intersetorial, multidisciplinar, e o plano nacional traz isso.

Mas, Senadora, se eu puder contribuir... Eu acho que estamos aqui para falar sobre isso, não só para obrigar a ter comitês, porque o plano traz essa obrigação dos comitês, e parabéns pela iniciativa. Eu mesmo já participei de alguns comitês, inclusive lá no meu Rio de Janeiro, mas o comitê, realmente, tem o poder, a influência, depois daquele produto, de conseguir mudar políticas públicas? Ele vai, realmente, ter o poder de transformar... E tem recurso para conseguir botar recurso nessa pauta de enfrentamento à violência doméstica e familiar?

Então, quando a gente olha para a pauta da criança e do adolescente... E vou voltar novamente ao meu discurso de que a gente não tem um país com foco na criança e no adolescente. O meu estado, por exemplo, o Rio de Janeiro, e o meu município, do qual eu sou Vereador, Senadora... Temos 38 secretarias, temos a secretaria da mulher, do idoso, do envelhecimento, dos animais, a da cultura – 38 secretarias –, saúde, educação, mas cadê a da criança? Criança e adolescente não são prioridades absolutas? Por que não vamos ter a secretaria? Vamos brigar aqui para que, além dos comitês, a gente obrigue... Não sei se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter esse poder, Senadora, de fazer os estados e os municípios criarem uma secretaria para trabalharem a pauta, realmente, com responsabilidade, com pessoas capacitadas e com foco na criança e no adolescente, assim como temos a da mulher.

Hoje temos aí um grande avanço e estamos vendo essa realidade nos municípios. A gente tem visto que é quase... Passam Prefeitos, a entrada de novos Prefeitos, e os nossos Governadores criam a secretaria da mulher, mas eu acho que a gente precisa começar, realmente, a dar – posso dizer assim, entre parênteses – nome aos bois, quem realmente vai tratar as crianças com prioridade absoluta, porque senão a gente vai trabalhar de forma a apagar incêndio, de uma forma reativa.

E parabéns à Polícia Federal. Quem olha aqui... Na sexta-feira, agora, no meu estado e no Brasil inteiro, foi feito um trabalho, que é um trabalho que já aconteceu, depois de... Só no meu Rio de Janeiro, foram 170 mandados de prisão na última sexta-feira com relação a pedófilos, abusadores sexuais, violentos que usam a internet e usam mecanismos ali para conseguir compartilhar, conseguir abusar e explorar essas crianças. Desses 170, 100 foram presos pela delegacia de combate à violência contra a criança, que é a Dcav, que fez essa participação.

Só que, pasmem... Volto a falar que a gente não tem um país com foco na criança e no adolescente. No meu Rio de Janeiro inteiro... Para todo o Rio de Janeiro só temos uma delegacia especializada, que é a Dcav, para combater a violência com relação à criança e ao adolescente, com um trabalho ali especializado, posso dizer assim, que trabalha, Doutor, das 9h às 17h, de segunda a sexta. Das 9h às 18h, de segunda a sexta, o agressor está onde? No trabalho. A gente está trabalhando no inverso de como, realmente, a violência é praticada. Das 9h às 18h o agressor está no trabalho; é após às 18h, às 19h, que ele chega do trabalho e toma, bebe e usa algum entorpecente... Usa alguma droga ou bebe, usa alguma coisa, e muda seu comportamento psicossocial, psicológico, e comete as suas práticas do delito.

E sábado e domingo, nós não temos, por exemplo, no meu Rio de Janeiro, uma delegacia especializada que trabalha sábado e domingo, e acaba tendo a necessidade daquela prática, depois do caso da violência, de ir para uma delegacia de bairro. E ali, quem vai ouvir essa criança? Quem é que vai ter realmente a escuta protegida, capacitada para trabalhar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temática de uma forma comprometida e que, de alguma forma, elimine a revitimização, que é uma prática que a gente está aqui para tentar, no mínimo, diminuir, posso dizer assim.

Então revitimizar...E não vou entrar, Senadora, no âmago da questão como vítima, porque nós, vítimas, o meu filho foi uma vítima fatal, o meu filho foi uma vítima da violência do nosso país, mas para nós que somos vítimas, e eu me torno uma vítima indireta ou direta, posso dizer assim, vítima de ricochete, que o Ministério Público fala, nós, como vítimas, nós queremos não é não falar, eu falo todo dia. Quem me acompanha em rede social, quem me acompanha na televisão, todo dia, eu falo sobre o caso do meu filho, eu revivo isso todo dia e vou viver. O que nós queremos, Senadores, como vítimas, é que essa violência cesse, que o agressor saia de casa.

E foi nessa luta que nós lutamos pela aprovação da Lei Henry Borel, e hoje ela é uma realidade no nosso país. Só no meu Rio de Janeiro foram mais de 5 mil medidas protetivas desde a criação até agora. Distrito Federal, o dado que eu tenho é de 1.478 somente no último ano. Quer dizer o seguinte: que nós salvamos 1.478 crianças do agressor somente após o assassinato do meu filho, porque hoje essa lei é uma realidade.

Mas nós vamos continuar trabalhando de uma forma reativa ou de uma forma propositiva, positiva? Realmente nós vamos esperar outro Henry, outra Isabella Nardoni, outro Bernardo Boldrini, outro menino Miguel? Mas quem vai falar do menino agora, de São Paulo? Quem vai falar da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LENIEL BOREL – Kratos. Quem vai falar da menina Hadassa, de Nova Iguaçu, da menina Maria, lá do Complexo do Alemão, no último mês?

Então, se a gente trabalhar, vai esperar o próximo crime, o próximo fato violento ou icônico para que isso realmente vire política pública? Ontem foi o meu filho; amanhã vai ser o filho ou neto de vocês.

Então o que eu quero, o que eu puder aqui, se eu pudesse contribuir, Senadora, é que a gente realmente trabalhe essa realidade, porque eu, Leniel, não adiantaram todas as minhas engenharias, as minhas graduações, quatro graduações, duas especializações, mestrando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenharia, para conseguir tirar o meu filho do cenário de agressão. Nada disso me fez evitar o pior.

Então, quero mostrar para vocês que a violência está muito mais próxima, doutor, do que a gente imagina. E não adianta que eu seja Senador da República, Vereador do Rio de Janeiro, delegado de Polícia Federal, quando você depende da Justiça, e eu estou mostrando para vocês. O caso do meu filho é um caso de crime contra a vida, e são cinco anos em que eu venho lutando por justiça sem ver justiça. O caso do meu filho ainda não teve júri. Outros casos já aconteceram, já tiveram, de alguma forma, já tiveram justiça, e ainda assim, o caso do meu filho não teve justiça, tamanha é a dificuldade que é fazer justiça.

Mas nós não estamos aqui para falar sobre isso, estamos aqui para falar sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência. Eu trouxe uma apresentação e vou ser breve, Senadora.

Eu posso passar?

Bom, precisamos falar sobre violência infantil e combatê-la de forma efetiva, não de uma forma apenas reativa.

O legado do Henry: hoje o meu filho traz para a gente esse legado de luta, de proteção. Eu nunca imaginei estar nessa posição, mas também nunca imaginei perder meu filho de uma forma tão trágica. Eu nunca achei, na minha vida, que eu iria conhecer alguém que tivesse um filho violentado, quiçá assassinado – nem na minha rua, nem no meu bairro, nem no meu município, nem no meu estado –, e aconteceu na minha casa, na minha família.

Então...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Leniel... (*Fora do microfone.*)

Só uma pergunta: todo mundo sabe como o filho dele morreu? Todo mundo lembra quem são os assassinos do filho dele? Só explique, Leniel. Ainda tem gente no Brasil que não se lembra da história.

O SR. LENIEL BOREL – Bom, eu sou Leniel Borel – acabei não me apresentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou Leniel Borel, sou o pai do Henry Borel. O meu filho foi brutalmente assassinado, no Rio de Janeiro, em 8 de março de 2021, fruto dessa violência doméstica e familiar. Nesse caso, foi num apartamento, num condomínio de luxo, na Barra da Tijuca, na presença da mãe e do padrasto. O padrasto, um Vereador, com cinco mandatos no Rio de Janeiro, com o pai quatro vezes Deputado Estadual, de uma família política muito influente na política do Rio de Janeiro.

Lutei como pai, luto todo dia, e estou demonstrando aqui a dificuldade que é fazer justiça no nosso país hoje. Por isso é que a gente não pode deixar que aconteça o pior. A gente tem que trabalhar realmente na prevenção, na capacitação.

Eu, Leniel, gostaria muito que a escola tivesse denunciado. O meu filho falece na madrugada de 8 de março de 2021, de domingo para segunda-feira. Eu enterro o meu filho na quarta-feira. Na terça-feira, antes de eu enterrar o meu filho, a escola do meu filho, um colégio católico do Rio de Janeiro, muito famoso, de que eu não vou falar o nome aqui, primeiro solta uma nota de pesar, uma nota de falecimento do meu filho, como uma criança linda que perdeu a sua vida. Poucos minutos depois, essa escola solta uma nota de violência doméstica e familiar. Por quê? Será que a escola sabia? Será que os professores conseguiram identificar? Essa escola tinha assistente social para dar prosseguimento, de alguma forma tratar esse fluxo de o que fazer, por exemplo, nesse caso? Porque, queridos, não é fácil denunciar.

Denunciar é muito difícil. Por exemplo, no meu Rio de Janeiro, 60% dele é cercado de comunidade, de favelas. Do outro lado, pode ter um narcotraficante; do outro lado, o perverso, o abusador, o agressor pode ser um pai de que aquela família depende economicamente, de uma mãe... Então, nesse sentido, fazer a denúncia é muito difícil.

E, nós temos que mudar ainda uma cultura do nosso país: aquela cultura de que em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Mete, sim. Por quê? Se a gente trabalhar aqui com "Não, é a grama do vizinho", "Não, não é o meu filho, é o meu vizinho", e "Não, eu não vou denunciar"...

A denúncia pode salvar vidas e nós trouxemos, na Lei em Henry Borel, Senadora, a denúncia, o denunciante, primeiramente, como sujeito de direito. Hoje, a Henry Borel protege o denunciante, dando-lhe direitos e deveres. Então, denunciar é preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trouxemos o Disque 100, que era ali um canal nacional dos direitos humanos para a gente fazer esse enfrentamento, um canal de denúncia, mas não tínhamos na lei. A gente traz na Henry Borel o Disque 100 como canal de denúncia e incentivamos o denunciante a denunciar.

Mas a lei também fala que, se vocês souberem que uma criança está num cenário de agressão e nada fizer, vão ser responsabilizados. Se essa criança vier a falecer, vão ser responsabilizados criminalmente. É de 3 a 6 anos, doutor? Estou errado? É pouco? É pouco, mas nós começamos algo neste país, que não tinha. Então, a omissão, hoje, é crime. Por isso é que nós temos que trabalhar, sim, capacitando, falando e conscientizando as pessoas de que elas precisam denunciar, porque é muito difícil denunciar.

Então, neste sentido, eu gostaria também – e muito – que a babá tivesse denunciado. Está mais do que provado, o Brasil inteiro se revoltou junto comigo. Uma das pessoas que sabiam da violência era a babá. Muitos de vocês estão aqui, pais e mães – alguns já são até avós –, e os seus filhos estão em casa com uma babá. Não é isso. Ela é garantidora também. Eu bancava, pagava aquela babá e estou acreditando que o meu filho estava protegido. Assim como quando nós colocamos o nosso filho numa escola, acreditamos que ele também está sendo protegido.

Então, nesse sentido, todos esses que trabalham direta ou diretamente com a criança precisam, sim, ser capacitados e trabalharem essa pauta da violência de uma forma comprometida. E sairmos daqui desenvolvendo para eles um fluxo de capacitação, um fluxo de denúncia, por exemplo.

Senadora, eu ando neste Brasil inteiro, palestro em escolas. Eu chego a escolas em que o professor não sabe o que fazer, por exemplo. Denuncia para quem? Fala com quem? Coloca na ata ou não coloca na ata? (*Palmas.*)

Não é isso? Fala com o diretor? Não fala? Nós não temos um fluxo e eles não sabem o que fazer. Não tem...

Lá na saúde, a gente não tem uma forma comprometida – um secretário de saúde, por exemplo – de fazer o seguinte... O que fazer? Estou aqui, estou sendo gravado ao vivo, mas minha esposa vai estar me assistindo e eu posso falar. Outro dia... Eu vou exemplificar. Desculpe-me pelo horário, Senadora, a senhora pode cortar aqui e cair um véu, mas eu preciso falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha esposa atual, a mãe da minha filha – graças a Deus eu sou pai novamente, sou pai de uma menina – é diretora de uma UPA, era diretora numa UPA, no Rio de Janeiro, numa Unidade de Pronto Atendimento. Outro dia eu estava com a minha esposa e ela estava – era um sábado, Senadora, a gente vendo Netflix – olhando, no celular, o WhatsApp. Era mais ou menos umas 8h, 9h horas da noite, num sábado. E ali eu falo assim: "Larissa, o que está acontecendo?" "Ah, Leniel, acabou de entrar uma criança de 2 anos lá na UPA e eu estou pedindo transferência para a vaga zero". Porque, vocês sabem, UPA não tem UTI e a criança chegou com traumatismo cranioencefálico. Eu falei assim: "Mas, como assim traumatismo cranioencefálico? Cadê o pai? Cadê a mãe?" "Ah não, não tem pai, é padrasto". "Mas cadê o padrasto?" "Não foi, só está a mãe." Olhem só, olhem o *modus operandi*. "Tá, mas o que aconteceu com essa criança?" "Ah, Leniel, caiu no banheiro." É sempre assim, tá: queda. Caiu no banheiro – não é, doutor? –, caiu na escada, caiu da cama. No caso do meu filho, falaram que ele tinha caído da cama. O *modus operandi* nunca é a agressão, nunca é a violência. E eu falei assim: "Mas, Larissa, você já chamou a assistente social do hospital, da UPA"? E ela começou a ficar incomodada. "Leniel, você só fala em violência. Você já pensa que é violência".

E o amigo de vocês aqui, assim como a nossa Senadora, a gente é Posto Ipiranga – posso dizer assim, né, Senadora? Toda hora, nos nossos celulares, chegam pessoas pedindo socorro, pedindo ajuda. E a gente aqui, com a limitação que nós temos... Nós não somos delegados de polícia. Nós não somos conselheiros tutelares. Nós somos legisladores e estamos aqui, tentando... É claro que a gente tem um *network* muito bom graças a Deus! –, que nos atende, mas a gente não consegue atender o Brasil inteiro.

Então, ali chega esse caso dessa criança, que já estava indo, saindo da estatística. A minha esposa, que me ouve falar todo dia sobre isso, que lida comigo, me ajuda, está comigo nessa luta de proteção, sabe como são os enfrentamentos, o fluxo, já ia transferir a criança para um outro hospital e isso não ia entrar na estatística da violência.

Depois, ela consegue verificar, consegue chamar a assistência social – pasmem! Depois das 19 horas no Rio de Janeiro, não tem assistente social numa unidade de pronto atendimento, nas Upas.

Vocês estão entendendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei da delegacia de polícia que trabalha das 9h às 17, de segunda a sexta, trabalhando contra o sentido do fluxo da violência, mas os hospitais também... E, para se fazer o registro da ocorrência, é preciso fazer o boletim lá. Precisa fazer o exame médico para conseguir verificar se aquilo é um abuso, se foi violência, o que aconteceu. É necessário para fazer o registro.

Então, neste sentido, a saúde também precisa fazer a parte dela. A educação precisa fazer a parte dela. A assistência também precisa fazer a parte dela. Mas, se a gente não trabalhar de forma intersetorial, multidisciplinar, vai ser cada um fazendo o seu apenas e a gente não vai conseguir desenvolver, Senadora, esse plano nacional realmente de uma forma efetiva, porque cada um está fazendo... E está achando que está fazendo muito bem, tá?

Eu ando... A gente coloca... Na sexta-feira agora, eu estava lá no Rio de Janeiro, falando com a saúde, de como eles estavam trabalhando a pauta da violência, e eles tentando me mostrar que estava da melhor maneira do mundo, que estava realmente sendo efetivo. E está? Não está.

Hoje, por exemplo, o meu estado é um dos estados mais violentos com relação à criança e ao adolescente – eu vou mostrar aqui. Hoje é perigoso ser criança no Rio de Janeiro. E no Brasil inteiro, né? Hoje, a cada uma hora, são sete crianças abusadas sexualmente. O doutor trouxe isso aqui. Notificado. Não é isso?

Então, para terminar, e para continuar, porque senão eu vou falar o dia inteiro – e eu peço perdão, senão não vou acabar aqui –, o Henry traz esse legado de reflexão, porque, quando as pessoas olharam para mim, queridos... Meu filho falece, ele é fruto de uma violência numa classe média alta, num condomínio de luxo na Barra da Tijuca, com um pai aqui, graduado, pós-graduado em engenharia, com uma mãe professora, com um padrasto Vereador, político. Quando as pessoas olham o caso do meu filho, falam o seguinte: "Nossa, se acontece nesse ambiente doméstico familiar, imagina na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro! Imagina no Norte do país, no Nordeste! Imagina no interior; aqui do Distrito Federal"!

Quando as pessoas olham para mim, olham essa realidade, e o Henry traz essa reflexão: se aconteceu com esse menino lindo, olhos azuis, imagine outras crianças que não têm voz, outras que ninguém está falando, ou dessas estatísticas subnotificadas que, muitas das vezes, entram na queda do banheiro, entram na queda da cama, entram na queda da escada, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Lei Henry Borel traz para a gente, também, um mecanismo de proteção nesse enfrentamento e combate à violência doméstica familiar.

O impacto da Lei Henry Borel. Foram cinco anos de luta transformados em lei, é o que a gente tem trazido. São mais de 5 mil medidas protetivas – esses são dados atualizados, só do Rio de Janeiro –; 1.913 decisões em 2024, picos mensais em 2025 e uso mais ágil de instrumento; especialização crescente das varas de violência doméstica contra a criança e o adolescente.

Pasmem: somente depois do caso do meu filho... Agora já estou entrando no Judiciário, falei um pouco da delegacia, falei da parte legislativa... Judiciário, do Rio de Janeiro, somente após o Henry foi criada uma Veca, que é uma vara especializada de combate à violência contra criança, apenas após a morte do meu filho. Antes, não tinham casos? Antes, nenhuma criança morria de uma forma violenta? Então, a gente não tinha um foco, realmente, na criança e no adolescente, de uma forma multidisciplinar e intersetorial.

Nesse sentido, antes da lei, tinham algumas coisas que eram normas gerais e dispersas. E aí, Senadora, se eu puder trazer aqui: que o nosso plano nacional não seja mais um decreto e mais uma norma dispersa; que a gente consiga sair daqui, e esta Comissão, eu acho que tem esse poder, tem esse *know-how*, posso dizer assim, de que a gente consiga, de uma forma efetiva, trazer um produto nesse enfrentamento à violência doméstica familiar.

Depois da lei específica contra a violência contra a criança, hoje temos uma lei da violência doméstica familiar. Só a guarda podia afastar o agressor; agora, urgência após afastamento por policiais. Antes, tinha uma falta de orientação jurídica especializada; hoje, existe uma equipe capacitada com protocolo unificado. Antes da Lei Henry Borel, havia várias criminais comuns no julgamento – ia para vara da família, por exemplo, ou qualquer outro tipo de vara, dependia do que o juiz ali entendesse, ou o delegado ali, para onde iria mandar naquele momento –; hoje, há varas especializadas prioritárias, nós temos essa vantagem. Rede fragmentada e sem integração, antes; hoje, temos uma integração de delegacias, saúde e educação. Temos delegacias que, por mais que não sejam especializadas, estão se especializando, concursos novos de polícia já estão se capacitando na Lei Henry Borel. Hoje, por exemplo, para ser conselheiro tutelar, na última legislatura do conselho tutelar, eles precisaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser capacitados na Lei Henry Borel, precisavam fazer provas para isso. Antes da lei, pouca capacitação nos municípios; agora, a lei é incluída em plano de capacitação. Antes, havia uma subnotificação e dificuldade de denúncia – realmente, ainda há esse caso, mas hoje temos incentivado a denúncia –; então, hoje tem mais denúncias e processos em andamento.

Bom, desde a entrada em vigor da Lei Henry Borel, foram mais de 10 mil registros de ocorrência, somente no Rio de Janeiro. Está ali: 2023, 2024, 2025 e 2026, somente essa delegacia que eu falei, que é a delegacia especializada, vem ali aumentando os registros de medidas protetivas. Então, sim, são crianças que foram tiradas do cenário de agressão, que foram salvas de alguma forma, e de uma forma de afastar o agressor.

É importante falar, tá, pessoal? Quando a gente estava dissertando sobre a Lei Henry Borel – né, Senadora? –, as pessoas nos procuravam e falavam assim: "Leniel, mas como é que nós vamos fazer? A criança, às vezes, depende do pai economicamente, da mãe. Vai tirá-la, vai botá-la num abrigo? Não tem abrigo. Vai botá-la onde, hein? Vai aumentar a violência, vai revitimizar".

A vantagem da Lei Henry Borel, um de seus grandes avanços é que a criança tem que ficar em casa, quem tem que sair é o agressor! Se é o pai que é o agressor, x quilômetros de distância; se é a mãe que é a agressora, x quilômetros de distância; se é o avô, a avó, o professor... A Lei Henry Borel traz este avanço: a criança tem que ficar em casa, sendo amada, cuidada, respeitada. A gente não tem que tirá-la de casa e botá-la num abrigo ou num lugar qualquer; então, se é a avó que vai cuidar, deixe-a cuidar lá dentro de casa. Temos esse avanço. E, na dúvida, tira a criança!

A Lei Henry Borel, assim como a Lei Maria da Penha, que é a quinta maior lei do mundo, não sei se todos sabem aqui... A Lei Henry Borel traz esses moldes da Lei Maria da Penha.

Vou terminar, estou terminando, só vou passar rápido o eslaide, porque o meu tempo acabou.

Atuação dos conselhos tutelares: temos incentivado. O Brasil registrou 115 mil casos de violência contra crianças, entre física, psicológica e sexual; a cada hora, 13 crianças... Não vou avançar, porque já foi trazido isso pelo Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 11 anos, quase 100 mil homicídios de crianças e adolescentes foram registrados. A Unicef fala que sete a cada cem registram, então este número aqui é vezes dez. Se a gente falar que isto aqui foram 10%, foram mais de 990 mil casos, em dez anos, de homicídio de crianças e adolescentes.

Vamos continuar, para terminar.

O Rio de Janeiro lidera os índices de mortes violentas sem causa de óbito, crianças menores de 4 anos sem causa de óbito... O Rio de Janeiro, que deveria ser referência, não é mais, como nesse caso do combate à violência infantil.

No ano de 2023, mais de 9 mil casos de estupro foram registrados somente no Estado do Rio de Janeiro – números subnotificados, novamente. Se eu falar que isso foram 10%, são 90 mil casos. Podemos, sim, estar falando sobre uma cultura do abuso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – ... do estupro.

O SR. LENIEL BOREL – A Senadora ficava falando da Ilha de Marajó, e colocavam em dúvida o que ela estava falando, mas no Rio de Janeiro isso acontece. Mais de 9 mil registrados; se a Unicef fala que são sete a cada cem, foram mais de 90 mil. É uma cultura do abuso, Senadora, que nós vivemos!

Também tivemos 2,1 mil homicídios entre jovens de 15 a 29 anos – ante uma redução de 3% do cenário nacional –, somente no Rio. O estado segue com destaque negativo, e não é Leniel falando, é o jornal *O Globo*: "Rio é o estado brasileiro com mais homicídios de crianças com até 4 anos, mostra Atlas da Violência".

Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o abandono de incapaz aumentou quase 10%; os maus-tratos, mais de 8%; a agressão decorrente de violência doméstica aumentou quase 8%; a produção e distribuição de material de abuso sexual, mais de 15%.

No Plano Nacional – que é o que a gente veio discutir hoje – de Enfrentamento da Violência, precisamos, sim, de: fortalecimento das redes de proteção; ampliação da escuta especializada; combate à violência digital; capacitação permanente, pois somente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitação a gente vai conseguir mudar esse cenário; campanhas nacionais de conscientização; atendimento humanizado às vítimas.

Chega a uma delegacia de polícia, coloca a vítima como se fosse errada. "Ah, porque a menina chega, foi vítima de abuso por ter estado de shortinho. Então, por que você estava de shortinho?". É sempre de uma forma reativa, não de uma forma acolhedora: "Não, estamos com você, vamos". Vamos ouvir essas crianças.

Dados integrados de inteligência, já precisamos botar a Polícia Federal, polícia civil, integrar os dados realmente, na ponta; fortalecimento da segurança preventiva; proteção de criança em situação de vulnerabilidade.

Fechando, tá, pessoal? Se cada um fizer a sua parte, vamos conseguir fazer muita coisa, mas precisamos parar de trabalhar de forma individual, de cada um somente fazer o seu, precisamos juntos fazer a diferença.

Essa aqui é uma ação que nós fizemos, a CBF entendeu, o Maio Laranja traz para a gente essa reflexão. Fizemos junto com a CBF, no Rio de Janeiro, e em todos os jogos do campeonato brasileiro, agora em maio, no Maracanã e no São Januário, essa faixa está sendo colocada lá, como uma forma de reflexão; mas não pode só, apenas o Leniel fazer a parte dele, só apenas a Senadora Damares, o Dr. Clayton – é preciso cada um fazer isso.

Queria terminar, Senadora, finalizando com uma parábola, com uma historinha. O meu filho, antes de dormir, queridos, ele sempre gostava que eu contasse uma historinha. Por muitas vezes, eu contei várias, o Henry gostava que eu contasse, mas tinha uma que eu contava muitas das vezes, que é a história do beija-flor na floresta.

Tinha um incêndio na floresta. E ali, o beija-flor muito pequenininho, ia lá na floresta pegar a água e ia jogando, tentando apagar o incêndio; ia lá na água tentando buscar a água, pegava água no bico e ia tentando apagar o incêndio. Isso ele fez por muitas vezes. Ali passou o hipopótamo, passou a girafa, passou o rinoceronte, passou o tamanduá, passou a tartaruga – e olhavam e nada faziam.

Até o momento em que o leão, o rei da floresta, se indignou com aquilo, que era o último a abandonar o barco, falou o seguinte: "Mas, beija-flor, você é tão pequenininho, por que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acha que realmente vai apagar esse incêndio?". Ele falou assim: "Não, eu não acho que eu vou apagar o incêndio, mas eu estou fazendo a minha parte."

E eu queria chamar cada um de vocês para fazer a parte de vocês, tá bom?

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Leniel, ironicamente, o assassino do seu filho era um Vereador, e hoje você ocupa a cadeira que era dele. Ele está preso, respondendo preso, a sua ex-esposa, mãe da criança, estava presa e recentemente foi solta...

O SR. LENIEL BOREL (*Fora do microfone*.) – Presa de novo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi presa de novo? Tem que responder na cadeia. É dessa forma que a gente vai lidar com os agressores de crianças no Brasil.

Na sequência...

Eu não vou nem te fazer a pergunta, eu vou te mandar por escrito, para você responder para nós.

Nós vamos ouvir agora, ainda representando a sociedade civil, nós temos a honra de ter a Marcia aqui. Gente, a Marcia não é só a Marcia, ela representa uma coalizão de instituições que enfrentam a violência contra a criança.

Marcia, você está sentada aqui em nome de muitos, mas o nosso plano fala muito da participação das instituições da sociedade civil, das organizações. Aí, Marcia, eu abri aqui, eu ia ler para vocês, mas, para a gente ganhar tempo, nos últimos anos, os Prefeitos gastaram R$2 bilhões em *shows* e eventos de repasses federais.

A pergunta central disso aqui tudo hoje é: os mecanismos que os órgãos têm em parceria com as instituições privadas estão dando certo?

Na hora de repassar R$100 mil para uma instituição como a SaferNet, que, para mim, é a ícone no mundo, na proteção da criança – todos vocês sabem disso –, como o Instituto Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kids e tantas outras – tem um monte de instituições aqui –, não conseguem receber um repasse para proteger a criança na infância. Aí eu o vejo para *show*, showzinhos. Eu gosto de *show*, mas não com dinheiro público.

Então a pergunta é – você fala em apresentar coalizão –: esses convênios com as instituições da sociedade civil, que é quem está lá na ponta... Marcia, tem lugar a que o Estado não chega, mas as instituições chegam. Lá no Marajó, Marcia, é muito difícil o Estado ir em todos os lugares, mas as pequenas igrejas estão, as instituições estão.

O trabalho do poder público no enfrentamento à violência, o plano e as instituições, no que a gente precisa mudar? Eu vou resumir minhas perguntas todas para você em apenas essa.

Muito bom recebê-la aqui. Depois a gente vai ouvir o bravo do Dr. Clayton, que não é mais, não vai falar em nome da PF hoje, vai falar em nome da sociedade civil também.

A SRA. MARCIA KALVON (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Cumprimento a senhora e toda a mesa aqui para hoje à tarde. É um prazer estar aqui com vocês em uma discussão que nos é tão cara e tão importante.

Como a Senadora disse, eu não estou aqui representando a instituição de que eu sou Diretora Executiva, que é o Infinis (Instituto Futuro é Infância Saudável), uma organização da Fundação José Luiz Setúbal, mas eu estou aqui representando a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, uma coalizão que foi conformada em 2017 e que hoje congrega mais de 80 organizações, movimentos e universidades. Fazem parte da coalizão organizações como a SaferNet – que faz parte da coordenação colegiada, assim como eu –, mas outras que também tiveram importância nessa luta do enfrentamento às violências contra a criança e o adolescente, como a Childhood, quando se fala de escuta especializada; o Alana e tantas outras, como Liberta, quando se fala do movimento do ECA Digital, mas também tem as pequenininhas, como a Futuro Brilhante, que está, no Pará, trabalhando no enfrentamento das violências. Então, essa é a diversidade de organizações, cada uma atuando na sua frente, no seu tema ou no seu território, mas que se unem para olhar, então, de maneira e de forma abrangente, para as questões que nos unem como todos, que são as políticas que a gente tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os planos, como é que estão os dados e as evidências para trabalhar esse problema, que é multifatorial e que é crítico no nosso país.

Vou fazer só um aparte aqui. A Senadora estava falando o quanto a gente consegue ou não consegue avançar.

No ano passado, a Unicef fez 75 anos no Brasil. Eles fizeram um evento muito bonito aqui, logo ali do lado, no Itamaraty, em que eles demonstravam o avanço que o país teve e também, lógico, a colaboração deles em diversos temas, como, por exemplo, o aumento das coberturas vacinais, a diminuição da mortalidade infantil, o acesso da criança à escola e à educação, mas a violência foi o único tema em que, no documento que eles lançaram, eles não conseguiram trazer avanços representativos ou significativos, como a gente teve nesses outros temas.

Então, realmente é um tema que exige de todos nós a maior coordenação. E é por isso que a coalizão surge. Ela surge no âmbito da própria ONU. Por uma iniciativa que eles tiveram por conta da ODS 16.2, que surgiu o Global Partnership to End Violence e, junto com ele, Senadora – uma das perguntas que eu vi que a senhora gostaria de fazer –, veio um pacote que é o pacote Inspire, que são sete estratégias para prevenção e respostas à violência, baseado em evidências científicas. Foi um esforço internacional, coordenado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que trazia, então, evidências nas diferentes frentes.

Depois, na minha apresentação, vai ter um material que vocês podem ver o QR *code*, e vão estar lá as sete estratégias. Mas elas façam por legislação e por temas de que nós já falamos aqui, que é olhar para os pais e cuidadores da criança, que vai falar sobre a educação, que vai falar sobre a segurança pública, vai falar sobre a questão da vulnerabilidade econômica dessas famílias, que se sentem pressionadas, enfim, de todos esses aspectos que podem criar um arcabouço protetivo para crianças e adolescentes.

Então, é com base nesse pacote que também a coalizão sustenta toda a sua visão, todo o debate que a gente traz para a questão da violência contra crianças e adolescentes.

E aí, Senadora, a coalizão fez uma análise do plano nacional. Então, eu gostaria de entregar para a senhora uma nota pública feita, que a gente analisou e vou trazer alguns aspectos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É de maio?

A SRA. MARCIA KALVON – É de maio.

Então, foi a primeira versão feita, logo que saiu o plano, mas que a gente revisitou, para contemplar os aspectos depois de passado todo esse tempo.

E aqui tem algumas informações que falam também... Um *policy brief* que a gente fala, olhando principalmente para as políticas públicas, a partir desse olhar de estruturas e arquiteturas que a gente pode olhar ações e coordenações e articulações intersetoriais para o enfrentamento à violência, e a questão orçamentária que a senhora trouxe. É disso que nós vamos tratar aqui também e falar um pouquinho hoje.

Então, entrego esses materiais, em nome da coalizão, para que a senhora possa constar dentro desse processo.

Eu acho que o primeiro apontamento que eu queria falar e parabenizar pela iniciativa é que é muito difícil a gente vir aqui discutir análise e avaliação de política pública, não é, Senadora? Proposição legislativa tem um monte. Inclusive tem tramitando nesta Casa mais um Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. E já consta um plano, que foi de 2024, que tem um comitê intersetorial sendo discutido agora, nesse plano nacional, mas aqui também tem tramitando uma proposição legislativa de 2019, ou seja, não é falta de debate, de articulação. Até mesmo quando a gente olha, o Brasil hoje tem 13 planos setoriais que, de alguma forma, contemplam a prevenção e a resposta, mas falta essa avaliação, esse olhar e como eles dialogam.

Então, acho que um dos primeiros pontos que tem a favor do plano nacional e que a gente aprecia muito, bem como essa oportunidade de ter esse espaço aqui de análise, é que, de fato, é um primeiro esforço que você vê de trabalhar diferentes violências em um único plano, entendendo que essas ações, além de serem consertadas entre diferentes setores, como já foi dito aqui pelos meus colegas exaustivamente, ao enfrentar a violência sexual, a física, a psicológica, no ambiente digital, têm ações comuns que podem ser potencializadas quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratadas de forma coordenada e articulada. Então, acho que esse é um ponto positivo que a gente traz e que analisa nesse plano que foi feito.

Mas um outro ponto que nos chama a atenção é quando você coloca... Hoje a gente fala muito de enfrentamento, mas você fica meio sem saber o que isso significa. A gente, na coalizão, gosta muito de dar nome aos bois; então, a gente fala muito de ações de prevenção e a gente fala muito de respostas. E a Senadora trouxe aqui, logo no começo da audiência pública, quando ela abriu, que a gente está muito... "Muito bem" é pegar pesado, mas a gente tem um sistema que olha o pós-violatório de maneira organizada e estruturada, mas pouco se fala em ações de prevenção à violência.

Então, acho que esse é um calcanhar de Aquiles que a gente vê, em que, quando a gente for tratar aqui o relatório dessa análise, tem que constar que a gente trabalha muito bem a resposta, mas a prevenção fica perdida em ações que são descoordenadas.

E aí, acho que três pontos podem ser tratados de forma isolada, mas que chegam e pegam o ponto que a senhora pediu para a gente debater sobre o financiamento e a ação da participação das organizações da sociedade civil.

A gente vê algumas fragilidades na estrutura que hoje a gente tem, para prevenção e resposta às violências, que versam sobre a governança. Eu acho que o Leniel trouxe uma questão sobre comitês, sobre esses sistemas, mas como é que você faz toda essa articulação entre esses diferentes setores que agem diretamente com a criança – falando de saúde, educação, proteção social, assistência social, segurança pública –, e isso coordenado entre as ações do Governo Federal, dos estados e dos municípios para, de fato, estar lá na ponta. Então, esse é um desafio que está posto.

Não é só para essa questão do enfrentamento à violência, mas eu acho que tem uma questão que o Leniel trouxe, sobre o olhar da criança e do adolescente, que hoje está compartimentalizado nesses diferentes setores. Se a gente não integra, você tem um desafio. Então, tem um desafio posto de governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Intersetorialidade não é vocação da política pública. Quando ela chega ao território, não se olha ou se olha muito de forma fragmentada. Então, esse é um desafio que não é dessa gestão, não é da gestão passada, não é da anterior... Enfim, é de Estado, como a senhora trouxe.

Depois, também tem uma questão do Orçamento: a vinculação de um plano nacional ao Orçamento. E aí você tem que olhar para o PPA, para a LDO, para a LOA. E hoje... E a gente fez incidência para que a gente pudesse identificar lá no Orçamento essas ações, para você poder fazer o que eles chamam de "taguear", de você ir lá e marcar, essa marcação. Hoje a gente não tem. Tem um esforço muito importante sendo feito para o Unicef, junto com o Ipea, para trabalhar os gastos que se têm com criança e adolescente, olhando e pegando os gastos da saúde, da assistência, da educação. Mas o que é prevenção? O que é resposta lá? É difícil a gente dizer. Então, você pega um número pelo todo... Enfim, então acho que tem uma questão de marcação do Orçamento.

E tem a questão do monitoramento de avaliação. Tem todos esses dados que estão postos aí, mas que é muito difícil a gente ver o que é de determinadas ações... Elas estão contribuindo para aquele número que a gente só vê crescer. Então, que tem coisa acontecendo nos territórios, a gente sabe que tem. Aqui foi dito: um exemplo maravilhoso que veio aqui da polícia. O que está acontecendo? Está ajudando? Está, mas como é que a gente consegue monitorar?

Então, tem uma questão de ter uma base zero... Isso é metodologia de avaliação de política pública, gente, é gestão de política pública: você tem a base zero, você vai acompanhando, você põe os indicadores, enfim...

E a coalizão tem se debruçado sobre isso. Dentro do pacote Inspire, eles ofereceram indicadores; no ano passado, nós traduzimos esses indicadores para a realidade brasileira... Ou seja, o que é traduzir para a realidade brasileira? O que a gente tem de dados administrativos que dá para usar e olhar essas diferentes estratégias de prevenção e resposta à violência? O que você tem de dados sendo produzidos pela sociedade civil? Quando a gente vê esses dados que foram mostrados aqui, que são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e que estão no Anuário de Segurança Pública, são aqueles pedidos para a segurança pública via Lei de Acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Informação que eles compilam e trazem, porque, se a sociedade civil não fizesse isso, não teria esses dados.

Esse mês sai o Atlas da Violência, que são os dados da saúde. Quando a gente traz aqui e fala assim: "A saúde não está notificando", mas tem o Sinan, tem o SIM, está tudo lá, está posto, a gente precisa fazer funcionar. A capacitação que foi dita aqui é muito importante. Então, você tem essas informações.

Dentro da coalizão, nesse esforço que a gente fez, a gente traduziu e está coletando agora. Dia 30 de setembro deste ano – estão todos convidados –, vai ter o Fórum de Políticas Públicas da Saúde Infantil, em que vai ser lançado o painel dos indicadores Inspire, que vai olhar esses diferentes aspectos da violência contra a criança e o adolescente a partir da sociedade civil, para ter realmente esse monitoramento e esse olhar integrado e integral de proteção da criança, e em que aspectos... E fomentar o debate, que é continuar essa conversa que se inicia hoje até lá, para ver como é que a gente pode trabalhar esse enfrentamento às violências contra a criança.

Eu acho que aqui... Por fim, a questão de como a gente vê esse esforço, Senadora, de fazer essa avaliação de uma política. Eu acho que planos... O que a gente viu e trabalha na coalizão, e vê, é que esses 13 planos setoriais têm elementos que são... Até quando você olha as melhores das evidências, eles contemplam; o que falta é uma articulação entre todos eles. Acho que ter uma articulação entre...

Esses planos setoriais, quando a gente fala, têm a ver com as intersetorialidades que já foram ditas aqui. Então, promover essa articulação e essa integração, e propor isso dentro de um sistema mais integrado, que vá além do que a gente tem hoje do Sistema de Garantia de Direitos, é extremamente fundamental. Nas diversas falas que tiveram aqui nessa mesa, foram mostrados programas, políticas, ações de diversas frentes, mas a gente está precisando de uma maior articulação, e isso dentro de uma estrutura de governança que vai ter essa representatividade dos diversos setores, mas também das diferenças do Governo Federal, dos estados e dos municípios, para a gente poder trabalhar isso de uma forma... Essa arquitetura coordenada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à participação das organizações da sociedade civil, o mapa das OSCs do Ipea fala hoje que a gente tem mais de 800 mil organizações pelo Brasil. Em todo município tem ao menos uma OSC. A gente tem uma legislação bastante moderna, que é o marco regulatório das organizações da sociedade civil, que permite a contratação com estados dentro de um regimento, um regime de parceria muito positivo, transparente e fortalecedor.

A gente tem instrumentos, como o Fundo da Criança e do Adolescente. Você tem os conselhos municipais, ou seja, toda a arquitetura está posta aí, para poder ser mais efetiva.

Eu acho que tem, de novo, um olhar de qualificar, então, essa política pública e a gente poder descer a esses pontos e a esses aspectos de por que o recurso não está chegando à ponta. Nem todo município tem o conselho estruturado e tem o fundo estruturado.

A senhora estava mencionando a Ilha de Marajó. Na minha fundação, a gente apoia um projeto, em Breves, de uma organização lá, bastante territorial, que está trabalhando aspectos de uma proteção, com o protetivo integral da criança, olhando saúde, educação, enfim, e saúde mental, principalmente, pelas questões de altos índices de suicídio no território e também em decorrência das próprias violações e da violência contra a criança e o adolescente.

Veja, eles queriam captar recursos usando o fundo. Aí eles estão tendo que estruturar o fundo e ajudar o município a estruturar o fundo. Inclusive, ninguém sabia como você pegava e fazia a publicização no *Diário Oficial*, que é regional – ele não era ali.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O básico.

A SRA. MARCIA KALVON – O básico, então, quando você vai.

Então, acho que tem um olhar cuidadoso, e é por isso que eu gosto muito da sua indignação, quando você fala assim: "Como que a gente faz para chegar à ponta?". Então, são só testemunhos, quando vem o Vereador aqui falar do seu município e trazer as dores e os desafios, porque é o Rio de Janeiro, gente; não é nem Melgaço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E tem metrô ainda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCIA KALVON – Não é nem Breves; não é nem Santa Luzia do Itanhy, em que há outra organização que a gente apoia, que está no interior de Sergipe e que tem suas capacidades institucionais bastante vulneráveis.

Então, tem que ter esse olhar dentro de uma governança que contemple essas diferenças, apesar de a violência ser bastante democrática; mas, enfim, as capacidades institucionais para prevenir e dar respostas são muito distintas, e isso precisa ser contemplado.

Tem algumas perguntas também que vieram aqui do público e que eu acho que a gente pode... Eu gostaria de tocar em algumas aqui.

A Isabelly, do Mato Grosso, fala: "Como fortalecer o acesso ao cuidado psicológico de crianças e adolescentes vítimas de violência nas redes públicas?". Eu acho que esse é um ponto extremamente importante.

Hoje, apesar de você ter uma boa estrutura, que é a Raps, em que você tem toda a rede de atenção psicossocial, infelizmente, quando você olha estruturas especializadas de atendimento à criança e ao adolescente, ela tem grandes vazios de sanitários mesmo, que a gente chama, quando você olha do CAPSi, que poderia estar fazendo esse cuidado, ou até outros instrumentos que poderiam estar no território, atuando em relação a isso. Então, eu acho que a gente tem um olhar aí muito importante dessas questões.

E, daí, tem a Guacira, de São Paulo, que fala: "Enquanto não existirem regras rígidas, como prisão perpétua para assassinatos e crimes hediondos, a justiça será falha". Aí, eu acho que a gente debateu bastante aqui aspectos institucionais muito importantes. E uma coisa sobre a qual eu acho que este debate não deveria ser, que tem sido uma resposta, até, inclusive, desta Casa, é aumentar a pena, como se isso fosse resolver o problema, e o que a gente está vendo aqui é que ele é multifatorial.

Então, não é uma questão, uma discussão de punição. Ela faz parte? Faz, mas não o é, porque, até quando a gente quer trabalhar a prevenção, não é por aí. É pelo cuidado, que já foi dito aqui, da escola, o papel da escola, da educação, da visitação domiciliar, do profissional treinado, quais são as políticas de salvaguarda que a gente tem para todas as instituições que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lidam com crianças e adolescentes. Esse é um debate que a gente faz correntemente na coalizão. Quer dizer, é um esforço de uma nação mesmo, para a gente trabalhar esse tema.

Então, são essas duas contribuições que eu gostaria de fazer para as perguntas que vieram do público. Essa é a fala que eu deixo, e fico aberta aí para quem quiser continuar o diálogo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcia, fantástico – fantástico. Só a nota que vocês trazem da avaliação da atual política já vai me ajudar muito.

O art. 96 do Regimento Interno do Senado, Marcia, me obriga a avaliar políticas públicas, e cada Comissão pode escolher, por ano, duas políticas públicas. Este ano, esta Comissão escolheu essa, mas, como eu sou membro de várias Comissões, eu estou fazendo avaliação acho que de três ou quatro ao mesmo tempo, com reuniões técnicas, porque a avaliação acaba dando grandes encaminhamentos.

Por exemplo, Dr. Valdemar, Marcia, Leniel e Clayton, esse plano foi instituído por decreto, é um decreto que modifica outro decreto. Vocês sabem que, por decreto, o Presidente da República pode, numa canetada, acabar com o plano. Então, tem proposta de projeto de lei para transformar o decreto em projeto de lei, com o objetivo da sustentabilidade e continuidade. Se a gente não tivesse a lei do Bolsa Família, o Governo que sucedeu quem o criou não continuaria com ele. Se a gente não tivesse o Plano Nacional de Educação instituído por lei, eu duvido de que ele estaria acontecendo.

Então, quando esses projetos chegarem, inclusive eu estou trabalhando um ou outro, seria estabelecer diretrizes para que nenhum Governo interrompa a política. É até uma pergunta sobre a qual, depois, eu gostaria de conversar individualmente com vocês: é recomendável a gente criar por meio de lei, para ter a obrigatoriedade da execução? Porque aqui é o seguinte, gente, só para vocês entenderem, e aí eu já passo para o Clayton: nós temos, nas duas Casas, Câmara e Senado, Comissão da Mulher, Secretaria da Mulher, Procuradoria da Mulher, Observatório da Mulher, Comissão Mista de Violência contra a Mulher, que reúne as duas Casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na mesma Comissão, e ainda temos a Bancada Feminina. Não temos uma instituição da infância, nem na Câmara nem no Senado.

Aqui, esta Comissão de Direitos Humanos, além de tudo, também é obrigada a cuidar dos direitos da mulher – 60% das matérias são sobre mulheres. Aí tem matéria que vem assim: "Torna-se obrigatório o atendimento preferencial, no postinho de saúde, da mulher vítima de violência". Então, se eu aprovar essa lei – e eu sou obrigada a pautar – e se chegarem ao postinho de saúde uma menina e uma mulher estupradas, ao mesmo tempo, de acordo com a lei que eu aprovar aqui, a mulher vai ter prioridade em relação à criança. Eu quero que vocês entendam como está difícil.

Então, nós temos um segmento, graças a Deus, de mulheres extremamente organizado, com ativismo muito grande aqui dentro – graças a Deus, porque muita coisa a gente está garantindo graças ao Divino –, mas eu não vejo a Bancada da Criança, eu não vejo a Comissão da Criança. Eu confesso para vocês que isso é uma angústia que eu tenho externado o tempo todo, mas a gente vai conversar depois: será que esse plano realmente não teria que ser instituído por lei?

Vou dizer mais uma outra coisa, e aí passo para você, Clayton, juro que eu não vou falar mais: eu estou lutando para ser a Relatora da PEC do serviço social. Eu acho necessário a gente vincular esse 1%...

A SRA. MARCIA KALVON (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... eu acho mais que necessário. Tem gente que é contra, porque fala: "Ah, mas o gestor tem que ter liberdade para usar como ele quiser o dinheiro", mas no país em que eu tenho um Prefeito fazendo *show* e não cuidando de criança, num país ainda de miseráveis, eu acho que eu preciso colocar na Constituição a obrigatoriedade do recurso para assistência social, e eu vou lutar para ser Relatora. Eu estou brigando com o Davi Alcolumbre, eu quero ser Relatora e sentar-se todo mundo comigo que a gente vai vincular. Eu acho que essa seria uma boa resposta, inclusive, para as OSCs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Clayton, que hoje está aqui representando a instituição Federal Kids... E está de cabelo branco, você viu, Valdemar? Ele é um dos primeiros delegados da Polícia Federal que eu conheci, uns 25 anos atrás, que fazia todo esse enfrentamento. Levei para trabalhar comigo no Ministério, somos parceiros.

Dr. Clayton, o tema da nossa audiência... Eu não vou nem lhe fazer pergunta. Fique à vontade.

O SR. CLAYTON BEZERRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora, é uma oportunidade e eu agradeço muito estar aqui.

Sou Clayton Bezerra, sou Delegado da Polícia Federal, mas, como a própria Ministra falou, não estou aqui falando sobre a Polícia Federal.

Só para vocês entenderem a trajetória: em 2009, eu era chefe do núcleo de operações de uma grande delegacia do Rio de Janeiro, que é a Delegacia Fazendária, e aí me deram oportunidade de escolher o próximo local a que eu iria; eu escolhi ir para o grupo de combate ao crime cibernético, na época em que estava começando, que depois, em 2023, como o Valdemar falou, surgiu a Delegacia de Combate ao Crime Cibernético, lá em 2009.

Em 2013, eu sou transferido para o combate à pedofilia. Lá no Rio de Janeiro, nós tínhamos um hábito de trocar o delegado que trabalhava no combate à pedofilia, porque o índice de suicídio no Rio de Janeiro é altíssimo, e quem trabalha com o combate à pedofilia pode sofrer de uma doença chamada síndrome vicário. Não sei se vocês já ouviram falar sobre isso, mas você começa a transferir para você todo aquele sofrimento que você está vendo, das crianças.

Em 2013, eu sou transferido. Eu tinha um filho de seis anos e um filho de quatro, então eu não queria trabalhar no combate à pedofilia, como a grande maioria dos policiais não gostaria de trabalhar, mas sou transferido em 2013 para esse detalhe.

E aí eu faço a primeira coisa que tem que fazer: estudar. E aí eu comprei dois livros que quem trabalha com criança e adolescente aqui já deve ter lido, que é o livro da Christiane Sanderson e o livro da Anna Salter. E eu me deparo com o quê? Apenas 10% dos casos de abuso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexual chegam ao conhecimento da polícia. Lá na Anna Salter, ela fala 5% dos casos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública fala em 8,7%.

E aí eu escrevo um projeto chamado Federal Kids, lá em 2013, que era a capacitação do sistema de garantia de direitos para que aqueles 90% não acontecessem ou, se acontecessem, que eles fossem denunciados. Claro, eu era do Rio de Janeiro, é apenas um estado da Federação, e a Polícia Federal não pode fazer uma coisa regionalizada, tanto que demora um pouco e o Guardiões da Infância vem, algum tempo depois, mais centralizado, instituído de uma forma completa.

A única coisa que eu pedia... Mas eu podia fazer lá no Rio de Janeiro, então a gente começou a visitar escolas para oferecer a capacitação. Nós visitamos cerca de 30 escolas e a única coisa que a gente pedia era um ofício, uma formalização para que o meu policial, ao ir dar uma palestra no sábado, eu tivesse um documento para falar assim: "ele trabalhou, então tem que descontar essas horas", só isso. E, pasmem: essas 30 organizações nunca enviaram um ofício para a Polícia Federal.

Bom, em 2017 eu crio uma corrida chamada Corrida Federal Kids, porque, com a Corrida Federal Kids, a gente conseguia chegar nos municípios, chegar nas pessoas. A gente já fez mais de 80 corridas em vários locais, inclusive aqui com a senhora, em 2019, no Parque Ana Lídia, que também foi uma menina abusada sexualmente aqui no Distrito Federal.

Em 2018, os delegados da Polícia Federal lá do Rio de Janeiro formalizam o Instituto Federal Kids e, em 2022, eu sou chamado para ter um... "Pô, você dá uma palestra numa igreja?" – eu nunca tinha dado uma palestra numa igreja –, e eu falei: "Dou.". "Você fala com o pastor?"; falei: "Falo."; aí o pastor me ligou. Aí ele falou assim: "A gente pode tomar um café?". Eu falei: "Pastor, quando você chama um policial para tomar um café, é porque a coisa está feia. A coisa está feia?". Ele falou: "Está.". "Então vou aí." Fui lá conversar com ele e, graças a Deus, a coisa não era tão feia, mas era um problema que eles estavam tendo, e aí eu fui mostrando as obrigações da igreja com relação aos crimes de abuso sexual, etc.

A gente tem que lembrar, gente, que o abuso sexual de criança e adolescente abaixo de 14 anos é crime hediondo e, pelo art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, respondem pelos crimes hediondos os executores, os mandantes e aqueles que, podendo evitá-los, se omitirem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem trabalha com criança e adolescente não pode se omitir, porque, se se omitir e houver um crime abaixo de 14 anos, ele pode responder com relação a isso.

Nós instituímos um curso em 2022 – um curso pequeno, um curso bem incipiente, bem iniciante, para os colaboradores dessa igreja. Em 2024, sai a Lei 14.811, que traz uma grande inovação, que é o quê? Ela aumenta o espectro de proteção. Quando ela fala que é obrigação dos municípios fazer a capacitação e é obrigação das instituições educacionais ou similares, ela abre. Ela abre para quê? Para qualquer organização que tenha algo semelhante a uma escola: que tenha guarda de aluno, que tenha transmissão de conhecimento, que tenha calendário, que tenha professor. Isso é similar ao estabelecimento de ensino. Foi isso que a lei quis: ela quis ampliar. E as igrejas possuem o ministério infantil e a catequese, que possuem guarda de criança, que possuem transmissão de conhecimento, que possuem calendário e entrega de material.

E aí a gente começa, em 2026, por conta de uma iniciativa de três Deputados, por base de emenda parlamentar – Deputado Vinicius Carvalho, de São Paulo; Deputado Otoni de Paula, do Rio de Janeiro; e Deputado Doutor Luizinho, do Rio de Janeiro –, a fazer uma capacitação não exclusiva, mas direcionada ao público das igrejas. E aí, é essa pesquisa que eu quero passar aqui para vocês, por favor.

A primeira parte da pesquisa é com os colaboradores, e depois a gente faz com os pastores. Então, a gente vê que a grande maioria dos trabalhadores, nas igrejas, com criança e adolescente é mulher – é mulher. É porque quase 90% são mulheres.

Quanto à escolaridade, você vê que são poucos – só 25% – que têm até o segundo grau. A grande maioria tem a partir do nível superior.

Tempo de atuação com as crianças: mais de cinco anos, 60%. Então, você vê que é uma pessoa que está ali há muito tempo trabalhando.

"Já participou do treinamento sobre proteção infantil?". E 64% falam que não, nunca tiveram um treinamento de proteção infantil. (*Pausa.*)

"Antes da aula presencial" – porque isso daí é uma aula que a gente dá –, "você tinha conhecimento da Lei 14.811, que é a da obrigação, que fala que, nas igrejas, quem trabalha com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ministério infantil tem que fazer o cadastro igual ao do art. 59-A do ECA, que tem que ter as certidões de antecedentes criminais, você sabia disso?". Olha lá: 60% dizem que não.

"Você acredita que a igreja ou a escola possuem protocolos de proteção infantil?". Olha, gente: "sim", 14%; todos os outros não têm. Ou seja: 85%, oitenta e cinco vírgula alguma coisa, ou não têm ou não sabem que têm. Ora, se quem trabalha com o ministério infantil, com a escola bíblica dominical ou com a catequese não sabe se a igreja tem, é porque a igreja não tem. É simples. (*Pausa.*)

E aí, olha: "Em caso de suspeita de violência contra a criança, você sabe como agir?". Olha, somente 21% têm a convicção de como agir; somente 21%.

"O que considera mais importante para aprender?". E 86% falaram: identificar uma criança, sinais de uma criança abusada sexualmente.

E aí, a gente depois fez uma pesquisa com os pastores: "Há quanto tempo o senhor exerce o ministério pastoral?". Mais de 51%, há mais de dez anos – então, são pessoas que estão ali já há muito tempo.

"A igreja possui ministério infantil?". E 98%, se eu não me engano, disseram que sim, a igreja tem ministério infantil. E aí, Senadora, há a questão da capilaridade. Se a gente quer capilaridade, a gente pode usar muito bem as igrejas, porque lá no Rio de Janeiro – eu sou do Rio de Janeiro – tem lugar em que a polícia não entra, gente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAYTON BEZERRA – Mas a igreja entra. A polícia não entra, mas a igreja entra.

Vamos lá. "A igreja possui protocolo formal de prevenção à violência contra a criança?". Sim, 40%, só 40%. E esse dado aqui depois a gente vai compilar porque a gente não tem o nome das pessoas, mas provavelmente são partes de duas igrejas que já fazem o curso com a gente, que é o curso que a gente deu em 2022. Agora, a gente está fazendo isso em 2026.

"O senhor conhece o dever legal de comunicação previsto no ECA e na Lei Henry Borel?". Sim, 39%; já ouvi falar, 28%; e não conheço, 31%. É um número grande o de quem não conhece ou quem só ouviu falar, mas o dado pior é este aqui: "Caso receba a informação de um abuso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra criança ou adolescente fora do aconselhamento pastoral, você acredita que deva comunicar às autoridades?". Noventa por cento falaram que sim, que deve comunicar às autoridades, só que, quando a gente coloca assim: "Ao receber a informação de possível crime contra a criança, a sua primeira reação costuma ser o quê?". Cadê a... Comunicar é o verde. A parte de cima é: comunicar às autoridades. As autoridades são quem? Polícia, Ministério Público, Conselho Tutelar. Noventa por cento falam que: "Não, a gente tem que fazer isso", só que, quando aparece realmente o caso concreto, só 35% falam que encaminham; os outros, ou a aconselhamento espiritual ou comunicam à liderança da igreja; mas a lei não diz que é para comunicar à liderança da igreja, diz que é para comunicar à autoridade pública.

"O senhor já recebeu denúncia?". Já, todos eles já receberam algum tipo de denúncia, principalmente falando contra criança e adolescente. Tem uma pesquisa do DataSenado de que 53% das mulheres recorrem à igreja quando sofrem violência. Então, a igreja é um local de proteção, e que a gente poderia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAYTON BEZERRA – Era para ser. E que a gente poderia usar mais no caso disso aí, de proteção.

"O senhor sente segurança jurídica para decidir sobre esses casos?". Sim, só 32%. Sabem por quê? Com a Lei Henry Borel – a obrigatoriedade de comunicar crimes contra a criança e o adolescente –, acabou o sigilo pastoral. Não existe mais sigilo pastoral, porque o sigilo da igreja católica tem como base o Código Canônico, que, por um acordo internacional entre Brasil e Santa Sé, é respeitado no Brasil; mas o segredo pastoral da igreja evangélica era baseado no art. 145 do Código Penal, que é o crime de violação do segredo; só que o crime de violação do segredo fala o quê? Violar segredo, sem justa causa, que tenha conhecimento pela sua profissão. A Lei Henry Borel vem dar essa justa causa; agora, todos têm a justa causa, não pode mais. "Ah, você já tem algum julgado sobre isso?". Não, não tenho, porque a lei é de 2022, está muito cedo, não é? A gente ainda não tem sobre isso.

"Sua igreja estaria disposta a implementar um protocolo?". Oitenta e três por cento falam que sim. Por que é que eu falo da igreja? Porque a gente acabou, pelo destino, a começar a trabalhar muito dentro das igrejas. E a gente tem que lembrar, gente, são 110 mil igrejas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

templos da igreja evangélica, e 12 mil templos da Igreja Católica. É uma capilaridade que eu acho que quase ninguém tem, não é? E a gente precisa trabalhar essa parte.

E para finalizar a minha contribuição, essa pesquisa está sendo feita pelo Instituto Federal Kids e também pela Faculdade Nacional de Direito, uma parceria que a gente tem com um curso de extensão. E a gente vem...

Só um último detalhe: o Leniel mostrou ali uma campanha que ele fez lá no Maracanã. Vocês se lembram da faixa? A Lei 15.032 obriga os clubes de futebol, ela obriga os clubes de futebol, para receber patrocínio do Governo Federal, a fazer campanha. Ela obriga, está lá, obrigatório. Alguém viu? Eu assisto ao campeonato brasileiro. Alguém viu alguma campanha do Maio Laranja? Nenhuma. E todos os clubes de futebol do Brasil, de primeira e segunda divisão, recebem algum tipo de subsídio do Governo, porque eles têm o Profut. Então é obrigação deles fazerem, pela Lei 15.032, que está em vigor desde maio. Desde maio do ano passado. Ela é de 2024, ela entrou em vigor em 2025.

Então essas eram as minhas contribuições.

E por último, só para pegar um gancho sobre essa questão do crime hediondo, tem um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, que obriga, ao final do inquérito policial de criança e adolescente, de crimes contra criança e adolescente, a ter um capítulo específico sobre omissão. Então o delegado, se passar essa lei, vai ser obrigado, no relatório dele, a falar assim, olha, não teve omissão, ou se teve, ele tem que incluir quem foi omisso no seu relatório. Porque o crime contra criança e adolescente, como eu falei, os crimes de abuso sexual contra criança e adolescente são crimes hediondos. E os crimes hediondos, respondem por eles os executores, os mandantes e aqueles que puderam evitar e se omitiram.

Obrigado, Senadora. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dr. Clayton, eu confesso que eu não esperava essa sua apresentação. O foco aqui tem sido a participação da sociedade civil no plano nacional. E o senhor traz um segmento que tinha que estar mais ativamente protegendo criança, que é a igreja evangélica. E ele fez o recorte da igreja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evangélica. E para mim, gente, que fui, fui cá, pastora, não posso mais dizer que sou, eu sei do peso das palavras dele.

Estão aqui no auditório comigo a Mary, que é líder do Ministério Infantil no Brasil, treinadora de líderes do Ministério Infantil; a Amanda, que faz capacitação de pessoas; a Andreia, que é advogada e pastora.

O SR. LENIEL BOREL (*Fora do microfone*.) – Senadora, se eu puder falar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fala, Lê...

O SR. LENIEL BOREL (*Fora do microfone*.) – O Dr. Clayton não é evangélico, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah... Bom.

Ele é um delegado...

Já está aposentado, Clayton?

O SR. CLAYTON BEZERRA – Graças a Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aposentado, autor de várias obras – vocês precisam conhecer os livros dele –, várias obras, livros que são recordistas de venda nessa área, e que, hoje, preside apenas um instituto, o Instituto Federal Kids: você acabou terminando esta audiência com um soco no estômago.

Só a Igreja Assembleia de Deus, uma das... A Assembleia de Deus é dividida em duas ou três; uma tem 34 milhões de membros – uma Assembleia de Deus. Cem mil templos. Imaginem que temos, em Brasília, templos com 7 mil membros.

O SR. CLAYTON BEZERRA – Posso dar mais uma contribuição?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você passa, por exemplo – você, Marcia, que conhece a região ribeirinha – na região ribeirinha e não vê um equipamento público, mas você vê a igreja evangélica lá na beira do rio. É ou não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LENIEL BOREL (*Fora do microfone*.) – Ali chega.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela chega. E essa instituição que chega não está preparada?

Sim, pode falar.

O SR. CLAYTON BEZERRA – Teve o caso do Spotlight, que é o caso da Arquidiocese de Boston, que aconteceu em 2004. Tem um filme muito famoso sobre isso e tem um livro com relação a ele. E tem um dado importante, no livro, que diz o seguinte: 6% dos padres católicos são pedófilos. Esse é um estudo lá da Itália, não é um estudo no Brasil.

Nós não temos uma equiparação com a igreja evangélica, então não tem como – esse estudo é da igreja católica –, mas se a gente fosse pensar, para transportar, a gente estaria muito mais preocupado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente reconhece muitas iniciativas dentro da igreja evangélica que estão dando certo. Tem muita coisa dando certo, mas a pesquisa dele mostra que precisamos avançar muito dentro dessa instituição.

Nós chegamos ao final da nossa audiência. A gente não costuma abrir para o público, mas eu queria saber se a Secretaria de Educação quer falar pelo menos por dois minutos.

A Beatriz? (*Pausa*.)

Você, Bia, porque a Tenente-Coronel acho que saiu.

Ela desenvolve o programa Cultura de Paz no DF.

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN (Para expor.) – Tem voz aqui? (*Pausa*.)

Tem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Bom, nós estamos aqui em um grupo de quantas pessoas, gente? (*Pausa.*)

Vou pedir para o pessoal da Secretaria de Educação se levantar, Senadora. Pode ser?

NaMoral – programa NaMoral... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Que orgulho de ser Senadora do DF.

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Assessoria Especial de Cultura de Paz.

E, para a gente, foi realmente uma honra e um orgulho estarmos aqui nesta audiência pública.

E, agora, fazendo realmente essa reflexão: nós também, da educação, não estamos preparados. Dentro das nossas escolas – eu sou uma professora de História –, estamos aprendendo muito com os Guardiões da Infância, e é disto que a gente precisa: formação.

Os nossos conselheiros tutelares, e isso no Brasil inteiro... Senadora, eu ia lhe mandar uma mensagem, nesta semana, de uma situação que nós tivemos aqui em Samambaia, de uma menina de 14 anos que foi levada por uma professora para a UPA, porque tentou se suicidar três vezes na escola, dentro da escola, e o conselho tutelar só disse o seguinte: "Não posso ir".

A mãe, que é uma dependente química, estava internada. Essa família tinha seis crianças dentro de casa, a última com 4 anos de idade; a mais velha, com 16, já com uma criança. E o Conselho Tutelar só foi chegar lá quase 9h da noite, porque foi ameaçado pela Coordenadora da Regional de Ensino.

Nós estamos órfãos. Nós, na educação, estamos órfãos. E a gente precisa que os senhores, de alguma maneira – e aí eu vou falar com os legisladores também –, alterem, façam alguma coisa com a lei dos Conselhos Tutelares, porque a gente precisa que alguém coordene, organize, essa situação, porque eles são soltos. Não vou nem dizer que seja por qualquer problema que seja, é porque eles não têm capacitação, não têm formação, qualquer um pode ser um Conselheiro tutelar. A gente precisa mexer, movimentar isso. A gente está dentro das nossas escolas, também... As nossas crianças estão sendo revitimizadas, porque nós precisamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, dessas orientações. Então, para a gente foi uma honra, foi muito importante estarmos aqui.

O nosso programa NaMoral trabalha justamente com a questão da integridade, da ética, da cidadania. E isso para a gente, hoje, aqui, foi uma aula que nós tivemos. Eu só tenho a agradecer a todos vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Beatriz, o Leniel, na fala dele, falou dos professores que não sabem o que fazer. Quando ele vai dar palestras sobre a Lei Henry Borel, eles não sabem o que fazer.

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Mas a gente quer saber. A gente quer saber.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É exatamente isso. Eu acho que talvez, Márcia... A Márcia trabalha com treinamento. Essas instituições que a Márcia citou aqui, gente, eu conheço todas, há anos. Como a gente vai fazer essa parceria para essas instituições irem às escolas?

E quero dizer o seguinte, Beatriz, que eu reconheço: os professores estão exaustos também. Tudo a gente quer jogar nas costas do professor. Como a gente ser o parceiro para aliviar essa carga? Como ser parceiro? A gente está lá porque vocês é que estão na ponta, com as crianças. E os professores que estão numa comunidade perigosa onde é o crime que manda, como é que esse professor vai denunciar?

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Mas, Senadora, muitas vezes, a única rede de proteção efetiva que essas crianças têm é a escola.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É a escola.

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – O local de proteção e segurança é a escola. Não é a família, porque a gente sabe que a maior parte dos casos está acontecendo dentro de casa. Então, a gente não pode chamar a família. E se a gente não tem o Conselho Tutelar, a gente chama quem? Quem que a gente chama?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem, Beatriz, obrigada.

O Coronel... Três minutos, Coronel, para a sua fala, porque a gente está com o horário bem avançado. O senhor ficou até agora. Gente, ele é Subsecretário de Políticas Públicas de Segurança. Olha só, de Políticas Públicas de Segurança, Subsecretário.

Seja bem-vindo, Subsecretário.

O SR. JASIEL FERNANDES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos. É um privilégio, Senadora, estar aqui presente. Neste momento, eu gostaria de falar a todos que a Ana Beatriz faz um trabalho maravilhoso, junto com a Coronel Renata. O Batalhão Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal tem atendido, na medida do possível, e, quando pode, dado suporte a todo o efetivo das escolas públicas e particulares aqui do Distrito Federal.

Mas essa causa, Senadora, é uma causa que realmente depende de muito apoio, depende de muita solidariedade, depende de que nós possamos entrar no muro das escolas e, mais do que isso, entrar dentro das casas. E essa é a parte mais difícil: essa conscientização, esse preparo; fazer com que as famílias tenham consciência, fazer com que elas tenham a possibilidade de serem ouvidas. E, às vezes, essa dificuldade de serem ouvidas e saber que esse ser ouvido vai ser resguardado, vai ser efetivado, e que essa família vai ter uma proteção. Muitas vezes, é isso que impede que essa denúncia possa ser feita.

Então, esse Maio Laranja é simbolizado hoje no dia 18 e a gente tem tudo isso que já foi falado ali na mesa. Tudo isso que já foi falado aqui tem que reverberar. Muitas vezes, nós temos leis... No Brasil, não é por falta de leis, a gente sabe muito bem disso. Não é por falta de lei, é por falta da aplicação da lei.

Então, na qualidade de Subsecretário de Políticas Públicas do Distrito Federal, a gente se coloca sempre à disposição de estar ouvindo, de tentar buscar soluções. E, na Secretaria de Segurança, a gente tem buscado isso. De mãos dadas com a Ana Beatriz, a gente tem buscado. O nosso Secretário de Segurança tem se colocado à disposição, mas não é fácil. Como a Ana Beatriz colocou sobre os conselhos tutelares, é uma outra secretaria. Ela tem feito o papel dela, tem tentado trazer... Mas é o Governo todo empenhado junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só, Senadora, de aproveitar o momento... Já que a senhora mencionou aqui no começo sobre a questão do desaparecimento de crianças, eu gostaria de aproveitar este momento e falar um pouquinho sobre isso, já que o mês de maio também é, aqui no Distrito Federal, o mês em que a gente se aplica a falar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes. E, quando a gente fala de desaparecimento de crianças e adolescentes, muitas vezes, o desaparecimento de crianças e adolescentes é um desaparecimento que começa dentro da violência doméstica, dentro da violência dentro de casa.

E, eu já falei isso para a Senadora em outros momentos, às vezes, a porta da rua acaba sendo, para a criança que está sendo violentada, para a criança que está sendo vítima de violência dentro de casa, a saída. A única saída que ela tem é a porta da rua. Mas, quando ela vai para a rua, buscando a saída do problema que está tendo em casa, ela acaba tendo na rua a abertura para um monte de vulnerabilidades, para um monte de outros problemas.

Ela sai de um problema dentro de casa e, às vezes, se submete a outros tantos problemas. Ela vai ser de novo abusada. Ela vai ser aliciada. Ela vai ser colocada de frente com problemas como drogas. Ela vai deixar de frequentar a escola e, deixando de frequentar a escola, ela vai deixar de ter uma rede de apoio, que de repente poderia ter.

Antigamente a gente ouvia falar: "Quando você estiver com algum problema, procura o papai e a mamãe" e hoje em dia, às vezes, o problema está no papai e na mamãe.

Eu estava vendo, já citei esse caso em outro momento, mas eu estava vendo uma reportagem outro dia e não tinha nada a ver com essa parte de violência sexual contra a criança, mas era uma pessoa que estava na rua, sendo entrevistada, e, de repente... Ela foi entrevistada e falou que, no dia em que... Ela estava falando, na verdade, sobre ela ter vingado na vida, que tinha sido criança de rua, moradora de rua e sobre ter vingado na vida. Ela foi contar a história dela e falou que, no dia em que estava dentro de casa e foi contar à mãe que o padrasto tinha tentado violentá-la, a resposta da mãe dela para isso foi um tapa na cara; e foi ali que ela decidiu fugir de casa.

Na rua, ela foi estuprada por 13 pessoas, ela conta um pouco da história e, no final da história, ela vinga na vida. Hoje, ela é uma empresária de sucesso. Mas, enfim, é sobre isso que a gente está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente está falando, agora, sobre desaparecimento de crianças e adolescentes, muitas dessas crianças e adolescentes estão na rua por conta da violência dentro de casa.

E aí eu falo sobre dados do Distrito Federal sobre desaparecimento de pessoas. O Distrito Federal tem, hoje, o maior número de registro de desaparecimento de pessoas do Brasil, mas nós também temos o segundo maior índice de localização de pessoas no Brasil. Então, nós temos uma taxa, hoje, que varia entre 96 e 98% de localização de pessoas, é uma taxa muito boa, é uma taxa extremamente alta. Só que nós temos que entender que: o período que a pessoa ou criança ou adolescente, principalmente a preocupação com os vulneráveis, o período em que a criança e o adolescente ficam fora de casa por uma saída dessa, intempestiva, por uma saída dessa, motivada por qualquer motivo que seja, o que essa criança e esse adolescente estão encontrando na rua? Qual é a vulnerabilidade que ela passou? Então, duas horas, três horas, um dia, dois dias que ela ficou na rua... Contato com o que ela teve? Ela foi abusada? Ela teve contato com que tipo de trauma? Esse trauma, ela vai carregar para o resto da vida.

Então, Senadora, muito obrigado pela palavra. Eu gostaria de agradecer demais pela oportunidade, sabendo que isso aqui está sendo passado no Youtube, então vai alcançar o Brasil. Nós temos que nos preocupar com a violência contra crianças e adolescentes porque nós estamos, agora, falando disso aqui no mês de maio, no dia 18, mas eu gostaria de também chamar a atenção para o desaparecimento de crianças e adolescentes. É um fato que, muitas vezes, é invisibilizado no Brasil. O Distrito Federal tem feito o seu papel, muito bem-feito, mas nós temos ainda que avançar muito, não só no Distrito Federal, mas principalmente no Brasil. Existem áreas no Brasil em que o desaparecimento continua invisibilizado e nós precisamos avançar nisso. Eu gostaria muito de contar com cada um que está ouvindo isso porque depende de cada um participando dessa história. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Coronel.

Só para dizer o seguinte, gente: o DF encontra 98%, 99% de todas as crianças desaparecidas. O DF e Santa Catarina ficam sempre em primeiro lugar, mas nós temos estados que encontram menos de 10%. Então, Coronel, parabéns pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 25, aqui no DF, é o Dia Distrital de Enfrentamento ao Desaparecimento de Crianças. Nós temos um perfil no Instagram: desaparecidos_df. E a nossa campanha nesse mês é chegar a 100 mil pessoas seguindo o Instagram. Lá tem a foto dos desaparecidos e, quando localiza, já vem a localização. Então, é uma fonte segura porque é da Secretaria de Segurança.

Nós vamos encerrar, mas não vou encerrar sem, antes, passar para a Marcia fazer agradecimentos e considerações finais, por dois minutos. Pode ser, Marcia?

A SRA. MARCIA KALVON (Para expor.) – Claro. Obrigada, Senadora. Obrigado a todos pelo debate extremamente importante. Acho que só tenho a agradecer e colocar a coalizão à disposição, com toda a capacidade que a gente tem dessas organizações, que se reúnem para olhar esse tema de forma unida, de colaborar aqui com os debates sobre a análise desse plano.

Acho que sim, Senadora, temos a oportunidade de pensar em um regramento mais adequado, para poder tornar essas ações de prevenção e resposta à violência perenes, que não fiquem suscetíveis a determinados governos.

Pode contar com a coalizão. A gente está pensando nisso, está pensando num sistema, mesmo, para prevenção e resposta à violência contra as crianças, para organizar todo esse esforço. Não é que não se tenha iniciativas, como a gente viu hoje, que são exitosas; não é que não se tenha capacidade estatal já sendo alocada nas diferentes frentes – educação, saúde, assistência social, segurança pública... O que a gente precisa é de uma melhor organização, um monitoramento, uma avaliação disso, uma articulação, fortalecer as instituições que a gente tem, que já foram mencionadas aqui por todos.

Então, gostaria de nos colocar à disposição, como coalizão, para continuar este debate e de agradecer a oportunidade de passar esta tarde num dia tão importante, simbólico para quem está aqui na luta e na militância.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui debatendo hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcia.

Leniel, dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LENIEL BOREL (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado aos demais, às autoridades presentes.

Vou consumir 30 segundos da Dra. Marcia que ela não usou, tá, Senadora? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Claro!

O SR. LENIEL BOREL – Bom, eu acho que, se a gente puder sair daqui com todos aqui mais reflexivos – lógico –, mas mais comprometidos com essa pauta de proteção da criança, do adolescente...

Trouxe aqui a minha realidade. Vocês estão na frente de uma pessoa que perdeu o filho para a violência, mas que ainda assim não decidiu se calar, se amedrontar e parar. A depressão nos tenta consumir o tempo todo. Só quem perdeu sabe o que é perder um filho. Eu não consigo aqui demonstrar para vocês ou exemplificar; não encontrei nem na Bíblia, nem no dicionário, nem no *Vade Mecum,* nem na Constituição um sinônimo do que é um pai perder um filho. Tem, sim, a criança que perde o pai, que é órfã; o marido que perde a esposa, a esposa que perde o marido são viúvos. E o pai que perde um filho? Tamanha a brutalidade, tamanha a inversão dos valores da vida...

A gente precisa, sim, Senadora, sair daqui olhando de uma forma multidisciplinar e intersetorial, com cada um fazendo a sua parte, mas de uma maneira conjunta e interdisciplinar.

Na educação, por exemplo, como foi falado. Pergunto aqui... A maioria de vocês, dos 18 que vieram, devem ser professores, são magistrados; vieram do magistério, desculpem-me. Pergunto para vocês, senhoras e senhores: quantos aqui tiveram na sua graduação, na sua formação, o ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo? Como é que vocês foram lidar com criança e adolescente, ensinar para criança e adolescente e não sabiam, não tinham sido educados sobre o estatuto principal que rege a criança e o adolescente do nosso país?

Assim como as nossas crianças não estão sendo educadas com relação à existência de um estatuto que as protege, Senadora! Lá no nosso Município do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma realidade – é um projeto de lei que virou lei, que é minha –: hoje é obrigatório, na grade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extracurricular, o ensino do ECA para as crianças. Por quê? Porque, do outro lado, o agressor fala que elas estão apanhando, estão sendo agredidas, estão sendo abusadas porque merecem. Aquela criança de quatro dias que o doutor mostrou aqui está sendo abusada sexualmente, porque ela merece ser abusada.

A referência da criança é o pai, a mãe, é o familiar. Eu tenho aqui imagem no meu telefone, a Senadora recebe isso também, imagens do abuso que a gente recebe, de uma criança sendo violentada sexualmente – e sorrindo. Por quê? Porque a referência dela de amor, de carinho, de proteção é o pai e a mãe. E o doutor falou lá, falou bem como nós falamos aqui, que 84% da violência hoje é praticada no ambiente doméstico familiar. Quem deveria proteger não está protegendo.

Por isso, professores, o papel de vocês na educação é extremamente importante. Precisamos, sim, dar ajuda a vocês de entrar com assistência social dentro das escolas, mas também é importante o papel da saúde.

Falei aqui de uma menina que, antes de morrer, 30 vezes esteve numa UPA. E existem outros vários sinais de violência, porque a violência não é só física, Senadora – é física, psicológica, sexual, moral, institucional.

E, para fechar a minha fala, eu não poderia deixar de falar, porque nós falamos muito aqui de como prevenir, de como evitar, de como tirar a criança do cenário de agressão, e depois que acontece; mas ninguém falou aqui do pós-trauma.

E nós estamos perdendo, Senadora, futuras Senadoras da República, futuras Vereadoras, futuras professoras, futuros médicos, futuros delegados de Polícia Federal que estão perdendo a sua juventude, o seu futuro, o seu futuro de relacionamento, e tal. Por quê? Por causa dos traumas da primeira infância, Dra. Marcia, por causa do trauma que viveu lá na primeira infância. E, se a gente não tratar essas crianças no pós-trauma, nós estamos perdendo uma geração.

Então, nesse sentido, queria convidar a todos para estarem com a gente nessa luta de proteção, com cada um fazendo a sua parte de uma forma intersetorial, multidisciplinar.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereador Leniel, mas eu já vou dizer o seguinte: eu quero você no Congresso Nacional.

Leniel é nosso pré-candidato a Deputado Federal, e a gente quer você em Brasília, Leniel. (*Palmas.*)

Que Deus te abençoe nessa nova fase. E você eu sei que vai fazer a diferença aqui no Congresso Nacional.

Dr. Clayton, para encerrar, dois minutos.

O SR. CLAYTON BEZERRA (Para expor.) – Obrigado, é uma honra, foi uma honra estar aqui com vocês, foi uma honra participar desta Mesa, foi uma honra poder compartilhar um pouco do que a gente está vivenciando agora, como civil, né? Porque eu abandonei, abandonei não, acabou o meu tempo, acabou o meu tempo na Polícia Federal e agora me dedico somente ao Instituto Federal Kids.

Eu vou contar aqui uma pequena história, um pequeno momento para vocês sentirem o tamanho da dificuldade, o tamanho do problema que a gente vive. A Senadora falou, eu tenho alguns livros, muitos, alguns para adultos e outros para crianças.

O Instituto Federal Kids participou duas vezes da Bienal do Livro no Rio de Janeiro, o Leniel esteve lá com a gente. O nosso estande era Instituto Federal Kids e tinha aquele monte de livro colorido, porque alguns são para criança, então tinha um monte de livro colorido. As mães entravam no nosso estande e falavam assim: "Esse livro é de quê?", e elas iam pegar o livro. Aí eu falava assim: "Esse livro fala sobre a proteção de crianças e adolescentes contra a pedofilia". Elas puxavam a mão.

Vocês já devem ter lido ou visto aquele livro *O Corpo Fala*. A população não quer ver, não quer ouvir e não quer falar sobre pedofilia, mas é o nosso trabalho fazer isso.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Clayton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente encerra esta reunião neste instante, abraçando a família da menina de 12 anos, de Campo Grande, que foi barbaramente estuprada, em um estupro coletivo. O Brasil inteiro está chocado e mais chocado ainda porque os agressores eram adolescentes.

Aí, Dra. Marcia, a idade do agressor sexual também está diminuindo no Brasil. Os meninos que foram estuprados, também em Campo Grande, também foram estuprados por adolescentes. Nessa semana, em Campo Grande – o que está acontecendo lá, gente? –, uma senhora de 92 anos foi estuprada, mas o agressor tinha 13 anos de idade.

A gente vai ter que falar sobre isto: Dra. Marcia, uma geração erotizada precocemente, uma geração sem acompanhamento. Aí o Dr. Valdemar disse uma coisa muito séria: uma misoginia, um ódio a meninas. A gente vai ter que entender o que está acontecendo. Ainda somos o pior país da América do Sul para se nascer menina. Mas eu digo às pessoas aqui, neste Plenário, e às que estão nos acompanhando: nós vamos ser o melhor país do mundo para se nascer menina. É essa esperança que me move, me faz acordar todo dia e vir para o Senado Federal.

Aqui eu encerro, dizendo que hoje eu fui surpreendida. A nossa Comissão está sendo acionada – depois quero conversar com a Vanessa; o Dr. Wendel já deu algumas providências –: uma adolescente de 15 anos, atleta de hipismo, estava num clube de hipismo – eu não vou dizer a cidade, para ela não ser identificada –, em um campeonato de saltos nacional. Ela foi assediada sexualmente por um outro atleta adulto – com apenas 15 anos. O fato foi registrado em boletim de ocorrência. A família acionou a Comissão. Outros atletas adolescentes de hipismo estão relatando as mesmas ocorrências. O esporte deveria ser um lugar de proteção também. Nós estamos encontrando assédio sexual dentro do esporte, violência sexual contra adolescentes.

Esta Comissão vai oficiar a Confederação Brasileira de Hipismo, vai oficiar a Federação Paulista de Hipismo – porque foi em um dos clubes de São Paulo – e vai oficiar o clube onde aconteceu a violência contra a menina. Esse atleta adulto precisa ser punido. Essa menina precisa se sentir segura para competir, para ser feliz, em um clube de hipismo. Isso está acontecendo em muitos outros espaços de esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha solidariedade a essa família. Por uma questão de segurança e proteção da menina, não vou dizer a cidade. A família confiou em fazer a denúncia a esta Comissão. A Comissão vai tomar providências.

Desse modo, gente, está cumprida a missão desta audiência, que era avaliação do plano. Vamos ter várias audiências. Inclusive, eu vi a Amanda ali agoniada para falar. A Amanda foi conselheira tutelar, é mãe, foi abusada, teve filha abusada, tem uma história e hoje é ativista, protegendo crianças. Na próxima audiência, a gente vai poder abrir mais para o plenário.

Quero agradecer a todos vocês que ficaram até este horário aqui com a gente, às pessoas que estão nos acompanhando pela TV Senado e pelo YouTube, obrigada.

Dia 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra meninos e meninas. É Maio Laranja, um mês inteiro dedicado ao tema, mas para esta Comissão todos os dias são laranja.

Obrigada a vocês que vieram e ao nosso também palestrante que falou de forma *online,* do nosso ministério. Obrigada pela participação.

Muito obrigada.

E assim declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Weverton, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Beto Faro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5782, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a campanha Setembro em Flor, destinada à conscientização sobre os tumores ginecológicos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 577, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4221, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento odontológico prioritário, no âmbito do Sistema Único de Saúde, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Em seguida, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3109, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para dispor sobre o acesso público ao Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria para reexame. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 186, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024, para incluir entre as ações destinadas à promoção da parentalidade positiva a realização de cursos, de campanhas e de palestras embasados em evidências científicas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3518, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta pela relatoria. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5835, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui o "Auxílio Recomeço", destinado, em caráter emergencial e temporário, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica, e autoriza a criação do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Na discussão, o Relator acolhe a emenda nº1. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Observação: No dia 19/05/2026, foi apresentada a emenda nº 1 pelo Senador Magno Malta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1464, de 2026 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Maria da Penha para positivar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para recurso contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência e o Código de Processo Penal para prever o recurso em sentido estrito como o recurso cabível contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 9 - Sugestão n° 9, de 2025 - Não Terminativo - que: "Proíbe o abate do jumento (Equus asinus) em todo o território nacional." Autoria: FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Em seguida, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 10 - Sugestão n° 6, de 2026 - Não Terminativo - que: "Propõe a "isenção de Imposto de Renda para militares"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Hermes Klann. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 73, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2026 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 411/2024, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994" seja incluída a seguinte convidada: a Senhora Janaina Zambusi Nogueira Bastos, representante da Casa de Repouso da Janaina." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão prova o requerimento. ITEM 12 - Sugestão n° 17, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o reajuste anual da bolsa-formação do Programa Mais Médicos com base na inflação (IPCA)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 75, de 2026 que: "Requer inclusão de convidados no REQ 69/2026, referente à realização de Audiência Pública para instruir o PL 1025 de 2026." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 74, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a mobilidade urbana acessível das pessoas com deficiência, com foco no acesso aos serviços de transporte por aplicativos, nas barreiras enfrentadas por usuários, na acessibilidade das plataformas digitais e no fortalecimento de políticas públicas de inclusão e mobilidade sem barreiras." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há um pedido na mesa para inversão de pauta: o Senador Zequinha Marinho está pedindo inversão de pauta. O item dele é o nº 12. Nós vamos acatar a inversão de pauta.

O item dele é o nº 12, então vamos à deliberação do item 12 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 17, DE 2026

- Não terminativo -

Dispõe sobre o reajuste anual da bolsa-formação do Programa Mais Médicos com base na inflação (IPCA)

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu solicito autorização para ir direto à análise do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sempre.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

Assiste total razão aos signatários da presente sugestão.

A importância do Programa Mais Médicos para assegurar a prestação dos serviços de saúde nas regiões mais distantes e carentes do Brasil é indiscutível e a defasagem hoje existente no pagamento dos profissionais envolvidos no programa é uma ameaça à sua continuidade.

Efetivamente, quando da criação do programa, em 2013, as bolsas pagas eram a formação, de R$10 mil; a supervisão, de R$4 mil; e a tutoria, de R$5 mil, conforme a Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013. Treze anos depois, enquanto a bolsa-formação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$14.161,63, as outras duas nem sequer tiveram os seus valores atualizados, quando, no mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variou em 102,98%.

Trata-se de realidade que tem que ser enfrentada, se queremos a continuidade do Programa Mais Médicos.

Assim, estamos acolhendo a Sugestão nº 17, de 2026, mediante a apresentação do projeto de lei que reajusta as bolsas do programa em 100% sobre o seu valor original – levemente abaixo, ainda, da inflação no período – e determina a sua correção, a partir daí, pela variação do IPCA, do IBGE.

Com essa providência, iremos resgatar o objetivo original do programa de assegurar a atenção primária à saúde com qualidade naquelas regiões onde historicamente há escassez de profissional, especialmente em áreas remotas, periféricas e de maior vulnerabilidade social.

Do voto, Sra. Presidente.

Do exposto, votamos pelo acolhimento da Sugestão nº 17, de 2026, mediante a apresentação do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para disciplinar o valor e a correção das bolsas pagas no âmbito do Programa Mais Médicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. .....

.....

§ 3º As condições de pagamento das bolsas e da ajuda de custo a serem concedidas, bem como o valor da ajuda de custo, serão definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Saúde.

§ 4º Ficam fixados, a partir de 1º de julho de 2026, os seguintes valores para as bolsas de que trata este artigo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – bolsa-formação: R$ 20.000,00 (vinte mil reais);
II – bolsa-supervisão: R$ 8.000,00 (oito mil reais);
III – bolsa-tutoria: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
§ 5º Os valores previstos no § 4º serão reajustados, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice que o substituir". (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era esse o relatório e o projeto de lei apresentado para sanar essa grande dificuldade vivida com relação ao reajuste das bolsas do Programa Mais Médicos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador. Inclusive, a gente acabou de ter uma vitória ali na CAS com relação ao salário mínimo dos médicos. Eu acho que esta Casa começa a fazer justiça com médicos, com enfermeiros. Eu fico muito feliz de participar disso. E o seu voto é mais uma iniciativa nessa direção. Parabéns!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, transformando a sugestão em projeto de lei.

E aí, Sr. Relator, eu quero informar como nós ficamos felizes com a participação popular. O Marcel A., que é o autor da iniciativa, para vocês terem uma ideia, apresentou a proposta dia 18/01/2026. Dia 27/03... Olha que eram férias, todo mundo na praia. Em 09/04, ele tinha 20.333 assinaturas apoiando. Então, é uma iniciativa... E se tivesse aberto o painel, eu acho que isso aqui já teria triplicado.

Parabéns! E a Comissão vai informar ao Marcel A. – ele só coloca como Marcel A., é do Ceará – que a iniciativa dele foi acolhida. Parabéns, Senador Zequinha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo que nós vamos retirar, a pedido da Relatora, os itens 4 e 8. A Relatora é a Senadora Ivete. O 4 e o 8... Não, é o 4, da Senadora Ivete. Styvenson, você vai retirar o 8 também?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Sim, a pedido da Senadora Jussara. Ela é autora do projeto e gostaria de vir para dar um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Então o 4, da Senadora Ivete como Relatora, estamos retirando a pedido dela. Do 8, o Relator é o Senador Styvenson, a autora é a Senadora Jussara; a pedido da autora, ele está sendo retirado.

Inclusive, Senador Styvenson, é nesse projeto que o senhor recebeu emendas também? (*Pausa.*)

É o outro, né? É o 7, né? O.k.

Então, nós vamos retirar o 8 da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3109, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para dispor sobre o acesso público ao Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CTFC, em deliberação terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1464, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Lei Maria da Penha para positivar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para recurso contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência e o Código de Processo Penal para prever o recurso em sentido estrito como o recurso cabível contra decisão que indefere ou revoga medida protetiva de urgência.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.)

Como o Senador Styvenson está em plenário... No item 7, ele é o Relator. Aí, Senador Styvenson, eu estou sabendo que chegaram, inclusive, emendas para o item 7, para a sua relatoria. Permanece a relatoria? O senhor vai ler?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vou ler.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ler? O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Vou ler e acrescento também as emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Item 7...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Porque até uma hora atrás não tinha aparecido emenda nenhuma e aí agora apareceu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5835, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o "Auxílio Recomeço", destinado, em caráter emergencial e temporário, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica, e autoriza a criação do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio não está aqui, mas quero parabenizá-lo pela ideia legislativa oportuna, que se mostra muito eficiente no combate à violência contra as mulheres e que compõe uma modificação.

Eu vou ler o relatório porque é interessante, Senadora Damares, Presidente. Eu leio esse relatório todo porque eu fui lendo e fui vendo o quanto essa ideia legislativa é aplicável para a situação que a gente vive hoje na situação de violência doméstica.

A proposição é composta de 12 artigos.

Estou lendo o relatório.

O art. 1º delimita o objeto da lei.

O art. 2º, por sua vez, dispõe sobre a possibilidade de concessão do Auxílio Recomeço pelo juiz, no âmbito de processos regidos pela Lei 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com a finalidade de assegurar condições mínimas de subsistência à mulher em situação de violência que tenha sido afastada do lar ou do convívio com o agressor e encontre-se em situação de vulnerabilidade social e econômica, independentemente da renda familiar prévia. Estabelece, ainda, como principais características do benefício a sua natureza emergencial e temporária, o valor limitado a um salário mínimo, o pagamento mensal por até seis meses, admitida prorrogação excepcional fundamentada pelo juiz, a possibilidade de cumulação com outros benefícios assistenciais e a exigência de avaliação socioeconômica como condição para sua concessão.

O art. 3º estabelece o custeio do benefício com recursos oriundos da União ou de fundos específicos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, admitida a cooperação com estados, Distrito Federal e municípios.

Já os arts. 4º a 7º tratam da autorização para criação pelo Poder Executivo do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica, definindo sua finalidade, suas fontes de receita, sua gestão por conselho paritário com participação da sociedade civil e as áreas prioritárias de aplicação dos recursos, como serviços de acolhimento, atendimento psicossocial, capacitação de profissionais e incentivo à autonomia econômica das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 8º prevê incentivos fiscais para doações ao fundo, feitas por pessoas físicas e jurídicas, permitindo a dedução no Imposto de Renda, enquanto o art. 9º promove adequação legislativa na Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para viabilizar tal mecanismo.

O art. 10 altera a Lei Maria da Penha, incluindo expressamente o Auxílio Recomeço no rol de medidas protetivas de urgência, reforçando sua integração ao sistema já existente de proteção.

Por fim, os arts. 11 e 12 tratam da observância das regras fiscais e da vigência da norma na data de sua publicação.

Na justificação, aponta-se que a criação do Auxílio Recomeço tem como objetivo garantir condições mínimas de subsistência à mulher vítima de violência doméstica, promovendo a ruptura com o sistema de dependência com o agressor. Por outro lado, defende a criação do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica como forma de estabelecer uma fonte permanente, estável e transparente de financiamento para políticas públicas destinadas à proteção, ao atendimento e à prevenção da violência contra a mulher.

A matéria foi distribuída para a CDH – esta Comissão – e segue, posteriormente, em caráter terminativo, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise, Presidente.

Preliminarmente, registra-se que, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições relacionadas à garantia e à promoção dos direitos humanos, inclusive dos direitos das mulheres. Por essa razão, é regimental a análise da proposição por este Colegiado.

Registra-se ainda que caberá à CAE a apreciação definitiva da matéria sob os aspectos econômicos e financeiros, nos termos do art. 99 do Risf (Regimento Interno do Senado Federal), razão pela qual o exame realizado por esta Comissão concentra-se na análise estrita de mérito sob a perspectiva da promoção e proteção dos direitos humanos.

Nesse aspecto, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instituição do Auxílio Recomeço e a autorização para criação de um Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica justificam-se por enfrentarem, de forma integrada, dois gargalos estruturais do sistema de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar: de um lado, o componente econômico que frequentemente aprisiona a vítima ao ciclo de violência; de outro, a ausência de fonte estável de financiamento capaz de assegurar a continuidade de políticas públicas de proteção, acolhimento, prevenção e garantia de direitos.

Nesse contexto, o auxílio é concebido como nova medida protetiva de urgência à ofendida, a ser incorporada ao art. 23 da Lei Maria da Penha, em compatibilização com instrumentos já consolidados, o que reduz incertezas na implementação e preserva a coerência do sistema. Trata-se, assim, de reforço a mecanismos existentes, como o auxílio-aluguel, que viabiliza a vítima dispor não apenas de moradia, mas também de condições mínimas de subsistência no momento do afastamento do lar ou do convívio com o agressor, ampliando a efetividade do conjunto das medidas protetivas. A proposta não substitui a rede de atendimento, mas fortalece a capacidade de resposta estatal com celeridade ao componente econômico da violência, reconhecido como fator relevante de revitimização e de retorno ao ciclo de violência.

No que se refere ao Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica, o projeto apresenta avanço ao estruturar um arranjo de financiamento voltado à sustentação dessas políticas, com previsão de fontes diversificadas, inclusive com incentivos à participação privada, e a governança por conselho gestor paritário entre poder público e sociedade civil. Tal estrutura mostra-se especialmente necessária para reduzir desigualdades regionais e suprir lacunas da rede de atendimento, notadamente em áreas periféricas e regiões com menor cobertura de serviços especializados, onde a insuficiência de equipamentos de acolhimento, atendimento psicossocial e apoio material compromete a efetividade da lei e evidencia que, em determinados contextos, a proteção formal não se traduz em proteção concreta, em razão de limitações de rede, recursos e capacidade institucional instalada.

Em síntese, sob a perspectiva da proteção e promoção dos direitos da mulher vítima de violência doméstica e familiar, a aprovação do projeto se sustenta por enfrentar, de modo articulado, a dependência econômica que favorece a permanência no ciclo de violência e por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viabilizar a estruturação de fonte contínua de financiamento destinada ao fortalecimento de políticas e serviços essenciais de proteção, com governança adequada e diversificação de recursos.

Antes de partir para o voto, Senadora Damares, Presidente, tratarei sobre a emenda do Senador Magno Malta, a Emenda nº 1, que vai ser acrescentada aqui a esse projeto de lei do Senador Confúcio – ótimo projeto de lei –, lembrando só que a discussão da parte econômica da criação do fundo será tratada na Comissão da CAE. Aqui se trata exclusivamente do mérito dos direitos humanos e direito das mulheres que passam por violência doméstica.

A emenda do Senador Magno Malta tem pertinência porque exclui qualquer possibilidade, qualquer intenção ou senão mesmo manobra de utilizar o Fundo de Proteção à Mulher Vítima de Violência como um meio para promover práticas abortivas.

Então, a Emenda nº 1, do Senador Magno Malta, adiciona ao art. 7º o novo §5º, a fim de deixar claro que os recursos do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica não poderão ser usados, direta ou indiretamente, para ações relacionadas ao aborto. A emenda possui caráter meramente preventivo e clarificante, assegura maior segurança jurídica à execução dos recursos, razão pela qual deve ser acatada.

Bom, em nenhum momento o projeto fala sobre isso, mas o Senador Magno Malta... Eu acho que não tem problema nenhum eu acatar essa emenda e colocar dentro do projeto para que se deixe claro que o recurso não pode ser usado para meios outros que já não existam dentro da nossa lei, à forma abortiva. Então, o que é por lei está preservado, não se cria outra oportunidade.

Então, do voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.835, de 2025, com a Emenda nº 1, a qual já foi lida aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Styvenson, parabéns pelo relatório.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero fazer um comentário na discussão.

A preocupação do Senador Magno Malta é que nenhum recurso do fundo nacional... Porque agora está sendo assim: seu voto também cria um novo fundo, o Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Então a emenda é que nenhum centavo desse fundo seja usado para aborto. O senhor acatou essa emenda. Então que fique claro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Porque eu entendi que possa existir uma interpretação errônea.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, então, é só para ficar claro que esse dinheiro... O fundo que se usa para aborto é o Fundo Nacional de Saúde, né?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então a preocupação aqui é só para fechar qualquer dúvida. Então o senhor está acenando para o Movimento Pró Vida do Brasil, para os consertadores, para os cristãos, para todo mundo que este fundo não se usa para aborto. Então eu fico muito feliz com essa sua sensibilidade de deixar as coisas bem claras.

Em votação o voto do Senador Styvenson.

Aqueles que não...

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o voto do Senador Styvenson, com a emenda que ele apresentou.

Obrigada, Senador.

Vamos para o item... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei como é que está o tempo do Senador Styvenson... Nós temos um voto ainda do Senador Hermes, e depois eu ia ler um voto meu. É possível? Você consegue ficar mais um pouco?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – ... eu consigo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô meu Deus do Céu! Então, vamos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Se fosse homem, eu não conseguiria, não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como não amar um Senador desses?

Então, nós vamos ao item 10.

Inclusive, Senador Hermes, quando chegar na parte do projeto, como ele está publicado, não precisa ler o projeto todo. Leia apenas o voto, a análise e o voto, como a sua assessoria já nos informou.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

Propõe a "isenção de Imposto de Renda para militares".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Hermes Klann

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

Que honra ter o Senador Hermes relatando hoje!

Você gostou disso, não é, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Ah, eu tinha que ficar!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tinha que ficar, né?

Quanto à autoria, gente, veio da sociedade, do Programa e-Cidadania.

E o voto do Senador Hermes – olha que alegria, Styvenson! – é favorável à sugestão, na forma de um projeto de lei que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Hermes para a leitura do seu voto.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito obrigado pelas palavras, sempre com uma gentileza ímpar. Muito obrigado.

Sra. Presidente, se me permite, vou direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, opinar sobre as sugestões legislativas oriundas do Portal e-Cidadania, no sentido de acolhê-las – caso em que serão transformadas em proposição legislativa de iniciativa da Comissão – ou rejeitá-las, conforme juízo de mérito, oportunidade e conveniência.

A análise da matéria recomenda exame em três planos: o reconhecimento jurídico-constitucional da especificidade da carreira militar; o histórico de tratamento tributário diferenciado já dispensado a determinadas categorias de servidores e às próprias Forças Armadas; e a viabilidade jurídica e a oportunidade política da concessão de isenção de IR à tropa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao primeiro plano, é incontroverso, à luz do art. 142 da Constituição Federal, que as Forças Armadas – constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica – são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, destinadas à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Aos militares das forças auxiliares – polícias militares e corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios –, aplicam-se, por força do art. 42 e do §1º do art. 142 da Carta Magna, as mesmas balizas do regime jurídico militar federal, especialmente quanto à hierarquia, à disciplina, às vedações ao direito de greve e de sindicalização e à disponibilidade integral ao serviço.

Esse regime jurídico é, no direito constitucional brasileiro, reconhecidamente diferenciado daqueles aplicáveis aos demais agentes públicos: o militar não cumpre jornada de trabalho ordinária; não percebe horas extras nas mesmas bases dos celetistas e estatutários civis; não tem direito de greve; está sujeito a regime disciplinar próprio, que pode importar privação da liberdade; e pode ser convocado, a qualquer tempo, para o cumprimento da missão.

... proventos de aposentadoria e reforma percebidos por portadores de moléstias graves e da isenção das diárias e ajudas de custo, das indenizações por desligamento voluntário e de outras parcelas de natureza não remuneratória.

A novidade trazida pela presente sugestão consiste, portanto, em estender, de modo geral e abstrato, a isenção do IR à integralidade dos rendimentos do trabalho percebidos pelos militares da ativa, da reserva e reformados, das Forças Armadas e das forças auxiliares – inclusive a oficiais-generais e demais postos superiores –, independentemente do montante percebido, do posto ou da graduação.

Quanto ao terceiro plano, este Relator reconhece o elevado mérito moral e simbólico da iniciativa popular, que traduz, com clareza, o sentimento legítimo de reconhecimento e gratidão da sociedade brasileira em relação às Forças Armadas e às forças auxiliares, especialmente após décadas de defasagem remuneratória, de redução do efetivo, de desgaste operacional crescente e de aumento dos riscos enfrentados no cumprimento da missão constitucional. O apoiamento expressivo de mais de 25 mil cidadãos, distribuídos em todas as unidades da Federação, é prova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

robusta de que se trata de pauta socialmente relevante, que merece ser acolhida no Parlamento e debatida com a necessária seriedade.

A valorização da carreira militar é objetivo legítimo de política pública e harmoniza-se com o dever constitucional do Estado brasileiro de manter Forças Armadas e forças auxiliares profissionais motivadas e adequadamente remuneradas, capazes de cumprir as missões previstas nos arts. 142 e 144 da Constituição. Nesse sentido, a sugestão merece acolhimento desta Comissão, transformando-se em proposição legislativa – projeto de lei –, a fim de submeter o tema às Comissões de mérito e ao Plenário, onde a matéria poderá ser debatida com a profundidade e a largueza que o regime democrático impõe.

Cumpre, ainda, registrar que o acolhimento da sugestão pelo prisma da legislação participativa não implica juízo definitivo de constitucionalidade ou de mérito sobre a totalidade do conteúdo proposto, cuja análise técnica caberá oportunamente aos órgãos desta Casa, inclusive quanto à observância do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exigem a apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de medidas compensatórias para a renúncia de receita. A presente apreciação limita-se, pois, à conveniência e ao interesse público da deflagração do processo legislativo, na forma da minuta de projeto de lei anexa.

Diante do exposto, considerando o expressivo apoiamento popular obtido pela Ideia Legislativa nº 213.133, o reconhecimento constitucional da singularidade da carreira militar, a relevância social da matéria e a necessidade de fomentar o debate parlamentar sobre a valorização das Forças Armadas e das forças auxiliares, somos pelo acolhimento da sugestão, sem prejuízo dos ajustes de mérito e de adequação orçamentário-financeira, a serem promovidos pelas Comissões competentes nas etapas seguintes.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da SUG nº 6, de 2026, na forma do projeto de lei sugerido.

Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É só para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Obrigado.

É importante, Senador Hermes, a gente trazer assuntos como esse, porque acho que... Duas semanas atrás trouxemos aqui o piso nacional dos policiais, das polícias do Brasil e dos bombeiros. E tornar essa sugestão popular em um projeto de lei, além de oportunizar para a população participar do trabalho legislativo, sugestão da qual o senhor fez a leitura agora, transformando em projeto de lei, abre uma discussão, pois tem dois vieses aí: o Governo Federal com as forças militares, e as forças auxiliares com o governo dos estados.

Tem renúncia fiscal, tem tudo, mas é bom a gente discutir isso aí, porque se está falando de segurança pública como tema principal hoje que preocupa a população, tratar as forças militares, principalmente as auxiliares, como meio de combate à proliferação da insegurança pública passa por aqui também.

Então esta Comissão está captando um outro projeto, que vem de iniciativa popular, é o segundo – pelo menos que eu presenciei aqui – que trata sobre segurança pública, e que a gente transforma... Eu transformei direto em PEC, passou direto para a PEC do piso nacional dos policiais militares. E o senhor vem agora com essa isenção. Se não puder uma isenção 100%, principalmente porque mexe com o pacto federativo, com os governos dos estados, quem sabe... Pelo menos o meu estado... Eu sou reservista, pago ainda 11% – reservista, é um absurdo! Eu passo a vida toda contribuindo, vou para a reserva e continuo pagando, porque há um déficit previdenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então abrir essa oportuna discussão aqui no Senado é bom: bom pela participação popular e bom porque as pessoas lá do estado do senhor, do meu estado, os militares, os militares da reserva, os familiares dele querem que a gente discuta justamente isso.

Então, oportunizar o debate já é um grande início. O que não pode é a gente ficar só no mundo das ideias, ou receber uma sugestão como essa e engavetar.

Então, parabéns pelo relatório!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu também quero cumprimentar o Relator. Ele ia lendo aqui, eu ia levantando a mão de alegria, quando o senhor falava, por exemplo, que esse profissional não tem direito à greve, esse profissional... Eu não sei como é que está agora o regime, Styvenson, eu tenho dúvida, mas eu me lembro que, até um tempo atrás, ele nem podia dar aula à noite para completar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Nós aprovamos a proposta para a área de saúde e a área de educação, mas é dupla carga de jornada também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É dupla, e aí reclamam que às vezes esse profissional faz um bico no final de semana.

Mas, se a gente mantiver esses profissionais ganhando o que merecem e agora com isenções e incentivos como este, ele não vai precisar se aventurar em bicos no final de semana, ele vai ter seu salário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Correndo risco.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Correndo risco em bicos no final de semana.

Então, eu fico contente com a sua sensibilidade, Senador, de ter trazido para o debate. Agora começa a tramitar, e eu quero cumprimentar o autor da ideia, Fabrizzio, de São Paulo. Ele apresentou a ideia. Olha, ele estava bem inspirado, no pós-natal, 29/12/25, e, quando a gente encerrou a contagem, em 02/03, já tinha 25 mil apoiamentos. Então não é uma ideia que é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma única pessoa: só aqui tem 25 mil assinaturas. Mas se a gente colocar isso para a população, milhões de apoiamentos.

Parabéns, Senador!

Em votação o relatório.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma de projeto de lei.

Muito obrigada, Senador Hermes.

Senador Styvenson, você pode presidir?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Claro que posso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho leituras de relatório. São relatórios já devidamente publicados e eu farei a leitura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser.

Inclusive, vou fazer *ad hoc* da Senadora Ivete. É um projeto simples, bem consensual também. Vou fazer dois dela e um meu. Pode ser?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E o do Contarato. O do Contarato é mais simples ainda, é uma linha. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu sou Presidente só de corpo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5782, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a campanha Setembro em Flor, destinada à conscientização sobre os tumores ginecológicos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Renilce Nicodemos.

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira.

A Senadora autorizou aqui que a nossa Presidente, a Senadora Damares Alves, relate *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, inclusive, de forma resumida. É uma matéria de consenso.

Não há vício constitucional, não há vício jurídico e está atendendo à técnica legislativa.

No mérito, o projeto mostra-se relevante, porquanto procura conferir visibilidade e alertar a sociedade para um grave problema de saúde pública: os cânceres ginecológicos – que abrangem tumores malignos do colo do útero, corpo do útero, ovários, vagina e vulva –, os quais figuram entre as principais causas de adoecimento e morte por neoplasias no público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feminino, especialmente em localidades com menor acesso a ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico oportuno.

Os cânceres ginecológicos frequentemente apresentam evolução silenciosa ou sintomas inespecíficos nas fases iniciais, circunstâncias que contribuem para o diagnóstico tardio e em estágios avançados, o que piora o prognóstico.

O objetivo desse projeto de lei é, de fato, fazer campanhas, Presidente, instituir a campanha do Setembro em Flor para falar sobre o câncer ginecológico.

Apresentamos ao projeto uma emenda de redação com o objetivo de aprimorar e conferir maior precisão técnica no art. 2º da proposição, propondo substituir a expressão "minimizar tratamentos" por "favorecer o diagnóstico oportuno, reduzir a necessidade de tratamentos mais agressivos", mantendo-se inalterado o conteúdo e o mérito da matéria.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.782, de 2023, com a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Próximo.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4221, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento odontológico prioritário, no âmbito do Sistema Único de Saúde, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS, em decisão terminativa.

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira.

Senadora Ivete autorizou a Senadora Damares a fazer o relatório, ler o relatório *ad hoc*.

Tá bom, tá eliminada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, dizendo o seguinte, olha como a matéria é importante.

Segundo estudos elaborados por profissionais da saúde, especialmente da área de odontologia, a prevalência de traumatismos maxilofaciais entre mulheres vítimas de violência pode chegar a 63,2%. São lesões que podem incapacitá-las para as atividades diárias, como trabalhar ou alimentar-se, por longos períodos, ou mesmo deixá-las com sequelas permanentes.

Diante desse cenário, esta Casa aprovou, em 11 de março deste ano, o PL nº 4.440, de 2024, de autoria da Deputada Federal Simone Marquetto. O citado PL foi convertido na Lei nº 15.116, de 2 de abril de 2025, que institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a garantir a prestação de serviços odontológicos para reconstrução e reparação dentária de mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à sua saúde bucal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é por isso, Presidente, porque aprovamos uma lei que já instituía um programa. A esse projeto, a Relatora, a qual estou substituindo aqui *ad hoc*, dá o voto pela prejudicialidade, porque a lei já está em vigor.

Então, o voto, nos termos do inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.221, de 2024.

Veja só que, quando a autora o apresentou, em 2024, não tinha a lei. Então, agora, a gente está dizendo que já tem um programa instituído por lei. Este é o voto, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Bom, entendido o motivo, espero que a Senadora Ana Paula tenha sido contemplada. Infelizmente, não foi nem apensado, mas a ideia legislativa foi atendida, com a lei já em vigor.

Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 186, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024, para incluir entre as ações destinadas à promoção da parentalidade positiva a realização de cursos, de campanhas e de palestras embasados em evidências científicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura de seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

A parentalidade positiva, já incorporada ao ordenamento jurídico pela Lei nº 14.826, de 2024, fundamenta-se em evidências científicas oriundas da psicologia do desenvolvimento e das neurociências, que demonstram que práticas parentais baseadas no afeto, no diálogo e na disciplina não violenta contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Nesse contexto, a inovação trazida pelo Projeto de Lei nº 186, de 2025, acreditando na importância da relação da parentalidade positiva, ao exigir que ações de conscientização, como cursos, campanhas e palestras, sejam embasadas em evidências científicas, representa avanço relevante.

Tal medida contribui para evitar a disseminação de práticas desatualizadas ou prejudiciais, assegurando que o poder público atue com base em metodologias comprovadamente eficazes. Segundo a Organização Mundial da Saúde, programas estruturados de apoio à parentalidade podem reduzir em até 30% os índices de violência contra crianças, o que reforça o potencial impacto positivo da proposta.

É impossível tratar desse tema sem olhar para a realidade concreta de tantas famílias brasileiras que, muitas vezes, enfrentam a difícil missão de educar seus filhos sem qualquer orientação, apoio ou acesso à informação de qualidade. Este projeto representa mais do que uma alteração legislativa: é um gesto de cuidado com a infância, de fortalecimento da família e de valorização do papel insubstituível dos pais e responsáveis na formação de seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 186, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Mais um?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só mais um, que é o item que vou ler *ad hoc*, o item 9, né? (*Pausa.*)

É o item 9, do Senador Contarato, uma sugestão – a pedido dele. Muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Item 9.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Proíbe o abate do jumento (Equus asinus) em todo o território nacional.

Autoria: FORUM NACIONAL DE PROTECAO E DEFESA ANIMAL

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato.

O Senador Contarato atribuiu a relatoria *ad hoc* à Senadora Damares, a quem eu passo a palavra para ler o relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, o voto do Senador Contarato está perfeito. Ele está dizendo que não tem vício constitucional, não tem vício jurídico, atende à técnica legislativa e que estão ausentes quaisquer impedimentos quanto à iniciativa Parlamentar, pois a matéria não se inclui entre a lista do §1º do art. 61 da Constituição.

No mérito, consideramos justificável a iniciativa. O projeto de lei destaca a necessidade de proteger um animal historicamente ligado ao desenvolvimento do país e reconhecido como patrimônio cultural. Além de preservar a espécie frente ao risco iminente de extinção, a medida promove o bem-estar animal e mitiga sérios riscos sanitários causados pelas condições precárias de transporte e abate. Trata-se de uma iniciativa que reflete o compromisso com valores éticos, a saúde pública e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, sem acarretar prejuízos significativos à economia nacional.

Em razão do que foi exposto, ele é a favor da sugestão, acolhe a Sugestão nº 9 e a transforma no projeto de lei que está aqui devidamente publicado. E, agora, o projeto de lei começa a tramitar na Casa.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senadora Damares, eu fui consultar aqui quem come carne de jumento no país: o consumo é muito baixo; mas, segundo informações, o mercado internacional, especialmente da China, é um grande consumidor, até mesmo para a medicina asiática.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil, pasmem, é um grande exportador, então tem que ter uma cautela na discussão dessa matéria, porque, se o Brasil é um exportador desse tipo de carne, a gente precisa observar o seguinte: se a gente proibir, a gente pode prejudicar uma cadeia também de trabalho, de alimento, de tudo isso.

Não é nossa cultura comer carne de jumento, o.k., mas há pessoas lá fora que devem estar assistindo a esta Comissão que devem ganhar a vida exportando carne de jumento para a China.

Então, eu concordo que o Senador Contarato tenha acatado esse projeto de lei vindo do SUG, mas acho que a gente precisa afinar essa discussão. Eu acho que deveria ter até mesmo uma audiência pública com os produtores e com aqueles que defendem o animal, porque da mesma forma que tem o suíno, da mesma forma que tem o caprino, da mesma forma que tem o bovino, da mesma forma não é consumo nosso, mas tem de exportação carne de jumento.

Então, Senadora Damares, eu precisava dizer isso porque eu fiquei curioso. Quem é que come...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu também. Eu também. E nós que somos nordestinos...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exatamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... ficamos com isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E olha que no meu estado, o jumento é um grande causador de acidentes nas rodovias. Um causador...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. É.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso. É o que a gente espera, ter este debate para não prejudicar ninguém. Todo mundo aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável à proteção dos animais, eu sou favorável, a senhora é favorável, mas também a gente tem que olhar para o outro lado de uma cadeia produtiva.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, em discussão a matéria, que eu já discuti...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero só dizer... Ela vai ser aprovada, com certeza. Isso não quer dizer – atenção a quem abate os animais – que a partir de hoje está proibido. Não. O que o Senador Contarato está fazendo é acolher uma sugestão que veio da sociedade, é o respeito do Parlamento à sociedade, transformou em projeto de lei e agora que começa a discussão. Inclusive, esse projeto de lei pode vir trazendo regras claras de como isso pode funcionar no Brasil, de que jeito. Então, não está proibido. Contarato, de forma madura, acolhe uma sugestão da sociedade para começar uma discussão que eu creio que ainda vá por alguns anos aqui nesta Casa. Então, essa é a minha posição, só para contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exato.

Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma de projeto de lei que apresenta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu devolvo a Presidência à senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos voltar para a pauta.

Obrigada, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sobre o item 6 da pauta, eu quero chamar a atenção de todos vocês sobre o item 6.

Eu sou Relatora dessa matéria e eu já a retirei da pauta, como Relatora, não como Presidente, duas vezes, porque há uma dúvida sobre a matéria. O que essa matéria fala? Essa matéria fala de propaganda para criança em jogos eletrônicos. Os pais compram joguinhos eletrônicos para a criança, quando a criança começa a jogar, aparece um monte de propaganda. E nós estamos na era de não consumismo, a criança não ser formada para ser essa consumista compulsiva. Isso é regra, são os protetores da infância. E que propaganda estão vindo nesses joguinhos?

Então, eu apresentei um voto favorável ao projeto proibindo qualquer publicidade para a criança, mas para adolescente, obedecendo o desenvolvimento cognitivo, uma menina de 17 anos pode escolher a cor do seu batom. Ela pode escolher o que ela quer usar. Então, esses jogos para adolescentes poderão ter publicidades, o.k.?

E aí, por uma técnica legislativa, a Consultoria do Senado entende que, como se trata de jogos eletrônicos, e nós acabamos de aprovar o ECA Digital, tudo que diz respeito a jogos eletrônicos, ao mundo digital tem que ir para dentro do ECA. Então, eu apresentei uma emenda para que essa lei não seja autônoma, para que ela seja colocada dentro do ECA Digital.

Nós entendemos que esse ECA é uma consolidação de leis, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente – estatutos são várias leis consolidadas em um único instrumento –, mas há uma divergência de algumas instituições que acham que esse projeto de lei não pode ir para o ECA Digital, porque o ECA Digital acabou de ser aprovado e vai ser ainda regulamentado. Eu tenho divergência com relação a essa opinião. Nenhuma lei é estática. Toda lei... Nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos lei que, por exemplo... A Presidente Dilma fez isso uma vez, e foi muito bom o que ela fez. Ela sancionou uma lei 5h da tarde e, no outro dia, 8h da manhã, ela mesma mandou um projeto de lei para já modificar a lei que ela sancionou no dia anterior. O meu relatório não fala em modificar o ECA, fala em acrescentar ao ECA mais essa proposta. E já tem outros projetos de lei para modificar o ECA Digital.

Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei extraordinário, que está vindo para cá. Se vocês olharem o projeto que foi aprovado ontem... Eu sei quem é o autor, acompanhei os votos. A gente fechou todas as brechas para pedófilos no mundo *online*. Aí eu pergunto... Esse projeto que veio da Câmara – quando ele entrou, não tinha o ECA Digital – foi aprovado como lei autônoma. Eu acho que o Senado vai jogá-lo também para o ECA Digital.

Assim, o que vou fazer com relação ao meu voto? O autor concorda com o meu voto, mas, como há uma divergência ainda entre algumas instituições, por mais uma semana, eu vou retirá-lo, e a gente vai discuti-lo semana que vem. E digo o seguinte: eu tenho muita preocupação com o aplicador da lei, o magistrado, e, quando a gente concentra tudo num estatuto, é mais fácil para o julgador fazer o seu julgamento, porque está tudo ali, mas quando são inúmeras leis autônomas, vocês não têm ideia como é a aplicação da lei com diversas leis autônomas sobre o mesmo assunto. Então, eu também ouvi juízes que entenderam que temos que concentrar tudo no ECA Digital para facilitar, inclusive, a aplicação da lei.

Eu vou dar mais uma semana para sentar, especialmente, com um instituto que eu respeito muito que é o Alana, que ajudou na construção do ECA Digital. Lá é um estatuto – estatuto é consolidação de leis. Então, acredito que a gente vai ter que pensar se vamos mandar para o ECA. A Consultoria Legislativa entende que tem que mandar, legisladores entendem que tem que mandar, mas a gente vai tirar mais uma vez de pauta para a gente fazer mais uma conversa e a gente volta para a pauta na semana que vem.

Inclusive, eu convido vocês a lerem o meu voto. A gente estabelece aqui a idade da vedação da propaganda, a progressão para o adolescente, obedecendo o desenvolvimento cognitivo. Eu acho que o voto ficou muito bom, mas por mais uma semana vamos retirar de pauta.

Nós temos um requerimento... Eu vou só fazer a leitura de dois requerimentos... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2 da pauta. Ele já foi lido, já foi discutido, foi pedida vista, não houve nenhuma modificação e nós vamos colocar em votação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em decisão terminativa.

Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Em 22/10/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Ivete se gostaria de fazer uso da palavra. Ela não está presente, autorizou colocar o projeto, a fazer a votação.

Há alguém para discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto de lei.

O projeto segue para a Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Requerimento do item 11, de minha autoria. (*Pausa.*)

O 13 é do Senador Paulo Paim, eu vou subscrever.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2026 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 411/2024, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994" seja incluída a seguinte convidada: a Senhora Janaina Zambusi Nogueira Bastos, representante da Casa de Repouso da Janaina.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A audiência pública já foi aprovada, tá? E a gente já aprovou também a inclusão deste nome lá na CAS, da Sra. Janaina Nogueira Bastos, representante da Casa de Repouso da Janaína, lá em Ibitinga, São Paulo. É só a inclusão deste nome para o debate.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 13 da pauta é o Requerimento 75, de 2026, do ilustre Senador Paim, o qual eu subscrevo.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2026

- Não terminativo -

Requer inclusão de convidados no REQ 69/2026, referente à realização de Audiência Pública para instruir o PL 1025 de 2026.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Requer que, na audiência pública, já aprovada pelo Requerimento 69, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 1.025, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, sejam incluídos os seguintes convidados: Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Justiça; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); representante da Geledés – Instituto da Mulher Negra; a Sra. Mia Costa, Gestora Pública Especialista em Inteligência Emocional e Desenvolvimento Humano; a Sra. Luana Santos de Oliveira, Servidora do Senado Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero dizer para a Secretaria que agora, com a inclusão desses nomes, a mesa da audiência ficou gigante, mas é missão desta Comissão a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Então, se precisar, a gente faz duas, três, quatro audiências; a gente conversa com o Paim, ele preside uma, eu presido outra, um outro Senador ajuda, mas vamos fazer a audiência, é oportuna a indicação do Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um requerimento extrapauta. Primeiro, eu quero saber se a gente pode votar a inclusão extrapauta. É um requerimento simples, sobre acessibilidade.

Em votação o pedido de inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a mobilidade urbana acessível das pessoas com deficiência, com foco no acesso aos serviços de transporte por aplicativos, nas barreiras enfrentadas por usuários, na acessibilidade das plataformas digitais e no fortalecimento de políticas públicas de inclusão e mobilidade sem barreiras.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Em discussão o requerimento.

Senhores, nós estamos recebendo muitas reclamações de pessoas cadeirantes. Prestem atenção em como isso aqui é delicado. Elas pedem um carro por aplicativo. O carro chega, quando vê que tem uma cadeira de rodas, vai embora. Ou então, na hora que pede, que a pessoa já coloca que é um cadeirante, a pessoa aceita a corrida e rejeita, nem aparece.

Eu tenho uma servidora no gabinete que já ficou uma vez duas horas, foram mais de nove pedidos recusados em aplicativo, porque eles não querem transportar pessoas com cadeira de rodas. Eu até entendo que tem carro que tem um porta-malas pequeno, tem carro que não está preparado, mas as empresas de aplicativos têm critérios. Tem veículos que, quando entram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entram já dizendo: "Não, a gente vai conduzir". Só que, na hora em que são acionados, eles rejeitam a corrida.

Então, a gente vai fazer aqui uma discussão, não é criando aqui nenhuma acusação, mas a gente quer uma discussão com as pessoas com deficiência, o ministério, os aplicativos – para decidir como é que nós vamos resolver isso. É o direito de ir e vir.

A gente tem até casos no Brasil, gente, pasmem, de ônibus que, quando vê uma pessoa na cadeira de rodas no ponto, não para. Isso chega a doer, falar isso. Ônibus que tem concessões públicas, que tem dinheiro público, que tem a obrigação – mas dá trabalho.

Eu já vi cadeirantes ou pessoas cegas ficarem em ponto de ônibus por horas. E os ônibus passam – mesmo os ônibus adaptados, com elevador – e não param. Não é justo. Em pleno 2026, a gente ainda se deparar com isso no Brasil.

Então, essa vai ser...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Idosos, idosos também... Idosos também.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, em votação o requerimento.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gente, nós agora vencemos a pauta. Eu iria para os expedientes, mas eu estou sendo chamada para votar lá na CAE. E vocês sabem que lá é uma indicação de autoridade, é votação com urna, é voto individual, é intransferível e eu vou lá votar, mas eu não posso continuar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião. Eu quero só dizer o seguinte, atenção Brasil. Chegou a resposta do Governo do Maranhão sobre as duas crianças desaparecidas. E a resposta da Secretaria de Segurança do Maranhão é: essas crianças não foram encontradas, é mentira o que estão divulgando nos vídeos, que foram encontradas 40 crianças no *bunker*, que seriam abertas e os órgãos seriam retirados, que houve troca de tiro com a Polícia Federal e que morreram quatro bombeiros.

Olha a loucura, apavoraram a população do Maranhão de que estão arrancando órgãos de crianças assim. A gente sabe que isso existe, mas esses vídeos, além de apavorar, trouxeram um grande desserviço. Essas duas crianças estão sendo procuradas – e as fotos delas precisam ser divulgadas. Aí, quando a pessoa recebe a foto, fala: "Ah, não; não vou divulgar, não, porque essas crianças, segundo os vídeos, já foram encontradas". Não foram encontradas!

Então, eu recebi aqui essa informação da secretaria oficial, um ofício da Secretaria de Segurança do Maranhão, preocupadíssima com as desinformações que estão sendo divulgadas.

E, nesta semana, gente, teve uma audiência pública na cidade de Bacabal. A Câmara dos Deputados, aqui de Brasília, foi para Bacabal. Inclusive, se eu soubesse, eu teria ido junto, porque a gente tem uma diligência marcada para Bacabal. A Câmara foi. E sabe quem falou na mesa para os Deputados? A mãe das crianças. A mãe das crianças, além de ter falado com os Deputados, deu entrevista. Eu ia exibir os vídeos da entrevista dela, ela chorando, desesperada pelos filhos.

Então, atenção, Brasil: as duas crianças de Bacabal não foram encontradas.

E, por favor, quem estiver compartilhando informação falsa, que prejudica a vida de criança, apague esses vídeos, porque eu também informei a Polícia Federal. E, agora, eu acho que a plataforma tem que ser, pela Polícia Federal, notificada e retirar, de todas as plataformas, os falsos vídeos de que as crianças de Bacabal foram encontradas.

Eu vou fazer a leitura dos expedientes na próxima reunião, mas eu precisava trazer essa... (*Pausa.*)

Eu vou direto para lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer a leitura do expediente na próxima reunião, mas essa informação do Maranhão eu precisava fazer.

Nada mais tendo a tratar, agradeço a presença de todos – me permitam aqueles que querem abraço, mas eu tenho que ir correndo para a CAE –, nada mais tendo a tratar, eu encerro esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Roberta Acioly, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Alan Rick, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª Reunião da CDH, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4306, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever o direito da criança ou do adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais ou de notícias de sites de pesquisa que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2225, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto 1981, 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.187, de 29 de dezembro de 2009." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas de nº 1-CDH a 5-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1019, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para instituir a Carteira Nacional de Identificação da Pessoa com Deficiência (CNIPCD), e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para dispor sobre a inclusão facultativa de menção à deficiência na Carteira de Identidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1414, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que "institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", para dispor sobre o prazo de validade da avaliação biopsicossocial da deficiência e da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 732, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico do trabalho com apoio das pessoas com deficiência ou com doenças raras que apresentem alguma incapacidade física, sensorial, mental ou intelectual." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1532, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre Emprego Apoiado; e altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a realização da Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1.532, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 732, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3518, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência para a Senadora Roberta Acioly, em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3171, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar o afastamento remunerado da servidora vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), pelo período de até seis meses." Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 8 - Sugestão n° 39, de 2019 - Não Terminativo - que: "Reduzir drasticamente o número de Deputados do Congresso Nacional de 513 para apenas 101" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Contrário ao acolhimento da Sugestão. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, contrário ao acolhimento da sugestão. ITEM 9 - Sugestão n° 18, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Deputados Federais"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Contrário ao acolhimento da Sugestão. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, contrário ao acolhimento da sugestão. ITEM 10 - Sugestão n° 5, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. Relatório: Favorável à Sugestão Legislativa, na forma do Projeto de Lei Complementar que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência a Senadora Roberta Acioly. Em seguida, a presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei Complementar. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 76, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 63/2026 - CDH." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 77, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os direitos à liberdade educacional e à educação moral dos filhos, bem como a garantia do exercício desses direitos no cenário brasileiro." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 78, de 2026 que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca da nova versão da Caderneta da Gestante lançada pelo Ministério da Saúde em 12 de maio de 2026" Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento na forma de convite. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião da CDH.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de modo semipresencial. Para os Senadores que participam remotamente o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje dez itens na pauta e nós temos um, dois, três, quatro... três itens do Senador Flávio Arns – ele já está *online*. Nós vamos, então, na sequência, para os itens 1, 2 e 3. Depois, a gente vai fazer uma inversão de pauta porque a Senadora Ivete também já está *online* e nós temos um, dois, três itens da Senadora Ivete, e ela fará a leitura dos seus três relatórios, o.k.?

Bom dia, Senador Flávio; bom dia, Senadora Ivete.

Item 1 da pauta,

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4306, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever o direito da criança ou do adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais ou de notícias de sites de pesquisa que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Lídice da Mata.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço, cara Senadora Damares Alves, grande amiga, grande defensora desta área dos direitos da criança e do adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os demais Senadores e Senadoras.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Os relatórios já estão distribuídos e são do conhecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – No mérito, a proposição merece aprovação, com as alterações que julgamos necessárias.

O resguardo às informações da criança e do adolescente encontra amparo no direito internacional. O art. 8º, item 1, alínea "e", do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil, promulgado pelo Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004, exige dos Estados Partes a adoção de medidas legislativas para resguardar a privacidade e a identidade das crianças vítimas de violência, a fim de evitar a difusão de informação que possa levar à sua identificação.

O texto também guarda estrita pertinência com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de junho de 2025, nos Recursos Extraordinários nº 1.037.396 (Tema 987) e nº 1.057.258 (Tema 533), que analisou a responsabilidade civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdos gerados por terceiros.

A tese definida pelo STF estabelece que, em se tratando de conteúdos criminosos ou ilícitos, a plataforma deverá remover o conteúdo mediante simples notificação do ofendido. Caso não o remova, será responsabilizada civilmente pelos danos decorrentes.

O projeto ora analisado mostra-se alinhado a essa orientação jurisprudencial. Cumpre observar ainda que a retirada de conteúdos veiculares da internet que violem direitos de crianças e adolescentes foi recentemente disciplinada pela Lei 15.211, de 2025, Estatuto Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Criança e do Adolescente. Verifica-se, portanto, sobreposição parcial entre o conteúdo da proposição em análise e o texto normativo recentemente aprovado.

Nesse sentido, observamos que o ECA Digital pode ser aperfeiçoado com o objetivo de conferir proteção mais abrangente. O rol de situações violadoras de direitos de crianças e adolescentes previstos no seu art. 6º não compreende todo o espectro de situações de violência previsto no art. 4º da Lei 13.431, de 2017, apontada pelo presente projeto. Propõe-se, portanto, o acréscimo de remissão expressa a esse último dispositivo por meio de novo inciso a ser inserido no art. 6º da Lei 15.211, de 2025, que é o ECA Digital.

Cumpre igualmente acrescentar a previsão de que o provedor de aplicação deverá envidar esforços para identificar e retirar novas postagens de conteúdo já considerado infringente. Paralelamente, deve ser mantida a possibilidade de requerimento judicial de retirada de informações pessoais em páginas de notícias ou mecanismos de busca que possam causar constrangimento ou danos psicológicos à criança ou adolescente vítima de violência. No entanto, considera-se mais adequada sua incorporação à Lei 15.211, de 2025, ECA Digital, por se tratar de diploma normativo especificamente voltado à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

A respeito do artigo 24-A, o projeto adiciona um novo artigo ao Título V da Lei 13.431, de 2017, que criminaliza a conduta de divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome, documento ou fotografia de criança ou de adolescente vítima ou testemunha de quaisquer das formas de violência tipificadas no art. 4º da referida lei. A pena estabelecida é de reclusão de dois a quatro anos e multa. A pena é rigorosa, porém adequada à importância do bem jurídico tutelado, considerando o dever do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme o art. 227 da Constituição Federal.

Diante dessas considerações e da extensão das alterações discutidas na presente análise, propomos a aprovação do projeto na forma de texto substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.306, de 2020, na forma do substitutivo descrito a seguir, que, se V. Exa. permitir, não vou ler, porque já é do conhecimento de todas as pessoas e está também constante no relatório.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeito. Perfeito, Senador Arns.

Inclusive, eu chamo a atenção do Plenário: o substitutivo dele também já traz uma alteração ao ECA Digital. É aquilo que nós conversamos na semana passada: o ECA foi aprovado, mas a gente tem certeza de que ele vai sendo aperfeiçoado com o decorrer do tempo.

Parabéns, Senador Flávio.

Senador Flávio, vou só lhe contar um testemunho. O senhor conhece a minha história, todo mundo conhece. Eu sou sobrevivente de um abuso sexual. Eu fui abusada entre 6 e 8 anos de idade. Eu estive num debate uma vez, fora do Brasil, com uma mulher também que foi abusada. Só que o caso dela foi filmado. Ela estava com 24 ou 25 anos. E o abuso dela, o estupro dela foi filmado. Ela aos 25 anos se deparava ainda com a imagem dela aos 6 anos sendo estuprada. Então, ela falou para a gente, Senador, que ela era violentada todos os dias. O vídeo dela ainda era negociado há mais de dez anos.

O seu projeto não fala exatamente da criança abusada, mas fala de todo tipo de imagem que pode constranger. Com essa onda, Senador, que nós temos no Brasil hoje de venda de estupros de bebês e de crianças, venda de imagens – e hoje, inclusive, vocês sabem que se vende um *link* para as pessoas assistirem ao vivo o estupro –, esse projeto vem numa boa hora, porque a pessoa adulta pode pedir a retirada, mas aqui a gente está dando a oportunidade de a criança também, ou adolescente, por meio do seu representante, pedir a retirada das imagens de todos os lugares, imagens que possam constrangê-la.

Então, Presidente Flávio Arns, que é Presidente de outra Comissão, nosso eterno Presidente, Relator, parabéns pelo seu voto. Parabéns! No Maio Laranja, a gente aprova nesta Comissão mais um importante projeto de proteção da criança. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de lei, o relatório apresentado, na forma da Emenda 1 (Substitutivo).

O relatório agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Inclusive, Senador, vamos buscar um parceiro que possa apresentar esse voto urgentemente lá na CCJ, porque é um projeto que já veio da Câmara e, se a gente aprovar lá, a gente já pode fazer mais uma grande entrega de mais uma legislação para o país.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2225, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto 1981, 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CMA.

A autoria é da ilustre Deputada Federal Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Senadora Damares Alves.

Antes só de passar ao relatório do item nº 2, eu também só quero destacar a importância do trabalho de V. Exa. em todos esses assuntos que envolvam os direitos fundamentais da criança e do adolescente em nosso país, também das mulheres, das pessoas com deficiência, e fazendo referência ao ECA Digital (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), lei aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Essa lei, como dito, inclusive, por V. Exa., pode ir sendo aprimorada também, porque a realidade vai mudando, os crimes vão se diversificando também, e todos nós temos que ficar atentos ao princípio fundamental: a proteção da criança e do adolescente em todas as suas dimensões. Esse que é o nosso objetivo.

E aqui também no projeto de lei, que eu vou relatar e já anunciado por V. Exa., passo diretamente à análise também, se for possível, já no §2º.

A análise desta Comissão se concentra nos aspectos relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente quanto à prioridade absoluta ao desenvolvimento saudável, ao brincar, à convivência familiar e comunitária, à educação e à proteção de grupos em situação de maior vulnerabilidade, que é o objeto aqui também. As questões ambientais em sentido estrito, inclusive quanto aos instrumentos próprios de política ambiental e climática, serão examinadas de forma mais detida pela Comissão de Meio Ambiente.

No mérito, o texto merece ser acolhido, reconhecer a proteção integral da criança e do adolescente, especialmente no seio de suas famílias e comunidades, já não pode ser pensada à margem da realidade ambiental e climática brasileira. O projeto parte da premissa compatível com o art. 227 da Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e, por isso, demandam proteção reforçada também em relação aos espaços em que vivem, estudam, brincam, convivem e se deslocam.

Os dados disponíveis mostram que essa realidade deixou de ser prospectiva para se tornar concreta: segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de 40 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes no Brasil, o equivalente a aproximadamente 60% desse público, já estão expostos a mais de um risco climático ou ambiental. Além disso, em 2024, pelo menos 1,17 milhão de meninos e meninas tiveram a trajetória escolar interrompida por eventos climáticos, em especial enchentes e secas.

Tais números revelam que a degradação ambiental e os eventos extremos desorganizam a vida cotidiana das famílias, interrompem estudos, fragilizam vínculos comunitários e agravam desigualdades já existentes.

Inclusive, lembrando a determinação do Ministro Flávio Dino, agora, para o Governo Federal, governos estaduais e municipais, no sentido de que medidas estão sendo tomadas para se prevenir o efeito danoso que o El Niño pode trazer para toda a sociedade. E nós estamos pensando aqui na criança e no adolescente. Tais números revelam que a degradação ambiental e os eventos extremos desorganizam a vida, interrompem estudos, como já dito.

Também merece registro a valorização do brincar livre e em contato com a natureza.

Todos nós vamos concordar que isso é importante, é necessário, que, em vez de ficar com o celular, ficar em contato com a natureza, brincando, jogando.

O brincar é direito reconhecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e constitui elemento essencial do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

De igual modo, é positiva a atenção conferida à primeira infância, às crianças e adolescentes com deficiência, aos povos e comunidades tradicionais, às populações rurais e aos grupos expostos a riscos socioambientais.

Realmente é um desafio, a gente pode imaginar isso.

Essa diretriz é compatível com a prioridade absoluta, que exige não apenas precedência formal na formulação de políticas públicas, mas também proteção reforçada diante de desigualdades concretas de acesso, cuidado e segurança.

A população mais vulnerável, crianças e adolescentes, deve ter uma atenção mais especial ainda, não só do legislador, do Executivo, mas de toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, ao promover acesso mais equitativo a áreas naturais, qualificação dos entornos escolares e urbanos e prioridade de proteção à infância em contextos de risco, o projeto oferece resposta legislativa coerente com problemas já identificados na realidade brasileira e com o dever do Estado de amparar crianças e adolescentes também por meio do fortalecimento dos espaços de vida das famílias e das comunidades.

O texto é meritório, portanto, e merece acolhida. Como contribuição, apresentamos cinco emendas que se destinam exclusivamente ao aperfeiçoamento formal, sem alteração de seu sentido normativo. São emendas de redação que têm o objetivo de sanar impropriedades de linguagem e conferir maior clareza, correção e precisão a dispositivos cuja redação atual pode comprometer a compreensão do comando legal, especialmente nos arts. 2º, §2º; 22; 23; e 28 do projeto.

Portanto, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, com as emendas de redação que constam do relatório – são todas de redação.

E quero parabenizar a Deputada Laura Carneiro pela iniciativa, bastante importante, necessária, atual, e pedir também o apoio dos colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Arns.

Mais uma matéria para crianças e adolescentes aprovada nesta Comissão... Em votação, ainda não aprovada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 a 5-CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai agora à Comissão de Meio Ambiente.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1019, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para instituir a Carteira Nacional de Identificação da Pessoa com Deficiência (CNIPCD), e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para dispor sobre a inclusão facultativa de menção à deficiência na Carteira de Identidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputado Federal Geraldo Resende.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório. Inclusive, Senador, quero informar que nós estamos com movimento de inclusão, a Luciana Medina está aqui e veio para acompanhar a votação deste projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. E o seu próximo item, Senador, o autor está aqui, o Senador Alan Rick veio para acompanhar o próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório do Projeto de Lei 1.019.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, cara Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também o Deputado Geraldo Resende pela apresentação do projeto.

Passo, com a aquiescência da Presidência, para a análise, para dizer que, no mérito, é louvável a iniciativa do PL de instituir medida concreta destinada a facilitar o acesso das pessoas com deficiência a serviços públicos e privados, especialmente nas hipóteses em que a comprovação imediata dessa condição se revele necessária ao exercício de direitos.

Segundo o IBGE, o Brasil tinha 14,4 milhões de pessoas com deficiência em 2022, o equivalente a 7,3% da população de dois anos ou mais. Os dados também demonstram que essa população ainda enfrenta desvantagens importantes, como menor escolarização: 63,1% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não tinham instrução ou não haviam concluído o ensino fundamental, contra 32,3% entre as pessoas sem deficiência – o dobro.

Esses números revelam a dimensão do público alcançado pela medida em análise e a pertinência de instrumentos que reduzam barreiras no acesso a direitos.

Nesse contexto, a proposição revela-se pertinente e meritória, por instituir instrumento destinado não apenas a identificar a pessoa com deficiência, mas também por simplificar a comprovação dessa condição e, com isso, tornar mais efetivo o acesso a direitos.

Atualmente, a identificação formal da condição de pessoa com deficiência é fragmentada, dispersa em múltiplos documentos e laudos emitidos por diferentes órgãos, sem padronização nacional. Assim, esse documento, dotado de fé pública e validade nacional, resolve todos esses problemas de forma direta e eficaz.

A Carteira de Identidade Nacional, criada pela Resolução SEI/MJ nº 1, de 2023, já permite, por ato normativo infralegal, a inclusão opcional de campo relativo a deficiência. Assim, o projeto eleva essa garantia ao nível de lei, alinhando-se ao princípio da vedação ao retrocesso social.

Além disso, a proposta se coaduna com o modelo da avaliação biopsicossocial previsto no ordenamento jurídico, ao exigir a comprovação da deficiência em consonância com os parâmetros do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Também merece registro o acerto do PL ao prever a gratuidade da emissão; a validade nacional do documento; a acessibilidade em todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de solicitação e expedição; e a observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Ante o exposto, Sra. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.019, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa.

Parabéns, Senador... (*Pausa.*)

CCJ? (*Pausa.*)

É. Ah, não; é este aqui. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... em deliberação terminativa.

Parabéns, Senador Flávio Arns: mais um avanço na proteção da pessoa com deficiência. A Luciana Medina e o Bernardo, que vieram, estão aqui vibrando de alegria, Senador Flávio.

Item nº 4 da pauta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1414, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que "institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", para dispor sobre o prazo de validade da avaliação biopsicossocial da deficiência e da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A autoria é do Senador Alan Rick, que está presente no Plenário, Senador Flávio!

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo. Quero cumprimentar o colega Senador Alan Rick, com quem nós sempre temos dialogado bastante também, e quero parabenizá-lo pela apresentação do projeto de lei.

Passo também diretamente à análise, já no segundo parágrafo.

A matéria é digna de ser acolhida. Trata-se de um exemplo claro de como podemos perseguir o objetivo fundamental da nossa Constituição Federal de reduzir as desigualdades sociais. A sujeição da pessoa com deficiência permanente – com prognóstico desfavorável, isto é, com impedimentos permanentes, irreversíveis ou irrecuperáveis – a reiteradas avaliações da deficiência toda vez que necessita acessar direitos representa uma barreira na inclusão social dessas pessoas. Isso já foi amplamente discutido no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A noção de inclusão pressupõe o reconhecimento de que a sociedade deve adotar medidas para acolher a todos, equiparando oportunidades. A matéria é uma dessas medidas: promove a inclusão e a igualdade de oportunidades ao desburocratizar o acesso de pessoas com deficiência aos seus direitos, removendo uma barreira que a maior parte da população não enfrenta.

Há dois precedentes normativos recentes que reforçam o mérito da matéria. O primeiro é a Lei nº 15.157, de 1º de julho de 2025, originada do PL nº 5.332, de 2023, que dispensou aposentados por incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável de reavaliações periódicas da condição de saúde que justificou a concessão do benefício previdenciário.

O segundo precedente é a Portaria Conjunta nº 33, de 5 de agosto de 2025, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estabelece diretrizes e procedimentos para a reavaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC). De acordo com o MDS, uma das principais mudanças é a dispensa de nova perícia médica para pessoas com deficiência que já passaram por avaliação e tiveram prognóstico, nesse sentido, desfavorável.

Eu sempre quero dizer e ressaltar para as pessoas e para as famílias que o grande objetivo nosso é ver de que maneira todos nós podemos atuar para que a pessoa fique mais independente, com mais condições; mas realmente esse acesso a uma regularidade de avaliações causa um transtorno gigantesco para as pessoas e para as famílias. Temos que ser menos burocráticos e mais afirmativos em relação a direitos.

Ainda de acordo com o MDS, a medida pode beneficiar diretamente mais de 150 mil pessoas que seriam convocadas para nova perícia médica. O órgão ressalta que a mudança representa um avanço na desburocratização do acesso ao BPC, evitando deslocamentos desnecessários e insegurança quanto à continuidade do benefício.

Uma vez aprovado, o PL em análise, do caro Senador Alan Rick, estenderá essa desburocratização a todas as pessoas que precisem comprovar a condição de pessoa com deficiência permanente. De modo similar, facilitará o acesso de pessoas com transtorno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espectro autista à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que passará a ter prazo indeterminado quando o titular tiver 18 anos ou mais na data de emissão.

Portanto, em razão do exposto, encaminhamos voto favorável à proposição. Apenas como ajuste redacional apresentamos emenda para suprimir da ementa da proposição a remissão à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não é objeto de alteração pela proposição.

Portanto, a ementa vem representada no relatório também.

E, em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.414, de 2025, com a emenda a que já nos referimos.

Parabéns, Senador Alan Rick. Quero nesta ocasião também parabenizar todo esforço que o Senado Federal faz a favor dos direitos da pessoa com deficiência, dos direitos da sua família, do atendimento necessário. A Senadora Damares Alves é uma expoente nesse sentido; o Senador Alan Rick, agora, com a apresentação do projeto; o Senador Romário permanentemente também discutindo todos esses itens; o Senador Paulo Paim; a Senadora Mara Gabrilli... Enfim, quando tivemos problemas no ano passado com o decreto do Ministério da Educação, 71 Senadores assinaram o projeto de decreto legislativo para corrigir as distorções, isso significa praticamente uma unanimidade a favor da área.

Que bom, vamos avançar mais!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Flávio Arns

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Claro que o autor vai falar, mas eu só vou conceder a palavra, Senador Alan Rick, se o senhor prometer que o Acre vai ser o estado mais inclusivo, que o senhor vai fazer do Acre o estado mais inclusivo da Federação.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Para discutir.) – Muito obrigada, Senadora Damares, nossa Presidente desta Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flávio Arns é o iminente Relator de uma matéria, Senadora Damares, que nós defendemos desde o nosso trabalho na Câmara dos Deputados.

Em 2016, nós apresentamos o PL 4.402, naquele ano, tratando exatamente deste tema, da retirada da burocracia, uma burocracia sem nenhum fundamento, sem necessidade, que atrasa os benefícios de pessoas portadoras de transtorno do espectro autista, de pessoas com deficiência, que tinham que fazer avaliações periódicas a cada cinco anos, muitas delas com impedimentos permanentes, irreversíveis ou irrecuperáveis. Imaginem só o transtorno para a família, o custo disso, inclusive emocional.

Os precedentes apresentados no relatório do Senador Flávio Arns são claríssimos. Primeiro a Lei nº 15.157, de 2025, que dispensou os aposentados por incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável, de reavaliações periódicas de condição de saúde, justamente para terem acesso aos seus benefícios previdenciários. E a outra é a Portaria nº 33, de agosto de 2025, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério da Previdência Social e do INSS, estabelecendo exatamente esses procedimentos de reavaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência, justamente para receber o seu BPC. A matéria é extremamente meritória.

Estamos aqui com a Luciana Mendina, que é Presidente da Associação Inclusiva, com o seu filho, o Bernardo Martínez, que é membro da associação e estudante de Biologia, que acompanham o debate de várias matérias, hoje, que tratam dos direitos da pessoa com deficiência.

Senadora Damares, Senador Flávio Arns, esse é um tema que é caro ao meu coração. Senadora Damares, certamente buscaremos fazer do Acre um dos estados mais inclusivos do Brasil. Para a senhora ter ideia, tenho dedicado o meu mandato, boa parte dele e das nossas emendas parlamentares a atender as pessoas com deficiência, com transtorno diverso, pessoas com o Transtorno do Espectro Autista. Para se ter ideia, nós alocamos para o Governo do Estado do Acre tratar, com terapias multidisciplinares, pessoas com transtornos diversos, como pessoas com autismo, mais de R$14 milhões. E R$10 milhões até hoje não foram aplicados devido à demora do Estado de cumprir o seu papel e realizar um chamamento público para que as instituições privadas, as clínicas que são capazes de oferecer essas terapias multidisciplinares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam se inscrever, possam participar do certame, e, dessa maneira, ajudarem o Estado a atender as famílias necessitadas, uma vez que a estrutura estatal, hoje, no Acre, é incapaz de atender à demanda crescente de pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Foi graças a uma emenda nossa, Senadora Damares, que o CER III, lá no Acre, pôde participar de um terceiro turno, oferecer um terceiro turno de atendimento aos pacientes. Graças a emendas nossas, conseguimos levar aos municípios do estado a possibilidade de fazerem os seus chamamentos públicos para aumentarem a oferta de terapias e de tratamento para pessoas com transtornos diversos, para pessoas com deficiência, para pessoas autistas.

Enfim, são mais de 34 milhões, Senadora, investidos nessa área para atender pessoas que precisam, famílias que já sofrem diariamente com todas as dificuldades que um transtorno diverso, que o autismo, que a deficiência física, ocasionam.

Então, eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns, quero agradecer a V. Exa., à Presidente Damares Alves, que muito nos orgulha. Eu sou uma testemunha viva do seu trabalho, da sua luta, da sua dedicação às pessoas com deficiência no Brasil ou com transtornos diversos, os autistas etc., com o seu trabalho pelos brasileiros.

Então me honra muito poder ter o voto favorável do nosso Relator e a aprovação, se Deus quiser, de caráter terminativo, nesta Comissão, de um tema tão importante para o Brasil, que vai beneficiar centenas de milhares de brasileiros e evitar uma burocracia burra que castiga tantas famílias. Ajudar pessoas com deficiência, pessoas com transtornos diversos, pessoas autistas é um dever deste Parlamento, é um dever do Brasil. Sinto-me honrado de poder apresentar essa matéria e ter sua aprovação hoje.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Alan Rick.

Eu só queria completar dizendo que, lá em 2016, você tinha uma assessora lá nos bastidores te ajudando, uma assessora linda. Fale para o Brasil quem era, fale.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Damares... Olhem a humildade da nossa Senadora, não é? A Senadora Damares não era só assessora nossa, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessorava todos os Parlamentares que têm como bandeira a causa dos direitos humanos, das pessoas com deficiência, da vida, da família. A senhora, Senadora, nos orgulha desde sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora sou sua colega e depois eu vou mandar meu currículo para o Governo do Estado do Acre. Quero ser sua Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência lá. (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Olhe que eu vou te convidar. Olhe que eu vou te convidar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria agora vai à Comissão de Assuntos Sociais, em deliberação terminativa.

Eu quero ser Relatora lá.

Senador Alan e Senador Flávio, antes de os dois saírem, eu agora vou passar a palavra... Dos três próximos itens, a Relatora é a Senadora Ivete, mas, antes de eu passar a palavra para ela, amanhã é aniversário da nossa querida Senadora Ivete, gente. Então, eu vou permitir, antes de ela começar a falar, e vou passar a palavra ao Senador Alan para cumprimentá-la – tenho certeza de que ele vai querer fazer isso – e ao Senador Flávio Arns também.

Senador Alan.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Nossa querida Senadora Ivete, os nossos parabéns. Que Deus possa abençoá-la com muitos anos de vida para que possa continuar servindo o seu estado e servindo o Brasil! Parabéns, Ivete querida!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Ele já se desconectou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sim, abri o microfone agora, é que o microfone estava fechado.

Senadora Ivete, parabéns, feliz aniversário, saúde e paz, especialmente, que eu sempre digo que é a coisa mais importante do mundo. Continue firme, animada e feliz nessa caminhada vinda de Joinville, do querido Município de Joinville, e também de Brusque. A minha mãe era de Brusque, como a família dela. Eu tive a honra também de viver um pouco em Joinville enquanto servia o Exército. Então, é uma alegria muito grande. Parabéns, tudo de bom, sempre em frente, ânimo, alegria, felicidade, saúde e paz!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Flávio.

Agora temos a alegria de ir para o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3171, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar o afastamento remunerado da servidora vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), pelo período de até seis meses.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nossa querida Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Damares Alves.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a sua atenção, dedicação em lembrar do meu aniversário de amanhã e agradecer aos dois Senadores que também manifestaram desejo de muita saúde. O que a gente precisa mesmo é de muita saúde. Obrigada, Senadora.

E peço a licença para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, inclusive sobre os direitos das mulheres. O objetivo do projeto insere-se nesse campo temático, uma vez que objetiva garantir que as servidoras públicas federais em situação de violência doméstica e familiar possam, mediante decisão judicial, afastar-se do cargo com a respectiva remuneração, quando necessário o afastamento do local de trabalho, pelo período de até seis meses.

Em relação ao mérito, a iniciativa é necessária especialmente em razão do atual cenário de violência de gênero no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2025, índices de diferentes condutas violentas praticadas contra as mulheres seguem crescendo. Entre 2023 e 2024, houve aumento de 0,7% nos casos de feminicídio e 19% nos casos de tentativa de feminicídio. Essa violência pode gerar consequências também no ambiente de trabalho.

É verdade que a Lei Maria da Penha traz medidas relevantes para assegurar o direito ao trabalho da mulher em situação de violência doméstica e familiar. No art. 3º determina que serão asseguradas às mulheres as condições para exercício efetivo do direito ao trabalho e no art. 8º dispõe que a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com a área de trabalho será uma das diretrizes para guiar as políticas de enfrentamento da violência doméstica e familiar e no art. 9º prevê que o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, e o acesso prioritário à remoção, no caso da servidora pública integrante da administração direta ou indireta.

Apesar dessas relevantes disposições, a Lei Maria da Penha não garante expressamente à servidora pública o afastamento remunerado do trabalho. Recentemente, no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.520.468, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se sobre a remuneração durante o afastamento do local de trabalho garantido pela Lei Maria da Penha às mulheres com vínculo trabalhista, o que evidenciou, ainda mais, a lacuna legal que incide sobre a situação específica das servidoras públicas federais em situação de violência doméstica e familiar.

A proposição busca suprir essa lacuna e inspirar os outros entes federados a fazerem o mesmo em relação às respectivas servidoras.

A proposição deixa claro que a medida somente será aplicável se a servidora estiver em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha; se houver necessidade de afastamento do local de trabalho, limitado a seis meses; e se o afastamento for determinado em decisão judicial.

Não se trata, portanto, de um afastamento discricionário, mas de medida proporcional que objetiva garantir à mulher em situação de violência doméstica o direito ao trabalho, compreendendo sua remuneração, e, ao mesmo tempo, o direito à sua integridade física e psicológica. Isso porque nem sempre é possível que sua integridade seja efetivamente garantida com a permanência no trabalho, seja por razões de segurança, seja para garantir a recuperação, pela mulher, da violência sofrida, seja para assegurar o cumprimento de eventuais medidas protetivas de urgência concedidas. A título de exemplo, a proibição de contato do agressor com a servidora pública pode tornar-se letra morta se ambos trabalham no mesmo órgão. Sem a previsão ora proposta, a servidora seria colocada em situação de ter de escolher entre manter sua fonte de renda e preservar sua segurança, o que representa, em última análise, uma forma de perpetuação da vulnerabilidade imposta pela violência sofrida.

A iniciativa também se coaduna com o previsto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que impõe aos Estados Partes o dever de se empenhar em "estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a mulher sujeitada à violência tenha efetivo acesso à restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes".

Ademais, a proposição é plenamente compatível com a Constituição, que consagra, em seu art. 226, *caput*, o princípio da proteção à família, bem maior que deve ser protegido pelo Poder Público, e com o §8º do mesmo dispositivo, que dispõe que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Diante desses fundamentos, entendemos que a proposição representa significativo avanço na promoção dos direitos das mulheres, contribuindo, ao lado das medidas já previstas na Lei Maria da Penha, para a ampliação da proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, notadamente das servidoras públicas federais.

Sugerimos emenda de redação apenas para substituir “servidora vítima de violência doméstica e familiar” por “servidora em situação de violência doméstica e familiar”, visando à uniformização terminológica com a Lei Maria da Penha.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.171, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CDH (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no Projeto de Lei nº 3.171, de 2023, a expressão “servidora vítima de violência doméstica e familiar” por “servidora em situação de violência doméstica e familiar”.

Esse é o meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete, parabéns pelo relatório. Eu já estou recebendo um monte de mensagem aqui, perguntando se isso se aplica a todos os empregados no Brasil. Não, o Senador Marcos Pontes traz a proposta apenas para a servidora pública federal vítima de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência, por seis meses poder ficar afastada no caso, se necessário for. O que é o necessário? Tem violência que é seguida de muitas ameaças de morte, e ele sabe onde ela trabalha.

Nós temos um caso, Senadora Ivete, dentro da Câmara: uma alta funcionária dentro da Câmara. Ele também é concursado da Câmara. Eles estão com medida protetiva. Ele não pode se aproximar dela 200 metros. Só que eles trabalham a menos de 100 metros. Vocês têm ideia da loucura que é? Então a gente tem aí muitas servidoras públicas hoje vítimas de violência.

E quem apresentou o projeto é um Senador que foi Ministro e que viveu essa realidade.

E a gente está aqui hoje com a Cris Nardes, que é especialista em governança.

Esta vai ser uma matéria que você vai ter que estudar muito, Cris: como é que a gente vai lidar com essa situação daqui para frente, se esse projeto passar em todas as outras Comissões.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Ivete.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1. É uma emenda de redação.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça em deliberação terminativa.

Nós vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 39, DE 2019

- Não terminativo -

Reduzir drasticamente o número de Deputados do Congresso Nacional de 513 para apenas 101

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Contrário ao acolhimento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Nasceu do e-Cidadania.

Veja só, quem propôs foi Israel L., de São Paulo. Ele propôs isso no dia 3/6/2019 e, no dia 24/7 – quer dizer, um mês e pouquinho –, ele já tinha conseguido 26.916 apoiamentos. Se estivesse aberto, quantos apoiamentos mais ele teria? Olha só, o Brasil quer demitir os Deputados Federais, mas por uma questão...

Nós vamos entender agora o voto da Senadora Ivete, é um voto juridicamente perfeito. Ela dá um voto contrário à matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Se me permite, Senadora, eu vou direto à análise também.

O argumento do autor da proposta não procede por diferentes razões. Em primeiro lugar, porque a quase totalidade do gasto público no Brasil é de responsabilidade do Poder Executivo, cabendo um percentual pequeno desse gasto ao custeio do funcionamento do Poder Legislativo e, consequentemente, à Câmara dos Deputados.

Em segundo lugar, porque o número de Deputados Federais brasileiros não é excessivo na comparação com outras democracias do mundo, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, ou seja, quando se considera a média do número de cidadãos que cada Deputado representa, o Brasil conta com 513 Deputados Federais, para uma população aproximada de 213 milhões, ou seja, um Deputado para cada 415.201 habitantes. Países menos povoados são representados por um número maior de Deputados, como é o caso do Reino Unido (650 Deputados), da França (577 Deputados) e da Alemanha (ao menos 630 Deputados). Outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países de população menos numerosa que a brasileira têm menos habitantes representados, na média, por cada Deputado do que nós. É o caso do Japão, com 266 mil habitantes por Deputado; do Canadá, com 127 mil habitantes por Deputado; e da Argentina, com 180 mil habitantes por Deputado.

Em conclusão, o número de cadeiras na nossa Câmara dos Deputados não pode ser considerado excessivo por nenhum parâmetro de comparação internacional com países democráticos, não se justificando, por conseguinte, a sugestão legislativa em apreço.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamos nosso voto contrário ao acolhimento da Sugestão nº 39, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH.

Parabéns, Senadora Ivete.

E comunico ao autor da proposta, da sugestão: parabéns pela sugestão, mande mais sugestões, mas o Plenário é soberano e decidiu não acatar, não transformar a sugestão em matéria legislativa.

O item 9 da pauta também... Item 10... Acabou. A Senadora Ivete já encerrou, não é?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência.*) – Não tem mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Senadora Ivete tem mais um.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

"*Redução de Deputados Federais*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Contrário ao acolhimento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência.*) – É parecido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É parecido. Exato. Estão querendo demitir os Deputados, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dessa vez, quem mandou essa sugestão, a de nº 18, foi Jean Carlos, de São Paulo. Ele entrou com a proposta em 26 de março de 21, obteve 23 mil apoiamentos.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Eu vou direto à análise, Senadora.

O argumento do autor da proposta não procede, uma vez que o número de Deputados Federais brasileiros não é excessivo, na comparação com outras democracias do mundo, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, ou seja, quando se considera a média do número de cidadãos que cada Deputado representa. Com isso, não parece haver custos excepcionais decorrentes da representação em nossa Câmara dos Deputados.

O Brasil conta, como todos sabem, com 513 Deputados Federais, para uma população aproximada de 213 milhões, ou seja, um Deputado para cada 415.201 pessoas. Esses números mostram que não destoamos da prática internacional.

Em primeiro lugar, países menos povoados do que o Brasil são representados por um número maior de Deputados, como é o caso do Reino Unido, da França e da Alemanha – o Reino Unido, com 650 Deputados; a França, com 577 Deputados; e a Alemanha, com ao menos 630 Deputados.

Em segundo lugar, outros países, de população menos numerosa do que a brasileira, têm menos habitantes representados, na média, por cada Deputado, do que nós. É o caso do Japão, com 266 mil habitantes por Deputado; do Canadá, com 127 mil habitantes por Deputado, e da Argentina, com 180 mil habitantes por Deputado.

Em conclusão, diante da constatação de que o número de cadeiras na nossa Câmara dos Deputados é proporcional, considerados os parâmetros de comparação internacional com países democráticos, não procede a sugestão legislativa em apreço.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamos nosso voto contrário ao acolhimento da Sugestão nº 18, de 2021.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, contrário ao acolhimento da sugestão.

Senadora Ivete, três matérias aprovadas da senhora, mas eu não posso deixá-la ir embora sem também registrar meus votos de feliz aniversário.

Que Deus a abençoe ricamente, Senadora! A senhora é um presente para o Brasil. O seu estado mandou uma Senadora incrível para esta Casa. E como a senhora tem trabalhado! – eu sou testemunha, nosso gabinete é quase que vizinho, sou testemunha de que o seu gabinete é lotado de gente o dia inteiro, Prefeitos, Vereadores, pessoas de outros estados que também vêm para conversar com a senhora, instituições, empresários, e a senhora sempre disposta a atender todo mundo com carinho, com respeito e fazendo os devidos encaminhamentos, participando das Comissões e participando ativamente do Plenário. É uma das Senadoras mais presentes no Plenário.

Eu quero lhe agradecer por tudo que a senhora tem feito pelo Brasil. Feliz aniversário! Eu acho que hoje sua cidade está em festa – a senhora não veio porque sua cidade está toda em festa hoje. Hoje tinha que ser feriado municipal na sua cidade.

Deus a abençoe, Senadora! Feliz aniversário! Eu lhe quero muito bem. Na verdade, eu vou falar um pouquinho mais: eu a amo muito, Senadora Ivete, muito, por toda a sua história e pela pessoa espetacular que a senhora é. Feliz aniversário!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência.*) – Obrigada. Olha, fiquei emocionadíssima escutando, mas eu faço o que eu posso dentro do meu limite, procuro atender as pessoas, procuro comparecer às Comissões, ao Plenário. Eu não sou uma Senadora de ficar brigando muito no Plenário. Eu fico mais observando, votando, apoiando os Senadores e apoiando sempre a Senadora Damares.

Você é que é incrível! Você faz a diferença aí no Senado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora. Obrigada por ter nos ajudado a conduzir a reunião hoje. Muito obrigada.

Quando a senhora vier, na semana que vem, a gente vai ter bolo aqui no plenário. Deus te abençoe!

Gente, nós temos três pedidos de três requerimentos extrapauta: Requerimentos 76, 77 e 78.

Os Parlamentares que concordam...

Só um requerimento que é delicado, que é o 78. Os outros são sobre audiência pública, mas esse 78 também é audiência pública e fala em convocação do Ministro Alexandre Padilha. Eu vou colocá-lo em votação, mas eu vou, de ofício, transformá-lo em convite ao Ministro Alexandre Padilha. Então, acho que sendo convite não haverá nenhuma objeção.

Então, extrapauta, Requerimento 76, Requerimentos 77 e 78.

Aqueles que concordam com a colocação extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 63/2026 - CDH.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Só explicando uma coisa para a Secretaria: o Senador Seif, no requerimento anterior, apresentou acho que sete convidados. A Senadora Mara, neste aqui, apresenta seis. O número de convidados cresceu. Então, nós vamos ter que fazer em duas partes essa audiência. E sugiro que intercalem os convidados, porque a Senadora Mara está apresentando convidados que têm posição contrária à proposta; e o Senador Seif parece que é a favor. Então, a gente vai mesclar em duas audiências parte de convidados de Mara, parte de convidados de Seif, para a gente ter o contraditório nas duas audiências. O.k.?

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os direitos à liberdade educacional e à educação moral dos filhos, bem como a garantia do exercício desses direitos no cenário brasileiro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu vou sugerir à Liderança do Governo que observe os requerimentos do Senador Girão, se ele também trouxe o Governo para essa discussão. Acho interessante o MEC participar. O.k.?

Aprovado o requerimento do Senador Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca da nova versão da Caderneta da Gestante lançada pelo Ministério da Saúde em 12 de maio de 2026

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Todos eu estou subscrevendo, tá? E convida o Ministro Alexandre Padilha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tenho a alegria de ter ao meu lado a Senadora Roberta Acioly, Senadora do meu partido, de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Senadora, amanhã... Na verdade, hoje, a Comissão já está se deslocando para Roraima – os técnicos da Comissão e o consultor do Senado – para reuniões técnicas lá com a Subcomissão Yanomami, né? Então, hoje, daqui a pouco, já está chegando, vai ser uma série de reuniões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso. É, né?

A Senadora está dando apoio e suporte aos nossos técnicos. Obrigada.

E a gente quer, na verdade, nessa Subcomissão apresentar propostas para a gente continuar o atendimento à comunidade ianomâmi.

Senadora, nos dois itens, em um eu sou Relatora e no outro serei Relatora *ad hoc*. Eu solicito que a senhora presida a reunião para que eu faça a leitura dos meus votos.

A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3518, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a veiculação de publicidade não educativa em intervalos de jogos online destinados ao público infantil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em reuniões realizadas em 29/04, 06/05, 13/05 e 20/05/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, inclusive de uma forma resumida.

Esse voto já foi publicado. Ele foi lido, discutido. Eu tenho a participação de diversas instituições que me ajudaram na construção do voto, foi discutido amplamente com o Relator também. Então, acho que a matéria é consenso. Eu vou direto à análise, de forma reduzida.

Sob o prisma constitucional, a finalidade do projeto é legítima. A Constituição Federal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a proteção de seus direitos e de sua dignidade, o que autoriza a adoção de medidas legislativas destinadas a prevenir formas de exploração comercial abusiva no ambiente digital.

Para quem não lembrou da ementa, esse projeto diz respeito à proibição de propagandas, publicidade em jogos eletrônicos para criança. O pai compra um joguinho para a criança se divertir, a criança está jogando, lá vem uma série de publicidade.

Então, eu apresento um relatório com o substitutivo dizendo: até 12 anos, nenhuma publicidade; a partir de 12 anos, publicidade observando alguns critérios bem rígidos que eu coloquei, mas levando em conta a capacidade cognitiva do adolescente. Por exemplo, um adolescente de 17 anos pode receber uma publicidade, por exemplo, de um lápis, de uma caneta, de um estojo, ele tem condições de receber, mas, menos de 12 anos, eu estou colocando aqui no meu voto devidamente proibido.

Houve muito problema com relação a isso, claro, porque a indústria quer fazer publicidade. E um dos argumentos foi: se não tiver publicidade, não terá joguinhos de graça, porque os joguinhos todos terão que ser vendidos. Então, esses joguinhos que estão aí disponíveis de graça, para aquela criança que não tem condições de comprar, só existem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa da publicidade. A gente entende isso, que, talvez, ao proibir a publicidade, a gente vai excluir crianças de joguinhos. Então, por isso que a gente flexibiliza para o adolescente.

Quanto à constitucionalidade material, a finalidade protetiva do projeto é legítima. A ordem constitucional, nos termos do seu art. 227, impõe prioridade absoluta à proteção de crianças e adolescentes, o que autoriza a adoção de medidas legislativas voltada à prevenção de práticas econômicas abusivas em ambientes digitais.

Sob a ótica da juridicidade, da proporcionalidade regulatória e da técnica legislativa, verifica-se a oportunidade de promover ajustes pontuais ao texto, com vistas ao seu aprimoramento.

A superveniência da Lei 15.211, de 2025, que institui o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, impõe que eventual inovação normativa relacionada à publicidade em jogos eletrônicos seja promovida mediante a alteração desse diploma legal, que já disciplina a proteção de crianças e adolescentes num ambiente digital, inclusive no que se refere à publicidade comportamental, ao perfilamento comercial e às práticas digitais abusivas. A consolidação da matéria no âmbito do regime jurídico já existente mostra-se mais adequada à preservação da organicidade do sistema normativo.

A análise do Estatuto Digital revela, contudo, que embora o diploma tenha avançado significativamente na vedação de práticas publicitárias manipulativas e no controle do uso de dados para fins comerciais, ainda subsistem lacunas regulatórias específicas quanto à publicidade veiculada em jogos eletrônicos, especialmente em ambientes digitais voltados ao público infantojuvenil. A legislação vigente não estabelece disciplina expressa sobre a inserção de publicidade integrada à mecânica dos jogos, sobre anúncios condicionantes de progressão ou recompensa, nem sobre práticas de monetização baseadas em interação compulsória com conteúdo publicitário.

Gente, nos joguinhos estão vindo, inclusive, publicidade de *bets*, tá? Vamos ficar atentos a isso.

O Projeto de Lei 3.518, de 2025, identifica corretamente a existência de riscos associados à publicidade comercial em jogos eletrônicos acessados por crianças e adolescentes. Todavia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns conceitos presentes na redação originalmente proposta, como as expressões "publicidade não educativa" e "conteúdo estritamente educativo", admitem maior especificação normativa, razão pela qual se mostra recomendável maior objetividade conceitual na aplicação das restrições previstas.

Além disso, a referência a intervalos de jogos *online* pode ser atualizada para melhor refletir a dinâmica contemporânea dos jogos eletrônicos, nos quais a publicidade frequentemente se apresenta integrada à interface, à ambientação, à narrativa ou à própria mecânica de funcionamento da experiência digital.

Também se mostra recomendável a adoção de disciplina normativa proporcional às diferentes fases do desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à definição das restrições aplicáveis à publicidade comercial em ambientes digitais.

A proteção jurídica conferida à infância e à adolescência, embora igualmente fundada no princípio da proteção integral, demanda a observância de medidas compatíveis com as especificidades inerentes às diferentes fases do desenvolvimento humano.

A criança possui condição de hipervulnerabilidade acentuada e discernimento mercadológico reduzido, circunstância que justifica proteção mais intensa e vedação ampla à publicidade comercial em jogos eletrônicos a ela direcionados. Já o adolescente, embora ainda protegido pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, possui autonomia progressiva reconhecida pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo ECA Digital.

Nessa linha, o substitutivo busca explicitar tratamento normativo distinto para crianças e adolescentes. Para o público infantil, estabelece vedação à publicidade comercial em jogos eletrônicos predominantemente direcionados a crianças, reconhecendo a especial condição de vulnerabilidade cognitiva e comportamental própria da infância. Para os adolescentes, preserva-se a possibilidade de publicidade comercial legítima, desde que observados critérios de transparência, identificação clara da comunicação publicitária, compatibilidade com a classificação indicativa e vedação de práticas abusivas, manipulativas ou compulsórias, especialmente aquelas integradas à mecânica do jogo ou destinadas à indução artificial do consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, com todas essas observações e adequações ao projeto de lei, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.518, de 2025, do ilustre Senador Confúcio, em forma de uma emenda substitutiva e com todos os critérios estabelecidos quando for para adolescente.

Este é o voto e eu peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Parabéns, Senadora Damares, pelo seu excelente relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, em deliberação terminativa.

Passo agora para o item 10.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à Sugestão Legislativa, na forma do Projeto de Lei Complementar que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos do Val, que não está presente neste momento. Então, designo Relatora *ad hoc* a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise. É uma SUG que ele está acolhendo, nós estamos acolhendo, vai se transformar numa proposta legislativa, e cujo debate vai começar a partir de agora.

A SUG atende a todos os requisitos necessários para a tramitação.

No mérito, apresenta elevado mérito social, sanitário e humano, ao buscar reduzir a carga tributária incidente sobre produtos sem glúten, essenciais à alimentação de pessoas acometidas por doença celíaca, sensibilidade ao glúten e outras restrições alimentares.

A alimentação adequada não constitui simples escolha de consumo para essa parcela da população. Trata-se de necessidade médica, vital, permanente e diretamente vinculada à preservação da saúde, da dignidade humana, da qualidade de vida e da vida. Em tais hipóteses, o consumo de alimentos sem glúten deixa de representar preferência individual e passa a integrar o próprio tratamento clínico da enfermidade.

Ocorre que, atualmente, os produtos sem glúten possuem preços elevados. Eu tenho feito uso de produtos sem glúten. São difíceis de se encontrar, em alguns lugares, e caríssimos.

Esse cenário produz efeitos particularmente gravosos sobre famílias de baixa renda, que muitas vezes se veem compelidas a substituir dietas adequadas por alternativas incompatíveis com suas necessidades médicas, exclusivamente por limitações financeiras. Em consequência, agravam-se quadros clínicos, ampliam-se desigualdades sociais e eleva-se a demanda futura sobre o sistema público de saúde.

Então, aqui está o segredo: nós vamos diminuir a carga tributária. "Ah, o Governo vai deixar de arrecadar." Mas este Governo não vai gastar na saúde, com o agravamento da saúde das pessoas que precisam do alimento sem glúten.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta contida na Sugestão 5 busca justamente enfrentar essa distorção, aproximando o sistema tributário de valores constitucionais fundamentais relacionados à proteção da saúde e à redução das desigualdades sociais.

Neste contexto, nós apresentamos o acolhimento da proposta, transformando a proposta num projeto de lei complementar, por uma questão de justiça.

Então, o voto, Sra. Presidente, é pela aprovação da SUG nº 5 e sua conversão em projeto de lei complementar, nos termos abaixo, conforme está aqui proposto. A partir de agora, se aprovada a SUG nº 5, Presidente, nós teremos um projeto de lei complementar que passa a tramitar nesta Casa.

Quero informar, Presidente, que essa proposta veio para esta Casa por uma pessoa extremamente articulada. Ele apresentou essa proposta, veja só, no dia 1º/1/2025, e conseguiu, ainda em maio de 2025, mais de 20 mil assinaturas. Então, Presidente, muitas pessoas no Brasil estão querendo que essa SUG seja recepcionada e que seja transformada, conforme a nossa proposta, em projeto de lei complementar.

Este é o voto e peço o apoio dos pares. Cumprimento o Senador Marcos do Val pela elaboração do relatório da SUG, a ser transformada em projeto de lei complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mais uma vez, parabéns, Senadora Damares, pelo seu excelente relatório e pela defesa dessa pauta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei complementar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a senhora se afastar da Comissão, Presidente, antes de a senhora me devolver a palavra, eu queria que a senhora fizesse um pequeno relato de como foi a reunião da Bancada Feminina hoje.

A Bancada Feminina de Câmara e Senado foram recepcionadas hoje pelo Presidente Fachin.

A senhora poderia nos dizer, porque esta é a Comissão mais interessada no assunto, como foi a reunião e se houve alguma deliberação?

A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A reunião foi bem pacífica, eu acredito que tudo vem a unir a questão dos Poderes em discussão para a melhoria dos projetos de políticas públicas voltados para mulheres, para a defesa das mulheres.

Eu, como mulher, profissional da saúde e Senadora pelo Estado de Roraima, fiquei muito feliz de poder ter participado daquele momento. Acredito que vem contribuir bastante.

Tudo o que vem, Senadora Damares, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, independentemente de qual partido seja, de qual lado esteja... Nós estamos aqui e temos a obrigação de defender a nossa população.

Então, foi muito proveitoso e positivo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos que lembrar que o Ministro Fachin é também Presidente do CNJ, e a nossa tristeza é que a gente tem visto algumas decisões de alguns juízes no Brasil que têm um efeito contrário: em vez de proteger a mulher, têm prejudicado a mulher; decisões como as que gente viu recentemente, de meninas de 12 anos que foram estupradas e o agressor ser absolvido porque eles estavam namorando, sem considerar que, com menor de 14 anos, é estupro de vulnerável.

Então, eu acho que esse encontro com o Ministro Fachin foi necessário e oportuno e num ano eleitoral, em que nós mulheres sofremos tanta violência política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria muito ter ido, mas, por conta de presidir esta Comissão e ter matérias em outra Comissão, eu não pude estar presente, mas que bom que você esteve lá, representando o nosso partido. Que bom!

A SRA. PRESIDENTE (Roberta Acioly. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Devolvo a Presidência à Senadora Damares.

Obrigada pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Roberta. E cuida do nosso povo lá amanhã em Roraima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah sim, ela me lembrou!

A nossa Comissão vai estar em diligência – semana que vem? –, em 11 e 12 de junho, no Maranhão, em duas diligências diferentes.

Na primeira, nós vamos discutir aquela questão da empregada que foi torturada e machucada pela patroa. Nós vamos tanto conhecer a vítima como fazer uma discussão local, transmitida para o Brasil, sobre a proteção das trabalhadoras domésticas. Eu acho que é uma diligência extremamente necessária, oportuna, de proteção a toda trabalhadora doméstica. É uma diligência proposta pela Senadora Eliziane.

Depois, a gente vai a Bacabal, que é uma outra diligência da Comissão, aprovada antes, para a gente ir lá ao quilombo onde as crianças foram desaparecidas. Nós já tivemos uma audiência pública aqui sobre o fato. Houve agora *fake news* de que as crianças foram encontradas. É mentira: elas estão desaparecidas.

A gente vai para conhecer tudo o que foi feito *in loco*. E, claro, Senadora, vai ser um momento muito especial para nós Senadoras. Já estamos confirmadas eu, a senhora, a Eliziane, eu acho que a Ana Paula também vai confirmar; outros Senadores foram convidados.

E a gente vai abraçar aquela mãezinha. Eu acho que vai ser muito simbólico para esta Comissão, que cuida, que cuida de povos tradicionais, a gente ir lá abraçar aquela mãe e, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do quilombo, a gente fazer um anúncio para o Brasil de que nós estamos atentos às crianças, nós estamos preocupados com o desaparecimento de crianças.

Então, já temos três Senadoras confirmadas, e a gente está convidando todos os membros da Comissão. (*Pausa.*)

Não entendi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, na terceira pauta, essa é do coração também, nós vamos ter um encontro com quebradeiras de coco. E o que a gente vai fazer?

O Congresso aprovou uma lei recente sobre as quebradeiras de coco. Vamos torcer para o Presidente Lula sancionar antes de a gente estar lá para a gente celebrar com as quebradeiras de coco, porque agora o ofício da quebradeira de coco é considerado manifestação cultural no Brasil.

Então, vai ser incrível. Serão três assuntos necessários, mas nós teremos um tema festivo. Nós vamos dançar com as quebradeiras de coco, nós vamos cantar com as quebradeiras de coco! Eu acho que vai ser uma diligência espetacular, com três temas diferentes.

Se alguém quiser acompanhar a comitiva, mesmo não sendo Parlamentar, fale com a Secretaria. Vamos lá, Cris Nardes! Vamos lá, Raquel. A Raquel, que trabalha com mulheres rurais, pode acompanhar. A gente só não consegue arcar com as despesas, mas quem quiser acompanhar – a imprensa – as três diligências... É uma diligência com três pautas diferentes. Vai ser muito bom passar esses dois dias com você no Maranhão.

Obrigada, Senadora.

O item 5 da pauta, eu sou Relatora, nós estamos retirando.

Na verdade, Mara é Relatora e eu sou a autora.

É o Projeto 732, de 2023. Ele tramita em conjunto com 1.532, de 2023. É uma matéria de interesse das pessoas com deficiência e envolve inúmeros atores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 732, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico do trabalho com apoio das pessoas com deficiência ou com doenças raras que apresentem alguma incapacidade física, sensorial, mental ou intelectual.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1.532, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 732, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CAS.)

Ainda temos alguns ajustes para fazer no voto. Então, nós vamos retirá-lo de pauta, mas voltará assim que possível para a pauta.

Vamos agora para os expedientes.

Expediente 13.

Comunico ao Colegiado o recebimento das Denúncias, constantes no expediente, 335, 336, 337, 338, 339 e 340, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico ainda o recebimento das Respostas de Ofício, constantes no expediente, 334, 341 e 343, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

No Expediente 341, o órgão ministerial estadual encaminhou resposta acerca de denúncia relacionada a supostos episódios de violência policial, informando a instauração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento investigatório criminal para a apuração autônoma dos fatos narrados, incluindo morte ocorrida em contexto de intervenção policial.

Informo que a Comissão manterá o acompanhamento institucional do caso, considerando a relevância e a gravidade dos fatos objetos de investigação.

Comunico também o recebimento das Solicitações, constantes no expediente, 342 e 344, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Expediente 14.

Comunico ao Colegiado o recebimento das Denúncias, constantes no expediente, 345, 346, 352, 356, 357, 359 e 363, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico ainda o recebimento das Respostas de Ofício, constante no expediente, 347, 357, 358, 351, 355, 361 e 362, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Destaco que, no Expediente 351, o órgão do sistema de justiça encaminhou relatório relacionado ao desaparecimento de crianças no Município de Bacabal, informando a adoção de medidas voltadas à ampliação das buscas, articulação interinstitucional e apoio à família, incluindo ações de acolhimento psicossocial e comunicação com órgãos nacionais.

Informo que a Comissão manterá o acompanhamento institucional do caso, considerando a continuidade das providências adotadas e a relevância humanitária da situação.

No Expediente 355, a administração municipal encaminhou resposta relacionada à denúncia envolvendo suposta exposição inadequada de criança em ambiente escolar, informando a instauração de procedimento interno, afastamento de servidores envolvidos, revisão de diretrizes relacionadas ao uso de tecnologias na rede de ensino.

Informo que a Comissão dará ciência demandante e manterá o acompanhamento institucional da matéria.

Comunico também o recebimento das Solicitações, constantes do expediente, 348 e 349, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico, por fim, o recebimento dos Informes, constantes no expediente, 353, 354, 358 e 360, que receberam os devidos encaminhamentos.

Isto posto, submeto às Senadoras e aos Senadores os encaminhamentos acima propostos, tanto do Expediente 13 como do Expediente 14, para deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Eu só queria solicitar à Secretaria que enviasse a cópia da resposta da Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão aos três Senadores do Maranhão, para que eles tenham conhecimento da resposta que a secretaria enviou sobre as crianças de Bacabal.

Assim, cumprida a nossa pauta, lembrando que nós aprovamos 13 matérias nesta tarde e retiramos uma de pauta, eu acho que a gente cumpriu a missão da Comissão. Esta Comissão tem feito muitas entregas.

Semana que vem, nós teremos um feriado, na quinta. Aí a Senadora Presidente desta Comissão... (*Pausa.*)

Olha o rostinho dele, gente! Eu amo isso!

Como as demais Comissões não vão ter reunião deliberativa, a Presidente, que ama demais esses servidores, que não param – gente, vocês precisam ver o número de expedientes –, informa que nós não teremos reunião deliberativa na próxima quarta-feira, a não ser que tenha alguma matéria de muita urgência e eu precise voltar atrás na minha decisão. Mas, por enquanto, nós não teremos... Olha como a assessoria de governo gostou! Por enquanto, nós não vamos ter a deliberativa na próxima semana. Mas, repito, se houver necessidade, eu volto atrás, nem que seja com um ou dois itens apenas de pauta, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e hum minuto do dia dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Hermes Klann, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Giordano, Cid Gomes, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 33ª Reunião da CDH, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e dezenove minutos e reaberta às onze horas e vinte e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 3, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Márcio Bittar. Em seguida, a Comissão concede vista coletiva pelo prazo de 1 hora e suspende a reunião. Na sequência, a Comissão retoma a reunião e aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2025. Em seguida, a relatora solicita urgência para a matéria, que é aprovada pela comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/02

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de junho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A nossa reunião tem pauta única, é um único item na pauta, é uma reunião praticamente protocolar, e esse projeto de decreto legislativo tem regime de requerimento de urgência para ser votado no Plenário hoje, mas a Mesa decidiu que deveria passar também por esta Comissão. Então a passagem por esta Comissão é tão somente protocolar para ter o parecer de constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que ele já tem parecer de constitucionalidade pela Câmara dos Deputados, passou pela CCJ e Plenário da Câmara, foi votado com uma margem absurda de votos na Câmara, e os Líderes querem a votação do projeto hoje em regime de urgência no Plenário.

E já estive conversando com o Presidente do Senado, é por isso que ele veio e por isso convocamos, Senador Marcio Bittar. Convocamos a urgência porque há um requerimento de urgência. Então, a gente poderia convocar a reunião para hoje.

Como sou Relatora, eu queria pedir ao Senador Marcio Bittar que presidisse a reunião, para eu fazer a leitura do meu relatório. (*Pausa.*)

O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Bom dia a todos.

Antes de conceder a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório, eu concedo a palavra ao Senador Paim, que está *online*. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele mutou? Ele mutou... (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente e Relatora, eu fui procurado, como eu dizia, pelo Governo e pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque estou aqui em Brasília, Senador Marcio Bittar, Senadora Damares, como eles me falaram, pela informação que me chegou de que o relatório foi publicado ontem e que o Governo gostaria muito de fazer uma leitura mais aprofundada dessa matéria, pediram, então, que eu pedisse vista na forma regimental.

É esse o pedido que eu faço e fica aqui o meu respeito tanto ao Presidente Marcio Bittar, como à Relatora Damares, Presidenta agora na relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Será concedido, mas primeiro eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório. Em seguida, a gente vai colocar em pauta o pedido do nosso colega Senador Paim.

Então, com a palavra a Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise, também de uma forma reduzida, para assumir o relatório que apresento a esta Comissão.

Trata-se de parecer extenso construído a partir de análise jurídica, constitucional e técnica minuciosa da Resolução 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), bem como de seus impactos sobre a proteção integral da infância e de sua compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

Como o relatório já se encontra publicado e acessível a todos os membros desta Comissão, destacarei apenas seus principais fundamentos e as razões que conduzem o voto favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2025.

Inicialmente, é importante registrar que a presente discussão não trata da necessidade ou não de proteger crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Sobre esse ponto não existe divergência, todos os membros desta Comissão reconhecem a gravidade desse crime e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação do Estado de acolher, proteger e assistir suas vítimas. O que está em debate é outra questão: se um conselho administrativo possui competência para disciplinar por resolução temas de elevada densidade constitucional, familiar, médica e penal, criando diretrizes que ultrapassam os limites da regulamentação administrativa e ingressam em matérias reservadas à lei formal. Esse aspecto foi inclusive motivo de intenso debate dentro do próprio processo de aprovação da Resolução 258, na 4ª Reunião Extraordinária do Conanda, realizada em 23 de dezembro de 2024, conforme registrado oficialmente.

Representantes do Governo Federal, que é quem cuida das crianças, solicitaram o adiamento da votação, porque tinham dúvida da resolução e apresentaram o questionamento jurídico sobre o conteúdo da proposta. Os membros do Governo pediram vista do processo e, sem mais recursos, votaram contra a resolução. Os membros do Governo perderam por dois votos, 15 a 13 – 15 representantes da sociedade civil votaram a favor e 13 do Governo votaram contra. Então, portanto, é uma matéria em que, aqui no Congresso Nacional, a gente também entende que o Governo tinha razão. A resolução ultrapassou os limites do conselho.

Após o fato, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, parceiro desta Comissão, ainda divulgou nota oficial para tornar público o posicionamento do Governo Federal a respeito da resolução. Foram exatamente essas controvérsias que levaram 42 Deputados Federais a protocolar o PDL 325, sob a liderança da Deputada Chris Tonietto, assim como outros Parlamentares da Câmara apresentaram outros PDLs de igual teor, reforçando que o próprio Governo Federal, por intermédio de seus representantes no Conanda, apontou à época da votação da Resolução 258, em dezembro de 2024.

Primeiro, a resolução exorbita os limites constitucionais da atuação normativa do Conanda. Em que pese possuir papel relevante na formulação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à infância, esse colegiado não possui competência legislativa. Sua função é formular diretrizes, acompanhar políticas públicas e promover articulação institucional. Não lhe compete criar direitos, restringir prerrogativas legalmente asseguradas ou alterar o equilíbrio estabelecido pelo legislador em matérias disciplinadas por lei. Mas é exatamente isso que a resolução faz. Ela avança sobre temas sensíveis que envolvem a proteção da infância, a tutela da vida, os direitos e deveres da família e a própria atuação do Estado diante da violência sexual. Justamente por sua relevância, essas matérias foram reservadas pelo Constituinte e pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislador ao debate parlamentar e à lei formal, não podendo ser redefinidas por resolução administrativa, por mais legítima que seja a preocupação que a inspira.

O PDL 3, de 2025, cumpre, portanto, mandato constitucional no presente caso.

Segundo a resolução, desconsidera o papel e esvazia o poder dos pais e responsáveis da criança e do adolescente de decidir sobre seu atendimento em situação de violência sexual.

A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil seguem a mesma diretriz: a criança deve ser protegida no âmbito de sua própria família, que constitui seu ambiente natural de desenvolvimento, cuidado e pertencimento. Por essa razão, o ordenamento jurídico brasileiro atribui aos pais e responsáveis papel central nas decisões relacionadas à saúde, à educação, à segurança e ao desenvolvimento dos filhos menores.

Sabemos, porém, que existem situações em que a própria família se converte em espaço de violência. Os dados oficiais demonstram que parcela significativa dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes é praticada por pessoas próximas à vítima, inclusive familiares. Mas é justamente nessas situações que o Estado deve atuar com máxima firmeza, afastando o agressor, protegendo a vítima e mobilizando toda a rede de proteção. O fato de parte dos crimes ocorrer no âmbito familiar reforça a necessidade de atuação articulada do Estado com a família, tanto para se enfrentar a violência como para se proteger definitivamente a criança e adolescente do agressor sexual.

É nesse ponto que surgem algumas das maiores preocupações, Presidente, em relação à Resolução 258, de 2024. Em vez de fortalecer a articulação entre família, rede protetiva e órgãos de segurança pública, a norma cria mecanismos que relativizam a participação dos responsáveis legais e reduzem a centralidade de instrumentos tradicionalmente utilizados para proteger a própria criança.

A resolução assegura, por exemplo, ampla confidencialidade do atendimento, inclusive em relação aos pais e responsáveis. Quer dizer, os pais não serão comunicados de um possível procedimento de interrupção da gravidez e dos cuidados após a criança ter sido abusada. Os pais, se não forem eles os culpados, precisam participar desse processo de proteção da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 20, §4º, admite a realização de procedimento sem a presença dos responsáveis legais. Quem vai responder por essa criança? É nesse ponto que o Estado, que o Governo ficou preocupado. Quem vai acompanhar a criança? Vai jogar nas costas do médico tamanha responsabilidade, sem um responsável estar presente nesse ato?

Estabelece que em situações de divergência, deve prevalecer a vontade manifestada pela criança ou adolescente, nos termos do art. 26, e admite a não comunicação aos responsáveis em determinadas circunstâncias do art. 31. Mais preocupante ainda, a resolução enfraquece mecanismos fundamentais de identificação do agressor e de interrupção do ciclo de violência.

A gravidez decorrente do estupro não representa apenas uma questão relacionada à saúde, em muitos casos, ela constitui o primeiro elemento concreto capaz de revelar uma situação continuada de abuso que permanece invisível para a família, para a escola, para os serviços públicos e para as autoridades.

É aqui, Presidente, que o movimento pró-infância, do qual eu faço parte há 40 anos, formado por juízes, promotores, defensores da infância, são muitos no Brasil inteiro, estão preocupados com essa resolução: quando eu não tenho um boletim de ocorrência, quando eu não tenho o Judiciário atuando, eu posso estar passando a mão na cabeça do agressor, posso estar devolvendo essa menina, inclusive, para quem a estuprou na primeira vez, para engravidá-la a segunda vez, e aí essa é a preocupação do movimento pró-infância no Brasil, o qual eu represento, gente, e vocês sabem da minha luta aqui dentro do Congresso Nacional representando um grande movimento de proteção da infância.

Não raramente, é justamente a gestação que permite identificar o agressor, interromper a violência em curso e acionar os mecanismos institucionais destinados à proteção da vítima. Por essa razão, a proteção integral não pode se limitar à administração das consequências biológicas da violência, ela exige investigação, responsabilização criminal, acolhimento psicossocial e afastamento da vítima do contexto de risco e, para mim, prisão perpétua. Ainda vamos falar sobre isso aqui no Congresso Nacional.

Nesse contexto, mecanismos como a comunicação aos órgãos de segurança pública, a lavratura de boletim de ocorrência e o acionamento da rede protetiva não podem ter tratamentos como mera formalidade burocrática, como faz, por exemplo, o art. 31 da Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

258. Eles constituem instrumentos fundamentais para identificar o autor do crime, proteger a criança e impedir que novas violências ocorram. E aqui reside mais uma preocupação concreta quando o agressor integra o próprio ambiente familiar. A ausência de comunicação às autoridades competentes pode resultar na manutenção da criança sob influência ou convivência daquele que praticou a violência. Em termos práticos, uma atuação estatal concentrada exclusivamente na interrupção da gestação, desacompanhada de medidas eficazes de investigação e proteção, corre o risco de devolver a vítima ao mesmo contexto em que o abuso ocorreu, sem que o agressor tenha sido identificado, afastado e responsabilizado.

Por essa razão, Sr. Presidente, acreditamos que o melhor é a gente derrubar essa resolução. E o Conanda pode ter uma semana para convocar uma outra reunião e fazer uma outra resolução. Isso aqui não vai deixar de proteger a criança. Nós temos leis rígidas no Brasil. A única coisa que estamos questionando aqui é que o Conanda ultrapassou os limites dele como Conselho. O que o Conanda colocou é matéria de competência do Congresso Nacional. E aqui, Presidente, eu quero parabenizar as instituições que compõem o Conanda. Conheço a motivação das instituições. É proteção da criança, eles querem proteger criança. Mas só 15 instituições votaram a favor dessa resolução. O Governo foi contra, o Congresso está contra. Que o Conanda se reorganize. A gente derruba a resolução, o Conanda convoca uma outra reunião. Eu fui Ministra, eu sei que não é difícil convocar uma outra assembleia e fazer uma outra resolução sem extrapolar as questões constitucionais que o Conanda extrapolou. É isso que nós estamos questionando aqui. O papel do Congresso foi, por um Conselho, sequestrado e assuntos extremamente sensíveis, que o Conanda... E o Conanda teve chance, desde que esse PDL começou a tramitar, de vir conversar com o Congresso e de fazer uma outra resolução, consertando aquilo de que nós temos dúvida e de que o Governo tinha dúvida. Não fez.

Eu estou cuidando disso desde o final de dezembro. Esta Comissão esteve aberta para o Conanda vir conversar com a gente. Vamos melhorar a resolução! Não se mobilizaram. Então, a gente derruba a resolução por meio desse projeto de decreto legislativo, acompanhando aquilo com o que o Governo lá atrás concordou, que a resolução não era boa.

Então, vocês estão vendo que, pela primeira vez, eu estou do lado do Governo numa matéria. A gente derruba a resolução, o Conanda se organiza, publica uma outra resolução, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender – respeitando aqui, gente, digo, as instituições do Conanda, que são realmente motivadas pela proteção da infância.

Por essa razão, Presidente, por não haver divergência na matéria, porque estamos aqui votando tão somente protocolarmente, e aqui no voto eu apresento que não há nenhum vício constitucional na matéria, nenhum vício jurídico e ela está tecnicamente escrita conforme a nossa lei que regulamenta as questões legislativas. Por esse modo, este é o voto.

Eu peço a aprovação dos pares, aprovando o que já foi aprovado na Câmara por ampla margem de votos, inclusive de direita e de esquerda, para que a resolução seja sustada e o Conanda traga uma outra resolução para juntos protegermos criança.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Bem, nós entendemos a forma como a nossa Relatora leu o seu relatório e fez as explicações. Basicamente, nós temos que cumprir aqui o rito.

Já está assinado um pedido de urgência por Líderes partidários para fazer a votação no Plenário. Esse PDL já foi aprovado na Câmara Federal, portanto já passou pela CCJ da Câmara Federal e até o Governo concordou com a supressão desses pontos, que são basicamente esses que a nossa Ministra e Senadora relatou agora: o aborto sem limite gestacional, a supressão do poder familiar, dispensa de boletim de ocorrência e atribuição de autonomia plena a menores.

A nossa Ministra, Senadora Damares, já expôs ponto a ponto a necessidade de fazer essa correção. Derruba o projeto e, logo em seguida, nós podemos aprimorar, o Conanda pode aprimorar o projeto.

A Presidência recebeu o pedido de vista da matéria do Senador do Paim. Considerando a relevância do tema e com o objetivo de possibilitar a análise do relatório pelos membros desta Comissão, concedo vista coletiva pelo prazo de uma hora, nos termos regimentais e da praxe adotada por esta Comissão.

A matéria retornará à pauta ao término do prazo de vista para continuidade de sua apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, para o transcurso do prazo concedido, suspendo a presente reunião pelo período de uma hora, que será retomado às 11h20.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Obrigado também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, gente.

(*Suspensa às 10 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 23 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Declaro reaberta a reunião.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

As manifestações dos Senadores deverão ser feitas por meio do *chat* do texto na ferramenta de videoconferência Zoom.

Em votação o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa; e que, no mérito, é favorável ao projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pelas crianças, eu queria pedir urgência à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Pois não. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Pode ir. Em votação o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Em votação o regime de urgência.

Aqueles que concordam com o regime de urgência permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência. Vai ao Plenário ainda hoje. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor me devolve a Presidência para eu agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu devolvo a Presidência a quem é de direito. Aliás, de fato e de direito, devolvo a Presidência para a minha colega Senadora Damares, mas não sem antes dizer que é um privilégio e uma honra estar como Senador do seu lado, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu quero agradecer, Senador Marcio, pelo apoio; e a todos os Senadores que deram presença, que participaram.

É pelas crianças, nós estamos fazendo isso pelas crianças. Reitero o meu respeito ao Conanda, às instituições do Conanda. Tão somente ao Conanda nós vamos dar oportunidade para rever essa resolução, consertar – e vamos juntos proteger crianças. A gente não suporta mais o estupro de meninos e meninas no Brasil.

Nesta Comissão, semana passada, Presidente, a Polícia Federal do Governo, deste Governo... Sou oposição a este Governo, mas elogio quando precisa elogiar. Inclusive, elogio muito o Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria dos Direitos da Criança deste Governo pelo trabalho que estão fazendo. A Polícia Federal mostrou a foto da criança mais jovem do mundo estuprada. Era uma menininha no Brasil de cinco dias; e a Polícia Federal veio aqui e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe a foto de um menininho de quatro horas de vida estuprado tão logo após o parto. Nós vamos ter que nos levantar pelo fim da violência contra a criança no Brasil. E eu quero que todos vocês venham comigo pelo fim da violência. Ainda somos o pior país da América do Sul para se nascer menina. Eu fui menina nesta nação e sou sobrevivente da violência sexual. Nenhuma menina tem que ser mãe. Nenhuma menina tem que ser abusada. Nenhuma menina tem que ter seu direito violado.

Então, essa resolução, gente, não é uma guerra de força. Esse PDL é tão somente para dizer para o Conselho: "Nós estamos aqui, queremos ajudar o Conanda a trazer uma proposta que seja viável". O Governo quer cuidar das crianças. Governo sai, mas é política de Estado. A gente tem que indicar uma política de Estado de verdade que possa, de fato, proteger as meninas. Havia dúvida nessa resolução, e o Congresso hoje, nesta Comissão, que é a Comissão da criança, confirmou o que a Câmara disse e que juízes do Brasil inteiro estavam falando: a resolução tem que ser adequada.

Que o Conanda já marque uma próxima reunião. Eu acho que a gente vai passar ainda hoje em Plenário. Que o Conanda já marque uma outra assembleia, já apresente uma outra resolução. Se quiser nos chamar para conversar, chamar o Parlamento, estaremos lá. Queremos, junto com o Conanda, com todos, com o Governo, com a sociedade civil – aqui tem muita gente da sociedade civil – proteger meninas e meninos no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

Senador Girão está *online*, mas sei que está todo mundo correndo. Acho que ele não vai nem querer falar. Deixe a sua fala para o Plenário, Girão.

Então, a gente encerra aqui. Eu declaro encerrada esta reunião e agradeço a todos vocês que nos ajudaram nesta mobilização.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama, Eduardo Girão, Romário, Hermes Klann, Fabiano Contarato, Weverton, Dr. Hiran e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião da CDH, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6524, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2237, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao projeto com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2650, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, para permitir o registro de dupla maternidade ou paternidades, além de produzir dados sobre o nascimento de crianças intersexo." Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3054, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acresce § 6º ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre a ausência de indicação de sexo no assento de nascimento no caso de crianças intersexo." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto de Lei n° 3.054, de 2023, com três emendas que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.650, de 2023. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável ao Projeto de Lei n° 3.054, de 2023, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CDH e pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.650, de 2023. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6113, de 2023 - Não Terminativo - que: "Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Roberta Acioly. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a Senadora Roberta Acioly apresenta requerimento de urgência extrapauta, que é aprovado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2989, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para elevar as penas dos crimes cometidos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Roberta Acioly. Relatório: favorável ao projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 973, de 2026 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para ampliar o acesso à analgesia regional durante o trabalho de parto normal." Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Relatoria: Senadora Roberta Acioly. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: O Senador Paulo Paim solicita vista. Em seguida, a Comissão concede vista coletiva. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 81, de 2026 que: "Requer discutir a memória do Holocausto Cigano (Holocausto Romani), o enfrentamento ao anticiganismo, antissemitismo, perseguições étnicas e intolerância, bem como a necessidade de preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento 81/2026-CDH, que em seguida é aditado pelo requerimento 87/2026-CDH, que inclui a Doutora Hayanne Iovanovitchi, Fundadora do Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil como convidada. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 82, de 2026 que: "Requer Diligência no RS para tratar do Memorial dos Lanceiros Negros" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1636, de 2022 - Não Terminativo - que: "Torna crime de injúria o ato que envolva discriminação contra a pessoa em razão de sua condição de pobreza, assim denominada aporofobia, além de qualificar o crime de homicídio e majorar o crime de lesão corporal praticado pela mesma razão." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CDH. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 83, de 2026 que: "Requer que seja convidada a Senhora Daniele Correa Cardoso, Secretária de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, a comparecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os impactos das apostas de quota fixa sobrea população brasileira, especialmente famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas endividadas, pessoas em situação de vulnerabilidade social e consumidores hiper vulneráveis, bem como sobre a imposição de sigilo em processos administrativos de autorização de empresas do setor, em violação aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência e ao regime jurídico da Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 84, de 2026 que: "Requer a convocação do Senhor Dario Carnevalli Durigan, Ministro de Estado da Fazenda, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre sobre os impactos das apostas de quota fixa sobre a população brasileira, especialmente famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas endividadas, pessoas em situação de vulnerabilidade social e consumidores hiper vulneráveis, bem como sobre a imposição de sigilo em processos administrativos de autorização de empresas do setor, em violação aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência e ao regime jurídico da Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento na forma de convite. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 85, de 2026 que: "Requer que seja convidada a Senhora Ana Cristina Viana Silveira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca do despacho por ela assinado em 1º de junho de 2026,que tornou sem efeito a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2022,celebrado entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), restabelecendo a vigência do referido instrumento." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 86, de 2026 que: "Requer que seja convidado o Senhor Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobrea decisão administrativa que restabeleceu os efeitos do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2022, celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento. Após, a Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 87, de 2026 que: "Inclui Convidado na Audiência Holocausto Cigano (REQ. 81/2026-CDH)" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Minuta de Indicação Nº , de 2026 que : "null" Autoria: CDH. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova a apresentação da indicação ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, que sugere a estruturação e implantação de linha de cuidado integral à pessoa com síndrome de Prader-Willi no âmbito do Sistema Único de Saúde.. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 88, de 2026 que: "Requerimento de urgência ao PL 6113-2023." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento de urgência para o PL 6113/2023. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2026.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião da CDH.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Bom dia.

Dou as boas-vindas à Senadora Ivete, ao Senador Paim, à Senadora Roberta.

Nós temos hoje nove itens na pauta e um requerimento do Senador Paim também.

Nós vamos direto ao item 2 da pauta, cuja Relatora aqui já está, que é a Senadora Ivete.

No item 1, a Relatora é a Senadora Dorinha. Ela está presidindo uma sessão.

Eu não sei se vai dar tempo de ela terminar a sessão e vir.

Nós vamos, então, diretamente para o item 2 da pauta, visto que a Senadora Ivete já está presente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2237, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Câmara dos Deputados – a Deputada Federal Lêda Borges.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Mais uma vez, bom dia, Presidente Senadora Damares, Senadora e Senador aqui presente também.

Peço permissão para ir direto à análise.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é competente para o exame da matéria, nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que se refere a matéria atinente aos direitos da mulher.

No mérito, a proposição merece acolhimento. A participação das mulheres no processo eleitoral constitui dimensão essencial da igualdade política e da própria qualidade da democracia representativa. Embora as mulheres componham parcela majoritária do eleitorado brasileiro, sua presença nos espaços de representação política ainda permanece aquém de sua participação na sociedade, o que revela a persistência de barreiras históricas, culturais e institucionais ao pleno exercício de seus direitos políticos.

Nesse contexto, a instituição de uma semana nacional dedicada ao incentivo à participação da mulher no processo eleitoral...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Ivete, só um instantinho.

Eu peço a todos silêncio. A Senadora Ivete está lendo o relatório. Ela tem uma voz um pouco mais baixa.

Então, peço a todos silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Nesse contexto, a instituição de uma semana nacional dedicada ao incentivo da participação da mulher no processo eleitoral tem valor simbólico e pedagógico.

A medida pode contribuir para ampliar a circulação de informações, estimular o debate público e fortalecer iniciativas voltadas ao aumento da presença feminina na política, tanto como eleitoras quanto como candidatas e ocupantes de mandatos eletivos.

A proposição, portanto, harmoniza-se com os princípios constitucionais da igualdade, da cidadania e do pluralismo político, bem como com o objetivo de promover a participação equilibrada de mulheres e homens na vida pública. Não há, ademais, conflito com a legislação vigente.

Entretanto, a redação demanda ajustes imprescindíveis. É necessário emendar seu art. 1º e alterar a redação de seu art. 2º, sem modificação do conteúdo da matéria. A primeira mudança atua para facilitar a interpretação do texto, enquanto a segunda suprime a referência explicativa à proximidade do Dia Internacional da Mulher, pois a lei não precisa justificar, no próprio texto normativo, a escolha do período de realização da campanha.

Dessa forma, somos favoráveis à aprovação do projeto, com emendas de redação destinadas apenas a aperfeiçoar sua forma, conferir maior clareza ao texto e adequá-lo à técnica legislativa.

Voto.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.237, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.237, de 2023, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais:

"Art. 1º Esta Lei institui a Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral."

EMENDA Nº - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.237, de 2023, renumerado na forma da Emenda nº – CDH, a seguinte redação:

"Art. 2º Fica instituída a Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de março."

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete, pelo voto!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Não, mas tem mais um pouquinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem? (*Risos.*)

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) –

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2.237, de 2023, renumerado na forma da Emenda nº - CDH, a seguinte redação:

"Art. 3º Os poderes públicos das esferas federal, estadual e municipal poderão estabelecer parcerias com entidades, associações e grupos sociais organizados para a promoção de campanhas informativas, pesquisas e outras atividades voltadas à ampliação da participação da mulher no processo eleitoral."

Era isso que eu tinha para ler.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete!

Uma semana inteira para incentivar.

E aí a gente podia ter que nessa semana se envolvessem as meninas, mais meninas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, todos os anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Todos os anos, naquela semana, as Sras. Senadoras, as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e os Srs. Deputados fazem essa campanha de incentivo às mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Ivete!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Ivete da Silveira.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3.

A matéria agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, Senadora! Incrível!

Nós vamos continuar a nossa pauta.

Então, eu vou pular o item 3, do qual sou a Relatora.

Vou deixar o meu para o último, se os senhores permitirem, porque aí um dos colegas... Eu acho que o último PL é do Paim. Se o Paim puder ler o dele e presidir, eu faço a leitura do meu.

Então, nós vamos direto para o item 4 da pauta, porque a Relatora está presente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6113, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Câmara dos Deputados – o Deputado Federal Duda Ramos.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Roberta Acioly para a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa. e à minha querida colega, amiga roraimense Senadora Roberta, para eu fazer uma solicitação a V. Exa. antes da leitura do relatório.

Pode ser, Senadora?

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Tranquilo, meu amigo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

Minha querida Presidente, ainda no dia 11 de março, nós estávamos discutindo aqui nesta Casa o Projeto 452, de 2025, que trata da proibição de cotas em prova de residência médica, Presidente, e, àquela ocasião, houve um pedido de vista do Senador Paim, quando ele sugeriu que fizéssemos uma audiência pública.

Ele sugeriu algumas instituições, como o Ministério da Educação, o da Saúde, a Ebserh, o de Direitos Humanos e o Conade. E nós sugerimos o Conselho Federal de Medicina, a Fenam, a associação dos médicos residentes e a dos alunos de Medicina, que são os principais interessados nessa questão, porque o que está acontecendo, Senadora Roberta, Sras. Senadoras e Srs. Senadores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo é que nós temos já cota para ingresso nas faculdades de medicina, cotas sociais. Eu até votei a favor, porque acho que há iniquidades sociais, e a gente termina sendo sensível a essa causa. Mas, depois de seis anos, quando nós fazemos um curso em que os professores, os currículos, as diretrizes são todos iguais, as oportunidades são iguais, não há que se falar em cota para a residência médica.

Eu acho que a residência médica precisa ter um acesso baseado em meritocracia, em que os alunos que estudam mais tenham acesso às melhores residências.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que nós pudéssemos já marcar uma data, porque, desde maio, esse nosso projeto está aguardando uma pauta para fazermos a nossa audiência pública.

Muito obrigado, Presidente.

E muito obrigado, minha querida Senadora Roberta Acioly, lá do nosso querido Estado de Roraima, pela sua deferência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senador.

É o Requerimento 45, de 2026, para a realização da audiência.

O PL é o 452, de 2025.

Nós vamos ver com a Secretaria a melhor data, o mais breve possível, junto com o Senador Paim. Só vamos observar que vamos ter duas semanas aí, eu acho que agora, *online*. Esse está sendo o problema, Senador. É um tema tão delicado e tem tanta gente querendo participar, mas nós estamos tendo muitas surpresas de votação *online,* semipresencial. Uma audiência pública semipresencial como essa acaba prejudicando a discussão.

Vamos observar se nós vamos ter duas semanas, agora, presenciais – parece que as duas serão semipresenciais –, se os senhores se interessarem em fazer semipresencial, ou se a gente deixa para depois. Mas o Senador Paim junto com a Secretaria e junto com a equipe do Senador Hiran já verificam uma boa data para essa audiência, porque tem muitos órgãos convidados para a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, só para ajudar no debate... Não é nem no debate, eu entrei com o pedido de audiência pública não para protelar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... para debater o tema, e você me conhece de longos trabalhos que fizemos juntos aqui.

Então, na data que V. Exa. entender adequada, nós estaremos aqui, para que os nossos convidados – tanto os seus quanto os meus – possam fazer a exposição, e, posteriormente a isso, vamos votar, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hum-hum.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria até sugerir a V. Exa. que incluísse, na lista de convidados a essa audiência, essas entidades que eu nominei aqui: Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, AMB, a associação dos alunos de Medicina do Brasil e dos médicos residentes do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Nós vamos incluir, mas eu só pediria que a sua assessoria apresentasse um requerimento de aditamento, só para ficar registrado, mas a gente já vai incluir.

E nós só vamos verificar se pode ser semana que vem, na outra, o que vai ser melhor para...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... o autor do requerimento, o autor do projeto de lei.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, à Secretaria, urgente, porque pedido de Hiran e de Paim a gente não pode engavetar. Vocês estão entendendo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora é mestre (*Fora do microfone.*) em construir acordos. (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Baseado na Lei do Idoso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Lei do Idoso. (*Risos.*)

Vamos devolver a palavra à Senadora Roberta Acioly, para a leitura do seu relatório do PL 6.113.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Bom dia. Bom dia, Sra. Presidente, bom dia a todos os colegas.

Gostaria de pedir permissão, Presidente, para irmos logo para a análise, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos das mulheres e à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

Não se observam, ainda, óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. A matéria desdobra princípios constitucionais de proteção à dignidade da pessoa humana, de promoção dos direitos das mulheres e de enfrentamento à violência de gênero, sem colidir com a legislação em vigor.

No mérito, a matéria é digna de ser acolhida. Em todo o Brasil, há iniciativas concretas de enfrentamento ao feminicídio e à violência de gênero que demonstram capacidade institucional, inovação e compromisso público com a proteção das mulheres. O Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), no Estado de Roraima, oferece acolhimento e acompanhamento especializado; o Selo Lilás, no Estado da Bahia, induz empresas e instituições a adotar políticas de igualdade de gênero e de defesa das mulheres contra a violência de gênero; o Viva Flor, no Distrito Federal, acompanha mulheres sob risco por meio de dispositivos de segurança; o Maria da Penha Virtual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Estado do Rio de Janeiro, permite o pedido de medidas protetivas por meio da internet; e o Paraná Lilás, no Estado do Paraná, articula ações de prevenção, atendimento e acesso à Justiça.

Essas iniciativas são apenas alguns exemplos, Sra. Presidente, entre muitos outros, e mostram que já existe, em diferentes regiões, um acúmulo relevante de experiências voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher. Assim, damos nosso total apoio ao PL nº 6.113, de 2023, cujo mérito reside na reunião, organização e valorização de iniciativas bem-sucedidas no enfrentamento à violência de gênero.

Ainda nessa toada, a criação do Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher também permitirá a padronização e a estruturação dos dados, com ganhos de interoperabilidade, transparência e acesso público. Isso facilitará não apenas a consulta e o intercâmbio de informações entre os entes federados, mas também o aproveitamento desses dados pela sociedade, pela academia e por cientistas de dados, o que abrirá espaço para estudos, diagnósticos, avaliações e soluções inovadoras possíveis de gerar benefícios concretos para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas de combate à violência de gênero.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.113, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora, pelo voto!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Roberta Acioly.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma referência elogiosa ao relatório da nossa colega Roberta, que é representante do nosso Estado de Roraima. Substitui aqui o nosso querido amigo Mecias de Jesus, com muita qualidade – e com mais beleza, sem dúvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito mais.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvidas.

Parabéns, Roberta, pelo seu relatório! – por você se preocupar com um tema que diz muito respeito a esta Comissão, quer dizer, que é proteger as pessoas que estão em mais situação de vulnerabilidade. E nós ficamos aqui muito felizes de o autor desse projeto ser também um Deputado lá do nosso estado, nosso querido colega, o Deputado Duda Ramos.

Então, quero parabenizar V. Exa. Tenho certeza de que esse é o pensamento da Senadora Ivete e do nosso Senador Paim, e da nossa Presidente, obviamente, que são tão envolvidos na questão da proteção das minorias, das pessoas que mais precisam de nossos cuidados, e esse projeto vem muito ao encontro desse objetivo.

Parabéns a você, Deus te abençoe! E aproveito também para desejar muito sucesso e muitas vitórias.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Obrigada. Muito obrigada.

Pela ordem, Sra. Presidente, eu queria ressaltar aqui em relação ao que foi falado no projeto do nosso Exmo. Deputado Federal Duda Ramos, amigo, que fala a respeito do Chame (Centro Humanitário de Apoio à Mulher). Esse programa é um exemplo também do nosso estado, o Estado de Roraima, e foi implantado enquanto o nosso eterno Senador Mecias de Jesus era Deputado e Presidente da Assembleia Legislativa.

Então, nós temos esse projeto, no nosso Estado de Roraima, que atende inúmeras mulheres, faz um excelente trabalho, mas, mesmo assim, como é importante nós estarmos sempre, Senador Hiran, incentivando essas demandas em relação à proteção de mulheres e crianças, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo assim, o nosso Estado de Roraima registrou 50 casos de feminicídios no ano passado, em 2025, e um aumento de quase 39% em relação ao ano anterior.

Então, ainda há muito dessa nossa preocupação em relação a essas medidas, a essas ações voltadas para a proteção da mulher.

Muito obrigada pelas palavras.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – E Senadora, também só à guisa de complementar, a senhora sabe que a Polícia Rodoviária Federal tem um projeto muito interessante de identificação de áreas de risco onde mulheres são submetidas a trabalho escravo, tráfico. E a fronteira do nosso país com a Guiana é um desses locais identificados pela Polícia Rodoviária Federal, porque nós temos, Senadora Damares, muitos garimpos na Guiana e há ocorrência de... Aliás, além de tráfico de drogas na fronteira, nós temos também registros importantes de tráfico de mulheres na nossa fronteira.

Então, esse projeto seu realmente vai muito na nossa direção da proteção às nossas mulheres também, no Brasil e, mais particularmente, no nosso Estado de Roraima.

Parabéns, mais uma vez!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns!

Senador Hiran – para aproveitar que o senhor está em Plenário, antes que o senhor saia – e Senadora Roberta, eu quero agradecer aos dois pelo apoio que os senhores deram à Comissão na semana passada. A nossa Comissão já fez a primeira reunião técnica da Subcomissão Yanomami lá em Boa Vista, e eu quero agradecer todo o suporte.

Eu já estou com o relatório – a partir de amanhã, no máximo, ou depois a gente vai divulgar, dar publicidade ao relatório, o primeiro de muitos –, mas muito obrigada, Senadores. Muito obrigada pela participação, pelo apoio com as suas assessorias, levando a nossa equipe para lá, para cá; foram os técnicos, não foi nenhum Senador, foi uma reunião muito técnica. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero cumprimentar também os dois pela vitória, hoje mais cedo, para o piso salarial de dentistas e médicos. E aí, Senador Paim, havia uma luta aqui na Casa há muito tempo, e a Roberta chega como dentista. Roraima tem mandado, assim, uns Parlamentares incríveis para esta Casa, né?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu cruzo e ela cabeceia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato. (*Risos.*)

Eles fizeram um jogo lindo nesses últimos meses, a Roberta foi uma grande e grata surpresa para o Parlamento.

Roberta, você chegou substituindo o Senador Mecias – não é fácil substituir um Líder como ele –, mas o que você tem feito, que Roraima reconheça. Não é, Hiran? O trabalho que ela tem feito.

E ontem eu vi a Roberta tirar uma foto com a Senadora Ivete, elas duas estão sentadas aqui, e me chamou muito a atenção a experiência da Senadora Ivete – casada com um político, um dos mais amados políticos do país – com a Roberta, que está chegando agora. Então, é a experiência com o início e, assim, como as duas estão interagindo! Eu fiquei muito emocionada com vocês duas ontem, e ao ver vocês duas aqui na Comissão hoje.

Roberta, que você tenha uma carreira política brilhante. A gente vai ficar aqui torcendo. Eu sei que seu projeto não é mais Senado, você quer ir para a outra Casa, é pré-candidata lá para a outra Casa, e nós vamos ficar torcendo. Você já chegou fazendo a diferença, é uma honra ter você conosco.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2989, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para elevar as penas dos crimes cometidos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: favorável ao projeto com seis emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

A autora é a nossa querida Senadora Janaína Farias, que agora é Prefeita. Estou morrendo de saudade dela.

Concedo a palavra à Senadora Roberta, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Sra. Presidente, gostaria novamente de solicitar que fôssemos direto à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção à infância e à juventude, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

A matéria é digna de ser acolhida. Os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirmam uma tendência alarmante: 2024 foi o ano mais violento já registrado para crianças e adolescentes no Brasil, superando inclusive o ano de 2023, que por si só já havia apresentado índices preocupantes de agravamento da violência contra esse público. Entre as modalidades mais graves, a violência sexual ocupa posição de destaque, manifestada, especialmente, por meio dos crimes de estupro, estupro de vulnerável, exploração sexual e produção e circulação de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

Os números são contundentes: somente em 2024, foram registradas mais de 70 mil ocorrências de violência sexual contra esse grupo. Desse total, os crimes de estupro e estupro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerável respondem pela parcela mais expressiva, com 65.395 casos notificados. Essa realidade exige resposta legislativa à altura da gravidade do problema.

Nesse contexto, a proposição analisada apresenta relevância em múltiplas dimensões. Do ponto de vista técnico-jurídico, representa avanço ao unificar, em um único tipo penal, as diversas condutas relacionadas à produção, registro, comercialização, compartilhamento, divulgação, guarda e armazenamento de conteúdo audiovisual de natureza sexual envolvendo crianças e adolescentes. No campo operacional, amplia a capacidade de atuação das forças de segurança no ambiente digital, essencial diante do crescente deslocamento dessas práticas criminosas para a internet. Ainda, a iniciativa é acertada ao propor o endurecimento das sanções penais aplicáveis e ao conferir tratamento sistematizado, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, às situações de prostituição e exploração sexual infantojuvenil.

Reconhecemos o mérito da proposta, mas, ao mesmo tempo, acreditamos que há oportunidades para melhorias, conforme apresentaremos a seguir.

Primeiramente, em relação à alteração proposta ao art. 240 do ECA, a proposição mantém o atual §1º e cria o §1º-A com duas novas figuras equiparadas. Contudo, acreditamos não haver necessidade de criar o §1º-A para tratar das figuras equiparadas; seria suficiente adicionar novos incisos ao §1º. Assim, propomos emenda para ajustar o §1º do art. 240 do ECA, de modo a incluir as duas figuras equiparadas mencionadas no §1º-A do PL, bem como manter os atuais incisos I e II do §1º.

Além disso, em relação ao *caput* do mesmo dispositivo, cumpre observar que o PL não altera a pena do art. 240 do ECA, mantendo-a em 4 a 8 anos de reclusão e multa. Ocorre que, na forma proposta pelo PL, o art. 218-C do Código Penal passaria a punir condutas análogas envolvendo adultos, cuja pena foi elevada pela Lei nº 15.280, de 5 de dezembro de 2025, para 4 a 10 anos de reclusão e multa. Isso significa que, sem a correção, a pena máxima para a produção e divulgação de pornografia envolvendo crianças e adolescentes seria de 8 anos, ao passo que a pena máxima para conduta análoga praticada contra adultos seria de 10 anos – ou seja, o mesmo crime seria punido mais severamente quando a vítima fosse adulta do que quando fosse criança ou adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa inversão contraria diretamente o mandamento do art. 227, §4º, da Constituição Federal, segundo o qual a lei punirá severamente os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes. Por essa razão, propomos emenda para fixar expressamente a pena do *caput* em 6 a 12 anos de reclusão e multa, superior à pena do art. 218-C do Código Penal, corrigindo essa distorção.

Prosseguindo com nossa análise, observamos que o §3º do art. 240 e os incisos I e II do novo art. 244-E estabelecem a "pessoa vulnerável" como possível vítima dos crimes descritos nesses dispositivos. No entanto, o termo "pessoa vulnerável" é amplo e requer maior detalhamento, pois uma variedade de pessoas, em diferentes situações e circunstâncias, pode ser enquadrada como vulnerável.

A esse respeito, a redação atual dos arts. 217-A e 218-B do Código Penal contextualizam "pessoa vulnerável" como aquela que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato. Diante disso, considerando que o Código Penal já tipifica o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de pessoa vulnerável, propomos emenda para suprimir essa expressão das alterações propostas ao ECA.

Essa supressão é ainda mais necessária quando se considera a lógica do próprio PL, que divide os tipos penais entre os dois diplomas pelo critério etário: o ECA passa a concentrar os crimes contra crianças e adolescentes, e o art. 218-B do Código Penal passa a proteger exclusivamente os adultos vulneráveis. Manter a expressão "pessoa vulnerável" nos tipos penais do ECA, a nosso ver, fragiliza essa divisão.

No mesmo sentido, as penas previstas para os novos arts. 244-D, 244-E e 244-F do ECA, na redação original do PL, ficaram abaixo dos patamares já estabelecidos pelo Código Penal após a Lei nº 15.280, de 2025, para condutas equivalentes. Esse descompasso cria risco jurídico relevante. A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XL, determina que a lei penal mais benéfica ao réu retroage obrigatoriamente. Assim, a aprovação do PL com penas menores do que as já vigentes no Código Penal para tipos idênticos ou análogos permitiria a revisão imediata de condenações existentes, anulando os efeitos da Lei nº 15.280, de 2025, para esses crimes. Para evitar esse resultado, propomos emendas que elevam as penas dos arts. 244-D, 244-E e 244-F ao patamar dos dispositivos equivalentes do Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 244-D, que trata da exploração sexual de adolescentes entre 14 e 18 anos, tem sua pena elevada de 4 a 10 anos para 7 a 16 anos, igualando ao art. 218-B do Código Penal. O art. 244-E, que trata da exploração sexual de crianças menores de 14 anos, tem sua pena elevada de 8 a 15 anos para 10 a 18 anos, igualando ao estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal). O art. 244-F, que replica com texto literalmente idêntico a conduta tipificada no art. 218-A do Código Penal – dispositivo que o PL propõe revogar –, tem sua pena elevada de 2 a 8 anos para 5 a 12 anos, igualando ao art. 218-A, vigente após a Lei nº 15.280, de 2025, e tornando segura a revogação proposta pelo art. 3º do PL.

Propomos, ainda, a alteração da ementa para melhor refletir o objeto da lei em que o PL vier a se transformar, uma vez que a matéria não se limita ao aumento de penas, abrangendo também a reorganização de tipos penais entre o ECA e o Código Penal, a disciplina da infiltração de agentes policiais na internet para investigação de crimes contra crianças e adolescentes, e a previsão da responsabilidade penal dos provedores de serviços de internet pela manutenção de conteúdo ilícito.

Por fim, em relação à técnica legislativa, sugerimos emenda para incluir ao PL a necessária cláusula de vigência, conforme disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.989, de 2024, com as seguintes emendas já apresentadas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sra. Relatora.

Em discussão a matéria.

Parabéns, tá? Proteção da criança e do adolescente... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Relatora Senadora Roberta Acioly.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da CDH.

Lembro que esta matéria nasce aqui no Senado. A autora é a Senadora Janaína Farias.

A matéria agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 973, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para ampliar o acesso à analgesia regional durante o trabalho de parto normal.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS, em decisão terminativa.

Prestem atenção à importância dessa matéria e à complexidade dela também.

Concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly para a leitura do seu relatório.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Antes de ler o relatório, Sra. Presidente, gostaria de solicitar o requerimento de urgência ao Plenário do PL 6.113.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação...

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2026

- Não terminativo -

Requerimento de urgência ao PL 6113-2023.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR)

Em votação o pedido de urgência ao PL 6.113, de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Que a Secretaria faça os procedimentos necessários.

Devolvo a palavra para a leitura do seu relatório.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Sra. Presidente, também gostaria de solicitar que fôssemos direto à análise.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias relativas à garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher. A proposição sob exame insere-se nesse campo temático, ao buscar a qualificação da assistência obstétrica, com foco na promoção da dignidade, da autonomia e da integridade física e psíquica das mulheres no contexto do parto. Mostra-se, assim, pertinente sua apreciação por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição revela-se compatível com a promoção e a proteção dos direitos humanos das mulheres, ao qualificar a assistência obstétrica sob a perspectiva da dignidade, da integridade física e psíquica, da autonomia informada e do direito à saúde.

No plano internacional, a Recomendação Geral nº 24, adotada em 1999 pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, explicita o alcance do art. 12 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, segundo o qual os Estados Partes devem assegurar às mulheres acesso a serviços de saúde, inclusive à assistência adequada durante a gravidez, o parto e o período pós-natal, sem discriminação.

Em sentido convergente, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, no Comentário Geral nº 14, de 2000, relativo ao art. 12 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), afirma que o direito à saúde abrange não apenas o acesso a serviços, mas também o acesso à informação em saúde e à participação nas decisões relativas ao cuidado.

Já a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no relatório Acesso a serviços de saúde materna sob uma perspectiva de direitos humanos (2010), afirma que o acesso oportuno, adequado e não discriminatório aos serviços de saúde materna constitui elemento essencial para a garantia do direito à integridade pessoal das mulheres, destacando que falhas na prestação desses serviços – especialmente quando envolvem sofrimento evitável ou a não oferta de cuidados apropriados – podem configurar violações de direitos humanos.

As diretrizes da OMS, por sua vez, no documento Cuidados intraparto para uma experiência positiva de parto (2018), reforçam essa compreensão ao afirmarem que a atenção ao parto deve ser centrada na mulher e orientada para assegurar uma experiência positiva, o que inclui o acesso a métodos eficazes de alívio da dor, como a analgesia peridural, quando solicitada, bem como o respeito às preferências da mulher e a oferta de informações claras como componentes essenciais da qualidade do cuidado.

No plano interno, a proposição harmoniza-se com as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal (2017), aprovadas pelo Ministério da Saúde, que estabelecem a necessidade de uma assistência centrada na mulher, com respeito às suas necessidades, expectativas e preferências, bem como o acesso à informação qualificada e à participação nas decisões sobre o cuidado. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes reconhecem que a experiência do parto possui dimensão não apenas clínica, mas também emocional, humana e cultural, devendo a assistência assegurar condições para uma vivência positiva e digna. Ademais, preveem expressamente a oferta de métodos de alívio da dor, inclusive a analgesia regional, cuja utilização deve ser previamente discutida com a gestante, com informação adequada sobre riscos e benefícios, sendo que a solicitação materna por analgesia de parto configura indicação suficiente para sua realização.

Adicionalmente, na literatura especializada em direito sanitário, a exemplo do estudo Analgesia de parto e o direito da paciente gestante, publicado nos *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário* (Fiocruz, 2025), aponta-se que o manejo adequado da dor no parto transcende a dimensão clínica, relacionando-se com a vedação à submissão a sofrimento evitável e com a promoção de uma experiência de parto digna e respeitosa. Nesse contexto, a ampliação do acesso à analgesia pode ser compreendida como medida de efetivação de direitos fundamentais das mulheres, especialmente no âmbito do SUS, em que persistem desigualdades no acesso a tecnologias de cuidado.

Por fim, cabe destacar que a proposição adota solução equilibrada ao condicionar a oferta da analgesia regional à indicação clínica e à observância das condições técnicas e estruturais dos serviços de saúde, nos termos da regulamentação. Dessa forma, preserva-se a segurança assistencial e a organização do sistema, ao mesmo tempo em que se promove a ampliação progressiva do acesso a um cuidado mais qualificado, humanizado e compatível com os direitos humanos das parturientes.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 973, de 2026.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Quero, com todo carinho e respeito que tenho pela nobre Senadora, que me permita que use a expressão: a senhora chegou chegando, mas chegou chegando porque é competente, porque é preparada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de alguns tecerem outros elogios a V. Exa., mas eu pego o conhecimento, a inteligência, o preparo.

A senhora, hoje, relatou um projeto que tratou de boas práticas na prevenção e no combate à violência contra a mulher. Parabéns! Se eu tivesse que dar nota: nota 10. Veio da Câmara dos Deputados. V. Exa. também relatou outro projeto para elevar as penas de crime cometidos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Belo relatório também, nota 10. Eu digo isso, com o carinho e o respeito que V. Exa. merece, porque eu me considero defensor das mulheres tanto quanto as mulheres – não mais, mas tanto quanto! –, e digo isso com orgulho.

Esse projeto agora, o sexto, que a senhora discorreu com muita competência, do nosso colega, amigo também, Plínio Valério... Olha só, fui até consultar a assessoria. A posição da minha assessoria – "minha", que eu digo, é da bancada – é favorável ao projeto, mas eu recebi aqui um pedido de vista. Eu digo: por que o pedido de vista, se a própria bancada, pela sua assessoria, o parecer aqui... E elogiando aqui! Todos os elogios estão aqui, tanto ao Plínio quanto à senhora.

O Ministério da Saúde pediu, acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem que ser rápido em um projeto como esse, que é muito bom o projeto. Que seja por uma semana, pediu para dar uma olhada para ajustar algumas vírgulas, eu diria, alguns detalhes, mas que são importantes na questão orçamentária, também foi o que me disseram. E a bancada atendeu o pedido e me pediram para pedir vista. Eu digo que eu tenho toda a liberdade, tanto com a Presidenta como com V. Exa., para pedir vista e estou dizendo que, se a senhora pautar na próxima semana, eu estarei aqui não só para votar, mas se for necessário também para defender o seu relatório.

Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Claro, Senador, é regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu preciso destacar o seguinte: é um projeto que nasceu este ano, em 2026, e a gente já conseguiu nomear a Relatora e ela já apresentou o voto, então a tramitação está indo em um tempo célere, inclusive.

É normal esse pedido de vista, porque eu entendo que inclui despesas e vai incluir impacto orçamentário, então eu tinha certeza de que o Ministério da Saúde iria pedir – a Senadora também entende –, mas eu só solicitaria que a assessoria do Ministério procurasse a Senadora – ela é da área da saúde, ela é extremamente conectada a todos os temas da área da saúde da mulher. Então, que procure e converse.

Eu vou conceder vista coletiva e, quando tiver essa construção, Senadora, e estiver pronto e estiver maduro esse relatório, e pronto, a senhora avisa e a gente coloca na pauta novamente, o.k.?

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Eu entendo perfeitamente, Presidente, porque, além de ser enfermeira, eu sou enfermeira especialista em obstetrícia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu sou enfermeira obstétrica, então a gente sabe de todas as demandas, o que vai envolver todo esse cuidado, esse novo tipo de assistência.

Então, eu estou aberta à discussão. Que o Ministério da Saúde venha até nós para a gente ver o que eles têm para colocar.

Eu entendo perfeitamente, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Nós vamos continuar a nossa pauta. Nós temos dois itens na pauta que são do Senador Paim, que são o item 8 e o item 9. Depois, o item 7 também é um requerimento de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já vou conceder a palavra ao Senador Paim, mas eu queria informar ao Plenário que o Senador Girão acabou de chegar aqui com quatro – ê, Girão... –, quatro pedidos de relatório de requerimento extrapauta.

A princípio, ele coloca aqui que é convocação. Eu não recebo, extrapauta, a convocação de nenhum ministro. Eu vou transformar em convite, tá? E aí, se os Senadores concordarem, a gente vai colocar extrapauta quatro convites, para quatro Ministros. Se os Senadores concordarem, então, a gente lê depois em bloco o meu e os quatro, que eu vou subscrever, do Senador Eduardo Girão.

Tem também, Senadores, uma indicação que eu vou colocar extrapauta. Nós fizemos uma audiência pública aqui – é de minha autoria a indicação – sobre a síndrome de Prader-Willi, e ela deu como encaminhamento uma indicação ao Governo. Não dá para a gente fazer projeto de lei; é uma indicação de uma política pública, é uma coisa simples, e eu vou colocá-la extrapauta também, se os senhores concordarem.

Então, nós vamos para o item 8 da pauta, que é um requerimento do Senador Paim.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, DE 2026

- Não terminativo -

Requer Diligência no RS para tratar do Memorial dos Lanceiros Negros

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu peço que ele faça a leitura do requerimento. A gente já delibera o requerimento dele e depois a gente vai para o projeto de lei de que ele é Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, este requerimento... Eu vou direto na justificativa para contar um pouquinho da história, mas é bem rápido, é questão de minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento visa a atender uma demanda nacional dos heróis da pátria, neste caso aqui, os Lanceiros Negros, que, por um projeto de autoria aqui do Senado, de que eu fui o Relator, se tornaram heróis da pátria.

Explico o motivo: os Lanceiros Negros tiveram importante atuação na Revolução Farroupilha, guerra do Rio Grande do Sul contra o Império, ocorrida de 1835 a 1845. Integravam as fileiras do Exército Republicano Farrapo. Os lanceiros eram escravos, conhecedores da lida campeira: domadores, charqueadores... Manejavam com grande habilidade a lança.

Receberam a promessa de alforria diante da vitória final. Na Batalha de Porongos, interior do atual Município de Pinheiro Machado, fronteira com o Uruguai, em 14 de novembro de 1844, na calada da noite, os Lanceiros Negros foram desarmados. Aí, centenas foram mortos pelo Exército Imperial, e a liberdade, tão prometida, não foi cumprida. Os bravos lanceiros foram traídos.

Construir um memorial e tombar esse território significa a ratificação do compromisso do Estado brasileiro com a promoção da igualdade racial – tão defendida por nós todos, creio eu, brancos, negros, indígenas... – e o reconhecimento da luta atemporal e resistência de homens, mulheres, movimentos negros, comprometidos com o não apagamento de um capítulo tão triste dessa história.

Reconhecer a relevância de toda essa construção, que logo vai se concretizar no Memorial dos Lanceiros Negros, reforça ainda mais a nossa convicção de que essa luta valeu a pena, a exemplo da inscrição dos Lanceiros Negros no Livro de Aço como heroínas e heróis da pátria – legislação de cuja proposta fui relator.

Assim, solicito o apoio dos pares para realização de uma diligência no Estado do Rio Grande do Sul, a ser realizada na Assembleia Legislativa do estado.

A intenção é construir um memorial lá onde houve o massacre. Eu já tentei mandar emendas com esse objetivo, mas, como eu só mando emenda para os municípios – é um carimbo que eu adotei desde que eu cheguei – e mando para todos os municípios, para os 497... E o que diz a Prefeitura de Pinheiro Machado? "Paim, só depois de consolidado aqui é que você poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandar para a Prefeitura, e a Prefeitura então destinar". Então, não estou aqui nem criticando a Prefeitura.

Então, consolidando essa proposta e, por isso, o lado humanitário dessa nossa ida à Assembleia, devemos fazer este debate, inclusive convidando a Prefeitura, porque a Prefeitura vai ter todo o interesse, é uma região linda onde vai ser feito o memorial, porque é ali que eles tombaram. Naturalmente, vai ser um ponto turístico para todos, brancos, negros, indígenas, enfim, todos serão bem-vindos. Esse é o objetivo do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Extraordinário, Senador Paim. E é história, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É, história.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Senador Paim, a gente aprovando aqui, eu ia pedir para a Secretaria falar com a TV Senado. Eu acho que é uma audiência que poderia ser transmitida ao vivo para o Brasil, porque muita gente não conhece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não conhece a história.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu acho que essa nova geração precisa reconhecer esses grandes heróis, esse memorial aos lanceiros negros – que interessante.

Eu, inclusive, tenho muito interesse em acompanhar essa audiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se puder vir junto, será um orgulho para nós todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se eu puder ir, eu vou, mas se não for, lhe garanto que vou assistir ao vivo. Então, é a gente combinar que a TV Senado faça essa transmissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se a senhora tentar na sua agenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dia 14 de julho, me disseram que a Assembleia está à nossa disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Junho?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Julho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Extraordinário.

Então, em votação o requerimento do Senador Paim, de diligência no Rio Grande do Sul para tratar do Memorial dos Lanceiros Negros. Com certeza, foi surpresa para muita gente aqui que não conhecia os lanceiros negros.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sucesso na diligência. Eu vou tentar. Vou tentar estar com o senhor lá.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1636, DE 2022

- Não terminativo -

Torna crime de injúria o ato que envolva discriminação contra a pessoa em razão de sua condição de pobreza, assim denominada aporofobia, além de qualificar o crime de homicídio e majorar o crime de lesão corporal praticado pela mesma razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidenta, se a senhora permitir, eu quero ser mais objetivo e quero dizer que, sem eu ler a análise toda, que é uma bela construção que a consultoria do Senado fez, se a senhora permitir, eu fiz um resumo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu leio o resumo e cito a emenda depois.

A proposição altera o Código Penal, art. 121, para incluir nova qualificadora do crime de homicídio quando praticado em decorrência de sentimento de ódio pela condição de pobreza da vítima.

Só para lembrar que o projeto é do Senador Randolfe Rodrigues.

O projeto também altera o art. 129 do Código Penal, a fim de prever causa de aumento de pena de um terço quando a lesão corporal for praticada em decorrência do sentimento de ódio pela condição de pobreza da vítima. Modifica o art. 140 do Código Penal para incluir na figura qualificada do crime de injúria a utilização de elementos referentes às condições de pobreza da vítima.

A proposição dialoga, então, com instrumentos legislativos recentemente editados em favor da população em situação de rua. Lembro aqui, notadamente, da Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024 – passou por esta Comissão, inclusive eu devo ter sido um dos Relatores dessa política de moradores de rua –, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rua, e com o conjunto de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza extrema. Concluindo.

O reforço da tutela penal complementa esse arcabouço ao endereçar as condutas mais graves de hostilidade dirigida àqueles que esses instrumentos buscam proteger, ou seja, é dos mais miseráveis que estamos falando aqui.

Pela aprovação com uma emenda de redação.

A redação foi alterada de "sentimento de ódio pela condição de pobreza da vítima" para uma redação mais tecnicamente correta: "em razão da condição da pobreza da vítima" – e não do sentimento –, fórmula que dialoga com a terminologia já utilizada em outros incisos do art. 121 do Código Penal.

Esse é o objetivo do Líder Randolfe, que todos nós conhecemos e por quem temos o maior carinho e respeito.

Nem sempre todos têm o mesmo ponto de vista sobre todos os temas, mas, nesse tema, eu tenho certeza de que meus pares irão acompanhar o Líder Randolfe Rodrigues.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim, eu, quando o escolhi para ser Relator desse projeto, tinha certeza de que o voto seria extraordinário como o senhor fez, porque eu me lembro de que, no início desta legislatura, o senhor fez um debate aqui sobre aporofobia, e muita gente não sabia nem o que era: discriminação em razão da pobreza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu nem citei agora aqui – mas está no relatório "aporofobia" – para não ter que explicar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E exatamente é o resumo disso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a audiência que o senhor fez aqui chamou a atenção do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aí, infelizmente, Senadora Roberta, com uma série de crimes, especialmente contra pessoas em situação de rua. As pessoas indo botar fogo em pessoas em situação de rua...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso me marcou muito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... por ódio à pessoa de rua. E é aí que se configura a aporofobia, o ódio à pobreza.

Então, quando o Randolfe trouxe o projeto, houve questionamento – vão ser questionadas, com certeza, algumas coisas na Comissão de Segurança, na CCJ – mas esta Comissão discute tão somente a questão do direito e da dignidade humana.

Então, as pessoas morrerem, serem queimadas, por brincadeira... Brincar? Isso é brincadeira? Onde é brincadeira queimar pessoas em situação de rua? Onde é brincadeira? Estão passando na rua e as fazendo de alvo, atirando nelas.

Então, Senador Randolfe, eu fiquei muito feliz com essa matéria, e mais feliz ainda com o seu voto, Senador Paim.

Então, agora, segue para a CCJ, para a discussão, em caráter terminativo, mas a gente deve agravar a pena, agravar a pena. Chega de ódio neste país. Chega!

Então, Senador Paim, parabéns.

Eu vou colocar em votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH ao projeto, com uma emenda.

Parabéns, Senador Paim.

Agora a matéria segue para a CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda parabenizando-o, Senador Paim, eu quero parabenizá-lo pela vitória no Plenário ontem.

Que matéria! Que entrega!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora colaborou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Quando chegou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi fala de defesa lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fico tão feliz em ver leis que estão sendo sancionadas e que foram um trabalho desta Comissão aqui.

Então, ontem, mais uma matéria entregue para o Brasil. Aquela matéria me emocionou demais: o enfrentamento ao trabalho forçado, o reforço a tudo que já existe, o cuidado com o empregado no ambiente doméstico. Eu fiquei muito feliz. Ontem foi um dia, assim, de celebração para mim.

Parabéns!

Senador Paim, eu queria convidá-lo para presidir. Eu farei uma leitura, também resumida, do meu voto. Depois, eu faço a leitura apenas das emendas dos requerimentos que já estão aqui publicados e a gente já faz o encerramento com 15 itens deliberados nesta tarde.

São os itens nºs 3 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, é com satisfação que assumo, neste momento, a Presidência para que V. Exa., como Relatora, possa fazer a leitura aqui do seu parecer.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2650, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, para permitir o registro de dupla maternidade ou paternidades, além de produzir dados sobre o nascimento de crianças intersexo.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

A Relatora é a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou fazer uma rápida explicação. Eu vou emitir parecer para dois projetos de lei agora: um eu vou rejeitar e o outro eu vou acolher.

O primeiro projeto fala de dupla maternidade e de dupla paternidade na Certidão de Nascimento, que é do Alessandro, é um projeto de 2023. Esse eu vou rejeitar porque nós já temos atos normativos nessa direção.

O outro fala de crianças intersexo e esse a gente vai acolher. Foi um relatório construído com especialistas, Presidente, com pessoas da área da saúde. As crianças intersexo – deixe-me explicar para quem está nos assistindo; eu vou usar um termo que a gente usava muito no passado – são as crianças hermafroditas. Na hora de registrar essa criança, como é que se dá o registro, se ainda existe todo um procedimento de saúde, todo um procedimento de investigação? Mas a criança não pode ficar sem uma Certidão de Nascimento para que tenha direitos garantidos. Então, é exatamente sobre isso que o meu voto fala. É uma questão de justiça, de direito, de acolhimento, de proteção das crianças intersexo.

Não se vê, Presidente, quanto ao PL 3.054, de 2023, qualquer problema de juridicidade. Muito ao contrário, a proposição expressa a disposição do Parlamento de conversar com os costumes e com as práticas sociais que vão se desenvolvendo, de modo espontâneo, à medida que a vida social avança. Vemos isso com bons olhos e reconhecemos o mérito da proposição.

Contudo, nos parece não ser boa prática a de se deixar um campo de formulário oficial, qualquer que seja, em branco. A justificação da proposição, ela mesma, traz a solução ao informar que, nos dias de hoje, já não se força uma decisão não confiável que atribua algum sexo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recém-nascido, tendo o Conselho Nacional de Justiça determinado que, em caso de recém-nascidos com anomalias de diferenciação sexual que não permitem ao médico a determinação do sexo da criança, seja o campo sexo preenchido com a expressão ignorado. Iremos propor emenda com esse conteúdo, de modo a evitar campos em branco em documentos oficiais. Em outras questões, o preenchimento do campo do sexo como ignorado para nascidos intersexos é altamente relevante para fins de produção de dados epidemiológicos oficiais.

Atualmente, o Brasil não possui estatísticas confiáveis sobre nascimentos de pessoas intersexo, o que dificulta a formulação de políticas públicas.

A matéria já foi enfrentada pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 122/2021, que disciplinou o registro do sexo como “ignorado” para a pessoa nascida intersexo. Da mesma forma, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Provimento nº 001/2020-CGJ, instituiu a regra de lançamento da expressão “ignorado” no assento de nascimento da pessoa intersexo, mediante comprovação médica. Referido provimento estadual também estabeleceu a obrigação de o cartório comunicar o fato ao Ministério Público, para fins de acompanhamento da situação do menor, caso os responsáveis legais se abstenham de promover a inclusão do sexo definido no registro no prazo de 60 dias.

Entendemos que a medida, que visa evitar a atribuição arbitrária de um sexo quando não se é possível por meios médicos eficientes essa determinação no nascimento, garante direito à personalidade e cidadania imediata àquelas crianças, sem que elas sofram os efeitos de uma definição arbitrária que a ciência demonstra ser incerta ao nascimento.

Faz-se necessário, contudo, assegurar à criança o direito de ter seu sexo devidamente definido no registro civil. Nesse sentido, entende-se que o Ministério Público deve atuar como garantidor dessa prerrogativa, cabendo-lhe acompanhar o procedimento e zelar pelos interesses do menor. Destarte, apresentamos emenda no sentido de que a Procuradoria competente seja notificada em prazo razoável, a fim de acompanhar o caso e assegurar o direito da criança.

Por seu turno, o PL 2.650, de 2023, também nos esclarece com suas justificativas. Lá se diz que as práticas registrais hodiernas já comportam a inscrição, na Declaração de Nascido Vivo, de dois pais ou de duas mães. Portanto, o que se tem é que a demanda contida no PL 2.650 já está contemplada pela Lei 12.662, de 2012, e no PL 3.054, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentamos também, emendas para ajustar a redação da proposição à Lei Complementar 95, de 1998, bem como para substituir a expressão “anomalia da diferenciação sexual” pela ideia de “distúrbio malformativo da diferenciação sexual" em razão de constar assim na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças, a CID-11, da Organização Mundial da Saúde. Evita-se, com isso, dúvidas quanto ao sentido da expressão.

O voto, Presidente, é pela aprovação do PL 3.054, de 2023, e pela rejeição do PL 2.650, de 2023, com a emenda que, conforme já falei, está devidamente publicada.

Esse é o parecer. Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão do relatório.

Aqueles que queiram se manifestar, por favor, se pronunciem. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém se manifestando, eu coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81, DE 2026

- Não terminativo -

Requer discutir a memória do Holocausto Cigano (Holocausto Romani), o enfrentamento ao anticiganismo, antissemitismo, perseguições étnicas e intolerância, bem como a necessidade de preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Presidenta e Senadora Damares Alves para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu estou pedindo uma audiência pública para a gente discutir a memória do Holocausto cigano. A gente fala muito da memória do Holocausto judeu, mas a gente esquece como o povo romani, como os ciganos também sofreram naquele período.

Eu estou trazendo aqui para essa discussão, Presidente, o Coordenador do Grupo de Estudos Ciganos, o Dr. Marcos Guimarães; a Dra. Aline, Consultora do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; o Dr. Carlos Reiss, Coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba; e o Dr. Igor Shimura, Presidente do Instituto PluriBrasil.

São uma matéria desta Comissão os povos tradicionais. Nós já estamos discutindo – é de sua autoria – o estatuto do cigano, e a gente quer fazer essa audiência para lembrar ao Brasil e ao mundo como foram vítimas também durante aquele período sombrio da história da humanidade. O Holocausto cigano precisa ser lembrado.

Essa é a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão... (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu agora vou fazer a subscrição dos Requerimentos 84, 85, 86 e 87, do Senador Girão.

Vou ler apenas a ementa, vou ler em bloco, e nós vamos transformá-los em convite, tá, Senador? Ele faz convocação, mas, como é extrapauta, a gente vai fazer em forma de convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o convite do Sr. Dario Carnevalli Durigan, Ministro da Fazenda, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os impactos das apostas de quota fixa sobre a população brasileira, especialmente famílias, crianças e adolescentes.

Requerimento 85: requer que seja convidada a Sra. Ana Cristina Viana Silveira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca do despacho por ela assinado em 1º de junho de 2026, que tornou sem efeito a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica 2, de 2022, celebrado entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), restabelecendo a vigência do referido instrumento.

Requerimento 86, Presidente: requer que seja convidado o Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a decisão administrativa que restabeleceu os efeitos do Acordo de Cooperação Técnica 2, de 2022, celebrado entre o INSS e a Contag.

Requerimento nº 87. Este agora é de minha autoria, já o lemos.

Então, eu li os Requerimentos 84, 85 e 86, de autoria do Senador Girão, os quais eu subscrevi. O 87, Sr. Presidente, é só para incluir mais um convidado na audiência pública sobre o Holocausto, do requerimento que aprovamos anteriormente.

Por fim, Presidente, eu quero apresentar a minuta da indicação que sugere ao Poder Executivo federal, por intermédio do Sr. Ministro de Estado da Saúde, a estruturação e implantação de linha de cuidado integral à pessoa com síndrome de Prader-Willi, no âmbito do Sistema Único de Saúde. É apenas uma indicação, foi fruto de uma audiência pública nesta Comissão, e eu peço também que essa indicação seja aprovada, para que a gente possa encaminhá-la ao Ministério da Saúde.

São os requerimentos e a indicação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Todos os requerimentos lidos pela Presidenta Damares Alves – comigo no exercício, para que ela possa apresentar os seus pareceres – e também a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação.

(São os seguintes os itens colocados em votação:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a convocação do Senhor Dario Carnevalli Durigan, Ministro de Estado da Fazenda, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os impactos das apostas de quota fixa sobre a população brasileira, especialmente famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas endividadas, pessoas em situação de vulnerabilidade social e consumidores hiper vulneráveis, bem como sobre a imposição de sigilo em processos administrativos de autorização de empresas do setor, em violação aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência e ao regime jurídico da Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Senhora Ana Cristina Viana Silveira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca do despacho por ela assinado em 1º de junho de 2026,que tornou sem efeito a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2022,celebrado entre o INSS e a Confederação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), restabelecendo a vigência do referido instrumento.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Senhor Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobrea decisão administrativa que restabeleceu os efeitos do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2022, celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG).

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, DE 2026

- Não terminativo -

Inclui Convidado na Audiência Holocausto Cigano (REQ. 81/2026-CDH)

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Presidente, só para avisar, nós seguimos uma diligência, na semana que vem, ao Maranhão. Era na semana que vem, né? Ou era nesta semana? (*Pausa.*)

Nesta semana, ao Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Retorno à Presidência para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me só informar o Presidente primeiro.

Essa diligência era um pedido da Senadora Eliziane e outro de minha autoria. Nós visitaríamos aquela empregada doméstica que foi espancada grávida, aquele caso absurdo que chocou o Brasil e o mundo, mas ela não está bem de saúde e pediu para adiar essa conversa com a Comissão; e tudo o que a gente quer é que a vítima não seja mais revitimizada e que ela esteja cuidada; então a gente adiou a diligência.

Mas na diligência a gente também iria a Bacabal, para falar com a mãe daquelas duas crianças desaparecidas, que foi objeto de audiência pública desta Comissão, e nós iríamos, Presidente, para sua alegria, a uma comunidade de quebradeiras de coco, porque nós aprovamos aqui, no Senado, e o Presidente Lula está sancionando a lei que torna o ofício da quebradeira de coco como patrimônio cultural; e a gente ia ter uma celebração com as quebradeiras de coco.

Então, são três pautas extraordinárias que fazem parte desta Comissão, mas a gente adiou a diligência, e, assim que possível, a gente avisa a data da diligência ao Maranhão.

Obrigada, Presidente.

Eu vou aos expedientes, mas o senhor fica liberado, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente nº 15. Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes dos Expedientes 364, 374, 376, 377 e 379, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico, ainda, o recebimento das respostas aos ofícios constantes dos Expedientes 365 e 378, informando que ambas receberam os devidos encaminhamentos. No Expediente 378, órgão da Administração Pública Federal encaminhou resposta relacionada à situação funcional do servidor que buscava permanecer em determinada localidade para acompanhar tratamento de saúde de familiar menor de idade. A instituição informou a adoção de solução administrativa que atendeu à demanda apresentada, preservando o acompanhamento familiar necessário.

Informo que a Comissão dará ciência ao demandante acerca das informações recebidas e promoverá o arquivamento administrativo do expediente, salvo nova informação relevante.

Comunico, também, o reconhecimento das solicitações constantes dos Expediente 366, 368, 369, 372, 373 e 380, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

No Expediente 366, o demandante solicita apoio institucional para acompanhamento de apurações relacionadas ao desaparecimento do corpo de recém-nascido ocorrido em unidade hospitalar há mais de uma década – isso aqui é muito sério –, em contexto que voltou a ganhar relevância diante da recente identificação de restos mortais armazenados em instituição pública de pesquisa. A manifestação requer esclarecimento acerca dos procedimentos de identificação, guarda e destinação dos corpos encontrados, bem como a adoção de medidas destinadas à preservação do material biológico até a conclusão dos procedimentos de identificação cabíveis.

Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento da demanda aos órgãos competentes para que prestem informações atualizadas sobre as investigações e procedimentos em curso, bem como para que avaliem a adoção de medidas necessárias adequadas à preservação dos elementos relacionados ao caso.

Para quem está nos assistindo, houve uma recente divulgação de que, na Fiocruz – na Fiocruz, é isso? –, foram encontrados restos mortais, corpinhos de bebês, de fetos e de recém-nascidos, se não me engano. Isso está sob investigação, mas nós temos que entender também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Fiocruz é uma instituição de pesquisa. Nós não podemos demonizar o que está acontecendo, por favor. Isso está sendo investigado e, assim que isso for esclarecido, a gente traz.

Só que uma pessoa teve um bebezinho desaparecido em hospital, o corpinho do seu bebê desapareceu mais ou menos na data que estão dizendo ser a dos corpinhos encontrados. Então, essa pessoa que tanto procura o corpinho do bebê quer saber se um desses que está lá na Fiocruz é o corpinho do seu bebê, se foi encaminhado para lá.

Nós vamos acompanhar isso aqui com toda a delicadeza. Esta Comissão tem sido acionada pelos casos mais dolorosos que a gente possa imaginar. Então, todo carinho a essa família, e a gente só vai dar divulgação depois que a gente tiver as respostas da Fiocruz, com todo o cuidado e atenção, porque envolve corpos de crianças, uma instituição séria, que é a Fiocruz, e uma família em desespero. Então, todo cuidado no acompanhamento desse caso.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes no Expediente 367, 370, 371, 375 e 381, que receberam os devidos encaminhamentos.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informo que, nos temos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da Comissão de Direitos Humanos. Os demais permanecem na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Eu vou encerrar a reunião dizendo que hoje nós tivemos uma presença especial. Ele sumiu, estava ali... O Samuel acompanhou a nossa reunião. Já saiu?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi para a escola.

Samuel veio aqui me dar um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está com que idade o Samuel, mãe?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com 12 anos.

Para quem não sabe, Samuel foi o meu maior cabo eleitoral. Eu estou eleita por causa de Samuel. Samuel ia para as campanhas comigo, ia para os comícios comigo. Foi uma alegria ver o Samuel aqui. Samuel é um precioso filho da Raquel, que tem acompanhado.

E eu quero informar que a gente teve nesta semana o aniversário de uma pessoa muito querida. A Comissão comemorou o aniversário de uma pessoa muito querida, não foi, gente? E a gente ia decretar, inclusive, feriado nacional, mas o projeto de lei não ficou pronto ainda. (*Risos.*)

A gente quer desejar-lhe feliz aniversário. Que Deus o abençoe! Você é querido. Você chegou chegando, viu? Você chegou a esta Comissão chegando. Nós estamos muito felizes com a sua chegada. Que Deus abençoe você e sua família! Que você tenha muitos e muitos anos de vida – não é, Dimitri? E que a gente... coma pamonha também. (*Risos.*)

Alguém, por favor, ligue no Disque 100.

Viu, Leila? Está vendo aqui a discriminação? No aniversário de uma certa pessoa teve pamonha. E a senhora idosa, Presidente da Comissão, não ganhou pamonha, tá?

Que Deus o abençoe ricamente. É uma alegria tê-lo na equipe. Feliz aniversário! Esta equipe de secretaria aqui é a melhor equipe que eu tenho.

Inclusive, vou contar um segredo, já que eu estou ao vivo e não tem ninguém aqui, nenhum Presidente de outra Comissão está aqui. Saiu um relatório por aí – não sei se vocês leram. A Comissão em primeiríssimo lugar em matérias deliberadas, audiência pública, expediente – primeiríssimo, assim, na ponta – adivinhem qual é? A nossa! Graças a vocês. (*Palmas.*)

E a segunda está muito longe da gente. A segunda vai ter que se esforçar muito para chegar. Isso porque eles não sabem o que ainda vai acontecer nos próximos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à Secretaria, Dimitri, pela forma como você conduz a Secretaria! A gente lida com assuntos polêmicos, como na semana passada, não é, Governo? Não fique triste comigo, não, mas a gente está fazendo as coisas aqui com muita maturidade, mesmo quando a gente diverge sobre a matéria. Não há uniformidade na equipe. Às vezes, na própria equipe, tem pessoas que pensam diferente, mas eles conduzem com imparcialidade tudo. Eu sou apaixonada por esta Secretaria.

Dimitri, muito obrigada; a todos vocês. E, no próximo aniversário, a gente vai comemorar com feriado nacional, mas com muita pamonha, tá?

Que Deus abençoe vocês!

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Hermes Klann. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 77/2026 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Debater sobre os direitos à liberdade educacional e à educação moral dos filhos, bem como a garantia do exercício desses direitos no cenário brasileiro". Participantes: Sra Zizi Martins, Procuradora do Estado da Bahia, especialista em direito administrativo, direito religioso e gestão pública, doutora em educação e pós-doutorado em política, comportamento e mídia; Alfredo Ferraz, Pai, educador domiciliar; Muara Ferraz, Mãe, educadora domiciliar; Carlos Vinícius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar – ANED; Isabelle Monteiro, Advogada e Pedagoga, Especialista em Direito Educacional - Homeschooling; Diego Vieira, Presidente da Associação das Famílias Educadoras de Santa Catarina – AFESC; Andrea Hoffmann Formiga, Presidente Executiva do Instituto Isabel, advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, especialista em Direito Processual Civil e Relações Governamentais Estratégicas e políticas públicas; Carlos Eduardo Rangel Xavier, Mestre em Direito pela UFPR, doutorando em filosofia pela UFRGS, advogado público e consultor jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar - ANED; Anderson Queiroz, Advogado e Representante da Associação de Defesa da Educação Familiar no Amazonas - ADEDAM; Regiane Cichelero, Mãe, educadora domiciliar; Adalto Denardi, Pai, educador domiciliar; e Ieda Denardi, Mãe, educadora domiciliar. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/11

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês.

Sob a proteção de Deus, eu declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, dia 11 de junho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 77, de 2026, da CDH, de minha autoria, para debater sobre os direitos à liberdade educacional e à educação moral dos filhos, bem como a garantia do exercício desses direitos no cenário brasileiro.

A reunião será interativa e transmitida ao vivo, de forma aberta, pelas redes sociais do Senado, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, e você que está nos acompanhando pode participar também, pode mandar perguntas, pode fazer seu comentário, através do Portal e-Cidadania na internet, em – anote aí o endereço – www.senado.leg.br/ecidadania, ou do telefone, se for melhor para vocês, da Ouvidoria da Casa, gratuito, 0800 0612211 – 0800 0612211. Falo de novo o endereço do Senado, para você fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já chegaram até muitas perguntas aqui, antes mesmo de começar a sessão. Como a gente estava agendado há alguns dias, muitas perguntas e comentários já chegaram aqui, que eu vou ler, para depois os palestrantes e os expositores que quiserem responder ficarem à vontade, tá? Então, o endereço para você fazer seu comentário, para você fazer perguntas: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores; vai ficar nos *Anais* daqui, do Senado Federal. Certo?

Então, antes de passar a palavra aos nossos convidados, que eu vou chamar aqui, à mesa, eu comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas claro que tem a tolerância daqui, da Casa, e a gente vai ter essa sensibilidade.

É importante também dizer o seguinte: eu estou vendo aqui muitos pais, muitas crianças, que talvez não... Talvez, não; com certeza não estarão aqui, na mesa, para fazer sua exposição. A gente tem os nomes das pessoas que foram convidadas pelo Senado para fazer, mas eu vou abrir a palavra. Quem quiser se manifestar vai poder; é só solicitar à mesa – tem a nossa assessoria aqui.

O auditório está lotado. Parabéns pela participação em peso da sociedade brasileira. Isso não é comum, audiência pública no Senado estar recheada de pessoas interessadas. Isso mostra realmente um movimento forte do *homeschooling* aqui, no Brasil.

O projeto já foi aprovado na Câmara há muito tempo e que está aqui, no Senado. A gente tem a expectativa, se Deus quiser, com essa força-tarefa, da sociedade com Parlamentares, de aprovar isso – está na hora. Inclusive o relatório da Professora Dorinha é favorável, e existe esse movimento de alguns Senadores e Senadoras para a gente votar no Plenário.

Então, nós temos a presença de pais aqui, que foram ameaçados, inclusive com determinação de um juiz. Com todo respeito a quem pensa diferente, para mim, um militante. Eu tive acesso ao caso e vi um juiz militante ideológico tomando... A gente vai conversar sobre isto: intimidando, ameaçando cidadãos de bem que estão apenas com interesse em proteger sua família, interesse em dar educação para os seus filhos, algo que existe no mundo inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que no Brasil tem essa insegurança jurídica e que a gente vai tentar aprovar o quanto antes, para acabar com essa celeuma.

Então, para a primeira mesa que nós vamos formar aqui, eu quero chamar já, para compor a mesa, o Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), o Carlos Vinícius Reis. Por favor. Muito obrigado pela sua presença. (*Palmas.*)

Também a Isabelle Monteiro, Advogada e Pedagoga especialista em Direito Educacional do *homeschooling*. (*Palmas.*)

Diego Vieira, Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc). (*Palmas.*)

Na primeira mesa – depois tem as outras mesas –, Andrea Hoffmann Formiga, Presidente-Executiva do Instituto Isabel, Advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, especialista em Direito Processual Civil, relações governamentais estratégicas e políticas públicas. (*Palmas.*)

Então, depois nós teremos mais uma mesa, a segunda mesa, e temos a participação aqui, por videoconferência, já inclusive também de palestrantes, mas também de Deputados e Senadores querendo participar. Alguns já voltaram para os seus estados, mas vão tentar entrar por via remota. Eu já quero avisar à mesa para a gente disponibilizar um *link* para Deputados e Senadores, Parlamentares, que quiserem participar aqui, depois, dessa possibilidade.

Então, eu quero fazer um breve pronunciamento aqui, antes de começarmos, dando início a esta audiência pública, sob o peso de uma urgência dramática e por que não dizer de uma profunda injustiça que se alastra pelo nosso país. Estamos presenciando o avanço de uma verdadeira perseguição jurídica e criminal contra pais zelosos cujo único "crime", entre aspas, é se dedicar integralmente ao futuro dos seus filhos.

O caso recente da segunda vara criminal de Jales, interior de São Paulo, expõe as entranhas do ativismo judicial e da militância ideológica que, infelizmente, contaminam parcelas do nosso Judiciário. Um juiz, agindo como um verdadeiro ativista, condenou criminalmente um casal de pais por abandono intelectual, unicamente por educarem suas duas filhas em casa. A defesa apresentou o plano pedagógico da família, mostrando que as meninas estudavam piano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

música clássica e até latim, uma disciplina que moldou a estrutura do pensamento ocidental, do nosso próprio idioma e do rigor lógico dos maiores juristas da história. E qual foi a postura do juiz? Desprezar essa dedicação. Na lógica distorcida daquela decisão, o ensino do latim, da música erudita e da literatura clássica foi diminuído, enquanto a recusa da família em expor as crianças ao *funk*, degradante – no meu modo de entender; respeito quem pensa diferente –, ao sertanejo comercial massificado e a recortes específicos do cinema nacional, foi apontado pelo juiz como um déficit de socialização e uma suposta falha no respeito à diversidade cultural. Vejam a gravidade disso em uma tribuna parlamentar. O Estado punindo pais, porque eles preferem Bach, Mozart e a língua de Cícero em vez de manifestações da cultura de massa. Aonde nós chegamos?

O juiz transformou a sentença em um manifesto de patrulhamento estético. Ele ignorou que essas crianças liam mais de 30 livros por ano, falavam outros idiomas e tinham desempenho acadêmico brilhante, para dizer que a instrução era inadequada porque não seguiam a cartilha do que eles querem na cultura e do relativismo que ele próprio defende. O que deveria ser um debate maduro sobre pluralidade pedagógica e liberdade educacional virou um cenário de perseguição estatal, em que conselhos tutelares e promotorias são instrumentalizados para invadir lares e punir o excesso de amor, de tempo investido e de dedicação parental. A família é a base de uma sociedade, todo mundo sabe disso. Aliás, quase todo mundo. A gente vê que juízes como esse aqui têm outra ideia da família, da estrutura familiar.

As pesquisas científicas internacionais e nacionais destroem, uma a uma, as narrativas de que o *homeschooling* prejudica o desenvolvimento da criança. Nós vamos ver aqui crianças, não sei se elas vão querer se manifestar, mas eu vou abrir a palavra também.

Estudos exaustivos realizados nos Estados Unidos, onde a prática é plenamente legalizada, demonstram de forma categórica que estudantes educados em casa pontuam, em média, de 15 a 30 pontos percentuais acima dos alunos da escola pública em testes padronizados de desempenho acadêmico, independentemente da renda familiar ou do nível de escolaridade dos pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também apontam essas pesquisas que os jovens vindos de *homeschooling* possuem taxas de admissão e graduação na universidade significativamente maiores e demonstram maior preparo para o pensamento crítico.

O maior mito de todos cai por terra quando os dados mostram que os filhos do *homeschooling* participam ativamente de atividades comunitárias, esportivas e de voluntariado. Eles apresentam índice de desenvolvimento social e emocional iguais ou superiores aos seus pares escolarizados, demonstrando menor propensão à depressão e ao *bullying*.

Eu quero, antes de concluir, dizer o seguinte, é interessante isto: o mesmo país, o mesmo momento que a gente vive aqui da história do Brasil... E a história mostra que às vezes a gente chega no fundo do poço de uma civilização. A vocês, eu rendo minhas homenagens a vocês, pais que praticam *homeschooling*, porque estão aí resgatando o sentimento nobre de valorização humana, de família, um sentimento profundo de princípios. Vocês estão resgatando isso do ser humano, a beleza, os princípios da cultura, da arte, a beleza. A gente vê que o mesmo país que negou, há pouco tempo, a partir de 2023, as escolas cívico-militares, que descontinuou... Olha a palavra que eles colocaram, descontinuar, que é acabar o incentivo federal para as escolas cívico-militares, que estavam dando tão certo, que a fila de pais querendo colocar seus filhos lá ia só aumentando. E olha a maldade que faz o Governo, a crueldade: tira o direito.

Ninguém é contra as escolas tradicionais, ninguém aqui é contra, tem que ter essa alternativa, e a gente respeita. Agora, deixa a liberdade das famílias, dos alunos, de colocarem seus filhos onde eles acreditam que é melhor para os filhos, para a educação deles. A escola cívico-militar, o ambiente... Olha, dito pelo próprio MEC: o ambiente escolar melhorava consideravelmente, o aprendizado melhorava, os professores se sentiam mais seguros, as escolas não tinham pichações, tudo mostrando que estavam indo num caminho bacana, alternativo, importante. E eles tiram. Isso é a ideologia acima da técnica.

E o *homeschooling*, da mesma forma. A gente não entende por que existe algum tipo de resistência. É uma alternativa, é a liberdade, acontece em vários países do mundo, e nós vamos aprender aqui juntos hoje. E eu acho que esta audiência vai entrar para a história aqui do Senado Federal. Esse é o meu sentimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para concluir, eu vejo que o momento dessa audiência é crucial. Nós não estamos aqui debatendo uma pauta abstrata de futuro. Regular o *homeschooling* no Brasil é pacificar o país, é fazer cessar a perseguição, é garantir que a ciência, os dados de sucesso e o amor familiar vençam o preconceito ideológico. Isso é reconciliação nacional.

Dito isso, nós vamos partir agora para ouvir os especialistas, que conhecem e que vão trazer aqui mais luz a esse tema tão importante que a gente vai debater aqui hoje.

Então, eu quero, em primeiro, lugar agradecer à Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que propiciou o nosso requerimento ter sido aprovado, colocado em pauta, e agradecer aos Senadores também, a todos os Senadores, que aprovaram por unanimidade – não tivemos nenhum tipo de restrição a este debate, e isso é bom –, e de todos os partidos praticamente.

Então, vamos lá.

Na primeira mesa, eu gostaria de começar aqui pelo Presidente da Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar), Carlos Vinícius Reis.

Muito obrigado pela sua presença aqui. A gente já se encontrou nos corredores em outros momentos. É uma honra o Senado o estar recebendo. Seja muito bem-vindo!

O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer suas considerações.

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão. É uma honra para nós, para a Associação Nacional de Educação Domiciliar e para todas as famílias que estão presentes aqui.

Damos graças a Deus por mais essa etapa.

Ao mesmo tempo em que estamos falando de uma longa história a respeito da jornada da educação domiciliar ou, poderia dizer, da jornada pela liberdade educacional das famílias no nosso país, como temos muitos estudantes domiciliares aqui, muitos jovens – e vocês são presente e futuro... Eu sei que essa turma aqui – Senador Girão, peço licença para cumprimentá-los –, eu sei que todos aqui gostam de uma *timeline*, ou seja, de uma linha do tempo. Não vamos cantar aqui a musiquinha da *timeline* agora, mas queria convidar vocês, tanto os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homeschoolers presentes aqui quanto os pais, aqueles que estão nos acompanhando aqui ao vivo, todas as famílias educadoras no Brasil, todas aquelas que têm sofrido perseguição injusta, todas aquelas que têm estado com medo de sofrer esse tipo de perseguição...

A primeira coisa que quero dizer para vocês é que nós vamos perseverar e até o fim nós seremos vitoriosos, porque Deus está conosco e nisso nós confiamos. Nossa confiança, com todo o respeito ao Congresso Nacional, não está em homens; nossa confiança está no Senhor, que criou todas as coisas, que criou a família. Por isso nossa *timeline* começa 6 mil anos atrás, quando Deus criou o homem e a mulher e ali instituiu a primeira família. Essa *timeline* diz respeito à primeira instituição estabelecida – e nem havia este nome "instituição" –, portanto o primeiro ambiente de formação, o primeiro ambiente de educação é a família, 6 mil anos atrás.

E a primeira lei – vamos colocar assim – educacional foi dada por Deus. Deuteronômio 6. Isso 3 mil anos atrás, aproximadamente, quando Deus estabeleceu, de maneira ainda mais clara, que os pais deveriam educar os seus filhos, transmitir para eles a sua fé, os seus valores, a sua moral, a sua concepção, e contra isso nenhum estado, nenhum regime, nenhuma Constituição poderia atentar.

E, Senador, se avançarmos ainda um pouco mais no tempo, há 90 anos, em 1938, o Hitler, na Alemanha, decretou a proibição da educação pelos pais, decretou a proibição da educação livre por instituições de ensino, quando ele estabeleceu uma educação centralizada, controlada 100% pelo Estado; e assim ele implantou o nazismo. Foi o primeiro país a proibir uma educação familiar. Não é à toa que, dez anos depois, em 1948, as nações se uniram e declararam, firmaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ali se estabeleceu, no Artigo 26, inciso 3, que os pais têm a primazia de escolher o gênero de ensino que deve ser ministrado a seus filhos.

Então, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece esse direito natural dos pais, direito natural da família, direito natural das crianças de serem educadas pelos seus pais e terem a sua educação dirigida pelos seus pais. Isso significa os pais poderem escolher se querem educar em casa, se querem enviar para uma escola, para qual tipo de escola, qual tipo de educação aquela criança vai ter. Ali as nações reconheceram que os filhos não pertencem ao Estado, como Hitler queria estabelecer, como Michel Foucault tentou estabelecer; como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rousseau, que influenciou a própria pedagogia brasileira a esse respeito. Mas, não, os filhos não pertencem ao Estado; os filhos pertencem a Deus e estão entregues ao cuidado da família, ao cuidado dos pais.

Avançando um pouco mais no tempo, 60 anos atrás, o Brasil firmou o Pacto de São José da Costa Rica, signatário, onde se reafirma esse direito natural, tanto da Declaração Universal quanto também do reconhecimento de que os pais têm a primazia de escolher a educação de acordo com as suas concepções de fé, moral e filosófica.

Há 38 anos, nós temos a nossa Constituição Federal. A Constituição Federal, infelizmente, tirou a família da primazia, porque toda Constituição anterior, Sr. Senador, trazia a família como primazia, e a Constituição de 1988 colocou a família em pé de igualdade com o Estado, ou elevou o Estado nessa área a um pé de igualdade com a família em termos da previsão de dizer que a educação é dever da família, do Estado e da sociedade.

Mas a própria Constituição garante a liberdade educacional – art. 206. A própria Constituição garante que a família é a célula-base da sociedade. Então, a própria Constituição não proíbe, de maneira alguma, a educação domiciliar. Pelo contrário, como disse o próprio Supremo Tribunal Federal em 2018, a educação domiciliar não é inconstitucional.

Com a nova Constituição, leis, projetos de leis foram propostos para regulamentar os novos direitos. E, em 1994, nós tivemos o primeiro projeto de lei para regulamentar a educação familiar, porque ela sempre foi praticada em nosso país. Ela é uma realidade, no nosso país, que sempre existiu. Não estamos falando de um fenômeno novo, moderno; estamos falando de algo que sempre existiu. E, então, o primeiro projeto de lei foi proposto 32 anos atrás.

E aqui eu quero abreviar, porque a gente poderia falar de tudo que já aconteceu ao longo desse tempo, de tudo que já foi apresentado, já foi debatido nos corredores, nas audiências, em projetos de lei, em requerimentos, em moções de apoio. Mas é um absurdo, Senador. Desculpa, mas é um absurdo. Não me refiro ao senhor; é um absurdo como estas Casas Legislativas, não apenas o Senado, mas a Câmara e o Congresso, levam 32 anos para reconhecer um direito natural que o Brasil se comprometeu em respeitar, e não está respeitando. É um absurdo que a gente tenha que vir aqui hoje para falar o óbvio. Sinceramente, nenhum pai ou mãe deveria ser constrangido no exercício desse direito natural. Nós estamos pedindo por uma lei não para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que queremos um direito; mas para dizer que Estado brasileiro respeite este direito, para dizer: "Congresso Nacional, queremos urgência... Não queremos mais debates, queremos urgência no reconhecimento desse direito".

Então, gostaria de sair daqui hoje, Senador... Eu sei que não depende apenas do senhor. Já temos o seu apoio, sabemos disso. Que este Congresso, que este Senado – o projeto de lei já está pronto na Comissão de Educação, relatado pela Professora Dorinha – leve esse projeto de lei com urgência ao Plenário. E que urgentemente seja declarado o seu reconhecimento, o reconhecimento e o respeito ao direito das famílias.

Eu queria reafirmar ainda aqui, Senador, que o que move essas famílias que estão aqui não é um interesse comercial, não é financeiro, mas é o melhor interesse: o dos seus filhos – aquilo que a legislação internacional também preconiza. Olhem essas crianças aqui: não são socializadas? Quantas vezes até agora foi necessário pedir o silêncio delas? Talvez, se trouxessem um bando de representantes de outro tipo de movimento, subindo aqui nas cadeiras, pulando aqui, batendo em pé, gritando palavras de ordem... Eles poderiam ter o seu direito reconhecido, mas essas aqui, que, de maneira ordeira, civilizada, respeitosa, estão aqui, não podem? É um absurdo isso, Senador.

Nós precisamos que esta Casa, que este Congresso traga de volta a sensatez daquilo que é o reconhecimento de direitos naturais. Estamos falando de direitos humanos. Esta Comissão aqui, uma Comissão de Direitos Humanos, é o local, é o fórum adequado para falarmos, sim, disso, para que cesse esse rasgar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que cesse esse rasgar dos tratados internacionais, para que cesse esse rasgar da Constituição Federal brasileira.

Poderíamos falar, Senador, dos dados de desempenho acadêmico que os *homeschoolers* superam, de socialização – as pesquisas internacionais estão aí para demonstrar. Mas, não; já falamos disso por mais de uma vez. Podemos repetir, mas não estamos aqui para gritar a palavra de ordem, mas para dizer queremos que sejam respeitadas, que o Judiciário respeite essas famílias, que o Ministério Público respeite essas famílias, que o conselho tutelar respeite essas famílias e que o Congresso, com urgência, leve e aprove essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho costumado dizer: mesmo, Senador, que a gente passe mais 30 anos, mais 40 anos, sem ter o reconhecimento deste Estado, nenhum pai aqui desiste dos seus filhos. E, por isso, nós dizemos que o *homeschooling* é...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – Imparável! Imparável, porque ninguém aqui desiste dos seus filhos. Mesmo que o Estado não nos reconheça, nós não vamos desistir, nós não vamos parar.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Justo, muito justo.

E eu quero dizer uma coisa para vocês, quero dar um testemunho. Eu tenho cinco filhos. E minha esposa foi professora e tudo. Ela não está aqui, porque meu pai está chegando daqui a pouco a Brasília, e ela foi buscá-lo. Alguém foi fazer esse gesto, né? E é impressionante o silêncio que nós temos nessa sala aqui. As crianças mais novas têm quantos anos? A mais novinha aqui? Três anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dois anos de idade! Gente, eu nunca vi isso. O silêncio, o respeito. Eu acho que elas estão dando uma aula para nós, Senadores, para nós, Parlamentares, porque aqui, quando a gente tem reunião, nem se ouve o colega. Ficam conversando paralelamente, brincando, rindo. E a gente vê isso aqui. Eu fico... Parabéns! Parabéns mesmo pela educação que vocês dão aos seus filhos. É o maior tesouro da gente, né? Não tem tesouro maior. Eu sei disso. E a gente sente que a vida, o sentido dela é este: é amar os filhos. E a gente quer vê-los bem encaminhados. Então, por que tirar esse direito?

E eu não sabia – olha como eu estou aprendendo aqui nesta audiência – da história do nazismo, que já tinha ali essa ideia de centralizar. E a gente começa a entender certas coisas, né?

Mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra, para a gente dar uma alternada aqui, por videoconferência, ao Sr. Carlos Eduardo Rangel Xavier.

Ele está já conectado? (*Pausa.*)

Já? (*Pausa.*)

Então, vamos passar a palavra, agradecendo a presença, ao Sr. Carlos Eduardo Rangel Xavier, que é Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogado público e Consultor Jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned).

E eu quero dizer uma coisa para vocês logo no começo desta audiência. Nós vamos aprender muito juntos – eu principalmente. Eu sei que vocês já participaram de várias audiências. No Senado já teve várias aqui também, durante esse tempo.

A união de vocês é que faz a força. A união do movimento de vocês é que faz a gente se arrepiar, é que faz os Parlamentares respeitarem – é a união. Mantenham-se sempre firmes assim, porque água mole em pedra dura tanto bate até que fura antes do que a gente imagina.

Então, Carlos Eduardo Rangel Xavier, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Presidência.

O SR. CARLOS EDUARDO RANGEL XAVIER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão, a quem eu cumprimento.

Cumprimento também todos os demais participantes desta audiência pública. Não posso deixar de saudar o meu querido amigo Carlos Vinícius, o Diego também, a Isabelle, que eu vi compondo a mesa.

É uma grande satisfação falar mais uma vez sobre esse assunto. Eu já me dirigi ao Senado Federal mesmo, durante a tramitação desse mesmo projeto de lei. Já tive a oportunidade de falar à Comissão de Educação e agora, com muita satisfação, também posso me dirigir à Comissão de Direitos Humanos.

Eu venho aqui mais na qualidade de autor do livro *Educação Domiciliar, um Direito Humano Negativo* do que de Consultor Jurídico da Aned. Eu não integro a Diretoria da Aned, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuo apenas como Consultor Jurídico da associação. Então eu falo realmente como um especialista no assunto.

E, falando sobre a educação domiciliar na perspectiva do panorama constitucional no Brasil, eu preciso realmente dar um passo atrás. Eu preciso falar, antes de qualquer coisa, sobre o que é a família. Como o Carlos Vinícius já antecipou, a família é compreendida pela própria Constituição da República Federativa do Brasil como sendo anterior à sociedade, ou, nas palavras do texto constitucional, a família é reconhecida como a base da sociedade.

Isso é assim porque, ao olharmos para a natureza humana, para a natureza das coisas, para como as coisas são, e não simplesmente para como as coisas são disciplinadas, de fato, os pais têm essa primazia, os pais têm essa autoridade primária, em relação ao Estado, em relação à sociedade, sobre os seus filhos. De fato, os filhos não são propriedade do Estado, como o Carlos Vinícius mencionou, e eles também não são propriedade dos pais. Não se trata de a quem pertencem as crianças, mas se trata de estabelecer quem tem uma autoridade primordial, quem tem mais autoridade para saber como vamos trabalhar a questão dos direitos.

E, ao olharmos para o que é a família, ao olharmos para os vínculos, primeiramente, biológicos, depois, como consequência desse vínculo biológico, para os vínculos morais e aí, então, para a família como essa célula básica de estruturação da sociedade, nós concluímos que os pais têm a responsabilidade primordial sobre seus filhos e, em razão dessa responsabilidade primordial, têm também uma autoridade que é primordial.

Por isso, essa primazia educacional dos pais, por isso essa autoridade originária dos pais, por isso os direitos educacionais dos pais, numa perspectiva da lei natural, são direitos considerados negativos, ou seja, direitos que não podem ser violados pela comunidade política, sob pena de estarmos promovendo uma ordem social injusta.

Sobre isso, eu dei um passo atrás, para entendermos como as coisas são, independentemente de a Constituição ter colocado a família em pé de igualdade com o Estado, ou o Estado em pé de igualdade com a família, como o Carlos Vinícius também já mencionou, ao falar do dever de educação. Mas letras num papel não alteram a realidade das coisas. E é por isso que a educação domiciliar é imparável, é por isso que nós estamos vendo esse movimento todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao falarmos sobre a educação domiciliar no Brasil, no panorama jurídico-constitucional, temos o Recurso Extraordinário 888.815. E a tese básica desse recurso extraordinário é que não existe direito público subjetivo à educação domiciliar no Brasil, por causa da ausência de lei. Essa é uma questão bem importante para nós entendermos o assunto e para nós entendermos como funciona esse direito dos pais. Eu dedico grande parte do meu livro à interpretação dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, e o que eu posso dizer – de forma muito simples aqui, porque o nosso tempo é muito breve e a decisão tem quase 200 páginas – é que o que importa na decisão do Supremo, a partir do próprio voto do Ministro Alexandre de Moraes, é a afirmação da compatibilidade, em tese, da educação domiciliar com Constituição, mas por outro lado a afirmação da ausência de lei. Porque não há lei, não há direito público subjetivo. E direito público subjetivo precisa ser compreendido como a possibilidade de exigir prestações materiais do Estado.

Então, veja, pais educadores não têm possibilidade de exigir nenhum tipo de prestação do Estado. Não têm a possibilidade de exigir um comprovante de matrícula, um histórico escolar ou qualquer outro tipo de direito associado ao vínculo e à permanência na escola. Mas isso não significa que as famílias educadoras, olhando a natureza das coisas, olhando a lei natural, o que nos indica a lei natural, isso não significa que as famílias educadoras, que os pais pudessem ser proibidos pelo Estado de educarem seus filhos. Infelizmente, como as pessoas não conseguem interpretar adequadamente a decisão do Supremo, como existe uma tendência entre os juízes e os promotores a acharem que a ausência de lei é proibição, infelizmente nós vemos situações, no dia a dia, de pais sendo impedidos pelo Judiciário, e situações extremas, como essa de Jales, onde houve claramente militância ideológica – o Senador Eduardo Girão já estabeleceu isso, já delimitou isso de forma muito clara –, porque jamais tínhamos visto uma condenação criminal de família educadora no Brasil.

Mas eu não vou entrar nem nesse aspecto, talvez outras pessoas vão falar mais sobre isso. O que eu gostaria de acrescentar a essas considerações acerca da educação domiciliar como um direito natural e essa interpretação simples já proposta, ou, melhor dizendo, sumariamente proposta, acerca da decisão do Supremo, é que de fato os tratados internacionais de direitos humanos – o Carlos Vinícius já mencionou isso aqui –, o Sistema Internacional de Proteção dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos também garante a primazia educacional dos pais, que é reconhecida a partir da lei natural.

Vou mencionar apenas de passagem aqui, alguns já foram inclusive mencionados: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo 26.3; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no Artigo 18.4; o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no Artigo 13.1; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, no Artigo 12.4; e o que é mais interessante, a própria Convenção Internacional dos Direitos da Criança, no Artigo 18, estabelece essa primazia educacional dos pais. Ou seja, garantem o direito das crianças estabelecendo, reconhecendo a primazia educacional dos pais, a anterioridade da família em relação ao Estado, a comunidade política.

Por que tudo isso é importante? Nós estamos falando aqui, afinal de contas, de direitos humanos; nós estamos... esta audiência acontece na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. E os direitos humanos, os tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, têm, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, um *status* de supralegalidade. Então vejam, como essa primazia educacional dos pais está garantida nos tratados, a rigor, nós nem precisaríamos de lei, mas as pessoas tendem a desconsiderar isso, e, portanto, a alteração legislativa é bem-vinda, uma inovação legislativa nesse sentido, a aprovação desse projeto de lei é bem-vinda para garantir segurança jurídica às famílias.

Mas já que nós estamos falando de direitos humanos, e já que foi mencionado o caso da Alemanha aqui, inclusive, é muito importante mencionar também que, em 2006 – ou seja, 20 anos atrás – o Relatório da Missão Especial da ONU à Alemanha afirmou que a proibição à educação domiciliar na Alemanha configura uma violação aos direitos humanos. Então, se proibir é violar um direito humano, isso reforça a compreensão de que estamos diante de um direito negativo. E talvez o mais significativo, na história recente, é mencionar que o Conselho de Direitos Humanos da ONU, no relatório "O Direito à Segurança na Educação", reconheceu, em junho ou julho do ano passado, ou seja, quase um ano atrás, "a educação domiciliar como um ambiente educacional seguro".

A ONU reconheceu nessa ocasião, mais de uma vez, assim como já havia feito em 2006, que o que é obrigatório é a educação e não o ensino escolarizado, a educação domiciliar faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da liberdade educacional. Essa liberdade que temos de ensinar os nossos filhos de acordo com a nossa própria convicção.

Vejam o que diz o ponto 91 e o ponto 92 desse relatório:

> 91. De acordo com um número significativo de contribuintes [ou seja, pessoas que contribuíram à confecção do relatório], muitos pais escolhem o ensino domiciliar, a fim de proporcionar um ambiente educacional no qual a segurança, seja física, digital ou emocional, seja priorizada de forma que os sistemas institucionais frequentemente não conseguem alcançar.
> 92. Conforme observado pela Relatora Especial em seu relatório anterior, nos termos do Artigo 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, é a educação primária, e não o ensino escolarizado, que é obrigatória. O ensino domiciliar faz parte da liberdade educacional, com as famílias mantendo a liberdade de garantir a educação de seus filhos em casa, inclusive com o objetivo de assegurar sua segurança.

O principal foco daquele relatório.

Na conclusão, o relatório da ONU recomenda aos Estados:

> 98. [...]
> (f) Apoiar famílias educadoras domiciliares com recursos e redes de apoio, além de promover modelos eficientes de supervisão baseados na comunidade.

Então eu concluo reforçando essa distinção. Se de acordo com o Supremo Tribunal Federal, pela falta de lei, não existe direito público subjetivo à educação domiciliar, a educação domiciliar continua sendo – e sempre será – um direito humano e natural negativo, um direito que não pode ser violado pela comunidade política.

A lei aprovada vai atender ao requisito de um direito público subjetivo do Supremo Tribunal Federal, mas isso não vai mudar o *status*, mudar a qualidade da educação domiciliar como um direito natural e humano negativo. Na verdade, isso será apenas um reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente disso, por ausência de lei ou até mesmo por uma eventual lei proibindo, o que nós imaginamos que jamais irá acontecer no Brasil – imaginar que a educação domiciliar seja proibida por uma falta de lei, por ausência de lei, como algumas pessoas tendem a interpretar o contexto brasileiro à luz da decisão do Supremo –, proibir a educação domiciliar é uma grave injustiça e uma séria violação de direitos humanos. Isso porque não existe educação onde não há liberdade.

Eu agradeço a oportunidade de contribuir com este significativo debate e, assim, eu encerro a minha participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Nós é que agradecemos, Dr. Carlos Eduardo Rangel Xavier, a sua participação. Muito obrigado mesmo, você trouxe dados complementares e importantes com muita solidez.

Eu já, imediatamente, passo a palavra aqui à Isabelle Monteiro. Ela, que é advogada e pedagoga, especialista em direito educacional e *homeschooling*.

Muito obrigado pela sua presença. Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer sua exposição.

A SRA. ISABELLE MONTEIRO (Para expor.) – Eu que agradeço o convite, Senador Girão. Cumprimento todos aqui presentes, as famílias educadoras, juristas e demais telespectadores que acompanham esta audiência pública.

É uma honra, Senador, estar mais uma vez ocupando este espaço para tratar desse tema. Eu também já estive na audiência pública da Comissão de Educação do Senado, em 2023, porque esse tema, muito embora muitas vezes seja reduzido a uma disputa ideológica ou a uma mera divergência pedagógica, ele é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos.

A liberdade educacional das famílias é um direito sagrado dos pais de dirigir a educação moral, intelectual e religiosa dos seus filhos. Dessa forma, ela não pode ser tratada – a educação domiciliar – com excentricidade ou como uma forma de ameaça ou de infração presumida, igual tem sido feito às famílias. Ela deve ser tratada com seriedade constitucional e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade legislativa, pensando principalmente na fidelidade aos compromissos internacionais de direitos humanos que o nosso país já apresentou.

O ponto central da minha fala é este, Senador: o Brasil não inova. A educação domiciliar já existe há milhares de anos, como já foi bem trazido, e nós já assumimos compromissos internacionais que reconhecem a prioridade da família na educação dos filhos, protegem a liberdade de consciência dos pais e a transmissão de valores e crenças por intermédio da educação. Além disso, eles impedem que o Estado transforme a escola no único caminho possível para a realização do direito à educação.

A Declaração Universal de Direitos Humanos – todos esses pontos já foram bastante citados –, no seu Artigo 26.3, afirma que: "Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos". Essa formulação não foi feita acidentalmente; ela nasceu no pós-guerra, justamente como uma resposta histórica e humanitária aos regimes totalitários que tentaram capturar a infância por meio do monopólio estatal, como tragicamente aconteceu na Alemanha nazista.

A comunidade internacional enfim compreendeu, depois dessa experiência autoritária e dramática, que a educação não pode ser apropriada pelo Estado e não pode ser instrumento de padronização de consciências, porque senão desaparecem todas as demais liberdades. Quando os seres humanos pensam todos do mesmo jeito, não tem divergência de pensamento; consequentemente, não há liberdade de expressão sequer. (*Palmas.*)

No mesmo sentido, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto de São José da Costa Rica protegem expressamente esse direito educacional. O que esses instrumentos têm em comum é algo simples e muito profundo: as nossas crianças não pertencem ao Estado.

No ordenamento jurídico brasileiro, os tratados de direitos humanos ocupam uma posição superior às demais leis – é o que a gente costuma dizer que é o *status* supralegal. Isso significa que eles estão abaixo da Constituição Federal – o que já demonstrou aí uma liberdade educacional, por intermédio da interpretação do STF em 2018 –, mas acima da LDB e do ECA, de modo que esses dois instrumentos, essas duas leis, não podem ser interpretados – como tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido feito – de modo a esvaziar os direitos humanos que já foram reconhecidos internacionalmente.

A legislação deve lidar em harmonia com esses tratados, e não contra eles, como tem sido feito no nosso país. Mas a verdade que a gente precisa encarar nesta Comissão, Senadora, é muito dolorosa: o nosso país está em descumprimento de tratados internacionais de direitos humanos, o que coloca diretamente as famílias em situação de vulnerabilidade perante os conselhos tutelares, ministérios públicos e judiciários, diante de uma denúncia.

Este país descumpre tratados internacionais de direitos humanos por meio do Poder Legislativo, que mantém o Projeto de Lei 1.338 parado neste Senado desde 2022, e descumpre, de forma ainda mais avassaladora, por meio do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos conselhos tutelares, que ignoram completamente, em suas decisões judiciais, a existência desses tratados. Eles, curiosamente, fecham os olhos para esses tratados internacionais na matéria de educação domiciliar, enquanto em outras matérias eles os usam o tempo todo. E pior, eles ainda têm tratado pais e mães como criminosos, pais e mães de bem: aplicam multas altíssimas, advertências de perda da guarda – que são totalmente desproporcionais a uma situação de uma família extremamente amorosa, que cuida pelos seus filhos – e, recentemente, a situação ainda foi criminalizada.

Há uma distinção muito essencial que normalmente é esquecida: educação não se confunde com matrícula escolar. Quando o Estado transforma a matrícula e a frequência nos únicos indicadores possíveis de cumprimento à educação, ele inverte a finalidade do próprio direito e acaba transformando a criança em um objeto, em vez de sujeito de direitos, como queremos aqui. Nós queremos nossos filhos com as suas individualidades garantidas, assim como os pais têm garantido dentro do lar.

Essa inversão tem causado efeitos devastadores: não se analisam as evidências pedagógicas das crianças e acaba não sendo reconhecido o direito à educação. Esse ponto é o que mais toca a minha alma disso tudo. A ausência de uma regulamentação clara tem permitido que famílias educadoras sejam tratadas como famílias suspeitas ou diretamente criminalizadas. Como advogada atuante na matéria há mais de cinco anos e também Coordenadora Jurídica da Aned, eu vivo essa realidade na pele, diariamente. Eu já acompanhei milhares de famílias; eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogada da família de Jales que foi criminalizada e foi condenada a 50 dias em regime semiaberto; eu sou advogada da Regiane Cichelero, que também está aqui presente, que foi advertida da perda da guarda do seu filho porque praticava educação domiciliar.

Sabemos de outros casos graves recentes, como a família de Araucária, do meu estado, no Paraná, que foi condenada a uma multa de R$1,4 milhão; temos a família da Muara e do Alfredo aqui também, a que foi determinada a suspensão de CNH, multa diária de R$2 mil e está sendo buscada família substituta para o Benício, filho de pais que cuidam extremamente dos seus filhos; sabemos da Déa e do Tiba Camargos, um caso recente também de uma família que educava há oito anos e que foi obrigada a matricular, sob pena de multa, dizendo que eles não tinham condição de cuidar dessa família, não amavam o suficiente esses filhos, um pai que ficou tetraplégico porque pulou num rio para salvar o mesmo filho de um afogamento. Se tem alguém que ama mais e conhece mais essa criança do que ele, como o Estado quer reivindicar, eu não conheço.

São famílias zelosas que abrem mão do seu tempo, da profissão, de anseios pessoais e passam por desafios que alguém que não seja zeloso não é capaz de compreender, quer distância. Ninguém opta pela educação domiciliar para descumprir direitos. Educar um filho em casa dá muito trabalho, gente, vocês sabem disso. E é por isso mesmo que os resultados são excelentes. E mesmo assim, pais que organizam minuciosamente a rotina dos seus filhos são tratados com terror e insegurança jurídica.

Senador, a gente precisou criar, dentro da nossa associação nacional, o SAJ (Serviço de Assistência Jurídica), porque 40% das famílias educadoras ganham até quatro salários mínimos por mês e não têm condição de lutar contra essas situações do Estado; apenas 6% das famílias educadoras ganham mais de 20 salários mínimos por mês. Então, nós temos um serviço de assistência jurídica que, de graça, traz serviço e auxílio para todas essas famílias denunciadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São quantas famílias cadastradas no Brasil?

A SRA. ISABELLE MONTEIRO – A gente não tem um cadastro, Senador, justamente porque não há uma lei, então não tem como a gente fazer essa verificação concreta, mas a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estima que são mais de 75 mil famílias hoje, no Brasil, que praticam a educação domiciliar. E esse número tem anos em que chega a dobrar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Cinquenta por cento ao ano.

A SRA. ISABELLE MONTEIRO – Sim, 50% ao ano. E, muito pior do que isso, eu tenho verificado e tenho sabido, por escritórios que tratam com imigração, Senador, que estamos perdendo mentes brilhantes no nosso país. Com essas decisões recentes que temos do Judiciário, muitas famílias têm optado por emigrar, com medo dessa pressão estatal. Então, um país que tem tudo para crescer está perdendo as suas mentes por conta de uma ausência de legislação.

Quando a opção educacional da família é tratada como indício de risco, essa família vira objeto de vigilância; e a criança, objeto da opressão estatal.

O relatório da Unesco sobre *homeschooling* sob a ótica dos direitos humanos, emitido em 2025, recomenda expressamente que o Estado deve adotar medidas de liberdade. É uma necessidade humanitária urgente, para estabelecer segurança jurídica e proteger as crianças, que este Senado pare de não regulamentar e paute, com urgência, o PL 1.338.

Senhoras e senhores, a pergunta que devemos fazer não é se todas as famílias devem fazer educação domiciliar – é óbvio que não. A pergunta que devemos fazer é se o Estado brasileiro tem o direito de negar que uma família, pela razão que seja, possa educar seus filhos fora da escola, mesmo quando demonstra zelo, amor, planejamento e desenvolvimento integral. À luz dos direitos humanos, a resposta é não. O Estado não pode substituir a liberdade familiar por uma mera presunção de culpa. As mais de 75 mil famílias educadoras existentes no Brasil são dedicadas. Eles sacrificam suas carreiras e suas rotinas diariamente por amor aos seus filhos. E eles continuarão fazendo esse trabalho independentemente das circunstâncias, porque o amor de um pai e o de uma mãe não se curvam a uma inércia estatal. É o Estado que está atrasado. É o Estado que precisa se organizar para participar e cooperar.

Que esta audiência pública seja um marco de responsabilidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o Senado Federal escute o clamor dessas famílias, o parecer dos juristas e os princípios de direitos humanos!

A liberdade educacional não é uma ameaça à democracia. Ao contrário, ela é a mais linda de suas expressões mais profundas, porque traduz a liberdade.

Não sejam omissos, Senadores. Não criminalizem o amor dessas famílias. Pautem o pedido de urgência e a regulamentação do *homeschooling*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Isabelle. Muito obrigado pela sua participação. Você falou a palavra-chave. É o amor, né? É o amor. E isso aí realmente é o que transcende tudo.

Eu fico, assim, me perguntando – estava conversando aqui com o Carlos Vinícius –: além da ideologia, além daquela coisa do Estado gigante – e aqui muitos Senadores, muitos Parlamentares gostam disso – daquela coisa da censura, de tudo, de que se tem que pensar como eles, um projeto de poder pelo poder –, vocês enfrentam... também têm problema com o *lobby* das escolas particulares, alguma coisa desse tipo? *Lobby* de alguns organismos que querem que as crianças sejam matriculadas nessas escolas tradicionais?

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS (Para expor.) – Senador, talvez a gente precise aqui, então, transformar essa minha resposta numa denúncia a essas organizações que têm descumprido os tratados internacionais de direitos humanos, especialmente – vou pegar um exemplo aqui do Distrito Federal – organizações de sindicatos, sindicatos de professores, ou organizações que representam secretarias de educação, ou órgãos ideologizados.

E aqui eu gostaria de fazer uma separação muito clara entre a gestão de algumas dessas organizações e os profissionais os quais elas representam. Por quê? Por exemplo, professores têm optado por fazer educação domiciliar com seus filhos, e professores que estão habilitados a educar 40 estudantes numa sala de aula estão sendo proibidos de educarem seu próprio filho. E os sindicatos são contra esses próprios profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a educação domiciliar não é uma oposição a escolas, não é uma oposição a professores. Pelo contrário, nós temos parcerias com muitas instituições de ensino, com muitos profissionais da educação, os quais respeitamos e reconhecemos o seu papel na sociedade.

Aqui no Distrito Federal, nós tivemos... A legislação local foi proposta aqui com o apoio do Governador do Estado, da Procuradoria do Estado, da Procuradoria Técnica da Câmara Distrital, do Ministério Público do Distrito Federal. Isso foi aprovado na Câmara Distrital, foi sancionado pelo Governador, e o Sinpro-DF, atentando contra os tratados internacionais, ingressou com uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. E, com base nessa ação, a lei distrital foi derrubada. Uma lei para resguardar as famílias aqui do Distrito Federal, para fazer ser respeitado esse direito foi suspendida e está em recurso no Supremo Tribunal Federal.

Então, determinados órgãos colegiados atuam, sim, em *lobby* ideológico. A sua atuação é contra os direitos humanos das famílias.

Então, eu queria responder a isso como uma denúncia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Inclusive a nossa assessoria está aqui, a Aléxia Portugal, e eu me coloco à disposição da Associação Nacional de Educação Domiciliar para a gente reforçar essa denúncia nos órgãos competentes, inclusive em organismos internacionais também, o Senado Federal acionando. Conta com a gente! A Aléxia está ali.

A gente tem denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a questão dos presos políticos que nós temos no Brasil em pleno século XXI, violações diversas, a questão da liberdade de expressão. A gente tem denunciado – eu já fui pessoalmente – e a gente pode fazer isso, sim, para acionar – eu acho que já fizeram isso, né? – em nível internacional, o que está acontecendo com o Brasil.

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – Na Comissão de Direitos Humanos ainda não, mas, nos fóruns internacionais, como no Global Home Education Exchange, o qual eu também integro, isso já está comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos acionar, Aléxia, lá em Washington, nos Estados Unidos, vamos acionar a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interamericana de Direitos Humanos. Tem até uma nova composição agora, né? E, inclusive, a Aléxia tem contatos lá com as pessoas diretamente. Isso é bom.

Quando eu falo de *lobby*, não é apenas o ideológico. Eu falo de *lobby* de dinheiro mesmo, de interesse contrariado, porque é um dinheiro que vai deixar, para quem tem condição de pagar, de entrar na escola privada. Eu digo isso porque sei...

Aqui no Congresso muita coisa funciona à base do *lobby*. A indústria farmacêutica manda e desmanda em muita coisa aqui; a indústria de vacina; a indústria de aborto; de maconha. Então a gente sabe que existem outros interesses aqui nesses corredores sombrios.

Então, eu lhe pergunto: vocês têm algum indício do mercado privado de educação boicotando, sabotando isso?

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – Senador, não temos nenhum indício de uma ação por questão financeira.

E eu queria trazer um dado até para as organizações, para as entidades de educação privada: primeiro, em nenhum lugar do mundo, a educação domiciliar trouxe prejuízo para o sistema educacional privado, em nenhum lugar do mundo. Pelo contrário, ela acaba fomentando, acaba desenvolvendo isso ainda mais, porque, na maioria dos países, existe uma parceria entre as famílias que fazem o *homeschooling* e as organizações, as instituições de ensino. Inclusive, o projeto de lei, previsto aqui no 1.338, estabelece que as famílias devem registrar, matricular os seus filhos em instituições de ensino à escolha, obviamente, dos pais. E isso abre, na verdade, pensando do ponto de vista financeiro, oportunidades até de negócio, de provimento de serviços.

É um absurdo, Senador, porque a oposição, de fato... E o *lobby* é ideológico. Ele não tem uma preocupação educacional. Os resultados acadêmicos nacionais e internacionais atestam desenvolvimento, socialização, como já falamos aqui. O que há, de fato, contra a educação domiciliar é uma tentativa de retirar os filhos das famílias, de separar os filhos dos seus pais. E é nesse ponto, e é nessa tecla que a gente não vai parar de bater, porque nós não vamos desistir dos nossos filhos. Nós não vamos entregar os nossos filhos para esse tipo de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado. Bom esse esclarecimento, deixa claro. Eu agradeço. É importante saber.

Vamos sequenciar aqui, né?

Vamos sequenciar, porque agora a palavra vai ser concedida ao Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc), Diego Vieira.

Diego, muito obrigado pela sua presença. Você tem dez minutos, com a tolerância aqui da Presidência, para fazer a sua palestra.

Obrigado.

O SR. DIEGO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Senador Girão, a quem agradeço imensamente pela Presidência desta mesa, Exmas. famílias educadoras aqui presentes e todas as Exmas. famílias educadoras que estão nos acompanhando aí via internet e em demais canais.

Em especial à minha esposa e aos meus filhos que também estão me acompanhando, o meu beijo e todo o meu amor a vocês.

Bem, para dar complemento até mesmo às argumentações feitas até agora, senhores, permitam-me iniciar não com uma afirmação, mas com uma pergunta, uma pergunta que é mais antiga que esta República que vivenciamos, mais antiga que o Império que vivenciamos, mais antiga que nossas constituições, mais antiga que os sistemas modernos de ensino, mais antiga até mesmo que todo o nosso país, todos os estados de nossa Federação, e também para desenhar algo sobre o art. 205 da nossa Constituição Federal: quem possui o dever originário de educar uma criança? Senhores, especialistas em educação, os Ph.D. em educação, professores universitários, Senadores, Exmo. Presidente da República, respondam-me com sinceridade intelectual, com uma busca sincera pela verdade: quem possui o dever originário de educar uma criança?

Essa parece uma pergunta simples, tão óbvia, assim como a grama é verde, mas, nesses tempos, precisamos desenhar que a grama é verde. Então, vamos lá. Parece uma pergunta simples, mas dela depende toda a controvérsia que hoje examinamos aqui nesta Casa. Parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa tão óbvia que é absurdo ter que explicar isso numa Comissão de Direitos Humanos do nosso Senado Federal. Eu me sinto, primeiramente, envergonhado por isso. Mas, enfim, vamos provar que a grama é verde.

Se o dever pertence primordialmente ao Estado, então os pais educam por autorização. Eu preciso educar os meus filhos, meus sete filhos por autorização do Estado. Obrigado, papai Estado, pela autorização de educar os meus filhos. Vocês acreditam nisso? Não, né? Mas, se esse dever pertence primordialmente à família, então o Estado não concede esse direito; limita-se a reconhecê-lo, a proteger e a garantir o direito natural da família. E é precisamente por isso que estamos aqui: para defender um direito natural, um direito humano fundamental, um direito humano negativo, assim como o nosso queridíssimo Dr. Carlos Xavier já desenhou. Só um analfabeto, muito, muito analfabeto funcional, para não entender o desenho que ele fez.

Excelências, há milhares de anos, os povos originários, os povos antigos, até mesmo os povos citados nas Sagradas Escrituras – os sumérios, os babilônicos, os assírios, os hebreus – já defendiam a primazia da família na educação dos filhos. Vale lembrar que a família, base da sociedade, existe antes do Estado, desde que o mundo é mundo, assim como o nosso Carlos Vinícius já desenhou, desde Adão e Eva.

E também, como nota, um grande historiador francês chamado Azpiazu, abro aspas: "As primeiras famílias não conheceram sujeição estatal. Os primeiros regimes viveram à sombra de um regime paternal. As tribos primitivas não sabiam noções jurídicas de Estado, ideias que levaram séculos para surgir, sendo talvez Aristóteles o primeiro a conhecê-las. A família, pois, núcleo da sociedade, célula *mater* da sociedade [se é que se entende o que significa célula *mater* da sociedade], viveu muito antes de o Estado nascer; e, consequentemente, os direitos da família, máxime na educação de seus filhos...".

Os gregos também ensinavam que a família é a primeira sociedade natural. O direito romano reconhecia a autoridade dos pais como realidade anterior à própria organização política. Cícero a chamou de princípio da cidade e seminário da República, e São Tomás de Aquino ensinava que a natureza não pretende apenas a geração da prole, mas também a sua condução, a maturidade e a sua perfeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observem, senhores – e aqui, mais uma vez, ressalto, com sinceridade intelectual –, as civilizações distintas, séculos distintos, tradições distintas, culturas distintas, mas uma mesma conclusão: a família vem primeiro, antes do Estado, antes da escola, antes da igreja, antes dos ministérios, antes das burocracias, antes das políticas públicas, porque nenhuma repartição pública gera uma criança. Eu não sei, eu nunca vi uma notícia, Sr. Senador, de que o Senado Federal gerou uma criança, de que o Congresso Nacional gestou uma criança. Nunca! Eu desconheço essa afirmação.

Nenhuma instituição estatal a recebe nos braços ao nascer. Nenhuma estrutura administrativa vela por ela durante a noite. Quem faz isso é a família. Quem faz isso é o pai. Quem faz isso é a mãe. A existência humana se dá pelo pai, pela mãe, pela família. Antes de se tornar cidadão, o homem precisa existir. E quem lhe dá a existência? Logicamente, a família. Por isso, aquela célula *mater* da sociedade.

Então, quando discutimos a educação domiciliar, não estamos discutindo simplesmente um método pedagógico. Não podemos reduzir a educação domiciliar a um método pedagógico, pelo amor de Deus. Não estamos aqui discutindo uma preferência educacional ou uma questão administrativa, muito menos uma questão ideológica, uma questão partidária. Reduzir a educação domiciliar a uma discussão entre direita e esquerda, politizar um tema é uma coisa absurda, como eu já demonstrei: civilizações de todos os tempos reconhecem a primazia da família. Isso é uma desonestidade intelectual imensa.

Estamos discutindo a própria natureza da autoridade educativa. Estamos discutindo se o Estado reconhecerá ou não aquilo que todas as tradições jurídicas e civilizacionais reconheceram ao longo dos séculos: a prioridade da família, como está nos tratados internacionais de direitos humanos.

O direito natural pode se resumir a isto: é o justo segundo a natureza da coisa. O *homeschooling* é justo segundo a natureza da família. O *homeschooling* é justo segundo a natureza do ser humano. O *homeschooling* é justo segundo a natureza da educação. E mais, senhores, prestem bem atenção, senhores jornalistas, que gostam de, com desonestidade intelectual, ficar distorcendo o tema nas notícias: o *homeschooling* é justo segundo a natureza subsidiária do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo nesta tribuna em nome da Afesc (Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina) – e aqui cumprimento o nobre Senador, o Exmo. Senador Hermes Klann, nosso parceiro, nosso apoiador – e preciso afirmar algo com absoluta clareza: as famílias educadoras não comparecem, hoje, a esta Casa para pedir autorização para existir; nós já somos uma realidade, uma realidade imparável. (*Palmas.*) Existimos em todos os estados da nossa Federação. Existimos em todo o mundo, e aos milhares, aos milhares.

A questão não é se existirão. A questão não é... A questão é se continuarão submetidas à insegurança jurídica ou se, finalmente, terão reconhecida a sua legitimidade. É isto que queremos deste Congresso: somente o reconhecimento da legitimidade de cumprirmos os nossos deveres na educação dos nossos filhos.

Ao longo dos últimos anos, como Afesc, Sr. Senador, temos acompanhado centenas de famílias, entre elas a da Sra. Regiane Cichelero, que vai testemunhar aqui. Não estou falando de teorias; estou falando de pessoas concretas: seres humanos, pais presentes, mães amorosas, dedicadas, lares estruturados, famílias que fizeram aquilo que a própria sociedade lhes pede diariamente: assumir a responsabilidade pelos próprios filhos.

Mas testemunhamos, também, algo que não deveria existir em uma ordem jurídica verdadeiramente justa: vimos famílias honestas vivendo sob constante insegurança; vimos mães chorando diante da possibilidade de sanções administrativas; vimos pais tratados como suspeitos, como marginais, como criminosos, não porque abandonaram os seus deveres, mas, precisamente, porque os assumiram integralmente, com amor incondicional, um amor insuperável, como o amor de uma mãe, de uma família que quer educar o melhor para os seus filhos, e, por isso, são perseguidos.

E aqui surge uma questão que esta Casa, o Congresso Nacional, precisa enfrentar: que espécie de ordem jurídica transforma o cumprimento zeloso do dever parental em motivo de perseguição institucional? Que espécie de sistema presume culpa onde existem inúmeras evidências de dedicação? Que espécie de justiça ignora a boa-fé? Se é que ainda se entende o que significa o princípio da boa-fé. Que ignora a boa-fé de famílias cuja única intenção é promover o bem de seus filhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não falo de hipóteses, senhores; falo da realidade, das injustiças que estão acontecendo, de casos reais. Os senhores vão ver isso aqui hoje: pais foram processados, famílias foram intimidadas, lares foram submetidos a constrangimentos administrativos, não porque causaram dano, prejuízo ou risco às crianças. Infração administrativa... São acusados de infratores os pais que não causam nenhum dano, nenhum prejuízo, nenhum risco. Se alguém sabe interpretar o que significa algo que precisa compor uma infração, precisa ter dano, prejuízo e risco. As famílias provam que isso não existe e, mesmo assim, são processadas como infratoras. É incrível! Mais uma vez, infratoras não porque negligenciaram a educação, mas porque decidiram assumir diretamente aquilo que entendem ser a sua responsabilidade fundamental.

Então, surge o argumento frequentemente invocado pelo MP, pelos tribunais de justiça, que é o art. 55 do ECA, que exige a matrícula escolar. Bem, concedamos essa premissa da matrícula obrigatória e da frequência escolar, mas perguntemos: pode uma única disposição legal ser interpretada isoladamente, acima dos princípios da boa-fé, acima da razoabilidade, acima do princípio da subsidiariedade, acima da dignidade humana e da dignidade da família, acima do melhor interesse concreto da família, do melhor interesse concreto da criança? Nenhum sistema jurídico sério opera dessa forma. As leis existem para servir à Justiça, não para substituí-la. A letra existe para servir ao direito, não para sufocá-lo. E toda interpretação jurídica que ignora a realidade concreta, o mérito do caso concreto, afasta-se totalmente dos princípios basilares do direito e da justiça, e corre o risco de transformar a norma em instrumento de injustiça. É isso que temos vivenciado.

Excelências, há uma dimensão humana que raramente recebe a atenção que deveria. O sofrimento silencioso dessas mães... Querem tanto falar de mulheres empoderadas. Essas são as verdadeiras empoderadas. Muito se fala em sistemas, estruturas, burocracias. Pouco se fala da mulher que acorda, diariamente, para educar seus filhos; pouco se fala da mãe que renuncia ao conforto, ao reconhecimento social e, muitas vezes, às suas carreiras, às oportunidades profissionais, para dedicar-se integralmente à formação de uma nova geração.

Essas mães são fonte de vida para a nossa pátria. Elas merecem honras, merecem homenagens e não perseguição, não processos civis, não processos criminais. Essas mulheres, mães exemplares, amorosas, heroínas, não pedem privilégios; pedem respeito. Se é que sabem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que significa respeito, que olhem os casos absurdos que estamos vivenciando! Pedem segurança jurídica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO VIEIRA – ... pedem para não serem tratadas como criminosas, por exercerem aquilo que entendem ser a sua mais alta vocação.

Elas estão cuidando do maior tesouro de nossa nação. Elas estão cuidando do futuro de nossa nação. O futuro de nossa nação passa pelo ventre das mães, passa pelo berço das casas, passa pela mesa dos lares. A escola vem muito depois da família.

Defender a educação domiciliar, aqui para finalizar, é também defender essas mães, principalmente, defender a sua liberdade, a sua dignidade e a sua autoridade moral dentro da própria família, porque uma sociedade que enfraquece a maternidade enfraquece a si mesma, e uma sociedade que aprende a desconfiar sistematicamente dos próprios pais prepara para si um futuro de crescente dependência e totalitarismo estatal. Estamos caminhando para o nazismo; isso já aconteceu, a história já nos mostrou, já foi citado aqui.

Então, senhores, não queremos o Brasil um Estado totalitarista. Pedimos a aprovação do PL 1.338, de 2022, para garantir o direito a essas mães, a esses pais tão dedicados, que, com muito amor, estão cuidando do futuro de nossa nação e do maior tesouro de nossa nação, que são as nossas crianças.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém, muito obrigado.

Muito bem, Diego Vieira, que é Presidente da Associação das Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc). É um grito de indignação, de uma causa tão justa, o grito dos justos. Isso é muito importante, porque está parado há muito tempo, aqui, é realmente injustificável – injustificável –, e já tivemos várias audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente, eu já quero aqui convidar o nosso Senador, meu querido irmão, amigo já, homem das boas causas, que tem chegado aqui no Senado Federal com muita dedicação... Você vê que são poucos Senadores que estão aqui na quinta-feira, e ele está aqui, fez questão de vir a esta audiência pública. Daqui a pouco está voltando para a sua amada Santa Catarina, mas disse: "Não, só vou voltar na quinta-feira depois de participar".

Então, Senador Hermes Klann, de Santa Catarina, acabamos de ouvir, não por acaso, um representante do seu estado aqui, da Associação das Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem a fala, o tempo que o senhor quiser.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Girão, sempre é um prazer.

A Presidência nas mãos do Senador Girão é tudo de bom...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... tudo de bom, tento me espelhar sempre em você.

Quero cumprimentar aqui o meu conterrâneo, o Diego, que faz esse trabalho maravilhoso. Continue nessa pegada! Estaremos juntos, o.k.?

Sr. Presidente, Senador Girão, cumprimento os convidados, especialistas, representantes das famílias educadoras e todos os que acompanham esta audiência pública.

Quero iniciar parabenizando esta Comissão pela realização deste debate sobre um tema relevante para os direitos das famílias, das crianças e para o futuro da educação brasileira. A discussão sobre a educação domiciliar não é uma discussão contra a escola, tampouco é uma discussão contra professores ou contra a educação pública. O que está em debate é como conciliar dois princípios que a própria Constituição reconhece: o dever do Estado de garantir a educação e o direito das famílias de participarem ativamente da formação de seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação começa no lar. A família é o primeiro ambiente de aprendizagem, onde são transmitidos valores, princípios, hábitos e responsabilidades. A escola exerce papel fundamental nesse processo, mas isso não elimina a importância da liberdade educacional das famílias.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema e deixou claro que cabe ao Congresso Nacional decidir sobre a regulamentação da educação domiciliar, ou seja, a questão não é se o Parlamento deve discutir o assunto, mas como fazê-lo de forma responsável. Temos hoje milhares de famílias brasileiras que aguardam segurança jurídica. Temos também preocupações legítimas relacionadas ao acompanhamento pedagógico, à proteção integral da criança e à garantia de qualidade educacional. Por isso, considero que o caminho adequado é o debate sério e a regulamentação responsável, capaz de conciliar liberdade, fiscalização e proteção dos direitos das crianças.

Esta audiência é uma oportunidade para ouvirmos diferentes visões e avançarmos na construção de uma legislação equilibrada, que respeite a Constituição, fortaleça as famílias e assegure o melhor interesse da criança.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, querido Senador Hermes Klann, que já fez pronunciamento; eu sou testemunha, eu estava no Plenário. Aliás, estávamos juntos lá, não é? Por um acaso – porque não existe coincidência –, nós estávamos juntos, e o senhor estava discursando sobre *homeschooling*, sobre a importância de regulamentar.

Eu estava conversando aqui com a Isabelle, há pouco tempo, que vários países já regulamentaram: a Europa quase toda, África do Sul, Rússia, aqui no Chile...

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Chile, Paraguai, Equador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Chile, Paraguai, Equador, e o Brasil ainda não tomou, mas vai tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das principais bandeiras do Senador Hermes... Tem várias, mas ele chegou há pouco tempo aqui, como suplente do Senador Jorge Seif – um grande Senador, também defensor do *homeschooling*, da regulamentação –, mas ele tem falado isso, ele tem articulado, ele tem conversado com os Senadores.

Vamos tentar – não é, Senador? – dar esse presente, mesmo no momento ainda de pré-eleição, mas já tem o relatório favorável da Senadora Professora Dorinha, está na Comissão de Educação. É votar e ir ao Plenário, que eu acho que a gente consegue fazer uma força-tarefa para isso nas próximas semanas, se Deus quiser. Vamos fazer a nossa parte, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei, eu sei que a gente pode contar.

Inclusive, vamos contar com o senhor também, nós vamos fazer uma denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. Já fui lá, várias vezes, com outros colegas Senadores, inclusive com o Seif, denunciar a censura no Brasil, os presos políticos que nós temos em pleno século XXI, e nós vamos denunciar também, já surgiu dessa audiência aqui, a intimidação que está acontecendo com famílias, o desrespeito a acordos internacionais. A Aléxia, que trabalha conosco no gabinete, vai falar com a sua atenciosa assessoria e com outros Senadores também da causa para a gente ir, juntos, dar força, muitos Senadores juntos fazerem essa denúncia lá, fazerem essa ação.

Senador, fique à vontade!

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu me coloco, como já me coloquei, à disposição – tenho conversado com o Diego –, à disposição de todos pela causa.

Eu acho que fazer o certo não pode dar errado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não tem como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, vamos caminhar nesse sentido.

Eu agradeço aqui a minha participação. Eu tenho um voo daqui a pouco. Estou pedindo licença, mas estarei presente, está o.k.?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador.

Tenho uma notícia boa para o senhor. Eu sei que o senhor vai ter que viajar, senão perde o voo, e já foi muito... A gente agradece, as famílias, todos nós agradecemos a sua presença aqui, e acabamos de receber uma boa notícia, olhe aqui, acabou de chegar aqui: eu fui informado de que o Senador Magno Malta, outro entusiasta da causa, acabou de dar entrada, no sistema do Senado, num pedido de urgência da votação da matéria para ir direto para o Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

O senhor já assinou, eu já assinei e vamos articular aí para ver se a gente consegue, não é?

Então, agora nós vamos ouvir, para encerrar esta primeira mesa – aliás, tem mais duas pessoas para encerrar esta primeira mesa –, Andrea Hoffmann Formiga, Presidente-Executiva do Instituto Isabel, advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, especialista em direito processual civil e relações governamentais estratégicas e políticas públicas

Obrigado pela sua presença, Andrea. Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA (Para expor.) – Muito obrigada. Muito bom dia! Cumprimento o Senador Girão, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa. Bom dia, famílias! Bom dia, crianças!

Eu sou a Andrea Hoffmann Formiga, sou Presidente-Executiva do Instituto Isabel...

Obrigada, Senador. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Instituto Isabel faz um trabalho de *advocacy,* e a gente faz o trabalho do *lobby* do bem aqui, Senador Girão: é o *lobby* em prol da vida, desde a concepção até a morte natural; das famílias; do casamento natural; dos direitos dos pais sobre seus filhos, e é sobre isso que a gente fala aqui hoje. Além disso, também defendemos a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e a liberdade da objeção de consciência, especialmente dos profissionais, os profissionais de saúde, os profissionais de psicologia, os assistentes sociais e tantos outros, como os profissionais jurídicos também.

Hoje estamos aqui falando de liberdade, de liberdade educacional, de liberdade dos pais de educar os seus filhos; e falar em liberdade educacional é falar, antes de tudo, da família, porque educação de uma criança não nasce no Estado, nasce no lar, como já foi falado aqui, nasce no afeto, no exemplo e na responsabilidade daqueles que lideram a vida e respondem por ela diante da sociedade e diante da própria consciência.

A nossa Constituição reconhece isso com muita clareza. O art. 205 afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família; o art. 227 estabelece que assegurar à criança o seu pleno desenvolvimento é dever da família, da sociedade e do Estado, nessa ordem: família, sociedade, depois Estado; e o art. 229 diz, de forma muito direta, que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os seus filhos. A família, portanto, não é uma coadjuvante no processo educativo, ela é a primeira educadora, e o Estado atua de forma subsidiária para apoiar, não para substituir.

É a partir desse fundamento que precisamos olhar para a educação domiciliar, não como uma exceção suspeita, não como um capricho de poucos, mas como exercício legítimo de um direito que pertence à família e que é reconhecido por democracias consolidadas em todo o mundo.

Aqui eu preciso ser muito precisa, porque a precisão importa nesta Casa, no Senado Federal. O Supremo Tribunal Federal já enfrentou esse tema. No julgamento do RE 888.815, o Supremo assentou que a Constituição não veda a educação domiciliar. O que o Supremo disse foi que hoje é necessário praticá-la a partir de uma regulamentação e que cabe a este Congresso Nacional – e a mais ninguém – discipliná-la. Ou seja, a palavra final não está com o Judiciário, está aqui com os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. E é exatamente por isto que esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência é tão importante: porque, enquanto o Parlamento não decide, quem paga o preço da omissão são as famílias brasileiras, e muitas famílias que se encontram aqui hoje.

Permitam-me ser concreta: no Paraná, uma família foi condenada ao pagamento de uma multa que ultrapassa R$1,5 milhão; em Jales, no interior de São Paulo, pais foram condenados a 50 dias de detenção. Há espalhados pelo país inúmeros casos de famílias ameaçadas até de perder a guarda dos próprios filhos, e o motivo, em todos eles, é o mesmo: optaram por educar os filhos em casa, com dedicação e com responsabilidade.

Vejam um paradoxo: essas famílias não estão sendo punidas porque cometeram um ato proibido pela Constituição – o Supremo já disse que não é proibido –, elas estão sendo punidas porque este Parlamento ainda não regulamentou o tema. Estão sendo penalizadas pelo silêncio do legislador!

E não estamos falando de um grupo marginal: a Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar) estima que mais de 70 mil famílias brasileiras pratiquem essa modalidade hoje. São 70 mil famílias vivendo na insegurança jurídica, sujeitas a decisões contraditórias de conselhos tutelares, secretarias de educação, tribunais e ministérios públicos, dependendo apenas da sorte de qual autoridade as fiscaliza.

Esse quadro de insegurança não interessa a ninguém. Não interessa às famílias, que querem agir dentro da lei; não interessa ao Estado, que precisa de critérios claros para acompanhar; e não interessa, sobretudo, às crianças, que merecem a proteção dentro de parâmetros objetivos e não ao sabor de interpretações arbitrárias.

É aqui que entra o PL 1.338, de 2022, que corre nesta Casa.

Eu peço muita atenção a esse ponto, porque é aí que mora o maior mal-entendido sobre o projeto: o PL 1.338 não é desregulação; ele é exatamente o contrário disso! Ele é responsabilidade.

O projeto não cria um vazio em que cada família faz o que quer; de jeito nenhum! Ele estabelece exigências sérias: exige a matrícula da criança em uma instituição oficial; exige a apresentação de um plano pedagógico; exige acompanhamento periódico pelo órgão educacional; exige avaliações regulares que garantam equivalência à Base Nacional Comum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Curricular; exige registro e documentação sistemática do aprendizado; e prevê sanções para quem o descumprir – então, é altamente regulatório. Em alguns aspectos, são requisitos até mais rigorosos do que aqueles que recaem sobre o próprio ensino escolar comum; ou seja, o que hoje acontece à margem da lei, sem padrão e sem fiscalização, passa a acontecer dentro de um marco jurídico claro, acompanhado, auditável.

A criança fica mais protegida com o projeto aprovado do que com essa situação atual de omissão; então, quem defende a proteção integral da criança – e o Instituto Isabel defende a proteção integral da criança – deveria, por coerência, defender também a aprovação desse projeto.

Há quem diga que isso é uma aventura, um experimento isolado. Não é! É o caminho que democracias maduras já trilharam: Portugal, Finlândia, tantos outros países aqui mencionados, por exemplo, adotaram um modelo de supervisão equilibrada, em que o Estado acompanha, sem sufocar a autonomia das famílias educadoras. Os estudos disponíveis nesses países mostram um desempenho acadêmico superior ao da escola tradicional, ao lado de bons indicadores de economia, de autonomia, de disciplina e de desenvolvimento socioemocional. O Brasil não estaria inovando no escuro; ele estaria se alinhando, sim, ao que já funciona.

A gente precisa lembrar também que a educação domiciliar não é uma bandeira ideológica abstrata: ela responde às necessidades reais e concretas. Eu penso muito aqui nas famílias de crianças neurodivergentes, nos autistas, nos com altas habilidades, que é uma realidade muito presente hoje, porque eles não encontram na escola um ambiente adequado ao seu ritmo de aprendizado.

Eu vi isso na prática: eu tenho quatro filhos; meus filhos vão à escola regular, e a gente viu lá a necessidade de famílias que realmente tiveram que retirar seus filhos da escola, porque eles se desenvolvem muito melhor numa educação domiciliar.

Ela é também... Penso muitas vezes também em lugares onde a segurança pública, um problema muito sério no nosso país, é tão precária, em que às vezes o simples deslocamento para a escola expõe a criança a riscos reais. Então, para essas famílias, a educação domiciliar não é uma preferência ideológica, é sim, muitas vezes, a melhor ou a única resposta possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso numa família que teve uma criança com doença autoimune e, durante a pandemia, deu graças a Deus pela pandemia, porque a sua filha não tinha condições de ir para a escola, e assim fizeram a educação domiciliar.

E eu gostaria de falar, então, do momento legislativo que temos, ele é decisivo. O PLN 1.338 já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. No Senado, sob a relatoria da Senadora Professora Dorinha, recebeu parecer favorável, nos mesmos termos aprovados pela Câmara. Então, manter o mérito já construído é um ato de responsabilidade legislativa, de respeito ao debate democrático que já aconteceu.

Falar em anistia para as famílias condenadas civil e criminalmente é desviar o foco. E eu repito: falar em anistia para essas famílias é desviar o foco, não é disso que se precisa. É necessário aprovar a regulamentação de uma vez por todas, essa regulamentação que tem forte presença do Estado, porque ela exige tudo isto, eu repito: matrícula para a criança em sistema oficial; apresentação de plano pedagógico; acompanhamento periódico por órgão educacional; avaliações regulares que garantam a equivalência com a BNCC; registro e documentação sistemática da aprendizagem; sanções pelo descumprimento.

Então, eu encerro renovando este pedido: o Instituto Isabel manifesta-se pela aprovação integral e célere do PLN 1.338, e parabeniza pelo recém-protocolado pedido de requerimento de urgência, e é isso.

Regulamentar a educação domiciliar não é enfraquecer o Estado nem desproteger a criança; é reafirmar a liberdade educacional; é reconhecer uma opção que está longe de ser para todos; é reconhecer a primazia da família consagrada na Constituição; é dar segurança jurídica a quem hoje vive sob ameaça de multas e de prisão por amar e por educar os próprios filhos; e é, no fim das contas, fortalecer o pluralismo educativo, que é um dos pilares de qualquer sociedade verdadeiramente democrática.

Negar essa regulamentação é escolher perpetuar a insegurança; aprová-la é cumprir com coragem e responsabilidade o papel que só a este Parlamento pertence.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Andrea Hoffmann.

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Eu aproveito para te entregar a nota técnica do Instituto Isabel pela aprovação, que traz todas essas fundamentações e argumentos jurídicos também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos deixar aqui nos *Anais do Senado*, já vou encaminhar à Secretaria.

E outra coisa importante: que todos saibam aqui, eu sou testemunha do trabalho do Instituto Isabel e tenho muita, muita esperança porque é um instituto que... Tem quantos anos já?

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – São quase três anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quase três anos.

Quero cumprimentar a Andressa Bravin aqui, sempre presente também no Congresso Nacional. Vocês são luz porque vocês estão aqui... Você fez a definição que é a verdade: *lobby* do bem. É o que vocês fazem aqui na proteção da criança, da mulher também...

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... das causas da vida, da família; vocês estão em todas.

Então, como cidadão brasileiro, para mim dá um alento muito grande ter o Instituto Isabel tão ativo. E estão rodando pelo Brasil: eu já fui a eventos em São Paulo em que eles estavam lá falando dos projetos de lei; sempre falam do *homeschooling*. Poxa, continuem firmes!

A SRA. ANDREA HOFFMANN FORMIGA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei que a porta é estreita, que tem muita incompreensão, que para outras causas sobra dinheiro, e, para essas, são vocês tirando do bolso, é aquela coisa... Mas persista, porque é igual à instituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficente: na hora em que vai faltar, chega alguma ajuda. E continue batendo nas portas. Nove vão fechar, mas uma abre. Então, é isto mesmo: nas causas boas, a gente precisa persistir.

Muito obrigado.

Eu quero fazer o registro também aqui, antes de ouvir o nosso último palestrante dessa primeira mesa: é impressionante, porque, de vez em quando, eu olho aqui para o Plenário e vejo as crianças prestando atenção inclusive – prestando atenção – nas falas, balançando a cabeça. Rapaz, é um negócio diferenciado isso aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem crianças ameaçadoras, fazendo bordado aqui, falando. E a gente sabe que falam línguas, falam várias línguas, tocam instrumentos. Eu acho muito bonito isso e é também motivo de muita esperança. Eu vejo os jovens, e esse sentimento de cidadania é passado pelos pais, é passado nessa educação, sentimento de cidadania, porque, daqui a pouco, quem vai estar sentado aqui são eles, se Deus quiser, como Senadoras, como Senadores.

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS (*Fora do microfone.*) – Posso fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode fazer um aparte, com certeza.

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS (Para expor.) – Aproveito, então, para fazer um aparte aqui.

Se essa mostra de participação das famílias e das crianças aqui presentes já encanta, queria deixar um convite ao senhor e a todos que estão nos assistindo aqui: dias 11 e 12 de setembro, em São Paulo, acontece o maior evento de educação domiciliar da América Latina, a Expo Homeschooling, que é um *show*, um ambiente para as famílias, não é um ambiente para debate político, é um ambiente para congraçamento de todo esse grande universo, belo, lindo, da educação domiciliar. Dias 11 e 12 de setembro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – O Brasil vai receber.

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – São 3 mil pessoas que comparecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – De vários países?

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – Tem pessoas de outros países, mas principalmente daqui, do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Qual o endereço para quem quiser acessar?

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – É expohomeschooling.com.br, dias 11 e 12 de setembro.

O senhor é nosso convidado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Opa!

O SR. CARLOS VINÍCIUS REIS – ... para estar lá conosco em 11 e 12 de setembro – então, aguardamos vocês –, Sumaré, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sumaré, São Paulo. Anote aí, Aléxia. Dias 11 e 12, vou estar no meio de uma pré-campanha, mas vamos tentar ir – vamos tentar ir. Já vou encaminhar a algumas pessoas de São Paulo que eu conheço.

Aproveitando aqui – já que foi dado um *site* –, tem um abaixo-assinado pela liberdade educacional e aprovação do *homeschooling*, que é livresparaeducar.com, na plataforma do CitizenGo, outra parceira das boas causas – um abraço para a Glauciane, que está nos assistindo e mandou uma mensagem.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já tem mais de 70 mil assinaturas. É a informação aqui.

É esse cartazinho. Mostre esse cartazinho aí. A equipe da TV Senado vai mostrar. A Andressa Bravin está ali com o cartaz. Se der para a equipe da TV mostrar... Está focalizando ali ou não? Está não. Eu mostro aqui, eu mostro aqui. Peça a alguém para trazer. Aqui – pronto – o cartaz. Está vendo aí, pessoal? Obrigado. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já são 70 mil assinaturas. A Glauciane Teixeira nos enviou. Isso é muito importante, para ajudar nessa reivindicação, para que o Senado cumpra seu dever, não é, Senado? Vamos cumprir o nosso dever. Eu acho que está bem tranquilo.

Já está protocolado na Presidência o abaixo-assinado, com o Presidente Davi Alcolumbre. Eu acredito que uma reunião com ele é muito importante, e vamos marcá-la com ele logo, o quanto antes. Vamos tentar.

A Presidente desta Comissão, a Senadora Damares Alves, tenho acesso direto a ela, e fica aqui a sugestão para a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Damares Alves, para a gente poder marcar esta reunião pela Comissão, a qual, Senadores da Comissão, iremos. Vai ser muito importante.

Para fechar esta mesa, Anderson Queiroz. Ele é Advogado e representante da Associação de Defesa da Educação Domiciliar no Amazonas.

Que bacana, Anderson! Muito obrigado pela sua participação. O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui desta Presidência.

O SR. ANDERSON QUEIROZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Girão, pela oportunidade de tratarmos desse assunto tão importante para o Brasil, neste momento que nós vivemos.

Como já dito, eu falo em nome da Associação de Defesa da Educação Domiciliar no Amazonas. Falo do Amazonas, portanto, um estado onde a geografia já impõe às famílias desafios que o estado vem lutando para conseguir superar.

Eu venho falar de famílias que decidiram assumir esse desafio de educar seus filhos, e o estado, infelizmente, em vez de reconhecer, tem ameaçado. É importante dizer que a Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar) tem estudos que mostram que 40% das famílias educadoras estão concentradas nos grandes centros do Brasil, ali na Região Sudeste, em especial, mas a presença da Adedam aqui, a Associação do Amazonas, é importante para mostrar que a educação domiciliar não é um fenômeno restrito a esses grandes centros. A gente está aqui para mostrar que, de fato, a educação domiciliar é um fenômeno espalhado por todo o Brasil. Tem aqui alguns municípios da Região Amazônica – e aí eu não falo só do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Amazonas –, há alguns municípios da Região Amazônica, onde existem ali famílias, de que nós temos conhecimento, fazendo educação domiciliar. Falo não apenas de Manaus, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, mas também de Presidente Figueiredo, Novo Airão, São Gabriel da Cachoeira, lá na Cabeça do Cachorro, Apuí, Manacapuru, São João da Baliza, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Espigão d'Oeste, Jaru, São Francisco do Guaporé, Presidente Médici, Rolim de Moura. Então, de fato, é um fenômeno que está presente em todo o Brasil. Nos rincões do Brasil, existem ali famílias que entenderam, que compreenderam a importância de assumir esse desafio de conduzir a educação de seus filhos.

A nossa associação aqui se sente muito honrada de estar ao lado da Aned e da Afesc nessa mesa, que são gigantes quando o assunto é essa defesa da educação domiciliar. E por que eu falo isso? Porque nós somos muito novos na nossa atuação. Temos algo em torno de um ano, mas, nesse um ano, infelizmente, nós enfrentamos e tivemos que apoiar diversas famílias que foram denunciadas, inclusive no interior do Amazonas, como uma família em Balbina. Balbina é uma vila do Município de Presidente Figueiredo, a mais de 200km de Manaus, onde uma criança, aos 8 anos de idade, matriculada em uma escola municipal, ainda não sabia ler. O pai, inconformado com isso, decide tirar sua filha da escola e praticar a educação domiciliar. Essa criança, que aos 8 anos não sabia ler, em quatro meses já estava lendo dentro de casa, com o apoio de seus pais.

Isso é um exemplo do que nós presenciamos no dia a dia, em que nós vemos, Senador Girão, jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho, que querem adotar um programa de aprendizagem, querem ingressar no mercado de trabalho, mas não conseguem acessar o mercado de trabalho por falta de uma matrícula escolar e, com isso, o mercado de trabalho se fecha para eles.

Carlos Vinícius mencionou, há pouco, professores que optam pela educação domiciliar, e, em Manaus, nós temos exemplo disso: uma professora pública, da Secretaria Municipal de Educação, que educa sua filha em casa e que tem o total respeito dos seus pares, professores, por conta da evidência dos resultados educacionais que ela tem com a sua filha. Então, é sobre isso que a gente está vindo aqui falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Constituição menciona que todos, absolutamente todos, são iguais perante a lei. É isto que as famílias educadoras vêm fazer nesta oportunidade: dizer que nós somos iguais e que, por isso, temos direito à liberdade – essa liberdade que também foi mencionada pelo Presidente da Aned, nosso amigo Carlos Vinícius, a liberdade educacional pela qual nós lutamos, a igualdade, a família educadora, o pai educador, a mãe educadora, a criança educadora.

Nós não somos cidadãos de segunda categoria. Nós queremos ter direito a essa liberdade preconizada no Art. 5º da nossa Constituição. Nós queremos ter direito a essa igualdade; acima de tudo, queremos ter direito a essa segurança preconizada pela nossa Carta Magna. A Constituição Federal, menciona lá no art. 5º, o Prof. Humberto Ávila fala sobre essa segurança jurídica. Ele menciona a importância de nós termos clareza, e é justamente essa clareza que nos falta. Por quê? Porque o nosso ordenamento hoje é obscuro e é obscuro por conta dessa omissão legislativa. É isto que nós queremos com o Projeto de Lei 1.338: queremos sair dessa zona cinzenta, dessa zona de obscuridade, e oferecer essa clareza, essa determinabilidade, essa acessibilidade às famílias educadoras. Queremos segurança jurídica no quesito de confiabilidade, essa estabilidade que nos permita confiar, ter a certeza de que existe um direito a nosso favor.

Uma família que educa seus filhos em casa hoje pode ser processada amanhã a depender do juiz ou do entendimento de um promotor, de um conselheiro tutelar. Estamos falando de uma calculabilidade; é impossível antecipar as consequências. Hoje, uma família educadora pode ser parabenizada ou pode ser condenada à prisão, justamente por falta dessa segurança jurídica.

Caminhando para o final, já foi dito por todos: o nosso Supremo Tribunal Federal, Senador Girão, não proibiu. Ele só disse que falta lei. E essa lei não pode vir de outro lugar; ela só pode vir do Congresso Nacional, neste momento da aprovação do PL 1.338 pelo Senado Federal. É isso que nós, famílias educadoras de todo o Brasil, inclusive da Amazônia, estamos esperando desde 2018.

Enquanto essa lei não vem, as famílias vão continuar nessa zona de penumbra jurídica, não sabendo se serão tratadas como educadoras ou como criminosas. Então, um marco regulatório federal que estabeleça essas normas claras é o que nós buscamos. Esse vácuo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativo, infelizmente, não é neutro: ele só prejudica famílias e faz com que pais durmam sem saber se amanhã eles serão tratados como educadores ou como réus.

Então, muito obrigado. Essas são as minhas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! Muito bem, Dr. Anderson Queiroz, advogado e representante da Associação de Defesa da Educação Familiar do Amazonas, terra muito querida. Mando um abraço aí na população, nos amazonenses.

E quero dizer uma coisa: o senhor falou que o STF não proibiu; ele só quer que haja legislação. Ainda bem! E tomara que depois não invente de fazer ativismo. Eu acho que... Sabe aquelas coisas, "há males que vêm para o bem maior"? Então, talvez essa legislação não tenha sido aprovada ainda – eu quero crer – porque não estava no tempo ainda do STF.

O STF agora está tendo movimentos internos, a população já acordou para alguns ativismos judiciais lá – porque existe militante lá também –, e tomara que eles criem mais juízo, que se atenham às questões constitucionais e respeitem o Congresso Nacional. Respeitem! Porque, depois, um partidozinho que, no voto, perca na regulamentação do *homeschooling*... Se Deus quiser, nós vamos vencer, por grande maioria, mas, depois, a turma tem a mania de acionar o STF para melar a coisa. Já aconteceu isso em várias situações! Então, é no tempo de Deus, a gente sabe, e o tempo de Deus não foi ainda, talvez porque o Supremo ainda está muito ativista.

Mas vamos lá. Senadora Damares Alves, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, aqui presente, como sempre. Ela faz sessão... Só falta fazer de sábado e domingo, não é, Damares? (*Risos.*) Mas ela está sempre aqui comandando, e é uma causa pela qual ela tem muita responsabilidade, muito apreço.

Ela trouxe uma coisa para mim – que eu aprendi com ela – sobre o *homeschooling*. Ela disse: "Olha, é uma coisa que transcende ideologia, e outra coisa: é a globalização". A globalização exige que, muitas vezes, as pessoas tenham que se mudar, tenham que ir para o interior, e querem educar seus filhos. Então, é uma forma de dar essa segurança para essas famílias que vão se movimentar pelo bem do seu emprego, da sua família, para levar o sustento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, na hora que a senhora quiser fazer sua participação, a senhora fique à vontade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me já fazer a minha fala, porque todo mundo olhou para a minha gravata...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó aqui, ó. Ó, crianças. Acabei de ganhar uma gravata do povo xavante.

A gente estava em uma audiência na Comissão de Educação sobre uma experiência que está acontecendo no Brasil. Nós aprovamos a Universidade Indígena, mas já existe, desde 2023, um curso superior de Enfermagem Intercultural. É incrível o que a gente viu ali, e a gente viu que está dando certo, porque eles fazem o ensino domiciliar lá na aldeia, tá? A gente tem que aprender com os povos tradicionais – tem que aprender. (*Palmas.*) Mas, Senador Girão, o Congresso está se debruçando sobre o tema desde segunda, terça-feira. A audiência na Câmara foi um sucesso, mas, mais que a audiência, foi a interlocução dos senhores com os Parlamentares aqui, no Senado, a caminhada que os senhores fizeram.

Eu tenho conversado com os membros da Comissão de Educação – eu estava presidindo agora a Comissão de Educação –, dizendo o seguinte: é inevitável, não dá mais para adiar essa decisão, e tem que ser logo, Senador Girão. Nós já aprovamos um Plano Nacional de Educação que tem alguns apontamentos ali em direção à educação domiciliar.

O tema era realmente... Havia uma resistência muito grande no passado. O primeiro projeto de lei escrito por Paulo Fernando lá atrás, há 25, 26, 30 anos... E depois eu fui assessorando Parlamentares... Gente, eu estou envolvida com o tema quando alguns dos senhores não eram nem nascidos ainda – aqui, no Congresso Nacional. Eu cheguei para ser assessora em 1998, mas antes disso, em 1996, com Julio Severo, a gente já estava discutindo isso no Brasil. E antes de 1996, lá em 1994, quando se escreveu o primeiro currículo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Sexual no Brasil, eu questionei a reação das famílias que já estavam querendo o ensino domiciliar.

Então, bom, o assunto não é novo no Congresso Nacional, só que o Congresso Nacional tem que deliberar – não dá mais para não deliberar. O Brasil quer participar de todos os grupos econômicos mundiais, por exemplo, a OCDE: 90% dos países que pertencem à OCDE têm ensino domiciliar. Como é que o Brasil quer fazer parte de um grupo desse e não quer deliberar sobre o ensino domiciliar? O Brasil quer sentar no mundo inteiro com as nações ricas; as nações ricas têm o ensino domiciliar. Por que a gente, ainda, com relação a esse tema, quer ficar na idade das trevas? Na idade primitiva? O tema está aí, é um tema do mundo, de quem quer desenvolvimento. Foi como o Senador Girão falou: globalização.

Quando eu era Ministra dos Direitos Humanos, nós debatemos o assunto na perspectiva do direito da família, e é por isso que está nesta Comissão. O debate poderia estar lá na Comissão de Educação, está aqui porque nós estamos debatendo a perspectiva do direito do aluno, da família.

Mas eu fui confrontada pelo direito do trabalhador, Girão. Uma das instituições que me procurou foi a Associação dos Servidores do Itamaraty, porque, dentro do Itamaraty, nós temos o diplomata – que ganha bem, que tem um bom salário –, mas nós temos o funcionário ali, auxiliar do diplomata, que não é tão rico. O que acontece? Quando esse funcionário, Girão, é enviado, por exemplo, para uma missão de dois anos na China. Ele vai ficar só dois anos, três anos na China, ali, trabalhando na embaixada. Não é o diplomata, não é o embaixador; é o funcionário. Na hora de ele ir, ele tem que fazer uma escolha: se ele levar os filhos, lá na China, ele não vai colocar o seu filho numa escola de mandarim, porque é difícil, e ele vai voltar para o Brasil. Então, quando ele chega à China, ele tem que escolher uma escola de língua internacional. Qual é a língua que ele encontra? O inglês. Sabe quanto custa uma escola de língua internacional na China? Sabe quanto custa, no Brasil, uma escola de língua internacional para você colocar o seu filho? Tipo a Escola Americana? A mensalidade é altíssima. Aí, esse servidor, quando chega à China, gasta mais de 65% do seu salário pagando uma escola internacional para o seu filho. Então, sabe o que estava acontecendo nessas missões de dois, três anos? Eles não estavam levando a família – não estavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente tem exemplo aqui, no Brasil, Girão. Uma pessoa que faz... Eu tenho meus servidores incríveis aqui, esses meninos meus são maravilhosos, passaram em concurso público e foram lotados aqui, no Senado, mas imagine uma pessoa que faz um concurso público para a Receita Federal? Foi o caso do meu ex-marido: ele passou no concurso público para auditor da Receita e foi nomeado para o Chuí, morando em Brasília. Quando ele chegou no Chuí, não tinha a escola que o filhinho dele tinha aqui, em Brasília. Ele teve que morar em Chuí e pôr o filho numa escola na cidade ao lado. Ele fazia estrada todo dia, mas se ele tivesse o ensino domiciliar, ele não pegaria estrada todo dia para levar e trazer o filhinho para outra cidade.

Aí a gente tem um servidor público que passa no concurso e vai lá para Trombetas, no Pará. O seu filho está fazendo aqui o quê? O sétimo ano, o sexto ano. Sabe o que está acontecendo com quem vai lá para Trombetas? Ele está deixando a família lá no Paraná e indo sozinho. Isso é fortalecimento ou enfraquecimento de família? Aí a gente fica enfraquecendo família porque a gente não decide pelo direito desse trabalhador de levar seus filhos junto e ter o ensino domiciliar. Às vezes, é uma missão de dois, de três anos só, Girão.

Então, assim, é um novo mundo. Eu não quero nem mais trazer para a discussão a questão da ideologia. Nós já nos afastamos dessa discussão. Nós estamos falando do novo mundo globalizado. Nós estamos querendo muito fazer esse retorno da pessoa para o campo, mas como é que uma família vai retornar para o campo, se lá no campo não tem a escola que ela quer para o seu filho ainda? Mas ela pode retornar para o campo, tendo o ensino domiciliar.

Por último, Girão, eu tive uma experiência. Eu fui mãe desse filhinho de meu marido; eu fui a segunda esposa dele. O menino dele estava com 9 anos quando nós nos casamos, e nós morávamos num condomínio aqui – vou dar um exemplo local, de Brasília –, no Parque Way, lá perto do Catetinho, lá na Quadra 26. O meu menino era o primeiro a ser buscado pelo transporte escolar. Ele tinha que sair de casa, tipo, às 6h da manhã. Nossa, aqui, em Brasília, tem frio! O menino tinha que acordar às 5h horas, ser buscado às 6h, porque tinham que pegar em todos os outros condomínios, para ele chegar às 7h30 na escola. E a gente fazia esse sacrifício. O menino ficava uma hora e meia, para ir, dentro de uma van, e uma hora e meia para voltar, porque ele era o último a ser entregue; ou fazia isso, ou não ia para a escola. Só que no condomínio nós tínhamos oito casas com crianças. Já pensou se tivéssemos nos dado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de essas oito crianças, das oito famílias se reunirem em uma das garagens desta Casa, contratar professor e ter o ensino?

Então, eles pensam que a gente quer trancar a criança. Não! A gente pode ter experiência de condomínios, famílias se unirem e juntos educarem as crianças ali. "Ah, e a socialização?". Tem maior socialização que crianças de oito famílias gritando no condomínio, brincando o dia inteiro e aprendendo juntas? Mas a gente não podia, porque a modalidade... Então, eu tinha que sacrificar uma criança, acordá-la às 5h30 da manhã, ficar uma hora e meia dentro de uma van, porque eu não tinha o ensino domiciliar que o menino tanto queria. O menino falava outros idiomas, o menino era músico e o menino não se adaptava às escolas, porque ele tinha um diagnóstico de superdotação. E aí a gente machucou essa criança por anos dentro de uma van, porque não podíamos ter, dentro do nosso condomínio – a gente não queria uma escola formal – dentro do condomínio, professores que viessem dar aula ou o pai e a mãe, que estivessem ali e poderiam dar aula e, juntas, as oito famílias se unirem. Resultado... Mas, quando a gente fala, dizem que "a gente quer isolar a criança, a gente quer doutrinar a criança". Não, gente, a gente quer o melhor para a criança, o melhor para o pai e a mãe.

Então, assim, para além, eu não falo mais em questão ideológica. Eu falo e eu faço o desafio do novo mundo, do novo momento econômico, da nova forma de economia. Nós temos novas relações de trabalho no Brasil, mas essas relações de trabalho não vão prosperar se a gente tiver que ir obrigado deixar a criança na escola.

Nós temos empresários que não estão prosperando porque estão presos a um local que é o quê? Um local que tem uma escola formal. Se eu der liberdade para empreender em outros lugares, lugares remotos... nossos médicos poderem ocupar a região ribeirinha do Brasil. Por que os médicos não vão? Não têm como levar os filhos. Então, assim, é para além de uma ideologia. É um novo mundo, um novo momento, a nova dinâmica econômica, social que exige. O Brasil vai ficar para trás até quando?

Então, não dá mais para a gente adiar essa discussão. Eu acho que o Senado já está maduro – maduro – para tomar essa decisão, e parabéns aos senhores por estarem nos ajudando neste debate.

Obrigada, Girão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querida Senadora Damares, um baluarte nessa causa.

Notícia boa, tá? A senhora talvez não saiba ainda porque estava na audiência. Senador Magno Malta entrou, já está no sistema, a senhora assinou – sua equipe, a minha também, a do Senador Hermes Klann e outros – pedido de urgência para ir direto para o Plenário, esse PL ir direto para o Plenário.

Eu falei, há pouco tempo, a senhora é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, se puder propiciar esse encontro dessas associações aqui, de algumas famílias com o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, eu tenho certeza de que vai ser muito importante.

Senadora Damares, a senhora está vendo passar uma criança linda aí atrás da senhora, mas eu vou dizer: é impressionante a educação dessas crianças aqui. Elas estão desde 9h da manhã aqui, nove e pouco, sentadinhas, muito respeitosas, barulho zero, assistindo até; e eu fico olhando aqui, elas balançando a cabeça nas palestras aqui, uma fazendo ali crochê, outra lendo livro. É uma coisa, assim, de encantar, a palavra é essa mesmo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – ...Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, a Secretaria, inclusive, já está desligando o ar-condicionado de vez em quando, já colocou um banheiro dos Senadores à disposição das famílias. Secretaria muito atenciosa aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E não toca a campainha, tá, Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não estão tocando campainha, não. (*Risos.*)

Aliás, quem tocou fui eu aqui; assustei, acabei assustando.

Agora, eu estou vendo ali a Deborah, que está ali atrás, da Rádio AuriVerde, acompanhando a sessão desde o início, uma das rádios de maior impacto no Brasil hoje, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência. Estão querendo entrevistá-la – tá, Damares? – sobre esse tema também. Daqui a pouco a senhora vai dar essa entrevista lá sobre *homeschooling*.

Nós temos duas Deputadas na linha, duas Deputadas que estão assistindo aqui à Comissão: a Deputada Julia Zanatta e a Deputada Adriana Ventura. Então, a Deputada Julia Zanatta entrou um pouquinho antes – eu gosto muito de respeitar essa questão da precedência – e ela vai utilizar a palavra agora.

Muito obrigado, Deputada Julia Zanatta, pela sua participação aqui nesta sessão.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi?

Alguém me ligou aqui.

Oi, tudo bem. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ouvindo perfeitamente, Deputada.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Por videoconferência*.) – Estou no interior de Santa Catarina, aqui em Videira, mas fiz questão de participar dessa audiência pública porque eu não aguento mais ver famílias que praticam a educação domiciliar, que têm filhos supereducados, enfim, com um futuro brilhante, sendo perseguidas pelo Estado brasileiro.

O Senado precisa dar uma resposta urgente. A Câmara dos Deputados já aprovou um projeto que está parado há um tempão aí no Senado. Então, é hora de a gente pensar nos direitos humanos mesmo, sob o viés dos direitos humanos.

A Senadora Damares falou que não vai falar mais sobre questão ideológica, mas esta perseguição toda que nós vemos – a essas famílias que praticam a educação domiciliar – nada mais é do que uma perseguição ideológica, porque essas crianças não estão sofrendo abandono intelectual, como algumas decisões judiciais mencionam. Muito pelo contrário, elas estão muito mais avançadas do que aquelas pessoas que estão inseridas no sistema comum da educação brasileira.

E o que eles querem é o que falou Gramsci lá atrás: eles querem dominar as mentes dos nossos filhos na mais tenra idade. Por isso que eles têm tanto medo da educação domiciliar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a educação domiciliar representa muito pouco; poucas famílias conseguem manter essa disciplina da questão da educação domiciliar. Então, para que a gente vai persegui-los? Nós vamos fazer com que famílias fujam do Brasil, saiam do Brasil, para poder criar seus filhos em paz em outros países? É esse o recado que o Brasil quer passar, que o Congresso Nacional quer deixar acontecer?

Por isso nós precisamos, Senador Girão e todos os Senadores que eu sei que estão fazendo um empenho enorme, conseguir um pedaço de papel para dizer que essas famílias podem, sim, ensinar os seus filhos em casa, porque o Brasil é um país em que a gente precisa falar o óbvio. Até o Supremo Tribunal Federal já decidiu que não é inconstitucional, que não é algo proibido o *homeschooling*. Então, essa perseguição é desmedida, é cruel e tem, sim, um viés ideológico muito claro.

Agora eu quero apresentar aqui algumas atitudes que o nosso mandato já tomou em relação a isso.

Eu acabei de protocolar um pedido de providências no CNJ, reforçando que seja analisada a conduta personalíssima do Juiz Júnior da Luz Miranda, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jales, do TJSP, que condenou uma família a 50 dias de prisão, sem contar as outras peripécias que ele escreveu lá na decisão dele, em relação a *funk,* etc., de que todo mundo já tem conhecimento.

Existe o projeto de lei que eu acabei de citar, que está parado no Senado, o PL 1.338, de 2022, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, e o Senado já está enrolando, então, desde 2022 para enfrentar esse tema. E nós temos que enfrentar esse tema! A gente não pode ficar barrando. Ninguém está dizendo assim: o Senador tem que votar assim ou assado. Nós só estamos pedindo justiça para que esse tema seja enfrentado pelo Plenário do Senado Federal.

E eu, no desespero, vendo que essa perseguição aumentou muito nos últimos tempos – a essas famílias que só querem cuidar, educar com carinho os seus filhos –, fiz uma proposta de emenda à Constituição (PEC), porque, apesar de o Supremo Tribunal Federal já ter dito que não é inconstitucional, eu entendo que agora a gente precisa avançar ainda mais, colocando a questão da educação domiciliar na nossa Constituição. Afinal, colocam tantas coisas – muitas vezes, até besteiras – na nossa Constituição, então por que não colocar algo que é fundamental:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autonomia das famílias para a educação dos seus filhos, para poderem praticar a educação domiciliar em paz? Essas pessoas não causam nenhum mal a ninguém, nenhum mal à sociedade. Muito pelo contrário! Elas têm os seus filhos como tesouros, para que a gente tenha cidadãos mais bem formados, mais conscientes, mais inteligentes, mais capacitados. Portanto, eles mais nos ajudam, inclusive, fazendo o trabalho em que o Estado muitas vezes falha. Por isso, meu total apoio à liberdade, à autonomia das famílias e a esses pais guerreiros.

Vocês são exemplos para o Brasil. E a gente sabe que, na história da civilização ocidental, sempre quem fez um trabalho de excelência, um trabalho vocacionado foi perseguido. Por isso, eu digo: não desistam porque nós estamos do lado de vocês.

Forte abraço. Fiquem com Deus! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado pela sua participação, Deputada Julia Zanatta, muito focada em vários temas, várias boas causas, e essa é uma delas.

E eu gostei dessa ideia da PEC, viu, Senadora Damares? Gostei dessa ideia da PEC proposta pela Deputada Julia Zanatta. A gente poderia fazer uma em conjunto – fica a sugestão aqui –, com nossas assessorias juntas. O Magno também eu tenho certeza de que pode ser o coautor ou autor com a gente. E a gente dá entrada aqui para ver qual corre primeiro. Vamos ver, né?

Muito obrigado.

Imediatamente, eu já passo a palavra para a Deputada Adriana Ventura, de São Paulo, que está também conectada conosco.

Muito obrigado, Adriana, pela sua participação aqui. (*Pausa.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, Senador Girão. Olá a todos os presentes. É um prazer enorme estar aqui.

Eu quero cumprimentar com muito carinho a nossa Senadora Damares, tão atuante, o Senador Magno Malta, todas as famílias que estão aí, porque o que está faltando no nosso país é isto: civilidade, família, valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para falar desta audiência especificamente, Girão, principalmente porque eu sou integrante da Comissão de Educação nesta Casa, na Câmara dos Deputados, para mim é uma coisa muito clara: filho não pertence ao Estado; filho pertence à família – família! E educação e liberdade a gente começa ensinando dentro de casa. Então, o papel do Estado... Na minha visão, o Estado pode e deve fiscalizar abuso, negligência, abandono real, mas não pode tratar pai e mãe responsáveis como criminosos por quererem dar uma educação melhor para os seus filhos, por acharem que a educação em casa é mais adequada. Não interessa por qual razão. Então, eu acho muito vergonhoso e me envergonho de ser uma Deputada de São Paulo e ter o caso de Jales, no interior de São Paulo, onde a gente tem um juiz que envergonha – envergonha São Paulo, envergonha a magistratura.

A gente vê como os valores estão invertidos: como uma família que escolhe o ensino domiciliar é condenada como se tivesse cometido abandono intelectual? Na minha visão, esse juiz tem que ser interditado, porque ele realmente mostra que teve abandono intelectual. Não é possível. Que abandono é esse de que são acusados, uma vez que as meninas tinham rotina, faziam acompanhamento, tinham professores, estudavam várias disciplinas, faziam atividades culturais, liam 30 livros por ano? Eu desafio aqui esse juiz. Eu duvido que ele leia mais do que 30 livros por ano, pelo menos livros de que a gente tem orgulho. E a mãe formada em Matemática, Pedagogia, para educar. Então, assim... É uma vergonha, porque para mim o que essa família que está sendo perseguida fez se chama zelo, se chama presença, se chama responsabilidade.

Enquanto isso, nesse *show* de horror do Juiz de Jales, a educação brasileira segue passando vergonha: a gente vê que o Brasil ocupa, na educação que temos, lugares péssimos, comparados com outros países, internacionalmente em matemática, em português, em leitura... Então, é assim: o Estado falha em garantir o básico, e querem punir quem luta por uma educação diferente para os seus filhos!

Homeschooling eu acho que é uma liberdade que as famílias têm que ter. Não é crime. Como bem disse a Deputada Julia Zanatta, o próprio STF já disse que não é incompatível com a educação, o que falta é regulamentar.

Nós, da Câmara Federal, já fizemos a nossa parte: o PL 1.338 já foi aprovado, e eu espero que os nossos Senadores... Vocês têm três Senadores brilhantes aí, e o Senador Girão, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tocando esta audiência, está carregando, juntamente com os outros Senadores, essa luta para ser aprovado.

Eu tenho um PLP (projeto de lei complementar), que é o 118, que admite educação domiciliar na educação básica e autoriza estados e Distrito Federal a regulamentarem, já que a gente está vendo que a lei federal está demorando para sair. Isso, gente, não é liberar bagunça; é dar liberdade com responsabilidade. As famílias não podem continuar reféns da omissão do poder público, porque, sem regulamentação, pais responsáveis ficam expostos a processo, a multa, a condenação.

Então, vamos cobrar providências no CNJ, defender esta audiência que o Senador Girão está fazendo de uma forma brilhante e pressionar o Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, para que paute isso de uma vez, porque família nenhuma pode ser tratada como criminosa por querer educar bem seu filho.

Então, Girão, parabéns pela sua audiência. Conte conosco na Câmara dos Deputados.

Um abraço a todas as famílias. Vocês não estão sozinhos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Deputada Adriana Ventura, de São Paulo.

Deputada, inclusive a família a que a senhora se referiu, desse caso absurdo lá de Jales, na sua querida São Paulo, está aqui e vai daqui a pouco falar, os pais aqui vão falar.

Eu agradeço mais uma vez a sua participação.

Nós teremos também a presença da...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Por videoconferência.*) – Ótimo! Eu vou ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão, a Deputada queria...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Por videoconferência.*) – Eu só queria dizer para essa querida família de Jales que eu sou uma Deputada de São Paulo, que vocês contem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu gabinete, que é o Gabinete 802, do Anexo IV da Câmara. Contem comigo para o que vocês precisarem junto a esse Juiz! É vergonhoso ter um juiz que se preste a um papel desse.

Vocês não estão sozinhos!

Obrigada, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado; muito obrigado, Deputada Adriana Ventura. (*Palmas.*)

Também, olhem, nós vamos ter... Agora vamos ter os testemunhos dos pais sobre a experiência da educação domiciliar, a palavra deles e também da Helena Pizarro, que é uma *homeschooler* com 13 anos de idade, residente aqui em Brasília, no Jardim Botânico. Ela vai também falar daqui a pouco para a gente, mas agora eu quero convidar...

Eu falei para vocês no começo da sessão... Já tem aí o quê? Três horas de sessão, mais ou menos, que a gente está... Eu falei no começo da sessão que meu pai estava chegando a Brasília. Ele já chegou há algum tempo e vem passar poucos dias aqui, um final de semana apenas, e eu vou almoçar com ele. Então, eu vou assistir um pouquinho mais aqui, no carro vou acompanhando, mas eu quero convidar alguém para assumir a Presidência que não poderia ser melhor, simplesmente a nossa Presidente, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que vai agora chamar a próxima Mesa e comandar os trabalhos até o fim: Senadora Damares Alves! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos dar continuidade à nossa audiência.

Como nós já estamos há três horas e eu sei que tem crianças com fome, aos nossos pais que vão compor a mesa agora... Eu vou pedir aos senhores que desocupem a mesa, está bem? Fora, corre, corre! Agora é a outra mesa.

Os pais que vão ocupar a mesa e que vão falar têm até dez minutos. Vocês não são obrigados a usar os dez minutos. Então, a gente vai conduzir de uma forma que fique mais dinâmica, para não cansar as crianças, porque elas já devem estar com muita fome.

Então, eu convido para compor a mesa... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, as mães virão para a mesa. (*Pausa.*)

As mães virão para a mesa também.

Virá Regiane Cichelero, mãe e educadora domiciliar. Aqui. (*Palmas.*)

Virá para mesa Adalto Denardi, pai e educador domiciliar. Venha cá, Adalto. (*Palmas.*)

Virá para a mesa Ieda Denardi, mãe e educadora domiciliar. Cadê a Ieda? Corre aqui, Ieda. (*Palmas.*)

Imagina se eu vou ficar sem mãe nessa mesa? Não.

Alfredo Ferraz, pai e educador domiciliar. Venha cá, Alfredo. (*Palmas.*)

Muara Ferraz, mãe e educadora domiciliar. (*Palmas.*)

É isso? Que sejam bem-vindos, viu? Porque a mesa agora ficou bonita, ficou perfeita, viu, senhores pais. Tem mais uma, é Helena. É isso que está aqui. Quem mais vem para mesa? A Muara. Isso. Bem-vinda. (*Palmas.*)

E a Procuradora do Estado da Bahia está presente? Vamos embora, doutora. Cabe todo mundo aqui na mesa. Vamos embora. Encosta para cá, Zizi Martins, Procuradora do Estado da Bahia, especialista em Direito Administrativo, Direito Religioso, Gestão Pública... Ela é tudo!

Doutora em Educação, Pós-Doutorado em Política, Comportamento e Mídia. Doutora, é uma honra recebê-la aqui, viu Doutora.

E nós vamos fazer aqui uma mesa que vai ser mais uma roda de conversa, o.k.? Se ficar quente o auditório, vocês podem ir ligando o ar-condicionado, revezando.

Então, a gente vai começar pela Dra. Zizi Martins. Dra. Zizi, a senhora tem até dez minutos, fique à vontade. Eu acho que muita coisa já foi dita ao longo da audiência, mas tê-la aqui é uma honra.

Dra. Zizi Martins.

A SRA. ZIZI MARTINS (Para expor.) – Senadora Damares, a honra é toda minha. Quero cumprimentar, primeiro, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família educadora, tenho muito respeito, muita gratidão, muito amor por esse povo que está formando a próxima geração de uma maneira tão excelente. Vocês me inspiram todos os dias.

E aí quero cumprimentar a Senadora e o Senador, que são também dois Parlamentares inspiradores para nós e lembrá-la – não sei se a senhora lembra – que já a entrevistei na minha pesquisa pós-doutoral, no seu gabinete. Você não lembra?

Então, o que eu queria falar? Era 2002 e uma colega minha da procuradoria me chamou do lado e falou assim: "Eu vou ter um filho e eu vou educá-lo em casa". E eu falei para ela: "Como é isso? Educar em casa?". "Sim, fazer *homeschooling*". Eu: "O que é *homeschooling*?". Ela me causou espanto naquele momento, uma colega minha, Procuradora do estado, que morava em Itabuna, uma cristã como eu – porque eu sou Zizi e minha identidade é: eu sou discípula de Jesus Cristo, essa é a minha identidade. Eu sou filha de Álvaro e Zezé e mãe de Victor e Louise, isso aí me define. E ela falou isso para mim, e aquilo me causou essa estranheza. E eu disse: "Como é isso?". "Eu vou criar, eu vou criar meus filhos e vou educar em casa". E aí eu vi aquilo, aquilo me causou estranheza e eu fui procurar saber o que era aquilo. E, naquela época, eu tinha acabado de concluir meu mestrado em Direito, já era Procuradora do estado, já tinha feito duas especializações, ou seja, está falando aqui uma pessoa extremamente escolarizada. É nesse lugar que eu quero que vocês me olhem. E eu ouvi falar do ensino domiciliar em 2002.

A minha mente, até aquele momento, ignorava o que a gente chama de direito natural. Eu tinha estudado na faculdade o jusnaturalismo, mas era uma coisa que falavam para mim dando risada, não era uma coisa como uma escola séria do direito. E eu achava que era uma coisa do passado. E eu era muito positivista, eu achava que o que estava na lei era o que valia antes de tudo. Foi assim que eu fui educada. Eu também não tive acesso a boa parte do pensamento ocidental. Todos os meus autores preferidos eram marxistas. Isso foi sonegado para mim na escola.

Fazendo aqui um pouco desse contexto, eu queria dizer para vocês o seguinte: depois da estranheza, eu passei a perguntar como é que a escola de hoje nasceu. Eu não sabia que ela só tinha cento e poucos anos. Eu achava que ela sempre existiu, afinal de contas eu nasci no mundo escolarizado e eu achava que tudo que eu fazia era para ter um título e um diploma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha terceira reação foi conhecer o ensino domiciliar. Eu viajei, fui para fora, nos Estados Unidos, e ainda não tinha filho; mas meu filho nasceu em 2003. E, quando eu vi aquela criatura, cor de canela, que chorou fortemente, a médica falou: "Esse aqui vai fazer um estrago para o vizinho, que está do lado, porque chora muito forte". E eu disse: "Eu quero tentar fazer esse negócio de *homeschooling* com o meu filho".

E aí, com o meu filho, eu fui fazer a escola dentro de casa, porque era o que eu sabia. Eu fui atrás das editoras da época, dos livros de professores, para fazer isso com o meu filho. Meu filho, com quatro anos, lia fluentemente. Ele sabia o nome de todos os dinossauros – ele gostava demais de dinossauro. Ele sabia todas as capitais da África e todos os países da África com cinco anos. Mas o melhor que ficou de patrimônio para ele e também para minha filha, que leu com quatro: eles têm autonomia até hoje. Minha filha fez 20 segunda-feira, meu filho tem 22. Ele é economista, formado, já foi até promovido e paga todas as suas contas. São duas pessoas autônomas. São duas pessoas que, quando resolvem estudar alguma coisa, procuram o livro e vão até o final. Esse patrimônio o ensino domiciliar trouxe para os meus filhos.

Mas o que acontece? Em 2016 eu resolvo voltar para a faculdade e fazer um doutorado em Educação.

Gente, é a fábrica dos educadores, é aqui que eu vou aprender como é que as pessoas ensinam, como é que é a escola... É aqui.

E eu chego nessa fábrica de educação, de educadores e encontro pessoas com dificuldades com a língua portuguesa. Eu estava fazendo doutorado em educação, em 2016, Universidade Federal da Bahia. Essas pessoas sem espírito crítico, fazendo doutorado. Essas pessoas elaborando teses que não têm nenhuma aplicabilidade prática, Senadora. São teses sobre o banheiro trans da universidade. São teses que não podem ser usadas pelos professores na ponta, porque as teses não ensinam didática, não levam as pessoas a olharem currículos, a melhorarem a educação na ponta.

Eu fui para a faculdade de Educação, fiquei lá cinco anos fazendo doutorado. E essas pessoas também, sonegadas. A todos esses autores que eu hoje conheço elas não tinham acesso, não têm acesso, elas não têm espírito crítico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas como é que isso aconteceu? E eu não quero me delongar. A gente falando do século XIX, a gente falando da unificação da Alemanha, todo o esforço que foi feito, toda a criação da escola behaviorista para que se gerasse uma uniformidade nos países – no caso da Alemanha, que precisou se unificar –, e essa forma, essa metodologia de criar esses seres humanos com uma certa ideologia foi reproduzida, via Estados Unidos, com a abertura para o Partido Comunista, com o sindicato dos professores. E essa metodologia, que foi consagrada por Dewey e depois por Paulo Freire, virou a maneira de educar as pessoas nas escolas no mundo. E aqui no Brasil, qual foi o resultado?

O Brasil, depois de 20 anos, conseguiu descer ainda mais no Pisa. Hoje o QI do brasileiro reduziu. Veja que escola – e aqui, gente, eu sou do movimento do ensino domiciliar, eu estou como Vice-Presidente do Conselho da Aned, e a gente nunca fala mal de escola, não é para falar –, mas a escola brasileira é uma escola em crise, é uma escola que não entrega, não entrega a autonomia que eu consegui fazer com os meus filhos dentro de casa. Meus filhos foram para a escola depois por outros motivos. Mas o que os pais hoje entregam com o ensino domiciliar?

É preciso olhar para essa escola e dizer para esse lugar que querem levar essas crianças que falam latim, essas crianças que têm oralidade, essas crianças que são pessoas educadas para serem boas pessoas, para servir aos outros, para não pensar em si mesmas. É para esse lugar que querem levar as crianças, é isso que esse Estado quer e deseja, esse lugar em que o QI das pessoas está reduzindo. Isso é sério, isso é muito sério.

E aqui eu não sei quanto tempo eu ainda tenho. Eu poderia falar ainda só dois minutos e meio... Eu queria fazer alguns questionamentos, eu teria muito mais a falar sobre esses métodos. Fui para a faculdade de Educação para estudá-los. O ensino domiciliar me deu esse sal na boca de perguntar: por que essa situação que a gente está vivendo da educação do Brasil é assim? E por que boa parte desses Parlamentares querem levar as crianças que estão em casa sob a orientação dos seus pais de volta para esse lugar de doutrinação, para esse lugar que usa de meta de aprendizado o comportamento para certos valores? Esses valores estão dentro desses documentos, desse PNE, estão dentro do Educação para Todos, são vários documentos. Mas por que quer levar? E isso é uma pergunta que eu sempre faço.

E eu queria deixar estes questionamentos aqui como reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles: que tipo de sociedade abandona... Minha bolsa aberta, derrubei tudo, mas tudo bem. Que tipo de sociedade abandona a própria história a ponto de ignorar o meio pelo qual alcançou todas as conquistas? Que tipo de sociedade ignora que a gente chegou até aqui por causa do ensino domiciliar, gente? A gente não chegou aqui por causa da escola, não. Só tem cento e poucos anos. Eu, cristã, não sabia que José, da Bíblia, foi esse grande governante porque ele teve uma mãe que o ensinou; que Moisés foi um grande estadista porque a mãe dele o ensinou, não foi porque ele foi para uma escola do Egito para ser doutrinado em artes egípcias, foi porque a mãe dele o ensinou, e se tornou um grande estadista. Que tipo de sociedade privilegia o cuidado do seu maior patrimônio para um ente despersonalizado?

Então, eu tenho o pai e a mãe que podem cuidar dessas crianças, que podem optar por cuidar dessas crianças, ensinar e abrir mão, muitas vezes, de carreiras. Gente, eu quero dizer que a gente está falando, talvez, das melhores pessoas que a gente tem na sociedade: a família educadora. (*Palmas.*) Elas são as melhores pessoas, são capazes de abrir mão da sua carreira, são capazes de abrir mão de uma vida de luxo, são capazes de abrir mão de... Podiam ter muito mais bens materiais, mas preferem criar seus filhos.

Que tipo de sociedade privilegia levar essas crianças para um ente despersonalizado, que é o Estado, e não deixar com essas mães e esses pais? Em que lugar a gente está?

A outra coisa é: que tipo de sociedade humilha e diminui os pais que renunciam à sua própria vida? É isto que a gente está vendo: a perseguição. É o Estado humilhando, reduzindo, dizendo: "No que vocês estão fazendo eu não vejo valor". A que nível de crise, a que nível de deterioração a gente chegou para isso acontecer?

E a última pergunta: que tipo de Estado não reconhece esse direito e não premia quem exerce? Porque, para nós, a gente não devia estar aqui discutindo se a gente vai regulamentar o ensino domiciliar. A gente devia estar discutindo quanto o Estado vai repassar para o pai e a mãe desse orçamento da educação, que não dá de volta nada para a sociedade, para esses pais e essas mães. Era isso que a gente devia estar discutindo.

E eu queria deixar uma última pergunta, na verdade, uma última provocação: por que 32 anos aguardando este momento? Não é justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era isso que eu queria trazer de reflexão e queria trazer de gratidão aos Parlamentares sensibilizados a essa causa. *Homeschooling* já! *Homeschooling* é imparável! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Ela falou como Doutora especialista em Direito Administrativo, Direito Religioso, Gestão Pública, Doutora em Educação, Pós-Doutorado em Política, Comportamento e Mídia, mas falou como mãe.

Eu só quero lembrar para o Brasil o seguinte: a matrícula no Brasil é obrigatória aos quatro anos de idade. Espera aí. Daqui a pouco vão diminuir para dois. Quatro anos! Se eu posso ficar em casa com meu filho de quatro anos, sem sair no frio, na chuva, todo dia, e alfabetizá-lo em casa, por que eu sou obrigada a levar a criança com quatro anos para a escola? Então, o que a gente está querendo aqui dizer é: a minha vida profissional não me daria condições de eu ter feito o ensino domiciliar. Eu invejo quem tem condições e quem quer. Eu optei por não. A gente não vai obrigar agora, gente, as crianças a ficarem em casa. O que a gente vai aprovar é a opção, que é educar entre 4, 6, 10, 12 anos em casa, ou quer mandar para a escola – é isso –, e o Estado tem que entender que isso é um direito da família.

Aí, eu só vou dizer uma coisa, Regiane: eu tenho um relato de uma mãe que mora num lugar no Rio, que não tem transporte escolar. Ela tem que sair todo dia, com uma criança de 4 anos, atravessar toda a linha vermelha, sob tiroteio, porque o Estado não dá segurança para o pai e a mãe levarem a criança para escola. O Estado que o quer obrigar a levar o filho não está lhe dando segurança. Aí, ela tem que passar todo dia, na linha vermelha. Ela vai, leva a criança, volta, duas vezes, correndo risco; vai, para buscar, e volta. Essa mãe corre risco quatro vezes; a criança, duas. A criança só tem 4 anos de idade. Ela diz: "Eu não posso alfabetizar meu filho? Ao invés de eu estar expondo a um tiroteio, a bala perdida, eu não posso ficar em casa? São 4 aninhos só". Não pode, porque o Estado brasileiro não deixa.

Então, é só isso, gente. É uma opção para a família que está em área de risco, que quer trabalhar em região mais remota, quer ficar um tempo fora do Brasil, especializando-se, mas o filho continuar estudando na escola brasileira e fazendo a prova lá na embaixada. É isso que a gente quer, gente. Não é nada demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigada, Doutora.

Nós agora vamos ouvir... Nós vamos dividir. Ieda e Denardi vão dividir o tempo deles, tá? Eu não sei quem vai falar primeiro. No meu universo, a mulher fala primeiro. Pode ser? (*Risos.*)

Então, vamos ouvir Ieda Denardi, mãe educadora. Ela vai falar antes do marido. Que coisa chique, né?

A SRA. IEDA DENARDI (Para expor.) – Eu queria agradecer, Senadora, a oportunidade de estar aqui, junto com a minha família, de me sentir acolhida por toda a comunidade *homeschooling* do nosso país, porque a cidade de Brasília é encantadora para quem ama o *homeschooling* como eu. E eu gostaria que a Senadora entendesse que eu faço um papel dentro de casa, hoje, que eu desejei muito quando a minha Alícia nasceu, que era ficar com ela e ter a exclusividade para educá-la. Naquele momento, eu não podia, por questões financeiras, questões nossas, familiares, mas o tempo passou e acho que o sofrimento que eu passei, quando eu me separei dela aos cinco meses, levando-a para escola, moveu alguma coisa neste planeta. E, desde que eu vivi aquilo, o meu marido passou a viver situações, assim, bem interessantes. Não é nem o caso que devo para trazer, mas eu queria explicar o porquê que eu desejo, do fundo do meu coração, dar a palavra para ele. E eu acho até injusto eu falar primeiro, porque ele fez tudo que estava ao alcance dele, ele acreditou nas minhas orações, ele me ajudou muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito, que eu não sei nem expressar. E Deus ouviu o meu clamor. Muitas vezes eu o ouvi dizer que "amanhã eu não tenho dinheiro para o boleto", e, no outro dia, a gente tinha... Os nossos negócios aconteciam, e o dinheiro aparecia.

Assim, o meu marido se esforçou muito – muito – para me dar esse lugar que hoje eu tenho. E eu fui guiada por essa comunidade *homeschooling* que se expõe muitas vezes na internet, e eu quero, sim, fazer menção do Tiba e Déia aqui, porque eles ergueram uma comunidade que se expôs na internet e que nos ajudou a entender que era possível ocupar esse lugar e que aquele desejo que eu tinha quando a minha filha nasceu era possível.

Então, eu queria agradecer a essas pessoas e queria dar a palavra, primeiro, para explicar melhor sobre a questão da nossa família, aqui diante da Senadora, para ele, porque, sem o alicerce do Adalto, eu não estaria aqui. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADALTO DENARDI (Para expor.) – Obrigado, Ieda. Obrigado, Ieda, por você ceder o seu espaço para mim, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, ele estava chorando aqui do meu lado, viu? Ele estava esperando a Ieda dizer: "Eu te amo", mas eu acho que ela vai dizer no final, né, Ieda? (*Risos.*)

O SR. ADALTO DENARDI – Não tem como não chorar escutando isso e olhando para as filhas. Não tem como... (*Manifestação de emoção.*)

Mas eu tenho que ser forte.

Boa tarde a todos.

Começo aqui agradecendo à Senadora Damares por esta oportunidade de expor o *homeschooling* no Brasil; e ao Senador Girão, que sempre, de primeira mão aí, foi apoiador dessa causa, né?

Eu vou me apresentar rapidinho para vocês, ler o mais rápido possível e falar, porque realmente é uma situação que a gente está enfrentando e que vocês, como Parlamentares deste Congresso, não podem deixar mais acontecer com uma mãe de família.

Eu me chamo Adalto José Denardi, né? Eu sou esposo da Ieda, pai da Alícia e da Lorena. Somos uma família educadora na cidade de Jales, interior de São Paulo, condenados a 50 dias de prisão – é inacreditável, Senadora, o que aconteceu com a minha família! – pelo Sr. Juiz Júnior da Luz Miranda. Até quero aproveitar esta audiência e agradecer a ele por essa condenação. Graças a ele, esse projeto vai ser votado no Congresso, no Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Júnior da Luz Miranda. (*Palmas.*)

Foi por educar a nossa filha em casa. Sim, fazemos *homeschooling* desde 2022 oficialmente. Conhecemos essa modalidade de ensino em 2020, por ocasião da pandemia. Contudo, o ensino domiciliar aplicado dentro da minha casa não tem nada a ver com a forma com que as escolas administraram a educação durante o período da pandemia. Explico para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minhas filhas tinham e têm rotinas de estudo, cronograma de estudo. Antes de tudo, um planejamento muito bem-feito pela minha esposa, assim como é feito por quem atua nas escolas, por uma professora. A minha esposa também é uma professora. Ela deixou sua carreira profissional e concluiu duas graduações: matemática e pedagogia. Tudo isso garante a elas disciplina e ordem. Elas estudam português, matemática e todas as outras matérias que a BNCC exige, e tudo isso baseado na BNCC e em valores familiares, morais e religiosos.

Sempre promovemos a elas o desenvolvimento intelectual e social. Por isso, elas também fazem piano e coral na escola de música, participam também do coral da paróquia e do grupo de jovens, além do convívio semanal com as crianças do grupo de famílias que formamos, que conta com cerca de 30 crianças. Além, é claro, do convívio social em passeios, nos acompanham nos deveres de mercado, padaria, açougue e demais. Tudo isso garante a elas a socialização entre as pessoas, entre as crianças, adultos e idosos, com pessoas de outras idades, outros gêneros, outras raças, outras religiões e outras classes sociais e etnias.

No processo civil, o juiz declarou, nas alegações finais da sua sentença, que não existia abandono intelectual de nossa parte, mas, mesmo assim, o Sr. Júnior da Luz Miranda nos condenou. Neste último processo que ocorreu na vara criminal, apresentamos todas as provas constantes no processo cível e anexamos nossas novas provas, atualizando mais de 3 mil páginas só de provas da educação e socialização delas.

Respeitamos as instituições, mas entendemos que essa decisão levanta um debate profundo sobre os limites da liberdade das famílias na educação de seus filhos. Hoje, aqui, nesta Casa, gostaríamos de destacar que os direitos humanos de nossa família estão sendo violados quando a Justiça do país deixa de cumprir a Constituição Federal, em seu art. 229, que diz: "Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...]", e também não cumpre com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em especial, queremos ressaltar o Pacto de São José da Costa Rica, em seu Artigo 12, que garante "Liberdade de Consciência e de Religião". Os pais, e, quando for o caso, os tutores têm direito a que seus filhos e pupilos recebam educação religiosa moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. É o que o *homeschooling* faz: dá o direito para as crianças serem assistidas de perto e terem uma melhor educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, faço um apelo a esta Casa Legislativa: que avance com a conclusão da regulamentação do ensino domiciliar no Brasil. Deixem de usar a pauta da educação como ferramenta política de controle e permitam que o Estado participe da educação de todas as famílias que escolherem a modalidade de ensino *homeschooling* com a aprovação do PL 1.338, de 2022, o qual já recebeu o parecer favorável da Relatora e encontra-se paralisado nesta Casa.

Contamos com a compreensão dos Srs. Senadores para que novos casos como o nosso deixem de acontecer e para que o Brasil não criminalize a educação das famílias brasileiras.

Então, Damares, gostaria muito, em meu nome, em nome da minha família, que vocês, Senadores e vários outros de que a gente correu atrás ontem aqui nos corredores – conversamos com vários... Todos estão... todos não, a maioria que a gente encontrou está disposta a colocar urgência nesse projeto de lei para que a gente pare de ser perseguido.

Você imagine o pai e a mãe de duas filhas, que estão sendo muito bem-educadas, receberem uma condenação de 50 dias de prisão. Minhas filhas vão ficar onde? Com quem? Aí os direitos humanos vão lá? Então, isso é um direito da mãe de cuidar e defender as suas crias, porque foi ela que pariu e é ela que tem que educar. O Projeto de Lei 1.338 vem para que as famílias deixem de ser criminalizadas e deem a seus filhos o que é muito importante.

Eu só vou... Para finalizar, tem uma pergunta aqui que foi feita na internet e eu vou responder. A Yasmin, do Rio Grande do Norte, pergunta: "Caso a educação seja feita em casa, como [...] garantir a socialização e [a] convivência para a formação de vínculos sociais dos jovens?". Vou responder para você, Yasmin. Gostaria muito que você conhecesse uma família educadora e participasse com ela durante um período de três, quatro, cinco horas para você ver o que é socialização em crianças que fazem *homeschooling*. Elas não se trancam no quarto com o celular na mão, elas não vão para a escola com celular na bolsa, elas simplesmente brincam, conversam, trocam ideias e, o mais importante, se socializam muito mais do que muitos que estão na escola regular.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ieda, para completar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IEDA DENARDI (Para expor.) – Eu gostaria de pedir para a minha filha, se fosse possível...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na verdade, eu ia fazer isso. As duas estão aqui ou só uma?

A SRA. IEDA DENARDI – Alicia e Lorena estão aqui e a Alicia manifestou interesse em dar uma palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Venham cá as duas meninas. (*Palmas.*)

Dra. Zizi, a senhora dá o lugar para uma das meninas?

O SR. ADALTO DENARDI (*Fora do microfone.*) – Eu dou. Eu já falei; eu dou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O pai vai dar o lugar para a outra.

Venham cá. Mas não vá para longe não, Adauto. Venham cá. Quero as duas meninas aqui. E depois tem mais duas que vão vir aqui para a mesa.

A SRA. ALÍCIA DENARDI (*Fora do microfone.*) – Vem, Lorena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero mostrar para vocês as crianças torturadas pelo pai. (*Risos.*)

Senta aqui. Cadê a outra? Vem cá. Senta. São muito lindas. Tem um lugar aqui. Vem cá. Arranja uma cadeira para ela, gente. (*Pausa.*)

Ieda.

A SRA. IEDA DENARDI – A Alícia falou que queria dar uma palavra, mas eu posso concluir o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, conclui o seu, depois vem a Dra. Alícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IEDA DENARDI (Para expor.) – Eu quero sinceramente agradecer o empenho da Senadora em tudo isso.

Eu quero pedir desculpas para as famílias que porventura tenham se sentido... De alguma forma, emocionalmente, essa condenação pode ter provocado em algumas famílias uma dor emocional, porque, dentro da minha casa, essa dor foi fortemente sentida e eu estou aqui de pé porque eu tenho um Deus que me sustenta. Mas eu sei que essa dor transpassou a fronteira das paredes da minha casa e chegou à casa de muitas pessoas.

Eu quero pedir desculpas. Eu nunca tive qualquer intenção – com a tentativa de manter as minhas filhas estudando em casa, pelas questões que a minha família tem – de levar esse sofrimento para essas famílias. O nosso intuito nunca foi esse, o nosso intuito sempre foi que as meninas continuassem sendo bem-educadas, porque a rotina de estudos em casa, muito bem-sucedida, produziu isso. Ela produziu um desenvolvimento intelectual e social! Porque essa última pergunta que o Adalto respondeu para a Yasmin, eu gostaria de responder para a Yasmin.

Yasmin, eu tenho dificuldade de me socializar, e eu descobri como eu faço para me socializar melhor com a educação domiciliar. Então, a socialização da minha casa não salvou só as minhas filhas, ela me salvou também. A gente consegue facilmente se socializar. As famílias educadoras estão sempre muito abertas a conversar, estão muito abertas a dividir aquilo que dá certo, e elas dividem o que dá errado também. A gente muitas vezes não erra dentro da nossa casa porque a gente aprende a se socializar e a conversar com as mães e a descobrir o que dá certo e o que não dá certo. E a educação domiciliar é possível. Você consegue manter uma rotina de estudo dentro de casa, basta você se dedicar um pouquinho.

Então, é como já foi dito aqui. Não é para toda família, não é para acabar com a escola, não é para dizer que a mulher tem que ser dona de casa e para que ela não tenha lugar de ocupar o Senado da República ou qualquer outra cadeira que ela queira ocupar, qualquer outro espaço que ela queira ocupar. Não é isso! A gente só quer mesmo o direito de... Quando a gente escolhe ser mãe integral, que esse direito seja respeitado dentro do nosso país.

Eu gostaria muito de agradecer a vocês, eu não quero me prolongar mais. Eu acho que a nossa vinda aqui a esta audiência já produziu frutos bons e com certeza vai produzir mais. E eu quero mesmo agradecer à Senadora por essa oportunidade de estar aqui e de ter a chance de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter um país que vai ter justiça, porque o que aconteceu conosco realmente... O que eu sinto hoje é uma necessidade de clamar pela justiça do meu país.

Eu queria só passar a palavra para a Alícia e agradecer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ieda.

Vamos ouvir agora a Alícia Denardi.

A SRA. ALÍCIA DENARDI (Para expor.) – Obrigada, Senadora, por ter me deixado vir aqui falar.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Magno Malta por ter protocolado o pedido de urgência do PL 1.338, de 2022, uma vez que os meus pais foram condenados a 50 dias de detenção em regime semiaberto e esse é o único modo de a gente conseguir continuar junto sem eles terem de dormir durante 50 dias com bandidos – aqueles que roubam coisas dos outros, que não devolvem, que... (*Manifestação de emoção.*)

Desculpa a emoção.

... aqueles que matam os inocentes, aqueles que estupram as mulheres, aqueles que fazem tantas atrocidades que a gente não consegue nem enumerar. E, durante esse tempo, eles também vão ficar sem trabalho, porque o lugar mais perto para o meu pai é em Araçatuba e, para a minha mãe, é mais longe ainda.

Enquanto em países como os Estados Unidos da América – não é "da América do Norte", me desculpe, Senhor Presidente Lula –, enquanto, nos Estados Unidos da América, eles entregam bolsas de estudo para os *homeschoolers*, o Brasil persegue quem quer dar uma educação com letra maiúscula para seus filhos.

Mais uma vez, muito obrigada Senador Magno Malta por ter protocolado o pedido de urgência do PL 1.338, de 2022. Meu muito obrigada, realmente.

E, para finalizar, o *homeschooling* é imparável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero...

Alícia, eu acho que o medo do *homeschooling* é porque no *homeschooling* se treina a liderança. Você mostrou isso aqui. Estão com medo de você ser Senadora, tá? (*Risos.*)

A SRA. ALÍCIA DENARDI (*Fora do microfone.*) – Já pensei em ser assessora para chegar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem vaga no meu gabinete.

Mas deixe-me dizer uma coisa: a família de Jales está aqui. Esse caso chocou o Brasil e o mundo. Vergonha para o Brasil! Esse microfone aqui é uma tribuna e, pela Constituição, eu tenho imunidade Parlamentar. Eu vou fazer uso da minha imunidade agora. O que eu vou falar aqui é responsabilidade tão somente minha. E eu quero me dirigir a S. Exa. o Juiz de Jales. Posso, Girão?

O senhor quer prender alguém? Você é corajoso? Vem prender os Ministros do STJ que estão vendendo sentença e que estão sendo investigados. O senhor quer prender alguém, Sr. Juiz? Vem prender um monte de corruptos que estão em Brasília e rodando aí pelo Brasil, roubando idosos do INSS, tirando dos aposentados, tirando de crianças, tirando dos pensionistas.

Tem coragem, juiz? Prenda! O senhor é corajoso? Aí no seu estado tem um ex-Ministro de Estado assediador sexual que está solto, que fez assédio sexual com uma outra Ministra, dentro de uma sala, na frente da Polícia Federal. O senhor é corajoso, S. Exa. de Jales? Prenda-o, então! Agora, prender um pai e uma mãe de família que está educando duas meninas? Que vergonha para o Judiciário brasileiro.

Mas ele já está sendo alvo de um monte de processos, vocês sabem, né? Inclusive, o CNJ se antecipou. Quando a gente começou a denunciar, o CNJ já tinha lá reclamação contra ele. Inclusive, eu mandei ofício para o Ministro Fachin. Vamos ver até onde vai a coragem desse juiz, que quer impedir uma família de educar criança. Agora, a culpa dele ter feito isso é do Senado. Porque se tivéssemos aprovado a lei, essa menina não estaria chorando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores Senadores, quantas lágrimas mais nós vamos ver no Congresso Nacional de crianças e de pais, porque não tivemos a coragem de aprovar o *homeschooling?*

E aí eu quero fazer aqui, em nome do Senado, um pedido de perdão à família de Jales. Perdão! Eu faço em nome de todos os meus colegas que se omitiram, que se acovardaram, por causa de uma militância. E a maioria dos que militam contra o *homeschooling* é aqueles que aprovam greve todo dia, sindicato fazendo seis meses de greve no Brasil. O último país que voltou para a escola, para a aula, foi o Brasil no período de pandemia. É essa militância que é contra o *homeschooling*.

Mas eu queria agora pedir que todo o Plenário ficasse de pé, em forma de desagravo. E a gente vai aplaudir a família de Jales. (*Palmas.*)

Obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente Damares, eu queria pedir pela ordem aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu já participei – acho que de centenas, eu estou aqui desde 2019 – de centenas de audiências públicas. E eu vim para cá, participei, estava presidindo, eu não sabia que você ia estabelecer essa ordem aqui. Já era para eu ter ido. Mas Deus me propiciou, nos momentos mais emocionantes, mais fortes, o chamamento à responsabilidade nossa. Depois desta audiência pública aqui, a gente tem um dever de agilizar isso. E nós tivemos a oportunidade de ouvir um casal, uma família equilibradíssima, serena, cumpridora dos seus deveres. A fala da Alícia é uma fala firme.

Parabéns, liderança...

E quantas pessoas podem estar, quantas famílias podem estar passando por isso, estar suscetíveis a essa ameaça, a essa intimidação? Quantas milhares de famílias de brasileiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o seu pedido de perdão, Ieda – e eu te entendo, porque não é má intenção, sua intenção é cuidar dos seus filhos, é educar, você viu que isso fez bem, inclusive para você, na sua socialização – a gente compreende.

Martin Luther King dizia o seguinte – grande humanista, pacifista americano –: "O que me incomoda não é o grito dos violentos, é o silêncio dos bons". E é na omissão dos bons que o mal prospera. E muitos Senadores – a Damares sabe disso –, eu estou aqui, a maioria são pessoas boas.

E essa mensagem vai chegar, a gente vai conversar. Até o recorte disso aqui não precisa mais do que o que aconteceu. É o que você falou, você agradeceu ao juiz. Ele foi um instrumento para a gente dizer: gente, acorda! O que mais precisa acontecer? O que mais precisa acontecer depois do que aconteceu com vocês? Então não há mal que não venha para um bem maior. O que aconteceu em Jales, São Paulo, o estado mais pujante do Brasil, eu acredito que foi um sinal, foi um sinal para que a gente possa fazer o que é óbvio, o que é lógico.

Então, Senadora Damares, parabéns pela condução. Tinha que ser a senhora conduzindo, pela sua sensibilidade, este momento, para mim, emblemático, histórico desta audiência pública.

Eu quero me despedir, vou ter que sair agora, e quero agradecer aqui o livro que eu acabei de receber do Benício Ferraz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Temos um escritor?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Temos um escritor aqui, Benício Ferraz, que tem 13 anos, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dez?! Dez anos. Está aqui o livro, ó, que eu ganhei, escrito por ele, pelo pai... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma extremamente educada, ele veio aqui a mim e disse: "Olha, queria lhe dar esse presente, o meu livro". Eu olhei assim: "Está lindo, está maravilhoso. Agora eu quero uma dedicatória". Ele foi lá, escreveu. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou com inveja. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parabéns, parabéns.

Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou com inveja.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... tem muitas perguntas, porque esse assunto movimenta tanto. Uma das perguntas foi respondida pela Ieda, e tem outras aí. Se a senhora puder...

Ó, já vai ganhar o livro, já vai ganhar o livro. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Que Deus te abençoe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Benício.

Então, até o final da sessão, se a senhora puder ler essas perguntas dos internautas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para quem quiser responder – uma já foi respondida; fiquem à vontade nossos palestrantes –, eu lhe agradeço.

Que Deus abençoe a todos vocês. Parabéns.

E já combinamos aqui – Senador Magno Malta, Senador Hermes Klann, que esteve aqui, e a senhora –: vamos denunciar o que está acontecendo também à Comissão Interamericana de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos, como a gente fez com os presos políticos, como a gente fez também com a censura que está acontecendo no Brasil.

Parabéns a todos.

Muito obrigado. E boa continuidade, porque este debate aqui, esta audiência pública, sem dúvida nenhuma, é marcante, é comovente, é histórica. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Nós vamos dar continuidade às nossas falas – nós temos mais três falas –, mas eu queria pedir ao Adalto e à Ieda que, por favor... Vocês são muito importantes, mas eu quero a Alícia na mesa, a Lorena continua e vocês dois vão dar a cadeira para a Helena Pizarro – vem cá, Helena, senta aqui – e a Aurora Aydar, que vão ficar sentadinhas aqui do meu lado.

Secretaria, dê um jeito de a gente se apertar aqui.

Na sequência, a gente vai ouvir agora Regiane Cichelero – é assim que fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cichelero, que também é mãe educadora.

A SRA. REGIANE CICHELERO (Para expor.) – Obrigada, Ministra Damares. Eu quero cumprimentá-la e cumprimentar os demais. É um prazer estar aqui, é uma honra poder estar aqui.

Eu gostaria de iniciar a minha fala passando um curtíssimo vídeo do meu filho. Foi, por começar a educá-lo, que eu fui processada.

Se puderem passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. REGIANE CICHELERO – "É de pouca relevância se o ensino que está sendo ministrado ao menor é ou não de excelente qualidade". Esta frase foi dita em 2022 pelo juiz em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu processo, em uma decisão judicial. Esta mesma decisão judicial fixou multa de R$1 mil por dia e fez uma advertência de acolhimento do meu filho.

A decisão versando sobre a possibilidade de acolhimento, na época, foi a primeira de que se tem conhecimento no país e aconteceu comigo quando eu estava passando pelo momento mais delicado que uma mulher pode passar, o puerpério, que em breve enfrentarei novamente. Eu havia enfrentado uma gestação de alto risco e, durante toda a gestação, eu lidei com o conselho tutelar, com o Ministério Público. Minha filha, que me acompanha hoje – está dormindo no colo da minha amiga –, nasceu de uma cesárea de emergência com arritmia cardíaca. Após tantos sustos, quando parecia que finalmente a vida estava estabilizando-se, ainda passando pelo puerpério, nós recebemos uma decisão judicial que imputava à minha família uma multa que facilmente, em algumas semanas, talvez meses, nos reduziria à miserabilidade, e a gente olhava para essa situação com muito, muito desespero! Mas, até então, era só uma advertência. Até que o Ministério Público achou que a ideia do juiz era excelente e pediu que meu filho fosse acolhido.

Eu estava no puerpério e comecei a elencar naquele momento quem eram as pessoas que eu conhecia na casa de acolhimento para quem eu pudesse pedir informações do meu filho no momento em que ele fosse acolhido, porque, afinal de contas, nós somos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mãe, tem muita gente acompanhando. Explique: o Ministério Público queria acolher seu filho, quer dizer, mandar para um abrigo, é isso?

A SRA. REGIANE CICHELERO – Para uma instituição de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês estão entendendo o que ela está falando? Acolhido é: o Ministério Público decidiu que esse menino, o filho dela, tinha que ir para uma instituição, porque ela faz mal para o filho porque ela educa o filho.

Continue! Desculpe-me, mãe.

A SRA. REGIANE CICHELERO – Imagine!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felizmente, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina afastou a possibilidade de acolhimento. Todavia, a multa permanecia e, no final, nós fomos condenados a R$100 mil pelo descumprimento da ordem judicial mais três salários mínimos por faltar com o dever de prestar educação, aquela mesma educação que o juiz disse que era de pouca relevância.

Meu filho não foi acolhido, e o processo ainda depende de recursos; atualmente, subiu a recurso no Supremo Tribunal Federal e, no momento, é o único processo judicial que teria a possibilidade de subir para a corte internacional de direitos humanos.

Só que eu não viajei 2 mil quilômetros até aqui, gestante de nove meses – meus pés estão uma bolinha, de inchados –, eu não viajei até aqui para contar essa minha história, porque essa minha história está no Google, basta dar um Google. Eu vim aqui hoje para dar voz às outras, e eu arrisco dizer com firmeza: são centenas de famílias educadoras que têm passado por situações muito similares à minha. Eu... Essas famílias têm sido humilhadas, têm sido rebaixadas, ridicularizadas por, vejam só, abrirem mão de seus direitos pessoais e suas vidas e se dedicarem a educar seus filhos.

Eu saio a brincar – eu moro numa cidade muito pequena, que tem 5 mil habitantes, e lá é muito seguro, muito tranquilo, e eu saio a brincar – com as minhas filhas na rua, e elas conversam com os vizinhos, enfim, eu olho para as minhas filhas e eu as vejo brincando livremente, e eu me lembro de mães que vêm até mim, dezenas de mães que vêm até mim relatar que elas se escondem, que elas escondem as filhas, os filhos, todas as manhãs, naquele horário que seria o horário de aula, e as crianças ficam escondidas em silêncio dentro de casa. Outro dia, uma mãe me contou que o filho dela tem 14 anos, e ela faz educação domiciliar com ele desde que ele nasceu. Há 14 anos esse menino fica em silêncio por quatro horas do seu dia, para que os vizinhos não o denunciem por praticar educação domiciliar. Nessa hora, eu me lembro de famílias que todas as manhãs também vestem seus filhos com um uniforme que elas criam, e saem de casa, ficam quatro horas fora de casa, em algum outro lugar que seja seguro, para que os vizinhos não descubram que elas fazem educação domiciliar e venham fazer a denúncia, ou que essas crianças venham sofrer processos judiciais.

Eu venho hoje dar voz àquelas famílias e àquelas crianças que às vezes ouvem batidas na porta de casa, em horário de aula, e, quando a mãe vai atender, a criança sai correndo – de mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já achou o filho escondido dentro de guarda-roupa, embaixo da cama, não porque a mãe disse que era para se esconder, mas é porque a criança tem consciência de que, para ficar protegida, para poder ficar no seu âmbito familiar sendo educada por seus pais, ela precisa se esconder de qualquer pessoa que bata à porta. Outro dia, eu levei um susto, porque alguém bateu na minha porta e falou: "Regiane!". Eu pensei: meu Deus, é o conselho. Não, era só a vizinha me trazendo chuchu. (*Risos.*)

Eu... Só um pouquinho... Deixem-me achar aqui na minha fala. É aqui.

E talvez os senhores ouçam isso tudo e pensem que é prejudicial para a criança que ela tenha que se esconder, que ela viva com esse medo, e eu devo dizer que eu concordo, mas é uma demonstração do nível de coação e de ameaça que as famílias têm vivido, simplesmente por viverem integralmente em família. Todos os dias, eu recebo mensagens de famílias comunicando que foram denunciadas ao conselho tutelar, que foram chamadas à delegacia, que foram xingadas, que foram humilhadas, que foram diminuídas por assumirem o grave dever de educar.

Essa semana, a família do queridíssimo Prof. Américo Imianovsky – se o meu sobrenome é difícil, o dele é mais –, que é professor de Matemática do meu filho há alguns anos já e também foi denunciado, a família contou aos prantos que tiveram que voltar – pela segunda vez, ele foi denunciado – com suas crianças para a escola.

Há famílias falando de absurdos que promotor de justiça disse, de multas ridículas, de bloqueio de documentos, de desconsideração da personalidade jurídica de empresas que a família venha a ter. Eu disse que o meu caso foi o primeiro com possibilidade de perda de guarda, mas não foi o último. Até então, a gente dizia, por exemplo, na minha época, que não era possível a ação que versasse sobre tomada de guarda: aconteceu comigo, e depois teve mais casos. A gente dizia que não era possível condenação por abandono intelectual: aí teve o caso de Jales.

Então, até quando a gente vai ficar nessa insegurança jurídica? O meu caso foi o primeiro, mas não foi o último. Eu lembro de um caso em que o Ministério Público pediu diretamente o acolhimento de uma criança de quatro anos. Chegou o caso ao Ministério Público, e ele pediu. Ele não sabia de nada da família, ele pediu o acolhimento dessa criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casos judiciais com busca de família extensa para acolhimento já estão em andamento também. De lá para cá, os processos judiciais nos deram a oportunidade de ver as mais diversas aberrações, a ponto de as nuanças do meu caso – uma multa que hoje já beira os R$150 mil e uma ameaça de tomada de guarda – serem quase irrelevantes diante de uma decisão de multa de mais de R$1,4 milhão e outra de pena de detenção.

Alguns nos dizem que não seremos capazes de ensinar tudo aos nossos filhos. E ainda que eu ache que muitos pais consigam provar o contrário e, se não for o caso, podem contratar outras pessoas, eu devo concordar que fica extremamente pesaroso ensinar tudo e ainda ter que lidar com processos judiciais que ignoram a realidade das nossas famílias e apenas nos punem e ameaçam ao bel-prazer simplesmente pela falta da aprovação de um projeto de lei que está parado nesta Casa há quatro anos.

Imagine uma família que abre mão de seus sonhos, de seus interesses pessoais em prol da educação dos filhos, ter que lidar com conselho tutelar ameaçando tirar a guarda, com promotores humilhando e com juízes aplicando sentenças descabidas. Isso abala o emocional e o psicológico de tantos que estão enfrentando a tarefa árdua de educar e acabam desistindo. E elas não desistem porque não vale a pena; elas desistem porque o Estado tem sido carrasco com elas, e elas se sentem impotentes.

As famílias educadoras têm sido vítimas da quebra do princípio da legalidade, e eu estou aqui hoje para implorar aos Srs. Senadores: votem o Projeto de Lei 1.338, de 2022, e libertem as mais de 75 mil famílias brasileiras que vivem como foragidas por simplesmente educarem os seus filhos. Não sejamos conhecidos como o país que pune quem educa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Obrigada, Regiane. Obrigada.

Eu estava aqui olhando o pezinho dela inchado, estava aqui olhando como ela está linda. Obrigada por ter feito esse sacrifício para estar aqui, dando voz a tantas famílias.

Nós vamos agora para o casal Ferraz. Depois do casal Ferraz, a gente vai encerrar a audiência ouvindo Helena e Aurora. Então, fiquem aí, vocês duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei como vai ser a dinâmica, casal Ferraz, Alfredo ou Muara, quem vai falar primeiro. Eu aqui fiz uma inversão e vi que a esposa pediu para o marido para falar primeiro, mas vocês fiquem à vontade. São pais educadores.

O SR. ALFREDO FERRAZ (*Fora do microfone*.) – Em casa, é ela que manda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em casa é ela que manda, né?

O SR. ALFREDO FERRAZ (*Fora do microfone*.) – Há 19 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Há 19 anos. O.k. Aqui também, eu percebi. Eles só disfarçaram. (*Risos.*)

Vai lá!

A SRA. MUARA FERRAZ (Para expor.) – Agradeço imensamente por estar aqui neste momento tão especial, o qual uma perseguição tornou possível.

Eu sou formada, trabalhei cinco anos em sala de aula e resolvi sair justamente porque eu queria me dedicar ao meu filho, quando o tivesse. Foi planejado, foi tudo muito bem planejado, desde o nascimento dele até o *homeschooling*.

Estávamos em paz até, então, vir a denúncia, a qual... Sim, o desgaste emocional só quem passa é que sabe. Só quem escuta, assim como a Regiane falou, que bater na porta incomoda... A buzina de um carro assusta. Você estar dentro da sua casa, dando aula para o seu filho, que é a pessoa mais importante da sua vida, escutar uma buzina e sentir o seu coração bater, por medo de ser... Nós já passamos por conselho tutelar, intimações, Ministério Público. Nós já tivemos polícia civil batendo na porta da nossa casa. Isso dói imensamente só para quem passa. É uma dor muito grande, mas essa dor fortalece cada vez mais, porque aquele que nos sustenta está sempre junto.

Eu sempre falo lá em casa: sagrada família à frente. E ela está, e é por ela que nós estamos aqui hoje, porque ela fortaleceu, nos fortalece. Só eu sei, como mãe, as vezes que eu me desestabilizei emocionalmente, sim, porque eu estava sendo perseguida, mas nunca porque eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava sendo mãe educadora. E esse é o meu objetivo de vida. Isso sim, nós temos um filho, o tempo vai passar, mas o propósito, jamais. E a gente sempre vai estar junto nessa luta.

Eu vou passar para o Alfredo agora, que vai explicar mais a parte do nosso processo judicial, para vocês entenderem um pouquinho do que a gente já passou.

O SR. ALFREDO FERRAZ (Para expor.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Senadora Damares, uma das mulheres talvez mais fortes aqui do Congresso Nacional. É uma honra estar junto aqui neste momento. Cumprimento também a todas as mães educadoras aqui. Até quero mandar um abraço para a família do Diego, que foi a inspiração para nós começarmos o *homeschooling* no tempo que a gente era inocente. Nós não sabíamos que existia perseguição por pessoas que deveriam proteger as famílias. Nós éramos muito inocentes mesmo.

Então, Senadora, o nosso caso, o nosso processo corre na Justiça de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná. Fomos denunciados à secretaria de educação em setembro de 2023. No dia 26 de dezembro de 2023, a secretaria ofereceu essa denúncia e levou até o Ministério Público. Com 15 dias, 15 a 20 dias, o Ministério Público estava batendo à porta da nossa Casa, com uma multa, na época, de R$200 por dia. O desespero, claro que veio à tona. Nós não esperávamos isso. Nós tínhamos promessa da secretaria da nossa cidade de que iriam acompanhar o trabalho que nós vínhamos fazendo com o nosso filho.

Em menos de... A partir da nossa ida até o Ministério Público, em 30 dias, nós estávamos na frente de um juiz respondendo pelo crime de abandono intelectual e uma acusação de que nós não socializamos o nosso filho – aquela acusação de que nós estamos dentro de uma bolha. Isso é a maior mentira que acontece não só na minha família, mas em várias famílias do estado.

O Estado do Paraná hoje... É vergonhoso eu estar aqui hoje. O Estado do Paraná está fazendo pouco caso para o que está acontecendo. Ontem mesmo, eu recebi... Desculpa, hoje de manhã eu acordei, olhei meu Instagram: mais uma mãe pedindo socorro. Quem sou eu? O máximo que eu posso falar é: segue em frente, vamos à luta, vamos lutar pelos nossos filhos.

Aí o nosso processo se estendeu, veio o segundo processo, vieram sentenças, e, graças à assessoria da Aned, graças à Dra. Isabelle, a quem somos eternamente gratos, a gente está sobrevivendo a essa agressão. Mas não é uma agressão simples, Senadora. O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo com a minha esposa, e eu quero colocar como denúncia, é uma agressão psicológica por parte de conselho tutelar, por parte de toda a rede de proteção do Estado do Paraná – não só com minha esposa, mas com várias mães do estado. E no resto do Brasil não é diferente. E tudo isso por retaliação, tudo isso porque... Eu não tenho nada, já fui estrangulado no meu trabalho, financeiramente estrangulado, por causa dessa perseguição maldita, por alguns ditadores que se dizem protetores de família.

Nosso processo hoje está... Teve uma decisão em dezembro. Aí, não satisfeitos com R$200 por dia, a multa subiu para R$2 mil por dia, mais a suspensão da nossa CNH. A nossa cidade tem 42 mil habitantes, nós moramos em uma chácara distante a 23km do hospital, 23km de farmácia, o mercado mais próximo é a 2km, o meio nosso de nos locomovermos na cidade é carro. Aí, o que o Ministério Público, junto com o Judiciário, fizeram? Tentaram cassar nossa carteira. Isso, para mim, é tentar colocar em prisão domiciliar para nos fazer, Senadora, nos humilharmos para pedir carona, para poder ir em uma farmácia buscar remédio! Isso é inaceitável! É inaceitável o que está acontecendo no estado. Não é só com a minha família.

E o mais interessante, Senadora, é que eu levo toda a nossa história, eu conto para cada um, eu conto para quem é contrário, quem é favorável, para que vejam. Não é um viés político, não é ideológico, nós queremos educar nossos filhos. E a gota d'água para mim, Senadora, aconteceu a primeira vez em que eu vi o meu filho chorar. É tão vergonhoso falar isso no Brasil: chorou de medo de um promotor, de um juiz. Vocês sabem o que é isso? O meu filho sabe que eu posso protegê-lo, talvez de um assalto, talvez de um bandido; mas de quem deveria estar protegendo as famílias, ele não consegue...

Então, Senadora, é muito triste eu estar aqui, mas eu também confio no Senado Federal, confio em todos os Parlamentares que estão presentes, que estarão ouvindo o nosso depoimento.

Nós precisamos com urgência... Eu, sinceramente, Senadora, queria estar indo amanhã para o Paraná tranquilo, mas eu estou voltando na mira de caçadores, porque, quando eu saí de lá, pessoas ligadas à rede de proteção me falaram assim: "Com uma caneta coloco a polícia na tua casa para tirar teu filho". É isso que está acontecendo. Nós precisamos parar isso urgentemente. Não é urgente, é extrema urgência! É para hoje isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero, Senadora, que o meu filho chore de novo, porque, se ele chorar novamente, será por uma decisão mais covarde do que o que aconteceu em Jales. Eu não vou desistir. O Estado falha não só com o meu filho, com várias crianças, em escolas públicas, em escolas privadas, e eu não vou deixar o Estado colocar a mão no meu filho.

Ao mesmo tempo, Senadora, que eu tenho, sim, muito medo, assim como a minha esposa tem muito medo – mas ela é como uma leoa –, nós estamos enfrentando e nós esperamos... Isso aqui é de extrema urgência. E até sugiro, de repente, ao Senado a criação de um canal para denunciar todos esses casos de agressão psicológica que estão acontecendo.

Eu vi uma pergunta aqui, Senadora, do Carlos, do Paraná, no meu estado, melhor educação do Brasil, que fala assim: "Como fica o desenvolvimento socioemocional da criança nesse contexto? Quem vai assegurar o não prejuízo no aluno em casa?". O maior prejuízo dessas crianças dentro de casa hoje é a perseguição, é essa agressão. Eu acho que quem... Não é nem assegurar, eu acho que já tem gente que precisa responder por essa agressão. Já passou da hora, Senadora.

Eu quero agradecer imensamente. Eu peço, Senadora, que continue, assim como sempre faz, com maestria, vigiando as famílias, vigiando as famílias educadoras, porque, se não acontecer essa aprovação, algo pior vai acontecer do que essa perseguição, do que essa decisão, que, com todo respeito ao Judiciário brasileiro, é a decisão mais covarde que eu vi na minha vida. Eu posso até considerar: talvez seja o maior fiasco do Judiciário brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alfredo, eu o acompanho nas redes sociais já faz um tempo e eu só tenho que o cumprimentar pela coragem e pela forma como você tem se dedicado à causa.

Enquanto você estava falando, eu tirei uma foto da Alice aqui do meu lado, sorrindo, e mandei para a Presidente da Comissão de Educação, Senadora Teresa, e contei a história dela.

Eu sou Presidente de uma Comissão e ela de outra, e nós temos muito diálogo. Eu quero dizer para vocês que a Senadora Teresa Leitão é uma Senadora extremamente competente, equilibrada. Ela teve dois anos de desafio por causa da votação do PNE e, depois, do projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei das altas habilidades, a universidade indígena... Ela teve que lidar com temas que dividiam a Comissão. Mas sempre estou conversando com ela sobre *homeschooling*. Todos nós no Senado entendemos que não dá mais para fugir do debate.

Acabei de mandar sua foto para ela, fazendo um apelo. Eu vou continuar o diálogo com ela, porque, se a gente tiver a Comissão de Educação... E eu já tive uma conversa com os membros: a maioria dos membros da Comissão de Educação concordam com o PL. Falta agora a gente. E a gente teria que votar logo, antes da eleição, porque Dorinha vai sair candidata ao governo, e a gente precisaria votar logo. Então, existe já uma conversa entre mim e a Senadora Teresa. Eu acho que, quando forem conversar com ela, levando para ela todos os problemas – entendendo que ela é uma Parlamentar extremamente competente, de excelente diálogo, lúcida –, acho que vocês vão ter sucesso em conversar com a minha amiga, a Senadora Teresa.

Agora, Alfredo, como eu sou Ministra das crianças, eu queria pedir que você, por favor, desse o lugar para o Benício, só para o Benício sentar aqui ao meu lado.

Venha cá, Benício, sente-se aqui. O pai vai lá para a cadeira, e a gente vai agora encerrar a nossa audiência ouvindo as mais importantes pessoas que precisam falar nesta manhã. Nós vamos ouvir Helena Pizarro. Ela tem 13 anos de idade, reside no Jardim Botânico, e é *homeschooler*.

Você consegue falar aí, Helena?

A SRA. HELENA PIZARRO – Está dando para ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se está dando para ouvir? Está sim. Está ligado. Vá lá, Helena, pode falar.

A SRA. HELENA PIZARRO (Para expor.) – Boa tarde, obrigada por me autorizar a falar também.

A primeira pergunta que eu quero trazer para vocês é: alguém já se perguntou por que tem cada vez mais pais retirando seus filhos da escola?

Comecei o *homeschooling* há cinco anos, e, nesse tempo, eu aprendi muito mais do que em seis anos na escola. Isso eu posso garantir. Claro, ela foi útil para mim, mas eu queria mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos argumentos contra são sobre a socialização, mas eu também posso garantir que a minha socialização é excelente. Na escola, eu devia ter uns seis amigos, e olha que não eram aqueles amigos. E agora, hoje, no mínimo, eu tenho 20 amigos.

Existe um estudo que fizeram com 12 pais *homeschoolers*. Eles responderam ao interrogatório e se chegou à conclusão de que o motivo de retirarem seus filhos da escola é principalmente por insatisfação com a educação de lá. Também há um testemunho de um garoto que teve que retornar para a escola que disse: "A escola acabou comigo. Perdi a capacidade da independência nos estudos".

Foram feitos outros estudos também, em que reuniram diversas crianças em um lugar. Metade estudava na escola, e metade praticava ensino domiciliar. O objetivo desse estudo era avaliar a socialização dessas crianças, em qual dos dois grupos era melhor. E chegou-se à conclusão de que os *homeschoolers* socializavam mais e melhor do que os estudantes escolares.

Ser um pai educador é um direito. A criança foi gerada por eles, e eles a amam mais do que qualquer pessoa, e aspiram ao sucesso de seus filhos como ninguém. Existe algum professor que quer o sucesso de seu estudante de tal maneira, como os pais?

O Estado pode auxiliar na educação, mas não retirar o direito dos pais de educarem seus próprios filhos, por quem dariam a vida sem hesitar. A maioria dos pais não é formada na área do ensino, mas não é preciso ser um profissional para ensinar uma criança a ler. Não é preciso ser um profissional para ensinar que na frase "Pedro comeu um bolo", "Pedro" é o sujeito e "comer um bolo" é o predicado. Não é preciso ser um profissional para ensinar ao filho que 99 mais 30 é 129. E os pais se capacitam diariamente para ensinar seus filhos.

Estudar sem depender de profissionais se chama autodidatismo. O nosso Governo é a favor das minorias, como ele mesmo diz. Nós, *homeschoolers*, somos a minoria. Então, por que a resistência em autorizar e regulamentar? Estamos sendo criminalizados.

Enfim, eu lhes pergunto: amar e querer o sucesso de seus filhos é crime? Educar é crime? Não, não é! O crime é tirar esse direito, tirar essa obrigação de educar, amar e respeitar.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Helena, você é de Brasília?

A SRA. HELENA PIZARRO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você é de Brasília. Você não é candidata a Senadora, não, né? (*Risos.*) Eu não posso perder a minha mesa, a minha cadeira, mas eu quero lhe fazer um convite: venha trabalhar comigo! A Alícia mora longe, mas você mora aqui. (*Risos.*) Que coisa mais linda!

Vocês ouviram, meus assessores, como é que se fala em público? Vocês ouviram?! (*Risos.*) Que coisa mais linda – que Deus a abençoe –, fantástica!

A SRA. HELENA PIZARRO (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por ter contribuído.

Agora, a gente vai ouvir uma *homeschooler* de 9 anos, que é a Aurora Aydar.

Aurora, a sua mãe é a Priscilla Aydar. Sua mãe está ali, segurando o nenê da Regiane. E vocês perceberam que as famílias se tornaram uma grande comunidade.

Deixe-me dizer uma coisa para vocês: para mim é muito ruim, porque, em 2004, eu estava como assessora, brigando por um projeto que eu ajudei a escrever, e estavam na mesa o Cleber e os filhos dele. Cadê o Cleber, de Minas, e os filhos dele, que estão adultos? E um dos meninos do Cleber, só para provar que era bom, antes da audiência, fez dois vestibulares com 15 anos e passou em primeiro lugar – só para chegar e dizer: "Está vendo o quanto eu sou bom?". Um dos meninos dele falava quatro idiomas, inclusive, um dos idiomas era hebraico, e veio para a mesa, foram os dois meninos que vieram.

Agora, eu fico imaginando isso. Gente, isso faz 20 e quantos anos? Foi em 2004.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Há 22 anos, eu estava brigando por isso, escrevendo o projeto de lei. Aqui, agora, eu volto para ouvir a Helena – 22 anos –, fazendo o mesmo pedido. E a gente vai ouvir a Aurora também.

Aurora, pode falar. O microfone é seu.

Alguém a ajude!

Está ligado já. Pode falar. Arrase, Aurora!

A SRA. AURORA AYDAR (Para expor.) – Eu queria agradecer à Senadora Damares por nos acompanhar na nossa luta por liberdade educacional.

Eu sou a Aurora, tenho 9 anos, tenho três irmãos e estudo em casa desde sempre. Minha mãe competentemente me ensinou a ler e escrever. Também aprendi com ela história, geografia, português, inglês, matemática, ciências e latim. Algumas pessoas dizem que nós não fazemos amigos e somos solitários, mas, pelo contrário, eu tenho muitos amigos e sei que outras crianças *homeschoolers* diriam o mesmo.

Este ano eu já li nove livros, estou lendo três. Já li um livro com 436 páginas em 15 dias. Gosto de ler, escrever e conversar. Sei que não posso me retrair e desistir do meu estilo de aprendizado. O *homeschooling* não pode ser dilapidado. Eu, que já estudo em casa há muito tempo, posso dizer o quanto eu amo e o quanto eu gostaria de continuar estudando em casa sem medo. O *homeschooling* é imparável!

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Gente, as cadeiras nossas... A Deputada estava aqui, agora. Nossas cadeiras estão todas comprometidas! (*Risos.*)

Nós chegamos ao...

Cuidem-se!

Benicio, você quer falar alguma coisa? Não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos chegando ao final da nossa audiência. Gente, a repercussão foi tão grande. A audiência na televisão está tão grande.

Olha, eu tenho uma pergunta de Loize, de Mato Grosso: "Como conciliar [...] liberdade educacional [das famílias] com [a garantia] [...] [do direito à] [...] educação [e à proteção integral] das crianças?".

Fernanda, de Goiás: "Se os pais são qualificados, o *homeschooling* não seria uma saída interessante considerando que a educação do Brasil está entre as piores [dos países]?".

Rafael, de Minas: "*Homeschooling*: causa isolamento social, falta de supervisão profissional e risco de abusos. Escola é lugar de diversidade e proteção" – aqui é um comentário.

Daguimar, do Paraná: "Não tenho condição de praticar educação domiciliar, mas sou totalmente a favor de que, quem pode praticar, tenha liberdade de escolha".

Cleodson, da Bahia: "Haverá alguma forma de avaliação da evolução do aprendizado da criança quanto à educação formal [...]?". Sim, Cleodson, isso está previsto no projeto de lei.

Iaci, do DF: "Como garantir que as crianças educadas em casa recebam uma formação de qualidade equivalente à oferecida pelas escolas?".

E aí a gente tem o Jobson, da Paraíba: "[...] [Acho que] quem quiser educar os filhos em casa educa. Quem não [quiser], só mandar para escola. Os pais sabem o melhor para os seus filhos".

João, do Rio de Janeiro: "Os mesmos que defendem essa pauta têm os filhos nas melhores e mais caras escolas, e o debate [...] é distante da classe trabalhadora". Não é bem assim. Então, a essa pergunta de João, a Regiane vai responder, e a gente vai para o encerramento da audiência.

Regiane.

A SRA. REGIANE CICHELERO (Para expor.) – O João falou, então, que quem defende a pauta é quem tem condições de pôr os filhos nas melhores e mais caras escolas, e que o debate está distante da classe trabalhadora. No entanto, 40% das famílias educadoras recebem até quatro salários mínimos, sendo que apenas 6% delas é que ganham de 20 ou mais salários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimos por mês. Então, essa é uma falácia total. Inclusive, no depoimento que eu dei no Congresso, na Câmara dos Deputados, eu até comentei que, na época, a multa de R$1 mil por dia em uma semana ultrapassaria minha renda familiar.

Então, a realidade da maioria das famílias educadoras – que, inclusive, eu conheço – é só da classe trabalhadora mesmo. Então é um pai, igual ao que o Adalto falou aqui, é um pai que se sacrifica para que a mãe possa ficar em casa. Então, é mais uma falácia da educação domiciliar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos para o final da nossa audiência.

Eu não vou devolver a palavra a todos que já falaram por uma questão de tempo, mas a gente vai encerrar vendo um vídeo de dois minutos dos filhos do Diego, que foi um dos expositores iniciais. Vamos assistir ao vídeo dele, e a gente vai para o encerramento da audiência.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente termina a nossa audiência só dizendo o seguinte para os pais: esta é uma Comissão que cuida das minorias, a gente luta pelo direito das minorias. A gente luta pelo direito dos povos ciganos, a gente luta pelo direito dos povos indígenas, a gente luta pelos direitos da comunidade trans – é tudo aqui, nesta Comissão.

Vocês hoje poderiam estar enquadrados ali. É um grupo que quer educar os filhos em casa. Na hora em que a gente aprovar o projeto de lei, ninguém vai obrigar nenhum pai a educar. É só quem quer e tem condições. O projeto está amarrando o acompanhamento dessas crianças. Tem critérios, não é assim: aquele pai que não quer educar vai dizer que está educando. Não, tem todo um critério estabelecido no projeto.

Agora, essas famílias pagam impostos. Essas famílias são de cidadãos brasileiros. Do mesmo jeito que a gente lutou tanto por algumas minorias no Brasil e garantiu o direito para essas minorias, por que deixá-los para trás? Por que deixar essas famílias para trás? Só querem estudar e ensinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa aprovou recentemente o Pé-de-Meia, um programa, porque os meninos não querem ficar na escola, a gente está pagando meninos para estudarem. Estamos implorando aos meninos: "Nós vamos te dar um dinheirinho para tu não saíres da escola, para tu ficares aqui". Recebe o Bolsa Família, recebe o Pé-de-Meia para não sair da escola.

Aí eu tenho outro grupo de meninos que só querem estudar. Eu beneficio aqueles que não querem ficar na escola, mas deixo esses para trás? São brasileiros, e a Constituição também é para estas brasileiras que estão aqui, para este brasileirinho que está aqui. É só uma questão de igualdade, é só uma questão de equidade. Nós só estamos pedindo que os direitos deles não sejam violados, assim como o direito dos outros meninos que estão na escola. É só isso.

Então, aí vêm algumas pessoas dizendo assim: "Ó, querem isolar os meninos. Ó, isso aqui é para a elite". Elite? São trabalhadores. Tá, e se fosse? E se fosse? Por que essa demonização da elite? Também pagam impostos, e o Estado é para todos.

Mas aqui não é elite; são pais e mães que querem educar. Eu conheço pais e mães de *homeschooling*, gente, muito pobres, que se sustentam com um salário mínimo e querem educar, querem alfabetizar a menina de quatro anos em casa. Eles não têm esse direito.

Então, aqui, gente, não é uma luta elitista, é uma luta por equidade. É só isso que eu quero falar. É uma luta por direito da família. É uma luta para que todos os brasileiros sejam tratados igualmente perante a Constituição. É uma luta, porque essa menina quer aprender uma língua que a escola não está ensinando, e em casa ela pode aprender. É uma luta para que nenhuma criança fique para trás.

Eu quero agradecer os guerreiros pais que não desistiram, que estão aqui, que estão lutando. Você acordou, princesa? Eu quero parabenizar vocês. Mas eu não quero estar, daqui 20 anos, de novo, com uma mesa cheia de crianças, pedindo a mesma coisa, porque há 20, 30 anos as crianças estavam sentadas. São todos adultos muito bem-sucedidos. Eu não quero voltar daqui 20 anos para fazer esta audiência aqui de novo. E não quero nenhum pai preso.

À família Ferraz, a família de Jales: nós não queremos vocês na cadeia.

Nem você, Regiane, que está correndo risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não quero nenhuma família na cadeia tão somente porque quer educar seus filhos.

Dessa forma, a gente encerra esta audiência dizendo: não é o país das minorias? Bora aqui, lutar por essa minoria que quer educar em casa. Não é o país que fala que todos são iguais perante a lei? Bora aprovar isso na prática agora? Não é o país que fala que são todos iguais? Bora aprovar. Não é o país que fala que é – como era o lema deles no passado? – pátria educadora? Provem agora. Tudo que queremos é que nenhum direito seja violado.

Agradeço vocês que vieram. Agradeço aqueles que estão nos acompanhando. Agradeço aqueles que acreditam no ensino domiciliar. E aqueles que têm dúvida leiam. Antes de você criticar o projeto de lei, leia o projeto de lei. Converse com a Relatora. Converse com quem defende.

Que Deus abençoe todas as crianças do Brasil! Que Deus abençoe as famílias *homeschooling*!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sou apaixonada por vocês – apaixonada. E saibam que tem um exército neste Senado aqui que respeita vocês e que não vai deixar vocês para trás.

Nada mais tendo a tratar...

A minha assessora já pode começar semana que vem – tá, Helena? (*Risos.*)

A Alicia depois pode mandar currículo.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2026, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 83/2025 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Instituir o Dia Nacional das Porfirias, a ser celebrado, anualmente, no dia 18 de maio". Participantes: Eslia Maria Nunes Pinheiro, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde – DAET/SAES/MS; Ieda Maria Scandelari Bussmann, Presidente da Associação Brasileira de Porfiria - ABRAPO; Salmo Raskin, Médico Geneticista - Diretor do Centro de Aconselhamento e Laboratório Genetika, em Curitiba; e Julie Sylvie Raymonde de Nale, Paciente e Advogada. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 83/2025, CDH, de minha autoria, para, abro aspas: "instituir o Dia Nacional das Porfirias, a ser celebrado, anualmente, no dia 18 de maio".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem eventualmente utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Não vamos, obviamente, cortar a palavra ao final, caso um tempo adicional seja necessário.

Participam desta audiência pública, e quero saudar as pessoas que estão participando: Ieda Maria Scandelari Bussmann, que é Presidente da Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo); Dr. Salmo Raskin, Médico Geneticista, Diretor do Centro de Aconselhamento e Laboratório Genetika, em Curitiba; Julie Sylvie Raymonde de Nale, paciente e advogada; e Eslia Maria Nunes Pinheiro, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Quero novamente agradecer a presença e dizer que é um projeto de lei importante, porque ter o Dia Nacional das Porfirias é um momento em que toda a sociedade pode se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debruçar sobre esse tema. Quanto mais informação a sociedade tiver, mais terá acesso a tratamentos, diagnósticos, atendimento, apoio para a família para o paciente divulgar e conhecer a área. A gente ama aquilo que a gente conhece. Então, é um debate importante e necessário. Isso faz parte, inclusive, das condições para aprovação do projeto de lei.

Está aberta.

Quero saudar também todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero agradecer a todos os meios de comunicação do Senado.

As perguntas e comentários podem ser enviados. Eu tomo a liberdade, inclusive, de ler perguntas que já chegaram – primeiro, as perguntas, e depois os comentários.

O Henrique, do Distrito Federal: "A instituição do Dia Nacional das Porfirias pode vir acompanhada de metas concretas de educação, vigilância e atendimento na rede pública?".

O João, do Rio de Janeiro: "Além de criar o dia de conscientização, o que de efetivo se faz no SUS para tratamento? Qual o valor do orçamento para pesquisa/cura?".

Henrique, de São Paulo: "Como melhorar o diagnóstico precoce e o tratamento das porfirias no Brasil?".

O Eduardo, de Rondônia: "Além da conscientização, quais outras medidas podem ser tomadas para a disseminação de diagnósticos precoces?".

O Victor, de Goiás: "Como garantir que o medicamento para crises agudas chegue rápido ao paciente, já que o tempo é fator decisivo entre a vida e a morte?".

Há alguns comentários também que já chegaram.

Ronélia, do Distrito Federal: "A conscientização tem de ser principalmente da área trabalhista, porque há dificuldade de se ter repouso adequado em dias de crises".

O Victor de Goiás também fez um comentário: "Muitos pacientes são operados por engano, devido a dores abdominais. A conscientização médica é urgente para evitar cirurgias desnecessárias".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Vanessa, de São Paulo: "Precisamos de mais investimentos [...] [em] pesquisas para encontrarmos tratamentos. A medicina ainda desconhece muito essa área".

A Renata, do Distrito Federal: "Parentes de primeiro grau de pessoas diagnosticadas devem solicitar testes genéticos preventivos no SUS, mesmo sem sintomas aparentes".

Eu já combinei com os nossos expositores que a primeira fala será do Dr. Salmo Raskin, que é médico e explicará o que é a porfiria e muitos dos aspectos que vieram mencionados nas perguntas e comentários.

Em seguida, passo a palavra à Ieda, que é Presidente da Associação Brasileira de Porfiria, porque ela traz o ponto de vista dessa organização da sociedade.

A Julie Sylvie Raymonde de Nale é paciente e é muito importante a fala dela, porque é a autodefensoria – *self-advocacy* –, a autoadvocacia, né?

E a Eslia é muito importante também, porque comentários e perguntas e o que for falado se relacionam muito ao Ministério da Saúde.

Então, que bom que estamos iniciando esse diálogo, essa conversa transmitida para o Brasil.

E que isso sirva também de inspiração para muitas pessoas no Brasil, para que esta área e outras relacionadas a doenças raras avancem em termos de legislação, de pesquisa, de tratamento, de medicamentos, de cura, inclusive – por que não? –, com tantos aspectos que vêm sendo descobertos aí também pela ciência.

Inclusive, eu presido a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, além de ser membro daqui, da Comissão de Direitos Humanos, e lá a gente discute bastante a ciência, a tecnologia e a inovação nas doenças raras também. Então, é um assunto que é debatido em várias Comissões.

Que alegria estarmos juntos aí com o Brasil neste momento.

Então eu passo a palavra inicialmente, com muita alegria, ao Dr. Salmo Raskin, como eu já mencionei, Médico Geneticista e Diretor do Centro de Aconselhamento e Laboratório Genetika, em Curitiba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Dr. Salmo. (*Pausa.*)

Eu acho que tem que abrir o seu microfone, Dr. Salmo, porque está fechado. É só apertar lá no botãozinho.

Isso, perfeito!

O SR. SALMO RASKIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu acho que eu preciso participar da Comissão de Tecnologia com o senhor, para aprender essas coisas, viu, Senador?

Agora eu preciso compartilhar. Vou compartilhar aqui.

Bom dia a todos! Antes de mais nada, antes de compartilhar, bom dia a todos.

É um grande prazer e uma honra para mim ter sido convidado pelo Senador Flávio Arns, pela Sra. Ieda Bussmann e pelos demais colegas, para estar falando aqui, em nome da classe médica, num momento muito importante e – por que não? – histórico para as pessoas e famílias que têm porfiria. Então é uma honra muito grande para mim ter sido escolhido para estar aqui.

Eu vou fazer uma breve apresentação, bem breve mesmo, porque obviamente, em poucos minutos, não é possível se aprofundar nas porfirias, mas para dar apenas uma introdução, para que os outros possam falar de maneira até mais aprofundada do que eu.

Pergunto se vocês estão vendo a tela.

A SRA. ESLIA MARIA NUNES PINHEIRO (*Por videoconferência.*) – Eu, sim.

O SR. SALMO RASKIN (*Por videoconferência.*) – Estão vendo. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Não, não... Ah, agora mudou.

O SR. SALMO RASKIN (*Por videoconferência.*) – Sim? O.k.

Eu acho que, antes de falar da porfiria, eu só gostaria de introduzir o tema dizendo que esta iniciativa é mais uma das iniciativas em prol da visibilidade de quem tem uma doença rara; e a porfiria, é claro, é uma doença rara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando que uma doença é considerada rara? Existem vários critérios que são utilizados para dizer quando uma doença é rara. Nos Estados Unidos, eles usam o critério de que, quando a doença afeta menos de 200 mil pessoas, ela seria rara. Na Europa, já é uma prevalência menor do que um para 2 mil. No Brasil, se usa um critério de prevalência de menos de 65 casos a cada 100 mil pessoas. Hoje em dia, está se caminhando para um consenso mundial para ter uma nomenclatura só e uma estimativa só, para dizer que uma doença rara é aquela que acontece em menos do que um a cada 2 mil nascidos vivos.

Infelizmente, no Brasil, nós temos uma falta de dados epidemiológicos sobre as doenças raras e também sobre as porfirias. Estima-se, baseado em dados de outros países, que uma em cada 10 mil pessoas tenha uma alteração genética que predisponha o desenvolvimento das porfirias – mas nem todas essas vão desenvolver as porfirias, elas têm a predisposição – e que existam pacientes com porfirias, mais ou menos um a cinco em cada 100 mil pessoas, de modo que entra no critério de uma doença rara.

Uma estimativa, no Brasil, numa população de mais ou menos 213 milhões de pessoas: nós teríamos mais ou menos 21.350 pessoas portadoras da mutação, entre as quais cerca de 2 mil a 10 mil pessoas seriam, então, pessoas que têm os sinais e sintomas da porfiria, que precisam de diagnóstico e de tratamento e que, se forem expostas à situação de risco que desencadeiam crises, desenvolverão esses sinais e sintomas.

Existem milhares de doenças raras. Elas são raras, mas são muitas, mais de 7 mil doenças raras diferentes, das quais 80% têm etiologia genética – uma grande proporção dos casos das porfirias tem etiologia genética e hereditária. Três em cada quatro doenças raras afetam as crianças, mostrando a grande vulnerabilidade que é ter uma doença rara, e, muitas vezes, elas são graves: 30% dos pacientes com doenças raras morrem antes de cinco anos de idade. Então, isso mostra a importância e a gravidade da maioria das doenças raras.

Esse eslaide pode ser usado para qualquer doença rara, para porfiria ou para qualquer uma das outras 7 mil, porque as doenças raras compartilham uma série de características: são doenças crônicas, graves, degenerativas e, muitas vezes, colocam a vida da pessoa em risco. Como falei, a maioria se manifesta na infância, e elas têm uma grande diversidade de sinais e sintomas, o que chega a ser um problema porque torna o diagnóstico delas clinicamente difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses sinais variam não só de uma doença para outra, mas, dentro de uma mesma doença, como a porfiria, você pode ter uma variabilidade de sinais e sintomas enorme. Isso, como eu disse, dificulta para todos suspeitarem da porfiria, até para os médicos.

As doenças raras têm associadas a elas um déficit de conhecimento médico e científico. E nós vimos as próprias perguntas que foram feitas ao Senado solicitando investimento em pesquisa para as porfirias. Muitas vezes elas são incapacitantes, comprometem a qualidade de vida e muitas não têm um tratamento específico, sendo que os cuidados incidem geralmente na melhoria da qualidade e na melhoria da esperança de vida e implicam elevado sofrimento para o doente e para a sua família, com elevadíssimo fardo social. Por essa última linha, já seria motivo suficiente para estarmos aqui no dia de hoje, tentando trazer maior visibilidade para as porfirias.

De onde vem esse nome porfiria? Talvez poucos saibam, mas Porfírios era uma grande baleia que atormentava e afundava navios nas águas próximas a Constantinopla, lá no século VI. Ela, aparentemente, viveu por mais de 50 anos e causou grande preocupação nos marinheiros bizantinos. E ela tinha essa cor de púrpura, daí vem o nome das porfirias, que é um grupo raro de distúrbios metabólicos hereditários ou adquiridos, todos na via do metabolismo do heme, que é, obviamente, uma molécula muito importante no transporte de sangue e de oxigênio no nosso organismo.

Elas podem ser classificadas como eritropoiéticas ou hepáticas, dependendo do principal local de acúmulo desses substratos intermediários, que acontece quando a pessoa tem o erro metabólico. Também podem ser classificadas, mais do ponto de vista clínico, como agudas ou crônicas.

Há muito tempo se conhecem as porfirias. Desde 1870, foram relatados os primeiros casos de porfiria eritropoiética e aguda. Em 1930, Hans Fischer ganhou o Prêmio Nobel pela descoberta da estrutura das porfirinas e pela síntese do heme. Entre 1945 e 1961, os pesquisadores elucidaram a via de biossíntese do heme. Em 1961, vários tipos de porfirias já tinham sido identificados e classificados como eritropoiéticas ou hepáticas. Em 1991, mais recentemente então, foi identificado o primeiro gene que, quando alterado, leva a pessoa a ter uma predisposição à porfiria. E, em 2000, todos os genes relacionados à biossíntese do heme já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham sido identificados, e a sequência genética, determinada, o que permitiu enorme avanço no conhecimento da causa das porfirias e na possibilidade de testes genéticos para confirmar os diagnósticos não só em casos suspeitos, mas em pessoas que podem ter a predisposição e até em parentes dessas pessoas também.

Existem pelo menos oito tipos de porfirias diferentes. Então, a porfiria não é uma doença, é um grupo de doenças, pelo menos oito doenças diferentes, algumas agudas, algumas crônicas, algumas cutâneas. Cada uma delas é um verdadeiro tratado a ser desvendado. Claro que não temos tempo aqui para falar sobre cada uma delas, mas apenas para expor, de maneira mais ampla, que é um grupo bastante heterogêneo de doenças.

Um dos trabalhos que eu considero mais importantes sobre porfirias no Brasil é esse, publicado três anos atrás, em março de 2023, pelo grupo da Unidade Neuromuscular da Universidade Federal de São Paulo, com a colaboração com a Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo), cujo primeiro autor é o Dr. Paulo Victor Sgobbi de Souza, e o último autor é o neurologista Acary Souza Bulle Oliveira, meu colega. Utilizando, então, dados do registro, ele trouxe, talvez pela primeira vez – ou, pelo menos, de maneira mais aprofundada pela primeira vez –, alguns dados sobre a realidade das pessoas com porfiria no Brasil.

Eu trouxe apenas dois dados aqui, que são suficientes para a gente entender o porquê que estamos, no dia de hoje, junto com o Senado e com a Abrapo, apoiando a causa do Dia Nacional das Porfirias.

Eles estudaram, neste trabalho, 172 pacientes brasileiros. Vejam quantas consultas médicas esses pacientes, em média, precisaram para chegar a um diagnóstico: 62 consultas médicas e quase dez anos para se obter o diagnóstico definitivo. É o que nós chamamos de odisseia diagnóstica: o tempo entre o momento em que começam a aparecer os primeiros sinais e sintomas e o momento em que se estabelece um diagnóstico confirmado de porfiria. Isso é um desafio a ser atacado por todas as pessoas da área, pelo Senado, pelo cidadão brasileiro, para que possamos diminuir este tempo de diagnóstico. E, certamente, a implantação do Dia Nacional das Porfirias vai mudar essa realidade no Brasil. A idade média em que essas pessoas são diagnosticadas foi em torno de 30 anos, mas vejam que a idade média de início dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sintomas foi de 20 anos. Então, passa-se praticamente uma década, no Brasil, desde o momento em que a pessoa tem os primeiros sinais e sintomas até que ela descubra que tem porfiria.

E aqui não posso deixar de dizer que estamos falando apenas das pessoas em que foi confirmado o diagnóstico de porfiria e que estão no registro. Imaginem quantas pessoas existem no Brasil que têm porfiria, têm doença crônica a vida toda e sequer sabem que têm porfiria. É nisso que a implantação de um Dia Nacional de Porfiria pode fazer grande diferença.

Eu acrescento, naquela linha do tempo inicial, mais duas datas importantíssimas e históricas para nós do Brasil na luta pelo conhecimento a respeito das porfirias. Em 2006, no dia 21/07, a Sra. Iêda e sua filha, Bénie Bussmann, portadora de porfiria, criaram, aqui em Curitiba, a Abrapo. Esse foi um ponto histórico, porque, de lá para cá, venho acompanhando o trabalho da Abrapo, espetacular, tentando divulgar para o Brasil inteiro o que é, o que são as porfirias e lutando por melhoria de qualidade de vida para essas pessoas. E, em 2026 – agora, então, 20 anos depois da fundação da Abrapo –, a própria Abrapo, com o apoio do Senado Federal, cria o Dia Nacional da Porfiria, 18 de maio.

Finalizo com um lema que vale para todas as doenças raras e, novamente, vale aqui hoje para a porfiria: uma doença pode ser rara, mas o diagnóstico não deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dr. Salmo Raskin, Médico Geneticista, como eu já falei, e Diretor do Centro de Aconselhamento e Laboratório Genetika, em Curitiba. Obrigado, Dr. Salmo, pela participação nesta primeira parte da nossa audiência pública.

Passo, em seguida, a palavra, com muita alegria, à Presidente da Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo), sempre destacando que é muito importante criarmos associações, regionais, estaduais, nacional – e, quando se trata de uma doença rara, muito mais a nacional, também, porque são muitas doenças e poucos pacientes –, mas tem que haver associações para que a luta seja sempre conjunta, um esforço coletivo a favor de uma causa. Então, com muita alegria, passo a palavra para Ieda Maria Scandelari Bussmann, Presidente da Abrapo. (*Pausa.*)

Tem que apertar lá o botãozinho só para, também...

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (*Por videoconferência*.) – Ativar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Exmo. Senador Flávio Arns, Presidente desta sessão, Exmos. Srs. Parlamentares, colegas de associações, médicos, parceiros e, acima de tudo, pessoas da comunidade de porfiria – somos muitos, apesar de ser raro – que nos assistem hoje, a minha missão hoje é tripla. Eu estou aqui não só como cofundadora e atual Presidente da Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo), mas também como familiar e paciente de porfiria.

Há 20 anos, eu mergulhei em pesquisas informais e, desde 2006, cruzo fronteiras e congressos internacionais de porfiria para buscar no mundo o conhecimento que o Brasil não nos proporcionava, mas eu não comecei essa jornada pela ciência; comecei pela dor. Comecei pela dificuldade no diagnóstico de uma filha, que chegou a tardar, assim como o meu, 30 anos antes do dela; e pela constatação de que, no nosso país – não só no nosso país, acredito que em muitos mais –, o paciente de porfiria precisa se tornar especialista na própria doença para conseguir sobreviver.

Srs. Parlamentares, a porfiria não é apenas uma falha metabólica na produção do heme. Para o paciente brasileiro, é uma peregrinação cruel, mas isso tudo continua além da peregrinação. Hoje, os nossos gargalos estão em absolutamente tudo, desde o primeiro sintoma até o pós-alta hospitalar.

A forma mais comum e devastadora das porfirias é a porfiria aguda intermitente. Ela chega sem aviso, com dores abdominais excruciantes e riscos neurológicos severos, que ameaçam a vida ou deixam sequelas irreversíveis, se não houver diagnóstico e tratamento adequados a tempo.

O que o paciente encontra ao buscar socorro? O paciente encontra o desconhecimento, o descaso, o preconceito e a desacreditação das suas dores, principalmente. Quantos de nós já não fomos mandados para casa, ouvindo que a nossa dor era emocional ou psicológica? Eles dizem: "Está tudo na sua cabeça". E, quando finalmente chega um diagnóstico e o tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cessa a crise, ainda continua o desamparo. O paciente recebe alta sem nenhuma orientação. Não há acompanhamento médico estruturado para o pós-crise, para o pós-alta hospitalar. Ninguém ensina esse paciente a como prevenir um novo episódio, quais hábitos ele tem que mudar ou como ele vai identificar os primeiros sinais de um colapso iminente. Nós somos tratados nas emergências, mas somos abandonados no dia a dia, privados do direito elementar de uma vida digna e minimamente normal.

Mas eu não culpo o desconhecimento médico, que é uma falha acadêmica letal. Preocupa-me bastante a falta de interesse e de humanidade em alguns. Medicamentos comuns, usados em qualquer pronto-socorro, podem ser proibidos e desencadear crises fatais para quem tem porfiria. É complicado.

Hoje, a Abrapo tem, em seu cadastro, quase 1,5 mil pacientes, englobando todos os oito tipos de porfirias. Esse número impressiona, mas ele é apenas a ponta do *iceberg*. Há um mar de pessoas com suspeitas, e o intervalo de tempo em que novos diagnósticos chegam até nós está cada vez menor. A demanda está crescendo. A ciência está avançando, mas a estrutura de acolhimento do SUS continua estagnada. Falta o medicamento essencial, usado, aprovado e evidenciado no mundo inteiro para regularizar o metabolismo do heme. E a falta de sensibilidade para entender que as porfirias são raras, mas existem e que a nossa dor é real é incrível.

Se hoje a Abrapo existe e se temos força para estar nesta audiência, é porque não caminhamos inteiramente sozinhos. Tivemos e temos pessoas que nos ajudaram e continuam a ajudar nossa travessia, e é em nome dessa nossa história que quero prestar hoje duas homenagens também – outras ainda virão. Minha profunda gratidão ao Dr. Valdir de Paula Furtado, hematologista de valor médico e humano inestimável. O Dr. Valdir e sua equipe foram o porto seguro da Abrapo. Eles nos apoiaram grandemente na criação e na continuidade da nossa associação, quando quase ninguém sabia sequer pronunciar a palavra porfiria. E o meu agradecimento ao Dr. Salmo Raskin, conosco agora nesta audiência, médico geneticista, que, através da Sociedade Brasileira de Genética Médica, abriu as portas e nos possibilitou divulgar amplamente as porfirias em cenário científico dessa Sociedade Brasileira de Genética Médica. Sem a coragem técnica e a humanidade desses profissionais, os nossos 1,5 mil pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastrados estariam no completo anonimato ou já não estariam mais entre nós, como tantos outros não diagnosticados e não tratados adequadamente.

Senhores e senhoras, a aprovação do dia 18 de maio como o Dia Nacional das Porfirias não é a criação de uma data festiva; é a instituição de um escudo de proteção, é um chamado obrigatório para capacitar médicos, criar protocolos de pós-alta médica também, garantir a distribuição de medicamentos e erradicar o preconceito em hospitais.

Há 20 anos, eu estudo essa doença no cenário internacional e vejo o que é possível fazer quando há vontade política. Os pacientes que sofrem em leitos de hospitais ou até mesmo em casa, neste exato momento, têm pressa – é urgente.

Aprovando este projeto, oficializando o 18 de maio e, consequentemente, tendo uma maior conscientização, proporcionaremos aos pacientes de porfirias a chance de não apenas sobreviver às crises, mas de viver com a dignidade que todo cidadão brasileiro merece.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Ouvimos, então, a Ieda Maria Scandelari Bussmann, que é Presidente da Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo). Depois, num segundo momento, até nós poderíamos, com os expositores também, entrar na questão do medicamento que é necessário, se o medicamento está disponível, se a população tem acesso a esse medicamento, e na questão do diagnóstico também, quer dizer, os sintomas que podem aparecer no decorrer da vida, além das dores abdominais, até para orientar as pessoas que nos acompanham a pensarem nessas questões em conjunto com todos nós que estamos aqui. Muito bom. Excelente!

Passo, em seguida, à paciente, autodefensora e Advogada Julie Sylvie Raymonde de Nale.

Com a palavra, Julie.

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá!

Primeiramente, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do ilustre Senador Flávio, cumprimento a todos os presentes e todos que estão assistindo.

É uma grande honra e responsabilidade falar depois de dois profissionais tão ímpares. Inclusive, ressalto a Ieda, que, já dando um leve adiantar da minha história, foi uma das grandes responsáveis por eu estar aqui hoje, senão a maior delas.

Se me permitem, eu gostaria, por gentileza, de pedir para que coloquem meu eslaide, por favor, se tiver de fácil acesso; senão, eu continuo falando sem os eslaides mesmo – não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Secretaria da Comissão, é possível?

Ah, sim, já estamos... O.k.

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (*Por videoconferência*.) – Pronto. Vamos lá.

Bom, meu nome é Julie, como fui apresentada; eu sou paciente com porfiria.

Em 2020, eu iniciei – e aí entrando um pouquinho nos sintomas – com fortes dores abdominais, o que me levou ao hospital da minha cidade. Num primeiro momento, no hospital da minha cidade, os médicos me receberam, não me tocaram muito. Eu fui diagnosticada com uma infecção urinária – uma cistite, na realidade. Eu fui medicada e, logo após ser medicada, fui indagada se as dores tinham passado. Eu lhes informei que não e, ainda assim, eu fui liberada para voltar para casa. As dores permaneceram; e, no mesmo dia, eu retornei ao hospital. Nessa ocasião, o médico falou se eu assumiria o risco de ser internada em pleno surto de covid – a covid estava começando ali em 2020.

Confesso que, num primeiro momento, os médicos me olharam um pouco desacreditados. Eu fui internada, começaram a fazer diversos exames em mim, eu sempre ressaltando bastante essa dor abdominal. Comecei com alguns outros sintomas, como constipação e um pouco de inquietação; foi quando decidiram fazer uma cirurgia exploratória no meu abdômen, na minha barriga. A partir desse momento, tendo sido feita essa cirurgia exploratória e nada tendo sido localizado que justificasse essa dor abdominal, eu passei a ser tratada como uma paciente psiquiátrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu conto sempre a minha história? Porque eu faço parte de um grupo – felizmente, a gente tem um grupo com os pacientes de porfiria, com os familiares –, e a gente vê que a história se repete. Então, muitos pacientes chegam com essa dor abdominal, essa inquietação, insônia muitas vezes, ansiedade; e, a partir do momento em que, nos exames principalmente exploratórios ali na região do abdômen, nada é localizado, passam a ser tratados como pacientes psiquiátricos.

A partir desse momento, eu fui liberada de volta para casa, recebi uma alta hospitalar. E, nesse momento, minha família foi orientada a me deixar longe de varandas, de facas e tudo mais, porque eu poderia atentar contra a minha própria vida, quando, na realidade, eu só chorava e pedia ajuda.

Eu peço desculpas se eu me emocionar.

Na realidade, eu só chorava e pedia ajuda, porque a dor era lancinante e alguns outros sintomas apareciam. Em menos de 24 horas, eu iniciei com crises convulsivas em casa. Nessa ocasião, minha família chamou o Samu, tive que retornar ao hospital; e, a partir daí, diversos diagnósticos e hipóteses foram levantados, desde AVC a lúpus e esquizofrenia. Minha família, nesse meio, estava sem saber exatamente o que estava acontecendo; os médicos também, muito perdidos. Houve sucessivos – infelizmente, é inegável dizer – erros, até que eu entrei em coma.

Quando minha família viu que, na minha cidade, infelizmente, não se estava chegando à conclusão – muito pelo contrário, eu estava, infelizmente, caminhando para a morte –, minha família decidiu me transferir – nessa ocasião, eu fui para São Paulo – e, em menos de 48 horas, a minha família recebeu o diagnóstico de porfiria.

Esse diagnóstico foi feito, num primeiro momento, somente com base na cor da minha urina. O médico olhou a cor da minha urina e falou: "Ela tem porfiria". E aí, com acesso ao prontuário, com acesso aos exames, com acesso ao meu histórico de sintomas, de fato, foi fechado ali o diagnóstico da porfiria.

A partir daí, começou-se a busca pelo medicamento, pela hemina, batalhas ali também, infelizmente, judiciais, para que fosse fornecido o fármaco. Tendo todo esse conhecimento, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respaldo médico adequado, eu comecei a despertar do coma. Eu despertei com tetraparesia, então eu não respirava sozinha, eu não me alimentava sozinha, eu não conseguia conversar, eu não conseguia falar, eu não conseguia entender o que estava acontecendo.

Então, eu coloquei aí, cerca de três meses separam uma foto da outra: uma em que – a primeira cortou um pouquinho ali – eu estou com um salto alto, eu ia sair para uma festa à noite; e a segunda, cerca de três meses depois. Desses três meses, eu sempre ressalto, um mês e meio foi em coma.

A partir daí, inicia-se a recuperação, bastante fisioterapia e tudo mais, coisas que, infelizmente, a Julie – eu costumo separar a Julie de antes – não pode mais fazer muito em virtude da falta do diagnóstico precoce e do acesso ao tratamento precoce, além de outros tropeços aí nesse caminho.

Se puder passar o eslaide, eu agradeço bastante. (*Pausa.*)

Desafios no diagnóstico.

E aí eu conto muito a minha história, justamente em razão, como eu disse, de serem repetidas as histórias. Então, esses sintomas desconhecidos... E aí, quando eu falo sintomas desconhecidos, não nossos, mas dos médicos: muitas vezes, a gente chega até os médicos com sintomas e hoje a gente, conhecendo a porfiria, fala: "Caramba, como é que não perceberam que era porfiria?". Essa dor abdominal, essa urina púrpura, muito escura, é muito característica...

Essa demora para ser acreditado... A gente tem relatos de casos de pacientes que chegaram a ser internados em clínicas psiquiátricas. Então, com essa demora para ser acreditado, muitas vezes não chegam a tempo esses múltiplos procedimentos. E aí eu falo dessa cirurgia exploratória a que eu fui submetida, dessa internação psiquiátrica, a que, felizmente, eu não cheguei a ser submetida, mas também foi levantada a hipótese, inclusive. E aí há esse diagnóstico tardio ou até equivocado.

Eu sempre abro um parêntese aqui: a porfiria é uma doença genética, como muito bem explicado pelo médico que esteve presente, e tem aí essa necessidade de um ascendente de primeiro grau, pai ou mãe, ser portador de porfiria. Quando eu fui diagnosticada, a minha mãe fez o exame, e não foi detectada porfiria nela. E meu pai, então, por via de consequência, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha porfiria. E por que eu falo "tinha"? O meu pai faleceu antes dos 40 anos, e minha mãe, vendo tudo o que aconteceu comigo, fala: "O seu pai faleceu de porfiria". (*Manifestação de emoção.*)

Eu me emociono assim de novo, peço desculpa.

Então, esse diagnóstico tardio ou até equivocado... A gente acaba vendo muito pessoas que não aguentam esperar até o diagnóstico. Quando o diagnóstico chega, já estão no limite máximo da vida – como, no meu caso, o coma. Então, a gente fala: o paciente com porfiria não espera apenas pelo diagnóstico; ele espera para ser acreditado, porque, a partir do momento que a gente tem um diagnóstico, é como se a gente conseguisse mostrar para as pessoas que, na realidade, a gente tem, sim, uma doença e, por muitas vezes, a gente é desacreditado, seja de cunho psiquiátrico, seja devido ao exagero – "É uma pessoa muito sensível para dor", "Você é muito fresco". Então, a partir do momento em que a gente tem um diagnóstico, é como se a gente conseguisse enxergar uma luz. A partir disso, a gente consegue entender tudo.

Se puder passar para o próximo eslaide, eu agradeço bastante.

E aí o acesso ao tratamento. A batalha até o diagnóstico é tremenda – é muito grande –, mas, tendo o diagnóstico, que é fundamental, o acesso ao tratamento eu vejo tão quão difícil – é a parte mais difícil.

Hoje, eu acredito muito em propósito de vida, em propósito de Deus. Então, hoje, eu atuo em demandas de pacientes com porfiria que precisam do medicamento – e aí eu me enquadro também. Quando eu precisei de medicamento, como eu disse, foi necessária a ação judicial. Então, eu, felizmente, tenho plano de saúde. Então, dei entrada à ação judicial em face do plano de saúde, que, a princípio, negou, mas depois forneceu o medicamento. E a gente vê que nem todos têm esse acesso ao plano de saúde de forma particular. Então, um dos grandes desafios que a gente encontra hoje... Teve o recente Tema 1.234, do STF, segundo o qual, entre os requisitos que se estabeleceu ali para um medicamento que não é disponibilizado no SUS – como no caso da hemina –, deve haver a existência de muitos estudos a respeito do medicamento com grande número de pessoas. E aí a gente bate de frente ali com a ocasião que é a porfiria, uma doença tão rara. Então, há poucos pacientes, há poucos estudos. A gente tem essa dificuldade de incorporação e a dificuldade do acesso ao medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, infelizmente, já atuei em processos em que a gente conseguiu o medicamento e ele não chegou a tempo até o paciente – e aí eu peço desculpas se eu me emocionar de novo –, já atuei em processos em que, infelizmente, não se conseguiu o medicamento, como já atuei em processo também em que a gente teve final feliz – graças a Deus! E aí, quando a gente esbarra com esses requisitos mínimos estabelecidos, a gente acaba dependendo muito do momento em que o diagnóstico foi fechado – se foi fechado de forma antecipada, se deu tempo de conseguir o medicamento –; quando já é um diagnóstico muito tardio, a gente corre ali contra o tempo e, até a gente entrar com a ação e a gente conseguir esses estudos, conseguir uma perícia, que, muitas vezes, é necessária, o paciente, infelizmente, não consegue resistir. Aqui eu não falo de números; eu falo de vidas, eu falo de famílias.

Eu não consigo separar o lado profissional – eu confesso – e eu acabo me envolvendo muito. Eu já perdi a conta de quantas vezes eu chorei, seja para a família, seja despachando com o magistrado ou com o desembargador, porque é uma dor: é uma dor até o diagnóstico e é uma dor para conseguir o tratamento.

Se puder passar para o próximo eslaide, eu agradeço.

Já finalizando, como bem disse também o médico, a raridade da doença não pode significar invisibilidade do paciente. Então, a gente sabe que a porfiria é uma doença rara; mas, hoje, conhecendo, eu vejo quantas vidas teriam sido salvas – e aí eu incluo o meu pai –, quanta qualidade de vida teria sido proporcionada – e aí eu me incluo. Eu convivo com sequelas até hoje em razão de tudo o que eu passei. Então, eu vejo também pessoas, pacientes... Eu converso com pacientes que têm sequelas tanto quanto eu – alguns, ainda maiores. Eu me considero uma pessoa privilegiada: eu tenho acesso e tive acesso à reabilitação de forma particular; muitos, senão a grande maioria, não têm. Então, a gente acaba esbarrando com isso.

Acredito eu que um diagnóstico precoce, levando para conhecimento nacional – senão mundial –, a respeito da porfiria, sem dúvidas, além de salvar vidas, vai proporcionar a todos uma qualidade ainda maior.

Nós pacientes convivemos não só com o desafio de chegar ao diagnóstico e de ter o tratamento adequado, como também, em caso de uma emergência – uma dor de garganta –, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar ao hospital, falar que tem a porfiria, o médico desconhecer e não estar disposto a pesquisar sobre e nós, pacientes, termos aí que apresentar a doença.

Então, finalizo a minha palestra agradecendo muito pela oportunidade e me colocando à inteira disposição para todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Julie, nós é que agradecemos também pela sua fala, pela sua apresentação, pelo seu depoimento de vida – muito importante isso, né?

A gente sempre diz: a família, a própria pessoa, essas pessoas têm que sempre falar de todos nós estarmos em função daquilo que é necessário para ter, assim, diagnóstico, qualidade de vida, facilidades maiores. A dificuldade, na maior parte das doenças raras, acontece em todas as áreas: no diagnóstico, no acesso ao medicamento, no acesso aos tribunais, na recuperação, nas terapias necessárias. A gente está discutindo a instituição de um dia, porque, nesse dia – é claro que a gente tem que trabalhar o ano todo –, o foco deve estar voltado para a porfiria.

Agora, independentemente disso, eu quero dizer para a Ieda, para a Julie e para o Dr. Salmo também, e é o pensamento nosso, como Comissão de Direitos Humanos e outras Comissões – porque, por exemplo, a CAS é a Comissão de Assuntos Sociais: é saúde, assistência, trabalho; a Comissão de Educação é a mesma coisa –: que vocês mandem para a gente, para a Comissão de Direitos Humanos, a pauta nacional do ponto de vista da família, do paciente, da área médica – do Dr. Raskin –, para que esse diálogo possa acontecer permanentemente a partir daquilo que vocês apontam – Ieda e Julie também.

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (*Por videoconferência*.) – Obrigada, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vamos ouvir agora a Eslia Maria Nunes Pinheiro, que é Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Com a palavra, Eslia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ESLIA MARIA NUNES PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos e todas.

Queria começar cumprimentando o Presidente da sessão, os Parlamentares aqui presentes, os representantes das associações de pacientes, os profissionais de saúde, os pesquisadores, enfim, todo mundo que está participando dessa audiência e que está assistindo.

É uma honra representar o Ministério da Saúde neste debate importante sobre o a instituição do Dia Nacional das Porfirias. É muito enriquecedor também ouvir as falas de todos que me antecederam, inclusive as experiências de cada um.

O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Atenção Especializada e Temática (Daet), reconhece a relevância da discussão sobre a instituição dessa data alusiva à porfiria, por tudo o que vocês também já comentaram aqui e por entender que contribui para ampliar, de fato, a conscientização sobre essa condição rara e fortalecer as estratégias de cuidado às pessoas afetadas e às suas famílias também.

Então, o Daet compreende que o diagnóstico precoce – como vocês já trouxeram – e assertivo das porfirias constitui um dos principais desafios, realmente, para a redução da morbimortalidade associada à doença. Esse desafio realmente precisa ser olhado, como vem sendo olhado. As manifestações clínicas, nós sabemos, podem ser heterogêneas, muitas vezes inespecíficas, e isso reforça a importância, justamente, da qualificação dos profissionais de saúde da rede de atenção, para que consigam reconhecer oportunamente os sinais e sintomas, tanto nas porfirias hepáticas agudas quanto nas formas cutâneas.

Quando a gente pensa nas porfirias, além do diagnóstico oportuno, a gente também destaca a necessidade de promover o manejo adequado da condição, a prevenção dos agravos à segurança do paciente, especialmente por meio da identificação de fatores desencadeantes e também da utilização criteriosa dos medicamentos, justamente para reduzir o risco de complicações potencialmente graves. E quando a gente está falando sobre tudo isso, a gente tem consciência de que a rede de atenção à saúde tem um papel fundamental nesse processo, desde a atenção primária à saúde – que é a porta de entrada para os usuários que vão estar, muitas vezes, apresentando os sintomas inespecíficos e recorrentes que a gente já mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é na atenção primária que eles vão ser, muitas vezes, acolhidos a princípio, como porta de entrada, e vão ter o cuidado coordenado também, ordenado dentro dessa rede. A capacidade da atenção primária de reconhecer os sinais de alerta, de coordenar o cuidado, de realizar os encaminhamentos necessários faz toda a diferença para que a gente reduza os atrasos dos diagnósticos, enfim.

Da mesma forma, os serviços especializados, os serviços hospitalares, também são indispensáveis para o manejo das crises agudas; das complicações crônicas também, a longo prazo; das necessidades de reabilitação; e do que vocês trouxeram bastante aqui, que é a questão do acompanhamento pós-alta, para essa pessoa continuar sendo acompanhada após a alta de maneira adequada, evitando as reinternações, evitando complicações futuras que comprometam a qualidade de vida e a saúde das pessoas.

Então, a gente entende que a instituição dessa data alusiva à porfiria representa, de fato, uma oportunidade de ampliar a visibilidade; fortalecer ações de educação em saúde; estimular a capacitação das equipes que estão nos serviços; sobretudo, sensibilizar os gestores também, porque isso também é um fator muito importante. A gente capacita as equipes, sensibiliza as equipes, os profissionais, mas a gente também precisa fazer esse trabalho de sensibilização com os gestores e com a sociedade de maneira geral, sobre a importância desse diagnóstico, da atenção integral às pessoas que vivem com essa condição.

A gente teve, enquanto Ministério da Saúde, a composição, a formação da Coordenação de Doenças Raras, em 2023, e isso já nos traz um avanço muito grande no sentido de começar a estruturar melhor, a pensar essas linhas de cuidado, de forma mais efetiva, com a habilitação inclusive, já respondendo a algumas perguntas que tinham sido feitas lá no início, com a habilitação de serviços especializados para doenças raras. E isso tudo também, esses serviços especializados, integrados dentro da rede, vão garantir que esse diagnóstico justamente seja feito da melhor forma possível, no tempo oportuno.

Além disso, a gente tem também o diálogo interno com outros setores aqui do ministério, outras secretarias, outros departamentos e outras coordenações, no que se refere ao caminho que o protocolo de diretrizes clínicas e terapêuticas vem tomando, para que ele saia também de forma mais adequada, da forma mais adequada possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então teve a consulta pública, no final do ano passado, e esse protocolo clínico e as diretrizes terapêuticas estão sendo encaminhados, garantindo todas as etapas que ele precisa cumprir, como a consulta pública, que já aconteceu, a análise exaustiva das evidências, com a participação de especialistas, tudo isso para garantir que esse protocolo clínico e essas diretrizes terapêuticas respondam adequadamente às necessidades da população.

Então a gente tem também, além disso, além dessas questões, o diálogo com os setores responsáveis pelo fomento à pesquisa em saúde, o que também foi uma coisa que foi colocada aqui, e as doenças raras têm sido consideradas uma pauta prioritária nesse sentido.

E eu me esqueci de falar o número, mas a gente tem, com relação aos serviços especializados de doenças raras, 50 serviços já habilitados. E tudo isso, juntando tudo, todas essas ações, coordenando todas essas ações de linha de cuidado, protocolo clínico e diretrizes terapêuticas, habilitação de serviços, capacitação dos profissionais, sensibilização da população de maneira geral, é que a gente vai conseguindo transformar a realidade e garantir um cuidado cada vez mais adequado para as pessoas com porfiria.

Então o Ministério da Saúde reafirma o compromisso com o fortalecimento das políticas públicas voltadas às doenças raras, com a qualificação da rede de atenção à saúde e a promoção do cuidado integral, equânime e oportuno.

E é isso. Agradeço, mais uma vez, pelo espaço e por este debate tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Eslia Maria Nunes Pinheiro, que é do Ministério da Saúde, Assessora do Departamento de Atenção Especializada e Temática.

Eu até queria propor, sabe, porque hoje nós estamos basicamente discutindo a questão de termos um dia nacional de conhecimento, de celebração, assim, do conhecimento, do atendimento para essa área da porfiria. Mas, ao mesmo tempo, nós já poderíamos ter um desdobramento da audiência pública, recebendo esse documento da Ieda, que é Presidente Nacional da Abrapo, certamente do ponto de vista da paciente também, da Julie, que também fez um depoimento, assim, tão importante. Eu acho que a Ieda e a Julie articulam juntas isso também, porque eu acho que as duas áreas são importantes. E que a gente já possa ter isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você mencionou, Eslia, a linha do cuidado – a linha do cuidado –, para vermos como está tudo isso, do diagnóstico até a sequência toda – diagnóstico, atendimento, conhecimento dos médicos –, porque os médicos e profissionais de saúde precisam ter mais conhecimento. Os próprios pacientes, sinais de alerta, discussões.

Então, a Ieda, a Julie vão mandar isso, o Salmo também – é importante –, sob o ponto de vista da genética, sobre o que fazer, para termos, assim, essa visão plena e ampla da linha de cuidado.

E só dizendo que esta Comissão de Direitos Humanos é presidida pela Senadora Damares Alves, que é uma batalhadora nessa área também da criança, do adolescente, de pessoas com deficiência, com doenças raras. Mas eu quero dizer a vocês que vocês têm a unanimidade da Comissão e a unanimidade do Plenário também.

Então, vamos tentar articular para ver como essas pessoas podem, na verdade, como foi dito, ser diagnosticadas, ser atendidas, não morrerem esperando o tratamento. Esses dias ficamos tão sensibilizados... Uma pessoa ficou três meses na UTI com AME (Atrofia Muscular Espinhal) Tipo 3, que tem medicamento. Só que ele não teve acesso ao medicamento e morreu. E o medicamento existe também para a 1 e a 2, inclusive, com outras coisas. Na porfiria é a mesma coisa. Os depoimentos são nessa direção.

Eu até agradeço...

Mais uma vez, vou passar a palavra para o Dr. Salmo, que ainda está aqui, porque ele estava, assim, quase... Vai ter que atender um paciente.

Mas que bom que ele está aí ainda para dizer alguma palavra, conduzindo para finalizar esta audiência pública.

O SR. SALMO RASKIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, por passar novamente a palavra para mim.

Eu acho que, além de tudo que foi dito, todos nós contamos com pessoas como o senhor. Nós conhecemos o seu trabalho de décadas em favor das pessoas com doenças raras. Poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

citar inúmeras situações em que já estive presente com o senhor e o senhor sempre apoiando essa causa.

Eu poderia citar, na semana passada, talvez, quando o senhor batalhou – e conseguiu isso – pela implantação do mês da fibrose cística, o mês de Setembro Roxo, doença que faz parte do meu mestrado e doutorado e que eu acompanho há 30 anos. Isso para citar algo dos últimos dias, mas a sua luta não é esquecida por nenhum de nós, mesmo que o contato não seja, naturalmente, no dia a dia. Há tanto tempo que eu não o via e o senhor continua na mesma linha de defesa que a nossa.

Então, é um orgulho muito grande para o Paraná, orgulho para o Brasil que o senhor esteja firme na defesa dessas causas. Tenho certeza de que a Ieda, a Julie e outros colegas médicos vão enviar para o senhor as demandas, que não são poucas.

Realmente, o Ministério da Saúde tem tomado atitudes nos últimos três anos, por meio da Coordenação de Doenças Raras, da qual eu faço parte do grupo de trabalho – da Coordenação de Doenças Raras. Mas há tanto a ser feito, tanto a ser feito, que, com todo o respeito e elogiando o que foi feito, costumo dizer que foram 523 anos sem fazer quase nada pelas pessoas com doenças raras.

E aí, então, para a gente conseguir fazer com que um país continental como o Brasil tenha um atendimento mínimo de respeito, não vai demorar mais 523 anos, mas não vai ser feito em três anos e isso precisa de muito tempo.

E as coisas funcionam com a pressão da sociedade civil, que é exatamente o que está acontecendo aqui, neste momento, e é assim que tem que ser: com a presença da sociedade civil, do Senado, do Ministério da Saúde. Assim, as coisas vão para a frente no nosso país.

Temos que ter esperança. Cobrar, sim, cobrar, sim, mas temos que ter esperança. E, para mim, foi um grande orgulho estar presente com todos vocês.

Aqui eu me despeço, porque eu tenho que realmente sair para um atendimento, mas foi uma manhã maravilhosa para mim poder estar aqui e vou ajudar quando o dia for realmente implantado. Também contem comigo para a divulgação de todas as formas que eu puder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a todos, parabéns à Ieda, parabéns a todas as presentes, ao Senador, à Senadora Damares e aos meus colegas que atuam no atendimento da porfiria todos os dias, porque aqui eu sou apenas um representante deles no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos – me permita chamar de você –, Dr. Salmo Raskin, Médico Geneticista, referência nessa área no Brasil. E os pacientes estão esperando por você, então, realmente, não os deixe esperando muito, está bom?

Obrigado pela participação.

O SR. SALMO RASKIN (*Por videoconferência*.) – Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Antes de voltar à Ieda, à Julie e à Eslia, eu passo a palavra à nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente! Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Tudo bem, Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Corri para chegar a tempo, mas estava ouvindo parte da audiência e eu quero cumprimentar todos os expositores. Na verdade, não foi uma audiência pública, foi uma aula – não é, Presidente Arns? –, foi uma aula. Eu acho que muita gente não conhecia o tema e, a partir de uma audiência pública como essa, as pessoas se despertam para ler e estudar.

E é o tipo de audiência pública em que, depois, Presidente Arns, as imagens e o que é apresentado ficam guardados, aí vêm pesquisadores atrás desta audiência, vêm médicos, vêm pacientes, vêm pessoas do mundo todo.

Então, fazer uma audiência pública neste nível é muito mais do que discutir um projeto de lei; é também prestar um serviço à sociedade, ao dar visibilidade ao tema e, também, ao deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui informações preciosas – informações que talvez a população não entendesse desse grupo de oito doenças metabólicas que compõem o grupo da porfiria.

E a gente informar que tem pacientes, portadores de determinadas formas de porfiria, que possam permanecer assintomáticos durante longos períodos ou apresentar manifestações clínicas inespecíficas... Na hora em que a gente fala isso, chama a atenção de alguém que está sentindo alguma coisa lá e não sabe o que é. E talvez os profissionais de saúde também não estejam entendendo o que está acontecendo.

Uma audiência como esta, acredite, Senador, pode salvar uma pessoa na busca do diagnóstico – e o diagnóstico precoce todo mundo sabe que pode salvar uma vida.

Então, Presidente, eu fico muito contente com a realização desta audiência pública. Eu não tenho dúvida de que não vai ter nenhum problema com relação à escolha do dia, porque, quanto ao dia, esta audiência pública é para a gente dizer: "É esse dia, ou vocês querem um outro dia? É essa data? Essa data está homologada?". Eu acho que, por tudo que nós falamos aqui, é realmente esta data, é o dia 18 de maio, porque já é uma data internacional.

E, assim, Presidente, é o tipo de matéria que a gente tem que votar nos próximos dias, já transformar em lei, já para a gente se organizar para o ano que vem, para no ano que vem a gente já ter no calendário oficial essa data instituída.

Quero agradecer às instituições que confiaram na Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Flávio Arns, que teve a iniciativa de apresentar a proposta de a gente fazer o debate, para a gente deliberar sobre o projeto de lei, mas agora é apresentar o voto, aprovar imediatamente e transformar isso em lei o mais rápido possível.

Senador Flávio Arns, eu só tenho que o cumprimentar, por todo o seu trabalho nessa área, todo o seu trabalho, só tenho que o cumprimentar por sua dedicação há anos a temas tão nobres como este, tão necessário, temas que por muito tempo ficaram invisibilizados.

Quero agradecer a todos os expositores. Quando eu olhei aqui o currículo dos expositores, eu disse: meu Deus, é uma aula científica que a gente vai ter aqui hoje. A todos os expositores, obrigada por terem aceitado o convite de estar conosco nesta importante audiência pública para a gente debater a conscientização sobre porfirias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus o abençoe, Senador Flávio Arns! Acho que esta Comissão cumpre mais uma nobre missão, em dar visibilidade ao tema, em aprovar o projeto de lei, e na gente cuidar do nosso povo no Brasil.

Obrigada, Presidente Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos juntos, Senadora Damares Alves.

Eu já havia mencionado o trabalho referencial que V. Exa. faz também em tantas áreas, de criança e adolescente, pessoa com deficiência, autismo, doenças raras. Parabéns pelo trabalho.

E disse também para o Dr. Salmo e para as expositoras que, em relação a essa área, a Comissão de Direitos Humanos e o Plenário do Senado são unânimes. Vamos ajudar, vamos fazer, partindo da família, partindo da pessoa que necessita do atendimento e da área científica, técnica, acadêmica, para embasar todo esse trabalho.

Não há dúvida de que muitas coisas boas acontecem, mas já pedi também uma agenda, para nos encontrarmos, a partir da agenda, para pensarmos nessa linha de cuidado que deve orientar o nosso trabalho.

Eu só queria passar ainda a palavra à cara Ieda, que é Presidente da Abrapo (Associação Brasileira de Porfiria); à Julie, que é paciente, advogada; e à Eslia, se desejarem também complementar alguma coisa, por favor.

A Ieda, em primeiro lugar. (*Pausa.*)

É só apertar lá o... Isso.

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Querido Senador Flávio Arns, é uma imensa alegria ter V. Exa. aí nessa posição, com a sua disposição, a boa vontade e a luta que tem feito, dentre todas, pelas doenças raras, assim como a Senadora Damares, na Comissão sobre saúde, família, humanidade. Tudo isso envolve demais, e a gente precisa muito de pessoas como vocês. Então, a gente só tem que agradecer, a gente até nem sabe como agradecer por esse senso de humanidade que vocês têm. Muitíssimo obrigada! Muitíssimo obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas realmente precisam de alguém para conduzi-las, para direcioná-las para o lugar certo, para as pessoas certas, para conseguir fazer o bem, o necessário, o urgente, por essas pessoas com doenças raras e com outros problemas, que sofrem tanto. Muitas vezes, a gente acaba lutando tanto e não conseguindo praticamente quase nada, mas nós da Abrapo, este ano, em julho, vamos completar 20 anos de luta e fizemos sempre um trabalho de formiguinha, e eu fico muito feliz hoje de ver aonde nós estamos chegando. E isso só é com o apoio, com a ajuda de pessoas como vocês, que têm esse senso humanitário, essa vontade, esse desejo de ajudar as pessoas, de fazer alguma coisa realmente importante. Tem muita coisa importante... Agora, é incrível – é incrível! – o trabalho de vocês.

E, inclusive, tem uma foto da Senadora Damares com uma camisa da porfiria. Eu não lembro se eu dei essa camisa para o Senador (*Risos.*), mas, se eu não dei, eu vou providenciar. É uma camiseta muito bonita a da porfiria. É uma coisinha para dar um pouco de visibilidade.

Enfim, nada, nada, nada neste mundo é suficiente para agradecer isso que vocês fazem pelas pessoas – nada, nada! A vida inteira agradecendo não é o suficiente. Muitíssimo, muitíssimo obrigada! Eu digo isso por todas as pessoas com porfiria que sofrem no Brasil, porque nós estamos aqui, mas não só no Brasil, no mundo inteiro. Muitíssimo obrigada!

Não tenho mais nada para dizer além de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos...

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (*Por videoconferência*.) – Inclusive, essa sequência que o senhor propôs, Senador, de a gente dar continuidade nessa questão do tratamento e da atenção é muitíssimo importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos...

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (*Por videoconferência*.) – Julie?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Opa! Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IEDA MARIA SCANDELARI BUSSMANN (*Por videoconferência*.) – Não sei se a Julie tem mais alguma coisa a dizer como paciente.

Eu, muitas vezes, perco até a voz e até a inspiração quando eu fico feliz, quando eu me emociono. Não sei nem o que dizer mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Que bom!

Mas sabe, Ieda, que eu costumo dizer sempre o seguinte: em primeiro lugar, dou os parabéns para vocês e aos Senadores, em segundo lugar. Para quem em primeiro lugar? Para as famílias e para os pacientes. Como a senhora falou, são 20 anos trabalhando na Associação Brasileira de Porfiria (Abrapo). A senhora usou uma expressão, no início da sua apresentação, muito importante: tornou-se especialista na doença. A família tem que se tornar especialista e a Julie, que falou como paciente.

Ministério da Saúde, Senadores, Deputados, a nossa tarefa é escutar vocês, escutar a família e escutar a pessoa. O drama da família e o drama do paciente, tudo isso tem que estar previsto nessa linha de cuidado que foi mencionada.

Uma família que tem um filho, filha ou outra pessoa com porfiria tem que pensar: "Diagnóstico? Onde que eu faço? Remédio? Aonde que eu vou? O médico, o hospital? Onde estão?". Eles têm que ter a linha de cuidado estruturada. Isso significa, na verdade, cidadania, uma política pública, para dizer: "Você tem AME (atrofia muscular espinhal), ELA (esclerose lateral amiotrófica), porfiria...". São tantas doenças raras; pouca gente, porém muitas doenças – estimam-se 15 milhões de brasileiros em todas as áreas, em todas as doenças. Então, a gente tem que ter essa linha.

Então, Senador, Senadora, Deputado, Deputada, a gente tem que dizer: "Vamos escutar essas pessoas e, a partir daí, ter ou a lei, ou a portaria, ou a decisão, enfim, ter a cidadania, a humanidade garantida no decorrer da vida".

Por isso, eu sempre digo: parabéns para vocês! Que bom que podemos aprender e trabalhar juntos também. A gente tem que sempre pensar neste sentido: juntos, todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos fazer a diferença – família, médico, geneticista, Saúde, Senado, Câmara, sociedade. Então, vamos em frente.

Não sei se a Julie está aí. Está aí, Julie? (*Pausa.*)

Está.

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (*Por videoconferência.*) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – A Ieda a convidou, mas nós também a estamos convidando para usar a palavra também, pois estamos chegando ao final da audiência.

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só mais uma vez, de fato, quero agradecer enormemente ao Senador e à Senadora Damares, por proporcionarem não só esse encontro, para que a gente fale sobre a porfiria e leve conhecimento a todos, pois, sem sombra de dúvidas, vai salvar muitas vidas. E mais uma vez, como bem fez o Senador em parabenizar a D. Ieda, eu gostaria de deixar público aqui – por mais de uma vez, eu já o fiz em algumas outras vezes –, agradecendo à D. Ieda não só por ter salvado a minha vida, mas, como eu vejo, vidas sendo salvas diariamente com o trabalho da Associação Brasileira de Porfiria, que não mede esforços para que essas vidas, de fato, sejam salvas. Então, muito obrigada, Abrapo, em nome de todos os pacientes.

O que essa mulher Ieda faz é, assim, de outro mundo. Então, muito obrigada, Ieda, e muito obrigada, Senador e Senadora, pelo evento de hoje. E que consigamos instituir o Dia Nacional da Porfiria, que, sem sombra de dúvidas, eu tenho certeza de que vai salvar muitas vidas, levando conhecimento a todos sobre a doença.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Queremos agradecer a você também, Julie. O seu depoimento foi muito importante. Você colocou, assim, realmente, de maneira visível, para toda a população, o drama pelo qual a pessoa passa e as necessidades que podem estar mais acessíveis, inclusive, para que a qualidade de vida seja cada vez melhor. Esse é o grande desafio. E queremos que você continue firme, animada, dando os depoimentos e lutando, como advogada também, a favor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos direitos dessas pessoas e de todas as demais pessoas aí que precisam desse atendimento especializado, está bom?

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (*Por videoconferência*.) – Pode ter certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

A SRA. JULIE SYLVIE RAYMONDE DE NALE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A Eslia também – Obrigado, Eslia –, do Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática, a quem passo a palavra.

A SRA. ESLIA MARIA NUNES PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui neste momento tão importante para discutir essa questão, para ampliar a visibilidade, como a Senadora mencionou. Agradeço o convite.

É muito importante ouvir os depoimentos. Uma política pública, a gente sabe, se faz com participação popular. Então, esse diálogo é fundamental e nós reforçamos o compromisso de seguir com as ações que a gente já mencionou e que vêm sendo construídas para aprimorar cada vez mais, aperfeiçoar e ofertar um cuidado cada vez de mais qualidade, mais oportuno.

Deixo como encaminhamento também e analiso que é possível que vocês entrem em contato para as dúvidas que não puderam ser respondidas aqui, enfim, pela questão do tempo e pelo espaço que a gente teve, bem como para outras dúvidas que possam surgir, que podem ser encaminhadas via Aspar, e aí a gente consegue responder, com maior detalhamento e com mais informações, para divulgar essas questões.

Além disso, também tem o *e-mail* da Coordenação de Doenças Raras, com que vocês podem também entrar em contato, para aproximar essas discussões que vão seguir a respeito da construção da linha de cuidados. Então, vocês podem entrar em contato pelo cgraras@saude.gov.br, também é um contato importante. E as demais questões que possam vir, que não foram respondidas hoje, também podem ser direcionadas à Aspar, como eu falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, é isto: nós reforçamos nosso compromisso de também manter o diálogo interno aqui no ministério, de acionar outros setores e outros departamentos, a depender da necessidade, para a gente conseguir discutir com mais aprofundamento as questões.

Então, muito obrigada e um bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente à Eslia Maria Nunes Pinheiro, do Ministério da Saúde.

Então, só lembrando: temos três tarefas.

A primeira delas é a aprovação do projeto de lei, que é de natureza terminativa, na Comissão de Direitos Humanos, depois vai para a Câmara dos Deputados. Se houver alguma necessidade de mudança, do ponto de vista dos expositores ou das pessoas que nos acompanham, basta mandar isso para a Comissão também, que será analisada, com carinho, a sugestão eventualmente mandada.

Segunda tarefa: queremos receber, como Comissão de Direitos Humanos, as demandas da Ieda e Julie também, da área, para que nós possamos saber, assim: olha, aqui, no diagnóstico, o problema é o seguinte...; está bom assim; aqui é um desafio. Não vamos falar assim de... Quer dizer, qual é o desafio? Então: aqui está bom, mas tem um desafio; o medicamento está acessível ou não está; tem que ir para a Justiça; tem um protocolo; não tem um protocolo... Como é que está o sequenciamento, quer dizer, esse ciclo da vida, ciclo da vida da pessoa, a linha de cuidado – que foi a expressão utilizada. Então, esse é o segundo aspecto.

E o terceiro aspecto: termos uma reunião de trabalho, a partir dessa linha de cuidado que for enviada, junto com o Ministério da Saúde e outros ministérios – porque, às vezes, como foi dito, é uma questão de ciência, também de tecnologia ou de financiamento, de orçamento –, para que a gente analise essa linha de cuidado com bastante atenção, está bem?

Eu agradeço novamente a presença das expositoras, da Ieda, Julie, Eslia, do Dr. Salmo. Foi uma alegria ouvir, escutar, foi realmente muito interessante a audiência pública.

Agradeço aos meios de comunicação do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforço que todo esse material – as falas e apresentações –, materiais utilizados estarão disponíveis no portal e o Brasil inteiro pode tomar conhecimento, se aprofundar naquilo que foi dito.

Agradeço à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, sempre empenhada em fazer com que tudo transcorra com a melhor qualidade possível, aos consultores do Senado, agradeço a todos. Estamos juntos nessa caminhada.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço novamente a participação de todos e todas e declaro encerrada a presente audiência pública.

Um grande abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 18/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Realizar campanha institucional em alusão ao Junho Violeta". Participantes: Daniella Jinkings, Coordenadora-Geral de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; Leonardo Brandão de Oliva, Geriatra - Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG; Márcio Mitsuo Minamiguchi, Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Camila Maria Mendes Nascimento, Coordenadora da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde; Benedito da Vozinha, Influencer; e Lucélia Luiz Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/15

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 15 de junho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 18, de 2026, da CDH, de minha autoria, para realizar a campanha, fazer parte da campanha institucional em alusão ao Junho Violeta.

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia celebrou, no dia 16 de maio de 2026, seus 65 anos de atuação. Ao longo de sua trajetória, a entidade tem contribuído ativamente para a formação de especialistas, o desenvolvimento científico e o apoio à construção de políticas públicas voltadas ao envelhecimento populacional. Esta Comissão parabeniza a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia pelos seus 65 anos.

Nossa reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. E, no final, a gente devolve para agradecimentos e considerações finais.

Senhores, estamos hoje fazendo mais uma atividade em alusão ao Junho Violeta. Inclusive, vocês perceberam que eu estou de violeta? É violeta minha camisa? É, não é? Eu tentei o mais próximo possível, tá?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus, na TV ficou... Gente, isso é *fake*. Chame o ministro, chame a Suprema Corte. Isso é *fake*. Eu estou de violeta. (*Risos.*)

O Junho Violeta – a campanha – é uma iniciativa nacional voltada à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. A atividade busca ampliar o debate público sobre a proteção dos direitos da população idosa, fortalecer mecanismos de prevenção, estimular a atuação integrada entre estado, sociedade civil e famílias na promoção do envelhecimento digno e seguro. O tema assume especial relevância diante do acelerado processo de envelhecimento da população brasileira.

Segundo projeções oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa continuará crescendo de forma significativa nas próximas décadas, exigindo o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas à garantia da saúde, da assistência social, da inclusão e da proteção integral das pessoas idosas.

Paralelamente às transformações demográficas, persistem registros preocupantes de violência física, psicológica, patrimonial, institucional, além de situações de negligência e abandono. Essas violações atingem diretamente a dignidade da pessoa humana e demandam respostas coordenadas dos poderes públicos, dos órgãos de proteção, da igreja – vou colocar a igreja aqui na mesa, tá? – e da sociedade.

No âmbito de suas competências constitucionais e regimentais, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acompanha a efetividade das políticas públicas voltadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção e à defesa dos direitos fundamentais, constituindo espaço permanente de diálogo entre Parlamento, Governo, especialistas e sociedade civil organizada.

A presente audiência pública pretende contribuir para o fortalecimento da rede de proteção à pessoa idosa, promover a disseminação de informações qualificadas e reafirmar o compromisso do Senado Federal com a defesa dos direitos humanos, da cidadania e da valorização da sociedade e do segmento.

Eu tenho a alegria de ter na mesa hoje, como convidados, pessoas incríveis que aceitaram o convite para estar conosco. Está aqui, do meu lado direito, Camila Maria Mendes Nascimento, Coordenadora da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde.

Camila, obrigada por ter vindo, viu? Já agradeça ao seu Ministro por ter liberado você. Da sua área a gente quer realmente ouvir tudo. Há uma expectativa muito grande, porque a falta de assistência médica é uma forma de violência, a falta de acesso à política pública de saúde, à saúde com qualidade é uma forma de violência. Mas eu sei que vocês têm novidades para nos apresentar hoje. Nós estamos com uma grande expectativa para te ouvir. Obrigada por estar conosco.

Do meu lado esquerdo, está a Lucélia Luiz Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Lucélia, obrigada por estar com a gente. Agradeça ao Secretário. Ele deve estar na correria. Eu imagino, esse mês, quantas atividades a secretaria tem. Agradeça também à Ministra por ter disponibilizado você para estar aqui conosco. Queremos ouvi-la. É a secretaria mais rica da Esplanada. (*Risos.*)

Estou falando isso porque eu fui a Ministra e sei da dificuldade dessa secretaria. Mas aqui, nesta Comissão, nós reconhecemos os esforços do seu Secretário. Seu Secretário não tem se omitido a vir aos debates, e debates aqui às vezes até bem polêmico. Ele esteve aqui, mostrou o que está fazendo, mostrou as motivações. E eu fico muito feliz de você estar com a gente nessa manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está conosco também o Dr. Leonardo Brandão de Oliva, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Dr. Leonardo, que alegria! Que alegria! Nós vamos ouvir o que o Ministério da Saúde está fazendo, aí você aproveita para já os cobrar aqui, está bom? Aproveite que estão aqui.

E, de forma *online*, nós temos a alegria de ter conosco a Daniella Jinkings, está certo? Daniella, eu espero que tenha acertado o seu nome. Ela é Coordenadora de Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, Adultos e Famílias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Muito obrigada, Daniella, por estar conosco. É uma alegria recebê-la. Também queremos ouvir o que esse grandioso ministério está fazendo na área social, na proteção da pessoa idosa.

E nós temos um segundo convidado que estará conosco, que é o Márcio Mitsuo Minamiguchi – Márcio, eu espero que eu tenha acertado –, Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É uma alegria ter você conosco, Márcio.

Informo a quem está do outro lado – eu já informei aos nossos membros aqui – que são dez minutos de apresentação e, no final, a gente devolve para perguntas.

E a sociedade também faz parte da mesa: a sociedade pode participar da nossa audiência por meio do telefone, por meio do *e-mail*, no Portal e-Cidadania. Podem mandar mensagem. Inclusive, já recebemos mensagem de várias pessoas de vários lugares do país.

Assim, temos a honra... Nós vamos começar pelas meninas, está bom, Dr. Leonardo? Aqui é a Comissão das meninas, tá? Então, primeiro as meninas.

Nós vamos ter a honra de ouvir o Ministério da Saúde, a Dra. Camila Maria Mendes Nascimento.

Bem-vinda, Doutora! Serão dez minutos para a sua fala.

Secretaria, sem campainha, tá? Sem campainha, o.k.? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO (Para expor.) – Olá, bom dia a todas as pessoas aqui presentes e às pessoas também que estão nos acompanhando de forma virtual.

É com muita alegria que o Ministério da Saúde recebeu este convite de estarmos aqui hoje para debater sobre um assunto que é difícil, mas que é importante, pois precisamos continuar ampliando esses esforços na luta de prevenção e proteção das nossas pessoas idosas, né? Hoje, o 15 de junho é o dia mundial de prevenção e combate à violência da pessoa idosa, e hoje precisamos falar sobre essa temática, assim como também por ser uma questão de direitos humanos, de proteção, de dignidade. E todos esses aspectos são de nossa responsabilidade, da sociedade como um todo.

Pode começar a apresentação?

Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO – O.k. Pode projetar. (*Pausa*.)

Pode passar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso é o violeta. (*Risos*.)

O SR. CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO – Então, só para a gente trazer rapidamente um cenário em relação ao nosso envelhecimento, hoje, segundo as projeções do IBGE, somos mais de 36 milhões de pessoas idosas, que fazem parte de 17% da população, correspondem a 17% da população brasileira, com expectativa de vida de 76 anos e com um aumento, quando a gente vai olhar lá para o ano de 2010, de 60% em relação a este ano citado, com a expectativa de a gente chegar a 45,8 milhões em 2034. Então, a revolução do envelhecimento já começou e vem só crescendo diante desse cenário em que a gente vive hoje.

Trazendo no contexto da saúde, cerca de 70% da população idosa usam exclusivamente o SUS. Por isso é necessário que a gente permaneça nessa luta constante de defesa do SUS, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também de ampliar o escopo de atendimento, porque também acesso à saúde é acesso à dignidade e à proteção à vida.

Pode passar.

Então, quando a gente fala sobre violência contra a pessoa idosa, não é apenas uma questão de segurança ou de assistência social, é também uma questão de saúde pública. Então, alguns dados, segundo o Atlas da Violência do Ipea, agora, de 2026: a violência contra as pessoas idosas cresceu 226% em dez anos e traz um perfil que é de pessoas idosas de 80 anos ou mais. Geralmente essas violências ocorrem no âmbito domiciliar, e, infelizmente, muitos desses agressores são seus familiares e cuidadores. Aproximadamente 70% das vítimas não letais dessas violências são mulheres, assim como também quando a gente olha o panorama do recorte – né? – de raça-cor, quando a gente olha para a vitimização letal, ou seja, violência que causou morte, ela atinge principalmente homens negros e idosos, que é 1,7 vezes a mais do que pessoas não negras da mesma idade.

Então, olhar também para o aspecto de raça-cor é importante quando a gente fala sobre a violência. E trazer esses dados é importante para que a gente não invisibilize essa questão do racismo que está presente na nossa sociedade. E isso se reflete principalmente no contexto da violência.

Pode passar.

Então, quando a gente fala sobre o 15 de Junho, é um dia que foi instituído lá em 2026 que ainda repercute de maneira muito forte, porque a gente ainda não conseguiu trazer patamares de proteção à vida das pessoas idosas ainda em 2026.

Pode passar.

Então, quando a gente traz os aspectos gerais dos tipos de violência, são inúmeros. Entre eles, a gente tem a negligência, a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, a violência financeira e a patrimonial, e uma violência que ainda segue muito invisibilizada pela sociedade, que é o idadismo. O preconceito em relação à idade também é um tipo de violência e precisa ser debatido. Então, pequenos comentários no nosso dia a dia, pequenas atitudes idadistas levam marcas importantes para as pessoas idosas e isso fere também os seus direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos e a sua saúde; impactam diretamente a saúde da pessoa idosa. Todos esses tipos de violência podem causar lesões, ansiedade, piora de doenças crônicas, perda da funcionalidade, hospitalização e até causar morte.

Pode passar.

Então, quando a gente pensa em relação à violência, são imensos os desafios em relação ao enfrentamento. Só de janeiro a junho de 2026, o Disque 100 recebeu mais de 92 mil ligações em relação a notificações dos diversos tipos de violência, sendo lideradas principalmente pelos abusos físicos e psicológicos. A violência não é uma consequência natural do envelhecimento e ela não pode ser normalizada. Ela segue principalmente desse contexto de desvalorização da pessoa idosa e da negação dos seus direitos.

Pode passar.

Então, com esses aspectos, esse enfrentamento à violência contra a pessoa idosa tem um caráter e deve ser intersetorial. A saúde tem papel importante, mas ela não atua sozinha. Ela precisa de um sistema de justiça, de um sistema de assistência social, de segurança, de conselho de direitos, da organização comunitária e também das famílias.

Então, diante disso, quando a gente pensa, principalmente no contexto da saúde, o que é que a gente pode fazer para avançar em relação à proteção da pessoa idosa? A ampliação do escopo de atendimentos médicos, de atendimento de equipe multiprofissional, do investimento de políticas públicas que venham trazer e fortalecer essa rede de proteção e rede de acesso às pessoas idosas. Então, a ampliação, principalmente para fazer a saúde chegar a quem precisa, é muito importante. Alguns programas vêm sendo fortalecidos e ampliados para que a gente consiga, de fato, atender as necessidades reais da população.

E hoje eu queria destacar principalmente – pode passar – o papel da atenção primária em saúde. A atenção primária é aquela que está inserida dentro do contexto da pessoa idosa. Então, ela está dentro do território, ela está dentro do convívio dessa pessoa idosa. Nesse contexto, a violência, muitas vezes, não chega através de uma denúncia formal. Então, os nossos profissionais de saúde, principalmente, precisam estar atentos aos diversos sinais, como, por exemplo, a falta às consultas médicas, perda de peso, apresentar aspectos como ansiedade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medo. Então, a mudança do comportamento, muitas vezes, vem refletindo o que dentro do ambiente domiciliar vem acontecendo. Além do mais, a gente precisa também preparar os nossos profissionais de saúde para que eles possam acolher cada vez mais nossas pessoas idosas com dignidade e prestar, de fato, o atendimento em saúde de que elas realmente precisam.

Pode passar.

Quando a gente fala dentro da atenção primária, a gente precisa investir, principalmente, em orientação, educação, escuta, acolhimento, assim como também na promoção de autonomia. Pessoas idosas terem autonomia, informação e serem engajadas em grupos de convivência e participação, muitas vezes, isso leva ao fortalecimento dessa rede de apoio e de proteção contra a violência.

Pode passar.

Além disso, construir um plano de cuidado principalmente voltado a quando a gente tem essa questão da violência já evidenciada, então trazer esse aspecto da violência para dentro do cuidado; também articular com outros setores; e seguir avançando também numa rede completa de promoção e proteção de direitos à saúde.

Pode passar.

Dentro das estratégias de promoção e enfrentamento da promoção, a gente parte da informação e conscientização; assim como também do fortalecimento do apoio dessa pessoa idosa, da sua rede de convívio, com pessoas que façam com que ela se sinta de uma maneira cada vez mais segura; e principalmente no contexto de, a partir do momento em que a gente identifica um contexto de violência, não omissão. Então é o agir. O Junho Violeta nos convida a refletir, mas ele também nos convida à ação.

Pode passar.

Aqui gostaria de deixar muitos dos nossos canais de denúncia, como o Disque 100, de Direitos Humanos, mas também outros contextos que são importantes nessa rede de proteção e cuidado, de promoção e de prevenção à violência, que são as delegacias especializadas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho de Direitos da Pessoa Idosa, assim como também os Ministérios Públicos e a Defensoria.

Então, uma sociedade que protege as pessoas idosas é uma sociedade que cuida do seu próprio futuro.

Pode passar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila. A sua apresentação estava linda. Eu sou professora, fui professora muitos anos atrás, e a gente olha o material que é mostrado, que é preparado, a gente tem um olhar de educadora. Parabéns! É um material bonito, e você sabe que ele vai ficar à disposição. Muita gente depois busca, baixa, para poder fazer acompanhamento. Isso aí dá uma tese de mestrado, isso aí dá TCC, você sabe disso.

Eu só vou te perguntar uma coisa, Camila. Esta Comissão aqui defende a mulher, defende a criança, a pessoa com deficiência e aqui também é o espaço da pessoa idosa. E a gente vive aqui em conflitos. Por exemplo, nós temos projetos de lei, que estão na mesa, doutores, em que, no serviço público de saúde, a mulher tem que ser prioridade. A gente tem aqui uma série de propostas: a mulher vítima de violência, quando chegar a uma fila, terá prioridade... Aí você imagina como fica o meu coração se eu sou defensora da infância. Eu fico assim: hum, na frente da criança? Aí a gente... Eu trabalho com a pessoa com deficiência: hum, mas, se chegarem uma pessoa com deficiência agredida e uma mulher, é a mulher que tem prioridade? Aí a minha pergunta é, Camila: lá no atendimento, lá na ponta, o idoso tem a prioridade na fila, no acolhimento? Como está funcionando?

Só que aí é o seguinte, Camila: eu sou uma idosa. Não parece, gente, mas eu tenho mais de 60. Tenho essa carinha assim de 25, mas eu sou uma senhora idosa, e uma senhora idosa paciente oncológica hoje, né? Você não tem ideia de como eu estou usando isso. Eu olho para os meus assessores e falo: sou uma senhorinha idosa. Aí eles têm que fazer tudo, porque eu sou uma senhorinha idosa. Aqui também, quando os colegas estão falando, eu peço a palavra, apesar de a grande maioria dos Senadores já ter passado dos 60, aí eu falo: eu sou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhorinha idosa e paciente oncológica e não estou bem... Aí falo na frente de todo mundo. (*Risos.*)

Mas a pergunta é, Camila: por mais que a gente tenha aqui iniciativas legislativas de a mulher estar em primeiro, a gente tem visto isso muito também em filas – filas de hospitais, filas de aeroportos, filas de supermercados –, mas, indo para a sua área, o recorte da sua área, o idoso é prioridade no atendimento?

O SR. CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO (Para expor.) – Sim. Então, quando a gente... (*Fora do microfone.*)

O idoso segue sendo prioridade. Então, o idoso 60+ já tem essa prioridade garantida por lei, e os serviços de saúde buscam cada vez mais não só respeitar esse processo, mas trabalhar no contexto de a gente entender como são as necessidades das pessoas idosas, para que a gente possa ofertar um cuidado de qualidade; então, o ouvir, o acolher, o atendimento humanizado. A gente sabe que muitas vezes uma consulta para a pessoa idosa é aquela consulta que demora um pouco mais e a gente precisa cada vez mais atualizar os nossos profissionais. Cuidar de uma pessoa idosa não é a mesma coisa de cuidar de uma criança ou de cuidar de um adulto. Então, a gente precisa ter um olhar diferenciado e fazer principalmente a escuta. É através da escuta que a gente entende o que é prioridade para aquela pessoa idosa, e muitas vezes nós profissionais pensamos o que é prioridade para nós, mas precisamos levar em consideração e trazer a pessoa idosa para o centro do cuidado, para acalmar seu coração.

A gente tem o contexto de feminilização do envelhecimento. Então, as mulheres idosas têm duas vezes mais prioridade, porque elas são as pessoas que também procuram acessar mais o sistema de saúde em relação ao contexto de cuidado. As mulheres, ao longo da vida, são aquelas que mais praticam o contexto de cuidado, seja com elas mesmas, seja com outras pessoas, e hoje a gente enfrenta muito, com esse envelhecimento da nossa sociedade, a questão de pessoas idosas também cuidando de outras pessoas idosas.

Então, por isso, é cada vez mais importante que a gente mude o olhar e a gente mude a perspectiva, para que realmente os nossos idosos, além de serem prioridade, sejam cuidados da maneira que merecem e sejam respeitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila. Obrigada. Que alegria saber que ainda somos prioridade nas filas.

Para a gente fazer um debate um pouquinho mais dinâmico, eu vou perguntar aos convidados da mesa se eu posso intercalar e colocar um *online* agora. Como está lá *online* ainda o Governo Federal, nós vamos ouvir, então, a Daniella Jinkings – Daniella, você corrija seu nome, se eu estou falando errado, por favor? –, que é Coordenadora do Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

Daniella, seja bem-vinda, mas, antes de a Daniella começar a falar, eu queria trazer para a mesa uma pessoa muito querida, uma pessoa que o Brasil, nos anos passados, quando não existiam os grandes *influencers* dançando, nós tínhamos youtuber com conteúdos... E um desses youtubers era um menino, um menino que ficou famoso com milhões e milhões de acessos, porque ele cuidava da vozinha. E está aqui conosco hoje o Benedito da Vozinha. Eu queria que o Benedito viesse para a mesa com a gente. Benedito, dez anos depois... Eu conheci Benedito tem uns dez anos. Benedito foi a todos os programas de televisão. Benedito ficou conhecido no mundo todo por causa da relação dele com a vozinha e a forma como ele cuidava da vozinha, que tinha Alzheimer. E tanto que a gente se chama de compadres, né? É o compadre... eu sou comadre, por quê? Quando a vozinha chegou a uma fase da doença, ela para no tempo da roça, onde ela viveu os primeiros anos de vida. Então, todo mundo era compadre e comadre.

Então, o compadre Benedito da Vozinha está conosco aqui, e é uma alegria ter você conosco, Benedito. Eu acho que você representa muito essa luta pela proteção e pelos direitos da pessoa idosa.

Vamos ouvir a Daniella.

Daniella, dez minutos.

A SRA. DANIELLA JINKINGS (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

A SRA. DANIELLA JINKINGS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Presidente Senadora Damares.

Gostaria de cumprimentar também todos os participantes, as pessoas que estão nos acompanhando.

Vou projetar aqui a minha apresentação, para a gente ir mais rápido.

Deixe-me ver... Só colocar aqui, visualizar. Pronto.

Então, bom dia a todas as pessoas. É uma alegria estar aqui. Agradeço o convite.

A Camila, que me antecedeu, já fez uma fala maravilhosa, trazendo um pouco dos dados – das informações a respeito do Junho Violeta e das questões relacionadas à violência contra a pessoa idosa – do SUS. E, agora, eu vou falar um pouco sobre a perspectiva da assistência social.

Então, antes disso, eu queria falar um pouco que quando a gente olha para as questões sociais, a gente está falando sobre uma velhice que é múltipla, uma velhice que tem questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social, território e também questões que podem passar por deficiência e dependência física. O importante aqui é a gente lembrar que a população idosa é heterogênea: ela tem histórias, identidades, corpos, crenças, vínculos e trajetórias bastante diferentes.

Um ponto que a gente vê que já começa com uma violação da pessoa idosa é o que a gente chama de idadismo, que desconsidera essa característica plural do grupo das pessoas idosas. O idadismo é esse preconceito contra a pessoa idosa, que acaba ferindo e levando a diversas outras violências.

Como a Camila já pontuou, a gente tem diversas violências e violações de direito contra a pessoa idosa. Temos violência física, psicológica, financeira e patrimonial. Negligência e abandono são violações. A gente também enfrenta violência institucional, quando a gente tem práticas desumanizadoras pelos serviços, tanto públicos quanto privados. E a gente também tem uma questão muito complicada, de que a gente ainda não fala muito a respeito, que é a autonegligência. Principalmente para a pessoa idosa, é uma questão bastante complicada, porque a pessoa vai ficando idosa, muitas vezes vai entrando numa situação de dependência e vai se autonegligenciando. A gente também precisa olhar para essa perspectiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, a gente precisa lembrar que a violência acontece, muitas vezes, dentro de casa. As pessoas que estão ali cometendo essas violências contra a pessoa idosa geralmente são as pessoas próximas, os cuidadores ou os familiares. Isso também é decorrente de uma dependência econômica e emocional e também pode ser pela sobrecarga dos cuidadores. Muitas vezes a gente fala que a família é responsável pelo cuidado, mas a família, muitas vezes, não sabe, não tem condições de cuidar, e isso acaba também gerando essa violência. Muitas vezes isso também acaba levando a situações de isolamento social, a uma fragilidade dos vínculos familiares.

A gente precisa lembrar que nem toda violência deixa marcas visíveis. A gente sabe que nem sempre a violência física é a principal violência contra a pessoa idosa. Muitas vezes é aquela violência psicológica, violência emocional. Então, a gente precisa também se ater a isso.

E aí aqui a Camila trouxe os dados mais atualizados, né? Eu peguei ainda os de 2022, mas a gente tem 36 milhões de pessoas idosas. Mas um dado que eu gosto sempre de usar e chamar a atenção é de que 38,6% das pessoas idosas do Brasil estão no Cadastro Único. Isso mostra que as pessoas entram na velhice, elas se aposentam e perdem renda, né? Então, elas entram ali já numa situação de vulnerabilidade muitas vezes. Isso é um ponto muito importante.

Mas a gente também tem dados positivos, né? A gente tem hoje mais de 5 milhões de pessoas idosas sendo atendidas nos centros de convivência, participando do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. A gente tem aí 70%, por exemplo, da população idosa que é independente para autocuidado, né? Ou seja, só 30% aí têm alguma dependência.

A gente também, tem alguns dados – isto daqui são dados captados na rede da assistência social – de violência. Então, a gente tem 19.236 pessoas idosas que foram vítimas de violência intrafamiliar, seja ela física, psicológica ou sexual, e 37 mil pessoas ali que foram vítimas de negligência ou abandono. Então, são dados que chamam a atenção, mas a gente tem consciência de que esses dados ainda são subnotificados.

Como é que o Suas atua nessas questões? A gente precisa entender que o Suas é um sistema único que organiza a assistência social, e a gente possui programas, projetos, serviços e benefícios para serem desenvolvidos ali, nos territórios mais vulneráveis, e a família é o foco dessa atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala do atendimento à pessoa idosa, a gente está falando de uma abordagem que é pautada em autonomia, promoção da convivência, fortalecimento dos vínculos. A gente tenta prevenir essas situações de violência, isolamento e negligência e também oferta proteção integral quando necessário, que são os casos onde as pessoas têm que sair ali do convívio familiar e precisam de um serviço de acolhimento.

A gente tem duas proteções: a proteção social básica, que tem essa perspectiva mais protetiva, de fortalecimento dos vínculos. Isso a gente tem oferta pelo Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e o Centro de Convivência. A gente também tem o benefício de prestação continuada, que está aí, nesse nível de proteção social básica; e a gente tem a proteção social especial, que já é um atendimento mais especializado às pessoas idosas, né? Há diversos públicos, mas em relação às pessoas idosas, são aquelas pessoas idosas em violência, risco pessoal e social, que precisam de proteção social e cuidado. Aí a gente tem os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), o Centro-Dia e as Unidades de Acolhimento.

Então, quando a gente fala do contexto de violência contra a pessoa idosa, que a gente faz no Suas, né? A gente identifica as situações de violência, a gente realiza acolhida e escuta qualificada. A acolhida é simplesmente a gente conseguir ter este momento de identificar as necessidades daquela pessoa, entender quem é essa pessoa e o contexto no qual ela está vivendo. A gente avalia os riscos e vulnerabilidades, realizamos acompanhamento familiar e também o Suas é responsável por articulação da rede de proteção, né? Além disso, há oferta de proteção integral em serviços de acolhimento quando há rompimento ou fragilização dos vínculos e também quando a gente identifica a incapacidade da família de cuidar daquela pessoa.

Então, é importante a gente falar que o Creas, que é ali da proteção social especial, é esse centro que vai atender esses casos de violência contra a pessoa idosa. Então, a gente parte da escuta especializada, tem um atendimento tanto individual quanto familiar, tem uma construção de plano de acompanhamento, fazemos orientações sobre direitos, também tem uma articulação de rede também para o sistema de Justiça, com Ministério Público, Defensoria, saúde, segurança pública. E um ponto muito importante aqui que a gente precisa sempre falar é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Creas não é responsável por investigar nem punir e, sim, por fazer esse acompanhamento da família e fazer essa articulação com a rede.

E aí, quando a gente identifica a necessidade de acolhimento... A gente precisa lembrar que o acolhimento é uma medida excepcional e protetiva, que pode ser necessária quando há risco à integridade da pessoa idosa, quando não tem retaguarda familiar ou comunitária, quando a permanência no domicílio representa uma ameaça à vida e à dignidade daquela pessoa idosa e também quando a família não tem mais a capacidade de cuidar. A gente sabe que o vínculo existe, mas, muitas vezes, é um cuidado que necessita de uma atenção mais especializada. E a gente hoje tem três modalidades de acolhimento para pessoa idosa. Então, a gente tem o abrigo institucional, que a gente também chama de instituição de longa permanência para pessoas idosas (ILPIs), as casas-lares e as repúblicas. A diferença é que as repúblicas são para aquelas pessoas idosas totalmente independentes, que conseguem gerir sua própria vida, já as casas-lares e as ILPIs são para pessoas idosas ali que têm alguma dependência.

E aí, por fim, eu acho que a gente precisa falar muito sobre que a assistência social sozinha ou a saúde sozinha não dão conta de garantir os direitos efetivos à pessoa idosa. A gente precisa de uma rede ampla de proteção e a gente precisa de uma rede que seja composta não só pelas outras políticas públicas, mas também pelo Poder Judiciário, pelos conselhos, por organizações da sociedade civil... É uma rede que está ali para garantir que essa pessoa idosa seja de fato atendida, vista e acompanhada, para que a gente consiga superar aquela situação de violação.

E aí um ponto, já finalizando aqui a minha fala. Acho que a gente ainda tem alguns desafios que eu gostaria de trazer para a gente refletir.

Primeiro, é a questão da subnotificação dos casos. Infelizmente, hoje, com pessoas idosas, a gente tem uma dificuldade grande de essas pessoas denunciarem, principalmente porque são familiares, e, então, as pessoas não querem denunciar. A gente tem uma subnotificação.

Há a naturalização da violência, infelizmente, o idadismo, que a gente vê que é muito naturalizado. Isso leva também à naturalização de outras práticas de violência contra a pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem ainda uma fragilidade de articulação intersetorial que precisamos fortalecer. Eu acho que a Lucélia, aí do Ministério dos Direitos Humanos, vai ter, inclusive, novidades para trazer em relação a essa articulação intersetorial.

A gente tem também um crescimento de demanda por cuidados de longa duração, que precisa também entrar nessa discussão, porque a gente sabe que cuidados de longa duração podem ocasionar situações muito complicadas de abandono, de negligência. Então, isso também é uma violência contra a pessoa idosa.

E não poderia faltar também essa questão do financiamento insuficiente e ainda não vinculado que a assistência social tem. Infelizmente, hoje, o Suas não tem um orçamento garantido, e isso compromete a continuidade e a expansão dos nossos serviços. E a gente tem uma PEC, a PEC nº 7, de 2026, que está em tramitação aí no Senado. Essa PEC pode mudar isso, a gente pode ter recursos para expandir rede de assistência social, para fortalecer os serviços e também pensar em novas modalidades, né? Então já faço um apelo, Senadora Damares, para que olhe com carinho para essa PEC.

Gostaria de agradecer e estou aqui à disposição para a gente poder conversar. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Daniella.

Daniella, vou começar de trás para a frente, tá? Com relação à PEC, eu estou trabalhando, inclusive estou lutando para ser Relatora da PEC. Eu entendo que a gente vai precisar fazer a vinculação de orçamento. Ouvi alguns gestores reclamando, Daniella, no sentido de "Ah, o gestor tem que estar livre para conduzir o seu próprio orçamento, vocês estão nos amarrando".

Eu vou fazer uma crítica, Daniella, me permita, não é uma crítica ao Governo Federal, mas a gente recebeu um relatório, três semanas atrás, segundo o qual acho que nos últimos dois anos os Prefeitos gastaram R$7 bilhões em eventos e *shows*. Nada contra a cultura, mas, quando a gente pega o que foi gasto de eventos e *shows*, está muito longe da cultura que nós gostaríamos que estivesse acontecendo. É um showzinho de meia hora; eu não sei em que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

showzinho de meia hora fortalece uma cultura, tá? Eu vejo cultura como uma dinâmica constante, permanente, não um showzinho de um famoso.

Então, num país com tantos idosos abandonados, Daniella, num país em que ainda temos pessoas com fome – e seu ministério é o Ministério de Combate à Fome –, como a gente vê gestores não priorizarem o atendimento à pessoa idosa, vai para Constituição. Não querem fazer por bem, vão ter que fazer pela força da lei. Não querem fazer por amor, farão pelo rigor da lei.

Sobre a PEC 7, eu tenho conversado com os colegas, Daniella, e eu creio que ela passa – é o sentimento entre todos os Senadores que estão aqui. É só a gente agora esperar o Senador Davi Alcolumbre fazer a distribuição. Mesmo que eu não seja a Relatora, eu estou brigando, estou falando com todo mundo. E já falei o seguinte: se me der a relatoria, em 24 horas eu entrego o voto e aprovo. Mesmo que eu não seja Relatora, nós vamos trabalhar muito para aprovar.

Eu vou fazer uma pergunta para você, Daniella, que vai ser a mesma para a Lucélia, e eu não sei se o Ministério da Saúde poderia falar também.

Quando eu assumi a pasta e eu era a Ministra lá da Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa, eu não tinha um número exato de ILPIs. E esse foi um grande problema, Dr. Leonardo. Nós conseguimos um recurso generoso no Congresso Nacional, e a gente conseguiu fazer um *plus* desse recurso quando o conselho, o fundo nacional, o Ministro Guedes liberou o dobro do que nós conseguimos aqui no Congresso; ele liberou o dobro pelos fundos. Então eu tinha na mão, de repente, R$60 milhões para ILPIs, naquele iniciozinho da pandemia, e a gente precisava cuidar das ILPIs. E aí, Daniella, eu fui à Secretaria do idoso. "Qual é o número de ILPIs?" A secretaria tinha um número, porque a secretaria era recente; quando eu assumi, ela não tinha três anos de formação ainda, então a secretaria tinha um número. Aí eu bati lá na Saúde, tá, Camila? "Qual é o número de ILPIs?" O Ministério da Saúde tinha outro número. Aí eu fui no Ministério de Desenvolvimento Social, e tinha um outro número. Mas os três números, juntando, eu não acreditava que eram só aquilo, porque eu caminho, eu ando, eu ando o Brasil – antes de ser Ministra, eu era uma peregrina, andava no país como missionária ativista. E aí eu decidi, Daniella, fazer um vídeo. E, desculpe-me a falta de modéstia, eu sou uma Senadora pop, milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de seguidores e eu comecei... Aí fiz um vídeo: "Olha, eu tenho recurso para ILPI. Se na sua cidade tem uma ILPI, tem uma instituição de longa permanência para idoso, que faça contato urgente com o ministério". Somando vocês todos, o número de ILPI que os senhores tinham cadastrado – eu não sei se agora os dados estão sendo cruzados – era em torno de 2,1 mil ILPIs. Quando eu fiz o vídeo, apareceram 4 mil, e eram 2,1 mil. E aí eu perguntei onde este povo estava. Eram ILPIs particulares, no fundo de uma igreja, ou uma pessoa que estava fazendo por amor, estava ali reunindo 10, 15 idosos. E agora? Como cuidar delas se elas não estavam cadastradas nem na saúde, nem nos direitos humanos nem na assistência social?

E aí se criou, junto com a AGU, um critério: a ILPI que apresentar documentação e uma certificação da prefeitura de que ela está funcionando e do número de idosos que ela está atendendo – porque a gente distribuiria o dinheiro de forma *per capita* –, e essas instituições se cadastraram.

E aí me abriu aquele alerta: por quê? Por que nós temos instituições cuidando de idosos no país que o poder público não tinha todas elas cadastradas?

Eu não sei como é que vocês continuam fazendo esse cadastro, não sei se há uma busca ativa, mas a pergunta é: Daniella, quantas ILPIs nós poderíamos dizer oficialmente que nós temos no país? Você teria esse número? (*Pausa.*)

Alguém tem que abrir o microfone para ela. (*Pausa.*)

Acho que é você, Daniella, que tem que abrir. Não... Abriu?

A SRA. DANIELLA JINKINGS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto, foi. Agora sim.

Então, Senadora, essa é uma questão que eu acho que a gente precisa entender um pouquinho, de como é essa rede de instituições de longa permanência no Brasil.

Quando a gente está falando de instituições de longa permanência, a gente está falando de dois tipos de instituições. A gente tem as instituições que são as instituições que fazem parte da rede do Suas, da assistência social, que são ou as ILPIs que são governamentais, ou as ILPIs que são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que a gente chama de ILPIs filantrópicas, né? Então, essas duas fazem parte da rede do Suas. As que são serviços com fins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lucrativos, elas não fazem parte dessa rede. Então, a gente realmente não capta essas informações – no caso, o Ministério do Desenvolvimento Social, né?

Então, hoje, a gente capta as informações de duas formas. A gente tem um censo do Suas, o Censo Suas, ele é anual, e a gente capta essas informações direto dos territórios. E a gente também tem um Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, que a gente chama de Cneas, que são para registro das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Mas, para que essas organizações sejam reconhecidas como pertencentes à assistência social, elas têm que ter inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, e depois têm que ser cadastradas nesse Cneas (Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social) pelo gestor municipal. E aí a gente chama de três níveis de reconhecimento: o primeiro é o conselho; o segundo é o Cneas e o terceiro é o Cebas, a que elas têm direito, que é o terceiro nível, o Cebas.

Então, assim, hoje, na nossa rede, a gente tem 2.030 ILPIs que são, nesse escopo que a gente está falando, públicas, que podem ser oferta direta pelo município, pelo Governo, ou, indireta, que são as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

O Brasil hoje, de fato, ainda não tem um cadastro que pegue as instituições particulares. Então a gente precisa olhar para isso também. Mas aí, isso foge um pouco do escopo do Suas, que é a assistência social gratuita. Então, quando a gente fala das organizações da sociedade civil, a gente está falando ali de uma oferta que é dentro da perspectiva da política de assistência social, que é uma oferta gratuita.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Daniella. Obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir – que está aqui do meu ladinho – a Lucélia Luiz Pereira. Dr. Leonardo, o senhor vai ser o último porque o senhor é o homenageado nesta audiência. Esta audiência faz parte das atividades do Junho Violeta, mas ela também é uma homenagem à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Então, o homenageado fala por último, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos ouvir agora a Lucélia Luiz Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. LUCÉLIA LUIZ PEREIRA (Para expor.) – Bom dia. Queria começar fazendo minha audiodescrição. Eu sou Lucélia, uma mulher negra de 49 anos, estou com um *blazer,* calça preta e uma blusa verde, usando colar verde e alaranjado.

Queria começar agradecendo muitíssimo à Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares, cumprimentando os colegas de mesa: Coordenadora Camila, o Sr. Leonardo, a Daniella Jinkings, Benedito. Quero dizer que é uma honra e um prazer estar aqui. Agradeço pelo requerimento em relação a esta Comissão. Eu acho que é muito importante a gente ter a possibilidade de dialogar no dia 15 de junho, hoje é uma data muito importante para a gente da secretaria, do Ministério de Direitos Humanos, e principalmente, eu acho que do Brasil todo. É um momento de pensar a perspectiva de visibilizar as pessoas idosas, mas, principalmente, pensar como, infelizmente, a gente ainda tem um alto número de violência que acomete as pessoas idosas.

Então, hoje, dia 15 de junho, é o Dia de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, um dia de a gente pensar a possibilidade de divulgação de campanhas no nível nacional, mas também em estados e municípios; de pensar a perspectiva de ações intersetoriais. Eu acho que tanto Camila quanto a Daniella trouxeram que a perspectiva da violência contra a pessoa idosa tem um aspecto, é um fenômeno multissetorial, é um fenômeno complexo, e, portanto, necessariamente passa por pensar a possibilidade de ações intersetoriais. Não é possível que somente o Ministério de Direitos Humanos dê conta de pensar ações específicas para enfrentamento da violência. Então, a gente tem várias ações específicas, mas também a gente trabalha muito na perspectiva intersetorial de pensar ações no coletivo, ações com vários outros ministérios.

Então, a ideia aqui hoje é a gente pensar um pouco aqui. O Brasil é um país envelhecido, então já tem uns dados aqui relacionados a mais de 36 milhões de pessoas idosas. Então, no último censo, a gente tinha 32 milhões, mas, pelas projeções, já temos 36 milhões de pessoas idosas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse é um fenômeno que é muito heterogêneo, como a Daniella colocou. Então, as pessoas não envelhecem da mesma forma no Brasil. A gente tem várias desigualdades que se colocam de forma muito desproporcional, não só em relação à feminização do envelhecimento, e a gente está falando que a gente tem muito mais mulheres que envelhecem do que homens, mas também que a gente tem muito mais população branca do que população negra envelhecendo, que a gente tem outras populações ou que envelhecem muito mal ou que não envelhecem. A gente poderia estar falando de populações quilombolas, de população indígena, de população ribeirinha, população LGBT, população que vivencia os processos da rua, PopRua. Enfim, então a gente tem aí várias populações, como populações indígenas, que são desafiadores, por isso também pensar um pouco – desde que a gente chegou em 2023 – na perspectiva das múltiplas velhices, defendendo o Artigo 5º da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, de pensar como alguns grupos não envelhecem ou envelhecem de forma desproporcional e quais são as desigualdades, como se envelhece, quem envelhece, de que forma envelhece. Eu acho que essas são perguntas importantes quando a gente fala sobre violência. Por quê? Porque, na verdade, pensar sobre violência significa que alguns grupos são mais acometidos pela violência do que outros.

Então, aqui quero colocar um pouco que a gente tem, pelos dados da ouvidoria, que eu acho que é um canal muito importante para a gente divulgar. Então hoje é um dia também de falar do Disque 100, que é um canal que vem ao encontro de se pensar, coletar as denúncias, fazer o tratamento dessas denúncias, encaminhar para redes de proteção. Então, o Disque 100 é importante a gente divulgá-lo e, pelos últimos dados, até 1º de junho, a gente tem mais de 92 mil denúncias de violência contra a pessoa idosa. E são números assustadores, né? Então, acho que hoje é um dia de a gente pensar um pouco sobre isso e ainda, infelizmente, dizer que existe uma subnotificação. Além de a gente ter um número muito alto, ainda assim, a gente tem uma subnotificação. Então, o perfil dessas vítimas de violência são muitas mulheres mais longevas, de baixa escolaridade e de baixa renda. Então, a gente está falando de pessoas com perfil muito específico. E por isso também é importante a gente falar aqui sobre como garantir a equidade no processo de envelhecimento e qual é a forma e o direito de todas as pessoas envelhecerem.

Então, acho que o envelhecimento é resultado de acesso a políticas públicas, ele é resultado de possibilidade de proteção social. E, por isso, falar sobre políticas públicas e sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva da não violência, do direito a todas as pessoas envelhecerem sem violência, significa também a gente falar de proteção social, falar de intersetorialidade, falar inclusive aqui da importância da Camila e da Daniella Jinkings trazerem algumas ações específicas do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social.

Então, aqui eu queria trazer que a gente tem algumas violências mais frequentes: negligência, violência psicológica, maus-tratos, abandono, constrangimento, violência física, violência patrimonial. O local principal ainda continua sendo a casa da vítima, e os denunciantes continuam sendo os terceiros, 85%.

Então, pensar nesse desafio de como a gente vai pensar uma perspectiva de envelhecimento que seja para todas as pessoas, pensar nas múltiplas velhices. A partir do Artigo 5º da convenção vem se falando dessa desproporcionalidade e da importância de a gente pensar esses diferentes grupos das múltiplas velhices e de pensar a perspectiva interseccional; enfim.

Pessoas são vulnerabilizadas a partir do racismo, do intersexismo, da opressão, da perspectiva do idadismo. A gente está falando da discriminação e do preconceito que acomete muito o Brasil e de como, inclusive, a gente tem aí uma lógica de negação mesmo do próprio processo do envelhecimento, de um culto à juventude e de um desrespeito às pessoas idosas.

Acho que há algumas ações que a gente tem feito relacionadas a isso em alguns eixos. A gente poderia colocar o eixo de campanhas. A gente tem algumas campanhas que estão sendo realizadas já há alguns anos, mas, principalmente, nos últimos quatro anos, a gente tem a campanha Assim Você me Vê?, com discussão sobre o idadismo, Liberdade não Tem Idade, pensando muito na lógica de como visibilizar as pessoas idosas a partir de uma perspectiva positiva e de uma redução, na verdade, dessa lógica de um culto à juventude e de um desrespeito relacionado ao preconceito e ao idadismo, que ainda é muito forte. Uma outra campanha que a gente fez em 2025 foi Fortalecendo Laços: Saberes e Práticas Intergeracionais, e aí eu acho que é pensar um pouco qual a cultura de respeito.

Então, a relação que se faz entre pessoas idosas e pessoas mais jovens é fundamental para a gente pensar o processo de prevenção contra a violência. E, neste ano – na verdade, desde o dia 1º –, a gente está fazendo a campanha – hoje, inclusive, daqui a pouco, está saindo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeo, e quero convidar vocês também para assistir – que é Tecnologias e Ancestralidade para o Enfrentamento às Violências, que é a perspectiva de a gente pensar um espaço de diálogo sobre o papel das tecnologias e da ancestralidade no fortalecimento de estratégias de proteção, de prevenção de violências e de promoção do direito da pessoa idosa. E aí é numa lógica muito de valorização das tradições, da educação digital, da construção de redes de cuidado.

Uma outra dimensão é a dimensão das formações. Então, a gente, desde 2023, tem feito várias formações e, neste ano, inclusive, a gente está com duas formações específicas, com o curso de Disseminadores dos Direitos da Pessoa Idosa e o de Direitos Humanos da Pessoa Idosa e da Pessoa Idosa com Deficiência – um está no Avamec; e o outro, na UNA-SUS, trabalhando, inclusive, na intersetorialidade e na parceria com o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde –, justamente para formar conselheiros e conselheiras, formar gestores, formar profissionais da rede de proteção.

Temos dois programas que eu acho que é importante colocar, porque são programas que, inclusive, trabalham com a perspectiva da prevenção da violência. Eu estou falando do Programa Viva Mais Cidadania, que vem numa lógica de proteção e defesa de direitos humanos, de formação política de pessoas idosas em direitos humanos e cidadania e de letramento digital e educação midiática, e do Envelhecer nos Territórios, que é um programa que trabalha com a formação de agentes de direitos humanos para pensar a possibilidade de atuação com visita domiciliar e de identificação de violações de direitos da pessoa idosa e, ao mesmo tempo, com a formação de conselheiros para fortalecimento da participação social.

Acho que, dentro do Programa Viva Mais Cidadania, é importante a gente falar do Viva Mais Cidadania Digital, que é um projeto. Eu vi que algumas das questões, inclusive, aqui da plataforma do cidadão vêm fazendo perguntas relacionadas à proteção de pessoas idosas em relação aos meios digitais – então, há algumas questões relacionadas a isso –, e é importante a gente dizer que a gente tem essa iniciativa educativa para pensar a proteção das pessoas idosas em relação aos golpes digitais.

Então, grande parte, infelizmente, dos direitos e dos acessos a esses direitos têm sido feitos por meio de plataformas, seja por plataformas digitais, seja por meio de celular, enfim, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso tem gerado, inclusive, um aumento da violência financeira e patrimonial. Então, a gente tem trabalhado um pouco mais cidadania nessa perspectiva.

Em 2025 – já estou quase finalizando, tá?; só peço mais dois minutinhos, Senadora –, a gente teve uma portaria que estabeleceu prioridades das denúncias de violência contra a pessoa idosa nos canais de atendimento da ouvidoria. Então, essa é uma ação muito importante também dentro do Disque 100 para pensar essa perspectiva de priorização da pessoa idosa, inclusive com formulário específico.

Lançamos uma cartilha de apoio à pessoa idosa no enfrentamento à violência patrimonial e financeira, falando da definição desses golpes, da identificação e das formas de prevenção.

E há duas outras ações que acho que são importantes aqui – depois a gente pode abrir para um diálogo maior –: uma, a gente tem a portaria, que foi publicada agora em 2026, em março de 2026, do Programa Nacional de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas. Então, não só a gente se filiou à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, coordenada pela Organização Mundial de Saúde, mas a gente também criou um programa nacional justamente para pensar no incentivo a ambientes urbanos e ambientes comunitários mais inclusivos, mais acessíveis, mais favoráveis mesmo ao envelhecimento.

E hoje a gente tem a alegria de anunciar que foi, agora de manhã, publicada no DOU a portaria da Rede Nacional de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, a Renadipi, uma deliberação de 20 anos das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa. Então, a Renadipi foi instituída a partir dessa portaria. A ideia é que a gente tenha essa possibilidade de promover mesmo essa articulação federativa, a cooperação entre os órgãos e as entidades, enfim, pensando justamente na garantia, na proteção e na defesa das pessoas idosas.

Então, a gente está aí com algumas ações; deixei de falar outras, mas no diálogo a gente pode falar sobre mais algumas. Mas quero dizer principalmente da importância de a gente elaborar, promover e proteger pessoas idosas a partir das várias ações aqui colocadas, mas principalmente na relação intersetorial e interministerial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer muitíssimo a oportunidade e me colocar à disposição aqui para a gente dialogar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lucélia, obrigada. Agradeça ao Secretário.

Lucélia, a Lei 8.842, de 1994 – olha só, 1994... Deixe-me fazer aqui um histórico, porque eu estava lá, tá? Você não era nem nascida, mas eu estava lá. (*Risos.*) Em 1988, a gente entrega para o Brasil a Constituição. Eu participei da Constituinte como ativista, aqui nas ruas, gritando, berrando pelo art. 5º. Você não era nascida ainda também. (*Risos.*) E aí a gente, em 1990, consegue entregar para o Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente. E, em 1994, a gente entrega a Lei 8.842, que cria a Política Nacional para a Pessoa Idosa. E nessa lei a gente já estabelece a criação dos conselhos, tá?

A SRA. LUCÉLIA LUIZ PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Hum hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, quando eu assumi, quando Ministra, o que eu observei? Mais de 2,8 mil municípios ainda não tinham o conselho municipal e tampouco o fundo. E era difícil conversar com os gestores sobre isso, muito difícil. E, quando a gente assume, Camila, Lucélia, a gente assume com uma equipe lá no município. Essa rotatividade, Dr. Leonardo, na política pública no país, é muito ruim – a Camila entende o que eu estou falando. Nós assumimos como Governo Federal, e é uma equipe no município. Aí a gente começa a caminhar com aquela equipe até todos os nossos ministérios serem nomeados, a gente faz a interação. Quando a gente está indo bem lá no município, tem a eleição municipal, e, ou o Prefeito perde, ou o Prefeito faz um sucessor que não acompanha, e aí muda todo mundo e a gente tem que começar tudo do zero. Quando a gente está caminhando, vem a eleição federal, e, às vezes, a gente perde – como foi o meu caso, a gente perdeu uma vez, mas não vai perder mais não –, e aí muda tudo, por essa alta rotatividade de gestores federais que não coincide com a mudança do gestor municipal.

Eu me deparei com 2,8 mil municípios que não tinham o conselho municipal ainda, e para mim foi um susto, porque a lei é de 1994. Não tinham um conselho e não tinham organizado o fundo. Vocês ainda estão encontrando essas dificuldades que eu encontrei? Nós temos muitos municípios ainda sem os conselhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCÉLIA LUIZ PEREIRA – Acho que essa questão é bem importante, porque, na verdade, são os conselhos dos estados, os conselhos estaduais e os municipais que fazem com que, de fato, a gente consiga fortalecer mesmo a política da pessoa idosa no âmbito dos estados e municípios.

Hoje a gente tem 70% dos municípios com conselhos municipais do direito à pessoa idosa e temos 39% de fundo; ou seja, então, a gente tem um desafio grande aí entre o número de conselhos existentes e o percentual de fundos que ainda precisa ser estabelecido. Então, seja por conta dos entraves específicos e burocráticos no âmbito dos municípios, seja em relação ao desconhecimento mesmo desse fortalecimento, a gente tem feito muita incidência. Inclusive a gente teve um aumento no número de fundos e o aumento da arrecadação; cresceu 38% desde 2023.

Então, acho que também devemos trazer esse número, que eu acho que é muito favorável e importante. Desde 2023, já tem quase 40% de aumento na arrecadação do fundo, em função, inclusive, de várias campanhas que a gente tem feito para conseguir não só visibilizar os fundos, mas também para que as instituições, na época, no momento dos impostos de renda, levem ou direcionem esses recursos para o fundo da pessoa idosa, para a gente transformar isso em políticas públicas no âmbito estadual e municipal.

Então, respondendo à pergunta, sim, ainda existe o desafio, mas a gente tem avançado nesse processo, inclusive, com aumento de fundos e de conselhos da pessoa idosa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Só para quem está nos acompanhando, lembro que o ECA é de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o Estatuto do Idoso só nasce em 2003. Então, há uma diferença enorme aí. A gente já tinha a lei de 1994, que cria a diretriz, mas entendo que a política voltada para a pessoa idosa precisa ser revista no país como um todo; a gente vai ter que fortalecer a Secretaria.

Eu não sei... Eu não vou te perguntar o teu orçamento agora, mas, quando eu assumi, o orçamento da Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa era R$1 milhão. Eu vou repetir: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento dessa secretaria, para o Brasil inteiro, para quantos milhões de idosos, vocês disseram? Para 36 milhões de idosos, era R$1 milhão. Não era nem o cachê, do cachê, do cachê do auxiliar de um *show* no município – era R$1 milhão. E eu sei que, se a gente for puxar o orçamento da secretaria, ele continua pequeno. Na verdade, o grande desafio do Ministério de Direitos Humanos é ter dinheiro. A gente faz articulação sem o recurso, mas, assim, a gente vai ter que rever a política do idoso no país como um todo, desde a lógica do orçamento da União ao fortalecimento das instituições.

E nós estamos, agora, na década do envelhecimento saudável, gente. Eu estava lá quando a ONU decidiu que de 2021 a 2030 é a década do envelhecimento saudável. Estamos alcançando as metas, estamos avançando.

Nesse sentido, vamos ouvir, ainda, um órgão ligado ao Governo Federal: o Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Dr. Márcio.

Dr. Márcio, seja bem-vindo. Queremos te ouvir.

O SR. MÁRCIO MITSUO MINAMIGUCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Gostaria de agradecer o convite e dizer que é uma satisfação aqui participar desse debate de um assunto tão importante que é a respeito da violência contra a pessoa idosa.

E a ideia básica aqui é falar sobre os dados, sobre aquilo que a gente produz no IBGE em termos de dados, sobre a nossa vocação para ter informação para a orientação de políticas públicas dentro do Brasil nesse contexto de mudança mesmo.

Vou começar a compartilhar aqui.

Certo? Estou compartilhando a tela ou ainda não? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos tentando. Está indo. (*Pausa.*)

Pronto, foi.

O SR. MÁRCIO MITSUO MINAMIGUCHI (*Por videoconferência.*) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é falar sobre dinâmica demográfica e envelhecimento da população.

Quando a gente fala de dinâmica demográfica, é justamente a mudança em termos de tamanho e composição da população. Esse processo de mudança do tamanho e de composição da população tem muito a ver com os chamados componentes da dinâmica demográfica, um processo que a gente chama de transição demográfica, em que as principais forças nutridas dessas mudanças, dessa transição, são dois processos: tanto a diminuição da mortalidade, das taxas de mortalidade, quanto a diminuição da fecundidade. E isso faz com que aumente a expectativa de vida, com o aumento da longevidade, e, além disso, há uma diminuição da quantidade de filhos que cada mulher tem.

Em termos de dinâmica demográfica, também, a gente fala que essa dinâmica acontece na medida em que as diferentes gerações, diferentes coortes que compõem a nossa população, experimentam diferentes experiências em termos de fecundidade e de mortalidade. E a gente vê muito bem isso no nosso próprio ciclo de vida, nas nossas próprias experiências pessoais, na medida em que a gente vê quantos filhos os nossos pais e nossos avós tiveram e quantos as nossas gerações e as gerações mais jovens estão tendo, e também a quantidade de pessoas que atingem determinadas idades. No passado...

Quando a gente fala de aumento da expectativa de vida, também tem muito a ver não somente com longevidade em si, mas com a proporção de pessoas que vão atingir as idades mais altas.

A gente tem cada vez mais uma proporção maior de pessoas alcançando lá seus 60, 70, 80, 90 anos, né? A probabilidade de alguém que nasce hoje chegar às idades mais avançadas é muito maior do que a da nossa geração, das gerações dos nossos pais e dos nossos avós. Nesse sentido, com cada vez mais pessoas mais velhas e cada vez menos pessoas nascendo, a gente tem essas mudanças na composição da população.

A gente vê aqui que a gente começa, em meados do século XX, com algo em torno de seis filhos por mulher e uma expectativa de vida de menos de 50 anos, de 45 anos em média; a gente chega a uma fecundidade abaixo do nível de reposição já no início do século XXI; e a gente espera algo por volta de 1,5 filho por mulher ao longo deste período aqui, após 2022. A partir das próximas décadas, a gente prevê uma certa estabilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que isso é um cenário de fecundidade pensado para o futuro, ao passo que a expectativa de vida deve continuar aumentando ao longo de todo o século. A gente teve uma ligeira diminuição da expectativa de vida durante os anos de pandemia, mas, em termos de tendência geral de médio e longo prazo, a gente espera ganhos sucessivos da expectativa de vida, na medida em que a gente vê tanto uma evolução em termos de melhorias das condições de vida da população quanto também o acesso cada vez maior tanto a medicamentos quanto a tecnologias, que vão evoluindo e que vão possibilitando que cada vez mais pessoas tenham acesso a medicação e a tratamentos cada vez mais eficazes, que tornam, assim, a probabilidade de sobrevida cada vez maior.

Todo esse processo também causa mudanças no próprio crescimento da população. No período inicial, a gente experimentou um rápido crescimento da população, principalmente na segunda metade do século XX, e esse crescimento vem desacelerando cada vez mais. A gente já tem alguns estados do Brasil com crescimento bem próximo de zero e algumas situações já perto de terem realmente uma reversão, de passarem a uma tendência de diminuição da população. De maneira geral, no Brasil como um todo, a gente vai ter uma diminuição da população já a partir do início da década de 2040.

Aqui é só para ilustrar as mudanças nas pirâmides etárias ao longo do tempo. A gente passa de um formato bem piramidal e bem estreito, que, nas gerações mais jovens, de crianças... Quanto mais jovem a geração, maior é a quantidade de pessoas em cada idade. Isso também significa que, a cada ano, a gente tinha um número maior de nascimentos e isso vai mudando a partir do início da década de 80. Em 1991, a gente já vê um pouco o reflexo da diminuição de nascimentos que ocorreu na década de 80, a gente vê já o início de um estreitamento da pirâmide. E a gente tem um contínuo processo de diminuição da quantidade de nascimentos ao longo do tempo.

Por enquanto, não temos ainda uma diminuição do crescimento da população em termos absolutos, mas, logo no início da década de 40, isso já deve passar a acontecer.

As taxas de fecundidade devem continuar em níveis baixos ao longo de todo o século XXI, em todo o nosso horizonte de projeções. As taxas brutas de mortalidade vão aumentar até por conta do envelhecimento da população, não em função da diminuição da expectativa de vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas do aumento mesmo da proporção de pessoas idosas no país. Então, o crescimento tendendo a zero.

E um fato: atualmente, fruto também desse crescimento do passado, o que a gente tem hoje em termos de composição, na verdade, da população, em termos de tendência demográfica, é que ela reflete muito todo o passado demográfico que a população que hoje está viva vivenciou a cada momento de suas vidas. As populações hoje que são mais velhas nasceram no contexto de crescimento da população muito rápido, muito maior, e elas continuam vivenciando isso. A sua geração continua crescendo em relação às gerações de pessoas mais velhas.

Nesse sentido, a gente vai ver a população crescendo em mais de um milhão de pessoas a cada ano. E esse patamar deve continuar neste nível, crescer em mais de um milhão de pessoas a cada ano até o final da década de 70. Então, a proporção também cresce, a proporção de pessoas idosas, e há a diminuição da parcela dos mais jovens da população.

Um outro fato importante é que, em termos da composição até dos tipos de arranjo familiar que existem no Brasil, por conta até das gerações hoje de idosos, que cada vez mais vão chegar com menos filhos no futuro. Então, também os tipos associados a pessoas sem filhos tendem a aumentar como os arranjos unipessoais, os casais sem filhos. Ao mesmo tempo, os arranjos domiciliares que possuem filhos vão diminuir. Tudo isso também reflete... Essas mudanças na dinâmica demográfica também vão refletir em mudanças na própria composição domiciliar, na composição das famílias ao longo do tempo. A gente também vai ter um crescimento das mudanças de composição familiar.

Como o cuidado dos idosos é muito associado ao cuidado familiar, também essas gerações idosas com um número cada vez menor de filhos tendem a gerar novas demandas em termos de cuidado, já que essas pessoas – as futuras gerações de idosos que estão chegando – não vão ter tanta oferta de parentes, filhos, netos para os seus cuidados como as gerações anteriores tiveram.

Então, eu acho que, para encerrar – dei uma acelerada aqui, para não estourar o tempo –, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, obrigada, Dr. Márcio.

Dr. Márcio, só uma pergunta – eu sei que é dado de uma outra instituição, mas vocês devem fazer cruzamento de dados: tem números sobre a população carcerária idosa? O senhor teria essa análise, esse dado compartilhado com vocês?

O SR. MÁRCIO MITSUO MINAMIGUCHI (*Por videoconferência.*) – Especificamente sobre a população carcerária, eu não tenho informações. Aliás, eu não fiz uma análise a respeito disso.

No caso do Censo Demográfico, ele investiga também a população carcerária, mas ele faz o levantamento daquela parcela que já tem a sentença definida. Então, aqueles que ainda estão presos esperando o julgamento, por exemplo, não entram no IBGE como a população residente em presídios. Especificamente sobre os idosos eu não cheguei a fazer uma análise, mas a gente vê que o perfil em si é bem jovem, o dessa população; sobre a proporção, eu não tenho essa informação mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Doutor.

Quero agradecer ao IBGE pela participação, com o Dr. Márcio.

Na sequência, a gente vai ouvir o Benedito da Vozinha; e o Benedito da Vozinha vai fazer um diálogo, com certeza, com a fala do Dr. Leonardo. Benedito da Vozinha, que ficou conhecido por ser um jovem que cuidava de uma pessoa idosa e mobilizou o Brasil e outros jovens. Hoje, a gente tem um monte de perfis de pessoas idosas interagindo com jovens – um monte de perfis, eu acompanho um monte, eu me divirto bastante –, mas o Benedito foi um dos pioneiros, nas redes sociais, nesse mundo *online*, em fazer a conscientização dos jovens, o amor dos jovens pelos idosos.

Benedito, você tem dez minutos.

O SR. BENEDITO DA VOZINHA (Para expor.) – Oi... Só para ver se já está ligado aqui o microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Presidente, Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – "Cumade".

O SR. BENEDITO DA VOZINHA – ... a "Cumade" Damares, Presidente da Comissão; os demais presentes na mesa, a "Cumade" Camila, a "Cumade" Lucélia e o "Cumpade" Leonardo.

É uma honra estar aqui falando sobre esse tema que é tão sensível, é a minha vida; falar de vozinha, de vozinho é falar exatamente da minha vida, daquilo que eu continuo vivendo todos os dias. Eu sou o Benedito da Vozinha, para quem ainda não conhece, e eu comecei a minha história cuidando da minha avó, a Vozinha Adelina. Eu tinha nove anos de idade quando comecei a cuidar dela, dar medicação, um banho, coisas do tipo, e isso foi ocorrendo, ocorrendo e acabou que se tornou um cuidado todos os dias, até o último dia de vida dela – até o último dia de vida. Inclusive, foi um último dia de vida bem sofrido, porque, naquela época – já tem um tempinho, quando a vozinha nos deixou –, a gente falava muito pouco sobre cuidar de quem cuida, a gente não tinha essa fala. Era só cuidar do idoso, cuidar da vozinha, do vozinho – quando falava –, e não se falava sobre cuidar de quem cuida. E esse é um tema tão importante quanto, porque eu acabei adoecendo à época também, quando a vozinha faleceu. Eu não pude nem viver um luto tradicional como se vive. Eu fiquei meio voando nas nuvens. Eu já estava tomando medicação, porque o sofrimento mental de quem cuida é muito grande também; eu já tinha desenvolvido ansiedade, pânico, medo de voar.

Então, a gente não falava sobre essa questão de cuidar de quem cuida, e eu acho que esse é um dos temas mais importantes da atualidade. Porque é importante cuidar da vozinha, é importante cuidar do vozinho, da mãe, mas cuidar da pessoa que está ali cuidando... Se deixar de lado, se não observar, a pessoa também adoece, o outro familiar também adoece. Daqui a pouco está a rede de apoio toda adoecida também, né?

E cuidar de idoso, cuidar de vozinha e de vozinho, tem que ser política de Estado, não pode ser política de governo, porque a gente sabe: de quatro em quatro anos pode mudar. Pode ser em oito anos, doze ou apenas quatro, e aí? Aquilo que se começou nos quatro anos vai parar se mudar de governo? Então, o principal de tudo isso que eu penso é que tem que ser política de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuidar de vozinho é todo dia, cuidar de vozinha é todos os dias, são pessoas que cuidaram da gente, cuidaram do filho, cuidaram da mãe, e a gente sabe que a realidade é de esquecimento mesmo; a maioria das famílias esquecem, a gente sabe que esquecem. Aquela filha casa, constrói uma nova família, tem filhos, tem um marido, e na maioria das vezes esquece que tem uma mãe, que tem um pai. Isso é realidade, isso tem que ser falado. É doloroso para muita gente que ouve? É, mas também é despertador, porque, quando você casa, quando você constrói uma nova família, você não perdeu a família que você tinha, você não perdeu a sua mãe, você não perdeu o seu pai. Muitas vezes até deixam a mãezinha, a vozinha, o vozinho na mesma casa, mas nos fundos, numa casinha dos fundos. Leva uma janta, leva um almoço, um café da manhã e acha que está tudo bem. Não está tudo bem. Isso é apenas o essencial para manter a pessoa viva.

Mas o idoso já alcançou tudo: ele trabalhou a vida inteira, deu comida para os filhos, ajudou o filho a comprar um carro, a comprar uma casa, já construiu tudo o que tinha. Na velhice o que ele quer? Companhia, conversar, se sentir junto da família, tomar um café, comer um bolinho, fazer um bolo para o neto. Quantos familiares em Brasília e no Brasil todo, principalmente em Brasília, quantos netos nunca comeram um bolo e tomaram um café com a avó? Só sabe o que é avó pelos livros – isso é a realidade –, pela televisão, nunca tomou um café, nunca almoçou com a avó. Isso é tão importante para a vozinha, para o vozinho como para o neto. O neto precisa desse contato com os avós, com os idosos, inclusive para ter responsabilidade no futuro com os demais, com os da sua casa.

Então, como eu falei para vocês, para os senhores, cuidar é essencial, mas cuidar de quem cuida é também muito importante. E vou tocar no tema mais uma vez: tem que ser política de Estado, para que não pare. Como a Senadora falou ainda há pouco, tem prefeituras que começam um projeto lindo voltado à pessoa idosa. Mudou o governo, estancou ali, outro projeto – "Vamos falar só de jovens agora" – e aquele projeto ficou para trás.

Não pode, esse projeto tem que ser contínuo, tem que ser todos os dias; são pessoas que cuidaram da gente, são pessoas que cuidaram do Brasil inteiro e precisam ser cuidadas.

Como eu falei aos senhores, a vozinha, quando ela faleceu, eu estava adoecido, mentalmente adoecido, tomando medicação e não consegui viver um luto como eu gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viver; eu fiquei meio flutuando. Teve muita gente que nem entendeu, mas eu estava tão cansado, tão adoecido. E eu tinha apoio da família, apoio do meu irmão Cláudio, principalmente. Meu irmão Cláudio é uma pessoa com deficiência, mas sempre me apoiou com relação à vozinha. Ele mora no Maranhão. Aí eu falava, "Cláudio, deu uma apertada aqui, a vozinha internou de novo". E ele, "não, estou indo", pegava um ônibus e vinha para me auxiliar. E foi isso que ele fez nos últimos momentos. Quando a vozinha adoeceu pela última vez, ela estava em uma sequência de internações e retornos para casa. O Cláudio veio me ajudar e passava a noite acordado com ela. No outro dia, eu passava a noite. Ele passava uma noite, eu passava outra, minha mãe passava outra. A gente fazia meio que um revezamento, mas a gente não tinha tanta instrução, sabe, de cuidado, para que eu também não adoecesse, à época.

Hoje eu tenho uma mãe que é idosa; tenho duas mães. Elas são irmãs e eu falo que são duas mães porque as duas me criaram juntas. Eu falo que tenho várias mães, várias vozinhas. Elas me criaram juntas e dou graças a Deus por isso. Deus tem uma missão na vida de cada um e Deus me deu algumas missões de que eu achava que nem era capaz. Quando Deus dá a carga, a gente suporta – a gente suporta –; mesmo que seja doloroso, pesado, a gente suporta – são missões.

A minha mãe hoje é idosa e tem um quadro depressivo grave já de longa data. Ela é professora indigenista, hoje aposentada. E além de tratá-la como idosa, nos detalhes, na sensibilidade de idosa, tem a questão mental. Ela tem, como eu falei, depressão há algum tempo e a trata. Então, tem dia que ela está muito bem, tem dia que ela não está muito bem, e isso não é por falta de tratamento. Ela tem tratamento contínuo, toma as medicações todos os dias.

Ela veio morar comigo. Eu a trouxe para morar comigo há quase um ano. Ela também morava no Maranhão, Estado do Maranhão. E chegou um momento em que ela começou a cair, caiu na segunda-feira, caiu na quarta-feira. Eu falei, "opa, alerta! Ela pode cair lá, quebrar um fêmur, quebrar uma perna; vou trazê-la". E eu já tentei trazê-la para Brasília para morar comigo umas dez vezes. Uma vez trouxe toda a mudança; com 15 dias ela quis voltar, "vou voltar para o Maranhão, não dou conta de ficar aqui em Brasília não, é tudo muito diferente. Quero voltar para o meu Maranhão, cuidar das minhas galinhas, quero cuidar das minhas coisinhas, quero ir para o brejo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a realidade do nordestino é muito diferente da realidade do brasiliense nato. Em Brasília nós temos muitos nordestinos, principalmente em Ceilândia, Samambaia, que são pessoas maravilhosas, que abraçam também.

E com 15 dias ela disse, "meu filho, quero voltar". E eu falei, "mãe, tudo bem. A senhora quer voltar, vamos fazer de novo, vamos fazer tudo para voltar". E arrumou o caminhão para voltar, com tudo para trás.

Eu sempre gostava de fazer o gosto da mãe, fazer o gosto daquela que ainda não era idosa. Então ela voltou várias vezes para o Maranhão, e dessa vez não teve mais como.

Ontem, eu estava dormindo, ela pegou na minha perna, sentou do meu lado da cama e falou – já estava chorando ontem –: "Filho, eu quero voltar para o Maranhão". Aí eu: "O que foi que aconteceu, mãe?". Ela: "Estou com saudade da minha casa, das minhas galinhas". Aí eu falei: "Mãe, deixe-me falar para a senhora. Ó, vamos ficar mais um tempinho aqui, vamos passear". Eu a levei para uma associação de idosos ali em Samambaia, pela qual ela se apaixonou, onde está aprendendo a fazer pintura. Estou tentando fazer com que ela interaja, com que ela esteja perto de pessoas da mesma idade para ela se sentir mais feliz e tudo.

E, hoje, com esse quadro mental da minha mãe, a gente tem que ter cautela até no que fala.

Eu vou pedir mais um minutinho para concluir.

A gente tem que ter cautela até no que fala, porque, hoje, a minha mãe... Tem dia em que ela acorda e pensa que está no Maranhão; ela está lá na cama e fala: "Meu filho, e as galinhas? Botou comida para as galinhas?". E vem à mente tudo que eu passei lá atrás com a vozinha. Então, a gente tem que ter paciência, conversar direitinho, porque ver uma mãe chorando para mim é de rasgar a alma.

E quem chegou há três dias para me dar apoio de novo? O Cláudio. O Cláudio está aí de novo, tem três dias, chegou para dormir com ela.

E eu percebi também, nos últimos 15 dias, gente, que tem vozinho, mãezinha ou vozinha que, quando está na casa da gente, não quer mais nem dormir na cama dela, ela se torna uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança. A mãe chegou, esses três dias... Isso era de manhã, umas 9h já, umas 8h, eu estava levantando, e ela: "Meu filho, eu posso dormir com você?". Aí eu olhei e: "Pode, mãe, pode. Venha e deite aqui do meu lado". Ela deitou, botou a cabecinha no travesseiro, dormiu, passou a noite acordando, dormindo e acordando, e ela dormiu um sono profundo. E eu olhei para ela e falei: "Gente, uma criança! Voltou a ser criança". E eu percebi que, quando ela dorme comigo, ela dorme bem, ela não fica acordando. Dormiu no outro dia, dormiu no outro dia, dormiu três dias, aí o Cláudio chegou agora, e estou revezando com ele, reforçando a minha rede de apoio, porque eu até falei: "Mãe... ". Hoje, eu estou pré-candidato a Deputado Distrital aqui em Brasília, gente, nem estou aqui para falar sobre isso, mas teve um momento em que eu falei: "Mãe...". E, toda vez que eu venho pré-candidato a Deputado Distrital, não é a primeira vez, acontece alguma coisa. Quando eu vim a primeira vez, a vozinha faleceu no terceiro dia de campanha, não consegui nem abrir a boca para pedir voto para nada – para nada! Eu morri como pessoa naquele momento. Aí, agora, de novo, a mãe fratura o pé, já idosa, quebrou o pé. E eu falei; "E agora, Senhor? Está na tua mão, Deus". Não tem problema, a gente espera para 2030; se não for agora, a gente espera para 2030. A missão agora é com minha mãe novamente. E aí ela chorando: "Não, meu filho! De jeito nenhum! Eu vou atrapalhar a sua pré-campanha, vou atrapalhar a sua vida". E eu falei: "Mãe, a senhora é prioridade, 2030 está ali, a gente vai junto novamente". E ela: "Não, meu filho, eu quero que você continue a sua batalha, porque a sua missão não é cuidar só de mim, você tem tanta vozinha, tanto vozinho para cuidar em Brasília, no Brasil. Muita gente precisa de você".

E eu percebi que isto é uma missão: cuidar, cuidar de vozinho, cuidar de vozinha é uma missão. Isso não é uma missão nossa, tem que ser uma missão de todo mundo que está em casa, de todo mundo.

E, como eu falei para vocês, minha mãe se tornou uma criança novamente, sem eu perceber, o tempo passou, uma idosa com um pouco de adoecimento mental em virtude da depressão que tem, mas a minha torre...

Deus tem dado o resultado, porque a minha rede de apoio está aumentando, aumentando, aumentando... A pessoa que me ajudava a cuidar da vozinha lá atrás voltou lá para casa para me ajudar com a mãe, e foi aumentando. Então, Deus dá o jeito de que a gente sempre precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar: para o idoso, a idosa, a vozinha, o vozinho, o cuidado tem que ser de Estado. Falo tanto de Governo Federal, como de Governo municipal, como de Governo estadual, principalmente em prefeituras, que são muito voláteis, mudam o tempo inteiro, até secretário ou coisa do tipo. Não pode, porque, quando muda o Prefeito, o cuidado com o idoso não muda, tem que continuar; quando muda o Governador, o cuidado tem que continuar; quando muda o Presidente, o cuidado tem que continuar.

Temos que ter atenção com relação a isso.

Eu agradeço a oportunidade e agradeço demais até o presente de poder ser ouvido por vocês, por V. Exas., pelos senhores, e falar de vozinha... Eu me estendi um pouquinho, porque sempre falar de vozinha e falar de vozinho é falar da minha vida, daquilo que eu faço todos os dias; então, obrigado. Não vamos deixar os nossos vozinhos e as nossas vozinhas jogados.

Esta é a realidade, gente: vira criança novamente. A gente precisa estar preparado, o Estado precisa estar preparado para cuidar. Somos hoje quase 40 milhões de idosos no Brasil. Isso está aumentando e, se a gente não abrir o olho, a gente vai cair num buraco e não vai ter mais o que fazer.

Então, vamos cuidar dos nossos vozinhos, dos nossos velhinhos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Benedito. Que testemunho lindo, né, Dr. Leonardo? Cuidar de quem cuida.

Em 2014, 2015, eu era só uma assessora aqui no Congresso, e esse menino chegou porque ele identificou falhas na lei. Inclusive, nós temos um projeto de lei que tramita na Câmara desde aquela época, chamado Lei da Vozinha, que foi ele que escreveu. Uma Deputada o apadrinhou, fez todas as técnicas legislativas.

O Benedito tinha um problema, uma necessidade – que é exatamente por que a gente quer ouvi-lo –: ele não tinha condições de pagar fisioterapia para a vozinha, e a vozinha, por ter Alzheimer, começou a ficar parada. O Benedito começou a fazer a vozinha correr atrás dele com uma panela. Então, ele provocava a vozinha, para a vozinha... Pelo fato de a vozinha levantar a panela para bater nele, ela movimentava o braço; ele fazia uma fisioterapia com a vozinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialistas olhavam e diziam: "De onde esse menino tirou isso?". Aí, ele falava assim: "Não, é só amor, é só fazê-la se movimentar".

Ele entrava na piscina com ela, ele mostrava a vozinha exatamente na realidade do dia a dia. Hoje, a gente tem alguns *influencers* que maquiam a sua vozinha, fazem escova... A vozinha estava sempre descabelada, porque era a realidade dela: ela correndo, de camisola, brava, querendo falar com o compadre. Ele tinha que ligar e fingir que o compadre estava na linha para pedir para ela se levantar: "O compadre está pedindo para você se levantar da cama".

Era aquele menino fazendo a vó se movimentar para que ela ficasse bem diante do... Ela tinha um corpo saudável, relativamente saudável, mas uma mente não saudável. E aí, Doutor, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia tem algumas respostas para a gente.

Nós estamos envelhecendo e nem toda família vai ter um Benedito da Vozinha, um Benedito com a paciência e o amor que ele tinha, que chamava a atenção e que ensinou muita gente, do jeito dele, sem ser cuidado e sem ser orientado.

De que forma a gente pode, Doutor, por meio da Sociedade, ajudar aqueles que, neste momento, dentro de casa, têm um idoso enfrentando os problemas que Benedito trouxe aqui? De que forma a gente pode cuidar de quem cuida e dar uma vida mais saudável para o idoso?

É uma alegria tê-lo aqui, e todas as homenagens desta Comissão à Sociedade nesta manhã.

O SR. LEONARDO BRANDÃO DE OLIVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu agradeço o convite e saúdo a Exma. Sra. Senadora Damares, Presidente desta Comissão, os demais colegas da mesa, a Camila, a Lucélia, o Benedito, o Márcio e a Daniella; demais autoridades e todos aqui presentes.

Antes da minha apresentação, Senadora, eu vou falar um pouquinho sobre essa provocação. Sem dúvida nenhuma, olhar para quem cuida torna o cuidado muito melhor. E talvez uma das formas de combater a violência contra a pessoa idosa, que é o tema da nossa sessão de hoje, seja exatamente empoderar, qualificar e dar condições para que esse familiar possa cuidar desse indivíduo com dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida de que esse processo vai levar a uma redução da violência contra a pessoa idosa, muito do que a gente vai ver aqui na apresentação que eu vou fazer.

Eu peço autorização para me colocar de pé para fazer minha exposição.

É muito honroso estar aqui hoje, podendo falar em nome da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sobre um tema que é tão importante para a pessoa idosa, que é esse enfrentamento da violência e esse desafio de uma sociedade que envelhece muito rapidamente.

A gente já viu alguns números aqui hoje, e é interessante o quanto esse número é vivo, porque a gente já viu aqui 32 milhões, a gente vai ver aqui na minha apresentação 34 milhões de idosos no Brasil, mas a gente sabe que o número de 2026 já é de 36 milhões, porque é um número que cresce vertiginosamente, porque não é só um número absoluto. O percentual de idosos na população brasileira é um percentual que cresce muito e rapidamente também.

Na década de 2000, a gente tinha próximo a 9% de idosos na população. Esse número praticamente dobrou em 2023. E a previsão é de que, nos próximos 25 anos, ele dobre novamente. Esse é um crescimento extremamente acelerado.

Só para a gente ter uma ideia, a França saiu de 8% para 15% em quase 120 anos. O Brasil fez isso em 25.

A gente viu, na apresentação do colega do IBGE, que dois fatores são os mais influentes nesse envelhecimento populacional: a redução da taxa de fecundidade, então a gente tem cada vez menos crianças por família; e também o aumento da longevidade. Então, estamos vivendo mais por fatores que envolvem desde saneamento básico, vacinas, qualidade de atendimento médico, entendimento sobre doenças crônicas. Uma série de fatores faz a gente viver mais, e, no momento em que a gente vive mais e há menos nascimentos, a população acaba por envelhecer.

Envelhecer, então, não é mais um privilégio. Envelhecer já é uma conquista da nossa população, mas é preciso envelhecer com dignidade. A violência é um dos maiores obstáculos para esse envelhecimento digno, e por isso a gente está aqui hoje, neste 15 de junho, conversando sobre a violência contra a pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar mais um.

Nossas apresentações acabam se sobrepondo. São informações importantes e alinhadas entre os membros da mesa, mas eu trouxe aqui um pouquinho sobre o espectro da violência contra a pessoa idosa. Então, a gente tem alguns tipos específicos.

A gente sempre pensa muito em violência como uma agressão física – então, violência é o bater, o empurrar, o derrubar, um arranhão, um empurrão –, mas a violência tem um espectro muito maior: envolve violência psicológica, por agressão verbal, gestual, isolamento, pelo próprio etarismo.

A gente sabe que existe, contra a pessoa idosa, a violência sexual, que não pode ser negligenciada também. A gente tem uma tendência a acreditar que ela não existe – desde a sexualidade da pessoa idosa –, mas também ela está exposta à violência sexual.

A violência patrimonial e financeira é uma outra forma de violência, que envolve desde a apropriação de bens, de cartão de crédito, de conta bancária e até empréstimos consignados no nome desse idoso.

Tem uma forma de violência que é a violência por negligência, onde há uma omissão de cuidados, e essa negligência pode ser tão importante, tão grave, que a gente classifica isso como um abandono, que é a forma mais extrema de negligência.

Pode passar.

Só para a gente ter um panorama aqui da violência contra a pessoa idosa no nosso país, a gente teve, em 2025, mais de 1 milhão de registros de violência – a gente sabe que esse número é subnotificado –, dentre os quais há principalmente a violência psicológica, com mais de 380 mil denúncias, mas a negligência também teve um número expressivo.

E a gente vive, na verdade, um verdadeiro paradoxo dessa proteção, porque o ambiente que a gente acreditava ser o mais seguro, onde a gente imagina que seja o mais seguro, que é o nosso próprio lar, é o local onde mais se pratica a violência. Então, é o domicílio dessa pessoa, sendo que aqueles que mais praticam a violência são exatamente os filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi um pouco o que a gente falou aqui, na provocação da Senadora, que, se a gente conseguir cuidar melhor desses indivíduos, trazer mais a capacidade de cuidar, talvez a gente consiga, sim, diminuir a ocorrência da violência.

As maiores vítimas são as mulheres. A gente viu também, em outras apresentações aqui hoje, que existe um público que é mais vulnerável à violência, e as mulheres se incluem nisso. E o que a gente precisa para poder lidar com a violência é enxergá-la. A gente precisa falar sobre isso, a gente precisa de momentos como este aqui, a gente precisa falar sobre isso, para poder tirar as vendas e enxergar o tamanho do problema com que a gente precisa lidar.

Hoje eu represento aqui a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, uma sociedade científica sem fins lucrativos, que está completando, neste ano, 65 anos. A gente foi fundada no momento em que aquelas curvas do IBGE se cruzam, com a taxa de fecundidade caindo e a expectativa de vida subindo. Hoje, nós somos mais de 4,8 mil associados. Temos 16 seções estaduais e sete representações, e a gente vem construindo, ao longo desses 65 anos, um propósito de promover esse envelhecimento humano digno e saudável, desde a formação do profissional até a preparação da sociedade para esse envelhecimento.

Pode passar.

Diante disso, e visando assumir parte desse protagonismo no combate à violência contra a pessoa idosa, nós estamos lançando, hoje, uma campanha de enfrentamento à violência: Cuidado Sim! Violência Não!

Vamos, ao longo não só do dia de hoje, mas durante todo o ano – então, a campanha começa hoje e termina apenas no dia 15 de junho do ano que vem –, realizar diversas campanhas, materiais publicitários, diversas atividades em todo o país em prol do combate à violência à pessoa idosa, com o objetivo claro de chamar a atenção e buscar assumir um compromisso de combate à violência contra o indivíduo idoso, porque a gente sabe que a violência contra a pessoa idosa não é apenas uma questão familiar; é uma questão de saúde pública, de direitos humanos e exige uma responsabilidade coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrando aqui, eu quero pedir autorização para passar um pequeno vídeo que fala um pouquinho sobre a nossa associação, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, nesses 65 anos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Leonardo, que alegria o que a Sociedade tem feito.

E esta Comissão, Dr. Leonardo, quer entregar neste momento um certificado de reconhecimento à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, pelos seus 65 anos de atuação em prol da promoção do envelhecimento saudável, da valorização da pessoa idosa e do fortalecimento do conhecimento científico e das políticas públicas voltadas a essa população. Nós registramos o nosso reconhecimento e parabenizamos os senhores pela relevante contribuição à sociedade brasileira.

Eu queria que o senhor viesse aqui à frente, para a gente fazer essa entrega.

(*Procede-se à entrega de certificado de reconhecimento à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, eu fico imaginando os senhores quando recebem, no consultório ou no hospital, um idoso vítima de violência. E o senhor trouxe alguns tipos de violência, assim como os demais expositores, mas há uma violência ali que me incomoda muito, que é a violência sexual.

Lucélia, quando eu estava ministra, no nosso Disque 100 nós recebemos a denúncia da mulher mais idosa que foi abusada, com mais idade; foi em Campo Grande e ela tinha cem anos de idade!

E aqui no DF a gente prendeu, em outubro de 2022, um homem cuja mãe, de 74 anos, estava internada há uns dez dias. Ele estava em crise de abstinência e ele foi ao hospital, estuprou a mãe dentro do hospital. Se ele fez isso dentro do hospital, o que ele não fazia em casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o estupro de mulher idosa existe. Existe, eu tenho falado, e às vezes as pessoas não querem que eu fale, mas eu falo dentro da igreja inclusive. Quantas irmãzinhas nossas, do coque, chegam à igreja e sentam de lado no banco da igreja e ninguém observa? Quantas pessoas estão dentro do ônibus, uma idosa, um idoso, com dificuldade de sentar e ninguém observa? Não é, Benedito? E a violência sexual, a idosa e o idoso não denunciam porque eles não têm para onde ir. E, geralmente, quem está perpetuando a violência é um neto, é um filho, é o cuidador. E aquele idoso que não sai de casa? E aquele idoso que está acamado?

Então, eu fico imaginando, Doutor, o sofrimento de vocês, médicos, geriatras, quando recebem um paciente com o corpo todo machucado. E eu me lembro que eu estive em uma clínica, em 2022, nós fechamos uma clínica no interior de Pernambuco em que eles estavam com idosos em jaulas; não eram nem quartos, eram jaulas. E na jaula não tinha banheiro. Você se lembra disso, Marisa? A jaula não tinha banheiro, era pequenos baldes que eles usavam, ficavam trancados em jaulas. E era uma clínica particular, 71 idosos enjaulados.

E a gente talvez, Lucélia, Camila, Benedito, IBGE, Ministério da Saúde, todo mundo que esteve com a gente nesta audiência, tenha que incentivar mais as campanhas do vizinho solidário, o vizinho que tem a coragem de denunciar, o vizinho que tem a coragem de observar que tem alguma coisa errada. Tem um idoso que faz tempo que não sai na porta, está trancado dentro de casa, por quê? Vamos bater na porta. Vamos ligar no Disque 100, né, Lucélia? Mesmo que tenha dúvida. No caso da dúvida, ligue. Deixe que as autoridades vão até o lugar e investiguem. Na dúvida é melhor ligar – ligue. E a ligação no Disque 100 é anônima, há todo um sigilo. Mas não vamos mais deixar os nossos idosos serem machucados.

Os nossos médicos, a nossa Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia faz o que pode, mas quando o idoso chega já destruído no consultório, o que fazer? Vamos evitar. Eles já sofrem tanto com as dores naturais da doença, já sofrem tanto com os problemas de saúde e ainda são vítimas de violência.

E aí, Lucélia, agora em maio a gente teve uma notícia que juntou as duas pontas, que é com o que a gente lida muito. Eu lido com a criança e com o idoso. Chegou a nós a denúncia de uma idosa de 84 anos que foi estuprada por um menino de 13 anos – olha a idade do agressor! E nós temos adolescentes agredindo idosos, porque o idoso incomoda, enche o saco. Nem todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescente é um Benedito, nem todo jovem é um Benedito. Então a gente vai precisar falar sobre isso, essa questão da interação intergeracional, o respeito intergeracional, nós vamos ter que falar sobre isso.

Eu estava procurando uma imagem aqui para mostrar, mas eu fiquei com tanta vergonha, que eu nem vou mostrar. Eu tinha visto uma imagem, uns dois anos atrás, num final de ano. Em frente a uma instituição tinha uma faixa bem grande, bem grande: "Curta suas festas, deixe seu idoso conosco". "Curta suas férias, deixe seu idoso conosco". Como se fosse um gatinho, cachorrinho. Curta sua vida, mas deixe seu idoso. Aí eu abri aqui para achar essa faixa, para mostrar para vocês, e eu recebi aqui um monte de mensagem. "Curta suas festas juninas, nós temos pacote para ficar com seu idoso", 24 horas, 8 horas, 12 horas. Espere aí, o seu idoso não pode ir para o forró com você? Seu idoso não pode ir para a festa junina? A gente sabe que o acamado, que está doente... Mas instituições aparecendo para nos motivar a cada vez mais deixar o idoso para trás. E você levava a vozinha para tudo. Você lembra, Benedito? Até para o bar você levava a vozinha. E seus amigos do bar tudo curtiam a vozinha. Eu vi a imagem dos garçons, e ela correndo atrás de garçom dentro do bar. Por que eles não estarem conosco em todos os lugares? Que a gente faça essa reflexão.

E nós vamos para o final de nossa audiência. Eu vou devolver para os senhores, por dois minutos, para agradecimentos e considerações finais. Mas eu quero registrar que estão aqui conosco Jacqueline Bomfim Ribeiro e Leticia Medeiros de Oliveira. As duas são assistentes sociais da Fenapestalozzi. Obrigada por estarem conosco.

Nós recebemos uma pergunta do Rio Grande do Sul, da Andressa: "Como equilibrar a autonomia da pessoa idosa com medidas de proteção, evitando tanto abusos quanto excessos de tutela?". E por falar em excesso de tutela, Andressa, tem um projeto de lei aqui que eu relatei que diz que para o idoso aposentado fazer empréstimo, ele vai ter que ir no banco assinar. Aí, depois que eu relatei, eu falei, "mas eu vou ter que fazer isso agora". O que a gente viu nos últimos dois anos de fraude bancária contra idosos, o que a gente viu agora na fraude do INSS, de associações sem escrúpulo algum fraudando idosos... Infelizmente ainda vamos ter que ter um excesso de tutela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rúbia, do Mato Grosso: "Como romper o silêncio da vítima idosa quando há medo, vergonha ou dependência afetiva?". Foi o que eu disse aqui.

Geraldo, do Distrito Federal: "Do ponto de vista [...] [da pessoa idosa], qual a maior dificuldade com o mundo digital que[...] [a cerca]? [...] [Há] sentimento de fragilidade?".

Gabriel, do Mato Grosso: "Quais medidas podem [...] [prevenir a] violência contra a pessoa idosa e garantir um envelhecimento com dignidade e segurança?".

Nós temos um comentário lá do Rio de Janeiro, da Eliane: "Os bancos estão fechando suas filiais e, cada vez mais, [...] [impondo aos] idosos a obrigação de utilizarem recursos digitais." Aí pessoa escreve aqui: "Absurdo!". Idosos analfabetos terem que usar aplicativo. Imagine como lidar com isso.

Isabelly, do Mato Grosso: "As políticas públicas atuais são suficientes para proteger a população idosa do crescimento dos casos de violência?"

Lislleidy, do Maranhão: "Quais as principais ações públicas urgentes para combater a violência patrimonial contra idosos hoje?".

E aqui, Dr. Leonardo, na pandemia, eu tive que fazer uma ação junto com a associação brasileira de cartórios e o CNJ, porque, com o anúncio de não sair de casa, *lockdown*, a gente tinha muito medo do que aconteceria com o idoso. Vocês lembram, a nossa primeira preocupação foi com os idosos. Aí os filhos vinham assim, "ó, você não pode sair não, pai, mãe. Dá aqui procuração, que a gente vai ao banco". E eles assinavam procurações de amplos poderes. O que a gente viu de antecipação de herança, o que a gente viu de...

Estava acontecendo, gente, um absurdo de bens de idosos sendo vendidos numa escala tão grande que a gente teve que intervir, que o CNJ teve que intervir e não deixar nenhuma transação de pessoa idosa acontecer de venda de imóvel, a não ser que o cartório fosse à casa dele, conversasse com o idoso e verificasse se era necessário, mas muitos idosos tiveram o patrimônio delapidado durante a pandemia.

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Há algum plano para proteger os idosos dos golpes digitais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reinaldo, de São Paulo: "Estamos garantindo dignidade ou apenas a sobrevivência dos idosos?".

Três comentários.

Ana, de Minas Gerais: "É de suma importância realizar palestras nas escolas ajudando a divulgar a proteção ao envelhecimento digno". Eu vi isso no Japão. Vocês sabem que, no Japão, quando passa um idoso, o jovem reverencia? Eles acham que toda família que tem um idoso é uma família abençoada. Diferente daqui, em que eu ainda vejo jovens sentados no ônibus e idosos em pé. Esse é o retrato do que está acontecendo com o Brasil. Esse respeito intergeracional tem que ser resgatado.

José, do Rio de Janeiro: "A maior violência [...] é ele ter dado uma vida para a nação [...] e ser agredido com um salário de sobrevivência [...]". Como sobreviver com um salário mínimo, quando consegue o benefício da Loas, quando consegue a aposentadoria?

Jefferson, do Rio Grande do Sul: "Em [...]cidades pequenas, as denúncias estão sendo ignoradas! [A falta dos conselhos, não é, Lucélia? A falta de secretaria de idoso.] Em delegacias as pessoas são orientadas a não [...] [prestar] as queixas".

E aí, por falar em delegacia, eu acabei de consultar que o Brasil tem 5.668 municípios, e nós só temos 400 delegacias especializadas em idoso em todo o país. No Distrito Federal, aqui na capital do Brasil, nós só temos uma delegacia especializada em idoso. Então, já que nós não vamos conseguir construir delegacia, não poderíamos ter servidores da delegacia treinados só para atender a pessoa idosa? O idoso, às vezes, fica ali na fila da delegacia tentando falar, com medo, mas não há nenhuma empatia, em observar no olhar... Ele quer falar, mas está com medo. Sabem as salas lilás que nós estamos construindo para a mulher no Brasil inteiro? Essas salas lilás poderiam ser também aproveitadas para a pessoa idosa, para a oitiva qualificada, para a oitiva segura do idoso.

Lendo esses comentários e perguntas, eu vou encerrar a audiência devolvendo a palavra para os nossos oradores por dois minutos para agradecimento, considerações finais e, se quiserem responder uma das perguntas...

Camila, dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO (Para expor.) – Gostaria de reiterar meu agradecimento por esta participação.

Que este seja mais um dia de reflexão, mas também de chamada à ação, de convite à sociedade para que a gente possa, de fato, enfrentar de cara aberta, como o Dr. Leonardo traz, tirar realmente a venda e trazer realmente este debate, mesmo sendo uma temática difícil, mas que a gente possa seguir ampliando: ampliar na proteção, ampliar no cuidado, ampliar nos direitos.

Em 2025, a gente, enquanto Governo Federal também, em parceria interministerial, trouxe a política do cuidado e trouxe como público-alvo a pessoa idosa. Então, é o cuidar da pessoa idosa, o cuidar de quem cuida. É trazer o cuidado para o centro do debate, diminuir o familismo e trazer a responsabilidade do Estado. Então, é seguir avançando nas políticas sociais, nas políticas governamentais, nas políticas de saúde, assim como também a Senadora traz neste debate intergeracional.

Então, é a política de saúde na escola, trazer este debate, chamar essa conversa, trazer esse discurso. O MDHC tem um gibi intergeracional, junto com o Mauricio de Sousa, que traz essa conversa de uma maneira simples, de uma maneira fácil. Então, é combater a violência, combater o idadismo, respeitar as nossas pessoas idosas, respeitar a sua trajetória e respeitar, acima de tudo, o seu desejo e a sua vontade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila. Leve um abraço para o Ministro.

Lucélia, do Ministério dos Direitos Humanos.

A SRA. LUCÉLIA LUIZ PEREIRA (Para expor.) – Queria começar agradecendo, mais uma vez, pela participação aqui do Ministério dos Direitos Humanos com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, enfim, para falar da importância, na verdade, de a gente ampliar recursos para a gente conseguir elaborar políticas e implementar políticas para a pessoa idosa.

Quero dizer que a responsabilidade por redução de violência é do Estado, é da família e é da sociedade como um todo. Acho que isso é fundamental a gente reforçar aqui e significa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, a gente se colocar no papel de ser também um agente de promoção de direito da pessoa idosa e de redução de violência.

Gostaria de visibilizar a campanha e pedir a vocês para compartilhar a campanha Junho Violeta, que já está nas redes do Ministério dos Direitos Humanos.

Quero avisar a vocês também e aos demais que estão nos assistindo – tanto estados como municípios – que a gente está com a rede publicada, como eu disse hoje, a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas. Então, estados e municípios que têm interesse em adesão, por favor, nos contatem.

Enfim, quero dizer da importância. Acho que grande parte das perguntas aqui foram muito no direcionamento do fortalecimento de políticas públicas, então quero dizer da importância de a gente intersetoralizar e também pensar a perspectiva da interseccionalização das políticas públicas.

Por fim, algumas das questões – acho que três ou quatro – falavam um pouco sobre a questão da violência patrimonial e financeira e sobre como a gente pode pensar na perspectiva de enfrentamento dos golpes digitais. Então, quero dizer, de novo, do Projeto Viva Mais Cidadania Digital, que tem no Ministério dos Direitos Humanos, de pensar letramento digital, educação midiática, de pensar a perspectiva do fortalecimento de conselhos, de aumento de fundos, enfim.

Então, nós nos colocamos à disposição, enquanto Ministério dos Direitos Humanos, aqui, para poder dialogar e pensar esse fortalecimento da política e o aumento dos recursos públicos, para pensar a possibilidade de a gente, de fato, ter uma sociedade em que o envelhecimento não seja um privilégio, mas seja um direito de todas as pessoas: direito de envelhecer para todas as pessoas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Lucélia.

A Daniella está *online* ainda? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniella, para agradecimentos e considerações finais. (*Pausa.*)

Liga o áudio.

A SRA. DANIELLA JINKINGS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vi que é para mim.

Então, gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite, a participação. Acho que a gente está em um movimento muito importante para tornar a pessoa idosa protagonista das políticas públicas. A gente precisa falar sobre diversas frentes: não só sobre a questão de combate à violência, mas sobre a questão do cuidado, sobre a questão da sensibilização e do enfrentamento ao idadismo.

E um ponto muito importante que já foi colocado aqui é que a gente tem uma Política Nacional de Cuidados, a Lei 15.069, de 2024, que garante esse olhar não só para a pessoa idosa, que é cuidada, mas também para quem cuida. E a gente tem que avançar nessa intersetorialidade.

A gente tem agora a Renadipi nascendo; é um grande momento para a gente poder potencializar essas políticas públicas, esse discurso, este debate sobre a necessidade de a gente olhar, de fato, as necessidades da pessoa idosa.

Então, é um convite para que a gente possa, cada vez mais, se sensibilizar e, cada vez, mais entender que a velhice vai chegar para todos nós e que a gente precisa olhar com empatia e também com essa vontade de fazer com que essas pessoas idosas estejam presentes todos os dias.

É isso, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Daniella, obrigada. Dê um abraço no ministro. Obrigada por ter participado conosco desta audiência.

Eu vou só te falar que você fica muito bonita na tela, viu Daniella? Muito bonita!

Vamos ouvir agora o Márcio. Está *online* ainda, Márcio? Para agradecimentos e considerações finais, Márcio, do IBGE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO MITSUO MINAMIGUCHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, o convite.

É sempre muito importante falar sobre essa temática. Os colegas já tinham falado, acho que falar de população idosa é falar de uma população que está mudando, está crescendo rapidamente. A gente tem – como eu já tinha falado rapidamente a respeito de números – um crescimento de mais de 1 milhão de pessoas idosas a cada ano. Então, isso configura um desafio bastante grande para quem lida com políticas públicas de forma direta, para os gestores públicos, para os legisladores, porque é, de fato, um grande desafio mesmo da nossa sociedade, ao longo do tempo.

A gente tem mudanças nas configurações das famílias também, e isso vai também incluir novas responsabilidades sobre o poder público. Acho que o cuidado da família sempre foi muito o cuidado dos idosos, sempre muito associado à própria família. Então, os cuidados familiares, nesse contexto de famílias cada vez menores, requer também um desafio para nós, enquanto sociedade como um todo, já que, de fato, foi essa população que, no seu passado, contribuiu para a construção desta sociedade, que vai, cada vez mais, com o passar do tempo, necessitar de cuidados e de atenção.

Então, mais uma vez, agradeço e encerro minha fala aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada! Foi um prazer, Márcio, ter você na nossa audiência.

Agora a gente vai ouvir o Benedito. Dois minutos para agradecimentos, considerações e sinais.

O SR. BENEDITO DA VOZINHA (Para expor.) – Mais uma vez, obrigado a todos, à Senadora Presidente, aos demais membros da mesa.

A gente vê que o Governo Federal está bem equipado, pessoas estão preparadas para nos ajudar nessa batalha da violência contra a pessoa idosa. Então, eu acho que agora é unir forças mesmo e correr atrás para a gente cessar com essas violências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria... Eu fiz algumas anotações, eu estou sem papel e caneta aqui; eu estava anotando no telefone o tempo inteiro.

No sábado, nós tivemos o falecimento do vozinho Vô Anésio, que é muito famoso, *influencer* nas redes sociais, que levou e leva alegria para muitas casas. Assim como a Vozinha tirou muita gente da depressão e da ansiedade apenas com os vídeos, o Vô Anésio também, com sua alegria... Ele levou muita alegria, e eu gostaria de homenageá-lo hoje, de dar um abraço na família e de dizer que o Vô Anésio deixou muita gente feliz. Um abraço à família, minhas condolências.

E também ao meu amigo Raul, que é o neto da Vó da Pomba, que faleceu também há alguns dias – tem uns dois meses, mais ou menos –, que levou tanta alegria para muitas casas no Brasil inteiro. Então, outras vozinhas, outros vozinhos surgiram depois da Vozinha Adelina, que eu dizia que era a vozinha mais amada do Brasil à época, mas surgiram outros vozinhos e outras vozinhas.

E, para família da vozinha Valdeci... Está todo mundo na internet perguntando, Senadora: "Cadê a vozinha Valdeci? Ela está bem, está sendo bem cuidada, está sendo bem tratada?". Eu queria fazer um pedido, de coração, para a família da vozinha Valdeci, para que vá à rede social pelo menos uma vez este mês, que é o mês contra a violência contra a pessoa idosa, e mostre lá que a vozinha Valdeci está bem cuidada, está bem alimentada; que está bem, porque os netinhos da vozinha Valdeci no Brasil... Tem muita gente chorando, muita gente triste porque está sem notícias dela.

Eu sei que... Na época da vozinha, muita gente tinha – e tem ainda – a vozinha como seu neto, mesmo! Eu chegava à casa das pessoas e as pessoas falavam: "Essa vozinha agora é minha". Eu falava: "É nossa". Muita gente tem saudade da vozinha Valdeci. Deixem um abraço aí, mostrem como a vozinha Valdeci está para os netinhos.

Eu agradeço demais, e eu gostaria de fazer um requerimento liminar para a Senadora – claro, se possível; quando eu falo "liminar" é uma brincadeira. Esse tema é tão delicado, falar de idoso, de vozinha e de vozinho, é tão delicado que faltou tanta coisa para a gente falar aqui, né, Senadora? Tanta coisa! Da violência, de cuidar de quem cuida, de como vamos continuar abraçando esses idosos. Eu gostaria que, se possível, neste mês ainda do Junho Violeta, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mês dedicado a essa causa, se tiver alguma pauta... É claro que as pautas são todas lotadas, mas, se conseguir um encaixezinho para que a gente volte a falar sobre esses temas da pessoa idosa e até mesmo convidar o Governo Federal para fazer parte... Porque a gente não pode parar por aqui, a gente não pode parar nesta fala aqui.

Então, é um requerimento liminar para que a gente ainda neste mês volte a falar sobre esse tema, principalmente falando de cuidar de quem cuida. A gente não pode... A gente tem que abraçar... Como a Senadora falou ainda há pouco, tinha placas nas ruas: "Deixe seu vozinho, sua vozinha, sua mãezinha com a gente e vá curtir as festas juninas". Gente, isso é de rasgar o coração, isso é de rasgar a alma! Então, a gente precisa continuar falando sobre isso, se for possível, Senadora. Falei "requerimento liminar", mas de brincadeira, porque a gente precisa continuar falando sobre isso, a gente não pode parar por aqui.

Até me estendi um pouquinho, mas o assunto é delicado, é um assunto da minha alma, da minha vida, e eu sei que é da vida da Senadora também, porque dez anos atrás, quando eu tinha acabado de me formar em Direito – porque eu queria lutar pelos direitos da minha avó –, a Senadora foi a primeira que me acolheu quando eu estava começando a engatinhar no direito.

Quando eu falei para a Senadora que procurei alguns Deputados para me ajudarem a construir a lei da vozinha e não tive apoio de ninguém... Não era Senadora à época, era assessora do...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Magno Malta.

O SR. BENEDITO DA VOZINHA – ... do Senador Magno Malta. E eu falei: você pode me ajudar? Ela: "claro que posso te ajudar, Benedito. Eu entendo de fazer isso aqui, eu entendo de fazer isso aqui". Eu não entendia muita coisa, gente. Eu tinha acabado de me formar em direito, mas já queria ser juiz e lutar pelo direito de todos os idosos. Conseguir direito à fralda para minha avó já era um... Quando eu consegui o direito à fralda para minha avó pelo Governo, para mim, já era um direito muito especial, porque aquilo já evitava de cortar... A minha mãe, professora; a vozinha, aposentada do INSS. Então, a gente precisava de uma graninha para comprar fralda, para outras coisas de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora falou, me ajudou, redigiu o projeto de lei, tudo bonitinho, encaminhou para parte técnica para ver a questão da Constituição, se batia direitinho e tudo. E eu fiquei maravilhado com aquilo, gente. Mas por que eu estou pedindo um requerimento liminar? Porque tem oito anos que a gente iniciou o projeto de lei da vozinha. Está tramitando no Senado, foi aprovado de forma unânime na CCJ e tudo, mas a gente não pode parar por aqui. São oito anos, e o projeto ainda não foi sancionado. Então, a gente precisa voltar a falar sobre isso, se for possível, nesta pauta.

E esse requerimento liminar é para isto: é para que a gente não pare. Esse não é o momento de parar, falar e parar. Não vamos parar por aqui. Vamos ter atitude! O Governo Federal está preparado. Tem as doutoras que estão aqui preparadas. Vamos agir. O tempo dos nossos idosos não é o nosso tempo. Vamos agir.

Obrigado por me ouvirem.

E é isso, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Benedito.

Na verdade, você disse tudo o que a gente tinha que dizer: os idosos têm pressa. E eles têm muita pressa. Eu acolho o seu pedido de liminar. Nós vamos continuar o debate.

Dr. Leonardo, agradecimentos e considerações finais.

O SR. LEONARDO BRANDÃO DE OLIVA (Para expor.) – Bom, eu agradeço muito, Senadora Damares, a presença aqui.

A SBGG se sente muito honrada com esse convite, com esta participação num dia tão importante. É o Dia Mundial de Conscientização e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. É um dia em que a gente precisa falar, sim, e precisa trazer à tona um assunto que é tão delicado, porque, se a gente não fala e não tem noção do problema, a gente não consegue lidar com ele.

E a gente precisa falar sobre o assunto, a gente precisa punir os criminosos, a gente precisa dar apoio a essa população que está vulnerável e está sofrendo violência. Mas, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fala de violência, a gente também tem que falar de cuidado, porque o oposto da violência contra a pessoa idosa é um cuidado digno, é um cuidado que precisa ser entregue sem etarismos ou idadismos, é um cuidado que precisa ser entregue valorizando a autonomia e a independência dessa pessoa que envelhece.

A gente está falando em cuidar de um idoso de forma diferente do que é cuidar de uma criança, por mais que em algum momento as coisas se pareçam. Muitas vezes, a gente precisa trocar uma fralda, dar um banho, alimentar na boca, mas a gente precisa entender que esse indivíduo que envelhece não se torna uma criança, porque ele tem uma história, ele tem um legado de vida que precisa ser valorizado, e isso o torna um indivíduo especial, que precisa ser valorizado dentro do próprio lar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

E assim a gente encerra a nossa audiência.

Hoje nós falamos sobre o idoso vulnerável, sobre a violência contra a pessoa idosa.

Eu não posso terminar esta audiência só com tristeza. Eu tenho que dizer que nós, idosos, somos muito bons no que fazemos. Esta nação é liderada por um idoso – o Presidente Lula é um idoso –, mas ela era liderada, antes do Presidente Lula, por um outro idoso, o Presidente Jair Bolsonaro, meu incrível, amado Presidente. Que Deus abençoe meu Presidente Bolsonaro.

Nós temos candidatos a Presidente da República agora idosos, pré-candidatos. Nós temos ministros idosos. Nós temos a Senadora mais bonita da República, idosa. O que eu quero dizer com isso? Às vezes, quando se fala em idoso, a ideia que vem é do coitadinho. Não somos coitadinhos, não é, Lucélia? Não somos. Não somos, Camila. E muitos idosos que estão nessa posição em que os colocaram – de coitadinhos – querem voltar para o mercado de trabalho e têm o direito. Precisam de letramento digital, precisam de curso de qualificação, precisam ter espaços abertos para eles. Querem empreender, tem idoso que quer empreender. Tem idoso que quer se casar – tipo eu. Está dado o recado: tipo eu. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem idoso que tem muito ainda a contribuir com esta nação. Não nos coloquem no lugar de coitadinhos. Esta é uma audiência para fazer o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Eu sofro violência por causa da idade; o etarismo é de verdade. A gente tem que discutir, um dia, sobre essa questão do etarismo, Doutor. O nosso corpo dói? Dói, porque é da biologia – está aqui o médico para falar –, o de todos vai doer um dia, o de todos vai chegar aonde alguns dos nossos já chegaram, mas a gente tem muito ainda a contribuir com esta nação.

Eu quero uma nação, Camila, em que o idoso seja amado, respeitado, em que eles estejam em todas as festas, todos os forrós, onde eles quiserem. É exatamente isto: o lugar do idoso é onde ele quiser. Eu quero uma nação em que nós tenhamos, de verdade, políticas públicas. Aí fica esta sugestão que o Benedito falou e em que eu sempre pensei: tem programa de governo que tem que virar lei, porque ele é tão bom, está dando tão certo, mas o outro governo que chega não quer a digital do anterior, vai lá e cancela.

Se tem programa de governo que está dando certo, vamos transformar em lei, para ter a continuidade. Eu cito muito o Bolsa Família. Se o Bolsa Família não tivesse sido instituído por lei, será que ele existiria ainda hoje? E há outras políticas públicas que a gente teve que transformar em lei para ter continuidade. Fica aí a sugestão. Aquilo que está funcionando lá, Lucélia e Camila, que vocês têm medo de que seja interrompido, mandem para cá como proposta. A gente apresenta como projeto de lei e luta para aprovar. A gente precisa realmente fazer essa questão do diálogo institucional.

Agradeço a todos os convidados que vieram, aos quatro que estão aqui na mesa de forma presencial, aos dois *online* e a todos os que participaram via internet, via TV Senado, aos que estão aqui no plenário. Obrigada.

E vamos caminhar, vamos continuar.

E viva a Sociedade Brasileira de Geriatria. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem no Brasil!

Nada mais havendo a tratar e alcançado o objetivo desta audiência pública, eu declaro esta reunião encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e onze minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Flávio Bolsonaro, Weverton, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 35ª à 38ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3893, de 2023 - Terminativo - que: "Institui a Política Nacional da Juventude." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Sen. Jaime Bagattoli como relator "ad-hoc". Em seguida, a Comissão aprova o Projeto, com as emendas nº 1-CCJ/CDH e nº 2-CCJ/CDH, com o voto contrário do Senador Paulo Paim. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4164, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, para priorizar a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens assistidos e egressos de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3093, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a oferta de vagas de aprendizes a adolescentes que estejam em regime de acolhimento familiar ou institucional." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.164, de 2021, e favorável ao Projeto de Lei nº 3.093, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Sen. Jaime Bagattoli como relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"ad-hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto de Lei n° 4.164, de 2021, e favorável ao Projeto de Lei nº 3.093, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5533, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para tipificar o desaparecimento voluntário, involuntário e forçado e para dispor sobre a criação de um sistema de alerta e notificação em tempo real para prevenção e resgate de pessoas desaparecidas." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Sugestão n° 3, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Pretende acabar com a obrigatoriedade de tomar esse experimento chamado vacina contra a covid"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Sen. Jaime Bagattoli como relator "ad-hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4122, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, e à emenda 1 apresentada pela Senadora Damares Alves, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2098, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o crime de “redução a condição análoga à de escravo” imprescritível." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1976, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4598, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3283, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre obrigatoriedade de comunicação pelo provedor quando da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indisponibilidade de conteúdo sem ordem judicial." Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad-hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3980, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura integral e prioritária, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de exames diagnósticos especializados para identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad-hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4521, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a contratação de profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência, nos termos que especifica." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad-hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CDH. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 365, de 2026 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015) - Não Terminativo - que: "Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação inclusiva no projeto pedagógico da escola." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad-hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 89, de 2026 que: "Requer discutir a atenção integral às pessoas com fissura labiopalatina no Brasil, especialmente no que se refere ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e de suas famílias." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 90, de 2026 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento do REQ nº 63/2026 – CDH, para inclusão de convidados." Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves submete a inclusão extrapauta do requerimento, que é aprovada. Em seguida, a Senadora subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/17

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 35ª à 38ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de modo semipresencial.

Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

Eu quero informar que o Senador Marcio Bittar estava com um monte de matéria na pauta hoje, mas Deus o surpreendeu com a chegada do Davi. O Davi, o nenenzinho dele, gente, nasceu. Eu tenho tanta alegria de falar nisso, porque, na semana em que a Thais descobriu que estava grávida, eu estava junto com eles – junto com eles –, dentro do avião, e eu participei dessa gestação. E o Davi chegou: chegou saudável, lindo. Nós estamos muito felizes.

Senador Marcio Bittar e Thais, que Deus os abençoe e que o Davi faça a diferença em sua geração. Eu rogo ao meu bom Deus que Davi venha para fazer a diferença na geração dele, para que Davi seja uma bênção para a minha nação, e que a gente consiga tomar decisões acertadas aqui para fazer os dias do Davi melhores neste país. Vou dar um abraço no Marcio. Depois eu vou lá visitar o Davi e levar, claro, a camisa do Corinthians para o Davi, porque, como educadora, eu tenho que evitar que o Davi seja contaminado por qualquer outra ideologia nefasta. O Davi tem que ser um corintiano, então a primeira roupa do Corinthians ele vai receber da Senadora Damares. Que Deus o abençoe, Davi. O mundo ficou melhor com a sua chegada. Que Deus o abençoe.

Assim, em homenagem ao pai, o Senador Jaime está aqui e vai substituir o pai, Senador Marcio Bittar, fazendo a leitura de três votos *ad hoc*. Dele são três matérias de consenso, mas eu já quero informar que o item 5 e o item 6 estão retirados da pauta, a pedido do Relator, e que nós também vamos retirar o item 3 da pauta – esse é da relatoria do Marcio Bittar, eu sou autora: há um pedido de ajustes.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5533, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para tipificar o desaparecimento voluntário, involuntário e forçado e para dispor sobre a criação de um sistema de alerta e notificação em tempo real para prevenção e resgate de pessoas desaparecidas.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4122, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, e à emenda 1 apresentada pela Senadora Damares Alves, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2098, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o crime de "redução a condição análoga à de escravo" imprescritível.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Nós temos mais algum item para retirar? Não, né? (*Pausa.*)

E temos os outros que poderão ser lidos *ad hoc*, se a gente tiver a presença de mais... (*Pausa.*)

O item 8 é também retirado de pauta, cujo autor é o Senador Flávio Bolsonaro e cujo Relator é o Senador Alessandro Vieira.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4598, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Então, vamos para o item 1 da pauta, que é um projeto terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3893, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Política Nacional da Juventude.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo na CDH.

- Em 13/05/2026, a matéria recebeu Parecer favorável da CCJ, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Concedo a palavra ao Senador Jaime, para fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Bom dia.

Obrigado, Senadora Damares, Exma. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pelas considerações.

Antes de eu ir direto à análise, eu queria parabenizar o Senador Marcio Bittar e sua esposa por essa chegada, esse presente divino de Deus, que é o bebê, e dizer para você, Senadora, que, se ele aceitar, eu dou o uniforme do Palmeiras e a senhora dá o do Corinthians. (*Risos.*)

E, quando ele crescer, ele vai ver se vai ser corintiano ou vai ser palmeirense – não sei se o Marcio e a esposa vão gostar.

Vamos direto à análise, com sua permissão.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como à proteção à infância e à juventude, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

Quanto ao mérito, a proposição apresenta contribuição relevante para a consolidação de um marco normativo nacional em favor da juventude, ao articular, em um único diploma, objetivos, instrumentos e mecanismos de avaliação da Política Nacional da Juventude, em diálogo com o Estatuto da Juventude. Com efeito, o projeto explicita, de forma sistemática, os direitos que a política busca efetivar e os meios pelos quais se pretende alcançá-los, o que favorece a coordenação intersetorial das ações públicas e a atuação integrada dos entes federados. Os objetivos, programas, ações e instrumentos propostos refletem compreensão abrangente das múltiplas dimensões da inclusão juvenil e da necessidade de políticas transversais nesse contexto.

De igual modo, a ênfase em instrumentos de avaliação e monitoramento mostra-se especialmente oportuna. A exigência de avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações, o desenvolvimento de indicadores de inclusão política, social e econômica dos jovens e o incentivo a pesquisas acadêmicas contribuem para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas de juventude, para a transparência e para o controle social, além de oferecer subsídios técnicos para a tomada de decisão e para a alocação racional de recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos. Trata-se de diretriz que dialoga com a necessidade de gestão pública orientada a resultados e de fortalecimento da cultura de avaliação de políticas públicas.

No que se refere às emendas aprovadas pela CCJ, observa-se que ambas preservam a estrutura e os objetivos centrais da proposição e aperfeiçoam sua redação. A primeira emenda ajusta a técnica legislativa e a segunda emenda confere prazo para que os entes federados possam se planejar e realizar os ajustes necessários para o cumprimento da lei.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.893, de 2023, com a aprovação das Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei nº 3.893, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu solicito às assessorias que falem com seus chefes, porque está frio em Brasília, mas dá para votar pelo aplicativo. Corram para o aplicativo e depositem o voto "sim". Vou fazer *lobby* pelo projeto, de que sou a autora, cujo relatório está perfeito. Então, vamos embora pedir aos nossos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto se vota, eu vou já partir para o próximo item da pauta, para a gente ganhar tempo – o item 2 da pauta.

Senador Jaime, o senhor vai fazer a leitura do item 2.

Olhe o que o Davi está fazendo com o senhor, hein, Senador Jaime?

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4164, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, para priorizar a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens assistidos e egressos de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3093, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o § 4º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a oferta de vagas de aprendizes a adolescentes que estejam em regime de acolhimento familiar ou institucional.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.164, de 2021, e favorável ao Projeto de Lei nº 3.093, de 2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em reunião realizada em 13/05/2026, a matéria foi retirada de pauta.

O Senador Marcio Bittar é o Relator.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime, para fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, do relatório.

E chamo a atenção de todos vocês – tem muitos jovens na reunião hoje – para a importância dessas duas matérias: uma vai ser rejeitada, porque são parecidas, e a outra vai continuar.

Sobre esses jovens, que moram em abrigos: no dia em que eles têm 17 anos... e 29 dias eles podem ficar no abrigo. Aí, no outro dia, de manhã, em que eles fazem 18 anos, eles têm que sair do abrigo. E para onde esses meninos vão?

E esse projeto vem na linha extraordinária – o Senador Kajuru é o autor de um, e o Rodrigo Cunha – de que esses meninos tenham prioridade nos programas de aprendiz, de estágio, do primeiro emprego.

Então, Senador Jaime, a gente está entregando uma matéria linda hoje, e eu fico muito feliz de que o senhor tenha aceitado fazer a leitura *ad hoc*.

Inclusive, o relatório não está comprido, mas o senhor pode... Se quiser, não precisa ler a ementa, que já está publicada. Leia só a análise e o voto.

Com a palavra o Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Então, vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matéria relacionada à proteção à infância e à juventude, o que torna regimental a análise das proposições por este Colegiado.

Em relação ao mérito, a matéria tratada pelos projetos em exame é de grande relevância para que se possibilite ao adolescente e ao jovem inserido em (ou egresso de) programa de acolhimento familiar ou institucional um futuro com maior igualdade de oportunidades em relação aos outros adolescentes e jovens.

No atual cenário, essa igualdade não existe. Sonhos como ir para a universidade ou adentrar o mercado de trabalho podem parecer extremamente incertos para aqueles inseridos em programa de acolhimento. As diferenças entre as experiências de um jovem que sempre contou com sólido apoio familiar e as de um jovem que cresceu em um programa de acolhimento são inúmeras, evidenciando a situação de vulnerabilidade deste último.

Cabe enfatizar que o próprio desligamento do programa de acolhimento representa mais uma ruptura na trajetória do indivíduo e, muitas vezes, é realizado sem qualquer suporte. Como podemos esperar que esse jovem se desenvolva e se insira no mercado de trabalho se o Estado não provê os instrumentos necessários?

Nesse sentido, não se pode negar o mérito de ambas as proposições, que visam justamente facilitar a inclusão desses adolescentes e jovens em ambiente de formação educacional, de qualificação profissional e de trabalho.

Não obstante, cabem algumas ponderações.

O PL nº 4.164, de 2021, ao alterar a Lei nº 11.692, de 2008, dispensa os jovens egressos de programas de acolhimento de cumprirem os requisitos próprios ao ProJovem Urbano e ao ProJovem Trabalhador. Essa dispensa pode ser considerada insuficientemente justificada, já que há outros jovens, também em situação de vulnerabilidade, aos quais não é permitido se abster de cumprir os requisitos mínimos que fundamentam o ProJovem. Além disso, a dispensa do cumprimento dos requisitos do ProJovem Urbano e do ProJovem Trabalhador pode desvirtuar a razão de existir desses programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o PL nº 4.164, de 2021, diferentemente do PL nº 3.093, de 2023, não prevê que a oferta de vagas de aprendizes a adolescentes que estejam em regime de acolhimento observará as condições dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e o Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tal previsão é importante para fortalecer a garantia dos direitos desses adolescentes enquanto aprendizes.

Além disso, o PL nº 4.164, de 2021, altera o §2º do art. 429 da CLT para determinar a oferta de vagas de aprendizes, prioritariamente, a adolescentes abrigados ou assistidos por entidades que desenvolvem programas de acolhimento, inclusive a egressos delas. Sem desconsiderar a situação desses adolescentes e jovens, é importante destacar que eles não são os únicos nessa faixa etária em situação de vulnerabilidade, de modo que assegurar a esse grupo prioridade, em detrimento de outros adolescentes e jovens em situação equiparável de vulnerabilidade social, poderia caracterizar discriminação insuficientemente justificada.

Diante disso, entendemos que a redação do PL nº 3.093, de 2023, é mais adequada e deve prevalecer, mesmo porque já há previsão semelhante na CLT destinada aos adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e aos adolescentes usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Assim, apenas incluiremos, no mesmo dispositivo, novo segmento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, sem, contudo, estabelecer prioridade a uns em detrimento de outros.

Ainda, sugerimos emenda substitutiva para aproveitarmos parcialmente o relevante conteúdo do PL nº 4.164, de 2021, a fim de prever a oferta de vagas de aprendizes também aos jovens egressos do regime de acolhimento familiar ou institucional, e não somente aos adolescentes que ainda estão em regime de acolhimento. Além disso, alteramos a redação do PL nº 3.093, de 2023, para que a oferta de vagas seja medida imperativa, e não apenas autorizativa. Renumeramos, também, o parágrafo acrescido ao art. 429 da CLT pelo PL nº 3.093, de 2023, de modo a observar a melhor técnica legislativa.

Por fim, enfatizamos que a aprovação da matéria representa um avanço na concretização do mandamento constitucional de assegurar ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação e à profissionalização, colocando-os a salvo de toda forma de negligência e discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.164, de 2021, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.093, de 2023, na forma da emenda substitutiva que já consta no relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Essa questão dos menores aprendizes, eu até nem sabia que... Eu até fiquei surpreso agora, quando V. Exa., Presidente, falou que, quando eles completam 18 anos, nesse dia já estão fora, não tem nada... não pode mais ficar no internato da forma como esse adolescente estava colocado. Assim, essa situação dos novos, dos aprendizes, é uma situação que... Nós precisamos discutir muito essa situação. Nós temos que dar mais chance, porque tem algumas empresas... É isso que se precisa ver, Senadora, nessa lei. Inclusive, tem um projeto de lei aí para se mudar essa questão dos novos aprendizes, para que as empresas aumentem, para abranger um volume maior de novos aprendizes. Nós temos que nos atentar para algumas empresas que não têm condições de ter aquele percentual, mas nós temos muitas empresas que podem ter um percentual maior. Não vou citar aqui a relação de empresas, mas tem empresas.

Então, isso é muito importante, principalmente, Senador, no momento de hoje, em que está faltando mão de obra. E esse aprendiz não vai trabalhar em emprego forçado, vai trabalhar dentro da legislação, vai contribuir com a geração de emprego e renda para este país e vai fortalecer muito a economia do nosso país, principalmente neste momento, nesta situação, porque hoje nós vemos faltar muita mão de obra no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos rever essa situação e nós temos condições de empregar mais pessoas aprendizes, mais pessoas menores como aprendizes, desde que sejam observados alguns detalhes dentro da legislação.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto 4.164, de 2021, favorável ao Projeto 3.093, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CDH.

Eu quero cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha – saudade dele – e o Senador Jorge Kajuru.

Comuniquem ao gabinete do Senador Jorge Kajuru, porque são dois Senadores preocupados com a juventude no Brasil.

Vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

O Hermes vai votar?

Então, vamos esperar o Hermes.

O item 3 da pauta nós retiramos, não é isso?

Do item 4 da pauta, o Senador Jaime também vai fazer a leitura *ad hoc*. (*Pausa.*)

O Hermes já votou?

Então, vamos abrir.

Eu peço à Secretaria que abra o painel da votação do PL 3.893.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – SIM.

Nenhum voto contra.

Passou o projeto.

Parabéns ao Relator. (*Pausa.*)

Teve um voto contra, do Senador Paim.

Governo, não faça isso. Paim? O Paim é tão bonzinho. Eu entendo. O Governo queria derrubar esse PL porque já tem uma política nacional da juventude, tem uma lei recente, mas esse PL traz melhorias à lei que já existe. Vai para a Câmara ainda, vai ser aperfeiçoado. Então, assim, é só para colaborar com o Governo, só para colaborar.

Então, parabéns, Senador Jaime.

Vamos agora para o item 4 da pauta, de que também é Relator o Senador Marcio Bittar, mas está cuidando da... (*Pausa.*)

Declarando o resultado do item 1 da pauta.

Resultado: 10 votaram SIM; 1 votou NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, com as Emendas nº 1-CCJ-CDH, nº 2-CCJ-CDH.

O projeto segue para a Câmara.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 3, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

"*Pretende acabar com a obrigatoriedade de tomar esse experimento chamado vacina contra a covid*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 22/10/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

A relatoria *ad hoc* hoje é do Senador Jaime.

Senador Jaime, tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Com sua permissão, vou direto à análise.

De acordo com o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao Portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Risf. Portanto, a SUG nº 3, de 2022, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Não observamos óbices quanto à juridicidade ou à constitucionalidade da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, trata-se de ideia legislativa apresentada durante a pandemia de covid-19, alguns meses após o início da vacinação no Brasil, período em que se acirraram preocupações sobre a obrigatoriedade da vacina, legalmente autorizada pelo art. 3º, III, "d", da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispositivo que teve sua vigência estendida pelo Supremo Tribunal Federal até o final da pandemia.

Ainda que pareça ter perdido o objeto, em razão de inexistir, no momento, imposição vigente de vacinação obrigatória, a sugestão mantém relevante mérito por buscar assegurar, de forma permanente, a inviolabilidade da liberdade individual, o direito à objeção de consciência e a proteção da integridade física do cidadão brasileiro, todos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

Ressalta-se que a obrigatoriedade vacinal contra a covid-19 adotada em contexto emergencial configurou afronta à liberdade individual e estabeleceu perigoso precedente de coerção sanitária e exclusão social daqueles que exerceram o direito à recusa. Tal prática, além de incompatível com a ordem constitucional, representa risco à democracia e ao Estado de direito.

Diante disso, a SUG nº 3, de 2022, apresenta condições para ser examinada e debatida no âmbito das Comissões temáticas do Senado Federal, nos termos do projeto de lei apresentado neste relatório.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Senador Jaime, como é que está o seu tempo?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tranquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor consegue presidir a sessão para que eu faça a leitura *ad hoc* dos relatórios do Senador Flávio Arns, itens 10, 11 e 12 da pauta? Pode ser? São votos pequenos.

O primeiro é do Esperidião Amin, que é o Flávio...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só vou porque eu vou ser remunerado, senão não... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o item 9, né? Na verdade, eu vou fazer a leitura do Senador Flávio Bolsonaro e três do Flávio Arns. Só vai dar Flávio aqui hoje. Eu faço... São votos curtos, eu faço a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3283, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre obrigatoriedade de comunicação pelo provedor quando da indisponibilidade de conteúdo sem ordem judicial.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador.

Inicialmente, cabe apontar que a proposta não padece de vícios de constitucionalidade ou de iniciativa, estando em conformidade com os arts. 5º, incisos IV e IX, e 22, incisos I e IV, bem como com o art. 220, todos da Constituição Federal. Ademais, a proposição é oportuna e relevante, por oferecer um meio de controle institucional sobre a retirada de conteúdo sem ordem judicial, mitigando riscos de excessos por parte de plataformas digitais e preservando o núcleo essencial do princípio da liberdade de expressão.

A transparência nos atos de moderação de conteúdo é uma demanda crescente da sociedade civil, de especialistas e de organismos internacionais, inclusive à luz dos parâmetros do Comentário Geral nº 34 do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas ao art. 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil.

Consequentemente, o mérito da proposta reside na necessidade de reequilibrar a relação entre provedores de aplicação de internet e os direitos fundamentais dos usuários, coibir a censura e trazer publicidade quando da remoção de conteúdo sem determinação judicial.

Ainda que a decisão do STF tenha buscado suprir lacunas normativas com o intuito de coibir abusos, é preciso reconhecer que tal medida produziu efeitos concretos que afetam diretamente a esfera pública democrática. A delegação de competências quase jurisdicionais às plataformas, com base em uma presunção de responsabilidade dos provedores, ampliou demasiadamente o risco de remoções indevidas, silenciosas e desprovidas de controle social.

É nesse contexto que o projeto de lei ora sob análise se mostra especialmente pertinente: ele não nega ou desrespeita a decisão da Suprema Corte, mas propõe, dentro dos limites legislativos, um mecanismo de transparência e responsabilização institucional, estabelecendo-se a obrigatoriedade de comunicação aos órgãos públicos competentes sempre que conteúdos forem retirados da internet sem decisão judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, a lista de destinatários da comunicação obrigatória constante no §5º pode ser aprimorada mediante a inclusão de órgão que integra o próprio Congresso Nacional, com competência para emitir pareceres e recomendações sobre liberdade de expressão e regulação de mídias: o Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 224 da Constituição Federal. Trata-se de órgão auxiliar do Poder Legislativo, com atribuições diretamente relacionadas ao tema da proposição em exame, cuja inclusão se coaduna com o propósito original.

A emenda proposta, portanto, visa a aperfeiçoar a proposta sem alterar sua essência, reforçando a constitucionalidade e a legitimidade democrática do projeto.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.283, de 2025, com a emenda que já está devidamente publicada.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3980, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura integral e prioritária, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de exames diagnósticos especializados para identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura *ad hoc* do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como a matéria ainda segue para a CAS, nós vamos deixar as questões jurídicas e também a análise constitucional da matéria para a próxima Comissão.

No mérito, podemos afirmar que o projeto promove o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Ao exigir cobertura integral e prioritária dos exames, a proposta aproxima o Estado brasileiro dos compromissos previstos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e impede que barreiras econômicas ou burocráticas dificultem o reconhecimento da condição de pessoa com deficiência. O diagnóstico cumpre uma função essencial para a garantia de direitos, pois viabiliza o acesso a benefícios sociais, adaptações educacionais e proteção contra a discriminação.

A relação entre diagnóstico precoce e proteção do paciente é evidente, pois a identificação rápida funciona como defesa contra negligências e formas de violência institucional. Crianças com TEA sem diagnóstico costumam ter seus comportamentos interpretados de forma equivocada e enfrentam rotulações injustas em ambientes escolares e sociais, o que viola o direito ao respeito e à participação comunitária. Ao assegurar agilidade no processo diagnóstico, o projeto reduz períodos de invisibilidade e exclusão e permite que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidades específicas sejam reconhecidas desde a primeira infância, em consonância com o princípio do melhor interesse da criança.

A proposta também combate desigualdades, uma vez que a previsão de gratuidade, cobertura de sedação e restrição de limitações impostas por gestores atinge um ponto sensível da vulnerabilidade social que afeta muitas famílias.

De fato, a proteção dos direitos humanos exige que a condição financeira não determine o acesso a serviços essenciais. Ao ampliar o acesso a exames de alta complexidade, o projeto contribui para a justiça social e aproxima as condições de desenvolvimento de crianças de baixa renda daquelas com acesso à saúde privada.

Outro aspecto relevante é a vinculação entre o diagnóstico e o direito à habilitação e reabilitação previstos na Lei Brasileira de Inclusão. A confirmação diagnóstica é necessária para que a pessoa com TEA receba benefícios sociais, adaptações razoáveis e tenha acesso a profissionais e serviços que dependem dessa formalização.

Sob o enfoque do direito ao trabalho, o diagnóstico formal contribui para a inclusão e para a proteção da família. Para pessoas com TEA aptas a trabalhar, o laudo médico garante acesso às vagas reservadas pela Lei de Cotas e respalda pedidos de adaptações no ambiente profissional que permitam atuação com mais autonomia.

Por fim, a iniciativa fortalece o direito à convivência familiar e comunitária ao oferecer suporte à estrutura familiar. Com efeito, o diagnóstico correto permite que pais e cuidadores compreendam as necessidades da pessoa com TEA e reduz tensões cotidianas associadas à falta de informação. A organização de redes de referência e de equipes multiprofissionais está em linha com o dever estatal de proteção social e reconhece a pessoa com TEA como sujeito de direitos que deve ser atendido de forma integral pela rede pública.

O voto, Presidente, já parabenizando o autor e o Relator, os dois Flávios: o autor é o Flávio Bolsonaro e o Relator é o Flávio Arns.

O voto é pela aprovação do PL 3.980, de 2025. E sei que a Luciana Medina está aqui nesta reunião para acompanhar esse projeto, Luciana que representa a Associação Inclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus te abençoe, Luciana.

Esse é o voto. E peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Item nº 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4521, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a contratação de profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra a Senadora Damares para a leitura, *ad hoc*, do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de ler, eu preciso fazer um comentário.

Romário só faz gol, né? Romário só faz gol. É o maior artilheiro do mundo. Eu sou apaixonada por esse jogador. Ele está lá, está de licença, mas me deixe fazer um pedido: Romário, pelo amor de Deus, entre em campo. Romário, jogue, por favor, vá lá na arquibancada, Romário. Arranque o Kaká da arquibancada, arranque o Ronaldo da arquibancada. Entre em campo, Romário, por favor.

Ele está fazendo um trabalho lindo, transmitindo a Copa, está de licença da Casa. Mas aqui, ó: mais um gol do meu artilheiro, que eu faço questão de ler. O relatório é do Senador Flávio Arns, outro campeão aqui nesta Casa.

No mérito, a proposição tem a importante função de fomentar a presença de profissionais de apoio no âmbito escolar. A atuação desses profissionais transcende a mera assistência física ou motora. O profissional de apoio atua como a ponte entre as limitações relacionadas a uma deficiência e o pleno desenvolvimento das potencialidades do aluno. Sua importância reside, primordialmente, na promoção da autonomia, permitindo que o estudante navegue pelo ambiente escolar com dignidade, sempre sob a orientação do professor regente.

Com o intuito de contribuir com essa importante proposição, apresentamos emenda para reafirmar o compromisso do poder público em ofertar profissionais de apoio escolar e outros recursos de acessibilidade de forma universal, sem que essa opção se restrinja àqueles que tenham condições financeiras de arcar com os custos da inclusão de forma autônoma. Além disso, determinamos a avaliação da necessidade desses mecanismos de inclusão a partir de estudo de caso, que é o instrumento próprio para avaliar as necessidades individuais no contexto educacional.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com uma emenda que já está devidamente publicada.

Esse é o voto e o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 365, DE 2026 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação inclusiva no projeto pedagógico da escola.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CE.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra à Senadora Damares, *ad hoc*, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, esse projeto já foi para a Câmara, já foi discutido no Senado, discutido na Câmara. Agora volta uma alteração feita pela Câmara.

Então vou direto ao exame do mérito.

Cumpre considerar que as alterações promovidas pela Câmara guardam relação direta com a superveniência da Lei nº 13.146, de 2015, posterior à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, ocorrida em 24 de fevereiro daquele ano.

Conforme consignado no parecer aprovado na Comissão de Educação da Câmara, parte relevante do conteúdo originalmente aprovado pelo Senado veio a ser absorvida JÁ pela LBI, circunstância que levou a Casa revisora a restringir o texto àquilo que entendeu ainda útil e não integralmente contemplado pela legislação superveniente.

Foi esse o principal fundamento para a supressão das alterações propostas ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996. É que a Lei nº 13.146, de 2015, passou a assegurar, em seu art. 27, o direito da pessoa com deficiência à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida.

Além disso, o art. 28 da mesma lei atribuiu ao poder público o dever de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo, prevendo medidas de apoio ao estudante com deficiência. De modo ainda mais específico, o §1º do art. 28 vedou expressamente a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de estudantes com deficiência, em razão de atendimento educacional especializado ou de medidas de apoio. Nessa perspectiva, mostrou-se compreensível a opção da Câmara por não reiterar, na LBI, comandos já disciplinados de forma mais ampla e detalhada pela legislação em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma linha, a exclusão da regra constante do texto original do Senado relativa à consideração destacada dos custos da educação especial inclusiva também foi justificada na Câmara, pela compreensão de que, uma vez já assegurado o sistema educacional inclusivo e vedada a cobrança adicional aos estudantes com deficiência, os serviços e adaptações necessários devem ser compreendidos como parte das obrigações ordinárias do sistema de ensino.

A supressão da alteração proposta do art. 56 da Lei nº 8.069, de 13 de 1990, foi explicada, no parecer da Câmara, pela existência de disciplina protetiva já constante do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo art. 56 impõe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental o dever de comunicar ao conselho tutelar hipóteses de maus-tratos, reiteração de faltas injustificadas, evasão escolar e elevados níveis de repetência.

Remanesceu, assim, apenas a alteração do art. 12 da Lei 9.394, de 1996, considerada pela Câmara inovação ainda pertinente e não integralmente absorvida pela legislação superveniente. Embora a LBI já estabeleça, em termos gerais, o dever de promoção do sistema educacional inclusivo, o substitutivo evidencia, na própria LDB, que o projeto pedagógico da escola deverá contemplar a institucionalização do atendimento educacional especializado, os serviços e adaptações necessários e a flexibilização dos currículos, das metodologias, dos recursos educativos e dos processos avaliativos diferenciados.

Nessa conformidade, o texto devolvido pela Câmara preserva núcleo relevante da proposição originária e se mostra compatível com o quadro normativo vigente, sem prejuízo de que a Comissão de Educação e Cultura examine, em seguida, os aspectos mais diretamente ligados à disciplina da LDB.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, que retorna ao Senado Federal sob a forma do Projeto de Lei nº 365, de 2026.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Passo a Presidência à Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime. Foi uma honra ser conduzida na leitura desses votos com a sua Presidência.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas depois que você foi para Rondônia e viu aquelas dificuldades que o nosso produtor tem lá – não é, Senadora? –, o sofrimento daquelas pessoas...

Eu acho que não tem pessoa mais indicada, mais acertada do que a Senadora Damares para presidir esta Comissão aqui – não que não tenha, porque ninguém é insubstituível –, mas a senhora representa muito bem e faz um papel muito importante nesta Comissão para que represente os direitos humanos, que têm que ser cuidados como se fossem uma pedra preciosa.

Porque eu falo assim: as pessoas, hoje... Nós temos que acabar com esse negócio de racismo, de discussão, até a questão da política, hoje, no Brasil; nós temos que pacificar o nosso Brasil, nós temos que acabar com isso. Nós somos 203 milhões de pessoas – 205, 210 milhões, conforme diz o censo –, nós temos os nossos irmãos indígenas e nós temos que cuidar dos nossos irmãos indígenas, temos que dar dignidade à vida deles, temos que dar condições para que eles tenham uma receita melhor pelo que eles representam para nós no Brasil.

Senadora Damares, eu fico indignado sabendo que os nossos indígenas têm praticamente 15% do território nacional, são os maiores preservadores do meio ambiente, e... Eu tenho uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

luta para que os nossos indígenas sejam os primeiros a receber o crédito de carbono; o mundo vai ter que entender. E nós temos que trabalhar e lutar por isso, é uma missão do Congresso Nacional.

Passo a Presidência à nossa Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador, não sei se o senhor viu, a nossa Senadora Izaura está ali sentada. Ela é suplente do Senador Wilder, mas é Senadora também, já esteve conosco. Seja bem-vinda! Ela ama muito Rondônia, não é, Senadora?

A SRA. IZAURA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Sou de Roraima.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela é de Roraima, mas ama muito Rondônia.

Senadora Izaura, é uma alegria recebê-la. A senhora sabe o respeito que todos nesta Casa temos pela senhora. Vanderlan e Wilder são Senadores, mas eu sei quem está por trás dos dois, especialmente nessas matérias do coração, nessas matérias da infância, proteção da família, empreendedorismo feminino... A senhora tem sido uma parceira do Congresso Nacional, do Senado Federal, e é uma honra tê-la em nossa Comissão hoje. É uma honra, Senadora, eu lhe quero muito bem e a senhora sabe disso, eu não preciso esconder o amor e o carinho que eu tenho pela senhora, pelo Senador Vanderlan e pelo Wilder também.

E eu sei que temos alunos de Goiânia aqui hoje, não é? O Prof. Walter está com alunos do curso de Direito – é isso, Prof. Walter?

O SR. WALTER DE PAULA SILVA (*Fora do microfone*.) – Direitos Humanos, de Direito Constitucional III.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sejam bem-vindos! Que Deus os abençoe. Vocês estão na mais espetacular Comissão do Senado, que tem a Presidente mais humilde e modesta, que está em primeiro lugar em deliberação. Que o segundo lugar corra, corra, para chegar perto! Vai ser difícil. Mas nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma comissão que é o coração do Senado: é esta Comissão, que pulsa as matérias do coração, que estão aqui. Vocês viram quantas matérias hoje para crianças com autismo, para cuidar das pessoas. Então, esta é uma Comissão extremamente importante.

Loni, você não estava aqui, mas eu mandei um recado para o seu chefe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estão vendo? Romário está lá, trabalhando lá e aqui. Vou dizer uma coisa: ele tem que entrar em campo, ele tem que salvar a Copa para o Brasil. (*Risos.*)

Item nº 13, de minha autoria.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2026

- Não terminativo -

Requer discutir a atenção integral às pessoas com fissura labiopalatina no Brasil, especialmente no que se refere ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e de suas famílias.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Será uma audiência com especialistas, mas também com pacientes, na qual vocês conhecerão, inclusive, trabalhos de mutirão, que estão acontecendo na Região Norte do país, em aldeias, região ribeirinha, para se fazerem as cirurgias de fissura labial. Vai ser uma audiência do coração, uma audiência em que, eu tenho certeza, muita gente vai chorar. Nós temos mais de 11 convidados. Eu não sei como é que a gente vai fazer com tantos convidados, porque era um pouquinho, e aí todo mundo foi pedindo para vir, para vir, para vir. Mas vai ser uma audiência necessária. Nós vamos falar do direito das crianças e das pessoas com fissura palatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o Requerimento nº 89.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há uma solicitação de inclusão do Requerimento extrapauta nº 90, tão somente para adicionar nomes para uma audiência pública já aprovada.

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2026

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento do REQ nº 63/2026 – CDH, para inclusão de convidados.

Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC) e outros

Secretaria, diante do número alto de inclusão de novos convidados, observe, por favor, se haverá necessidade de essa audiência ser dividida em duas, três, quatro, cinco, quantas necessárias forem, para não ficar uma audiência muito longa e para a gente ter um aproveitamento melhor das exposições, porque, pelo que eu estou vendo aqui, ele está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicando grandes especialistas e dar, para um especialista desses, cinco, seis minutos para falar é muito pouco. Então, observe se a gente vai ter necessidade.

Eu estou subscrevendo o requerimento. É o Requerimento nº 63. Qual é o tema do 63? Eles já estão observando. É um requerimento de uma audiência já aprovada. Estamos olhando aqui o 63. (*Pausa.*)

É para discutir medicações injetáveis. Ele está trazendo para este debate o Conselho Federal de Farmácia, tá?

Ele está trazendo um especialista em medicina do esporte.

Ele está trazendo o Conselho Federal de Medicina, a Sociedade Brasileira de Medicina Personalizada, a Divisão de Ginecologia, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Está trazendo a Unifesp.

Está trazendo um membro da Sociedade Europeia de Menopausa e Andropausa.

Está trazendo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo.

Está trazendo o Médico Endocrinologista em substituição ao indicado no Requerimento 63, Dr. Leonardo Jacobsen.

Está trazendo uma série de especialistas.

O requerimento já foi aprovado. Vale a pena a gente acompanhar.

Eu acho que o requerimento inicial era do Seif. Aí ele o subscreveu e agora está apresentando... Vamos ver, inclusive, quem vai presidir esta audiência pública, o.k.?

Eu? (*Pausa.*)

Eu? (*Pausa.*)

Vamos conversar com o meu médico primeiro. (*Risos.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subscrevi.

Em discussão. (*Pausa.*)

Vocês vão ficar comigo até de madrugada. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós temos aqui...

Aprovado o requerimento de inclusão das 3 mil pessoas nesse requerimento. (*Risos.*)

Estão aqui conosco alunos da Universidade de Brasília, de Geofísica, três alunos, a empresa júnior, inclusive.

Sejam bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos!

Item 7.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1976, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está adiado.

A autora é a Senadora Jussara.

O Relator é o Senador Alessandro Vieira.

Não conseguimos falar com ele se poderia fazer a relatoria *ad hoc*.

Então, ele já fica incluído na pauta da próxima semana, o.k.?

Vencemos a pauta? (*Pausa.*)

Obrigada, Secretaria.

Expediente.

Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes 382, 383, 387, 388, 391, 393, 395, 397, 400 e 404, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

No Expediente 388, familiares de criança desaparecida do Estado do Pará...

Isso aqui foi muito triste.

A Comissão esteve com a família ontem. Ontem, né? (*Pausa.*)

Antes de ontem.

História muito triste. Uma criança desaparecida no Estado do Pará.

Solicitaram acompanhamento institucional das investigações relacionadas ao desaparecimento de uma criança de um ano e sete meses de idade, ocorrida em março de 2026. A manifestação relata preocupações quanto à condução das buscas das investigações, bem como a necessidade de articulação entre os órgãos responsáveis pela localização da criança.

Nós temos foto da criança? Se a gente conseguir a foto, para a gente projetar.

Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento da demanda aos órgãos competentes para a prestação de informações atualizadas acerca das investigações em curso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da inclusão do caso nos sistemas nacionais de localização de pessoas desaparecidas e das medidas adotadas para apoio à localização da criança, mantendo o acompanhamento institucional da matéria.

Essa criança sumiu do quintal de casa, não foi? Essa criança?

Gente, é impressionante! A criança estava brincando no quintal de casa.

A gente não aguenta mais em toda reunião vir aqui, informar o desaparecimento de uma, duas, três crianças no Brasil.

Chega! Nós estamos com mais de 80 mil crianças desaparecidas no Brasil. Nós vamos precisar continuar enfrentando esse tema com muita coragem – muita coragem.

Nós vamos, até o final da reunião, tentar postar a foto dessa criança, inclusive para a gente divulgar e ajudar nas buscas.

Expediente nº 404: familiares de criança falecida após atendimentos realizados em unidade pública de saúde do Estado de São Paulo relatam possíveis falhas na assistência médico-hospitalar prestada, bem como questionamentos relacionados a procedimentos realizados após o óbito. A manifestação noticia alegações de demora diagnóstica, agravamento do quadro clínico e fatos posteriores envolvendo a destinação dos restos mortais da criança. Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento da demanda aos órgãos competentes das áreas de saúde, investigação e administração funerária, para a prestação de esclarecimentos e informações acerca das providências adotadas para apuração dos fatos, mantendo o acompanhamento institucional da matéria.

É outro caso extremamente triste. Quem assiste aos vídeos dessa mãe... Essa mãe não chora; ela urra. É muito triste. Ela questiona o atendimento. A criança chegou ao hospital, parecia um procedimento simples, e a criança morreu. E, depois da dor da perda, o corpinho dessa criança foi trocado, foi enviado para um outro lugar. Houve um descaso com o corpinho da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mãe quer justiça. Ela, primeiro, quer explicações sobre a morte da criança e depois ela quer explicação sobre o corpinho. Essa mãe teve duplo luto, e, quando a gente vê os vídeos e os relatos dessa mãe, é de cortar o coração.

A gente vai ter que falar, cada vez mais, aqui, no Brasil, sobre direitos humanos pós-morte. Não dá para a gente ver tanta violação de direitos humanos pós-morte. Fica aí um desafio ao Prof. Walter e seus alunos de Direitos Humanos.

Inclusive, nessa semana – eu preciso fazer esse registro –, nós vimos mais um episódio.

Esta é a criança desaparecida – oh, Deus do Céu, que menino lindo –: José Arthur Sousa Barros, um ano e seis meses, em Eldorado dos Carajás – quem conhece aquela região... aquela região é imensa, imensa, as cidades são todas muito grandes e distantes umas das outras –, foi visto, pela última vez, no dia 26 de março de 2026, às 17h, na Vila Peruana, em Lourival Santana – lá em Eldorado dos Carajás. Que criança. Vocês conseguem imaginar a dor dessa família? Então, gente, quem está nos assistindo pela televisão, depois, se quiser... a gente vai deixar à disposição no Portal da Comissão. Vamos divulgar a foto. Eu acho que a divulgação ajuda também.

Celebramos, no início da reunião, a chegada do Davi, com o Senador Marcio Bittar e a Thais tão felizes com o nascimento do Davi, e agora eu mostro essa foto dessa criança em uma família triste, procurando. Vamos ajudar.

E a gente já fez todos os expedientes desta Comissão aos órgãos do Pará.

E eu faço um destaque aqui, gente: o Pará encontra menos de 10% dos desaparecidos. É muito difícil o Estado do Pará pela logística: o estado é imenso – imenso. Eu quero lembrar vocês de que, dentro do Pará, está o Marajó. O Marajó é tão grande que cabem, dentro do Marajó, duas Suíças e meia. Vocês sabiam disso? Aí eu vou dizer: vocês sabiam que o território da cidade de São Félix do Xingu – a cidade de São Félix do Xingu – é maior que Portugal? Aí a gente entende como é difícil, no Pará, encontrar os desaparecidos e as crianças desaparecidas, mas a gente está mostrando essa foto, torcendo para que essa criança seja encontrada bem e saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se alguém encontrou essa criança e está com medo de comunicar às autoridades, só quero informar que você pode fazer uma denúncia anônima. Às vezes, a pessoa encontrou e agora tem medo de devolver, de acharem que ela sequestrou. Faz contato com a nossa Comissão, ou, se você viu essa criança em algum lugar, com alguém, tem medo de denunciar, no Disque 100 a denúncia é anônima, mas pode falar com esta Comissão aqui também. Nesta Comissão, nós temos Senadores muito corajosos. Nós vamos lá, onde você estiver, junto com a polícia para encontrar essa criança, e a gente preserva a identidade de quem nos der a informação sobre essa criança.

Que Deus abençoe o José Arthur, onde ele estiver, e abençoe a família.

Voltando a direitos humanos pós-morte.

Nós tivemos um trágico acidente, nesse final de semana, numa ponte, no esporte, em que aquela jovem foi jogada sem a corda. Todo mundo acompanhou isso, né? E aqui a gente também manifesta solidariedade à família. Que Deus conforte a família daquela menina tão linda, tão jovem.

A gente vai ter que rever um pouco alguns esportes de alto risco no país, mas eu quero falar sobre o que aconteceu depois da morte dela. Quem não viu, nem vá ver, nem leiam os comentários pós-morte. Como ela era muito bonita, era um comentários dos mais terríveis, tipo: "Vai ter festa no IML hoje". Festa tipo: "Vamos juntar os pedacinhos, porque essa aqui vale a pena", pós-morte. Comentários misóginos, de cunho sexual, dos mais terríveis. Vocês sabem que isso é um duplo luto para a família? Muitos perfis foram identificados, e nós vamos pedir a apuração – nós vamos pedir a apuração.

Nós sabemos, no Brasil, infelizmente, que há violação de cadáveres, que há homens e mulheres que desejam violar túmulos para uso dos corpos pós-morte, e a gente vai enfrentar isso aqui. Quando fui Ministra, nós tínhamos um grupo de trabalho só para discutir a violação de direitos pós-morte. O assunto é tão delicado que ninguém quer discutir comigo, mas eu vou fazer a discussão sozinha. Tu me ajudas, Cris Nardes? Tu me ajudas, Luciana? Walter? Vamos discutir? Vamos discutir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês não têm ideia de que tem um mercado sobre isso. Tem funerárias envolvidas, funcionários de IML, nós temos coveiros. Vocês não têm ideia do quão tenebroso é esse mundo, esse universo. Quantos túmulos violaram?

Mas agora eles saem dos cemitérios, dos IMLs e das funerárias; eles vão para as redes sociais. Os comentários que fizeram, com a morte dessa menina, me machucaram tanto – tanto. Eu fico imaginando a família dessa menina. Eu registro dupla solidariedade a essa família.

Comunico ainda o recebimento das respostas aos ofícios constantes nos Expedientes 384, 386, 390 e 402, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes nos Expedientes 385, 389, 392, 396 e 403, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento dos informes constantes nos Expedientes 394, 398, 399 e 401, que receberam os devidos encaminhamentos.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Encerrado? (*Pausa.*)

Nada mais tendo a tratar, cumprida a missão desta Comissão, agradeço a presença dos que vieram presencialmente e encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Giordano, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Carlos Viana e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 69/2026 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 75/2026 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Instruir o PL 1025/2026, que “institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”. Participantes: Luana Santos de Oliveira, Psicóloga - Servidora Senado Federal; Mia Costa, Gestora Pública Especialista em Inteligência Emocional e Desenvolvimento Humano; Danilo Santa Cruz Coelho, Pesquisador do Ipea e doutor em economia pela Universitat Autônoma de Barcelona; Vilma Reis, Socióloga, Professora, Feminista, Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia - FFCH-UFBA, É filha do Terreiro do Cobre, Comunidade de Candomblé centenária na Bahia; Tatiana Dias Silva, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial; e Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres - MM. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/18

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura, que será realizada na data de hoje, 18 de junho de 2026.

Audiência pública nos termos dos Requerimentos nº 69 e 75, de 2026, desta Comissão, ambos de minha autoria, para instruir o PL 1.025, de 2026, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e fazer a minha fala de abertura, comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos.

Chamo, para a mesa, Luana Santos de Oliveira, Psicóloga, servidora do Senado Federal. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos à Luana, que é concursada daqui, do Senado.

Convido Mia Costa, Gestora Pública especialista em inteligência emocional e desenvolvimento humano, uma das mentoras do projeto (*Palmas.*); Tatiana Dias Silva, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (*Pausa.*); – o.k., mas vou citar – Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres; Maria Clara D'Ávila, Diretora de Promoção de Direitos da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança.

Teremos ainda convidados por videoconferência: Danilo Santa Cruz Coelho, Pesquisador do Ipea e Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Barcelona; Vilma Reis, Socióloga, Professora, feminista, Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. É filha do Terreiro do Cobre, comunidade de Candomblé centenária na Bahia.

Farei a fala da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal é destinada a debater o Projeto de Lei 1.025, de 2026, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esse projeto é de autoria deste Senador, com relatoria da Presidenta desta Comissão, Senadora Damares Alves, a que, de pronto, agradeço por ter reservado este espaço. Ela deixou algumas informações sobre o tema aqui na mesa. Se tiver mais alguma, eu peço que entreguem também ao plenário, se for possível.

A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, uma questão de saúde pública. É um desafio permanente e uma das principais bandeiras para a verdadeira democracia do nosso país. O projeto que hoje analisamos busca garantir às mulheres, em toda a sua diversidade, o direito fundamental à vida com dignidade, à segurança, à liberdade e à igualdade. Propõe integrar, fortalecer e ampliar os serviços públicos existentes, criando uma política nacional articulada e permanente de enfrentamento à violência de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que essa política é necessária? É uma pergunta que fica: porque os números continuam alarmantes. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 1.492 feminicídios em 2024, o maior número desde a criação da tipificação desse crime, lá em 2015, casualmente, o mesmo ano em que eu apresentei – e aprovamos na CCJ agora e está no Plenário – a PEC das 40 horas semanais sem redução de salário. Só para dizer que esse tema da redução de jornada sem redução de salário beneficia principalmente as mulheres, que são aquelas que são mais exploradas e ganham menos, ainda ganham menos lá na ponta, não na linha da produção, a metade do que ganha um homem, praticamente, apesar da lei que nós aprovamos, depois de muito debate nesta Comissão e no Plenário.

Enfim, tudo que eu estou falando aqui significa que, em média, falando agora da violência, quatro mulheres foram assassinadas por dia, simplesmente por serem mulheres. A taxa nacional chegou a 1,4 feminicídios por cada 100 mil mulheres. Os feminicídios continuam crescendo, mostrando que a violência baseada no gênero possui dinâmica própria e exige respostas do Estado.

O Atlas da Violência revela outro dado preocupante: os assassinatos de mulheres dentro do ambiente doméstico permaneceram praticamente estáveis na última década, o que é lamentável, evidenciando que o lar, que deveria ser um espaço de proteção, continua sendo um dos locais mais perigosos para milhares de brasileiras. Infelizmente, não diminuiu essa violência.

A mesma pesquisa aponta ainda que as mulheres negras são as maiores vítimas da violência letal, apresentando taxa de mortalidade cerca de 67% superior à das mulheres não negras. Estamos diante de uma realidade que combina desigualdade de gênero, raça e condição social.

Além dos feminicídios, milhões de mulheres convivem diariamente com agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais. Dados oficiais mostram a emissão de mais de 117 mil medidas protetivas de urgência apenas nas grandes operações nacionais de combate à violência.

Vejam, 117 mil medidas protetivas para as mulheres no combate à violência contra elas – isso em 2024 – e mais de 203 mil vítimas foram atendidas nessas ações. Esses números não representam estatísticas frias. Cada dado tem nome, rosto, família, sonhos interrompidos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórias marcadas pela dor, e acaba sendo também uma agressão às crianças, porque, quando agridem uma mãe, muitas vezes eles agridem na frente dos filhos. Então, estamos aqui olhando o conjunto da família quando olhamos a agressão contra as mulheres.

O enfrentamento da violência contra a mulher não pode depender apenas de ações pontuais ou de boa vontade de governos.

Por isso eu sublinho: é necessário construir uma política de Estado permanente, integrada e estruturada. O PL 1.025, de 2026, caminha nessa direção. Ele busca fortalecer a rede de proteção, ampliar o acesso aos serviços públicos, aprimorar mecanismos de prevenção, acolhimento, assistência e garantia de direitos, promovendo, assim, a atuação coordenada entre União, estados, DF e municípios.

Combater a violência significa também investir em educação, autonomia econômica das mulheres, geração de emprego e renda, acesso à Justiça, moradia, saúde, assistência social e políticas de igualdade.

Eu apresentei, há muito tempo, que a mulher tem que estar mais presente na política. Estar presente na política não significa só votar ou ser chamada para fazer campanha para esse ou aquele Parlamentar. Elas têm que cada vez mais ser candidatas, seja a Vereadora, a Prefeita, a Deputada Estadual, a Governadora, a Senadora, a Deputada Federal e, como foi a Presidenta Dilma, à Presidência da República. Por isso eu apresentei um projeto dizendo – ele não foi aprovado, mas o apresentei, fiz a minha parte –: toda vez que forem eleitos dois Senadores por estado, como é o caso de agora, deveria ser um homem e uma mulher. Isso é equilíbrio, isso é justiça, para aquelas que são maioria neste país. As mulheres são maioria neste país, não vê quem não quer, podem esconder os números, mas, sem sombra de dúvidas, as mulheres são a maioria das pessoas que habitam aqui o nosso país.

Enfim, mulheres... Além do emprego e renda que eu falava, o acesso a Justiça, moradia, saúde, assistência social, políticas de igualdade. Quando eu falei em política de igualdade, eu falei que deveríamos ter equilíbrio aqui no Senado. Elegem-se dois, como é o caso de agora: um homem e uma mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal, que ajudei a construir, fui Deputado constituinte, estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana. Não haverá dignidade plena enquanto mulheres continuarem sendo agredidas, ameaçadas, humilhadas, assassinadas, em razão, simplesmente, de serem mulher. É triste dizer isso.

Que este debate contribua para salvar vidas, prevenir violências e assegurar às atuais e futuras gerações de mulheres brasileiras o direito de viver, viver com qualidade de vida, viver sem medo. As mulheres só querem viver.

Para finalizar, quero registrar que esse projeto foi construído – eu sempre falo da fonte – a partir de uma sugestão de um grupo de mulheres aqui de Brasília. Uma delas, que representa aqui essas mulheres que fizeram todo esse estudo, está na mesa, a Sra. Mia Costa, Gestora Pública, especialista em inteligência emocional e desenvolvimento humano. Eu até vou pedir que ela seja a primeira a falar, para abrir os trabalhos em seguida, mudando um pouco a ordem que está aqui, né?

Elas me procuraram no Plenário do Senado: "Senador!". Eu digo: "Sim, mas por que eu?". "Porque nós achamos que o senhor tem uma sensibilidade com todos os seres humanos e não é diferente em relação às mulheres. E gostaríamos muito que fosse um homem que apresentasse." Essa foi a intenção delas para mostrar que essa luta não é só das mulheres, é dos homens e das mulheres. De pronto, eu aceitei o desafio, e nós estamos aqui.

A Senadora Damares, quando viu o projeto, veio para esta Comissão, conversou comigo sobre o que eu achava de ela ser Relatora? Eu digo: "Não estaria em melhores mãos, a senhora é mulher, é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e é de Brasília, de onde surgiu esse projeto, porque foram mulheres aqui que o construíram". Ela de pronto acatou e está disposta a acelerar o projeto, a se reunir com vocês em outro momento.

Também registro aqui e faço uma pequena homenagem a todos que ajudaram na construção da versão final do projeto. Falo de toda a equipe do nosso gabinete, aqui da Comissão e da própria Consultoria do Senado, que você aqui representa, uma concursada do Senado, que ajudaram também nesta construção.

Por fim, nós vamos agora iniciar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei aqui, eu acho, sem a lista, e é esta, meu amigo. Tudo bem... Isso aqui...

Então, Mia Costa, Gestora Pública, especialista em inteligência emocional e desenvolvimento humano, uma das mentoras do projeto, eu peço que você inicie os trabalhos. Você tem dez minutos, mas com certeza, como eu faço sempre, no mínimo mais cinco de tolerância. Então, alguns dizem: "Não, tu estás dizendo que é 15 então". Pode ser 15, pode ser 15. (*Risos.*)

A palavra é sua.

Fica aqui uma salva de palmas pela iniciativa. Eu tive a alegria de ser quem apresentou, e a Senadora Presidente desta Comissão é a Relatora, mas as palmas são para vocês! (*Palmas.*)

A SRA. MIA COSTA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e todas.

É uma honra, Senador, poder estar aqui participando desta audiência, principalmente ao lado de um homem tão gigante, porque tem a sensibilidade de se comprometer com uma pauta tão urgente, tão necessária, tão importante.

Eu estou profundamente emocionada por fazer parte desta pauta, porque, quando nós falamos de violência contra as mulheres, nós estamos falando de vidas interrompidas, de sonhos interrompidos. Nós não estamos falando apenas das estatísticas, nós estamos falando de famílias que vão carregar consequências que atravessam gerações.

E, quando nós falamos de violência contra a mulher, nós precisamos entender que essa violência ultrapassa as camadas, as esferas sociais, as classes. E não é só isso. Proteger não basta, Senador. A gente tem percebido que é importante estruturar. E eu trouxe uma apresentação para poder externar isso de uma forma mais clara, talvez mais dinâmica até.

Quando nós idealizamos o PL 1.025, de 2026, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nós percebemos – e eu vou falar isso aqui muitas vezes – que proteger tem mostrado para nós que não tem sido suficiente, que é necessário estruturar, porque nós precisamos construir uma estrutura que fortaleça as mulheres e as famílias. Nós precisamos de estruturas que capacitem, que acolham, que consigam fortalecer essas mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia a dia, porque a vulnerabilidade, Senador, impede que a mulher esteja fortalecida suficientemente para interromper esse ciclo. É necessário, através da proposta do PL 1.025, que, além de proteger, tenhamos políticas públicas estruturantes, permanentes, contínuas.

Eu vou pedir para vocês passarem, por gentileza, porque é importante nós destacarmos que, assim, nas últimas décadas nós avançamos, nós tivemos avanços, mas fica nítido que a violência contra a mulher tem encontrado caminhos, meios. E, infelizmente, o feminicídio permanece na maioria das casas. Como o senhor falou, os crimes acontecem dentro das residências, na maioria dos casos. E o que isso significa? Que o feminicídio não começa no crime. Ele tem etapas, começa na dependência econômica, na dependência emocional, no isolamento, na ausência, no silêncio, quando essa mulher não consegue pedir ajuda.

Os indicadores têm nos mostrado sinais claros de que nós não estamos conseguindo chegar a tempo de impedir que essa violência aconteça. Talvez... E eu tenho me feito essa pergunta: será que nos tornamos tão eficientes em reagir à violência? Mas fica claro que ainda não nos tornamos eficientes o suficiente para impedir que essa violência aconteça. E o que é que acontece? Continuamos enterrando mulheres.

Ao longo desses anos trabalhando com inteligência emocional, com desenvolvimento humano, com gestão pública, eu tenho me feito algumas perguntas. E uma delas é: já avançamos tanto nas legislações, nas políticas públicas, nos mecanismos de proteção, por que continuamos enterrando mulheres? Por que é que os números só crescem? E por que os dados são tão alarmantes, eu me arrisco a dizer, talvez até epidêmicos? Por quê? E eu gostaria de fazer esta pergunta hoje: por quê? Porque estamos reagindo à violência, mas não estamos conseguindo chegar antes que ela aconteça.

Eu vou pedir para passar, por gentileza.

Eu vou enfatizar aqui, você vai ouvir isto muito hoje pela manhã: então, fica claro para nós que proteger não basta, precisamos estruturar. E onde percebemos que o sistema tem falhado? E aqui eu quero enfatizar algo bem importante. O que deixa claro, o que fica bem claro, Senador, é que não é por falta de esforços, nem da saúde, nem da assistência, nem do sistema judiciário. O que fica claro é que existe uma ausência de padronização no serviço oferecido, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade do serviço de atendimento, na ausência de qualificação quando falamos de mulheres em situação de violência, na demora por conta da fragmentação.

E isso está sendo observado através dos dados – você pode passar, por gentileza? –, porque, quando nós falamos do Brasil, o Brasil avançou e se tornou uma das referências quando nós falamos de legislação em proteção às mulheres. A Lei Maria da Penha se tornou uma referência internacional, mas nós precisamos enfatizar que existe uma diferença muito grande entre garantia de direitos e acesso legal a uma proteção real para essa mulher. E o que isso significa? Que dados do IBGE vão nos mostrando que apenas 30% dos municípios oferecem algum tipo – algum tipo – de serviço especializado quando falamos de mulheres em situação de violência. E o que isso significa, Mia? Que cerca de 70% das cidades, dos estados brasileiros não possuem estrutura especializada, capacitada para atender, para "assistenciar" essa mulher quando ela mais precisa.

Então, quando uma mulher está em casa e decide romper com esse ciclo e denunciar o agressor, na maioria dos casos ela não encontra uma delegacia especializada para ser atendida. Quando uma mulher sofre qualquer tipo de violência sexual, na maioria dos casos ela não tem, não encontra atendimento adequado, qualificado, para ser atendida. Quando uma mulher está em casa sendo ameaçada de morte pelo seu parceiro, ela não consegue, na maioria dos casos, um lugar para o qual fugir.

Então, Senador, eu quero fazer aqui, assim, uma observação muito importante. Como o senhor falou, nós não somos a minoria. Mulheres, nós não somos a minoria do nosso país. Nós somos 52% do nosso país. E o que é que isso significa? Que nós não somos mais a minoria.

Pode passar, por favor.

Eu entendo que o núcleo da minha apresentação nessa manhã... E eu gostaria de me manter trazendo muito essa frase porque ela norteia demais o que o PL 1.025 propõe, porque estamos percebendo nitidamente que proteger não basta: precisamos estruturar, porque, quando falamos de violência contra a mulher, precisamos de atendimento psicológico, precisamos de acompanhamento psicossocial, precisamos de autonomia econômica. Para isso, precisamos de políticas públicas estruturantes, contínuas, permanentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

E o mais interessante dessa proposta é que ela não começa do zero, porque nós, ou seja, o Brasil possui instrumentos valiosos, e na maioria das vezes é o SUS que é uma porta de entrada para essa mulher quando ela precisa. E o que é que isso significa? Que saúde, junto com assistência, promove acolhimento. Mas do que é que nós precisamos? Nós precisamos que esses sistemas estejam integrados, estruturados e que sejam contínuos e permanentes.

Pode passar, por favor.

Já existem políticas públicas importantes, vigentes, prestando assistência, fazendo um trabalho importante, necessário e qualificado, mas essas políticas públicas não são permanentes. Muitas foram descontinuadas, muitas foram paradas, extintas, não receberam verbas, muitas portas se fecharam. Mas como podemos ter portas fechadas quando falamos de mais da metade da nossa população? Ou seja, não temos ainda políticas públicas que nos representem continuamente para chegar na ponta, nos municípios. Então, mulheres, nós temos direitos, mas não temos ainda, Senador, acesso suficiente para que os números se reduzam, diminuam.

Pode passar, por gentileza.

Por que elas continuam morrendo, Mia? Porque nós estamos apenas conseguindo impedir a agressão. O que isso significa? Que a vulnerabilidade promove reincidência. Então, se não houver suporte para essa mulher que está vulnerável, ela não terá força, autonomia econômica para romper com esse ciclo tóxico.

Pode passar, por favor.

Aqui, Senador, eu vou finalizando, pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está tranquilo.

A SRA. MIA COSTA – Na verdade, pedindo não, trazendo...

Posso ficar à vontade. O Senador está falando para mim que eu posso ficar à vontade. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu te dei 15 minutos, agora eu te dei mais 5 minutos, e darei também para os outros. Nós vamos intercalar (*Fora do microfone.*) um presencial e o outro à distância. Então, depois de você, eu já anuncio – desculpe, eu te dou este minuto que eu estou te tirando – que o próximo será o Sr. Danilo Santa Cruz Coelho. Você tem mais 5 minutos.

A SRA. MIA COSTA – A proposta do PL significa que nós percebemos, através dos dados, que proteger não basta. Somos aproximadamente 108 milhões de mulheres brasileiras, 52% da população, mais da metade da população brasileira é representada por mulheres. Movimentamos 53% da economia ativa do nosso país, sem contar as milhares de mulheres invisíveis para as estatísticas formais, muitas no seu trabalho doméstico, cuidando dos idosos, das crianças, carregando famílias nas costas.

Então, nós não somos a minoria no nosso país. Mulheres, vocês estão ouvindo? Isto eu gostaria de enfatizar aqui, nesta manhã: nós não somos uma minoria pedindo espaço; nós somos a maioria do nosso país, entendendo que nós compreendemos que proteção não é privilégio, Senador, é direito. (*Palmas.*)

Dignidade não é nada menos do que direito. Autonomia não é privilégio, é direito. Quando uma mulher precisa de um CEP para ser protegida, isso não é direito, é privilégio. Quando uma mulher precisa de um calendário político para continuar sendo protegida, isso é privilégio, isso não é direito.

Então, aqui eu gostaria de encerrar a minha fala, deixando claro que nós não estamos propondo apenas estarmos protegidas; está na hora de fortalecermos mulheres, porque, quando nós fortalecemos as mulheres, nós fortalecemos famílias, nós fortalecemos comunidades, nós fortalecemos a sociedade. E, quando mulheres entendem, ou seja, quando um país entende que ele é a maioria, ele não precisa pedir espaço. Ele precisa entender que ele promove desenvolvimento, crescimento econômico, fortalecimento democrático. Então, quando nós estamos propondo ter a primeira política estruturante nacional permanente para 52% da população, Senador, nós não estamos pedindo privilégio, nós estamos reivindicando direito. E aqui eu agradeço a honra e a oportunidade de poder falar sobre esse projeto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dra. Mia Costa, Gestora Pública Especialista em Inteligência Emocional e Desenvolvimento Humano.

Eu diria que tem compromisso – e a sua fala é muito clara – com uma frase que eu gosto muito, com as políticas humanitárias. Nas políticas humanitárias, nós temos que olhar para homens, mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, enfim, todos os segmentos. E você também foi muito feliz – permita que eu diga, porque você apresentou esse projeto que vocês criaram; e nós aqui do Senado, com os consultores, só demos a devida ordem técnica e alguns aprimoramentos, o que é natural das leis – quando você diz que nós não estamos inventando a roda. E você reconheceu que nós temos no país, principalmente a partir do Governo Lula, uma série de iniciativas, uma série de iniciativas e projetos, ideias, criando inclusive até um grande pacto em defesa das mulheres, e que esse projeto vem simplesmente complementar, vem se integrar às políticas já apresentadas. Então, eu acho que a grandeza está aí, em não achar que nós estamos aqui neste momento inventando a roda. Pelo contrário, falou da Lei Maria da Penha, falou de um outro projeto que nós todos trabalhamos muito há décadas: mulher e homem, mesma função, o mesmo salário. Infelizmente a lei veio, mas na prática não veio. Nós debatemos aqui exaustivamente, o Presidente Lula mandou um projeto de lá para cá, foi relatado, foi aprovado, e se perguntarem hoje: as mulheres têm direito ao mesmo salário que o homem na mesma função, na mesma atividade? Eu cheguei a dizer: "Se quiserem, eu boto até idade, tem que ser a mesma".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na verdade, o que nós temos aqui é um pouco a mais até. Ela me deu alguns dados aqui. Os últimos dados, depois de que nós... Nós criamos a lei, eu fui um dos mentores dessa lei, e eu poderia aqui dizer: "Que bom, deu certo!". A lei tinha que existir mesmo, e que bom que nós fomos um dos que participaram, foi muita gente que participou, o Executivo foi fundamental, mas não mudou – não mudou. Eles não cumprem a multa, as mulheres têm medo de serem demitidas, consequentemente, se denunciarem, e acabam ganhando praticamente a metade que um homem na mesma função, e é estudo recente isso. Quando fizemos a lei, nós já dizíamos isso, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo recente diz a mesma coisa. Só não vou dizer que piorou, mas que não melhorou, não melhorou.

Nós vamos em frente, por isso estamos aqui.

Nós vamos adotar o sistema, como eu disse antes, de que alguém falará por videoconferência, e outra pessoa, presencialmente. Então, eu passo a palavra agora ao Sr. Danilo Santa Cruz Coelho, ele é Pesquisador do Ipea e Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Barcelona.

Por favor, Dr. Danilo, muito bom! Estamos todos na expectativa aqui de ouvi-lo. Muito bom que você aceitou o nosso convite.

O SR. DANILO SANTA CRUZ COELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Senador Paulo Paim e demais Senadores e Senadoras, e convidados e convidadas desta audiência pública tão importante.

Hoje eu irei falar sobre violência sexual, em que as vítimas femininas são, de longe, a grande maioria.

Dois estupros por minuto no Brasil: como chegamos a essa estimativa?

Bom, o ponto de partida é: quantos estupros acontecem por ano no Brasil? Eu tive a honra de participar de um estudo do Ipea, um texto para discussão, em que estimamos em 822 mil casos anuais. Esse valor equivale a quase dois estupros por minuto. O objetivo dessa apresentação é explicar como foi feita essa estimativa.

Alguns estudos do Ipea sobre essa temática. Aqui eu apresento quatro estudos que eu e outros colegas do Ipea fizemos sobre as características das notificações de estupros no Brasil. E o penúltimo estudo, aquele texto para discussão, ele propõe uma estimativa para o número de estupros que ocorrem anualmente no Brasil.

Bom, a parte visível do problema. Aqui nesse gráfico eu mostro o número de vítimas notificadas na saúde pelo questionário do Sinan, que é a linha em azul, e o número de vítimas em boletins de ocorrência. Como os senhores e as senhoras podem verificar, existe um crescimento do número de notificações, tá? E, em 2024, aproximadamente 90% das vítimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eram mulheres. Mas isso é uma apenas uma parte visível do problema, porque aqui estão apenas as notificações.

Para sabermos o número de vítimas de estupro no Brasil, um instrumento adequado são as pesquisas de vitimização. O IBGE produz, numa periodicidade quinquenal, a Pesquisa Nacional de Saúde, que possui várias perguntas sobre violência. Uma dessas perguntas pergunta a todas os entrevistados adultos se alguém, nos últimos 12 meses, ameaçou ou forçou a ter relações sexuais ou quaisquer outros atos sexuais contra a sua vontade. A partir dessa pergunta, podemos estimar o número de vítimas adultas, anualmente, de estupro. Isso equivale, segundo a pesquisa do IBGE, a 612 mil vítimas adultas em um ano, uma grande tragédia; isso equivale a dizer que 0,4% da população adulta sofre violência sexual, sofre estupro por ano. Essa prevalência varia entre as UFs; a UF com menor prevalência possui 0,15%, e a de maior possui 0,64%.

Em relação às notificações na saúde – e eu chamo aqui o questionário, o instrumento da saúde que utiliza para medir o número de notificações, o Sinan – em 2019, houve 9.596 notificações de estupro envolvendo adultos. Comparando com o número do IBGE, que é de 612 mil vítimas adultas, estimamos a taxa de notificação na saúde em 1,6%. Então, apenas 1,6% das vítimas de estupro adultas no Brasil notificam essa ocorrência na saúde. E essa taxa de notificação também varia entre as UFs; a menor taxa de notificação é de apenas 0,5% do total de estupros na UF, e a maior é apenas também de 4,8%. Então, a diferença entre a PNS e o Sinan mostra o tamanho da subnotificação. Quando olhamos os dados de vítimas de estupro na saúde, estamos apenas vendo uma pequena parte, 1,6% dos casos.

Bom, mas o desafio metodológico persiste para estimar, porque a Pesquisa Nacional de Saúde faz pergunta sobre violência apenas para maiores de 18 anos, mas, como todos nós sabemos, as crianças e adolescentes também são vítimas de estupro. Para lidar com isso, o Ipea construiu duas hipóteses para a para a estimativa. A primeira hipótese supõe que a taxa de notificação, aquela que nós calculamos de 1,6%, observada entre os adultos, seja igual à da população de crianças e adolescentes, 1,6%. A outra hipótese alternativa é que a prevalência de 0,6% dos adultos que sofrem estupro em um ano seja igual à da população de crianças e adolescentes. Então, adotamos a primeira hipótese e estimamos o total de estupros no Brasil, porque englobará também crianças e adolescentes, e alternativamente, utilizamos a hipótese 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duas estimativas possíveis. A estimativa baseada na taxa de notificação, supondo que a taxa de notificação é semelhante à dos adultos entre as crianças e adolescentes, gera um número total de estupros por ano de 2,2 milhões de pessoas vítimas de estupros. A segunda hipótese, supondo que a prevalência de estupros nas crianças e adolescentes seja igual à dos adultos, gera um número total de estupros de 822 mil. No estudo, acabamos enfatizando a estimativa mais conservadora de 822 mil vítimas de estupro por ano, que é um número gigantesco, uma catástrofe. Então, mesmo sendo conservador, ela aponta para quase dois estupros por minuto.

Bom, resumindo, três números para esse problema: 822 mil casos anuais estimados a partir da PNS, apenas 8,5% desses estupros são registrados em boletins de ocorrência, e 4,2% desses estupros são registrados no sistema de saúde. Então, a magnitude é alta, e a visibilidade do Estado para esse problema é muito baixa.

Esse número é plausível? As pessoas ficam sempre muito horrorizadas com esta tragédia: a cada minuto, dois estupros ocorrem. Será que estamos superdimensionando esse problema? A nossa avaliação é que não. E por que achamos que nós não estamos superdimensionando isso? O que fizemos é comparar com outros países. Então, esse número destoa muito dos outros países? Infelizmente, não. A comparação com a pesquisa de... Por exemplo, a título de exemplo, a comparação com a pesquisa de vitimização de Inglaterra e País de Gales aponta a prevalência de 0,3% de estupros consumados – prevalência. Se forem incluídas as tentativas de estupro, a prevalência chega a 0,6%. Esses valores são muito próximos da prevalência de 0,4% registrados no Brasil pela Pesquisa Nacional de Saúde. Na Inglaterra e no País de Gales, no ano de 2022, 70.633 estupros foram registrados em boletins de ocorrência; e, no Brasil, 78.887. São números muito parecidos, só que a população brasileira é 3,5 maior, o que reforça que a grande diferença entre o Brasil e a Inglaterra é que a subnotificação aqui é muito mais baixa – é muito mais baixa.

Conclusão. A grande diferença do Brasil para alguns países desenvolvidos não está na prevalência de violência, mas no grau de notificação. Então, as vítimas de estupro no Brasil são um número muito grande, alarmante, e elas são praticamente invisíveis. O Estado não está chegando a elas. Por quê? Porque não está existindo a notificação. Então, a subnotificação é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema estrutural no país. Esse silêncio é alimentado por fatores históricos e culturais, e entre esses fatores está a desconfiança nas instituições.

Aqui, no último eslaide, eu coloco as referências dos estudos de que nós participamos. E aqui é o meu *e-mail* para qualquer contato e qualquer dúvida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós agradecemos ao Dr. Danilo Santa Cruz Coelho, Pesquisador do Ipea e Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Parabéns pelas informações que trouxe ao Plenário – aqui, pela TV Senado, já que estamos ao vivo para todo o Brasil –, falando dessa barbaridade.

Eu pego aqui uma das últimas palavras – eu comentei até com a Mia aqui – em que ele diz da subnotificação, né? É o medo, é o pavor, é a insegurança, é não confiar, inclusive, nas estruturas do Estado, e acabam não delatando, não falando, não se comunicando, não denunciando a violência. Tem que denunciar.

Aqui, alguém me telefonou: nós não temos o número de fiscais necessários neste país para fiscalizar, inclusive, essa situação. Homem e mulher na mesma situação, uma lei que multa, multa, mas, se alguém não fiscaliza, não vai lá... O trabalhador tem medo de denunciar, de perder aquele pouco dinheirinho que ele está ganhando, e acontece isso. Por isso nós estamos trabalhando. Eu sei que aqui há uma série de pessoas que trabalham nessa linha, no sentido de que se tenha mais fiscais para ajudar a receber, a fiscalizar, para que a lei seja cumprida. A lei é importante, eu sempre digo. "Ah, mas o que adianta vocês fazerem a lei se ela não é cumprida?". Calculem se não tivesse a lei. A lei é um instrumento que poderá ser usado sempre que for necessário para garantir direitos para o nosso povo. Por isso eu dou esse destaque aqui, pela bela exposição do Dr. Danilo.

Se a Dra. Luana, que é aqui concursada do Senado, entrou pela política de cotas – eu gosto de dizer isso porque ela tem orgulho de dizer isso... Nós conseguimos fazer com que muita gente entrasse no serviço público e nas universidades graças à política de cotas, porque não tinha política de cotas neste país. Só teve política de cotas depois da Assembleia Nacional Constituinte. Desde lá, tanto eu como Lula e Benedita defendíamos. E aqui a história mostra que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fui autor ou relator de todas as políticas de cotas que tem no Brasil – um dos dois eu fui. E eu dou esse exemplo da Luana, porque a Luana, que está aqui na mesa conosco, entrou na universidade pela política de cotas. Eu fico orgulhoso disso. Milhares, milhões de pessoas, creio eu, entraram... E ela entrou aqui, como uma das pessoas concursadas do Senado da República, pela política de cotas.

Então eu queria dar uma salva de palmas à política de cotas. Não é para ti, não, Luana; é para a política de cotas. (*Palmas.*)

E agradeço ao Presidente Lula, que sempre nos incentivou nesse sentido.

Agora que eu já quebrei um pouquinho aqui a minha forma de presidir, o protocolo, eu vou aqui atender o pedido, se você concordar, Luana... A Dra. Vilma Reis está com compromissos e pediu se ela não poderia falar agora, e pediu que eu falasse com você, porque seria a tua vez.

Então eu passo a palavra agora à Dra. Vilma Reis. Ela é Socióloga, Professora, feminista, Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. É filha do Terreiro do Cobre, comunidade de Candomblé centenária na Bahia.

Por favor, Sra. Vilma Reis, mediante um acordo com o plenário e com a mesa, a palavra é sua.

Por unanimidade, viu? (*Risos.*)

A SRA. VILMA REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Saudações a todas as pessoas presentes nesta audiência. Saudações à Dra. Mia Costa, ao Dr. Danilo Santa Cruz Coelho, à Luana, que eu vou aqui no sobrenome.

Sim, nós celebramos as políticas de ações afirmativas. Elas são decisivas nas transformações do nosso país.

Senador, como uma das articuladoras da campanha nacional de enfrentamento ao feminicídio no Brasil, que erguemos, em 2021, em plena pandemia, principalmente diante do caso de inúmeros assassinatos de mulheres – emblematicamente em dezembro de 2020, o da Juíza Viviane, na frente das suas duas filhas, na cidade do Rio de Janeiro –, eu, juntamente com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistente social Dra. Tania Palma, com a Dra. Marcia Tiburi, filósofa e pensadora das questões importantes nesse campo no Brasil, e com inúmeras mulheres fundamos o Levante Feminista contra o Feminicídio no Brasil. Começamos numa ação fazendo uma chamada nacional. Hoje o Levante contra o Feminicídio está organizado em 23 estados do Brasil. Isso é muito importante.

Pois bem, a nossa saudação à Comissão de Direitos Humanos e nosso destaque a esta proposição do PL 1.025.

Aqui nós trazemos algumas reflexões.

Atentas nós estamos nos 20 anos da Lei Maria da Penha. Estamos em 2026 e, daqui a pouco, no mês de agosto, estaremos celebrando, em todo o Brasil, os 20 anos da Lei Maria da Penha e nos importa que os aspectos de prevenção da lei sejam destacados diante dos desafios que nós temos no Brasil.

Olhando para os dados do Fórum Nacional de Segurança Pública e de outras bases de pesquisa, acho muito importantes as questões que o Dr. Danilo trouxe aqui. E, mais uma vez, Dr. Danilo, a gente se lembra de nossa histórica Dra. Heleieth Saffioti, que, com muita sabedoria, identificou que muito dessa agressão que nós mulheres sofremos... Essa rede de agressão está muito próxima em geral. Isso é um outro aspecto das pesquisas, que nós precisamos destacar.

Nós queremos aqui voltar um pouco desde o momento em que nós, ao fazermos a Lei Maria da Penha, que é a terceira legislação mais destacada no mundo... Essa é uma lei importante, mas sempre vivemos o desafio de ser uma legislação que está muito mais indo pelo aspecto, muitas vezes, do punitivismo, e a gente precisa dos aspectos da prevenção para enfrentarmos a violência sexual, para enfrentarmos os cinco aspectos destacados aqui na abertura pelo Senador Paulo Paim, que são o que está escrito na Convenção de Belém do Pará de 1994, os aspectos da violência.

Como bem disse também a Dra. Mia Costa, a violência não começa no feminicídio. A violência, nos seus cinco aspectos destacados na Convenção de Belém do Pará, está na violência moral, na violência física, na violência psicológica, na violência patrimonial e na violência sexual. Esses cinco aspectos estão nessa convenção, que é um documento importante, porque esse documento orientou, inclusive, a nossa chegada à Conferência Mundial sobre as Mulheres no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano seguinte em Beijing, na China. Ele é importante para nós observarmos como é fundamental, no ano de 2026, quando nós pensamos aqui em mecanismo para aprimorar os nossos caminhos, como é importante nós olharmos a necessidade de termos políticas que protejam a nós mulheres desde a base, desde o município, onde nós temos Cras, Caps, onde nós temos Raps, onde nós temos toda uma rede que precisa ser fortalecida, e, fundamentalmente, desde as cidades de médio porte e as capitais, onde nós temos a Casa da Mulher Brasileira.

Aqui, Senador Paulo Paim e demais nesta audiência pública que discute o PL 1.025, nós queremos trazer a nossa contribuição. Para mim, que fui Ouvidora-Geral da Defensoria Pública da Bahia e que, como Presidenta do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, acompanhamos isso de perto através do Nudem (Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres do sistema Defensoria), em muitos momentos em diálogo com os GEDEMs, que são os grupos de proteção dos direitos das mulheres e da população negra, população LGBTQIAPN+ no sistema do Ministério Público, é importante que a gente olhe para alguns aspectos.

Primeiro, eu gostaria de destacar aqui, quando falo da Casa da Mulher Brasileira, que hoje é um instrumento que reúne todas as políticas de proteção às mulheres nos estados, que é importante que nós tenhamos em mente, neste Senado Federal, onde, em 2011, através de um esforço das Senadoras da República, como Lídice da Mata, Ana Rita e tantas outras, nós fizemos a CPMI, portanto, uma investigação conjunta entre a Câmara e o Senado, a CPMI que investigou a violência contra as mulheres no Brasil.

É importante que a gente volte a esse aspecto e que a gente compreenda um esforço que essas Senadoras e Senadores, que essas Deputadas e Deputados fizeram no sentido de que, depois de feita toda aquela investigação que percorreu diversos estados do Brasil com caravanas, nós precisávamos trabalhar no sentido de fortalecer as políticas de prevenção; as políticas que cuidam desde uma rua mal iluminada, um transporte precário para nós fazermos a transição para uma outra realidade; as políticas de creche no Brasil, para nós fortalecermos as mulheres mais empobrecidas do país, mesmo sabendo que a violência contra as mulheres atravessa as categorias de gênero, de raça e de classe. É muito importante que a gente destaque isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir dos resultados daquela CPMI, de 2011, nós passamos a trabalhar com algo fundamental, que se chama orçamento público sensível a gênero e raça. Por que é que nós estamos... E eu estou falando com o Dr. Danilo, que é um economista, né? Por que é que nós estamos falando em orçamento público sensível a gênero e raça?

Senador Paulo Paim, Dra. Mia Costa, Dr. Danilo, Dra. Luana e demais aqui nesta audiência, me pauto aqui num trabalho monumental desenvolvido por uma servidora de carreira do Ministério do Orçamento, que é a Dra. Clara Marinho, que fez um texto muito importante, de referência, que, durante a pandemia, nós chamamos, com o Senado da República e com a participação de diversas Senadoras, de um diálogo nacional sobre o orçamento sensível a gênero. E o que é que nós estamos falando com isso? Que diante de muitas transformações por que nós temos passado...

E aqui o Senador Paulo Paim destacou a importância das políticas que nós temos feito. Em julho de 2023, é verdade, Senador, nós aprovamos, no nosso Congresso Nacional, a Lei de Igualdade Salarial. E nós temos outras sustentações e outros marcos legais no Brasil, mas, diante de uma realidade de que são 62,7% das vítimas da violência no Brasil e que muitas tombam com o feminicídio, que nos obrigou, ao Estado brasileiro, a pensar inclusive nos órfãos do feminicídio, nós precisamos, com muita força, com muita coerência, pensar num orçamento...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você tem mais cinco minutos ainda.

A SRA. VILMA REIS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Nós precisamos, com muita coerência, pautar o orçamento público para fazer as políticas para as mulheres no Brasil. O que é que nós estamos fazendo em relação a isso? Nesta legislatura, com muita coerência, muitas Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados, juntamente com o Ministério de política das Mulheres, que, com muita honra, fez parte do grupo de transição que reconstruiu este ministério, nós batalhamos e conseguimos que esse esforço parlamentar colocasse em torno de R$130 milhões, conjuntamente, para fazer essas políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, num pacto federativo importante, nós estamos nesse esforço para que esses recursos sejam distribuídos, porque, em cada município, a realidade durante a gestão da Ministra Nilcéa Freire – que foi aquele ciclo a partir de 2003, no Brasil, até 2010, é importante nós dizermos algo que mexe muito com as questões que Dra. Mia e que Dr. Danilo trouxeram aqui –, durante aquele período, foi verificado que 87% dos investimentos em políticas nos municípios para enfrentar a violência contra as mulheres dependiam absolutamente do recurso vindo do Governo Federal.

Nós precisamos de mais responsabilidade dos estados e mais responsabilidade dos municípios neste pacto federativo, porque o Governo Federal coloca os recursos, mas nós precisamos – e estamos propondo-o – de um projeto de lei que implique mais os estados e municípios.

Nós precisamos de mais Salas Lilás para dar essa resposta, Dra. Mia, de forma mais imediata, quando uma mulher consegue acessar alguma porta – alguma porta – para fazer a sua denúncia. Então ela precisa de uma resposta imediata.

Nós precisamos ampliar o número de DEAMs, as delegacias especializadas de proteção e acolhimento às mulheres no Brasil, Dr. Danilo. Quando uma mãe denuncia violência sexual contra sua filha, nós estamos tendo muito cuidado nas questões de revitimização, por isso todos os protocolos do Conanda, para que uma criança não tenha que repetir, em diversos lugares, que ela sofreu a violência sexual, num país que tem epidemia – porque os dados que o senhor trouxe aqui nos evidenciam que nós temos epidemia de violência sexual contra mulheres e contra meninas –, e isso tem a ver também, Senador Paulo Paim, com uma outra questão que nós precisamos regulamentar e ir para cima.

Recentemente, o Governo Federal, como uma das decisões do Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, endureceu as questões contra as redes de ódio contra as mulheres, como toda essa cultura *red pill*, que vai entrando na cabeça dos meninos e disseminando redes de ódio contra as mulheres, como a gente viu no Colégio Pedro II, com as listas das estupráveis, Dr. Danilo. Nós não podemos conviver com isso no país, portanto tem que desmobilizar.

Em 2010, Senador, juntamente com a Dra. Sueli Carneiro, com a Dra. Jurema Werneck, com a Dra. Wania Sant'Anna, com a Dra. Regina Adami, nós produzimos um documento no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi o ponto 9, o eixo 9 deste II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que é um documento muito importante e que nos orienta nacionalmente para todas as políticas de enfrentamento à violência que nós desenhamos no país.

Portanto, sem orçamento público, sem nós garantirmos os recursos e os mecanismos para que a gente cumpra o pacto federativo, nós não temos como avançar. E mais do que isso, é preciso envolver os Governadores e todos os municípios na sua gestão, nós não podemos ter, nos 5.070 municípios deste país, ainda uma realidade que seja de penúria, principalmente na secretaria de desenvolvimento social, que é por onde se desenvolve o mínimo, uma gerência, uma coordenação ou uma diretoria de política para as mulheres.

Portanto, uma de nossas propostas é que esse PL também venha reforçando que todos os municípios do Brasil tenham, sim, e impulsionem a criação, a manutenção e o caráter deliberativo dos conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres, porque é daqui que nós ouvimos os movimentos sociais, ouvimos as profissionais que atuam de forma multiprofissional no enfrentamento à violência, a partir da Casa da Mulher Brasileira e, nos municípios, através dos núcleos de defesa dos direitos das mulheres, que é por onde se desenha a política pública que chega mais perto das mulheres e que pode dar resposta, principalmente nas políticas de prevenção.

Muito obrigada. Eu, como socióloga e como uma ativista dos direitos das mulheres, estou muito feliz com esta audiência, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Grande, grande, grande Vilma Reis, Socióloga, Professora, feminista, Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, filha do Terreiro do Cobre, comunidade de candomblé centenária na Bahia. Parabéns pela fala, foi excelente; não tem nem que comentar nada, só dizer parabéns.

Você citou os nomes de grandes mulheres aí, que, ao longo da minha vida, ouvi muitas vezes, inclusive nesta Comissão, como ouvi o de uma grande referência para nós todos, que se chama Benedita da Silva, que simboliza essa luta das mulheres negras. Outras tantas poderão ser iguais, mas eu diria que nenhuma mulher negra tem defendido tanto o nosso povo como a Benedita da Silva, a quem eu dou uma salva de palmas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Agora eu passo a palavra à Dra. Luana Santos de Oliveira, ela é Psicóloga e Servidora concursada do Senado Federal.

A palavra é sua, Dra. Luana, pelo tempo que for necessário.

Aqui a maioria foi de 15 mais 5 minutos. É o seu tempo também, no máximo.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Com certeza.

Eu quero saudar aqui o Presidente desta reunião, o Exmo. Senador Paulo Paim, as autoridades aqui presentes, Dra. Mia, Dra. Vilma, Dr. Danilo, que nos acompanha. Quero também saudar aqui meus queridos colegas servidores desta Casa e a todos que nos acompanham aqui pela TV Senado, pelas redes sociais.

Bom dia, Brasília! Bom dia, Brasil!

Sinto-me muito honrada e grata por estar aqui hoje, com essas presenças tão ilustres, para a gente debater o Projeto de Lei 1.025, de 2026, que pretende algo muito urgente, realmente, que é positivar em lei a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Inicialmente, eu quero dedicar um cumprimento profundamente especial ao autor desta matéria, que teve essa sensibilidade, Senador Paulo Paim, que é o pai dos estatutos e é o pai de tantas boas causas na política nacional, inclusive o fim da escala 6x1, antes de ser *hype* nas redes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Fim da escala 6x1. Eu só quero bater palmas. (*Palmas.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Antes do *hype* nas redes sociais, já era uma bandeira do Senador Paulo Paim, que, enquanto Deputado constituinte, enquanto líder sindical, já trazia essa bandeira. E da PEC mais antiga – vamos fazer a justiça aqui – tramitando no Congresso Nacional, desde 2015, o Senador Paulo Paim é o primeiro signatário, e eu acho que a gente deveria lembrar disso para honrar a história dessa pauta tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Então, Senador, essa iniciativa do senhor em pautar esse projeto, estruturar esse projeto, ouvindo com sensibilidade o que trouxe a Dra. Mia estruturado é porque tem algo muito simbólico realmente nisso, nessa entrega. Um Senador, um Parlamentar com o seu calibre aqui no Congresso Nacional, um homem, trazendo um projeto que, a gente vê, enfrenta a violência contra a mulher traz esse simbolismo de que a violência contra a mulher não deve, jamais deve ser uma pauta exclusiva das mulheres, em que apenas as mulheres cuidam disso. Não! Isso é um tema coletivo. (*Palmas.*)

E, quando o senhor levanta essa bandeira, o senhor influencia os outros homens a pararem de lutar contra as mulheres e convoca esses homens para protegerem a vida dessas mulheres. Então, parabéns pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – E, quando nós lemos o projeto, a sua justificativa, o Senador escreveu com muita percuciência sobre essa necessidade de normatizar em lei uma política pública para que ela não seja fragilizada com as mudanças políticas, dando estabilidade, trazendo uma integração, porque isso é o importante para que seja algo completo e algo muito necessário, uma política pública para que ela possa estar alcançando todas as mulheres.

E alguns podem perguntar aqui: "Luana, quem é você para falar de política pública?". Eu vou dizer: eu sou fruto das políticas públicas. Como o Senador Paulo Paim trouxe aqui, eu sou resultado do impacto positivo que as políticas públicas trouxeram no Brasil. Eu sou a prova disto: de que as políticas públicas mudam a realidade do Brasil.

Eu nasci uma mulher negra, pobre, na periferia de São Paulo. A minha bisavó, a D. Maria Nicolau da Silva, foi uma mulher escravizada nas fazendas de Minas Gerais – minha bisavó, faz muito tempo. O meu pai era um operário metalúrgico – assim como o Senador, metalúrgico – em São Paulo. A minha mãe, que está aqui, minha mãezinha, cabeleireira. E...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Qual é o nome dela?

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – D. Vera, que está aqui. (*Palmas.*)

Foi uma operária também da metalurgia e depois virou uma cabeleireira. E eu fui aluna de escola pública, nasci em São Paulo. Com o desemprego, minha família migrou para Santa Catarina, e lá eu estudei toda a vida em escola pública, mas foi a política pública das ações afirmativas que abriu as portas da Universidade Federal de Santa Catarina para mim. Eu me formei em psicologia naquela universidade. O curso era de cinco anos, eu levei sete, porque, como muitos brasileiros que trabalham e estudam, eu conciliei o trabalho e os estudos, e terminei em sete anos, mas não deixei de estudar, Senador. Continuei estudando e, mais uma vez, a política pública das ações afirmativas, a política de cotas, abriu as portas do serviço público para mim. E hoje eu sou servidora efetiva desta Casa de Leis, depois de disputar o concorridíssimo concurso do Senado, mas o pessoal diz que o cotista não estuda. Não! Eu vou dizer para vocês aqui: foram mais de 3.170 horas líquidas, mais de 53 mil questões – meus colegas servidores aqui, que passaram pelo concurso, sabem o que isso significa, não é, Dimitri? – e hoje estou aqui, sou servidora efetiva desta Casa de Leis. E foram essas políticas públicas estruturadas que me fizeram caminhar até aqui e, por isso, eu afirmo: a política pública transforma os destinos, ela transforma o Brasil.

Eu quero, neste momento, registrar também a minha gratidão pela sua luta, Senador Paulo Paim – pela sua luta! –, porque o senhor ou foi o autor ou foi o Relator dessas políticas públicas. E o senhor conduziu de uma forma magistral o seu trabalho como legislador para que esse marco político pudesse acontecer. Então, na pessoa de todos aqueles que foram alcançados por essas políticas públicas, digo: muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O mérito é deles! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É de vocês! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Aqui, senhores, mas, contudo – mesmo com o diploma na parede, mesmo sendo servidora desta Casa de Leis –, eu ainda preciso de uma política pública para garantir o meu direito mais básico, que é o direito à vida, porque a violência contra a mulher não vê o currículo, ela não respeita a sua ascensão social. E eu vivi isso na pele! Eu quero compartilhar com vocês algo muito íntimo. O meu primeiro episódio de violência num relacionamento foi quando eu tinha 18 anos: foi um empurrão. Naquele empurrão, até hoje eu me lembro – daquelas mãos que me jogaram para trás –, eu senti o peso daquelas mãos. Só que, como era muito nova – quando a gente é muito nova... – eu não sabia o que aquilo significava, eu paralisei e eu me silenciei, até hoje. E aquele empurrão foi apenas uma moldura de uma violência psicológica que tentou me desestruturar de tantas formas, chegando ao ponto de eu receber uma mensagem com uma foto dele segurando uma arma de fogo, mas esses aí são ecos do passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Parece que estavam dizendo: "O seu lugar não é aqui". É uma violência!

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – É uma violência! É uma violência simbólica, que diz muito. E por que eu vim falar isso aqui? Porque o meu caso não é isolado e, estatisticamente, para mim e para tantas outras Luanas espalhadas pelo Brasil, é muito maior. E os dados que os senhores trouxeram aqui mostram: 62,6% das vítimas de feminicídio no Brasil entre 2021 e 2024 eram mulheres negras, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Então, aqui, romper com esse silêncio não é um ato só de desabafo; é um dever cívico; é um dever humanitário. Eu não poderia vir aqui, a esta audiência pública, senão trazendo a minha própria vida para compartilhar aqui com vocês. Eu estou aqui por tantas outras que não podem falar. Assim como cantou Elza Soares... Muitos conhecem a vida dela, uma mulher negra que teve a vida marcada pela violência, mas ela cantou: "A minha voz uso para dizer o que se cala", é o meu grito, é o meu socorro, é o meu alento.

Aqui, senhores, olhando este projeto, eu me sinto esperançosa, porque este projeto compreende essa complexidade. Quando dentro desse projeto se fala em respeito à diversidade, à equidade, à transversalidade de gênero, raça e etnia, ele está acolhendo a dor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher da periferia, ele está acolhendo a dor da mulher negra, ele está acolhendo a dor da mulher que está em vulnerabilidade social.

E como psicóloga, olhando o projeto, eu acho que ele foi estruturado de uma forma maravilhosa para proteger de uma forma célere, integrada. E é disso que a gente precisa, essa engrenagem de segurança é essencial, mas eu vou dizer para vocês que a parte que mais me enche de esperança nesse projeto está lá no art. 5º, inciso V, porque ele vai ousar transformar a nossa cultura por meio da educação e das campanhas continuadas de conscientização.

E é justamente nesse ponto, para potencializar essas ações preventivas de educação, que eu quero trazer aqui, como psicóloga, a contribuição da comunicação não violenta, comunicação compassiva, que foi criada por Marshall Rosenberg, nos Estados Unidos. Ele desenvolveu a CNV justamente para ensinar as pessoas a resolverem conflitos de maneira estratégica sem usar violência. E ele levou essa metodologia de trabalho dele para cenários extremamente conflituosos, como Ruanda, Nigéria, Sérvia, Croácia, Sri Lanka, campos de refugiados na Palestina. E ele pacificou gangues escolares nos Estados Unidos.

Quem quiser pesquisar comunicação não violenta é um ótimo tema que a gente poderia trazer para essas campanhas de conscientização, porque justamente quando o projeto trabalha em ver o machismo estrutural e pretende combater isso... O machismo estrutural justamente se alimenta de uma linguagem violenta de dominação e de silenciamento.

Então, quando nós ensinamos os nossos jovens, as crianças, a identificar o que sentem, a expressar suas necessidades sem agredir, nós cortamos o ciclo da violência antes que o primeiro empurrão aconteça. Então, educar para a empatia é desarmar as mãos que agridem. E a comunicação... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – As palmas aqui não são só pela fala da nossa painelista, são por aquelas mulheres que montaram o projeto, aquelas que você aqui na mesa está representando. Essas foram as primeiras palavras que elas disseram: prevenção e empatia. É o que você está traduzindo aí com muita competência.

Por favor, continue, vou te dar mais cinco minutos. (*Risos.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Obrigada pela tolerância, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a comunicação não violenta nas escolas poderia ser feita por modo de oficinas, de grupos de diálogo, de dinâmicas, de palestras. Até ia sugerir também à Relatora, Senadora Damares Alves, nas igrejas, por que não? Por que não nas igrejas? Fazendo grupos, para que a comunicação não violenta possa ser ensinada a grupos de jovens, grupos de casais, grupos de homens, enfim, essa é uma ferramenta muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me. Estou me metendo na palestra dela... Brincadeira. Em todas as igrejas, todas, todas, a opção religiosa é livre para cada um. Então, a simbologia da fala e do projeto para que você está chamando a atenção neste momento. Por que não o debate produtivo, de amor, de paz, de respeito? E não essa violência que está instalada no país.

Parabéns, e agora é para você. Essa eu não tinha sacado ainda.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Então, senhores, deixo aqui a sugestão, provavelmente os assessores da Senadora Damares estão acompanhando. Levem essa sugestão, para que ela possa encaminhar, ela que tem um contato muito próximo com as igrejas, a comunicação não violenta é um caminho muito interessante.

Então, senhoras e senhores, esse projeto para dar estabilidade jurídica a uma política pública fundamental é importante, porque salva vidas – salva vidas. Eu sou a prova viva de que a política pública salva vidas, ela constrói caminhos, e eu faço votos de que essa proposição seja aprovada, sancionada o mais breve possível, quiçá chame a nós, o Presidente Lula, que está nos acompanhando, nos chame para este momento importante da sanção dessa lei, para que, no futuro, nenhuma Luana, nenhuma Maria, nenhuma mulher precise sentir o peso das mãos que a empurram para trás, mas que ela possa sentir a proteção estatal preservando a vida e impulsionando seus sonhos.

Muito obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Acho que muita gente se emocionou, porque você falou da sua vida, da sua história, e terminou nessa mensagem importantíssima, que é das políticas públicas, e que políticas de cota salvam vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você fez um chamamento final... Aí todo mundo sabe o carinho que eu tenho por ele, que é o Presidente Lula. Disse que o Congresso aprove rapidamente e que o Presidente Lula sancione. Eu lhe garanto, não tenho o direito de falar por ele, mas eu lhe garanto, com muita convicção, que, se o Congresso aprovar a lei, o Presidente Lula vai sancionar, porque ele tem uma sensibilidade tão grande, tão grande, que eu não tenho dúvida.

Parabéns! Presidente Lula, você está convocado agora. (*Risos.*)

E não é só para a seleção, hein? (*Palmas.*)

O.k., parabéns! Vamos em frente agora.

Eu passo a palavra à Dra. Tatiana Dias Silva...

Aqui é só doutor, não é? O único que não é doutor aqui sou eu, viu?

... Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Dra. Tatiana, com a palavra.

A SRA. TATIANA DIAS SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de agradecer em nome da Ministra Rachel Barros pelo convite, pela oportunidade de trazer aqui as nossas reflexões no âmbito do Ministério da Igualdade Racial.

Queria saudar a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e também as demais participantes, a Dra. Mia; a queridíssima Doutora, Professora e referência Vilma Reis; o Danilo Santa Cruz, meu colega no Ipea e que tem feito um trabalho belíssimo de levantamento de dados de estudo sobre esse tema da violência; e a Dra. Luana Oliveira, que também nos brindou com essa excelente fala e reflexão tão profunda e emocionante.

Vou trazer algumas reflexões, especialmente partindo de uma discussão dos dados racializados sobre violência contra a mulher, e depois trazendo um pouco sobre as contribuições da política de igualdade racial, as potencialidades, inclusive, a partir da disponibilização aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturas do próprio Ministério da Igualdade Racial e da política, nesse intuito e com esses objetivos mais amplos de todos e todas lutarmos e estruturarmos a nossa sociedade e o nosso Governo para avançarmos para um mundo sem violência contra mulheres e contra as meninas.

Em primeiro lugar, eu também gostaria de agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de parabenizar especialmente o Senador Paulo Paim pela iniciativa do PL 1.025, que positiva e institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Acho que essas iniciativas são fundamentais para que a gente garanta que essas iniciativas tão meritórias, tão necessárias e imprescindíveis na nossa sociedade ganhem, cada vez mais, *status* de Estado e não apenas *status de G*overno, mas também contem com espaços privilegiados, como o espaço desta Comissão, e com a iniciativa dessa audiência para que ela possa se adensar, se aprimorar e alcançar, de uma forma ainda mais efetiva, os objetivos a que se propõe.

Falar sobre os dados e trazer um pouco dessa reflexão sobre a violência contra a mulher depois da fala do Danilo e de todos os outros – a fala do Danilo especialmente aqui pela pelo trabalho no Atlas da Violência – pode parecer um pouco repetitivo, mas eu queria destacar, dentro do cenário, especialmente também trazendo pelo Atlas da Violência, de 2026, publicado recentemente, que a gente tem, a despeito de um cenário ainda de altas taxas de violência, inclusive violência contra as mulheres, enfrentado uma queda na taxa de homicídios ao longo dessa trajetória, mas a gente pode identificar que esses homicídios, que essa taxa de queda tem uma taxa ainda menor para as mulheres, menor nos homicídios que são cometidos dentro de domicílio, que é uma *proxy* dos dados também de feminicídio, e menor para as mulheres negras.

A gente identifica que, segundo os dados do Atlas, em 2024, mais de 3,6 mil mulheres foram assassinadas no país, o que corresponde a uma taxa de 3,4 mortes a cada 100 mil mulheres. E esse número representa uma taxa de 6,7% das mortes em relação a 2023. No entanto, quando a gente vai observar, essa diferença, essa redução tem uma velocidade, um impacto diferenciado quando a gente vai trazer as reflexões para as mulheres e para as mulheres negras e quando essa violência permanece com um nível de estabilidade ainda muito maior quando ela é cometida dentro do domicílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL em tela, em análise se atenta de uma forma muito importante e muito decisiva com esses elementos da interseccionalidade e com essa trajetória de dados que tem trazido uma situação mais agravada para as mulheres negras.

Isso se dá em vários aspectos do PL, quando indica, no seu art. 2º, alguns princípios que devem reger a política, como o respeito à diversidade, à equidade e à não discriminação, e também quando apresenta, no seu art. 3º, as diretrizes sobre a transversalidade de gênero, raça e etnia nas políticas públicas.

Essas reflexões mostram que esse PL parte tanto do acúmulo da política de enfrentamento à violência ao longo do tempo, como também de uma maturidade e de um conhecimento, no âmbito do Legislativo, sobre a importância de se trazer a questão da transversalidade, especialmente para os grupos mais vulnerabilizados ao longo dessa trajetória. E essa transversalidade vai ao encontro da política que se desenvolve hoje no Governo Federal, especialmente no Ministério da Igualdade Racial, considerando que todas as políticas públicas são políticas de promoção da igualdade racial tanto quando elas se debruçam, como está explícito aqui no PL, de uma forma interseccional e transversal sobre as desigualdades agravadas de gênero, raça e etnia, como também quando elas procuram se ater aos riscos que a política, se não tiver essa visibilidade, pode cometer de reproduzir as desigualdades. Acredito que esses elementos estão muito bem endereçados aqui no projeto.

E, aí, eu queria chamar a atenção, entre todos os outros elementos e trazendo para articulação também com as ações da política de igualdade racial, para o Objetivo 3, que fala sobre a promoção de ações de informação e capacitação para a prevenção de todas as formas de discriminação, misoginia e violência contra as mulheres. E queria também trazer a fala da Dra. Luana, quando ela traz a prevenção e a empatia, também trazida aqui pelo Senador, dizendo que vislumbramos que o espaço da política também de igualdade racial... Porque estamos aí tratando desse público que, como os dados mostram, continua ainda sendo mais vulnerabilizado e tem sofrido menos os efeitos das quedas de taxas de desigualdade, que são as mulheres, e as mulheres negras, mas também desse espaço para potencializar as ações especialmente nesse objetivo específico de capacitação, de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, podemos – e o próprio projeto pode – contar, e tenho certeza de que o Senador reconhece e observou isso na discussão, com o nosso Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o nosso Sinapir, que, inclusive, foi instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial. O Sinapir é o sistema que articula interfederativamente estados, municípios e Governo Federal em prol da política de promoção da igualdade racial. Hoje ele está presente em todas as unidades federativas e em mais de 350 municípios do Estado brasileiro. A presença do Sinapir implica que aquele ente federativo tenha um conselho de igualdade racial e tenha algum órgão, alguma instância de igualdade racial.

Embora a gente esteja falando de todas as unidades federativas, apenas um pouco mais de 350 municípios contam ainda com essa estrutura, em que pese que, nessa última gestão, ampliamos e muito, saímos de menos de 200 municípios que já aderiram aí ao sistema. Mas é importante colocar que a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, identificou que tem 1.331 municípios que contam com alguma estrutura também de igualdade racial e centenas de outros municípios fazem políticas voltadas à igualdade racial.

Então, trazer, no escopo da própria legislação ou da sua regulamentação, isso como uma ação também a ser desenvolvida em parceria, em cooperação com a promoção da igualdade, com as políticas e as instâncias acho que coloca, de forma ainda mais destacada, para os conselhos, para os órgãos de igualdade racial, a tarefa de ir junto com as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e de agregar essa fileira da capacitação, da sensibilização e do alerta para que esses instrumentos e não só esse objetivo, mas todo o conjunto de estrutura da política se fortaleçam também a partir da perspectiva racial.

Também destaco as Casas da Igualdade Racial, que estão sendo inauguradas pelo Governo nesses últimos meses. Hoje contamos com casa no Rio, em Fortaleza, em Salvador, em Pelotas, e vamos inaugurar já mais outras Casas da Igualdade Racial, que são equipamentos públicos do Governo Federal, coordenados pelo ministério, por vários parceiros e governos locais, que estão à disposição da política, da transversalidade e da interseccionalidade. Destaco que as casas atendem pessoas também entre outros serviços de cultura, de promoção, de inclusão produtiva e atendem pessoas vítimas de racismo, tanto em termos de orientação, como de encaminhamento, com atendimento de serviço social, psicológico e jurídico. E essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação, junto com a política, também pode contar com esses espaços privilegiados de encaminhamento, de mobilização e de capacitação.

Por fim, queria destacar um ponto também relacionado à questão dos dados desagregados, que nos permite estar aqui fazendo este debate a partir de evidências qualificadas, o que é muito importante. Reuni aqui alguns dados, por exemplo, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, também presentes no Atlas da Violência, que também reforçam essa característica da violência mais agravada para as mulheres negras, que são vítimas dessa violência também, não apenas a violência letal, que é o auge, mas outras violências não letais ocorridas no contexto doméstico. Então, abro aspas: "Os dados do Sinan reforçam que é uma realidade já discutida, a maior parte das mulheres vítimas de violência no país é negra", dados do Atlas da Violência. De fato, 58,6% das mulheres vítimas de violência doméstica intrafamiliar registradas no Sinan eram mulheres negras, frente a 39 mulheres brancas. Então, essa realidade se repercute em outras informações.

Quanto melhor a gente estiver com os dados desagregados, tanto em termos das suas coletas como sua divulgação em outras bases de dados, em bases da saúde, da educação, mais evidências nós vamos ter em relação a esse cenário, e mais meios também de acompanhar o monitoramento dos efeitos desta e de outras políticas que convergem para esse propósito.

E, por fim, queria trazer dois elementos relacionados à Agenda 2030, a agenda de desenvolvimento sustentável, que o Governo brasileiro não só tem implementado de uma forma muito participativa, por meio da Comissão Nacional para os ODS, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, mas também por um meio inovador, de uma forma inovadora – pronto, 60 segundos –, ao incorporar o ODS 18...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É automático, mas ela errou, a nossa IA aqui errou; você tem mais cinco minutos.

A SRA. TATIANA DIAS SILVA – Opa! Obrigada, Senador.

Então, eu queria, por fim, falar sobre o ODS 18 e a Agenda 2030.

Então, o Governo brasileiro adotou, de forma voluntária, o compromisso não apenas de implementar – como tem implementado – a Agenda 2030, por meio da Comissão Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ODS, em todos os seus objetivos, 17 ODS, mas também incorporou mais um ODS, o ODS 18, de promoção da igualdade étnico-racial, que mostra um reconhecimento sobre a necessidade de avanço para o desenvolvimento sustentável, a partir da centralidade também da população negra, indígena e quilombola, mas também do compromisso do nosso Governo, que lidera essa temática em relação aos afrodescendentes e ao desenvolvimento sustentável, com essa perspectiva para o nosso país.

Então, acho que é um instrumento muito inovador, muito corajoso e que mostra essa determinação do Governo brasileiro e esse reconhecimento de que não é possível pensar em desenvolvimento sustentável sem pensar na igualdade étnico-racial e sem pensar no enfrentamento à violência, e à violência contra todas as pessoas, especialmente a violência contra a mulher.

Nesse sentido, além da meta 5.2, que já tem no ODS 5, de igualdade de gênero, a gente também tem uma meta específica no ODS 18. A meta 5.2, que é a meta global do ODS 5, vai instar todos os países– e o Brasil assume de uma forma muito importante e consistente esse compromisso – a eliminarem todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas, nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e a exploração sexual e outros tipos.

No ODS 18, nós temos também uma meta, a meta 18.2, de eliminar todas as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes, nas esferas públicas e privadas, levando em conta suas interseccionalidades, em particular o homicídio das juventudes, feminicídios e os resultantes de homofobia e transfobia. Então, nesse sentido, o ODE, essa meta se desdobra em indicadores. Nesse sentido, eu queria chamar e também destacar, em relação ao tema e ao PL, para quando o ODS 18 chama atenção, nesse enfrentamento, nessa meta de enfrentamento à violência, para os crimes virtuais também, como formas de violência que tem acometido a população negra e as mulheres de uma forma mais específica e também a população LGBTQIA+, que, como o próprio Atlas mostra, são vítimas agravadas dessas formas de violência e que muitas vezes passam por uma interseccionalidade, um fluxo de violências também cometido pela sua orientação sexual e identidade de gênero, e que ainda, de forma menos consolidada, tem dados desagregados também para essas populações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, também queria destacar que nós saímos, no ano passado, da 5ª Conapir (Conferência Nacional de Igualdade Racial), que também trouxe todos esses debates que convergem aí com a pertinência do amadurecimento da política. E a iniciativa é extremamente oportuna de positivar essa política com todos esses elementos trazidos e debatidos aqui, com interseccionalidade para todos esses grupos agravados e com essa determinação de avançar de uma forma ampla também em termos de capacitação, prevenção e dados desagregados e produção de evidências.

Então, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui, agradeço o convite. Trago a saudação da Ministra Rachel Barros e, em seu nome, reforço que o Ministério da Igualdade Racial e todas as estruturas aqui brevemente comentadas estão à disposição para colaborar não só, como vem colaborando, na execução da política, mas também neste debate no âmbito do PL aqui apresentado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tatiana Dias Silva, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, parabéns pela tua fala. Como é bom a gente ver quadros novos, representando aqui a Ministra com toda essa qualidade, com muita tranquilidade. Muito bem, Tatiana. Ficamos muito felizes.

Você falou de educação, falou de prevenção, falou do Estatuto da Igualdade Racial. E, quando falo do estatuto, eu acabo me metendo na palestra. O Estatuto da Igualdade Racial muitas pessoas não sabem como surgiu. Ele surgiu de uma ida nossa à África do Sul para exigir a libertação do Mandela por uma decisão da Assembleia Nacional Constituinte. E o Lula me indicou e indicou a Benedita para ir nessa comitiva. E, lá, com o Mandela preso, nós fomos recebidos pela Winnie Mandela. E a Winnie Mandela me entregou a Carta da Liberdade do povo sul-africano. Com essa carta, nós viemos para o Brasil, eu, a Benedita, o Caó, o Edmilson, João Herrmann e mais um que eu estou tentando aqui lembrar, vou pedir socorro aos – como é que chama que diz lá no programa? – universitários. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universitário ligeirinho, eu só pensei e já está aqui, ó: Domingos Leonelli, da Bahia. Domingos, eu não me esqueci de você, não, hein? Foi uma falha aqui de memória, mas não me esqueci.

E o Domingos Leonelli nos acompanhou. Então, foi Benedita, Caó, Edmilson Valentim, eu e João Herrmann. Eu recebi da Winnie Mandela, uma mulher negra, uma liderança... Ela foi agredida, eu diria, moralmente, com Mandela, na prisão, porque tinham medo de que ela chegasse à Presidência da África do Sul. Aí vem, mais uma vez, a discriminação contra as mulheres. Ela é um crânio, ela nos deu uma aula de tudo que aconteceu por lá – por que tinha o *apartheid*, por que Mandela estava preso.

E nós, caminhando por uma rua lá com ela e com outro do Congresso Nacional africano, com a turma que nos acompanhava, encontramos outra turma do mesmo lado da rua – porque eram negros de um lado e brancos do outro, né? –, e eles gritavam: "*Amandla*! *Amandla*! *Amandla*! *Amandla*!". E eu: o que quer dizer: *Amandla*? E ela – a Winnie Mandela – respondeu para mim: "Significa cada homem uma lança, cada homem um voto, ou seja, a luta faz a lei. Vamos lutar para que Mandela saia da prisão". E ele saiu. Ele virou Presidente da República.

Eu tive o prazer de recebê-lo aqui no Brasil. Entreguei a ele uma comenda aqui do nosso Congresso, a maior comenda que um homem recebeu, um homem Presidente da República. E ele recebeu.

Então, eu confesso a vocês, que, em nível internacional, para mim, pelo carinho que eu tenho pela história do Mandela, eu diria: Mandela vive em cada um de nós. Ele não morreu, ele vive em cada um de nós! (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Passo a palavra para a Dra. Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres.

Fiquei muito feliz de saber que o Ministério das Mulheres vai entrar, neste momento, fazendo a participação de encerramento dos painelistas. Claro que depois vamos responder a algumas perguntas da sociedade que mandou para a mesa e depois vai ter o encerramento dos nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dra. Estela, é com a senhora.

A SRA. ESTELA BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos e todas.

Senador Paulo Paim, é um prazer imenso estar aqui. Peço desculpa por não poder participar presencialmente, mas, antes de tudo, quero parabenizá-lo e agradecer a iniciativa. Em princípio, posso dizer que, ao ler o projeto de lei, observei que V. Exa. se debruçou nas políticas existentes no Programa Mulher Viver sem Violência, nas iniciativas feitas pelos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma, que instituíram as primeiras ações e políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, ouvindo a voz do movimento feminista e dos movimentos de mulheres que, desde a década de 70, vêm organizadamente apontando a disparidade de gênero, a desigualdade à qual as mulheres são submetidas em todas as áreas da sociedade e, principalmente, pedindo soluções para as violências que acontecem contra as mulheres, cuja característica perversa é que, em 80%, os agressores são pessoas da convivência íntima – maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados – e também para as violências que ocorrem apenas pelo simples fato de ser mulher.

Esse não é um fenômeno fácil de se enfrentar, porque, além dos sintomas comuns da violência, que é morte e lesão corporal, moral e psicológica, a gente trata de uma variável da cultura que permite e que normaliza esse fenômeno que ocorre cotidianamente atingindo mulheres. E aí, como bem disse a companheira que me antecedeu, atinge e atravessa todas as mulheres, mas com impactos diferenciados. O indicador de feminicídio no Brasil é de duas mulheres negras para uma mulher branca, a cada três mulheres executadas.

Então, esse projeto busca dar segurança jurídica e institui uma ação que o Governo já tem implementado, através de programas e com orçamentos que estão em funcionamento, mas que devem ser fortalecidos, a partir de uma retaguarda jurídica, da qual essa iniciativa do nosso Senador Paulo Paim vai ao encontro de maneira muito efetiva.

Nós temos uma nota técnica neste momento sendo preparada, porque a conjuntura atual, Senador, nos levou a compreender e avançar muito com a iniciativa do Presidente Lula em chamar os três Poderes para agirem de maneira articulada. Então, nós hoje temos uma rede especializada de atenção às mulheres em situação de violência. Ela se constitui com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos da saúde, equipamentos da segurança pública, equipamentos do sistema de justiça, como é a vara de violência doméstica contra a mulher, uma vara que se constituiu a partir da Lei Maria da Penha. E temos a Casa da Mulher Brasileira, que hoje está presente em 13 estados e com a construção de casas mais em todos os estados, prevista em todos os estados, com exceção do Estado de Santa Catarina, por uma postura do atual Governador, mas nós estamos construindo as tratativas de estar presente em todo o território.

Então, nós temos algumas observações e algumas colaborações a fazer no projeto, sabendo que ele, de início, contempla todas as áreas necessárias para que a gente tenha um bom respaldo legal do que está acontecendo no Brasil em termos de políticas públicas. A gente precisa avançar em territórios de difícil acesso, há mulheres das águas, campos e florestas que têm reivindicado do Governo brasileiro e reivindicado, por parte da sociedade, não só visibilidade, mas presença territorial. Nós temos o uso de novas tecnologias, o fenômeno de novas formas de violência, notadamente a violência virtual ou digital, aquela que é praticada pela plataforma, na qual nós precisamos ainda crescer no respaldo legal, no normativo legal do nosso país, para que a gente tenha... não só no nosso país: no que tange às plataformas, é importante a gente acompanhar o que está acontecendo nos Estados Unidos, onde as plataformas estão sendo responsabilizadas por terem causado problemas de suicídio e de perda de saúde mental em jovens e adolescentes, e também o que está acontecendo na Europa com a norma que proíbe acesso a redes sociais de adolescentes até 16 anos, responsabilizando as plataformas pela funcionalidade, pelo funcionamento dessas legislações.

O Brasil tem se adiantado. Atualmente nós temos dois decretos que tentam disciplinar e que dialogam com o disciplinamento e a responsabilização das plataformas digitais no que tange à violência contra as mulheres, todos eles inspirados no marco civil da internet, matéria do STF, e também nas legislações existentes.

Tudo isso, Senador Paim, dialoga diretamente com a iniciativa de V. Exa., que é de grande monta, e a gente gostaria muito de contribuir para que ela se torne de imediato atualizada com os diálogos que têm sido feitos através do pacto de enfrentamento ao feminicídio em nosso país. No ano passado nós tivemos exatamente 1.568 feminicídios registrados pelas delegacias em todos os estados do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a necessidade de a saúde ter um CID de feminicídio. Hoje, nós temos um CID de morte materna. A morte materna reproduz o mesmo indicador racial do feminicídio em nosso país, ou seja, para cada três mulheres que morrem por morte materna, duas são mulheres negras e uma é mulher branca. Então, isso não é uma questão apenas de tom de pele, é uma questão de estrutura da sociedade, e ela precisa estruturar também as políticas públicas, porque quando a gente fala em reduzir mortalidade materna, a gente precisa salvar a vida de duas mulheres negras e de uma mulher branca. Isso implica territórios diferentes, tecnologias que não estão acessíveis, condições que precisam ser dadas para que a gente salve a vida dessas mulheres.

Isso também se aplica ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Nós precisamos compreender o fenômeno como ele se processa e desenvolver a partir disso tecnologias, estruturas e abordagens que consigam tratar o problema com a sua especificidade.

Então, neste momento, quando o Governo brasileiro, o Governo do Presidente Lula, chama o Supremo Tribunal Federal e estas Casas Legislativas, a gente precisa construir uma ação coordenada para que o feminicídio não tenha essa extensão, ou seja, seja erradicado no nosso país. É impossível você imaginar que dessas mulheres, 80% delas foram mortas, como eu disse antes, por seus parceiros íntimos e que 64% desses assassinatos, desses feminicídios, dessas execuções ocorreram dentro de casa. Isso indica que não se trata apenas de uma questão de segurança pública, isso toca em questões de mudanças de cultura, toca em questões de mudanças legislativas, toca em questões de sistema de saúde, de assistência, agindo articuladamente, e toca num item central que também tramita agora na Câmara Federal, que é a reprovação e a criminalização do que a gente chama de misoginia.

Então, tem um elemento muito central na cultura que normaliza e, ao mesmo tempo, permite que o agressor não seja punido adequadamente. É entender que as mulheres não podem ser executadas pelo simples fato de serem mulheres. A motivação desses 80% é a palavra "não". É quando uma mulher diz "não" a um relacionamento falido, é quando a mulher diz "não" a uma ordem que ela não tem a obrigação de atender ou quando o homem está com ciúme e acha que é proprietário do corpo e das vontades das mulheres. Essa desconstrução está no âmbito da cultura, está no âmbito das ações que visam construir modelos civilizatórios. A gente está falando aqui de modelo civilizatório que precisa ser alterado no sentido do respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às mulheres. Esse aspecto deve estar contemplado em todas as ações que visam enfrentar a violência de gênero e a violência contra as mulheres.

Nesse sentido, o projeto de lei que institui a Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Senador Paim – que está nesta Casa e que eu desejo que seja processado e aprovado com unanimidade, para que siga para a Câmara Federal de uma maneira célere –, é estruturante. A política existe, recebeu um grande incentivo a partir de 2023. Concretamente, houve um apagamento e um declínio dos investimentos nos governos passados, recentes, mas a política retomou. Nessa retomada – além de todas as ações que já foram tramitadas e de legislações que foram tramitadas –, nessa legislação específica do Senador Paim, assim como na iniciativa da Deputada Jack Rocha, no PLP 41, que cria o sistema, há duas iniciativas muito, muito, estruturantes para que o que hoje o Governo Federal, os governos estaduais e as iniciativas dos governos municipais realizam tenham respaldo e tenham a condição de trabalhar com as competências específicas de cada ente federativo.

Criar uma política na dimensão que o projeto traz e, ao mesmo tempo, dialogar com o que já existe e ter abertura para aperfeiçoar, em notas técnicas, aquilo que está acontecendo no momento é o melhor dos presentes e é o melhor dos instrumentos que esta Casa pode entregar para a sociedade, no sentido de recolocar e de refazer a história de um país que ainda consta e contabiliza entre os cinco países onde a segurança e o respeito às mulheres estão em ameaça. O Brasil tem muitos lugares de desigualdade: a política da desigualdade de gênero e de raça. O Brasil se estrutura muito... A classe do Brasil, a classe econômica, os acessos e as oportunidades estão estruturados na desigualdade de raça e de gênero. Então, esta Casa expressa isso.

O Senador Paim é um Senador negro e a gente, agora mesmo, estava falando, emocionadamente, sobre todo o processo de libertação de Mandela.

A gente tem no Brasil ainda uma desigualdade racial profunda. Quando a gente fala de ameaça à vida, a juventude negra periférica do nosso país tem indicadores de genocídio – e essas ameaças precisam ser tratadas com a gravidade que elas têm. Quando a gente fala das mulheres, a gente fala que essas mulheres estão ausentes nas estruturas de poder e de decisão, e as mulheres negras ainda mais. Por isso, a força de uma pessoa como Benedita da Silva e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria Jack Rocha, das mulheres negras que estão aí neste momento fazendo com que a nossa invisibilidade não seja uma concretude...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora tem mais cinco minutos. Não são 30 segundos, não – cinco minutos.

A SRA. ESTELA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. Não vou me estender tanto. Eu já estava concluindo.

Queria dizer sobre a relevância de quando a gente tem representantes como V. Exa., como a Deputada Benedita, como a Deputada Jack Rocha. Com essas variáveis é que essa subjetividade... não, é que essa objetividade da vida da população negra deste país alcança uma vocalização e alcança espaço público.

Outro lugar de desigualdade é a salarial. O salário das mulheres e a sobrecarga de trabalho das mulheres com um recorte de raça é uma tinta muito densa para a nossa realidade, é uma sobrecarga imensa, promovendo, inclusive, falta de saúde mental para as mulheres.

E esse é o último, para mim, parece que o mais grave de todos, que é a execução das mulheres, é a violência contra as mulheres, para nos mantermos em posição de subalternidade.

Então, projetos de lei que colocam a violência como uma realidade, a violência contra as mulheres como uma realidade, e que buscam instituir a responsabilidade do Estado brasileiro de enfrentar essa realidade são muito bem-vindos e muito estruturantes.

Quero dizer que o Ministério das Mulheres está à disposição para contribuir com a qualificação e com o debate em torno desse projeto no âmbito da sociedade como nós estamos fazendo. E quero dizer que a Ministra Márcia Lopes, que está à frente do Ministério das Mulheres, recebeu esse projeto com muita alegria e com a certeza de que nós vamos tramitá-lo o mais rápido possível, com as colaborações que a gente puder fazer, na medida que for possível e necessário. Minha gratidão a V. Exa.

E a nossa esperança é uma síntese que corre nas ruas: as mulheres não voltam para a cozinha, os negros não voltam para a senzala e nem a população LGBTQIAPN+ volta para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armário. É no sentido de uma civilização justa, igualitária e respeitosa que nós estamos seguindo juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns, parabéns, Dra. Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres.

Olha, a fala dela foi... é tempo de Copa do Mundo, né? Eu ia dizer que a fala dela foi um gol de placa. Foi a última painelista a falar, mas eu vou tomar o direito de ser mais criativo. Só se fala em gol de placa? Por que não fala em gol de ouro? (*Risos.*)

Isso é gol de ouro, né? Isso é sinal de que o Brasil vai se dar bem amanhã. Eu vou estar ali torcendo, viu? Tem até uma camiseta que eu botei: "Brasil, Brasil, Brasil! Agora é com nós".

Eu não vou pedir 13 a 0, mas 7 a 1 eu achei simpático ali, não o que foi lá em Porto Alegre, Alemanha e Brasil, viu?

Quem está ouvindo, incluindo o futebol, eu joguei futebol até um bom período em Caxias do Sul, sabe? Eu sou apaixonado pelo futebol, sabe? Eu assisto a todo jogo da Copa, todos, corro de um canal para o outro. Assisto a todos para saber quem vai ser o nosso adversário ali na frente. E, claro, o coração bate mais forte com a Seleção Brasileira.

Outras vezes começamos mal e já fomos campeão do mundo, viu? Essa nós não fomos bem, sou obrigado a dizer. O Romário bateu duro, viu? Porque eu vi o comentário do Romário, e... Querendo mais fibra, mais raça; mas, no fundo, todos nós estamos com a mesma batida no coração, né? Queremos a vitória do Brasil.

Muito obrigado, Dra. Estela. Você foi muito, muito bem, e é exatamente isso. Quando me trouxeram a proposta, que foram as mulheres do Brasil que me trouxeram, eu percebi isso, elogiando muito todas as iniciativas que ela relatou aqui de parte do Governo do Presidente Lula – todas –, mas queriam dar também uma contribuição e fizeram via esse projeto. Foi ou não foi, quando me procuraram aqui no Plenário do Senado?

Eu tenho muita história para contar... Também, 40 anos aqui dentro, né? No Estatuto da Juventude, havia um grupo de jovens, a maioria de 17 a 18 anos, que hoje estão em diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugares da vida e às vezes vêm me visitar aqui: "Olhe, aprovamos o Estatuto da Juventude lá na Câmara, e viemos aqui falar com o senhor". "Por que eu, se sou um dos mais idosos, digamos, aqui dentro?". "Por isso mesmo. A sabedoria fica com o tempo e vai acumulando. É você que vai ser o nosso Relator aqui". E aprovamos o Estatuto da Juventude.

É por isso que essa iniciativa que vocês tiveram e me procuraram, só faltava dizer a mesma coisa, só que daí brincaram: "Não, como o senhor é um dos mais jovens aqui, vai ter fibra para defender o nosso projeto". (*Risos.*)

Eu gostei, né? Mais jovem, eu gostei.

Acho que aqui dentro, que foi Constituinte, só tem eu e o Renan, né? Eu e o Renan. E lá na Câmara tem Benedita da Silva, tem Aécio Neves...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lídice da Mata!

Lídice da Mata, Benedita da Silva, Aécio Neves e Renan Calheiros; dos 513 Deputados e 81 Senadores em atividade, aqui dentro, só temos quatro.

Não é que todos morreram, viu? (*Risos.*)

Graças a Deus, a maioria está viva ainda.

Mas neste momento, nós vamos para as considerações finais. Nós vamos dividir em dois momentos. O primeiro momento, como eu faço sempre, eu vou anunciar já, mas não vou anunciar agora, senão vocês vão se antecipar ao que eu vou dizer, e eu não quero que ninguém fale antes que eu; e no segundo momento, os nossos painelistas – se tiver algum à distância, vai poder falar também, senão, as duas que estão aqui presentes – responderão a algumas perguntas que eu vou ler, que vêm do e-Cidadania. Depois, eu dou os encaminhamentos finais.

Neste momento, então, como normalmente eu passo a palavra para alguém do plenário, eu queria que uma pessoa falasse, pelo plenário, do que achou. Eu vou pedir para você, que levantou a mão – uma pessoa levantou a mão –, se identifique. Vou lhe dar cinco minutos para você, que estava aqui ao vivo, comentar o que você achou deste momento, enfim. Você deve ter lido o projeto também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua, mas se identifique primeiro.

A SRA. LUCIANA GIMENES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador, eu sou Luciana Gimenes. Não sou aquela, mas sou eu mesma. Eu sou advogada, trabalho como consultora política na Êxito Public Affairs e estou muito feliz pelo senhor ter abraçado essa causa. Esse projeto vem de uma luta muito grande, ele traz perspectivas futuras para muitas mulheres, mas hoje eu quero falar não só do projeto, eu quero falar também de algo muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem 4'25. Eu te prejudiquei, eu vou retornar aqui. Porque eu sempre falo demais, é meu problema, mas todo político é assim. Eu vou voltar para os seus cinco minutos.

A SRA. LUCIANA GIMENES – Eu quero falar sobre os auditores-fiscais do trabalho e da importância deles, porque, quando a gente fala sobre violência contra a mulher, às vezes a gente pensa só naquela violência física, na violência que está dentro de casa, mas não, existe uma violência silenciosa, como o senhor mesmo disse, que acontece dentro do ambiente de trabalho. Essa violência vem em forma de assédio sexual, assédio moral, discriminação.

Às vezes eles pensam assim: a mulher tem que provar que ela é capaz de alguma coisa, e nem sempre é assim. Existe uma dificuldade muito grande de acessos a cargos majoritários, que estão quase 100% ocupados por homens, mas não, nós temos 52% da população feminina que são capazes e estão aqui. Acho que nós precisamos, sim, estruturar mulheres para que elas assumam cargos políticos, cargos de liderança e venham representar. Hoje nós mulheres somos 52%.

E em que os auditores-fiscais podem contribuir para isso? Hoje nós temos dois projetos tramitando, um na Câmara, outro no Senado: a PEC do fim da escala 6x1 e, na Câmara, nós temos o projeto de lei que o Executivo mandou – acho que é o 1.838, de 2026 –, mas nós precisamos de alguém que fiscalize isso. E hoje nós temos 1.800 pessoas aprovadas no último concurso do CNU, prontas para serem capacitadas, para fazerem o curso de formação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA GIMENES – Exatamente! Então segura aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Presidente Lula, o senhor foi tão citado aqui hoje! Olhe com carinho para esses estudantes que se esforçaram tanto, foram aprovados nesse concurso e estão aguardando serem chamados e nomeados para ajudarem o senhor nessa luta contra o trabalho que precisa ser fiscalizado. O senhor não está sozinho, o senhor tem mais 1.800 pessoas no cadastro reserva aguardando serem chamadas para o curso de formação e depois nomeadas – me chamem para a posse, por favor.

Então, nós precisamos fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, precisamos fiscalizar o combate ao assédio, ao trabalho escravo, proteger milhares de mulheres que não têm voz para denunciar. É como o senhor mesmo disse, às vezes elas vão lá e elas têm medo; se elas abrirem a boca para falar qualquer coisa, elas são demitidas, elas não têm espaço para isso. E hoje eu sou muito grata ao senhor porque o senhor é um homem que olha para todos; o senhor não olha só para o senhor, o senhor olha para todos, e nós nos sentimos acolhidos com isso. É por isso que discutir essa valorização e o fortalecimento dos auditores-fiscais do trabalho não é uma pauta corporativa, é uma pauta que busca...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Desculpe-me, mas eu vou parar seu tempo...

A SRA. LUCIANA GIMENES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ela me disse que vinha, e veio – e veio. A Senadora Damares, que é a Presidente desta Comissão, disse: "Paim, normalmente quem faz o requerimento preside. Agora, esse aqui, de que tu és o autor e eu sou a Relatora, tu vais presidir, mas eu vou lá, eu vou lá". E vou dizer aqui, agora, algo que muitos não gostam, nem para o seu lado, nem para o meu: ela fez duas falas em Plenário em relação ao meu trabalho que viralizaram nas minhas redes, tudo. (*Risos.*) Não sei que efeito é esse. Viralizou de forma positiva, viu? Eu não vi nem a esquerda nem a direita criticando. Achei muito interessante.

Agora vai voltar para você, porque a nossa Presidenta vai falar depois.

A SRA. LUCIANA GIMENES – Bem-vinda, Presidente. A senhora é muito importante nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E é a Relatora do projeto, viu?

A SRA. LUCIANA GIMENES – É a Relatora do projeto, exatamente.

Como eu estava dizendo, então, fortalecer a Auditoria Fiscal do Trabalho é fortalecer a rede de proteção às mulheres trabalhadoras do nosso Brasil. Cada auditor que está em campo representa a presença de um estado de dignidade garantido aos nossos trabalhadores, ele garante segurança e respeito para todos os que estão trabalhando. Então, discutir essa valorização é o fortalecimento da carreira, mas não é uma pauta corporativa, é uma pauta de direitos humanos, de justiça social e de enfrentamento contra a violência que existe hoje. É uma violência estrutural, infelizmente.

Eu peço muito ao senhor que continue nos ajudando; à senhora, que continue nos ajudando, Senadora Damares. A senhora, como Relatora desse projeto, traz uma felicidade muito grande, porque a senhora é muito humana, e abraçar as mulheres... Que todas as mulheres do Brasil se sintam abraçadas agora pela senhora e pelo Senador Paulo Paim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Saiu-se muito bem. Parabéns. Ela falou em nome do plenário.

E agora, que me desculpem os universitários, os convidados, mas a Presidenta desta Comissão vai usar a palavra.

Quando eu saí da Presidência e ela assumiu, eu vou ser bem franco: preocupação, na minha área de atuação, de todos. De todos, preocupação: "Como é que vai ser agora?". E a senhora foi muito bem, tanto que é uma Comissão que sempre dá quórum. Tem projetos polêmicos? Tem, mas a vida é assim, né? É a democracia, como dizia Ulysses Guimarães, na Constituinte: "Na dúvida, votem". Votem, Sras. Parlamentares e Srs. Parlamentares.

E é com alegria que eu digo: fala agora a Presidenta desta Comissão, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada, meu Presidente querido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero justificar por que eu não estava aqui. Acabou de ser cancelada a sessão do Congresso, em que estariam na pauta assuntos que foram decididos aqui nesta Comissão. Eu tinha que ter um cuidado muito grande com os vetos, porque a gente consegue aprovar, aí o Presidente precisa vetar, e muitos dos vetos... Quero explicar para vocês: ele é obrigado a vetar por uma questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é que ele seja contra a matéria, às vezes é porque ele é obrigado para que a responsabilidade seja do Governo. E aí havia ali certos *lobbies* para derrubar coisas importantes que nós decidimos aqui. Então, a minha ocupação era ali, agora, lendo um por um, e não dava tempo, mas aí, quando cancelou, eu disse: "Vai dar tempo".

Mesmo lendo os vetos com a minha equipe, eu escutei algumas falas, inclusive a sua, Luana. Que história linda! Que história linda! Depois eu quero te dar um abraço. História linda a da sua avó, da sua mãe, a sua luta, como você chegou... Que história linda!

O que eu quero dizer para vocês é que, quando o Senador Paim apresentou o projeto... Eu entendo a extrema importância desse projeto, porque nós estamos cansados de ver boas políticas públicas que são instituídas só por decreto ou só por portaria caírem. Eu entendo que estes instrumentos são frágeis: portarias e decretos. Com um decreto, o Presidente da República pode acabar numa canetada, acordar de manhã e dizer: "Vou revogar", e com portarias. Mas a proteção da mulher, se a gente estabelecer essa política por lei, a gente garante a sustentabilidade. Entra Presidente, entra Presidenta, a lei está lá e se é obrigado a cumprir a lei. E só se muda a lei se vier para o Congresso uma proposta. Aí o debate é outro, não é entre técnicos ou contratados ligados a quem quer acabar com a política. É aqui, e aqui a discussão é séria.

Então, quando o Senador Paim apresentou o projeto, eu fiquei assim: quem eu vou indicar como Relator? Como é que vai ficar isso? Tem que ser um Relator que vai ter uns quatro anos de mandato. Botando um Relator que vai sair agora, a gente teria o problema da interrupção da relatoria. Então, eu avoquei porque eu ainda tenho este final de ano e mais quatro, acompanho o projeto aqui no Senado e dá tempo de eu acompanhar lá na Câmara também. Então, avocar é trazer todo mundo para este debate. Eu acho que, apesar de eu ser uma Senadora conservadora, até mesmo os não conservadores reconhecem que o meu compromisso é com a proteção da mulher. A gente pensa diferente em um item ou outro, mas, no todo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

converge, e a gente tem feito isso aqui nesta Comissão. Então, esse projeto a gente está trabalhando com muito zelo, ouvindo todo mundo. Esta audiência aqui, as notas taquigráficas... À noite, eu vou rever esta audiência em casa, todas as contribuições.

O que a gente quer é isto: a gente quer uma política pública permanente. Não dá para a gente ficar à mercê de todo mundo querer inventar a roda. E o que mais me deixa triste, Presidente, é que a política tem interferência a cada dois anos, não é a cada quatro, porque a cada quatro a gente muda o Governo Federal. Aí, quando o ministério está ali indo tão bem com o município, fazendo a adesão da política, com os OPMs lá nos municípios, trabalhando com a rede de proteção... Quando está ali há um ano e meio indo bem – porque é meio ano para a gente fazer as nomeações, montar a equipe, o ministério e tudo, demora, o Estado é burocrático –, a gente começa a trabalhar com o município, porque o que nos interessa é a ponta, é quem está lá na ponta cuidando de mulher, e quem cuida de mulher não somos nós que estamos em gabinete, é quem está com a mão na roda. Quando a gente está ali afinadinho, Presidente, com aquela equipe do município, tem eleição municipal. Aí, aquela equipe que a gente treinou, que está afinadinha, muda; o novo Prefeito não aceita o que está pronto, porque ele é oposição ao Governo Federal – "Não vou fazer nada disso" –, aí, a gente volta à estaca zero lá no município. Aí, quando a equipe começa a entender a necessidade de se fazer a política, muda o Governo Federal, e aí muda todo mundo. Então, a gente tendo a lei com as regras bem estabelecidas, entra Prefeito, sai Prefeito, vai ter que cumprir.

O Presidente Paim foi muito feliz em a gente trazer, como um marco legal, a política. Tem gente que fala assim, eu já vi muitos comentários: "Mas vocês estão querendo engessar o gestor". Não, a gente quer dar um norte para o gestor. O gestor pode ser criativo na aplicação da política, não pode fugir das diretrizes, mas pode ser criativo. Ele pode trazer uma equipe dele com ideias. Não quer pintar de lilás escuro? Pinta de lilás claro a sala. Ele pode ser criativo, mas a gente vai ter que ter o conceito da Sala Lilás. É isso.

Então, assim, acredito em todos que participaram da audiência. Esse projeto vai ser conduzido com muita seriedade, o Paim deixou uma equipe técnica extraordinária nesta Comissão, temos Senadores, a gente tem feito uma discussão e a gente ainda tem este ano inteiro para Paim fazer o diálogo com todo mundo no Senado. Quem sabe a gente não consegue entregar já no Senado este ano, não é, Presidente? E ele já sai daqui feliz com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma grande entrega dele. A gente já entregar... Não sei se a gente consegue aprovar na Câmara, mas a gente fazer a entrega no Senado este ano...

Obrigada a quem veio e aos expositores por terem aceitado o convite e pela colaboração. Estamos aqui para ouvi-los. Que Deus os abençoe!

Já aliviada aqui, não vamos ter nenhuma derrota no Plenário nas nossas pautas, Senador, graças a Deus. Então, vamos continuar o debate.

Obrigada por ter me permitido falar mesmo correndo, vindo aqui correndo, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns. Essa é a Presidenta Damares. Com essa grandeza que ela deixou clara aqui, é a Relatora do projeto. Ela poderia dizer: "Esse projeto é bom. Eu vou deixar o Paim lá sentadinho no Plenário e vou presidir essa sessão aí". Mas não, ela teve a grandeza de olhar o que estava acontecendo na sessão do Congresso, me deixou tranquilo aqui, porque sei de muitos Parlamentares lá com o mesmo objetivo, e veio para cá ainda dar o seu complemento. Então, parabéns mais uma vez, Presidenta Damares.

Eu tenho certeza de que eu sou de um campo de atuação e a senhora é de outro, mas são dois campos que, por nós, dialogam e têm que dialogar. A política só do ódio não leva a lugar nenhum, tem que dialogar. Esses dias, eu vi, se não me engano, dois grandes Prefeitos dos Estados Unidos, ou Governadores, de campos totalmente diferentes. Eles fizeram um comercial juntos – todo mundo estranhou e aquilo viralizou – que falava uma mesma linguagem. E por que nós não podemos avançar nesse sentido, aqui no Brasil, pensando somente no povo brasileiro?

Eu acho que a nossa experiência aqui contribuiu para isto, Senadora: a sua visão e eu diria, sem nenhuma vaidade, a minha visão também de estabelecer um diálogo. Esse diálogo que fez com que eu fosse o autor... E não pense que fui eu somente, eu consultei algumas mulheres, principalmente, e elas disseram: "Olhe, acho que a Presidente Damares é uma boa Relatora, Paim". Eu disse: "Pronto". E aí V. Exa. assumiu a relatoria sem nenhum questionamento. Então, não foram só a sua vontade e a minha vontade, outros agentes trabalharam para que a senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse a Relatora. Eu fico muito feliz, sei que nós vamos aprovar e gostaria muito de aprovar este ano – gostaria muito, muito. Vamos trabalhar para isso.

Agora, nós vamos para as perguntas. A Senadora, se quiser responder a alguma, fique bem à vontade. Fique à vontade, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. Vamos lá. Uma salva de palmas para a Senadora, que tem sido parceira aí. (*Palmas.*)

Agora, as perguntas do e-Cidadania. As nossas painelistas vão responder a algumas; outras, nós responderemos depois. E, com certeza, alguns são comentários, pelo que eu vi aqui, mas há umas perguntas.

Henrique, do Distrito Federal – é do e-Cidadania, sistema aqui do Senado –: "Como o SUS será integrado [...] a essa política, para que médicos notifiquem casos suspeitos sem expor a paciente a mais riscos?". Veja bem, a pergunta já diz do temor que as pessoas têm de retaliação.

Mikeias, do Paraná: "Como assegurar que mulheres em áreas rurais e vulneráveis tenham acesso à proteção?".

Fábio, de Alagoas: "Esse projeto de lei para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é para mulher XX ou também para a XY?" Deu para entender, né? Ele que quer que seja para todas as mulheres, sejam brancas, negras, LGBT, enfim, todas as mulheres.

Mais perguntas.

Diego, do Mato Grosso: "Como o projeto prevê o acompanhamento e a proteção de mulheres com medidas protetivas em vigor?".

Luíza, de Minas Gerais: "Quais ações específicas de prevenção estão previstas para atuar antes que a violência evolua para casos de feminicídio?".

Eduardo, de Rondônia: "Por que o feminicídio segue crescendo, mesmo com o avanço da legislação e das políticas de proteção?". É uma indagação interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando, do Mato Grosso: "De que forma o PL 1.025, de 2026, pode prevenir o feminicídio e melhorar a proteção às mulheres em situação de violência?".

Tem agora na linha de perguntas e comentários.

Leandro, de Sergipe: "Precisamos de políticas públicas eficazes para combater o feminicídio e oferecer suporte real para quem precisa. Estamos acompanhando!".

Elton, do DF: "Precisamos investir nas forças policiais e educação das crianças [ele só dá alguns exemplos: em forças policiais, em educação das crianças] e punição para o agressor. Em caso de morte, penas imprescritíveis".

Eu acho interessante isso, porque o crime de racismo já é imprescritível, por que o crime de matar uma mulher não pode ser imprescritível? Bem interessante o comentário que ele faz.

Tem aqui Bianca, do Rio de Janeiro: "Artes marciais para meninas no ensino fundamental ajudará na desconstrução do patriarcado. Autodefesa também é um caminho".

Luana, da Bahia. Não é a Luana que está aqui, viu? Ela é lá da Bahia, veio de lá a pergunta. Senão ela mandou a pergunta para ela mesma: "Falta maior fiscalização e punição para descumprimento de medidas protetivas, que, na verdade, hoje não protegem ninguém". Fiscalização, fiscalização.

Suellen, do Mato Grosso do Sul: "As mulheres poderiam ter acesso à saúde mental para prevenção do feminicídio. Ter atendimentos com psicólogas semanalmente". É um atendimento.

Bom, agora eu vou passar... Eu não sei se tem alguém, homem ou mulher, enfim, que está ainda na expectativa à distância, senão as duas vão respondendo. (*Pausa.*)

Os três estão? Então, vamos fazer primeiro eles e depois vocês? Pode ser?

Então, vamos lá. (*Pausa.*)

Sr. Danilo Cruz Coelho, muito obrigado por ter ficado conosco até este momento.

Ele é pesquisador do Ipea e Doutor em Economia pela Universitat Autônoma de Barcelona. Fez uma brilhante exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe daria agora a palavra para o senhor ou responder alguma das perguntas que eu li aqui ou fazer suas considerações finais. O senhor tem cinco minutos.

O SR. DANILO SANTA CRUZ COELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu vou fazer dois comentários.

Um é sobre essa questão do sistema de saúde, as notificações. Um ponto que eu acho bastante relevante é entender quais são as notificações feitas na saúde e quais são as notificações feitas na polícia e verificar quais dessas são feitas em uma área e não são feitas na outra e o que é feito em ambos. E o Ipea está planejando fazer esse estudo, olhando todos os crimes de violência sexual e analisando quais são as dinâmicas do crime de estupro que fazem com que a vítima só notifique em uma área e não notifique na outra. E, para isso, a gente precisa... é muito importante a integração das bases de dados da saúde com as bases de dados da polícia.

Uma outra questão é sobre o número de feminicídio. O número de feminicídio atingiu um valor mais alto, mas é importante olhar não apenas o número, mas também a taxa, que é a taxa por 100 mil habitantes, porque muitas vezes o que pode estar ocorrendo é aumento da população adulta, em que a prevalência do feminicídio é mais alta e, com esse aumento, o próprio número de feminicídio pode aumentar. Então, a gente tem que olhar a taxa. E, quando a gente olha a taxa, por exemplo, comparando de 2026 para 2025, houve uma estabilidade nessa taxa de feminicídio.

Eram esses os dois comentários. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dr. Danilo Cruz Coelho, pesquisador do Ipea e Doutor em Economia pela Universitat Autônoma de Barcelona, muito, muito obrigado.

O e-Cidadania e os telespectadores agradecem a V. Exa.

Dra. Vilma Reis também está? (*Pausa.*)

Então, o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dra. Vilma Reis, que é Socióloga, Professora, Feminista, Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e é filha do Terreiro do Cobre, comunidade de Candomblé centenária na Bahia, e também fez uma bela exposição – como fez também o Dr. Danilo –, para os seus cinco minutos, respondendo a perguntas ou fazendo considerações finais. Fique bem à vontade.

A SRA. VILMA REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Paulo Paim, eu acho que é muito importante considerarmos a quantidade de perguntas, principalmente esse fato de ter tantos homens acompanhando esta audiência. Acho que é um fato a ser destacado. E acho também que é importante as perguntas terem vindo de tantos lugares do Brasil, mas eu chamo a atenção para a quantidade de perguntas que veio do Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste, onde nós temos esses índices tão importantes. E uma outra questão é sobre as políticas de prevenção.

Eu aproveito para lembrar aqui que em 7 de março deste ano, em Salvador, aconteceu a primeira marcha nacional de mulheres evangélicas contra o feminicídio, que foi um alerta e que tem se apresentado nas pesquisas como um segmento importante e que chama a atenção da gente que acompanha as pesquisas que tratam da questão da violência contra a mulher, e que nós precisamos prestar atenção neste segmento, porque os dados das grandes plataformas de pesquisa nacionais que têm acompanhado a violência contra a mulher, tanto no destaque, que foi bem presente nas falas de Dra. Tatiana Dias quanto da nossa Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência do Ministério das Mulheres, Estela Bezerra, em relação às mulheres negras.

Essa é uma questão que eu penso que nós precisamos focar nesse redesenho pós-audiência, no redesenho do próprio PL, que, com muita maestria, o senhor está apresentando, e que com esforço e com todas as notas técnicas que estão vindo do Ministério das Mulheres e de outras instâncias do poder público federal, como a sugestão feita de incorporação dessa base do Sinapi, eu penso que nós teremos um resultado importante.

Em relação às preocupações nas perguntas, focadas na prevenção e a preocupação com o avanço da violência, eu gostaria de, em diálogo aqui com as pessoas que estão acompanhando esta audiência, dizer que o que nós vivenciamos hoje é a visibilidade e a força de muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres que são vítimas da violência, mesmo com todos os impactos de se fazer uma denúncia, pelo trabalho feito pelos movimentos de mulheres e pelo trabalho feito por cada organismo de política para as mulheres, seja no município, ou o que falou aqui a Secretária Estela Bezerra, da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, pelo impacto do trabalho dessas redes, seja nas cidades, nas capitais, nas regiões metropolitanas. E, quando alcança também os municípios, através dos conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres, isso tem tido um impacto decisivo para que as mulheres se fortaleçam, consigam ampliar e fazer as denúncias. E a rede é importante para que as mulheres não se sintam sozinhas, porque, como sempre nos dizem as nossas que estão nos espaços, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, essa é uma decisão muito difícil, porque é esse parceiro íntimo, esse ex-companheiro, esse ex-namorado, esse ex-marido ou esse atual, essa é uma decisão extremamente difícil, porque é como nos dizia a Ministra Luiza Bairros, sua conterrânea: é você ter que denunciar alguém com quem você divide o seu sono ou a quem você confia o sono. Portanto, esse é um momento muito difícil.

Por isso que publicizar, nomear a violência e a gente estabelecer que tem as redes de proteção, acolhimento e escuta qualificada no âmbito da gestão pública é muito importante.

Nós agradecemos todas as perguntas e a esta audiência atenta, que está acompanhando este dia importante em vários lugares do Brasil, destacadamente essas perguntas que vieram do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, o que para nós é importante, porque há essas redes que estimulam o ódio às mulheres, esse horror que está nas plataformas digitais. Concluindo, que a gente, Senador Paulo Paim, com a potência do seu mandato e com a potência de todos os Parlamentares, todos, todas que estão no Congresso, fazendo esforço pela aprovação desse PL, consiga também colocar este caminho para controlar esse campo de ódio no espaço digital.

Muito obrigada por esta manhã de profunda reflexão e pela aprovação deste PL. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Vilma Reis, que, além de fazer uma bela exposição, fortaleceu a aprovação com urgência desse PL – por questão de justiça, leio aqui: Socióloga, Professora, feminista, Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Parabéns, parabéns, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos lá, porque estão me cobrando o tempo aqui, porque os funcionários têm que almoçar também, né?

Então, agora, por favor, Dra. Tatiana Dias Silva – está conosco? –, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Dra. Tatiana, cinco minutos para as suas considerações finais.

A SRA. TATIANA DIAS SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu queria renovar os agradecimentos, tanto pelo convite como pela oportunidade de estar aqui, com grandes referências para a discussão dos direitos da população negra, como o Senador Paulo Paim, como a nossa querida Dra. Vilma Reis, e também ter a oportunidade de ouvir a todas e todos e participar deste momento, que acho que é fundamental, histórico e de um debate essencial e necessário para a nossa sociedade.

Queria também saudar, mais uma vez, a todas e a todos os palestrantes presentes, em especial a Senadora Damares, que chegou agora também, e queria tanto desejar boa sorte na condução da relatoria como, mais uma vez, disponibilizar aqui o Ministério da Igualdade Racial para contribuir, especialmente na perspectiva da interseccionalidade das pessoas, da população, das mulheres negras, quilombolas, ciganas, indígenas, em alinhamento com a proposta do ODS 18, que traz essas metas de uma forma muito explícita, especialmente trazendo a questão dos crimes virtuais e da população LGBTQIAPN+.

Queria também me desculpar por não poder estar presente fisicamente com vocês neste momento, espero que tenha outras oportunidades ao longo desse outro debate, e renovar a saudação e o agradecimento da Ministra Rachel Barros, que está em viagem.

Por fim, queria trazer as palavras da Secretária também Estela Bezerra, quando ela fala que este debate é um debate de pactos... representa um novo pacto civilizatório. O debate empreendido aqui, o debate empreendido por uma série de ativistas, pelo Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres, o debate trazido por este Parlamento é um debate que transcende os normativos, porque ele se utiliza desse meio para discutir um novo pacto civilizatório, em que as mulheres, as pessoas negras e os diversos grupos da nossa sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham, efetivamente, por meio desses esforços, das normas, das leis, das políticas, direito ao bem-viver, ao viver e ao bem-viver.

Quero dizer que acho que a gente avançou, Senador, muito em relação à população negra, a partir da sua proposta, que tramitou durante longa década no Parlamento, o Estatuto da Igualdade Racial, que, a partir dele, abriu caminhos aí para muitos avanços para a população negra. Hoje, se estou falando a partir de um Ministério da Igualdade Racial – a Dra. Luana trouxe o exemplo das cotas –, se estamos trazendo tanto esses avanços, em que pesem os desafios que ainda temos pela frente, foi por meio, também, de caminhos abertos, como o próprio Estatuto da Igualdade Racial nos permitiu.

Então, oxalá que essa discussão sobre a positivação da política de enfrentamento à violência contra a mulher também tenha, nessa trajetória – eu não sou espelho –, um trilho, um caminho, para que possa produzir o fortalecimento da política aqui em curso e das mobilizações que temos vivenciado, e que possa nos conduzir a esse pacto civilizatório pelo bem-viver de todas as pessoas, de todas as mulheres e de todas as pessoas negras.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Tatiana Dias Silva, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Já que ela falou do estatuto, eu vou falar só uma frasezinha...

O Presidente Lula me liga e me faz duas perguntas, lá atrás, muito tempo atrás, e, os estatutos, eu demorei quase 10, 15 anos, cada um, para aprovar: "Paim, como é que está o Estatuto do Idoso?". Eu digo: "Ó, está indo, Presidente". E ele: "Aí tu achas que já dá para aprovar com o texto atual?". Eu digo: "Eu acho que dá". E ele diz: "Então está bem, vamos botar o nosso time a trabalhar", e aprovamos.

O Estatuto da Igualdade Racial, também conversando com ele, ele disse: "Paim, eu sei que há alguma discordância ainda no movimento negro [e, de fato, havia discordância], mas vamos aprovar, né?". Eu digo: "Vamos, vamos aprovar sim". No dia da promulgação, no Itamaraty –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Estatuto da Igualdade Racial ultrapassa fronteiras, ele é uma bússola que pode ajudar o mundo todo na luta contra o racismo –, eu me lembro da fala do Presidente, como se fosse hoje. Ele disse: "Paim e outros companheiros que estão aqui, eu sei que não houve muito entendimento como nós gostaríamos, mas se vocês não entenderem a importância da sanção do Estatuto da Igualdade Racial hoje, daqui a cem anos vocês vão estar chorando. Ele vai ser a bússola a orientar o movimento negro". E ele sancionou, e todos bateram palma.

Então, tem muita coisa que aprovamos, mas tínhamos um Governo comprometido também com essas lutas e por isso aprovamos, tem que ser dito isso – tem que ser dito isso.

Vamos em frente. Falta agora a Sra. Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Ministério das Mulheres. (*Pausa.*)

A Estela não se encontra, então vamos avançando.

Vamos agora para a nossa mesa. Para as considerações finais, a Dra. Mia Costa, que iniciou, Gestora Pública, especialista em inteligência emocional e desenvolvimento humano. Considerações finais e, ao mesmo tempo, algum comentário sobre as perguntas.

A SRA. MIA COSTA (*Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora.

A SRA. MIA COSTA (Para expor.) – Então, aproveitando, eu gostaria primeiro de responder à pergunta do Fernando, do Mato Grosso. Ele pergunta: "De que forma o PL 1.025/2026 pode prevenir o feminicídio e melhorar a proteção às mulheres em situação de violência?" – eu acredito que essa pergunta alcance muitas outras perguntas que foram feitas.

Aqui fica muito nítido que as campanhas publicitárias são instrumentos muito fortes para promover, em primeiro plano, a conscientização. Depois, quando falamos da ampliação das redes para que elas cheguem na ponta, ou seja, alcancem lugares que hoje estão desassistidos de estrutura especializada, quando nós falamos de saúde, assistência e apoio social atuando juntos, essa mulher, essa família, ela tem uma condição de ser fortalecida. E mulheres fortes, mulheres fortalecidas emocionalmente, são mulheres que conseguem identificar e interromper o ciclo, ou não entrar nesse ciclo tóxico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui vítima de alguns tipos de violência. Eu venho de um lar, na minha infância, onde eu presenciei muitos tipos de violência, e eu decidi, a partir da minha adolescência, que eu não ia mais vivenciar isso, Senador.

A construção desse PL, juntamente com a Dra. Luciana – que está bem ali –, foi através de experiências vivenciadas. E o que isso significa? Que a nossa intenção é de que, quanto a outras famílias que perdem vínculos familiares, que são devastadas pela tragédia das vidas das mulheres interrompidas, o nosso entendimento é de que nós precisamos conseguir avançar.

A proposta do PL 1.025, de 2026, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, é uma perspectiva de evolução. A palavra é esta: transformação, evolução das políticas já existentes, para que elas não sejam mais descontinuadas, para que mulheres não sofram mais caladas e sem terem para onde recorrer, fugir ou serem devidamente acolhidas, como é a nossa perspectiva, de direitos merecidos pelo nosso Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns à Dra. Mia Costa, Gestora Pública, especialista em inteligência emocional, que é uma das mentoras – foi um grupo em que trabalharam juntos – desse projeto, que me deram, eu diria, a felicidade. Felicidade porque eu fiquei, pela recepção da sociedade, orgulhoso de ser o autor, mas, ao mesmo tempo, triste, porque tem que se fazer uma lei como essa, quando não deveríamos ter nenhum tipo de violência contra as mulheres.

A SRA. MIA COSTA – Mas eu posso fazer aqui uma observação?

Quando nós pensamos, Senador, não conseguimos entender que poderia ser alguém diferente do senhor, pela sua coragem e capacidade de ir tão profundamente nas estruturas, e o PL é uma política pública estruturante. Então ninguém, talvez... Assim, essa representação, esse nome, essa história construída ao longo de todos esses anos... Como a Dra. Luciana bem disse, o senhor tem uma característica, que é muito singular sua: o senhor é muito acolhedor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MIA COSTA – Isso nos dá esse acesso, a capacidade de você olhar e falar: "Caramba, tem uma trajetória, construiu com muita dignidade, mas também com muita acessibilidade, porque política é isso!". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Aí vocês provocam. Daqui a pouco eu vou ter que contar a história de como surgiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é exatamente pela sensibilidade, mas surgiu e deu certo. Está aprovado.

Agora, nós vamos concluir, porque todos precisam almoçar, inclusive nós. O gabinete nos chama – e eu falo abertamente dos fatos –, pois a Ulbra, uma universidade de Canoas, está fazendo um documentário sobre os 40 anos deste Parlamentar, e eles vieram para Brasília e precisam falar comigo hoje à tarde. A equipe toda está aí, contratada pela Ulbra, que é lá do Rio Grande do Sul.

Eu vou pedir, nesta forma simples, como ela aqui contou também parte da sua vida, por ser uma cotista... E eu digo com orgulho: você não sabe a minha satisfação, quando você e... Quem? O...

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – O Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Jorge. Eu estou sentadinho lá no Plenário, na minha cadeirinha, bem quietinho, acompanhando o debate e tal, vendo quando é que eu ia entrar, quando surgem os dois, o Jorge e ela: "Nós queríamos lhe dar um abraço, Senador Paim". Eu digo: "Ué...". Eu nunca os tinha visto, nunca tinha visto mesmo, nem mais preto, nem mais branco, como a gente brinca às vezes. Disse: "Sim, mas abraço por quê?". Eles: "Não, nós somos dois cotistas, nós passamos aqui, nós já viemos das universidades pelas cotas. Foram o senhor, o Presidente Lula e a Dilma que fizeram essa lei acontecer". Eu não acreditei de tanta alegria ao sentir ali, no Plenário, onde é a minha trincheira do bom combate (*Manifestação de emoção.*) um exemplo vivo de uma luta que nós todos travamos – não fui só eu, não foi só o Lula, enfim, alguns, nós todos travamos no dia a dia. E aí me deram um abraço. Então, só tenho a dizer obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem que, um dia, eu estava no Rio Grande do Sul, a OAB me faz uma homenagem, e botaram quem para falar? Uma cotista, uma mulher negra que virou juíza, uma juíza conhecidíssima lá. Ela disse: "Talvez o senhor não entenda...". (*Manifestação de emoção.*) Se ela estiver assistindo, ela sabe, eu não vou citar o nome dela. Ela disse: "Talvez o senhor não entenda quanto foi importante para milhões de negros, negras e brancos pobres". Alguns não entenderam até hoje que a cota também é para brancos pobres e vulneráveis – eu já conheci alguns que vieram me abraçar em alguns lugares em que eu estava, como vocês dois fizeram. Eu disse: "Como não entendo?". Ela disse: "É que, lá na minha casa, meu pai e minha mãe me diziam...". (*Manifestação de emoção.*) Foi lá na homenagem da OAB de Canoas, todos que estavam lá – e estava lotado – lembram o que eu estou falando. Ela disse: "Eles me diziam: 'Está vendo aquele homem ali, aquele homem negro? Ele chegou a Vice-Presidente do Senado da República. E você também pode chegar'". (*Manifestação de emoção.*) E ela disse que perguntou: "Mas como eu vou chegar?". E: "É que tem as políticas de cota. Ele foi um dos que trabalhou". Pois não fui só eu, é um movimento que veio de baixo para cima de outros tempos desde Abdias, mas quis a vida que eu estivesse aqui naquele momento de ser autor, Relator das políticas de cota. E o Presidente Lula deixou muito claro: "Aprovem aí que eu sanciono aqui". E isso aconteceu.

Luana, você aqui é parte dessa história. (*Manifestação de emoção.*) Ao longo da sua vida, onde você estiver, conte sempre com orgulho: "Eu sou cotista, sim!". (*Manifestação de emoção.*)

Políticas de cotas abrem portas em todos os lugares. E repito, para aqueles que não entenderam, que é para negros e brancos também. Você que pensa às vezes e diz assim – ela está filmando, por isso eu apontei para ela. Pode filmar, pode filmar que é bacana. Aqui, senão... Alguns dizem: "Não, mas agora eles só querem cota para negros e índios". Não é verdade, a lei é para os vulneráveis.

Eu conto às vezes uma história, uma história verdadeira: uma senhora me procurou, ela ganhava o salário mínimo, a filha dela era loira de olhos verdes e ela disse para mim – e se ela estiver ouvindo sabe que é a pura verdade: "Senador, minha filha queria muito ser veterinária, ela é da área rural". Eu disse: Sim, mas qual é o problema que tem? "Só que ela não pode na política de cotas". Nós estudamos, vimos. Eu disse: "Não, mas vocês leram errado, então. Ela pode, sim, entrar na universidade pela política de cotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi à universidade, na Ufrgs, lá do Rio Grande do Sul, disse que falou comigo. Eu disse a ela: "Sim, você tem direito. Quanto a tua mãe...". "A minha mãe é aposentada, ganha o salário mínimo". Preencheram tudo, e ela está no terceiro ano de Veterinária.

Quando me contam isso, claro que a minha emoção vem à flor da pele, porque é a história viva, né? E por isso eu passo a palavra a você para encerrar esta reunião, e quando você encerrar, nós vamos tirar uma foto com o nosso público aqui.

Vida longa a todos aqueles que defendem as políticas humanitárias, sejam brancos, sejam indígenas, sejam quilombolas, sejam negros, sejam migrantes, sejam imigrantes! Respeitem as mulheres!

Uma salva de palmas às políticas humanitárias!

Você vai encerrar. (*Palmas.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Tem um ditado popular que diz: "Deus escreve certo por linhas tortas", mas também a gente consegue ver aqui que Deus escreve certo por linhas certas.

Que bom, Senador, que o senhor não seguiu no futebol (*Risos.*) porque a gente já tem um Pelé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quando eu vi que não ida dar certo eu saí. (*Risos.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Porque a gente precisava de um Pelé aqui, porque a sua Copa é aqui dentro – são 40 anos! –, o teu Plenário é o teu campo. (*Palmas.*)

Então, ficamos muito felizes.

E vou aqui trazer algumas perguntas, principalmente aqui algumas manifestações, como a da Bianca, do Rio de Janeiro. Ela falou, então, sobre as artes marciais.

Sim, além das artes marciais, a gente precisa também pensar e refletir sobre os papéis cristalizados, papéis de gênero cristalizados, que associam a masculinidade à violência, esse é o fundo. Então, justamente para você se colocar nesse lugar a gente pode pensar nas meninas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, mas também a gente precisa pensar nos meninos, porque além da luta, nós mulheres também precisamos blindar a nossa mente. Então, além também das artes marciais, a gente também precisa... a Dra. Mia Costa trabalha com inteligência emocional. Então, as nossas meninas e meninos também precisam de inteligência emocional nesse sentido, para uma sociedade como essa em que a gente vive, tão desafiadora.

E no comentário da Suellen, do Mato Grosso, ela falou: "As mulheres poderiam ter acesso à saúde mental para [a] prevenção do feminicídio [e] ter atendimentos com psicólogas semanalmente".

Então, pensando nos grupos, na sugestão dos grupos nas escolas, dos grupos nas comunidades, para também pessoas que foram vítimas, mulheres e meninas que foram vítimas, mas também na prevenção, para que tenha rodas de escuta para mulheres, para meninos, para adolescentes e oficinas de comunicação não violenta, que eu acredito que é um ponto de desenvolvimento.

Agora, a pergunta do Eduardo, de Rondônia: "Por que o feminicídio segue crescendo mesmo com o avanço da legislação e das políticas de proteção?".

Acredito que a fala da Dra. Mia Costa, no seu início, trata de uma forma muito completa sobre essa questão de ampliar a rede da integração e do estruturamento. Então, justamente, ela traz muitos dados. Eu faço essa referência para que ele acompanhe, se não estiver acompanhando. Eu acho muito legal quando o cidadão participa. É que nem o Leandro, de Sergipe, vou falar aqui: "Precisamos de políticas públicas eficazes para combater o feminicídio e oferecer suporte [...] para quem precisa. Estamos acompanhando!" É isso mesmo, Leandro! Do que a gente precisa é que os cidadãos tenham um papel ativo de acompanhar pelo e-Cidadania.

Então, eu quero parabenizar a galera do e-Cidadania! Eu sou fã desse projeto, desde quando eu entrei aqui. Eu sou fã do e-Cidadania, porque é isto: faz a ponte do cidadão com o poder público, porque as pessoas veem o Senado de uma forma muito distante e o e-Cidadania tem essa possibilidade de você se aproximar. Então, continue acompanhando, continue participando, enviando seus comentários aqui, porque a construção da cidadania é algo ativo: se faz apenas com a participação do cidadão que vem, traz a sua voz aqui – porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos ouvi-la. Então, parabéns para o Leandro! Faço votos de que os cidadãos continuem acompanhando.

E, para finalizar, Senador, a gente vê esse cenário triste; é um cenário em que a gente vive também. Os dados que o Dr. Danilo trouxe, as notícias que todo dia... Todo dia, se você abre a sua rede social, se você liga a televisão – todo dia –, há uma notícia de um feminicídio e com requintes de crueldade que nem nos filmes de terror a gente consegue ver. Então, isso tem raiz na nossa cultura: uma cultura violenta, uma cultura de dominação. Mas, só que, olhando esse cenário, nós não devemos deixar de lutar e de sonhar. Lógico que a gente olha para um cenário desafiador, mas, aqui, olhando... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Conclua, você está falando em nome da Presidência.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Prometo que serei breve. Quando o político fala isso, ele não é breve; ele tem mais dez minutos de discurso, mas eu serei breve. (*Risos.*)

Então, nós, mesmo olhando para esse quadro desafiador, violento, não devemos deixar de sonhar, de lutar e de apresentar as nossas propostas, porque tem uma frase de Eleanor Roosevelt que diz: "O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos". E nós acreditamos que, em algum dia, a nossa sociedade... (*Palmas.*)

Nós acreditamos que, em algum dia, a nossa sociedade será de paz para as mulheres, paz na política.

Quero agradecer as palavras elogiosas da Senadora Damares, que acompanhou essa minha exposição. Porque é isso, gente, do que a gente precisa é de paz na nossa sociedade.

Então, parabéns, Senador Paulo Paim! Ele é um grande exemplo aqui desse trabalho de articulação de paz dentro do Congresso Nacional. (*Risos.*)

Já vou concluir.

Então, parabéns a todos! Agradeço o convite. Sinto-me muito honrada. Vou levar isto na minha memória como servidora – quando eu me aposentar –: este momento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos: à minha mãe, D. Vera; à minha irmã Letícia, que está aqui; e a todos que estão nos acompanhando!

Gratidão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Luana, quando eu falei isso – de você insistir, de terminar sendo uma cotista –, foi porque alguns companheiros e companheiras não me entenderam: eles entraram pelas cotas e não gostam de dizer que são cotistas. Mas por que não gostam? Eu fui cotista do Senai – fui cotista do Senai – e lá atrás não tinha cota oficial; mas tinha uma cota que, quem passasse no Senai para fazer curso técnico, ganhava um salário mínimo. E esse princípio eu trouxe aqui para dentro, no chamado Bolsa Permanência, que os cotistas ganham principalmente nas universidades.

Enfim, eu prometi que ela ia encerrar, e que eu não ia falar "Encerro a nossa audiência pública...".

Agradeço a todos que ficaram no plenário, todos que nos ajudaram como painelistas, tanto as mulheres como os homens, independentemente da posição de cada um. Foi um sucesso.

Nós lemos aqui algumas... mas foram milhares de pessoas que acompanharam esta sessão, viu? E a informação que eu recebi é que a maioria são homens, fazendo o cálculo por aquilo que chegou aqui pelo e-Cidadania. Isso é muito bom, mas queremos vida longa a todas as mulheres do Brasil e do mundo.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Hermes Klann. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 89/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Atenção integral às pessoas com fissura labiopalatina no Brasil, especialmente no que se refere ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e de suas famílias". Participantes: Marconi Delmiro, Médico – Cirurgião Plástico - Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Especialista em Cirurgia Reconstrutiva Craniofacial; Camila Rocha e Silva, Diretora Executiva da Smile Train Brasil e Regional para América Latina; Berenice Oliveira Leite Lacerda, Jornalista - Mãe de paciente; Cristiano Tonello, Representante do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais – HRAC/Centrinho da Universidade de São Paulo / USP; Bárbara Micheline, Mãe de paciente; Camila Carloni Gasparro, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Substituta, do Ministério da Saúde – SAES/MS; Gerson Wilder de Sousa Melo, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/DF; Ronei Lacerda de Andrade, Pai de paciente e representante da OAB; e Iracema Santos Andrade Rocha, Fonoaudióloga Especialista em Motricidade Orocervical - Representante do Conselho Federal do Fonoaudiologia – CFFa. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/22

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data de 22 de junho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 89, de 2026, de minha autoria, para debater a atenção integral às pessoas com fissura labiopalatina no Brasil, especialmente no que se refere ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, à organização da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde e à garantia de direitos das pessoas acometidas e suas famílias.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, teremos a honra de prestigiar os nossos convidados presentes e os que estão acompanhando a gente via *online* ou pela televisão com uma apresentação especial preparada para este momento. Convidamos para a execução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hino Nacional brasileiro: Juliana Souza Lima Verde, violinista; Lucas do Nascimento, pianista; Maria Anatália do Nascimento Silva, cantora.

Eu peço a todos que fiquem em pé em posição de respeito ao Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Linda! Que emocionante! Agradecemos aos artistas pela bela apresentação.

Na sequência, assistiremos a uma apresentação especial realizada por pacientes da rede de atendimento à fissura labiopalatina. Eu agora quero ver esta linda apresentação.

Atenção, Brasil! Esta é uma audiência pública em que a gente vai trazer o coração para esta audiência. Eu poderia apenas ter trazido os especialistas para debater o tema, mas a gente já percebeu que a gente tem que mexer nesta Casa também com o coração. Nós temos que mexer com o coração do povo brasileiro. O tema que nós vamos discutir hoje, infelizmente, ainda é um tema, por algumas autoridades, invisibilizado. O maior objetivo desta audiência é dar visibilidade ao tema. O maior objetivo desta audiência é dizer que essas crianças existem e que elas precisam, em 30 dias, mudar a vida delas. Vocês terão acesso a informações nesta audiência, a algumas informações chocantes, mas a muitas informações também que vão deixar o coração de vocês aquecido, porque nós estamos vendo um Brasil voltando a sorrir, graças muito à iniciativa da sociedade civil, das organizações que trabalham com o tema.

Mas a gente não quer ser só uma audiência para colocar o tema em debate, para mexer com o coração de todo mundo, não. Nós queremos sair daqui hoje, doutores, com encaminhamento. Nós gostaríamos de declarar – e eu quero que vocês acreditem nisso – que a partir de hoje a gente muda a história deste tema no Brasil. Eu quero declarar que a partir de hoje a gente vai dar um pontapé inicial a um novo tempo, e eu espero que vocês entendam que essa pode ser uma audiência histórica, um momento histórico para vocês cientistas, para vocês médicos, para vocês pacientes, para a sociedade. Então, nós vamos sair daqui hoje com encaminhamentos: o que precisamos fazer no Brasil quanto ao tema. Por que ainda encontro uma pessoa idosa com 84 anos de idade que não teve acesso à cirurgia ainda? Por que eu estou encontrando adolescentes no Brasil que ainda não tiveram acesso, jovens que não tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso? Nós vamos falar sobre este assunto, e nós queremos, hoje, mudar a história do tema no Brasil.

Então, agora, com muita alegria, nós vamos assistir a uma apresentação realizada pelos pacientes da rede de atendimento à fissura labiopalatina. Sejam bem-vindos, é uma alegria recebê-los aqui. (*Palmas.*)

Enquanto eles se organizam, eu informo ao Brasil que eles são pacientes da rede de atendimento à fissura labiopalatina aqui do Distrito Federal. É isso? Não? A violinista não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale aqui, no microfone. Fale aqui, só para a gente ouvi-la. Apresente a sua equipe.

A SRA. JULIANA SOUZA LIMA VERDE (Para expor.) – Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia!

A SRA. JULIANA SOUZA LIMA VERDE – Eu sou... Bom, eu fui paciente do Hran, fiz minha cirurgia no ano passado, sou fissurada – eu e o Calebe. Eu convidei também alunos meus e alunos do Centro Suzuki de Brasília, para estarem aqui, para conhecerem essa causa nobre e também conhecerem os pais. E vamos dar um presente para vocês nesta manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, lá na minha terra, a gente bate palma mais bonito. Vamos lá! Ê! (*Palmas.*)

Lindo! Quero agradecer à Professora. Que lindos, Professora, seus alunos. Obrigada!

A nossa segunda-feira estava fria, vocês aqueceram a nossa segunda-feira.

Muito obrigada, foi uma alegria. Muito obrigada mesmo, Professora.

Vamos voltar para o lugar. Se tiver algum assessor sentado, o lugar aqui é a preferência das crianças, o.k.?

Dando continuidade à programação, solicito agora à Secretaria a exibição do filme Jornada da Família.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O documentário que vocês viram retrata a história real e apresenta os desafios enfrentados por famílias brasileiras na busca pelo diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequados para pessoas com fissura labiopalatina. E, mais uma vez, vocês perceberam ali a participação da sociedade civil.

Nós vamos para o nosso debate e eu quero apresentar para vocês a primeira mesa.

E já quero informar que, depois que nós anunciamos, Dr. Marconi, esta audiência pública, nós recebemos contatos de instituições do Brasil inteiro: médicos, especialistas, cirurgiões, secretários de saúde. Se nós tivéssemos a oportunidade de trazer todos, nós teríamos aqui, na mesa, hoje, acho que umas 30 pessoas. Acredita nisso? Não imaginava que fosse chamar tanta atenção do Brasil uma audiência pública. Nós estamos via internet, e as perguntas não param de chegar. Desse modo, Dr. Marconi, é possível que a gente tenha que fazer depois a segunda, a terceira audiência.

Quem não pôde vir... Quero pedir desculpa a todos que estão nos assistindo, que fizeram contato e que queriam estar aqui na mesa. Nesta primeira audiência, a gente colocou apenas sete pessoas. Por quê? Porque nós sabíamos que teríamos criança no auditório, para não cansar as crianças, não cansar as famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas vão ter que sair correndo para ir para a escola daqui a pouco, mas a gente não vai encerrar neste debate.

Nesse sentido, eu quero apresentar a nossa primeira mesa, e teremos uma segunda ainda agora de manhã.

Compõe a primeira mesa – eu quero que vocês aplaudam com muito carinho –: Dr. Marconi Delmiro... (*Palmas.*)

... Médico, Cirurgião Plástico, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Especialista em Cirurgia Reconstrutiva Craniofacial. Dr. Marconi, que alegria recebê-lo. Obrigada. Eu preciso contar um segredo para vocês: é meu amigo. (*Risos.*)

Depois eu conto para vocês como é que eu conheci este homem. Eu sonhava em conhecer este homem, e não o encontrava. Sabia que ele existia, e não o encontrava. Depois eu conto para vocês como eu o encontrei. A partir de então, somos amigos, somos parceiros, e é uma honra, Dr. Marconi, estar contigo aqui.

Compõe a mesa também: Camila Rocha e Silva, Diretora-Executiva da Smile Train Brasil e Regional para a América Latina. Camila, seja muito bem-vinda! (*Palmas.*)

Está conosco também, nesta primeira mesa, a Berenice Oliveira Leite Lacerda, Jornalista, mãe de paciente. Berenice! (*Palmas.*)

Temos na mesa o Cristiano Tonello, representante do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, o Centrinho da Universidade de São Paulo (USP). Muito bem-vindo, Doutor! (*Palmas.*)

Olha o peso desta mesa! Talvez alguns dos senhores estejam perguntando por que esta audiência pública está acontecendo na Comissão de Direitos Humanos e não na Comissão de Saúde do Senado. Eu vou explicar: a fissura labiopalatina precisa ser discutida na perspectiva dos direitos humanos. O tema exige atenção especial, porque envolve grupos em condição de vulnerabilidade – recém-nascidos, crianças, adolescentes –, que dependem de atuação coordenada do Estado para terem acesso a cuidados especializados. O tratamento adequado demanda acompanhamento multiprofissional, contínuo, envolvendo cirurgia plástica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconstrutiva, odontologia, ortodontia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e outras áreas da saúde e também da educação, da cultura e do lazer.

O tema não se encerra numa sala de cirurgia; ele é transversal. Hoje a gente não vai discutir apenas o tratamento ou a cirurgia; nós queremos trazer para a mesa o debate sobre os direitos das famílias. Hoje nós queremos trazer para este debate aqui não apenas o médico, o remédio, a cirurgia, mas nós queremos trazer para o debate a violação de direitos que está acontecendo no Brasil inteiro. Se fosse só para falar do médico, do remédio, do tratamento, nós estaríamos na Comissão de Saúde, mas a gente quer fazer uma abordagem mais ampla do tema. Tipo: como é que está lá na ponta a liberação do tratamento fora do domicílio? Esse dinheiro está saindo logo? As famílias estão conseguindo sair das cidades pequenas para ir para o centro de referência para o tratamento, para a cirurgia? Quando saem, estão tendo o atendimento necessário? Estão sendo acolhidas? Estão sendo cuidadas? Quantos anos uma criança está ficando na fila, aguardando uma cirurgia? E quando esse pai sai com a criança para a cirurgia, para a cidade, especialmente da região ribeirinha, das cidades menores: como é que está o abono de falta desse pai e dessa mãe lá no trabalho? Nós queremos discutir tudo isso.

Nós queremos discutir também como é que a escola está lidando com as crianças. Como é que está a questão do *bullying* no Brasil? Como é que está a questão do preconceito? Nós queremos discutir nesta Comissão também. Não só o direito à reabilitação, à cirurgia, mas nós queremos saber como é que o mercado de trabalho está recebendo essas pessoas. Temos ou não temos preconceito? Temos ou não temos discriminação?

Então, hoje, nós vamos discutir de forma geral o tema e, claro, nós vamos debater como é que está, de verdade, a aplicação da Lei 15.133, de 2025, que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta pelo SUS de cirurgia reconstrutiva para a fissura labiopalatina.

E o que mais me deixa triste, Doutor, é que ela é de 2025! Deixem-me repetir: nós temos uma lei agora, 25 – 2025 –, que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta pelo SUS de cirurgia reconstrutiva para a fissura labiopalatina. Essa lei tinha que ter, no mínimo, 50 anos, mas ela foi promulgada agora, sancionada agora. Mas a pergunta é: só a sanção já resolveu o problema? Como ela está na prática?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, o nosso debate será também à luz dos direitos humanos, à luz da garantia dos direitos: primeiro, ao acesso à cirurgia; depois, ao tratamento; e em especial – eu quero muito que vocês tragam aqui para a mesa – à garantia da dignidade da pessoa humana. Nós não vamos fugir do debate da garantia da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, eu tenho a honra de passar a palavra, por dez minutos – mas, se precisar, pode passar, Doutor –, para o Dr. Marconi Delmiro, Médico Cirurgião Plástico, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Especialista em Cirurgia Reconstrutiva Craniofacial, o mais incrível cirurgião plástico do mundo, meu amigo. (*Palmas.*)

E vou dizer para vocês: que está aqui nos bastidores do Congresso o tempo todo provocando. Essa lei foi realidade porque o Dr. Marconi ficou brigando aqui no Congresso Nacional para que ela acontecesse.

Então, Dr. Marconi, seja muito bem-vindo. O senhor tem seus dez minutos.

O SR. MARCONI DELMIRO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer a oportunidade à nossa querida Senadora Damares Alves e, antes de entrar em detalhes científicos, eu queria só fazer um relato do meu dia a dia no hospital, nas minhas histórias, contextualizar com o filme que acabamos de ver aqui, porque, de fato, emociona muito a história do William Levy.

Bom, um bom-dia especial aos familiares dos nossos pacientes com fissura labiopalatina.

Então, vocês acabaram de assistir à história dessa família. Hoje eles estão aqui conosco – depois nós vamos apresentá-lo, Senadora.

Eu tive o privilégio de recebê-lo no Hospital Regional da Asa Norte, onde eu trabalho, e eu me lembrei muito, vindo até a gente, de muitas outras famílias que conheci ao longo da minha trajetória como cirurgião, jornadas que enfrentaram, dificuldades. Com esses anos todos de exercício da medicina, de cirurgião, existem realidades de crianças que nunca deixo de acompanhar e deixam memórias indeléveis, inesquecíveis. Eu recebo famílias que percorrem horas, às vezes dias, como você bem sabe, em todas as regiões, na dimensão deste país continental; como você contextualizou aí, deixam para trás o trabalho, a casa, a rotina, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os outros filhos – e eu acho que é a maior dor a mãe ter que se separar, independentemente do motivo, dos seus outros filhos –, para buscar tratamento de uma criança com fissura labiopalatina. As famílias chegam cansadas, preocupadas e – por que não dizer? – assustadas, mas chegam carregando algo muito poderoso, que é a esperança de saber que seus filhos terão oportunidades de que possam se desenvolver plenamente, de que possam construir o próprio futuro.

E foi olhando, de fato, para essas famílias que eu e tantos colegas decidimos fazer o caminho inverso, né? Passamos a percorrer o Brasil, através de missões, compartilhando conhecimento, obviamente aprendendo muitas coisas com outros cirurgiões, outras equipes formadas durante esse período, para poder oferecer ajuda a essas famílias que não tinham acesso a serviços especializados. Obviamente, o ideal é que menos crianças precisem cruzar o país para que essas famílias sejam atendidas, que elas não precisem largar tudo no meio do caminho. Mas preciso ser honesto com vocês, isso não é solução. Podemos montar missões, ir até determinados locais, operar, mas e depois, como é que ficam essas crianças, essas famílias? A gente diminui um pouco a dor naquele momento, mas não muda a realidade.

E também lembro que não é sustentável e não pode depender só da gente. Porque, quando eu recebo um bebê, como aquele que vimos no vídeo, eu não penso apenas na cirurgia, obviamente. Eu penso na vida que está pela frente, no primeiro dia de escola que o Levy terá, nos primeiros amigos, na confiança que essa criança vai construir, nos sonhos que vai desenvolver, na pessoa que ele vai se tornar, nesse cidadão. Os primeiros anos de vida importam sobremaneira, e garantir que uma criança tenha a oportunidade de se desenvolver plenamente desde a primeira infância não é apenas uma questão de saúde, é uma questão de dignidade, de inclusão, de direitos humanos, como você bem falou aqui.

Eu nunca vou esquecer um jovem que conheci ainda bebê. Anos depois, ele voltou para me visitar numa consulta e veio falar que foi aprovado na universidade. Não precisa falar da minha alegria, né? Naquele momento, ele praticamente não precisou dizer nada, o olhar dele dizia tudo, porque naquele olhar não havia medo, não havia insegurança; havia confiança, havia dignidade, havia, sim, futuro. Quando olhei para ele, não pensei apenas na universidade, pensei em tudo o que veio antes, ainda bebê, toda a trajetória da família, e naquela criança, que ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sabia de nada, não tinha noção de como seria a sua vida se não houvesse a intervenção cirúrgica, obviamente; nas oportunidades que recebeu ao longo do caminho.

Eu quero esse olhar para toda criança com fissura labiopalatina no Brasil, mas eu não consigo garantir isso sozinho. Nenhum médico consegue, nenhuma equipe consegue, por mais que nos esforcemos. O que pode mudar essa realidade não está nas nossas malas de viagem, saindo de Brasília, indo para outros estados ajudar em cirurgias, em mutirões, etc.; está aqui nesta sala, porque nesta sala estão reunidos famílias, pacientes, profissionais de saúde, hospitais, organizações da sociedade civil e representantes do poder público.

Cada um de nós chegou aqui com uma história diferente, uma responsabilidade diferente, mas com a mesma convicção: a de que nenhuma criança deve ter seu futuro determinado pelo lugar onde nasceu. Essas famílias acreditam nisso. Os profissionais que dedicaram suas vidas a essa causa acreditam nisso. As organizações que trabalham todos os dias por essas crianças também acreditam nisso. E eu acredito que, quando escolhermos caminhar juntos, podemos transformar essa realidade. Que um dia toda criança possa receber o cuidado que precisa próximo da sua casa, no seu estado, na sua capital, próximo à sua cidade, no tempo certo, ao lado da sua família, ao longo de sua jornada!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, ele foi certinho no tempo dele.

Vai continuar ou não? Meu Deus, que alegria!

Nós vamos ter a honra de ouvir agora a Camila Rocha e Silva, Diretora-Executiva da Smile Train Brasil e Regional para a América Latina.

Camila, antes de você falar, eu vou fazer o registro de algumas pessoas que estão aqui.

Está aqui presente uma instituição chamada Atini Voz pela Vida, que trabalha com indígenas. Eu vou contar um segredo para você: eu sou a fundadora da instituição.

Eu queria que o pessoal da Atini levantasse a mão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha! Eles me expulsaram lá da instituição. Depois que eu virei Ministra, me expulsaram e não posso mais participar.

Mas é uma das instituições que é parceira do Dr. Marconi – foi nessa jornada que eu o conheci – e que traz as crianças com fissura labiopalatina para a cirurgia; faz busca ativa e, junto com o Dr. Marconi, tem salvado a vida dessas crianças, porque não é fácil uma criança viver em área indígena com a fissura labiopalatina, especialmente na hora da alimentação, porque a base da comida dos povos indígenas é o beiju, é a farinha. Imagina como essa criança consegue se alimentar: com muita dificuldade. Então, a Atini está aqui. Nós temos casos lindos na Atini, histórias incríveis.

Eu sei que tem uma pessoa de Marabá também que representa... Aqui! Seja muito bem-vinda. Só fala seu nome para a gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ana Paula, Presidente do Instituto Sorriso Legal. Muito obrigada, Ana Paula, por estar conosco.

Está com a gente também a Adriana Tschernev – eu só não sei pronunciar seu nome. Cadê a Adriana? A Adriana é da Operação Sorriso do Brasil. Bem-vinda, Adriana! (*Palmas.*)

Nós vamos continuar registrando a presença dos nossos convidados.

Camila, dez minutos para a sua apresentação.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Está funcionando o microfone?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA – Bom dia, Senadora Damares Alves. Cumprimento também os Parlamentares presentes, representantes do poder público, pacientes, familiares, profissionais da saúde, hospitais parceiros, conselhos médicos e todos aqueles que dedicam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus dias a cuidar, acolher e transformar vidas. É uma honra representar a Smile Train nesta audiência pública.

A Smile Train é a maior organização do mundo dedicada exclusivamente ao tratamento da fissura labiopalatina. Há 26 anos, trabalhamos em mais de 70 países, ao lado de governos, hospitais e profissionais de saúde, para garantir que crianças tenham acesso a tratamento seguro, multidisciplinar e gratuito no tempo certo e o mais próximo possível de suas casas.

No Brasil, essa atuação se traduz em aproximadamente R$150 milhões investidos no fortalecimento do atendimento, por meio de uma rede de 32 centros de tratamento parceiros, presentes em 24 estados e no Distrito Federal.

Desde a sua criação, a Smile Train fez uma escolha muito clara: fortalecer a capacidade local e caminhar ao lado dos sistemas públicos de saúde. Em vez de trazer médicos estrangeiros para missões cirúrgicas pontuais em áreas vulneráveis, decidimos trabalhar lado a lado com o SUS, investindo no fortalecimento de hospitais públicos e especializados, doando equipamentos e tecnologia, financiando parte do tratamento, transferindo conhecimento e melhores práticas, apoiando também a formação de profissionais de saúde e fortalecendo equipes multidisciplinares capazes de acompanhar cada paciente ao longo de toda a sua jornada de cuidado – como a Senadora já mostrou para a gente que é uma jornada longa, o vídeo, a família do William Levy e tantas outras histórias que a gente conhece. Isso significa apoiar uma rede que já existe, ampliar sua capacidade de resposta e garantir que mais crianças tenham acesso ao tratamento de que precisam.

Nossa capilaridade nacional também nos permite acompanhar de perto a realidade de milhares de famílias brasileiras em busca de tratamento, os avanços conquistados, as soluções que funcionam e os desafios que ainda precisam ser superados. É essa experiência acumulada ao longo de mais de duas décadas, ao lado de governos, hospitais e profissionais de saúde no Brasil e no mundo, que nos traz aqui hoje.

Quando falamos sobre fissura labiopalatina, estamos falando de uma jornada que pode acompanhar uma criança por quase 20 anos. Uma jornada construída, como já citada, por cirurgiões, enfermeiros, dentistas, ortodontistas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos e tantos outros especialistas que trabalham juntos não apenas para garantir uma cirurgia bem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucedida, mas para assegurar uma reabilitação completa, a inclusão socioeconômica e uma vida plena.

Estima-se que entre 4 mil e 5 mil crianças nascem com fissura labiopalatina todos os anos no Brasil, mas esse número conta apenas uma parte da história, porque, quando uma criança nasce com fissura, toda uma família inicia essa jornada: pais, mães, irmãos, avós, cuidadores, pessoas que reorganizam suas vidas, suas rotinas e seus sonhos para garantir que aquela criança tenha acesso ao cuidado de que precisa. Se considerarmos apenas a criança e três familiares diretamente envolvidos nessa trajetória de 20 anos, estamos falando que cerca de 300 mil brasileiros vivem hoje os desafios, as responsabilidades e as esperanças que fazem parte desse percurso. Então, a gente está falando que hoje, no Brasil, 300 mil pessoas estejam passando por isso: a criança e três familiares, ao longo de 20 anos, nascendo 5 mil crianças por ano.

Então, por trás desses números, existem pessoas, existem famílias, existem momentos marcantes da vida: a primeira foto sorrindo, o primeiro dia de escola, a primeira amizade, o aprender a ler e escrever, a autoestima na adolescência e a entrada no mercado de trabalho, toda uma trajetória que pode ser comprometida se o atraso no tratamento acontecer. É por isso que acreditamos tão profundamente na mensagem que une todos aqui hoje presentes: 30 dias mudam 20 anos.

Os primeiros dias após o diagnóstico são decisivos. É nesse momento que as famílias mais precisam de orientação, acolhimento e acesso a uma equipe especializada, porque a fissura é uma condição tratável, mas com uma complexidade muito maior do que uma cirurgia. Muitos bebês enfrentam dificuldades para se alimentar e ganhar peso, como vimos no vídeo do William Levy. Com acompanhamento adequado desde o início, esses desafios podem ser manejados precocemente, sem se tornarem barreiras para as etapas seguintes do cuidado. E este é apenas um exemplo: o exemplo da dificuldade da alimentação no momento do nascimento até a primeira cirurgia.

O momento adequado para cada intervenção, a preparação para cirurgias primárias, o acompanhamento de desenvolvimento da fala e da dentição, a reabilitação para o início escolar, tudo isso depende de orientação especializada no tempo certo. Quando uma criança consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse acesso rapidamente, não está apenas recebendo o encaminhamento, está recebendo conhecimento, planejamento, segurança e uma rede de apoio para percorrer os próximos 20 anos, da primeira infância ao mercado de trabalho.

O acesso precoce reduz a angústia das famílias, evita deslocamentos desnecessários e minimiza os impactos emocionais, sociais e financeiros que acompanham toda essa jornada. E isso beneficia não apenas as famílias, mas também o Estado, porque começar o tratamento no tempo correto custa muito menos do que remediar complicações no futuro, complicações que pressionam não só o sistema de saúde, mas também a educação e assistência social. Por isso, quando falamos em garantir o primeiro atendimento especializado em 30 dias, estamos falando de muito mais do que um prazo, estamos falando de garantir a cada criança o direito de crescer com dignidade, saúde e as mesmas oportunidades que qualquer outra criança brasileira.

O Brasil possui todas as condições para se tornar uma referência mundial no cuidado às pessoas com fissura labiopalatina. É o caso do Centrinho de Bauru, presente nesta audiência, uma das maiores referências mundiais em tratamento da fissura labiopalatina. Olhem que dado interessante: em volume de pacientes atendidos, o Centrinho está equiparado aos maiores centros do mundo, localizados na Índia, um país com uma população entre seis e sete vezes maior que a nossa. Isso não é coincidência, é intencionalidade e vocação brasileira em liderar.

Como dito pela Senadora, a Lei Federal 15.133, assinada em 6 de maio de 2025, representou um avanço histórico: garantiu o direito ao tratamento integral das pessoas com fissura labiopalatina pelo SUS e reconheceu a importância de uma jornada de cuidado coordenada, multidisciplinar e contínua.

Temos a capacidade, temos os parceiros e temos agora essa lei. Agora é o momento de dar o próximo passo. Por isso, pedimos que o Ministério da Saúde regulamente, por meio de portaria, o prazo máximo de 30 dias entre o diagnóstico e o primeiro atendimento especializado.

Estamos pedindo algo viável. Existem experiências, em nível municipal, que já demonstram que, se todos os atores aqui presentes trabalharem em estreita colaboração, será possível transformar iniciativas de cidades em um sistema capaz de alcançar todas as crianças brasileiras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todos os cantos do país, uma regulamentação que transforma um direito conquistado em lei em garantia real na vida de quem mais precisa.

A união entre o Ministério da Saúde, o poder público, os hospitais especializados, os profissionais de saúde, as sociedades médicas e a organização da sociedade civil é uma combinação poderosa, capaz de gerar escala, ampliar acesso e transformar vidas de forma permanente.

Coloco à disposição desta Casa nossa sólida experiência no Brasil, nossa experiência global, nossa rede de parceiros e nossa capacidade de apoiar a formação de profissionais e de transferir tecnologia e inovação para o fortalecimento do sistema público de saúde. Estamos prontos para continuar trabalhando lado a lado com o Estado brasileiro para garantir que nenhuma criança seja privada do cuidado de que precisa, por falta de acesso ou por demora no encaminhamento, porque toda criança merece a oportunidade de viver plenamente seu potencial e porque, agindo no tempo certo, não transformamos apenas os próximos 30 dias; transformamos os próximos 20 anos de uma criança, de uma família e, juntos, de todo o Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que fala, Camila! Uau!

Eu fico imaginando que essa sua fala vai ser replicada muitas e muitas vezes. Deixe-me dizer uma coisa para vocês: a quem não está assistindo agora, esta audiência vai ser replicada inúmeras vezes na TV Senado, mas, para além disso, pesquisadores, estudantes, médicos depois visitam esta audiência para buscar as apresentações de vocês, para estudar. Uma audiência dessa gera TCC de graduação, tese de mestrado, tese de doutorado. Você trouxe uma tese!

Então, assim, eu estou muito feliz – muito feliz! – e quero te dizer que nós vamos ter o primeiro encaminhamento já da audiência. Você pediu, na sua fala, que o Ministério da Saúde regularmente... Repete.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA – Pedimos que o Ministério da Saúde regularmente, por meio de portaria, o prazo máximo de 30 dias entre o diagnóstico e o primeiro atendimento especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Vai ser a indicação encaminhada, entre hoje e amanhã, direto ao Ministério da Saúde, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, fruto desta audiência pública. Uma indicação da Comissão, o.k.?

Mas eu quero informar que o Ministério da Saúde vai participar da audiência. Nós vamos ter um expositor aqui, representando o Ministério da Saúde, que vai entrar na segunda mesa.

Muito obrigada, Camila.

Inclusive, quem vai falar, daqui a pouco, é uma Camila também, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada à Saúde – Substituta, do Ministério da Saúde. Estamos ansiosas para te ouvir, Dra. Camila, mas, primeiro, você vai ouvir quem está aqui; ainda vai ouvir os nossos pedidos, primeiro.

Na sequência, nós vamos fazer uma mudança de fala, Dr. Cristiano. Eu vou passar a palavra à Berenice Oliveira Leite Lacerda, que é Jornalista, mãe de uma paciente, porque a nenenzinha dela está ali pedindo colo.

Então, a gente vai ouvir a Berenice, depois a gente ouve o Dr. Cristiano. E a gente já vai formar a segunda mesa.

Berenice, você tem dez minutos. É uma alegria ter você com a gente, Berenice.

A SRA. BERENICE OLIVEIRA LEITE LACERDA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos.

Eu não escrevi discurso porque eu imaginei que, por ser jornalista, eu não ia ter dificuldade para poder contar um pouquinho da história do Bernardo, mas eu confesso que o meu maior desafio hoje é segurar o choro, porque, só de ver a história do William, eu já caí em lágrimas. Mas vamos lá, vou tentar.

Para começar, eu queria pedir para a gente colocar algumas fotos que eu trouxe do Bernardo, de quando ele nasceu e de como ele está agora. Pode colocar a primeira para a gente, por favor? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bernardo foi diagnosticado já na segunda morfológica, com cinco meses de gestação e eu confesso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Berenice, como nós temos muita gente assistindo, gente de todos os lugares do Brasil, explica o que é morfológica. (*Risos.*)

A SRA. BERENICE OLIVEIRA LEITE LACERDA – Olha aí o Bernardo quando nasceu. Eu me lembro muito deste dia porque a gente tinha uma expectativa de saber qual ia ser o tamanho dessa fenda. A gente não conseguiu ver isso naqueles exames 3D, 4D, porque ele sempre colocava a mãozinha, colocava bem onde tinha a fenda.

O exame morfológico é um exame muito importante, que todas as mães devem fazer, justamente para já tentar identificar qualquer tipo de malformação, síndromes, enfim, é um exame mais detalhado.

Na segunda morfológica, como eu disse, ali, durante esse pré-natal, o médico identificou ali que ele tinha essa fenda. Então, para nós, assim, isso foi algo que mexeu muito conosco. Eu, como mãe, já conversava com outras e me lembro que o sentimento era de culpa. A gente pensava assim: "Será que eu fiz alguma coisa? Será que eu tomei algum remédio? Por que será que isso está acontecendo?". Mas, depois, a gente vai entendendo que, na verdade, são planos que Deus coloca na nossa vida. E hoje eu agradeço muito por ter o Bernardo na nossa vida. (*Manifestação de emoção.*)

Pode passar para a próxima foto.

Olhem ele aí, com três meses. Lindo, não é? Eu acho esse sorriso lindo.

Pode passar para próxima.

O Bernardo fez a cirurgia dois meses depois.

Essa foto aí é no dia da cirurgia. E a gente estava muito feliz. Ele já estava com cinco meses e foi o Dr. Marconi, inclusive, que fez a cirurgia.

E, depois da cirurgia, olha só como é que ele ficou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Perfeito! Ele já era perfeito, mas ficou ainda mais, só realçou a beleza dele – não é, Dr. Marconi? –, como a gente diz.

Bom, como eu conheci o Dr. Marconi?

Eu tenho um sobrinho de 13 anos. Há 13 anos, a informação que a gente tem hoje era muito mais escassa, o acesso... Nós éramos do interior de Mato Grosso. E foi justamente lá no Centrinho onde meu sobrinho fez a cirurgia dele. Só que, voltando ao tema da audiência de hoje: por que o diagnóstico precoce é importante? No caso do meu sobrinho, não teve, porque a fissura dele foi no ceuzinho da boca. Então, não sei se não era identificável, mas, à época, isso não aconteceu.

E, mesmo depois que ele nasceu, não foi identificado, pelo médico que fez ali o parto, o obstetra, que o céu da boca dele estava aberto. Então, quando ia mamar, ele não conseguia. Isso gerou uma angústia muito grande para minha irmã, para todos nós da família, porque o bebê não conseguia se alimentar. E só depois de duas semanas quase, a minha mãe, no caso, a avó, que percebeu que tinha ali uma fenda no céu da boca e não permitia que ele pudesse se alimentar direito. Então, ali que a gente começou a buscar informação e que o Gustavo, na época, foi buscar uma cirurgia. Imagina, ele saiu do interior de Mato Grosso para São Paulo, e deu tudo certo. Graças a Deus, ele fez a cirurgia na época. É uma cirurgia muito delicada no céu da boca, porque o neném tem que se alimentar. Só que, depois disso, os pontos não fecharam direito.

E quando o Gustavo estava com 8 anos de idade, ele estava com a fala totalmente comprometida, anasalada, e a gente não conseguia compreender direito o que ele falava. E aí, como eu já estava morando aqui em Brasília, fui ao Hran para buscar uma alternativa, no caso de uma nova cirurgia, enfim. E aí eu conheci o Dr. Marconi lá – é um anjo na nossa vida –, que nos contou a realidade do sistema público de saúde naquele momento. Foi bem na época da covid-19. A fila de espera estava enorme e não tinha, naquela época, perspectivas de cirurgia. Justamente por causa da covid, o hospital não era um local para se estar frequentando. Então, essas cirurgias foram suspensas por um bom período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ali eu conheci o Dr. Marconi, com quem fiz amizade. Mal imaginava que, anos depois, o meu filho também ia nascer com a fissura labiopalatina. Eu me lembrei dele na hora em que veio o diagnóstico, sabe? Aí eu tinha o número dele no meu telefone e liguei para o Dr. Marconi, que me deu um conforto muito grande naquele dia, sabe? Ele, desde o início, falou: "Confia em Deus, vai dar tudo certo! Conta comigo." Ele me acompanhou do quinto mês de gestação até os dias de hoje. Ele é um médico fora da curva, porque ele trata cada paciente com muito amor. Não é só mais um nome, não é só mais um bebê que ele está operando. Não. Eu converso com todas as mães que têm pacientes com o Dr. Marconi e elas dizem mesma coisa.

Aí foi assim. Quando ele nasceu, o Dr. Marconi foi lá no hospital já para vê-lo no primeiro dia. Tivemos a oportunidade de fazer um plano de saúde para ele. Não que nós tenhamos recursos, assim, que a gente ganhe muito bem, mas foi um esforço da família, porque a primeira coisa que eu pensei foi nesse sentido de ele fazer a cirurgia o quanto antes para a gente poder dar todo o suporte de que ele precisa. Eu não sabia quando ele ia poder fazer essa cirurgia numa fila de espera. Então, ele teve esse suporte.

E aí tem uma coisa muito importante também desse diagnóstico precoce que é o exame genético. Quando você faz o exame genético, você tenta descobrir por que o bebê veio assim, com essa malformação. A gente fez o exame genético e deu que ele tinha uma síndrome. Com aquilo, para mim, caiu o meu chão duas vezes, porque é uma Síndrome que se chama Patau. E no dia em que eu recebi o resultado desse exame da síndrome, eu estava dentro do carro, com o meu marido dirigindo, e a gente olhou ali o que significava a Síndrome de Patau. Dizia que era uma síndrome incompatível com a vida, que o meu filho provavelmente não ia passar do primeiro ano de vida.

E aí, depois disso, eu fiquei pensando: "Meu Deus, eu estava ali preocupada com uma fissura, e agora eu estou com um problema muito maior. Como é que eu vou lidar com isso?". Tudo que eu queria era ter o meu filho vivo.

E é por isso que eu volto a falar: essa questão da cirurgia, para a mãe, a gente não vê fissura, a gente já o vê com esse sorriso perfeito, maravilhoso. Só depois de ver que eu poderia ter um desafio muito maior, eu vi o quanto isso era pequeno. Eu estava reclamando de algo que... Meu Deus, eu só queria ter meu filho vivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, graças a Deus, o Bernardo já passou de um ano de vida. Ele é um mosaico, ou seja, ele tem parte das células com síndrome e outra parte das células são normais. Então, ele faz todo o acompanhamento com uma equipe multidisciplinar, e eu acho que é muito importante, neste momento... Concordo, viu, Senadora Damares, porque 2025 é um ano muito tardio já para a gente ter isso como lei ,e a gente precisa avançar agora, porque isso tem que ser também considerado... Já é considerado como uma deficiência física, mas no sentido de dar o suporte para os pais, principalmente para as crianças que moram em lugares distantes. Graças a Deus, eu moro na capital, que é referência – hoje é referência. O Dr. Marconi é um dos melhores médicos do país, senão o melhor. Mas e quem mora no interior, lá no Pará, no Amazonas, enfim, em regiões mais distantes?

Então, eu acredito que ser considerado uma deficiência física é justamente para que os pais possam buscar esse amparo, porque vocês viram a história do William, eles saíram, deixaram tudo, deixaram seus empregos... E como é que essa família vai se autossustentar e cuidar desse bebê ao mesmo tempo? A gente precisa avançar nesse ponto, no sentido de conseguir um BPC, porque, no meu caso, graças a Deus, eu tive uma pessoa de confiança e consegui voltar a trabalhar, porque, se eu não volto a trabalhar, como é que eu ia ter condições de ajudar a pagar um plano de saúde junto com o meu marido? Cada família tem a sua realidade.

Eu tenho ciência, hoje, de que a minha missão é essa, é pedir por aqueles que não tiveram o acesso que eu estou tendo, e eu sei muito bem quais são as dificuldades que essas famílias enfrentam.

Então, fica aqui também o meu pedido, para que a gente avance nesse sentido, porque ser considerado uma deficiência física não é motivo de vergonha, de jeito nenhum. Isso é um motivo de se orgulhar, porque nós somos mulheres. Se nós recebemos essa missão, é porque a gente dá conta, e eu, como jornalista hoje, faço voz de algo que eu jamais imaginava que eu ia passar, mas hoje eu agradeço a Deus, porque eu sei que a história do Bernardo pode inspirar tantas outras, assim como eu também posso ser uma jornalista que agora não fala só de política, mas também leva essa bandeira junto comigo; e estou aqui, claro, para trazer essa história para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila. Obrigada, Berenice.

Que Deus abençoe o Bernardo. Se você quiser sair da mesa, você fique bem à vontade, eu sei que tem uma bebê chamando-a ali, desesperada.

Para substituir, no lugar da Berenice, eu queria chamar uma mãe para ficar aqui na mesa com a gente, que vai ter a fala em seguida, que é a Bárbara Micheline.

A Bárbara está aqui? Venha cá. Está sem nenê, né, Bárbara? Então, venha para mesa.

Ela é mãe de paciente.

Vamos aplaudir a Bárbara, gente? (*Palmas.*)

Vamos agora passar a palavra para o Dr. Cristiano.

Vocês viram que nós colocamos um médico, alguém da sociedade civil, uma paciente, e vamos ouvir agora outro especialista.

Mas, Doutor, deixe-me contar uma coisa. O senhor vai ficar impressionado – e todos vocês.

A lei que nós estamos celebrando, que foi sancionada em 2025, para vergonha de todos nós, nasceu em 2015. Ela nasce na Câmara, em 2015, e vai tramitando – dez anos tramitando entre Câmara e Senado. Ela nasce como Projeto de Lei 1.172, de 2015. Eu era só uma assessora nesse período, e a gente caminhava – lembra Doutor? – nos corredores para a aprovação.

Depois – se vocês quiserem pegar a ficha de tramitação –, olhem só as idas e vindas... Ficava por anos na gaveta de Parlamentares, por anos na gaveta de Comissões. Ela chega em 2019 ao Senado; volta para Câmara; volta para o Senado. Em 2023, volta para o Senado, aí eu já era Senadora, e disse "não, esse negócio tem que virar lei". Aí a gente teve, aqui no Senado, o voto espetacular da Senadora Ivete, que fez toda a diferença, e, em 2025, a gente teve a lei sancionada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vocês conseguem entender o Congresso Nacional demorar dez anos tramitando uma lei que obrigava o Estado a garantir o atendimento integral às pessoas com fissura labiopalatina?

Repete a palavra que a senhora falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma vergonha, doutora, porque eu já vi lei passar aqui em três meses – as de interesse de grupos econômicos –, aí uma lei dessa demorar dez anos tramitando... E, agora, ela está sancionada, mas estamos pedindo a regulamentação ainda – a essa altura. Então, eu confesso para vocês que dá tristeza. Dá tristeza o que alguns representantes do povo fazem nesta Casa.

Nós vamos ouvir agora, com muita alegria...

Doutor, estão chegando perguntas de todo o Brasil.

Eu vou ler. Quem sabe alguma dessas perguntas o senhor consiga responder.

Henrique, do Distrito Federal. Esta aqui vai para o Ministério da Saúde: "Como a regulação do SUS priorizará pacientes dentro da janela ideal de intervenção cirúrgica?". Os 30 dias, não é?

Eduardo, de Rondônia: "Há medidas que objetivem atingir pessoas com fissura labiopalatina em populações isoladas e de maior carência?".

Marilene, do Distrito Federal: "O Estado de Alagoas já reconhece pessoas com fissura labiopalatina como pessoas com deficiência. Por que o Governo Federal não?".

Giovanna, de Pernambuco: "Como os responsáveis e as pessoas com CID Q37 em situação de desproteção social conseguirão realizar o tratamento fora de seu [...] [domicílio]?".

Vocês estão vendo que as perguntas estão vindo do Brasil inteiro?

Alessandra, do Rio Grande do Sul: "Como será o encaminhamento aos centros especializados para tratamento? Os pacientes terão ajuda de custo ou estadia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suzany, de Roraima – lá de Roraima –: "O SUS pretende ampliar a oferta de ortodontia e reabilitação protética para pessoas com fissura labiopalatina?".

Fernando, de Mato Grosso: "Como garantir diagnóstico precoce e acesso a tratamento multidisciplinar no SUS para fissura labiopalatina em todas as regiões?".

Melca, lá do Maranhão: "Como as famílias podem conseguir mais rápido o tratamento para crianças com fissura labiopalatina pelo SUS?".

Henrique, do Distrito Federal: "Como a regulação do SUS priorizará pacientes dentro da janela ideal de intervenção cirúrgica?".

Eu já tinha feito essa pergunta.

Então, observem que estão vindo perguntas de todos os lugares do Brasil. Se alguma, Doutor, o senhor puder responder? Senão, eu acho que a maioria delas estão direcionadas ao Ministério da Saúde.

Bem-vindo, Doutor. Obrigada por estar conosco nesta manhã.

O SR. CRISTIANO TONELLO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a Senadora Damares pela oportunidade. Nada melhor para ilustrar sua sensibilidade com esse tema, ao priorizar uma mãe falar antes do profissional. Isso mostra sua sensibilidade com o tema.

Ao cumprimentá-la, cumprimento todos aqueles que estão envolvidos e são do poder público. Da mesma forma, cumprimento meu colega, o Dr. Marconi Delmiro, e agradeço a ele por uma atuação que já foi exaltada aqui. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os profissionais de saúde, os mais diferentes médicos e não médicos que estão envolvidos na fissura labiopalatina. Ao cumprimentar a Camila Rocha, cumprimento todos aqueles que, junto com o poder público, estão tentando ajudar essas famílias e dar suporte para que o atendimento chegue aos diferentes rincões deste país. E cumprimento a Bárbara e a Berenice, que representam as famílias, os pacientes, que são o nosso propósito maior de estarmos aqui.

Eu gostaria de compartilhar uma apresentação. Eu tenho aqui uma tarefa bastante difícil, mas, ao mesmo tempo, que me traz grande satisfação, que é representar um centro – pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar, eu tenho aqui –, que é o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais. Este é o hospital em Bauru, que completa, no ano que vem, 60 anos. É um hospital dedicado à fissura labiopalatina.

Como a Senadora Damares bem falou, é um tema que, além de assistência, permite – talvez seja isso o grande diferencial da nossa instituição ao longo desses 60 anos – associar assistência com pesquisa, tentar entender e ajudar todos aqueles que, de alguma forma, trabalham com fissura labiopalatina e anomalias craniofaciais no país.

É curioso porque o Centrinho, Senadora, completa 60 anos, e esse número de 1 para 650 nascidos vivos se mantém até hoje na literatura. Ele foi expresso pela primeira vez em Bauru por meio de uma pesquisa que gerou o nosso hospital, em que se identificou em escolas um número de 1 para 650, que nós observamos até hoje e mais do que isso: essa motivação fez com que esse hospital fosse criado no dia 24 de junho de 1967. Vinte e quatro de junho, não por acaso, é o Dia Nacional da Fissura Labiopalatina, o dia da criação da nossa instituição.

Agora, por que 30 dias mudam 20 anos? Muito provavelmente... E aqui eu gostaria de mostrar para vocês essa história que já foi muito bem contada pelos meus colegas, pela própria Berenice, no testemunho de uma mãe. Essa é uma criança no momento em que ela chega ao nosso hospital. Vejam: há uma fissura labiopalatina bilateral. Essa criança é idealmente diagnosticada ainda no período pré-natal, porque nós vamos ter condições de orientar essa mãe quanto à nutrição, quanto a um comprometimento respiratório que possa aparecer já no momento do nascimento. É, obviamente, uma família que muitas vezes não encontra uma ajuda e tem uma surpresa naquele que seria um momento de grande alegria, compartilhada com a sua família, que vem somado a uma grande angústia, medo de não ter quem possa ajudar o seu filho ou sua filha. Então, essa é a jornada do paciente com fissura labiopalatina.

Aqui é um bebê quando chega no momento da admissão, e essa é a jornada de um paciente ao longo dos seus 20 anos, Senadora. Essa criança chega e, num primeiro momento, tem... O comprometimento que mais chame atenção, talvez, numa fotografia, enfim, seja o da parte estética – o comprometimento, a fissura –, mas essa criança tem um comprometimento alimentar essencialmente; não é tão fácil permitir o aleitamento, a nutrição dessa criança. Muitas vezes ela tem, como a Berenice bem falou, a condição de um diagnóstico incerto, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode eventualmente ter uma síndrome associada, e isso se soma a outras necessidades que são prioritárias no momento do nascimento: não nos permite esperar, não permite que essa criança vá à unidade básica de saúde, com o encaminhamento do Sirs, do Cross, que seja, para um atendimento. E muitas vezes essas famílias, como a gente consegue comprovar por meio de números, grande parte das vezes, batem na porta do sistema de saúde... E não é má vontade do sistema de saúde, não é isso, mas o profissional muitas vezes desconhece esses caminhos de como encaminhar essa criança.

O que nós vemos aqui é uma criança que, ao longo do crescimento, vai exigir... Percebam ali: ela no momento do fechamento do lábio, depois ela tem um tratamento longo com fonoaudiologia, fonoterapia, para a qualidade de fala – uma vez que ela já venceu aquelas necessidades iniciais de nutrição, respiração –, depois ela tem um comprometimento da oclusão, da arcada dentária, da posição dos dentes, que exige um tratamento odontológico grande.

Vejam, nós já estamos falando aqui de médicos, enfermeiros, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais que asseguram que essa criança possa chegar a um centro de tratamento. Esse paciente, ao longo do tempo, exige múltiplos procedimentos cirúrgicos e tratamentos que vão culminar aí – como é o caso dessa paciente, após uma cirurgia ortognática, que é um avanço –, numa cirurgia nas bases esqueléticas, nos ossos da face, e na rinoplastia, para ter o seu tratamento finalizado com 21 anos.

Então, essas são as necessidades que esses pacientes têm ao longo do tempo. Esses pacientes... Por que atendê-los, então, em 30 dias? Porque muitas vezes eles vão ter, já, um comprometimento respiratório, e nós precisamos assegurar prioridades vitais. Esse bebê, no momento em que nasce, tem que ter assegurada uma via aérea, respirar adequadamente, senão tem que ser encaminhado para uma equipe especializada. A própria garantia não é fácil, as mães que estão aqui sabem. Eu acompanhei minha esposa: não é tão fácil amamentar uma criança em condições normais, imagine uma criança que tem o lábio, o céu da boca aberto, o palato, que tem que ser nutrida e muitas vezes não consegue encontrar essa orientação.

A fala ao longo do tempo. Esse paciente, ao longo do tempo, tem suas aspirações. Como a senhora bem falou, ele vai frequentar a escola, vai procurar um trabalho. E a fala muitas vezes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, a parte estética está reabilitada, mas a fala o compromete, e isso faz com que ele tenha limitações no mercado de trabalho, no seu desenvolvimento pessoal, no seu desenvolvimento familiar.

A própria audição desses pacientes muitas vezes está comprometida. A união que existe da boca com o nariz faz com que ele tenha comprometimento auditivo, e não por acaso o nosso centro é tão grande em fissura como é em deficiência auditiva e alterações auditivas, dada a necessidade desses pacientes; necessidades essas que vão exigir um tratamento ao longo de 20 anos. Para quem aqui tem filhos, muitos já usaram expansores na maxila, aparelhos ortodônticos. Esses pacientes precisam disso ao longo de anos, preparando cirurgias e após algumas cirurgias.

As nossas cirurgias são benéficas para os pacientes, mas ao mesmo tempo elas causam às vezes prejuízos do crescimento craniofacial. Ao mesmo tempo em que nós estamos devolvendo o sorriso para essas crianças, as nossas cirurgias causam alterações do crescimento que vão exigir acompanhamento com ortodontistas, cirurgias, como eu falei, do avanço da maxila, da mandíbula, as quais são necessárias. E obviamente há o comprometimento estético, que está na face desses pacientes.

Portanto, vejam, por que 30 dias mudam um cenário, uma jornada de 20 anos? Nós temos os números. Diferentes artigos, diferentes publicações feitas no nosso hospital, em diferentes regiões do país, mostram que menos de 35% dos pacientes têm a sua cirurgia assegurada – a primeira cirurgia, que é o fechamento do lábio – no período adequado, que se dá...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Quantos por cento?

O SR. CRISTIANO TONELLO – Menos de 35%; 32% dos pacientes.

Então, esse paciente está chegando tarde nos nossos centros, está chegando tarde para o Dr. Marconi operar. Nós temos publicações que reforçam isso.

E muitos desses pacientes muitas vezes chegam a esses centros e a condição nutricional deles... Dada a dificuldade que essa mãe teve de nutrir essa criança, enfim, ela chega no período já atrasado, e ainda assim nós não conseguimos operar essa criança porque ela tem um déficit

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nutricional, está abaixo do peso. E nós temos que correr atrás de condições essenciais, de estabelecer um peso mínimo para operar essa criança. E nós estamos falando em centros não só do Norte e Nordeste, mas em centros do Sudeste, em centros da Região Centro-Oeste.

Então, esse é o nosso pleito, Senadora, que eu acho que converge com o de todos aqueles que de alguma forma testemunham isso em suas casas, com suas famílias, ou nós profissionais de saúde... da jornada que essas famílias enfrentam ao longo de toda uma vida.

Queria agradecer mais uma vez a oportunidade e me colocar à disposição aqui para as perguntas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutor.

Eu vou registrar a presença de algumas pessoas que estão no Plenário para os senhores entenderem o interesse que esta audiência despertou.

Está com a gente a Dra. Djane Cordeiro Rodrigues, ortodontista e cirurgiã-dentista – cadê ela? Levante a mão – do Hospital Regional da Asa Norte (*Palmas.*) , referência no atendimento às pessoas com fissura labiopalatina no Distrito Federal – esse nosso hospital é incrível.

Obrigada, doutora.

Está conosco a Dra. Vitória Barañano – acho que falei certo – Denes Teles, médica pela Universidade de Brasília e pessoa com fissura labiopalatina.

Ela está aqui?

Doutora linda. (*Palmas.*)

Está conosco o Sr. Randerson Neves Barbosa, Assistente Social do Hospital Regional da Asa Norte, atuante no acompanhamento e no suporte às pessoas com fissura labiopalatina.

Cadê o Randerson? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só, uma dentista, um assistente social, uma médica, o que mostra que a equipe é multidisciplinar, não é, doutor?

Dra. Fabiana Araújo, Odontóloga do Hospital Regional da Asa Norte, integrante da equipe multiprofissional dedicada ao tratamento dos pacientes.

Cadê ela? Está aqui?

Bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

Está conosco o Leonardo Sousa de Freitas, Secretário da Amal Shriners – falei certo? – Brasília, organização filantrópica que atua em iniciativas de apoio a crianças e famílias que necessitam de atendimentos especializados em saúde.

Bem-vindo. Já deixa o telefone para todo mundo.

Está conosco a Dra. Rafaella Carvalho Santiago, Médica Pediatra do Hran.

Cadê a doutora?

Bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

A Cyntia Claudino Marques, Cirurgiã-Dentista do Hran.

Cadê ela? Está aqui.

Bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

João Gabriel Poiani, Cirurgião-Dentista da Secretaria de Saúde do DF.

Bem-vindo. (*Palmas.*)

Luiz Guilherme de Azevedo, Cirurgião-Dentista do Hran.

Cadê ele? Está aqui?

Ali. (*Palmas.*)

Elza Maria Gissoni, Cirurgiã-Dentista do Hran.

Cadê? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Larissa Lopes Araújo, Fonoaudióloga do Yaçuri da Amazônia.

Cadê ela?

Bem-vinda, doutora. (*Palmas.*)

Ana Paula Guedes Cabral, Presidente do Instituto Sorriso Legal. Já falei dela.

Bem-vinda.

Vou dar uma notícia a vocês. Quinta-feira, a gente levou a Governadora do DF para jantar. Só que ela não sabia que o Marconi estaria lá. Foi um golpe. Atenção: eu sou, literalmente, uma golpista. Nós a levamos para jantar, mas, na verdade, ela precisava ouvir o que o Marconi tinha para falar e fez um compromisso público – não foi, Dr. Marconi? – de que o nosso... Ouviu, Dr. Cristiano, com todo o respeito à Bauru – eu sou de São Carlos –, mas o nosso vai ser o melhor da América Latina. Hran, se prepare: virão novidades. Nós vamos investir muito e nós seremos o melhor... Por que não do mundo, Dr. Marconi? Nós estamos sendo muito modestos. Você falou que nós somos já a liderança.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que o Brasil já é a liderança. Então, o nosso Hran... Desculpem-me os outros Senadores que não cuidaram, eu vou cuidar do meu Distrito Federal e do meu Brasil. Então, nós temos novidades aí para o Hran nos próximos dias.

Mas, agora, vamos... (*Palmas.*)

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA (*Fora do microfone.*) – Senadora tem uma pessoa que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, apresente-a para nós. Eu sei que você quer apresentá-la.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA – Eu vou só aqui interromper um pouquinho porque, dessa lista toda de pessoas, incríveis faltou uma, também igualmente incrível, que é a Liliane Rios. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem ela aqui não tem audiência. Cuidado, filme. Tudo isso está nas mãos da Lili. Então, Lili, muitíssimo obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lili. Eu já vi que você é amada. Olhe só, olhe só, Dr. Marconi.

O SR. MARCONI DELMIRO (*Fora do microfone*.) – Está aqui, do meu lado, o Dr. Marcelo Gea, que é cirurgião.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode apresentar, apresente também.

O SR. MARCONI DELMIRO – Dr. Marcelo Gea, nosso amigo cirurgião, fazendo parte da equipe. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sei, é o meu Hran. (*Palmas.*)

Nós agora vamos compor a segunda mesa. Aí eu vou pedir uma gentileza: vou pedir à Camila que, por favor, ceda seu lugar.

Nós vamos chamar para a mesa Gerson Wilder de Sousa Melo, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/DF.

Vai ficar na mesa Bárbara Micheline, mãe de paciente.

E eu convido – peço para a gente apertar aqui, os dois médicos continuam na mesa –, eu chamo para compor a mesa também, a gente vai dar um jeito de apertar, o Ronei Lacerda de Andrade, pai de paciente e também representante da OAB.

Ronei, venha aqui. Doutor, aqui pertinho de mim, e o Ronei fica ali no meio. Bem-vindo, Doutor, bem-vindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Gerson.

E também está compondo esta segunda mesa, por videoconferência, Camila Carloni Gasparro, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Substituta, do Ministério da Saúde; e Iracema Santos Andrade Rocha, Fonoaudióloga Especialista em Motricidade Orocervical – falei certo? –, representante do Conselho Federal de Fonaudiologia.

Nós vamos começar com a segunda mesa, por videoconferência, ouvindo a Dra. Iracema Santos Andrade, fonaudióloga.

Dra. Iracema?

A SRA. IRACEMA SANTOS ANDRADE ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos.

A SRA. IRACEMA SANTOS ANDRADE ROCHA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. É uma alegria fazer parte desta mesa e estar aqui presente.

Então, sou Iracema, fonoaudióloga, formada há 23 anos, especialista em motricidade oral. Estou há 23 anos atuando, tendo a graça de atuar na área da fissura labiopalatina, com experiência tanto no consultório quanto em trabalhos voluntários, junto com equipe especializada, ao longo desses 23 anos. E isso me permitiu aprender com um trabalho multi, que é tão importante na fissura labiopalatina.

Hoje, estou há quase 13 anos como fonoaudióloga no Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, que é um hospital da prefeitura em São Paulo, que é referência na área da fissura, onde temos uma linha de cuidado na fissura, no lábio palatino.

O fonoaudiólogo é o profissional da saúde que atua em diferentes fases. Ele começa com quem nasce com a fissura, desde o seu diagnóstico, ainda no pré-natal, para orientar essa família sobre os passos da fonoaudiologia, do tratamento como um todo, prepará-los para o cuidado do filho que está por vir e até essa fase adulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um fonoaudiólogo que atua na área da amamentação, nos casos em que é possível mamar no seio materno. E quando isso não é possível, é um fonoaudiólogo que vai avaliar, indicar qual é o melhor modo de alimentar esse bebê, qual é o melhor bico de mamadeira, qual é a melhor postura, para garantir um melhor desenvolvimento. E também cabe ao fonoaudiólogo contribuir para que essas cirurgias aconteçam no período estabelecido pela equipe, porque, afinal, acompanhar esse ganho de peso é muito importante, como já foi bem falado hoje.

Quando chega a fase da introdução alimentar, é o fonoaudiólogo também que acompanha, quanto à consistência alimentar; orienta e atua na estimulação de linguagem e de fala; se apresenta alterações na fala – os distúrbios articulatórios compensatórios, esses erros de fala devido à fissura –, iniciam-se as terapias. Não posso esquecer da importância da audição e de que é o fonoaudiólogo que realiza os exames auditivos, contribuindo com as condutas a serem tomadas. O fonoaudiólogo é o profissional que tem toda a autonomia para definir o plano terapêutico.

Somos a favor do cuidado centrado na pessoa, buscando distanciar do modelo biomédico, mas sabemos que, infelizmente, no nosso país, a discrepância na fissura labiopalatina é grande. Muitos pacientes não têm um tratamento de excelência, não conseguem chegar ao centro especializado no tempo adequado e, quando chegam, nem sempre conseguem dar continuidade, devido ao centro especializado ser longe da sua residência ou até mesmo por a família estar passando por dificuldades financeiras e sociais que impedem a continuidade do tratamento.

É importante ter, na cidade onde esse paciente mora, profissionais da equipe multi – fono, orto, psico, entre outros –, profissionais capacitados para dar continuidade ao tratamento, alinhados ao centro especializado, porque não adianta nada ter a lei que determina a atuação no cuidado da fissura labiopalatina e esse paciente não ter as terapias de uma forma eficaz. É preciso ter capacitação dos profissionais para atuar com esses pacientes. E acredito nisso, pois essa é a minha vivência, por ter acompanhado corretamente desde cedo e ter as chances de ter uma reabilitação adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando um paciente chega ao centro correto, tem um tratamento adequado, as chances de esse paciente ser bem-sucedido são muito grandes. Eu sou a prova viva disso, de ter acompanhado corretamente... Eu sou a prova viva disto: de que, com um trabalho especializado, a pessoa pode ter e ser o que ela bem quiser. Eu sou fonoaudióloga. Como vocês podem perceber, nasci com a fissura, tive a minha reabilitação na fala e, hoje, ajudo outras famílias, de bebês, crianças, adolescentes e adultos fissurados, para falarem corretamente.

Hoje estou dando o retorno do que foi investido em mim. Hoje temos advogados, cantores, jornalistas, modelos, artistas plásticos, atores, professores, todos que nasceram com a fissura e usam a sua voz de uma forma brilhante.

Hoje venho aqui falar como fonoaudióloga, falar como uma pessoa que também nasceu com a fissura e mãe de um menino lindo, de sete anos, que também nasceu com a fissura palatina e que hoje fala bem, com bom equilíbrio de ressonância de fala. Costumo dizer, por ser fonoaudióloga atuante na área da fissura, por ser paciente, porque afinal nasci com a fissura e ser mãe de um fissurado – então, por conhecer, de vivenciar esses três lados – e ressalto que precisamos ter fonoaudiólogos capacitados, equipe multicapacitada por todos esses interiores do nosso Brasil e descentralizar para atuar na fissura labiopalatina.

E, do ponto de vista técnico e ético, o Conselho Federal de Fonoaudiologia reforça que a atuação fonoaudiológica é transversal, em todas as fases da linha do cuidado, com impacto diretamente na alimentação, desenvolvimento da linguagem, fala e inclusão social dessas pessoas. Para o Conselho Federal de Fonoaudiologia, a fissura não pode ser tratada apenas como uma condição de cirurgia; trata-se de uma questão de direito. A comunicação, a inclusão, a dignidade exigem políticas públicas estruturadas e capazes de garantir cuidado integral, contínuo e resolutivo.

Coloco-me à inteira disposição. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, Doutora, obrigada.

Enquanto a senhora falava, Doutora, chegou uma demanda que eu acho que pode ser um segundo encaminhamento desta audiência pública. Não é só uma audiência de debate, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência com ações concretas. Estão presentes aqui representantes do povo camaiurá, do povo culina e do canamari. São três povos aqui presentes.

Inclusive, eu quero apresentar uma em especial. Eu quero apresentar a Yuruká. Levanta a mão, Yuruká. Aí, olha. Estão vendo? (*Palmas.*)

Yuruká é filha do grande Cacique Cotoque. O Cacique Cotoque já foi embora, não é, Yuruká Para quem não sabe, o Cacique Cotoque foi o cacique que me pediu em casamento, mas eu seria a quinta esposa dele e não aceitei. (*Risos.*)

O Cacique Cotoque foi um dos primeiros grandes líderes que nos ajudou a salvar as crianças com fissura labiopalatina. Eu vou falar em código, porque tem crianças aqui no auditório. Nós tínhamos – e ainda temos – alguns povos que não aceitam as crianças com a fissura labiopalatina. E era um tabu, e eu e Marconi tivemos que enfrentar esse tabu. Acreditem – por isso que a Atini existe, não é, Reginaldo? –, quando essas crianças nasciam, elas eram eliminadas imediatamente quando se observava. Não vou falar para vocês aqui a forma como eram eliminadas, porque nós temos crianças no plenário.

Foi neste momento que eu entrei na luta, em 1998, para dar garantia de direitos para que essas crianças vivessem.

Só que aí a doutora falou: é contínuo o trabalho do fonoaudiólogo. O doutor me disse aqui: são várias cirurgias, e que se tem que esperar o crescimento. Não é só tirar a criança da aldeia para que ela não seja eliminada e fazer a primeira cirurgia. E o depois?

Então, veio o encaminhamento do Plenário dizendo o seguinte, que a Secretaria Nacional de Saúde Indígena não fornece, não publica dados oficiais dos casos de fissura labiopalatina e sugere que nós, como Comissão de Direitos Humanos, possamos fazer um requerimento à Sesai para que apresente oficialmente o número de crianças e adultos hoje com fissura labiopalatina em todas as aldeias do Brasil e quais os tratamentos que elas estão recebendo e em que condições elas estão vivendo.

Então, o segundo encaminhamento da audiência vai ser para a Sesai. Eu sugiro que a gente encaminhe também ao Ministério dos Povos Indígenas como estão esses pacientes e se a eles está sendo garantido o que a lei determina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma como eu me preocupo com as comunidades indígenas, eu me preocupo também com as comunidades quilombolas e com a população ribeirinha. Nós temos cidades no Amazonas, por exemplo, doutor, em que são sete dias de barco entre a pequena cidade e o primeiro centro de referência. Sete dias de viagem para a mãe levar... Aí, chega lá, o médico não está na consulta. Ela volta – sete dias. Aí marca a segunda consulta. Sete dias de barco para ir. O médico faz a primeira consulta e pede um exame, mas o exame não é feito na hora. Ela volta – sete dias – para casa. Aí mais sete dias para fazer o primeiro exame. Aí ela faz o primeiro exame e volta. Vocês não acham que numa hora dessas essa mãe se cansa de ir e voltar?

Nós estamos falando de um Brasil diverso, de um Brasil múltiplo, de um Brasil continental. A lei está sendo aplicada para todos, nesta nação? Se nós que estamos aqui no grande centro estamos falando que para nós não está dando certo, imagine nas regiões mais remotas!

Não dá mais para a gente ficar brincando de ser Parlamentar ou de ser autoridade ou gestor. Nós temos que entender que todos, à luz da Constituição, têm os mesmos direitos. E é por isso que essa audiência está sendo realizada na Comissão de Direitos Humanos.

Nesse sentido, vamos ouvir Gerson Wilder de Sousa Melo, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/DF.

Obrigada por estar conosco, Dr. Gerson.

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Senadora, como nós estamos num local de direitos humanos, eu quero agradecer aqui a um anjo encarnado que encontrei aqui logo quando cheguei, a minha nova amiga Giovana, porque eu, como sou uma pessoa sequelada de AVC e não escrevo mais com a esquerda, a minha mão, eu falo: "Giovana, escreve aqui para mim, porque eu não sei escrever".

Então, encontramos pessoas empáticas, Senadora, pessoas seres humanos. (*Palmas.*)

Gratidão.

Não estou constrangendo você, estou enaltecendo, porque hoje nós estamos aqui numa sessão pública em que mães e pais também sofrem quando recebemos para amar um ser que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está no padrão, aspas, "de beleza ou de normalidade", por ter um lábio leporino – como a gente chamava antigamente.

E nós, a nossa família, Senadora, tivemos a oportunidade, Dr. Marconi, de ter um irmão, Iran – já falecido –, que nasceu com lábio leporino, a fenda. E nós estamos falando de 40 anos atrás.

Então, diante do preconceito, da falta de assistência – Bauru ainda sendo a referência, doutor... Esqueci o nome do senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – ... Dr. Cristiano –, e diante de mães com parcos poderes financeiros, como fazer? Como disse uma senhora que me antecedeu, acho que foi a Berenice, foi a senhora de Mato Grosso que falou: "Olha, graças a Deus nós temos possibilidades, mas e quem não tem?".

E uma das perguntas foi: "Sou eu, uma pessoa com lábio leporino, uma pessoa com deficiência?". Sou. Então, eu posso recorrer, sim, a um BPC, a um direito assistencial – e teve uma mãe que perguntou isso.

Procure a OAB do seu estado, procure a OAB do Distrito Federal. Nós temos aqui anjos encarnados também, como a senhora de belos olhos verdes, a Dra. Liliane, que também auxilia o nosso grande Dr. Marconi – este homem que dá a muitas famílias a dignidade de um sorriso: o sorriso daquele que nasceu com a deficiência e o sorriso do familiar, o alívio.

Porque somos ainda hedonistas, e eu seria um hipócrita ao não dizer que as pessoas como nós, pessoas com deficiência... A nossa deficiência parece que nos define, quando não é verdade. O que me define é o meu ser, o que eu sou ou o que serei.

E quando o Dr. Marconi e sua equipe restituem essa dignidade à família e a essa criança, que será um adulto, como nós tivemos a nossa fonoaudióloga, como nós temos aqui a nossa médica... Cadê a médica aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Ah, não, a com lábio leporino. Eu vou usar o termo antigo. Olha lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Médica, a senhora é o que a senhora sempre quis, não é? Não foi a deficiência ou a limitação que lhe deu engessamento. Talvez tenha lhe dado asas para ser a pessoa maravilhosa que a senhora deve ser, embora eu ainda não a conheço, mas, se está junto com o Dr. Marconi, tenho certeza de que é; se está junto com a Dra. Liliane, tenho certeza de que é.

Então, esta audiência vale muito mais para os pais, não só para os pacientes. Porque, antes de vocês, vieram seus pais, que tiveram que enfrentar preconceitos, olhares discriminatórios, e, graças a Deus, nós temos os anjos encarnados, os médicos, que, com a sabedoria de Deus transmitida a eles, recebem o dom de restituir sorrisos.

E eu sei que é uma audiência formal no Senado, mas, gente, a Senadora ficou mais bela loira, não ficou?

Então, é isso. Nós estamos aqui para estarmos leves, para termos pacientes, crianças, bebês ou crianças em desenvolvimento entre nós, no Senado.

Nós perdemos e temos que perder o formalismo, como estamos falando de pessoas e de direitos humanos. Por isso a gente saúda também a nossa Senadora, que faz isto: ela nos incentiva, pessoas com deficiência, a termos espaço de fala.

Agradecemos à senhora por isto: por sempre estar com os povos originários, com os negros, com as mulheres, com as pessoas com deficiência, conosco homens, porque todos nós somos seres humanos e todos nós devemos viver numa rede de auxílio mútuo, um ao outro.

Agradeço o espaço de fala. A OAB está à disposição, a OAB defende políticas públicas. O nosso Presidente, Paulo Maurício Poli, é um incentivador a estarmos aqui, a ocuparmos esses espaços e dizermos: "Somos seres humanos".

Como estou de terno azul, camisa branca, gravata azul, portando o meu poderoso cordão de girassol, acabo de fazer minha autodescrição... E com barba. Falei para o Dr. Marconi: "Dr. Marconi, não se assuste, não é porque eu não estou com dinheiro para fazer a barba, é porque eu quero fazer um bico de Papai Noel no final do ano, fazer um dinheirinho a mais!".

Então, gente, gratidão: gratidão por essa leveza, Senadora; gratidão por estarmos aqui acolhendo mães, pais, familiares; e gratidão a vocês que se submetem à cirurgia, que acreditam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no restaurar, que hoje estão sorrindo. Como disse uma mãe aqui que me antecedeu, acho que foi a senhora do Mato Grosso: "O sorriso do meu filho é lindo" – ele ainda estava fissurado –, porque quem ama, ama incondicionalmente, não vê nenhuma deficiência; vê a beleza de sermos o que somos: seres humanos.

Gratidão, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Wilder; obrigada. (*Palmas.*)

Que todas as comissões de defesa dos direitos das pessoas com deficiência de toda OAB do Brasil se envolvam na causa, porque a lei existe e não está sendo regulamentada, e nós estamos vendo que, na prática, não está sendo colocada. Então, nos ajudem nessa demanda.

Vamos trazer para a próxima mesa também, Doutores, a Defensoria Pública, tanto as defensorias estaduais como a Defensoria da União, para a gente entender como é que está o nível de judicialização. Tem família que está precisando recorrer à judicialização para ter os direitos garantidos.

Nesse sentido, vamos ouvir a Bárbara Micheline, mãe de paciente. Bárbara, você tem seu tempo de dez minutos.

A SRA. BÁRBARA MICHELINE (Para expor.) – Bom dia para todos.

Como a senhora falou no início, Senadora, de trazer o coração... A senhora o trouxe.

Estou extremamente honrada de estar nesta mesa com a senhora, que está tendo essa iniciativa. Já vim, aqui no Congresso, a três eventos relacionados à fissura, e é a primeira vez que eu vejo encaminhamentos sendo feitos durante o evento. Isso, para a gente, além de nos ouvir, é uma resposta muito boa, e nos anima muito por tudo que a gente vê nessa jornada.

Aqui na mesa também está o Dr. Marconi, que eu endosso com a senhora: é um profissional sensacional. Ele ultrapassa a barreira de ser o chefe da fissura no Hran para ser um cirurgião plástico que trata dessas crianças – o que já é uma função gigantesca, porque ele buscou essa especialização; ele vai atrás, não tem ninguém aqui dando uma especialização para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vai a outro país, com custo pago por ele, para buscar essa especialização, assim como o Dr. Cristiano Tonello também deve fazer. É uma coisa muito delicada, porque é uma boquinha muito pequena para se abrir, botar um alargador, pegar num tecido bem fininho para fazer aquela cirurgia, e eles fazem, e fazem perfeitamente, mudam a vida de uma criança como ninguém.

E vendo o que tem sido discutido aqui, fico até feliz pela mãezinha que conseguiu um diagnóstico precoce. Meu filho, nascendo aqui na capital federal, não teve essa alegria de descobrir ainda dentro da barriga. Todos os exames foram feitos pelo SUS ou também pelo plano de saúde e nada foi constatado. Ele tinha uma fissura no palato, no céu da boca. Aí eu abro um parêntese porque também há um projeto de lei em discussão aqui na Casa, que foi também ideia do Dr. Marconi, que é sensacional, que é a iniciativa de propor um teste do ceuzinho, em que você, lá no hospital, ali na hora do parto, já abre a boquinha da criança e já sabe se aquela criança tem ou não uma fissura, porque o lábio leporino, que antigamente era tratado assim, a fissura labial dá para ver. Você olha para criança e vê, mas a fissura no palato, às vezes, deixa passar.

E em contato com grupos de mães, a gente vê que isso é muito comum. A mãezinha vai para casa com uma criança sem saber que ela tem uma fissura e não sabe por que a criança não está mamando direito. Às vezes, ela acha que a criança é fraca, ou que ela é o problema – a gente tem que lembrar que ela está passando por uma questão hormonal, os hormônios que chegaram estão indo embora. Então, ela está impactada por isso. E, às vezes, o profissional que a atende no hospital também não passa para ela nenhuma informação. Mesmo sendo diagnosticada a fissura labial ou palatina, não passa para ela a informação que precisa saber para que a criança dela não tenha problemas maiores e que siga se alimentando ou respirando bem.

Aqui, na capital federal, num hospital particular que é referência como maternidade, o meu filho não teve o atendimento que ele precisaria ter. Eu, também jornalista, pesquisei e sabia que tinha uma referência aqui na região, que era o Dr. Marconi. Buscamos que eles trouxessem o médico, e eles falavam que ele não tinha agenda. Em 28 dias, o Dr. Marconi passou lá para ver uma outra criança e, assim, humanamente soube que o meu filho estava lá e foi nos visitar – com 28 dias de vida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante esse primeiro diagnóstico, essa primeira consulta com um especialista em 30 dias? É fundamental, mas é fundamental também que toda a rede pública esteja preparada para receber essas crianças, e isso com informação, com capacitação, porque, aos 28 dias, quando o Dr. Marconi chegou, ele já chamou a equipe e já deu orientações: "Eleve essa criança. Ele está recebendo a alimentação deitado. A tuba auditiva dele está exposta, porque não tem o palato, não tem o céu da boca ali, e esse líquido que vem do estômago é ácido, pode atrapalhar a audição dele". Não sabemos se esse é o motivo, mas está lá: deficiência auditiva.

Então, um atendimento especializado em toda a rede, seja privada ou pública, porque eu ouvi a médica, que era rotineira da maternidade, falando que eu tinha que ir para casa com o meu filho. Tudo o que eles queriam era um paciente de *home care*, para o resto da vida, porque isso ajuda o plano de saúde. Mas, como a gente pesquisou... Meu filho não tinha apenas a fenda, Senadora, ele tinha uma Sequência de Pierre Robin, que pode ter levado a fenda a aparecer. Ou seja, ela não aparece sempre isolada, pode ser que ela esteja associada a uma má formação ou a uma síndrome.

No caso do meu filho, sequência de Pierre Robin, que também é uma condição que tem que ser olhada de frente pela rede privada e pela rede pública, o queixinho da criança já é um pouco para trás; com a sucção, ele vem para a frente. Na sequência de Pierre Robin, ele está um pouco mais para trás, em vários graus. No caso do meu filho, a língua estava tão anteriorizada, que estava lhe dificultando a respiração e a alimentação.

Tinha um protocolo a ser seguido, feito pelo Hospital de Bauru há muitos anos, fenomenal, que inclui uma cânula pequetita, que era para ser colocada no nariz da criança, para empurrar um pouco a língua, o que facilita tanto a respiração quanto a alimentação. Foi feito? Não. O Dr. Marconi Delmiro, especialista, que fez especialização lá também, no Centrinho de Bauru, e sabia disso, foi chamado? Não.

Muitas mães... Logo que somos mães de fissurados, tornamo-nos referência para outras mães. Uma conta para a outra. A gente se comunica em grupo, e uma passa o contato da outra: "Ah, você não tem nenhuma referência aí? Busque essa mãe". A mãe busca o contato. Com o Dr. Marconi também, várias mães chegam lá: "Me passa o contato da mãe", para a mãe ficar mais em paz, para saber o que está acontecendo e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta um contato com a rede pública e particular para falar que, sim, a vida dessas pessoas importa. Essa rotineira lá da maternidade me falou que não iria buscar uma especialização para aquela maternidade, porque era cara e os casos eram raros. Então, para ela, era caro. Para mim, era a vida do meu filho.

Por conta dessa questão da sequência de Pierre Robin, Bauru é referência. Aqui, temos uma referência em fendas sensacional: a equipe multidisciplinar com Dr. Marconi. Bauru é sequência de Pierre Robin. E a gente só conseguiu essa transferência, Senadora, porque a gente fincou o joelho no chão e buscou a ajuda de Deus, porque ninguém podia – os médicos da maternidade, com os olhos marejados, não podiam assinar o papel, falando que o meu filho precisava desse atendimento multidisciplinar. Mas eu pedi a Deus, finquei o joelho no chão e Deus mandou o Dr. Marconi Delmiro para visitar o meu filho e fazer aquele encaminhamento de que ele tanto precisava. O meu filho, que ouviu – graças a Deus, às vezes não tinha entendimento naquela época – que ele não ia andar, hoje corre, já participou de corrida; não ia falar, hoje eu tenho que pedir para ele parar de falar um pouquinho às vezes. Gente, ele não tinha diagnóstico, não sabiam se o cognitivo dele estava preservado. Com dois anos e meio, meu filho sabia todas as letras e, com quatro, ele já lê melhor que um adulto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BÁRBARA MICHELINE – Amém! Deus é maravilhoso. Mas, por conta de um anjo que ele enviou, que foi o Dr. Marconi... (*Palmas.*)

Eu vejo todos os elogios feitos pela Senadora, pela mãe, por todo mundo que cita o Dr. Marconi, e eu acho que é pouco, porque, em plena pandemia, um profissional sair de casa para ir na sua casa, onde seu filho é paciente de *home care*, com todos os riscos envolvidos, e ele ir lá só para ver o seu filho, sem receber nenhum real em troca; esse mesmo profissional, que teve o hospital tomado por ser um centro de referência por conta da covid, não ficou em casa descansando, ele levantou e foi atrás de um outro hospital para não deixar os seus pacientes sem cirurgia, e recebeu "não" de hospital, mas buscou outro e conseguiu, em plena pandemia, continuar fazendo as cirurgias para que a fila não ficasse gigante, esse profissional merece, sim, o nosso aplauso. E ele merece mais: ele merece que alguém olhe para ele como a senhora está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando e pergunte o que precisa ser feito, porque, sem ele nessa luta aqui, no Distrito Federal e na região, o que seria de nós? O que seria dos nossos filhos? Do futuro deles?

O Dr. Cristiano Tonello é outra referência. Eu estou muito feliz porque são pessoas que fazem a diferença na vida do meu filho. O Dr. Cristiano atende também a parte da sequência de Pierre Robin lá, em Bauru. Meu filho é paciente dele, pela glória de Deus.

E estava aqui na mesa também a referência aqui da Smile Train, que, durante a pandemia, possibilitou que a gente conseguisse uma consulta, um teleatendimento com Bauru, por conta dos recursos deles.

Então, são pessoas que estão fazendo diferença na vida das famílias e desses pacientes.

Reforço com a senhora a importância de a gente ter um andamento aqui na Casa desse projeto do teste do ceuzinho, para que, na hora em que a pessoa nasça, já se saiba o que ela tem, e também esse entendimento, em toda a rede pública e particular, de que é necessária uma capacitação, de que a mãezinha não pode sair de lá sem ter as informações básicas de como alimentar o seu filho. Vai ser mais difícil? Vai, mas é possível. Informação de como o filho vai respirar melhor, entendeu? E a gente não tem isso, Senadora, aqui na capital federal, coisa que a gente encontrou, pela glória de Deus, lá em Bauru. Lá em Bauru, eles não dão alta para o paciente enquanto os pais estão sem saber cuidar do filho. Eles não dão alta para o filho, eles dão alta para os pais: "Espera aí, vamos passar por um treinamento aqui. Você sabe fazer isso? Faça isso, cuide do seu filho". Quando você se sente tranquilo de estar dando conta, aí eles falam: "Você está de alta". Então, a gente precisa desse atendimento aqui.

Eu tenho aqui uma manifestação também da Rede Profis, que é uma rede que lida com essas mãezinhas.

A senhora falou do TFD, o tratamento fora de domicílio, dificílimo de conseguir, mas, quando a gente consegue, as mãezinhas que não têm acesso a um plano de saúde ganham muito pouco para irem para outro estado. Então, às vezes, não é só o cansaço de ir e voltar 500 mil vezes, é porque ela recebe R$10 para se alimentar durante o dia, ela recebe pouquíssimo para pagar onde ela vai ficar. Então, ela tem que largar o emprego, porque já é difícil cuidar da criança, e ainda não tem o que poderia ter para chegar lá tranquilamente e cuidar do filho dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho uma manifestação aqui da Profis que é a seguinte: "Quando o Estado financia apenas o procedimento, mas não considera os impactos sociais e familiares envolvidos, ele oferece um cuidado incompleto; o verdadeiro tratamento integral pressupõe olhar para pessoa em sua totalidade e não apenas para sua condição clínica". Em outras palavras, não basta levar o paciente até o hospital; é necessário construir políticas públicas capazes de remover as barreiras sociais, econômicas e institucionais que dificultam a sua participação plena na sociedade. Esse foi um dos principais achados de uma tese de doutorado do Dr. Thyago Cezar, que é fissurado, fez várias cirurgias lá no Centrinho, de Bauru, e hoje é advogado, referência e propõe teses, inclusive projetos de lei para considerar a fissura como deficiência.

Então, nós estamos reunidos e muito felizes com a senhora pela iniciativa, pelos encaminhamentos, e queremos enaltecer o trabalho desses profissionais maravilhosos, que dão a vida deles sem ter nada em troca.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bárbara, primeira coisa: na próxima audiência, o Dr. Thyago vai ter que estar aqui na mesa com a gente, quero o contato dele. Segundo, Bárbara, a sua fala foi perfeita. Assim como tem anjos especialistas, tem mães que viram anjos. A sua luta não ficou dentro de casa.

E como ela fala bem! Vocês estão entendendo o que a militância faz? E vou dizer uma coisa: se a sociedade civil organizada não fizesse o que ela faz, muitos dos avanços nós não teríamos conquistado no Brasil. Os raros só vieram para a mesa do debate no Congresso quando as famílias raras começaram a invadir este Congresso Nacional; a Lei Brasileira de Inclusão, a nossa LBI, demorou 13 anos para ser aprovada.

Mas eu tenho uma boa e uma péssima notícia para você: teste do ceuzinho. Esse projeto de lei nasceu de uma iniciativa do Dr. Marconi, que entregou um projeto à então Deputada Celina Leão; em 2021, ela apresentou o projeto; depois, em 2023, um outro Deputado apresentou outro, mas o dela, por ter sido o primeiro, passou na Câmara. Agora chorem: chegou ao Senado dia 9/5/2025; levou 2021, 2022, 2023 e 2024 para aprovar na Câmara o teste do ceuzinho, que pode salvar vidas. Ficou parado na Mesa Diretora do Senado, chorem comigo, de 9/5/2025 a 11/3/2026, parado para despacho. O.k. O Presidente do Senado despachou para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos no dia 11/3/2026. Quem é a Presidente da Comissão? Eu. No dia 12/3/26, indiquei a Relatora; um dia depois. E a Relatora está preparando o voto.

E vou dizer para vocês: a Relatora é ninguém mais, ninguém menos que a Senadora Mara Gabrilli, que já vai entregar o relatório. E eu prometo a vocês – ou não me chamo Damares, noiva de Kotok (*Palmas.*) – que nós vamos, ainda este mês, se a Mara conseguir entregar o relatório, aprovar aqui nesta Comissão, como encaminhamento desta audiência pública. Secretaria, fale com Mara hoje ainda, urgentemente. E a gente vai não só aprovar nesta Comissão; já na hora da aprovação, vai pedir regime de urgência, subir para o Plenário e, no mesmo dia, a gente vai fazer um grande movimento – aí eu preciso de vocês. A gente vai invadir o Plenário e, no mesmo dia, aprovar no Plenário geral do Senado e entregar para o Brasil mais uma lei. Vocês me ajudam? (*Palmas.*)

A péssima notícia, Bárbara, é que é mais uma lei que dorme nas gavetas; mas a boa notícia é que nós vamos aprovar, se tudo der certo, ainda este mês. Esse é um compromisso da Comissão de Direitos Humanos com todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. BÁRBARA MICHELINE – Muito obrigada, Senadora. Faz muita diferença para a gente, porque, como a senhora falou aí, foram quatro anos.

Em um ano, a criança já está ali começando a falar; então, uma cirurgia antes, no tempo correto... A gente sempre fala do tempo correto, porque, às vezes, tem alguns marcos do desenvolvimento dessa criança que podem ficar para trás. A fala é um deles. Se ela aprender errado alguns fonemas, aquilo ali é muito difícil de se reverter, mesmo com um trabalho muito bem feito de uma fonoaudióloga. Há alguns fonemas que ela pode aprender errado, por exemplo: "papai", ela fala "caicai" por conta do buraquinho que está aberto ali. Então, se a gente conseguir dar mais agilidade a esse tratamento, tanto a saúde dessas pessoas vai ser melhor, como também o desenvolvimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bárbara.

E eu também quero deliberar com vocês. Posso fazer uma pergunta para vocês? O Plenário é soberano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que tal a gente pedir à Mara para, no final do relatório, nomear essa lei como Lei Marconi Delmiro? Quem concorda? (*Palmas.*)

Deixem comigo!

Nós agora vamos ouvir Ronei Lacerda, nosso penúltimo orador, pai de paciente e também Advogado, representante da OAB.

O SR. RONEI LACERDA DE ANDRADE – Boa tarde, gente! É grande a satisfação de estar aqui hoje para debater esse tema tão importante.

Agradeço muito à Senadora Damares e ao Dr. Marconi, que também me fez esse convite.

Agradeço aqui também a presença do Dr. Gerson, com quem tenho aprendido muito nos debates, nas palestras, e aproveito até para fazer agora a minha autodescrição.

Meu nome é Ronei Lacerda de Andrade. Eu sou advogado desde o ano de 2009 e, por ser muito apaixonado pela profissão, resolvi também ingressar em algum dos cargos da Ordem dos Advogados do Brasil, mais especificamente na Subseção de Taguatinga/DF, onde muitas vezes eu estava lá com o Dr. Gerson. Então, eu tenho o cargo de Conselheiro, já no segundo mandato. E, além de Conselheiro, eu sou Presidente da Comissão de Direito do Consumidor e Secretário de Igualdade Racial, tudo lá também pela Subseção de Taguatinga.

Então, aqui a minha autodescrição: eu sou um homem de 1,85m, sou negro, com a cor parda. Eu não uso óculos. Tenho um pouquinho de barba também, porque eu gosto. (*Risos.*)

Eu sou pai do Enzo Francisco, que nasceu em 2013, sou pai também do Heitor Barbosa e esposo da minha grandiosa esposa, Franciene Soares Barbosa de Andrade.

Em 2013, eu tive meu primeiro filho, o Enzo Francisco, em um hospital particular. Durante o pré-natal, a gente não teve esse diagnóstico de fenda palatina. O diagnóstico veio logo depois do parto. Eu fiquei acompanhando o parto, e uma pediatra falou: "Olha, tem um probleminha no céu da boca. Seu filho nasceu com uma fenda palatina – é um caso de cirurgia; existe essa possibilidade –, e talvez também ele tenha a sequência de Robin ou síndrome de Pierre Robin". E ela até me falou na época também do Centrinho, em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei, assim, muito preocupado, porque até então desconhecia totalmente, mas naquele momento eu tinha a função também de acalmar minha mulher, porque ela estava ali naquele estágio pós-parto. Sei que existem alterações nos hormônios durante a gravidez e após, e ela chorava muito, se sentia culpada, assim como várias mães. Eu comecei a pesquisar, sabia que ela não tinha culpa de nada e dei todo o apoio a ela.

E chegou o momento em que... Meu filho já estava ali na UTI desde o início, em incubadora, com sonda alimentar pelo nariz.

E uma tia minha, que trabalhava em hospital, a Gilcélia, falou: "Olha, eu conheço o Dr. Marconi, que é referência no assunto; eu já liguei para ele, ele vai te ligar e ele vai aí". Eu: "Nossa, o Dr. Marconi vai vir aqui? Tudo bem". Primeiro ele me ligou, já me acalmou na ligação, eu já senti mais força – o homem que estava ali segurando as pontas, muito nervoso. Quando o Dr. Marconi veio, ele já deu várias dicas, deu dica sobre a questão da amamentação, pedindo para que fosse em pé, só que, até então, tinha pouquíssimo estímulo para o Enzo mamar, e me foi falado também que, nos primeiros dias, a questão do instinto da amamentação é muito importante. Já tinham passado alguns dias, e eu acredito que o Dr. Marconi deve ter encontrado a gente talvez ali pelo quarto ou quinto dia.

A gente ficou com o Enzo ainda, aproximadamente, uns 17 dias na UTI, depois ele saiu, fomos para casa com a sonda alimentar. Eu várias vezes ficava segurando aquele leite, aquele potinho com a sonda, tentando estimular o Enzo a se amamentar com a "chuquinha", com um furinho um pouco maior, fazendo de tudo para que ele pudesse mamar, e passamos a ser também atendidos pelo Dr. Marconi e sua equipe.

Muito bom, é um prazer estar vendo aqui a Liliane novamente, porque ela nos deu muito apoio, muito apoio mesmo, e acolhimento: eu a agradeço em nome da minha esposa, também. O Dr. Gea, que está ali – agradeço também, muito, o seu ótimo atendimento –, e o Dr. Marconi, não preciso nem falar, já falamos várias vezes aqui, mas é como se fosse um anjo em nossas vidas, porque tudo que ele fez por nós, nos explicando, nos orientando, foi maravilhoso.

Chegou um momento em que minha esposa pediu para que a gente fosse também ao Centrinho, em Bauru. Lá ele ficou, aproximadamente, de três a quatro dias, passou por várias equipes, e eles disseram que provavelmente ele teria uma sequência de Pierre Robin. Voltamos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, o Dr. Marconi reavaliou, junto com sua equipe, e falou: "Não, Ronei, tudo indica aqui que seja uma fenda isolada". E o Enzo nasceu com uma fenda palatina completa em U, ou seja, era só no céu da boca, no palato, ele não nasceu com fissura labial.

Então, a partir dali, e com todas as orientações da equipe, a gente aguardou o momento exato da cirurgia. Graças a Deus deu tudo certo. Eu fiquei muito confiante por saber também que o Dr. Marconi que seria o cirurgião. Eles nos deixam muito calmos. E ele ainda falou: "Ronei, provavelmente o Enzo não terá outra cirurgia, como em vários casos, existem vários... Não, para ele vai ser provavelmente somente uma cirurgia". E até hoje, realmente, o Enzo não precisou. No Hran a gente passou por equipes multidisciplinares, inclusive psicólogo, dentista, fono, otorrino. Fomos sempre muito bem tratados.

E o Enzo hoje já tem 13 anos, está quase da minha altura, campeão de natação, muito inteligente. Realmente ele não tem Pierre Robin. Eu lembro até que o Dr. Marconi, no início, falou para mim: "Ronei, olha para o seu queixo. Você é alto, mas seu queixo é pequeno. O da mãe também é pequeno. E devido a todas as questões que a gente analisou aqui, tudo indica uma fenda isolada". E foi o que aconteceu realmente.

Então, hoje o Enzo eu considero que fala muito bem, não é? E agradeço muito essa questão de todo esse atendimento aqui no Hran, a esses brilhantes profissionais de toda a equipe, ao Dr. Marconi e sua equipe. Eu lembro, desde aquela época também, o Amal – não é? Amal, da Smile Train. Eu me lembro de todo mundo, eu participei de várias festas das crianças que vocês fazem. Gratidão por tudo, viu? E, assim, o que me deixou triste foi a questão de, muitas vezes, eu verificar que faltavam equipamentos, medicamentos, instrumentos. E eu ficava assim: gente, mas como? Com uma equipe tão maravilhosa aqui, por que falta insumo? Por que falta? Eu não entendo.

No dia em que meu filho operou, tinha uma outra criança para operar também, e minha esposa já tinha conversado com essa mãe dele e falou: "Ronei, essa criança precisa de distratores mandibulares". Para que todos entendam – eu sou leigo no assunto, viu?, mas vou tentar explicar –, seria para, vamos dizer assim, estender a mandíbula. São aparelhinhos de metal que vão forçar, acredito que com enxerto ósseo e toda essa questão médica, mas instrumentos. Aí ela falou: "Ronei, como advogado que você é, eu peço para você: entra na Justiça por ele". Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrei. Dali tive resistência dos procuradores. Consegui liminar. Mesmo assim, não foi concedida de imediato. Vieram várias multas até o momento em que consegui comprar, consegui o dinheiro para esses distratores mandibulares, que são muito caros. Na época, vamos supor aí, 2013, 2014, a gente fez vários orçamentos, eles iam de R$90 mil até R$200, R$300 mil. Não sei o valor hoje. Mas, assim, aí está a importância da sociedade civil organizada, dos legisladores, de pessoas com iniciativa, como a nossa Senadora Damares. É muito importante. Muita gratidão pela iniciativa, e às outras organizações que estão aqui presentes, aos médicos, seus assistentes, auxiliares.

E um apelo eu faço a todos nós: que nós corramos atrás dessa regulamentação também, já que já temos a lei, para que chegue até o interior, para que chegue do Oiapoque ao Chuí, ao Mato Grosso, ao Amazonas, a todos os estados brasileiros, porque você ter um atendimento de boa qualidade próximo da sua casa é muito bom. A minha esposa é servidora pública, eu sou advogado autônomo. A gente ainda pôde se deslocar para outros lugares. Optamos por operar aqui em Brasília, capital do país, perto da nossa casa, não é? E é de grande importância essa situação de a gente conseguir interiorizar esse atendimento brilhante, já que as estatísticas mostram esse crescimento dos casos de fissuras labiopalatinas.

Então, encerro por aqui, porque acabou o meu tempo. Agradeço demais, mais uma vez, a todos, especialmente também ao Dr. Marconi. E, sempre que precisarem, estou aqui, estarei aqui. De quem quiser troca de experiências também, estou à disposição – tanto eu, como minha esposa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ronei. É emocionante a sua fala e o seu desafio. Eu fico pensando, pensem comigo, nesse menininho que teve o Ronei para judicializar. Foi em que ano isso, você lembra?

O SR. RONEI LACERDA DE ANDRADE (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Por volta de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em 2014, nós não tínhamos a lei ainda. Agora a gente tem a lei que obriga o tratamento integral, mas está acontecendo? É sobre isso que nós vamos ouvir agora o Ministério da Saúde.

Eu quero que vocês pensem comigo o seguinte: a gente coloca o aparelho numa criança indígena. Doutor, tem a higienização, tem o acompanhamento? A gente coloca o aparelho e devolve essa criança para a aldeia. Ela tem a água do rio para lavar a boca. A gente coloca essa criança em risco de infecções.

Então, vocês estão entendendo que fazer garantia de direitos no Brasil não é fácil? Vocês estão entendendo que não é só eu ter uma lei? Eu preciso garantir a essa família...

E nós temos uma situação com a família indígena: dificilmente sai a criança sozinha, tem que sair a mãe. E nós temos comunidades em que a cultura diz que a mulher não anda sem o marido. Aí sai o pai junto, mas eles têm mais quatro filhos. A gente tem que trazer a mãe, o pai, a criança que está em tratamento, mais quatro filhos. Só que o tratamento não é de um mês. Aí eles ficam um tempo aqui, e esses meninos crescem. Quando voltam, não sabem plantar, não sabem caçar. A gente tirou o menino da cultura. Aí o pai volta sem habilidades para caçar também e para pescar. Vocês têm noção do que tem em torno de tudo isso? Agora, por ser indígena, vamos deixá-lo na aldeia sem o tratamento? Sem a gente pensar em ter uma instituição – como a Atini, ou como a Casai, que tem um orçamento bilionário – que traga a família, que garanta a essa família ficar o tempo necessário em área urbana para o tratamento?

Gente, não é fácil. Entendendo que não é fácil, mas não podemos desistir, é que nós vamos ouvir agora a Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Substituta, do Ministério da Saúde.

Dra. Camila, nós estamos ansiosos para ouvi-la. E, por favor, nos dê boas notícias. Bem-vinda, Dra. Camila, dez minutos.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Camila Carloni Gasparro) – Estamos, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas.

Eu sou Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Substituta, do Ministério da Saúde, atualmente trabalho na Secretaria de Atenção Especializada do Ministério, mas eu sou enfermeira, eu sou da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, eu estou cedida.

Para mim, é muito alegre estar, neste momento, participando dessa Mesa e reencontrando, infelizmente, não presencialmente, mas reencontrando o meu amigo, Dr. Marconi. Estivemos juntos em tantas batalhas, em tantas lutas aqui no DF, em tantos momentos da pandemia, não é, Dr. Marconi? Quantas coisas a gente viveu naquele momento ali, quando eu ainda estava na Secretaria de Saúde do DF, também na Coordenação de Atenção Especializada. Agora, no Ministério da Saúde, estou ampliando também esse olhar e olhando para a linha de cuidado que a gente discutiu junto, lá atrás.

Em 2023, o DF publicou a linha de cuidado, com a equipe do Hran, principalmente, levando à frente essa discussão. Foram momentos de muito aprendizado, inclusive, ali naquele momento da construção da linha de cuidado do DF, em conjunto com a equipe do Hran. E agora, então, estamos ampliando esse olhar, olhando para o Brasil, para a linha de cuidado do Brasil, olhando para todos os estados e tentando encontrar os caminhos para a construção dessa atenção para esses pacientes no Brasil todo.

Em primeiro lugar, Senadora, eu quero agradecer, então, novamente, a oportunidade e dizer que eu fico muito contente de saber que esse tema está sendo discutido na Comissão de Direitos Humanos.

Incluir a discussão da saúde dentro da condição de entender que é um direito humano ter acesso à saúde tem sido uma tendência mundial. A gente sabe o tanto que essa discussão tem se aprofundado, inclusive na Organização Mundial da Saúde e em outras instâncias, realmente tratando a saúde como um direito humano. Ao trazer isso, ou seja, quando eu dou acesso à saúde, eu garanto uma parte importante dos direitos humanos dessas pessoas. Então, saber que a gente aqui também está incluindo esses assuntos na Comissão do Senado e, com certeza, também da Câmara, com toda a nossa Casa Legislativa olhando dessa forma, é muito importante, a gente fica muito contente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos lá, eu vou pedir para o pessoal colocar a minha apresentação. São muitas coisas, Senadora, para eu falar, porque acabou que eu fiquei por último. Então, tem um monte de pergunta importante que foi feita e tem um monte de respostas. Não são as respostas que eu quero dar, mas são discussões que foram sendo trazidas durante toda a audiência e que eu acho que são muito importantes para a gente ir também entendendo algumas coisas e trazendo, de alguma forma, o entendimento do Ministério da Saúde sobre essas questões.

Então, eu acho que antes de eu começar a minha apresentação, só vou falar de duas outras coisas, rapidinho, que foram citadas aqui.

Primeiro, em relação à questão da pessoa com deficiência, por que não é interpretado, no Ministério, pelo setor, ou seja, por que não existe um entendimento de que essa pessoa esteja incluída na Política da Pessoa com Deficiência. A gente tem o entendimento de que o fato de uma criança ter nascido com uma fissura, uma anomalia, não a coloca definitivamente nessa categoria. Então, é como o Ronei acabou de explicar sobre o filho dele. O filho dele fez a cirurgia do palato e tem uma vida normal, conseguiu, ele não está necessariamente com uma deficiência definitiva. Então, é este o entendimento: de que o paciente que nasce com essa anomalia a gente entende que precisa de um cuidado específico, de uma linha de cuidado que olhe para ele e para as várias necessidades que isso traz.

Então, a gente tem aí hoje – viu, Senadora? –, aí na sala, está a equipe, inclusive, da saúde bucal aí do Ministério da Saúde.

Então, se o pessoal aí, o João Vitor, quiser levantar o braço para todo mundo os ver aí atrás... Eles estão aí representando também o pessoal da área da saúde bucal, que tem encabeçado uma discussão importante também dentro do Ministério da Saúde sobre a fissura labiopalatina.

A gente tem, então, a atenção especializada. No caso, eu sou da área agora da atenção especializada aqui do ministério. A gente tem discutido isso em conjunto e sabemos da importância de um envolvimento multiprofissional mesmo – o Conselho Federal de Fonoaudiologia, que foi representado pela Iracema, e muitos outros profissionais, cirurgiões, enfermeiras, assistentes sociais. A gente sabe como o atendimento multidisciplinar é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, também tem a discussão do PL do teste do céu da boca. A gente fez uma discussão ampla sobre isso dentro do Ministério da Saúde, porque esse PL chegou para as nossas equipes também. Então, nós também tivemos um momento de fazer uma discussão conjunta das equipes. O parecer do Ministério da Saúde, inclusive, é assinado conjuntamente pela secretaria de atenção primária, pela área de saúde da criança, pelo pessoal da odontologia da atenção primária, por nós da especializada.

Então, essa foi uma questão muito discutida, por entendermos como é importante que esse exame faça parte da rotina do exame do recém-nascido. A gente precisa, cada vez mais, capacitar os nossos profissionais para que, naqueles exames ali, no exame físico inicial, assim que esse bebê nasce, que esse exame possa ser realizado de forma completa, olhando para todas essas questões.

Inclusive, estamos à disposição para discutir mais profundamente essa lei se vocês acharem que é importante. Então, tanto a nossa área quanto a da saúde da criança do Ministério da Saúde, a coordenadora-geral lá também está à disposição e a gente ficaria muito contente de poder discutir essa lei juntamente com vocês, para a gente conseguir amarrá-la de um jeito que, realmente, a gente atinja o objetivo que se quer, que é conseguir descobrir, diagnosticar, ver essas anomalias no momento certo, que é o momento, no máximo, do nascimento. Quando a gente não conseguiu fazer o diagnóstico intrauterino nas ecografias, nas ultrassonografias e, então, poder ter a oportunidade de fazer essa intervenção a partir do nascimento, que é um momento ótimo para a gente começar a atender e a cuidar dessas pessoas.

Eu vou pedir, então, para passar a minha apresentação. Eu quero falar um pouquinho com vocês, primeiro, do nosso sistema de informação de nascidos vivos.

Então, por favor, passem o primeiro eslaide.

A gente tem, no nosso sistema de informação de nascidos vivos, o Sinasc, a informação, o campo para ser informado da anomalia congênita específica da fenda, quando ela já é vista no momento do nascimento. Só que, é claro, infelizmente, a gente consegue perceber pelos números que estão aí nessa tabela que ainda tem muita subnotificação. Aquele número que o Dr. Cristiano falou de que, a cada 650 nascidos vivos, um provavelmente tem uma anomalia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionada à fenda labial ou palatina, quando a gente olha para o que está registrado no nosso sistema, infelizmente a gente percebe que nem 50% do que se espera está realmente registrado nesse sistema.

Então, essa é também uma discussão muito importante que a gente tem feito. E, aí, a gente envolve outras áreas da atenção, que é a maternidade e a própria Rede Alyne, que é a rede de atenção materno-infantil, para que a gente consiga, a partir do nascimento, ter, inclusive, essa notificação de uma forma muito mais fidedigna. Porque, se eu tenho 2,5 milhões de nascidos vivos por ano, aproximadamente, e eu coloquei na minha notificação só 1,8 mil no ano de 2025, isso não chega nem a 48% do total de casos esperados de anomalias de fenda labial e palatina naquele ano. Então, realmente, infelizmente, a gente ainda tem uma subnotificação, e isso é uma discussão muito importante, que também precisa fazer parte das discussões da rede materno-infantil.

Pode passar, por favor.

Bom, nós temos, então, a linha do tempo. Aqui está basicamente o que tem de legislação no Ministério da Saúde – o que já teve e o que ainda tem dentro do Ministério da Saúde. Eu até vou colocar aqui nessa linha, depois, a lei do ano passado, de 2025, que a Senadora citou, mas nós temos, desde 1994, uma norma que cadastrava serviços para atender esses pacientes.

A gente sabe que é uma norma que está precisando de uma atualização, e isso vem sendo discutido já há algum tempo dentro do Ministério da Saúde. Realmente, precisamos atualizar algumas questões dessas normas, ajustar as questões de habilitação para a realidade atual dos nossos serviços, porque a gente sabe que hoje eles são muito diferentes de quando essa portaria foi criada, lá em 1994.

Mas, graças a isso também – ou seja, já faz muitos anos que a gente tem isso –, graças a esse fato, faz muitos anos que a gente consegue ter essa assistência no SUS. Então, a gente tem, tanto nos ambulatórios especializados quanto nos serviços especializados, o financiamento desses procedimentos no SUS desde 1994. Claro que precisando de ajustes e tudo aquilo que a gente sabe que é importante para a gente ir atualizando o nosso SUS e chegando, cada vez mais, a todo mundo que precisa, mas nós temos, sim, um financiamento desses serviços, tanto ambulatoriais quanto hospitalares, para esses pacientes desde 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim como a rede se organiza como um todo para a atenção aos pacientes, as linhas de cuidado e as redes que atendem a pacientes com fendas também foram evoluindo, e a gente agora precisa atualizar que é para conseguir evoluir junto. O SUS evolui, e a gente precisa evoluir as nossas tratativas, as nossas portarias e a nossa legislação também.

Então, pode passar, por favor.

Eu vou mostrar rapidamente. Eu não vou me ater a isso daqui porque eu tenho só dez minutos e acho que isso é mais fácil de encontrar; depois, vocês vão ver esta apresentação. Só para mostrar que, tirando ali o ano da pandemia, que foi um ano com mais dificuldades no geral, a gente tem tido bastante procedimento ambulatorial relacionado especificamente ao CID desses pacientes com fendas.

Pode passar para o próximo, por favor.

Este outro está mais atualizado, ele já tem dados de 2026. Então, aqui são procedimentos ambulatoriais, ou seja, que são realizados nos ambulatórios especializados, por estado, de 2023, para cá. Esses dados vão até abril de 2026.

Eu vou deixar esta apresentação com vocês.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente tem em relação aos serviços nos hospitais. Temos as cirurgias e outras coisas que acontecem em ambiente hospitalar que também são relacionadas ao cuidado desses pacientes. Então, a gente também tem uma série histórica que mostra e demonstra que esses procedimentos continuam sendo realizados, apesar das dificuldades. A pandemia fez com que tudo caísse muito, infelizmente, mas, pelo menos, não foi a zero, a gente conseguiu manter o mais urgente. Eu e o Dr. Marconi fizemos uma força tremenda aqui no DF para não parar.

Pode passar, por favor.

Então, aqui a mesma coisa, são os hospitalares. Aqui está mais atualizado, eu vou deixar isso também, essa apresentação. Vocês vão ver, aqui é o que acontece dentro dos hospitais, do serviço especializado hospitalar, por estado também, até abril de 2026.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, hoje, oficialmente, habilitados no Brasil, 34 serviços para atenção aos pacientes com a má formação labiopalatal. Então, a gente tem aqui a distribuição e vocês podem ver por estado. Nós temos ali alguns estados que têm um serviço, principalmente no Nordeste, eles têm um que costuma ser na capital; a gente tem Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, que têm um pouquinho mais de serviços; mas a gente pode perceber – pode passar, por favor – que os estados do Norte e Nordeste, como tudo, são os estados que costumam sofrer mais com a falta de serviços de referência, de serviços especializados. Então, esses são os do Nordeste.

Pode passar, por favor.

E no Norte, que, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, no Norte, só o Pará?

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência*.) – Pará e Tocantins.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, estou vendo agora.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência*.) – Acabei de colocar.

Então, assim, realmente é um vazio assistencial que a gente tem na Região Norte, hoje, em relação ao tratamento dos pacientes com fissuras.

Pode passar, por favor.

Bom, a gente, então, tem a atenção especializada olhando para isso, isso é uma política, isso é uma área da política de atenção especializada. Em 2023, vocês já devem saber que o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Especializada – que não tinha ainda, a gente tinha a Política Nacional de Atenção Básica –, porque a de atenção especializada era um pouco compartimentada, a gente tinha pedacinhos dela em várias políticas diferentes. Aí, em 2023, então, a gente instituiu a Política Nacional de Atenção Especializada.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou ficar lendo, gente, porque acho que tem outras coisas importantes que eu quero falar para vocês. Depois, vocês vão poder ler esses eslaides porque essa apresentação está disponível para vocês.

E aí quais são os eixos dessa política? A gente está olhando para a política da atenção especializada como um todo. Eu vou olhar para o fortalecimento da atuação integrada, e isso é um dos grandes desafios no SUS, que a gente sabe; ou seja, qual o desafio da linha de cuidado? É exatamente eu conseguir fazer com que o paciente passe por todos os caminhos da rede que ele precisa passar de forma integrada, sem ele se perder no meio, sem ele ficar ali, não conseguir algum acesso e aí para tudo, porque aquele acesso daquele exame específico ele não conseguiu, e ele para toda a continuidade do tratamento.

Então, um dos principais desafios que a gente sabe e que a política da atenção especializada tem se proposto a olhar é exatamente a integração e a criação de uma linha que realmente conecte todos esses serviços e consiga fazer com que o paciente caminhe por todo esse caminho, por toda essa trajetória dentro da rede, passando por todos os locais pelos quais ele precisa passar, sem interrupção, no tempo oportuno, da forma correta, com uma regulação olhando exatamente para a necessidade.

Uma das perguntas, inclusive, que chegaram pelo *chat* foi: como a gente vai garantir que esse paciente vai ter a urgência necessária. Isso é uma discussão na regulação; eu preciso colocar critérios. Na hora de fazer a regulação, eu tenho que ter os critérios que deixam esse paciente, por exemplo, numa classificação mais acima do que a de outros que tenham, talvez, outras condições que possam aguardar um pouco mais.

Então, isso tudo são ajustes de que a gente vai precisar e que a gente já está, na verdade, fazendo nessas linhas de cuidado para conseguir garantir a continuidade desse caminho, da trajetória.

Pode passar, por favor.

Aqui, como eu falei, os principais desafios. Um deles, também, que está aqui embaixo de tudo que vocês vão ver, é o modelo de financiamento. Isso aí também é uma discussão importante, que tem sido levada por este Ministério da Saúde no sentido de achar um caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para financiar os serviços que não deixe esses serviços na mão, ou seja... A gente tem alguns casos hoje em que os serviços não conseguem, por algumas razões, fazer com que esse financiamento chegue da forma correta, além de que essa lógica mesma da rede... Eu preciso organizar meu financiamento para que eu possa pagar, financiar, colocar no meu orçamento que eu vou pagar o serviço se ele cuidar do paciente todo, de toda a linha, e não: "Ah, eu vou pagar um exame", "Agora eu pago uma consulta", "Agora eu vou pagar uma cirurgia"... A gente sabe que esse pagamento, quebradinho assim, traz muitas consequências no próprio cuidado integral.

Então, isso também conta como um desafio muito grande dessa política que está sendo discutida neste momento.

Pode passar, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Camila...

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência*.) – Pode falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Voltando ao financiamento, a gente sabe que aqui na mesa nós temos o Dr. Marconi, tem mais um grupo aqui, e eles fazem mutirões. Os mutirões são todos financiados do bolso deles; eles vão para a região ribeirinha – e foi assim que eu conheci esse homem – em barcos, levam médicos, alunos e fazem os mutirões de cirurgias, né, Dr. Marconi? E salvam vidas.

A pergunta é: existe rubrica no orçamento, por exemplo, para emenda parlamentar para financiar esse tipo de mutirão, ou não existe o apoiamento do Ministério da Saúde para esse tipo de mutirão que eles fazem de forma voluntária?

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência*.) – Senadora, na verdade, o Ministério, hoje, da forma como ele está organizado, não tem uma rubrica "mutirão", porém existe forma de organizar isso.

Eu vou dar o exemplo do que vem sendo feito junto às universidades, aos hospitais universitários, por exemplo: a gente tem visto ações do Ministério da Saúde junto aos hospitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universitários vinculados à Ebserh em que eles fazem mutirões nos finais de semana, por exemplo, no sábado, de cirurgias específicas, de procedimentos, de exames específicos.

Então, existem maneiras de organizar para que isso possa ter financiamento federal, mas não é só pôr a rubrica tal, né? Isso a gente não tem, mas há formas de organizar isso; a gente consegue encontrar caminhos, tanto que a gente tem conseguido encontrar caminhos tanto para esses mutirões com os hospitais universitários quanto também...

Pode passar, por favor.

Eu vou mostrar para vocês agora que a gente está com aquela ação – pode passar, por favor – do Agora Tem Especialistas, e o Agora Tem Especialistas, que é essa política que foi lançada mais recentemente pelo atual Ministro, olha ali, que é da consulta ao tratamento...

Pode passar, por favor.

A gente tem também conseguido, a partir do lançamento e da operacionalização do programa Agora Tem Especialistas, que a gente tenha mutirões, que na verdade são carretas, mas são carretas que foram organizadas de forma a atender a maior demanda dos locais. Então, é como se fosse um mutirão em que eu vou lá, olho para fila, olho para regulação, vejo lá a lista de pacientes, quais são as que têm mais pacientes esperando, e a gente organiza essas carretas, vai ao município e atende esses pacientes numa velocidade muito maior, o que a gente entende que é nessa lógica também de tentar avançar e garantir um acesso que a gente não estava conseguindo com a organização da rede, sem ter essa ajuda, por exemplo, das carretas.

Então, o programa Agora Tem veio com um objetivo muito claro de que a gente precisa dar acesso à população à atenção primária especializada, ao especialista, ao exame especializado. Ou seja, esse paciente que está lá na atenção primária sendo acompanhado precisa muito conseguir esse acesso, e isso envolve, sim, a regulação, os ajustes dos critérios, as discussões com os médicos, com as equipes reguladoras, para a gente ajustar esses protocolos, para que esses pacientes tenham realmente acesso na velocidade, no momento oportuno, na hora que eles realmente precisam. Então, esses ajustes finos que parecem que são simples, muitas vezes não são, porque a gente está ali falando de questões de enfermidades, de doenças, porque às vezes é um detalhezinho, uma coisa que vai fazer com que esse paciente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ter uma priorização, e como ninguém percebeu, ele não tem. Então, são muitos ajustes em cada uma dessas etapas.

Pode passar, por favor, porque eu acho que eu ainda tenho umas coisinhas para falar. (*Risos.*)

Então, o objetivo é a ampliação do acesso. Então, esse é o objetivo principal do programa Agora tem Especialistas, ou seja, ampliar e conseguir dar o acesso às especialidades.

No caso da fissura – pode passar, por favor...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí concluindo, Doutora.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência.*) – Está acabando o meu tempo já?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já, faz tempo.

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (*Por videoconferência.*) – Oh, meu Deus! Está vendo? Mas é porque é muita coisa, Senadora.

Então passa, por favor, porque eu vou lá para o finalzinho só para falar especificamente – pode passar – dos nossos desafios agora – pode passar, por favor – da questão da fissura mesmo.

Então, olhando agora especificamente para a atenção a pacientes com fissura lábiopalatal, a gente tem como principais estratégias do Ministério neste momento a atualização da Portaria 62. Então, a gente tem hoje uma iniciativa da saúde bucal do Ministério da Saúde com vários especialistas envolvidos. O Dr. Marconi e o Dr. Cristiano estão num grupo de trabalho que está discutindo. Eles têm uma proposta, inclusive, de uma minuta de uma portaria para a gente conseguir avançar, pensando nessa atualização das habilitações. Fazer uma organização da rede, discutir uma organização da rede, da linha de cuidado, olhando para a política agora da atenção especializada, colocando, então, novos critérios para organizar, planejar e monitorar a atenção, especificamente, a linha de cuidado dos pacientes com fissura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ampliar a rede de serviços com ênfase, principalmente, na Região Norte, como a gente falou, e Nordeste, locais que ainda têm um vazio maior; pensar e construir em conjunto a linha de cuidado específica, olhando para os pacientes; e implementar estratégia de educação continuada, pensando na interlocução entre as diversas áreas, trazer o cirurgião para conversar com o médico, o neonatologista que está na sala de parto, ou seja, promover essas educações continuadas, pensando no desenvolvimento cada vez melhor dessa linha.

Eu agradeço. Eu sei que eu falei um monte, até tinha mais coisinhas, mas eu acho que o principal eu falei. Agradeço de novo a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Camila, muito obrigada.

Nós não vamos encerrar... Palmas para a Camila, gente. (*Palmas.*)

Nós não vamos encerrar aqui essa discussão, que é a primeira de uma série que a CDH vai fazer sobre o tema.

Você traz esperança, na sua fala, de mudanças e de avanço na política, mas traz também para a gente preocupações, quando você fala, por exemplo, que, no Norte, nós só temos Tocantins e Pará. Aí eu fico pensando em uma pessoa que mora em São Paulo de Olivença, no Amazonas. De São Paulo de Olivença para Manaus, são sete dias de barco; depois, de Manaus para Belém, são de quatro a cinco dias de barco. Então, sete mais quatro, são onze dias para ir. É muito complicado, Camila! Como nós vamos dar as respostas todas que o Brasil precisa? Só mesmo dentro de Belém, dentro do Pará, de Belém a Redenção, são 20 horas de ônibus, dentro de um estado. Como atender todo mundo? Eu confesso que você tem aí nas mãos grandes desafios, mas encontra do lado de cá, Camila, um time disposto a ajudá-la a avançar na política.

Nós chegamos ao final de nossa audiência. Eu vou devolver a palavra, por dois minutos, para os expositores, para agradecimentos e considerações finais, e, no final, apenas a Adriana vai ter uma palavra de três minutos para a gente encerrar, e os demais... (*Risos.*)

Está difícil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ver aqui primeiro.

Vamos voltar a palavra para Marconi Delmiro, dois minutos para agradecimentos e considerações finais. (*Pausa.*)

Vá, Marconi.

O SR. MARCONI DELMIRO (Para expor.) – Serei rápido. Menos de um minuto.

Eu espero que esta nossa audiência pública hoje não seja apenas um ato de reflexão, mas que saiamos daqui com um compromisso efetivo de melhoria da qualidade do atendimento no período de 30 dias, que essas crianças sejam encaminhadas a centros especializados e que, de fato, o tratamento seja efetivo.

Eu saio daqui realmente emocionado, feliz e extremamente, de forma superlativa, gratíssimo à Senadora Damares Alves pela iniciativa e por todos aqui presentes.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Marconi. E vem aí a lei Marconi Delmiro.

Camila Rocha, dois minutos para agradecimentos – pode ligar o microfone aí – e considerações finais.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senadora Damares Alves, obrigada, Dr. Marconi, Dr. Tonello e todos os participantes aqui hoje.

Para a Smile Train, é uma grande satisfação poder estar aqui, colocando à disposição a nossa *expertise* brasileira e mundial, trazendo toda a nossa rede de parceiros junto, de pacientes, de familiares, porque a gente acredita no poder da colaboração intersetorial, e a gente sabe que está muito próximo de fazer mais um marco histórico ao regulamentar os 30 dias dentro da lei que já existe.

Então, muitíssimo obrigada.

E saímos daqui com muita esperança e otimismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camila.

Camila, eu quero informar que, além da indicação que a Comissão de Direitos Humanos está fazendo hoje para o Ministério da Saúde, eu acabei de receber uma indicação também do ano de 2026, já feita pelo Deputado Eros Biondini, pela Câmara dos Deputados, para a regulamentação da lei.

E aqui eu peço palmas para o Deputado Eros... (*Palmas.*)

... que estaria conosco hoje, mas não conseguiu embarcar para estar aqui com a gente a tempo.

Dr. Cristiano Tonello, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. CRISTIANO TONELLO (Para expor.) – Senadora, eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade; ao Dr. Marconi e a todos aqueles que aqui possibilitaram essa discussão, à Smile Train, e principalmente a essas famílias, aos pais e às mães, que traduzem muito bem em palavras, que não são palavras médicas, não são da nomenclatura dos livros de fissura, mas, sim, daqueles que passam em casa, que vivem isso, essas necessidades. É uma jornada que dura, como nós falamos, 20 anos, e que nós devemos, sim, atender a essas famílias ainda em 30 dias.

Então, saímos daqui com essa tarefa hoje.

E agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Cristiano. Obrigada. (*Palmas.*)

Vocês viram que a mesa acabou de ser ocupada por mais um expositor, que é o Gael. O Gael vai falar daqui a pouco. Ele tem um...

O SR. GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO BANDEIRA SANTOS – Não é Gael.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é Gael?

O SR. GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO BANDEIRA SANTOS – É Gabriel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É Gabriel, Gabriel. Mas me disseram que era Gael. Todo Gabriel é Gael. O Gabriel, daqui a pouco, vai falar um poema. Então, aguardem. Atenção, Brasil, Gabriel vai falar daqui a pouco.

Dr. Cristiano, muito obrigada, viu?

Berenice Oliveira ainda está com a gente?

A SRA. BERENICE OLIVEIRA LEITE LACERDA (*Fora do microfone.*) – Estou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá, Berenice, pega um microfone pertinho.

A SRA. BERENICE OLIVEIRA LEITE LACERDA (*Fora do microfone.*) – Olha o Bernado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó o Bernardo! Traz ele aqui! (*Palmas.*)

Berenice, usa esse microfone.

Gente, o Bernardo está aqui!

A SRA. BERENICE OLIVEIRA LEITE LACERDA (Para expor.) – O Bernardo está aqui.

Obrigada a todos. Se ainda tiverem, por favor – eu esqueci, fiquei tão nervosa –, a foto com o Dr. Marconi, pós-cirurgia.

E fica aqui o meu agradecimento ao Dr. Marconi, e à senhora, Senadora, também por dar espaço a essa pauta que é tão importante. Tenho certeza de que nós vamos escrever um marco a partir dessa audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha, eu queria que a TV Senado mostrasse o rostinho dele.

Atenção alguma mãe que está do outro lado nos assistindo, que está triste porque recebeu o diagnóstico ou o seu bebezinho já nasceu e você está nervosa. Olha o que é o tratamento! Olha que coisa mais linda que está o Bernardo! Fica bem, mãe! Fica bem! O seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebê vai ficar bem, você vai ficar bem. Olha o Gabriel, aqui do lado, que vai falar poesia daqui a pouco!

Muito obrigada.

Olha lá o Bernardo, pós-cirurgia, com o Dr. Marconi! Coisa mais linda! (*Palmas.*)

Obrigada, Berenice, por ter trazido o seu Bernardo para a audiência. É muito lindo! Espero que ele torça pelo Corinthians logo, logo. (*Risos.*)

Nós vamos agora para agradecimentos e considerações finais do Dr. Gerson Wilder.

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO (Para expor.) – É redundante, mas tenho que falar: gratidão, Dr. Delmiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É Marconi.

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – Mais conhecido como Marconi, mas ele é Belmiro também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Delmiro!

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – Senadora, sempre empática, de verde esperança, para a nossa sociedade, para as mães e para as crianças que serão adultas, eu quero fazer uma proposição: Ministério da Saúde, esses dados estão atuais? Ministério da Saúde, conhece a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), que fala que a pessoa com deficiência pode ser física e pode ser leve? Então, nós vamos ter que propor, Senadora, um projeto de lei para garantir BPC para as mães e pais com crianças com lábios leporinos ou fenda labial.

Então, vamos fazer isso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bora.

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – Não é isso? Vamos fazer!

Não é porque o nobre Ronei falou que o filho dele é campeão de natação, ou está se desenvolvendo, que ele não tenha a necessidade de uma assistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – Vamos assistir! Vamos combater, Senadora! Vamos ajudar!

Nossa nobre médica não pode escusar ou esquecer um passado de lutas para chegar aonde chegou. E, até hoje, será que alguém não pergunta: "o que foi aí no seu lábio? Um acidente?". Será que isso não a constrange? Vamos ser mais humanos? Vamos não enxergar as deficiências, e sim as eficiências?

Senadora, conto com a senhora para mais essa batalha.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bora! Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. GERSON WILDER DE SOUSA MELO – Gratidão! Gostaria de passar para a Bárbara...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Ronei Lacerda, para agradecimentos, pai de paciente.

O SR. RONEI LACERDA DE ANDRADE (Para expor.) – Mais uma vez, muita gratidão pelo Senado Federal, por essa oportunidade de falar aqui hoje; à Senadora Damares, ao Dr. Marconi e equipe.

E eu esqueci de um detalhezinho importante, porque eu até falei assim: gente, eu vou lá, sem nenhum debate pronto, sem nenhuma fala pronta, eu vou falar com o coração.

E eu lembrei... Com o Dr. Gerson aqui falando sobre a discriminação e preconceitos, me lembrou de uma coisa além disso ainda. Eu sei que não são todos os homens de quem eu vou puxar a orelha agora – principalmente os que estão aqui são militantes da causa –, mas, infelizmente – desde o início, eu fiquei sabendo disso, ou seja, desde 2013, quando aconteceu essa situação com meu filho –, vários pais abandonam a família, abandonam o filho e abandonam as esposas.

Então, eu faço esse apelo, sim, aos pais, ainda que separados da mãe da criança, que deem todo o apoio. Isso é muito importante, porque família é constituída por pai e mãe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente se estão juntos ou não. Mas essa questão de abandono de alguns pais é algo que também me preocupa demais.

E, já que eu estou falando para todo o país aqui, Senadora, eu gostaria de deixar esse pequenino puxão de orelha para alguns pais, para que eles retornem lá e cuidem de seus filhos, junto com a mãe. Por mais que a mãe, historicamente, cuide mais dos filhos e tenha aquele dever de cuidado, os filhos também precisam dos pais, ainda mais para combater preconceitos, discriminações; ou seja, que essa lei e que a nossa futura regulamentação possam seguir a cada ponto deste país que precise, que necessite desse auxílio para quem tem fissura labiopalatina.

É muito importante que chegue ao interior desse imenso país, esse país continental. Que, com a ajuda de todos, com a iniciativa do Legislativo, de todas as organizações, a gente possa chegar a todos os cantos deste país.

Agradeço muito e até mais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Bárbara Micheline, para as considerações finais.

A SRA. BÁRBARA MICHELINE (Para expor.) – Senadora, como eu falei anteriormente, há uma necessidade pujante de a gente capacitar o setor de saúde, para que ele tenha as respostas necessárias para essa população.

A gente viu o representante do Ministério da Saúde falando que é só fazer uma cirurgia que se resolve. Não! O Dr. Thyago Cezar, que fez inclusive um doutorado a respeito desse assunto, pesquisou, fez uma conversa com pacientes que já passaram por isso, e ele teve a iniciativa de falar apenas com adultos, que já sabem o que querem, já sabem o que passaram. Ele falou que eles não se importavam com qual era o centro em que essa pessoa fez esse atendimento.

Eu vou trazer para vocês aqui alguns dados. Os dados colhidos com 425 participantes revelam que a alta hospitalar não representa o encerramento das barreiras vivenciadas por essa população. Ao contrário, 70,6% dos participantes relataram enfrentar desafios significativos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo após o término do protocolo clínico. Na mesma direção, 69,7% afirmaram que as limitações impostas pela condição não se encerram com a conclusão do tratamento e 70,5% indicaram que há persistência de barreiras de acessibilidade mesmo durante o período terapêutico.

E ele faz uma ressalva muito importante para a gente – ele não pôde estar aqui hoje, mas mandou para a gente este encaminhamento –: ser PCD não tem relação apenas com a capacidade das pessoas, que, inclusive, são muito capacitadas, mas sim em relação às barreiras impostas pela sociedade, barreiras de acesso à saúde, ao emprego, a concursos públicos, por exemplo, que negam até a possibilidade de inscrição – as polícias militar e civil, de diversos estados –, barreira ao emprego, barreira à saúde. Ter essas barreiras não daria para considerar a pessoa como uma pessoa com deficiência? Ela é deficiente por conta de uma situação de saúde, não pela capacidade dela – porque a gente vai ver em instantes, que é uma pessoa que tem capacidade ampla e tem habilidades amplas. E, sim, merece ser classificada como pessoa com deficiência, para ter o apoio que ela merece.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito... Bárbara, eu acho que essa vai ser a nossa linha mestra do debate da próxima audiência.

A Iracema ainda está *online*? (*Pausa.*)

Iracema, dois minutos para considerações finais.

A SRA. IRACEMA SANTOS ANDRADE ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, estou.

Muito obrigada. Quero agradecer a participação com essa mesa, com essa manhã tão enriquecedora, de um assunto tão importante, em que temos muito ainda a conquistar. Há muito trabalho ainda pela frente.

Muito obrigada, Senadora, por abraçar essa causa e nos dar ainda mais uma luz no fim do túnel.

Um abraço e muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Iracema.

A Camila está *online* ainda?

Camila, dois minutos para considerações finais.

Não fique brava, provocaram-na aqui...

A SRA. CAMILA CARLONI GASPARRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estou *online*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois minutos para considerações finais.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA (*Por videoconferência*.) – Imagine, eu não fico brava nunca. (*Risos.*)

Eu acho que é superimportante ouvir, inclusive, todo mundo. Eu não tenho a intenção de finalizar uma discussão. Eu disse rapidamente sobre a questão da pessoa com deficiência, que é uma discussão que tem dentro do ministério, e que nem somos nós que encabeçamos. É uma área específica da Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência que tem feito essa discussão mais profundamente. Eu tenho certeza, inclusive, que essa coordenação está à disposição para discutir com vocês.

E o fato de o paciente com a fissura labiopalatal hoje não estar incluído necessariamente dentro desse público não significa que aquele paciente que se tratou e, mesmo assim, ficou, após os tratamentos e as cirurgias... Eu também nunca disse, em nenhum momento, que uma cirurgia resolvia. A gente está nessa luta há muitos anos e sabe que não é assim.

Então, é uma atenção multidisciplinar. É um caminho longo que esse paciente faz, é um cuidado prolongado. Muitas vezes de seis a oito cirurgias ele vai precisar – é uma média comum essa quantidade de cirurgias. Fora um largo rol de tratamentos pelos quais esse paciente passa: a fonoaudiologia, o cirurgião dentista, ou seja, a gente tem um leque grande de procedimentos e de tratamentos que esses pacientes precisam acessar para realmente conseguir se reabilitar.

E é nesse sentido... A gente sabe de toda essa caminhada, e isso não o exclui do leque, das necessidades, de precisar de atenção. Inclusive, em muitos casos, sim: após os tratamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, ainda pode ser que esse paciente precise de alguns cuidados para o resto da vida, e a gente sabe disso – de tratamentos e de terapias. Então, é nesse sentido.

Eu quero dizer que a gente da atenção especializada do ministério, junto com a atenção primária – está aí o pessoal da saúde bucal, presencialmente, com vocês –, está à disposição para continuar nessa discussão. A gente acha superimportante poder participar tanto de audiência pública quanto de discussões relacionadas a projetos de lei. Então, a gente está à disposição para poder sentar, olhar para essas questões, uma vez que, quando a lei sai, é a gente que tem que a operacionalizar. Então, é muito importante que essa construção possa ser realmente coletiva. Que a gente possa participar junto com a sociedade civil, junto com a Casa Legislativa e com o Poder Executivo – que somos nós –, para a gente conseguir, cada vez mais, construir uma rede de atenção que atenda às necessidades.

Eu agradeço de novo. Muito obrigada. Bom dia para nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Camila, obrigada. Agradeça ao Ministro por tê-la designado. Acho que ele mandou a pessoa certa para esta audiência. Muito obrigada, Camila.

Gente, nós vamos ouvir agora a Adriana.

Adriana, tem dois minutos, porque você vai falar na próxima audiência, certo? Operação Sorriso do Brasil, né?

A SRA. ADRIANA TSCHERNEV (Para expor.) – Isso.

Obrigada, Senadora. Eu não vou usar nem os dois minutos, eu queria só agradecer esta abertura.

A Operação Sorriso trabalha já há 40 anos no mundo e há 30 anos aqui no Brasil nessa causa da fissura labiopalatina.

A gente, nos últimos anos, tem focado no fortalecimento do sistema público de saúde, através de doações, capacitações, treinamentos, e a gente foca na Região Norte, que é justamente onde tem esse *gap* assistencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E especificamente a gente acabou de implementar um piloto da implementação da linha de cuidado, porque essa legislação no Estado de Rondônia foi passada já há algum tempo; então, a gente vem trabalhando com a secretaria estadual da saúde para implementar a linha de cuidado. E a gente já tem um piloto, que já passou na comissão bipartite. A gente já teve os 52 municípios aderindo e a gente já fez a primeira capacitação da atenção primária e de agentes comunitários de saúde.

E a gente queria colocar essa nossa experiência à disposição de todos vocês, da Senadora, do Dr. Marconi, da atenção especializada, do grupo de trabalho da odonto. Isso tudo que a gente pôde desenvolver e aprender, a gente quer compartilhar com vocês.

Então, a gente fica à disposição e, mais uma vez, a gente agradece aqui o espaço. A gente quer trabalhar juntos para que nenhum paciente fique sem atenção.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Adriana, eu gostei da oferta. Então, você poderia falar o endereço de vocês na internet? Tem muita gente nos assistindo. Para quem quiser ajudar, fazer contato com vocês... Dá o endereço de vocês.

A SRA. ADRIANA TSCHERNEV – É www.operacaosorriso.org.br – só não tem o cedilha nem o til. E a gente está no Instagram também. Então, a gente aguarda aí a visita de todos vocês e um contato das Comissões, o que é o mais importante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Operação Sorriso. Vamos lá, gente! Vamos acompanhar, vamos seguir. Muito obrigada.

Eu registro a presença da Rita Ballock, minha amiga, que é presidente de um instituto que tem assento na ONU. Rita é parceira, amiga, me ajuda muito nas discussões dos bastidores.

E agora a gente vai... Foi a senhora que pediu a palavra, não é? Dois minutos.

Cadê a de Marabá?

A SRA. ANA PAULA CABRAL GUEDES (*Fora do microfone.*) – De Marabá sou eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois minutos, porque ela vai falar na próxima audiência.

Puxa o microfone para ela aí.

A SRA. ANA PAULA CABRAL GUEDES (Para expor.) – Meu nome é Ana Paula. Eu sou pedagoga e psicóloga – me formei agora em psicologia também por causa dos fissurados.

Eu quero dizer que, no Pará, a gente tem um acompanhamento em nível de governo. A gente teve o primeiro Governador que olhou por nós lá. Então, a gente fez uma rede de apoio ao fissurado.

Marabá tem o Sorriso Legal, que eu fundei e de que sou a Presidente. Há 25 anos a gente tem esse trabalho, então nós somos os pioneiros em Marabá. A gente realiza em torno de 15 a 25 cirurgias mensais. Temos apoio do hospital regional, através do Governador do estado. E a gente tem toda a equipe interdisciplinar lá em Marabá. Temos sede própria e, agora, após 13 anos, conseguimos, através do Ministério da Saúde, a nossa certificação, o Cebas, então estamos muito gratos por isso.

Eu queria dizer para a Dra. Camila que Marabá tem, sim, essa rede de apoio. Temos em Santarém, com a Iracema lá, que acho que muita gente conhece aqui, uma guerreira. Nós temos as cirurgias em Belém, na capital, na Santa Casa, e temos o centro completinho, que é em Marabá. Então, Marabá eu acredito que hoje está muito bem assistido – Marabá não, o Estado do Pará. Temos coisas para fazer ainda, muitas coisas.

Eu gostaria uma hora de contar toda a história do Sorriso Legal...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você vem na próxima audiência, trazendo imagens. Passa só o endereço da internet para a gente acompanhar.

A SRA. ANA PAULA CABRAL GUEDES – O nosso Instagram é Instituto Sorriso Legal. Só isso aí, pode clicar lá. Como a gente sempre fala, é maior do que um abraço, é um grande sorriso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e obrigada à minha equipe que está lá assistindo, todas as mães, pais. Estou muito feliz. Muito obrigada pela oportunidade, Marisa. Não posso deixar de agradecer ao nosso Senador Paulo Rocha, que foi um dos que lutou também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relator da lei, inclusive, aqui.

A SRA. ANA PAULA CABRAL GUEDES – Relator da lei, isso. Eu fui uma das que vim, tem um ofício que eu entreguei para ele – eu. Se a senhora olhar, está lá meu nome. O primeiro ofício foi o meu, Ana Paula Guedes Cabral.

Senador Paulo Rocha, muito obrigada; obrigada ao Governo do Estado, ao nosso Governador Helder Barbalho, que foi o primeiro Governador do Estado do Pará que abraçou a causa, vestiu a camisa, e à Dra. Alessandra.

Então, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos aplaudir Marabá, gente? (*Palmas.*)

Rita, um minuto.

Gente, é que estou com tanta criança no auditório, a gente não pode demorar.

Rita.

A SRA. RITA BALLOCK (Para expor.) – Senadora, em primeiro lugar: nunca vou me arrepender desse voto que eu dei para a senhora estar aqui no Senado. A senhora honra meu voto.

Pois bem, a única razão que me parece justificar a existência do Estado moderno é o desenvolvimento humano na sociedade, Senadora – essas são suas palavras. Através, portanto, de políticas públicas de Estado continuadas, como a senhora está fazendo, que assegurem infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos adequados, que coloquem o ser humano em sua dignidade, em especial os vulneráveis. Essas são as preocupações. Todo o restante, em tese – em tese –, poderia ser um desdobramento natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que os recursos financeiros – Ministério da Saúde e atenção – não faltam com a arrecadação, quebrando recordes seguidos, todos os dias. Contudo, as instituições de saúde, para citar apenas um de muitos exemplos, experimentam a severa carência de praticamente tudo – tudo – para uma prestação condigna, o que se atenua pela inegável superação do corpo médico – e aqui eu menciono o Dr. Marconi e o Dr. Cristiano.

Agora, estas duas perguntas, finalizando, vão ficar, certamente, para uma outra ocasião – porque tenho certeza de que V. Exa. vai nos responder –, que seriam: como o Tribunal de Contas da União, principal braço de controle externo do Congresso, e esta Casa veem essa situação? Como veem essa situação? E a segunda seria: falta melhor gestão dos recursos ou um controle mais eficaz e efetivo?

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! É de tirar o fôlego. As suas perguntas tiram o fôlego da gente. Nós vamos dar essas respostas.

Atini, apenas fale o endereço eletrônico de vocês, se alguém quiser ajudar, colaborar. Essa é uma instituição que busca as crianças indígenas para a cirurgia e cuida delas por um longo tempo.

O SR. REGINALDO LÚCIO VELOSO (Para expor.) – Bom dia a todos. (*Fora do microfone.*) Meu nome é Reginaldo e agradeço à Senadora Damares e tudo o que foi colocado aqui nesta manhã. Saio daqui maravilhado e cheio de esperança para os povos indígenas, especificamente o povo com o qual eu trabalho.

E deixo aqui o nosso endereço, para que você possa conhecer esta instituição tão importante que tem, de fato, salvado crianças indígenas em situação de risco e de vulnerabilidade: Atini – Voz pela Vida. Esse é o nosso endereço no Instagram, é o nosso *site*. É só você digitar lá que você vai encontrar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Reginaldo.

A senhora pediu um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só ela, mais ninguém. Eu não posso... Nós temos horário para encerrar.

Aperta o microfone. Fala seu nome.

A SRA. LARYSSA LOPES DE ARAÚJO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu me chamo Laryssa e sou fonoaudióloga do Instituto Yaçuri da Amazônia, serviço referência na cidade de Manaus.

Então, eu estou aqui, em nome de todos os mais de 4 mil pacientes que nós temos lá no Amazonas, agradecendo-lhe e parabenizando-a pela iniciativa, porque a nossa causa... Eu digo nossa porque eu sou fonoaudióloga e também parente de uma pessoa que nasceu com fissura, foi isso que me fez querer estudar e me dedicar à causa. Então, parabéns pela iniciativa.

Nós do Instituto Yaçuri atendemos pacientes de todo o Amazonas, e, como a senhora bem falou no início, é uma grande dificuldade fazer política pública no nosso Amazonas. Os pacientes realmente passam sete, oito, dez dias de barco para chegar até a nossa instituição – isso para vir – e depois mais dez para voltar. E também tem a questão da cheia, da seca, o que dificulta ainda mais. Nossos rios são as nossas estradas.

Assim, eu gostaria de fazer um agradecimento público à Smile Train Brasil, porque, como a senhora falou no início também, graças às organizações não governamentais, no nosso serviço – vamos completar agora seis anos –, nós mudamos a vida de milhares de pessoas. São mais de 4 mil pacientes já atendidos. Muito mais do que procedimentos, nós atendemos de forma integral e especializada. Então, eu gostaria de agradecer à Smile Train, porque, graças a essa instituição, nossos profissionais, os equipamentos, a atualização a profissionais, a participação em Congresso... Isso é, sem dúvida, essencial para quem luta, para quem está diariamente ali na ponta com nossos pacientes de fissura labiopalatina.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom que eu lhe dei a palavra! Parabéns pelo que vocês estão fazendo em Manaus.

Dê o endereço eletrônico do seu instituto – fale devagar para a gente entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LARYSSA LOPES DE ARAÚJO – Instituto Yaçuri. Yaçuri, para quem não sabe, significa sorriso na etnia baré. Então, a gente quis fazer essa homenagem aos povos indígenas também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Instituto Yaçuri, mais uma instituição.

A SRA. LARYSSA LOPES DE ARAÚJO – Instituto Yaçuri da Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você não deu o endereço eletrônico. Fale seu endereço eletrônico.

A SRA. CAMILA ROCHA E SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

O nosso endereço eletrônico é smiletrainbrasil.com, e a nossa rede social também é smiletrainbrasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora, a gente vai para o auge da nossa audiência.

O nosso querido Gabriel – é Gabriel Azevedo, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gabriel Albuquerque. O Gabriel Albuquerque vai falar um poema.

Foi você que fez o poema, Gabriel?

TV Senado, eu quero que mostre muito o rosto do Gabriel, porque ele ficou até agora. Ele chegou aqui às 9h30 – são 13h26 – para falar o poema dele.

Gabriel, seja bem-vindo. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espere aí! Vai ter plaquinha com o nome dele? Não tem, não? Ah, não... Sem plaquinha, Gabriel não fala.

Pode começar, Gabriel.

O SR. GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO BANDEIRA SANTOS (Para expor.) – Bem, eu aprendi que uma fala tem começo, meio e fim. Então, eu vou falar, primeiro, que somos muitos fissurados; segundo, é inacreditável que tem criança da minha idade que não fez suas cirurgias; e terceiro, aprovem as leis.

O meu poema, que eu vou declamar agora, é Nossos Sorrisos.

Hoje é o Dia da Fissura, e eu vim aqui contar que criança fissurada também nasceu para brilhar.

Já fui em médico, em fono, no dentista eu sentei, no psicólogo conversei e até coragem ganhei.

Assistente social ajudando, minha família sempre ali, mas às vezes deu medo, mas eu nunca desisti.

Teve dia de sopa gelada, de não poder mastigar, mas, depois de um tempinho, eu já queria brincar.

Minha cicatriz mostra tudo o que eu vivi. Não é coisa triste, é a marca de eu conseguir.

E para os pais e profissionais quero falar com emoção: obrigado pelo cuidado, pela força e atenção, porque toda criança aqui tem coragem de montão e, se a gente ficar junto, fica feliz de coração. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na minha terra a gente a gente aplaude em pé. A gente aplaude em pé.

E assim... Você é lindo Gabriel, olhe seu nome.

O SR. GABRIEL ALBUQUERQUE PINTO BANDEIRA SANTOS – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, assim, com a palavra de Gabriel, a gente...

O SR. MARCONI DELMIRO – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oi?

O SR. MARCONI DELMIRO – Eu estou trazendo a Lazinha, da etnia canamari, para lhe entregar flores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para mim? Flores para mim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Vem cá, mas eu a quero no colo.

Ah, que linda. Cadê minhas flores? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Ela tem óculos. (*Risos.*)

Eu declaro encerrada a nossa primeira audiência.

Que Deus abençoe vocês!

Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Eduardo Girão, Paulo Paim e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 52/2026 - CDH, de autoria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 56/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo de debates sobre: "Avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, no exercício de 2026". Participantes: Célia Carvalho Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da Secretaria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Leila Cristina Pereira da Silva, Diretora de Alta Complexidade da Coordenação de Proteção Social Especial-Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo; Fernanda Alves Melo, Assistente Social - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/RIO; e Rodrigo Delmasso, Ex- Deputado Distrital e ex- Secretário de Estado da Família e Juventude do Distrito Federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/23

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a segunda audiência pública realizada, nos termos do Requerimento 52, de 2026, da CDH, de minha autoria, para avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, no exercício de 2026.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Esta audiência tem como objetivo avaliar os objetivos 2, 3 e 4 do plano nacional, que tratam da integração das políticas públicas, da articulação entre os diversos atores governamentais e sociais envolvidos na proteção de crianças e adolescentes, e do fortalecimento do sistema de garantia de direitos nos níveis nacional, estadual, distrital e municipal.

Nós estamos fazendo isso por força do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 96 do Regimento Interno determina que as Comissões escolham uma política, duas políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas por ano para avaliar e, depois, ao final da avaliação, fazer os devidos encaminhamentos ao Poder Executivo.

A gente escolhe uma política de Estado. Nós não estamos avaliando política de governo – não está sendo avaliado aqui o Governo Lula, nem o Governo Bolsonaro, nem o Governo Temer, nem o Governo Dilma –, nós estamos avaliando uma política pública de Estado que existe, que é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

E por que esta Comissão? Esta é a Comissão que tem como atribuição a garantia dos direitos da criança e do adolescente. E nós estamos avaliando usando instrumentos como audiências públicas – para esta avaliação, nós já temos previstas quatro audiências públicas e esta é a segunda –, nós temos requerimentos de informações aos órgãos envolvidos e aos entes federados também e nós também estamos planejando diligência, até o final do ano, para conhecer algumas experiências exitosas.

Hoje acontece a segunda audiência da avaliação. Na audiência anterior, examinamos os desafios relacionados à prevenção da violência, ao fortalecimento das famílias e à atuação da sociedade civil. Os dados apresentados foram extremamente preocupantes. Os registros de violência sexual continuam crescendo. Os sistemas de saúde, assistência social e segurança pública seguem recebendo milhares de notificações todos os anos, e a violência continua atingindo, sobretudo, meninas, adolescentes e crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Diante dessa realidade, uma pergunta se impõe: se sabemos o tamanho do problema, por que ainda temos tanta dificuldade em enfrentá-lo de forma efetiva? Parte da resposta pode estar justamente no tema desta audiência de hoje. O enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes é, por natureza, uma ação transversal. Nenhum órgão, nenhuma secretaria e nenhum ente federativo é capaz de responder sozinho a um problema dessa magnitude. E nenhum Poder, Doutora, nenhum Poder sozinho.

A proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência depende da atuação coordenada da assistência social, da saúde, da educação, da segurança pública, do sistema de Justiça, dos conselhos tutelares, dos conselhos de direitos e das organizações da sociedade civil em todo o território nacional. Depende também do Poder Legislativo – da disposição do Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo – e depende também do Poder Judiciário. A proteção depende da articulação efetiva entre União, estados, municípios e todos os Poderes.

Por essa razão, esta audiência contará com a participação do Governo Federal, de uma secretaria municipal e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Convidamos também secretarias estaduais, mas infelizmente não enviaram representantes. Apenas o Distrito Federal nos enviou... Não enviou, está conosco – foi convidado, não enviado –, pelo Governo do Distrito Federal, o ex-Secretário da Família e Juventude do Distrito Federal – é uma Secretaria da Família e Juventude. Está vindo não representando o estado, mas para compartilhar conosco a experiência. Todos coordenam ou coordenaram a implementação de planos próprios de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e estão diante, em maior ou menor medida, de desafios nesse processo de implementação em seu território.

O problema pode não ser apenas a existência de políticas ou de planos formais. O verdadeiro desafio pode estar na capacidade de coordenar instituições, integrar sistemas, definir responsabilidades e transformar diretrizes em ações concretas nos territórios. É justamente isso que pretendemos avaliar hoje. Queremos compreender se os mecanismos de governança previstos pelo plano nacional estão funcionando adequadamente; queremos entender como ocorre a coordenação entre União, estados e municípios; queremos conhecer as experiências locais de implementação, os avanços alcançados, os obstáculos enfrentados e as oportunidades de aperfeiçoamento da política; e queremos, sobretudo, identificar quais mudanças podem fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de proteger crianças e adolescentes de forma mais integrada, eficiente e efetiva.

Agradeço, portanto, a presença de todos os convidados que aceitaram contribuir nesta audiência, compartilhando de seu conhecimento e de suas experiências para o aprimoramento dessa importante política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nós temos quatro convidados.

Fernanda Alves Melo, Assistente Social, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Félix, do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a escolha de Fernanda e desse município? Um município pequeno, mas foi um dos primeiros no Brasil a apresentar um plano municipal de enfrentamento à violência contra a criança. Então, além de eles merecerem todos os nossos aplausos, além de eles merecerem todos os elogios, nós queremos conhecer a experiência aplicada pelo município. Daqui a pouco nós vamos ter a alegria de ouvir a Fernanda, que vai falar do pioneirismo no enfrentamento à violência contra a criança, com um plano publicado, com metas, com objetivos, um plano a ser seguido.

Na sequência, nós ouviremos Leila Cristina Pereira da Silva, Diretora e Assistente Social da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo.

Olhem o que a gente fez: a gente trouxe uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro, mas trouxemos a maior cidade do Brasil. E nós queremos muito ouvir Leila, e de que forma o Município de São Paulo está fazendo o enfrentamento à violência contra a criança.

Nós teremos a alegria de ouvir Célia Nahas – olhem o cargo da Célia, gente! –, Coordenadora-Geral de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Imaginem a expectativa que nós estamos de ouvir também a Célia! E aqui, Célia, quero agradecer à Ministra e à sua Secretária, por terem designado exatamente a pessoa certa para estar conosco nesta audiência. Obrigada por estarem conosco.

E vamos encontrar juntas, Célia, as respostas que tanto queremos, porque a gente reconhece... E esta Comissão tem, o tempo todo, sempre que a gente pode, Célia... Eu sou uma Senadora de oposição, todo mundo sabe, mas, sempre que posso, eu me dirijo ao Ministério dos Direitos Humanos, reconhecendo o trabalho que vocês estão fazendo, os desafios desse ministério, o desafio da Secretária e o desafio de sua coordenação, sem recurso, sem dinheiro.

Eu estive lá, Célia, não precisa me falar nada. Eu sei exatamente pelo que vocês passam, mas tenho que reconhecer o trabalho que vocês estão fazendo. E a gente quer muito ouvi-la.

E depois nós ouviremos – ele vai estar de forma presencial – o ex-Secretário da Família e Juventude do Distrito Federal, que trabalhava especificamente com os adolescentes, Rodrigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Delmasso, que também foi, por três mandatos, Deputado Distrital aqui. Então, ele tem a experiência do Legislativo e também a experiência do Executivo.

Eu quero informar aos nossos convidados que vocês têm, a princípio, dez minutos, mas esse não vai ser um tempo que a gente vai ficar controlando. Se precisarem passar um pouquinho mais, fiquem à vontade.

Dos nossos convidados, eu estou vendo aqui pelo menos três apresentações, não sei se Rodrigo está trazendo. As apresentações ficarão no portal da Comissão. Se alguém tiver interesse, depois, pode acompanhar.

Inclusive, eu quero informar aos nossos convidados que, às vezes, uma fala dos senhores numa audiência como esta vira tese de mestrado, tese de doutorado, vira TCC de curso de graduação, pesquisadores vêm buscar as apresentações, ficam assistindo, depois, inúmeras e inúmeras vezes à fala dos senhores. Então, a participação dos senhores numa audiência pública, que está sendo transmitida, inclusive, hoje, pela TV Senado, não se resume apenas ao nosso grupo de trabalho. A apresentação de vocês, com certeza, vai chegar ao coração de milhões de brasileiros. E, por incrível que pareça, estamos recebendo perguntas, já, pela internet.

Nesse sentido, nós vamos ter a alegria de já começar a ouvir os nossos convidados e a gente vai fazer da seguinte forma: nós vamos começar pela Célia, nós vamos ouvir a secretaria nacional; aí a gente vai descer para a secretaria estadual de São Paulo; aí nós vamos para o menor município; e depois a gente ouve o Rodrigo Delmasso, que vai falar como ele trabalhou a proteção da criança trazendo também a família para a política.

Então, com muita alegria, nós vamos ouvir agora a Célia Carvalho Nahas.

Seja bem-vinda, Célia. Dez minutos, mas, se precisar, pode estender o seu tempo.

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, muito obrigada.

Vocês estão conseguindo me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, está muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (*Por videoconferência*.) – O.k. Então está bem.

Primeiramente, quero agradecer o convite da Comissão, na figura da sua Presidente, a Senadora Damares.

Eu vou compartilhar aqui uma apresentação para vocês conseguirem me acompanhar melhor.

Estão conseguindo ver? Já está aí transmitindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está, e está muito bonita, viu?

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Vou fazer uma apresentação do trabalho que vem sendo desenvolvido aqui no âmbito do ministério, pensando o propósito de implementação dos nossos planos nacionais.

Primeiro, a gente não pode começar a falar de proteção à criança sem que a gente consiga minimamente identificar, localizar quem são as nossas crianças no Brasil. A gente tem 55 milhões de brasileiros com menos de 18 anos. E aí a gente tem muitas facetas diferentes da vivência da infância no Brasil. A gente tem que pensar em toda a capacidade de ser sensível a recepcionar e a tratar essas diferentes formas de vivência da infância no nosso país. Existem muitas diferenças, pensando nos seus territórios, pensando nas suas diferentes condições de vida.

Quando a gente fala de violência, é importante que a gente lembre alguns pontos.

Vou trazer alguns dados do Disque 100 para nós aqui. Apenas nos quatro primeiros meses deste ano, nós já registramos mais de 115 mil denúncias de violações de direitos de criança e adolescente pela plataforma do Disque 100.

A casa onde vive essa criança e onde vive o suspeito da vítima segue sendo o principal lugar de ocorrência da violência. Então, acho que é importante a gente ter isso no panorama da construção das nossas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A faixa etária mais afetada pelas violências é a faixa etária de 4 a 8 anos, mas isso não significa que a incidência nas outras faixas etárias seja muito menor. Então, a gente vai ter ocorrência da violência contra todas as faixas etárias de 0 a 18 anos, e a maioria das vítimas segue sendo as meninas – crianças do sexo feminino seguem sendo a maioria das vítimas de violência.

Isto aqui é um panorama para a gente entender como a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente está organizada. Ela atua na formulação, na coordenação e na articulação das políticas públicas voltadas para promoção e defesa integral dos direitos da criança e do adolescente. Ela tem algumas áreas transversais: o conselho nacional, as políticas transversais e as parcerias.

As parcerias são uma área-meio que nos apoia aqui tanto na execução orçamentária quanto nos termos de fomento, nos conveniamentos; as políticas transversais são as nossas parcerias internacionais. Também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fica vinculado aqui conosco.

Nas nossas outras áreas, nós temos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas; o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; a convivência familiar e comunitária; a erradicação do trabalho infantil; e a pasta pela qual eu respondo, que é a de enfrentamento às violências. É importante a gente sempre sinalizar que todas essas pautas trabalham de forma muito integrada na execução dos nossos programas.

A gente quer um panorama aqui do que vem, do que vai ser entregue até o final deste ano.

Há cinco planos nacionais de políticas atualizados: o Plano Nacional dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes está aberto para consulta pública, o que acho que é importante; o Plano Nacional Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual também está em processo de revisão e se encontra, neste momento, em consulta pública; está finalizado já o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, o lançamento do plano nacional vai ocorrer esta semana; o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que já foi aprovado pelo Conanda também; e o Plano Operativo para a Primeira Infância, que também já segue a sua implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há a consolidação de duas políticas nacionais: a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital e a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, ambas já publicadas, já em vigência.

Como escopo normativo aqui da nossa discussão, a gente vai trazer alguns marcos que são importantes. O estatuto está sempre referenciado aí, porque, depois da Constituição, é o nosso grande marco legal.

Acho que, na proteção de crianças vítimas de violência, a gente não pode se esquecer das legislações de 2017 e 2018, que são: a 13.431, que estabelece o sistema de proteção para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, que ficou conhecida como a Lei da Escuta Protegida, que traz a ferramenta da escuta e a ferramenta do depoimento; e o Decreto 9.603, que vem regulamentá-la, instituindo a necessidade dos comitês gestores, organizando um pouco mais o escopo desse atendimento.

Em 2024, é a Lei 14.811 que vai colocar a necessidade da criação da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual e prever o plano nacional como um instrumento de implementação dessa política. E, este ano, a instituição da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, e a consequente revisão também do documento, como eu já sinalizei.

Para sinalizar aqui mais focadamente na questão da governança, vou chamar também o marco normativo, que é o Decreto 11.533, de 2023. Ele vai instituir a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com a finalidade de articular ações e políticas públicas relativas ao enfrentamento da violência sexual. Ela garante a participação de diversos órgãos, inclusive dos órgãos governamentais, mas também do sistema de justiça e das organizações da sociedade civil para a gente pensar o processo de acompanhamento e implementação.

Então, essa aqui é a constituição, hoje, da comissão intersetorial. Então, ela tem uma participação ampliada, principalmente do Governo, são diversas áreas. Como a gente sempre sinaliza, uma área só, um ministério apenas, uma política apenas ou um só dos três Poderes também não é capaz de fazer o enfrentamento desse tipo de violência nem de qualquer tipo de violência contra a criança e o adolescente. E aí a gente vai ter, então, os diversos setores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos nessa discussão para enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente.

Vou trazer aqui também uma série de ações que foram implementadas ao longo dos anos com esse viés da proteção integral e do enfrentamento à violência. Vou, assim, dizer da importância da retomada da comissão intersetorial, justamente que é esse espaço de diálogo, de construção intersetorial; e da retomada e da realização das diversas campanhas de sensibilização. Vou dar foco aqui às campanhas do Carnaval. Assim, elas são campanhas que trazem como foco que o Carnaval é um espaço de proteção, e nós precisamos que todo mundo proteja as nossas crianças nesse processo. Ela tem como foco o enfrentamento à violência sexual, a prevenção do trabalho infantil, a prevenção da ocorrência de qualquer outra forma. E também a sinalização aqui de a gente criar ambientes seguros, espaços seguros, plantões integrados para o atendimento de crianças e adolescentes, e aí também entra no escopo das campanhas de Carnaval.

Também, ao longo dos anos, o desenvolvimento das ações relativas ao 18 de maio – 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ao longo dos anos a gente tem realizado diversas ações. Vou dar destaque especialmente para a Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que aconteceu em 2025, momento no qual a gente deflagra o processo participativo de revisão do plano nacional, como eu vou sinalizar mais um pouco mais para a frente.

Também destaco aqui a mobilização para implementação dos comitês de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Nós temos uma resolução do conselho nacional que fomenta a criação dos comitês, designando os conselhos municipais como espaços prioritários para pensar isso, porque são os comitês responsáveis para a implementação, construção dos fluxos e fortalecimento do sistema local. Então, a gente tem feito essa mobilização nos estados e nos municípios.

A importância da reformulação do atendimento especializado do Disque 100 para acolher melhor as denúncias de abuso e exploração sexual. Então foram feitas uma série de melhorias, de adequação do protocolo, formação dos nossos atendentes – tudo isso vem sendo feito –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhoria dos nossos contatos de referência e contrarreferência no recebimento, encaminhamento e monitoramento das denúncias recebidas pelo Disque 100. É um trabalho muito grande, e também acho que é por isso que a gente tem tido um aumento do número de denúncias, porque isso diz também da qualidade e da credibilidade do serviço.

Também é importante falar aqui do fortalecimento da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Endica), que é um canal de fortalecimento e formação de todo o sistema de garantia de direito nas diversas áreas da proteção à criança. A gente tem cursos focados na prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes e na sua proteção. Recentemente, nós lançamos um curso sobre a escuta protegida de crianças e adolescentes, de como a gente pode fortalecer esse papel de proteção de todo o sistema, cursos de enfrentamento ao trabalho infantil, de identificação de situações análogas à escravidão, estratégias de proteção de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais. Todos os cursos da Endica são gratuitos, e todos os integrantes do sistema podem fazê-los e ter acesso. O *site* é de fácil gestão. Recentemente também, a gente lançou cursos que dizem respeito ao enfrentamento da violência sexual *online*, por ocasião do 18 de maio deste ano.

Outra ação que vem sendo desempenhada com muito sucesso é o fortalecimento dos centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, que é uma estratégia de fortalecer as redes locais e qualificar o atendimento dessa criança, para a gente evitar revitimização, com vários serviços sendo ofertados no mesmo local ou organização do atendimento, de forma a evitar com que essa criança precise circular muito e tenha a sua situação exposta. Então, a gente tem feito muito isso. Essa é uma prioridade e uma estratégia da implementação.

Nesse âmbito também, nós temos a implantação do Centro de Atendimento Integrado às Crianças Yanomami e Ye'kwana, uma especificidade para atender crianças e adolescentes indígenas, que é uma evolução. Há o fortalecimento do Pacto Nacional pela Escuta Protegida, que tem a ver com os processos de articulação dos diversos atores para a implementação da Lei da Escuta Protegida, especialmente pensando em justiça, segurança e rede de atendimento, em como a gente pode fortalecer a atuação desses diferentes parceiros para o atendimento dessa criança que foi vítima de violência, pensando também na qualificação da escuta protegida da rede e na priorização do depoimento especial e da antecipação de prova pelo Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse âmbito da implementação da Lei da Escuta Protegida, eu vou chamar a atenção também para três documentos que foram sistematizados e lançados recentemente, nos últimos dois anos. É uma publicação que pensa a implementação da lei do atendimento e da escuta, em como os municípios e os estados podem se organizar para fazer essa implementação; que tem uma orientação bem clara com relação aos comitês aqui também; e que orienta a escuta especializada, escuta protegida nos territórios, na rede de uma forma geral. Então, é uma publicação muito didática, para que todo o sistema se aproprie deste papel de acolhimento e de escuta. E uma publicação com a proteção em rede e um guia no orientador, para a implementação de centros de atendimento integrado, com sugestões de fluxo, com sugestões de acordo de cooperação, justamente para facilitar a implementação desse equipamento, que a gente entende que é um equipamento estratégico na proteção e na qualificação do atendimento.

Vou também dar destaque aqui às ações, no âmbito da Lei 15.211, que ficou conhecida como ECA Digital, que traz uma série de inovações, mas, principalmente, de estratégias para a proteção de crianças e adolescentes. A violência vai sendo atualizada no decorrer do tempo; então, é importante que tanto a legislação quanto o sistema de garantia também se atualizem nessa perspectiva. Então acho que o ECA Digital traz esse grande avanço.

Após a publicação da lei, a gente teve o decreto que vai instituir a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Para fazer a governança e a gestão dessa política, a gente tem o comitê intersetorial, instituído também por meio de portaria, justamente para que a gente possa ter uma governança e uma implementação dessa política de uma forma bem articulada e ágil.

Há alguns pontos com relação a essa lei, que acho que é importante destacar. Primeiro é a orientação, por meio de uma publicação, no formato perguntas e respostas, que foi publicada, que foi divulgada recentemente, voltada para os conselhos tutelares, que são atores muito importantes do sistema. Então, além da Endica, que é uma escola que está pensada para o sistema, a gente tem a Escola de Conselhos, já implementada em 27 estados do Brasil, que é voltada para os conselhos tutelares e para o CMDCA, e aí também há algumas publicações como essa aí, pensando na tradução do ECA Digital para a atuação do conselho tutelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas inovações que vêm a partir do ECA, como o Centro Nacional de Triagem de Notificações, e a Polícia Federal como essa autoridade central na discussão de proteção de crianças. Também há aí outra publicação que foi lançada, mais pensando em uma orientação geral, que é um guia sobre uso de dispositivos digitais quando a gente pensa em crianças e adolescentes. E aí também há um processo que a gente já está aqui na etapa final, que é a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que vem passando por esse processo de revisão já desde 2025, pensando numa metodologia participativa, estruturada em diferentes fases, que compreenderam um processo de diagnóstico, de mobilização territorial, de escuta qualificada, para conseguir ser sensível a toda essa diversidade da infância e dos territórios brasileiros.

Como eu sinalizei ali, para a gente pensar em toda aquela característica do que são as nossas infâncias, do que são os nossos territórios, então existe toda a metodologia pensada para ser sensível a isso.

Nós fizemos 34 diálogos com crianças, 44 diálogos com adolescentes, com uma metodologia adequada, voltada para eles; espaços protegidos, pensados para ouvir esse público; 59 reuniões temáticas, que tinham o objetivo justamente de a gente trazer toda essa diversidade, não só do território, mas das diferentes populações, diferentes vivências no território brasileiro; 66 fóruns livres foram organizados pelos parceiros – então, a gente teve a mobilização da sociedade, dos coletivos, em fóruns livres para participarem dos processos; depois as etapas estaduais – que aconteceram em todos os estados e no Distrito Federal; depois as etapas regionais – pensando aí já em uma qualificação no âmbito de um território mais ampliado, das diversas regiões; e, por último, a etapa nacional – que foi realizada no âmbito do III Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, realizado em maio deste ano, aqui em Brasília –: um esforço aí de ampliação da mobilização social para esse tema e também da territorialização das nossas ações.

Esse conjunto vai dizer justamente do nosso compromisso enquanto Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e, sobretudo, enquanto Ministério dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só trazer mais um ponto aqui que eu acho que... A gente desenhou todo esse arco de ações que vêm sendo desenhadas pelo Ministério, mas, no âmbito da Comissão Intersetorial, a gente tem também ações que vêm sendo desenvolvidas por diversos outros ministérios nesta pasta. Vou dar destaque aqui para as ações de formação e sensibilização dos nossos diferentes atores e sistemas.

Então, o Ministério da Saúde atualizou suas linhas formativas, atualizou seus protocolos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, e suas famílias.

O Ministério da Educação tem discutido todo um conjunto de ações e de orientação para as escolas na proteção de crianças com relação à violência sexual e ao trabalho infantil, vou dar destaque para esses dois.

O Ministério da Justiça tem toda uma estratégia de Crescer em Paz para pensar a proteção de crianças e adolescentes.

O Ministério do Turismo, por meio da campanha Turismo que Protege, tem também discutido a proteção de crianças no segmento do turismo, em especial com relação à exploração sexual no ambiente do turismo.

A gente tem também uma parceria importante com a Polícia Rodoviária Federal para atualização das metodologias de identificação dos pontos sensíveis, que é a metodologia do Mapear. Recentemente, a gente teve uma atualização das cartilhas, uma atualização da metodologia.

Nós seguimos aqui, por meio da comissão e do processo de revisão do plano também, articulando os outros parceiros para pensar orientações de proteção a crianças e adolescentes, e estratégias de prevenção e atendimento às violências sexuais contra crianças e adolescentes. É isso.

Deixo aqui os meus contatos, os contatos aqui da Secretaria.

Nós estamos sempre à disposição.

É um prazer poder colaborar com todas as estratégias de proteção das crianças e dos adolescentes, porque, como sempre disseram as nossas ministras, a nossa Ministra Janine, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa de um coletivo, de uma aldeia que dê conta de pensar a proteção das crianças e dos nossos adolescentes nos diferentes territórios brasileiros. É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada. Obrigada, Célia.

Célia, excelente sua apresentação.

Eu tenho três perguntas para te fazer. Nós temos uma equipe técnica que está aqui – os nossos consultores do Senado –, que vai elaborar o relatório final da avaliação; e eles me pedem duas perguntas técnicas. Eu vou fazer uma, mas eu vou começar pela minha.

Você apresentou diálogos com as crianças e também, se tiver, diálogos com os adolescentes. Dá para você explicar para a gente como que é a dinâmica dos diálogos, como eles acontecem e como o público-alvo é escolhido para o diálogo? É uma escola de uma região? É um grupo de um povo? Como acontece? Há uma dinâmica? Há um método para esse diálogo? Como aconteceram os diálogos com as crianças?

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo.

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (*Por videoconferência*.) – Todo o processo de revisão do plano vem sendo desenvolvido com o apoio da equipe técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma equipe do observatório, do Objuve, que é um observatório que já trabalha com participação de crianças e adolescentes há bastante tempo.

A metodologia para o diálogo com as crianças e com os adolescentes é pensada especificamente para isso, segue as orientações do Conanda para a participação de crianças e adolescentes. Não é a mesma metodologia que a gente utiliza quando a gente pensa as etapas e os fóruns livres para a participação do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem conduz todas essas oficinas são monitores e bolsistas sob a orientação da equipe técnica, com a metodologia previamente construída, e sempre com um parceiro local que também já desenvolve trabalhos de diálogo e de discussão com crianças e adolescentes.

Então, como foram realizados diálogos com crianças e adolescentes em todos os estados, em cada estado você teve uma instituição parceira territorial que já desenvolvia o trabalho, em que as crianças puderam ser acolhidas e também tiveram o suporte da equipe após a realização das atividades.

É sempre importante que, quando a gente dialoga com criança e com adolescente, a gente pense que esse é um espaço protegido, que a equipe que vai ficar com essas crianças antes e, principalmente, depois da realização das atividades também sejam orientadas – isso também foi feito – e que a equipe que desenvolve a atividade lá possa sempre ficar disponível um pouco depois da atividade, caso haja alguma demanda específica das crianças.

E é sempre importante lembrar também que, em todo espaço de diálogo com criança, é preciso que a gente preserve o direito à participação e o direito ao silêncio dessas crianças também, está bom?

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Célia Nahas.

Eu tenho as duas perguntas técnicas. A primeira: de que forma a União tem estimulado estados e municípios a elaborarem, atualizarem e implementarem seus próprios planos de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes? Nós vamos ouvir aqui uma experiência do primeiro município a apresentar um plano.

E a segunda pergunta técnica é: na avaliação do ministério, quais são hoje os principais obstáculos para a integração efetiva entre direitos humanos, assistência social, saúde, educação, segurança pública e sistema de justiça no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes? (*Pausa.*)

Ela caiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CÉLIA CARVALHO NAHAS (*Por videoconferência*.) – Pronto.

Não, é só porque o microfone demora um pouquinho para ligar.

Bom, com respeito ao processo de articulação interfederativa, a gente tem... O processo de revisão do plano, por exemplo, foi um processo que contou ativamente com a participação e com o apoio dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais. Acho que o próprio processo de revisão do plano nacional é um processo de provocação, no sentido de rediscutir o que a gente tem e de acompanhar todo o processo de revisão; e é também um processo de monitoramento, para a gente poder pensar como a gente tem desenvolvido essa prática de enfrentamento à violência sexual nos nossos territórios.

Então, isso vem sendo feito, e o diálogo com os conselhos estaduais, que são uma instância competente para pensar os planos estaduais, é feito também aqui pela secretaria, com o apoio do conselho nacional, o Conanda. Esse é um ponto.

Sobre os desafios para a implementação, acho que toda política de atendimento à criança e ao adolescente é, por natureza, uma política transversal. Acho que é importante que a gente considere isso na implementação de todas essas políticas, seja na saúde, seja na educação.

Então, a comissão intersetorial fomenta esse diálogo em nível nacional, em nível do Governo Federal, trazendo os diversos ministérios para estarem presentes, discutirem suas práticas e pensarem em ações de articulação. A gente tem estado, juntamente com esses diversos ministérios, no desenvolvimento e no fortalecimento de diversas ações de enfrentamento à violência sexual, à violência contra a criança e o adolescente de uma forma geral.

Acho que ter uma instância de diálogo interministerial é essencial para que a gente supere essa dificuldade. Agora, a prática intersetorial é uma prática que se constrói no cotidiano. É no processo das reuniões, no processo da construção do plano, no processo de monitoramento que a gente vai criando as estratégias de superação, porque a prática é intersetorial. Ela depende disso, depende do espaço de diálogo, depende do espaço participativo, que é o que nós temos garantido aí com a comissão intersetorial e com o processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Célia.

Célia, enquanto você falava, eu recebi uma notícia de que a Polícia Federal, hoje, numa cidade no norte de Minas, na cidade de São Francisco, acabou de prender um jovem de 22 anos, que tinha, com ele, só 1,6 mil arquivos com cenas de abuso sexual de crianças e adolescentes. Eu estou falando "só", porque a gente prendeu já, este ano, uma pessoa com 2 milhões de arquivos de abuso de bebês, crianças e adolescentes.

Então, a gente tem aí o enfrentamento que o ECA Digital nos impõe, Célia, um enfrentamento à violência sexual nesse universo, no universo *online*. É um universo que nos desafia o tempo todo, porque eles são criativos. Estão mil anos-luz na frente de todos nós; e, com certeza, vocês também estão atentos a esse universo.

Célia, obrigada por sua participação. Se puder continuar, a gente vai ouvir, agora, com muita alegria, a experiência e o que a maior cidade do Brasil está fazendo. Nós vamos ouvir a Leila Cristina Pereira da Silva.

Nós ouvimos a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente... Inclusive, Célia, o Secretário Delmasso, que está do meu lado, falou assim: "A senhora sabe o orçamento da Secretaria da Célia?". Eu disse: "Eu não vou nem perguntar". Se eu perguntar para Célia, ela vai chorar na tela e eu também, porque eu conheço o orçamento do Ministério dos Direitos Humanos. Uma secretaria tão importante... E aí, Célia, pode ser uma indicação desse relatório a revisão do Orçamento da União para a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vamos ouvir agora, Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo, a Leila Cristina Pereira da Silva.

Leila, muito bem-vinda, e já agradeça ao Prefeito a indicação do seu nome para esta audiência.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Queria agradecer o convite, cumprimentar a Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está me escutando bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos escutando.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu tenho uma apresentação também, eu vou pôr aqui na tela. (*Pausa.*)

Não estou conseguindo pôr a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Secretaria vai compartilhar.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, então eu vou me apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, vai se apresentando...

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu sou Leila, sou da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social aqui do Município de São Paulo. Eu estou na Coordenação de Proteção Social Especial e eu estou como coordenadora, desde fevereiro deste ano, da Cmesca, que é a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já vamos compartilhar. Só um instante...

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Vai, né? Obrigada...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto, já está compartilhada – pronto.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Pode passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer aqui um pouquinho como é a nossa organização aqui da Secretaria Municipal de Assistência Social. A Smads hoje conta com 54 Cras, que são Centros de Referência de Assistência Social; temos 32 Creas, que é o Centro Especializado de Assistência Social; e 6 Centros Pop, que são Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua.

A gente tem uma rede de serviços parceiros. Essa rede é hoje gerenciada por organizações sociais. Nós temos 766 serviços da proteção social básica; 619 serviços de proteção social especial.

Destacando os serviços especializados, que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência – aqui tem essa sigla grande, mas nós os chamamos de SPVV, que fica mais fácil –, nós temos 40 serviços que atendem hoje no Município de São Paulo.

Acho que é importante dizer que São Paulo tem uma dimensão territorial, municipal muito grande. Então, a prefeitura se organiza com 32 subprefeituras. A assistência social segue a mesma divisão territorial; então, são 32 supervisões de assistência social que fazem a gestão descentralizada, a gestão no seu território, e, nessas 32 supervisões de assistência social, nós temos 40 serviços de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência.

Esse serviço é um serviço que tem uma nota técnica, a nota técnica que orienta o trabalho dos trabalhadores, das equipes. É um serviço aí composto por assistente social, por psicólogos, por... Tem um gerente e tem um orientador socioeducativo. A capacidade hoje do município é uma capacidade de 3.730 vagas para o Município de São Paulo.

Como que funciona esse fluxo? A porta de entrada, hoje, é o Creas. Então, todos os casos dos demais serviços, que o serviço identifica, o conselho tutelar ou o serviço da proteção básica identificam que são demandas de violência contra crianças e adolescentes, eles são direcionados para o Creas. O Creas faz a análise do caso, faz o levantamento se há outras demandas de violência doméstica – o histórico – e ele encaminha para o SPVV. O Creas também faz uma gestão da fila de espera, da vaga. Então, essa gestão é de forma territorializada. Essa gestão não é unificada – da lista de espera –, então cada Creas faz a sua gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto também – que a gente trouxe aqui como dados – é que em 2025 a gente teve como entrada de casos de 3.183 crianças e adolescentes vítimas de violência. No próximo eslaide a gente vai trazer – pode passar, por favor – os tipos de violência que ocasionaram a entrada nos SPVVs em 2025. A gente trouxe aqui um gráfico que é apresentado por mês, e ele é apresentado pelos tipos de violência. A violência ou abuso sexual é a maior violência dos casos de entrada, seguido pela violência física, que é esse que está de cinza.

No próximo gráfico – pode passar, por favor – a gente trouxe só por violência, então o que a gente observa? O abuso sexual representa 90% das violências que foram identificadas nos atendimentos. Então, a gente tem aí abuso sexual, violência física, violência psicológica. Tem a negligência, que eu acho que é uma discussão mais ampla que a gente precisa fazer sobre o que é negligência como violência. Muitas vezes tem algumas situações que a gente sabe que é uma situação de vulnerabilidade, em que tem uma ausência do próprio Estado – o que é identificado como negligência – e tem a própria exploração sexual.

Pode passar para o próximo, por favor.

Aí, quando a criança e o adolescente passam pelo primeiro atendimento – conforme vai ser feito o atendimento – são identificadas outras violências, e aí a gente observa que esse gráfico já modifica um pouco: a violência mais identificada é a violência psicológica – a gente vai observando que é muito difícil identificar a violência psicológica mesmo –, seguida da violência física.

Pode passar para o próximo gráfico.

Aí a gente trouxe aqui quais são os principais agressores. Os principais agressores são os homens; os pais, no caso. Mais de 90% são os homens, seguido de outras pessoas da família, seguido da mãe e de outros familiares e padrasto. É importante trazer que o serviço especializado SPVV atende não só a criança e o adolescente, ele atende toda a família. Ele vai atuar aí nessa mediação entre a vítima e o agressor, porque muitos dos agressores – quando é caso de violência física – continuam fazendo atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o SPVV vai fazer atendimento aí também com a família, de entender esse processo da violência, entender o que é essa violência, entender também que muitos casos são um caso de reprodução da violência que os próprios pais, que os próprios adultos viveram.

Eu me lembro de um caso – antes de trabalhar aqui na Secretaria, no Gabinete, eu trabalhei em Creas – de uma mãe que eu atendia que falava que ela não entendia por que os filhos – no caso, os adolescentes – estavam com tanta raiva dela, estavam muito bravos com ela. Eu lembro que ela falou para mim que ela não entendia por que eles tinham tanto ódio dela, porque o que a mãe dela fez com ela foi muito pior, e nem por isso ela tinha todo esse ódio e essa raiva.

Então, muitas vezes se deve trabalhar com o responsável esse entendimento de que a violência também é perpassada por gerações e precisa ser ressignificada, precisa ser compreendida de uma outra forma, né? Aprender também que o educar é possível sem a violência e a agressão.

Esses dados são os dados do SPVV de 2025, são dados que tirei do nosso painel de monitoramento, o que é possível, ele é público também, e a nossa Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial.

Pode passar para o próximo, por gentileza?

Eu trouxe aqui também esse eslaide, que quem cedeu para a gente foi o Diagnóstico de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes no Município de São Paulo. É um diagnóstico que está em elaboração, quem está elaborando é o Comitê Intersecretarial da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, da Prefeitura de São Paulo. Esse comitê não é um comitê coordenado pela Secretaria de Assistência Social; é coordenado pela Secretaria de Gestão Municipal. Eles estão elaborando o relatório de 2025 e achei importante trazer aqui na apresentação os dados da saúde, que são os dados de notificação no Sinan. A gente traz aqui que a saúde tem uma capilaridade maior, com isso, a saúde consegue trazer dados desde 2016 até 2025, e a gente vai observando que a violência sexual é crescente. Quando a gente pega 2016 para 2025, tem um aumento da violência sexual. Outra violência também que tem um crescimento no decorrer dos anos é a autoprovocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na tabela ao lado, traz aqui o comparativo de 2024 e 2025. A gente vai vendo que todas as violências, quando se trata do número de notificação, tem um aumento expressivo. Então a gente tem esse aumento significativo da violência autoprovocada, que é a violência contra si próprio, por meio de cortes, por meio de tentativa de suicídio. Enfim, são algumas violências em que a gente vem atendendo os adolescentes especificamente. A violência física, negligência psicológica e sexual, e tem outras violências, a saúde traz esse quadro que engloba, no caso, tortura, tráfico de seres humanos, violência financeira e econômica, trabalho infantil e intervenção legal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Leila, nesse eslaide que você está apresentando, você teve, em 2024 e 2025, só de violência sexual 5.266 notificações? É isso?

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Isso, essa notificação...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só em 2025, 5.266, é isso?

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – São os notificados na saúde, esses são os dados da saúde, notificados no Sinan.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então deixe-me falar da gravidade disso, Leila.

Esses são os casos notificados na saúde. E a gente sabe que os casos notificados são menos de 10% da realidade. Então, se eu multiplicar, isso quer dizer que, em 2025, só na cidade de São Paulo, só no município, nós tivemos mais de 50 mil crianças abusadas. É esse o nosso desafio. Você está entendendo, Leila?

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você está entendendo a preocupação da nossa Comissão? É possível que só na sua cidade, 50 mil crianças, em 2025, foram abusadas sexualmente. É uma cidade inteira! A próxima cidade que vai falar, que é São Fidélis, só a cidade de São Fidélis tem 47 mil habitantes. E você teve, na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade, em torno de 50 mil crianças abusadas e estupradas em 2025. Nós estamos vivendo uma epidemia, o Brasil precisa entender como isso é grave!

Então, vendo você falar e vendo você mostrar... Vamos multiplicar isso a nível de Brasil; meu Deus, nós estamos diante da maior pandemia da história, que é o abuso sexual de crianças e adolescentes! E vejo que nós temos inúmeros esforços nacionais; como você está mostrando aí, vocês têm seus esforços municipais, mas os números são assustadores – assustadores.

E você também traz aí outras modalidades de violência, o que também me preocupa, quando você coloca a violência autoprovocada, que são a automutilação, tentativa de suicídio. Meu Deus do céu! Eu confesso que estou assustada com o seu gráfico e quero te agradecer por estar tendo a coragem de mostrar isso para o Brasil.

Deixe-me só te perguntar uma coisa, Leila. Os seus amigos em volta estão fazendo muito ruído. É possível eles diminuírem o som ou você acha que é difícil pedir para eles diminuírem o som em volta de você? Porque está tão interessante a sua apresentação...

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu peço desculpa, mas eu estou num departamento que é muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, está bom. Então, continua.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Está bom? Peço desculpa mesmo pelas interferências.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, é que está tão interessante a sua apresentação e os ruídos estão te atrapalhando, mas pode continuar.

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Mas eu peço desculpa, gente. Realmente, aqui a gente está num ambiente aberto, que é muito grande, um departamento, eu não consegui um outro espaço.

Mas, assim, por isso que eu achei importante trazer os dados da saúde do Sinan. A gente não coordena essa comissão intersecretarial da rede de cuidado de adolescentes e crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas de violência, mas a gente compõe essa comissão, a Smads compõe. A Smads não sou eu que estou compondo, quem compõe é uma outra colega aqui que trabalha comigo; e a gente está participando da elaboração desse diagnóstico. Ele não foi publicado ainda, está para ser publicado, mas eu conversei com elas, elas cederam de forma gentil. Eu achei que foi importante trazer os dados da saúde, porque a saúde tem uma escala maior, ela já tem um sistema de notificação.

Pode passar para o próximo gráfico, por favor. (*Pausa.*)

Quando a gente fala aqui da coordenação e articulação intersetorial, a Smads tem como experiência a coordenação de duas comissões. A gente tem a Cmesca; no caso, eu sou a coordenadora, assumi a coordenação em fevereiro deste ano. É a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A Cmesca tem um plano que foi elaborado em 2023; contudo, a gente identificou, no ano passado, que esse plano não foi publicado em Diário Oficial, então ele tem sido utilizado como um documento orientador mesmo, um documento técnico. A gente está aguardando a revisão do plano nacional, para a gente poder fazer também a revisão do plano municipal, para poder fazer isso em consonância com as diretrizes nacional e conceitual também, isso é importante.

Nós temos também aqui a Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo (Cmeti). Eu achei importante também trazer, porque a gente sabe que a exploração sexual é uma das piores formas do trabalho infantil.

A Cmeti tem um Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. É um plano que está publicado, está sendo acompanhado pela comissão e está monitorado. Eu também não faço a coordenação da Cmeti, mas a gente tem trabalhado em parceria este ano porque as duas coordenações estão aqui na proteção especial.

As comissões são representadas por outras secretarias: saúde, direitos humanos, educação, conselho tutelar, Comas, CMDCA, Defensoria Pública, Ministério do Trabalho, TJ de São Paulo, entre outros órgãos.

A Cmesca, especificamente, que é a Comissão de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual, está num momento de revisão, de atualização, de reestruturação. Ela passou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um período de troca de coordenações, que acabou desorganizando um pouco, e a gente está refazendo. A gente já revisou o nosso decreto, que já está para ser publicado, porque a gente também vai mudando algumas composições, as representações e a própria função da Cmesca, de forma mais atualizada, porque o nosso decreto é de 2007. Então, a gente vai entendendo que, até do ponto de vista da terminologia, dos nomes, ele estava um pouco desatualizado, portanto necessitava desse processo.

Pode passar para o próximo eslaide.

As nossas reuniões acontecem de forma mensal. Então, só voltando um pouco na questão da Cmesca, a gente se reúne mensalmente – uma vez por mês –, tanto a Cmesca como a Cmeti, e é um espaço de caráter consultivo, propositivo e responsável pelo monitoramento e revisão dos planos municipais e acompanhamento.

Aqui eu trouxe que a gente tem, no Município de São Paulo, um fluxo de atenção integrada à violência contra a criança e o adolescente. Ele é um fluxo municipal, ou seja, é do município, não é da assistência social, e tem uma portaria conjunta, com a Secretaria de Governo, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Educação.

E ele tem um fluxo, mas é um fluxo de suspeita – acho que é importante trazer um pouco essa questão, né? Ele não contempla os casos em que a gente necessita de um encaminhamento imediato, que são os casos de violência sexual, abuso sexual. A gente não tem um fluxo hoje de urgência e emergência, o que acho que é um dos desafios hoje do município. A gente tem esse fluxo de suspeita, que eu trouxe aqui um pouco como exemplo de como o município tem atuado. Nesse fluxo, a gente tem desde a escola, quem é o equipamento que identifica, e a gente tem como são feitos esses encaminhamentos, que é a importância de se encaminhar: tem que encaminhar para a UBS, encaminhar para o conselho tutelar; o gestor da unidade tem que ser comunicado, o Ministério Público tem que ser notificado. Então, tem esse documento, que é um documento orientador, que orienta os técnicos a como atuarem na ponta junto com os serviços, junto com os casos de suspeitas de violência.

No próximo documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante também trazer que no Município de São Paulo a gente tem o Disque 100, em que quem recebe as denúncias é a Secretaria de Direitos Humanos, mas a gente também tem uma central de 156. Essa central recebe também denúncias – é uma central do município –, e essas denúncias também entram no fluxo de como proceder nesses casos: elas vão para a Ouvidoria de Direitos Humanos.

Esse é um documento que está na portaria conjunta, que é um documento de comunicação intersetorial. A proposta desse documento é, realmente, poder pensar como é que essa comunicação pode se dar desde o começo – quem identifica, quem recebe –, até o registro, as comunicações intersecretariais, as devolutivas do caso, para que a gente não fique revitimizando a criança e o adolescente.

A gente não tem hoje um sistema digital, mas ele está em desenvolvimento, então a gente está nessa expectativa, também, desse sistema. A proposta de previsão de implantação é para outubro de 2026, neste ano. É um sistema que é da Secretaria de Gestão do município, então seria um sistema que iria integrar todas as secretarias, os equipamentos que atendem crianças e adolescentes que tenham casos de suspeita. Com esse sistema, esse documento ficaria muito mais viável, hoje, funcionando, porque ele funcionaria de forma digital e teria muito acesso.

Próximo eslaide.

Aqui eu trouxe um pouquinho de, quando a gente fala de monitoramento, como a gente trabalha. Os SPVVs, que são os serviços especializados, têm a nota técnica e têm uma diversidade de instrumentos para poder fazer o monitoramento, o acompanhamento e o registro dos acompanhamentos.

Os documentos são diversos, os serviços têm autonomia de poder fazer a sua adaptação, a sua modificação, de acordo com o seu território, porque a gente está numa cidade que é muito grande; a gente tem uma grande parte que é urbana, mas a gente também tem zona rural, a gente tem comunidade indígena. A gente tem aqui uma diversidade muito grande, então os serviços e os territórios têm as suas particularidades, têm essa autonomia.

E a gente também tem um formulário de monitoramento da rede, que é um sistema da prefeitura, que os serviços têm que preencher mensalmente. Os gráficos da assistência social, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiros que eu trouxe, os dados foram extraídos desse formulário. Aqui eu coloquei todos os serviços que a gente tem na assistência, mas a gente vai lá no SPVV e consegue verificar quantas crianças são atendidas, quantas entraram, quantas foram desligadas, então é uma forma que a gente tem aqui de fazer monitoramento, de fazer relatórios e gráficos.

Acho que uma coisa que eu não trouxe e é importante, quando a gente vai fazer o levantamento dos dados, das pesquisas, é que, quando a gente pega, por exemplo, o Município de São Paulo, quanto mais distante é o bairro, o distrito em que a gente atua, quanto mais periférico, quanto mais vulnerável, maior é o índice de violência contra a criança e o adolescente. Então, as regiões centrais ou as regiões que a gente tem como, no caso, a Zona Sul, as regiões de classe média alta, apresentam uma notificação em caso de atendimento menor, muito abaixo, quando comparado com um bairro do extremo da cidade.

Acho que pode passar para o próximo.

E aí eu trouxe um pouquinho das nossas ações, o que a gente tem feito aqui no Município de São Paulo sobre a temática do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. No Carnaval, a gente tem uma ação chamada Grito de Carnaval, que é uma ação mesmo de ir para rua. Aqui no Vale do Anhangabaú – para quem conhece aqui a região central – é feito um palco, tem a montagem, o pessoal anda na rua, então a gente mobiliza os serviços que atendem crianças e adolescentes, lembrando que a gente mobiliza os serviços da proteção básica, porque é muito importante trabalhar já a prevenção.

Tem aqui a foto do pessoal com a faixa, que é importante: "Diga não ao trabalho infantil e à exploração sexual". A gente tem trabalhado muito em parceria com a Cmeti, com a temática no Carnaval, e os técnicos vão para rua. Este ano, o tema foi "Diga não ao trabalho infantil e à exploração sexual". O Grito de Carnaval faz parte de um projeto anual, que é o Proteja o Futuro. O Grito de Carnaval acontece já há mais de 15 anos no Município de São Paulo, então é uma das ações. Este ano, foram feitas camisetas personalizadas. Eu acho que é importante também dizer que, tanto no Carnaval como na Virada Cultural, que a gente tem aqui no caso, as equipes de abordagem à pessoa em situação de rua vão também com essas camisetas, elas também são orientadas a fazerem o acompanhamento durante essa abordagem, a observarem, a estarem preparadas também para fazer, no caso, as denúncias no caso de suspeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo eslaide, também fazendo parte do projeto Proteja o Futuro, é o desfile das escolas de samba de São Paulo. Então aqui, no caso, são funcionários mesmo, servidores aqui da prefeitura, que vão de forma voluntária aos desfiles das escolas de samba. Então a gente passa na avenida mesmo, carregando a faixa com essas mensagens, de forma a sensibilizar o público que está lá presente no dia do desfile. Então vão todos os dias, é bem bacana.

Aí a próxima ação que a gente tem são as ações do 18 de maio. Então este ano a gente teve um seminário, o "Faça Bonito: estratégias de proteção a crianças e adolescentes contra a violência sexual no ambiente digital". A gente falou sobre o ECA Digital, a gente falou sobre as redes sociais, como que acontece o aliciamento nas redes sociais, sobre a rede de proteção.

Enquanto ação do 18 de maio, a gente também fez a distribuição de cartilhas educativas, junto com o Instituto Liberta. Foram mais de 2 mil cartilhas. A gente entregou materiais educativos, panfletos, para uso dos serviços no dia do seminário. E aí, no seminário, a gente sempre gosta de trazer a participação de crianças e adolescentes. Então a gente teve aqui a apresentação do coral, de um CCA, de um serviço de convivência aqui do Município de São Paulo. E a gente também teve a apresentação da Fundação Casa, de uma adolescente. Então a gente traz tanto a parte técnica, intelectual, vamos dizer, do acadêmico, mas a gente gosta também de ter a participação das crianças. Elas participaram do evento, foi bem bacana.

E aí também, no próximo eslaide, a gente tem as ações nos territórios, que são várias ações que os Creas e os Cras organizam. Eu trouxe aqui fotos do território de Perus e da Cidade Ademar. Da Cidade Ademar, que são as duas últimas fotos – tem a menininha e embaixo tem outros adolescentes –, eles fizeram uma ação numa comunidade aqui, numa comunidade bem vulnerável da Zona Sul, extremo sul, sobre o 18 de maio, com jogos educativos, junto com a subprefeitura da região.

Perus fez uma ação, onde tem essa faixa preta, foi uma ação na porta da escola. Foi o primeiro ano em que o território fez isso. Embaixo foi uma ação num outro ano anterior, numa praça, mas este ano foi feita na porta da escola, na saída dos estudantes. Então foi uma ação bem positiva, com entrega de *kits*, de folhetos informativos.

E aí eu encerro aqui a minha apresentação a gente trouxe os desafios que a gente tem aí, que a gente vai entendendo como desafios de poder trabalhar a temática. Então acho que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos desafios mesmo é essa questão da sustentabilidade de campanhas permanentes. Eu acho que é muito difícil a gente fazer campanhas, a gente acaba vendo que a gente tem um volume de campanhas, no 18 de maio, no mês de maio. Este ano, a gente fez campanhas o mês todo, nas redes sociais aqui da própria secretaria, mas é muito difícil fazer a manutenção dessas campanhas o ano inteiro.

Tem aí uma questão orçamentária, porque a gente não tem um orçamento próprio na comissão. Então, é muito difícil você produzir materiais, você ter uma mão de obra, também, para poder pensar nessas campanhas.

Eu acho que a gente também garantir que o fluxo de denúncias não seja só apenas no mês de maio – o grande volume dos fluxos –, mas que ele permaneça durante o ano inteiro é um desafio. A gente está no desafio desse estabelecimento do fluxo de urgência e emergência, em que a gente vai apontando a necessidade. Acho que, quando chegam esses casos nos nossos serviços de urgência e emergência, é sempre muito desafiador.

Eu, particularmente, como Diretora de Alta Complexidade, trabalho aqui com a demanda também de PopRua, e a gente vai encontrando os desafios quando a gente fala de criança e adolescente em situação de rua acompanhada dos seus pais. Então, quando tem a suspeita da violência, ou quando a própria violência é identificada, a gente tem isso como desafio.

Acho que eu tinha mais um que eu tinha colocado como desafio, que eu acho que é importante trazer, que são as ameaças aos trabalhadores da rede após a denúncia. Isso é uma questão que os trabalhadores têm pontuado bastante. A gente tem que pensar que os nossos trabalhadores estão nos serviços, acompanhando um serviço da básica, moram num território...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E como vocês estão enfrentando isso, Leila? Porque esse não é um problema só de vocês. A ameaça aos trabalhadores da rede – e aqui eu quero falar também dos conselheiros tutelares – é uma constante. Nós já tivemos conselheiros tutelares que tombaram. Isso é verdade.

Inclusive, eu não sei, Leila... Você tem o número de conselhos tutelares que a capital tem?

Mas a minha primeira pergunta continua: como vocês estão enfrentando a violência aos trabalhadores da rede?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Então, Senadora, isso tem sido um desafio mesmo, porque a gente tem dialogado com a questão do próprio Judiciário. Agora mesmo, enquanto estou aqui, está tendo uma reunião com o conselho tutelar exatamente para a gente discutir esses desafios.

A gente, hoje, não tem uma resposta, a gente não tem um fluxo, vamos dizer, um encaminhamento nesses casos, mas a gente tem levantado e começado a discutir isso. A gente escuta isto constantemente, de ameaças do pai, do responsável, do agressor, que volta para falar: "Eu sei onde você mora, onde você está"; de técnicos que saem do serviço e apanham na rua... Mas a gente tem discutido isso, a gente tem até pontuado. Quando a gente fala de violência contra a mulher, aqui no Município de São Paulo a gente tem um documento. Não é uma portaria, é um documento que a gente tem, e a gente coloca lá que a gente garante o sigilo do técnico. Então, eu fico pensando como seria importante a gente pensar também no sigilo, na garantia desse técnico.

A gente teve situações aqui em que foi exigido o boletim de ocorrência pelo conselho tutelar e a técnica fez o boletim de ocorrência. Depois, o conselheiro mostrou o boletim de ocorrência para a agressora, que era a mãe, e a agressora foi lá ameaçar a técnica. Então, esse é um desafio que a gente tem trabalhado. A gente tem pensado muito nas formações contínuas, com serviços, mas a gente sabe que a gente não dá conta da proteção dos técnicos. Então, a gente precisaria pensar muito na proteção e na garantia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que você trouxe agora para o debate um tema que a gente vai ter que discutir daqui para a frente na avaliação da política.

Por exemplo, quando eu visito aqui no meu DF, Leila, um Cras, um Creas ou um conselho tutelar – o Rodrigo está aqui, eu já falei muito com o Rodrigo sobre isso –, eu vejo um segurança patrimonial sentado na porta, lá na recepção. Eu até brinco que a maioria dos seguranças que eu vejo é um senhorzinho de bigode, sentado. E eu pergunto: e se entrar uma pessoa surtada aqui agora? Isso também acontece no Caps. Se entra uma pessoa surtada ou entra um pai agressor que vocês denunciaram, quem vai proteger vocês? Aí eu ouvi uma resposta num Caps infantil, no Capsi, que estava atendendo crianças vítimas de violência sexual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estavam fazendo o seguinte: tinham dois psicólogos homens e duas psicólogas mulheres. Então, eles sempre colocavam no plantão um psicólogo homem. E foi uma tristeza ouvir isso, Secretário Rodrigo, porque o psicólogo homem era a segurança para a psicóloga mulher, do lado. Entendeu?

Então, a gente vai ter que rever, de verdade – você traz aí, a gente até vai compartilhar com Célia depois, que já deixou a audiência –, essa situação do técnico, do agente da rede de proteção da criança. Quem protege quem protege? Quem cuida de quem está cuidando?

Então, você traz um elemento e eu fico imaginando, Leila, a sua cidade, com tantas comunidades dominadas pelo crime. E você não precisa falar nada, eu posso falar; você não precisa falar, eu posso falar pelo que vejo na televisão. Você tem comunidades inteiras dominadas pelo crime. Como é que você vai proteger um agente de segurança da infância lá? Então, assim, eu confesso que você trouxe um desafio que nós vamos ter que trazer para a avaliação da política nacional. E te parabenizo pela coragem de ter trazido esse desafio.

A única pergunta que eu tinha para ti era sobre os desafios. Você apresentou quatro, cinco, colocou um que a Secretária Nacional não colocou, mas eu disse por ela, que é falta de orçamento. E você colocou aí também, a questão de vocês também é orçamento.

A Constituição fala que crianças e adolescentes, Leila, são prioridade absoluta – não é nem só prioridade, é absoluta. Aí quando a gente pega o Orçamento da União, a gente pega a LDO dos estados e dos municípios e procura a criança no orçamento de forma absoluta, a gente não encontra – a gente não encontra. Para você ter uma ideia, Leila, a primeira vez que um PPA nacional teve o nome "primeira infância" foi o PPA que eu escrevi, quando eu fui Ministra. Nunca tivemos um PPA que trouxesse a frase bem clara "primeira infância". Então, enquanto nós não tivermos o Orçamento da União que traga a criança e o adolescente como prioridade absoluta, eu vou ficar aqui reclamando e você vai ficar aí mostrando os gráficos que você mostrou, que foram assustadores.

Leila, eu quero agradecer a sua participação. Você nos chocou com seus dados, mas também apresentou corajosamente os desafios: o orçamento, a interlocução com toda a rede. Mas você trouxe um desafio que eu não tinha trazido para avaliação: a proteção do agente da rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por ter trazido esse elemento para a nossa avaliação, Leila. Quero agradecer a sua participação, agradeça ao Prefeito. Se você puder ficar mais um pouquinho, nós vamos ouvir mais duas pessoas. Quem sabe você possa, junto com elas, interagir depois, e, juntos, todo mundo, protegermos as crianças do Brasil.

Nós vamos ouvir agora...

Quero fazer uma correção: falaria na audiência o menor município do Brasil que tinha um primeiro plano nacional de enfrentamento à violência contra a criança, mas ele não entrou.

Quem está entrando para falar, e com muita alegria a gente vai recebê-la, é a Assistente Social representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da capital do Rio de Janeiro.

Fernanda, seja bem-vinda!

A gente fez uma confusão aqui. A gente convidou o município, mas acabou vindo a capital. Mas é uma alegria ter você aqui com a gente para fazermos essa avaliação.

Você já ouviu São Paulo. Agora vamos ouvir o Rio de Janeiro, e, com certeza, Fernanda, sei que os seus desafios são tão grandes quanto os desafios de São Paulo.

Com a palavra, Fernanda.

A SRA. FERNANDA ALVES MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu sou a Fernanda, sou Assistente Social.

A Secretaria e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente agradecem esse convite de participar desta audiência pública.

A gente tem um plano municipal de enfrentamento às violências sexuais que data de 2021 e que é o nosso plano específico em relação à questão da violência sexual. Mas a gente tinha planejado falar das ações que o CMDCA/Rio tem feito em relação à revisão do plano nacional e à temática específica de enfrentamento às violências sexuais.

Eu tinha até enviado o material das ações que a gente tinha proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se puderem apresentar aí...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos apresentar a sua... Nós vamos abrir a sua apresentação.

Pode continuar com o objetivo com que você veio para a reunião, tá bom?

A SRA. FERNANDA ALVES MELO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O CMDCA tem se destacado em algumas ações, algumas bem correlatas ao Município de São Paulo, em alguns temas específicos de campanhas de enfrentamento e de algumas ações.

Então, a gente destaca a criação do comitê em relação à Lei da Escuta Protegida. Mensalmente a gente tem se reunido para apresentação de fluxos das secretarias municipais, defensoria, polícia militar, polícia civil, conselho tutelar e diversas ações em relação à apresentação dos fluxos para que a gente possa criar um protocolo no caso de violência contra crianças e adolescentes.

No ano passado, a gente chegou a fazer uma visita lá em uma cidade no interior da Bahia, que já tem o fluxo, o protocolo e o serviço implantado para crianças e adolescentes vítimas de violência, e a gente está nesse processo de construção do protocolo para o enfrentamento às questões de violência contra crianças e adolescentes vítimas.

A gente destacou a capacitação para os conselhos tutelares. A gente propõe a orientação do uso dos recursos do fundo para o desenvolvimento de campanhas e ações para o enfrentamento da violência contra esse público. Então, quando a gente tem um chamamento público, a gente destaca ações que a sociedade civil possa estar desenvolvendo através de projetos e financiando com as questões de enfrentamento à violência sexual e outras violências.

A gente teve capacitação também em relação à Lei da Escuta Protegida.

Uma das ações é estimular a utilização do Sipia; instituir e implementar orçamento para a formação continuada de conselheiros tutelares para enfrentamento de exploração sexual de crianças e adolescentes; destinar recursos, implementar e fortalecer delegacias e serviços de perícia em locais onde se justificar a especificidade, tendo como um dos atendimentos especializados o enfrentamento da violência, com base nos parâmetros definidos pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Justiça e em dados oriundos do Sistema de Garantia de Direitos; divulgar nas campanhas nacionais existentes os casos de notificação e denúncias; e promover campanhas educativas sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes.

Nós temos nossas redes sociais, e, cada vez mais, a gente está vendo um número crescente de acessos. Porque a gente não pode desvincular, hoje o nosso trabalho tem que estar associado às mídias da mesma forma como a gente tem que estar fazendo ações voltadas e direcionadas para esse público.

A gente já falou a questão do 18 de maio, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A gente constitui sempre ações e pautas junto à secretaria, com os Cras, com os Creas e com as entidades da sociedade civil, com a questão da violência. A gente tem uma proposta, que não está ainda em funcionamento, do Comitê de Participação dos Adolescentes, que aí é um trabalho específico em que a gente vai trazer os adolescentes ativamente para o CMDCA para estar desenvolvendo essas ações. E diversas outras coisas, campanhas, distribuição de material, tudo isso em relação à questão da violência.

O nosso plano, como eu tinha falado anteriormente, é específico para a questão da violência sexual, e ele é de 2021. Então, provavelmente, a gente deve estar pensando, já para o próximo ano, em uma revisão desse plano de enfrentamento às violências sexuais, com as alterações que a gente já identificou do ECA, do ECA Digital e todas as legislações, em nível estadual e nacional, porque a gente vê que a gente precisa ter um impacto na sociedade.

A gente é um município grande, o Município do Rio de Janeiro, e a gente também tem um número significativo de locais de atendimento, Cras, Creas, conselhos tutelares e a rede, o Sistema de Garantia de Direitos envolvido em todas essas ações de enfrentamento à violência...

E uma das coisas que a gente vê mais ativa e que a gente mais busca dentro do comitê é essa articulação, porque a gente tem ações de diversas secretarias, diversas instituições, e, muitas vezes, as ações não estão integradas, não existe uma Intersetorialidade. Então, o comitê também vai proporcionar isto: que a gente possa ter um trabalho mais único, direcionado nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos de violência contra criança e adolescente com a criação desse protocolo, porque esse é um dos objetivos do comitê.

Basicamente, é isso que a gente tinha pensado em falar, que é o que a gente está fazendo relacionado ao plano nacional.

Aí, se tiver alguma pergunta mais específica do Município do Rio, aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, Fernanda; não, obrigada. Só, Fernanda, para fazer uma interlocução da sua fala com a fala da Leila: vocês também têm essa preocupação com o agente da rede, a preocupação da proteção do agente da rede lá na ponta? Como ele tem sido tratado nas comunidades, os riscos de vida? Vocês têm discutido isso internamente, Fernanda?

A SRA. FERNANDA ALVES MELO (*Por videoconferência.*) – Bem, dentro aqui do conselho municipal, não, porque, no caso, isso é uma atuação mais dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, porque a gente, como técnico, não tem acesso à população de uma forma geral, embora com certeza a gente tenha também no Rio de Janeiro várias áreas deflagradas pela milícia, pelo tráfico, e a questão desse impacto da violência, com certeza, rebate sobre os profissionais da assistência.

Então, pode ser que no âmbito da secretaria tenha essa discussão, mas no conselho não tem essa discussão ainda, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Obrigada, Fernanda. Quero agradecer e desejar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro sucesso no trabalho de vocês. Não é fácil! Você sabe que, para quem está na linha de frente, não é fácil, mas sucesso a vocês. É uma alegria ter você conosco.

A SRA. FERNANDA ALVES MELO (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós estamos recebendo perguntas da internet. Antes de passar a palavra para o último convidado...

Patrícia, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Qual o maior desafio atual na integração entre municípios e estados para proteger crianças contra a violência no ambiente digital?". Nós temos uma nova legislação, Secretário, que é o ECA Digital, mas acredito que é um desafio de todos – de todos! – o enfrentamento da violência no ambiente digital.

Gisela, do Espírito Santo: "Existe violência entre os próprios adolescentes [quando o próprio adolescente é autor da violência], o *bullying* [por exemplo]. Por que este tema não é tratado nas escolas?". Você trabalhou com esse tema.

Jamerson, de Goiás: "Quais medidas concretas serão adotadas para regular redes sociais e jogos digitais e proteger crianças e adolescentes?". Você não tem ideia, Jamerson, do desafio; você não tem ideia.

Priscila, do Mato Grosso do Sul: "Quais medidas estão sendo adotadas para que o plano não fique só no papel, mas traga proteção real para quem precisa?".

Mariza, de São Paulo: "A vulnerabilidade das crianças nasce em casa. Como cuidar dos responsáveis para que tenham consciência sobre isso?".

E os comentários.

Recebemos um comentário de Giselda, de Pernambuco: "Enfrentar a violência contra crianças e adolescentes é também estender este direito aos que são arregimentados pelo crime".

Emiliano, do Rio Grande do Sul: "É necessário termos mecanismos mais eficientes para combatermos a violência contra crianças e adolescentes. Os conselhos tutelares são ineficientes". Esse é um comentário de Emiliano, que veio do Rio Grande do Sul.

Secretário Rodrigo Delmasso, ex-Deputado e ex-Secretário da Família e Juventude do Distrito Federal. Eu te acompanho há muitos anos, Rodrigo! Eu te conheci muito menino, 20 anos atrás, aqui nos bastidores do Congresso Nacional, ajudando a escrever o Estatuto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juventude. Só que, 20 anos atrás, nós tínhamos uma modalidade de violência contra crianças e adolescentes: a sua preocupação era o primeiro emprego, era o menor aprendiz, era o estágio, era dar oportunidade. Hoje, a gente tem outras demandas.

Nós queríamos ouvir, Rodrigo, como é que a Secretaria da Família e da Juventude enfrentou a violência contra a criança e o adolescente – especificamente o adolescente, que foi a sua pauta –, e se o plano nacional que estamos avaliando hoje... O que nós precisamos, de fato, mudar no plano nacional?

Nós ouvimos São Paulo falar, nós ouvimos a Secretaria Nacional falar, agora ouvimos o Conselho dos Direitos, do Rio de Janeiro, mas queríamos ouvir você, que passou pelo Legislativo, mas antes de ser legislador foi ativista da pauta e depois se tornou Secretário de Estado.

Você tem o seu tempo, Rodrigo.

O SR. RODRIGO DELMASSO (Para expor.) – Bem, primeiramente, Senadora, boa tarde.

Quero agradecer a V. Exa. pelo convite para estar tratando de uma pauta que é tão cara para a sociedade brasileira, e, independente do aspecto político, isso é extremamente importante, porque trata da proteção do futuro do nosso país, da nossa nação e daquilo que é mais importante para qualquer família, que são as nossas crianças e adolescentes.

Bem, quando a gente fala sobre o enfrentamento à violência e o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, a gente precisa entender que existem dois espectros. Existe o espectro da prevenção, para que isso não aconteça. Dentro do espectro da prevenção, também tem o espectro da repressão, que é a punição, a rigor, daqueles que cometem abuso, daqueles que cometem violência. E, nisso, Senadora, quero parabenizar V. Exa. pela excelente atuação da senhora aqui no Congresso Nacional, porque nós tivemos avanços importantes, principalmente na reformulação do Código Penal aqui em relação a essa situação.

E até levanto que acredito que o Brasil precisa... A gente precisa começar a debater, na realidade, a reforma do nosso Código Penal no amplo espectro, certo? E não fazermos reformas pequenas ou propostas individuais para ir aditando no nosso Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero parabenizar V. Exa., porque eu sei que recentemente foi aprovado aqui um projeto de lei que endurece ainda mais as penas contra a violência e o abuso contra a criança e o adolescente.

Então, esse primeiro espectro é o da repressão, que é também de nós evitarmos esse tipo de abuso, esse tipo de violência, mas a gente não pode se esquecer daqueles jovens e adolescentes que foram vítimas de abuso, que foram vítimas de violência, e muitas vezes o Estado não olha para esse tipo de jovem, para esse tipo de adolescente.

E aqui no Distrito Federal nós tivemos um desafio, que foi justamente pegar esse adolescente, esse jovem que sofreu algum tipo de violência sexual e psicológica e reinseri-lo na sociedade de uma forma que ele pudesse, Senadora, voltar a sonhar, porque uma criança e um adolescente que sofrem abuso sexual perdem a sua principal capacidade, que é a capacidade de sonhar, que é a capacidade de construir o seu futuro, que é a capacidade de pensar até mesmo que podem chegar a algum lugar.

E nós fizemos na época – estive na Câmara Legislativa – uma parceria com um projeto muito profícuo. Infelizmente, esse projeto, em âmbito nacional, foi suspenso. Aí eu queria aqui já fazer um apelo à CNI para que retome esse projeto, principalmente o investimento nesse projeto, que é chamado Projeto Vira Vida. Esse projeto, Senadora, pegava jovens e adolescentes que sofreram abuso sexual e trabalhava a reinserção desse jovem na sociedade, de forma que eles voltassem a sonhar, de forma que eles acreditassem em si e pudessem construir os seus sonhos.

Quero aqui contar o testemunho de uma jovem que ouvi quando eu fui à formatura do Vira Vida em 2015, aqui, em Brasília. Essa jovem disse que, quando ela chegou ao Vira Vida, ela tinha sofrido abuso, que a família dela a colocou para se prostituir e trazer o fruto da prostituição para dentro da sua casa, e ela disse que ouvia dos seus familiares que ela não daria nem para prostituta, e o sonho dela era trabalhar como comissária de bordo. Ela entrou no Vira Vida, fez o processo de aceleração, de alfabetização, fez o curso profissionalizante de atendimento e foi estagiar, na época, numa empresa aérea aqui, em Brasília, na área de atendimento. O sonho dela era tão grande de se tornar comissária de bordo, que ela investiu o seu melhor. Em um dia de 2016, eu, pegando um voo para São Paulo, entrei no voo e sentei no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundo do avião. Uma comissária veio me cumprimentar, perguntando: "Você é o Delmasso?". Eu falei "sim" e falei: "Pronto! O que eu fiz?". Antes de o voo decolar, ela falou assim: "Eu posso te dar um abraço?". Aí eu: "Claro". Ela me abraçou, com os olhos cheios de lágrimas, e falou assim: "Eu sou aquela menina que estava na formatura do Vira Vida, que tinha sonho de ser comissária de bordo e cujo pai falou que ela não ia dar nem para prostituta". Política pública muda a vida de pessoas.

Esse projeto, Senadora, a cada ano, consumia dos cofres públicos – eu falo "consumia" para provocar mesmo – R$4 milhões, certo? Foram investidos, durante seis anos, R$24 milhões. Esses R$24 milhões recuperaram 655 jovens que sofreram, foram vítimas de abuso sexual aqui, no Distrito Federal, jovens que deixaram de se automutilar, jovens que, quando sofreram o abuso, perderam sua capacidade de sonhar, mas passaram pelo Projeto Vira Vida, que lhes deu ressignificância. E o que é mais interessante, o que é mais forte nisso é que grande parte desses jovens hoje estão trabalhando, estão construindo a sua própria vida, têm dignidade porque lhes foi devolvida a dignidade. Quando a gente fala que são R$4 milhões por ano, aliás – perdão – por 16 meses, é muito pouco dinheiro para o Estado investir na recuperação de jovens que foram abusados.

Eu gostaria que esse orçamento fosse dez vezes maior, que a gente pudesse investir R$40 milhões para recuperar jovens, como, por exemplo, nós vimos em um município de São Paulo com praticamente 50 mil jovens e adolescentes que sofreram abuso sexual. O.k., viraram estatística. Mas a gente tem que pegar esses números e não pode olhá-los somente como estatística. Nós precisamos sentir a dor dessas crianças, desses adolescentes, desses jovens que sofreram o abuso. E o Estado o que vai fazer com eles?

Com base nisso, Senadora, nós transformamos o Vira Vida em política pública. Aqui, no Distrito Federal, o Vira Vida virou política pública por meio da Lei 7.210, de 2022. Nela, como eu falei, 655 jovens foram atendidos, foram resgatados diretamente, foram encaminhados para vagas de emprego, e diversos deles realizaram seus sonhos, como é o caso dessa menina, que até hoje está nessa empresa aérea, trabalhando como comissária de bordo.

Há outro programa fenomenal, que é utilizado também para atender prioritariamente jovens e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual, que foram vítimas de violência e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, resgata esses jovens para que eles saiam da criminalidade diretamente. Quando nós falamos da violência, a gente também tem que falar da exposição dos adolescentes e dos jovens à criminalidade. Hoje o crime é mais efetivo do que o Estado, porque ele consegue financiar o sonho de um jovem, e, infelizmente, o Estado não consegue chegar na ponta, por causa de toda a sua burocracia. Mas esse programa eu queria aqui citar para que todos os municípios brasileiros pudessem usá-lo como exemplo, que é o Programa Jovem Candango.

O Programa Jovem Candango é um compromisso da aprendizagem para dentro do Governo. Não é só o Governo cobrando da iniciativa privada, em que a iniciativa privada precisa ter o percentual de jovens contratados. Não. É o próprio Governo assumindo a sua responsabilidade e dizendo o seguinte: de todas as vagas que o Governo tem, ele estará contratando ali pelo menos 5% de jovens na área da aprendizagem. E o que é mais bonito é que todos os jovens que foram atendidos pelo Jovem Candango, nos últimos três anos, de 2023 a 2026, foram 3,6 mil jovens, todos eles são jovens que vieram de vulnerabilidade social e 20% foram vítimas de abuso sexual.

O que eu quero dizer? Que, durante três anos – o ciclo dura dois anos e, agora, nós estamos no final do terceiro ciclo; aliás, do segundo ciclo –, 720 jovens receberam condições para, mais uma vez, retomar a sua capacidade de sonhar. Se nós somarmos as duas ações, a do Vira Vida e a do Jovem Candango, o Distrito Federal recuperou 1.375 jovens e adolescentes vítimas de abuso sexual e vítimas de violência. Esse número é muito baixo, é muito pequeno. Eu acho muito pequeno, porque, se nós abrirmos os números, só no ano de 2025, segundo o Ministério Público do Distrito Federal, 967 crianças, adolescentes e jovens, foram vítimas de abuso aqui na capital...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Notificados.

O SR. RODRIGO DELMASSO – Notificados.

E nós temos aí, como eu falei para vocês, 1.375 jovens que estão recuperados. Foram recuperados é porque eu digo, assim, que participaram de projetos que acreditaram neles, que investiram neles e devolveram para a sociedade jovens que não estão na criminalidade, que não tentaram suicídio, que saíram da automutilação, que saíram de qualquer tipo de violência. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito baixo isso. É muito baixo porque o número de abuso cresce todos os dias, o número de violência contra a criança e o adolescente cresce todos os dias.

E quando a gente faz uma avaliação da política pública no geral, quando a gente vê números de campanhas que são extremamente importantes – é claro que sim, porque a gente faz o combate com denúncia –, a minha pergunta é: onde está a eficácia disso? Onde está a eficiência disso? O art. 37 da nossa Constituição coloca a eficiência como um dos princípios da administração pública. Então, onde está a eficiência? A eficiência está somente em diminuir números ou será em diminuir números, mas em recuperar aqueles que sofreram abuso? Será que nós temos esses números? Para quantos jovens – nos municípios brasileiros –, quantos adolescentes – nos municípios brasileiros –, os municípios ou os estados fizeram programas ou projetos que pudessem resgatar esse jovem que foi vítima de abuso sexual ou vítima de violência? Na minha visão, é extremamente importante nós incluirmos isso, esse número.

E aí, Senadora, para encerrar a minha fala – porque eu não quero me alongar nesse caso, porque é uma pauta muito cara para mim, a senhora mesma falou, eu estive aqui no Congresso há mais de 20 anos como militante da juventude do partido ao qual eu era filiado –, quando eu assumi uma cadeira na Câmara Legislativa, eu levei isso e criei o Estatuto da Juventude aqui no Distrito Federal.

O Brasil é maravilhoso, nós temos leis fenomenais. O Estatuto da Criança e do Adolescente é o melhor do mundo, mas o meu sonho é que esse estatuto se torne realidade. E um desafio que eu queria fazer a esta Casa, que eu queria fazer ao Congresso Nacional, que eu queria fazer a todos os Parlamentares, a todos os gestores que estão nos ouvindo, àqueles que se preocupam, de fato e de verdade, com a criança, o adolescente, o jovem da nossa nação: que um percentual do orçamento da criança e do adolescente, que é um percentual constitucional – certo? – possa ser destinado diretamente ao enfrentamento do abuso sexual e abuso da violência contra a criança e o adolescente.

Quando nós pegamos os orçamentos municipais, estaduais... Eu falo isso porque fui da área de orçamento desta Casa, trabalhando na área técnica; a gente vê e fala assim: "Não, mas a gente investe na criança e no adolescente; todo investimento que é feito na saúde, todo investimento que é feito na educação.". O.k., é um investimento que é feito, claro, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento que é feito para o desenvolvimento da criança, mas e o combate e o enfrentamento?

Não adianta – perdoem-me – somente campanhas bonitas com cartazes feitos de cartolina, que são bem-vindos, porque isso mostra que a sociedade está se mobilizando, está preocupada; mas isso não... Isso somente não vai fazer a diferença.

Uma pergunta que eu faço também é a seguinte: qual o percentual da execução dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos estados e nos municípios? Por que esse...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Rodrigo, (*Fora do microfone.*) essa pergunta é provocadora, mas, como nós estamos ao vivo, tem muita gente nos acompanhando pela internet, explique o que é o fundo da criança e quem executa o fundo da criança, tá?

O SR. RODRIGO DELMASSO – Perfeito. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque aqui no DF, se eu disser para você quanto não foi executado no DF...

O SR. RODRIGO DELMASSO – A gente sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você sabe... O Brasil vai chorar; mas explique o que é o fundo e quem executa, e por que você fez essa provocação para os estados e municípios agora.

O SR. RODRIGO DELMASSO – Bem, na realidade, sendo bem honesto, a gente já sabe a resposta.

O fundo, para ser bem didático, o Fundo da Criança e do Adolescente é uma conta bancária – certo? – em que os estados e municípios precisam pegar parte da sua arrecadação e depositar ali um valor – certo? – baseado na sua receita corrente líquida todo ano. E o que acontece? Se você não gasta dinheiro daquele fundo, ele vai criando o que a gente chama de superávit. O que é o superávit? Olha, não gastou, então, tem o dinheiro ali. Então, vai fazendo.

Eu tenho certeza de que poucos municípios brasileiros executam 10% do valor desse fundo ou utilizam parte desse fundo para o enfrentamento da violência contra a criança ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescente. Eu tenho certeza disso, porque, quando a gente vê, por exemplo – e aí é uma autocrítica que eu faço –, o Fundo da Criança e do Adolescente do Distrito Federal com um superávit de R$60 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Repita. Você quer dizer que o nosso Fundo da Criança e do Adolescente terminou, no ano passado, com R$60 milhões que não foram executados?

O SR. RODRIGO DELMASSO – Exatamente, de superávit.

A gente tem duas avaliações: ou não tem nada para fazer e está tudo lindo, principalmente a política de enfrentamento à violência à criança e ao adolescente, ou existe alguma coisa que precisa ser melhorada, principalmente na aprovação de projetos, porque projetos tem.

A sociedade civil, aqui, no Distrito Federal se organiza muito bem, tem projetos, os projetos são fantásticos e fenomenais, claro, com todo o rigor da lei, com todo o rigor do que significa a questão de prestação de contas e avaliação – é importante isso –, mas o que dói é que existe recurso e existe a vontade de fazer, mas isso não consegue chegar à ponta.

Um projeto, como eu falei para vocês do Vira Vida, para por quatro anos, porque não tem um Parlamentar que não destinou uma emenda para que ele continuasse – certo? –, ou seja, em quatro anos, 655 jovens que foram vítimas de abuso sexual, crianças e adolescentes, nem sequer tiveram a oportunidade de serem resgatados.

O programa Jovem Candango – eu me esqueci de falar do orçamento, que é um orçamento que o Governo do Distrito Federal investe – dá em torno de R$20 milhões por ano. Talvez alguns podem estar pensando: "Nossa, mas isso é alto demais; R$20 milhões é muito dinheiro; em quatro anos são R$80 milhões". Olhem, eu faço a seguinte avaliação: cada centavo que se investe para garantir o direito de uma criança ou de um adolescente não é um gasto exorbitante. Enquanto nós continuarmos a pensar que gasto com criança é gasto e não investimento, aí nós vamos ter essa discussão econômica.

E aí, Senadora, eu acho que é importante, talvez, nós termos uma discussão e até uma proposta de termos uma PEC do enfrentamento à violência da criança e do adolescente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculando parte do orçamento da criança e do adolescente, em que a União, os estados e os municípios são obrigados a destinar esse recurso para o orçamento da criança e do adolescente, mas que parte deste orçamento possa ser destinado diretamente ao enfrentamento à violência e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, com políticas públicas, sejam elas nacionais, estaduais ou municipais, que possam recuperar e que possam atender esse jovem que sofreu abuso.

E, para finalizar a minha fala, a gente não pode se esquecer, por exemplo, daquele jovem, daquele adolescente ou daquela criança que sofre o abuso dentro de casa, e, muitas vezes, ele não consegue se desvencilhar daquele lugar, porque, infelizmente, não existem abrigos públicos para que esse jovem, esse adolescente ou até mesmo essa criança consiga estar.

Eu ouvi um comentário – acho que lá do Rio Grande do Sul – dizendo que os conselhos tutelares são ineficientes. Eu digo que a ineficiência não está no conselho tutelar; a ineficiência está no serviço público que está destinado para o conselheiro tutelar, do qual ele deve ir atrás. Eu vejo relatos de conselheiros tutelares, aqui, em Brasília que correm atrás de vagas de creche, e não conseguem; que correm atrás de abrigos para tentar tirar uma criança que está sendo vítima de abuso dentro de casa pelos pais, pelo padrasto, pelo tio, enfim, por qualquer membro da família, mas não conseguem achar um abrigo para que aquela criança possa estar protegida e possa ser retirada daquele ambiente de violência.

Eu vejo conselheiros tutelares todos os dias buscando vagas de aprendizagem para jovens e adolescentes, Senadora, que vendem os seus corpos a menos de três minutos do Congresso Nacional. Para quem não sabe, a menos de três minutos do Congresso Nacional, nós temos o que eles chamam de *shopping* – e não vou dizer o nome para não ser pejorativo – e ali tem crianças, adolescentes de 14, 15, 16 anos de idade vendendo o seu corpo por R$50, para levar para dentro de casa.

O relato, na minha visão, de se uma política está funcionando, de fato, é quando a gente consegue diminuir esses números. E não preciso ir muito longe para dizer que, infelizmente, a intenção é muito boa, aquilo que está na lei é maravilhoso, mas, sem investimento, sem orçamento, sem recurso, só vai ficar na letra da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dei dois exemplos aqui de que, com pouco investimento, juntando os dois, dá R$80 milhões em quatro anos – R$80 milhões não, R$100 milhões em quatro anos. É muito pouco dinheiro para recuperar o resultado que se deu.

Então, aqueles gestores que estão nos ouvindo, Prefeitos, Prefeitas e aqueles que vão, agora, neste ano, assumir o desafio enorme de apresentarem as suas propostas à população... Não adianta dizer que a criança e o adolescente são prioridade. Para mim, prioridade é aquilo em que você investe. Eu consigo ver a sua prioridade se eu pego a sua conta bancária e vejo em que você está investindo. Se você diz que a sua prioridade é educação e você investe menos de 5%, menos de 10%, menos de 20% do seu orçamento na educação, a educação não é prioridade.

Então, dizer que o enfrentamento à violência contra a criança, o adolescente e o jovem... Se nenhum por cento do orçamento é destinado para isso, significa que isso não é prioridade. E uma nação que não prioriza as suas crianças, que não prioriza os seus adolescentes não está priorizando o seu futuro e está fadada ao fracasso.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade. Desculpe-me aqui pelo desabafo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Eu só tenho que agradecer a sua participação. Duas políticas públicas que deram certo, cuidando da criança vítima, você trouxe o eixo do pós-abuso.

No dia 19 de novembro de 1969, dia histórico para o Brasil e para o mundo, o Rei do Futebol, Pelé, fez o seu milésimo gol. Que dia, né! Foi o milésimo gol, em 1969. Que homem incrível! E, na hora em que ele foi entrevistado, o estádio veio abaixo – as imagens existem –, e o que Pelé disse, a única coisa que Pelé falou? "Cuidem das crianças". É uma cena emblemática. Em 1969, o Rei do Futebol, que veio da periferia, só pediu uma coisa para o mundo e para o Brasil: "Cuidem das crianças".

Nós estamos aqui, anos depois, vendo que muita coisa não está dando certo no Brasil.

Aqui no Distrito Federal, Rodrigo, para encerrar a audiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou fazer pergunta nenhuma, porque você trouxe duas experiências que deram certo, e agora o nosso corpo técnico vai avaliar essas duas experiências que você trouxe aqui e, quem sabe, apresentar como indicação.

... o cuidar da criança por um período maior, porque não é só pegar essa criança abusada, cheia de sangue, levar ao pronto-socorro, dar o remédio para doença sexualmente transmissível; quando for menina, dar a pílula do dia seguinte; fazer o boletim de ocorrência e pronto. Não. E o depois? Eu estou acompanhando aquela menininha da cidade de Água Quente, eu acompanho alguns casos bem específicos no DF, os casos de maior repercussão, que foi estuprada no dia 1º de janeiro de 2025 – 2025, não é, Toccolini? –, com 11 anos, ela ia fazer 11 anos. O homem que a estuprou ficou preso 11 anos antes porque tinha estuprado a própria filha 11 anos antes. Então, ele sai da Papuda, vai morar em Água Quente, e, três meses depois, ele estupra uma outra menina.

Essa menininha, quando eu fui visitá-la, ela já tinha ido para o hospital, cheia de sangue, já tinha tomado os remédios, já tinham feito o boletim de ocorrência, e eu fui em busca da menina. Quando eu cheguei, ela estava sentada na calçada de casa, com todos os vizinhos sentados na calçada, perguntando a ela como foi, e ela contando, e contando, e contando... E eu me lembro que, quando eu cheguei lá, ela já devia estar na 20ª, 23ª, 25ª conversa com os vizinhos. Todos os vizinhos sabiam que, naquela casa, tinha uma menininha que foi estuprada. Todo mundo na comunidade sabe onde mora aquela menininha.

Eu tenho ido à comunidade visitá-la, estou acompanhando a menina. É uma história que mexe muito comigo, a história dessa menina, uma menina linda. E, para a minha surpresa, Rodrigo, uma das vezes que eu fui visitá-la, ela não estava em casa. Eu falei: "Mãe, onde está? Vim ver a minha princesa". A mãe disse: "Ela está lá na igreja". Era um sábado à tarde. Aí eu cheguei à igreja. A igreja toda era um quarto desse espaço aqui. A igreja não tinha 30 cadeiras, e essa menina de 11 anos era a líder das crianças da igreja, era a missionária da igreja. A pastora abria a igreja sábado à tarde para as crianças ficarem ensaiando para cantar. Então, quem estava cuidando das crianças da comunidade era uma menina de 11 anos, vítima do estupro. Cheia de dores, estava lá a missionariazinha ensaiando para cantar no domingo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vi nenhuma política pública em torno dessa menina. Apontada quando passa na rua, todo mundo sabe quem é ela na comunidade, mora no mesmo lugar. Inclusive, eu estou tentando construir a casa dela, porque ela morava num barraquinho de papelão mesmo. Nós já conseguimos fazer o muro, estou fazendo isso com amigos, com voluntários, quem quiser se voluntariar... Mas eu pergunto: e o psicólogo dessa menina? Não tem Caps na comunidade. A conselheira tutelar que acompanhava conseguiu uma psicóloga voluntária que ia à sala da conselheira atender a menina, fora da atribuição do conselho tutelar.

Essa menina já está indo para o segundo ano de dores, sem psicólogo, sendo apontada, morando no mesmo lugar, sem perspectiva de futuro – a não ser esse grupo que eu estou montando de voluntários para cuidar.

E ela é linda – ela é linda. Ela é muito linda.

Então você vem com uma proposta aqui de cuidar desse adolescente e dessa criança pós-abuso, mas um programa de quatro anos. Pega, cuida, acompanha, prepara para o mercado de trabalho. Mas tem casos em que a gente vai ter que tirar da comunidade, porque ela vai ser apontada: "Olha lá, foi vítima". Então eu não vejo política pública a não ser o Provita, que é uma outra situação, que é a da criança ameaçada de morte.

Essa não é ameaçada de morte, inclusive o agressor dela morreu – apareceu morto. Ela não é ameaçada de morte, mas ela é uma criança apontada na comunidade. Então eu acho que o plano também precisa vir, e você traz aqui uma situação diferente para a gente avaliar no plano: o acompanhamento. Essa menina vai ter que ter prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida? Essa menina vai ter que ter prioridade – por exemplo, se é uma adolescente em alojamento de universidade – se ela passar no vestibular para sair da comunidade? O que fazer?

E digo para vocês: a gente tem muita coisa para fazer ainda e para rever no plano nacional, mas sem dinheiro, sem investimento. Tramitou aqui na Casa, Rodrigo, um projeto de lei para autorizar o fundo da criança a liberar projeto para enfrentamento à violência sexual, porque pela lei há interpretação dos conselhos que gerem o fundo... Gente, não é o Prefeito nem o Governador que gere o fundo, é o conselho; tem um conselho no seu estado que gere esse fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os conselhos estavam dizendo que não havia previsão legal para que projetos de enfrentamento à violência contra a criança recebessem dinheiro do fundo. Então, uma legislação tramitou aqui autorizando o uso do fundo. Esse projeto de lei está na Câmara, já passou pelo Senado. Está aí um encaminhamento da reunião de hoje: lutar para que esse projeto seja aprovado e o fundo possa ser usado para projetos de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes.

Rodrigo, eu quero...

É o óbvio: se a maior violência contra a criança hoje é a violência sexual, nós vamos ter que pôr na lei o óbvio – use o dinheiro para enfrentar a violência contra a criança e o adolescente.

Nós estamos chegando ao final da nossa audiência. Eu quero agradecer aos três que vieram. Esta não é uma audiência pública comum, ela é uma audiência para a gente avaliar se o plano que existe está dando certo e o que precisa ser mudado no plano. É uma política pública de Estado; não é o plano do Governo Lula, do atual Governo, daqui da Celina: é o plano nacional – que é uma política de Estado – que precisa ser melhorado.

A gente vai encerrar nossa audiência, mas eu quero lembrar que amanhã nós teremos reunião deliberativa na Comissão de Direitos Humanos. Está todo mundo perguntando: "Mas não vai cancelar?". Todo mundo está cancelando. Como é que eu vou cancelar a reunião deliberativa na Comissão de Direitos Humanos que trata de crianças, sendo que criança é prioridade absoluta? Cancelem os outros, mas aqui é criança, aqui não cancela. E, se não vier nenhum Senador, estarei sentada aqui.

Mas eu preciso de quórum amanhã, porque – Rodrigo, tenho uma notícia boa para te dar – está na pauta amanhã o Projeto de Lei 3.066, de 2025, que passou pela Câmara e veio para a nossa Comissão. Detalhe, chegou de manhã, avoquei a relatoria, isso chegou na quinta, entreguei o voto no outro dia e já está na pauta amanhã. Esse projeto de lei fecha todas as brechas no mundo *online* para a violência sexual contra criança e adolescente. Amanhã nós vamos aprovar a lei que institui medidas de enfrentamento à repressão ao crime de violência sexual contra criança e adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial, e altera diversos decretos, altera o ECA, altera o Código Penal e tal. Para vocês terem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia, nós vamos trazer amanhã no projeto de lei a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos, no Código Penal, de abuso sexual. Não comete crime policial que oculta sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade. Eu vou ter que pôr isso na lei. Não é o óbvio? Mas a gente vai aprovar amanhã. É lícita a ronda virtual. Atenção, nós vamos aprovar amanhã, vou pedir urgência para ser lícita a ronda virtual realizada por órgão de persecução penal, mediante utilização de *software,* estritamente destinada à identificação e à coleta de arquivos disponibilizados em ambientes digitais. O que é isso? Uma patrulha digital. Amanhã a gente vai instituir por lei uma patrulha digital.

Então fica o recado para os pedófilos que acham que a internet é uma terra sem lei: a partir de amanhã, isso vai mudar. Um projeto de lei que nasce na Câmara, do meu querido amigo Deputado Osmar Terra, construído com o Ministério da Justiça, Ministério de Direitos Humanos, Polícia Federal, instituições, várias instituições. Amanhã a gente vai aprovar e vai ter quórum amanhã. Está entendendo, Secretaria? Nós vamos lutar para ter quórum amanhã e vamos entregar, eu acho, a legislação que agora fecha todas as brechas com relação aos crimes virtuais. É dessa forma que a gente trabalha.

Quero agradecer, Rodrigo, por sua colaboração; a colaboração da Leila; da Célia, do Ministério dos Direitos Humanos; a Leila, lá do Município de São Paulo; a Fernanda, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio. Vocês que vieram aqui falar do plano nacional hoje. Ele é eficaz? O que precisamos mudar no plano que já existe? As contribuições de vocês foram observadas, estão sendo recepcionadas pela equipe técnica, e a gente vai apresentar um relatório no final do ano, depois que fizermos mais audiências públicas, mais requerimentos de informações e algumas diligências. Tudo o que queremos é a proteção da criança e do adolescente.

Nada mais tendo a tratar, cumprindo a finalidade desta audiência, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e hum minuto do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Hermes Klann, Weverton e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 39ª à 42ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 265, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, a fim de garantir o acesso a exames para detecção de variantes patogênicas associadas ao risco hereditário de câncer." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 11-CAS. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS/CDH a 11-CAS/CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3109, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para dispor sobre o acesso público ao Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2449, de 2022 - Não Terminativo - que: "Decreta a troca dos sinais sonoros nas instituições de ensino públicas e privadas e estabelece o “Horário do Silêncio” nos estabelecimentos comerciais, em benefício das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Dr. Hiran. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3066, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Dr. Hiran. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a relatora apresenta o requerimento de urgência nº 100/2026 à matéria, que é aprovado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4598, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 559, de 2026 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para assegurar às mulheres surdas o direito aos recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio, incluindo a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), durante consultas, exames e procedimentos de saúde." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 8 - Sugestão n° 18, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a revogação integral da Lei Felca (Lei n°15.211/25)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela inadmissibilidade e consequente arquivamento da sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 91, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4122/2021, que "altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo"." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: Adiado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 92, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2098/2023, que "altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 7 de dezembro de1940 (Código Penal), para considerar o crime de 'redução a condição análoga à de escravo' imprescritível"." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: Adiado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 94, de 2026 que: "Requer discutir em cojunto com a CAS a situação da Colangite Biliar Primária (CBP) no Brasil, incluindo os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, acesso a exames especializados, tratamento farmacológico, linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas públicas para doenças autoimunes raras. REQ 60/2026 - CAS" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 95, de 2026 que: "Requer discutir em conjunto com a CAS, os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil, incluindo a Hiperplasia Adrenal Congênita e o Câncer Adrenocortical. REQ 58/2026 - CAS" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 96, de 2026 que: "Requer aditamento de convidado à audiência pública objeto do REQ 81-2026/CDH, para discutir a memória do Holocausto Cigano (Holocausto Romani), o enfrentamento ao anticiganismo, antissemitismo, perseguições étnicas e intolerância, bem como a necessidade de preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 97, de 2026 que: "Requer discutir em conjunto com a CAS o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras - REQ 57/2026 - CAS" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 98, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a situação das crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática (LDM), Adrenoleucodistrofia Ligada ao X (ALD/X-ALD) e outras leucodistrofias raras no Brasil, os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação da política pública de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 99, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a linha de cuidado da Doença de Huntington e os desafios das políticas públicas voltadas às doenças raras neurodegenerativas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei n° 2811, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de estabelecer o exame de triagem neonatal para fissuras labiopalatinas e o encaminhamento dos casos para tratamento precoce." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves submete o item à inclusão extrapauta, que é aprovada. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Na sequência, a relatora apresenta o requerimento de urgência nº 101/2026 à matéria, que é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 100, de 2026 que: "Urgência ao PL 3066/2025." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do requerimento nº 100/2026-CDH, de urgência ao PL 3066/2025. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 101, de 2026 que: "Requerimento de urgência ao PL 2811/2021." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do requerimento nº 101/2026-CDH de urgência para o PL 2811/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de junho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª à 42ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos 16 itens na pauta e temos o projeto de lei do ceuzinho da boca – vai entrar extrapauta.

Então, são 16 itens publicados e nós vamos incluir um outro projeto, que é unânime, que é consenso e que é um sonho para o Brasil, que é o projeto de lei que vai instituir a obrigatoriedade do exame do ceuzinho da boca para se identificar a fissura palatal.

A fissura labiopalatina, quando a criança nasce, no lábio é percebível. As famílias a observam, os médicos a observam. Mas tem fissura que é no palato e, às vezes, quando a família vai descobrir, a criança já está engasgando, está passando mal, não está respirando direitinho. Agora, com essa lei, lá no nascimento, o médico vai olhar o palato.

Olha só, gente, que coisa linda e interessante!

Então, a Senadora Mara vai trazer, extrapauta, esse projeto de lei.

Temos 16 itens divulgados. Em dois itens, eu sou Relatora e vou fazer a leitura do meu relatório. Mas, para que eu faça a leitura do meu relatório, preciso passar a Presidência da Comissão.

Passarei a Presidência para o incrível Senador Hiran, de Roraima.

Vocês vão ver que ele vai entrar com um rosto muito feliz, porque o Governador dele ganhou a eleição no final de semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha lá o rosto dele de alegria!

Quero cumprimentar, Senador Hiran, o senhor e o Governador Arthur, pela vitória.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente. Que honra!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que vocês tenham um momento especial no Estado de Roraima agora, sob a direção do Governador Arthur!

Parabéns!

E obrigada por colaborar com a Comissão, presidindo-a, neste momento, à distância.

Passo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito obrigado. Muito obrigado.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pelas felicitações.

Nós sabemos da sua torcida, até porque nós estávamos lá disputando com alguém que tem uma ideologia muito diferente da nossa, que é ex-membro do Partido Comunista, e eu acho que Roraima deu uma lição de que lá a gente gosta de eleição, que nós gostamos da democracia e respeitamos o Estado democrático de direito.

Se Deus quiser, vai dar tudo certo!

Eu vou, imediatamente, passar para o item 4 da pauta, que é o Projeto de Lei 2.449, de 2022... (*Pausa.*)

Item 5.

Eu estou sendo informado aqui que vamos primeiro ao item 5 da pauta.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3066, DE 2025

- Não terminativo -

Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria do Deputado Osmar Terra.

Eu passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou pedir permissão para ir direto à análise, inclusive de forma resumida.

O voto já foi publicado, todo mundo já teve acesso, mas por que farei de forma resumida? Esse é um projeto de lei que foi construído a várias mãos; ele foi aprovado com louvor na Câmara dos Deputados. Foi montado um grupo de trabalho com especialistas, delegados, juízes, promotores, Consultores do Senado, equipe técnica do Governo; então, é um projeto que tem consenso e será uma grande entrega desta Comissão a gente aprová-lo hoje. E depois, eu também, ainda, vou pedir o regime de urgência para ele.

Então, farei a leitura de forma resumida. E é um sonho para o Brasil a proteção da infância, e nós, com esse projeto, vamos fechar algumas brechas na legislação. Nós vamos mexer com algumas leis, inclusive algumas leis novas, e nós vamos fechar algumas brechas que existem para a gente fazer a proteção da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto formal, Presidente, a matéria não apresenta óbices de natureza jurídica, constitucional ou de técnica legislativa. A proposição versa sobre direito penal e processual penal, cuja competência legislativa é privativa da União, inexistindo vício de iniciativa, e observa os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, o projeto reveste-se de inegável relevância. A Constituição Federal assegura à criança e ao adolescente a prioridade absoluta na efetivação de seus direitos e, de forma categórica, determina que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente". A proposição concretiza esse mandamento constitucional de criminalização, atualizando a legislação penal aos desafios impostos pela rápida transformação do ambiente digital.

O cenário fático justifica plenamente a intervenção legislativa. Dados recentes apontam crescimento expressivo do uso de plataformas digitais para a prática de violência sexual e aliciamento de crianças e adolescentes, agravado pela disseminação de ferramentas de inteligência artificial capazes de gerar e manipular material de violência sexual infantojuvenil.

Nessa perspectiva, a atuação dos órgãos de persecução penal evidencia a dimensão do problema: a Polícia Federal, em 2022, realizou, vejam, 447 operações para investigar a produção, distribuição e armazenamento de materiais contendo violência sexual contra criança ou adolescente resultando na prisão de 313 pessoas. Em 2024, foram realizadas 1.003 operações em todo o país, resultando em 367 prisões em flagrante, identificação de 92 vítimas e cumprimento de 1.124 mandados de busca e apreensão.

Todos os anos, estamos batendo recordes prendendo abusadores de criança que estão usando o mundo *online*. Inclusive, Presidente, só um adendo aqui ao relatório: em 2022, aqui nesta Casa, nós prendemos um servidor do Senado que estava em posse de 2 mil imagens de sexo com crianças. Ele foi à delegacia, pagou uma fiança de R$15 mil e está respondendo em liberdade.

No ano seguinte, prendemos um advogado, no Rio de Janeiro, com 20 mil imagens – de 2 mil, passamos para 20 mil –, e ele não ficou preso. No ano seguinte, em 2024, nós prendemos, em Canoas, Rio Grande do Sul, um homem com 200 mil imagens, comercializando-as na internet a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços absurdos: tem vídeos que chegam a custar R$70 mil. Ficou preso quatro ou cinco dias. Aí, para nossa tristeza, no ano passado, um outro empresário foi preso com 2 milhões de imagens.

Até onde a gente vai no Brasil?

Esse projeto de lei está fechando algumas brechas na lei, e o recado para eles hoje é: nós vamos pegar todos vocês. Esse projeto vai dar as respostas de que os nossos agentes policiais precisavam para que o trabalho fosse mais efetivo.

Nessa perspectiva, para além do aumento que o projeto promove das penas dos crimes, ele também traz avanços significativos: a modernização dos instrumentos investigativos, em especial a positivação da ronda virtual e a ampliação da infiltração policial, confere maior segurança jurídica à atuação estatal diante da sofisticação dos crimes cibernéticos; a substituição da expressão "pornografia infantil" por "violência sexual contra criança ou adolescente" reconhece, com a seriedade devida, a inexistência de consentimento e a natureza abusiva dessas condutas, alinhando-se às recomendações da Unicef e dos organismos internacionais especializados; a tipificação das condutas viabilizadas pela inteligência artificial e por *deepfakes*, bem como a criminalização do acesso deliberado a material por meio de serviços de *streaming*, o que fecha relevantes lacunas de impunidade identificadas na prática investigativa.

De igual modo, merecem registro as medidas de proteção e reparação às vítimas, notadamente a garantia de atendimento psicológico e psicossocial especializado, contínuo e integral e a responsabilização integral do agressor pelos custos do tratamento – além de ir para a cadeia, vai perder os bens, vai ter que ressarcir os custos do SUS no tratamento da criança, da mulher, do adolescente. Agora, vai ter que pesar no bolso também. Tais previsões reconhecem a natureza específica e duradoura dos danos provocados pela violência sexual praticada no ambiente digital.

O conjunto normativo proposto harmoniza-se com o ordenamento jurídico e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Cabe observar, por fim, que as alterações terminológicas e redacionais promovidas nos tipos penais do Estatuto da Criança e do Adolescente caracterizam hipótese de continuidade normativo-típica, mantendo-se íntegra a tipicidade das condutas anteriormente criminalizadas. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação das novas penalidades, quando mais gravosas, observará a vedação constitucional da retroatividade da lei penal mais severa. O texto, ademais, preserva o uso legítimo de tecnologias... dos tipos, elementos subjetivos específicos, o que demonstra equilíbrio entre a eficácia repressiva e a tutela de direitos fundamentais.

Diante do exposto, Presidente, e mandando o recado de que o Brasil está de olho nos abusadores, evidencia-se que a proposição aperfeiçoa a legislação de proteção da infância e da adolescência, fortalece os mecanismos de repressão à violência sexual no ambiente digital e atende, de maneira proporcional, ao princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

Assim, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.066, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Osmar Terra, que acabou de chegar ao plenário.

Este é o voto, Presidente.

Só esclarecendo porque algumas pessoas têm dúvida: "Vão conseguir tirar o material sem autorização judicial?" Deixe-me explicar uma coisa, Presidente. Hoje não se vende só o vídeo; estão fazendo promoção do *link*. A pessoa compra o *link* para assistir ao vivo o estupro de uma criança, a pessoa compra o *link* por milhares de reais para assistir ao vivo o estupro de um recém-nascido!

Nós vamos dar com este projeto poder aos policiais de retirarem imediatamente essa *live* do ar. Nós vamos dar poder com este projeto para que o agente policial, o delegado, imediatamente aja na hora de identificar uma imagem no mundo *online* de abuso, de violência sexual contra a criança e o adolescente.

Então, a gente fecha todas as brechas com esse novo projeto de lei.

Este é o voto, e peço apoio aos pares para votação nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, querida Senadora Damares.

Quero também fazer uma saudação muito especial ao nosso querido colega médico, Osmar Terra, parabenizando-o já pela pertinência deste tema, pelo cuidado com as crianças e adolescentes e coloco o relatório da Senadora Damares em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, o nosso querido Deputado Osmar Terra quer se manifestar acerca do tema.

Querido irmão, por favor. (*Pausa.*)

Eu estou aproveitando, Senadora Damares, que nós estamos na discussão e abrindo a palavra para o Deputado Osmar – não sei se a senhora vai querer se manifestar também. Vou dar a palavra para ele, até por uma questão de antiguidade, viu? (*Risos.*)

Porque antiguidade é posto, não é? Então, eu estou passando a palavra para ele se manifestar sobre o tema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputado Osmar.

O SR. OSMAR TERRA (PL - RS) – Essa é a vantagem que o tempo me deu aqui na Câmara, aqui no Congresso. (*Risos.*)

Mas eu queria agradecer muito também, Senador Hiran, e agradecer muito também à Senadora Damares pela presteza de agilizar esse processo. Eu acho que é um projeto, como a própria Senadora falou – a Senadora Damares, que é uma grande parceira nessa luta contra o abuso, a violência contra crianças, contra adolescentes –, que veio exatamente para fechar todas as brechas, tanto no mundo digital – vai ter a ronda digital, uma espécie de vigilância permanente dentro das redes que não precisa mais ter autorização do juiz para localizar e para punir os abusadores pelo mundo digital... E também o cuidado com a criança: vai obrigar o tratamento, o abusador vai ter que pagar o tratamento psicológico. Até o tratamento que for pelo SUS, ele vai ter que reembolsar o SUS pelo tratamento.

Nós temos que tomar medidas para fazer com que as pessoas desistam desse tipo de prática.

Embora seja difícil, quanto mais rápida for a punição, quanto mais dura for a punição, menos gente vai estar praticando esse tipo de crime. Então, vamos proteger as nossas crianças.

Muito obrigado, Senadora Damares, que é uma grande parceira e grande líder desse processo. Eu a conheci como Ministra, na defesa intransigente da proteção das crianças, e eu tenho muito orgulho de ter sido Ministro ao seu lado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Hiran. Obrigado, Senadora Damares. E agora vamos aguardar aí a decisão final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Deputado Osmar.

Eu quero também, na discussão, fazer menção à importância do tema, ao cuidado que a Senadora Damares já, tradicionalmente, tem com as pessoas, de um modo geral, com as minorias em situação de vulnerabilidade. Eu acho que o Senado da República tem a representante mais genuína que nós conhecemos, com todo o respeito a todos os nossos colegas.

Senadora Damares, a senhora está dando um alerta, porque este mundo está cheio de tarados cibernéticos.

Ainda como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, eu fiz uma audiência pública temática sobre – não sei se a senhora lembra – aquela baleia azul. Naquela época, eu tive a oportunidade de manifestar a minha preocupação, como pai de cinco filhos e já avô de seis netos. Na nossa época, Senadora Damares, quando a gente ia fazer arte, a gente saía de casa, ia jogar futebol, soltava pipa, caía em cima do muro, se ralava, levava uma surra quando chegava em casa. Naquela época, a gente levava palmada ainda quando chegava em casa, e ninguém tem nenhum trauma em relação a isso. Mas, hoje, as crianças entram nos seus quartos, ligam seus computadores, entram em um mundo a que, muitas vezes, nós não temos absolutamente acesso e têm contato com diferentes tipos humanos, de mente degenerada, que têm esse desvio de personalidade extremamente grave, que tem que ser combatido com o rigor da lei.

Então, eu quero parabenizar a senhora, o nosso Deputado Osmar Terra e todos que participaram da construção desse marco legal tão importante que, como a senhora falou aqui, tem a mão de todos os assessores, das nossas assessorias, da assessoria do nosso Deputado Osmar e a competência de vocês dois. Parabéns a vocês! Eu, como avô de seis netos, agradeço muito o cuidado que vocês estão tendo também com os meus netos.

Eu acho que ninguém mais tem algo a manifestar na discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro a discussão e coloco em votação a matéria.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu queria pedir urgência para essa matéria. Se o senhor pudesse colocar em votação o pedido de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência.*) – Pois não.

Coloco em votação o regime de urgência da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

A urgência da matéria está aprovada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

Tem um time aqui que participou da construção.

Eu quero fazer uma homenagem ao Dr. Lucas. Inclusive, a gente está apelidando carinhosamente essa lei de Lei Lucas, porque ele dedicou todo o conhecimento, dedicou o coração, a vida, ele é um especialista no tema. Obrigada, Dr. Lucas. A Lei Lucas vai começar a vigorar.

Inclusive, Hiran, quando se tem vontade política, a gente sabe que as coisas acontecem.

Esse projeto chegou na quinta, no Plenário. Na sexta veio para esta Comissão. Na sexta, votei a relatoria; na sexta à tarde entreguei o relatório. Na quarta-feira está na pauta, na quarta-feira já foi aprovado o voto e, na quarta-feira, foi aprovada a urgência. Isso é unidade em torno da infância.

Este Senado, esta Legislatura tem dado um show na proteção da infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Hiran.

O Hiran entrou para fazer esta sessão ao vivo por causa das crianças.

Obrigada, Senador Hiran. Que o seu estado reconheça o seu empenho também para essa matéria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, muito obrigado.

Eu também tenho mais uma atribuição, que é a de colocar o item nº 4 em pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2449, DE 2022

- Não terminativo -

Decreta a troca dos sinais sonoros nas instituições de ensino públicas e privadas e estabelece o "Horário do Silêncio" nos estabelecimentos comerciais, em benefício das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

É mais uma matéria para a proteção da criança.

Eu vou direto ao mérito, inclusive de forma resumida, porque ele tem um substitutivo, que já está publicado já faz algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta enfrenta a questão sob uma perspectiva transformadora, ao empregar a lei para converter o que hoje são barreiras sonoras em instrumentos positivos de afirmação de direitos e do fortalecimento da cidadania das pessoas com TEA.

Sob o prisma dos direitos humanos, a proposta revela mérito, sendo até mesmo, conforme veremos, capaz de beneficiar muito mais gente do que o público que visa diretamente.

É amplamente reconhecido, no meio especializado, que estímulos sonoros, tipo a campainha....

Deixe-me tocar a campainha ao vivo para o Brasil escutar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É essa a campainha.

Uma criança com TEA pode se desregular por causa dessa campainha.

Então, este projeto de lei vem nesse sentido. Que as escolas se adaptem, que os lugares públicos se adaptem, que os sons possam ser adaptados. Inclusive propomos aqui um minuto, uma horinha de silêncio na escola, para a gente não desregular as crianças com TEA.

Crianças com autismo, em particular, costumam reagir a esses estímulos, por meio de comportamentos como tapar os ouvidos, gritar, chorar, agitar-se ou procurar ambientes mais acolhedores e menos impactantes.

Esse conjunto de reações e desconfortos pode ser evitado, sem prejuízos a terceiros, mediante a adoção das medidas ora examinadas. Entendemos, ademais, que as novas condições propostas não interessam apenas às pessoas com hipersensibilidade auditiva, mas alcançam um universo muito mais amplo de cidadãos.

Em segundo lugar, a proposta original centraliza na União a regulamentação e fiscalização de medidas cuja execução depende de realidades locais diversas, envolvendo sistemas de ensino descentralizados e atividades econômicas reguladas principalmente por estados, Distrito Federal e municípios. Tal solução pode ser substituída para que a regulamentação e a definição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades competentes caibam aos entes subnacionais, assegurando adaptação às condições locais.

Imagine um supermercado, gente, em que a mãe está com uma criança com TEA, e aí começa um som altíssimo, com palhaços gritando dentro do supermercado. Aí essa criança desregula dentro do supermercado. É nesse sentido que vem esse projeto de lei, também trazendo companhas de conscientização de que é um novo tempo, um novo momento de respeito às pessoas com TEA.

O texto que apresento, em forma de substitutivo, fazendo algumas adequações, introduz o princípio da razoabilidade na aplicação das medidas, considerando variáveis como o porte do estabelecimento, o tipo de atividade exercida e as condições locais, o que evita a aplicação desproporcional da norma.

À guisa de conclusão, tem-se que a proposição revela inequívoco mérito ao buscar promover a inclusão e o bem-estar de pessoas com transtorno do espectro autista, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da inclusão social, além de se harmonizar com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A emenda substitutiva apresentada tem, tão somente, a finalidade de assegurar a prosperidade da boa ideia normativa que ela nos trouxe.

Então, Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.449, de 2022, do Senador Jader Barbalho, em forma de um substitutivo que já está devidamente publicado.

Este é o voto e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório apresentado.

Aqueles Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CDH, na forma de substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, meus parabéns, a senhora sempre dando um *show*.

Hoje aqui nós estamos numa presença esvaziada no Congresso até por conta de... Vocês sabem que nós temos um patrimônio do nosso país, que são as festas juninas; muitos Senadores também têm seus compromissos no Nordeste e tudo mais; mas eu quero aqui é ressaltar o seu compromisso com esse tema, a senhora que é tão presente nas Comissões, essa sua dedicação, sua seriedade. Parabéns!

Eu espero também que a senhora me ajude naquele nosso projeto de evitar que a gente conceda cotas para a residência médica, que é um tema que é uma solicitação do movimento médico brasileiro, porque as cotas para residentes no país já são pequenas, as vagas.

O Deputado Osmar Terra, que está aí presente, sabe que nós estamos prestigiando, às vezes, não os alunos mais estudiosos, mas nós estamos privilegiando cotas que, de certa forma, cerceiam o direito daqueles que têm mais mérito de entrar nas melhores residências. Nós somos até a favor de cotas para que se entre em faculdades de medicina, porque os vestibulares e as formas de acesso são difíceis, e nós temos um fosso social muito grande no nosso país. Mas depois de seis anos de nivelamento dentro de um curso de medicina, não há de se continuar com essa política de cotas que termina por criar uma barreira discriminatória para aqueles melhores alunos, aqueles que mais estudaram. Então, é por isso que a gente quer restituir a meritocracia para o acesso às provas de residência médica no nosso país.

Nós vamos marcar aquela audiência pública que já está aprovada na Comissão, vamos discutir o tema e aprovar o mais breve possível para restaurar a justiça no acesso às residências do nosso país por aqueles que mais estudam.

Senadora Damares, eu restituo a V. Exa. a Presidência desta Comissão, desejando a todos, especialmente ao nosso querido amigo, Deputado Osmar Terra, que abrilhanta com sua presença a nossa reunião de hoje... E saudar todos os nossos assessores, assessores da Casa, pelo trabalho e desejar um grande São João para todos.

Um grande abraço para V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para informar que a sua assessoria e a assessoria do Senador Paulo Paim já estão vendo a melhor data. Eu estou à disposição. No dia em que os senhores decidirem que for melhor para a realização da audiência pública, a gente cancela o que tiver, porque a gente entende a necessidade de priorizar este debate e já deliberar essa matéria.

Estamos à sua disposição, e obrigada.

Dois gols pela infância hoje. Valeu!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Valeu, valeu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois! O Brasil hoje vai ser 3 a 1, tá? Três a um hoje. Dois, a gente já fez pelas crianças aqui.

Obrigada, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Parabéns. Um beijo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senhores, nós vamos voltar para a pauta. Nós vamos voltar para o item 1 da pauta.

Quero agradecer ao Deputado Osmar por ter participado desse momento. Para os novatos que estão chegando ao Senado, Deputado Osmar já foi Ministro de Estado... É um Parlamentar com quantos mandatos, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Sete.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sete mandatos. Ele é médico, focado na área da saúde, já foi secretário de saúde no estado dele, Ministro da Assistência Social no Brasil. É uma pessoa que tem o coração voltado também para a pauta da infância, acompanhada da Rose – a Rose também, que participa dos debates. Inclusive, nós temos uma lei no Brasil chamada "Lei Vovó Rose", que é em homenagem à Rose, que ajuda na construção de todos os projetos de lei.

Vamos voltar para a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Obrigada, Deus abençoe. Obrigada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 265, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, a fim de garantir o acesso a exames para detecção de variantes patogênicas associadas ao risco hereditário de câncer.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

Autoria da Câmara dos Deputados, da Deputada Rejane Dias, de quem eu gosto muito.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do seu relatório, e ela fará a leitura via *online*.

Seja bem-vinda, Senadora!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora.

Quero saber se me permite ir diretamente à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Preliminarmente, registra-se que, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições relacionadas à garantia e à promoção dos direitos humanos, inclusive dos direitos das mulheres. Por essa razão, é regimental a análise da proposição por este Colegiado.

Sob esta ótica, a proposição revela-se compatível com a ordem constitucional brasileira e com os compromissos internacionais assumidos pelo país em matéria de direitos humanos, na medida em que contribui para o fortalecimento dos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana.

Dados do Instituto Nacional de Câncer indicam que, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer de mama é a neoplasia mais incidente entre as mulheres no Brasil, com estimativa de 73.610 novos casos anuais no triênio 2023-2025. Ademais, informações do Ministério da Saúde apontam que a doença foi responsável por mais de 20 mil óbitos no país apenas em 2023. Esses dados evidenciam a magnitude do problema e reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes de prevenção e diagnóstico precoce.

Nesse contexto, a ampliação do acesso a tecnologias de avaliação de risco e testagem genética, conforme proposto, alinha-se às evidências científicas disponíveis, segundo as quais aproximadamente 5% a 10% dos casos de câncer de mama possuem origem hereditária. A identificação dessas condições possibilita a adoção de estratégias preventivas e terapêuticas mais eficazes, o que reforça a importância do diagnóstico precoce e do acompanhamento clínico especializado. A iniciativa também se harmoniza com diretrizes da Organização Mundial da Saúde, que apontam o diagnóstico precoce e o acesso oportuno ao tratamento como estratégias essenciais para a redução da mortalidade por câncer de mama.

Nessa linha, a estruturação de ações voltadas à identificação precoce e ao manejo adequado da doença configura medida não apenas eficaz, mas também socialmente relevante, especialmente em contextos marcados por desigualdades de acesso aos serviços de saúde.

Evidências indicam que o acesso a testes genéticos e ao aconselhamento especializado permanece condicionado a fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, o que limita sua efetivação e aprofunda iniquidades. Ao assegurar a oferta desses serviços no âmbito do SUS, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição promove o princípio da equidade, ampliando o acesso a tecnologias de saúde e favorecendo uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.

Diante desse cenário, sob a perspectiva dos direitos das mulheres, a proposta contribui para o enfrentamento de desigualdades estruturais no acesso à saúde. Além disso, a previsão de aconselhamento genético associada à realização dos exames fortalece a autonomia das mulheres, ao viabilizar decisões informadas acerca de sua própria saúde. Essa abordagem qualifica a política pública ao reconhecer as mulheres como sujeitos de direitos, assegurando-lhes acesso à informação e suporte adequado no processo decisório.

Por fim, a proposição contribui para o aprimoramento da integralidade do cuidado no SUS, ao incorporar novas tecnologias e aperfeiçoar a organização da linha de atenção. A possibilidade de identificação de indivíduos e famílias em situação de maior risco, inclusive por meio de estratégias de testagem em cascata, amplia o potencial preventivo da política pública e pode contribuir para a redução de custos associados ao diagnóstico tardio e ao tratamento de casos avançados.

Diante dessas considerações, conclui-se que a matéria representa avanço relevante na proteção dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, ao ampliar o acesso à avaliação de risco, à testagem genética e ao acompanhamento especializado, ao reduzir desigualdades e ao fortalecer a resposta do sistema de saúde ao câncer de mama, razão pela qual se mostra meritória e digna de aprovação.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 265, de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Ivete.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Ivete, a importância dessa matéria é tão grande... Eu, que sou paciente oncológica, sei da necessidade de a gente fazer a busca do risco hereditário de câncer. Quanta gente poderia ter o diagnóstico precoce se pudesse ter esse exame garantido e saberia que tem um risco hereditário? A gente poderia salvar muitas vidas. Então, a Deputada Rejane acertou nessa proposta.

Quero que a assessoria encaminhe para a Deputada Rejane, esposa do nosso Ministro... Um abraço e quero parabenizá-la pela iniciativa.

Parabéns pelo seu voto, Senadora Ivete.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3748, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 11-CAS.

Observações: *Tramitação: CAS, CDH e CE, em deliberação terminativa.*

Autoria da ilustre Senadora Augusta Brito, que está fazendo muita falta aqui.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Peço novamente à Sra. Presidente para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção de crianças e adolescentes – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Como a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, deixaremos a elas os aspectos relacionados à sua competência, restringindo-nos aos aspectos de direitos humanos.

O art. 102-E do Risf, quando se refere à proteção da infância e da juventude, também comanda, a nosso ver, que as crianças e os adolescentes sejam protegidos do risco, gravíssimo, de ficarem sem a educação escolar, seja lá pela razão que for.

A falta dessa proteção, sabemos bem, cria pessoas sem algumas das capacidades mais necessárias para a vida social, entre as quais se contam o aprendizado de padrões éticos universais e racionais, algo diferente daqueles aprendidos no ambiente familiar, bem como a educação científica, necessária como fundamento da qualificação da mão de obra, o que será imprescindível para que o futuro adulto possa adquirir bom padrão de vida.

A ocorrência de gravidez ou a presença de crianças pequenas condenam ao abandono da escola justamente aquelas crianças e adolescentes que não querem largar seus rebentos ou os de seus parentes ao Deus dará.

Vemos na proposição a percepção excelente de que são justamente os mais responsáveis que pagam pelos menos responsáveis. Assim, ela busca receber, na escola, aquelas crianças e adolescentes que não devem ser punidas por mostrarem amor e responsabilidade para com os pequenos. A nosso ver, andaria muito bem o Estado ao determinar às escolas que acolham e resolvam tais situações sem dar ensejo a que a escola seja abandonada em razão de eventos biográficos, como o nascimento de uma criança, que nada têm de ruins. Ao contrário, como diz o poeta, o mundo sorri toda vez que nasce uma criança.

E as emendas aprovadas pela CAS, ao adequarem a terminologia da proposição à legislação em vigor, evitando imprecisões, enfrentam e vencem duas questões importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas é resolvida pela manutenção do termo "parentalidade", que, diferentemente da paternidade, se refere àquelas pessoas próximas que se sentem com a responsabilidade de cuidar de crianças pequenas que, por alguma razão, não estão sendo cuidadas pelos responsáveis direitos – pessoas que não merecem, por isso mesmo, serem privadas da formação escolar, que lhes garantirá o futuro.

O segundo tema importante que as emendas abordam é o fato de que não apenas adolescentes geram e dão à luz filhos, mas as crianças, aqueles cidadãos brasileiros com menos de doze anos, também o fazem. Trata-se de realidade sociológica dura e difícil, mas infelizmente presente. Também nesses casos, por óbvio, aplicam-se as mesmas boas razões que temos apreciado neste relatório.

À guisa de conclusão, acreditamos que o Projeto de Lei 3.748, de 2023, bem como as emendas a ele oferecidas, fazem adequada leitura da realidade social e se valem de meios capazes de abordar os problemas que revela.

Voto.

Em razão dos argumentos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.748, de 2023, com todas as emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelos votos, Senadora Ivete.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Três a zero para as crianças hoje – uau! Em pleno São João, nós estamos fazendo gol pela infância!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Ivete, parabéns pelo seu voto! Permita-me, Senadora Ivete, agora informar que o relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da CDH favorável aos projetos com as Emendas 1 a 11 da CAS.

A matéria vai para a Comissão de Educação e Cultura.

Permita-me dizer, Senadora Ivete, que a senhora está tão linda na tela! Está tão bonita que a senhora está chamando a atenção! Todo mundo aqui está observando. E a senhora sabe que tem um time que é um fã-clube da senhora aqui, neste Senado. A senhora está bela – sentada nessa cadeira – e parece uma rainha. Mas a senhora é a nossa rainha aqui no Senado, com certeza! Deus a abençoe!

Vamos para o item 3 da pauta, que também é da relatoria da Senadora Ivete.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3109, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para dispor sobre o acesso público ao Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CTFC, em deliberação terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Senadora, só um instantinho, o microfone... (*Pausa.*)

Ligue de novo, Senadora, o microfone. (*Pausa.*)

Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção dos direitos da mulher, o que torna regimental a apreciação do Projeto de Lei 3.109, de 2025, por este Colegiado.

A matéria insere-se na competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Não há vícios de iniciativa ou de constitucionalidade. Ao contrário, a proposição concretiza preceitos constitucionais como os princípios da publicidade e transparência administrativa (art. 37, *caput*) e da proteção da intimidade e da privacidade (art. 5º, X), além de dar efetividade ao dever do Estado de prevenir e coibir a violência contra as mulheres. Do ponto de vista da juridicidade, a norma é clara, precisa e compatível com o ordenamento vigente, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – ao resguardar a não divulgação de informações que possam identificar diretamente as vítimas.

O projeto é adequado e necessário, diante da persistência da violência doméstica e familiar contra as mulheres do Brasil, fenômeno que exige políticas públicas consistentes, orientadas por dados confiáveis e acessíveis. Ao trazer visibilidade à magnitude da violência contra a mulher no país, o projeto contribui para reduzir a tolerância social e a violência. Além disso, a publicidade das informações autorizada... (*Pausa.*)

Desculpe, é que aqui tem um borrão em cima da...

... anonimizada permitirá maior controle social sobre as ações, fortalecendo a capacidade de monitoramento da sociedade civil e dos órgãos de fiscalização quanto à efetividade das políticas de enfrentamento à violência.

A abertura dos dados contribuirá, ainda, para a identificação de gargalos regionais e estruturais, possibilitando diagnósticos mais precisos e o desenvolvimento de estratégias de intervenção específica. Esta medida favorecerá a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e ampliará o acesso da comunidade científica a informações qualificadas, estimulando pesquisas acadêmicas interdisciplinares e institucionais capazes de aprofundar a compreensão sobre a violência de gênero e subsidiar, com maior rigor técnico e metodológico, a tomada de decisão em diferentes esferas governamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a iniciativa fortalece o compromisso do Brasil com normas internacionais de direitos humanos, em especial a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará, que recomendam a ampla divulgação de informações sobre a violência de gênero como instrumento de prevenção e erradicação desse fenômeno.

Nesse sentido, o projeto representa um avanço importante para o fortalecimento da democracia ao combinar transparência com a devida proteção da privacidade das vítimas e de seus familiares, merecendo a aprovação desta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.109, de 2025, com seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CDH
> Art. 2º O art. 4º da Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:
> "Art. 4º.....
> § 3º A divulgação das informações constantes do Registro Unificado será de acesso público, por meio da internet, ressalvada a hipótese prevista no inciso III do art. 3º.
> § 4º A divulgação pública das informações observará padrões de anonimização que impeçam a identificação direta ou indireta das vítimas, especialmente em contextos particularmente sensíveis, de modo a resguardar sua segurança e evitar qualquer forma de exposição ou revitimização." (NR)
> Sala da Comissão.

Era essa a minha análise do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Ivete.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Parabéns, Senadora Ivete.

Três votos lidos, três projetos aprovados. Obrigada pela sua participação hoje na CDH. Deus a abençoe, Senadora Ivete!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos para o item 7 da pauta. A Relatora, a Senadora Mara Gabrilli, fará também o voto à distância.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 559, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para assegurar às mulheres surdas o direito aos recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio, incluindo a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), durante consultas, exames e procedimentos de saúde.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS, em deliberação terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Mara para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Damares, nossa Presidente. Bom dia, Ivete. Bom dia a todos.

Nossa, Damares, é sempre uma honra relatar um projeto da sua autoria, ainda mais no dia de São João.

Eu peço licença para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias relativas à proteção e à inclusão social das pessoas com deficiência, o que abrange diretamente o objeto da proposição.

A relevante iniciativa da nobre Senadora Damares Alves busca suprir uma lacuna normativa quanto ao direito das mulheres de terem um acompanhante em serviços de saúde no SUS, já que a norma atual não contempla de forma específica as necessidades de acessibilidade das mulheres surdas no que tange à comunicação para interagir de modo efetivo com a equipe de saúde.

No mérito, a matéria encontra respaldo no sistema jurídico de proteção às pessoas com deficiência, especialmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 –, que assegura o direito à acessibilidade e à eliminação de barreiras na comunicação e na informação, inclusive nos serviços de saúde. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece, entre seus princípios, o respeito à autonomia das pessoas com deficiência, o que inclui o acesso adequado à informação para a tomada de decisões informadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição também deve ser examinada sob a perspectiva dos direitos das mulheres, uma vez que seu objetivo é eliminar barreiras que podem comprometer o acesso das mulheres surdas ao serviço de saúde, inclusive em momentos cruciais de suas vidas, como o pré-natal e o parto. A ausência de recursos adequados de acessibilidade pode comprometer a compreensão dos procedimentos e até mesmo sua própria segurança. Assim, a proposta dialoga simultaneamente com a proteção das pessoas com deficiência e com a promoção de atendimento digno, acessível e humanizado às mulheres.

A literatura especializada é convergente em apontar que a principal barreira enfrentada por pessoas surdas no acesso aos serviços de saúde é a comunicação com os profissionais, em razão da ausência de intérpretes e da insuficiente capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A limitação no domínio dessa Língua Brasileira de Sinais pela população em geral e por profissionais de saúde agrava esse cenário, tornando indispensável a previsão de recursos especializados de mediação comunicacional.

Nesse contexto, saudamos mais uma vez a proposição da Senadora Damares Alves, que merece acolhida por reforçar, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a garantia de acessibilidade comunicacional às mulheres surdas e a redução de desigualdades no acesso a serviços de saúde.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 559, de 2026.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Mara, durante a discussão, como não tem ninguém inscrito, eu vou só fazer uma observação. A gente já sabe que é assegurado o direito ao acompanhante à mulher durante o parto, na consulta ginecológica, mas a gente teve casos em que o casal era surdo – o marido e a esposa –, e aí as unidades de saúde falavam: "Só um acompanhante" e tiravam o direito do pai de acompanhar esse momento precioso, porque o pai não podia entrar, porque ele era surdo; então, entrava só o intérprete.

Então, o que a gente quer garantir aqui, especialmente, Mara, quando os dois são surdos: garantir o direito do pai da participação no parto, mas que o intérprete esteja junto, porque imagina como é que o médico vai falar com um pai surdo se o intérprete não estiver junto. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que a gente faz justiça, eu acho que a gente traz aí esse fortalecimento de vínculos familiares com essa matéria.

Foi um pedido que veio lá de Vereadoras, tá, Mara? O segmento da pessoa com deficiência questionou: "Mas isso já é direito!"; mas, no dia a dia, quem está acompanhando as dificuldades é quem está lá no município. Então, um grupo de Vereadoras me procurou e disse: "Senadora, na prática, é isso que está acontecendo". Então, o que a gente fez no projeto, que você colocou no seu voto? A gente só deixou claro o que já era garantido, especialmente quando o casal – os dois – for surdo, para que o pai possa participar do parto. Às vezes não é nem o pai, é a mãe da gestante que também é surda. Então, que o acompanhante surdo tenha o direito também, nesse momento, do intérprete.

Então, Mara, obrigada pelo seu voto. Vamos lutar agora para que seja aprovado.

Vou colocar em votação.

Em votação a matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em deliberação terminativa.

Obrigada, Mara, muito obrigada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Eu tenho mais um, Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – ... mas eu queria só fazer um comentário, para a gente lembrar também, de que a Língua Brasileira de Sinais já é uma língua oficial no Brasil. Então, esse projeto também incentiva profissionais de saúde a aprenderem essa língua. Isto também ajuda muito a inclusão da pessoa surda no ambiente de saúde: tem pessoas que tenham realmente interesse em aprender essa língua, pelo menos para se comunicar no que diz respeito à saúde, pois são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões específicas, e, muitas vezes, se o surdo não tiver um intérprete, porque a maioria não tem essa condição de ter um intérprete para prover na hora, fica sem o profissional e fica sem a vivência.

Então, parabéns, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara.

Mara, quem sabe até a gente não possa incluir no exame de proficiência médica uma pergunta que tenha que ser em Libras? Porque aí a gente força os estudantes de Medicina... Vamos pensar nisso, Mara, vamos pensar nisso! Pelo menos uma pergunta ser em Libras para, quem sabe, os estudantes de Medicina terem o interesse de aprender, porque é língua oficial – foi o que você falou. Nós estamos aqui trazendo um paliativo ao que acontece, mas, se os profissionais de saúde tivessem a obrigatoriedade de estudar a língua, a gente evitaria muito...

E não vou dizer só saúde, não: segurança também, Mara. Eu já vi, eu já acompanhei um surdo preso por desacato à autoridade. Ele ficou tão nervoso na hora da abordagem que ele tentou se comunicar e com o movimento excessivo da mão o policial entendeu que era desacato à autoridade.

Então, eu acho que a gente vai ter que repensar algumas coisas nas academias, tá, Mara? Repensar.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – A gente tinha o número, até, Damares, o número de surdos que são presos no Brasil por engano, por conta da falta de acessibilidade nas delegacias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Essa é uma das razões pelas quais, quando Vereadora, eu criei a Central de Intérpretes, porque era um número como 20 surdos que são presos por engano.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Por conta da gesticulação. E, muitas vezes, o próprio delegado, o próprio policial não entende que aquele surdo foi alfabetizado na Libras e não sabe escrever ou ler o português. Não adianta dar uma caneta na mão dele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, exato.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Então, é uma situação bem drástica pela qual esse público passa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

Mara, obrigada por ter sido parceira em mais um projeto.

Nós temos um extrapauta agora, que a Mara está pedindo para colocar extrapauta.

Eu solicito a inclusão extrapauta do PL 2.811.

Em votação a inclusão extrapauta do projeto de lei.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 2811, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de estabelecer o exame de triagem neonatal para fissuras labiopalatinas e o encaminhamento dos casos para tratamento precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS*.

Autoria: Câmara dos Deputados – a minha Governadora, Celina Leão, quando era Deputada, apresentou o projeto.

Que coisa linda, Mara!

E esta semana, tivemos uma audiência pública aqui, Mara, que foi um pedido do segmento, e você fez o compromisso e está trazendo o seu voto hoje. Eu estou muito feliz.

Concedo a palavra à Mara, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Vou à análise, Presidente.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos, bem como à proteção e à integração social das pessoas com deficiência e à proteção da infância. Como a proposição trata do diagnóstico precoce de anomalias craniofaciais e do encaminhamento de recém-nascidos para tratamento especializado, revela-se regimental sua apreciação por esta Comissão.

No mérito, a proposição merece ser acolhida, por reforçar o diagnóstico precoce e o encaminhamento oportuno de crianças com fissuras labiopalatinas, condição congênita relativamente frequente e com repercussões importantes para a alimentação, a fala, a audição e o desenvolvimento infantil.

Estudos brasileiros apontam incidência em torno de 1,53 por mil nascidos vivos, com variações regionais, o que evidencia a relevância desse agravo para a saúde infantil.

Nessa perspectiva, a previsão de avaliação já no primeiro exame clínico do recém-nascido e de encaminhamento célere para serviço especializado contribui para reduzir atrasos no cuidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e para melhorar o prognóstico. Ao estabelecer providências voltadas à identificação precoce das fissuras labiopalatinas e ao acesso tempestivo ao tratamento, o projeto concretiza a prioridade absoluta conferida à criança pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além do respeito à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com *status* de emenda constitucional, e o compromisso de propiciar intervenção precoce e serviços de saúde projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais em crianças.

A matéria também se harmoniza com a evolução recente da legislação sanitária, em especial com a Lei nº 15.133, de 6 de maio de 2025, que dispõe sobre a cirurgia reconstrutiva e o tratamento pós-cirúrgico para lábio leporino e fenda palatina no âmbito do SUS. O projeto ora examinado atua de modo complementar, ao fortalecer a identificação precoce, o registro adequado das anomalias diagnosticadas e o encaminhamento dos casos para tratamento, desde o pré-natal ou o nascimento.

Embora contenha comandos de natureza assistencial e operacional, a proposição não se afasta da finalidade protetiva do ECA, pois busca assegurar que a criança diagnosticada com fissura labiopalatina seja prontamente inserida na rede de cuidado. A disciplina proposta mostra-se compatível com a proteção integral da infância e com o dever do Estado de garantir atendimento em saúde de forma prioritária, especialmente quando se trata de uma condição congênita que demanda intervenção oportuna e acompanhamento especializado.

Assim, no âmbito da CDH, entendemos que o projeto merece ser aprovado nos termos em que veio da Câmara dos Deputados, considerando sua importância para assegurar o diagnóstico precoce das fissuras labiopalatinas e o rápido encaminhamento dos casos ao tratamento especializado.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.811, de 2021.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Mara, por unanimidade, o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Mais um gol pelas crianças hoje, Mara, mais um gol.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Gente, mais um gol neste dia festivo.

Eu queria saber da Presidente se a gente pode pedir urgência nesse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos.

Em votação o pedido de urgência ao PL 2.811, que institui no Brasil, agora, o Teste do Céuzinho.

Em votação o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Valeu, Mara. Agora vamos falar com o Davi para colocar em pauta a semana que vem.

Obrigada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada a você.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, eu fico tão feliz em ser sua parceira nessas lutas todas.

Quantas entregas, Mara, quantas entregas! Em pleno São João e a gente entregando duas matérias tão incríveis, nesta manhã, para as pessoas com deficiência e para a proteção da criança com fissura labiopalatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, amiga. Deus a abençoe.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, o item 6 da pauta – cujo Relator é o Senador Alessandro, que não conseguiu se conectar – nós vamos retirar de pauta.

As crianças, hoje, já fizeram 5x0. Não é? Mas tinha um projeto aqui que é contra a infância, uma Sug. Quase que iam querer dar um gol contra as crianças. Essa Sug vem da sociedade e é para revogar, integralmente, a Lei Felca.

Essa Sug, com todo o respeito às pessoas que encaminharam a sugestão – e a gente defende aqui, muito, a participação da sociedade, todo mundo sabe o quanto eu defendo e por isso que nós a pautamos, porque a sociedade tem que ser ouvida – foi apresentada, vejam só, no dia 20 de março. No dia 7 de abril, já tinha conseguido 32 mil assinaturas de apoiamento, sob a alegação de que a nova lei, a Lei Felca, está atrapalhando o desenvolvimento de *softwares* livres para trabalharem na internet.

A Lei Felca protege crianças, gente. Eu não consigo entender como uma proteção à infância está atrapalhando as empresas desenvolvedoras de tecnologia, além de "impor mecanismos amplos de vigilância digital". Você entende isso, Rose? A Rose não entendeu. É uma Sug para revogar a Lei Felca, porque nós estamos fazendo "vigilância digital" em excesso para proteger crianças.

Claro que o voto do ilustre Senador Flávio Arns é contrário e, como ele não está, nós não vamos apreciar, vamos botar na pauta, semana que vem, de volta.

E nós temos requerimentos de minha autoria. Eu vou fazer a leitura apenas da ementa. São requerimentos devidamente já divulgados para a gente fazer a votação em bloco.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2026

- Não terminativo -

Requer discutir em conjunto com a CAS a situação da Colangite Biliar Primária (CBP) no Brasil, incluindo os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, acesso a exames especializados, tratamento farmacológico, linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas públicas para doenças autoimunes raras. REQ 60/2026 - CAS

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Esse requerimento já foi aprovado na CAS, só queremos fazer a audiência em conjunto para discutir a questão dos direitos.

Requerimento nº 95, item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2026

- Não terminativo -

Requer discutir em conjunto com a CAS, os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil, incluindo a Hiperplasia Adrenal Congênita e o Câncer Adrenocortical. REQ 58/2026 - CAS

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer discutir em parceria com a CAS, porque já foi aprovado lá, os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil, com diversos convidados.

Item 13 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96, DE 2026

- Não terminativo -

Requer aditamento de convidado à audiência pública objeto do REQ 81-2026/CDH, para discutir a memória do Holocausto Cigano (Holocausto Romani), o enfrentamento ao anticiganismo, antissemitismo, perseguições étnicas e intolerância, bem como a necessidade de preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer aditamento de convidado à audiência pública já aprovada no Requerimento 81, para discutir a memória do Holocausto Cigano.

Apresentação de mais um nome para estar na audiência pública conosco.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, DE 2026

- Não terminativo -

Requer discutir em conjunto com a CAS o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras - REQ 57/2026 - CAS

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requeiro discutir em forma de audiência pública, em conjunto com a CAS, o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2026

- Não terminativo -

Requer debater a situação das crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática (LDM), Adrenoleucodistrofia Ligada ao X (ALD/X-ALD) e outras leucodistrofias raras no Brasil, os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação da política pública de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. REQ 66/2026 - CAS

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer debater a situação das crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática, Adrenoleucodistrofia Ligada ao X e outras leucodistrofias raras no Brasil, também em parceria com a CAS.

Requerimento já aprovado na CAS.

Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, DE 2026

- Não terminativo -

Requer debater a linha de cuidado da Doença de Huntington e os desafios das políticas públicas voltadas às doenças raras neurodegenerativas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. REQ 61/2026 - CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer debater a linha de cuidado da Doença de Huntington e os desafios das políticas públicas voltadas às doenças raras.

Requerimento já aprovado na CAS.

Fazer audiência em conjunto.

Em votação os requerimentos apresentados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nós estamos combinando com a CAS que talvez a gente vá discutir duas ou três doenças por audiência pública, com dois convidados para cada audiência, para a gente otimizar.

O objetivo dessas audiências públicas é mesmo dar visibilidade aos temas, mas também fazer encaminhamentos.

Vocês vão ver os especialistas dizerem que, às vezes, é uma mudança num ato normativo, uma coisa simples que, se a gente mudar, a gente vai beneficiar milhares de pessoas acometidas dessas doenças graves e doenças crônicas e doenças raras.

Então, nós vamos trabalhar sob o aspecto dos direitos das famílias e dos pacientes, em parceria com a CAS.

Bem, vencida a pauta, demos um monte de gols a favor da infância hoje.

Nada mais tendo a tratar, eu agradeço a presença de todos.

Nós temos expedientes? (*Pausa.*)

Não? Que bom!

Eu agradeço a presença de todos e termino, com muita alegria, esta audiência, sobre a qual todos diziam: "Ah, está tudo esvaziado"... Mas, olha, deu muito certo. Nós temos um time nesta Comissão que tem um coração voltado para a infância, para os direitos humanos e deu muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo a nossa audiência deliberativa. Só não ganhamos da Comissão de Ciência e Tecnologia, porque lá eles aprovam, assim, por bloco, as rádios comunitárias. Mas conseguimos fazer o nosso trabalho com excelência.

Obrigada à Secretaria pelo esforço.

Daqui a pouco o Senado vai fechar as portas. A gente tem que sair mais cedo, porque o trânsito é muito complicado aqui por causa dos jogos.

Vai ser 3 a 1 para o Brasil – vocês vão ver!

Assim sendo, eu declaro, agradecendo a todos, encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 59/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 73/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 411/2024, de autoria Câmara dos Deputados. Finalidade: "Instruir o PL 411/2024, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994". Participantes: Antônio Costa, Ex-Secretário Nacional da Pessoa Idosa; Daniella Cristina Jinkings Santana, Coordenadora de Projeto do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Janaina Zambusi Nogueira Bastos, Representante da Casa de Repouso da Janaina; Sergio Soares de Oliveira, Presidente da Federação de Instituições de Longa Permanência para Pessoa Idosa do Brasil – FedILPIs; Kenio Costa de Lima, Diretor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC/SNDPI; Olivia Lucena de Medeiros, Diretora do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde; Valdir Aparecido Alves, Representante da Sociedade São Vicente de Paulo - SSVP; e Marco Lima, Advogado e Presidente da Comissão de Defesa do Idoso da OAB-DF. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/25

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 25 de junho de 2026, Dia de São João, dia de festa. Olha que dia lindo!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ontem foi véspera; hoje é o dia, não é assim?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos procurar resolver essa confusão. Na minha cabeça, véspera é 24, e o dia é 25. A véspera é 23?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E São João é 24?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E Santo Antônio, 29?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Santo Antônio, 13; São Pedro, 29; e São José, 19 de março. Pronto! Eu entendo, está vendo?

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 59 e 73, da CDH, de minha autoria. Ela tem como objetivo instruir o Projeto de Lei 411, de 2024, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa, a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas, e revoga dispositivo da Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Esta audiência também é alusiva ao Junho Violeta. Eu estou de violeta – isto aqui é violeta, viu, gente? Por favor, não é roxo; é violeta –, que é o mês inteiro de campanha, de enfrentamento, de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa no Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Um relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de começarmos esta nossa reunião, que tem dois grandes objetivos, eu preciso fazer um pedido a todos os senhores.

O mundo foi surpreendido ontem com a triste notícia do terremoto na Venezuela. A Venezuela é nosso país vizinho; os venezuelanos são os nossos irmãos queridos. Nós temos muitos venezuelanos no Brasil, é um povo que nós amamos, que nós acolhemos, um povo que nós respeitamos. Eu fico imaginando a dor por que toda aquela nação está passando agora.

Então, antes de darmos introdução à audiência pública, eu queria convidar todos os senhores – quem estiver sentado que puder ficar de pé e quem estiver em pé... Nós vamos agora, inicialmente, fazer um minuto de silêncio por todos os mortos da Venezuela. Quem puder orar, ore; quem puder rezar, reze; quem puder mentalizar, mentalize pelas famílias das vítimas e pela nação venezuelana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um minuto.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Podemos nos sentar.

Eu começo cumprimentando os convidados que aceitaram contribuir com um tema que considero um dos maiores desafios sociais das próximas décadas no Brasil: o cuidado de longa duração com a população idosa.

Temos um projeto de lei nesta Casa, o Projeto de Lei 411, de 2024, que tenho a honra de relatar nesta Comissão e que nos oferece a oportunidade de refletir não apenas sobre alterações legislativas pontuais, mas sobre a capacidade de o Estado brasileiro, da sociedade e das famílias de responderem a uma realidade demográfica que já está posta.

Segundo dados do IBGE, o Brasil possui hoje mais de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Os requerimentos que deram origem a esta audiência registram que existem aproximadamente 6,2 mil instituições de longa permanência para pessoas idosas no país, responsáveis pelo acolhimento de mais de 160 mil idoso, sendo cerca de 65% dessas instituições de natureza filantrópica; apenas cerca de 6,5% são mantidas diretamente pelo poder público.

Também constam dos estudos que subsidiaram esta audiência informações de que aproximadamente 57% dos recursos de custeio das instituições provêm dos próprios residentes. Esses números, contudo, revelam não apenas uma realidade preocupante, mas também um desafio adicional à necessidade de aperfeiçoarmos a produção de informações e diagnósticos nacionais sobre o setor.

O cuidado de longa duração ainda é uma área em que o Brasil carece de bases de dados mais integradas, de indicadores mais robustos e de maior capacidade de planejamento de longo prazo, e eu vou dar um exemplo. Na pandemia, eu era Ministra dos idosos – e está aqui o então Secretário dos idosos durante o período de pandemia. Nós lutamos e conseguimos, aqui no Congresso e com o Ministro Guedes, um dinheiro para as instituições de acolhimento. Eu tinha que mandar para todas no Brasil para poderem comprar EPIs, máscaras, álcool. O dinheiro estava na mão, e eu pulando de alegria, de felicidade, perguntei para o Secretário: Secretário, quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ILPIs têm cadastradas na Secretaria? Ele disse: "Senadora, nós temos dúvida.". Eu disse: "Então, vamos perguntar ao Ministério da Saúde". "Ministério da Saúde, quantas instituições tem cadastradas?" Aí o Ministério da Saúde disse: "Umas 2 mil". Eu disse: "Não é possível, eu ando o Brasil. Não pode ter só 2 mil". Aí nós tivemos a ideia de perguntar ao Ministério da Assistência Social: "Ministério, quantas instituições de acolhimento aos idosos tem no país?". "Umas 2,1 mil." E eu, com o dinheiro na mão: "Eu vou dividir só para 2,1 mil? Eu tenho certeza de que tem mais. Onde estão? Onde está o registro das instituições?".

Aí eu tive uma ideia. Eu era uma Ministra *pop*, eu sou uma Senadora *pop,* tenho um monte de seguidores. Barulhenta, faço um barulho nas redes. Gravei um vídeo – tu lembras, Janaina? – e disse: "Se você conhece alguma instituição na sua cidade que acolhe idosos – atenção, instituições! –, tem um dinheirinho aqui para vocês – urgente – para ajudar na pandemia. Cadastrem-se". Sabem quantas instituições se cadastraram para receber o dinheirinho? Quantas, Secretário?

O SR. ANTÔNIO COSTA (*Fora do microfone*.) – Quase 4 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quase 4 mil. Era o dobro.

Nesse momento, a gente descobriu que não se tinha dados sobre as instituições no Brasil. E isto me deixou muito preocupada: instituições anônimas, fazendo um trabalho lindo, mas invisibilizadas. Aí a gente começou um trabalho: "Vamos atrás".

Tem muita gente boa fazendo coisa boa no país. E por que o Governo não conhece essas instituições? Esse problema persiste ainda hoje. Ninguém sabe quantas instituições somos no Brasil. E são pessoas fazendo coisas incríveis e com dificuldade. Quem conhece uma casa de acolhimento sabe que não é fácil o dia a dia de uma instituição de acolhimento. E vocês viram que a maioria delas sobrevive porque os idosos têm o seu BPC e ajudam a casa. É assim que elas estão sobrevivendo. É justo essas instituições estarem fazendo o trabalho do Estado e o Estado não estar fomentando essas instituições?

Por trás desses números, existem histórias humanas que não podem ser ignoradas; existem famílias que enfrentam enormes dificuldades para cuidar de idosos com elevado grau de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência; existem instituições filantrópicas que realizam um trabalho admirável, mas convivem diariamente com desafios financeiros e operacionais; e existem também idosos em situação de abandono ou fragilidade de vínculos familiares, cuja única fonte de renda é, muitas vezes, o BPC, benefício, que, embora fundamental para a sua proteção social, frequentemente não é suficiente para atender as necessidades integrais do acolhimento institucional.

É justamente por isso e, nesse contexto, que surge o debate de hoje sobre o Projeto de Lei 411.

Ao longo da análise da matéria, eu, como Relatora, identifiquei avanços importantes na proposta, mas também questões que merecem uma atenção, e é, por isso, que estamos aqui hoje. Identifiquei questões com relação ao financiamento das instituições, à integração entre assistência social e saúde, à sustentabilidade das entidades filantrópicas, à governança das instituições e ao papel do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social na construção de uma política nacional de cuidado de longa duração.

Deixe-me explicar para quem está aqui: a ILPI, a casa que acolhe, é assistência social ou é saúde? O.k., ela é assistência social. Mas nós temos casas que estão acolhendo pessoas no oxigênio; nós temos casas que estão acolhendo idosos com doenças crônicas e que precisam de enfermeiros e que precisam de remédios e que precisam de aparelhos. É justo deixar esses idosos que não têm família morando em hospital?

Aí vem a discussão: as ILPIs podem também ser da área da saúde? Elas podem ser assistência social, receber dinheiro do Ministério da Assistência Social, mas também ser da saúde, ter lá seus quartinhos da saúde e receber o dinheiro do Ministério da Saúde?

Se a ILPI quiser poder ser tanto da saúde como da assistência social, é possível a gente fazer isso? É este o debate hoje. E aquela que não quer ser assistência social, quer ser só saúde? Vai ser só saúde. Aquela que não quer ser os dois, quer ser só assistência social, pode ser só assistência social? É esta matéria que nós vamos discutir hoje.

O que não estamos achando humano e justo é idosos morando em hospitais. Hospital não é casa. É isso que esse projeto propõe, e é uma discussão delicada. Aqui na mesa tem gente contra e a favor do projeto, e nós vamos ouvir; mas é claro que a gente quer ouvir também quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mora numa casa de acolhimento. Temos casas de acolhimentos aqui que vão falar. Temos idosos aqui que vão falar. Nós não buscamos discutir um texto legal, buscamos compreender quais soluções são viáveis, sustentáveis e capazes de proteger a dignidade da pessoa idosa, sem impor obrigações inexequíveis às instituições, aos estados, aos municípios ou às famílias.

Tenho especial interesse em ouvir todos os convidados sobre experiências concretas – mas já estou recebendo muitas contribuições pela internet, muitas perguntas e comentários pela internet –, tenho especial interesse em ouvir os convidados, os ministérios, o poder público, os municípios e, claro, quem mais interessa: nós, idosos. Nós porque eu sou uma idosa, uma idosa linda! (*Palmas.*) Maravilhosa! E hoje sou uma idosa paciente oncológica. Vou dizer mais uma coisa para vocês – pronto, minha assessoria falou que não era para eu falar, mas eu vou falar –: sou uma idosa sem marido, procurando um marido. (*Risos.*)

Tenho convicção de que o Brasil precisará enfrentar, cada vez mais, com cuidado, o tema da longa permanência. O Brasil terá que dar uma atenção, cada vez mais, às instituições que fazem, na maioria das vezes, o papel do Estado. Quanto mais cedo construirmos respostas responsáveis, coordenadas e sustentáveis – afastando a ideologia, afastando as emoções, mas concreta, pensando nessa população que está crescendo –, quanto mais cedo fizermos isso, mais cedo nós vamos beneficiar mais idosos no país.

Esta é a Comissão responsável pelo debate sobre as pessoas idosas. Além de eu ser Presidente desta Comissão, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista – que reúne Deputados Federais e Senadores –, Frente Parlamentar Mista dos Direitos da Pessoa Idosa.

Desse jeito, desta forma, explicando da forma como eu expliquei, vamos dar início à nossa audiência.

Agora, nós vamos ter uma apresentação cultural, antes de iniciarmos os debates. Não quero ninguém brigando aqui hoje, estão ouvindo? Estão ouvindo? Antes de começarmos os debates, teremos a honra de receber uma apresentação especial do Coral do Senado Federal. Vou contar uma coisa para vocês: é o melhor coral do mundo. (*Risos.*) Inclusive, eu já estou me organizando para cantar lá, já falei com o maestro. Hoje o coral está sob a regência do Maestro Eldom Soares, amado por todo mundo, que vai ser acompanhado pela pianista Marília de Alexandria, pelo solista Moisés Ribeiro e, na percussão, por Odílio Saminêz. Neste momento inicial, serão apresentadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as seguintes obras: Ciranda da Rosa Vermelha e, claro, não podia faltar, será apresentado também Carinhoso, e todo mundo vai poder cantar – não vai, maestro, no final, com eles? (*Palmas.*)

Convido todos os presentes a voltarem sua atenção para o nosso coral, que está posicionado lá no fundo do Plenário, para acompanharmos as lindas apresentações que eles farão. E preparem-se: vocês agora vão ver – quem nunca viu – o melhor coral do mundo.

Bora aquecer o nosso coração!

Maestro.

O SR. ELDOM SOARES – Bom dia a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ELDOM SOARES – Eu quero ler um texto para vocês aqui, rapidinho, que é a letra da primeira música, porque ela vai estar em inglês e eu acho que ela tem muito a ver com uma casa. O mundo é nossa casa, mas a gente tem um lugar que é nosso.

Eu vejo árvores verdes, rosas vermelhas também
Eu as vejo florescer para mim e para você
E eu penso comigo: que mundo maravilhoso.
Eu vejo os céus tão azuis e as nuvens tão brancas
O brilho abençoado do dia e a escuridão sagrada da noite
E eu penso comigo: que mundo maravilhoso.
As cores do arco-íris, tão bonitas no céu
Estão também nos rostos das pessoas que passam
Vejo os amigos apertando as mãos e dizendo: como vai você?
E eles realmente dizem: eu te amo.
Eu ouço bebês chorando e os vejo crescer.
Eles vão aprender muito mais do que eu jamais vou saber
E eu penso comigo mesmo: que mundo maravilhoso.
Sim, eu penso comigo mesmo: que mundo maravilhoso.

Com vocês, Moisés Ribeiro e Marília de Alexandria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apresentação da música What a Wonderful World.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

(*Procede-se à apresentação da música Ciranda da Rosa Vermelha.*) (*Palmas.*)

O SR. ELDOM SOARES – Agora vocês vão poder cantar também, mas tem que cantar junto com o coral. (*Risos.*) A gente não ensaiou, mas façam de conta. É só vocês prestarem atenção no coral e no maestro.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maestro, só vai cantar quem está apaixonado. (*Risos.*)

(*Procede-se à apresentação da música Carinhoso.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que alegria, maestro! (*Fora do microfone.*)

Quero agradecer ao Coral do Senado, aqueceram o nosso coração. Vocês são incríveis! Obrigada por estarem conosco. Assim como esta Comissão, o Coral do Senado também tem uma preocupação com as pessoas idosas no país, e estar aqui demonstra a preocupação que eles têm com o tema também.

Obrigada, maestro. Obrigada a todos vocês. Foi uma alegria tê-los conosco nesta audiência.

Vamos bater palmas por último para eles? (*Palmas.*)

Obrigada.

Enquanto o coral se posiciona, está saindo, depois quem estiver em pé pode ocupar aqueles lugares. Eu só vou pedir aos assessores de ministério, assessores do Senado que estiverem sentados, se tiver um convidado em pé, que fiquem em pé hoje os assessores, para dar lugar para aos nossos convidados. Está bom?

Nós vamos começar o nosso debate, e nós vamos fazer um debate agora com quem cuida e entende das instituições de longa permanência. Nós vamos começar o debate neste momento ouvindo Sergio Soares de Oliveira, que já está aqui na mesa conosco. Sergio é o Presidente da Federação de Instituições de Longa Permanência para Pessoa Idosa do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sergio, muito obrigado por estar conosco. Você tem dez minutos, seu tempo está sendo cronometrado lá, mas a Secretaria vai avisar quando o tempo passar.

Eu acho que o Sergio tem uma apresentação para mostrar. Tem, Sergio?

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Tenho sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sergio vai exibir uma apresentação aqui. Eu só peço às pessoas que deixem o telão livre, mas nós temos um telão lá atrás também que vai mostrar a mesma imagem. Quem estiver lá atrás pode olhar para lá também. Está bom?

Então, Sergio, dez minutos, e obrigada, Presidente, por estar conosco nesta manhã.

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Nós é que agradecemos o privilégio e a sensibilidade da Senadora por trazer esse tema. É um tema que nós já estamos discutindo há um ano, esse PL estava com outra relatoria. Já é a quarta vez que a gente vem a Brasília para tentar explanar o que a gente tem em relação ao PL.

Para que a gente...

Deixe-me ver se vai. Não está passando... (*Pausa.*)

Agora foi.

Para que a gente comece, a gente primeiro precisa entender como as ILPIs são classificadas no nosso país. Quem classifica a ILPI? É o IBGE. Então, nós temos o Cnae da ILPI – o Cnae é 8711-5/02 –, ele traz alguns nomes. Se a gente observar ali, quais são os nomes atribuídos a esse Cnae? "Abrigo de idosos", "asilo para idosos", "casa para velhice com alojamento", "instituições de longa permanência para idosos", "lar de idosos" e "residências protegidas destinadas ao abrigo de idosos". Então, essa é a classificação nacional da ILPI.

Pode passar.

O que a Anvisa fala sobre ILPI? A ILPI é residencial. Ele traz ali: "As ILPIs são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos". E nós seguimos uma resolução, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolução da diretoria colegiada, a RDC 502, de 2021, que traz os parâmetros para que a gente seja fiscalizado sobre como deve ser uma instituição, o quarto, enfim, todas as atividades dela.

Pode passar, por favor?

E nós temos também, dentro desse Cnae, que é o 8711-5 – ele vai do 1 até o 5... Então, nós vamos falar agora do Cnae 01. E isso é uma confusão que acontece no nosso país. Por quê? O Cnae 01, Senadora, é o Cnae de casa de repouso para idosos, e também de casa geriátrica, de centro geriátrico, de centro médico geriátrico, de clínica geriátrica e de residências geriátricas. Então, nós temos dois CNAEs diferentes. Mas será que eles têm atribuições diferentes um do outro?

Pode passar ao próximo.

E aqui, na árvore do Cnae, ela tem uma hierarquia, então, nós temos a divisão. O Cnae 8711-5 é "atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social". Então, todos esses CNAEs já são integrados com assistência social.

Pode passar ao próximo.

Agora, o que a Anvisa fala sobre o Cnae 01, que é casa de repouso? Porque ILPI, gente, é um nome muito complicado. Você vê falar no Senado, poucos Senadores conhecem a sigla, os Deputados também e a população também. É muito difícil! Você vai falar ILPI, a pessoa fala ILTI, ILP, ILTI, ILCI, mas nunca a sigla correta, que é uma sigla comum. E ela vem depois do nome asilo, que é um nome muito... Quando a gente pensa em asilo, a gente pensa num local muito ruim para as pessoas. E foi mudada a sigla e a gente passou a ser fiscalizado pela Anvisa. E aí, o que muda da casa de repouso para ILPI? A própria Anvisa coloca aqui: "As clínicas e residenciais geriátricas [que a gente viu que também são casas de repouso] também estão contempladas no RDC 502", fiscalizado pela Anvisa. É a mesma resolução. No entanto, Senadora, o que traz aqui? Essas instituições fornecem cuidados médicos.

Senadora, nós já temos, no nosso país, instituições híbridas que são as casas de repouso. Então, a gente constantemente traz este assunto: "Ah, vamos colocar ILPI híbrida". Nós já temos um mecanismo no nosso país que é híbrido, que é de assistência social e de saúde. Ali, a Anvisa mesmo classifica isso. E aí, além da RDC, as casas de repouso precisam seguir o quê? Outra RDC,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 222/2018, que regulamenta as práticas de gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde. Nós temos a 36/2013, que institui ações para a segurança do paciente, onde? Em serviços de saúde. Temos a 63/2011, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde. E nós continuamos, temos a RDC 2 trata do gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimento de saúde; e a RDC 50/2002 – que é um manual de mais ou menos 140 páginas, que mostra como tem que ser um estabelecimento de saúde, como tem que ser uma casa de repouso –, que é regulamento técnico destinado ao planejamento, à programação, à elaboração, à avaliação e à aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Nós já estamos, já; o nosso país já tem essa separação. Basta ter força de vontade. Para quê? Para colocar dinheiro onde já é misto. Nós precisamos colocar dinheiro dentro das casas de repouso.

Pode passar o próximo.

E aí eu vou trazer uns números. O que a Senadora falou realmente é muito difícil, Senadora. Nós buscamos um número onde? Na Receita Federal. Esse é o cadastro da Receita Federal de 2026, que mostra as instituições que estão abertas ativas; isso no Cnae principal – é a atividade principal dela. Então, o que nós vamos ver hoje aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Como casa de repouso?

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA – Como casa de repouso.

Então, 1.121 são casas de repouso 100% privadas. Ali tem um errinho, mas são 100% privadas. Nós não temos nenhuma pública. Nós temos casas de repouso – Cnae final 01 – que são conveniadas com o poder público, mas não temos nenhuma pública.

Pode passar o próximo.

Nós temos oficialmente dados da Receita Federal de fevereiro: 11.119 CNPJs abertos com o Cnae ILPI. Então, isso é o que nós temos oficialmente: 59 são públicos – públicos; público, público – e 11.060 são privados; ou seja, 99,5% privados, aproximadamente 4.200 são filantrópicas e sem fins lucrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos perceber que nós temos quase dez vezes mais ILPIs do que casas de repouso. Mas por quê? Casa de repouso tem saúde, casa de repouso é onde o idoso precisaria estar para ser atendido por um médico ou por um enfermeiro constantemente. Mas por que tem tão menos casas de repouso assim no nosso país? Por que será?

Pode passar para o próximo. Mais um, por favor.

Simplesmente por esse motivo: na casa de repouso, o custo é muito alto. Se você imaginar, na sua casa, a pessoa idosa – que está aqui, que está nos ouvindo – ganha um salário mínimo, às vezes dois, ou um pouquinho mais – alguns têm um privilégio. Se ela tiver uma pessoa na casa dela cuidando dela – uma cuidadora, uma pessoa que vai fazer a limpeza, vai ter que ter uma cozinheira – qual é o custo que ela tem?

Agora vocês imaginam, dentro de uma casa de repouso, você ter que ter médico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, assistente social – porque isso precisa ter, é uma instituição de saúde. A gente precisa cuidar do nosso idoso, Senadora, de maneira plena, digna, porque o idoso trabalhou a vida inteira, construiu o nosso país.

Não tem ninguém aqui – eu tenho certeza, pelas caras de vocês – que não trabalhou. Todo mundo aqui eu tenho certeza de que trabalhou. Vocês construíram o nosso país, e nós estamos – eu falo "nós" porque eu também vou ser idoso, graças a Deus; quero ser idoso, assim como vocês, porque é um privilégio a gente ser idoso; só quem morre antes é que não chega a ser idoso – num limbo.

Se a gente está falando que a gente precisa colocar dinheiro dentro de um local que cuida da pessoa idosa, gente, a gente precisa pensar nesse modelo que nós já temos. ILPI é um cuidado de residência, saúde pelo SUS.

Pode passar o próximo.

Quantas ILPIs têm Cebas? Cebas é o certificado que dá isenção de impostos.

A ILPI faz um bem para a nação tirando os idosos da hospitalização, como a Senadora mesmo falou, que tem vários hospitalizados. E quantas têm?

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seiscentas e dez em nosso país, somente, têm Cebas. Esse número vai... Talvez tenha até diminuído, porque agora teve uma reestruturação, mas esse é o número que eu tinha até semana passada. Então, 610 têm Cebas.

Pode passar.

Nós trouxemos quatro emendas para o projeto de lei, quatro emendas. A primeira emenda fala sobre o texto que já vem: "As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão adquirir equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida de seus residentes."

Medicamentos são de responsabilidade do SUS, não da casa de repouso, não do idoso que, às vezes, não consegue uma instituição pública e está numa privada e tem que custear. Isso abre uma porta para judicialização, ou seja, se você previr que a ILPI pode comprar medicação, a gente vai ter muitos juízes judicializando a obrigação de a ILPI comprar, inclusive, medicamentos de alto custo.

Próximo.

Então, a nossa sugestão é que: "[...] As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão adquirir equipamentos [...]", medicamentos, não – esse é o nosso texto.

Próximo.

A Emenda 2: "[...] pelo menos 1 (um) funcionário ou empregado capacitado para o uso e a interpretação da Língua Brasileira de Sinais [...]".

A perda de audição da pessoa idosa, normalmente por uma doença... A maior parte das pessoas que estão numa ILPI e têm problema de audição foram perdendo a capacidade durante a vida. A exigência universal de em todas as ILPIs ter um profissional... Nós não somos contra profissionais de Libras, nós não somos contra a pessoa que não escuta e que fala Libras, não é nada disso. É que é desproporcional obrigar toda ILPI a ter um profissional.

Pode passar para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a nossa proposta? "[...] garantir comunicação acessível em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos casos em que houver residentes que a utilizem como principal meio de comunicação, podendo, para esse fim, dispor de funcionário capacitado ou utilizar tecnologias assistivas [...]".

Quem já entrou aqui no *site* do Senado e viu aquele quadradinho ali: "Acessível com VLibras"? Isso é um aplicativo, você pode baixar, é fantástico. Ele traduz, tem uma comunicação. Se o próprio Senado e a Câmara dos Deputados utilizam, por que uma ILPI tem que ter um colaborador para fazer isso? Aumentar mais o custo dela ainda?

Pode passar, por favor.

A Emenda 3: "[...] instalar câmeras de vigilância, com gravação de imagens, em áreas de uso comum e de socialização dos residentes."

Vamos lá. Qual é o custo para a gente fazer isso? Nem todas as ILPIs conseguem implantar câmeras com gravação, isso exige equipamento, armazenamento, gestão das imagens. Obrigar todos a fazerem isso encarece a operação. Quem paga a conta é o idoso, principalmente o idoso de baixa renda, porque o idoso que tem poder aquisitivo... Tudo bem para ele se aumentar a mensalidade R$200, R$300, R$500, R$1.000, ele vai conseguir pagar, e o de baixa renda? Não consegue.

Próximo, por favor.

Aí nós temos algumas situações. Se vocês observarem ali: "Presente o proprietário do estabelecimento situado ao local dos fatos, uma casa de repouso para idosos, noticiando que tem no estabelecimento, 20 idosos.

Que, no quadro de funcionários, tem uma auxiliar de enfermagem, de nome [tal], que os dormitórios e algumas áreas comuns possuem câmeras. [Nos dormitórios também, tá?] Câmeras de segurança, para o monitoramento do atendimento aos idosos".

Ocorre que no dia tal, seguinte ao dia dos fatos, a enfermeira, ao verificar as câmeras, o que ela observou? Acreditem. O que ela observou? Ela viu lá, olha: "viu que a colaboradora tentou, por diversas vezes, sufocar o idoso". Diversas vezes, tá? Um idoso que tinha Alzheimer. Sabe onde isso aconteceu? Na minha instituição. Quando eu olhei, eu chorei de raiva. Então, assim, eu chamei a família, a família chorou de raiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós levamos isso para o Ministério Público, o boletim de ocorrência está lavrado, o número do BO. Nós fomos até os fins. Ela foi condenada, não ficou presa, lógico, não é? Mas foi condenada. Mas por quê? Tinha câmera nos quartos.

Pode passar para o próximo?

No Rio de Janeiro, o que aconteceu? Uma idosa caiu, veio a óbito. E aí, o delegado fez o quê? Solicitou as câmeras. Claro, vamos investigar? Ela caiu, foi assassinada, o que aconteceu com ela, que ela veio a óbito? Pasmem, o Ministério Público havia solicitado que retirassem a câmera do quarto. O Ministério Público solicitou. O que aconteceu com esse gestor? Até ele provar que não era culpado, saiu na mídia, teve que fechar a casa, praticamente fechou a casa dele. O Dr. Marcos tem mais propriedade para falar sobre isso, porque ele acompanhou de perto esse caso. Porque não tinha câmera, porque o Ministério Público solicitou tirar.

Próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Eles tinham antes?

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA – Tinham antes. Solicitaram, tá?

O próprio Estado pede a imagem do quarto. Então qualquer coisa que acontece na ILPI, qual é a primeira coisa que a polícia pede? A câmera, para ver o que aconteceu.

Próximo, por favor.

Eu só trouxe duas situações. Vídeo de um idoso de 92 anos agredido por cuidador em clínica geriátrica. Onde? No quarto. No quarto. Não era uma câmera escondida, tá? Todo mundo que trabalhava nesse local sabia que tinha câmera. Olha lá, agressão. Está no G1.

Próximo, por favor.

Isto aconteceu recentemente, aqui em Goiás. Técnico de enfermagem agrediu o idoso. Fugiu. Não sei nem se já foi pego. Mas onde? No quarto. Também não era câmera escondida. Não era câmera escondida.

Pode passar para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, qual é o nosso debate aqui? A Lei Geral de Proteção de Dados traz, no art. 5º, que a imagem é um dado sensível. O que é que significa? Eu preciso cuidar dessa imagem. Eu não posso jogar essa imagem de qualquer jeito. Eu tenho que preservar a imagem, inclusive da pessoa idosa. Nós somos a favor de preservar a imagem da pessoa idosa. Nós somos totalmente a favor. Ninguém está falando para colocar câmera no quarto para ficar distribuindo o que está acontecendo na ILPI, não.

O art. 11 exige consentimento, ou seja, para você estar numa ILPI, numa casa de repouso onde tenha câmera, e você seja gravado, filmado, você tem que fazer um consentimento para isso.

E o art. 11, II, ampara, protege a vida.

Então nós temos situações em que infelizmente nós temos, em nosso país, pessoas que não honram o cuidado, que é uma das profissões mais dignas que nós temos. Você imagina você cuidar de uma pessoa, aquela pessoa evoluir. Nós temos pessoas que infelizmente não poderiam estar nesse cuidado. São pessoas que maltratam.

E como é que a gente vai proteger essas pessoas?

É impossível você ter uma pessoa 24 horas cuidando de uma outra pessoa... Porque está cuidando. O único mecanismo que nós temos são as câmeras, para que a gente consiga ver o que está acontecendo.

Próximo, por favor.

Então, o que nós propomos? Primeiro, que não seja obrigatório, que seja facultativo. Quem quiser e tiver dinheiro para colocar, coloque, instale, armazene, siga a LGPD. "Facultar a instalação de câmeras de vigilância, com gravação de imagens, nas áreas de uso comum, de socialização e nos quartos dos residentes [...] [também]." Nos quartos dos residentes, porque nós estamos protegendo a pessoa idosa.

Vamos fazer só uma votação simbólica. Imagine, você que está aqui conosco: se você for para uma ILPI, por livre vontade, você é contra ou a favor de uma câmera no quarto? Só levante a mão quem for a favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, quando a gente conversa com as pessoas, todas são a favor da câmera no quarto. Mas o que está acontecendo no nosso país? No nosso país, o Ministério Público – de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul – está obrigando as instituições a retirarem as câmeras dos quartos. Quem eles estão querendo proteger? A pessoa que está agredindo? Será que é isso que a gente está vendo? A inversão de valores? Nós estamos protegendo os agressores? O que vocês acham?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA – Com certeza, não é?

Não tem sentido, gente! Quando a gente vem para discutir que a gente não pode colocar uma câmera, protegendo a imagem do idoso, pela Lei Geral de Proteção de Dados, a gente está sendo... Tem instituições sendo fechadas porque o gestor não consegue manter uma fiscalização 24 horas sem a câmera e ele opta por fechar. Não tem condição! Ele é massacrado se o idoso morrer dentro da instituição por algum motivo. Então, esta é a nossa emenda.

Próximo, por favor.

O PL 411 revoga um artigo, ele quer excluir esse artigo. O artigo fala o quê? "É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social." Ou seja: ele simplesmente retira. As ILPIs não têm condição nenhuma de manter uma pessoa com necessidade de cuidado de saúde. Com oxigênio, a gente consegue cuidar até em casa. Tem idoso que vai ao banco com oxigênio, então isso não é um problema. Agora, nós precisamos colocar dinheiro dentro da instituição híbrida, que é a casa de repouso.

Hoje, a confusão está aí, Senadora. Em ILPI quase ninguém fala; todo mundo fala casa de repouso – casa de repouso, casa de repouso –, aí, quando você vai pegar a letra da lei, casa de repouso é da saúde, e querem fazer a mesma coisa que a ILPI. Por que nós não temos casas de repouso suficientes? O custo é muito alto, não se consegue manter uma casa de repouso, é impossível se manter a casa de repouso, tanto que nós temos dez vezes mais ILPIs do que casas de repouso.

Pode mudar para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ILPI é moradia; clínica geriátrica e casa de repouso são da saúde. Isso está muito claro! Isso está muito claro, gente, só que não está claro para a Câmara dos Deputados, não está claro para o Senado, não está claro para a população. Por isso, a nossa obrigação é mostrar para vocês o que está na legislação. E os Senadores não têm culpa, porque a nossa legislação é muito extensa, é muito grande. Então, para você falar sobre um assunto, você tem que ser especialista no que você está falando, porque é muito difícil.

Pode passar para o próximo.

O que está em jogo?

Incoerência, é a primeira coisa. Empurra a ILPI para virar um estabelecimento de saúde. Vai acabar com as ILPIs, não vai existir ILPI no nosso país. Se passar dessa forma, Senadora, eu garanto que, em um ano, não teremos mais ILPIs como nós temos hoje. Não teremos mais, vão acabar. Vai acabar a possibilidade de vocês estarem em uma ILPI, de eu estar em uma ILPI. É o que esse projeto de lei está fazendo. Não podemos fazer isso.

Transfere para o idoso. Gente, vai transferir para a gente, para vocês, a obrigação do Estado, que é cuidar de promover a saúde. Vai transferir para a gente. A ILPI vai ser obrigada a ter profissional de saúde 24 horas. E o que vai acontecer? É o idoso que vai pagar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ele está fingindo que não está vendo.

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA – Coloca a ILPI social em risco.

É o último.

Mais um, por favor.

Então, nós queremos manter esse dispositivo, que ele não seja tirado, que não saia.

Próximo.

Eu quero agradecer imensamente à Senadora.

Olhem o nosso @ ali, @fedILPIs. Sigam a gente. Sigam para dar mais força. O nosso *e-mail* está ali. Eu estou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que vocês tenham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós acabamos de ouvir o Sergio Soares Oliveira.

Deixem-me explicar uma coisa para todo mundo. Esse projeto de lei nasceu no ano de 2007. Não foi hoje, não. Ele nasceu lá na Câmara, rodou, rodou, rodou lá na Câmara. Ele já passou pela Câmara. Vejam só, mesmo diante de todos esses debates, já passou pela Câmara. Veio para o Senado. Ninguém quer ser Relator dessa matéria. Caiu na minha mão, eu não tenho medo de relatar matéria. E é por isso que nós estamos aqui, para a gente fazer a coisa certa.

Eu não vou entregar um relatório que prejudique as ILPIs. Então, a discussão aqui é pé no chão. Quem me conhece sabe do meu compromisso com as ILPIs, mas eu estou preocupada com os idosos e com as casas de repouso.

Por exemplo, eu não sabia que o Ministério Público está, dessa forma, retirando as câmeras dos quartos e ele faz isso com base na proteção da privacidade. Entre privacidade e segurança, eu prefiro segurança. Vocês concordam comigo?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É segurança. Então, olhem quanta coisa a gente tem para debater.

Inclusive, o Marco Lima está aqui. Levante a mão. Marco Lima é de Brasília e ele é o autor do Estatuto do Idoso no DF. É aquele homem lá, meu amigo, meu parceiro, e está aqui me ajudando neste debate.

Então, fique tranquilo, Sergio. Não apresentarei um relatório que vá prejudicar as ILPIs. Nós vamos nos sentar muito com a equipe de Governo. Quem tem que ser ouvida também é a equipe de Governo. Se eu obrigo a colocar câmera, eu vou ter que dar essa câmera. O Estado que obriga vai ter que ser o Estado que vai ter que financiar. Então, a gente vai ter que descobrir de onde vem o dinheiro. Então, tem muitos detalhes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sergio passou um pouquinho do tempo. Eu vou pedir aos demais expositores que, por favor, não passem do tempo. Mas foi necessário a gente ouvir o Sergio porque ele é da federação, ele está falando em nome de todas as instituições.

Obrigada por ter trazido sugestões para o texto. E é claro que a minha equipe, a equipe da Comissão e da Frente Parlamentar vão precisar depois buscar mais informações com você.

Nós agora vamos ouvir também a sociedade civil.

Depois vem o Governo.

Vamos ouvir Janaina Zambusi Nogueira Bastos, representante da Casa de Repouso da Janaina.

Gente, eu conheço a Janaina. Eu conheço a Casa. Eu conheço a Janaina há muitos anos. A história dela é assim: sabe aquela história de pessoas que amam pessoas? É a dela. Inclusive, vou contar um segredo para vocês.

Posso contar?

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS (*Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Um dia a Janaina estava assistindo à televisão e viu que tinha uma menina de 17 anos que precisava de um rim para sobreviver. E a Janaina se apaixonou... "Eu vou dar meu rim para essa menina". E teve que entrar com uma ação no Ministério Público, que demorou anos e a menina quase morreu. E só depois que o Ministério Público disse "pode ir lá" que ela foi atrás da menina. Fizeram o teste. Por obra e graça divina, eram compatíveis.

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS – Cem por cento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cem por cento.

Mas, assim, tinha que primeiro entrar com a ação para depois fazer o exame.

E a Janaina, na cidade, ficou conhecida por essa história. Doou o rim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheci a menina, hoje formada em direito... Em assistência social, não é?

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS – É professora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora.

Foi conselheira tutelar. É uma menina incrível.

Então, a Janaina faz parte desse time do bem e tem a ILPI dela.

Eu estive lá. Sou apaixonada por Janaina. E logo, logo eu vou trazer essa mulher como Deputada Federal para cá. Você vai ver. (*Risos.*)

Então, nós vamos ouvir agora...

A Janaina está preocupada com o texto, me ligou e eu fiz questão de que a Janaina estivesse presente nessa mesa.

Janaina, dez minutos. Procura ficar dentro dos dez minutos, tá bom?

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS (Para expor.) – Tá bom.

Bom dia a todos, Srs. Senadores, demais autoridades presentes, todos os idosos – é por vocês que eu estou aqui.

Eu falo hoje não apenas com base na leitura da lei e na análise de gabinete. Eu falo a partir da realidade de quem vive o acolhimento da pessoa idosa todos os dias, de quem conhece de perto a dor da família, a fragilidade do idoso e o esforço diário das instituições de longa permanência para idosos para garantirem o cuidado, a dignidade e a proteção...

O Projeto de Lei nº 3.512/2023 parte de uma preocupação legítima, mas chega a uma solução errada. É verdade que o idoso acolhido em uma ILPI muitas vezes precisa de medicação, acompanhamento de saúde, curativos, controles de doenças crônicas, fisioterapia, observações constantes e suporte especializado. Isso é real. Quem trabalha com o idoso sabe disso, mas reconhecer que o idoso precisa de cuidados de saúde não significa transformar a ILPI em entidade de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente aqui que está o problema central desse projeto. A ILPI é, antes de tudo, Senadora, um espaço de acolhimento, moradia protegida, proteção social e cuidados contínuos. Ela não é hospital. Ela não é clínica. Ela não é unidade de internação. Ela não pode ser transformada, por força de uma frase de lei, em substituta do SUS.

Se esse projeto for aprovado da forma como está, o que parece uma mudança pequena no papel pode causar um estrago enorme na prática.

Primeiro ponto: o projeto mistura responsabilidades que precisam continuar separadas e bem definidas. A saúde é dever do Estado.

Então, fica aqui a minha... Eu fico até inconformada sobre como um projeto desse passou no Congresso nacional, né?

Este, que passou no Congresso Nacional, é um projeto inconstitucional, que imputa a saúde, um dever que é do Estado, às instituições de longa permanência para idosos. Quando eu fiquei sabendo que tinha passado, Senador, eu falei assim: Como que podem Deputados avaliar um projeto inconstitucional para chegar ao Senado? Essa é a minha opinião sobre esse projeto.

A saúde é dever do Estado. A assistência social tem sua própria função. A família também tem responsabilidades legais. A ILPI acolhe, organiza, cuida, protege e dá suporte diário, mas ela não pode assumir sozinha obrigações que pertencem ao sistema público de saúde.

Se a lei disser que a ILPI é também uma entidade de saúde, abre-se espaço para que o poder público, familiares, órgãos de fiscalização e até decisões judiciais passem a cobrar da instituição tudo aquilo que deveria ser garantido pelo SUS. E eu pergunto aqui para todos vocês: quem vai pagar essa conta? É o sindhosp? São os sindicatos? É o Coren? É o propositor desse projeto? Eu acho que não, não é? E quem vai custear essa equipe ampliada? É porque, se esse projeto passar, muda-se tudo dentro de uma instituição de longa permanência para idosos. Quem vai custear mais exigências técnicas? Quem vai custear estruturas, equipamentos, protocolos e novas obrigações? Quem vai custear medicamentos, insumos, acompanhamento e exigências que poderão surgir a partir dessa nova classificação? O projeto não responde isso. Ele cria um novo peso sobre as ILPIs, sem apresentar fonte de custeio, sem prever transição, sem distinguir a realidade de uma grande instituição à de uma pequena casa de acolhimento, que já luta, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os meses, para manter alimentação, fraldas, medicamentos, folha de pagamento e estrutura básica funcionando.

Segundo ponto: esse projeto aumenta a insegurança jurídica das ILPIs. Hoje, a ILPI já é fiscalizada. Ela já cumpre normas sanitárias, já lida com exigências de assistência social, do Ministério Público, da vigilância sanitária, do município, do Corpo de Bombeiro e de diversos órgãos de controle. No meu caso, eu também sofro perseguição, porque, se você tem um lado político e tem uma instituição, ainda acontece esse tipo de coisa. E se agora ele passar e for formalmente tratado como entidade de saúde, a tendência é que aumentem as cobranças, as interpretações rígidas, a judicialização e a pressão para que as instituições funcionem como se fossem um estabelecimento de saúde.

Mas a realidade é que a maioria das ILPIs do Brasil não foi criada para substituir hospital, UBS, ambulatórios, ou rede pública. Ela foi criada para acolher o idoso, proteger, dar moradia, rotina, alimentação, higiene, segurança e acompanhamento. Transformar isso em entidade de saúde sem definir limites é abrir uma porta perigosa.

Terceiro ponto: o projeto pode inviabilizar financiamentos a muitas instituições sérias. E aqui o que eu faço é um alerta muito grave: o Brasil já não tem vaga suficiente para idosos que precisam de acolhimento. Em muitos municípios, se uma ILPI fecha, o idoso simplesmente não tem para aonde ir.

Então, nós precisamos ter muita responsabilidade com qualquer mudança legal. Uma lei mal escrita pode até parecer bonita, moderna e sensível no discurso, mas, se ela empurrar as ILPIs para um modelo impossível de sustentar, o resultado será o fechamento de vagas, o aumento da informalidade, o enfraquecimento das instituições sérias e o abandono, ainda maior, da pessoa que mais precisa, a pessoa idosa. Ou seja, uma lei criada supostamente para proteger o idoso pode acabar prejudicando exatamente quem mais precisa de proteção.

Quarto ponto: o projeto ataca o efeito, mas não resolve a causa. O problema real não é a falta de um rótulo dizendo que a ILPI é de saúde; o problema real é a ausência de integração eficiente entre assistência social e saúde. É a dificuldade de acesso a médico, fisioterapia, medicamentos, transporte sanitário, exames, exames, exames, suporte da atenção básica e atendimento rápido, quando o idoso institucionalizado precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Senado quer ajudar as ILPIs e os idosos, o caminho não é mudar, artificialmente, a natureza da instituição. O caminho correto é fortalecer a articulação entre ILPI, assistência social e rede pública de saúde. É garantir fluxo com o SUS; é garantir acesso ao atendimento; é garantir apoio técnico; é garantir financiamento; é garantir a corresponsabilidade do Estado. Isso, sim, melhoria a vida do idoso.

Por isso, a posição que eu defendo aqui, hoje, é muito clara: como administradora de uma casa de repouso, sou contrária ao PL nº 3.512/2023, na forma como ele está redigido. Não porque eu negue a necessidade de cuidados de saúde dentro das ILPIs, mas, justamente, porque conheço essa realidade e sei que esse projeto, do jeito que está, não resolve o problema, ele cria outro. Ele cria confusão jurídica; ele amplia riscos financeiros; ele pode transferir obrigações do Estado para a instituição; ele aumenta a insegurança regulatória e pode comprometer a sustentabilidade de uma rede que já funciona no limite.

Se o objetivo desta Casa é proteger a pessoa idosa, então, precisamos legislar com responsabilidade, como a Senadora disse, com os pés no chão, na realidade. A solução correta não é transformar a ILPI em entidade de saúde; a solução correta é reconhecer a ILPI como serviço de acolhimento e proteção social, articulada à rede de saúde, sem descaracterizar a sua natureza. Isso preserva o idoso, isso preserva a vaga, isso preserva a instituição séria, isso preserva a responsabilidade do Estado, que não pode ser empurrada, silenciosamente, para dentro das ILPIs.

A pessoa idosa precisa de proteção integral, mas proteção integral não significa jogar tudo nas costas das ILPIs, e é por isso que eu peço que esta Casa não aprove o projeto como ele está.

Aqui, eu falo como uma pessoa que vive na ponta, que tem a felicidade do acolhimento quando chega o idoso novo, que sofre com o falecimento, que vive o luto. Estar à frente de uma instituição de longa permanência para idosos não é fácil: é viver 24 horas empenhada, porque às vezes eu tenho que levantar na madrugada, eu tenho que fazer o socorro, eu tenho que ir até uma UBS com o idoso. A gente recebe diversos pedidos de ajuda, e a minha função dentro da minha ILPI não é ser negligente com a vida humana.

Então, o que eu peço para esta Casa é que analise esse projeto mesmo e que ele não passe da forma como está, porque senão vai prejudicar muito quem vive a realidade de uma ILPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Janaina.

A Janaina é de Ibitinga, da cidade de Ibitinga, a cidade dos bordados. É lá que fica a instituição da Janaina.

Obrigada, Janaina.

Nós vamos ouvir agora... Governo, calma...

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS – Senadora, só um minutinho: eu fiz também algumas análises técnicas (*Fora do microfone.*), fiz um pacote de emendas que eu gostaria de entregar para a parte jurídica desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo, ótimo.

Tanto o Sergio como a Janaina estão trazendo contribuição técnica para o projeto. Pelo que eu estou vendo, vamos ter que apresentar um substitutivo totalmente diferente do projeto, né?

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS (*Fora do microfone.*) – Totalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos agora ouvir – calma, viu, Governo? – o ex-Secretário Nacional da Pessoa Idosa, meu amigo Antônio Carlos, o Toninho. Nós somos amigos desde muito antes de eu ter sido Ministra e muito antes de ele ter sido Secretário Nacional da Pessoa Idosa, e ele puxa muito a minha orelha, tá, gente? Ele é bravo, vocês não têm ideia de como ele é bravo!

Toninho, que alegria te ver! Estava com saudade.

Este é um projeto que sempre te preocupou. Você já veio a muitos debates na Câmara sobre ele, mas a gente queria te ouvir aqui também no Senado sobre esta proposta.

Seja bem-vindo, meu amigo. É uma alegria tê-lo aqui do meu lado.

O SR. ANTÔNIO COSTA (Para expor.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita alegria que eu estou aqui nesta manhã, especialmente porque tive a honra – e vou carregá-la para o resto da minha vida –, através da inteligência e das mãos da então Ministra Damares, de ter sido o primeiro secretário idoso do Brasil! E não haverá outro, porque eu fui o primeiro.

Nesta manhã, é muito importante que a gente passe a discutir, Senadora Damares, companheiros da mesa, Dr. Sergio... Na pessoa da Janaina, eu cumprimento também a representante governamental.

As preocupações desse projeto são: ele é, primeiramente, inconstitucional, porque ele traz deveres que são dos estados para as instituições de longa permanência; um segundo ponto é que ele traz, já no art. 1º, na apresentação do seu artigo, uma colocação estruturante de aquisição, de compras, de contratações, mas ele não oferece, acima de tudo, a fonte financeira de recursos. Então, é inviável você aprovar um projeto dessa natureza, diante da dificuldade que essas instituições vivem hoje em todo o Brasil.

Como Secretário, na época, nós tivemos a sensibilidade de implantar um projeto emergencial. Eram 4 mil entidades, mas só pudemos acolher 2 mil, porque a maioria é irregular, não consegue nem se relacionar de forma jurídica para a definição.

Esse projeto traz ações estruturantes, mas não apresenta, de forma viável, quais são os recursos que serão utilizados.

Outro ponto importante: ele mistura o Estatuto da Pessoa com Deficiência com o Estatuto do Idoso, trazendo parâmetros do estatuto do deficiente que não cabem, de forma explícita, dentro do Estatuto da Pessoa Idosa, porque o Estatuto da Pessoa Idosa, a partir da pandemia, veio a ser lembrado com emendas, como uma colcha de retalhos, mas em nenhum momento algum Parlamentar apresentou alguma emenda para trazer o Estatuto da Pessoa Idosa para dentro do Orçamento da nação; ele não está dentro do Orçamento, ele nunca esteve, está só como obrigações.

E, quando a gente reporta à Constituição Federal e verifica que a sociedade civil, o Governo e a família são responsáveis, quem tem que vir primeiro é o Governo em todos os sentidos, para que possa definir, acima de tudo, o que é uma ILPI – o Dr. Sergio apresentou de uma forma bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligente –, o que é uma casa de repouso, o que são as casas de abrigo, porque, quando a gente vai buscar, são mais de 10 mil, 6 mil, 8 mil, mas nenhuma regularizada dentro do seu CNPJ junto à Receita Federal – o Dr. Sergio mostrou isso.

Então, quando nós vimos esse PL, nós ficamos bastante preocupados, até porque neste momento eu sou militante da pessoa idosa, sem estar vinculado a nenhuma instituição, a não ser a Abracs, que é aqui de Brasília, na qual a gente dá alguma sugestão e apresenta algumas consultorias também, mas hoje eu estou aposentado.

Mas eu fico preocupado de ver o Congresso Nacional deixar passar um projeto de lei, cuja colocação pede para contratar um empregado que venha a fazer o papel de Libras. Não é empregado, é um profissional sério, especialista, e a redação desse projeto passa na Comissão de uma forma desprezível, porque não podemos tratar os profissionais de Libras como empregados, eles são especialistas.

E, na mistura do Estatuto da Pessoa com Deficiência com o Estatuto do Idoso, ocorre um perigo, e que vai ter que surgir uma solução híbrida, porque, da forma como nós estamos hoje, não há nenhuma aplicação de lei que não venha a resolver, primeiramente, a definição das RDCs da Anvisa, que não conversam com a sociedade civil e nem conversam com os próprios órgãos. Quando eu estava Secretário, a Anvisa soltou uma resolução, sem consultar a secretaria, referente à pessoa idosa. Então, é preciso revisar todas, todas as RDCs. Elas são inviáveis, não há como cumprir nenhuma, tanto é que, durante a pandemia, quando lançamos, com o apoio da Ministra, e foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados o auxílio emergencial, nós tivemos que abolir a exigência da vigilância sanitária, porque não tem. Outra coisa importante: os municípios não fiscalizam as instituições, as prefeituras não ajudam essas instituições e, acima de tudo, o que recebem do Governo Federal é muito pouco dentro de um conjunto do Suas.

Ora, se queremos apresentar uma solução, Sra. Senadora, primeiramente temos que definir qual é o papel do Suas, qual é o papel do SUS e o que queremos com as nossas instituições, porque se passar dessa forma será um desastre! Eu não sei como conseguiram passar na Câmara dos Deputados. Eu cobro aqui a Comissão do idoso, que deixou passar uma emenda dessa forma, totalmente inconstitucional. Ela não se aplica, não pode ser aplicada dessa maneira. Ela é estruturante, mas não demonstra, acima de tudo, onde estão os recursos. Por exemplo, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma. Durante a pandemia, nós tivemos que abrir algumas exceções, porque as casas não tinham como abrigar as pessoas que já estavam em risco com a covid. E esse problema se acentua a partir de 2021, 2022, não foi corrigido até hoje e precisa ser corrigido.

Então, eu creio na sensibilidade da Senadora, eu conheço o trabalho dela e, por isso, eu aceitei o desafio de ser o primeiro Secretário – idoso – da Pessoa Idosa. Já digo que foi um desafio muito grande.

Primeiro, o nosso país tem 5,5 mil e tantos municípios, e só temos 1,8 mil a 2 mil conselhos. Esses municípios não aplicam o seu fundo municipal da pessoa idosa em favor dessas instituições nos locais. A maioria dos prefeitos desconhece essas instituições nos seus municípios. Então, isso precisa ser revisto. O fundo municipal pode ser utilizado para ajudar essas instituições que estão passando dificuldades, são filantrópicas. Na maioria, eu tenho testemunho de pessoas que trabalham e, ao final do mês, tiram dinheiro do próprio bolso para completar a parte de recursos humanos, a parte de insumos, aquilo que o Governo Federal não vem fazendo há muito tempo.

Então, nesta manhã, eu creio, Sra. Senadora, que a senhora tenha um papel importante de não permitir que essa colcha de retalho passe no Senado Federal, porque vai ser mais um fantasma que não vai ser cumprido e mais um jabuti que vai servir para que o Ministério Público, para que as instituições que já estão tão obrigadas de tantas coisas continuem sendo obrigadas, sendo que não há, no Orçamento da União, esse papel importante.

Quando alertamos, na nossa gestão, que haveria o envelhecimento, que o envelhecimento está batendo nas nossas portas e que, acima de tudo, a expectativa de vida será maior... Graças a Deus, vamos viver mais, mas precisamos dar mais condições, em especial, àqueles que são, às vezes, até deixados pelas próprias famílias. Visitam na primeira semana, na segunda, na quarta já nem vão mais a essas casas tão especiais, que têm o papel importante de substituir aquilo que o Estado não faz, haja vista que são poucos municípios que mantêm essas instituições.

Brasília, capital federal da República, não tem uma instituição pública. Há mais de mil pessoas esperando vagas nas instituições. Então, isso tem que ser revisto. Brasília não tem uma secretaria especial da pessoa idosa e aqui está contida a maior renda de idosos do Brasil. Com isso, proliferam, acima de tudo, as instituições particulares, que, a meu ver, são importantes, mas em que não há custos de pessoas para manter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a minha fala. Eu queria falar durante duas, três horas, mas vou respeitar a minha querida Ministra Senadora, que sempre será minha Ministra, e dizer: Senadora, faça uma revisão desse PL. Ele é inconstitucional, é impuro, é uma colcha de retalho que para nada vai servir, com todo o esforço que houve na Câmara dos Deputados, que eu reconheço, mas fizeram errado. Então, nós temos que corrigir.

Muito obrigado e que Deus abençoe a senhora e todo este Plenário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vocês viram como ele é bravo? Vocês não têm ideia do que eu sofri com ele, vocês não têm ideia.

O Dr. Toninho é cirurgião. Antes de ser Secretário Nacional do Idoso, foi o criador da Secretaria Nacional de Saúde Indígena. Nós trabalhamos juntos – andando aqui nos corredores em 2007, 2006 – para criar a secretaria. É uma pessoa muito comprometida com a pauta.

Então, Dr. Antônio, o que eu posso fazer? Eu posso dar um voto, Daniella, pelo arquivamento. Acabou, acabou! Acabou o projeto. Mas posso aproveitar essa oportunidade para a gente construir um outro texto dentro desse projeto em forma de substitutivo; aproveitar que já passou na Câmara, e a gente traz o ideal dentro desse projeto. Então, as contribuições dos senhores estão sendo muito bem-vindas. É possível que a gente apresente um substitutivo e depois a gente trabalha para aprovar na Câmara o nosso substitutivo, não o que veio de lá para cá.

Na sequência, agora nós vamos ouvir... Está sendo servido um lanchinho para vocês aí na mesa, com muito carinho, que o Senado preparou para vocês. (*Palmas.*) Mas não esqueçam que, se precisarem também, nós temos banheiro aqui, banheiro ali fora. Fiquem bem à vontade. A gente quer vocês bem confortáveis aqui.

Nós agora vamos ouvir o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniella Cristina Jinkings Santana... Nós temos dois representantes do Governo: um do Ministério da Assistência Social e Família, que é a Dra. Daniella, e temos um do Ministério dos Direitos Humanos.

A Dra. Daniella é Coordenadora de Projeto do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Dra. Daniella, já quero lhe agradecer, agradeço ao ministro. O fato de o ministro mandar uma pessoa presencialmente aqui – e a Ministra dos Direitos Humanos – mostra a preocupação de vocês com o tema.

Muito obrigada por estar aqui. Dez minutos, doutora.

A SRA. DANIELLA CRISTINA JINKINGS SANTANA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia. Bom dia a todas as pessoas idosas aqui presentes. Bom dia, Senadora Damares, aos meus demais colegas que estão aqui na mesa.

É uma alegria estar aqui com vocês hoje, principalmente para debater um tema que é tão importante, que é o meu trabalho cotidiano, porque eu, neste momento, estou como Coordenadora do Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas. Então, é um momento muito importante que a gente tem para dialogar.

Eu trouxe uma apresentação aqui para vocês para explicar um pouquinho da perspectiva da assistência social em relação às ILPIs.

Então, por favor.

Então, quando a gente fala de ILPI, na verdade, a gente está falando de um serviço, um serviço da assistência social, que é tipificado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que é uma resolução do Conselho Nacional de Assistência Social; foi reconhecido lá em 2009, e é por isso que ele é vinculado à política de assistência. Então, ele é destinado àquelas pessoas com mais de 60 anos, pessoas que podem ser independentes ou com diversos graus de dependência. Ele é previsto para aquelas pessoas que não têm mais condição de permanecer com a família, seja porque passaram por violências ou violações de direitos, seja porque a família não tem mais condição de cuidar dessa pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

E aí, um ponto muito importante que a gente sempre traz é que existem outras modalidades do serviço de acolhimento que não são só as ILPIs. A ILPI é uma modalidade dentro do serviço e a gente tem outras duas: a gente também tem a Casa-Lar e a gente tem as Repúblicas – elas são diferentes; porque os abrigos institucionais, que a gente chama de Instituição de Longa Permanência para Idosos, são unidades institucionais com caráter domiciliar. Então, eles vão acolher ali pessoas idosas com diferentes graus de dependência. E eles precisam assegurar uma convivência tanto para a comunidade como para familiares – quando essas pessoas ainda tiverem –, acesso às atividades culturais e educativas, lazer na comunidade. Ela tem que ser uma instituição que se relacione com a comunidade, ela não é mais uma instituição total.

E as Casas-Lares já são residências. Ela já é semelhante a uma residência e ela tem um limite de pessoas – de até dez pessoas –, e também precisa estar ali envolvida com a comunidade.

E a República – a nossa última modalidade aqui – é para pessoas idosas e independentes que conseguem gerir sua vida. Então, o serviço só vai acompanhar essa pessoa; ele não vai atuar diretamente nessa residência da pessoa.

Pode passar.

Então, quando a gente fala da rede do Suas, a gente está falando aqui de unidades governamentais e unidades não governamentais sem fins lucrativos. Aí é um ponto muito importante, porque o Suas não está vinculado à rede com fins lucrativos. Então, as particulares que pagam não fazem parte da assistência social.

E aqui é importante a gente falar que as que não são governamentais sem fins lucrativos, para serem vinculadas ao Suas, precisam cumprir três níveis de relação com o Suas, de vinculação ao Suas: o primeiro nível é a inscrição no conselho municipal de assistência social – isso é obrigatório –; o segundo nível é o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, que também é obrigatório, e esse é o cadastro que vai possibilitar, inclusive, a parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil; e, por fim, a gente tem o Cebas.

O Cebas está regulamentado por lei, regulado por lei: a gente tem Cebas da assistência, tem Cebas da saúde, tem Cebas da educação... Os da assistência, que são os que vão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direcionados a ILPIs, são um direito, eles não são obrigatórios. Eles têm uma série de requisitos em que a organização da sociedade civil vai precisar se adequar para poder receber essa isenção de impostos, de cota patronal.

Então, aqui é só para a gente ver que, hoje, na rede do Suas, 91% são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. A gente tem 11%, 12% que são governamentais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso quer dizer, Daniella, (*Fora do microfone.*) que, se essas instituições não estivessem fazendo o que fazem pelo Brasil, a nossa situação seria gravíssima.

A SRA. DANIELLA CRISTINA JINKINGS SANTANA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, por causa disso, eu vou pedir um aplauso a todas as instituições. (*Palmas.*)

E, infelizmente, o que vejo, às vezes, Daniella, é uma demonização do terceiro setor. Mas olha o que essas instituições... Olha o número que ela está apresentando aqui.

Muito obrigada por ter trazido essa informação.

A SRA. DANIELLA CRISTINA JINKINGS SANTANA – Pode passar, por favor?

Então, quando a gente está falando no serviço de acolhimento, o que a gente está falando desse cuidado à pessoa idosa? A gente está falando de um trabalho que tem que ser feito, de adaptação ao serviço.

A gente sabe que institucionalização tem impacto emocional, tem impacto na vida daquela pessoa idosa, então o serviço precisa trabalhar para que ela se adapte àquela nova realidade dela e integre as pessoas. Os nossos cuidadores fazem os apoios às atividades de vida diária. Tem ali a necessidade de formar, manter vínculos tanto dentro quanto fora da unidade. A gente respeita a autonomia das pessoas idosas, então elas têm o direito a escolher dentro dessas instituições – e o serviço precisa fomentar isso –, a gente precisa prevenir declínio físico e cognitivo e a gente também precisa olhar para quem cuida, que são as equipes, os cuidadores, as equipes de referência. E aqui, um ponto que a gente precisa destacar é que as equipes do Suas não são compostas por profissionais de saúde, porque a gente tem, inclusive, vedação normativa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento de profissionais de saúde, Senadora. Então, assim, é uma equipe que é composta por assistente social, por psicólogo, pelos cuidadores e por outros profissionais ali que vão gerir aquela residência.

Pode passar.

O PL tem alguns pontos positivos que a gente pode levar para um substitutivo; e a gente precisa explicar, às vezes, o óbvio, que a gente precisa garantir condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade, fornecimento de vestuário adequado e alimentação suficiente e adequada às necessidades nutricionais. Isso parece uma coisa assim: "Nossa, mas sempre tem que ter"; mas a gente precisa falar o óbvio, porque essas imagens aqui, por exemplo, foram retiradas de um relatório do Ministério Público que foi apresentado há dois meses e mostram condições completamente insalubres, nas quais pessoas idosas, por exemplo, dividiam roupa íntima ou escova de dente. Então, a gente precisa escrever, às vezes, o óbvio, para garantir ali as condições básicas e adequadas de higiene e salubridade.

Pode passar.

Entretanto... Aí eu fico muito feliz de corroborar, aqui, com a posição da sociedade civil, porque eu acho que a gente realmente precisa olhar para essa questão da revogação do parágrafo único do art. 4º. Essa vedação não vai resolver o problema histórico do cuidado de longa duração no Brasil, Senadora. A gente tem uma realidade que mostra para a gente diversos perfis de pessoas idosas nas instituições. Não são só pessoas idosas que dependem de cuidados de saúde, assim, ali no dia a dia, com uma coisinha ou outra, mas a gente tem pessoas idosas que têm demência, a gente tem pessoas idosas que têm total independência e ainda estão ali voltando ativas.

Eu conheço e ando o Brasil inteiro também visitando as instituições de longa permanência, e a gente vê histórias muito incríveis de descobertas de potencialidades das pessoas idosas dentro das instituições; pessoas idosas que, por exemplo, voltaram a fazer atividades de trabalho, porque elas se sentiram engajadas ali pelo serviço. Então, a gente precisa... Não podemos desconsiderar que essas pessoas também estão ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente tem as questões de realidade: a gente tem uma dificuldade hoje no acesso às equipes multiprofissionais; a gente ainda tem uma dificuldade ali de integração com o SUS, mas a gente está trabalhando para resolver isso; e o financiamento, que é bastante fragmentado.

E aí, Senadora, eu acho que na semana passada a gente já conversou – eu já participei de uma audiência pública sobre o Junho Violeta – e vou pedir aqui novamente: a gente precisa olhar para o orçamento da assistência social; e mais uma vez a gente tem a PEC do Suas, a PEC 7, de 2026, que está tramitando nesta Casa, que garante orçamento para o Suas, orçamento vinculado. Sem orçamento vinculado, a gente não consegue expandir serviço, a gente não consegue qualificar serviço; e, quando a gente fala nas unidades de acolhimento, a gente está falando de serviços caros, porque tem equipe que é exclusiva, equipe que tem uma alta rotatividade, tem outros custos envolvidos, como alimentação, e a gente precisa olhar para isso. Então eu peço, encarecidamente, apoio para essa PEC, para que a gente consiga expandir o Suas.

Pode passar, por favor.

E aqui é: caso isso passe, a gente vai ter um resultado absurdo e desastroso. Então, a gente vai ter risco de desassistência, cuidado de saúde insuficiente, aumento dos agravos evitáveis, pressão sobre os cuidadores e as equipes, exercício informal da atividade de saúde – que é bastante complicada –, aumento da insegurança técnica e jurídica, aumento de judicialização, conflito entre as equipes do SUS e Suas, aumento dos custos sem definição de fonte de financiamento, fechamento das instituições, o que já foi relatado aqui. Isso vai ocasionar o aumento de violação de direito, sobrecarga da família e também aumentar a desigualdade. Por quê? Porque, se a gente não tem um serviço público, quem depende do serviço público não vai ter acesso e quem pode pagar vai ter. Então, vai ter um abismo social nesse quesito.

Pode passar?

E aqui a gente precisa falar que dependência funcional não é só uma questão social e também não é só uma questão de saúde. A gente precisa olhar para a rede integrada de cuidados da pessoa idosa, falando de cuidados de longa duração, que é o governo... O Estado tem que estar lá, a iniciativa privada, a família e a comunidade.

Pode passar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é um ponto muito importante: em vez de a gente falar sobre a revogação desse artigo, a gente devia estar debatendo o cuidado centrado na pessoa. O que significa isso? A gente precisa falar sobre financiamento do cuidado de longa duração, a gente precisa falar dos protocolos de articulação SUS e Suas – que a gente está produzindo, inclusive. É um ponto muito importante a gente dizer que nós já estamos nessa articulação.

A gente precisa falar sobre atenção domiciliar para residentes e equipes multiprofissionais de referência no território, a gente precisa qualificar o serviço de acolhimento no Suas, a gente precisa também falar sobre a implementação da política nacional de cuidados, porque a rede de cuidados de longa duração não é só a ILPI, tem uma rede mais ampla.

A gente precisa falar de Centro-Dia, a gente precisa falar de serviço no domicílio, a gente precisa falar de novas modalidades. A gente já tem visto muitas experiências nos municípios extremamente ricas que a gente poderia nacionalizar. Então, a gente precisa falar sobre isso, mas, para isso, a gente precisa falar de como financiar e manter essa rede, porque o financiamento precisa ser sustentável – esse é um ponto muito importante.

Pode passar. Já estou finalizando.

E aí é um ponto muito importante: eu trouxe a fala da grande referência nesse debate sobre ILPIs, que é a Dra. Karla Giacomin, em que ela traz um ponto importantíssimo. Quando a gente fala sobre integrar, a gente tem que falar que ILPI não é um hospital. Se a gente retira a vedação, a gente vai correr o risco de hospitalizar as casas, e isso é absurdamente complicado, justamente por tudo que já foi falado aqui. Então, o caminho que a gente precisa fazer é qualificar e integrar o cuidado.

Pode passar. É o último eslaide já.

Então, a gente reconhece que existem pessoas que necessitam de cuidados contínuos de saúde. Isso é um fato, é a realidade. Entretanto, a gente precisa entender que as necessidades de cuidado são diferentes e que existem limites também para oferta de cuidados. A gente não pode jogar na ILPI toda a responsabilidade de cuidados para todas as situações de saúde, porque aí inviabiliza a oferta do serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, revogar sem se preocupar com a qualidade do cuidado pode ter impactos muito negativos para as pessoas idosas, para as instituições, para a política de assistência social e de saúde. A gente precisa avançar para um modelo de cuidado integrado e não só para ampliação de responsabilidade que não tem financiamento garantido, que não tem equipe específica e que não tem garantia de atenção integral. Então, a gente precisa trabalhar nessa perspectiva.

E aí, Senadora, a gente do Ministério do Desenvolvimento Social se coloca à disposição. A gente também tem um substitutivo, algumas sugestões e propostas de substitutivo, então a gente pode depois conversar com a senhora, com a sua equipe, para a gente poder também apresentar. Está bom?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Daniella.

Daniella, eu vou fazer um compromisso com vocês que estão na mesa e com os outros que vão vir para a mesa agora. Quando eu construir o meu voto, o meu relatório, eu vou disponibilizar antes de apresentar, para a gente fazer as adequações.

Quem está construindo o voto comigo é a Dra. Tatiana. Eu quero lembrar que Tatiana foi Secretária-Executiva do Ministério da Assistência Social, foi executiva da saúde, foi executiva no nosso Ministério de Direitos Humanos. Então, é alguém que entende de política pública. E eu tenho a Dra. Vanessa na Secretaria, que é a nossa advogada.

Estamos lembrando que tem outros projetos parecidos. Talvez a gente tenha que, como Comissão, pedir o apensamento de todos. A gente apensa todos a este e apresenta um texto universal. Por quê? A gente vai correr para aprovar este. Aí vem um outro projeto pior, que atrapalha e que, às vezes, pela articulação do outro Relator, vai passar primeiro que este... Então, eu acho que a gente vai trabalhar também o apensamento de outras propostas que estão tramitando.

Eu quero agradecer à primeira mesa, mas eu queria pedir agora que vocês dessem lugar aos outros que virão à mesa. Nós já vamos indo para a segunda fase, final, da nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos procurar cumprir o horário, porque nós temos idosos que querem ir embora. Então, eu agradeço com muito carinho a participação.

Vai tirar uma foto? Então, vamos ficar em pé e tirar uma foto? Venha cá, Toninho... (*Pausa.*)

Esta foto vale ouro!

Mais uma aqui, Agência Senado. (*Pausa.*)

Obrigada.

Eu agora convido para compor a segunda mesa... Já faço uma correção: nós não temos dois ministérios aqui, nós temos três. Olhe a alegria!

Então, eu convido para compor a mesa agora a Olivia Lucena de Medeiros, Diretora do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde. Venha cá, Olivia. Que alegria! (*Palmas.*)

Lá na minha terra, a gente bate palmas.

Obrigada. Sente-se aqui, Olivia. A gente agradece o Ministro por tê-la enviado, Olivia. Que alegria!

Convido a compor a mesa comigo Valdir Aparecido Alves, representante da Sociedade São Vicente de Paulo. É uma alegria, Valdir, recebê-lo. (*Palmas.*)

Convido a compor a mesa com a gente Kenio Costa de Lima, Diretor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Kenio, já agradeça ao meu incrível Secretário, viu? (*Palmas.*)

O atual Secretário da Pessoa Idosa tem participado de todos os debates nesta Casa e virou um amigo.

Eu chamo a compor a mesa o Marco Lima, que é advogado, Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Idosa da OAB, já foi Deputado aqui no Distrito Federal, autor do estatuto da pessoa com deficiência local, um apaixonado pela causa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos procurar ficar dentro do tempo, porque a gente já avançou bastante. Então, vamos ouvir com muito carinho a Dra. Olivia Lucena de Medeiros, Diretora do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde.

A SRA. OLIVIA LUCENA DE MEDEIROS (Para expor.) – Olá, muito bom dia! Que alegria estar aqui e ver tantas pessoas engajadas neste momento!

Eu queria começar falando da importância deste debate. Acho que a gente está diante de uma questão pública extremamente relevante e, com muita clareza, a principal missão que eu venho trazer aqui é o quanto o Ministério da Saúde e o SUS enxergam a sua responsabilidade neste debate e nessa integração. A gente tem falado muito dessa integração. Acho que Janaina, na primeira rodada, fez uma boa explanação com muitos exemplos do que pode ser o cuidado das unidades básicas, das equipes de saúde, em acolher as pessoas idosas das ILPIs – isso está inclusive em todas as falas. Daniella também trouxe já algumas questões que eu vou abordar. E aí, assumi os dois lados, que é a complexidade de a gente alcançar um nível de excelência nos atendimentos... A gente tem realidades no país que são muito heterogêneas – tem diferentes realidades –, tem exemplos muito exitosos, mas também tem muitas lacunas para resolver, porque o sistema é muito grande e o país é muito grande. Então, a gente olha para todas essas questões.

Aí tenho alguns pontos mais importantes para dizer para vocês. A gente está junto, no âmbito da Política Nacional de Cuidados, elaborando um protocolo integrado da assistência social com a saúde, para não restar dúvida para nenhuma das áreas das suas responsabilidades e dos seus papéis. Então, esse protocolo integrado vai ser trabalhado conjuntamente entre os ministérios e também com ações de capacitação dos profissionais, de disseminação dessas informações para que não restem dúvidas aos serviços que já existem – do seu papel –, e também, além disso, a gente, do Ministério da Saúde, vai reforçar a importância desse protocolo integrado com notas instrutivas e com ações para todos os estados e para todos os municípios. Isso porque, muitas vezes, quando a gente faz uma decisão ou uma diretriz conjunta, até alcançar toda a capilaridade, a gente precisa debater muito isso com os estados, com os municípios para disseminar. Então, a gente está trabalhando no protocolo integrado, nessa nota instrutiva. Isso significa, gente, que só da atenção primária – que é a secretaria que eu represento – vai estar claro o papel para as mais de 100 mil equipes. São mais de 1 milhão de trabalhadores, que já deveriam estar fazendo um excelente papel, a gente vai qualificar esse papel, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer aqueles que já avançaram, porque tem experiências muito legais também. Então, a gente olha para as boas experiências, até justamente para escrever essas instruções que a gente vai trabalhar em nível nacional.

Para além disso, a gente tem mais uma elaboração. Essa foi a primeira fala da Senadora a respeito da pergunta: cadê as ILPIs? Aí não ter muito essa resposta precisa... A gente, lá na saúde, vai colocar um marcador específico para identificar as ILPIs de todo o território nacional. Em breve, com algum tempo, a gente vai ter esse dado mais bem qualificado. Então, a gente junta o dado do censo Suas, junta também o dado da saúde e mapeia melhor essa realidade. Isso é realmente uma dívida histórica; fazia muito tempo que a gente precisava incorporar isso e a saúde também vai qualificar esse registro nos nossos cadastros.

Então, eu não sei se todo mundo aqui sabe... Quem aqui frequenta a unidade básica mais próxima da sua residência ou conhece o seu agente comunitário de saúde? A gente tem algumas mãozinhas aqui. Então, esses agentes comunitários, quando forem fazer o cadastro na casa de cada um e forem fazer o cadastro também numa ILPI da rede Suas, vão colocar ali: é uma ILPI que eu estou visitando aqui e vou cadastrar. Isso vai ser um ganho muito importante.

Para adicionar... Eu acho que, para fechar um pouco melhor as respostas para esse desafio – que tem muito a caminhar, mas a gente tem alguns avanços –, a gente criou um programa de atenção domiciliar a pessoas idosas. O que é esse programa? É uma equipe multiprofissional, então a gente está falando de ter enfermeiro, de ter fisioterapeuta, de ter psicólogo. Pode ter médico nessas equipes; o assistente social também pode compor; pode ter fonoaudiólogo, nutricionista. Então, são várias profissões que vão estar dedicadas ao cuidado das pessoas idosas, especialmente as com maior fragilidade, que muitas vezes estão numa ILPI.

Então, essas equipes vão ter estrutura; elas também vão ter um veículo para ir até esses lugares. A gente sabe que algumas ILPIs têm dificuldade de frequentar e de levar esses idosos para as escolas básicas, então a gente vai ter a disposição de ir até esses lugares. E, como a base de funcionamento dessas equipes é territorial – é por cadastro – elas vão ter essa responsabilidade de conhecer as ILPIs daquele território, daquele bairro e também prestar serviços ali. Então, esse é um incremento que certamente vai impulsionar bastante essa agenda de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem credenciadas, nesse mês já, 3.677 equipes em mais de metade dos municípios do país. É algo que a gente vem construindo e lutando há muito tempo e a gente está muito confiante de que isso vai agregar uma boa resposta também para esse cuidado. Além disso, ficam ainda questões para a gente debater melhor, principalmente para os casos ainda mais complexos – quando a gente está falando aí das unidades hospitalares, mas a gente também tem o Programa Melhor em Casa.

Eu só queria trazer essas duas mensagens – a gente tem alguns avanços; eu acabei de contar para vocês algumas novidades – e afirmar aqui o compromisso do Ministério da Saúde junto com os colegas dos outros ministérios nesse atendimento integrado e nessa questão pública que é tão importante, que é o cuidado das nossas pessoas idosas em instituições de longa permanência e em toda a rede Suas ali integrada.

Eu finalizo e fico também à disposição para questões.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, doutora. Obrigada.

Agradeço ao Ministro por ter enviado a senhora para essa importante audiência pública.

Eu quero registrar a presença das seguintes pessoas que estão aqui no Plenário:

- Dr. Henri Chazan, Presidente do Sindicato dos Hospitais de Porto Alegre e membro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, por dois mandatos, representando a Confederação Nacional de Saúde – obrigada, Doutor, por estar conosco participando desta audiência;

- Ronny Gomes de Azevedo, Vice-Presidente do Instituto Latino-Americano de Educação para Segurança (Ilaes) – muito obrigada, Ronny;

- Vera Maria da Silva Teles, coordenadora do Fórum 60+;

- Ester Braga, Presidente do Instituto Semeando Arte;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ana Paula Barbosa Pereira, Vice-Presidente e gerontóloga da Associação Brasileira do Cidadão Sênior – muito bem-vinda;

- Rafael Pereira, Diretor da AILPI, São Paulo... ILPI-SP?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está certo? ILPI-SP, o.k.;

- Vanessa Santos, membro do Comissão de Defesa do Idoso da OAB-DF, do Riacho Fundo e Recanto das Emas;

- Iêda Borges de Castro, Diretora da Associação Brasileira Clubes da Melhor Idade;

- Grace Lima, Comissão de Defesa da Pessoa Idosa, da OAB;

- Coronel Roberto Carlos Sheid, PMDF – a Polícia está aqui com a gente;

- Simone Neves, Presidente da Associação Estadual das Instituições de Longa Permanência do Rio de Janeiro (Ailpi, Rio de Janeiro);

- Claudeci Luart, nosso parceiro – cadê Claudeci? Claudeci é nosso parceiro, amigo, empresário no DF, também pré-candidato a Deputado Distrital;

- Rayane Stefany das Neves, Reviver Residencial Sênior – prazer! Que bom que você está aqui, Rayane;

- Dorea das Neves Medeiros, Diretora do SEPD – falei certo, SEPD?

- Irmã Marlene Aparecida Toné, Diretora do Lar dos Velhinhos – que bom que a senhora está aqui, irmã;

- Letícia Medeiros de Oliveira, da Fenapestalozzi.

Nossos amigos e parceiros desta Comissão.

Na sequência, vamos ouvir o Valdir Aparecido Alves, representante da Sociedade São Vicente de Paulo, que é o nosso amigo querido, parceiro também da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valdir, dez minutos. Procure ficar dentro do tempo, está bom?

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES (Para expor.) – Senhoras e senhores, autoridades presentes e Senadora Damares, é uma grande alegria estar aqui presente, falando sobre esse tema importantíssimo para a sociedade. Senadora, olhando nos olhos da senhora, eu falo: nada acontece por acaso em nossas vidas. Tudo tem um porquê e um para quê. Não é por acaso que a senhora é a Relatora desse processo, tá?

Vamos lá. Pode colocar o eslaide, por favor?

O.k., fica mais próximo. Pode passar mais um, por favor?

Esse é o Projeto de Lei nº 411, de 2024, que está sendo discutido.

Mais um, por gentileza.

Rapidamente, vou passar para vocês um histórico do que é a Sociedade São Vicente de Paulo, a qual eu estou representando aqui. É uma organização civil de leigos dedicada ao trabalho cristão de caridade. Ela se iniciou na França em 1830, por iniciativa de seis jovens e um idoso. O objetivo era aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis e fortalecer a fé dos seus membros.

Hoje, nós somos 800 mil membros no mundo e ajudamos 30 milhões de pessoas e estamos em 155 países, nos cinco continentes do globo terrestre.

Mais um, por gentileza.

No Brasil, nós estamos presentes em todos os estados da Federação. Nós temos atividades em que os vicentinos desenvolvem as suas atividades caritativas.

Mais um, por gentileza.

Este gráfico aqui representa as atividades nossas no país como um todo. Nós atendemos 74 mil famílias, visitas semanais que os vicentinos fazem às famílias. Atendem as famílias de forma material, com cestas básicas, e atendemos a parte espiritual ou a necessidade delas do dia a dia. Nós também atendemos semanalmente em casas. São 470 mil pessoas atendidas semanalmente.

Nos nossos lares, que é o objetivo nosso aqui hoje, a discussão, nós atendemos 19 mil idosos, e eles estão dispersos em 476 mil Ilpis. Aí cabe um ponto importante a esclarecer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui: nós éramos em mais de 700 mil lares espalhados pelo Brasil, ou seja, nós estamos diminuindo. A gente está encolhendo.

Inclusive, Senadora, nós criamos um manual de desativação de ILPI. E eu queria a ajuda da senhora para a gente rasgar esse manual, porque eu sou contra o fechamento. A sociedade é contra o fechamento de qualquer ILPI no país. E nós estamos fechando, estamos diminuindo, ao inverso do que precisa a sociedade, porque, graças a Deus, nós estamos vivendo mais, devido à medicina, melhores condições de vida, mas nós estamos encolhendo, porque não temos apoio. Nós estamos sozinhos, nós estamos jogados, abandonados e não conseguimos fazer aquilo que o idoso precisa.

E aqui está um idoso, eu sou idoso também. Eu falo pelos idosos e eu sou idoso.

Então nós criamos um manual, para vocês verem o que tivemos que fazer, devido à pressão que estamos sofrendo e à necessidade de fecharmos as casas.

Nós temos 23 creches, sete hospitais. Nós éramos em 13 hospitais. Estamos fechando os hospitais também, por falta de ajuda do poder público. Estamos fechando hospitais. E por aí vai.

Mais um, por gentileza.

Nós, nos nossos lares, funcionamos ininterruptamente, 24 horas por dia. Fornecemos alimentação saudável e personalizada aos idosos, damos a eles acesso às atividades culturais, a ações educacionais, às crenças religiosas daqueles que desejarem, de acordo com o seu credo. Pregamos o fortalecimento dos vínculos familiares e afetivos, porque muitos deles são jogados, abandonados pela família.

E um detalhe importante aqui: nós, vicentinos, somente acolhemos idosos vulneráveis. O que são os vulneráveis? São aqueles que não têm família ou que têm família que não consegue cuidar mais deles, porque precisa trabalhar, ou aqueles que estão sofrendo maus-tratos. Esse é o perfil que nós acolhemos.

E um detalhe, Senadora: quando a senhora comentou que o BPC ajuda a cuidar dos idosos que estão lá, muito pelo contrário, o dinheiro que vem do BPC mal dá para a gente manter o dia a dia deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que vender bolinho, fazer feijoada, fazer churrasco – a gente tem que se virar nos 30 para a gente conseguir manter. Por quê? Muitas das prefeituras sequer repassam para a gente o que o poder público manda. Nós não temos recurso, a gente está diminuindo porque nós não temos ajuda.

Convívio social para eles, passeio, inclusive à casa de parentes dos acolhidos. Por quê? Muitos deles, quando são colocados lá para nós, a impressão que passa é que estão sendo jogados para a morte, que lá é o fim da vida deles, e é muito pelo contrário.

Passe mais um, por gentileza.

O projeto de lei aqui que vai ser discutido, que está alterando a Política Nacional do Idoso, é o foco nosso, a partir de agora.

Pode passar um, por gentileza.

Qual é o objetivo desse projeto de lei? Resumidamente, permitir que a saúde seja executada pelas ILPIs. Porém, um erro gravíssimo que já foi comentado aqui é que esse projeto não indica de onde virão os recursos de mão de obra e materiais para atendimento do decreto. Está se jogando uma responsabilidade sem falar de onde vai vir dinheiro. Sem dinheiro, a gente não consegue trabalhar, a gente não consegue manter o que nós temos. E a Janaína falou, com muita propriedade aqui, que a saúde é dever do Estado, através de políticas públicas, e não das entidades privadas.

Essa lei é inconstitucional. Ela não pode prosseguir, porque ela está ferindo um direito do idoso. Ela está ferindo um direito dele. Vai ser um crime se essa lei prosseguir. Ela vai tirar a dignidade daquele que já não tem dignidade, porque foi abandonado pela família, e agora vai ser abandonado pelo Estado, que está criando uma legislação, que vai aprovar uma legislação que vai abandoná-lo de vez.

Pode passar, por gentileza.

Art. 15, §8º: "As instituições de longa permanência para pessoas idosas poderão [grifei] adquirir equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida de seus residentes". Quando está escrito ali que ela vai poder adquirir equipamentos, ao se permitir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra de equipamentos e medicamentos, o projeto visa a aparelhar a instituição para atendimento de saúde e, consequentemente, contratação de profissionais especializados. A gente mal consegue contratar os cuidadores, aí eu vou ter que contratar enfermeiro, técnico, fonoaudiólogo, psicólogo. Como é que eu vou fazer isso? Não se indica – de novo – de onde virão os recursos financeiros.

Por gentileza, mais um.

Art. 50, III: "fornecer vestuário adequado, se for pública [então, se não for pública, eu não tenho que dar vestuário adequado para ele? Olhem que aberração no texto da legislação] [...], suficiente e adequada às necessidades nutricionais e às condições físicas de cada um [...]".

Tem um pequeno detalhe que ninguém percebeu: "e adequadas às necessidades nutricionais". Isso significa o quê? Que, dentro da instituição, eu vou poder ter idoso que receba dieta nasoenteral; só que, na contramão, eu tenho a RDC 503, que não permite esse tipo de idoso lá dentro. Por quê? Ele vai ter que ter um médico, uma enfermeira, uma nutricionista e um farmacêutico.

A RDC 503 estabelece isso. Como é que eu vou fazer se eu não tenho dinheiro para ter esses profissionais? Está na contramão, está em confronto com outra legislação existente e em vigor no país, por isso não pode prosperar.

Mais um, por gentileza.

"Art. 50:

XVIII - dispor de pelo menos um funcionário ou empregado capacitado para o uso e interpretação de Língua Brasileira de Sinais".

Vamos lá. Não sou contra. A Sociedade São Vicente de Paula não é contra, mas é mais um profissional que eu vou ter na minha estrutura. Eu mal consigo ter os profissionais para cuidar dos idosos hoje. Eu não vi até hoje – eu sou especialista em ILPI, me considero um especialista – nenhum idoso, dentro dos nossos lares, que precisasse de uma pessoa com essa formação. Isso já foi dito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, complementando, me veio aqui agora: nós estamos representando 41% das ILPIs do país. Então, eu falo para vocês com o pé no chão, com muita tranquilidade, porque a gente vive isso o dia inteiro.

Mais um, por gentileza.

"Art. 50:

XIX – Instalar câmeras de vigilância com gravação de imagens em áreas de uso comum e de socialização dos existentes".

Não somos contra as câmeras, não, elas são bem-vindas. Porém, de novo, de onde virá o recurso? No ano passado, nós pegamos uma idosa sendo abusada dentro de um lar nosso, com muita tristeza. Nós pegamos por quê? Porque ela estava dentro do quarto e uma outra cuidadora chegou e pegou na hora. Essa pessoa fugiu e depois foi presa, está cumprindo pena já. Ela foi pega.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E tem que passar o resto da vida na cadeia.

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES – Tem que passar o resto da vida na cadeia. É pouco.

Foi pega porque uma cuidadora viu. Se tivéssemos a câmera, talvez coibisse, talvez a pessoa não fizesse, alguma coisa nesse sentido. Mas a pergunta é: de onde vão vir os recursos? Quem vai dar o recurso para a gente? É bom.

Eu entendo que todos estão aqui para lutar e defender o direito dos idosos, mas a gente tem que ter condição. Nós temos boa vontade, mas nós não temos ajuda do poder público. Aí a gente não consegue.

Mais um, por gentileza.

"Art 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei 8.842 (...)". [O que esse artigo vem a dizer para nós? O atual, não é?]

"art. 4º Constitui diretriz da Política Nacional do Idoso:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único: É vedada [é proibida] a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições [de caráter asilar]".

O projeto prevê que esse artigo seja revogado. Nós estamos sofrendo uma ação federal do Coren contra a gente. Por quê? Muitas vezes nós tentamos até manter essas pessoas lá dentro. Aí o Coren vem e fala: "Não, você tem que ter enfermeiro também", defendendo a classe deles. Ele está certo, está defendendo os profissionais. Porém, nós não temos condições de ficar com eles, não temos estrutura. E eu estou falando de alimentação nasoenteral, porque o texto anterior vem permitindo que eu dê esse atendimento para o idoso dentro do nosso lar.

Então, esse decreto tem que ser mantido, porque nós somos ILPI. Nós somos casa, assistência social. A saúde é dever do Estado, não é nosso – não é nosso. O Estado está se furtando da sua responsabilidade constitucional e está jogando a responsabilidade para nós. Nós não temos condições para isso hoje.

Nós somos especialistas em assistência social. Nós nascemos na assistência social e somos especialistas nessa área. Isso nós sabemos fazer muito bem, muito bem mesmo. Agora, a saúde não é nossa praia. Se delegarem o idoso para nós, ele vai ser malcuidado. E não é isso o que a gente quer.

E, por último – pode passar um, por gentileza –, esse artigo fere a dignidade da pessoa humana, tirando a responsabilidade constitucional do Estado, transferindo-a para o terceiro setor, que não tem condições financeiras para arcar com essa responsabilidade. A ILPI é uma residência coletiva e não um hospital ou uma clínica geriátrica, como foi muito bem falado aqui. É na clínica geriátrica que vai ser dado o cuidado à saúde dele também, não na ILPI. Temos que apartar, separar um trabalho do outro.

O último – por gentileza –, para a gente finalizar.

Conclusão: a SSVP presta serviço de caráter socioassistencial, sem fins lucrativos. Grande parte das ILPIs da Sociedade São Vicente de Paulo não têm condição de assumir essa responsabilidade a ser imposta pela nova lei, que é um dever do Estado. Caso ela venha a ser aprovada, muitas obras irão encerrar suas atividades em todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem fala para vocês aqui... Eu já fui Presidente de ILPI, já fui Presidente de hospital. Depois que eu saí do hospital, o hospital foi fechado, porque não tinha ajuda do poder público. E uma das ILPIs em que eu fui Presidente fechou, não porque me faltou vontade, força e saúde, mas faltou ajuda do poder público local, que não dava verba para a gente. E nós fechamos uma casa.

Então, Senadora, peço gentilmente à senhora que olhe com muito carinho para esse projeto de lei. Que Deus te ilumine, que te dê sabedoria!

E, desde já, agradeço à senhora por disponibilizar para a gente esse texto final que a senhora vai fazer, para que a gente possa construir, juntos, melhor qualidade de vida para todos os idosos deste país.

Coloco toda a Sociedade São Vicente de Paulo à disposição da senhora.

Para o que a senhora precisar, estamos à sua disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Valdir.

Eu estava aqui conversando com a Dra. Olivia.

Escreveram um texto sem ouvir realmente quem precisava ser ouvido.

Como é que a gente consegue fazer isso? A gente consegue. O Parlamento consegue coisas que vocês não imaginam. E eu estou sentindo o peso da minha responsabilidade agora.

Mas eu acho também que de outras discussões para além dessa vocês foram excluídos. Por exemplo, vocês foram chamados para discutir a reforma tributária?

O senhor apresentou ali que o senhor tem 13 mil funcionários. O senhor foi chamado para discutir o fim da escala 6x1?

Por que vocês são excluídos dos grandes debates nacionais?

Então, eu vou aqui dar uma sugestão tanto para a federação das instituições como para a sociedade. Eu não sei como é que vocês vão fazer isso. Só não me peçam para fazer isso. Mas eu acho que os presidenciáveis, os candidatos a Presidente da República têm que ser ouvidos por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês agora durante a pré-campanha, e durante a campanha. E eles precisam fazer um compromisso público agora com vocês.

E vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, mas eles precisam... Como é que se vai governar uma nação sem ouvir vocês, que estão cuidando dos idosos?

Então, eu vou dar uma sugestão: organizem uma roda de conversa, acho que mais para a campanha, porque aí as convenções vão estar fechadas. Eu sei, eu tenho certeza de que, se o Presidente Lula mandou três ministérios se sentarem nesta mesa aqui hoje, ele não vai ter problema de se sentar com vocês para conversar sobre qual é a pauta dele, para o próximo Governo dele, para o segmento, como os outros presidenciáveis. Então, fica aí uma sugestão: organizem-se. Não me chamem, eu não posso ir lá, porque aí eu vou fazer confusão. Mas eu acho que vocês precisam estar no plano de Governo dos presidenciáveis, dos próximos candidatos a Presidente da República.

Nós já estamos indo para o final da audiência.

Eu vou fazer uma inversão aqui. Como ele foi incluído na mesa rapidinho, e ele tem que sair – a fala dele vai ser muito curta –, nós vamos ouvir o Dr. Marco Lima, advogado e Presidente da Comissão de Defesa do Idoso da OAB.

Na sequência, o Kenio, para a gente encerrar a audiência.

Dr. Marco.

O SR. MARCO LIMA (Para expor.) – Senadora Damares e mesa aqui composta, é um prazer enorme estar aqui com vocês, nesse grande debate.

Parabenizo a nossa Senadora da República por essa iniciativa. Parabenizo as lideranças dos idosos que estão aqui, as várias associações e representações dos idosos. Acho que vocês que estão lá na ponta é que merecem os nossos aplausos, os nossos elogios, porque não é fácil. A missão de vocês é árdua, é difícil. Então, com toda a desenvoltura, a gente diz que vocês é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merecem todas as homenagens, porque vocês se predispõem a trabalhar e a cuidar das pessoas que mais são vulneráveis hoje no país, que são os nossos idosos. Então, parabéns a vocês. Eu cito aqui algumas pessoas: a Isa, lá do Paranoá; a Magnólia, do Riacho Fundo; a Dona Terezinha, de Santa Maria; o Instituto Ilaes; a Aninha, do Fórum, vários que estão aqui e os que já passaram por aqui.

Senadora, eu não estava preparado para falar aqui hoje, até porque nós temos muita coisa para trazer para a senhora. Nós temos muitas informações para trazer para esta Comissão de Direitos Humanos, para a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, no Congresso Nacional, que a senhora preside.

Como Presidente da Comissão de Defesa do Idoso, estou com os nossos membros da Diretoria, que estão aqui conosco: a Dra. Rosany, Vice-Presidente; a Dr. Ninaut, a Dra. Vanessa, a Grace Lima. Há outros membros que não puderam estar aqui. São advogados e precisam trabalhar. Atendendo os seus clientes, nem todos podem estar presentes em todo lugar, ao mesmo tempo. Então, nós estamos representando a nossa comissão. Temos mais de 41 advogados aqui de Brasília.

Senadora e toda a mesa aqui presente, nos últimos meses e até anos, nós fizemos diversas audiências públicas para ouvir os nossos idosos e suas lideranças. Essas audiências públicas tiveram apoio das associações dos idosos, do Fórum Permanente, de vários institutos, organizações da sociedade civil. E nós realizamos essas audiências públicas em várias cidades do DF. E – pasmem, senhores! – nessas audiências públicas, nós tivemos, inclusive, algumas salas reservadas, Senadora, para ouvir os nossos idosos e os nossos advogados da comissão. E o que foi dito ali é de chocar, em plena capital federal. Sei que aqui o debate é em nível nacional, mas eu trago o problema para a nossa capital federal.

Nossos idosos, igual disse a Senadora Damares, em um evento, uma vez no Plenário deste Senado, e eu parafraseei a fala dela: nossos idosos estão sob ataque; estão sob ataques constantes. A simples negligência com as nossas ILPIs, Doutor, a simples falta de apoio, regulamentação, cuidado e incentivo é uma forma brutal de ataque aos nossos idosos.

Deparamos, nessas audiências públicas, com idosos tremendo de medo de denunciar a agressão que é vivida dentro de casa. Nós deparamos, nessas audiências públicas – e inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse relatório eu vou fazer chegar às mãos da nossa Senadora, Presidente desta Comissão e Presidente da frente parlamentar –, com idosos relatando agressões físicas de vizinhos. Quando seus filhos têm que trabalhar, eles ficam em casa sozinhos e são explorados por vizinhos, explorados por parte da sociedade que não reconhece o idoso como uma pessoa vulnerável.

Nós temos que ir mais a fundo, Comissão, nós temos que ir mais a fundo. As ILPIs, nesse grande debate aqui hoje, são o centro deste debate, precisam avançar algo a mais. O que está acima, hoje, das ILPIs, dos nossos CCIs... Eu tinha tanta coisa para falar aqui hoje, Senadora, mas o tempo não deixa.

Os nossos CCIs – e nós, da comissão e eu mesmo, tivemos a grata satisfação de visitar quase todos os CCIs do Distrito Federal –, ao longo dos governos, têm sido negligenciados. Os idosos não são donos dos seus próprios CCIs. O Governo agora, com a nossa Governadora, Celina Leão, por quem a gente tem apreço, está na fase de construção de mais dez CCIs para atender às demandas. Mas é pouco ainda, sabemos disso. Nós precisamos, Senadora Damares e todos aqui, discutir a reforma do Estatuto do Idoso.

Eu tive a satisfação de, lá atrás, em 1997, apresentar a primeira lei criando o primeiro Estatuto do Idoso no país, que foi uma lei distrital nossa aqui – em 1997. Cinco anos depois, foi apresentado o Estatuto do Idoso, em nível federal – em 2003.

Esse Estatuto do Idoso precisa de reforma, Senadora; precisa de reforma, Srs. Parlamentares do Congresso Nacional, urgentemente. As ILPIs precisam ser reformadas, atendidas. Hoje, nós temos, no DF, 15 ILPIs privadas, a maioria de atendimento social, sem fins econômicos, apenas quatro ou cinco com fins econômicos, 15 apenas, e 48 sem nenhum reconhecimento, sem nenhuma regulamentação sobre elas. Estão largadas ao seu próprio destino.

E vai se fazer o quê? Chegar lá, fiscalizar, levar ao Ministério Público, levar à Comissão da OAB e fechar essas instituições? Ou dar apoio a essas instituições, ver do que elas precisam e ajudá-las, como nós temos ajudado, pela comissão, a regulamentar algumas entidades? É preciso ir mais a fundo em relação a isso.

Vou só citar um caso aqui, Senadora, para ir já para o meu desfecho final, rapidamente, meu tempo está esgotado. Nós deparamos com a D. Elice, lá do Paranoá. A D. Elice estava ocupando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o CCI há vários meses e fazendo terapias com os idosos, tratamento com terapias alternativas, massagens com óleos corporais, atendimento psicológico, e a D. Elice foi obrigada a sair do CCI, porque, segundo algumas autoridades, lá não era local de fazer esse tipo de atendimento; ou seja, os CCIs precisam ser entregues aos idosos de forma verdadeira.

Nós defendemos, enquanto OAB, Senadora Damares, que o Governo Federal tenha um ministério de defesa da pessoa idosa. Já passou da hora! Nós temos pessoas capacitadas, voltadas à atenção ao idoso, e esse ministério seria um guarda-chuva, em nível nacional, aos estados. Esse ministério, Senadora, incentivaria os estados e o Distrito Federal a criarem as suas respectivas secretarias de defesa da pessoa idosa.

Nós não podemos ficar relegados ao idoso ser atendido uma hora pela secretaria de saúde, uma hora pela secretaria de assistência social, uma hora por outra secretaria... O idoso precisa ter a sua própria secretaria, em todos os estados, e essas secretarias precisariam dar autonomia às ILPIs, fazer levantamentos, prover recursos, ter um fundo do idoso, porque isso precisa ser mais bem gerido, precisa ser mais capacitado para investimento.

Nós defendemos isso. Defendemos, Senadora... Inclusive, já falamos até com a senhora: vamos entregar um projeto, que já foi rascunhado por nossa Comissão do Idoso, para a criação do conselho tutelar de defesa da pessoa idosa.

Nós precisamos, plenária, ter o conselho de defesa da pessoa idosa, um conselho tutelar, igual temos o conselho tutelar da defesa da criança e do adolescente.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCO LIMA – Curatela, exato! Que seja lá na ponta, fazendo atendimento, combatendo as violências contra as pessoas idosas.

Então, Senadora, eu quero encerrar aqui pedindo permissão à senhora, quebrando o protocolo, para convidar aqui a Diretoria da nossa OAB, para que nós possamos fazer uma entrega solene à nossa Senadora.

Eu digo com todas as letras: neste Congresso Nacional, temos muitas pessoas que entendem, que se preocupam com os idosos, mas nós temos uma pessoa que mais se preocupa com o idoso, que – nós temos visto nos últimos tempos – é a Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossa comissão, na nossa reunião, nós aprovamos a entrega à Senadora de uma comenda da Comissão de Defesa do Idoso da OAB, de um certificado em honra a ela, por ser uma Parlamentar, neste Congresso Nacional, que defende a pessoa idosa.

Quero chamar aqui nossa Vice-Presidente, Dra. Rosany, Dr. Ninaut, Dra. Vanessa e Dra. Grace também, para estarem aqui à frente, para nós entregarmos essa comenda e, assim, eu encerrar a minha falação hoje.

(*Procede-se à entrega do certificado de mérito na defesa da pessoa idosa à Senadora Damares Alves.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, gente! (*Palmas.*)

Para quem não sabe, eu sou advogada também.

O SR. MARCO LIMA –

> A Comissão de Defesa do Idoso da OAB [...] Subseção Riacho [Fundo] e Recanto [das Emas] condecora [a Senadora] Damares Alves [pelo] mérito na defesa da pessoa idosa. A Comissão de Defesa do Idoso da OAB [...] condecora a Advogada e Senadora da República Damares Alves, pelo seu compromisso na defesa da pessoa idosa de todo o Distrito Federal. Suas ações demonstram a sua capacidade de ouvir, conduzir e principalmente atender as demandas dessa parcela tão importante da sociedade.
> Brasília, 25 de junho de 2016. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. (*Pausa.*) Obrigada, Doutor. Se eu soubesse que você ia fazer isso não teria dado a palavra. (*Risos.*)

O Dr. Marcos ocupou o lugar de um dos nossos convidados, que não veio, que é do conselho do direito do pessoa idosa do Rio de Janeiro. Então, o Marcos, como é um parceiro, eu o trouxe para a mesa, mas fui surpreendida com a homenagem.

Obrigada, Dr. Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir o nosso último convidado – e já vamos para o encerramento da audiência –, Kenio Costa de Lima, Diretor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Kenio, é uma alegria recebê-lo aqui.

O SR. KENIO COSTA DE LIMA (Para expor.) – Bom, boa tarde já, muito embora muita gente ainda não se alimentou, almoçou verdadeiramente. Então, boa tarde, gente!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Boa tarde outra vez, gente!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Agora eu estou mais feliz. Então, é um prazer estar aqui neste momento.

Eu sou Kenio, estou como Diretor de Proteção da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Tenho uma trajetória na discussão acerca da pessoa idosa há mais de 30 anos. Eu sou pesquisador da área do CNPq e atualmente sou editor da *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*.

Então, é um prazer, Senadora, estar aqui neste momento e, assim, vejo a importância dessa pauta e desse debate aqui, neste momento, acerca de dois pontos que são fundamentais: o PL e o Junho Violeta, e eu acho que a gente precisa retomar isso.

Quando a gente fala do Junho Violeta, a gente está falando do enfrentamento à violência contra as pessoas idosas, e essa violência, inclusive, é institucional, a gente precisa compreender isso: que é uma violência institucional, que é dos vários níveis, e que as pessoas idosas precisam ser protegidas e ter seus direitos garantidos. Então, assim, eu acho que este debate é fundamental.

Eu gostaria de saudar todas as pessoas idosas que estão aqui, porque é por vocês, para vocês e com vocês, porque eu acho que é o que faz a diferença para a gente construir uma política pública voltada à pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este debate tanto do Junho Violeta, do enfrentamento à violência, quanto do projeto de lei – e principalmente no que diz respeito ao projeto de lei – eu acho que é uma tentativa de atualizar esse marco legal das instituições de longa permanência, mas a gente precisa ter muito cuidado. Então, a minha fala vem muito cautelosa no sentido de a gente entender que as pessoas que estão vivendo ou convivendo em instituições de longa permanência são sujeitos de direito, e a gente precisa entender isso. Não é qualquer coisa que eu faço para as pessoas idosas que lá estão que é algo adequado.

Então, a gente precisa compreender de onde vem essa trajetória, como é que isso foi construído. Eu posso dizer com grande satisfação que eu andei por instituições de longa permanência do Brasil inteiro, porque eu fui coordenador adjunto de uma pesquisa que aconteceu nacionalmente, em 2016, com instituições de longa permanência do Norte, Nordeste, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eu sou Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sou nordestino com muito orgulho – dá para perceber pelo sotaque. A gente construiu o Instituto do Envelhecer na universidade, que dá apoio pela universidade às várias políticas relacionadas à pessoa idosa, e a gente conseguiu fazer uma interface muito interessante com as instituições de longa permanência, contribuindo e qualificando-as.

Já para trazer, Senadora, quando a gente estava no processo, no ano passado, de construção da integração SUS e Suas e direitos humanos – porque as pessoas sempre esquecem os direitos humanos, mas eles fazem parte desse processo –, a gente propôs – já tem tudo organizado – uma formação para trabalhadores e trabalhadoras de instituições de longa permanência. A senhora vai me perguntar: "Kenio, por que não foi adiante?". A gente não tem recurso. Então, a gente tem muitas ideias importantes e baseadas, todas, em evidências científicas, mas a gente não consegue executar porque a gente não tem orçamento.

Nesse sentido, eu acho que esta discussão e este debate fazem com que a gente consiga pensar esse ecossistema de cuidado para a pessoa idosa. Como a senhora mesma disse, a gente não tem que demonizar as ILPIs, sob hipótese alguma; muito pelo contrário, a gente precisa contribuir para qualificar todo o processo de trabalho que lá está e contribuir para que essa gestão, inclusive, seja uma gestão qualificada. Esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por se tratar de um tema extremamente importante, eu acho que este debate deve ser ampliado e eu já entendi que a senhora vai fazer um substitutivo a esse projeto, e a gente gostaria bastante de contribuir nesse processo, inclusive, na compreensão de que essas pessoas são sujeitos de direito e para trazer essas questões.

Hoje, por exemplo, um ponto que a gente precisa entender é que o cuidado é ampliado, pode acontecer em qualquer tempo, em qualquer espaço. Então, a gente precisa entender que todos nós, que aqui estamos, realizamos cuidado em diversos níveis, e isso precisa estar qualificado quando a gente fala da pessoa idosa. Não é qualquer coisa que eu faça. A gente precisa entender de uma vez por todas. Eu preciso qualificar isso e eu preciso entender que essas pessoas têm os seus direitos, que precisam ser garantidos, protegidos e promovidos. Esse é um ponto.

Um ponto importante é que esse cuidado não pode ser negligente ou violento, tampouco infantilizado. Então, essa pessoa idosa – eu discordo do Marco – não precisa de um conselho tutelar; ela precisa, efetivamente, de um conselho de direitos da pessoa idosa que represente essas pessoas. (*Palmas.*)

A gente precisa qualificar os conselhos e não de pessoas que se representem lá. Elas precisam representar, de fato, as pessoas idosas de onde elas estão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E mais rotatividade.

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Isso, exatamente, e não profissionalização. Isso mesmo.

Então, eu acho, Senadora, que a gente deve focar sempre na autonomia, independência e dignidade, porque, gente, tem uma coisa que é muito séria para a gente: falar de direitos humanos.

É simples para todos vocês que estão aqui: o que são direitos humanos? Se a gente tiver estas três palavrinhas simples, a gente está falando de direitos humanos: cuidado, respeito e dignidade. Então, isso a gente entende, não precisa ficar fantasiando em cima. Se a gente tiver esses três pontos, a gente está falando de direitos humanos e a gente precisa pensar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente pensa nas pessoas idosas, a gente precisa sempre pensar que agora a gente não tem mais como voltar atrás nesse envelhecimento da população. Nós somos um país envelhecido.

Senadora, no dado atual – não é mais o de 2022 –, nós somos, ao final – nós, porque eu estou para me tornar uma pessoa idosa –, assim, ao final deste ano, nós vamos ter 37 milhões de pessoas idosas no Brasil. Essa população é predominantemente feminina – mais de 50% são mulheres. Então, a gente precisa também falar do envelhecimento feminino e não só do envelhecimento enquanto as mulheres estão na sua fase reprodutiva. Isso não é digno, não é justo. Então, a gente precisa pensar nisso.

Uma outra questão que a gente precisa pensar é que o Brasil, hoje, tem uma longevidade considerável. Hoje, o nosso índice de longevidade do Brasil beira os 15%, ou seja, eu tenho 15% das pessoas com 60+ que têm 80+. Então, são pessoas que vão precisar de mais cuidado. E a gente precisa pensar para ontem, porque senão a gente vai colapsar o ecossistema do cuidado. Não é a saúde sozinha, não é assistência social, não são os direitos humanos, não é educação: a gente precisa pensar tudo integrado. Enquanto a gente não pensar, Senadora, nesse cuidado integrado, que pode ser no transporte, na educação... A minha região, gente, o Nordeste, tem 38% de pessoas idosas não alfabetizadas; tem município do Amazonas que chega a 70%. Isso é criminoso! A gente não pode deixar isso acontecer. Entendem? Então, isso é cuidado.

E quando eu penso nisso, quando a gente pensa especificamente nas ILPIs... Vejam, a gente publicou recentemente um artigo que mostra, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde, que 4,5% das pessoas idosas do Brasil estiveram, ou ainda estão, acamadas nas duas últimas semanas – estou falando de acamadas –, o que significa um total de mais de 1,6 milhão de pessoas. E quem está cuidando dessas pessoas? São as famílias, que estão sobrecarregadas? São as ILPIs? Porque, mesmo que queiram funcionar bem, se a gente fica mandando pessoas para a ILPI, o cuidado começa a perder a qualidade. Então, assim, a gente precisa ser responsável nessa hora. A gente está defendendo uma causa. A gente está defendendo as pessoas idosas deste país. Então, isso a gente precisa pensar.

Se a gente for pensar em dependência de atividades de vida diária, a gente sabe que... Nossa, já? Nem falei quase nada. Desculpem. (*Risos.*) Então, assim, é porque eu sou professor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora. E aí, quando... Eu queria já estar em pé, falando com todo mundo – vocês estão percebendo que eu estou assim, não é? –, querendo sair daqui.

E aí, a questão, eu acho que é isso. Esse PL precisa ser revisto urgentemente. Ele não tem lógica. A gente precisa dizer de onde vem esse orçamento. Não dá para a gente ficar obrigando instituições a botarem câmera. Não se negociam direitos humanos; se negocia cuidado. Então, essas pessoas, muitas delas, não vão ter nem opinião para dizer se sim ou se não. As câmeras são importantes? São, mas a gente precisa qualificar esse cuidado. É o cuidado qualificado que vai fazer com que as pessoas não pratiquem violência. Não é uma câmera que vai impedir. Esse é um outro ponto.

A gente precisa pensar na integração SUS-Suas e direitos humanos. Por favor, lembrem-se dos direitos humanos e da cidadania das pessoas idosas. É isso.

Eu tinha muito mais o que falar, mas eu tenho tudo aqui. Se a senhora precisar, eu estou à disposição para a gente trazer isso. E é isso, gente. Esse PL, da maneira que está, não pode passar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Kenio, eu vou deliberar... Atenção, Secretaria: encaminhamento. Nós vamos sequestrar o Kenio daquela secretaria para a nossa Comissão. (*Risos.*)

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Antes do sequestro, eu queria entregar à Senadora Damares algo que a gente produziu: O Estatuto da Pessoa Idosa em cordel.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Só para vocês entenderem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, Kenio, tinha que ser um nordestino naquela secretaria.

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – Só para a gente entender – só pra gente entender: o cordel é a única forma de literatura estritamente brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo vai querer! Agora você vai ter um problema.

Gente, nós acabamos os nossos expositores. Pelo Regimento Interno, eu preciso devolver um minuto para o agradecimento final de todos os expositores. Então, eu peço que vocês realmente usem um minuto.

E claro que o debate não se encerra nesta audiência. Inclusive, nós recebemos muitas perguntas da internet e eu vou fazer o seguinte encaminhamento. Vieram perguntas de Eliene, de Minas Gerais; Lívia, de Minas Gerais; e comentários de Fábio, da Bahia; Sandra, de São Paulo; Leonardo, de Minas Gerais; Bárbara, do Mato Grosso; Renata, do Distrito Federal; Amara, do Rio Grande do Sul; Eliene, de Minas; Jorge, da Bahia.

Eu queria tomar a seguinte iniciativa: eu vou pedir... Se o Sergio pode... Cadê o Sergio?

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Aqui. A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sergio, eu vou entregar essas perguntas para você. Dentro da possibilidade, você vai responder por *e-mail* para a Vanessa, da Secretaria, e nós vamos encaminhar para as pessoas do Brasil inteiro que fizeram as suas perguntas. Pode ser? (*Pausa.*)

Nesse sentido, eu já te encaminho e já te dou um minuto para fazer o agradecimento e as considerações finais.

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senadora, vou dar dois desafios para a senhora.

O primeiro desafio é que a senhora nos ajude a ter uma lei federal para ILPI, porque é inconcebível, é incabível a gente ter que judicializar tudo. Tudo neste país, a gente tem que judicializar. Vou dar um exemplo da cidade de São Paulo: estamos entrando com uma ação quanto ao Prefeito da cidade de São Paulo, que está proibindo as ILPIs de estarem em áreas residenciais, está cassando os alvarás das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Continua.

O SR. SERGIO SOARES DE OLIVEIRA – Está cassando os alvarás das ILPIs que estão em área residencial.

O segundo desafio, Senadora, é que a senhora nos ajude: as lavanderias que lavam as roupas dos hospitais, lavam as roupas das casas de repouso, lavam as roupas de hotéis são fundamentais para higienizar e para cuidar da saúde da nossa população, e elas não foram incluídas no rol de desconto do IBS e CBS. A nossa conta vai aumentar em mais 23% para as ILPIs, para os hospitais, em relação a lavanderias. Isso é um absurdo! Nós já corremos aqui, por vários gabinetes e ministérios, e ninguém resolve. É uma conta que vai chegar para vocês – 23% –, vai chegar para nós, vai chegar para os hospitais, e ninguém está dando atenção para isso.

Peço a ajuda da senhora encarecidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais um assunto extremamente necessário. Obrigada, Sergio.

Responda para nós depois, por *e-mail*, a essas perguntas.

Janaína, um minuto para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS (Para expor.) – Quero agradecer à Senadora por ter me ouvido. Eu fiquei mandando WhatsApp para ela sobre esse projeto. Na verdade, quem me mandou achou que era algo legal e, quando eu vi, eu me assustei. Achei abominável, diante do trabalho que a gente faz dentro de uma ILPI. E, graças a Deus, eu fui ouvida e ela me deu a oportunidade de estar aqui.

Eu quero deixar aqui, e proponho também, uma reforma nas legislações de ILPI – que é necessária –, nas RDCs e, principalmente, no Estatuto da Pessoa Idosa. Eu sei que estava aqui a pessoa que contribuiu com o conteúdo, mas a gente vê que, em todas essas leis, são pessoas técnicas. Nunca são pessoas que vivem a realidade desses locais e a realidade do cuidado direto com a pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero deixar aqui e quero propor essa reforma. Já que nós estamos falando de um projeto, que a gente possa fazer uma reforma, de forma responsável, sobre a pessoa idosa no nosso país, porque eu acredito que em poucos meses nós vamos ter aí uma preocupação maior, porque há uma procura muito grande hoje por a pessoa idosa estar institucionalizada, e nós não temos essas vagas possíveis para poder fazer esse acolhimento.

No Brasil, hoje, acredito que faltam mais de 17 mil instituições de acolhimento, e o que a gente precisa fazer é criar mecanismos para facilitar, para fazer com que uma pessoa queira cuidar. Hoje, a mão de obra numa indústria está superdifícil; vocês imaginem para cuidar de um idoso, pegar o peso de uma fralda, trocar, cuidar e alimentar. Então nós temos diversas dificuldades.

E eu quero deixar aqui a minha colaboração para isso e deixar aqui essa proposta, para a gente poder fazer uma reforma geral, para a gente poder cuidar, com dignidade e de verdade, da pessoa idosa no nosso país.

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Palmas.*)

Janaina, o Estatuto do Idoso é de 2003 e nós estamos em 2026. O mundo mudou.

A SRA. JANAINA ZAMBUSI NOGUEIRA BASTOS – A realidade é outra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tipo, nós não tínhamos em 2003 as fraudes bancárias na internet contra idosos, nós não tínhamos os crimes de internet. Eu acho que a gente precisa – quem sabe? –, dentro desta Comissão, criar um grupo de trabalho – viu, Kenio? – para uma avaliação e uma nova proposta para o Estatuto do Idoso – e tu vais ser sequestrado, já estás sabendo.

Acho que agora não é possível. Por ser um ano eleitoral, a Casa está esvaziada hoje – viram que não tem ninguém na Casa hoje –, mas, tão logo passe o período eleitoral, a gente pode trabalhar e criar um grupo de trabalho. Eu ainda tenho mais quatro anos de mandato, se não me prenderem; eu vou estar aqui – eu não sou candidata a nada –, e a gente pode dar continuidade e rever, também, o Estatuto da Pessoa Idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Janaina.

Daniella Cristina – em um minuto, Daniella –, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. DANIELLA CRISTINA JINKINGS SANTANA (Para expor.) – Então, em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite. Eu acho que foi um debate muito rico e muito importante.

Eu acho que tanto o governo quanto a sociedade civil estão na mesma direção. A gente quer qualificar o serviço, a gente quer proteger as pessoas idosas. Então a gente agora tem que arregaçar as mangas e trabalhar, né?

Então, muito obrigada novamente, e o MDS está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Daniella.

Secretário Dr. Antônio Costa, um minuto de agradecimento, sem puxar a minha orelha.

O SR. ANTÔNIO COSTA (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade de ter participado deste debate, acima de tudo me colocar à disposição – a senhora sabe que eu estou sempre à disposição quando sou chamado – e dizer que alguma coisa nesta tarde a gente conseguiu, que é derrubar essa proposta tão escrota, tão difícil e tão complicada, que é esse PL.

E vamos começar de novo. Há tempo de construir, há tempo de recomeçar, mas ouvindo aqueles que realmente fazem parte da mão de obra da pessoa idosa e trabalham por ela.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Olivia Lucena, um minuto.

A SRA. OLIVIA LUCENA DE MEDEIROS (Para expor.) – Também quero agradecer e afirmar novamente o compromisso do Ministério da Saúde de a gente estar juntos neste debate de qualificação e de que toda a rede SUS, que já existe e que pode ser qualificada, atue de forma muito integrada no desafio das ILPIs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Olivia.

Valdir Aparecido, um minuto.

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES (Para expor.) – Senadora Damares, em nome da Sociedade de São Vicente de Paulo, agradeço à senhora, de coração, por ter nos chamado para nos ouvir – nós, que estamos com a mão na massa trabalhando com os idosos pelo Brasil inteiro. E o mais importante: a senhora falou que vai refazer esse projeto e vai nos passar, para nós darmos uma olhada e a gente discutir junto.

Precisamos de ajuda, precisamos estar juntos. Pelo que eu pude ver aqui hoje, todo mundo convergiu para a mesma direção, todo mundo tem a mesma visão, a mesma ideia, que é a garantia dos direitos fundamentais dos idosos que estão institucionalizados. Só que nós estamos abandonados, não temos quem nos ajude, não temos recursos, e todos aqui puderam ver e se sensibilizar com essa nossa necessidade.

Como disse o Professor, se se pudesse, a gente ficava o dia inteiro aqui conversando e tratando sobre isso – dez minutos, um minuto é muito pouco tempo. Mas nada acontece por acaso, Senadora, tudo tem um porquê e um para quê. Deus coloca as pessoas no lugar certo, não é por acaso que a senhora é a Relatora desse projeto de lei. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que responsabilidade!

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES – Muito obrigado pela oportunidade, Senadora. (*Fora do microfone.*) A gente está junto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES – A Sociedade São Vicente de Paulo está junto com a senhora, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES – Conte com a gente, com o que a gente puder ajudar, assim como com a sociedade como um todo. A gente está à disposição.

Conte com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Prof. Kenio, um minuto.

O SR. KENIO COSTA DE LIMA (Para expor.) – Então, muito obrigado pela oportunidade, Senadora. Obrigado a cada um e a cada uma de vocês que estiveram aqui para nos ouvir e ver o que a gente pode conjuntamente construir nessa perspectiva.

Eu trago um abraço do Secretário Alexandre...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu amigo.

O SR. KENIO COSTA DE LIMA – ... e da Ministra Janine, que me permitiram estar aqui representando o Ministério dos Direitos Humanos.

Respondo ao Leonardo, de Minas Gerais, que pergunta a todos nós como garantir financiamento público estável sem privatizar cuidados essenciais a pessoas idosas.

Para a gente fazer isso, Leonardo, acho que o primeiro ponto é a gente garantir que o envelhecimento, de fato, entre na agenda pública e política deste país. Enquanto isso não acontecer, a gente não vai ter financiamento específico e estável. O segundo é PPA, LOA e LDO. Isso precisa estar lá, porque, senão, a gente vai viver com o orçamento minguado, e as pessoas idosas não precisam disso. Elas construíram este país e precisam de um orçamento digno. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor.

Olhem, em nome do plenário, eu vou... São tantos pedidos, mas eu não vou poder atender...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um minuto para Simone Neves, Presidente da Associação Estadual das Instituições de Longa Permanência do Rio de Janeiro. Ela queria falar, tem até uma apresentação, mas eu não consigo dar mais que um ou dois minutos, Simone.

Este debate não vai encerrar aqui. Eu já percebi que eu vou ter que chamar vocês para eu ler o meu relatório junto com vocês aqui.

Então, Simone, em nome do plenário, que ficou aqui até agora, um minuto.

A SRA. SIMONE NEVES (Para expor.) – Senadora, agradeço a concessão, e demais autoridades, pessoas idosas e demais presentes...

Eu sou Simone Neves, profissional de saúde com três graduações. Estou como atual Presidente da AILPI-RJ, que é uma associação estadual de LPIs, Diretora Científica da Fedilps e Gestora e Responsável Técnica de um grupo de LPIs no Rio de Janeiro há mais de 20 anos.

Quero iniciar com uma pergunta, Senadora, dura, mas necessária: será que é melhor morrer antes de envelhecer no Brasil?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. SIMONE NEVES – Essa pergunta não nasce do exagero; nasce da realidade de quem lida diariamente com essas instituições, famílias, pessoas idosas que precisam de cuidado permanente. O Brasil envelheceu, mas ainda não estruturou uma política pública sustentável para o cuidado de longa duração.

Hoje, o Rio de Janeiro é um ótimo exemplo – pena que eu não vou poder explanar os meus eslaides – para expor aqui. As LPIs são cobradas como se fossem hospitais, fiscalizadas como se fossem grandes estruturas de saúde, mas são financiadas quase exclusivamente pelas famílias, pelos residentes, pela filantropia e pela iniciativa privada.

Nós lutamos, porque somos o único estado que cumpre uma lei estadual – que é a Lei 8.049, de 2018 – com a exigência de profissionais de saúde.

Nós não somos contra profissionais de saúde, porém os números que eu trago aqui mostram o tamanho desse problema, para a senhora entender o Rio de Janeiro. Em um estudo financeiro realizado por uma ILPI no Rio de Janeiro para apenas 20 residentes, considerando a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual 8.049, de 2018, o custo da folha de pagamento chega a R$63.029 por mês. Com encargos trabalhistas estimados em aproximadamente 70%, esse valor sobe para R$107.149. Isso significa que representa um custo aproximado de R$5.357 por residente por mês apenas para manter a equipe exigida na lei estadual em vigor, mas esse valor ainda não inclui alimentação, aluguel, água, luz, gás, medicamentos, EPIs, manutenção, insumos, lavanderia, contabilidade, impostos e demais despesas operacionais.

Quando somamos os custos de funcionamento de uma ILPI para 20 residentes, esse custo passa facilmente de R$150 mil por mês. Isso significa, Senadora, um custo real estimado de R$7 mil a R$8,5 mil por residente por mês, e nós vivemos uma realidade, atualmente, em que as famílias conseguem pagar em torno de R$3 mil a R$4 mil. E onde esses idosos vão ficar?

Já coloco, ainda, analisando o cenário para todo o Brasil, a exigência da RDC 502, que estabelece uma equipe mínima muito inferior, com custo de R$28 mil. Com encargos trabalhistas, isso vai subir para exatamente R$2.423 por mês. Totalizando com água, luz e o restante, sobe para mais de R$100 mil, o que representa de R$5 mil a R$6 mil por mês, isso para cumprir a RDC. Esses números revelam uma verdade que precisa ser dita com coragem: cuidar custa caro, mas abandonar custa muito mais.

O Projeto de Lei 411, de 2024, traz uma oportunidade importante para o Brasil enfrentar o limbo dos cuidados de longa duração. Hoje existem pessoas idosas com alta hospitalar que permanecem em hospitais porque não podem e não têm para onde ir. Também existem pessoas idosas que vivem em ILPIs e, com o tempo, passam a precisar de cuidados de saúde cada vez mais complexos. Não somos contra enfrentar essa realidade. O que não podemos aceitar é que a lei simplesmente amplie a responsabilidade das ILPIs sem garantir o financiamento, equipe, retaguarda do SUS, integração do Suas, porque, se isso acontecer, legalizaremos a precariedade.

Então, Senadora, para finalizar, nós precisamos rever esse PL com urgência. Eu tenho os números aqui para lhe passar detalhadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu gostaria muito que essa sua fala fosse encaminhada por escrito, inclusive para eu usar como base no meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE NEVES – Sim, pode deixar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Simone.

Que bom que você participou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim...

O SR. VALDIR APARECIDO ALVES (*Fora do microfone.*) – Essa realidade que ela acabou de colocar para nós aqui também é a realidade do Paraná.

Tem um projeto de lei estadual que obriga a gente a ter pessoal de saúde dentro das ILPIs, a mesma situação do Rio de Janeiro, são os dois estados da Federação que obrigam, com projetos estaduais, leis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Além de vocês enfrentarem a legislação nacional, por sermos um Estado federativo, vocês têm as leis estaduais, e ainda, para piorar, tem as leis municipais. Eu não sei como é que vocês sobrevivem.

Mas uma coisa eu sei. Posso falar?

Ixe, agora vou ser censurada... (*Risos.*)

Nos últimos dois anos, os Prefeitos gastaram R$6 bilhões em *shows* e eventos.

Por isso, Dani, eu estou brigando para ser a Relatora da PEC da assistência social. A gente vai aprovar essa PEC. (*Palmas.*)

Para encerrar: Rachel Machado é Vice-Presidente do Fórum 60+ e Presidente do Instituto Latino-americano de Educação para a Segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rachel, não pode ser mais de um minuto, porque eu tenho idosos aqui que já estão há mais de três horas sentados. Um minuto, por favor. A gente vai ter outro debate, e você vem com calma.

A SRA. RACHEL FORATTINI ALTINO MACHADO (Para expor.) – Deixo o nosso agradecimento permanente ao Fórum 60+, do Distrito Federal, que é um movimento constituído por instituições da sociedade civil, lideranças comunitárias, grupos de trabalhos com pessoas idosas, e que hoje está representado nesta audiência por lideranças e instituições de Planaltina, Sobradinho, Itapoã...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RACHEL FORATTINI ALTINO MACHADO – Santa Maria, Plano Piloto... Temos mais algum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só gente boa!

A SRA. RACHEL FORATTINI ALTINO MACHADO – Brazlândia, São Sebastião e Riacho Fundo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

A SRA. RACHEL FORATTINI ALTINO MACHADO – É só para dizer... Primeiro, é para nos fazer presente, entendendo... Acabamos de ouvir essas falas importantíssimas, mas eu considero que o mais importante, como sociedade civil organizada e como cidadã, é nós termos que nos aproximar do Parlamento. Nós temos que ter espaço de fala e exercício cidadão. Cidadania se faz no município, não se faz no Governo Federal. Se a gente não tiver essa ponta estruturada com capacidade de defesa e de fala, nós vamos continuar perdendo esses espaços. Então, estar aqui, sendo convidada para uma audiência desta, começa com essa importância. Somos a instituição também, ou seja, foi o Ilaes, que fez, apoiou e implementou a política pública da pessoa idosa no Distrito Federal. Fizemos análise do impacto das ações que foram realizadas. E, Senadora, nós temos um cenário muito delicado: não existe articulação, não existe transversalidade na política, não existe continuidade e a política pública se torna temporal, pertencente a governos, não ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado. Precisamos chamar o Estado de volta para a mesa, entendendo que competências pertinentes a ele devem ser cobradas para sujeitos de direitos.

Para finalizar, pessoa idosa não pode ser para amanhã, tem que ser para hoje!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hoje!

A SRA. RACHEL FORATTINI ALTINO MACHADO – O nosso tempo já correu! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Rachel, que bom que eu lhe dei a palavra! Que bom! Mas vou lhe fazer um desafio. A gente tem muitas propostas de leis ruins aqui, mas temos propostas boas acontecendo. Mas trazer um grupo de idoso do Amazonas é muito difícil. Trazer um grupo de idoso lá de São Paulo, de Ibitinga; do Rio... Então, eu quero vocês grudados comigo. A gente vai ocupar estes corredores aqui. Nós vamos bater na porta dos gabinetes dos Senadores e dos Deputados. Eu acho que a sociedade civil tem que ser ouvida, porque chega de técnicos. Graças a Deus, hoje, os técnicos do Governo Federal que vieram aqui... vocês viram que são técnicos que têm uma história antes e que foram escolhidos para estar nesses lugares, mas eu estou cansada de ver gente de dentro de gabinete decidir o que é melhor para vocês. Hoje, a gente viu aqui quem está com o pé no chão.

Muito obrigada pela sua fala!

Eu encerro dizendo que está presente conosco o Projeto Esperançar. E eu gostaria de agradecer a presença do Projeto Esperançar, da Igreja Batista Luz do Mundo, de Brazlândia. E nós vamos ver o vídeo de um minuto do Projeto Esperançar para vocês entenderem. Depois dele, vai vir aqui para a frente um grupo de convivência de capoterapia da UBS, de Santa Maria.

Primeiro, vamos assistir ao vídeo de um minuto.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pastor Uelinton está aqui. Parabéns, pastor! Que todas as igrejas façam isso.

Nós não vamos ter Centro-Dia. Nem o Governo Federal, nem o Municipal, nem o Estadual vão ter dinheiro para construir Centro-Dia em todos os lugares, mas as igrejas podiam usar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus espaços como o senhor está usando. Que experiência maravilhosa! Vamos bater palmas para o pastor Uelinton. (*Palmas.*)

Eu convido, para a gente encerrar esta audiência de forma linda, o grupo de capoterapia – o grupo de convivência de capoterapia da UBS 2 de Santa Maria – para se posicionar.

Enquanto eles se posicionam para a apresentação final, o Prof. Eloy... Cadê o Prof. Eloy? Professor Eloy, senta aqui nessa cadeira.

Enquanto o grupo se posiciona, eu peço atenção a... Eu peço atenção à TV Senado, porque o Prof. Eloy vai declamar uma poesia e o grupo de capoterapia vai vindo em silêncio aqui para a frente, enquanto o Prof. Eloy vai fazer a declamação de uma poesia.

Silêncio.

O SR. ELOY BARBOSA – Vinicius de Moraes. Sentido da vida.

Vai entrando e eu vou falando. Vai entrando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em silêncio e ele vai falando.

O SR. ELOY BARBOSA – Entra em silêncio, que eu vou falando. Eu vou falar o Soneto da Felicidade.

Vinicius de Moraes: o Soneto da Felicidade.

Eu sou o Eloy, de Brasília, da capoterapia; tenho 80 anos. Então, essa declamação não é tanto pela beleza – quem quer ver beleza vai na Globo –, mas aqui é ver superação: uma pessoa de 80 anos saber decorar.

Não sei se... Aí, o começo da poesia...

> De tudo, ao meu amor serei atento
> Antes, e com tal [...] gosto

Vai entrando, gente.

> E com tal [...] [gosto] [...] [e tanto e sempre]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento.

Quero vivê-lo em cada vão momento
E em [seu] louvor hei de espalhar meu canto
[...] Rir meu riso [...] derramar meu pranto
Ao seu pesar [...] [ao] seu contentamento.

E [...] quando mais tarde me procure
Quem sabe a morte, angústia de quem vive
Quem sabe a solidão [e o] fim de quem ama

Eu [...] [posso lhe] dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, [...] [visto] que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professor Eloy, que espetacular!

A internet está perguntando se o senhor é solteiro, Prof. Eloy. (*Risos.*)

É não, é não!

O SR. ELOY BARBOSA – Eu tenho 80 anos e 50 anos de casado com a mesma mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah!

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero agradecer à Dagma Marcelina, coordenadora nacional do programa nacional de capoterapia.

Nós agora encerramos este debate, que foi duro, necessário, no mês em que estamos falando de violência; mas é um mês para a gente falar da alegria também, da esperança, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos trabalhar muito buscando alegria, esperança, cuidado, proteção e defesa das pessoas idosas.

Professora, a sua apresentação.

A SRA. DAGMA MARCELINA (Para expor.) – Gente, boa tarde, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAGMA MARCELINA – Eu gostaria de agradecer primeiramente a Deus: toda a honra e toda a glória são dele. Se estamos aqui, foi permissão do Senhor. Gostaria de agradecer à mesa, em especial à nossa Senadora mais linda do Brasil, e (*Palmas.*) por este debate que tem contribuído muito com a gente que faz um trabalho com a terceira idade.

E a capoterapia é isso, a gente trabalha não só com o idoso, a gente trabalha com os PCDs, trabalha com os portadores de câncer na Abrapec, nós trabalhamos dentro das UBS de Brasília, onde está tendo um resultado muito bom. Vale a pena a Senadora um dia marcar uma visita nas UBS para conhecer o nosso trabalho de perto.

E eu gostaria, gente, que todos aqui ficassem de pé, porque idoso participativo é idoso o quê? Saudável.

Então, "bora" levantar, "bora" todo mundo participar. Vamos chamar nossos capoterapeutas, Isa, Eloy, Mônica, Terezinha. Esqueci mais alguém, não, não é?

E eu gostaria de chamar a nossa Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estou lá.

A SRA. DAGMA MARCELINA – ... porque ela vai fazer a atividade junto com a gente, junto com todos da mesa.

Espere aí, vamos ficar assim: a Senadora vai ficar aqui na frente.

Vocês vêm para cá. Vocês vêm para cá. Vem para cá, gente. (*Fora do microfone.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAGMA MARCELINA – Cadê as nossas capoterapeutas?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAGMA MARCELINA – Senadora, "bora" lá.

E a gente vai cantar assim...

(*Procede-se à apresentação artística de capoterapia.*)

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. DAGMA MARCELINA – E a gente vai fazer mais uma aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais uma?

A SRA. DAGMA MARCELINA – "Bora" lá, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – "Bora"!

(*Procede-se à apresentação artística de capoterapia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ufa! Não tem academia. Não tem mais academia hoje. Amei!

Assim, com alegria, cumprimento todas as ILPIs do país, todas as casas de repouso, todo o terceiro setor que está cuidando dos idosos, todos os programas, o Governo Federal, que veio aqui e mostrou o que está fazendo. Obrigada a todos vocês.

Dessa forma, cumprida a missão da audiência pública, eu declaro encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dez minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Flávio Bolsonaro, Weverton, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 63/2026 - CDH, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hermes Klann (PL/SC), REQ 76/2026 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 90/2026 - CDH, de autoria Senador Hermes Klann (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "A situação atual dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde no Brasil, em decorrência da atuação regulatória da ANVISA". Participantes: Eduardo Schor, Professor Afiliado - Livre Docente - Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Dr Paulo Guimarães Jr., Médico - Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino Médico – SOBRAPEM; Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO; Priscila Nogueira Camacho Dejuste, Farmacêutica - Membro do Grupo de Trabalho sobre Suplementos Alimentares do Conselho Federal de Farmácia - CFF; João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD e Diretor da Santa Casa de São Paulo; e Clayton Luiz Dornelles Macedo, Diretor de Comunicação da SBEM. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/30

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 30 de junho de 2026.

A audiência pública será realizada, nos termos dos Requerimentos nºs 63, 76, 90, de 2026, da CDH, aprovados nesta Comissão, para debater a situação atual dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde do Brasil, em decorrência da atuação regulatória da Anvisa.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria – e essa ligação não tem custo algum – 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos sete convidados, que, nesta tarde... Seis? Seis convidados, que, nesta tarde... (*Pausa.*)

É que uma não pôde vir, mas gravou o vídeo. Então, vou considerar sete convidados, nesta tarde, que farão uso da palavra.

Os nossos convidados têm dez minutos de fala. As apresentações que eles vão mostrar ficarão à disposição da sociedade se eles trouxerem apresentação, o.k.? Os nossos convidados já receberam uma lista de perguntas que chegaram da internet. Se puderem responder uma ou outra pergunta, só citem o nome da pessoa e a cidade.

Quero informar aos senhores que estão presentes: nós estamos com o plenário lotado. TV Senado, mostre o nosso plenário como está lindo!

Quero informar aos senhores que esta audiência teve uma repercussão muito grande, tão grande e tanta gente querendo vir falar na audiência, que nós já vamos fazer uma segunda. Não é isso, Kamila? (*Pausa.*)

É, a segunda, e já tem gente querendo vir. Temos pessoas para fazer três, quatro audiências, o que mostra que a sociedade está muito interessada no debate.

Eu não sou autora do requerimento, eu só estou conduzindo a audiência. E, no final desta audiência, nós teremos encaminhamentos sobre o tema, e os encaminhamentos, inclusive alguns, serão sugeridos pelos expositores.

Eu tenho a honra de convidar para estar ao meu lado na mesa Eduardo Schor – falei certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele é Professor Afiliado, Livre-Docente, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professor, é uma honra recebê-lo!

Na minha terra, a gente bate palma para convidado. (*Palmas.*)

Convido para estar à minha direita Paulo Guimarães Jr., membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina (Sobrapem). Seja bem-vindo, Doutor! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para estar do meu outro lado, que é aqui à direita – agora tem o outro lado –, Lia Cruz Vaz da Costa Damásio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). É uma honra ter a senhora com a gente, Doutora! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Lia!

Convido para estar... (*Pausa.*)

Convido para compor esta mesa, ainda conosco, Priscila Nogueira Camacho Dejuste, Farmacêutica, membro do Grupo de Trabalho sobre Suplementos Alimentares do Conselho Federal de Farmácia. Seja bem-vinda, Doutora! É uma alegria!

As palmas para ela também. (*Palmas.*)

Bem-vinda! Obrigada por ter aceitado o convite, viu?

A SRA. PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE (*Fora do microfone.*) – Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós ainda temos um convidado que está chegando, e, quando ele chegar, ele ocupa a mesa, que é o Neuton Dornelas Gomes, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

E mais os nossos convidados que farão a participação *online*: João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, e Nathalia El Ossais Oliveira, que é paciente e gravou um depoimento em vídeo.

Foi convidada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que pediu para participar da primeira audiência, demos um jeito para vir, mas acabaram não vindo nesta audiência. Quem sabe estarão conosco na próxima audiência.

O infectologista Francisco Eduardo Cardoso Alves também não confirmou presença.

Bom, esses dois não confirmaram presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero informar aos nossos convidados que cada um terá, a princípio, dez minutos para a exposição. É claro que, se precisar passar um pouquinho para não perder o raciocínio, tudo bem, mas é que às 16 horas nós já vamos ter Plenário, então nós queremos tentar fazer esta audiência nas duas horas.

Quero informar aos convidados também: se algum dos senhores que forem fazer a exposição precisar se ausentar porque terão uma outra agenda, pode sair. Se chegar alguma pergunta, nós encaminharemos a pergunta aos senhores por *e-mail*.

Esta audiência pública tem como objetivo discutir a situação dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde, em decorrência da atuação regulatória da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo realizada com fundamento nos requerimentos já por mim citados.

Nesta primeira etapa, a Comissão reúne representantes da Anvisa – que não puderam vir –, de entidades médicas e científicas e de conselhos profissionais de especialistas, convidados para promover um debate técnico e plural sobre a regulação sanitária das farmácias de manipulação de medicamentos estéreis, seus reflexos na assistência à saúde e na continuidade dos tratamentos. As discussões contribuirão para subsidiar as etapas subsequentes do debate parlamentar e o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas ao tema.

A discussão ganha especial relevância diante da crescente utilização de medicamentos injetáveis personalizados para o tratamento de doenças endócrinas, metabólicas, ginecológicas e outras condições clínicas que, em determinadas situações, dependem da manipulação magistral para atendimento individualizado do paciente.

O tema envolve, ainda, aspectos relacionados ao funcionamento das farmácias de manipulação de produtos estéreis, a atuação dos profissionais de saúde e as competências regulatórias da Anvisa.

A regulamentação das farmácias de manipulação encontra fundamento, entre outros atos normativos, na Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007, que estabelece as boas práticas de manipulação, de preparações magistrais e oficinais para uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humano, disciplinando requisitos relativos à infraestrutura, controle de qualidade, recursos humanos, rastreabilidade e segurança dos medicamentos manipulados.

Ao promover esta audiência pública, a Comissão de Direitos Humanos reafirma seu compromisso institucional com a defesa dos direitos humanos, especialmente do direito fundamental à saúde, assegurando espaço democrático para o diálogo qualificado, a produção de conhecimento técnico e a construção de soluções que conciliem segurança regulatória, proteção dos pacientes e acesso adequado aos tratamentos médicos.

Muitas pessoas perguntaram por que esta audiência pública nesta Comissão, e não na Comissão de Assuntos Sociais e de Saúde? Porque aqui é a Comissão dos direitos, e nós vamos fazer uma abordagem desse tema à luz do direito do paciente. Então, é por isso que esta Comissão está promovendo este debate.

Registro a presença, neste momento, do Senador Hermes, de Santa Catarina, nosso querido amigo, um dos autores do requerimento, e do nosso Senador licenciado, Senador Seif, também de Santa Catarina, que é um dos autores do requerimento que deu origem a esta audiência pública. (*Palmas.*)

Eu quero informar aos convidados que, conforme a prática da Casa, os convidados falam, mas aos Senadores que vierem a esta audiência, na hora que eles pedirem a palavra, a gente já passará a palavra. É assim que a gente trabalha nas Comissões.

Então, eu já faço, inclusive, a pergunta ao Senador Hermes se ele já quer fazer uso da palavra. O Senador Seif está licenciado, mas é Senador. Então, eu também quero perguntar se, logo depois do Senador Hermes, o senhor também quer fazer uso da palavra.

Senador.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para expor.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Senadora Damares, Senadores, convidados presentes, quero cumprimentar V. Exa. pela realização desta importante audiência pública e parabenizar o Senador Jorge Seif pela iniciativa de trazer este tema ao debate no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos tratando de uma questão que envolve três pilares fundamentais: a segurança sanitária, a autonomia dos profissionais de saúde e, acima de tudo, o direito dos pacientes ao acesso contínuo e seguro aos tratamentos prescritos.

É dever desta Casa ouvir todos os envolvidos – Anvisa, profissionais da saúde, farmácias de manipulação, especialistas e pacientes –, para compreender se as medidas regulatórias atualmente adotadas estão alcançando o equilíbrio necessário entre fiscalização, segurança jurídica e acesso à saúde.

Tenho certeza de que este debate será uma oportunidade para construir soluções responsáveis, sempre com base em evidências técnicas, no diálogo institucional e no interesse maior da população brasileira.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Seif.

O SR. JORGE SEIF (Para expor.) – Sra. Presidente, primeiramente quero agradecer à senhora pela sensibilidade. Quando algumas queixas – não vou falar denúncias, mas queixas – de laboratórios, de profissionais da medicina, inclusive de pacientes, entre os quais eu me incluo como usuário de reposição tanto hormonal quanto vitamínica, dada a minha condição de saúde – fiz cirurgia bariátrica há alguns anos –, levei o problema para a senhora e, quão importante é o Senado Federal, especialmente a Comissão de Direitos Humanos, acima de tudo, pelos pacientes brasileiros.

Então, quero agradecer imensamente à senhora. Sei da sua agenda, sei das suas questões pessoais, sei dos seus compromissos políticos. Então, agradeço de todo o meu coração, Senadora Damares, pelo espaço que a senhora está dando como Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Senhoras e senhores, quero agradecer também a todos aqueles que comparecem hoje a esta audiência pública, vindos de todas as partes do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como propositor desta audiência pública, quero agradecer a todos os convidados, inclusive lamentar a ausência, mais uma vez, da Anvisa, que é o centro desse debate. Quero agradecer a presença dos conselhos profissionais, de entidades do setor, médicos, farmacêuticos, juristas e, especialmente, dos pacientes que acompanham esta audiência, afinal de contas, esta audiência é por eles, pelos pacientes.

Propusemos este debate, Senadora Damares, porque o Senado Federal tem o dever de ouvir a sociedade quando surgem dúvidas relevantes sobre os impactos de atos regulatórios na vida das pessoas.

Nos últimos meses, chegaram ao nosso conhecimento inúmeros relatos de médicos, clínicas, farmácias de manipulação e pacientes apontando dificuldades decorrentes da intensificação de ações fiscalizatórias e de novas interpretações – o que nos espanta – de regulamentações aplicáveis às farmácias de manipulação, especialmente aquelas que produzem medicamentos estéreis destinados ao tratamento de injetáveis.

Não estamos aqui, Sra. Presidente, para enfraquecer a fiscalização sanitária. Muito pelo contrário, todos reconhecemos o papel essencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na proteção da saúde pública e na garantia da qualidade da segurança dos medicamentos oferecidos à população. O que buscamos, Senadora Damares, é compreender se as medidas atualmente adotadas estão produzindo o equilíbrio necessário entre a proteção sanitária e o direito dos pacientes de acesso oportuno ao tratamento prescrito pelos seus médicos.

Recebemos relatos, por exemplo, de interrupção de tratamentos, demora na obtenção de medicamentos, insegurança jurídica para clínicas e farmácias e preocupação reiterada quanto ao aumento dos custos para os pacientes. Esses fatos merecem ser debatidos com transparência e responsabilidade.

Também é importante discutir se a regulamentação vigente, especialmente da RDC-67, de 2007, que está sendo reinterpretada, está sendo aplicada na forma uniforme e se eventuais alterações normativas estão sendo conduzidas com a ampla participação dos setores envolvidos, conforme recomenda uma boa prática regulatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo, Senadora Damares, não é estabelecer vencedores e vencidos, o nosso objetivo é ouvir todos os lados, esclarecer dúvidas, identificar eventuais excessos, corrigir distorções, se existirem, e construir soluções que conciliem segurança sanitária, segurança jurídica, autonomia profissional e, acima de tudo, a proteção do paciente, é por eles que aqui estamos. A saúde pública exige responsabilidade, diálogo e decisões baseadas em evidências.

Tenho a convicção, Senadora Damares, de que esta audiência contribuirá para esse propósito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

Senador Seif, ao longo dos últimos dias, nós fomos procurados por muitas instituições, por muitos especialistas. Nós temos um número enorme de instituições que querem vir para esta mesa e nós teremos que ter duas ou três audiências públicas. Inclusive, colegas Senadores estão nos procurando. Para a gente dar continuidade, depois, ao debate, nós vamos lhe passar o nome das instituições que querem continuar, ao senhor e ao Senador Hermes, e também o dos Senadores que nos procuraram e que têm também interesse no debate.

Eu registro, antes de passar a palavra aos convidados, a presença da Adriana, nossa parceira, amiga, do Instituto Menopausa Feliz. Obrigada por estar conosco esse instituto lindo, extraordinário. Que Deus te abençoe, Adriana! Obrigada por estarem conosco. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer a seguinte ordem de fala: o Eduardo vai falar primeiro; depois a Lia, a Priscila, o Nilton, o Paulo... Desculpem a intimidade, Doutores. Na verdade vai ser Eduardo, a Lia, em terceiro lugar a gente já vai para videoconferência, o João, o Eduardo, depois a Priscila, o Nilton, o Paulo, e a gente vai ter o último vídeo da Natália, por dez minutos.

Eu me esqueci de informar para os nossos convidados que nós temos banheiro aqui atrás, nós temos café, água. Se precisarem, fiquem à vontade. Lá atrás também para os nossos convidados de Plenário tem água, tem café, tem banheiro aqui no corredor, mas podem usar esse aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que tenhamos uma grande audiência pública! O debate está posto, e agora a gente começa a falar.

Vamos ter a alegria de ouvir Eduardo Schor, Professor Afiliado Livre-Docente da Universidade Federal de São Paulo. Muito bem-vindo, Professor. É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. EDUARDO SCHOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Primeiramente, boa tarde a todos os Senadores.

Senadora, eu vou comentar que um ano atrás, mais ou menos, eu estava sentado exatamente nesse mesmo lugar. Por que eu menciono isso? Eu estava aqui, também em uma audiência da mesma Comissão, para discutir uma lei para mulheres com endometriose. Não tinha nada a ver com o debate de hoje, mas também era presidido pela Senadora Damares, Hoje eu estou aqui pelo mesmo motivo, eu estou aqui para defender o direito das mulheres com endometriose, que é não é o meu *métier,* mas é onde eu mais atuo.

Eu sou Chefe do Setor de Endometriose da Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Hospital São Paulo. Então eu vivencio, tanto no privado quanto no público, o dia a dia das mulheres com endometriose e eu estou aqui para defender o direito delas, somente por isso. A gente está em um momento em que, infelizmente, houve uma polarização do debate sobre farmácias magistrais, fabricação de estéreis; ou a gente fala muito mal ou a gente fala muito bem, e a gente precisa do bom senso. É por isso que eu vim trazer aqui um pouquinho do meu bom senso e de como eu interpreto o que está sendo falado por aí. Não é o demônio que está todo mundo falando, e tem as suas indicações. Tem as suas indicações e, se bem-indicadas, elas são extremamente pertinentes. E eu posso falar que na minha área, que é especificamente a endometriose, os implantes *pellets* de gestrinona acrescentaram um tipo de tratamento a mais que essas mulheres não tinham. Tanto no público quanto no privado, eu estou tirando mulheres da mesa de cirurgia com o implante de gestrinona.

Como toda farmácia... Eu sempre fiz uma crítica muito grande aos implantes três anos atrás para trás, porque as farmácias que manipulavam os implantes não faziam estudos clínicos para ver o real benefício dos implantes para as mulheres. E aí eu tive contato com uma dessas empresas, a Biòs, que terminou um estudo do implante de gestrinona em mulheres com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endometriose. Então hoje a gente já sabe a segurança, já sabe a disponibilidade, os efeitos colaterais. Todas as críticas posteriores aos implantes foram abaixo, e novos estudos estão sendo elaborados para se ir mais a fundo. Toda vez que termina um estudo vem outro em seguida. Isso faz parte da ciência, e é pela ciência que eu estou aqui.

Foi produzida pela ciência evidência científica sobre os implantes de gestrinona, que é uma medicação estéril que mudou completamente a vida das mulheres com endometriose. A última medicação para tratar especificamente essa doença foi produzida em 1980, que é o análogo do GnRH. Então, a gente estava, há 45 anos, sem nenhuma novidade para poder beneficiar essas mulheres. E, pela estimativa da Sociedade Brasileira de Endometriose, da qual eu fui Presidente de 2020 a 2022, nós temos 7 milhões de mulheres com a doença no país. Então, a endometriose hoje é encarada um problema de saúde pública.

Para um problema de saúde pública, eu tenho que abrir um pouquinho a minha visão e ver como eu posso beneficiar o maior número possível de mulheres. É impossível operar 7 milhões de mulheres. Se fosse a única solução, a gente iria atrás de um jeito para fazer isso, mas não é a única solução. A gente tem alternativas que conseguem melhorar ou trazer de volta a qualidade de vida dessas mulheres de uma forma impressionante. Então, defendendo aqui o direito das pacientes, eu não vejo por que motivo a gente ter alguma restrição à comercialização, à prescrição e uso de implante de gestrinona – e eu falo só de gestrinona porque é o que eu uso para endometriose. Então, na minha autonomia como médico que quer o benefício da paciente, eu não vejo motivo para eu não poder prescrever o implante de gestrinona.

Eu acho, Presidente, Senadora, que a minha parte é bem específica, era só essa. Eu vou encurtar um pouquinho o meu tempo e agradecer, mais uma vez, a oportunidade de poder estar aqui defendendo as mulheres com endometriose. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Eduardo, o senhor já é conhecido da Casa. Aí, enquanto o senhor estava falando, uma alta servidora do Senado me mandou o seguinte recado: "Senadora, já pega, pelo amor de Deus, o contato desse médico. Quem sabe ele resolve o meu problema de endometriose? Muita dor. Vindo trabalhar me arrastando". Aí eu respondi: "Ele é maravilhoso".

O SR. EDUARDO SCHOR (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela: "Pois é. Disseram que eu tenho que tirar, urgentemente, o útero, mas sei que ele pode me ajudar".

Tem muita gente acompanhando esta audiência. Vocês não têm ideia do que tem de gente, no Brasil inteiro, acompanhando esta audiência.

Dr. Eduardo, obrigada pela sua participação.

O SR. EDUARDO SCHOR (*Fora do microfone*.) – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por sua apresentação. E fique aí porque, com certeza, vai vir um monte de gente atrás do senhor daqui a pouco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Temos a honra de ouvir agora a Dra. Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia. Seja bem-vinda, Doutora.

A SRA. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO (Para expor.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Exma. e linda Senadora Damares Alves...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela não mente.

A SRA. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO – Não minto.

Demais Parlamentares, Srs. Senadores, todos os representantes aqui presentes, meu colega ginecologista Eduardo Schor, amigo desde a graduação, colegas médicos, profissionais de saúde, pacientes, sociedade toda que acompanha esta audiência, eu agradeço o convite.

Aqui eu represento a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – se conseguir colocar a apresentação –, que é a Febrasgo, uma instituição que é responsável pela produção científica, os *guidelines,* de todas as unidades da Federação e do Distrito Federal, reunindo mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 16 mil ginecologistas e obstetras associados, que têm como missão proteger e defender a saúde da mulher em todas as fases da vida.

Aqui a questão – já vou começar pelo final, Senadora – não é ser contra nenhum tipo de droga ou de via, mas a gente discutir as formas que isso deve chegar à comercialização, para que todos tenham o direito da mesma forma. Eu preparei um material bastante completo, com referências científicas, documentos regulatórios, exemplos de regulações em outros países, artigos originais, que vai ficar à disposição – o PDF está disponível para toda a sociedade –, principalmente para a Comissão e para os Parlamentares, para eventuais consultas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, só um instantinho. É que tem muita gente no auditório que não percebeu que o telão também está lá atrás. Se ficar mais fácil, podem acompanhar ali daquele lado, porque, às vezes, não se consegue ver aqui e está exposto lá também. Está bom?

Desculpe-me, Doutora.

A SRA. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO – Imagine.

Esse material – eu não vou comentar cada eslaide – se propõe a ser bem condensado com todas essas referências para as consultas eventuais, e vou destacar os principais pontos.

A história da Febrasgo tem mais de 60 anos de atuação como representante. Desde 2017, a gente tem esse posicionamento de preocupação com os implantes hormonais manipulados, e eu vou explicar o porquê e, em relação às atividades, como estão acontecendo hoje no Brasil.

Então, a gente já se manifestou várias vezes, em várias reuniões com a Anvisa, elaboramos notas técnicas. E todas essas sociedades de especialidade – não só a Febrasgo, são mais de 30: psiquiatria, endócrino, geriatria, urologia, oncologia, clínica médica – são correspondentes e concordam com essa preocupação na padronização do uso e da liberação de novas medicações, que é o que tem acontecido. Nós não somos contra manipulação hormonal, mas a gente vê e recebe as complicações, sim, nos nossos consultórios. Essas pacientes que têm essas complicações muitas vezes não conhecem como é normalmente, Senador, a dispensação para liberação de novos medicamentos. A Febrasgo não é contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a resolução da Anvisa vigente é esta: a 4.353, de 2024. E, nessa própria resolução, já se diz que finalidades como estética, ganho de massa muscular e desempenho são proibidas e que é obrigatório, Senadora, preencher esse termo de reconhecimento de riscos, em que são esclarecidas complicações como alterações cardiovasculares, disfunções hepáticas, efeitos neuropsiquiátricos. E, na nossa prática clínica e no relato dos nossos próprios associados, isso não está sendo realizado de forma rotineira.

O que defendemos é um princípio muito simples: quanto maior o potencial risco de uma intervenção, sabendo-se também dos seus benefícios, maior deve ser a qualidade da evidência científica que a sustenta. Então, hoje a RDC, que é de 2007, como muito bem pontuou o nosso Senador, ainda falha na precisão analítica e no rigor regulatório, quando comparada à USP 795, que faz essa recomendação nos Estados Unidos, por exemplo. Então, lá há necessidade de ensaios clínicos para bioequivalência, rastreabilidade dos lotes. Então, a gente quer que, no caminho dessas inovações, o mesmo medicamento, com a mesma segurança que talvez tenha sido comprovada para o Senador usar, seja a que chegue a todas as mulheres do Brasil e não com a heterogeneidade que nós vemos atualmente acontecer.

Nós temos que ter, para a liberação de um novo medicamento, quatro fases, e a terceira é obrigatória para a gente liberar o medicamento. Então, na primeira fase, são os estudos pré-clínicos e os estudos só de segurança; na Fase II, que compreende o estudo Glade, do meu amigo Schor, já temos uma comparação com placebo; mas, só nos estudos de Fase III, é que nós temos a liberação atual para comercialização.

E o que acontece hoje é uma inversão, uma subversão pelas farmácias de regulação. Por causa de como funcionam as normas, não tem nada fora da lei, mas como evoluíram as medicações, o que acontece hoje é que essas manipulações criam novas medicações e as liberam no mercado, à revelia de passar por todas as etapas que seriam necessárias para um processo regulatório.

Isso não é uma visão de sociedade científica brasileira. No mundo todo, nos Estados Unidos, FDA, Sociedade Internacional da Menopausa; na Europa, European Society of Endocrinology, todas essas entidades recomendam que as formulações manipuladas tenham que ser equivalentes a medicamentos aprovados. Não existindo medicamentos aprovados, está-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subvertendo a ordem e fazendo esse mito de que seja mais natural. É o mesmo estradiol, a mesma testosterona, só que sem bula, com a regulação inferior à que é liberada e utilizando as pessoas como fazendo os experimentos ao vivo. Então, será que cada paciente desse, satisfeito ou insatisfeito, foi submetido a todos esses esclarecimentos antes, de que não existe essa padronização no momento?

Esse é o posicionamento da Endocrine Society, atual, sobre os compostos manipulados hormonais, e todas as sociedades internacionais aqui citadas concordam com essa questão da regulação. O problema não é a molécula, é o sistema farmacêutico utilizado para administrar, a forma como ela é liberada, a dose efetivamente absorvida e a evidência científica disponível para aquela formulação específica. Então, não há como se liberar se não for estudada, até a Fase III para comercialização para todas as pessoas, uma forma de apresentação.

Então, no momento, no Brasil, essas formulações manipuladas permitem novas medicações e novas associações ainda não estudadas, com os riscos até para os próprios prescritores, que a gente sabe que podem acontecer. Cada nova formulação precisa construir a sua própria evidência para que a gente tenha uma esterilidade garantida, rastreabilidade de lote, estabilidade das formulações e um controle de dosagem. Essa fiscalização efetiva nesse sentido é bem-vinda, porque a gente espera que se tenha o mesmo implante, se for liberado, utilizado para todas as pessoas, com aquela dose, com aquele veículo, para que a gente não veja...

A Febrasgo defende, então, terapia hormonal sim, com registro, evidência científica comprovada, proibição de comercialização de hormônios em tipos, doses ou vias não registradas. E isso não vai significar proibir vias. As evidências devem caminhar para a liberação adequada. Antes disso, tudo é estudo clínico; e, se não for, a comercialização é, sim, indevida. Nós não defendemos fim de farmácia de manipulação, não nos opomos à manipulação magistral quando é adequada. Jamais! Nós somos os maiores defensores das mulheres, dos seus tratamentos, não queremos prejudicar nenhum tratamento hormonal, mas isso não pode ser como uma coisa que é planejada ou fabricada em um local e se estenda para fabricações aleatórias em todo o Brasil. E isso a gente tem encontrado, certo?

Os estudos que a gente colocou aqui, dos hormônios... A gente não tem falta de hormônios no Brasil para os tratamentos. Nós temos estradiol, nós temos testosterona, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progesterona em doses, vias e estudos adequados, no mínimo Fase III e Fase IV. Os estudos que liberaram os hormônios para isso envolvem milhares, centenas de milhares... No WHI, Senadora, que é o mais clássico, foram mais de 160 mil mulheres. E quando a gente fala de hormônios manipulados, a gente não tem nenhum estudo ainda Fase III. E nós observamos, nos manipulados de testosterona e estradiol, uma variação de mais de 30% entre as doses. A gente tem o gráfico aqui, porque tem um *delay,* e eu vou aproveitar um pouquinho o tempo do Schor.

Então, o estradiol comercializado – de estudos recentes – mantém essa dose estável e, em implantes de testosterona, por exemplo, há variação de quatro vezes a diferença entre o maior e o menor valor em um estudo com apenas 12 pacientes mostrando uma diferença muito grande nesses casos.

Dos estudos brasileiros, o estudo Clara, que fala dos implantes de estradiol, é um estudo – ainda transição Fase I para Fase II – que avaliou apenas 20 pacientes. Então, não chega ainda a ser um estudo que valide isso para aplicação em geral – usando 25 miligramas de estradiol, mostrando uma estabilidade, sinais promissores de eficácia, mas sem grupo controle, sem cegamento, um implante absorvível –, que a gente precisa saber o que vai acontecer depois de 24 meses, e que não permite de forma alguma extrapolar esses achados para outras doses, outras associações e, principalmente, para outras produções.

Da mesma forma, o estudo Glade, que foi aqui citado, que tem 100 pacientes, não avaliou só o implante de gestrinona, ele avaliou o implante de gestrinona com o DIU levonorgestrel, que tem impacto, Senadora, no tratamento de mulheres com endometriose. É um estudo de Fase II, não que invalide os seus achados, mas um estudo patrocinado pelo próprio fabricante do implante. Então, a gente tem o viés de usar o DIU que trata, e, mesmo nesse estudo, a gente tem 44% a mais de efeitos adversos *versus* 24% no placebo e em 74% das pacientes, pelo menos um sinal de androgenização.

Então, os posicionamentos são esses, não só da Febrasgo, como de várias agências internacionais. Eu já estou caminhando para o final.

Nós temos um exemplo de um implante hormonal aprovado, que é o DIU levonorgestrel, que cumpriu todas essas fases. Então, o que nós queremos e defendemos é que todas as pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidas não façam parte de experimentos, e isso não invalida nenhum resultado, pelo contrário, diz da necessidade de fazer os estudos.

O que a gente propõe? Atualizar a RDC 67/2007 com a participação de todos os atores; maior rastreabilidade desses produtos manipulados; uma farmacovigilância ativa; e que toda a formulação hormonal, destinada a um tratamento clínico – quando a gente vê os estudos *head-to-head*, nós vemos diferenças nesses níveis – seja adequadamente estudada antes de sua liberação e, principalmente, comercialização, porque a gente só pode comercializar o que foi estudado.

Na medicina, uma molécula conhecida não valida automaticamente uma nova formulação e uma nova forma de se utilizar. Uma nova dose, uma nova associação, uma nova via de administração precisa demonstrar, de forma independente e seguindo todos esses passos científicos, qualidade, eficácia e segurança. E é isto que a gente vem defender: que a segurança para todos seja inegociável.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

A apresentação da Doutora tem 50... Na verdade, são 84 eslaides. Ela tentou resumir. O que eu vou sugerir? Os Senadores, depois, pegarem os eslaides dela. Ela traz, inclusive, pesquisas, dados, informações... E para quem está nos acompanhando, os eslaides dela, a apresentação do Dr. Schor e dos demais, cada apresentação aqui dá uma tese de doutorado e de mestrado.

Doutora, obrigada. A senhora trouxe a posição da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e – como é que se fala, Kamila? – Obstetrícia. (*Pausa.*)

Ela veio me corrigir aqui, tá? Porque ela sabe que a Senadora tem dislexia – ela vem aqui corrigir.

Então, está aqui posta a posição deles. Muito obrigada, Doutora, por sua participação.

Ouviremos agora, de forma *online*, João Eduardo Nunes, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes. Muito bem-vindo, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, muito obrigado pelo convite.

Vocês me ouvem bem, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite. Infelizmente, eu não consegui adequar a agenda para estar hoje em Brasília, mas nós, da Sociedade Brasileira de Diabetes, agradecemos muito o convite para poder esclarecer, junto a esta Comissão, a importância do uso das medicações, assim como esclarecer a falta de necessidade de essas medicações terem a sua substância ativa, no caso, a gente está falando dos análogos, o GLP e do GIP, a tirzepatida, de forma manipulada.

Senadora, demais membros da Comissão e todos que nos ouvem, recentemente a Anvisa aprovou a substância semaglutida, que é uma substância anterior à tirzepatida, que é muito conhecida, não só no meio médico, mas também no meio não médico – aprovou as primeiras formulações sintéticas dessa medicação, e a Sociedade Brasileira de Diabetes foi muito na direção de apoiar a aprovação desses medicamentos pela Anvisa, porque isso vai facilitar o acesso. Então, essas medicações, com a aprovação dessas canetas, que são conhecidas popularmente como canetas nacionais, vão fazer com que o acesso a essas medicações seja mais fácil, e nós pleiteamos até que o Ministério faça um estudo no que tange à incorporação dessas medicações, tanto para o tratamento da obesidade quanto para o tratamento do diabetes.

Tanto obesidade quanto diabetes são condições clínicas não transmissíveis, e essas condições clínicas não transmissíveis favorecem uma quantidade muito grande de outras complicações relacionadas à doença. Essas medicações, as canetas, sejam as canetas à base de tirzepatida quanto de semaglutida, conseguiram, Senadora Damares, por vários estudos, demonstrar redução de infarto, redução de AVC, que é o derrame, redução da gordura hepática, redução da doença renal em pessoas com diabetes, redução de apneia do sono, redução de artrose, redução de todas as doenças que são ligadas diretamente à obesidade. Isso traz uma afirmação muito concisa: tratar a obesidade é fundamental para que a gente não tenha essas doenças, tratar a obesidade é fundamental para não ter diabetes, tratar a obesidade é fundamental para que a gente tenha uma qualidade e uma quantidade de vida muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, quando a Anvisa aprova essas canetas, ela aumenta o acesso da população. Então, a argumentação inicial de que a manipulação da tirzepatida seria para que a população tivesse acesso não se aplica. A população hoje tem acesso mais barato às custas de uso de uma medicação, que é a semaglutida, que é uma medicação extremamente efetiva e eficaz.

Do ponto de vista de aprovação dessas medicações, a Anvisa se valeu de uma norma que é aprovada tanto no Canadá, quanto nos Estados Unidos e na Europa de que o composto a ser aprovado, o composto sintético dessas canetas, deveria ter características fisico-químicas idênticas às da caneta biológica e o grau de pureza maior que 99%.

É importante ressaltar que eu não conheço – posso estar enganado, mas eu não conheço – um estudo que mostre que a tirzepatida manipulada, através do insumo farmacêutico ativo que é importado – eu também desconheço de onde é importado –, tenha esse estudo em questão com a substância ativa da tirzepatida, que é comercializada no Brasil por um laboratório farmacêutico. Seria muito importante que nós tivéssemos esse estudo, porque, se a Anvisa aprova semaglutida de outros laboratórios que não o laboratório referência, baseada em que características fisico-químicas têm que ser iguais e que o grau de pureza tem que ser maior que 99%, qual é o grau de pureza do insumo farmacêutico ativo? O insumo farmacêutico ativo da tirzepatida tem a mesma característica fisico-química da tirzepatida comercializada no Brasil?

O que nós percebemos, no nosso dia a dia no consultório, no nosso dia a dia no hospital público – eu trabalho, há 30 anos, na Santa Casa de São Paulo, eu atendo SUS –, é que as pessoas que estão usando tirzepatida manipulada, muitas vezes, estão pagando ou o mesmo preço ou até mais caro, porque essas pessoas acabam indo em clínicas para que a tirzepatida seja aplicada, e esse valor acaba sendo até maior do que o da farmácia onde já existe o medicamento. A pergunta que eu faço é: por que o medicamento, que é autoaplicável, deve ser aplicado no consultório?

Então, o ponto de que melhora a acessibilidade cai por terra, principalmente por conta de uma aprovação já muito bem adequada que a Anvisa fez da semaglutida sintética, que é uma medicação tão boa quanto a tirzepatida – depois nós podemos discutir quem é melhor, quem é pior –, mas que já facilitaria o acesso à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto é que a tirzepatida manipulada poderia oferecer doses menores ou doses individualizadas ao paciente. Na verdade, o que nós vimos na prática é que a tirzepatida é feita nas doses habituais da farmácia e nós não enxergamos a necessidade, nem para o controle do diabetes, nem para o controle da obesidade, de essas medicações terem doses específicas, porque essas medicações já vêm para o mercado com seis doses, de 2,5mg até 15mg, aumentando de 2,5 em 2,5 miligramas. Estudos com doses menores de 2,5mg se provaram ineficazes, e estudos com doses maiores, acima de 15mg, também se mostraram ineficazes. Estudos de fase dois que foram feitos com a tirzepatida – fase dois é o estudo que a gente faz justamente para achar qual é a dose –, mostraram que 2,5 é a dose mínima e 15 é a máxima e que abaixo ou acima dessas doses não tem efeito terapêutico maior e só aumentam os efeitos colaterais.

Então, a posição da Sociedade Brasileira de Diabetes é sempre estar do lado do paciente e sempre estar do lado da ciência.

Do ponto de vista de estar do lado do paciente, a gente entende que o acesso poderia ser melhor, mas que nós já avançamos muito com a aprovação da semaglutida sintética, que será vendida por um preço mais barato do que a semaglutida original. Isso promove concorrência no mercado e até a semaglutida original já está mais barata, por conta da concorrência. E que não há necessidade de nós entendermos uma dose fracionada, porque a tirzepatida já tem uma quantidade muito grande de doses para ser oferecida.

De outro lado, a sociedade brasileira de diabetes está do lado da ciência e nós entendemos que uma medicação, para ser aprovada no Brasil, precisa seguir as regras, e a regra que foi usada para a aprovação da semaglutida de forma comercial não está sendo usada na forma da tirzepatida. Eu precisaria entender se existem estudos fisico-químicos que mostram que a medicação é idêntica ao composto ativo original e se o grau de pureza, principalmente isso, o grau de pureza é adequado, porque, se o grau de pureza for baixo, é uma medicação injetável, é uma medicação que cai imediatamente na corrente sanguínea e, por conta disso, quando não sei o grau de pureza, necessariamente não sei qual efeito pode causar na pessoa.

Então, eu gostaria de concluir agradecendo à Senadora Damares, à Comissão do Senado pelo convite e dizer que a Sociedade Brasileira de Diabetes está à disposição para maiores esclarecimentos e sempre ao lado do paciente, sempre ao lado da ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutor, é uma alegria ter o senhor conosco. Muito obrigada. Se puder ficar um pouco mais, se chegar alguma pergunta, muito obrigada.

Eu gostaria que vocês estendessem os cartazes, eu queria que a TV Senado mostrasse: o plenário também está fazendo a sua manifestação. Nem todos terão direito à voz, mas elas encontraram um jeito de fazer a manifestação sobre o tema, e a TV Senado está exibindo para o Brasil as frases das pessoas que estão aqui acompanhando a nossa audiência pública, uma manifestação respeitosa, silenciosa.

Eu agradeço a participação das senhoras dessa forma. Muito obrigada. Vamos considerar a manifestação. (*Palmas.*)

Vamos agora ouvir Priscila Nogueira Camacho Dejuste, farmacêutica, membro do grupo de trabalho sobre suplementos alimentares do Conselho Federal de Farmácia.

Seja bem-vinda, doutora. É uma alegria tê-la conosco.

A SRA. PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE (Para expor.) – Boa tarde. Cumprimento a Exma. Senadora Damares Alves, os demais Parlamentares, autoridades, representantes das entidades...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, só um instante.

Nós temos pessoas em pé. Aqui na frente tem lugares, vocês podem ocupar, está autorizado, estão liberadas as cadeiras aqui na frente e do lado também. Fiquem à vontade.

A SRA. PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE – ... e todos que estão acompanhando esta audiência. Agradeço também ao Conselho Federal de Farmácia pela confiança em representar a profissão farmacêutica neste debate.

Eu falo como farmacêutica especialista em assuntos regulatórios há quase 20 anos, com atuação na indústria, em farmácias de manipulação e vigilância sanitária. A minha contribuição aqui hoje será estritamente técnica e eu gostaria, já de início, de destacar que, quando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento injetável ou uma preparação magistral injetável chega ao paciente, existe um profissional farmacêutico assumindo a responsabilidade técnica por aquele produto.

Então, a apresentação. (*Pausa.*)

Por que este debate é importante? – e eu vou também acompanhar os Senadores na fala deles. Esta audiência envolve três pilares inseparáveis: o paciente, os profissionais de saúde e também a segurança sanitária.

Quando a gente está falando de medicamentos estéreis, estamos tratando de produtos que têm um risco sanitário elevado. Ao mesmo tempo, estamos falando de pacientes que dependem desses tratamentos e de farmacêuticos que dedicam suas carreiras para produzi-los com qualidade. Então, o desafio está justamente em equilibrar o acesso e a segurança. A gente não pode tratar nenhum deles de forma isolada, temos que tratar todos de forma igual.

O papel do farmacêutico. O farmacêutico não apenas manipula medicamentos e preparações magistrais, mas também responde técnica e legalmente por todo o processo. Então, o Conselho Federal habilita o farmacêutico, fiscaliza os estabelecimentos e tem também o registro dos estabelecimentos de todo o Brasil.

Entre as responsabilidades do farmacêutico, estão a validação dos processos, a qualificação dos fornecedores, a garantia da qualidade, a garantia de esterilidade, a rastreabilidade e a liberação do produto.

A segurança farmacêutica nos injetáveis está numa conexão direta para dar segurança na prescrição. Então, todas as preparações magistrais, hoje, de injetáveis atendem às prescrições médicas, atendem aos hospitais, atendem às clínicas. Então, ela está sempre baseada numa necessidade e numa demanda do paciente. (*Pausa.*)

Como foi citado, a gente tem também a questão da RDC 67, a gente já tem as boas práticas de manipulação.

É importante destacar também que a Anvisa realizou, hoje, um diálogo setorial com o setor, das 9h às 12h, em que ela trouxe a discussão da atualização do Anexo IV e todo o envolvimento que ela vai fazer a partir de agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A RDC 67 tem aí as diretrizes que as farmácias têm que seguir e também, eficientemente, a fiscalização do conselho. Toda vez que o conselho detecta uma irregularidade sanitária, ele envia isso para as vigilâncias sanitárias, a gente faz ações conjuntas de fiscalização. Então, nós também acompanhamos esses estabelecimentos.

Sobre a importância das farmácias de manipulação, eu acho que isso também é um ponto crucial para o debate – e por que também os pacientes estão aqui e a defesa em relação a isso –, porque já existe um rigor técnico, já existem farmácias que estão no mercado há muitos anos.

Nós não somos contrários às atualizações das normas, nós não somos contrários à necessidade de se estabelecerem regras mais rígidas, mas nós precisamos defender o papel da farmácia de manipulação: individualização terapêutica; adequação de doses; alternativas quando há desabastecimento, principalmente entre o que a indústria não produz mais e com o que a farmácia está ali disponível para atender; atendimento de necessidades clínicas específicas, sempre se baseando no que o prescritor, no que o médico traz de necessidade para aquele paciente.

Então, as farmácias cumprem, sim, a sua função no sistema de saúde, e elas também permitem a via injetável. Esse modelo existe há décadas no Brasil e é sustentado por profissionais altamente qualificados.

O papel do farmacêutico no equilíbrio regulatório. Nós estamos sempre participando dos debates, sempre que nós temos a oportunidade de entrar em discussões, seja com a Anvisa, seja com as vigilâncias do estado, com as vigilâncias municipais...

A gente agradece muito o convite de poder estar aqui e de trazer também o nosso olhar técnico, mas a gente tem a garantia da qualidade, a gente tem a farmacovigilância. Podemos melhorar esse processo de farmacovigilância para que a gente tenha cada vez mais informações de acesso mesmo, para a gente observar.

Assistência e cuidado. Reconhecer a competência de todo o sistema é uma proteção sanitária e garante também a segurança do paciente, que eu acho que é o ponto principal. Então, quando a gente fala da segurança do paciente não é um conceito abstrato. Ela vai depender de infraestrutura adequada, de boas práticas, de validações, de qualificação profissional e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização efetiva, e esse é o papel do Conselho. O Conselho sempre se colocou à disposição para auxiliar no processo de fiscalização.

Nenhum desses pilares deve ser flexibilizado. Ao mesmo tempo, precisamos reconhecer milhares de farmacêuticos e estabelecimentos que cumprem rigorosamente essas exigências. As soluções regulatórias devem conseguir diferenciar, principalmente, quem trabalha corretamente de quem eventualmente descumpre a legislação. E nós – também, como conselhos – agimos na punição em relação a quando o profissional farmacêutico não segue o código de ética, os preceitos éticos, quando ele vai ter todo o processo e vai ter as penalidades frente a isso. Então, um caminho para um modelo regulatório é a gente trabalhar em conjunto muito do que foi comentado aqui, também na habilitação técnica clara dos profissionais – de estarem qualificados –, da rastreabilidade, da questão da qualidade de validação, da fiscalização, da comunicação transparente, do auxílio nesse processo de farmacovigilância ativa e do combate às irregularidades.

Não adianta nada a gente falar em acesso se o paciente não tem acesso ao médico, se o paciente não tem acesso à farmácia. Não podemos deixar que produtos que não têm nenhuma regularização no Brasil estejam presentes da forma como a gente tem visto, de maneira totalmente descoordenada e com pacientes fazendo uso sem passar por profissionais de saúde.

E, para finalizar, também vou cumprir o meu tempo.

Sobre as considerações finais. A discussão não deve ser se somos favoráveis ou contrários à regulação. A regulação é indispensável, como os Senadores destacaram aqui no começo: o quanto a Anvisa colabora e o fato de ter os produtos aprovados nos dá acesso a tantos produtos relacionados à saúde, a medicamentos e por aí vai. A verdadeira discussão é como aperfeiçoá-la para que ela continue protegendo a população e, principalmente, reconhecendo a competência técnica dos farmacêuticos e preservando o acesso aos pacientes, aos tratamentos de que eles necessitam. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Priscila, obrigada. As perguntas não param de chegar aqui no celular. Quero agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora o representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Nós tínhamos anunciado o nome, mas está sendo substituído agora pelo Dr. Clayton Luiz Dornelles Macedo, que está... Eu vou pedir apenas que a gente se aperte um pouquinho aqui na mesa. O Dr. Clayton estava... Nós estávamos aguardando a chegada da Sociedade Brasileira de Endocrinologia. Nós vamos ouvi-lo.

Enquanto o Dr. Clayton ocupa a mesa, eu precisava lembrar a todos os senhores o seguinte: sobre o Brasil nós estamos discutindo aqui na mesa – eu preciso fazer essa ponderação. O Brasil que eu conheço é um Brasil gigante, 17 mil quilômetros de fronteira seca, 8 mil quilômetros de fronteira molhada: fazemos divisa com dez países. Um Brasil em que, eu vou citar de novo, da Cidade de São Paulo de Olivença para Manaus, dentro do mesmo estado, são sete dias de barco para ir, sete para voltar, mas eu tenho cidades mais distantes. É um país em que a Cidade de São Félix do Xingu é maior, só um município, que Portugal. É um país em que para uma mulher com dor ir em busca de um atendimento, como no Marajó, são dez dias num barquinho para ir, dez dias para voltar.

Então, eu queria muito que a gente considerasse como é difícil para nós, Senadores, tomarmos uma decisão para uma nação dessa dimensão, uma nação diversa, uma nação plural. Uma nação em que eu tenho, inclusive, povos tradicionais em que o médico não pode tocar na mulher; eu tenho povos tradicionais em que a mulher, para ser atendida, tem que entrar, junto com ela, no consultório, uma pajé, uma curandeira, que tem que ser mulher. Eu quero que vocês entendam como é difícil.

Eu acho que é tão fácil ser Senadora na Noruega. É tão fácil ser Senadora na Finlândia, na Suíça, mas não é fácil ser Senadora no Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... nem ser médica, nem ser farmacêutica, nem ser pesquisadora numa nação em que eu preciso dar resposta para todos, eu não posso segmentar decisões. Então, que isso seja considerado e, talvez, que a gente faça o debate, na segunda audiência, pensando neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um Senador de Santa Catarina que pediu o debate, mas eu já tive Senador de estados do Norte que disseram: "Epa, eu tenho que estar nesse debate, porque a minha realidade é diferente da do Seif". Então, isso tudo vai ter que ser colocado aqui na mesa.

A única coisa que eu não quero, Dr. Eduardo Schor, são mulheres com dor. Eu não aguento mais ouvir mulheres gritarem de dor no país. Nós vamos ter que encontrar respostas.

Quando a doutora representante da federação de farmácias disse: "Rastreabilidade"... doutora, eu não tenho energia elétrica em algumas cidades. Como é que o remedinho vai sair na temperatura certa lá de Manaus para chegar em São Paulo de Olivença sem a temperatura certa?

Eu juro para os senhores que eu estou aqui muito preocupada e eu precisava fazer esta minha manifestação, senão eu não seria justa com todas as mulheres do Brasil. Este debate aqui, gente, ainda vai render muito, mas a gente vai se encontrar neste debate – todos dispostos a encontrar respostas.

Nesse sentido, vamos ouvir o Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Dr. Clayton Luiz Dornelles Macedo.

Muito obrigada, Dr. Clayton, por estar conosco, por ter se esforçado para chegar a tempo da audiência.

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Na pessoa da Senadora Damares, eu cumprimento todos e agradeço a oportunidade de a sociedade ter voz nesta audiência, que é de extrema importância.

A gente preparou um material para a exposição. Então, a ideia é a gente discutir a situação atual dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis, das farmácias de manipulação de estéreis e dos profissionais de saúde no Brasil, em decorrência da atuação regulatória da Anvisa.

Hoje, a nossa sociedade, junto com a sociedade de diabetes e a da obesidade, teve uma reunião com um dos diretores da Anvisa, também tratando desse mesmo problema. Então, a gente vai conversar hoje, basicamente, sobre análogos de GLP-1, mais especificamente ainda sobre análogos de GLP-1 e GIP, que seria, no caso, a tirzepatida, porque a semaglutida já está proibida para manipulação pela Anvisa, mas a gente inclui, no mesmo cenário, os implantes hormonais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós vivemos, na sociedade médica, um grande problema, um problema que nós consideramos de saúde pública, que é a má prática da medicina. E, infelizmente, exatamente pelo interesse econômico que existe por trás desses dois perfis de manipulação, a nossa sociedade está muito exposta a essa má prática. Então, a gente vai comentar, basicamente, quando se fala de análogos de GLP-1, sobre as canetas emagrecedoras.

A gente não gosta desse nome porque, na realidade, essas canetas são medicamentos para tratar duas doenças extremamente prevalentes, que são a obesidade e o diabetes. E nós, enquanto sociedade, lutamos muito pelo acesso.

Nós estamos com uma campanha na rua para propiciar acesso já ao tratamento medicamentoso da obesidade, e a gente defende muito, vê com muitos bons olhos, novas opções terapêuticas de fármacos que perderam patentes e de novos fármacos sendo aprovados pela Anvisa. Mas a nossa preocupação primordial é com a segurança do paciente.

Então, acho que a gente precisa aqui contextualizar esse cenário, porque, muitas vezes, a falta de segurança pode facilitar o acesso, mas ela acaba entregando riscos para a população. E isso nós, enquanto médicos e enquanto sociedades representantes de especialidades médicas, não podemos aceitar, da mesma forma que a Anvisa e o Senado Federal.

Então, só para contextualizar a nossa autoridade, a Sbem é uma sociedade médica que tem mais de 5 mil associados. Ela é a representante da endocrinologia no Brasil; ela é a sociedade homologada pela Associação Médica Brasileira e pelo CFM para certificar a especialização em endocrinologia. Nós temos 22 regionais, é a terceira maior sociedade do mundo de endocrinologia e metabologia.

Aqui nós trazemos também a voz de outras quatro sociedades: a SBD – nós tivemos a honra de escutar o nosso Presidente –, Sociedade Brasileira de Diabetes, que fala em nome dos especialistas em diabetes e fala em nome da população com diabetes e tem sido incansável também em propiciar acesso ao tratamento adequado do diabetes no nosso país; a Abeso, que é a Associação Brasileira para Estudo da Obesidade, que, junto com a Sbem e a SBD, também é responsável pela abordagem da obesidade no país e também luta por acesso adequado ao tratamento correto e seguro para a população; e nós escutamos agora a nossa colega, a Dra. Lia, que representa a Febrasgo, associação de sociedades de ginecologia, que já teve voz. A Febrasgo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto com a gente, principalmente no cenário dos implantes hormonais, vem defendendo a saúde da população, a entrega de tratamentos adequados. Porque apenas ter tratamentos não validados, não aprovados e não seguros, infelizmente, se tornou rotina no consultório de nós médicos, tratar complicações do mau uso dessas substâncias, e essas substâncias causam danos. A gente vai contextualizar alguma coisa e, depois, no debate, talvez um pouco mais. E todas essas sociedades são homologadas pela AMB.

É importante dizer que não existe, no mundo e principalmente aqui no Brasil, nenhuma sociedade séria que tenha posicionamento diferente do que nós estamos mostrando aqui, mesmo preconizando agentes em implantes hormonais ou preconizando manipulados para se tratar de obesidade.

Bom, regras não faltam, e a gente vê que a Anvisa, no ano passado, largou uma nota técnica restringindo, principalmente, o controle em cima dos insumos farmacêuticos que estavam entrando no Brasil e, ao invés de diminuir, aumentou a entrada desses insumos. A gente não tem condições de fiscalizar todo esse mercado, esse mercado é gigantesco. Mais que isso: a Anvisa hoje – inclusive, foi admitido – não tem condições de medir esse cenário.

Então, no sistema de registro, principalmente no sistema de relato de efeitos adversos, infelizmente, existe pouca denúncia, existe pouco relato... Os pacientes que têm complicações, muitas vezes, graves, ficam inibidos, às vezes, por proximidade com o médico prescritor ou, às vezes, por medo de se expor ou, às vezes, por medo de admitir que foram enganados em protocolos que visavam, basicamente, ao lucro. Porque esses protocolos não circulam entre a população carente que não tem condições econômicas de pagar esses tratamentos que nós estamos vendo aqui. Esses protocolos circulam em clínicas que nós chamamos de *high ticket*, onde os protocolos são vendidos por valores exorbitantes. Então, eu acho que fica nessa lâmina.

É importante dizer que, quando a gente não consegue medir o grave problema e as consequências, a gente não consegue afirmar que as medidas regulatórias de contenção que existem estão funcionando, e, infelizmente, no Brasil, onde existe brecha regulatória, existe má prática. Essa é uma realidade do nosso país.

Esse cenário que a gente vem enfrentando aqui no Brasil não acontece em outros lugares. Os nossos colegas da Europa, por exemplo, têm dificuldade de entender como acontece esse uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indiscriminado de implantes hormonais, como se usam esses incretinomiméticos manipulados de forma livre e em protocolos de alto custo. Nos Estados Unidos, da mesma forma, salientando que, nos Estados Unidos, principalmente os freios da Justiça... Não que não exista má prática, mas os freios da Justiça, Senadora, funcionam bem mais que aqui no Brasil. Aqui no Brasil, infelizmente, nós não temos denúncia, nós não temos capacidade de fiscalização, e o sistema de punição é extremamente lento.

No nível do Conselho Federal de Medicina, por exemplo, é proibido o uso de hormônios para fins estéticos e de *performance*, e, em boa parte, o grande mercado desses implantes hormonais não é para paciente com dor, Senadora. A paciente com dor serve de escudo, de desculpa para a prescrição para fins estéticos e de *performance*. Infelizmente, não é isso que acontece. Na realidade, a indicação é outra.

Então, vamos lá. A gente vem peticionando de diferentes formas, em diferentes tempos, essa situação, tanto de análogos de GLP-1 quanto de implantes hormonais manipulados. Aí eu não vou me deter nessa história, não é?

É importante dizer que, na realidade, não existe necessidade não atendida com a manipulação de GLP-1 e de implantes hormonais. Nós temos vários compostos no mercado brasileiro, em inúmeras doses, e, pela lei das farmácias de manipulação... Ninguém é contra... Nós temos uma colega farmacêutica. Ninguém é contra a farmácia de manipulação, ela executa um papel importantíssimo para a nossa sociedade, mas ela deve ter uma prescrição individualizada, focada no indivíduo a partir da customização do médico.

Isso não é o que acontece. Algumas farmácias se transformaram em verdadeiras indústrias, têm planta industrial, fabricam com estoque, vendem diretamente para clínicas. Quase não existe venda direta de balcão. As clínicas vendem e isso é comercializado por alto custo em consultórios médicos de luxo.

O que talvez a população esteja defendendo aqui não é o mesmo cenário da realidade. A população, infelizmente, não tem esse acesso. Então, nós não temos necessidade não atendida em termos legais desse tipo de medicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu não vou discutir aqui as questões técnicas. Existem várias dificuldades, essas moléculas são extremamente complexas, tanto implantes hormonais quanto os hormônios manipulados para emagrecer, e eu trouxe aqui uns dados da Sociedade Americana de Endocrinologia – nós não temos esses dados aqui no Brasil – mostrando que o FDA, hoje, não tolera compostos manipulados para obesidade. Ele acabou com a permissão que existia num período de escassez do produto e hoje faz fiscalização ativa.

E olhem os dados. Eu gostaria de expor principalmente isso para vocês. Houve um período em que faltou medicação original nos Estados Unidos e aconteceram 22 mil casos de intoxicação, com aumento substancial de internações no ano em que isso foi permitido nos Estados Unidos.

Além disso, quando se analisaram amostras dessas substâncias manipuladas, em média, essas substâncias tinham 28% a mais do que a dose recomendada. Por isso é que o manipulado, às vezes, dá a sensação de que funciona mais, ele é mais concentrado, só que isso aumenta muito o risco de intoxicação.

Um outro detalhe também é o grau de pureza, que deve ser, no mínimo, de 99%, e, nessa análise apresentada nesse congresso, a média máxima de pureza era 14%. E essas impurezas eram presentes de forma intensa, não evidenciavam equivalência, mostravam um risco de toxicidade, de imunogenicidade gigantesco – isso em dados americanos, que nós não temos aqui.

E, por último, nesses dados dos Estados Unidos, a gente está discutindo aqui acesso, está discutindo que a população – nós temos representantes aqui – seja assistida por essa medicação. Os dados americanos mostrados pelo FDA indicaram que esse acesso via manipulado foi uma equidade ilusória – eu copiei isso do eslaide que foi apresentado no congresso. Ilusória por quê? Porque o preço não foi reduzido, houve falhas importantes e intoleráveis de segurança e lá foi indicado que a gente deveria migrar para um acesso – é o que nós estamos buscando hoje – responsável, com segurança e com supervisão clínica.

Eu teria vários dados para mostrar para vocês, mas infelizmente o tempo é curto. Eu acho que eu consegui aqui mostrar o resumo de como a sociedade enxerga isso, e nós pediríamos só um pouquinho... Eu precisaria mostrar esse último eslaide, pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O último eslaide, para concluir.

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO – E a gente pede que seja proibida expressamente a manipulação desses peptídeos e dos implantes hormonais exatamente por falta de dados de segurança e de eficácia.

E o outro grande problema é que o cenário hoje não é o cenário da prescrição para pacientes individuais, são clínicas que vendem esses protocolos, onde os médicos são treinados a prescrever.

Que também seja proibido esse comércio de manipulados estéreis nas clínicas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Clayton, pela sua participação.

Ouviremos agora o Dr. Paulo Guimarães Jr., Médico, Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino Médico.

Seja bem-vindo, Doutor, e obrigada por ter aceitado o convite para participar da audiência.

O SR. PAULO GUIMARÃES JR. (Para expor.) – Boa tarde.

Excelentíssimos Senadores, autoridades, colegas médicos e farmacêuticos, representantes da Anvisa – que, em algum momento, vão nos escutar –, da sociedade civil e, sobretudo, pacientes que aqui estão representados, o tema que eu trago parece técnico, mas toca a vida real das pessoas: o acesso do paciente e a autonomia do médico.

Não venho defender aqui a ausência de regra, nem menos fiscalização. Eu venho defender uma coisa: que a regulação sanitária proteja o paciente sem inviabilizar o cuidado.

Vai ter eslaide?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUIMARÃES JR. – Você coloca para mim? (*Pausa.*)

Bom, em 2024, eu, Paulo Guimarães, estive na palestra... Até sugiro que a Dra. Lia assista, é só digitar lá TV Senado, *chip* da beleza. É uma palestra de seis horas e meia; assim, aquilo é uma aula. Por que eu digo isso? Porque o pedido de proibição dos implantes hormonais que foi feito naquela ocasião foi um pedido de ocasião que, eu lembro, tinha seis referências bibliográficas – seis. Dos três ensaios clínicos que estavam lá, nenhum era sobre implante hormonal – nenhum!

E só para poder lembrar, a questão do Vigicom, aquilo ali é como se fosse uma plataforma paralela, Senadora Damares, e o Vigicom não tinha absolutamente nenhum grau de proteção com relação à Lei Geral de Proteção de Dados – nenhum. Tem vídeo na internet que as pessoas conseguiam colocar lá: "Médico: Sílvio Santos; paciente: tal". Então, assim, aquela ferramenta de detecção de intercorrência... Aquilo ali não tem validade.

Hoje a gente teve lá uma comissão de cibersegurança, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUIMARÃES JR. – Então, assim... Não, a gente tem muitas respostas aqui também, o Dr. Eduardo Schor também; mas o Vigicom ali é uma coisa que a gente tem que levar em consideração.

Em 2024, nós já vivemos uma discussão importante envolvendo os implantes hormonais. Em 2025, a mesma lógica alcançou os manipulados estéreis e, se não mudar nada, em 2026, o risco é atingir a farmácia magistral como um todo.

Por isso, este debate não pode ser uma disputa entre médicos, farmácias, indústrias e regulador. Na ciência, não se trata de saber quem venceu, o centro é o paciente, e, com o paciente no centro, a pergunta certa é... A pergunta certa não é "pode ou não pode manipular?". A pergunta certa é: como garantir segurança sanitária sem inviabilizar o cuidado? E essa pergunta fica concreta quando a regra encontra a realidade clínica.

Nos últimos meses, os pacientes que dependem de tratamentos injetáveis manipulados passaram a enfrentar grande insegurança regulatória em duas frentes. Primeira frente: a narrativa massiva nas mídias de que esses tratamentos não teriam respaldo científico, seriam inseguros para os pacientes – o que é uma informação falsa. A segunda: novas exigências e barreiras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impactam na operação e logística do setor farmacêutico magistral e no exercício da medicina, ao ponto de inviabilizar e impedir o tratamento e a sua continuidade, ferindo os direitos de milhões de pacientes, como, por exemplo, a nova exigência de que esse tipo de tratamento só possa ser iniciado se o nome do paciente estiver no rótulo – um entendimento isolado, que contraria as próprias normas da Anvisa.

Na prática, isso obriga o paciente a esperar prazos de até 90 dias para algumas medicações – 90 dias! E, quando a logística se torna inviável, ela deixa de ser um detalhe operacional; ela vira restrição indireta ao cuidado. Mas o que respalda essas barreiras, então? Seria a ausência de evidência científica? Para responder a essa pergunta, diversos estudos já fizeram essa reflexão: qual o percentual da prática médica possui o mais alto nível de evidência científica?

Um famoso trabalho publicado em 2019 demonstrou que mesmo na área da medicina que mais possui respaldo em evidências científicas, que é a cardiologia, apenas 8,5% das recomendações da academia americana e 14,1% da europeia possuem nível A de evidência, ou seja, metanálises, que são estudos que comparam ensaios clínicos ou grandes ensaios clínicos randomizados, o que foi confirmado novamente em 2025. E essa constatação não é anticiência, ela apenas nos propõe pensar. Se apenas aquilo que possui o mais alto nível de evidência científica fosse permitido na prática clínica, quanto da medicina sobraria para os pacientes?

Mesmo que o nível de evidência científica fosse um critério objetivo para liberar ou proibir a produção e prescrição de medicamentos, precisamos lembrar dos limites de competência. Ao médico compete o juízo clínico, diagnosticar e eleger o melhor tratamento possível, e à Anvisa compete regular e fiscalizar a segurança sanitária, ou seja, a pureza dos insumos e a conformidade com os requisitos mínimos de qualidade.

Quando proibições ao exercício da medicina e a direitos de pacientes extrapolam competências institucionais, conflitando com a autonomia médica, problemas de saúde pública que pretendemos resolver podem acabar se agravando. Quando afastamos o paciente do tratamento assistido regular, acabamos empurrando o paciente para o mercado clandestino.

A automedicação desassistida, o uso abusivo e indevido, a polifarmácia, o risco de superdosagem, a falta de monitoramento sobre os efeitos adversos são problemas reais e que merecem medidas efetivas de prevenção. Como exemplo, diversos estudos, como esse da BMJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Open, mostram-nos que mais de 60% dos usuários de anabolizantes não são acompanhados por médico. Logo, mesmo com o aumento das restrições e proibições aos tratamentos hormonais, em diversos países, o uso indevido não diminui; pelo contrário, o uso permanece sem o mínimo de controle de rastreabilidade, segurança e supervisão.

Temos observado um fenômeno semelhante em relação a medicamentos como a tirzepatida. Quando o paciente não tem acesso legal garantido, aumenta o mercado clandestino. Então, se simplesmente restringir não protege contra o mau uso, o que protege? A resposta vai muito além do que uma simples proibição ou um nome no rótulo.

As farmácias de manipulação de estéreis são justamente a ferramenta legal e técnica que proporcionam o acesso a tratamentos de saúde com garantia de segurança e qualidade aos pacientes que dependem da individualização do seu cuidado. Sempre que o mercado convencional não supre as suas necessidades e a individualização do tratamento como ferramenta de segurança não depende apenas de um rótulo, mas, sim, de diversos processos de controle que permitam a efetiva rastreabilidade e farmacovigilância, isso quer dizer que os processos desse setor, além de permitirem que medicamentos sejam adequados às necessidades especiais de determinados pacientes, ainda são capazes de proporcionar, em conjunto com o serviço de saúde, como as clínicas médicas, um alto grau de controle de rastreio, acompanhamento e assistência terapêutica contínua.

Imaginar que um medicamento que pode ser feito em casa vai permitir a mesma farmacovigilância do que se for realizado na clínica, com acompanhamento, com médico sendo um RT, enfermeira sendo um RT, possivelmente um farmacêutico sendo um RT é completamente diferente.

A manipulação magistral deve, sim, preparar os medicamentos com o mais alto grau de rigor cabível, sem que isso inviabilize tratamentos que necessitam de adequação. Quando se combina a viabilização de medicamentos que sejam adaptáveis às necessidades específicas de pacientes com a sua administração em clínicas regulares, temos um meio seguro e qualificado de acesso à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clínica regular não é balcão comercial, é estabelecimento assistencial, com alvará sanitário, responsável técnico, prontuário médico, armazenamento controlado, registro de lote, aplicação supervisionada e sujeição à fiscalização. Ela não existe para revender.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

O SR. PAULO GUIMARÃES JR. – Existe para prestar assistência. Quem trabalha em conformidade não teme a fiscalização, precisa dela para não ser confundido com o mercado clandestino.

Essa distinção entre assistir e revender a própria norma da Anvisa já a reconhece? Onde? É justamente aqui que a RDC 67, de 2007, precisa ser lida com atenção. A própria norma já distingue paciente e instituição. Ela prevê que a farmácia pode atender requisições escritas de profissionais habilitados para preparações usadas na atividade clínica ou como auxílio de diagnóstico com uso exclusivo no estabelecimento do requerente. E é um ponto muito importante: quando se tratar de atendimento não individualizado, no lugar do nome do paciente, deve constar no rótulo o nome e o endereço da instituição requerente. Portanto, a ideia de que todo medicamento estéril manipulado precisa sair sempre, em todos os casos, em nome de um paciente individualmente identificado não pode ser tratado como verdade absoluta. A própria norma prevê outra possibilidade, desde que cumpridos os requisitos técnicos e documentais.

Embora a individualização do tratamento seja o fim ao qual toda a preparação magistral se destina, a Nota Técnica 172, de 2025, reconhece a fragilidade da garantia de segurança e qualidade de preparação de unidades extremamente reduzidas, ou seja, manipular frasco a frasco não é um processo mais ideal quando focamos na segurança técnica. A nota ainda reconhece que existem preparações que devem ser dispensadas aos serviços de saúde para que se garanta a maior farmacovigilância.

De acordo com todos os preceitos operacionais de boas práticas internacionais, fica claro que um modelo de preparação por lotes proporcionais e tecnicamente justificados à demanda viabiliza um processo muito mais seguro, respeitando devidamente a quarentena, a análise laboratoriais e todos os passos de rastreio, além da celeridade, dessa logística para os serviços de saúde e, consequentemente, para os pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nos leva a um conceito que precisa ser tratado com seriedade: o estoque técnico, ou também reserva técnica, é comércio paralelo? Não. O estoque técnico não é revenda, é uma ferramenta assistencial que permite ao médico e ao serviço de saúde cumprir com o seu dever de garantir todos os recursos necessários às suas atividades, com rastreabilidade, celeridade, qualidade, de acordo com os princípios e obrigações dos estabelecimentos de saúde trazidos pela RDC 63, de 2011, inclusive.

A pergunta que fica é: qual o propósito da regulação? Garantir maior segurança e qualidade? Garantir o acesso à saúde ou simplesmente restringir? Dito isso, uma ressalva honesta: nem tudo pode ser tratado do mesmo jeito. Medicamentos protegidos por patente, como a tirzepatida, exigem um cuidado adicional. Há requisitos específicos para a sua manipulação que devem ser seguidos com atenção. Porém, não é razoável tratar todos os medicamentos manipulados estéreis da mesma forma, de forma indiscriminada.

O princípio da legalidade precisa ser o norte para regular as exigências de cada caso, Senadora. E como o paciente brasileiro pode ter acesso a medicamentos patenteados de maneira legalizada, quando não são encontrados no mercado ou quando a versão industrial não supre as suas necessidades individuais? Eu vou falar para vocês, a semaglutida não tem nada a ver com a tirzepatida – nada a ver. A eficácia, a forma como a tirzepatida atua é algo bem diferente. Tem muito paciente, por exemplo, que possui lipedema, possui obesidade. Vamos tratando a obesidade. Chega a um momento brilhante, um dia, a gente vai suspender a tirzepatida para essa paciente, porque ela já emagreceu o que tinha que emagrecer. Aí o que acontece, Senadora? A perna dela volta a doer. Por quê? Porque todo mundo que trata obesidade com tirzepatida vai perceber que a tirzepatida tem, sim, um efeito anti-inflamatório, tem esse efeito.

O art. 43 da lei de proteção industrial estabelece que a proteção da patente não se aplica à preparação de medicamentos, de acordo com a prescrição médica, para casos individuais, executada por profissional habilitado. Esse é o caminho legal, tecnicamente viável e justificado para garantir que pacientes não sejam desassistidos e possam ter seu tratamento de saúde garantido, por intermédio da manipulação de medicamentos e dos estabelecimentos de saúde, sem ferir o instituto legítimo da patente, o qual precisa, sim, ser respeitado, pois defendemos segurança jurídica. Esse direito do paciente é fundamental, pois a apresentação industrial nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre atende à necessidade real daquele indivíduo. Há pacientes que precisam de titulação mais lenta, dose menor, progressão individualizada ou regressão terapêutica.

Tem pacientes, Senadora Damares, que passam mal com 2,5mg de tirzepatida. A nossa ideia aqui não é defender doses maiores; a nossa ideia é defender doses menores. E, fora do Brasil, existe a tirzepatida, sim, em multidose, caneta multidose. Veio para o Brasil, e essa discussão aqui praticamente se encerra. E o caminho seguro não é o improviso, o fracionamento inseguro ou o mercado clandestino, o caminho seguro é a prescrição individualizada, sob a condução do médico, preparação por profissional habilitado, rastreabilidade e acompanhamento clínico.

E, quando pretendemos garantir que pacientes com necessidades especiais não percam o direito ao seu tratamento individualizado, precisamos citar o que a ciência vem nos mostrando, Senadora. O Brasil tem se destacado em temas complexos, inclusive em áreas muito relevantes da saúde da mulher, como lipedema, endometriose. O Dr. Eduardo Schor tem uma infinidade de artigos científicos publicados na área da endometriose. Trabalhos como esse segundo, que acabei de postar, é um trabalho que foi publicado há sete dias e já tem mais de mil visualizações na plataforma *online*. Sendo assim, trabalhos recentes sobre tirzepatida, como esses aqui, mostram hipóteses científicas fundamentadas para o tratamento de condições como endometriose, lipedema, baseadas em mecanismos metabólicos, inflamatórios, fibróticos, imunológicos e hormonais, através de pequenas doses ajustadas aos pacientes, o que hoje só é possível através da manipulação, já que versões industrializadas não estão disponíveis no mercado brasileiro e não permitem a individualização de cada dose. Estamos falando de medicina responsável, dentro daquilo que a própria legislação permite para casos específicos e através do controle operacional do serviço de saúde. A ciência não pede censura prévia. A ciência pede raciocínio clínico, autonomia médica, farmacovigilância e responsabilidade.

Diante disso, eu deixo a esta Casa pedidos bem objetivos. Primeiro, segurança jurídica e proporcionalidade: a regulação precisa observar os limites da legalidade, da razoabilidade e do maior interesse social. Segundo, consulta pública e rito regulatório adequado: qualquer atualização normativa precisa respeitar participação social, transparência, prazos e adaptação. Terceiro, participação de médicos, farmacêuticos e pacientes: o setor que vive a prática assistencial precisa ser ouvido na construção dessas regras. Quarto, reconhecimento da requisição institucional e do estoque técnico quando vinculados a serviços de saúde regular, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade técnica, com documentação, com rastreabilidade e uso exclusivo assistencial. Quinto, transparência, prevenção de conflitos de interesse, especialmente para entidades que influenciam diretamente a regulação sanitária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

A última exposição é em forma de vídeo: Nathália El Ossais Oliveira, uma paciente.

Está pronto o vídeo dela? (*Pausa.*)

Eu vou devolver a palavra para os expositores por dois minutos depois do vídeo dela.

A SRA. NATHÁLIA EL OSSAIS OLIVEIRA (*Por vídeo.*) – Olá, pessoal. Boa tarde. Meu nome é Nathália. Eu vou contar um pouquinho da experiência que eu tive com uma medicação manipulada.

Isso foi em março do ano passado, 2025. Eu estava passando com uma médica, uma ginecologista integrativa, e ela já tinha me ajudado, ao longo de um ou dois anos, a perder peso com uma outra medicação, que é o Saxenda. Então, eu tomei o Saxenda, comprado em farmácia, tudo certinho, por um ano e meio, mais ou menos. Já tinha perdido 10kg, e eu queria perder mais 5kg. A gente não estava conseguindo ter sucesso mais com o Saxenda, e ela sugeriu dar um tiro de canhão. Ela falou: "Vamos começar o Mounjaro. Não vende Mounjaro ainda aqui no Brasil, mas eu tenho uma farmácia de confiança, de manipulação, que manipula as doses para mim e para outros pacientes. Se você quiser comprar a dose comigo, eu te forneço aqui no consultório mesmo". Enfim, eu topei.

Comprei seis doses com ela, semanais, começando com uma dose menor, depois ia subindo. A primeira foi aplicada no consultório. Era uma dose vinda de uma farmácia de manipulação; então, eu não vi ali qual era a procedência. Acabei confiando. Era um consultório chique, eu já estava indo há quase dois anos, enfim. E depois eu levei as outras doses para casa. Cheguei a aplicar mais três doses em casa. E, nas doses que eu apliquei em casa, eu tive uma alergia na região da barriga. Procurei a médica, e ela tentou me ajudar, falando: "Ah, passa isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que você estava com a barriga com algum hidratante?". Falei: "Não, mas eu já usei outra medicação durante um longo tempo e nunca tive nada disso. É estranho". Enfim... Ela me vendia as doses na própria seringa. Então, eu peguei ali a dose unitária para cada semana. E, a partir da terceira dose, que me deu uma alergia muito forte, ela mesma recomendou: "Se você está preocupada, se você está achando muito estranho, é melhor parar. Pare, espere". E assim eu fiz. Ela falou: "Olhe, eu estou consultando aqui a farmácia para ver se teve algum problema como o seu. Não teve. Então, até recomendo você parar".

Parei, por sorte minha, porque, na semana seguinte, em que eu consumi a última dose, uma semana exatamente depois, eu tive um ataque cardíaco. Eu tive o batimento do coração muito acelerado. Senti durante o trabalho, medi no relógio, e deu 160, 170. Achei muito estranho. Medi em outras pessoas, e deu normal – dava 70, 80. Achei que era fome e, enfim, comi. No dia seguinte, tive de novo. Aí foi mais forte. Eu tive um formigamento nas pernas, no rosto, uma sensação muito estranha. Corri para o hospital com o coração nesse nível de 170, mais ou menos. Cheguei lá... Fui primeiro para um hospital, às pressas, e não eram muito bom; acabei indo para outro. Nesse outro, fizeram um exame de sangue, que detectou que meu nível de potássio estava muito baixo; que eu teria que ser internada na UTI cardiológica. Então, foi o que aconteceu. Eu fiquei três dias internada para repor esse potássio e entender quais foram as causas.

Eu me lembro de que comentei: "Estou tomando Mounjaro". Até os médicos da UTI, conversando entre eles e comigo, falaram: "Mas Mounjaro não deveria dar isso". Foi aí que eu falei: "Não, mas eu tomo Mounjaro manipulado". Eles perguntaram: "Onde você comprou esse Mounjaro fora do Brasil?". Eu falei: "Não, eu tomei manipulado através de uma farmácia". Eles falaram: "Olhe, está estranho. Acho que você precisa, assim que tiver alta, investigar melhor isso" e tal. E foi aí que a gente acabou entendendo.

Acabei indo a um endócrino. Depois que foi me ajudando, parei de ir a essa ginecologista. Cortei 100% de contato com ela. E foi um endócrino que me apoiou a entender o que estava acontecendo. E a gente detectou, realmente, que provavelmente dentro dessa fórmula manipulada tinha algum diurético que fez com que o meu potássio caísse e chegasse a esse ponto de um nível muito baixo e o meu coração acelerou. Então, foi isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi a minha história. Depois, eu nunca mais consumi nada. Eu nunca tive nenhum problema cardíaco. Investigamos tudo, investigamos os rins, e também não teve nenhuma questão preocupante. Foi realmente a medicação que trouxe esse problema.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom, nós agora estamos indo para o final de nossa audiência. Eu vou ler quatro comentários que chegaram da internet e vou ler perguntas. As perguntas eu não vou direcionar. Eu vou deixar para que os expositores que se sentirem à vontade anotem e respondam uma ou outra pergunta. Depois, a gente passa para o Seif, para o Senador encerrar.

Comentário que veio pelo e-Cidadania, Marcos, do Ceará: "Acredito que é importantíssimo o tema, mas a Anvisa precisa ser agnóstica à fabricante e a lobbies farmacêuticos".

Flávio, de São Paulo, diz o seguinte: "Nunca tivemos remédios tão promissores, mas a qualidade deles tem que ser analisada e não pode virar objeto de lucro".

Luciana, de Mato Grosso do Sul: "Eventos colaterais graves e recorrentes com produtos manipulados são quase impossíveis de serem notificados, investigados e comprovados".

Silvana, do Pará: "A sociedade deve ser informada de todas as etapas [...] deste lucrativo comércio, dos riscos e dos custos. Informação é obrigatória".

Eu agora vou para as perguntas. Vou devolver a palavra por dois a três minutos no máximo para cada expositor, se alguém quiser responder alguma das perguntas.

Renata, do Distrito Federal, pergunta o seguinte: "Como a regulação pode ser aprimorada sem restringir acesso a tratamentos injetáveis necessários?".

Carla, de São Paulo, pergunta: "Quais evidências científicas fundamentaram as recentes restrições aos tratamentos injetáveis e às farmácias de manipulação?".

Pablo, do Rio de Janeiro: "Qual é o cenário da regulamentação no Brasil hoje referente a esse tema e o que pode mudar nos próximos anos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafaela, de Pernambuco – pena que a Anvisa não está aqui, mas eu vou fazer a pergunta que era para a Anvisa –: "Como a Anvisa evitará que as novas regras prejudiquem profissionais de saúde legalmente habilitados?".

Do Plenário, vieram duas perguntas pelo Instituto Menopausa Feliz – atenção, senhores expositores –: "Se a manipulação de medicamentos injetáveis for proibida, como assegurar um tratamento individualizado quando a dose comercializada é única?". Foi o que o Dr. Paulo falou, e não atende às necessidades de todos os pacientes.

A segunda pergunta do Instituto Menopausa Feliz: "Como equilibrar a segurança sanitária, a autonomia médica e o direito do paciente ao acesso à continuidade no tratamento, evitando interrupções que possam comprometer sua saúde?".

Lida as perguntas, eu devolvo.

Chegaram mais perguntas. Ai, meu Deus! Parem de perguntas!

Carlos, de São Paulo: "Como proteger pacientes que não sabem diferenciar medicamento regular de produto manipulado, irregular, falsificado ou contrabandeado?".

Danielle, do Distrito Federal: "Como garantir que o aumento das exigências regulatórias resulte em mais segurança ao paciente e não apenas em mais custos?".

Ana, do Paraná: "Quais critérios de validação ...". Lá vai, de novo, à Anvisa. Então, esqueça, eu não vou nem perguntar, Ana. Mas a pergunta de Ana era: "Quais critérios de validação de processo e garantia de esterilidade a Anvisa exigirá para manter a viabilidade técnica das farmácias?" Só por uma questão de justiça.

Roberto, do Rio de Janeiro, comentou: "A Anvisa precisa regular melhor o setor [ei, Anvisa, você está apanhando aqui, deveria estar aqui hoje]. Diariamente, maus médicos prescrevem manipulados sem [estar] em conformidade com a legislação [vigente]".

Angélica, de Minas Gerais: "Os injetáveis trazem muitos benefícios, porém eles deveriam ser liberados apenas após exames [recentes] de sangue. [Isso] evitaria muitos problemas."

Rafael, de Minas Gerais: "O tema tem que ser regulado com base no benefício do paciente."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica claro que a Anvisa não está sendo imparcial e sim a favor da indústria. Se eu fosse a Anvisa, eu viria na próxima audiência.

Lidas as perguntas, devolvo a palavra, por dois a três minutos no máximo. Nós já estamos com a sessão começando e eu estou sendo chamada com urgência.

Dr. Eduardo Schor, para agradecimentos finais ou, se quiser, para responder a alguma pergunta e considerações. Dois minutos, doutor.

O SR. EDUARDO SCHOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Eu vou usar esse tempinho como um direito de resposta.

Eu me senti ofendido quando você falou que as pessoas, os colegas, prescrevem medicações para tratar uma doença com finalidade estética. Que a gente, entre aspas, está "justificando" – andam falando isso por aí – que eu prescrevo gestrinona para tratar endometriose para obter fins estéticos. Que eu uso essa desculpa, o que não é verdade.

Eu trabalho com endometriose há 30 anos.

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO (*Fora do microfone*.) – Eu não citei o seu nome.

O SR. EDUARDO SCHOR – Não citou o meu nome, mas citou, genericamente, os colegas médicos.

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO (*Fora do microfone*.) – Infelizmente, é o que acontece.

O SR. EDUARDO SCHOR – Então, eu sei. A má prática médica que você citou acontece em todas as áreas.

Eu atendo, todo dia, alguma mulher que teve a cirurgia mal-indicada ou malfeita. Provavelmente, também, alguma que teve implantes hormonais colocados de forma equivocada. Então, não é restrito ao meio do implante hormonal. Também não é só em *high ticket* e clínicas especializadas. Eu tenho três pacientes no Hospital São Paulo, SUS, que eu tirei da fila de cirurgia, com a anuência professora titular de gineco, e pus implante de gestrinona. Isso é um serviço público, é utilidade pública e a saúde não pode ficar esperando evidência científica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente... Quer da universidade? Vai produzir evidência. A gente já produziu o Glade, Fase II, a gente está em formulação de estudos que vêm. Então, assim, demonizar os implantes só porque alguns usam de forma equivocada, não pode. Há muitas cirurgias equivocadamente indicadas. Eu vou sair por aí dizendo que cirurgia não deve ser feita para endometriose? E vou privar uma centena, milhares, de mulheres, que se beneficiam da cirurgia? Não. É a mesma coisa para o implante. Eu vou prejudicar algumas que se beneficiam porque tem gente fazendo coisa errada. Eu não acredito nisso. Eu estou aqui para defender o que eu acho certo, eu estou aqui para defender as mulheres com endometriose. Na saúde não dá para esperar evidência científica. A saúde pode ser feita com experiência clínica, que é o que eu tenho. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Antes de passar a palavra para a Lia, eu só quero registrar quem esteve durante tanto tempo com a gente, na audiência: José Miguel do Nascimento, Diretor da Interfarma; Rodrigo Michels Rocha, Diretor farmacêutico da Biòs Farmacêutica; Tiago Vicente, Presidente da PróGenéricos; Jacqueline Ribeiro Pereira, Diretora-Presidente da Citofharma Manipulação de Medicamentos; Elisa Santana Lourenço, Gerente da Prospectiva

Elisa Santana Lourenço, Gerente da Prospectiva; Neuton Dornelas, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; e Wander Rabelo, assessor jurídico da Anfarmag.

Vamos passar à Dra. Lia Cruz Vaz da Costa Damasio, Diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia.

Dra. Lia...

A SRA. LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade de finalizar este debate riquíssimo e colocar que, em relação especialmente à ginecologia, a questão dos hormônios são situações diversas.

Em relação ao estradiol e à progesterona, quero ressaltar que nós temos opções validadas no Brasil que seguiram todas aquelas fases de estudo para liberação. Então, não existe uma falta e não se podem extrapolar conclusões de estudos clássicos relacionados a usar pela via oral ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transdérmica para a utilização de implantes. A liberação de cada via requer todo o processo regulatório para que seja validada aquela dose, naquela via, naquele excipiente.

Em relação à gestrinona, o resultado do estudo Glade – Prof. Schor, nós o conhecemos muito bem – é muito promissor, e eu quero dizer ao senhor que a realidade do Brasil, tão plural, é muito diferente de pacientes dentro do estudo clínico para pacientes para comercialização. Então, a gente reitera que, quanto a essa questão da comercialização, puladas as etapas, nos manifestamos contra; e convidamos que, se tiver boa evidência, seja trazido para a prática clínica para que possa ser utilizado por mulheres de todo o Brasil. Essa é a nossa expectativa, porque todos estamos juntos contra a questão da dor.

Por último, Senadora e demais colegas, eu quero ressaltar a importância da complexidade da liberação. A liberação 1mg por dia, 85mg de forma controlada, que pode ser alcançada, não é a mesma em todo o país, e nós precisamos resolver isso para que haja uma liberação adequada, com os estudos adequados, com segurança não só para as pacientes, como também para os prescritores, de que haja a garantia de que aquilo seja feito. E isso só se consegue com estudos de, no mínimo, Fase III, conseguindo a liberação, e não reinventando a roda. A individualização é diferente de criar novos medicamentos e associações à revelia do processo científico, que é mundial.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Lia.

Para considerações finais e agradecimentos, Dr. João Eduardo Nunes Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes.

Ele está *online* ainda. (*Pausa.*)

Dr. João?

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (*Por videoconferência.*) – Olá, tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

Dois minutos, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, nas minhas considerações finais, serei breve.

O que nós precisamos aqui é justamente criar regulamentação para que a população esteja protegida. O grande problema que nós vemos hoje não é especificamente manipulação, é basicamente a qualidade do produto que vem para manipulação. Acho que isso é algo que nós temos que discutir.

Novamente, olhamos que características fisico-químicas e grau de pureza são muito importantes para que a gente possa ter isso, mas, na nossa visão, a manipulação da tirzepatida, como vem sendo discutido, não levaria à melhoria do acesso, não levaria à melhoria o fato de ter doses mais fracionadas, porque nós, da Sociedade Brasileira de Diabetes, não vemos necessidade para que isso aconteça, e nós vemos que isso acaba sendo uma maneira mais mercadológica, porque existem essas medicações disponíveis nas farmácias e existem, agora, como eu disse, outras substâncias que foram aprovadas pela Anvisa e que garantem o acesso da população.

Muito obrigado. A Sociedade Brasileira de Diabetes agradece muito pela oportunidade de poder expressar as suas opiniões aqui na Comissão do Senado, Senadora Damares. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Foi um prazer. O senhor engrandeceu muito a nossa audiência.

Para os agradecimentos finais e resposta de alguma pergunta, passo para a Dra. Priscila Nogueira Camacho Dejuste, Farmacêutica, Membro do Grupo de Trabalho sobre Suplementos Alimentares do Conselho Federal de Farmácia.

A SRA. PRISCILA NOGUEIRA CAMACHO DEJUSTE (Para expor.) – Senadora Damares, quero agradecer mais uma vez o convite. O Conselho Federal tem se colocado à disposição de todos os debates. A gente tem se colocado também para colaborar e destacar que o farmacêutico compõe toda a cadeia, desde o insumo até o produto final. Então, a gente trabalha muito em relação a essa questão da garantia do insumo, da garantia de todo o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a gente destaque essa questão dos profissionais de saúde, para que o paciente tenha garantia do acesso e também garantia da qualidade do que está utilizando. Então, não vou me alongar, e nos colocamos à disposição para maiores debates e para outras discussões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Priscila.

Antes de passar para o Dr. Clayton, eu quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia, essa Senadora em quem eu me inspiro. Eu estou querendo ser igual à senhora. Acho que estou conseguindo, tá? Estou ficando bonita igual à senhora.

É um prazer tê-la conosco. Mesmo não estando no mandato, ela está sempre no Parlamento, ajudando-nos nos grandes debates, orientando-nos. A Senadora Ana Amélia é uma inspiração para nós, da Bancada Feminina; uma mulher que desbravou muita coisa para nós. Muito obrigada, Senadora, por estar conosco nesta audiência.

Dr. Clayton Luiz Dornelles Macedo, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, por dois minutos. Não brigue com o Dr. Eduardo, por favor, tá? Não brigue. (*Risos.*)

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO (*Fora do microfone*.) – Inclusive, eu queria deixar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alguém aperta para ele.

O SR. CLAYTON LUIZ DORNELLES MACEDO (Para expor.) – A ideia não é brigar. Inclusive, nem citei o nome do doutor. A gente só não gosta de escutar doenças como escudo para lucro, e é o que a gente observa no dia a dia. A gente vê muita complicação e a quase totalidade dos pacientes sem indicação e que receberam a medicação por protocolos mirabolantes.

Então, nós não negamos acesso. Ao contrário, nós queremos muito e brigamos pelo acesso, mas da forma como eu apresentei: que esse acesso seja seguro. Então, quero deixar bem claro isto: que a gente quer muito que a população tenha medicação para tratar todas as doenças – menopausa, endometriose, obesidade –, mas medicações seguras, e não medicações não seguras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, eu, particularmente, tenho, no dia a dia, tratado muita complicação desse mau uso dessas substâncias. Então, eu acho que vale a pena deixar manifesta a necessidade de nós defendermos a saúde da população, e não interesses econômicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Dr. Paulo Guimarães, dois minutos para agradecimentos e considerações finais. Dr. Paulo Guimarães, Médico, Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino Médico.

O SR. PAULO GUIMARÃES JR. (Para expor.) – Bom, Senadora Damares, muito obrigado pela oportunidade de estar conversando sobre esse assunto aqui hoje.

Bom, gente, eu queria falar uma coisa para vocês. Ciência, muitas vezes, quando a gente vai falar "ciência isso", "ciência aquilo", é uma coisa que a gente tem que avaliar. É um mundo onde tem uma métrica, onde nós, médicos, estamos de cá, com o nosso paciente aqui, e cabe a nós diariamente, diuturnamente, estar sempre estudando.

Cabe ao médico, hoje, ter a capacidade de entrar no PubMed, aprender a pesquisar, aprender a ler o artigo científico, ver os pormenores, ver os dados. Então, tem muita coisa dentro da medicina, hoje, que está igual a uma militância.

A gente vê que não tem gente estudando nos pormenores mais. E aí é muito interessante, porque, quando a gente vai falar da parte boa – nós, como médicos de cá –, tem gente que fala: "Mas isso aí não serve de estatística.". E, quando nós vamos então avaliar os outros colegas médicos falando "eu trato muito problema em relação a isso", "eu não vejo o número, eu não vejo a estatística", fica uma coisa abstrata, fica uma coisa assim: "Ó, tem muito problema disso.".

Então assim – que nem eu e o Dr. Eduardo viemos falar aqui –, poxa, então eu acho que a Anvisa precisava abrir esses dados para poder ver: será que tem tanta gente assim passando mal desse tanto? Porque eu já falei: no Vigicom, os dois óbitos que teve lá – eu posso mandar os dados para a senhora, Senador Damares – não tinham nada a ver com implante hormonal; isso lá no pedido de proibição de implante hormonal em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esse tema tem que voltar, a gente tem que abordar isso aqui de novo. Eu imagino que, desse lado de cá, foi muito mais do ponto de vista do direito do paciente. Eu acho que vai ter um dia em que a gente tem que fazer um debate científico sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Paulo.

Eu quero lembrar que parte dos convidados foi também indicada pela Senadora Mara Gabrilli, que tem muito interesse no tema. Não vai ficar só nesta audiência, nós teremos outras audiências.

Ouviremos, por fim, o Senador Seif, que foi o autor de todo este debate. Está como Senador licenciado, mas vai falar.

Assim que o Senador Seif falar, eu estou sendo chamada às pressas no Plenário. Tem duas matérias de urgência que são de minha autoria. Eu não vou poder abraçar ninguém, mas sintam-se todos abraçados.

Eu só queria pedir que o meu Prefeito – marcou comigo o Prefeito – fique aqui na porta. Tu vais despachar comigo correndo pelo corredor, tá? Prefeito, Primeira-Dama, fiquem aqui na porta, por favor.

Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Para expor.) – Senadora Damares, mais uma vez quero agradecer a senhora e toda a equipe aqui da Comissão pela paciência para nós realizarmos essa grande audiência.

Quero falar para a senhora como paciente. Eu fiz a cirurgia bariátrica em 2003 e perdi quase 90kg na minha cirurgia bariátrica. Tinha vários problemas de saúde, que foram completamente eliminados. No entanto, comecei a fazer reposição vitamínica, através de remédios convencionais das farmácias. Vou dar um exemplo comercial: Centrum, vitamina E, vitamina C. Então, precisava tomar, porque quem faz cirurgia bariátrica... Pelo menos na minha modalidade, restringia a minha absorção de vitaminas, de medicamentos, de sais minerais, de proteína, etc., etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu comecei, com o tempo, a ter vários problemas de saúde. Não tinha disposição para nada; só vivia cansado, só vivia com sono, vivia indisposto. Tinha uma série de problemas. Isso se arrastou durante muitos anos, até que eu mudei de endocrinologista. Ele falou: "Meu amigo, você tem uma restrição no teu intestino delgado. Você não absorve tudo que você consome diariamente. Você está praticamente jogando dinheiro fora. Você precisa fazer soroterapia.".

"O que é isso, Doutor?"

"É aplicar os medicamentos direto na sua corrente sanguínea."

A partir deste momento, Senadora Damares – estou falando aqui ainda como paciente, depois vou falar como Senador –, a minha vida mudou. Eu comecei, então, a ter níveis normais de ferritina no sangue, de testosterona. Tudo isso, o meu estava em um índice muito baixo – vitamina E, estava anêmico, estava com uma série de problemas.

E isso é o que essa medicina integrativa, essa medicina individual, me proporcionou. Eu não estou falando aqui como um militante nem como político, estou falando como um paciente que essa medicina individualizada, assim como os cartazes que aqui já foram levantados diversas vezes – por favor, levantem de novo... Eles querem tratamento individualizado, como o que mudou a minha vida! (*Palmas.*)

Nós somos 8 bilhões de seres humanos no planeta, todos eles com DNA diferente, íris diferente e impressões digitais diferentes. Cada tratamento precisa ser individualizado. A Anvisa precisa parar de dizer que tem medicamento pronto na prateleira da farmácia, porque esses medicamentos não funcionaram comigo, me deixaram doente. Não eram o suficiente para mim. E a medicina evolui, e a medicina faz a integrativa, e tem medicina de *chip*, tem medicina de vitamina via oral, tem vitamina intravenosa, tem vitamina intramuscular...

E o meu médico – ele, sim – pede os meus exames, me examina como ser humano, como pessoa, avalia meu estado clínico, analisa meu histórico e fala: "Você não pode tomar mais via oral, você tem que tomar isso", "Não, via oral contigo não vai funcionar, tem que ser intravenoso", "Não, não é intravenoso, é intramuscular". Só o meu médico pode fazer isso. A agência reguladora, a Anvisa, tem que falar: "Esse medicamento foi aprovado, pode ser aplicado no paciente". A partir daí, eu defendo a liberdade de os médicos tratarem a nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim – por fim –, recebemos algumas denúncias que encaminharemos para o Ministério Público Federal, Senadora Damares, porque, segundo as denúncias – não é o Senador Jorge Seif, encaminharei para o Ministério Público Federal tomar as devidas medidas –, laboratórios, grandes laboratórios, conhecidos como *big pharmas*, patrocinam para servidores da Anvisa viagens, passeios, seminários internacionais, e isso contamina completamente a questão de perseguição a laboratórios, a farmácias de manipulação e defesa das *big pharmas*. Isso contamina, isso é imoral! Isso aí... Causa-me estranheza e surpresa que isso ocorra.

A senhora é servidora pública, como eu sou. Se amanhã uma empresa começa a pagar coisa para a senhora, viajar para não sei onde, e trocar de carro, e não sei o que, e não sei o que, amanhã, em qualquer legislação que a senhora fizer aqui, a senhora vai estar comprometida. É o famoso *lobby*. No Brasil, ele é ilegal e imoral! (*Palmas.*) A pergunta – uma das perguntas – que a Anvisa precisará responder é por que tanto rigor, tanta discriminação e tanta perseguição, caça às bruxas a médicos, farmácias de manipulação e laboratórios que tratam a minha saúde, como CPF – como Jorge Seif Júnior, e não como Senador Jorge Seif Júnior –, e por que não tanto rigor com tantas outras modalidades no Brasil.

Obrigado a todos os participantes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu quero agradecer a presença de todos e já percebi que a segunda audiência vai ser briga. E a gente vai pegar um auditório maior.

A todos, muito obrigada pela presença.

Senador Seif, acho que o senhor deu início a um grande debate.

Aos nossos expositores, obrigado por terem vindo de longe. Tem gente de Unaí, de várias cidades. Às várias pacientes de várias cidades, muito obrigada.

Assim, cumprida a finalidade desta primeira audiência – a Presidente vai sair correndo –, eu agradeço à Secretaria e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Romário, Hermes Klann, Rogério Carvalho, Weverton, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 43ª à 45ª Reunião da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1983, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5906, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que o ressarcimento à vítima deverá ser pago exclusivamente com recursos da meação do cônjuge ou companheiro agressor em caso de comprovada prática de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares passa a presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes, em seguida o Presidente designa a Senadora Damares Alves relatora "ad hoc", após, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2613, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medida protetiva de urgência a guarda provisória dos filhos menores em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher e para prever que a ofendida seja informada pela autoridade policial, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento do registro da ocorrência, sobre a possibilidade de fixação dessa medida." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares passa a presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes, em seguida o Presidente designa a Senadora Damares Alves relatora "ad hoc", após, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2525, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1299, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para priorizar a competência processual prevista no seu art. 14 em detrimento de competências processuais previstas em outras leis especiais de proteção a vulneráveis." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Rogério Carvalho relator "ad hoc", em seguida a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3662, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar autônomo o crime de lesão corporal por razões da condição do sexo feminino, adequar o exame de corpo de delito à nova tipificação e incluir suas modalidades gravíssimas e aquelas seguidas de morte no rol dos crimes hediondos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6461, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre o atendimento psicológico remoto, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para mulheres brasileiras em situação de violência no exterior." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, para dispor sobre a definição da proteção e da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes como política pública à qual a destinação de recursos de emenda de bancada estatual será considerada ação prioritária." Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Astronauta Marcos Pontes relator "ad hoc", em seguida a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2927, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de submissão à prostituição ou a outra forma de exploração sexual, bem como para prever conduta em que a vítima, por qualquer causa, não pode oferecer resistência." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4598, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Sugestão n° 18, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a revogação integral da Lei Felca (Lei n°15.211/25)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela inadmissibilidade e consequente arquivamento da sugestão. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 102, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública destinada a debater o seguinte tema: "Igualdade de oportunidades, liderança feminina e segurança jurídica nas relações de trabalho"." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 103, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 76/2026 - CDH seja incluído o seguinte convidado: o Doutor Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Titular do CFM/ Coordenado da CT de Endocrinologia e Metabologia do CFM." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Após, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Minuta de Indicação Nº , de 2026 que : "Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, a regulamentação, por portaria, do prazo de 30 dias entre o diagnóstico e o tratamento da fissura labiopalatina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Sen. Damares Alves. Resultado: Não apreciada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/01

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de julho de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 43ª Reunião à 45ª Reunião da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de proposições apresentadas à Comissão e ocorre de modo semipresencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo, e a minha super equipe da Secretaria está ali, ó, atenta aos pedidos via *online* para participação.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1983, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CE.*

A autoria é do nosso ilustre Senador Jorge Kajuru. Por favor, façam contato com o gabinete dele; ele estava sonhando com a apreciação desta matéria.

A relatoria é do nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes, meu amigo, que está aqui do meu lado e já fez um voto meu lá na outra Comissão – e aprovou, por unanimidade.

Concedo a palavra ao querido Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia! Desculpa a voz aqui; está ruinzinha, mas dá para ler.

Se me permite, eu vou direto à análise do meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção da infância, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, a proposição realiza a importante missão de conferir oportunidades a pessoas oriundas de acolhimento institucional – lembrando que acolhimento institucional é diferente de instituições como a Fundação Casa, com menores infratores; é outro tipo de público. Ademais, atua para fortalecer a diversidade nos ambientes educacionais brasileiros, garantindo que pessoas com experiências distintas possam receber e compartilhar conhecimentos essenciais para a comunidade acadêmica e para a construção de uma sociedade mais justa e, portanto, mais equânime.

Ressalte-se que as cotas aqui definidas não alteram as proporções já reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, mas apenas definem, dentre elas, critérios para alcançar aqueles segmentos geralmente esquecidos. Além disso, não significa ingresso automático nas instituições, mas um incentivo que vai se somar ao desempenho do estudante nos exames que deve prestar para entrar nessas instituições.

Meritória a proposição, apresentamos emenda substitutiva com a finalidade de aperfeiçoar o texto, sem alterar a sua finalidade.

Nesse sentido, incluímos, na reserva de vagas aqui definidas, também as instituições federais de ensino técnico de nível médio, assim como já se encontra previsto para as demais cotas voltadas para os segmentos populacionais contemplados pela lei vigente. Também retiramos a previsão de ingresso do Conanda entre as instituições avaliadoras, por entendermos que esse dispositivo pode ferir a constitucionalidade da matéria por invasão de reserva de iniciativa, uma vez que cria atribuição específica para órgão do Poder Executivo.

Além de tais alterações, substituímos o conceito de "egressos" por "oriundos", pois a expressão define com mais precisão o público eletivo às cotas, e atualizamos a redação da proposição às alterações realizadas pela Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023, na Lei 12.711, de 2012, de forma superveniente à propositura do PL 1.983, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incluímos ainda a previsão de que a cota criada pelo PL em exame seja tema de avaliação a cada dez anos, assim como as demais cotas, mantendo o alcance gradual de seu preenchimento pelas instituições de educação.

Por fim, alteramos a ementa da matéria para corrigir a omissão ao objeto da lei alterada e, ao mesmo tempo, atualizá-la ante as alterações apresentadas na emenda substitutiva.

O voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.983, de 2021, conforme a emenda substitutiva apresentada.

Este é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, substitutiva.

Senador, parabéns pelo substitutivo, parabéns pela matéria, e hoje a gente faz uma grande entrega para o Brasil.

A matéria agora segue para a Comissão de Educação e Cultura. (*Pausa.*)

Eu passo a Presidência ao Senador Marcos Pontes e vou fazer a leitura de dois votos da Senadora Jussara.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5906, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que o ressarcimento à vítima deverá ser pago exclusivamente com recursos da meação do cônjuge ou companheiro agressor em caso de comprovada prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

A autoria é do Deputado Federal Jonas Donizette, e a relatoria é da Senadora Jussara Lima.

Concedo a palavra à Senadora Damares, para a leitura *ad hoc* do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise – inclusive, de uma forma resumida, porque é um relatório com que todos concordam, a matéria é de consenso.

O projeto pretende impedir a satisfação da obrigação de ressarcimento com recursos também pertencentes à vítima, especialmente nos regimes nos quais há comunicação patrimonial. Sem essa cautela, poderia ocorrer uma distorção evidente: a vítima seria formalmente indenizada, mas, na prática, parte do valor indenizatório sairia de seu patrimônio. A proposta, portanto, procura dar efetividade ao comando protetivo, de modo a evitar enriquecimento indevido do agressor às custas da ofendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É querer demais, né? O cara bate e ainda quer enriquecimento indevido. Deixa com a gente! Deixa comigo e com a Jussara!

O projeto é evidentemente meritório.

No entanto, fixar um limite para que o ressarcimento da vítima seja feito "exclusivamente com os recursos da meação do cônjuge ou companheiro agressor" tem potencial de gerar insegurança jurídica e de fragilizar a satisfação do crédito. Com efeito, nos casos em que inexistam bens comuns, em que a meação seja insuficiente, ou em que haja regimes patrimoniais que não comportem tal categoria, a vítima, na prática, não seria indenizada ou seria precariamente ressarcida. Além disso, vincula-se indevidamente o ressarcimento à prévia apuração patrimonial e à partilha.

Por essa razão, entendemos mais adequado apresentar redação mais condizente com a proteção pretendida.

Além disso, em termos de técnica legislativa, convém que a proteção às vítimas pretendida seja inserida na própria Lei Maria da Penha, e não no Código Civil. O dispositivo originalmente cogitado para alteração no Código Civil integra o regime de bens do casamento e trata da incomunicabilidade patrimonial, matéria jurídica distinta da responsabilidade civil decorrente de violência doméstica.

Com efeito, a disciplina do ressarcimento de danos e da proteção patrimonial da vítima já se encontra sistematicamente localizada na Lei Maria da Penha.

Além desse reforço normativo, propõe-se a inserção de um §10 ao art. 9º da Lei Maria da Penha, de forma a explicitar que, caso algum bem comum do casal seja objeto de execução por obrigação decorrente de violência contra a mulher, apenas a parte relativa à meação do agressor poderá ser utilizada para fins de satisfação do débito.

Assim, Presidente, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.906, de 2023, na forma da Emenda já devidamente publicada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH, que é o substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação terminativa.

Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2613, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medida protetiva de urgência a guarda provisória dos filhos menores em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher e para prever que a ofendida seja informada pela autoridade policial, no momento do registro da ocorrência, sobre a possibilidade de fixação dessa medida.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Autoria do Deputado Federal Aureo Ribeiro.

Relatoria da Senadora Jussara Lima.

Relatório favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Damares, para a leitura *ad hoc* do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise também de forma resumida.

No mérito, a proposição é de grande relevância, por tratar de tema diretamente relacionado à proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar. A medida protetiva de urgência proposta – concessão à ofendida da guarda provisória dos filhos menores – representa um aperfeiçoamento necessário e oportuno do sistema de proteção vigente, ao reconhecer que a violência doméstica não atinge apenas a mulher individualmente, mas também os filhos.

Não obstante o louvável mérito da proposição, propomos emenda visando o seu aperfeiçoamento.

Em primeiro lugar, fez-se o reforço da obrigatoriedade de a autoridade policial informar à mulher ofendida poder ajuizar ação de guarda e de alimentos imediatamente.

Em segundo lugar, inseriu-se, na parte final do inciso I-A do art. 12, alusão ao 2º do art. 1.583 do Código Civil. A referência expressa ao Código Civil promove maior integração entre a Lei Maria da Penha e a disciplina geral da guarda no ordenamento jurídico brasileiro, permitindo que a apreciação da medida protetiva observe parâmetros já consolidados de proteção integral da criança e do adolescente e de prevenção à exposição de dependentes menores no contexto de violência doméstica.

Em terceiro lugar, alterou-se a redação do art. 14-A da Lei Maria da Penha, a fim de enfatizar o direito da ofendida de ajuizar ação de divórcio, de dissolução de união estável, de guarda e de alimentos perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Ressalte-se que a inclusão expressa dos alimentos entre as ações que podem tramitar perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher guarda pertinência com a realidade enfrentada por mulheres submetidas a relações marcadas por dependência econômica e por vulnerabilidade social.

Há registros de casos em que mulheres, mesmo amparadas por medidas protetivas de urgência concedidas pelos juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher, enfrentam constrangimentos decorrentes de ações de guarda ajuizadas pelos agressores perante varas de família em outra vara.

A audiência de conciliação prevista no art. 699-A da Lei nº 13.105, de 2015, não raro, demanda longo período para a sua realização, em razão da sobrecarga estrutural do Poder Judiciário. Via de consequência, há um comprometimento da proteção tempestiva não apenas da mulher, mas também dos dependentes menores envolvidos, cuja situação relacionada à guarda e aos alimentos pode permanecer indefinida por período significativo.

A medida também busca assegurar que o juízo responsável pela apreciação definitiva da guarda tenha ciência prévia acerca da existência de contexto de violência doméstica e familiar e das medidas protetivas eventualmente deferidas.

Além disso, a previsão de apreciação inicial da matéria em juízo de cognição sumária, com posterior instrução em juízo de cognição exauriente, compatibiliza a necessidade de resposta estatal imediata com a garantia da análise aprofundada das questões relacionadas à guarda e à convivência familiar, observadas as peculiaridades no caso concreto.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.603, de 2024, na forma da emenda substitutiva que já está devidamente publicada.

Assim, a gente garante proteção imediata da criança no caso de agressão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Damares, pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 desta Comissão, que é o substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu retorno a Presidência à Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Marcos Pontes.

Item 8 da pauta e, em seguida, a gente vai para o item do Senador Flávio Arns, que também está *online*.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, para dispor sobre a definição da proteção e da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes como política pública à qual a destinação de recursos de emenda de bancada estatual será considerada ação prioritária.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAE.*

Oh, glória a Deus! Dinheiro, prioridade para a criança.

Relatoria: Senador Girão.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que fará a leitura *ad hoc* do voto do Senador Girão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu passo direto à análise, se me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas à proteção à infância e à garantia da promoção dos direitos humanos, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PLP nº 26, de 2025, por esta Comissão atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição dá concretude ao preceito constitucional da absoluta prioridade na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, previsto na Constituição Federal e reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa prioridade impõe ao Estado a obrigação de adotar medidas legislativas e administrativas que assegurem a proteção integral deste grupo, conforme determina a Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.

Assim, ao prever expressamente as políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes nas ações prioritárias das emendas de bancada estadual, a proposição corrige lacuna significativa e assegura a alocação de recursos indispensáveis à promoção da dignidade e do desenvolvimento pleno desse grupo vulnerável.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2025.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Girão e lido *ad hoc* pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dinheiro, prioridade para a criança. Bora! Bora cuidar de criança!

O Senador Flávio Arns está *online*; então, nós vamos ao item 11, de que ele é o Relator.

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 18, DE 2026

- Não terminativo -

Dispõe sobre a revogação integral da Lei Felca (Lei nº15.211/25)

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela inadmissibilidade e consequente arquivamento da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Acredita nisso, Presidente? É uma proposta que veio da sociedade – a gente respeita a participação da sociedade –, mas eu realmente fiquei surpresa quando vi o número de assinaturas.

O requerente é Níkolas M., ele é de Goiás. Ele publicou no dia 16/3/2026 – 16/3 – a proposta dele, e no dia 7/4, em menos de um mês, ele já tinha 32 mil apoiamentos, 32 mil pessoas apoiando essa proposta para revogar a Lei Felca.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Damares Alves, quero cumprimentá-la, Senadora, e parabenizá-la sempre pelo trabalho, e o Senador Astronauta Marcos Pontes, grande amigo.

Como é uma proposta que veio pelo e-Cidadania, esta Comissão tem que verificar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade, além do mérito, e concluir, ao final, pela admissibilidade ou inadmissibilidade da matéria.

Os relatórios já estão disponibilizados; então, alguma coisa vou procurar sintetizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à constitucionalidade material, é de especial relevância o disposto no art. 227. É bom sempre lembrar a Constituição, que consagra o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, atribui à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade compartilhada de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As realidades do espaço digital de hoje em dia talvez sequer tenham sido imaginadas pelo Constituinte originário. No entanto, a interpretação do comando constitucional, especialmente por se tratar de princípio fundamental, não pode ser ignorada. A proteção integral assegurada deve ser interpretada de forma contemporânea.

Nesse sentido, em uma primeira aproximação, a revogação total da Lei nº 15.211, de 2025, representa clara violação do princípio da proteção integral e, portanto, flagrante incompatibilidade com o regime constitucional de proteção à infância e à adolescência.

Adicionalmente, a revogação integral da Lei nº 15.211, de 2025, promove inaceitável retrocesso na efetivação de direitos fundamentais, como a proteção da privacidade, dos dados pessoais e a proteção integral das crianças e dos adolescentes.

Assim, não é possível a simples supressão de legislações que implementem a proteção de direitos fundamentais, desacompanhada de regime compensatório equivalente.

O caso em análise enquadra-se perfeitamente nessa hipótese, tendo em vista que a proposta apresentada não busca aprimorar a legislação vigente ou substituí-la por outra supostamente melhor. O que se busca, ao revés, é a supressão completa do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente e de todo o seu conjunto de instrumentos protetivos.

Conclui-se, portanto, que não se encontra plenamente atendido o pressuposto da constitucionalidade.

No que diz respeito à juridicidade, a proposta atende aos atributos de novidade, generalidade, abstração, imperatividade e coercitividade. Quanto ao respeito aos princípios jurídicos e à organicidade do ordenamento normativo, são cabíveis questionamentos em relação ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e à compatibilidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O princípio do melhor interesse encontra-se previsto na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Resolução nº 1.386, de 1959, da Organização das Nações Unidas.

O mesmo princípio é consagrado de forma expressa no Artigo 3 da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, e além disso temos o Comentário Geral nº 14, de 2013, do Comitê de Direitos da Criança da ONU.

Nesse contexto, não há como escapar à conclusão de que o desmonte prematuro de todo o sistema protetivo institucionalizado pela Lei nº 15.211, de 2025, ofende gravemente o princípio do melhor interesse da criança.

Por essas razões, tem-se que tampouco restou plenamente atendido o requisito da juridicidade.

Quanto à regimentalidade, deve-se reconhecer que o trâmite da matéria respeitou as disposições pertinentes do Regimento Interno. Por essa razão, há de se reconhecer que esse requisito está atendido.

No que diz respeito ao mérito, a revogação integral da Lei nº 15.211, de 2025, teria como efeito imediato a completa reversão de uma ampla gama de esforços – quase unânimes no Senado e na Câmara dos Deputados – para promover a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, que é uma grave e grande preocupação das famílias e da sociedade.

O espectro dos riscos incorridos pelo público infantojuvenil no ambiente digital compreende diversos aspectos relacionados ao uso das tecnologias da informação e da comunicação. Nem tudo que está disponível *online* é apropriado para crianças e adolescentes. Então, sempre digo: "não estamos proibindo", estamos sempre dizendo que o interesse da criança e do adolescente tem que ser protegido contra inúmeros conteúdos. Isso inclui violência explícita, publicidade de produtos que causam dependência ou que são inadequados à faixa etária.

A desinformação e o ódio *online* também são ameaças que devem ser consideradas, visto que expõem o público ainda imaturo a conteúdos falsos, teorias da conspiração, discursos de ódio e campanhas de desinformação, o que a gente não quer para a criança e para o adolescente. Inclusive, outros países são muito mais rigorosos do que a lei aprovada pelo Brasil, impedindo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso... proibindo – proibindo mesmo, países desenvolvidos – o acesso de crianças e adolescentes ao ambiente digital antes de uma certa idade.

Crianças e adolescentes também estão vulneráveis a interações indesejáveis, que podem resultar em abuso e exploração sexual – há notícias ainda desta semana mostrando tudo isso –, aliciamento sexual, *bullying*. Nesses casos, com frequência, as ameaças virtuais convertem-se em danos tangíveis no chamado "mundo real", entre aspas.

Além desses riscos, o ambiente digital apresenta desafios relacionados à privacidade, como a coleta massiva de dados pessoais e seu uso em descompasso com o melhor interesse da crianças e do adolescentes. Esse cenário contribui para a violação de direitos fundamentais como o direito à imagem, à dignidade e à integridade.

Nesse contexto, a Lei 15.211, de 2025, surge como um instrumento transformador da experiência digital de crianças e adolescentes e de todos os demais usuários da internet. Essa transformação decorre não apenas dos efeitos propriamente jurídicos da norma, mas também da conscientização quanto à importância de se propiciar ao público infantil e adolescente uma experiência digital segura, saudável, adequada e proporcional à respectiva faixa etária e grau de desenvolvimento biopsicossocial.

Isto eu penso que está acontecendo cada vez mais na sociedade, esta conscientização de que crianças e adolescentes têm que ser protegidas no ambiente digital. As famílias pedem isso, a sociedade pede, e a gente tem que pensar principalmente na criança e no adolescente. Não estamos dizendo se o conteúdo deve ser proibido ou não; nós estamos dizendo que determinados conteúdos não podem ser apresentados para criança e adolescente.

Esse conjunto de razões conduz à conclusão de que, no mérito, a proposta tampouco deve prosperar. Ao contrário, a relevância dos bens jurídicos protegidos pela Lei 15.211, de 2025, assim como o caráter ainda inicial de sua implementação, revelam a importância de se preservar a integridade do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.

A partir do exame realizado, portanto, é possível concluir que foi atendido o requisito da regimentalidade, mas que não se mostraram plenamente atendidos os pressupostos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade e juridicidade. Já quanto ao mérito, demonstrou-se que a matéria não deve e não pode prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 10, inciso II, do Ato nº 1, de 2006, da CDH, combinado com o art. 133, inciso III, do Regimento Interno, o voto é pela inadmissibilidade e consequente arquivamento da Sugestão nº 18, de 2026.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador, pelo seu voto.

Nós temos que proteger crianças, Senador. Está ruim. A lei pode não ser perfeita, como o senhor colocou aqui. Se tiver ajustes, que a gente faça ajustes ao longo do tempo. Inclusive, a gente já aprovou aqui, recentemente, um ajuste à Lei Felca. Nenhuma lei é estática. Toda lei pode ser modificada, acrescentada, melhorada, mas, acabar com a lei? É uma lei recente, que nós celebramos tanto, que é o ECA Digital. Nós não estamos falando de qualquer lei, é o ECA Digital.

O Senador Marcos Pontes estava me lembrando aqui que nós temos países, gente, onde as crianças, os adolescentes com menos de 16 anos não têm acesso às redes sociais. Aí, no Brasil, a gente conseguiu aprovar uma lei para proteger as crianças nesse mundo *online*, nesse universo *online,* que virou um universo tão cruel para a criança – tão cruel –, e aí querem, de certa forma, revogar integralmente a lei.

Se tiver dispositivo que precisa ser melhorado, vamos melhorar os dispositivos.

Parabéns, Senador!

E que haja melhoras no dispositivo, ou seja, aumento de pena, cadeia, e que passe o resto de vida na cadeia quem usa as redes sociais para machucar criança.

Está chegando aqui Senador Rogério.

Só quem lida com o que eu estou lidando... Pais que chegam no quarto, e o quarto do filho está lavado de sangue, porque está se cortando por causa das redes sociais, os desafios, as ameaças...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se tiver algum adolescente assistindo a esta audiência, se alguém está te ameaçando nas redes sociais, dizendo que vai expor uma foto sua, uma imagem sua, uma conversa; e você tem medo de que essa imagem, essa conversa seja exposta, de que teu pai e tua mãe briguem com você, ou que tirem seu celular, eu vou te falar uma coisa: não tenha medo, não.

Se não tiver com quem conversar, pode ligar para mim. Liga aqui no meu gabinete que eu vou aí te ajudar, mas nenhum adolescente, nenhuma criança pode se sentir refém de alguém que esteja ameaçando te expor nas redes sociais. Se você fez alguma foto que não podia, ó, fala com a gente, nós vamos te proteger, mas não deixa ninguém te ameaçar nas redes sociais.

Tem um grupo de Senadores bravos aqui que vai te proteger. Não é isso, Senador Rogério? Nós vamos juntos, vamos juntos, mas que nenhum adolescente e criança se sinta... Vocês não estão sozinhos; nós estamos aprovando leis para proteger vocês – vocês não estão sozinhos.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo espetacular relatório que o senhor apresentou.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da sugestão.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2927, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de submissão à prostituição ou a outra forma de exploração sexual, bem como para prever conduta em que a vítima, por qualquer causa, não pode oferecer resistência.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

Antes de começar a leitura, eu quero fazer um comentário sobre o que a senhora estava abordando há pouco.

Às vezes, a gente não se dá conta de que a vida acontece também no mundo virtual, no mundo digital, e eu fico preocupado quando, em nome da liberdade de expressão, a lei não vale para este ambiente em que a vida acontece, que é o ambiente digital.

Então, nós precisamos compreender que, da mesma forma que neste universo em que a gente está habituado a conviver, existe lei, e as pessoas estão submetidas a lei, no ambiente digital a lei precisa também prevalecer. Se existe liberdade de expressão de um jeito aqui, por que é que esse jeito tem que ser diferente no ambiente digital? A lei que vale para aqui tem que valer para o ambiente digital, porque a vida está acontecendo nos dois ambientes.

Eu fico muito feliz quando vejo as posições de V. Exa. na defesa do rigor com que a gente deve tratar esse ambiente digital. Nós não podemos dar uma liberdade total e absoluta por se tratar de um ambiente digital. É o ambiente em que a vida ocorre, e a juventude está lá dentro, está todo mundo lá dentro. Nós estamos aqui dentro. Aqui, onde as pessoas pagam suas contas, fazem suas compras e se relacionam, e não pode ter regras iguais às regras que medeiam as nossas relações neste ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica essa reflexão. Acho que é muito importante, o tempo todo, a gente relembrar isso.

Eu vou ler o resumo do projeto.

Projeto de autoria da Senadora Jussara Lima. Altera o art. 218-B e 228 do Código Penal, para corrigir duas lacunas na tipificação da exploração sexual.

A lacuna 1 do art. 218-B, referente à criança, adolescente ou vulnerável, expande o conceito de vulnerabilidade para além dos parâmetros tradicionais (menores de 18 anos, enfermos e pessoas com deficiência mental), passando a abranger toda e qualquer pessoa que, por circunstância, ainda que transitória, não possua plena capacidade de compreensão dos fatos ou de oferecer resistência.

Tal ampliação mostra-se consentânea com a moderna compreensão da vulnerabilidade situacional, reconhecendo que determinadas circunstâncias podem tornar qualquer pessoa suscetível à exploração.

O PL supre essa omissão.

A lacuna 2 do art. 228, texto atual, só pune quem induz ou atrai alguém à prostituição. O projeto também inova significativamente, ao introduzir o conceito de "submissão" na redação do art. 228 do Código Penal, estabelecendo gradações de reprovabilidade conforme a natureza da coação empregada.

Merece destaque a previsão de agravamento quando a coação é exercida contra a vítima ou seus familiares, alcançando seu grau máximo de reprovação quando perpetrada pelos próprios familiares ou pessoas do círculo íntimo da vítima.

Esta inovação legislativa é particularmente relevante, porque o elemento "coação" amplia substancialmente o espectro de proteção legal, permitindo que o Estado alcance as inúmeras formas veladas, indiretas e insidiosas pelas quais se submete alguém à prostituição forçada – práticas que, sob a égide da legislação vigente, por vezes escapam à tipificação penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, o projeto fecha brechas do Código Penal que hoje deixam impune quem força alguém à prostituição por coação ou abuso de autoridade e protege vítimas que não conseguem oferecer resistência por qualquer razão.

Apresentamos duas emendas de redação para o aperfeiçoamento técnico da proposição, ressaltando que tais ajustes em nada alteram o mérito ou a essência da ideia normativa proposta.

O voto é pela aprovação do Projeto 2.927, de 2025, com as duas emendas de redação já publicadas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo voto.

É um tema delicado, não é, Senador? Bem delicado.

E, Senador, esse aí fala dos casos forçados, mas eu e algumas assessoras que estamos aqui, assessoras de governo, assessoras de oposição, estivemos dentro de uma sala-cofre recente de uma CPMI e a gente viu imagens que a gente não queria ver: meninas usadas para um jogo de poder e exploração sexual, meninas lindas, Senador, que a gente identificava pela aparência que não eram brasileiras, em grandes festas, festas de dinheiro, de corrupção, e teve um momento em que todas nós ficamos muito incomodadas dentro daquela sala-cofre, com a forma como objetificavam a mulher, as meninas vindas de outros países. Então, esse projeto de lei vem numa boa hora, e o seu voto está perfeito.

Quero parabenizar a Jussara e parabenizar o senhor pelo voto, para que a gente possa proteger.

Ali, naquele caso, a gente via que não tinha resistência das meninas, mas até onde já não havia uma lavagem cerebral, já não havia uma coação que vinha de lá?

Foi muito ruim, muito ruim ao que a gente assistiu naquelas imagens, mas parabéns pelo seu relatório.

Tem mais alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 da CDH e nº 2 da CDH.

A matéria agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça, em deliberação terminativa.

Nós temos o item 5 da pauta, Senador Rogério, cuja Relatora é a Senadora Ana Paula Lobato e a autora é a nossa querida Deputada Laura Carneiro.

A Senadora Ana Paula está liberando para a leitura *ad hoc*, e há uma solicitação de se o senhor poderia fazer a leitura *ad hoc* do relatório da ilustre Senadora Ana Paula. (*Pausa.*)

Então, nós vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1299, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para priorizar a competência processual prevista no seu art. 14 em detrimento de competências processuais previstas em outras leis especiais de proteção a vulneráveis.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Autoria da Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria da Senadora Ana Paula.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Eu vou direto à análise, Sra. Presidente.

Compete à CDH opinar sobre matéria alusiva aos direitos das mulheres e à garantia e promoção de direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição merece acolhida, pois consolida, em nível legal, a lógica de especialização e integralidade que orienta a Lei Maria da Penha, reconhecendo a violência doméstica e familiar contra a mulher como um fenômeno complexo, que demanda resposta jurisdicional coordenada, célere e tecnicamente qualificada. Ao instituir órgãos judiciais especializados com competência cível e criminal para o processo, julgamento e execução das causas decorrentes dessa violência, a Lei Maria da Penha buscou evitar a fragmentação do atendimento, decisões potencialmente contraditórias e a peregrinação da vítima por múltiplos juízos, assegurando tutela mais efetiva e concentrada.

Assim, a especificação realizada pela proposição, de sobreposição dessa competência frente à justiça comum, contribui para a segurança jurídica e para a eficiência da prestação jurisdicional, ao reduzir conflitos de competência e orientar a tramitação ao órgão vocacionado ao tema, com estrutura, fluxos e *expertise* compatíveis com as peculiaridades da violência de gênero.

Além disso, a proposição se harmoniza com o próprio desenho normativo de prevalência previsto na Lei Maria da Penha para a hipótese de colisão com outros microssistemas protetivos. O art. 13 estabelece que, nas causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, aplicam-se as normas processuais gerais e a legislação especial relativa, por exemplo, à criança, ao adolescente e ao idoso, desde que não conflitem com o disposto na Lei Maria da Penha.

De fato, em atenção a essas particularidades, o Superior Tribunal de Justiça enfatizou, no Tema 1.186, que a Lei Maria da Penha não estabelece critério etário para sua incidência e que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de gênero feminino é suficiente para atrair sua aplicabilidade nos casos de violência doméstica e familiar baseada no gênero, prevalecendo sobre a questão etária e sobre eventuais disposições conflitantes de estatutos específicos.

Desse modo, ao explicitar a primazia da vulnerabilidade decorrente do gênero e a centralidade da competência do juízo especializado, quando existente, a proposição alinha o texto legal à melhor interpretação já consolidada pela jurisprudência, reforçando a coerência do sistema e a proteção integral às mulheres em situação de violência.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.299, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Obrigada, Senador Rogério.

Os itens 4, 6 e 7, também de relatoria da Senadora Ana Paula, não serão apreciados, pela ausência da Relatora.

Eu peço à secretaria que converse com ela se ela pode estar na próxima reunião ou se ela liberaria para algum colega fazer a leitura *ad hoc*. São matérias extremamente importantes.

No item 10, o Relator é o Senador Alessandro Vieira, que também não conseguiu vir. Portanto, os itens 4, 6, 7 e 10 não serão deliberados hoje.

Vamos para o item 12 da pauta. É um requerimento do Senador Eduardo Girão. Eu vou subscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública destinada a debater o seguinte tema: "Igualdade de oportunidades, liderança feminina e segurança jurídica nas relações de trabalho".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 13 é um requerimento do Senador Zequinha Marinho. Eu também vou subscrever.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 76/2026 - CDH seja incluído o seguinte convidado: o Doutor Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Titular do CFM/ Coordenado da CT de Endocrinologia e Metabologia do CFM.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que esse requerimento deu origem a uma audiência, e o debate está chamando tanta atenção da sociedade, que nós fizemos uma audiência ontem e vamos ter que fazer a segunda, talvez a terceira, a quarta, a quinta... A gente pode passar o resto da legislatura aqui discutindo aquele tema. Então, o Senador Zequinha também está apresentando mais uma pessoa para debater. O tema é: remédios injetáveis, manipulação de remédios, farmácias de manipulação. O tema, inclusive, é extremamente polêmico. Mais um convidado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 14 da pauta é a apresentação da nossa minuta da indicação que nós estamos mandando ao Governo Federal... (*Pausa.*)

Então, eu vou fazer o seguinte... Estou dando publicidade à minuta da indicação, nós não vamos deliberá-la hoje. Então, é a publicidade à minuta de uma indicação ao Poder Executivo.

ITEM 14

MINUTA DE INDICAÇÃO Nº , DE 2026

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, a regulamentação, por portaria, do prazo de 30 dias entre o diagnóstico e o tratamento da fissura labiopalatina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Damares Alves

Como a gente aprovou uma matéria, recentemente, que institui a política, a indicação precisa estar, inclusive, de acordo com a matéria que aprovamos aqui na Comissão, na semana passada.

Então, estamos dando publicidade à minuta. O Governo, a assessoria e os demais interessados no tema façam as adequações à minuta, e, na próxima semana, a gente aprova a minuta da indicação e encaminha a indicação para o Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há nenhum prejuízo, é só uma indicação. Eu acho que só tem uma ou outra situação aqui na minuta que tem que ser adequada.

Eu concordo, vamos retirar de pauta. Fica publicada, e a gente faz as adequações. O.k.?

Bom, assim sendo, a gente cumpre a nossa pauta de hoje. Eu tenho expedientes e, no final, quero fazer um pronunciamento.

Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes nos Expedientes 409, 411, 413, 414, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

No Expediente nº 411 foi encaminhada manifestação referente ao caso de criança de dois anos de idade falecida no Município de José Boiteux, no Estado de Santa Catarina – acho que pronunciei certo o nome da cidade, não é? –, após sucessivas internações hospitalares decorrentes de graves lesões. A demanda solicita acompanhamento institucional diante da gravidade dos fatos e do possível comprometimento da Rede de Proteção da Infância.

Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento de ofícios ao Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina e ao Prefeito do município, para prestação de informações acerca da atuação da Rede da Proteção da Infância, das providências institucionais adotadas e da identificação de eventuais fragilidades sistêmicas relacionadas ao caso, preservando-se o sigilo da investigação criminal em curso.

No Expediente nº 414, representante de projeto social encaminha manifestação relatando sucessivas violações de direitos de crianças residentes no interior da Bahia, vítimas de violência e abuso, informando que a menor necessita de cirurgia cardíaca de urgência, com risco iminente de morte. A manifestação solicita apoio institucional para viabilizar o acesso ao tratamento especializado em Brasília.

Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento de ofícios à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, solicitando informações acerca da possibilidade de acolhimento da paciente na rede pública de saúde, bem como sobre os procedimentos necessários para a regulação interestadual de eventual utilização do tratamento fora de domicílio, mantendo o acompanhamento institucional da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso saber como é que está isso. Essa criança estava sob risco de vida. Quero saber se já houve resposta sobre essa criança.

Comunico ainda recebimento das respostas ao ofício constante dos Expedientes 406, 407 a 412, informando que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico também o recebimento das solicitações constantes dos Expedientes nºs 405 e 408, informando que todos receberam os devidos encaminhamentos.

Comunico, por fim, o recebimento do informe constante do Expediente 410, que recebeu o devido encaminhamento.

Isto posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos no portal ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH; os demais permanecem na Secretaria para a manifestação dos membros, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nós estamos recebendo os convidados... São os alunos?

Registro a presença de Mariana e alunos da Secretaria de Excursões do Nexo Governamental, projeto de extensão vinculado – ah, é a da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo! Eu recebi uma mensagem de que vocês viriam. Estava ansiosa para recebê-los! – que reúne estudante de diversas universidades brasileiras.

Sejam bem-vindos.

Permitam-me: vocês estão, senhores estudantes, na Comissão de Direitos Humanos. Eu sou a Presidente da Comissão e eu preciso falar uma coisa para vocês, que está já devidamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgada pelos órgãos de pesquisa do Brasil e não há nenhuma contestação quanto a isso, que é o seguinte: eu sou a Senadora mais bonita do Brasil. Então, vocês estão diante dela.

Por que é que o Governo riu? (*Risos.*)

Alguma dúvida, Governo?

Explicando para vocês, estudantes: estes são assessores, são assessorias de partidos, assessorias de Senadores, assessoria de governo...

Eu sou uma Senadora de oposição ao atual Governo, mas eu me dou muito bem com eles. Sou uma Senadora de oposição, mas, quando o Governo manda alguma coisa que nós entendemos que é necessária para o Brasil, nós votamos, nós aprovamos. Esta é uma Comissão do diálogo. Hoje, inclusive, nós tivemos várias matérias de Senadores da base do Governo, e as matérias foram deliberadas, votadas... É assim que a gente trabalha nesta Comissão.

Esta Comissão tem como atribuição o direito da criança, o direito da mulher, a proteção dos povos originários, a proteção dos povos indígenas... Inclusive, temos um indígena presente: o grande indígena Amaury Tupinambá, da Bahia, está ali – não perde uma reunião da Comissão –, está aqui acompanhando.

Esta é uma Comissão que lida com direito da família, direito do trabalhador, direito da comunidade LGBT, a garantia de todos os direitos à população negra... A gente aqui faz a discussão sobre cotas, aqui a gente faz a discussão sobre a garantia de todos os direitos, dos povos tradicionais, todos os direitos.

Então, eu falo que esta é a Comissão que é o coração do Senado; aqui é uma Comissão que pulsa mesmo. Todas as outras matérias são muito importantes, mas esta Comissão é a Comissão do coração, é uma Comissão em que a gente traz a dignidade da pessoa humana em primeiro lugar.

Hoje, nós tivemos 13 itens na pauta. A gente já acabou de deliberar...

Nós tivemos importantes projetos de lei. Três não foram deliberados porque a Relatora não pôde estar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora ou o Relator precisam estar presentes para ler o seu voto e, quando eles não estão, é possível um outro Relator fazer a leitura *ad hoc*, mas com permissão do Relator que entregou o seu parecer, o seu voto.

Nós tivemos matérias importantes.

Só para vocês entenderem, nós tivemos o Projeto de Lei nº 1, o primeiro item da pauta, olha que projeto extraordinário, de autoria do Senador Kajuru.

O Kajuru é de Goiás, é um Senador muito conhecido, foi apresentador de televisão. Vocês são muito jovens, mas ele é muito conhecido. E quem foi o Relator? Ele é o autor, e o Relator foi o Senador Astronauta Marcos Pontes, que estava aqui até agora.

Olha que projeto interessante: assegurar vagas, em instituições federais de ensino superior – caso de vocês – aos egressos de programas de acolhimento institucional, especialmente nas repúblicas, nas casas dos estudantes.

O que é que acontece, gente? O menino que mora em abrigo... Vocês sabiam que as crianças e adolescentes que estão em abrigos só podem ficar no abrigo até completarem 18 anos de idade? Então, prestem atenção: ele mora num abrigo, é órfão, não tem pai, não tem mãe, ou foi retirado da convivência familiar porque era uma família tóxica, uma família abusiva; esse menino está morando num abrigo. Ele tem 17 anos, mora no abrigo; 17 anos e 10 dias, mora no abrigo, tem casa; 17 anos e 29 dias, tem casa; no dia em que completa 18 anos, ele tem que pegar todas as suas coisas, às vezes é só uma mochila, e sair do abrigo, porque o abrigo é para crianças e adolescentes, e ele completou 18 anos. E para onde esse menino vai?

Então, nós temos no Brasil essa brecha na assistência social e na legislação.

Mas, às vezes, esse menino já passou no vestibular. Então, a gente quer garantir a ele a vaga prioridade lá na república da universidade para esse menino, mas a gente quer garantir também que ele entre no projeto de cota, porque esse menino precisa ter uma oportunidade, e por que não pensarmos em trazê-lo também para o projeto de cota e para a prioridade daqueles meninos que são da rede pública de ensino?

Então, nós estamos cuidando do menino abrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou contar para vocês: eu fui ministra dessa pauta. Eu tenho imagens chocantes de meninos que, de manhã, tomam o café da manhã, e a diretora do abrigo e todo mundo do abrigo, que o acompanham desde criança, dizem para ele "é hora de ir embora", e ele não tem para onde ir. Aí, eles atravessam a rua com a mochila e ficam morando na calçada, olhando para o abrigo.

É muito forte, é muito triste.

Eu vi imagens, por exemplo, da cozinheira indo escondida levar comida lá na calçada para ele, na hora do almoço.

Mas eu tenho histórias de meninos que, quando completam 17 anos e não têm para onde ir, se suicidam dentro do abrigo.

Então, a gente trouxe hoje uma matéria extremamente importante.

Vocês entenderam quando eu falei que esta Comissão é a Comissão do coração?

Então, os jovens que estão em abrigamento, jovens que estão em acolhimento institucional terem acesso à universidade, e por que também não ao primeiro emprego, eles terem prioridade ao primeiro emprego? E por que também eles não terem prioridade aos programas Minha Casa, Minha Vida? Se já estiverem trabalhando, terem prioridade aos programas de habitação popular?

Então, a gente não pode deixar esses meninos e essas meninas para trás.

Nós também tivemos um projeto muito interessante aqui, que fala sobre quando a mulher sofre violência doméstica e ela vai para o hospital, e o SUS tem uma despesa muito grande com ela. Sabem o que a gente aprovou? Que o agressor vai ter que ressarcir as despesas que o SUS teve com esta mulher.

Nós tivemos matéria aqui também para trabalhar a guarda provisória das crianças. A mulher sofre violência, sai de casa com as crianças, e aí ela está num abrigo. O processo dela está lá na vara da violência, está lá na vara criminal – quem é de Direito aqui vai entender. Aí o marido, espertamente, vai lá à vara da família e pede a guarda das crianças, e os processos não se falam; e, às vezes, o processo da guarda da criança é mais rápido que o processo da violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora a gente quer unificar, para, na hora em que a mulher sair de casa, ela ter o direito de, imediatamente, pedir a guarda unilateral dessas crianças e, inclusive, se preciso, proibir a visita, até a situação da violência ser resolvida. Então, nós hoje estamos adequando a lei.

Mas nós tivemos aqui hoje, entre outras – eu vou citar mais uma –, uma proposta que nasceu na sociedade, e aqui eu quero desafiá-los a conhecer o Programa e-Cidadania.

Vocês sabiam que qualquer pessoa no Brasil pode apresentar uma proposta de projeto de lei? Que vocês podem apresentar aqui nesta Comissão? Só que vocês têm que apresentar a proposta no nosso Portal e-Cidadania e a sua proposta tem que ter no mínimo 20 mil apoiamentos na internet – 20 mil. Aí, quando alcança o número de 20 mil, essa proposta se transforma em uma sugestão; aí, ela vem formalmente para a Comissão. Aí, um Senador tem que relatar a sua sugestão, e o Senador pode dar um voto a favor ou um voto contrário; aí, o voto desse Senador tem que ser apreciado em plenário.

Hoje a gente apreciou uma matéria que veio da sociedade, e eu não sei o que é que vocês pensam dessa matéria, mas eu vou ler para vocês. Hoje a gente apreciou aqui uma sugestão, a Sugestão 18, de 2026, que nasceu do Programa e-Cidadania. Foi de uma pessoa de Goiás. A gente só diz o primeiro nome, mas aqui eu estou até com um papel com o primeiro nome dele.

Sabem o que ele propôs? Vejam só: ele propôs a revogação completa, para acabar completamente com a Lei Felca, que é o Estatuto digital da Criança e do Adolescente, o ECA Digital.

A Lei Felca foi aprovada em 2025, e nós estamos em 2026. Aí, ele apresentou a proposta no dia 16 de março de 2026, para acabar com essa lei. Acreditam que, no dia 7 de abril, ele tinha conseguido 32 mil assinaturas para acabar com a Lei Felca, para acabar com a lei que protege crianças na rede social?

Aí, o Relator hoje foi o Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns deu um voto contrário; o Senador Flávio Arns deu um voto muito preciso.

O Senador Flávio Arns disse o seguinte: "Se tem algum dispositivo na lei que precisa ser melhorado, vamos melhorar o dispositivo, mas a gente revogar uma lei recém-aprovada que protege criança nas redes sociais é inadmissível".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o voto do Senador Arns foi aprovado, e essa sugestão que veio da sociedade foi para o Arquivo.

Não sei o que vocês pensam disso, mas, quando a pessoa apresentou a proposta, ela disse que a Lei Felca aumenta "custos e burocracia para cidadãos, empresas e desenvolvedores de tecnologia, além de impor mecanismos amplos de vigilância digital. Essas medidas podem prejudicar o uso de *softwares* livres, encarecer serviços *online* e afetar comunidades que dependem da internet para estudo, trabalho e socialização".

Eu acho que ele estava querendo falar, inclusive, pelas *big techs*, porque nós, aqui no Congresso, entendemos que a Lei Felca protege criança.

E ele alega aqui, inclusive, a questão da liberdade de expressão nas redes sociais, mas eu não vi ninguém ter sua liberdade de expressão cerceada depois da aprovação da Lei Felca.

Eu pergunto a vocês: alguém se sentiu censurado depois do ECA Digital, uma lei que é para proteger criança? Eu nunca me senti censurada. Alguém se sentiu censurado? Vocês se sentiram censurados? Mas essa pessoa mandou a proposta, com 32 mil assinaturas, para a gente revogar a lei.

A lei é perfeita? Não. Não existe lei perfeita, mas não existe também nenhuma lei estática e definitiva. Toda lei pode ser melhorada, aprimorada. Então, se tiver dispositivo para melhorar na lei, nós vamos melhorar a lei, mas não revogar.

Essas foram as matérias discutidas aqui hoje.

Sejam bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ou melhor, do Senado Federal – lá na Câmara também tem uma Comissão, mas duvido que a Presidente lá seja tão bonita quanto eu. (*Risos.*)

Sejam bem-vindos, acompanhem o nosso trabalho, e eu agora vou para o encerramento.

Mas hoje é um dia especial. Eu vou fazer um encerramento diferente. E é uma grande coincidência vocês estarem aqui.

Eu preciso fazer este meu pronunciamento. Nós estamos encerrando esta reunião, e eu preciso dar um recado muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos fez a sua parte: aprovamos um pacote de projetos duros para proteger, de verdade, as mulheres deste país. Nós fizemos o nosso papel aqui hoje. Nós cumprimos nossa missão.

Mas a gente sabe que, do lado de fora, a covardia continua. Tem sido muito difícil para nós, mulheres, na política.

Eles atacam a nossa honra, machucam as nossas famílias e usam as mentiras mais sujas para tentar nos calar e nos destruir. Chegaram ao absurdo, esta semana, de colocar em dúvida se a mulher tem capacidade de votar, se a gente sabe escolher ou se merece ser escolhida.

Esqueceram-se da história; esqueceram-se das mulheres que apanharam nas ruas e brigaram, lá atrás, há quase cem anos, só para a gente ter o direito de ir à urna.

E o resultado daquela luta está aqui: nunca tivemos tantas mulheres candidatas como agora. Nós estamos chegando ao poder, e tem gente que não suporta isso.

Eu quero falar olhando para todos vocês que estão nos acompanhando pela TV e vocês que estão aqui. E quero falar olhando para a mulher brasileira: não recue, não tenha medo, venha para a política. Participe, engaje-se, lute pela sua cidade, pelo seu estado, pelo seu país. Lute pelo que você acredita. Vão tentar te desanimar? Vão. Vão inventar mentiras sobre você? Vão, mas você precisa ser forte.

Nesta semana eu tenho sido vítima dos mais terríveis e vis ataques. Nesta semana, acreditem, me deram até um amante, aos 62 anos de idade. É claro que eu estou procurando um marido (*Risos.*) mas atacar a honra de uma mulher, dizendo que sou amante de um pastor, dizendo coisas das mais absurdas que vocês possam imaginar...

Quando olham para um homem e chamam-no de vagabundo, todo mundo pensa que ele é preguiçoso; mas, quando falam que uma mulher é vagabunda, o sentido não é de preguiça.

Atacaram-me de leviana, vagabunda, adúltera, mas eles vão à alma: disseram que vão matar minha filha. Inclusive, eles fazem imagens de como vão matar a minha filha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha filha é uma menina indígena. Eu sou mãe de uma menina indígena. E eles simulam imagens de que estão empalando a minha filha, que estão a decapitando, que estão me decapitando.

É uma violência política que a gente não consegue imaginar porque tanto ódio às mulheres que chegam ao lugar de poder.

Se não concordam com o que eu penso, venham discutir as ideias aqui. Vamos por embate, embate de ideias, mas não ataque à honra e à moral.

Deixem-me dizer para as mulheres que estão pré-candidatas e que estão sendo atacadas, neste momento, pela violência política de gênero: não desanimem, não tenham medo. Nós temos uma lei hoje que tipifica a violência política contra a mulher. Usem a lei ao seu favor. Se precisar, acionem a Comissão de Direitos Humanos do Senado, que é esta Comissão, mas aqui no Senado nós também temos uma ouvidoria da mulher, aqui no Senado também nós temos uma procuradoria da mulher, nós temos o Observatório da Mulher. Procurem-nos. Não tenham medo de ir para o processo político.

O Parlamento precisa de nós, mulheres. Nós somos boas e nós estamos prontas para ocupar o lugar de poder e de decisão.

E vou dizer para vocês: são mulheres de direita e mulheres de esquerda, atacadas o tempo todo. Nesta Legislatura, uma Senadora do PT foi atacada de forma vil, a minha querida Senadora Janaína Farias. Eu fui uma das primeiras a ir para a tribuna defendê-la. Esta semana, são as mulheres de direita que estão sendo atacadas.

E eu vou fazer referência a uma mulher de direita de quem eu sou amiga, irmã, uma espécie de mãe e conselheira que é a Michelle Bolsonaro. Vocês não têm ideia do que fizeram com a Michelle Bolsonaro nestes últimos dias, com imagens, inteligência artificial, manipulação de imagens! Atacaram a filha dela também. Duvidam, inclusive, de que a menina seja filha do ex-Presidente da República. Olhem aonde chega a maldade, porque mulheres estão tendo a coragem de vir para o processo político!

Deixem-me dizer uma coisa – agora é para todos os homens que estão em cima de palanques e palcos, já fazendo pré-campanha –: se vocês não nos defendem, o silêncio de vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é conivência. Eu vou repetir: aos homens que estão no processo político eleitoral, se vocês silenciam diante do ataque, da violência política contra a mulher, vocês são coniventes com o ataque, vocês são cúmplices dos ataques. Venham, colegas! Venham para essa luta! Venham conosco! Não deixem apenas a mulher defender a mulher! Venham para essa luta nos defender!

E às minhas queridas amigas mulheres que estão no processo: vão jogar pedras, não tenham medo das pedras! Pisem em cima das pedras! Façam das pedras escadas! Subam! Voem alto! O Brasil precisa de nós mulheres no lugar de poder e de decisão.

E para os covardes fica o recado: não temos medo de vocês.

Assim sendo, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (47ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (39ª REUNIÃO), EM 02 DE JULHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Carlos Viana, Eduardo Gomes, Fernando Dueire, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Wilder Morais e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 60/2026 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 70/2026 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 32/2026 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas on-line (“bets”) no Brasil". Participantes: Roberto Lasserre, Advogado e Coordenador Nacional do Movimento Brasil sem Azar; Juliana Prates Caminha, Representante da Sociedade Civil; Fabio Macorin, Secretário-Adjunto de Prêmios e Apostas da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; Gabriella de Andrade Boska, Coordenadora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Hermano Tavares, Especialista em saúde mental com atuação em dependência comportamental; Luiz Orsatti Filho, Diretor Executivo do Procon São Paulo; e Júlia Mendonça, Representante do Instituto ALANA. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/02

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês!

Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), conjunta com a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, dia 2 de julho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 60 e 70, de 2026, da CDH, e nº 32, de 2026, da CAS, aprovados nesta e naquela Comissão, para debater sobre os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas *online* (*bets*) no Brasil.

É uma pandemia o que a gente está vivendo, e nós estamos no ápice dela. Copa do Mundo acontecendo durante esse mês, e a gente está vendo assim... Agora que parece que furou a bolha, que as pessoas estão percebendo, mas isso já vem corroendo o tecido social desde 2023, quando foi regulamentado, ou até antes; mas com essa regulamentação explodiu a propaganda. Nós estamos vendo aí uma tragédia humanitária acontecendo no Brasil, e esta Casa não pode se silenciar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem vários projetos aqui, alguns já aprovados, para diminuir propaganda de forma substancial e projetos para acabar. Na minha opinião – eu quero ouvir aqui os palestrantes –, deveria acabar, proibir. E podemos fazer isso, seja o Governo enviando um projeto – eu quero ver qual é o Parlamentar que vai colocar a digital hoje em dia para ser contra a proibição no Brasil – ou o próprio Parlamento deliberando pelo fim, o que já deveria ter feito.

A gente já está vendo aí pessoas perdendo tudo, brasileiros num endividamento jamais visto na história, perda de emprego em massa – a produtividade vai para o espaço –, saúde mental comprometida, perda de casamento, devastação da família e suicídio – pessoas no desespero atentando contra a própria vida –; sem falar na questão da criminalidade, em que, segundo a grande mídia brasileira, nunca se lavou tanto dinheiro, nunca essas facções criminosas ganharam tanto e lucraram tanto quanto com o advento das casas de apostas, das *bets*.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, como já está sendo agora, e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania. Se quiser participar, você tem dois caminhos: é por este *site* – eu vou repetir – www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211, repetindo, 0800 0612211.

Olhem, nós já recebemos aqui muitas mensagens dos brasileiros, e a gente vai ler e colocar para os palestrantes que se sentirem confortáveis a responder, para que eles possam responder aqui nas suas falas, tá?

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal nosso, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Então, nós temos aqui alguns expositores que estão presencialmente na Casa e outros que vão participar de forma remota.

Quero agradecer à Presidente da Comissão, a Senadora Damares, por colocar em pauta o requerimento para esta sessão, assim como o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Marcelo Castro, também colocou, e a gente está fazendo. Isso não é comum, tá? Nós estamos fazendo uma audiência conjunta, porque o assunto não é grave, ele é gravíssimo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero chamar para a mesa, aqui, o Roberto Lasserre, que é Advogado e Coordenador Nacional do Movimento Brasil sem Azar, veio de Fortaleza participar do evento. Ele é baiano, né? E hoje, dia 2 de julho, é um dia especial na Bahia, né?

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone*.) – Independência da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Independência da Bahia.

Que o Brasil tenha hoje, inspirado pela independência da Bahia, a independência ao vício, à jogatina. Nada acontece por acaso.

Vamos lá.

A Juliana Prates Caminha, representante da sociedade civil – muito obrigado pela presença, Juliana –; o Fabio Macorin, Secretário-Adjunto de Prêmios e Apostas da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda – muito obrigado pela sua presença, Fabio –; a Gabriella de Andrade Boska, Coordenadora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde – muito obrigado pela sua presença, Gabriella –; e, por videoconferência, nós teremos três participações muito especiais: o Hermano Tavares, Especialista em Saúde Mental, com atuação em dependência comportamental; o Luiz Orsatti Filho, Diretor-Executivo do Procon de São Paulo; e a Júlia Mendonça, advogada e representante do Instituto Alana, que é também muito ativo aqui nessa pauta. (*Pausa*.)

O Dr. Hermano está no exterior e pediu para ser o primeiro.

Há algum problema, a gente pode começar com ele?

Então, eu vou, até antes do meu discurso, Dr. Hermano, em atenção ao senhor, passar-lhe a palavra. Daqui a pouco, eu vou me pronunciar também, mas eu já passo imediatamente a palavra para o Dr. Hermano Tavares, Especialista em Saúde Mental, com atuação em dependência comportamental.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui desta Presidência.

Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMANO TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

É uma grande honra estar aqui.

Quero agradecer ao Senado e à Comissão, na pessoa do Senador Girão, por esta oportunidade de trazer aqui alguns pontos que eu considero necessários, enquanto atenção para toda a nossa sociedade, correto?

Vou tentar aqui fazer uma apresentação rápida, porque todos temos problemas de tempo.

A minha tela está visível para todas e para todos? (*Pausa.*)

Então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Um minutinho só... Eu apertei alguma coisa que não devia aqui e saí da minha tela.

Está visível?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está visível, sim, Doutor.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Eu não sei o que foi que eu fiz. Só um segundo, de novo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor pode colocar no modo apresentação, e eu acho que vai resolver o problema.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – É o que eu estou tentando.

Espere aí, vou começar de novo. Vamos de novo...

Pronto, agora está visível, né?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ainda não.

Agora sim, agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Eu quero aproveitar esta situação da Copa para trazer a atenção de vocês para uma questão: outro dia, eu vi um meme que praticamente explicava todo o desconforto que eu tenho vivido desde que começou a Copa. Parece que, nos intervalos dos anúncios das *bets,* a gente às vezes consegue assistir um pouco de futebol, não é?

Então, a comunicação sobre a questão das apostas e a oportunidade de apostar no nosso país chegaram a uma situação de um paroxismo máximo, um absurdo sem proporções ou, pelo menos, sem o nosso conhecimento prévio.

Eu quero chamar a atenção de que a gente está fazendo um anúncio não é de um produto qualquer. Uma coisa é anunciar, por exemplo, ímãs de geladeira ou clipes de papel. Ninguém sabe até hoje de uma compulsão ou uma adicção adquirida por um desses produtos. Mas, por exemplo, produtos como álcool e tabaco já têm sérias restrições à comunicação, porque não são produtos ordinários, são produtos que podem causar dependência. E agora, associada ao *marketing* digital, essa situação fica mais aguda. Eu pretendo mostrar isso para vocês.

Então, a primeira coisa é que as pessoas ainda resistem à ideia ou simplesmente desconhecem o fato (*Falha no áudio.*) são formadores de hábito. Então, apostas podem causar dependência, isso é um fato muito bem conhecido desde os anos 80. Porque as pessoas ainda têm em mente essa ideia de que apostar é uma ação entre amigos, mas, na verdade, apostar tornou-se uma atividade extremamente lucrativa e uma atividade comercial, e, com o advento da tecnologia da informação, esse ambiente comercial se transferiu para o bolso de cada brasileiro. Então, hoje em dia, nós temos acesso a cassinos e oportunidades de aposta que estão disponíveis para qualquer brasileiro em qualquer região do país, não importa a sua idade.

Então, nós tínhamos um jogo que tradicionalmente era lento, que exigia deslocamento, etc., e agora nós temos uma modalidade em que você pode apostar 24 horas por dia, sete dias por semana. Não existe atrito, o comprometimento é instantâneo por forma de Pix. E não se enganem: isso não é só o Brasil, isso é um negócio internacional, multibilionário e, quando eu falo multibilionário, eu não estou falando em reais, eu estou falando em dólares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui está a anatomia da armadilha. Você pode apostar a hora que você quiser, você pode apostar inclusive durante o evento esportivo, mais de uma vez. Os algoritmos capturam o seu comportamento e o saturam de informações, essa publicidade massiva tentando convencê-lo de que jogar é a sua melhor opção.

Qual que é o resultado disso? As apostas *online* foram legalizadas no final de 2018, nós estamos agora em 2026. A iniciativa para tentar regulamentar isso começou efetivamente em 2024. Então, isso tem operado no país sem o respaldo, sem uma rede de segurança adequada. A gente estima que algo em torno de 3,6% da população pratica aposta de maneira inadequada e arriscada para a própria saúde. Dentro do universo de apostadores, isso representa quase 20% das pessoas que apostam.

Então, veja bem a potência dessa... É como se fosse uma droga, gente. A gente discute a potência da droga para viciar. A potência da aposta para viciar é: um em cada cinco apostadores vão desenvolver um padrão de apostas que é problemático.

E o risco maior... O risco é associado à vulnerabilidade socioeconômica. Então, é o mais jovem, o menos educado, aquele de baixa renda, pertencente à minoria étnico-religiosa, mas o conjunto desses riscos, todos eles combinados e agregados, são superados por um único risco, que é a troca da aposta física pela aposta *online*. Quando você faz essa transição de um apostador presencial para o apostador *online*, isso aumenta em quatro vezes o risco de o indivíduo desenvolver apostas problemáticas.

Isso funciona como se fosse um imposto regressivo. Ele é o "Robin Hood do mal". Ele tira dos pobres para dar aos ricos, e os impactos nós já vivemos. O SUS teve mais de 100% de aumento de demanda de tratamento para jogo nesse período.

Em 2025, estima-se que foram arrecadados R$37 bilhões... Não, perdão, o lucro das *bets* foi de R$37 bilhões, dos quais o valor arrecadado foi um pouco menos de R$10 bilhões. Mas o custo social estimado, em termos de endividamento e problemas de saúde mental, ultrapassa R$38 bilhões. Então, é simples: é praticamente 40 menos 10. A conta não fecha. Essa arrecadação não cobre o prejuízo que essa atividade está causando. Então, a gente precisa adotar o que a gente chama de práticas efetivas de redução de risco do jogo, com medidas universais – que algumas estão começando a ser aplicadas –, como, por exemplo, o uso do CPF no cadastramento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apostador, mas tem que ir além. Você precisa associar isso à declaração de renda do indivíduo, porque é muito simples. Se você estiver gastando cinco ou três vezes mais do que você ganha com apostas, só tem duas explicações para isso: ou você está doente, ou você é fraudador. Você está lavando dinheiro. Então, ou você vai conversar com o Ministério da Saúde, ou você vai conversar com o Ministério da Fazenda, mas você vai conversar com alguém. Não faz sentido também a gente deixar as pessoas apostarem 24 horas por dia. Quem é que aposta às 2h da manhã? Eu vou dizer para vocês: o apostador compulsivo. Então, é preciso ter regulação de horário e teto de gasto.

O teto de gasto é muito simples. Você não pode apostar num dia mais do que 1% da sua renda. Isso não é um número tirado da cartola. Isso tem um estudo realizado no Brasil para dar respaldo a isso. Aliás, é realizado por nós, do Instituto de Psiquiatria da USP. Então, é muito simples para você fazer uma conta aí. Se você tem uma renda de R$5 mil, você não pode gastar mais do que... Aliás, não é recomendamos que você gaste mais de R$50 num único dia numa aposta; no mês, não mais do que quatro vezes esse valor, ou seja, no mês, não mais do que R$200 para quem tem uma renda de R$5 mil. É simples. Pegue o seu valor, tire dois zeros, e esse é o máximo que você pode apostar num dia. Quatro vezes esse valor é o máximo que você pode apostar num mês. E deveria haver monitoração disso, de forma que alguém que ultrapassasse esses limites recebesse um aviso ou eventualmente fosse bloqueado de continuar apostando.

Outras medidas que nós indicamos são medidas específicas para o público de risco, que é o homem jovem, que é o que mais tem apostado particularmente nessa onda das apostas esportivas. Veto absoluto a qualquer forma de publicidade com foco no público juvenil. Aliás, veto à publicidade, como a gente tem veto para cigarro e para álcool, porque, hoje em dia, nós vivemos numa situação do *marketing* digital. Então, veja: não é mais aquela coisa em que você via, por exemplo, no anúncio de um detergente às 20h assistindo ao jornal, o telejornal. Todo mundo é impactado por isso. Agora a situação é diferente: as redes analisam o seu padrão de uso da rede da internet e mandam para você uma mensagem personalizada. Então, se alguém vê que você faz muita aposta, você recebe mais convite para aposta, ou seja, em vez de você receber uma mensagem que diz "modere", você recebe uma mensagem dizendo "mergulhe e vá fundo", não importa se você é compulsivo ou não. Publicidade voltada para menor de idade tem que ser completamente vetada. A gente precisa iniciar campanhas educativas na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: já existem programas de autoexclusão. Mais de 750 mil pessoas já fizeram autoexclusão desde o início desse processo, no final do ano passado, e nós vamos passar a 1 milhão ainda neste ano. Mas a gente precisa deixar as pessoas saberem que isso existe. Os *sites* de apostas, da forma como são configurados, escondem essa informação, e eles precisam ser responsabilizados por isso. Os apostadores precisam fazer uma autoavaliação sempre que quiserem para saber como está – vamos dizer – o equilíbrio desse apostar. Isso também tem sido colocado à disposição agora dos apostadores, mas deveria, na verdade, ser estabelecido como uma autoavaliação necessária e regular em certos períodos de tempo. Então, a cada três meses, você faz uma autoavaliação dessas. A rede de atenção psicossocial precisa ser treinada para receber as pessoas que estão sofrendo com esse problema. Alguma iniciativa começou, mas nós estamos longe do ideal.

Finalmente, eu quero propor aqui a criação de uma comissão permanente de avaliação da segurança da oferta de jogos de aposta nas redes sociais, porque o cenário é extremamente dinâmico. E, à medida que as ofertas vão mudando, os tipos de jogos vão mudando e os desafios que os apostadores têm que enfrentar vão mudando, é preciso que haja um comitê de pessoas especializadas em saúde mental, legislação, informática, etc., para tentar ir adequando a regulação das apostas no país – enquanto, obviamente, as apostas continuarem sendo legalizadas, porque, a qualquer momento, se alguém quiser revisar isso, obviamente que, pelo exposto aqui, eu faço o coro com a ideia de que a exploração comercial de um produto com tanta "adictividade" tem que levantar muitas sobrancelhas.

É isso. Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem.

Quero agradecer a fala objetiva.

Ficou até com crédito o Dr. Hermano Tavares, de alguns minutos – ele, que é especialista em saúde mental, com atuação em dependência comportamental. Muito esclarecedor o material que o senhor nos trouxe aqui, inclusive de que a conta não fecha, né? O custo que você tem, social, em relação à arrecadação, é um negócio absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu traço um paralelo aqui muito... O senhor também falou sobre isso, sobre a questão do cigarro, né? É um paralelo, assim, muito claro, e o Brasil é referência – o Ministério da Saúde do Brasil é referência internacional com relação à política pública para a redução do tabaco, para a redução do fumo no Brasil. E isso tudo, que começou lá atrás – e passa Governo, entra, sai Governo, o Brasil continua como referência –, diminuiu bastante o número de fumantes em nosso território nacional, por campanhas fortes.

O que muito me marcou na infância e adolescência – acho que na adolescência – foi quando se começou a ver – e eu acho que o brasileiro hoje tem na memória muito forte – as imagens, o estrago que faz no corpo o cigarro. Quando se colocaram nos maços de cigarro, nas carteiras de cigarro, as imagens, aquilo ali teve um potencial também muito forte para as pessoas, em termos de educação. Não só zerar a propaganda com isso, mas também essa questão educativa de mostrar as consequências.

Nós temos projetos aqui na Casa... Eu quero pedir à nossa atenciosa Secretaria para levantar, para eu ler aqui, daqui para o final, os projetos que nós temos na Casa, inclusive já aprovados, nesse sentido de... de proibição não tivemos ainda, mas, com relação à normatização de propaganda, publicidade e restrições à questão das bets, para a gente poder aqui, de forma muito transparente, passar para a população isso: o que é que está tramitando na Casa? O que é que está acontecendo? O que é que está faltando?

Tem inclusive um projeto do Senador Carlos Portinho, que está fazendo aniversário hoje, Senador do Rio de Janeiro, um grande Senador da República, que veio da área do esporte e conseguiu emplacar aqui o primeiro grande projeto para diminuir, para conter... Foi ele que votou contra essa regulamentação. A ideia era acabar. E o Senador Carlos Portinho foi Relator do projeto do Senador Styvenson e também de um projeto nosso aqui para diminuir bastante as propagandas, os *influencers* fazendo propaganda, enfim. Tudo isso foi aprovado pelo Senado da República e está há mais de um ano parado na Câmara dos Deputados – vamos pegar a data certinha para passar para vocês, mas está parado na Câmara dos Deputados.

Eu vejo que aqui há um grande problema, sim. Tudo foi alertado. Quem for atrás dos debates, vai ver que, quando foi votado aqui o PL das casas de apostas, das *bets* no Brasil, teve, inclusive, denúncias de corrupção, e eu acionei a PGR, de Parlamentares que supostamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receberam milhões de reais para aprovar isso – R$35 milhões, foi a denúncia da revista *Veja*. Eu acionei a PGR para investigar, e até hoje não recebi retorno, sobre um Deputado Federal ligado ao jogo.

E aqui há um problema, sim. A gente perdeu aqui na votação, mas, lá na Câmara dos Deputados, foi mais vergonhoso ainda porque foi uma votação acho que na véspera do Carnaval, não tinha nenhum Deputado aqui praticamente – eu estava acompanhando a sessão –, ou foi na véspera do Natal. E aí eles fizeram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi na véspera do Carnaval, mas teve alguma coisa no Natal também. Teve alguma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, teve alguma coisa no Natal também. Eles aproveitam esses momentos, com um *lobby* poderoso, um *lobby* nefasto, que atua aqui dentro do Congresso Nacional, pró-jogo. Eles aproveitam esses momentos de dispersão em que Deputados ou Senadores estão votando pelo celular, de forma remota. Foi assim a votação aqui, e nós perdemos.

Agora, o ovo da serpente foi colocado na Câmara dos Deputados. O projeto veio de lá, e a gente o melhorou aqui. O que era péssimo ficou ruim, mas foi o que a gente pôde fazer. Para mim era para ter engavetado, rejeitado, não era para ter feito. Pelo contrário, tem que se proibir. Porém, voltou para a Câmara, eles tiraram as melhorias que a gente fez aqui, a questão dos jogos de tigrinho, uma série de coisas, e incluíram lá de novo. Então, o problema está sendo a Câmara dos Deputados – é bom que a população saiba. Aqui no Senado já existe uma massa crítica hoje para acabar com isso. A gente precisa só...

Eu espero que a Senadora Damares possa colocar esses projetos de proibição para a gente votar logo aqui na Comissão de Direitos Humanos – está aqui, não é isso, Roberto? –, para que a gente possa deliberar ainda durante a Copa do Mundo, porque o recesso está chegando aí. Aliás, já chegou de forma branca o recesso. Nós não estamos tendo sessões presenciais aqui já faz tempo, e acho que não vamos ter mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora Damares, eu lhe faço um apelo – a Senadora Damares é comprometida com a vida, com a família, e a assessoria dela aqui, sempre presente – para colocar em pauta. Eu quero ver qual é o Parlamentar que vai votar contra. Coloque na próxima sessão, Senadora Damares, o nosso projeto para proibir. Eu acho que vai ser um passo importante, tá?

Depois você me passa o número do projeto, esse nosso, para proibir. Vamos dar uma sinalização na Comissão de Direitos Humanos. É muito simbólico isso aí. Eu sei que vai ser cozinhado em outras Comissões, no Plenário, um tempinho, mas não vai ter como segurar, porque a sociedade já está exigindo.

E uma coisa que eu tenho visto, de uma forma magnífica, é a sociedade espontaneamente fazendo, movimentos. Já tinha o Brasil Sem Azar, lá atrás, mas hoje tem vários outros movimentos contra *bets*, contra casas de apostas. É impressionante como eu recebo aqui, sempre, *cards* de consciência e tudo.

Então eu acredito que nós podemos dar esse exemplo para a população a partir daqui, para diminuir essa tragédia humanitária que está acontecendo na nação.

Imediatamente, até antes de fazer o meu pronunciamento, eu quero passar para Juliana Prates Caminha, que é representante da sociedade civil, que possa fazer o seu pronunciamento.

O Dr. Hermano vai continuar ou já saiu aí? Ele continua assistindo. Mais uma vez, muito obrigado. Eu vou ler as perguntas depois da Juliana, doutor, se o senhor quiser depois fazer alguma intervenção, ou alguns dos palestrantes aqui, para responder às perguntas da população, que está sedenta por justiça e muito preocupada com tudo isso, eu lhe agradeço. Eu não sei em que país o senhor está, o fuso horário em que está. Depois, se o senhor puder...

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Eu estou na França, estou cinco horas à frente, eu estou aguardando a chegada do meu transporte. Enquanto não chegar, eu fico aqui e respondo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom, está bom.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Já me despeço e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, perfeito. A gente compreende. E o fuso aí são cinco horas na frente, não é? Então muito obrigado mais uma vez. O senhor foi brilhante em mais essa sua participação aqui.

Eu estou achando o seguinte, que a gente está fazendo muito debate aqui. Isso é bom, mas está na hora da decisão – está na hora da decisão –, está na hora de votar. Está na hora de votar, não é?

Vamos lá. Que a gente possa ouvir a Juliana, para ter mais elementos ainda para votar, para ver se a gente consegue diminuir esse impacto gigantesco – não é, Juliana? – do que está acontecendo. Muito obrigado.

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (Para expor.) – Que a gente tenha uma independência contra as *bets!*

E eu aprendi sobre as apostas *online* da pior forma possível. Eu aprendi quando o meu irmão tirou sua própria vida. Meu irmão, Auditor de Controle Externo do Estado da Bahia, um homem de 46 anos, inteligente, e que a gente só descobriu que jogava nessas plataformas legalizadas, e também ilegais, quando eu tive acesso ao celular dele.

E eu também sou Auditora de Controle Externo. Estudamos e passamos no mesmo concurso público. Sou mestranda em políticas públicas, já acabando minha dissertação, sobre *bets* inclusive. E sou advogada.

E eu fiquei muito consternada, assim, de saber que, há tão pouco tempo, as apostas tinham entrado no nosso país e que meu irmão tinha morrido daquilo. E eu falei, eu que encontrei meu irmão, e eu fiquei em estado de choque naquele momento, e eu tive, meus pais moram em Minas, e eu tive que ligar para meus pais para contar o que tinha acontecido. E eu fui resolver, ligar para a polícia, fui ao IML, fui escolher a roupa dele, com que ele deveria ser enterrado. E fazia tudo aquilo chorando, sabe? Chorando, chorando, chorando e tentando entender por que tudo aquilo tinha acontecido. Por que eu não sabia nada sobre apostas? Eu sou Auditora de Controle Externo, mestranda em políticas públicas, e as apostas pareciam ser algo normal, porque a gente via toda a publicidade delas estampada em TVs abertas, recebendo mensagens em *e-mails*, em celulares – as crianças vendo tudo isso –, em fundos de ônibus. E eu, no dia em que eu enterro o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irmão, falo com meus pais, falo com a companheira dele e falo: "Vou fazer um alerta em rede social [eu já tinha meu Instagram aberto] e vou tentar entender o que está acontecendo". Como é que... Se meu irmão, diante dessa vulnerabilidade que as apostas causavam na saúde mental... Será que outras pessoas também estão vivenciando isso? E eu faço esse alerta em rede social.

Depois que você enterra alguém, a gente vai ali tentar entender todo o contexto do que acontece. Então, eu não peguei meu celular, mas, na madrugada... Eu fiquei quase dois dias sem dormir, em estado de choque, e, na madrugada, eu pego meu celular. E, quando eu pego meu celular, vejo que aquele *post* tinha viralizado.

Como pesquisadora que sou, o que eu fiz? Fui triar os dados e fui vendo que alguém me falava "meu filho também se matou", "meu irmão se matou", "meu marido se matou", "meu porteiro se matou", "a moça da minha cidade foi morta por um agiota". E, assim, fui contabilizar e cheguei a quase 25 suicídios. De um *post* de 2 milhões de pessoas, tinham 25 suicídios.

Eu sou Auditora e falei: isso é um problema público. Isso não é um problema que está acontecendo só com o meu irmão. Não, meu irmão virou uma estatística aqui. E eu vou pesquisar – para saber quem é que estava falando sobre os impactos negativos que as apostas causavam – e vou... Eu estava de férias naquele momento e fiquei muito consternada com os dados que ia recebendo, porque, além das pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pelas apostas, nós tivemos também muitas famílias devastadas por elas. Muitas mães sofrendo, muitas mulheres jogando. Dr. Hermano falou aqui dos homens, mas são muitas mulheres jogando, principalmente *slot* – muitas mulheres. E eu falo: "eu vou começar – era janeiro, mês da saúde mental – a tratar esse tema em rede social".

E começo a estudar. A estudar, de férias, a estudar – estudar, estudar, estudar. Meu algoritmo rodou. Tem o algoritmo do bem e tem o algoritmo do mal. Graças a Deus, meu algoritmo foi do bem e muitos especialistas vieram conversar comigo e falar que há tempos eles já alertavam sobre esse grande problema social que a gente está vivendo, mas estavam se vendo, já, num momento sem saída, porque não tinham respostas estatais sobre esse assunto.

E eu falei: "como é que a gente não tem respostas estatais sobre esse assunto? Como é que a gente não tem nada ainda sendo feito em relação a essa normalização com que as apostas vieram ao Brasil"? E a gente já tem literatura internacional falando sobre isso. Então, não era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novidade. Não era novidade o que estava acontecendo no Brasil. A gente já tinha muita legislação, muita literatura internacional. Inclusive, na Holanda – muito disso que o Dr. Hermano trouxe –, você só pode jogar 10% da sua renda. O jogador não responsável... Você proíbe jogos de 22h às 6h da manhã, porque sabe que o jogador não responsável normalmente joga nesses horários.

E comecei a fazer conteúdo de internet para poder trazer uma conscientização. Por que o que é que aconteceu na nossa família? O desconhecimento fez com que a gente não entendesse que o meu irmão era um ludopata. E a ludopatia estava do nosso lado a todo instante. E meus pais, meu pai foi da Petrobras, minha mãe também servidora do Tribunal de Contas. Somos pessoas qualificadas, e a gente não sabia o que estava acontecendo.

E, quando eu começo a fazer os conteúdos, parece que era uma luz no fim do túnel. E as pessoas começam: "Juliana, você está me ajudando. Juliana, por favor, me ajude." Até que, um dia, viralizou um vídeo meu, que foi postado por aquela atriz, a Luana Piovani, e aí a influenciadora Virgínia fala que ela bota uma maldição nos filhos dela, e viraliza novamente. E aí, muitos mais suicídios vêm novamente, e os dados começam a chegar.

E eu faço o quê? Na minha pesquisa empírica – quem é pesquisador adora um dado –, eu começo a fazer trabalhos identificando os problemas que a gente estava vendo ali e, a todo instante, percebendo que a gente não tinha respostas estatais para aquilo. A gente tinha a ferramenta da autoexclusão e existem falhas nela, inclusive, até de a pessoa ter que se autoexcluir. O viciado, muitas vezes, não tem a percepção de que é viciado, então ele precisa se autoexcluir, ele precisa chegar ao fundo do poço para se autoexcluir. Será que a gente não deveria abrir essa oportunidade para o familiar, para uma clínica de internação ou qualquer coisa assim?

A Fiocruz não tem, ainda, profissionais habilitados para cuidar da ludopatia, tanto que teve um chamamento, agora, de 20 mil pessoas da área da saúde para poder treinar. Então, assim, o aviso estava dado, e a gente não tomou conta dessa epidemia que ia chegar. E isso que é muito triste, SPA, sabe? É isso que é muito triste porque o aviso foi dado.

O Dr. Hermano estava lá nas audiências da regulamentação contando o que ia acontecer, e ninguém escutou. Ele disse que foi ouvido, mas que as pessoas não estavam nem prestando atenção no que ele falava, porque o interesse na arrecadação era tão grande, na fiscalização e no que viria ali, que o poder de fiscalização do Estado ficou irrelevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu começo a fazer esses trabalhos e um dia eu acordo com mais de cem pedidos de "me ajude" – "me ajude, me ajude". E eu falo: "eu não consegui salvar meu irmão, como é que eu vou ajudar essas pessoas?". E eu tento, todos os dias, ajudá-las do jeito que eu vou tentando elaborar ali, dentro da rede social, e vejo que tem crescido, de verdade, esse movimento com relação às *bets*. E acredito que o movimento é em torno das *bets*, porque existe tigrinho dentro de *bet*, existem *sites* de *bets* legais e existem *bets* ilegais. A gente tem que resolver também o problema das *bets* legais, não é só o das ilegais, porque parece que o Estado só está observando as *bets* ilegais, talvez por causa da parte arrecadatória, e vem essa publicidade normalizando.

Isso aqui que está acontecendo na Copa do Mundo eu já venho trazendo nos meus conteúdos há algum tempo. Por quê? Eu tenho um filho de 15 anos de idade, e ele e muitos outros vivem no celular, e eles já são a geração dopaminérgica. Então, a preocupação, se não for já com quem está viciado, é com essa próxima geração que vai vir – que são as nossas crianças, os nossos adolescentes –, que já estão dopaminérgicos e só vão pular de plataforma, sabe? Vão baixar, aos 18 anos, do Roblox para uma *bet* legalizada.

E será que é isso que a gente quer enquanto sociedade? Será que é isso que a gente quer para os nossos filhos? E, a todo instante, eu fico me questionando o que a gente pode fazer a mais.

Nós temos, hoje, 233 projetos de lei no Congresso Nacional. Você sabe o que são 233 projetos de lei? São 233 projetos de lei. Quem vai pegá-los e botar debaixo do braço para a gente poder fazer alguma coisa? Porque as famílias estão adoecendo, as famílias estão se endividando e tem muita gente morrendo, e não estão morrendo só porque estão se suicidando, não, elas estão morrendo porque existe uma violência no entorno de quem aposta também.

E eu torço muito para que esse cenário mude. Eu não sei ainda qual vai ser a solução possível porque eu falo que eles são enormes – eles são um Megazord e a gente os Power Rangers, tentando lutar –, mas, no final, acredito que a gente vence.

Então, eu comecei a estudar sobre o tema e entrei com duas ações populares lá na Bahia para que a gente pudesse não ter propaganda de *bets* durante os festejos juninos porque eu entendi que, quando o Estado tem dinheiro público ali, ele não poderia fomentar uma atividade que a gente já entendeu que traz externalidades negativas e impactos sociais muito sérios. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que a gente, enquanto Estado, vai fomentar e normalizar essa atividade? E aí a juíza deu uma liminar e, nos festejos juninos do Estado da Bahia, não teve propaganda de *bet*. Fui em alguns, até para poder fazer a fiscalização, fui em rede social perguntar: "E aí, gente, onde é que em seu município você está vendo *bet*?"; e todo mundo: "Não, não estou vendo *bet*, não estou vendo *bet*, não estou vendo *bet*".

Então, acredito nessa pressão social, nessa pressão popular. Se nós que colocamos os representantes dentro e são os representantes do povo, então nós povo temos que exercer o nosso poder de conseguir, também, fazer com que o que nós desejamos, enquanto sociedade, seja o que prevaleça.

Essa publicidade está aí a todo instante. Estava conversando logo cedo com o representante da SPA e eu disse para ele que, na legislação, hoje existe a proibição de que você tenha como público-alvo crianças e adolescentes. Então, como é que a gente pode ter propaganda em *shoppings*, em fundos de ônibus, em festas populares, se a gente não pode ter como público-alvo crianças e adolescentes? Você está me dizendo que a criança ou o adolescente não está vendo aquilo?

Você pode dar um caráter restritivo ou ampliativo a uma lei, basta saber o que é que você quer fazer. Então, se a gente quer fazer com que a gente tenha menos propaganda, a gente já tem a regulamentação para que isso aconteça. Porque, quando a gente começa a dizer que só precisa de lei, lei, lei, lei, lei, a gente vai deixar para o Congresso Nacional agir. Mas se nós, enquanto representantes da sociedade, começarmos a fazer essa pressão para que essa lei passe – já existe – e seja, de fato, exercida da forma como ela deve ser, essa propaganda não deveria estar acontecendo como aconteceu. E, quando a gente deixa um ambiente normalizado, vêm as TVs e fazem como estão fazendo na Copa do Mundo, oferecendo até *odds* em canais abertos a qualquer horário em que eles aconteçam.

Eu fiz algumas apresentações nos canais da Conar e SPA que não foram atendidas ainda, tomara que seja até decorrente disso, porque é bem difícil, é uma caixa preta para a gente fazer qualquer coisa dentro desses órgãos de fiscalização. Eu sou Auditora, então eu sei o que é fiscalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço ter tido a oportunidade de hoje estar aqui podendo falar sobre esse tema, sobre os impactos que as *bets* causam. Eu sei que meu irmão não pôde contar a história dele, eu sei que muitas famílias ficam envergonhadas porque, culturalmente, a gente entendeu que quem jogava – e era proibido – é fraco; só que é uma doença. A ludopatia é uma doença que precisa de acolhimento e precisa ser tratada, e é uma doença muito difícil de curar.

Então, quando a gente começa a ter muitos ludopatas no nosso país, imagine como deve... Como é que vai ser a solução disso? Porque a gente vai estar dando para eles esse gatilho da propaganda a todo instante. A pessoa que está tentando parar está recebendo bônus, está recebendo propaganda, está recebendo *e-mail*... Como é que ela para? Como é que ela consegue?

Então, a gente tem que começar a pensar o que a gente já pode fazer hoje. O que a gente pode fazer hoje enquanto sociedade? O que a gente pode fazer hoje para minimizar esses impactos? Será que a arrecadação disso vai ser suficiente para essa saúde pública, para esse fundo desse buraco de dinheiro público que a gente vai ter que gastar lá na frente? A gente não sabe se essa conta vai fechar.

Como o meu irmão não teve coragem de contar a história dele, eu vim contar por ele, e eu vim contar por ele porque eu não quero que mais ninguém – mais ninguém – passe pelo que a gente passou. (*Manifestação de emoção.*)

Que a gente possa, de fato, cuidar das pessoas, acolher essas pessoas, tentar achar uma forma de restringir isso que está acontecendo, porque nós, enquanto sociedade, enquanto povo, é que temos que mandar. Que nenhuma outra irmã tenha que vir aqui a esta audiência pública e ter que falar o que eu estou falando.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Juliana Prates Caminha deu um testemunho muito forte no Senado Federal – mais um testemunho, viu, Juliana? Meus sentimentos pelo que você passou e passa a partir de um ente amado, o seu irmão.

Esta Casa tem os dedos sujos de sangue, e eu lhe peço desculpa, como um dos 81 Senadores, mesmo tendo votado contra e tudo, mas, talvez... A gente sempre fica pensando o que é que a gente podia ter feito a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coordenei algumas dessas audiências públicas; veio aqui o Dr. Hermano Tavares, ele falou. E ele tem razão: muitos aqui não estavam prestando atenção; muitos colegas, inclusive.

Então, nós temos as mãos sujas de sangue: esta Casa – e eu faço parte desta Casa –, a Câmara dos Deputados também, o Governo Federal também, porque era muito fácil deduzir que um país continental como o Brasil não podia ter uma regulamentação daquela forma. Era muito óbvio! A toque de caixa, com denúncia de corrupção, com *lobby* atuando e todo mundo vendo... E a gente está aí com um problemaço que vai para os nossos filhos, os nossos netos, as futuras gerações, se a gente não tomar medidas muito firmes agora.

O que é que se pode fazer, o que é que podemos fazer enquanto homens públicos? O que é que a gente pode fazer enquanto Casas Legislativas, enquanto Executivo? O que é que a gente pode fazer em conjunto? Eu acho que o problema é todo nosso, né?

Tem medidas que a gente pode fazer com decreto, para as quais não se precisa esperar, porque o *lobby*... Você acha que o *lobby* vai abrir mão disso? Ele não vai! Ele atua firme, forte. É como o *lobby* dos cigarros, que, naquela época em que o Brasil, lá atrás – a Gabriella é nova, muito nova, talvez não tenha vivenciado isso, né? –, no trabalho que começou... Eu acho que o José Serra, o ex-Ministro José Serra foi um dos grandes nomes. O Ministro Humberto Costa, que foi Ministro também, atuou muito bem; inclusive, ele é o Presidente... Olhem que coisa bacana que está acontecendo aqui: o Senador Humberto Costa é o Presidente da Frente Parlamentar contra os Jogos de Azar, e eu sou o Vice. Nós temos pensamentos divergentes em muitas pautas – direita, esquerda, contra Governo, a favor de Governo –, mas aqui não se trata disso! Aqui se trata de humanidade. É o que a gente viu da Juliana, é o que a gente viu daquele empreendedor cearense que deu um depoimento aqui...

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone.*) – André Rolim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – André Rolim, que veio e emocionou quem estava aqui. Muitos Parlamentares não estavam, não ouviram ou fizeram de conta que não ouviram.

Semana que vem, nós teremos aqui, Juliana, alguém que perdeu uma irmã, a Jéssica Lobo – estará aqui, se Deus quiser –, para dar o depoimento dela também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é o nome da sua rede?

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (*Fora do microfone*.) – julianaprates.oficial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – julianaprates.oficial.

É no Instagram, é isso?

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (*Fora do microfone*.) – É Instagram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem o X também ou não?

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não.

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (*Fora do microfone*.) – Ah, tem. É a mesma coisa: julianaprates.oficial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É julianaprates.oficial. Já vi muita coisa. Parabéns! É um material muito bem-feito.

A Jéssica também tem, e tem muitos outros fazendo aí, anônimos e tudo. Parabéns à sociedade, que está reagindo, já que as autoridades ainda não estão.

A gente sabe que o Governo Federal tem feito. Nós vamos ouvir, daqui a pouco, a Gabriella, o Fabio. Mas o que a gente pode fazer mais? Eu acho que a gente pode fazer mais, a gente pode tomar medidas mais fortes, porque nós vamos votar a proibição aqui.

Eu vou dizer uma coisa para vocês: nós fizemos uma audiência pública e ouvimos – não sei se era – a Presidente da Anatel, que disse que era possível fazer um muro virtual em uma eventual proibição. Eu estava aqui. Em alguma dessas audiências, nós perguntamos, ela disse: "Pode". O pessoal do *lobby*, o pessoal que defende o jogo... Porque eu não vejo outra... É interesse. Não vejo outro... É só magnata que ganha. Então, isso aqui tem zero de interesse para a sociedade. Eles vão dizer o seguinte: "Se você não regulamentar" – foi o que disseram –, "vai continuar acontecendo de forma ilegal, não sei o quê". Eu pergunto para você sobre o cigarro. O cigarro foi legalizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentado e tudo. Parou de ter contrabando de cigarro no Brasil? Não parou, pelo contrário, parece que 40% do cigarro consumido no Brasil é ilegal, são marcas ilegais, segundo a Anvisa, o Instituto do Câncer. Nós já fizemos audiência pública sobre isso. Então, o mercado ilegal sempre vai ocorrer, mas a Presidente da Anatel disse que era possível fazer uma barreira virtual, Polícia Federal trabalhando em conjunto, todo mundo trabalhando. Vamos ver. Por que não pode fazer e proibir? Tudo bem, enquanto não é possível, vamos fazer, o *lobby* vai atuar para não deixar proibir, mas a gente vai fechando as portas, vai... Eu acho que está na hora de tomar uma atitude mais...

Eu falei para o Senador Humberto Costa, que, desta vez – eu acho –, está em trânsito e não vai poder – eu conversei com ele ontem – participar, mas ele está atento. A equipe dele – o Júnior, o pessoal – está muito atenta, preocupada com tudo isso. Eu falei para ele: "Rapaz, faz um apelo ao Governo Lula, você, que tem abertura". O Governo Lula acabou com bingo e cassino, lá atrás, nas décadas de 80, 90, porque estava vendo a CPI dos Bingos, estava vendo a corrupção, estava vendo o estrago para os idosos naquelas casas de bingo, suicídio em massa. Eles passavam dia e noite lá jogando e se afastando da família. O Governo Lula acertou naquela época. O Presidente Lula acabou... Por que não acaba de novo? Acaba de novo. O Governo Lula é um Governo que diz proteger os pobres, os menos favorecidos. Quem está perdendo a vida, quem está perdendo tudo são justamente essas pessoas mais pobres também.

Então, pode iniciar...

Eu vou apoiar. Sou oposição ao Governo Lula, mas não sou oposição ao Brasil e aos brasileiros. Eu vou apoiar. Eu quero ver qual é o Senador que vai botar o dedo aqui para ir contra, se tiver uma decisão do Governo de enviar um projeto de lei ou alguma coisa para acabar com isso.

E eu vou preparar vocês. Existe um *lobby,* trabalhando nesta Casa, sabem para quê? Para ampliar essa tragédia. Eu tenho denunciado isso aqui. Querem voltar com cassino e bingo. Só não voltaram ainda por causa desse grande mal das *bets* que estão fazendo. E aí, no dia da votação, eles recuaram e tal, no Plenário do Senado, mas eles vão tentar no final do ano. Quero aqui alertar a população brasileira para isso. Além da queda, o coice: a ambição, a ganância imparável dessa turma. É dinheiro, é interesse, é *lobby* bilionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão dos bingos e cassinos, vão ser quase mil bingos e oitenta e tantos cassinos nesse projeto. O projeto tem a cara de um grupo espanhol. É feito, é desenhado. É muito dinheiro em jogo, muito compromisso. E já foi aprovado na Câmara, tá? Juliana, já foi aprovado na Câmara, naquela situação: véspera de feriado grande, sem ninguém participar; e já foi aprovado na CCJ, a principal Comissão desta Casa, no dia do aniversário do Presidente da Casa – e ele era o Presidente da CCJ.

E teve que mudar... Parlamentares que eram contra... Eu nunca tinha visto isto, em sete anos e meio de Senado, como Senador: eles mudaram nomes de Parlamentares que estavam para votar contra. Na hora da votação, os Líderes partidários tiraram e colocaram Senadores, que caíram de paraquedas e nunca tinham participado de audiência de nada, para votar a favor, e ganharam por dois votos. Trocaram quatro Senadores, na hora da votação, titulares, e botaram quatro que caíram lá só para votar a favor, no dia do aniversário do Presidente da CCJ, que é o Presidente hoje do Senado Federal. Coincidência?

E está no Plenário para votar, está no Plenário para votar. Eles não vão votar, Juliana – você, que é uma voz da sociedade, é importante você saber –, agora, no período da eleição. Eles vão deixar para votar em novembro, no final de outubro e começo de novembro, quando passar o segundo turno, passar tudo, a eleição. Aí eles vão fazer, naquele interregnozinho, porque outros Senadores vão vir. Se Deus quiser, vamos renovar bastante esta Casa. E que venha gente da sociedade que esteja sentindo os impactos, que tenha essa bandeira, que venha para cá para continuar essa luta com Damares, com Magno Malta, com Humberto Costa, pessoas que são referência aqui nesta Casa e que lutam contra. Eu não estarei mais aqui, sou contra a reeleição, mas estarei enquanto sociedade civil ajudando.

Eles vão tentar, num período em que os Senadores que ganharam as eleições não assumiram ainda e os outros estão partindo. Então, que a sociedade esteja atenta nesse períodozinho – são dois meses em que a sociedade precisa estar atenta, novembro e metade de dezembro, menos de dois meses, são 45 dias nevrálgicos aqui dentro – porque o cassino e o bingo podem voltar, e aí é o golpe de misericórdia, porque a gente já estudou: em outros países, eles mandam até ônibus pegar os idosos para jogar, para viciar, é um negócio absurdo o que está acontecendo. Então, fica o alerta também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui passar às perguntas, como eu prometi, da população e deixar para... Inclusive, Juliana, se você também quiser responder, a gente pode abrir.

A Ana, de Goiás, perguntou – a população participando ativamente –: "Como é possível achar que *bets* não atrapalham a vida das pessoas? [...] [Se] muitas propagandas com influenciadores são totalmente persuasivas". Olhe o grito aqui da Ana, de Goiás.

O Victor, do Mato Grosso: "Por que cassinos físicos são proibidos, mas apostas esportivas *online* (*bets*) são liberadas?". Olhe aqui! (*Risos.*) Eu não tinha lido, não, eu juro para vocês.

Patrícia, de São Paulo – é o Brasil todo participando –: "Quem visita *site* de aposta é analisado pelos algoritmos, então a solução não seria "frear" essa capacidade tecnológica? Não deixar monitorar?". É a colocação da Patrícia.

Magno, do Rio de Janeiro: "Porque a audiência não tem um representante do setor de *bets*?". Olhe a pergunta do Magno. Magno, nós já chamamos aqui, nós já tivemos, ouvimos bastante. O Governo está aqui, a gente precisa tomar medida com relação a essa questão. A gente já sabe o ponto de vista dessa turma de *bets*, a gente já ouviu, eles já conseguiram aprovar o que queriam, agora a gente tem que tomar atitudes mais fortes.

A láscara, do Rio Grande do Sul: "Tratar [*bets*] como cigarro: taxação de 300%, proibir publicidade e [enviar] alertas sobre saúde a cada acesso". A láscara passa isso. Inclusive, nós tivemos aqui, sobre a regulamentação da reforma tributária, muita discussão sobre *bets*. Eu entrei acho que foi com 2 mil por cento, não foi? (*Pausa.*)

Na época lá, a gente entrou para aumentar, para inviabilizar completamente, mas é aquela velha história: proibir publicidade é óbvio, enviar alerta sobre a saúde a cada acesso, enfim, tem muita coisa que pode ser feita.

O Wendel, do Espírito Santo: "Devido a ampla propaganda [...], o percentual de viciados neste modelo de jogo tem crescido [...]. [É necessário] Parar as propagandas". Muito bem, Wendel, inclusive a gente está vendo a polêmica aí de uma emissora que está transmitindo pela primeira vez a Copa do Mundo. Todas fazem propaganda de *bets* praticamente, mas tem uma que é uma lavagem cerebral. Eu não vou falar nem o nome dela aqui para não fazer propaganda, mas essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está hoje transmitindo todos os jogos é uma lavagem cerebral, e o Governo parece que está atuando em cima dessa emissora – isso é importante.

Maria, do Amazonas: "O Congresso [...] se beneficia com a arrecadação bilionária que as *bets* promovem, evitando desgaste com o *lobby* econômico do setor". Você tem razão, e não só o Congresso, Maria.

O Edgard, da Bahia – baiano como vocês –: "Quais medidas efetivas protegerão a população do endividamento, do jogo compulsivo e dos impactos das *bets* na saúde mental e nas famílias?". É isso, Edgard. Parabéns pela independência da Bahia e obrigado pela sua pergunta. É isso aqui mesmo que a gente está discutindo.

A Terezinha, do Mato Grosso: "Haverá uma plataforma nacional pública com indicadores periódicos sobre os impactos sociais, econômicos e na saúde das *bets*?".

O Pedro, do Espírito Santo: "As empresas que vincularem propaganda de *bets* terão consequências legais/multas suficientes para dissuasão efetiva?". Olha só, é como falou muito a Juliana aqui: além das medidas legais, porque tem que sentir no bolso – você falou –, a população está pegando ojeriza disso.

Eu fui Presidente de um time de futebol, de um clube tradicional, centenário, o Fortaleza Esporte Clube, e sempre deixei claro que não aceitaria patrocínio de *bet,* e ao Presidente que me sucedeu, que era meu vice, eu disse – tinha sido regulamentado –: Não aceite, não coloque propaganda nem na camisa nem em lugar nenhum, porque você vai estar viciando a torcida do clube. Inclusive, do ponto de vista econômico, não é inteligente. Essas pessoas vão deixar de frequentar estádio, vão deixar de pagar o sócio-torcedor, porque elas vão se endividar – é tão óbvio isso! Mas não, é aquela coisa instantânea, é o dinheiro rápido.

E muita gente que está nos assistindo e está sofrendo esses impactos sabe do que eu estou falando, porque o que se vende, a mensagem que se passa para a população é que você pode ficar rico jogando, e a pessoa vai nesse espírito de iniciante.

Essa turma de casa de *bets* não é boba, muitas trabalham dessa forma, jogam lá o algoritmo para a pessoa até ganhar nesses joguinhos, ganhar as primeiras, porque aí elas fisgam e aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa, e a pessoa vai ficar jogando para tentar recuperar o que perdeu. Rapaz, é um negócio maluco o que está acontecendo no Brasil!

Então, a ojeriza da população, porque está sentindo os efeitos disso, é um clamor que a população faz em relação a essa questão. E as empresas que se associarem – seja qualquer tipo de empresa, clube de futebol – vão ficar mal vistas, pode ter certeza disso.

Até pouco tempo atrás, parece que tinha um clube do futebol brasileiro – ou dois – que não entrou, não embarcou nessa. Infelizmente, o meu acabou embarcando, contra a minha vontade. Eu já não estava mais lá.

Assim como bebida em estádio de futebol, eu sou contra – terminantemente contra –, entendeu? Isso é um potencial terrível de acontecer tumulto, de... Enfim, está lá adolescente no estádio, está a família no estádio; então, você permitir isso é algo surreal. Não tem nada a ver com o esporte.

O Júnio, de Minas Gerais: "Considerando as evidências dos danos à saúde mental causados pelas *bets,* por que [elas] não são responsabilizadas pelos custos resultantes?". Interessante projeto, viu, Roberto? É aquela premissa do cigarro, que muitas empresas estão perdendo nos Estados Unidos... Câncer, e a população se volta contra essas Philip Morris, essas empresas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ações coletivas, né? Arma de fogo também... Devia, Roberto... Nós temos um projeto nesse sentido para...

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone.*) – Para responsabilizar as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para responsabilizar as empresas de armas de fogo também. Por que não fazer com *bet?* Ótima ideia, ótima ideia!

Vítor, de São Paulo: "As *bets* no Brasil endividaram milhões, destruindo o orçamento das famílias, gerando vício crônico e desviando o dinheiro até de comida e saúde". É verdade. E aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma tese de economistas que dizem o seguinte: a inflação do Brasil só não está maior – aí vai um paradoxo – por causa das *bets*. Sabe por quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque está segurando... Exatamente, a população está ficando sem dinheiro por causa das *bets*. Estavam até apostando, pouco tempo atrás, com Bolsa Família – dinheiro de Bolsa Família –, e aí falta para comida, falta para o sustento, para as coisas básicas de casa, e aí diminui a pressão sobre os preços. Olha que maluquice: os magnatas ganhando dinheiro à vontade, bilhões e bilhões, com jatinho, inclusive com Senador dentro de jatinho deles – a gente viu na CPI das *Bets* aqui e a imprensa mostra, viajando para cima e para baixo, charlando com o dinheiro das pessoas que apostam –, e falta para comida. A inflação do Brasil... Já pensou?

Vamos lá. E a última pergunta aqui, do Sérgio, de São Paulo: "Balanços, resultados, porcentagens de apostas e de distribuição de prêmios, e identificação de ganhadores devem ser obrigatórios para toda *bet*". Daqui a pouco a gente vai ouvir o Fabio e vai entender melhor sobre isso, mas hoje nós temos um percentual de endividamento das famílias de mais de 60%. É isso, Roberto?

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone.*) – Mais, mais de 60%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já chegou em quanto já?

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone.*) – Quase 80%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em 80. Quase 80% o endividamento em massa, jamais visto na história do Brasil, 80%.

Vamos lá! Vamos agora ouvir... Pode ser você, Gabriella?

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (*Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto, vou passar aqui para a Gabriella de Andrade Boska, Coordenadora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença.

Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para a sua exposição, Gabriella.

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (Para expor.) – Tenho uma apresentação.

Bom dia a todas as pessoas.

Cumprimento o Sr. Senador Eduardo Girão e a mesa. Agradeço o convite para estar aqui representando o Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

Penso que o nosso papel aqui é contextualizar um pouco como que esse impacto tem chegado até o SUS (Sistema Único de Saúde), também um pouco das ações que o Ministério da Saúde já vem desenvolvendo e que a gente ainda precisa avançar e refortalecer essas ações.

O Prof. Hermano já trouxe alguns dados; então não vou me repetir – a gente tem trabalhado bastante junto com o Prof. Hermano Tavares –, mas eu acho que é importante dizer que o Brasil já reconhece as apostas como um problema de saúde pública, e isso já é um reconhecimento da Organização Mundial da Saúde.

Então, o Brasil reconhece como um problema de saúde pública, e a gente vem tratando como ele é tratado também internacionalmente, como uma dependência, um problema de saúde mental, uma dependência sem a substância, então nos inspirando muito aí nas políticas do tabaco mesmo e do álcool e outras drogas também, para poder olhar para essa questão das apostas.

É importante dizer que a gente tem pessoas com o diagnóstico de transtorno do jogo, que é quando já tem um nível de gravidade mais estabelecido. Isso já é antigo, não é atual; já tem desde 1992 relatos de pessoas com diagnóstico do transtorno do jogo, mas é evidente que, a partir do momento em que a gente tem a disponibilização de apostas no ambiente digital e *online*, a gente tem um aumento da proporção desses diagnósticos e o impacto direto no atendimento do SUS.

A OMS também reconhece as apostas, assim como o tabaco, o álcool e os alimentos ultraprocessados, como um determinante comercial de saúde, ou seja, é uma oferta de mercado que ocasiona, sim, risco para a saúde mental e física da população. Então, a gente precisa reconhecer que é uma atividade que pode gerar risco, pode ser prejudicial e que, quanto mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigual for o país, quanto mais as pessoas já estiverem em sofrimento mental, mais prejudiciais essas apostas podem ser. Então acho que é importante também a gente considerar que a gente precisa olhar também para a condição de saúde e de vida da nossa população, para poder compreender esses impactos.

Não vou me ater aqui tanto a esses dados, mas acho que é importante dizer que, sim, as populações mais jovens tendem a ser mais impactadas. A gente já tem dados de que um a cada dez adolescentes vem apostando no Brasil, mesmo com as medidas que a gente tem. Um dado até da SPA: em 2025, mais de 25 milhões de pessoas apostaram; e a gente tem aí uma prevalência de cerca de 4,4% de pessoas que têm o transtorno do jogo atualmente no Brasil – e vão representar alguns dados de atendimentos no SUS.

Já foi dito também, mas é para reforçar que, quanto mais vulnerabilizada for a população, mais ela vai apresentar esses riscos, e há todas as recomendações internacionais de países, porque 80% dos países do mundo legalizam apostas. Então, a gente também foi se inspirar muito nessas regulamentações e nas respostas de saúde pública de outros países para desenvolver as estratégias no âmbito do SUS, e o que fica bastante explícito em todos os países é que as ações precisam ser coordenadas e feitas de forma articulada entre os ministérios, entre o Legislativo, o Executivo, e é isso que a gente vem trabalhando também com o Ministério da Fazenda.

Já foi dito aqui, mas a gente tem dados, sim – e isto se confirma – de que os jogos de aposta não afetam somente a pessoa que tem um problema, mas também chegam a afetar outras seis pessoas que estão em contato ali, vivenciando aqueles danos. O risco de suicídio, sim, é maior nessa população, sobretudo quando se está associado ao endividamento. E os maiores problemas que a gente tem no Brasil com os jogos de aposta são de pessoas que têm uma baixa renda, moradoras de áreas metropolitanas da Região Nordeste do Brasil, e a população negra também tem se identificado como uma população de risco.

Tem uma relação direta dos problemas com apostas também com a violência doméstica, e eu entendo que a gente tem falado pouco sobre isso, visto que muitas pessoas que têm problemas com apostas também têm outros problemas de saúde mental. É bem comum que isso apareça em conjunto com o uso de álcool e outras drogas, depressão, ansiedade e outros problemas. Então, a gente não pode tratar também isso de forma isolada, considerando as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apostas como um problema isolado, porque pode vir acompanhado de outras questões; e até pessoas que já estão num processo de sofrimento psíquico, quando passam a apostar, podem ter isso potencializado. Então, a gente precisa entender esse contexto como um todo.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem trabalhando em quatro eixos, a gente tem um plano de ação estruturado em quatro eixos, que vai desde a questão da prevenção e da informação da população até a estruturação do cuidado no âmbito do SUS.

Até deixo aqui, divulgo o nosso *site* Não Aposte Sua Saúde. É um *site* que a população pode acessar, onde vai ter informações sobre fatores de risco e sinais de alerta e onde pode se fazer o autoteste do jogo, que é uma ferramenta validada pelo Prof. Hermano no Brasil – a gente está recomendando o uso padronizado dela tanto para o SUS como para as plataformas de apostas. Tem informações sobre o acesso à plataforma centralizada de autoexclusão, sobre como procurar apoio no SUS; tem orientações de prevenção e redução de danos, inclusive para pais e familiares. Todas as notas técnicas e publicações do Ministério da Saúde também estão aí no nosso *site*.

A gente vem trabalhando também com os parâmetros internacionais dessa regulamentação e desse cuidado em saúde mental, entendendo que, sim, a restrição da publicidade é importante – a gente teve, no caso do tabaco, 12 anos de debate, para poder avançar, de fato, numa regulamentação mais efetiva nesse sentido –; e tem impacto direto na saúde mental, o que já é mundialmente reconhecido.

Mas a gente também precisa investir em sistemas públicos de saúde e nos cuidados. O tratamento mais recomendado internacionalmente, inclusive pela OMS, é o cuidado comunitário e territorial, que se dá numa rede. E é uma rede que a gente já tem no Brasil, e a gente precisa investir cada vez mais nela, para que ela possa cuidar da nossa população.

Vou passar aqui para os dados, porque acho que é importante a gente contextualizar, nesses últimos minutos.

A gente teve, no SUS, um aumento de 140% do número de atendimentos para jogos de aposta. Isso são dados de pessoas que já têm um diagnóstico de transtorno do jogo ou de mania de jogos de aposta, então são situações já mais agravadas. A gente entende que é um dado ainda subnotificado, porque tem muita mistura do transtorno do jogo com outras necessidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde mental. Mas a gente precisa olhar para isso no sentido da necessidade de fortalecimento dessa rede.

Então, aqui tem os dados. Acho que... Enfim, não vou detalhar aqui, mas é importante observar o avanço da curva que a gente tem aí desde 2022, mais ou menos, pós-pandemia, até um pouquinho antes. Alguns dados de atendimento nos Caps, por exemplo, vêm mostrando que, até mesmo no período da pandemia, começou a aumentar. Então, a gente tem um aumento, sim, expressivo e reconhecido no SUS de atendimentos, desde a atenção primária à saúde, que são estes dados aqui, até a atenção especializada – esses dados são de Caps e de atendimentos em outros serviços ambulatoriais. Então, tem um aumento aí reconhecido.

Também aqui este gráfico de baixo mostra um aumento nas internações psiquiátricas por transtorno do jogo, que a gente não tinha... A gente tinha ali cerca de uma a duas ao ano, e, em 2024, a gente chegou a 72. Então, de fato, é um problema que tem aparecido mais no âmbito do SUS.

Para responder a essa questão, o Ministério da Saúde, além do fortalecimento na rede física de serviços – atenção primária, Caps, na própria questão da internação –, a gente criou uma porta de entrada digital para o cuidado no SUS. Então, nós temos atualmente uma oferta de teleatendimento em saúde mental voltada para pessoas que têm problemas com jogos de aposta. É uma porta de entrada que começou ali em março de 2026, agora deste ano. Entra-se pelo aplicativo Meu SUS Digital, bem fácil o acesso, preenche-se o autoteste do jogo, e as pessoas que têm identificada ali, a partir do preenchimento do autoteste, uma necessidade de cuidado, podem ser direcionadas ao teleatendimento.

É interessante a gente observar que, em quatro meses de oferta do teleatendimento, a gente já tem quase 20 mil pessoas cadastradas para receber esse cuidado, ou seja, pessoas que responderam ao autoteste do jogo e foram identificadas como pessoas que podem estar precisando de apoio em saúde mental.

Todos os estados do Brasil já têm demanda, em todos os estados do Brasil. Então, sem exceção, em todos os estados, já têm aparecido pessoas com necessidade de cuidado em saúde mental, e o teleatendimento é uma porta de entrada e ele tem também um tempo ali, uma oferta prevista que tem começo, meio e fim; ele não é um único atendimento, mas é um conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimentos, porém essas pessoas muitas vezes precisam de um acompanhamento longitudinal, a longo prazo. Os impactos da saúde mental são de longo prazo, então, é por isso que a gente precisa também fortalecer a rede física para que essas pessoas possam retornar para os seus territórios e seguir sendo acompanhadas pela UBS, pelos Caps, e a gente possa, de fato, ofertar esse cuidado a longo prazo.

A gente tem outras ações também estruturadas que eu vou passar aqui para apresentar para vocês.

Temos um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Fazenda, que vem sendo trabalhado já há um tempo; Linha de Cuidado; Guia de Cuidado, para o cuidado no SUS.

Temos um curso disponível, como a Juliana comentou, para 20 mil trabalhadores da Rede de Atenção Psicossocial, que já estão se qualificando nessa temática. O Prof. Hermano foi um dos autores do curso, então tem trabalhado com a gente desde esse período.

A gente treinou a Ouvidoria do SUS também para poder receber essas demandas e orientar a população.

Incluímos conteúdos informativos tanto na Ouvidoria do SUS como no aplicativo Meu SUS Digital sobre jogos de aposta, então conteúdos que orientam a população de modo geral.

E, até respondendo a Terezinha, do Mato Grosso, que pergunta sobre uma plataforma nacional de indicadores, a gente está estruturando um observatório de jogos de aposta e saúde mental no Ministério da Saúde, no qual se vão compilar todas essas informações, estamos trabalhando neste momento para poder ter uma plataforma aberta que a população possa também acessar e a gente possa ter aí um compilado dessas ações e desse monitoramento de como que esses danos vêm chegando para o SUS.

Como eu disse, a gente publicou no início deste ano uma Linha de Cuidado no Sistema Único de Saúde, estabelecendo fluxos, diretrizes, como que a rede se organiza para receber e cuidar dessa população; e agora a gente precisa investir cada vez mais para que essa linha seja implementada em nível dos municípios. Então, a gente vem trabalhando nesse processo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além da Linha de Cuidado, a gente publicou o Guia de Cuidado, que são orientações mais práticas, como o profissional acolhe, como ele aborda, o que ele vai falando ali naquele momento, como é que ele olha para a família, como é que ele cuida da população nesse sentido; estratégias, intervenções psicossociais, trazendo também a redução de danos como uma diretriz importante aí de cuidado, visto que a própria plataforma centralizada de autoexclusão é reconhecida mundialmente como uma estratégia de redução de danos bastante eficaz nesse sentido, mas ela precisa ser acompanhada de outras ações. Então, os trabalhadores de saúde mental precisam estar qualificados para essa demanda, e a gente vem trabalhando nisso.

Esse é o curso que comentei que a gente tem. É um curso EaD com 20 mil vagas. Aqui são os conteúdos incluídos no Meu SUS Digital: são quatro conteúdos que todo mundo pode acessar e se informar. A Ouvidoria do SUS também... O próprio WhatsApp da Ouvidoria do SUS oferta o autoteste, oferta informações. Então, a gente tem bastante informação disponível, mas a gente precisa divulgar mais. Acho que a gente precisa fazer isso chegar com mais força à população, então: como investir mais em campanha reconhecendo que precisamos desse trabalho interministerial e articulado também para poder avançar?

Para finalizar, o Ministério da Saúde tem impulsionado essa pauta no âmbito internacional. Como no tabaco a gente é uma referência, a gente entende a nossa potência também para poder se tornar uma referência de cuidado com relação a jogos de aposta. Quando a gente tem um processo de qualificação, mesmo dessa rede que a gente consegue avaliar os resultados e ver o impacto disso... A gente vai propor, na próxima Assembleia Mundial da Saúde, uma resolução internacional reconhecendo os jogos de apostas como um problema de saúde pública, para que os países possam se comprometer com algum tipo de investimento em práticas baseadas em evidências, que é como a gente vem trabalhando. Então, já tivemos uma entrada internacional com essa pauta nessa última Assembleia Mundial da Saúde – agora, de 2026 – e estamos trabalhando para levar esse tema também para a próxima, em termos de assinatura de uma resolução.

Fico à disposição também para dúvidas e perguntas.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Gabriella. É bom saber do foco que está sendo dado pelo Ministério da Saúde nessa tragédia humanitária que a gente está vivenciando hoje no Brasil. Então, você que é a Coordenadora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério... É muito importante você ter vindo hoje aqui. Eu lhe agradeço e digo o seguinte: eu tenho visitado muito, especialmente o Ceará, o interior, e é impressionante como eu tenho visto, nos hospitais – conversando com os médicos, conversando com as enfermeiras, com o pessoal –, o aumento assustador, lá no SUS, de pessoas que vêm com vício de problemas de saúde mental, que tentaram suicídio. E essas pessoas chegam para mim e dizem: "Mas, Senador, o senhor tem que tentar alguma coisa específica para isso ou um local, porque a gente não está dando conta. Os leitos aqui..." Aí, foi me mostrar, e eu fui conversar com uma pessoa cujo familiar tinha tentado suicídio. Ele disse que não sabia mais o que fazer, e o local não é adequado, porque tem gente precisando do leito para outra... Rapaz, aí falaram lá, olhe: "... alguma questão psiquiátrica, uma coisa especializada". Aí eu disse, olhe: "Estamos discutindo o que fazer em relação a isso", porque é um fenômeno que está acontecendo. Infelizmente, é muito grande. É bom que você esteja atenta, porque a tendência é aumentar se a gente não fizer alguma coisa. Então, a gente precisa fazer e vamos fazer, se Deus quiser!

Muito obrigado pela sua participação. Inclusive, eu vi até uma propaganda do Governo... Eu sei que a intenção é até boa. A gente tem que avaliar a intenção, mas ali eu me assustei, quando eu vi uma propaganda do Governo, na semana passada, que era mais ou menos algo assim: "Aposte com responsabilidade".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – "Jogue com responsabilidade". Eu digo: "Meu Deus do céu!". Aquilo, para mim, não pegou bem: "Jogue com responsabilidade, jogue".

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (*Fora do microfone.*) – Eles mudaram isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A palavra "responsabilidade" é o.k., mas a gente não tem que colaborar com esse tipo de coisa. Eu acho que, pelo contrário, sabe o que podia fazer? Testemunhos – testemunhos. Tipo assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimentos de pessoas sem identificação para falar dos problemas das *bets*: "olha, perdi minha casa, perdi minha família", "meu parente tirou a própria vida". Eu acho que esse tipo de testemunho tem muito mais força.

Hã?

O SR. ROBERTO LASSERRE (*Fora do microfone*.) – O Ministério da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, ali foi o Ministério da Fazenda que colocou essa propaganda de "jogue com responsabilidade". Eu achei infeliz. Entendo – pode ter sido uma, eu quero dar aqui o ar da dúvida, da benesse da dúvida com relação a essa propaganda –, mas eu acho que já tem tanta gente dizendo "jogue, jogue, jogue", enfim.

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (*Fora do microfone*.) – Posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Gabriella, por favor.

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA – Só um comentário rápido.

Acho que é importante dizer – e eu não falei – que é uma questão que agrega muito estigma na população, então a população também se sente envergonhada e culpabilizada por isso e tende a não procurar a assistência da maneira, enfim, até de reconhecer como um problema de saúde mental e poder estar buscando ajuda. Então, é bem importante a gente atuar sobre isso também e não estigmatizar essas pessoas e não culpabilizá-las, porque é um problema, de fato, de saúde mental.

A gente tem uma rede de mais de 3,1 mil Caps no Brasil, que são serviços – Centros de Atenção Psicossocial – que ofertam cuidado especializado em saúde mental. A gente precisa fortalecer esses serviços para estarem acolhendo essa população, porque não atendem só apostas, atendem qualquer tipo de sofrimento mental, então é uma rede que precisa estar bem estruturada. Não dá para ser só hospital, só UBS, só Caps; essa rede precisa estar fortalecida e organizada para as questões de saúde mental, então acho que é nisso que a gente tem que investir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você tem razão, você tem razão.

Os Caps, também – a gente apoia, com emendas parlamentares, as UBS, os Caps, os hospitais –, a gente vê que também não estão dando conta, porque é muito grande e as pessoas têm reclamado demais sobre isso.

Hoje em dia, essa questão de celular – que você colocou – dos nossos jovens, que já estão vendo joguinhos inofensivos, vamos dizer assim...

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (*Fora do microfone.*) – Treinados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que foi uma coisa...

Estão sendo treinados para a próxima etapa, que é pegar a grana, tirar o dinheiro.

E uma coisa... Vamos falar de coisa positiva. Teve uma coisa positiva que aconteceu – do Senado, do Brasil, do Governo –, que foi proibição de celular em escola. Isso ali deu um respiro para muita gente, mas a gente está vendo a desgraça que é, quando chega em casa, e a criança vai, pega o celular, se isola. Isso tem causado também uma dependência muito grande, um isolamento, e aí vêm problemas sociais diversos.

Mas vamos lá, vamos seguir a nossa audiência pública.

Eu fui informado de que a Senadora Damares está acompanhando tudo e que daqui a pouco está chegando aqui na nossa CDH, que é onde ela é a Presidente – da Comissão de Direitos Humanos.

Vamos agora ouvir aqui, para a gente fazer uma alternância, o Dr. Luiz Orsatti Filho, Diretor-Executivo do Procon.

Está conectado? Está? (*Pausa.*)

Pronto, então já vou passar a palavra para o senhor, Dr. Luiz – meu xará, eu também sou Luis – Orsatti Filho, Diretor-Executivo do Procon de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigado pela sua participação, pela sua paciência em estar conosco desde o começo também.

Eu lhe passo a palavra agora por dez minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ORSATTI FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, então, bom dia a todos.

Senador Luis – meu xará – Girão, muito obrigado pela oportunidade.

Cumprimento todos os presentes, também os Senadores.

Desde já gostaria de parabenizar a Comissão e o Senado Federal, que está discutindo uma pauta extremamente importante, com uma discussão séria, técnica, trazendo técnicos, elementos técnicos, para que essa discussão não seja uma discussão política, açodada ou financeira. E esse é o papel do Congresso Nacional. Então, parabéns à Comissão, parabéns ao Senado.

Eu gostaria de estar presente hoje em Brasília, mas, infelizmente, por conta de compromissos aqui em São Paulo, Senador, não conseguimos estar aí.

O Procon do Estado de São Paulo é o primeiro Procon do país, Senador. Completamos 50 anos este ano, em 2026. Por isso, é muito importante, então, estarmos aqui discutindo uma pauta tão relevante para a sociedade, representando todo o sistema de PROCONs que existem no Brasil.

Já entrando na questão, gostaria de ressaltar, primeiramente, um rápido histórico, mas também destacar o porquê dessa explosão das *bets*. Ela uniu dois grandes elementos: uma paixão nacional e a facilidade – a facilidade de fazer uma aposta no seu celular. Então, unindo esses dois grandes elementos, eclodiu toda essa questão das *bets*. Claro, ela foi catalisada por outras questões que a gente vai discutir, como a publicidade, entre outras, mas estes foram os elementos principais: a facilidade e a paixão nacional.

Lembro que as *bets* e também as apostas, que estão hoje regulamentadas desde 2023, não cuidam apenas e tão somente das de cota fixa, que a gente fala, sobre os jogos de futebol, etc. Há os cassinos *online*. Então, isto é importante sempre ressaltar: há as *bets*, a questão de jogos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cota fixa, mas há também os cassinos *online*, e tudo isso tem catalisado esse negócio que estamos aqui presenciando, algumas questões sociais.

Desde 2023, o Procon do Estado de São Paulo acompanha essa questão das *bets*, e lá em 2024 – estou aqui usando um estudo do Instituto para Desenvolvimento do Varejo – já havia uma estimativa do aumento do tamanho desse público de apostas, bem como do aumento da publicidade, desse investimento que seria feito. E, infelizmente, a realidade superou as expectativas. Por exemplo, lá em 2024, havia uma estimativa de que, em 2025, o tamanho do mercado de apostas seria no máximo de R$160 bilhões. Vimos, pelos últimos levantamentos, que esse mercado atingiu mais de R$350 bilhões. Então, infelizmente, a realidade superou, e superou muito, essas estimativas que foram feitas lá atrás.

E qual é a realidade hoje? A realidade é que temos vivido, de maneira cotidiana – seja presencial, *online*, pela TV, enfim –, uma publicidade intensa, com influenciadores muito bem pagos para divulgar as referidas marcas, promessas de ganhos rápidos e tudo isso com uma facilidade de acesso e um acesso o dia inteiro, 24 horas. E essa é a nossa realidade.

O Procon aqui do Estado de São Paulo realizou, este ano, uma segunda rodada de pesquisas exatamente sobre as *bets*. E temos identificado, enfim, algumas questões extremamente graves e importantes.

Primeiramente, aqui no gráfico, nós identificamos – essa pesquisa foi agora, em janeiro de 2026 – entre os respondentes, lembrando que é uma enquete, mais de 80% daqueles que responderam recebem ofertas de *bets* sem qualquer procura, ou seja, a questão do algoritmo funciona, e ela funciona muito fortemente. Então, o consumidor recebe essas informações sobre publicidades de *bets* sem sequer procurar. Sabemos que é uma realidade, uma realidade que o próprio consumidor atesta nas nossas pesquisas.

E a questão das celebridades, influenciadores, até que ponto esse tipo de publicidade influencia ou não o comportamento? Aqui também os nossos consumidores responderam. Mais de 50% desses consumidores responderam que sim, esse tipo de publicidade influencia para que ele tenha uma proatividade, que ele faça seu jogo, procure uma *bet* com relação a jogos e apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre outros elementos também importantes, Senador, gostaria de destacar uma questão sobre dívidas. É o círculo central inferior. Sobre atualmente se o consumidor tem ou não tem dívidas em razão de jogos e apostas. Quase 40% dos respondentes responderam que sim, que têm dívidas, e que essas dívidas são em razão de jogos e apostas, das *bets* etc., etc., ou seja, de fato, Senador e demais amigos e colegas, é uma nova pandemia, como o senhor já disse inicialmente. É uma nova pandemia, é um problema social que temos que enfrentar.

Então, por isso, é importante o papel do Senado, numa audiência pública, para não esconder, e sim debater essa questão, que está afligindo toda a sociedade.

Aqui, Senador, gostaria só de externar, caso, enfim, a Comissão ainda não tenha conhecimento do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, feito em 2025 pela Unifesp, estudos desde 2023, que, no Caderno Temático III, tratou especificamente sobre jogos e apostas na população brasileira. Um documento rico, importante, que deve fazer parte de conhecimento técnico de todos os debatedores, afinal de contas, ele traz pontos relevantes.

Por exemplo, no próximo item, aqui identificamos que, de fato, há adolescentes jogando em *bets*. Claro, temos a questão da progressão da legislação. Houve uma questão de ato legislativo que, enfim, proporcionou eventualmente *bets* legalizadas e não legalizadas. De qualquer forma, é um problema posto, *bets* não legalizadas. Entretanto, não seria o principal problema, mas de qualquer forma é um problema que também deve ser discutido.

E o que se identifica – por isso que estou ressaltando esta parte? Que há, sim, menores de idade jogando, jogando em *bets*, sejam elas legais ou ilegais, não importa.

Há essa prática em adolescentes, crianças, no caso, jogando, ou seja, tem uma atividade de jogos em plataformas *online* e isso é o que está nesse documento, documento extremamente importante.

E, é claro, a questão da evolução legislativa e que culminou com a legislação de 2023, sob o ponto de crítica meu, pessoal, é que, enfim, houve um foco muito grande em outros pontos que hoje são de arrecadação, de controle, mas que são pontos fundamentais que foram tratados de maneira colateral, que é justamente a questão da ludopatia, a questão do endividamento e, principalmente, a do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de expressa na lei, no art. 27 – é claro, todo consumidor ou apostador é um consumidor –, isso nem sequer é divulgado de maneira explícita pelas próprias plataformas. (*Pausa.*)

Opa! Sessenta segundos.

Aqui, então, avançando um pouco mais, Senador.

Até o presente momento, abril de 2026, o Procon do Estado de São Paulo registrou pouco mais de 3,7 mil reclamações aqui de consumidores buscando seus direitos com relação aos jogos e apostas, e esses são os principais problemas que eles nos apresentaram: bloqueios inesperados nas suas contas após grandes ganhos, demora com relação ao pagamento desses prêmios, entre outras questões.

O que nós identificamos desde 2024? Primeiro, um aumento gradativo com relação ao número de reclamações e, segundo, o índice de solução, ou seja, aquela reclamação que a gente encaminha para a *bet*, essa plataforma, sim, tem reduzido, tem atendido menos este consumidor. O índice de solução dessas plataformas tem reduzido de maneira progressiva nos últimos dois anos, ou seja, não temos verificado o respeito ao consumidor. O apostador que busca seus direitos com base no Código de Defesa do Consumidor tem cada vez menos sido respeitado ou tido uma solução com relação à sua questão junto à plataforma.

E lembro, Senador, que esse número de pouco mais de 3,7 mil, apesar de ser pouco, porque aqui o Procon do Estado de São Paulo recebe, em média, 3 mil reclamações dia, temos que ressaltar que se trata... Essas reclamações são o transbordo do transbordo. Primeiro, o consumidor tem a questão de procurar diretamente a plataforma, mas também tem uma questão social. Muitas vezes ele não quer admitir publicamente, através de um órgão público, registrar a sua reclamação com relação a uma *bet*, porque isso seria a confissão de que ele tem um problema com relação, eventualmente, aos jogos, que tem um problema com relação, eventualmente, ao endividamento.

Então, há essa questão social sobre a eventual vergonha de buscar os órgãos de proteção e defesa do consumidor junto aos apostadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o que nós buscamos aqui? Primeiramente, a informação, a informação clara. O art. 27 da lei é claro. O apostador está protegido pelo Código de Defesa do Consumidor e muitas vezes ele não tem este conhecimento. Essa é a primeira barreira.

Nós temos campanhas permanentes e a gente sempre envolve os demais Procons dos outros estados, dos municípios, para que haja essa campanha permanente e, claro, com relação aos direitos do próprio consumidor, aqueles direitos estabelecidos e sedimentados no Código de Defesa do Consumidor: informação clara, transparente, atendimento adequado e, principalmente, respeito às ofertas.

E esse é o papel dos Procons, aqui também do Procon do Estado de São Paulo. E, aqui, nós avançamos um pouco mais. Criamos uma comissão técnica específica sobre jogos e apostas – o Dr. Hermano faz parte desse elo de discussão –, que tem esse papel de discutir e contribuir para que esse cenário que hoje estamos vivendo seja melhorado, da melhor forma, e, inclusive, discutido na Casa de Leis, se deve ou não deve proibir essa questão. De qualquer forma, estamos participando e queremos contribuir com relação a essa discussão tão relevante para a sociedade.

Pode passar o próximo, o último.

Aqui são alguns relatos sobre as reclamações que são encaminhadas aqui ao Procon, sobre exatamente vícios, perdas relevantes, patrimoniais, sociais e, claro, sempre escoando, ao final, com relação ao próximo item, a ludopatia, que esse é o problema social que, claro, faz parte desse contexto que envolve jogos e apostas e, claro, ele escoa também aqui nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, em que podemos participar e contribuir.

A questão da ludopatia é um problema invisível e, claro, ela vai escoar no problema mais visível, que é o endividamento e o superendividamento, e que também fazemos, nos Procons do Brasil, dos estados e dos municípios, o atendimento especializado sobre essa questão do endividamento.

É isso, Senador. E só gostaria de ressaltar e terminar com esta frase: quando o consumidor procura o Procon, Senador, ele raramente perdeu apenas dinheiro; muitas vezes, ele perdeu o controle, ele perdeu a tranquilidade, o sono, a confiança da família e a esperança, principalmente, de resolver o problema sozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os Procons estão preparados para receber esse consumidor, que é apostador, para fazer o devido encaminhamento, seja na questão do superendividamento, seja para encaminhamentos outros que são devidos.

Obrigado, mais uma vez, Senador, pela oportunidade, e a gente está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Luiz Orsatti Filho, Diretor-Executivo do Procon do Estado de São Paulo. Muito boa essa argumentação que o senhor traz; os dados que o senhor trouxe aqui são muito bons. O senhor fez uma lembrança muito importante: o problema não são só as *bets*, as casas de apostas que se proliferaram e viraram essa pandemia, mas também os cassinos *online*. O senhor tem razão.

Hoje, especificamente, nós estamos tratando de *bets*, mas essa questão de tigrinho, desses cassinos e de tudo, ela é tão grave ou pior do que as casas de apostas. O senhor tem total razão nisso, e nós temos projetos, inclusive para proibir isso.

A Senadora Damares, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, está aqui, e eu quero deixar muito claro o seguinte: peguei as informações corretas da Comissão de Direitos Humanos e não tem nenhum projeto sobre apostas, sobre cassinos, sobre nada, que ela deixou parado aqui. Ela votou tudo. Então, realmente, em outras Comissões, a gente está tendo dificuldade.

A gente está tendo dificuldade, por exemplo, Senadora Damares... Inclusive, eu quero fazer um pedido: se a senhora puder encaminhar para o Presidente da CAE – a senhora pode, como Presidente – para que ele delibere, nomeie um Relator – porque está esperando desde 2024 – para o Projeto de Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que altera essa lei e revoga a Lei 14.790, aquela, a dita cuja, de 29 de dezembro de 2023, que regulamentou as casas de aposta no país. Então, esse nosso projeto proíbe a exploração comercial na modalidade lotérica, denominada de aposta de cota fixa. Então, é um projeto nosso, que está na CAE, e é terminativo na CCJ, não vem para a sua Comissão, mas ele precisa andar. Então, a senhora, de Presidente para Presidente, se puder fazer esse pedido.

A nossa atenciosa Secretaria da mesa fez um relatório de outros projetos que minimizam o impacto – esse aqui acaba e proíbe. O próprio Governo Federal... A gente estava conversando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, tivemos uma bela exposição da Gabriella, que é coordenadora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, vamos ouvir o Dr. Fabio, lá do Ministério da Fazenda. Mas o próprio Governo Federal...

Eu fiz um apelo ao Senador Humberto Costa, que é o Presidente da Frente Parlamentar Contra a Jogatina – e eu tenho a honra de ser o vice dele –, conversei com ele ontem, ele está em trânsito...

Na próxima semana nós teremos, eu estarei aqui, outra audiência para sequenciar. Serão duas audiências, nós vamos ter testemunhos também, assim como a gente ouviu da Juliana, falando do seu irmão que perdeu a vida por causa de *bet*, de aposta; nós teremos a Jéssica Lobo, lá do Nordeste, que perdeu a irmã também, esse caso foi muito emblemático lá, e ela virá ao Senado.

O próprio Governo Federal – eu fiz um apelo ao Senador Humberto e faço um apelo aqui à Gabriela e ao próprio Fábio – pode encaminhar um projeto para proibir isso. O Lula, no primeiro Governo dele, já proibiu cassino e bingo; foi ele que fez o decreto. Agora, ele pode encaminhar um projeto, já que foi votado na Casa, e eu quero ver qual é o Senador que vai votar contra essa pandemia que, hoje, furou a bolha. Está todo mundo vendo as famílias sendo destruídas, perda de emprego, perda de casamento, atentado contra a própria vida... Foi mostrado um número aqui, do próprio Ministério da Saúde, que aumenta em 15%... É o maior índice de suicídio que tem, não é? No relatório que foi apresentado por você agora há pouco...

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (*Fora do microfone*.) – Quinze vezes mais chances.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quinze vezes mais chances – não é nem 15%, é 15 vezes mais chances –, pelo endividamento, o índice de suicídio.

Nós temos o projeto do Senador Alessandro Vieira, nós temos o projeto do Senador Randolfe Rodrigues, nós temos projetos de sua autoria, Senadora Damares, nós temos o projeto do Senador Renan Calheiros... Temos vários projetos na Casa aqui tramitando, inclusive um que já foi aprovado, que está lá na Câmara dos Deputados, que restringe bastante a publicidade, os *influencers*, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria apenas, aqui, rapidamente, antes de chamar a Senadora Damares para assumir, dizer que as apostas *online*, conhecidas como *bets*, deixaram de ser um tema restrito ao entretenimento há muito tempo – aliás, eles já começaram sem ser – e passaram a representar uma preocupação concreta para milhões de famílias brasileiras.

O que estamos debatendo hoje não é apenas a existência de uma atividade econômica regulada, mas os seus nefastos efeitos sociais, financeiros – que impactam negativamente a atividade produtiva, também –, nas famílias, e de saúde pública. As *bets* estão presentes nos celulares, nas redes sociais, nas transmissões esportivas, na publicidade cotidiana e, cada vez mais, dentro da realidade de pessoas vulneráveis.

Uma das maiores preocupações é o impacto direto no orçamento das famílias. Há relatos crescentes de endividamentos: 80%, Senadora Damares! Está chegando em 80%. Nunca foi visto isso na história da nação. Há o uso de crédito para financiar apostas, o comprometimento da renda e o agravamento de situações de vulnerabilidade econômica. Em muitos casos, aquilo que começa com uma aposta eventual pode evoluir para perda do controle financeiro e desorganização da vida familiar.

Também é indispensável tratar da saúde mental. A ludopatia, ou jogo compulsivo, é uma realidade séria, associada a ansiedade, depressão, conflitos familiares, isolamentos e sofrimento psicológico. Quando uma pessoa perde o controle sobre o ato de apostar, o problema raramente fica limitado a ela: atinge cônjuges, filhos, pais e toda a estrutura familiar.

Por isso, esta audiência busca ouvir – estamos ouvindo desde o início – especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil para compreender melhor a dimensão do problema e discutir medidas efetivas de prevenção, proteção social, fiscalização, transparência e responsabilização. O debate precisa ser equilibrado, mas não pode ser omisso.

O Estado brasileiro precisa avaliar se a regulação atual é suficiente, se os mecanismos de proteção ao consumidor são eficazes, se há instrumentos reais para prevenir o vício, proteger os mais vulneráveis e reduzir os danos às famílias brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema envolve direitos fundamentais, sim: saúde, dignidade da pessoa humana, proteção da família, defesa do consumidor, proteção de crianças e adolescentes e segurança econômica da população.

Agradeço a presença, mais uma vez, dos convidados e de todos os que acompanham esta audiência.

Que este debate continue ajudando o Senado Federal a construir respostas concretas para um problema que já produz efeitos gigantescos nessa pandemia que a gente vive, gravíssima, na vida de muitas famílias brasileiras.

Chamo para assumir a direção dos trabalhos, porque eu vou ter que correr agora para o aeroporto, a Senadora Presidente desta Comissão, Damares Alves. Muito obrigado mais uma vez, Senadora Damares, por estar aqui conosco participando de um trabalho tão sério.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Peço licença a vocês.

Acompanharei agora os trabalhos de forma remota.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa tarde a todos.

É um prazer estar com os senhores na mesa e com os outros participantes, que estão *online*.

O tema, a que esta Comissão tem se dedicado muito, é um tema também que faz parte da minha atividade parlamentar.

Vamos ouvir os próximos convidados.

Eu só precisaria que a mesa me desse o nome do próximo convidado.

E eu já percebi que estão na mesa muitas perguntas que vieram da internet, o que mostra, senhores convidados, que o tema é de interesse da sociedade. Se a gente fizer 20 audiências públicas para debater esse tema, nas 20 audiências públicas nós teremos uma participação incrível da sociedade. O Brasil está preocupado com o tema – muito preocupado com o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou acabando de vir agora, por isso que eu cheguei um pouquinho tarde... nós acabamos de inaugurar agora mais um Caps em Brasília, Doutora, e nós vamos entregar até o final do ano mais cinco. A gente precisa dar uma atenção à saúde mental e, por incrível que pareça, o motivo por que mais as famílias batem à nossa porta hoje... Até alguns anos atrás, as mães me procuravam porque os meninos estavam se automutilando, eram os tentantes, era o suicídio, a depressão. Hoje, as famílias batem às portas dos Parlamentares preocupadas com a ludopatia, preocupadas com o vício nos jogos, e a gente vai ter que fazer, inclusive, uma reformulação na saúde mental no Brasil, em nível de investimentos na área, Doutora, nós vamos precisar cuidar do nosso povo.

Mas essa tragédia foi anunciada, nós avisamos que isso aconteceria e agora a gente vai ter que cuidar do povo. Aí a pergunta é: Valeu a pena? O custo-benefício como é que ficou? Valeu a pena? O que nós poderíamos estar investindo em outras áreas, na área da saúde, vamos ter que investir no enfrentamento à ludopatia – nós avisamos.

Bem, nós temos agora para ouvir ainda nessa mesa – o Roberto não falou ainda, não é? – o Dr. Roberto Lasserre, Advogado... (*Pausa.*)

Vai ser o Fábio? Então, está bom. Então, faltam o Fábio e o Roberto. Mas, assim, vamos ouvir o Fábio Macorin – eu falei certo, Fábio? –, Secretário Adjunto de Prêmios e Apostas da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Deixe-me repetir, porque o Brasil às vezes acha engraçado quando eu falo que tem essa secretaria. Sim, nós temos no organograma do Ministério da Fazenda uma Secretaria de Prêmios e Apostas, porque o processo tem que ser acompanhado por um órgão do Brasil e esse órgão é o Ministério da Fazenda. É claro que eu gostaria muito que não existisse essa Secretaria, eu gostaria muito que não existissem apostas, mas elas existem. Então, se elas existem tem que ter um órgão para cuidar do segmento.

Então, Dr. Fábio, como eu gostaria de dizer assim: "Está conosco hoje Fábio Macorin, Secretário do Esporte, Secretário da alegria, Secretário do Desenvolvimento", mas a gente tem o senhor aqui como Secretário Adjunto de Prêmios e Apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas reconheço o trabalho que vocês fazem, tá? Eu reconheço, tenho acompanhado, vocês têm tentado fechar todas as brechas, manter o controle no que podem, porque as apostas existem.

Então, seja bem-vindo. O senhor tem dez minutos para a sua fala, está bom?

O SR. FABIO MACORIN (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu gostaria já de dar boa tarde aos colegas de mesa e a todos que estão assistindo a esta audiência pública tão importante, com essa temática extremamente relevante para o nosso país.

Como mencionado pela Senadora, eu estou atualmente como Secretário Adjunto na Secretaria de Prêmios e Apostas.

Eu sou um funcionário público de carreira, servidor; sou agente da Polícia Federal há 19 anos e, antes de ingressar na Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, eu trabalhei, durante dez anos, no combate às fraudes bancárias eletrônicas e crimes cibernéticos dentro da Polícia Federal, inclusive em uma diretoria que cuida de fraudes cibernéticas, ou crimes cibernéticos, e também de abuso sexual infantil, que eu sei que é uma temática muito relevante para a Senadora.

Conforme mencionado, hoje nós temos, no Ministério da Fazenda, a Secretaria de Prêmios e Apostas, que foi inaugurada em janeiro de 2024. Essa secretaria tem três temáticas principais, as quais são abordadas: nós temos uma temática relacionada às promoções comerciais, que são reguladas e fiscalizadas pela secretaria; nós temos uma modalidade de captação da poupança popular, que também é regulada e fiscalizada pela secretaria; e a temática das loterias – sendo as apostas de cota fixa uma modalidade lotérica, assim reconhecida pela legislação brasileira, essa temática também se inseriu dentro da atribuição da Secretaria de Prêmios e Apostas.

Só fazendo uma rápida digressão, essa modalidade lotérica de apostas de cota fixa foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro em 2018, mas ela passou um longo período sem que houvesse exatamente uma regulação sobre essa modalidade lotérica, o que permitiu uma disseminação muito grande dessa modalidade de apostas, sem os devidos controles, que hoje estão na regulação e estão sendo implementados pela Secretaria de Prêmios e Apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para complementar essa legislação de 2018, que previa as apostas de cota fixa somente na modalidade de apostas esportivas, no ano de 2023, houve a publicação da Lei nº 14.790, que, além de trazer já alguma regulação mínima para dentro desse setor, também inseriu os jogos *online* dentro dessa modalidade lotérica de apostas de cota fixa. Então, muitas vezes, existe uma confusão relacionada ao que está dentro do escopo da modalidade de apostas de cota fixa. Na verdade, não só a aposta desportiva é considerada aposta de cota fixa, mas também o jogo *online*, o que é denominado de cassino *online* – que também é uma aposta de cota fixa. Então, nas mesmas plataformas autorizadas pelo Ministério da Fazenda, nas quais são ofertadas as apostas esportivas, também são ofertados os cassinos *online*, porque eles estão inseridos dentro da mesma legislação e dentro da mesma modalidade lotérica.

A secretaria foi criada em 2024, e seu primeiro desafio foi exatamente fazer a regulação para que esse mercado, que já vinha operando sem uma regulação desde 2018, passasse a ter regras mais claras, principalmente acerca dos processos de autorização, de quem que poderia explorar essa modalidade lotérica, mas também os aspectos relacionados à defesa do consumidor e às sanções voltadas a esse setor nos casos de desconformidade.

Para que a gente cumprisse essa missão difícil – e acho que, até por isso, buscaram um agente da Polícia Federal... Porque era a missão árdua de fazer com que um mercado que, até 2018, era considerado um ilícito penal, uma contravenção penal, no mínimo – para não se dizerem outras criminalidades que pudessem ser decorrentes da atividade –, passasse a ser uma atividade legalizada dentro do país. E, para piorar, esse período que ficou sem a regulação fez com que essa modalidade começasse sem as regras. E essa foi uma dificuldade muito grande enfrentada pelo Ministério da Fazenda.

Mas como missão dada tem que ser missão cumprida, principalmente para nós policiais, então foi imposta uma agenda regulatória para a Secretaria da Fazenda, em que foram estabelecidas 11 temáticas mínimas, que deveriam ser abordadas naquele momento, para que se pudesse começar com esse mercado regulado.

Então, até o dia 31 de julho de 2024, a Secretaria de Prêmios e Apostas produziu uma legislação, regulação, baseada nessas 11 temáticas, que se exauriram em dez portarias, que foram publicadas naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentre essas portarias – não vou tratar de cada uma –, você tem ali: uma portaria que regulamenta como esses sistemas de apostas devem operar. Essa portaria é baseada em padrões internacionais, nos quais a Secretaria teve que se basear e teve que buscar conhecimento, já que, num país onde as apostas, principalmente nessas modalidades, são proibidas desde 1945, é uma temática muito difícil você encontrar especialistas nessa área.

Então, nós formamos ali um time com gente do Tesouro Nacional, da AGU, da Polícia Federal, e de outros órgãos do Governo, principalmente das carreiras transversais, para que a gente tivesse um time que pudesse entender a problemática da regulação e dessas apostas, para poder fazer essa regulação especificamente. E até o dia 31 de julho, então, nós soltamos essas dez portarias, abrangendo as temáticas de como os sistemas de apostas deveriam ser feitos, como eles seriam auditados. Então, hoje, a Secretaria faz um processo de reconhecimento da capacidade técnica desses laboratórios, que fazem a certificação dos sistemas de apostas e dos jogos *online*, que têm que estar de acordo com os normativos que foram produzidos pela SPA.

Foi feito um normativo específico acerca da autorização a ser dada a essas casas de apostas. Então, critérios como capacidade técnica, capacidade financeira e idoneidade dos seus sócios, reputação ilibada e origem lícita dos valores aplicados, pois, para cada agente operador de apostas autorizado, isso demanda o pagamento de uma outorga de R$30 milhões, para poder operar durante cinco anos dentro do nosso país. E obviamente tem que se demonstrar a origem lícita desses valores.

Então, todos esses normativos foram construídos.

E o nosso principal normativo pode ser visto na nossa Portaria 1.231, de 2024, que é uma portaria voltada à defesa do consumidor e ao jogo responsável, dentro dessas plataformas de apostas. Essa regulação, a 1.231, é o cerne e o coração da Secretaria.

A Secretaria de Prêmios e Apostas foi criada, dentro do Ministério da Fazenda, com um viés de proteção do consumidor e de proteção da economia popular. Obviamente, é um mercado de onde você reverte uma arrecadação para o Estado e para o social, já que, além de todos os impostos comuns às empresas, como o Imposto de Renda e ISS, existe uma parcela do faturamento bruto dessas empresas que tem que ser dada uma destinação social. E tudo isso está previsto na Legislação 13.756 e na 14.790.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desse faturamento bruto das empresas, hoje, 13% é destinado ao social: ao esporte, ao turismo, à saúde, à segurança pública; e algumas destinações, inclusive a órgãos privados, principalmente vinculados ao esporte, a direitos e a imagens de atletas e de clubes.

Pois bem, sobre essa questão tributária e de arrecadação, nós temos duas outras secretarias específicas que cuidam disso dentro do Ministério da Fazenda, que são o Tesouro Nacional e a Secretaria da Receita Federal. A Secretaria de Prêmios e Apostas tem esse olhar voltado para a proteção do apostador, do consumidor e da economia popular, como nos processos de monitoramento e prevenção ao endividamento, mas também nos processos de monitoramento e prevenção à lavagem de dinheiro, que também tem normativos específicos trazidos dentro da nossa legislação.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. FABIO MACORIN – Se eu puder ter um pouquinho mais de tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Fique tranquilo.

O SR. FABIO MACORIN – ... eu vou tratar agora especificamente das três temáticas que a gente trouxe para esta reunião de hoje: a temática da saúde, os aspectos econômicos resultantes dessa atividade econômica e os aspectos sociais.

Pois bem, nessa preocupação da secretaria com os aspectos da saúde – e entendendo todas as externalidades negativas que vêm desses mercados de apostas, e isso engloba tanto os problemas de saúde quanto os problemas econômicos e problemas, eventualmente, que toquem aspectos criminais resultantes dessa atividade –, foram desenvolvidos diversos normativos e diversas regulamentações que se voltam a essas problemáticas.

No aspecto da saúde... Vamos começar tratando aqui daquilo que é mais importante para nós: no aspecto da saúde, nós temos aqui pelo menos cinco pontos que abordam esse aspecto e que são tratados dentro da regulação. Primeiramente, aquela regulação que a gente chama de regulação do jogo responsável. Essa regulação do jogo responsável traz esse olhar de proteção. Então, a primeira coisa que é primordial nós sabermos: existe uma vedação total e completa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso de menores às plataformas de apostas. Em toda plataforma de apostas, para que um apostador ingresse nessa plataforma, ele tem que passar por um processo de credenciamento bastante completo, inclusive inspirado naquilo que é feito no próprio mercado financeiro.

Então, um apostador, para que inicie ali as apostas, ele tem que fazer um cadastro com o seu CPF, tem que fazer o reconhecimento facial, tem que fazer uma comprovação por meio de duplo fator de autenticação – de que ele é o titular daqueles dados – e tem que cadastrar uma conta bancária que seja dele, do CPF dele, e que esteja regulada pelo Banco Central para ele poder entrar nessas casas de apostas. Então, nesse ambiente regulado, existe essa total vedação e essa verificação do acesso.

E essa verificação não é só no processo de entrada. Se a gente olha para dentro dos nossos normativos, principalmente da Portaria 1.231, você pode verificar que esse reconhecimento facial é feito pelo menos em três situações específicas: no cadastro do apostador, toda vez que ele faça qualquer tipo de alteração de senha ou alteração cadastral e no momento de realizar o saque dos valores, porque nós entendemos que, se porventura um menor de idade conseguir se utilizar de um celular de um maior de idade, após esse processo de credenciamento, que, ao menos em momentos críticos e no momento do saque da aposta, ele consiga ser identificado pelo agente operador de apostas para que seja evitada a sua utilização.

Ainda no aspecto da regulação do jogo responsável, hoje os agentes operadores, quando do cadastramento dos usuários, são obrigados a impor a esse apostador que ele coloque limites, tanto de tempo quanto de gastos dentro das plataformas. Então, o apostador, quando faz o seu cadastro, no momento em que ainda não está apostando – ou seja, eventual compulsividade ainda pode ser mitigada naquele momento –, ele conscientemente pode ir lá e estabelecer limites para ele mesmo, seja de valores, seja de tempo e de uso dessa plataforma.

Ainda dentro da regulação, nós impusemos diversas obrigações aos agentes de apostas, no sentido de que tem que se realizar o acompanhamento do comportamento dos apostadores.

Primeiramente, ele deve conhecer e qualificar esse apostador. Não basta ele saber qual que é o CPF e a data de nascimento, ela tem que conhecer esse apostador e o tempo todo ela tem que monitorar o comportamento desse apostador. Então, uma vez que o agente operador de apostas identifique um descolamento do comportamento habitual daquele apostador, ele deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervir: inicialmente com mensagens; com restrições de uso da plataforma; e, eventualmente, até excluir esse apostador de sua plataforma de apostas.

Também, os agentes operadores devem se utilizar de sistemas tecnológicos de monitoramento desse apostador. Não basta ele ter uma pessoa ou trabalhar manualmente em cima desses dados, porque é praticamente impossível, dada a quantidade de apostadores que nós já vimos aqui que existem dentro dessas plataformas. E tudo isso é verificado pela secretaria por meio dos processos de fiscalização. Nós temos os processos que são de monitoramento, que é um monitoramento contínuo; nós temos os processos que são iniciados pela provocação de autoridades superiores ou de outros órgãos; e nós temos também o monitoramento e a fiscalização programada.

Nesse aspecto do jogo responsável, desde o início deste ano, tem sido realizado um monitoramento, uma fiscalização programada desses agentes operadores. Então, todos os agentes operadores estão sendo chamados à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) para apresentar a sua equipe e seus sistemas de monitoramento. Então, eles têm que trazer até nós os atendentes do SAC deles; eles têm que trazer para nós qual é o sistema de monitoramento, quais são as políticas de monitoramento de jogo responsável e o modo pelo qual eles estão realizando o atendimento e o encaminhamento desses apostadores que possam apresentar algum tipo de problema dentro do ambiente de apostas.

Ainda no aspecto da saúde, nós tivemos um trabalho bastante eficiente realizado junto ao próprio Ministério da Saúde. Então, foi criado um grupo de trabalho e, desse grupo de trabalho, foi produzido um relatório, Senadora, que está disponível na nossa página da internet, foi feito juntamente com o Ministério da Saúde, mas eu tenho aqui uma cópia para a senhora; e desse grupo de trabalho resultaram diversas ações que estão ajudando demais nesse monitoramento e nesse controle relacionado à saúde do apostador.

Eu acho que algo que merece muito destaque foi a construção da plataforma de autoexclusão centralizada, que é uma plataforma por meio da qual o apostador faz o *login* por meio do Gov.br. Então, o cidadão se identifica e tem os seus dados pessoais ali preservados quando ele faz esse *login*, e, dentro dessa plataforma de autoexclusão, ele pode fazer uma solicitação para ser excluído de todas as plataformas autorizadas em âmbito nacional, seja pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de um, três, seis, nove ou doze meses ou por um período indefinido. Nesse ambiente, ele tem a opção de informar o motivo pelo qual ele realizou essa autoexclusão.

Então, hoje, Senadora, nós temos 925 mil pessoas que já acessaram a plataforma de autoexclusão centralizada e fizeram a sua autoexclusão de todas as plataformas autorizadas pelo Ministério da Fazenda. Desse montante, 35% das pessoas alegaram que realizaram essa autoexclusão por conta de perda do controle mental. Então, veja que essa plataforma já tem auxiliado pessoas que se identificam com esse tipo de problemática ou que são orientadas, por meio do Sistema Único de Saúde, a realizar essa autoexclusão; então, tem se mostrado bastante eficiente.

Ainda no tocante à plataforma de autoexclusão centralizada, nós tivemos uma ação, realizada há cerca de duas semanas, na qual nós fizemos uma comunicação, por meio do Gov.br e por meio de mensagens eletrônicas, a todos aqueles cidadãos que estão dentro do nosso sistema de apostas, porque a SPA tem um sistema de monitoramento em que todos os dias nós recebemos os dados das casas de apostas. Então, nós sabemos todos os CPFs que estão nas 85 operadoras de apostas que são legalizadas no país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso quer dizer que todo jogador você sabe quem é no Brasil?

O SR. FABIO MACORIN – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É esse compartilhamento de dados?

O SR. FABIO MACORIN – O compartilhamento de dados...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dessa informação? Você sabe quem é o jogador no Brasil?

O SR. FABIO MACORIN – Isso. Os agentes operadores, todos os dias, enviam os dados das operações do dia anterior, e a marca principal é o CPF do apostador. Então, nós sabemos quanto que esse apostador depositou, quanto que ele apostou, quanto que ele sacou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estão ouvindo, jogadores? Se eu fosse vocês, não jogaria mais. Ele sabe tudo de vocês. Não joguem mais. Caiam fora disso, por favor! (*Risos.*) Continue, Doutor.

O SR. FABIO MACORIN – E as plataformas de apostas sabem muito mais, porque eles implementam geolocalização, reconhecimento facial – tudo isso com o aspecto de prevenção, mas o conhecimento da informação que chega a todos eles é inegável.

Pois bem. Então, foi realizado um disparo em massa de uma comunicação informando a todos esses 30 milhões de apostadores que existe uma plataforma de autoexclusão centralizada, que ele pode acessar e ficar, por um tempo ou definitivamente, fora das *bets*.

Para além disso, eles foram informados da disponibilidade de canais, dentro do Ministério da Saúde e dentro do SUS, por meio dos quais eles podem receber atendimento e ser cuidados a respeito de problemas, eventualmente. E também foi feita a divulgação de cursos que nós temos, voltados tanto à preservação da saúde mental desses apostadores quanto relacionados à saúde econômica desses apostadores. Esses cursos são provenientes tanto desse grupo de trabalho realizado com o Ministério da Saúde, como também, no aspecto financeiro, foram viabilizados por meio de um acordo de cooperação com a Febraban.

A Secretaria de Prêmios e Apostas, até por ser uma secretaria nova e ainda com um quantitativo de pessoas talvez inferior àquilo que se almeja – nós sabemos que, no setor público, existe essa dificuldade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Diz para mim a estrutura da Secretaria, Doutor.

O SR. FABIO MACORIN – A Secretaria hoje é formada pela estrutura de gabinete – então, temos a Secretária Daniele, e eu, como adjunto dela. Dentro do gabinete, nós temos uma coordenação-geral de jogo responsável e uma coordenação-geral voltada à regulação.

Nós temos três subsecretarias: a Subsecretaria de Autorização, que trata dos processos de autorização, seja das promoções comerciais, loterias, apostas e captação da poupança popular; a Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, na qual existe uma área voltada à promoção comercial, uma área voltada à fiscalização de apostas, uma área voltada à prevenção à lavagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dinheiro e uma área para desenvolvimento de sistemas, não exatamente o desenvolvimento, mas a intermediação junto ao Serpro para o desenvolvimento de sistemas dentro da Secretaria; e a Subsecretaria de Ação Sancionadora, em que, quando são vistos os desvios em qualquer uma dessas três temáticas que são de competência da Secretaria, as sanções são aplicadas por essa Subsecretaria de Ação Sancionadora.

Essa é a formação, hoje, da Secretaria de Prêmios e Apostas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só uma pergunta, para não precisar voltar ao senhor.

Quantas mil pessoas já fizeram a autoexclusão?

O SR. FABIO MACORIN – Novecentas e vinte e cinco mil pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Novecentas e vinte e cinco mil.

O apostador recebe uma mensagem de que existe essa possibilidade da autoexclusão, mas, em nenhuma propaganda de *bets,* eu os vejo falar que existe essa possibilidade.

Assim como na carteira de cigarro vem lá a imagem de que fumar é perigoso, nessas publicidades de *bets* – em que nós estamos trabalhando para acabar com elas –, tinha que vir também essa informação, porque não é só o apostador que tem que saber disso, mas também a esposa do apostador tem que saber que existe essa possibilidade, para ela ajudá-lo a tomar essa decisão, porque o apostador só fica sabendo disso depois que ele já está apostando, tá? Depois que ele já se danou. E ele tem que ter a coragem de pedir a autoexclusão.

Mas eu acho que dá para a gente ver isso nesses projetos de lei todos que estão querendo discutir. Eu sou Relatora de uma matéria, e meu voto foi muito duro com relação à publicidade de *bets,* mas a gente precisa falar, Dra. Gabriella, sobre essa possibilidade da autoexclusão.

Dr. Márcio, parabéns pelo trabalho! É Dr. Fabio, né? Parabéns pelo trabalho!

Lamento que vocês precisem existir, mas a aposta existe. Então, precisamos de que vocês existam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela entrega aqui!

Mas a preocupação nossa é muito grande.

E continuem dialogando com o Congresso Nacional sobre de que forma a gente pode ajudá-los a minimizar os danos que as apostas e o jogo de azar trazem para nós no Brasil.

Obrigada por sua participação.

Dê um abraço na Secretária.

Nós já tivemos outras conversas, mas é muito bom tê-lo aqui na nossa Comissão.

Dr. Roberto, nós temos a Dra. Juliana que está *online*. Eu fico com muito medo de as conexões caírem e, como você está aqui, eu vou passar a palavra para a Dra. Júlia Mendonça.

Ela está *online* ainda, né? (*Pausa.*)

Dra. Júlia Mendonça, Advogada e representante do Instituto Alana.

E, para quem não conhece, o Instituto Alana é parceiro do Congresso Nacional na proteção e na defesa das crianças.

O Instituto Alana é meu parceiro na discussão sobre a publicidade alcançando crianças e adolescentes no Brasil. Eu e o Instituto Alana, às vezes, temos opiniões diferentes em alguns temas, mas, neste tema, na proteção da infância, a gente caminha junto e a gente só tem a agradecer muito ao Instituto Alana por toda a parceria com o Congresso Nacional na proteção das crianças.

Dra. Júlia, dez minutos para a sua fala.

E obrigada por ter aceitado o convite de estar conosco nesta audiência pública.

A SRA. JÚLIA MENDONÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Nós é que agradecemos, Senadora Damares.

Já aproveito para saudá-la e saudar também o Senador Girão, pela iniciativa da audiência pública, porque é essencial a gente, cada vez mais, ter espaços para debater sobre isso, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pensar em caminhos que sejam viáveis para proteger todas e todos, mas não só adultos, como, especialmente, crianças e adolescentes.

Dito isso, faço minha breve autodescrição: sou uma mulher de cabelo cacheado, curto. Estou utilizando uma camisa preta social e também uso óculos na cor marrom na altura dos meus olhos.

Bom, como a Senadora Damares já informou, eu estou aqui representando o Instituto Alana. O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil que existe há mais de 20 anos, justamente para garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos com absoluta prioridade.

Estou aqui representando o eixo digital da organização, e, para a gente falar hoje sobre essa proteção integral como prioridade absoluta, nós precisamos falar de publicidade de apostas, porque basicamente essa publicidade já integra, infelizmente, o cotidiano de crianças e adolescentes brasileiros e vem cada vez mais integrando o dia a dia dessas pessoas em desenvolvimento.

Dados hoje já mostram que a gente está discutindo uma publicidade de um produto proibido para o público infantojuvenil, mas que, ainda assim, alcança parcela significativa dessa população. E não só alcança a publicidade, como efetivamente temos crianças e adolescentes que apostam: 11% de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos apostaram em 2025; além disso, 20% de meninos entre 16 e 17 anos já apostaram pelo menos alguma vez na vida; e 10,5% dos adolescentes relataram que apostaram no último ano. Então, a gente tem dados que trazem e ilustram a realidade que a gente está vivenciando atualmente.

Além disso, a gente tem o dado de que 15% dos jovens já dizem gastar R$263 por mês em apostas, além de relatos cada vez mais frequentes de apostas de cota fixa sendo realizadas, inclusive, em ambiente escolar, em recreios, na sala de aula. Então, é uma problemática em que a gente precisa, assim como em todas as discussões, colocar crianças e adolescentes no centro e protegê-los.

Dentro dessa dinâmica, é importante a gente destacar que não estamos falando apenas de um acesso a essas apostas, mas sim que estamos lidando com um ambiente que influencia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes de maneira permanente a apostarem, que naturaliza essa dinâmica de apostas. A gente tem influenciadores digitais criando conteúdos que promovem esse tipo de dinâmica para milhões de seguidores; a gente tem publicidade de apostas em futebol, estádios, em ambientes de acesso público, em que crianças e adolescentes também frequentam.

Especialmente falando de futebol, fazendo um breve adendo aqui, nós estamos falando de um pilar cultural essencial na vida de nós brasileiros. E, ao colocar em estádios, espaços públicos ou transmissões *online* esse tipo de apostas, a gente está, querendo ou não, chegando ao público de crianças e adolescentes. Então, a gente não tem que proteger as crianças do futebol. Futebol é cultura, é essencial. A gente precisa protegê-los justamente desse tipo de publicidade. E não só isso: vias públicas, televisão; tudo isso hoje está recheado desse tipo de publicidade.

Então, qual é a conclusão a que a gente chega? A criança pode nunca ter entrado em um *site* de apostas efetivamente, nunca ter clicado em um *site* desses, mas ainda assim é exposta diariamente à normalização desse mercado e a como ele funciona.

Consciente de todas essas dinâmicas, o Instituto Alana já vem atuando nessa frente há algum tempo, como a própria Senadora Damares sinalizou. E ano passado a gente denunciou a Meta ao Ministério Público, justamente porque nós identificamos que havia influenciadores mirins – ou seja, influenciadores entre 6 e 17 anos, mais especificamente –, na amostra que nós analisamos, que estavam promovendo casas de aposta no Instagram. Ou seja, qual é o interesse de plataformas de apostas contratarem crianças e adolescentes para fazer publicidade para um serviço que é proibido para esse público?

Então, basicamente, a gente destacou esse ponto, trazendo também para a discussão a responsabilização das plataformas digitais. A gente tem hoje o ECA Digital também, que traz outros pilares do dever de prevenção para essas plataformas, mas o que a gente identificou nesses achados, em 2025, foi a falha da empresa Meta em prevenir e remover esse tipo de conteúdo, possibilitando e facilitando a circulação, mesmo se tratando de uma criança ou adolescente fazendo esse tipo de publicidade, o que também – como eu venho apontando aqui ao longo da apresentação – naturaliza e estimula, de maneira extremamente precoce, essa dinâmica de apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não só isso: nós enviamos ontem à Secretaria de Prêmios e Apostas um pedido de revisão urgente da Portaria nº 1.231, de 2024, para a gente pensar e buscar um caminho para fortalecer a proteção de crianças e adolescentes dentro dessa dinâmica. Por quê? Qual é a realidade que a gente já vem atualmente – como, por exemplo, na Copa do Mundo – vivenciando? Basicamente, a gente tem uma promoção massiva de propaganda de apostas, mais especificamente *bets,* em transmissões televisivas, estádios, transmissões *online*, espaços públicos e plataformas digitais de maneira mais ampla. E como é que a portaria hoje está colocada? Ela proíbe a publicidade de *bets* em eventos e ambientes que sejam frequentados ou direcionados a crianças e adolescentes, ou seja, existe um critério de direcionamento em alguma medida.

No entanto, em outros tipos de ambientes que são frequentados ou em outros tipos de conteúdo que são direcionados para o público mais amplo, não necessariamente existe essa proibição mais direta. E a gente acaba deixando de considerar que, em transmissões esportivas, especialmente em horários de audiência familiar, em estádio e em todos esses espaços, também a gente conta com a presença de crianças e adolescentes.

Então, o caminho que a gente trouxe, a partir desse ofício enviado, foi também de equiparação das restrições publicitárias das apostas àquelas aplicáveis ao álcool, ao tabaco, justamente diante dos riscos à saúde pública – que já foram trazidos aqui por diferentes apresentações ao longo do dia – e, especialmente, ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Além disso, há um reforço aqui, não apenas à Secretaria, mas um esforço coletivo de fiscalização, de cumprimento das vedações já estabelecidas na Lei nº 14.790, na Portaria do Jogo Responsável e agora, também, no ECA Digital, que coloca a publicidade de *bets* também, junto com o decreto que regulamenta o ECA Digital, como conteúdo proibido de ser direcionado ou de ser veiculado em serviços e produtos de tecnologia da informação que sejam de acesso provável a crianças e adolescentes.

Para dar fechamento aqui da minha fala – tenho 60 segundos para finalizar, estou no tempo –... Que bom!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar, doutora. Fique à vontade, doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JÚLIA MENDONÇA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Então, a sociedade concorda, nós aqui da sociedade civil, pessoas que estão nesta audiência, trazendo elementos, trazendo insumos e discussões, já temos uma percepção do grande público, de que precisamos de uma regulação mais reforçada, precisamos de uma limitação de publicidade – setenta e seis por cento dos brasileiros defendem a limitação da publicidade de apostas esportivas. Além do que há a percepção cada vez maior de que isso gera um impacto negativo não só para adultos – como a gente viu alguns relatos de suicídio, alguns relatos muito sensíveis hoje ao longo do dia –, mas também e especialmente de pessoas que estão em um momento de desenvolvimento peculiar biopsicossocial, que são crianças e adolescentes.

Com isso, tentei ser sucinta, breve e direta, trazendo as nossas considerações hoje, especialmente destacando o envio recente do nosso ofício, para que a gente possa trabalhar juntos, para tentar conseguir mitigar, ao menos, esses efeitos que a gente já vê que não são só mais riscos, mas danos concretos que vêm acontecendo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Júlia, eu quero agradecer, mas eu queria ver a senhora. A gente não conseguiu vê-la. Quando a senhora começou a falar, a apresentação já estava exposta.

A SRA. JÚLIA MENDONÇA (*Por videoconferência*.) – Eu estou por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto! Estão vendo? É igualzinha como ela se autodescreveu, mais bonita ainda.

Dra. Júlia, obrigada pela participação. O Instituto Alana tem sido um vigilante neste tema. Eu vou só fazer aqui uma conexão da sua fala com a do Dr. Fabio.

Júlia, a gente já se deparou, inclusive dentro do meu gabinete – o azar é que foi dentro do meu gabinete –, com ingressos para assistir a jogo não serem ingressos. Eu vou contar como aconteceu, Dr. Fabio, e aí a gente vai precisar pensar em *blitz*. Não sei como a Secretaria de Apostas vai pedir que essas *blitz* aconteçam, mas a gente talvez tenha que pensar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era um campeonato de futevôlei. Um menino, filho de minha servidora, tem 13 anos e joga no campeonato. A família foi para o campeonato, e todo mundo foi à bilheteria para comprar o ingresso para entrar no campeonato de futevôlei de adolescentes, uma área extremamente saudável e bonita. Na hora de comprar o ingresso, a bilheteria falou: "Não é ingresso. Você tem que baixar esse aplicativo, pagar R$25 para entrar no aplicativo, só que vai ficar um crédito de R$10 no aplicativo para você jogar". Então, para o menino entrar em um jogo de futevôlei, não precisa de ingresso mais nas mãos, mas de aplicativo, e ele ganha de bônus R$10 para jogar. Aí termina o jogo, o menino está no aplicativo – já baixou e entrou –, começa a receber a mensagem: "Que tal começar o seu joguinho agora? Que tal começar a apostar no seu joguinho agora?". Isso é imoral! Isso é criminoso!

Daqui a pouco, para entrar em qualquer evento, eu vou ter que baixar um jogo, eu vou ter que ser condicionada a baixar um aplicativo, e vão me dar um bônus de R$10 para eu jogar? Quer dizer que eu não vou mais assistir ao Roberto Carlos cantar? Vai ser assim agora? Eu assisto, gente. Eu sou apaixonada por Roberto Carlos – registrem, por favor.

Então, só para dizer que eles são criativos na captação da criança e do adolescente; eles são agressivos, Júlia, para captar essa clientela. E a gente tem que realmente fazer o enfrentamento.

Eu posso te passar, Fabio, qual foi o jogo, e a gente fazer aí, quem sabe com a Secretaria e com o Ministério do Esporte, uma parceria, um termo de compromisso, um TAC entre a Secretaria de Apostas, o Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura, de que nenhum evento vai exigir esse tipo de ingresso. É a gente começar a barrar. Mas a criança está sendo bombardeada.

Eu fiz agora um voto também, Júlia, num projeto de lei sobre propaganda de *bets* em joguinhos eletrônicos. Papai compra um joguinho eletrônico para o menino jogar em casa e, dentro do joguinho, está vendo propaganda de *bets*. Papai está pagando para *bets* fazer propaganda para o seu filho. Então, assim, eu compro a camisa de um time para divulgar uma *bet*? Meu menino de 8 anos está divulgando *bets* com a camisa do time? É um absurdo!

Então, assim, os apostadores sabem que existe aposta. Vão lá se quiser. É como cigarro: todo mundo sabe que existe, vão lá e compram. Quem quiser vai lá e compra. Mas ficar fazendo a propaganda? A gente não vai deixar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, gente, olha, eu ainda tenho cinco anos de mandato. Eu vou brigar muito pelo fim da publicidade. Você não tem ideia da confusão que foi, no meu gabinete, de fila de emissoras de televisão querendo falar comigo. Não falei.

Aqui, no dia da questão dos jogos, este Plenário estava lotado. Aí, eu falei assim, Juliana: "Meu Deus, quanta gente querendo proteger criança. Que coisa mais linda!" É nada! Eram os lobistas, para não votarem, no dia, o meu voto. É desse jeito.

Mas nós temos um time de resistência aqui e temos uma Secretaria de Apostas preocupada em trazer moralidade para o setor, nós temos o Ministério da Saúde e nós temos a sociedade civil. Juliana, se a sociedade civil não vier, como vocês estão vindo, nós estamos indo para o caos. Eu não sou profetiza do caos, não. Mas Instituto Alana e outras instituições, você, Juliana, a família e a sociedade vão ter que vir com a gente nesse embate.

Então, fica essa dica, Dr. Fabio. Vamos conversar depois, vamos fazer *blitz* e acabar com essa imoralidade de querer capturar, sequestrar as nossas crianças e os nossos adolescentes para as apostas.

Júlia, obrigada pela sua participação. Foi incrível a sua apresentação, os seus eslaides. Parabéns ao Instituto Alana pela constante vigilância.

Vamos ouvir o último convidado, que é o Dr. Roberto, meu amigo, meu parceiro.

Antes de eu ser Senadora, nós éramos ativistas, sabe, Dr. Fabio. Eu e o Roberto ficávamos ali atrás, segurando cartaz contra os jogos. Nós dois somos fundadores do Movimento Nacional Brasil sem Azar e já demos muito trabalho, não? Era eu, você e Girão lá atrás. E olha onde eu estou hoje, olha onde você está hoje.

O SR. ROBERTO LASSERRE – Isso mesmo. Graças a Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Roberto, dez minutos para a sua fala.

O SR. ROBERTO LASSERRE (Para expor.) – Exma. Senadora Damares, na sua pessoa, quero cumprimentar todos que estão na mesa, autoridades, pessoas que estão nos acompanhando hoje, através dos meios de comunicação do Senado. É para vocês que a gente está falando aqui. É para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o povo brasileiro que a gente está falando. A gente precisa dialogar com o povo brasileiro, que está sofrendo, todos os dias, esses males da jogatina.

Senadora, a senhora falou uma coisa extremamente interessante: que fica triste porque existe a Secretaria de Prêmios e Apostas. Vou dizer para a senhora que eu coordeno um movimento nacional que a senhora conhece muito bem, até porque nos ajudou a fundar; mais do que nos ajudou, a senhora militou diretamente – a senhora e o Senador Eduardo Girão também são grandes lutadores –, e a gente tem que estabelecer essa verdade.

Eu sou coordenador nacional de um movimento que eu também não queria que existisse – eu não queria que existisse. Eu não queria essa função porque, existindo o Movimento Nacional Brasil sem Azar, significa claramente que existe a jogatina permeando a nossa sociedade. E o pior, eu não quero viver de passado, a gente tem que olhar daqui para a frente, mas o pior é que nós estamos nessa luta, Senadora – a senhora falou muito bem, a senhora era assessora, estava na luta com a gente –, há dez anos, falando exatamente isso. A gente dizia que, antes de legalizar, se é que fosse legalizar, regulamentar – esse nome é relativo –, que o Brasil tinha que preparar a sua sociedade para isso.

O Brasil não aprendeu com os erros dos outros países, que estão voltando atrás: Holanda, Bélgica, Reino Unido estão voltando atrás nas liberações das *bets* porque souberam e aprenderam o quanto isso faz mal à sociedade como um todo. E o Brasil fez o contrário. Talvez mostre aí que, ou o *lobby* prevaleceu ou então nós somos extremamente incompetentes, porque tudo isso foi falado.

Eu quero mandar um abraço aqui para uma pessoa que a senhora conhece muito, que é o Ricardo Gazel, uma figura espetacular, que colocou para a gente a maioria dos nossos argumentos. Então, um grande abraço para o Gazel, ele está nos Estados Unidos.

Mas eu quero mostrar que, ou foi o *lobby* ou nós somos incompetentes. Eu entendo que foi o *lobby,* porque tudo isso foi mostrado a cada um dos Parlamentares. Nós entramos em cada gabinete da Câmara, em cada gabinete do Senado Federal, e mostramos o quanto as *bets* seriam uma tragédia anunciada. E eu não quero ser aquela pessoa que é, como a senhora falou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Profeta do caos.

O SR. ROBERTO LASSERRE – ... um profeta do caos, mas o caos já está estabelecido com as *bets*. Eu dizia, quando eu visitava, Senadora, que nós íamos chegar a um ponto em que – hoje nós conhecemos, infelizmente, em cada família, pessoas que estão ligadas à droga química – nós não iríamos conhecer, se as bets fossem legalizadas, regulamentadas, uma família que não tivesse um viciado em *bet*, um ludopata, e essa é uma grande realidade hoje.

A OMS já disse claramente que os efeitos cerebrais das drogas químicas e os efeitos cerebrais da jogatina são exatamente iguais. Eles não são parecidos, eles são exatamente iguais: a fissura, o desejo, o vício. Então, nós estamos provocando, nós provocamos diretamente uma realidade que o Brasil não precisava. A gente não consegue fugir das drogas químicas e agora a gente criou uma nova droga para o Brasil, que faz com que o Ministério da Saúde, que já disse anteriormente, inclusive emitiu uma nota técnica, e disse claramente que era contra o jogo de azar. O Ministério da Saúde disse que não tinha capacidade de quantitativo de pessoal para tratar também dos males do jogo de azar.

A gente tem que criar uma estrutura, como a Secretaria de Prêmios e Apostas, pagando profissionais qualificados – e aí eu reconheço o trabalho hercúleo de vocês – e eu digo o porquê: porque a Lei 14.790 é pífia! Ela é pífia, ela é frágil, ela é cheia de lacunas, exatamente para que a jogatina se faça valer dessas lacunas. Ela, para quem estuda e não conhece o processo como um todo, Senadora Damares e demais, é muito bonita: "Nós estamos regulamentando a jogatina porque se passaram cinco anos, e essa jogatina não foi regulamentada, e as *bets* surfaram em cima dessa realidade", e isso é uma verdade. Mas, ao mesmo tempo, provamos claramente que a regulamentação, muito ao contrário de ser efetiva, foi uma regulamentação que causou mais males do que bem para a nossa sociedade. Quando você publiciza, de uma maneira brutal, as *bets*, depois da regulamentação, você entrega às pessoas a possibilidade de ter, 24 horas por dia, sete dias por semana, as *bets*. As *bets* que estão envolvidas aí em jogos físicos, que acontecem na realidade – futebol, vôlei – e, principalmente, nos jogos *online*.

E aqui, Senadora, a senhora me permita fazer aqui uma digressão em uma linha do tempo, em 2023, é que foram regulamentados os jogos *online*. Até ali – e eu não estou dizendo que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são bons –, eram jogos de apostas em situações que aconteciam, no futebol, no vôlei, ou seja, já eram ruins, porque você pode ter até 800 tipos de apostas num jogo de futebol, por exemplo.

Mas, quando você inclui os jogos *online*, com a ajuda de alguns políticos aqui – caciques políticos –, você acabou de criar a tempestade perfeita, porque você está entregando às pessoas máquinas caça-níqueis, que são as que têm o maior potencial de viciar as pessoas. Você está entregando um tigrinho, um aviãozinho, que têm a capacidade de ludibriar, inclusive com figuras infantis, não só as nossas crianças, como também os nossos adolescentes e, principalmente, os nossos jovens adultos, que têm, na expectativa de ganhar dinheiro, essa realidade.

Senadora, eu preparei uma apresentação técnica, mas, depois de tantas palavras, depois de tantas informações...

Se vocês puderem lançar aqui a apresentação, eu agradeço. (*Pausa.*)

Eu espero, não tem problema, não.

Pronto.

Senadora, a gente está muito além do entretenimento. Na verdade, nunca foi entretenimento. Os jogos de azar hoje atendem e atentam contra a saúde pública, sendo capazes de superendividar famílias. A economia familiar hoje está praticamente destroçada. Nós temos 80% de devedores no Brasil – é por isso que o Governo é forçado a lançar esses "desenrolas" da vida –, e as *bets* são grandes responsáveis por isso.

Sobre segurança pública, inclusive eu vou falar rapidamente da questão da violência doméstica, hoje as *bets* são responsáveis por muitos casos de violência doméstica, quando eu chegar ao eslaide, e vai ser muito rápido, eu vou tratar dessa temática.

A questão da integridade social: quando eu digo integridade social, é da própria pessoa, da família e também do futebol e do esporte.

Hoje, a gente está falando muito da questão econômica e da questão da ludopatia, que são gravíssimas, mas o nosso futebol – e aqui nós tivemos a CPI das Bets e a CPI também da manipulação de resultados – está totalmente envolto em nuvens de desconfiança. A gente não sabe se aquele pênalti foi pênalti, se aquela mão foi mão, ou se foi comprada por uma *bet*; se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele jogador está comprado, se não está; se o time estava metendo 2 a 0 até os 41 do segundo tempo, depois toma 3 a 2; se foi vendido... A gente não sabe, a gente não confia mais no esporte futebol, que é a paixão nacional.

Então, Senadora, aqui a primeira...

Deixe-me tentar passar aqui.

Ajude-me. Pronto.

Senadora, aqui está a resposta da pergunta que a senhora fez. Será que valeu a pena? Não, não valeu a pena. Ali está a resposta. Esse número já foi passado aqui, mas eu faço questão de sinalizar.

O lucro das *bets* é de R$37 bilhões – não é lucro, é a receita bruta das *bets*. É uma receita violenta. O Brasil hoje é a galinha dos ovos de ouro das *bets* no mundo.

Quando você coloca, em relação à questão da receita *versus* arrecadação, você vê claramente que o custo social trazido pelas *bets* ao Brasil... E, quando você fala em custo social, você fala de estrutura, como a SPA, você fala da questão de saúde pública, você fala da questão de segurança pública, você fala da questão de fiscalização e controle. Você está na casa, em 2025, dos R$39 bilhões, ao passo que o efeito real, a título de arrecadação...

Já? (*Risos.*)

... ao passo que a arrecadação está na casa de R$9,95 bilhões. É uma diferença de quase R$30 bilhões que o Brasil está perdendo para as *bets*. Quando você fala isso, está ali a resposta, Senadora: não valeu a pena – não valeu a pena! É por isso que eu digo: ou nós somos muito incompetentes ou então o *lobby* prevaleceu; e o *lobby* prevaleceu, porque tudo isso foi avisado anteriormente, que o Brasil teria uma pandemia – no caso do Brasil, uma endemia – de jogos de azar, e essa é uma grande realidade.

Então nós temos 24 milhões de jogadores ativos, nós temos 41% a 51% de *bets* irregulares ainda existindo, apesar de todo o esforço da Secretaria de Prêmios e Apostas em bloquear.

E aí eu falo rapidamente sobre o mecanismo; o mecanismo é perverso. Você joga, os algoritmos lhe dão algum tipo de renda, ou seja, lhe dão algum tipo de retorno; você joga naquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expectativa de você ter, depois você começa a perder efetivamente, e, quando você começa a perder – porque a banca nunca perde; o apostador perde, mas a banca nunca perde –, quando você começa a perder efetivamente, você começa a buscar os créditos: crédito em cartão, crédito de cheque especial e hoje, infelizmente, crédito na mão de agiotas. Os agiotas hoje estão fazendo a festa em cima de pessoas que são ludopatas. E o pior é que a forma de cobrar do agiota não é a forma de cobrar de uma empresa regulamentada. Eles vão lá e arrancam as coisas da casa, arrancam o telefone, pegam e ameaçam profundamente as pessoas.

Depois disso, nós entramos na questão da tentativa de recuperação. Quando a pessoa perde, ela fica envergonhada, não quer falar para a família o que ela faz e automaticamente busca recuperar; e, quando ela busca recuperar, ela entra naquele círculo vicioso terrível, que é o círculo vicioso da perda, da vergonha, que leva muitas vezes a pessoa ao suicídio.

Passando para o lado de cá e sendo extremamente objetivo, tem a questão da canibalização da renda. As pessoas hoje estão deixando de comer, de se alimentar; as pessoas estão deixando de pagar plano de saúde, remédio, colégio de filho, faculdade, para você poder jogar, ou seja, as *bets* estão tirando dinheiro, estão tirando renda das atividades produtivas que já pagam seus impostos no Brasil, no caso comércio, indústria, educação, e estamos entregando a pessoas que estão com suas sedes em outros países. Nós estamos tirando dinheiro do brasileiro e entregando a grandes magnatas internacionais. Isso é uma vergonha!

Foram apostados R$240 bilhões em 2024. Hoje, 1,8 milhão de brasileiros são devedores. São R$103 bilhões, segundo a CNC, que foram deixados de serem investidos no comércio ou no varejo brasileiro. Aquele pequeno empresário que tem sua quitanda num bairro distante... Está se tirando dinheiro dessa pessoa, que precisa pagar os seus funcionários e precisa sustentar a sua família, para entregar a grandes magnatas no exterior, donos de empresas holandesas, gregas. É uma vergonha o que nós estamos enfrentando.

E o número de endividados está cada vez aumentando mais – saiu de 26% para 29%. E a desigualdade do consumo é gritante. As pessoas dizem: "Não, só quem joga é quem tem dinheiro" – é mentira. As populações mais vulneráveis são as que mais jogam. As classes C, D e E equivalem a 79% de pessoas que jogam, ou seja, o efeito é ainda pior, porque, quando você tira dinheiro de pessoa que tem dinheiro, que é rica, já é um impacto muito grande, porque pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levar a ludopatia, ao desvio de receita, a tudo isso, mas quando você tira dinheiro de pessoas extremamente pobres, que precisam desse dinheiro para sobreviver, o impacto é ainda mais perverso, mais cruel. E aí 79% são de pessoas mais simples e mais pobres, ou seja, nós estamos tirando dinheiro das pessoas mais vulneráveis. Daí, a importância de a defensoria pública atuar nessa atividade – isso é muito importante. Você pode tirar até 20% do rendimento de uma família simples. Se você ganha R$1,6 mil e poucos – que é o salário mínimo –, e você tirar 20%, isso equivale, muitas vezes, à conta de luz, ao colégio que a pessoa paga, são os livros que os pais pagam. Então, é isso que as *bets* estão arrancando do povo brasileiro e as pessoas não estão atentas a isso, ou passaram a estar a partir de agora.

Esse número já foi falado e amplamente divulgado. Foram R$3 bilhões, em agosto de 2024, que foram transferidos do Bolsa Família para as *bets;* R$3 bilhões do meu imposto, do seu imposto, do nosso imposto, que estão sendo transferidos para as *bets*. Isso porque, na verdade, quando a gente contribui com o imposto – e esse imposto vai para o Bolsa Família, e eu não estou entrando no mérito do Bolsa Família – automaticamente a gente pensa que está ajudando a pessoa mais vulnerável, mas as pessoas mais vulneráveis estão jogando em relação a isso. Estão jogando esse dinheiro na expectativa pura e simples, por exemplo, de ter algum tipo de renda. Só que jogo de azar, para quem está assistindo, não é renda extra. Você pode até ganhar alguma coisa no início, mas você vai perder muito mais, porque a banca nunca perde. Não se iluda: você vai perder muito. Foram 5 milhões de pessoas do Bolsa Família que jogaram nas *bets* em 2024. Esses dados são do Banco Central, ou seja, dados extremamente confiáveis.

Sobre violência doméstica, eu não vou me prender a nada desse eslaide. Senadora, isso aqui é importante a senhora ouvir. Eu tenho uma pessoa que me confidenciou o seguinte: "Roberto, quando o time do meu marido perdia, eu sabia que eu ia apanhar. Ele voltava bêbado, o time perdeu e eu sabia que eu ia apanhar. Eu já me preparava, já preparava a família. Eu não tinha coragem de sair de casa." Ou seja, eu não estou entrando no mérito da situação. Aí, ela me falou: "Hoje nem quando o time do meu marido ganha, eu fico em paz, porque, se o time não ganhar pelo placar que ele apostou, eu apanho do mesmo jeito". Ou seja, a violência doméstica – que já é uma coisa brutal e inaceitável – está sendo muito inflada por conta das *bets*.

Senadora, nessa brincadeira aqui, a gente já falou de economia, já falou de violência doméstica, a gente já falou do lobby, a gente já falou de tanta coisa ruim que as bets trazem... E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem colocou as *bets* no Brasil em 2018, foi o Governo do Temer, foi sim. Passaram quatro anos sem uma regulamentação, mas quando essa regulamentação veio, ela veio destruindo, porque, em 2023, colocou os jogos *online*. Os jogos de aposta de cota fixa de eventos reais já eram ruins, mas, quando você colocou os jogos *online* – tigrinho, aviãozinho, máquina caça-níquel –, você criou a tempestade perfeita para destruir, porque equivalem a 80% do lucro das *bets*. Se você quiser tirar e voltar para o Governo do Temer, em 2018, eles vão dizer: "Não. Nós não podemos, não; porque você vai quebrar a minha banca", porque, na verdade, equivale a 80% dos lucros. Disso não se fala! "Ah, porque as *bets* já são desde 2018, e passou o Governo todo sem regulamentação", mas foi no Governo atual – e eu não estou criando nenhum tipo de ideologia – que se permitiu e se sancionou os jogos *online*. Criou-se uma tempestade perfeita. Então, essa é a grande realidade da violência doméstica também.

Crime organizado. As *bets* estão diretamente ligadas ao crime organizado. Eu não digo todas, mas estão diretamente ligadas ao crime organizado. Vocês veem esses grandes influenciadores digitais aí sendo processados, condenados, investigados pelo Ministério Público, porque o crime organizado está atuando diretamente nas *bets*, principalmente nas ilegais, mas nas legais também, não nas grandes talvez. Há lavagem de dinheiro, laranjas, publicidade disfarçada.

Aquelas contas de passagem... Quando você coloca dinheiro em uma determinada conta e você não recebe imediatamente, é porque ela já transitou em outras contas, e isso ajuda a lavar dinheiro. Então, Senadora, o crime organizado e as *bets* estão diretamente ligados também.

Manipulação de resultados. Eu tinha falado aqui, não podia deixar de falar, porque, na verdade, o futebol hoje equivale à nossa paixão nacional. Todo mundo estará, com certeza, domingo, ligado na frente da televisão. Só que o nosso futebol, que era um futebol basicamente amador, apesar de ser profissional, hoje está permeado de *bets*.

Se não me engano, 95% dos times das séries A e B são patrocinados por *bets*. E mais do que isso: os próprios campeonatos têm o nome de *bets*. É Série A tal, Série B tal, Série C tal; ou seja, nós estamos totalmente cooptados na nossa paixão nacional, não só na paixão nacional, como também em outros tipos também de esportes. Nós estamos totalmente cooptados pelas *bets*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou muito bem. Meu filho compra uma camisa de time e sai lá com o nome da *bet*, ou seja, é uma criança de 5 ou 6 anos de idade fazendo propaganda de *bets* indiretamente. E mais do que isso: se hoje você assiste a um jogo de futebol com seu filho de 6 ou 7 anos de idade, ele está diretamente ligando *bet* ao futebol. Isso porque, na verdade, hoje existe uma quantidade tão grande de propagandas de *bets* que o menino, até sem querer, cognitivamente crescendo, está ligando diretamente uma coisa com a outra. Isso é de uma brutalidade com as nossas crianças e com os nossos adolescentes, é de uma coisa inaceitável. A gente não pode aceitar.

O Governo Federal tem que atuar nesse sentido, o Congresso Nacional tem que atuar nesse sentido, e a sociedade civil aqui... Eu parabenizo a Juliana, porque, na verdade, ela entrou com uma ação civil pública e conseguiu uma medida liminar extremamente importante. Então, a sociedade não fica de fora só esperando o Congresso e o Governo, tem que atuar diretamente.

As apostas, como um todo – já estou terminando, Senadora –, são normalizadas hoje no nosso universo. Então, quando você vê um influenciador digital que tem milhões e milhões de seguidores falar de aposta com essa naturalidade; quando você vê um ídolo nacional que está na Copa do Mundo e a primeira propaganda que ele fez, os primeiros *stories* que ele fez foi no sentido de você sinalizar uma *bet,* de um cara que não precisa disso... Quando você vê antigos atletas, por quem eu tinha um respeito muito grande e por quem perdi o respeito por conta disso, fazendo propaganda de *bets*, pessoas extremamente ricas que não precisam disso, isso mostra claramente que tem alguma coisa errada. A sociedade tem que atuar, inclusive sobre essas pessoas, inclusive a título mesmo de punição criminal, porque isso é disseminar o sangue. Essa é a verdade.

Sobre a publicidade da Copa do Mundo – eu fiz um recorde muito rápido da origem dos anúncios –, os influenciadores digitais hoje estão dominando esses anúncios. Depois, há as transmissões esportivas dessas televisões que a gente sabe que estão aí fazendo a festa, ganhando muito dinheiro.

A ESPN, Senadora – perdoe-me citar aqui a ESPN –, disse o seguinte: se ela não for patrocinada por *bet*, ela fecha. A ESPN Internacional e ESPN Brasil disseram isso, e a gente tem que sobreviver com um barulho desse e dizer que está tudo normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você vê outras coisas. Em relação à Copa do Mundo... São 250 mil anúncios por dia. Quando você vai para a Copa do Mundo, você tem um aumento de 700%, porque, na verdade, você está falando da paixão nacional em nível mundial. E o pior: quando acaba a Copa do Mundo, eles não voltam para o mesmo patamar, não; eles ganham um percentual de 380%. Ou seja, a Copa do Mundo vai ser um grande influenciador negativo das questões que envolvem as *bets*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO LASSERRE – Já está sendo, é.

Aqui eu coloquei algumas manchetes de jornal em relação à questão: MP investiga essas duas pessoas aí; o Filipe Luís... Tanto o lado ruim quanto o lado bom em relação a essa questão eu coloquei, porque na verdade isso está realmente em voga.

A saúde mental e a ludopatia – aqui são os últimos eslaides, Senadora –: isso é o que mais toca a gente, porque a gente está falando de vidas humanas. A ludopatia é o fim de um processo que começou com a primeira jogada. E o pior: como no caso da Juliana – Juliana, permita-me citar seu nome, porque você realmente tem sido um exemplo, porque você está transformando luto em luta – as pessoas conseguem, Senadora, esconder da família que isso acontece. Sabem por quê? Porque, enquanto a droga química deixa a pessoa totalmente desnorteada – com uma maconha, uma cocaína, um LSD, um *crack*, uma anfetamina a pessoa fica totalmente desnorteada –, nesse caso você joga no escuro da noite, durante a madrugada, escondendo-se; enquanto a família está jantando, você está lá dentro do quarto e diz: "Não, estou trabalhando", mas na verdade não está trabalhando, você está jogando. Então, a ludopatia é o risco final, porque a ludopatia não só causa mal à questão da saúde pública, como também causa mal principalmente à família.

Aí eu coloquei algumas informações de jornais, que são jornais de institutos ligados à medicina que são extremamente importantes, que mostram claramente a potencialização de quem joga em relação à questão do suicídio.

Tem um estudo que diz que entre 3% e 5% das pessoas que consomem *bets* já tentaram ou conseguiram se suicidar – a média é de 0,5% –, e diz que entre 50% e 80% das pessoas que jogam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bets já pensaram em se suicidar; a média é 5%. Vejam o quanto é distante a média nacional daqueles que jogam jogos de azar, jogos *online* e jogos físicos.

O bom é que tem saídas, né? Existem saídas, tanto no Poder Legislativo quanto no Governo Federal, quanto na própria sociedade e no Poder Judiciário. Tem atividades e tem atitudes que podem ser tomadas, tanto pela sociedade como pelo Poder Legislativo, pelo Executivo e pelo próprio Judiciário, no sentido de a gente mitigar, no sentido de a gente destruir... Entre elas, Senadora, pode vir do Governo Federal, como o Senador Girão estava falando, uma medida provisória no sentido de dizer o seguinte: "Não, eu não quero mais *bets*", porque de fala, de dizer, em ano eleitoral, que não se quer mais *bets* a gente já está cheio! A gente quer alguma coisa efetiva, a gente quer alguma coisa que livre as pessoas do desespero de estarem sob a égide do vício.

Tem um *delay*, mas tem um último eslaidezinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO LASSERRE – Obrigado (*Risos.*) , o delay é pelo obrigado e para fazer uma propaganda do Movimento Brasil Sem Azar, que tem dez anos de luta.

Quero agradecer à senhora, muito, pela sua Presidência; agradecer ao Senador Girão pelo convite; e dizer que o Movimento Brasil Sem Azar está à disposição de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Roberto, obrigada.

Nós chegamos ao final da nossa audiência, das nossas exposições, mas eu queria perguntar uma coisa para o Dr. Fabio: Dr. Fabio, aplicativos de bancos têm *bets*?

O SR. FABIO MACORIN (Para expor. *Fora do microfone*.) – Não é para ter, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é para ter?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO MACORIN – As bets só podem ser exploradas em dois ambientes: ou ela está na plataforma que foi autorizada, com a extensão .bet.br, ou ela tem um aplicativo vinculado à extensão .bet.br publicado ou na Apple Store ou na Google Play, ou seja, em lojas de aplicativos. A *bet*, sendo operada dentro de um aplicativo de banco, não pode existir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É porque eu tive um susto agora, uma experiência dolorosa. A Juliana estava aqui do meu lado. Eu trabalho com comunidades indígenas e eu estou com uma emergência lá na Aldeia Calapalo. A comunidade estava falando comigo, precisando de um Pix para salvar uma criança. E eu abri aqui escondidinha, ia ser rapidinho, vocês nem iam me ver mexer no celular. Na hora em que eu abri, apareceu um jogador de futebol. Eu mostrei: "Juliana, o que é isso?". Prêmios, divulgando-se prêmios dentro do aplicativo de um banco.

Eu vou olhar depois. Eu fiz o Pix, mas eu vou voltar a tentar fazer um novo Pix, porque eu quero entender...

O SR. FABIO MACORIN – Pode ser uma promoção comercial, não é, Senadora? Pode não ser uma...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do banco e não de...

O SR. FABIO MACORIN – Isso, os bancos fazem promoções comerciais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tomara, porque tinha uma roleta, para eu mexer na roleta. A gente vai conversar sobre isso.

Está conosco no Plenário o Dr. Rafael Carneiro Di Bello. Está aqui ainda?

O Dr. Rafael – a gente faz isso nas audiências – pediu para fazer duas perguntas.

Doutor, nós estamos com o horário bem avançado, mas eu vou permitir ao senhor dois minutos, pode ser? Para as suas perguntas? Elas são direcionadas a alguém especificamente?

O Dr. Rafael é Diretor da Auditoria Especializada em Saúde do TCU (Tribunal de Contas da União), então eu acho interessante a gente ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ser direcionada a alguém a pergunta ou é genérica?

O SR. RAFAEL CARNEIRO DI BELLO – Senadora... Opa. Boa tarde, Senadora. É genérica, na verdade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, está bom. O senhor faz e quem se sentir à vontade responde. O.k.

O SR. RAFAEL CARNEIRO DI BELLO (Para expor.) – Sim, sim.

Senadora, agradecendo a palavra, aproveitando para cumprimentar V. Exa. pelo convite, agradecendo, quero congratulá-la pela coragem de pautar um tema tão relevante para a sociedade e dizer que o Tribunal de Contas da União tem uma série de trabalhos nessa temática. Vou citar um rapidinho, que é o Acórdão 1.173, de 2025, do TCU Plenário, de relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, que foi um levantamento de auditoria da nossa unidade de fiscalização da saúde, na qual a gente tem agora um acompanhamento em curso que vai se desdobrar. Agradeço a todos os palestrantes, especialmente à Dra. Juliana – fiquei bem tocado pela sua exposição.

Eu tenho duas perguntas aqui. A primeira é sobre a questão da dimensão regulatória dos jogos, que foi, na verdade, totalmente delegada ao Ministério da Fazenda, embora instituições nacionais e internacionais, como a OMS, afirmem que o setor de saúde deve ter voz ativa nessa direção. A gente ouviu aí que tem alguma interlocução, e eu gostaria de saber a respeito de como é que está, então, essa parceria do Ministério da Fazenda com o Ministério da Saúde.

Também, a questão do plano de ação do Ministério da Saúde para enfrentar os impactos das *bets* na saúde mental da população. O SUS e as Redes de Atenção Psicossocial (Raps) estão realmente preparados e estruturados para enfrentar o problema? Porque os protocolos médicos, até onde a gente sabe, pelos levantamentos que fizemos, precisam ser atualizados. Então, alguém que sofre de ludopatia, ao chegar na Raps, pode encontrar dificuldade de tratamento atualizado; dizem que os médicos têm dificuldades de poder fazer esse acolhimento, especialmente.

E, também, a questão da prevenção. Quando nós fizemos o levantamento ao final de 2024, que nós estamos acompanhando agora, nós vimos que, por exemplo, a Secretaria de Atenção Primária... Porque o Desmad fica na atenção especializada, e a gente tem muita preocupação com a prevenção à ludopatia. Então, tem que atuar na estratégia de saúde da família, nas unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básicas de saúde, para que façam o encaminhamento adequado para os Caps. É o Caps comum, é o Caps Álcool e Drogas, para onde é que vai esse ludopata, dependendo da gravidade do caso?

Então a gente viu, na palestra do Dr. Hermano, um aumento de 104% nas consultas por jogo patológico no SUS. Mas aí, uma frase que ficou na minha cabeça, eu gostaria de expor: a conta não fecha. Essa frase foi falada pela Dra. Juliana e pelo Dr. Hermano, não é? Mas que conta é essa? Então foi dito aqui. O orçamento da União, nós temos aí uma receita de arrecadação, pelo que eu entendi, da ordem de R$9 bilhões ou R$10 bilhões, certo? De impostos das *bets*. Mas qual é a despesa de tratamento do SUS? Existe uma conta, uma estimativa que seja, do Ministério da Saúde? Quanto é que custa o tratamento de um ludopata hoje para o SUS? Quantos ludopatas estimados no Brasil nós temos hoje? Os 104% de acréscimo, a gente tem uma tendência, um crescimento epidemiológico da situação? Quanto é que isso custa no Orçamento Geral da União? Nós temos receitas, nós temos despesas. Para que a gente tenha uma tomada de decisão de uma proibição, como colocado pelo Senador Girão – muito bem colocado –, a gente precisa fazer essa conta.

Então esse é o papel do Tribunal de Contas da União. Esse é o acompanhamento que está em curso agora. Esperamos fechar em breve o nosso relatório.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Rafael, que bom que eu lhe dei a palavra. E já quero pedir à Secretaria que, na próxima audiência, inclua o nome do Dr. Rafael como um dos expositores da mesa.

Ele fez perguntas direcionadas aos dois. Eu vou fazer o seguinte, Juliana: eu vou devolver, por dois minutos, a palavra para cada um. Já responda.

Mas antes disso, calma, Dr. Fabio.

Está no plenário também, gente, olha que interessante, a Dra. Fernanda Fernandes, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). Doutora, pode ser dois minutos? Nós estamos com o horário bem avançado. Eu vou lhe dar a palavra por dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Damares. Saúdo primeiramente V. Exa. e também o Senador Girão por esta audiência pública de extrema importância, assim como todos os expositores aqui, em especial pelo conteúdo de altíssima qualidade e importância para a proteção da população em situação de vulnerabilidade do nosso país, que é exatamente a população que a Defensoria Pública busca proteger, protegendo os seus direitos.

Fiquei bastante preocupada também – como defensora pública que sempre fui, da infância e juventude – com os dados especificamente que foram aqui expostos em relação a jovens de 10 a 15 anos de idade que estariam sendo expostos a esse tipo de publicidade e *marketing* extremamente violentos e prejudiciais à formação da nossa juventude no nosso país e, portanto, violadores não só da nossa legislação nacional, mas também internacional.

E nesse sentido, eu coloco não só a nossa instituição à disposição deste Senado, mas à disposição da população brasileira, para que possamos evoluir nessa pauta, não só em termos de regulamentação, de avanço da regulamentação, mas da efetivação dos diplomas internacionais.

Nesse sentido, eu reforço aqui, Senadora, que nós temos vários protocolos e princípios já exarados pela ONU, desde 2013, no sentido de proteger as crianças e adolescentes nesse tema de publicidade e *marketing*, inclusive um documento específico que fala da responsabilização das empresas quando fazem a promoção de *marketing* e publicidade que seja não só prejudicial a crianças e adolescentes, mas também antiética, o que me parece que, nesse caso, com os dados hoje evidenciados, está mais do que comprovado.

Então eu peço inclusive, se possível, que o material hoje exposto – não só pelo Dr. Roberto, pelo Instituto Alana, mas também pelo psicólogo Hermano, que fez uma apresentação inicial, com dados superimportantes – seja compartilhado com a nossa instituição. Nós temos ação civil pública já ajuizada no Rio de Janeiro e em vários outros estados, recomendações de notas técnicas, e vamos integrar ao nosso trabalho o que hoje foi apresentado, para que a gente possa promover não só as ações judiciais, mas a colaboração com a evolução da nossa regulamentação aqui em âmbito nacional.

E vamos colocar, também, à disposição exatamente essa atuação internacional, porque diplomas internacionais já temos para a proteção das nossas crianças e precisamos, realmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma atuação enérgica e urgente para que a gente possa evitar isso cada vez mais nos jogos que já estão aí programados.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Fernanda.

Obrigada pela disposição em nos ajudar no debate.

Eu vou pedir à Secretaria aqui todas as apresentações e mandá-las para o *e-mail* da Anadep, mas, com certeza, quem está nos acompanhando vai querer também todas as apresentações, porque tem apresentação aqui que dá uma tese de doutorado, dá tese de mestrado.

Então, eu quero informar à população que está nos acompanhando que todas as apresentações vão ficar disponíveis no portal da Comissão. Vocês podem baixá-las, usá-las, consultá-las e também fazer contato, porque todos os expositores, praticamente, deixaram os seus contatos no final da apresentação. Então, todas elas vão ficar disponíveis para a sociedade. E essa é uma contribuição que as audiências públicas dão para a sociedade, de disponibilizar o material.

Eu vou devolver a palavra por dois minutos – eu preciso que sejam dois mesmo –, para os expositores, para considerações finais e agradecimentos.

E ainda vou tentar responder à pergunta do Dr. Rafael que já está convocado para vir para a mesa na próxima audiência.

Vamos começar com o Dr. Fabio?

O SR. FABIO MACORIN (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Então, em respeito ao Dr. Rafael, eu já vou direto para a resposta da pergunta que foi feita.

Bom, desde o início do processo de regulação, a gente tem tentado trabalhar de maneira estreita junto com todos os outros ministérios, todos aqueles que precisam ser envolvidos nessas temáticas, seja Ministério da Justiça, Senacon, Polícia Federal e assim não foi diferente com o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, como eu apresentei aqui recentemente, foi constituído um grupo de trabalho, que foi formado pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde e também por outros ministérios que participaram – o do Esporte também participou –, e nesse grupo de trabalho foram tratadas sete ações diferentes: a elaboração de um modelo de autoteste de saúde padronizado; a plataforma de autoexclusão centralizada; a qualificação de profissionais da rede de atenção profissional; o estabelecimento de diretrizes mínimas de atendimento ao apostador com ênfase na saúde; a elaboração de materiais educativos sobre integridade esportiva e prevenção à manipulação de resultados em apostas esportivas; campanha de comunicação institucional; e criação de comitê permanente para prevenção e redução dos danos.

Então, esses foram os assuntos discutidos dentro do grupo de trabalho e foi produzido o relatório, cuja cópia eu entreguei hoje para a Senadora Damares, mas também já está disponível na nossa página da SPA, onde pode ser acessado.

Temos já concretizada aqui – e a Dra. Gabriella vai poder complementar isso – a própria plataforma de autoexclusão, que foi uma demanda que o próprio TCU nos apresentou naquele momento. Então, nós conseguimos levar a cabo essa plataforma – que é um sucesso, está funcionando de maneira bastante efetiva –, esses treinamentos.

E, também, como resultado desse grupo de trabalho foi celebrado um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Fazenda, a Secretaria e o Ministério da Saúde para compartilhamento de dados e informações para que o Ministério da Saúde possa ter um observatório por meio do qual se possa fazer a análise desses dados e trazer a resposta para a população.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, obrigada.

Mas ouvidoria, reclamações, denúncias... Vocês têm uma ouvidoria onde essas reclamações e denúncias podem ser feitas?

Doutor, só para encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO MACORIN – A gente se utiliza da plataforma do Governo, da CGU, para que o cidadão possa fazer as suas reclamações, ali é o canal específico, e os e-*mails* da Secretaria também estão disponíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atenção, brasileiros: denunciem se vocês observarem alguma irregularidade.

Dra. Gabriella, representante do Ministério da Saúde, do Departamento de Saúde Mental, obrigada por ter vindo – Dr. Fábio, obrigada também por ter vindo, viu?

Dra. Gabriella, muito obrigada. Dois minutos para tentar responder e agradecimentos finais.

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (Para expor.) – Está bem.

Bom, vamos lá. Acho que é isso que o Fabio trouxe. A gente está trabalhando bastante nesse compartilhamento de dados, entendemos que isso vai ser fundamental para a gente conseguir compreender um pouco mais como está a situação no Brasil.

Acho que é importante dizer que a gente tem pesquisas nacionais de 2023 que antecedem a regulamentação. Então, esses dados que a gente vem trazendo são dados que antecedem a regulamentação. E agora o Ministério da Saúde vai investir R$6 milhões numa pesquisa nacional pós-regulamentação para tentar entender também um pouquinho melhor como é que está esse comportamento de apostas, porque, pela pesquisa primeira, a gente tem cerca de 2 milhões de pessoas que têm comportamento de jogo de risco. A gente quer confirmar esse dado até para poder estimar melhor custos e qual vai ser o investimento devido na questão da prevenção.

Mas as campanhas já se iniciaram. A gente já tem bastante coisa publicada nas redes sociais do Ministério, principalmente, e isso tende a crescer. A Secretaria de Atenção Primária tem trabalhado fortemente, sim, na parceria com a gente, eles também trabalharam no curso de capacitação para rede. Então, tem um módulo que fala só da prevenção e da promoção da saúde na atenção primária. A gente tem dialogado bastante, eles participam também do processo de acompanhamento da oferta do teleatendimento, porque também estão sendo diretamente afetados por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente acredita que essa pesquisa da Unifesp – a gente está fazendo essa parceria com a Unifesp – vai conseguir estimar melhor o número de pessoas, e a gente poder avançar nessa questão dos custos.

A gente também já respondeu ao TCU algumas vezes. Então, já tem lá o acesso completo ao nosso plano de ação – que eu não vou detalhar aqui. Temos notas técnicas e a linha de cuidado já publicada, que orienta como acolher, para onde vai, como se encaminha, como se avalia. Então, isso tudo já está disponível para população e, principalmente, para os trabalhadores do SUS.

O que a gente precisa fazer agora é investir na implementação dessa linha de cuidado e de fazer chegar a mais pessoas, porque o curso já tem as 20 mil vagas completas. Então, a gente já tem 20 mil trabalhadores do SUS se qualificando, tanto da atenção primária quanto da especializada.

Então, tem bastante coisa ainda para a gente fazer, a gente precisa ainda investir bastante nisso, mas, enfim, estamos nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Gabriella.

Juliana, dois minutos.

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (Para expor.) – Olá! Estão escutando?

Dr. Rafael, é um prazer! Nós somos colegas, não é? Sou do Tribunal de Contas da Bahia e o senhor, do Tribunal de Contas aqui da União.

Eu fiquei com uma dúvida, Dr. Fabio. É o seguinte: se vocês têm acesso aos dados das pessoas através do CPF e à quantidade de dinheiro que elas gastam, vocês já não conseguem identificar a quantidade de ludopatas que a gente tem hoje no Brasil? E se, identificando isso, esse custo... por que vocês não nos trouxeram esse valor gasto por ludopata hoje, através do Governo Federal, porque a gente sabe quanto custa uma criança na escola. Então, assim, a gente sabe quanto custa uma pessoa que tem câncer, a gente sabe quanto custa uma pessoa hoje que tem acesso a essas necessidades estatais. Vocês já sabem quanto custa um ludopata hoje aqui no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO MACORIN (Para expor.) – A identificação de um ludopata – e aí eu falo pela experiência que eu tenho tido com a regulação das apostas, mas acho que a Dra. Gabriella é mais habilitada para falar do que eu – não depende exclusivamente do montante que é apostado pela pessoa, porque dentro desse ambiente de 30 milhões de apostadores, temos diversas classes sociais diferentes, a capacidade econômica dessas pessoas.

Então, para se identificar dentro do ambiente brasileiro e dos apostadores nacionais, estão sendo realizados estudos dentro desse ambiente de trabalho de cooperação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Fazenda, exatamente para estabelecer esses marcadores, delimitar quais são os indicadores que levam à conclusão de que uma pessoa é efetivamente um ludopata, para que, assim, sejam feitas as ações em relação a essas pessoas.

A SRA. GABRIELLA DE ANDRADE BOSKA (Para expor.) – Nós temos trabalhado nessas diretrizes porque entendemos que a função das plataformas é identificar o jogo de risco e possíveis jogadores problemáticos. Eles não podem fazer a identificação de um transtorno do jogo, isso é competência do profissional da saúde, médico principalmente.

Então, a ideia das diretrizes é apresentar quais são os parâmetros e critérios mínimos de monitoramento para que eles identifiquem comportamentos de risco e possíveis problemas e façam o encaminhamento adequado dessas pessoas para o Sistema Único de Saúde, para eles terem acesso a um profissional, que vai fazer o diagnóstico.

A SRA. JULIANA PRATES CAMINHA (Para expor.) – Está bom.

Eu só vou fazer uma pergunta, porque, como auditor, a gente sempre pergunta... Porque as respostas, normalmente, dos estados, são sobre grupos de trabalho: primeiro grupo de trabalho, segundo grupo de trabalho, décimo grupo de trabalho... E a gente nunca vê uma solução efetiva desse trabalho.

Vocês têm um prazo hoje? Porque a gente começou isso em 2018, regulamentou em 2023, estamos hoje em 2026. Existe um prazo?

O SR. FABIO MACORIN (Para expor.) – Conforme a gente já mencionou aqui hoje, no grupo de trabalho dessas sete temáticas que eu mencionei, já foram feitas algumas entregas. Nós já temos a plataforma de autoexclusão centralizada, nós já temos alguns treinamentos dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caps, temos um curso voltado aos cidadãos. Então, pelo menos os grupos de trabalho que são realizados dentro da Secretaria de Apostas são grupos de trabalho que sempre buscam resultados e fazem entregas. Nós temos o grupo de trabalho com o Ministério da Saúde, nós temos grupos de trabalho junto ao Ministério do Esporte, que eu tenho aqui, inclusive, um manual produzido para enfrentamento aos casos de manipulação de resultados, que eu trouxe para entregar para a Senadora.

Então, a rigor, dentro da SPA... Existe realmente uma conversa, no setor público, de que, quando não se quer resolver um problema, cria-se um grupo de trabalho. Isso, na SPA, eu lhe garanto que não se aplica, porque todos os nossos grupos de trabalho têm entregas e têm produtos que estão sendo trazidos para a população.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não se esqueça de me entregar o manual.

Dr. Roberto, dois minutos.

O SR. ROBERTO LASSERRE (Para expor.) – Prometo, Senadora, que vão ser dois minutos. Agradeço muito a sua benevolência. Falei muito, mas, quando a gente está do lado da mesa, a gente precisa dialogar com a população.

Dra. Fernanda, a Defensoria Pública é fundamental. Parabéns por a senhora estar aqui. A senhora viu ali, 79% nas classes C, D e E... D e E é uma coisa absurda, e é exatamente o público-alvo da Defensoria. A gente conta muito com a Defensoria Pública.

Quero dizer à representante do Ministério Público que os números internacionais dizem que entre 1% e 5% da população mundial de onde os jogos são legalizados, das populações, passam a ser ludopatas. A gente pode ter de 2,5 milhões a 10 milhões de brasileiros ludopatas. Eu não sei quanto cada um desses custa, mas essa é uma grande realidade, então não deve fugir disso no Brasil. Talvez a média seja maior em relação a isso.

E falar ao povo, Senadora – falar ao povo. O Movimento Brasil sem Azar é um movimento que vem da sociedade civil. É falar ao povo que tem saída. Quem está assistindo agora que tem alguém na família, quem está assistindo agora que é ludopata, que está caminhando nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho, nessa estrada ruim, está pavimentando essa estrada ruim: tem saída, procure sua família, procure profissionais qualificados, procure comunidades terapêuticas...

Se o serviço público não conseguir absorvê-lo, procure comunidades terapêuticas, porque, na verdade, o tratamento é o mesmo da droga química, tá? Então, procure, porque há saída, sim. Nós temos grandes exemplos de pessoas que mergulharam nesse mal e depois saíram.

Dá um toque de esperança dizer que existe uma luz no fim do túnel e que você pode sair desse mal que você está vivendo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chegamos ao final da nossa audiência.

Eu quero lembrar que eu recebi, ao longo da audiência, o relatório final do plano de ação do Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático, e eu o folheei; está muito bom o relatório e está disponível. Eu só acho que vocês botaram um apelido, "jogo problemático", mas é jogo do cão, é jogo de azar! Vocês estão sendo bonzinhos botando apelido no nome do jogo do cão. A Doutora está me dizendo que está disponível o relatório no *site* do Ministério da Saúde.

Também estou recebendo o Manual de Enfrentamento à Manipulação de Resultados Esportivos, bem interessante. Também está disponível...?

O SR. FABIO MACORIN (*Fora do microfone*.) – No *site* da Secretaria...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No *site* da Secretaria de Apostas vocês podem consultá-lo.

Tudo isto aqui é material para pesquisa também, gente, e para contribuir. Ver um relatório desse pode contribuir com o Ministério da Saúde.

A gente encerra esta audiência; só vou trazer uma fala.

Uma das coisas que eu vou fazer quando me levantar aqui da mesa é que eu vou assinar uma emenda à medida provisória do Desenrola. Quanto desenrola nós vamos ter daqui para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente, eu não sei, e a minha emenda que eu estou apresentando à medida provisória do Desenrola é porque... O que é o Desenrola? São pessoas que estão endividadas, e nós vamos ajudá-las a desenrolar a sua vida – que o TCU considere isso, por favor. Anote bem que eu vou falar, TCU: está lá a proposta de que quem participar do Desenrola por seis meses não faz jogo de aposta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

Pode falar.

O SR. FABIO MACORIN – No programa Desenrola das famílias, quem aderir ao programa de renegociação tem que ficar um ano...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. FABIO MACORIN – O que surgiu agora é o Desenrola de inadimplentes do Fies, e aí foi estabelecido o prazo de seis meses.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas vou botar um ano de novo, tá, Doutor? Vou botar um ano de novo. Na emenda que eu vou apresentar agora é um ano.

Agora, eu quero que vocês entendam o seguinte: a conta chegou. Liberamos as *bets*; as pessoas se superendividaram; aí agora eu venho como Governo e entrego para eles o Desenrola. Na hora de a gente fazer a conta – foi o que você perguntou, Juliana: quanto custa um ludopata? –, os valores do Desenrola vão ter que ir para essa equação, porque não é justo aquele pobre coitado que está lá na ponta, aquele cidadão brasileiro que não está conseguindo pagar a sua conta porque a crise econômica bateu à porta, porque nós estamos com crise mundial, nós estamos com guerras no mundo, nós estamos com problemas climáticos, nós temos problema de economia com a péssima condução deste atual Governo na economia! Então, realmente, o brasileiro está endividado, mas nós temos um brasileiro endividado que está nesse pacote e que jogou, e ele vai para o Desenrola agora. Não é justo com aquele que não jogou!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, quando o TCU for fazer essa conta, que não se esqueça de trazer para a equação o Desenrola e os programas de incentivo que nós estamos dando aí, Brasil afora, para pessoas que estão endividadas por causa das *bets*!

Incentivou-se essa pessoa a jogar, ela se tornou dependente do jogo, e agora a gente vai ter que pagar a conta dela. Então, o assunto é extremamente delicado.

Dr. Fabio, eu lhe desejo muita sorte. Eu juro que eu não aceitaria um emprego... Deve ser um desafio estar onde o senhor está, mas o Brasil precisa ser cuidado. Alguém tem que se dispor.

Dra. Gabriella, sucesso no seu trabalho. Que Deus lhe dê estratégias, sabedoria; que a sua equipe consiga encontrar respostas.

Juliana, obrigada pela participação da sociedade civil.

Roberto, os que participaram *online* – eles não estão mais conectados –, Instituto Alana, os demais que participaram, obrigada.

Eu acho que esta audiência alcançou seu objetivo proposto. E nós vamos ter outros debates. Mesmo que os senhores não venham para expor, podem acompanhar a próxima audiência, pedir para um servidor vir e acompanhar os debates da próxima audiência – que dia vai ser? (*Pausa.*)

Dia 7 de julho, na próxima semana.

Já convocaram aquele doutor lá do TCU? Vamos lá atrás dele. A defensora também; vamos trazê-la para a mesa.

Então, nós vamos continuar o debate.

Agradeço a todos que acompanharam – muita gente! Nós estamos ao vivo. O Brasil inteiro está acompanhando este debate. Muito obrigada a todos que acompanharam.

E o que nós mostramos aqui? Eu sou uma Senadora de oposição, mas preciso reconhecer também as coisas boas do Governo. Eles estão tentando. É difícil para eles. Estão tentando dar um jeito, consertar, pôr ordem na casa, e eu preciso parabenizá-los porque estão tentando. Quando a gente pega um relatório deste aqui, tem nome de especialistas aqui. Tem servidores naquele ministério com mestrado, doutorado tentando fazer entregas. Então, eu também preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer aqui este elogio às tentativas, mas também não deixar de elogiar a sociedade civil, porque, se vocês não fizerem as provocações, isto aqui não acontece.

E quero mostrar para o Brasil que o Parlamento também está preocupado. E aí, doutores, quero dizer que este é um assunto de direita e de esquerda. Não tem uma divisão aqui no Congresso. Os Deputados da esquerda são contra, os da direita são a favor... Não. Se vocês olharem, eu sou Relatora do projeto de lei de Randolfe. Eu sou uma Senadora da direita relatando um projeto de lei do Randolfe que proíbe a publicidade. Então, o tema nos une. Esse tema, essa preocupação, une Parlamentares de todos os partidos, de todas as ideologias. Então, não existe esquerda, direita, contra ou a favor; existe um Parlamento preocupado com o que está acontecendo, inclusive fazendo mea-culpa, cortando na pele. Erramos? Erramos em liberar? Então, o Parlamento realmente está se debruçando, e esta Comissão está se debruçando sobre o tema.

Agradeço a todos. Muito, muito obrigada. E ajudem-nos, porque as decisões são tomadas aqui. Às vezes a gente toma uma decisão tão ruim para vocês colocarem na prática... Não nos deixem tomar uma decisão errada. Ajudem-nos, orientem-nos, doutores – os senhores também –, para que a gente tome a decisão certa.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta audiência. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Romário e Hermes Klann. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Ciclo de debates sobre direitos humanos das crianças, adolescentes e jovens". Participantes: Aline Pinheiro Braz dos Santos, Conselheira do Conselho Tutelar de Goiânia; Katy Braun do Prado, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude - ABRAMINJ; Maurício Cunha, Presidente da ChildFund Brasil - Fundo para Crianças - Doutor em Políticas Públicas; Renato Godoy, Gerente de relações governamentais do Instituto Alana; e Juliana de Souza Nunes, Cofundadora do Instituto Mãos Solidárias. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Serão dez minutos de fala, mas, se precisar expandir um pouco mais, sem problema.

Nós vamos ter criança no auditório. Então, a gente vai tentar falar das nossas dores, das nossas amarguras, das nossas expectativas, mas num tom... Entendendo que nós vamos ter criança aqui e que temos crianças nos assistindo.

Desejo a todos vocês uma boa audiência.

Quem precisar falar e sair fique à vontade. É só dar um toque quem estiver *online* no *chat* que vai precisar sair, mas seria bom todos ficarem até o final.

É uma audiência para comemorar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o aniversário, mas é uma audiência também para a gente olhar para a frente.

Confesso a vocês que nós estamos de luto nesse final de semana, depois da operação no Rio Grande do Sul em que dois empresários são presos com 100 *terabites* de imagens, e não estão presos.

Eu me questiono, confesso que eu me questiono: o que é que está errado no Brasil? Nós estamos aplaudindo a impunidade. Inclusive, eu gostaria muito de que a gente caminhasse esta audiência, para que, no final, a gente pudesse fazer um encaminhamento.

Eu acho que o encaminhamento que a gente poderia sugerir – e vocês que estão *online* e os que estão aqui presentes vão falar – seria uma diligência da Comissão ao Rio Grande do Sul para a gente entender. Eu sei que a gente tem interpretação jurídica diferente, com relação a essa prisão, mas a gente precisa dar uma resposta para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sejam todos bem-vindos.

Convidados, tem banheiro aqui atrás, certo? Se precisarem usar, fiquem à vontade.

E obrigada aos meninos que vieram tocar, está bom?

Nós já vamos começar. (*Pausa.*)

Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 6 de julho de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 8, de 2025, aprovado nesta Comissão, para debater os direitos humanos das crianças, adolescentes e jovens.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Senhores, Senadores que estão nos acompanhando *online*, público que está nos acompanhando pela TV Senado, pelas redes do Senado, e os queridos que estão aqui presentes no Plenário, às vésperas dos 36 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), celebrado em 13 de julho de cada ano, esta audiência nos convida não apenas a celebrar esse importante marco de proteção integral, mas sobretudo a refletir sobre os desafios que ainda persistem para a efetiva garantia dos direitos de crianças e adolescentes em nosso país.

A realização desta audiência reafirma o compromisso constitucional desta Comissão com a defesa da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da prioridade absoluta assegurada às crianças e aos adolescentes pelo art. 227 da Constituição Federal.

O requerimento que deu origem a este ciclo de debates parte de uma constatação preocupante: apesar dos avanços normativos conquistados nas últimas décadas, crianças, adolescentes e jovens permanecem entre os grupos mais expostos às violações de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos em nosso país. Essa realidade desafia o Estado brasileiro e impõe ao Parlamento a responsabilidade de avaliar, aperfeiçoar e fortalecer os instrumentos legais e institucionais destinados à sua proteção.

Segundo levantamento divulgado a partir dos dados do Disque 100, registrou-se, em 2024, um recorde absurdo de 657 mil denúncias de violações de direitos humanos, das quais 289 mil, pasmem, envolvem crianças e adolescentes no país. Os números do Disque 100 evidenciam a magnitude do problema, e quem não se toca com isso tem alguma coisa errada.

Dados complementares demonstram que a violência contra crianças e adolescentes permanecem em níveis alarmantes.

Segundo o relatório do Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes do Brasil de 2021-2023, elaborado pelo Unicef e pelo Fórum Brasileiro de Segurança, 15.101 crianças e adolescentes de zero a dezenove anos foram vítimas de mortes violentas intencionais, entre 2021 e 2023, enquanto 164 mil foram vítimas de estupro ou estupro de vulnerável no mesmo período.

O estudo evidencia ainda que 91,6% das vítimas de mortes violentas tinham entre 15 e 19 anos, sendo 90% do sexo masculino e 82% negras, o que revela a profunda desigualdade racial e etária presente na violência letal do Brasil.

Esses números, entretanto, representam apenas parte da realidade. Diversas violações permanecem invisíveis, sejam pelo medo de denunciar, pela ausência de canais acessíveis, pela dificuldade de identificação das vítimas ou descrédito da sociedade nos órgãos de proteção.

Casos de negligência, violência doméstica, abuso sexual, exploração econômica, trabalho infantil, abandono escolar, aliciamento por organizações criminosas e violência digital continuam a atingir milhares de crianças e adolescentes em todas as regiões do Brasil.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, cada violação representa muito mais que um episódio isolado. Ela compromete o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da vítima, fragiliza vínculos familiares e comunitários e amplia ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão e violência. Seus impactos repercutem diretamente sobre os sistemas de saúde, educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência social, segurança pública e justiça, impondo elevados custos sociais e econômicos ao Estado e à sociedade.

Nos últimos anos, o Brasil consolidou um importante arcabouço jurídico de proteção, liderado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Estatuto da Juventude e por diversas políticas públicas intersetoriais. Contudo, permanecem desafios relacionados à implementação efetiva dessas normas, como as desigualdades regionais na estruturação dos conselhos tutelares, insuficiência de equipes especializadas, dificuldades na integração entre os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, limitações orçamentárias e deficiências na produção de dados capazes de orientar decisões.

Também merece destaque o fortalecimento das políticas de prevenção. Investir precocemente em educação de qualidade, fortalecimento das famílias, primeira infância, saúde mental, proteção social e participação juvenil produz resultados muito mais efetivos do que atuar apenas após a ocorrência das violações.

Ao reunir representantes de diversos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, esta Comissão reafirma sua convicção de que a proteção integral depende da atuação coordenada de toda a sociedade.

Que esta audiência produza diagnósticos consistentes, recomendações responsáveis e propostas efetivas para o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa permanecerá acompanhando esta agenda com seriedade, responsabilidade institucional e absoluto compromisso com a promoção da dignidade humana, da cidadania e da proteção integral daqueles que representam o presente e o futuro do nosso país.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, nós vamos prestigiar uma apresentação musical preparada para este momento.

Eu convido os músicos Camille Neves Santana, nossa clarinetista, e Caio Henrique Neves Santana, nosso trompetista, e eu vou pedir a eles para tocar apenas uma música agora, e a segunda música nós vamos tocar quando as crianças chegarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser assim? Está?

É uma honra ter vocês conosco.

E quero dizer que eles são filhos de uma servidora nossa aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Vamos iniciar com Camille, que irá tocar o Hino a Brasília.

Poucas pessoas conhecem o Hino a Brasília. Então, nós vamos agora assistir a uma apresentação de Camille, que irá tocar o Hino a Brasília.

E depois, quando as crianças estiverem aqui, é uma música mais alegre, mais festiva. Eles tocarão Dias de Elias, que celebra a fé e a presença de Deus.

Com vocês a nossa clarinetista Camille.

Camille, que alegria ter você aqui.

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Obrigada, obrigada.

Olha, o nosso sonho é que todo adolescente, todo jovem tenha acesso à cultura, à educação, como eu sei que vocês estão tendo. Que Deus abençoe vocês. Na segunda apresentação, eu chamo vocês novamente, está bom?

Obrigada.

Eu quero compor a nossa mesa de debate, agora, convidando para presencialmente estar conosco Gustavo Henrique da Silva Camargos – quero convidá-lo para compor a mesa –, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal.

Seja bem-vindo, Gustavo. (*Pausa.*)

O.k..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está conosco, também de forma presencial, Aline Pinheiro Braz dos Santos, Conselheira do Conselho Tutelar de Goiânia.

Seja bem-vinda, Aline. (*Palmas.*)

O Gustavo daqui a pouco ocupa a mesa. Nós tivemos um acidente de trânsito aqui próximo, e tanto as nossas crianças como o Gustavo ainda não conseguiram chegar ao Senado.

Nós temos convidada, por videoconferência, a Magistrada Katy Braun do Prado, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude.

Muito obrigada, Dra. Katy, por ter aceitado o convite para estar conosco.

Temos ainda como convidado – e eu já o convido para compor a mesa de forma *online* – Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana, um instituto que é parceiro do Congresso Nacional na luta pela proteção e defesa dos direitos das crianças e do adolescente.

Obrigada, Renato.

Eu acho legal que o Instituto Alana, a cada audiência, manda uma pessoa. Isso é incrível – incrível. Na semana passada, a gente estava com uma outra representante; na outra semana, uma outra representante, o que mostra quanta gente boa nós temos no Instituto Alana.

E temos a alegria de ter conosco o querido Maurício Cunha, que já virou Senador de tantas vezes que Maurício Cunha está aqui com a gente no Senado.

Ele é Presidente da ChildFund Brasil, Doutor em Políticas Públicas e foi o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Governo Bolsonaro.

Cada convidado nosso terá dez minutos para exposição, mas nós vamos deixá-los à vontade.

Se precisarem ultrapassar os dez minutos, fiquem à vontade. A mesa apenas vai comunicar que já chegaram aos dez minutos, apenas para os senhores terem um controle do horário, mas fiquem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos começar a nossa audiência de forma *online* e vamos ouvir primeiro a Dra. Katy Braun do Prado, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude.

Dra. Katy, seja bem-vinda.

Nós estamos comemorando, Dra. Katy, o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eu era uma jovem apaixonada pela pauta da infância e, em 1988, eu estava aqui nos corredores do Congresso Nacional como ativista – 1986, 1987, 1988 –, durante a Constituinte, para a gente ter a garantia, na Constituição, de que criança e adolescente no Brasil tinham que ser prioridade absoluta.

Depois eu continuei a minha caminhada como ativista para a gente ter o ECA, porque eu sou da época, Dra. Katy, do Código de Menores. Eu sou da época em que os meninos e meninas eram algemados. Eu acompanhei crianças de oito anos sendo algemadas na rua.

Sou da época em que nós não tínhamos um conselho tutelar, porque o conselho tutelar vem aí com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o advento da Constituição de 1988.

Então, Dra. Katy, depois de tantos avanços normativos, o que mudou e o que precisamos mudar no Brasil?

Seja bem-vinda.

E é uma alegria ter uma magistrada, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude, conosco nesta audiência.

Dez minutos, Dra. Katy.

É uma alegria tê-la conosco.

A SRA. KATY BRAUN DO PRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Vocês me ouvem bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, muito bem, Doutora.

A SRA. KATY BRAUN DO PRADO (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Senadora Damares, Presidente desta Comissão, é uma alegria estar com a senhora novamente, quero cumprimentá-la. Também cumprimento as autoridades presentes, os colegas expositores, os representantes do sistema de garantia de direitos.

Eu falo em nome da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude. (*Pausa.*)

Tivemos um problema aqui, mas eu falo em nome da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, que congrega mais de 600 magistrados de todo o país, comprometidos com a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Essa temática que me foi atribuída diz respeito à efetivação da proteção das crianças e dos adolescentes com relação aos desafios da efetividade do ECA.

Eu inicio, Senadora, destacando algo importante, que o Brasil não sofre pela ausência de legislação. Pelo contrário: nós temos um dos mais avançados sistemas normativos de proteção integral do mundo. E o que ainda nos desafia é transformar direitos reconhecidos em direitos efetivamente vividos.

A realidade demonstra que milhares de crianças e adolescentes no Brasil continuam expostos à violência, à negligência, à exclusão social e a múltiplas formas de vulnerabilidade.

Os dados apresentados para esta audiência revelam a magnitude desse desafio e reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

Quando falamos em infância, é fundamental iniciar pela primeira infância, o período em que se estruturam as bases cognitivas, emocionais e sociais que acompanharão a pessoa por toda a vida.

A primeira infância não poderia ser vista como uma pauta setorial, na visão da Abraminj, porque ela seria uma estratégia de desenvolvimento nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os investimentos realizados nos primeiros anos de vida produzem impactos positivos na educação, na saúde, na redução da violência e na produtividade econômica futura. Por isso, é indispensável fortalecer políticas públicas de acompanhamento familiar, atenção à gestante, desenvolvimento infantil, apoio às famílias vulneráveis e integração entre a saúde, assistência social e a educação, especialmente por meio da implantação, em todo o país, do Programa Criança Feliz, que recentemente foi incorporado ao Suas como uma política pública.

Um outro ponto fundamental da nossa observação diz respeito à convivência familiar e comunitária.

Quando falamos sobre esse tema, frequentemente o debate se concentra no acolhimento institucional e na adoção. Ambos são institutos relevantes, mas é preciso lembrar que a principal política de convivência familiar não é a adoção; é o apoio para as famílias, a fim de que elas possam exercer adequadamente as suas funções de cuidado e proteção.

Nenhuma criança deve ser afastada da sua família por razões exclusivamente associadas à pobreza, à ausência de acesso a serviços públicos ou à falta de apoio estatal.

Fortalecer a convivência familiar significa ampliar as políticas de assistência social, apoio e parentalidade, tratamento para dependência química, acompanhamento psicossocial e suporte às famílias extensas, que são alternativa para essa convivência familiar quando os pais falham.

Também precisamos enfrentar uma das mais graves emergências contemporâneas, a saúde mental de crianças e adolescentes.

Nós temos uma lei antimanicomial, Senadora, que impede que crianças e mesmo adultos sejam institucionalizados em hospitais, os antigos manicômios, para permanências prolongadas. Entretanto, a falta de opções de política pública de saúde mental tem transformado os abrigos, as instituições de acolhimento institucional da área da assistência social, em verdadeiros manicômios, porque hoje, especialmente nas instituições que acolhem adolescentes, nós temos quase que a totalidade deles com doença mental, crianças e adolescentes que foram rejeitados por suas famílias, que não deram conta da tarefa de cuidar.

Então, os magistrados da infância observam diariamente casos de automutilação, ansiedade severa, depressão, ideação suicida, sofrimento decorrente da violência doméstica, da violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexual e outras situações de profundo abalo emocional, e a rede pública de saúde ainda é insuficiente na maioria dos municípios.

Precisamos fortalecer os Caps, ampliar equipes multiprofissionais, garantir psicólogos e assistentes sociais nas redes de atendimento e investir em ações preventivas junto às famílias e às escolas.

E, dentro desse contexto, há um tema que merece ingressar de forma mais consistente na pauta brasileira, e eu aqui cumprimento o Instituto Alana, que se faz presente, que muito tem colaborado nessa discussão, que é o impacto das redes sociais, dos ambientes digitais, sobre a saúde mental de crianças e adolescentes.

O ECA Digital foi um grande avanço e isso não se nega, mas nós ainda observamos a crescente exposição de crianças e adolescentes a conteúdos inadequados nas redes sociais, além do fato de que as famílias não têm ideia do que tem sido feito com a imagem dos seus filhos e filhas publicada na internet.

Com o advento bem recente de uma resolução do CNJ, exigindo alvará para trabalho artístico infantil, os juízes da infância têm recebido milhares de pedidos de alvarás para crianças recém-nascidas participarem de atividades nas redes sociais, a pretexto de isso ser considerado uma atividade artística. E, nesse aspecto, o Parlamento Europeu, o Reino Unido e a Austrália já discutem a implementação de mecanismos destinados a ampliar a proteção das crianças e adolescentes no ambiente digital, incluindo debates sobre limites de idade para acesso a determinadas plataformas. Talvez tenha chegado o momento de nós avançarmos nessa discussão.

Um outro ponto que merece destaque, Senadora, é o acesso à creche.

A creche não é apenas uma política de apoio aos pais trabalhadores; é uma política de desenvolvimento infantil.

É na educação infantil de qualidade que se identificam precocemente situações de vulnerabilidade, que se promovem estímulos fundamentais ao desenvolvimento e que se reduzem desigualdades que frequentemente acompanham as pessoas por toda a vida. Por isso é fundamental ampliar o número de vagas, fazer valer o Plano Nacional de Educação, qualificar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços ofertados e garantir a inclusão efetiva de crianças com deficiências e de crianças em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, vale registrar aqui um avanço a partir da atuação dos tribunais de contas, com monitoramento de indicadores, fiscalização da execução orçamentária e estímulo ao planejamento de ações voltadas à criança, mas ainda precisamos avançar muito.

Então, talvez uma das pautas mais importantes que nós possamos promover nesta Casa hoje seja a da efetiva prioridade orçamentária para a infância. Nós já avançamos na compreensão da necessidade de investimentos mínimos em saúde e educação, mas ainda precisamos aprofundar o debate sobre os mecanismos de fortalecimento e proteção dos recursos destinados à assistência social. Assistência social constitui a principal porta de entrada para inúmeras políticas de fortalecimento familiar, prevenção de violações de direitos, primeira infância e proteção de crianças em situação de vulnerabilidade. Não haverá fortalecimento de convivência familiar, prevenção de acolhimento institucional, promoção de saúde mental ou garantia de desenvolvimento integral sem uma rede socioassistencial adequadamente estruturada e financiada. Por isso pensamos que devemos avançar na discussão nacional sobre a destinação de recursos públicos para a assistência social, assegurando maior estabilidade, previsibilidade e efetividade às políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

E, para concluir, eu peço licença para uma reflexão. Quando nós discutimos primeira infância, convivência familiar, saúde mental, proteção nos ambientes digitais, acesso a creche e financiamento de políticas públicas, nós estamos tratando da mesma questão fundamental: qual é o lugar que as crianças e adolescentes ocupam no projeto de país que nós desejamos construir? Nós sabemos que a infância não vota, não participa dos espaços de poder, não possui estruturas organizadas de pressão política. Por isso, cabe às instituições da República dar voz aos seus interesses e assegurar que a prioridade absoluta prevista no art. 227 da Constituição não permaneça apenas no texto constitucional, mas esteja refletida nas leis, nos orçamentos, nas políticas públicas e nas decisões do Estado. Investir na infância não é apenas proteger crianças, é construir um país mais justo, mais seguro, mais desenvolvido e mais humano.

Muito obrigada, Senadora, por convidar a Abraminj para participar desta discussão. Nós estaremos com a senhora até o final deste evento, desejosos e franqueando aqui todo o apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos juízes da infância do Brasil para avançarmos na construção de um país mais justo e fraterno para as nossas crianças e adolescentes.

Parabenizo pela iniciativa. Vamos comemorar juntos aí o aniversário do ECA! Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Katy, muito obrigada.

Doutora, nós vamos tentar fazer a audiência meio, assim, bate-bola.

Quando o processo chega à sua mão é sinal de que nós aqui no Legislativo falhamos, o Executivo falhou, a sociedade falhou. E às vezes, Doutora, a gente cobra de vocês, juízes, o que deveria ser cobrado de todos nós do lado de cá. E uma cobrança que estava acontecendo muito nesse final de semana, Doutora, se a senhora se sentir à vontade de falar, é sobre a operação que aconteceu no Rio Grande do Sul, na semana passada, em que dois empresários foram presos com 100 terabytes de imagens de violência contra criança.

Deixem-me explicar para quem não consegue entender o que são 100 terabytes: são 50 milhões de imagens, são em torno de 50 mil horas de imagens.

Eu lembro, Dra. Katy, que em 2024, aqui no Senado, nós prendemos um servidor do Senado que tinha 2 mil imagens. Nós achamos um horror. Dois anos depois, prendemos um advogado no Rio de Janeiro com 20 mil imagens. Aí nós achamos assim: "Não, limite do limite!". Aí quando foi em 2024, Doutora, eu estava lá em Canoas, na semana, no Rio Grande do Sul, em que um empresário foi preso com 200 mil imagens de violência contra criança, aí eu disse: "Não, é um horror! Acabou!". Eu fui à tribuna e gritei, aqui, do Senado: "Nós vamos esperar quantos milhões agora?". Pois este ano, Doutora, um homem foi preso com 2 milhões de imagens. Aí nós gritamos, gritamos, e os nossos gritos e o eco desses gritos transformaram-se em o ECA Digital, porque a sociedade gritou. Mas aí, esse final de semana, eu não tenho 2 mil imagens, eu não tenho 200 mil, eu não tenho 2 milhões, eu tenho 50 milhões de imagens, eu tenho 50 mil horas de vídeos. E aí, Doutora, está na mão dos magistrados lá, e o que deixou todo mundo muito aflito é que os dois empresários ficaram 24 horas somente presos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é, Doutora: enquanto tiver demanda, haverá oferta? Nós temos que conter a demanda, e esses dois homens que representam a demanda estão soltos. A senhora pode se posicionar com relação a isso? A senhora fique bem à vontade, Doutora, mas é a indignação da sociedade que está chegando desde o final de semana, desde sexta-feira. Meu gabinete não para de receber mensagem, meu telefone não para, e hoje, nesta audiência, todo mundo gostaria muito de ouvir sobre isso. A senhora gostaria de se manifestar?

A não permanência desses dois empresários... Eu sei que nós temos um Código de Processo Civil, sei que nós temos uma legislação, mas, se a gente não contiver a demanda, nós teremos ofertas, e ofertas, e ofertas. E nas imagens deles tinham bebês sendo torturados, Doutora. A senhora gostaria, a senhora pode se manifestar sobre isso?

A SRA. KATY BRAUN DO PRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, o assunto indigna todos nós, e, infelizmente, o Código de Ética da Magistratura não me permite fazer comentários sobre processos em andamento, especialmente de outros juízes.

Mas eu preciso dizer para a senhora que, apesar desta garantia constitucional que nós temos, da presunção da inocência, nós podemos confiar no Judiciário brasileiro. O processo, eu tenho certeza de que vai ser julgado com rapidez e que a resposta estatal virá.

Mas isso me chama a atenção, Senadora, para um outro fato. As crianças retratadas nessas imagens catalogadas pelos criminosos não são, necessariamente, crianças que estavam em situação de abuso sexual ou de tortura, efetivamente.

Essas crianças, essas imagens podem ter sido tiradas das nossas redes sociais quando nós postamos as fotografias das crianças das nossas famílias tomando um banho de piscina, em momentos de introdução alimentar, porque a bandidagem tem transformado, por meio de inteligência artificial, essas imagens que retratam a pureza e a alegria das crianças em material para o cometimento de crimes.

Então, quanto a esse crime em si, eu tenho certeza de que virá uma resposta adequada do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, mas o meu convite aqui é para as famílias refletirem e pensarem: será que nesses milhões de imagens que foram encontradas não estão imagens das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças da sua família, que foram colocadas nas redes sociais na maior ingenuidade da nossa parte?

Então, infelizmente, não posso colaborar mais do que isso, Senadora, mas digo para a senhora: vamos confiar na resposta que virá do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Que fique o alerta: quem está falando é uma juíza, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude. Esses juízes lidam todos os dias com situações de violência contra a criança. E ela faz um alerta: famílias brasileiras, crianças tendo perfis em redes sociais, adolescentes com perfis em redes sociais, postar imagens de criança nas redes sociais, será que não está na hora de a gente vir como sociedade também e depois não cobrar do juiz, da polícia e da Senadora aquilo que a sociedade poderia ter evitado?

Nós já temos países trabalhando para que adolescentes com menos de 16 anos não tenham perfis nas redes sociais. No Brasil, a gente já tem um limite de idade, mas, infelizmente, eu vejo pais fazendo o perfil para criança, eu vejo pais, inclusive, mentindo a idade da criança e fazendo um perfil para criança nas redes sociais.

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora Maurício Cunha, Presidente do Fundo para Crianças, Doutor em Políticas Públicas e que já foi o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dr. Maurício, só quero lembrar que nós temos criança no auditório, então, quanto à forma como nós falarmos – acabou de chegar aqui um grupo lindo de crianças e de adolescentes –, nós temos que falar com muito cuidado porque nós temos crianças nesta audiência que vieram para celebrar o ECA, porque o ECA é o instrumento deles, de proteção deles.

Então, Dr. Maurício, dez minutos. É uma alegria tê-lo conosco, mais uma vez, nesta Comissão.

O SR. MAURÍCIO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a oportunidade de contribuir com este debate, cumprimentar a senhora, cumprimentar os meus colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fazendo uma breve apresentação, então. Sou Maurício Cunha, estou como Presidente Executivo do ChildFund Brasil, que é o Fundo para Crianças; já fui Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Brasília, onde a gente pôde conhecer mais a fundo a realidade da infância brasileira e, à luz desse conhecimento e também de estudar bastante o tema é que eu trago a reflexão, a contribuição de hoje.

O ChildFund é uma organização internacional, nós estamos em 70 países, eu sou o responsável pela operação do Brasil. Aqui no Brasil nós alcançamos mais ou menos 250 mil crianças, adolescentes e jovens em projetos de transformação social, de desenvolvimento integral e levantamos a bandeira da proteção da infância como uma bandeira central da organização em nível global.

Neste ano, a gente faz 60 anos no Brasil, e a gente quer celebrar em grande estilo e contribuindo cada vez mais para uma infância segura, uma infância feliz e uma infância protegida no Brasil.

Então, para aqueles que quiserem conhecer um pouquinho mais o trabalho do ChildFund, o Fundo para Crianças, a gente está à disposição, atuando. Chegamos, no ano passado, a 23 estados brasileiros e a 200 municípios.

Eu quero trazer uma reflexão breve, abrangente, em alusão aos 36 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente àquilo em que a gente pôde avançar mais e àquilo que ainda temos como grandes desafios da sociedade na construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Em cima disso, Senadora, eu já vou querer fazer também algumas propostas bem concretas: como nós podemos avançar mais e como o ChildFund pode contribuir junto com a sociedade civil, o poder público, a comunidade, para que, de fato, a gente comece a mudar esse jogo, mudar a história da infância brasileira.

Primeiro, um pano de fundo: quero lembrar que o ECA é a expressão brasileira dos instrumentos da ONU que foram transformados em legislação nacional, na esteira da Convenção dos Direitos da Criança de 1989, da ONU. Já em 1990, o Brasil publicava o ECA, e o ECA inspirou a reforma de pelo menos 15 legislações na América Latina. Então, ele traz... Como a Doutora falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não temos uma carência de legislação, nós temos uma legislação que é considerada uma das melhores do mundo.

O nosso estatuto regulamentou o art. 227 da Constituição e é uma das primeiras legislações do mundo, completamente sintonizado com a Convenção dos Direitos da Criança da ONU, e ele traz a doutrina da proteção integral como seu fundamento. Esta doutrina tem três grandes princípios – nunca é demais lembrar, Senadora, pessoal, esses princípios da proteção integral –, que trazem relações de natureza vinculantes, não por favor ou filantropia, mas por política pública, por direito. O foco não é mais o objeto: a criança não é um objeto de intervenção, mas ela é um sujeito de direitos, e a relação desses sujeitos passa a ser dela, a com os outros sujeitos passa a ser a prioridade.

Então, crianças e adolescentes, antes meros objetos de medidas judiciais, hoje são protagonistas dos seus próprios direitos. Eles são pessoas em constante desenvolvimento – é o segundo pilar da doutrina –, ou seja, são sujeitos especiais, com peculiaridades emocionais, espirituais, físicas e culturais. Isso é muito importante para a gente entender a proteção da infância. Por estarem em especial condição de desenvolvimento, elas são dignas de serem cuidadas e protegidas, porque elas não estão plenamente maduras no seu desenvolvimento psíquico, físico, emocional. Por isso, elas devem ser preservadas de determinados conteúdos e de determinadas experiências.

Esse é o fundamento jurídico; não é apenas uma questão de moralidade, e a gente precisa reforçar cada vez mais esse pilar da doutrina da proteção integral – vou falar mais sobre isso adiante.

E, todos sabemos, crianças e adolescentes são prioridade absoluta – é o terceiro pilar da doutrina da proteção integral –, ou seja, a primeira razão de ser do Estado brasileiro. Isso significa, Senadora, que, se a gente fizesse a seguinte pergunta: "Qual a razão última de ser do Estado? Por que o Estado brasileiro existe?", a gente poderia ter n respostas para isso, mas a razão última é o cuidado ou a preservação ou a promoção ou a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, porque elas são prioridade absoluta. Isso está na Constituição, está no Estatuto da Criança e Adolescente. Se há dois interesses, o que deve ser levado em conta, em primeiro lugar, é o interesse da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do ordenamento jurídico, então, a gente gosta de citar os arts. 4º e 5º como a alma do Estatuto da Criança e do Adolescente. O 4º vai falar que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, ou seja, de todo mundo, assegurar, com absoluta prioridade, novamente, a efetivação dos direitos referentes à – e aí tem o rol dos direitos da criança e do adolescente, por isso que a gente está falando de uma grande complexidade, que tem a ver com várias políticas públicas –: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Enquanto houver uma só criança no Brasil que não tenha acesso a todos esses direitos, tem trabalho para a gente, e tem muito trabalho ainda pela frente.

E o artigo 5º vai falar do cuidado e da proteção contra as diversas formas de violência: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". Lembrando, aqui, que a omissão, portanto, também é crime, e que, enquanto tiver uma só criança sofrendo qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, tem trabalho para a gente. Tem muito trabalho para a gente.

E aí, eu quero brevemente aqui fazer só uma análise, considerando todo esse rol de direitos, todo esse rol de proteções devidas e que deveriam ser asseguradas à criança. Faço uma breve análise aqui da evolução dos direitos assegurados, com indicadores sociais, mas analisando na forma de um contínuo. O que eu quero dizer com isso? Não existe uma área em que a gente possa dizer, no Brasil, que isso está resolvido, que esse problema está resolvido na infância brasileira, que não tem mais nada para a gente fazer, como também não tem nenhuma área em que a gente avançou.

Então, eu vou fazer uma análise muito breve sobre aquilo em que eu entendo que a gente avançou mais, aquilo em que a gente avançou pouco – e aí eu coloco como desafios – e aquilo em que a gente, eu diria, não avançou, até regrediu. Então, no que a gente avançou mais, no que a gente avançou pouco – o que eu coloco como desafio – e no que a gente até regrediu, para a gente focar, aqui nesta manhã, brevemente, naquilo de que a gente tem que trazer evidências, neste aniversário de 36 anos do ECA, para a gente construir novos paradigmas, novas realidades para a infância brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria que a gente avançou mais proporcionalmente – de novo, na perspectiva de um contínuo, não significa que a gente resolveu no trabalho infantil: nós tínhamos muito mais crianças em situação de trabalho infantil há 36 anos do que hoje. Porém, dado recente mostra que, no ano passado, aumentou o número de crianças em situação de exploração do trabalho infantil para 1,6 milhão.

Mortalidade infantil: melhoramos muito; fomos um dos países que mais avançaram na redução da mortalidade infantil nos últimos 36 anos, proporcionalmente ao número de crianças.

Avançamos na educação fundamental no acesso, permanência e aprendizagem. Há 36 anos, 20% das crianças estavam fora da escola. Hoje, a gente praticamente universalizou o acesso, embora tenhamos, ainda, problemas de qualidade.

Crianças em situação de rua: tínhamos muito mais crianças em situação de rua há 36 anos do que hoje. Ainda temos, mas temos muito menos.

A política de convivência familiar e comunitária também avançou bastante. Antes, era a adoção à brasileira, a circulação livre de crianças. Hoje, nós temos – o CNJ faz um trabalho incrível – o Cadastro Nacional de Adoção. Nós temos mais famílias na fila para adotar do que crianças para serem adotadas. Embora a gente tenha um problema, ainda, com a adoção tardia, a adoção de crianças negras, de crianças com alguma enfermidade e de grupos de irmãos, avançamos. Temos que melhorar.

E avançamos também na estruturação, organização e atuação do sistema de garantia de direitos. O Brasil é o único país do mundo que tem conselho tutelar. Temos conselheiros tutelares, aqui, nesta audiência, que são atores legítimos, eleitos por sufrágio universal, portanto, com autoridade política e técnica para demandar, até do Prefeito, políticas públicas. Isso é um grande avanço.

Muito bem; temos aí alguns itens de avanço, mas quais são os desafios? No que a gente avançou muito pouco?

Eu diria que na intersetorialidade na atuação do sistema de garantia de direitos. Temos ainda ilhas de órgãos, compondo esse sistema, que não conversam entre si. A Lei 13.431, a Lei da Escuta Protegida, não foi ainda devidamente implementada no Brasil. Uma criança, para que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpra o ciclo de responsabilização do agressor e o cuidado psicossocial com ela, tem que repetir a violência sofrida de oito a dez vezes no Brasil. Isso é uma revitimização, isso é uma violência de Estado gravíssima.

No tema da letalidade infantojuvenil, somos um país ainda extremamente violento contra a criança; carecemos ainda de uma lei geral, de uma atuação qualificada, estruturada e reconhecida dos conselheiros tutelares. Temos o problema do Sinase, o sistema socioeducativo, em que ainda temos muito para melhorar. O OCA (Orçamento Criança e Adolescente) ainda é incipiente na maioria dos municípios.

Eu coloquei aqui, eu grifei, Senadora, as violências: a violência física, a violência psicológica, a sexual e a institucional. Neste item, eu diria que a gente não apenas avançou pouco, como também a gente regrediu. É o tema que a senhora está trazendo à tona com esse caso do Rio Grande do Sul. O advento da internet tornou a violência contra a criança algo...; trouxe para a violência contra a criança um crescimento exponencial. Eu posso dizer, sem medo de errar, que a violência contra a criança aumentou!

Nós temos um problema de naturalização da violência familiar, domiciliar. Mais de 80% das violências *offline* acontecem no ambiente familiar. Isso é gravíssimo! A criança não tem paz nem dentro de casa, e a internet tornou esse crime um crime exponencial.

Então, no tema da violência, nós regredimos, e é por isso que a gente precisa olhar com cuidado para esse tema.

O fortalecimento das competências protetivas familiares é um grande desafio. As famílias estão muito fragilizadas.

A saúde mental e emocional dos adolescentes, eu diria, é algo em que a gente também não avançou – talvez tenhamos regredido também, e a internet contribuiu para isso.

O tema das crianças migrantes: dados do Unicef de três, quatro anos atrás já apontavam alguns milhares de crianças migrantes no Brasil desacompanhadas dos pais, ou seja, ser criança já é ser vulnerável, ser criança migrante é ser mais vulnerável ainda, e ser criança migrante desacompanhada dos pais é a vulnerabilidade da vulnerabilidade! E nós temos alguns milhares de crianças nessa condição no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da desigualdade social e regional, da superação da pobreza, de novo aparece, e eu grifei aqui, a proteção digital. Dados do Unicef, que são um pouco antigos, mas a gente não mudou tanto assim, apontavam, em 2019, que metade das crianças brasileiras não tinha todos os seus direitos reservados, e que 19% – é muita criança, um quinto praticamente – sofriam ao menos uma vulnerabilidade considerada extrema, por exemplo, alguma violência ativa sofrida ou a falta de acesso à escola.

Então, nós temos ainda muito, Senadora, para avançar, se a gente quiser cumprir o que diz a Constituição: a criança no centro da agenda pública.

Há alguns dados também sobre o gasto social com jovens, que ainda é insuficiente.

Eu quero, para finalizar – o meu tempo já se esgotou –, trazer o tema da proteção digital, que é o que também a Senadora Damares trouxe aqui como um tema para a gente refletir hoje. É um tema central para o ChildFund, para o Fundo para Crianças. Quando eu falo que a gente regrediu no tema da violência, principalmente da digital, eu sei do que eu estou falando, porque nós entrevistamos, pessoal, 9 mil adolescentes – quase 9 mil adolescentes no Brasil – é bem representativo – de todos os estados brasileiros. E 54% dos adolescentes afirmam já ter sofrido algum tipo de violência sexual *online*, sem contar outras violências como o *cyberbullying*, outras violências graves que sofrem, que nós sofremos, a sociedade sofre no ambiente digital – dos adolescentes, mais da metade afirmou já ter sofrido uma violência sexual.

Os adolescentes brasileiros hoje não têm supervisão parental; apenas cerca de 30% deles – de 30% a 40% – têm qualquer tipo de supervisão parental. A grande maioria não tem e passa de quatro a seis horas em média na internet; ou seja, eles estão sozinhos nesse ambiente, sem a devida proteção, sofrendo toda sorte de abusos e violências.

O ChildFund tem um rol de pesquisa sobre isso, para aqueles que quiserem se aprofundar. Nós tivemos, inclusive, Senadora, algo inédito: publicamos agora, por ocasião do Maio Laranja, uma das primeiras pesquisas, pelo menos que eu conheça, com os perpetradores. Tivemos autorização do sistema de justiça para, no Distrito Federal, entrevistar os encarcerados que foram condenados por crimes virtuais contra a infância, para tentar mapear o caminho que eles fazem até a criança, e eles contaram para nós como que eles chegam lá. Com isso, nós queremos criar mecanismos de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o que a gente quer trazer de proposição, Senadora? A gente quer se unir a todo mundo que está aqui, todo mundo que tem interesse na causa da criança e do adolescente. A gente já oferece uma plataforma chamada Navegando Seguros, que é uma estratégia completa de proteção digital, que une *advocacy*, educação e tecnologia. A gente usou a metáfora "guiar as infâncias no oceano digital", para construir um ecossistema de segurança que conecta diferentes atores sociais. Inclusive, a gente tem um guia, um autodiagnóstico para gestores municipais avaliarem o nível de maturidade no cuidado com a navegação segura das suas crianças. A gente já oferece, por exemplo, minuta de projeto de lei, minuta de decreto municipal para facilitar a vida dos gestores. Criamos também uma escola de navegação, a Safe Child, Criança Segura, para as próprias crianças fazerem o nosso curso virtual com desenhozinhos, com brincadeiras, para elas aprenderem como se proteger no ambiente digital. Então, aqui está: navegandoseguros.org.br.

Mas o que nós, Senadora, queremos propor, então, nesta manhã? Poderíamos falar de muitas coisas, muitas ações, dentro dessa noção de que tem bastante ainda para a gente avançar, mas eu vou fazer uma proposta só, Senadora: que o Senado nos ajude com isso, que o tema da proteção *online* entre nos currículos escolares. Eu falo bastante que a gente ensina as crianças e adolescentes a se protegerem, a gente ensina a educação no trânsito. Então, só atravessar na faixa, cuidado com o sinal, olhar para os dois lados na hora de atravessar uma rua, sinal vermelho significa pare. Só que a criança não está mais no trânsito. Ela, infelizmente, não está nas ruas e praças das cidades; ela está na internet, e a gente ainda não tem os mecanismos de uma cultura. Os municípios ainda não estão trabalhando educação digital, proteção digital ou cidadania digital nas escolas.

Então, para a gente trazer uma proposta concreta, Senadora, e ser propositivo, pragmático aqui, nesta manhã, nós queremos propor a obrigatoriedade da educação digital ou da cidadania digital nos currículos escolares, mas não apenas para as crianças. Também que se trabalhe com campanhas de mídia e mesmo no próprio ambiente escola, envolvendo as organizações sociais, a educação dos pais e cuidadores – porque hoje nós vivemos uma geração em que os pais sabem menos de internet do que os filhos, e, por isso, as nossas crianças estão sozinhas, abandonadas; só 35% das famílias afirmam supervisionar os filhos na internet –, além da responsabilização das *big techs*. Só a família não vai dar conta disso, seria super-responsabilizar as famílias, as *big techs* também precisam ser responsabilizadas, pois elas são responsáveis por proporcionar que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo chegue até as crianças. O ECA Digital, como a Dra. Katy falou, trouxe avanços, mas a gente ainda precisa implementar esses avanços. Então, fica aqui a contribuição da ChildFund, de uma maneira propositiva, para a gente avançar nesses e em muitos outros temas que eu trouxe e em que a gente ainda avançou pouco ou até regrediu, sem perder de vista os demais em que a gente já conseguiu avançar bastante.

Obrigado, Senadora.

E mais uma vez agradecemos a oportunidade de contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maurício Cunha, pela participação. Fiquei feliz quando você falou sobre os avanços, mas confesso que preocupada com os não avanços.

Quando você falou da mortalidade infantil... Eu sou de uma época – sou filha de uma família muito pobre, de um pastor muito pobre – em que era muito comum, Maurício, na igreja, a gente perguntar para os membros da igreja "quantos filhos a senhora tem?" – isso no Sertão do Nordeste – e todas as mulheres respondiam: "Quatro vivos, dois mortos" ou "Cinco vivos, três mortos"... Quem se lembra dessa época? Tem gente aqui que vai se lembrar dessa época. Na minha família não tinha nenhum morto, e meu irmão achava que a gente era uma família diferente. E eu me lembro de que uma vez alguém perguntou à mamãe: "Quantos filhos a senhora tem?". E meu irmãozinho estava do lado. A mamãe disse: "Três filhos". Aí o meu irmão completou: "E um morto". A mãe disse: "Não, não tem nenhum morto". E ele: "Tem, mãe. Todo mundo tem um morto em casa". Era comum a mortalidade infantil naquela época.

Em 1982, Maurício, uma criança morreu no meu colo. Inclusive, foi essa menina que me trouxe muito para a luta. Ela se chamava Ecristânia. Eu não esqueço o nome da menina. Morreu no meu colo e morreu de fome, morreu de desnutrição extrema.

A gente avançou na mortalidade, mas você traz outros problemas aí que a gente não conseguiu ainda superar, mas eu queria dar uma boa notícia para o Maurício, para o Renato Godoy, do Instituto Alana, e para a Dra. Katy. Vai ser votado amanhã em Plenário... Ele está na pauta da CCJ, mas ele vai subir para o Plenário. E eu não sei se vocês leram, porque ele passou muito rápido na Câmara e, aqui ao Senado, chegou na sexta pela manhã. Na sexta tarde, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentei o voto. Na quarta, votamos na CDH, e ele já está indo para Plenário esta semana. É o projeto de lei ... Eu até peço que vocês leiam, por favor. É o Projeto de Lei 3.066,de 2025, que fala exatamente sobre ronda virtual nas redes, inclusive, trazendo para o agente policial que fará ronda nas redes uma série de proteção, aumentando a pena... É um projeto que foi construído por Ministério da Justiça, Polícia Federal e especialistas, mas que poucas pessoas leram. Então, eu desafio a Dra. Katy, o Renato e o Maurício Cunha. A Secretaria vai encaminhar para vocês, porque ele vai ser votado amanhã em Plenário – e eu acho que o Presidente Lula sanciona muito rápido. É mais uma legislação de proteção da criança, de que eu fui Relatora aqui. Então, agora, os policiais farão ronda virtual, com uma garantia de segurança para aquele policial que finge que é uma criança na rede ou que finge que é um predador para poder pegar o predador. Isso já é permitido, mas esse projeto vem com uma proteção maior para esse agente. Eu peço muito que a Dra. Katy, o Renato e o Maurício leiam esse projeto de lei.

Maurício, eu quero lhe agradecer pela contribuição. E as pessoas estão perguntando: "E a exposição que Maurício fez?". Vão ficar à disposição de todos vocês esses eslaides. Quem tiver interesse pode baixar, vai estar no Portal da Câmara, é liberado. É dessa forma que os nossos expositores colaboram com o Brasil. Parabéns, Maurício, por seu trabalho.

Antes de a gente ouvir o Instituto Alana, eu quero só registrar a presença no plenário de: Erika Reis, Conselheira Tutelar de Goiânia; Silvia Kelly, também Conselheira de Goiânia; Elisio Henrique Coelho, também Conselheiro Tutelar de Goiânia – deixaram Goiânia sozinha (*Risos.*) –; Pedro Lucas Costa, pesquisador da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down de Brasília; Thiago Vizioli, Gerente de Advocacy da Childhood Brasil; Mateus Frutuoso Pereira, Assessor Parlamentar do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; David Marcelo Rezende, Policial Militar da Polícia do Estado de Goiás – obrigada, David –; Rita de Cássia Fonseca, Conselheira do Instituto Flores de Aço; Juliana Cardoso, Presidente, e Juliana de Souza Nunes, cofundadora do Instituto Mãos Solidárias – são duas Julianas no Mãos Solidárias? (*Pausa.*) –; Kenaidy Amorim, Presidente do Núcleo Jurídico Cristão de Desenvolvimento Humano e Social de Juazeiro, na Bahia – bem-vindo, Pastor Kenaidy –; Andrea Lemos, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB de Águas Lindas – bem-vinda, Andrea – ; Silvano de Almeida, Pastor em Brasília; Rondinelly Rodrigues Barbosa, Conselheiro Tutelar de Goiânia – estou falando: deixaram as crianças sozinhas –; Kleyton Bandeira de Araújo, Conselheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Goiânia; e – agora, este nome aqui eu faço questão de ler, porque eu não vou acertar, mas eu vou ler – Muhamad Ali Muhtamad Fayyad – acertei? Aí! –, Conselheiro Tutelar de Goiânia.

Eu faço um convite para vir compor a mesa com a gente à Juliana de Souza Nunes, cofundadora do Instituto Mãos Solidárias.

E, nesse sentido, eu quero dizer que os meninos que estão aqui, os adolescentes que acabaram de chegar, são do Instituto Mãos Solidárias, uma das instituições mais incríveis que nós temos em Brasília, que faz um trabalho espetacular. Eu sou parceira dessa instituição -– Juliana, sente aqui do meu lado –, sou parceira, entusiasta do trabalho do Instituto Mãos Solidárias. Juliana, é uma alegria ter você e os seus meninos na nossa audiência. Deus abençoe.

Vamos ouvir agora o Instituto Alana, Renato Godoy, ainda de forma *online*; depois a gente vem para a mesa de forma presencial.

Bem-vindo, Renato.

O SR. RENATO GODOY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço o convite e a iniciativa, Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Damares.

Cumprimento também os meus colegas que compõem essa mesa de forma virtual e de forma presencial: Dra. Katy, Sr. Maurício Cunha, Sr. Gustavo Henrique da Silva, Sra. Aline Pinheiro.

Faço uma saudação especial aos conselheiros tutelares, tão importantes na construção e na efetivação dessa nossa grande conquista da sociedade brasileira, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Enfim, para a gente, é uma honra muito grande poder participar desta celebração.

Apresentando-me rapidamente, eu sou Renato Godoy, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana, que é uma organização que, há mais de três décadas, atua em defesa do direito de crianças e adolescentes e, portanto, é uma organização que tem, na sua trajetória, um processo de profundo apoio e de muita luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, para nós, é muito importante estarmos aqui neste momento de celebração, de reflexão e de apontamento para os desafios do século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ECA é um diploma aprovado lá em 1990, que resiste ao longo do tempo e tem a sua vigência desde então. Eu vou apontar aqui alguns desafios e vou evitar me repetir, porque acho que muitas das questões foram colocadas nas falas anteriores, de forma brilhante, pela Dra. Katy e também pelo Maurício, que trouxeram importantes desafios e importantes reflexões. Eu vou trazer aqui, então, uma reflexão e uma pequena digressão histórica também.

Lembro-os que, como o Maurício mencionou, o estatuto não surge isoladamente. Ele é uma concretização legislativa de uma profunda mudança de paradigma inaugurada pela Constituição de 1988, pelo art. 227, que é tão caro a todas e todos nós presentes aqui, que trata da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes e que também tem uma noção muito importante para a gente que é a noção da responsabilidade compartilhada por essa prioridade absoluta entre Estado, sociedade e família. Então, a gente tem essa inauguração que é muito detalhada posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eu acho que é importante... A Senadora mencionou logo no início que o ECA traz um rompimento com uma lógica que era preponderante na legislação brasileira, que era a lógica menorista, baseada na distinção entre crianças que viviam em uma situação irregular e as demais crianças. Então, a gente adota essa doutrina da proteção integral, tão bem detalhada pelo Maurício na fala anterior, em que é a primeira vez que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, destinatários de proteção prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado, nessa noção da responsabilidade compartilhada. E, como o Maurício mencionou – eu vou trazer aqui só alguns pontos específicos –, essa mudança jurídica produziu efeitos muito concretos.

Ao longo dessas três décadas, desses 36 anos sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil reduziu, de forma expressiva, a mortalidade infantil, que, como a Senadora Damares menciona, é algo que era praticamente normalizado anteriormente ao ECA. A gente conseguiu ampliar também o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, a escola que tem uma centralidade muito grande na garantia de direitos prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; e registrou importantíssimos... A gente registra aí, enquanto sociedade, importantes vitórias no enfrentamento à insegurança alimentar e na expansão de políticas sociais voltadas à infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que são resultados da ação de um conjunto de políticas públicas, mas todas elas encontram no Estatuto da Criança e do Adolescente o seu fundamento jurídico e a sua orientação, como o ECA e a prioridade absoluta prevista na nossa Constituição que são o guia que orientam essas políticas públicas que têm esses resultados bastante expressivos.

A gente continua com chagas muito importantes na sociedade brasileira, como a violência que a Senadora menciona aqui na abertura dos trabalhos, e os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram números, realmente, alarmantes com relação à violência letal contra crianças e adolescentes, a violência sexual também como uma chaga que permanece na nossa sociedade.

Acho que os desafios que foram mencionados sobre o trabalho infantil – que, infelizmente, ainda persiste... Acho que a gente tem que dizer que esses números não representam um fracasso do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas representam, na verdade, a atualidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, a contemporaneidade e a urgência de implementarmos efetivamente a integralidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, da previsão da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, a previsão constitucional.

E, ao longo desses 36 anos, o Congresso Nacional ou o Senado teve um papel decisivo na preservação desse patrimônio democrático que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo com muitas iniciativas que, por vezes, buscam retomar uma lógica anterior ao ECA, a lógica menorista, do ultrapassado e antigo Código de Menores, o Parlamento conseguiu preservar o espírito da lei, conseguiu preservar a integralidade, a integridade do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E, mais do que isso, o estatuto deixou de ser apenas uma referência jurídica e passou a inspirar novas gerações de direitos. Acho que, em 2016, nós tivemos o Marco Legal da Primeira Infância – a Dra. Katy mencionou a importância da primeira infância –, e ele vem inaugurar essa perspectiva da importância de se proteger a criança de zero a seis anos pensando em todo o seu desenvolvimento integral.

Mais recentemente, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente inspirou o ECA Digital, a partir de uma grande mobilização da sociedade brasileira, que atualizou essa noção da proteção integral de crianças e adolescentes para o ambiente digital. E, como mencionaram a Dra. Katy e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Maurício também, temos muitos desafios na implementação para trazer a efetividade dessa lei que passou a ter vigência agora em março.

Nós Instituto Alana, junto com outras organizações da sociedade, estamos em pleno esforço de contribuir para a implementação, contribuir para o estabelecimento da governança do ECA Digital, e a gente começa a ver efeitos muito alvissareiros dessa nova legislação, mas a gente entende que é um caminho longo a ser percorrido, e eu acho que temos, todos nós e todos nós presentes, a responsabilidade de fazer efetivar essa legislação, que é uma das referências no mundo com relação à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Algo muito particular, tanto na conquista do Marco Legal da Primeira Infância quanto no ECA Digital quanto no próprio Estatuto da Criança e Adolescente, aprovado lá em 1990, é a maneira unânime como as duas Casas ou o Congresso Nacional tratou o tema. O ECA Digital e o Marco Legal da Primeira Infância, mais recentes, foram aprovados de forma simbólica nas duas Casas, num momento em que a gente tem uma forte polarização, um forte acirramento entre as forças políticas do país, mas a gente mostra e dá o recado para a sociedade de que, quando o tema é criança e adolescente, a gente consegue construir um raro consenso, deixando de lado as diferenças para promover aquilo que está previsto na nossa Constituição Federal.

E acho que justamente com esse exemplo da construção de grandes consensos em torno da criança e do adolescente a gente fala da importância do Estatuto da Criança e do Adolescente. E eu gostaria de aproveitar essa oportunidade aqui para destacar uma conquista que a gente está prestes a alcançar, que é a aprovação do Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, de autoria da Deputada Laura Carneiro. Ele já passou pela Câmara, já passou pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pela Senadora Damares, com relatório do Senador Flávio Arns, e trata do direito das crianças e dos adolescentes ao contato com a natureza, o direito das crianças à natureza e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não à toa, a gente apelidou esse projeto de "ECA ambiental": ele traz uma série de previsões de direitos de crianças e adolescentes à natureza, seja na cidade, no campo. Eu acho que ele trata de um desafio contemporâneo, que é complementar ao ECA de 1990, que trata das questões ambientais.

Hoje, no Brasil, a gente tem 40 milhões de crianças e adolescentes que estão expostos a mais de um risco climático e ambiental. E, em 2024, os eventos climáticos extremos – como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enchentes, ondas de calor, etc. – interromperam os estudos de aproximadamente 1,17 milhão de meninas e meninos, segundo o Unicef. Então, é uma nova geração de direitos que a gente está buscando efetivar para dar vazão a tudo aquilo que está colocado na nossa Constituição e nos posteriores diplomas legais aprovados, como o ECA e o Marco Legal da Primeira Infância.

E, por fim, quero trazer um convite – para amanhã, inclusive –: amanhã, às 10h, nós, movimentos sociais, organizações da sociedade civil nos reuniremos no movimento Agenda 227 – que é o número do nosso artigo da Constituição Federal –, um movimento que reúne mais de 500 organizações. Estaremos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, ali da Casa ao lado, apresentando o nosso documento de propostas para o Executivo federal, em que serão apresentadas as candidaturas à Presidência da República. Então, a gente tem todas as nossas propostas evidentemente baseadas na nossa Constituição Federal, na previsão da prioridade absoluta prevista no art. 227, mas também muitas propostas de políticas públicas dão vazão àquilo que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, lançaremos esse documento amanhã, em parceria com diversas organizações, que são parceiras também na Comissão – a gente convida o Parlamento, convida a sociedade para estar presente conosco –, e, posteriormente, lançaremos também um documento para os governos estaduais. Então, a gente busca fazer com que o próximo ciclo governamental, no nível federal e nos níveis estaduais, se comprometa também com essas políticas públicas, a exemplo do que fizemos em 2022.

Então, a gente espera que, nos próximos 36 anos do estatuto, a gente possa celebrar não somente a sua vigência, mas também, cada vez mais, as conquistas, e que a gente consiga efetivamente alcançar aquilo que está previsto na nossa Constituição Federal.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora, e obrigado a todas e todos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

Obrigada, Renato Godoy. Muito obrigada, e parabéns pelo evento amanhã.

Eu acho que tem que ser assim, Renato. Os candidatos a Presidente da República vão ter que dizer o que vão fazer pela infância, e o Brasil vai precisar conhecer a proposta de cada um. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que esse vai ter que ser o critério decisivo na urna: ou a gente cuida da infância ou a gente cuida da infância, não tem alternativa b.

Quando nós trouxemos o ECA, Renato – você é muito jovem Renato; a Dra. Katy também é muito jovem. Só tem jovem aqui. Eu sou a vovozinha –, e quando trouxemos a Constituição, se a gente tivesse levado, de verdade, o que está lá como prioridade absoluta, nós não estaríamos com a fatura que nós estamos no Brasil hoje.

Nós deixamos as crianças para trás, Renato. Vocês estão sendo muito polidos. Eu achei que vocês fossem ser mais bravos hoje. Nós deixamos as crianças para trás. Temos avanço? Temos, claro. Eu fui Ministra da infância. Eu e Maurício, nós fizemos tanto... Nós lutamos e pegamos dois anos de pandemia. Como foi difícil cuidar de 52 milhões de crianças num período de pandemia. Nós temos muitos desafios. Temos muito para celebrar, mas, quando eu olho para o Parlamento e para a lógica do Orçamento da União, Renato, eu fico muito triste – muito triste –, assim como quando a gente vê que, nos últimos dois anos, os Prefeitos gastaram R$6 bilhões com *shows* e eventos – R$6 bilhões, Renato!

Agora a gente tem a PEC da assistência social. E eu estou lutando para ser a Relatora dessa PEC. Já falei para Davi que, se me nomear de manhã, de tarde eu entrego o voto, e a gente aprova de noite essa PEC, a PEC da assistência social, para a gente rever o Orçamento da União em investimento em crianças e adolescentes.

Nós temos mais duas pessoas para falar, mas, antes disso, Juliana, permita-me – sei que a Juliana e as crianças precisam sair –, pois os nossos artistas esperaram vocês chegarem. Então, nós vamos ouvir a Camille Neves Santana, nossa clarinetista, e o Caio Henrique Neves Santana, nosso trompetista, que prepararam um número especial para as crianças e os adolescentes do Instituto Mãos Solidárias.

Enquanto eles vêm, eu queria chamar a atenção... Eu acho que vocês não perceberam – isso é coisa de tia –, mas vocês viram que o vestido dela é verde e a gravata dele é verde? Vocês viram que coisa mais linda? Vocês viram que meninos incríveis?

Vocês querem ver quem é a mãe deles?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Posso mostrar?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês não vão acreditar.

Mãe, fica aqui do lado. Fica aqui, ó. Fica aqui, ó. (*Pausa.*)

A mãe parece irmã. Dá uma olhadinha na mãe deles, ó. (*Palmas.*)

E ela está de verde também. A mãe parece irmã deles, não é?

A mãe trabalha na Comissão de Direitos Humanos e é conhecida em Brasília como a tia Cleide. Ela cuida de crianças lá em Planaltina. Olha a mãe... A gente nunca sabe se é mãe ou se é irmã. E está de salto, tá?

Bora lá ouvir os nossos artistas, a Camille e o Caio Henrique.

(*Procede-se à apresentação da música Dias de Elias.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camille e Caio Henrique. Foi lindo demais!

Eles acabaram de tocar Dias de Elias, uma música que celebra a fé e a presença de Deus.

E a criança tem o direito, sim, de celebrar a fé; a criança tem o direito, sim, à liberdade religiosa.

Muito obrigada! Foi uma alegria recebê-los na Comissão esta manhã. (*Palmas.*)

Nós agora ouviremos Juliana de Souza Nunes, Cofundadora do Instituto Mãos Solidárias, daqui, do Distrito Federal, que atende mais de mil crianças, inclusive na área da arte, da música, oferecendo-lhes a oportunidade à arte e à música.

Juliana, obrigada por estar conosco nesta manhã.

A SRA. JULIANA DE SOUZA NUNES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos!

Eu confesso que eu estou muito emocionada, pela minha história de vida, de estar aqui e ver as minhas crianças ali. Elas estão todas ali: "Vai lá, tia Ju".

Nós estamos aqui – o Instituto Mãos Solidárias – muito felizes, representando as nossas crianças. Sabemos que, muitas vezes, é falado... E eu quero parabenizar a Senadora por esta Comissão estar mostrando os direitos das nossas crianças, que, muitas vezes, não são vistos. São 32 anos de aniversário, e eu fiquei vendo a minha história, o meu passado, porque eu fui vítima de violência; eu fui vítima de abuso; eu morei nas casas dos outros; eu apanhei, porque não tinha os direitos das nossas crianças. Esta é uma causa que nós estamos trazendo para as nossas crianças e mostrando a elas que, sim, têm direito, o direito da família, o direito das crianças.

Nós, como Instituto Mãos Solidárias, estamos na linha de frente para mostrar os direitos das nossas crianças. Quando nossas crianças chegam lá em situação de vulnerabilidade, nós queremos dizer para essas crianças que elas têm a proteção, que elas têm, sim, a mudança. É levado para essas crianças que não importa onde elas nasceram, mas para onde elas querem ir – trazendo os direitos das nossas crianças. Você sabe por quê? Porque essa menina que fala... Eu me emocionei, eu quase choro aqui, porque essa menina que fala hoje... Eu me tenho como menina, porque eu sou criança com essas crianças.

Eu fui uma menina que não tive proteção do Estado. Eu fui abusada pelo meu padrasto. Quando eu cheguei à delegacia – eu lembro muito bem que me levaram à delegacia –, eu contei para o delegado, mas o delegado me olhou, naquela época, e falou o seguinte: "Você sabe que seu padrasto pode sair". Você sabe o que eu senti naquele momento? Que não tinha proteção. Então, na mesma hora, eu preferi dizer para o delegado que era tudo mentira. Sabe por quê? Porque eu não via proteção.

Hoje, eu fico feliz, Senadora, de você trazer para nós a proteção às nossas crianças, dando a elas o direito da criança; mostrando para a criança que ela pode falar, sim, o que está acontecendo com ela: que ela tem direito a lazer, que tem direito à escola, que tem o direito à proteção do Estado de moradia. Até um dia... eu fiquei assim: que incrível! Porque eu mandei para um adolescente, e ele disse: "Estão derrubando ao lado da minha casa. Estão derrubando as casas". Eu falei: "E você? Você está aí?". Ele falou: "Mas eu sei do meu direito, eu sei da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção. Nem o Estado pode chegar aqui e derrubar a minha casa. Você sabe por quê? Porque eu vou mostrar para ele o direito do ECA". É isso que nós estamos trazendo para as nossas crianças. É quando a gente diz para as nossas crianças: "Você pode falar sobre o abuso. Vocês podem falar sobre o que estão fazendo com vocês".

Quem era eu? Eu não tive essa fala, mas hoje o Senhor me traz aqui. Eu comecei a chorar... Quando a Senadora me mandou sentar aqui, e eu me sentei do lado dela... Você sabe por quê? Porque as crianças que estão aqui serão os Senadores de amanhã (*Palmas.*), serão os Deputados de amanhã, que estarão lutando também pelos direitos das nossas crianças.

As nossas crianças só são ouvidas, porque tem alguém falando: "Eu sei dos direitos das nossas crianças". Como a nossa Senadora falou: "Tem dinheiro sendo gasto em coisas que não são necessárias, como os *shows* e os eventos", mas estamos nos esquecendo da infância na escola; estamos nos esquecendo da infância e do direito dessas crianças. É para ser diferente! E é isso que nós, como Instituto Mãos Solidárias, estamos trazendo.

Lá, nós não temos só o fato de a criança chegar ao instituto. Não! A criança tem psicólogo, a criança tem assistente social – inclusive, nós estamos com uma assistente social ali, que veio conosco; ela é assistente social. Por quê? Nós queremos mostrar para as crianças que elas têm direito. Essas crianças têm esporte, têm lazer, têm alimentação. Elas são ouvidas, e é isto que nós queremos: que as nossas crianças sejam representadas por alguém que as ame, não por alguém que só quer chegar lá e ter o voto. Não! É como a Senadora falou: "Nós precisamos saber quem nós vamos trazer para o Governo". Isso porque a gente tem que trazer alguém que vai lutar pela nossa infância, porque é a nossa infância que vai trazer o futuro.

Se não tiver um cuidado com as nossas crianças, como nós vamos trazer Senadores com caráter, com mudança, com transformação, se nós não cuidarmos hoje? É preciso cuidar primeiro da infância hoje, para que a gente traga pessoas que tenham visão diferente. É com essa visão que eu olho para as nossas crianças e falo: "Vai valer a pena, Senadora, o que você está fazendo".

Uma coisa que eu aprendi: não é o que você faz hoje, mas é o legado que você vai deixar. É o legado, é a grande transformação. Quando eu entrei na Instituição Mãos Solidárias, eu entrei como voluntária. Eu não estava ali pelo dinheiro; e até hoje é pelo legado que nós vamos deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às nossas crianças, é pelo legado sobre o qual amanhã alguém vai dizer: "A Senadora nos levou lá e nos mostrou".

Sabe por quê, Senadora? Muitas dessas crianças talvez nem sonhavam em ser uma Senadora ou um Deputado; e elas sentadas hoje vão começar a sonhar, porque você está fazendo as crianças sonharem, você está trazendo essa criança para a realidade pública, para falar: "Vocês podem participar". E é isso o que nós queremos; e precisamos mudar. Nós vemos que tem muitas coisas a serem mudadas, mas vai mudar com falas que estão tendo.

Então, assim, eu me sinto honrada hoje de estar aqui representando as minhas crianças, uma menina que o Estado deixou de lado, mas uma menina que olhou para o Estado e falou assim: "Eu vou lutar pelos meus direitos, eu vou ser mãe, eu vou ser professora, eu vou ser alguém na vida", porque, quando eu fui morar na casa dos outros, eu só tinha oito anos, apanhei, fui espancada, e não tinha ninguém para me defender; mas hoje nós estamos aqui para olhar para cada criança e cada adolescente e dizer: "Vocês têm um direito, e esse direito será passado para vocês, esse direito de que vocês tenham voz e falem o que está acontecendo com vocês".

Nunca esqueçam que a nossa Senadora está aqui, e é uma mulher que eu respeito muito, é uma mulher que eu admiro muito, pela sua trajetória de vida. Sempre a acompanhei, e eu estava até falando hoje com as meninas: eu sou muito feliz por você nos representar. Continue sendo essa mulher guerreira, essa mulher que vai mesmo, que luta pelo social, porque não é qualquer pessoa hoje que quer lutar pelo social, que quer lutar pelo direito das crianças. Então agradeço muito; muito obrigada.

E também, vocês, vão lá conhecer o Instituto Mãos Solidárias. A Senadora já foi, gente. Você se apaixonou, né? O Instituto Mãos Solidárias atende mais de 2,5 mil crianças em situação de vulnerabilidade social, e o que a gente quer fazer com essas crianças é dizer: "Você vai ser médica, vai ser doutor".

Vocês sabem por quê – rapidinho, antes de entregar? O instituto começa em 2016, e sabe como ele vai começar, Senadora? Ele vai começar pelo empresário que está assistindo a uma reportagem, e aí uma casa foi derrubada lá, ele foi ajudar essa mulher a construir essa casa, mas, quando ele chegou lá, tinha muitas crianças sendo usadas pelo tráfico – você sabe por quê? Porque os pais estavam presos, as mães dessas crianças estavam trabalhando e o traficante estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando essas crianças; e aí ele perguntou para essas crianças: "O que vocês querem ser?". Essas crianças vão olhar e vão dizer: "Uai, tio, eu quero ser traficante, eu vou ser isso", porque essa era a visão delas; elas não viam o seu direito e não sabiam da sua proteção e aonde que elas poderiam chegar.

E, aí, ele falou: "Vou fazer uma colônia de férias para essas crianças". Ele pegou, na época, 20 crianças e começou a fazer a colônia de férias, levando essas crianças a delegacias, mostrando como que é, ao corpo de bombeiro, a hospitais; e, quando ele terminou, ele falou para essas crianças: "O que vocês querem ser?". Houve um impacto, porque aquelas crianças falaram: "Eu quero ser um advogado; eu quero ser um doutor; eu quero ser promotor"; e ele viu que o que bastava era apenas mostrar para essas crianças que havia o outro lado, que não era só aquele local onde elas moravam ali, que era na 85 do Sol Nascente, mas que existia vida ali fora.

E, aí, ele começou a cuidar dessas crianças; e hoje essas crianças de quem nós cuidamos em 2016 são crianças que estão trabalhando dentro da instituição como menores aprendizes ou trabalhando em bancos e falando que é possível, sim, mudança de vida, desde que a gente acredite nas crianças e passamos direito para elas.

E aqui encerro a minha participação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oi, Juliana, que bom que eu a coloquei à mesa!

O Instituto Mãos Solidárias tem várias sedes, não ficam as 2,5 mil crianças num único lugar. Eu estive em uma das sedes. Já estive em Sol Nascente, em outros lugares, mas a de Brazlândia... Brazlândia, gente, é uma cidade-satélite – para quem não é de Brasília – que é muito ligada à área rural. Aí eu fui... No lugar mais distante de Brazlândia, tem lá, Instituto Mãos Solidárias. Sabe o que eles estavam fazendo lá com os meninos? Laboratório de robótica, e eu fiquei impressionada em ver o que está saindo do laboratório de robótica em Brazlândia. "Mas lá na área rural?" Vocês não têm ideia do que esses meninos estão fazendo no laboratório de robótica. Tem laboratório de música, de arte.

Eu conheço a mãe de uma das crianças atendidas em Brazlândia, e eu falei assim: "Que hora sua criança vai e que hora ela chega?". "Bom, o horário dela é tipo 2h às 4h, mas ela chega 12h30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sai às 7h por causa dos abraços, dos carinhos e da forma como a recepcionam, então ela quer ficar até fechar a porta, até o último minuto".

Que Deus abençoe o Instituto Mãos Solidárias, que vocês continuem fazendo. Juliana é uma sobrevivente da violência, eu também sou sobrevivente da violência. A violência que sofremos na infância não nos define, são as nossas escolhas. E eu escolhi ajudar a mudar o mundo, e você também. Parabéns, Juliana!

Meninos de mãos solidárias, aqui tem meninos que fazem um monte de atividades lá. É claro que ela não traz as crianças vítimas de violência quando ela vai aos eventos públicos, ela só traz os meninos que estão fazendo esporte, só traz os meninos que estão fazendo robótica, arte, música. As crianças vítimas de violência, ela não pode andar com elas nem expor.

Que Deus abençoe todos vocês do Mãos Solidárias. Obrigada. É a sociedade civil fazendo a diferença, chegando aos lugares a que o Estado às vezes não chega.

Vamos ouvir agora... Eu sei que a Juliana precisa sair, porque esses meninos estão no contraturno. Vir aqui hoje foi uma atividade do instituto, elas precisam ir para a escola. Eu vou liberar Juliana e as crianças, mas nós vamos ouvir agora, com muito carinho, a nossa última expositora, Aline Pinheiro Braz dos Santos, Conselheira Tutelar de Goiânia.

Aline, dez minutos.

A SRA. ALINE PINHEIRO BRAZ DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigada.

Quero, primeiramente, fazer um agradecimento a Deus pela rica oportunidade de estar aqui. É uma honra, é um sonho realizado. Deus sabe de todas as coisas e tem um momento certo para tudo.

Quero agradecer à minha Senadora Damares e dizer para ela, dar um pequeno detalhe aqui que, alguns anos atrás, eu estava dentro de uma igreja em Anápolis, no Ministério de Anápolis, do Pastor José Clarimundo César, e ela estava lá. Eu recebi aquela palavra, aquela palavra criou raízes na minha vida e, daquele dia em diante, após essa palavra que eu nunca esqueci, eu comecei a olhar para o meu futuro de uma forma diferente. E hoje eu estou aqui como conselheira tutelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Obrigada por tudo o que a senhora faz por nós, pelas crianças e adolescentes. Eu fui alcançada pelas palavras que Deus colocou ali, naquele dia, na sua boca. Obrigada por tudo. Continue nessa força, que o Senhor continue te fortalecendo.

E eu quero dizer aqui para vocês um pequeno relato de tantas situações que nós, conselheiros... Antes de começar a falar, quero aqui agradecer a todos os meus amigos, Presidente Erika, Vice-Presidente Rondinelly, aos nossos amigos que saíram aqui e ali de Goiânia, para que nós estivéssemos aqui hoje reunidos com vocês. Isso é uma honra muito grande, quero agradecer vocês por terem nos recebido com tanto carinho; à Cíntia, por sempre estar lado a lado com o conselho tutelar. Isto é uma honra muito grande: nós estarmos com vocês aqui, fazendo parte desta Comissão.

E eu quero trazer um breve relato de um caso – de tantos outros que nós pegamos, infelizmente, diariamente –, que é um caso de uma adolescente; eu estava no plantão, então eu fui acionada pela Equipe Thor. E chegando ali naquele local, eu me deparo com uma das piores cenas da minha vida: uma adolescente de 14 anos em cárcere privado, numa situação extremamente deplorável. E, quando eu vi aquela adolescente, eu olhava, mas eu demorei a entender a profundidade do que estava acontecendo. E ali foi um choque de realidade muito grande; e, se vocês quiserem, podem verificar a primeira imagem, para vocês terem um pouquinho de noção.

Pode passar.

Foi assim o nosso primeiro contato, e ela estava ali muito fraca, muito debilitada. E nós entendemos que ela estava em cárcere privado e a gente foi entender toda a narrativa. Ela, por muitos anos, cresceu numa família aqui em Brasília. O pai e a mãe se divorciaram, a mãe retornou com uma oportunidade de estudar em Goiânia e ela aceitou essa oportunidade ofertada pela mãe e voltou para Goiânia – a mãe buscou a menina aqui e voltou.

Chegando a Goiânia, foi totalmente diferente: ela não foi matriculada; essa menina foi jogada dentro de uma área externa, no fundo de um barracão, e lá... Essa família era um trisal, duas mulheres mais o padrasto, e tinha outra criança de oito anos envolvida também – nós descobrimos mais tarde sobre isso. E ela sofreu torturas, abusos de todos os tipos, de todas as formas – emocional, psicológico, cárcere privado –, ela sentia fome. Ela comia o resto da comida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do prato dos que estavam ali, de três em três dias; quando ela estava desfalecendo, levavam o resto da comida para ela.

E ela entendeu que nunca iria ser matriculada numa escola. Segundo o relato, ela começou a entender que tudo o que foi proposto para ela jamais iria acontecer. E, infelizmente, só foi piorando. Além de ser privada de água, ela também não podia mais tomar banho, ela não tinha mais o direito de tomar banho. E depois, algumas semanas após, ela foi proibida de usar roupa dentro de casa; ela era obrigada a dormir na área externa, com chuva, sol, frio, totalmente despida, a frequentar a casa daquele jeito e, além disso, o trabalho também.

Eles tinham uma confecção e ela precisava, sem ter um curso... Quem é dessa área... Eu fico imaginando o pessoal do artesanato, da costura. O quanto é difícil, eu não sei, eu precisaria estudar, ter curso para isso. E ela era obrigada a fazer calcinhas, na área da confecção, sem saber fazer. E, quando ela não fazia direito... Ela não errava, é porque ela não sabia. Quando ela não fazia direito, eles usavam essa parte que ela não sabia para aplicar uma tortura: ela ficava horas de joelho, como vocês viram ali nas imagens, com grãos de milho, ela era agredida com pau de rodo...

E chegou um dia em que ela nos confidenciou que pediu ajuda ao Senhor. Antes de ela fugir de casa, alguns meses antes, ela começou a ser abusada também. E essa menininha, também de 8 anos... Elas eram obrigadas a ter relação uma com a outra. Desculpe. Após essas torturas, além disso, todos os dias eram proferidas palavras sobre a vida dela através da própria genitora, prefiro falar assim, de que o sonho dela era acordar e ver aquela menina dentro de um caixão.

Então, nós começamos ali esse trabalho. Nós fomos, fizemos ali... Começamos a aplicar todas as medidas: ela foi ao hospital, ela passou ali pela delegacia, pelo IML, pela Sala Lilás, mas, eu quero dizer algo para você.

Pode colocar como ela está hoje?

Olhe que linda. (*Manifestação de emoção.*) Essa adolescente foi alcançada. E nós, como conselheiros tutelares, que estamos na linha de frente, que acompanhamos desde o resgate até essa imagem... Isso é o que nos dá forças para continuar todos os dias na luta da garantia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito, que ainda não chegou e não foi adquirido ainda por muitas, milhares, centenas de crianças e adolescentes, porque, neste momento, existem centenas passando por essa situação.

E, quando eu entendi, através da palavra da Senadora, ali em Anápolis, que eu podia, sim, ser voz, que eu podia, sim, lutar, eu mudei o meu pensamento e o meu medo. Por que o meu medo, Conselheira Aline? Eu quero dizer para vocês que eu fui vítima de abuso do meu próprio pai, eu e a minha irmã. E um dia, com 16 anos, eu tive a coragem de contar para a minha mãe. "E por que você não contava?", a gente sempre ouve essas perguntas que não devem ser feitas – a gente infelizmente ouve. Porque eu sabia que, no dia em que eu contasse, no dia em que eu falasse, eu iria acabar com a minha família – era assim que eu pensava. Eu ia acabar com o casamento feliz da minha mãe, e eu não queria ser a responsável por isso – eu não queria –, porque eu não queria ver minha mãe sofrer, eu não queria ver os meus avós sofrerem. (*Manifestação de emoção.*)

Eu sou neta de pastor e de pastora. E eu ficava me perguntando – fui criada dentro de uma igreja, minha mãe é uma pastora – e falava assim: "Que vergonha para o Evangelho", porque muitas vezes nem a igreja me enxergava. Dentro da casa do Senhor eu cresci. Muitas vezes as pessoas que estavam ao meu lado não enxergavam; a escola não conseguiu me ver, mas aos 16 anos eu resolvi falar, porque a minha irmã falou. Meu próprio pai, que devia me proteger, que devia me tratar como a princesinha dele, acabou com todos os meus sonhos, todos os meus projetos. E, por um momento – prestem atenção –, por um momento, eu achei que a vida não valia mais a pena, eu achei que eu nunca iria ter um casamento feliz, eu achei que colocar um filho no mundo seria colocar uma criança para sofrer, era esse o meu pensamento, assim como centenas de crianças pensam, assim como essa garotinha que foi resgatada naquele dia pensava.

Mas eu creio num Deus que não usa o meu passado para definir o meu futuro e que eu poderia, sim, aprender, com a ajuda do conselho tutelar, de Senadora, de ex-Ministra, de tantas mulheres que doam a vida delas, de líderes de instituições, de tantas pessoas que estão aqui nesta Comissão; eu entendi que eu poderia ser voz. E foi através de uma faculdade. Hoje eu sou formada em Serviço Social, sou assistente social, sou nutricionista, estou como conselheira tutelar, com esses nobres amigos meus, que me dão forças todos os dias, um segurando o outro, porque, infelizmente, os casos não acabam – esse é o nosso maior sonho. Infelizmente, todos os dias nós vemos situações piores que a minha, quando chegam à morte. Mas eu estou aqui, para dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há um Deus que transforma toda a nossa tristeza e o nosso pranto em festa, em alegria, que transforma tudo e todas as nossas mágoas em bênção na vida das outras pessoas. E eu sou grata ao Senhor, porque ele me enxergou e porque ele tem visto – a palavra de Deus nos fala isso. Ele vê tudo e todo sofrimento. Mas um dia tudo isso vai passar. De uma forma ou de outra, assim – que cada um possa entender de acordo com a sua fé –, tudo vai passar, menos as palavras dele. E é nisso que eu me agarro, é nisso que eu acredito.

E eu quero dizer para todos que estão me assistindo neste momento: Deus tem um futuro brilhante para você. Deus tem coisas grandes para fazer na sua vida. Continue, peça a Deus força e coragem, assim como fez com Josué, e que você consiga, encontre pessoas, que o Senhor coloque pessoas na sua vida, como os conselheiros tutelares, psicólogos, pedagogos, Parlamentares, professores, líderes de instituições, líderes de comissões, juízes, juízas, porque vocês, essas crianças, vocês não estão sozinhos! Deus levanta pessoas para colocar ao nosso lado, e que eu seja essa fortaleza! Eu quero, eu escolhi ser essa fortaleza, ao lado dessas crianças e adolescentes, junto com os meus colegas que estão aqui, hoje. E é com muito carinho, com muito respeito, que eu deixo aqui esse testemunho, e, com muita honra, quero expressar aqui o meu orgulho de ser uma conselheira tutelar hoje, na cidade de Goiânia.

Obrigada, Senadora, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau, Aline, você nos emocionou! Eu achei que você ia só contar a história da menina, e você acaba nos desafiando, nos emocionando, porque você também é sobrevivente da violência, e para mim foi uma surpresa saber que você me ouviu alguns anos atrás.

Eu e Maurício, nós estamos há 35 anos levantando um exército no Brasil – não é, Tia Cleide? Tia Cleide está aqui, tem um monte aqui –, e, quando a gente começou a levantar esse exército no Brasil de defensores da infância, nós não tínhamos ideia de que a nossa voz chegaria tão longe. E ver você aqui na mesa, hoje – eu não a conhecia, eu não lembrava que tinha estado com você antes –, e ouvir você falar que eu a motivei a vir para esse exército da infância me deixa feliz, porque você salvou uma menina.

E vou lhe dizer uma coisa: estou acompanhando essa menina, tá? Para quem não sabe, essa menina está em Brasília, o pai resgatou, porque ela estava com a mãe, a mãe tinha uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheira e um companheiro, era um trisal, realmente, e o pai não tinha acesso, era proibido de ver essa menina, um pai humilde e ele a resgatou. A menina está do lado de cá, está aqui no DF, agora. Ela está bem, claro, com muitos traumas e dores ainda para lidar, porque as dores por que ela passou não são apagadas com remédio, com oração ou com terapia. Não é, Doutora? Ela vai ter que aprender a lidar com a dor dela, assim como eu aprendi a lidar com a minha dor, Aline e Juliana. E passaram aqui na mesa, hoje, por uma grande coincidência, três mulheres que estão protegendo crianças e que são sobreviventes da violência contra crianças. (*Palmas.*) E isso quer dizer que as dores por que passamos na infância não nos definem, e nós saímos do luto para a luta, fizemos de nossas dores as nossas bandeiras.

Parabéns, Aline!

Eu quero aqui cumprimentar os conselheiros tutelares de Goiânia e, cumprimentando vocês, eu quero cumprimentar todos os conselheiros tutelares do Brasil – são os nossos soldados. Ai do Brasil se não fossem os conselheiros tutelares, muitas vezes negligenciados, esquecidos, Prefeitos que não estão nem aí para vocês. Tem cidades que eu e Maurício visitamos em que há conselheiros tutelares atendendo em barracos. Tem uma cidade do norte em que a gente viu conselheiro tutelar atendendo debaixo de árvores, sem sede, sem estrutura. A gente tentando equipar e não tem quem cuide deles. Vocês pensam que é fácil essa menina e esses conselheiros chegarem em casa à noite e dormirem?

Pois não.

O SR. RONDINELLY-NÁ BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Senadora, a nossa vinda aqui também vem com este pensamento: para que a senhora, que é a nossa madrinha, vamos dizer assim – para não dizer mãe, para não a colocar como muito velha –, faça uma proposição aqui no Senado, para que o conselho tutelar possa ter a sua independência. Nós precisamos sair da barra da saia das prefeituras, porque são elas que fazem com que o conselho tutelar seja escravo delas. Aí a forma com que elas nos punem é qual? É não dar estrutura, é não dar um lugar digno, só porque elas estão esquecendo que o primeiro lugar por que passam todas as crianças que sofrem qualquer tipo de violação é o conselho tutelar e que, se o conselho tutelar não tem a qualidade ou a capacidade de poder recebê-las, jamais essas crianças vão estar seguras e protegidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seja a nossa madrinha aqui no Senado!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. RONDINELLY-NÁ BARBOSA – Proponha algo para que os conselhos tutelares se desliguem da prefeitura! Existem as controladorias, procuradorias, que são órgãos independentes dentro das prefeituras que existem no nosso país. Nós precisamos fazer isso com os conselhos. Nós precisamos da nossa independência, para que nós possamos ter a nossa autonomia de proteger de fato e parar de sermos escravos das prefeituras que nos dão migalhas, para que nós possamos servir não a criança e ao adolescente, mas para sermos servos deles, porque o maior violador de direito é o poder público. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Olha, essa é uma discussão que a gente precisa fazer. Eu e Maurício fizemos muito isso no passado e estamos fazendo. Tem cidades em que o conselheiro tutelar tem mais voto que o Vereador. Aí começa o ciúme do conselheiro tutelar. Tem Prefeitos que perseguem os conselheiros tutelares, porque os conselheiros tutelares, somando o número de votos, têm mais votos, às vezes, do que o próprio Prefeito da cidade. Então, essa situação é muito complexa. Vocês são parte do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes. A forma como vocês estão jogados no município realmente nos preocupa.

Como fortalecer os conselheiros tutelares e como parar essa campanha que existe no Brasil de desconstrução da imagem do conselheiro tutelar? Para a criança, falam que vocês são um bicho-papão; para a sociedade, falam que vocês estão perseguindo pais e mães, que vocês estão destruindo famílias. Então, vocês estão sempre no limbo. Só que vocês são parte de um sistema de garantia de direitos A gente vai precisar realmente fazer essa discussão pé no chão, aqui, de fato, de verdade.

Infelizmente, tivemos uma legislatura em que Parlamentares só brigaram, só foi briga nesta legislatura! Eu estou alimentando muita esperança na próxima legislatura. O Senado ainda foi uma casa mais centrada, mais comportada, tentando aqui fazer grandes entregas – o Senado, por sermos pessoas de mais idade, mais vovôs e vovós –, mas foi difícil, no Congresso Nacional, falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta legislatura, só briga! Eu espero que a Câmara dos Deputados e o Senado, na próxima legislatura, possam ter coragem de fazer este debate com o pé no chão, reconhecendo o trabalho dos conselheiros tutelares.

Olhem essa menina, olhem quantas outras! E quero lembrar mais uma história em Goiânia: Lucélia, a nossa Lucélia, que hoje é pré-candidata a Deputada Federal. É aquela menininha que chocou o Brasil e o mundo, que foi torturada, ficava amarradinha com as mãos para cima – lembram? – e cuja língua foi cortada. Lucélia, hoje, também é uma guerreira na proteção da infância e pré-candidata a Deputada Federal. Tomara que ela venha para o Congresso Nacional! Mas chega de eu vir aqui e ouvir testemunhos de quem sofreu, eu quero ouvir testemunhos de quem foi feliz.

Eu vou lhe dar a palavra por dois minutos, para a gente encerrar, porque nós estamos em cima da hora. Ela está insistindo, levantando a mão.

Pode falar.

A SRA. ERIKA REIS (Para expor.) – Bom dia.

Damares, você é a nossa inspiração, tá? Obrigada pelo seu legado e por não desistir daquilo que Deus colocou no seu coração. A gente está muito feliz por ter sido convidada por você para participar dessa audiência pública. Foi muito emocionante ouvir todas as falas aqui.

Eu quero só finalizar e dizer para vocês: nós estudamos sobre Golias, falamos sobre Golias, mas pouco enfrentamos Golias. A gente sabe que houve, sim, grandes avanços no ECA, mas precisa haver mais. E entendemos também, como o Rondinelly falou, que precisamos capacitar os conselheiros. Porque há essa amorosidade, tudo que diz respeito à criança e ao adolescente, há uma amorosidade muito grande. E a gente sabe, criança não vota. Então, nós somos a voz daqueles que não podem se defender.

Mas eu quero só finalizar e dizer para vocês que nós temos que sair do âmbito da fala. Há dez anos já estou aqui no conselho tutelar, e a gente participa de tantas reuniões, tantas audiências públicas, e me dá um incômodo tão grande de ouvir, às vezes, as mesmas falas e não ver ações concretas, não ver pessoas que realmente têm a disponibilidade de poder fazer algo concreto para as crianças. Dentro do nosso município, temos vários desafios e não vamos chorar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses desafios aqui. Nós viemos aqui altruístas, com fé, pedindo a sua ajuda – reforçando o pedido do Rondinelly –, para que possamos não só fazer isso, mas ver algo relacionado à orientação parental.

O que nós vivemos é uma geração órfã de pais vivos. Nós temos que educar os nossos filhos numa infância que não tivemos. Então, quando um dos palestrantes que falou a respeito do avanço do entendimento e dessa escolarização digital, isso é algo urgente, não dá para esperar! As famílias precisam se adequar, porque a família precisa ter o protagonismo nessa proteção, porque é lá que eles vão estar, é com a criança que eles vão estar lá, com seus celulares, com suas redes sociais. Então, é possível que nós, juntos, possamos desenvolver um projeto de orientação parental. Precisamos fortalecer as famílias. Esse é o caminho, não há outro caminho. Todas as mãos juntas, todos os órgãos juntos. Inclusive, tem até um provérbio que diz que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. Então, nós precisamos chegar primeiro no coração dessas crianças. E lembrando: criança não é o futuro, criança é o agora!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Registre seu nome, só para a gente colocar no livro de atas.

A SRA. ERIKA REIS – Erika Reis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Erika Reis, Conselheira Tutelar em Goiânia. Obrigada, Erika.

Nós agora vamos... A Dra. Katy ainda está logada? Os outros dois já precisaram sair. No final da audiência, a gente sempre devolve a palavra por dois, três minutos para as pessoas que falaram.

Dra. Katy Braun do Prado, Presidente da Associação Brasileira de Magistrado da Infância e da Juventude, a senhora tem três minutos para considerações finais, se a senhora quiser fazer algum agradecimento. Foi uma honra ter a senhora conosco nesta audiência. Dra. Katy, para a sua palavra final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KATY BRAUN DO PRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, nós da Abraminj é que agradecermos essa oportunidade tão rica de debater esse tema urgente no Brasil, e quero mesmo cumprimentar a senhora por estar sempre presente, liderando essas discussões.

E o que me chamou a atenção ao final desta nossa audiência pública é que todos os interlocutores trouxeram praticamente as mesmas questões. Nós somos unânimes em apresentar os pontos, os gargalos para a eficiência das políticas públicas na proteção da criança e do adolescente. Eu fico feliz em saber que a senhora até gostaria de ser a Relatora do projeto de lei que pretende carimbar uma parte do nosso Orçamento para a assistência social, penso que é esse mesmo o caminho.

Nós tivemos muitos avanços... eu já sou avó, Senadora, e embora tenha nascido sob a égide do código de menores, já vi muitos avanços na proteção da criança nesse período desde o ECA – e são inúmeros, não podemos esquecer. Mas a vida é dinâmica, novos desafios vão surgindo, e nós não podemos descansar, precisamos estar atentos porque, enquanto uma criança deste país estiver sofrendo violência e negligência, nós não vamos dormir bem. E eu entendo que essa articulação que a senhora está promovendo é a chave para avançarmos e encontrarmos a solução para as nossas dificuldades.

Os magistrados da infância e da adolescência, nós somos muito articulados, Senadora. Nós nos encontramos diariamente num grupo de troca de mensagens por aplicativo e estamos sempre discutindo – hoje mesmo esta audiência está sendo objeto de debate paralelo no nosso grupo –, e nós estamos à disposição do Poder Legislativo para contribuir com a elaboração de políticas públicas, além de deixar o nosso compromisso na execução dessas políticas públicas, quando somos chamados a fazer valer esses direitos por meio da judicialização.

Eu me despeço dos presentes, cumprimento as crianças que participaram e deram importante contribuição para esta audiência pública e parabenizo mais uma vez a senhora por essa iniciativa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Katy, muito obrigada por ter engrandecido a nossa audiência pública, mas eu queria lhe fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido, Dra. Katy: aproveite que vocês têm um grupo de mensagem e distribua para todos os magistrados, ainda hoje, o projeto de lei que vai ser votado amanhã. Ele passou muito rápido na Câmara e muito rápido aqui na CDH porque há uma pressa, o Ministério da Justiça tem pressa na aprovação da lei porque os agentes que estão no mundo virtual estão precisando que essa lei seja aprovada, mas eu acho importante o olhar dos magistrados da infância e da juventude sobre esse projeto de lei.

E se tiver alguma observação a gente ainda pode, no Plenário, apresentar amanhã uma emenda de redação. Se tiver que melhorar alguma coisa, fale com a nossa assessoria aqui da Comissão – eles já estão enviando para a senhora o projeto de lei e vão passar também o meu celular para a senhora, se quiser falar comigo antes da votação –, para a gente não entregar mais uma lei inócua, uma lei que não vai lá na ponta funcionar, e vocês que terão que aplicar a lei não tenham dificuldade de interpretação, ou que a subjetividade não seja maior que a intenção, de fato, da lei. Então, eu só vou lhe pedir isso e agradecê-la, Doutora, por ter participado da audiência com a gente.

Para agradecimentos finais, ainda está conosco a Aline.

Aline, para agradecimentos finais e considerações.

A SRA. ALINE PINHEIRO BRAZ DOS SANTOS (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço a Deus por esta rica oportunidade, à nossa madrinha, Senadora, que tem lutado incansavelmente pelas causas das crianças e dos adolescentes do nosso país, aos meus nobres amigos, companheiros Conselheiros Tutelares de Goiânia, e a todos que estão aqui. Eu quero também mandar um abraço para os que estão me assistindo, para o meu esposo. Ontem eu fiz 23 anos de casada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus, eu achei que ela fosse menininha. (*Risos.*)

A SRA. ALINE PINHEIRO BRAZ DOS SANTOS – Meu esposo, Pastor Marcelo, te amo. Meus filhos. Sou mãe de quatro filhos, Júlia, Henry Fernando, Marcela e Manuela. Mamãe ama vocês demais, vocês são tudo para mim. Deus abençoe vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Aline. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cleide, olhe. Igualzinha a você aqui, Cleide. (*Risos.*)

Obrigada, Aline. Que alegria ter você conosco.

A Renata, do Distrito Federal, fez perguntas. Eu só vou ler... Acho que ao longo da audiência algumas foram respondidas. A Renata perguntou: "Que estratégias intersetoriais podem reduzir a exposição de jovens à violência urbana?".

O Iago, de São Paulo, perguntou o seguinte: "Como proteger crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ de ataques e preconceitos por parte de seus responsáveis?".

O Jackson, de Santa Catarina: "A redução da maioridade penal contribuiria para a garantia dos direitos humanos ou representaria um retrocesso?".

E nós temos três comentários.

O Henrique, do Distrito Federal: "A urbanização de áreas periféricas com parques e espaços de lazer seguros é essencial para o desenvolvimento saudável de jovens residentes".

A Sofia, de Minas Gerais, comentou: "Infelizmente na prática as nossas crianças e adolescentes carentes têm sido negligenciadas pelos estados e municípios".

A Talita, da Bahia: "É necessária uma atuação efetiva no combate ao *bullying* dentro das escolas. Atenção, também, à saúde mental das crianças e [dos] adolescentes".

Inclusive, quero dizer para os senhores que a Lei 15.413, a nova Lei federal 15.413, de minha autoria, lei federal, obriga políticas públicas de saúde mental para crianças e adolescentes.

A Pity Godoi, do Instituto Flores de Aço, está ali levantando a mão. Meu Deus, estou com medo de ela ter tido uma cãibra.

Pity, eu vou te dar a palavra por dois minutos – nós estamos no horário, encerrando –, apenas, para a sua manifestação.

Depois que a Pity falar, a gente vai encerrar a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PITY GODOI (Para expor.) – É com satisfação que eu estou aqui. Eu sou fruto de um testemunho da Senadora, foi o testemunho dela que me levantou e, também, transformou a minha dor em uma bandeira, em um propósito.

Hoje eu sou psicanalista, sou Diretora Administrativa do Instituto Flores de Aço e eu quero, realmente, aqui endossar sobre a saúde mental. Eu estou aqui com a Dra. Rita, o Dr. Lucas. Nós somos terapeutas, nós somos psicanalistas e nós temos atendido crianças – de 6, 7, 8 anos –, crianças que pegam brinquedos na internet, joguinhos e recebem ordens para fazer. Crianças estão se mutilando, crianças estão filmando se mutilando e soltando nas redes sociais.

Uma criança de 11 anos, como eu atendi este ano, não tem consciência do que essa imagem vai fazer com ela no futuro. Ela não tem noção de que essa resposta, que hoje é uma curtida, amanhã não vai ser uma curtida, vai ser um peso sobre a vida dela.

Elas não têm consciência, realmente, não apenas da saúde mental. Eu endosso a palavra da Conselheira Erika, que disse que nós precisamos, sim, de uma unidade, nós precisamos realmente fazer uma conferência de estudo, para que a gente possa encontrar uma saída, para que haja realmente um controle. Não adianta dizer aos pais que os pais têm que ter esses controles, se os pais também estão doentes, também estão sem saber o que fazer, sem saída. Eu atendo não só a criança, eu atendo o pai e a mãe, que chegam no meu consultório chorando, desesperados, com vídeos nas mãos, sem saber que os filhos estavam fazendo isso, sem saber de que forma agir.

Então, realmente, é muito sério. Eu fico muito feliz de ver esse movimento. Acredito muito na nossa nação. Eu acredito que a nossa nação está aprendendo a enxergar a infância de outra forma. E, assim, eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oh, Pity! Obrigada, Dra. Pity.

A Dra. Rita também tem livros escritos na área, é uma grande palestrante. Está aqui o Dr. Lucas. Obrigada pelo que vocês estão fazendo lá na ponta. Obrigada.

E a gente encerra esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouvimos muitas coisas tristes. Eu entrei muito triste, entrei muito emocionada nesta audiência, quase que nem conseguia falar, porque, quando o Brasil sabe que vai ter uma audiência desta, no final de semana, eu fico recebendo as imagens. O meu celular, se vocês apertarem, às vezes pinga sangue dele. E não é fácil – os conselheiros tutelares aqui sabem – ir para casa e desligar. E, às vezes, nós somos tomados de um sentimento de "perdemos, não vamos conseguir". Mas eu queria, mesmo hoje, do jeito que estou, tão triste, dizer a vocês que nós não perdemos. Nós não vamos desistir das crianças, nós vamos mudar a história da infância no país. Está difícil? Está. Vem o desânimo num dia como este? Vem.

No mês passado, tivemos uma audiência aqui, no Maio Laranja, em que a Polícia Federal, o diretor de um dos departamentos da Polícia Federal apresentou a imagem do menino mais jovem estuprado no Brasil. Aline, ele tinha quatro horas de vida. Ele foi estuprado logo após o parto. E aí, eu achei que aquela imagem trazida pela Polícia Federal – apresentada assim, para todos os Senadores – fosse mudar o rumo do Senado, que o Senado fosse parar tudo e dizer: "Epa, chegamos ao limite".

Quatro horas?

É possível que, daqui a pouco, a gente tenha na rua mulheres grávidas tendo seus ventres rasgados, para tirarem o bebê e estuprarem fetos. Nós estamos vivendo uma realidade absurda. As imagens que foram apreendidas, gente, lá no Rio Grande do Sul, eram de tortura de bebês. Deixe-me dizer uma coisa. Existe a imagem do sexo com o bebê, mas tem pessoas que sentem prazer em ouvir o grito, não é a cena, é o grito. Que nação é essa em que as pessoas têm prazer em escutar o grito do bebê sofrendo?

O ECA está aí, temos muitos avanços, mas nós estamos com uma nação doente. E eu queria convidar, já que acabou a Copa do Mundo: vamos cuidar da criança agora? Vamos todo mundo junto. Eu não queria, daqui a 32 anos, voltar aqui para a gente comemorar 64 anos do ECA, dizendo: "Olhem, avançamos, mas temos muito mais para avançar". Eu queria voltar aqui daqui a alguns anos – daqui a 30 anos, Aline, eu serei uma senhorinha bem bonitinha –, dizendo assim: "A gente conseguiu, nós mudamos a história do Brasil".

Eu caminho nessa direção há 40 anos (*Manifestação de emoção.*). Eu já poderia ter desistido, jogado a toalha, mas eu não vou jogar a toalha. Desculpem o desabafo, é porque tem sido uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana difícil para minha vida pessoal, porque cada vez que a gente vai avançar numa matéria, eles precisam dizer que Damares é louca. Agora que a gente vai votar esse projeto amanhã...

Olhem as coincidências: quando Damares avança com o Marajó, "Damares é louca"; quando Damares tenta avançar com as crianças ianomâmi, "Damares é assassina de ianomâmi". Na discussão do ECA Digital, vocês não têm ideia de como desconstruíram a minha imagem. As minhas redes sociais estão fechadas há cinco meses, ninguém comenta nas minhas redes, por causa das ameaças de morte. Aí, nesta semana, em que a gente vai votar esse projeto de lei da ronda virtual, eu virei "adúltera, traidora, comunista".

Então, eu quero que vocês entendam que tem muita gente que não vem para essa luta porque, para enfrentar bandidos, a gente paga um preço. Vocês, conselheiros tutelares, pagam um preço todo dia – com ameaças –, porque eles sabem onde vocês moram. Aquele conselheiro tutelar lá do interior de uma cidade que tem 10 mil pessoas, todo mundo sabe onde é a casa do conselheiro. Vocês pensam que eles não sofrem ameaça de morte todo dia?

As minhas ameaças vêm de desconstrução de imagem, porque se desconstruir a imagem da Senadora e dos Senadores que lutam pela criança, então, as propostas deles não prestam. "Por que vocês vão votar no projeto dessa doida?". Vocês estão entendendo? São duas semanas em que pessoas orquestradas estão desconstruindo a minha imagem. Aí, eu pergunto: é coincidência? A serviço de quem estão essas pessoas? Ganhando de quem para desconstruir a imagem de Senadoras e Senadores que querem fazer a diferença na proteção da criança?

Então, para aqueles que acham que a gente vai jogar a toalha, estão nesta audiência pública pessoas que não vão desistir.

E eu quero dizer uma coisa... (*Palmas.*)

Eu quero dizer uma coisa: o nosso exército é gigante. Nosso exército, vocês não têm ideia do tamanho... Vocês podem ter tecnologia, vocês podem ter dinheiro, vocês podem ter uma ou outra autoridade ao lado de vocês, mas o nosso exército não recua. Nosso exército é gigante e vocês viram as pessoas que falaram aqui hoje. Nós vamos continuar lutando, Aline, conselheiros, todos estão aqui, para que criança e adolescente – como está no ECA e na Constituição – sejam prioridade absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por esta audiência pública, obrigada por terem estado comigo, obrigada TV Senado, obrigada Secretaria.

Nós não vamos nos cansar, nós não estamos cansados. "Lá vem a Damares falar de novo de criança..."; vou falar! "Lá vem mais uma audiência pública..."; vai ter audiência! (*Palmas.*)

"Lá vem Damares com as crianças para o Senado..."; eu vou lotar este Senado de criança! Vai ser assim. Daqui a pouco, estarei lá na tribuna falando de novo de criança.

Que Deus abençoe vocês!

Que viva o Estatuto da Criança e do Adolescente!

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Laércio Oliveira, Chico Rodrigues, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Dra. Eudócia, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eduardo Braga, Paulo Paim, Wilder Morais e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Jaime Bagattoli, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 780, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 16, de 2026** que: "Requer o comparecimento do Chanceler brasileiro à CRE do Senado Federal." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Notas Taquigráficas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/07

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 10ª Reunião, Extraordinária, em 7/7/2026, terça-feira, 11h30.

Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão, ocorrida em 17 de junho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permanece como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vai à publicação.

Conforme pauta publicada, esta reunião destina-se à apreciação do Projeto de Lei 780, de 2023, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 780, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Deputado Federal Geraldo Resende.

Relatoria: Senador Nelsinho Trad, este que preside e vos fala.

Peço licença ao Senador Hamilton Mourão para que eu possa ler o meu relatório daqui.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Muito obrigado.

Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, em suma, a proposição atende plenamente a todos os requisitos constitucionais e técnicas legislativas exigidos.

No que diz respeito ao mérito, o projeto deve prosperar.

A ponte sobre o Rio Paraguai possui elevada relevância para a integração entre o Brasil e o Paraguai. Situada em Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul, a obra fortalece a Rota Bioceânica, também denominada Rota de Capricórnio, e amplia as possibilidades de circulação de pessoas, de bens e de serviços.

O homenageado, Heitor Miranda dos Santos, natural de Porto Murtinho, teve trajetória pública expressiva. Atuou no Ministério Público de Mato Grosso do Sul, como Promotor de Justiça, em diversos municípios, e, posteriormente, como Procurador de Justiça. Também exerceu funções no Poder Executivo estadual, nas áreas de trabalho e justiça. Eleito para a Prefeitura de Porto Murtinho, exerceu o cargo entre 2013 e 2016, quando reforçou sua atuação em favor do desenvolvimento do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que, desde os anos 80, Heitor Miranda dos Santos já sustentava a importância da Rota Bioceânica e da ligação internacional com o Paraguai como instrumentos capazes de transformar a posição estratégica de Porto Murtinho em vetor de crescimento para Mato Grosso do Sul. A construção da ponte sobre o Rio Paraguai concretiza, portanto, uma agenda que o homenageado defendeu por décadas, antes mesmo de qualquer pessoa levantar essa questão. Dar o seu nome ao trecho brasileiro da obra é reconhecer essa trajetória e preservar a memória de um homem público diretamente associado à integração bioceânica e ao progresso econômico e social da região.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 780, de 2023.

Esse é o relatório.

Em discussão o relatório.

Eu gostaria de fazer algumas considerações.

Senador Hamilton Mourão, demais colegas que estão nos acompanhando, esse traçado rodoviário denominado Rota de Capricórnio, e lá por nós conhecido como Rota Bioceânica... Por que esse nome? Porque o traçado rodoviário, se você observar no mapa das rodovias do Brasil, liga o Porto de Santos, o Oceano Atlântico, atravessa o Brasil todo, chega lá à divisa com o Paraguai, e tem o Rio Paraguai. Aí tinha essa ponte que era o entrave. Esse entrave foi superado com o aporte de quase US$90 milhões pela Itaipu Binacional, que proporcionou a edificação dessa ponte – e está em vias de ocorrer o encontro dos dois lados, assim denominado "beijo" da ponte: o Paraguai fazendo a sua parte, e o Brasil fazendo a sua parte. Se não me engano, faltam uns 10m só para elas se encontrarem.

A partir do momento que essa ponte estiver pronta... O lado paraguaio também fez o seu traçado rodoviário, atravessando o Chaco paraguaio, e, se não me engano, estão faltando menos de 80km para terminar, vai entrar no norte da Argentina e vai adentrar o Chile. Chegando no Chile, nós temos alguns portos que serão demandados por essa logística: Portos de Iquique, de Antofagasta e de Mejillones. O oceano que banha o Chile é o Oceano Pacífico, daí a denominação Rota Bioceânica, os dois oceanos. Qual é a vantagem desse traçado? A partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que você demandar as cargas pelos Portos de Iquique, Antofagasta ou Mejillones, através desse traçado você vai economizar 14 dias de viagem, 8 mil quilômetros marítimos a menos, redução de até 40% no frete dos produtos que sairão destes países – Brasil, Paraguai, Argentina e Chile – para ir até o continente asiático, ou seja, nós vamos promover um desenvolvimento inigualável sob o aspecto logístico dessa questão.

Esse traçado já foi feito... Logicamente, a travessia do Rio Paraguai foi feita de outra forma – para esse traçado poder ser feito – por várias comitivas que saíram do meu estado para poderem conhecer e ver se isso tinha realmente lógica. Quatro expedições já fizeram esse traçado, juntaram empresários, pessoal de outras iniciativas e foram até lá os Portos de Iquique, Antofagasta e Mejillones, ou seja, voltaram com a real impressão de que é realmente um projeto muito interessante para o Brasil e, principalmente, para a Região Centro-Oeste.

Ocorre que a questão logística é um ponto dessa história, ao passo que, ao fazer pela terceira ou quarta vez a rota, o que bateu na cabeça de quem foi? Ora, tem vários pontos turísticos que precisam ser explorados nesse traçado, e aí a Rota Bioceânica, que tem o aspecto logístico, vai ter também o *hub* turístico a ser incrementado nesse *métier:* cidades devidamente identificadas, contactadas e interligadas para poderem, a partir do instante em que tudo estiver pronto, receber também turistas para quem quiser conhecer a Cordilheira dos Andes, para quem quiser ver neve, para quem quiser ir tomar um vinho no norte da Argentina, para quem quiser conhecer o Chaco paraguaio, para quem quiser conhecer o Pantanal sul-mato-grossense.

Senador Mourão, para V. Exa. ter uma ideia, se você sair de Porto Murtinho, que é o início da ponte que atravessa o Rio Paraguai até Carmelo Peralta, cidade paraguaia, em isso estando pronto, e se você quiser ir lá para a Cordilheira dos Andes, são 2,1 mil quilômetros. Vai ficar mais perto você ir para lá e ver a neve na Cordilheira dos Andes do que sair de Porto Murtinho e ir para o Rio de Janeiro. Só para vocês terem uma ideia de como isso vai incrementar também o lado turístico.

Aí eu fui dar uma palestra numa universidade no meu estado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e sempre tem um aluno mais inteligente que a gente. Aí o guri se levanta no meio da palestra e fala: "Senador, já que vai ter a questão logística das cargas que vão passar por esse traçado, já que vai ter a questão turística, por que vocês não promovem também um intercâmbio cultural entre as universidades, que, com certeza, as cidades margeadas por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodovia terão? Vamos fazer um intercâmbio cultural com as universidades brasileiras, paraguaias, argentinas e chilenas".

A ideia prosperou. Já tem o Prof. Lúcio Flávio, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do Reitor Laércio, que já está contatando as universidades em todo esse traçado para proporcionar intercâmbio cultural para os alunos do Brasil – Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul –, do Paraguai, da Argentina e do Chile, ou seja, esse é um projeto ganha-ganha.

E por que essa homenagem, Senador Mourão? Eu me lembro muito bem desse cidadão, uma pessoa extremamente lúcida. Estou emocionado porque é uma pessoa muito especial para mim, uma pessoa extremamente competente, que tinha um saber a toda prova e que, por um exercício de geografia, que só as pessoas muito inteligentes têm a desenvolver, chegou para mim uma vez e falou assim – eu era Vereador de Campo Grande –: "Vereador, eu estou com uma ideia". Eu falei: "Que ideia?". Se a gente conseguir fazer esse traçado, vai ficar mais perto para levar produto para o continente asiático do que quando vai pelo Porto de Santos". E não tinha pessoa melhor para receber essa homenagem, porque foi o cara que estimulou a todos nós lá a promover essa situação.

Ele veio a falecer. Era uma pessoa que não tinha tristeza na sua vida. Por onde ele andava, ele semeava alegria, uma energia contagiante.

Então, eu encerro, pedindo os votos dos meus colegas para que nós possamos denominar, no lado brasileiro, que é o que nos compete – nós não podemos nominar o lado paraguaio; com certeza eles vão nominar alguém lá –, Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da Ponte da Rota Bioceânica. Era isso que eu queria dizer.

Continua em discussão.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, cumprimento V. Exa. pelo relatório, pelo conhecimento geográfico. Obviamente tem uma importância muito grande essa rodovia para o escoamento da produção do estado de V. Exa., mas é para o Brasil como um todo isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro da visão geopolítica da nossa América do Sul, nós sempre dissemos que vivíamos de costas uns para os outros, em virtude dos obstáculos dissociadores, que são a nossa Amazônia, os Andes, o Chaco, e dois desses obstáculos dissociadores estarão sendo transpostos por essa ferrovia, que são o Chaco paraguaio e a cordilheira. Então, eu acho que é dado um passo gigantesco para a verdadeira integração, principalmente aí no nosso Mercosul, e era um objetivo permanente de todos aqueles que sempre tiveram uma visão, vamos dizer o seguinte, dessa capacidade que existe para que a gente tenha escoamento não só pelo oceano que nos banha, mas também pelo Oceano Pacífico.

Então, cumprimento V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Mourão.

Apenas mais um adendo, com a permissão de V. Exa. Quero dizer que as receitas federais, tanto do Brasil quanto do Paraguai, da Argentina e do Chile, já estão conversando para que os produtos que percorram essa rota possam ter um QR *code* identificado, logicamente com a fiscalização prévia e anterior sendo feita, a partir da origem, e não demandar mais tempo de aduana em aduana em função da justificativa que ela tem do encurtamento da distância. Nós não podemos resolver um problema estrutural com a obra e perder tempo nas questões aduaneiras.

Outro ponto também muito interessante a ser abordado nesse aspecto é o seguinte: todos nós sabemos, apesar de eu não concordar com isso, que, infelizmente, quando entra governo e sai governo, no governo que entrou, em detrimento do projeto que se iniciou no governo que se passou, às vezes o cara não quer tocar. "Não, esse é o projeto do governo do lado A e eu não vou tocar porque eu sou do lado B", menos no Paraguai, que teve a mesma linha ideológica. No Chile teve alteração de linha ideológica, na Argentina teve alteração de linha ideológica, no Brasil teve alteração de linha ideológica. Em todos esses países, nenhum dos Presidentes que entraram, mesmo sendo contra ideologicamente aquele que saiu, deixou de impulsionar esse projeto.

Então, gostaria de deixar esse registro para demonstrar a maturidade que houve, tanto aqui no Brasil, quanto na Argentina, quanto no Chile, em especial no Paraguai, em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente que saiu, o Presidente Marito, e o Presidente que entrou, o Santiago Peña, são entusiastas desse projeto. O Presidente Marito ia uma vez por mês visitar essas obras e o Presidente Santiago Peña também está totalmente empenhado nessa questão. É mais uma força de integração entre Brasil, Paraguai, Argentina e agora o Chile.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Sendo assim, solicito as providências para que também a gente possa colocar em regime de urgência essa matéria, a fim de que possa, o quanto antes, ser exaurida no Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

Termina a tramitação nas Comissões.

Fica, então, denominada Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Às providências.

Nós temos aqui sobre a mesa um projeto extrapauta sobre um requerimento, que será lido, o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 16, de 2026, de autoria do nobre Senador Hamilton Mourão, que requer, nos termos do art. 58, §2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas sobre as recentes manifestações oficiais enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Poder Legislativo, nas quais se aponta o risco de imposição de sanções extraterritoriais e de eventual uso de força militar por parte dos Estados Unidos da América em território nacional, motivados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela classificação unilateral de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas por aquele país.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, DE 2026

- Não terminativo -

Requer o comparecimento do Chanceler brasileiro à CRE do Senado Federal.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Em discussão.

O Senador Hamilton Mourão com a palavra, para discutir.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, óbvio que essa questão da classificação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas colocou uma discussão muito grande aqui no nosso país – há dois lados muito claros em relação a isso; nós mesmos, na Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, já andamos debatendo esse assunto –, mas o que me chamou a atenção na exposição do Ministro Mauro Vieira é a questão do risco de uma ação militar dos Estados Unidos da América em território brasileiro.

Então, eu gostaria de ouvir do Ministro de onde ele tirou dados para, vamos dizer assim, uma afirmação de uma certa gravidade, uma vez que, apesar de os Estados Unidos recentemente virem exercendo de forma unilateral o seu poder militar, tanto no caso recente da captura do então Presidente da Venezuela, o ditador Maduro, como também no ataque feito ao Irã, apesar de isso ser um conflito que se arrasta há 46, 47 anos entre esses dois países... Mas me chama a atenção, face à relação que nós temos com os Estados Unidos da América, inclusive na área militar, onde combatemos juntos na Segunda Guerra Mundial, ver, por parte de uma autoridade como o Ministro Mauro Vieira, uma afirmação dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de ouvir isso aqui do Ministro e acho que é uma responsabilidade da nossa Comissão se inteirar a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, apenas uma observação: V. Exa., Senador Hamilton Mourão, que é um assíduo participante da Comissão de Relações Exteriores e das demais tarefas aqui dentro deste Senado, um Senador que honra muito e dá o privilégio, a todos nós, da sua participação, tem total legitimidade para proceder da forma como V. Exa. está procedendo.

Sendo assim, coloco, encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria para as providências.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada.

Antes, porém, uma observação. Não sei se vai ter esforço concentrado. Caso tenha, com a obrigatoriedade da presença dos colegas Senadores, nós devemos, antes do recesso, se tiver o esforço concentrado, fazer ainda uma reunião aqui para esgotar os embaixadores que estão aguardando a sua aprovação por esta Casa.

É apenas para informar, são dois só que tem, não é? (*Pausa.*)

Temos um e um para chegar. Nunca antes, na história desta Comissão, fomos tão eficientes dessa forma.

Quero agradecer, em especial, ao Senador Mourão, que sempre me ajudou a conduzir os trabalhos disso aqui.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Sergio Moro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1482, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5521, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1434, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2736, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 37, de 2026** que: "Requer a inclusão do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace Energia (Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres), na audiência pública objeto do requerimento nº 27/2026." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSB/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 38, de 2026** que: "Requer que, na audiência pública objeto do requerimento nº 27 de 2026 seja incluído um representante da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (ABSAE)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 41, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 24/2026 - CI, para que na audiência pública sejam incluídas como convidadas a senhora Kassia Regina Bazzo, Analista de conservação do WWFBrasil, e a senhora Adryane Gorayeb Nogueira, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 42, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 27/2026 - CI, para que na audiência pública sejam incluídos entre os convidados o senhor Igor Britto, Diretor Executivo do IDEC, e o senhor Clauber Leite, Coordenador de Energia do Instituto E+." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 43, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 27/2026 - CI, para que seja incluído, no rol dos convidados para a audiência pública, um representante do Instituto E+ Transição Energética." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 44, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública requerida pelo Sen. Jorge Kajuru, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e os impactos do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável, um representante do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos Senadores Marcos Rogério e Jaime Bagattoli. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 45, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 46, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca do fortalecimento da ética concorrencial e a conformidade no mercado de combustíveis como pilares da segurança econômica." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 47, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e o papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 48, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, o fomento à cadeia produtiva de energia e a geração de emprego e renda." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 49, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 50, de 2026** que: "Requer, nos termos regimentais, que, na Diligência Externa objeto do REQ 33/2026-CI, sejam também convidados o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida, e a Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos e Jaime Bagattoli. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 51, de 2026** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 32/2026 – CI, sejam incluídos convidados." **Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 52, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, informações acerca da situação atual dos estudos e eventual retomada de modelagem relacionada à concessão da Hidrovia do Rio Madeira, especialmente quanto à possibilidade de cobrança tarifária sobre sua utilização." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 53, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre os estudos técnicos do ONS, da EPE e do CMSE que fundamentam eventual antecipação dos contratos do LRCap de 2026, bem como sobre o impacto tarifário, o custo sistêmico e a comparação econômica em relação à contratação competitiva realizada em leilão." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 54, de 2026** que: "Requer a inclusão de representante da Associação das Distribuidoras de Combustíveis – BRASILCOM na Audiência Pública objeto do REQ nº 25/2026 – CI." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 55, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, informações acerca do atual estágio do processo de estruturação, modelagem e eventual concessão da Hidrovia do Rio Madeira." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Convertido em Requerimento de Audiência Pública e aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério. **ITEM 22 - Requerimento da**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 56, de 2026 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2026 - CI, seja incluído como convidado um representante do Sindicato dos Servidores das Agências Reguladoras - SINAGÊNCIA." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 58, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca dos impactos do bloqueio orçamentário previsto no Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, sobre a capacidade operacional, regulatória e fiscalizatória das agências reguladoras federais vinculadas aos setores de infraestrutura." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 59, de 2026** que: "Requer a inclusão de representante da ABRADEE na audiência pública objeto do REQ 27/2026 - CI." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos e Sérgio Petecão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de junho de 2026.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

– Ofício 18, de 2026, da Câmara Municipal de Maratá, Rio Grande do Sul, por meio do qual encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei 987, de 2026, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que propõe a revogação do sistema de pedágio denominado Free Flow.

Os documentos, nos termos da Instituição Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós estamos ainda com onze no painel. Para deliberar, nós precisamos de mais um, para o quórum regimental, mas não impede que a gente já inicie com a leitura dos relatórios.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1482, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

Enquanto ele se prepara para fazer a leitura do seu relatório, registro a presença, na Comissão, no dia de hoje, do Deputado Federal Dr. Fernando Máximo, Deputado Federal pelo Estado de Rondônia. Seja muito bem-vindo à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Hoje ele trouxe o bisturi.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje ele veio sem bisturi, mas não fique muito à vontade perto porque cirurgião é sempre cirurgião. (*Risos.*)

Com a palavra o nobre Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Esse PL, o 1.482, de 2019, é um PL de suma importância, de suma urgência. Nós precisamos aprovar esse projeto, esse PL, e, de preferência, levarmos em seguida ao Plenário, porque é uma situação muito caótica, que vem há anos, essa situação de furtos, de roubo de combustível, causando prejuízo, inclusive não só às empresas, não só às distribuidoras, mas ao consumidor final, e causando risco ao meio ambiente e às pessoas, de acidente, principalmente em oleoduto.

Sr. Presidente, eu peço licença para dispensar a leitura e ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura apreciar matérias pertinentes a recursos geológicos, como ocorre no presente caso. No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

O objetivo da proposta em análise é agravar a resposta penal à “derivação clandestina”, prática que consiste na subtração de petróleo e combustíveis de dutos e instalações de armazenamento, além de reprimir os roubos em modais de transporte e a receptação comercial ilícita.

A subtração de combustíveis é uma prática criminosa que, para além do dano ao patrimônio imediato, gera impactos sistêmicos na economia. Em países com baixa disponibilidade de malha ferroviária, como o Brasil, o transporte rodoviário é fundamental para viabilizar a circulação de pessoas e mercadorias.

Conforme levantamento realizado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), o transporte rodoviário concentra mais de 60% da movimentação de cargas no Brasil, o que o consolida como a principal via para a distribuição de mercadorias e insumos produtivos. Neste cenário, roubos e furtos de combustíveis e derivados em grande escala provocam o aumento de custos em toda a cadeia produtiva, na medida em que elevam o valor do frete e influenciam os preços de diversos produtos, principalmente de alimentos.

A urgência da matéria é chancelada por dados estatísticos alarmantes emitidos pelas principais entidades do setor. Conforme apontado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Instituto Combustível Legal (ICL) e pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), com base em relatórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Transpetro, as ocorrências de furto ou tentativa de furto em dutos voltaram a crescer no país. Segundo informações da Transpetro, os casos de furto ou tentativa de furto em dutos saltaram de 25 em 2024 para 31 em 2025, interrompendo o ciclo de queda de ocorrências desse tipo de crime registrado nos últimos seis anos. Estimativas do Ministério Público revelam que, anualmente, são subtraídos cerca de 14,2 milhões de litros de combustíveis apenas dos oleodutos da Transpetro para posterior revenda, causando um prejuízo de aproximadamente R$33,4 milhões. Segundo o ICL, as perdas relativas à bomba fraudada, roubo de cargas, de dutos e/ou pirataria somam R$2 bilhões por ano. Para além do modal dutoviário, a criminalidade organizada tem expandido suas operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a malha de transporte nacional, com impactos severos nas diversas regiões do país. Na Região Norte, onde o transporte hidroviário é o principal eixo de integração e escoamento da Amazônia, o roubo de cargas tem registrado crescimento contínuo, com um prejuízo anual superior a R$100 milhões em mercadorias, sendo que 70% desse montante refere-se exclusivamente ao roubo de combustíveis. Dados do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma) indicam que, entre 2002 e 2022, foram roubados mais de 7,4 milhões de litros de combustíveis na região.

Além de prejuízos financeiros significativos, soma-se à elevada reprovabilidade dessa conduta o risco à segurança pública e ao meio ambiente. A perfuração clandestina pode provocar vazamentos que contaminam o solo e os lençóis freáticos, além de ocasionar incêndios, explosões e outros acidentes graves, colocando em risco a vida da população. Nesse sentido, é emblemático o trágico caso da menina Ana Cristina Pacheco, de apenas 9 anos, que veio a óbito após sofrer queimaduras em 80% do corpo ao cair em uma poça de gasolina quente durante uma tentativa de furto de combustível em Caxias, na Baixada Fluminense.

Portanto, a aprovação da proposta é fundamental para o aperfeiçoamento dos mecanismos de combate à “derivação clandestina”, prática que extrapola a esfera patrimonial de empresas que atuam no setor de combustíveis e impacta diretamente no custo de vida, na segurança e na saúde da população.

Entretanto, o texto demanda ajustes formais. É preciso readequar a numeração dos novos parágrafos do art. 155 do CP, visto que a Lei nº 15.358, de 2026, já incorporou o §9º a esse artigo. Dessa forma, a fim de preservar as alterações recentes, os novos parágrafos do art. 155 do CP devem ser numerados como §§10, 11 e 12.

De modo análogo, a numeração do novo inciso do §2º do art. 157 do CP deve ser modificada, pois a Lei nº 15.397, de 2026, acrescentou os incisos IX e X ao parágrafo. Portanto, a nova causa de aumento de pena deve ser deslocada para o inciso XI.

Voto.

Por todo o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, com as seguintes emendas de redação já relacionadas.

Sr. Presidente, esse PL tem muita urgência: 60% do nosso transporte de combustível no país, devido à nossa falta de ferrovia... Hidrovias nós temos na Amazônia, que transportam, mas nós teríamos que ter um volume muito maior também de combustível transportado via cabotagem, com os praticamente 8 mil quilômetros de costa marítima que nós temos no Brasil. Mas nós temos um grande problema, em todos os casos, no roubo de combustíveis.

As empresas ligadas à Sindicom, à ANP, à Transpetro apontam que mais de 14 milhões vêm sendo roubados por ano só em oleoduto. Senador Amin, o senhor veja bem o risco que nós temos hoje de essas... Esses oleodutos passam onde tem grandes populações, nas periferias, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Até o caso que aconteceu agora, há poucos dias, aqui na Ceilândia, próximo aqui de Brasília, no oleoduto... Vamos chamá-los de bandidos, esses ladrões que causam esses furtos, que planejam isso. E nisso a gente sabe que tem gente capacitada que entende e sabe fazer aquilo, porque para perfurar um duto daquele tem que ser alguém que tenha conhecimento sobre aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há o risco que se corre, o que tem acontecido de acidentes e também de causar prejuízos enormes à questão do meio ambiente. Só no transporte da Amazônia, no transporte hidroviário, mais de 7 milhões de litros são furtados. Então, nós temos um prejuízo enorme, são mais de R$2 bilhões aí de prejuízos anuais que nós temos – e sem considerar esse trágico acidente.

Por isso é que esse projeto, esse PL 1.482, de 2019, que é um projeto do Deputado conhecido como Juninho do Pneu, tem que ser aprovado urgentemente em Plenário. Mesmo se tiver que passar por outras Comissões, tem que ter punições mais severas para esses tipos de furto, para esses tipos de roubo, para esses tipos de danos que essas pessoas estão causando, prejuízo econômico e prejuízo ambiental.

E, para finalizar, quero dizer desse trágico acidente da Ana Cristina Pacheco, de apenas 9 anos de idade, lá em Caxias, na Baixada Fluminense, onde essa menina veio a óbito por uma inconsequência desses bandidos, dessas pessoas inconsequentes que fazem esses tipos de furtos, esses tipos de roubo.

Então, Sr. Presidente, a gente entende que tenha que passar, talvez, por outras Comissões aqui também, mas nós temos que pedir uma urgência para que isso seja levado ao Plenário o mais urgentemente possível, esse PL 1.482, de 2019.

Obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao nobre Senador Jaime Bagattoli, Relator da matéria, que apresenta relatório pela aprovação.

A matéria está em discussão.

Para discutir, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Desejo cumprimentar, Presidente, o relatório muito bem lançado pelo nosso Senador Bagattoli. É um assunto realmente muito sério do ponto de vista das repercussões, da segurança – segurança sob todos os aspectos, tanto segurança de suprimento quanto segurança pública. E, cumprimentando pela qualidade do relatório, também reforço o pedido de tramitação com a urgência possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria continua em discussão.

O Senador Jayme Campos, de Santa Catarina para Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – É verdade.

Sr. Presidente, querido amigo Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas fazer minha manifestação de apoio ao ilustre Senador Jaime Bagattoli pela louvável iniciativa, tendo em vista que esse projeto aqui é meritório. Não é só carga aqui, quando você fala de combustível.

No Brasil, infelizmente, bilhões de reais são perdidos com roubos, assaltos que estão tendo nas nossas rodovias federais – particularmente, hoje, de algumas cargas, como é o caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédios, leite Ninho e, acima de tudo, de carne. Eu fui proprietário de uma indústria frigorífica lá em Mato Grosso, e confesso para vocês que um dos motivos por que eu vendi essa indústria foi a questão de roubos. Roubavam... O ladrão está tão especializado – conluiado, muitas vezes, com postos fiscais e barreiras que existem ao longo das rodovias, sejam estaduais ou federais – que o próprio fiscal, muitas vezes, é conluiado com os assaltantes. Quando passa um caminhão de filé, um caminhão de picanha, o assaltante, lá na frente, já tem a informação; quando vai bucho, fígado, aquela carne mais barata, ninguém toca nele, é intocável.

Então, realmente, a nossa preocupação, da mesma forma como a de V. Exa. aqui, é grande. E hoje, além do mais, infelizmente, a presença das forças de segurança nas nossas rodovias, sejam federais ou estaduais, é muito pouca diante da extensão territorial do nosso Brasil, que é um país de 8,9 milhões de quilômetros quadrados – nós temos uma deficiência grande. E agora, com os comandos vermelhos da vida, essas organizações criminosas – seja PCC, Comando Vermelho, Família do Norte –, infelizmente, aumentaram sobremaneira esses números. Dá a sensação de impunidade e, sobretudo, de falta da presença do Estado.

Ontem, eu conversava com um amigo meu, porque estavam dizendo aí: "Por que o Brasil não usa até um pouco das Forças Armadas, sobretudo, para ajudar nessa fiscalização?". Caso contrário, as polícias estão aquém, naturalmente, de fazer esse enfrentamento, por falta, muitas vezes, de efetivo. Ontem mesmo, assistindo a um programa de televisão, vi que o Estado de Pernambuco aumentou esse efetivo, nesses últimos três anos, em 5 mil homens – e ainda é pouco diante, naturalmente, do combate à criminalidade.

Mato Grosso, infelizmente, é um estado – ou felizmente... É bom porque o estado hoje está, com certeza, conseguindo trazer essa alegria para os Governos estadual e federal, diante da sua grande produção agrícola, exportação, contribuindo sobremaneira com a nossa balança comercial. Entretanto, nós temos ainda uma deficiência: temos uma população na ordem de 3,9 milhões de habitantes, ainda é uma população rarefeita; todavia, o efetivo do Governo estadual lá, da PM, é apenas de 7,4 mil homens. Isso aí é equiparado a quando fui Governador, ainda lá atrás; é o mesmo número de efetivo. O estado cresceu, a população, com certeza, praticamente dobrou e a presença das forças policiais ainda é aquém da necessidade, é muito pouca.

Dessa forma, eu quero cumprimentar V. Exa. Com certeza, esse projeto é meritório. Conte com o meu apoio.

Temos que endurecer a lei, viu, Sr. Presidente? A lei do Brasil. Agora, precisa ser cumprida. Hoje, infelizmente, um bandido vai preso – com muita dificuldade, muitas vezes – pelas forças de segurança, vai lá, passa 24 horas, 48 horas; entra lá, paga uma fiança, entra com *habeas corpus*, é solto. E ele continua assaltando, roubando, muitas vezes cometendo até latrocínio – muitas vezes, é cometido até crime de latrocínio; rouba e mata o cidadão. Então, é com projetos como esse que nós estamos endurecendo. Espero que essa lei seja aprovada e, com certeza, seja colocada em prática.

Parabéns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa. e eu queria cumprimentar também o Senador Jaime Bagattoli pelo relatório apresentado. É importante destacar que esse projeto busca proteger diretamente o consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a segurança da população. Quando há furto, roubo ou receptação de combustíveis, quem paga a conta é o cidadão; paga no preço, paga na insegurança do abastecimento e paga quando o mercado honesto é prejudicado por produtos de origem criminosa.

Então, não é uma questão de consequência menor; pelo contrário, o alcance da consequência desse tipo de crime é muito alto. O combustível é um insumo que é essencial, não é um insumo qualquer. É ele que move as ambulâncias, é ele que move o ônibus que faz o transporte coletivo, as viaturas da segurança pública, alimentos, escola, trabalho, família. Por isso, combater essa cadeia ilegal é proteger o cidadão, é proteger as pessoas, é proteger o pai de família.

E, além disso, o ataque a dutos, o armazenamento clandestino, o comércio irregular acabam por expor trabalhadores, expor moradores, expor o meio ambiente a riscos graves. Hoje, a gente vive situação em que você tem regiões em que, às vezes, no gás canalizado, por exemplo – apenas a título de exemplo aqui –, você tem toda uma infraestrutura e, em razão do estado paralelo que se impôs no Brasil... E daí você vê, hoje, movimentos internacionais que buscam classificar como terrorismo – e não é nada diferente disso. Por quê? Porque a sociedade está refém. Você chega a ambientes de moradias populares, de moradias de classe média, de moradias do cidadão, em que você tem uma infraestrutura, e a que o crime organizado chega e diz: "Aqui, o estado sou eu". E quando o crime organizado chega e diz: "Aqui, o estado sou eu", ele corta a rede de abastecimento e todo morador precisa comprar de quem? De quem é que ele vai comprar o gás que chega em casa? É do representante comercial que é vinculado ao crime organizado.

Não estou falando de uma situação pontual, ex-Deputado Miguel de Souza, não é uma coisa pontual, não. Isso aqui é sistêmico no Brasil; isso aqui acontece em São Paulo, isso aqui acontece no Rio de Janeiro e isso aqui, Senador Jaime Bagattoli, começa a acontecer em estados como o meu, o Estado de Rondônia. O Ceará vive hoje o drama da violência do crime organizado. Agora, se eu for consultar aqui um a um dos Senadores que representam cada um dos estados, eles vão dizer: "Isso já está acontecendo na minha região".

Com exceção de um estado ou outro, em que se fez o dever de casa e o Estado impôs a sua presença, onde o estado fraquejou – e isso é o exemplo típico de Rondônia – o crime organizado tomou conta do espaço. E um dos segmentos que ele capturou para si foi o segmento de combustíveis, redes de postos de combustíveis, abastecimento de gás. E é o cidadão mais pobre que acaba sofrendo com as consequências disso, porque ele controla o produto.

Às vezes – e repito, veja –, o Estado, com seu comando de governança, cumpre uma ponta, que é a do planejamento e da conexão, mas da efetividade, do controle do resultado, ele esquece. Governança não existe se você não tem aferição do resultado. Aquilo que você pretendeu, aquilo que você propôs e executou está sendo efetivo? Se não está, não tem governança. E aí, a gente vive esse drama hoje; e as pessoas mais pobres, mais vulneráveis é que estão reféns do crime organizado: braço financeiro, braço comercial e Estado ausente.

Então, o projeto que V. Exa. relata, Senador Jaime Bagattoli, vai nessa direção, de enfrentar isso com a resposta – digo, com toda a firmeza – necessária, porque fecha brechas, pune ações. Toda a cadeia criminosa tem que ser enquadrada, e de forma firme, de forma contundente, para proteger o cidadão de bem deste Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pelo projeto.

A matéria continua em discussão.

O Relator tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para fazer aqui uma conclusão.

Já faz 40 anos que nós viemos sofrendo com isso aí, ou mais. Eu, inclusive, sou proprietário de transportador de combustível da Shell Brasil no Norte. Nós temos dificuldade, hoje, de fazer... Inclusive, o seguro tem subido muito, o seguro de carga. Hoje, Deputado Fernando Máximo, para você ter uma ideia, em um nove eixos daqueles, com 60 mil litros de combustível, hoje, vale mais a carga do que vale o equipamento. Tirando fora o cavalo, os dois conjuntos daquelas duas carretas, vale mais a carga. A carga vale, aproximadamente, R$500 mil.

Então, você veja bem a facilidade, o esquema que eles montaram. Hoje, eles transferem uma carga dessas em 30 minutos para um outro caminhão; ou eles já têm lugar para recepcionar esse produto em alguns lugares, em fazendas, em matas, em que eles já têm os tanques, inclusive, preparados para isso. Então, esse negócio do furto ficou violento.

E para finalizar, Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão, eu quero dizer que eu, por acaso, estava assistindo, no domingo à noite, o Fantástico. Passou uma reportagem sobre o crime organizado. No Fantástico, uma reportagem da própria Globo, da Rede Globo. Onde o crime se organizou, tudo – até a venda de alimento dentro das favelas, dentro das periferias, o crime organizado se organizou –, tudo é vendido e passa por eles. E eu ainda vejo gente falando que temos que ter dó, temos que ter piedade dessas pessoas que estão no crime organizado. Gente, pelo amor de Deus, nós chegamos ao limite! Por isso que já se diz: o crime está organizado e a sociedade de bem está desorganizada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento, mais uma vez, V. Exa.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Eu queria só reforçar a urgência disso para o Plenário... ver o que nós podemos fazer para que esse PL siga com urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Assim que deliberarmos a matéria, deliberaremos o requerimento de V. Exa.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que com ele concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com emendas.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Bagattoli, como a matéria vai à Comissão de Segurança Pública, o requerimento de urgência ao Plenário só pode ser feito na Comissão em que finalizar o processo de tramitação nas Comissões. Mas fica registrado o apelo de V. Exa.

Tenho certeza de que na Comissão de Segurança Pública ela deve ter tramitação prioritária e, assim, encaminharemos o texto, o quanto antes, ao Plenário do Senado Federal.

Essa é uma matéria realmente muito importante.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu não tenho muito a discutir. Eu concordo plenamente com esse projeto. Só queria elogiar o trabalho do Senador Jaime Bagattoli.

A gente precisa, de fato, endurecer a legislação penal, porque a gente está vendo o crescimento da criminalidade no nosso país. Hoje a gente está com essa discussão muito pertinente dessas organizações criminosas e vejo que tivemos que aguardar um país estrangeiro denominar o Comando Vermelho e o PCC como organizações terroristas.

Isso é um passo positivo. Todo mundo sabe que isso vai dificultar a lavagem de dinheiro por parte dessas organizações. Isso vai facilitar o confisco do patrimônio criminoso dessas entidades. Agora, nós vamos fazer a nossa parte.

E é preciso – e tem relevância, sim – aumentar as sanções penais dentro do nosso ordenamento jurídico, até porque as penas normalmente cominadas ao crime de furto, ou até as penas cominadas aos crimes patrimoniais em geral, não são das mais elevadas. No entanto, não raramente, o furto está relacionado à atividade de organizações criminosas. Furto de combustível, roubo de gás natural e petróleo, isso aí não é alguém qualquer que o faz. Isso aí normalmente está vinculado a quadrilhas.

Então, em boa hora, nós talvez precisássemos fazer um mutirão aqui na Comissão de Segurança Pública, nesta Comissão de Infraestrutura, em que isso está passando, na CCJ, no Plenário, para dar o tratamento adequado ao fenômeno criminal no nosso país, e não ficarmos esperando que isso venha lá de fora, porque ninguém vai resolver os nossos problemas. Embora a medida seja positiva, nós temos que fazer a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., em plena concordância com relação a esse esforço em torno desses temas.

E, apenas para concluir essa questão, ao votarmos um projeto como esse, que enfrenta um problema que é um problema grave do Brasil, que são o furto e o roubo de combustíveis e seus derivados, derivados do petróleo, essa discussão toda em torno da classificação de PCC e Comando Vermelho como grupos terroristas no Brasil é justamente em razão da negligência do Estado, da omissão do Estado.

O Estado brasileiro não foi capaz de enfrentar essas organizações criminosas, a população está refém desses organismos criminosos e o argumento que se vê de quem é contra esse enquadramento, Senador Jayme Campos, é o argumento de que isso atenta contra a soberania nacional.

A pergunta que fica é: Onde está a soberania nacional nesse território controlado pelo Comando Vermelho? Onde está a soberania nacional no território controlado pelo PCC? Tem soberania nacional lá? A soberania que há nesses territórios é a soberania do crime. Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desorganizado, desarticulado, ausente; o crime organizado operante, ameaçador, aterrorizando a vida das pessoas.

Então, esse argumento de que "Ah, não, isso atenta contra a soberania nacional"... O Brasil já perdeu a soberania nacional há muito tempo. A soberania nesses territórios é a soberania do crime, por ausência do Estado, do Estado nacional, do Governo Federal e ausência dos governos estaduais, que também se mostraram omissos. E o Estado omisso é o território perfeito para a dominação do crime organizado.

Então, eu penso assim: este debate é um debate que o Parlamento precisa fazer e sem essa coisa de nacionalismo retórico. O nacionalismo retórico não está resolvendo o problema, meu caro "governadorável" Sergio Moro, lá na ponta. Vai perguntar para a população do Ceará, que está sofrendo com o crime organizado! Vai perguntar para a população do Rio de Janeiro, de São Paulo – já melhorou muito em São Paulo o problema com o PCC, mas ainda tem problema –, lá no meu Estado de Rondônia, que enfrenta... E lá são os dois, PCC e Comando Vermelho. Estado por estado, pergunte para a população que está refém do crime organizado se há soberania do Estado nessas regiões dominadas por essas facções. Não há.

Então, esse discurso, essa retórica de que isso atenta contra a soberania nacional... Nós já perdemos a soberania nacional em territórios do Brasil há muito tempo, inclusive na Amazônia, inclusive em florestas do nosso campo da Amazônia, que hoje é dominada pelo crime organizado. Ou o Estado se impõe... E aí o que nós esperamos é que o Estado brasileiro faça o seu dever de casa, porque nós não queremos que ninguém lá de fora venha fazer aquilo que é o nosso papel. Agora, dizer que nós temos soberania no Brasil, isso é uma falácia, isso é uma mentira, uma enganação. O brasileiro que sofre já sabe que nós perdemos a soberania há muito tempo.

O item 2, Projeto de Lei 5.521, de 2020, não terminativo.

Tem dois projetos com relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e ele está ausente.

Eu indago se o Senador...

Senador Sergio Moro, V. Exa. poderia fazer a leitura desse relatório, por gentileza? (*Pausa.*)

Eu vou apregoar o item 2, que é um projeto mais simples.

Vou fazer a designação *ad hoc*, em razão da ausência do titular.

O Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 5521, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)
Relatoria: Senador Sergio Moro
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Faço a designação *ad hoc* do Senador Sergio Moro e asseguro a ele a palavra para o relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator.) – Perfeito. Sem maiores problemas de assumir a relatoria *ad hoc*.

Então, vou aqui ao relatório, originariamente do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Projeto do Senador Styvenson Valentim.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a examinar o Projeto de Lei nº 5.521, de 2020, que altera a Lei nº 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias.

O projeto tem dois artigos. O art. 1º acrescenta dois parágrafos ao art. 83 do Código de Trânsito Brasileiro. O art. 2º veicula a cláusula de vigência, que estabelece *vacatio legis* de 180 dias.

Vou à análise.

Considerando que a matéria será remetida à CCJ, o exame será restrito ao mérito da proposição.

No mérito, a matéria merece aprovação. Embora os painéis eletrônicos tenham um importante papel na vida urbana, pesquisas científicas das últimas duas décadas demonstram que eles podem reduzir a atenção dos condutores em relação ao que acontece na via, o que é uma das principais causas de acidente de trânsito.

A legislação internacional já vem se adequando a esse diagnóstico. Na maior parte da Europa, painéis eletrônicos em rodovias são proibidos. Mesmo nos Estados Unidos, onde as leis são mais permissivas, os painéis eletrônicos não podem exibir animações e vídeos na maior parte do Estado.

O projeto visa resguardar a segurança viária e os parâmetros que propõe estão em consonância com as tendências da legislação internacional. Propomos, no entanto, um aperfeiçoamento no texto. As pesquisas sobre o efeito dos painéis eletrônicos são relativamente recentes, seguem a evolução e envolvem alta complexidade técnica. Além disso, incluem parâmetros relevantes, não previstos no projeto, como a distância do painel em relação à via, a altura de instalação, o espaçamento de painéis e a diferenciação por velocidade do trecho.

Por essa razão, entendemos que a definição desses parâmetros deve ficar a cargo do Contran, que como órgão do Sistema Nacional de Trânsito reúne melhores condições para analisar as evidências disponíveis e ajustar a regulamentação com maior celeridade. Com isso, a disciplina da matéria pode ser calibrada de acordo com a evolução do conhecimento técnico.

Além disso, a transposição direta dos parâmetros aplicados pela PRF em rodovias para o contexto urbano pode não ser a melhor solução. A experiência internacional aponta, de modo geral, na direção oposta. Os padrões tendem a ser mais restritivos em rodovias do que em áreas urbanas. Estender um padrão único a todos os tipos de vias, sem distinção, pode resultar em rigor excessivo para certas situações e proteção insuficiente para outras.

Entendemos oportuno ainda incluir dispositivo que explicite a competência dos municípios e do Distrito Federal para legislar sobre a publicidade exterior e a paisagem urbana, desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitada a legislação federal de trânsito. Os municípios poderão, por exemplo, adotar restrições adicionais ou mesmo proibir painéis por completo, como fez São Paulo com a Lei da Cidade Limpa, sem, contudo, se contrapor ao que foi definido pelo Contran.

Voto.

Diante do acima exposto, o voto é pela aprovação do PL 5.521, de 2020, com a seguinte emenda.

A Emenda nº 1, então, da Comissão de Infraestrutura, segue aqui, já disponibilizada a todos os colegas Senadores.

É o relatório e voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Sergio Moro, pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O item 3 é também de relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e, nesse caso, há pedidos de ajustes com relação ao texto; por essa razão... Vi até o movimento do Senador Jayme Campos que, pelo visto, pediria a retirada de pauta. É isso mesmo, Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, se me permite um pela ordem...

O fato é real, o que o senhor está falando aí. Tendo em vista que a matéria aqui envolve questão financeira...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – ... e que, por sinal, o Relator não se encontra presente, que é o Senador Astronauta, eu acho de bom alvitre que nós a retiremos de pauta, para ter uma melhor discussão em relação a esse projeto de lei, que é o 1.434/2023.

Da forma como V. Exa. antecipou, eu quero apenas contribuir com essa minha participação na possibilidade de nós o retirarmos de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Como eu já estava antecipando a disposição de retirar – não precisou nem usar o cartucho (*Risos.*), como se diz lá na nossa terra! –, acolho a sugestão de V. Exa. e, portanto, fica retirado de pauta para os ajustes necessários. Na próxima sessão traremos a matéria novamente à discussão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1434, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O projeto de lei... Para o próximo item, o item 4, também o Relator está ausente, e nesta matéria também há um pedido de revisão do dispositivo. Embora seja uma matéria que nós precisamos discutir e submeter à votação, eu vou acolhê-lo. O Relator está inclusive em missão oficial; ele me fez um apelo, e eu vou retirar de pauta, trazendo na próxima sessão, para deliberação, o item 4.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2736, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 23/05/2024, foi realizada audiência pública de instrução da matéria.)

O item 5... (*Pausa.*)

Nós vamos passar agora aos requerimentos.

Alguns Senadores estão em outras Comissões e há Senadores inclusive em viagens para Brasília, e me fizeram um apelo para que a gente pudesse deliberar sobre eles, então nós vamos deliberando. À medida que os Senadores não estiverem presentes, os Senadores que quiserem subscrever os requerimentos dos colegas, para a gente poder tramitar, poderão fazê-lo. Eu mesmo subscreverei alguns.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace Energia (Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres), na audiência pública objeto do requerimento nº 27/2026.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros.

A autoria é do Senador Jorge Kajuru e do Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Chico Rodrigues assinou presença, então não há necessidade de subscrição.

Preenchido o requisito...

Vamos fazer o anúncio de todos os requerimentos, se houver concordância, e a gente faz a votação em globo.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 38, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do requerimento nº 27 de 2026 seja incluído um representante da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (ABSAE).

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros.

Eu estou subscrevendo esse requerimento.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41, DE 2026
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 24/2026 - CI, para que na audiência pública sejam incluídas como convidadas a senhora Kassia Regina Bazzo, Analista de conservação do WWFBrasil, e a senhora Adryane Gorayeb Nogueira, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.

A autoria é do Senador Rogério Carvalho, que também não registrou presença, e eu vou subscrever para a tramitação o requerimento.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42, DE 2026
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 27/2026 - CI, para que na audiência pública sejam incluídos entre os convidados o senhor Igor Britto, Diretor Executivo do IDEC, e o senhor Clauber Leite, Coordenador de Energia do Instituto E+.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros.

Também com minha subscrição.

Esses requerimentos todos dizem respeito àquela audiência pública que vai tratar do tema das eólicas *offshore*. Nós já tivemos uma audiência pública sobre esse tema e observem os senhores que há um volume muito grande de convidados sendo acrescentados para esta audiência pública, de sorte que uma audiência pública não vai ser o bastante para poder ouvir todos esses convidados. Depois nós precisamos ajustar com o Relator da matéria, com o primeiro autor, que é o Senador Astronauta Marcos Pontes, ou para fazer mais de uma ou depois fazer a análise com relação aos convites. Nós estamos aprovando todos, para terem a oportunidade de serem convocados na medida em que as audiências forem acontecendo, mas nós já devemos ter, hoje, mais de dez convidados com requerimentos aprovados para esta audiência pública. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da Comissão informa que outros são para o tema relacionado à questão do *curtailment*. É outro tema, também, que desperta muito interesse no debate no âmbito desta Comissão.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, DE 2026
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 27/2026 - CI, para que seja incluído, no rol dos convidados para a audiência pública, um representante do Instituto E+ Transição Energética.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.

Esse aqui, eu já acabei de fazer a leitura dele. Está duplicado.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública requerida pelo Sen. Jorge Kajuru, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e os impactos do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável, um representante do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) e outros.

O Senador Cleitinho também não registrou presença.

Eu indago se há algum outro Senador que queira subscrever o requerimento do Senador Cleitinho. Se não tiver, eu vou subscrever para não deixar o Senador Cleitinho na mão. É preciso registrar a presença porque todo requerimento que tramita na Comissão, ou registra a presença ou está presente, senão...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, posso subscrever, sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli o requerimento do Senador Cleitinho; é um tema importante.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

O Senador Veneziano Vital do Rêgo já esteve nesta Comissão com registro de presença, portanto, o requerimento vai à votação.

E o item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca do fortalecimento da ética concorrencial e a conformidade no mercado de combustíveis como pilares da segurança econômica.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e o papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, o fomento à cadeia produtiva de energia e a geração de emprego e renda.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 50, DE 2026
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que, na Diligência Externa objeto do REQ 33/2026-CI, sejam também convidados o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida, e a Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros.

Requerimento que também subscrevo.

O item 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 51, DE 2026
- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 32/2026 – CI, sejam incluídos convidados.

Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC).

Requer que sejam incluídos o Sr. Nilton Silva Pacheco, Vice-Presidente para Assuntos de Mobilidade da Associação Brasileira de Logística, Transportadores e Cargas (ABTC) e o Sr. Daniel Krause, Diretor de Transporte da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc).

É de autoria do Senador Hermes Klann, que registrou presença, portanto, é absolutamente regular o requerimento.

O item 18.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 52, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, informações acerca da situação atual dos estudos e eventual retomada de modelagem relacionada à concessão da Hidrovia do Rio Madeira, especialmente quanto à possibilidade de cobrança tarifária sobre sua utilização.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

É o famoso pedágio do Rio Madeira.

Requerimento de autoria do Senador Marcos Rogério.

O Senador Jaime Bagattoli também tem um requerimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu subscrevo o seu requerimento. E o meu requerimento é o 21, porque nós temos que comunicar ao Ministro de Portos e Aeroportos, mas também temos que chamar a Antaq, com o Diretor, o Frederico, para ele nos esclarecer o porquê dessa situação, porque, se nós tivermos... Senador Jayme Campos, depois da pancada que nós temos na BR-364, onde um caminhão está gastando mais de 50% do valor do óleo diesel no pedágio...

Já inviabilizaram a exportação de soja do Mato Grosso por Porto Velho. Inviabilizou. A partir do ano que vem, Campo Novo do Parecis, Sapezal já vão começar a exportar pela ferrovia, mesmo não interligando ainda com Miritituba, mas ainda vai compensar mandar para Santos via Rondonópolis. Por isso, a nossa grande preocupação de cobrar o pedágio também no Rio Madeira, onde é a hidrovia que mais transporta a carga no Norte do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

Como V. Exa. está subscrevendo o item 18, que é de minha autoria, eu vou subscrever o 21 com V. Exa., mas eu sugeriria a V. Exa. que modificasse o objeto do requerimento de V. Exa. para convertê-lo em audiência pública, porque o pedido de informação está no meu, V. Exa. está pedindo. O outro também é de pedido de informação, mas eu concordo com V. Exa., que é oportuno fazer audiência pública para fazer essa oitiva, ouvir os representantes da Antaq, do próprio ministério, e debater o assunto, porque é um assunto sensível para o nosso estado. Se V. Exa. concordar, na hora de apregoar o item 21, a gente faz a conversão.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 55, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, informações acerca do atual estágio do processo de estruturação, modelagem e eventual concessão da Hidrovia do Rio Madeira.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Confirmado, Presidente. Eu vou apresentar o requerimento, vou apresentar para que nós façamos essa auditoria, convocando, inclusive, o Frederico, da Antaq.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, agradeço a V. Exa..

Portanto, passamos aos próximos itens.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 53, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre os estudos técnicos do ONS, da EPE e do CMSE que fundamentam eventual antecipação dos contratos do LRCap de 2026, bem como sobre o impacto tarifário, o custo sistêmico e a comparação econômica em relação à contratação competitiva realizada em leilão.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Autoria do Senador Marcos Rogério.

Item 20.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 54, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de representante da Associação das Distribuidoras de Combustíveis – BRASILCOM na Audiência Pública objeto do REQ nº 25/2026 – CI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO) e outros.

Autoria do Senador Confúcio Moura, que registrou presença, e também subscrevo o requerimento.

Item 21.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, informações acerca do atual estágio do processo de estruturação, modelagem e eventual concessão da Hidrovia do Rio Madeira.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

O item 21, do Senador Jaime Bagattoli, é esse que vai ser convertido. É aquele requerimento que eu também apresentei, portanto, é um *bis in idem*.

Fica convertido, com a concordância do Plenário, o Requerimento nº 21, do Senador Jaime Bagattoli, em requerimento de audiência pública e, posteriormente, o gabinete informa os convidados para esta audiência pública; mas o objeto é a discussão dessa concessão em curso do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.

O item 22.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 30/2026 - CI, seja incluído como convidado um representante do Sindicato dos Servidores das Agências Reguladoras - SINAGÊNCIA.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Eu vou apregoar os demais requerimentos. No final, se o Senador Esperidião quiser discutir o item, eu asseguro a palavra a ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor permite...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Primeiro, eu tenho aqui um requerimento que não faz parte da lista. (*Pausa.*)

Eu queria que V. Exa. incluísse como extrapauta, é o Requerimento 59, de 2026, que solicita que se inclua um representante da Abradee. O nosso requerimento é o nº 56, que adiciona a participação de mais uma pessoa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O item solicitado por V. Exa. já consta como extrapauta, e ao final nós deliberamos os que estão na ordem do dia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É isso que eu peço, que seja incluído.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e faremos a inclusão do item extrapauta.

ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca dos impactos do bloqueio orçamentário previsto no Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, sobre a capacidade operacional, regulatória e fiscalizatória das agências reguladoras federais vinculadas aos setores de infraestrutura.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Esse requerimento é o requerimento de minha autoria considerando o novo corte, apresentado pelo Governo, às agências reguladoras, e eu estou convidando a esta audiência pública todos os diretores-presidentes das agências reguladoras para virem à Comissão de Infraestrutura. Nós já fizemos isso no passado, e novamente o Governo edita um decreto fazendo esse corte no orçamento das agências.

É um tema sensível. Eu até tinha a pretensão, Senador Jayme Campos, de fazer essa audiência no dia de hoje, com a votação *ad referendum*, já convocando-os e com a votação *ad referendum*. Todavia, optei por aprovar o requerimento no dia de hoje e fazer a audiência pública na próxima semana, com a presença de todos os diretores.

O novo bloqueio chega à casa de R$20 bilhões. Esse é o impacto no orçamento das agências reguladoras, um impacto que inviabiliza a oferta de serviços, inclusive no campo da fiscalização das agências.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O problema orçamentário das agências representa justamente a inviabilização, o impedimento à autonomia das agências. As agências são autônomas, desde que o assunto não seja relacionado ao orçamento. Agora, quem não tem autonomia orçamentária, se não tem autonomia no orçamento, não tem autonomia para funcionar, porque quem corta o orçamento, corta a atividade, corta a ação – seja de fiscalização, seja de aprovação.

Você tem a Anac, por exemplo. É quem faz as provas, a habilitação de pilotos, testes, todos são feitos pela agência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A fiscalização está impossibilitada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está impossibilitada, e isso interfere diretamente na questão da segurança.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, não é uma questão menor. Nós estamos tratando desse assunto já tem um tempo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Faz hora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Congresso Nacional já havia identificado esse risco ao tentar aprovar, na LDO de 2026, as atividades finalísticas das agências contra contingenciamentos lineares. Nós aprovamos isso na LDO. O que o Governo fez? O Governo foi lá e vetou esse dispositivo aprovado pelo Parlamento.

E é exatamente por isso que nós precisamos avançar com o PLP nº 73, de 2025. Eu sou o Relator dessa matéria e estou comunicando à Comissão que nós devemos trazer esse relatório já na próxima sessão deliberativa da Comissão de Infraestrutura, e aí faço um apelo aos Senadores e Senadoras que, ou de forma presencial ou de forma remota, se for a sessão, nós queremos colocar esse tema em discussão para deliberarmos. Não é possível que a gente continue num ambiente de absoluta insegurança e ausência de previsibilidade para o funcionamento das agências.

E falo aqui de todas elas. A Anac hoje está com suas ações comprometidas; a ANP, que fiscaliza a questão do petróleo, que é fundamental para o Brasil, comprometida; a Aneel, do mesmo jeito; a Antaq, enfim, todas as agências; a ANTT, todas com suas ações comprometidas em razão do colapso do orçamento.

Fizeram isso lá atrás. Depois voltaram atrás, recompuseram ali parte do orçamento, e agora novamente fazem, e a informação que eu tenho é de que sequer chamaram os diretores-presidentes das agências para discutir os termos desse contingenciamento. Simplesmente cortaram e comprometeram todo o planejamento das agências, com suas missões, que são missões importantes.

Portanto, essa defesa é uma defesa do setor de regulação, que é talvez o principal braço de viabilidade e de segurança jurídica contratual para os investimentos de que o Brasil precisa. A gente fala tanto na necessidade de investimentos, especialmente no campo da infraestrutura, e a regulação é justamente o braço que dá esse ambiente de maior segurança, de maior previsibilidade para o investidor. E aí, sem previsibilidade, sem contratos seguros e, sobretudo, o cidadão que depende desses serviços tendo a negação desses serviços... É um ambiente que é o pior para o Brasil. O Brasil precisa, neste momento, de previsibilidade, de segurança regulatória, de segurança jurídica, de segurança contratual, e o que nós vemos está na contramão de tudo isso.

Portanto, estou apresentando esse requerimento. Se os demais Senadores quiserem subscrever conjuntamente, é um requerimento da Comissão para que a gente possa fazer essa audiência pública com os diretores-presidentes das agências.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero, sobremaneira, cumprimentar V. Exa. pela louvável iniciativa de promover essa audiência aqui, em relação às nossas agências.

Você imagina o corte do orçamento da Anac, o perigo do que pode acontecer... Algumas tragédias já estão anunciadas, né? Já houve uma declaração da própria direção lá da Anac de que eles estão sem condições mínimas, porque o Brasil é grande, e a presença da Anac... Tem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se que andar para fazer a fiscalização das aeronaves, etc. Com isso, está impossibilitada, não tem dinheiro para pagar diária para os trabalhadores, colaboradores daquelas agências visitarem. Este país aqui é um dos países que tem mais aeronaves no planeta, para o senhor ter uma noção, o Brasil, por incrível que pareça; e a Anac, que é o órgão, a agência que fiscaliza, que vai lá, cobra as providências necessárias, hoje não tem dinheiro para pagar diária.

Aproveitando aqui, eu quero ser, também, signatário desse requerimento de V. Exa., se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria solicitar a V. Exa. também, se me permite, quero subscrever aqui também o Requerimento nº 16, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que está propondo aqui essas diligências externas desta Comissão em relação à possibilidade da duplicação da Pista 070, que vem de São Vicente até a Cidade de Campo Verde, pelo fato de que vamos inaugurar agora, no próximo dia 18, se não me falha a memória, o terminal ferroviário da Ferronorte, que prossegue de Rondonópolis, indo a Campo Verde, em direção à Cidade de Lucas do Rio Verde. Será com certeza uma marca indelével. Nós fomos uma das pessoas que mais lutamos para que o Estado brasileiro delegasse ao Governo de Mato Grosso, para que ele pudesse fazer o chamamento público.

Essa obra, esse investimento privado, com certeza, vai melhorar sobremaneira a questão da logística e o barateamento, naturalmente, do escoamento da nossa produção.

De maneira que, se V. Exa. me permite, naturalmente quero me associar aqui e renovar a iniciativa do Senador Wellington Fagundes, para ser também um dos signatários em relação a essa diligência que está se propondo fazer aqui por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa.

Fica, portanto, subscrito o requerimento pelo Senador Jayme Campos.

Senador Jaime Bagattoli, V. Exa. quer subscrever?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu subscrevo também esse requerimento.

Mas quero aqui, neste momento, falar do PL 4.715, de 2023.

Esse PL, que é do nosso Senador Petecão, é sobre aquela situação dos voos da Amazônia, aqueles voos de cabotagem. Eu queria pedir a relatoria deste Projeto 4.715, de autoria do Senador Petecão, e dizer para vocês que nós precisamos enfrentar essa discussão sobre os voos de cabotagem, porque a Amazônia detém praticamente quase 60%, 57%, 58% do território nacional e nós enfrentamos aquelas grandes dificuldades de voo. Essa é uma grande oportunidade para nós discutirmos a situação desses voos de cabotagem, que vêm de outros países, para que possam circular dentro do nosso país, dentro do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só para colaborar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Em 30 segundos, vou tentar colaborar ali com o colega, já lhe agradecendo por aceitar aí a relatoria desse projeto. V. Exa., que é um defensor...

Eu senti na pele – com certeza, todos nós, você também – cobranças. Nós temos uma carência de voo muito grande, tanto em Rondônia como lá no Acre. E nós temos aqui – vou dar o exemplo de Cusco – uma das cidades mais visitadas do mundo. Qual é o problema de um voo que vem ali de Cusco fazer uma escala em Rio Branco, fazer uma escala em Porto Velho e vir a Brasília? Então, a ideia é essa. Estou falando de Cusco, mas nós temos outras cidades ali de fronteira.

O problema é que as empresas que atendem a nossa região monopolizam e nós não temos voos. Os voos lá em Rio Branco, para você vir para Brasília, têm que sair uma hora da manhã, à meia-noite. Nós não temos muita opção. E os voos são caríssimos. Em um voo de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, com 40 minutos de voo, você paga R$4 mil. Então é preciso, Presidente, que a gente possa fazer alguma coisa.

Eu acho que uma das alternativas é essa que o nosso amigo Bagattoli vai relatar e que, com certeza, vai ajudar – e ajudar muito – não só o Acre, como Rondônia e o Amazonas, que são os municípios que fazem parte aí da região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Sérgio Petecão.

Portanto, fica encaminhado esse tema.

Já peço à Secretaria da Mesa que faça a designação do Senador Jaime Bagattoli Relator da matéria, como foi originalmente antes de ela ir à Câmara dos Deputados, atendendo a pedido do nobre Senador, autor da matéria, Sérgio Petecão.

Submeto à votação os requerimentos anunciados.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O item 24 é um requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de representante da ABRADEE na audiência pública objeto do REQ 27/2026 - CI.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Não havendo discordância, fica incluída na pauta a matéria.

Submeto-a à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Os que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e das que a antecederam.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Sergio Moro, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Hermes Klann, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Marcos do Val, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 187, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1434, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 73, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressalvar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório e requerimento de urgência para a matéria, que por essa razão, é enviada ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2736, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública Objeto do REQ 47/2026-CI." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviços de Infraestrutura n° 60, de 2026 que: "Requer o aditamento do REQ 34/2026 - CI para inclusão do Conselheiro da Casa Civil do Paraná na Audiência Pública." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 61, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 45/2026-CI para inclusão da Senhora Elbia Gannoum, Presidente da ABEEólica, na audiência pública." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 62, de 2026** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1434 de 2023 que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório dispositivo de abertura interna em porta-malas de veículos automotores." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 63, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 49/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 64, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 48/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, do fomento à cadeia produtiva de energia e da geração de emprego e renda, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 65, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 47/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e do papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 66, de 2026** que: "Requer aditamento ao Requerimento nº 40, de 2026 – CI, aprovado por esta Comissão, para que a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, seja convertida em convite, mantendo-se inalterado o objeto da audiência destinada à prestação de esclarecimentos acerca da possível antecipação da entrada em operação de usinas termelétricas contratadas no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCap 2026)." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 67, de 2026** que: "Requer que a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia, para que compareça a esta Comissão, a fim de para prestar esclarecimentos sobre a possível antecipação da entrada em operação de usinas termelétricas contratadas no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026, referente ao Req 40/2026 dessa Comissão, seja convertida em convite." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 14 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 70, de 2026 que: "Requer a dispensa da oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, a fim de que o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, após apreciação por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, seja encaminhado diretamente à deliberação do Plenário do Senado Federal." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Prejudicado em razão de requerimento de urgência para o PLP 73/2025. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 58/2026 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Finalidade:** Discutir acerca dos impactos do bloqueio orçamentário previsto no Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, sobre a capacidade operacional, regulatória e fiscalizatória das agências reguladoras federais vinculadas aos setores de infraestrutura. **Participantes:** Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Larissa Oliveira Rêgo, Diretora-Presidente interina da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Frederico Carvalho Dias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Gustavo Santana Borges, Superintendente Executivo da Agência Nacional de Telecomunicações; Tiago Chagas Faierstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Artur Watt Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Agnes Maria de Aragão da Costa, Diretora-Geral Substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Marcelo Leite Freire, Auditor-chefe da Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Soraya Thronicke, Jaime Bagattoli e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de junho de 2026.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa, e, na sequência, audiência pública interativa. Portanto, esta sessão é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero me solidarizar com a sua iniciativa de realizar esta sessão de debates-audiência pública, para um assunto tão relevante quanto este da capacidade efetivo-operacional das nossas agências reguladoras, agravada a situação pelos recentes decretos de bloqueio de recursos.

Eu vou ter que me ausentar por culpa, por responsabilidade, de uma das agências.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou participar de uma audiência pública na ANTT, sobre um projeto de leilões – leilão de dois lotes de rodovias que estão sendo planejados para Santa Catarina.

Então, por isso eu vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A responsabilidade é da ANTT. Concorda?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que houve uma estratégia. O Presidente veio para cá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para evitar a minha presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... para tentar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para se livrar desse constrangimento, eu vou estar ausente, mas vou estar acompanhando.

E finalmente queria pedir...

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – Vou contar com o seu voto, hein, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Queria pedir... O senhor tem que pedir direito de resposta e não será...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não será dado. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria só tomar a liberdade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com a autorização e o consentimento do Senador Laércio Oliveira, que é o Relator, e pedir vista do item 4...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do item 4.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... PL 2.736, de 2021.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Fica, portanto, consignada a antecipação de V. Exa., com relação a essa matéria. (*Palmas.*)

E quando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor sabe que nós temos dois caminhoneiros ilustres de Santa Catarina: um é o Patrola e o outro é o Manjuva. Hoje nós...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Torcida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... fomos brindados pelo Patrola.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É sinal de que está atento ao conteúdo do projeto.

Muito obrigado. Muito bem-vindo ao Senado Federal, à Comissão de Infraestrutura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foram alunos do Senador Jaime Bagattoli, mas não fazem as barbeiragens que ele fazia a bordo do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, não fazem. É tanto que mudou de profissão. (*Risos.*)

Agradeço a V. Exa.

Nós faremos, portanto, na primeira parte desta reunião, o conteúdo deliberativo, mas antes, como já fizemos aqui a composição da mesa, eu recebo, a Comissão recebe neste momento os presidentes e representantes das agências reguladoras do país, num momento extremamente sensível. Não é um encontro de protocolo, mas um encontro convocado pela realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As agências reguladoras brasileiras nasceram de uma escolha deliberada do Estado. Quando o Brasil promoveu, na década de 90, a abertura dos setores de infraestrutura e serviços públicos ao capital privado, era indispensável criar uma arquitetura institucional capaz de garantir que as regras do jogo seriam cumpridas com independência técnica, sem caprichos da política de curto prazo. Portanto, a Lei 13.848, de 2019, a Lei das Agências, consolidou esta escolha: mandatos fixos para diretores, independência técnica, decisória, administrativa e financeira. A lei foi clara: agência reguladora não é braço do Governo de plantão, é órgão de Estado. Mas há uma contradição que precisa ser dita com clareza: a lei garante a autonomia, mas o orçamento pode negá-la. Uma agência cujas despesas podem ser contingenciadas a qualquer momento não é verdadeiramente autônoma. É autônoma no papel e freada na prática.

É exatamente para resolver essa contradição que o PLP 73, de 2025, foi apresentado pelo ilustre Senador e amigo Laércio Oliveira, alterando o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal para ressalvar as despesas das agências reguladoras da limitação de empenho e movimentação financeira quando custeados em receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos específicos.

Há quem trate o fortalecimento orçamentário das agências como uma despesa, mas preciso deixar claro que é exatamente o contrário: é investimento que multiplica outros investimentos. O investidor que aporta capital em uma concessão de 30 anos de rodovia, em uma linha de transmissão de energia ou em um porto não está comprando um ativo; está comprando uma promessa institucional: a promessa de que as regras serão estáveis, de que os contratos serão respeitados, de que haverá uma instância técnica e independente capaz de arbitrar conflitos com imparcialidade.

É por esse legado que estamos aqui em favor da segurança jurídica, regulatória e institucional. Sem regras claras e confiança nos reguladores, o investimento privado não se materializa. Quando se corta o orçamento de uma agência, portanto, está-se enviando ao mercado um sinal de que o ambiente regulatório brasileiro é instável, não é confiável. E esse sinal tem custo: custo em investimentos que não vêm, em leilões que se tornam menos competitivos, em prêmios de risco que encarecem o financiamento de projetos inteiros. E essa conta quem vai pagar é o consumidor final.

Então, chegamos ao que mais me preocupa e ao que mais deve preocupar esta Casa. Em 29 de maio deste ano, o Decreto 12.990 impôs um novo bloqueio, que atinge aproximadamente 18% dos limites de movimentação e empenho das agências reguladoras federais, um corte de cerca de R$300 milhões. E o que isso significa na vida dos brasileiros? O efeito concreto desses bloqueios é um só: menos fiscalização, ou seja, as agências não conseguem avaliar em campo se as normas estão sendo seguidas.

Há consequência? Obviamente que sim. No setor de combustíveis, programas de monitoramento de qualidade foram suspensos, abrindo espaço para fraudes e adulterações nas bombas que abastecem os veículos de 215 milhões de brasileiros. Na mineração e nos recursos hídricos, a ANM e a ANA alertam que não dispõem de recursos suficientes sequer para fiscalizações emergenciais em situações de risco iminente em barragens, estruturas cujo colapso pode custar centenas de vidas, como aconteceu em Mariana e Brumadinho, o que nos deixou lições importantes e alertas que não podemos ignorar. No setor de transportes, o bloqueio orçamentário ocorre exatamente enquanto o programa de concessões rodoviárias se expande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com novos leilões, uma contradição que não pode ser ignorada. No setor elétrico, a capacidade de fiscalizar a geração, a transmissão e a distribuição de energia, infraestrutura crítica que sustenta toda a economia nacional, também está sendo comprometida.

Enfim, olhando para esse conjunto, fica impossível não reconhecer o padrão. Nos últimos dez anos, em valores corrigidos pela inflação, o orçamento total das agências reguladoras caiu 25%, e o efetivo de servidores encolheu 13%. Este Congresso já havia percebido esse risco e incluiu na LDO de 2026 um dispositivo para blindar as atividades finalísticas das agências. O que fez o Governo? Vetou o trecho na sanção.

Por outro lado, o Tribunal de Contas da União, em fevereiro deste ano, determinou que o Governo Federal apresentasse justificativas técnicas consistentes para eventuais congelamentos no orçamento das agências e concedeu prazo para a elaboração de um plano de autonomia financeira, reconhecendo expressamente que as restrições orçamentárias impactam de forma significativa as agências reguladoras em diferentes etapas da execução do orçamento.

O TCU identificou o problema. O PLP 73, de 2025, apresenta a solução legislativa estrutural. Cortar o orçamento das agências reguladoras é, em última análise, cortar a segurança dos brasileiros. Não há regulação bem-sucedida sem agência capaz de fiscalizar o contrato.

Esta Comissão de Infraestrutura, ao votar o PLP 73, está dizendo ao Brasil e ao mundo que o Estado brasileiro reconhece que a regulação de qualidade é serviço público essencial e que as agências autônomas na lei devem ser autônomas também no orçamento. É o que este Relator recomendará no dia de hoje.

Dito isto...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Laércio Oliveira, autor da matéria, que nos orgulha muito. Muitos apontam o problema e reconhecem que ele existe; V. Exa. desenhou um caminho de solução.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério. Muito bom dia a V. Exa., bom dia aos nossos convidados. Bom dia a todos que aqui estão, participando, todo mundo da equipe daqui, desta Comissão de Infraestrutura, que ajuda a gente a organizar os nossos trabalhos semanais, no nosso cotidiano aqui, dentro do Senado Federal.

Presidente Marcos Rogério, eu estava ouvindo atentamente a sua abertura, e me veio à mente muita coisa que eu gostaria de deixar registrada aqui.

Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa., na qualidade de Senador e também pela qualidade dos discursos e das suas falas aqui, dentro do Senado Federal, não só nesse tema, não só na condução da nossa Comissão de Infraestrutura, mas em todos os embates que o senhor, enfrenta aqui, no cotidiano. Eu tive o privilégio de ser Deputado Federal com V. Exa. Depois, V. Exa. veio aqui para o Senado Federal, e a gente continuou apreciando e admirando o trabalho que o senhor faz.

Ao ouvir a exposição que o senhor faz, que me parece ser o relatório até, a gente poderia colocar em votação e aprová-lo de imediato, porque o senhor foi no cerne da questão. Esse é um problema que incomoda todos os brasileiros, não só aqueles que conhecem o assunto, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que, no cotidiano da sua vida, não conseguem entender o problema que está diante deles, porque eles se envolvem no seu trabalho e, muitas vezes, é aquilo que vai afetar a vida dele, a rotina dele, seja em qualquer área de atuação da sua vida que precise desse amparo que o senhor tão sabiamente colocou na sua fala de abertura. Ele não consegue perceber que ele está sendo afetado e prejudicado de alguma maneira, porque a agência reguladora – como V. Exa. colocou aqui, eu estou sendo repetitivo, mas é porque o assunto requer – é uma questão de Estado; não é governo de plantão.

Então, eu estou falando isso porque ainda hoje de manhã, um grande jornal de circulação no nosso país dedica quase que uma página inteira ao problema das agências.

Ainda hoje de manhã, um grande jornal de circulação no nosso país dedica quase que uma página inteira ao problema das agências. Nos últimos dias, as notícias que circulam são notícias que me incomodam bastante, certamente incomodam todo mundo, principalmente os dirigentes das agências reguladoras, que veem tolhidas as suas capacidades de proteger a sociedade brasileira, como o senhor colocou na abertura que o senhor fez aqui agora.

Então, eu acho que nós estamos diante de um problema muito sério que a gente precisa enfrentar hoje. E esse é o momento, pela sua iniciativa de convocar a presença de todos os dirigentes das agências reguladoras no dia da leitura do seu relatório.

Só que, Presidente, a minha palavra é para solicitar a V. Exa... Esse item que nós vamos discutir é o item 3. Nós temos vários projetos. O senhor colocou 13 itens na pauta. Eu gostaria de solicitar a V. Exa., se for possível, mas acatarei a decisão que V. Exa. tomar, que o senhor retirasse de ofício, porque essa prerrogativa o senhor tem, todos os itens compostos na nossa pauta de hoje e deixasse apenas o item 3, porque seria interessante que a gente gastasse o nosso tempo ouvindo os dirigentes, as dificuldades que eles enfrentam; houvesse a leitura do seu relatório, a discussão do seu relatório aqui com todos; e a gente caminhasse com esse assunto, porque eu entendo que esse assunto é o principal problema que nós temos hoje a enfrentar aqui e precisamos dar uma resposta à sociedade brasileira.

Era essa a minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Laércio Oliveira, e mais uma vez o cumprimento pela iniciativa de apresentar esse projeto, que é um desenho de solução, bem elaborado, bem fundamentado e que tem um mérito que é a defesa da infraestrutura do Brasil, porque, ao fim e ao cabo, a autonomia das agências passa justamente por isto, por dar segurança, previsibilidade para quem investe na infraestrutura do Brasil. Essa é a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

E V. Exa. sublinha um aspecto da minha atuação nesta Comissão e que, desde o primeiro dia, quando tomei assento nesta Presidência, eu deixei claro: embora eu seja um Parlamentar, um Senador de oposição ao Governo que está aí, a minha posição, como Presidente desta Comissão, é de defesa da infraestrutura do Brasil. Aqui não tem posição de oposição ou Governo. Se o tema é bom para a infraestrutura do Brasil, tem a minha defesa, tem a minha mobilização. Um exemplo disso é esta audiência pública que estamos fazendo no dia de hoje.

Essa audiência pública busca promover um debate sobre um tema que é sensível e que está vinculado diretamente aos interesses da infraestrutura do Brasil. Sem agência reguladora forte, autônoma do ponto de vista de decisão regulatória, mas com as condições para praticá-la,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há infraestrutura forte, não há avanço na infraestrutura do Brasil. Portanto, não é posição de alguém que seja de um campo ou de outro da política. Nós temos as nossas diferenças do ponto de vista de visão política, mas, quando o assunto é infraestrutura, esta Comissão tem uma única posição: a defesa do avanço da infraestrutura do Brasil como o único caminho de avanço, de prosperidade, de modernização, né? Eu acho que esse é o nosso desafio. E temos tocado essa agenda aqui dentro dessa lógica, desde o começo, e assim permaneceremos.

Eu vou acatar o pedido de V. Exa. com uma exceção, porque já houve – e ele já não está mais presente aqui – uma antecipação de um pedido de vista do Senador Esperidião Amin, no item 4, e eu vou fazer ou faremos, portanto, a deliberação do item 4, mas podemos até inverter, né?

Eu faço a inversão da ordem do dia em homenagem ao pedido de V. Exa., como autor: faremos neste momento, como item 1, o item 3, que é o tema objeto da audiência pública de hoje também. E na sequência faremos o item 4, apenas respeitando aqui o pedido antecipado do Senador Esperidião Amin. Dos demais a gente faz o sobrestamento para a próxima sessão deliberativa.

(São os seguintes os itens sobrestados:

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 1434, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública Objeto do REQ 47/2026-CI.
Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60, DE 2026
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 34/2026 - CI para inclusão do Conselheiro da Casa Civil do Paraná na Audiência Pública.
Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61, DE 2026
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 45/2026-CI para inclusão da Senhora Elbia Gannoum, Presidente da ABEEólica, na audiência pública.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

1ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1434 de 2023 que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório dispositivo de abertura interna em porta-malas de veículos automotores.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 49/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

1ª PARTE
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 48/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, do fomento à cadeia produtiva de energia e da geração de emprego e renda, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

1ª PARTE
ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 65, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 47/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e do papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

1ª PARTE
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 66, DE 2026
- Não terminativo -

Requer aditamento ao Requerimento nº 40, de 2026 – CI, aprovado por esta Comissão, para que a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, seja convertida em convite, mantendo-se inalterado o objeto da audiência destinada à prestação de esclarecimentos acerca da possível antecipação da entrada em operação de usinas termelétricas contratadas no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCap 2026).

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

1ª PARTE
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 67, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia, para que compareça a esta Comissão, a fim de para prestar esclarecimentos sobre a possível antecipação da entrada em operação de usinas termelétricas contratadas no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026, referente ao Req 40/2026 dessa Comissão, seja convertida em convite.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Eu convido V. Exa. – até em homenagem, como autor dessa matéria – para que V. Exa. possa presidir a Comissão e eu faça o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Item 1 da pauta: Projeto de Lei da Complementar de nº 73, de 2025, não terminativo, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressalvar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira. A autoria...

Deixem-me procurar saber quem é o autor aqui. (*Pausa.*)

Me ajude aqui... Arranjei uma assessoria. (*Pausa.*)

Eu tenho aqui um pedido do Senador Vanderlan, que está remotamente, mas eu vou pedir ao Senador Vanderlan a gentileza: eu vou primeiro fazer a leitura do item e depois eu concedo a palavra ao nobre Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1 da pauta, vou repetir.

1ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 73, DE 2025
- Não terminativo -

Altera o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ressalvar despesas das agências reguladoras federais da limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)
Relatoria: Senador Marcos Rogério
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.
2. Em 26/11/2025, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). Em 02/06/2026, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Wilder Morais (PL/GO). Em 10/06/2026, foi apresentada a emenda n° 3, de autoria do Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS/BA).

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório, mas antes, como já disse, eu gostaria de conceder a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso.

Pois não, Senador. Bom dia para o senhor, Senador Vanderlan. A palavra está com V. Exa. (*Pausa.*)

Senador Vanderlan Cardoso, não conseguimos ouvir o senhor neste momento. (*Pausa.*)

Senador, tire aí o seu computador do mudo para eu poder ouvi-lo. Nós estamos aqui todos ansiosos para ouvi-lo.

E agora?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Agora sim?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ah, agora sim!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ouvir você é muito bom, nesse sotaque goiano, só não é melhor do que o nordestino. O senhor pode falar.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Primeiro quero dizer a V. Exa., cumprimentando aí meus pares, que V. Exa. está muito bem nessa cadeira de Presidente, viu?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu pensei até em dar um golpe aqui, combinei aí com a equipe, mas o Presidente é maior do que todos nós, deixe-o aqui mesmo. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Eu pedi este pela ordem, Sr. Presidente, para pedir para que coloque em votação o Requerimento 66, que é de minha autoria, que converte em convite a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, mantendo integralmente o objeto da audiência que esta Comissão pretende obter. Aí está sendo uma convocação e, como é normal muitas das vezes, principalmente quando se trata de ministros e autoridades monetárias, nós usamos por base fazer o convite. Então, só queria... Meu requerimento é nesse sentido, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço muito a manifestação do Senador Vanderlan Cardoso, a quem cumprimento neste momento.

Eu estou como Presidente *ad hoc*, porque o Presidente titular é o Relator da matéria, conforme o Regimento do Senado Federal. Eu vou conceder a palavra a ele para que ele faça o seu relatório, depois devolverei a Presidência da Comissão para ele, e aí ele dará a condução, inclusive avaliando a solicitação que V. Exa. faz neste momento.

Mas agradeço muito a sua participação aqui conosco na Comissão, e agradeço principalmente porque, mesmo não estando aqui no Senado Federal, V. Exa. participa da nossa Comissão como um Senador atuante e participativo aqui conosco.

Voltando ao nosso assunto, eu concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório. Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Laércio Oliveira, agradeço a V. Exa. a oportunidade de relatar uma matéria tão importante.

Para avançarmos no tema, passarei direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias relacionadas a transportes terrestres, marítimos e aéreos, obras públicas em geral, mineração, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

A proposição em exame atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. A União está autorizada a legislar sobre finanças públicas, conforme o art. 163, inciso I, da Constituição Federal, e o Congresso Nacional, conforme o art. 48 da mesma norma, da mesma Carta, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, com ulterior sanção presidencial. Não há reserva de iniciativa na disciplina desses assuntos, e o projeto de lei complementar não infringe as cláusulas pétreas constitucionais.

A proposta também satisfaz o requisito de juridicidade, por inovar o ordenamento jurídico com abstração e generalidade. A escolha da lei complementar como espécie normativa é plenamente justificável, visto que, por força do art. 163, inciso I, da Constituição, essa espécie normativa é adequada para a normatização dos temas de finanças públicas. O PLP está em consonância com a técnica legislativa ao obedecer aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98, que regulamenta a elaboração, a redação e a consolidação das leis.

A proposição em análise não conflita com nenhuma outra legislação e está em conformidade com as normas regimentais desta Casa, não havendo reparos a fazer quanto à sua técnica legislativa.

No mérito, é importante destacar que as agências reguladoras foram instituídas para atuar com autonomia técnica e decisória. Para que essa autonomia seja efetiva, é imprescindível que haja também autonomia orçamentária, ou seja, que os recursos necessários ao exercício das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funções regulatórias estejam garantidos. O contingenciamento de recursos compromete essa autonomia, pois sujeita o exercício da regulação às oscilações políticas ou ao planejamento orçamentário do Executivo, fragilizando a autonomia ou a autoridade regulatória.

O contingenciamento de recursos compromete gravemente a capacidade das agências reguladoras de exercerem as competências para as quais foram criadas. Quando os recursos destinados à fiscalização, por exemplo, são cortados ou bloqueados, atividades indispensáveis – como inspeções em campo, verificação de conformidade, manutenção de pessoal técnico especializado, laboratórios e deslocamentos – deixam de ser efetivadas, acarretando omissão regulatória, risco para o interesse público e cedência à irregularidade. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União e a doutrina especializada indicam que a autonomia econômico-financeira das agências reguladoras é condição necessária para que o dever constitucional de fiscalização, à luz do art. 174 da Constituição Federal, seja cumprido de forma eficaz.

As agências reguladoras desempenham suas funções institucionais por meio de um conjunto integrado de atividades que envolve ações diretamente relacionadas à regulação, fiscalização e supervisão dos setores regulados. Tais ações dependem de uma estrutura de suporte administrativo, tecnológico, logístico e operacional sem a qual não podem ser adequadamente executadas. Por essa razão, a restrição da salvaguarda apenas às atividades-fim pode comprometer o funcionamento efetivo dessas entidades, mesmo quando dispõem de receitas próprias legalmente vinculadas ao desempenho de suas atribuições.

Nesse contexto, a ampliação da exceção para alcançar todas as despesas relativas às atividades das agências reguladoras, como proposto pela Emenda nº 2, revela-se coerente com a finalidade da proposição, que é preservar a capacidade de atuação técnica e independente das agências reguladoras, sem que estas sofram limitações que prejudiquem a prestação dos serviços públicos e o cumprimento das competências legais que lhes foram atribuídas. Ademais, evitam-se controvérsias quanto à classificação de determinadas despesas como atividades-fim ou atividades-meio, conferindo maior objetividade e segurança à execução orçamentária.

Quanto à Emenda nº 1, embora meritória ao prever expressamente a inclusão das despesas com pessoal, sua redação não abrange outras despesas relacionadas às atividades-meio das agências reguladoras.

Já a Emenda nº 2, ao estender a salvaguarda a todas as despesas necessárias ao desempenho das atividades dessas entidades, revela-se mais ampla e eficaz para a consecução da finalidade almejada.

Quanto à Emenda nº 3, que estende às despesas com capacitação e ensino a proteção atualmente conferida às despesas de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico, desde que custeadas por fundo ou contribuição social criados para essa finalidade, entende-se que a medida possui reduzida efetividade prática, isso porque a maior parte das despesas de capacitação das agências reguladoras é custeada por dotações orçamentárias ordinárias e não por recursos provenientes de fundos ou contribuições sociais especificamente instituídos para esse propósito, o que restringe significativamente o alcance da alteração proposta.

Por essas razões, entende-se que o teor da Emenda nº 2 promove uma solução mais abrangente, operacionalmente mais adequada e alinhada aos objetivos da proposição apresentada. Entretanto, considerando que parcela significativa das agências reguladoras não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispõe de recursos próprios em montante relevante para o desempenho de suas atividades, faz-se necessário que a limitação de empenho incida não apenas sobre as despesas custeadas com receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos criados para essa finalidade, mas sobre toda e qualquer despesa.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, com a emenda que apresentamos a seguir, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3.

É como voto, Sr. Presidente, mais uma vez cumprimentando V. Exa. pelo desenho dessa solução legislativa que contempla o conjunto das agências reguladoras do Brasil.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço o relatório de V. Exa.

E a matéria está em discussão.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Soraya Thronicke pelo sistema remoto. Ela pediu a participação.

Muito bem-vinda, Senadora. A palavra está com V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente. É um prazer falar com V. Exa.

Quero parabenizar o Senador Marcos Rogério.

Eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente. Só um minutinho, apenas, para que eu detalhe o motivo.

O Ministério da Fazenda entende – e justamente eu gostaria de aprofundar no estudo sobre o tema – que as despesas das agências reguladoras federais são sujeitas às regras fiscais gerais e aos decretos de bloqueio de recursos. A blindagem, que é a exclusão de cortes, engessaria a execução do orçamento.

Portanto, ao alterar o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, para ampliar o rol de despesas imunes à limitação de empenho e movimentação financeira, o uso do contingenciamento como um dos principais instrumentos de ajuste fiscal fica comprometido. O contingenciamento é um mecanismo essencial para adequar a execução da despesa à frustração das receitas e, dessa forma, assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.

Então, por esse motivo, para poder aprofundar no estudo desse projeto de lei, eu peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senadora Soraya Thronicke, é um prazer muito grande rever você, mesmo à distância.

Esse é um tema que certamente tem incomodado V. Exa. também. Eu tenho tido o privilégio de conviver com a senhora esses anos todos aqui no Senado Federal e a gente acaba acompanhando a atuação de todos os nossos colegas. E claro que a gente faz um juízo de valor da capacidade de todos, reconhecendo que todos são capazes e cada um tem a sua especificidade de atuação. E eu tenho percebido, no comportamento de V. Exa., exatamente essa grandeza de brasilidade, de reconhecer aquilo que incomoda a sociedade, aquilo que prejudica os seus conterrâneos, os meus conterrâneos, os conterrâneos de todos os nossos colegas. E certamente, quando a senhora entra em uma discussão como essa, para um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como esse, eu tenho certeza de que a grandeza da sua contribuição olha exatamente para este momento que as agências reguladoras enfrentam. E, como disse o Relator Marcos Rogério, essa é uma questão de Estado, essa é uma questão de país, essa não é uma questão do Governo que está presente neste momento.

E certamente as consequências disso são dramáticas na vida de muita gente, em todas as áreas, seja na água, na aviação, no transporte, seja na energia, seja no petróleo, no gás e por aí vai uma série de setores que afetam o cotidiano da minha vida, da sua vida, da vida de todos que aqui estão nesta Comissão e da vida de toda a sociedade brasileira.

Então, assim, eu estou fazendo esse diálogo aqui com V. Exa. para entender exatamente a disposição de V. Exa. ser uma disposição terminativa, porque a senhora tem essa prerrogativa, sim, pelo Regimento aqui. Se há alguma condição, quero que V. Exa. saiba que aqui, nesta Comissão, estão todos os presidentes de todas as agências, que carregam consigo uma esperança que se traduz num desejo de liberdade para conseguirem fazer o seu trabalho da melhor maneira possível, e, Senadora Soraya, eles não conseguem fazer, eles não têm nenhuma condição de fazer. Eles reduziram – eu comentei aqui, no começo – a participação deles no trabalho principal deles, que é fiscalizar, e fiscalizar significa cuidar da sociedade. Eles não conseguem fazer, porque eles não têm condições financeiras para fazer.

Então, assim, é claro, volto a dizer, mais uma vez, respeitando a sua condição e agradecendo demais a sua participação aqui, com a gente: há alguma condição de V. Exa. retirar o seu pedido de vista para que a gente continue, ou a senhora prefere manter o seu pedido de vista?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, de V. Exa., Sr. Presidente, toda a deferência, todo o respeito, que é recíproco, o senhor sabe, mas, eu acho que um dia a mais, um dia a menos, é importante que possamos tomar a atitude correta.

Discutimos, e eu creio – juntamente com o partido e com o próprio Governo, que pretende trazer, de repente, um caminho, uma solução, uma alternativa – que a gente possa conversar para que a gente possa aprofundar. Eu acabei de entrar na Comissão; então, eu não estava atenta ao projeto de lei – já peço desculpas, por isso –, mas eu creio que, no prazo que V. Exa. nos conceder, será deliberado e, obviamente, será decidido, será colocado em votação.

Então, agradeço. Neste momento não consigo fazer isso, mas prometo ser breve e acredito que, na outra semana, nós consigamos deliberar sobre isso.

Eu só quero trazer alguma contribuição. Então, neste momento de insegurança, eu faço uso da prerrogativa, mas é por isso, institucionalmente. Conheço os dramas das agências reguladoras e não discordo totalmente, não, para deixar muito claro. Não discordo, louvo os dois lados, quem pensa de cada forma, mas há uma preocupação, sim. É só questão de um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu queria, mais uma vez, também me desculpar com V. Exa. ao trazer esse assunto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – Imagina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Antes de conceder a palavra ao Senador, Jaime Bagattoli, para continuar a discussão desse assunto, eu gostaria de informar a V. Exa. que esse projeto segue a partir desta Comissão, ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, nós temos também um outro ambiente onde a gente fará a discussão.

Eu quero conceder a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Cumprimento aqui o Presidente e autor desse projeto, o Senador Laércio Oliveira; o Relator, Senador do meu estado, Marcos Rogério. Com todo o respeito à Senadora Soraya, por pedir vista – é um prerrogativa dela, Senadora, fazer isso –, eu quero dizer a todos que estão nos acompanhando pelo Brasil, as agências reguladoras hoje, para funcionar no Brasil, não estão mais na UTI, estão morrendo. Não tem como mais dar certo se nós continuarmos dessa maneira e fazendo igual o Governo está querendo fazer o contingenciamento de recursos.

Eu quero dizer para vocês que o Brasil é um país que tem tanta energia renovável – nós temos o biodiesel, temos o etanol – e é um dos maiores produtores praticamente de etanol do mundo e dizer que nós não temos regulação hoje que faça isso dentro da ANP. A ANP não tem mais funcionário, não tem recurso para nada. Hoje não se sabe, Presidente, o que se está colocando, se as companhias estão colocando o percentual correto de biodiesel, se estão colocando o percentual correto de etanol. E aí, numa grande crise que nós tivemos e nessa situação do petróleo e das guerras agora, a ANP tinha que estar atuando violentamente, tinha que estar em campo a todo instante e não tem pessoal, não tem gente, não tem recurso.

E quero dizer para vocês que a gente fica assim vendo o que aconteceu. Agora há pouco, o Senador Amin saiu daqui, foi para uma audiência que vai ter sobre privatizações de rodovia. Eu quero dizer a vocês que, Guilherme, não é culpa sua, não é culpa talvez só da ANTT, mas você vê aquela situação que aconteceu na BR-364, aquilo está ficando uma tristeza tão grande para o Estado de Rondônia. É tão triste para o Estado de Rondônia saber que a nossa economia está afundando, nós estamos sendo prejudicados por aquilo, por aquela concessão, aquela privatização, em que tinham que ter sido feitas mais discussões, em que talvez a ANTT tinha que ter tido mais gente, porque não é só fazer uma concessão para tirar o peso do Governo, mas ver como é que fica a sociedade.

E, no caso agora também da situação da Antaq, Frederico, nós precisamos discutir seriamente aquela situação daquelas concessões. Não sou contra concessão, agora no Brasil inteiro vai se colocando tudo em concessão, sem nenhum regimento, sem nenhum critério, e aumentando todos os custos de produção na cadeia de produção, na cadeia de transporte. E aí o Governo continua gastando da mesma forma – aliás, aumentando os gastos públicos. Por isso é que nós precisamos que as agências reguladoras tenham essa suma importância de ajudar na administração do país, porque todas são...

Veja bem a questão da Aneel. Hoje, por exemplo, na Amazônia, Senador Laércio, no Estado de Rondônia, nós temos muitos lugares que não têm nem acesso, distritos lá em que nós não temos acesso à internet.

Então, é uma coisa, assim, inexplicável a que acontece no nosso país, principalmente na questão da Amazônia. E a gente fica, assim... Isso aqui já vem sendo discutido, há tanto tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem se discutindo, e hoje, por exemplo, chega aqui e se pede vista. Eu acho que V. Exa. tinha que conversar hoje ainda. E nós não podemos parar com esta audiência, nós não podemos barrar que isso aconteça, porque, caso nós não ajudemos as nossas agências reguladoras com recurso, com pessoal, eu não sei onde nós vamos parar. E essas agências são tão importantes para o nosso país!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a fala sensível e muito forte do Senador Jaime Bagattoli, como sempre.

E eu quero conceder a palavra, outra vez, ao Senador Vanderlan Cardoso, que está acompanhando a nossa Comissão aqui. Por favor, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu estou acompanhando essa discussão e, olha, eu acompanho, desde que cheguei ao Senado Federal, Sr. Presidente, a situação das agências reguladoras, que é de penúria. Nós tínhamos que estar discutindo aqui a ampliação dos recursos para essas agências, para poderem fiscalizar, para poderem até mesmo arrecadar mais. Vamos pegar aqui o caso da ANM (Agência Nacional de Mineração). Às vezes, tem estado em que o pessoal, para sair em campo, precisa fazer vaquinha para comprar combustível. Então, esse projeto de lei é tão urgente, tão urgente, como é o projeto também da PEC de autonomia orçamentária e financeira do Banco Central.

Então, parabenizo o Senador Laércio por esse projeto e o Relator Rogério, que fez um relatório brilhante.

E eu queria me dirigir à nossa colega Senadora Soraya, competentíssima Soraya. Senadora, é de tanta urgência esse projeto que eu não vejo como a gente até mesmo adiar. Isso daí tinha que ser... Nós tínhamos que ter aprovado e ajudado essas agências reguladoras desde que chegamos ao Senado Federal.

E cada vez que passa, principalmente quando há contingenciamento, piora, cada vez mais, a situação dessas agências. Aqui no meu Estado de Goiás, a ANM, por exemplo, poderia estar arrecadando o dobro do que arrecada se tivesse o mínimo do mínimo de condição. Eu não digo nem tanto de pessoal, porque pessoal praticamente nem existe mais. Muitos estão se aposentando, outros estão indo para a iniciativa privada, porque não compensa mais, o salário virou um ganho irreal para a responsabilidade e a qualificação que tem que ter cada servidor desse, para a iniciativa privada ou outros órgãos mesmo do Governo Federal, se tem algum aí ainda que está sendo atrativo para qualquer pessoa.

Então, Senadora e colega Soraya, é direito, lógico, é uma prerrogativa nossa, como Senador e Senadora, de pedir vista, mas que essa vista, se for sendo concedida, que seja o mais breve possível para nós votarmos logo uma matéria tão importante como essa. Eu posso até dizer, sem medo de errar, amiga Soraya, Laércio, todos os Senadores e aqueles que estão nos assistindo, que talvez um dos projetos mais urgentes da República dos últimos anos é esse projeto, tamanha a urgência que tem que ter.

Então, parabéns, Laércio! Parabéns, Rogério!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui fica o apelo nosso também à nossa Senadora competentíssima, Soraya, para que retire esse pedido de vista.

Um abraço, obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Eu queria voltar à Senadora Soraya, que certamente está nos acompanhando.

Eu queria informar, Senadora Soraya, que nós teremos uma audiência pública com todas as agências que estão aqui presentes, Senadora. Eu queria consultar V. Exa. se a gente poderia oferecer vista coletiva até as 14h, porque às 14h nós estaremos ainda com as audiências aqui. Todos os diretores das agências estão aqui presentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Claro, pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – V. Exa. é o Presidente da Comissão em exercício neste momento, e o Regimento trata de vista "por até". Então, ele comporta a interpretação que V. Exa. está propondo.

Há a possibilidade de dar vista pelo tempo necessário para fazer a análise, porque eu respeito a posição da Senadora, e todos os Senadores têm a mesma prerrogativa, não há distinção. Agora, quanto ao Governo alegar desconhecimento, aí, com todo o respeito, é uma desonestidade com esta Comissão. Nós já fizemos esta audiência pública praticamente um ano atrás, discutindo exatamente esse mesmo tema, com os mesmos problemas apresentados, e, naquele momento, nós já indicamos que essa seria a forma de fazermos o enfrentamento a esse problema das agências.

Então, não há surpresa para o Governo com relação a esse tema. Obviamente que é compreensível o movimento do Governo, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, enfim, mas, alegar surpresa, isso não seria honesto com a Comissão.

E, aí, a sugestão que faço a V. Exa., de repente, seria dar o prazo necessário, tanto para a Senadora quanto para o Governo, de olhar o relatório e os contornos, os impactos do relatório, e, aí, chamar uma nova reunião, exclusiva, após a audiência pública que nós vamos fazer, para a votação do relatório final. É uma prerrogativa de V. Exa. como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu queria agradecer a contribuição do Senador Marcos Rogério, mas eu queria voltar ao assunto que eu estava tratando com a Senadora Soraya.

Então, Senadora, eu queria fazer uma combinação, porque o combinado não sai caro. Nós vamos fazer uma audiência, em seguida vamos ouvir todos os dirigentes das agências reguladoras. Isso vai levar, pelo menos, umas duas horas, e eu queria, combinando com V. Exa., conceder esse prazo para que, após extrapolar a nossa audiência pública, a gente coloque o projeto em votação. Queria ouvir as suas considerações sobre o assunto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Esse prazo é suficiente, Presidente, para que eu, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato com o Governo, veja qual vai ser a contribuição do Governo. Então, para mim não tem problema nenhum.

Eu entendo o desespero, eu entendo a necessidade, mas, como eu não ouvi exatamente todo o outro lado, o impacto econômico e todas as demais questões, eu vou acompanhar a audiência pública, para que eu também esteja mais familiarizada com a questão, e vou entrar em contato com o Governo simultaneamente. O.k.?

Então, para mim é mais do que suficiente. Tenho consciência.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k., Senadora. Então, agradeço, gostaria muito que a senhora – certamente sei que a senhora vai fazer isso – acompanhasse as audiências, ouvisse a manifestação de todos os dirigentes das agências.

Fica dada vista coletiva para todo mundo.

Assim que acabar a audiência, a gente retoma a Comissão para votar o projeto, mas agradeço muito, relembrando, mais uma vez, que esse projeto segue para outra Comissão e certamente a gente vai ter um ambiente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – Segue para a CAS, né?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – O senhor havia dito CAE. Eu não sou membro da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É CAE, a de Assuntos Econômicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – É CAE ou é CAS? É a de Assuntos Econômicos, acabei de ler. Colocaram aqui que seria a CAS. Achei, a princípio, estranho, mas eu sou membro da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pronto. Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – Então, esse tempo é mais do que suficiente para que a gente delibere, para que possamos abrir mão também, se esse for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senadora. Agradeço demais a sua gentileza, viu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senador Marcos Rogério, com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. e agradeço muito à Senadora Soraya a compreensão. Nós estamos hoje, aqui, com os dirigentes das agências para participar desta audiência pública e acompanhar a votação dessa matéria, e a compreensão dela em permitir que a gente vote após a audiência pública é uma contribuição realmente muito importante para o fortalecimento da infraestrutura do Brasil – ao fortalecer as agências, fortalecemos a infraestrutura do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa., sempre salomônico, pela composição que vai nos permitir encaminhar essa matéria. Que ela vá ao Plenário o quanto antes, para a gente poder ter uma solução. E digo, Sr. Presidente, apenas a título de observação: acho que nós vamos ter, na quinta-feira, uma reunião do Congresso Nacional. Aquele veto – aquele veto – à LDO também relacionado às agências reguladoras, a contingenciamento das agências, a não contingenciamento do orçamento das agências estará na pauta da sessão do Congresso Nacional. Portanto, esse tema é tão importante, tão urgente, que, também na reunião do Congresso, nós vamos discutir essa questão. O Presidente Davi havia dito que esse tema estaria, então a nossa expectativa é que esteja na Ordem do Dia também do Congresso Nacional. Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradecendo também a V. Exa., Senador, quero devolver a Presidência da Comissão – antes que eu me acostume aqui, vou devolver para V. Exa. –, mas quero registrar, com muita honra e muita alegria, a presença do Deputado Arnaldo Jardim aqui conosco.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO (*Fora do microfone*.) – Prof. Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Professor e mestre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Esse é.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E quero dizer também a V. Exa., Senador Marcos Rogério, que eu e você vamos procurar, assim que acabar o nosso trabalho aqui na Comissão, o Senador Davi para pedir para ele incluir esse assunto. Nós vamos derrubar esse veto na quinta-feira, e eu tenho toda a certeza de que haverá uma somação de forças de todos os nossos colegas, Deputados e Senadores, sob o comando do mestre, para que a gente consiga, com a aquiescência do Presidente, derrubar esse veto na próxima quinta-feira.

Devolvo a palavra para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu já estava até mais à vontade na bancada, acompanhando a Presidência do Senador Laércio, que, com muita habilidade, conseguiu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu não vou fazer esse trocadilho com ele, mas ele é realmente um craque, e, com a educação que tem, com o contato que tem, consegue destravar muita coisa importante. Num momento como este, serenidade, habilidade e compreensão ajudam muito.

Vamos passar agora à fase da audiência pública, com a fala de cada um dos presidentes, agradecendo, mais uma vez, a presença do Deputado Arnaldo Jardim, que é um amigo querido; fomos colegas Deputados Federais, tanto eu quanto o Senador Laércio tivemos a companhia do Arnaldo lá e hoje continuamos com essa proximidade nos temas da infraestrutura e nos temas do agro, porque sempre nos encontramos também nas reuniões da nossa FPA. Muito bem-vindo ao Senado Federal, à Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aqui mencionar a lista de presença dos nossos convidados e já vou assegurar a palavra para que eles possam se manifestar: Dra. Larissa Oliveira Rêgo, Diretora-Presidente interina da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Frederico Carvalho Dias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Marcelo Leite Freire, Auditor-Chefe da Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear do Tribunal de Contas da União; Gustavo Santana Borges, Superintendente-Executivo da Agência Nacional de Telecomunicações; Tiago Chagas Faierstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Artur Watt, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; ainda confirmou presença e deve estar conosco, Agnes Maria de Aragão da Costa, Diretora-Geral Substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica; Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que acumula a função de Presidente do Comitê das Agências Reguladoras; Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração.

Portanto, agradeço a presença de todos os nossos diretores nesta reunião, bem como colaboradores e outros que acompanham o trabalho das agências. O auditório da Comissão hoje está lotado, e isso demonstra justamente a importância do debate desse tema e o quanto esse tema é sensível para as nossas agências. Sejam todos muito bem-vindos!

Eu vou assegurar a palavra inicialmente – se os demais convidados me permitem – ao Dr. Guilherme, que representa o colegiado dos diretores-presidentes, e, na sequência, eu vou passando a palavra para as questões pontuais de cada agência, aos que desejarem fazer uso da palavra. Alguns já até me disseram: "Olha, com a fala do Dr. Guilherme, talvez não seja nem necessário o encaminhamento", mas aqueles que quiserem, para fazer registro do ponto de vista da especificidade da agência e do comprometimento que esse corte orçamentário gera nas funções, nos serviços das agências, nós passaremos a ouvi-los.

Dr. Guilherme Sampaio, V. Exa. tem a palavra.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO (Para expor.) – Meu muito bom dia a todos, Presidente Marcos Rogério.

Quero aqui externar minha alegria de, mais uma vez, regressar à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Comissão essa em que eu tive a alegria de duas vezes ser sabatinado: em 2021, como Diretor colegiado; e, no último ano, como Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

E cito isto, Senador Marcos Rogério, e cumprimento aqui nosso Senador Laércio Oliveira, da importância de discutirmos não um tema de governo, mas sim justamente um tema de Estado. Por isso que eu quis fazer esse destaque, Prof. Arnaldo, porque os mandatos dos dirigentes visam justamente isto: perpassar por mais de um governo e ter o papel das agências justamente de harmonizar os interesses e as posições. O interesse é o governo legítimo, eleito pelo povo democraticamente, ter suas políticas públicas a serem feitas; harmonizar o interesse do seu regulado, do regulado existente que cumpra o contrato com as previsões ali existentes, tenha seu lucro existente; e, por outro lado, que o usuário, que somos todos nós que utilizamos os serviços e atividades das agências aqui presentes, pague uma contraprestação tarifária, de acordo com o ali previsto contratualmente, então segurança, frequência, assiduidade e qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero dividir minha fala, primeiro, justamente em duas posições – não precisa nem apresentação, pode dispensar a apresentação da agência –, em duas posições: primeiro, uma visão da fala mais institucional do nosso Comitê das Agências Reguladoras Federais – e aqui cumprimento todos os meus dirigentes, pares aqui presentes, que me confiaram essa missão –; e depois um recorte da própria ANTT, porque a gente consegue fazer um pouco desse diagnóstico.

O Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão, já fez uma elucidação da origem das agências. Quando olham, a gente faz um recorte do Programa de Aceleração do Crescimento – e a Cristiane até pouco tempo estava na Casa Civil, conhece com certa propriedade –, o PAC tem ali direcionado, o principal programa de investimentos, R$1,8 trilhão. Quando você faz um recorte justamente do valor que vai ser investido privadamente, 40% desse valor é da iniciativa privada, ou seja, diretamente das agências reguladoras aqui. Mas, quando você acresce o valor de 20% de financiamento, podemos dizer que 60% vai estar de competência dessas agências. E fazendo um recorte ainda um pouco maior para transportes, 70% estará ali previsto.

E o que isso quer dizer? Isso quer dizer que as agências têm o papel, como agências de Estado, de efetivarem as políticas públicas necessárias e muitas delas, a grande maioria, os direitos fundamentais e essenciais, cada uma em seu campo de atuação, seja de transporte, saneamento, energia elétrica, mineração, entre outros. E contratos que são executados e previstos de 30, 40, 50, 90 anos perpassarão certamente por mais de um governo.

Hoje o Brasil vive três décadas de agências, certamente um modelo tipo exportação de regulação, reconhecido internacionalmente, inclusive, pelas suas boas práticas de governança, de eficiência, de eficácia, de transparência, tendo suas várias verificações, seja no âmbito interno, mas também, consequentemente, externo pelos órgãos de controle existentes, entre eles o próprio Tribunal de Contas, que se encontra aqui presente. E paralelamente a isso, indicadores de *performance* são direcionados.

Nos últimos anos, o Congresso Nacional aprovou importantes marcos legais que trouxeram evoluções importantes às agências. E, aqui, cito um de 2019, que trouxe a Lei Geral das Agências Reguladoras, que trouxe, entre as suas previsões, requisitos técnicos para os dirigentes, que ali são previstos, seus mandatos fixos, os seus requisitos de governança, de atendimento, de participação e controle social, e duas importantes evoluções que foi justamente efetivar autonomia e independência: administrativa, decisória e financeira.

E, aqui, falo, com uma posição que acredito que seja um senso comum dos demais dirigentes aqui presentes, que esses dois são inquestionáveis. Nós temos, plenamente, autonomia administrativa, autonomia decisória, sem haver capturas políticas e capturas econômicas, que é justamente o conceito existente e a posição das agências reguladoras, mas, por outro lado, nós temos realmente uma preocupação e necessidade da efetivação da autonomia financeira, autonomia financeira esta que, se não for efetivada ou se não se tiver a capacidade econômica de a exercer, pode vir a comprometer esses dois primeiros requisitos previstos legalmente.

Isso não é uma invenção nacional, isso é uma previsão das boas práticas do ponto de vista internacional, da OCDE, de outros países que inspiram a regulação nacional. Inclusive, quando você pega agências reguladoras de língua portuguesa, todos os países que formam esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, seja Portugal ou Cabo Verde e países menores, eles têm ali efetivada essa autonomia financeira, para, justamente, você conseguir efetivar, de fato, essas políticas públicas e direitos fundamentais sem se ver cerceado ou comprometido quanto a planejamentos a serem feitos.

E acaba que o cenário de bloqueios e contingenciamentos que ocorrem tem um retrato... Desde 2021 isso tem acontecido. E, claro, entendemos a posição de que, quando é colocado esse bloqueio, se quer justamente ter o atendimento de receitas e despesas, mas, por outro lado, as agências – hoje são 12; anteriormente, 11 e 12 após a Agência Nacional de Proteção de Dados se tornar agência reguladora – têm sofrido com soluços que têm comprometido o andamento e a execução dessas obrigações. E, via de regra, esses bloqueios e contingenciamentos ocorrem no mês de maio, com efetivação no mês de junho, o que atrapalha o planejamento da sua execução e continuidade, sendo que obrigações já estão ali previstas e contratadas.

Um cenário muito natural das agências é um déficit de capacidade de pessoal. Têm sido realizados concursos nos últimos anos, mas muito aquém da necessidade existente por parte das agências. E, com isso, elas fazem frente a quê? À contratação de mão de obra terceirizada, para fazer o complemento.

Então, esse é o primeiro ponto, porque, quando se tem bloqueios e contingenciamentos, você tem uma redução da capacidade. E sempre vou fazer um *link* um pouco com o que acontece na ANTT, em que, no último ano, com o bloqueio que nós tivemos, de 25%, tivemos que fazer uma redução do quadro de terceirizados, de 500 trabalhadores ali existentes.

Um outro caminho é justamente o passo de fiscalização. O que isso requer? Desembolso de diárias, passagens, quadro de pessoal, tecnologia, que é o terceiro ponto comprometido. Quando você olha que, via de regra, o setor regulado está no ChatGPT, inteligência artificial 4.0 ou bem digitalizado, infelizmente algumas agências – porque não têm esse arcabouço financeiro – vão deixar de investir justamente em tecnologia, sem que possam ter o seu ganho de escala e também otimizar determinados processos, sendo que o seu regulado está ali à frente, antecipadamente, de uma forma mais preparada.

E, com isso, Senador Marcos Rogério, de uma forma transversal, para finalizar esta fala inicial e depois partir para o cenário da ANTT, alguns movimentos e ações relevantes estão sendo feitos, sobretudo pelo Parlamento, como destaquei. Primeiro, quando foi feita a lei geral das agências, mas, posteriormente, um trabalho de complementar esses orçamentos com emendas parlamentares, quando os Parlamentares aqui presentes, entre eles os daqui da Comissão de Infraestrutura, destinam as suas emendas para, justamente, fortalecer essas agências, para que elas tenham, minimamente, uma capacidade de investimento em determinadas situações em que não o fazem. E, mais recentemente, também foi destacado aqui, a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias trouxe essa previsão, a última, para não ter esse bloqueio nem contingenciamento – não é dinheiro novo; é que não há bloqueios e contingenciamentos. E, no último exercício, de 2025 para 2026, houve um acréscimo ainda superior de emendas para, justamente, nós podermos compartilhar entre as agências aqui presentes, para que continuem fazendo, de forma básica, as necessidades que ali têm.

Tem um reconhecimento que tem que ser feito também das pastas ministeriais a que nós somos vinculados, pelo menos, no meu caso, do Ministério dos Transportes, que, desde os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soluços que eu tive, de 2023 até este ano, tem vindo a cortar o seu próprio orçamento, seu orçamento discricionário, e repassar para a ANTT, para a gente ter a capacidade econômica de assim fazer. Vi que, recentemente, também aconteceu com a Antaq e a Anac, mas são casos pontuais em que o próprio Ministério tira do seu orçamento para dar destinação para a agência, e aquele orçamento poderia estar sendo destinado para outra atividade. A própria pasta ministerial assim o faz. No meu caso, na época, o Ministro de Estado, colega de vocês, Senador Renan Filho, assim fez em três ocasiões – e registro o agradecimento –, e assim também fez o Ministro George Santoro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – ... ao nos auxiliar nesse processo. E temos aberto uma frente de discussão com a própria Secretaria de Orçamento e Finanças, oriunda, vinculada ao Ministério do Planejamento, com o Ministro Bruno Moretti, para poder efetivar uma solução perene. Mas isso é muito oriundo também de uma decisão recente ocorrida no Tribunal de Contas da União, de relatoria originária do Ministro Jorge Oliveira, complementada com o voto-vista do Ministro Bruno Dantas, de ele prever, determinar um plano de ação para que seja efetivada, em um período de 180 dias, a autonomia financeira, e que, neste período, enquanto não for concluída – e aqui o Marcelo pode complementar com mais propriedade – os orçamentos apresentados pelas agências não venham a ser negados ou isso tenha que ser justificado para que não comprometa a sua atividade.

E aqui passo o meu recorte para o caso da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Se fosse pegar, de 2020 até hoje, minimamente corrigido pela inflação, o orçamento da ANTT, deveria ser, pelo menos, próximo ao dobro do orçamento existente, se apenas corrigisse. Talvez esse não seja o fator, o indexador econômico mais exato para assim fazê-lo, mas podemos ver as obrigações que estão sendo feitas.

Em 2021, nós tínhamos 12 mil quilômetros de rodovias concedidas, e isso representa 22 contratos. Finalizaremos este ano, com 44 contratos, com 19 mil quilômetros de rodovias concedidas. E chegaremos, até o ano que vem, em um plano, em um projeto exitoso de concessões, dessa construção coletiva – agência, ministério, Governo, setor regulado –, justamente a 25 mil quilômetros de rodovias. Isso representa, Presidente Marcos Rogério e Senador Laércio Oliveira, um terço da malha federal destinada à iniciativa privada. Mas a agência ANTT não é só isso. Nós temos estartada agora uma carteira de concessão de ferrovias em que o objetivo principal é ter o transporte de carga geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – ... e vou caminhar para o meu final já, e também o serviço, que são justamente os serviços essenciais que foram delegados para a iniciativa privada, como é o caso do transporte interestadual de passageiros que requer, de um ponto de vista nacional, de um país de dimensão continental, onde não temos ainda o substituto perfeito para transporte de passageiros, que você tenha 99% do país conectado por ônibus, em que você precisa massivamente de tecnologia e pessoal para fazer frente a essas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma política pública que foi implementada pelo Congresso Nacional, que é a política pública de piso mínimo do frete... Nós temos buscado evoluir no olhar com que foi implementada a política pública. E a gente tem capacidade maior de ali executá-la.

E concluo aqui com o cenário: na agência, na sua lei de origem, aprovada em 2001, nós temos 46% de déficit da força de trabalho. Se, em 2001, a lei do legislador originário já previa, já trouxe a necessidade dessa capacidade, imaginem 25 anos depois.

Então, quero concluir minha fala, senhoras e senhores presentes, dizendo da importância de nós pensarmos uma agenda não do futuro, uma agenda do presente, em que a gente, então, possa se comprometer com que há de tão proveitoso que tem sido feito e em que você veja um reconhecimento não só do Parlamento, mas um reconhecimento do Executivo – a gente tem que buscar esse diálogo para construir e ter a sua efetividade –, do Tribunal de Contas da União, dos usuários e, por incrível que pareça, do próprio setor regulado. Ele quer agências reguladoras fortes, para você ter realmente um mercado bem estabilizado, hígido, que traga estabilidade, previsibilidade e segurança.

E, se instituições fortes são importantes para o Estado democrático de direito, e assim é o Parlamento, o Executivo, o Judiciário, sem sombra de dúvidas as agências reguladoras são essenciais para a efetivação de projetos de infraestrutura e, sobretudo, para a efetivação de direitos fundamentais e essenciais para o Estado brasileiro.

Essa é a minha fala.

Muito obrigado, Presidente Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Presidente Guilherme Sampaio.

Ao final, eu farei, de repente, algumas considerações e um questionamento mais direto, mas eu vou aproveitar este momento para a gente ouvir os demais integrantes da bancada, ouvindo neste momento a Dra. Larissa Oliveira Rêgo, que é Diretora e Presidente interina da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Essa é uma exceção às agências que são sabatinadas por esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, mas fiz questão de convidar a Dra. Larissa, porque, embora a ANA não esteja vinculada à Comissão de infraestrutura, a atividade-fim da ANA, o trabalho que essa agência faz, os temas que passam pela agência são temas afetos a esta Comissão de Infraestrutura e ao plano central, entre eles o saneamento básico. Então, fiz questão de convidá-la para estar aqui, para poder trazer também o relato do impacto desses cortes na atividade-fim, no funcionamento da Agência Nacional de Águas.

Pois não, Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO – Sem ser indelicado aqui, só um extrapauta, porque na vida a gente pode ser tudo, menos ingrato. Eu quero reconhecer publicamente o papel do Congresso Nacional, do Parlamento na figura de duas pessoas: do Senador Laércio Oliveira, que é autor deste projeto – e pego a sua expressão de uma fala: a cola que nos une ao Brasil – e do Relator, o Senador Marcos Rogério, que tem sido proeminente nas discussões de infraestrutura, porque tem, no momento eleitoral de discussões um pouco mais acaloradas, um tema único, que é a infraestrutura e o que nós temos discutido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço ao Parlamento pelo esse apoio que tem sido feito sobremaneira para as agências.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Dra. Larissa, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO (Para expor.) – Vou concordar com o nosso Presidente do Coarf: esse apoio é fundamental para as agências, Presidente.

É necessário esclarecer e dar todo o conhecimento à sociedade do papel tão importante das agências reguladoras.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, as Sras. e os Srs. Senadores e as demais autoridades presentes.

Agradeço aqui o convite para participar desta audiência pública que trata de um tema absolutamente central para o funcionamento do Estado brasileiro: capacidade operacional, regulatória e fiscalizatória das agências reguladoras federais.

Falo, nesta oportunidade, em nome da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), instituição responsável por coordenar a gestão de recursos hídricos no Brasil, assegurar a segurança de barragens de uso múltiplo e estruturar a regulação de saneamento básico em todo o país.

Srs. Senadores, a ANA atravessa neste momento o mais grave cenário orçamentário de sua história recente. O Decreto 12.990, de 29 de maio de 2026, impôs à agência um bloqueio de 44,9 milhões, equivalente aqui a 40% de todo o orçamento discricionário previsto para o período de junho a dezembro deste ano. Esse bloqueio não é um evento isolado. Ele se soma às sucessivas reduções orçamentárias ao longo dos últimos três anos, que vinham comprometendo a execução de programa estruturante e levando à interrupção progressiva de ações essenciais da Política Nacional de Recursos Hídricos. Hoje, senhores, não há mais margem de ajuste. O que está colocado não é uma redução acessória, é a interrupção de funções de Estado.

E isso ocorre em um momento de risco hidrológico excepcional, com alta probabilidade de ocorrência de um evento de El Niño de intensidade relevante nos próximos meses, potencialmente associado a secas severas, inundações e eventos extremos em múltiplas regiões do país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA OLIVEIRA RÊGO – Permitam-me aqui ser objetiva quanto às consequências.

Com o bloqueio orçamentário, a ANA será obrigada a interromper, a partir de setembro, a operação da Rede Hidrometeorológica composta por mais de 4,5 mil estações de monitoramento em todo o território nacional. Essa rede sustenta o planejamento do setor elétrico, a segurança de navegação interior, o abastecimento público e, sobretudo, os sistemas de alerta de desastre utilizados pelas defesas civis para salvar vidas. Sem esses dados, o Brasil perde a capacidade de antecipação e resposta de eventos extremos.

Quem aqui não se lembra das inundações e enxurradas que ocorreram no Rio Grande do Sul em 2024? Causaram a morte de mais de 180 brasileiros e arrecadaram prejuízos materiais que superam R$88 bilhões. Quem não se lembra aqui da última seca no Nordeste, que durou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente toda a década passada? Colocou mais de mil cidades em situação de emergência, com colapso em açudes utilizados para abastecimento de importantes polos urbanos. E aqui eu gostaria de trazer as cidades de Campina Grande, na Paraíba, de Caruaru, em Pernambuco, e de Caicó, no Rio Grande do Norte, com a interrupção da agricultura em diversos locais, causando uma quebra de cadeia da agricultura familiar e aumentando a insegurança alimentar.

Trago à recordação também a crise de abastecimento na região metropolitana do Estado de São Paulo, com o Sistema Cantareira, que atingiu aí seu volume morto; a crise hidroenergética de 2021, que levou os brasileiros a pagar energia a custo de Bandeira Vermelha 2.

Não é possível se antecipar e gerenciar nada sem dados tempestivos e confiáveis sobre as chuvas e os níveis dos rios, é o insumo fundamental para a gestão de desastres o planejamento de ações de segurança hídrica. Os cortes que temos sofrido em nosso orçamento nos últimos anos, inclusive no último dia 29 de maio, têm dificultado o monitoramento e a publicação desses dados.

Tem um programa que a agência vem acompanhando e apoiando os estados, que é o programa Monitor de Secas, um programa, Senador, desde 2014, que a gente vem implementando, e é importante que a gente não dê descontinuidade a esse projeto. É um programa altamente importante para a tomada de decisões dos estados.

Sobre a segurança de barragens, é importante trazer que a agência será obrigada, Senador, a reduzir aproximadamente 40% das atividades de fiscalização preventiva das nossas barragens.

Na dimensão regulatória – e aqui eu queria adentrar um pouco mais, dentro da Comissão que estamos – e econômica, haverá impacto sobre a emissão, Senador, de outorgas de uso de recursos hídricos. O risco é real na interrupção desse serviço ainda neste ano. Nós estamos falando de cerca de 6,3 mil pedidos de outorga solicitados à agência, neste ano; 65% voltados ao agronegócio, o que representa, Senador, 25% do nosso PIB brasileiro.

É importante frisar que sem outorga não há concessão de financiamentos, não há licenciamento ambiental, não há leilões de energia, não há concessões de saneamento, não há viabilização de grandes investimentos. Não há nada disso, porque sem outorga não há garantia de viabilidade e operação desses empreendimentos ao longo dos anos, que dependem de fornecimento contínuo da água. Sem outorga o risco é muito alto. Em outras palavras, o bloqueio orçamentário das agências não afeta apenas a administração pública, afeta diretamente o crescimento econômico do país.

Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União, em recente acórdão sobre a governança das agências reguladoras, foi claro ao afirmar a autonomia administrativa e financeira dessas instituições. É condição necessária para o adequado cumprimento das funções legais. Quando essa autonomia é esvaziada por restrições orçamentárias reiteradas, o que se compromete não é apenas a gestão interna, é a capacidade do Estado de regular, planejar e proteger a sociedade. No caso da ANA, isso se traduz de forma direta e imediata: menos monitoramento, menos prevenção e mais riscos. E isso na área de recursos hídricos não é abstrato, principalmente em um ano de Super El Niño. Esse risco se materializa em enchentes, secas prolongadas, colapso no abastecimento, interrupção de atividades econômicas e situações extremas de perda de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de registrar que a ANA já conversa, já dialoga agora com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, órgão vinculado à agência, diante do atual nível de bloqueio, que não dispõe de ações passíveis de corte, sem esse comprometimento grave de suas competências legais. O que está em discussão, portanto, não é a eficiência administrativa, é a manutenção da capacidade mínima do Estado em uma área crítica para a segurança e o desenvolvimento nacional.

A ANA permanece à disposição deste Parlamento para contribuir com soluções que permitam recompor as condições operacionais das agências reguladoras, assegurando que o país não retroceda na sua capacidade de enfrentar riscos cada vez mais complexos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Larissa Oliveira, falando pela Agência Nacional de Águas, que tem um papel importante e com temas que são sensíveis ao país. Então, agradeço sua contribuição e todos esses argumentos no sentido de demonstrar o quão grave é essa política de contingenciamento linear que alcança as agências reguladoras.

Na audiência anterior, Senador Laércio, eu fiz um questionamento a alguns dos diretores que estavam aqui: quando é votado o orçamento, a peça orçamentária, se, dentro daquele orçamento destinado às agências, há espaço ali de sobra orçamentária ou se o orçamento é aprovado em cima das necessidades das agências. E aí todos eles: "Olhe, o orçamento vem na medida da necessidade". E aí quando você tem os cortes, você tem que sacrificar serviços, ações. Tem agência que até o processo de exames, provas, habilitações é sacrificado, como outras fiscalizações importantes.

Mencionei aqui, no início, o caso da ANP, que tem uma sensibilidade muito grande com relação à fiscalização de quem está lá na ponta operando. E, no momento em que você tem a captura de setores da infraestrutura de abastecimento no Brasil por crime organizado – disse isto na sessão anterior e estou repetindo hoje: nós temos setores, parte do setor regulado capturado por crime organizado –, a gente tem o Governo... E aí com todo o respeito, repito, não se trata de uma posição de enfrentamento, de oposição, mas de responsabilidade com a infraestrutura nacional. O Governo simplesmente pratica um corte linear, um corte às cegas sem saber qual é o impacto real disso, aonde isso vai chegar. E aí quem é que é favorecido com isso? Justamente aqueles que estão à margem da lei. Então, respeitosamente, esse não é um tema menor, não é um debate menor, é um debate necessário, urgente.

E aí eu quero fazer um registro aqui, cumprimentando o Tribunal de Contas da União pela posição de vanguarda lá atrás, ainda naquele caso da Anatel. Acho que foi o primeiro caso enfrentado objetivamente pela Corte de Contas do país, endereçando ali o que seria uma solução estruturante que deveria ter sido usada como parâmetro para as demais, mas isso nunca aconteceu. Posteriormente a isso, nós provocamos novamente o Tribunal de Contas da União para dar entendimento conforme. E aí ao Ministro Jorge Oliveira, a quem faço menção aqui pela posição ousada em defesa da autonomia financeira das agências, à contribuição também do Ministro Bruno e especialmente, Dr. Marcelo, à área técnica do Tribunal de Contas da União o nosso reconhecimento, por entender o papel do regulador dentro dessa visão, porque cada vez mais o poder público vem se apequenando quando o tema é infraestrutura, ele está chamando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o setor privado para cumprir um papel que é dele. O.k., se essa é uma escolha e é o caminho possível para você avançar com infraestrutura, aí o que resta ao poder público é o papel de controle, e o regulador, nesse aspecto, se mostra indispensável. No caso das rodovias, por exemplo, você tem, quando a ação é direta, uma autarquia que cuida, você tem o Dnit, que vai cumprir esse papel, mas quando você delega uma rodovia sob a modalidade de concessão, isso passa a ficar sob o cuidado, a fiscalização da ANTT.

Eu estou fazendo mais essa intervenção justamente para demonstrar a importância disso e reconhecendo aqui que o Tribunal de Contas da União, nesse aspecto, tem sido extremamente sensível, colaborativo, no sentido de garantir o funcionamento pleno das nossas agências.

Eu asseguro a palavra, na sequência, ao Dr. Frederico Carvalho Dias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para que também traga a sua manifestação, hoje falando sobre o corte orçamentário e, numa próxima audiência pública, falando de assunto, Dr. Frederico, lá de Rondônia, viu? Você já viu que o Senador Jaime Bagattoli já levantou a bola do assunto, mas hoje nós vamos tratar sobre essa questão do corte orçamentário. Posteriormente, vamos debater esse assunto, que é um assunto mais afeto à Rondônia, em relação ao nosso Rio Madeira.

O SR. FREDERICO CARVALHO DIAS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Senador Marcos Rogério, Presidente, Senador Laércio também, os senhores têm sido incansáveis apoiadores dessa pauta nossa. Eu sempre digo: essa pauta orçamentária não é das agências; ela é da infraestrutura, ela é da sociedade.

Eu preparei aqui quatro eslaides bem sucintos, porque quando a gente fala de número sempre é bom visualizar. Vou ser bem rápido aqui na minha fala, mas eu queria começar dizendo que esse problema não começa hoje e ele não se resolve se a gente resolver o problema deste ano, mas no ano que vem a gente estiver de novo aqui, numa nova audiência pública dessa. Eu acho que a gente tem que criar uma solução perene.

Senador Laércio, Senador Marcos Rogério, eu começaria dizendo que a gente precisa recordar de onde vem a autonomia das agências: ela decorre do próprio Estado regulador, da necessidade de que as agências não dependam de pedir dinheiro dos ministérios, do Poder Executivo nem do Poder Legislativo. Também não decorre de receitas próprias que as agências possam ter, também isso é importante, senão a gente cria uma estrutura de incentivos, e as agências começam a precisar ir atrás de buscar recursos dentro do setor para poder se financiar. Eu acho que também esse não é o melhor modelo, por isso que a gente defende que soluções que passem por as agências terem recursos próprios obtidos do setor para se financiar não são boas; eu acho que elas precisam decorrer da própria autonomia do modelo das agências, eu acho que essa é a melhor estrutura de incentivos e é assim que o legislador pensou.

Bom, foi pedido que eu apresentasse especificamente a situação da Antaq, as especificidades, então a minha fala passa por aí.

Aqui a gente consegue ver o que aconteceu de 2017 até 2026: então, no ano passado, eu tinha tudo atualizado; ano passado eu tinha R$63 milhões e, neste ano, eu estou gerindo R$58 milhões. Houve uma recomposição, e aí o Senado Federal foi fundamental, o Ministro Tomé também foi fundamental, para a gente conseguir uma recomposição; então, hoje, eu estou gerindo R$67 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Senadores, eu queria chamar a atenção para aquele gráfico de barras. Ali, a gente tem a Antaq. Quando a gente coloca todas as agências ali, a gente tem a Antaq ali, em azul, e isso mostra a magnitude do problema que a Antaq enfrenta. É, de fato, um orçamento substancialmente baixo em relação às demais agências. As duas agências menores, em termos de orçamento que temos ali, são a Ancine e a ANPD, que acabou de ser criada. Quando a gente olha para essa magnitude de orçamento que a Antaq tem e quando a gente fala em contingenciamento, o impacto acaba sendo muito maior. Então, a gente tem ali... A próxima agência, depois da Antaq, já tem quase o dobro do orçamento da Antaq. Quando a gente pensa em transporte aquaviário, a gente pensa também na importância que isso tem para a Região Norte. Então, a gente pensa que a população que vai ser mais atingida é exatamente a população que talvez mais precise da atuação do Estado.

Passo aqui também ao meu penúltimo eslaide.

O Senador Marcos Rogério falou que as agências têm recebido exatamente o que elas precisam para sobreviver. Eu acho que, no caso da Antaq, não tem sido bem isso. A nossa necessidade é o que está em azul, foi o que a gente solicitou – algo em torno de R$120 milhões –, mas a gente recebeu, neste ano, R$58 milhões. E aí, a gente vem tentando distribuir isso no orçamento. Então, eu quis dar um panorama de como isso se reflete.

Quando eu falo em serviços essenciais e força de trabalho, eu estou falando de aluguel, de limpeza, de infraestrutura de tecnologia – de funcionamento de redes, de licença de *software* –, que são coisas que eu não tenho como parar, nem reduzir; e de força de trabalho, que é terceirização – não só secretariado, mas também apoio especializado, apoio técnico especializado, que as agências também usam –, e também tecnologia, apoio em tecnologia. Então, quando a gente soma o essencial mais a força de trabalho, que foi isso que eu falei, eu já ocupo aqui R$47 milhões dos meus R$58 milhões. Então, o que resta é todo o resto que a gente faz ao longo do ano, e eu já começo o ano com apenas R$10 milhões para tratar de tudo isso. Com o contingenciamento, esse valor cai para R$5 milhões. E aí é o que você tem para fazer novos projetos, os projetos que estavam em andamento – que você precisa paralisar –, os sistemas novos que estavam em desenvolvimento, diárias, passagens e capacitação. Tudo isso é o que eu tenho para trabalhar ao longo do ano, R$10 milhões; e, contingenciados, passam a ser R$5 milhões. Enfim, essa é a situação que a gente acaba enfrentando e daí o impacto.

E aí o que eu tenho dito, o Guilherme trouxe bem aqui, a ANTT recebeu um apoio importante do Ministério dos Transportes. A Antaq e a ANAC receberam apoios importantes também do Ministério de Portos e Aeroportos para poderem seguir com este ano, apesar dos bloqueios. Esse reconhecimento é importante de ser feito para que a gente pudesse não ser impactado nesse nível, dado o baixo orçamento das agências, especialmente as vinculadas ao Ministério de Portos e Aeroportos.

Eu termino dizendo que eu acho que a gente tem aqui uma possível solução – acho que o Dr. Marcelo está aqui e vai falar pelo Tribunal de Contas da União – perene. E eu acho que é uma solução que o Tribunal de Contas da União encontrou de maneira dialogada e, basicamente, as agências, juntamente com a Casa Civil e a SOF, encontraram uma solução – aí, sim – perene, para que a gente encontre maneiras de criar uma forma de governança que garanta a solução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse problema de uma forma definitiva, para que, no ano que vem, a gente possa não estar discutindo novamente isso aqui.

Eu acho que é uma solução engenhosa porque, quando você conseguir colocar na mesa tanto o lado do Governo que, claro, tem as suas restrições, quanto o das agências, que também estão passando por essa situação, a gente consegue encontrar uma solução que seja benéfica, no final das contas, para a sociedade, para o setor regulado e para o país.

É nisso que eu acredito e, Senador, obrigado pela oportunidade de estar aqui nos apoiando e dando continuidade a essas ações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Frederico, pela contribuição que traz e, inclusive, com os apontamentos feitos para trazer clareza a todos nós.

E, aqui, apenas sublinhando, dois ministérios, pelo menos... E, se outros ministérios tiverem feito a mesma coisa, eu peço para que possam registrar. No caso do Ministério dos Transportes, o Ministro George Santoro, eu sei que fez um esforço de recomposição do orçamento, de parte do orçamento da agência, no caso, a ANTT. E o Ministro Tomé fez o mesmo movimento em relação às agências vinculadas àquele ministério, no caso, a Anac e a Antaq.

E, assim, apenas a título de reflexão, o orçamento que esses Ministros de áreas sensíveis da infraestrutura nacional fazem é até, em certa forma, contraditório, porque ele sacrifica o seu próprio orçamento para socorrer a agência. Ele não está fazendo ali – porque ele não pode fazer – o destravamento do contingenciamento; ele não flexibiliza o contingenciamento, porque isso é feito pelo Ministério da Fazenda, com a equipe de planejamento do Governo. Então, permanece o contingenciamento e ele vai lá e mexe naquele orçamento que já é pouco, considerando a demanda da infraestrutura nacional, seja de um Ministério de Portos e Aeroportos, seja do próprio Ministério dos Transportes, tira da sua dotação para socorrer a agência.

E aqui faço essa observação, considerando a presença aqui do nosso Tribunal de Contas da União, que é um esforço que deve ser reconhecido, e eu estou fazendo isso, mas está na contramão, porque você está desvestindo um santo para vestir outro. Você está socorrendo uma situação que é necessária, mas está retirando também de uma área que é sensível para a infraestrutura nacional.

Então, quanto ao desenho, por isso a importância do debate que nós estamos fazendo aqui em relação ao PLP 73, e o esforço que vamos fazer também pela derrubada do veto com relação à LDO, porque aí você tem uma solução estruturada que não representa prejuízo ao orçamento que o próprio ministério tem.

Asseguro a palavra, neste momento, ao Dr. Marcelo Leite Freire, Auditor-Chefe da Auditoria Especializada de Energia.

Eu vou pedir, de repente, Dr. Marcelo, se V. Exa. estiver com tempo disponível, como é o Tribunal de Contas da União que está acompanhando essa situação toda já há bastante tempo, eu sei que tem muitas informações, mas eu colocaria as agências, para, no final, V. Exa. poder fazer uma fala considerando o conjunto das manifestações.

Dr. Gustavo Santana Borges, Superintendente Executivo da Agência de Telecomunicações, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO SANTANA BORGES (Para expor.) – Bom dia, Senador. (*Fora do microfone.*) Está funcionando?

Bom dia. Obrigado pela oportunidade. Queria saudar o Senador Marcos Rogério, os demais Senadores, os demais membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura e também meus colegas de agências reguladoras.

Eu creio que nosso líder Guilherme já fez uma fala bastante importante a respeito da importância das agências reguladoras. Nosso colega aqui também, o Frederico, ressaltou a importância da autonomia, que está prevista na lei, e a importância disso para a boa execução do trabalho das agências.

Eu queria complementar essas duas falas destacando que nós estamos falando de levar a infraestrutura a todo o Brasil. Este é um país que tem sua desigualdade social, sua necessidade de infraestrutura, e essas agências fazem um papel importante em levar essa infraestrutura. As infraestruturas reduzem desigualdades, trazem bem-estar social, trazem mais justiça a toda a população. Todos os países lutam para levar infraestrutura, e agências reguladoras preparadas e com capacidade técnica, regulatória e de fiscalização são bastante importantes para se assegurar o investimento no setor produtivo e no setor privado também.

Queria destacar que, quando se tem um contingenciamento, a agência faz a sua revisão de planejamento. Então, nós tivemos impacto, por exemplo, suspendendo – pelo menos temporariamente, até que se tenha melhor condição – projetos como a recuperação e atualização de equipamentos de fiscalização, que são analisadores de espectro, utilizados muitas vezes para conferir interferências de sinal, que podem causar prejuízos para a população. Nós tivemos restrição de aproximadamente 30% dos recursos destinados a deslocamentos para a realização de atividades fiscalizatórias. Tivemos a suspensão de contratos que visavam ao apoio à implementação de projetos para uso de repetidores e reforçadores de sinal de telefonia móvel em áreas urbanas e rurais. Tivemos a postergação de projetos relacionados à revisão de pesquisa de satisfação e qualidade percebida pelos consumidores de telecomunicações. Redução de recursos destinados à central de atendimento do consumidor, que é o canal em que os consumidores se apresentam, apresentam as questões para a agência reguladora. Tivemos a suspensão de atualização de equipamentos de tecnologia da informação necessários aos processos institucionais. Tivemos também sobrestamento de pesquisa relacionada à inovação acadêmica aplicada ao monitoramento de *marketplace* e de estudos voltados ao ecossistema digital. Suspensão de investimentos destinados à preservação e modernização da infraestrutura física das unidades da Anatel.

Isso é importante destacar, Senador, porque nós temos a Anatel em todas as 27 unidades da Federação e, muitas vezes, essas unidades não estão com a qualificação devida da sua instituição, da sua unidade, infraestrutura física. Nós tivemos a suspensão desses investimentos que estavam previstos para este ano em relação a essa rubrica.

Também suspendemos algumas ações de capacitação e desenvolvimento de servidores. Isto é ainda importante de considerar: que nós estamos agora com uma recente nomeação de servidores, mas a gente perde a capacidade de fazer esse investimento em capacitação neste momento, que estava alocado. E também tivemos uma restrição de aproximadamente 70% dos recursos destinados a deslocamento a serviço no país e internacional em geral, impactando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representação do Brasil em fóruns multilaterais em que a Anatel representa os interesses nacionais.

Eu acho que era mais para complementar o destaque de que essa infraestrutura é importante para todo o país e de que a autonomia financeira é importante para as agências. Então, gostaria de parabenizar o Senado pela discussão e colocar a agência à disposição para os sequentes debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Gustavo, pelas contribuições que traz.

Na sequência, eu vou assegurar a palavra ao Dr. Tiago Chagas Faierstein, que é Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, agradecendo a presença do Presidente Dr. Tiago aqui, nesta Comissão, num dia que, para mim, particularmente, é duplamente importante. Veja a importância desse tema. Eu hoje estou com uma ação lá no meu estado, na minha cidade de Ji-Paraná: o Ministro de Portos e Aeroportos, Ministro Tomé, está na minha cidade para dar ordem de serviço à construção do novo terminal de embarque e desembarque de passageiros da minha cidade de Ji-Paraná. Uma obra que será feita com uma emenda de minha autoria, mais uma parcela importante de recursos do Ministério de Portos e Aeroportos e contrapartida do Governo do Estado de Rondônia. Em razão da pauta que nós tínhamos no dia de hoje, eu fiz questão de vir aqui, hoje, para conduzir os trabalhos desta audiência pública, mas faço o registro e o agradecimento ao Ministro Tomé por estar lá no meu Estado de Rondônia, neste momento, fazendo esse ato que é importante, que é autorizar o início das obras de construção do novo terminal de passageiros da minha cidade. O Dr. Tiago também estaria lá participando, mas fez questão de vir participar desta audiência pública, dada a sensibilidade desse assunto para as agências reguladoras federais.

Muito bem-vindo, Dr. Tiago. Fique à vontade.

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério, Presidente desta Comissão. E, Senador, o agradecimento é ao contrário, porque o senhor, num ano eleitoral, deixa de estar no seu estado, deixa de estar na sua cidade, para estar aqui, nesta Comissão, discutindo o futuro, discutindo a autonomia financeira das agências reguladoras. Então, nós que temos que lhe agradecer por estar aqui, hoje, deixando um compromisso tão importante no seu estado, para estar aqui discutindo um tema de interesse nacional. Isso mostra o sentimento do senhor e desta Casa, o sentimento de – acho que foi o Senador Laércio Oliveira que usou essa palavra – brasilidade, de Brasil. Então, muito obrigado, Senador.

Queria também agradecer aqui ao Senador Laércio Oliveira, autor do PLP 73 e também um grande defensor da pauta das nossas agências.

Quero trazer aqui, Senador Marcos Rogério, um conceito que o senhor mesmo citou de que não existe liberdade, não existe autonomia regulatória, decisória sem autonomia financeira – não existe. Quando nós, Diretores-Gerais, somos obrigados a fazer gestão de recursos, escolher, literalmente escolher o que fazer com aquele orçamento, isso significa um engessamento das atividades das agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço coro a todas as palavras ministradas pelo Guilherme, Diretor-Geral da ANTT e Presidente do Coarf, e vou trazer aqui mais alguns pontos para conhecimento desta Casa e também da sociedade brasileira.

No caso da Anac, Senador, nós temos hoje 30% do orçamento que nós tínhamos em 2015. Isso significa uma perda de 70%, senhores, nos últimos dez anos. E eu estou falando do setor de aviação civil, de um setor que, domingo agora, viu o choque de dois helicópteros no ar, vitimando, infelizmente, seis pessoas; um setor que, também nesse mesmo final de semana, viu a queda de uma aeronave, vitimando o piloto e o seu neto; um setor que precisa muito de fiscalização, porque todos aqui nesta audiência, inclusive os Senadores aqui desta Casa, viajam bastante, vindo a Brasília todas as semanas e tendo que voltar no final de semana para os seus estados. É um setor que precisa muito de fiscalização. E não existe, Senador, regulação sem fiscalização. Não existe! Não adianta criar regra, não adianta criar o regulamento se eu não tenho capacidade de fiscalizar; é melhor nem criar, porque gera-se uma expectativa na sociedade de que aquele regulamento realmente tem que ser seguido, tem que ser fiscalizado.

Nós, também, como dirigentes de agências reguladoras, temos responsabilidade sobre os atos que nós praticamos nas agências, então, para nós, essa discussão de orçamento é uma discussão muito importante, porque, no final do dia, é a sociedade brasileira sendo atendida.

Senador, eu queria trazer um ponto importante, complementando a fala dos meus colegas que me precederam: com o corte orçamentário para as agências, o Governo deixa de arrecadar. No caso da Anac, por exemplo, corte orçamentário significa perder a capacidade de certificação de aeronaves. Se nós não certificarmos aeronaves, isso significa, por exemplo, a Embraer não vender, não gerar impostos com a venda daquela aeronave, significa que uma aeronave deixa de ficar em operação. E mais brasileiros viajando, mais impostos sendo arrecadados com venda de passagem. Então, isso significa queda de arrecadação. Se nós fizermos essa conta, vamos ver que o que é bloqueado gera um impacto muito maior nos caixas do Governo do que o orçamento em si que foi contingenciado ou que não foi dado às agências.

Senhores, nós acabamos de realizar, a Anac, o leilão do aeroporto do Galeão. O valor previsto para esse leilão era de R$900 milhões. Nós arrecadamos nesse leilão R$2,9 bilhões: isso significa R$2 bilhões a mais do que o previsto – R$2 bilhões. Os senhores sabem que o orçamento da Anac aprovado para este ano foi de R$113 milhões, sendo que nós acabamos de arrecadar R$2 bilhões a mais do que o previsto em apenas um leilão – isso não citando aqui outros casos. E eu tenho que agradecer aqui ao Senado Federal, porque o Presidente Davi atuou muito ativamente para recompor o orçamento das agências e fez uma suplementação orçamentária. No caso da Anac, recebemos R$12 milhões a mais. Fomos de R$113 para R$125 milhões para o orçamento de 2026.

E, senhores, nós não somos contra, Senador Marcos Rogério, eu queria deixar claro... Queria deixar claro aqui também para a Senadora Soraya. Ouvi atentamente os motivos dela, a preocupação, com razão, de analisar a matéria com mais carinho, mas nós, agência, não somos contra o Governo cumprir a meta fiscal. Nós não somos contra o Governo querer equilibrar suas contas. Eu acho que nós temos que parabenizar, sim, o Governo por querer cumprir a meta, querer manter a saúde financeira. O que nós estamos questionando é: será que dentro desse corte as agências precisam ser tão sacrificadas ante outras áreas do Governo? É esse olhar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos pedindo. Nós não somos contra a ação. Nós estamos questionando o como. Será que o Governo poderia ter uma sensibilidade maior dado que nós já estamos trabalhando com pouco? O orçamento hoje da Anac é 30%, senhores, do que era há dez anos. Então, é isso. Quero deixar muito claro que nós não estamos contra a responsabilidade que o Governo tem de manter as contas públicas no seu lugar.

E outra coisa muito importante: quando as agências – todas elas aqui – deixam de realizar seu trabalho, isso provoca uma reação do mercado regulado, inclusive na atração de investimentos. Senador, quando houve o bloqueio da Anac, a primeira ligação que eu recebi foi da autoridade americana. E logo depois eu recebi uma ligação da autoridade europeia.

A aviação, senhores, é global. A Anac é uma das poucas agências reguladoras em que eu tenho que seguir as normas de outra agência, que é a Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), que é ligada à ONU, de que fazem parte de 190 países. Então, essas agências ficam preocupadas. Imagine a França, por exemplo, mandar um voo para o Brasil e dizer assim: "Mas será que meu voo, minha companhia aérea, minha tripulação, quando chegar ao Brasil, vai estar segura? A Anac garante que esse voo que está saindo do Brasil e indo para a França está todo o.k., que as regras estão sendo cumpridas, essas regras, esses padrões internacionais?". Isso gera uma reação global – isso gera uma relação global.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – E isso é a imagem do nosso país. Isso é a presença, a influência do nosso país lá fora.

Temos que trazer novas companhias aéreas para o Brasil. Todo mundo, Senador, me questiona: por que não vem nova companhia aérea?

Senhores, eu tenho a oportunidade de viajar o mundo inteiro e conversar com várias companhias aéreas pelo mundo. Acabamos de ter agora, no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral da Iata. A Iata é a associação de todas as companhias aéreas do mundo. Estavam aqui no Brasil, Senador, no Rio de Janeiro, 140 CEOs de companhias aéreas. Eu tive a oportunidade de conversar com vários deles e nenhum deles me disse assim "eu não vou para o Brasil porque o Brasil não tem mercado" – nenhum deles me disse. Todos eles me disseram: "O Brasil tem mercado, tem capacidade de crescer, é um país de dimensões continentais, precisa muito da aviação para o desenvolvimento do turismo, de negócios, interiorização do país". Todos eles me dizem isso.

"Ah, está bom, mas por que você não vem?". Agora vamos lá, vamos à lista. Não vêm por amor, senhores; vêm por negócios. A gente tem que criar um ambiente regulatório e de negócio favorável para que essas companhias venham. Eles questionam reforma tributária, eles questionam judicialização, eles questionam ambiente regulatório, cobrança de bagagem, por exemplo. Tudo isso é questionado por essas companhias lá fora. Então, nós temos que ter essa visão de que, para virem ao Brasil, precisamos criar não só o ambiente regulatório, mas o ambiente de negócios. E, mais uma vez, a importância das agências reguladoras.

Quando se fala de combustível de aviação – é uma coisa sobre a qual, às vezes, eu ligo para o meu amigo, meu colega Artur, na ANP, para discutir –, nós precisamos da ANP forte, para discutir o tema, discutir novas tecnologias, sustentabilidade, o famoso SAF, que é o combustível sustentável de aviação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores, na verdade, eu quero trazer essa visão de que cortar orçamento de agências reguladoras prejudica não só as atividades – como cada agência vai expor ou já expôs aqui – cotidianas, regulatórias, de sua agenda normal, mas prejudica o país, porque o país deixa de arrecadar, o país deixa de crescer, o país deixa de atrair investimento privado, o país deixa de atender a nossa população. Então, nós, aqui, mais uma vez, queremos fazer coro, como agências, de que olhem para nós, olhem para o nosso orçamento, que é um orçamento que já vem caindo bastante.

E aqui eu quero agradecer também, mais uma vez, ao Senado e fazer um apelo – que eu já fiz – aos meus colegas aqui, diretores, dirigentes de agências reguladoras: que estejamos próximos a esta Casa. O Senador Laércio já verbalizou isto algumas vezes: que sente falta das agências aqui nesta Casa. Então, venho fazer esse apelo, para que possamos estar unidos e conversando com o Senado, conversando com a Câmara, discutindo esses projetos de lei, outros que são mais específicos para as áreas de cada agência aqui. Eu acho que nós temos que dialogar.

Temos que continuar dialogando com o Governo, com o Governo Federal. Quero agradecer aqui ao Ministério de Portos e Aeroportos – não é, Fred? –, que, prontamente, nos ouviu, quando houve o bloqueio orçamentário, fez a interlocução também com o Ministério do Planejamento – que também nos ouviu, é importante dizer –, e, rapidamente, conseguiu nos dar um fôlego para que continuássemos nossas atividades. Agradeço também ao TCU, que também vem nesse coro de defesa das agências reguladoras.

E, por último, Senador – para não me alongar, pois já passei do meu tempo – quero dizer que nós precisamos também, senhores, cuidar da saúde dos nossos servidores. Na Anac, Senador, nós temos quase 1,5 mil servidores. Quando se fala em bloqueio orçamentário, eu tenho 1,5 mil pessoas preocupadas – preocupadas com suas atividades, que têm que desempenhar com excelência, que são reconhecidas nacional e internacionalmente. Isso gera uma saúde ou uma falta de saúde organizacional muito grande dentro da instituição, e nós precisamos cuidar dos nossos servidores. Nós precisamos dar pelo menos um ambiente institucional, financeiro e orçamentário, tranquilo, para que eles possam desempenhar esse trabalho de excelência que desempenham.

Então, mais uma vez, muito obrigado.

Contem conosco. Eu tenho certeza de que essa discussão vai ser muito produtiva para que possamos, no final do dia, dar uma grande entrega para a sociedade do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Tiago, Presidente da Anac, que traz um relato muito claro e, ao mesmo tempo, traz uma perspectiva que vai além até dessa questão apenas de olhar o problema no âmbito interno do país, com repercussão internacional. É o caso da Anac, é o caso, talvez, de outras agências também.

E apenas a título de mais um ingrediente de reflexão: quando a gente observa os próprios indicadores que o Governo utiliza para justificar determinados investimentos, você observa que o próprio Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão vai dizer que, para cada R$1 investido em infraestrutura, você tem R$3 de retorno no Produto Interno Bruto – o efeito multiplicador. Quando você olha para os dados do Ipea, ele vai falar que a cada R$1, você tem R$2,5. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você olha para OCDE, ela vai dizer o seguinte: os países desenvolvidos investem de 5% a 7% do PIB em infraestrutura. O Brasil não chegou a 2% do PIB em infraestrutura.

Eu tenho dito – nas oportunidades que discuto infraestrutura aqui, ou em algum evento, algum simpósio Brasil afora – que a infraestrutura é o que puxa o desenvolvimento. No Brasil, a gente vive o inverso: é o desenvolvimento que puxa a infraestrutura. Isso é uma lógica invertida e que trava o desenvolvimento. Se você tem a compreensão de que o investimento na infraestrutura, de que o investimento lá na ponta vai trazer resultados e que esse investimento é condicionado, muitas vezes, ao papel do regulador... E aí um indicador de risco foi mencionado agora há pouco, porque o investidor externo, quando olha para o ambiente onde vai investir, ele quer previsibilidade, segurança jurídica e segurança regulatória. Hoje, você tem mais risco: risco regulatório e risco jurídico. E aí você afasta o investidor. São duas variáveis que compõem o mesmo núcleo do risco: ou você afasta o investidor, ou você atrai o investidor predatório. E aí ele vai colocar, na composição de custo dele, variáveis de risco e de insegurança que vão encarecer o investimento. E esse custo vai ser repassado justamente ao brasileiro que está lá na ponta. Então, quanto pior é o ambiente da regulação, quanto pior é o ambiente de segurança, pior é para o usuário, pior é para aquele que é contribuinte, porque o investimento fica mais caro.

Apenas mais algumas reflexões a justificar a necessidade de a gente ter esse olhar cuidadoso, atencioso com as nossas agências.

Dr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, V. Sa. tem a palavra.

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Agnes, também pela Aneel; e, por fim, o representante do TCU.

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos e todas. Agradeço o convite e manifesto também parabéns pela iniciativa desta audiência, mais particularmente a iniciativa legislativa.

Essa proposição vem em boa hora, embora já com um ano de discussão. E parece que tem alguém atrasado, porque não conseguiu ler o texto e debater o texto até hoje, para que os nobres Parlamentares conseguissem deliberar ainda hoje, mas a solução de consenso foi encontrada e isso é importante.

Aqui pela Agência Nacional de Mineração, vou endossar as palavras dos colegas que me antecederam, é uma realidade com a qual a gente já está trabalhando há muito tempo. Até recentemente, a Agência Nacional de Mineração era a caçula das então 11 agências e, diferentemente de como os pais lidam com as caçulas, para os quais olham de uma forma mais carinhosa, mais atenciosa, nós andamos padecendo bastante, o que me levou, no meu discurso de posse, a dizer que a agência vivenciava o que eu chamei de indigência institucional.

A gente não mudou tanto nesses três anos em que eu estou lá à frente da agência, temos batalhado, houve alguns avanços, concurso público, mas o orçamento continua a mesma coisa, que é a tônica daqui.

Em cada movimento desse, assim como o Tiago comentou agora, nós temos que traduzir a nossa ação do Estado brasileiro como indutora de investimento, com uma jurisdição confiável. A gente tem que exalar a previsibilidade e a segurança jurídica para que os investidores venham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando de desenvolvimento econômico e social do país, e o investimento não vem se se percebe que há uma fragilidade institucional.

Então, nós já temos 30 anos. A Aneel, eu acho que é em outubro, completa 30 anos. Eu passei um tempo lá no Ministério de Minas e Energia e acompanhava as três agências vinculadas ao ministério, por isso eu tenho esse diagnóstico das três – e a nossa continua sendo ainda bem precária. Mas o que é interessante é que é uma agência que está entre as três que promove uma arrecadação importante para o país.

No ano passado, fechamos com praticamente R$8 bilhões de arrecadação. Somando os emolumentos, taxas, a gente chega a quase R$9 bilhões.

O TCU, num trabalho que fez e concluiu há pouco mais de dois anos, apontou que, a cada R$1 de arrecadação da Cfem, que é o *royalty* da mineração, pelo menos um é sonegado, isso pelo cálculo do TCU, pela metodologia que foi utilizada. Não sabemos exatamente como é que se dá isso, mas até então nós tínhamos apenas três servidores para cuidar da arrecadação e distribuição no país como um todo – para uma agência que hoje tem a gestão de 255 mil processos minerais.

Hoje nós temos, por exemplo, 15,5 mil planos de aproveitamento econômico. Só para explicar, plano de aproveitamento econômico é uma peça que a empresa – quando conclui toda a sua fase de pesquisa e já está apta para a portaria de lavra, que é a concessão propriamente dita – apresenta, esse plano, em que, além das reservas que já apresentou, ela vai dizer como vai explorar isso e vai dizer também qual o investimento que tem. Então, quando a gente represa 15 mil processos para apreciação, análise e deliberação sobre esses planos, nós estamos inibindo o crescimento do país porque não entra o investimento. E inibe-se também um novo olhar sobre se aquela jurisdição é interessante ou não.

Historicamente, tradicionalmente e do ponto de vista até do direito administrativo, nós nesses 30 anos já devíamos ter tido uma curva de maturidade muito maior para entender esse arranjo institucional e orgânico pelo qual o país fez opção na década de 90, mas ainda continuamos discutindo. É até inglório em 2026 a gente estar falando de fortalecimento de agências. Não era para a gente estar mais usando esse qualificativo, essa expressão de "fortalecimento". A gente já deveria ter isso como algo básico, já dado.

E aí, quando a gente olha essa questão – até a doutrina verifica isso também, a legislação, e em boa hora chegou a Lei Geral das Agências Reguladoras, que traz exatamente essa questão – da autonomia, a formulação clássica é de que a agência reguladora tem que estar equidistante do Governo – portanto, ela não é um órgão de governo, ela é um órgão de Estado –, tem que estar equidistante do setor regulado e equidistante dos usuários, dos seus serviços ou do que quer que seja prestado em termos daquela regulação que a agência promove, para evitar a chamada captura.

E a que nós assistimos? Quando o Governo manieta as agências, emascula essa sua autonomia, que lhe é devida constitucional e legalmente, ele faz uma espécie de captura reversa. E eu acho interessante que, quando o ministro das duas pastas citadas aqui tem a iniciativa de socorrer as agências, também se subverte uma lógica normal, porque ele está retirando, como disse o Senador, do próprio orçamento dele para socorrer. Então, isso não é uma solução; é um paliativo que dá um sinal, mas também volta a desequilibrar a balança porque as demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências que, como a minha, não têm esse mesmo socorro, como a Aneel também, sentem-se desbalanceadas com relação a isso.

E, além do fato de que, historicamente, pelo menos nos últimos 15 anos, tem havido uma diminuição gradativa do orçamento originário para as agências, como bem frisou o Tiago, nós temos também esses contingenciamentos regulares.

O mérito do projeto está dado, é excelente, é oportuno, mas também nós precisamos fazer uma reflexão sobre a formulação originária do orçamento, porque nós discutimos a necessidade orçamentária anualmente, levamos até o ministério que nos vincula, mas há todo um trabalho ali que já vai podando boa parte daquele orçamento, e, quando vem a discussão para o Congresso, também acontecem alguns ajustes. Portanto, não vamos falar apenas – aí é uma reflexão que eu provoco – que não dão o contingenciamento daquele orçamento aprovado, mas que o orçamento aprovado já esteja consentâneo com aquilo que é a necessidade que a própria agência apresenta.

Então, nós temos visto também uma profusão de ampliação de atribuições das agências sem a correspondência tanto de pessoal quanto de orçamento. Isso é uma realidade de todas.

Nós tivemos, depois de 15 anos, na ANM, a autorização de concurso; fizemos o concurso no ano passado. Para dar números, nós tínhamos apenas 30% da força de trabalho até então, propusemos 1.073 vagas para recompor e foram autorizadas 220. Desses 220, 216 tomaram posse, e outros já saíram, porque tem uma concorrência para outros cargos. Temos hoje 199 desses que tomaram posse e, ao mesmo tempo, temos 200 que estão em abono de permanência e que podem se aposentar a qualquer momento. Então, a gente vai voltar àquele mesmo desequilíbrio anterior. A gente vai estar sempre, se for mantida essa perspectiva, num horizonte deficitário para uma agência cujo setor, além desses números que eu passei, é em torno de 5% do PIB brasileiro, 55% da balança comercial, emprega quase 2 milhões de pessoas, direta e indiretamente, então tem um peso significativo na economia brasileira – e essa questão tem que ser vista.

E aí a gente interpreta como um contrassenso absurdo quando o Governo, principalmente, faz um corte linear sem observar circunstâncias, características, peculiaridades e necessidades de cada agência individualizadamente. Então toma todos pela mesma régua, sem observar essas nuances, que devem ser observadas para garantir minimamente um funcionamento adequado que as agências têm que ter. Obviamente, nenhum de nós... E temos também essa responsabilidade, como dirigentes – e o corpo funcional todo –, de saber das obrigações que o Governo central tem, por fazermos parte do espectro desse arranjo institucional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – ... com relação à responsabilidade fiscal. Mas ela tem que ser dosada, não a responsabilidade, mas a forma e o conteúdo como o Governo atua em relação às agências, porque é um contrassenso significativo, já que nós podemos incrementar a própria arrecadação. Como eu falei aqui, foram R$8 bilhões no ano passado; nós, pela legislação nossa própria, temos direito a 7% da arrecadação anual, coisa que não chega, assim como o Cetem, que é importante, no momento em que se está falando de minerais críticos e estratégicos e verticalização, industrialização do país. O Cetem é o Centro de Tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mineral, vinculado ao Mdic, e tem direito também a 1,8% da arrecadação da Cfem anual, o que também não recebe.

Então não adianta que o Estado ou o Governo vá aos grandes fóruns discutir, firmar acordos de cooperação, firmar memorandos de entendimento, dizer que nós somos amigáveis – e de fato somos, só que somos uma jurisdição que, além de confiável, tem uma política estável. Nós temos na nossa Constituição a questão da livre iniciativa, nós somos uma economia de mercado, temos que trazer investidores para cá, mas não adianta nós fazermos todo esse movimento, principalmente nessa quadra em que se discute minerais críticos e estratégicos. E o Brasil supostamente é a bola da vez, mas se notabiliza, como já disseram alguns, porque não perde a oportunidade de perder oportunidades; o Brasil se notabiliza por esse vezo de não ter um comportamento amigável realmente ao investimento perene e de crescimento econômico que precisa efetivamente.

Então, nós estamos sendo regularmente procurados por blocos, por países, individualmente, para entender como é que é a nossa mecânica no setor de mineração, e não adianta que a gente faça todo este esforço de convencimento, de atração de investimento, se nós não damos a condição ideal para que a Agência Nacional de Mineração possa se desincumbir adequadamente do seu mister institucional e garantir que esses investimentos realmente tenham uma acolhida e tragam o fruto que é o desenvolvimento econômico e social do país.

É isso, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro Henrique, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração.

Eu ia até fazer um questionamento sobre a questão dos minerais críticos, minerais raros, o que hoje está no centro da discussão nacional, mas V. Sa. já até antecipou que essa também é uma atribuição da agência, que não tem uma estrutura adequada para cumprir a missão com relação àquilo que já é sua competência, e hoje, daquilo que se revela como uma oportunidade para o Brasil, na verdade você tem uma estrutura que não consegue dar vazão, resposta. As diretrizes e a política pública estão a cargo do Ministério de Minas e Energia, mas a regulação, a cargo da Agência Nacional de Mineração. Então, isso só acentua ainda mais as nossas preocupações com relação à necessidade de reaparelhar, de recompor do ponto de vista de orçamento e de entregas.

Eu vou assegurar ao Doutor... Eu vou deixar a Agnes... Doutora, a fala de V. Exa. seria neste momento. O Artur...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou dando a opção de ela escolher, mas se ela quiser ficar por último...

Mas V. Sa. tem a palavra agora. Na sequência, o Artur faz uma intervenção, e o nosso Dr. Marcelo fecha, com a contribuição do TCU.

Dra. Agnes, com a palavra.

Antes de a Dra. Agnes fazer o uso da palavra, deixem-me só fazer um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu não estou lá em Rondônia, estou recebendo aqui alguns Vereadores lá da minha cidade, vou falar por vista aqui, e, se faltar algum, me ajudem: estão ali o Vereador Weslei Brito, o Vereador Wallisson Amaro, o Vereador Wanderson Bença e o Vereador Procópio, da cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Sejam bem-vindos ao Senado Federal, à Comissão de Infraestrutura! Bem-vindos e fiquem à vontade para acompanhar a audiência pública.

Dra. Agnes, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Marcos Rogério, é um prazer estar aqui.

Eu estava contando em ser a última, porque quem chega por último também não merece furar a fila, mas agradeço ao Artur pela oportunidade. De fato, hoje de manhã a gente tem, às terças-feiras, nossa reunião pública ordinária, a gente realmente deu uma agilizada, justamente falando de orçamento. A gente tem um item relevante que estava na pauta e ficou para a semana que vem, que é justamente toda esta discussão de *curtailment* e corte de geração.

Os desafios do setor elétrico são crescentes, o que é decorrente, eu acho, de a gente ter conseguido transformar esse setor em um setor muito pujante, com muito investimento. Então, até discutir a sobra de energia horária, hoje é algo que ocupa nossa agenda regulatória – como organizar isso. E no Congresso – né, Senador? – a gente teve dois marcos legais relevantes passando no ano passado, a 15.300 e a 15.269, e também entrando na nossa agenda regulatória.

E aí eu queria só voltar, eu acho que talvez um pouquinho para trás, quando a gente fala da valorização das agências reguladoras.

A minha percepção, quando as pessoas me perguntam sobre isso, é que eu acho que a sociedade esqueceu um pouco o que fazem as agências reguladoras no sentido de, historicamente, se afastarem do sentido de ser dessas agências. Então, principalmente as agências mais antigas, como a Aneel, a Anatel, a ANP, a gente estava num momento do país em que o setor público não tinha mais dinheiro para investir em muitas atividades que eram necessárias. E, como disse o Senador, a gente está sempre parece que correndo atrás do prejuízo no desenvolvimento da infraestrutura.

Mas eu, enquanto economista, isso foi uma das coisas que me fez vir para o setor elétrico, para o setor de infraestrutura, que é, quando a gente pensa em economia de desenvolvimento, gargalo de infraestrutura. Então, países em desenvolvimento que precisam crescer, que precisam reduzir desigualdades, não podem ter gargalo de infraestrutura. Então, foi aí que eu comecei a estudar a parte de economia da energia. Mas o quanto que, então, a gente tem hoje um corpo técnico superespecializado para fazer frente. Inicialmente, era para criar as regras para atrair o investidor privado no lugar do Estado, que não tinha mais dinheiro para investir. E, não bastando isso, eu acho que, com todo o desenvolvimento tecnológico, com a estabilidade dessas regras e também com toda a nossa riqueza natural, de recursos energéticos, recursos minerais, a gente conseguiu atrair novos negócios, novas tecnologias, novas atividades.

Então, enquanto reguladora – e eu acho que enquanto brasileiros –, a gente pode se orgulhar do que são hoje esses setores, muito mais pujantes do que a gente sequer imaginava quando a gente criou as agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, dito isso, quando eu penso nos números da agência, a Aneel foi criada para ser, digamos assim, financiada pela taxa de fiscalização. Naquela época, o nosso orçamento de despesas discricionárias era em torno de R$50 milhões. E a gente tinha, então, uma expectativa de arrecadação – e arrecadou – na taxa de fiscalização de R$100 milhões. Hoje, a gente está falando de uma arrecadação de R$1,5 bilhão para um orçamento que está em R$180 milhões. Então, se o nosso orçamento cresceu um pouquinho mais de três vezes, a taxa aumentou 15 vezes nesse tempo.

E aí, quando a gente pensa se isso é suficiente e necessário para as nossas atividades, considerando que, como a gente foi falando, o setor foi ficando mais complexo, porque a gente tem mais agentes, mais interesses para, como disse o Mauro, balancear, então, devemos buscar soluções que sejam ponderadas, olhando os interesses dos consumidores, dos investidores, do Governo. Quando existem muitos novos negócios, então – a gente tem regras que eu acho que são mais complexas nesse sentido –, a gente precisa, de fato, de mais gente, eventualmente, com certeza. Então, acho que as agências são muito diligentes em sempre pedir novos concursos. Se não fosse o concurso do ano passado... O nosso quadro de especialistas tem mais de dez anos, o que, para o Brasil, é maravilhoso, porque hoje a gente tem reguladores muito experientes, que são realmente muito aprofundados no que fazem, mas, por outro lado, a gente fica perdendo esses servidores para o setor privado também, porque também a remuneração das carreiras... A gente sabe muito dessa discussão de equiparação dos salários entre as carreiras do Estado. Mas a gente tem que ter um olhar, a gente tem que ter um olhar para essa excelência brasileira que existe nas agências reguladoras.

E aí volto para a questão lá de que Aneel passou por um *peer review* da OCDE entre 2019 e 2021, e a gente é dessas agências que consegue estar a um passo de ser excelente, e um dos pontos que falam que a gente não é porque a gente não tem autonomia orçamentária e financeira. E isso é muito difícil para organizar os trabalhos internos. Se não bastasse a nossa diligência em todo ano aprovar uma agenda regulatória, que olha dois anos para a frente... E aí todo ano a gente aprova, porque, de fato, entram coisas novas, não só as mudanças tecnológicas, mas, como eu falei, as próprias leis que são aprovadas, as novas diretrizes políticas. Então, a gente vai sempre organizando.

E a gente enfrenta essa questão dos orçamentos que vêm menores do que a gente solicita e que são contingenciados, o que atrapalha muito o trabalho, porque não adianta descontingenciar o orçamento em novembro. E olhem que a gente tem conseguido empenhar tudo até dezembro, mas, no fundo, voltando para o que são as atividades que sempre são comprometidas, com certeza, é a atividade de fiscalização.

E aí, quando a gente fala de fiscalização, tem você fiscalizar a distribuidora – e aí não é só fiscalização técnica, mas também fiscalização econômica e financeira, então, temos esses dois lados de fiscalização –, mas tem muito também a parte de transmissão e a parte de geração. Por exemplo, o setor elétrico tem um acompanhamento mensal lá pelo Ministério de Minas e Energia, no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, e tem um trabalho nosso que é justamente ficar mostrando o que está expandindo, o que não está expandindo, o que está atrasado, o que não está atrasado, quais são os recursos com os quais o Brasil pode contar, considerando tudo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente sempre vê, o cenário hidrológico, se vai chover mais, se vai chover menos... Então, é um trabalho que é muito importante, muito relevante e muito especializado.

Eu falei lá da taxa de fiscalização, mas, como foi dito aqui, a Aneel é responsável por uma arrecadação, aqui em 2026, de diversos outros emolumentos e de recursos que vão para os municípios, que chegam a R$7 bilhões por ano. Agora em 2026, são R$ 7 bilhões que a gente estimou. Então, a gente sabe que a nossa atividade não afeta só a nossa, afeta a atividade dos municípios, porque a gente está tratando de repartição de receitas também.

E, além disso, quando eu penso nas atividades que são realmente comprometidas, há tudo que requer deslocamento, naturalmente... No fundo, são as atividades de fiscalização. A gente tem feito um esforço muito grande – acho que desde o nascedouro da agência ou de um ano ou dois anos depois – de descentralização. A agência é uma agência federal, e, então, a regulação é federal, mas a gente tem atuado com as agências estaduais, firmando convênios. E a gente já tem hoje 16 agências conveniadas, mas depende de transferência de orçamento, para eles poderem também executar algumas das nossas atividades, o que é importante para a gente, ao ter os braços mais próximos, mas também para a sociedade, que tem, de repente, lá nos locais, nos estados, pessoas que entendam melhor das suas dores, e para o que eu acho que para o Brasil é relevante que é, digamos assim, uma socialização do aprendizado institucional de reguladores federais. Então, se a gente levar a nossa *expertise*, o nosso conhecimento para as agências estaduais, isso é muito importante. E aí a gente teve, então, a Lei 15.269, que, vendo essa relevância de a agência estar mais perto das regiões, aprovou a nossa instituição dos escritórios regionais. A gente criou dois já, que são o de São Paulo e o de Manaus, que ainda está para ser inaugurado; ainda tem um na Região Sul e um na Região Nordeste. E nisso, com certeza – o Francisco está aqui –, já com esse corte orçamentário, a gente tem que dar uma freada, porque a gente não consegue nem viabilizar, estruturar um escritório. Então, isso é muito triste.

Além disso, a gente está falando... E aí é algo que pesa muito para as agências hoje e acho que para o mundo todo, para as empresas, para o setor público como um todo: são todos os nossos sistemas, toda a parte de TI, todas as licenças que a gente precisa. Então, a gente, por exemplo, este ano, lançou – a gente começou a desenvolver no ano passado – um sistema chamado Radar: quando a gente tem eventos climáticos extremos, é para possibilitar que a sociedade olhe como cada área de concessão está sendo afetada e quantas são as unidades consumidoras cortadas. Então, é também sobre comunicar melhor para a sociedade o trabalho que a gente faz, mas não só isso, é permitir que a sociedade se beneficie da inteligência que a gente pode tirar dos dados que estão disponíveis para o regulador. E aí a gente precisa de sistemas, a gente precisa de orçamento para os sistemas. E, então, a gente está com diversos, digamos assim... Quando a gente tem esses cortes orçamentários, a gente acaba tendo que frear um monte de desenvolvimento de sistema...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – ... fora toda a parte de harmonização com as outras instituições, porque tem toda a discussão de governança de dados, digamos assim, entre as instituições do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eu não vou me alongar mais, assim, porque, no fundo, justamente, eu acho que a minha questão é sobre valorizar a regulação, com certeza, mas eu acho que é sobre lembrar por que as agências existem. As agências existem porque o Estado brasileiro não consegue fazer isso, porque era um modelo possível. Se tivesse muito dinheiro, o Estado podia fazer esses investimentos, mas não tem. Então, como disse o Mauro e os demais colegas aqui, o que a gente faz, e com o ritmo que a sociedade demanda que a gente responda para manter a coerência regulatória e a segurança dos investimentos, é muito importante para o governo ou os brasileiros continuarem mostrando para o mundo o quanto a gente é um potencial de realmente atrair esses investimentos e, assim, permitir um crescimento – de preferência, inclusivo, que reduza as desigualdades.

Acho que com isso eu termino a minha fala e agradeço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Agnes, pelas contribuições que traz e pelo relato sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Na sequência, Dr. Artur Watt Neto, Presidente da ANP.

O SR. ARTUR WATT NETO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu estou... (*Pausa.*)

Não, aqui eu já consigo apresentar melhor.

Aqui a gente está no... Eu trouxe algumas informações, Presidente, sobre a atuação da ANP, considerando esse contexto orçamentário, porque eu não queria só dizer: "Não, a gente vai parar isso, vai parar aquilo". Eu queria mostrar um pouco do que a gente faz também com o pouco orçamento que a gente tem e tentar, também no meio da apresentação, colocar o gráfico orçamentário do que tem acontecido com o orçamento da ANP.

Nessa apresentação, aqui, tem toda a competência da ANP. Ela vem crescendo bastante, porque, além do tradicional petróleo e gás, muito focado, no início da agência, na realização dos leilões, no início de um setor de petróleo aberto à competição, e também de toda a questão do abastecimento que a gente herdou do antigo DNC, a ANP foi ganhando as competências principalmente relacionadas a biocombustíveis: primeiro, etanol, biodiesel, SAF, combustível de aviação; agora, hidrogênio, também CCUS; está se falando em regular a parte de energia de geotermia. Então, há uma série de competências que a gente vem recebendo, e, com essas competências, a gente tem que fazer também obviamente a fiscalização – e já foi dito por V. Exa. da importância da fiscalização, porque não adianta você delegar, outorgar, contratar e não ter a fiscalização.

Então, isso aqui é o tamanho do nosso setor. A gente tem um setor, lógico, mais concentrado no *upstream*, mas são valores bilionários, e há a necessidade de fiscalização de alta segurança operacional em alto-mar – muitas vezes, no exterior, antes de a plataforma chegar, ela é inspecionada, ela precisa ser inspecionada, para que a nossa produção nacional não atrase –, grandes *players* no meio da cadeia e uma infinidade de agentes regulados, que chegam a 130 mil quando você soma os postos de gasolina com revendas de botijão de GLP, de gás de botijão. E a ANP precisa, de alguma forma, estar presente em todo esse setor. É um setor que, como eu vou mostrar aqui também, nos últimos anos, se mostra cada vez mais infiltrado pelo crime organizado, e a ANP precisa dar respostas, obviamente em conjunto com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de segurança pública, que tratam da parte criminal, mas a ANP tem uma colaboração deles e tem dado uma colaboração muito grande.

Então, a gente busca, com os recursos que a gente tem, criar novas ferramentas, painéis dinâmicos, sistemas integrados de fiscalização, tudo tentando usar da tecnologia da informática, da tecnologia da informação. E o senhor vai lembrar, quando da oportunidade da minha sabatina no ano passado, em que ressaltei a importância de a gente investir em tecnologia da informação, porque não dá para fazer toda essa fiscalização de forma manual, você tem que ter inteligência, você tem que ter filtragem de dados. E, obviamente, esse investimento em tecnologia ainda não é uma realidade, mas, com sisteminhas que a gente vai conseguindo desenvolver dentro da casa, a gente já consegue ganhos muito grandes.

Agora, acho que parou de vez... Pode passar aí? (*Pausa.*)

Pode passar isso também.

Aqui é importante a gente falar assim: a gente faz muita fiscalização com convênios com outros órgãos, então a ANP tem os seus fiscais, mas tem os convênios com o Inmetro em cada estado, com corpo de bombeiros, com, eventualmente, secretarias de fazenda, dependendo do que se está buscando, com prefeituras, com PROCONs municipais e estaduais, então a gente vai buscando essas formas criativas de se avançar com a fiscalização.

Aqui a gente tem fraudes no setor. A gente conseguiu também, de forma criativa, buscar recursos com a iniciativa privada, pública-privada, ou seja, firmamos TACs que nos deram equipamentos de alta tecnologia de fiscalização. A indústria, na forma de associações, de forma impessoal, claro, fez doações também de equipamentos para que a ANP possa avançar na fiscalização de fraudes de combustíveis. Aí a gente tem essas doações aí de novos equipamentos que são os espectrofotômetros. Cada equipamento tem um valor substancial aí de R$200 mil, R$300 mil, e obviamente a gente pode se programar para adquirir, e aí tem as restrições. Quando você tem uma coisa importada de alta tecnologia, você tem que colocar uma licitação, você tem que ter toda a especificação, e isso demora seis meses, às vezes muito mais que isso. Meus colegas sabem disso. Então, a gente teve um movimento assim em que se identificou essa necessidade e, através de TACs com PROCONs, com o Ministério Público, que tinha ações reparadoras de alguns entes, foram adquiridos esses equipamentos aí, e a gente conseguiu pelo menos um mínimo para fazer essa fiscalização. Esses equipamentos são muito importantes, porque é o que substitui ali instantaneamente um laboratório.

Então, ao invés de você coletar uma amostra, interditar uma instalação, levar para o... ou, se você não tem como interditar porque você não sabe o teor daquela amostra, se for uma fraude mais química, sutil, leva-se para o laboratório e, quando você volta para interditar, já não tem mais aquela carga ali de combustível, já foi feita. Então, com esse equipamento aí, você identifica na hora alguns problemas, ainda que você faça uma reanálise no laboratório. Com essas doações e termos de ajustamento de condutas é que a gente conseguiu adquirir esses equipamentos, porque, como eu estava dizendo, se você vai colocar no fluxo de aquisição demora meses e você pode ali não executar, estar contingenciado, perder uma licitação. São coisas em que a falta de programação que essa instabilidade orçamentária às vezes nos causa é muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, exemplos aí da nossa fiscalização. Com esses equipamentos a gente aumentou as fiscalizações, interdições.

E aqui a gente chega à situação realmente que a gente chamaria de um estrangulamento orçamentário. Esses aí são os valores históricos, porém corrigidos pela inflação, dos orçamentos, das dotações dadas para a ANP desde 2013, portanto, na série histórica de 13 anos, com a nossa restrição e nossa diminuição paulatina dos montantes a serem executados, Senadores e Presidente: chegou, no ano passado, nessa série histórica, a ser reduzido em 80% o nosso orçamento. Então, é verdade: quando você fala de 80%, você não está falando de apertar, de cortar na carne, de cortar no osso, você está falando de amputação de programas. A ANP, por exemplo, tinha um programa com a Marinha, que era de fiscalização, há muito tempo já saiu; programa de monitoramento, a gente consegue manter a duras penas, mas com redução das amostras relevantes para fazer a estatística do monitoramento. Isso tem sido uma realidade; só nessa rubrica do monitoramento de combustível, a gente já chegou a executar 55 milhões, hoje está na faixa de 25 milhões, e algum corte pode fazer piorar bastante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR WATT NETO – O meu ponto é assim... A gente conseguiu uma pequena recomposição desse valor na virada do ano, no meio do ano passado, uma recomposição que foi substancial. Achamos que, neste ano, ainda que estejamos longe do que a gente poderia fazer em termos de fiscalização, também acho que pega muito no ponto do que a Diretora Agnes estava falando: não adianta aumentar repetidamente ou desbloquear se você não tem um planejamento que você pode executar. Então, a gente vinha melhorando a situação um pouco este ano e aí, com o bloqueio, já aumentou essa curva para 80%. Agora já conseguimos uma sensibilidade para um desbloqueio parcial, porque cortaria também de novo ali no osso, mas a gente acaba, como alguns outros colegas falaram, tentando manter a estrutura em funcionamento.

Terceirizados já foram cortados há muito tempo lá na ANP, hoje tem o mínimo do mínimo, então, se você cortar um terceirizado, não se vai atender minimamente o andar ali para o funcionamento mais básico. Então, a gente tem essa dificuldade, que é histórica. Isso tudo apesar de a ANP regular setores que, somados, são 13% do PIB, ter uma arrecadação com os leilões... Com *royalties,* a gente nem fala: são verbas dos estados e municípios, mas são da ordem das centenas de bilhões de reais, mas, com leilões, com a fiscalização, que gera multas, etc., são valores também muito maiores do que os que a ANP acaba gastando.

E ainda temos também um ponto de que sempre que eu posso gosto de falar, que são dois PLs, um especificamente que trata da taxa de fiscalização da ANP, porque não é instituída até hoje – quando a gente diz que a gente tem receitas, é uma receita, obviamente, que não vem diretamente para a ANP – e que oscila, porque diz respeito aos leilões. Ano passado, só um leilão arrecadou, Presidente, R$1 bilhão, um leilão. Então, por isso aí, acaba sendo superavitária a ANP. Mas a gente briga muito para que tenha uma receita estável e reflita a fiscalização que a ANP faz; então fiscalizações em alto mar, fiscalizações em locais ermos, fiscalizações em vistorias no exterior, como eu estava falando, para viabilizar que a plataforma já venha nas normas de segurança da ANP e não atrase a produção do Brasil. Um dia de produção de uma plataforma são 80 mil barris vezes US$100 dólares por dia. Se você pensar no que o país deixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de arrecadar e no percentual que vem de *royalties*, então, se você consegue antecipar em poucos dias uma produção... E, para isso, a ANP teve que ir ao exterior vistoriar a plataforma, e, enquanto ela se dirige, porque ela se dirige, diretamente ao local de alto mar, ela não encora no Brasil, por exemplo, só num exemplo recente que a gente teve. Então, em cada investimento que você tem na agência, você tem esse fortalecimento.

A gente sempre busca sensibilizar. As questões pontuais são atendidas, para que o seu funcionamento, o funcionamento da ANP, não pare. Então, por exemplo, tivemos uma recomposição parcial do bloqueio, a gente precisa salientar isso, mas sem essa previsibilidade para que a gente possa, por exemplo, em vez de só buscar ali um TAC, uma doação, tenha um projeto em que você tenha uma inteligência artificial que vá prever, com os dados coletados, onde é que você vai ter mais fraude e mandar; ou seja, são verbas que se pagam muitas vezes quando você faz um investimento inteligente num setor que tem números de economias tão grandes, tanto na arrecadação do *upstream* quanto na evasão, e aí a gente sabe que tem as fraudes e tem caráter tributário também. Obviamente, a ANP não fiscaliza o tributário, mas, quando você coíbe fraude, você coíbe todo um setor à margem da legalidade. Então, por tudo isso é muito importante o investimento da ANP.

Então, a gente trouxe aí para falar da questão de crime organizado. São operações de que a ANP vem participando, apoiando os órgãos de segurança. Obviamente, não tem competência criminal, e nem deve ter, não é o foco das agências, mas com inteligência de dados, com testes ali na hora, como a gente mostrou, com equipamentos, para que se apure toda a questão ali em que muitas vezes está envolvida fraude, lavagem de dinheiro, mas também a fraude do combustível, a fraude metrológica, que é aquela bomba que fornece menos para o consumidor, que é um desafio grande, porque já é uma fraude com alta tecnologia, e, para ter os meios para combatê-la, também você precisa de tecnologia para detectar, porque é uma fraude em que o fiscal chega ao posto e a bomba já foi revertida automaticamente, o consumidor está lesado ali, mas o fiscal não consegue parar. Então, é uma gama de ações que é investimento para que você tenha mais investimento privado, não é simplesmente aquela despesa discricionária como se denomina, mas que não é discricionária.

Então, esses são os principais pontos. Essa apresentação aí mostra toda a atualização também da ANP nessa questão das fraudes, Carbono Oculto, crime organizado, etc., que nos deram um desafio muito grande. Fizemos uma operação muito grande na Bahia também, que é uma derivação. A ANP esteve lá presente, coletando amostras, apoiando os órgãos de segurança. Então, com tudo isso, quando você tem esse risco orçamentário, é difícil fazer os cortes, ver onde vai cortar. Se vai cortar mais o PMQC, já estamos no limite da relevância estratégica – o PMQC é o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis. Se você também cortar muito, daqui a pouco o laboratório não vale mais a pena, porque são laboratórios, inclusive, de universidades públicas. O laboratório pode decidir se descredenciar, porque a gente, por exemplo, já está com contratos cortados em 25%, que é o limite que a gente pode cortar sozinho. Se você corta mais, é pior. Então, o investimento na regulação do setor é importante sob muitas vertentes para o país.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Artur Watt Neto, Presidente da ANP.

São falas que apenas reforçam aquilo que a gente vem sustentando, de que o papel do regulador bem desempenhado se traduz em mais resultados para o país. Reduzir o alcance da agência reguladora ou impedir o seu regular funcionamento faz com que o país deixe de avançar, deixe de crescer, deixe de arrecadar, como é o caso citado neste momento.

O último inscrito e, na sequência, eu vou abrir para os Senadores e vamos à votação também do PLP, conforme anunciado anteriormente aqui pelo Senador Laércio Oliveira.

Agradecendo a presença e a permanência, durante todas as manifestações, do Dr. Marcelo Leite Freire, que vem em nome do Tribunal de Contas da União, eu lhe asseguro a palavra para as suas manifestações e as contribuições do TCU para esse tema, já agradecendo aquilo que o tribunal tem feito até aqui para assegurar o papel da regulação na infraestrutura do Brasil.

O SR. MARCELO LEITE FREIRE (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Presidente Marcos Rogério, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades que acompanham esta audiência pública, é sempre motivo de grande honra o Tribunal de Contas da União contribuir com os trabalhos desta Casa, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional como um todo. Por isso, ficamos muito contentes com o convite. E também gostaria de agradecer as gentis palavras do Presidente Marcos Rogério a respeito da atuação e da preocupação do tribunal com as agências reguladoras.

O Presidente já trouxe mais cedo, em uma das suas falas, como não é uma novidade o acórdão que foi apreciado agora em março, prolatado em março deste ano, o Acórdão 280/2026, quando rememorou a atuação também, em 2017, especificamente com relação à Anatel.

É importante dizer que, quando a gente traz, agora em 2026, uma discussão acerca do orçamento das agências reguladoras, a gente está buscando algo semelhante ao que já existe na Anatel e que, Presidente, tem foco no melhor planejamento orçamentário.

O Tribunal de Contas da União, como o próprio nome diz, tem uma responsabilidade e um zelo muito grande pelas contas públicas. Então, de maneira alguma – em observância, claro, ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal – iria o tribunal propor alguma deliberação no sentido de ir contra aquilo que estabelece a LRF. Na verdade, trazendo para uma realidade de recursos escassos, de um orçamento muito desafiador, não só para as agências reguladoras, mas para a administração pública federal como um todo, uma proposta de melhor planejamento, vamos chamar assim, tem o seu lugar, uma vez que permite que aquilo que se almeja com a atuação das agências reguladoras seja alcançado da melhor maneira possível.

Então, Presidente, eu gostaria de destacar que o acórdão em questão, que foi, inclusive, mencionado pelos demais colegas das agências reguladoras, de maneira alguma propõe uma blindagem ao orçamento das agências reguladoras, mas sim que, com base naquilo que elas arrecadam, naquilo que está previsto, inclusive, no plano plurianual e na sua capacidade operacional, ele seja observado quando da elaboração da proposta orçamentária. Então, o que a gente fala – e aí trazendo um jargão técnico, de forma muito breve – é que, quando da discussão a respeito do referencial monetário, ou seja, aquilo que vai ajudar a definir a proposta orçamentária, aquilo que vai constar na lei orçamentária anual relacionada ao orçamento de cada uma das agências reguladoras, essa discussão se dê tendo em consideração aquilo que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências precisam desempenhar ao longo daquele exercício e dos recursos necessários para o desempenho dessas atividades.

É assim que, desde que foi prolatado o acórdão do tribunal em 2017 com relação à Anatel, acontece com essa agência, e é isso que vem possibilitando a essa agência seguir desempenhando as suas funções – claro, com todos os desafios inerentes a um setor extremamente complexo também, como é o setor de telecomunicações –, vem permitindo à Anatel encarar esses desafios de forma um pouco mais estruturada, eu diria, uma vez que o ponto de partida dessa agência é mais bem elaborado, é mais bem discutido com todas as instâncias de governo, de Estado inclusive, responsáveis pelo Orçamento federal.

Então, Presidente, até buscando uma fala bastante objetiva e bastante sucinta, considerando a continuidade das discussões, eu acho que é importante, neste momento, trazer também uma atualização relacionada ao acórdão que nós mencionamos há pouco, de março deste ano. Nesse acórdão, o tribunal... E aí gostaria de destacar que esse foi um trabalho que veio lá de 2024, com uma comunicação inicial do Ministro Vital do Rêgo em Plenário, antes ainda de assumir a Presidência da corte – ele é o nosso atual Presidente lá no tribunal –, ele fez essa provocação. Nós iniciamos, então, a auditoria. Essa nossa auditoria, por sermos da área de energia, foi focada nas agências relacionadas aos setores de energia e comunicações – ANP, Aneel, Anatel e ANM –, mas com algumas conclusões que poderiam, tanto é que o foram, ser extensíveis às demais agências.

No atual momento, por terem sido objeto de recurso, as decisões – que foram, inclusive, discutidas, trazidas aqui mais cedo; até o Diretor Frederico, na sua apresentação, também exibiu – estão com a sua eficácia suspensa, justamente em virtude desse recurso que foi apresentado. Considerando as normas do tribunal, o Regimento Interno, o pedido de reexame apresentado tem efeito suspensivo. Então, aquilo que ali está posto ainda não está com a sua eficácia plena.

Então, ao longo dessas discussões relacionadas a esse recurso que foi apresentado à decisão do tribunal, eu acho que a gente vai ter a oportunidade de, ainda mais, aprofundar o tema, junto, em especial, com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e todas as suas secretarias que atuam diretamente com esse assunto, para que a gente possa trazer uma proposta que seja razoável, tanto do ponto de vista fiscal, como do ponto de vista operacional, para a execução de todas as atividades das agências reguladoras. Eu não preciso, Presidente, me estender aqui a respeito disso, nem gastar mais o precioso tempo dos senhores destacando a importância daquilo que é realizado por todas as agências reguladoras no país.

Então, eu encerro minha fala, Presidente, destacando que é um assunto, de fato, muito caro para o Tribunal de Contas da União. Isso vem sendo materializado desde 2017, e, inclusive, na semana passada, durante as discussões que aconteceram em Plenário a respeito da apreciação das contas de Governo – algo que se deu na quarta-feira da semana passada, no tribunal –, os Ministros Bruno Dantas e Antonio Anastasia destacaram também preocupação com a situação das agências, seus orçamentos e a capacidade operacional dessas autarquias em cumprir aquilo que se espera delas, considerando os desafios postos.

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao Dr. Marcelo Leite, que representa o Tribunal de Contas neste debate hoje. Leve a nossa saudação ao Presidente da corte, Ministro Vital do Rêgo.

O tribunal tem sido sensível a essa pauta e eu faço questão de mencionar. Nesse ambiente, agora, de análise do pedido que foi feito e que atribuiu efeito suspensivo à decisão tomada anteriormente, talvez seja o momento de uma construção, dentro de um ambiente de mediação, de uma solução negociada, porque, ao fim e ao cabo, aqui, o que nós estamos debatendo é a autonomia das agências, e não há autonomia plena sem autonomia orçamentária.

Vejam que a autonomia orçamentária não é uma autonomia plena – sendo redundante –, porque, quando da montagem da peça orçamentária, você tem um debate. Essa peça é apresentada pelo Poder Executivo, é submetida ao Parlamento para a sua discussão, os seus ajustes, e depois vai à sanção ou veto.

Então, a autonomia orçamentária é, ainda nessa perspectiva, relativa. Ela vai ser plena a partir do momento da sanção. A partir do momento da sanção, a agência, com aquilo que foi a sua cota-parte no orçamento geral, terá autonomia sobre aquela cota, mas o Executivo e o Legislativo não perdem a mão neste debate.

Então, não vejo nenhum prejuízo. Isso não significa colocar uma agência acima do papel do Governo no controle orçamentário ou do Parlamento na discussão do orçamento. É apenas uma questão de lógica e de bom senso e dá cumprimento àquilo que estabeleceu a Lei Geral das Agências. E isso vai ter um impacto direto para quem hoje acaba socorrendo o Brasil do ponto de vista de infraestrutura, que é o investidor privado. O tribunal tem lá o Ministro – acho que é o Ministro Nardes – que é o maior, é quem mais debate o aspecto da governança, o entusiasta do tema governança. Ele tem livros publicados e, hoje, discute muito isso. Talvez, o próprio tribunal, neste momento, tenha a oportunidade de, no plano interno, fazer valer aquilo que é uma ideia, que, na verdade, é a concretização de princípios constitucionais, porque a governança está lá no art. 37 da Constituição Federal. Então, talvez esse seja um campo de oportunidade para se praticar, na perspectiva ainda que abstrata, a governança, impondo a essa situação um caminho de solução negociado, mas que garanta... O papel do regulador já está estabelecido em lei. O que o regulador tem que fazer, aquilo que ele tem que entregar, também está estabelecido em lei, o princípio da eficiência está ali, mas, para concretizar a governança, falta a eficácia ou a efetividade que vai ser a aferição do resultado. Se você não tem aferição de resultado, a governança está incompleta. Você tem o desenho da competência, você tem a efetividade da ação – aquilo que entrega –, mas você tem que verificar o resultado. Hoje, esse sistema está estrangulado, porque o insumo principal para tudo isso acontecer é orçamento, é a máquina rodar e ela não está rodando.

Então, espero que o tribunal possa se debruçar nesse assunto, talvez, já aplicando os ensinamentos e aquilo que vem sendo o tema de cabeceira do Ministro Nardes: a governança no aspecto ainda que abstrato. Isso porque eles vão tratar de um tema que é para fora, mas é uma boa oportunidade para você encaminhar esse tema. E o Legislativo está fazendo o seu papel aqui. Aqui tem dois temas em discussão: um é o projeto de lei do Senador Laércio Oliveira, que está em discussão; e o outro tema é o que foi objeto de veto, que é o Veto 52, de 2025, e que o Governo acabou impedindo que essa situação fosse resolvida naquela peça na LDO. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter que enfrentar isso, mas agradeço muito a presença de todos os diretores que fizeram o esforço de estar aqui hoje.

Agradeço ao Dr. Marcelo, representando o Tribunal de Contas da União, e de modo especial aos Senadores da República que aqui estão – eu agradeço muito.

Senador Wellington Fagundes, que é o Presidente da Frenlogi, V. Exa. tem a fala neste momento. Com toda a *expertise* que tem e o apoio que tem dado a esse setor, a fala de V. Exa. é muito bem-vinda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, como já está bem adiantada a hora, precisamos votar, porque eu acho que é muito importante votar este projeto aqui tão importante que está na pauta.

Eu quero primeiro, Sr. Presidente, falar com o Presidente da Frenlogi (Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura). Nós já nos reunimos na Frenlogi com todas as agências. E, olha, em tempos de Copa do Mundo, a gente percebe que este Governo quer jogar com a bola quadrada. E é para não ganhar, porque não é possível um Governo que está com essa gastança desenfreada, aumentando a arrecadação, cada dia mais é mais imposto, mais imposto no cidadão e o serviço não chega de qualidade lá na ponta.

Hoje, nós temos mais de 11 mil obras paralisadas no Brasil e isso demonstra a ineficiência da aplicação do recurso público. E, no caso aqui, as agências reguladoras têm esse papel exatamente de procurar trazer eficiência, principalmente porque a maioria das concessões são cobradas, mas é quase bitributação, porque é mais um imposto cobrado, porque se uma rodovia é pedagiada, é mais um imposto que o cidadão paga. E assim por diante, todas as agências cumprindo o seu papel.

Então, como é que pode agências tão fortes, tão importantes, dependerem, inclusive, de transferência de recurso dos ministérios? Isso tira qualquer autonomia da agência. V. Exa., Presidente, colocou aí, se não tem nem autonomia orçamentária, como é que vão ter autonomia e independência para agir os seus diretores, enfim.

Então, a gente precisa rever, inclusive, essa questão, como aqui está proposto pelo nosso Laércio Oliveira, o projeto. Eu acho que tinha que ser impositivo mesmo, um orçamento tem que ter independência em tudo.

Nós conseguimos votar a independência do Banco Central. As agências nasceram para ser independentes. Agência não é órgão de Governo, principalmente não é órgão de Governo de plantão, porque uma concessão é feita por muitos anos. Às vezes, perpassa várias décadas, então não pode ser uma política de Governo, tem que ser política de Estado.

Eu, inclusive, tenho um projeto de lei no sentido de que todo contrato de uma concessão de longo prazo não pode ser mudado por um Governo que entrou ontem. Aliás, os governos são transitórios, e um contrato de 50, 40, 100 anos, precisa ter credibilidade no mercado nacional e internacional – para que os investimentos venham.

Então, nós aqui, e aí eu queria dizer aqui a todas as agências, o papel nosso sempre foi aqui nesta Comissão, o meu papel individualmente, mas como de todos os Parlamentares, buscar, inclusive, fortalecer as agências. Lembro-me bem da Antaq, quando só tinha três diretores, a nossa luta para que ela pudesse ter cinco diretores, porque com três diretores é difícil você julgar, porque sai um, já fica um a um, empate sempre, é possível, o que não é desejável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E olha só, os recursos para este Governo aí que está nessa gastança desenfreada, o que está sendo contingenciado é a gota d'água, mas, como foi falado aqui, fiscalizações importantes, como o caso aí... Hoje, nós vivemos o crime organizado se instalando no Brasil. E essa questão dos combustíveis adulterados, e principalmente da máfia, do controle de combustível no Brasil.

Olha, o crime organizado está ameaçando os donos de postos de gasolina a vender, a serem obrigados a vender as suas unidades. Isso eu presenciei, tanto na Bahia como no Rio de Janeiro, denúncias de forma muito forte. A pessoa tem um posto, tem dois postos, tem dez postos de gasolina; eles vão lá, fazem a oferta. "Não, mas eu não quero vender". Pagam um pouco mais. "Mas não quero vender". "Se você não vender, sua família vai ser perseguida". Olha a que ponto nós estamos chegando! Além da adulteração, o crime organizado tomando conta de um setor estratégico do país.

Então eu tenho aqui meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu quero dá-lo como lido, pedir para que fique nos *Anais*.

Tem aqui as perguntas também, que já distribuí. Aí, na finalização, cada um, se entender que deve fazê-lo, bem; senão, pode mandar depois aqui para a Comissão por escrito. E até sugiro, Sr. Presidente, que todos que aqui estiveram possam enviar para a Comissão um relatório da agência como um todo, para que a gente tenha isso como documento para fazer parte desta audiência pública. Porque isso vai nos subsidiar amanhã: nós vamos falar já no Orçamento do ano que vem, daqui a pouco, no meio de setembro, outubro, e precisamos ter uma proposta, inclusive, das agências, das agências de forma conjunta, para que a gente possa propor na LDO, enfim, propor lá na construção da peça orçamentária do ano que vem. Então é a contribuição que faço.

Realmente esta audiência é extremamente importante, Senador Marcos Rogério. Não fomos aqui à exaustão, acho que os assuntos aqui poderiam varar a noite, porque o assunto é bastante complexo, cada concessionário... E aí, Marcelo Leite, do Tribunal de Contas, destaco o papel extremamente importante do Tribunal de Contas. Inclusive, eu quero deixar uma pergunta aqui também para V. Sa.

No caso do Mato Grosso, nós temos lá a primeira ferrovia por autorização do Brasil, fruto de um trabalho que fizemos aqui no Congresso para aprovar o novo marco regulatório das ferrovias. E agora, no sábado, nós já teremos lá a inauguração do primeiro trecho, que é de Rondonópolis até Primavera do Leste. E eu quero agradecer aqui, Presidente, inclusive, por V. Exa. ter autorizado: na quarta-feira, vamos estar lá numa audiência, numa diligência externa, na cidade de Barra do Garças; e, na quinta-feira, em Primavera do Leste. Porque essa estrada, Sr. Presidente, a BR-070 no Mato Grosso, da Serra de São Vicente até Barra do Garças, foi construída pelo Estado de Mato Grosso. É uma estrada com padrão de estrada estadual, sem acostamento, portanto os acidentes são muito grandes e o volume de trânsito está aumentando muito. Então, por isso, é importante, e quero agradecer a V. Exa. por autorizar. Já falei com o Presidente Davi também, para que dois técnicos daqui estejam lá, o Secretário da Comissão e também um consultor do Senado, dada a importância que tem, porque nós precisamos fazer pelo menos o projeto, começar o projeto, para que isso aconteça.

Mas aqui, ao Tribunal de Contas: nesse caso lá, é uma ferrovia que é o alongamento, na verdade, de uma concessão da ferrovia Ferronorte, de Santos até Rondonópolis, que é o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminal ferroviário da América Latina, e agora tem um prosseguimento por uma autorização estadual. Onde entra o papel do tribunal de contas do estado e da União nesse trabalho? É papel só do tribunal de contas do estado, no caso da ferrovia por autorização, ou dá para se fazer um trabalho em conjunto? E essa pergunta também, se não for respondida agora, não tem problema, pode ser feito até um estudo, porque eu acho que é o primeiro caso que nós estamos tendo, e cada ferrovia dessas vai chegar, por exemplo, em Primavera do Leste...

E aí, Sr. Presidente, é mais um detalhe: o Governo Federal com os estados na concepção ou na construção de um projeto impactante não falam a mesma língua, não têm um trabalho para saber aquilo que está previsto na lei, que é a compensação socioeconômica ou ambiental. Porque uma obra de grande impacto vai ter problemas como, por exemplo: vai inaugurar ferrovia, chegando lá, e vai deixar as pessoas morrendo nas estradas? Porque não tem nem projeto, não tem um planejamento ainda. Isso aconteceu com a chegada da ferrovia Ferronorte em Alto Taquari, no meu estado, uma cidadezinha pequena, aonde chegam 2 mil homens para trabalhar, e aí cabe à prefeitura tomar conta de todo o problema social, saúde, enfim, tudo aquilo. E hoje o terminal lá já está abandonado, a ferrovia já andou para a frente e largou para trás o rastro e o prejuízo, e a cidade sofrendo as consequências.

Então, eu creio, Sr. Presidente, que seria até um tema que a gente pudesse discutir – quem sabe? –, até para no próximo biênio nosso podermos discutir. Não sei se V. Exa. continuará ou se será Governador, e assim espero – e que eu também seja Governador –, mas que a gente possa, talvez, ter uma Comissão, uma Subcomissão aqui para discutir essas questões.

O seu estado, Rondônia, a nossa região toda está se desenvolvendo muito, então há necessidade da ferrovia Ferrogrão e outras obras, mas não podem chegar obras como essa sem cuidar do social, sem cuidar das pessoas que ali estão, como já aconteceu no passado: uma hidroelétrica era inaugurada, e a comunidade vizinha da hidroelétrica, Senador Jaime Bagattoli, não tinha energia, ou seja, é um desrespeito àquele originário, àquele que está ali naquela comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, e faço votos de que seja uma diligência extremamente proveitosa para toda essa região lá do Mato Grosso. V. Exa. estará lá representando esta Comissão na condução de todos os trabalhos da Comissão de Infraestrutura, com todo o aparato técnico que for necessário para dar cumprimento ao requerimento aprovado por V. Exa. nesta Comissão.

Com relação a esse tema das ferrovias, nós aprovamos – e eu ainda era Presidente naquele primeiro biênio – o marco legal das ferrovias, no modelo autorizativo, que foi um avanço. Hoje ele tem um pouco de dificuldade na sua implementação, na sua efetividade. E nós talvez tenhamos que fazer um outro debate aqui com relação ao modelo, e o legislador precisa ter a compreensão disso, porque às vezes você aprova um modelo, e, quando você olha para o que está acontecendo na prática, você precisa revisar alguns pontos.

Hoje, esse é um modelo que acabou concentrando situações que não deveriam ser concentradas, e aí aquilo que era para ser um modal a reduzir o custo logístico no Brasil acabou não gerando esse impacto na dimensão que poderia – e eu não estou dizendo que ele não gerou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto. Do ponto de vista ambiental, avanços reconhecidos; do ponto de vista de logística que conecta regiões, também; mas, do ponto de vista de custo, aí eu acho que é um ponto que nós vamos ter que enfrentar, porque uma diferença de 10% entre o custo de um meio rodoviário para um ferroviário não é algo que se justifica se você comparar o que é praticado mundo afora.

Mas isso talvez seja fruto de uma distorção do modelo que foi criado no Brasil. A multimodalidade é o caminho mais correto, mais adequado, um sistema que tem a integração. Um não vive sem o outro: o modelo ferroviário não substitui o modelo rodoviário, que não vão substituir o aquaviário. Estão todos conectados, precisam se falar, se comunicar.

Agora, sobre esse aspecto do custo, talvez o Mato Grosso seja um caso para a gente poder avaliar depois como um *case*, porque foi o primeiro que mais avançou. E aí o Governo do Estado do Mato Grosso também teve a capacidade de entender a oportunidade, chamou para si a responsabilidade e avançou. Outras regiões estão com dificuldades, é o caso do Espírito Santo e de outras regiões do país que também precisam avançar. Rondônia nem chegou lá ainda. A nossa expectativa é de que a ferrovia avance para o Estado de Rondônia também, mas pegando o caso do Mato Grosso como um caso para a gente poder analisar, trazer ao debate e discutir formas, meios de como vencer este problema que é o fator custo. O modelo de concentração que acabou acontecendo no autorizativo é o melhor modelo, do ponto de vista da finalidade, considerando o custo? Porque se você tem um modal que vai ter 10% de diferença entre o rodoviário e o ferroviário, havemos de concordar que há alguma coisa que precisa ser observada, revista, porque o padrão internacional não segue essa lógica.

Senador Jaime Bagattoli, para a gente concluir.

A Senadora Soraya está conectada e também gostaria de fazer uso da palavra. Eu não sei se é sobre o debate aqui ou se é sobre o projeto que nós vamos discutir na sequência, mas eu asseguro a palavra para ela na sequência.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero reforçar as palavras do nosso Senador Wellington Fagundes. O grande problema no Brasil da concessão das ferrovias é que é diferente dos Estados Unidos. Lá se faz a concessão do trilho e do vagão. Aqui no Brasil, infelizmente, naquela situação de Rondonópolis, que tem aquela ferrovia ali, 100% é deles, tanto a ferrovia quanto o vagão. Por isso há esse controle, eles têm esse controle modal, que só tem esses 10% de diferença. Então, é o maior absurdo, porque em qualquer sistema de transporte do mundo não tem o que fazer. Qual é o sistema mais barato? Marítimo, fluvial, ferroviário, rodoviário, aeroviário. Agora, no modelo que fizeram no Brasil, é impossível essas concessões darem certo.

Agora, o que V. Exa. falou aqui, uma grande coisa que você falou, algo muito importante dentro das concessões, que eu já pedi: qual a carga tributária que tem sobre a cobrança dos pedágios? Porque, vejam bem, eu quero que vocês analisem, o governo sai fora do ônus de uma rodovia, igual aconteceu conosco, com a BR-364, o governo sai fora do ônus de consertar a rodovia, de fazer a melhoria na rodovia, de duplicar a rodovia. Além disso, ele passa a arrecadar impostos em cima disso. E depois quer dizer que não tem dinheiro para agência reguladora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como que pode explicar uma situação dessa? Qual o motivo que tem para isso? Então, esse é o grande...

A gente tem discutido muito sobre a situação das concessões das ferrovias, e essa é uma grande discussão que se tem em cima dessa carga tributária. Porque você sair fora do ônus da construção, da manutenção de uma rodovia e ainda passar a arrecadar e dizer que não tem dinheiro para as agências reguladoras...

E, para finalizar, eu quero dizer: V. Exa. foi firme. A situação do combustível hoje é a mais caótica que nós temos dentro das agências reguladoras, porque o que está acontecendo hoje, não só do crime organizado, mas de outras coisas que estão acontecendo nisso, como adulteração de produtos, sonegação e tudo o que está acontecendo no Brasil, é pela grande falta da fiscalização da ANP, da agência reguladora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli. Além da cobrança que V. Exa. está questionando – depois, vamos pedir à agência para poder prestar essas informações –, ainda tem a Cide, que continua sendo cobrada.

A Senadora Soraya Thronicke está conectada pelo Zoom e solicitou a palavra.

Senadora, V. Exa. tem a palavra neste momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu parabenizo V. Exa. pela condução desta audiência pública, que eu escutei atentamente.

E o que eu tenho para externar é que, de antemão, eu já gostaria de parabenizar o Senador Laércio pela iniciativa original do projeto. O texto inicial eu considero cirúrgico, meritório; ele demonstra uma sensibilidade inigualável com a eficiência do Estado brasileiro. O projeto inicial foca em um problema real, que é garantir que as agências reguladoras tenham previsibilidade para exercer suas atividades-fim, utilizando as receitas que elas próprias arrecadam – e aqui eu destaco que eu fiquei impressionada com os números fornecidos pela Diretora Agnes – e as taxas de fiscalização também, os fundos setoriais criados especificamente para esse fim. Então, essa proposta original merece o nosso aplauso, porque ela protege a capacidade operacional de fiscalização sem desequilibrar as contas da União. É o fortalecimento institucional feito com responsabilidade. É o que deve acontecer com todos, porque, se nós formos analisar todos os setores públicos e privados deste país, todos têm uma reclamação, há muito o que se fazer pelo Brasil ainda, e não é fácil reconstruir um país.

E eu peço vênia, Senador Marcos Rogério, para divergir de V. Exa. em apenas um ponto – não sei se é um ponto nodal, mas eu acho que vale o debate. O ponto é em relação à ampliação do escopo proposto no seu relatório. Ao acolher emendas que estendem a blindagem contra contingenciamentos a toda e qualquer despesa das agências, independentemente da origem dos recursos, inclusive aqueles vindos diretamente do Tesouro Nacional, o relatório acabou desfigurando a prudência do projeto inicial do Senador Laércio. Então, uma coisa é garantir que a agência gaste a taxa que ela arrecadou no seu setor, e outra completamente diferente é carimbar e imunizar recursos gerais do Orçamento Geral da União, engessando por completo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão fiscal do Governo Federal. Então, a fundamentação trazida pelo Ministério da Fazenda é clara e precisa.

O contingenciamento não é um capricho – que fique bem claro –, ainda mais porque a gente vem com esse dano, com esse déficit das agências desde 2015, como disse, novamente, a Diretora Agnes. Então, não é um capricho, mas é uma ferramenta vital de responsabilidade fiscal estabelecida pela LRF. Esse contingenciamento serve para readequar as despesas do Estado quando há frustração de receitas, e é aquilo a que a gente está sujeito sempre.

Então, se começarmos a criar ilhas de imunidade total no Orçamento para despesas de custeio geral e administrativo, retirando o poder de ajuste do Poder Executivo, nós vamos comprometer a nossa capacidade de cumprir as metas fiscais da LDO, o que gera desconfiança no mercado, aumento de juros, inflação e todos esses danos reflexos.

Na minha opinião, com todo o respeito a V. Exa., eu prefiro aprovar o projeto original. Eu não vi essa discussão aqui, mas eu trago isso a lume, porque entendo que nós não podemos permitir que o ótimo seja inimigo do bom. A ampliação irrestrita do relatório inviabiliza a aprovação da matéria sob a ótica da responsabilidade fiscal e econômica. O caminho correto, a meu ver, seria mantermos o foco no escopo original: blindar estritamente as atividades financiadas por receitas próprias e fundos setoriais, o que já, pelo que eu tenho visto, é o bastante.

Agora, isso já seria um avanço histórico para a autonomia das agências e resolve o problema do apagão regulatório sem amarrar as mãos de um país que vive em crise financeira, e não é de hoje. Para você destruir um país, um estado, um município, em cinco, seis meses de mandato você destrói; para você reconstruir, quatro anos é muito pouco – é muito pouco.

Então eu encaminho a minha posição favorável ao mérito do projeto original, mas formalmente contrária à ampliação do escopo trazido pelo parecer. Eu defendo que a Comissão vote pelo retorno ao texto primitivo, alcançando o equilíbrio perfeito entre a autonomia regulatória e a intransigente responsabilidade fiscal que o Brasil exige de nós.

E é importante destacar também, caros colegas, que se fala em crime organizado que tomou conta de postos de gasolina. Gente, isso vem há muito tempo. O crime organizado é muito organizado, tanto que vem se inserindo em todos os setores deste país, inclusive em templos e igrejas – é o que a gente tem visto. E não aconteceu isso ontem; a diferença é que isso veio a lume agora por conta da independência da Polícia Federal e da PGR. Só isso, não tem... Então, essas falácias, eu peço escusas, mas são inaceitáveis. Se as pessoas se sentem à vontade de falar isso, eu vou ter que me sentir à vontade em falar a verdade. Isso não é de hoje, e a história tem mostrado, os fatos têm mostrado.

Então, vamos ser aqui pragmáticos, responsáveis, porque eu tenho certeza de que cada um de nós, se estivéssemos sentados na cadeira do Chefe do Executivo, iríamos nos preocupar. Portanto, precisamos tratar isso com pragmatismo, sendo bem objetivos.

Então, nesse sentido, eu fico... Não sei se é possível alguém ainda pensar nesse aspecto do texto originário. É assim a minha... É aqui, Senador Marcos Rogério, que eu penso e concordo com V. Exa. Quando você tem autonomia e não recebe autonomia financeira – foi o caso do Banco Central também, é a mesma reclamação –, não há uma liberdade total; ela é relativa, não é absoluta. Então, a gente vive no meio de falácias e de termos para inglês ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo a importância das agências, entendo toda a problemática. O que eu pretendo aqui é encontrar um texto mediano, que já significa muito, mas que nos mantenha seguros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu quero agradecer à Senadora Soraya por ter participado com a gente. Nós estamos retomando o Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025. A Senadora Soraya fez as considerações dela aqui, para todos nós, aos Senadores e a todos daqui, da Comissão.

Eu passo a palavra ao Relator da matéria, ao Senador Rogério, para as suas manifestações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e vou procurar ser o mais sucinto possível, mas, apenas para não ficar parecendo que o debate que nós fazemos aqui... Fizemos menção a esse aspecto, tanto eu quanto o Senador Jaime Bagattoli, acho que V. Exa. e o Senador Wellington Fagundes, dizendo da necessidade de reforçar o papel do regulador no aspecto da fiscalização e sublinhando, entre outros argumentos, o avanço de organizações criminosas no setor regulado, no serviço que chega lá na ponta, para o consumidor. Com o argumento trazido agora, de que esse assunto, de que as organizações criminosas estão ocupando o espaço, tomando o controle de certos serviços Brasil afora – não é uma coisa nova, é uma coisa antiga –, eu concordo. O crime organizado vem sendo estruturado há muito tempo, verticalizando suas ações.

Agora, eu não faço este debate de Governo ou oposição nesta Comissão, mas o PT governa o Brasil há 20 anos. O crime organizado está ocupando espaço em setores regulados e na oferta de serviços há muitos anos, mas, então, esse argumento de ficar... Não é a questão de dar direcionamento a governo A ou governo B, é o crime que está ocupando. Não importa se ele está ocupando espaço há quatro anos, oito anos, dez anos, 20 anos; nós temos que ter mecanismos de enfrentamento para que ele não faça isso.

Então, é o nosso papel criar instrumentos, mecanismos, orçamento para dar efetividade ao enfrentamento ao crime organizado. Aceitar a situação posta vai na contramão do interesse nacional.

Veja agora o Brasil tendo que ver, no plano internacional, a classificação de duas organizações criminosas que operam no Brasil, e com braços também em outros países, como facções terroristas, organizações terroristas. E aí o discurso menor que acontece no plano interno do Brasil é: "Não podemos permitir, porque isso atenta contra a soberania nacional".

Pergunto: há soberania nacional numa área controlada por PCC? Há soberania nacional em área controlada por Comando Vermelho? Há soberania nacional naquele condomínio, naquele prédio que tem lá a infraestrutura de abastecimento de gás, mas que, quando se chega lá, os integrantes de Comando Vermelho, de PCC simplesmente dizem: "Olha, está cortado o fornecimento; está aqui o cartãozinho, é daqui que o morador vai ter que comprar o gás para poder ter dentro da sua casa."? Tem soberania lá? Não tem, não. O crime organizado está ocupando território. E isso não é um problema do Rio de Janeiro apenas, não é um problema de São Paulo apenas, não é um problema do Ceará apenas; é um problema que chegou lá ao meu Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou nós criamos instrumentos para enfrentar isso, ou então nós vamos ter muita dificuldade, porque é demarcação de território e nós estamos em guerra. Ou nós enfrentamos com instrumentos e aparelhamento público de instituições que podem ajudar nesse enfrentamento, ou essa guerra está perdida. Agora, quem é refém de toda essa guerra, de todo esse controle pelo crime organizado, é o cidadão de bem, é a família, é o pai, é a mãe que está lá refém de tudo isso.

Agora, do ponto de vista do projeto e do argumento técnico que a Senadora Soraya trouxe – e eu quero aqui elogiar a ponderação dela quando ela destaca a preocupação com relação a ampliar o escopo do projeto... E realmente a minha relatoria trouxe a ampliação do conceito, considerando que algumas agências que são vitais ao país não têm a mesma realidade do que outras agências. Tem agências que têm taxas, têm leilões, têm uma série de mecanismos que fazem com que elas tenham uma receita maior derivada da atividade-fim que elas exercem. Mas nós não estamos tratando aqui de matéria arrecadatória, nós não estamos discutindo aqui o aspecto tributário. Muito embora este debate tenha acontecido na audiência anterior, de que há uma apropriação indevida de recursos que são levantados, auferidos, e que têm natureza vinculada, nós não estamos tratando aqui de regra de arrecadação. Nós estamos tratando aqui de dar efetividade à autonomia das agências e, sem autonomia financeira, não tem autonomia nas agências.

E aí qual foi o mecanismo que nós encontramos para poder atender àquelas que, pelos seus meios e instrumentos, conseguem ter uma lógica de receita maior, e que não é a da agência hoje, e àquelas que não têm? Eu cito aqui o caso da ANA, que falou agora pouco que tem um papel fundamental na discussão da questão das outorgas, na questão do saneamento básico... Poderia falar de várias agências – por exemplo, da Antaq, que tem um papel fundamental, mas que não tem uma receita como tem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a ANTT ou a própria ANM, que também tem.

Qual foi o mecanismo que nós utilizamos para poder dar uma solução que seja para todas as agências? Foi que essa receita que é derivada da atividade-fim das agências, do regulador, pudesse ser rateada e aproveitada para garantir o suprimento orçamentário das agências. Portanto, o relatório não está retirando aqui do Orçamento Geral da União para repassar às agências. Ele está dando um endereçamento daquilo que as agências são capazes de arrecadar através da sua atividade-fim como um mecanismo de equalização de socorro orçamentário às agências. Seria injusto nós aprovarmos um projeto que vai resolver só para aquelas agências que seriam, do ponto de vista de resultado, superavitárias, e outras agências que são tão fundamentais quanto ficarem com o pires na mão. Isso seria até algo, na minha lógica, inconstitucional, porque a Lei das Agências falou de autonomia das agências, e não de uma em detrimento da outra.

Então, eu queria, com todas as vênias à Senadora Soraya... E eu repito, o ponto que ela trouxe nos levou a uma reflexão profunda junto à consultoria técnica do Senado Federal, e nós vamos levar esse tema para o Plenário do Senado também. Acho que lá nós podemos discutir e, se for o entendimento da maioria dos Senadores que se tem que optar pela versão original apenas em relação a essa questão do fator arrecadatório, nós podemos fazer essa opção no Plenário do Senado Federal. Mas eu entendo que a construção que nós fizemos dá cumprimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Lei das Agências, atribuindo autonomia financeira às agências, dentro desse formato de proveito do resultado do recurso levantado, arrecadado por aquelas agências que têm essa característica.

Então, apenas para trazer clareza em relação a isso, do ponto de vista técnico, o argumento que ela traz é um argumento que deve ser considerado, mas a solução que nós estamos trazendo leva em consideração o funcionamento pleno de todas as agências, e não estamos, repito, retirando recurso do Orçamento do Governo para acrescentar às agências. É algo que as próprias agências acabam por arrecadar. Repito: nós não estamos discutindo aqui o aspecto tributário, mas é uma solução que eu tenho certeza de que vai contribuir para o bom funcionamento de todas as agências.

Agradeço a V. Exa. e o cumprimento mais uma vez pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se nós podemos encerrar a discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu, na condição, inclusive, de Presidente da Frenlogi e também como Senador – já debatemos muito isso lá, com muitos Senadores, na Frenlogi, e esse assunto tem que ir para o Plenário logo, nós não podemos demorar com essa discussão –, queria pedir aqui a possibilidade de V. Exa. colocar para que a gente possa levar hoje direto, com urgência, ao Plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Urgência ao Plenário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

Sras. e Srs. Senadores, há um pedido aqui do Senador Wellington Fagundes para que o projeto vá ao Plenário.

Eu coloco em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Wellington Fagundes.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, o projeto segue para o Plenário do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... antes de encerrar a sessão, eu gostaria aqui muito mais de esclarecer, porque nesta audiência nós falamos muito da questão do crime organizado. O crime organizado está tomando conta realmente, infelizmente, da família brasileira. No meu Estado, o Mato Grosso, hoje, o crime organizado está chegando de forma tão violenta, tão forte! Nós temos um problema de divisa seca com a Bolívia de 720 quilômetros. A questão envolve o narcotráfico, envolve todas as situações, e quem sofre é o cidadão.

Por isso eu quero aqui colocar, como esclarecimento, Sr. Presidente – porque muito se discute se devemos taxá-los como terroristas ou não, então, eu quero aqui dizer –, que, da minha parte, se é terrorismo ou se é crime organizado, a discussão jurídica é importante, mas, para quem vive lá, com medo, o mais importante é combater e vencer o crime organizado. Pode até haver debate sobre o nome, sobre o combate, mas não pode haver dúvida, Sr. Presidente. Chame de terrorismo ou de crime organizado, eu chamo de inimigo da sociedade e defendo o combate sem trégua, dentro da lei. A população pode não saber a classificação do criminoso, mas a população quer saber se o Estado tem coragem de enfrentá-lo, porque mais importante do que definir o nome é ter a determinação de derrotar o crime organizado no Brasil. Se é terrorista ou não, eu quero deixar bem claro aqui, isso é problema dos juristas.

Por isso eu quero reafirmar o meu compromisso, que é de que o Estado seja mais forte do que qualquer facção. Quero repetir: que o Estado, Sr. Presidente, seja mais forte do que qualquer facção. O rótulo pode ser discutido, o combate não pode ser adiado. O cidadão não pergunta se facção é terrorista ou criminosa, ele pergunta quem vai protegê-lo, é isso que o cidadão quer saber. Então, pode haver divergência entre classificação, e isso está sendo muito explorado na imprensa. Não pode haver divergência sobre o combate a essas facções criminosas que se firmam cada dia mais no país. E tem que ser feito isso com inteligência, com a autoridade de Estado.

E aí eu quero falar aqui, Sr. Presidente, inclusive, na condição de pré-candidato a Governador do meu estado. Está aqui o Rogério, o Senador Marcos Rogério, que também é pré-candidato. Nós somos de estados limítrofes. Olha, investir no policial, investir na inteligência é obrigação de qualquer Governo. E aí eu falo do meu estado. Olha, o Estado de Mato Grosso está diminuindo o número de policiais, não está repondo – depois é importante o Senador Marcos Rogério falar –, não está repondo aqueles que se aposentaram, aqueles que morreram.

A família do policial que entrega sua vida ao combate não pode ficar abandonada. E hoje o meu estado, o Governo, insiste em não querer pagar o RGA, que é apenas a atualização monetária do salário. Tem dinheiro para tantas obras supérfluas, e não tem dinheiro para pagar o servidor público, para pagar atualizado, por quê? Essa é uma dívida que o meu estado tem.

Então, os policiais estão intranquilos, a família do policial está intranquila no Mato Grosso, o servidor público da mesma forma, porque não é o Governador que faz. Aliás, ninguém faz nada sozinho. O Governador determina, mas quem executa é o servidor público, que tem que ser valorizado. E, nessa questão da segurança, mais ainda, porque o meu estado, Sr. Presidente, já está sendo campeão por alguns anos do feminicídio, matando as mulheres mato-grossenses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é inaceitável. E o Governo do Estado insistindo em dizer que não tem dinheiro para construir uma delegacia da mulher, mas tem dinheiro para fazer obras faraônicas, Sr. Presidente. É isso que eu não aceito e que vou denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Queria devolver a palavra ao Presidente... Devolvo a Presidência ao Presidente Marcos Rogério, que pediu inclusive a palavra.

O senhor está com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Eu vou apenas, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Wellington Fagundes. Esse tema da segurança pública é um tema sensível. Nós temos aqui a Comissão de Segurança Pública e nós vamos ter que ampliar este debate lá.

O problema que Mato Grosso enfrenta com relação ao efetivo é de Rondônia também. Rondônia hoje tem cerca de 3 mil policiais para atender todo o estado, três policiais na atividade-fim. Isso vai dar, por turno, que são de 12 horas, Senador Jaime Bagattoli, hoje em torno de 600 policiais por turno. É muito baixo, porque, se você pega o contingente total dos policiais, você vai dividir por cinco para fazer a escala. Então, vai dar ali menos de 700 policiais, 600 policiais por turno para dar proteção à sociedade. Realmente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Para todas as cidades.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para todas as cidades do Estado de Rondônia.

Hoje o problema da violência, da segurança pública é um tema que nós temos que enfrentar com muita responsabilidade. Então, a fala de V. Exa. é uma questão muito preocupante para o seu Estado de Mato Grosso, assim como é também para o Estado de Rondônia. E, se cada estado cumprir a tarefa de cuidar, cada um dentro do que prevê a legislação, você resolve o problema do Brasil. Agora, quando você resolve num estado e o outro estado acaba deixando esse tema para trás, o criminoso vai migrando. Ele migra de um lugar para o outro. Onde ele vê a vida mais fácil, ele vai estabelecer a sua residência e lá vai ser o braço operacional que vai aterrorizar o Brasil inteiro. Então, parabéns a V. Exa., e dou testemunho de que essa é a situação também no Estado de Rondônia, que nós vamos enfrentar com muita coragem.

Sr. Presidente, apenas quero parabenizar V. Exa. e agradecer a contribuição, agradecer a todos os convidados que estiveram aqui hoje, trazendo a visão de cada um sobre o que está acontecendo dentro de cada uma das agências. E o nosso esforço é que a gente encontre uma solução negociada, construída para garantir efetividade ao papel do regulador e, por via de consequência, uma prestação de serviço melhor ao cidadão, porque mais infraestrutura significa mais desenvolvimento, mais crescimento do país. Então, a todos que vieram, meus agradecimentos.

E com V. Exa., Sr. Presidente, fica a palavra final para encerrar os trabalhos de hoje, como Presidente eventual desta Comissão, num dia em que a contribuição de V. Exa. terá efeito para toda a regulação federal do Brasil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, logo depois que terminar, aqui são duas coisas que nós temos que comemorar: esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande audiência e a aprovação do seu projeto. Então, eu queria pedir para tirarmos uma foto, porque é histórico, nesta Comissão, o trabalho que fizemos aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Queria ratificar aqui o que já foi decidido com referência ao item 4, que é o pedido de vista do Senador Esperidião Amin, e pedir desculpas ao Senador Vanderlan Cardoso, que pediu a inclusão do requerimento, mas uma decisão do Presidente transfere a aprovação não só do requerimento dele, mas de todos os outros, para a nossa próxima reunião.

Esclarecidas essas informações e dadas as satisfações devidas, antes de encerrar a sessão, eu gostaria de pedir a dispensa da leitura da ata desta reunião e sua aprovação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e oito minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Sergio Moro, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Hermes Klann, Beto Faro, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Camilo Santana, Marcos do Val, Carlos Portinho, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Alan Rick, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2026 - CI, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e REQ 41/2026 - CI, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Finalidade:** Debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097/2025, que trata do aproveitamento de potencial energético offshore, iniciado por meio da audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI em 07/04/2026. **Participantes:** Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha; Milad Shadman, D.Sc. em Engenharia Oceânica pela COPPE/UFRJ; Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro; Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura - IBI; Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica; Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transição Energética da WWF-Brasil; Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais (SETEC/MCTI); e Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura - Sema/RS. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/16

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 16 de junho de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da regulamentação e das providências adotadas após o advento da Lei nº 15.097, de 2025, que trata do aproveitamento do potencial energético *offshore*, iniciado por meio da audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura em 7/4/2026, em atenção ao Requerimento nº 24, de 2026, desta Comissão, de minha autoria, e ao Requerimento nº 41, de 2026, também desta Comissão, de autoria dos Senadores Rogério Carvalho e Marcos Rogério.

Convido para tomarem lugar à mesa – já estão aqui – os nossos convidados:

A Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil do Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha. Obrigado pela presença.

O Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença.

O Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Obrigado pela presença.

Ainda no caminho, o Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos convidados que aqui se encontram, também nós temos as participações remotas.

O Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

A Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica.

O Sr. Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transmissão Elétrica da WWF Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação em Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

E o Sr. Rodrigo Huguenin, Diretor de Energia da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) do Rio Grande do Sul.

Informo também que foram convidados a Sra. Adryane Gorayeb Nogueira, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, e o Sr. Hugo Fonseca, Subsecretário de Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação do Rio Grande do Norte, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião está sendo interativa, transmitida ao vivo e também aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania pela internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, tudo junto.

Então, novamente, senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800 0612211.

De novo, 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado... Aqui é para a gente combinar o jogo, como é que vai ser.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até oito minutos.

Nós temos um número grande de convidados. Então, tem um tempo limite aqui e peço para prestarem atenção, realmente, ao tempo limite.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos – aqueles que estiverem presentes – para fazerem suas perguntas ou comentários. Na verdade, à medida que eles chegam, como têm compromisso direto aqui dentro, eu peço para eles falarem no meio mesmo.

Depois da apresentação... Todo mundo fala. Durante a audiência, a gente vai receber as perguntas também pelo e-Cidadania.

Eu vou passar as perguntas aqui para os expositores, assim como vão ser transmitidas para aqueles que estão nos acompanhando remotamente, para os expositores que estão remotamente, para que eles já vejam as perguntas e os comentários para, se puderem, incluir dentro da sua competência ali e colocar algumas das respostas.

Aqui, para quem está aqui, esses oito minutos são fáceis de ver porque aparece um relógio ali e, um pouco antes, faltando um minuto para o final do tempo, toca uma campainha como essa daqui. Não sou eu que a toca, mas ela aparece automaticamente e, algumas vezes, aparece uma voz também dizendo "um minuto.". Uma voz bastante insistente, diga-se de passagem, né? (*Risos.*)

Para quem está *online*, para quem está acompanhando remotamente, para os expositores remotos, não tem, obviamente, a visão aqui do relógio nem da campainha, mas, se eu não me engano, tem a voz do minuto, certo? A voz do um minuto vai avisar. Então, também peço a quem está *online* para prestar atenção ao tempo, controlar o tempo, para que a gente consiga que todo mundo fale no seu tempo.

E, ao final de tudo, então, eu passo a palavra de volta, na mesma ordem de apresentação, para que sejam feitas as suas considerações finais e dadas as respostas a algumas das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas que acharem convenientes, ou para comentarem algumas das outras falas também. O.k.?

Então, sem mais esperas aqui, eu passo a palavra à Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha. Por favor, por oito minutos.

A SRA. ROBERTA COX (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes. É uma satisfação estar aqui participando de mais uma audiência pública sobre o tema.

Bom, a gente preparou aqui uma apresentação para tentar ser bem objetiva e esclarecer um pouco sobre as eólicas *offshore*. Na outra audiência houve questionamentos, então tentei focar um pouco neles para esclarecer o que vem trazendo dúvidas e questões sobre as eólicas *offshore* e da realidade das eólicas *offshore*.

Bom, só para contextualizar um pouco, o Gwec é a voz global da indústria eólica. Nós estamos presentes em mais de 80 países, com representação de mais de 1,5 mil membros, companhias, organizações e instituições. O Gwec trabalha tanto em mercados maduros de eólicas como em mercados emergentes, tentando trazer boas práticas e abrir novos mercados visando à transição energética.

E a CEM é a Coalizão Eólica Marinha, uma coalizão exclusiva para tratar de eólicas *offshore*. A gente quer, realmente, ver as eólicas *offshore* começando aqui no Brasil. Ela é formada por desenvolvedores, associações, sociedade civil, governos estaduais, universidades, desenvolvedores de infraestrutura e também pela indústria.

Bom, eu preparei a apresentação tentando mostrar um pouco de como as eólicas *offshore* estão globalmente, tratar um pouco do tema do *curtailment*, que foi perguntado em outra audiência; sobre o custo das eólicas offshore e os seus atributos; falar um pouco também sobre demanda de energia, como foi também questionado aqui. Se o Brasil passa por um período de sobreoferta, por que eólicas offshore? Vamos falar um pouco sobre isso. E também abordar um pouco sobre geração de empregos, os benefícios para a indústria e o que falta para a gente começar no Brasil. Vai haver custo para o Governo nesse começo, nesse levantamento de dados? Tem conflitos com os existentes? Impactos ambientais? São negativos? São positivos? Vamos abordar esses pontos.

Globalmente, as eólicas *offshore* vêm crescendo. O início delas foi em 1991, na Dinamarca. Temos atualmente 92,5GW de *offshore*, isso é um dado que saiu do GWEC, esse estudo foi lançado semana passada no Vietnã. Temos 92,5GW globalmente instalados, com previsão de quadruplicar isso até 2035, então queremos ter aí mais de 420GW até 2035.

A adição que a gente teve de novas instalações foi da ordem de 16% maior do que foi adicionado em 2024, e temos 50GW em construção. Então, as eólicas *offshore*, mundialmente, estão crescendo, ganhando escala, é uma tendência global.

Aqui, eu vou ilustrar um pouco esse *target*, esse alvo de chegar a 2050 com 2 mil gigawatts de eólicas *offshore*. Isso foi uma meta, um acordo da Global Offshore Wind Alliance, Aliança Global de Eólicas, da qual o Brasil é signatário. O Brasil assinou e se tornou signatário da GOWA na COP de Dubai, na COP 28 em Dubai. O próprio Ministro Alexandre Silveira, na época, assinou e fez o Brasil se tornar signatário, então a gente tem esse alvo também de apoiar e, com eólicas *offshore,* ajudar globalmente a chegar a 2TW de energia até 2050.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, vamos começar a falar um pouco sobre o *curtailment*, o corte de geração. O Senador Marcos Rogério até fez esse questionamento: "O Brasil passa por essa dificuldade de *curtailment*... (*Pausa.*)

... e a gente tem essa realidade no Brasil.

Por que começar a eólicas *offshore* com esse cenário atual? O que a gente tem que explicar é que eólicas *offshore* vão demorar bastante para começar a jogar energia no sistema. A gente tem atualmente uma necessidade de ter a cessão de áreas, a concessão das áreas marinhas, para começar a estudar. Esses estudos vão demorar de três a cinco anos para pegar a licença prévia ambiental, fazer todos os levantamentos, engajar com comunidades. A gente vai levantar os dados, medir, monitorar, para poder engajar com as comunidades, e isso leva de três a cinco anos.

É importante pontuar que cada gigawatt... Mais ou menos, um parque tem 1GW, então cada gigawatt já vai, nessa fase de estudos, investir R$500 milhões em estudos, em levantamentos, então, nesse começo, já tem geração de empregos e já tem renda.

Depois desses três a cinco anos estudando, levantando, buscando a licença ambiental, tem mais um ano de viabilidade comercial, para ver para onde vai vender e buscar essa viabilidade comercial.

Depois, são de um a dois anos de estudos de engenharia e suprimentos, em que se vai buscar a licença de instalação no Ibama.

E depois, mais uma fase de três anos de construção – você vai pegar as embarcações e proceder com toda a construção *offshore* para, só a partir dali, começar a operar.

Então, o Brasil está neste momento vivendo uma realidade de *curtailment* – coloquei ali a linha do tempo de 2026 e 2027, o Brasil está com essa realidade de *curtailment* e já está buscando solucionar; o MME está buscando solucionar isso, e ele vai solucionar. Esta é uma realidade atual; daqui a dez anos, a realidade do Brasil vai ser outra. Então, daqui a dez anos, essa energia vai estar entrando no Brasil e a gente não vai estar mais com essa realidade atual de *curtailment*.

Aqui, novamente vou passar, porque o meu tempo está correndo.

Sobre os custos, o custo de eólicas *offshore* globalmente vem caindo vertiginosamente, já teve uma queda de 62% desde 2010. À medida que a tecnologia – o Senador aqui pode falar isso, mais do que ninguém – vai ganhando escala, ela vai barateando. É o caso das eólicas *offshore*, está acontecendo globalmente e, no Brasil, você não pode olhar para as eólicas *offshore* e querer compará-las com solar, com eólica *onshore*; a gente tem que olhar para os atributos que as eólicas *offshore* têm para apresentar para a nossa matriz, e também verificar qual vai ser essa realidade daqui a dez anos.

À medida que solar e eólica também vão pegando as melhores áreas terrestres, vão tendo conflitos para se instalar em áreas terrestres, as *offshore*, daqui a dez anos, não vão ter esses conflitos. À medida que essas outras energias também vão tendo que ter um armazenamento associado, vão ficando com custo um pouco mais elevado, as *offshore* vão tendo o seu custo diminuído pelo ganho de escala.

Um atributo que a gente tem de eólica *offshore* é que ela está em diversas áreas do Brasil, então ela está próxima à demanda, e isso é um atributo importante para uma fonte de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela tem complementariedade com hidrelétrica – eu nem vou me estender muito nisso, porque eu sei que o Milad vai falar sobre – e, ali embaixo, a gente colocou uma manchete de jornal que traz uma informação importantíssima: "Medições da Petrobras no Nordeste apontam pico de geração de eólica *offshore* entre 16h e 18h". Então, isso é um atributo de energia eólica *offshore* que tem que ser considerado, isso traz muito valor para essa energia compor o nosso sistema.

O que a gente tem agora do *curtailment*, o que a gente tem agora de realidade brasileira, é um excesso de energia durante a parte do dia, quando a gente tem solar gerando, e o pico de demanda é exatamente ali no final da tarde, e é onde as eólicas *offshore* vêm trazer energia para o sistema e vêm agregar valor. Então, a gente precisa ter as sessões diárias, a gente precisa poder estudar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – ... para refinar esse tipo de dado e trazer os atributos que as eólicas *offshore* têm a gerar.

Bom, quanto à demanda brasileira: daqui a dez anos, como vai estar a demanda? Vai ter aumentado vertiginosamente – são dados da EPE. A gente tem *data centers*, hidrogênio, eletrificação industrial – o mundo está se eletrificando, e com o Brasil não vai ser diferente –, mobilidade elétrica, crescimento de renda, novos segmentos.

Então, as eólicas *offshore* vêm para ajudar o Brasil a suprir essa demanda elétrica que, daqui a dez anos, vai estar exponencialmente maior. *Data centers*, hidrogênio, mobilidade elétrica, descarbonização industrial; tendo a nossa indústria descarbonizada, a gente agrega valor ao nosso produto e ganha mercado.

O Brasil já está na frente, porque a nossa matriz é extremamente limpa. A gente precisa preparar o Brasil para daqui a dez anos a gente estar na frente ainda.

Geração de empregos. Cada 1GW de energia de eólicas *offshore*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – ... é capaz de gerar 17,3 mil empregos.

O estudo do Banco Mundial com o MME trouxe um dado de, até 2050, a gente gerar 516 mil empregos no Brasil. Então, é muito emprego associado às eólicas *offshore*.

Falando sobre eólicas *offshore* e indústria, a eólica *offshore*, além de fomentar a indústria siderúrgica com o uso de aço, aço para navegação, ela vai fomentar os estaleiros, ela vai fomentar a adaptação e o crescimento de portos, engenharia, projeto, metalurgia, manufatura, os serviços marítimos em que o Brasil já é um campeão por causa do petróleo e gás.

A gente tem muita gente capacitada. A gente tem muito *know-how* nessa área. A eólica *offshore* vai ser um cliente disso que o Brasil já tem e é uma potência mundial.

Então, além de ser um grande consumidor de engenharia, siderurgia, estaleiros, portos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – ... a eólica *offshore* também vai gerar uma energia que vai atrair a indústria, que vai usar essa energia.

Bom, então, para o Mdic, para a indústria, ela é um grande consumidor e é um grande gerador de energia para fomentar essa indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria deixar esses números de potência do Brasil: 1.200GW de potência – isso mostra um enorme potencial brasileiro –, com vento de extrema qualidade; 516 mil empregos gerados; 900 bilhões de investimento até 2050. Cada gigawatt, cada parque capaz de investir R$13 bilhões.

Tem mais informação, Senador. Eu posso finalizar só com esses?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vamos começar aqui. Depois a gente vai ter uma continuidade...

A SRA. ROBERTA COX – As perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – No final.

A SRA. ROBERTA COX – Tá.

Só para pontuar aqui que esse tema não é um tema novo. Quem chega agora pode achar que eólicas *offshore* é uma coisa muito grande, muito nova, mas, em 2017, 2019...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA COX – ... a gente já teve os primeiros estudos na EPE, no Ibama. Isso já foi amplamente estudado por Banco Mundial. Os primeiros projetos começaram a ser divulgados em 2020, mas antes disso eles já estavam pedindo licença no Ibama.

Em 2021, veio o PL do Senador Jean Paul Prates, o Decreto, em 2022, que buscava regulamentar o PL, que ainda não tinha virado lei. Em 2023, começou o GT *Offshore* no MME.A lei foi sancionada em 2025. Resolução, em 2026, da CNPE. E era esperado um decreto, e isso é muito importante, Senador, um decreto para maio de 2026 e esse decreto está atrasado.

Esse é um grande anseio do setor, o decreto.

Então, eu encerro por aqui e estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha. Tem bastante informação, mas a gente vai ter ainda o tempo do retorno depois, nos comentários finais.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por favor.

O SR. MILAD SHADMAN (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador, pelo convite.

Bom, acho que a minha apresentação vai ser complementar à apresentação da Roberta, que já abordou as principais questões.

Eu trouxe alguns números, alguns estudos aqui. Rapidamente, vou passar... É um PDF que eu tinha enviado por *e-mail*. (*Pausa.*)

O.K., obrigado.

Acho que precisa passar... Acho que não passa... (*Pausa.*)

Mas, no PDF, acho que não passa. Vocês têm que... (*Pausa.*)

Ah, agora sim. Obrigado.

Então, vou abordar essas questões rapidamente: potencial energético, capacidade de construção, falar um pouquinho sobre nossos estaleiros, portos que a gente tem, qual é a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade real para a construção desses parques eólicos *offshore*, abordar segurança energética e falar um pouquinho também sobre *curtailment*, mostrando alguns números aqui, falando sobre as oportunidades e sobre a complementariedade que a eólica *offshore* tem com hidrelétrica, porque, sob o ponto de vista energético, é muito importante.

Então, quando a gente fala sobre o potencial energético da eólica *offshore*, a gente tem, basicamente, três camadas.

O potencial teórico é quando a gente considera toda a zona econômica exclusiva como aproveitável. Então, a gente tem um número muito grande.

Depois, a gente tem o potencial técnico, quando a gente considera todas as restrições técnicas, como profundidade da água, velocidade do vento, distância da costa, impactos socioambientais e outros usos do mar, como pesca, navios etc. Então, aí a gente começa a reduzir a área aproveitável, o que a gente chama de potencial técnico.

E, finalmente, o potencial econômico, que é o projeto que realmente apresenta esse benefício econômico; ter uma receita maior do que o custo da energia.

Então, baseado nisso, nós realizamos um estudo. Eu diria que é um potencial técnico bastante realista, que estão vendo neste eslaide.

Consideramos apenas profundidades entre 30m e 50m, onde é possível, e nós utilizamos plataformas com base fixa, como monopilares; distância da costa de até 12 milhas náuticas, 22km e; média anual de velocidade do vento acima de sete metros por segundo.

A gente excluiu bastante a área para ter áreas aproveitáveis que vocês estão vendo aí. Então, a gente tem um total de potencial técnico em torno de 96GW, não considerando áreas com águas profundas.

Abordando um pouco a parte dos estaleiros, é muito importante a capacidade de processamento de aço pelos estaleiros. Isso significa receber aço, cortar, conformar, pintar, construir e lançar na água.

A gente tem alguns requisitos quando falamos sobre as turbinas eólicas *offshore*, que vocês estão vendo aqui.

E um número muito interessante que fizemos, observamos, a partir de um cálculo bem preliminar, mostra a capacidade total do Brasil, considerando os principais estaleiros, com relação à capacidade de construção dessas estruturas, que é de em torno de 5GW por ano.

Obviamente, nós precisamos adequar esses estaleiros. Isso significa que a gente vai revitalizar boa parte desses estaleiros, o que ajuda a impulsionar também a indústria naval brasileira.

Obviamente, temos os portos aí próximos dos estaleiros, onde são construídas, nos estaleiros, as plataformas e levadas para os portos, por questão logística, para armazenar e depois serem lançadas e instaladas na água.

Segurança energética e oportunidades. Como a Roberta também mencionou, o Brasil ainda depende muito da hidrologia, da hidrelétrica. Nós tivemos, considerando junho de 2026, 43% da capacidade instalada hidrelétrica, então diversificar as fontes, fontes eólicas *offshore,* pode ajudar a gente a diminuir essa dependência. A carga vai crescer, a gente tem uma previsão da EPE para 2030 de aumento de até 98MW médios em 2030; ou seja, o país precisará de novas ofertas de energia confiável e diversificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança de preço. A dependência, na verdade, do preço de combustíveis fósseis com conflitos internacionais e geopolíticos, que impactam diretamente a nossa vida aqui.

Apoio a novas cargas, que são *data centers*, hidrogênio, indústria verde, que podem ser beneficiados a partir da eólica *offshore*. Mais especificamente sobre *data centers*, a gente tem um estudo que aponta em torno de 1GW de demanda. A demanda de *data center* é diferente, é 24 horas, o ano inteiro, então a gente não pode ter intermitência, variabilidade de energia. Então, precisa de energia firme.

A gente tem energia limpa no Brasil e relativamente barata, então isso pode contribuir. Obviamente, ter essa fonte, mais uma fonte renovável, suprindo essa energia para a soberania digital.

E atrair investimentos. Isso impulsiona a economia digital, então, nesse ponto de vista, pode ter uma contribuição muito relevante.

Hubs de energia *offshore.* A gente tem uma peculiaridade aqui no Brasil, é a sinergia entre a eólica *offshore* e atividades de óleo e gás, que precisam ser descarbonizados. Então, nós realizamos muitos projetos, com verba da ANP, na faculdade, justamente com empresas de petróleo para poder usar fontes renováveis no mar e descarbonizar essas atividades, ou até, em alguns pontos, viabilizar as operações economicamente, que não se trata somente questão de transição energética.

Produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, considerando nosso Plano Nacional de Hidrogênio; e combustíveis sustentáveis (SAF, amônia verde, metanol).

Descarbonização das frotas marítimas e também fertilizantes, que é um ponto muito importante.

Impulsionar a indústria naval, como falei, através de revitalização dos estaleiros, e, obviamente, desenvolvimento dos corredores verdes, os portos verdes.

Vou entrar no *curtailment*, tenho dois minutos aqui ainda, eu acho que vai dar tempo para abordar essa questão.

A questão do *curtailment*, pessoal, eu trouxe esse gráfico da ONS. Vocês estão vendo as curvas da geração distribuída, que são basicamente painéis solares, que usam na residência, nos pequenos empreendimentos, e como isso desloca a carga líquida máxima do SIN para a frente, que vocês estão vendo nas curvas 2022 e 2023. Isso significa que, quando chega 16 h, 17 h – baixou o sol, a gente não tem mais solar –, começa a ter uma curva em que o Operador Nacional do Sistema tem que correr atrás da geração da energia para poder suprir isso.

Esse é um impacto de geração distribuída, como vocês estão vendo aqui, e toda essa responsabilidade é hidrelétrica quando chega 16h. A gente tem essa "rampa", que, na verdade, tem a ver com o fornecimento de energia através da hidrelétrica.

Mas o que eu queria mostrar é o que vocês estão vendo aqui: a linha tracejada, aqui em vermelho, mostra o comportamento perfil do vento na Região Nordeste. Exatamente nos momentos em que a gente tem corte de energia – que é durante o dia, até as 16h –, a gente tem o vento baixo, e o vento começa a ganhar velocidade, a ficar mais forte, a partir de 16h. Então, é um comportamento complementar que, pelo menos, não vai contribuir para *curtailment* nesse caso. Então, é importante olhar para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra questão é – vocês estão vendo aqui – a carga do sistema nacional. Como vocês estão vendo, a maior carga é concentrada nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, e a Região Nordeste sempre exporta energia elétrica para a Região Sudeste e a Centro-Oeste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILAD SHADMAN – ... e ter energia eólica *offshore* próxima do centro de consumo e demanda faz com que você possa eventualmente reduzir a necessidade marginal de expansão dos corredores de transmissão. Então, esse é outro ponto importante, além de impulsionar regionalmente e geograficamente as diferentes indústrias.

E, por fim, eu coloco aqui a complementariedade com hidrelétrica. Um estudo que realizamos, acho que em 2022, 2023... Tem um índice ali, do lado direito, que mostra a complementariedade. Então, quando a gente tem azul escuro, significa maior complementariedade mensal que a gente tem entre hidrelétrica... Eu estou colocando aqui três bacias como exemplo, mas a informação completa está no artigo. Vocês estão vendo que a Região Nordeste sempre tem maior complementariedade com o cenário hídrico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILAD SHADMAN – ... que a gente tem, e isso significa que, durante o período de chuva, a gente consegue economizar água nos reservatórios e, durante a seca, a gente usa essa fonte renovável em vez de a gente diminuir o nível da água nos reservatórios. Isso faz com que a gente tenha um sistema mais eficiente e tenha um balanço energético melhor, sob o ponto de vista de complementariedade.

Então, eu diria que a fonte eólica *offshore* naturalmente está em harmonia com a nossa matriz elétrica, e isso é muito importante: como a gente explorar e olhar para essa distribuição geográfica ao longo da costa brasileira.

Bom, apenas considerações finais aqui. O Brasil possui um dos maiores potenciais eólicos *offshore* no mundo e condições naturais favoráveis – que mostrei aqui – para desenvolver uma nova fronteira energética de grande escala. A experiência acumulada pela indústria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILAD SHADMAN – ... *offshore* de óleo e gás pode servir como uma base para desenvolvimento eólico *offshore* no Brasil e, com certeza, a curva de aprendizagem aqui vai ser muito mais acelerada e exponencial.

Quando a gente fala sobre isso, o Brasil domina o mar, é uma referência mundial nas águas profundas. A gente vê isso claramente quando a gente participa dos congressos internacionais, em que os brasileiros estão tocando as sessões técnicas. Então, isso é evidente.

A eólica *offshore* deve ser encarada como uma infraestrutura estratégica de segurança energética, por todas as questões que eu mencionei, e a expansão de geração *offshore* próximo a grandes centros consumidores também pode aumentar a resiliência da rede, do sistema.

Também falei sobre essa harmonia entre a eólica *offshore* e a hidrelétrica, sob o ponto de vista de disponibilidade de energia. Quando a gente fala de ser mensal, essa complementariedade também contribui bastante para esse cenário.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe, da UFRJ.

Parabéns pelo trabalho.

Eu passo, agora, a palavra ao Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, por oito minutos.

Por favor.

O SR. PIETRO MENDES (Para expor.) – Primeiro, quero lhe agradecer, Senador Astronauta Marcos Pontes, por ter convidado a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para fazer parte desta audiência pública.

Cumprimento aqui a Roberta Cox e, na pessoa dela, todos os demais que foram convidados para falar, pelo trabalho que têm feito para o desenvolvimento da energia eólica *offshore.*

Quero falar que a ANP já tem uma *expertise* muito grande, muito em linha do que foi trazido aqui dessa sinergia, para fazer esse desenho dos prismas, fazer o processo licitatório.

Para a indústria do petróleo, antes de colocar em licitação esses blocos, nós dependemos de uma manifestação conjunta assinada pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério do Meio Ambiente. Essa manifestação conjunta é baseada em pareceres técnicos – estou aqui vendo a Edisiene, que trabalhou no Ministério do Meio Ambiente –; e, com base nessa manifestação conjunta, a ANP desenha esses prismas.

Hoje, no que se refere à concessão, a própria ANP tem autonomia para colocar esses blocos, na oferta permanente, para serem arrematados; e, no que se refere ao regime de partilha, por ter um interesse maior da União, ainda depende do Ministério de Minas e Energia para colocar esses blocos.

Por que eu estou falando isso? Porque eu tive a oportunidade de relatar um processo de uma DIP (Declaração de Interferência Prévia); e, nesse processo, a gente vê que são várias áreas do Governo dando pareceres. Acaba que isso atrasa os processos de avanço da eólica *offshore*. Eu acho que um modelo mais simplificado... Ainda mais para uma energia renovável que está chegando agora, não se pode dar um tratamento pior do que o que se dá para a indústria do petróleo. Embora seja Agência Nacional do Petróleo, nós trabalhamos todos os dias para substituir o petróleo da nossa utilização e para desenvolver energia renovável.

A ANP ganhou uma série de atribuições com leis que foram aprovadas aqui no Congresso Nacional, como a Lei do Combustível do Futuro, a lei do hidrogênio, a lei da eólica *offshore*, e nós trabalhamos ativamente para fazer essa substituição.

Para dar um número, nós hoje economizamos 400 mil barris por dia de utilização de derivados de petróleo por biocombustíveis, e as projeções da Empresa de Pesquisa Energética para 2050 apontam que a gente sai de um consumo de 2,33 milhões de barris por dia para 3 milhões de barris por dia de derivados de petróleo, apesar de todo o esforço que tem sido feito – e o Congresso tem sido extremamente atuante no sentido de aprovar esses novos marcos legais.

Então, nós precisamos de novas fontes de energia renovável, e a eólica *offshore* é mais uma fonte dentro da complementariedade, da diversificação energética que a ANP entende que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é importante, que esse marco legal, que já foi aprovado, seja regulamentado, e também para que a gente possa, dentro das atribuições que ficarem para a agência, atuar na regulação.

Então, nós atuamos em dois pilares: segurança energética e transição energética. Continuidade, previsibilidade e expansão da exploração e produção de hidrocarbonetos, mas também viabilizar esse aproveitamento eólico de forma harmônica.

Eu sei que o Governo do Rio de Janeiro vai falar aqui; para o Rio de Janeiro, em particular, e para outros estados como Sergipe, que o Senador Laércio estava aqui, a gente tem a Margem Equatorial, desenvolvimento todo de uma indústria *offshore,* que é complementar, que as competências são muito parecidas.

E temos também uma outra atividade que é o descomissionamento. São unidades de produção de petróleo e gás natural que deixam de produzir, que têm como alternativas serem desmontadas, desmanteladas, você vender tudo que você tinha ali naquela plataforma, mas existe também a possibilidade de elas serem aproveitadas para a geração de energia eólica *offshore*.

Então, isso é importante, por exemplo, para estados que são muito dependentes dos recursos do petróleo, não que isso vá substituir *royalties*, participação especial, mas aquela competência formada de pessoas que têm *expertise* em plataforma, tudo isso pode ser aproveitado para o ambiente da eólica *offshore*.

Atualmente, o que a gente faz é essa Declaração de Interferência Prévia, e aqui eu já adianto que ela é importante. Tem até uma das perguntas aqui, preocupado com zona de exclusão para áreas ambientalmente sensíveis ou estratégicas para pesca artesanal; lembrando que a manifestação conjunta já vê isso, e seria algo muito mais otimizado do que cada órgão dar o seu parecer.

Eu vou adiantar aqui porque o senhor é muito rigoroso no tempo, viu, Senador? É a primeira vez que eu venho aqui e não pode estourar um pouquinho. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois é, com a sua profissão tem tudo a ver. (*Risos.*)

São 11 projetos protocolados na ANP, três empresas requerentes e um potencial combinado de mais de 30 gigawatts. Então, já com projetos de empresas. Isso é uma coisa que eu acho que é importante a gente trazer: tem empresa interessada, e por que não está tendo investimento? Porque a gente não tem, ainda, as regras colocadas. Isso é uma coisa que gera em mim uma inquietude muito grande. Eu sei que, na ANP, nós temos um monte de atividade de regulação que não damos conta, mas vendo ali o investidor querendo fazer o investimento, querendo botar dinheiro e você não faz porque não tem os marcos, isso é muito desafiador.

Vou pular várias coisas aqui.

Bom, o Projeto Piloto de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, foi uma demanda em que o MME solicitou uma análise para o Sítio de Testes Senai, em Areia Branca, Rio Grande do Norte, e a gente conseguiu aprovar. Fui o Relator desse projeto, é um projeto de PD&I em que essa sobreposição com blocos exploratórios ou de produção, infraestrutura de escoamento, a ANP não identificou nenhum problema de interferência prévia. Você vê: a gente aprovou em dezembro de 2025 e ainda estão tentando outras aprovações para poder ter o projeto PD&I.

Bom, ainda fui muito rápido, tenho dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria deixar aqui de mensagem, com relação, assim, ao principal da agência, é que a gente aproveitasse toda a *expertise* que a agência tem para blocos de petróleo e gás e usasse para eólico *offshore*. Como eu falei, nós somos entusiastas das energias renováveis, todas elas, e a gente pode, realmente, dar agilidade, a depender da regulamentação de como vier esse decreto, para que nesse processo, finalmente, a gente coloque esses blocos e comece esses estudos. Como a Roberta colocou, é um processo, são dez anos, o Brasil não pode ficar de fora de nenhuma dessas novas tecnologias. Então, o quanto antes a gente começar, melhor. Essa é a mensagem final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do estado... Opa, desculpa. Está errado. Esse é o próximo.

Obrigado, Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da ANP.

E tem tempo de reserva, depois. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu passo a palavra, agora sim, ao Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. THIAGO SOARES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Marcos Pontes, muito obrigado pelo convite.

Exmos. Senadores e Senadoras, autoridades presentes, representantes da Marinha do Brasil, do Ministério de Minas e Energias, da Aneel, do setor produtivo, da academia e da sociedade civil, é com imensa honra que compareço hoje aqui nesta Casa, em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para compartilhar os avanços concretos que o nosso estado tem promovido desde a sanção da Lei Federal 15.097, de 2025, que disciplina o aproveitamento do potencial energético *offshore*.

É importante destacar que o marco legal da energia *offshore* trouxe clareza sobre eixos que já eram necessidades do setor como, por exemplo, a segurança jurídica na outorga, ao estabelecer o regime de concessão ou autorização para o uso dos diversos prismas energéticos; a criação de diretrizes para a delimitação de áreas protegendo zonas sensíveis e garantindo que a geração de energia não colida com a segurança nacional ou com a preservação ambiental.

Além disso, a Lei 15.097, de 2025, definiu uma justa contrapartida para a sociedade ao equilibrar a atratividade econômica dos projetos com o retorno social obrigatório e estabeleceu a base para que a energia gerada do mar chegue aos grandes centros de consumo por meio de integração do Sistema Interligado Nacional, um desafio técnico e logístico que demanda coordenação imediata.

O Rio de Janeiro, senhoras e senhores, sempre viveu com os olhos voltados para o mar. Do petróleo ao pré-sal, da indústria naval aos portos, nossa identidade econômica se forjou na coragem de enfrentar o Atlântico. Agora, um novo tempo se anuncia, e o mar nos chama novamente não mais para extrair o fóssil, mas para colher o vento inesgotável, limpo e soberano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O marco legal da energia *offshore*, tão bem debatido e aprovado por este Congresso, deu ao Brasil a segurança jurídica para liderar, na América Latina, a revolução da eólica *offshore*. Mas uma lei nacional, por mais avançada que seja, não se concretiza sem a cooperação e o trabalho orquestrado dos entes subnacionais.

É exatamente aí que o Estado do Rio decidiu agir, não como coadjuvante, mas como protagonista. O Rio de Janeiro, hoje, conta com 11 projetos de geração de energia eólica *offshore* em fase de licenciamento no Ibama, que somam mais de 32 gigawatts de potência instalada e projetada. Além disso, possuímos a mais densa malha de dutos, portos e estaleiros do país. E a nossa indústria de óleo e gás, ao longo de cinco décadas, formou a mão de obra mais qualificada em operações *offshore* do Hemisfério Sul.

Entre essas providências, podemos dizer que a principal é a promulgação, em janeiro deste ano, da Lei nº 11.095, de 2026, que institui a política estadual de apoio à transição energética *offshore* e o ordenamento territorial marinho. Esta lei representa a resposta do Rio de Janeiro ao chamado da União. Sem invadir a competência federal, ela cria as condições de solo, ou melhor, de mar, para que os investimentos aconteçam.

De forma objetiva, nossas providências se estruturaram em quatro eixos. Primeiro eixo: ordenamento e transparência.

Estamos instituindo um cadastro estadual de acompanhamento de projetos de energia *offshore*. Assim, qualquer cidadão poderá saber onde, como e quando se desenvolve cada empreendimento no litoral fluminense.

Eixo 2: participação social.

A lei estadual determina a realização de audiências e consultas públicas em regiões costeiras no intuito de criar fóruns de diálogo com pescadores artesanais, comunidades caiçaras, marinhas e municípios litorâneos.

Não há transição energética justa sem a escuta ativa de quem vive do mar.

Eixo 3: apoio técnico à União.

Firmaremos convênio com Marinha, Ibama, Ministério de Minas e Energia para oferecer dados, estudos e diagnóstico territorial e socioeconômico para agilizar o licenciamento sem flexibilizar a proteção ambiental.

O Rio de Janeiro já mapeou 12 zonas de conflito potencial e sabe exatamente onde o vento pode girar sem ferir a pesca ou a navegação.

Eixo 4: apoio à cadeia produtiva e ao desenvolvimento local.

O Rio de Janeiro está apoiando iniciativas de capacitação, pesquisa e inovação tecnológica voltadas ao setor de energia eólica *offshore*. Vamos preparar soldadores, eletricistas, técnicos de manutenção e operadores de embarcação de apoio. Nossa meta é a de que, a cada megawatt instalado, pelo menos 40% dos empregos sejam ocupados pela população local.

Diante disso, nossa mensagem final é de parceria e de entusiasmo para ver as primeiras turbinas girarem. Nós já estamos prontos: temos a lei estadual, temos a governança, com um decreto regulamentador em andamento, e estamos capacitando mão de obra especializada. O Brasil tem tudo para se tornar uma referência mundial em energia limpa, principalmente o Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A transição energética, especialmente a energia eólica *offshore*, vai gerar desenvolvimento, reduzir o custo da eletricidade e vai ao encontro das metas climáticas da Agenda 2030 da ONU.

Concluo, prezados Senadores, com a convicção de quem conhece o sal do mar e a força do vento. O futuro energético do Brasil será escrito no litoral do Rio de Janeiro, e o Governo do Estado está de braços abertos, com a lei na mão e o pé no acelerador, pronto para construir, junto a esta Casa, o maior parque eólico *offshore* na América do Sul.

Muito obrigado a todos.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à equipe da Sanemar, que vem atuando diretamente nesse tema, nessa pauta, porque, se não fosse a equipe técnica nossa, na figura da nossa Subsecretária Executiva, Patrícia Seabra; da nossa Subsecretária Gabriela; do nosso Subsecretário Carlos Bruno, nada disso seria possível. Então, muito obrigado a todos.

Estamos à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, agora sim, ao Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro.

Eu passo a palavra agora – a gente vai começar com umas participações remotas – ao Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que participa remotamente.

Mario, vou lhe pedir o favor de controlar o tempo de oito minutos por aí – a gente está nesse aperto de tempo –, porque você não vai ter o sinal aqui do relógio, por exemplo. Fique com o seu controle aí em termos de tempo. Com um minuto, vai tocar uma voz feminina que vai avisá-lo do minuto, mas depois não vai ter outro sinal. Então, mantenha o controle, senão eu vou ter que interferir depois aqui no tempo para manter o tempo que o Pietro preservou.

Obrigado, Mario. Está contigo a palavra.

O SR. MARIO POVIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Fique tranquilo. Acho que metade do que eu iria falar, Senador, já foi dito aqui pelas pessoas que me precederam.

Então, eu gostaria primeiro de cumprimentar V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes, e parabenizá-lo pela iniciativa dessa audiência pública. É de se louvar a conquista do setor com a edição da Lei 15.097, de 2025, que estabeleceu o marco regulatório para a geração de energia eólica *offshore*.

O Instituto Brasileiro de Infraestrutura é um braço técnico da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, que se compõe de Deputados e Senadores. A partir de então, a gente vem orientando os nossos esforços no sentido de avaliar o potencial de contribuição tanto da infraestrutura portuária, mas também das mais diversas modalidades de navegação e como esses potenciais podem ser disponibilizados no sentido de viabilizar a concepção de projetos que atualmente não se limitam apenas à mera geração de energia eólica *offshore*, mas se constituem em verdadeiros vetores de desenvolvimento socioeconômico regional e estratégico para a competitividade do parque industrial brasileiro, num processo que chamamos atualmente de neoindustrialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos falando da geração de empregos. Os números, que foram passados aqui pela Roberta, são surpreendentes. Trata-se da geração de emprego e renda e de investimentos bilionários tendentes a diversificar a matriz energética nacional, dando segurança contra potenciais crises hídricas, por exemplo, com redução de custos associados à geração de energia, menor impacto ambiental e harmônica convivência com as demais atividades que se valem da utilização dos chamados recursos do mar e foram apresentados muito bem aí pela ANP. Eu cito também aqui o desenvolvimento da indústria naval, também já citado aqui anteriormente, mas também a questão da formação de mão de obra qualificada para tanto.

Nós não podemos nos iludir dizendo que nós já temos expertise. A mão de obra que nós temos disponível mal dará para fazer frente à expansão dos negócios de óleo e gás, o que dirá para esse novo mercado de eólicas *offshore*. Portanto, a gente tem que capacitar muita gente, e isso se constitui num verdadeiro desafio.

O setor portuário, por sua vez, necessita de um horizonte de previsibilidade para levar a efeito projetos complementares para dar suporte à geração de energia eólica *offshore, s*endo certo que também nessa seara as autorizações e licenças demandam significativo tempo para a viabilização. Daí a necessidade de definição prévia das áreas dos prismas. A atividade de navegação seguramente demandará novas frotas e tripulantes altamente qualificados para fazer frente aos projetos com vultosos investimentos associados, bem como treinamentos especializados. É necessário, contudo, que enfrentemos o risco da perda de oportunidades de aproveitamento do desenvolvimento de projetos e de recursos financeiros que atualmente estão disponíveis e propensos a serem aplicados no setor.

Nós ouvimos aí o nosso representante do Rio de Janeiro, em como há o apetite para a recepção desses investimentos, cuja maturidade dos projetos pode levar até uma década, como a Roberta nos mostrou aí. Para tanto se faz urgente a regulamentação da lei que seja editada e que a regulação setorial seja claramente definida, visando a dar previsibilidade aos potenciais investidores. Sem a adequada segurança jurídica, todos sabemos que o país eleva o risco de capital e acaba por inviabilizar a competitividade da nossa energia. Urge, pois, a definição de normas para a cessão de áreas de forma individualizada, tanto para as modalidades permanentes quanto também as planejadas, consoante o disposto na Lei nº 15.097.

Está em nossas mãos, Senador Marcos Pontes, a regulação e o consequente aproveitamento para o desenvolvimento do futuro desse estratégico setor para a economia nacional.

Eu, de novo, parabenizo-o pela iniciativa.

Todos nós queremos arregaçar as mangas e trabalhar nesse projeto estruturante para o país.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que participou remotamente e conseguiu fazer dentro do tempo – também tem um excedente de crédito. Obrigado, Mario.

Eu passo a palavra agora à Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, que também vai participar remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elbia, faço a mesma recomendação que eu fiz ao Mario, de controlar o tempo por aí, porque você não vai ter os sinais que a gente tem aqui.

Obrigado.

Oito minutos.

A SRA. ELBIA APARECIDA SILVA GANNOUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Marcos Pontes pelo convite e também de cumprimentá-lo por realizar este evento, que é tão importante para a indústria de energia eólica brasileira.

Eu até teria uma apresentação com números, mas, até por conta da agilidade, eu vou utilizar o meu tempo sem a apresentação.

Eu gostaria de cumprimentar também as pessoas que estão aí presentes, na pessoa da Roberta Cox, que trabalha conosco no Gwec – eu, além de Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica Onshore e Offshore e Novas Tecnologias, sou Vice-Presidente do Gwec e também enviada especial do Governo brasileiro para o tema de energia na COP 30.

Então, gostaria de cumprimentar a todos e a todas que estão presentes.

Gostaria de dizer, Senador, que eu não estou aí presente porque estou aqui no Rio de Janeiro, porque neste momento nós estamos realizando um evento – a ABEEólica, em parceria com Gwec – de eólicas *offshore*. Nós vamos aqui, o dia todo, discutir eólicas *offshore* e teremos um documento propositivo que eu faço questão de entregar ao senhor muito em breve, porque eu estou muito satisfeita com o trabalho que o senhor tem feito, com esse olhar para a ciência e esse olhar para a indústria. Quando nós estamos falando de energia eólica *offshore*, nós estamos falando de ciências no Brasil e nós estamos falando de indústria.

Eu gostaria de dividir a minha fala em três pontos: indústria; operação do sistema elétrico brasileiro; sociedade, clima e meio ambiente.

Do ponto de vista da indústria – e aqui é uma Comissão de infraestrutura –, senhoras e senhores, Senador, o Brasil precisa se industrializar. Há muitos anos – há uns 50 anos, pelo menos – eu escuto que o Brasil precisa se industrializar. Agora, a maneira como o país vai se industrializar hoje é muito diferente de como o mundo se industrializou no passado, porque a sociedade é hoje muito distinta.

O país pode se industrializar à medida que ele criar bens e serviços para uma sociedade cada vez mais descarbonizada e uma sociedade cada vez mais tecnológica. Nós podemos ter muitas dúvidas na vida, mas nós temos duas certezas: nós seremos uma sociedade cada vez mais descarbonizada, portanto, dependente de energias limpas e renováveis, e uma sociedade cada vez mais tecnológica, dependente de tecnologia de informação.

E nesses dois caminhos que nós vamos seguindo, nós somos altamente dependentes de energia elétrica e de energia elétrica limpa e renovável. O Brasil é um dos países mais renováveis, mais limpos do mundo, em termos de matriz, e é com este olhar dessa potencialidade que o Brasil precisa olhar para a industrialização verde num conceito, inclusive, de *powershoring*, de atrair investimentos, de atrair fábricas para o país, fornecendo energia limpa e renovável, de atrair investimento da nossa indústria. E muito da nossa indústria é grande exportadora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

commodities, que vai ser capaz de prover produtos verdes para o mercado internacional, já que nós estamos falando de um mundo que está caminhando cada vez mais para a descarbonização.

Além disso, nós podemos promover soluções energéticas para a nossa sociedade brasileira. Eu acabo de voltar de Bonn, da conferência, na pré-COP, em que nós lançamos um programa de eletrificação. E no dia de ontem nós lançamos também um programa global de eletrificação por meio da Aliança Global para Energias Renováveis, que presido no Brasil. Nós temos um olhar muito claro e um caminho para a eletrificação que precisa ser feito e precisa ser feito imediatamente. E é com a energia eólica *offshore*, mais as outras fontes de energia, que a gente já tem maduras no Brasil, como a eólica *onshore*, energia solar, e aproveitando a energia hidrelétrica, que nós já temos, que nós vamos chegar lá, que nós vamos chegar nesse objetivo de industrializar o país por meio de energia.

Nós temos claramente no Brasil – e veja os planos tanto do Ministério da Fazenda quanto do Ministério do Desenvolvimento e Indústria – um tripé central, que é bioeconomia, energia e mineração. E nós precisamos aproveitar todo o trabalho que este Congresso Nacional fez, as leis que o Congresso aprovou, para que a gente, de fato, promova essa industrialização. E há uma dependência muito forte da regulamentação e do Poder Executivo neste momento, porque é o Poder Executivo que vai regulamentar, já citado aqui, a urgência e a necessidade do decreto que regulamenta as eólicas *offshore* e a necessidade de realizarmos ainda este ano, Senador e demais Senadores, demais autoridades presentes, o primeiro leilão de cessão de áreas de eólica *offshore,* porque esse leilão vai permitir que os investidores estudem as áreas para, daqui a três anos, terem uma licença ambiental, para depois terem um contrato e começarem a construir um parque eólico *offshore*, construir um parque no mar.

Então nós estamos no momento certo, talvez até um pouquinho atrasados, para começar essa indústria. E ela leva mais ou menos oito, dez anos para amadurecer. E lá nós teremos um outro Brasil, um outro Brasil que nós construímos a partir desse Congresso, a partir desse grupo que está aqui. Nós temos muita clareza disso.

Além disso, é muito importante, como nós fizemos a apresentação aqui no nosso evento, que a energia eólica *offshore* – e foi apresentado pelos demais colegas também... É incrível a harmonização das nossas falas e o quanto as eólicas *offshore* são capazes de trazer flexibilidade e resiliência operacional para o nosso sistema elétrico brasileiro.

Nós temos um sistema nacional interligado, com 97% do consumo e da produção ligados numa única rede. Isso é uma vantagem comparativa que nenhum país tem; e a energia eólica *offshore* vai ser capaz de manter essa nossa capacidade e contribuir para essa resiliência de rede, de que nós precisamos para eletrificar a economia.

E o terceiro fator é do ponto de vista de mudanças climáticas, transição energética e inclusão da sociedade. Você inclui a sociedade brasileira, a partir do momento em que você industrializa; você inclui a sociedade, a partir do momento em que você cria emprego, renda e gera desenvolvimento econômico e social. A energia eólica brasileira, uma das melhores fontes do país, que cresceu absurdamente nos últimos anos e continua crescendo, trouxe um grande desenvolvimento econômico e social, principalmente para o Nordeste brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A energia eólica *offshore* vai contribuir para esse crescimento, para o desenvolvimento da nossa indústria, que é, Senador, 80% nacionalizada para a eólica *onshore*, e nós vamos construir a mesma lógica para as eólicas *offshore*.

Eu faço um apelo, faço um pedido a todos vocês: o Brasil precisa se industrializar, e, há muitos anos, ele não encontra uma possibilidade tão grande de fazê-lo, como agora. A hora é agora, Senador; e venha conosco, porque eu tenho certeza de que o senhor vai nos ajudar nesse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica; e anotei aqui, com relação ao documento... Eu aguardo, realmente, receber esse documento, porque é importante para que a gente dê sequência aqui; e também tenho anotado com relação ao decreto e ao leilão, em termos de procedimentos por aqui.

Eu passo a palavra, agora, ao Sr. Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transição Energética no WWF-Brasil, que também participa remotamente.

Alexandre, eu peço aí de novo, da mesma forma para os outros remotamente, para cuidar do tempo de oito minutos pelo seu relógio. Você vai ouvir só, então, a chamada de um minuto, pela voz feminina, que avisa nesse momento; mas, por favor, controle o tempo por aí.

Um abraço.

Está contigo a palavra.

O SR. ALEXANDRE GROSS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem?

O.k.

Vocês me ouvem aí do seu lado?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está 100%;

O SR. ALEXANDRE GROSS (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Bom, Sr. Senador Marcos Pontes, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, demais convidados e participantes, bom dia.

Sou Alexandre Gross, do WWF, e estou aqui representando o Observatório do Clima, em substituição à minha colega Kássia Bazzo.

Brevemente, o Observatório do Clima é uma rede composta por mais de 170 organizações da sociedade civil que atuam na agenda de políticas climáticas socioambientais no país e têm acompanhado de perto a implementação desse novo marco regulatório.

E acho que a minha fala – e por isto também é importante ter estes espaços democráticos – é uma fala – não questionando o mérito – mais cautelosa aqui e talvez menos empolgada que a de alguns dos colegas.

Ela desce um pouco mais na regulamentação e ela se baseia na nota técnica que foi elaborada pela rede do Observatório do Clima sobre a proposta de metodologia de seleção de áreas para a geração eólica *offshore,* desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Energética brasileira, entendendo que ela já é uma das providências pós-Lei 15.097.

Então, eu queria começar com uma ideia simples e central. A discussão é: o mar não é um espaço vazio. O território marinho abriga pessoas, modos de vida, atividades econômicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas culturais, pesca artesanal, comunidades tradicionais, que podem ser muito sensíveis. Então, tudo isso precisa ser considerado desde o início do planejamento, não somente aportar esse debate para o processo do licenciamento. Isso é uma demanda nossa.

Em síntese, eu queria trazer os cinco pontos e depois abri-los. A gente queria reconhecer que tem muitas lacunas de informação, e esse é um desafio central para o desenvolvimento dessa indústria nacional; uma demanda para incorporar cartografias sociais e conhecimentos comunitários dentro do processo de planejamento e de seleção de áreas; garantir participação social desde o início do processo, a gente tem sentido muita falha em uma participação mais ampla de diversos setores, em especial da sociedade civil; aplicar um princípio de precaução, incluindo a proteção das 12 milhas náuticas, eu vou abrir um pouquinho mais essa discussão; adotar uma expansão gradual por meio de áreas-piloto, assim, o pedido é: vamos com calma; e o último, e talvez não menos importante, é assegurar que o planejamento espacial marinho ainda permaneça como nossa referência para a organização dos usos do mar, para a gente não atropelar o processo do PEM.

Abrindo um pouco as caixas, a energia eólica é uma alternativa importante para a transição energética, mas uma fonte, para ser sustentável, precisa respeitar direitos, territórios, salvaguardas socioambientais; e o processo de seleção de áreas é uma etapa decisiva, e ela está em jogo hoje na mão ali da EPE e de todas as influências que ela oferece.

A gente entende que essa metodologia da EPE já é um avanço, mas a nota técnica que vai ficar aqui anexada na reunião para vocês, para quem quiser ter acesso e entrar nos detalhes dela, mostra que a gente precisa ainda aprimorar muita coisa nesse processo.

O primeiro ponto é adotar uma visão mais integrada entre mar e terra, acho que alguns colegas trouxeram isso. Não basta olhar apenas para a localização dos aerogeradores, é a infraestrutura associada, linhas de transmissão, subestação, usos no território.

Outro ponto crucial é a falta de informação do ambiente marinho brasileiro, e aí aqui as bases de dados ainda são muito insuficientes, especialmente para representar alguns usos, como pesca artesanal, territórios tradicionais, e isso cria um risco concreto, pois a gente pode selecionar áreas simplesmente porque temos mais informações disponíveis para elas e não porque elas são as menos sensíveis e menos conflituosas para a implementação desses projetos. A gente defende a criação de uma infraestrutura pública de dados desse ambiente marinho e litoral. Nisso entram cartografias sociais, nas quais a gente consegue ouvir o território e eles têm que ser representados no mapa – o que não está no mapa não existe.

Um terceiro ponto é a gente... No critério de precaução, a gente entendeu que a metodologia não deixa claro o peso atribuído a diferentes fatores, e os usos tradicionais parecem subdimensionados em relação a variáveis técnicas. A gente consegue dirimir essa lacuna com algum esforço, com critérios definidos de forma mais transparente e participativa. Nesse sentido, com relação aos dados também, a gente queria reiterar a exclusão das 12 milhas náuticas no mar territorial para a seleção de áreas, que já está prevista na Resolução CNPE nº 1, de 2026, enquanto essas incertezas persistirem.

Está na resolução do CNPE, mas a gente já ouve discursos de que isso pode ser flexibilizado. A gente entende que é crucial a gente manter essas 12 milhas, inclusive para dar mais segurança para o setor e a gente conseguir avançar, com mais velocidade, segurança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

robustez, na implementação dessa indústria no país. Isso também tem uma recomendação para a gente considerar as zonas de amortecimento de unidades de conservação e territórios de pesca artesanal.

Um quarto ponto – e aqui fica um elogio à iniciativa, Senador, mas também um apelo – é a participação social mais ampla. Na avaliação da nota, e o que o terceiro setor e a sociedade civil vêm sentindo, é que o processo até agora não garantiu uma participação efetiva da sociedade civil, e a gente entende que a indústria só tem a ganhar com uma participação mais ampla no processo, mais a montante.

Mais uma vez, o licenciamento está previsto, mas o envolvimento maior da sociedade civil – e, em certa medida, de comunidades – garante um processo mais robusto e, inclusive, celeridade; planejamento e envolvimento são redução de custo também. Ele não pode ser só um processo de consulta; ele precisa ocorrer na definição de critérios, validação de dados, avaliação de conflitos de uso.

Por fim, e não menos importante, é o Planejamento Espacial Marinho como ponto central para ser integrado nesse debate todo. A metodologia da EPE, que vem avançando, precisa ser entendida como uma solução transitória, sem substituir o planejamento integrado de usos do mar. Então, mesmo sem a consolidação do PEM nacional, o setor precisa se alinhar às diretrizes dos PEMs regionais, que já indicam áreas potenciais para o desenvolvimento de atividades e áreas de conflito potenciais. E aqui, o ponto central é que a definição dessas áreas para eólicas *offshore* não deve antecipar decisões que cabem ao Planejamento Espacial Marinho sem comprometer os usos já consolidados. E aí, a gente tem um protagonismo da Marinha, um protagonismo do MMA para a construção do PEM, e a gente exige que esse processo seja o mais integrado possível.

Por fim, a nota recomenda – e aqui é um posicionamento muito claro da sociedade civil organizada – uma abordagem gradual para o desenvolvimento das eólicas *offshore* no Brasil. Acho que tem uma sede, a gente ouve nas apresentações, principalmente setoriais, para que isso seja o mais rápido possível. Estamos prontos, estamos com a faca e o queijo na mão, mas a gente não morde o queijo quando está com a faca e o queijo na mão, a gente o fatia.

E aí, a nossa ideia é um pedido para que a implementação seja com áreas-piloto que nos permitam gerar aprendizado, produzir maiores informações, aperfeiçoar a regulamentação antes de uma expansão em larga escala e, de alguma forma, um pouco mais caótica. Essa própria estratégia reduz risco e fortalece a própria governança do setor. Em síntese, incorporar cartografias sociais, garantir participação social, o princípio da precaução – 12 milhas garantidas –, adotar uma expansão gradual e assegurar que o PEM ainda é a documentação de referência.

O Observatório do Clima e todas essas organizações que o compõem permanecem à disposição para contribuir tecnicamente para a construção e planejamento mais robusto, que conciliem geração de energia, conservação, proteção dos modos de vida e comunidades.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transição Energética no WWF-Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anotei aqui a parte de participação social, concordo contigo, é importante, aliás, aqui é uma Casa para isso. Nós fizemos aqui, por exemplo, na parte de inteligência artificial... Eu pedi e presidi aqui 12 audiências públicas, se eu não me engano, foi um número grande, justamente para ouvir vários setores, várias áreas diferentes, por várias perspectivas, porque isso acaba tendo um melhor resultado no final, eu acho, para todo mundo. Então, obrigado pela participação.

Eu passo a palavra agora ao Senhor Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Também participa remotamente.

Dante, eu peço para controlar o tempo por aí, nos oito minutos.

Obrigado.

O SR. DANTE LUIZ DA ROS HOLLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes, nosso ex-Ministro lá do MCTI, muita alegria poder estar aqui falando para o senhor e para os demais colegas. Eu, assim como a Elbia e o Alexandre, estamos aqui no Brazil Offshore Wind Summit, no Rio de Janeiro, construindo esse documento que vai ser lançado em breve.

Depois de tantas falas boas sobre o assunto de eólica *offshore*, não há mais muito o que falar. Vou falar aqui o que me cabe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A gente apoia a temática desde 2019, com estudos, *workshops*, capacitando os gestores públicos, promovendo eventos, e o ministério apoia, de fato, por meio de chamadas públicas grandes, projetos do CNPq, da Finep.

A gente está aqui hoje discutindo com diversos atores, industriais, acadêmicos; o Governo está interessado, está ouvindo; e também o Congresso está apoiando essa temática.

Então, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, eu agradeço e a gente está de mãos dadas também com os demais parceiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Obrigado ao Sr. Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, que está com crédito bom aqui de tempo também.

Agora eu passo a palavra... É esse aí que mudou ou continua? É o Marcelo aqui? (*Pausa.*)

Marcelo.

Então, eu passo a palavra agora ao Senhor Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) do Rio Grande do Sul, que também participa remotamente.

Marcelo, eu só peço também para controlar o tempo por aí, nos oito minutos.

Obrigado.

O SR. MARCELO CAMARDELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito boa tarde. Prometo que vou controlar o tempo para não levar um puxão de orelha aqui *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo pela audiência, também cumprimentar a Presidente da Coalizão Eólica Marinha, a Roberta Cox, por trazer este debate, por trazer esse tema para a discussão aqui da sociedade.

Na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da mesa, em especial o Pietro Mendes, que muito tem nos ajudado aqui no Rio Grande do Sul. Fica aqui o nosso agradecimento, Pietro, junto ao nosso Departamento de Energia, com todos os desafios que a gente vem sofrendo desde 2024 – desde as enchentes de 2024 – e um futuro que nós queremos trazer melhor para o nosso estado, e você tem muito nos ajudado aqui no estado. Então, fica nosso agradecimento.

Eu tenho aqui uma fala talvez um pouco breve, para que eu possa respeitar esses oito minutos, mas bastante otimista do ponto de vista de solidariedade a todos, colocando o Rio Grande do Sul à disposição para que a gente possa construir os melhores caminhos na regulamentação da legislação.

A eólica *offshore* para nós, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, representa uma das maiores oportunidades e estratégias para um futuro energético – não só o do Rio Grande do Sul, como o brasileiro –, com o Rio Grande do Sul possuindo, sim, condições talvez singulares para a eólica *offshore.* São mais de 620km de litoral, com excelentes regimes de ventos que nós temos aqui no Rio Grande do Sul e uma infraestrutura portuária que pode, sim – forte e capacitada –, contribuir para esse contexto como um todo.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, hoje nós temos, *onshore*, mais de 10 gigas licenciados aqui no Rio Grande do Sul e mais de 2 gigas operando; temos, *offshore*, 17 projetos já dentro do Ibama para licenciamento, que montam mais de R$840 bilhões em investimento do Rio Grande do Sul.

Então, assim, como os outros estados e as apresentações aqui, e as falas que me antecederam – pelas quais eu aproveito também para cumprimentar –, a gente entende que o Rio Grande do Sul nesse contexto, e, obviamente, junto aqui à Coalizão Eólica Marinha... Queremos muito contribuir na construção deste ambiente regulatório para que ele seja seguro: um ambiente previsível, com segurança jurídica.

Aqui, quando nós falamos segurança jurídica, se alia essa segurança jurídica e ambiental para os empreendedores, para os órgãos licenciadores, para o ambiente regulatório como um todo. Isso é muito importante para que a gente tenha essa tranquilidade – essa segurança – para os investidores e também para a sociedade brasileira, tanto nessa atividade quanto em tantas outras atividades nas quais nós nos debruçamos aqui, por exemplo, dentro da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura aqui do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, criando um ambiente seguro, técnico, previsível e competitivo é que nós nos formamos junto a vocês aí – o Estado do Rio Grande do Sul –, para que a gente possa ter uma regulamentação no tempo adequado, com essa segurança, e que a gente possa, junto aos demais estados, tornar esse processo – que é indispensável – dentro dessa regulação.

Somos responsáveis, dentro dos estados, por conectar essas diretrizes que são criadas em nível federal, mas para trazer para as realidades territoriais – ou seja, cada um nas suas especificidades, nas suas realidades – e promover essa integração entre os governos estaduais e também o Governo Federal junto ao setor produtivo, junto à sociedade e junto às universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui o Rio Grande do Sul – o Estado do Rio Grande do Sul – como parceiro, Senador Marcos Pontes, na construção e à disposição para que a gente possa evoluir e ter, sim, em tempo adequado, essa regulamentação. E a gente possa, sim, avançar nessa importante atividade de geração de energia que faz parte da transição energética, a qual todos nós aqui, juntos, perseguimos.

Muito obrigado e uma excelente continuidade da nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. Agradeço pela participação.

Agora, concluídas as falas de cada um dos expositores, eu vou retornar a palavra para cada um deles. Eu só vou pedir... Se puder me emprestar as perguntas.

Eu só vou ler aqui antes as perguntas recebidas pelo nosso sistema, no Portal e-Cidadania, para que todos tenham acesso. Aliás, agradeço a participação de cada um que enviou perguntas e comentários para cá.

Givanildo, do Ceará: "Quais as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo para que a geração de energia não seja impactada pelo *curtailment*?".

Depois traduzo essa palavra aqui também.

A SRA. ROBERTA COX (*Fora do microfone.*) – Corte de geração.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Para o corte de geração.

O Davi, do Mato Grosso, também: "Como a regulamentação da Lei 15.097, de 2025, pode acelerar o licenciamento da eólica *offshore* e garantir a conexão segura ao SIN?".

O Thiers, do Rio Grande do Sul: "A regulamentação prevê zonas de exclusão para áreas ambientalmente sensíveis ou estratégicas para a pesca artesanal?". Isso foi falado também.

Vamos aos comentários. Wagner, do Paraná: "Um bom projeto para reduzir valor nas contas e impacto ambiental".

Então, eu vou retornar a palavra, por dois minutos, para cada um dos nossos expositores para as suas considerações finais e, se quiserem responder a alguma das perguntas, também será interessante.

Então, retorno a palavra à Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha.

A SRA. ROBERTA COX (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. É uma satisfação estar presente aqui nesta discussão tão rica.

Bom, abordando um pouco aqui as perguntas sobre como a regulamentação pode acelerar o licenciamento de eólicas *offshore* e se a regulamentação prevê exclusão para áreas ambientalmente sensíveis e estratégicas para a pesca, eu queria pontuar uma coisa que a gente sempre comenta.

Como comentei com o senhor, a gente tinha, anteriormente, 104 projetos solicitando licença dentro do Ibama; e, atualmente, nós temos 59. Isso não é porque o Ibama está demorando a dar licença, o Ibama não está atrasando em nada o processo. O Ibama rapidamente se prontificou, fez um termo de referência padrão, abriu e os projetos estão entrando lá, solicitando licença. O que falta é o decreto, o decreto com as regras para a cessão de área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o empreendedor tiver área, ele vai poder começar a levantar os dados, começar a estudar para poder fazer um documento e entregar no Ibama; o Ibama está esperando. Então, assim, como se pode acelerar o licenciamento? O licenciamento está parado. Saindo o decreto de que o empreendedor pode fazer o estudo e aí, sim, iniciar o licenciamento ambiental. Precisamos do decreto, precisamos da cessão de área para poder ter os dados, para poder ter informação, para poder ter um estudo.

Vai ter áreas ambientalmente sensíveis, estratégicas para pesca artesanal, como em qualquer outro empreendimento marinho. É feito um estudo baseado em levantamentos ambientais: se é identificada uma área sensível, se é identificada uma área que é usada para pesca, isso tudo é colocado dentro de um estudo de impacto ambiental, e a equipe multidisciplinar do Ibama vai analisar conflitos de uso, áreas sensíveis, áreas destinadas a turismo, a pesca, a um porto, a petróleo e gás. Isso tudo é considerado dentro do licenciamento ambiental. A licença pode ser deferida OU indeferida – negada ou concedida – ou o projeto pode ser alterado, tanto a localidade quanto a tecnologia, para se adequar à realidade local.

Mas isso só consegue avançar se tivermos a cessão de área, o decreto, a cessão de área, para levantar os dados e poder conversar com a população. A fala do Alexandre também vem muito nessa questão. A gente precisa do planejamento espacial marinho? É claro, o Brasil precisa do planejamento espacial marinho. Ele é ótimo para nós colocarmos os nossos portos, o petróleo e gás, a eólica *offshore*, para tudo. Não só para a eólica *offshore*; continua saindo bloco de petróleo sem ter o PEM e, para eólicas *offshore*, precisa do PEM. Isso é tratar sem isonomia os nossos agentes. Então, o PEM é, com certeza, superimportante.

A gente está acompanhando, contribuindo no que for necessário. E esses levantamentos de dados das cessões, isso também vai servir para alimentar os PEMs regionais que estão sendo elaborados com mais qualidade, porque, tendo dados, a gente transforma esse PEM num documento melhor ainda.

Então, minhas contribuições. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha. Obrigado. Ainda tem muitas discussões pela frente. E conte conosco aqui.

Eu retorno a palavra agora ao Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. MILAD SHADMAN (Para expor.) – Com relação à questão do *curtailment*, eu faço um corte de energia. Um exemplo: devemos parar com construção de estradas, porque existem alguns congestionamentos em alguns pontos. Devemos melhorar a infraestrutura, não parar de produzir carro e usar estrada, não é?

É a mesma coisa para a energia renovável. A solução para cortes de energia passa pela modernização do sistema, passa pelo armazenamento, mais flexibilidade, uma rede mais flexível, consumo inteligente, para que a gente possa controlar esse pico de energia, e algumas outras medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu diria que eólica *offshore*, com tudo que expliquei aqui, com potencial significativo, com o impacto que pode ter na segurança energética, com o impacto que pode ter na resiliência da rede e na neoindustrialização em geral, é agora o momento para a gente começar a estudar.

Como também na fala do representante do WWF, falando que a gente tem poucos dados, a gente não conhece muito bem o mar. Ao mesmo tempo em que a gente domina, tem a falta de... Então, é deixar e permitir as empresas poderem estudar as áreas. Isso é muito rico, porque eles vão trazer os dados, medidas do local, e a gente vai ter uma noção melhor do que a gente tem no mar. Isso é importante.

E como a Elbia também mencionou, é um processo que demora dez anos para a gente ter uma indústria mais madura. Então, temos que começar agora, para não perder também a competitividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Muito obrigado, Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na sequência, para suas considerações finais, eu passo a palavra ao Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), agora com um critério... Com critério... Com crédito de tempo aqui. (*Risos.*)

O SR. PIETRO MENDES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Pegando um pouco das perguntas aqui, com relação ao *curtailment*, eu acho que a gente precisa ter uma pauta para destravar investimentos no Brasil.

Acho que a fala da Elbia, por exemplo, da eólica *offshore*... Quantas indústrias virão para cá? Quanto de consumo de energia vai ter, de aumento? Trabalhar ao lado da demanda pelo crescimento.

Muitas vezes tem algumas falas que trabalham na questão da limitação da oferta de energia, para que... A gente vai, aí sim, ter uma crise de oferta, em que, provavelmente, o Brasil vai ter que importar energia. E, no caso, a gente precisa ter todos os investimentos para aumentar a oferta, porque, como a Roberta Cox mostrou aqui, todos os estudos mostram que o Brasil vai precisar de mais energia. Então, limitar a oferta não faz sentido.

Quando nós olhamos a pergunta aqui do Thiers, do Rio Grande do Sul...

Aproveito para cumprimentar o Marcelo Camardelli. Obrigado pelo reconhecimento. A gente sempre trabalha na ANP muito em conjunto com o Estado do Rio Grande do Sul, com todos os estados, mas, em particular, com o Rio Grande do Sul, que, por conta das mudanças climáticas, sofreu muito com cheias. E também com investimentos em energia renovável que estão vindo lá, por exemplo, do biometano, e a ANP sempre apoia muito o Estado do Rio Grande do Sul.

É preciso desmistificar um pouco essa questão da economia do mar... Hoje a gente já tem uma economia do mar. São milhares de navios que passam na costa brasileira a todo momento. Você tem atividade econômica o tempo todo. Então, assim: "Vou botar ali uma unidade para produzir energia eólica *offshore*". O que isso representa em tudo o que está passando ali de embarcações? "Ah, vou ter que ter uma estrutura em terra para dar suporte".

Por exemplo, no caso do licenciamento ambiental do Bloco FZA-M-59 da Margem Equatorial, a gente teve um debate – eu ainda estava no Ministério de Minas e Energia – com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ibama, porque você já tinha um aeródromo e aí, porque você botava uma sonda de perfuração, aquele voo... A única aeronave que tinha problema era a aeronave que ia para a plataforma de petróleo, porque não excedia o licenciamento ambiental para todas as outras aeronaves, para todas as outras atividades. Só aquele voo para a plataforma de petróleo tinha problema e tinha que se fazer uma oitiva com todas as comunidades no entorno.

Então, para o que eu estou querendo chamar atenção? A eólica *offshore*... Qual o impacto? Vai ser uma unidade grande no mar. Será que esse impacto todo... A gente não tem tanto problema de falta de dados? Temos que fortalecer o serviço geológico brasileiro, fazer o planejamento espacial marinho, mas isso não pode ser um gargalo.

Quando a gente faz uma atividade exploratória de óleo e gás com base em uma manifestação conjunta, você tem um conjunto de informações, e a gente tem que lidar muitas vezes com a desinformação. Na Margem Equatorial, apontavam que tinha coral e o serviço geológico brasileiro mostrava que, na verdade, as fotos eram de rodolitos, que são estruturas mortas e que não tinha impacto nenhum.

Então, assim, até que ponto a gente também tem que ceder a essas pressões, no sentido de que "Não, precisamos de mais dados, mais informações, mais oitivas?" Mas já existe uma economia do mar. Já existe uma atividade que está acontecendo. No Rio de Janeiro, se se botar uma plataforma de eólica *offshore*, que diferença faz com tantas plataformas de petróleo lá?

Na Margem Equatorial, botar uma plataforma para produzir petróleo, um FPSO gigante desses quando você olha quantos navios passam... O vazamento de petróleo que teve na costa do Nordeste foi de um navio clandestino transportando petróleo. Não foi produção. Então, assim, produção de eólica *offshore* tem mesmo esse impacto todo?

Então, essa pergunta eu acho que a gente tem que fazê-la.

E aí, concordando com o Wagner, do Paraná: um bom projeto para reduzir valor nas contas, porque eu acho que mais energia é importante para o Brasil. E impacto ambiental, porque a energia é renovável. A gente não tem outra alternativa. Se a gente não pode gerar energia fóssil e, se for gerar energia renovável, que também tem um monte de impedimentos, qual é a solução para um país que está crescendo, que precisa de emprego, que precisa de bons empregos? Então, qual é a solução? A gente não gerar energia?

A gente vive sem energia? Essa é a pergunta que eu deixo ao final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Realmente, o trabalho junto – como ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, sempre tenho que colocar aqui – à tecnologia ajuda, e muito, né? Inclusive, quando você faz análise de risco, dos riscos tanto de probabilidade quanto de impacto, a tecnologia entra diretamente ali, geralmente reduzindo a probabilidade e reduzindo o impacto, com o uso correto da tecnologia.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro, para suas considerações finais.

O SR. THIAGO SOARES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, do Estado do Rio de Janeiro, Senador, estamos avançando. Por si só, a Secretaria de Energia e Economia do Mar já tem o seu pioneirismo em relação a tudo o que diz respeito ao *offshore*, à indústria naval, à economia do mar como um todo.

Estamos trabalhando duramente para que as coisas avancem, desde a constituição de leis, constituição de normativas até o fomento da indústria naval, já que o Estado do Rio vem perdendo esse protagonismo ao longo de alguns anos. E avançarmos no sentido de criar um ambiente mais seguro para investimentos do setor privado.

É nessa direção que a Secretaria de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro vem debatendo junto a diversos setores – desde o terceiro setor, enfim, a questão das iniciativas e de investimentos privados –, criando justamente essa atmosfera melhor para que a gente continue avançando, continue trazendo essas inovações, uma energia limpa para o nosso estado, e voltando o Estado do Rio de Janeiro para o protagonismo que sempre teve e que, ao longo dos anos, vem se perdendo.

Muito obrigado pela participação. Estamos à disposição para, quando tiver um novo convite, participarmos com vocês.

Um grande abraço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro. Obrigado pela participação e, de novo, conte conosco aqui para trazer essas discussões e chegar ao melhor consenso sobre tudo isso.

Eu passo agora a palavra, remotamente, ao Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, para suas considerações finais.

O SR. MARIO POVIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Agradeço, novamente, o convite para o IBI estar aqui presente. Eu queria também me alinhar à preocupação do Diretor Pietro na questão da oitiva dos povos, do licenciamento, enfim. Acho que a gente tem que verificar o que efetivamente nós temos de novo para agregar ao processo.

Eu tenho absoluta convicção, como o Alexandre Gross colocou aqui, de que nós não queremos, efetivamente, ir adiante com nenhum projeto desse porte sem fazer todo o procedimento do licenciamento ambiental, das oitivas, e cumprir a OIT 169.

O grande problema é que, mesmo entre os especialistas, a gente sente que há uma divergência sobre qual protocolo seguir, e a gente precisa ter critérios objetivos para definir, passo a passo, o que tem que ser feito.

A gente tem aqui no IBI defendido que seja definido um protocolo para a OIT 169, independentemente de se ela faz parte ou se não faz parte do licenciamento; a gente acha importante ouvir, acha importante adotar todas as providências necessárias, mas também verificar o que tem de bom senso nisso. Se já tem uma exploração ao lado, será que teria que reiniciar todo um processo, todo um levantamento de dados? Acho importante a gente seguir uma construção conjunta com relação a isso.

De resto, quero agradecer e dizer que nós precisamos arregaçar as mangas e, com prioridade – mas com parcimônia, evidentemente, cumprindo todos os protocolos –, efetuar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos necessários, porque eles são efetivamente transformadores para a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

Obrigado pela participação.

Novamente, só refrisando que nós vamos, provavelmente, ter outras apresentações; vai ser importante.

Eu passo agora a palavra à Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, para as suas considerações finais também.

A SRA. ELBIA APARECIDA SILVA GANNOUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu vou usar meu tempo para falar sobre o *curtailment* e vou dizer para o senhor que eu tenho feito uma campanha com os jornalistas para não usarmos essa palavra, porque nós a temos em português: chamam-se "cortes de geração".

Os cortes de geração têm acontecido fortemente no Brasil, e os nossos investidores, que investiram muito em eólicas *onshore*, que acreditaram no país, hoje estão levando prejuízos, porque nós estamos sofrendo cortes da ordem de 45% da nossa capacidade de produção.

Mas é muito importante colocar este problema dos cortes de geração no curto prazo. Por que é de curto prazo? Nós não estamos com excesso de energia no Brasil; nós estamos com excesso de energia ao longo do dia, principalmente das 10h às 14h, porque nós estamos com excesso de geração solar distribuída nesse momento. Quando a gente faz toda a contabilidade do sistema, a gente está precisando de muita energia agora, até porque a gente chama a térmica às 6h da tarde, e, quando a gente olha e traz essa visão de futuro, de médio e longo prazo, é isso que é importante.

Nós apresentamos um estudo ainda ontem, aqui num evento que fizemos com a OEP, que é uma parceira da ABEEólica, e a gente desenvolveu esse estudo justamente para mostrar que a eólica *offshore*, além de trazer toda essa energia, pensando no médio e longo prazo, tem essa capacidade de produzir, principalmente das 6h da tarde, das 5h até as 4h da manhã, nesse momento de pico de energia em que hoje nós estamos usando usinas termoelétricas, caras e poluentes.

Então, é essa flexibilidade que o sistema brasileiro precisa procurar, e é do que o mundo precisa: ter sistema mais resiliente, mais flexível, justamente para eletrificar.

Nessa linha da eletrificação, o Brasil tem o sistema interligado e ainda tem essa potencialidade de fazer a combinação de fontes renováveis, somadas ainda às baterias, o que nós já discutimos aqui na Comissão. O Ministro Silveira anunciou que nós vamos ter um leilão de baterias, e as baterias serão fundamentais para trazer também essa flexibilidade para o sistema e para permitir que o nosso sistema elétrico seja cada vez mais renovável, competitivo e barato.

Um dos nossos participantes perguntou como é que nós vamos transformar essa energia a preço módico para o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós investirmos fortemente em energia renovável, principalmente também neste momento de flexibilidade, de pico do sistema, nós vamos ter a tarifa do consumidor final mais barata.

A energia eólica junto com a solar hoje são as formas de produção de energia mais baratas do país. Então, nós temos que investir mais em renováveis, somadas a soluções de baterias, e trazer as eólicas *offshore*, porque esse estudo que a OEP nos trouxe mostra o quanto a *offshore* também é complementar.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica.

Com as minhas anotações aqui também, vou estar em contato, vou pedir para o pessoal ficar em contato para que nós tenhamos aqui a documentação.

Eu passo a palavra agora, para as suas considerações finais, ao Sr. Alexandre Gross, Diretor de Infraestrutura e Transição Energética da WWF Brasil.

O SR. ALEXANDRE GROSS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Lembrando que eu falo aqui também pelo Observatório do Clima, essa rede de organizações.

Eu queria reforçar que aqui nossa posição não é sobre o mérito das eólicas *offshore* e as vantagens competitivas dentro do setor, não é sobre o mérito de gerar mais energia, eu acho que isso está bem argumentado pelo setor e bem posto. É mais sobre o processo e o que vem pela frente no pós-lei, é a relação com os outros setores e o entorno a que esses projetos aí chegam.

Acho que vale levantar que, em 2026, a gente apontar que quer seguir o licenciamento e as oitivas à risca é o mínimo legal. Acho que o desafio aqui é arregaçarmos as mangas juntos no processo e nas etapas a montante de planejamento; antes do licenciamento, mas neste momento que nós estamos agora. Então, vem esse pedido para a gente não deixar para alguns debates acontecerem só lá na ponta.

Por exemplo, os leilões com critérios não financeiros podem ser uma oportunidade única para o país entrar no mapa de um desenvolvimento moderno, desenvolvimento sustentável. Sim, que a gente saia de um critério puramente financeiro para colocar nos leilões.

A gente entende que é preciso colocar presença pública, poder público e uma regulamentação eficiente e rígida que saia da lógica de retorno energofinanceiro, mas que a gente pondere os usos múltiplos de forma mais equilibrada; antecipar esses conflitos.

Eu acho que, isso sendo feito de forma dialogada para além do setor energético, o próprio setor ganha. Ele chega mais preparado ao território e entra de forma mais suave e ponderada.

Por fim, Senador, eu deixo aqui um pedido para que a nota técnica do Observatório do Clima seja anexada aqui aos anais da reunião, e quero colocar as organizações do Observatório do Clima super à disposição para a gente apresentar a nota, entrar em detalhes e trazer aqui as nossas preocupações e, mais do que isso, as nossas contribuições para o processo. Acho que tem experiências acumuladas com outras infraestruturas, outros setores, que seriam muito ricas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente conseguir aplicar aqui para a chegada dessa nova indústria; e que ela seja próspera também.

Muito obrigado pela oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transição Energética da WWF Brasil e também do Observatório do Clima, aqui conosco.

Eu passo agora a palavra para suas considerações finais ao Sr. Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. DANTE LUIZ DA ROS HOLLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente obrigado pelas perguntas do público. Acho que sempre é muito válida a interação da sociedade. Nós estamos escutando diversos atores dentro do Governo, no grupo de trabalho de energia eólica *offshore*. Temos Casa Civil, ministérios, institutos – escutamos muitas vozes –, os pescadores, a Marinha. Tivemos uma consulta pública, aberta para a sociedade, para contribuir com essas partes interessadas nesse assunto. Ainda faltam outras partes – é um assunto novo –, há muita gente interessada, muitos atores interessados.

E eu gostei muito das palavras do Pietro, bem entusiasmado. A gente precisa desenvolver nossa sociedade. Eu comento com as pessoas com quem eu converso: quando a gente se forma em Engenharia, a gente tem no final um juramento para poder mudar a paisagem e trazer progresso para a sociedade e melhoria de vida para todos. E aí, nós temos prédios, rodovias, infraestrutura, tudo é mudado. A paisagem é mudada, tanto marinha, quanto terrestre, quanto aérea.

Então, muito obrigado pela participação.

E nós também estamos esperando o decreto, que estava previsto para maio – já estamos atrasados –, e estamos aguardando ansiosamente.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

E, neste momento, concluídas todas as falas – lembrando que o nosso último expositor perdeu o contato –, mas, mesmo assim, eu gostaria de agradecer aqui a todos aqueles que participaram pelo e-Cidadania, da nossa população, e também àqueles que estão aqui, ao vivo, conosco na nossa Comissão; também à Sra. Roberta Cox, Diretora de Políticas para o Brasil no Conselho Global de Energia Eólica e Diretora-Presidente da Coalizão Eólica Marinha; também agradeço ao Sr. Milad Shadman, Doutor em Engenharia Oceânica pela Coppe, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um ponto importante de a gente lembrar aqui é que a universidade participa, e é importante a universidade participar de tudo isso. Para quem não se tocou, é a universidade que tem a maior parte da nossa pesquisa básica do país. É importante dar esse valor às nossas universidades.

Também eu agradeço ao Sr. Pietro Mendes, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), aqui conosco; também agradeço ao Sr. Thiago Soares, Secretário de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro – também muito obrigado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela participação –; também ao Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que participou remotamente – obrigado pela colaboração –; também à Sra. Elbia Aparecida Silva Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica – também participou remotamente, muito obrigado –; também ao Sr. Alexandre Gross, Líder de Infraestrutura e Transição Energética da WWF-Brasil e do Observatório do Clima – obrigado também pela participação –; também agradeço ao Sr. Dante Luiz da Ros Hollanda, Coordenador de Inovação e Tecnologias Setoriais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – também participou remotamente, muito obrigado –; e também ao Sr. Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, que também participou aqui conosco.

Neste momento, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito também para agradecer à nossa Secretaria, sempre atuante e competente. Obrigado pela participação e por fazer funcionarem todos os sistemas aqui.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Eduardo Braga, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Hermes Klann, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Camilo Santana, Beto Faro e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8/2026 - 6º Ciclo**. **Finalidade:** 6º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovadas as alterações de indicações (Anexo I desta ata), que, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios, conforme o relatório aprovado. Registre-se que a Senhora Presidente fez a leitura de comunicado no qual informou que, diante do cenário de restrição orçamentária decorrente dos bloqueios promovidos pelo Governo Federal na execução do Orçamento de 2026, e em observância às regras fiscais vigentes, tornou-se necessário definir os critérios para a realização dos bloqueios incidentes sobre as indicações da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), adotando-se parâmetros voltados à segurança jurídica, à impessoalidade, à transparência e à continuidade da execução das emendas. Quanto aos critérios, propôs-se a manutenção de todos os empenhos já realizados, de modo a não prejudicar as propostas que já avançaram em sua execução. No tocante aos recursos remanescentes, observar-se-á, para fins de empenho, inicialmente, a ordem cronológica de aprovação das propostas pela Comissão, nos respectivos ciclos de aprovação; observada essa ordem, serão priorizadas aquelas já apresentadas pelos beneficiários, tecnicamente analisadas e em estágio mais avançado de maturidade para execução. Consignou-se, por fim, que essa é a solução mais equilibrada e responsável para o momento, por preservar o trabalho já desenvolvido pelos municípios, pelos beneficiários e pelas equipes técnicas da Comissão e do Ministério, além de assegurar objetividade, isonomia e previsibilidade na priorização dos recursos. A presidência submete à

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de julho.

Comunico o recebimento do convite encaminhado pela Clia Brasil para que a Presidente desta Comissão componha a mesa de abertura do 8º Fórum Clia Brasil, a realizar-se em 26 de agosto de 2026, em Brasília, Distrito Federal. O evento reunirá autoridades representantes dos setores públicos e privados para debater os desafios e as oportunidades do setor de cruzeiros no Brasil, com foco no fortalecimento do turismo e no desenvolvimento econômico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação do 6º Ciclo de Deliberação das indicações das emendas RP 8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN.

Registro que a reunião será realizada em formato semipresencial, com a participação remota dos Senadores por meio da plataforma Zoom.

As inscrições para uso da palavra poderão ser feitas com o recurso "levantar a mão".

Gostaria de registrar, ainda, que os pedidos de alteração de indicações a serem deliberados nesta data foram enviados para apreciação na Comissão, no período de 12 a 25 de junho, tendo sido este prazo amplamente divulgado no *site* da Comissão de Desenvolvimento Regional. A coordenação das sugestões de indicação no âmbito desta Comissão ficou a cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente, por meio do sistema, o total de 45 indicações. Dessas, 39 receberam parecer favorável às solicitações de alterações (Anexo 1) e 6 foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado a esta Presidência (Anexo 2).

Farei a leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

Na LOA 2026, esta Comissão apresentou emendas nas programações abaixo:

1. Emenda 60110001

1.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

1.2. Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

1.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo/244 - Assistência Comunitária

1.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

1.5. Valor: R$700 milhões

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Emenda 60110002

2.1. Programa: 2319 - Mobilidade Urbana

2.2. Ação: 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária

2.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo/451 - Infraestrutura Urbana

2.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

2.5. Valor: R$400 milhões

3. Emenda 60110005

3.1. Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino

3.2. Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

3.3. Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços / 695 - Turismo

3.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

3.5. Valor: R$300 milhões

4. Emenda 60110006

4.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

4.2. Ação: 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte

4.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo/244 - Assistência Comunitária

4.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

4.5. Valor: R$138,417 milhões.

As indicações constantes no Anexo 1 são solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também atendem aos critérios formais analisados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos ministérios competentes.

Por fim, as indicações constantes no Anexo II foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado à Presidência da Comissão.

Nesse contexto, somos pela aprovação das alterações solicitadas no Anexo I e pela rejeição daquelas constantes do Anexo II.

Em discussão.

Gostaria de esclarecer que se trata do 6º Ciclo de aprovação de indicações encaminhadas a esta Comissão no ano de 2026. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o relatório.

As alterações relativas às indicações anteriormente deliberadas, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e aos respectivos ministérios para a adoção das respectivas Comissões.

Gostaria de esclarecer sobre os bloqueios. Nós fomos comunicados pela União, através da SRI, sobre os bloqueios orçamentários. Já foram realizados nas emendas de bancada e também nas emendas de Comissão.

Eu comunico que, em razão do cenário de restrição orçamentária decorrente dos bloqueios promovidos pelo Governo Federal, na execução do Orçamento 2026, em observância das regras fiscais vigentes, faz-se necessária definição dos critérios para a realização dos bloqueios incidentes sobre as indicações da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nesse sentido, esclareço que a Comissão adotará parâmetros que privilegiem a segurança jurídica, a impessoalidade, a transparência e, sobretudo, a continuidade da execução de suas emendas. Assim, propomos a manutenção de todos os empenhos já realizados, evitando prejuízo às propostas que já avançaram no seu processo de execução.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos recursos remanescentes, propõe-se observar inicialmente a ordem cronológica de aprovação das propostas pela Comissão nos respectivos ciclos de aprovação. Nas sequências, serão priorizadas aquelas já apresentadas pelos beneficiários, tecnicamente analisadas e que se encontrem em estágio mais avançado na maturidade de execução.

Entendemos que essa solução é a mais adequada e responsável neste momento, pois preserva o trabalho já desenvolvido pelos municípios, pelos beneficiários e pela equipe do ministério. (*Pausa.*)

Só para esclarecer, nós temos – e está disponível para todos os Senadores – o que alcança de corte em cada uma das ações. Nós temos, no caso do Ministério das Cidades, uma realização de um corte que vai chegar em torno de 12 milhões. Então, o critério adotado foi a ordem de aprovação do ciclo, uma ordem cronológica. Nós já estamos na sexta rodada. Então, vamos preservar aquelas já aprovadas e em andamento dentro dos ministérios. O respeito aqui é a ordem cronológica dos ciclos. Havendo desbloqueio, logicamente... Por isso, nós estamos seguindo com o sexto ciclo que, embora tenha alterações... E aí nesse caso tem beneficiário que está sendo aprovado hoje, porque teve alteração de ciclo anterior, mas vai ser respeitada a ordem cronológica. Dessa forma, a solução equilibrada e responsável no momento é preservar o trabalho já desenvolvido, a ordem cronológica, tanto pelos beneficiários quanto pela equipe da Comissão e dos ministérios respectivos.

Antes de encerrarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, informo que, logo após o término desta reunião, será realizada a 12ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada à deliberação de matérias listadas em pauta previamente publicada. Solicito, portanto, a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

INDICAÇÕES ALTERADAS

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	ANGICAL DO PIAUÍ			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	CAXINGÓ			01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ			01.612.593/0001-00	PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	RIACHO FRIO			01.612.606/0001-40	PI	RIACHO FRIO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	RIBEIRA DO PIAUÍ			01.612.604/0001-51	PI	RIBEIRA DO PIAUI	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SANTA LUZ			06.554.398/0001-94	PI	SANTA LUZ	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimen	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

											DO GURGUEIA			to Sustentável Local Integrado	
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DA CANABRAVA			12.066.973/0001-02	PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	SÃO JOÃO DA VARJOTA			01.612.676/0001-07	PI	SAO JOAO DA VARJOTA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	VÁRZEA GRANDE			06.554.950/0001-44	PI	VARZEA GRANDE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	552.206

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Angical do Piauí/PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE CAXINGÓ			01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Construção de Ponte do Riacho do Alargamento no Município de Caxingó - PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ			01.612.593/0001-00	PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

														MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI	
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO			01.612.606/0001-40	PI	RIACHO FRIO	4	40	CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO/PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ			01.612.604/0001-51	PI	RIBEIRA DO PIAUI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Ribeira do Piauí/PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE SANTA LUZ			06.554.398/0001-94	PI	SANTA LUZ	4	40	Pavimentação de Estradas Rurais no Município de Santa Luz/PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE SAO GONCALO DO GURGUÉIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Pavimentação de estradas rurais no Município de São Gonçalo do Gurguéia – PI.	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA			12.066.973/0001-02	PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA/PI	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA			01.612.676/0001-07	PI	SAO JOAO DA VARJOTA	4	40	Pavimentação de vias públicas na zona rural do município de São João da Varjota.	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE			06.554.950/0001-44	PI	VARZEA GRANDE	4	40	Ampliação do Mercado Público do Município de Várzea Grande/PI	552.206

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Autazes	Associação dos Moradores da Aldeia Indígena Igarapé-Açú		04.477.642/0001-37	AM	AUTAZES	4	40	Trator e implementos	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Autazes	Conselho Indigenista Mura		04.477.642/0001-37	AM	AUTAZES	4	40	Abastecimento de água	500.000
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Coari			04.262.432/0001-21	AM	COARI	4	40	Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.114

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Lábrea	Município de Lábrea		05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	500.114

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4137	Francisco Plínio Valério Tomaz	53000	53101	00SX	Município de Novo Airão	Município de Novo Airão		04.533.113/0001-03	AM	NOVO AIRAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4273	Jorge Seif Júnior	53000	53101	00SX	Município de Biguaçu			82.892.308/0001-53	SC	BIGUACU	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.152.206

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4577	Hermes Artur Klann	53000	53101	00SX	Município de Biguaçu			82.892.308/0001-53	SC	BIGUACU	4	40	Pavimentação de Estrada Vicinal.	4.152.206

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de ANCHIETA			83.024.687/0001-22	SC	ANCHIETA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de FORMOSA DO SUL			80.637.424/0001-09	SC	FORMOSA DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de GRAO PARA			82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	360.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Grão-Pará			82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	700.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IRINEOPOLIS			83.102.558/0001-05	SC	IRINEOPOLIS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de MAJOR VIEIRA			83.102.392/0001-27	SC	MAJOR VIEIRA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de PRINCESA			01.612.836/0001-00	SC	PRINCESA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de QUILOMBO			83.021.865/0001-61	SC	QUILOMBO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SANTIAGO DO SUL			01.612.781/0001-38	SC	SANTIAGO DO SUL	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SAO JOAO DO OESTE			80.911.936/0001-03	SC	SAO JOAO DO OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IPORA DO OESTE			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RIQUEZA			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RODEIO			83.102.814/0001-64	SC	RODEIO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	400.000

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal			83.024.687/0001-22	SC	ANCHIETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de FORMOSA DO SUL			80.637.424/0001-09	SC	FORMOSA DO SUL	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM TRECHO DE ESTRADA VICINAL DE FORMOSA DO SUL/SC	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ			82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho	360.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de GUARACIABA			82.821.216/0001-82	SC	GUARACIABA	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM TRECHO DE ESTRADA VICINAL DE GUARACIABA/SC	700.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IPORÃ DO OESTE			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de IRINEÓPOLIS			83.102.558/0001-05	SC	IRINEOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para o Município de Irineópolis/SC, conforme detalhado no Plano de Trabalho	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de MAJOR VIEIRA			83.102.392/0001-27	SC	MAJOR VIEIRA	4	40	Pavimentação de estrada vicinal no Município de Major Vieira/SC	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de PRINCESA			01.612.836/0001-00	SC	PRINCESA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Princesa/SC	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de QUILOMBO			83.021.865/0001-61	SC	QUILOMBO	4	40	PAVIMENTAÇÃO EM TRECHO DE ESTRADA VICINAL DE QUILOMBO/SC	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RIQUEZA			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Pavimentação da estrada vicinal.	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de RODEIO			83.102.814/0001-64	SC	RODEIO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho.	400.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SANTIAGO DO SUL			01.612.781/0001-38	SC	SANTIAGO DO SUL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL EMS020 TRECHO 01	500.000
60110001	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE			80.911.936/0001-03	SC	SAO JOAO DO OESTE	4	40	Pavimentação da estrada vicinal no Município de São João do Oeste/SC	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia			01.613.338/0001-81	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	40	Aquisição de máquina.	950.000

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte			22.980.643/0001-81	PA	OURILANDIA DO NORTE	4	40	Aquisição de máquina	950.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Itaituba			05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Pavimentação.	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2263	Jader Fontenelle Barbalho	56000	56101	00T1	Prefeitura Municipal de Chaves			04.888.111/0001-37	PA	CHAVES	4	40	Pavimentação Urbana	1.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	ARAPOEMA			00.237.370/0001-47	TO	ARAPOEMA	4	40	PRAÇA COM CENTRO ESPORTIVO	1.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110005	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	ARAPOEMA			00.237.370/0001-47	TO	ARAPOEMA	4	40	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA, PRAÇA NO PARQUE MUNICIPAL IRMÃ RITA, NA CIDADE DE ARAPOEMA - TO	1.500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA CAÇAMBA DE 12.000 CUBICOS	679.635
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA		08.142.887/0001-64	RN	LAGOA D'ANTA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA		08.357.634/0001-08	RN	RIACHO DE SANTANA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	CAMINHÃO PIPA	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	EQUIPAMENTO AGRICOLAS E PAVIMENTAÇÃO COM PASSAGEM MOLHADA	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU		08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	EQUIPAMENTO AGRICOLAS E PAVIMENTAÇÃO COM PASSAGEM MOLHADA	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	200.000

PARA:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE	679.635
601100 1	4091	Zenaide Maia	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE	PREFEITURA MUNICIPAL DE		08.142.887/0001-64	RN	LAGOA D'ANTA	4	40	Aquisição de Máquinas e	200.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

		Calado Pereira dos Santos				LAGOA D´ANTA	LAGOA D´DANTA							Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho	
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA		08.357.634/0001-08	RN	RIACHO DE SANTANA	4	40	Aquisição de um Trator Agrícola para desenvolvimento de atividades no Município de Riacho de Santana/RN	200.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	600.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Várzea/RN	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU		08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais e construção de passagem molhada no Município de Taipu/RN	500.055
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho	200.000

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR		13.221.247/0001-80	BA	SALVADOR	4	90	Aquisição de máquinas e equipamentos	11.418.575

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR		13.221.247/0001-80	BA	SALVADOR	4	90	2 (duas) - Retroescavadeira 80cv - Valor unitário: 310.994,76 - Valor total: 621.989,52; 1(uma) - Motoniveladora 125 cv - Valor unitário: 564.607,33 - Valor total: 564.607,33; 12 (doze) - Veiculo administrativo sedã 75cv (Onix) - Valor unitário: 105.759,16 - Valor total: 1.269.109,92; 62 (sessenta e dois) - Microtrator (Motocultivador) Agrícola 7cv- Valor unitário: 7.645,03 - Valor	11.418.575

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

														total: 473.991,86; 25 (vinte e cinco) - Microtrator Agrícola 14 cv - Valor unitário: 28.403,14 - Valor total: 710.078,50; 3 (três) - Trator Agrícola Cabinado 110cv - Valor unitário: 190.565,45 - Valor total: 571.696,35; 28 (vinte e oito) Trator Agrícola Cabinado 75cv - Valor unitário: 144.502,62 - Valor total: 4.046.073,36; 45(quarenta e cinco) - Grade aradora 14x26" - Valor unitário: 20.314,14 - Valor total: 914.136,30; 35 (trinta e cinco) - Grade niveladora 28x20" - Valor unitário: 22.722,51 - Valor total: 795.287,85; 35(trinta e cinco) - Carreta Agrícola Basculante 4t - Valor unitário: 19.685,86 - Valor total: 689.005,10; 40(quarenta) -	

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

														Roçadeira Agrícola Hidráulica 1,5m - Valor unitário: 9.214,66 - Valor total: 368.586,40; 15(quinze) - Plantadeira e Adubadeira de Grãos 4 Linhas - Valor unitário: 25.863,87 - Valor total: 387.958,05.	

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	JACUÍPE			12.247.755/0001-74	AL	JACUIPE	4	40	PAVIMENTAÇÃO URBANA	700.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2289	José Renan Vasconcelos Calheiros	56000	56101	00T1	MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Pavimentação em área urbana.	700.000

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 11ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Coité do Nóia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4284	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	53000	53101	00SX	Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano - CONAGRESTE	Município de Limoeiro de Anadia		19.904.298/0001-92	AL	ARAPIRACA	4	71	Pavimentação de Vias na Zona Rural do município de Limoeiro de Anadia-AL por meio do consórcio CONAGRESTE	1.380.515

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5879088660

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e doze minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho e dos Presidentes Eventuais, Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima, e dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Weverton, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente Eventual, Senador Wellington Fagundes, registra a presença da comitiva de Campo Novo do Parecis: Vereador Baioto; Vereador Gringo; Luciana Dalmolin, Secretária de Cultura; Roberta Freitas, Coordenadora de Cultura; e Tenente-Coronel Jusciery, Assessora Parlamentar do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso. Registra ainda a presença do Vereador de Brasnorte, Mato Grosso, o senhor Manico, e do Vereador de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, Jairo de Lima. O Senador Wellington Fagundes solicita à Secretaria desta Comissão que conste seu pronunciamento nos anais da presente Reunião, o qual se encontra consignado ao final das Notas Taquigráficas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: Primeira Parte - Audiência Pública, atendendo ao Requerimento 10/2026 - CRA, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e ao Requerimento 11/2026 - CRA, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho (Podemos/PA) e Izalci Lucas (PL/DF). Finalidade: Debater a moratória da soja e do boi, seus impactos e os reflexos econômicos e institucionais decorrentes das discussões atualmente em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com especial destaque para a necessidade de participação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na análise da matéria. Participantes: Deputada Federal Coronel Fernanda; Rosana Martinelli, produtora rural e Segunda Suplente do Senador Wellington Fagundes; Alexandre Barreto de Souza, Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Silvio Farnese, Diretor do Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); André Rodolfo de Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Lucas Luís Costa Beber, Vice-Presidente da Aprosoja Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Aprosoja Mato Grosso; Thiago Rocha, Assessor Jurídico das Aprosojas de Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Pará; Armando Biancardini Candia, Diretor Jurídico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat); Amanda Flávio de Oliveira, Assessora Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Rodrigo Gomes Bressane, Gestor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 13, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 6/2026 - CRA, destinada a instruir o PL 6682/2025, que 'altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País'". Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Fávaro e Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/06

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a moratória da soja e do boi, seus impactos e os reflexos econômicos e institucionais decorrentes das discussões atualmente em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com especial destaque para a necessidade de participação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica na análise da matéria, em atendimento aos Requerimentos da CRA números 10 e 11, de 2026, de minha iniciativa, desta Presidência e dos Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos... Quantos, oito? Quantos convidados? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Nós temos sete convidados. Todos já estão presentes, muito obrigado.

Nós faremos duas mesas, para que a gente tenha condições de avançar.

Eu quero agora, neste momento, convidar a primeira mesa.

Convido, para tomar lugar aqui à frente, na bancada, o Sr. Silvio Farnese, Diretor do Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas do Ministério da Agricultura e Pecuária. Bem-vindo, Silvio.

O SR. SILVIO FARNESE (Fora do microfone.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sente-se aqui conosco.

Convido também o André Rodolfo de Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Cadê o André?

O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (Fora do microfone.) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Opa!

O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (Fora do microfone.) – Tudo bom?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo, André.

Convido ainda o Sr. Thiago Rocha, Assessor Jurídico das Aprosojas de Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Pará.

Cadê o Thiago? Para cá, Thiago.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo.

Convido o Sr. Rodrigo Gomes Bressane, Gestor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). Cadê?

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (Fora do microfone.) – Tudo bom?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem. Como vai? Bem-vindo.

Muito bem, composta a mesa – essa primeira mesa –, nós vamos... (Pausa.)

A regra do jogo está aqui? Quantos minutos para cada um estão aqui postos, Secretário? (Pausa.)

Cada expositor terá oito minutos para trazer suas contribuições. Após o último orador, nós passaremos à lista de inscrição para fazer um debate e, então, dar sequência à audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença do Senador Izalci Lucas, um dos autores do requerimento para que esta audiência pública acontecesse.

Este debate sobre a moratória da soja e também do boi vem de muito tempo, enfrentando dificuldades de toda ordem, e a gente precisa dar uma alinhada, uma atualizada neste debate, porque é fundamental para o país.

Eu concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Silvio Farnese, Diretor do Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Por favor, Dr. Silvio. São oito minutos para sua exposição.

O SR. SILVIO FARNESE (Para expor.) – Como eu puxo o som? Alô.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, Senador Zequinha Marinho. Muito obrigado pelo convite para a gente tratar de um tema que tem mexido com o nosso agronegócio e sobre o qual é importante que esta Casa continue sempre a dar um olhar percuciente, como é da natureza dela, sobre esse tema.

Bom, a moratória da soja é um assunto com o qual a gente já está andando há muito tempo, como um acordo de governança privada, e, em 2016, firmado entre as trades, ONGs e entidades do setor, restringindo a compra de soja produzida em áreas de desmatamento da Amazônia após 2008. É um assunto privado – foi uma decisão das trades e das ONGs, que assumiram esse compromisso. O Mapa não participou desse tema; ele simplesmente tomou conhecimento do que aconteceu com essa moratória

E é um compromisso, em última instância, voluntário do mercado, que funciona como uma rastreabilidade. A intenção foi que se fizesse um assunto desse tipo.

O nosso olhar é o seguinte: a decisão é das empresas, mas nós entendemos, no ministério, que a baliza de todo esse processo é o Código Florestal. O que for feito, que seja feito observando o que o Código Florestal trabalha e define como áreas. Inclusive porque há uma possibilidade de desmatamento na Região Amazônica, autorizada pela legislação, de até 20%; os outros 80% seriam reservas legais.

Então, os estados, de posse disso, fizeram uma contestação, entendendo haver violação do Código Florestal e a exclusão de milhares de produtores do mercado, porque não podiam comercializar a soja, que é o produto carro-chefe do Brasil, que, hoje, é o maior produtor e o maior exportador de soja.

Portanto, ficaram excluídos desse mercado sem que pudessem ter alternativa comercial. Reagiram com a legislação própria e o Estado do Mato Grosso, na Lei 12.709, de 2024, estabeleceu uma restrição dos incentivos fiscais para as empresas que aderissem a esse tipo de compromisso. Doeu no bolso, porque esses incentivos existem no estado. O que ocorreu foi que as trades acabaram saindo e se desligando desse compromisso, ainda que o compromisso permaneça como tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andando nessa sequência da tramitação, o assunto foi ao Cade, antes que houvesse... Aliás, depois que a lei estadual foi emitida, o Cade se manifestou e considerou uma conduta anticoncorrencial. Portanto, em última instância, assim

considerou o Cade, como um cartel, porque havia uma imposição de condições de compra, não permanecendo o mercado integral, havia exclusão de fornecedores. E, no ano passado, em 2025, ele determinou a suspensão do pacto, impondo, inclusive, multas e investigação aos participantes do acordo.

O assunto não prosperou desta forma, porque o STF, por meio da ADI 7.774, mandou suspender os processos no país com as questões jurídicas em debate. Ficou tudo centralizado, como está até hoje, no Supremo. O Supremo questionava a legalidade da própria moratória, trabalhando com esse olhar de compatibilidade com o Código Florestal, com a livre concorrência, com a sustentabilidade e com a competência dos estados para reagir.

O Supremo referendou a posição do Relator Ministro Flávio Dino, que considerou a Lei 12.709 do Mato Grosso como válida, e não inconstitucional, passando a ter, então, neste momento, a impossibilidade de receber benefícios fiscais aqueles que estavam dentro do acordo. E, no final do ano passado também, as trades, então, iniciaram esse movimento coordenado de saída. Foi uma decisão que foi tomada individualmente, considerando que essa Lei 12.709 limitava, Sr. Presidente, os benefícios fiscais que eles tinham.

Então não houve extinção formal da moratória, mas agora o compromisso é individual. Cada empresa, cada trading pode e deve fazer aquilo que ela entende como razoável na sua administração, na sua governança com os fornecedores. Claro que, com isso aí, fragmenta a governança, o sistema perde um pouco a efetividade, porque agora já não é mais um assunto em bloco, estamos trabalhando empresa por empresa.

A posição do Mapa nesse tema, nós entendemos... Nós não participamos desse acordo, não houve a mão do Mapa nisso aí, e entendemos que o assunto, o tema é de esfera empresarial, a decisão foi tomada no ambiente privado, portanto, o assunto tinha que ser tratado pelo aspecto legal ou no ambiente do Cade, como de fato foi, e, agora, no STF, porque não houve uma participação ou integração do Ministério da Agricultura.

Nós entendemos que, para qualquer medida que seja feita, é imperativo que se resguarde o Código Florestal – a Lei 2.651 –, que é a lei nacional que trata das questões ambientais e é o pilar para nós nesse assunto. Qualquer questão ambiental deve ser norteada pelo Código Florestal.

As legislações estaduais são a posição de cada estado. Nós entendemos que o estado tem a possibilidade – assim como o Supremo também entendeu – de fazer a sua legislação de acordo com o interesse próprio de cada estado, beneficiando quem eles... Não temos nenhuma influência também sobre as legislações estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o assunto, então, neste momento está no ambiente do STF e com leitura nossa do ministério...

(Soa a campainha.)

O SR. SILVIO FARNESE – ... de que as empresas têm autonomia para restringir a compra, mas desde que façam isso dentro do ambiente legal do Código Florestal.

Sr. Presidente, esses são os comentários rápidos que nós queríamos trazer.

Agradecemos mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como a sessão está sendo transmitida pela internet, nós temos alguns internautas fazendo questionamentos e considerações e, na hora das respostas... Então, eu quero ler já alguns aqui, deixar à disposição dos nossos

expositores para, na hora certa, darem seu recado com relação aos questionamentos dos internautas.

O Davi, de Mato Grosso, pergunta: "Como o [...] [Supremo Tribunal Federal] deve mediar o conflito entre o Código Florestal e as moratórias [...] que restringem a produção agrícola legal na Amazônia?".

A Renata, aqui do Distrito Federal, coloca o seguinte: "Como a moratória da soja impacta a competitividade internacional do Brasil frente a países sem restrições ambientais similares?". Isso é cruel, né?

O Alexandre, do Rio de Janeiro: "Ao invés disso por que não subsidiar o pequeno produtor rural [?]". A pergunta ficou meio no ar aqui.

A Raíssa, também de Mato Grosso, pergunta: "Como a moratória afeta a economia do [...] [Pará]?". Legal, né? Ela é do Mato Grosso, mas está preocupada com o nosso estado lá. Isso é fatal, né, Raíssa?

Eduardo, de Rondônia: "A moratória da soja e do boi tem base legal suficiente ou cria restrições além da legislação vigente?".

Essas são as perguntas que chegaram até agora. Com certeza, vão aparecer mais.

A palavra, agora, nós vamos passar ao Dr. André Rodolfo, que é Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental e Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Eu gostaria de chamar para cá, para presidir a sessão, o Senador Izalci Lucas. Vamos lá, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fora do microfone.) – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, toma conta aqui, irmão, um pouquinho. Eu vou permanecer no ambiente, mas, com todo prazer, gostaria de vê-lo comandando aqui o processo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É uma responsabilidade muito grande substituir o Zequinha, mas eu já passo imediatamente ao Dr. André Rodolfo para suas considerações.

O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci, Senador aqui do meu querido Distrito Federal, onde eu tive a oportunidade, por três anos, de ser o Secretário distrital de Meio Ambiente na gestão do Governador Rodrigo Rollemberg, e Senador Zequinha também.

Grato pelo convite e pela oportunidade de poder trazer alguns elementos que, vamos dizer assim, conformam o contexto mais recente, pelo menos dos últimos três anos, embora o PPCDAm, que é o plano de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, já esteja na sua quinta fase, sendo implementado desde 2004.

Então, eu quero trazer um pouco do contexto em que a moratória é, vamos dizer assim, um complemento, uma contribuição privada, relevante para uma política estratégica nacional, como a nossa Política Nacional do Clima e a Política Nacional do Meio Ambiente.

Eu vou trazer, rapidamente, alguns elementos aqui para indicar...

Eu tenho que apontar para algum lugar isso aqui, meu amigo? (Pausa.)

Aqui.

Então, são vários.

O que é o PPCDAm? O plano de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, que é uma política de governo que vem sendo implementada, no Brasil, desde

2003, passou por vários governos e tem sido responsável pela maior contribuição, numa escala global, para a redução de desmatamentos de florestas tropicais e também para a redução de emissões de CO2 na atmosfera.

Ele é um conjunto de ações de diferentes ministérios – o Ministério da Agricultura participa desse processo, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério de Meio Ambiente, obviamente, coordenados pela Casa Civil –, é um conjunto, hoje, de quase 50 ações estratégicas e mais de 150 metas.

Eu vou citar algumas, porque acho importante mostrar como é que o Governo vem investindo em potencializar a produção sustentável e a produção livre de desmatamento no Brasil.

Um desses investimentos é todo o investimento hoje que vem acontecendo no contexto do fundo Eco Invest. Já estamos em quatro leilões promovidos pelo Tesouro e pela Fazenda, captando recursos para investir em atividade produtiva sustentável livre de desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto se pergunta, por exemplo, por que não se promovem investimentos para a agricultura sustentável, para a produção industrial sustentável, nós estamos já no quarto leilão Eco Invest, promovido pelo Ministério da Fazenda. São quase R$120 bilhões de recursos, entre recursos públicos e privados, nessa lógica da parceria de recursos públicos e privados. Depois eu posso passar um material mais amplo sobre essa ação.

Investimentos em restauração. Atividade produtiva sustentável. Aí é só uma pequena parte, um dos primeiros editais que o Fundo Amazônia junto com o BNDES lançou para reflorestamento em áreas de assentamentos na Amazônia. Esse é um dos. Hoje nós estamos, no total, com R$450 milhões em editais de restauração florestal produtiva na Amazônia.

Concessões florestais para exploração florestal sustentável em áreas de florestas públicas na Amazônia. Recentemente tivemos um leilão aí na B3. São hoje mais de 1 milhão, quase 1,5 milhão de hectares de áreas de manejo florestal sustentável na Amazônia, promovendo riqueza, promovendo emprego, promovendo renda e alguns municípios da Amazônia recebendo, entre aspas, royalties – não é exatamente essa a palavra, mas uma compensação nos municípios onde essa atividade está acontecendo.

Aumentamos também a fiscalização significativa na Amazônia, fiscalização em atividades ilegais. A fiscalização que o Governo faz não é em cima de atividades legais; a fiscalização do Ibama, os embargos, as multas são sobre áreas de desmatamento ilegal. Infelizmente, ainda na Amazônia, apesar de todo o esforço feito pelos governos estaduais, pelo Governo Federal, a gente tem que aproximadamente 90% do desmatamento na Amazônia ainda é ilegal, e esse é o foco principal das ações de governo.

Fortalecimento das ações da Polícia Federal na Amazônia, investimento de quase R$400 milhões do BNDES na criação de um centro de cooperação policial internacional da Amazônia, porque infelizmente o crime organizado associado a garimpo clandestino, a atividade madeireira clandestina, a grilagem de terras na Amazônia vem crescendo – infelizmente. Então, é um importante investimento nessa área de cooperação internacional na Amazônia.

Avanços também na responsabilização civil, ações civis públicas movidas para os grandes desmatadores, o foco nos maiores desmatamentos ilegais – repito, maiores desmatamentos ilegais –, a AGU cobrando indenização, porque essas áreas são áreas públicas, patrimônio público, não apenas patrimônio ambiental. Florestas públicas são

patrimônio, inclusive, financeiro e material também. Então, é importante que a gente promova as devidas ações para a recomposição desse patrimônio.

Um ano inteiro... Eu não vou detalhar aqui – depois a apresentação fica à disposição dos senhores – a implementação da nova Política Nacional de Manejo do Fogo, que, aliás, foi aprovada por este Senado em 2024 e já são aí, só de recursos para estados e municípios, mais de R$480 milhões, para aparelhar, fortalecer brigadas locais, corpos de bombeiros, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras ações importantes para a implementação e prevenção de incêndios. Nós tivemos, em 2024, o maior incêndio da história da Amazônia e do Pantanal, um evento climático extremo, um El Niño muito forte, que foi convergente com o aquecimento do Atlântico. Hoje nós tivemos uma apresentação no Ministério de Meio Ambiente do Cemaden mostrando que, quando acontecem esses fenômenos convergentes – El Niño, aquecimento do Atlântico mais ondas de calor –, a seca da Amazônia nesse ano foi muito crítica. O Senador Zequinha acompanhou isso, em 2024, uma seca grave e, obviamente, que, no momento de seca, qualquer incêndio pode se tornar um megaincêndio. Então, a política toda sendo implementada.

A retomada de florestas públicas. Nós estamos com 15 milhões de hectares de áreas de florestas públicas sendo encaminhadas e destinadas para exploração florestal, para unidades de conservação, para restauração florestal, no âmbito da Câmara Técnica de Destinação, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Só para comunidades tradicionais, mais de 1,3 mil famílias, 170 comunidades, 30 glebas públicas, nós estamos fazendo o reconhecimento da posse dessas comunidades, através da concessão de direito real de uso, o CCDRU.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – Plano Nacional de Comunidades Tradicionais – 60 segundos, vai dar tempo –, R$3,6 bilhões investidos nos últimos três anos. Aumentamos em 400% os investimentos do Fundo Amazônia, se comparado com toda a história do Fundo Amazônia, e, infelizmente, um apagão que houve lá entre 2019 e 2022, em que zeraram os investimentos do Fundo Amazônia.

Ampliação do Bolsa Verde, pagamento por serviços ambientais para famílias vulneráveis na Amazônia, 61 mil famílias na Amazônia.

Alinhamento das normas de crédito rural com a lógica do desmatamento zero, ou seja, quem quer desmatar pode desmatar, a lei autoriza desmatar, mas não vai desmatar com recurso público subsidiado do Governo. Se quiser crédito privado, se for investir o dinheiro próprio, mas não com dinheiro público. Então, nós estamos alinhando as normas do Banco Central.

Então é um conjunto... O que eu estou querendo dizer? A taxonomia sustentável, definindo o que são atividades consideradas verdes ou sustentáveis, para que possa haver um direcionamento de recursos para a promoção da sustentabilidade no Brasil, porque todo mundo se diz sustentável, mas, na prática, o que é efetivamente considerado sustentável, de acordo com critérios objetivos?

Então, Senador, concluindo, eu trouxe a aprovação da lei brasileira do mercado de carbono, que está sendo regulamentada, e a gente quer estimular o carbono florestal, inclusive. Concluindo, só para mostrar os resultados disso, municípios verdes recebendo R$880 milhões, municípios da Amazônia, para fortalecimento das suas ações ambientais, em que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu reduzir, Senador Izalci, em 65% o desmatamento nesses municípios prioritários com agenda positiva, não só com fiscalização.

Aí são os equipamentos que a gente entregou para vários Prefeitos, para secretários municipais, moto, drone, caminhonete e muito mais. Os resultados são: queda expressiva do desmatamento na Amazônia, queda da degradação – vejam 2024 e 2025, naquele ano totalmente atípico, e a queda significativa já em 2025, 2026 – e a queda agora, nos últimos quatro meses, de mais 28% dos desmatamentos na Amazônia.

Eu fiz questão de trazer todos esses elementos, Srs. Senadores e Senadoras, para mostrar aqui a lógica política de desenvolver o Brasil, a agricultura, a atividade produtiva sustentável – a soja, nesse período da moratória, cresceu substancialmente a exportação, a produção, a produtividade, enquanto caíram significativamente os desmatamentos na Amazônia e nos demais biomas.

E eu termino dizendo o seguinte: a moratória é uma ação – como colocou aqui o meu colega Silvio, do Ministério da Agricultura – estritamente privada, um acordo entre empresas, traders, organizações da sociedade civil, que estabeleceram um pacto de não aquisição de soja oriunda de desmatamento. Isso é um pacto privado, o Governo apenas faz aquilo que a lei determina e toda essa política está lastreada em legislação, recursos, planejamento orçamentário, um plano aprovado em lei – faz parte da lei de política nacional de mudança climática.

Termino dizendo só um outro ponto que eu acho muito importante neste debate: quando se diz que a moratória da soja descumpre a lei, está se fazendo uma leitura equivocada do Código Florestal. E por que eu digo isso? Eu tive a oportunidade de participar, inclusive aqui no Senado – na época, eram os Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana, Relatores do Código Florestal aqui –, e o Código Florestal diz o seguinte, no art. 12, para quem ainda acha que a moratória é ilegal: "Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as [...] [APPs], observados os seguintes percentuais mínimos [percentuais mínimos] em relação à área do imóvel... ". Aí fala de 80% na Amazônia, 35% no Cerrado da Amazônia, ou seja, a lei estabelece um percentual mínimo.

É o princípio constitucional da reserva legal, que é o seguinte: o privado pode fazer tudo aquilo que não é proibido por lei. Se um comprador não quiser comprar de quem desmata 10%, 20%, 30%, ele pode fazê-lo, porque o Código Florestal estabelece um limite mínimo. Se tivesse dito aqui no Código Florestal que o limite máximo da reserva legal é 80%, quem estabelecer alguma vedação de comprar porque a reserva legal é 100% ou 90%, estaria descumprindo a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para dizer que, do ponto de vista legal, não há embasamento para definir a moratória como uma iniciativa ilegal. Agora, é uma iniciativa privada que colabora com toda essa estratégia, que é uma estratégia que vem sendo implementada no Brasil desde 2002.

Muito grato, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, André.

O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passo imediatamente ao Rodrigo Gomes Bressane, que é o Gestor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso.

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Izalci. Cumprimento todos, também, na pessoa da Senadora Rosana, e as mulheres aqui presentes.

Muito me honra estar aqui hoje para debater um tema tão caro para o nosso estado, para o Estado do Mato Grosso, que é a moratória da soja, e muito me orgulha estar aqui representando a Famato, que é Federação da Agricultura e Pecuária do meu estado, legítima representante de todos os produtores rurais.

Inicialmente, quero dizer alguns números e dados em relação ao impacto da moratória da soja, especificamente. Nós temos, no bioma Amazônia – na Amazônia Legal do nosso estado –, 437 mil hectares diretamente afetados pela moratória. São 82 municípios atingidos, obviamente todos da Região Norte; mais de 1,5 milhão de toneladas de soja impactadas de áreas produzidas na moratória. E, com relação ao impacto direto na economia, nós estamos falando de R$3,7 bilhões de valor bruto da produção de alimentos afetados pela moratória; mais de 10 mil empregos destruídos – porque o agro, sim, também emprega, gera renda e gera valor –; e mais de R$60 milhões em arrecadação do Fethab comprometidos.

Então, é importante que se diga que, na moratória da soja, assim como o Mapa colocou anteriormente que ele não fez parte das tratativas desses pactos, nem da moratória da carne, da mesma forma, o produtor rural não foi convidado. O produtor rural, que é o diretamente afetado por esses pactos privados, não foi convidado à mesa. E, se o fosse, talvez nós não estaríamos aqui hoje. Então, é importante que se diga isso, porque a classe que é diretamente afetada e impactada não foi ouvida. E, quem sabe, se ela fosse, a gente não estaria aqui hoje.

Com relação à moratória, é bom que se diga que nós já temos, dentro do Brasil, um regimento, que é o Código Florestal, que é quem dita as regras basilares do que pode e do que não pode ser feito. E, quando as duas moratórias, da carne e da soja, foram criadas, não havia, naquele momento, um regramento próprio ou único, que é Código Florestal, que é superveniente a esses dois instrumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, entendemos, dessa forma, que é quase lógico e subsequente o fato de que as duas moratórias já perderam o seu objeto, porque hoje há regras claras com relação ao que pode e ao que não pode ser feito. O Código Florestal trouxe essa segurança jurídica e essa previsibilidade.

E isso é muito ruim porque, como já foi colocado aqui, há algumas formas de a gente combater o desmatamento, porque, para quem não sabe, a moratória da soja, especificamente, não combate a commodity soja; ela foi iniciada e criada para combater o avanço do desmatamento na Amazônia. Mas a gente viu aqui, como exemplo, que existem inúmeros outros instrumentos, mecanismos e formas de se combater o avanço do desmatamento, que não através de um pacto privado.

E, por essas razões, entendemos que ela é, sim, ilegal, inconstitucional e que causa um prejuízo não só ao produtor rural, mas também à segurança alimentar. É bom que se diga isso, porque é o produtor rural quem coloca o alimento na mesa.

Então, o produtor rural, quando está na moratória, seja da soja ou da carne, primeiro, ele perde acesso ao mercado; segundo, ele não tem acesso ao crédito, que é tão necessário para fomentar e desenvolver a sua atividade, porque hoje mais de 70% do produtor rural pega parte ou a totalidade para poder financiar a sua atividade; ele sofre um bloqueio comercial com relação à venda da sua commodity; e é excluído, automaticamente, da cadeia produtiva.

Ora, o que a gente precisa, realmente, é de projetos de inclusão que venham fomentar a legalidade, trazer aquele produtor que eventualmente não está dentro da regularidade ambiental, da conformidade, que venha a se regularizar. Em contrapartida, a moratória faz o movimento contrário: ela exclui e fomenta mais ainda a informalidade. Por

quê? Porque um produtor que produz soja e carne, ao cair na moratória da soja, Senador, uma coisa eu garanto para você, essa soja vai chegar no seu destino final do mesmo jeito. O produtor rural não vai jogar fora a sua produção, essa commodity será comercializada.

Então é entender que, realmente, a moratória fomenta a informalidade e a ilegalidade, o que é muito ruim para todo o sistema da cadeia produtiva. Então tanto uma quanto outra trazem dimensões, ainda que haja quem diga que não são o mesmo sistema, mas, sim, trazem reflexos e impactos negativos aos produtores rurais, não só do meu Estado do Mato Grosso, mas também das regiões afetadas por esses pactos.

É importante que se diga, eu fico muito receoso com relação a uma equiparação que essas moratórias trazem, que fragiliza o sistema do Código Florestal, um dos códigos mais debatidos dentro destas Casas, da Casa de Leis aqui, e que, infelizmente, vem sendo minado ao longo do tempo. É o quê? A supressão é regulamentada dentro do Código Florestal. Para quem não sabe, sim, o desmatamento ou a supressão é regulamentado pelo Código Florestal. É possível, respeitando os limites, os critérios, os percentuais da sua área de reserva legal, de APP. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moratória da soja e da carne, para fragilizar esse sistema, vem trazendo uma equiparação, Senador, entre o desmatamento legal e o desmatamento ilegal.

Há que se dizer, para quem não conhece, que hoje nós possuímos, a bem da verdade, três tipos de desmatamento: o desmatamento ilegal – esse, sim, deve e tem que ser veementemente combatido, porque isso é crime, e a federação também pune essas pessoas que agem de forma avessa à lei –; existe o desmatamento legal, que possui respaldo legal dentro do Código Florestal, com autorização para que isso seja realizado; e existe o desmatamento irregular, que é aquele desmatamento que é passível de ser realizado dentro de áreas possíveis de abertura, mas que não foi feito com autorização do órgão.

Então a gente precisa, de certa forma... E a todo momento a gente vê a comunicação na mídia de o próprio Governo Federal, às vezes, fomentar uma discussão de "desmatamento zero até 2030". Que tipo de desmatamento zero? É preciso dizer bem claro. A gente precisa fomentar o desmatamento zero ilegal, porque o ilegal é o que não pode ser fomentado. Agora, o desmatamento que é plenamente passível de ser realizado, nós não podemos condenar essa atividade, porque é uma prática legal, com previsão legal. Agora, se quiser combater o desmatamento e proibir a abertura de novas áreas, que tragam a discussão de novo para o Congresso Nacional. Agora, não se pode fazer isso através de pactos privados, sem a participação do produtor rural, que venham a fomentar a exclusão daquele que está produzindo dentro do bioma da Amazônia. Isso traz uma fragilidade muito grande ao sistema, não só ao produtor, mas à nossa própria legislação.

E a moratória, com a devida vênia a quem pensa o contrário e fala, viola, sim, a soberania nacional, porque não podemos...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO GOMES BRESSANE – ... fragilizar os nossos sistemas por meio de pactos privados e organismos internacionais. Quem dita as regras e as normas dentro do Brasil é o Brasil. E, consequentemente, fere também o devido processo legal, a livre iniciativa, que é, sim, garantida e respaldada pela Constituição Federal, no art. 170; fere também a função social da propriedade, porque uma de suas finalidades é produzir alimento, é a atividade da agricultura e da pecuária. E, de certa forma, essas moratórias

acabam inviabilizando a atividade que o produtor tanto precisa, a duras penas, exercer no seu dia a dia.

Também entendemos que esses pactos privados não têm uma normativa, uma regra específica. Eles tentam, de certa forma, trazer um mecanismo paralelo para combater o desmatamento, e a gente viu aqui que existem tantas outras formas e mecanismos de defesa para combater o avanço do desmatamento – por exemplo, a fiscalização – que não um pacto privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente precisa, acho, separar o joio do trigo, porque há muita desinformação, Senador, com relação a essas discussões, e a gente precisa, sim, botar isso na mesa.

Finalizando, Senador, qual que é a posição da federação, da Famato, aqui hoje, que já vem de longa data participando de tantos fóruns como este aqui? Primeiro, precisamos, sim, combater o desmatamento ilegal – esse deve ser veementemente combatido e penalizado –; o respeito à legislação brasileira, por conta de uma soberania nacional; a segurança jurídica – o produtor poder produzir realmente com a segurança e a previsibilidade necessária –; fim dos mecanismos paralelos – porque, sobre esses dois instrumentos, pensamos desta forma, que são mecanismos paralelos à nossa legislação brasileira –; e, por fim, que eu acho tão importante, é, sim, a justa, devida e necessária indenização ao produtor rural, que a duras penas, desde o início desse pacto, vem sofrendo mais ainda após a promulgação do Código Florestal, em 2012, com relação a um pacto privado de que ele não fez parte, e ele é cerceado do seu direito de produzir, de financiar e de escoar aquilo que, a duras penas, ele produziu.

E fecho aqui, Senador: quais são as propostas que entendemos necessárias para avançar, para continuar aqui dentro desta Casa? O reconhecimento do Código Florestal como uma norma central para ditar as regras da produção de commodities – da soja e da carne –; o cancelamento das moratórias privadas de forma imediata – isso já está tramitando perante o Cade e o STF –; a garantia da participação do produtor nas eventuais e futuras e em quaisquer tipos de discussões com relação à produção de grãos e de carne no bioma da Amazônia, da Amazônia Legal; a vedação de qualquer equiparação legal e ilegal entre os dois tipos de desmatamento; e, por fim, a criação de critérios e programas, eventualmente, de sustentabilidade, mas em conjunto, sempre, da coletividade e de toda a sociedade e, especialmente, com os produtores sendo ouvidos, Senador.

Com essas palavras, finalizo.

Agradeço a disponibilidade aqui desta Casa e, mais uma vez, permaneço à disposição.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Passo imediatamente ao Thiago Rocha, que é Assessor Jurídico da Aprosoja de Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Pará.

O SR. THIAGO ROCHA – Boa tarde a todos, Senador Presidente Izalci, Senador Zequinha, Senadora Rosana. Nas pessoas dos senhores e da senhora, cumprimento todos os presentes, todas as autoridades e, também, os produtores rurais que nos acompanham nos estados que eu tenho a honra de estar representando.

Logo mais, também, tem a participação do Presidente da Aprosoja Mato Grosso, e a gente fecha os seis estados efetivamente afetados por esse acordo privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui alguns dispositivos legais, porque foi bastan te oportuno ter sido listada ou citada anteriormente a mim a questão de que, aos privados,

ratória da soja – da legalidade, da constitucionalidade da moratória da soja – só para de pé se você fizer uma leitura de alguns dispositivos constitucionais e desprezar outros, como se você fizesse... Olha, aqui nessa sala – eu até comentei isso acho que com o Senador Izalci anteriormente –, se a gente tirar toda a temperatura, pressão, força da gravidade, estamos todos flutuando. Então, é a mesma coisa: se você olhar a Constituição apenas por um princípio, você vai encontrar. E eu acredito que a gente precisaria, dentro de uma Casa de Leis, olhar realmente sempre para o texto legal e constitucional – é aqui que deve pautar nossas discussões.

Primeiro, a nossa Carta Magna – a Constituição –, lá no art. 1º, fala da República Federativa do Brasil; ou seja, essa união de estados e municípios indissolúvel tem um fundamento; ela tem alguns fundamentos. Então, muitos têm uma visão muito mais voltada à questão conservacionista, o que é um fato, é uma obrigação, é um direito de todos – a gente vai ver mais à frente –, mas fazem uma leitura estrábica do texto constitucional.

Ali nós temos como fundamentos da República Federativa do Brasil, o que constitui o Estado democrático de direito – de que muita gente gosta de falar, mas não sabe nem o que significa –, estão lá: a soberania, a dignidade da pessoa humana. Em que a moratória da soja afronta a dignidade da pessoa humana?

Eu estou num município, digamos, da Amazônia. Eu consegui fazer a abertura legal da minha área só agora. Eu tenho só 20% para conseguir sustentar a minha família. E aí vêm grupos internacionais e dizem: "Não, você não pode produzir aquilo que você sabe, aquilo que tem mercado, aquilo que tem insumos na sua região. Você vai plantar batata". "Mas não tem fornecedor de matéria-prima, não tem fornecedor de insumos, não tem comprador de batata na minha região." "Problema seu. Colocamos o seu nome numa lista aqui." Isso é uma invasão completa a essa garantia constitucional indisponível.

Então, quem defende a moratória da soja, me desculpe, mas afronta o Estado democrático de direito. Essa é a minha opinião, tá?

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. O que é a livre iniciativa? A livre iniciativa das empresas acaba quando ela afronta a livre iniciativa do cidadão, do indivíduo, do produtor rural, que, nesse papel, é um fornecedor de matéria-prima. Ele pode fazer; ele pode dispor; ele pode plantar; ele pode fazer aquilo que quiser com a sua propriedade que não estiver vedado pela lei.

Vamos mais para a frente.

Então, no art. 3º, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. E aqui a gente fala sobre as leis estaduais. Nós temos lei aprovada no Mato Grosso, em Rondônia, no Tocantins, no Maranhão. Tem uma lei que está em tramitação no Pará, Senador Zequinha. Eu até digo isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que as empresas já devem ter entendido isso. Os produtores vieram até aqui, questionando a questão da legalidade. Então, assim, não se enganem, porque nós não vamos parar por aqui! É melhor desembarcar, é melhor a gente criar um outro ambiente, porque nós vamos continuar buscando os ambientes, os caminhos legais, os caminhos dentro dos Legislativos, até que o respeito aos direitos dos cidadãos brasileiros seja realmente preservado.

E esse art. 3º diz o seguinte: que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Vamos lá. Eu tenho um produtor, numa mesma situação, lá no Município de Cujubim, em Rondônia, e outro em Goiás. Então, um está num bioma de Cerrado, o outro

está no bioma Amazônia. Eles abriram área dentro dos limites legais, com autorização, vão plantar a mesma coisa, e aí empresas multinacionais se organizam e dizem: "Mas eu compro desse produtor de Goiás e não compro desse de Rondônia". Isso aí vai, por acaso, responder à redução de desigualdade regional ou vai acentuar? Essa é a pergunta que eu deixo para vocês: vai acentuar ou vai reduzir? É óbvio que vai acentuar as desigualdades sociais na Amazônia. Se isso estivesse resolvendo, nós não teríamos um cenário de um campo tão profícuo para o crescimento da marginalização nesses municípios.

E aí vem o art. 225 da Constituição, que na minha opinião tem uma redação excepcional, e o único problema que nós temos é uma dificuldade de entender a semântica das palavras, de todos que... Conservacionistas devemos ser todos nós, mas estudar o português, também, todos que moram no Brasil deveriam.

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado" – todos têm direito. Ali está falando, por acaso, Senador Izalci, que é para preservar 100% da propriedade? Ou está dizendo que é para explorar 100%? Não, está dizendo "ecologicamente equilibrado".

Então, vamos lá. O que é ecologia? "Ciência capaz de compreender a relação do organismo com o [...] [meio] ambiente", certo? "É um ramo da biologia que estuda as relações entre os organismos vivos e seus ambientes." O que nós somos? Nós fazemos parte da ecologia? Por óbvio, nós fazemos parte da ecologia.

E o que é equilíbrio? Porque alguns devem ter esquecido o que é equilíbrio. Equilíbrio é o estado de um corpo que é influenciado por duas ou mais forças que se anulam entre si. Olha só, proporção harmoniosa, igualdade de quantidade, sem exceder para mais ou para menos.

O texto constitucional fala de equilíbrio, não fala de preservação total, não fala de exploração total. E quem define o que é equilíbrio? Não é... Eu faço parte de um grupo político que foi vencido na discussão do Código Florestal; fui para o Supremo Tribunal Federal, porque o Código Florestal passou por um escrutínio, dispositivo a dispositivo. O que nós temos hoje é constitucional, é referência.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO ROCHA – Então, nós temos tudo isso daqui e aí... "Não, mas, como eu perdi lá atrás e agora eu tenho o direito da caneta, eu posso fazer uma portaria, posso fazer uma resolução, eu vou simplesmente ignorar, porque eu tenho o poder agora de dar um drible naquilo que foi definido democraticamente."

E o art. 170, que é objeto de argumentação dos dois lados no Cade, de quem defende a moratória e de quem é contrário à moratória. Eu queria mostrar para vocês o que está escrito no art. 170, porque fica no campo das ideias... Vamos olhar o que está lá no art. 170: "A ordem econômica, [gente, é] fundada [– a ordem econômica é fundada –] na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa". Olha a livre iniciativa novamente.

Vamos lá: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade. O que é função social da propriedade? O objetivo do país não é que as pessoas tenham terra para fazer especulação imobiliária. Elas são obrigadas a produzir. Temos o Estatuto da Terra, temos a lei de reforma agrária, que dão até parâmetros: 80% da área que você pode abrir, de acordo com o Código Florestal, você é obrigado a abrir, de acordo com o Código Florestal, de acordo com o Estatuto da Terra e a lei de reforma agrária, porque senão você não está cumprindo com a função social da propriedade. Então, o que nós estamos fazendo é, ao endossar a moratória da soja, a formação de favelas rurais,

porque, no mesmo tempo em que se diz: "Olha, mas a área de soja no Brasil, a produção cresceu", mas cresceria quanto sem a moratória? "Mas não cresceu em áreas de desmatamento ilegal." Cadê os dados? Não existem dados que comprovam isso. O desmatamento reduziu, a partir de 2006, na Amazônia e em todos os biomas.

Aí a gente despreza o decreto de crimes ambientais, o decreto de infrações ambientais, o 6.514, de 2008; aí nós desprezamos tudo aquilo que o Secretário André Lima falou. Então, não foi o papel do Ibama, não foi a adoção de tecnologia de imagem por satélite, não foram as punições mais severas, foi um acordo privado: precisamos de ter trades multinacionais vindo aqui nos ensinar como faz para preservar.

E hoje nós somos elogiados, então, pela Europa? Óbvio que não. E as empresas deixaram a moratória da soja em janeiro e aumentou o desmatamento? O Secretário mostrou que não, que diminuiu o desmatamento. E o que nós estamos fazendo? Está liberado? Pode fazer tudo? Óbvio que não, continuamos submetidos aos rigores da lei. As empresas estão pedindo autorização de desmate. Não tem autorização de desmate? "Cadê o seu processo de regularização ambiental?" "Está aqui." "Então, eu compro."

A vida está funcionando sem a moratória da soja, então é um absoluto engodo e uma tentativa de camuflar algo que foi ilegal numa roupagem verde. Aí, fica muito fácil, porque eu posso fazer qualquer tipo de abuso contra qualquer indivíduo: eu crio uma narrativa de que ele é ambiental – de que ele é bonito e é cheirosinho –, e aí podemos perpetuar daqui para sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está lá novamente: redução das desigualdades sociais e regionais.

Então, na minha opinião, é papel do Cade, sim, avaliar se tem impacto sobre a função social da propriedade, se tem impacto sobre a propriedade privada, se tem impacto sobre a acentuação de desigualdades sociais e regionais, porque está lá no art. 170, que é o que pauta toda a atuação do órgão.

E ali a lei que regulamenta.

Quando a gente... Até peço desculpas, porque eu não concordo com a opinião de quem diz que, nesse caso de cartel de compra, não se aplica uma visão per si, que é assim: comprovado o nexo de causalidade, o cumprimento dos requisitos da lei, não se pode dizer que é cartel; você precisa provar. Aí, não daria para provar contra nenhum monopólio ou oligopólio, porque eles detêm a informação. Como que você prova?

Mas vamos lá... O art. 36. Aquilo ali é a moratória da soja, tá, gente? "Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir [...], ainda que não sejam alcançados: I - [...] prejudicar [...] a livre iniciativa."

Prejudica a livre iniciativa do produtor? O produtor quer produzir soja. Sabe produzir soja no Rio Grande do Sul; foi produzir soja em Rondônia, no Pará, no Maranhão. Não pode produzir soja, não porque a lei não manda, não, mas é porque grupos econômicos internacionais acham que isso é mais bonito – para falar lá para fora –, mas isso não tem nada de ambiental e de sustentabilidade, porque, se tivesse, na hora que caíram os incentivos fiscais nesses estados que aprovaram a lei, eles teriam mantido a moratória da soja.

Então, ali foi a mais clara evidência de que não tem nada a ver com o meio ambiente – não tem absolutamente nada a ver com o meio ambiente. As leis estaduais, gente, não proíbem a moratória, não teriam como proibir. Ela só diz o seguinte: quem for signatário à moratória da soja... Como o Estado de Mato Grosso tem dois biomas maiores, ele diz: "Olha, você está dizendo que você vai comprar de produtores dessa região, e dessa região, não. Espere aí, você vai me atrapalhar, me dificultar. Se eu deixar

você continuar fazendo isso, como que eu vou erradicar a pobreza e regularizar aqui o crescimento? Se eu fizer isso, se eu te incentivar, o único instrumento de política fiscal que eu tenho, que é o incentivo fiscal, eu vou ter perdido". Ele só retirou o incentivo fiscal, e as empresas decidiram sair, porque é econômico, não é ambiental.

E, gente, vamos lá: o que é incentivo fiscal, Senador? Incentivo fiscal é renúncia de dinheiro de impostos. Como diria Margaret Thatcher: não existe dinheiro público, é dinheiro de impostos. Nós estamos dizendo que o Estado deixa de arrecadar imposto para incentivar uma empresa que está tratando com diferenciação seus cidadãos, então é direito do Estado, e o Supremo Tribunal Federal acertou ao fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou caminhar rapidinho aqui para o final.

De novo, ali, só mantenho o caput para vocês verem: "As seguintes condutas, além [...] [das medidas] que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração [...] econômica: [...] b) a produção ou a comercialização de uma quantidade restrita ou limitada de bens [...]".

Porque, gente, o cartel não acontece só na manipulação de preço, que é aquele antigo cartel que a gente conheceu muito, de postos de combustível, que tinha um grupo, e eles conversavam, combinavam preço. Quando a gente fala de commodities agrícolas, nós estamos falando o seguinte: de um ano para o outro, nós não temos um aumento da demanda extremo. Nós não vamos ter aqui, deste ano para o ano que vem, uma demanda de 20 milhões de toneladas de soja, ou 50 milhões de toneladas de soja – isso não acontece. Esse crescimento eles chamam de crescimento orgânico, então a população vai se alimentando, vai aumentando o consumo de carnes, a carne usa mais rações, e assim vai aumentando. Então, quando você olha num gráfico, ele vai subindo assim; ele não sobe assim, ele sobe assim. Perfeito?

Aí o preço é dado em bolsa, o preço não é dado aqui, e é dado pelo quê? Oferta e demanda. Então, se eu consigo fazer com que haja um hiato cada vez mais achatado entre a oferta e a demanda, eu controlo, sim, o preço, mas eu quem? Eu preciso ter um controle de mercado, no mercado interno e no mercado internacional. Quem controla o mercado interno de originação, distribuição e logística da soja? As empresas signatárias da moratória da soja. Quem controla a distribuição na Europa? As mesmas. Na China? As mesmas. Nos Estados Unidos? As mesmas empresas. Por isso, é papel do Cade olhar não só a manipulação de preço, mas a manipulação da oferta; ela gera esse efeito, e aí eles podem perpetuar. Quer um exemplo? Os países produtores de petróleo. Na pandemia, Senador, quando o preço caiu muito e ficou inviável para eles, o que eles fizeram? Fecharam a torneirinha, e eles anunciam, porque eles são soberanos para isso. Então, é no controle da oferta que eles acabam manipulando o preço.

Indo para o final dele, olha lá: "criar dificuldades [...] ao funcionamento [...] de fornecedor [...]". O produtor é o quê? Fornecedor de matéria-prima. Então, a lei... Está ali: "estabelecendo acordos para limitar [...] a produção de bens [...]".

Então, a decisão, aqui, da qual nós estamos diante, é a seguinte: está na lei, está na Constituição, temos ali vários conflitos entre princípios constitucionais que precisam ser equalizados, é a própria lei que equaliza, que resolve esses conflitos, não são ideias de privados, não são ideias de quem tem poderes transitórios no Governo que vão resolver isso: quem diz isso é o poder constitucionalmente estabelecido neste país.

Ali está escrito exatamente, na minha opinião, que a moratória da soja é ilegal e o que nós precisamos decidir como país é: a lei se aplica a todos ou, a depender do tamanho da corporação, do grupo econômico, da narrativa que eles criam, nós vamos flexibilizar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última coisa aqui que eu queria citar é a questão de que o que não é proibido é permitido no privado, mas, no público, o que não é permitido em lei, o que é proibido em lei é proibido ou é permitido em lei. E isso está lá, gente, na Declaração de Liberdade Econômica, art. 4º. Para quem não leu, é importante: "É dever da administração pública [...] evitar o abuso [...] regulatório [...]: I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico [...]; [...] VII - introduzir limites à livre formação [...] de atividades econômicas". Isso daqui é abuso de poder regulamentar – abuso de poder regulamentar, Senador. Isso é abuso de poder regulamentar.

O Ministério do Meio Ambiente respondeu a um requerimento da Câmara dizendo que não faz parte e não fez parte, não tinha ingerência em relação à moratória da soja, mas ele fomentou, através de ofícios, a defesa da moratória da soja no Cade e, agora, no Supremo Tribunal Federal.

E os produtores rurais que estão lá nos mais distantes rincões do país estão tentando defender o seu interesse, não mais contra as maiores corporações do mundo, mas contra uma Advocacia-Geral da União que vem tentando defender os interesses dessas corporações.

Então, é isso aí que eu deixo para vocês. Na minha opinião, esse é um ponto que precisa ser muito avaliado.

Os produtores, sim, estão fazendo um trabalho juntos, Senador. Eles se uniram, estão criando um instituto. Em todos esses estados tem um estatuto, tem uma marca já em registro no INPI. O trabalho que está sendo feito é para construir algo que possa ser conservacionista e respeitar os direitos das pessoas que lá vivem, porque eles não são subcidadãos, eles têm os mesmos direitos. Aquelas garantias constitucionais lá alcançam todos os cidadãos brasileiros. E quem mora na Amazônia não tem uma Constituição paralela, não, é a mesma.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Thiago.

Eu convido vocês a ocuparem a mesa para a gente chamar a segunda mesa. (Pausa.)

Quero convidar aqui o Alexandre Barreto de Souza, que é o Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e a Amanda Flávio de Oliveira, Assessora Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). E estão virtualmente o Lucas Luís Costa, Vice-Presidente da Aprosoja Brasil e Presidente da Aprosoja Mato Grosso, e, também no Zoom, virtualmente, a Deputada Coronel Fernanda e o Armando Biancardini Candia, Diretor Jurídico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat).

Estão todos aí? (Pausa.)

Eu vou passar, primeiramente, agora para as pessoas que estão virtualmente e, na sequência, a gente ouve aqui quem está presente.

Eu vou passar para o Lucas Luís Costa para fazer suas considerações.

Lucas, obrigado pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS LUÍS COSTA BEBER (Para expor. Por videoconferência.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Izalci, a Senadora Rosana, também o Senador Zequinha.

Quero agradecer a oportunidade, em nome dos produtores de Mato Grosso e também do Brasil, que são afetados pela moratória da soja, que é injusta e também fere a nossa soberania, a nossa livre iniciativa e, mais do que isso, nós temos que lembrar também o desenvolvimento social e regional de municípios mais novos do bioma amazônico que têm potencial para produção de soja e que querem usufruir também da oportunidade de municípios como, por exemplo, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e outros grandes municípios produtores do Brasil. Porque lá se instalou a soja antes mesmo da moratória da soja e foi expandida a produção nesses municípios, que hoje têm os maiores índices de desenvolvimento humano do país, gerando empregos, como aqui no caso do Estado do Mato Grosso, que é o estado em que mais cresceram a economia e o PIB nos últimos 20 anos, percentualmente. É o estado que percentualmente mais se industrializou também e é um dos maiores estados que têm atraído trabalhadores de outros estados, buscando condições de vida melhores, para desfrutar de uma qualidade de vida mais digna, e que a produção de soja... atrelada à produção do milho, porque não se pode falar das duas culturas separadas, já que elas se beneficiam tanto economicamente como também sustentavelmente, já que permitem fazer o plantio direto, o que nos torna um modelo para o mundo na agricultura tropical, sequestrando o carbono, conciliado à produção de soja e de milho.

Então, nós temos que considerar que essas empresas que impõem a moratória da soja, esse acordo privado acima da nossa legislação, constituem aproximadamente 90% do mercado comprador, não dando espaço para esses produtores produzirem e poderem comercializar a sua produção de soja, já que esses estados aqui, principalmente a região tropical brasileira, têm uma grande vocação para a produção de soja, fazendo com que seja uma das sojas mais procuradas do mundo por conta do seu alto teor de proteína e da sua qualidade.

A moratória da soja tem atacado a função social da terra. Mais de 30 milhões de brasileiros, hoje, vivem na Amazônia, e nós não temos um projeto de desenvolvimento econômico que melhore a vida dessas pessoas. É a agricultura que tem tornado mais digna a vida delas e tem também proporcionado que o Brasil e essa Região Amazônica possam se desenvolver.

Nós temos que ver que, quando nós falamos de 90% do mercado comprador, nós temos casos aqui – mesmo em municípios em que o produtor produz –, em que, às vezes, só há uma trading compradora e, sendo essa trading signatária da moratória da soja, esse produtor não tem a quem vender.

E, hoje, nós temos cálculos que mostram que são bilionários os prejuízos que, ao longo dos anos, a moratória causou à vida dessas pessoas, direta ou indiretamente, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabemos que há produtores que não plantam por conta da moratória. Alguns insistem em plantar, em produzir, mas, no momento da comercialização, não encontram uma empresa compradora e, muitas vezes, têm que vender para o famoso "mala preta", que, muitas vezes, não honra o contrato, não paga aquela compra ou também comete evasão fiscal, não fazendo o recolhimento devido de fundos e tributos dessa comercialização. E, lá na frente, o produtor pode sofrer prejuízos, sendo cobrado novamente dele.

Isso sem contar a desvalorização monetária que sofre a sua produção, já que esses compradores sabem que ele tem dificuldade. E nós nunca vimos jogarem fora essa soja. Nós não sabemos de que forma ela é aproveitada ou se, até mesmo, não é reesquentada novamente. Mas nós sabemos, sim, que a moratória é um obstáculo econômico para os produtores e dificulta essa comercialização, e o aumento da área de soja, dentro do país, de forma sustentável. Lembro que eu falei do plantio direto e respeitando o código florestal mais restritivo do mundo, que é o Código Florestal brasileiro. E nós temos que ter regras que respeitem o devido processo legal, diferentemente da moratória, porque tradings acusam, julgam e condenam esses produtores a serem separados do mercado normal e poderem comercializar.

Nós temos relatos aí também de que essas tradings compradoras têm vantagem comercial. Em um podcast – o Podcast do Patroni –, o Blairo Maggi, que é Presidente da Abiove, alega que essas empresas atendem à moratória da soja também para conseguir crédito no mercado europeu a juros muito mais baratos que o mercado brasileiro. E nós sabemos que essas empresas depois repassam a juros brasileiros. Então, elas têm vantagem econômica em estarem atendendo à moratória da soja, atendendo a esse acordo, que nós sabemos que é imposto pela Europa, mas só restringindo o mercado da soja, já que eles não têm a mesma eficiência e não conseguem produzir com a mesma sustentabilidade do produtor brasileiro.

E sabendo que, para atender à moratória da soja, nós temos produção no sul do país, por que eles não optam, já que o mercado comprador de soja brasileiro... A Europa corresponde a, em toda a cadeia, entre 8% e 14%, ou seja, é uma pequena fatia de mercado, mas imposta por 90% das tradings compradoras aqui, que poderiam direcionar a soja do sul, por meio de uma logística paralela, atendendo sim à moratória sem prejudicar os produtores aqui do norte e também as regiões do norte, que poderiam se desenvolver mais, criando essa logística paralela ou até mesmo uma rastreabilidade, sem ferir esses produtores.

Então eu quero deixar claro aqui que a Aprosoja Mato Grosso está atuando na defesa do produtor. Os produtores precisam ter esse direito reparado. A entidade também, desde 2018, vem tentando acordo com essas empresas, e elas, desde então, têm corrido. Mesmo agora, quando estão no núcleo de soluções do STF, essas empresas não procuraram os produtores para fazer acordo e estão falando por aí que não puderam participar desta audiência porque já têm um acordo avançado com os produtores, o que não é verdade, isso não tem ocorrido. E isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos preocupa muito, porque nós precisamos de uma reparação desses danos e também da imagem do produtor brasileiro no mercado internacional, porque eles vendem a moratória como a solução de um caos, como se o produtor que está dentro da legalidade estivesse cometendo uma ilegalidade e a moratória corrigisse isso, o que não é verdade. E vai custar muitos anos para nós recuperarmos essa imagem novamente.

E nós estamos dispostos, sim, a um novo acordo, mas que seja dentro da legislação brasileira, respeitando a nossa Constituição e o nosso código ambiental, para que, sim, quem é ilegal e mal-intencionado seja punido, mas aquele produtor que está na legalidade ou até mesmo aquele que tem um passivo, mas está atendendo às normas do CAR, do TRA, ou que tenha algum tipo de TAC, que possa sim ser considerado como legal e tratado de forma digna, como esse produtor merece.

E nós também queremos deixar aqui claro que nós queremos que a investigação no Cade, que não é uma atribuição judicial, mas sim de ordem econômica, que trata do direito concorrencial, siga – essa investigação – para apurar, de fato, se há essa formação de cartel, porque o Cade já indicou que há fortes indícios dessa formação, e se isso realmente prejudicou economicamente os produtores ou não.

Também temos uma ação indenizatória em primeira instância. E nós também queremos poder sentar e fazer um acordo com essas empresas. E nós pensávamos que elas estariam hoje aqui nesta audiência, mas, mais uma vez, elas correm de sentar e de discutir o futuro com os produtores e de discutir também a reparação dos danos que elas causaram no passado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lucas.

Vou passar agora para a nossa Deputada Coronel Fernanda, virtualmente.

Coronel Fernanda? (Pausa.)

Coronel Fernanda, áudio e vídeo...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para expor. Por videoconferência.) – Boa tarde a todos, Senador Izalci e todas as pessoas que nos acompanham.

Estou feliz, novamente, e grata por vocês estarem fazendo nossa defesa do agronegócio, contra a moratória da soja. Estou aqui no Município de Conquista D'Oeste, no Estado de Mato Grosso. Nosso trabalho contra a moratória já se estende aí há quase três anos.

Estamos com as denúncias no Cade e no Tribunal de Contas da União; temos agora que vencer essa fase no STF, que vai julgar esse tema; e me coloco à disposição para responder os questionamentos e falar o que vocês precisarem sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Deputada Coronel Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora para o Armando Biancardini, Diretor Jurídico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat).

Armando.

O SR. ARMANDO BIANCARDINI CANDIA (Para expor. Por videoconferência.) – Boa tarde, Sr. Senador Izalci. Cumprimento as demais autoridades, Deputada Fernanda, Senador Wellington Fagundes, Senador Zequinha Barbosa.

A Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat) é a entidade que eu represento aqui, formada pelos pecuaristas do Estado de Mato Grosso, os pecuaristas produtores da proteína da carne, os pecuaristas que levam e produzem a carne que sustenta boa parte do nosso país, quiçá o nosso mundo.

Senhoras autoridades, cidadãos aqui presentes, estamos hoje diante de um debate que realmente transcende a questão ambiental, discutimos aqui a própria sobrevivência do Estado de direito dentro do campo, Senador Izalci.

A denominada moratória da carne, embora transvestida de iniciativa sustentável, tornou-se, sim, uma barreira comercial injusta e uma legislação paralela que atropela o que foi decidido soberanamente por este país. Por que eu digo que foi decidido de forma soberana? Foi citada por muitos dos oradores que me antecederam a legislação forte, estável e formada dentro de inúmeras audiências públicas deste país. Nós temos a legislação mais restritiva, que pode ser considerada a melhor legislação de proteção ambiental deste país, mas, mesmo assim, acordos comerciais e interesses particulares se sobrepõem a essas questões, Senadores.

A supremacia do Código Florestal, versus esses acordos, precisa ser, sim, mantida, preservada. O Brasil, como eu disse, possui uma legislação ambiental rigorosa. A lei de 2012, fruto de anos de debate democrático no Congresso Nacional, abastece marcos claros, como a reserva legal de 80% da Amazônia e a possibilidade de uso sustentável de 20% da propriedade. Eu não quero fazer crer que nós não podemos nem utilizar mais esses 20% da propriedade. Até onde iremos chegar? Como poderemos produzir esses alimentos?

Porém, a moratória da carne, fruto de termos de ajustamento de conduta firmado entre frigoríficos, ONGs e o Ministério Público Federal – diga-se de passagem: sem a participação dos produtores –, ignora essa lei. Ao estabelecer, ainda no longínquo ano de 2008, ou seja, antes do Código Florestal, como um marco impeditivo absoluto, ele pune o pecuarista que realizou a supressão de vegetação de forma legal, licenciada e autorizada pelos órgãos ambientais.

Não podemos aceitar que um acordo privado revogue direitos garantidos por lei federal, senhoras e senhores. Como que podemos aceitar que algo particular se sobreponha a isso?

Eu me lembro, há uns meses, de uma mesma audiência pública presidida pela nossa valorosa Deputada Coronel Fernanda. Como aceitar que acordos feitos não se sabe a que preço e atendendo a qual interesse possam estar sobrepostos à lei promulgada por este Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, a lei promulgada pelos brasileiros. O impacto social e econômico e a exclusão são injustos.

Não estamos falando de hipóteses, senhoras e senhores, estamos falando de cerca de, pelo menos, 38 mil produtores rurais, apenas no Estado do Mato Grosso, que enfrentam ou podem enfrentar bloqueio comercial. São famílias que investiram, que regularizaram por diversas vezes o seu CAR, que cumprem o licenciamento, mas que são arremessadas para a invisibilidade econômica por um entendimento unilateral. Isso gera desemprego, queda na arrecadação e insegurança jurídica. E é um contrassenso: pune-se quem cumpre a lei estatal para satisfazer critérios de acordos particulares.

Para que isso não continuasse, o próprio Estado do Mato Grosso, capitaneado pelas entidades que lá cuidam dos interesses dos produtores rurais, dos agropecuaristas e da população como um todo, se uniram. E o próprio estado, como reação, através da Lei 12.709, de 2004, que é um marco de muita coragem e justiça, estabeleceu uma premissa clara: o fomento público de incentivos fiscais irá prestigiar quem respeita a produção legal. Se a produção é legal, tem que ser respeitada, se a supressão de pastagens, se a supressão de vegetação foi feita a partir de 2008, antes de 2012, ela é legal. Não há outra classificação para isso. Não podemos aceitar isso.

Fomos incentivados a abrir este estado, Senador Izalci. Fomos incentivados, abrimos, colonizamos o estado, abrimos fronteiras e, hoje, o Mato Grosso é recordista em produção nacional e mundial. Temos o maior rebanho bovino de pecuária de corte do Brasil, Senadores, e não podemos ficar à mercê...

A gente utiliza na associação uma frase muito boa: "Boi não morre de velho". O boi precisa ir ao abate, o boi vai ser levado ao abate. E foi o que os que me antecederam disseram aqui. De que forma ele acaba sendo levado ao abate se é proibido, ao que está de forma legal, levá-lo ao abate, pela interpretação de um acordo privado? Que incentivo e que respostas eu poderei dar a essa população, a esse pecuarista? Afinal de contas, devemos, sim, prestigiar aquele que sofre, aquele que produz, aquele que, com a sua produção, sustenta a sua família.

Empresas que participam de acordo de incentivo à expansão agropecuária em áreas permitidas pela lei não podem e não serão beneficiadas com o dinheiro do contribuinte. Com o dinheiro do contribuinte! Ou seja, elas querem punir o contribuinte e se beneficiarem com o dinheiro do contribuinte. Seria correto isso? Eu acredito que não.

O Estado exercendo seu poder de autodefesa e contingenciamento econômico de seus produtores, é isso que vem ocorrendo e é isso que nós apoiamos como produtores, como pecuaristas, como todos que me antecederam aqui estão cientes.

A lei estadual está aí para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminhando à minha conclusão, eu deixo uma reflexão, Srs. Senadores. A sustentabilidade não se faz com exclusão, mas com legalidade.

O pecuarista brasileiro, o pecuarista mato-grossense é o maior interessado na preservação. Sessenta e dois por cento do nosso território é preservado. Isso foi feito graças ao homem do campo, que está ali preservando, mas ele precisa de regras claras, de respeito ao seu direito de produção.

Exigimos, sim, que a moratória da carne seja harmonizada com o Código Florestal. Respeite-se o Código, siga-se o Código. A legislação está aí. Que a lei do país volte a ser o único critério para definir quem pode ou não comercializar sua produção, pela legalidade, pela segurança jurídica e pelo respeito a quem produz o alimento no mundo.

Eu agradeço, mais uma vez, em nome da Associação dos Criadores do Mato Grosso, em nome do nosso Presidente Luís Fernando Amado Conte, a oportunidade que este Senado Federal nos deu de bem falar aqui em nome dos pecuaristas do Estado de Mato Grosso.

Eu agradeço e desejo a todos uma boa tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Armando.

Passo imediatamente à Amanda Flávio de Oliveira, Assessora Jurídica da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

A SRA. AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Muito obrigada pela oportunidade de falar, demais Senadores. A gente tem casa cheia aqui. Muito obrigada pela oportunidade de vir falar sobre um tema de altíssima relevância. Todos nós sabemos disso, por isso nosso interesse comum.

Cumprimento também ao Superintendente-Geral do Cade que está aqui, Alexandre Barreto, entre outros que também me antecederam.

Bom, eu estou com seis afirmações a fazer, Senador, mas eu preciso fazer um registro antes, da altíssima relevância deste encontro. Este encontro aqui é um marco importantíssimo, que precisa ficar registrado. E eu digo por quê.

Eu própria já participei de uma dezena de audiências ou atividades oficiais sobre a moratória da soja, mas, neste dia de hoje, Senador, nós ouvimos aqui dois representantes do Governo, um do Mapa, outro do MMA, dizendo textualmente – e eu anotei e coloquei entre aspas –: "é um acordo privado, nós não participamos dele, é uma ação estritamente privada".

Isso tem que ser registrado. Isso é relevantíssimo. E sabe por quê, Senador? Porque por aí, inclusive no Cade, inclusive no Supremo, inclusive em sustentação oral no Supremo, as empresas têm desmentido isso e têm dito que, na verdade, é uma política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é de altíssima relevância esse registro. Nós precisamos fazer este registro: dois representantes do Governo disseram. Um deles disse, abro aspas – e eu especificamente me refiro, e está aí gravado, ao representante do MMA –: "essa é uma ação estritamente privada", fecham-se aspas. Foi ele quem falou.

Então, que se encerre aqui qualquer discussão e que não se diga mais esta falácia para confundir, Senador, que tem sido dita por aí, de se tratar de política pública. Não é, nunca foi.

Na verdade, quem vai dizer isso muito melhor do que eu, por todas as razões e pela autoridade que tem, é o Superintendente do Cade. Isso não apenas é um acordo privado, como é um acordo ilícito. E eu estou aqui... Na verdade, não vou falar por ele, porque, por óbvio, ele tem todas as razões para falar melhor do que eu. Mas o Cade teve a oportunidade de apreciar isso, por meio da sua Superintendência-Geral em um arrazoado, em um parecer muito consistente, como tudo o que vem do Cade. O Cade, como todos nós sabemos, é uma entidade muitíssimo respeitada, inclusive premiada internacionalmente. Então, ninguém discute a competência do Cade nos dois sentidos da palavra competência, no sentido jurídico e no sentido coloquial. E o Cade teve a oportunidade de apreciar, o Cade teve a oportunidade de avaliar e de dizer que isso é ilícito.

Mas, bom, eu vou então retomar aqui as seis afirmações que eu tinha a fazer, não sem antes reforçar, repetir aqui o registro que nós ouvimos: esse é um acordo privado, não tem nada de política pública. Vamos encerrar de uma vez as afirmações inadequadas a esse respeito.

Pois bem. Bom, então vamos lá.

São seis afirmações breves, e eu nem vou gastar o meu tempo todo, Senador. Primeira, é um acordo privado a moratória da soja. Segunda, envolve multinacionais que, juntas, detêm quase 90% do mercado – relembremos que, em detrimento de pequenos e de médios produtores. Então, são empresas de alcance global, que estão influindo sobre a nossa soberania também, Senador. Terceira, cumpre todos os requisitos de um ato ilícito concorrencial. A CNA sempre achou isso – sempre. E não fez isso de forma leviana, fez um forte estudo antes, que recebeu acolhida técnica do nosso sistema institucional. Quarta afirmação: não tem nada a ver com sustentabilidade e desmatamento da Amazônia, porque, na verdade, ela só se refere a uma cultura. Então, assim, é inclusive querer que a gente... Enfim, é você achar que, porque você proíbe a cultura de soja, você está impedindo o desmatamento, e essa realmente é uma lógica difícil de aceitar. Em quinto lugar, o caso já foi adequadamente avaliado por quem de direito, que é o Cade. E assim tendo sido feito, nós já temos um indicativo do que se trata afinal. Por fim, nós estamos hoje num momento de suspensão tanto do processo no Cade, quanto de outros tantos processos que estão por aí a respeito da moratória da soja, em razão de uma determinação do Supremo nesse sentido e do encaminhamento a um núcleo de solução de controvérsias, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as partes juntas cheguem a um consenso. Então, essas são as afirmações que eu tenho a fazer a respeito do caso.

O que da CNA nós podemos dizer que nós esperamos como um desfecho de tudo isso? Primeiro, a moratória já acabou. Tanto já acabou que ela não acontece já nos primeiros meses do ano. O desmatamento está reduzido igual, o que, então, quer dizer que não tem mais motivo para se sustentar sob essa ótica. E que assim seja, em nome da soberania das nossas leis, em nome do respeito a esta Casa aqui, que, junto com a Casa irmã, produziram uma lei que é o Código Florestal, que está sendo desrespeitado. É um desrespeito, inclusive, ao Parlamento.

Então, em primeiro lugar, a CNA anseia pelo respeito às normas brasileiras, à soberania nacional e às Casas Legislativas que elaboraram a norma que deve estar em vigor. E, por fim, há uma lesão bastante consistente também... danos bastante consistentes também, já mapeados, decorrentes desse acordo ilícito. Para além daquilo que o direito já diz, que todo dano deve ser reparado – o direito fala isto, os danos precisam ser reparados –, no campo do direito antitruste, o Superintendente sabe isso melhor do que eu, sempre que há uma configuração de um cartel, disso decorrem as ações específicas de ressarcimento daqueles que foram lesados. Isso está na lei. Então, da mesma maneira, nós também esperamos a vigência das leis, a efetividade das leis, a eficácia das leis brasileiras.

(Soa a campainha.)

A SRA. AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA – É isso, Senador. Eu agradeço... Olhe, eu fui mais rápida do que, inclusive, o meu tempo.

Eu agradeço muitíssimo, parabenizo a preocupação, o trabalho que o Senado vem fazendo não apenas neste tema, mas em todos os outros, e continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Amanda.

Já passo, imediatamente, ao Alexandre Barreto de Souza, que é o Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA (Para expor.) – Agora, sim.

Muito obrigado ao Presidente da mesa, o Senador Izalci Lucas, cujo mandato muito orgulha a toda a população do Distrito Federal, Senador Izalci. Quero cumprimentar a Senadora Rosana, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Zequinha Marinho e todas as senhoras e senhores aqui presentes.

Quero agradecer, Senador Izalci, pela convocação do Cade, o qual, orgulhosamente, hoje aqui, à tarde, represento, para poder vir perante esta Comissão do Senado, para poder esclarecer o que foi feito pelo Cade no âmbito da investigação da chamada moratória da soja. Tantas vezes, ao longo da tarde, nesta audiência pública, o Cade foi citado, e agora terei oportunidade de esclarecer para as senhoras e para os senhores o que estamos investigando, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi feito até agora e em que ponto se encontra o processo de investigação no âmbito do Cade, dentro do dever de prestar contas, que é o dever de todo gestor público perante esta Casa, que, além de atividade legislativa, também exerce uma atividade de controle da administração pública.

Inicialmente, Senador Izalci, eu preciso fazer uma ponderação. O processo de investigação – e eu vou explicar passo a passo, como ele se iniciou e cada passo que seguiu – encontra-se em apuração. Então, não temos ainda uma conclusão definitiva, muito embora tenha sido adotada uma medida preventiva e já haja algumas convicções com relação ao que foi apurado, mas é importante expressar, é importante ressaltar, que não há uma decisão definitiva, ainda, do Cade até porque, para cada decisão do Cade, por óbvio, observa-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

O segundo ponto, importantíssimo, para ser esclarecido é definir o que o Cade faz e o que o Cade não faz. Parece comezinho, mas é importante ressaltar: o Cade não está avaliando política de meio ambiente, não está avaliando defesa do meio ambiente, que, obviamente, é um valor, um princípio público, que deve ser perseguido pelo Estado brasileiro. Em algum momento – abrindo um pequeno parêntese, Senador –, chegou a ser alegado perante o Cade, como disse a Profa. Amanda, que a moratória da soja não protege o meio ambiente porque se planta algodão, cana-de-açúcar. Não nos interessa esse assunto, ainda que seja verdade ou não seja verdade.

O Cade está analisando uma possível infração à ordem econômica, à luz da Lei nº 12.529, que rege as infrações à ordem econômica. E esta é a competência legal do Cade, assegurar um ambiente de livre concorrência, assegurar que as regras do jogo, no campo econômico, sejam observadas, prevenir e repreender infrações à ordem econômica.

Como a questão da moratória da soja surge no Cade? Muito embora ela já tenha vigência de vários anos, ela chega ao conhecimento do Cade por meio de uma representação recebida da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, atendendo a um pedido da Deputada Coronel Fernanda, que acompanha esta audiência pública.

Na sequência da representação da Câmara dos Deputados, Senador Izalci, recebemos manifestações também da CNA e da Aprosoja, levando ao conhecimento do

Cade os mesmos fatos, com alguns acréscimos que foram trazidos pela Câmara dos Deputados. E o pedido da CNA trouxe uma inovação, que foi o pedido da adoção de uma medida preventiva.

Os processos no Cade podem ser iniciados por iniciativa própria ou por provocação. Nesse caso, o Cade foi provocado a agir. E por se tratar de um pedido do Congresso Nacional, por meio da Câmara dos Deputados, o processo já se iniciou na fase de inquérito administrativo. São três fases processuais no Cade: o procedimento preparatório, para se iniciar a investigação; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquérito, a fase inquisitorial, em que se buscam evidências; e o processo stricto sensu, onde já há a convicção de materialidade e de autoria e se asseguram o contraditório e a ampla defesa.

O processo aberto na fase de inquérito administrativo vai apurar um possível conluio entre agentes privados que, conforme a representação recebida, estariam agindo por meio de um acordo privado para definir as regras do jogo, Senador Zequinha, no caso específico do mercado de soja.

Outra coisa importante a destacar é que o Cade recebeu a representação, Senadora Rosana, acerca da moratória da soja, não se investiga a questão relativa à proteína. No caso, temos aberta, repito, a moratória da soja.

A representação fazia menção a duas associações que congregavam trinta, exatamente trinta, tradings que seriam as signatárias da moratória da soja e, por meio desse acordo privado, se disciplinaria as condições para a aquisição da soja. Esse é um assunto que, em tese, compete ao Cade investigar? Sem a menor sombra de dúvida.

Recebida a representação constatou-se, por meio de diligências realizadas no âmbito do processo que, de fato, o acordo existe, que o acordo está em vigência. O acordo não tem a participação do setor público, conforme operado pelo Cade. O acordo se materializa por meio de uma instituição, uma estrutura criada para permitir que as traders, as empresas que adquirem a soja, troquem informação entre si. E isso levanta uma bandeira amarela enorme para o Cade, quando há empresas concorrentes trocando informações entre si. Isso, por si só, já leva a uma atuação do Cade, como levaria à atuação de qualquer autoridade de defesa da concorrência em qualquer país do mundo.

Constatou-se que as informações trocadas são informações concorrencialmente sensíveis; constatou-se que não há mecanismos de governança que assegurem que não há a prática de trocas de informações sensíveis ou práticas de definição das regras de mercado – não se pode afirmar isso –; as próprias empresas ouvidas pelo Cade, até o momento em que a apuração encontrava-se em andamento, não afirmaram, até porque é impossível fazer essa afirmação, o que levou, o que motivou a Superintendência–Geral do Cade a adotar uma medida preventiva, que é um remédio previsto na lei, para cessar...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – ... uma prática que apresentava indícios de serem atentatórios à livre concorrência.

Em brevíssimo resumo, foi essa a atuação do Cade. Repito: encontramos indícios suficientes, robustos, que levaram à conclusão de que havia ali um problema. E a medida preventiva tem como objetivo cessar a prática, para evitar que haja materialização de um prejuízo, Senador Zequinha, que depois seja de difícil reparação. Então, a ideia foi suspender a institucionalização dessa troca de informações para estancar um problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma conclusão definitiva, Senador Izalci? Não, não é. O processo encontra-se em andamento.

Ato contínuo, foi instaurado processo administrativo stricto sensu, intimadas as duas associações, as 30 tradings e mais as pessoas físicas dirigentes, responsáveis pela adoção da prática em investigação, no âmbito do Cade.

Quando o processo encontrava-se em andamento – o processo foi aberto em agosto de 2025, Senadora Rosana – e, em novembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a tramitação do processo administrativo no âmbito do Cade. Na verdade, a decisão do Supremo suspende todos os processos em que se discutam questões atinentes à moratória da soja, tanto cíveis quanto administrativos.

Temos notícia de que o grupo da soja, que é esse braço, Senador Zequinha, que institucionalizava a moratória, foi descontinuado. De qualquer forma, discute-se no âmbito do processo no Cade a prática, ao longo de quase 20 anos, em que houve uma prática em tese ilícita, em tese infrativa à ordem econômica.

Ainda que se chegue a um acordo na esfera cível – o acordo na esfera cível se diz a prejuízo causado por uma parte à outra –, o problema, do ponto de vista do processo administrativo sancionador, persiste. Um acordo cível não afasta a ação fiscalizatória do Estado. Essa é uma dúvida que temos sobre como proceder. Ao final, se houver um consenso no núcleo de consensualidade, de negociação, é instaurado no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Mas, enfim, obviamente, essa é uma questão que se deixa mais à frente para discutirmos. E afinal de contas, a decisão judicial, como todos sabem, cumpre-se, não se discute.

Para resumir, Senador Izalci, e me colocar à disposição de V. Exas. e da sociedade para trazer esclarecimentos adicionais acerca da atuação do Cade, eu posso resumir de maneira bastante simples, dizendo que a moratória da soja, do ponto de vista da organização das traders, é um acordo entre concorrentes? Sim, isso não se discute. É um acordo privado? Sem dúvida é um acordo privado. A competência do Cade é justamente investigar acordos privados, para saber se acordos privados podem ser prejudiciais à livre concorrência ou não.

Um cartel é um acordo privado. Todos os cartéis investigados e condenados pelo Cade são acordos privados. A livre iniciativa existe na Constituição, ela figura na Constituição lado a lado com a livre concorrência. A livre iniciativa é regulada pela livre concorrência.

Reafirmo: não sabemos, não podemos concluir ainda que o caso em investigação se trata de um cartel, mas eu posso garantir a V. Exas. que o fato de esse ser um acordo privado por si só não legitima uma perpetuação de ações que possam prejudicar a livre concorrência e a sociedade brasileira.

Obrigado, Senador.

Eu me coloco à disposição da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quero aqui cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, o nosso querido Senador Zequinha, e a ele agradecer.

Cumprimento também o meu querido Senador Wellington, que foi o autor do requerimento dessa audiência, a nossa querida Senadora Rosana.

Primeiro, Senador Zequinha e Senador Wellington, eu quero aqui lamentar, porque nenhuma das empresas que foram convidadas para estarem aqui compareceu.

Nós tivemos aqui a justificativa da ausência do Presidente do Cade, da AGU, que justificaram a ausência, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, a empresa ADM, a empresa Cargill e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e não responderam, nem sequer, ao convite a empresa Bunge, a empresa Dreyfus (LDC) e a empresa Amaggi.

É evidente que nós fizemos convite. Para a audiência pública você não convoca. Normalmente, são convidados. Mas tem outros instrumentos, se for necessário, que a Comissão poderá adotar para que eles possam comparecer aqui.

Mas eu gostaria de iniciar a minha manifestação, chamando a atenção aqui para um ponto que me parece central nesse debate. A moratória da soja não pode mais ser discutida apenas a partir de slogans, narrativas ou declarações genéricas de compromisso ambiental. Nós estamos diante de um tema que exige evidência, método e responsabilidade institucional.

Eu recebi o livro aqui Moratória da Soja: uma avaliação baseada em evidência, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Concorrência e Inovação, que traz uma contribuição importante e conclusões estarrecedoras sobre o impacto deste acordo comercial na vida de pessoas que vivem e produzem no campo e que foram, por quase duas décadas, marginalizadas por uma estratégia dessas corporações, mesmo seguindo regularmente as leis brasileiras.

O livro traz uma primeira constatação que é jurídica: a moratória, criada em 2006, por entidades representativas das empresas compradoras de soja passou a funcionar como uma espécie de regulação privada, paralela ao Código Florestal brasileiro.

O acordo impede a compra de soja produzida em áreas de supressão de vegetação, posterior a 22 de julho de 2008, no bioma Amazônia, mesmo quando essa supressão tenha ocorrido dentro dos limites autorizados pela legislação brasileira. E isso é muito sério.

Estão esvaziando o poder de legislar, ignorando o fato de que o Código Florestal passou por intenso escrutínio do próprio Supremo Tribunal Federal, dispositivo a dispositivo.

Presidente, enxergo neste acordo, especialmente quando vejo o apoio institucional de figuras do Ministério do Meio Ambiente, a tentativa de uma espécie de terceiro tempo. Aqueles que perderam o debate democrático agora tentam subverter o texto da lei porque não concordam com aquilo que foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geralmente, essas pessoas falam muito em Estado democrático de direito, mas desprezam absolutamente o que ele representa quando a decisão democrática não coincide com suas convicções, porque uma coisa é combater o desmatamento ilegal; outra, completamente diferente, é tratar como irregular quem produziu dentro da lei.

A segunda constatação é ambiental. O estudo aponta que os efeitos positivos atribuídos à moratória sobre a redução do desmatamento foram, no mínimo, superestimados. A análise apresentada no livro indica a ausência de impacto estatisticamente detectável da moratória sobre o desmatamento amazônico.

Em outras palavras, a narrativa de que a moratória reduziu o desmatamento só se sustenta se forem ignorados os efeitos do próprio Código Florestal, do Decreto 6.514, de 2008, das tecnologias de monitoramento e fiscalização do desmatamento ilegal e de todo o aparato estatal do comando e controle ambiental.

Seria como afirmar que estamos todos flutuando nessa sala, desde que se considere a gravidade, a pressão e a temperatura e todas as demais forças que atuam sobre os corpos. Isso não é ciência, isso é evidência, isso é engodo.

Portanto, se o objetivo é reduzir o desmatamento, a pergunta correta é: Estamos fortalecendo as políticas públicas adequadas ou apenas mantendo um mecanismo privado que exclui produtores e que concentra mercado e transfere renda?

E a terceira constatação é econômica e talvez seja a mais dura para quem vive do campo. O estudo conclui que a moratória impôs custos econômicos substanciais a produtores que estavam em conformidade com a legislação brasileira. A análise agregada aponta impacto médio estimado de R$8,70 por saca de 60kg para produtores situados em municípios monitorados após 2016. Em outra abordagem, com dados de produtores, foi identificado deságio direto de R$5,40 por saca, com perda anual aproximadamente de R$263 mil por unidade produtiva. Então, o estudo também aponta retração de 19,1% no faturamento total da redução relevante da probabilidade de comercialização com grandes trades, chegando a 36,7 pontos percentuais nos casos de produtores que estavam com seu CPF na lista de moratória.

O estudo ainda aponta uma transferência de renda dos produtores brasileiros para essas corporações multinacionais na ordem de R$4 bilhões a R$5 bilhões anualmente. Estarrecedor e indignante! Um escárnio e desprezo pelos direitos civis dos nossos cidadãos em nome de interesses econômicos próprios. Isso não pode ser tratado com normalidade. Não podemos apenas passar uma régua sobre o que foi feito. Precisamos de responsabilização e do rigor da lei.

Quando empresas que concentram grande parte do mercado se organizam em torno de um critério comum de compra, criam listas, compartilham informações e passam a recusar produtores com base em parâmetros que vão além da lei, nós não estamos tratando apenas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade; estamos tratando de concorrência, de poder de mercado e de exclusão econômica.

Por isso, o debate que fazemos aqui não é contra a preservação ambiental. Pelo contrário, o Brasil precisa preservar, recuperar áreas degradadas, combater ilegalidades e valorizar quem produz com responsabilidade, mas com o discurso de preservação não podemos aceitar abusos. Corporações nos trataram como um país de bobos, sem gestão, sem capacidade crítica, e se colocaram em uma posição de intocáveis.

A conclusão que extraí desse estudo é muito objetiva. A moratória da soja precisa ser analisada com rigor. Não basta perguntar se ela tem uma boa intenção declarada. É preciso perguntar se ela respeita a Constituição, se respeita o Código Florestal, se produz benefício ambiental mensurável, se preserva a livre concorrência e se transfere renda dos produtores brasileiros para os grandes compradores globais.

Essa é uma discussão que esta Casa aqui, o Senado, precisa enfrentar com coragem. E é por isso que o Cade, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal precisam olhar para este tema, não apenas como uma questão ambiental, mas como uma questão de Estado, de ordem econômica, de justiça e respeito à Constituição.

Convido aqui o Senador Wellington para assumir a Presidência, para que ele possa também fazer sua manifestação, e, na sequência, também a Senadora Rosana. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Boa tarde a todos.

Quero aqui agradecer imensamente a toda a Comissão, na pessoa do Senador Zequinha Marinho, por nos propiciar esta audiência, com todos os convidados aqui, como o Alexandre Barreto, representando o Cade, que tem uma importância extremamente grande. Fiquei bem impressionado, Amanda, com a sua fala também, competente. E aqui a todos...

Eu quero primeiro aqui... Eu tinha um pronunciamento para fazer, de abertura, e eu vou pedir aqui para o Secretário deixá-lo para constar dos Anais desta reunião. Depois, eu o faço no encerramento.

Eu vou passar aqui logo a palavra à minha segunda suplente, a Senadora Rosana Martinelli, ela que é de Sinop, que foi Prefeita de Sinop e que também foi Senadora, pois assumiu aqui. Ela teve também muitos problemas, inclusive, quando ela assumiu o mandato, estava com o passaporte suspenso, com as contas bloqueadas, exatamente porque ela, como produtora rural, também fazia manifestações em defesa dos produtores daquela região. Muitas pessoas não conhecem a realidade de Mato Grosso, muitos acham que Mato Grosso... Nós somos... Todo o Mato Grosso está na Amazônia Legal, como uma região fiscal, mas Mato Grosso... Nós somos um estado extremamente rico, com três biomas definidos, como o Cerrado, com seu vigor da produção no coração do Brasil, sendo um grande produtor hoje de todas as commodities

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícolas. Já passamos a Argentina em produção de soja hoje, somos grandes produtores de milho e, consequentemente, de etanol, o maior produtor de etanol, porque temos milho em abundância – é necessário para a rotação da cultura. E 82% da produção nacional de algodão estão em Mato Grosso.

Aí o maior rebanho bovino, como já foi dito aqui, e o maior produtor de gergelim; mas também temos o nosso Pantanal, o Pantanal Mato-Grossense – é importante dizer que é mato-grossense, mas é Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, a maior área alagada do mundo, que tem ali a sua biodiversidade específica e que foi praticamente abandonado à própria sorte exatamente por falta de uma lei. Há seis anos, tivemos mais de 4 milhões de hectares do Pantanal consumidos pelas chamas e grande parte da sua fauna e flora também destruída, porque uma região abandonada, Amanda, tende a ser assim. Então, a ocupação, se for ordenada, é boa também para a questão ambiental.

Então, além do nosso Pantanal, nós temos também a Amazônia, sem falar no Araguaia, que alguns querem considerar até como também um bioma. Na Amazônia, que é uma região norte do Mato Grosso e que é a nossa Amazônia Mato-Grossense, hoje a legislação é muito clara: só 20% podem ser ocupados ou desmatados; os 80% restantes das propriedades são de responsabilidade de quem é dono ali e está cuidando daquilo, assim como no Pantanal também 93% do nosso território está na mão da iniciativa privada, com a responsabilidade de cuidar de tudo aquilo. Como eu disse, felizmente, hoje, nós temos lei, fiz o projeto de lei do Estatuto do Pantanal, que foi aprovado aqui no Senado, aprovado também na Câmara dos Deputados e já sancionado hoje. Portanto, o Pantanal tem lei nacional, não é lei federal, mas também, felizmente, agora os dois estados já têm as suas leis estaduais.

Então, por isso, a Senadora Rosana, com certeza, defende, e com propriedade, porque conhece muito e é uma produtora também. Por isso, eu falo aqui com todo... eu a apresento e tenho certeza de que ela vai aqui poder falar um pouco sobre a complexidade do que é a moratória da soja para todos que lá vivem.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar o Senador Wellington pela iniciativa de convocar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria registrar, presente também conosco, uma comitiva de Campo Novo do Parecis, que está aqui, que é o Vereador Baioto, o Vereador Gringo, a Luciana Dalmolin, que é a Secretária de Cultura, a Roberta Freitas, que é Coordenadora de Cultura, e também a Tenente-Coronel Jusciery, que é Assessora Parlamentar do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso.

Campo Novo do Parecis também é outra região com a sua especificidade, com a Reserva Parecis, que são milhões de hectares. E temos lá uma das únicas etnias que podem produzir, conseguiram produzir, que são os parecis. Também lá as nossas comunidades indígenas vivem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade, porque tem impedimento de que possam produzir inclusive o alimento para poder tirar a sua sustentação. Então, tudo isso são essas divergências e dificuldades, às vezes, que as pessoas que não vivem lá não conhecem – e, às vezes, querem colocar regras para a sobrevivência da nossa região.

A SRA. ROSANA MARTINELLI – Obrigada, Senador. Parabéns pela iniciativa de estar convocando esta audiência pública. Muito obrigada, Presidente Zequinha e Izalci pela aprovação.

Senador, é importante valorizar todas as entidades que estão aqui e parabenizar principalmente os nossos Vereadores do Parecis, que estão aqui representando todo o Poder Legislativo e os Prefeitos do interior.

E também quero falar não só como Senadora, mas também como ex-Prefeita de Sinop, do nortão do estado – Sinop é a primeira cidade considerada Amazônia Legal –, e como alguém que conhece o agro de perto, que sabe o que é produzir, investir, gerar emprego e, mesmo assim, ser tratada com desconfiança. E é isso que está acontecendo, Senador Zequinha.

A moratória da soja virou, na prática, um mecanismo de punição contra quem está dentro da lei, produtores que cumprem o Código Florestal, salientando que o nosso Código Florestal, gente, é o mais rigoroso do mundo, que respeita as regras do Brasil. Hoje, os produtores estão sendo impedidos de vender, estão sendo pressionados, Amanda, e estão sendo excluídos. Isso é inadmissível.

E nós não podemos aceitar que acordos privados se coloquem acima da nossa legislação brasileira. Não podemos aceitar que grandes empresas decidam sozinhas quem pode ou não pode produzir no nosso país. Se existe uma lei, essa lei tem que ser respeitada.

E eu falo isso, Sr. Alexandre, superintendente do Cade... Eu participei, como Senadora, da última audiência pública convocada pela Deputada Federal Coronel Fernanda, onde estavam Vereadores, presidentes de sindicatos, todas as entidades – Famato, Aprosoja... –, inúmeros produtores rurais de Mato Grosso, Pará, Rondônia. E lá nós tivemos a presença do Presidente da Abiove, o Sr. André, que infelizmente hoje não está aqui. E nós pedimos: quem estava sendo representado? Como funcionava? Como se faziam esses acordos? Como foram feitos? Quem estava nos representando, principalmente produtores, e o Governo? E naquela ocasião nós cobramos, porque não tinha, Armando, nenhum representante do Governo.

Fico feliz porque hoje estiveram presentes pelo menos o Mapa, com o Sr. Silvio, e o MMA, com o André. A gente já fica feliz, apesar de não concordar com o que eles falaram aqui, porque realmente o Governo deixou os produtores desassistidos. Nós não tivemos amparo legal e nem do Governo, porque estamos sendo retalhados, é um boicote comercial... E é claro que esse acordo comercial é um boicote comercial, porque, quando nós não éramos os maiores exportadores de soja, nós não tínhamos esse problema. Agora que nós somos, que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzimos, não só soja, mas também milho, carne, algodão e inúmeros outros produtos, aí realmente hoje nós somos um perigo, e aí vêm esses acordos comerciais.

E naquela audiência pública, Presidente Zequinha, Senador Zequinha, foi falado que nós precisávamos entrar devagar na representatividade do poder, porque nós falamos: "Por que não tem o Senado um representante? Por que não tem a Câmara dos Deputados um representante? As entidades que defendem o agro?". Sabe qual foi a resposta do Presidente? Falou: "Olha, vocês têm que comer 1kg de sal, vocês têm que aprender". E eu falo aqui que essa foi a resposta que eu recebi do Presidente da Abiove. E as pessoas que estavam presentes naquela ocasião... Isso está gravado.

Então, nós falamos: "Produtor tem que ser respeitado. Nós não podemos mais admitir o que está acontecendo neste país e, principalmente, o produtor não ter defesa". Nós, em Sinop – e aqui eu quero enaltecer o trabalho do sindicato rural –, começamos esse trabalho mobilizando todos os sindicatos, convocando os Prefeitos... E aqui eu quero enaltecer também o trabalho do Deputado Cattani, do Deputado Dilmar, da Deputada Janaina, que foram convocados e convocaram todos os Prefeitos e foram ao Governador do Estado do Mato Grosso pedindo que cortasse os incentivos fiscais dessas empresas, porque é muito bom ter o incentivo fiscal e comprar o produto do jeito que eles querem, fazendo o valor do jeito que eles querem.

Então, parabéns a todo o Legislativo, à Câmara, a todos os envolvidos, que realmente defenderam, que fizeram realmente a gente ter sucesso, Alexandre.

Depois dessa iniciativa, o Senador Wellington convocou uma audiência, foram juntamente para o STF. O Senador Wellington teve uma brilhante atuação e está representando muito bem essa defesa da moratória da soja, que é importante para todos nós. E eu falo em nome de Mato Grosso, dos produtores... E, quando se fala em agro, eu quero ressaltar que agro, gente, é o pequeno, o médio e o grande. Sempre ficam falando que o agro dá impressão que é só quem produz muito; muito pelo contrário, quem mais produz são os pequenos produtores rurais, que estão aqui, que são todos sendo penalizados, que abriram suas áreas e hoje não podem vender a soja que produzem dentro da legalidade, porque tiveram licenças ambientais para isso, porque de Sinop, do Paralelo 13 em diante, nós temos que preservar 80%. E eu estou aqui falando daqueles produtores que desmataram corretamente; não estamos falando de quem abre e comete ilegalidade. Estão sendo penalizados os nossos produtores que cumprem a lei, o nosso Código Florestal, que é o mais rigoroso do mundo – eu saliento isso.

Então, gente, nós não podemos concordar com a moratória da soja. Nós temos que acabar, Sr. Alexandre, definitivamente, com essa sombra que atrapalha o agro brasileiro. Nós temos que ter segurança jurídica. Não podemos mais ficar com essa situação. Até quando vai poder isso? Quando é que vai acabar esse processo? O STF é que vai definir? Então, esse Código Florestal tem que ser respeitado. Nós não podemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Governo tem que se impor, sim; tem que entrar na briga; tem que defender produtor rural, porque o agro é que sustenta este país, o agro é que movimenta esse PIB.

Se hoje nós estamos tendo essa produção, salvando a economia, é porque o agro está sustentando. Então, os produtores merecem respeito.

Finalizando, eu quero dizer que o jogo aqui não é somente o agro, é o respeito às instituições brasileiras. A soberania tão falada pelo Governo atual, realmente nós precisamos defender de fato e de direito, porque este Governo não está defendendo a soberania nacional, Senador Wellington, e a gente precisa cobrar. Por isso, eu reitero a importância da participação do senhor, parabenizo a atuação de convocar, não deixar esquecida essa pauta tão importante, e a participação essencial do Cade: nós temos que resolver, Alexandre, nós temos que pôr um basta.

Finalizando, eu quero dizer que o agro merece respeito, e respeito começa pelo cumprimento da lei. O nosso Código Florestal, reiterando mais uma vez, é o mais rigoroso do mundo e precisa ser respeitado. Então, eu acredito que discussões como essa temos que ter realmente mais vezes, até que a gente vença e tire essa sombra do agro brasileiro.

Parabéns a todos os envolvidos, parabéns, Senadores, todas as autoridades aqui presentes, lutando pelo agro, que é o que alimenta o país e é o que sustenta a nossa economia. A minha gratidão a todos, muito obrigada pela participação.

Parabéns, Senador Wellington, parabéns, Senador Zequinha, Izalci e, principalmente, aos Deputados Estaduais do Estado de Mato Grosso, que fizeram a lei, que teve como resultado essa briga – e realmente muitas empresas hoje não estão respeitando mais a moratória da soja, estão comprando os produtos, porque alguém está comprando a soja. Então, nós temos que ser realistas e cobrar, sim, do Governo um posicionamento, Amanda, que seja: "Vem, Governo, vem ajudar, vem ajudar quem produz e quem sustenta este país".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos aqui... Já estamos no encerramento, mas eu ainda tenho algumas perguntas para fazer. Depois, eu vou convidar o Senador Zequinha Marinho para fazer o encerramento, ele como Presidente, mas, antes, eu chamo aqui o Senador Carlos Fávaro. Carlos Fávaro está virtualmente. Ele tem um requerimento aqui.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Por videoconferência.) – Um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não. O.k.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem. Por videoconferência.) – Olá, caro Presidente, Senador Wellington Fagundes. Queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizá-lo pela audiência pública, cumprimentar e parabenizar também a Senadora Rosana Martinelli, o Presidente, Izalci Lucas, também membro desta Comissão, todos os outros membros, Senadores e Senadoras, e as entidades representativas de classe, e parabenizar pelo tema. A moratória é uma punição indiscriminada, acima da legislação brasileira, e todos nós temos que cerrar fileiras para que não surta efeito de punição aos nossos produtores. Parabéns pela audiência pública.

Eu aproveito este momento, Sr. Presidente, para ler um requerimento de minha autoria que busca uma suspensão de audiência pública para que nós possamos tramitar uma matéria muito importante para a agropecuária brasileira, para ampliação das oportunidades de exportação da carne bovina e formação de preços para a pecuária brasileira.

Trata-se de requerimento, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que dispensa a audiência pública na proposta de Requerimento nº 6, de 2026, desta Comissão, destinada ao PL 6.682, de 2025, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos de bovinos e bubalinos quando não houver demanda de alimentos para o país. Esse requerimento agiliza a alteração do Projeto de Lei de 1950, atualizando a nossa legislação, o que facilitará a exportação e a formação de preços e o ganho para toda a agropecuária, especialmente para os produtores bovinos e bubalinos do nosso país.

Era esse o requerimento, Sr. Presidente. E o parabenizo mais uma vez pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Desta forma o Senador Carlos Fávaro, inclusive, já justificou.

Vamos diretamente, então, à votação simbólica.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Então, aprovado. Está rejeitada... Está suspenso, não é? Está aprovado o requerimento.

Eu quero registrar também aqui a presença do Vereador de Brasnorte, também lá do Nortão do Mato Grosso, o Manico, e do Vereador de São José dos Quatro Marcos, Jairo de Lima, presente também aqui nesta audiência.

Eu tenho algumas perguntas que eu gostaria que vocês anotassem.

Ao Alexandre Barreto, que é do Cade: o Cade ainda não poderá... O Cade ainda poderá analisar possíveis práticas anticoncorrenciais relacionadas à moratória ou um acordo no STF pode esvaziar essa apuração? Repito: o Cade poderá analisar possíveis práticas anticoncorrenciais relacionadas à moratória ou um acordo no STF pode esvaziar essa apuração? Eu acredito que essa pergunta foi razoavelmente respondida, mas está aqui, fica também registrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta para o Thiago: é possível construir um novo modelo de controle e rastreabilidade que respeite a legislação brasileira, proteja o meio ambiente e não repita os problemas da moratória?

Outra pergunta: como se... Não sei se o Lucas ainda está virtualmente, mas ela poderia ser respondida também pelo Thiago...

O SR. LUCAS LUÍS COSTA BEBER (Por videoconferência.) – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está também? Então, esta é para o Lucas: quem deve arcar com o custo da conformidade ambiental e da rastreabilidade? Só o produtor ou também as trades e compradores que se beneficiam desse sistema?

Para o Lucas, outra pergunta: hoje existe de fato uma negociação avançada no STF sobre a moratória da soja? Quem está participando dela e quais pontos estão sendo discutidos?

E, aí, um dos motivos... Depois que o Lucas responder, também quero dizer que um dos motivos desta nossa audiência... E eu já fiz um requerimento ao Ministro Flávio Dino para incluir o Cade, porque, na última audiência que tivemos, não foi convidado o Cade e, ao nosso ver, o Cade tem uma figura extremamente importante nessa discussão e nessa definição.

Ainda aqui para a Dra. Amanda, que possa esclarecer melhor, porque ela falou, mas é importante, para as pessoas que estão nos assistindo e acompanhando esta audiência: a moratória da soja está suspensa pelo STF? Essa é a decisão que está suspensa. Mas a pergunta é: está suspensa ou não existe mais, com essa decisão, a possibilidade de as trades quererem voltar com a moratória da soja? Então, é essa a pergunta, mas no sentido de esclarecimento aqui a todos.

E eu quero aqui só fazer a minha fala de encerramento e, logo em seguida, o Senador Zequinha Marinho assume novamente a Presidência. Quero dizer aqui a todos que nos assistem da importância de mais esta audiência.

Quando nós fizemos a audiência anterior, ela foi exatamente provocada por uma audiência que tivemos lá no Supremo Tribunal com o Ministro Flávio Dino, junto com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Aí, eu destaco o Presidente Max Russi, o Deputado Cattani, a Deputada Janaina Riva e outros Parlamentares que estavam lá – e também a presença da Aprosoja. O próprio Ministro pediu que fizéssemos uma audiência pública aqui no Senado, até para dar mais embasamento à própria decisão do Supremo Tribunal Federal.

E eu quero ser justo nesse aspecto, porque, às vezes, fica uma acusação daqui para lá e de lá para cá.

Então, nesse aspecto, é importante registrar, e o diálogo nós estamos tentando fazê-lo há tempo, tanto é que essa suspensão aconteceu, vamos dizer, ao tempo possível. Mas o que todos aqui queremos é também reparar os prejuízos que foram causados para os produtores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente aos pequenos produtores de soja e de boi. Por isso, a Aprosoja tem uma ação, junto ao Supremo, de ressarcir pelo menos parte.

E aí, eu quero que o Lucas ou o André possam falar quanto seria mensurado esse prejuízo, porque hoje se poderia fazer o cálculo, a mensuração do que foi o prejuízo nesses anos em que existiu a moratória da soja e, principalmente, quais produtores ou qual a classificação dos produtores que foram afetados. Todos nós sabemos que foram, principalmente, o pequeno e o médio produtor.

Então, ao encerrarmos esta audiência, eu quero aqui trazer para vocês a certeza de que estamos diante de um tema grave, sensível e de grande impacto para o Brasil. A moratória da soja e do boi não afeta apenas o setor produtivo, ela tem reflexo direto sobre a economia de estados inteiros, como é o caso do nosso Mato Grosso, que lidera – no caso, o nosso Mato Grosso – a produção nacional e tem papel estratégico na segurança alimentar e na balança comercial do país.

Mas, quando eu falo em segurança alimentar, em qualquer país por onde você anda no mundo, a palavra de ordem é segurança alimentar.

Portanto, o que vimos aqui reforça a necessidade de equilíbrio, transparência e, principalmente, segurança jurídica. Não é mais possível conviver com o cenário de incerteza, em que produtores que cumprem a legislação brasileira continuem submetidos a regras privadas, sem a devida clareza sobre seus limites e consequências. Defender o meio ambiente é fundamental, mas isso precisa ser feito dentro dos marcos legais, com respeito às instituições, à livre concorrência e àqueles que produzem de forma responsável.

O Congresso Nacional não pode se omitir, e esta audiência mostrou que o tema exige participação ativa do Parlamento, do setor produtivo, das instituições e dos órgãos de controle. Por isso, o nosso compromisso segue sendo com o desenvolvimento sustentável, com a segurança jurídica e com a defesa do interesse nacional.

E aqui, mais uma vez, quero repetir a situação do nosso Pantanal, porque o Pantanal, no passado, foi uma região muito rica, Senador Zequinha Marinho. Na Segunda Guerra Mundial, quem forneceu a proteína nobre para os soldados que estavam lá na guerra foi exatamente o charque lá do Pantanal. O Pantanal Mato-Grossense tinha uma convivência muito harmônica da pecuária com a cheia e a seca do Pantanal.

Como disse, aqui, a Senadora Tereza Cristina, o boi bombeiro foi ironizado – como ela disse. Ela dizia aquilo porque, quando o Pantanal enche, o capim sobe, para a sobrevivência do próprio capim. Quando vem a seca, ele dobra por si próprio, e aquilo, cumulativamente, por anos e anos, vai formando o que a gente chama de uma macega, um colchão de capim. Portanto, o fogo controlado no Pantanal e o pisoteio dos animais são necessários para o equilíbrio do nosso ecossistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, quando muitos ditam a regra e dizem que não podem fazer nada, isso pode, ao contrário, desencadear o desequilíbrio de uma região, que foi o que aconteceu com o Pantanal. E o Pantanal Mato-Grossense hoje é uma das regiões mais desvalorizadas do Brasil, em pleno Centro-Oeste, onde as terras são extremamente valorizadas. Por quê? Porque foi abandonado à própria sorte. E quem perdeu com isso? Foram aqueles que tinham seus investimentos lá, mas também todo o nosso ecossistema pantaneiro, porque aconteceu um desequilíbrio. Muitas áreas que tinham pecuária foram esvaziadas. Por isso, há seis ou sete anos, o fogo praticamente dizimou o nosso Pantanal.

Portanto, eu termino aqui, agradecendo mais uma vez, principalmente, ao Senador Zequinha Marinho, por não só permitir que a gente estivesse, mas por permanecer, aqui, da abertura até o final. E eu agradeço aqui, então, a presença de todos.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem, meus amigos, estamos encerrando nossa audiência pública, e eu quero aqui agradecer a presença dos expositores: o Silvio Farnese; o André Rodolfo de Lima; o Rodrigo Gomes Bressane; o Thiago Rocha; o Lucas Luís Costa Beber; a Deputada Coronel Fernanda, que participou remotamente. Quero agradecer também ao Armando Biancardini; à Amanda Flávio, Dra. Amanda, que ainda está aqui; e ao Dr. Alexandre Barreto de Souza, aqui do Cade. Quero agradecer a presença dos nossos Senadores Wellington e Izalci, e da Senadora Rosana Martinelli.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, bora lá então. Faça uma consideraçãozinha aí, Doutor, sobre, e depois a Dra. Amanda fará a mesma coisa. Está todo mundo já querendo correr para o Plenário; já são 16h30.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA (Para expor.) – Perfeito. Muito rapidamente, Senador Zequinha Marinho, Presidente, acerca da pergunta feita pelo Senador Wellington: de fato, a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal foi bastante específica, e ela suspendeu o processo administrativo em âmbito do Cade. Aguardamos a decisão final do Supremo e nos colocamos à disposição para participar dos acordos em tratativa. Aliás, o Cade tem uma tradição longa de encerrar os conflitos, as investigações, por meio de acordos. Estamos à disposição.

Quando se fala – para finalizar, Senador – em conduta, é importante, além de cessá-la, adotar as garantias para que uma conduta não volte a ocorrer e, por último, buscar a compensação pelos prejuízos causados pela conduta.

E, como já disse V. Exa., o Cade vai estar sempre à disposição desta Comissão para trazer todos os esclarecimentos necessários. Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Doutor.

Dra. Amanda, alguma consideração?

A SRA. AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito brevemente, apenas para responder à pergunta que foi feita pelo Senador. A moratória hoje está suspensa, e o que virá daqui em diante está nas mãos do Supremo, então, nós precisamos aguardar.

Muito obrigada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Dr. Thiago, V. Sa. também tem um questionamento a ser respondido, por favor.

O SR. THIAGO ROCHA (Para expor.) – Sim, positivo.

A forma de não incorrer no mesmo problema são os produtores. A partir de uma autorregulação, eles já teriam uma posição central, que não tiveram na moratória. Então, os produtores já estão se organizando: Pará, terra do senhor; Maranhão; Tocantins;

Rondônia; Mato Grosso; e Roraima. Esses seis estados estão na construção de um instituto para fazer a implementação do Código Florestal. Tem, então, uma experiência do Soja Legal, do Mato Grosso; são 3 milhões de hectares mapeados, e a gente ia exportar isso daí de 3 milhões para 72 milhões de hectares.

Isso tem um custo, isso tem uma dificuldade, uma musculatura que deve ser implementada, e é nisso daí que nós acreditamos: que as empresas precisam sair do discurso e começar, efetivamente, a botar a mão na massa e ajudar a implementar o Código Florestal.

Só respondendo uma coisa rapidinho aqui, em nome dessas entidades. Foi perguntado em relação a um acordo e, muito embora seja confidencial tudo aquilo que é tratado dentro do Nusol, no STF, nós podemos dizer o seguinte: qualquer conformação, qualquer combinação que se tenha é em relação a um processo de indenização dos produtores.

É isso que está na mesa, na nossa opinião, porque não cabe a nós, ao setor produtivo, nem aos produtores rurais, fazer qualquer tipo de conformação em relação a se a moratória foi legal ou ilegal, até porque a nossa visão é a de que ela foi ilegal, e o nosso entendimento é de que quem tem que cravar esse entendimento seria o Cade, em processo específico e adequado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Remotamente, o Lucas levantou a mão aqui para... Fala, Lucas.

O SR. LUCAS LUÍS COSTA BEBER (Para expor. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador. Era para responder isso que o Thiago falou, né? As empresas não nos procuraram para fazer acordo pessoalmente. Aquilo de que se trata no Nusol não pode ser divulgado, mas eu falo que as negociações com as empresas estão iguais a nove anos atrás, ou seja, não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação. Elas fogem sempre que nós chamamos para o diálogo, sempre que chamamos para buscar um acordo.

E quanto à pergunta de quem deve pagar pela rastreabilidade, eu entendo que, se eu compro um alimento orgânico, ele precisa ser rastreado, ele custa mais caro. Eu, como consumidor, por ter essa exigência, pago mais caro. Da mesma maneira, as empresas que exigem acordos superiores, como a moratória da soja, elas devem arcar e repassar esse valor aos seus clientes finais.

E quanto à moratória da soja estar suspensa, ela, sim, está suspensa. A lei foi reconhecida aqui no Estado do Mato Grosso, a sua constitucionalidade, e também a medida preventiva do Cade. Então, as empresas não estão aplicando. Mas nós recebemos dos nossos... Hoje nós temos mais de 10 mil associados, e cabe ressaltar que antes eu não falei na minha fala – nós temos, inclusive, assentados da reforma agrária que são associados da Aprosoja e que são impactados pela moratória da soja. E nós recebemos regularmente reclamações de produtores que, mesmo após o fim da moratória, estando na legalidade, estão sofrendo algum tipo de restrição por acordos, enfim, normas internas ou feitas lá fora, feitas com outros países, nas quais não há clareza sobre isso, mas tem restringido de produtores que têm o CAR em dia, o PRA, e que estão respeitando o Código Ambiental. Então, infelizmente, ainda alguns produtores estão tendo dificuldade nas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. LUCAS LUÍS COSTA BEBER (Por videoconferência.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pessoal, mais uma vez, gratidão à presença de todos os senhores.

Não havendo mais nada a tratar, mais uma vez agradeço e declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.)

Registra-se, por solicitação do Senador Wellington Fagundes, Presidente Eventual da 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizada em 6 de maio de 2026, seu pronunciamento:

“Senhoras e senhores Senadores, senhoras e senhores convidados, representantes de entidades, autoridades públicas, produtores rurais e todos que nos acompanham. Estamos reunidos para tratar de um tema sensível e estratégico: a moratória da soja e do boi. Um acordo privado que, desde 2006, passou a influenciar diretamente a produção na Amazônia Legal, inclusive de produtores que atuam dentro da lei brasileira. Este debate não é novo nesta casa. Já discutimos, em outras oportunidades, os impactos jurídicos, econômicos, ambientais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrenciais desse instrumento. E ficou claro, desde então, que a criação de regras privadas paralelas ao código florestal levanta questionamentos legítimos, sobretudo quando produz efeitos concretos sobre quem cumpre a legislação. O momento atual exige ainda mais atenção. Há uma investigação em curso no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), provocada por iniciativa parlamentar, para avaliar possíveis distorções concorrenciais associadas à moratória. Além disso, entendemos que o papel do "Cade" é central neste debate. Trata-se da autoridade pública responsável por zelar pela livre concorrência no País, com competência técnica para avaliar arranjos que possam restringir o funcionamento regular do mercado. Por essa razão, encaminhamos formalmente ao Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, solicitação para que o Cade seja incluído no núcleo de conciliação que discute o tema no âmbito das "ADIS", Ação Direta de Inconstitucionalidade. Entendemos que sua participação é essencial para garantir que qualquer solução construída tenha consistência técnica, respeite a ordem econômica e assegure segurança jurídica. A ausência do órgão de defesa da concorrência, em um processo dessa natureza, pode comprometer a avaliação adequada dos impactos concorrenciais, além de gerar riscos futuros à estabilidade do acordo que venha a ser firmado. Paralelamente, o Supremo Tribunal Federal encaminhou o tema para mediação no Núcleo de Solução Consensual de Conflitos. Temos aí, portanto, um cenário que exige equilíbrio, responsabilidade e clareza institucional. Quero trazer aqui um dado objetivo: meu Estado, Mato Grosso, de acordo com a Conab, é hoje o maior produtor de soja do Brasil, responsável por cerca de 30% de toda a produção nacional, com mais de 45 milhões de toneladas por safra. Além disso, mais de 60% do território do Estado permanece preservado, entre áreas de reserva legal, unidades de conservação e terras indígenas. Esses números mostram que é possível produzir com responsabilidade. E mostram, sobretudo, que não podemos tratar de forma indistinta quem está regular e quem não está. A sustentabilidade precisa caminhar junto com a legalidade. O Código Florestal Brasileiro é uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo. Ele estabelece regras claras, prevê instrumentos de regularização e define responsabilidades. Não é razoável que critérios privados mais restritivos acabem, na prática, penalizando produtores que cumprem a lei. Da mesma forma, não podemos ignorar a dimensão concorrencial dessa discussão. A Constituição assegura, ao mesmo tempo, a livre iniciativa, a livre concorrência, a defesa do meio ambiente e a função social da propriedade. Esses princípios não competem entre si. Eles precisam conviver em equilíbrio. Por isso, qualquer solução que considere apenas o aspecto ambiental, sem avaliar seus efeitos econômicos e concorrenciais, corre o risco de ser incompleta. Também nos causa preocupação a informação de que há negociações em estágio avançado no âmbito do Supremo. Se há uma construção em curso, é fundamental que haja transparência: o que está sendo discutido, quais são os limites dessa negociação e como ficam as garantias dos produtores brasileiros. Esta audiência cumpre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente esse papel: trazer luz ao debate, ouvir os diferentes lados e assegurar que o Congresso Nacional participe ativamente dessa construção. Não se trata de negar a importância da preservação ambiental, ao contrário. Trata-se de garantir que ela seja feita com base na lei, na técnica e na justiça. Reconhecendo quem produz corretamente e apoiando quem precisa se regularizar. Respeitamos o papel das entidades representativas e sabemos da complexidade desse processo. Mas há limites institucionais que não podem ser ultrapassados. O Parlamento não pode se omitir diante de qualquer tentativa de relativizar leis aprovadas por esta casa. A legislação ambiental, a defesa da concorrência e os direitos constitucionais não são negociáveis fora dos marcos legais. Se houver desequilíbrio, caberá ao Congresso agir, com serenidade e firmeza. Nosso compromisso é com a segurança jurídica, com o desenvolvimento sustentável e com o respeito às instituições. Com essas considerações, agradeço a presença de todos e inicio esta audiência, convidando especialmente os representantes dos produtores para que possamos compreender, com clareza, o estágio atual das discussões e os impactos concretos sobre quem está na ponta, produzindo e gerando riqueza para o Brasil.”

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026); Resolução do Congresso Nacional 1/2006 e Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR 2/2026, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Eliziane Gama, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Lucas Barreto e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se ao quarto bloco de deliberação. Há 52 (cinquenta e duas) indicações para análise, das quais 46 (quarenta e seis) são novas e 5 (cinco) são alterações em indicações já aprovadas. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 121/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA, 159/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA, 162/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA e 169/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA. Consta, ainda, a indicação 20112 retirada pelo próprio solicitante, a ser rejeitada. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações em indicações constantes do Anexo I, pela consolidação de todas as indicações aprovadas até o presente no Anexo II, bem como pela rejeição da indicação 20112, contemplada no Anexo III, o qual elenca todas as indicações rejeitadas até o presente. Passa-se à deliberação. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente momento, 560 (quinhentas e sessenta) indicações, totalizando R$ 352.932.982,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões novecentos e trinta e dois mil novecentos e oitenta e dois reais). Rejeitada a indicação 20112, constante do Anexo III. O Anexo I compreende as alterações de indicações no formato DE-PARA. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da oitava Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das alterações em indicações (DE-PARA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Carlos Alberto Dias Viana	15252	4046	60120002	4087	22000	22101	262V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
2	Carlos Alberto Dias Viana	15259	4939	60120002	4087	22000	22101	262V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
3	Vanderlan Vieira Cardoso	20269	3624	60120002	4083	22000	22101	262V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
4	Vanderlan Vieira Cardoso	20270	3624	60120002	4083	22000	22101	262V	Ministério da Agricultura	Iturumã		00.396.895/0001-25	GO	ITARUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
5	Wilder Pedro de Morais	17144	4787	60120002	2969	22000	22101	262V	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00

Senador Carlos Viana

De:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Carlos Alberto Dias Viana	4939	60120002	4087	22000	22101	262V	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO		01.613.076/0001-55	MG	CURRAL DE DENTRO	4	40	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774,00
Carlos Alberto Dias Viana	4046	60120002	4087	22000	22101	262V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00

Para:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	262V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	262V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00

Senador Vanderlan Cardoso

De:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Vanderlan Vieira Cardoso	3624	60120002	4083	22000	22101	262V	Ministério da Agricultura	Águas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 690.000,00

Para:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Vanderlan Vieira Cardoso	20269	60120002	4083	22000	22101	262V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
Vanderlan Vieira Cardoso	20270	60120002	4083	22000	22101	262V	Ministério da Agricultura	Iturumã		00.396.895/0001-25	GO	ITARUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00

Senador Wilder Morais

De:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Wilder Pedro de Morais	4787	60120002	2969	22000	22101	262V	PREFEITURA DE ANÁPOLIS			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00

Para:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculados	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Wilder Pedro de Morais	17144	60120002	2969	22000	22101	262V	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	3678	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre	R$ 595.000,00
2	Alan Rick Miranda	3692	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	4	50	A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre	R$ 1.386.681,00
3	Alessandro Vieira	13557	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	13.128.863/0001-90	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
4	Alessandro Vieira	13560	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Ilha das Flores	Ilha das Flores	13.111.224/0001-12	SE	ILHA DAS FLORES	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
5	Alessandro Vieira	13561	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Indairoba	Indairoba	13.097.894/0001-21	SE	INDAIROBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
6	Alessandro Vieira	13562	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda	Itaporanga d'Ajuda	13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
7	Alessandro Vieira	13563	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
8	Alessandro Vieira	13566	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Laranjeiras	Laranjeiras	13.120.613/0001-04	SE	LARANJEIRAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
9	Alessandro Vieira	13567	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pacatuba	Pacatuba	13.112.222/0001-48	SE	PACATUBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
10	Alessandro Vieira	13568	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Salgado	Salgado	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
11	Alessandro Vieira	13570	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.581,00
12	Alessandro Vieira	13572	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tomar do Geru	Tomar do Geru	11.412.389/0001-07	SE	TOMAR DO GERU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
13	Alessandro Vieira	19787	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
14	Alessandro Vieira	19788	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
15	Alessandro Vieira	19789	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
16	Alessandro Vieira	19790	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
17	Alessandro Vieira	19791	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
18	Alexandre Luiz Giordano	1374	60120002	4221	22000	22101	202V	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 4.952.436,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4040	60120002	4283	22000	22101	202V	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	202V	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4098	60120002	4283	22000	22101	202V	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4102	60120002	4283	22000	22101	202V	PARNARAMA	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4107	60120002	4283	22000	22101	202V	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4111	60120002	4283	22000	22101	202V	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.450.000,00
25	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1303	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barrocas	Prefeitura Municipal de Barrocas		04.216.287/0001-42	BA	BARROCAS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 400.000,00
26	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1308	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição da Feira			13.828.371/0001-08	BA	CONCEICAO DA FEIRA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
27	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1311	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité		13.843.842/0001-57	BA	CONCEICAO DO COITE	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
28	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2556	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Poções			14.242.200/0001-65	BA	POCOES	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2904	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida			14.108.286/0001-38	BA	LICINIO DE ALMEIDA	4	40	Calçamento para escoamento da produção rural	R$ 1.052.436,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1176	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1356	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente	R$ 990.487,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1357	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente	R$ 480.974,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	12699	60120002	4496	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX - ATA Região Nordeste	R$ 2.714.136,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	13233	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI			06.554.323/0001-03	PI	ALTO LONGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 257.324,00
35	Antonio Hamilton Martins Mourão	1690	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel	Prefeitura Municipal de São Gabriel		88.768.080/0001-70	RS	SAO GABRIEL	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel	R$ 500.000,00
36	Antonio Hamilton Martins Mourão	1691	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alegrete	Prefeitura Municipal de Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete	R$ 980.974,00
37	Antonio Hamilton Martins Mourão	1692	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano		92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano	R$ 500.000,00
38	Augusta Brito de Paula	3528	60120002	4281	22000	22101	202V	TABULEIRO DO NORTE			07.891.682/0001-19	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.500.000,00
39	Augusta Brito de Paula	4141	60120002	4281	22000	22101	202V	BELA CRUZ			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.442.436,00
40	Bruno Bierrenbach Bonetti	4675	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Trajano de Moraes/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
41	Bruno Bierrenbach Bonetti	4676	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaocara/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
42	Carlos Alberto Dias Viana	4016	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
43	Carlos Alberto Dias Viana	4020	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
44	Carlos Alberto Dias Viana	4032	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
45	Carlos Alberto Dias Viana	4054	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
46	Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
47	Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
48	Carlos Eduardo de Souza Braga	950	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
49	Carlos Eduardo de Souza Braga	954	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
50	Carlos Eduardo de Souza Braga	957	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte			04.530.713/0001-18	AM	ATALAIA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
51	Carlos Eduardo de Souza Braga	959	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
52	Carlos Eduardo de Souza Braga	963	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Benjamin Constant			04.243.978/0001-35	AM	BENJAMIN CONSTANT	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
53	Carlos Eduardo de Souza Braga	966	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
54	Carlos Eduardo de Souza Braga	971	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Equipamentos	R$ 404.872,00
55	Carlos Eduardo de Souza Braga	973	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

56	Carlos Eduardo de Souza Braga	978	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
57	Carlos Eduardo de Souza Braga	982	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jutaí			04.285.896/0001-53	AM	JUTAI	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	983	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	988	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro			04.194.239/0001-09	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	992	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	996	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira			04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4	40	Equipamentos	R$	1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	1001	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	1005	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Equipamentos	R$	1.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	1008	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Equipamentos	R$	1.000.000,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	8803	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE BERNARDO SAYAO			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEI RA	R$	350.075,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	8818	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEI RA	R$	350.075,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	8830	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE JUARINA			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEI RA	R$	350.075,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	8846	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEI RA	R$	350.075,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	8859	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE SAMPAIO			25.086.828/0001-35	TO	SAMPAIO	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE	R$	580.674,00
70	Carlos Francisco Portinho	4661	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	2 - Tratores Agrícolas	R$	309.948,00
71	Carlos Francisco Portinho	4663	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	575.917,00
72	Carlos Francisco Portinho	4665	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Macaco/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$	481.676,00
73	Carlos Francisco Portinho	4666	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$	301.571,00
74	Carlos Francisco Portinho	4667	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$	154.974,00
75	Carlos Francisco Portinho	4791	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator agrícola	R$	154.974,00
76	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	8225	60120002	4201	22000	22101	202V	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	24.772.246/0001-40	MT	LUCAS DO RIO VERDE	4	40	Construção de Unidade Beneficiadora de Mel	R$	902.436,00
77	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	11885	60120002	4201	22000	22101	202V	Nova Olímpia	Nova Olímpia	Nova Olímpia	03.238.920/0001-30	MT	NOVA OLIMPIA	4	40	Construção de Unidade de Abatedouro	R$	4.050.000,00
78	Cid Ferreira Gomes	1638	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	1759	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
80	Cid Ferreira Gomes	1760	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Groaíras			07.598.709/0001-80	CE	GROAIRAS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	1761	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Caririé			07.598.600/0001-42	CE	CARIRE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	1834	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Viçosa do Ceará			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	1.000.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	1836	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro	R$	2.300.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	1844	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Boa Viagem			07.963.515/0001-36	CE	BOA VIAGEM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	600.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	1999	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Varjota			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
86	Cid Ferreira Gomes	3723	60120002	4081	22000	22101	202V	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	2.004.872,00
87	Ciro Nogueira Lima Filho	3620	60120002	2900	22000	22101	202V	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
88	Ciro Nogueira Lima Filho	3623	60120002	2900	22000	22101	202V	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
89	Cleiton Gontijo de Azevedo	1561	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa			18.338.194/0001-03	MG	MATIAS BARBOSA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
90	Cleiton Gontijo de Azevedo	1669	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte			16.886.608/0001-03	MG	CHAPADA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$	490.000,00
91	Cleiton Gontijo de Azevedo	1670	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Vargem Bonita			16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	40	Equipamentos	R$	490.974,00
92	Confúcio Aires Moura	2788	60120002	4092	22000	22101	202V	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	R$	750.000,00
93	Confúcio Aires Moura	4816	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CORUMBIARA		00.396.895/0001-25	RO	CORUMBIARA	4	90	Aquisição de Trator.	R$	302.436,00
94	Confúcio Aires Moura	4818	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		00.396.895/0001-25	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Aquisição de tratores.	R$	700.000,00
95	Confúcio Aires Moura	4917	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		00.396.895/0001-25	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras.	R$	1.000.000,00
96	Confúcio Aires Moura	4918	60120002	4092	22000	22101	202V	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira.	R$	1.500.000,00
97	Confúcio Aires Moura	12879	60120002	4092	22000	22101	202V	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	40	Aquisição de ensiladeira frontal.	R$	700.000,00
98	Damares Regina Alves	1890	60120002	4268	22000	22101	202V	SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	202V – Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.980.974,00
99	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4919	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	BOQUEIRÃO - PB	00.396.895/0001-25	PB	BOQUEIRAO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB.	R$	500.000,00
100	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4920	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	COREMAS - PB	00.396.895/0001-25	PB	COREMAS	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB.	R$	480.974,00
101	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4921	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	MONTEIRO - PB	00.396.895/0001-25	PB	MONTEIRO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB.	R$	500.000,00
102	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4922	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	LUCENA - PB	00.396.895/0001-25	PB	LUCENA	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB	R$	500.000,00
103	Eanm Styvenson Valentim Mendes	960	60120002	4142	22000	22101	202V	08.088.247/0001-13	Santana do Seridó		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	700.000,00
104	Eanm Styvenson Valentim Mendes	964	60120002	4142	22000	22101	202V	08.349.102/0001-29	Caraúbas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
105	Eanm Styvenson Valentim Mendes	974	60120002	4142	22000	22101	202V	08.096.372/0001-75	Serra Negra do Norte		08.096.372/0001-75	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	680.974,00
106	Eanm Styvenson Valentim Mendes	980	60120002	4142	22000	22101	202V	08.153.454/0001-04	Riacho da Cruz		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
107	Eanm Styvenson Valentim Mendes	984	60120002	4142	22000	22101	202V	08.094.708/0001-60	Ipueira		08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
108	Eanm Styvenson Valentim Mendes	989	60120002	4142	22000	22101	202V	08.095.960/0001-94	São João do Sabugi		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
109	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1026	60120002	4142	22000	22101	202V	08.181.562/0001-90	Florânia		08.181.562/0001-90	RN	FLORANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
110	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1030	60120002	4142	22000	22101	202V	08.110.884/0001-49	Bento Fernandes		08.110.884/0001-49	RN	BENTO FERNANDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	471.462,00
111	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1046	60120002	4142	22000	22101	202V	08.086.662/0001-38	Jardim do Seridó		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
112	Efraim de Araújo Morais Filho	4320	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro			02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	150.000,00
113	Efraim de Araújo Morais Filho	4327	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos – APACCO			09.307.596/0001-41	PB	CAMPINA GRANDE	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	850.000,00
114	Efraim de Araújo Morais Filho	4375	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

115	Efraim de Araújo Morais Filho	4448	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
116	Efraim de Araújo Morais Filho	5614	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé de Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$	2.000.000,00
117	Efraim de Araújo Morais Filho	7740	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Obras Complementares do Parque de Exposição	R$	2.000.000,00
118	Efraim de Araújo Morais Filho	15997	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé de Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
119	Eloizane Pereira Gama Melo	3951	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$	952.436,00
120	Eloizane Pereira Gama Melo	3964	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
121	Eloizane Pereira Gama Melo	3968	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lajeado Novo		01.598.548/0001-48	MA	LAJEADO NOVO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
122	Eloizane Pereira Gama Melo	3984	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão		01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
123	Eloizane Pereira Gama Melo	3987	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Passagem Franca		10.438.570/0001-11	MA	PASSAGEM FRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
124	Eloizane Pereira Gama Melo	5127	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura de Pinheiro		06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	Vicinal	R$	1.480.974,00
125	Eloizane Pereira Gama Melo	5128	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitural Municipal de São Bento		06.214.258/0001-77	MA	SAO BENTO	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
126	Esperidião Amin Helou Filho	19664	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Matos Costa	83.102.566/0001-51	SC	MATOS COSTA	4	40	um trator de pneus	R$	250.974,00
127	Esperidião Amin Helou Filho	19707	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Navegantes	Prefeitura Municipal de Navegantes	Navegantes	83.102.855/0001-50	SC	NAVEGANTES	4	40	uma retroescavadeira	R$	410.000,00
128	Esperidião Amin Helou Filho	19715	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	Uma retroescavadeira	R$	410.000,00
129	Esperidião Amin Helou Filho	19719	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Santa Helena	80.912.140/0001-75	SC	SANTA HELENA	4	40	uma retroescavadeira	R$	410.000,00
130	Esperidião Amin Helou Filho	19743	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Timbe do Sul	82.915.232/0001-34	SC	TIMBE DO SUL	4	40	um trator de pneus	R$	250.000,00
131	Esperidião Amin Helou Filho	19755	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Luiz Alves	83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	um trator de pneus	R$	250.000,00
132	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3117	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura de Tanque D'arca/AL			12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local.	R$	500.000,00
133	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3122	60120002	4239	22000	22101	202V	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Messias/AL	27.369.015/0001-88	AL	MESSIAS	4	50	Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados.	R$	400.000,00
134	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11223	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Anadia/AL	Anadia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$	501.570,00
135	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11228	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Lagoa da Canoa/AL	Lagoa da Canoa/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.570,00
136	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11232	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Mar Vermelho/AL	Mar Vermelho/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.570,00
137	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11234	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.569,00
138	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11241	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Agua Branca/AL	Agua Branca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.019,00
139	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11248	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Arapiraca/AL	Arapiraca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
140	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11259	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Batalha/AL	Batalha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
141	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11264	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Belo Monte/AL	Belo Monte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
142	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11268	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Campo Alegre/AL	Campo Alegre/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
143	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11270	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Canapi/AL	Canapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
144	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11273	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
145	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11275	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
146	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11276	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Craibas/AL	Craibas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
147	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11278	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Delmiro Gouveia/AL	Delmiro Gouveia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
148	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11281	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Feira Grande/AL	Feira Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
149	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11284	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
150	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11290	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
151	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11298	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Inhapi/AL	Inhapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	DEZ equipamentos: Tratores agricolas	R$	1.360.200,00
152	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11301	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Jaramataia/AL	Jaramataia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
153	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11302	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
154	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11305	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Mata Grande/AL	Mata Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
155	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11306	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
156	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11307	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
157	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11310	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Olho D'agua do Casado/AL	Olho D'agua do Casado/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
158	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11313	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Pariconha/AL	Pariconha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
159	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11314	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
160	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11315	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Rio Largo/AL	Rio Largo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
161	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11318	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Santa Luzia do Norte/AL	Santa Luzia do Norte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
162	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11319	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de Satuba/AL	Satuba/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
163	Fabiano Contarato	735	60120002	4180	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-87	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO.	R$	650.000,00
164	Fabiano Contarato	4722	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	510.000,00
165	Fabiano Contarato	4724	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	810.000,00
166	Fabiano Contarato	4725	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	495.240,00
167	Fabiano Contarato	4726	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	380.000,00
168	Fabiano Contarato	4727	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	650.000,00
169	Fabiano Contarato	4728	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	380.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

170	Fabiano Contarato	4729	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000,00
171	Fabiano Contarato	4730	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
172	Fabiano Contarato	4731	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000,00
173	Fernando Antonio Caminha Dueire	4854	60120002	4252	22000	22101	202V	Municipio de Santa Filomena			01.613.732/0001-10	PE	SANTA FILOMENA	4	40	Escavadeira hidráulica	R$ 800.000,00
174	Fernando Antonio Caminha Dueire	12065	60120002	4252	22000	22101	202V	Municipio de Angelim			10.130.755/0001-64	PE	ANGELIM	4	40	Reforma e adequação do mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
175	Fernando Antonio Caminha Dueire	12071	60120002	4252	22000	22101	202V	Municipio de Panelas			10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Pavimentação	R$ 1.000.000,00
176	Fernando Antonio Caminha Dueire	12076	60120002	4252	22000	22101	202V	Municipio de Riacho das Almas			10.091.551/0001-61	PE	RIACHO DAS ALMAS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
177	Fernando Antonio Caminha Dueire	12149	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.152.436,00
178	Flávio José Amra	2842	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.022.516/0001-07	PR	ANTONINA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
179	Flávio José Amra	2849	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.217.017/0001-67	PR	BOA ESPERANCA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
180	Flávio José Amra	2853	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.829/0001-20	PR	BORRAZOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
181	Flávio José Amra	2854	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.811/0001-28	PR	MANOEL RIBAS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
182	Flávio José Amra	2855	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			01.613.136/0001-30	PR	PRADO FERREIRA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 800.000,00
183	Flávio José Amra	2858	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.247.345/0001-06	PR	TAPEJARA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
184	Flávio Nantes Bolsonaro	1918	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ			31.844.889/0001-17	RJ	PATY DO ALFERES	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
185	Flávio Nantes Bolsonaro	1919	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
186	Flávio Nantes Bolsonaro	1921	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
187	Flávio Nantes Bolsonaro	1924	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana			28.812.972/0001-08	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
188	Francisco de Assis Rodrigues	1586	60120002	4143	22000	22101	202V	ministerio da agricultura	ministerio da agricultura		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas	R$ 600.000,00
189	Francisco de Assis Rodrigues	3977	60120002	4143	22000	22101	202V	Municipio do Amajari	Municipio do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari	R$ 4.352.436,00
190	Francisco Plínio Valério Tomaz	3460	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
191	Francisco Plínio Valério Tomaz	3466	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
192	Francisco Plínio Valério Tomaz	3751	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
193	Francisco Plínio Valério Tomaz	3756	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Tapauá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
194	Francisco Plínio Valério Tomaz	3760	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
195	Francisco Plínio Valério Tomaz	3774	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
196	Francisco Plínio Valério Tomaz	3775	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
197	Francisco Plínio Valério Tomaz	3779	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
198	Francisco Plínio Valério Tomaz	3781	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Lábrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
199	Francisco Plínio Valério Tomaz	3782	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
200	Francisco Plínio Valério Tomaz	3787	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
201	Francisco Plínio Valério Tomaz	3789	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
202	Francisco Plínio Valério Tomaz	3832	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 583.410,00
203	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	4936	60120002	4269	22000	22101	202V	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	CANTA	4	30	Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária.	R$ 1.980.974,00
204	Humberto Sérgio Costa Lima	3344	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Afrânio	Prefeitura Municipal de Afrânio	Afrânio	10.358.174/0001-84	PE	AFRANIO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
205	Humberto Sérgio Costa Lima	3348	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaraji	Prefeitura Municipal de Amaraji	Amaraji	11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
206	Humberto Sérgio Costa Lima	3351	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Chã Grande	11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Aquisição de Rolo Compactador	R$ 595.240,00
207	Humberto Sérgio Costa Lima	3358	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Granito	Prefeitura Municipal de Granito	Granito	11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Estradas vicinais	R$ 1.452.436,00
208	Humberto Sérgio Costa Lima	3362	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itaíba	Prefeitura Municipal de Itaíba	Itaíba	11.286.382/0001-88	PE	ITAIBA	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
209	Humberto Sérgio Costa Lima	3365	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itapetim	Prefeitura Municipal de Itapetim	Itapetim	11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
210	Humberto Sérgio Costa Lima	3368	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de João Alfredo	Prefeitura Municipal de João Alfredo	João Alfredo	11.097.359/0001-45	PE	JOAO ALFREDO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
211	Humberto Sérgio Costa Lima	3370	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Manari	Prefeitura Municipal de Manari	Manari	01.626.099/0001-02	PE	MANARI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
212	Humberto Sérgio Costa Lima	3372	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Orocó	Prefeitura Municipal de Orocó	Orocó	10.114.767/0001-03	PE	OROCO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
213	Humberto Sérgio Costa Lima	3375	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Parnamirim	11.361.235/0001-25	PE	PARNAMIRIM	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
214	Irajá Silvestre Filho	4504	60120002	4096	22000	22101	202V	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS	Todos os municípios do Estado do Tocantins		24.441.872/0001-53	TO	PALMAS	3	50	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436,00
215	Ivete Marli Appel da Silveira	592	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS			82.939.232/0001-74	SC	CAMPOS NOVOS	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 500.000,00
216	Ivete Marli Appel da Silveira	593	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de GRAVATAL			82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
217	Ivete Marli Appel da Silveira	594	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de IRATI			95.990.230/0001-51	SC	IRATI	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
218	Ivete Marli Appel da Silveira	595	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
219	Ivete Marli Appel da Silveira	596	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Major Gercino			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
220	Ivete Marli Appel da Silveira	597	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO			83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 402.436,00
221	Ivete Marli Appel da Silveira	598	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA			95.990.131/0001-70	SC	NOVA ITABERABA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 250.000,00
222	Ivete Marli Appel da Silveira	599	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAIAL			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
223	Ivete Marli Appel da Silveira	600	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAPANDUVA			83.102.533/0001-01	SC	PAPANDUVA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
224	Ivete Marli Appel da Silveira	601	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE			78.497.492/0001-60	SC	TIMBO GRANDE	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
225	Ivete Marli Appel da Silveira	602	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TREVISO			01.614.019/0001-90	SC	TREVISO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
226	Ivete Marli Appel da Silveira	844	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA			95.996.187/0001-31	SC	VARGEM BONITA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
227	Iralci Lucas Ferreira	4514	60120002	4136	22000	22101	202V	Alexânia GO	Alexânia GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO	R$ 200.000,00
228	Iralci Lucas Ferreira	4515	60120002	4136	22000	22101	202V	Alto Paraíso GO	Alto Paraíso GO		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO	R$ 200.000,00
229	Iralci Lucas Ferreira	4516	60120002	4136	22000	22101	202V	Alvorada do Norte GO	Alvorada do Norte GO		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 200.000,00
230	Iralci Lucas Ferreira	4517	60120002	4136	22000	22101	202V	Formosa GO	Formosa GO		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO	R$ 200.000,00
231	Iralci Lucas Ferreira	4518	60120002	4136	22000	22101	202V	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás	R$ 200.000,00
232	Iralci Lucas Ferreira	4519	60120002	4136	22000	22101	202V	Niquelândia GO	Niquelândia GO		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO	R$ 200.000,00
233	Iralci Lucas Ferreira	4520	60120002	4136	22000	22101	202V	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás	R$ 200.000,00
234	Iralci Lucas Ferreira	4521	60120002	4136	22000	22101	202V	Cavalcante GO	Cavalcante GO		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO	R$ 200.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

235	Inaci Lucas Ferreira	4522	60120002	4136	22000	22101	202V	Vila Boa GO	Vila Boa GO		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO	R$ 200.000,00
236	Inaci Lucas Ferreira	13032	60120002	4136	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03)		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$ 180.974,00
237	Jader Fontenelle Barbalho	1397	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anapu.			01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Aquisição de máquina	R$ 350.000,00
238	Jader Fontenelle Barbalho	1398	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.			04.884.482/0001-40	PA	CACHOEIRA DO ARARI	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
239	Jader Fontenelle Barbalho	1400	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Curuá			01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
240	Jader Fontenelle Barbalho	1403	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Gurupá.			04.876.397/0001-30	PA	GURUPA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
241	Jader Fontenelle Barbalho	1404	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maracanã			04.880.258/0001-80	PA	MARACANA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
242	Jader Fontenelle Barbalho	1406	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paragominas			05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 402.436,00
243	Jader Fontenelle Barbalho	1407	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rondon do Para.			04.780.953/0001-70	PA	RONDON DO PARA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
244	Jader Fontenelle Barbalho	1409	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salvaterra			04.888.517/0001-10	PA	SALVATERRA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 600.000,00
245	Jader Fontenelle Barbalho	1412	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santarem Novo			05.149.182/0001-80	PA	SANTAREM NOVO	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 500.000,00
246	Jader Fontenelle Barbalho	4668	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 600.000,00
247	Jaime Maximino Bagattoli	2937	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
248	Jaime Maximino Bagattoli	2939	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
249	Jaime Maximino Bagattoli	2940	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 210.974,00
250	Jaime Maximino Bagattoli	2942	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA DOESTE	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
251	Jaques Wagner	3406	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais	R$ 1.500.000,00
252	Jaques Wagner	3409	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais	R$ 800.000,00
253	Jaques Wagner	3413	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Igaporã			13.811.484/0001-09	BA	IGAPORA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
254	Jaques Wagner	3416	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaju do Colônia			14.147.920/0001-41	BA	ITAJU DO COLONIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
255	Jaques Wagner	3424	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 800.000,00
256	Jaques Wagner	3845	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 447.676,00
257	Jaques Wagner	4129	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
258	Jayme Veríssimo de Campos	2752	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
259	Jayme Veríssimo de Campos	2753	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
260	Jayme Veríssimo de Campos	2754	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Serra Nova Dourada			04.204.945/0001-86	MT	SERRA NOVA DOURADA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 400.436,00
261	Jayme Veríssimo de Campos	2755	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000,00
262	Jayme Veríssimo de Campos	2756	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Porto Alegre do Norte			03.238.672/0001-28	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 1.602.000,00
263	Jayme Veríssimo de Campos	4994	60120002	2376	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0001-25	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas.	R$ 1.300.000,00
264	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4529	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO - CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0068-32	GO	GUARAITA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
265	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4530	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO - CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
266	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4531	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO - CNPJ 01.300.094/0001-87		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
267	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4532	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
268	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4533	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
269	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4534	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUACU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	MOTONIVELADORA	R$ 544.503,00
270	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4535	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUACU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
271	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4536	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01.126341/0001-70		00.396.895/0001-25	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
272	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4537	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10		00.396.895/0001-25	GO	INDIARA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
273	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4538	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07		00.396.895/0001-25	GO	MOZARLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
274	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4539	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76		00.396.895/0001-25	GO	CAMPOS VERDES	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
275	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4540	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69		00.396.895/0001-25	GO	PIRANHAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
276	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4541	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUACU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
277	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4542	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
278	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4543	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
279	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4544	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32		00.396.895/0001-25	GO	FAZENDA NOVA	4	90	MOTONIVELADORA	R$ 544.503,00
280	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4545	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28		00.396.895/0001-25	GO	DOVERLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
281	Jorge Seif Júnior	3041	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Passos Maia			95.993.085/0001-62	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
282	Jorge Seif Júnior	4908	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
283	Jorge Seif Júnior	4916	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Águas de Chapecó			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 254.000,00
284	Jorge Seif Júnior	12645	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Saudades - SC/ 83.021.881/0001-54		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
285	Jorge Seif Júnior	12649	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Cacambo do Sul - SC / 83.021.816/0001-29		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
286	Jorge Seif Júnior	12651	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Bernardino - 01.612.812/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
287	Jorge Seif Júnior	12654	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Bruníopolis - SC / 01.613.853/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

288	Jorge Seif Júnior	12655	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
289	Jorge Seif Júnior	12659	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
290	Jorge Seif Júnior	12661	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Meleiro SC / 82.837.741/0001-96		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
291	Jorge Seif Júnior	12663	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Abelardo Luz - SC / 83.009.886/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
292	Jorge Seif Júnior	12669	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
293	José da Cruz Marinho	241	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE	R$	1.000.000,00
294	José da Cruz Marinho	242	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	MARABÁ	29.830.688/0001-19	PA	MARABA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	750.000,00
295	José da Cruz Marinho	243	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	ALTAMIRA	05.004.510/0001-50	PA	ALTAMIRA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
296	José da Cruz Marinho	244	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	22.937.932/0001-06	PA	PARAUAPEBAS	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
297	José da Cruz Marinho	245	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	REDENÇÃO	10.248.052/0001-35	PA	REDENCAO	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
298	José da Cruz Marinho	246	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	XINGUARA	10.248.086/0001-20	PA	XINGUARA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
299	José da Cruz Marinho	247	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	TUCUMÃ	04.362.024/0001-41	PA	TUCUMA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
300	José da Cruz Marinho	248	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇA	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	3	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.702.436,00
301	José da Cruz Marinho	1801	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	800.000,00
302	José da Cruz Marinho	1804	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	400.000,00
303	José da Cruz Marinho	1805	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	05.183.827/0001-00	PA	PORTO DE MOZ	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	780.974,00
304	José da Cruz Marinho	4657	60120002	4182	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	50	Aquisição de trator com implementos agrícolas	R$	250.000,00
305	José Renan Vasconcelos Calheiros	2314	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	12.332.953/0001-36	AL	MURICI	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.250.000,00
306	José Renan Vasconcelos Calheiros	2319	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	12.342.663/0001-73	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
307	José Renan Vasconcelos Calheiros	2364	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
308	José Renan Vasconcelos Calheiros	2368	60120002	2289	22000	22101	202V	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
309	José Renan Vasconcelos Calheiros	2369	60120002	2289	22000	22101	202V	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
310	José Renan Vasconcelos Calheiros	2370	60120002	2289	22000	22101	202V	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	750.000,00
311	José Renan Vasconcelos Calheiros	2760	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	652.436,00
312	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12758	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	3.317.278,00
313	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12785	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	1.172.775,00
314	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12787	60120002	4284	22000	22101	202V	Município de Novo Lino			12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos	R$	462.383,00
315	José Roberto Oliveira Faro	1213	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	83.211.433/0001-13	PA	GOIANESIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
316	José Roberto Oliveira Faro	1215	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Brasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
317	José Roberto Oliveira Faro	2373	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Para	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	495.240,00
318	José Roberto Oliveira Faro	4721	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX.	R$	680.000,00
319	José Roberto Oliveira Faro	4723	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-SEBR.	R$	272.436,00
320	Laércio José de Oliveira	4044	60120002	4274	22000	22101	202V	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA			34.841.271/0001-91	SE	ARACAJU	4	30	- Aquisição de equipamentos.	R$	1.980.974,00
321	Leila Gomes de Barros Rêgo	4995	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE		18.456.504/0001-86	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
322	Leila Gomes de Barros Rêgo	4998	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	3	50	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	200.000,00
323	Leila Gomes de Barros Rêgo	4999	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
324	Leila Gomes de Barros Rêgo	5041	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	550.000,00
325	Leila Gomes de Barros Rêgo	5063	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ		48.908.806/0001-09	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	300.000,00
326	Leila Gomes de Barros Rêgo	5112	60120002	4082	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DE 00.348.003/0039-93		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF	R$	810.000,00
327	Leila Gomes de Barros Rêgo	5113	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	3	90	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	512.436,00
328	Leila Gomes de Barros Rêgo	5115	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	1.080.000,00
329	Leila Gomes de Barros Rêgo	5116	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL		11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	200.000,00
330	Leila Gomes de Barros Rêgo	5117	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de Agricultura Ecológica - AGE		26.447.771/0001-15	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	500.000,00
331	Luis Carlos Heinze	918	60120002	4184	22000	22101	202V	Bossoroca	Bossoroca		87.613.014/0001-69	RS	BOSSOROCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	330.953,00
332	Luis Carlos Heinze	922	60120002	4184	22000	22101	202V	Dilermando de Aguiar	Dilermando de Aguiar		01.609.404/0001-40	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.006,00
333	Luis Carlos Heinze	925	60120002	4184	22000	22101	202V	Itacurubi	Itacurubi		91.573.048/0001-44	RS	ITACURUBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	250.002,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

334	Luis Carlos Heinze	927	60120002	4184	22000	22101	202V	Jari	Jari		01.609.402/0001-50	RS	JARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.005,00
335	Luis Carlos Heinze	931	60120002	4184	22000	22101	202V	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul		87.489.910/0001-68	RS	SAO PEDRO DO SUL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.004,00
336	Luis Carlos Heinze	934	60120002	4184	22000	22101	202V	Toropi	Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.003,00
337	Luis Carlos Heinze	937	60120002	4184	22000	22101	202V	Tramandaí	Tramandaí		88.771.001/0001-80	RS	TRAMANDAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	200.001,00
338	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1358	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PORANGA	MUNICIPIO DE PORANGA		07.438.187/0001-59	CE	PORANGA	4	40	Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal	R$	1.645.124,00
339	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4717	60120002	4138	22000	22101	202V	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$	200.000,00
340	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4732	60120002	4138	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	TABULEIRO DO NORTE	05.492.601/0001-82	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$	135.850,00
341	Luiz Cantuária Barreto	2719	60120002	4079	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP	R$	4.952.436,00
342	Magno Pereira Malta	1782	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Apiacá/ES			27.165.604/0001-44	ES	APIACA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	301.000,00
343	Magno Pereira Malta	1783	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
344	Magno Pereira Malta	1784	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Mimoso do Sul/ES			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
345	Magno Pereira Malta	2000	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Barra de Afonso Cláudio/ES			27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
346	Magno Pereira Malta	2001	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Ibitirama/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
347	Magno Pereira Malta	2002	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Presidente Kennedy/ES			27.165.703/0001-26	ES	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
348	Magno Pereira Malta	4806	60120002	2029	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Alto Rio Novo/ES (CNPJ 31.796.659/0001-20	Alto Rio Novo/ES	00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO	R$	174.974,00
349	Mara Cristina Gabrilli	3078	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	46.186.375/0001-99	SP	CAFELANDIA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
350	Mara Cristina Gabrilli	3548	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	46.601.944/0001-15	SP	TRES FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
351	Mara Cristina Gabrilli	3554	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	65.712.069/0001-93	SP	MESOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$	500.000,00
352	Mara Cristina Gabrilli	3557	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA	65.712.002/0001-59	SP	ASPASIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	452.436,00
353	Mara Cristina Gabrilli	3563	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
354	Mara Cristina Gabrilli	3571	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	46.189.726/0001-15	SP	ITAPUI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
355	Mara Cristina Gabrilli	3606	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	44.558.856/0001-52	SP	PROMISSAO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
356	Mara Cristina Gabrilli	3611	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	46.156.477/0001-61	SP	COROADOS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
357	Mara Cristina Gabrilli	3613	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	SP	BOTUCATU	3	40	Custeio	R$	500.000,00
358	Mara Cristina Gabrilli	3631	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$	500.000,00
359	Marcelo Costa e Castro	268	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de José de Freitas			06.554.786/0001-75	PI	JOSE DE FREITAS	4	40	Construção de uma agroindústria	R$	800.000,00
360	Marcelo Costa e Castro	612	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.200.000,00
361	Marcelo Costa e Castro	619	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	600.000,00
362	Marcelo Costa e Castro	718	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí			06.554.166/0001-36	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	400.000,00
363	Marcelo Costa e Castro	727	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uruçuí			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
364	Marcelo Costa e Castro	1946	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI)	Corrente - PI		49.498.865/0001-19	PI	TERESINA	4	30	Construção de um parque de exposições	R$	1.000.000,00
365	Marcelo Costa e Castro	3068	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	800.000,00
366	Marcelo Costa e Castro	3083	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
367	Marcelo Costa e Castro	3084	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí			01.612.558/0001-90	PI	BELA VISTA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
368	Marcelo Costa e Castro	3086	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Construção de uma passagem molhada.	R$	1.000.000,00
369	Marcelo Costa e Castro	3088	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.500.000,00
370	Marcelo Costa e Castro	3093	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção e estrada vicinal	R$	1.500.000,00
371	Marcelo Costa e Castro	20103	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
372	Marcelo Costa e Castro	20105	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
373	Marcelo Costa e Castro	20106	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
374	Marcelo Costa e Castro	20109	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
375	Marcelo Costa e Castro	20114	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
376	Marcelo Costa e Castro	20118	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
377	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
378	Marcelo Costa e Castro	20126	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
379	Marcelo Costa e Castro	20130	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
380	Marcelo Costa e Castro	20134	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
381	Marcelo Costa e Castro	20137	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
382	Marcelo Costa e Castro	20144	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
383	Marcelo Costa e Castro	20150	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

384	Marcelo Costa e Castro	20156	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (06.554.083/0001-47)		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
385	Marcelo Costa e Castro	20170	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
386	Marcelo Costa e Castro	20171	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
387	Marcelo Costa e Castro	20173	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Jacobina (CNPJ 41.522.368/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	JACOBINA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
388	Marcelo Costa e Castro	20176	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
389	Marcelo Costa e Castro	20178	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
390	Marcelo Costa e Castro	20179	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
391	Marcelo Costa e Castro	20180	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
392	Marcelo Costa e Castro	20181	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
393	Marcelo Costa e Castro	20182	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
394	Marcelo Costa e Castro	20183	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
395	Marcelo Costa e Castro	20184	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
396	Marcelo Costa e Castro	20185	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 01.612.604/0001-51)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
397	Marcelo Costa e Castro	20187	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
398	Marcelo Costa e Castro	20189	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE BAIXA DA FURNA (CNPJ 02.139.139/0001-46)		00.396.895/0001-25	PI	BETANIA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
399	Marcelo Costa e Castro	20190	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO GURGUÉIA NO MUNICIPIO DE CANAVIEIRA ESTADO PIAUÍ (CNPJ 44.735.335/0001-23)		00.396.895/0001-25	PI	CANAVIEIRA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
400	Marcelo Costa e Castro	20191	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Rede de Mulheres Sanjoanenses em Ação, Saúde, Educação, Cultura e Inclusão Social (CNPJ 49.013.781/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
401	Marcelo Costa e Castro	20192	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE E CHAPADA DO ANGICAL (CNPJ 10.868.673/0001-11)		00.396.895/0001-25	PI	PICOS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
402	Marcelo Costa e Castro	20196	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira.	R$	301.000,00
403	Marcelo Costa e Castro	20220	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Associação dos Produtores Rurais do Município de Guaribas do Piauí (CNPJ 46.528.746/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	GUARIBAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
404	Marcelo Costa e Castro	20224	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
405	Márcio Miguel Bittar	1489	60120002	4078	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FEIJO	MUNICIPIO DE FEIJO		04.005.179/0001-20	AC	FEIJO	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	1.980.974,00
406	Marcos Cesar Pontes	2029	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	45.116.092/0001-08	SP	MERIDIANO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	300.000,00
407	Marcos Cesar Pontes	2032	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	56.024.581/0001-56	SP	RIBEIRAO PRETO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	625.000,00
408	Marcos Cesar Pontes	2034	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	67.160.507/0001-83	SP	VARGEM	4	40	EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA	R$	610.974,00
409	Marcos Cesar Pontes	2036	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	445.000,00
410	Marcos Ribeiro do Val	3748	60120002	9204	22000	22101	202V	MIMOSO DO SUL			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
411	Marcos Ribeiro do Val	3759	60120002	9204	22000	22101	202V	MARILÂNDIA			27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
412	Marcos Rogério da Silva Brito	3209	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	obra	R$	1.980.974,00
413	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2445	60120002	4275	22000	22101	202V	ANANÁS	ANANÁS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	3.000.000,00
414	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2446	60120002	4275	22000	22101	202V	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	5.404.872,00
415	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	3470	60120002	4275	22000	22101	202V	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
416	Maria Tereza Leitão de Melo	2718	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de São João			10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante	R$	1.052.436,00
417	Maria Tereza Leitão de Melo	2722	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Cupira			10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Construção de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
418	Maria Tereza Leitão de Melo	2723	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Macaparana			11.361.888/0001-04	PE	MACAPARANA	4	40	Serviço de Terraplanagem e cascalhamento	R$	1.000.000,00
419	Maria Tereza Leitão de Melo	2724	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação de estradas e recuperação de barragens	R$	950.000,00
420	Maria Tereza Leitão de Melo	2725	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação e manutenção de Barragens	R$	950.000,00
421	Maria Tereza Leitão de Melo	2726	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Buenos Aires			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais	R$	495.240,00
422	Nelson Trad Filho	3112	60120002	4181	22000	22101	202V	Governo do Estado	Festival Internacional da Carne		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	3	30	Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne	R$	400.000,00
423	Nelson Trad Filho	3157	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Mundo Novo	População		03.741.683/0001-26	MS	MUNDO NOVO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (concluído)	R$	300.000,00
424	Nelson Trad Filho	3161	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Ponta Porã	Ponta Agrotec		03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
425	Nelson Trad Filho	5004	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396895000125	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
426	Nelson Trad Filho	5015	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396895000125	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
427	Nelson Trad Filho	5016	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396895000125	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
428	Nelson Trad Filho	5017	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396895000125	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
429	Nelson Trad Filho	5018	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396895000125	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

430	Nelson Trad Filho	5019	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
431	Nelson Trad Filho	5021	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
432	Nelson Trad Filho	5038	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
433	Nelson Trad Filho	5043	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$ 204.353,00
434	Nelson Trad Filho	5064	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$ 293.194,00
435	Nelson Trad Filho	5065	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Coronel Sapucia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 436.126,00
436	Nelson Trad Filho	5066	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
437	Nelson Trad Filho	5067	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
438	Nelson Trad Filho	5069	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
439	Nelson Trad Filho	5070	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
440	Nelson Trad Filho	5071	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
441	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3321	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Jeremoabo-BA	Município de Jeremoabo-BA	JEREMOABO/BA	13.809.041/0001-75	BA	JEREMOABO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais.	R$ 1.952.436,00
442	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3325	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ibitiara/BA	Município de Ibitiara/BA	IBITIARA/BA	13.781.828/0001-76	BA	IBITIARA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
443	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3331	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Salinas da Margarida/BA	Município de Salinas da Margarida/BA	SALINAS DA MARGARIDA/BA	13.743.281/0001-14	BA	SALINAS DA MARGARIDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
444	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3334	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ipecaetá/BA	Município de Ipecaetá/BA	IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
445	Paulo Renato Paim	374	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Porto Lucena			87.613.659/0001-00	RS	PORTO LUCENA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
446	Paulo Renato Paim	375	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rondinha			87.712.212/0001-80	RS	RONDINHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
447	Paulo Renato Paim	376	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Carlos Barbosa			88.587.183/0001-34	RS	CARLOS BARBOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
448	Paulo Renato Paim	377	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Ivoti			88.254.909/0001-17	RS	IVOTI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
449	Paulo Renato Paim	378	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
450	Paulo Renato Paim	379	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Bozano			04.216.419/0001-36	RS	BOZANO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
451	Paulo Renato Paim	380	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
452	Paulo Renato Paim	381	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Pedro Osório			88.859.962/0001-41	RS	PEDRO OSORIO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
453	Paulo Renato Paim	382	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Torops			01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
454	Paulo Renato Paim	383	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Canguçu			88.861.430/0001-49	RS	CANGUCU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.436,00
455	Paulo Renato Paim	384	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Encruzilhada do Sul			89.363.642/0001-69	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.000,00
456	Paulo Renato Paim	385	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Lagoa Vermelha			87.613.626/0001-51	RS	LAGOA VERMELHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
457	Paulo Renato Paim	386	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mostardas			88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
458	Paulo Renato Paim	387	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Tapera			87.613.493/0001-13	RS	TAPERA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
459	Paulo Renato Paim	388	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Erebango			92.453.828/0001-13	RS	EREBANGO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 350.000,00
460	Paulo Renato Paim	389	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
461	Paulo Renato Paim	1637	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Terra de Areia			90.256.660/0001-20	RS	TERRA DE AREIA	4	41	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 495.240,00
462	Randolph Frederich Rodrigues Alves	3415	60120002	2919	22000	22101	202V	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Estradas Vicinais	R$ 4.952.436,00
463	Roberta Leontina Xisto Acioly	4778	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.952.436,00
464	Roberta Leontina Xisto Acioly	4779	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE BORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	BORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.000.000,00
465	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4061	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguanil			17.888.108/0001-65	MG	AGUANIL	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
466	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4067	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capetinga			17.894.031/0001-36	MG	CAPETINGA	4	40	Equipamento	R$ 400.000,00
467	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4078	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales			18.404.954/0001-25	MG	FRONTEIRA DOS VALES	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
468	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4082	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guarara			17.723.172/0001-96	MG	GUARARA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
469	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4088	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
470	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4099	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
471	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4104	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Equipamento	R$ 400.000,00
472	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4113	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muzambinho			18.668.624/0001-47	MG	MUZAMBINHO	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
473	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4117	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pote			18.404.970/0001-18	MG	POTE	4	40	Equipamento	R$ 652.436,00
474	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4669	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.301.028/0001-24	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
475	Rogério Carvalho Santos	1410	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.100.995/0001-04	SE	AREIA BRANCA	4	40	Obras de Fomento	R$ 1.150.000,00
476	Rogério Carvalho Santos	1413	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
477	Rogério Carvalho Santos	1414	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.150.000,00
478	Rogério Carvalho Santos	1415	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.134.614/0001-08	SE	CAMPO DO BRITO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
479	Rogério Carvalho Santos	1416	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.052.436,00
480	Rogério Carvalho Santos	1641	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipa			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Pavimentação	R$ 495.240,00
481	Rogério Simonetti Marinho	11672	60120002	4276	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
482	Rogério Simonetti Marinho	11675	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VERA CRUZ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
483	Rogério Simonetti Marinho	11681	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
484	Rogério Simonetti Marinho	11686	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
485	Rogério Simonetti Marinho	11696	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 501.571,00
486	Rogério Simonetti Marinho	11703	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
487	Rogério Simonetti Marinho	11710	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
488	Rogério Simonetti Marinho	11721	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
489	Romario de Souza Faria	13099	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$ 481.676,00
490	Romario de Souza Faria	13109	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
491	Romario de Souza Faria	13111	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917,00
492	Romario de Souza Faria	13116	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
493	Sérgio de Oliveira Cunha	4263	60120002	2914	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD			43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre	R$ 4.000.000,00
494	Soraya Vieira Thronicke	2290	60120002	4086	22000	22101	202V	Instituto do Desenvolvimento Social - IDS	Estado do Mato Grosso do Sul		01.832.903/0001-00	RJ	MARICA	3	50	Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos	R$ 4.952.436,00
495	Tereza Cristina Corrêa	3527	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS	Iguatema/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 350.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

496	Tereza Cristina Corrêa	3532	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Alvorada do Sul/MS		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	40	Cobertura da Feira do Produtor	R$	530.974,00
497	Tereza Cristina Corrêa	3534	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS	Paranaíba/MS		03.343.118/0001-00	MS	PARANAIBA	4	40	Pontes e Aduelas	R$	1.100.000,00
498	Vanderlan Vieira Cardoso	3547	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Portelândia		00.396.895/0001-25	GO	PORTELANDIA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
499	Vanderlan Vieira Cardoso	3551	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Rianápolis		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
500	Vanderlan Vieira Cardoso	3552	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Três Ranchos		00.396.895/0001-25	GO	TRES RANCHOS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
501	Vanderlan Vieira Cardoso	3553	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Guaraíta		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
502	Vanderlan Vieira Cardoso	3663	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Valparaíso de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	690.000,00
503	Vanderlan Vieira Cardoso	3668	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alexânia		00.396.895/0001-25	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Basculante Trucado	R$	604.000,00
504	Vanderlan Vieira Cardoso	3669	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cavalcante		00.396.895/0001-25	GO	CAVALCANTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
505	Vanderlan Vieira Cardoso	3671	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Teresina de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TERESINA DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
506	Vanderlan Vieira Cardoso	3674	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Amorinópolis		00.396.895/0001-25	GO	AMORINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
507	Vanderlan Vieira Cardoso	3676	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Montes Claros de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
508	Vanderlan Vieira Cardoso	4997	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$	544.502,00
509	Vanderlan Vieira Cardoso	20269	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
510	Vanderlan Vieira Cardoso	20270	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Ituramã		00.396.895/0001-25	GO	ITARUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
511	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4594	60120002	4088	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS			09.307.596/0001-41	PB	PRATA	3	50	Evento	R$	600.000,00
512	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4613	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	600.000,00
513	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4637	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	3	40	Evento	R$	500.000,00
514	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4639	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Evento	R$	200.000,00
515	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4641	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	3	40	Evento	R$	300.000,00
516	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4747	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	300.000,00
517	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4749	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cabaceiras			08.702.862/0001-78	PB	CABACEIRAS	3	40	Evento	R$	352.436,00
518	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4751	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Vista Serrana			09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	800.000,00
519	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4754	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	3	40	Evento	R$	200.000,00
520	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4853	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José de Caiana			08.891.541/0001-69	PB	SAO JOSE DE CAIANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	400.000,00
521	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5499	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$	400.000,00
522	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5500	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	3	40	Evento	R$	300.000,00
523	Wellington Antonio Fagundes	5020	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.130/0001-38		00.396.895/0001-25	MT	BRASNORTE	4	90	Aquisição trator	R$	134.555,00
524	Wellington Antonio Fagundes	5022	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	CURVELANDIA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
525	Wellington Antonio Fagundes	5023	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011/0001-89		00.396.895/0001-25	MT	RIO BRANCO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
526	Wellington Antonio Fagundes	5024	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		00.396.895/0001-25	MT	RESERVA DO CABACAL	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
527	Wellington Antonio Fagundes	5025	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 3746/4955/0001-00		00.396.895/0001-25	MT	GLORIA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
528	Wellington Antonio Fagundes	5026	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48		00.396.895/0001-25	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
529	Wellington Antonio Fagundes	5027	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Indiavaí - cnpj 03239027/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	INDIAVAI	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
530	Wellington Antonio Fagundes	5030	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 3746/5408/000-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
531	Wellington Antonio Fagundes	5035	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93		00.396.895/0001-25	MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
532	Wellington Antonio Fagundes	5036	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VALE DE SAO DOMINGOS	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
533	Wellington Antonio Fagundes	5040	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste cnpj 04219688/0001-56		00.396.895/0001-25	MT	CONQUISTA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
534	Wellington Antonio Fagundes	5042	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22		00.396.895/0001-25	MT	NOVA LACERDA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
535	Wellington Antonio Fagundes	5047	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99		00.396.895/0001-25	MT	CAMPOS DE JULIO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
536	Wellington Antonio Fagundes	5114	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		00.396.895/0001-25	MT	SALTO DO CEU	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
537	Wellington Antonio Fagundes	5125	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
538	Weverton Rocha Marques de Sousa	3456	60120002	4084	22000	22101	202V	Fernando Falcão			01.612.667/0001-08	MA	FERNANDO FALCAO	4	40	implantação de estradas vicinais	R$	4.952.436,00
539	Weverton Rocha Marques de Sousa	5431	60120002	4084	22000	22101	202V	São Vicente Ferrer			06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.147,00
540	Weverton Rocha Marques de Sousa	5433	60120002	4084	22000	22101	202V	Riachão			05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
541	Weverton Rocha Marques de Sousa	5436	60120002	4084	22000	22101	202V	Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
542	Weverton Rocha Marques de Sousa	5439	60120002	4084	22000	22101	202V	Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
543	Weverton Rocha Marques de Sousa	5442	60120002	4084	22000	22101	202V	Graça Aranha			06.140.594/0001-12	MA	GRACA ARANHA	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
544	Weverton Rocha Marques de Sousa	5445	60120002	4084	22000	22101	202V	Trizidela do Vale			01.558.070/0001-22	MA	TRIZIDELA DO VALE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
545	Weverton Rocha Marques de Sousa	5449	60120002	4084	22000	22101	202V	Vitorino Freire			06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	40	Ampliação do Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos	R$	1.000.000,00
546	Wilder Pedro de Morais	2682	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Turvelândia			25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	980.974,00
547	Wilder Pedro de Morais	17144	60120002	2969	22000	22101	202V	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.000.000,00
548	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1846	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
549	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1848	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	1.000.055,00
550	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1853	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	600.055,00
551	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1854	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	340.670,00
552	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1864	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	402.436,00
553	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1868	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	479.055,00
554	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	2599	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL		08.158.669/0001-18	RN	CORONEL EZEQUIEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
555	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3805	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU		08.349.078/0001-28	RN	PATU	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
556	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3806	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA EQUADOR	PREFEITURA EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

557	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3819	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLMENTOS AGRICOLAS	R$ 299.835,00
558	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3822	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	VEICULO	R$ 400.055,00
559	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3824	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA	R$ 330.055,00
560	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3874	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	CÂMARA FRIGORIFICA	R$ 300.000,00
																	R$ 352.932.982,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo III: Listagem de todas as indicações rejeitadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Alessandro Vieira	5187	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Cultural e Esportiva - ACESA	Aquidabã	33.023.784/0001-22	SE	AQUIDABA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5188	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canaã	Canindé do São Francisco	02.473.038/0001-07	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5189	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe	Cumbe	45.661.438/0001-59	SE	CUMBE	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5190	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN	Divina Pastora	52.472.256/0001-03	SE	DIVINA PASTORA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5191	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microregião Sergipana do Sertão do São Francisco	Feira Nova	07.152.518/0001-90	SE	FEIRA NOVA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5192	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5193	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes	Gracho Cardoso	02.723.330/0001-30	SE	GRACHO CARDOSO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5194	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de moradores e produtores do povoado Bairo Preto e adjacencias	Itabaiana	05.875.642/0001-58	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5195	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias	Itabaiana	02.787.727/0001-96	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5196	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco	Japoatã	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5197	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos	Lagarto	31.443.339/0001-96	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5198	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Instituto Valmir Monteiro	Lagarto	02.649.025/0001-46	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5199	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA - COOPESA	Malhador	23.052.767/0001-60	SE	MALHADOR	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5200	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Maos do Mestre Casa de Davi	Neópolis	14.480.714/0001-59	SE	NEOPOLIS	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5201	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores da Barra do Bio	Nossa Senhora da Glória	02.319.607/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 292.600
Alessandro Vieira	5202	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO	Nossa Senhora da Glória	01.353.453/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5203	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 290.000
Alessandro Vieira	5204	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5205	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO DE DESENVOL COMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE	Poço Verde	03.675.569/0001-45	SE	POCO VERDE	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5206	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5207	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5208	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores da Grande Rosa Elze - AMOR-GRE	São Cristóvão	08.710.851/0001-30	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5209	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de São Francisco	São Francisco	13.118.435/0001-87	SE	SAO FRANCISCO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5210	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Assistência e Ação Comunitária de Telha	Telha	16.457.335/0001-73	SE	TELHA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	2231	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84			00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente	R$ 2.971.461
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4703	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00	R$ 1.125.000
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4704	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário: R$ 129.900,00	R$ 1.688.700
Antônio Mecias Pereira de Jesus	279	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.952.436
Antônio Mecias Pereira de Jesus	1506	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.000.000
Bruno Bierrenbach Bonetti	2894	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ			28.695.658/0001-84	RJ	BARRA MANSA	4	40	Equipamentos	R$ 480.700
Bruno Bierrenbach Bonetti	2895	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE TANGUÁ - RJ			01.612.089/0001-00	RJ	TANGUA	4	40	Equipamentos	R$ 300.960
Bruno Bierrenbach Bonetti	2896	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ			29.115.458/0001-78	RJ	CASIMIRO DE ABREU	4	40	Equipamentos	R$ 574.750
Bruno Bierrenbach Bonetti	2897	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SÃO FIDÉLIS - RJ			29.111.093/0001-03	RJ	SAO FIDELIS	4	40	Equipamentos	R$ 300.960
Bruno Bierrenbach Bonetti	2898	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ			29.115.441/0001-10	RJ	TRAJANO DE MORAIS	4	40	Equipamentos	R$ 154.660
Bruno Bierrenbach Bonetti	2899	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ			28.615.557/0001-56	RJ	ITAOCARA	4	40	Equipamentos	R$ 154.660
Bruno Bierrenbach Bonetti	4671	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$ 481.676
Bruno Bierrenbach Bonetti	4672	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571
Bruno Bierrenbach Bonetti	4673	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917
Bruno Bierrenbach Bonetti	4674	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571
Carlos Alberto Dias Viana	4008	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.581/0001-76		00.396.895/0001-25	MG	MURIAE	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400
Carlos Alberto Dias Viana	4046	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000
Carlos Alberto Dias Viana	4065	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774
Carlos Alberto Dias Viana	4939	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO		01.613.076/0001-55	MG	CURRAL DE DENTRO	4	40	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774
Carlos Francisco Porfinho	3337	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	2 Tratores agrícolas	R$ 309.320
Carlos Francisco Porfinho	3338	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$ 480.700
Carlos Francisco Porfinho	3339	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 574.750

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carlos Francisco Portinho	3340	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660
Carlos Francisco Portinho	3341	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Carlos Francisco Portinho	3342	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660
Carlos Francisco Portinho	4664	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 157.974
Ciro Nogueira Lima Filho	1960	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BOCAINA			06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1961	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1962	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1963	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Confúcio Aires Moura	2776	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU			04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.500.000
Confúcio Aires Moura	2780	60120002	4092	22000	22101	20ZV	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.000.000
Confúcio Aires Moura	2783	60120002	4092	22000	22101	20ZV	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Máquinas e implementos agrícolas.	R$ 700.000
Confúcio Aires Moura	2785	60120002	4092	22000	22101	20ZV	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 700.000
Confúcio Aires Moura	2791	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 302.436
Confúcio Aires Moura	4819	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ITAPUA DO OESTE		00.396.895/0001-25	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Aquisição de trator e ensiladeira frontal.	R$ 700.000
Damares Regina Alves	1800	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recebidos das mãos pela SEAGRI	R$ 1.980.974
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3625	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3634	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB	LUCENA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3648	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.974
Efraim de Araújo Morais Filho	4369	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 3.000.000
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3127	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Brateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 1.980.974
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Brateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 4.052.436
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4952	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANADIA			12.227.351/0001-19	AL	ANADIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$ 500.555
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4953	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	Um equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4954	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	01 Equipamento: Trator Agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4955	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA			12.207.551/0001-00	AL	LAGOA DA CANOA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4956	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MAR VERMELHO			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4957	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4958	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4959	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4960	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4961	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4962	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4963	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4964	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4965	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4966	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4967	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4968	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4969	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4972	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4973	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4974	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4975	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SATUBA			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4976	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE			12.200.317/0001-50	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4977	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIO LARGO			12.200.168/0001-20	AL	RIO LARGO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4978	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4979	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CANAPI			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4980	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA			12.224.895/0001-27	AL	DELMIRO GOUVEIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4981	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MATA GRANDE			12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4982	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4983	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARICONHA			35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4984	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4985	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARAPIRACA			12.198.693/0003-10	AL	ARAPIRACA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4986	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			12.250.056/0001-83	AL	BATALHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4987	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELO MONTE			12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4988	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE			12.198.701/0001-66	AL	CAMPO GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4989	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CRAIBAS			08.439.549/0001-99	AL	CRAIBAS	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4992	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE			12.207.528/0001-15	AL	FEIRA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4993	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JARAMATAIA			12.207.544/0001-68	AL	JARAMATAIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Fabiano Contarato	693	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	698	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000
Fabiano Contarato	701	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000
Fabiano Contarato	709	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	743	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	746	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	749	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000
Fabiano Contarato	752	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	1968	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 495.240
Fernando Lopes de Farias	3909	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.952.436
Fernando Lopes de Farias	3930	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Limoeiro de Anadia			12.207.403/0001-95	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	4	40	Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal	R$ 2.000.000
Fernando Lopes de Farias	4895	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00	R$ 1.728.000
Fernando Lopes de Farias	4898	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00	R$ 779.400
Fernando Lopes de Farias	4900	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00	R$ 280.000
Francisco de Assis Rodrigues	3544	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Municipio do Amajari	Municipio do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao setor Agropecuário	R$ 4.352.436
Injá Silvestre Filho	3746	60120002	4096	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Todos os municípios do Estado do Tocantins		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436
Izalci Lucas Ferreira	1647	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água fria de Goiás	Água fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1648	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1649	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alto Paraíso	Alto Paraíso		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1651	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alvorada do Norte	Alvorada do Norte		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1653	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cidade Ocidental	Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1654	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Formosa	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1655	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1657	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Colinas do Sul	Colinas do Sul		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1658	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Niquelândia	Niquelândia		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1659	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1660	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cavalcante	Cavalcante		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1661	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Simolândia	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1662	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Flores de Goiás	Flores de Goiás		01.740.497/0001-47	GO	FLORES DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1663	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Vila Boa	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1664	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cristalina	Cristalina		11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	4513	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás	R$ 200.000
Izalci Lucas Ferreira	4733	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$ 180.974
Jader Fontenelle Barbalho	1405	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Estradas vicinais.	R$ 600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jayme Verissimo de Campos	2751	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Universidade Federal de Rondonópolis – UFR			35.854.176/0001-95	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agricolas	R$ 1.300.000
Jayme Verissimo de Campos	3011	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Municipio de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000
Jayme Verissimo de Campos	4951	60120002	2376	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0011-05	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agricolas	R$ 1.300.000
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2616	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2618	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2620	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2622	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2623	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2624	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2625	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2627	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO		01.126.341/0001-70	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2629	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INDIARA - GO	MUNICIPIO DE INDIARA - GO		00.005.959/0001-10	GO	INDIARA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2634	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2636	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO		01.493.998/0001-76	GO	CAMPOS VERDES	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2637	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO		00.078.790/0001-28	GO	DOVERLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2639	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO		01.168.145/0001-69	GO	PIRANHAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2641	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2643	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2645	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2647	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400
Jorge Seif Júnior	2675	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Camboriú			83.102.293/0001-45	SC	CAMBORIU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974
Jorge Seif Júnior	3043	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3044	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3045	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3046	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Cacambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3048	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Melcio			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3049	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no municipio	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3051	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no municipio	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3053	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Aguas de Chapeco			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000
Jorge Seif Júnior	3055	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3057	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Riqueza			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3059	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3060	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Arroio Trinta			82.826.462/0001-27	SC	ARROIO TRINTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4905	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4906	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000
Jorge Seif Júnior	4907	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4909	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Cacambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4910	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Melcio			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4911	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4912	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4913	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4914	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4915	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Municipio de Passos Maia			00.396.895/0001-25	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 254.000
José da Cruz Marinho	240	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R$ 250.000
José da Cruz Marinho	4511	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	05.196.563/0001-10	PA	BUJARU	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.702.436
José Roberto Oliveira Faro	1209	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	R$ 680.000
José Roberto Oliveira Faro	1211	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	R$ 272.436
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1359	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RUSSAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e Implementos	R$ 200.000
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1989	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURIES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82	TABULEIRO DO NORTE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas	R$ 135.850
Magno Pereira Malta	2003	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Alto Rio Novo/ES			31.796.659/0001-20	ES	ALTO RIO NOVO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 174.974
Marcelo Costa e Castro	20112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 300.999
Marcos Ribeiro do Val	3739	60120002	9204	22000	22101	20ZV	DORES DO RIO PRETO			27.167.386/0001-87	ES	DORES DO RIO PRETO	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3752	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MUQUI			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3754	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SÃO MATEUS			27.167.477/0001-12	ES	SAO MATEUS	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3763	60120002	9204	22000	22101	20ZV	BREJETUBA			01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3767	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SANTA MARIA DE JETIBA			36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2447	60120002	4275	22000	22101	20ZV	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000
Nelson Trad Filho	3071	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3072	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3108	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$ 240.436
Nelson Trad Filho	3115	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$ 280.000
Nelson Trad Filho	3121	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Coronel Sapucaia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500
Nelson Trad Filho	3147	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3149	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3151	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nelson Trad Filho	3155	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Jatei		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3159	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3160	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3162	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3163	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3165	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3166	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3171	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895001-25	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4073	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.308.759/0001-00	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$ 500.000
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4091	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	3	40	Equipamento	R$ 500.000
Rogério Simonetti Marinho	2931	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	2936	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	2948	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	2951	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura	R$ 490.000
Rogério Simonetti Marinho	2953	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	2955	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	2959	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	2962	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 140.000
Rogério Simonetti Marinho	4678	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	4679	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	4680	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	4681	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 501.571
Rogério Simonetti Marinho	4682	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	4683	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	4684	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	4685	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	11311	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ (CNPJ 01.612.382/0001-77)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de um TRATOR via ata do ministério da agricultura	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	11317	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	VERA CRUZ (CNPJ 08.362.915/0001-59)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	11326	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO BENTO DO TRAIRI (cnpj 08.160.467/0001-00)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	11331	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MARCELINO VIEIRA (cnpj 08.357.618/0001-15)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	11335	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pesca	EXTREMOZ (CNPJ 08.204.497/0001-71)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 50.157.068
Rogério Simonetti Marinho	11342	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MAJOR SALES (CNPJ 01.612.383/0001-11)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Rogério Simonetti Marinho	11351	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (cnpj 01.612.396/0001-90)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Rogério Simonetti Marinho	11354	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ACARI (CNPJ 08.097.008/0001-20)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Vanderlan Vieira Cardoso	3556	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$ 543.000
Vanderlan Vieira Cardoso	3624	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Águas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 690.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4750	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Municipio de Santa Inês			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 400.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4752	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$ 500.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4753	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Tenório			01.612.649/0001-26	PB	TENORIO	3	40	Evento	R$ 200.000
Wellington Antonio Fagundes	1978	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Brasnorte	Prefeitura Municipal de Brasnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição trator agrícola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1980	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de curvelândia	prefeitura municipal de curvelândia		58.673.892/0001-71	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1982	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Curvelandia	prefeitura municipal de Curvelandia		04.217.647/0001-20	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1985	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de rio branco	prefeitura municipal de rio branco		15.023.997/0001-72	MT	RIO BRANCO	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2013	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		15.024.011/0001-89	MT	SALTO DO CEU	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabacal	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabacal		15.024.011/0001-89	MT	RESERVA DO CABACAL	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2015	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Glória DOeste	prefeitura municipal de Glória DOeste		37.464.955/0001-00	MT	GLORIA D'OESTE	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2016	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Porto Esperidião	prefeitura municipal de Porto Esperidião		05.460.358/0001-10	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2017	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Indiavai	prefeitura municipal de Indiavai		03.239.027/0001-20	MT	INDIAVAI	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	5014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição de equipamento (trator)	R$ 134.544.970
Wellington Antonio Fagundes	5029	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wellington Antonio Fagundes	5123	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wellington Antonio Fagundes	5124	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wilder Pedro de Morais	2892	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			00.396.895/0001-25	GO	MINEIROS	4	90	AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA	R$ 292.600
Wilder Pedro de Morais	4638	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Anápolis			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município	R$ 707.403
Wilder Pedro de Morais	4787	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANÁPOLIS			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1851	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 430.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1855	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS		08.110.439/0001-89	RN	SANTANA DO MATOS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1858	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	3	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3794	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLEMTNOS AGRICOLAS	R$ 200.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3801	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR		13.937.170/0001-49	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7506917874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença da Senadora Professora Dorinha Seabra e dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 6682, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Hamilton Mourão e Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de um projeto não terminativo, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6682, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Deputado Federal Jerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo, do MDB da Paraíba.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, as minhas saudações. Boa tarde a V. Exa., boa tarde ao nosso General Mourão, aos demais outros que integram o nosso Colegiado, aos nossos companheiros e companheiras de trabalho e aos demais presentes.

Eu quero lhe dirigir o agradecimento pela sua sensibilidade e compreensão no atender ao pedido que lhe fiz, porque essa matéria, a mim me parece, em duas outras oportunidades, não foi adiante em razão regimental pelos pedidos de alguns companheiros e V. Exa. hoje dizia: "Veneziano, nós vamos colocar como item extrapauta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atenciosamente, eu já fui informado aqui pelo nosso colega, Senador Mourão, que haverá pedido de vista e não haverá nenhum prejuízo se eu fizer a leitura. E a posterior, quem sabe o Senador Mourão possa, na próxima semana, ou, no mais tardar, na outra, porque nós teremos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Semana que vem me parece que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não. Perfeito. É porque me parece que o Presidente Davi definiu que na semana vindoura nós estaremos semipresencialmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Está certo. Perfeito.

Eu vou à análise, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, são rápidos os...

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal.

Com relação à constitucionalidade formal, o PL observa os requisitos de competência legislativa da União, que estão previstos nos arts. 22 e 24 da Constituição Federal.

No tocante à sua constitucionalidade material, o PL é compatível com diversos princípios constitucionais, especialmente: a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico, a valorização da produção agropecuária e do comércio exterior, bem como a eficiência econômica e o aproveitamento racional dos recursos produtivos. A proposta também não compromete a proteção sanitária ou a segurança alimentar, pois mantém a exigência de intermediação por estabelecimentos com inspeção federal, preservando a competência da União na certificação sanitária para exportação.

No que se refere à sua juridicidade, a proposição apresenta adequação ao ordenamento jurídico vigente, ao alterar dispositivo da Lei nº 1.283, de 1950, norma estruturante do sistema de inspeção de produtos de origem animal. Além disso, mantém coerência com o Decreto nº 9.013, de 2017, respeitando, portanto, aquilo que é uma exigência para os serviços de inspeções federal, estaduais e municipais.

Do ponto de vista da técnica legislativa, o projeto atende, em geral, aos requisitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O PL identifica claramente a lei alterada, utiliza técnica adequada de alteração legislativa, mediante nova redação do art. 14, promovendo a criação do art. 14-A.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), as cadeias de produção bovina e bubalina representaram praticamente metade do valor bruto da produção pecuária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, alcançando R$475,3 bilhões em 2025, desempenhando grande importância econômica e social. Contudo, General Mourão e Senador Zequinha, Presidente, alguns subprodutos do abate, como vísceras, medula, aorta e rabo, dentre outros, são pouco apreciados nos nossos hábitos alimentares – é fato – e, portanto, possuem baixo valor comercial, sendo frequentemente subutilizados no mercado nacional. Em contrapartida, esses subprodutos são muito demandados por países asiáticos, o que representa uma importante oportunidade de inserção no mercado internacional.

A nova redação proposta por este projeto de lei ao art. 14 da Lei nº 1.283, de 1950, busca permitir atualizações normativas destinadas a adaptar as regras sanitárias às inovações da indústria de produtos de origem animal, bem como atender às exigências sanitárias do comércio nacional e internacional, ou seja, os regulamentos poderão evoluir conforme o avanço científico e tecnológico. Nesse contexto, caberá ao Poder Executivo

editar os regulamentos, uma vez que a inspeção sanitária de produtos de origem animal envolve normas técnicas detalhadas, que precisam ser constantemente atualizadas.

Já o art. 14-A proposto pelo projeto em análise à referida lei pretende promover maior aproveitamento dos bovinos e bubalinos abatidos, ampliando a eficiência produtiva, ao possibilitar que estabelecimentos fiscalizados pelos estados e municípios participem do comércio internacional de subprodutos. Isso ocorre porque muitos frigoríficos e abatedouros sob Serviço de Inspeção Estadual ou Serviço de Inspeção Municipal não possuem autorização direta para exportar.

Assim, embora haja a participação de estabelecimentos com inspeção estadual ou municipal – o que amplia a capilaridade do processo –, a exportação deverá ocorrer por intermédio de estabelecimentos com inspeção federal, uma vez que o reconhecimento sanitário internacional é atribuição dessa autoridade.

O projeto está em conformidade – indo ao final da nossa leitura – com a legislação vigente, com destaque para o Decreto 9.013, de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Em seu art. 440, o decreto estabelece que os produtos destinados à exportação devem observar a legislação do país importador. Também deixa claro que os produtos submetidos a processos tecnológicos ou que apresentem composição permitida pelo país importador, mas que não atendam ao disposto na legislação brasileira, não podem ser comercializados em território nacional.

Ainda segundo esse decreto, os produtos destinados exclusivamente à exportação deverão ser registrados em sistema informatizado específico disponibilizado pelo Mapa, mediante a apresentação da documentação exigida pelo órgão e pelo país importador.

Por fim, vale destacar o amplo mercado de exportação desses subprodutos, com a consequente entrada de divisas no Brasil. Esses produtos, em vez de gerarem renda, poderiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser descartados, acarretando custos adicionais, ou destinados a usos de menor valor econômico, como a produção de farinhas.

Desse modo, por entendermos que a proposição é oportuna, ao nosso sentir, e meritória, pedimos o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a sua aprovação.

O voto.

Dessarte, opinamos pela aprovação do PL 6.682, do ano de 2025, Presidente Zequinha Marinho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Pois não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Reconhecemos o trabalho do Senador Veneziano Vital do Rêgo como Relator do projeto. É um projeto importante – sempre lembrando que essa lei de 1950 é a lei-mãe da inspeção sanitária no país; ela sofreu atualização em 1989, que já é um longo passado, em 2022 também teve atualização –, mas existe aqui alguma dúvida, e a gente acha que é necessário ainda consultar o Ministério da Agricultura e Pecuária no sentido de a gente ficar com a total segurança disso em que nós vamos votar.

Por isso eu peço vista ao projeto, não vou ficar... Viu, Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fora do microfone.) – Não tem problema.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E, na primeira oportunidade, o senhor pode retorná-la à pauta, na semana que vem, sem problema nenhum. Está bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado. Vista coletiva concedida ao Senador Hamilton Mourão. Próxima semana estaremos de volta.

Bom, agradecendo a todo mundo, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026) e Resolução do Congresso Nacional 1/2006, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Alan Rick e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Paulo Paim, Izalci Lucas, Plínio Valério, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se ao quinto bloco de deliberação. Há 18 (dezoito) indicações para análise, das quais 17 (dezessete) são alterações em indicações já aprovadas. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 182/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA, 183/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA e 191/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA. Consta, ainda, a indicação 12031 retirada pelo próprio solicitante, a ser rejeitada. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações em indicações constantes do Anexo I, pela consolidação de todas as indicações aprovadas até o presente no Anexo II, bem como pela rejeição da indicação 12031, contemplada no Anexo III, o qual elenca todas as indicações rejeitadas até o presente. Passa-se à deliberação. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente momento, 565 (quinhentas e sessenta e cinco) indicações, totalizando R$ 352.894.867,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais). Rejeitada a indicação 12031. O Anexo I compreende as alterações de indicações no formato DE-PARA. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Anexo III compreende todas as indicações rejeitadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da décima quinta Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das alterações em indicações (DE-PARA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20327	11259	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	22165	11315	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
Fabiano Contarato	22382		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CNPJ Nº 27.174.143/0001-76	SÃO GABRIEL DA PALHA	00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 429.320,00
Fabiano Contarato	22386		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CNPJ Nº 27.104.363/0001-23		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
Fabiano Contarato	22390		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ - CNPJ Nº 27.744.184/0001-50		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
Fabiano Contarato	22393		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU - CNPJ Nº 27.165.208/0001-17		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22397		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA - CNPJ Nº 31.776.479/0001-86		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00
Fabiano Contarato	22399		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA - CNPJ Nº 31.723.570/0001-33		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22401	4722 4724 4725 4726 4727 4728 4729 4730 4731	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00
Fabiano Contarato	22403		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI - CNPJ Nº 27.174.069/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22405		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - CNPJ Nº 27.165.570/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
Fabiano Contarato	22408		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CNPJ Nº 27.167.345/0001-00		00.396.895/0001-25	ES	MANTENOPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
Fabiano Contarato	22411		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22414		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - CNPJ Nº 27.167.402/0001-31		00.396.895/0001-25	ES	SAO JOSE DO CALCADO	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00
Fabiano Contarato	22416		60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - CNPJ Nº 27.174.077/0001-34		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DA BARRA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00
Wilder Pedro de Morais	22661	17144	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO			00.163.055/0001-12	GO	MUNDO NOVO	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 600.000,00
Wilder Pedro de Morais	22660		60120002	2969	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL			00.007.344/0001-22	GO	AMERICANO DO BRASIL	4	40	MANUENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 400.000,00

Senadora Dra. Eudócia

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11259	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Batalha/AL	Batalha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11315	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Rio Largo/AL	Rio Largo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20327	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	22165	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00

Senador Fabiano Contarato

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fabiano Contarato	4722	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000,00
Fabiano Contarato	4724	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000,00
Fabiano Contarato	4725	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 495.240,00
Fabiano Contarato	4726	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	4727	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	4728	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	4729	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	4730	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	4731	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fabiano Contarato	22382	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CNPJ Nº 27.174.143/0001-76	SÃO GABRIEL DA PALHA	00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 429.320,00
Fabiano Contarato	22386	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CNPJ Nº 27.104.363/0001-23		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
Fabiano Contarato	22390	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ - CNPJ Nº 27.744.184/0001-50		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
Fabiano Contarato	22393	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU - CNPJ Nº 27.165.208/0001-17		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22397	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA - CNPJ Nº 31.776.479/0001-86		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00
Fabiano Contarato	22399	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA - CNPJ Nº 31.723.570/0001-33		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22401	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fabiano Contarato	22403	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI - CNPJ Nº 27.174.069/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22405	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - CNPJ Nº 27.165.570/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
Fabiano Contarato	22408	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CNPJ Nº 27.167.345/0001-90		00.396.895/0001-25	ES	MANTENOPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
Fabiano Contarato	22411	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.628/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
Fabiano Contarato	22414	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - CNPJ Nº 27.167.402/0001-31		00.396.895/0001-25	ES	SAO JOSE DO CALCADO	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00
Fabiano Contarato	22416	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - CNPJ Nº 27.174.077/0001-34		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DA BARRA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00

Senador Wilder Morais

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Exceção Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Wilder Pedro de Morais	17144	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Exceção Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Wilder Pedro de Morais	22661	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO			00.163.055/0001-12	GO	MUNDO NOVO	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 600.000,00
Wilder Pedro de Morais	22660	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL			00.007.344/0001-22	GO	AMERICANO DO BRASIL	4	40	MANUENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeirad)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	3678	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Aquisição de insumos, mudas, férias, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre	R$ 595.000,00
2	Alan Rick Miranda	3692	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	4	50	A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre	R$ 1.386.681,00
3	Alessandro Vieira	13568	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Salgado	Salgado	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
4	Alessandro Vieira	13570	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.581,00
5	Alessandro Vieira	13567	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pacatuba	Pacatuba	13.112.222/0001-48	SE	PACATUBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
6	Alessandro Vieira	13560	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Ilha das Flores	Ilha das Flores	13.111.224/0001-12	SE	ILHA DAS FLORES	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
7	Alessandro Vieira	13561	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Indaroba	Indaroba	13.097.894/0001-21	SE	INDAROBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
8	Alessandro Vieira	19788	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
9	Alessandro Vieira	19790	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
10	Alessandro Vieira	13566	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Laranjeiras	Laranjeiras	13.120.613/0001-04	SE	LARANJEIRAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
11	Alessandro Vieira	13563	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
12	Alessandro Vieira	13557	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	13.128.863/0001-90	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
13	Alessandro Vieira	19789	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
14	Alessandro Vieira	13572	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tomar do Geru	Tomar do Geru	11.412.389/0001-07	SE	TOMAR DO GERU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
15	Alessandro Vieira	19791	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
16	Alessandro Vieira	13562	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda	Itaporanga d'Ajuda	13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
17	Alessandro Vieira	19787	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
18	Alexandre Luiz Giordano	1374	60120002	4221	22000	22101	202V	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 4.952.436,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	202V	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4102	60120002	4283	22000	22101	202V	PARNARAMA	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4111	60120002	4283	22000	22101	202V	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.450.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4098	60120002	4283	22000	22101	202V	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4107	60120002	4283	22000	22101	202V	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4040	60120002	4283	22000	22101	202V	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
25	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1303	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barrocas	Prefeitura Municipal de Barrocas		04.216.287/0001-42	BA	BARROCAS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 400.000,00
26	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2556	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Poções			14.242.200/0001-65	BA	POCOES	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
27	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1308	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição da Feira			13.828.371/0001-08	BA	CONCEICAO DA FEIRA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
28	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1311	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité		13.843.842/0001-57	BA	CONCEICAO DO COITE	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2904	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida			14.108.286/0001-38	BA	LICINIO DE ALMEIDA	4	40	Calçamento para escoamento da produção rural	R$ 1.052.436,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1176	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1357	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente	R$ 480.974,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	13233	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI			06.554.323/0001-03	PI	ALTO LONGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 257.324,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	12699	60120002	4496	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX - ATA Região Nordeste	R$ 2.714.136,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1356	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente	R$ 990.487,00
35	Antonio Hamilton Martins Mourão	1690	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel	Prefeitura Municipal de São Gabriel		88.768.080/0001-70	RS	SAO GABRIEL	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel	R$ 500.000,00
36	Antonio Hamilton Martins Mourão	1692	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano		92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano	R$ 500.000,00
37	Antonio Hamilton Martins Mourão	1691	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alegrete	Prefeitura Municipal de Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete	R$ 980.974,00
38	Augusta Brito de Paula	3528	60120002	4281	22000	22101	202V	TABULEIRO DO NORTE			07.891.682/0001-19	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.500.000,00
39	Augusta Brito de Paula	4141	60120002	4281	22000	22101	202V	BELA CRUZ			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.442.436,00
40	Bruno Bierrenbach Bonetti	4675	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Trajano de Moraes/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
41	Bruno Bierrenbach Bonetti	4676	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaocara/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
42	Carlos Alberto Dias Viana	4016	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
43	Carlos Alberto Dias Viana	4054	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
44	Carlos Alberto Dias Viana	4032	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
45	Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
46	Carlos Alberto Dias Viana	4020	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
47	Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
48	Carlos Eduardo de Souza Braga	954	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
49	Carlos Eduardo de Souza Braga	1008	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
50	Carlos Eduardo de Souza Braga	983	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
51	Carlos Eduardo de Souza Braga	1001	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
52	Carlos Eduardo de Souza Braga	996	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira			04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
53	Carlos Eduardo de Souza Braga	988	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro			04.194.239/0001-09	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
54	Carlos Eduardo de Souza Braga	1005	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

55	Carlos Eduardo de Souza Braga	982	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jataí			04.285.896/0001-53	AM	JUTAI	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
56	Carlos Eduardo de Souza Braga	966	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
57	Carlos Eduardo de Souza Braga	950	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	971	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Equipamentos	R$	404.872,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	992	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	963	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Benjamin Constant			04.243.978/0001-35	AM	BENJAMIN CONSTANT	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	957	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte			04.530.713/0001-18	AM	ATALAIA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	959	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	973	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	978	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	8818	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	8859	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE SAMPAIO			25.086.828/0001-35	TO	SAMPAIO	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE	R$	580.674,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	8846	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	8830	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE JUARINA			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	8803	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE BERNARDO SAYÃO			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
70	Carlos Francisco Portinho	4667	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agricola	R$	154.974,00
71	Carlos Francisco Portinho	4666	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$	301.571,00
72	Carlos Francisco Portinho	4663	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	575.917,00
73	Carlos Francisco Portinho	4791	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator agrícola	R$	154.974,00
74	Carlos Francisco Portinho	4665	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$	481.676,00
75	Carlos Francisco Portinho	4661	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	2 - Tratores Agrícolas	R$	309.948,00
76	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	11885	60120002	4201	22000	22101	202V	Nova Olímpia	Nova Olímpia	Nova Olímpia	03.238.920/0001-30	MT	NOVA OLIMPIA	4	40	Construção de Unidade de Abatedouro	R$	4.050.000,00
77	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	8225	60120002	4201	22000	22101	202V	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	24.772.246/0001-40	MT	LUCAS DO RIO VERDE	4	40	Construção de Unidade Beneficiadora de Mel	R$	902.436,00
78	Cid Ferreira Gomes	1844	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Boa Viagem			07.963.515/0001-36	CE	BOA VIAGEM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	600.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	1999	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Varjota			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
80	Cid Ferreira Gomes	1761	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Carirè			07.598.600/0001-42	CE	CARIRE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	1834	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Viçosa do Ceará			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	1.000.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	1638	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	1759	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	1760	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Groaíras			07.598.709/0001-80	CE	GROAIRAS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	3723	60120002	4081	22000	22101	202V	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	2.004.872,00
86	Cid Ferreira Gomes	1836	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro	R$	2.300.000,00
87	Ciro Nogueira Lima Filho	3623	60120002	2900	22000	22101	202V	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
88	Ciro Nogueira Lima Filho	3620	60120002	2900	22000	22101	202V	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
89	Cleiton Gontijo de Azevedo	1561	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa			18.338.194/0001-03	MG	MATIAS BARBOSA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
90	Cleiton Gontijo de Azevedo	1670	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Vargem Bonita			16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	40	Equipamentos	R$	490.974,00
91	Cleiton Gontijo de Azevedo	1669	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte			16.886.608/0001-03	MG	CHAPADA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$	490.000,00
92	Confúcio Aires Moura	2788	60120002	4092	22000	22101	202V	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	R$	750.000,00
93	Confúcio Aires Moura	4917	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		00.396.895/0001-25	RO	NOVA BRASILANDIA DOESTE	4	90	Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras.	R$	1.000.000,00
94	Confúcio Aires Moura	4816	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CORUMBIARA		00.396.895/0001-25	RO	CORUMBIARA	4	90	Aquisição de Trator.	R$	302.436,00
95	Confúcio Aires Moura	4818	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		00.396.895/0001-25	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Aquisição de tratores.	R$	700.000,00
96	Confúcio Aires Moura	4918	60120002	4092	22000	22101	202V	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira.	R$	1.500.000,00
97	Confúcio Aires Moura	12879	60120002	4092	22000	22101	202V	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	40	Aquisição de enxadeira frontal.	R$	700.000,00
98	Damares Regina Alves	1890	60120002	4268	22000	22101	202V	SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	202V – Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.980.974,00
99	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4920	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	COREMAS - PB	00.396.895/0001-25	PB	COREMAS	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Agua, no município de Coremas/PB.	R$	480.974,00
100	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4922	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	LUCENA - PB	00.396.895/0001-25	PB	LUCENA	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Agua, no município de Lucena - PB	R$	500.000,00
101	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4921	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	MONTEIRO - PB	00.396.895/0001-25	PB	MONTEIRO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Agua, no município de Monteiro/PB.	R$	500.000,00
102	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4919	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	BOQUEIRÃO - PB	00.396.895/0001-25	PB	BOQUEIRAO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB.	R$	500.000,00
103	Eanm Styvenson Valentim Mendes	964	60120002	4142	22000	22101	202V	08.349.102/0001-29	Carnaúbas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
104	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1026	60120002	4142	22000	22101	202V	08.181.562/0001-90	Florânia		08.181.562/0001-90	RN	FLORANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
105	Eanm Styvenson Valentim Mendes	989	60120002	4142	22000	22101	202V	08.095.960/0001-94	São João do Sabugi		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
106	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1046	60120002	4142	22000	22101	202V	08.086.662/0001-38	Jardim do Seridó		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
107	Eanm Styvenson Valentim Mendes	980	60120002	4142	22000	22101	202V	08.153.454/0001-04	Riacho da Cruz		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
108	Eanm Styvenson Valentim Mendes	984	60120002	4142	22000	22101	202V	08.094.708/0001-60	Ipueira		08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
109	Eanm Styvenson Valentim Mendes	1030	60120002	4142	22000	22101	202V	08.110.884/0001-49	Bento Fernandes		08.110.884/0001-49	RN	BENTO FERNANDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	471.462,00
110	Eanm Styvenson Valentim Mendes	960	60120002	4142	22000	22101	202V	08.088.247/0001-13	Santana do Seridó		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	700.000,00
111	Eanm Styvenson Valentim Mendes	974	60120002	4142	22000	22101	202V	08.096.372/0001-75	Serra Negra do Norte		08.096.372/0001-75	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	680.974,00
112	Efraim de Araújo Morais Filho	5614	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$	2.000.000,00
113	Efraim de Araújo Morais Filho	4320	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro			02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	150.000,00
114	Efraim de Araújo Morais Filho	4327	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - APACCO			09.307.596/0001-41	PB	CAMPINA GRANDE	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	850.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

115	Efraim de Araújo Morais Filho	4375	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.500.000,00
116	Efraim de Araújo Morais Filho	15997	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé de Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
117	Efraim de Araújo Morais Filho	4448	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
118	Efraim de Araújo Morais Filho	7740	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Obras Complementares do Parque de Exposição	R$	2.000.000,00
119	Elcinane Pereira Gama Melo	3984	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão		01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
120	Elcinane Pereira Gama Melo	5128	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeiturael Municipal de São Bento		06.214.258/0001-77	MA	SAO BENTO	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
121	Elcinane Pereira Gama Melo	5127	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeiture de Pinheiro		06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	Vicinal	R$	1.480.974,00
122	Elcinane Pereira Gama Melo	3968	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lajeado Novo		01.598.548/0001-48	MA	LAJEADO NOVO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
123	Elcinane Pereira Gama Melo	3987	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Passagem Franca		10.438.570/0001-11	MA	PASSAGEM FRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
124	Elcinane Pereira Gama Melo	3951	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$	952.436,00
125	Elcinane Pereira Gama Melo	3964	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
126	Esperidião Amin Helou Filho	19715	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	Uma retroescavadeira	R$	410.000,00
127	Esperidião Amin Helou Filho	19743	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Timbe do Sul	82.915.232/0001-34	SC	TIMBE DO SUL	4	40	um trator de pneus	R$	250.000,00
128	Esperidião Amin Helou Filho	19719	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Santa Helena	80.912.140/0001-75	SC	SANTA HELENA	4	40	uma retroescavadeira	R$	410.000,00
129	Esperidião Amin Helou Filho	19755	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Luiz Alves	83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	um trator de pneus	R$	250.000,00
130	Esperidião Amin Helou Filho	19664	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Matos Costa	83.102.566/0001-51	SC	MATOS COSTA	4	40	um trator de pneus	R$	250.974,00
131	Esperidião Amin Helou Filho	19707	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Navegantes	Prefeitura Municipal de Navegantes	Navegantes	83.102.855/0001-50	SC	NAVEGANTES	4	40	uma retroescavadeira	R$	410.000,00
132	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11223	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Anadia/AL			00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$	501.570,00
133	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11306	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
134	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11228	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Lagoa da Canoa/AL	Lagoa da Canoa/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.570,00
135	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11301	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Jaramataia/AL	Jaramataia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
136	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11273	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
137	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11314	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
138	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11248	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Arapiraca/AL	Arapiraca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
139	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11268	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Campo Alegre/AL	Campo Alegre/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
140	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11319	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Satuba/AL	Satuba/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
141	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11298	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Inhapi/AL	Inhapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	DEZ equipamentos: Tratores agricolas	R$	1.360.200,00
142	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11290	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
143	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11310	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Olho D'agua do Casado/AL	Olho D'agua do Casado/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
144	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11307	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
145	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3117	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura de Tanque D'arca/AL			12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local.	R$	500.000,00
146	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11276	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Craibas/AL	Craibas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
147	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11305	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mata Grande/AL	Mata Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
148	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11232	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mar Vermelho/AL	Mar Vermelho/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.570,00
149	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11264	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Belo Monte/AL	Belo Monte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
150	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11241	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Agua Branca/AL	Agua Branca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.019,00
151	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11278	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Delmiro Gouveia/AL	Delmiro Gouveia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
152	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11318	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Santa Luzia do Norte/AL	Santa Luzia do Norte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
153	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20327	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.019,00
154	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11284	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
155	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11234	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Equipamento: Retroescavadeira	R$	301.569,00
156	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11270	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Canapi/AL	Canapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
157	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11281	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Feira Grande/AL	Feira Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
158	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11313	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Pariconha/AL	Pariconha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
159	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3122	60120002	4239	22000	22101	202V	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Messias/AL	27.369.015/0001-88	AL	MESSIAS	4	50	Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados.	R$	400.000,00
160	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	22165	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
161	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11275	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
162	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11302	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamentos: Trator agricola	R$	136.020,00
163	Fabiano Contarato	22397	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA - CNPJ Nº 31.776.470/0001-86		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	575.917,00
164	Fabiano Contarato	22405	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - CNPJ Nº 27.165.570/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	293.194,00
165	Fabiano Contarato	735	60120002	4180	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-87	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO.	R$	650.000,00
166	Fabiano Contarato	22411	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
167	Fabiano Contarato	22393	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU - CNPJ Nº 27.165.208/0001-17		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

168	Fabiano Contarato	22414	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - CNPJ Nº 27.167.402/0001-31		00.396.895/0001-25	ES	SAO JOSE DO CALCADO	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$	154.974,00
169	Fabiano Contarato	22399	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA - CNPJ Nº 31.723.570/0001-33		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
170	Fabiano Contarato	22408	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CNPJ Nº 27.167.345/0001-90		00.396.895/0001-25	ES	MANTENOPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	481.676,00
171	Fabiano Contarato	22382	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CNPJ Nº 27.174.143/0001-76	SÃO GABRIEL DA PALHA	00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	429.320,00
172	Fabiano Contarato	22401	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	575.917,00
173	Fabiano Contarato	22390	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ - CNPJ Nº 27.744.164/0001-50		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	293.194,00
174	Fabiano Contarato	22416	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - CNPJ Nº 27.174.077/0001-34		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DA BARRA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$	154.974,00
175	Fabiano Contarato	22386	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CNPJ Nº 27.104.363/0001-23		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	481.676,00
176	Fabiano Contarato	22403	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI - CNPJ Nº 27.174.069/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
177	Fernando Antonio Carminha Dueire	12076	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Município de Riacho das Almas			10.091.551/0001-61	PE	RIACHO DAS ALMAS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
178	Fernando Antonio Carminha Dueire	12149	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.152.436,00
179	Fernando Antonio Carminha Dueire	12065	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Município de Angelim			10.130.755/0001-64	PE	ANGELIM	4	40	Reforma e adequação do mercado público municipal	R$	1.000.000,00
180	Fernando Antonio Carminha Dueire	4854	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Município de Santa Filomena			01.613.732/0001-10	PE	SANTA FILOMENA	4	40	Escavadeira hidráulica	R$	800.000,00
181	Fernando Antonio Carminha Dueire	12071	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Município de Panelas			10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Pavimentação	R$	1.000.000,00
182	Flávio José Amra	2842	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.022.516/0001-07	PR	ANTONINA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
183	Flávio José Amra	2849	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.217.017/0001-67	PR	BOA ESPERANCA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
184	Flávio José Amra	2855	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			01.613.136/0001-30	PR	PRADO FERREIRA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	800.000,00
185	Flávio José Amra	2854	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			75.740.811/0001-28	PR	MANOEL RIBAS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
186	Flávio José Amra	2858	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			76.247.345/0001-06	PR	TAPEJARA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
187	Flávio José Amra	2853	60120002	2038	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO			75.740.829/0001-20	PR	BORRAZOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
188	Flávio Nantes Bolsonaro	1924	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Boa Jesus do Itabapoana			28.812.972/0001-08	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	480.000,00
189	Flávio Nantes Bolsonaro	1919	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	480.000,00
190	Flávio Nantes Bolsonaro	1921	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	480.000,00
191	Flávio Nantes Bolsonaro	1918	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ			31.844.889/0001-17	RJ	PATY DO ALFERES	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	480.000,00
192	Francisco de Assis Rodrigues	1586	60120002	4143	22000	22101	20ZV	ministerio da agricultura	ministerio da agricultura		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas	R$	600.000,00
193	Francisco de Assis Rodrigues	3977	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari	R$	4.352.436,00
194	Francisco Plínio Valério Tomaz	3832	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	583.410,00
195	Francisco Plínio Valério Tomaz	3775	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
196	Francisco Plínio Valério Tomaz	3460	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
197	Francisco Plínio Valério Tomaz	3787	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
198	Francisco Plínio Valério Tomaz	3781	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Lábrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
199	Francisco Plínio Valério Tomaz	3756	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Tapauá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
200	Francisco Plínio Valério Tomaz	3760	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
201	Francisco Plínio Valério Tomaz	3774	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
202	Francisco Plínio Valério Tomaz	3779	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
203	Francisco Plínio Valério Tomaz	3751	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
204	Francisco Plínio Valério Tomaz	3466	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
205	Francisco Plínio Valério Tomaz	3782	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
206	Francisco Plínio Valério Tomaz	3789	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
207	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	4936	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	CANTA	4	30	Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária.	R$	1.980.974,00
208	Humberto Sérgio Costa Lima	3375	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Parnamirim	11.361.235/0001-25	PE	PARNAMIRIM	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
209	Humberto Sérgio Costa Lima	3344	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Afrânio	Prefeitura Municipal de Afrânio	Afrânio	10.358.174/0001-84	PE	AFRANIO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
210	Humberto Sérgio Costa Lima	3368	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Alfredo	Prefeitura Municipal de João Alfredo	João Alfredo	11.097.359/0001-45	PE	JOAO ALFREDO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
211	Humberto Sérgio Costa Lima	3365	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ibapetim	Prefeitura Municipal de Ibapetim	Ibapetim	11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Aquisição de Patrol	R$	900.000,00
212	Humberto Sérgio Costa Lima	3370	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manari	Prefeitura Municipal de Manari	Manari	01.626.099/0001-02	PE	MANARI	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
213	Humberto Sérgio Costa Lima	3372	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Orocó	Prefeitura Municipal de Orocó	Orocó	10.114.767/0001-03	PE	OROCO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
214	Humberto Sérgio Costa Lima	3351	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Chã Grande	11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Aquisição de Rolo Compactador	R$	595.240,00
215	Humberto Sérgio Costa Lima	3362	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itaíba	Prefeitura Municipal de Itaíba	Itaíba	11.286.382/0001-88	PE	ITAIBA	4	40	Aquisição de Patrol	R$	900.000,00
216	Humberto Sérgio Costa Lima	3358	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Granito	Prefeitura Municipal de Granito	Granito	11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Estradas vicinais	R$	1.452.436,00
217	Humberto Sérgio Costa Lima	3348	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Amaraji	Prefeitura Municipal de Amaraji	Amaraji	11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
218	Irajá Silvestre Filho	4504	60120002	4096	22000	22101	20ZV	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS	Todos os municípios do Estado do Tocantins		24.441.872/0001-53	TO	PALMAS	3	50	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$	4.952.436,00
219	Ivete Marli Appel da Silveira	601	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE			78.497.492/0001-60	SC	TIMBO GRANDE	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
220	Ivete Marli Appel da Silveira	592	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS			82.939.232/0001-74	SC	CAMPOS NOVOS	4	40	Compra de Equipamentos	R$	500.000,00
221	Ivete Marli Appel da Silveira	594	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de IRATI			95.990.230/0001-51	SC	IRATI	4	40	Compra de Equipamentos	R$	400.000,00
222	Ivete Marli Appel da Silveira	598	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA			95.990.131/0001-70	SC	NOVA ITABERABA	4	40	Compra de equipamentos	R$	250.000,00
223	Ivete Marli Appel da Silveira	602	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de TREVISO			01.614.019/0001-90	SC	TREVISO	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
224	Ivete Marli Appel da Silveira	600	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de PAPANDUVA			83.102.533/0001-01	SC	PAPANDUVA	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
225	Ivete Marli Appel da Silveira	595	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Compra de equipamentos	R$	500.000,00
226	Ivete Marli Appel da Silveira	596	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Major Gercino			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
227	Ivete Marli Appel da Silveira	593	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de GRAVATAL			82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	Compra de Equipamentos	R$	400.000,00
228	Ivete Marli Appel da Silveira	599	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de PAIAL			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Compra de equipamentos	R$	500.000,00
229	Ivete Marli Appel da Silveira	844	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA			95.996.187/0001-31	SC	VARGEM BONITA	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
230	Ivete Marli Appel da Silveira	597	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO			83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Compra de equipamentos	R$	402.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

231	Izalci Lucas Ferreira	4522	60120002	4136	22000	22101	202V	Vila Boa GO	Vila Boa GO		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO	R$ 200.000,00
232	Izalci Lucas Ferreira	4516	60120002	4136	22000	22101	202V	Alvorada do Norte GO	Alvorada do Norte GO		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 200.000,00
233	Izalci Lucas Ferreira	4520	60120002	4136	22000	22101	202V	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás	R$ 200.000,00
234	Izalci Lucas Ferreira	4515	60120002	4136	22000	22101	202V	Alto Paraíso GO	Alto Paraíso GO		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO	R$ 200.000,00
235	Izalci Lucas Ferreira	4521	60120002	4136	22000	22101	202V	Cavalcante GO	Cavalcante GO		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO	R$ 200.000,00
236	Izalci Lucas Ferreira	4517	60120002	4136	22000	22101	202V	Formosa GO	Formosa GO		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO	R$ 200.000,00
237	Izalci Lucas Ferreira	4514	60120002	4136	22000	22101	202V	Alexânia GO	Alexânia GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO	R$ 200.000,00
238	Izalci Lucas Ferreira	4519	60120002	4136	22000	22101	202V	Niquelândia GO	Niquelândia GO		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO	R$ 200.000,00
239	Izalci Lucas Ferreira	13032	60120002	4136	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03)		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$ 180.974,00
240	Izalci Lucas Ferreira	4518	60120002	4136	22000	22101	202V	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás	R$ 200.000,00
241	Jader Fontenelle Barbalho	1400	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Curuá			01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
242	Jader Fontenelle Barbalho	1403	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Gurupá.			04.876.397/0001-30	PA	GURUPA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
243	Jader Fontenelle Barbalho	1409	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salvaterra.			04.888.517/0001-10	PA	SALVATERRA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 600.000,00
244	Jader Fontenelle Barbalho	1412	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santarém Novo.			05.149.182/0001-80	PA	SANTAREM NOVO	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 500.000,00
245	Jader Fontenelle Barbalho	1398	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.			04.884.482/0001-40	PA	CACHOEIRA DO ARARI	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
246	Jader Fontenelle Barbalho	1407	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rondon do Para.			04.780.953/0001-70	PA	RONDON DO PARA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
247	Jader Fontenelle Barbalho	1406	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paragominas			05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 402.436,00
248	Jader Fontenelle Barbalho	1404	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maracanã			04.880.258/0001-80	PA	MARACANA	4	40	Aquisição de máquina	R$ 500.000,00
249	Jader Fontenelle Barbalho	4668	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de máquina.	R$ 600.000,00
250	Jader Fontenelle Barbalho	1397	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anapu.			01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Aquisição de máquina	R$ 350.000,00
251	Jaime Maximino Bagattoli	2939	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
252	Jaime Maximino Bagattoli	2940	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 210.974,00
253	Jaime Maximino Bagattoli	2937	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
254	Jaime Maximino Bagattoli	2942	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA DOESTE	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$ 590.000,00
255	Jaques Wagner	3406	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais	R$ 1.500.000,00
256	Jaques Wagner	3845	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 447.676,00
257	Jaques Wagner	3413	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Igaporã			13.811.484/0001-09	BA	IGAPORA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
258	Jaques Wagner	4129	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
259	Jaques Wagner	3409	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais	R$ 800.000,00
260	Jaques Wagner	3416	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaju do Colônia			14.147.920/0001-41	BA	ITAJU DO COLONIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 700.000,00
261	Jaques Wagner	3424	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 800.000,00
262	Jayme Verissimo de Campos	2753	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
263	Jayme Verissimo de Campos	2755	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000,00
264	Jayme Verissimo de Campos	4994	60120002	2376	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0001-25	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas.	R$ 1.300.000,00
265	Jayme Verissimo de Campos	2756	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Porto Alegre do Norte			03.238.672/0001-28	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 1.602.000,00
266	Jayme Verissimo de Campos	2752	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
267	Jayme Verissimo de Campos	2754	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Serra Nova Dourada			04.204.945/0001-86	MT	SERRA NOVA DOURADA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 400.436,00
268	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4533	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
269	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4539	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76		00.396.895/0001-25	GO	CAMPOS VERDES	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
270	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4541	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
271	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4545	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28		00.396.895/0001-25	GO	DOVERLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
272	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4534	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	MOTONIVELADORA	R$ 544.503,00
273	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4543	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
274	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4530	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
275	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4540	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69		00.396.895/0001-25	GO	PIRANHAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
276	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4537	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10		00.396.895/0001-25	GO	INDIARA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
277	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4536	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01.126341/0001-70		00.396.895/0001-25	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
278	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4532	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
279	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4544	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32		00.396.895/0001-25	GO	FAZENDA NOVA	4	90	MOTONIVELADORA	R$ 544.503,00
280	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4535	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
281	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4538	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07		00.396.895/0001-25	GO	MOZARLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

282	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4529	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0068-32	GO	GUARAITA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
283	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4542	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
284	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4531	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
285	Jorge Seif Júnior	3041	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Passos Maia			95.993.085/0001-62	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	264.000,00
286	Jorge Seif Júnior	12669	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
287	Jorge Seif Júnior	12645	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Saudades - SC/ 83.021.881/0001-54		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
288	Jorge Seif Júnior	4908	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	264.000,00
289	Jorge Seif Júnior	12651	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Bernardino - 01.612.812/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
290	Jorge Seif Júnior	12655	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
291	Jorge Seif Júnior	12663	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Abelardo Luz - SC / 83.009.886/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
292	Jorge Seif Júnior	12649	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Canarinho do Sul - SC / 83.021.816/0001-29		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
293	Jorge Seif Júnior	12659	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
294	Jorge Seif Júnior	4916	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Aguas de Chapeco			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	254.000,00
295	Jorge Seif Júnior	12654	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Brunópolis - SC / 01.613.853/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
296	Jorge Seif Júnior	12661	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Meleiro SC / 82.837.741/0001-96		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
297	José da Cruz Marinho	247	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	TUCUMÃ	04.362.024/0001-41	PA	TUCUMA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
298	José da Cruz Marinho	1804	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	400.000,00
299	José da Cruz Marinho	244	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	22.937.932/0001-06	PA	PARAUAPEBAS	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
300	José da Cruz Marinho	241	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE	R$	1.000.000,00
301	José da Cruz Marinho	248	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	3	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.702.436,00
302	José da Cruz Marinho	1805	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	05.183.827/0001-00	PA	PORTO DE MOZ	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	780.974,00
303	José da Cruz Marinho	4657	60120002	4182	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	50	Aquisição de trator com implementos agrícolas	R$	250.000,00
304	José da Cruz Marinho	243	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	ALTAMIRA	05.004.510/0001-50	PA	ALTAMIRA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
305	José da Cruz Marinho	246	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	XINGUARA	10.248.086/0001-20	PA	XINGUARA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
306	José da Cruz Marinho	245	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	REDENÇÃO	10.248.052/0001-35	PA	REDENCAO	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
307	José da Cruz Marinho	242	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	MARABÁ	29.830.688/0001-19	PA	MARABA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	750.000,00
308	José da Cruz Marinho	1801	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	800.000,00
309	José Renan Vasconcelos Calheiros	2370	60120002	2289	22000	22101	202V	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	750.000,00
310	José Renan Vasconcelos Calheiros	2369	60120002	2289	22000	22101	202V	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
311	José Renan Vasconcelos Calheiros	2364	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
312	José Renan Vasconcelos Calheiros	2368	60120002	2289	22000	22101	202V	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
313	José Renan Vasconcelos Calheiros	2319	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	12.342.663/0001-73	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
314	José Renan Vasconcelos Calheiros	2314	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	12.332.953/0001-36	AL	MURICI	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.250.000,00
315	José Renan Vasconcelos Calheiros	2760	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	652.436,00
316	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12787	60120002	4284	22000	22101	202V	Município de Novo Lino			12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos	R$	462.383,00
317	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12785	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	1.172.775,00
318	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12758	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	3.317.278,00
319	José Roberto Oliveira Faro	4721	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX.	R$	680.000,00
320	José Roberto Oliveira Faro	2373	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	495.240,00
321	José Roberto Oliveira Faro	4723	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-SEBR.	R$	272.436,00
322	José Roberto Oliveira Faro	1213	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	83.211.433/0001-13	PA	GOIANESIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
323	José Roberto Oliveira Faro	1215	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Brasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
324	Luércio José de Oliveira	4044	60120002	4274	22000	22101	202V	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA			34.841.271/0001-91	SE	ARACAJU	4	30	- Aquisição de equipamentos.	R$	1.980.974,00
325	Leila Gomes de Barros Rêgo	4995	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE		18.456.504/0001-86	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
326	Leila Gomes de Barros Rêgo	5063	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ		48.908.806/0001-09	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	300.000,00
327	Leila Gomes de Barros Rêgo	4999	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
328	Leila Gomes de Barros Rêgo	5112	60120002	4082	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DE 00.348.003/0039-93		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF	R$	810.000,00
329	Leila Gomes de Barros Rêgo	5117	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de Agricultura Ecológica - AGE		26.447.771/0001-15	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	500.000,00
330	Leila Gomes de Barros Rêgo	5113	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	3	90	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	512.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

331	Leila Gomes de Barros Rêgo	4998	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	3	50	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 200.000,00
332	Leila Gomes de Barros Rêgo	5116	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL		11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 200.000,00
333	Leila Gomes de Barros Rêgo	5041	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 550.000,00
334	Leila Gomes de Barros Rêgo	5115	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 1.080.000,00
335	Luis Carlos Heinze	927	60120002	4184	22000	22101	202V	Jari	Jari		01.609.402/0001-50	RS	JARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.005,00
336	Luis Carlos Heinze	934	60120002	4184	22000	22101	202V	Toropi	Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.003,00
337	Luis Carlos Heinze	918	60120002	4184	22000	22101	202V	Bossoroca	Bossoroca		87.613.014/0001-69	RS	BOSSOROCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 330.953,00
338	Luis Carlos Heinze	931	60120002	4184	22000	22101	202V	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul		87.489.910/0001-68	RS	SAO PEDRO DO SUL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.004,00
339	Luis Carlos Heinze	922	60120002	4184	22000	22101	202V	Dilermando de Aguiar	Dilermando de Aguiar		01.609.404/0001-40	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.006,00
340	Luis Carlos Heinze	937	60120002	4184	22000	22101	202V	Tramandaí	Tramandaí		88.771.001/0001-80	RS	TRAMANDAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 200.001,00
341	Luis Carlos Heinze	925	60120002	4184	22000	22101	202V	Itacurubi	Itacurubi		91.573.048/0001-44	RS	ITACURUBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 250.002,00
342	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1358	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PORANGA	MUNICIPIO DE PORANGA		07.438.187/0001-59	CE	PORANGA	4	40	Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal	R$ 1.645.124,00
343	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4732	60120002	4138	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	TABULEIRO DO NORTE	05.492.601/0001-82	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$ 135.850,00
344	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4717	60120002	4138	22000	22101	202V	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$ 200.000,00
345	Luiz Cantuária Barreto	2719	60120002	4079	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP	R$ 4.952.436,00
346	Magno Pereira Malta	1783	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
347	Magno Pereira Malta	1782	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Apiacá/ES			27.165.604/0001-44	ES	APIACA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas.	R$ 301.000,00
348	Magno Pereira Malta	1784	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Mimoso do Sul/ES			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
349	Magno Pereira Malta	2001	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Ibitirama/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
350	Magno Pereira Malta	2000	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Barra de Afonso Cláudio/ES			27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
351	Magno Pereira Malta	2002	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Presidente Kennedy/ES			27.165.703/0001-26	ES	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
352	Magno Pereira Malta	4806	60120002	2029	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ 31.796.670/0001-20	Alto Rio Novo/ES	00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO	R$ 174.974,00
353	Mara Cristina Gabrilli	3563	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
354	Mara Cristina Gabrilli	3078	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	46.186.375/0001-99	SP	CAFELANDIA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
355	Mara Cristina Gabrilli	3611	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	46.156.477/0001-61	SP	COROADOS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
356	Mara Cristina Gabrilli	3557	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	65.712.002/0001-59	SP	ASPASIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 452.436,00
357	Mara Cristina Gabrilli	3554	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	65.712.069/0001-93	SP	MESOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
358	Mara Cristina Gabrilli	3606	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	44.558.856/0001-52	SP	PROMISSAO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
359	Mara Cristina Gabrilli	3571	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	46.189.726/0001-15	SP	ITAPUI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
360	Mara Cristina Gabrilli	3548	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	46.601.944/0001-15	SP	TRES FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
361	Mara Cristina Gabrilli	3631	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
362	Mara Cristina Gabrilli	3613	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	SP	BOTUCATU	3	40	Custeio	R$ 500.000,00
363	Marcelo Costa e Castro	20183	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
364	Marcelo Costa e Castro	20192	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE E CHAPADA DO ANGICAL (CNPJ 10.868.673/0001-11)		00.396.895/0001-25	PI	PICOS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
365	Marcelo Costa e Castro	20170	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
366	Marcelo Costa e Castro	20189	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE BAIXA DA FURNA (CNPJ 02.139.139/0001-46)		00.396.895/0001-25	PI	BETANIA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
367	Marcelo Costa e Castro	3084	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí			01.612.558/0001-90	PI	BELA VISTA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
368	Marcelo Costa e Castro	20176	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
369	Marcelo Costa e Castro	718	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí			06.554.166/0001-36	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 400.000,00
370	Marcelo Costa e Castro	20180	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
371	Marcelo Costa e Castro	20144	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
372	Marcelo Costa e Castro	20134	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
373	Marcelo Costa e Castro	20171	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainopolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

374	Marcelo Costa e Castro	20118	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
375	Marcelo Costa e Castro	619	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	600.000,00
376	Marcelo Costa e Castro	20181	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
377	Marcelo Costa e Castro	20137	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinopolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
378	Marcelo Costa e Castro	20224	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
379	Marcelo Costa e Castro	20185	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 01.612.604/0001-51)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
380	Marcelo Costa e Castro	20173	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Jacobina (CNPJ 41.522.368/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	JACOBINA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
381	Marcelo Costa e Castro	20179	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
382	Marcelo Costa e Castro	20184	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
383	Marcelo Costa e Castro	20114	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
384	Marcelo Costa e Castro	3083	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
385	Marcelo Costa e Castro	268	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de José de Freitas			06.554.786/0001-75	PI	JOSE DE FREITAS	4	40	Construção de uma agroindústria	R$	800.000,00
386	Marcelo Costa e Castro	612	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.200.000,00
387	Marcelo Costa e Castro	20126	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
388	Marcelo Costa e Castro	20182	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
389	Marcelo Costa e Castro	3088	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.500.000,00
390	Marcelo Costa e Castro	3093	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção e estrada vicinal	R$	1.500.000,00
391	Marcelo Costa e Castro	3086	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Construção de uma passagem molhada.	R$	1.000.000,00
392	Marcelo Costa e Castro	20196	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira.	R$	301.000,00
393	Marcelo Costa e Castro	20105	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
394	Marcelo Costa e Castro	20130	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
395	Marcelo Costa e Castro	20190	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO GURGUÉIA NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRA ESTADO PIAUÍ (CNPJ 44.735.335/0001-23)		00.396.895/0001-25	PI	CANAVIEIRA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
396	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.417/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
397	Marcelo Costa e Castro	3068	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	800.000,00
398	Marcelo Costa e Castro	1946	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI)		Corrente - PI	49.498.865/0001-19	PI	TERESINA	4	30	Construção de um parque de exposições	R$	1.000.000,00
399	Marcelo Costa e Castro	20156	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
400	Marcelo Costa e Castro	20109	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
401	Marcelo Costa e Castro	20103	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
402	Marcelo Costa e Castro	20220	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Associação dos Pequenos(as) Ruraia do Município de Guaribas do Piauí (CNPJ 46.528.746/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	GUARIBAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
403	Marcelo Costa e Castro	20150	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
404	Marcelo Costa e Castro	20191	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Rede de Mulheres Sasyjalaeoaes em Ação, Saúde, Educação, Cultura e Inclusão Social (CNPJ 49.013.781/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
405	Marcelo Costa e Castro	727	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uruçuí			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
406	Marcelo Costa e Castro	20187	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
407	Marcelo Costa e Castro	20178	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
408	Marcelo Costa e Castro	20106	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
409	Márcio Miguel Bittar	1489	60120002	4078	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FEIJO	MUNICIPIO DE FEIJO		04.005.179/0001-20	AC	FEIJO	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	1.980.974,00
410	Marcos Cesar Pontes	2034	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	67.160.507/0001-83	SP	VARGEM	4	40	EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA	R$	610.974,00
411	Marcos Cesar Pontes	2032	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	56.024.581/0001-56	SP	RIBEIRAO PRETO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	625.000,00
412	Marcos Cesar Pontes	2029	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	45.116.092/0001-06	SP	MERIDIANO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	300.000,00
413	Marcos Cesar Pontes	2036	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	445.000,00
414	Marcos Ribeiro do Val	3748	60120002	9204	22000	22101	202V	MIMOSO DO SUL			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
415	Marcos Ribeiro do Val	3759	60120002	9204	22000	22101	202V	MARILÂNDIA			27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
416	Marcos Rogério da Silva Brito	3209	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	obra	R$	1.980.974,00
417	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	3470	60120002	4275	22000	22101	202V	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
418	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2446	60120002	4275	22000	22101	202V	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	5.404.872,00
419	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2445	60120002	4275	22000	22101	202V	ANANÁS	ANANÁS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	3.000.000,00
420	Maria Teresa Leitão de Melo	2722	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Cupira			10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Construção de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
421	Maria Teresa Leitão de Melo	2718	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de São João			10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante	R$	1.052.436,00
422	Maria Teresa Leitão de Melo	2723	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Macaparana			11.361.888/0001-04	PE	MACAPARANA	4	40	Serviço de Terraplanagem e cascalhamento	R$	1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

423	Maria Tereza Leitão de Melo	2724	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação de estradas e recuperação de barragens	R$	950.000,00
424	Maria Tereza Leitão de Melo	2726	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Buenos Aires			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais	R$	495.240,00
425	Maria Tereza Leitão de Melo	2725	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação e manutenção de Barragens	R$	950.000,00
426	Nelson Trad Filho	5016	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
427	Nelson Trad Filho	5019	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
428	Nelson Trad Filho	5070	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
429	Nelson Trad Filho	5043	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$	204.353,00
430	Nelson Trad Filho	3112	60120002	4181	22000	22101	202V	Governo do Estado	Festival Internacional da Carne		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	3	30	Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne	R$	400.000,00
431	Nelson Trad Filho	5071	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
432	Nelson Trad Filho	5065	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Coronel Sapucaia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$	436.126,00
433	Nelson Trad Filho	3161	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Ponta Porã	Ponta Agrotec		03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
434	Nelson Trad Filho	5066	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
435	Nelson Trad Filho	5018	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
436	Nelson Trad Filho	5069	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
437	Nelson Trad Filho	5067	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
438	Nelson Trad Filho	5021	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
439	Nelson Trad Filho	5004	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
440	Nelson Trad Filho	5064	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$	293.194,00
441	Nelson Trad Filho	5017	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
442	Nelson Trad Filho	5038	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
443	Nelson Trad Filho	3157	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Mundo Novo	População		03.741.683/0001-26	MS	MUNDO NOVO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (concluído)	R$	300.000,00
444	Nelson Trad Filho	5015	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396850001-25	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
445	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3331	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Salinas da Margarida/BA	Município de Salinas da Margarida/BA	SALINAS DA MARGARIDA/BA	13.743.281/0001-14	BA	SALINAS DA MARGARIDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
446	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3325	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ibitiara/BA	Município de Ibitiara/BA	IBITIARA/BA	13.781.828/0001-76	BA	IBITIARA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
447	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3321	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Jeremoabo-BA	Município de Jeremoabo-BA	JEREMOABO/BA	13.809.041/0001-75	BA	JEREMOABO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais.	R$	1.952.436,00
448	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3334	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ipecaetá/BA	Município de Ipecaetá/BA	IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
449	Paulo Renato Paim	383	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Canguçu			88.861.430/0001-49	RS	CANGUCU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	351.436,00
450	Paulo Renato Paim	374	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Porto Lucena			87.613.659/0001-00	RS	PORTO LUCENA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
451	Paulo Renato Paim	375	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rondinha			87.712.212/0001-80	RS	RONDINHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
452	Paulo Renato Paim	379	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Bozano			04.216.419/0001-36	RS	BOZANO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
453	Paulo Renato Paim	382	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Toropi			01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
454	Paulo Renato Paim	387	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Tapera			87.613.493/0001-13	RS	TAPERA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
455	Paulo Renato Paim	377	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Ivoti			88.254.909/0001-17	RS	IVOTI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
456	Paulo Renato Paim	384	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Encruzilhada do Sul			89.363.642/0001-69	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	351.000,00
457	Paulo Renato Paim	380	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
458	Paulo Renato Paim	388	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Erebango			92.453.828/0001-13	RS	EREBANGO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	350.000,00
459	Paulo Renato Paim	376	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Carlos Barbosa			88.587.183/0001-34	RS	CARLOS BARBOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
460	Paulo Renato Paim	1637	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Terra de Areia			90.256.660/0001-20	RS	TERRA DE AREIA	4	41	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	495.240,00
461	Paulo Renato Paim	385	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Lagoa Vermelha			87.613.626/0001-51	RS	LAGOA VERMELHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
462	Paulo Renato Paim	389	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
463	Paulo Renato Paim	386	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mostardas			88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
464	Paulo Renato Paim	381	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Pedro Osório			88.859.962/0001-41	RS	PEDRO OSORIO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
465	Paulo Renato Paim	378	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
466	Randolph Frederich Rodrigues Alves	3415	60120002	2919	22000	22101	202V	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Estradas Vicinais	R$	4.952.436,00
467	Roberta Leontina Xisto Acioly	4778	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$	2.952.436,00
468	Roberta Leontina Xisto Acioly	4779	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$	2.000.000,00
469	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4078	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales			18.404.954/0001-25	MG	FRONTEIRA DOS VALES	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
470	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4088	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
471	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4117	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pote			18.404.970/0001-18	MG	POTE	4	40	Equipamento	R$	652.436,00
472	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4061	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguanil			17.888.108/0001-65	MG	AGUANIL	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
473	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4099	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
474	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4067	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capetinga			17.894.031/0001-36	MG	CAPETINGA	4	40	Equipamento	R$	400.000,00
475	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4113	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muzambinho			18.668.624/0001-47	MG	MUZAMBINHO	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
476	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4669	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.301.028/0001-24	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
477	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4082	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guarara			17.723.172/0001-96	MG	GUARARA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
478	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4104	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Equipamento	R$	400.000,00
479	Rogério Carvalho Santos	1416	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.052.436,00
480	Rogério Carvalho Santos	1415	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.134.614/0001-08	SE	CAMPO DO BRITO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
481	Rogério Carvalho Santos	1414	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.150.000,00
482	Rogério Carvalho Santos	1641	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipa			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Pavimentação	R$	495.240,00
483	Rogério Carvalho Santos	1413	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	40	Estradas Vicinais	R$	600.000,00
484	Rogério Carvalho Santos	1410	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.100.995/0001-04	SE	AREIA BRANCA	4	40	Obras de Fomento	R$	1.150.000,00
485	Rogério Simonetti Marinho	11686	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
486	Rogério Simonetti Marinho	11672	60120002	4276	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
487	Rogério Simonetti Marinho	11681	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
488	Rogério Simonetti Marinho	11675	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VERA CRUZ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
489	Rogério Simonetti Marinho	11721	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

490	Rogério Simonetti Marinho	11703	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA ARICULTURA E PECUÁRIA	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
491	Rogério Simonetti Marinho	11710	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
492	Rogério Simonetti Marinho	11696	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	501.571,00
493	Romario de Souza Faria	13099	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municipio de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$	481.676,00
494	Romario de Souza Faria	13116	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municipio de São Fidélis/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$	301.571,00
495	Romario de Souza Faria	13109	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municipio de Tanguá/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$	301.571,00
496	Romario de Souza Faria	13111	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municipio de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$	575.917,00
497	Sérgio de Oliveira Cunha	4263	60120002	2914	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD			43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre	R$	4.000.000,00
498	Soraya Vieira Thronicke	2290	60120002	4086	22000	22101	202V	Instituto do Desenvolvimento Social - IDS	Estado do Mato Grosso do Sul		01.832.903/0001-00	RJ	MARICA	3	50	Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos.	R$	4.952.436,00
499	Tereza Cristina Corrêa	3532	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Alvorada do Sul/MS		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	40	Cobertura da Feira do Produtor	R$	530.974,00
500	Tereza Cristina Corrêa	3527	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ignatemi/MS	Ignatemi/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	350.000,00
501	Tereza Cristina Corrêa	3534	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS	Paranaíba/MS		03.343.118/0001-00	MS	PARANAIBA	4	40	Pontes e Aduelas	R$	1.100.000,00
502	Vanderlan Vieira Cardoso	3669	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cavalcante		00.396.895/0001-25	GO	CAVALCANTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
503	Vanderlan Vieira Cardoso	20269	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
504	Vanderlan Vieira Cardoso	3552	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Três Ranchos		00.396.895/0001-25	GO	TRES RANCHOS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
505	Vanderlan Vieira Cardoso	3674	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Amorinópolis		00.396.895/0001-25	GO	AMORINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
506	Vanderlan Vieira Cardoso	3553	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Guaraíta		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
507	Vanderlan Vieira Cardoso	3547	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Portelândia		00.396.895/0001-25	GO	PORTELANDIA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
508	Vanderlan Vieira Cardoso	3676	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Montes Claros de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
509	Vanderlan Vieira Cardoso	3671	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Teresina de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TERESINA DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
510	Vanderlan Vieira Cardoso	3668	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alexânia		00.396.895/0001-25	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Basculante Truncado	R$	604.000,00
511	Vanderlan Vieira Cardoso	20270	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Iaruma		00.396.895/0001-25	GO	ITARUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
512	Vanderlan Vieira Cardoso	3663	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Valparaíso de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	690.000,00
513	Vanderlan Vieira Cardoso	3551	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Ronópolis		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
514	Vanderlan Vieira Cardoso	4997	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$	544.502,00
515	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4751	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Vista Serrana			09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	800.000,00
516	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4747	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	300.000,00
517	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5500	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	3	40	Evento	R$	300.000,00
518	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4594	60120002	4088	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS			09.307.596/0001-41	PB	PRATA	3	50	Evento	R$	600.000,00
519	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4637	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	3	40	Evento	R$	500.000,00
520	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4641	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	3	40	Evento	R$	300.000,00
521	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4853	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José de Caiana			08.891.541/0001-69	PB	SAO JOSE DE CAIANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	400.000,00
522	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4754	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	3	40	Evento	R$	200.000,00
523	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5499	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$	400.000,00
524	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4639	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Evento	R$	200.000,00
525	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4613	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	600.000,00
526	Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4749	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cabaceiras			08.702.862/0001-78	PB	CABACEIRAS	3	40	Evento	R$	352.436,00
527	Wellington Antonio Fagundes	5035	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93		00.396.895/0001-25	MT	FIGUEIROPOLIS DOESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
528	Wellington Antonio Fagundes	5114	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		00.396.895/0001-25	MT	SALTO DO CEU	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
529	Wellington Antonio Fagundes	5020	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38		00.396.895/0001-25	MT	BRASNORTE	4	90	Aquisição trator	R$	134.555,00
530	Wellington Antonio Fagundes	5042	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22		00.396.895/0001-25	MT	NOVA LACERDA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
531	Wellington Antonio Fagundes	5030	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/0001-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
532	Wellington Antonio Fagundes	5025	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00		00.396.895/0001-25	MT	GLORIA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
533	Wellington Antonio Fagundes	5022	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	CURVELANDIA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
534	Wellington Antonio Fagundes	5024	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		00.396.895/0001-25	MT	RESERVA DO CABACAL	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
535	Wellington Antonio Fagundes	5125	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
536	Wellington Antonio Fagundes	5047	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99		00.396.895/0001-25	MT	CAMPOS DE JULIO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
537	Wellington Antonio Fagundes	5040	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Conquista DOeste cnpj 04219688/0001-56		00.396.895/0001-25	MT	CONQUISTA DOESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
538	Wellington Antonio Fagundes	5023	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011/0001-89		00.396.895/0001-25	MT	RIO BRANCO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
539	Wellington Antonio Fagundes	5026	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48		00.396.895/0001-25	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
540	Wellington Antonio Fagundes	5027	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	INDIAVAI	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
541	Wellington Antonio Fagundes	5036	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VALE DE SAO DOMINGOS	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
542	Weverton Rocha Marques de Sousa	5445	60120002	4084	22000	22101	202V	Trizidela do Vale			01.558.070/0001-22	MA	TRIZIDELA DO VALE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
543	Weverton Rocha Marques de Sousa	5449	60120002	4084	22000	22101	202V	Vitorino Freire			06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	40	Ampliação do Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos	R$	1.000.000,00
544	Weverton Rocha Marques de Sousa	5433	60120002	4084	22000	22101	202V	Riachão			05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
545	Weverton Rocha Marques de Sousa	5442	60120002	4084	22000	22101	202V	Graça Aranha			06.140.594/0001-12	MA	GRACA ARANHA	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
546	Weverton Rocha Marques de Sousa	5431	60120002	4084	22000	22101	202V	São Vicente Ferrer			06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.147,00
547	Weverton Rocha Marques de Sousa	3456	60120002	4084	22000	22101	202V	Fernando Falcão			01.612.667/0001-08	MA	FERNANDO FALCAO	4	40	implantação de estradas vicinais	R$	4.952.436,00
548	Weverton Rocha Marques de Sousa	5436	60120002	4084	22000	22101	202V	Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
549	Weverton Rocha Marques de Sousa	5439	60120002	4084	22000	22101	202V	Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
550	Wilder Pedro de Morais	2682	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Turvelândia			25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	980.974,00
551	Wilder Pedro de Morais	22661	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO			00.163.055/0001-12	GO	MUNDO NOVO	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	600.000,00
552	Wilder Pedro de Morais	22660	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL			00.007.344/0001-22	GO	AMERICANO DO BRASIL	4	40	MANUENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	400.000,00
553	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1848	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	1.000.055,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

554	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1864	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	402.436,00
555	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3824	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA	R$	330.055,00
556	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1846	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
557	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3806	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA EQUADOR	PREFEITURA EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
558	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1853	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	600.055,00
559	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1868	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	479.055,00
560	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3874	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	CÂMARA FRIGORIFICA	R$	300.000,00
561	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3819	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLMENTOS AGRICOLAS	R$	299.835,00
562	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3805	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU		08.349.078/0001-28	RN	PATU	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
563	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1854	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	340.670,00
564	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3822	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	VEICULO	R$	400.055,00
565	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	2599	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL		08.158.669/0001-18	RN	CORONEL EZEQUIEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
																	R$	**352.894.867,00**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo III: Listagem de todas as indicações rejeitadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Alessandro Vieira	5189	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe	Cumbe	45.661.438/0001-59	SE	CUMBE	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5194	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias	Itabaiana	05.875.642/0001-58	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5196	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco	Japoatã	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5208	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE	São Cristóvão	08.710.851/0001-30	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5201	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores da Barra do Boi	Nossa Senhora da Glória	02.319.607/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 292.600
Alessandro Vieira	5191	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microregião Sergipana do Sertão do São Francisco	Feira Nova	07.152.518/0001-90	SE	FEIRA NOVA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5192	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5210	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Assistência e Ação Comunitária de Telha	Telha	16.457.335/0001-73	SE	TELHA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5204	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5203	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 290.000
Alessandro Vieira	5195	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias	Itabaiana	02.787.727/0001-96	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5206	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5198	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Instituto Valmir Monteiro	Lagarto	02.649.025/0001-46	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5190	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN	Divina Pastora	52.472.256/0001-03	SE	DIVINA PASTORA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5188	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canaã	Canindé do São Francisco	02.473.038/0001-07	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5209	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de São Francisco	São Francisco	13.118.435/0001-87	SE	SAO FRANCISCO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5202	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO	Nossa Senhora da Glória	01.353.453/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5207	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5193	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes	Gracho Cardoso	02.723.330/0001-30	SE	GRACHO CARDOSO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Alessandro Vieira	5205	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO DE DESENVOL COMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE	Poço Verde	03.675.569/0001-45	SE	POCO VERDE	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5197	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos	Lagarto	31.443.339/0001-96	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5200	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Maos do Mestre Casa de Davi	Neópolis	14.480.714/0001-59	SE	NEOPOLIS	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5187	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Cultural e Esportiva - ACESA	Aquidabã	33.023.784/0001-22	SE	AQUIDABA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Alessandro Vieira	5199	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA- COOPESA	Malhador	23.052.767/0001-60	SE	MALHADOR	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	2231	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84			00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente	R$ 2.971.461
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4704	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00	R$ 1.688.700
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4703	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00	R$ 1.125.000
Antônio Mecias Pereira de Jesus	1506	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.000.000
Antônio Mecias Pereira de Jesus	279	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.952.436
Bruno Bierrenbach Bonetti	2897	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SÃO FIDELIS - RJ			29.111.093/0001-03	RJ	SAO FIDELIS	4	40	Equipamentos	R$ 300.960
Bruno Bierrenbach Bonetti	4673	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917
Bruno Bierrenbach Bonetti	2896	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ			29.115.458/0001-78	RJ	CASIMIRO DE ABREU	4	40	Equipamentos	R$ 574.750
Bruno Bierrenbach Bonetti	2898	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ			29.115.441/0001-10	RJ	TRAJANO DE MORAIS	4	40	Equipamentos	R$ 154.660
Bruno Bierrenbach Bonetti	2894	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ			28.695.658/0001-84	RJ	BARRA MANSA	4	40	Equipamentos	R$ 480.700
Bruno Bierrenbach Bonetti	4672	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571
Bruno Bierrenbach Bonetti	2895	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE TANGUA - RJ			01.612.089/0001-00	RJ	TANGUA	4	40	Equipamentos	R$ 300.960
Bruno Bierrenbach Bonetti	2899	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ			28.615.557/0001-56	RJ	ITAOCARA	4	40	Equipamentos	R$ 154.660
Bruno Bierrenbach Bonetti	4674	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571
Bruno Bierrenbach Bonetti	4671	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$ 481.676
Carlos Alberto Dias Viana	4939	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO		01.613.076/0001-55	MG	CURRAL DE DENTRO	4	40	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774
Carlos Alberto Dias Viana	4065	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774
Carlos Alberto Dias Viana	4008	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.581/0001-76		00.396.895/0001-25	MG	MURIAE	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400
Carlos Alberto Dias Viana	4046	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000
Carlos Francisco Porfinho	3337	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	2 Tratores agrícolas	R$ 309.320
Carlos Francisco Porfinho	3339	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 574.750
Carlos Francisco Porfinho	3340	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carlos Francisco Portinho	3338	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Macaco/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$ 480.700
Carlos Francisco Portinho	3341	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960
Carlos Francisco Portinho	3342	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660
Carlos Francisco Portinho	4664	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 157.974
Ciro Nogueira Lima Filho	1960	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BOCAINA			06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1963	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1961	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Ciro Nogueira Lima Filho	1962	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Confúcio Aires Moura	2791	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 302.436
Confúcio Aires Moura	2785	60120002	4092	22000	22101	20ZV	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 700.000
Confúcio Aires Moura	4819	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ITAPUA DO OESTE		00.396.895/0001-25	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Aquisição de trator e ensiladeira frontal.	R$ 700.000
Confúcio Aires Moura	2776	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU			04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.500.000
Confúcio Aires Moura	2783	60120002	4092	22000	22101	20ZV	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Máquinas e implementos agrícolas.	R$ 700.000
Confúcio Aires Moura	2780	60120002	4092	22000	22101	20ZV	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.000.000
Damares Regina Alves	1800	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.980.974
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3648	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.974
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3625	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3634	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB	LUCENA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000
Efraim de Araújo Morais Filho	4369	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 3.000.000
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4965	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4954	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	01 Equipamento: Trator Agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4956	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MAR VERMELHO			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4976	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE			12.200.317/0001-50	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4986	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			12.250.056/0001-83	AL	BATALHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4973	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4967	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4952	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANADIA			12.227.351/0001-19	AL	ANADIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$ 500.555
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4983	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARICONHA			35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4957	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11315	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Município de Rio Largo/AL	Rio Largo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 136.020
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4987	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELO MONTE			12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4960	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4962	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4982	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4961	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4981	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MATA GRANDE			12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4979	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CANAPI			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4993	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JARAMATAIA			12.207.544/0001-08	AL	JARAMATAIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4953	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	Um equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4969	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4966	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Agua Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craibas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 4.052.436
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4955	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA			12.207.551/0001-00	AL	LAGOA DA CANOA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4975	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SATUBA			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4985	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARAPIRACA			12.198.693/0003-10	AL	ARAPIRACA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4958	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4989	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CRAIBAS			08.439.549/0001-99	AL	CRAIBAS	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4964	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4963	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4992	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE			12.207.528/0001-15	AL	FEIRA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4972	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4959	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4974	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4978	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4980	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA			12.224.895/0001-27	AL	DELMIRO GOUVEIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3127	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Agua Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craibas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$ 1.980.974
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4968	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11259	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Batalha/AL	Batalha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4977	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIO LARGO			12.200.168/0001-20	AL	RIO LARGO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4988	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE			12.198.701/0001-66	AL	CAMPO GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4984	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 135.745
Fabiano Contarato	749	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000
Fabiano Contarato	698	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000
Fabiano Contarato	4728	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	4729	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	4725	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 495.240
Fabiano Contarato	4726	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	4730	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	1968	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 495.240
Fabiano Contarato	4724	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000
Fabiano Contarato	709	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	743	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	752	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	4731	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000
Fabiano Contarato	4727	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	693	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 650.000
Fabiano Contarato	746	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000
Fabiano Contarato	12031	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL (CNPJ 27.174.119/0001-37)		00.396.895/0001-25	ES	MIMOSO DO SUL	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 302.000
Fabiano Contarato	4722	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000
Fabiano Contarato	701	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000
Fernando Lopes de Farias	4900	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00	R$ 280.000
Fernando Lopes de Farias	4898	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 TRATORES AGRICOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00	R$ 779.400
Fernando Lopes de Farias	3909	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.952.436
Fernando Lopes de Farias	4895	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00	R$ 1.728.000
Fernando Lopes de Farias	3930	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Limoeiro de Anadia			12.207.403/0001-95	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	4	40	Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal.	R$ 2.000.000
Francisco de Assis Rodrigues	3544	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao setor Agropecuário	R$ 4.352.436
Inajá Silvestre Filho	3746	60120002	4096	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Todos os municípios do Estado do Tocantins		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436
Izalci Lucas Ferreira	1653	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cidade Ocidental	Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1660	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cavalcante	Cavalcante		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1659	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1655	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1649	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alto Paraíso	Alto Paraíso		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1647	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água fria de Goiás	Água fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás	R$ 132.065

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Izalci Lucas Ferreira	1663	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Vila Boa	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1664	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cristalina	Cristalina		11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1651	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alvorada do Norte	Alvorada do Norte		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1654	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Formosa	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1661	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Simolândia	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	4733	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$ 180.974
Izalci Lucas Ferreira	1648	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1657	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Colinas do Sul	Colinas do Sul		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	4513	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás	R$ 200.000
Izalci Lucas Ferreira	1658	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Niquelândia	Niquelândia		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO	R$ 132.065
Izalci Lucas Ferreira	1662	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Flores de Goiás	Flores de Goiás		01.740.497/0001-47	GO	FLORES DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás	R$ 132.065
Jader Fontenelle Barbalho	1405	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Estradas vicinais.	R$ 600.000
Jayme Verissimo de Campos	2751	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Universidade Federal de Rondonópolis – UFR			35.854.176/0001-95	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas	R$ 1.300.000
Jayme Verissimo de Campos	4951	60120002	2376	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0011-05	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas.	R$ 1.300.000
Jayme Verissimo de Campos	3011	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Municipio de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2623	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRICOLA 90CV	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2620	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2647	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2639	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO		01.168.145/0001-69	GO	PIRANHAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2624	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2641	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2627	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO		01.126.341/0001-70	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2616	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2622	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRICOLA 90CV	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2637	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO		00.078.790/0001-28	GO	DOVERLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2645	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2636	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO		01.493.998/0001-76	GO	CAMPOS VERDES	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2643	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2625	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUACU - GO	MUNICIPIO DE URUACU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2629	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INDIARA - GO	MUNICIPIO DE INDIARA - GO		00.005.959/0001-10	GO	INDIARA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2618	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2634	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960
Jorge Seif Júnior	4907	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	3049	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	4906	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000
Jorge Seif Júnior	3059	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	4905	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4913	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4910	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Melcior			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4914	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	3044	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	2675	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Camboriú			83.102.293/0001-45	SC	CAMBORIU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974
Jorge Seif Júnior	3060	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Arroio Trinta			82.826.462/0001-27	SC	ARROIO TRINTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	3045	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3055	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3046	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Caxambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	4912	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	4911	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	3043	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3057	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Riqueza			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	3051	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000
Jorge Seif Júnior	4915	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Passos Maia			00.396.895/0001-25	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 254.000
Jorge Seif Júnior	3053	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Águas de Chapecó			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000
Jorge Seif Júnior	4909	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Caxambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974
Jorge Seif Júnior	3048	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Melcior			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000
José da Cruz Marinho	4511	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	05.196.563/0001-10	PA	BUJARU	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.702.436
José da Cruz Marinho	240	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R$ 250.000
José Roberto Oliveira Faro	1211	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 272.436
José Roberto Oliveira Faro	1209	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 680.000
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1989	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURIES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82	TABULEIRO DO NORTE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas	R$ 135.850
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1359	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RUSSAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e Implementos	R$ 200.000
Magno Pereira Malta	2003	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Alto Rio Novo/ES			31.796.659/0001-20	ES	ALTO RIO NOVO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 174.974
Marcelo Costa e Castro	20112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 300.999

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcos Ribeiro do Val	3739	60120002	9204	22000	22101	20ZV	DORES DO RIO PRETO			27.167.386/0001-87	ES	DORES DO RIO PRETO	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3767	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SANTA MARIA DE JETIBA			36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3752	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MUQUI			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3754	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SÃO MATEUS			27.167.477/0001-12	ES	SAO MATEUS	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Marcos Ribeiro do Val	3763	60120002	9204	22000	22101	20ZV	BREJETUBA			01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$ 400.000
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2447	60120002	4275	22000	22101	20ZV	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000
Nelson Trad Filho	3162	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3171	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3166	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3072	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3115	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropeccuário - Pá carregadeira	R$ 280.000
Nelson Trad Filho	3155	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Jatei		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3071	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3160	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3151	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500
Nelson Trad Filho	3108	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$ 240.436
Nelson Trad Filho	3149	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3147	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3163	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 288.000
Nelson Trad Filho	3165	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3159	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 128.500
Nelson Trad Filho	3121	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Coronel Sapucaia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$ 416.500
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4091	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	3	40	Equipamento	R$ 500.000
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4073	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.308.759/0001-00	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$ 500.000
Rogério Simonetti Marinho	4684	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	2955	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	11354	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ACARI (CNPJ 08.097.008/0001-20)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Rogério Simonetti Marinho	2951	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura	R$ 490.000
Rogério Simonetti Marinho	2962	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 140.000
Rogério Simonetti Marinho	11342	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MAJOR SALES (CNPJ 01.612.383/0001-11)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Rogério Simonetti Marinho	4679	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	2953	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	11311	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ (CNPJ 01.612.382/0001-77)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de um TRATOR via ata do ministério da agricultura	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	2931	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	2948	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	4681	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 501.571
Rogério Simonetti Marinho	4685	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	4683	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Rogério Simonetti Marinho	11317	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	VERA CRUZ (CNPJ 08.362.915/0001-59)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	2936	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000
Rogério Simonetti Marinho	11335	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pesca	EXTREMOZ (CNPJ 08.204.497/0001-71)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 50.157.068
Rogério Simonetti Marinho	4680	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	11331	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MARCELINO VIEIRA (cnpj 08.357.618/0001-15)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	2959	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 150.000
Rogério Simonetti Marinho	4678	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571
Rogério Simonetti Marinho	11351	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (cnpj 01.612.396/0001-90)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068
Rogério Simonetti Marinho	11326	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO BENTO DO TRAIRI (cnpj 08.160.467/0001-00)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094
Rogério Simonetti Marinho	4682	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000
Vanderlan Vieira Cardoso	3556	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$ 543.000
Vanderlan Vieira Cardoso	3624	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Águas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 690.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4750	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 400.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4752	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$ 500.000
Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4753	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Tenório			01.612.649/0001-26	PB	TENORIO	3	40	Evento	R$ 200.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Wellington Antonio Fagundes	5124	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wellington Antonio Fagundes	1982	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Curvelandia	prefeitura municipal de Curvelandia		04.217.647/0001-20	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1980	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de curvelândia	prefeitura municipal de curvelândia		58.673.892/0001-71	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2017	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Indiavai	prefeitura municipal de Indiavai		03.239.027/0001-20	MT	INDIAVAI	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	5123	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wellington Antonio Fagundes	5029	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555
Wellington Antonio Fagundes	2013	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		15.024.011/0001-89	MT	SALTO DO CEU	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1978	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Brasnorte	Prefeitura Municipal de Brasnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	5014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição de equipamento (trator)	R$ 134.544.970
Wellington Antonio Fagundes	2014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		15.024.011/0001-89	MT	RESERVA DO CABACAL	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	1985	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de rio branco	prefeitura municipal de rio branco		15.023.997/0001-72	MT	RIO BRANCO	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2015	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Glória DOeste	prefeitura municipal de Glória DOeste		37.464.955/0001-00	MT	GLORIA D'OESTE	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wellington Antonio Fagundes	2016	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Porto Esperidião	prefeitura municipal de Porto Esperidião		05.460.358/0001-10	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	40	trator agricola	R$ 128.500
Wilder Pedro de Morais	4638	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Anápolis			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município	R$ 707.403
Wilder Pedro de Morais	17144	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000
Wilder Pedro de Morais	2892	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			00.396.895/0001-25	GO	MINEIROS	4	90	AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA	R$ 292.600
Wilder Pedro de Morais	4787	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANÁPOLIS			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1851	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 430.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1855	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS		08.110.439/0001-89	RN	SANTANA DO MATOS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3801	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR		13.937.170/0001-49	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3794	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLEMTNOS AGRICOLAS	R$ 200.055
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1858	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	3	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704052246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Jussara Lima, e dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Luis Carlos Heinze, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Plínio Valério e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 810, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 4-CDH (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei n° 3670, de 2020 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal, bem como ao seringueiro proprietário de seringueiras cultivadas, com propriedade ou posse de até dois módulos rurais, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Item 3 - Projeto de Lei n° 2648, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para criar a Subclasse Rural por Autogestão na classificação de consumidores de energia elétrica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei n° 1, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para estimular o cumprimento de percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei n° 6682, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, o Requerimento 15/2026-CRA, contendo minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal. Item 6 - Projeto de Lei n° 2522, de 2021 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional do Açafrão ao Município de Mara Rosa, no Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto, por unanimidade. Item 7 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024 - Terminativo - que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE. Resultado: Adiado. Item 8 - Projeto de Lei n° 6531, de 2025 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a regularização ambiental de áreas embargadas em razão de infração administrativa relacionada ao descumprimento dos regimes de proteção da vegetação previstos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 5 (cinco) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados, por unanimidade, o Projeto e as Emendas 1-CRA a 5-CRA. Item Extrapauta 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 14, de 2026 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações sobre o andamento do Processo Administrativo nº 08700.000270/2018-72, em trâmite no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 10 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 15, de 2026 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6682/2025." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Luis Carlos Heinze e Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Mais uma vez, boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de cinco projetos não terminativos e de três projetos terminativos, conforme pauta previamente distribuída.

Vamos começar pelo item... Quem é o mais velho dos dois aí?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fora do microfone.) – Pela cara, está nítido que sou eu. (Risos.) Ele faz 15km todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quantos quilômetros ele corre?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fora do microfone.) – Quinze quilômetros todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É mesmo?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fora do microfone.) – É!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está certo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou ser convocado para a seleção, hein?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, vai ser convocado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6682, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para prever a possibilidade de exportação de subprodutos do abate de bovinos e de bubalinos quando não houver demanda alimentar no País.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 20.05.2026, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

A autoria é do Deputado Federal Jerônimo Goergen, do PP, do Rio Grande do Sul.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. (Pausa.)

Indago a V. Exas. se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (Pausa.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu quero primeiro agradecer e devo agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Quem vai é o senhor. Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Não, perfeito.

Eu só estava esperando se haveria alguma participação dos nossos companheiros, mas, diante do silêncio, que há de dizer que há uma concordância em relação ao trabalho que nós fizemos, com a compreensão de que na última reunião foi concedida vista a pedido do nosso Senador Hamilton Mourão e ele entendeu que o teor apresentado comporta o reconhecimento à sua aprovação, quero agradecer e pedir a V. Exa. se nós poderíamos aqui apreciar o requerimento de urgência para que nós possamos o mais breve possível – quiçá hoje, não sei –, mas brevemente apreciá-lo em Plenário.

É o requerimento que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Wilder?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O.k. (Fora do microfone.) Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação do relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Acolhendo o relatório verbal do Sr. Senador Veneziano Vital do Rêgo para regime de urgência.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu lhe agradeço penhoradamente desde o seu início, quando V. Exa., de forma muito generosa, reservou-nos a condição de poder relatar uma matéria que, ao meu ver, não gera – como de fato não gerou – controvérsias, e que também se

predispôs a, celeremente, sem prejuízos a quaisquer outras temáticas, poder trazê-lo a essa deliberação.

Então, muito grato às suas repetidas demonstrações de apreço para com os seus colegas.

Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... e aos nossos presentes colegas também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Parabenizo... Aprovados a minuta e o requerimento de urgência, eu quero aqui parabenizar o autor e a relatoria. Parabéns!

Vamos avançar e vamos votar esse negócio do Plenário.

Cadê o próximo? (Pausa.)

Wilder Morais. (Pausa.)

Não tem nenhum do Bagattoli, não?

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2522, DE 2021

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Açafrão ao Município de Mara Rosa, no Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

A autoria é do Deputado Federal João Campos, do Republicanos, do Estado de Goiás.

Eu concedo a palavra ao Sr. Senador Wilder Morais para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu já pedi a autorização da V. Exa. para a gente ir direto à análise do projeto.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CRA competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 23, VIII, da Constituição), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da Constituição) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61 da Constituição) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito, somos igualmente favoráveis à aprovação do PL. A iniciativa encontra respaldo no notório vínculo histórico, cultural e socioeconômico existente entre a cidade e o cultivo da Curcuma longa, planta popularmente conhecida como açafrão-da-terra.

A tradição do cultivo do açafrão na região remonta ao período colonial, tendo os primeiros rizomas chegado com os bandeirantes. A planta encontrou em Mara Rosa condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

edafoclimáticas excepcionais para seu desenvolvimento, consolidando-se, ao longo das décadas, como base da economia local e elemento identitário da comunidade.

Atualmente, a cultura do açafrão responde por cerca de 90% da produção do Estado de Goiás e aproximadamente 30% da produção nacional, com uma área plantada de 250ha e uma produção estimada em 5 mil toneladas por ano. O setor gera mais de 3 mil empregos diretos e indiretos e contribui significativamente para o Produto Interno Bruto municipal, envolvendo mais de 300 famílias organizadas, inclusive em cooperativa própria.

Além do impacto econômico, destaca-se o valor simbólico e cultural do açafrão para Mara Rosa. O produto está presente na gastronomia, nas festividades locais e em eventos como a Feira do Açafrão de Mara Rosa e região (Feiramar), que reforça sua importância como patrimônio imaterial da cidade.

Outro aspecto relevante é o reconhecimento formal da qualidade do produto por meio de selo de Indicação Geográfica (IG), concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) ao açafrão produzido em Mara Rosa e municípios vizinhos, como o primeiro do país nesse segmento.

Com isso, é merecida a outorga desse expressivo título ao Município de Mara Rosa.

Com relação ao exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.552, de 2021.

Presidente, este é o relatório.

Eu queria agradecer também e parabenizar o autor do projeto, que é um Deputado Federal do meu estado, o João Campos, porque esse projeto esteve como pauta na Casa em 2021. E hoje temos uma referência na gastronomia não só do Estado de Goiás, mas do Brasil. Todos nós sabemos que não tem jeito de fazer um franguinho sem o açafrão. Combinado, Presidente?

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Líder.

Eu quero dizer que um franguinho é bom, mas o efeito medicinal é maior do que o sabor e melhor do que o sabor que dá na alimentação.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lido o relatório.

Pois não, Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – É, mas ele se esqueceu do pequi. (Risos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Também.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque lá no Pará e em Rondônia, o açaí... há outras culturas, há outras atividades, há manga... Mas quero dizer para você que eu fico impressionado com... porque isso é tudo da agricultura familiar. É tudo do pequeno produtor, são 5 mil toneladas... É um volume que parece que não é grande, mas 5 mil toneladas são 50 viagens de carreta de 50 toneladas. É muita produção e gerando 3 mil empregos.

Parabéns! Parabéns à capital e ao Município de Mara Rosa. Mara Rosa fica perto aqui de Goiânia?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Fora do microfone.) – É no norte do estado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Norte do estado.

Parabéns! Parabéns à população! É merecido esse efeito desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o projeto em votação. Ele é terminativo, então a votação será nominal. Quem vota com o Relator, vota "sim". (Pausa.)

Podemos iniciar então a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu queria pedir aos assessores que ligassem para os seus Senadores que estão acompanhando remotamente para que procedam com o voto no projeto.

Enquanto o pessoal vai ligando aqui... Eu já votei já? (Pausa.)

Eu só voto se empatar.

Vamos lá, nós temos três aqui.

Nós vamos ter na pauta do Plenário grande lá, viu, Senador Veneziano, Senador Bagattoli e Senador Wilder... Hoje, está na pauta o PL 5.122, de 2023. Todo mundo sabe que a situação do agro no Brasil é a pior possível em termos de endividamento: 90% dos produtores estão em situação supercrítica. E ontem nós tivemos a reunião – né, Bagattoli? –, na FPA, e o clamor é geral.

Eu mandei até no celular aí de vocês uma foto desse pequeno folder aqui, dizendo: "Evite o colapso de milhares de produtores rurais no Brasil". Juros mais justos, que a taxa está muito alta; prazo mais dilatado, porque na situação que está o produtor vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vender a terra ou entregar para o banco, mas a gente tem que pagar isso é com produto, com produção, e não com patrimônio. Então, dilata o prazo enquanto o cara trabalha, para que se possam ter condições de pagar.

No geral, o projeto é este: dar uma condição para o produtor sobreviver a este momento de muita dificuldade. Eu quero pedir aqui a vocês que estão conosco agora para, quando chegarmos no Plenário, panfletar todo mundo, bater um papinho, preparar o ambiente para que a gente possa ter um resultado feliz com relação a isso, porque senão... A situação é uma das mais críticas possíveis.

Ninguém aguenta uma taxa Selic dessa altura a vida toda. Aí você tem o mercado, o preço do produto vai lá para baixo, é exatamente o temporal perfeito: o juro alto aqui e o preço do produto lá embaixo. E um bocado de outras coisas, prazo e tal.

O Bagattoli é especialista nisso.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – O grande problema disso, Presidente... Esse PL 5.122 é de suma importância para nós resolvermos o problema do endividamento. A gente já teve diversas reuniões, inclusive com o Ministro da Economia e com representantes de todas as entidades.

E nós sabemos hoje que a situação não é só do Rio Grande do Sul. Primeiro, a situação era mais grave no Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Era só o Rio Grande, né?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Era mais fácil até de... Mas hoje nós temos um problema praticamente em quase 70% de todos os estados da Federação, ou que perderam com algum problema climático, mas nós temos também um grande problema hoje, que são os valores dos produtos oriundos de produção do nosso produtor rural, desde o pequeno, até o médio e o grande produtor.

E a solução que tem isso aí vai ser jogar um prazo para a frente, pelo menos em dez anos, com dois a três de carência, para que o produtor consiga se reequilibrar, e com um juro mais justo, porque é impossível o produtor pagar. Ele já vem renegociando muitos deles há dois, três anos. Ele pagou lá 15%, 20% sobre o valor do financiamento, que era um juro subsidiado, e ele teve que fazer essa renegociação com os bancos, a juro aí de taxa Selic, ou taxa do CDI, mais 5%, 6% ao ano. É impossível o produtor pagar e liquidar suas dívidas com juros de 20%, 21% ao ano.

Obrigado, Presidente. Vamos votar para ajudar o nosso produtor rural.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza.

Obrigado, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, também queria compartilhar da mesma preocupação. O nosso Estado de Goiás é um grande produtor e nós estamos com o estado inteiro hoje aqui em Brasília, produtores, presidentes de sindicato, também...

Com tudo isso que vem acontecendo, esse setor da nossa economia, é o que você falou agora, não é que tem que tomar a terra, não tem para quem mudar a produção. Ou nós vamos socorrer aqueles que, vamos dizer, no ditado nosso lá "carregam o Brasil nas costas", que são os produtores rurais... Esse projeto é de suma importância para tudo o que aconteceu nesses anos agora, que vem afetando gradativamente todos os produtores do Estado de Goiás.

Estamos fazendo aí uma campanha, eu estou vendo aqui, desde o almoço ontem da nossa frente parlamentar, o trabalho de V. Exa. e de todos nós Senadores que defendemos o Brasil. O Brasil que dá certo é o Brasil do agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É verdade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, é importantíssimo que a gente possa votar esse projeto hoje em Plenário e, se Deus quiser, dar esse conforto àqueles que produzem alimentos no nosso país, não só para os brasileiros, mas também para uma parte do mundo afora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fora do microfone.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – É apenas para me somar às colocações, que são muito apropriadas, muito felizes, por parte dos nossos companheiros. Senador Wilder, de fato, entre nós, Goiás, Rondônia e Paraíba, é o estado que, por extensão territorial, tem muita presença no agronegócio, na agricultura, na pecuária. Mas também, mesmo a Paraíba sendo um estado de menor extensão territorial, os nossos companheiros trabalhadores e agricultores sofreram com passagens dessas intempéries.

Eu faço uma distinção, Presidente. Eu tenho muito cuidado, porque, afinal de contas, nós não estamos defendendo, e ouço... Hoje, inclusive, era perguntado, em um dos programas, sobre pautas-bombas que o Governo iria enfrentar, e uma das pautas-bombas mencionadas por um desses respeitáveis companheiros jornalistas seria exatamente a 5.122, um refinanciamento que busca exatamente recompor, ou seja, criar condições para que aqueles que foram afetados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque esse projeto diz respeito às situações provocadas por intempéries climáticas causadas seja por excessos de chuvas – e, nesses últimos quatro anos, nós temos aí alguns estados que poderiam ser mencionados –, seja por estiagem, seca, também dolorosa – e também temos estados a citar.

Eu expunha que o próprio Governo, diga-se de passagem... Esse é um projeto que foi relatado pelo Senador Renan, não é isso? O próprio Governo sentou-se à mesa, concordou, entendeu que participaria com algumas condições, com alguns critérios, para que não ressoasse que nós estamos aqui a produzir Refis após Refis, como se nós estivéssemos a reconhecer maus pagadores, e não é o caso. Nós estamos falando sobre pessoas que produzem, que não têm o controle, que não têm o domínio sobre situações que estão acima das vontades humanas e que terminaram, em se abatendo sobre cada um dos mesmos e das mesmas, gerando implicações. E a mais grave é a de você não ter condições de adimplir as devidas obrigações tidas junto à União.

Então, quero dizer a V. Exa. que me somo aos companheiros. Cumprimento-o na condição de Presidente desta Comissão, como também a todos e a todas que trabalharam para que esse projeto pudesse, com a participação direta do Presidente Lula, com a participação direta do Ministério da Fazenda, chegar ao Plenário. Salvo engano, a minha impressão é de que há uma sensibilidade coletiva para que nós o aprovemos hoje de forma unânime. Assim creio eu, e assim torcemos todos nós.

Parabéns, Presidente Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos torcer para dar certo.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ouvi a fala do Senador Wilder agora sobre o Projeto 5.122.

O estado mais afetado é o Rio Grande do Sul em sete anos. O Zucco, que é um dos postulantes a comandar o nosso estado no ano que vem, com o meu apoio, sabe da dificuldade que nós teremos se não resolvermos esse impasse. Em sete anos, Wilder, nós tivemos cinco eventos climáticos que pegaram o estado inteiro – seca e enchente –, e, neste último ano agora, em 2026, nós tivemos uma boa parte que pela sexta vez teve problemas. Então, veja, se quem colhe normalmente tem dificuldade, para quem não colhe é pior ainda.

O Senador Zequinha tem acompanhado esse assunto já há bastante tempo pela Comissão de Agricultura e pela Frente Parlamentar da Agricultura. O que nós queremos agora é a votação do projeto. O Senador Renan fez um belo arranjo, fez um belo projeto, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, e agora, Wilder, nós temos que ter a nossa posição no Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a sociedade entenda – quem está nos acompanhando pelas mídias do Senado – o que representa o agro para o Brasil. Tem um dado aqui: em 2025, Senador Wilder – e o senhor é um empresário, um grande empresário –, se não fosse a agricultura, a balança comercial brasileira seria 81% negativa. Só por conta do agro ela é positiva. Então, enquanto o saldo foi de R$68 bilhões, o saldo do agro foi de R$149 bilhões. Se tirássemos os R$149 bilhões, o saldo seria negativo. Então, quem tem sustentado, ao longo dos últimos 20, 30 anos, o Brasil é a agricultura. E no nosso estado, Zucco, é pior ainda, seguramente é muito maior que em outros estados a dependência – Goiás também, Wilder, nessa posição, não é diferente do Rio Grande do Sul na dependência – do PIB do estado em relação à agricultura. Portanto, é fundamental que se dê um fôlego.

E um problema sério, Zequinha e colegas que estão nos acompanhando: quando a soja chegou a R$200, o preço do adubo, do defensivo, das peças, das máquinas, do diesel subiu proporcionalmente ao preço da soja. Nós temos soja já a R$120, R$130, e o preço, Wilder, não baixou. Nós estamos com o custo mais caro e o preço mais barato. Então, esse desequilíbrio nós já temos normalmente, agora imagine agravado com seis eventos climáticos negativos. Então, esse é um problema seriíssimo que o Governo tem que entender.

Esse PL 5.122, Wilder, ajuda, mas o fundamental seria nós fazermos uma securitização, como nós fizemos lá atrás nos anos 2000 e 2001. Começamos em 1995 – o Ministro Malan era o Ministro naquela ocasião – e fechamos com o Pratini e o Malan em 2001. Ali, sim, foram 25 anos de prazo. É daquilo que nós precisamos. Não dando isso, que é um projeto que nós tínhamos, Zequinha, com 20 anos de prazo, vamos aceitar essa negociação. E temos que fazer isso o mais rápido possível. Nós já tivemos 35 suicídios no Rio Grande do Sul. Nunca aconteceu, na história do Rio Grande e do Brasil, seguramente, um número tão expressivo de produtores que tiraram a vida em cima de contas que não conseguiram pagar ao longo dos últimos sete anos. Portanto, é importante que nós tenhamos a solução e toda a nossa torcida é para que nós possamos votar essa matéria hoje.

E aí, Zequinha, já faço um pedido aqui para reforçar a Comissão de Agricultura. Tem um grande número de produtores que estão presentes hoje aqui na Casa. O meu gabinete encaminhou a relação desses 57 produtores para estarem nas galerias – isso é normal que aconteça –, e cortaram, por algum problema que já aconteceu. Então, nós vamos agora esperar o Presidente Davi chegar, para que nós possamos ter esses produtores assistindo à sessão e se manifestando favorável, ou contrário, sei lá, mas que, democraticamente, possam assistir à sessão. É o que nós queremos fazer assim que chegar o nosso Presidente. Peço reforço do Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Zequinha Marinho, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor entrou, eu percebi que muitas pessoas entraram contigo também. Tem algum gaúcho aí, tchê? (Risos.)

Vixe! Cadê o churrasco que não trouxeram?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Gaúcho e gaúcha também. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está bem! Sejam todos bem-vindos!

Daqui a pouco, todo mundo no Plenário grande, nas galerias lá.

Não havendo mais quem queira votar, eu encerro a votação. (Pausa.)

Eu quero pedir à Secretaria da Mesa, para poder, então, botar o resultado ali no painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, 10 votos SIM; nenhum contra.

Aprovado por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Quero parabenizar o autor assim como também o Relator do projeto.

Este aqui é o meu? (Pausa.)

Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 14, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações sobre o andamento do Processo Administrativo nº 08700.000270/2018-72, em trâmite no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Requeiro nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações sobre o andamento de processo administrativo em trâmite no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com o intento de orientar a requisição, ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo ao fornecimento de eventuais informações adicionais que tenham pertinência para a demanda colocada.

Nesses termos, requisita-se:

1. Considerando que o Processo Administrativo nº 08700.000270/2018-72 tramita na Superintendência-Geral do CADE e que já foram produzidas análises técnicas pela Superintendência-Geral e pelo Departamento de Estudos Econômicos, quais razões técnicas, processuais ou administrativas justificam a ausência de remessa do processo ao Tribunal Administrativo do CADE até o momento?

2. Qual o prazo atualmente estimado para conclusão da instrução do Processo Administrativo nº 08700.000270/2018-72 e para eventual emissão de parecer conclusivo pela Superintendência-Geral do CADE? Caso inexista prazo formalmente definido, solicita-se informar as razões para a ausência de estimativa e quais etapas ainda precisam ocorrer antes da conclusão da instrução.

3. Há risco de prescrição ou de comprometimento da efetividade da atuação sancionadora do CADE em razão do tempo em que tramita? Quais medidas foram adotadas para evitar esse risco?

Autoria é nossa.

Em votação – a votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Solicito ao Senador Jaime Bagattoli para assumir a Presidência desta Comissão enquanto lemos o nosso relatório do item da pauta. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 6531, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a regularização ambiental de áreas embargadas em razão de infração administrativa relacionada ao descumprimento dos regimes de proteção da vegetação previstos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 5 (cinco) Emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Relatoria: Zequinha Marinho, do meu Estado de Amazonas, Pará.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu tenho praticamente um pequeno livro aqui para ser lido e gostaria de contar com a paciência de todo mundo. E eu peço, ainda, autorização para ir direto à análise do projeto, porque realmente é bem volumoso o negócio.

Compete a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária apreciar o Projeto 6.531, de 2025, quanto ao mérito no que se refere à política agrícola, ao uso e conservação do solo na agricultura, à política de investimentos e financiamentos agropecuários e às políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade formal, a proposição versa sobre direito civil, penal e ambiental e responsabilidade por danos ao meio ambiente, matérias inseridas na competência legislativa da União, conforme os arts. 22, I, e 24, VI e VIII, da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é adequada, à luz do art. 61, caput, da Constituição, que admite a apresentação de projetos de lei ordinária por qualquer membro do Congresso Nacional, pois não se trata de um tema sujeito à iniciativa privativa do Presidente da República.

Não se identificam vícios de inconstitucionalidade formal ou material nos dispositivos propostos, destacando-se que são observadas as balizas constitucionais de proteção ao meio ambiente e de repartição de competências entre os entes federados, previstas nos arts. 23, VI e VII, e 24, VI e VIII, da Constituição Federal.

No mérito, a proposição enfrenta um problema concreto e sensível para a economia rural, em especial nas regiões de fronteira agrícola do Norte do país. Os embargos administrativos ambientais, concebidos como medidas cautelares para cessar danos e assegurar a recomposição ambiental, passaram a produzir efeitos econômicos e sociais de longa duração sobre produtores rurais, muitas vezes sem que os processos administrativos correspondentes tenham avançado com a celeridade necessária.

Associado a isso, pequenos e médios produtores, em particular, relatam dificuldades para compreender os requisitos de regularização, para acessar as assistências técnica e jurídica necessárias e para acompanhar a tramitação de autos de infração e embargos em diferentes instâncias administrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, o prolongamento dos embargos em áreas produtivas, sem solução procedimental clara, afeta diretamente a continuidade da atividade agropecuária, restringindo o acesso a crédito rural, comprometendo garantias reais, desorganizando cadeias produtivas locais e agravando a vulnerabilidade econômica de famílias que dependem da renda da terra.

Notamos que, em diversos casos, a própria capacidade operacional dos órgãos ambientais para instruir, analisar e decidir processos de infração e pedidos de regularização se mostra limitada, em razão de carência de pessoal, assimetrias de estruturas entre entes federados e ausência de procedimentos padronizados. Soma-se a isso a utilização de critérios divergentes para o desembargo de áreas entre órgãos e entidades distintos, o que acentua a insegurança jurídica no campo e dificulta o planejamento de investimentos rurais de médio e longo prazo.

O Projeto de Lei nº 6.531, de 2025, ao instituir o art. 79-B na Lei nº 9.605, de 1998, oferece resposta normativa estruturada a esse quadro.

O dispositivo cria um procedimento claro para a celebração de termos de compromisso voltados à cessação da conduta infratora, à reparação do dano ambiental e ao retorno à regularidade da parcela correspondente da propriedade rural. Com isso, o projeto introduz mecanismos de incentivo à eficiência administrativa e de proteção mínima

à continuidade da atividade econômica lícita, sem afastar o prosseguimento do processo sancionatório nem as demais sanções cabíveis.

Por conseguinte, o regime proposto equilibra a necessidade de proteção ambiental com a garantia de defesa e de previsibilidade para o produtor rural. A suspensão dos efeitos econômicos acessórios não implica regularização automática da área: as multas são mantidas e não se impossibilita a responsabilização civil ou penal. Ao mesmo tempo, impede-se que o embargo se converta, na prática, em sanção de duração indeterminada, aplicada de forma desproporcional a produtores que exercem atividade econômica lícita e demonstram disposição para se regularizar.

Notamos que o PL acerta com a previsão de perda da suspensão dos efeitos do embargo em caso de retomada da conduta ilícita, ampliação da área degradada, descumprimento da interdição ou das obrigações assumidas, o que reforça o caráter condicional e responsável do benefício, preservando o poder de polícia ambiental.

Cumpre salientar, ainda, que o projeto valoriza instrumentos modernos de gestão ambiental. O critério objetivo de oito anos de sucessão ecológica natural ou regeneração natural assistida, com cobertura vegetal contínua e progressiva, para considerar recuperada a vegetação para fins de cumprimento do termo de compromisso – art. 79-B, §9º –, associado ao uso preferencial de tecnologias de sensoriamento remoto – art. 79-B, §10 –, tende a reduzir custos de fiscalização e diminuir a litigiosidade. Para o produtor rural, especialmente em regiões remotas da Amazônia Legal, a possibilidade de comprovar a recuperação por meio de imagens e séries históricas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vegetação representa avanço relevante em termos de segurança jurídica e redução de assimetrias de informação.

Apesar de todo o mérito da proposição, pensamos que existe espaço para aprimoramentos.

Primeiro, consideramos pertinente suprimir, do §1º do art. 79-A, da Lei nº 9.605, de 1998, o termo "exclusivamente", de modo a evitar interpretações de que o termo de referência é instrumento específico das situações de que trata o caput do referido artigo, mais circunscrito ao licenciamento ambiental.

Já ao art. 79-B, acrescido pelo PL à Lei de Crimes Ambientais, propomos uma série de alterações. No caput, substituímos o termo "cientificar" por "oferecer", de modo que passa a ser dever do órgão ambiental fornecer as rotas de regularização ao autuado, harmonizando ainda mais a redação com a visão mais dialógica da fiscalização ambiental, que o PL apresenta. No §1º, inserimos inciso relacionando a regularização ambiental da propriedade com a necessária e indissociável análise do CAR.

O §2º do art. 79-B foi alterado, em combinação com a inserção de novo dispositivo após ele, para segregar, em parágrafos distintos, as duas hipóteses de suspensão dos efeitos do embargo: i) por celebração do compromisso; ou ii) pela mora administrativa de que trata o §1º. Com essas modificações, pôde-se excluir o §5º original do PL.

A redação do §3º, renumerado na emenda para §4º, também foi alterada: substituímos o termo "degradado" por "desmatado" no inciso II do caput – com o objetivo de dar mais precisão ao texto – e excluímos o inciso III, por entendermos que seu conteúdo versa sobre as limitações de uso da área embargada que devem ser tratadas, com mais discricionariedade, no próprio termo de compromisso e suas obrigações constituintes.

No §4º, renumerado pela emenda como §5º, foi incluído, no inciso I, o termo "ambiental", qualificando a palavra "regularização", com vistas à maior precisão do texto.

No §6º, entendemos oportuna a inclusão do termo "viabilidade" como uma das balizas jurídicas e técnicas para a elaboração dos termos de compromisso, pois a viabilidade da regularização é essencial para o produtor rural e logicamente indissociável do processo de se regularizar.

O §9º foi alterado para prover maior discricionariedade ao regulamento, no tocante à definição de critérios técnicos relativos à recuperação da vegetação. Entendemos que o assunto pertence à seara técnica, e fornecer em lei parâmetros gerais não é a melhor escolha nesse caso.

Inseriu-se, pois, após o atual §10, dois dispositivos.

O novo §11 estabelece conteúdo mínimo do termo de compromisso. A intenção aqui é evitar que instrumentos de natureza administrativa semelhantes possuam conteúdo muito distinto, a depender de sua esfera de atuação – se federal, estadual ou municipal –, bem como agregar mais segurança jurídica por meio da fixação, em lei, de elementos mínimos do compromisso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser firmado. Já o §12 dispõe expressamente sobre a exigível e racional compatibilidade do regime sancionatório de que trata o PL com os instrumentos de regularização ambiental previstos no Código Florestal.

Outro aprimoramento da emenda refere-se ao §11, renumerado para §13. O texto original exclui do regime proposto as infrações praticadas em contexto jurídico de regularização, impondo à autoridade ambiental o dever de motivar expressamente o afastamento da aplicação do dispositivo. A opção de diferenciar atividades rurais lícitas de contextos de ilicitudes intrínsecas é adequada e alinha-se à preocupação de não conferir benefícios a práticas como garimpo ilegal, grilagem de terras, ocupação irregular de áreas públicas, desmatamento em terras indígenas ou em unidades de conservação, bem como a situações em que a regularização exigiria supressão de áreas de preservação permanente ou comprometeria o percentual mínimo de reserva legal.

Todavia, a redação atual apoia-se apenas em conceitos jurídicos indeterminados, sem qualquer balizamento exemplificativo no próprio texto legal. Por isso, a emenda inclui rol exemplificativo no dispositivo, sem caráter taxativo. Essa redação ancoraria a interpretação e reduziria litigiosidade.

O trecho referente à obrigação da autoridade de justificar o afastamento da aplicação das medidas descritas no artigo foi deslocado para um dispositivo autônomo, o §14.

Ainda, o art. 79-C do projeto também merece uma análise detalhada. O artigo dispensa a recuperação da vegetação nos casos de supressão sem autorização em áreas da propriedade rural sujeitas a uso alternativo do solo, quando o proprietário ou posseiro requereu regularmente a autorização, mas suprimiu a vegetação antes de a obter. O dispositivo parte de premissa economicamente defensável de que exigir recuperação de vegetação em área legalmente passível de uso alternativo do solo pode ser ineficiente e gerar pressão por substituição sobre áreas ainda intactas, com deslocamento do desmatamento para novas fronteiras e imposição de custos significativos ao produtor sem contrapartida ambiental duradoura.

Ademais, o artigo condiciona a dispensa de recuperação a requisitos rigorosos: manutenção íntegra da reserva legal e das áreas de preservação permanente (inciso I), demonstração de que o produtor protocolou pedido de autorização ou iniciou o procedimento administrativo antes da supressão, com mora injustificada do órgão ambiental superior a 120 dias (inciso II), e comprovação de que a supressão seria autorizável nos termos da legislação vigente (inciso III). Esses filtros, bastante acertados, reduzem o risco de benefício a infratores contumazes e direcionam o alcance do dispositivo a situações em que o produtor rural buscou a regularidade, mas se viu prejudicado por morosidade administrativa, em contexto de uso alternativo do solo admitido pela lei.

Sob o prisma da responsabilidade por dano ambiental, o parágrafo único do art. 79-C, na redação original, preserva expressamente a responsabilização administrativa e penal, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

silencia sobre a responsabilidade civil. Esse silêncio pode ser interpretado, de forma equivocada, como afastamento implícito da reparação civil, o que fragilizaria a proteção ambiental e geraria insegurança jurídica para produtores que atuam de boa-fé.

Nesse sentido, para evitar leituras que comprometam a rigidez e conformidade constitucional do dispositivo, e, ao mesmo tempo, assegurar segurança jurídica ao produtor rural, mostra-se recomendável explicitar, no parágrafo único, que a dispensa de recuperação da vegetação não exclui a responsabilidade civil, inclusive em sua modalidade indenizatória. Essa solução, que apresentamos em emenda abaixo destacada, preserva a lógica central do art. 79-C, que busca evitar recomposição ineficiente em áreas de uso alternativo do solo, mas reforça que o dano ambiental permanece reparável, o que mitiga o risco moral e fortalece a robustez jurídica da lei que advir da aprovação deste PL.

Pela mesma razão, resolvemos expressamente consignar no texto, por meio da inserção de um §2º no dispositivo, que a ausência de manifestação da autoridade competente no prazo previsto no inciso II não implica autorização automática para a supressão de vegetação.

No tocante ao art. 2º do PL, que estende o novo regime a embargos administrativos em vigor, a medida se revela especialmente relevante para a realidade rural da Amazônia Legal e de outras regiões em que há grande estoque de áreas embargadas há muitos anos. A possibilidade de reabertura de prazos para manifestação do autuado e celebração de termos de compromisso, aliada à obrigação de adequação dos procedimentos administrativos, tende a destravar situações paralisadas, permitir o retorno gradual de áreas à produção regular e reduzir a judicialização. Para o produtor rural, o desembargo de áreas que já se encontram em processo de regeneração ou que podem ser objeto de regularização ambiental planejada representa condição essencial para o retorno de investimentos, a renegociação de dívidas e o acesso a linhas de crédito voltadas à produção sustentável.

Por outro lado, é preciso considerar adequadamente o impacto operacional das novas rotinas nos órgãos e entidades ambientais, de modo a garantir uma implementação organizada e sistemática da nova lei. A inclusão dos prazos para apresentação de propostas de termo de compromisso, a adoção de modelos padronizados, o uso sistemático de sensoriamento remoto e a reabertura de prazos para embargos já em vigor exigem preparação administrativa, edição de atos normativos infralegais, capacitação de servidores e adaptação de sistemas de informação.

Para não incorrer nesse risco, apresentamos emendas que preveem a possibilidade de recebimento escalonado de requerimentos no primeiro ano de vigência da lei e um período de vacatio legis suficiente, evitando, assim, a sobrecarga imediata dos órgãos e entidades ambientais que encerrem justamente o efeito contrário ao pretendido pelo PL, qual seja conferir celeridade e previsibilidade aos procedimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, o Projeto de Lei nº 6.531, de 2025, oferece solução equilibrada para um problema que afeta de forma aguda a economia rural, sobretudo no Norte do país, ao disciplinar a regularização de áreas embargadas, reforçar a previsibilidade dos procedimentos adotados pelos órgãos e entidades ambientais e valorizar instrumentos de monitoramento e regeneração natural, sem comprometer a proteção ambiental.

As emendas propostas relativas ao rol exemplificativo no §11 do art. 79-B e à explicitação da responsabilidade civil no parágrafo único do art. 79-C da LCA... a inclusão de intervalo entre publicação e vigência na cláusula de vigência, aperfeiçoam o texto, reduzem a insegurança jurídica e fortalecem a coerência do novo regime jurídico-administrativo dos embargos, em benefício tanto da tutela ambiental, quanto da continuidade da atividade agropecuária.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.531, de 2025, com as emendas.

Aqui estão elencadas todas as que eu acabei de mencionar, porque também é um número relativo. São cinco emendas e um grande texto, mas aqui está a leitura desse extenso relatório com voto positivo ou favorável à aprovação do projeto.

Na verdade, lá no meu estado, o Estado do Pará, Senador Jaime, BR-163, 90% daquele povo, tanto de um lado quanto do outro, está embargado. E o pior: você não tem orientação nenhuma de órgão ambiental nenhum que favoreça esse produtor a sair do embargo. Se ele quiser, vai ter que contratar uma empresa pessoal, qualificada, para correr atrás disso e tem que ser altamente remunerada. Por outro lado, quando ele consegue sozinho sanar as exigências e documentos – etc., etc. –, que cumprem todo o rito legal, o Governo do Estado tem a maior dificuldade de tirar o embargo. O que tem de gente que já cumpriu tudo, mas que continua embargado lá, em nosso estado, é alguma coisa assustadora! A gente precisa regularizar isso. O Estado precisa fazer a sua parte e a União precisa ter uma legislação moderna, capacitar suas entidades ambientais, para que a economia rural não venha a quebrar, como está acontecendo em função desses embargos. E o pior: o fiscal embarga, digamos assim, dez hectares, cinco hectares ou três hectares, mas compromete a fazenda toda, porque embarga pelo CPF, via satélite, o que está, do meu ponto de vista, completamente equivocado.

O embargo não pode ser via satélite, o embargo tem que ser com a presença do técnico identificando a área e isolando aquela área, para que não haja qualquer tipo de comprometimento no sentido inverso, e liberando a área não embargada para a continuidade da produção. Espero que a gente consiga avançar.

Era esse o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parabéns pela relatoria, Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Caro amigo Presidente Jaime Bagattoli, ilustre e eminente Senador Zequinha Marinho, é só para, primeiro, contribuir e, sobretudo, elogiar o projeto, que é da autoria do Senador Petecão, com a relatoria do Senador Rogerio Marinho.

Na verdade, ele deixou muito bem escrito, sobretudo após a conclusão do seu relatório. Ele fez algumas observações que prevalecem não é só para o seu Estado do Pará, é para todo o Brasil – sobretudo o Mato Grosso tem esses mesmos problemas. É bom que se esclareça que, no Mato Grosso, a maioria dos assentamentos, que foram promovidos pelo próprio Incra – a maioria absoluta –, estão embargados. Os pequenos assentados ali – as pequenas propriedades – estão embargados, e alguns até já com execuções fiscais e penhorando o pouco ou o quase nada que eles têm. Isso é uma vergonha.

Eles forçosamente – o Incra e os órgãos ambientais – dificultam lá. Por exemplo, no Mato Grosso tem um órgão ambiental, que é a Sema. Dificultam tanto que um cidadão – já, assim, exausto, cansado – fala: "Olha, eu vou arriscar, até por uma questão de sobrevivência.". Feito isso aí, vão lá, embargam a propriedade dele: tem dez hectares; ele mexeu em uma, ficam as dez inviabilizadas. Você não pode contrair nenhum financiamento – vocês devem saber disso aí, né? O pouco, muitas vezes, é executado, e depois vão na conta dele – o pouco que ele tem também é executado –, levam ali para o Cadin, etc., etc., etc.

Então, nós precisamos melhorar esse estado de coisas no Brasil. Esse ambiente é pernicioso, principalmente para aquele pequeno cidadão, que muitas vezes até não tem nenhum grau de esclarecimento, tem que ser... Às vezes os usam, até; se aproveitam da humildade, e até do esclarecimento – alguns cidadãos que dizem que prestam serviço nessa área aí –, e afanam do bolso do coitado, do miserável – daquele que muitas vezes não tem, e empresta até do vizinho, do parente, para pagar e daqui a pouco não recebe é nada em contrapartida. Então, é muito sério.

Vou lhe contar apenas um fato aqui, Senador Jaime. Lá no Mato Grosso, essa semana aqui – se não foi segunda, foi sexta-feira, se não me falha a memória... Lá nós temos a biomassa. O que é biomassa? Quando você tem madeireira – você já teve – sobra aquele mundaréu de resto de pau, você enche uma vasilha de madeira lá, e fazem hoje cavaco para queimar nas indústrias lá – seja de etanol de milho, seja da indústria de esmagamento de soja, etc., etc.

Agora, o Governo do Estado assinou, como se fosse um TAC, um termo de ajustamento de conduta, com o Ministério Público, que botou a faca no peito lá do Governo – do Governador atual. Assinaram que até 2030 – 2030, olha só –, daí para a frente, você não poderá usar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse resto de madeira que está em pasto para fazer o cavaco queimar. Só poderá queimar para fazer a biomassa quem tem o quê? Reflorestamento.

Você imagina, a indústria lá do etanol do Mato Grosso cresceu de tal maneira que hoje, lamentavelmente, não se prepararam lá para fazer o reflorestamento para atender essa demanda, que não é pouca – é grande hoje aí. E eu pergunto: nós não podemos aceitar, na medida em que nós estamos aqui é para defender os interesses da sociedade – e, sobretudo, você imagina parar uma indústria daquela por falta de biomassa e de cavaco, que as madeireiras, muitas produzem; não só o pó de serra, mas o resto da madeira em que se fazem os recortes e fica lá, tudo isso é aproveitado hoje. E, a partir de 2030, o Mato Grosso não vai poder mais usar, porque o Ministério Público foi com a faca no peito do Governo e exigiu. É triste. E isso aí vai causar o quê? Com certeza, até os investimentos que, eventualmente, um empresário, dois empresários quisessem fazer no estado, eles não vão fazer. Como é que eu vou fazer um investimento se eu não tenho a garantia de aproveitar resto de pó – vamos chamar assim –, de madeira, de árvore lá? Não vai poder aproveitar, não. Está tudo errado no Brasil – tudo errado.

O senhor falou de CAR aqui, o CAR é uma vergonha! Eu não sei no seu Estado do Pará, mas no Mato Grosso tem 100 mil CARs para serem despachados – 94 mil, pelas últimas informações que eu tenho. Eles expedem, na média diária, 1,2. Num cálculo rápido que eu fiz esses dias, daqui a 200 anos, eles conseguem regular. É, ué! Duzentos anos, já que é 1,2, 1,3 por dia. Como é que faz? E como é que fica o cidadão que depende desse CAR? Se você vai fazer qualquer tipo de negociação hoje, precisa do CAR; é o financiamento, daqui a pouco é a escritura pública, que está lá para passar, para vender.

Então, não sei o que eles vão fazer. A cada dia que passa, arrocham mais o cidadão brasileiro, em qualquer atividade econômica. Ninguém aguenta mais pagar tributo neste país aqui, ninguém aguenta. Eu faço uma aposta aqui, de quem que está aguentando pagar mais tributo, mais impostos. A cada dia que passa, está onerando mais, seja na atividade pecuária, seja no comércio, seja na indústria.

Então, eu quero aqui apenas cumprimentar V. Exa., Senador Zequinha Marinho, pela bela fala, sobretudo hoje, em que nós tivemos uma importante discussão, lá no Supremo Tribunal Federal, em relação à divisa do Mato Grosso com o Pará. Eu saí muito feliz daquela reunião, ao ver o desprendimento de ambos os Governos, tanto do Mato Grosso quanto do Pará, na possibilidade de resolver esse assunto que é emblemático, passou a ser emblemático, tendo em vista que vem se arrastando já há alguns anos. E agora acho que é um momento ímpar, de uma forma bastante conciliadora.

Eu imagino que hoje, como ficou prevista para as 14h uma reunião do procurador do Estado do Mato Grosso com o do Estado do Pará, nós podemos chegar, de forma consensual, a resolver esse imbróglio que, com certeza, tem causado até certas insatisfações em pessoas do Pará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, sobretudo, do Mato Grosso, que tem atendido uma grande demanda em relação àqueles brasileiros que estão ali, que hoje não estão sabendo se é o Pará ou se é o Mato Grosso. Porque, de fato, pela divisa, eles estão no Pará; todavia, todos os serviços oferecidos, sejam na educação, sejam na saúde, sejam na segurança, na questão da manutenção das estradas vicinais, são feitos pelas prefeituras municipais daquela região do Mato Grosso – é Paranaíta, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Novo Mundo e assim por diante.

Mas eu fiquei muito satisfeito e quero cumprimentar pela fala de V. Exa., que foi muito feliz nas suas observações, buscando, efetivamente, que nós resolvêssemos essa demanda, que vem de mais de 50 anos atrás.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É verdade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – De forma que eu quero cumprimentá-lo. Com certeza, esse projeto tem meu apoio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O aspecto mais importante, Senador, que eu considerei ali, foi o de o Ministro deixar para lá a discussão sobre a questão do limite territorial e cuidar, tipo assim, emergencialmente, das pessoas que estão ali, longe, isoladas, por um favor do Mato Grosso, sobrevivendo aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fora do microfone.) – Exato.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Pará realmente precisava chegar para perto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fora do microfone.) – Precisava.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... e, lamentavelmente, está distante. E eu espero que, neste momento, estejam fechando os acordos com relação ao amparo daquelas famílias ali e, de repente, procurando integrá-las ao Pará, porque nós não temos nem estrada sequer – a não ser pela BR-163, para quem mora naquelas imediações; o resto não tem contato para cá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fora do microfone.) – Zero.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, o contato é para o Mato Grosso. Estão completamente fora das ações de políticas públicas.

Espero que, nesse acordo, se inclua também a integração delas à sociedade paraense.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Vamos abrir a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É nominal. (Pausa.)

Está iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos, eu quero frisar algo que você falou em cima desse TAC com o Ministério Público e o Governo do Mato Grosso. Você vê como as pessoas, como nós temos hoje pessoas do setor público fazendo algo que não tem nenhum estudo. Como é que você pode assinar um documento, um TAC, que, a partir de 2030, não vai poder mais usar biomassa de vegetação nativa? Ora, os planos de manejo são por 25, 30 anos, plano de manejo florestal. Para onde é? Para quem servem esses planos de manejo florestal? São para as madeireiras, para a indústria madeireira. O que ela vai fazer com esse resíduo após 2030? Vai jogar fora? Vai queimar? Não pode fazer biomassa para poder vender? Olha o absurdo que é isso.

Nós não estamos nem falando do madeireiro que vai tirar madeira que não é de plano de manejo. Mas os planos de manejo são por 25, 30 anos, e continua-se fazendo o plano de manejo, que é algo correto, para você manejar a floresta. Essa é a forma mais correta que tem.

Mas eu quero frisar aqui também sobre o Projeto de Lei 6.531. Eu também entrei com um projeto, com o PL 4.554, porque o maior absurdo que nós temos dentro dos embargos é quando a fiscalização chega, e ela chega dentro da propriedade, não importando a propriedade, se ela é 100ha, se é 200, se é um módulo, dois ou 15 módulos, não importa o tamanho da área. O que acontece? Ele só pode fazer a infração naquele polígono onde cometeu aquela infração para aquele produtor se regularizar onde ele cometeu aquela infração. Agora, não em 100% da área, que fica totalmente embargada.

E o pior disso tudo é que quando aquele produtor tem um embargo numa propriedade, ele já fica impedido também de vender nas demais propriedades no nome dele, porque consta o embargo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fora do microfone.) – Eu não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós chegamos ao maior absurdo, porque cada um tem um entendimento: cada estado da Federação tem um entendimento, a União tem outro entendimento, o Ibama tem outro.

Então, nós temos muitos órgãos fiscalizadores, e quem deveria fiscalizar, principalmente as pequenas propriedades, seria o órgão ambiental do município, que está mais presente, que está no local para ir lá e ver, nas pequenas propriedades, aquela situação: por que aconteceu, por que a propriedade está sendo embargada.

E mais, Senador Jayme Campos, tanto na Região Centro-Oeste, na sua região, no Estado de Mato Grosso, até no Estado do Goiás, no Tocantins, e nem vou falar dos sete estados – dos nove estados – que pertencem à Amazônia Legal... O que nós temos de propriedades embargadas é o maior absurdo, e, o pior disso tudo é que, em muitos, lá – o próprio Ibama sabe, a própria legislação sabe, o estado sabe, a sanidade animal dos estados sabe, os órgãos da sanidade animal –, o proprietário, às vezes, tem que trocar de propriedade para poder vender o que ele está produzindo. É o maior absurdo, é uma coisa inexplicável.

Então, nós precisamos resolver definitivamente essa situação dos embargos. E vou dizer para vocês que só vai se resolver isso no momento em que o produtor for impedido de produzir – naquele momento, até que ele regularize – onde ele cometeu a infração, dentro da propriedade, dentro do polígono.

Com a palavra, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para fazer um adendo à sua fala.

Na verdade, quando o senhor fala em restos de entulho da madeira, eu pergunto: você sabe que antigamente um dos maiores problemas que existiam era fumaça que tomava conta de regiões, sobretudo regiões que tinham muitas madeireiras? Eram obrigados a tacar fogo ali, não é verdade? Por quê? O pátio não tinha mais... Ali não cabia mais. E o pó de serra... Você sabe disto: aquilo é um combustível fantástico – e era poluente. E eu pergunto: qual a destinação que eles vão dar daí para a frente? Onde vão colocar esse produto, hoje, que com certeza virou biomassa e está ajudando até a aproveitar esses entulhos de madeira que ficam lá. Então é um contrassenso, é uma hipocrisia o que está acontecendo, não é verdade? Isso é no Brasil inteiro.

Agora, a perseguição é muito mais em relação a essa vasta região do Brasil. Lamentavelmente, nós estamos pagando uma conta muito cara – Mato Grosso, Rondônia, essa outra região do Brasil. O senhor não vê muito falar também da Região Sudeste aqui, não é verdade? São intocáveis. Quando você pega alguma região do Brasil, já fizeram o estrago lá, mas, naquela perseguição, estão montando exércitos e mais exércitos de órgãos desses: é Ibama, inferno, Força Nacional... Lá no Mato Grosso está impossível – quase – trabalhar, certo? Está impossível!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso aí, com certeza, traz um desânimo. As coisas já não vão muito boas, sobretudo na questão das commodities. Estão muito ruins os preços, os insumos subiram, há muita gente com dificuldade de pagar as contas, e ainda ganhamos esses imbróglios que estão aí criados em relação a política ambiental do Brasil, o que traz prejuízo seriíssimo.

Então, eu não sei qual o caminho, qual o norte que nós temos que dar para esse país. Alguma coisa tem que ser feita? Tem, urgentemente. Para V. Exa. ter noção, está aí o cenário do Brasil em relação aos nossos produtores rurais: um bando de gente em situação difícil, uma montanha de pessoas já com dificuldades. E, se não for feito algo, eu imagino que, no ano que vem, as coisas vão ser muito piores. Por quê? Subiram os insumos, subiu o petróleo. O produtor, que tinha um valor, que de fato valia, hoje já não tem mais, seja na soja, no milho, etc., etc., etc. Eu não sei o que é que nós vamos fazer da vida de muitas pessoas que têm dificuldades hoje. A dívida da área rural brasileira, hoje, chega a quase R$800 bilhões. É de quase R$1 trilhão a dívida do pequeno e médio produtor rural brasileiro.

O Governo não comparece, nós não temos nenhum seguro rural adequado. Para vocês terem noção, o seguro rural do Brasil, no ano passado, foi de R$400 milhões apenas. Foi o que conseguiram, parece-me.

Entretanto, nós apresentamos um projeto aqui, que a ilustre Senadora Tereza Cristina promoveu, eu fui o Relator. Já aprovamos aqui na Casa – não sei quando acaba aqui – e o Governo ficou criando dificuldades.

Essas mudanças climáticas que estão acontecendo no planeta... Não são privilégio do Brasil, são no planeta. E o que se vai fazer? Não estou vendo muito a luz no fundo do túnel porque o Governo brasileiro, lamentavelmente, ao invés de ajudar, está quebrando, estorvando o cidadão brasileiro que está produzindo com muita dificuldade. Então, nós temos que rever esse conceito de gestão pública no Brasil.

O Brasil não pode ser refém de ninguém, não pode aceitar essas exigências internacionais que, nós sabemos perfeitamente, são questões econômicas, financeiras. Vamos ser bem honestos aqui. E nós temos que aplicar também – sei lá – a lei da reciprocidade. Não sei o que nós temos que fazer. Não tem cabimento. Agora, Europa suspendeu a compra de carne brasileira. É questão econômica, não é nada. A carne brasileira... Não tem nenhuma carne no planeta melhor do que a brasileira, porque a maioria do nosso rebanho aqui é no pasto, come capim verde. Quando se fala em confinamento é numa pequena parcela da nossos abates diários quem vêm de confinamento. Os demais vêm do pequeno produtor e está lá comendo capim, etc., etc. É uma carne verde, vamos chamar assim.

Então, algo tem que ser feito. Eu fico muito preocupado, sobretudo não com o Brasil de hoje, mas com do Brasil da manhã, de depois da manhã, de daqui a um ano, de daqui a cinco anos, sobre onde nós vamos parar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui membro da Comissão, na época, de elaboração do nosso projeto da reforma do Código Florestal Brasileiro. O senhor se lembra muito bem. Eu fico, tem dias, pensando que se nós não tivéssemos o Aldo Rebelo como Presidente daquela Comissão Especial, eu não sei onde estaríamos. O que houve de reação contra! Mas ele foi um nacionalista, um brasileiro que, com muita capacidade, teve a parcimônia de andar este imenso Brasil ouvindo, com certeza, a sociedade, principalmente o produtor rural deste Brasil, para elaborar um projeto que certamente condisse com a nossa realidade. Não tem nenhum código florestal no planeta igual ao nosso. É o país que mais preserva no mundo. E aqui não dão o devido valor a nós, infelizmente.

Eu estive nos Estados Unidos, Jaime Bagattoli, numa exposição, numa feira, em Houston, lá no Texas. Lá o produtor rural é tratado com todo o respeito. O policial, quando vai abordar o carro de um cidadão que é produtor rural... As placas são diferenciadas. Quando ele vai abordar, já sabe que o cidadão é um cidadão de bem, porque é produtor rural. Aqui no Brasil não, é na pancada, é pancada de tudo quanto é lado. Você tem porrada e não sei o que, é a Força Nacional tacando fogo na casa de gente. Como eu estou vendo aqui, há poucos dias, não sei se em Rondônia ou no Pará, houve a invasão de pequenos sitiantes, queimando o curralzinho deles, a casinha deles que estavam há 30, 40 anos lá. Como é que faz? Eu não sei? Desalojar o cidadão na pancada, o cidadão que está lá criando uma meia dúzia de galinhas no terreiro, três, quatro vaquinhas para tirar o leite.

Então, eu fico triste. Confesso que fico triste e, muitas vezes, falo: "Será que vale a pena trabalhar no Brasil"? Acho que não vale a pena. Tem que ser marginal, ladrão de INSS, roubar pobres. Esse é o caminho. Parece que o próprio Governo está induzindo essas pessoas para o descaminho.

Vamos esperar que, com certeza, o cidadão seja respeitado perante os órgãos governamentais desse país.

Mas é isso mesmo. Vamos trabalhar e vamos reverter esse cenário que, lamentavelmente, é triste e que dói no coração de todos nós brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Peço aos assessores aí para conversarem com os Senadores. Faltam ainda dois votos para nós abrirmos a votação.

Mas, Senador Jayme Campos, além disso que você falou, esse nosso PL 5.122, esse PL do endividamento agrícola do nosso produtor rural – que hoje é em torno de 180 bilhões, 170, 180 –, para essas pessoas, se não houver esse parcelamento e dentro de um juro acessível que o produtor possa cumprir... Porque, imagine, o que ele vendia... O preço de uma saca de milho, uma saca de arroz há dois anos... Hoje ele está vendendo por 30%, 40% a menos. E como é que ele consegue pagar um juro de 20% ao ano, que é o juro de mercado livre, o juro dos bancos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não tiver um juro subsidiado aí entre 7% e 8%, no máximo, para o grande produtor, e um juro aí de 4,5% a 5% para o pequeno produtor, é impossível ele honrar os seus compromissos.

Então, se esse PL não for aprovado hoje, esse PL aqui não for aprovado hoje, e o nosso Governo, o Presidente da República, o Ministério da Economia, eles não entenderem que nós temos que resolver o problema de quem trabalha, de quem produz, da produção primária deste país, nós vamos entrar numa situação muito difícil. E a próxima safra está vindo aí com custos maiores. Nós temos o custo de defensivos, a parte de adubação, que ficou muito cara, o potássio, o fósforo subiu um absurdo. Nós temos a questão do petróleo, do diesel.

Então, quer dizer, os custos nossos de produção só vêm aumentando, vêm aumentando ano a ano, e para tudo aquilo que o nosso produtor rural produz ele não tem um preço plausível, um preço que tenha competitividade no mercado, com o que ele possa pagar esse custo financeiro e possa ter um resultado para se manter vivo, como se diria, se manter trabalhando dentro da sua atividade.

Agora, voltando ainda naquele assunto que se comentou aí sobre biomassa, imagine se você não puder... Na Amazônia hoje, Zequinha, para você fazer um projeto de desmate, se você tem uma área lá de mil hectares, ou de 100ha, e você quiser derrubar 20%, os 20%, demarcou, onde vai derrubar esses 20%, você já demora, às vezes, um ano, um ano e meio para conseguir essa licença para fazer esse desmatamento.

Agora, imagina se na hora em que você vai fazer o desmatamento você não pode reaproveitar aquela lenha, aquele resíduo que está lá, para a biomassa, para a indústria, para a indústria de secagem, porque hoje as trading que exportam já não compram mais isso. Não estão comprando resíduo de biomassa, que seja de madeira nativa. Eles já estão comprando só de reflorestamento. E, pelo que eu estou vendo, a partir de 2030, vai chegar em todos os produtores rurais também.

Então, é uma coisa, é algo inexplicável que nós temos neste país, mas nós vamos, aos poucos... O Congresso Nacional, o Governo tem que entender que nós precisamos resolver o nosso problema do país.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

(Procede-se à apuração.) **O SR. PRESIDENTE** (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aprovado por unanimidade.

Houve 8 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o projeto e as Emendas 1-CRA a 5-CRA.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial.

Parabenizo a autoria e a relatoria do Senador Zequinha Marinho.

Passo a Presidência a quem é de competência: Zequinha Marinho, do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Eu solicito que permaneça aí, para ser Relator ad hoc do PL nº 3.670, de 2020.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3670, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal, bem como ao seringueiro proprietário de seringueiras cultivadas, com propriedade ou posse de até dois módulos rurais, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Relatoria ad hoc: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), em substituição ao Senador Marcos Rogério, também do PL, de Rondônia.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura do relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Com a permissão, Presidente, vou direto à análise.

O **SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos termos do inciso XVI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA se manifestar sobre proposições que tratem de emprego, previdência e renda rurais. Por esse motivo e porque a matéria vai posteriormente à CAE e à CAS, nesta última em decisão terminativa, apresentaremos análise somente quanto ao mérito do PL nº 3.670, de 2020.

Entendemos que a proposição é bastante oportuna, uma vez que tem o objetivo de estender a extrativistas vegetais amparo semelhante ao que já se concede aos pescadores brasileiros nos momentos do período de defeso. No caso específico dos pescadores, o seguro concedido em momentos extraordinários tem proporcionado renda e benefícios para toda a sociedade, com a fixação das famílias em pequenas cidades, vilas ou mesmo ilhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico do extrativismo, a dinâmica de geração de trabalho e renda é semelhante. Nesse contexto, a atividade contribui para a fixação das populações ribeirinhas, principalmente na Amazônia, podendo ser estratégica para a preservação da natureza, além de garantir a sobrevivência de milhões de brasileiros que habitam em regiões afastadas dos grandes centros urbanos do país.

Garantir seguro-desemprego aos extrativistas vegetais, nos termos da lei, portanto, pode ser importante tanto para promover segurança alimentar e nutricional a famílias hipossuficientes, quanto para aprimorar as estratégias de desenvolvimento sustentável em nosso país, razão por que a proposição em análise deve ser aprovada no âmbito desta Comissão.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PL n° 3.670, de 2020, no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco o projeto em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Parabenizo o autor, como também a relatoria feita pelo Senador Jaime.

Meus amigos, considerando que o horário também já nos manda embora, não tendo nada mais a tratar, encerro a presente sessão, agradecendo a todos os senhores e senhoras nesta oportunidade pelo comparecimento e pela presença aqui com a gente.

Encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026) e Resolução do Congresso Nacional 1/2006, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Alan Rick, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência consigna o recebimento dos seguintes expedientes: 1. Ofício 20/2026/AEAPF/MAPA da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do qual, entre outros, solicita a adequação nas indicações do Senador Marcelo Castro, objeto da presente Reunião. 2. Ofício Circular 15/2026/GAB/SEPAR/SRI/PR da Secretaria Especial de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, por meio do qual comunica a aplicação de bloqueio proporcional e linear, proposto pela SOF/MPO, no valor de R$ 43.098.840,00 (quarenta e três milhões, noventa e oito mil e oitocentos e quarenta reais) à Emenda RP8/LOA 2026 desta Comissão. A presente reunião destina-se ao sexto bloco de deliberação. Há 31 (trinta e uma) alterações em indicações para análise. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio do Ofício 182/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações em indicações constantes do Anexo I e pela consolidação de todas as indicações aprovadas até o presente no Anexo II. Passa-se à deliberação. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente momento, 562 (quinhentas e sessenta e duas) indicações, totalizando R$ 352.891.139,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões oitocentos e noventa e um mil cento e trinta e nove reais). O Anexo I compreende as alterações de indicações no formato DE-PARA. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da décima sétima Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das alterações em indicações (DE-PARA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. U/O	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
1	Marcelo Costa e Castro	23481		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
2	Marcelo Costa e Castro	23448		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
3	Marcelo Costa e Castro	23476		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
4	Marcelo Costa e Castro	23457		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fronteiras			06.553.721/0001-05	PI	FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
5	Marcelo Costa e Castro	23453		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
6	Marcelo Costa e Castro	23462		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro			41.522.178/0001-80	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
7	Marcelo Costa e Castro	23456		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
8	Marcelo Costa e Castro	23449		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
9	Marcelo Costa e Castro	23482		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
10	Marcelo Costa e Castro	23472		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$ 1.507.855,00
11	Marcelo Costa e Castro	23458		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
12	Marcelo Costa e Castro	23478		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marcolândia			41.522.269/0001-15	PI	MARCOLANDIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
13	Marcelo Costa e Castro	23465	20103 20105 20106 20109 20114 20118 20122 20126 20130 20134 20137 20144 20150 20156 20170 20171 20173 20176 20178 20179 20180 20181 20182 20183 20184 20185 20187 20189 20190 20191 20192 20196 20220 20224	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
14	Marcelo Costa e Castro	23468		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo			01.612.577/0001-17	PI	FRANCISCO MACEDO	4	40	Aquisição de uma pá-carregareira	R$ 293.194,00
15	Marcelo Costa e Castro	23459		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
16	Marcelo Costa e Castro	23454		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francinópolis			06.554.919/0001-03	PI	FRANCINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
17	Marcelo Costa e Castro	23451		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes			06.553.705/0001-12	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
18	Marcelo Costa e Castro	23455		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
19	Marcelo Costa e Castro	23473		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de um trator agrícola	R$ 136.021,00
20	Marcelo Costa e Castro	23467		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
21	Marcelo Costa e Castro	23480		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí			06.554.810/0001-76	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
22	Marcelo Costa e Castro	23483		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
23	Marcelo Costa e Castro	23477		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Miguel Leão			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
24	Marcelo Costa e Castro	23469		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paes Landim			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
25	Marcelo Costa e Castro	23461		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piracuruca			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
26	Marcelo Costa e Castro	23479		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
27	Marcelo Costa e Castro	23464		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Batalha			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
28	Marcelo Costa e Castro	23475		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí			01.612.591/0001-10	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
29	Marcelo Costa e Castro	23484		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
30	Marcelo Costa e Castro	23452		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara			01.612.565/0001-92	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
31	Marcelo Costa e Castro	23450		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guadalupe			06.554.083/0001-47	PI	GUADALUPE	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sen. MARCELO CASTRO
De:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Marcelo Costa e Castro	20103	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20105	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20106	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20109	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20114	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20118	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20126	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20130	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20134	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20137	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20144	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20150	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20156	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (06.554.083/0001-47)		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20170	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20171	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20173	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Jacobina (CNPJ 41.522.368/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	JACOBINA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20176	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20178	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20179	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20180	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20181	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20182	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20183	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20184	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20185	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 01.612.604/0001-51)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20187	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20189	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE BAIXA DA FURNA (CNPJ 02.139.139/0001-46)		00.396.895/0001-25	PI	BETANIA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20190	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO GURGUÉIA NO MUNICIPIO DE CANAVIEIRA ESTADO PIAUÍ (CNPJ 44.735.335/0001-23)		00.396.895/0001-25	PI	CANAVIEIRA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcelo Costa e Castro	20191	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Rede de Mulheres Saojuliaoenses em Ação, Saúde, Educação, Cultura e Inclusão Social (CNPJ 49.013.781/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20192	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE E CHAPADA DO ANGICAL (CNPJ 10.868.673/0001-11)		00.396.895/0001-25	PI	PICOS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20196	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira.	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20220	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Associação dos Produtores Rurais do Município de Guaribas do Piauí (CNPJ 46.528.746/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	GUARIBAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20224	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Marcelo Costa e Castro	23481	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23448	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23476	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23457	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fronteiras			06.553.721/0001-05	PI	FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23453	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23462	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro			41.522.178/0001-80	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23456	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23449	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23482	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23472	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$ 1.507.855,00
Marcelo Costa e Castro	23458	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23478	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marcolândia			41.522.269/0001-15	PI	MARCOLANDIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23465	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23468	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo			01.612.577/0001-17	PI	FRANCISCO MACEDO	4	40	Aquisição de uma pá-carregareira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23459	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23454	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francinópolis			06.554.919/0001-03	PI	FRANCINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23451	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes			06.553.705/0001-12	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23455	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23473	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de um trator agrícola	R$ 136.021,00
Marcelo Costa e Castro	23467	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23480	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí			06.554.810/0001-76	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23483	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23477	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Miguel Leão			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23469	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paes Landim			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23461	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piracuruca			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23479	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23464	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Batalha			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23475	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí			01.612.591/0001-10	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23484	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23452	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara			01.612.565/0001-92	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23450	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guadalupe			06.554.083/0001-47	PI	GUADALUPE	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeirad)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
1	Alan Rick Miranda	3678	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre	R$ 595.000,00
2	Alan Rick Miranda	3692	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	4	50	A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre	R$ 1.386.681,00
3	Alexsandro Vieira	13568	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Salgado	Salgado	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
4	Alexsandro Vieira	13570	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.581,00
5	Alexsandro Vieira	13567	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pacatuba	Pacatuba	13.112.222/0001-48	SE	PACATUBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
6	Alexsandro Vieira	13560	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Ilha das Flores	Ilha das Flores	13.111.224/0001-12	SE	ILHA DAS FLORES	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
7	Alexsandro Vieira	13561	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Indiaroba	Indiaroba	13.097.894/0001-21	SE	INDIAROBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
8	Alexsandro Vieira	19788	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
9	Alexsandro Vieira	19790	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
10	Alexsandro Vieira	13566	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Laranjeiras	Laranjeiras	13.120.613/0001-04	SE	LARANJEIRAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
11	Alexsandro Vieira	13563	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
12	Alexsandro Vieira	13557	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	13.128.863/0001-90	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
13	Alexsandro Vieira	19789	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
14	Alexsandro Vieira	13572	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tomar do Geru	Tomar do Geru	11.412.389/0001-07	SE	TOMAR DO GERU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
15	Alexsandro Vieira	19791	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
16	Alexsandro Vieira	13562	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda	Itaporanga d'Ajuda	13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
17	Alexsandro Vieira	19787	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
18	Alexandre Luiz Giordano	1374	60120002	4221	22000	22101	202V	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	R$ 4.952.436,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	202V	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4102	60120002	4283	22000	22101	202V	PARNARAMA	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4111	60120002	4283	22000	22101	202V	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.450.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4098	60120002	4283	22000	22101	202V	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4107	60120002	4283	22000	22101	202V	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4040	60120002	4283	22000	22101	202V	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
25	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1303	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barreiras	Prefeitura Municipal de Barreiras		04.216.287/0001-42	BA	BARREIRAS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 400.000,00
26	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2556	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Poções			14.242.200/0001-65	BA	POCOES	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
27	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1308	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição da Feira			13.828.371/0001-08	BA	CONCEICAO DA FEIRA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
28	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1311	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité		13.843.842/0001-57	BA	CONCEICAO DO COITE	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2904	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida			14.108.286/0001-38	BA	LICINIO DE ALMEIDA	4	40	Calçamento para escoamento da produção rural	R$ 1.052.436,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1176	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1357	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente	R$ 480.974,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	13233	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI			06.554.323/0001-03	PI	ALTO LONGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 257.324,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	12699	60120002	4496	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB3CX - ATA Região Nordeste	R$ 2.714.136,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1356	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente	R$ 990.487,00
35	Antonio Hamilton Martins Mourão	1690	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel	Prefeitura Municipal de São Gabriel		88.768.080/0001-70	RS	SAO GABRIEL	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel	R$ 500.000,00
36	Antonio Hamilton Martins Mourão	1692	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano		92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano	R$ 500.000,00
37	Antonio Hamilton Martins Mourão	1691	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alegrete	Prefeitura Municipal de Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete	R$ 980.974,00
38	Augusta Brito de Paula	3528	60120002	4281	22000	22101	202V	TABULEIRO DO NORTE			07.891.682/0001-19	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.500.000,00
39	Augusta Brito de Paula	4141	60120002	4281	22000	22101	202V	BELA CRUZ			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.442.436,00
40	Bruno Bierrenbach Bonetti	4675	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Trajano de Moraes/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
41	Bruno Bierrenbach Bonetti	4676	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaocara/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
42	Carlos Alberto Dias Viana	4016	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
43	Carlos Alberto Dias Viana	4054	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
44	Carlos Alberto Dias Viana	4032	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
45	Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
46	Carlos Alberto Dias Viana	4020	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
47	Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORES - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
48	Carlos Eduardo de Souza Braga	954	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
49	Carlos Eduardo de Souza Braga	1008	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
50	Carlos Eduardo de Souza Braga	983	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
51	Carlos Eduardo de Souza Braga	1001	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
52	Carlos Eduardo de Souza Braga	996	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira			04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
53	Carlos Eduardo de Souza Braga	988	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro			04.194.239/0001-09	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
54	Carlos Eduardo de Souza Braga	1005	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

55	Carlos Eduardo de Souza Braga	982	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jutaí			04.285.896/0001-53	AM	JUTAI	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
56	Carlos Eduardo de Souza Braga	966	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
57	Carlos Eduardo de Souza Braga	950	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	971	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Equipamentos	R$	404.872,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	992	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	963	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Benjamin Constant			04.243.978/0001-35	AM	BENJAMIN CONSTANT	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	957	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte			04.530.713/0001-18	AM	ATALAIA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	959	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	973	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	978	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	8818	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	8859	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE SAMPAIO			25.086.828/0001-35	TO	SAMPAIO	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE	R$	580.674,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	8846	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	8830	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE JUARINA			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	8803	60120002	4186	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE BERNARDO SAYÃO			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$	350.075,00
70	Carlos Francisco Portinho	4667	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agricola	R$	154.974,00
71	Carlos Francisco Portinho	4666	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$	301.571,00
72	Carlos Francisco Portinho	4663	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidraulica	R$	575.917,00
73	Carlos Francisco Portinho	4791	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator agricola	R$	154.974,00
74	Carlos Francisco Portinho	4665	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$	481.676,00
75	Carlos Francisco Portinho	4661	60120002	4210	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	2 - Tratores Agrícolas	R$	309.948,00
76	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	11885	60120002	4201	22000	22101	202V	Nova Olímpia	Nova Olímpia	Nova Olímpia	03.238.920/0001-30	MT	NOVA OLIMPIA	4	40	Construção de Unidade de Abatedouro	R$	4.050.000,00
77	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	8225	60120002	4201	22000	22101	202V	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	24.772.246/0001-40	MT	LUCAS DO RIO VERDE	4	40	Construção de Unidade Beneficiadora de Mel	R$	902.436,00
78	Cid Ferreira Gomes	1844	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Boa Viagem			07.963.515/0001-36	CE	BOA VIAGEM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	600.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	1999	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Varjota			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
80	Cid Ferreira Gomes	1761	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Caririé			07.598.600/0001-42	CE	CARIRE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	1834	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Viçosa do Ceará			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	1.000.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	1638	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	1759	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	500.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	1760	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Groaíras			07.598.709/0001-80	CE	GROAIRAS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	3723	60120002	4081	22000	22101	202V	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	2.004.872,00
86	Cid Ferreira Gomes	1836	60120002	4081	22000	22101	202V	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro	R$	2.300.000,00
87	Ciro Nogueira Lima Filho	3623	60120002	2900	22000	22101	202V	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
88	Ciro Nogueira Lima Filho	3620	60120002	2900	22000	22101	202V	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	990.487,00
89	Cleiton Gontijo de Azevedo	1561	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa			18.338.194/0001-03	MG	MATIAS BARBOSA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
90	Cleiton Gontijo de Azevedo	1670	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Vargem Bonita			16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	40	Equipamentos	R$	490.974,00
91	Cleiton Gontijo de Azevedo	1669	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte			16.886.608/0001-03	MG	CHAPADA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$	490.000,00
92	Confúcio Aires Moura	2788	60120002	4092	22000	22101	202V	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	R$	750.000,00
93	Confúcio Aires Moura	4917	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		00.396.895/0001-25	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras.	R$	1.000.000,00
94	Confúcio Aires Moura	4816	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CORUMBIARA		00.396.895/0001-25	RO	CORUMBIARA	4	90	Aquisição de Trator.	R$	302.436,00
95	Confúcio Aires Moura	4818	60120002	4092	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		00.396.895/0001-25	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Aquisição de tratores.	R$	700.000,00
96	Confúcio Aires Moura	4918	60120002	4092	22000	22101	202V	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira.	R$	1.500.000,00
97	Confúcio Aires Moura	12879	60120002	4092	22000	22101	202V	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	40	Aquisição de ensiladeira frontal.	R$	700.000,00
98	Damares Regina Alves	1890	60120002	4268	22000	22101	202V	SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	202V – Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.980.974,00
99	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4920	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	COREMAS - PB	00.396.895/0001-25	PB	COREMAS	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB.	R$	480.974,00
100	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4922	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	LUCENA - PB	00.396.895/0001-25	PB	LUCENA	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB	R$	500.000,00
101	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4921	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	MONTEIRO - PB	00.396.895/0001-25	PB	MONTEIRO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB.	R$	500.000,00
102	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4919	60120002	4141	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	BOQUEIRÃO - PB	00.396.895/0001-25	PB	BOQUEIRAO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB.	R$	500.000,00
103	Esmn Styvenson Valentim Mendes	964	60120002	4142	22000	22101	202V	08.349.102/0001-29	Carnaúbas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
104	Esmn Styvenson Valentim Mendes	1026	60120002	4142	22000	22101	202V	08.181.562/0001-90	Florânia		08.181.562/0001-90	RN	FLORANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
105	Esmn Styvenson Valentim Mendes	989	60120002	4142	22000	22101	202V	08.095.960/0001-94	São João do Sabugi		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
106	Esmn Styvenson Valentim Mendes	1046	60120002	4142	22000	22101	202V	08.086.662/0001-38	Jardim do Seridó		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
107	Esmn Styvenson Valentim Mendes	980	60120002	4142	22000	22101	202V	08.153.454/0001-04	Riacho da Cruz		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
108	Esmn Styvenson Valentim Mendes	984	60120002	4142	22000	22101	202V	08.094.708/0001-60	Ipueira		08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
109	Esmn Styvenson Valentim Mendes	1030	60120002	4142	22000	22101	202V	08.110.884/0001-49	Bento Fernandes		08.110.884/0001-49	RN	BENTO FERNANDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	471.462,00
110	Esmn Styvenson Valentim Mendes	960	60120002	4142	22000	22101	202V	08.088.247/0001-13	Santana do Seridó		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	700.000,00
111	Esmn Styvenson Valentim Mendes	974	60120002	4142	22000	22101	202V	08.096.372/0001-75	Serra Negra do Norte		08.096.372/0001-75	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	680.974,00
112	Efraim de Araújo Morais Filho	5614	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$	2.000.000,00
113	Efraim de Araújo Morais Filho	4320	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro			02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	150.000,00
114	Efraim de Araújo Morais Filho	4327	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - APACCO			09.307.596/0001-41	PB	CAMPINA GRANDE	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$	850.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

115	Efraim de Araújo Morais Filho	4375	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
116	Efraim de Araújo Morais Filho	15997	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
117	Efraim de Araújo Morais Filho	4448	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
118	Efraim de Araújo Morais Filho	7740	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Obras Complementares do Parque de Exposição	R$ 2.000.000,00
119	Elizíane Pereira Gama Melo	3984	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão		01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
120	Elizíane Pereira Gama Melo	5128	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitural Municipal de São Bento		06.214.258/0001-77	MA	SAO BENTO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
121	Elizíane Pereira Gama Melo	5127	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura de Pinheiro		06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	Vicinal	R$ 1.480.974,00
122	Elizíane Pereira Gama Melo	3968	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lajeado Novo		01.598.548/0001-48	MA	LAJEADO NOVO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
123	Elizíane Pereira Gama Melo	3987	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Passagem Franca		10.438.570/0001-11	MA	PASSAGEM FRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
124	Elizíane Pereira Gama Melo	3951	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 952.436,00
125	Elizíane Pereira Gama Melo	3964	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
126	Esperidião Amin Helou Filho	19715	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	Uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
127	Esperidião Amin Helou Filho	19743	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Timbe do Sul	82.915.232/0001-34	SC	TIMBE DO SUL	4	40	um trator de pneus	R$ 250.000,00
128	Esperidião Amin Helou Filho	19719	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Santa Helena	80.912.140/0001-75	SC	SANTA HELENA	4	40	uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
129	Esperidião Amin Helou Filho	19755	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Luiz Alves	83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	um trator de pneus	R$ 250.000,00
130	Esperidião Amin Helou Filho	19664	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Matos Costa	83.102.566/0001-51	SC	MATOS COSTA	4	40	um trator de pneus	R$ 250.974,00
131	Esperidião Amin Helou Filho	19707	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Navegantes	Prefeitura Municipal de Navegantes	Navegantes	83.102.855/0001-50	SC	NAVEGANTES	4	40	uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
132	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11223	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Anadia/AL	Anadia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$ 501.570,00
133	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11306	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
134	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11228	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Lagoa da Canoa/AL	Lagoa da Canoa/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.570,00
135	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11301	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Jaramataia/AL	Jaramataia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
136	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11273	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
137	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11314	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
138	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11248	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Arapiraca/AL	Arapiraca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
139	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11268	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Campo Alegre/AL	Campo Alegre/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
140	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11319	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Satuba/AL	Satuba/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
141	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11298	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Inhapi/AL	Inhapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	DEZ equipamentos: Tratores agricolas	R$ 1.360.200,00
142	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11290	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
143	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11310	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Olho D'agua do Casado/AL	Olho D'agua do Casado/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
144	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11307	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
145	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3117	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura de Tanque D'arca/AL			12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local.	R$ 500.000,00
146	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11276	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Craibas/AL	Craibas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
147	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11305	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mata Grande/AL	Mata Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
148	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11232	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mar Vermelho/AL	Mar Vermelho/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.570,00
149	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11264	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Belo Monte/AL	Belo Monte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
150	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11241	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Agua Branca/AL	Agua Branca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
151	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11278	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Delmiro Gouveia/AL	Delmiro Gouveia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
152	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11318	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Santa Luzia do Norte/AL	Santa Luzia do Norte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
153	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20327	60120002	4239	22000	22101	202V	Município de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
154	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11284	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
155	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11234	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.569,00
156	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11270	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Canapi/AL	Canapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
157	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11281	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Feira Grande/AL	Feira Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
158	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11313	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Pariconha/AL	Pariconha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
159	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3122	60120002	4239	22000	22101	202V	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Messias/AL	27.369.015/0001-88	AL	MESSIAS	4	50	Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados.	R$ 400.000,00
160	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	22165	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
161	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11275	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
162	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11302	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
163	Fabiano Contarato	22397	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA - CNPJ Nº 31.776.470/0001-86		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	R$ 575.917,00
164	Fabiano Contarato	22405	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - CNPJ Nº 27.165.570/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
165	Fabiano Contarato	735	60120002	4180	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-87	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO.	R$ 650.000,00
166	Fabiano Contarato	22411	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
167	Fabiano Contarato	22393	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU - CNPJ Nº 27.165.200/0001-17		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

168	Fabiano Contarato	22414	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - CNPJ Nº 27.167.402/0001-51		00.396.895/0001-25	ES	SAO JOSE DO CALCADO	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$	154.974,00
169	Fabiano Contarato	22399	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA - CNPJ Nº 31.723.570/0001-33		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
170	Fabiano Contarato	22408	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CNPJ Nº 27.167.345/0001-90		00.396.895/0001-25	ES	MANTENOPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	481.676,00
171	Fabiano Contarato	22382	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CNPJ Nº 27.174.143/0001-76	SÃO GABRIEL DA PALHA	00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	429.320,00
172	Fabiano Contarato	22401	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.426/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	575.917,00
173	Fabiano Contarato	22390	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ - CNPJ Nº 27.744.164/0001-50		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	293.194,00
174	Fabiano Contarato	22416	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - CNPJ Nº 27.174.077/0001-34		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DA BARRA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$	154.974,00
175	Fabiano Contarato	22386	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CNPJ Nº 27.104.363/0001-23		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	481.676,00
176	Fabiano Contarato	22403	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI - CNPJ Nº 27.174.069/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
177	Fernando Antonio Caminha Duciro	12076	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Riacho das Almas			10.091.551/0001-61	PE	RIACHO DAS ALMAS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
178	Fernando Antonio Caminha Duciro	12149	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.152.436,00
179	Fernando Antonio Caminha Duciro	12065	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Angelim			10.130.755/0001-64	PE	ANGELIM	4	40	Reforma e adequação do mercado público municipal	R$	1.000.000,00
180	Fernando Antonio Caminha Duciro	4854	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Santa Filomena			01.613.732/0001-10	PE	SANTA FILOMENA	4	40	Escavadeira hidráulica	R$	800.000,00
181	Fernando Antonio Caminha Duciro	12071	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Panelas			10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Pavimentação	R$	1.000.000,00
182	Flávio José Arns	2842	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.022.516/0001-07	PR	ANTONINA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
183	Flávio José Arns	2849	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.217.017/0001-67	PR	BOA ESPERANCA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
184	Flávio José Arns	2855	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			01.613.136/0001-30	PR	PRADO FERREIRA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	800.000,00
185	Flávio José Arns	2854	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.811/0001-28	PR	MANOEL RIBAS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
186	Flávio José Arns	2858	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.247.345/0001-06	PR	TAPEJARA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
187	Flávio José Arns	2853	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.829/0001-20	PR	BORRAZOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	830.000,00
188	Flávio Nantes Bolsonaro	1924	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana			28.812.972/0001-08	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	480.000,00
189	Flávio Nantes Bolsonaro	1919	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	480.000,00
190	Flávio Nantes Bolsonaro	1921	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	480.000,00
191	Flávio Nantes Bolsonaro	1918	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ			31.844.889/0001-17	RJ	PATY DO ALFERES	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	480.000,00
192	Francisco de Assis Rodrigues	1586	60120002	4143	22000	22101	202V	ministerio da agricultura	ministerio da agricultura		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas	R$	600.000,00
193	Francisco de Assis Rodrigues	3977	60120002	4143	22000	22101	202V	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari	R$	4.352.436,00
194	Francisco Plínio Valério Tomaz	3832	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	583.410,00
195	Francisco Plínio Valério Tomaz	3775	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
196	Francisco Plínio Valério Tomaz	3460	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
197	Francisco Plínio Valério Tomaz	3787	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
198	Francisco Plínio Valério Tomaz	3781	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Labrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
199	Francisco Plínio Valério Tomaz	3756	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Tapauá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
200	Francisco Plínio Valério Tomaz	3760	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
201	Francisco Plínio Valério Tomaz	3774	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
202	Francisco Plínio Valério Tomaz	3779	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
203	Francisco Plínio Valério Tomaz	3751	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
204	Francisco Plínio Valério Tomaz	3466	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
205	Francisco Plínio Valério Tomaz	3782	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
206	Francisco Plínio Valério Tomaz	3789	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	550.000,00
207	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	4936	60120002	4269	22000	22101	202V	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	CANTA	4	30	Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária.	R$	1.980.974,00
208	Humberto Sérgio Costa Lima	3375	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Parnamirim	11.361.235/0001-25	PE	PARNAMIRIM	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
209	Humberto Sérgio Costa Lima	3344	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Afrânio	Prefeitura Municipal de Afrânio	Afrânio	10.358.174/0001-84	PE	AFRANIO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
210	Humberto Sérgio Costa Lima	3368	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de João Alfredo	Prefeitura Municipal de João Alfredo	João Alfredo	11.097.359/0001-45	PE	JOAO ALFREDO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
211	Humberto Sérgio Costa Lima	3365	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ibapetim	Prefeitura Municipal de Ibapetim	Ibapetim	11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Aquisição de Patrol	R$	900.000,00
212	Humberto Sérgio Costa Lima	3370	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Manari	Prefeitura Municipal de Manari	Manari	01.626.099/0001-02	PE	MANARI	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
213	Humberto Sérgio Costa Lima	3372	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Orocó	Prefeitura Municipal de Orocó	Orocó	10.114.767/0001-03	PE	OROCO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
214	Humberto Sérgio Costa Lima	3351	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Chã Grande	11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Aquisição de Rolo Compactador	R$	595.240,00
215	Humberto Sérgio Costa Lima	3362	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itaíba	Prefeitura Municipal de Itaíba	Itaíba	11.286.382/0001-88	PE	ITAIBA	4	40	Aquisição de Patrol	R$	900.000,00
216	Humberto Sérgio Costa Lima	3358	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Granito	Prefeitura Municipal de Granito	Granito	11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Estradas vicinais	R$	1.452.436,00
217	Humberto Sérgio Costa Lima	3348	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaraji	Prefeitura Municipal de Amaraji	Amaraji	11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
218	Irajá Silvestre Filho	4504	60120002	4096	22000	22101	202V	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS	Todos os municípios do Estado do Tocantins		24.441.872/0001-53	TO	PALMAS	3	50	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$	4.952.436,00
219	Ivete Marli Appel da Silveira	601	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE			78.497.492/0001-60	SC	TIMBO GRANDE	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
220	Ivete Marli Appel da Silveira	592	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS			82.939.232/0001-74	SC	CAMPOS NOVOS	4	40	Compra de Equipamentos	R$	500.000,00
221	Ivete Marli Appel da Silveira	594	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de IRATI			95.990.230/0001-51	SC	IRATI	4	40	Compra de Equipamentos	R$	400.000,00
222	Ivete Marli Appel da Silveira	598	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA			95.990.131/0001-70	SC	NOVA ITABERABA	4	40	Compra de equipamentos	R$	250.000,00
223	Ivete Marli Appel da Silveira	602	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TREVISO			01.614.019/0001-90	SC	TREVISO	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
224	Ivete Marli Appel da Silveira	600	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAPANDUVA			83.102.533/0001-01	SC	PAPANDUVA	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
225	Ivete Marli Appel da Silveira	595	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Compra de equipamentos	R$	500.000,00
226	Ivete Marli Appel da Silveira	596	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Major Gercino			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
227	Ivete Marli Appel da Silveira	593	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de GRAVATAL			82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	Compra de Equipamentos	R$	400.000,00
228	Ivete Marli Appel da Silveira	599	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAIAL			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Compra de equipamentos	R$	500.000,00
229	Ivete Marli Appel da Silveira	844	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA			95.996.187/0001-31	SC	VARGEM BONITA	4	40	Compra de equipamentos	R$	400.000,00
230	Ivete Marli Appel da Silveira	597	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO			83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Compra de equipamentos	R$	402.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

231	Izalci Lucas Ferreira	4522	60120002	4136	22000	22101	202V	Vila Boa GO	Vila Boa GO		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO	R$	200.000,00
232	Izalci Lucas Ferreira	4516	60120002	4136	22000	22101	202V	Alvorada do Norte GO	Alvorada do Norte GO		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$	200.000,00
233	Izalci Lucas Ferreira	4520	60120002	4136	22000	22101	202V	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás	R$	200.000,00
234	Izalci Lucas Ferreira	4515	60120002	4136	22000	22101	202V	Alto Paraíso GO	Alto Paraíso GO		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO	R$	200.000,00
235	Izalci Lucas Ferreira	4521	60120002	4136	22000	22101	202V	Cavalcante GO	Cavalcante GO		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO	R$	200.000,00
236	Izalci Lucas Ferreira	4517	60120002	4136	22000	22101	202V	Formosa GO	Formosa GO		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO	R$	200.000,00
237	Izalci Lucas Ferreira	4514	60120002	4136	22000	22101	202V	Alexânia GO	Alexânia GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO	R$	200.000,00
238	Izalci Lucas Ferreira	4519	60120002	4136	22000	22101	202V	Niquelândia GO	Niquelândia GO		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO	R$	200.000,00
239	Izalci Lucas Ferreira	13032	60120002	4136	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03)		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$	180.974,00
240	Izalci Lucas Ferreira	4518	60120002	4136	22000	22101	202V	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás	R$	200.000,00
241	Juder Fontenelle Barbalho	1400	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Curuá			01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Aquisição de máquinas	R$	500.000,00
242	Juder Fontenelle Barbalho	1403	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Gurupá.			04.876.397/0001-30	PA	GURUPA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
243	Juder Fontenelle Barbalho	1409	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salvaterra			04.888.517/0001-10	PA	SALVATERRA	4	40	Aquisição de máquina	R$	600.000,00
244	Juder Fontenelle Barbalho	1412	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santarém Novo			05.149.182/0001-80	PA	SANTAREM NOVO	4	40	Aquisição de máquina.	R$	500.000,00
245	Juder Fontenelle Barbalho	1398	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.			04.884.482/0001-40	PA	CACHOEIRA DO ARARI	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
246	Juder Fontenelle Barbalho	1407	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rondon do Pará.			04.780.953/0001-70	PA	RONDON DO PARA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
247	Juder Fontenelle Barbalho	1406	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paragominas			05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de máquina.	R$	402.436,00
248	Juder Fontenelle Barbalho	1404	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maracanã			04.880.258/0001-80	PA	MARACANA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
249	Juder Fontenelle Barbalho	4668	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de máquina.	R$	600.000,00
250	Juder Fontenelle Barbalho	1397	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anapu.			01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Aquisição de máquina	R$	350.000,00
251	Jaime Maximino Bagattoli	2939	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
252	Jaime Maximino Bagattoli	2940	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	210.974,00
253	Jaime Maximino Bagattoli	2937	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
254	Jaime Maximino Bagattoli	2942	60120002	4272	22000	22101	202V	PREFEITURA			15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
255	Jaques Wagner	3406	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais	R$	1.500.000,00
256	Jaques Wagner	3845	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	447.676,00
257	Jaques Wagner	3413	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Igaporã			13.811.484/0001-09	BA	IGAPORA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	700.000,00
258	Jaques Wagner	4129	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
259	Jaques Wagner	3409	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais	R$	800.000,00
260	Jaques Wagner	3416	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Itaju do Colônia			14.147.920/0001-41	BA	ITAJU DO COLONIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	700.000,00
261	Jaques Wagner	3424	60120002	4080	22000	22101	202V	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	800.000,00
262	Jayme Veríssimo de Campos	2753	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	600.000,00
263	Jayme Veríssimo de Campos	2755	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	450.000,00
264	Jayme Veríssimo de Campos	4994	60120002	2376	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0001-25	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas.	R$	1.300.000,00
265	Jayme Veríssimo de Campos	2756	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Porto Alegre do Norte			03.238.672/0001-28	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	1.602.000,00
266	Jayme Veríssimo de Campos	2752	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	600.000,00
267	Jayme Veríssimo de Campos	2754	60120002	2376	22000	22101	202V	Município de Serra Nova Dourada			04.204.945/0001-86	MT	SERRA NOVA DOURADA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	400.436,00
268	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4533	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRICOLA	R$	134.555,00
269	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4539	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.996/0001-76		00.396.895/0001-25	GO	CAMPOS VERDES	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
270	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4541	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
271	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4545	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28		00.396.895/0001-25	GO	DOVERLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
272	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4534	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	MOTONIVELADORA	R$	544.503,00
273	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4543	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	TRATOR AGRICOLA	R$	134.555,00
274	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4530	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
275	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4540	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69		00.396.895/0001-25	GO	PIRANHAS	4	90	TRATOR AGRICOLA	R$	134.555,00
276	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4537	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10		00.396.895/0001-25	GO	INDIARA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
277	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4536	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01.126341/0001-70		00.396.895/0001-25	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
278	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4532	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRICOLA	R$	134.555,00
279	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4544	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32		00.396.895/0001-25	GO	FAZENDA NOVA	4	90	MOTONIVELADORA	R$	544.503,00
280	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4535	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
281	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4538	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07		00.396.895/0001-25	GO	MOZARLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

282	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4529	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0068-32	GO	GUARAITA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
283	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4542	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
284	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4531	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
285	Jorge Seif Júnior	3041	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Passos Maia			95.993.085/0001-62	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	264.000,00
286	Jorge Seif Júnior	12669	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
287	Jorge Seif Júnior	12645	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Saudades - SC/ 83.021.881/0001-54		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
288	Jorge Seif Júnior	4908	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	264.000,00
289	Jorge Seif Júnior	12651	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Bernardino - 01.612.812/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
290	Jorge Seif Júnior	12655	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
291	Jorge Seif Júnior	12663	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Abelardo Luz - SC / 83.009.886/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
292	Jorge Seif Júnior	12649	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Canarinho do Sul - SC / 83.021.816/0001-29		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
293	Jorge Seif Júnior	12659	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
294	Jorge Seif Júnior	4916	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Águas de Chapecó			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	254.000,00
295	Jorge Seif Júnior	12654	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Brunópolis - SC / 01.613.853/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
296	Jorge Seif Júnior	12661	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Meleiro SC / 82.837.741/0001-96		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	132.974,00
297	José da Cruz Marinho	247	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	TUCUMÃ	04.362.024/0001-41	PA	TUCUMA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
298	José da Cruz Marinho	1804	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	400.000,00
299	José da Cruz Marinho	244	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	22.937.932/0001-06	PA	PARAUAPEBAS	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
300	José da Cruz Marinho	241	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE	R$	1.000.000,00
301	José da Cruz Marinho	248	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	3	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.702.436,00
302	José da Cruz Marinho	1805	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	05.183.827/0001-00	PA	PORTO DE MOZ	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	780.974,00
303	José da Cruz Marinho	4657	60120002	4182	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	50	Aquisição de trator com implementos agrícolas	R$	250.000,00
304	José da Cruz Marinho	243	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	ALTAMIRA	05.004.510/0001-50	PA	ALTAMIRA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
305	José da Cruz Marinho	246	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	XINGUARA	10.248.086/0001-20	PA	XINGUARA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
306	José da Cruz Marinho	245	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	REDENÇÃO	10.248.052/0001-35	PA	REDENCAO	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	250.000,00
307	José da Cruz Marinho	242	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	MARABÁ	29.830.688/0001-19	PA	MARABA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$	750.000,00
308	José da Cruz Marinho	1801	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	800.000,00
309	José Renan Vasconcelos Calheiros	2370	60120002	2289	22000	22101	202V	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	MARECHAL DEODORO -AL	12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	750.000,00
310	José Renan Vasconcelos Calheiros	2369	60120002	2289	22000	22101	202V	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
311	José Renan Vasconcelos Calheiros	2364	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
312	José Renan Vasconcelos Calheiros	2368	60120002	2289	22000	22101	202V	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
313	José Renan Vasconcelos Calheiros	2319	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	12.342.663/0001-73	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
314	José Renan Vasconcelos Calheiros	2314	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	12.332.953/0001-36	AL	MURICI	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.250.000,00
315	José Renan Vasconcelos Calheiros	2760	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	652.436,00
316	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12787	60120002	4284	22000	22101	202V	Município de Novo Lino			12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos	R$	462.383,00
317	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12785	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.280/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XC/4G/LW30KV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	1.172.775,00
318	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12758	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.280/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$	3.317.278,00
319	José Roberto Oliveira Faro	4721	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX.	R$	680.000,00
320	José Roberto Oliveira Faro	2373	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	495.240,00
321	José Roberto Oliveira Faro	4723	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR.	R$	272.436,00
322	José Roberto Oliveira Faro	1213	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	83.211.433/0001-13	PA	GOIANESIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
323	José Roberto Oliveira Faro	1215	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Brasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.000.000,00
324	Luércio José de Oliveira	4044	60120002	4274	22000	22101	202V	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA			34.841.271/0001-91	SE	ARACAJU	4	30	- Aquisição de equipamentos.	R$	1.980.974,00
325	Leila Gomes de Barros Rêgo	4995	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE		18.456.504/0001-86	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
326	Leila Gomes de Barros Rêgo	5063	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ		48.908.806/0001-09	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	300.000,00
327	Leila Gomes de Barros Rêgo	4999	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	400.000,00
328	Leila Gomes de Barros Rêgo	5112	60120002	4082	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DE 00.348.003/0038-93		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF	R$	810.000,00
329	Leila Gomes de Barros Rêgo	5117	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de Agricultura Ecológica - AGE		26.447.771/0001-15	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	500.000,00
330	Leila Gomes de Barros Rêgo	5113	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	3	90	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	512.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

331	Leila Gomes de Barros Rêgo	4998	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	3	50	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	200.000,00
332	Leila Gomes de Barros Rêgo	5116	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL		11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	200.000,00
333	Leila Gomes de Barros Rêgo	5041	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	550.000,00
334	Leila Gomes de Barros Rêgo	5115	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$	1.080.000,00
335	Luis Carlos Heinze	927	60120002	4184	22000	22101	202V	Jari	Jari		01.609.402/0001-50	RS	JARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.005,00
336	Luis Carlos Heinze	934	60120002	4184	22000	22101	202V	Toropi	Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.003,00
337	Luis Carlos Heinze	918	60120002	4184	22000	22101	202V	Bossoroca	Bossoroca		87.613.014/0001-69	RS	BOSSOROCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	330.953,00
338	Luis Carlos Heinze	931	60120002	4184	22000	22101	202V	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul		87.489.910/0001-68	RS	SAO PEDRO DO SUL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.004,00
339	Luis Carlos Heinze	922	60120002	4184	22000	22101	202V	Dilermando de Aguiar	Dilermando de Aguiar		01.609.404/0001-40	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	300.006,00
340	Luis Carlos Heinze	937	60120002	4184	22000	22101	202V	Tramandaí	Tramandaí		88.771.001/0001-80	RS	TRAMANDAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	200.001,00
341	Luis Carlos Heinze	925	60120002	4184	22000	22101	202V	Itacurubi	Itacurubi		91.573.048/0001-44	RS	ITACURUBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	250.002,00
342	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1358	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PORANGA	MUNICIPIO DE PORANGA		07.438.187/0001-59	CE	PORANGA	4	40	Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal	R$	1.645.124,00
343	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4732	60120002	4138	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	TABULEIRO DO NORTE	05.492.601/0001-82	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$	135.850,00
344	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4717	60120002	4138	22000	22101	202V	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR-ORGÂNICO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR-ORGÂNICO	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$	200.000,00
345	Luiz Cantuária Barreto	2719	60120002	4079	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP	R$	4.952.436,00
346	Magno Pereira Malta	1783	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
347	Magno Pereira Malta	1782	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Apiacá/ES			27.165.604/0001-44	ES	APIACA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas.	R$	301.000,00
348	Magno Pereira Malta	1784	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Mimoso do Sul/ES			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
349	Magno Pereira Malta	2001	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Ibitirama/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
350	Magno Pereira Malta	2000	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Barra de Afonso Cláudio/ES			27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
351	Magno Pereira Malta	2002	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Presidente Kennedy/ES			27.165.703/0001-26	ES	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	301.000,00
352	Magno Pereira Malta	4806	60120002	2029	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ 31.796.650/0001-20	Alto Rio Novo/ES	00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO	R$	174.974,00
353	Mara Cristina Gabrilli	3563	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
354	Mara Cristina Gabrilli	3078	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	46.186.375/0001-99	SP	CAFELANDIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
355	Mara Cristina Gabrilli	3611	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	46.156.477/0001-61	SP	COROADOS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
356	Mara Cristina Gabrilli	3557	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	65.712.002/0001-59	SP	ASPASIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	452.436,00
357	Mara Cristina Gabrilli	3554	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS	65.712.069/0001-93	SP	MESOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$	500.000,00
358	Mara Cristina Gabrilli	3606	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	44.558.856/0001-52	SP	PROMISSAO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
359	Mara Cristina Gabrilli	3571	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ	46.189.726/0001-15	SP	ITAPUI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
360	Mara Cristina Gabrilli	3548	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	46.601.944/0001-15	SP	TRES FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
361	Mara Cristina Gabrilli	3631	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$	500.000,00
362	Mara Cristina Gabrilli	3613	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	SP	BOTUCATU	3	40	Custeio	R$	500.000,00
363	Marcelo Costa e Castro	3084	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí			01.612.558/0001-90	PI	BELA VISTA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
364	Marcelo Costa e Castro	23456	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
365	Marcelo Costa e Castro	23467	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
366	Marcelo Costa e Castro	23473	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de um trator agrícola	R$	136.021,00
367	Marcelo Costa e Castro	23477	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Miguel Leão			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
368	Marcelo Costa e Castro	718	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí			06.554.166/0001-36	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	400.000,00
369	Marcelo Costa e Castro	23484	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
370	Marcelo Costa e Castro	23459	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
371	Marcelo Costa e Castro	619	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	600.000,00
372	Marcelo Costa e Castro	23475	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí			01.612.591/0001-10	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
373	Marcelo Costa e Castro	23469	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paes Landim			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
374	Marcelo Costa e Castro	23483	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
375	Marcelo Costa e Castro	23458	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
376	Marcelo Costa e Castro	23472	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$	1.507.855,00
377	Marcelo Costa e Castro	23478	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Marcolândia			41.522.269/0001-15	PI	MARCOLANDIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
378	Marcelo Costa e Castro	23448	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
379	Marcelo Costa e Castro	23462	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro			41.522.178/0001-80	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
380	Marcelo Costa e Castro	23455	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
381	Marcelo Costa e Castro	3083	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
382	Marcelo Costa e Castro	23482	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
383	Marcelo Costa e Castro	23454	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Francinópolis			06.554.919/0001-03	PI	FRANCINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
384	Marcelo Costa e Castro	268	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de José de Freitas			06.554.786/0001-75	PI	JOSE DE FREITAS	4	40	Construção de uma agroindústria	R$	800.000,00
385	Marcelo Costa e Castro	612	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.200.000,00
386	Marcelo Costa e Castro	23450	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guadalupe			06.554.083/0001-47	PI	GUADALUPE	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

387	Marcelo Costa e Castro	3088	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.638/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.500.000,00
388	Marcelo Costa e Castro	3093	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção e estrada vicinal	R$	1.500.000,00
389	Marcelo Costa e Castro	3086	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Construção de uma passagem molhada.	R$	1.000.000,00
390	Marcelo Costa e Castro	23468	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo			01.612.577/0001-17	PI	FRANCISCO MACEDO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
391	Marcelo Costa e Castro	23461	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pimenteiras			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
392	Marcelo Costa e Castro	23465	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
393	Marcelo Costa e Castro	23479	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
394	Marcelo Costa e Castro	23453	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
395	Marcelo Costa e Castro	23451	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes			06.553.705/0001-12	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
396	Marcelo Costa e Castro	23480	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí			06.554.810/0001-76	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
397	Marcelo Costa e Castro	3068	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	800.000,00
398	Marcelo Costa e Castro	1946	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria de Assistencia Tecnica e Defesa Agropecuaria (SADA/PI)	Corrente - PI		49.498.865/0001-19	PI	TERESINA	4	30	Construção de um parque de exposições	R$	1.000.000,00
399	Marcelo Costa e Castro	23481	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
400	Marcelo Costa e Castro	23476	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
401	Marcelo Costa e Castro	727	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uruçuí			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
402	Marcelo Costa e Castro	23457	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteiras			06.553.721/0001-05	PI	FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
403	Marcelo Costa e Castro	23452	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara			01.612.565/0001-92	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
404	Marcelo Costa e Castro	23464	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Batalha			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
405	Marcelo Costa e Castro	23449	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
406	Márcio Miguel Bittar	1489	60120002	4078	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FEIJO	MUNICIPIO DE FEIJO		04.005.179/0001-20	AC	FEIJO	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	1.980.974,00
407	Marcos Cesar Pontes	2034	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	67.160.507/0001-83	SP	VARGEM	4	40	EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA	R$	610.974,00
408	Marcos Cesar Pontes	2032	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	56.024.581/0001-56	SP	RIBEIRAO PRETO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	625.000,00
409	Marcos Cesar Pontes	2029	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	45.116.092/0001-08	SP	MERIDIANO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	300.000,00
410	Marcos Cesar Pontes	2036	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	445.000,00
411	Marcos Ribeiro do Val	3748	60120002	9204	22000	22101	202V	MIMOSO DO SUL			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
412	Marcos Ribeiro do Val	3759	60120002	9204	22000	22101	202V	MARILÂNDIA			27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
413	Marcos Rogério da Silva Brito	3209	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	obra	R$	1.980.974,00
414	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	3470	60120002	4275	22000	22101	202V	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
415	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2446	60120002	4275	22000	22101	202V	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	5.404.872,00
416	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2445	60120002	4275	22000	22101	202V	ANANÁS	ANANÁS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	3.000.000,00
417	Maria Teresa Leitão de Melo	2722	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Cupira			10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Construção de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
418	Maria Teresa Leitão de Melo	2718	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de São João			10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante	R$	1.052.436,00
419	Maria Teresa Leitão de Melo	2723	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Macaparana			11.361.888/0001-04	PE	MACAPARANA	4	40	Serviço de Terraplanagem e cascalhamento	R$	1.000.000,00
420	Maria Teresa Leitão de Melo	2724	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação de estradas e recuperação de barragens	R$	950.000,00
421	Maria Teresa Leitão de Melo	2726	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Buenos Aires			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais	R$	495.240,00
422	Maria Teresa Leitão de Melo	2725	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação e manutenção de Barragens	R$	950.000,00
423	Nelson Trad Filho	5016	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
424	Nelson Trad Filho	5019	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
425	Nelson Trad Filho	5070	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
426	Nelson Trad Filho	5043	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$	204.353,00
427	Nelson Trad Filho	3112	60120002	4181	22000	22101	202V	Governo do Estado	Festival Internacional da Carne		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	3	30	Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne	R$	400.000,00
428	Nelson Trad Filho	5071	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
429	Nelson Trad Filho	5065	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Coronel Sapucaia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Custeio Oeste)	R$	436.126,00
430	Nelson Trad Filho	3161	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Ponta Porã	Ponta Agrotec		03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
431	Nelson Trad Filho	5066	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
432	Nelson Trad Filho	5018	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
433	Nelson Trad Filho	5069	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
434	Nelson Trad Filho	5067	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
435	Nelson Trad Filho	5021	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
436	Nelson Trad Filho	5004	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
437	Nelson Trad Filho	5064	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$	293.194,00
438	Nelson Trad Filho	5017	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Douradina		15.479.751/0001-60	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
439	Nelson Trad Filho	5038	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
440	Nelson Trad Filho	3157	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Mundo Novo	População		03.741.683/0001-26	MS	MUNDO NOVO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Ponta (concluído)	R$	300.000,00
441	Nelson Trad Filho	5015	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 03396950001-25	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
442	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3331	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Salinas da Margarida/BA	Município de Salinas da Margarida/BA	SALINAS DA MARGARIDA/BA	13.743.281/0001-14	BA	SALINAS DA MARGARIDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
443	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3325	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ibitiara/BA	Município de Ibitiara/BA	IBITIARA/BA	13.781.828/0001-76	BA	IBITIARA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
444	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3321	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Jeremoabo-BA	Município de Jeremoabo-BA	JEREMOABO/BA	13.809.041/0001-75	BA	JEREMOABO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais.	R$	1.952.436,00
445	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3334	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ipecaetá/BA	Município de Ipecaetá/BA	IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
446	Paulo Renato Paim	383	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Canguçu			88.861.430/0001-49	RS	CANGUCU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	351.436,00
447	Paulo Renato Paim	374	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Porto Lucena			87.613.659/0001-00	RS	PORTO LUCENA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
448	Paulo Renato Paim	375	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rondinha			87.712.212/0001-80	RS	RONDINHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
449	Paulo Renato Paim	379	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Bozano			04.216.419/0001-36	RS	BOZANO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
450	Paulo Renato Paim	382	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Toropi			01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
451	Paulo Renato Paim	387	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Tapera			87.613.493/0001-13	RS	TAPERA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

452	Paulo Renato Paim	377	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Ivoti			88.254.909/0001-17	RS	IVOTI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
453	Paulo Renato Paim	384	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Encruzilhada do Sul			89.363.642/0001-69	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	351.000,00
454	Paulo Renato Paim	380	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
455	Paulo Renato Paim	388	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Erebango			92.453.828/0001-13	RS	EREBANGO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	350.000,00
456	Paulo Renato Paim	376	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Carlos Barbosa			88.587.183/0001-34	RS	CARLOS BARBOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
457	Paulo Renato Paim	1637	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Terra de Areia			90.256.660/0001-20	RS	TERRA DE AREIA	4	41	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	495.240,00
458	Paulo Renato Paim	385	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Lagoa Vermelha			87.613.626/0001-51	RS	LAGOA VERMELHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
459	Paulo Renato Paim	389	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
460	Paulo Renato Paim	386	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mostardas			88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
461	Paulo Renato Paim	381	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Pedro Osório			88.859.962/0001-41	RS	PEDRO OSORIO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
462	Paulo Renato Paim	378	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
463	Randolph Frederich Rodrigues Alves	3415	60120002	2919	22000	22101	202V	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Estradas Vicinais	R$	4.952.436,00
464	Roberta Loorlina Xisto Acielly	4778	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$	2.952.436,00
465	Roberta Loorlina Xisto Acielly	4779	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$	2.000.000,00
466	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4078	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales			18.404.954/0001-25	MG	FRONTEIRA DOS VALES	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
467	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4088	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
468	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4117	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pote			18.404.970/0001-18	MG	POTE	4	40	Equipamento	R$	652.436,00
469	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4061	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguanil			17.888.108/0001-65	MG	AGUANIL	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
470	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4099	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
471	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4067	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capetinga			17.894.031/0001-36	MG	CAPETINGA	4	40	Equipamento	R$	400.000,00
472	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4113	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muzambinho			18.668.624/0001-47	MG	MUZAMBINHO	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
473	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4669	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Estrela de Indaia			18.301.028/0001-24	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
474	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4082	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guarara			17.723.172/0001-96	MG	GUARARA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
475	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4104	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Equipamento	R$	400.000,00
476	Rogério Carvalho Santos	1416	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.052.436,00
477	Rogério Carvalho Santos	1415	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.134.614/0001-08	SE	CAMPO DO BRITO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
478	Rogério Carvalho Santos	1414	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.150.000,00
479	Rogério Carvalho Santos	1641	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipa			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Pavimentação	R$	495.240,00
480	Rogério Carvalho Santos	1413	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	40	Estradas Vicinais	R$	600.000,00
481	Rogério Carvalho Santos	1410	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.100.995/0001-04	SE	AREIA BRANCA	4	40	Obras de Fomento	R$	1.150.000,00
482	Rogério Simonetti Marinho	11686	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
483	Rogério Simonetti Marinho	11672	60120002	4276	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
484	Rogério Simonetti Marinho	11681	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
485	Rogério Simonetti Marinho	11675	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VERA CRUZ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	136.021,00
486	Rogério Simonetti Marinho	11721	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
487	Rogério Simonetti Marinho	11703	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA ARICULTURA E PECUÁRIA	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
488	Rogério Simonetti Marinho	11710	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
489	Rogério Simonetti Marinho	11696	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do mnisitério da agricultura	R$	501.571,00
490	Romario de Souza Faria	13099	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$	481.676,00
491	Romario de Souza Faria	13116	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$	301.571,00
492	Romario de Souza Faria	13109	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$	301.571,00
493	Romario de Souza Faria	13111	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$	575.917,00
494	Sérgio de Oliveira Cunha	4263	60120002	2914	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD			43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre	R$	4.000.000,00
495	Soraya Vieira Thronicke	2290	60120002	4086	22000	22101	202V	Instituto do Desenvolvimento Social - IDS	Estado do Mato Grosso do Sul		01.832.903/0001-00	RJ	MARICA	3	50	Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos.	R$	4.952.436,00
496	Tereza Cristina Corrêa	3532	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Alvorada do Sul/MS		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	40	Cobertura da Feira do Produtor	R$	530.974,00
497	Tereza Cristina Corrêa	3527	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS	Iguatemi/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	350.000,00
498	Tereza Cristina Corrêa	3534	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS	Paranaíba/MS		03.343.118/0001-00	MS	PARANAÍBA	4	40	Pontes e Aduelas	R$	1.100.000,00
499	Vanderlan Vieira Cardoso	3669	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cavalcante		00.396.895/0001-25	GO	CAVALCANTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
500	Vanderlan Vieira Cardoso	20269	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
501	Vanderlan Vieira Cardoso	3552	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Três Ranchos		00.396.895/0001-25	GO	TRES RANCHOS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
502	Vanderlan Vieira Cardoso	3674	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Amorinópolis		00.396.895/0001-25	GO	AMORINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
503	Vanderlan Vieira Cardoso	3553	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Guaraíta		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
504	Vanderlan Vieira Cardoso	3547	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Portelândia		00.396.895/0001-25	GO	PORTELANDIA	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
505	Vanderlan Vieira Cardoso	3676	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Montes Claros de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
506	Vanderlan Vieira Cardoso	3671	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Teresina de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TERESINA DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
507	Vanderlan Vieira Cardoso	3668	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alexânia		00.396.895/0001-25	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Basculante Truncado	R$	604.000,00
508	Vanderlan Vieira Cardoso	20270	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Ituiutaí		00.396.895/0001-25	GO	ITAURUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$	292.600,00
509	Vanderlan Vieira Cardoso	3663	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Valparaíso de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	690.000,00
510	Vanderlan Vieira Cardoso	3551	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Rianápolis		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$	295.000,00
511	Vanderlan Vieira Cardoso	4997	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$	544.502,00
512	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4751	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Vista Serrana			09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	800.000,00
513	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4747	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$	300.000,00
514	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5500	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	3	40	Evento	R$	300.000,00
515	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4594	60120002	4088	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS			09.307.596/0001-41	PB	PRATA	3	50	Evento	R$	600.000,00
516	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4637	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	3	40	Evento	R$	500.000,00
517	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4641	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	3	40	Evento	R$	300.000,00
518	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4853	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José de Caiana			08.891.541/0001-69	PB	SAO JOSE DE CAIANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	400.000,00
519	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4754	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	3	40	Evento	R$	200.000,00
520	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5499	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$	400.000,00
521	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4639	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Evento	R$	200.000,00
522	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4613	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$	600.000,00
523	Venezziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4749	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cabaceiras			08.702.862/0001-78	PB	CABACEIRAS	3	40	Evento	R$	352.436,00
524	Wellington Antonio Fagundes	5035	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367362/0001-93		00.396.895/0001-25	MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
525	Wellington Antonio Fagundes	5114	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		00.396.895/0001-25	MT	SALTO DO CEU	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
526	Wellington Antonio Fagundes	5020	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38		00.396.895/0001-25	MT	BRASNORTE	4	90	Aquisição trator	R$	134.555,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

527	Wellington Antonio Fagundes	5042	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22		00.396.895/0001-25	MT	NOVA LACERDA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
528	Wellington Antonio Fagundes	5030	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/0001-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
529	Wellington Antonio Fagundes	5025	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-60		00.396.895/0001-25	MT	GLORIA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
530	Wellington Antonio Fagundes	5022	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	CURVELANDIA	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
531	Wellington Antonio Fagundes	5024	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		00.396.895/0001-25	MT	RESERVA DO CABACAL	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
532	Wellington Antonio Fagundes	5125	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
533	Wellington Antonio Fagundes	5047	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99		00.396.895/0001-25	MT	CAMPOS DE JULIO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
534	Wellington Antonio Fagundes	5040	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste cnpj 04219688/0001-56		00.396.895/0001-25	MT	CONQUISTA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
535	Wellington Antonio Fagundes	5023	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000 1-89		00.396.895/0001-25	MT	RIO BRANCO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.554,00
536	Wellington Antonio Fagundes	5026	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48		00.396.895/0001-25	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
537	Wellington Antonio Fagundes	5027	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	INDIAVAI	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
538	Wellington Antonio Fagundes	5036	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VALE DE SAO DOMINGOS	4	90	Aquisição de trator	R$	134.555,00
539	Weverton Rocha Marques de Sousa	5445	60120002	4084	22000	22101	202V	Trizidela do Vale			01.558.070/0001-22	MA	TRIZIDELA DO VALE	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
540	Weverton Rocha Marques de Sousa	5449	60120002	4084	22000	22101	202V	Vitorino Freire			06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	40	Ampliação do Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos	R$	1.000.000,00
541	Weverton Rocha Marques de Sousa	5433	60120002	4084	22000	22101	202V	Riachão			05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
542	Weverton Rocha Marques de Sousa	5442	60120002	4084	22000	22101	202V	Graça Aranha			06.140.594/0001-12	MA	GRACA ARANHA	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
543	Weverton Rocha Marques de Sousa	5431	60120002	4084	22000	22101	202V	São Vicente Ferrer			06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.147,00
544	Weverton Rocha Marques de Sousa	3456	60120002	4084	22000	22101	202V	Fernando Falcão			01.612.667/0001-08	MA	FERNANDO FALCAO	4	40	implantação de estradas vicinais	R$	4.952.436,00
545	Weverton Rocha Marques de Sousa	5436	60120002	4084	22000	22101	202V	Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
546	Weverton Rocha Marques de Sousa	5439	60120002	4084	22000	22101	202V	Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$	1.484.145,00
547	Wilder Pedro de Morais	2682	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Turvelândia			25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	980.974,00
548	Wilder Pedro de Morais	22661	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO			00.163.055/0001-12	GO	MUNDO NOVO	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	600.000,00
549	Wilder Pedro de Morais	22660	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL			00.007.344/0001-22	GO	AMERICANO DO BRASIL	4	40	MANUENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	400.000,00
550	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1848	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	1.000.055,00
551	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1864	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	402.436,00
552	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3824	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA	R$	330.055,00
553	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1846	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
554	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3806	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA EQUADOR	PREFEITURA EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
555	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1853	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	600.055,00
556	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1868	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$	479.055,00
557	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3874	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORO		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	CÂMARA FRIGORIFICA	R$	300.000,00
558	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3819	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLMENTOS AGRICOLAS	R$	299.835,00
559	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3805	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU		08.349.078/0001-28	RN	PATU	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
560	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1854	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	340.670,00
561	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3822	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	VEICULO	R$	400.055,00
562	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	2599	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL		08.158.669/0001-18	RN	CORONEL EZEQUIEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
																	R$	352.891.139,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8998361604

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7

Às treze horas e cinquenta e um minutos do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência Eventual do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026) e Resolução do Congresso Nacional 1/2006, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jader Barbalho, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Alan Rick e Tereza Cristina. Registram presença, ainda, os Senadores Eduardo Gomes, Cleitinho, Ana Paula Lobato, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Marcos do Val e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se ao sétimo bloco de deliberação, referente à apreciação das indicações dos Senadores Carlos Viana, Marcelo Castro, Ana Paula Lobato e Esperidião Amin. Há 35 (trinta e cinco) alterações em indicações para análise. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 182/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA e 200/2026/SPOA-MAPA/SE/MAPA. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Hamilton Mourão. Relatório: pela aprovação das alterações nas indicações constantes do Anexo I, pela consolidação de todas as indicações aprovadas até o presente no Anexo II, bem como pela consolidação de todas as indicações rejeitadas até o presente no Anexo III. Passa-se à deliberação. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente momento, 562 (quinhentas e sessenta e duas) indicações, totalizando R$ 352.894.039,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões oitocentos e noventa e quatro mil e trinta e nove reais). O Anexo I compreende as alterações de indicações no formato DE-PARA. O Anexo II consolida todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Anexo III elenca todas as indicações rejeitadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da décima oitava Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos.

SENADOR HAMILTON MOURÃO
PRESIDENTE EVENTUAL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das alterações em indicações (DE-PARA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substituí?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
1	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	22669	4069	60120002	4283	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	01.612.832/0001-21	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
2	Carlos Alberto Dias Viana	23648	15252	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00
3	Carlos Alberto Dias Viana	23641	15259	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00
4	Esperidião Amin Helou Filho	22761	19715	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	aquisição de um trator de esteira	R$ 410.000,00
5	Marcelo Costa e Castro	23618		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-77)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de pá carregadeira	R$ 293.194,00
6	Marcelo Costa e Castro	23619		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
7	Marcelo Costa e Castro	23620		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (CNPJ 06.554.683/0001-47)		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
8	Marcelo Costa e Castro	23621		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
9	Marcelo Costa e Castro	23622		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
10	Marcelo Costa e Castro	23623		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-88)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
11	Marcelo Costa e Castro	23624		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.519/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
12	Marcelo Costa e Castro	23625		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
13	Marcelo Costa e Castro	23626		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
14	Marcelo Costa e Castro	23627		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.723/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
15	Marcelo Costa e Castro	23628		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal da Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
16	Marcelo Costa e Castro	23629		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Julião (CNPJ 06.553.846/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
17	Marcelo Costa e Castro	23630	23448 23449 23450	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.827/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
18	Marcelo Costa e Castro	23631	23451 23452 23453 23454	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal da Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-00)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
19	Marcelo Costa e Castro	23633	23455 23456 23457	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
20	Marcelo Costa e Castro	23634	23458 23459 23461	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
21	Marcelo Costa e Castro	23635	23462 23464 23465 23467	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 06.728.240/0001-93)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
22	Marcelo Costa e Castro	23636	23468 23469 23472 23473	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
23	Marcelo Costa e Castro	23637	23475 23476 23477	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
24	Marcelo Costa e Castro	23638	23478 23479 23480 23481 23482 23483 23484	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$ 1.507.855,00
25	Marcelo Costa e Castro	23639		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de um trator agrícola	R$ 136.121,00
26	Marcelo Costa e Castro	23640		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
27	Marcelo Costa e Castro	23642		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
28	Marcelo Costa e Castro	23643		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
29	Marcelo Costa e Castro	23644		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.260/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
30	Marcelo Costa e Castro	23645		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELÉM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
31	Marcelo Costa e Castro	23646		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
32	Marcelo Costa e Castro	23649		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
33	Marcelo Costa e Castro	23650		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Carnaúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
34	Marcelo Costa e Castro	23651		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-58)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
35	Marcelo Costa e Castro	23652		60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.185/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00

Senadora ANA PAULA LOBATO
DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	202V	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	22669	60120002	4283	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	01.612.832/0001-21	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00

Senador CARLOS VIANA
DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-00		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Carlos Alberto Dias Viana	23648	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00
Carlos Alberto Dias Viana	23641	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00

Senador ESPERIDIÃO AMIN
DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Esperidião Amin Helou Filho	19715	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	Uma retroescavadeira	R$ 410.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Esperidião Amin Helou Filho	22761	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	aquisição de um trator de esteira	R$ 410.000,00

Sen MARCELO CASTRO
DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Marcelo Costa e Castro	23456	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23467	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23473	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de um trator agrícola	R$ 136.021,00
Marcelo Costa e Castro	23477	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Miguel Leão			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23459	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-55	PI	SAO JULIAO	4	40	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23475	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí			01.612.591/0001-10	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcelo Costa e Castro	23469	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paes Landim			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23458	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUÍ	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23472	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$	1.507.855,00
Marcelo Costa e Castro	23478	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Marcolândia			41.522.269/0001-15	PI	MARCOLANDIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23448	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23462	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro			41.522.178/0001-80	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23455	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23482	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAÚBAS DO PIAUÍ	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23454	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Francinópolis			06.554.919/0001-03	PI	FRANCINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23450	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guadalupe			06.554.083/0001-47	PI	GUADALUPE	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23468	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo			01.612.577/0001-17	PI	FRANCISCO MACEDO	4	40	Aquisição de uma pá-carregueira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23461	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Piracuruca			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23465	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Joaius Coelho			06.553.986/0001-03	PI	BAIAS COELHO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23479	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-66	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23453	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anisical do Piauí			06.554.752/0001-60	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23451	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes			06.553.705/0001-12	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23480	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí			06.554.810/0001-76	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23481	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23476	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23457	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteiras			06.553.721/0001-05	PI	FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23452	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara			01.612.565/0001-92	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23464	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Batalha			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23449	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23483	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23484	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Varzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Coletivo/etc)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Marcelo Costa e Castro	23618	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ [illegible])		00.396.895/0001-23	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23619	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-23	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23620	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (CNPJ 06.554.083/0001-47)		00.396.895/0001-23	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23621	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-23	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23622	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-23	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23623	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-60)		00.396.895/0001-23	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23624	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-23	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23625	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-23	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23626	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-40)		00.396.895/0001-23	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23627	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-23	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23628	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-23	PI	LAGOA DO PIAUÍ	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23629	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Julião (CNPJ 06.553.846/0001-55)		00.396.895/0001-23	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23630	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-23	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23631	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-23	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23633	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-23	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23634	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Joaius Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-23	PI	BAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23635	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 06.728.240/0001-03)		00.396.895/0001-23	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23636	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-23	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23637	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-23	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23638	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-23	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$ 1.507.855,00
Marcelo Costa e Castro	23639	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-23	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de um trator agrícola	R$ 136.121,00
Marcelo Costa e Castro	23640	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-23	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23642	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-23	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23643	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-23	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23644	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-23	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23645	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-66)		00.396.895/0001-23	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23646	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-23	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23649	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-23	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23650	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-23	PI	CARAÚBAS DO PIAUÍ	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23651	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-23	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23652	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Varzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-23	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	3678	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre	R$ 595.000,00
2	Alan Rick Miranda	3692	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE	Estado do Acre	43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	4	50	A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre	R$ 1.386.681,00
3	Alessandro Vieira	13568	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Salgado	Salgado	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
4	Alessandro Vieira	13570	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.581,00
5	Alessandro Vieira	13567	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pacatuba	Pacatuba	13.112.222/0001-48	SE	PACATUBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
6	Alessandro Vieira	13560	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Ilha das Flores	Ilha das Flores	13.111.224/0001-12	SE	ILHA DAS FLORES	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
7	Alessandro Vieira	13561	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Indiaroba	Indiaroba	13.097.894/0001-21	SE	INDIAROBA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
8	Alessandro Vieira	19788	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
9	Alessandro Vieira	19790	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
10	Alessandro Vieira	13566	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Laranjeiras	Laranjeiras	13.120.613/0001-04	SE	LARANJEIRAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
11	Alessandro Vieira	13563	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Lagarto	Lagarto	13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
12	Alessandro Vieira	13557	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	13.128.863/0001-90	SE	BARRA DOS COQUEIROS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
13	Alessandro Vieira	19789	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
14	Alessandro Vieira	13572	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tomar do Geru	Tomar do Geru	11.412.389/0001-07	SE	TOMAR DO GERU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
15	Alessandro Vieira	19791	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
16	Alessandro Vieira	13562	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda	Itaporanga d'Ajuda	13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
17	Alessandro Vieira	19787	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 301.580,00
18	Alexandre Luiz Giordano	1374	60120002	4221	22000	22101	202V	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	Município de Mairiporã	46.523.163/0001-50	SP	MAIRIPORA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 4.952.436,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	22669	60120002	4283	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	01.612.832/0001-21	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4102	60120002	4283	22000	22101	202V	PARNARAMA	PARNARAMA	PARNARAMA	06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4111	60120002	4283	22000	22101	202V	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.450.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4098	60120002	4283	22000	22101	202V	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4107	60120002	4283	22000	22101	202V	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 500.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4040	60120002	4283	22000	22101	202V	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
25	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1303	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barrocas	Prefeitura Municipal de Barrocas		04.216.287/0001-42	BA	BARROCAS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 400.000,00
26	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2556	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Poções			14.242.200/0001-65	BA	POCOES	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
27	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1308	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição da Feira			13.828.371/0001-08	BA	CONCEICAO DA FEIRA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
28	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	1311	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conceição do Coite	Prefeitura Municipal de Conceição do Coite		13.843.842/0001-57	BA	CONCEICAO DO COITE	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	2904	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Licineo de Almeida			14.108.286/0001-38	BA	LICINIO DE ALMEIDA	4	40	Calçamento para escoamento da produção rural	R$ 1.052.436,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1176	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1357	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente	R$ 480.974,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	13233	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI			06.554.323/0001-03	PI	ALTO LONGA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 257.324,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	12699	60120002	4496	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX - ATA Região Nordeste	R$ 2.714.136,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	1356	60120002	4496	22000	22101	202V	Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			08.809.355/0001-38	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente	R$ 990.487,00
35	Antonio Hamilton Martins Mourão	1690	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel	Prefeitura Municipal de São Gabriel		88.768.080/0001-70	RS	SAO GABRIEL	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel	R$ 500.000,00
36	Antonio Hamilton Martins Mourão	1692	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano		92.412.808/0001-02	RS	MATO CASTELHANO	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano	R$ 500.000,00
37	Antonio Hamilton Martins Mourão	1691	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alegrete	Prefeitura Municipal de Alegrete		87.896.874/0001-57	RS	ALEGRETE	4	40	Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete	R$ 980.974,00
38	Augusta Brito de Paula	3528	60120002	4281	22000	22101	202V	TABULEIRO DO NORTE			07.891.682/0001-19	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.500.000,00
39	Augusta Brito de Paula	4141	60120002	4281	22000	22101	202V	BELA CRUZ			07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.442.436,00
40	Bruno Bierrenbach Bonetti	4675	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tnjano de Moraes/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
41	Bruno Bierrenbach Bonetti	4676	60120002	4568	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaocara/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Trator Agrícola	R$ 154.974,00
42	Carlos Alberto Dias Viana	4016	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
43	Carlos Alberto Dias Viana	23641	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00
44	Carlos Alberto Dias Viana	23648	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 294.000,00
45	Carlos Alberto Dias Viana	4054	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
46	Carlos Alberto Dias Viana	4032	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
47	Carlos Alberto Dias Viana	4020	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
48	Carlos Eduardo de Souza Braga	954	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
49	Carlos Eduardo de Souza Braga	1008	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tefé			04.426.383/0001-15	AM	TEFE	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
50	Carlos Eduardo de Souza Braga	983	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maraã			04.505.640/0001-04	AM	MARAA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
51	Carlos Eduardo de Souza Braga	1001	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivenca			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
52	Carlos Eduardo de Souza Braga	996	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira			04.272.670/0001-18	AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
53	Carlos Eduardo de Souza Braga	988	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro			04.194.239/0001-09	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
54	Carlos Eduardo de Souza Braga	1005	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tabatinga			04.011.805/0001-91	AM	TABATINGA	4	40	Equipamentos	R$ 1.000.000,00
55	Carlos Eduardo de Souza Braga	982	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jutaí			04.285.896/0001-53	AM	JUTAI	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
56	Carlos Eduardo de Souza Braga	966	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Careiro			04.332.995/0001-49	AM	CAREIRO	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

57	Carlos Eduardo de Souza Braga	950	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	971	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea			23.006.331/0001-34	AM	CAREIRO DA VARZEA	4	40	Equipamentos	R$ 404.872,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	992	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá			04.532.057/0001-92	AM	SANTO ANTONIO DO ICA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	963	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Benjamin Constant			04.243.978/0001-35	AM	BENJAMIN CONSTANT	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	957	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte			04.530.713/0001-18	AM	ATALAIA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	959	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barcelos			04.271.037/0001-05	AM	BARCELOS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	973	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	978	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japurá			04.505.509/0001-47	AM	JAPURA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	8818	60120002	4186	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$ 350.075,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	8859	60120002	4186	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAMPAIO			25.086.828/0001-35	TO	SAMPAIO	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE	R$ 580.674,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	8846	60120002	4186	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$ 350.075,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	8830	60120002	4186	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JUARINA			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$ 350.075,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	8803	60120002	4186	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BERNARDO SAYÃO			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	R$ 350.075,00
70	Carlos Francisco Portinho	4667	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.974,00
71	Carlos Francisco Portinho	4666	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA.	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavedeira	R$ 301.571,00
72	Carlos Francisco Portinho	4663	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917,00
73	Carlos Francisco Portinho	4791	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator agrícola	R$ 154.974,00
74	Carlos Francisco Portinho	4665	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$ 481.676,00
75	Carlos Francisco Portinho	4661	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	2 - Tratores Agrícolas	R$ 309.948,00
76	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	11885	60120002	4201	22000	22101	20ZV	Nova Olímpia	Nova Olímpia	Nova Olímpia	03.238.920/0001-30	MT	NOVA OLIMPIA	4	40	Construção de Unidade de Abatedouro	R$ 4.050.000,00
77	Carlos Henrique Baqueta Fávaro	8225	60120002	4201	22000	22101	20ZV	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	Lucas do Rio Verde-MT	24.772.246/0001-40	MT	LUCAS DO RIO VERDE	4	40	Construção de Unidade Beneficiadora de Mel	R$ 902.436,00
78	Cid Ferreira Gomes	1844	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Boa Viagem			07.963.515/0001-36	CE	BOA VIAGEM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	1999	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
80	Cid Ferreira Gomes	1761	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Cariré			07.598.600/0001-42	CE	CARIRE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	1834	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.000.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	1638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Forquilha			07.673.106/0001-03	CE	FORQUILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	1759	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Araripe			07.539.984/0001-22	CE	ARARIPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	1760	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Groaíras			07.598.709/0001-80	CE	GROAIRAS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	3723	60120002	4081	22000	22101	20ZV	SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário			07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$ 2.004.872,00
86	Cid Ferreira Gomes	1836	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Amontada			06.582.449/0001-91	CE	AMONTADA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro	R$ 2.300.000,00
87	Ciro Nogueira Lima Filho	3623	60120002	2900	22000	22101	20ZV	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 990.487,00
88	Ciro Nogueira Lima Filho	3620	60120002	2900	22000	22101	20ZV	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 990.487,00
89	Cleiton Gontijo de Azevedo	1561	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa			18.338.194/0001-03	MG	MATIAS BARBOSA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
90	Cleiton Gontijo de Azevedo	1670	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vargem Bonita			16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	40	Equipamentos	R$ 490.974,00
91	Cleiton Gontijo de Azevedo	1669	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte			16.886.608/0001-03	MG	CHAPADA DO NORTE	4	40	Equipamentos	R$ 490.000,00
92	Confúcio Aires Moura	2788	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de caminhão basculante.	R$ 750.000,00
93	Confúcio Aires Moura	4917	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		00.396.895/0001-25	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras.	R$ 1.000.000,00
94	Confúcio Aires Moura	4816	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CORUMBIARA		00.396.895/0001-25	RO	CORUMBIARA	4	90	Aquisição de Trator.	R$ 302.436,00
95	Confúcio Aires Moura	4818	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		00.396.895/0001-25	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Aquisição de tratores.	R$ 700.000,00
96	Confúcio Aires Moura	4918	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira.	R$ 1.500.000,00
97	Confúcio Aires Moura	12879	60120002	4092	22000	22101	20ZV	ITAPUÃ DO OESTE.	ITAPUÃ DO OESTE.		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	40	Aquisição de ensiladeira frontal.	R$ 700.000,00
98	Damares Regina Alves	1890	60120002	4268	22000	22101	20ZV	SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974,00
99	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4920	60120002	4141	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	COREMAS - PB	00.396.895/0001-25	PB	COREMAS	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB.	R$ 480.974,00
100	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4922	60120002	4141	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	LUCENA - PB	00.396.895/0001-25	PB	LUCENA	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB	R$ 500.000,00
101	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4921	60120002	4141	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	MONTEIRO - PB	00.396.895/0001-25	PB	MONTEIRO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB.	R$ 500.000,00
102	Daniella Velloso Borges Ribeiro	4919	60120002	4141	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43	BOQUEIRÃO - PB	00.396.895/0001-25	PB	BOQUEIRAO	4	90	Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água no município de Boqueirão/PB.	R$ 500.000,00
103	Eann Styvenson Valentim Mendes	964	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.349.102/0001-29	Caraúbas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
104	Eann Styvenson Valentim Mendes	1026	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.181.562/0001-90	Florânia		08.181.562/0001-90	RN	FLORANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
105	Eann Styvenson Valentim Mendes	989	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.095.960/0001-94	São João do Sabugi		08.095.960/0001-94	RN	SAO JOAO DO SABUGI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
106	Eann Styvenson Valentim Mendes	1046	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.086.662/0001-38	Jardim do Seridó		08.086.662/0001-38	RN	JARDIM DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
107	Eann Styvenson Valentim Mendes	980	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.153.454/0001-04	Riacho da Cruz		08.153.454/0001-04	RN	RIACHO DA CRUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
108	Eann Styvenson Valentim Mendes	984	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.094.708/0001-60	Ipueira		08.094.708/0001-60	RN	IPUEIRA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
109	Eann Styvenson Valentim Mendes	1030	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.110.884/0001-49	Bento Fernandes		08.110.884/0001-49	RN	BENTO FERNANDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 471.462,00
110	Eann Styvenson Valentim Mendes	960	60120002	4142	22000	22101	20ZV	08.088.247/0001-13	Santana do Seridó		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

111	Eann Styvenson Valentim Mendes	974	60120002	4142	22000	22101	202V	08.096.372/0001-75	Serra Negra do Norte		08.096.372/0001-75	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 680.974,00
112	Efraim de Araújo Morais Filho	5614	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$ 2.000.000,00
113	Efraim de Araújo Morais Filho	4320	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro			02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$ 150.000,00
114	Efraim de Araújo Morais Filho	4327	60120002	4270	22000	22101	202V	Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos – APACCO			09.307.596/0001-41	PB	CAMPINA GRANDE	3	50	Custeio de Manutenção e Serviços	R$ 850.000,00
115	Efraim de Araújo Morais Filho	4375	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
116	Efraim de Araújo Morais Filho	15997	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha			09.067.562/0001-27	PB	CATOLE DO ROCHA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
117	Efraim de Araújo Morais Filho	4448	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
118	Efraim de Araújo Morais Filho	7740	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sumé			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Obras Complementares do Parque de Exposição	R$ 2.000.000,00
119	Elizíane Pereira Gama Melo	3984	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão		01.612.333/0001-34	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
120	Elizíane Pereira Gama Melo	5128	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitural Municipal de São Bento		06.214.258/0001-77	MA	SAO BENTO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
121	Elizíane Pereira Gama Melo	5127	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura de Pinheiro		06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	Vicinal	R$ 1.480.974,00
122	Elizíane Pereira Gama Melo	3968	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lajeado Novo		01.598.548/0001-48	MA	LAJEADO NOVO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
123	Elizíane Pereira Gama Melo	3987	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Passagem Franca		10.438.570/0001-11	MA	PASSAGEM FRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
124	Elizíane Pereira Gama Melo	3951	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de São Pedro da Agua Branca		01.613.956/0001-21	MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 952.436,00
125	Elizíane Pereira Gama Melo	3964	60120002	4139	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa		01.566.688/0001-34	MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
126	Esperidião Amin Helou Filho	22761	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	aquisição de um trator de esteira	R$ 410.000,00
127	Esperidião Amin Helou Filho	19743	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Prefeitura Municipal de Timbe do Sul	Timbe do Sul	82.915.232/0001-34	SC	TIMBE DO SUL	4	40	um trator de pneus	R$ 250.000,00
128	Esperidião Amin Helou Filho	19719	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Prefeitura Municipal de Santa Helena	Santa Helena	80.912.140/0001-75	SC	SANTA HELENA	4	40	uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
129	Esperidião Amin Helou Filho	19755	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Prefeitura Municipal de Luiz Alves	Luiz Alves	83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	um trator de pneus	R$ 250.000,00
130	Esperidião Amin Helou Filho	19664	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Prefeitura Municipal de Matos Costa	Matos Costa	83.102.566/0001-51	SC	MATOS COSTA	4	40	um trator de pneus	R$ 250.974,00
131	Esperidião Amin Helou Filho	19707	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Navegantes	Prefeitura Municipal de Navegantes	Navegantes	83.102.855/0001-50	SC	NAVEGANTES	4	40	uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
132	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11223	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Anadia/AL	Anadia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$ 501.570,00
133	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11306	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
134	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11228	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Lagoa da Canoa/AL	Lagoa da Canoa/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.570,00
135	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11301	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Jaramataia/AL	Jaramataia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
136	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11273	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
137	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11314	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
138	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11248	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Arapiraca/AL	Arapiraca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
139	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11268	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Campo Alegre/AL	Campo Alegre/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
140	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11319	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Satuba/AL	Satuba/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
141	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11298	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Inhapi/AL	Inhapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	DEZ equipamentos: Tratores agricolas	R$ 1.360.200,00
142	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11290	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
143	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11310	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Olho D'agua do Casado/AL	Olho D'agua do Casado/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
144	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11307	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Monteiropolis/AL	Monteiropolis/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
145	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3117	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura de Tanque D'arca/AL			12.241.865/0001-29	AL	TANQUE D'ARCA	4	40	Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local.	R$ 500.000,00
146	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11276	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Craibas/AL	Craibas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
147	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11305	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mata Grande/AL	Mata Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
148	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11232	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Mar Vermenlho/AL	Mar Vermenlho/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.570,00
149	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11264	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Belo Monte/AL	Belo Monte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
150	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11241	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Agua Branca/AL	Agua Branca/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
151	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11278	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Delmiro Gouveia/AL	Delmiro Gouveia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
152	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11318	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Santa Luzia do Norte/AL	Santa Luzia do Norte/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
153	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20327	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de São Miguel dos Campos			12.264.222/0001-09	AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.019,00
154	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11284	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Giral do Ponciano/AL	Giral do Ponciano/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
155	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11234	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 301.569,00
156	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11270	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Canapi/AL	Canapi/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
157	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11281	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Feira Grande/AL	Feira Grande/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
158	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11313	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Pariconha/AL	Pariconha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
159	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3122	60120002	4239	22000	22101	202V	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque	Messias/AL	27.369.015/0001-88	AL	MESSIAS	4	50	Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados.	R$ 400.000,00
160	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	22165	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Piranhas/AL	Piranhas/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
161	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11275	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Coité do Noia/AL	Coité do Noia/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
162	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11302	60120002	4239	22000	22101	202V	Municipio de Maribondo/AL	Maribondo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$ 136.020,00
163	Fabiano Contarato	22397	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA - CNPJ Nº 31.776.479/0001-86		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00
164	Fabiano Contarato	22405	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - CNPJ Nº 27.165.570/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
165	Fabiano Contarato	735	60120002	4180	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO		27.165.653/0001-87	ES	JERONIMO MONTEIRO	4	40	FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO.	R$ 650.000,00
166	Fabiano Contarato	22411	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
167	Fabiano Contarato	22393	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU - CNPJ Nº 27.165.208/0001-17		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

168	Fabiano Contarato	22414	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - CNPJ Nº 27.167.402/0001-31		00.396.895/0001-25	ES	SAO JOSE DO CALCADO	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00
169	Fabiano Contarato	22399	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA - CNPJ Nº 31.723.570/0001-33		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
170	Fabiano Contarato	22408	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CNPJ Nº 27.167.345/0001-90		00.396.895/0001-25	ES	MANTENOPOLIS	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
171	Fabiano Contarato	22382	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA - CNPJ Nº 27.174.143/0001-76	SÃO GABRIEL DA PALHA	00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 429.320,00
172	Fabiano Contarato	22401	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE - CNPJ Nº 31.796.626/0001-80		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 575.917,00
173	Fabiano Contarato	22390	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ - CNPJ Nº 27.744.184/0001-50		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
174	Fabiano Contarato	22416	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - CNPJ Nº 27.174.077/0001-34		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DA BARRA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA	R$ 154.974,00
175	Fabiano Contarato	22386	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - CNPJ Nº 27.104.363/0001-23		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 481.676,00
176	Fabiano Contarato	22403	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI - CNPJ Nº 27.174.069/0001-98		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
177	Fernando Antonio Caminha Dueire	12076	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Riacho das Almas			10.091.551/0001-61	PE	RIACHO DAS ALMAS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
178	Fernando Antonio Caminha Dueire	12149	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Limoeiro			11.097.292/0001-49	PE	LIMOEIRO	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.152.436,00
179	Fernando Antonio Caminha Dueire	12065	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Angelim			10.130.755/0001-64	PE	ANGELIM	4	40	Reforma e adequação do mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
180	Fernando Antonio Caminha Dueire	4854	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Santa Filomena			01.613.732/0001-10	PE	SANTA FILOMENA	4	40	Escavadeira hidráulica	R$ 800.000,00
181	Fernando Antonio Caminha Dueire	12071	60120002	4252	22000	22101	202V	Município de Panelas			10.215.176/0001-14	PE	PANELAS	4	40	Pavimentação	R$ 1.000.000,00
182	Flávio José Arns	2842	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.022.516/0001-07	PR	ANTONINA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
183	Flávio José Arns	2849	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.217.017/0001-67	PR	BOA ESPERANCA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
184	Flávio José Arns	2855	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			01.613.136/0001-30	PR	PRADO FERREIRA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 800.000,00
185	Flávio José Arns	2854	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.811/0001-28	PR	MANOEL RIBAS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
186	Flávio José Arns	2858	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			76.247.345/0001-06	PR	TAPEJARA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
187	Flávio José Arns	2853	60120002	2038	22000	22101	202V	MUNICIPIO			75.740.829/0001-20	PR	BORRAZOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 830.000,00
188	Flávio Nantes Bolsonaro	1924	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana			28.812.972/0001-08	RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
189	Flávio Nantes Bolsonaro	1919	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Resende/RJ			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
190	Flávio Nantes Bolsonaro	1921	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 480.000,00
191	Flávio Nantes Bolsonaro	1918	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ			31.844.889/0001-17	RJ	PATY DO ALFERES	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.000,00
192	Francisco de Assis Rodrigues	1586	60120002	4143	22000	22101	202V	ministerio da agricultura	ministerio da agricultura		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas	R$ 600.000,00
193	Francisco de Assis Rodrigues	3977	60120002	4143	22000	22101	202V	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari	R$ 4.352.436,00
194	Francisco Plínio Valério Tomaz	3832	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Rio Preto da Eva			04.629.697/0001-15	AM	RIO PRETO DA EVA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 583.410,00
195	Francisco Plínio Valério Tomaz	3775	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Anori			04.262.762/0001-17	AM	ANORI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
196	Francisco Plínio Valério Tomaz	3460	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
197	Francisco Plínio Valério Tomaz	3787	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Borba			04.477.568/0001-59	AM	BORBA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
198	Francisco Plínio Valério Tomaz	3781	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Labrea			05.830.872/0001-09	AM	LABREA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
199	Francisco Plínio Valério Tomaz	3756	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Tapauá			04.530.390/0001-62	AM	TAPAUA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
200	Francisco Plínio Valério Tomaz	3760	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
201	Francisco Plínio Valério Tomaz	3774	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Humaitá			04.465.209/0001-81	AM	HUMAITA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
202	Francisco Plínio Valério Tomaz	3779	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
203	Francisco Plínio Valério Tomaz	3751	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
204	Francisco Plínio Valério Tomaz	3466	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
205	Francisco Plínio Valério Tomaz	3782	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Caapiranga			04.628.046/0001-00	AM	CAAPIRANGA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
206	Francisco Plínio Valério Tomaz	3789	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 550.000,00
207	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	4936	60120002	4269	22000	22101	202V	Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	CANTA	4	30	Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária.	R$ 1.980.974,00
208	Humberto Sérgio Costa Lima	3375	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Prefeitura Municipal de Parnamirim	Parnamirim	11.361.235/0001-25	PE	PARNAMIRIM	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
209	Humberto Sérgio Costa Lima	3344	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Afrânio	Prefeitura Municipal de Afrânio	Afrânio	10.358.174/0001-84	PE	AFRANIO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
210	Humberto Sérgio Costa Lima	3368	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de João Alfredo	Prefeitura Municipal de João Alfredo	João Alfredo	11.097.359/0001-45	PE	JOAO ALFREDO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
211	Humberto Sérgio Costa Lima	3365	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itapetim	Prefeitura Municipal de Itapetim	Itapetim	11.358.157/0001-00	PE	ITAPETIM	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
212	Humberto Sérgio Costa Lima	3370	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Manari	Prefeitura Municipal de Manari	Manari	01.626.099/0001-02	PE	MANARI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
213	Humberto Sérgio Costa Lima	3372	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Orocó	Prefeitura Municipal de Orocó	Orocó	10.114.767/0001-03	PE	OROCO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
214	Humberto Sérgio Costa Lima	3351	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Chã Grande	11.049.806/0001-90	PE	CHA GRANDE	4	40	Aquisição de Rolo Compactador	R$ 595.240,00
215	Humberto Sérgio Costa Lima	3362	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itaíba	Prefeitura Municipal de Itaíba	Itaíba	11.286.382/0001-88	PE	ITAIBA	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 900.000,00
216	Humberto Sérgio Costa Lima	3358	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Granito	Prefeitura Municipal de Granito	Granito	11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Estradas vicinais	R$ 1.452.436,00
217	Humberto Sérgio Costa Lima	3348	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Amaraji	Prefeitura Municipal de Amaraji	Amaraji	11.294.360/0001-60	PE	AMARAJI	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
218	Inajá Silvestre Filho	4504	60120002	4096	22000	22101	202V	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS	Todos os municípios do Estado do Tocantins		24.441.872/0001-53	TO	PALMAS	3	50	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436,00
219	Ivete Marli Appel da Silveira	601	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE			78.497.492/0001-60	SC	TIMBO GRANDE	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
220	Ivete Marli Appel da Silveira	592	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS			82.939.232/0001-74	SC	CAMPOS NOVOS	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 500.000,00
221	Ivete Marli Appel da Silveira	594	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de IRATI			95.990.230/0001-51	SC	IRATI	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
222	Ivete Marli Appel da Silveira	598	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA			95.990.131/0001-70	SC	NOVA ITABERABA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 250.000,00
223	Ivete Marli Appel da Silveira	602	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de TREVISO			01.614.019/0001-90	SC	TREVISO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
224	Ivete Marli Appel da Silveira	600	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAPANDUVA			83.102.533/0001-01	SC	PAPANDUVA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
225	Ivete Marli Appel da Silveira	595	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO			82.960.758/0001-36	SC	JACINTO MACHADO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
226	Ivete Marli Appel da Silveira	596	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Major Gercino			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
227	Ivete Marli Appel da Silveira	593	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de GRAVATAL			82.926.569/0001-47	SC	GRAVATAL	4	40	Compra de Equipamentos	R$ 400.000,00
228	Ivete Marli Appel da Silveira	599	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de PAIAL			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Compra de equipamentos	R$ 500.000,00
229	Ivete Marli Appel da Silveira	844	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA			95.996.187/0001-31	SC	VARGEM BONITA	4	40	Compra de equipamentos	R$ 400.000,00
230	Ivete Marli Appel da Silveira	597	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO			83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Compra de equipamentos	R$ 402.436,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

231	Izalci Lucas Ferreira	4522	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Vila Boa GO	Vila Boa GO		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO	R$	200.000,00
232	Izalci Lucas Ferreira	4516	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alvorada do Norte GO	Alvorada do Norte GO		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$	200.000,00
233	Izalci Lucas Ferreira	4520	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás	R$	200.000,00
234	Izalci Lucas Ferreira	4515	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alto Paraíso GO	Alto Paraíso GO		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO	R$	200.000,00
235	Izalci Lucas Ferreira	4521	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cavalcante GO	Cavalcante GO		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO	R$	200.000,00
236	Izalci Lucas Ferreira	4517	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Formosa GO	Formosa GO		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO	R$	200.000,00
237	Izalci Lucas Ferreira	4514	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alexânia GO	Alexânia GO		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO	R$	200.000,00
238	Izalci Lucas Ferreira	4519	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Niquelândia GO	Niquelândia GO		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO	R$	200.000,00
239	Izalci Lucas Ferreira	13032	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03)		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$	180.974,00
240	Izalci Lucas Ferreira	4518	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás	R$	200.000,00
241	Jader Fontenelle Barbalho	1400	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curuá			01.613.319/0001-55	PA	CURUA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
242	Jader Fontenelle Barbalho	1403	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Gurupá.			04.876.397/0001-30	PA	GURUPA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
243	Jader Fontenelle Barbalho	1409	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salvaterra			04.888.517/0001-10	PA	SALVATERRA	4	40	Aquisição de máquina	R$	600.000,00
244	Jader Fontenelle Barbalho	1412	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santarém Novo			05.149.182/0001-80	PA	SANTAREM NOVO	4	40	Aquisição de máquina.	R$	500.000,00
245	Jader Fontenelle Barbalho	1398	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari.			04.884.482/0001-40	PA	CACHOEIRA DO ARARI	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
246	Jader Fontenelle Barbalho	1407	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rondon do Pará.			04.780.953/0001-70	PA	RONDON DO PARA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
247	Jader Fontenelle Barbalho	1406	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paragominas			05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de máquina.	R$	402.436,00
248	Jader Fontenelle Barbalho	1404	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maracanã			04.880.258/0001-80	PA	MARACANA	4	40	Aquisição de máquina	R$	500.000,00
249	Jader Fontenelle Barbalho	4668	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de máquina.	R$	600.000,00
250	Jader Fontenelle Barbalho	1397	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu.			01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Aquisição de máquina	R$	350.000,00
251	Jaime Maximino Bagattoli	2939	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
252	Jaime Maximino Bagattoli	2940	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	210.974,00
253	Jaime Maximino Bagattoli	2937	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA			04.092.706/0001-81	RO	VILHENA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
254	Jaime Maximino Bagattoli	2942	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA			15.834.732/0001-54	RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	R$	590.000,00
255	Jaques Wagner	3406	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais	R$	1.500.000,00
256	Jaques Wagner	3845	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Nordestina			13.347.539/0001-63	BA	NORDESTINA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	447.676,00
257	Jaques Wagner	3413	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Igaporã			13.811.484/0001-09	BA	IGAPORA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	700.000,00
258	Jaques Wagner	4129	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Caetité			13.811.476/0001-54	BA	CAETITE	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
259	Jaques Wagner	3409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais	R$	800.000,00
260	Jaques Wagner	3416	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaju do Colônia			14.147.920/0001-41	BA	ITAJU DO COLONIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	700.000,00
261	Jaques Wagner	3424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	800.000,00
262	Jayme Verissimo de Campos	2753	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	600.000,00
263	Jayme Verissimo de Campos	2755	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	450.000,00
264	Jayme Verissimo de Campos	4994	60120002	2376	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0001-25	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agricolas.	R$	1.300.000,00
265	Jayme Verissimo de Campos	2756	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Porto Alegre do Norte			03.238.672/0001-28	MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	1.602.000,00
266	Jayme Verissimo de Campos	2752	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Colniza			04.213.687/0001-02	MT	COLNIZA	4	40	Aquisição de maquinas e equipamentos	R$	600.000,00
267	Jayme Verissimo de Campos	2754	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Serra Nova Dourada			04.204.945/0001-86	MT	SERRA NOVA DOURADA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	400.436,00
268	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4533	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$	134.555,00
269	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4539	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76		00.396.895/0001-25	GO	CAMPOS VERDES	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
270	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4541	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
271	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4545	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28		00.396.895/0001-25	GO	DOVERLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$	301.571,00
272	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4534	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	MOTONIVELADORA	R$	544.503,00
273	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4543	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$	134.555,00
274	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4530	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00
275	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4540	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69		00.396.895/0001-25	GO	PIRANHAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$	134.555,00
276	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4537	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MAPA	MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10		00.396.895/0001-25	GO	INDIARA	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$	293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

277	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4536	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70		00.396.895/0001-25	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	90	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 293.194,00
278	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4532	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.555,00
279	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4544	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32		00.396.895/0001-25	GO	FAZENDA NOVA	4	90	MOTONIVELADORA	R$ 544.503,00
280	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4535	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82		00.396.895/0001-25	GO	URUACU	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
281	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4538	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07		00.396.895/0001-25	GO	MOZARLANDIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
282	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4529	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88		00.396.895/0068-32	GO	GUARAITA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
283	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4542	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56		00.396.895/0001-25	GO	CAIAPONIA	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
284	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	4531	60120002	9206	22000	22101	202V	MAPA	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	RETROESCAVADEIRA	R$ 301.571,00
285	Jorge Seif Júnior	3041	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Passos Maia			95.993.085/0001-62	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
286	Jorge Seif Júnior	12669	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
287	Jorge Seif Júnior	12645	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Saudades - SC/ 83.021.881/0001-54		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
288	Jorge Seif Júnior	4908	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
289	Jorge Seif Júnior	12651	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Bernardino - 01.612.812/0001-50		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
290	Jorge Seif Júnior	12655	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
291	Jorge Seif Júnior	12663	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Abelardo Luz SC / 83.009.886/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
292	Jorge Seif Júnior	12649	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Cacambu do Sul - SC / 83.021.816/0001-29		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
293	Jorge Seif Júnior	12659	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
294	Jorge Seif Júnior	4916	60120002	4273	22000	22101	202V	Município de Aguas de Chapeco			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 254.000,00
295	Jorge Seif Júnior	12654	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Brunópolis - SC / 01.613.853/0001-61		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
296	Jorge Seif Júnior	12661	60120002	4273	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Meleiro - SC / 82.837.741/0001-96		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
297	José da Cruz Marinho	247	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ	TUCUMÃ	04.362.024/0001-41	PA	TUCUMA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
298	José da Cruz Marinho	1804	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	MUNICÍPIO DE BONITO	05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 400.000,00
299	José da Cruz Marinho	244	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	22.937.932/0001-06	PA	PARAUAPEBAS	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
300	José da Cruz Marinho	241	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE	R$ 1.000.000,00
301	José da Cruz Marinho	248	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE CURUÇA	MUNICÍPIO DE CURUÇA	MUNICÍPIO DE CURUÇA	05.171.939/0001-32	PA	CURUCA	3	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.702.436,00
302	José da Cruz Marinho	1805	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ	05.183.827/0001-00	PA	PORTO DE MOZ	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 780.974,00
303	José da Cruz Marinho	4657	60120002	4182	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	50	Aquisição de trator com implementos agrícolas	R$ 250.000,00
304	José da Cruz Marinho	243	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	SINDICATO RURAL ALTAMIRA	ALTAMIRA	05.004.510/0001-50	PA	ALTAMIRA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
305	José da Cruz Marinho	246	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	SINDICATO RURAL DE XINGUARA	XINGUARA	10.248.086/0001-20	PA	XINGUARA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
306	José da Cruz Marinho	245	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	SINDICATO RURAL REDENÇÃO	REDENÇÃO	10.248.052/0001-35	PA	REDENCAO	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 250.000,00
307	José da Cruz Marinho	242	60120002	4182	22000	22101	202V	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	SINDICATO RURAL DE MARABÁ	MARABÁ	29.830.688/0001-19	PA	MARABA	3	50	APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	R$ 750.000,00
308	José da Cruz Marinho	1801	60120002	4182	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	05.191.333/0001-69	PA	IGARAPE-MIRI	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 800.000,00
309	José Renan Vasconcelos Calheiros	2370	60120002	2289	22000	22101	202V	MARECHAL DEODORO - AL	MARECHAL DEODORO - AL	MARECHAL DEODORO -AL	12.200.275/0001-58	AL	MARECHAL DEODORO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 750.000,00
310	José Renan Vasconcelos Calheiros	2369	60120002	2289	22000	22101	202V	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL	12.342.671/0001-10	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
311	José Renan Vasconcelos Calheiros	2364	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
312	José Renan Vasconcelos Calheiros	2368	60120002	2289	22000	22101	202V	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	NOVO LINO- AL	12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
313	José Renan Vasconcelos Calheiros	2319	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL	12.342.663/0001-73	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
314	José Renan Vasconcelos Calheiros	2314	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	MUNICIPIO DE MURICI - AL	12.332.953/0001-36	AL	MURICI	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.250.000,00
315	José Renan Vasconcelos Calheiros	2760	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL	35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 652.436,00
316	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12787	60120002	4284	22000	22101	202V	Município de Novo Lino			12.248.878/0001-20	AL	NOVO LINO	4	40	Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos	R$ 462.383,00
317	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12785	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$ 1.172.775,00
318	José Renan Vasconcelos Calheiros Filho	12758	60120002	4284	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 (Ata Região Nordeste)	R$ 3.317.278,00
319	José Roberto Oliveira Faro	4721	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Bailo	Bailo	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX.	R$ 680.000,00
320	José Roberto Oliveira Faro	2373	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	PA	CONCORDIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 495.240,00
321	José Roberto Oliveira Faro	4723	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR.	R$ 272.436,00
322	José Roberto Oliveira Faro	1213	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	83.211.433/0001-13	PA	GOIANESIA DO PARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.000.000,00
323	José Roberto Oliveira Faro	1215	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Brasil Novo	34.887.950/0001-00	PA	BRASIL NOVO	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.000.000,00
324	Laércio José de Oliveira	4044	60120002	4274	22000	22101	202V	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA			34.841.271/0001-91	SE	ARACAJU	4	30	- Aquisição de equipamentos.	R$ 1.980.974,00
325	Leila Gomes de Barros Rêgo	4995	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE		18.456.504/0001-86	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 400.000,00
326	Leila Gomes de Barros Rêgo	5063	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ		48.908.806/0001-09	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 300.000,00
327	Leila Gomes de Barros Rêgo	4999	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 400.000,00
328	Leila Gomes de Barros Rêgo	5112	60120002	4082	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DF-00.348.003/0039-93		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF	R$ 810.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

329	Leila Gomes de Barros Rêgo	5117	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Associação de Agricultura Ecológica - AGE		26.447.771/0001-15	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 500.000,00
330	Leila Gomes de Barros Rêgo	5113	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	3	90	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 512.436,00
331	Leila Gomes de Barros Rêgo	4998	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO		03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	3	50	Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 200.000,00
332	Leila Gomes de Barros Rêgo	5116	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL		11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 200.000,00
333	Leila Gomes de Barros Rêgo	5041	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA		04.363.876/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 550.000,00
334	Leila Gomes de Barros Rêgo	5115	60120002	4082	22000	22101	202V	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária	Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF		00.396.895/0075-61	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar.	R$ 1.080.000,00
335	Luis Carlos Heinze	927	60120002	4184	22000	22101	202V	Jari	Jari		01.609.402/0001-50	RS	JARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.005,00
336	Luis Carlos Heinze	934	60120002	4184	22000	22101	202V	Toropi	Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.003,00
337	Luis Carlos Heinze	918	60120002	4184	22000	22101	202V	Bossoroca	Bossoroca		87.613.014/0001-69	RS	BOSSOROCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 330.953,00
338	Luis Carlos Heinze	931	60120002	4184	22000	22101	202V	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul		87.489.910/0001-68	RS	SAO PEDRO DO SUL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.004,00
339	Luis Carlos Heinze	922	60120002	4184	22000	22101	202V	Dilermando de Aguiar	Dilermando de Aguiar		01.609.404/0001-40	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 300.006,00
340	Luis Carlos Heinze	937	60120002	4184	22000	22101	202V	Tramandaí	Tramandaí		88.771.001/0001-80	RS	TRAMANDAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 200.001,00
341	Luis Carlos Heinze	925	60120002	4184	22000	22101	202V	Itacurubi	Itacurubi		91.573.048/0001-44	RS	ITACURUBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 250.002,00
342	Luis Eduardo Grangeiro Girão	1358	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PORANGA	MUNICIPIO DE PORANGA		07.438.187/0001-59	CE	PORANGA	4	40	Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal	R$ 1.645.124,00
343	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4732	60120002	4138	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS	TABULEIRO DO NORTE	05.492.601/0001-82	CE	TABULEIRO DO NORTE	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$ 135.850,00
344	Luis Eduardo Grangeiro Girão	4717	60120002	4138	22000	22101	202V	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas	R$ 200.000,00
345	Luiz Cantuária Barreto	2719	60120002	4079	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santana - AP	Prefeitura Municipal de Santana - AP		23.066.640/0001-08	AP	SANTANA	4	40	Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP	R$ 4.952.436,00
346	Magno Pereira Malta	1783	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Viana/ES			27.165.547/0001-01	ES	VIANA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
347	Magno Pereira Malta	1782	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Apiacá/ES			27.165.604/0001-44	ES	APIACA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas.	R$ 301.000,00
348	Magno Pereira Malta	1784	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Mimoso do Sul/ES			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
349	Magno Pereira Malta	2001	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Ibitiranna/ES			31.726.490/0001-31	ES	IBITIRAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
350	Magno Pereira Malta	2000	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Barra de Afonso Cláudio/ES			27.165.562/0001-41	ES	AFONSO CLAUDIO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
351	Magno Pereira Malta	2002	60120002	2029	22000	22101	202V	Município de Presidente Kennedy/ES			27.165.703/0001-26	ES	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 301.000,00
352	Magno Pereira Malta	4806	60120002	2029	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20	Alto Rio Novo/ES	00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO	R$ 174.974,00
353	Mara Cristina Gabrilli	3563	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
354	Mara Cristina Gabrilli	3078	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	CAFELÂNDIA	46.186.375/0001-99	SP	CAFELANDIA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
355	Mara Cristina Gabrilli	3611	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS	46.156.477/0001-61	SP	COROADOS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
356	Mara Cristina Gabrilli	3557	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA	65.712.002/0001-59	SP	ASPASIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 452.436,00
357	Mara Cristina Gabrilli	3554	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS	65.712.069/0001-93	SP	MESOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
358	Mara Cristina Gabrilli	3606	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO	44.558.856/0001-52	SP	PROMISSAO	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
359	Mara Cristina Gabrilli	3571	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI	46.189.726/0001-15	SP	ITAPUI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
360	Mara Cristina Gabrilli	3548	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS	46.601.944/0001-15	SP	TRES FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
361	Mara Cristina Gabrilli	3631	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA	45.138.088/0001-40	SP	SANTANA DA PONTE PENSA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	R$ 500.000,00
362	Mara Cristina Gabrilli	3613	60120002	4094	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	46.634.101/0001-15	SP	BOTUCATU	3	40	Custeio	R$ 500.000,00
363	Marcelo Costa e Castro	3084	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí			01.612.558/0001-90	PI	BELA VISTA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
364	Marcelo Costa e Castro	23637	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
365	Marcelo Costa e Castro	23621	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
366	Marcelo Costa e Castro	23618	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de pá carregadeira	R$ 293.194,00
367	Marcelo Costa e Castro	718	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí			06.554.166/0001-36	PI	RIO GRANDE DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 400.000,00
368	Marcelo Costa e Castro	23646	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
369	Marcelo Costa e Castro	23619	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
370	Marcelo Costa e Castro	23642	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
371	Marcelo Costa e Castro	23622	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
372	Marcelo Costa e Castro	23638	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$ 1.507.855,00
373	Marcelo Costa e Castro	619	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 600.000,00
374	Marcelo Costa e Castro	23634	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
375	Marcelo Costa e Castro	23628	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$ 293.194,00
376	Marcelo Costa e Castro	23652	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

377	Marcelo Costa e Castro	23625	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
378	Marcelo Costa e Castro	3083	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
379	Marcelo Costa e Castro	23639	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Secretaria do Agronegócio e Empreededorismo Rural do Piauí-SEAGRO (CNPJ 33.691.623/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de um trator agrícola	R$	136.121,00
380	Marcelo Costa e Castro	268	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de José de Freitas			06.554.786/0001-75	PI	JOSE DE FREITAS	4	40	Construção de uma agroindústria	R$	800.000,00
381	Marcelo Costa e Castro	612	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Corrente			06.554.257/0001-71	PI	CORRENTE	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.200.000,00
382	Marcelo Costa e Castro	3088	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.500.000,00
383	Marcelo Costa e Castro	3093	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Construção e estrada vicinal	R$	1.500.000,00
384	Marcelo Costa e Castro	3086	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Construção de uma passagem molhada.	R$	1.000.000,00
385	Marcelo Costa e Castro	23626	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
386	Marcelo Costa e Castro	23651	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
387	Marcelo Costa e Castro	23630	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Piracuruca (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
388	Marcelo Costa e Castro	23635	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 06.728.240/0001-93)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
389	Marcelo Costa e Castro	23631	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
390	Marcelo Costa e Castro	23649	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
391	Marcelo Costa e Castro	3068	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	800.000,00
392	Marcelo Costa e Castro	23645	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
393	Marcelo Costa e Castro	1946	60120002	4183	22000	22101	202V	Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI)	Corrente - PI		49.498.865/0001-19	PI	TERESINA	4	30	Construção de um parque de exposições	R$	1.000.000,00
394	Marcelo Costa e Castro	23620	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (CNPJ 06.554.083/0001-47)		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
395	Marcelo Costa e Castro	23640	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
396	Marcelo Costa e Castro	23644	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
397	Marcelo Costa e Castro	23650	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
398	Marcelo Costa e Castro	23636	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577/0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACEDO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
399	Marcelo Costa e Castro	23643	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
400	Marcelo Costa e Castro	23629	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Julião (CNPJ 06.553.846/0001-35)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
401	Marcelo Costa e Castro	23623	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
402	Marcelo Costa e Castro	727	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Urucuí			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
403	Marcelo Costa e Castro	23627	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
404	Marcelo Costa e Castro	23624	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
405	Marcelo Costa e Castro	23633	60120002	4183	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma pá carregadeira	R$	293.194,00
406	Márcio Miguel Bittar	1489	60120002	4078	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FEIJO	MUNICIPIO DE FEIJO		04.005.179/0001-20	AC	FEIJO	4	40	Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	1.980.974,00
407	Marcos Cesar Pontes	2034	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP	67.160.507/0001-83	SP	VARGEM	4	40	EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA	R$	610.974,00
408	Marcos Cesar Pontes	2032	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP	56.024.581/0001-56	SP	RIBEIRAO PRETO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	625.000,00
409	Marcos Cesar Pontes	2029	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP	45.116.092/0001-08	SP	MERIDIANO	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	300.000,00
410	Marcos Cesar Pontes	2036	60120002	4265	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP	46.137.410/0001-80	SP	BAURU	4	40	EQUIPAMENTOS	R$	445.000,00
411	Marcos Ribeiro do Val	3748	60120002	9204	22000	22101	202V	MIMOSO DO SUL			27.174.119/0001-37	ES	MIMOSO DO SUL	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
412	Marcos Ribeiro do Val	3759	60120002	9204	22000	22101	202V	MARILÂNDIA			27.744.176/0001-04	ES	MARILANDIA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
413	Marcos Rogério da Silva Brito	3209	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	obra	R$	1.980.974,00
414	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	3470	60120002	4275	22000	22101	202V	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
415	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2446	60120002	4275	22000	22101	202V	PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL		00.299.198/0001-56	TO	PORTO NACIONAL	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	5.404.872,00
416	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2445	60120002	4275	22000	22101	202V	ANANÁS	ANANÁS		00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	3.000.000,00
417	Maria Teresa Leitão de Melo	2722	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Cupira			10.191.799/0001-02	PE	CUPIRA	4	40	Construção de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
418	Maria Teresa Leitão de Melo	2718	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de São João			10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante	R$	1.052.436,00
419	Maria Teresa Leitão de Melo	2723	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Macaparana			11.361.888/0001-04	PE	MACAPARANA	4	40	Serviço de Terraplanagem e cascalhamento	R$	1.000.000,00
420	Maria Teresa Leitão de Melo	2724	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação de estradas e recuperação de barragens	R$	950.000,00
421	Maria Teresa Leitão de Melo	2726	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Buenos Aires			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais	R$	495.240,00
422	Maria Teresa Leitão de Melo	2725	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito			11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação e manutenção de Barragens	R$	950.000,00
423	Nelson Trad Filho	5016	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
424	Nelson Trad Filho	5019	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	301.571,00
425	Nelson Trad Filho	5070	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
426	Nelson Trad Filho	5043	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$	204.353,00
427	Nelson Trad Filho	3112	60120002	4181	22000	22101	202V	Governo do Estado	Festival Internacional da Carne		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	3	30	Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne	R$	400.000,00
428	Nelson Trad Filho	5071	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00
429	Nelson Trad Filho	5065	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Coronel Sapucaia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$	436.126,00
430	Nelson Trad Filho	3161	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Ponta Porã	Ponta Agrotec		03.434.792/0001-09	MS	PONTA PORA	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
431	Nelson Trad Filho	5066	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	134.555,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

432	Nelson Trad Filho	5018	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
433	Nelson Trad Filho	5069	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
434	Nelson Trad Filho	5067	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
435	Nelson Trad Filho	5021	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$ 134.555,00
436	Nelson Trad Filho	5004	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
437	Nelson Trad Filho	5064	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$ 293.194,00
438	Nelson Trad Filho	5017	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
439	Nelson Trad Filho	5038	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
440	Nelson Trad Filho	3157	60120002	4181	22000	22101	202V	Município de Mundo Novo	População		03.741.683/0001-26	MS	MUNDO NOVO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (conclusão)	R$ 300.000,00
441	Nelson Trad Filho	5015	60120002	4181	22000	22101	202V	MAPA - CNPJ: 00396895000125	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$ 301.571,00
442	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3331	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Salinas da Margarida/BA	Município de Salinas da Margarida/BA	SALINAS DA MARGARIDA/BA	13.743.281/0001-14	BA	SALINAS DA MARGARIDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
443	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3325	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ibitiara/BA	Município de Ibitiara/BA	IBITIARA/BA	13.781.828/0001-76	BA	IBITIARA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
444	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3321	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Jeremoabo-BA	Município de Jeremoabo-BA	JEREMOABO/BA	13.809.041/0001-75	BA	JEREMOABO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais.	R$ 1.952.436,00
445	Otto Roberto Mendonça de Alencar	3334	60120002	3795	22000	22101	202V	Município de Ipecaetá/BA	Município de Ipecaetá/BA	IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
446	Paulo Renato Paim	383	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Cangução			88.861.430/0001-49	RS	CANGUCU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.436,00
447	Paulo Renato Paim	374	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Porto Lucena			87.613.659/0001-00	RS	PORTO LUCENA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
448	Paulo Renato Paim	375	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rondinha			87.712.212/0001-80	RS	RONDINHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
449	Paulo Renato Paim	379	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Bozano			04.216.419/0001-36	RS	BOZANO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
450	Paulo Renato Paim	382	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Toropi			01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
451	Paulo Renato Paim	387	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Tapera			87.613.493/0001-13	RS	TAPERA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
452	Paulo Renato Paim	377	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Ivoti			88.254.909/0001-17	RS	IVOTI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
453	Paulo Renato Paim	384	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Encruzilhada do Sul			89.363.642/0001-69	RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 351.000,00
454	Paulo Renato Paim	380	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rolador			04.203.896/0001-67	RS	ROLADOR	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
455	Paulo Renato Paim	388	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Erebango			92.453.828/0001-13	RS	EREBANGO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 350.000,00
456	Paulo Renato Paim	376	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Carlos Barbosa			88.587.183/0001-34	RS	CARLOS BARBOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
457	Paulo Renato Paim	1637	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Terra de Areia			90.256.660/0001-20	RS	TERRA DE AREIA	4	41	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 495.240,00
458	Paulo Renato Paim	385	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Lagoa Vermelha			87.613.626/0001-51	RS	LAGOA VERMELHA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
459	Paulo Renato Paim	389	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
460	Paulo Renato Paim	386	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mostardas			88.000.922/0001-40	RS	MOSTARDAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
461	Paulo Renato Paim	381	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Pedro Osório			88.859.962/0001-41	RS	PEDRO OSORIO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
462	Paulo Renato Paim	378	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
463	Randolph Frederich Rodrigues Alves	3415	60120002	2919	22000	22101	202V	Governo do Estado do Amapá	Governo do Estado do Amapá		00.394.577/0001-25	AP	MACAPA	4	30	Estradas Vicinais	R$ 4.952.436,00
464	Roberta Leontina Xisto Acioly	4778	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.952.436,00
465	Roberta Leontina Xisto Acioly	4779	60120002	4571	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.000.000,00
466	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4078	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales			18.404.954/0001-25	MG	FRONTEIRA DOS VALES	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
467	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4088	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itamarandiba			16.886.871/0001-94	MG	ITAMARANDIBA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
468	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4117	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pote			18.404.970/0001-18	MG	POTE	4	40	Equipamento	R$ 652.436,00
469	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4061	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguanil			17.888.108/0001-65	MG	AGUANIL	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
470	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4099	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
471	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4067	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capetinga			17.894.031/0001-36	MG	CAPETINGA	4	40	Equipamento	R$ 400.000,00
472	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4113	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Muzambinho			18.668.624/0001-47	MG	MUZAMBINHO	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
473	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4669	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.301.028/0001-24	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
474	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4082	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guarara			17.723.172/0001-96	MG	GUARARA	4	40	Equipamento	R$ 500.000,00
475	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4104	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Equipamento	R$ 400.000,00
476	Rogério Carvalho Santos	1416	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.052.436,00
477	Rogério Carvalho Santos	1415	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.134.614/0001-08	SE	CAMPO DO BRITO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
478	Rogério Carvalho Santos	1414	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.150.000,00
479	Rogério Carvalho Santos	1641	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipa			13.098.181/0001-82	SE	ITABAIANINHA	4	40	Pavimentação	R$ 495.240,00
480	Rogério Carvalho Santos	1413	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
481	Rogério Carvalho Santos	1410	60120002	4095	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			13.100.995/0001-04	SE	AREIA BRANCA	4	40	Obras de Fomento	R$ 1.150.000,00
482	Rogério Simonetti Marinho	11686	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
483	Rogério Simonetti Marinho	11672	60120002	4276	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
484	Rogério Simonetti Marinho	11681	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
485	Rogério Simonetti Marinho	11675	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VERA CRUZ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.021,00
486	Rogério Simonetti Marinho	11721	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
487	Rogério Simonetti Marinho	11703	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA ARICULTURA E PECUÁRIA	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
488	Rogério Simonetti Marinho	11710	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
489	Rogério Simonetti Marinho	11696	60120002	4276	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 501.571,00
490	Romario de Souza Faria	13099	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$ 481.676,00
491	Romario de Souza Faria	13116	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
492	Romario de Souza Faria	13109	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
493	Romario de Souza Faria	13111	60120002	3799	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917,00
494	Sérgio de Oliveira Cunha	4263	60120002	2914	22000	22101	202V	INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD			43.824.560/0001-73	AC	RIO BRANCO	3	50	Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre	R$ 4.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

495	Soraya Vieira Thronicke	2290	60120002	4086	22000	22101	202V	Instituto do Desenvolvimento Social - IDS	Estado do Mato Grosso do Sul		01.832.903/0001-00	RJ	MARICA	3	50	Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos.	R$ 4.952.436,00
496	Tereza Cristina Corrêa	3532	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Alvorada do Sul/MS		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	40	Cobertura da Feira do Produtor	R$ 530.974,00
497	Tereza Cristina Corrêa	3527	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS	Iguatemi/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 350.000,00
498	Tereza Cristina Corrêa	3534	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS	Paranaíba/MS		03.343.118/0001-00	MS	PARANAIBA	4	40	Pontes e Aduelas	R$ 1.100.000,00
499	Vanderlan Vieira Cardoso	3669	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cavalcante		00.396.895/0001-25	GO	CAVALCANTE	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
500	Vanderlan Vieira Cardoso	20269	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alvorada do Norte		00.396.895/0001-25	GO	ALVORADA DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
501	Vanderlan Vieira Cardoso	3552	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Três Ranchos		00.396.895/0001-25	GO	TRES RANCHOS	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
502	Vanderlan Vieira Cardoso	3674	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Amorinópolis		00.396.895/0001-25	GO	AMORINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
503	Vanderlan Vieira Cardoso	3553	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Guaraíta		00.396.895/0001-25	GO	GUARAITA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
504	Vanderlan Vieira Cardoso	3547	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Portelândia		00.396.895/0001-25	GO	PORTELANDIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
505	Vanderlan Vieira Cardoso	3676	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Montes Claros de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
506	Vanderlan Vieira Cardoso	3671	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Teresina de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TERESINA DE GOIAS	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
507	Vanderlan Vieira Cardoso	3668	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Alexânia		00.396.895/0001-25	GO	ALEXANIA	4	90	Caminhão Basculante Trucado	R$ 604.000,00
508	Vanderlan Vieira Cardoso	20270	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Iturumã		00.396.895/0001-25	GO	ITARUMA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
509	Vanderlan Vieira Cardoso	3663	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Valparaíso de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 690.000,00
510	Vanderlan Vieira Cardoso	3551	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Rianápolis		00.396.895/0001-25	GO	RIANAPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	R$ 295.000,00
511	Vanderlan Vieira Cardoso	4997	60120002	4083	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$ 544.502,00
512	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4751	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Vista Serrana			09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 800.000,00
513	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4747	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	R$ 300.000,00
514	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5500	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	3	40	Evento	R$ 300.000,00
515	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4594	60120002	4088	22000	22101	202V	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS			09.307.596/0001-41	PB	PRATA	3	50	Evento	R$ 600.000,00
516	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4637	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José dos Cordeiros			08.873.226/0001-09	PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	3	40	Evento	R$ 500.000,00
517	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4641	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Prata			09.074.113/0001-06	PB	PRATA	3	40	Evento	R$ 300.000,00
518	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4853	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José de Caiana			08.891.541/0001-69	PB	SAO JOSE DE CAIANA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 400.000,00
519	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4754	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Pedra Lavrada			08.740.466/0001-35	PB	PEDRA LAVRADA	3	40	Evento	R$ 200.000,00
520	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	5499	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$ 400.000,00
521	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4639	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	3	40	Evento	R$ 200.000,00
522	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4613	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 600.000,00
523	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4749	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cabaceiras			08.702.862/0001-78	PB	CABACEIRAS	3	40	Evento	R$ 352.436,00
524	Wellington Antonio Fagundes	5035	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93		00.396.895/0001-25	MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
525	Wellington Antonio Fagundes	5114	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		00.396.895/0001-25	MT	SALTO DO CEU	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
526	Wellington Antonio Fagundes	5020	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38		00.396.895/0001-25	MT	BRASNORTE	4	90	Aquisição trator	R$ 134.555,00
527	Wellington Antonio Fagundes	5042	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22		00.396.895/0001-25	MT	NOVA LACERDA	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
528	Wellington Antonio Fagundes	5030	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
529	Wellington Antonio Fagundes	5025	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00		00.396.895/0001-25	MT	GLORIA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
530	Wellington Antonio Fagundes	5022	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	CURVELANDIA	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.554,00
531	Wellington Antonio Fagundes	5024	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		00.396.895/0001-25	MT	RESERVA DO CABACAL	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
532	Wellington Antonio Fagundes	5125	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
533	Wellington Antonio Fagundes	5047	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99		00.396.895/0001-25	MT	CAMPOS DE JULIO	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
534	Wellington Antonio Fagundes	5040	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - cnpj 04219688/0001-56		00.396.895/0001-25	MT	CONQUISTA D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
535	Wellington Antonio Fagundes	5023	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000l-89		00.396.895/0001-25	MT	RIO BRANCO	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.554,00
536	Wellington Antonio Fagundes	5026	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48		00.396.895/0001-25	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
537	Wellington Antonio Fagundes	5027	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20		00.396.895/0001-25	MT	INDIAVAI	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
538	Wellington Antonio Fagundes	5036	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VALE DE SAO DOMINGOS	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
539	Weverton Rocha Marques de Sousa	5445	60120002	4084	22000	22101	202V	Trizidela do Vale			01.558.070/0001-22	MA	TRIZIDELA DO VALE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.145,00
540	Weverton Rocha Marques de Sousa	5449	60120002	4084	22000	22101	202V	Vitorino Freire			06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	40	Ampliação do Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos	R$ 1.000.000,00
541	Weverton Rocha Marques de Sousa	5433	60120002	4084	22000	22101	202V	Riachão			05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.145,00
542	Weverton Rocha Marques de Sousa	5442	60120002	4084	22000	22101	202V	Graça Aranha			06.140.594/0001-12	MA	GRACA ARANHA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.145,00
543	Weverton Rocha Marques de Sousa	5431	60120002	4084	22000	22101	202V	São Vicente Ferrer			06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.147,00
544	Weverton Rocha Marques de Sousa	3456	60120002	4084	22000	22101	202V	Fernando Falcão			01.612.667/0001-08	MA	FERNANDO FALCAO	4	40	implantação de estradas vicinais	R$ 4.952.436,00
545	Weverton Rocha Marques de Sousa	5436	60120002	4084	22000	22101	202V	Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.145,00
546	Weverton Rocha Marques de Sousa	5439	60120002	4084	22000	22101	202V	Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 1.484.145,00
547	Wilder Pedro de Morais	2682	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Turvelândia			25.107.657/0001-83	GO	TURVELANDIA	4	40	Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 980.974,00
548	Wilder Pedro de Morais	22661	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO			00.163.055/0001-12	GO	MUNDO NOVO	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 600.000,00
549	Wilder Pedro de Morais	22660	60120002	2969	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL			00.007.344/0001-22	GO	AMERICANO DO BRASIL	4	40	MANUENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 400.000,00
550	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1848	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		08.349.094/0001-10	RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$ 1.000.055,00
551	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1864	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ		01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$ 402.436,00
552	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3824	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA	R$ 330.055,00
553	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1846	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS		08.294.670/0001-70	RN	CARNAUBAIS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$ 200.055,00
554	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3806	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA EQUADOR	PREFEITURA EQUADOR		08.086.225/0001-14	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
555	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1853	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS		08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 600.055,00
556	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1868	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais	R$ 479.055,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

557	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3874	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ		08.348.971/0001-39	RN	MOSSORO	4	40	CÂMARA FRIGORIFICA	R$	300.000,00
558	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3819	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLMENTOS AGRICOLAS	R$	299.835,00
559	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3805	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU		08.349.078/0001-28	RN	PATU	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	200.055,00
560	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1854	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$	340.670,00
561	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3822	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	VEICULO	R$	400.055,00
562	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	2599	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL		08.158.669/0001-18	RN	CORONEL EZEQUIEL	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional	R$	200.055,00
																	R$	352.894.039,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo III: Listagem de todas as indicações rejeitadas pela CRA até o presente momento

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Alessandro Vieira	5189	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe	Cumbe	45.661.438/0001-59	SE	CUMBE	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5194	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associção de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias	Itabaiana	05.875.642/0001-58	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5196	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco	Japoatã	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5208	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE	São Cristóvão	08.710.851/0001-30	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5201	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Moradores da Barra do Boi	Nossa Senhora da Glória	02.319.607/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 292.600,00
Alessandro Vieira	5191	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microregião Sergipana do Sertão do São Francisco	Feira Nova	07.152.518/0001-90	SE	FEIRA NOVA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5192	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5210	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Assistência e Ação Comunitária de Telha	Telha	16.457.335/0001-73	SE	TELHA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5204	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Pedrinhas	13.098.736/0001-96	SE	PEDRINHAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5203	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Pá-Carregadeira	R$ 290.000,00
Alessandro Vieira	5195	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias	Itabaiana	02.787.727/0001-96	SE	ITABAIANA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5206	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Propriá	Propriá	13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5198	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Instituto Valmir Monteiro	Lagarto	02.649.025/0001-46	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5190	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN	Divina Pastora	52.472.256/0001-03	SE	DIVINA PASTORA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5188	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canaã	Canindé do São Francisco	02.473.038/0001-07	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5209	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de São Francisco	São Francisco	13.118.435/0001-87	SE	SAO FRANCISCO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5202	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO	Nossa Senhora da Glória	01.353.453/0001-64	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5207	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	11.439.872/0001-77	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5193	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes	Gracho Cardoso	02.723.330/0001-30	SE	GRACHO CARDOSO	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Alessandro Vieira	5205	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	ASSOCIACAO DE DESENVOL.COMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE	Poço Verde	03.675.569/0001-45	SE	POCO VERDE	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5197	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos	Lagarto	31.443.339/0001-96	SE	LAGARTO	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5200	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Maos do Mestre Casa de Davi	Neópolis	14.480.714/0001-59	SE	NEOPOLIS	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5187	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Associação Cultural e Esportiva - ACESA	Aquidabã	33.023.784/0001-22	SE	AQUIDABA	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Alessandro Vieira	5199	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA-COOPESA	Malhador	23.052.767/0001-60	SE	MALHADOR	4	90	Trator agrícola	R$ 135.746,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	4069	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	PRIMEIRA CRUZ	06.240.352/0001-09	MA	PRIMEIRA CRUZ	4	40	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.000.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	2231	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84			00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente	R$ 2.971.461,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4704	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00	R$ 1.688.700,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	4703	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84		00.396.895/0001-25	PI	TERESINA	4	90	Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00	R$ 1.125.000,00
Antônio Mecias Pereira de Jesus	1506	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS	MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS		01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.000.000,00
Antônio Mecias Pereira de Jesus	279	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	R$ 2.952.436,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2897	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SÃO FIDÉLIS - RJ			29.111.093/0001-03	RJ	SAO FIDELIS	4	40	Equipamentos	R$ 300.960,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	4673	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Casimiro de Abreu/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Escavadeira Hidráulica	R$ 575.917,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2896	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ			29.115.458/0001-78	RJ	CASIMIRO DE ABREU	4	40	Equipamentos	R$ 574.750,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2898	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ			29.115.441/0001-10	RJ	TRAJANO DE MORAIS	4	40	Equipamentos	R$ 154.660,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2894	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ			28.695.658/0001-84	RJ	BARRA MANSA	4	40	Equipamentos	R$ 480.700,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	4672	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Tanguá/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2895	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE TANGUÁ - RJ			01.612.089/0001-00	RJ	TANGUA	4	40	Equipamentos	R$ 300.960,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	2899	60120002	4568	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ			28.615.557/0001-56	RJ	ITAOCARA	4	40	Equipamentos	R$ 154.660,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bruno Bierrenbach Bonetti	4674	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de São Fidélis/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Retroescavadeira	R$ 301.571,00
Bruno Bierrenbach Bonetti	4671	60120002	4568	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Barra Mansa/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	1 Motoniveladora	R$ 481.676,00
Carlos Alberto Dias Viana	4939	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO	MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO		01.613.076/0001-55	MG	CURRAL DE DENTRO	4	40	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774,00
Carlos Alberto Dias Viana	4065	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola	R$ 107.774,00
Carlos Alberto Dias Viana	15259	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LADAINHA - MG - CNPJ 18.404.863/0001-90		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
Carlos Alberto Dias Viana	15252	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG - CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Pá Carregadeira	R$ 292.600,00
Carlos Alberto Dias Viana	4008	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.581/0001-76		00.396.895/0001-25	MG	MURIAE	4	90	Aquisição de retroescavadeira	R$ 302.400,00
Carlos Alberto Dias Viana	4046	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de motoniveladora	R$ 483.000,00
Carlos Francisco Portinho	3337	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Carmo/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	2 Tratores agrícolas	R$ 309.320,00
Carlos Francisco Portinho	3339	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Itaperuna/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 574.750,00
Carlos Francisco Portinho	3340	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660,00
Carlos Francisco Portinho	3338	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Macuco/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Motoniveladora	R$ 480.700,00
Carlos Francisco Portinho	3341	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Paraíba do Sul/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Carlos Francisco Portinho	3342	60120002	4210	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Município de Guapimirim/RJ		00.396.895/0068-32	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 154.660,00
Carlos Francisco Portinho	4664	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Município de Rio Bonito/RJ		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Trator Agrícola	R$ 157.974,00
Ciro Nogueira Lima Filho	1960	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BOCAINA			06.553.689/0001-68	PI	BOCAINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	1963	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ			01.613.513/0001-30	PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	1961	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES			06.554.455/0001-35	PI	BURITI DOS LOPES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	1962	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS			06.554.422/0001-95	PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Confúcio Aires Moura	2791	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 302.436,00
Confúcio Aires Moura	2785	60120002	4092	22000	22101	20ZV	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
Confúcio Aires Moura	4819	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ITAPUA DO OESTE		00.396.895/0001-25	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Aquisição de trator e ensiladeira frontal.	R$ 700.000,00
Confúcio Aires Moura	2776	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU			04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.500.000,00
Confúcio Aires Moura	2783	60120002	4092	22000	22101	20ZV	ITAPUÃ DO OESTE	ITAPUÃ DO OESTE		63.761.936/0001-55	RO	ITAPUA DO OESTE	4	90	Máquinas e implementos agrícolas.	R$ 700.000,00
Confúcio Aires Moura	2780	60120002	4092	22000	22101	20ZV	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		15.884.109/0001-06	RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	4	90	Máquinas agrícolas.	R$ 1.000.000,00
Damares Regina Alves	1800	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para alberguamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.980.974,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3648	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 480.974,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3625	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB	COREMAS - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	3634	60120002	4141	22000	22101	20ZV	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB	LUCENA - PB	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Efraim de Araújo Morais Filho	4369	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 3.000.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	19715	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Prefeitura Municipal de Tunapolis	Tunapolis	78.486.198/0001-52	SC	TUNAPOLIS	4	40	Uma retroescavadeira	R$ 410.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4965	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4954	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	01 Equipamento: Trator Agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4956	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MAR VERMELHO			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$ 300.960,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4976	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE			12.200.317/0001-50	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4986	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			12.250.056/0001-83	AL	BATALHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4973	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4967	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4952	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANADIA			12.227.351/0001-19	AL	ANADIA	4	90	01 equipamento: motoniveladora	R$ 500.555,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4983	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARICONHA			35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4957	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11315	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Município de Rio Largo/AL	Rio Largo/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 136.020,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4987	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELO MONTE			12.250.163/0001-01	AL	BELO MONTE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4960	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4962	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4982	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4961	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4981	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MATA GRANDE			12.226.205/0001-79	AL	MATA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agrícola	R$ 135.745,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4979	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CANAPI			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4993	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JARAMATAIA			12.207.544/0001-08	AL	JARAMATAIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4953	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MARIBONDO			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	90	Um equipamento: Retroescavadeira	R$	300.960,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4969	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4966	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$	4.052.436,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4955	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA			12.207.551/0001-00	AL	LAGOA DA CANOA	4	90	01 Equipamento: Retroescavadeira	R$	300.960,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4975	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SATUBA			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4985	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARAPIRACA			12.198.693/0003-10	AL	ARAPIRACA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4958	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4989	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CRAIBAS			08.439.549/0001-99	AL	CRAIBAS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4964	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4963	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4992	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE			12.207.528/0001-15	AL	FEIRA GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4972	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4959	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INHAPI			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4974	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS			12.251.450/0001-36	AL	MONTEIROPOLIS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4978	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4980	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA			12.224.895/0001-27	AL	DELMIRO GOUVEIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	3127	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Municípios Alagoanos	Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão,	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de máquinas agrícolas	R$	1.980.974,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4968	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO			12.207.536/0001-61	AL	GIRAU DO PONCIANO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	11259	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Municipio de Batalha/AL	Batalha/AL		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	136.020,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4977	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIO LARGO			12.200.168/0001-20	AL	RIO LARGO	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4988	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE			12.198.701/0001-66	AL	CAMPO GRANDE	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	4984	60120002	4239	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	90	Um equipamento: Trator agricola	R$	135.745,00
Fabiano Contarato	749	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	510.000,00
Fabiano Contarato	698	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$	810.000,00
Fabiano Contarato	4728	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	380.000,00
Fabiano Contarato	4729	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	650.000,00
Fabiano Contarato	4725	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	495.240,00
Fabiano Contarato	4726	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	380.000,00
Fabiano Contarato	4730	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$	380.000,00
Fabiano Contarato	1968	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ		00.396.895/0001-25	ES	JAGUARE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$	495.240,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fabiano Contarato	4724	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		00.396.895/0001-25	ES	ITARANA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA	R$ 810.000,00
Fabiano Contarato	709	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	743	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	752	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA		00.396.895/0001-25	ES	VARGEM ALTA	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	4731	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000,00
Fabiano Contarato	4727	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA		00.396.895/0001-25	ES	JOAO NEIVA	4	90	AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	693	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	AGUA DOCE DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	746	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI	PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI		00.396.895/0001-25	ES	MUCURICI	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 380.000,00
Fabiano Contarato	12031	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL (CNPJ 27.174.119/0001-37)		00.396.895/0001-25	ES	MIMOSO DO SUL	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA	R$ 302.000,00
Fabiano Contarato	4722	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA		00.396.895/0001-25	ES	SAO GABRIEL DA PALHA	4	90	AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 510.000,00
Fabiano Contarato	701	60120002	4180	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO		00.396.895/0001-25	ES	CONCEICAO DO CASTELO	4	90	AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA	R$ 430.000,00
Fernando Lopes de Farias	4900	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00	R$ 280.000,00
Fernando Lopes de Farias	4898	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00	R$ 779.400,00
Fernando Lopes de Farias	3909	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.952.436,00
Fernando Lopes de Farias	4895	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77		00.396.895/0001-25	AL	MACEIO	4	90	Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00	R$ 1.728.000,00
Fernando Lopes de Farias	3930	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Limoeiro de Anadia			12.207.403/0001-95	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	4	40	Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal	R$ 2.000.000,00
Francisco de Assis Rodrigues	3544	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Município do Amajari	Município do Amajari		01.614.081/0001-82	RR	AMAJARI	4	40	Fomento ao setor Agropecuário	R$ 4.352.436,00
Irajá Silvestre Filho	3746	60120002	4096	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Todos os municípios do Estado do Tocantins		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins.	R$ 4.952.436,00
Iralci Lucas Ferreira	1653	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cidade Ocidental	Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1660	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cavalcante	Cavalcante		01.738.772/0001-98	GO	CAVALCANTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1659	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Planaltina Goiás	Planaltina Goiás		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1655	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás		36.985.463/0001-05	GO	COCALZINHO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1649	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alto Paraíso	Alto Paraíso		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1647	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água fria de Goiás	Água fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1663	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Vila Boa	Vila Boa		37.388.378/0001-14	GO	VILA BOA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1664	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Cristalina	Cristalina		11.290.797/0001-25	GO	CRISTALINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1651	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alvorada do Norte	Alvorada do Norte		02.367.597/0001-32	GO	ALVORADA DO NORTE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1654	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Formosa	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1661	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Simolândia	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	4733	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás	R$ 180.974,00
Iralci Lucas Ferreira	1648	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Alexânia	Alexânia		01.298.975/0001-00	GO	ALEXANIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1657	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Colinas do Sul	Colinas do Sul		25.105.255/0001-40	GO	COLINAS DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	4513	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Água Fria de Goiás	Água Fria de Goiás		25.141.292/0001-03	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás	R$ 200.000,00
Iralci Lucas Ferreira	1658	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Niquelândia	Niquelândia		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO	R$ 132.065,00
Iralci Lucas Ferreira	1662	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Flores de Goiás	Flores de Goiás		01.740.497/0001-47	GO	FLORES DE GOIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás	R$ 132.065,00
Jader Fontenelle Barbalho	1405	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Progresso			10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Estradas vicinais.	R$ 600.000,00
Jayme Veríssimo de Campos	2751	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Universidade Federal de Rondonópolis – UFR			35.854.176/0001-95	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas	R$ 1.300.000,00
Jayme Veríssimo de Campos	4951	60120002	2376	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		00.396.895/0011-05	MT	RONDONOPOLIS	4	90	equipamentos e implementos agrícolas.	R$ 1.300.000,00
Jayme Veríssimo de Campos	3011	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Boa Esperança do Norte			58.673.892/0001-71	MT	BOA ESPERANCA DO NORTE	4	40	aquisição de maquinas e equipamentos	R$ 450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2623	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2620	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO		01.300.094/0001-87	GO	RIANAPOLIS	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2647	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO		01.915.313/0001-32	GO	FAZENDA NOVA	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2639	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO		01.168.145/0001-69	GO	PIRANHAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2624	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	MOTONIVELADORA	R$ 543.400,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2641	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2627	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO		01.126.341/0001-70	GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2616	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2622	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO	MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO		01.616.319/0001-09	GO	VALPARAISO DE GOIAS	4	40	TRATOR AGRÍCOLA 90CV	R$ 134.283,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2637	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO		00.078.790/0001-28	GO	DOVERLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2645	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	TRATOR AGRÍCOLA	R$ 134.283,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2636	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO	MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO		01.493.998/0001-76	GO	CAMPOS VERDES	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2643	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO		01.164.946/0001-56	GO	CAIAPONIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2625	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO	MUNICIPIO DE URUAÇU - GO		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2629	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE INDIARA - GO	MUNICIPIO DE INDIARA - GO		00.005.959/0001-10	GO	INDIARA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2618	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	PÁ-CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	2634	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	RETROESCAVADEIRA	R$ 300.960,00
Jorge Seif Júnior	4907	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	3049	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	4906	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
Jorge Seif Júnior	3059	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	4905	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	4913	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	4910	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Meleiro			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	4914	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Abelardo Luz			83.009.886/0001-61	SC	ABELARDO LUZ	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	3044	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Atalanta			83.102.616/0001-09	SC	ATALANTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	2675	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Camboriu			83.102.293/0001-45	SC	CAMBORIU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.980.974,00
Jorge Seif Júnior	3060	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Arroio Trinta			82.826.462/0001-27	SC	ARROIO TRINTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	3045	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Brunópolis			01.613.853/0001-61	SC	BRUNOPOLIS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	3055	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	3046	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Caxambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	4912	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	4911	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Saudades			83.021.881/0001-54	SC	SAUDADES	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	3043	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Bom Jesus			01.551.148/0001-87	SC	BOM JESUS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	3057	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Riqueza			95.988.309/0001-48	SC	RIQUEZA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	3051	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de São Bernardino			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário no município	R$ 132.000,00
Jorge Seif Júnior	4915	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Passos Maia			00.396.895/0001-25	SC	PASSOS MAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 254.000,00
Jorge Seif Júnior	3053	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Aguas de Chapeco			82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 264.000,00
Jorge Seif Júnior	4909	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Caxambu do Sul			83.021.816/0001-29	SC	CAXAMBU DO SUL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.974,00
Jorge Seif Júnior	3048	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Município de Meleiro			82.837.741/0001-96	SC	MELEIRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 132.000,00
José da Cruz Marinho	4511	60120002	4182	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	MUNICÍPIO DE BUJARU	05.196.563/0001-10	PA	BUJARU	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.702.436,00
José da Cruz Marinho	240	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ	Santarém Novo	22.064.816/0001-11	PA	SANTAREM NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R$ 250.000,00
José Roberto Oliveira Faro	1211	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	Dom Eliseu	00.396.895/0001-25	PA	DOM ELISEU	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 272.436,00
José Roberto Oliveira Faro	1209	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Baião	Baião	00.396.895/0001-25	PA	BAIAO	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	R$ 680.000,00
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1989	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82	TABULEIRO DO NORTE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas	R$ 135.850,00
Luis Eduardo Grangeiro Girão	1359	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE RUSSAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92	RUSSAS	34.426.656/0001-92	CE	RUSSAS	4	50	Aquisição de Equipamentos e Implementos	R$ 200.000,00
Magno Pereira Malta	2003	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Alto Rio Novo/ES			31.796.659/0001-20	ES	ALTO RIO NOVO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 174.974,00
Marcelo Costa e Castro	20156	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Guadalupe (06.554.083/0001-47)		00.396.895/0001-25	PI	GUADALUPE	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23480	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí			06.554.810/0001-76	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20191	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Rede de Mulheres Sanjoanenses em Ação, Saúde, Educação, Cultura e Inclusão Social (CNPJ 49.013.781/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	SAO JULIAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23484	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Várzea Branca			41.522.103/0001-07	PI	VARZEA BRANCA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 300.999,00
Marcelo Costa e Castro	20134	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí (CNPJ 01.612.578/0001-61)		00.396.895/0001-25	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23454	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francinópolis			06.554.919/0001-03	PI	FRANCINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20224	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Batalha (CNPJ 06.553.903/0001-86)		00.396.895/0001-25	PI	BATALHA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23450	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guadalupe			06.554.083/0001-47	PI	GUADALUPE	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23469	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paes Landim			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$ 293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcelo Costa e Castro	20118	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo (CNPJ 01.612.564/0001-48)		00.396.895/0001-25	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23461	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenteiras			06.553.887/0001-21	PI	PIRACURUCA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23467	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23452	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara			01.612.565/0001-92	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23478	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marcolândia			41.522.269/0001-15	PI	MARCOLANDIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23459	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Julião			06.553.846/0001-35	PI	SAO JULIAO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20176	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí (CNPJ 01.612.583/0001-74)		00.396.895/0001-25	PI	LAGOA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23476	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20179	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Marcolândia (CNPJ 41.522.269/0001-15)		00.396.895/0001-25	PI	MARCOLANDIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23458	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí			01.612.583/0001-74	PI	LAGOA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23457	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fronteiras			06.553.721/0001-05	PI	FRONTEIRAS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20137	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francinópolis (CNPJ 06.554.919/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23477	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Miguel Leão			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23482	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23455	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20184	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pimenteiras (CNPJ 06.553.887/0001-21)		00.396.895/0001-25	PI	PIRACURUCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23465	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20109	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara (CNPJ 01.612.565/0001-92)		00.396.895/0001-25	PI	BARRA D'ALCANTARA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20192	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA GRANDE E CHAPADA DO ANGICAL (CNPJ 10.868.673/0001-11)		00.396.895/0001-25	PI	PICOS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20170	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho (CNPJ 06.553.986/0001-03)		00.396.895/0001-25	PI	ISAIAS COELHO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20180	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí (CNPJ 01.612.591/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20103	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia (CNPJ 01.612.562/0001-59)		00.396.895/0001-25	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23448	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20126	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes (CNPJ 06.553.705/0001-12)		00.396.895/0001-25	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23451	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes			06.553.705/0001-12	PI	DOM EXPEDITO LOPES	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	20181	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Miguel Leão (CNPJ 06.554.935/0001-04)		00.396.895/0001-25	PI	MIGUEL LEAO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20144	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo (CNPJ 01.612.577.0001-17)		00.396.895/0001-25	PI	FRANCISCO MACÉDO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23473	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de um trator agrícola	R$	136.021,00
Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí (CNPJ 01.612.617/0001-20)		00.396.895/0001-25	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20187	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Várzea Branca (CNPJ 41.522.103/0001-07)		00.396.895/0001-25	PI	VARZEA BRANCA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20220	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Associação dos Produtores Rurais do Município de Guaribas do Piauí (CNPJ 46.528.746/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	GUARIBAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20106	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro (CNPJ 41.522.178/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20185	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves (CNPJ 01.612.604/0001-51)		00.396.895/0001-25	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20196	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí (CNPJ 06.554.810/0001-76)		00.396.895/0001-25	PI	SAO PEDRO DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20105	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (CNPJ 06.554.752/0001-80)		00.396.895/0001-25	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23475	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí			01.612.591/0001-10	PI	MASSAPE DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20130	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí (CNPJ 41.522.384/0001-90)		00.396.895/0001-25	PI	FARTURA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20178	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Madeiro (CNPJ 01.612.586/0001-08)		00.396.895/0001-25	PI	MADEIRO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20150	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Fronteiras (CNPJ 06.553.721/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	FRONTEIRAS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20183	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino (CNPJ 01.612.600/0001-73)		00.396.895/0001-25	PI	PEDRO LAURENTINO	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20190	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO GURGUÉIA NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRA ESTADO PIAUÍ (CNPJ 44.735.335/0001-23)		00.396.895/0001-25	PI	CANAVIEIRA	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23462	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro			41.522.178/0001-80	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23453	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Angical do Piauí			06.554.752/0001-80	PI	ANGICAL DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23479	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	23464	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Batalha			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23449	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Madeiro			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcelo Costa e Castro	23472	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de 5 (cinco) retroescavadeiras	R$	1.507.855,00
Marcelo Costa e Castro	23456	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Aquisição de uma pá-carregadeira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23468	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Francisco Macedo			01.612.577/0001-17	PI	FRANCISCO MACEDO	4	40	Aquisição de uma pá-carregareira	R$	293.194,00
Marcelo Costa e Castro	23481	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20189	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE BAIXA DA FURNA (CNPJ 02.139.139/0001-46)		00.396.895/0001-25	PI	BETANIA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	23483	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia			01.612.562/0001-59	PI	ALVORADA DO GURGUEIA	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.571,00
Marcelo Costa e Castro	20171	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Itainópolis (CNPJ 06.553.754/0001-55)		00.396.895/0001-25	PI	ITAINOPOLIS	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20173	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Jacobina (CNPJ 41.522.368/0001-05)		00.396.895/0001-25	PI	JACOBINA DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20114	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí (CNPJ 01.612.560/0001-60)		00.396.895/0001-25	PI	BELEM DO PIAUI	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcelo Costa e Castro	20182	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Prefeitura Municipal de Paes Landim (CNPJ 06.553.663/0001-10)		00.396.895/0001-25	PI	PAES LANDIM	4	90	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	301.000,00
Marcos Ribeiro do Val	3739	60120002	9204	22000	22101	20ZV	DORES DO RIO PRETO			27.167.386/0001-87	ES	DORES DO RIO PRETO	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
Marcos Ribeiro do Val	3767	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SANTA MARIA DE JETIBÁ			36.388.445/0001-38	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
Marcos Ribeiro do Val	3752	60120002	9204	22000	22101	20ZV	MUQUI			27.082.403/0001-83	ES	MUQUI	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
Marcos Ribeiro do Val	3754	60120002	9204	22000	22101	20ZV	SÃO MATEUS			27.167.477/0001-12	ES	SAO MATEUS	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
Marcos Ribeiro do Val	3763	60120002	9204	22000	22101	20ZV	BREJETUBA			01.612.674/0001-00	ES	BREJETUBA	4	40	1 RETROESCAVADEIRA	R$	400.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	2447	60120002	4275	22000	22101	20ZV	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
Nelson Trad Filho	3162	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Taquarussu		03.923.703/0001-80	MS	TAQUARUSSU	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3171	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Aparecida do Taboado		03.563.335/0001-06	MS	APARECIDA DO TABOADO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3166	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Rochedo		03.501.566/0001-95	MS	ROCHEDO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3072	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Antônio João		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3115	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Corguinho		03.501.525/0001-07	MS	CORGUINHO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira	R$	280.000,00
Nelson Trad Filho	3155	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Jateí		03.783.859/0001-02	MS	JATEI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3071	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Amambai		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3160	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Nova Alvorada do Sul		37.212.719/0001-04	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3151	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Ivinhema		03.575.875/0001-00	MS	IVINHEMA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$	416.500,00
Nelson Trad Filho	3108	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Bandeirantes		03.501.491/0001-42	MS	BANDEIRANTES	3	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário	R$	240.436,00
Nelson Trad Filho	3149	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Douradina		15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3147	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Costa Rica		15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3163	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Terenos		03.501.582/0001-88	MS	TERENOS	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira	R$	288.000,00
Nelson Trad Filho	3165	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Rio Negro		03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3159	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - Trator	R$	128.500,00
Nelson Trad Filho	3121	60120002	4181	22000	22101	20ZV	MAPA - CNPJ: 003968950001-25	PM de Coronel Sapucia		01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste)	R$	416.500,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4091	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Machacalis			18.404.921/0001-85	MG	MACHACALIS	3	40	Equipamento	R$	500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	4073	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia			18.308.759/0001-00	MG	ESTRELA DO INDAIA	4	40	Equipamento	R$	500.000,00
Rogério Simonetti Marinho	4684	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	137.000,00
Rogério Simonetti Marinho	2955	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$	150.000,00
Rogério Simonetti Marinho	11354	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	ACARI (CNPJ 08.097.008/0001-20)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.570.068,00
Rogério Simonetti Marinho	2951	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura	R$	490.000,00
Rogério Simonetti Marinho	2962	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	140.000,00
Rogério Simonetti Marinho	11342	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MAJOR SALES (CNPJ 01.612.383/0001-11)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.570.068,00
Rogério Simonetti Marinho	4679	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	301.571,00
Rogério Simonetti Marinho	2953	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA	R$	150.000,00
Rogério Simonetti Marinho	11311	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	TENENTE LAURENTINO CRUZ (CNPJ 01.612.382/0001-77)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de um TRATOR via ata do ministério da agricultura	R$	136.020.094,00
Rogério Simonetti Marinho	2931	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	300.000,00
Rogério Simonetti Marinho	2948	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$	300.000,00
Rogério Simonetti Marinho	4681	60120002	4276	22000	22101	20ZV	EXTREMOZ			08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	501.571,00
Rogério Simonetti Marinho	4685	60120002	4276	22000	22101	20ZV	VERA CRUZ			08.362.915/0001-59	RN	VERA CRUZ	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$	137.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rogério Simonetti Marinho	4683	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO BENTO DO TRAIRI			08.160.467/0001-00	RN	SAO BENTO DO TRAIRI	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000,00
Rogério Simonetti Marinho	11317	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	VERA CRUZ (CNPJ 08.362.915/0001-59)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094,00
Rogério Simonetti Marinho	2936	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAJOR SALES			01.612.383/0001-11	RN	MAJOR SALES	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 300.000,00
Rogério Simonetti Marinho	11335	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pesca	EXTREMOZ (CNPJ 08.204.497/0001-71)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 50.157.068,00
Rogério Simonetti Marinho	4680	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
Rogério Simonetti Marinho	11331	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	MARCELINO VIEIRA (cnpj 08.357.618/0001-15)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094,00
Rogério Simonetti Marinho	2959	60120002	4276	22000	22101	20ZV	TENENTE LAURENTINO CRUZ			01.612.382/0001-77	RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	4	40	aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura	R$ 150.000,00
Rogério Simonetti Marinho	4678	60120002	4276	22000	22101	20ZV	ACARI			08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.571,00
Rogério Simonetti Marinho	11351	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (cnpj 01.612.396/0001-90)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 301.570.068,00
Rogério Simonetti Marinho	11326	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	SÃO BENTO DO TRAIRI (cnpj 08.160.467/0001-00)		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 136.020.094,00
Rogério Simonetti Marinho	4682	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MARCELINO VIEIRA			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	90	Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA	R$ 137.000,00
Vanderlan Vieira Cardoso	3556	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Água Fria de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUA FRIA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	R$ 543.000,00
Vanderlan Vieira Cardoso	3624	60120002	4083	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Águas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 690.000,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4750	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Infraestrutura Agrícola	R$ 400.000,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4752	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Junco do Seridó			09.084.054/0001-57	PB	JUNCO DO SERIDO	3	40	Evento	R$ 500.000,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	4753	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Tenório			01.612.649/0001-26	PB	TENORIO	3	40	Evento	R$ 200.000,00
Wellington Antonio Fagundes	5124	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
Wellington Antonio Fagundes	1982	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Curvelandia	prefeitura municipal de Cuverlandia		04.217.647/0001-20	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	1980	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de curvelândia	prefeitura municipal de curvelândia		58.673.892/0001-71	MT	CURVELANDIA	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	2017	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Indiavaí	prefeitura municipal de Indiavaí		03.239.027/0001-20	MT	INDIAVAI	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	5123	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21		00.396.895/0001-25	MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
Wellington Antonio Fagundes	5029	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministerio da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49		00.396.895/0001-25	MT	LAMBARI D'OESTE	4	90	Aquisição de trator	R$ 134.555,00
Wellington Antonio Fagundes	2013	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu	Prefeitura Municipal de Salto do Ceu		15.024.011/0001-89	MT	SALTO DO CEU	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	1978	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Brasnorte	Prefeitura Municipal de Brnsnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	5014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Brnsnorte		01.375.138/0001-38	MT	BRASNORTE	4	40	Aquisição de equipamento (trator)	R$ 134.544.970,00
Wellington Antonio Fagundes	2014	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal	Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal		15.024.011/0001-89	MT	RESERVA DO CABACAL	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	1985	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de rio branco	prefeitura municipal de rio branco		15.023.997/0001-72	MT	RIO BRANCO	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	2015	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Glória DOeste	prefeitura municipal de Glória DOeste		37.464.955/0001-00	MT	GLORIA D'OESTE	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wellington Antonio Fagundes	2016	60120002	3805	22000	22101	20ZV	prefeitura municipal de Porto Esperidião	prefeitura municipal de Porto Esperidião		05.460.358/0001-10	MT	PORTO ESPERIDIAO	4	40	trator agrícola	R$ 128.500,00
Wilder Pedro de Morais	4638	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Anápolis			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município	R$ 707.403,00
Wilder Pedro de Morais	17144	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE RIALMA			01.135.904/0001-97	GO	RIALMA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
Wilder Pedro de Morais	2892	60120002	2969	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			00.396.895/0001-25	GO	MINEIROS	4	90	AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA	R$ 292.600,00
Wilder Pedro de Morais	4787	60120002	2969	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANÁPOLIS			01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	40	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1851	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA		04.214.217/0001-55	RN	JUNDIA	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 430.055,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1855	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS		08.110.439/0001-89	RN	SANTANA DO MATOS	4	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3801	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR		13.937.170/0001-49	RN	EQUADOR	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	3794	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI		08.097.008/0001-20	RN	ACARI	4	40	IMPLEMTNOS AGRICOLAS	R$ 200.055,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	1858	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ	PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ		08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	3	40	fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais.	R$ 300.055,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2093344050

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia oito de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Teresa Leitão, Paulo Paim e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 37, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda., no município de Pinheiro - MA." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do Ofício. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 43, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2015, de que trata o PDC nº 486/2000, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. no município de Auriflama - SP." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do Ofício. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 30, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 54/2026-CCT). **ITEM 4 - Ofício "S" n° 40, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações e pela apresentação de proposta de fiscalização e controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 55/2026-CCT). **Observação:** Aprovada a apresentação de proposta de fiscalização e controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cachoeira FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Arari, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 56/2026-CCT). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 57/2026-CCT). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Dona Maria Vergentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaíra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 58/2026-CCT). **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 59/2026-CCT). **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carauari, Estado do Amazonas."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 60/2026-CCT). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 315, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CENASS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 61/2026-CCT). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 369, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iguatu, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 62/2026-CCT). **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 858, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Periperi e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetité, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 63/2026-CCT). **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 898, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Santana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santana, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 64/2026-CCT). **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 995, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luminárias, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

65/2026-CCT). **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 387, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetinga, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 66/2026-CCT). **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 356, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Balsas FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 67/2026-CCT). **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 117, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 68/2026-CCT). **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 436, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 69/2026-CCT). **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 765, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Maria Rosa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 70/2026-CCT). **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 832, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 71/2026-CCT). **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 282, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Trento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 72/2026-CCT). **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 191, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Renascer Aquidauanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 73/2026-CCT). **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 285, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 74/2026-CCT). **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 42, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 75/2026-CCT). **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 873, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Gil, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 76/2026-CCT). **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 166, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Botuporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 77/2026-CCT). **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 367, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Verdelândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 427, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 416, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Meridional da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabuna, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 469, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 526, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 523, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rurópolis, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 145, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Alto Astral FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 181, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária A Voz da Cidade para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Andaraí, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 286, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Fênix para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 65, de 2026 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo n° 283, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Montessionense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1032, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wanderley, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1149, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Rio de Contas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequié, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 399, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ipecaetá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipecaetá, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 308, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado Km 17 de Codó - ACOPOC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codó, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo n° 357, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 43 - Projeto de Decreto Legislativo n° 513, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guanambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanambi, Estado da Bahia."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 44 - Projeto de Decreto Legislativo n° 545, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Técnico de Capacitação Humana – INTECH para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 45 - Projeto de Decreto Legislativo n° 56, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Roldão – ABCDR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morada Nova, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 46 - Projeto de Decreto Legislativo n° 573, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., posteriormente transferida à Rádio Cidade FM de Araranguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 47 - Projeto de Decreto Legislativo n° 69, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de Erechim (CODESE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 48 - Projeto de Decreto Legislativo n° 44, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 49 - Projeto de Decreto Legislativo n° 216, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 50 - Projeto de Decreto Legislativo n° 425, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/08

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

A pauta é composta por 50 itens relacionados a serviços de radiodifusão, sendo quatro ofícios do Senado e 46 projetos de decretos legislativos.

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos ofícios e dos PDLs, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens em dois blocos: o primeiro, para as matérias que requerem votação simbólica; e o segundo, para as matérias que exigem votação nominal. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 1 a 50 da pauta.

Passemos à discussão do primeiro bloco, composto pelos itens 1 a 26 da pauta.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 37, DE 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda., no município de Pinheiro - MA.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 43, DE 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2015, de que trata o PDC nº 486/2000, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda.. no munípio de Auriflama - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 30, DE 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 40, DE 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações e pela apresentação de proposta de fiscalização e controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC.

Observações:

1) Se aprovada, a proposta de fiscalização e controle será apresentada à CTFC;

2) O Ofício "S" será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cachoeira FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 745, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 799, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Dona Maria Vergentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 830, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carauari, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 315, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CENASS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 858, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Periperi e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetité, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 898, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Santana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 995, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luminárias, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapetinga, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Balsas FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 765, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Maria Rosa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 832, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Trento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Renascer Aquidauanense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 873, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Botuporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Nesse bloco, temos quatro ofícios do Senado relacionados a comunicados de alteração de controle societário de empresas jornalísticas de radiodifusão, sendo os dois primeiros com voto pelo conhecimento e arquivamento, e os dois últimos com voto pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto que o voto do item 4, Ofício nº 40, de 2014, além de concluir pela apresentação de requerimento de informações, também propõe a apresentação de proposta de fiscalização e controle perante a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Temos ainda, neste primeiro bloco, os itens 5 a 26, que são projetos de decreto legislativo relacionados a serviços de radiodifusão, com voto pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Coloco em discussão os itens 1 a 26 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 1 a 26 da pauta. A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados.

Senadoras e Senadores que concordam com os mesmos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os relatórios apresentados aos ofícios do Senado e aos projetos de decreto legislativo, que passam a constituir os pareceres da Comissão, pelo conhecimento e arquivamento dos itens 1 e 2; em caráter preliminar, aos itens 3 a 26, pela apresentação do requerimento de informações; bem como pela apresentação de proposta de fiscalização e controle referente ao item 4.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa e a proposta de fiscalização e controle será apresentada à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Passemos agora ao segundo bloco, composto pelos itens 27 a 50 da pauta, projetos de decreto legislativo relacionados a serviços de radiodifusão, com voto pela aprovação.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Verdelândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 416, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Meridional da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rurópolis, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 33

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Alto Astral FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária A Voz da Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Andaraí, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 35

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Fênix para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 2026

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pedro Tavares Maia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Montessionense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1032, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wanderley, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1149, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial Rio de Contas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequié, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ipecaetá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipecaetá, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado Km 17 de Codó - ACOPOC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codó, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 513, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guanambi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanambi, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Técnico de Capacitação Humana – INTECH para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Roldão – ABCDR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morada Nova, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 573, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., posteriormente transferida à Rádio Cidade FM de Araranguá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de Erechim (CODESE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 425, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Coloco em discussão os itens 27 a 50 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 27 a 50 da pauta. A votação será nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM 10 Senadores; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos de decreto legislativo, itens 27 a 50 da pauta, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Teresa Leitão, Weverton e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Dra. Eudócia, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1042, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet e sites de relacionamento de informar seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao projeto com as Emendas n° 1-CCT a 4-CCT. **Observação:** A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 582, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alvinopolense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural - ASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, com as retificações que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Matéria aguardando deliberação do requerimento. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1017, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Alto Rio Doce para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Matéria aguardando deliberação do requerimento. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 419, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagamar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Matéria aguardando deliberação do requerimento. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 123, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Matéria aguardando deliberação do requerimento. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 280, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cana Verde, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Observação:** Matéria aguardando deliberação do requerimento. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 72, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 98, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 130,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2024 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipaussu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 330, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 553, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Claret para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Batatais, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 124, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 400, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barreirinhas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 489, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Arari – A.A.A. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arari, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 577, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 623, de 2024 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 457, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 629, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 103 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 262, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sesal - Comunicação e Informática Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Canal 29 do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 486, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hermes Klann. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 391, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pouso Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hermes Klann. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 147, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Caxambu do Sul - Acocas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 439, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 154, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Batataense Cultural - ABC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batatais, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 517, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 546, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Piratininga de Piraju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Piraju, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/15

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de julho de 2026.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento deste Senado, da Moção de Apoio nº 81, de 2026, de autoria do Vereador Marrom Cunha, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, ao Projeto de Lei nº 2.688, de 2025, que institui o marco regulatório do desenvolvimento e uso da inteligência artificial no Brasil, estabelece direitos, deveres, princípios, mecanismos de governança, normas de transparência e responsabilidade civil e penal, e dá outras providências.

A matéria encontra-se em apreciação na Câmara dos Deputados.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

A Presidência também comunica o arquivamento do documento lido na 23ª Reunião desta Comissão, realizada em 1º de julho deste ano, vez que não houve manifestação de Senador ou Senadora membro da Comissão para análise das matérias por este Colegiado.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

A pauta é composta por 26 itens, sendo 1 projeto de lei e 25 projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em globo os itens terminativos que exigem votação nominal. (*Pausa.*)

Passemos, então, à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão, itens 2 a 26 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 582, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alvinopolense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural - ASCA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, com as retificações que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1017, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Alto Rio Doce para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagamar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cana Verde, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipaussu, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 330, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Claret para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Batatais, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis – ACVOLCAJA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Arari – A.A.A. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arari, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 577, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 623, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 103 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sesal - Comunicação e Informática Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Canal 29 do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hermes Klann

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pouso Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hermes Klann

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Caxambu do Sul - Acocas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Barrabugrense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Batataense Cultural - ABC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batatais, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 517, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Piratininga de Piraju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Piraju, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens em dois blocos, o primeiro para as matérias que requerem votação simbólica e o segundo para as matérias que exigem votação nominal. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 2 a 26 da pauta.

Passemos à discussão do primeiro bloco, composto pelos itens 2 a 6 da pauta, projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão com voto pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Coloco em discussão os itens 2 a 6 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação em globo os itens 2 a 6 da pauta.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados.

As Senadoras e os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os relatórios apresentados aos projetos de decreto legislativo, que passam a constituir os pareceres da Comissão, em caráter preliminar, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Começamos agora o segundo bloco, composto pelos itens 7 a 26 da pauta, projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de rádio difusão com voto pela aprovação.

Coloco em discussão os itens 7 a 26 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação em globo os itens 7 a 26 da pauta.

A votação será nominal.

As Senadoras e os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço à equipe da mesa que mantenha contato com as assessorias no intuito de essa votação ocorrer o mais rápido possível. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Bom dia, Senador Amin.

(É o seguinte o item não lido:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1042, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet e sites de relacionamento de informar seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC. Como Relator.) – Bom dia, Srs. Senadores e Senadoras que estão presencialmente ou remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL em questão, de autoria do Senador Weverton, dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet e *sites* de relacionamento informarem seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

O relatório já foi apresentado... Perdão, o relatório é que é do Senador Weverton. O projeto é de autoria do Senador Fabiano Contarato. Então eu quero consignar esta retificação: autor é o Senador Fabiano Contarato; Relator, Senador Weverton; Relator *ad hoc,* este que vos fala.

A Comissão tem a competência para se manifestar sobre essa proposição.

A matéria parte de um diagnóstico correto e atual: o aumento de índices de doenças sexualmente transmissíveis ocorre em um contexto de crescente mediação das relações interpessoais por plataformas digitais, ou seja, a plataforma digital, a internet, passou a ser um instrumento de intermediação de – digamos – troca de mensagens afetivas e daí a um passo seguinte de um relacionamento mais íntimo. Portanto, essa medida preventiva vem socorrer a sociedade num momento em que este meio de intermediação passa a ser mais popular.

Finalmente, na análise que eu faço, identificamos inconsistência terminológica entre a ementa e o art. 1º do projeto. Enquanto a ementa adota a expressão "aplicações de internet", em consonância com o conceito jurídico estabelecido no marco civil da internet – recentemente agredido por decisão judicial do Supremo incompleta, que tornou inconstitucional em parte o art. 19, que era o grande arrimo, o suporte do marco civil da internet; aproveito para fazer este protesto, que é contra a censura que foi estabelecida indiretamente –, o dispositivo utiliza a formulação "*sites* e aplicativos de relacionamento", que carece de precisão normativa e pode gerar ambiguidades quanto ao seu alcance.

A fim de assegurar maior coerência ao texto, é necessário substituir a expressão que acabo de citar por redação que preserve o conceito legal já adotado, ao mesmo tempo em que delimite o seu âmbito de incidência com base na finalidade da aplicação.

O art. 3º, ao determinar a periodicidade dos avisos sem qualquer critério de proporcionalidade, pode gerar o efeito inverso ao pretendido: avisos excessivamente frequentes ou intrusivos tendem a ser ignorados ou a provocar rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o projeto não prevê qualquer mecanismo de prestação de contas sobre a implementação da política. Sem esse instrumento, a norma corre o risco de se tornar letra morta, pois não há como verificar se os avisos estão sendo veiculados, com que alcance e resultado. É para suprir essas lacunas, sem alterar o mérito da proposição, mas procurando lhe dar consequência, que apresentamos as emendas a seguir.

Seguem as emendas, Sr. Presidente.

EMENDA Nº - CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.042, de 2020, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet destinadas à intermediação de relacionamentos ou de encontros de informar seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis."

Segunda emenda:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.042, de 2020, a seguinte redação:

"Art. 1º As aplicações de internet destinadas à intermediação de relacionamentos ou de encontros ficam obrigadas a informar seus usuários a respeito das doenças sexualmente transmissíveis, por meio de avisos que os conscientizem acerca da existência, dos sintomas, dos riscos à saúde, da transmissão, da prevenção e dos respectivos tratamentos."

Emenda subsequente:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.042, de 2020, a seguinte redação:

"Art. 3º Os avisos deverão ocorrer tanto no ato do registro na plataforma quanto periodicamente durante os acessos, observados critérios de proporcionalidade, de adequação à experiência do usuário e de não intrusão, conforme regulamentação."

E finalmente:

EMENDA Nº - CCT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei nº 1.042, de 2020, renumerando-se o seguinte:

"Art. 5º Os provedores de aplicações de que trata esta Lei deverão elaborar e disponibilizar, em periodicidade definida em regulamento, relatórios de transparência contendo informações sobre a implementação dos avisos, incluindo métricas de alcance, engajamento e efetividade das comunicações, resguardados os dados pessoais dos usuários."

É o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação, portanto, com essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Agradeço, Senador Amin, pela relatoria *ad hoc* desse projeto do Senador Fabiano Contarato, cujo Relator original era o Senador Weverton.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

Consulto se todas as Senadoras e Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que o resultado seja apurado no painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Votaram SIM 9 Senadores; NÃO, nenhum.

Zero também de abstenção.

Estão aprovados os PDLs, itens 7 a 26 da pauta, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença do nobre Senador Esperidião Amin, do nosso vizinho Estado de Santa Catarina, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Hermes Klann, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Alan Rick, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2038, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, mensal, vitalícia e intransferível, aos dependentes dos profissionais da segurança pública e da saúde que, no exercício de sua atividade, vieram a falecer em consequência da pandemia causada pelo novo coronavírus ou covid-19." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2038 de 2020, na forma da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Hamilton Mourão. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4904, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal, com o objetivo de afastar a ilegalidade automática da prisão preventiva." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4911, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para revogar o parágrafo único, do art. 316, que prevê a obrigatoriedade de que o Juiz revise a necessidade, mediante decisão fundamentada, da decretação da prisão preventiva, a cada 90 dias, sob pena de ser tida como prisão ilegal." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4917, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para evitar a soltura automática do preso caso não se proceda à revisão da prisão preventiva a que alude o dispositivo." **Autoria:** Senadores Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Fabiano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contarato. **Relatório:** Favorável ao PL 4904/2020, com uma emenda que apresenta, e contrário aos PLs nºs 4911/2020 e 4917/2020. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4904 de 2020, com a Emenda nº 1-CSP, e contrário aos PLs nºs 4911 e 4917, ambos de 2020. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2170, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a incitação ou o induzimento da prática dos crimes de homicídio, lesão corporal e ameaça em ambientes coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a relatora se manifestou favoravelmente à Emenda nº 1, apresentada na data de hoje. Em seguida, foi concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2953, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o prazo de internação nos casos de atos infracionais análogos a crimes hediondos." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2953 de 2023, na forma da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Hamilton Mourão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a (*Fora do microfone.*) 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das Atas da 6ª e da 7ª Reuniões, realizadas respectivamente em 26 de maio e 2 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão, então, aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Documentos recebidos.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: um ofício da Câmara Municipal de Chapecó, que encaminha a Moção de Apelo 526, de 2026, pela promoção de estudo e revisão das alterações promovidas pelas Leis 15.358 e 15.397, especialmente no tocante à dosimetria da pena-base aplicada ao crime de latrocínio, roubo seguido de morte, visando corrigir a desproporcionalidade atualmente existente entre as penas previstas, de modo que a reprimenda aplicável às organizações criminosas não seja inferior àquela destinada aos crimes de latrocínio, assegurando, portanto, maior coerência, proporcionalidade e efetividade ao sistema penal brasileiro.

O documento, nos termos da Instrução Normativa 12, da Secretaria-Geral do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui a presença do Senador Contarato e do Senador Mourão.

Eu solicitei ao Senador Mourão que assumisse a relatoria *ad hoc* dos itens 1 e 4 da pauta, que têm por Relator original o Senador Marcio Bittar. Isso foi feito com a concordância do Senador Bittar, que está com um compromisso familiar inadiável. Indago o Senador Mourão se pode ser dessa forma.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente. Estou em condições.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Perfeito. Então vamos ao item 1 da pauta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Deixe-me só fazer aqui a identificação rapidamente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – O item 1, então.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2038, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, mensal, vitalícia e intransferível, aos dependentes dos profissionais da segurança pública e da saúde que, no exercício de sua atividade, vieram a falecer em consequência da pandemia causada pelo novo coronavírus ou covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CAS, em decisão terminativa.

A relatoria originária é do Senador Marcio Bittar, e relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra, então, ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar matérias pertinentes à segurança pública.

Não encontramos vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade.

No mérito, a proposição é conveniente e oportuna, mas, desde a apresentação do projeto, em 2020, houve um importante fato superveniente.

A Lei nº 14.128, de 26 de março de 2021, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e declarada constitucional pelo STF, instituiu compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante a pandemia, por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela covid-19, ou, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, tornaram-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito.

Sendo assim, por uma questão de igualdade, a melhor solução é incluir nessa lei os agentes de segurança pública, que ainda não foram contemplados, motivo pelo qual propomos a aprovação do projeto na forma de um substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, Presidente, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.038, de 2020, na forma do seguinte substitutivo que se segue.

Um pequeno resumo do substitutivo: ele assegura compensação financeira paga pela União aos agentes de segurança pública que ficaram permanentemente incapacitados ou que vieram a falecer em decorrência da pandemia da covid-19, corrigindo uma injustiça histórica, uma vez que aqueles profissionais não foram contemplados pela legislação que garantiu benefícios semelhantes aos profissionais de saúde.

A medida, Presidente e Senador Contarato, reconhece o papel essencial desempenhado pelos agentes de segurança durante a crise sanitária quando permaneceram em atividade na linha de frente garantindo a ordem pública, o cumprimento das medidas de emergência e a proteção da população, muitas vezes expostos aos mesmos riscos enfrentados por outras categorias que já foram amparadas pela legislação vigente.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Quero parabenizar V. Exa. pela condução nesta tão importante Comissão de Segurança Pública, ao passo em que quero aqui cumprimentar, também, o Senador Hamilton Mourão por sua síntese desse projeto tão importante.

Eu acho que é de fundamental importância o Estado ser mais humanizador. Eu me lembro, Senador Mourão – e quando o senhor estava lendo aqui passou um filme na minha cabeça –, de que, na pandemia de covid, o meu irmão ficou viúvo. A esposa, uma técnica de enfermagem, contraiu covid e faleceu aos 44 anos, sem comorbidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também aproveitei, aqui neste Senado – e está na Comissão de Constituição e Justiça –, uma indenização de até R$100 mil para os policiais. Quantos policiais – eu sou da força de segurança pública, o senhor também foi – são mortos em confrontos em bairros de alto índice de criminalidade?

É preciso que o Estado também tenha isso, porque isso afeta... Ser policial não é uma tarefa simples, e, infelizmente, nós temos uma desigualdade no país em que, com todo o respeito, por exemplo, o tratamento dado às Forças de Segurança Pública aqui no Distrito Federal não é a regra do que é dado, por exemplo, no meu Estado do Espírito Santo, ou em Sergipe, ou no Amapá.

Então, a mesma função constitucional, por exemplo, um soldado da polícia militar que está ali, de acordo com o 144, para garantir o policiamento ostensivo, empenhando sua vida, muitos deles morando no próprio local onde trabalham, sendo subjugados, ou até ofendidos, ou ameaçados, a sua família, a sua integridade... E, principalmente, no momento de uma pandemia que matou 700 mil pessoas, esses policiais tiveram um trabalho... Eles não pararam.

Então, eu quero saudar e cumprimentar, inclusive, o Senador proponente, o Senador Marcos do Val, a relatoria do senhor e parabenizá-lo pela sensibilidade, pela empatia, porque essa é uma coisa que me motiva.

Eu queria muito, Senador, porque é muito triste... Você pega aí quanto é o soldo de um soldado da polícia militar lá nesses rincões do país, em que o Estado não tem suas contas efetivamente saneadas e paga um mísero salário, enquanto, em outras instituições, fazendo o mesmo serviço, tem-se um tratamento diferenciado.

Eu acho que vai chegar um momento em que a gente vai ter que fazer um piso nacional, um piso mínimo nacional para soldado, para cabo, para policial civil, para guarda municipal, para agente de trânsito, para todos eles, porque todos fazem um trabalho de polícia nesse contexto.

Por isso é que eu tomei a liberdade de pedir...

E parabenizo V. Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – A matéria continua em discussão.

Permitam, rapidamente, mencionar aqui um velho brocardo latino que é de todos conhecido: *ubi eadem ratio, ibi idem jus*.

Na verdade, essa pensão concedida aos agentes de saúde foi decorrente da percepção do sacrifício deles, porque a atividade era essencial, e esse sacrifício deles foi honrado. No entanto, os agentes de segurança pública também não puderam paralisar o seu serviço durante as pandemias, e esse serviço, muitas vezes, envolvia interação com pessoas infectadas, com pessoas doentes.

Então, àqueles vitimados pelos mesmos males, a meu ver, é apropriado esse tratamento jurídico equivalente, motivo pelo qual eu também saúdo tanto o proponente do projeto, o Senador Marcos do Val, como o Relator original, mas, especialmente, V. Exa., que atendeu a essa convocação para relatá-lo para que nós não perdêssemos a oportunidade de fazer essa homenagem a esses bravos policiais.

Então, também adianto aqui a minha posição favorável, sem que, no entanto, vote, porque estou na condição de Presidente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.038, de 2020, na forma da Emenda nº 1-CSP, Substitutivo.

A matéria vai à CAS.

O Senador Mourão acolheu o meu pedido de atuar como *ad hoc* nos itens sob relatoria do Senador Marcio Bittar, e nós temos o item 4 também nessa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indagaria ao Senador Contarato e à Senadora Dorinha sobre se teria a possibilidade de fazermos o item 4 rapidamente e depois seguirmos a ordem normal.

Pode ser? (*Pausa.*)

Então, Senador Mourão, vamos ao item 4, também.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2953, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o prazo de internação nos casos de atos infracionais análogos a crimes hediondos.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

A análise referente à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição será incumbência da CCJ, cabendo a esta Comissão de Segurança Pública pronunciar-se, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade, quanto ao mérito, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a", "g" e "l", do Regimento Interno.

O projeto é conveniente e oportuno.

O sentimento geral da sociedade é de que o adolescente infrator, ainda que cometa atos violentos, permanece por muito pouco tempo internado. Isso gera sensação de impunidade, além de não servir para a necessária reintegração do adolescente ao convívio social. Pior ainda, sua liberação precoce representa sério risco à comunidade, principalmente quando se trata de adolescentes que cometeram crimes violentos.

Não obstante concordarmos com a proposição, consideramos que esta é a oportunidade de uniformizar sua redação com o texto final do PL nº 1.473, de 2025, de autoria do nobre Senador Fabiano Contarato, que trata da mesma matéria. O mencionado projeto foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela CCJ, que decidiu terminativamente, na forma do substitutivo apresentado pelo ilustre Relator Senador Flávio Bolsonaro.

No seu voto, o Relator daquela matéria destacou:

> Embora o ECA tenha se firmado sobre o princípio da proteção integral, a realidade demonstra a necessidade de reequilibrar o sistema, especialmente em casos de extrema violência ou de crimes equiparados a hediondos, nos quais o atual limite de três anos de internação tem se mostrado ineficaz e gerador de sensação de impunidade.
> [...]
> A brevidade do tempo de internação compromete a possibilidade real de ressocialização, ao mesmo tempo em que incentiva a instrumentalização de menores por facções e grupos criminosos, que se aproveitam da legislação branda para usá-los na prática de delitos, inclusive como autores de homicídios, tráfico de drogas e roubos.
> A proposição pretende corrigir a desproporção na atual legislação, permitindo uma resposta mais adequada aos casos graves, ao viabilizar a aplicação efetiva de medidas pedagógicas, terapêuticas e de capacitação profissional que favoreçam a reabilitação do adolescente. Reforçando a proteção da sociedade e a credibilidade do sistema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> equilibrando o dever de proteção aos menores com a necessidade de responsabilização proporcional diante da crescente reincidência juvenil.
>
> Pelo exposto, entendemos que o substitutivo consolida as modificações necessárias, equilibrando o dever de proteção integral à criança e ao adolescente com a necessidade de responsabilização proporcional e efetiva diante da gravidade dos atos infracionais praticados.

De nossa parte, concordamos integralmente com as modificações legislativas propostas pelo PL 1.473, de 2025, na forma do substitutivo aprovado terminativamente pela CCJ.

Com efeito, o substitutivo promove alterações relevantes no ECA e no Código Penal, para tornar mais rigoroso o regime de internação socioeducativa e restringir benefícios penais etários aplicáveis a idosos.

No âmbito do ECA, o substitutivo altera os arts. 106, 108, 121, 122, 173, 179, 183 e 184.

Entre essas modificações, destacamos as seguintes.

No art. 106, §§1º a 4º, introduz de forma expressa a audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante, a ser realizada em até 24 horas, com participação obrigatória do juiz, do MP e da defesa. Na audiência, o magistrado deverá avaliar a legalidade da apreensão, a ocorrência de maus-tratos e a necessidade de manutenção da internação provisória, prevendo-se a liberação imediata em caso de ilegalidade ou descumprimento do prazo.

O texto também endurece os critérios para a liberação do adolescente, autorizando o juiz a denegá-la nos casos de reincidência, porte de arma de fogo ou simulacro ou quando houver fundado receio de conduta infracional habitual, especialmente se houver liberações anteriores nos dois anos que antecedem a nova apreensão (arts. 106, §§5º e 6º, e 179, §§6º e 7º).

Quanto à internação provisória, o substitutivo estabelece, no art. 108, fundamentos expressos para sua decretação (garantia da ordem pública, conveniência da instrução, aplicação da lei ou prevenção da reiteração infracional), exige decisão judicial fundamentada, determina sua revisão obrigatória a cada 90 dias e condiciona sua imposição à realização prévia da oitiva informal, com ampla defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à internação definitiva, o substitutivo, no art. 121 do ECA, amplia significativamente o prazo máximo da medida socioeducativa, que será de até cinco anos, em regra, e de até dez anos nos casos de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou equiparado a crime hediondo.

Além disso, o substitutivo revoga o §1º do art. 122 do ECA, que restringe a três meses o tempo de internação por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Por fim, no Código Penal, o texto altera os arts. 65 e 115, para restringir os benefícios penais associados à idade avançada, elevando de 70 para 75 anos o marco etário para a incidência da atenuante genérica e da redução dos prazos prescricionais, excluindo tais benefícios nos crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Então, já tendo o Senado Federal adotado essa firme posição sobre a matéria, deve-se reforçar esse entendimento, razão pela qual apresento, nesta oportunidade, substitutivo ao PL 2.973, de 2023, nos moldes do substitutivo ao PL 1.473, de 2025.

O voto, Presidente, é pela aprovação do PL 2.953, de 2023, na forma da emenda substitutiva que se segue.

Não resta dúvida, esse assunto já foi discutido aqui. O Senador Contarato, que está presente, foi alguém que bateu intensamente pela aplicação de uma regra, vamos dizer assim, mais dura em relação a menores infratores reincidentes, que usam a violência continuadamente e que cometem crimes análogos a crimes hediondos.

Ainda ontem, em uma emissora de televisão, acompanhei a ação de dois menores que foram flagrados agredindo um idoso em plena rua, simplesmente para tomar o celular desse idoso. Espancaram o senhor de forma absurda.

E, aí, a gente vê essa repetição no cotidiano das cidades brasileiras. E, portanto, compete a nós, como legisladores, fazer com que a legislação efetivamente seja mais dura e, dessa forma, tentemos fazer com que essas pessoas reflitam e possam retornar ao convívio social de forma, vamos dizer, tendo novamente uma vida normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento, mais uma vez aqui, o nosso Senador Contarato, que foi o grande batalhador por isso. E esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só queria aqui, mais uma vez, parabenizar tanto o Senador Hamilton Mourão, mas também a sensibilidade do Senador Marcio Bittar. O Senador Marcio Bittar tem se mostrado, a meu sentir, com toda humildade, um Senador que é extremamente acessível à abordagem quando a gente dá uma proposição ou uma sugestão.

E eu, os colegas sabem da minha postura. Às vezes, na política, as pessoas querem colocar a gente em determinadas caixas, tendo em vista determinada sigla partidária. Eu, antes de ser Senador, Senador Esperidião Amin, eu fui delegado por 27 anos. Eu fui professor de Direito Penal e Processo Penal.

Eu tenho feito... Eu lembro que eu era Líder do PT no Senado quando foi debatido sobre a saidinha. Eu falei, olha, não é razoável. Hoje um homicida, um homicídio doloso, disparo de arma de fogo, previsto no art. 121, a pena é de 6 a 20 anos. A tendência do direito penal moderno, o senhor muito bem sabe disso, é condenar na pena mínima, atendendo o sistema trifásico de Nelson Hungria, o 59, as circunstâncias judiciais, depois, circunstâncias atenuantes e agravantes, e por último, as causas de aumento e diminuição de pena. Então você pega hoje, Senador Hamilton Mourão, um homicídio doloso, num maior, condenado a nove anos, ele não fica um ano e seis meses preso. Por quê? Porque um sexto já sai em regime aberto, um terço, livramento condicional. A cada três dias trabalhado, remissão de pena pelo trabalho; lê um livro, remissão de pena pelo trabalho; no final do ano, indulto e comutação de pena. Ainda você vai dar 35 dias para esse homicida, que violou o principal bem jurídico, que é a vida humana, para ele sair? Como é que eu explico para uma mãe que perdeu um filho por disparo de arma de fogo, um homicídio doloso, que o autor do homicídio foi condenado a nove anos e não fica preso nem um ano e seis meses? Isso não é razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo raciocínio é para adolescente em conflito com a lei. Olha, eu peguei, Senador Hamilton, tem que ser repetido isso, eu peguei, no G20, as maiores democracias do mundo. Eu tenho aqui, você pega aqui, México, 5 anos de internação; Argentina, Canadá, Alemanha, 10 anos de internação; França e Itália, 20 anos de internação; Inglaterra, não tem prazo; Estados Unidos, Austrália, prisão, até período de internação perpétua. E nós, no Brasil, podemos pegar um rapaz de 18 anos de idade incompletos, como aconteceu no Estado do Espírito Santo, de um rapaz com 16 anos que entrou numa escola com duas armas do pai, policial militar, e matou quatro, entre estudantes e professores, Senadora Dorinha, deixou dezenas de feridos e já foi solto. Três anos de internação. Isso não é razoável.

Então, eu queria que isso fosse aprovado com urgência na Câmara dos Deputados, não porque eu tenha sido o autor, porque para mim isso não importa. Podia ser até esse. Se esse andar mais rapidamente, porque, graças a Deus, e eu quero agradecer aqui publicamente ao Senador Marcio Bittar, ele teve a sensibilidade de fazer o mesmo texto sobre o qual nós já nos debruçamos aqui.

Agora a gente tem que fazer um apelo também para que a Câmara dos Deputados, e o Deputado Hugo Motta, paute esse assunto e ele vá para sanção do Presidente. E, se o Presidente, com todo o respeito, vetá-lo, nós vamos nos debruçar sobre isso, dentro de um processo democrático, para analisar ou não.

Mas eu não acho razoável você explicar para uma mãe que teve a filha vítima de estupro por um rapaz de 17 anos, que, após estuprá-la, matou e ocultou o cadáver, e que ele vai ficar internado por até três anos... Não quer dizer nem que ele vai pegar três anos, porque eu, como delegado, peguei um homicídio qualificado a pauladas, em que o rapaz tinha 17 anos e a juíza podia dar três anos de internação, e ela deu um ano. Ora, isso não é razoável!

Então, isso não tem coloração partidária. Essa é uma pauta de todos nós. Eu só acho que nós temos que dar tratamento contundente a isso. É claro que o crime é um fenômeno social e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno. É claro que eu tenho que tirar e proteger a infância. É claro que nós temos que dar condições para que esses jovens não sejam seduzidos ou cooptados pelas milícias, ou pelo tráfico de entorpecentes. Mas, se uma vez ele optou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticar um ato infracional, ele tem que ter uma medida socioeducativa de internação de acordo com o grau de lesividade e de acordo com o bem jurídico que ele violou.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar o Senador Hamilton Mourão pela forma como defende o relatório, mas, acima de tudo, o Senador Marcio Bittar pela sensibilidade.

Essa é a manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Eu queria fazer umas ponderações a esse respeito.

Primeiro, nós temos todos uma preocupação com crianças e adolescentes e, quando eles praticam atos equivalentes a crimes, não podem ter um tratamento igual ao que é dado a adultos. Mas precisamos fazer a ressalva de atos praticados com grave violência contra a pessoa, entre eles os crimes hediondos.

Nesses aspectos, ninguém me convence de que um adolescente, por exemplo, de 17 anos, que comete um crime de estupro, às vezes, estupro seguido de morte, ou comete um assassinato, um crime hediondo, não deve responder como um adulto. E existe proposta constitucional nesse sentido para redução da maioridade penal. Esse é um caminho.

Outra possibilidade, enquanto não se aprova essa PEC, é, de fato, estender o período da internação. O que não dá para admitir é uma internação de três anos para alguém que comete um crime hediondo, como se não houvesse uma consciência do mal ou uma consciência do caráter criminoso dos seus atos.

Então, em boa hora esse projeto. Elogio aqui o Senador Marcio Bittar, o Senador Marcos do Val, que foi o autor – o Marcio Bittar era o Relator –, também o Senador Hamilton Mourão, por tomar essa providência, e também V. Exa., Senador Contarato, que sei que tem projetos nesse sentido.

Agora é importante destacar que essa PEC da redução da maioridade penal, e mesmo esses projetos de endurecimento da legislação penal, invariavelmente encontram objeção por parte do Governo Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dificuldade com a base do Governo, fazendo ressalvas – ressalvas – necessárias... Sei que V. Exa. tem um pensamento diferente, mas, sempre que este Congresso tenta endurecer a legislação penal, a base do Governo, especialmente o PT, atua em contrariedade.

Esse não é um assunto novo. Esse assunto da redução da maioridade penal nós estamos discutindo há mais de uma década. Esse assunto da ampliação do prazo de internação é igualmente datado. Há um certo consenso, mas por que isso não vai? Por que isso não avança?

Eu lembro que, quando fui Ministro da Justiça e Segurança Pública no Governo anterior, nós apresentamos o nosso projeto de lei anticrime com medidas duras, duras contra a criminalidade tanto organizada como violenta e contra o crime de colarinho branco. E tivemos uma enorme resistência da base – na época, na oposição – do PT aqui no Congresso Nacional. E não só do PT, mas do Congresso Nacional tivemos.

E, durante este Governo, tivemos vários exemplos. O mais notável foi o caso da proibição da vedação do fim das saídas temporárias em feriados, algo que indignava a população, algo que foi aprovado na Câmara, que veio ao Senado, em que nós também aprovamos, com alterações. Eu, inclusive, apresentei uma emenda – a meu ver, correta – àquele tema. Todos aqui votaram a favor, todos votaram a favor da derrubada da saidinha, e veio o Presidente Lula e vetou. Tivemos que derrubar isso novamente. Isso acontece em outros casos e reflete um padrão de comportamento, Senadores e Senadoras, que é próprio deste Governo.

Nós vimos isso nas últimas semanas, quando vem o Governo norte-americano e designa o Comando Vermelho e o PCC como organizações terroristas. E a gente sabe que isso vai dificultar o quê? A lavagem de dinheiro por parte dessas organizações. Isso vai facilitar o confisco do patrimônio dessas organizações internacionalmente. E também há reflexos aqui, porque já vi matéria que foi publicada ontem no sentido de que as empresas brasileiras e instituições financeiras estão tomando cuidados adicionais para não transacionarem com empresas vinculadas ao crime organizado. Então, os aspectos são todos positivos. E, de fato, aqui tenho que reconhecer que o mérito foi do Senador Flávio Bolsonaro, que conseguiu essa medida sendo decretada pelo Governo Trump. No entanto, nós vimos aí a reação que veio do Lula, especialmente, e da sua base contra essa designação, invocando uma pretensa soberania em "proteger" – e aí palavras do Lula, entre aspas – os nossos criminosos. Ora, poderiam dizer que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ato falho verbal? Sim, mas reflete um padrão de comportamento da base do Governo que nós vimos nestes últimos quatro anos, com – e aí faço mais uma vez a ressalva, para ser justo – exceções na base do Governo, inclusive a de V. Exa. aqui, Senador Fabiano Contarato.

É inegável que a base do Governo atua em favor de dificultar qualquer endurecimento da legislação penal. Essa verdade tem que ser dita não por fins políticos e eleitoreiros, mas para que esse comportamento cesse e para que nós possamos avançar, inclusive, com a aprovação do projeto de V. Exa. na Câmara dos Deputados porque, se ele não está andando, tenho certeza de que a mão do Governo, a mão pesada do Governo Lula está atuando para que ele não ande. É isso.

E eu adianto também o posicionamento favorável a esse projeto, embora não votarei porque sou Presidente aqui desta sessão, só votarei em caso de empate, mas tem o meu apoio. É isso.

Vamos então para a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.953, na forma da Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à CCJ.

Voltemos, então, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4904, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), com o objetivo de afastar a ilegalidade automática da prisão preventiva.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 4911, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para revogar o parágrafo único, do art. 316, que prevê a obrigatoriedade de que o Juiz revise a necessidade, mediante decisão fundamentada, da decretação da prisão preventiva, a cada 90 dias, sob pena de ser tida como prisão ilegal.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 4917, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para evitar a soltura automática do preso caso não se proceda à revisão da prisão preventiva a que alude o dispositivo.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao PL 4904/2020, com uma emenda que apresenta, e contrário aos PLs nºs 4911/2020 e 4917/2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. As matérias seguirão à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para a leitura de seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto à análise.

De início, verifica-se que cabe a esta Comissão de Segurança Pública, nos termos do art. 104-F, I, "a" e "f", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições legislativas pertinentes à segurança pública e ao sistema penitenciário.

Os PLs 4.904 e 4.917, portanto, acertam quando se alinham com a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao atribuírem à parte interessada o ônus do pedido de reavaliação da prisão cautelar.

No que diz respeito ao prazo mais alongado de 180 dias, previsto pelo PL nº 4.904, de 2020, para a reavaliação nos casos de preso já condenado em primeira instância pelo crime ou contravenção de que decorreu a prisão, entendemos que se trata de previsão razoável e adequada, pois há que se considerar a falta de capilaridade dos tribunais de Justiça de segunda instância, em que o número de julgadores é bem menor que os da primeira instância.

De igual modo, concordamos que, uma vez decorrido o prazo para a reavaliação da prisão, se mostra adequada e necessária a prévia oitiva do Ministério Público sobre a manutenção da medida ou a soltura do preso, uma vez que essa previsão prestigia o princípio acusatório que orienta o processo penal.

Feitas essas considerações, entendemos que o PL nº 4.904, de 2020, deve ser acolhido, por ser a proposição mais abrangente, mas com a emenda apresentada ao final, inspirada no PL nº 4.917, de 2020, de autoria dos Senadores Alessandro Vieira e Marcos do Val, a fim de que, antes de o magistrado decidir por manter ou não a prisão preventiva, primeiramente ouça o Ministério Público.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 4.904, de 2020, e pela rejeição dos PLs nºs 4.911, de 2020, e 4.917, de 2020, com a emenda que passa aqui a ser manifestada.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Aqui me permita também uma reflexão, Senador Contarato, porque essa redação atual do 306, §1º, apareceu no projeto de lei anticrime, mas não da minha parte. Isso não estava no projeto original. Eu encaminhei ao Congresso, aí isso foi enxertado pelo *lobby* pró-crime, infelizmente, de alguns Parlamentares lá na Câmara dos Deputados, e foi aprovada essa aberração, que sugere que a prisão caia automaticamente – que é o sonho dos vorcaros da vida, inclusive, tá? E nós estamos assistindo, inclusive, a uma movimentação, infelizmente, de muita gente interessada que Vorcaro não fale. A gente faz aquela analogia ao *too big to talk* em vez do *too big to fail*. Mas, em boa hora, o projeto de V. Exa. corrige essa redação.

Eu talvez até tenha alguma sugestão, mas, como vai à CCJ ainda, vou deixar para o momento oportuno, embora a redação já apresentada por V. Exa. corrija o principal problema, que é a questão automática dessa liberação, motivo pelo qual também eu tomo a liberdade aqui de manifestar favoravelmente, embora não votarei, pela condição de Presidente.

Mais alguém a falar? (*Pausa.*)

Não?

Bem, encerrada, então, a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.904, com a Emenda nº 1-CSP, e contrário aos PLs 4.911 e 4.917.

As matérias vão à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2170, DE 2023

- Não terminativo -

Altera os arts. 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a incitação ou o induzimento da prática dos crimes de homicídio, lesão corporal e ameaça em ambientes coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1.Em 9/6/2026, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório e para dar parecer à Emenda nº 1.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente e colegas Senadores.

Eu vou direto ao voto, já passando para a análise.

Ressalvamos, de início, que a competência para a análise da constitucionalidade e regimentalidade é desta Comissão, e, no mérito, que o projeto é conveniente e oportuno.

Em agosto de 2023, esta Casa Legislativa aprovou o PL 1.880, de 2023, do Senador Efraim Filho, que tipifica, no Código Penal, o crime de massacre, com pena de reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa, por vítima, consistente no “homicídio cometido contra mais de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa, na mesma circunstância e com a intenção de provocar repercussão social, em escolas, creches, museus, templos religiosos, aeroportos, estação metroviárias, rodoviárias ou ferroviárias, clubes, estádios, restaurantes, prédios, centros comerciais ou qualquer local em que haja aglomeração de pessoas". Ademais, pela sua gravidade, o crime em questão foi incluído no rol dos crimes hediondos.

Mais recentemente, em 22 de abril deste ano, esta Comissão aprovou parecer ao PL nº 2.036, de 2023, de autoria do Senador Alan Rick, que, dentre outras providências, estabelece normas gerais sobre segurança escolar. Além de obrigar as escolas públicas e privadas a implantarem mecanismos de segurança, como canais de denúncia e alarmes de segurança, o PL em questão, na forma do relatório apresentado pelo Senador Sergio Moro, altera o CP para tipificar o crime de massacre, nos mesmos termos já referidos, bem como para agravar as penas dos crimes de homicídio, roubo e importunação sexual cometidos dentro do ambiente escolar.

Os projetos em questão têm como objetivo reprimir e prevenir atentados a instituições de ensino, como os que ocorreram em um passado recente, podendo ser citados aqueles realizados na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, e na Creche Bom Pastor, no Município de Blumenau, onde crianças e professores foram covardemente feridos e mortos. Outros casos como esses ocorreram também em Aracruz (ES) e Sobral (CE).

Na época, a ocorrência de tais crimes alterou significativamente a rotina escolar, sendo que diversas unidades de ensino suspenderam as suas atividades no pátio por medo de serem alvo de ataques. Além disso, muitas delas tiveram que adotar medidas restritivas para preservar a segurança de alunos e professores, prejudicando as suas atividades regulares.

Como vimos, os PLs citados procuram prevenir e reprimir tais atentados, combatendo diretamente o atentado praticado em ambiente coletivo. Entretanto, conforme bem salientado pelo presente projeto em sua justificação, verificou-se também o crescimento, principalmente em redes sociais na internet, de um grande número de pessoas que, aproveitando-se do anonimato e de uma suposta impunidade conferida pela rede mundial de computadores, passaram a incitar ou induzir a prática de homicídio, lesão corporal e ameaças em locais de frequentação coletiva, como escolas, universidades, ambientes de trabalho e centros de compras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso entendimento, essa é uma questão de segurança pública e compete ao poder público implementar medidas que previnam atentados como esses em nossas creches, escolas, universidades ou em outros ambientes coletivos. Assim, o presente PL, de forma oportuna, vem suprir essa lacuna, de forma a criminalizar, com mais rigor, aqueles que, com o único objetivo de criar e espalhar o pânico, aumentam a sensação de insegurança em espaços coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum.

Não obstante essas considerações, apresentaremos duas emendas. A primeira, de redação, para adequar o PL às alterações realizadas no art. 147 do CP pela Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. A segunda, para incluir no PL a incitação ou instigação, em ambientes coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum, ao crime de feminicídio (art. 121-A), que foi inserido pela citada Lei nº 14.994, de 2024, no CP.

Ainda sobre a Emenda nº 1, do Senador Contarato, meu voto é favorável, embora entenda que seja, na verdade, uma explicitação, que já estaria atendida, mas não vejo nenhum problema em deixar claro. Por isso, acolho a Emenda nº 1 apresentada.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.170, de 2023, e da Emenda nº 1, com os textos... Acho que não é necessário apresentar as emendas, uma vez que estão disponíveis, tanto as que eu acolhi quanto a do Senador Contarato.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu apresentei essa emenda, Senador, e eu pediria aqui um pouco de atenção aos meus colegas. A minha preocupação é que... Eu entendo qual foi o objetivo efetivamente de se fazer essa alteração, mas quando... Eu vou dar um exemplo aqui: se você coloca no crime de homicídio um parágrafo, "se o agente incita ou induz a prática de crime previsto neste artigo [ou seja, no homicídio], a pena é de reclusão [de reclusão] de seis meses a dois anos". Primeiro que a gente não tem pena de reclusão com seis meses, normalmente é pena de detenção, mas a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando a figura do coautor ou do partícipe de um homicídio com pena de incitação. Então, se eu, num crime de homicídio, incito ou induzo alguém a praticar um homicídio, por força do que determina o art. 29, que diz "quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade", tem que responder pelo homicídio, com pena de 12 a 40, ou de 20 a 40. E nessa redação, do jeito que está aqui, você está tirando a figura da codelinquência, seja do partícipe por participação moral na forma de induzimento ou instigação, seja no auxílio, que seria, pela teoria unitária humanista, pelo mesmo homicídio, ou qualquer outro crime, e colocando nessa pena muito pequena que está aqui.

Eu acho, com todo respeito, que nós temos um tipo penal genérico, que é o art. 286, "incitar, publicamente, a prática de crime". Seria mais prudente, eu acho, que nós colocássemos nesse crime de incitação genérica ao crime a forma qualificada, "se resultou lesão, se resultou isso...". Agora quando a gente coloca isso dentro do homicídio, a gente está falando que a pessoa que concorreu para o homicídio, seja partícipe moral na forma de induzimento, que é dar a ideia, ou de instigação, quando você reforça a ideia, vai responder por uma pena tão pequena como essa estabelecida aqui no art. 121, §§8º, 9º e 10.

Por isso que eu fiz questão de tentar, de alguma forma, não fazer com que isso ocorresse, colocando a emenda, "se o fato não constituir o crime mais grave, sem prejuízo da aplicação do art. 29". Por quê? Porque, se eu induzi, por exemplo, ou se eu instiguei uma pessoa a matar outra a pauladas, eu não vou responder com a pena pequena de seis meses, eu vou responder como coautor ou, no caso, como partícipe moral, por força do art. 29, com o mesmo crime do art. 121 qualificado. Por esse motivo eu estou fazendo questão aqui de fazer essa ressalva.

Eu só não acho que seria prudente a gente pegar um tipo penal que seria genérico, que é incitação ao crime, para qualquer crime, colocar de forma específica dentro do homicídio ou da lesão corporal, porque, se você faz isso, você está falando que quem, de qualquer forma, concorre para o homicídio ou para a lesão, vai responder por uma pena muito flagrantemente menor. É essa a preocupação.

Eu acho que nós não deveríamos alterar dentro do 121, nem do 129, nem do 147. É manter lá, na incitação ao crime do 286, e colocar ali parágrafos específicos, falando: "Olha, se da incitação ao crime ocorre a pena é de X a Y, e assim sucessivamente". Porque, se a gente coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

topograficamente dentro do homicídio, nós estamos falando que uma pessoa que dolosamente induziu – que é plantar a ideia –, instigou – reforçar a ideia –, auxiliou – o auxílio material –, ou, de qualquer forma, concorreu para o crime, ele deixa de responder pelo homicídio e vai ter uma pena muito menor, a teor do que determina esse projeto.

Por isso que eu, com toda humildade, tentei fazer uma emenda que foi... Agradeço o acolhimento, mas eu continuo achando que, mesmo com o acolhimento dessa emenda que eu apresentei, não seria o local mais adequado para ela estar. Eu acho que esse projeto tinha que tirar todas essas formas, nesse aspecto de incitação ou induzimento ao crime, e colocar no tipo penal genérico, que seria um crime contra incolumidade pública de forma genérica, ao passo que o homicídio e a lesão são crimes específicos, em que você tem um sujeito ativo e um sujeito passivo, uma vítima determinada. Se a gente muda a roupagem da codelinquência, ou concurso de agentes, ou a determinação da codelinquência prevista no art. 29, pensando que estamos aplicando uma pena mais severa, nós podemos beneficiar, porque, eu volto a falar, quando ele diz que, dentro do homicídio, matar alguém, aí você põe um §8º, "se o agente incita ou induz a prática desse homicídio", a pena vai ser de seis meses? Não tem como, não tem lógica, isso não é razoável.

Então, eu acho que a gente tem que ter cautela, mesmo porque, mesmo se a gente botar com a redação que eu botei da emenda aqui, pode ser, futuramente, que vai se falar: "Olha, mas ele está sendo condenado pelo homicídio, por ter incitado, e também vai ser condenado por força do §8º, não seria um *bis in idem*, estaria se penalizando duplamente pelo mesmo fato?". Por isso que eu acho que a forma da mais boa técnica legislativa seria, topograficamente, essa forma qualificada não estar no 121, nem no 129, nem no 147, que é a ameaça, mas, sim, na incitação ao crime genérico, para qualquer crime, e incitar publicamente a prática do crime.

A pena é de três meses a seis meses. Vamos aumentar essa pena? Podemos aumentar. Agora colocaria §1º: "Se do fato resulta lesão corporal, pena de X a Y; se do fato resulta morte, a pena é de X a Z", e assim sucessivamente, mas manteria na íntegra, e aí poderia, por força do art. 69 do Código Penal, do concurso de crimes, ou concurso material, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplicam-se as penas cumulativamente. Ele seria condenado por incitação ao crime de forma qualificada, mais o homicídio qualificado por ter incitado o crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço vênia, porque, mesmo com o acolhimento da emenda, eu estou ainda inseguro com relação a essa forma como está. Se os colegas entenderem da forma como eu estou falando, eu sugeriria uma redação alternativa; senão, Sr. Presidente, com a devida vênia, eu pediria vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Eu faria aqui uma observação, porque como é que funciona? Em qualquer crime, se há o induzimento ou instigação, a pessoa responde pelo crime, e aí tem algumas regras específicas de redução de pena e tal. Se o crime não se efetiva, aí não responde ninguém por induzimento ou instigação, a não ser que seja um tipo próprio, como o caso do suicídio, induzimento ao suicídio, e alguns outros casos específicos. Parece-me que o projeto, a ideia do projeto é resolver esse problema quando há induzimento ou instigação, sem que o resultado se efetive.

Mas, de fato, a preocupação é correta do Senador Contarato: da forma como foi redigida, também está abrangendo quando há o resultado efetivo, e aí pode gerar uma perplexidade: que a pena fique menor do que seria na atual vigência.

Então talvez aqui seja oportuno esse pedido de vista do Senador Contarato, e nós poderíamos trabalhar nisso, Senadora Dorinha, para buscar uma fórmula talvez para limitar a tipificação e a criminalização ao induzimento e instigação quando não há o resultado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – ... como uma forma autônoma, porque, quando há o resultado, ele já responde, e as penas são maiores.

No fundo, talvez seja melhor um prazo maior para a gente dar uma estudada, porque realmente existem aí nuances que muitas vezes podem levar a um resultado diferente do que a gente pretendia.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma dificuldade. Embora o texto estivesse disponível, eu não fui procurada por ninguém para tratar do assunto. O tema específico é que fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhida como Relatora pela questão inclusive do feminicídio, e eu sei que não é intenção nem do autor, muito menos... até porque também o texto ainda vai para a CCJ. Não tenho nenhuma dificuldade. Até a própria emenda do Senador o senhor apresentou agora na reunião. Então, como, no olhar que foi colocado junto com a Consultoria, não teria nenhum problema, embora no entendimento da Consultoria já está implícito, eu não tenho dificuldade nenhuma de retirar para conversar. O objetivo é esse.

Não creio, até porque acho que a própria abordagem... Nós não estamos mexendo no que já está dado. Então as situações que já estão relatadas são mantidas, como V. Exa. colocou.

Eu não tenho nenhuma dificuldade, basta... Eu poderia ter sido procurada para tratar do tema sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Até peço também desculpas, mas é que às vezes essas coisas surgem no debate, no momento assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Sim, vai debater o texto...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Perdão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero deixar claro para a Senadora Dorinha que o meu intuito é ajudar. Eu apresentei a emenda, mas a gente fica... Eu estava presidindo a Comissão de Meio Ambiente e estava digerindo esse projeto no intuito de entender como eu posso contribuir. Então não foi uma falsa... Eu não tinha nem noção de que esse projeto estava efetivamente nessa pauta. Tão logo eu tomei conhecimento, eu falei: olha, eu tenho que contribuir para que seja aprovado de uma forma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é claro – e aqui eu volto a frisar – que, se você tem uma incitação ao crime de forma genérica, você pode fazer essa alteração lá, que você vai abranger qualquer crime. Agora, o que nós não podemos admitir é fazer essa alteração num tipo penal específico, como é o caso do homicídio, e quem incitou ter uma pena menor.

Por isso que eu estou aqui... E, como o senhor muito bem diz, no debate a gente vai decantando e até mesmo digerindo o projeto para que ele saia da melhor forma possível. Só foi nesse sentido aqui a minha colaboração.

Muito obrigado.

Peço a compreensão da Senadora Dorinha, do Presidente e de todos os Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Então, vista coletiva concedida.

Tanto a Relatora quanto o autor e o Senador Contarato poderão se encontrar e discutir o tema para a reapresentação desse projeto que, de todo modo, é absolutamente meritório.

Então é isso. Agradeço aos nossos pares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e doze minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Carlos Viana, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4638, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta incisos aos artigos 36 e 45 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, dispondo sobre a responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas por corrupção privada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4638 de 2020, com as Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP. **Observação:** Durante a reunião, o senador Hamilton Mourão é designado relator "Ad hoc". **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 734, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para prever o procedimento administrativo de confisco de bens, independente do juízo penal, a ser instaurado pelo Ministério Público e homologado pelo Poder Judiciário, em caso de crime relacionado à atuação de organização criminosa." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 675, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 171-B ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de Falsa Identidade Digital." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 675 de 2025. **Observação:** Durante a reunião, o senador Hamilton Mourão é designado relator "Ad hoc". **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1285, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para tipificar o crime de coação criminosa no tráfico de drogas." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1285 de 2025. **Observação:** Durante a reunião, o senador Hamilton Mourão é designado relator "Ad hoc". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/30

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 9 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes na pauta. O Presidente esclarece que, nesta reunião, por ser realizada em modalidade semipresencial, os Senadores poderão registrar presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Comunico também que foram recebidos pela Comissão os seguintes documentos.

- Aviso nº 194/2026 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 2851/2025, proferido pelo plenário do Tribunal no âmbito do processo TC-018.726/2024-0, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a efetividade do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), voltada ao enfrentamento da criminalidade transfronteiriça e transnacional;

- Aviso nº 248/2026 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 676/2026, proferido pelo plenário do Tribunal no âmbito do processo TC-005.929/2025-3, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de compreender e aprimorar a atuação das entidades portuárias, aduaneiras e policiais na prevenção e repressão ao tráfico de drogas, notadamente de cocaína, nos principais portos brasileiros;

- Aviso nº 354/2026 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 999/2026, proferido pelo plenário do Tribunal no âmbito do processo TC-014.177/2025-0, que trata de relatório de auditoria cujo objetivo foi avaliar a eficiência, a efetividade e a governança dos processos de recepção, tratamento, integração e compartilhamento de dados o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp);

- Aviso nº 365/2026 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 1009/2026, proferido pelo plenário do Tribunal em decisão a embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 2851/2025, no âmbito do processo TC-018.726/2024-0, que trata de auditoria operacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizada com o objetivo de avaliar a efetividade do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), voltado ao enfrentamento da criminalidade transfronteiriça e transnacional.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12/2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Informo que o item 2, Projeto de Lei 734, de 2024, foi retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Esperidião Amin.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 734, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para prever o procedimento administrativo de confisco de bens, independente do juízo penal, a ser instaurado pelo Ministério Público e homologado pelo Poder Judiciário, em caso de crime relacionado à atuação de organização criminosa.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.)

Antes de começar os projetos, faço uma referência à presença do ex-Deputado Estadual, lá do Paraná, Emerson Bacil, de São Mateus do Sul e de toda a região ali do Paraná, que nos honra com a sua presença, um grande defensor do agro, e veio especialmente para um grande evento amanhã da fumicultura do nosso país, inclusive também do nosso estado. Então, ficam registradas ao Deputado as nossas homenagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, aqui, ao Senador Hamilton Mourão, pela disposição para assumir a relatoria *ad hoc* de alguns projetos, para que nós possamos realizar esta sessão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4638, DE 2020

- Não terminativo -

Acrescenta incisos aos artigos 36 e 45 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, dispondo sobre a responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas por corrupção privada.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 30/06/2026, foi apresentado novo relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta;

2. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A autoria é dos Senadores Alessandro Vieira, Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Eduardo Girão, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Leila Barros e Major Olimpio.

A relatoria é do Senador Jorge Kajuru, com a relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo, então, a palavra ao ilustre Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço permissão para ir direto à análise.

A proposição está baseada em sugestão da iniciativa, abrem-se aspas, "Unidos contra a Corrupção", fecham-se aspas, e tem como objetivo ampliar a responsabilidade de entes privados, incentivando o aumento da eficácia do combate à corrupção privada.

O PL não criminaliza a corrupção privada, mas a tipifica como infração contra a ordem econômica. A medida não apenas é positiva, como atende a compromisso internacional firmado pelo Brasil.

O Artigo 12, 1, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – promulgada por meio do Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 –, prevê, abrem-se aspas: "Cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, adotará medidas para prevenir a corrupção e melhorar as normas contábeis e de auditoria no setor privado, assim como, quando proceder, prever sanções civis, administrativas ou penais eficazes, proporcionadas e dissuasivas em caso de não cumprimento dessas medidas", fecham-se aspas.

Portanto, a proposição em tela é meritória.

Temos apenas considerações a serem feitas sob o aspecto de técnica legislativa. Iniciemos pelo art. 1º do PL.

Em sua redação atual, o *caput* do art. 36 da Lei nº 12.529, de 2011, não enumera os atos, as conduta e as ações humanas que caracterizam infrações da ordem econômica, mas apenas estabelece que serão assim considerados aqueles atos que, abro aspas, "tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; III - aumentar arbitrariamente os lucros; e IV - exercer de forma abusiva posição dominante", fecho aspas.

Em outros termos, o *caput* do art. 36 não detalha as condutas que serão punidas, mas os efeitos que podem produzir. É o §3º do mencionado artigo que discrimina essas condutas – ainda que de modo não taxativo –, as quais serão puníveis na medida em que possam produzir os efeitos previstos no *caput*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, o defeito de técnica legislativa apontado está no fato de que, ao incluir o inciso V no *caput* do art. 36, o PL tipifica condutas como se fossem efeitos de outras condutas. Da maneira como está redigida a proposição, a infração consistiria em realizar algum ato que pudesse produzir o efeito de "oferecer, prometer, entregar ou pagar, direta ou indiretamente, a sócio, dirigente, administrador, empregado ou representante de pessoa jurídica de direito privado, vantagem indevida". A confusão é clara.

Para sanar esse problema, sugerimos que se retome a redação adotada originalmente no anteprojeto de lei elaborado pela Fundação Getulio Vargas e pela Transparência Internacional, de modo que o art. 36 passaria a viger conforme a redação da primeira emenda a seguir.

Também o art. 2º do PL é meritório, mas, de igual modo, pode ter sua redação aperfeiçoada em três aspectos, conforme a redação da segunda emenda a seguir.

A primeira alteração se faz necessária por razões de técnica legislativa. O PL acrescenta um §1º ao art. 45, mas não há um §2º. Assim, o correto é numerar tal dispositivo como parágrafo único, nos termos do art. 10, III, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A segunda alteração que propomos diz respeito à redução da multa e do prazo das sanções em até a metade. Reputamos que a conduta que deve ser tida em conta para o recebimento do prêmio não é a mera detecção do ato lesivo, mas a sua comunicação às autoridades competentes. Sugere-se, assim, que apenas se altere a previsão da alínea "a" do parágrafo único para estabelecer a redução da multa e do prazo das sanções "em até 1/2 (metade), nos casos em que o ato lesivo tiver sido comunicado pela empresa às autoridades competentes antes de sua identificação em investigação do poder público".

A terceira alteração diz respeito ao ajuste da norma referida no almejado inciso IX. Com efeito, entendemos mais adequado que seja a autarquia responsável pela aplicação das sanções pela prática da corrupção privada a competente para estabelecer os requisitos que devem ser considerados essenciais na prevenção desse ilícito. Assim, faz-se necessário ajustar a menção à Lei nº 12.846, de 2013, para fazer constar a regulamentação pelo próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), nos termos do já autorizado pela Lei nº 12.529, de 2011, em seu art. 9º, incisos II, III e XV. Tal autorização legal, hoje já existente, afasta qualquer pretensa alegação de inconstitucionalidade da norma, por suposto vício de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o PL possui dois arts. 2º. Assim, impõe-se a renumeração do segundo art. 2º como 3º, o que se faz por meio da terceira emenda.

O voto.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação do PL nº 4.638, de 2020, com as emendas que se seguem, conforme mencionadas no texto aqui da análise.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Agradeço ao Senador Mourão por assumir essa relatoria.

Coloco a matéria em discussão.

Só me permito aqui uma reflexão. Essa punição da corrupção privada parece essencial para aperfeiçoar a concorrência leal entre as empresas e, de fato, quando nós pensamos na corrupção, pensamos na corrupção pública, que infelizmente é abundante no nosso país, mas de fato o comportamento de uma empresa que paga suborno ao funcionário de outra, para obter alguma espécie de vantagem concorrencial com trapaça, também é algo extremamente danoso para o sistema econômico, não só para o prejudicado diretamente, mas é aquele jogo sujo da concorrência. Então, em boa hora, vem essa caracterização dessa conduta como infração econômica.

O projeto ainda vai para a CCJ, mas talvez, adiante, fosse o caso de discutir não só a caracterização como infração econômica, mas a própria tipificação criminal também. Não é o objeto desse projeto, mas talvez pudesse ser de algum outro.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.638, de 2020, com as Emendas nº 1-CSP, nº 2-CSP, nº 3-CSP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

O item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 171-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de Falsa Identidade Digital.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Relatoria do Senador Plínio Valério, com relatoria *ah hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Hamilton Mourão – mais uma vez agradeço sua disposição – para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, autorizado por V. Exa, de acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública, às políticas públicas de promoção da paz social e ao combate ao crime organizado.

A manifestação quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à legalidade e à regimentalidade do projeto caberá à Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas redes sociais, os perfis dos famosos sempre vêm acompanhados das palavras "oficial" ou "real", justamente porque algumas pessoas criam perfis falsos em nome de celebridades, só para aparecer. Mas o objetivo também pode ser o de aplicar golpes.

Catfishing é a prática de criar uma identidade falsa *online* com o objetivo de enganar, explorar, assediar ou fraudar outras pessoas, geralmente em redes sociais ou aplicativos de namoro.

Os motivos para o *catfishing* variam desde a busca por atenção ou *bullying* até crimes graves, como golpes financeiros (românticos ou de investimento em criptomoedas), que resultam em perdas financeiras substanciais para as vítimas; extorsão e chantagem por meio de imagens íntimas ou informações pessoais compartilhadas pela vítima (chamado "sextorsão"); e roubo de identidade.

Essa prática, além dos prejuízos financeiros e à imagem da vítima, também acarreta impactos em sua saúde mental, incluindo raiva, medo e dificuldade em confiar nos outros.

A tipificação do crime e a previsão de causas de aumento de pena e qualificadoras vêm em excelente hora, já que a prática do *catfishing* está se disseminando rapidamente pelo país.

Assim, Presidente, o nosso voto é: diante do exposto, votamos pela aprovação do PL 675, de 2025.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 675, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

Passando ao item 4 da pauta, que é o... (*Pausa.*)

Se puder fazer este aqui também, Senador Mourão... É um projeto meu, cujo relatório é pela prejudicialidade. Então, o Marcos Rogério não vai fazer questão de relatar isto aí. (*Risos.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1285, DE 2025

- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para tipificar o crime de coação criminosa no tráfico de drogas.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria original é do Senador Marcos Rogério; o Relator *ah hoc*, Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise, com autorização de V. Exa, nos termos do art. 104-F, I, "l" e "m", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre projetos de lei que versem sobre combate ao crime organizado e prevenção, fiscalização e combate ao tráfico ilícito de drogas, temas da iniciativa sob análise.

No mérito, entendemos que a proposição é pertinente e relevante, uma vez que busca endurecer o tratamento criminal a organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipificando certas condutas que, praticadas no bojo dessas entidades criminosas, não raras vezes sequer são punidas, embora possuam considerável relevância penal, em razão do emprego de violência ou grave ameaça.

No entanto, verificamos que, no âmbito desta Casa Legislativa, foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, no dia 21 de maio de 2025, o PL 3.786, de 2021, de autoria do nobre Senador Jayme Campos, de Mato Grosso, que tipificava a lesão corporal grave e a morte ("narcocídio") se ocorre emprego de violência seja na cobrança de usuários ou colaboradores que venham a se tornar devedores, seja na disputa ou defesa de territórios contra rivais ou forças policiais, seja em qualquer outro objetivo que vise garantir o êxito ou o proveito do tráfico.

No Parecer do Senado Federal nº 11, de 2025, de autoria de V. Exa., o PL 3.786, de 2021, foi aprovado com quatro emendas apresentadas pelo referido Relator.

A Emenda nº 2 – CCJ objetivou incluir o art. 34-A na Lei de Drogas, tipificando o crime de "Coação Criminosa no Tráfico de Drogas", com redação quase idêntica à do presente PL nº 1.285, de 2025, que também é de autoria de V. Exa. Ademais, os crimes qualificados – quando resultam lesão corporal grave, gravíssima ou morte – foram alçados à condição de crime hediondo, nos termos da também aprovada Emenda nº 3 – CCJ.

Nesse cenário, é forçoso reconhecer a prejudicialidade da matéria, por haver perdido a oportunidade, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por fim, é importante ressaltar que a recém-aprovada Lei nº 15.358, de 24 de março de 2026, que instituiu o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil, Lei Raul Jungmann, e, dentre outras providências, tipificou os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado, acabou também por criminalizar, de uma forma mais ampla, diversas condutas que são descritas no PL.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.285, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Só para esclarecer também, de idêntico teor ao desse projeto, foi aprovado um outro projeto, que é o do Jayme Campos, com uma emenda que apresentei, e também houve a superveniência da Lei Antifacção. Então, de fato, prejudicado o projeto.

Agradeço a disposição, no entanto, de limpar a pauta aqui, Senador Mourão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei 1.285, de 2025.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Senador Mourão, novamente.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e três minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Hermes Klann, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião, realizada em 30 de junho, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1103, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2170, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a incitação ou o induzimento da prática dos crimes de homicídio, lesão corporal e ameaça em ambientes coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4082, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Veda a concessão de liberdade provisória e aplicação de medidas cautelares diversas à prisão para presos em flagrante pela prática de crimes hediondos ou aqueles a ele equiparados." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4636, de 2020 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XIX ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para ampliar o rol de entidades sujeitas ao controle de lavagem de dinheiro, incluindo os Partidos Políticos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 4636 de 2020, com a Emenda nº 1-CSP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/07

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 30 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa. (*Pausa.*)

Anuncio o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4636, DE 2020

- Terminativo -

Acrescenta o inciso XIX ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para ampliar o rol de entidades sujeitas ao controle de lavagem de dinheiro, incluindo os Partidos Políticos.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *1. A votação será nominal.*

Autoria: Senadores Alessandro Vieira, Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Eduardo Girão, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lasier Martins, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Leila Barros e Major Olimpio.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Permissão concedida, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Compete a esta Comissão de Segurança Pública apreciar o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, por tratar de matéria relacionada ao combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal. Ademais, a Comissão exerce atribuições de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas de segurança, inclusive no que se refere à prevenção e repressão de ilícitos que afetam a higidez do processo democrático e a confiança nas instituições.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade formal, a proposição versa sobre direito penal e sobre mecanismos de controle de operações financeiras e de prevenção à lavagem de dinheiro, matérias inseridas na competência legislativa privativa da União, conforme o art. 22, I e VII, da Constituição Federal.

No mérito, o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, contribui para o aperfeiçoamento do sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro ao incluir partidos políticos e suas fundações entre os entes sujeitos às obrigações da Lei nº 9.613, de 1998.

Com efeito, partidos políticos ocupam posição central na mediação entre sociedade e Estado, na seleção de candidaturas e na organização da disputa eleitoral. A sujeição dessas agremiações a mecanismos mais rigorosos de controle de fluxos financeiros e de identificação de operações suspeitas reforça a integridade do ambiente eleitoral e reduz espaços para a infiltração de recursos ilícitos na atividade política.

A experiência recente de investigações de grande repercussão nacional evidenciou que estruturas partidárias podem se tornar canais de circulação e ocultação de valores de origem criminosa, com reflexos diretos sobre a lisura das campanhas e a igualdade de condições entre competidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conseguinte, a inclusão dos partidos políticos no rol de sujeitos obrigados da Lei nº 9.613, de 1998, alinha o regime jurídico dessas entidades às melhores práticas de prevenção à lavagem de dinheiro, ao exigir rastreabilidade sobre doações, contribuições e demais receitas.

Dessa forma, a medida proposta tende a fortalecer a confiança da sociedade nas instituições representativas, ao sinalizar que estruturas partidárias se submetem a padrões mais elevados de conformidade e de responsabilidade na gestão de recursos.

Cumpre salientar, ainda, que a proposta não interfere na liberdade de organização interna dos partidos, nem altera regras constitucionais sobre o regime partidário ou o processo eleitoral, limitando-se a estender a essas entidades deveres de colaboração com o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro. Assim sendo, a medida preserva a autonomia partidária em sua dimensão político-organizacional, ao mesmo tempo em que submete as agremiações a padrões de controle compatíveis com a relevância de sua atuação na esfera pública.

Diante dessas considerações, o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, mostra-se conveniente e oportuno, ao fortalecer a integridade eleitoral e o combate à corrupção. Ofereceremos apenas emenda de redação para renumerar o inciso do art. 9º, de XIX para XX, em razão da promulgação da Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, posterior a esse projeto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CSP (de redação)
> Renumere-se, onde couber, o inciso XIX do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, de que trata o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, pelo inciso XX.

Foi essa a minha análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, e a emenda, nos termos do relatório apresentado pela Senadora Ivete da Silveira.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se todas as Senadoras e os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Resultado: votaram SIM 9 Senadores; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o Projeto de Lei nº 4.636, de 2020, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Informo que às 14h ocorrerá neste Plenário a 11ª Reunião, Extraordinária, também semipresencial, desta Comissão, destinada à audiência pública interativa cujo tema é examinar a governança e o arranjo federativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita).

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e seis minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Hermes Klann, Wilder Morais, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2026 - CSP, de autoria dos Senadores Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 5/2026 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Examinar a governança e o arranjo federativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, com foco na distribuição de competências entre os entes e as instituições envolvidas, nos mecanismos de coordenação, supervisão e tomada de decisão, bem como no papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na execução das medidas de proteção e nos desafios decorrentes desse modelo de parceria, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2026, do PROVITA. **Participantes:** Sr. Thiago Alves da Silva Costa, Coordenador-Geral do PROVITA (representante de: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Sra. Viviane Tompe Souza Mayrink, Presidente do Instituto Avante Social; e Sra. Melina de Araújo e Silva Pimentel (representante de: Centro de Desenvolvimento e Cidadania). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/07

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência, a ser promovida nos termos do Requerimento 2, de 2026, de minha autoria, para avaliar o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita).

Comunico que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, mas a participação pode ser também pelo telefone 0800 0612211. Se quiser mandar uma pergunta, falar com a gente, pode ligar agora. Essa ligação não tem custo algum. Repito: 0800 0612211. Inclusive, informo que nós já estamos recebendo perguntas e comentários pela internet.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Senhores, na audiência anterior, a primeira de um ciclo de quatro audiências, iniciamos esta avaliação examinando o objeto do Provita, seus beneficiários e os critérios legais para inclusão no programa. Tivemos a oportunidade de discutir a adequação do marco legal, os desafios decorrentes da evolução das organizações criminosas e a necessidade de aperfeiçoamento dos critérios de proteção previstos na Lei nº 9.807, de 1999.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje avançamos para uma segunda dimensão igualmente essencial da política pública. Hoje nós falaremos de governança.

Nosso objetivo é avaliar se o modelo institucional adotado pelo Provita oferece condições para que a proteção prevista na legislação seja efetivamente implementada em todo o território nacional, de forma coordenada, uniforme e eficiente.

O Provita possui uma característica bastante singular quando comparado a outras políticas públicas federais. Trata-se de uma política executada por meio de um arranjo institucional complexo, que envolve a União, os estados, o Distrito Federal, órgãos do sistema de justiça e organizações da sociedade civil, cada qual desempenhando atribuições específicas na coordenação, deliberação, execução e fiscalização das medidas de proteção.

Poucas políticas públicas brasileiras possuem uma estrutura de governança tão descentralizada e, ao mesmo tempo, tão interdependente.

Esse modelo procura combinar a coordenação nacional exercida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – e aqui começa a primeira grande dúvida no Brasil: as pessoas achavam que quem fazia a coordenação era o Ministério da Justiça, mas a coordenação nacional do programa é exercida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – com a autonomia dos programas estaduais, preservando a atuação dos conselhos deliberativos, das equipes técnicas e das entidades executoras responsáveis pela proteção direta das pessoas ameaçadas.

Ao mesmo tempo, essa arquitetura institucional também produz desafios importantes.

Quanto maior o número de instituições envolvidas, maior tende a ser a necessidade de mecanismos claros de coordenação, definição de competências, supervisão, compartilhamento de responsabilidades e padronização de procedimentos.

É por isso que vamos falar de governança hoje.

Além disso, o próprio desenho do Provita apresenta uma característica pouco comum na administração pública brasileira: a execução das medidas de proteção é frequentemente realizada por organizações da sociedade civil, em parceria com o poder público. E esta também é uma situação que é praticamente de desconhecimento do Brasil: que instituições da sociedade civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam do programa de proteção, inclusive na execução das medidas de proteção; não é só opinando, é na execução das medidas, é, de fato, protegendo as pessoas.

Esse modelo, construído desde a origem do programa, representa uma importante experiência de cooperação entre Estado e sociedade civil, mas também suscita questões relevantes para esta Comissão: como assegurar adequada supervisão dessas parcerias? – essa é uma grande pergunta e foi um desafio que eu enfrentei quando Ministra, coordenando o programa –; os mecanismos atuais de prestação de contas e controle são suficientes?; os papéis de cada instituição estão claramente definidos?; as diferenças existentes entre os diversos modelos estaduais fortalecem a política ou produzem desigualdades na proteção oferecida às vítimas e testemunhas?

É justamente sobre essas questões que pretendemos refletir nesta audiência.

Queremos compreender, a partir da experiência concreta dos órgãos aqui representados, o seguinte: se o atual modelo de governança nacional do Provita assegura coordenação efetiva entre todos os atores envolvidos. Queremos compreender se os mecanismos de supervisão, cooperação e padronização existentes são suficientes para garantir maior uniformidade na execução da política. Como diferentes arranjos institucionais adotados pelos estados têm impactado a gestão e a efetividade do programa? Ainda queremos compreender mais duas situações: quais são os principais desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil responsáveis pela execução das medidas de proteção? E, claro, queremos entender quais aperfeiçoamentos legais, regulamentares ou administrativos podem fortalecer a governança do Provita. Esse é o nosso objetivo hoje na nossa conversa.

Nesta audiência, teremos a oportunidade de ouvir experiências bastante representativas dessa diversidade institucional, o que certamente nos permitirá compreender como diferentes modelos institucionais influenciam a coordenação da política, sua capacidade de articulação e a efetividade das medidas de proteção. Por isso, eu agradeço a presença de todos os convidados. De todos, apenas três convidados hoje estão conosco.

Desde já, agradeço à Ministra dos Direitos Humanos por estar nos disponibilizando o Thiago. Daqui a pouco, Thiago, eu vou te dar um bóton aqui do Senado, e você vai ter mais horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Senado que muitos Senadores. E haverá as valiosas contribuições que serão apresentadas por duas instituições da sociedade civil.

Então, hoje, participará deste debate, desta conversa, o Thiago Alves da Silva Costa, Coordenador-Geral do Provita, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Vai participar desta audiência – e nós estamos numa expectativa muito grande para ouvi-la – a Viviane Tompe Souza Mayrink. Viviane, espero que eu tenha acertado o sobrenome; se eu não acertei, você corrige depois. Ela é Presidente do Instituto Avante Social. Nós vamos ouvir a experiência dela. Esse instituto já está há algum tempo trabalhando com o Provita, e nós queremos ouvi-los.

E a gente vai ter a alegria de ouvir a Melina de Araújo e Silva Pimentel, representante do Centro de Desenvolvimento e Cidadania, de Pernambuco, que é a instituição que está desde o início, né, Melina? Não, não, desde o início da lei, eu acho que é a Viviane, é o Avante, né? A gente vai entender, daqui a pouco a gente vai entender.

Mas eu lamento informar que foram convidados, mas justificaram a ausência, o Exmo. Sr. Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e a Exma. Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas. Ainda, foi convidado a indicar representante para uma participação na presente audiência, mas não o fez até o presente momento, o Exmo. Sr. Anderson de Azevedo Coelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Aqui eu estou lendo os nomes dos convidados que não compareceram, alguns inclusive disseram: "Não vamos", outros nem se manifestaram. E por que eu estou fazendo isso? – e lamentando. É a segunda vez que a gente convida o STJ. Por que nós estamos insistindo em ouvir o STJ? Primeiro, porque eles fazem parte do comitê, e a gente queria muito ver o olhar da Justiça sobre o Provita. E lamento a não disposição do STJ de estar nesta roda de conversa com a gente. Nós vamos escolher um outro órgão da Justiça que faça parte, Thiago, do comitê, do conselho, para falar conosco, e lamentando. Inclusive, quero muito conversar com a assessoria parlamentar do STJ, tipo: se o STJ se disponibiliza a responder as perguntas por escrito; ou, então, se eles podem mandar um parecer para a gente juntar ao nosso relatório. Mas seria extremamente importante o STJ estar sentado aqui à mesa com a gente – extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente também lamenta hoje a ausência – e quanto a este eu vou insistir, ainda vou insistir – do Ministério Público do Amazonas. Por quê? O Provita no Estado do Amazonas é uma experiência que é exercida por um órgão independente, pelo Ministério Público, e a gente queria ouvir, Thiago, que eles nos contassem como que é que está acontecendo lá. Como é que o Ministério Público está conduzindo? Será que essa é uma boa proposta para o Brasil inteiro?

Então, eu lamento que o Ministério Público do Estado do Amazonas não tenha vindo a esta reunião, mas eu vou insistir em trazê-lo para a próxima reunião. Se não, eu vou ao Amazonas me sentar com o Ministério Público, e quero ouvi-los. Eu quero ouvi-los e quero entendê-los, entender como é que está o programa de proteção de testemunha desenvolvido por um órgão independente, num estado do tamanho do Amazonas e com tantos desafios, especialmente a questão de fronteiras.

E a gente também lamenta a ausência da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio de Janeiro, porque lá o Provita é desenvolvido por uma secretaria de assistência social. E a gente queria muito ouvir como que é cuidar de uma pessoa ameaçada de morte, tendo esse olhar do desenvolvimento social também. Como é que é cuidar de uma testemunha tendo esse olhar? Eu ainda vou insistir na secretaria do Rio de Janeiro. E, se eles não vierem, acho que eu vou lá, tá, Thiago? Vou pegar um aviãozinho, e vou ao Rio, e vou ouvi-los, porque a gente quer trazer essas contribuições para avaliação.

Assim sendo, lamentando a ausência dos três convidados que não estão conosco, vamos direto para a nossa exposição inicial, ouvindo em primeiro lugar... Eu vou fazer a seguinte ordem, Viviane e Melina: vamos primeiro ouvir o Estado, vamos primeiro ouvir o Thiago – tá? –, para ver se o Thiago traz aí para a gente informações sobre governança, a visão do Thiago e do ministério sobre onde precisamos melhorar com relação à governança.

Inclusive, na audiência passada, eu contei uma experiência que eu tive sobre governança. Lembra, Thiago? Teve um momento em que o TCU me questionou alguma coisa, e eu liguei para o meu coordenador: "Olha, há uma dúvida sobre a prestação de conta. Eu quero dar uma olhada na prestação de conta, eu quero conversar com vocês". E o coordenador disse: "Não. A senhora não pode ver a prestação de conta. A senhora não pode saber como nós estamos gastando dinheiro, porque senão a senhora vai saber quem são os protegidos". E aquilo ficou assim: "Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim? Como é que são a governança e a fiscalização desse recurso?". Até nós conversamos sobre isso na reunião passada, e a gente vai conversar sobre isso agora. E entendo que realmente eu não posso saber quem são os protegidos enquanto Ministra, e nem ninguém do ministério pode saber.

Inclusive, os funcionários que operam o Provita ninguém sabe quem são. A gente não pode expor essas pessoas a risco. Tem como melhorar essa governança? Tem como ter mais transparência na execução dos programas?

Então, hoje nós vamos ouvir, com muita alegria, primeiro, Thiago, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que desenvolve o programa. Na sequência, a gente ouve a Viviane e, depois, a gente ouve a Melina, está bem?

Então, Thiago, dez minutos. Se precisar passar um pouco, fique à vontade, está bem? Você tem a palavra, Thiago.

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Muito obrigado, Senadora. Obrigado a todos aqui.

A gente está aqui representando o Ministério dos Direitos Humanos.

Queria cumprimentar a Senadora Damares; a representante do Instituto Avante Social, Viviane, que está aqui conosco; e também, do Centro de Desenvolvimento e Cidadania, a Melina de Araújo.

Eu queria começar a fala reafirmando esse compromisso de transparência e de rigor do ministério e da gestão do Provita e reconhecendo esta relação – né, Senadora? –: a gente estar aqui numa Comissão do Senado para poder avaliar a eficiência das políticas públicas com todo o cuidado necessário – e a senhora falou várias vezes aqui – a respeito de como e do que debater aqui, considerando a necessidade de vários cuidados e de sigilos para que a gente não exponha alguns fluxos, alguns processos ou procedimentos que possam acarretar vazamento de informação de procedimento que poderia ser sigiloso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, então, acho que, aí, é mais tranquilo pelo tema de hoje – a gente recebeu esse convite para poder falar a respeito desse arranjo federativo, do monitoramento das políticas públicas e dessa relação com a sociedade civil.

Acho que a gente queria começar aqui pontuando o que são os 27 anos do programa e que a gente tem uma lei específica que diz um pouco disso e vai falar dessas relações, que é a Lei 9.807, que é de 1999, e o Decreto 3.518, que é de 2000. Esses dois são os instrumentos principais que instituem o nosso sistema nacional de proteção. Eu estou pegando as leis aqui, porque elas que vão dizer dessa relação e dizem inclusive desse limite que a senhora traz sobre o que é possível, o que a gente consegue hoje fazer nessa relação e o que são essas limitações, porque a lei prevê, com muita nitidez, que a responsabilidade de proteção é tanto da União quanto dos estados e do Distrito Federal.

Então, nesse sentido, a gente acaba verificando essa questão da existência dos programas que são regionalizados e que são estaduais e também essa relação com o programa federal. De toda forma, eu acho que é importante dizer que quanto mais estados se corresponsabilizam na existência do programa e instituem seus próprios programas melhor para o desenho da política, porque, quando a gente estipula isso... E o que a lei prevê nesse arranjo de que falaremos aqui de governança: a gente prevê a instituição do conselho.

O conselho sempre vai contar com membros do Ministério Público, da Justiça, de órgãos de proteção e também do órgão executor da política, que geralmente é o órgão ligado a direitos humanos, mas, como a própria Senadora já trouxe aqui, muitas vezes, é a Secretaria de Desenvolvimento Social ou, no caso do Amazonas, inclusive, a Procuradoria-Geral de Justiça, onde é feita essa coordenação principal. Mas aí a gente vai ter esses diferentes desenhos, inclusive no caso de algumas em que a gente tem a execução – e depois eu vou me deter melhor nisso – com as organizações de sociedade civil e dois estados hoje, que são o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que fazem a execução direta sem a parceria com a organização da sociedade civil.

Lembrando que, igual eu falei, a lei prevê esse arranjo federativo e também prevê a participação das organizações da sociedade civil na execução e na construção do programa como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, então, quando a gente tem essa possibilidade, que é o que eu falei, que é o melhor do desenho, em que se tenha a atuação do Estado, a gente consegue ter mais capacidade de construir uma execução da política que seja mais próxima das necessidades daquele território pelas questões próprias do desafio da segurança, ali do território, e pelas diversas situações de violências ou de crimes ali daquele território. Nesse sentido, com essas instâncias se reunindo e se articulando, fica mais fácil fazer esse processo de proteção.

Lembrando que a gente sempre está falando do Provita, de pessoas que estão sendo ameaçadas porque são vítimas ou testemunhas de crimes e que estão em contribuição com a Justiça. Então, é um programa de garantia da dignidade dessas pessoas e da manutenção da vida delas, mas é um programa que colabora efetivamente para se alcançar a justiça, no sentido de que são pessoas que contribuem de maneira fundamental para que se tenha ali um inquérito, o processo criminal e consiga chegar à punição de quem, de fato, precisa ali ser punido.

Então, esta hoje é uma questão muito importante de a gente pensar: a organização do programa. São 16 estados que hoje possuem a execução com o programa próprio, e dez estados, mais o Distrito Federal, que são atendidos pelo programa federal.

Nesses estados que têm a execução do programa próprio, igual eu falei aqui, eles vão contar com toda a estrutura, porque, de modo geral, na lógica que é pensada ao Provita é pensado: você tem o conselho, você tem o órgão executor e você tem a rede solidária de proteção. Então, a cada um deles é instituído o conselho próprio, que, no caso, geralmente no estado é o Condel, e aqui, no Governo Federal, é o Condef. O órgão executor vai variar conforme a construção da política, igual a gente comentou aqui, e a rede solidária de proteção é uma rede que vai apoiar essa execução e que geralmente é constituída de organizações da sociedade civil ou de outros atores ali dessa rede, porque é fundamental que você tenha essa construção de um apoio. Porque, por mais que a pessoa esteja isolada, por mais que a pessoa esteja ali protegida, é necessário que você tenha uma série de construções de apoio para ela, seja para acesso às políticas públicas, seja para convivência mesmo, para articulação da rede local e para necessidades básicas muitas vezes, porque nós estamos falando de pessoas que, em sua grande maioria, ao menos saíram do seu território básico, muitas vezes do seu estado, e aí precisam de reconstrução desse processo ali da vida delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, então, eu queria reforçar que, na medida em que a gente tem um programa estadual, a gente estabelece um ciclo de monitoramento, que é de dois anos, são quatro momentos a cada seis meses. Então, cada um deles, desses estados, tem cofinanciamento federal. O valor do cofinanciamento varia conforme o acordo com cada estado, mas, geralmente, gira em torno ali de 50%, às vezes um pouco menos, às vezes um pouco mais, mas varia, conforme o estado, o valor desse cofinanciamento por parte do Governo Federal.

Estabelece-se então um convênio, esse convênio é, sim, monitorado e o estado presta conta dele, em que o Governo Federal faz o repasse e estipula com o estado algumas regras gerais dessa execução do programa no estado. E faz, então, a cada seis meses, esse monitoramento. Lembrando que, conforme as parcelas de pagamento, inclusive, o estado vai recebendo a nova parcela à medida que ele devolve informações sobre a execução, seja do programa em execução de proteção quanto à execução financeira. Então, essas informações chegam.

Eu acho que tem um cuidado a se trazer daquilo que a ex-Ministra traz, de sigilo da informação, mas ele não impede a prestação de contas e não impede que ela seja avaliada. É um cuidado de entender como compartilhar essa prestação de contas, de que maneira e quais documentos a gente tarja, porque às vezes é um negócio que não faz sentido para outras políticas, mas aqui é essencialmente fundamental. Por exemplo, se eu for compartilhar uma nota fiscal que tem um endereço da prestação de um serviço, isso precisa estar totalmente tarjado, não se pode dizer onde é o endereço. Então, ele acaba tarjando quase tudo quando a gente vai falar em compartilhamento, mas o documento existe, está disponibilizado, é possível ser consultado. Então, tem essas possibilidades e essa verificação é feita.

Agora, com o cuidado necessário para o compartilhamento da informação, de que maneira e quando é possível compartilhar o quê? Para que a gente possa garantir que a gente divida.

Tem um princípio do programa, que é muito importante ser reforçado aqui, que é da fragmentação da informação. De fato, lidar com fragmentação de informação na gestão pública atrapalha um pouco essa relação de a gente poder ter garantias ou ter alguns cuidados aqui na relação de gestão e de transparência, porque esse princípio é exatamente para que você não tenha concentração de informação em algum local que possa vazar informação, de forma a identificar as pessoas protegidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cada órgão vai ter essa informação de maneira fragmentada e parcial, para que a gente possa garantir que não haja uma concentração, de modo geral, que possa fazer com que os dados sejam vazados e com que essa pessoa seja identificada. Foi com isso que a gente conseguiu garantir, durante esses 27 anos, que ninguém morresse sob proteção – e estão até hoje.

Avançando, então, e falando sobre monitoramento. Desses quatro momentos semestrais, o primeiro é feito *in loco*. Então, o Governo Federal visita o estado, conversa com a rede de proteção, com a equipe técnica, com a entidade executora, com o Governo do estado, com o conselho; elabora um relatório... E aí não é só o Governo que faz, não, essa instância de avaliação técnica, que é a câmara técnica que é prevista aqui, no programa, conta com participação da sociedade civil, seja da entidade executora – técnicos –, seja como membro na câmara técnica também. E ali a gente, então, faz essa avaliação com uma equipe multidisciplinar, produz um relatório com indicações de melhoria, e esse relatório depois é acompanhado. No segundo momento, é feito isso de maneira *online*. No terceiro momento volta-se ao território, conversa-se novamente, verificam-se algumas questões, e, no quarto momento, é feita uma avaliação final desse interregno de dois anos, de como foi essa evolução e se foi possível atender várias dessas pontuações que foram feitas lá no início do ciclo, dois anos antes.

Então, é um processo de avaliação de política pública até bem robusto. Ele consegue, dessa forma, proteger as informações do programa, porque é uma forma de como a gente consegue manter esses relatórios e tratar disso de maneira sigilosa; lidar, nessa relação constante, seja com o Governo e o órgão executor, seja com o conselho, com a organização da entidade civil – todos eles participam –; e ter esses registros. Isso está registrado aqui, na memória do programa.

É complexo aqui porque é um tipo de documento a que não é possível dar transparência total, porque, se a gente vaza aqui todas as informações que são coletadas, é possível apurar e compreender várias coisas desse fluxo de atendimento e colocar em risco a vida dessas pessoas.

Eu queria, de modo geral, trazer um pouco disso – e dez minutos é bem pouquinho para explicar isso tudo, né? Mas, de modo geral, estão nos documentos de referência do programa –, dizer e reafirmar o quanto esse processo é aplicado e é uma coisa levada a sério aqui pelo ministério, também pelas organizações e pelos governos, na medida que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecendo essa relação, esse diálogo e essas indicações, e trazer também a importância da sociedade civil, seja na execução, seja nessa relação para a fiscalização.

A gente sabe do papel da sociedade civil na fiscalização de uma política pública e no monitoramento dela. Não é possível que a gente tenha isso de uma maneira como um conselho normalmente é, no caso do Provita, mas é possível na forma como a gente faz, com a sociedade civil indo conosco, avaliando, discutindo as questões de melhoria e trazendo isso também, pontuando, inclusive, as melhorias necessárias para o Governo.

No caso da execução, a gente ainda assim reforça e defende no sentido de que, enquanto servidor público, eu estou aqui e estou de alguma maneira exposto, estou vindo aqui a uma Comissão, a uma audiência pública do Senado, e as pessoas ficam sabendo publicamente quem é o Coordenador-Geral. Eu não posso ser a pessoa, e nem as pessoas mais próximas aqui, na minha gestão de trabalho, que vai ter acesso direto aos casos e às pessoas que estão protegidas. A gente vai ter acesso de maneira fragmentada a algumas informações, e aí é a sigla do nome da pessoa, é o caso de maneira geral, dependendo do que é essa relação, mas eu digo isso no sentido de que, de maneira nenhuma, eu posso guardar e ter comigo esse controle de informação, que pode ser vazado de alguma forma ou que pode ser motivo de, por exemplo, eu ser alvo de alguma ameaça de alguém que possa querer chegar nessas pessoas protegidas. Então, essa fragmentação é importante e também você ter essas duas instâncias operando em conjunto.

Então, eu tenho uma entidade da organização sociedade civil, que é quem tem contato direto com as pessoas, que é quem me passa os relatórios, e a gente tem uma relação de parceria. E a parceria prevista no marco regulatório, na Mrosc, é exatamente porque a gente tem dois entes aqui que têm a mesma finalidade: um que é a de organização sociedade civil, ela pode ser, sim, feita de uma maneira privada, mas ela é com interesse público; e outro que é o poder público aqui. E nós dois, com o mesmo interesse, que é proteger as pessoas, que é a proteção de direitos humanos, trabalhamos juntos para a execução do programa.

É isso que eu queria trazer aqui, compartilhar com todos vocês. Estou à disposição para as perguntas em breve. Mais uma vez, reforço o compromisso da Ministra Janine, da Secretária Tassiana e de todos daqui, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, na execução do programa e na proteção das pessoas com dignidade e com garantia de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Thiago.

Thiago, nós estamos falando de governança, e claro que a gente, quando fala de governança, fala de transparência também. Você fez bem essa abordagem de governança e transparência, mas eu tenho uma dúvida, Thiago. Quando você precisa conversar com alguém do TCU, quando surge uma dúvida no TCU ou na Controladoria-Geral da União (CGU), esses dois órgãos têm um técnico específico para conversar com você, ou você chega lá e fala com qualquer um? Eles têm o cuidado de ter sempre designado um único técnico para conversar com você, para tirar dúvidas e para a prestação de relatório?

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (*Por videoconferência*.) – Hoje a gente não tem um técnico designado, ou pelo menos eu não conheço, não articulei direto, mas o importante de trazer aqui é que a gente tem uma relação próxima com a controladoria hoje, inclusive, no sentido de ela estar nos apoiando e fazendo uma consultoria para o programa. Então, a gente tem essa relação e esse apoio para que a gente possa melhorar, e estamos passando por isso num processo interno.

Agora, o que a lei prevê e que é importante trazer é que as pessoas que têm acesso à informação precisam ser, nessa maneira, individualizadas mesmo, como a senhora trouxe. Então, a lei prevê o sigilo e o cuidado com a informação de quem trata e trabalha com essas informações, e aí acontece nesse sentido mesmo, conforme a necessidade dessa relação. Conforme o técnico que for trabalhar conosco, o acesso é dado de maneira individualizada e conforme cada caso que vai ser preciso. Então, por exemplo, quando o controle interno fez uma avaliação do programa há mais tempo, ele fez toda essa avaliação tendo acesso ali indicado aos processos os quais eram necessários para o trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Thiago, só uma outra coisa. Quando chega final de ano, os gestores da pasta, os ministros são avaliados, e a imprensa adora avaliar ministro, dizendo: "Ministro não executou todo o orçamento. Ministro só executou 70% do orçamento". Eu passava por isso o tempo todo, porque muitos jornalistas não entendem que o empenho já é uma execução. Existe o empenho e a execução da obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não me lembro, Thiago – e se isso estiver acontecendo, quem sabe a gente deva conversar –, no meu período, em que eu estive como Ministra, a coordenação executava todo o dinheiro porque o que tinha era realmente o suficiente, e a gente tinha aquele número de testemunhas, mas vai que, em um ano, não tenha nenhuma testemunha para proteger, e o dinheiro não seja executado, o orçamento não seja executado: esse ministro, essa ministra vai ser avaliada como um péssimo ministro porque vocês não executaram?

Talvez a gente deva pensar, Thiago, que essa coordenação não venha como critério de avaliação de desempenho do ministério, porque essa é uma coordenação que não depende do trabalho do ministro. Bom seria eu não gastar nenhum centavo, bom seria não ter ninguém ameaçado de morte, mas quem sabe a gente deva pensar, junto com a Controladoria-Geral depois, Thiago, que a coordenação não viesse contar naquela computação geral de avaliação do ministério se executou ou não se executou o orçamento.

Aqui é um diálogo, mas eu tenho aqui três perguntas da equipe técnica para você.

Na avaliação do ministério, Thiago, esse arranjo de governança tem assegurado coordenação nacional efetiva ou ainda existem fragilidades relevantes na integração entre os diversos atores responsáveis pela política? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: o atual desempenho institucional do Provita permite adequada definição de competências, responsabilidades e fluxos decisórios entre União, estado, conselho deliberativo e entidades executoras, ou existem sobreposições, lacunas, indefinições ou "vou esperar que o outro faça", que dificultam a gestão da política? Não é fácil. Eu aprendi, Thiago, que, quando a gente não quer fazer alguma coisa na Esplanada, a gente monta um grupo de trabalho, ou um comitê, ou um conselho. Não é fácil reunir todo mundo nos conselhos deliberativos. Mas a pergunta é: nesse modelo de governança, você acha que estão bem definidas as posições ou a gente precisaria melhorar ainda mais para que não haja lacunas?

Por último, considerando os mais de 25 anos da vigência da Lei 9.807, de 1999, quais aperfeiçoamentos legais, regulamentares ou administrativos o ministério considera prioritários para fortalecer a governança nacional, ampliar a coordenação federativa e conferir maior efetividade, uniformidade ao Provita? Lembrando, Thiago, que há melhorias e aperfeiçoamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, se vocês tiverem que propor, terão que acontecer por meio de projeto de lei, terão que acontecer por iniciativa do Congresso.

Então, é por isso que a gente está aqui dialogando. Às vezes, o coordenador e a ministra estão querendo muito fazer um aperfeiçoamento, mas vai ter que depender de uma decisão do Congresso na modificação da lei.

Então, essas três perguntas da equipe técnica você consegue responder já?

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (*Por videoconferência.*) – Claro.

Bom, primeiro, sobre a avaliação financeira, Senadora, tem uma questão do programa que é: esses repasses dos convênios, de fato, dependem da execução do recurso. Então, às vezes, um repasse pode ficar mais atrasado ou não, mas, de modo geral, a gente garante os empenhos no prazo, e aí, se atrasar de alguma maneira a conformidade de todos os passos que precisam ser feitos para o pagamento, ainda assim aquele dinheiro está resguardado e a execução dele também. Então, a gente acaba tendo aqui um registro de execução acima de 90% no programa, historicamente.

Então, eu não acho que necessariamente, apesar de que eu compreenda quando a senhora traz isto, de como que se avalia de acordo com o atendimento – e a gente não tem nenhuma garantia da quantidade de pessoas que a gente vai ter atendida –, eu costumo falar isso que também foi trazido aqui de que quem dera a gente não precisasse trabalhar com direitos humanos. A gente trabalha com direitos humanos para tentar fazer com que a qualquer momento não se precise mais – esse seria o nosso mundo ideal para trabalhar –, mas, enquanto é necessário, a gente está aqui e vai fazer esse trabalho.

Então, a gente não tem controle de qual vai ser o tamanho da demanda, mas tem uma estrutura que precisa ser mantida para quando essa demanda chega. Ela acaba tendo um custo mais fixo, sim, e tem um custo que é variável conforme a demanda que for acontecendo. E aí nesse sentido o que a gente tem experimentado aqui é que, se a demanda tem sido um pouco abaixo daquilo que é esperado, ela nos permite que a execução leve mais tempo. Então, se eu tinha um instrumento com Estado que era de 36 meses, a gente está chegando no final e ainda tem algum recurso desse valor que não foi executado, a gente, às vezes, aditiva esse convênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mais dois, três meses até que se execute tudo, e aí a gente faz a renovação com os novos repasses, com as novas previsões.

Então, de uma maneira geral, é claro que tem uma diferença entre planejado e executado, mas é possível, sim, chegar-se num índice de execução alto no Provita, considerando essa particularidade de que como a maioria das... Aqui, no Governo Federal, eu faço via convênio e via um termo de parceria com a sociedade civil. Então, eu consigo repassar o dinheiro primeiro e depois ele vai sendo executado. E aí com isso eu tenho uma manutenção da minha execução mais acima e, conforme a demanda vai chegando, esse dinheiro vai sendo gasto. Isso é uma forma importante, porque é para garantir. O Estado não tem que ter já o dinheiro de caixa para depois executar; a mesma coisa da organização de sociedade civil: a gente tem que colaborar, enviar o recurso, cobrar a execução, acompanhar a prestação de contas e ir fazendo as novas parcelas à medida que essa execução vai acontecendo.

Sobre a coordenação efetiva do programa e se esse arranjo é possível ou tem sido real, é claro que, sempre quando a gente fala de arranjo federativo, tem limitações. Se a gente estudar os programas de diferentes políticas públicas, você vai ter diferentes lógicas de tentar solucionar essas questões federativas de maneira a conseguir ter uma certa coordenação, e definição, e estímulo, e fomento da política. Então, é uma coisa que, conforme cada uma dessas áreas, a gente vai fazendo essas construções.

Hoje o que a gente vê é que tem funcionado naqueles estados que têm o programa estadual e que têm o convênio. Acaba que esse repasse do recurso federal, esse tempo de ida aos territórios com uma certa frequência e essa relação acaba gerando muito isso. A gente percebe, às vezes, que com o estado que fica mais distante, que o estado que fica, às vezes, mais difícil de lidar nesse sentido, mas aquele que executa, que tem programa próprio, que tem conselho...

E aí é engraçado, porque é famoso mesmo isto que a senhora trouxe de que, muitas vezes, se você instituir um grupo de trabalho, a compreensão geral é a de que ele não vá avançar ou de que você quer parar algo, mas, de fato, existem os momentos e as finalidades para você ter um grupo de trabalho, para você ter um conselho. Os conselhos do Provita são conselhos muito executivos. Eles não são conselhos de representação só de "eu estou ali representando uma pauta". É muito importante que você tenha esse tipo de conselho de deliberação e de defesa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinadas pautas, mas o conselho do Provita é de definição do caso: você pega a lei, pega o decreto e vai entender que é ali nele que é definido se a pessoa vai fazer, se vai entrar no programa ou não, se vai ser excluído ou não do programa, se vai ter o acesso a determinado requerimento ou não. Então, ele é uma reunião muito objetiva.

É claro que, em determinado momento, você vai discutir questões gerais do programa, e é necessário que você faça isso, mas o dia a dia dele é muito objetivo. Então, você acaba tendo uma presença no geral... É claro que a gente tem casos e casos e, quando a gente se depara com um estado em que o Condel está menos frequente, está menos presente, a gente motiva os órgãos nesse sentido, mas o programa tem mais sucesso quanto melhor é essa relação, quanto mais presentes são esses órgãos. No geral, a compreensão que a gente tem é de que o Condel consegue ser um órgão bastante propositivo, bastante executivo, que entende a responsabilidade, porque ali estão órgãos que atuam diretamente na proteção.

E aí se chega à questão que foi a pergunta aqui da equipe a respeito do fluxo e da definição. O programa foi amadurecendo ao longo desses anos exatamente pontuando muito bem essa questão da atribuição de cada um desses órgãos. Então, tem a orientação geral, por exemplo, do MP de qual é o papel do Ministério Público ali, tem o que é o papel das polícias, o que é o papel dos órgãos... Acho que o pulo que hoje a gente está fazendo muito é avançando para as outras políticas, mas, naquelas que participam da proteção *stricto sensu*, modo geral, você tem uma definição e uma compreensão dos papéis e uma definição e uma compreensão de o que cada um faz nessa proteção e de que maneira que a gente os aciona.

E, de novo, o Condel acaba sendo uma parte essencial, porque, na medida em que às vezes algum órgão não está executando bem o seu papel, é ali, via Condel, que a gente traz de volta e restabelece esse diálogo com o órgão ou, de alguma maneira, faz algum diálogo entre o órgão e o Condel para se cobrar que esse órgão esteja mais presente, que faça aquilo que era necessário, porque, de alguma forma, não está vindo a resposta, não está vindo o encaminhamento, não está vindo a colaboração necessária, mas a gente lida com umas situações tão emergenciais e tão importantes que o geral dos órgãos é de fato conhecer ali o seu papel, entender que a gente precisa atender de maneira articulada, e costuma funcionar. Naquilo em que a gente percebe essas falhas... É por isso que é interessante o monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vou me deter muito pouquinho. Uma coisa interessante dele é que parte desse processo dele... Por exemplo, a gente vai lá e faz estudo de caso, a gente vai lá e conversa com os diferentes atores da rede. Na medida em que um traz que o outro está com dificuldade de encaminhamento, de articulação, ou a gente vê um estudo de caso em que a rede não está funcionando tão bem, isso é um ponto de partida para a gente melhorar a articulação com esse órgão, melhorar a articulação daquilo que está acontecendo no território.

E aí eu acho, por fim, sobre a questão de a gente dizer de melhoria da lei e tudo, é um desafio nosso conseguirmos ampliar o programa. Eu acho que a lei deixa de uma maneira aberta. E eu digo ampliar, para que se tenha execução estadual. O Governo Federal tem interesse, tem disponibilidade para que a gente possa avançar para mais programas estaduais, só que aí depende muito dessa relação entre governos. Então, esse fomento, esse estímulo, essa definição da responsabilidade estadual é de interesse que ficasse mais bem definida.

E tem no Congresso, Senadora, inclusive projetos de lei circulando sobre medidas de proteção. Eu estava recentemente vendo, por exemplo, um projeto de mudança de nome para mulheres em situação de violência. Por sinal, várias mulheres em situação de violência que passaram por tentativa de feminicídio ou que são testemunhas são hoje protegidas pelo programa na condição de vítimas e de testemunhas. Mas estão se criando algumas legislações paralelas e talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E essa é a minha preocupação, Thiago. Essa é a minha preocupação. Inclusive, por isso que nós estamos fazendo essa avaliação.

E uma das coisas que a gente vai fazer, já nos próximos dias, é buscar todos os projetos de lei que estão tramitando...

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E trazê-los para esse grupo de trabalho aqui, Thiago, porque as coisas acontecem aqui. às vezes. muito rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Numa reunião de Liderança, os Líderes que não entendem toda essa dinâmica decidem: "Ah tem o projeto de uma pessoa aqui do nosso partido que está demorando ser aprovado. Vamos colocar em votação." Aí, numa votação simbólica, numa reunião semipresencial, como hoje, vai lá e vota sem ouvi-lo, sem ouvir ninguém, e coloca em risco as instituições, coloca em risco a Melina, a Viviane, você. Então, uma das coisas que nós vamos fazer, Thiago, é esse levantamento de tudo o que tá tramitando, tá?

E aí, Thiago, vem essa questão da governança. Na governança, inclusive, se for preciso a gente estabelecer por lei que não se discuta nenhuma proposta de lei sem a participação do Ministério. Talvez essa seja uma previsão legal que nós vamos ter que colocar na lei, Thiago, porque qualquer Parlamentar pode mudar tudo o que você está fazendo aí, num minuto.

Outra coisa com que me preocupo também, Thiago, é o seguinte: você é ordenador de despesa. A Viviane e a Melina também são ordenadoras de despesa. Daqui a três anos, um representante do MP que não gosta de Melina vai lá e fala: "Eu quero saber sobre o dinheiro, quero saber como é que foi. Estou desconfiado, porque, três anos atrás, a Melina não executou direito, a Viviane não executou direito". Você sabe que isso me preocupa? E me preocupa demais.

E a gente tem que ter a coragem de levantar esses pontos aqui porque o que quero mesmo, Thiago, é a proteção dos agentes que estão lá na ponta cuidando. Eu quero proteger: eu quero proteger as testemunhas, eu quero proteger as pessoas ameaçadas de morte, quero proteger todos eles, mas eu tenho um agente aqui no meio, que pode estar desprotegido.

Então, uma das coisas que a gente vai fazer é buscar todas as propostas que tramitam aqui e, quem sabe, condicioná-las, Thiago. Não sei se seria constitucional isso, se seria juridicamente possível isso, mas ninguém apresenta projeto de lei sobre esse tema sem a primeira Comissão ser a de Direitos Humanos e, dentro da Comissão, ter a atribuição de um grupo de trabalho. Por exemplo, ninguém é besta de apresentar um projeto de lei sobre diplomacia e jogar lá na Comissão de Agricultura; primeiro tem que ir para a Comissão de Relações Exteriores.

Então, a gente começar a condicionar, porque as distribuições de projetos de lei nas Casas têm acontecido de forma aleatória aqui. E os tais regimes de urgência, de última hora, em Plenário, em sessões semipresenciais, me deixam muito preocupada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez essa seja uma proposta para a gente pensar junto, como fruto desse grupo de trabalho de avaliação aqui, Thiago, entendeu?

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (*Por videoconferência*.) – Perfeito, é bem essa questão mesmo. Eu acho que a gente já tem uma lei robusta que fala de proteção, tem outras iniciativas de proteção de vítimas diferentes – aqui eu falei de um tipo, que é a situação de mulheres em situação de violência, que é muito séria, elas precisam ser protegidas –, mas é importante a gente compreender para a gente não ficar separando os esforços e fazendo tratamentos muito diferenciados. O ideal seria que a elas fosse estendido aquilo que é previsto para a gente, por exemplo. Mas é claro que é possível ter várias outras discussões e compreender a especificidade.

Sem perder essa discussão da especificidade, eu queria só pontuar isto: que tem discussões paralelas acontecendo de situações que nos afetam e que vão acabar multiplicando, às vezes, a compreensão e o atendimento de pessoas que são vítimas e que são pessoas ameaçadas. O ideal, de fato, é que haja uma unificação, mesmo quando a gente compreender que a hora é, de fato, de ter gente protegida diretamente pelo programa... Mas é interessante notar, igual a gente comentou lá atrás, na outra audiência, que tem gente que não é protegida pelo programa completamente, mas tem a medida isolada, e tem gente que, às vezes, recebe outros tipos de proteção por contribuir com a Justiça, mas não a proteção completa ali do Provita, porque, às vezes, ela não vai querer fazer adesão ao programa mesmo.

Mas, se a gente ficar multiplicando as categorias, no sentido de colocar condições diferentes e, às vezes, afetar, isso pode complicar o processo e o trabalho.

Era só um pouco desse compartilhamento aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Thiago. Obrigada mesmo.

Nós agora vamos ouvir as duas instituições corajosas. Eu não sei se eu teria a coragem de vocês, juro que não sei. E é bom que o Brasil saiba que não são muitas instituições no Brasil que têm capacidade técnica para fazer isso. Não são muitas. Tanto que, quando a gente faz um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamamento no ministério, não são muitas instituições que aparecem, porque tem que obedecer a critérios.

Então, nós vamos ouvir... Mas, antes de a gente ouvir, eu quero fazer uma pergunta para a Melina e a Viviane. Vocês querem falar de câmera aberta, mostrar o rosto, ou vocês querem fechar a câmera para não aparecer? Porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil. A próxima que vai falar é a Viviane.

Viviane, só sinaliza. Pode ser de câmera aberta, faz um "legal" aí. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, o Brasil vai conhecer a Viviane.

Então, vamos ouvir agora, com muita expectativa – obrigada –, Viviane, Presidente do Instituto Avante Social.

Viviane, você tem o tempo de que você precisar, está bom? Em princípio, dez minutos, mas, se precisar passar um pouquinho... O Thiago falou quase uma hora, tá? Está vendo, Thiago, como que é? Está vendo? (*Risos.*)

Vai, Viviane, você tem o seu tempo.

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, boa tarde. É um prazer falar com todos.

Muito obrigada, Senadora, pela honra de estar aqui para contribuir, nesta audiência pública, com essa política tão importante.

Antes de mais nada, eu devo dizer a todos que eu não sei a localização das testemunhas. (*Risos.*)

A informação é compartimentada e é por isso mesmo que a gente escolhe muito bem quem vai estar aqui falando.

Inicialmente, então, agradeço o convite para participar desta audiência pública que nos proporciona um importante espaço para refletir sobre a governança da política de proteção às pessoas ameaçadas no Brasil, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da parceria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre o Estado e as organizações da sociedade civil, as OSCs, e as oportunidades de seu permanente aperfeiçoamento.

Para compreender esse contexto, é importante recordar que a política de proteção às pessoas ameaçadas no Brasil não surgiu apenas como uma resposta institucional à violência; ela representa uma construção coletiva voltada à proteção da vida, da integridade física e ao fortalecimento da efetividade do sistema de justiça. Sua consolidação decorreu do reconhecimento de que vítimas, testemunhas e colaboradores da Justiça submetidos a grave ameaça demandam uma atuação altamente especializada, transversal, baseada na confiança, no sigilo, na avaliação constante dos riscos e na proteção integral da pessoa humana.

Desde a sua origem, consolidou-se também com uma compreensão essencial: essa política não poderia ser desenvolvida exclusivamente pelo Estado. A experiência brasileira demonstrou que a proteção efetiva exige uma atuação compartilhada com organizações da sociedade civil, cuja proximidade com os territórios, experiência na defesa de direitos humanos e capacidade de construir vínculos de confiança permitiram o desenvolvimento de metodologias próprias de proteção. Essa parceria, portanto, não representa apenas um modelo de execução administrativa, por assim dizer, mas constitui um pilar da governança do Provita e um dos principais fatores que explicam sua consolidação ao longo das últimas décadas.

Esse modelo de governança torna-se ainda mais importante diante da crescente complexidade dos contextos de violência e da expansão da atuação de organizações criminosas em diversas regiões do país. A proteção de pessoas ameaçadas por esses grupos demanda estratégias que conciliem segurança, agilidade, confidencialidade e capacidade de construir vínculos de confiança com os protegidos e as suas famílias.

Nesse contexto, a execução por organizações da sociedade civil contribui para conferir maior flexibilidade operacional e preservar a natureza protetiva da política, reduzindo limitações inerentes à atuação direta do Estado em situações que exigem elevado grau de sigilo, rapidez da tomada de decisões e distanciamento das estruturas estatais, que, infelizmente, em determinadas circunstâncias, podem ser percebidas pelos próprios protegidos como fator de insegurança. Trata-se, portanto, de um arranjo institucional que fortalece a efetividade da política pública ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combinar a responsabilidade estatal pela coordenação e pelo financiamento com a *expertise*, a autonomia técnica e a capacidade de atuação especializada das organizações da sociedade civil.

As OSCs tiveram um papel decisivo nessa construção, além da execução cotidiana da política, acumulamos conhecimento técnico, desenvolvemos protocolos de segurança, aperfeiçoamos metodologias de atendimento e contribuímos para consolidar uma cultura institucional comprometida com a proteção à vida e com os direitos humanos.

Nesse processo, merece destaque o papel do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção, importante espaço de articulação entre as entidades executoras, responsável pela troca de experiências, construção de metodologias comuns e diálogo permanente com os órgãos governamentais responsáveis pela coordenação nacional da política. À União compete coordenar nacionalmente a política, estabelecer diretrizes gerais e participar do seu financiamento – no caso de Minas Gerais, 30% do financiamento. Aos estados cabe implementar os programas e promover a articulação das redes locais de proteção. Às organizações da sociedade civil incumbe a execução direta da política, realizando acompanhamento técnico, gestão de casos e operacionalização das medidas protetivas.

É justamente essa arquitetura que fundamenta o debate nesta audiência pública neste momento. Na nossa experiência e avaliação, o desafio que se apresenta não é substituir o modelo, mas é aperfeiçoá-lo continuamente, fortalecendo sua governança para que continue respondendo às demandas de uma política pública altamente especializada, complexa e essencial para a proteção à vida.

Permito-me, então, destacar alguns compromissos que eu considero fundamentais para esse fortalecimento.

O primeiro é assegurar a sustentabilidade financeira e a previsibilidade orçamentária. A proteção das pessoas ameaçadas exige equipes técnicas qualificadas, estruturas operacionais permanentes, logística complexa e disponibilidade contínua de recurso.

O segundo diz respeito ao aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos que disciplinam a parceria entre o Estado e as OSCs. Os termos de colaboração e os convênios – lá atrás nos convênios – foram fundamentais para a consolidação do Provita, mas é necessário refletirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre mecanismos que assegurem maior estabilidade institucional, evitando descontinuidades que possam comprometer a proteção das pessoas atendidas, incluídas no programa.

O terceiro ponto que eu gostaria de ressaltar é em relação à preservação das entidades gestoras como elemento estruturante da política pública. Nós organizações acumulamos experiência, memória institucional, conhecimento técnico e protocolos de segurança construídos ao longo de no mínimo... Estamos aí, no caso de Minas, falando de 25 anos de construção entre entidades. Preservar essa *expertise* significa reduzir riscos operacionais e garantir maior continuidade e qualidade da execução da política.

O quarto ponto é valorização das equipes técnicas. O trabalho desenvolvido no Provita exige profissionais altamente especializados, preparados, motivados, estabilizados emocionalmente. A sustentabilidade desse arranjo institucional depende de modelos de financiamento compatíveis com a complexidade da política, capazes de garantir maior previsibilidade, estabilidade e investimentos contínuos para capacitação, inovação e aprimoramento técnico.

O quinto ponto é fortalecimento da articulação do Provita com as demais políticas. Ressalto aqui, em especial, as políticas de saúde, que já foram mencionadas na audiência anterior, inclusive, as de assistência social, educação, documentação, trabalho e também de segurança pública, sempre respeitando as medidas de sigilo e proteção necessárias. Isso exige protocolos integrados, específicos, quiçá, e cooperação permanente entre os diferentes órgãos e instituições.

O ponto seis é fortalecimento da governança interfederativa e das instâncias permanentes de coordenação. O modelo brasileiro de proteção tem como uma de suas maiores virtudes a atuação articulada entre União, estados e OSCs. Essa articulação, contudo, precisa ser continuamente fortalecida por meio de espaços permanentes de diálogo, pactuação e tomadas de decisão compartilhada.

Sétimo compromisso: trata-se de um aspecto que, muitas vezes, extrapola os limites da gestão do programa, mas que produz impactos diretos. Há necessidade de se assegurar maior celeridade na tramitação dos processos judiciais, envolvendo vítimas e testemunhas protegidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proteção oferecida pelo Provita não se encerra nas medidas de segurança. Sua efetividade também depende da capacidade do sistema de justiça de oferecer respostas em tempo adequado. A morosidade nos processos prolonga desnecessariamente a permanência das pessoas no programa, dificultando a reconstrução dos projetos de vida, ampliando os impactos negativos sociais, familiares e emocionais decorrentes da condição de proteção, eleva os custos operacionais da política e, mais do que isso, pode retardar a responsabilização dos autores das ameaças e comprometer a própria efetividade da tutela estatal.

Por essa razão, parece oportuno avançarmos na construção de estratégias institucionais em articulação com o CNJ, com o Conselho Nacional do Ministério Público, tribunais de Justiça e Procuradorias-Gerais de Justiça voltadas à priorização, ao acompanhamento, ao monitoramento da tramitação desses processos.

O aperfeiçoamento desses mecanismos permitirá não apenas maior efetividade à persecução penal, mas também reduzirá o tempo de permanência das pessoas protegidas no programa, quando cessadas as condições de risco, tornando a política mais eficiente, sustentável e compatível com a sua finalidade.

Da mesma forma, é preciso fortalecer permanentemente os mecanismos de gestão, de conhecimento, monitoramento e avaliação da política, a sistematização de boas práticas, a construção dos indicadores, a produção de informações estratégicas e a preservação da memória institucional, sempre observadas as exigências de sigilo que caracterizam o programa, ampliam a capacidade de planejamento, qualificam a tomada de decisões e favorecem o aperfeiçoamento contínuo da política em âmbito nacional.

Nesse mesmo esforço de aprimoramento, evidentemente, merece destaque o conjunto de mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas que conferem legitimidade, transparência e segurança jurídica ao Provita.

O modelo brasileiro já dispõe de importantes instrumentos de acompanhamento, materializados na atuação dos conselhos deliberativos, na supervisão exercida pela coordenação nacional, no acompanhamento da execução dos instrumentos de parceria e na atuação dos órgãos de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prestação de contas na política de proteção ultrapassa a dimensão estritamente financeira, envolve avaliação contínua da qualidade da execução, da observação dos protocolos de proteção, da efetividade das medidas adotadas e dos resultados alcançados, integrando monitoramento técnico, supervisão institucional e controle administrativo. Trata-se de um modelo de *accountability* compatível com as especificidades do Provita, que busca conciliar transparência, responsabilidade institucional e rigoroso dever de confidencialidade indispensável à proteção das pessoas ameaçadas.

Gostaria, em especial, de destacar o monitoramento nacional do programa desenvolvido em conjunto com o Governo Federal e a organização da sociedade civil. É um espaço privilegiado de diálogo com os estados, envolvendo entidades gestoras, secretarias estaduais, conselhos deliberativos, equipes técnicas, órgãos do sistema de justiça e outros integrantes da rede de proteção.

Ao final desse processo, são produzidos relatórios técnicos submetidos à apreciação da câmara técnica responsável por analisar os resultados, emitir pareceres e formular recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da execução da política pública.

Os sete compromissos que procurei compartilhar nesta audiência evidenciam que fortalecer a governança do Provita não significa alterar a essência do modelo que demonstrou efetividade, ao longo de mais de duas décadas. Significa o contrário, preservar aquilo que representa sua maior virtude: a capacidade de unir União, estados, sistemas de Justiça e organizações da sociedade civil em torno de uma política pública construída sob a cooperação, responsabilidade e corresponsabilidade de diferentes parceiros e a defesa da vida.

Fortalecer o Provita significa preservar um patrimônio técnico, metodológico e institucional, construído coletivamente ao longo da sua história.

No nosso caso, em Minas, estamos aqui desde 2013, em parceria com o Estado de Minas Gerais. Antes fomos antecedidos, de 2002 até o ano de 2013, pelo Instituto Divina Providência e, ao longo desse tempo, foram firmados cerca de seis instrumentos jurídicos diferentes, sendo que, nessa cronologia, ficou evidenciado que a política pública manteve sua continuidade administrativa, financeira e operacional, preservando a capacidade técnica necessária diante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, de diferentes mudanças de governo, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual.

A sucessão dos instrumentos jurídicos demonstra que, ao longo de mais de uma década, a parceria entre estado – no caso, o de Minas – e a organização da sociedade civil foi mantida de forma contínua, adaptando-se às alterações do marco legal, inclusive com o Mrosc sobrevindo. Essa continuidade preservou as equipes, consolidou os protocolos de proteção, assegurou estabilidade operacional e fortaleceu a governança do Provita.

O financiamento da parceria funciona da seguinte forma: os recursos públicos são repassados por meio de termo de colaboração e destinam-se exclusivamente à execução da política pública. Não há nenhum real em prol de qualquer outra finalidade que não as finalidades adstritas à execução dessa política.

Sua aplicação ocorre conforme um plano de trabalho previamente aprovado pela administração, no qual são definidos objetivos, metas, indicadores, cronogramas de execução e previsão detalhada das despesas necessárias ao funcionamento do programa.

Dessa forma, os recursos não são destinados à organização da sociedade enquanto instituição, mas à execução das atividades previstas na política pública, estando sua utilização submetida a mecanismos de monitoramento, prestação de contas e controle estabelecidos na legislação.

A estrutura dos custos do programa é efetivada para facilitar a gestão financeira e garantir a transparência.

O orçamento do Provita está organizado em três grandes grupos de despesas:

Grupo 1: equipe técnica, compreendendo todas as despesas relacionadas a profissionais responsáveis pela execução do programa, incluindo remuneração, benefícios e encargos trabalhistas.

Trata-se, inclusive, do principal investimento, percentualmente falando, da política pública, considerando que a proteção depende diretamente da atuação das equipes multidisciplinares, altamente especializadas, que se encarregam diretamente do contato com o incluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grupo 2: estrutura operacional, que reúne despesas necessárias ao funcionamento cotidiano do programa, como custos administrativos, infraestrutura, logística, equipamentos...

Nesse grupo também se encontram bens permanentes adquiridos para a execução do programa.

E, por fim, nós temos o Grupo 3, que é o fundo de apoio aos protegidos.

Esse grupo contempla os recursos destinados às pessoas inseridas nos programas, para assegurar as condições mínimas para a reconstrução da vida, contemplando moradia, alimentação, saúde, vestuário, transporte, tarifas públicas essenciais e outras necessidades decorrentes da situação de proteção, como, por exemplo, um medicamento, evidentemente.

Os repasses são realizados com critérios previamente definidos, e sua comprovação ocorre por meio de instrumentos próprios de controle previstos na execução do programa.

Por fim, gostaria aqui de encerrar, dizendo que mais do que preservar um programa, fortalecer a governança do Provita, é fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de proteger aqueles que, em razão da sua colaboração com a Justiça e da defesa de direitos, encontram-se sob grave ameaça, significa reafirmar o compromisso das instituições democráticas com a proteção da vida, com a efetividade da Justiça, com a promoção dos direitos humanos e com o fortalecimento do Estado democrático de direito.

Somos um país que temos a terceira maior população carcerária do planeta e que possui um número muito reduzido de testemunhas, se comparado a outros países, como foi dito aqui em outra audiência.

Eu penso que o caminho para esse programa é que ele seja cada vez mais fortalecido e possa cada vez mais contribuir, efetivamente, para uma prestação jurisdicional justa, que respeite as garantias constitucionais e, principalmente, respeite a segurança pública e os direitos humanos de todos os envolvidos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Viviane. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Viviane, você sabe que nós estamos ao vivo e tem muita gente mandando pergunta. Aí, tem aquelas curiosidades bem primárias, e eu vou fazer uma pergunta bem primária para você, só para as pessoas que estão acompanhando, que estão mandando mensagem aqui, entenderem.

O Estado sabe que você executa programa de proteção. Aí, você está protegendo uma família, essa família tem uma criança, e você tem que tirá-la de um lugar, colocar em outro e ir à escola matricular essa criança.

A pergunta é: a Secretaria de Segurança sabe que você protege? E, quando você pede uma vaga, eles não questionam nada e a vaga já é garantida para você?

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (Para expor. *Por videoconferência*.) – A Secretaria de Educação, no caso, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, de educação.

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (*Por videoconferência*.) – No caso de transferência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (*Por videoconferência*.) – Sim, a gente hoje não encontra travas envolvendo a educação, né? O nosso maior gargalo tem ligação com a Secretaria de Saúde, com acesso a procedimentos de média e alta complexidade, e também em relação às questões trabalhistas, né?

A CLT é social. Então, fica bem complexa a questão da reinserção social de uma pessoa, porque a gente não pode criar dependentes de planilhas do Provita. A gente precisa trabalhar a questão laboral, para que essa pessoa volte ao mercado de trabalho.

E essa é uma trava que tem se mostrado cada vez maior também, mas com a educação a gente não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só duas perguntas da equipe técnica, Viviane.

"Na experiência do Avante Social, o atual modelo de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil assegura definição clara de competências, responsabilidades e fluxos decisórios ou ainda existem zonas de sobreposição ou indefinição que dificultam a execução do programa?".

E a outra pergunta, a última da equipe técnica, é: "Na experiência da entidade, quais mecanismos de governança têm se mostrado mais eficazes para promover a integração entre estado, organização executora e demais instituições participantes, assegurando continuidade, segurança e qualidade das medidas de proteção?".

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Os instrumentos de que a gente dispõe hoje são muito, muito detalhados. Então, existe um nível de detalhamento de competências que é muito tranquilo. Nessa parte, eu não vejo maiores problemas.

O que a gente enfrenta que talvez seja um ponto de atenção é a questão na hora da renovação, porque a renovação entre o estado e a OSC depende do andamento *pari passu* do estado com a União, e, quando esse passo, de alguma forma, fica desconcertado, a gente realmente fica numa situação bem tensa, porque a nossa renovação com o estado – ou o novo termo, enfim – fica na dependência do que a gente chama de convênio de entrada entre o estado e o Governo Federal.

Isso é um problema, isso gera uma insegurança muito grande, e já houve situações – não me lembro o ano para falar aqui – em que a gente perdeu profissionais que eram do Provita por causa dessa indefinição. A pessoa ficou com medo de ficar sem emprego e se desligou do programa. E perder um profissional nessas condições é bem complexo.

Em relação aos mecanismos eficazes, a importância do Condel precisa ser dita aqui, mais uma vez.

É impossível fazer gestão de Provita sem Condel, impossível. Inclusive, a gente percebe que, quando o Condel trabalha bem, quando são representantes dos diferentes parceiros que estão ali envolvidos – a gente vê representantes da Procuradoria, representantes da Defensoria Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, que dão atenção aos casos, que debatem efetivamente as situações, a gente percebe a facilidade que a gente encontra para executar o programa.

Então, eu creio que talvez fosse interessante discutir sobre a composição do Condel, partindo de uma discussão mais nacional, porque a gente sabe que há discussões que são muito locais, e seria muito interessante se a gente tivesse um modelo aprovado numa legislação, para que isto seja evitado, tanto deixar de colocar integrantes que são importantes como colocar outros que não têm muita relevância para estar ali naquela mesa, porque não são cargos honoríficos, são funções de extrema importância.

Então, eu creio que o Condel hoje tem esse destaque.

Há necessidade de uma maior estabilidade no sentido de composição, de contemplar isso e, talvez, como também já foi abordado aqui na primeira audiência, estabelecer algumas responsabilidades, no âmbito da prestação de contas, para que o Condel possa também acompanhar, de alguma maneira, e monitorar a prestação de contas.

Isso cria uma tranquilidade maior até mesmo para as OSCs, porque para nós isso é muito importante, até para não sermos surpreendidos, como a Senadora disse, daqui a três anos, com um ofício do Ministério Público.

Então, isso traz uma estabilidade para todas as partes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Viviane, quero agradecer.

Tem perguntas que a gente não vai poder fazer aqui para você, mas a gente vai fazer contato – nós vamos precisar conversar contigo.

Há perguntas que a gente não pode fazer, para não fazer essa exposição pública, mas a gente tem ouvido falar muito bem de vocês. Inclusive, vocês têm uma parceria com as unidades socioeducativas também, e a gente sabe o trabalho grandioso que vocês têm feito nessa área.

Parabéns, Viviane.

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos ouvir agora...

Melina, só acene aí se pode ser com tela aberta, dê um positivo aí. Ou você quer fechar a tela? (*Pausa.*)

Fechar a tela, né? Então, nós vamos fechar a tela para a gente não mostrar... Só um instantinho. Para preservar a imagem de Melina, a gente não vai mostrá-la.

Melina de Araújo Silva Pimentel é representante do Centro de Desenvolvimento e Cidadania de Pernambuco. É um dos centros que faz a proteção de testemunhas e pessoas ameaçadas de morte e que faz parte do programa Provita.

Bem-vinda, Melina! Deus a abençoe! E obrigada por estar conosco nesta audiência!

A SRA. MELINA DE ARAÚJO E SILVA PIMENTEL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi. Boa tarde. Obrigada.

Sou Melina Pimentel. Estou um pouquinho rouca, e o clima aqui está bem quente.

Quero agradecer o convite para poder estar aqui, contribuindo para essa temática, para o fortalecimento dessa política que, para a gente aqui da instituição, é bem importante.

Saúdo a mesa na pessoa Senadora, a Exma. Senadora Damares – eu estou confundindo aqui os nomes –, e queria agradecer também a participação de Viviane e de Thiago.

Eu trabalho aqui na instituição, no Centro de Desenvolvimento e Cidadania, desde 2020. Então, para a gente, é um prazer implementar as políticas públicas de proteção aqui no Estado de Pernambuco.

É importante a gente dizer que o Provita nasceu aqui em Pernambuco. No início desta audiência, a senhora perguntou sobre essa informação. Nasceu aqui em Pernambuco, nasceu do diálogo entre o Gajop, que é instituição da sociedade civil também, e o Centro de Cultura Luiz Freire. E a primeira instituição a implementar o Provita aqui em Pernambuco foi o Gajop. O Gajop implementou até o ano de 2014. A partir de 2015, de 2015 a 2017, passou pelo Iedes e continuou até 2020, que foi o período da pandemia, um período bem difícil, acredito, para todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas de proteção, para o Brasil todo enfim. E em julho de 2020, a instituição, o CDC, assumiu essa implementação.

Então, o CDC vem, há seis anos, nessa missão, nessa implementação do Provita aqui em Pernambuco.

E, para além do Provita, o CDC executa mais seis projetos, programas, dentre eles o Ppcaam, que protege a criança e o adolescente ameaçado de morte, e mais dois programas municipais de proteção também: o Ajuda Recife e o PPVida Jaboatão dos Guararapes. Então, é uma instituição que é muito comprometida com a promoção da cidadania, com a defesa dos direitos humanos e com o fortalecimento das políticas públicas aqui no Estado de Pernambuco e no Brasil.

É importante a gente colocar – e eu não queria ser muito repetitiva, eu sou a terceira pessoa que está falando, contribuindo com esse debate –, trazer um pouquinho a importância de a gente sempre estar olhando para os marcos regulatórios, que são a lei federal e a lei estadual. Em Pernambuco, a gente só veio a conseguir ter uma lei estadual em 2007, a Lei 13.371, de 2007; o decreto que implementa o programa federal, que já foi trazido aqui também; o Manual Geral de Procedimentos, de 2011. Então, esse manual faz com que todos os Provita, todas as instituições/estados consigam ter uma linha de atendimento, uma linha de implementação.

E a Portaria 297, de 2018, foi substituída pela Portaria 659, de 2023. Essa portaria eu acho bem importante trazer porque é uma portaria de muita luta da sociedade civil para que a gente conseguisse garantir mais sobrevida às pessoas que estão em proteção, falando, de fato, de repasse financeiro para essas pessoas que mudam completamente suas vidas para contribuir com a Justiça.

Sobre os marcos regulatórios são esses que eu queria citar.

Eu também acho importante a gente falar um pouquinho do rito do Provita. Talvez aí as pessoas fiquem muito curiosas. Como uma situação chega ao Provita? Como é analisado pela equipe?

Então a gente recebe o caso – a pessoa que está ameaçada, ou sozinha ou com a família – pelas portas de entrada: pode ser Ministério Público Federal, estadual, Defensoria Pública, Cras, Creas, qualquer serviço da saúde, qualquer instituição da sociedade civil, e a própria pessoa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está ameaçada também pode solicitar ingresso no programa. Depois disso, a gente faz uma análise, que a gente chama de pré-triagem, e a gente analisa essa documentação. A partir dessa análise da documentação, dialoga-se com a porta de entrada – algum desses órgãos que encaminham o caso para ser avaliado – e agenda-se uma data para o procedimento de triagem.

Esse procedimento de triagem vai – em um momento ou dois, no máximo três – analisar o que aquelas pessoas que estão ameaçadas estão trazendo tanto em nível de contribuição com a Justiça quanto em nível psicossocial. Essa análise é feita pela equipe técnica direta do programa e é um momento bem tenso, é um momento em que aquela pessoa que está ameaçada vai de novo contar um pouco dessa ameaça que ela está sofrendo, e ali começam-se a construir os vínculos. E é neste momento, após a finalização desse procedimento de triagem, bem no finalzinho, que a pessoa que está ameaçada ou a família que está ameaçada vai dizer se ela anui ao programa ou não. É um requisito importantíssimo: a pessoa precisa querer estar no programa, ela precisa anuir ao programa. Anuir ao programa, anuir às regras do programa é fundamental para que essa pessoa se mantenha em proteção. Então, são explanadas de forma global, geral, as regras do programa e ali ela vai se comprometer ou não com aquelas regras.

Para além disso, esse procedimento finaliza; é construído um parecer técnico por essa equipe que fez essa escuta e esse parecer técnico é encaminhado para o Condel; nos estados, os conselhos deliberativos, e, no Governo Federal, o Conselho Federal.

Aqui em Pernambuco, a gente tem 15 instituições que compõem o Condel. A gente tem reuniões deliberativas e reuniões políticas. As reuniões deliberativas vão deliberar, por exemplo, a anuência ou não desse caso cujo relatório a gente acabou de enviar para a comissão, para o conselho analisar. Além de analisar a inclusão, analisar desligamento, analisa-se também acesso à internet, acesso a telefone, acesso a emprego formal, uso de carteira, enfim, várias outras necessidades da vida humana, do cotidiano a que essa pessoa inicialmente deixa de ter acesso, quando entra na proteção, e passa a começar a ter acesso com o decorrer dessa proteção.

Então, o conselho deliberativo é muito importante tanto para a inclusão como para a permanência dessa pessoa em proteção no programa.

Para além desse momento do conselho nas reuniões deliberativas, a gente também tem uma relação muito forte com cada instituição que compõe o conselho, porque a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar fazer com que um caso precise de algum atendimento mais célebre, por exemplo, no Ministério Público, para a gente poder agilizar uma audiência, uma contribuição com a Justiça. E, nas reuniões políticas, é um momento que a gente tem enquanto Estado mesmo, pensando na sociedade civil, pensando no sistema do Judiciário, do Executivo, enfim, de poder fortalecer essa política, de a gente pensar sempre como é que a gente vai melhorar essa política dentro aqui de Pernambuco.

E aí, depois, o caso é deliberado positivamente ou não é deliberado positivamente. Se ele não for deliberado positivamente, a gente oficia para a porta de entrada que o caso não tem perfil para ingresso no programa. A gente neste momento pode sugerir encaminhamentos diversos ou não, vai depender de como foi essa escuta que a equipe fez naquele momento de triagem. E, caso o caso seja deliberado positivamente, a gente vai seguir com o rito da inclusão. E aí, começa-se todo acompanhamento técnico dentro de um mapa de risco elaborado pela equipe técnica, juntamente com todas as documentações enviadas por delegacia, Ministério Público, todos os órgãos que fizeram parte da construção desse parecer.

Então, inicialmente, as pessoas que entram no programa, conforme a lei traz, a gente tem um período de dois anos, podendo ser prorrogável por mais de dois anos ou por tempo determinado. De fato, a lei não diz o tempo por que pode ser prorrogado. Contudo, a gente entende que, quando demora muito esse período protetivo, começa-se a perceber alguns tipos de consequências de saúde mental, por exemplo. Então, a gente entende que é crucial seguir dentro desses dois anos nessa proteção.

E, assim, eu queria trazer – eu sei que o tempo já vai acabar –, eu queria afirmar três pontos importantes. O primeiro é sobre a governança. A gente acredita que dá muito certo. De fato, é diferente: a relação Governo Federal, governo dos estados e sociedade civil flui muito bem. A gente está há quase 30 anos e a gente consegue executar o programa com excelência. Eu queria afirmar a importância do Fórum Nacional, as entidades gestoras, o Fneg, nessa articulação, tanto da sociedade civil com as instituições que executam, implementam o Provita, bem como dessa relação do Fneg com o Governo Federal e o governo dos estados; e também afirmar a importância do sistema de monitoramento. Como o Thiago também falou e a Viviane, é um sistema muito sólido. Ele é um ciclo de monitoramento de dois anos que escuta desde a pessoa protegida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de relatórios, de questionários, até o conselho deliberativo, o governo do estado, a presidente da instituição, a equipe técnica. Então, é um monitoramento bem robusto.

Para além disso, temos o monitoramento de dados. Mensalmente, a gente informa os dados tanto para o Governo do estado como para o Governo Federal.

Então, acho que estes três pontos, governança, fórum e sistema de monitoramento, são muito importantes dentro dessa relação que a gente tem para implementar essa política pública.

E eu queria trazer três pontos que eu acho que a gente precisa cuidar. E aí, Damares, vem um pouco das suas perguntas.

O que a gente acha que a gente precisa melhor, fortalecer na implementação do Provita? Acho que a gente precisa garantir a sustentabilidade do programa, ela é crucial: não tem como a gente proteger vida se a gente não tem recurso para proteger vida. Então, se o recurso atrasa, isso desmonta toda uma cadeia de atividade, de garantia de cidadania, de garantia de direitos básicos, como alimentação, moradia, enfim...

O segundo ponto que eu acho que a gente precisa fortalecer é a interseção entre as políticas públicas, as principais: educação, a assistência e a saúde.

Com a educação, como a Viviane trouxe, a gente não tem muita dificuldade: a gente consegue a vaga, a gente consegue cuidar dos dados, mas a relação com a saúde e a relação com a assistência social já são muito mais complexas.

E aí eu entendo – a gente faz muito esse debate aqui na instituição – que precisa vir um movimento de cima, do próprio ministério, do próprio Senado, para... Como é que a gente vai se relacionar com essas outras políticas públicas de forma célere...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está ouvindo, não é, Thiago?

O Thiago está ouvindo. Pode falar, Melina, aproveita, aproveita. Fala, Melina. (*Risos.*)

A SRA. MELINA DE ARAÚJO E SILVA PIMENTEL (*Por videoconferência.*) – Mas o Thiago sabe, não é, Thiago? Esse é um gargalo mesmo que a gente tem há um tempo já, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro ponto, o outro desafio que a gente tem, é com o sistema de justiça.

Minha gente, tem caso que demora muito a contribuição, demora muito. E a gente sabe que é muito importante a pessoa que entrou no Provita contribuir com a Justiça. Não é simplesmente... E eu estou usando um simplesmente aspeado, porque vocês não estão me vendo, aspeado porque, veja, ela entra com um desejo de justiça justa, de contribuição. Então, ela muda de território, ela muda de vida, muitas vezes ela muda de nome, muitas vezes ela perde tudo, mas o que garante o fortalecimento dela enquanto pessoa é o sentimento de justiça.

Então, a contribuição com a justiça é muito importante, ela atua no processo de ressignificação dessa violência que essa pessoa sofreu, violência urbana, violência, enfim, de vários outros tipos. É como se essa pessoa fosse ter uma marca na vida dela, uma marca perpétua, vamos dizer, e a contribuição com a Justiça faz com que ela comece a ressignificar essa violência que ela vivenciou e que fez com que ela precisasse mudar toda a estrutura de vida dela.

E aí, eu prometo que é para fechar a minha fala, eu queria trazer... A gente traz aqui em Pernambuco, aqui na instituição, no CDC, que a gente tem dois ouros, dois ouros principais – ouro valioso mesmo, diamante, ouro, enfim. O primeiro é o nosso respeito pelo sigilo.

Quando a gente pensa em sigilo, não é segredo, é sigilo, porque isso vai proteger a minha vida, a vida da pessoa protegida, a vida da equipe técnica que está lá na ponta todo dia, vai proteger a vida da Senadora, vai proteger a vida de Thiago, de Viviane, vai proteger a vida de todo mundo. Então, se cada um atua dentro de uma política de proteção com a sua responsabilidade, com a sua...

Qual é a palavra que eu queria dizer? Com seu... Eu queria uma palavra...

Com responsabilidade, com a sua função, vamos dizer assim, com a sua função, com a parte que lhe cabe naquele latifúndio, e a gente respeita a parte do outro, da outra instituição, do outro órgão, a gente tem respeito ao sigilo, e é por isso que, até hoje, com quase 30 anos de execução do programa, a gente não perdeu nenhuma vida. Então, isso é o primeiro ouro.

O segundo ouro para a gente, que é um dos objetivos do programa, é a reinserção social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha gente, veja, é "reinserção" aspeada também, porque, para muitas pessoas, é a inserção social, é a possibilidade de aquela pessoa, de aquela família acessar políticas públicas, acessar uma casa digna, acessar relações saudáveis, relações que não sejam pautadas em relações violentas.

Então, eu queria dizer que a gente sempre vai ter muito o que aprender nesse programa. A gente diz que todo dia a gente planeja para nos planejar, porque todo dia a gente aprende, todo dia a gente trabalha com pessoas, com seres humanos, a gente usa os marcos regulatórios, tudo para a gente se guiar.

Quero dizer que o Provita contribui para a redução da violência letal intencional, ele auxilia no enfrentamento e no desmembramento de organizações criminosas, mas, acima de tudo, ele proporciona vidas, ele salva vidas.

Até hoje, em Pernambuco, a gente protegeu, se eu não estiver enganada, 1.446 pessoas – não, 1.256 pessoas. Se a gente olhar, pode ser pouco – se a gente for pensar em outro tipo de política –, mas, para uma política de direitos humanos que trata de pessoas ameaçadas de morte, a gente protege muitas vidas sim.

Era isso.

Eu queria agradecer à Damares pelo convite, à Viviane, ao Thiago...

Fiquei um pouquinho nervosa, mas deu certo.

Eu podia terminar com a fala de Paulo Freire, que diz assim: "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão".

A gente usa muito Paulo Freire na nossa ação, no nosso atendimento. A gente acredita que, como Paulo Freire, a gente precisa estar muito perto das pessoas que a gente atende.

E a gente também usa muito a política da proteção, que é de Paulo Carbonari, uma pessoa muito parceira, que também está fortalecendo o Provita em nível nacional.

É isso.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Melina. Você foi tão extraordinária, que a pergunta que eu ia fazer você se fez e você já respondeu, que era sobre os mecanismos, o que é que você aponta para melhoria da política.

Eu só estou lamentando que nesta reunião vocês não estejam no presencial, porque, nesta mesa, agora, Thiago, nós estaríamos comendo um bolo de rolo, que a Melina iria trazer.

A SRA. MELINA DE ARAÚJO E SILVA PIMENTEL (*Por videoconferência*.) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a gente estaria comendo pão de queijo, que a Viviane iria trazer. Então, o ruim da reunião semipresencial é isso.

Gente, nós estamos chegando ao final de nossa audiência.

Eu só vou ler aqui para vocês perguntas e comentários que chegaram pela internet, mas eu acho que as perguntas já foram todas respondidas ao longo das exposições.

Depois que eu ler as perguntas, eu vou devolver a palavra ao Thiago, por dois ou três minutos, para agradecimentos e considerações finais, também para a Viviane e para a Melina – mantendo a Melina fechada –, para vocês fazerem agradecimentos e considerações finais, mas eu quero dizer que não se encerra aqui. A gente talvez tenha que conversar muito, especialmente com a Viviane e com a Melina.

Eu fiquei imaginando, Viviane e Melina, o dia que vocês precisarem me proteger. Por enquanto, eu tenho um Senado que me protege – quer dizer, faz de conta que protege –, mas eu estou em constante confronto pela defesa dos direitos humanos, e essa é uma história de vida. São ameaças de morte, mudança de lugar, saída, perda de marido... São por conta do ativismo realmente. Quem está na defesa dos direitos humanos sabe exatamente do que eu estou falando.

E, aí, eu fiquei pensando no dia em que vocês tiverem que me proteger: vocês vão chegar a uma comunidade com uma senhora idosa linda, mãe de uma indígena, e todo mundo saberá quem é essa mulher. Aí, eu vou para o médico, eu vou para o hospital, e vou precisar de um atendimento de alta complexidade, como a Viviane falou. Como é que vocês vão dar entrada? Como eu vou entrar no hospital com vocês? O meu CPF vai ter que ser dito na entrada do hospital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se for pela rede SUS, vou ter que dar minha carteirinha de SUS. Se for pela rede do meu plano de saúde, vou ter que dar minha carteirinha. Então, a gente ainda tem esses gargalos.

Eu sei que vocês enfrentam isso no dia a dia, e vai ser aqui, junto com a gente, no Congresso, que nós vamos ter que encontrar essas respostas todas.

Mas eu juro que, ouvindo vocês duas – eu juro que –, eu estaria muito feliz em ser protegida por uma dessas duas instituições, de estar com uma dessas duas instituições.

Eu iria preferir, Viviane, a Melissa por causa do Sol, mas eu tenho que cumprimentar vocês duas, as duas instituições, pelo trabalho que vocês estão fazendo ao longo dos anos, ao longo das décadas, já que a política existe, que a lei existe e vocês estão protegendo pessoas.

Víctor, de Goiás, pergunta o seguinte: "O programa consegue garantir proteção efetiva também contra ameaças digitais, rastreamento tecnológico e exposição em redes sociais?".

Isso é complicado, hein, Thiago? Isso é complicado. Os nossos protegidos têm que ter um telefone celular. Como é que a gente os protege, nas redes sociais, com o rastreamento tecnológico?

Vitória, do Maranhão: "Como harmonizar o sigilo absoluto da identidade da testemunha protegida com a garantia constitucional da ampla defesa do réu?".

Marcos, de São Paulo: "Como garantir que vítimas e testemunhas tenham confiança para colaborar com a Justiça sem colocar suas vidas em risco?".

Eu respondi a essa dizendo: quando a gente conhece o trabalho, a gente confia. Como eu falei, neste exato momento: eu me sentiria muito segura protegida por Viviane e por Melissa.

Anne, de Minas Gerais: "A Lei 9.807, de 1999, traz urgência e sigilo, mas falha com burocracias e vazamentos [eu questiono]. Quais propostas, com prazos, para solucionar esse problema primário?".

Mikeias, do Paraná: "Como funciona a cooperação entre União, estados e sociedade civil no programa?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Víctor, de Goiás, pergunta: "Como é feito o acompanhamento após desligamento do protegido do programa? Há risco de revitimização?".

E eu tenho comentários.

Luara, do Distrito Federal, comenta o seguinte: "Transparência na gestão e preservação do sigilo precisam caminhar juntas".

É um grande desafio, Luara.

E Letícia, do DF, comenta: "Sem proteção, muitas testemunhas não denunciam. Discutir o fortalecimento do Provita é um passo importante".

Eu também concordo.

Devolvendo para você, Thiago, por três minutos, para agradecimentos, considerações finais e para, se quiser, responder a algumas das perguntas. Mas eu acho que, ao longo das exposições, muitas das perguntas foram respondidas.

São três minutos, Thiago.

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senadora.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e elogiar o trabalho. É muito importante que a gente esteja tendo esse diálogo e que esses momentos de fiscalização de políticas públicas aconteçam. A gente está aqui sendo desafiado a fazer isso de uma maneira sigilosa, mas tem acontecido com sucesso. Que bom!

Quero dizer que, de um modo geral, daquilo que foi apresentado eu vou assinar embaixo. Vou fazer referência à Viviane e à Melina, ao que elas trazem e às avaliações, de um modo geral.

Mesmo sobre aquilo que foi trazido pela Melina de limitações... Aí quando a gente vai falar de um outro assunto que não era o principal hoje, que era o do acesso à rede, de fato o Governo Federal tem atuado e está tentando fazer essa construção, mas é um processo. Ainda mais porque a gente está sendo desafiado, hoje, pelas questões de unificação do cadastro, da biometria e de outras, mas todas elas estão sendo trabalhadas. Então, é realmente um desafio, um ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção. Na medida em que tecnologia vai avançando, também nos coloca nessa obrigação de continuar com a proteção e de compreender como é que a gente faz.

Não vou pegar muito aqui a questão das perguntas. Eu acho que cada uma delas demanda e que daria para a gente fazer vários TCCs a respeito delas. São debates... A Viviane está rindo ali também. A gente sabe que são debates longos, grandes e importantes.

E, talvez, quero só comentar aqui, por fim, Senadora, a importância de a gente compreender que tem formas de se fazer a proteção. Então, se algum dia acontecer de a senhora ou quem quer que seja precisar do programa, precisar desse tipo de proteção, é um desafio mesmo lidar com alguém muito conhecido, é um desafio mesmo lidar com alguns casos. Mas o programa já lidou com casos bastante conhecidos, o programa já lidou com algumas questões dessas. E aí a gente faz as construções necessárias e precisa muito da colaboração dessa pessoa para entender como é que a gente junta as duas coisas – essa manutenção da vida e a colaboração da Justiça – sem colocar a vida da pessoa em risco, podendo permitir que ela retorne e tenha uma vida digna. Acho que é o nosso maior desafio.

Por isso, eu quero terminar falando da importância dessa compreensão do que está na lei, do porquê da política de direitos humanos. A lei fala – apesar de lá atrás a Secretaria de Direitos Humanos fazer parte do Ministério da Justiça – que é na Justiça, mas dedicada à Secretaria de Direitos Humanos. E ela fala isso exatamente por essa compreensão de qual é o nosso papel nessa proteção, porque as outras perguntas que falam aqui, por exemplo, sobre a garantia e a responsabilização, sobre o encontro de quem é responsável, de responsabilizá-lo, são parte da política de segurança. O nosso papel aqui é garantir a manutenção da vida dessa pessoa, a condição de uma vida digna, que ela possa voltar a ter uma vida digna após todo esse processo de colaboração. Enquanto isso, a gente está garantindo a Justiça e a efetividade da segurança está acontecendo, ali de maneira lateral. Não é à toa. Eu queria reafirmar o papel da política aqui nos direitos humanos, de ser esse lugar da gente olhar para proteger essas pessoas e garantir que possam estar no processo da justiça, correr atrás dos seus direitos e fazer a sua contribuição de uma maneira segura, de uma maneira com que elas possam se sentir seguras para fazer essa colaboração e voltar a ter uma vida digna aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo vai acontecendo a partir disso tudo que a gente falou: essa colaboração constante entre União, estados, organizações da sociedade civil... É muito importante isso tudo.

Então, muito obrigado. Obrigado a todos aqui pelo debate, pela construção.

Seguimos à disposição, Senadora. Depois eu vou aceitar o *pin*, tá? Qualquer coisa, quando você quiser, a gente aceita o *pin* do Senado. (*Risos.*)

Obrigado e até.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vamos ouvir Viviane, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitas das perguntas que foram feitas são perguntas que, se a gente desdobrar, além de gerar um TCC, poderiam quebrar e expor a metodologia de uma forma indevida aqui. Então, eu creio que não são perguntas que a gente... As que a gente não respondeu, certamente, desdobram a metodologia.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Enquanto instituto, para nós é uma honra poder contribuir com a construção, com o aperfeiçoamento e com a melhoria de políticas públicas. Eu entendo que este é o papel do terceiro setor: mais do que executar programas e executar planos de trabalho, ter essa oportunidade de dialogar, de contribuir.

Então, eu gostaria mesmo de agradecer a oportunidade de estar aqui; agradecer à equipe técnica do Provita, que certamente deve estar assistindo a esta audiência; agradecer ao coordenador, cujo nome eu também não posso falar, mas que é essencial para que a gente consiga ter essa visão profunda a respeito das questões do programa; e, de forma especial, agradecer à senhora, Senadora, por ter tido essa iniciativa de trazer esta discussão de uma forma tão madura e tão comprometida, em especial, com a entrega desse programa, acima de qualquer coisa.

Para nós é engrandecedor, é uma honra, e nos colocamos à disposição para outras interlocuções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Viviane. A gente vai continuar essa conversa.

Melina, três minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. MELINA DE ARAÚJO E SILVA PIMENTEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gente, muito obrigada pela participação. Sou grata por poder estar aqui neste momento e poder trazer um pouquinho do nosso dia a dia do que é fazer proteção no Brasil, aqui em Pernambuco.

Quero dizer que esses desafios a gente tem já há um longo tempo, e que sim, tanto o Governo Federal quanto o Governo do estado vêm demandando muito esforço para que a gente consiga avançar. A gente sabe que não são diálogos simples, porque cada política tem sua especificidade, cada política precisa seguir algumas regras e normas.

Qual é o desafio? A gente fazer com que a gente consiga unir essas dificuldades e avançar nessa proteção.

Quero dizer que é muito importante que a pessoa que está em proteção se responsabilize pela sua proteção. A gente costuma dizer que é 99% responsabilidade dela, porque você só está em proteção, você só protege a sua vida se você quiser proteger a sua vida. Isso, para a gente, é um lema; é um lema para a pessoa em proteção, é um lema para a equipe técnica. A equipe técnica também segue regras de proteção, como a instituição segue, como os parceiros seguem.

A gente está aqui à disposição.

Damares, eu falei com o coração na última audiência, que foi a primeira. Eu lembro que você disse assim: "Fale com o coração". Falar do Provita, para mim, é uma honra, eu falo com o coração. É uma política em que eu acredito muito, em que a instituição acredita muito. Se Deus quiser, um dia a gente não vai mais precisar dela, porque a gente luta para uma vida, por um mundo sem violência, por uma vida em que as pessoas possam viver em paz, em que a gente respeite o direito de ir e vir, o direito de escolha das outras pessoas.

É isso. Muito obrigada.

Estou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus a abençoe também!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Melina.

Dessa forma, cumprida a finalidade da nossa reunião, agradeço à Secretaria, aos Consultores Técnicos, às pessoas que participaram *online*.

Você, Viviane, não vai fugir do pão de queijo, eu vou visitá-la; nem você, Melina, do bolo de rolo.

Thiago, estamos à disposição. Nós vamos continuar essa conversa. Quero agradecer muito.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1315, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do PL 1315/2026, pela rejeição da emenda n° 1 e pela apresentação de projeto de lei. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, pela rejeição da Emenda nº 1 e pela apresentação de projeto de lei. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do paradesporto no âmbito do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), resultados já obtidos e ações futuras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1315/2026, que "dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991"." **Autoria:** Comissão de Esporte. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 7, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o projeto, que "dispõe sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira da Copa do Mundo Feminina FIFA 1995", advindo do Parecer aprovado na CEsp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, que "dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira de 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991"." **Autoria:** Comissão de Esporte. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2026 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do paradesporto no âmbito do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), resultados já obtidos e ações futuras. **Participantes:** Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos; Sr. Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte; Sr. Natanael Pereira Barros, Diretor executivo e de projetos da Associação Petrolinense de Atletismo; Sra. Nathalia Cavalcanti de Araújo, Gestora Técnica e Social na Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE); Sr. Antônio Manoel Pereira, Presidente da Associação Esportiva e Cultural Brasília Quad Rugby (representante de: José Higino Oliveira Souza - Presidente da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas); Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP; e Sr. Júlio Cesar Godoy, Atleta Paralímpico de Badminton. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2026.

Comunico que foi apresentada à Comissão o Ofício nº 13, de 2026, do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, sobre recentes episódios de violência praticada por torcedores contra atletas do futebol. O referido comunicado será encaminhado aos membros desta Comissão e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

Antes de nós iniciarmos os nossos trabalhos, a primeira parte deliberativa e a segunda, audiência, eu vou submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da nossa reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira será deliberativa e a segunda será uma audiência pública interativa.

A primeira parte deliberativa é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberação nominal. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem o seu voto verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Tendo em vista que sou Relatora do primeiro item da pauta, eu passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Chico Rodrigues, Vice-Presidente desta sessão, para que eu proceda à leitura do relatório.

Bom dia, Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Bom dia, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, querida Senadora Leila.

Eu não tive acesso ainda aos relatórios dos dois projetos, do item 1 e do item 2, e gostaria que me fossem passados agora. Daí eu faço a relatoria dos dois itens da pauta. Pode ser? Você me dá três minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senador, só para esclarecimento, eu serei a Relatora, e é só para o senhor presidir e falar neste momento o teor do item 1, que é sobre o PL de que eu serei a Relatora.

Acho que o pessoal está encaminhando para o senhor.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O PL dispõe sobre a Copa do Mundo Feminina?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Por videoconferência.*) – Bom, assumo a Presidência.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1315, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do PL 1315/2026, pela rejeição da emenda nº 1 e pela apresentação de projeto de lei.

V. Exa., então, tem a palavra para apresentar o seu relatório em relação ao Projeto de Lei 1.315, de 2026.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata, Senador Chico Rodrigues.

Vou à leitura do parecer.

Vem à análise da Comissão de Esporte o Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, de iniciativa do Poder Executivo, com o objetivo de dispor sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 no Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira de 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991.

O projeto foi apresentado à Câmara em 20 de março de 2026, e no dia 28 de abril de 2026 foi aprovada a subemenda substitutiva global ao projeto. Em 12 de maio de 2026 a matéria foi enviada ao Senado Federal. Por decisão da Presidência da Casa, o projeto foi distribuído exclusivamente à Comissão de Esporte, seguindo na sequência para o Plenário do Senado Federal.

Na Comissão de Esporte foi apresentada a Emenda CEsp nº 1, de autoria do Senador Eduardo Gomes, que estende a concessão do prêmio financeiro a atletas que integraram a Seleção Brasileira Feminina de Futebol na Copa do Mundo Feminina FIFA 1995.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o ponto de vista da constitucionalidade formal e material, não se identifica qualquer vício do projeto.

O exame da juridicidade revela-se positivo. As disposições normativas harmonizam-se com o sistema jurídico nacional, em particular com a Lei Geral do Esporte. Aplicam-se ainda subsidiariamente a Lei de Propriedade Industrial, a Lei de Software e a Lei dos Direitos Autorais.

Ressalta-se ainda a coerência do projeto com a Lei Geral da Copa 2014, que serviu de paradigma para a presente proposição, viabilizando a realização de megaeventos esportivos internacionais, conferindo-lhes a segurança jurídica necessária e atendendo aos compromissos firmados pelo país.

Quanto à técnica legislativa, o projeto observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

E, no mérito, o projeto merece pleno acolhimento. Trata-se de proposição da mais alta relevância para o país, voltada a viabilizar a realização da Copa do Mundo Feminina em território nacional, evento que, pela primeira vez, será sediado em um país sul-americano. A competição ocorrerá de 24 de junho a 25 de julho de 2027, em oito cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, todas com a experiência consolidada na Copa de 2014, considerada uma das melhores edições da história da competição masculina.

A escolha do Brasil como país-sede representa o reconhecimento internacional da força do nosso futebol, da capacidade do país para organizar megaeventos e do potencial transformador para o futebol feminino brasileiro e mundial. A expectativa da FIFA é de receber mais de 3 milhões de torcedores, movimentar a economia e projetar o Brasil como potência esportiva contemporânea.

O futebol feminino brasileiro carrega marcas profundas de proibição estatal e de preconceito social. O Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, vedou expressamente às mulheres a prática de esportes considerados, à época, "incompatíveis com as condições da natureza feminina". A proibição perdurou por quatro décadas, sendo formalmente revogada apenas em 1979. As atletas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que persistiram em sua paixão pelo esporte, durante e após a proibição, são pioneiras em sentido pleno, e a elas o Estado brasileiro deve não apenas reconhecimento, mas reparação.

Os dados sobre desigualdade salarial no futebol feminino reforçam a gravidade do problema. Aproximadamente 70% das profissionais que atuam no futebol feminino possuem outro emprego para complementar o salário e 30,5% não recebem nenhum valor a título de salário ou ajuda de custo. No cenário internacional, dados da FIFA indicam que, em 2019, as jogadoras de futebol recebiam menos de oito centavos para cada dólar recebido pelos homens; em 2023, esse valor subiu para vinte e cinco centavos por dólar, evolução positiva, mas ainda muito aquém do necessário.

É nesse contexto que a presente proposição deve ser apreciada. Mais do que uma lei sobre a logística de um campeonato, de um grande evento, trata-se de um marco institucional do reconhecimento do futebol feminino como prática esportiva plena, merecedora de toda a atenção do Estado brasileiro.

Passa-se, a seguir, à análise dos dispositivos do projeto.

O Capítulo I reúne as disposições preliminares, estabelecendo o objeto da lei, os princípios que regem a realização da competição e as definições dos termos técnicos utilizados, como especial destaque para os princípios da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no esporte, da garantia e promoção dos direitos das mulheres, do enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio, do estímulo à ampliação da participação de meninas e mulheres na prática esportiva, da igualdade racial e do combate à discriminação no esporte e da consolidação do legado social, esportivo e financeiro da Copa. Os dispositivos são altamente meritórios, e as definições são claras, técnicas e indispensáveis à correta aplicação da lei.

O Capítulo II trata da venda de ingressos, assegurando o direito à informação, definindo regras para preço dinâmico, taxa de revenda e transferência gratuita, e preservando, para os ingressos comercializados no território brasileiro, o exercício do direito à meia-entrada de idosos, jovens de baixa renda, estudantes e pessoas com deficiência. O capítulo que equilibra a proteção do consumidor e o direito à meia-entrada, com a flexibilização necessária à comercialização de ingressos em escala internacional, é compatível com as práticas adotadas em outras Copas do Mundo e atende ao compromisso assumido pelo nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Capítulo III disciplina o acesso e a permanência de qualquer pessoa em locais oficiais, vedando o porte ou a ostentação de mensagens ofensivas ou fundadas em discriminação ou violência, com expressa ressalva ao direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão. em defesa da dignidade da pessoa humana. A redação é equilibrada e proporcional, atendendo simultaneamente à segurança dos eventos e à proteção das liberdades fundamentais.

O Capítulo IV cuida dos vistos de entrada e das autorizações de residência laboral, estabelecendo procedimentos eletrônicos e simplificados para credenciados, convidados, torcedores e trabalhadores, sem prejuízo das hipóteses de denegação previstas na Lei de Migração. As regras facilitam a logística internacional do evento sem afastar os mecanismos ordinários de controle migratório, resultando num conjunto normativo, eficiente e respeitoso à nossa soberania.

O Capítulo V define as condições especiais de trabalho aplicáveis durante o período da competição, abrangendo contratos por prazo determinado, banco de horas, jornada, descanso, trabalho noturno, intervalos, feriados e a prestação de serviço voluntário, sempre em harmonia com a CLT e com a Lei do Voluntariado. O modelo é semelhante ao adotado na Lei Geral da Copa de 2014 e mantém o núcleo essencial dos direitos trabalhistas.

O Capítulo VI disciplina as ações de planejamento e coordenação da União, em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios; estabelece as disposições gerais relativas a serviços públicos essenciais, controle aduaneiro, uso excepcional de aeródromos militares e selo de sustentabilidade; institui também o protocolo integrado de segurança e proteção dos eventos oficiais; cria a Força-Tarefa Nacional de Segurança para a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 (FT-Copa), sob coordenação da Polícia Federal; e prevê comitês estaduais de segurança. O modelo é robusto e reflete a melhor experiência institucional brasileira em grandes eventos, conciliando ainda a robustez do aparato de segurança, com a observância dos direitos humanos.

O Capítulo VII estabelece a responsabilidade civil da União pelos danos causados em decorrência do descumprimento de suas obrigações legais ou contratuais e autoriza a constituição de garantias e a contratação de seguro privado para a cobertura dos riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dispositivo confere segurança jurídica aos compromissos internacionais assumidos, sem comprometer o regime constitucional da responsabilidade civil do Estado e a proteção do patrimônio público.

O Capítulo VIII é dedicado à concessão de prêmio, no valor fixo de R$500 mil, pago às jogadoras, titulares ou reservas, da Seleção Brasileira feminina de futebol que conquistaram a medalha de bronze no “1988 FIFA Women's Invitation Tournament” e que participaram da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991, primeira edição oficial da competição.

Registre-se que o impacto fiscal estimado é de R$15 milhões. A despesa será custeada com orçamento previsto do Ministério do Esporte, não havendo despesas em 2027 e 2028.

É preciso contextualizar essa iniciativa. O Brasil já adotou medida semelhante em favor dos jogadores da Seleção masculina campeã mundial em 1958, 1962 e 1970, por meio da Lei Geral da Copa de 2014. Essa simetria de tratamento entre atletas masculinos e femininas é em si mesma um avanço civilizatório.

O Capítulo IX trata da proteção e da exploração de direitos comerciais: proteção especial à propriedade industrial relacionada aos eventos oficiais; áreas de restrição comercial e vias de acesso, com vistas a proteger a exclusividade dos parceiros comerciais da FIFA; captação de imagens ou sons, radiodifusão e acesso aos locais oficiais, com disciplina da titularidade dos direitos de mídia e dos limites para a utilização jornalística; e sanções civis, incluindo a obrigação de indenizar os danos, lucros cessantes e qualquer proveito obtido nas condutas vedadas.

O dispositivo que confere a segurança jurídica aos parceiros comerciais segue precedente adotados na Lei Geral da Copa de 2014, inclusive em relação à autorização de venda de bebidas alcoólicas nos lugares oficiais da competição.

O texto é equilibrado e preserva os direitos da criança, do adolescente e do consumidor.

Em relação à captação de imagens e sons, o microssistema concilia a proteção dos direitos da mídia da FIFA com o direito constitucional à informação.

O Capítulo X contém as disposições finais, abrangendo a intimação obrigatória da União em causas demandadas contra a FIFA, a possibilidade de conciliação administrativa pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia-Geral da União, a autorização para declaração de feriados nacionais nos dias de jogo da Seleção Brasileira, o ajuste dos calendários escolares, a autorização para exploração de apostas de quota fixa relacionadas aos eventos oficiais, a autorização para o patrocínio e divulgação de marcas de jogos e apostas, a inaplicabilidade do art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Antifumo), aos eventos oficiais, regras de subsidiariedade legislativa, autorização para execução de hinos e exibição de bandeiras nacionais.

O art. 75 revoga expressamente a Medida Provisória nº 1.335, de 22 de janeiro de 2026, cujos dispositivos foram integralmente absorvidos pelo Capítulo IX.

Por fim, o projeto, em sua totalidade, apresenta-se como instrumento técnico e politicamente apto à viabilização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 no Brasil e ao adequado reconhecimento das atletas pioneiras do nosso futebol feminino. As alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, em especial a incorporação dos dispositivos da Medida Provisória nº 1.335, de 2026, a inclusão das atletas da Seleção de 1991 entre as beneficiárias do prêmio e o acréscimo da dimensão financeira ao estímulo à participação feminina e ao legado da Copa, aprimoraram significativamente o texto.

No que se refere à emenda apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, primeiramente, entendemos que não pode ser aplicada como mera emenda de redação, uma vez que amplia o universo de beneficiárias da lei. Sua aprovação implicaria – isso foi um grande debate de ontem para hoje, gente – o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, comprometendo o cronograma de implementação das medidas para a Copa Feminina, porque existem os prazos. Situação nada recomendável, ainda mais diante dos alertas já emitidos pelo TCU (Tribunal de Contas da União), sobre atrasos críticos na governança do evento, ausência de plano nacional de legado e falhas na articulação entre os entes federados.

Por fim, sob o aspecto orçamentário, o impacto estimado pela EXM nº 391/2026 foi enquadrado como despesa irrelevante nos termos do art. 182, §1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2026, e representa o teto de gastos permitidos com a proposição. A inclusão de novo grupo de beneficiárias extrapolaria esse limite sob o risco de atentar contra a legislação orçamentária, e, por essas razões, e por muito diálogo também, recomendamos a rejeição da emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, considerando o mérito inquestionável da emenda apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, e diante da impossibilidade de acatá-la sob pena de descumprimento da LDO, o que poderia implicar a necessidade do veto presidencial para as demais beneficiárias que já foram contempladas no projeto, construímos um acordo envolvendo esta Relatora e o Governo – a Liderança do Governo aqui na Casa – para resolvermos o problema.

Nesse sentido, estamos sugerindo a apresentação de um novo projeto contendo o mesmo teor da emenda apresentada, de forma a contemplar os jogadores da Seleção Brasileira que participaram da Copa FIFA em 1995 com o compromisso – reforçado aqui – e o apoio do Governo Federal e da Liderança do Governo nesta Casa para aprovação urgente no Senado Federal e o envio para a Câmara dos Deputados e sanção.

Nós vamos acompanhar – nós vamos acompanhar. Estou dizendo aqui aos representantes do Governo que nós vamos acompanhar – já falando para o nosso Senador, Líder do Governo aqui, no Senado, o Senador Jaques Wagner.

Penso que assim faremos justiça às jogadoras de 1995, sem colocar em risco a premiação das jogadoras dos torneios de 1998 e 1999, que já foi aprovada na Câmara e cuja despesa total não ultrapassa o limite da LDO já previsto. Então, nós vamos fazer um novo projeto para contemplar as de 1995, porque, diante do projeto que já foi apresentado, só existe um aporte de 15 milhões que só contempla essas atletas. Se a gente extrapolasse e aceitasse, extrapolaria esse recurso, e, automaticamente, a Presidência teria que vetar todo o projeto nesse sentido. Não é justo nem para as que já estão contempladas no projeto nem aquelas que ficaram fora. Então, um acordo com o Governo é a apresentação desse projeto.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 1.315, de 2026, pela rejeição da Emenda nº 1-CEsp e pela aprovação do seguinte projeto de lei que agora estamos apresentando e anexando ao nosso relatório.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Chico Rodrigues, e obrigada a todos pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Por videoconferência*.) – Eu estou *online*, mas não estou aparecendo aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não está aparecendo, não, Senador. O problema de a reunião ser remota é esse, né?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Por videoconferência*.) – É, mas no final dá tudo certo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É isso aí, sempre dá certo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Por videoconferência*.) – É. O.k., minha querida Senadora Leila Barros.

A matéria está em discussão. Há algum Sr. Senador ou Sra. Senadora que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Leila Barros.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, pela rejeição da Emenda nº 1 e a apresentação do projeto de lei.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Senadora!

Devolvo a palavra a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou apresentar aqui dois itens extrapauta que estão se referindo à questão dos dois projetos aqui aprovados, que são requerimentos de urgência.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o projeto, que "dispõe sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira da Copa do Mundo Feminina FIFA 1995", advindo do Parecer aprovado na CEsp para o Projeto de Lei nº 1.315, de 2026, que "dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira de 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991".

Autoria: Comissão de Esporte

O segundo requerimento.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1315/2026, que "dispõe sobre as medidas relativas à realização da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) 2027 na República Federativa do Brasil e sobre a concessão de prêmio às jogadoras da Seleção Brasileira do 1988 FIFA Women's Invitation Tournament e da Copa do Mundo Feminina FIFA 1991".

Autoria: Comissão de Esporte

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos apresentados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Agora vamos para o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 5, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do paradesporto no âmbito do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), resultados já obtidos e ações futuras.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A autoria é desta Presidência, Senadora Leila Barros.

Em votação.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu perguntaria...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Por videoconferência*.) – Minha querida Senadora Leila Barros, esse requerimento é muito oportuno porque eu, a seu convite, estive no Comitê Paralímpico Brasileiro em São Paulo e ali, na verdade, Presidenta Leila, me surpreendi com o alto nível, com a qualidade das instalações, a qualidade dos instrutores, a participação efetiva desses brilhantes atletas paralímpicos do Brasil. Vejo que esta audiência pública, realmente, teria que partir, sim, de V. Exa., querida Leila, porque mostra exatamente a importância do paradesporto, mostra inclusive... E o Comitê Brasileiro tem realmente essa capacidade, esse poder de síntese para fortalecer esse esporte paralímpico, obviamente, em que o Brasil é destaque mundial.

Então, parabéns a V. Exa. pela iniciativa. Fico até muito grato, de forma pública, pelo seu convite, quando estivemos, há uns três meses, em São Paulo. Ali só os olhos, na verdade, identificam o que representam essas instalações, o que representam os investimentos, o que representa aquela capacidade aglutinativa que tem, na verdade, para fortalecer cada vez mais o esporte paralímpico no Brasil. Então, parabéns a V. Exa. pelo requerimento.

Eu tenho certeza de que vai ser muito rico de informações e de participação, porque é um segmento do esporte nacional que merece cada vez mais o nosso apoio, o nosso estímulo e, acima de tudo, o nosso orgulho de brasileiros.

Parabéns a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues. Eu acho que é importantíssimo a gente fazer este debate. Que bom que o senhor esteve comigo lá visitando a sede do comitê – estou aqui ao lado do Presidente João Batista –, e foi um encontro muito bacana, porque a gente pôde ver presencialmente uma política pública muito bem executada não só na formação dos nossos atletas paralímpicos, mas também sendo uma referência já cuidando da base. Eu não sei se você lembra que, na época em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós fomos lá, estava tendo jogos escolares, paradesporto escolar, e foi muito interessante, porque não tinha os atletas lá, mas a organização já estava toda preparada para receber... Então, é um orgulho para todos nós.

E o mais importante é ouvir cada representante aqui que vai ter o direito de fala para falar sobre o trabalho do CBCP e de todo o movimento paralímpico do Brasil, mas, mais do que isso, é fazer um alerta para a Casa, quando a gente trata de orçamento aqui. A gente trata tanto de orçamento, a gente fala tanto do quanto o orçamento para o esporte é um cobertorzinho minúsculo... E, entendendo não só a importância do esporte para a formação dos grandes atletas, mas a importância do esporte na promoção da saúde, no braço da segurança pública... Esses dias mesmos, nós estávamos tratando aqui dessa questão de tirar recursos do esporte, do movimento esportivo para atender a segurança pública... Reforçando mais uma vez, todos nós sabemos a importância da segurança pública, mas esta Casa não entender os movimentos da segurança pública, da sociedade civil, não entender a importância do esporte, o quanto ele é um braço justamente para a segurança pública... Nas áreas mais vulneráveis, se não é esse jovem cooptado pela cultura ou pelo esporte ou pela educação, ele é cooptado pelo crime organizado, pelo bandido. Então, o esporte e o paraesporte são fundamentais nesse processo de inclusão, de cuidar da pessoa com deficiência também, pois a gente sabe o quanto que se retira não só na questão da vulnerabilidade, na questão social, mas na questão emocional, na questão familiar, e o quanto essas duas vertentes do nosso esporte agregam e são fundamentais para um país próspero, para um país saudável e, acima de tudo, para um país que quer realmente progredir. A gente sabe da importância do esporte em toda a sua capacidade – o esporte e o paraesporte. Então, é um prazer ter todos vocês aqui, todo o movimento. Vejo grandes figuras aqui do paradesporto nacional.

Depois, eu vou ter oportunidade... Eu queria, até depois de toda a explanação, que a gente tenha pelo menos um ou dois para-atletas que possam falar um pouquinho também das suas experiências e do quanto o trabalho do CBCP tem sido importante e impactado o trabalho de vocês, a preparação de vocês para as grandes competições. A gente sabe que o paradesporto brasileiro é uma potência mundial, está entre os cinco melhores e maiores do mundo, e isso para nós é um grande orgulho. Então, eu queria uma salva de palmas – palmas, por favor – para o nosso paradesporto. (*Palmas.*)

Bom, então, vamos à votação do requerimento, que eu não tive a oportunidade de finalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo dele é debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do paradesporto no âmbito do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, resultados já obtidos e ações futuras.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, vamos para a segunda parte.

Essa segunda parte destina-se à realização da audiência pública com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do paradesporto no âmbito do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), resultados já obtidos e ações futuras, em atenção ao Requerimento 5-CEsp, de autoria desta Presidência.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. João Batista Carvalho e Silva, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (*Palmas.*); o Sr. Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte (*Palmas.*); o Sr. Natanael Pereira Barros, Diretor Executivo e de Projetos da Associação Petrolinense de Atletismo (*Palmas.*); a Sra. Nathalia Cavalcanti de Araújo, Gestora Técnica e Social na Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe) (*Palmas.*) – grande trabalho o do Cetefe –; e o Sr. Antônio Manoel Pereira, Presidente da Associação Esportiva e Cultural Brasília Quad Rugby, que está representando o Sr. José Higino Oliveira Souza, Presidente da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Roda. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, as palavras serão concedidas aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Quero agradecer a participação de todos.

Vamos passar para as exposições iniciais.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. João Batista Carvalho e Silva, que é Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Seja bem-vindo, João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Bom, primeiramente, Senadora, eu queria agradecer o convite para estar aqui hoje falando desse tema tão importante que é o esporte das pessoas com deficiência, o esporte paralímpico, o paradesporto nacional.

Fico feliz também com a ida da senhora e do Senador Chico Rodrigues ao Centro de Treinamento do Comitê Paralímpico Brasileiro, que acaba de completar 10 anos. Todas as vezes que vou lá, também me enche o coração de orgulho o desenvolvimento do esporte paralímpico aqui no nosso país.

Eu, hoje, estou Presidente do CBCP (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos), o mais novo integrante do Sistema Nacional do Esporte, mas fui também o primeiro Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, entre 1995 e 2001. Depois fui organizar o voleibol sentado, aqui no nosso país; eu já havia organizado o futebol de amputados. Hoje estou no CBCP cumprindo aqui com o meu papel de militante convicto da causa das pessoas com deficiência.

Muitas vezes eu fui instado a me pronunciar sobre o que fazia eu num movimento de pessoas com deficiência, sem portar, sem possuir uma deficiência. Eu fui casado, por 48 anos, com uma pessoa com deficiência – acabei de perder a minha esposa, recentemente – que, ao longo desses anos todos, foi não somente militante, mas incentivadora da minha inclusão nesse movimento de esporte, que seguramente é a melhor ferramenta de inclusão para as pessoas com deficiência na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também aqui aos companheiros de mesa que fazem com que o esporte aconteça na base, proporcionando que mais e mais pessoas com deficiência possam encontrar caminhos para as suas vidas pelo esporte.

Quero agradecer ao Secretário Fabio, que hoje dirige a Secretaria Nacional de Paradesporto. É uma conquista também do movimento das pessoas com deficiência. Ele, com maestria, dirige lá a Secretaria Nacional.

Queria agradecer aos colaboradores do CBCP que aqui estão: a ex-Deputada Rosinha da Adefal, Andrezza, Isis e Artur, e, na pessoa deles, agradeço a todos que fazem com que o Comitê Paralímpico Brasileiro possa, a cada dia, oportunizar condições adequadas para que os atletas paralímpicos possam participar de competições no âmbito nacional.

Quero agradecer também ao Coronel Pavelec e ao Coronel Amaro, vindos do paradesporto militar, que também tem um papel extremamente importante para militares que se acidentam na atividade e passam a fazer do esporte também um instrumento de inclusão em suas vidas. A todos os atletas que aqui estão, também o meu agradecimento.

Eu tenho uma apresentação. Se puder...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sejam muito bem-vindos os citados aqui pelo João Batista à nossa Comissão.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Bom, então, para falar de esporte de pessoas com deficiência, de esporte paralímpico, não há possibilidade de excluir... (*Falha no áudio.*)

Bom, então, voltando aqui, retomando, não há como se falar de esporte paralímpico, de paradesporto, de centro de treinamento, que a senhora e o Senador Chico Rodrigues visitaram recentemente, se não fosse o Congresso Nacional. O Congresso Nacional oportunizou que o esporte de pessoas com deficiência pudesse viver aqui momentos gloriosos, pela aprovação de leis que proporcionam essas condições que o Brasil tem hoje, para sair, lá da criação do Comitê Paralímpico Brasileiro, do 37º lugar na Paralimpíada de Atlanta para o 5º lugar em Paris 2024.

E não é só a posição do país no quadro de medalhas, mas também nós produzimos lá, em Paris, o Atleta da Paralimpíada Gabrielzinho, é considerado o Atleta da Paralimpíada, premiado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Laureus – é o segundo atleta paralímpico a ser premiado com o Laureus. O Gabrielzinho é a expressão mais concreta de como o esporte pode transformar a vida das pessoas com deficiência.

Bom, eu vou começar pela Lei 9.615, de 1998, mais conhecida como Lei Pelé, que vai ser substituída pela Lei Geral do Esporte. Mas eu também, Senadora, acho que a Lei Geral do Esporte não poderia excluir o nome de Pelé da legislação esportiva. Pelé foi...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É uma boa sugestão.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Eu acho que seria, assim, de bom-tom que a Lei Geral do Esporte fosse Lei Edson Arantes do Nascimento, o nosso Rei Pelé.

Mas a Lei 9.615 inseriu, depois de 40 anos, o Comitê Paralímpico Brasileiro no Sistema Nacional do Desporto, em 1998. Depois dela, houve outras legislações e o desenvolvimento do esporte. Se não fosse ela, a senhora não teria tido a oportunidade de conhecer o centro de treinamento do Comitê Paralímpico Brasileiro, nem nós teríamos tantos atletas com deficiência hoje aqui em tantos rincões do nosso país.

Então, a Lei 9.615 é a semente que frutificou, por conta de ter dado condições a que o esporte paraolímpico, que era considerado esporte de manifestação cultural antes dela, passasse a ser considerado também esporte.

Opa, houve um problema aqui com o passador.

Depois a Lei 10.264, de 2001, nasce aqui no Senado Federal, por iniciativa do então Senador Pedro Piva e, infelizmente, nada, naquele momento, contemplava o Comitê Paralímpico Brasileiro. O Comitê Paralímpico Brasileiro ficava com os recursos que já tinha obtido com a Lei Pelé, mas estava excluído da Lei Agnelo/Piva, até que a lei chega na Câmara dos Deputados, depois da Paralimpíada de Sydney e se transforma na Lei Agnelo/Piva, destinando 15% dos recursos provenientes de loterias para o Comitê Paralímpico Brasileiro. Eu chamo a lei de alforria financeira, foi a alforria financeira que deu a oportunidade para que o Brasil se desenvolvesse como se desenvolveu nesses anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois a gente tem a Lei Brasileira de Inclusão, votada aqui no Senado Federal, que dá ao Comitê Paralímpico Brasileiro novos recursos. Os 15% transformam-se em 37%, dos 2% que havia destinados para o COB e para o Comitê Paralímpico Brasileiro. E a lei, para além de ser uma lei que tem importância fundamental para a vida das pessoas com deficiência, atletas ou não atletas, também dá ao Comitê Paralímpico Brasileiro as condições para que pudesse se desenvolver mais e mais ainda.

Depois a Lei 14.073, de outubro de 2020, reconhece o CBCP como integrante do Sistema Nacional do Desporto, dando vida a uma nova organização para cuidar de clubes de pessoas com deficiência.

E a Lei 14.294, de 4 de janeiro de 2022, determina oficialmente um percentual da arrecadação das loterias federais destinado ao CBCP. Num acordo com o CBC (Comitê Brasileiro de Clubes), o CBCP passa a receber recursos a partir de janeiro de 2022, para desenvolver todo o trabalho que a gente tem feito.

Aí a gente tem a evolução do número de filiadas ao CBCP. Em 2020, quando nasce o CBCP, nós éramos 11 entidades filiadas, que são consideradas filiadas natas. Em 2022, fizemos um cadastro nacional de entidades, abrimos a filiação e, naquele ano, fechamos o ano com 88 filiadas. Em 2024, já éramos 143, e agora em 2026, 203 filiadas.

Tem ali também a distribuição pelas regiões do nosso país. A Região Sudeste concentra o maior número de entidades, seguida pela Região Sul, a Nordeste, a Centro-Oeste; e a Região Norte, infelizmente, é a região com menos clubes e associações de pessoas com deficiência, apesar do seu território imenso. Mas a gente tem feito um trabalho para que a gente possa aumentar o número de entidades na Região Norte.

Ao longo desses quatro anos em que recebemos recursos, nós já colocamos à disposição dos clubes de pessoas com deficiência quatro editais. Estamos finalizando o quinto edital, que deve sair agora.

O Edital nº 1 foi para nossos filiados natos e para equipamentos. Então, a gente teve a oportunidade de comprar canoas para o Naves – para o Cetefe, nós aquecemos a piscina –, cadeiras de rodas, academia. Fizemos uma quadra lá em São José do Rio Preto para o CAD. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

edital despendeu R$1.458.275 e teve duas fases: a primeira, com sete projetos aprovados; a segunda, com cinco projetos aprovados.

Depois, o Edital nº 2. O Edital nº 2 hoje – depois sucederam a ele o 3 e o 4 – é um edital perene e cumpre esse prazo do ciclo paraolímpico para Los Angeles 2022. No Edital 2, é uma questão aí... Todas as atividades do CBCP são executadas diretamente pelo comitê, porque nós temos uma quantidade muito pequena de clubes com Certificação 18 e 18A – dos 203, 50 apenas têm a certificação –, e a gente tem trabalhado bastante também no aprimoramento da gestão desses clubes para que a gente possa trabalhar com a descentralização de recursos. Então, para que a gente não tenha dois sistemas, a gente hoje optou por fazer a aplicação direta do nosso recurso.

No Edital nº 2, para as entidades que se habilitaram, as 111 entidades, 109 instrumentos assinados, a gente destinou 113 mil para cada uma delas e para as confederações, porque as confederações também são importantes para o esporte paraolímpico, para o desenvolvimento dessas modalidades. As confederações são também beneficiadas com o recurso do CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), mas a gente, para aumentar o número de possibilidades de competição, tem feito acordos de cooperação com as confederações desde 2024.

Aí é um pouco do resultado do Edital nº 2. A gente tem ali o selinho de clube apoiado pelo CBCP. Hoje o CBCP transformou-se na mola propulsora para a participação de atletas com deficiência nas competições oficiais das confederações e também do Comitê Paralímpico Brasileiro.

No Edital nº 3, nós tivemos adesão de 154 entidades; foram apresentados 122 projetos por clubes e 12 por confederações; nós tivemos executados 305 projetos em seis meses apenas. O valor investido para as entidades filiadas: R$15 milhões. O valor para cada entidade ficou em R$97.402 e, para as confederações, R$333 mil.

Ali as modalidades que nós contemplamos com o edital. E ali a gente tem uma foto do Palmeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É aquilo que eu falei ainda há pouco. Nós temos clubes muito organizados e temos também, infelizmente ainda, clubes muito pequenos, que precisam ainda melhorar a sua gestão para poderem fazer um trabalho melhor em benefício das pessoas com deficiência.

No Edital nº 3, são R$20 milhões, os recursos oriundos das Leis 13.756, de 2020, e 14.294, de 2022.

Hoje, o CBCP tem também se aprimorado bastante com a tecnologia. A gente tem hoje uma equipe de 50 colaboradores, metade deles aqui em Brasília. Temos uma subsede aqui no Brasília Shopping, no 11º andar – fica aqui o convite para que a senhora faça também uma visita...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – ... aqui ao CBCP –, e a nossa sede lá em Niterói.

Hoje a gente já tem um BI em que a gente, semanalmente, atualiza, prestando conta. Está no *site* disponível, para quem queira ver, o quanto a gente já aplicou dos recursos para o edital, quantas pessoas foram beneficiadas, quantos são atletas masculinos, quantas são femininas e assim sucessivamente. Então, para aqueles que tiverem interesse depois, é acessar o *site* do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, e tem lá à disposição o BI.

A evolução também da aplicação de recursos nos editais. O Edital nº 1: R$2,5 milhões, executamos R$1,5 milhão, R$1,4 milhão; o Edital 2: R$15 milhões estavam disponíveis, nós executamos R$7,461 milhões; e o Edital 3: R$20 milhões, sendo aplicados R$10 milhões.

Este também é um problema que a gente tem por conta inclusive da gestão e do calendário do esporte paraolímpico aqui no nosso país: a gente tem poucas atividades no primeiro semestre e uma concentração de muitas atividades no segundo semestre. Então, a gente precisa também... Eu tenho conversado bastante com o Comitê Paralímpico Brasileiro, com o Zé Antônio, o Jonas, o Mizael, para que a gente possa tentar equilibrar as competições ao longo do ano, porque senão a gente também fica sobrecarregado nos finais de ano por conta do volume de projetos que a gente recebe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali tem a evolução do número de entidades beneficiadas: saímos de sete no Edital nº 1 para 305 no Edital nº 3; e o número também de beneficiários: saímos de 528 para 3.901 beneficiários no Edital 3.

Bom, agora eu tenho aqui um vídeo de alguns clubes que são beneficiados com recursos do CBCP para encerrar aqui esta minha apresentação.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Bom, então eu queria agradecer à Senadora, mais uma vez, pela oportunidade de falar um pouquinho aqui do CBCP, e dizer que, para além dos editais, o Edital 4, que é perene, vai até 2028, abrindo grades a cada semestre.

Nós temos também um edital sendo gestado para fornecimento de uniformes, o que também não é uma dificuldade para os grandes clubes, mas para os clubes pequenos é sempre uma coisa muito difícil. Então, o CBCP, preocupado com essa questão, está lançando um edital para que a gente possa ter uniformes de passeio, de pódio, de competição.

Quero dizer também, Senadora, que em 2023, preocupados com essa questão da gestão, nós rodamos o Brasil fazendo formação de gestores com o CBCP em Ação, e depois o resultado, o desdobramento disso, foi um *summit* que fizemos aqui no final de 2023, e agora neste ano novamente vamos fazer aqui em Brasília o segundo *summit*, já com muito mais gente participando, em novembro, na primeira semana de novembro, aqui no CICB. Então, estão todos convidados ao *summit*.

Agradeço à senhora, mais uma vez, pela oportunidade. Fico aqui, também, à disposição para perguntas, e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu gostei de o CBCP dar oportunidade a algumas figuras que eu já conheço, o Prof. Gastão. A gente apoia o projeto, a Jade também, a gente teve a oportunidade de apoiar. Enfim, Cetefe, nós somos parceiros. Enfim, o movimento na cidade do paradesporto, ou seja, eu tenho uma ligação, tanto eu quanto a Ricarda, que é minha chefe de gabinete, somos muito próximas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico feliz, porque essa era uma pergunta que eu iria te fazer, porque a gente fala dos recursos, os recursos estão aí; quando a gente vê o valor do que tem para os clubes, vê que a execução tem ali R$20 milhões, e só metade foi executada. Então, a gente sabe que, de fato, não é a boa vontade da entidade; na verdade, é a dificuldade do acesso e também dessa gestão, que é fundamental, realmente, que o CBCP entre nesse fronte para preparar, para ajudar, dar esse suporte a esses gestores.

Que bom que vai ter esse *summit* aí. Eu vou acompanhar, eu vou lá nesse *summit* para ver. Vai, Rosinha!

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Porque a diferença também das regiões é algo preocupante: 7% Região Norte, e no Sudeste a gente sabe que está a nata.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – Mais da metade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, como equilibrar? Claro que isso é desafiador para todos nós, principalmente para o CBCP, o CPB. Como equilibrar esse acesso aos recursos, essa melhoria da oferta do serviço para esses jovens, para as pessoas com deficiência nessas regiões mais distantes? É um grande desafio, né, João?

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA – É bastante, é muito grande. Nós temos hoje, no CBCP – quer dizer, já temos desde o início de nossas atividades –, um departamento de mentoria, e o departamento tem procurado ajudar clubes com documentação, melhora da qualidade dos seus estatutos, em busca da certificação 18-A. A gente deu um salto grande. Eu disse aqui que a gente tinha 50, agora, atualmente, mas a gente saltou. No início do CBCP, nós éramos menos de 20.

Então, eu acho que foi um trabalho bastante profícuo para a melhoria da gestão, e agora nós vamos também, com o departamento de gestão, fazer com que os clubes entendam o processo de apresentação de um bom projeto, que façam uma boa execução e depois também uma prestação de contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós usamos uma plataforma que não é adequada às necessidades do CBCP, chama-se 1Doc. A gente foi aos pouquinhos modulando essa plataforma para o atendimento dos nossos clubes, mas a gente está construindo agora, internamente. Lá dentro do CBCP mesmo, criamos um núcleo de inovação de sistemas e estamos criando uma plataforma que vai estar disponível, agora, já a partir da segunda fase do Edital nº 4, para que os clubes possam ter condições de ter uma melhor informação sobre a apresentação de seus projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação, Sr. João Batista, que é o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Fábio Augusto Lima de Araújo, que é o Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte.

Seja muito bem-vindo, Fábio.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila. Quero agradecer aqui, em nome do Ministro Paulo, o convite para participar desta audiência pública. Saúdo o nosso querido Presidente do CBCP, João Batista, a Nathalia, o Natanael e o Antônio Manoel. Na pessoa dele, quero saudar todos os nossos atletas. Quero saudar também o pessoal do Ministério da Defesa, do CDMB, e todos aqui presentes que nos acompanham pela internet.

Senadora, acho que a gente não pode deixar de fazer uma relação entre o início dos trabalhos do CPB e o início dos trabalhos do CBCP, porque a gente tem uma pessoa em comum nesses dois eventos, que é o João Batista. O João é uma pessoa que dedicou boa parte de sua vida ao esporte para a pessoa... não só ao esporte para a pessoa com deficiência, mas também na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. E eu tenho a alegria de ter acompanhado, desde 2021 – quase que no nascimento do CBCP –, todo o trabalho que ele e a equipe vêm fazendo. Ninguém faz nada sozinho, está aqui a equipe do CBCP, com alguns dos seus 50 membros, que fazem um trabalho magnífico.

Como eu disse, eu tenho acompanhado de muito perto o trabalho do CBCP, foi a primeira entidade com a qual eu tive o prazer de receber quando tomei posse como Secretário lá em 2023. E, desde então, a gente tem uma relação muito próxima em termos institucional e pessoal. Institucional é muito importante, porque o movimento clubístico paradesportivo precisa muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do apoio do Congresso, do Executivo, precisa muito do apoio de pessoas, como o João e a equipe, para poder alavancar e desenvolver o nosso paradesporto.

Em 2023, como mencionou o João, a gente assinou um acordo de cooperação para poder participar desses momentos de capacitação das entidades paradesportivas. Muito se fala por que o esporte paralímpico brasileiro é tão vitorioso. Existem inúmeras teorias, mas eu acho que a teoria mais forte é que quem trabalha com paradesporto trabalha com amor. E eu acho que isso faz toda a diferença lá na quadra.

Então, eu tenho essa relação muito próxima com todas as entidades, eu acredito, porque, quando a gente trabalha com paradesporto, a gente se envolve. E estou vendo aqui que a gente tem inúmeros parceiros.

Agradeço publicamente também à senhora, porque a gente no Brasil também tem dois eventos certos: o Carnaval e a emenda da Senadora Leila para o paradesporto. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Então, é isso.

Agradeço à Senadora.

Nathalia está aqui, é a nossa parceira via emenda do Cetefe. A gente vai fazer um TEAtivo e um Semear. Então, o Natanael também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Oi? Boa notícia, ótima notícia. Então, desculpa, Senadora, é com muito prazer que eu estou aqui hoje para a gente poder debater o CBCP como entidade essencial para o desenvolvimento do paradesporto no país, para que a pessoa com deficiência possa exercer seu direito, porque não é favor, é direito. Está na Constituição, está na Lei Brasileira de Inclusão, está na Lei Geral do Esporte, a pessoa com deficiência... O esporte para a pessoa com deficiência deve... O Estado tem o dever de fomentar, apoiar o esporte para a pessoa com deficiência com prioridade. Está lá no art. 3º, §1º da lei de que a senhora foi Relatora.

Então, tem sido uma jornada muito boa junto com essas entidades, com esses parceiros, para a gente desenvolver o paradesporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também tenho uma apresentação rápida, porque a Secretaria Nacional de Paradesporto analisa os gastos realizados pelo CBCP, pelo CPB também, mas pelo CBCP, dos recursos oriundos da Lei Agnelo/Piva. Desde 2023, a gente tem acompanhado as contas da entidade e esse relatório foi aprovado há duas semanas pelo CNE (Conselho Nacional do Esporte). Então, eu gostaria de... Só para a gente ter uma ideia de como os recursos são gastos.

Então, o quadro de resumo de valores arrecadados em 2025, que a gente faz... É claro, a gente faz análise em relação à transparência e ao mérito esportivo. O CBCP, em 2025, arrecadou cerca de R$17,3 milhões de loterias. A gente não fez ainda a análise dos gastos, dos recursos recebidos em virtude da Lei das Bets, porque ainda não foi utilizado.

Categorias de despesa, que faz parte do segundo anexo da Portaria Mesp nº 92, que regulamenta os gastos oriundos desses recursos. Cerca de R$656 mil foram gastos em programas e projetos de desenvolvimento e manutenção do paradesporto; R$12 milhões em programas e projetos de preparação técnica, manutenção, locomoção de atletas. Não foram executadas ações em programas e projetos de formação de recursos humanos nem em programas e projetos de participação em eventos esportivos.

Despesas administrativas. Aqui eu gostaria de fazer um parêntese, porque o João Batista fez uma observação muito importante. Existem muitas entidades paradesportivas que precisam de um apoio maior para que elas possam se ajustar ao que a lei determina, para que elas possam ter a certificação, para que elas possam ter acesso ao recurso público. Então a Secretaria Nacional de Paradesporto conversou com o CBCP e juntos finalmente entendemos que as despesas administrativas, dentro desse ciclo paralímpico, poderiam ir um pouco além do que determina – os 25% – a lei. Hoje, o CBCP, por conta da portaria, pode utilizar até 40% dos recursos recebidos para despesas administrativas.

Eu tive a oportunidade de visitar a Andef há cerca de três semanas, e é importante a gente fazer essas visitas, porque a gente vê *in loco* como os recursos vêm sendo gastos. Então, o João me apresentou o sistema de inovação que eles estão desenvolvendo para os clubes – dentro dessa mentoria que eles fazem com as entidades – um sistema de inovação magnífico, que vai facilitar o trabalho do CBCP, que vai facilitar que as entidades possam obter recursos públicos. Então, não são só sistemas, mas você também precisa de pessoal qualificado para fazer essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentoria. Não adianta uma entidade que visa ao desenvolvimento do paradesporto não investir em pessoal, porque as entidades lá na ponta precisam desse apoio. Então, é importantíssimo o trabalho que o CBCP faz em relação a isso também. Hoje, são cerca de 34,9%, 35% mais ou menos: o CBCP faz esses gastos administrativos dentro do que determina a portaria. Vale dizer que essa prestação de contas foi devidamente apresentada no CNE e foi aprovada pelo conselho.

Aqui, Senadora, eu queria falar um pouco sobre o Programa Vencer pelo Esporte, que tem um vínculo direto com o CBCP, porque a gente está planejando... Planejando não, a gente já colocou nos trâmites administrativos dentro do Ministério do Esporte a assinatura desse acordo de cooperação com o CBCP, que tem muito a ver com esse Programa Vencer pelo Esporte. O Programa Vencer pelo Esporte visa fomentar, apoiar e implementar ações estratégicas de formação e oferta de atividades físicas, esporte adaptado, utilizando a atividade física e o esporte como instrumento para a reabilitação funcional, promoção da saúde e inclusão social da pessoa com deficiência.

Isso, Senadora, para mim, vai ser não só a grande virada do paradesporto no Brasil, mas também a grande virada em relação ao acesso da pessoa com deficiência à atividade esportiva. Por quê? Porque ele é um programa que acontece dentro do SUS, dentro dos centros especializados de reabilitação do SUS. Então, esse programa tem... Eu fiz aí um gráfico com Ministério da Saúde e MEC. São dois instrumentos diferentes que permitem essa atividade física e o esporte dentro dos centros especializados de reabilitação. É o ACT do Mesp com o Ministério da Saúde, que tem como meta implementar o paradesporto em 10% dos centros especializados de reabilitação. Parece pouco, mas eu acho que a gente tem que começar pequeno também, para que a coisa seja feita com eficácia e com cuidado. A gente está lidando com o processo de reabilitação que deve ser feito dentro de uma linha de cuidados específica, para que a gente, na ânsia de fazer, não acabe prejudicando a pessoa com deficiência.

Hoje, no Brasil, são cerca de 370 centros especializados em reabilitação. E a meta dois, capacitar 60% dos profissionais de educação física dos CERs.

Uma coisa interessante, Senadora, é que, em virtude desse acordo de cooperação técnica, a gente conseguiu quebrar a bolha do Ministério da Saúde em relação ao esporte. Eles, agora, via norma técnica, estabeleceram que os profissionais de educação física são obrigatórios dentro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centros especializados em reabilitação. Antes, você podia contratar, mas não era obrigatório. Hoje já é obrigatório. E os projetos de novos centros especializados em reabilitação, dentro do PAC, já vêm, obrigatoriamente, também com a infraestrutura esportiva no seu projeto original. Então, é um avanço imensurável.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Civilizatório.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Exatamente.

E onde é que entra o MEC? O Ministério do Esporte entrou como interveniente num contrato de gestão que o MEC tem com o Instituto Santos Dumont. O Instituto Santos Dumont é um instituto de pesquisa em neurociência. É também centro especializado em reabilitação. Então, os profissionais ali entendem desse processo de reabilitação e a gente achou que era o parceiro ideal para realizar as capacitações e o monitoramento da política pública dentro dos centros especializados em reabilitação.

Então, o MEsp entra com o programa Vencer pelo Esporte e com os recursos. A gente vai destinar cerca de R$6,37 milhões para essa capacitação, monitoramento e fornecimento de equipamentos esportivos para os centros especializados. O MS entra com os profissionais, a estrutura dentro dos centros especializados em reabilitação. E eu acho que é aquela... Era o grande sonho, eu acho, da equipe da SNPar fazer esse programa andar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Mas, tipo assim, neste ano mesmo já está?

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – A gente já fez a capacitação, já temos... Esse semestre a gente já vai começar o atendimento em 12 centros especializados em reabilitação. A gente fez um chamamento público com alguns critérios. Por exemplo, o centro tinha que ter pelo menos dois profissionais de educação física para que a gente não capacitasse e, se de repente ele saísse do centro, o centro iria ficar sem o professor e sem o programa.

A gente adotou o critério também de que teria que ser um CER IV, que atende quatro deficiências: a física, a sensorial, a intelectual e a visual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desse programa, são 12 centros especializados que já tiveram essa capacitação junto ao ISD e agora estão implementando o esporte dentro dos centros especializados. Eu não vou ter aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E todas as regiões serão atendidas?

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Todas as regiões. Todas as regiões já estão sendo atendidas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – De alguma forma estão atendidas. Ótimo. Perfeito.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Isso também foi um dos critérios que a gente utilizou, que a gente colocasse em todas as regiões do país.

Por que é que a gente... Tem um outro aspecto, Senadora, que eu acho que é muito importante. Em virtude desse acordo de cooperação com o Ministério da Saúde, existe hoje, dentro da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, uma ação específica para aplicação de recursos neste programa, no esporte, dentro dos Centros Especializados em Reabilitação. Então, os Deputados e Senadores poderão destinar recurso da saúde, dentro daqueles 50% que são obrigados, para fazer esporte dentro dos Centros Especializados em Reabilitação. Isso é uma vitória muito grande: muda a vida. E a gente precisa, Senadora, que o Congresso pegue essa causa pelo braço, patrocine e divulgue por aí, porque a gente vai ter uma virada de chave muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certamente, aqui você já tem uma apoiadora. Agora vamos ter que correr atrás dos demais.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Não tenho nem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente. Parabéns pela iniciativa.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vai ser fundamental essa parceria do Ministério do Esporte, da Saúde, da Educação. E a gente tem uma rubrica ali que a gente vai poder, de fato, direcionar daquele recurso dos 50% para a saúde. Está lá dentro. Sensacional.

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – E é uma ação, Senadora, que não cai naquele recurso que é destinado, que cai em um fundo... Não. Essa é uma ação específica, já vai direto para o Centro Especializado em Reabilitação. É muito bom.

Então, qual a importância do CBCP nisso tudo? A gente, como eu falei, já está fazendo um acordo de cooperação e a gente vai, junto com o CBCP, capacitar, fortalecer essas entidades paradesportivas no Brasil, fazendo promoção de educação, treinamento, habilitação, com foco na qualidade técnica. E o que é que isso vai... O CBCP também vai nos ajudar nesse Programa Vencer Pelo Esporte, para que a gente possa... Uma vez que ao paciente seja dado, durante a transição de cuidado, o que antes se chamava alta qualificada, agora eles estão chamando de transição de cuidado, que a pessoa com deficiência que sai do Centro Especializado em Reabilitação possa ser direcionada para um clube, uma entidade paradesportiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Vai deixar de ser paciente, vai deixar de ser atleta.

E o que é que a gente espera mudar com isso? A gente espera mudar... O objetivo... Eu acho que a missão da Secretaria Nacional de Paradesporto não é formar atletas de alto rendimento, é dar acesso à pessoa com deficiência à atividade física. O programa vai, junto com o CBCP, ajudar que as pessoas com deficiência possam ser atletas. É uma escolha muito pessoal, a senhora foi atleta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente dá as ferramentas e oportuniza. A gente sabe que, nesse mar, um ou dois serão atletas, mas não interessa. A gente está atendendo a todos: aqueles que querem ter acesso à atividade física e aqueles que, porventura, têm a capacidade, habilidade e aptidão para se tornar um paratleta. Sensacional! Muito boa! Parabéns, Fábio! Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAÚJO – Obrigado, Senadora.

Então, essa é a mensagem que eu queria deixar hoje aqui com vocês.

Agradeço o convite, agradeço a presença de todo mundo e quero dizer que a Secretaria está à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada. Grata pela participação. Mande meu abraço ao Ministro Paulo Henrique, viu? Tenho muito carinho por ele, por vocês.

Eu vou passar a palavra agora para o Natanael Pereira Barros, que é o Diretor Executivo e de Projetos da Associação Petrolinense de Atletismo.

Seja bem-vindo, Natanael.

O SR. NATANAEL PEREIRA BARROS (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Cumprimento todos os presentes na pessoa da Senadora Leila Barros, que leva meu sobrenome aqui, Natanael Barros.

É um prazer muito grande estar aqui e falar dessa instituição que eu carrego com muito orgulho e que representa muito para a gente do Sertão nordestino, da cidade de Petrolina, que tem gerado um impacto muito grande em todo o Sertão nordestino. Então, é um prazer imenso mais uma vez.

Quero agradecer a João, que tem nos dado apoio, ao CBCP, que tem caminhado conosco nessa jornada – durante a apresentação, falarei aqui dos *workshops* – que, para a gente, contribuiu muito para a gente ampliar nossas ações na gestão do clube e transformar a APA no que ela é hoje, um grande símbolo de transformação social que acontece lá no Sertão pernambucano.

Antes de começar a apresentação – tem uma apresentação minha aí, pode colocar, por favor...

É muito bom, Leila, estar aqui neste momento, porque escutá-la e falar com uma pessoa que foi do esporte, viveu o esporte, que fala com a alma, que fala com o coração, para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é da área de educação física, é uma felicidade muito grande, e tê-la aqui nesse espaço de voz.

Para mim, é um prazer muito grande estar aqui. E vou falar aqui desse clube que vem fazendo uma grande transformação no Sertão...

Opa, deixe-me só ver aqui, só me habituar aqui ao... Pronto, o.k.

Esse clube está situado lá no Sertão pernambucano. A gente tem uma atuação forte no segmento paralímpico, mas atua também no segmento olímpico. Desde que a gente iniciou o nosso trabalho, lá em 2003, a gente teve que fazer uma reformulação administrativa ao longo dos anos, porque a gente teve que entender, como acontece com a maioria dos clubes esportivos e paradesportivos, que o professor é o presidente, é o tesoureiro, é o diretor, e a gente entendeu, naquele momento, que precisava dar um passo atrás para a gente se reorganizar, se reestruturar. Foi a partir daí que a gente sentou, durante o período da pandemia – a pandemia impactou diretamente todos os clubes e o mundo inteiro –, naquele momento que para a gente foi muito importante, porque a gente disse: "A gente precisa se reorganizar, senão a gente vai passar a vida inteira aqui tentando ir atrás de recursos, de investimento, mas a gente não sabe como fazer isso", então, foi o momento em que a gente parou para refletir e passou a distribuir nossas funções internas.

Eu trago aqui como é que a gente está posicionado lá no Nordeste. A gente está localizado na cidade de Petrolina, uma cidade banhada pelo Rio São Francisco – ali, Petrolina e Juazeiro, no entanto hoje a gente já expandiu nossas ações para o entorno das cidades. Então, a gente está hoje no Estado de Pernambuco e na Bahia.

E aí eu coloquei ali as cidades em que a gente está, cada uma com um pontinho: Petrolina, Lagoa Grande, Ouricuri, Bodocó, Santa Maria, Juazeiro e Remanso. E por que eu coloquei somente esses municípios? Porque nesses locais é onde a gente está atuando formalmente. Nesses locais a APA Petrolina tem hoje um professor e um estagiário desenvolvendo essas atividades, tá?

Deixe-me passar.

E aí eu trago um pouquinho dessa nossa trajetória ao longo dos anos para saber como foi que a gente chegou neste momento atual. A entidade inicia, no ano de 2003, sua organização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundação, nasce em 2006 juridicamente, e, a partir de 2016, a gente começa a fazer um trabalho de gestão um pouco mais forte onde foi potencializada a partir da pandemia. E aí a entidade passa a ser de utilidade pública municipal, passa a receber prêmios.

Em 2023 foi o momento em que, em conversa com o João – a gente ainda nem se conhecia pessoalmente, eu acredito –, o João disse: "Natanael, gostaria que a APA estivesse conosco nos *workshop*s, levando um pouco da experiência que vocês têm aí do Sertão nordestino". E aí é importante a gente lembrar que até aquele momento, Leila, em 2023, a APA tinha acabado de conquistar o título nacional de atletismo paraolímpico. Então, a gente está falando de uma entidade do Sertão pernambucano sem infraestrutura adequada que conseguiu conquistar o título nacional de esporte paraolímpico. E aí, respeitando as devidas proporções, é como se eu tivesse uma equipe de voleibol treinando num campinho de areia e ganhando a liga nacional de voleibol – e a gente conseguiu essa conquista do título nacional. E aí a gente viajou o Brasil todo, junto com o João, passando um pouco dessa experiência de como foi que a gente conseguiu chegar até esse ponto.

Então a APA, durante esses 23 anos de história, já impactou mais de 4,5 mil pessoas. Estamos em sete municípios e em dois estados. E a gente tem trabalhado muito na ação de gerar oportunidades, que é o que o Fábio acabou de falar e a Leila reforçou. Então a gente tem ampliado nossa pirâmide com os projetos incentivados – é importante falar isso. Hoje são sete projetos incentivados e onze escolinhas esportivas na região. Então hoje nós estamos diretamente, só com atletismo, com 880 crianças sendo atendidas, fora as outras modalidades de projetos sociais que a gente passou a evoluir.

Então, a gente entende que é preciso massificar, gerar oportunidades para essas crianças; e àqueles que têm a potencialidade e queiram entrar no esporte de alto rendimento a gente tem feito essa migração para o esporte de alto rendimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NATANAEL PEREIRA BARROS – Isso.

E aí eu vou chegar nesse ponto da pista, porque a gente entende que, nesse caso, a medalha começa antes, ela começa no acesso. A gente precisa dar o acesso para que essas crianças possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticar o esporte, e para que, durante esse processo, aqueles que tenham habilidade e que tenham as condições necessárias possam migrar para o esporte.

Por isso é que a gente está aumentando essa nossa pirâmide, gerando mais oportunidades, levando núcleos para cidades do entorno da nossa cidade. Com isso, a gente tem conseguido grandes resultados, que eu vou falar aqui na frente. Então a gente tem lá a iniciação acolhedora, gerando oportunidades, fazendo com que essas crianças, tanto com deficiência como sem deficiência, tenham acesso, e aí os professores dessas escolinhas vão fazendo esse filtro para a gente poder trazer para as modalidades esportivas.

Aqui são crianças de polos que a gente tem no entorno da cidade de Remanso: um aluno com síndrome de Down e uma aluna com deficiência visual, que é a atual campeã brasileira escolar. E aí, quando a gente chega à comunidade, a mãe relata: "Nossa, eu não tinha perspectiva e estou aqui com minha filha que hoje é campeã brasileira escolar".

Então a gente tem trabalhado muito essa ampliação das nossas escolinhas esportivas.

E hoje é um quadro... Esse dado é o dado que tem aí no relatório de gestão, mas nós já estamos hoje com 880 crianças, aumentamos mais um núcleo de atletismo paralímpico. Tem todo um processo aí de quando nós começamos com os projetos das escolinhas: primeiro, foram dois núcleos, com 160 crianças sendo atendidas somente na cidade de Petrolina; hoje nós estamos com 11 polos e são 880 crianças somente com aulas de atletismo.

E o que isso representa? E o que vem representando?

Deixe-me passar... Acho que não foi aqui. Opa! Deixe-me só voltar.

Isso vem representando que essa base que a gente vem trabalhando no entorno tem atingido esses resultados. E isso foi possível graças ao apoio do CBCP, porque foi por lá que a gente adquiriu as passagens para que a gente pudesse levar esses jovens para o campeonato brasileiro.

E aí é um dado muito importante também, Leila, porque geralmente o clube ou é muito bom na base ou é muito bom no alto rendimento. Eu estou falando aqui da equipe campeã brasileira sub-17, da equipe campeã brasileira sub-20, da equipe campeã brasileira sub-23, que serviu também de apoio para a equipe que é hoje a atual tetracampeã brasileira de atletismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralímpico. Então, isso é um feito muito importante para a gente e tem um significado muito importante para a nossa região.

A partir desses dados, dessas informações, que podem ser encontradas no relatório de gestão, a gente fez um mapa dessa nossa evolução. Nos três últimos anos ali, em que a gente tem o apoio do CBCP, a gente vê esse quadro de medalhas subindo, saindo de 19 medalhas de ouro para 30 medalhas de ouro.

Aí a gente fez também um levantamento de pontuação. A pontuação da APA é aquela em verdinho ali, nos últimos anos: 2022, 2023, 2024 e 2025. Então a gente deu um salto na pontuação muito alto, a gente está falando aqui de 140, 150 clubes em disputa, e a APA Petrolina vem nessa crescente, trabalhando fortemente para manter essa hegemonia no atletismo paralímpico.

O que chama a atenção em todo esse processo? A APA Petrolina vem há cinco anos renovando sua certificação. A gente tem um cuidado muito grande com toda a nossa transparência, então a certificação é um documento com que a gente tem um cuidado. O que chama a atenção, voltando aí, é o local de treinamento dos nossos atletas. Então, ainda estou falando que aqui é um dos melhores locais, que é o de Petrolina. Quando a gente pega todo o nosso entorno, a gente não tem infraestrutura. Todo treinamento é feito nessa localidade. O que a gente precisa, neste momento, é descentralizar a infraestrutura, né? A infraestrutura ainda está localizada nos grandes centros e no litoral. A gente precisa olhar agora para o Sertão.

E aí, a gente traz... Porque a APA recebeu agora, da Prefeitura do Município de Petrolina, uma área de 31 mil metros quadrados. Então, hoje a gente está nessa caminhada e aí a gente está aqui pedindo o seu apoio. Quando estiver com os Senadores do Estado de Pernambuco, conversem com os Senadores do nosso estado, para que a gente possa ter esse complexo no Sertão, lá na cidade de Petrolina, e que a gente possa acolher esses meninos, que esses meninos que lá estão não precisem se deslocar para outros grandes centros. A pista de atletismo mais próxima que a gente tem fica a 600km de Petrolina, né? Outros atletas precisam estar no centro de treinamento para poder fazer seu treinamento. A Leila passou por isso quando jovem, né, Leila? De sua cidade, para se deslocar, para ir para BH.

Então, a gente vem hoje trabalhando para poder construir esse nosso complexo esportivo, que vai atender não só Petrolina, mas toda uma região. Não há, no Sertão nordestino, uma pista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atletismo oficial. Já temos o projeto, já temos o orçamento, estamos prontos e preparados para que esse complexo saia do papel, tá?

Antes de encerrar, deixe-me passar aqui. Então, aqui fica a minha mensagem e o meu pedido institucional para esta Comissão. A APA apresenta evidência de que o paradesporto cresce quando território, governança e investimentos caminham juntos. A APA é uma prova viva disso, né? A gente tem trabalhado, dia após dia, para poder conseguir hoje essa estrutura, para que a gente possa dar uma qualidade maior aos atletas paralímpicos de nossa região. E aí o pedido que fica é para fortalecer o CBCP, porque fortalecer o CBCP também fortalece os clubes, e para criar um apoio permanente aos centros regionais, para que a gente tenha essa descentralização dos complexos esportivos ou dos centros esportivos.

Eu agradeço aqui este momento. Tem um vídeo aí que eu deixei, de 50s. É um vídeo curto que fala da conquista do tetracampeonato brasileiro de 2025, que foi conquistado pela APA, né? É uma trilha sonora do nosso conterrâneo, João Gomes, que representa muito para os atletas paralímpicos e também para a APA Petrolina.

Então, pode passar o vídeo, por favor.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você só me passa esse vídeo aí, que eu vou passar para os Senadores de Pernambuco. (*Risos.*)

Lindo vídeo! Parabéns pelo trabalho, Natanael. Mande meu abraço a todos os atletas e todos da APA. Que belo trabalho! Quem sabe... Eu quero ter a oportunidade, quem sabe em breve, com os meus colegas Senadores, de visitar o espaço. Parabéns! Parabéns!

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Nathalia Cavalcanti de Araújo, Gestora Técnica e Social na Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe) – nosso Cetefe.

Por favor, Nathalia. Seja bem-vinda.

A SRA. NATHALIA CAVALCANTI DE ARAÚJO (Para expor.) – Olá, bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite de estar aqui presente hoje, principalmente com os nossos atletas que estão aqui, nossos beneficiários, com essa grande mesa. É uma honra estar podendo falar sobre a nossa instituição e falar sobre todo o apoio que a CBCP tem nos oferecido e hoje conversar sobre essa entidade que é tão importante para o paradesporto brasileiro.

Atualmente eu atuo na gestão técnica e social da Cetefe. Sou uma mulher branca, cabelos longos, tenho 1,59 e meio de altura, eu acho esse "meio" muito importante, eu quase tenho 1,60m. (*Risos.*) Eu hoje estou vestindo um *blazer* branco com riscas pretas e uniforme da Cetefe.

Agradeço mais uma vez pelo convite.

Atualmente, a Cetefe desenvolve, aqui em Brasília, as suas atividades paradesportivas de reabilitação. Então, neste ano, fizemos 36 anos, um grande número. Desenvolvemos de forma totalmente gratuita as nossas atividades, ações e serviços para pessoas com deficiência e seu núcleo familiar – o que hoje é muito importante: a gente vê o núcleo familiar como parte desse processo. A família está ali junto, são eles que levam os nossos beneficiários, são eles que estão dando suporte desde a reabilitação.

Hoje, a gente tem em nossa instituição mais de 1,7 mil beneficiários, sendo, desses 1,7 mil, 520 praticantes de modalidades paradesportivas e de reabilitação.

A Cetefe é uma das entidades fundadoras do CBCP. A gente participou ativamente dessa grande mudança na gestão dos recursos públicos e na mentoria das associações e clubes que atuam hoje no paradesporto.

Hoje, o CBCP é muito mais que um apoio para a nossa instituição. Ele é fundamental para a nossa gestão, capacitação de recursos, reestruturação, participação em editais, eventos e competições. Uma grande equipe sempre está à disposição para nos auxiliar – e é à disposição mesmo! Se eu mandar uma mensagem aqui neste minuto, eles me respondem. Não importa qual seja a sua dúvida. É como o nosso colega de profissão Gastão falou: realmente são 1.001 utilidades. Eu nunca tive uma negativa, eu nunca tive uma falta de resposta, uma dúvida nunca foi pequena para o CBCP. Eles sempre estavam lá, dia após dia, para nos apoiar. Acredito que dois dos grandes requisitos – vou até perguntar para o João se isto é verdade – para contratar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CBCP, para ser colaborador no CBCP são a paciência e a prestatividade, pois nunca houve um momento sequer em que os nossos questionamentos não fossem esclarecidos.

O Cetefe hoje participa ativamente de muitos campeonatos. A gente participa de muitas audiências, muitas reuniões, justamente para poder transformar, ajudar, auxiliar o esporte. O paradesporto... Parece meio clichê, mas ele realmente é transformador, é uma ferramenta de conduta, é uma ferramenta de inclusão. Estar à frente de instituições, estar ao lado de instituições que prestam esse serviço é um orgulho para todos nós.

Hoje, o CBCP é fundamental para a nossa gestão, para a nossa captação de recursos, para a participação nos editais que oferece.

Acredito que um dos veículos transformadores é justamente poder oportunizar a pessoas com deficiência o acesso ao esporte, o acesso a uma reabilitação de qualidade.

No ano passado... Eu tinha um sonho que foi realizado. Eu estou no Cetefe laboralmente há 20 anos, mas eu nasci no Cetefe. O meu sonho – e o sonho de muitos beneficiários, muitos colaboradores do Cetefe – foi realizado pelo CBCP, que foi a gente ter uma piscina aquecida. Neste mesmo período, agora em maio, nossas atividades com certeza estariam interrompidas pelo frio, porque muitas pessoas com deficiência não suportam, devido à deficiência, a água fria, e hoje é o primeiro ano nosso em que a gente não vai interromper as nossas atividades na piscina. (*Palmas.*)

Nossos atletas treinam a pleno vapor. Nós, que somos do esporte, sabemos o tanto que isto é efetivo: não ter o seu ciclo esportivo interrompido. A gente gera anualmente um ciclo de treinamento para os nossos beneficiários, e ele não foi interrompido. Dentro desse processo, também estão os nossos beneficiários da área de reabilitação, que futuramente vão estar no esporte, e eles utilizam essa mesma piscina para poder fazer a sua atividade de reabilitação, utilizando a piscina todo o ano, faça frio ou faça sol, o que é o primordial para o nosso desenvolvimento e continuidade.

Saltando do treino para as competições, quem é atleta – e uma parcela percentual dos nossos atletas está aqui hoje – sabe da importância que é ter um transporte, sabe da importância que é ter uma hospedagem. E, do ano passado... Vou contar do ano passado para cá: mais de 200

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atletas foram beneficiados pelas passagens aéreas do CBCP, oferecidas pelo CBCP. Isso é um marco muito importante, porque os nossos beneficiários passavam dois dias na estrada para ir a uma competição no Nordeste, ou às vezes a uma competição aqui mesmo no Centro-Oeste – para Cuiabá, por exemplo, é um dia e meio de viagem –, e hoje eles vão de transporte aéreo. Muitos atletas nunca tinham andado de avião, e poder levar uma equipe com mais de 20 pessoas, todas de avião... A gente lota hoje os aviões, porque realmente a gente usa e abusa desse recurso. A gente não tem palavras para definir o nosso agradecimento. Atualmente esse é um dos recursos mais essenciais que a gente tem sendo oferecido pelo CBCP. Todos os atletas que estão aqui hoje já viajaram pelo CBCP; e, de 520, 200 só desse último edital já foram beneficiados.

Eu aproveito esta oportunidade de fala, na qual eu represento as instituições apoiadas... A gente está aqui com entidades que são potências no paradesporto, inclusive a APA dá trabalho para a gente (*Risos.*) – dá trabalho –, mas ela tem o mesmo propósito de desenvolver o esporte. Então, nas pistas somos adversários, mas na vida a gente está em conjunto para desenvolver o esporte paraolímpico e o paradesporto para quem não tem esse acesso.

Então, hoje, representar uma dessas instituições apoiadas pelo CPB, com valores que geram impacto social, inclusão, propósito, conectando o presente que antes era ou parecia ser inalcançável, porque os recursos estavam lá, mas era difícil para nós gestores alcançarmos esses recursos... A gente carrega, no nosso uniforme, a marca do CBCP, como um clube apoiado, mas mais do que o CBCP proporciona, ele transcende a palavra apoio, potencializa e promove as entidades rumo à autonomia, ao desenvolvimento e à transformação. Em nome dos nossos beneficiários, em nome da comissão técnica, o nosso muito obrigado para essa instituição que vem, a cada ano, transformando o esporte, o paradesporto.

Eu estou na Cetefe, como eu falei, há muitos anos. Então, eu tive um exemplo muito grande do fundador da Cetefe – e tenho até hoje –, o Prof. Dr. Ulisses de Araújo. E, desde que eu me conheço por gente, ele me mostra a importância de poder auxiliar, ajudar. Antes mesmo da Lei Brasileira de Inclusão, ele já tinha esse propósito de incluir, de mostrar que o esporte está para todos. A gente não pode discriminar classe, deficiência, cultura, e a Cetef tem esse propósito.

Há 36 anos, a gente desenvolve, sem nenhum tipo de discriminação, o esporte e a reabilitação de pessoas com deficiência. Para isso não há preço. Tudo o que a gente fez, o que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente transformou, as dificuldades, o nosso crescimento foram a base para promover aos nossos beneficiários qualidade de vida e, hoje, através de leis, os seus direitos. Porque hoje a gente não luta para conseguir mais um transporte aéreo, para conseguir uma piscina aquecida, hoje a gente luta por mais recursos como instituições da CBCP, para que possam nos transformar, transformar as nossas instituições, sejam elas pequenas, sejam elas grandes, em grandes potências paradesportivas.

Como a Senadora falou, às vezes um ou dois atletas são campeões, mas no grupo, no ciclo, todos se beneficiam. Quem está nessa profissão, quem é professor de educação física, quem é gestor da área paradesportiva, quem é atleta, está ali por amor, está desenvolvendo o seu trabalho por uma missão. Todos os que estão, estão ali por uma missão, a missão, justamente, de poder oportunizar às pessoas que antes não tinham acesso ao que antes não era um direito: ao esporte.

Vou me estender um pouco mais para contar a história de uma pessoa. Eu escutei há pouco a história completa, mas eu estou com essa pessoa desde que ela era criança. Ele hoje está aqui, é o nosso Vice-Presidente, o Diego Lima. (*Palmas.*)

A história dele é uma história... Eu sei que essa palavra não é muito utilizada, mas é, sim, uma história de superação. Eu o conheci criança – sem denunciar aqui a minha idade –, ele apareceu na pista, na nossa pista de atletismo, como uma criança muito contida, muito tímida, que foi transformada pelo esporte.

Eu me recordo, porque eu sempre ia, eu confesso que meu pai me levava para todos os locais, no final de semana. Em dias de semana estava lá eu, junto com ele, desenvolvendo o esporte. O Diego chegou, através de um professor nosso, na época, que hoje está com o basquete paraolímpico. Ele chegou justamente para poder mostrar para a gente como a transformação é feita pelo esporte. Com 7 anos ele estava lá nessa pista de atletismo. Quando esse professor contou a história de vida dele – eu peço até licença aqui, Diego, para contar –, vindo de uma família totalmente desestruturada, de uma família envolvida com o crime, sem nenhum propósito de vida. Ele não tinha nenhum propósito, ele tinha todos os motivos para ir por um caminho que poderia parecer fácil, mas que futuramente ia cobrar dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, o Diego é um dos campeões brasileiros na sua categoria no atletismo e vem sendo uma grande ferramenta de exemplo aos nossos beneficiários que são crianças, aos nossos beneficiários que acabaram de se transformar em pessoas com deficiência por algum motivo, aos pais, aos responsáveis, mostrando que o veículo do esporte, a transformação que nós fizemos na vida dele, que o esporte fez na vida dele não tem preço.

Então, hoje, ele nos agradece. Não tem um dia que ele me encontre e que não fale um pouco da Cetefe, não fale como a Cetefe transformou a vida dele, mas eu que agradeço a transformação que ele fez em nossas vidas, em mostrar que toda pessoa tem a oportunidade de crescer, toda pessoa tem uma possibilidade de mudar de vida.

Hoje, o Diego tem família, tem o trabalho, tem tudo isso. Hoje Professor de Educação Física, ele seguindo o exemplo dos nossos professores, igual ele fala, do seu grande pai, seu grande mestre Ulisses. Ulisses tem muitos filhos e eu tenho muitos irmãos, porque ele realmente mostrou para a gente que a Cetefe, e qualquer instituição que apoia a pessoa com deficiência, tem um papel fundamental de transformação.

E você acordar todos os dias e poder possibilitar, através de políticas públicas, a melhoria para os nossos beneficiários, para as pessoas que praticam esporte, isso não tem como você definir em palavras, não tem como você dimensionar.

Hoje o João está à frente da Presidência da CBCP, mas ele sempre esteve à frente, desde que eu me conheço por gente ele está lá, desde que ele entrou no CPB, junto lá da sua instituição, da sua associação, ele sempre esteve presente no papel de transformação.

E hoje eu estou aqui para agradecê-lo, agradecer ao CBCP, agradecer a todos os colaboradores, agradecer à Senadora Leila, que sempre está ao nosso lado, sempre apoiando o esporte para a pessoa com deficiência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. NATHALIA CAVALCANTI DE ARAÚJO – Não poderia me esquecer também de agradecer aos nossos apoiadores, que estão sempre nesse processo e é onde a gente faz as nossas atividades, realiza todas as atividades, que a Enap, é um órgão do governo, estamos lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gratuitamente desenvolvendo as nossas atividades. Temos apoio das secretarias: Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, Secretaria Nacional de Paradesporto, para desenvolver o nosso trabalho.

E a gente vai continuar nessa luta, porque ainda é a luta. Eu quero um dia sentar e poder informar que a luta se foi: "Hoje a gente só colhe os frutos", mas ainda é uma luta.

E, não menos importante, quero agradecer a todos os representantes daqui da Cetefe, os nossos beneficiários, porque, sem vocês, o que seria da Cetefe? Vocês mostram para a gente a cada dia o papel transformador.

Quero agradecer também como mãe, porque hoje eu sou mãe de uma filha com deficiência, ela tem autismo, e ela é uma das beneficiárias da Cetefe. E eu sei o papel, agora falando realmente como mãe, o papel transformador que é o esporte na vida de uma criança com deficiência.

Hoje, ela pratica as atividades, do jeitinho dela, da maneira dela, mas com muita paciência dos nossos colaboradores, nossos professores, que estão lá a cada dia, para que ela se desenvolva e tenha autonomia, porque é isso que a gente quer. É isto que a Cetefe quer: autonomia para que qualquer pessoa, qualquer cidadão, qualquer família consiga ter os seus direitos adquiridos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Nathalia, pela sua participação, pela fala. Realmente a Cetefe faz um belo trabalho e a gente, todo o movimento paraolímpico de Brasília em especial deve muito ao trabalho da Cetefe, ao trabalho do Prof. Ulisses, que realmente é uma referência para todos nós. Eu vou aproveitar e mandar meu abraço para ele, porque ele faz falta presencialmente.

E agradeço a todos vocês essa parceria e todo esse trabalho lindo que vocês fazem aqui em prol da pessoa com deficiência, em especial aqui do Distrito Federal, viu? Obrigada pela sua participação.

Vou passar a palavra agora para o nosso último expositor, que é o Sr. Antônio Manoel Pereira, Presidente da Associação Esportiva e Cultural Brasília Quad Rugby. Seja bem-vindo, Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO MANOEL PEREIRA (Para expor.) – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Senadora Leila; o seu João, como eu o chamo, seu João Batista, Presidente do CPB; Rosinha e o pessoal do CBCP; o Prof. Fábio, a quem eu conheço antes de ser Secretário, por uma ocasião bacana que foi uma apresentação que o nosso time foi fazer em uma atividade e eu conheci o Prof. Fábio; o Prof. Rodrigo, que é o Vice-Presidente Administrativo da ABRC, que se encontra na plateia, uma das pessoas que tem incentivado bastante o rúgbi em cadeira de rodas, a modalidade a qual eu represento; a Profa. Nathalia, a gente foi contemporâneo de curso também de Educação Física na Católica, direcionado pelo professor Ulisses.

Eu também já fiz parte do Cetefe, eu fui um atleta do Cetefe. E tem até uma história peculiar com o Prof. Ulisses, em que eu cheguei para ele e falei: "Professor, eu estou sendo convidado para trabalhar com o rúgbi em cadeira de rodas". Isso em 2013, 2014 mais ou menos. E aí ele me falou: "Você tem certeza absoluta de que você quer fazer isso?", porque eu era atleta de tiro com arco do Cetefe e abandonei o tiro com arco para me dedicar ao rúgbi em cadeira de rodas, né? Foi uma atividade que eu conheci no Sarah, na Rede de Hospitais Sarah, aqui em Brasília, e me apaixonei pelo rúgbi em cadeira de rodas.

Eu vou falar um pouco sobre a nossa instituição, que é a BSB, uma associação formada por pessoas com deficiência, e a gente fazia parte de uma outra associação que tinha outras modalidades; mas a ideia do rúgbi em cadeira de rodas é montar clubes, né? Então a gente acaba não conseguindo captar muitos atletas para outras modalidades, porque a nossa modalidade em si é só o rúgbi em cadeira de rodas.

E aí, desde 2011, que foi quando a gente formou essa equipe de rúgbi em cadeira de rodas, a gente vem trabalhando no desenvolvimento da modalidade, porque a modalidade é muito nova aqui no Brasil. Ela veio para o Brasil em 2008 pela primeira vez. A gente montou a nossa equipe em 2011, e aí a história das equipes se mistura com o processo de crescimento da própria modalidade.

Então, eu estou aqui representando o Presidente da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas, que é o José Higino, que é um dos atletas da minha equipe. Além de técnico dele no próprio clube, eu também fui técnico dele na Seleção Brasileira de Rugby no ciclo de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 2020. Hoje o José Higino faz um trabalho de excelência, ele cumpriu um mandato agora de quatro anos e está no segundo mandato.

A gente, como atleta e como pessoa com deficiência, vendo as dificuldades do esporte, conversava muito sobre o que a gente precisava mudar e precisava fazer para que essa nossa modalidade se perpetuasse ou desse um avanço. A gente chegou em um momento em que, em muitas viagens, em muita observação com as outras equipes nessas competições, a gente viu que o que a gente precisava melhorar era a nossa parte administrativa. A parte administrativa é muito importante para que a nossa modalidade funcione e que a gente atenda as pessoas na ponta. Então, a importância de uma parte administrativa e do trabalho que o José Higino vem fazendo à frente da ABRC é muito grande, assim como o trabalho que o CBCP também vem desenvolvendo com os clubes, principalmente com os clubes menores.

A partir deste momento, do pensamento de que a parte administrativa tem que ser bem melhor, bem mais trabalhada e com seriedade, dividindo papéis – como o Natanael falou aqui, dividir papéis, saber quem faz, quem capta, quem administra... Isso é muito importante para que a gente chegue aqui e consiga pedir mais recursos. Então, a nossa associação é uma das contempladas desde o segundo edital do CBCP. A gente participou do primeiro edital. Uma das coisas importantes que o CBCP também nos ajudou bastante foi na mentoria, nas certificações, no desenvolvimento da documentação da associação, a importância de a documentação da instituição estar toda em dia para que a gente consiga captar recursos e para que a gente consiga fazer a atividade na ponta, que é atender os nossos atletas.

Queria parabenizar o Sr. João, que é uma pessoa que eu conheço já há muito tempo, desde das minhas atividades na Seleção Brasileira de Rugby no CBCP, na Andef. Então, eu conheci o Sr. João lá atrás, admiro muito a história. É muito importante que todos nós aqui, principalmente os atletas, entendamos a história, a nossa história. Sem conhecer a nossa história, a gente não consegue projetar um futuro e nem consegue se desenvolver. Então, é muito importante que a gente saiba de onde a gente veio, com quem a gente está e para onde a gente vai.

Eu acredito que o Sr. João tenha feito um trabalho de excelência. Eu admiro muito. Há umas duas, três semanas, eu estive lá na Andef numa atividade e me deparei com muitas histórias bonitas, inclusive as histórias do Sr. João, as histórias dos atletas, as histórias da Rosinha. Isso me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixa muito feliz por fazer parte desse movimento. O Prof. Ulisses me falou lá atrás: "Você tem certeza de que você quer trabalhar com isso?". E eu estou lá desde 2016, aos trancos e barrancos, tira dinheiro do bolso, corre atrás de alguém... A própria Senadora já ajudou a gente quando Secretária do Esporte aqui no DF. Agradeço muito pelo tempo em que a senhora esteve à frente da pasta, quando sempre atendeu a gente da melhor forma possível.

Quero agradecer pelo trabalho do CBCP, dizer para o Sr. João que a gente está junto para fazer uma luta forte e falar com os atletas que é muito importante que vocês, além de atletas, também se interessem pelo desenvolvimento da modalidade e pelo desenvolvimento da própria entidade. No futuro, é a gente que tem que cuidar desse nosso desenvolvimento. Hoje, a gente tem o Sr. João, tem a Nathalia, tem o Ulisses, tem a Senadora Leila, tem outras pessoas que ajudam bastante, mas eu acho que a luta é nossa. A gente não pode deixar de fazer essa luta. A gente tem que ser representado por um de nós. Até conversei bastante com a Rosinha sobre isso, acho que ela é uma das pessoas que representaram a gente. Tem muitos atletas, Rosinha, que não a conhecem, que não sabem da sua história, mas ela é uma das pessoas que fizeram muitas coisas acontecerem, e a gente talvez nem saiba disso. Eu acho que é muito importante a participação de vocês aqui, a participação em todos os eventos a que a gente tiver a oportunidade de vir. Vamos ocupar, vamos falar, vamos perguntar, vamos pedir para participar, porque eu acho que o interesse é nosso.

Eu ouvi muitas falas aqui, e uma coisa que está cravada aqui é o seguinte. Nós atletas e as instituições precisamos muito, Senadora, da contribuição do CBCP para essas atividades que a gente tem, mas poucas pessoas vão aproveitar isso, como está demonstrado no gráfico ali, não é, Sr. João? As entidades não conseguem se organizar, existe uma dificuldade, por exemplo, de trazer atletas novos por conta de material... Por exemplo, eu acho que o acesso para o atleta é o material, eu não consigo fazer nenhuma atividade física se eu não tiver uma cadeira, se eu não tiver... Esse material é a porta de entrada para que eu seja um atleta. Muitas vezes – eu acho que talvez até a Nathalia já passou por isso – chega alguém lá na sua instituição e você tem que dar uma cadeira que não está na medida adequada da pessoa, corre o risco de ela se machucar e depois não conseguir mais fazer a atividade.

Então é muito importante que a gente pense nisso, pense que o material é... Para eu correr na rua, só por prática esportiva de lazer, eu preciso de uma cadeira, eu preciso ter esse material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em mãos. Então é uma coisa que fica sempre marcada. Acho que é a maior dificuldade que eu vejo no acesso hoje. Eu consigo levar o meu atleta para a competição porque o CBCP desenvolve ali as passagens, a hospedagem, mas às vezes o meu atleta não tem uma cadeira adequada para competir, material adequado para competir. Então é uma coisa muito importante, eu acho que esse é o próximo salto. A gente já tem até na saúde, a gente disponibiliza cadeira. A gente tem cadeira usual disponibilizada pelo SUS, cadeira usual e cadeira de banho. Eu acho que seria muito importante que a gente conseguisse isso de uma maneira mais fácil. Se eu quiser fazer a prática do esporte, que eu consiga adquirir uma cadeira com mais tranquilidade e de repente estar no Cetefe, estar na APA, estar no BSB com o meu material em dia e com uma facilidade de praticar o esporte.

No mais, eu queria agradecer à Rosinha; ao pessoal do CBCP, Sr. João, parceiro; à Senadora Leila, convidá-la para conhecer o nosso projeto. A gente continua no Centro Olímpico do Gama. Desde que o Centro Olímpico inaugurou, a gente é assíduo lá: segunda, quarta e sexta, sempre das 18h às 20h, porque os nossos atletas trabalham durante o dia e treinam durante a noite, então é tipo jornada dupla, mas a gente está lá firme e forte. Estão todos convidados, caso queiram participar como voluntários ou como ouvintes lá.

É isso. Obrigado, e até mais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito pertinente a sua fala, Antônio, porque, se o movimento ainda tem muito que avançar, lembrem-se de que antes de vocês estarem aqui outros vieram e passaram muito mais dificuldades, inúmeras dificuldades, sem leis da loteria, sem Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Enfim, gente, olha, esses avanços a gente tem que... Porque brasileiro tem memória curta, eu sei disso porque eu sou a primeira geração a ganhar uma medalha no voleibol feminino do Brasil. Mas tudo bem, isso aí... Mas as pessoas, o público não esquece, esse que é o barato. Mas, assim, é muito importante que a gente deixe viva, que a gente possa deixar viva essa memória daqueles que construíram, que chegaram em situações muito mais precárias, sem nenhum tipo de infraestrutura, de legislação, para que hoje tanto o movimento olímpico como o paralímpico tivessem esses avanços. Então nós temos figuras aqui que são as precursoras, são as pioneiras para que hoje vocês, enquanto atletas, tivessem a estrutura, que antes era muito pior e era muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precária. A gente sabe que foram essas pessoas que estiveram nesse fronte, travando aqui batalhas dentro desta Casa, né, Rosinha?

Vou dar a palavra para a Rosinha, ex-Deputada Federal, porque acho que é muito importante que ela fale também, porque tem todo um trabalho direcionado para a pessoa com deficiência aqui, dentro desta Casa. A Rosinha foi uma pessoa muito determinante nesse processo.

Aproveito a sua fala também, Antônio, quanto à questão dos equipamentos. Para quem não sabe, a Lei Geral do Esporte tinha essa questão das isenções para os equipamentos, principalmente para o movimento paralímpico, o que foi vetado, e nós conseguimos reverter essa situação. Nós conseguimos reverter junto ao Governo Federal. Esse veto vai ser derrubado, e nós vamos conseguir as isenções que vocês precisam para as cadeiras, enfim, para a canoagem, para a paracanoagem. Assim, tem vários outros esportes que precisam de equipamentos, e esses equipamentos não se tem no Brasil, são equipamentos importados caríssimos.

Então, é até difícil a gente cobrar de qualquer instituição, de um ministério, sendo que, quanto a esses equipamentos, a gente está falando de dólar, né? Então, é muito caro, e a gente conseguiu junto com a Receita Federal, com o Secretário Barreirinhas e com o trabalho – eu tenho que falar isso – do Senador Jaques Wagner e do Randolfe junto ao Ministério da Economia, do Planejamento, também... da Fazenda, na verdade. A gente conseguiu a derrubada desse veto. Agora nós estamos aqui, ansiosamente esperando a convocação para a sessão do Congresso, para nele constar na pauta esse veto, mas é só para anunciar a vocês que já tem um acordo e que nós vamos ter essas isenções em breve, tá? É isso.

Vou passar a palavra agora para a Rosinha.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Senadora, eu confesso que eu estou aqui numa mistura de emoção, de orgulho. Passa um filme na minha cabeça, assim, da época em que eu era atleta, né? Eu me descobri como pessoa com deficiência por conta do esporte; até então, eu era só a filhinha superprotegida da minha mãe, da minha família, e aí o esporte me mostrou a vida, me mostrou o mundo de verdade, real, e o esporte tem isto: traz a gente para a realidade, e a gente consegue crescer da melhor maneira possível, é a melhor forma de inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar um pouquinho, assim, de cada coisa; vou tentar lembrar cada fala de uns e vou pontuar.

O Manoel tem uma história de vida como muitos aqui, porque adquiriu a deficiência já adulto, né? Tem uma grande diferença nisso, porque eu tive pólio aos 2 anos de idade; então a minha vida toda foi pautada de outra forma. Eu já enfrentei as limitações desde sempre; ele não: depara-se como uma pessoa com deficiência, como a maioria dos brasileiros, sem muito recurso financeiro. Então, são duas dificuldades a enfrentar, né?

E que a gente não seja olhado pelo mundo só por esse lado de superação, mas nem todos têm essa capacidade de resiliência que você teve, e hoje é exemplo para muitos atletas no Gama e no país. Então, isto é um motivo de orgulho: estar dirigindo a instituição e fazendo um trabalho maravilhoso, junto inclusive com a ABRC, porque também o rúgbi, Senadora, saiu de um patamar de não existir para, em dez anos, já estar, já, já, disputando a medalha de ouro na Paralimpíada, se Deus quiser.

Então, é um orgulho para a gente saber disso, e tem um bocado do trabalho de vocês, do Higino e seu, porque o rúgbi começou e se fortalecer aqui, em Brasília, e a gente também tem muito orgulho disso.

O João vai dizer, mas eu já vou soltar aí... Como é que a gente diz? *Spoiler*, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – O *spoiler*. Está no forno – não é, João? – o material; o edital do material está no forno. Aguardem; já, já chega.

A gente sabe que... Parece que o nosso dinheiro é muito, mas não é, e o João tinha que decidir por onde começar a fazer com que os atletas tivessem acesso ao recurso das loterias, através do CBCP. Ele, sabiamente, buscou a questão de beneficiar os atletas através de participação em competições, porque a gente sabe que até com um cabo de vassoura a gente arremessa lá e ganha a medalha no atletismo, mas, sem chegar a uma competição, não adianta! A Senadora sabe o que é ser atleta: realmente, a gente se motiva a cada marca que a gente vence, e participar das competições é imprescindível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi por esse caminho, mas todos os outros já estão no plano de ação estratégica que, desde sempre, a gente vem melhorando a cada ano. Inclusive, parabenizo toda a equipe através do trabalho de Andrezza, porque o plano estratégico tem um bocado da cabeça dela, e de toda a equipe, é claro. A gente tem melhorado a cada ano. "Eita, faltou isso!"; a capacitação dos gestores; a capacitação dos técnicos... Toda hora a gente vem aperfeiçoando, e vai seguindo.

A equipe da APA é uma referência para o país, realmente, porque a gente sabe das dificuldades com que o povo nordestino, em especial os sertanejos, tem que conviver; lá, especialmente, porque a distância é muito grande. Então, não é só a falta de recurso, a dificuldade do clima, da terra e tudo mais, mas é a distância que tem que se vencer para ter acesso a qualquer coisa: à saúde, à educação e, ainda mais, ao esporte.

Eu fiz questão de gritar aqui: como é que a gente ganha medalha de corrida sem pista? Porque isso faz uma diferença, e aí a gente volta para o equipamento: o equipamento do corredor é a pista boa. Correr em uma pista de barro, de chão, de terra não é a mesma coisa de correr numa pista oficial. A gente sabe que faz uma grande diferença, então, para a gente, é um orgulho!

O João também, sabiamente, levou a APA como uma referência de organização e de conquistas para a gente mostrar às outras instituições. Muita gente olha para a APA e fica: "Vou copiar". É isso, a gente tem que copiar os bons exemplos. Eu só sossego quando vir aquela pista, vou até correr (*Risos.*)! Vou até correr naquela pista. Já, já, chega!

O João faz questão, inclusive, de trazer a APA toda vez que a gente está com a oportunidade de falar, Senadora, porque é exatamente para mostrar e deixar a sementinha plantada – a Senadora agora já tem outra visão e vai se engajar nessa luta, tenho certeza.

O Cetefe, meu Deus do céu! E essa mulher, então, é a cópia melhorada do Prof. Ulisses (*Risos.*), a cópia feminina do Prof. Ulisses, que já é o que é, maravilhoso. Está fazendo trabalho agora lá pelo Rio. Em tudo o que foi feito aqui por ele na frente, ele deixou a melhor parte dele, que é a Nathalia, tomando conta aqui agora, e ele está abrindo campos lá no Rio, desbravando outras terras – e não só com o esporte, porque a gente sabe que a inclusão passa por n caminhos, e a inclusão através do trabalho também – como é que a gente diz? – é a sobrevivência, né? É muita gente que não tem aptidão para o esporte, não consegue sobreviver através do esporte, mas a inclusão através do trabalho, dos contratos, dos convênios, dos caminhos abertos pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cetefe tirou da marginalidade – marginalidade que eu falo não é só do crime, não, é de viver à margem das oportunidades –, e isso faz uma grande diferença.

E, assim, aqui em Brasília é nosso braço direito, a gente tem quase uma salinha lá no Cetefe, para tudo que a gente precisa do CBCP, a gente corre lá: "Nathalia, a gente precisa disso", e a Nathalia resolve, o Cetefe resolve. A gente vai fazer uma mobilização: "Nathalia, a gente tem uma audiência pública, a gente precisa ir para uma passeata", e ela chama a galera toda. Não só ela, porque aí são todos os nossos filiados aqui do CBCP: o Gastão, o BSB Quad, o pessoal do Para-Capital... Eu vou esquecer os nomes de todos, mas, enfim, são cinco, seis filiados que a gente tem aqui e, quando a gente chama, a galera vem junto rapidinho.

O Fábio... Fábio, tu tens mais uma oportunidade, Secretário, de abrir outro caminho através da rede SUS, da rede saúde, que são os equipamentos, porque para a prática esportiva, saindo só da vida do paciente naquele – como é que a gente fala? – ginásio de fisioterapia para um ginásio de atividades esportivas, vai-se precisar de equipamentos e ali vão nascer, com certeza, mais clubes, mais filiados do CBCP, mais pessoas que vão precisar da nossa orientação para ter uma gestão organizada, da nossa orientação para ter acesso a recursos públicos, e a gente está aqui como grandes parceiros, mas aí fica mais esse alerta.

Senadora, eu, quando conheci o esporte aos 15 anos, realmente foi uma transformação de vida: a primeira medalha, primeira viagem... Eu não tomava nem banho sozinha. Então, foi o esporte que me ensinou a tomar banho sozinha, imagina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – É, autonomia. O primeiro beijo, o primeiro namorado, a primeira viagem sozinha sem a mãe. (*Risos.*)

Então, é uma autonomia, é uma evolução como pessoa, como tudo. Então, a gente sabe que o esporte proporciona isso.

E aí eu também acabei me tornando gestora da Adefal (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas). Nós fomos no Nordeste os primeiros a habilitar a instituição como um CER – a gente é CER IV hoje... CER III –, e aí sempre ficava aquele incômodo. Eu participava dos conselhos, reclamava isso, porque enquanto não fosse obrigação ter na equipe um profissional da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física, enquanto fosse só opção, a coisa não ia acontecer. Agora, como obrigação, daqui a pouco já vem a obrigação de também investir recursos no material esportivo, é uma consequência que vai surgindo.

E como eu nasci...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quando tem no texto "poderá", a gente já sabe... Eu luto diariamente nos meus textos. Esse "poderá", esquece!

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Esse "poderá" não tem muito poder. Aí a coisa muda.

E eu nasci nisso, eu deixei de fazer a fisioterapia, porque eu encontrei na natação a possibilidade de fazer as duas coisas, sem estar naquele ginásio chato, que cansa, que é imprescindível para o nosso crescimento, mas chega uma hora que qualquer ser humano fica enjoado – a Nathalia, fisioterapeuta, sabe como é isso também. Não é isso? Então, tem uma hora que não dá. E o esporte traz isso.

E essa possibilidade de estar dentro do SUS, fazendo atividade de reabilitação... E, claro, como a Senadora falou, nem todo mundo vai ser atleta de alto rendimento. Vão poder ser atleta por um período, mas vão descobrir o mundo como eu descobri. Eu não tenho a medalha paraolímpica, nunca fui às Paralimpíadas como atleta, mas eu tenho a medalha de cidadã. Então, isso para mim foi tão importante quanto a medalha paraolímpica. Como dizia meu pai, de onde ele não esperava foi de onde mais saiu, dos cinco filhos dele. (*Palmas.*)

O bom é a gente ouvir, Manoel e vocês aí, de uma criança de 10, 12 anos, quando eu já estava Presidente da Adefal... Eu nem imaginava ser Parlamentar nem nada, mas uma criança, me vendo dirigindo o carro, chegando lá, pedindo ajuda para tirar a cadeira de rodas, disse assim: "Mamãe, quando eu crescer, eu quero ser Presidente da Adefal igual à Tia Rosinha e eu também vou dirigir o meu carro". Então, a gente ser esse bom exemplo é a melhor coisa do mundo.

E hoje eu tenho um bom exemplo, que é o João, que eu conheço há mais de 30 anos, mas, só agora com o CBCP, a gente tem uma vida próxima de convívio mesmo, de troca de experiência. Ele tem sido amigo, tem sido conselho de pai, quem se preocupa com a saúde: "Você está gorda, tem que fazer a cirurgia do seio, porque a sua coluna não vai aguentar...", não sei o quê. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é conselho de pai, porque nem todo mundo tem essa preocupação, esse cuidado, essa coisa assim... Dizer que eu estou gorda é preocupação, é querer o bem-estar, é dar um conselho mesmo, enfim, de tudo.

E como chefe... Imaginem! Tem horas em que dá vontade de mandar para PQP, mas aí passa raiva, e a gente diz: "E não é que ele está certo?". E não é que ele estava certo? Eu sou fichinha e já tenho um bocado de estrada, mas ele tem muito mais na minha frente e, então, conhece muito mais. Aí eu me calo, peço desculpa para o meu pensamento e depois sigo em frente, de mãos dadas, porque tenho certeza de que a gente fez muito e, ao mesmo tempo, muito pouco daquilo que a gente ainda precisa fazer, daquilo que os atletas, as pessoas com deficiência precisam e merecem.

Há uma frase que para mim – como é que a gente diz? – resume o que o CBCP é: uma nova janela de oportunidades para as pessoas com deficiência. Então, o paradesporto vai desenvolver muito mais do que já desenvolveu, porque agora a gente tem já a possibilidade de participar de competições; a gente já tem a possibilidade de ter os espaços de treinamento melhorados, através dos equipamentos; a gente vai ter uma roupa mais arrumada para ir não só para os treinos, mas para as competições... Enfim, é um monte de coisa que a gente precisa fazer.

Aí só o último recado. Tudo no mundo acontece só com dinheiro, mas, para ter dinheiro, a gente tem que estar organizado. E não foi à toa que a gente trouxe o Cetefe, a APA e o BSB – eu sempre me enrolo no nome – Quad. Por quê? Porque são estruturas, são instituições que já estão... Elas são exemplos de gestão. E as outras instituições precisam ter isso, porque, senão, vão ficar a vida inteira tendo que transportar atleta, como eu transportava. Eu andava de Kombi. Saía de Maceió para Fortaleza, 18 horas andando de Kombi, e, mesmo que fosse de ônibus, a gente não conseguia descer do ônibus, a gente não conseguia ir ao banheiro, porque na estrada não tinha banheiro acessível. Fazia xixi no copinho; o número dois não dava. (*Risos.*)

Mas era assim mesmo. Hoje em dia, a gente tem a possibilidade de ir... Olha aí os atletas! Não era verdade, não, gente? Andava de ônibus e fazia xixi no copinho. E, hoje, a gente consegue ir.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – O quê? Fazia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ter essas referências é importante, assim como a gente sabe que a Senadora é uma referência para a gente no esporte, é uma referência para mim, como mulher, é uma referência para a gente, como Parlamentar. Deus queira que isso continue ainda! Não pare, não!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Amém!

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Porque a gente precisa de todas essas referências para a gente continuar crescendo enquanto cidadão, porque eu sei que é isto que tu buscas como Parlamentar aqui: a melhor qualidade de vida para o nosso povo brasileiro.

Então, muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela fala, Rosinha. Adoro te ouvir!

A gente sabe, eu como atleta olímpica e vocês aqui – nós temos tantos para-atletas, para-atletas olímpicos – da nossa luta. Cada um na sua posição, a gente sabe que, para chegar num nível de excelência, é muita entrega, é muito treino, é abdicar de família, de lazer, enfim. Às vezes, do estudo também, muitas dificuldades. Hoje não, hoje tem o estudo *online*, ainda bem, mas na nossa época, na minha época – eu tenho 54 anos – era outra realidade.

Mas é isso. Eu faço aqui... A minha experiência aqui, no Congresso, tem um propósito muito claro, sabe? Primeiro, agradecimento por tudo que o esporte fez na minha vida. Toda vez que eu olho para um atleta ou para um dirigente... Assim, a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente. Eu serei eternamente do esporte, porque eu fique criada ali dentro do esporte. Eu me formei, me forjei, me tornei a mulher, a mãe, a Parlamentar com os pilares que o esporte me deu. Nós não somos da turma do jeitinho; ninguém chega à excelência sem muita dedicação. Você pode ter 15 minutos de fama, mas, para ser uma atleta que disputa, como eu, três Olimpíadas, ser a melhor em vários momentos, ter suas medalhas, a gente sabe que isso é fruto de dedicação e de meritocracia. Nós não chegamos à excelência por alguém que indicou ou por alguém que te pôs lá. Você se colocou lá, você chegou àquela condição, porque você lutou com a sua comissão técnica, com as pessoas que te dão suporte, com a sua família, e, acima de tudo, você poderia ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo isso, mas, se você não tivesse a sua vontade, o seu lado competitivo, a sua autoconfiança e a sua dedicação, não chegaria a lugar nenhum.

Então, o que eu faço hoje – eu digo a todos vocês –, eu faço por agradecimento, porque eu sei que o esporte não transformou só a minha vida, mas transformou todos ao meu entorno, da minha família, do meu irmão. A gente sabe o que o esporte e o paraesporte trouxeram para todos nós, enquanto pessoas, cidadãos e cidadãs. É muito mais do que competir e ganhar a medalha – é muito mais. É preparar mentes para as frustrações, é lidar com frustração, é ter resiliência, é ter empatia e se sustentar todo dia num propósito. É isso que faz a gente continuar, mesmo com todas as dificuldades – vocês sabem. Eu sei que todos aqui se identificam comigo, assim como eu me identifico com vocês. E é muito tranquilo a gente fazer esse diálogo aqui. Creiam que aqui dentro desta Casa tem outros Parlamentares que se identificam com a causa, mas, talvez pela minha trajetória, por tudo que eu tenha vivido, eu não só me identifico, eu pertenço. Era só isso que eu queria dizer a vocês, tá?

Já me cobraram aqui.

Eu queria tanto ouvir um atleta, um paratleta. Alguém gostaria de falar a respeito desse impacto do CBCP, do trabalho aqui das entidades, das instituições? (*Pausa.*)

Eu acho tão bacana que aqui nós temos três representantes. O João foi muito assertivo. Eu quero agradecer mais uma vez ao Fábio, representando aqui o ministério, que foi tão assertivo em trazer exemplos de sucesso na gestão dos recursos. Isso é muito bacana. Tem que ser sempre assim: a gente pedir às instituições, quando vierem, para trazerem os exemplos, para que eles possam dizer o que de fato esses recursos... Todo ano aprova aqui, aprova orçamento, debate toda hora. Porque lei, gente, nunca é perfeita, mas a gente está sempre revisitando. A gente está sendo sempre provocado por vocês, pela sociedade civil, mas a gente está sempre revisitando. Então, é muito importante isso que você fez, João: "Não, eu vou levar as entidades, as instituições que são um símbolo de... Está aqui o recurso que você me deu, Congresso Nacional, governos, mas o dinheiro, essa confiança que vocês me deram está aqui, ó: o trabalho de alguma forma realizado, reverberado e impactando outras vidas". É isto que é o barato – eu digo para vocês – de ser Parlamentar: a gente poder fazer este debate não só focado em um e outro, não, mas trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dar voz àqueles que de fato... Porque aqui a gente decide a vida das pessoas, mas a gente não traz as pessoas para o debate.

Eu tive uma roda de juventude esta semana e tomei um tapa na cara, porque os jovens hoje estão antenados. A gente acha que são tudo... que não estão antenados. Estão, sim. Uma jovem falou para mim: "Senadora, vocês falam sobre Pé-de-Meia, sobre Bolsa Família, enfim, falam sobre tantas políticas, mas o que vocês tratam sobre a minha saúde mental? Você sabe o impacto da inteligência artificial na minha vida, nas redes sociais?". Eu fiquei assim, né? "Vocês não levam a juventude para tratar, para conversar o que de fato é para mim importante." E é verdade. Às vezes a gente se fecha numa realidade e muitas vezes não tem essa capacidade de fazer este debate se não trouxer as pessoas, a sociedade, os setores para fazerem este debate.

Então, cada vez mais eu agradeço a Deus pela primeira oportunidade de dar isso a gente, porque o esporte me deu, e eu fui atleta do esporte mais coletivo de todos. Eu não me tornei a melhor atleta na minha modalidade se não fosse a força das minhas colegas: uma para passar, outra para levantar e o time todo para cobrir. Então eu sempre entendi muito que ninguém é nada e ninguém constrói nada sem a força do coletivo. Ninguém é nada, não faz nada, não constrói nada e não é nada sem o poder, a força e o apoio do outro. Então eu só agradeço a Deus esta oportunidade de todo debate que é feito, como nós vamos ter o do PND.

Nós vamos ter o debate do PND aqui, e eu serei a Relatora. Nós vamos chamar setor por setor: movimento paralímpico, movimento olímpico, os clubes, as instituições, o terceiro setor, as organizações sociais.

A gente realmente tem que dividir por setores o que o PND vai trazer de fortalecimento para o movimento esportivo, e não dá para fazer só chamando o ministério, o CBCP, o COB. Não! Tem que fazer esse movimento reverberar para a gente poder debater movimento por movimento, para que ele seja justo para todos. Fazemos parte de um só corpo, então tem que ser importante para todos.

Gente, eu já vi que ninguém quer falar... Quer falar? Ah, nós temos um. Por favor, se identifique. À vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CESAR GODOY (Para expor.) – Bom dia. Eu sou o Júlio César Godoy, sou atleta do parabadminton. Eu faço parte da Seleção Brasileira e acho muito importante tudo a que todos nós estamos assistindo aqui. Tem vários atletas aqui de várias modalidades, de vários clubes, de várias entidades, e é muito bom para a gente, como atleta.

Eu sou do esporte desde 2012, então, da época que a Rosinha falou, em que a gente fretava ônibus, ia para as competições, dormia em colchão no chão. E você vê que tudo que a gente fez não foi em vão, porque hoje a gente vê que está tendo resultado. A galera que está chegando agora no esporte está tendo a opção de escolher poder ser atleta ou não. "Ah, eu quero praticar tal modalidade." Hoje tem acesso, e cada vez isso está aumentando mais. Então eu, como atleta, fico muito feliz de ver esse movimento, porque eu falo que esses movimentos se transformam em ações. E a gente está vendo hoje atleta do rúgbi representando; a Rosinha, que já foi atleta; atletas do Cetefe; atleta do CID/Cetefe, que é nosso parceiro com a Nathalia, que é sem comentários – a gente é muito agradecido por tudo que você faz.

Agradecemos à Leila pelo trabalho excelente à frente do esporte, por tudo que representa para a gente; ao João – o João sabe o tanto que é importante tudo que ele vem fazendo. Agradecemos muito ao Secretário Fábio, o Fábio é um cara que veste a camisa mesmo. Às vezes, eu escuto assim: "Ah, mas o Fábio não tem deficiência". Eu falo: "Cara, mas ele veste a camisa muito mais do que muito deficiente que eu conheço". E é a mesma coisa com a Senadora Leila. Vocês vestem a camisa. Vocês não precisam ter uma deficiência para que falem assim: "Ah, a pessoa defende aquela causa". Não! A pessoa veste a camisa e defende a causa. Então, não é preciso nem colocar aqui tudo que vem sendo feito. É muito bom ver isso, todas essas ações.

Como atleta, e eu acho que posso falar em nome da maioria aqui, vocês não estão transformando só a vida das pessoas com deficiência, vocês estão transformando famílias através do esporte. Quando eu entrei no esporte, pela minha família, eu não teria entrado, porque a minha mãe me queria embaixo da asa dela. E eu me sentia seguro ali, em volta da minha família, em volta dos meus amigos, no meu mundinho ali. Eu não gostava de lugar movimentado, eu não gostava de ir a *shopping*, eu não gostava de sair de casa. A partir do momento em que eu conheci o esporte, o esporte não abriu portas, ele abriu fronteiras. Hoje eu já viajei o mundo. Eu não sei nem mencionar para você quantos países eu conheço. Vou dar um exemplo. Agora, dia 14 – ele é meu parceiro, a gente joga simples, joga dupla –, a gente vai para a França e, da França, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai para a Irlanda e volta para jogar o internacional do Brasil. Então, sem o esporte eu nem imagino o que estaria fazendo da vida hoje.

O esporte transforma mesmo. Se você encher essa sala aqui de atletas, e não precisa nem encher, se você pegar hoje aqui alguns atletas e perguntar o que o esporte fez na vida, ele dirá que transformou. Você pega pessoas que têm problema de depressão, problema com drogas, problema com bebida, pessoas que ficavam dentro de casa, que não queriam ser vistas, entendeu? E o esporte mudou isso. O esporte é transformador, gente. Eu sou muito suspeito para falar.

Então, eu agradeço por tudo que vocês têm feito mesmo, e peço uma salva de palmas pelos trabalhos que vocês estão executando. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, você não é suspeito, não: você é um exemplo! É isso, entendeu?

Gente, obrigada pelo seu depoimento. Assim, eu já estou sendo obrigada a terminar aqui, e os meninos também, não sei se vocês têm treino também, e eu falei: "Olha, todo mundo aqui é atleta, paratleta, todo mundo tem treino, tem uma rotina estabelecida".

Mas, assim, quero agradecer a todos vocês, a todo o movimento, na pessoa, com todo o respeito ao Fábio, do João Batista, entendeu? João, obrigada por esta oportunidade de você poder trazer um pouco do trabalho do CBCP, do trabalho da sua equipe, dessas entidades aqui, dessas instituições que vieram aqui e deram os seus depoimentos, falaram dos seus trabalhos – algumas eu conheço, como o Cetef, mas, do BSB Quad Rugby, eu vou lá assistir ao treino lá no Gama.

E quanto à APA, assim, eu já vou me prontificar, claro, a conversar com os Senadores aqui na Casa, os que representam o Estado de Pernambuco para que a gente possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você vai, você vai vender o seu peixe. Eu vou fazer a ponte para que eles possam conhecer esse trabalho lindo que é desenvolvido no Sertão de Pernambuco e que, cara, é uma fábrica de campeões que faz um trabalho lindo, que impacta não só socialmente, mas também no alto rendimento, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pirâmide do paradesporto, e que está ali, essa joia está ali no Sertão nordestino, e para a qual a gente, de alguma forma, tem que ter um olhar diferenciado, assim como para todas as regiões – na Região Norte, ali, a gente vê que há um grande desafio. Mas, ao mesmo tempo, eu fico feliz que eu sei que a instituição, a entidade está em boas mãos. O paradesporto hoje, no Brasil, está em boas mãos, seja no Comitê Paralímpico, seja no Comitê de Clubes Paralímpicos. O setor, o paradesporto brasileiro está em boas mãos, e isso nos dá muita tranquilidade.

E, olha, estamos aqui à disposição. Só quero dizer isto a vocês: estamos à disposição de mãos juntas.

E vamos encerrar, gente.

Você quer finalizar, João?

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Eu só queria dizer o seguinte.

Bom, eu, como disse, tive a oportunidade de dirigir muitas organizações do esporte de pessoas com deficiência, mas eu queria dizer aqui o seguinte. Eu vou me envolver como nunca me envolvi para fazer de Rosinha a futura Presidente do CBCP. (*Palmas.*)

Meu mandato termina agora em 2028, 31 de dezembro de 2028, e eu vou me esforçar ao máximo para que Rosinha me substitua – como o Vital me substituiu lá no CPB –, uma pessoa com deficiência, para que a gente prossiga com esse trabalho.

Eu queria, Senadora, pedir permissão à senhora também para dizer que, onde ela esteja... (*Manifestação de emoção.*) Eu acabo de perder minha esposa, que foi sempre a minha fonte de inspiração. Todos os dias eu acordava, ela estava ali, deitadinha do meu lado, e a gente trocava um beijinho e dizia: "Amorzinho, eu vou em busca daquilo que você me ensinou". Eu queria deixar aqui registrado que, onde ela esteja, a gente continua aqui com o legado dela e a luta dela. Muito obrigado, Tânia! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É isso.

Obrigada a todos, gente. Obrigada por este momento. Quero agradecer aos paratletas aqui, nem todos puderam ter a oportunidade de fala, mas eu quero agradecer a todos vocês que estiveram aqui conosco, ao João pela emoção e pela pessoa que é, e é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta, pessoal. Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Leila Barros e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Romário, Eduardo Girão, Roberta Acioly e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Hermes Klann, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4438, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispensar atletas profissionais de estágio obrigatório em curso superior de educação física." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CEsp. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6133, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria a Universidade Federal do Esporte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1960, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Maior Onda do Brasil ao Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 1.960, de 2022. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 8, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no contexto da Semana Nacional do Esporte, promovida pelo Ministério do Esporte, pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Esporte do Senado Federal, a importância do esporte na formação cidadã de crianças e adolescentes, abordando o papel do esporte no combate à evasão escolar, bem como discutir propostas para o desenvolvimento do esporte para toda a vida, destacando a relação entre prática esportiva e saúde pública, inclusive quanto o papel da atividade física como política pública preventiva em saúde." **Autoria:** Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a deliberação da matéria, a Senadora Leila Barros incluiu, como convidados para a audiência pública, um representante do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (CREF1) e um representante do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal (CREF7). **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 9, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6133/2025, que "cria a Universidade Federal do Esporte"." **Autoria:** Comissão de Esporte. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2026.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais presentes, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, eu não poderia deixar de registrar que estamos há poucos dias da abertura da Copa do Mundo de Futebol e da estreia da nossa Seleção Brasileira. Como apaixonados pelo esporte e pelo futebol, acompanhamos com grande expectativa o início de mais uma campanha da nossa Seleção Canarinho.

Em nome da Comissão de Esporte, desejo muito sucesso aos atletas, à comissão técnica e a todos os profissionais que representam o Brasil nessa jornada. Que nossa Seleção possa honrar a tradição do futebol brasileiro, inspirar milhões de torcedores e lutar com determinação pela conquista do tão sonhado hexacampeonato mundial.

Agora, como de costume, eu passo a registrar alguns dos resultados e conquistas recentes dos nossos atletas e paratletas, que mais uma vez demonstram a força, a diversidade e o extraordinário momento vivido pelo esporte brasileiro.

No voleibol, a Seleção Brasileira Feminina segue invicta na Liga das Nações após importante vitória sobre a poderosa Itália, que é uma das potências do voleibol mundial.

Faço questão de registrar, com especial satisfação, que os jogos foram aqui em Brasília, nesse último final de semana. E, para mim, como ex-atleta, e para toda a população do Distrito Federal foi motivo de grande orgulho poder receber e prestigiar nossas jogadoras, acompanhando de perto uma equipe que representa, com tanto talento, dedicação e espírito coletivo, o esporte brasileiro. A todas elas eu desejo sorte para a próxima fase.

E, neste final de semana, da VNL, nós teremos agora a atuação da Seleção Masculina. Então convido a todos para prestigiarem a nossa equipe, a nossa Seleção Masculina no Ginásio Nilson Nelson.

No futebol, a Seleção Feminina protagonizou mais um capítulo marcante da sua trajetória ao derrotar os Estados Unidos de virada, diante de um estádio lotado, em São Paulo. Trata-se de um resultado que reforça a evolução do futebol feminino brasileiro e amplia a expectativa para a Copa do Mundo, no próximo ano, aqui no Brasil.

Também no futebol, a Seleção Brasileira Sub-17 goleou os Estados Unidos em amistoso preparatório para o mundial da categoria, enquanto a Seleção Sub-20 venceu o Egito, no último compromisso antes da disputa também do campeonato mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tênis, vivemos uma semana histórica. O jovem Augusto Miguel conquistou o título juvenil de Roland Garros, tornando-se o primeiro brasileiro campeão de simples no *grand slam* juvenil francês. Então, meus parabéns ao Guto Miguel! E, ao mesmo tempo, João Fonseca segue sua trajetória ascendente no circuito profissional e aproxima-se do melhor *ranking* da sua carreira. Então, também do João Fonseca estamos aqui na torcida, desejando que ele avance mais ainda no *ranking* mundial. Merecem igualmente destaques a campanha da Victoria Barros, semifinalista em Roland Garros juvenil, e a participação da Luisa Stefani, que alcançou as semifinais da chave de duplas do torneio.

Na ginástica rítmica, o Brasil encerrou sua participação no campeonato pan-americano com mais dois ouros e com a maior nota do mundo em uma das apresentações, consolidando uma geração que vem elevando o patamar da modalidade. Parabéns às nossas atletas! Entre os destaques individuais, nós temos a Jojô, temos a Bárbara Domingos, a Geovanna Santos, a Maria Alexandre, que lideraram uma campanha memorável. A todas elas e à comissão técnica, nossos parabéns!

No *badminton*, Donnians Oliveira conquistou dois títulos do aberto do Paraguai.

No ciclismo de estrada, Henrique Bravo manteve sua grande temporada ao vencer a Volta de Oberösterreich – aí vocês me complicam, né? (*Risos.*) –, na Áustria.

No hipismo, nossos atletas continuam acumulando conquistas internacionais com destaque para o Yuri Mansur, Gabriel Machado, campeões em competições realizadas na França e no Canadá.

No basquete, o Sesi Franca escreveu mais uma página da sua história ao conquistar o pentacampeonato do Novo Basquete Brasil, feito inédito na principal competição da modalidade.

Eu quero também registrar os excelentes resultados no esporte paraolímpico brasileiro. Tivemos medalha no parataekwondo internacional; pódios na bocha; conquistas importantes na paraesgrima; e mais demonstrações do talento e da determinação dos nossos paratletas, que continuam inspirando o Brasil em suas trajetórias de superação e excelência.

Ainda temos um registro especial à equipe da Assefe, que alcançou a quinta colocação no Mundial Master de Handebol, resultado que orgulha Brasília e demonstra que o esporte é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento de qualidade de vida, de integração e participação. Eu falo isso em todas as fases da vida, porque é o handebol máster. Então, aos nossos atletas da Assefe, parabéns!

E hoje, na pauta, nós temos matérias relevantes para o desenvolvimento do esporte nacional, entre elas, eu gostaria de destacar o Projeto de Lei 6.133, de 2025, que cria a Universidade Federal do Esporte. Trata-se de uma iniciativa estratégica para o futuro do esporte brasileiro. O esporte contemporâneo exige cada vez mais conhecimento científico, inovação, gestão qualificada, formação técnica especializada e integração entre educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Não há potência esportiva consolidada no mundo que não tenha investido fortemente na produção de conhecimento e na formação de profissionais altamente qualificados.

E, com essas considerações, eu desejo uma excelente reunião a todas e a todos, e agradeço a presença dos Srs. Parlamentares aqui, na pessoa da Senadora Teresa.

Bom, vamos para a aprovação da ata. Antes de iniciarmos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4438, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispensar atletas profissionais de estágio obrigatório em curso superior de educação física.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 10/12/2025 e 20/05/2026.

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidenta!

Quero me associar à sua fala de abertura desta reunião, em que fez um resgate muito completo, muito emocionado – e não poderia deixar de ser, pelos compromissos e identidade que a senhora tem com os esportes no nosso país –, fazendo menção a todos os resultados das recentes disputas que o nosso país brilhantemente realizou.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Excelência.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Que isso seja a porta de abertura para a Copa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ontem aprovamos também a proposta de isenção que estava em debate sobre a Copa Feminina...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... e estamos caminhando para valorizar cada vez mais o esporte no nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Principalmente o feminino.

Obrigada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

E a sua proposta também me toca muito, esse PL 4.438, porque tem muita relação também com a pauta da educação, tanto é que ele vai para a nossa Comissão. E já me comprometo a dar celeridade lá também para a aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Peço para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nos termos do art. 104-H, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esportes.

Como a matéria irá para a Comissão de Educação, em caráter terminativo, após a manifestação deste Colegiado, caberá àquela Comissão a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. Dessa forma, a análise aqui empreendida será realizada sob o prisma esportivo.

No mérito, somos favoráveis à proposição. A proposta que dispensa atletas profissionais do estágio obrigatório nos cursos superiores de Educação Física revela-se adequada e oportuna. Atletas profissionais atuam diariamente em ambientes de prática esportiva estruturada, convivendo com rotinas de treinamento, acompanhamento técnico, preparação física e participação regular em competições oficiais. Essa vivência constante no campo esportivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa, na prática, uma forma de experiência consolidada, diretamente relacionada às competências que muitos estágios curriculares buscam desenvolver.

A medida também contribui para ampliar as oportunidades educacionais dos atletas, muitos dos quais enfrentam rotinas exigentes, deslocamentos frequentes e compromissos contratuais que dificultam a realização dos estágios presenciais convencionais. A dispensa, desde que prevista no projeto pedagógico do curso, não elimina a exigência acadêmica, mas remove uma barreira desproporcional que acaba afastando atletas da formação superior. Assim, a norma favorece a continuidade dos estudos e incentiva que mais profissionais do esporte ingressem e concluam a graduação.

Além disso, a proposta dialoga com uma tendência já consolidada em outras formações, que reconhecem trajetórias profissionais como experiências válidas para fins de equivalência prática. Essa lógica, ao ser aplicada de forma criteriosa, permite que saberes construídos no exercício profissional contribuam para percursos formativos mais personalizados, sem prejuízo da qualidade acadêmica ou da integridade dos cursos superiores.

O projeto valoriza a trajetória esportiva como forma legítima de formação prática, reforçando o papel do esporte como campo de produção de conhecimento e como ambiente profissional que exige competências reais, adquiridas e lapidadas no cotidiano. Esse reconhecimento fortalece, inclusive, a identidade do bacharelado em Educação Física, que historicamente integra teoria, prática e experiência do movimento humano.

Observamos também que a redação proposta preserva a autonomia acadêmica ao vincular a dispensa ao projeto pedagógico do curso. Isso garante que a avaliação da equivalência seja realizada de maneira criteriosa e compatível com as exigências gerais da formação em Educação Física.

Propomos o aperfeiçoamento do texto legal para especificar que a dispensa prevista se aplicará exclusivamente ao curso de bacharelado em Educação Física, afastando sua incidência sobre a licenciatura. Essa distinção é necessária, porque a licenciatura tem como finalidade a formação de professores para a educação básica, e o estágio supervisionado nesse contexto possui natureza pedagógica específica: envolve prática docente, regência de aulas, planejamento didático e interação com a dinâmica escolar. Essas competências não são desenvolvidas nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substituídas pela atuação do atleta profissional. A ressalva preserva a integridade da formação docente e mantém a lógica central da proposta, qual seja, permitir que atletas profissionais tenham reconhecida sua experiência real em ambientes esportivos, onde essa vivência é efetivamente compatível com as práticas profissionais que o curso busca consolidar.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.438, de 2024, com a emenda a seguir:

> EMENDA Nº -CEsp
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.438, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 2º .....
> .....
> § 4º Os atletas profissionais podem ser dispensados, parcial ou integralmente, do estágio obrigatório no curso de bacharelado em Educação Física, assegurando que eventual aproveitamento da experiência profissional de atletas ocorra mediante avaliação acadêmica, conforme o projeto pedagógico do curso e preservando a observância das Diretrizes Curriculares Nacionais. (NR)"

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Teresa, melhor Parlamentar impossível para fazer essa avaliação, essa análise, se o mérito era importante, necessário ou não.

E eu quero agradecer, na condição de ex-atleta, a oportunidade, porque muitos dos atletas cursam principalmente Educação Física e o maior desafio desses atletas de terminar esse curso é justamente a questão do estágio. O fato da possibilidade de ele ser dispensado ou parcialmente dispensado, de acordo com a grade, de acordo com a instituição, para nós é muito importante.

Então, eu quero agradecer a sua sensibilidade nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, com a Emenda nº 1-CEsp.

A matéria agora vai, em decisão terminativa, para a Comissão de Educação e Cultura.

Obrigada, Senadora Teresa Leitão, mais uma vez, pela relatoria.

Item 2 da pauta.

Perdão, vamos ao item 3 da pauta. (*Pausa.*)

Vamos para o item 3 da pauta. Vou aproveitar que o Senador Esperidião Amin está aqui.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1960, DE 2022

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Maior Onda do Brasil ao Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados – é da Deputada Angela Amin.

Eu vou conceder a palavra agora ao Senador Esperidião Amin, mandando um forte abraço à ex-Deputada Angela Amin – querida Angela Amin –, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – O projeto poderia ser terminativo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois é. É verdade – é verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A autora não ia acreditar que foi a Senadora Teresa Leitão ou a senhora que impediram. O responsável seria eu.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E poderia ser não terminativo, pelo menos muito aflitivo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você ia ter muito problema em casa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aí ia ser, de fato, a maior onda. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ia ser criada a maior onda da região.

Antes de mencionar o projeto propriamente dito, eu queria trazer aqui uma notícia.

Agora, Senadora – depois eu vou mostrar para a Senadora Leila –, "Surfista quebra recorde com maior onda surfada por uma mulher no Brasil". E foi lá. Agora, no dia 23 de maio, a surfista – eu confesso que não sei de onde é, se puder apurar – "Michaela Fregonese surfa 'paredão' de mais de 12 metros [de altura], em Jaguaruna...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Essa é corajosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a 'Nazaré Brasileira'".

Ou seja, a imprensa já homologou isso que nós vamos legislar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a Nazaré brasileira. E de mulher, ainda mais importante...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quer melhor estreia, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em Santa Catarina, numa cidade chamada Jaguaruna.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, totalmente feminina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ia ter um projeto de lei de uma mulher também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só que, com esse prefácio esclarecedor – eu agradeço muito pela nossa amizade, pela sua amizade com a ex-Deputada, com a minha mulher, Angela Amin –, eu quero agradecer por ter a oportunidade aqui de relatar este projeto, que presta justiça à natureza. As chamadas ondas gigantes são um patrimônio, por exemplo, de Nazaré, Portugal. Isso é um patrimônio do município, do qual a região aufere dividendos no turismo. Pode-se considerar esporte radical, mas é uma aventura de que o ser humano gosta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Que é para poucos, né? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O ser humano gosta de aventura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uns gostam de praticá-la e outros gostam de observá-la. Mas, de qualquer maneira, é uma situação fascinante, e o ser humano é servo, é escravo desse fascínio que nos faz, todos os dias, nos surpreendermos de como é possível a um ser humano lograr êxito, como ele consegue lograr êxito numa situação particularmente difícil.

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.960, de 2022, de autoria da Deputada Angela Amin, que confere o título de Capital Nacional da Maior Onda do Brasil ao Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

Como eu mencionei, antes mesmo da lei a imprensa já chama Jaguaruna de Nazaré Brasileira, ou seja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela é de Curitiba, a surfista, então...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aí, uma brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais um caráter nacional, se fosse uma manezinha da ilha de Santa Catarina ou do nosso litoral, um papa-siri do nosso litoral, iam dizer que era uma coisa muito doméstica.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Um bairrismo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Michaela é paranaense.

Quanto aos aspectos legais, o projeto tem a regularidade que se espera de algo tão pretensioso quanto ser capital nacional de alguma coisa.

Não preciso dizer que a prática do surfe no Estado de Santa Catarina é uma prática enraizada já. Eu fiz parte do primeiro grupo de administradores que passou a enxergar no surfe uma atividade esportiva benéfica, que preserva a praia e destrói a onda, ou utiliza a onda, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confronta a onda, o que se faz é aproveitar a onda enquanto ela existe para fazer um percurso ornamental. De sorte que é com muita alegria que eu tenho essa honra de ser o Relator formal desse projeto.

E quero cumprimentar a autora, minha companheira de vida. Outro dia me perguntaram: "Há quanto tempo vocês se aturam?". (*Risos.*) Nós completamos este ano 47 anos de casados, mais cinco de namoro. O estágio probatório terminou.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – São 52 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Esperidião sortudo, 52 anos com a Angela Amin. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Suportai-vos uns aos outros, diz o melhor conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Até parece.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E é isso mesmo. Para conviver 40 anos, 50 anos com o seu companheiro ou companheira de vida, você tem que aturar e escorar, quer dizer, suportar no sentido físico da palavra e pleno do espírito.

Então eu queria homenagear também a autora, porque nós somos contaminados lá em casa pelo *surf*. O meu filho está neste momento em Bali, adivinha fazendo o quê? E os dois genros também. E as pequenas e o pequeno já estão neste caminho. O neto mais novo tem quatro anos, mas já está metido nessa encrenca.

De forma que é uma atividade esportiva que nós encaramos com a maior naturalidade e ter esse privilégio em Santa Catarina, podemos contar com um município que encarna um desses cenários preferidos, em matéria de *surf*, no caso a onda gigante, comprovado esse exercício e a existência da onda gigante por atestados políticos, climatológicos e, o mais importante, já consagrado pela imprensa que acompanha, de maneira especializada, esse esporte.

De sorte, Presidente, que eu agradeço, mais uma vez, pela designação como Relator. Acho que a senhora fez justiça, se não a mim, à Angela Amin. E o voto é pela aprovação, levando à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaguaruna, um abraço muito especial a todos os queridos habitantes de Jaguaruna. Temos lá outras pendências para resolver, como é o caso do "mapinha", do mapa da Baleia Franca, mas esse é um outro assunto que está sendo tratado na Câmara, que já foi encaminhado.

E, com o meu agradecimento, o voto é pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Esperidião, já parabenizando o Município de Jaguaruna, na sua pessoa e na da sua esposa, a Angela Amin, por estarem hoje reforçando o nome de Jaguaruna no cenário esportivo, no nosso cenário das grandes ondas. A gente sabe que tem Nazaré e que bom que nós temos a nossa Nazaré brasileira, que é a Jaguaruna.

Então, quero parabenizar o senhor e a Angela e também a Michaela, a primeira mulher a surfar a maior onda lá, já vista e já presenciada no Município de Jaguaruna – certificada; muito obrigada –, no Município de Jaguaruna. Então, parabéns à nossa surfista Michaela do Paraná.

Então, a matéria está em discussão.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu vou discutir apenas para realçar que o meu voto será favorável.

Pelo relatório do Senador Esperidião Amin, acho que esse projeto enseja algumas coisas semelhantes ao que ele colocou da relação de companheirismo em um casamento que já dura mais de 40 anos.

Eu posso falar de cadeira também, Senador. Este ano eu completei 50 anos de casada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Uau!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Fora, fora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou chegar lá, hein? Estou nos 23.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quanto de namoro? Sete anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sete anos, né?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O estágio probatório foi mais longo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O estágio probatório foi longo. Começamos muito cedo. Papai dizia: "Só pode casar depois que se formar". Tinha essa regrinha lá em casa: "Só pode casar depois que se formar".

Então, mas eu acho que, pegando o mote, eu acho que esse tipo de esporte é um dos esportes que mais exige do atleta, Leila. Primeiro, porque ele é um esporte solitário. Esportes nos quais o atleta vai só, ele e a onda, nesse caso, é um esporte que exige muita presença de espírito. Não tem com quem combinar, só pode combinar com a onda. E, geralmente, não é para combinar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É uma relação com a natureza que poucos... Exatamente. Você não sabe o que vem, tem que lidar com a imprevisibilidade.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É uma relação que a gente também precisa nas relações pessoais, que é o equilíbrio, muito equilíbrio. Então, acho que a gente... Eu não sabia que a gente tinha essas ondas tão importantes quanto as de Nazaré, que eu vi de perto e fiquei impressionada. Eu vi do alto, da cidade alta de Nazaré. E é uma coisa impressionante mesmo. Que bom que o Brasil tem tanta coisa que a gente, às vezes, busca lá fora e tem aqui dentro.

Então, o meu voto, evidentemente, Senadora, é pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Brasil é uma potência, Senadora. E vou falar, no esporte, e a oferta para a prática esportiva é algo inacreditável. Até mesmo pelas nossas condições. Todas as condições que o Brasil oferta em nível de natural, de natureza, de ambiente, meio ambiente, e também de potencial humano.

Então, a votação será nominal.

Em votação ao Projeto de Lei nº 1.960, de 2022, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com o Relator votam sim.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores já podem votar.

E já peço ajuda aí aos assessores para que a gente possa entrar em contato com os demais Senadores da Comissão.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quarta-feira é um dia complexo aqui na Casa. Tem que procurar todo mundo. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – ... com uma mala preta e derrotar o Havaí. No final, chegou aos 40 minutos, no estádio de futebol, para derrotar o Havaí aos 45 minutos do segundo tempo, quando era Presidente do Fortaleza. Depois ele se converteu.

Obrigado, amigo!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Viva o Parlamento! Obrigada, Girão! Girão sempre é parceiro aqui, salvando os colegas.

Vamos encerrar a votação. Vamos verificar o resultado do nosso placar.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Votos SIM, 5; NÃO, 0; Abstenção: 0.

Está aprovado.

Resultado: aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço mais uma vez ao Senador Esperidião Amin, à Senadora Teresa e ao Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E quero reiterar o agradecimento à querida amiga Senadora Leila e ao Senador Eduardo Girão, porque é a primeira vez em que ele chega para votar e vota a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Poxa! (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Não seja ingrato.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, obrigada, Girão, obrigada.

Agora, nós vamos para o item 2 da pauta, Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, não terminativo, que cria a Universidade Federal do Esporte. Autoria, Câmara dos Deputados; Relatoria, Senadora Leila Barros. O relatório é pela aprovação.

Eu passo, antes da leitura do meu relatório, a Presidência para a Senadora Teresa Leitão.

Obrigada, Senadora. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6133, DE 2025

- Não terminativo -

Cria a Universidade Federal do Esporte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Vamos ao relatório.

Vem à análise da Comissão de Esporte o Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, de iniciativa do Presidente da República e proveniente da Câmara dos Deputados, que cria a Universidade Federal do Esporte.

A proposição cria a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte) como uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Brasília e possibilidade de instalação de *campi* em outras unidades federativas. A nova instituição tem como finalidade atuar no ensino, pesquisa, extensão e inovação na área da ciência do esporte, com objetivos que incluem a formação de recursos humanos para a gestão de políticas públicas e de organizações esportivas, o treinamento de atletas com foco no alto rendimento e a produção de conhecimento científico e tecnológico aplicado à gestão esportiva e ao treinamento. A universidade deverá também garantir e fomentar a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, de modo a promover a formação de profissionais aptos a atuarem no paradesporto, respeitar a diversidade das manifestações esportivas regionais, assegurar o acesso à educação formal para atletas em transição ou dupla carreira, promover equidade de gênero e étnico-racial e combater a violência e a discriminação no ambiente esportivo.

A estrutura organizacional e a forma de funcionamento deverão ser definidas por estatuto. A instituição deverá adotar formas alternativas de ingresso, bem como estratégias de atendimento e fomento para cumprir suas finalidades, respeitadas as normas de inclusão e de cotas. Seu patrimônio será constituído por bens e direitos adquiridos ou doados, sendo vedada a alienação, exceto em casos legais.

O Poder Executivo fica autorizado a transferir bens da União necessários ao funcionamento da UFEsporte. Os recursos financeiros virão do Orçamento Geral da União, de auxílios ou subvenções concedidos por entidades públicas e particulares, de receitas eventuais a título de remuneração por serviços prestados, de convênios e, entre outras fontes, da arrecadação com apostas de quota fixa provenientes do Ministério do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A administração superior será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, com um Reitor e Vice-Reitor nomeados *pro tempore* pelo Ministro da Educação até que a universidade seja organizada estatutariamente. Os cargos de docentes e técnico-administrativos serão criados por lei específica, com ingresso por concurso público. A implantação da universidade depende de dotação orçamentária própria, e o estatuto e o regimento devem ser encaminhados ao Ministério da Educação no prazo de 180 dias após a nomeação dos dirigentes provisórios.

Segundo a exposição de motivos, a proposta fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Lei Geral do Esporte, com o objetivo de integrar a formação acadêmica, a qualificação profissional e o desenvolvimento do esporte de excelência em âmbito nacional. A iniciativa visa suprir a carência de profissionais qualificados em gestão e ciência do esporte no Brasil, especialmente nas esferas pública e social, por meio da oferta pública e gratuita de cursos superiores de tecnologia, de graduação e de pós-graduação em todas as regiões do país, assegurando condições de acesso e permanência a atletas estudantes.

Ainda segundo a exposição de motivos, a nova universidade buscará democratizar o acesso à formação pública e de qualidade, formando recursos humanos de excelência para a gestão de políticas públicas e de entidades esportivas, bem como para a atuação técnica no treinamento de atletas, com ênfase no alto rendimento. Entre seus objetivos estão incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico aplicado ao esporte, garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no paradesporto, respeitar a diversidade das manifestações esportivas regionais e assegurar o acesso à educação formal para atletas em transição ou dupla carreira. A proposta também enfatiza a promoção da equidade de gênero, citando dados do Diagnóstico do Futebol Feminino no Brasil de 2023, que evidenciam a precarização do vínculo profissional das atletas e a defasagem na participação feminina no esporte.

Da mesma forma, a criação da UFEsporte visa promover a equidade étnico-racial, fortalecendo a formação de profissionais sobre o tema e favorecendo o acesso e a permanência de pessoas negras, com igualdade de oportunidades e de remuneração. A exposição de motivos traz dados de levantamentos que apontam a incidência de racismo no futebol e a sub-representatividade de negros em cargos de liderança técnica, como treinadores, em contraste com sua maioria entre os jogadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A UFEsporte oferecerá cursos de graduação e pós-graduação em áreas como Ciência do Esporte, Educação Física, Gestão Esportiva, Medicina Esportiva e Nutrição Esportiva, com previsão de início das atividades acadêmicas em 2027, ofertando inicialmente cinco cursos de graduação e cinco de pós-graduação *lato sensu*, com expansão para onze cursos de graduação em quatro anos, atendendo até 3 mil alunos.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, de onde seguirá para o Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sra. Presidente.

Por se tratar de decisão exclusiva, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, tendo sido redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Sob a ótica educacional, a criação da UFEsporte representa uma estratégia de verticalização e especialização do ensino superior público, alinhada às demandas contemporâneas do setor esportivo e às políticas de equidade social.

A UFEsporte propõe um ecossistema integrado de formação que abrange desde a gestão de políticas públicas até o treinamento de alto rendimento e o paradesporto. A oferta prevista de cursos como Gestão de Esporte e Lazer Comunitário, Medicina Esportiva e Reabilitação e Gestão e *Marketing* Esportivo demonstra uma intenção de romper com o modelo estritamente técnico, abrangendo as dimensões administrativas, sanitárias e sociais do esporte. Do ponto de vista educacional, a especialização temática em uma universidade federal permite a concentração de recursos, laboratórios e corpo docente em um campo específico, o que pode elevar o patamar da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica no setor.

Ao estabelecer como finalidade a promoção da equidade de gênero e da equidade étnico-racial, a UFEsporte se compromete com o acesso e a permanência, bem como leva em conta a igualdade de oportunidades e remuneração dentro do ambiente esportivo e acadêmico, de forma que a universidade possa atuar como instrumento de inclusão e redução de desigualdades históricas no esporte. A previsão de garantir “acesso aos atletas em transição e dupla carreira à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação formal" é um diferencial relevante, pois reconhece as especificidades da vida do atleta, que muitas vezes precisa conciliar treinamentos intensos com a formação acadêmica. A criação de um ambiente institucional que acolhe essas carreiras duplas evita o abandono escolar e prepara o atleta para a vida profissional após o ciclo esportivo.

Do ponto de vista da gestão educacional, a proposição demonstra preocupação com a responsabilidade fiscal. A exposição de motivos enfatiza a intenção de implementar a universidade "sem qualquer incremento de despesa ou impacto orçamentário imediato", mediante a transformação de cargos vagos já existentes no Ministério da Educação e o aproveitamento de cargos previstos em lei orçamentária específica. A possibilidade de instalação progressiva de *campi* em outras unidades federativas sugere um modelo de expansão planejada, que pode respeitar as peculiaridades regionais do esporte nacional. Essa possível capilaridade será essencial para que a universidade cumpra seu papel de democratização do conhecimento, levando formação especializada a regiões onde atualmente há escassez de profissionais qualificados em ciência do esporte.

Em suma, a UFEsporte consolida-se como uma aposta estratégica do Estado brasileiro na formação de capital humano especializado, com forte viés de inovação social e compromisso com a redução das desigualdades históricas no ambiente esportivo nacional, motivo pelo qual somos favoráveis à aprovação da proposição.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.133, de 2025.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Leila.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só para, rapidamente, cumprimentar a iniciativa deste projeto e dizer que ele fica engrandecido pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação da Relatora, que é uma testemunha viva da necessidade de o Brasil conduzir para o pódio e no lugar próprio do pódio o esporte, como um complemento do ser humano. Assim como a educação é um complemento primário do ser humano, o esporte também faz parte das vocações primárias. Depois o sujeito vai começando a procurar, aprende a fazer cafta no espeto, aí já é um cozinheiro, um chefe sofisticado, para cobrir um nichozinho de mercado. A senhora sabe fazer cafta no espeto? Não. Eu sei. (*Risos.*) Carne moída no espeto.

Mas, das primárias, das necessidades primárias do ser humano, sem dúvida alguma, uma é o esporte. A natureza, Deus nos fez aptos a alcançar índices que, à prima vista, "isso é inalcançável, isso não dá para fazer". Mas está aí a frase do Jean Cocteau, "eu não sabia que era impossível, fui lá e fiz". Eu acho que é a síntese, pelo menos em termos de competição, do que o esporte significa.

Além do mais, todo complemento benéfico para o caráter do ser humano, para potencializar as virtudes que nós temos embutidas – e, às vezes, não afloram... O esporte também é, portanto, um complemento primário da vida humana.

Então, meus parabéns à Relatora e meu voto absolutamente favorável à iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador. Agrego-me à avaliação de V. Exa. O projeto realmente vem sendo debatido, já foi objeto de alguns discursos do Presidente Lula.

Como disse a Senadora, é um projeto de autoria do Poder Executivo, que tem um alcance que transforma o esporte não apenas em competição e nem apenas em entretenimento. Na hora em que você coloca o conteúdo de ciência do esporte como um dos conteúdos das possibilidades de formação, a gente vai lidar com muita coisa importante.

Para a juventude, o projeto também ressalta que a universidade observará os critérios de acessibilidade, observará os critérios das cotas étnico-raciais, e o relatório de V. Exa. faz jus já a isso tudo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não há mais quem queira discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Senadora Teresa, eu gostaria de fazer uso da palavra, só para agradecer. Eu acho que a senhora foi assertiva no sentido também de agradecer a sensibilidade e iniciativa do Governo Federal, na figura do Presidente Lula, porque a Universidade Federal do Esporte vem no sentido de a gente dar um *plus* ao setor esportivo, ao ecossistema esportivo.

Faltava a gente ter um ambiente, um espaço em que a gente pudesse aprimorar a questão da ciência do esporte – nós temos inúmeros profissionais no nosso país que são potência neste sentido, no da ciência do esporte –; entender também as especificidades, as particularidades de um atleta já no final de carreira, para ele ter a possibilidade, mesmo exercendo a condição de atleta – como já foi debatido aqui no projeto anterior que eu apresentei, e a senhora relatou com um imenso brilhantismo... O caminho natural do atleta, muitas vezes, é ele parar e continuar no setor esportivo. Nesse ambiente, ele também vai ter essa condição de desenvolver todas as potencialidades com relação ao setor. A gente entendendo a oportunidade... Esse ambiente, com essas especificações e particularidades, dará oportunidade ao atleta, nessa transição, de ter uma iniciação acadêmica, poder ter a experiência acadêmica e estar com os doutores, com os professores.

Então assim, a gente vai construir também uma mão de obra muito qualificada, muito preparada, com uma vivência esportiva, já entrando para o ambiente acadêmico também. Então, quero agradecer a sensibilidade e a oportunidade de relatar um projeto que, não tenho a menor dúvida, vai impactar nos próximos anos o setor esportivo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora, a Presidência da República certamente, autora do projeto, vai ratificar tudo o que V. Exa. disse no relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Golaço. Golaço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

O projeto já tem manifestação de voto de aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

E eu proponho, Senadora, que nós duas façamos, agregado à ata, um pedido de urgência ao Plenário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Era o próximo pedido.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente, então já devolvo a Presidência da reunião a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tem um requerimento, se a senhora quiser ler, o item...

Não, eu posso trocar, vamos trocar. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos ao item extrapauta.

Requerimento de urgência para o projeto que já foi aprovado... Perdão, calma.

O requerimento extrapauta já foi, que foi o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Vamos, então... Teve o pedido, mas não teve a aprovação.

Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 6.133, de 2025.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no contexto da Semana Nacional do Esporte, promovida pelo Ministério do Esporte, pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Esporte do Senado Federal, a importância do esporte na formação cidadã de crianças e adolescentes, abordando o papel do esporte no combate à evasão escolar, bem como discutir propostas para o desenvolvimento do esporte para toda a vida, destacando a relação entre prática esportiva e saúde pública, inclusive quanto o papel da atividade física como política pública preventiva em saúde.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Com os seguintes convidados: o Sr. Marcio Atalla, Educador Físico e especialista em atividade física, saúde e bem-estar; a Sra. Stéphanie Rizk, Doutora em Cardiologia pela USP e Intensivista; um representante do Ministério do Esporte; o Sr. Robson Aguiar, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar; um representante da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems); o Sr. Kelvin Bakos, Fundador e Diretor do Instituto Athlon; e um representante do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref1). Quero também incluir aqui um representante do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal (Cref7).

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos, eu gostaria de registrar e agradecer – perdão, o sistema deu uma pane – a presença da Sra. Cynthia Mota, Secretária-Executiva adjunta do Ministério do Esporte; a Sra. Roseane Estrela, nossa querida Rosinha, Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); o Sr. José Carlos Salgueiro Pinheiro, Relações Institucionais do Comitê Olímpico do Brasil; o Sr. Ricardo Vidal, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Atletismo; a Sra. Maria Paula, do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref1); a Sra. Isabella Guimarães e o Sr. Luiz Fernando Nascimento – já foi meu preparador físico, inclusive, o grande Luiz Fernando Nascimento –, ambos da Rede Esporte pela Mudança Social, nossa querida Rems.

Bom, eu quero agradecer, mais uma vez, a presença de todas e todos. E vamos para a nossa quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Roberta Acioly e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Eduardo Girão e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 10, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno o Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 8/2026 - CEsp, seja incluído como convidado um representante do Comitê Olímpico do Brasil - COB." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2026 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater, no contexto da Semana Nacional do Esporte, promovida pelo Ministério do Esporte, pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Esporte do Senado Federal, a importância do esporte na formação cidadã de crianças e adolescentes, abordando o papel do esporte no combate à evasão escolar, bem como discutir propostas para o desenvolvimento do esporte para toda a vida, destacando a relação entre prática esportiva e saúde pública, inclusive quanto ao papel da atividade física como política pública preventiva em saúde. **Participantes:** Sr. Paulo Henrique Perna Cordeiro, Ministro de Estado do Esporte; Sra. Stéphanie Itala Rizk, Doutora em Cardiologia pela USP e Intensivista; Sr. Marcio Atalla, Educador físico, especialista em atividade física, saúde e bem-estar; Sr. Kelvin Bakos, Fundador e Diretor do Instituto Athlon; Sr. Felipe Pitaro, Membro do Conselho Deliberativo da Rede Esporte pela Mudança Social (REMS); Sr. Robson Aguiar, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); Sr. Sebástian Pereira, Gerente-Executivo de Educação e Fomento do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Sra. Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro - CREF1; Sra. Marcia Ferreira Cardoso Carneiro, Vice-presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal - CREF7; Sra. Mariana Ferreira Cassiano de Abreu, Coordenadora-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social - MEsp; Sr. Paulo Afonso de Araújo Quermes, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade - MEsp; Sr. Paulo Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); e Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional de Clubes (FENACLUBES). **Resultado:** Audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/23

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos. Sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão de Esporte do Senado Federal.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de junho de 2026.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades, representantes do esporte brasileiro e todos que nos acompanham nesta reunião, bom dia a todos.

Nossa reunião de hoje acontece em uma semana muito especial. Celebramos a Semana Nacional do Esporte, que é celebrada durante a semana do dia 23 de junho, Dia Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte e Dia Olímpico. É uma oportunidade de reafirmarmos o esporte como instrumento de inclusão social, saúde, cidadania, qualidade de vida e, é claro, desenvolvimento humano.

Antes de registrar as conquistas recentes do esporte brasileiro, eu quero manifestar o pesar desta Comissão pelo grave acidente ocorrido no Ceará, na semana passada – acredito que todos tenham acompanhado –, envolvendo um ônibus que transportava uma equipe de basquete, uma equipe de jovens atletas, que resultou em sete óbitos. Às famílias, aos amigos, aos atletas, aos dirigentes e a toda a comunidade esportiva atingida por aquela tragédia eu deixo nossa solidariedade e, acima de tudo, o nosso respeito.

Eu gostaria, antes até de iniciarmos, de pedir um minuto de silêncio em homenagem a esses atletas, inclusive teve um membro da comissão técnica que veio a falecer – assistente técnico.

Então, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discursar.) – A voz é forte, né? Está desligado o áudio.

Senhoras e senhores, mesmo em meio a este momento de tristeza, o esporte brasileiro também nos trouxe importantes motivos de orgulho nos últimos dias.

No futebol, a Seleção Brasileira masculina venceu o Haiti por 3 a 0, pela Copa do Mundo de 2026, com dois gols de Matheus Cunha e um gol do Vinicius Júnior, resultado que colocou o Brasil na liderança do grupo e encaminhou a classificação para a próxima fase da competição. Eu espero que também sejamos vitoriosos no jogo de amanhã, quarta-feira, contra a Escócia, e que possamos avançar na primeira posição do grupo.

Na ginástica artística, a Rebeca Andrade confirmou o seu favoritismo e conquistou a medalha de ouro no salto, no Campeonato Pan-Americano, coroando o seu retorno, depois de dois anos, às competições internacionais. Desejo à Rebeca e a toda a nossa equipe de ginástica artística muito sucesso aí nesse novo ciclo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na ginástica artística, Diogo Soares comandou uma grande campanha brasileira no Pan-Americano, com duas medalhas de prata, reafirmando sua importância para a modalidade e para o esporte brasileiro.

No tênis de mesa, Giulia Takahashi e Laura Watanabe conquistaram o título das duplas femininas no Campeonato Sul-Americano, em uma final brasileira que demonstra a força do país na modalidade.

Ainda no tênis de mesa, o Hugo Calderano ficou com o vice-campeonato da WTT Star Contender de Ljubljana, na Eslovênia, competição que venceu em 2024 e 2025 e voltou a chegar à final agora em 2026.

Do atletismo, o Brasil sagrou-se campeão do primeiro Campeonato Ibero-Americano Sub-20, resultado que mostra a qualidade da nossa geração no atletismo nacional.

Ainda no atletismo, Vitoria Sena Alves voltou a fazer história ao bater o recorde brasileiro dos 100m com barreiras, em competição disputada na França.

Na esgrima, o Brasil encerrou o Campeonato Pan-Americano, em Lima, com três medalhas de bronze. Guilherme Toldo conquistou o bronze no florete masculino individual, a equipe feminina de florete também subiu ao pódio, e a equipe masculina de espada garantiu a terceira medalha brasileira na competição.

No boxe, Beatriz Ferreira conquistou o título da etapa de Guiyang da Copa do Mundo, reafirmando sua condição de uma das grandes referências mundiais da modalidade.

No tênis, João Fonseca ficou com o vice-campeonato da dupla no ATP 500, em Halle, jogando ao lado do alemão Daniel Steiner.

No vôlei feminino, a Seleção Brasileira perdeu para a Alemanha e teve encerrada a sua invencibilidade na Liga das Nações, mas segue entre as grandes equipes da competição e com grandes condições de reagir para os próximos desafios e etapas.

No *mountain bike*, Alex Malacarne alcançou o 14º lugar da etapa de Lenzerheide, na Copa do Mundo, registrando o melhor resultado brasileiro na competição.

No esporte paralímpico, também tivemos resultados muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tiro esportivo paralímpico, Andreia Lima e Alexandre Galgani conquistaram medalhas de ouro na abertura do circuito nacional disputado no Rio de Janeiro.

No atletismo e no para-atletismo, o Brasil conquistou três medalhas no FBK Games, na Holanda, com os pódios de Ana Azevedo, Wallison Fortes e Maria Clara Silva.

Na bocha paralímpica, o Brasil conquistou seis medalhas no Challenger de Birmingham, nos Estados Unidos, com destaques para os atletas como Maciel Santos, Evani Calado, Evelyn Oliveira, Ivanildo Souza e José Chagas.

A delegação brasileira ainda manteve a invencibilidade e avançou nas semifinais da competição, reforçando a tradição e a qualidade da bocha paralímpica brasileira.

Esses resultados, pessoal, mostram, mais uma vez... Eu gosto muito de reforçar: quem não acompanha muito a nossa Comissão, eu faço questão de, toda semana, semana a semana, a gente reforçar aqui, na Comissão, os resultados do nosso esporte, do esporte paralímpico, do esporte olímpico, porque é importante que a Casa e todos os brasileiros saibam que a gente tem acompanhado esse desenvolvimento e o quanto o que é tratado dentro desta Casa é importante, sejam as leis, sejam os orçamentos, tudo é muito importante para esses resultados. E, para além disso, é o que eu reforço muito da importância do esporte como a promoção da cidadania.

Então, esse será um grande debate, e eu faço questão de reforçar, com aqueles que acompanham a nossa Comissão, a importância do esporte, não só na formação do alto rendimento. Nós sabemos que é uma grande pirâmide, e essa base precisa de muito incentivo, de oportunidades e, acima de tudo, de apoio. Então, é muito importante esse debate e é importante a gente estar sempre reforçando os nossos resultados.

E esses resultados, mais uma vez, mostram a força do nosso esporte olímpico e paralímpico de base, escolar e de alto rendimento. Mostram também que cada conquista é fruto de investimento, formação esportiva, estrutura, dedicação dos atletas e suas comissões e as entidades, o trabalho dos treinadores e a atuação, mais uma vez reforçando, das entidades que sustentam o esporte brasileiro.

Senhoras e senhores, na segunda parte da reunião de hoje, realizaremos audiência pública para debater, no contexto da Semana Nacional do Esporte, a importância do esporte na formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadã de crianças e adolescentes, seu papel no combate à evasão escolar e as propostas para o desenvolvimento do esporte para toda a vida.

Também trataremos da relação entre a prática esportiva e saúde pública, inclusive do papel da atividade física como política pública preventiva em saúde. Esse é um tema de enorme importância.

O esporte contribui para a formação integral da criança e do adolescente. Ensina disciplina, respeito, cooperação, responsabilidade, trabalho em equipe e, é claro, superação. E o mais importante: lidar com frustrações.

Um atleta se forja, e mente forte se constrói mais perdendo do que ganhando. E qual que é a diferença do campeão? É que ele sabe que ele tem um outro dia, que ele terá outras oportunidades para fazer diferente, e essa é a força do esporte, que também é uma ferramenta poderosa de inclusão social, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade, ao oferecer convivência saudável, pertencimento e novas perspectivas de futuro.

Além disso, a prática esportiva fortalece o vínculo dos jovens com a escola, melhora o desempenho acadêmico e escolar e ajuda a reduzir a exposição à violência e a outras situações de risco.

E, quando falamos de esporte para toda a vida, falamos também de saúde pública. Estimular atividade desde a infância até a terceira idade significa prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Portanto, esta audiência pública representa uma oportunidade muito importante para aprofundarmos o debate sobre o esporte como instrumento de cidadania, inclusão, saúde e bem-estar.

Desejo a todos uma excelente reunião e agradeço, desde já, a presença de todos os nossos convidados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira, audiência pública interativa; e a segunda parte será deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira parte, audiência pública.

Esta audiência tem o objetivo de debater, no contexto da Semana Nacional do Esporte, promovida pelo Ministério do Esporte, pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Esporte do Senado Federal, a importância do esporte na formação cidadã de crianças e adolescentes, abordando o papel do esporte no combate à evasão escolar, bem como discutir propostas para o desenvolvimento do esporte para toda a vida, destacando a relação entre prática esportiva e saúde pública, inclusive quanto ao papel da atividade física como política pública preventiva em saúde, em atenção ao Requerimento nº 8, de 2026, desta Comissão, e ao Requerimento 10, também desta Comissão...

Gente, fechou o painel aqui. De vez em quando a gente lida... O que é isso? É uma surpresa? (*Risos.*) (*Pausa.*)

Gente, perdão. Toquei aqui sem querer. (*Pausa.*)

Eu bati aqui o apoio da cadeira, gente. Vamos ter que aguardar.

A tecnologia nos ajuda muito, mas também a gente tem que aguardar o tempo dela, né? (*Pausa.*)

Retornando, esta audiência atende aos Requerimentos nº 8, de 2026, desta Comissão, e nº 10, ambos de minha autoria.

Participam dessa audiência os seguintes convidados: o Sr. Paulo Henrique Cordeiro, Ministro de Estado do Esporte; a Sra. Mariana de Abreu, Coordenadora-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte; o Sr. Paulo Afonso de Araújo, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade do Mesp também; o Sr. Sebástian Pereira, Gerente-Executivo de Educação e Fomento do Comitê Olímpico do Brasil (COB); o Sr. Marcio Atalla, Educador Físico, Especialista em atividade física, saúde e bem-estar; a Sra. Stéphanie Rizk, Doutora em Cardiologia da USP e Intensivista; o Sr. Kelvin Bakos, Fundador e Diretor do Instituto Athlon; o Sr. Felipe Pitaro, que é o membro do Conselho Deliberativo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems); o Sr. Robson Aguiar, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); a Sra. Eloisa de Souza, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref1); a Sra. Márcia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferreira Carneiro, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal (Cref7); o Sr. Paulo Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); e o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes).

Como temos 11 convidados, dividiremos esta audiência pública em duas mesas.

Eu convido para tomar lugar à primeira mesa os seguintes convidados: Sra. Stéphanie Rizk, Doutora em Cardiologia da USP e Intensivista (*Palmas.*); Sr. Marcio Atalla, Educador Físico, Especialista em atividade física, saúde e bem-estar, que participará por videoconferência (*Palmas.*); Sr. Kelvin Bakos, que é o fundador e Diretor do Instituto Athlon; Sr. Felipe Pitaro, que é membro do Conselho Deliberativo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems) (*Palmas.*); e o Sr. Robson Aguiar, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) (*Palmas.*).

Sejam todos muito bem-vindos.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211– 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas. Por sinal, tenho muitas a fazer por eles, viu, gente?

A primeira mesa vai contar com os que estão aqui presentes, e eu vou passar a palavra para nossa primeira expositora, a Sra. Stéphanie Rizk, que é Doutora em Cardiologia pela USP e Intensivista.

Bom dia, Doutora! Seja muito bem-vinda.

A SRA. STÉPHANIE ITALA RIZK (Para expor.) – Bom dia. Obrigada pelo convite, Senadora Leila, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes.

Eu preparei uns eslaides. Se alguém puder projetar ali, eu acho que talvez eu fique mais à vontade em pé. Vou roubar essa água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, enquanto projeta, vou me apresentar.

Eu me chamo Stéphanie Rizk, sou Doutora em Cardiologia pela USP e sou Intensivista. Então vivo os dois mundos: o mundo do consultório, onde a gente vai lidar muito com as doenças crônicas; e vivo também o mundo da UTI, quando essa doença crônica a gente não conseguiu controlar e eventualmente esse paciente tem algum infarto, um AVC, que é em que essas principais doenças culminam, e vai parar na UTI. Então, realmente eu vivo as duas realidades. Além disso, vivo a realidade do SUS, porque eu também sou Professora do Incor. Então, lido com o serviço público de saúde e vivo também com o mundo particular, porque eu trabalho na Rede D'Or. Então realmente vivo os dois mundos todos os dias da minha vida.

E, não sei se aqui também vale a pena falar, eu sou ex-atleta de canoa havaiana, para aumentar um pouquinho minha autoridade no tema. E vim falar então da atividade física e do esporte como política pública em prevenção de saúde.

Vou começar com um número para vocês. Tem um pouquinho de *delay*, mas acho que vai. Serão 500 milhões de doentes a mais, e ninguém precisaria adoecer. Eu falo de uma estimativa da OMS: até 2030, se absolutamente nada acontecer, a gente vai ter 500 milhões de doentes a mais no nosso mundo. E o que isso custa? Custa 27 bilhões para os cofres públicos, quando eu falo de mundo. E o principal vilão é a pressão arterial alta, que é a hipertensão arterial, que é a metade dos pacientes que eu tenho no meu consultório.

"Ah, mudou a doença, mudou a urgência". O que é que aconteceu? A gente passa por uma transição epidemiológica, ou seja, antes, a gente lidava com infecção, com quadros mais agudos. Então, a gente parte de uma medicina reativa. O doente adoecia, e eu tratava. Isso mudou. A gente está passando por uma fase que a gente chama de medicina preditiva: eu tenho chance de prevenir essa doença. É uma doença que está sentada no escritório, uma doença que age silenciosamente, e isso aumenta, em mais da metade, as mortes cardiovasculares e 76% das mortes são por doenças crônicas, e doenças crônicas, meus queridos, são evitáveis.

Pasmem com este número: em 670 cidades brasileiras, o câncer já lidera a causa de mortalidade, ou seja, isso representa 12% do país. E a projeção oficial é a de que, se realmente nada for feito – isso já é projeção –, em 2029, vai ser a causa número um de todo o Brasil. E câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também se trata de uma doença – na maioria das vezes, não todas – prevenível. Será que o Brasil está preparado para isso?

Antes de começar... Eu vou começar do início, da infância, porque é aqui que a gente constrói ou deixa de construir o que a gente vai colher no futuro, que é o adulto doente, que é aquele paciente que eu não quero no meu consultório. Olhem este dado: oito a cada dez meninas e quase oito dos meninos não atingem o mínimo recomendado pela OMS. Então, assim, a prevalência de inatividade é altíssima quando a gente fala do dado global. Isso é um estudo que inclui 1,6 milhão de adolescentes, e o Brasil foi incluído – são 146 países, e o Brasil está dentro dele. Foi publicado na revista *The Lancet* pela OMS esse estudo. E a tendência piora. O Brasil, infelizmente, caminha para o lado errado. Adolescentes ativos – e a gente fala de dez anos –: de 43%, a gente cai para 18% quando eu falo dos meninos e, de 27%, para 7,5% das meninas. Ou seja, 0,5% das meninas e 4% dos meninos cumprem as recomendações de atividade vigorosa. É muito pouco, gente. E é aqui que a gente tinha que atuar. E o mais interessante é que o acesso é desigual à educação física. Quando as meninas foram questionadas se elas tinham acesso à aula, na escola, de atividade física, 22% falaram que não, e os meninos, 19,7%.

Saindo um pouco, agora, dessa área, indo para a escola. É evidência científica – não estou falando de achismo – que quem tem uma atividade física regular tem melhor desempenho acadêmico. Com a atividade física, fluxo de sangue vai para a cabeça, melhora a plasticidade sináptica, principalmente na criança, melhora a cognição, diminui a demência no futuro, melhora o absenteísmo, ou seja, essa criança é mais frequente, ela vai mais à escola, ela falta menos, ela tem mais vínculo com a escola, tem sensação de pertencimento, menor evasão. Noventa minutos de atividade moderada vigorosa trazem isso. Permanência vem com engajamento esportivo escolar. Então, assim, esporte é muito mais do que prevenção. Vocês vão ver que é tratamento e é o que o futuro que vai desenhar no nosso país.

Saindo um pouquinho do esporte, indo para a parte de droga e criminalidade, o esporte protege contra a violência e o uso de drogas. O Escritório das Nações Unidas já tem um instrumento fortalecido que mostra que o esporte cria esse pertencimento, principalmente em território de vulnerabilidade, e reduz fator de risco, reduz a exposição à violência ou ao uso de drogas. Então, por que não incentivar o esporte, principalmente nessa idade, se vai melhorar o futuro desse paciente – espero que não seja paciente –, dessa criança quando adulta e ela vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos acesso às drogas, vai ter maior engajamento, vai ter maior desempenho escolar? É disso que a gente precisa. E isso vem já... O Brasil tem uma Lei de Incentivo ao Esporte desde 2006 como instrumento federal para fomentar esse tipo de política.

E, quando a gente passa agora, saindo um pouquinho dessa área – agora estou no meu papel de cardiologista –, vai para prevenção ao longo da vida, eu vou trazer alguns dados e todo mundo vai querer sair daqui, colocar um tênis e sair correndo. A inatividade física causa 9% de mortalidade no mundo. E, quando você pratica atividade física, você tem a chance de reduzir em até 30% doença cardiovascular, hipertensão, diabetes tipo 2, câncer, AVC, demência e depressão. Estou dando dados científicos das revistas *The Lancet* e *Jama*: 5,3 milhões de mortes são atribuídas ao sedentarismo. É muita gente que morre por não fazer atividade física. E a atividade física é barata, custo zero.

Isto ninguém fala: a gente tem propaganda contra o tabaco; alguém tem uma propaganda muito ativa a favor da atividade física? O sedentarismo, ou seja, baixa aptidão física, causa uma mortalidade cinco vezes maior do que diabetes, do que cigarro e do que doença coronariana. Vocês ouviram esse dado sobre o cigarro? Quem não faz atividade física o sedentarismo mata mais, cinco vezes mais. É muito mais, não é pouco mais o risco relativo de morte prematura.

Outro dado interessante agora: pelo menos 2,5 horas por semana corta o risco de depressão em 25%. É endorfina natural. A gente não precisa procurar na farmácia, está no esporte, está na atividade física. E o dado mais interessante é que, com o mínimo de atividade física, você já tem um ganho. Aí atingindo um platô com cinco horas, mas você reduz em até 27% do risco de o paciente evoluir com depressão com atividade física.

Em relação à cognição também, você reduz risco de demência, reduz risco de Alzheimer e reduz risco de declínio cognitivo. E esse é um dos dados mais interessantes que eu queria mostrar: qual é hoje o remédio mais prescrito nos nossos consultórios que a maioria provavelmente aqui está tomando? Estatina para baixar colesterol e anti-hipertensivo para melhorar a pressão arterial. Pasmem, uma metanálise – metanálise é quando a gente junta uns estudos de robustez que são publicados em boas revistas – fez uma análise de 305 estudos que analisaram 339 mil pacientes. E eles mostraram que o exercício regular é tão eficaz quanto estatina e anti-hipertensivo, ou seja, eu estou instituindo uma atividade física que não é paga, é gratuita, você começa com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhada leve, você não precisa nem de algum aparelho para começar e você reduz – é não inferior, que a gente chama na medicina – a estatina e os anti-hipertensivos.

E o que o exercício faz, então, nos vasos? Melhora a função endotelial, melhora como se fosse a fluidez do sangue, diminui a inflamação. Você já viu aquela pessoa que só bebe, que não dorme direito, que não faz atividade física, aquela meio vermelha, hiperemiada, meio inflamada? A atividade física joga tudo isso embora, diminui a inflamação sistêmica, melhora a sensibilidade à insulina, ou seja, previne o diabetes, melhora função cognitiva e memória de atenção, reduz o cortisol, melhora o sono, melhora o estresse. E por que melhora a função cognitiva? Foi o que eu falei da criança: melhora o fluxo de sangue, melhora a função mitocondrial, a plasticidade sináptica.

Por que essas drogas hoje – Ozempic, Mounjaro, tirzepatida, retatrutida – estão fazendo tanto sucesso? Não só pelos benefícios cardiovasculares, porque diminuem, sim, mortalidade, mas em muitos desses casos, quando emagrece, às vezes o paciente deixa de tomar remédio para pressão, remédio como estatina, por quê? Para colesterol, por quê? Reduzindo, você diminui e tira todas essas doenças. Então, a atividade física com emagrecimento, não há nada de melhor na vida de um ser humano do que isso.

Outro estudo interessantíssimo. Aqui eu estava falando do exercício físico como estratégia de prevenção. Agora eu vou falar como estratégia de tratamento. Um programa supervisionado de exercício, por três anos, em pacientes que tinham tumor intestinal e foram operados... E, olhe, um estudo importante no *New England*, que é a maior revista científica da medicina, publicado ano passado, Fase III, que incluiu quase 900 pacientes e envolveu 55 centros, mostrou que a sobrevida livre de doença do paciente que praticou exercício físico, quando a gente comparou com o que não, melhorou a vida em 6.4 pontos percentuais absolutos. Esse cara viveu mais. Então, aqui, o exercício físico tratou a doença. Eu tive uma melhora de sobrevida livre da doença e uma sobrevida global. E daí, quando eu falo da global, ele viveu ainda mais: 7.1 pontos percentuais. Então, aqui, deixa de ser prevenção e eu estou falando de tratamento, nível de evidência 1, que é o que a gente tem de maior robustez na medicina. Ou seja, melhora a sobrevida e reduz recorrência em câncer de colo. É hora de prescrever exercício com a mesma seriedade que a gente prescreve um fármaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo isso porque muitas vezes o exercício físico não é patrocinado pelas grandes indústrias, né? Porque você tem aqui, eu tenho um grupo controle, eu quero provar que minha droga funciona. Então, bota o investimento, bota o dinheiro, e não é nem de maldade, ele quer mostrar que a droga dele funciona. Talvez falte investimento para você mostrar que um simples exercício físico às vezes protege tão mais ou quanto um remédio que às vezes custa muito caro. E ainda mais quando a gente fala de saúde pública, né, Senadora?

E a prescrição mais poderosa que custa R$0, essa é minha prescrição para todos aqui de maneira geral: adultos, 150 minutos por semana, atividade física moderada a vigorosa, custa nada, acessibilidade alta, universal, disponibilidade imediata. E efeito colateral só positivo. Diminui a mortalidade, aumenta a energia, diminui o estresse, aumenta a longevidade, melhora a saúde mental e melhora a cognição. Nenhum medicamento já criado tem um perfil custo-benefício igual a esse.

E, no idoso, a atividade física é prescrição também, não recomendação. Um exercício regular interrompe esse ciclo. O que acontece? Leva à perda muscular e funcional. A partir dos 50 anos, se a pessoa não fizer nada, tem uma perda da massa muscular de 5% a 10%, ou seja, vem a sarcopenia. E músculo é órgão, é órgão periférico, é um órgão que produz hormônio que ajuda no coração. E daí vem queda e fratura. Por quê? Mais fraco, sarcopênico, não vai ter aquela força muscular na perna. Isso é uma coisa que a gente faz assim: "Ai, é muito idoso, não deixa subir de escada não, vai de elevador". Muito pelo contrário. Quando eu for idosa, eu quero morar no segundo andar e quero subir de escada todo dia.

Quando vocês... Alguém já deve ter ouvido que nas *blue zones*, que são as zonas azuis do mundo, são aquelas regiões em que a população é mais longeva. E uma das coisas em comum... Tem várias teorias, mas uma delas é que eles andam muito e têm as pernas fortalecidas. A maioria mora em algum lugar mais íngreme, ou seja, eles andam mais. Então, assim, experimenta isso no dia a dia. Às vezes você não precisa automaticamente instituir uma atividade física, mas pare um quarteirão antes; evite um elevador, suba a escada. Então, assim, a gente tem que ser mais ativo. E queda e fratura interna, fratura de fêmur, pneumonia, uma das maiores causas de mortalidade nessa população. E perda da independência, que é tudo que a gente não quer. Aqui tem a limitação funcional, a dependência e piores qualidades de vida. Então, a dose recomendada hoje em paciente acima de 65 anos são 150 minutos – que não é muito, gente – de atividade aeróbica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moderada, junto de duas vezes por semana, pelo menos, equilíbrio e força, justamente para evitar a queda.

Indo para o terceiro eixo, talvez um dos mais importantes quando a gente fala de política pública, vamos falar do custo dessa inatividade para os nossos cofres e do retorno econômico: R$209 milhões por ano é o boleto do sedentarismo brasileiro. É caro, né? Um estudo da Federal Fluminense mostrou o impacto no SUS, o ano-base na ocasião foi 2017, e mostrou que 17,4% dos custos da internação por doença crônica são atribuíveis ao sedentarismo, ou seja, são doenças que seriam evitáveis. Então, está na nossa mão para mudar essa política. E, quando eu falo da desigualdade social, infelizmente, quem tem menor escolaridade também tem maior sedentarismo e, consequentemente, maior doença e por aí vai. O sedentarismo, infelizmente, também é desigual. E a OMS classifica a atividade física como a melhor compra em saúde pública, que seria o *best buy* quando a gente faz o *benchmark*, que, a cada 1 libra investida, você tem um retorno de 23 libras retornando em saúde. Então, investir em exercício e investir em esporte é investir, reduzir e ter retorno. Isso é investimento, assim, vale mais do que investir na Bolsa, vale mais do que deixar no CDI. Então, assim, isso é investimento. A gente tem que olhar como política pública, como um investimento.

A OMS trouxe a meta do Gappa, que tem como meta reduzir até 2030... Vocês se lembram daquele número dos 500 milhões que eu abri? Se até 2030 nada for feito, a gente vai ter 500 milhões de novos casos. Então, a meta é reduzir a inatividade em 15% até 2030. Só 40% dos países têm essa política nacional ativa e, apesar de 40% terem, menos de 20% têm um plano operacional realmente existente.

E o Brasil sai na frente: este ano teve uma lei já sancionada no mês 4, a Lei 15.386, e está no ponto de virada. E, hoje, quero agradecer a importância dessa semana e, principalmente, dessa data, que realmente faz a diferença e vai fazer – e tem muito para ser feito nessa área. E o objetivo da lei é justamente incentivar a prática esportiva como instrumento, promover inclusão social, fortalecer a educação e elevar a qualidade de vida, que está altamente alinhada com o Gappa, da OMS.

Eu acho que tem que clicar, porque saiu do PowerPoint.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí eu venho com quatro – vamos ver se minha memória está boa; isso, quatro – encaminhamentos práticos ao Senado. O primeiro seria essa janela dupla, de agir neste momento, na infância e na adolescência, em que mais de 80% dos adolescentes não atingem o mínimo, que seria 90 minutos por dia – e isso é um tempo menor que uma novela, se a gente for parar para pensar –, gerando independência da vida funcional para vida adulta. Escalar o Programa Academia da Saúde: expandir o programa como guia de atividade física, manter um financiamento estável, com metas mensuráveis e alinhadas à OMS. Educação física escolar: pelo menos um mínimo de três sessões por semana, com qualidade, extracurricular, focada principalmente naqueles territórios de vulnerabilidade, onde a gente precisa ter inclusão e equidade. E os desiguais têm de ser vistos de maneira desigual, ou seja, eles têm que ser prioridade. Quem? A mulher, o idoso e o de menor escolaridade e baixa renda. Então, eu acredito que, além de uma política nacional, tem que ter uma política focada, que evite o aprofundamento das desigualdades em saúde, que é quando, lá na frente, a gente vai colher ou não esses frutos.

E essa conversa não termina aqui. Eu me deixo à disposição para continuar.

Agradeço a oportunidade de discutir um tema do qual eu sou tão entusiasta porque realmente faz diferença na vida das pessoas. E tem gente que fala: "Eu já tenho uns 70 anos, não vou começar agora". Pode começar! Faz diferença: você ganha musculatura, você melhora a cognição. Então, sempre é hora de começar, nunca ache que é tarde. Eu espero encontrar vocês mais na academia e menos nos consultórios.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Doutora, quero só perguntar o que a senhora... Na sua experiência, qual seria o impacto na nossa saúde pública, pragmaticamente falando, se nós estimulássemos a prática esportiva justamente entre as mulheres, os idosos e os de menor escolaridade?

E, assim, eu fiquei estarrecida de ver que 80% de crianças e jovens do nosso país não alcançam a meta mínima recomendada pela OMS. Então, eu já vou fazer até uma provocação ao Governo Federal, porque, nessa Semana do Esporte, a gente tem que ter uma propaganda nacional – uma propaganda nacional, não só aqui, na nossa bolha –, falando sobre a importância disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu agradeço muito à senhora por estar aqui conosco, porque a gente tem que fazer uma propaganda nacional justamente... E a senhora deu uma ótima dica e eu vou ficar em cima: a de termos, na semana do dia 23 de junho, todo ano, uma propaganda nacional de estímulo, porque muitas vezes a criança não faz por causa dos pais. Os pais, naquele dia a dia... Eu sou mãe, eu sei como é. Mas, claro, sou uma mãe atleta, então é muito diferente. Com seis meses, eu joguei meu filho já na piscina: "Ó, vamos embora, vamos nadar". Então, o menino, desde novo, tem na cultura, porque tudo é estímulo, tudo é você oportunizar. Então, também tem muitos pais que têm outras condições sociais e que podem estimular e não o fazem.

Então, eu gostaria que a senhora falasse do impacto: qual seria o impacto se essa história fosse diferente?

A SRA. STÉPHANIE ITALA RIZK – Assim, eu falaria cinco vezes o impacto, porque hoje a gente tem dado para isso – assim, em relação a tudo –, porque, primeiro, se realmente algo não for feito, em 2030, não sei o que vai acontecer com os cofres públicos. Então, eu acredito, eu acho que tem impacto imediato, imediato mesmo. E a longo prazo, a gente vai diminuir em porcentagem a prevalência de hipertensão, de AVC, de diabetes, de obesidade. Vai ter impacto direto nos números e no cofre público também, porque é menos remédio que a gente vai precisar disponibilizar na farmácia popular. Então, às vezes, investir em atividade física vale tanto quanto a gente fornecer medicamento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Porque é a área do Orçamento federal que mais se gasta. Imaginem o quanto que nós iríamos economizar e quanto iríamos investir em outras áreas se levássemos a questão do esporte e da promoção da saúde de forma séria, se fosse prioridade também do Governo.

Doutora, muito obrigada.

A SRA. STÉPHANIE ITALA RIZK – Imagina.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gente, uma salva de palmas para a Dra. Stéphanie. (*Palmas.*)

Obrigada. Obrigada, Dra. Stéphanie Rizk.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. STÉPHANIE ITALA RIZK – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Doutora em cardiologia pela USP e intensivista. Grata mesmo pela exposição.

Agora, eu vou passar a palavra para o Sr. Marcio Atalla, Educador Físico, especialista em atividade física, saúde e bem-estar, que participará por videoconferência.

Seja muito bem-vindo, Marcio. Bom dia.

O SR. MARCIO ATALLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Leila. Bom dia a todos os demais, à Dra. Stéphanie.

Ouvi atentamente tudo que a Dra. Stéphanie colocou aqui. Acho que nunca a gente teve – acho, não, tenho certeza – tanta informação sobre os benefícios que o movimento e que a atividade física podem proporcionar às pessoas. Então, hoje a gente sabe que esse benefício vai muito além de uma mudança de composição corporal; atinge a área cognitiva, pensando num país que está envelhecendo. Além de nos dar autonomia depois dos 60, 65 anos, faz com que a curva de declínio de cognição ao final da vida seja atenuada e, às vezes, não se manifeste. Então, doenças como Alzheimer vão ter uma prevalência menor.

No aspecto emocional, a gente sabe a importância da atividade física. Eu poderia aqui ficar muito tempo falando sobre esses benefícios da atividade física, mas eu queria trazer duas experiências minhas: uma em 2016, de promoção de saúde pública, quando eu busquei dinheiro privado para fazer uma intervenção dentro de um município, de Jaguariúna, com mais de 50 mil habitantes, e a gente acabou publicando três artigos científicos em relação a isso. O que a gente procurou? Que fosse uma intervenção barata e replicável em todos os municípios do Brasil, usando estruturas que existem nos municípios – unidades básicas de saúde, escolas públicas, agentes de saúde sendo treinados, os médicos das prefeituras sendo treinados –, para que houvesse ali, dentro do município, uma intervenção de saúde pública, em que, claro, a atividade física, o movimento fosse muito valorizado, mas nunca esquecendo também que a gente tem outros pilares – tendo informação de uma alimentação melhor, de outras práticas do dia a dia que vão interferir na nossa saúde – que são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o resultado foi muito bom: mais de 41% da população, num espaço de um ano, aderiu a essas atividades físicas. E o que é mais interessante – eu quero trazer um dado aqui que eu ouvi ao final da fala da Dra. Stéphanie – em relação à hipertensão e à obesidade...

Quando a gente entrou em Jaguariúna, a cada cem pacientes nas unidades básicas de saúde que tinham hipertensão ou diabetes, só oito eram controlados, quer dizer, a pessoa ia à unidade básica de saúde, passava pelo enfermeiro, passava pelo médico, pegava o medicamento e, mesmo assim, a cada cem pessoas, só oito conseguiam controlar essa doença. Ao final desse ano, ali, onde a gente trabalhou com os enfermeiros de várias maneiras – e depois eu posso compartilhar esses trabalhos com vocês –, quarenta pessoas a cada cem controlavam hipertensão e obesidade.

E por que esse é um dado relevante? Um ano depois, na Prefeitura de São Paulo, quando eu tive uma reunião com o Prefeito de São Paulo à época, ele falou que toda a verba da Secretaria de Esportes da cidade de São Paulo – toda a verba da Secretaria de Esportes da cidade de São Paulo – era menor do que o que a Prefeitura gastava com remédio, nas unidades básicas de saúde, de hipertensão e diabetes.

Então, quando a gente pensa na promoção da saúde, é claro que, num primeiro momento, você vai ver um impacto pequeno, num primeiro momento, porque o grande custo da saúde, se a gente pensar numa pirâmide, está lá no topo, está no que a gente chama de estágio terciário, que é a pessoa que está já numa UTI ou que tem uma doença mais grave, e isso acaba consumindo muito dinheiro aí do poder público. Mas, se a gente pensar que a base da pirâmide está cada vez com um estilo de vida pior... E acabou de sair um estudo que mostra que 76% dos brasileiros – 76% dos brasileiros – não atingem o mínimo de movimento recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Quando a gente pega os números do Vigitel, que mostram que 68% da população estão acima do peso, obviamente, essa base da pirâmide vai evoluir para o setor secundário da pirâmide, que é já com alguma doença crônica, que é um diabetes, é uma hipertensão, é alguma doença que vai fazer com que o custo seja muito maior.

Sem dúvida nenhuma, os países que conseguiram um avanço nisso tiveram uma política de saúde pública.

Então, partindo de Jaguariúna... E aí eu compartilharei, ao final, também o *link* de um documentário, que ficou um tempo na Globoplay, em que eu viajo por vários países do mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mostrar as experiências que eles tiveram de saúde pública que fizeram realmente efeito. Enfim, fui para Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia, mas eu queria parar em Seul, que é na Coreia do Sul, que é uma cidade enorme, com muitas dificuldades, que conseguiu resolver esse problema. E aí, quando você pega o início dessa política de saúde pública em Seul, na década de 70, tanto o PIB da Coreia do Sul quanto muitos indicadores eram muito parecidos com os do Brasil. Quando você vê esse programa de saúde pública da Coreia do Sul que teve como pilar central a atividade física, você chega hoje a uma Coreia do Sul com menos de 5% da população com obesidade – o Brasil tem 30% –, com uma expectativa de vida lá nove anos acima da do Brasil. Mas isso eu acho que não é tão importante quanto a gente pensar em autonomia ao final da vida, dependência ao final da vida, porque isso custa muito, muito dinheiro.

E aí, quando você vai para países que investiram numa política de saúde pública – e tem um estudo da Organização Mundial da Saúde do ano passado que olhou isso em mais de 120 países –, você tem, por exemplo, na Coreia do Sul, menos de três anos ao final da vida com algum tipo de dependência. Quando você vem para o Brasil, numa expectativa de vida de 76 anos, você tem os últimos 11 anos do brasileiro vividos com algum tipo de dependência. Então, você pode imaginar o custo que isso vai gerar para todo o país, né?

O fato é, para a gente conseguir que isso seja uma política de saúde pública, a gente tem que pensar muito nas atuações do município de uma maneira – a gente sabe que falta dinheiro em muitos dos municípios – de como tornar viável isso com a estrutura já existente.

Então, ouvi a Leila falando de oportunizar, e isso é uma verdade. Lá em Jaguariúna, em todos os parques, não só parques, mas nas escolas municipais, nos fins de semana, você promovia atividades que faziam com que não só a criança, mas toda a família, a partir da criança, tivesse ali um centro para fazer essa atividade física.

E é importante oportunizar também outros equipamentos públicos que possam ser utilizados para que, num médio prazo, a gente consiga fazer com que a maior parte da população faça, na maior parte dos dias, algum tipo de movimento, algum tipo de autocuidado, porque isso, sem dúvida nenhuma, vai ter um resultado no curto, no médio e no longo prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Marcio, eu quero agradecer a sua participação e aproveitar a sua fala, porque o Brasil ele convive com níveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sedentarismo altíssimos. E o que falta para que a atividade física passe a ser tratada efetivamente na sua... Nos seus estudos, inclusive eu quero que você passe realmente o *link* dos estudos e também dos vídeos aí do que você tem de informação; mas o que falta para que, no Brasil, a atividade física seja tratada efetivamente como uma política pública preventiva de saúde e com a mesma importância que nós damos hoje a doenças? O que falta para o Brasil chegar a esse nível de prioridade, de entendimento?

O SR. MARCIO ATALLA (*Por videoconferência.*) – Eu acho que tem alguns pontos. O primeiro deles, sem dúvida nenhuma, é a escola. Então, quando a gente consegue colocar a educação física como um ponto importante, você já vai criando o hábito, você vai mostrando, desde pequeno, a importância dessa atividade física para a criança. O que a gente vê hoje, na verdade, é uma desvalorização da educação física dentro das escolas. Aí é uma coisa muito cultural, porque o pai também, muitas vezes, pensa: "Poxa, eu quero que o meu filho entre numa faculdade melhor". Então, a primeira coisa que vem à cabeça dele é: "Vou tirar uma aula de educação física e colocar uma de matemática, de ciências". E esse é um dos grandes erros.

Nesse documentário a gente mostra que, na Finlândia, que é um modelo de escola mais exitoso hoje, ou que, mesmo na Coreia, que prima pela educação, a questão do movimento é fundamental, porque o movimento vai melhorar a cognição, a aprendizagem, memória. Então a chance, na verdade, acaba sendo até maior de essa criança evoluir.

Tem um estudo muito legal feito em Chicago, em Illinois, em 2003, que mostrou uma escola americana onde, antes de começar a aula, eles tinham de 10 a 15 minutos de atividade física. E eles mediram o desempenho de matemática e ciências dessa escola, comparado com o de todas as outras escolas americanas, depois de um ano e dois anos. E os resultados foram muito, muito melhores.

Tem um outro ponto - e aí já para uma população que frequenta as unidades básicas de saúde - que seria algum tipo de premiação, até seguindo o modelo inglês, *pay for performance*, para aquelas pessoas que gerenciam a saúde das pessoas que frequentam, da população que frequenta as unidades básicas de saúde. Então, quando você tem ali um cuidado com uma população – a gente usou isso em Jaguariúna –, e aqueles enfermeiros e aqueles médicos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

premiados de alguma maneira, de acordo com o sucesso no tratamento ou no controle dessas doenças crônicas, você vai criando toda uma cadeia que mostra esse incentivo.

De verdade, acho que a informação hoje é para todo mundo. Todo mundo sabe desse benefício da atividade física, mas o meu ponto é que, realmente, eu começaria pelas escolas, porque isso é fundamental. É um projeto de país, não é uma coisa que a gente vai conseguir alcançar em um ano ou dois anos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É isso aí: a longo prazo, implementar a cultura.

Obrigada, Márcio.

Por favor, uma salva de palmas. Conseguimos! Foi uma luta para ter o Márcio com a gente aqui! (*Palmas.*)

Muito obrigada! É bom falar contigo.

O Márcio eu conheço há um longo tempo já. É um prazer, cara!

O SR. MARCIO ATALLA (*Por videoconferência*.) – É um prazer! Vindo de você é uma ordem, não é um convite.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, amigão! Um beijo para você!

Gente, eu quero anunciar aqui a participação do nosso Ministro do Esporte, o Paulo Henrique Cordeiro, que, além de tudo, é um grande amigo. Eu vou passar a palavra logo para o Ministro. Peço desculpas aos colegas que estão aqui à mesa, mas é porque o Ministro tem horário e tem a agenda dele. É uma semana intensa e ele vai ter atividades não só no Senado, mas na Câmara também, fora também as ações.

E eu quero já fazer uma provocação a você: a Dra. Stéphanie, aqui da USP, deu uma aula para a gente da realidade que está acontecendo com relação ao sedentarismo e do quanto a saúde pública está sofrendo com essa falta de estímulo e de campanhas mais massivas sobre a atividade física. E aí eu quero te fazer uma provocação para que, nos próximos anos, a gente tenha a possibilidade – e aí também quero ouvir a sua opinião, Ministro –, e a oportunidade de ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propagandas mesmo, campanhas em nível nacional, capitaneadas pelo Governo Federal, pelo Ministério, sobre a promoção da atividade física. A Dra. Stéphanie foi muito assertiva ao fazer essa provocação, e eu acho muito importante o Governo Federal estar conosco não só tratando da semana nacional e a gente aqui conversando... A gente tem que expandir isso para o país mesmo, isso é muito importante, e só vai acontecer se o Governo Federal, o Ministério, estiverem conosco nessa empreitada.

Então, quero agradecer a sua presença. Eu sei da sua agenda e vou passar a palavra para você. Muito obrigada por estar aqui, Ministro.

Obrigada.

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Eu quero agradecer o convite à minha querida amiga e Senadora Leila. Quero cumprimentar toda a mesa; o meu amigo e Presidente da CBDE, Robson; todos os presidentes de confederação; e o Paulo Maciel, que está aí, Presidente também de Federação. Enfim, cumprimento todos vocês, porque eu sei que é aqui que o esporte passa a acontecer.

O esporte, Senadora Leila, não acontece a partir dos palácios, dos prédios de ministério, de órgãos governamentais, de secretarias estaduais, de secretarias municipais, mas o esporte ocorre a partir daqueles que fazem com que ele se movimente todos os dias.

Eu vim aqui... Peço desculpas, também, pela correria: hoje é o Dia Nacional do Esporte, para nossa felicidade, para nossa alegria, e nós estamos comemorando a Semana Nacional do Esporte. Então, é um momento bastante profícuo para que se discuta, em alto nível, o esporte no Brasil.

É muito importante, Professora, trazer também para o cerne do debate a academia. Eu estudei em universidade pública e sempre achei muito distante o mundo da academia do mundo real das coisas. É inconcebível que, em um país que está entre as dez maiores economias do mundo, a economia se encontre como algo que paire acima do bem e do mal, em um nicho que não dialoga efetivamente com outros espaços, o que, para o esporte, é fundamental.

Eu estou saindo daqui – estou abrindo esse parênteses para falar porque eu estou saindo daqui correndo, inclusive –,para assinar um ACT com a Universidade Federal do Paraná, onde eles estão fazendo um trabalho maravilhoso, que é um trabalho de mapeamento de todo o parque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportivo que nós temos no Brasil. E, a partir dessa radiografia, a partir dessa fotografia, é que, efetivamente, Senadora, se pode começar a trilhar o caminho da efetividade de políticas públicas com eficiência e reais. Por quê? A Senadora acabou de me provocar para tratar de uma campanha – uma campanha maravilhosa –, e desde já, conte com o meu apoio, conte com o apoio do Ministério do Esporte e do Governo, porque é muito simples, é matemático: a cada pessoa, Professora – estou falando empiricamente, mas isso é muito simples –, para cada pessoa que pratica esporte neste país, você tira das portas do SUS, de imediato, ele e qualquer outro que vier a praticar qualquer esporte. Isso é algo patente. Já falei várias vezes com o Ministro Padilha, falei sobre isso, pedi até... A gente sempre chora, e pedir não ofende, né?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sempre pedindo.

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – E a gente já está celebrando algumas parcerias, inclusive para implementar academias de qualidade – não aquela academia mais antiga, mas academias de qualidade pelo Brasil afora, em uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Saúde. Por quê? Porque, se nós pegássemos um pouco do orçamento que nós temos para a saúde pública e alocássemos no esporte, eu tenho certeza de que o SUS diminuiria em seu tamanho, para regozijo de todo o povo brasileiro. Não adianta você ficar trabalhando só com saúde depois que a doença já acomete a pessoa. Não, nós temos que trabalhar é em saúde preventiva. E fazer publicizar esse tipo de situação é algo fundamental para que se avance, para que se construa a caminhada mais segura e com mais resultados.

Então, eu sou entusiasta. Vou também lutar junto à Secom, Senadora Leila – já me comprometo –, para que a gente possa ter mais dotações e fazer com que esse tipo de política não só chegue à ponta com efetividade, mas que, principalmente, seja publicizado para chamar a atenção.

Eu acabei de vir de um evento maravilhoso, um evento em que se homenagearam as heroínas da seleção brasileira feminina de 1988 e 1991, as pioneiras, não é? Assim, foi algo que me emocionou. Emocionou porque, em um país que tem mais de 200 milhões de habitantes – cerca de 50%, mulheres –, e que, no nível de estrutura democrática que hoje se tem, nós tivemos a infelicidade de ter uma proibição legal, a partir de um decreto-lei de 1941, do Presidente Getúlio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vargas, que proibiu a prática do futebol feminino. Mas trazer aquelas pioneiras e sentir a emoção, e sentir como o povo começa a encarar essas mudanças, é algo que me emocionou, me honrou, me deixou feliz, e eu queria dar muito mais publicidade para que esse tipo de evento chegue.

Nós vamos ter uma oportunidade ímpar, a partir de 2027, para a virada de chave. E o grande legado que se quer construir com a Copa de Futebol Feminino de 2027, Senadora, não é um legado de infraestrutura; isso nós já temos, não é? Parques com infraestrutura para o alto rendimento e em um nível superior ao de vários países do Norte desenvolvido, nós temos, mas a virada de chave e o legado que nós queremos deixar são o legado de mudança sociocultural da realidade do futebol feminino e, consequentemente, do esporte feminino em nosso país; é disso que nós precisamos.

E, enquanto eu estiver no Ministério do Esporte – desde quando eu estava como Secretário Nacional de Esporte, Secretário Nacional da Sneaelis, e muitos que estão aqui me acompanham e veem a luta que a gente desbrava nesse sentido –, eu quero dizer que, enquanto nós estivermos à frente do esporte, à frente do Ministério do Esporte, nós vamos lutar incansavelmente para que o esporte brasileiro se desenvolva, e se desenvolva com qualidade em todos os espaços: no esporte amador, no esporte educacional, no esporte de base, no esporte universitário, até no alto rendimento, porque o esporte é muito mais do que essa prática, o esporte é uma mudança fática da realidade socioeconômica, Professora; é uma mudança de vida. É uma mudança que impulsiona para que as pessoas efetivamente transformem as suas realidades.

E é nesse sentido que o Mesp, o Governo brasileiro e eu, à frente da gestão do Ministério do Esporte, temos a certeza de que contamos com a contribuição luxuosa de todas as senhoras e senhores que estão aqui, e de tantos outros que ocupam grande espaço, grande parte da sua vida com tempo de qualidade, abdicando até de uma convivência maior com a sua família e até do seu patrimônio para que o esporte aconteça. Contem com isso.

É essa a nossa luta diária, essa é a nossa luta diuturna, e eu tenho certeza de que nós estamos caminhando bem, Senadora. A senhora é uma entusiasta, uma heroína, alguém que teve a sua realidade de vida transformada a partir do esporte. Eu era vizinho da Senadora – um orgulho imenso! –, eu era vizinho da Senadora na QSD, não é? Eu não me canso de falar, porque quem não esquece de onde veio sabe para onde caminhar, e eu vi a luta dela. Hoje ela é Leila, Senadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e eu tenho certeza de que Deus vai abençoá-la, eu venho lhe dizendo isso, e ela terá o seu mandato renovado pelo povo do Distrito Federal. Não estou pedindo voto, só estou constatando uma certeza. (*Palmas.*)

Estou acompanhando as pesquisas e fiquei imensamente feliz, mas eu vi; eu fui testemunha viva; eu fui testemunha ocular da luta da Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Até porque eu não te deixo tranquilo no ministério. (*Risos.*)

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – Não, a senhora sempre me deixa tranquilo, todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Carne de pescoço.

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – Então, eu não quero me alongar mais. Quero agradecer o espaço que me foi concedido, que me foi conferido, para que eu pudesse vir falar.

Todos que estão aqui sabem do meu entusiasmo pelo esporte e que, sempre que posso – e, às vezes, até quando não posso –, eu corro e vou lá presencialmente, mesmo que seja para levar algumas palavras de carinho para aqueles que lutam todos os dias pelo esporte brasileiro.

Muito obrigado a todas e todos.

E contem conosco sempre. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, Ministro. Obrigada.

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – E, Senadora, só quebrando o protocolo, infelizmente, eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho que correr para assinar esse ACT, que é importante...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu imaginei – eu imaginei. Vá lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – E, só lembrando o ACT, eu também tive uma reunião – eu me esqueci de falar – na ABDI, e, lá na ABDI, Professora, a gente também está fazendo mapa a partir do resultado econômico que a indústria do esporte traz para o Brasil, para o povo brasileiro. E eu quero somar esse mapeamento da Universidade Federal do Paraná com o da ABDI para que a gente possa avançar cada vez mais nesse sentido.

E me desculpe aí pelo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Imagine, Ministro. Aqui você tem o tempo que você quiser.

Inclusive, eu acho muito importante esse estudo, porque, nas exposições iniciais da Dra. Stéphanie e do Marcio Atalla, é justamente a falta de oportunidade que o Estado dá para os mais vulneráveis... Nós precisamos de equipamentos. Não dá para fazer uma atividade... Correr dá – não é, Doutora? –, beleza, pegue uma rua aí e saia correndo, mas nem todo mundo consegue por causa de lesões de joelho, de quadril – eu sei disso – e por várias outras situações. Então, equipamentos... Eu acho que é fundamental não só o Governo Federal, mas os governos municipais e estaduais se atentarem à oferta de equipamentos. Ontem mesmo, eu estava em Planaltina, inaugurando um ginásio, o primeiro de uma cidade que é pioneira – a cidade de Planaltina é centenária –, o primeiro ginásio poliesportivo. Graças a Deus, com o nosso mandato, fruto das nossas emendas, nós inauguramos o primeiro ginásio poliesportivo de Planaltina ontem. Então, claro, ali nós vamos oportunizar atividade física, vários campeonatos, mas é mais do que isso: é um espaço que agrega várias outras políticas fundamentais na área da educação, na área da cultura, porque lá vai ter festivais, vai ter feiras de ciência, vai ter atividade esportiva. A gente tem que se atentar mais a essa oferta e oportunizar esses equipamentos para que aqueles que não têm condições de pagar uma academia para fazer atividade possam fazer essa atividade ao ar livre, porque você está cuidando do coração, do corpo dele, enfim. Então, esta é uma preocupação que nós estamos tratando aqui, hoje, e que é fundamental: para além de tratar de alto rendimento, de toda essa cadeia esportiva que nós vivenciamos diariamente, é oportunizar atividade física para a nossa população, principalmente para as mulheres, os idosos e os mais vulneráveis.

Ministro, eu quero lhe agradecer por você estar aqui, você sabe o quanto eu sou fã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, gente, mais uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Muito obrigada. Você está liberadíssimo. Obrigada de coração!

O SR. PAULO HENRIQUE PERNA CORDEIRO – Muito obrigado mesmo! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Ministro. Grata pela presença, Ministro Paulo Henrique, Ministro do Esporte, grata pela palavra e pela exposição aqui. Boa agenda, porque a semana vai ser intensa para o nosso Ministro.

Eu vou passar a palavra agora para o Kelvin Bakos, que é fundador e Diretor do Instituto Athlon.

Seja muito bem-vindo, Kelvin.

O SR. KELVIN BAKOS (Para expor.) – Obrigado.

Exma. Sra. Senadora Leila Barros, muito obrigado pelo convite para estar aqui, nesta data tão especial. Na sua pessoa, cumprimento todas as autoridades aqui.

A tomar protocolo aqui, cumprimento a minha esposa Ruth, aqui presente, na pessoa da qual cumprimento todas as mulheres. Aos atletas do Instituto Athlon aqui presentes, atletas campeões, medalhistas paralímpicos, Edson Pinheiro, do atletismo... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bem-vindo, Edson! Seja bem-vindo!

O SR. KELVIN BAKOS – Medalhista nos Jogos Rio 2016 e convocado agora para o mundial.

O André Dantas, do golbol também, daqui, de Brasília...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sejam bem-vindos!

O SR. KELVIN BAKOS – Ele foi medalhista em Paris, campeão mundial interclubes pelo nossa equipe do Instituto Athlon e agora, na semana passada, na China, foi medalhista de bronze no mundial, na China, com a Seleção Brasileira de Golbol. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma felicidade muito grande poder falar aqui do esporte para a pessoa com deficiência. É uma alegria poder transmitir aqui um pouco do que nós fundamos lá atrás, que foi o Instituto Athlon, que são as vitórias que ecoam além do pódio, ainda mais neste mês, em que nós estamos completando 15 anos da existência que começou lá atrás, em 2011, com apenas quatro pessoas com deficiências visuais que queriam praticar atividade física na parte competitiva. Lá nós começamos, como a maioria das associações, com uniforme emprestado, com vaquinha, com aquela luta... Até nossa primeira calça, Senadora, foi uma calça doada de médicos, com que nós fomos competir. E olhem onde nós estamos aqui: sendo convidados por esta Comissão. É uma felicidade muito grande. No ano passado, nós fomos campeões mundiais interclubes; nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, nós pudemos contribuir para o Brasil com 12 medalhas – com 12 medalhas nossos atletas contribuíram para a delegação paralímpica brasileira. Então, nossa missão, desde aqueles quatro atletas até hoje, continua, que é transformar a vida da pessoa com deficiência por meio do esporte. (*Pausa.*)

Aqui é uma pequena trajetória. A nossa primeira participação em Jogos Paralímpicos foi até com o Edson, que conquistou a medalha de bronze no Rio 2016. Estivemos em Tóquio, em Paris, acumulando aí 15 medalhas em jogos.

Aqui é um pouco das nossas modalidades para pessoas com deficiência. Hoje nós estamos desenvolvendo dez, entre elas, atletismo, natação, golbol masculino e feminino, vôlei sentado, ciclismo, bocha, judô, caratê, xadrez e halterofilismo. Essas modalidades abrangem hoje mais de 400 famílias que se envolvem com pessoas com deficiência. E a nossa entidade também oferece modalidades esportivas para pessoas sem deficiência, abrangendo um pouco mais de 300 famílias, a partir dos oito anos de idade. Então, a gente acredita muito nesse poder do esporte.

Nós estamos hoje em 14 núcleos, sendo nove em São José dos Campos, estamos em Sorocaba, no Rio de Janeiro, em dois locais, e em São Paulo também com núcleo de alto rendimento do atletismo.

Temos aí atendendo quatro deficiências: física, visual, intelectual e transtorno do espectro autista.

Ano passado, nós oferecemos um pouco mais de 2 mil atendimentos e mais de 800 mil aí, envolvendo toda a equipe multidisciplinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nossas conquistas, como eu coloquei até aí, fomos... Ano passado, foram 198 eventos dos quais participamos, nos quais pudemos proporcionar a participação à pessoa com deficiência. Até mesmo àqueles festivais nós levamos aquela criançada com autismo, com deficiência intelectual, tudo participando e podendo proporcionar o esporte. Foram três recordes mundiais que nós tivemos, destacando aqui a Sabrina Custódia, que foi medalhista no ciclismo e recordista, a primeira pessoa, mulher ou homem, do olímpico ou paraolímpico, no ciclismo a bater um recorde mundial, conquistando medalha de bronze. E pudemos oferecer aí um pouco... Foram 1.115 medalhas ao longo do ano passado.

No ano passado, também nós fomos aí... Foi uma longa jornada, daquele grupinho de quatro pessoas até atingir o topo do mundo, da nossa entidade, que foi na Finlândia, em 2026 – o André está aqui e fez parte. A Sabrina, como também mencionado, fez a quebra do recorde mundial.

E nós também temos a consciência de que o esporte tem que ser amplo. Nós estamos trabalhando muito nessa questão do ESG, da parte ambiental, da parte social, da parte da governança. Nós estamos trabalhando com a economia circular, através de material reciclado, como mochila... Então, todos os nossos hoje atendidos têm itens da parte sustentável, da parte do meio ambiente, como *squeeze* biodegradável, as suas mochilas...

E, com certeza, não podemos deixar de fora o serviço social, cuja pauta vem aí ao encontro, porque nós estamos unindo o esporte, a parte ambiental, a social, como também fazendo o acompanhamento lá no núcleo familiar, como também o acompanhamento na parte escolar. Nós atendemos, hoje, a partir de 8 anos, e nosso atleta hoje mais velho tem 64 anos. Então, a gente pega toda essa faixa etária.

Aí um pouquinho que... Nós fizemos uma troca de faixa bem inclusiva, levamos aí alguns personagens da Disney...

E essas daqui são onde nós trabalhamos na gestão de modalidades do Atleta Cidadão, que é um programa em que hoje a gente desenvolve sete modalidades para a pessoa sem deficiência, um pouco mais de 260 jovens a partir de 6 anos. Para participar desse programa, obrigatoriamente tem que se estar matriculado na escola. Se ele não estiver matriculado, ele perde a vaga. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os profissionais – os psicólogos, os técnicos – fazem o acompanhamento da questão da evasão escolar, das notas... Então, tem toda uma equipe multidisciplinar que faz esse acompanhamento.

E, não distante disso, nós não poderíamos não olhar para onde nasceu o Athlon, as pessoas com deficiência, e nós conseguimos, este ano, implantar nas escolas, em São José dos Campos... Iniciamos com um embrião em três escolas e pensamos, a curto prazo, abranger mais, porque, hoje, os nossos treinamentos... Nós realizamos um acompanhamento dessa evasão, mas nós pensamos: "Por que não levar isso para dentro das escolas?". Então, para aquelas pessoas com deficiência que vão para a escola e que muitas vezes não têm a oportunidade – na grande maioria das vezes – de fazer uma prática da atividade física na escola ou, às vezes, a família também não leva para os nossos treinamentos ou outro local, nós falamos: "Vamos oferecer no contraturno escolar". Então, fizemos aí um programa juntamente com a prefeitura e, no contraturno escolar, iniciamos com o caratê para pessoas com deficiência intelectual, autismo – e deixamos muito aberto a todos os deficientes da escola –, o judô e o golbol também. São três escolas espalhadas pela cidade. Nós fizemos um centro de referência nessas escolas, é aberto para toda a rede municipal com mais de 67 escolas que podem participar. E nós vamos começar a ampliar isso aí para fazer esse acompanhamento... Evasão? Não, ele tem que estar na escola para praticar, porque a nossa ideia é que ele vá fazendo a parte educacional e esportiva para que, quando se forme, esteja no esporte.

Por isso também, quero agradecer aqui ao Governo, porque, através da sua Lei de Incentivo ao Esporte, nos proporciona fazer tudo isso. Acho que sem o Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E agora é permanente, graças a Deus.

O SR. KELVIN BAKOS – Exatamente.

Agradeço muito, Senadora, todo o apoio que você dá ao esporte, ao Paulo Maciel aqui, à Roseane, do CBCP. Para a gente é muito importante ter esse apoio. Sem esse apoio, nós não faríamos nada e não estaríamos aqui.

E, para retratar isso, tem um vídeo bem rapidinho para encerrar a minha fala.

Agradeço muito a oportunidade. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Enquanto eles estão ajustando o vídeo, Kelvin, eu queria perguntar a você: com toda a sua experiência no Instituto Athlon, quais são os desafios que a gente hoje tem para ampliar o acesso da pessoa com deficiência ao esporte, para que ele se torne mais inclusivo? Na sua experiência, quais são os maiores desafios?

O SR. KELVIN BAKOS – Acho que o grande desafio aí é aquela barreira familiar. A gente pega aí a questão da superproteção, a gente pega a barreira familiar, há uma superproteção. A gente pega a questão da mobilidade, pois o acesso acaba sendo muito complexo. Nós sabemos que, na cidade em que nós estamos, tem um certo diferencial em transporte e tudo, mas mesmo assim é difícil. Nos contatos com as outras entidades, o acesso é muito complexo. O recurso tem chegado através das leis de incentivo e tudo, mas hoje essa quebra do paradigma de a família abrir e levar para o esporte – "meu filho tem deficiência, ele pode praticar, ele pode ser uma pessoa com deficiência praticando atividade física e ser um atleta", como aqui no exemplo de Edson e André – acho que é a principal barreira.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Kelvin.

Vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. KELVIN BAKOS – Obrigado a todos pela atenção,

Senadora, muito obrigado pelo espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos. Kevin, mande um abraço a todos do Instituto Athlon. Grata pela participação.

Antes de passar para o próximo expositor, eu gostaria de registrar aqui a presença – e agradecer também – do Sr. Humberto Panzetti, que é o Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esporte e Lazer; do Lindberg Cury, Secretário da Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados; da Sra. Maria Paula Tavares, Relações Institucionais e Assessora da Presidência do Cref-1, Rio de Janeiro; do Edson Cavalcante Pinheiro, Comitê Paralímpico Brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CPB); da Sra. Heloisy Pissinatii, da Confederação Brasileira de Ciclismo; do Ricardo Vidal, Assessor de Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. Augusto Pompeu de Souza, Assessor Parlamentar institucional do TRF-1; da Sra. Simone Simon, Chefe de Gabinete da Confederação Brasileira do Desporto Escolar; do Sr. Marcelo de Lima, do Conselho Deliberativo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems); e do Sr. Ricardo Fantacini, que é do Eixo Estratégia Política e Advogado da Rede Esporte pela Mudança Social.

Bom, agora eu vou passar a palavra para o Sr. Felipe Pitaro, que é membro do Conselho Deliberativo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems).

Olá, seja muito bem-vindo, Felipe.

O SR. FELIPE PITARO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Quero cumprimentar todas e todos da mesa e todas as pessoas presentes e dizer que hoje eu venho aqui representando a Rems, que é a Rede Esporte pela Mudança Social.

A Rems é um movimento muito importante hoje no esporte brasileiro, esporte voltado ao desenvolvimento social, porque ela reúne alguns números que são bem relevantes hoje para a realidade, principalmente das organizações sociais que trabalham em prol do desenvolvimento pelo esporte.

Em termos de números, hoje nós somos 143 organizações, com mais de 165 mil pessoas atendidas por ano, nas cinco regiões do Brasil, em 25 estados e mais de 270 municípios. Hoje as organizações que compõem a rede oferecem mais de 60 modalidades e comportam mais de 17,5 mil colaboradores, entre trabalhadores diretos, voluntários, estagiários, lideranças e pessoas ligadas ao esporte de uma maneira geral.

E esse tipo de movimento é importante por alguns aspectos. Há uma tendência quase natural de as organizações sociais trabalharem nos seus contextos específicos de demandas e territórios, e isso faz, muitas vezes, com que essa metodologia que é criada, de trabalho comunitário e desenvolvimento, usando; usando, não, vivenciando o esporte como a ferramenta principal de diálogo com esses territórios não pode ficar isolada. E não pode ficar isolada porque as descobertas são importantes. Isso não é um conteúdo acadêmico, isso é um conteúdo que vem da prática, é um conteúdo empírico. E a construção de uma rede faz com que a gente tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais elementos para discutir os problemas sociais do Brasil, trabalhando o esporte como uma forma de intervenção.

Eu ouvi o Marcio falar sobre a questão da escola e queria começar por aí. Eu tive a felicidade e o desafio de ser professor da rede estadual do Rio de Janeiro, durante 15 anos, da disciplina Educação Física. E para que as senhoras e os senhores entendam a complexidade do trabalho da educação física hoje dentro da escola, eu comecei professor de Educação Física e terminei dando cinco disciplinas diferentes, sendo que só uma era ligada à educação física.

Isso acontece porque há uma perda constante de espaço da educação física dentro das escolas, e não falo só de esporte, falo da brincadeira, do jogar, do tempo livre, da convivência, do resgate da cultura de rua que muitos de nós aqui trazemos na nossa história e que tanto a expansão imobiliária nas grandes cidades quanto o aumento assustador da violência vêm reduzindo em termos de oportunidade, vivência, experiência, atividades das quais a gente tem uma memória afetiva muito forte, que nos uniu, que nos constituiu enquanto sujeitos, enquanto grupos.

Então, o primeiro lugar de vivência desse trabalho vem a ser a escola. E quando esse espaço não privilegia a educação física como área de conhecimento, como área de pertencimento, como o Marcio também nos disse, nós vamos abrindo mão para outros tipos de discussão que nos parecem mais úteis e importantes para uma melhoria de vida, nós vamos esquecendo que o corpo é presente na escola, que é a partir do corpo que se acessa o mundo, nós vamos deixando que isso se perca ao longo do tempo e esse corpo vai se tornando cada vez mais elemento utilitário: ele serve para trabalhar, ele serve para estudar, ele serve para a constituição das famílias, mas muito poucas vezes ele serve para o autocuidado, o autoprazer, o autodesenvolvimento, que é o que as práticas, em geral, de ludicidade e esporte nos permitem.

Fora isso, a gente tem um outro problema, Senadora, muito grave, que é a questão da percepção do tempo. Durante muitos anos no Brasil, principalmente nas comunidades do Rio de Janeiro, o que determinava a dignidade da pessoa, a identidade dela, se era uma pessoa de bem ou não, era a carteira de trabalho. Então, o tempo dedicado ao trabalho, o tempo útil, o tempo em que produz riqueza ou sustentação ainda é o tempo mais importante. O tempo livre, o tempo de jogar, de brincar, de aproveitar – embora seja uma atividade extremamente séria brincar, jogar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticar esporte – tem, me parece, um prazo de validade. A infância é muito privilegiada, nós temos muitos projetos de infância, mas, quando nós passamos ao elemento da juventude, nós já começamos um corte. Os cursos, as preparações, o primeiro emprego, a aprendizagem... E o esporte vai diminuindo. Quando nos tornamos adultos e adultas, mais ainda. E, quando a gente separa o tempo em classes sociais, a gente tem uma divisão do tempo ainda mais cruel. As longas jornadas de trabalho, o tempo dedicado ao transporte público, a necessidade de cuidado com a casa e com a família...

Quando nós fazemos as campanhas, há um investimento, hoje, expressivo em esporte no Brasil. No ano passado, foi mais de R$1 bilhão investido na lei de incentivo, fora outras políticas que investem no esporte, mas a lei com muito destaque. Mas por que a gente ainda tem os dados que tem? Por que a gente ainda tem uma participação tão baixa? Porque há uma cultura de não aproveitamento desse tempo, porque há uma cultura de investimento realmente na sobrevivência ou em todos os elementos que levam a isso. Não sobra tempo muitas vezes.

E nós ainda temos uma questão de gênero nessa discussão. Ainda temos as mulheres praticando menos esportes, porque elas ainda estão vinculadas a muitos cuidados parentais, familiares, domiciliares, aos quais os homens muitas vezes não estão tão comprometidos.

A gente está falando de cultura, a cultura da escola. Então, no espaço de pesquisa, educação e formação, nós temos o esporte como uma subcategoria de atividade ou de pesquisa e aprendizagem.

Depois, nós temos uma percepção de tempo e utilidade do tempo voltada à geração de renda. Para aqueles que vão para o esporte de rendimento e podem ter uma perspectiva de futuro, o.k., é permitido o treinamento, é permitido o engajamento. Mas para aqueles que não se envolvem, o tempo do brincar, do jogar, do livre é um tempo comprometido, principalmente nas classes mais baixas. Nas classes mais altas, ele é um espaço de preparo para a vida. Então, ele é permitido, porque esse tempo é disponível para a formação do sujeito integral. Mas nós ainda não temos o mesmo tipo de direito e formação nas classes mais baixas, economicamente falando. Então, este é um ponto importante: nós pensarmos numa política de construção do esporte, da atividade física, do jogo e da brincadeira que venha da escola, da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje as igrejas têm um papel fundamental nessa organização social, de mobilização dos territórios. Então, são passos importantes para essa discussão nos projetos sociais, nos clubes, e nós precisamos da construção e da discussão desse tempo. E esse tempo só vai ser reconhecido se ele realmente for entendido e vivido como direito, e não como oportunidade, e não como a possibilidade ou a demanda para se fazer, porque, senão, de novo, a gente investe, investe, investe e muita coisa não vai à frente. Parece que a gente muitas vezes está girando em círculos e o objetivo central do nosso trabalho acaba não sendo atingido.

O trabalho da Rems hoje é um trabalho importante porque ele vem gerando diversidade da prática, ele vem se espraiando pelo Brasil, principalmente em contextos em que a discussão do esporte ainda precisa de um investimento maior, como, por exemplo, na educação do campo, que é um território em que ainda falta uma discussão sobre o esporte mais forte, nos interiores onde as crianças e os adolescentes precisam, por exemplo, andar 5km, 6km, 7km para chegar às suas unidades escolares ou aos projetos.

Nós precisamos da revitalização e realmente da intencionalidade da ocupação e da mobilização do espaço público. Eu venho de uma cidade onde o espaço público vem sendo cada vez mais diminuído pelos limites que a violência e que a criminalidade vêm impondo à população. O Rio de Janeiro vem se tornando cada vez mais refém dessa falta de espaço e liberdade para ir e vir e para estar no espaço. Inclusive, a gente tem uma máxima importante de que os projetos visam tirar as crianças da rua. Não, pelo contrário, a gente precisa devolver às pessoas a rua em condições de segurança. A maioria de nós brincou na rua; então, é como se algo da nossa vida e da nossa cultura tivesse sido roubado.

A Rems vem também buscando uma integração. E aí o esporte precisa pensar, o campo esportivo precisa pensar em ser um campo de pertencimento, porque ele precisa se articular com a assistência social, porque ele precisa se articular com a educação – e educação aí não como ideia, não como plano, mas com a pedagogia, com todas as áreas de construção de conhecimento, incluindo o corpo, o movimento, o espaço como elementos de construção da racionalidade. Isso é fundamental, né? O esporte não é aquele espaço, a educação física não é o espaço de gastar energia e voltar para uma atividade séria, ele é uma atividade séria, né? Talvez seja a atividade mais séria com que as crianças e os adolescentes se envolvem durante os primeiros anos de sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a rede hoje tem um papel fundamental para a construção de uma cultura, para a construção desse espaço de debate e entendimento de que o esporte por si só não vai chegar a esse desenvolvimento humano e social que a gente pretende. Ele precisa ser uma política intersetorial, ele precisa ser uma política integrada entre todas as linhas e manifestações esportivas que, por exemplo, o Sistema Nacional do Esporte propõe. Nós precisamos de uma união em torno da construção de um método, de um pertencimento do cidadão brasileiro ao campo do esporte, ao campo da ludicidade, ao campo do brincar, né? E não de forma terapêutica, não de forma compensatória, não de forma a dar aquilo que a pessoa não tem, mas no exercício do direito, no exercício de uma das manifestações mais importantes de desenvolvimento humano que nós temos e que gera todo o nível de prevenção, de ganho econômico, como a Dra. Stéphanie falou aqui, como o próprio Marcio também falou, de inclusão. E inclusão no sentido não de incluir quem está fora, mas de incluir todos nós no mesmo modelo de discussão e vivência social.

Então, quando a gente se une em rede para discutir esporte, a gente está falando sobre isso, né? A gente está falando sobre toda essa problemática de que ainda no Brasil colocam o esporte como uma não prioridade, muitas vezes, diante de tantos desafios que nós temos, né? Comer, morar, circular, viver. Mas se a gente entende que temos no esporte um campo de conhecimento, um campo de pertencimento e um campo de direito capaz de realmente promover mudança social, eu acho que a gente começa realmente a colocar o esporte – e repito, a brincadeira, a ludicidade, os jogos e a convivência – no lugar de destaque e de prioridade que de fato ele merece.

Então, para finalizar, eu creio que hoje o trabalho das organizações sociais é importante no sentido de chegar muitas vezes onde a política pública tem alguma dificuldade de chegar, mas ela chega junto, porque a Lei de Incentivo ao Esporte hoje é um diferencial, e há que se reconhecer aqui todo o esforço que foi feito para torná-la perene, no último ano, e isso é uma vitória realmente de uma articulação muito grande, porque é o principal mecanismo de fomento e desenvolvimento do esporte no Brasil hoje. Então, temos que reconhecer todo o esforço que foi feito e temos que reconhecer também todas as competências que estão sendo criadas.

Espaços como esse têm que servir para que nós possamos trazer tudo que vem sendo construído e tudo que pode ser acessado para que a gente realmente consiga chegar ao objetivo maior, que é transformar o esporte numa política de desenvolvimento humano. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente, Felipe. Você, na sua fala, colocou-me em vários momentos de reflexão aqui. Justamente esta questão: não é tirar a criança da rua, é dar a ela o direito de brincar na rua assim como a nossa geração – e de fato é isso. E tantas outras... tantos momentos aí da sua fala.

Aí eu pergunto... Você que atua – a Rems – muito nesses territórios mais vulneráveis, queria que você falasse um pouquinho da sua visão – e, claro, foi excelente a sua fala. Qual é o poder transformador da atuação dessas organizações nesses territórios mais vulneráveis? O que você sente na prática, nesse dia a dia do esporte, da força do esporte como transformação, como uma ferramenta de transformação na vida desses jovens?

O SR. FELIPE PITARO – Senadora, acho que, primeiro, muitas vezes a gente ouve as nossas próprias organizações muitas vezes dizerem assim: "Olha, nós queremos chegar ao dia em que nós não sejamos mais necessários". Eu penso o contrário. Eu penso que, toda vez que a sociedade civil se organiza e atua, ela tem um poder de diálogo muito grande para qualificar aquilo que é público, aquilo que é de todos e todas, porque somos nós discutindo sobre nós mesmos. Então, as organizações sociais são um ponto de debate, de acolhimento e de segurança nesses territórios. Nós hoje temos uma capacidade de identificar, mapear as questões, discutir com a população e apresentar possibilidades de soluções que geram um nível de participação e protagonismo muito importante para esse público.

Durante a pandemia de covid-19, muitas organizações relataram que descobriram, naquele momento, a importância de associar o esporte, por exemplo, a ações de assistência social e outras. E que bom que a gente... É ruim que descobrimos dessa forma, mas que bom que descobrimos.

Então, a gente tem que entender que as organizações hoje têm o papel importante de qualificar o diálogo e fazer a mediação, muitas vezes, entre essa população e a política pública que está sendo incentivada nesses locais. Nós temos o papel de ouvir a população e desenhar projetos que, de fato, possam criar referência nesses territórios. E, principalmente, nós temos que ser capazes de ser transparentes para gerir os recursos que nós temos e aplicar esses recursos em ações que realmente são mensuráveis e têm efeito. Eu acho que esse é o ponto, sabe? Fazer atividades pela demanda não muda a realidade. A gente tem que, na verdade, criar a possibilidade de ter ali a diferença; criar referências de juventude; criar referências comunitárias que possam se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espraiar para outros âmbitos daquele território; criar referências de ação que possam servir de base para a formação de novos profissionais. Então, eu acho que o nosso papel é colaborar. O nosso papel é criar referências e colaborar, de fato, para que a gente tenha um entendimento de como essas áreas vulneráveis funcionam, derrubando estigmas, criando a situação da oportunidade e, de fato, entendendo em que aqueles problemas consistem. Acho que essa é a nossa missão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Entendendo a especificidade daquele território, como o senhor fala da igreja.

O SR. FELIPE PITARO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nossa, olha, excelente! Eu acho que o barato da política é este: quando você tem o coração aberto e entende o seu propósito, você começa a ouvir.

A todos vocês eu quero agradecer, porque quanto mais eu escuto, mais eu... Sou quase uma esponjinha, eu sou quase uma criança aqui dentro do Senado, porque quanto mais eu troco nessas audiências, mais parece que o olhar se abre. Nossa, quantas oportunidades surgem e quanto a gente pode avançar não só em termos de orçamento, mas em descobrir esses detalhes, essas minúcias.

Muitas vezes o terceiro setor... Eu sou muito fã do terceiro setor. Eu sou particularmente muito fã, porque, como você falou, o terceiro setor muitas vezes é aquele braço, de repente, do Estado que não chegou àquela área. Ele está ali, cuidando daquele jovem, cuidando daquela família, dando aquela assistência que o Estado deveria dar.

Então, quero só dizer a você, representante da Rems, o quanto que eu sou fã e reconheço em vocês o trabalho – esse trabalho fundamental, principalmente com os mais vulneráveis.

Obrigada, viu, Felipe? Grata a todos da Rems.

Obrigada. (*Palmas.*)

É isso.

Bom, eu quero continuar aqui citando os que estão aqui conosco. O David... É Baker?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – David Baker. Não erro mais, cara. David Baker, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Vela; o Sr. José Carlos Pinheiro, Relações Institucionais do COB; a Sra. Nayce Samara Santos, Assessora de Comunicação do Cref7/DF; a Sra. Roseane Estrela – Rosinha, querida Rosinha –, Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Clubes Paralímpicos; o Sr. André Cláudio Dantas, atleta; a Sra. Ruth Bakos, Fisioterapeuta; e o Sr. Rodrigo Rangel, Consultor Esportivo.

Bom, eu vou passar a palavra agora para o Robson Aguiar, que é o Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Tanto foi citada aqui a questão da escola – né, Robson? –, todos nós sabemos que é um desafio.

Seja muito bem-vindo, Cláudio.

O Robson, na verdade, é um grande parceiro, inclusive, da Comissão, está sempre aqui conosco nas audiências.

Obrigada.

O SR. ROBSON AGUIAR (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila Barros, pelo convite e por sempre receber muito bem a CBDE aqui na Comissão. Quero saudar todos os amigos do esporte aqui, nosso querido Paulo Maciel, do CBC; Sebástian, do COB; e todos os outros membros da mesa que expuseram belíssimas falas aqui durante as suas apresentações. E, como a senhora falou, a gente vai aprendendo muito, e foi um aprendizado muito grande hoje.

Eu vou falar um pouco sobre a CBDE (Confederação Brasileira do Desporto Escolar) e como que a gente contribui, de alguma forma, com a evasão escolar e a formação cidadã. (*Pausa.*)

Enquanto eu espero, um abraço aos amigos "cageanos", também, que estão aqui. (*Pausa.*)

Bem, Senadora, eu vou começar falando enquanto o pessoal prepara...

A CBDE completou 26 anos agora, em 25 de maio. É uma entidade relativamente nova, mas que tem contribuído bastante já com o esporte escolar brasileiro. Hoje em dia, desde 2021, nós estamos organizando também os Jogos Escolares Brasileiros, um evento com mais de 5,4 mil atletas. Este ano será aqui em Brasília, em setembro, com mais de 9 mil participantes, ou seja, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento enorme, é quase uma Olimpíada. Então, a gente tem essa responsabilidade. Nós temos a nossa missão, a nossa visão, os nossos valores de integridade, respeito, excelência, inclusão e transformação.

O Dia Nacional do Esporte é um dia importante. Nós conseguimos aprovar o Dia Nacional do Esporte Escolar, dia 25 de maio, e agora nós temos o Dia Nacional do Esporte, que acredito que vai ser um dia que vai fazer a diferença daqui para a frente, porque as ações que vão acontecer durante essa semana, nos anos que vêm, serão de fundamental importância para o crescimento do esporte no Brasil.

Mas, sobre a permanência, a evasão escolar, eu trouxe alguns dados aqui, que 40% dos jovens brasileiros não concluem o ensino básico na idade adequada devido a repetência, evasão e abandono escolar. E aí, as práticas esportivas despertam interesse e criam compromisso relacional do jovem com a escola. O esporte tem esse poder de manter o jovem na escola, exatamente porque ele cria o sentimento de pertencimento na escola. Para estar no time e participar dos campeonatos, se exige frequência escolar. Nos nossos campeonatos, só participa se estiver estudando. E os professores, na base, exigem as frequências escolares. Assim, o esporte protege a jornada educacional e contribui para a permanência e o sucesso dos atletas na escola.

A *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte,* da USP, diz que o esporte coletivo tem 92% de retenção dos alunos atletas; enquanto os clubes de inovação, tecnologia, oficinas de arte, de teatro, 70%; e sem atividade extracurricular, apenas 58% são retidos na escola. Ou seja, o esporte realmente contribui para que eles possam estar participando das atividades escolares, e isso é muito importante para que não haja a evasão escolar.

Na área de ações de formação cidadã, a CBDE traz junto com as suas atividades, como os JEBs, por exemplo, algumas ações de formação cidadã, lembrando que o esporte, além de formar os cidadãos, traz muitos outros ensinamentos, como respeito às regras, convivência democrática, inclusão social, liderança, cooperação, ética, valorização da diversidade, que é importantíssimo, desenvolvimento socioemocional e essas ações que eu vou mostrar aqui nesse vídeo de um minuto e meio para vocês.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON AGUIAR – Esta foi uma ação que nós fizemos nos JEBs do ano passado: alunos e atletas de 12 a 14 anos já tendo o primeiro contato com as urnas eletrônicas. Então, é uma forma que a gente fez durante os JEBs para que eles pudessem ter esse primeiro contato, já que só teriam depois, a partir dos 16 anos. Então, a gente já fez esse primeiro contato, com uma parceria com o TRE, para dar mais transparência às eleições da Comissão de Atletas.

No nosso mapa estratégico, nós temos pilares e objetivos. Temos os pilares de educação e cultura, gestão, desenvolvimento esportivo e inclusão esportiva. E, na inclusão esportiva, nós temos: "2. promover a equidade e inclusão em eventos esportivos do sistema CBDE". Na promoção dessa equidade, nós fizemos um ato durante os jogos escolares, em que, antes de 2021, 30% era a participação de meninas. A partir de 2021, nós exigimos que, para participar com a equipe masculina, o estado era obrigado a trazer a equipe feminina.

Tivemos muita reclamação nessa primeira ação nossa, mas, no primeiro ano, nós já batemos o nosso objetivo, que foi igualar. Hoje, nós temos 51% de meninas e 49% de meninos, e vejo que a grande maioria é de escola pública. Ações como essa, se você não as impuser, na medida em que você tem o poder de imposição, não muda nunca a política. Não vai mudar nunca, porque os professores relaxam na base e, aí, se você não forçar esse tipo de política, eles continuam relaxando e as meninas continuam ficando, e nós sabemos muito bem que as mulheres são a maioria da nossa população. Então, é uma ação que, realmente, a gente faz durante os JEBs e tem dado certo nessas últimas cinco edições.

Aí é a *timeline* JEBs, que nós começamos em 2021, pós-pandemia. Naquele momento difícil, nós retomamos. Ainda usávamos máscara em 2021. Então, só para relembrar, foi uma ação de retomada dos eventos esportivos, e nós fomos ousados nisto aí: em outubro de 2021, organizar no Rio de Janeiro o 1º JEBs já pós-pandemia. Então, 2021 e 2022 no Rio, 2023 no DF, 2024 em Pernambuco, 2025 em Minas e, este ano, em setembro, teremos aqui, novamente, em Brasília, os Jogos Escolares Brasileiros Sub-14.

São essas as modalidades. São 18 modalidades, tanto coletivas quanto individuais.

Com isso, conseguimos, junto ao Ministério do Esporte, a inclusão dos Jogos Escolares Brasileiros como parte do Bolsa Atleta, ou seja, nossos atletas podem requerer o Bolsa Atleta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal. Temos mais de dois mil contemplados já no Bolsa Atleta federal, fora as Bolsas Atletas estaduais e municipais que temos no Brasil.

Essas são algumas atividades do ano de 2025 que nós desenvolvemos – tem várias informações, eu vou deixar aí com vocês, para não tomar muito tempo –: desenvolvimento do esporte e ampliação de base, capilaridade nacional e internacional. Nós estamos em todas as 27 unidades federativas, com ações efetivas realmente. Nós temos um programa de apoio às federações, em que nós fazemos chegar na base, nas nossas federações, e eles para as suas competições escolares: material esportivo, pagamento de arbitragem, pagamento de recursos humanos, uniforme. Então, tem várias ações que o Programa de Apoio às Federações faz. E é o melhor programa que nós fizemos até agora, porque realmente chega na base e está todo o Brasil feliz com esse tipo de ação, porque você faz os recursos públicos chegarem na base.

A Gymnasiade é a nossa Olimpíada Mundial Escolar, tem na faixa etária sub-14 e na sub-15. O Brasil tem se mantido entre os três melhores no *ranking* mundial de medalhas desde 2013, que foi aqui em Brasília, até 2025, que foi na Sérvia, no sub-15; ou seja, o trabalho que está sendo desenvolvido durante esses anos tem dado resultado no esporte escolar.

Nos Jogos Sul-Americanos, que acontecem todo o ano, para 12 a 14 anos, o Brasil tem se mantido em primeiro lugar no quadro geral de medalhas. Então, nós temos uma nação esportiva que entrega resultado. Nós precisamos de ações futuras para que isso possa continuar a ser desenvolvido e para que possamos chegar também às Olimpíadas com melhor ranqueamento.

Da escola para a vida. A CBDE não forma apenas atletas, forma cidadãos fisicamente ativos que levam hábitos saudáveis para a vida adulta. Investir em esporte é investir em saúde, em redução do sedentarismo – como foi falado aqui –, em prevenção à obesidade infantil, a diabetes, à hipertensão e à saúde mental, ou seja, realmente bate com tudo o que foi falado pelos nossos palestrantes anteriores. Então, pessoal, investir no esporte escolar é uma política esportiva, e ela é, simultaneamente, uma política educacional, saúde pública e desenvolvimento social. Não podemos esquecer que o esporte escolar ou o esporte como um todo não pode se limitar apenas à área esportiva. E aí todo mundo fala – e a nossa Senadora é uma defensora disso – que tem que haver mais investimento no esporte. E nós temos muitos recursos na saúde e na educação que poderiam vir para o esporte, mas, infelizmente, nós não trocamos ainda a chave. A cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira ainda não foi modificada nesse sentido. Nós preferimos investir no que já acontece do que prevenir o que poderia ser prevenido. Então, essa é a minha fala.

Senadora, muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Robson, eu tenho uma pergunta que, enfim, fique à vontade também para responder. Eu estava ouvindo aqui os expositores, enfim, falando de oportunizar a prática da atividade física nas escolas, porque está se perdendo mais ainda esse espaço. Porque aqui nós estamos falando de atletas que já estão competindo – claro, alguns serão atletas, outros não serão. A gente já está fazendo a nossa, quer dizer, a CBDE já está cumprindo a sua função social, mas, você como professor, falando de escola, qual é o motivo que você enxerga de a gente estar perdendo mais espaço ainda na grade curricular, na grade horária das escolas? Oportunizar àqueles que não querem ser atletas, que não querem participar de jogos escolares, mas que têm esse direito, sim, à atividade física na escola... Qual é o principal motivo? O que você enxerga nessa perda de espaço da educação física na grade escolar?

O SR. ROBSON AGUIAR – Senadora, eu acho que tem vários motivos. E aí há o crescimento populacional e a infraestrutura das cidades que não permite mais a garotada brincar na rua, tem vários fatores que levam a acontecer a falta da prática esportiva. Eventos como jogos escolares e a *gimnasia*, que são mundiais, são referências para que os alunos atletas se incentivem a participar de jogos escolares municipais e interclasse lá. Mas nós sabemos muito bem que nem todas as escolas têm infraestrutura esportiva. Como a senhora disse, Planaltina, que é aqui do lado, teve o primeiro ginásio poliesportivo inaugurado agora, imagine no interior do país. E nós sabemos que a escola seria o ponto ideal para que tudo isso acontecesse, porque nós temos todos os brasileiros, cidadãos, passando pela escola, mas nem todas têm infraestrutura esportiva.

Então, para o atletismo, ainda temos, porque o atletismo você faz na rua: fica ali brincando, correndo, e você consegue. Mas, para uma natação, você não vai ter piscina, porque é uma manutenção alta. Quadras poliesportivas nas escolas: nas privadas, você ainda consegue, mas, nas públicas, agora que nós estamos começando a construir escolas públicas com quadras poliesportivas, ou seja, eu acho que é questão de tempo para o Brasil poder ter infraestrutura esportiva e incentivar, mas nada disso vai acontecer se o Ministério da Educação não tiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhado com o Ministério do Esporte, porque – desculpe falar aí – os professores que não são da área esportiva focam muito na área intelectual, acadêmica, e acabam esquecendo que o esporte contribui para...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – A parte cognitiva.

O SR. ROBSON AGUIAR – ... a parte cognitiva da garotada.

Então, eu acho que é questão de mudança de cultura mesmo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, obrigada.

Muito obrigada ao Robson, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Grata pela participação.

Gente, eu estou encerrando essa primeira mesa. Queria uma salva de palmas aqui para os nossos expositores. (*Palmas.*)

Agradeço a cada um de vocês pela fala, pela participação e, acima de tudo, pela colaboração. Foi sensacional!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Agora vamos para a segunda mesa, que está bem adiantado o horário. Estou preocupada, estou quase levando uma dura aqui já do nosso secretário. Mas eu me empolgo, gente. Essas audiências públicas...

Bom, eu agradeço a participação dos convidados que compuseram a primeira mesa.

E agora eu solicito que se acomodem na primeira fileira de cadeiras do Plenário aqui, a fim de permitir a composição da segunda mesa da audiência pública pelos demais convidados.

Eu convido agora para tomar assento a essa segunda mesa os seguintes convidados: o Sr. Sebástian Pereira, Gerente-Executivo de Educação e Fomento do Comitê Olímpico do Brasil (COB) (*Palmas.*) a Sra. Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref1), que participará por videoconferência (*Palmas.*) a Sra. Marcia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carneiro, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal (Cref7) (*Palmas.*) a Sra. Mariana Ferreira de Abreu, Coordenadora-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do MEsp (*Palmas.*) o Sr. Paulo Afonso de Araújo Quermes, que é o Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Esporte (MEsp) (*Palmas.*) o Sr. Paulo Maciel, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) (*Palmas.*) e Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional de Clubes (Fenaclubes). (*Palmas.*)

Gente, eu vou tentar ser mais rápida nessa segunda mesa, só pedindo desculpas aos nossos expositores. Já é meio-dia e me empolguei!

Vou passar a palavra agora para o Sebástian, nosso grande atleta olímpico e Gerente-Executivo de Educação e Fomento do COB.

Sebástian, seja muito bem-vindo.

E agradeço, na sua pessoa, o Comitê Olímpico por vocês estarem presentes aqui.

Obrigada.

O SR. SEBÁSTIAN PEREIRA (Para expor.) – Bem, bom dia a todos. Bom dia, Senadora. Obrigado pelo convite.

É um dia especial para a gente, porque a gente comemora o Dia Olímpico também. Como atleta olímpico, contemporâneo da Senadora, em 1996, é um orgulho muito grande ser um atleta olímpico e poder participar ainda do movimento olímpico, contribuindo com a nossa experiência, com a nossa história. Isso é fundamental.

E trazer a nossa experiência, o nosso conhecimento, a nossa sugestão e as nossas propostas para esse tema tão importante é fundamental, porque o Comitê Olímpico do Brasil tem muito claramente o seu objetivo: disseminar o movimento olímpico dentro do território nacional e, dentro do seu planejamento estratégico, buscar medalhas olímpicas. E isso é uma conjunção de fatores, é uma união de todo um sistema, e a gente, cada vez mais, vem se esforçando para que a gente consiga, de fato, se estabelecer dentro desse cenário como uma potência olímpica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente pensa em medalhas, a gente não pode se ausentar de falar também da formação, de falar também da participação do esporte dentro do cenário educacional. Eu, particularmente, sou um fã dessa área, adoro a área de desenvolvimento, adoro essa área.

Quando a gente começa a discutir um pouquinho sobre o que a gente deve fazer mais para conseguir mais medalhas, não tem como a gente pensar em não mudar o cenário escolar principalmente. A gente precisa do esporte dentro da escola. A gente precisa do esporte como um primeiro momento de contato daquela criança que está iniciando a sua vida educacional e esportiva dentro da sala de aula.

É possível fazer esporte dentro da sala de aula. A gente já vem fazendo e desenvolvendo um grande trabalho... Nós temos um grupo de trabalho dentro do Comitê Olímpico, em que a gente trouxe acadêmicos, pessoas da prática, treinadores de sucesso, atletas, para trazer as suas experiências: de que forma que a gente pode fazer melhor?

Fazendo *benchmarking* pelo mundo, a gente viu vários exemplos do esporte dentro da sala de aula. Eu vou trazer um exemplo só aqui, que é muito emblemático. Em 1996, a Grã-Bretanha, sei lá, foi a 55ª no quadro geral de medalhas, se eu não estou errado, e eles tinham se candidatado a sediar os Jogos Olímpicos de 2012. Eles mudaram completamente o sistema educacional esportivo dentro do seu país, a exemplo dos seus países, e se transformaram, em 2008, no *top* três no quadro geral de medalhas dos Jogos Olímpicos, e a gente foi entender o porquê.

Dentro da sala de aula, sem água, sem a quadra poliesportiva, sem um barco, sem qualquer equipamento, eles conseguiram trazer o esporte para dentro da sala de aula. A gente é muito criativo, e eles foram criativos e conseguiram trazer isso, impactando decisivamente a vida de toda e qualquer criança que pudesse e tivesse aprendendo com o esporte.

Essa vivência – fisicamente falando em termos de desenvolvimento, pelo quanto o esporte pode ser benéfico para o desenvolvimento da pessoa, impactante, principalmente, no sentido de essa criança ter o esporte como um amor à primeira vista –, é fundamental.

A gente, pensando em medalhas, sabe que 1% só desse grupo de jovens e atletas que aprende o esporte, pratica o esporte e vai chegar aos Jogos Olímpicos, aos campeonatos mundiais, vai chegar às medalhas; 99% não vão chegar. E é nesses 99% que a gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente focar, para que a gente consiga impactar de forma decisiva, para que a gente consiga ter um mercado esportivo, uma cultura esportiva e seja de fato aquilo que essa nova gestão do Comitê Olímpico vem falando bastante, que é "Juntos por uma Nação Esportiva".

Se nós todos não nos unirmos para que a gente de fato consiga fazer essas oportunidades – e eu não estou falando só oportunidades de medalhas, mas oportunidades de trabalho, oportunidades de consumo, oportunidades de prática –, a gente vai continuar ainda tendo... Somente quando chegarmos aos nossos 50 anos, 60 anos: "Preciso começar a praticar alguma coisa, porque eu preciso evitar algum problema de saúde", e não é isso... Precisamos, desde cedo, nos conscientizar do quanto importante é para a nossa formação, para a nossa vida e para a nossa qualidade de vida a prática do esporte.

Então, apesar de representar aqui o Comitê Olímpico do Brasil, eu sou... E eu agradeço muito ao Presidente La Porta; à Vice-Presidente, Yane Marques, que é uma medalhista olímpica; ao nosso Diretor-Geral, Emanuel, multimedalhista olímpico, por nos dar oportunidade de, mesmo enquanto Comitê Olímpico, pensando em medalhas, poder contribuir com esse tema e poder fazer propostas para que a gente possa impactar decisivamente, e principalmente unindo entidades esportivas e atores, para que a gente consiga trazer, cada vez mais, esse tema e a gente consiga, cada vez mais, ter amantes do esporte.

Afinal, a gente sempre fala "Juntos por uma Nação Esportiva", e é isso que a gente busca todos os nossos dias, para que consigamos, de fato, nos transformar em uma potência olímpica.

O tempo é curto, eu sei que é curto, poderia estar falando aqui de vários projetos, mas acho que essa é a mensagem que a gente gostaria de passar.

Quero agradecer principalmente por estarmos aqui e estamos sempre à disposição para podermos...

Gostaria de já pedir, para o segundo semestre, Senadora, um espaço em que a gente possa trazer, de fato, uma proposta do grupo de trabalho como resultado que a gente está criando. Há um ano, a gente vem estudando sobre isso, para que a gente consiga apresentar para todos e possa realmente trazer a união de todos para dentro dessa proposta.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Então, Sebástian, eu quero agradecer a sua presença e mandar um abraço ao Marco La Porta e à Yane, Vice-Presidente.

Na verdade, é isto: o maior objetivo hoje de a gente tratar dessa questão do esporte é como as entidades também podem ajudar na promoção da atividade física, para além do alto rendimento – e nós fizemos parte dessa base, começamos na escola, nos projetos sociais, nas ruas.

Você falou que 1% vai ser um atleta. E os outros 99%? Então, acho que o sistema esportivo também tem que se preocupar com esse acesso, porque eu acho que o maior legado – é isso, eu não gosto muito da palavra, mas o maior legado – que o sistema esportivo atual pode deixar para a sociedade brasileira é justamente o acesso à atividade física. Então, é importante que...

E eu quero parabenizar, porque eu sei que o COB tem esse grupo de trabalho e que o COB quer... Quando se fala de uma nação esportiva, não é uma nação olímpica esportiva; é uma nação esportiva que tem acesso à atividade física, ao esporte, como nós entendemos e conhecemos o quanto ele impactou e impacta as nossas vidas. Então, quero parabenizar o COB nesse sentido e vamos ficar aguardando, então, os resultados desse grupo de trabalho. Nós daremos voz e fala ao COB para apresentar esse estudo para a gente.

Obrigada. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Eloisa Vilela de Souza, que é a 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (CREF1), que participará por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Sra. Eloisa.

A SRA. ELOISA VILELA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos... Boa tarde, não é?

Todos me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELOISA VILELA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Eu vou iniciar minha fala agradecendo à Senadora Leila, principalmente pelo trabalho aí à frente desta Comissão, uma Comissão atuante na pauta do esporte e na pauta da educação física, que me traz aqui hoje.

Eu falo hoje a partir de algumas vivências complementares que eu tenho como atleta de voleibol que fui – não como a Senadora Leila, mas tive a oportunidade e o privilégio de viver o esporte; não vivi do esporte, mas vivi o esporte. Atualmente sou profissional de educação física, atuo como *personal training* há mais de 15 anos e como professora na educação básica no Município de Resende, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Tenho a oportunidade aí de trabalhar com crianças, adolescentes, vivenciando o impacto real do esporte, da aula de Educação Física nessa formação humana. Hoje estou como Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física e quero cumprimentar aí a minha colega Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (Cref7), o Cref do DF, a Profa. Marcia.

Quando a gente fala de esporte, a gente precisa ultrapassar um pouco a ideia restrita de esporte de competição ou de rendimento. O esporte, na sua essência, é uma das mais potentes ferramentas de formação do cidadão. Dentro da escola, trazendo um pouquinho para a minha prática, ele torna o espaço mais pedagógico, só que de uma forma viva. Os conceitos que a gente aprende pelo esporte, como ganhar, perder, vida em grupo, respeito, são parte do que a gente chama de formação integral. Isso a Organização Mundial de Saúde já reconhece como um componente essencial do desenvolvimento humano saudável.

Trazendo a minha experiência como professora, eu posso dizer que o esporte transforma justamente esse espaço num ambiente de pertencimento do aluno e pode ser uma ferramenta no combate da evasão escolar. As atividades esportivas, talvez de contraturno, podem estar associadas na permanência do aluno nas escolas.

Pensando assim, o esporte não é apenas uma atividade complementar, ele pode ser um fator de proteção social, mas a gente precisa avançar mais e compreender o esporte como um direito ao longo de toda a vida – eu acho que é o ponto de partida. A promoção do esporte e da atividade física precisa acompanhar o indivíduo desde a infância até a pessoa idosa.

Dentro de uma lógica de saúde pública, quase metade da nossa população não realiza atividade física suficiente. Isso foi colocado aqui, hoje, várias vezes. Esse cenário contribui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente para o aumento de doenças, como hipertensão, diabetes, obesidade, essas cardiovasculares... A Dra. Stéphanie falou muito bem sobre isso. Por isso, a gente precisa mudar a forma como a gente encara a atividade física. Ela não pode ser vista apenas como lazer e recreação; ela tem que ser compreendida como uma política pública para a saúde, preventiva de doenças e altamente eficaz, baseada em evidências. Hoje a gente conseguiu visualizar essas evidências da questão da atividade física como uma saúde, saúde preventiva e saúde de tratamento. Cada pessoa fisicamente ativa representa um menor risco de adoecimento e, consequentemente, uma menor pressão no Sistema Único de Saúde do país.

E, nesse sentido, o papel do profissional de educação física é central para a saúde, o esporte, a educação, a ação social, a inclusão. Sem esse profissional, não existe política de atividade física segura, eficiente, sustentável ao longo de toda a vida. E o profissional de educação física tem que estar sempre se capacitando.

E, nesse contexto, é importante a gente ressaltar que, só no ano de 2025, o Conselho Regional de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro capacitou mais de 20 mil profissionais de educação física em diversas áreas da profissão, dentro da saúde, dentro do esporte, dentro do treinamento, para as pessoas idosas, aprendizagens motoras...

E aí, com toda essa fala, eu queria trazer algumas propostas que eu acho que seriam o intuito maior dessas discussões.

A primeira delas, que eu acho que foi falada por quase todos os palestrantes – se não todos –, é a valorização da educação física escolar. Ela é um componente essencial na formação integral. Ela já é um componente curricular obrigatório, previsto na Base Nacional Comum Curricular, do Ministério da Educação, mas essa valorização precisa existir de forma mais efetiva.

Também a ampliação de programas de contraturno escolar, com atividades esportivas, sempre orientadas por profissionais habilitados, garantindo o acesso, mas também uma qualidade pedagógica e segurança.

O fortalecimento de debates como este eu acho que é fundamental para trazer todos os olhares de todos os diversos ambientes dentro do contexto do esporte, do contexto da escola... Eu acho que é fundamental que tenha esses debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, talvez, o mais importante seja a integração efetiva entre saúde, educação e esporte, estratégias dentro do Ministério da Saúde, do Ministério do Esporte, do Ministério da Educação, para que a atividade física seja tratada como um eixo estruturante da promoção de saúde.

Bom, encerrando a minha fala, eu tenho uma convicção de vida, que foi construída ao longo desses 15 anos de atuação, de que, quando uma criança entra numa quadra na escola... E aí falando bem da educação física escolar, porque é a base, é um direito garantido pela nossa Constituição. Essa criança está praticando um esporte? Ela está praticando um esporte, mas ela está aprendendo a viver em sociedade; ela está se tornando um cidadão; ela está formando hábitos saudáveis; ela está prevenindo doenças... Essa criança está motivando a família a se exercitar e, consequentemente, a ser mais saudável, física e mentalmente. E, assim, como sempre dito pelo Comitê Olímpico do Brasil, uma nação esportiva na essência...

Eu quero muito agradecer à Senadora Leila pela oportunidade, pelo trabalho e à Comissão do Esporte, que é uma Comissão que acolhe a nossa pauta, que defende a pauta do esporte, da educação física, que está sempre de portas abertas para nós... E quero parabenizar a todos os palestrantes pela contribuição de cada um de vocês.

Não existe saúde sem educação. A saúde parte da educação da população.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Profa. Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref1). Muito obrigada pela participação.

Vou passar agora para a Sra. Marcia Ferreira Carneiro, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física aqui do DF (Cref7). Seja muito bem-vinda, Professora.

A SRA. MARCIA FERREIRA CARDOSO CARNEIRO (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer, em nome do Cref7 DF e do nosso Presidente Roberto Nóbrega, o convite para estarmos aqui hoje na nossa Casa – da Comissão de Esporte nós estamos sempre fazendo parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ser redundante, mas uma coisa que a gente realmente tem que reforçar é a importância da educação física nos anos iniciais. Nossas crianças hoje desaprenderam a brincar na rua. Então, a educação física escolar hoje não trabalha só as habilidades iniciais, mas, sim, a criança aprender a brincar, correr, pular... Antigamente a gente brincava de bete na rua, a gente brincava de vôlei... Hoje em dia, isso não existe. Então, a educação física nas séries iniciais é essencial para esse tipo de atividade.

Aqui no DF, nós somos – eu digo assim – privilegiados. Dentro da Secretaria de Educação, nós temos a Educação com Movimento nos anos iniciais. E, no nosso contraturno, nós temos os CIDs, que são centros de treinamento esportivos paraolímpicos e olímpicos. A Senadora veio do CID de Taguatinga, e eu também, durante 30 anos na Secretaria de Educação, por 25 anos eu trabalhei no CID Paralímpico. Hoje, ouvindo falando sobre atletas femininos, quando começou a implantar isso, realmente para a gente, para o profissional, era complicado, mas por quê? O acesso. Nós do paraolímpico, além do acesso da criança ao local da modalidade... Um pai de um menino deixa, na cidade-satélite, até o filho ir sozinho, mas com a filha ele já fica mais receoso. Então, é aquilo que o senhor disse... Nós fomos motivados a trazer mais atletas, e isso é muito bom. E também, aqui no DF, nós temos os Centros Olímpicos e Paralímpicos com diversas modalidades. Tanto nos CIDs como na Educação com Movimento quanto nos Centros Olímpicos e Paralímpicos, o nosso atendimento é feito por profissionais de educação física de qualidade, que sempre estão se atualizando. Então, eu costumo dizer que nós aqui temos uma vivência, uma realidade privilegiada. Lógico, precisa melhorar? Precisa. Precisa ter centros olímpicos em outras cidades? Precisa, mas, se você compara com outros estados, nós somos realmente privilegiados.

E, mesmo aqui no DF, você vê muita criança obesa – muita criança! Há poucos dias, até um garotinho com quem eu convivo na igreja... Eu passei um mês sem vê-lo, um mês depois ele engordou uns 5kg. Quando eu vi aquilo, eu disse assim: "Nossa, mas por que isso?". Perguntei à mãe se ele estava doente, porque às vezes alguma doença... "Não, não, é falta de exercício." Aí eu passei uma bronca na mãe e nele. A minha irmã estava comigo na hora e falou: "Mas o que você tem a ver com isso?! Ele nem é seu filho".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCIA FERREIRA CARDOSO CARNEIRO – Eu disse assim: "Eu acho que isso é um problema da sociedade". Todos nós temos de falar, de cutucar.

E o Cref7 – para finalizar, agradecendo mais uma vez a parceria – está sempre pronto a apoiar, a divulgar, a preparar tudo que for para a formação de um profissional de educação física mais habilitado, mais preparado e para uma sociedade bem-atendida.

Muito obrigada à Senadora e a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Professora, não deu o tempo, ainda tinha três minutos ali. Eu peço até desculpas à senhora. Falei: "Gente, que pressão!". (*Risos.*)

Obrigada. Eu quero agradecer a sua participação.

Realmente, o Distrito Federal, perto de outras regiões, de outros estados, é privilegiado. Nós temos 12 centros olímpicos – na época em que eu fui Secretária de Esportes, o último que nós inauguramos foi em Planaltina –, fora o trabalho dos InterCIDs também. Eu fui de Taguatinga, e à época o maior desafio era justamente ter meninas. Somos de uma geração... A galera que tem mais de 50 sabe que o grande obstáculo de as meninas participarem era a família, pois os pais não deixavam por questão de segurança, e hoje não é diferente.

Quero dizer, sobre essa questão do estímulo à educação física na escola, que tem algo que me marcou muito numa Corrida de Reis kids. A Secretaria de Esportes aqui do DF promove a Corrida de Reis todo início de ano, que passou depois para meio do ano, quer dizer, perdeu-se aquela essência da iniciativa de ser a Corrida de Reis a primeira que estartava o calendário de corridas no Distrito Federal. Eu lembro que algo que me chamou mais atenção era como as meninas corriam, sem aquela coordenação de braços e pernas para a corrida. A gente sabe que, quando não se tem isso brincando com atividades lúdicas, lá na frente vão se tornar mulheres com problemas de quadril, problemas na coluna... A educação física não é só para promover, construir atletas. Há aquela ilusão, aquela loucura de achar que nós estamos querendo criar atletas. Não! É uma questão de saúde séria, porque hoje em dia as crianças – justamente pela limitação que já foi falada aqui de espaços públicos, de espaço para brincar, para ter atividade lúdica, seja na escola, seja na rua – estão absolutamente descoordenadas. E não é só a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardiovascular, não é a questão... Enfim, não são todas as outras questões que envolvem a questão cardiovascular, a saúde, mas é a questão motora, é uma questão de fisiologia. Então, a gente está condenado a ter pessoas adultas com sérios comprometimentos na saúde, na saúde óssea, na saúde física de um modo geral. Essa é uma questão que me preocupa, porque naquela época eu já identificava as meninas correndo sem nenhum tipo de coordenação, o que a gente sabe que é importante.

Obrigada. Eu me empolguei aqui, porque isso foi um negócio que ficou na minha cabeça. Eu falei: "Gente, olhem a falta de coordenação das meninas!". É preocupante, porque os meninos ainda jogam futebol na rua, ainda brincam, e as meninas não. Elas estão ali presas e soltam para correr; quando correm daquele jeito, eu fico impressionada com aquilo. Enfim, fica aí a minha observação. Obrigada, Profa. Marcia.

Eu vou passar a palavra... Por causa do andar da nossa audiência pública, eu vou ter que restringir de dez para cinco minutos e peço desculpas aos demais expositores.

Vou passar a palavra agora para a Mariana Ferreira de Abreu, que é a Coordenadora-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte.

Seja bem-vinda, Mariana.

A SRA. MARIANA FERREIRA CASSIANO DE ABREU (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia, Senadora. Bom dia à mesa. Bom dia, demais participantes.

Por todas as falas que foram apresentadas aqui hoje, eu me senti muito representada, porque eu sou uma criança do interior de Minas Gerais e tive o privilégio de praticar atividades no centro poliesportivo da minha cidade, que, apesar de ser interior, tinha um, com cobertura inclusive. Então, eu tive acesso a bolas de qualidade... Eu me sinto privilegiada diante de toda a realidade que foi apresentada hoje. Acredito que eu estou feliz por ter sido até uma criança que brincou também na rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Marcia, eu atuei muito tempo também na Secretaria de Educação, na Coordenação de Educação Física. Então, eu sei o que é o CID, sei o que é o Ginástica nas Quadras e sei o que é o Educação com Movimento também.

Diante disso, eu tenho certeza de que é necessário também, além de toda a estrutura das escolas, a valorização dos professores de Educação Física. Eles precisam deixar de ser auxiliares das escolas para serem atuantes realmente. Como foi falado pela Eloisa, a educação física compõe o currículo. E muitas vezes a gente percebe que, na escola, o espaço da educação física é desvalorizado, é preterido em relação ao ensaio de uma festa junina, por exemplo. Então, a gente precisa deixar que o professor também passe a... "Ah, vá ali imprimir algumas atividades para mim, por favor." O professor não é um auxiliar da escola, da direção. Ele é um profissional que está ali para exercer o direito da criança. Tanto quanto a ler e a escrever, a criança também tem o direito à prática esportiva. Como a Senadora falou, a parte motora da criança, na educação infantil, é primordial para que cresça um adulto saudável.

Hoje, estando como Coordenadora-Geral de Esporte Educacional no Ministério do Esporte, eu vejo que a nossa atuação é essencial, porque, na Snealis, especificamente, que é a Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, nós somos responsáveis pelo papel estratégico da formulação, coordenação e implementação de políticas públicas para a execução da educação física.

Eu até reforço também, Senadora, a questão das emendas parlamentares, de os Senadores disponibilizarem mais emendas para a gente poder executar as nossas ações, as nossas políticas e ampliar a nossa atividade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Isso é um desafio.

A SRA. MARIANA FERREIRA CASSIANO DE ABREU – É um desafio para todo o território nacional. O DF é privilegiado. Nós temos alguns estados privilegiados, mas a gente precisa ampliar para os estados que têm pouco acesso.

Para não me estender, eu gostaria de convidar todos para participarem das demais atividades do Ministério do Esporte nesta semana e de agradecer a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos aproveitar essa chamada da Mariana para colocar no *site* do Senado, na nossa Comissão, o calendário das atividades que serão realizadas em parceria com o Governo Federal, para que as pessoas possam ter acesso a essas atividades e acompanhar, inclusive todos nós aqui, que estamos nesta audiência pública.

Obrigada, Mariana.

Eu vou passar a palavra agora para o Paulo Afonso de Araújo Quermes, que é o Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Esporte.

Seja muito bem-vindo, Paulo.

O SR. PAULO AFONSO DE ARAÚJO QUERMES (Para expor.) – Obrigado.

Está funcionando?

Muito obrigado, Senadora. (*Pausa.*)

Acho que não está.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não está, não. (*Pausa.*)

O SR. PAULO AFONSO DE ARAÚJO QUERMES – Agora sim.

Uma boa tarde, Senadora. Boa tarde à mesa. Boa tarde a todos e todas.

Para nós do Mesp, é uma alegria muito grande não só participarmos de diálogos como este, mas também podermos trazer algumas realidades que compõem o esporte no Brasil.

Nós estamos, neste momento, finalizando uma pesquisa junto com a Universidade Federal do Paraná, que vai nos mostrar o Sistema Nacional do Esporte. Nós estamos, nas últimas três décadas, construindo um sistema muito robusto. Mas o que a pesquisa mostra? Que a robustez do nosso sistema, com as instituições, com a própria cultura que estamos construindo da importância do esporte para a vida toda, não se revela como política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, nas últimas três décadas, não conseguiu investir 2% do PIB no esporte. Para vocês terem uma ideia, a pesquisa agora revela isto: o Paraguai investe 6% do PIB no esporte. E nós sabemos que, a cada R$1 investido, tem R$6 de retorno em saúde. Então, o Ministro sempre brinca e diz: "O maior orçamento do Brasil deveria ser do Ministério do Esporte para nós irmos, aos poucos, mudando essa realidade".

Uma outra coisa que a pesquisa está revelando é que, do nosso sistema de ensino, Senadora, somente 45% das escolas do Brasil têm algum equipamento que possibilite a prática do esporte. É caótica ainda a nossa realidade. Nós temos muitos desafios pela frente. Vocês imaginem 45% com algum tipo de equipamento. Então, 55% das escolas do Brasil não oferecem... Além de toda essa questão cultural que vocês colocavam, nós temos essa dificuldade material, porque grande parte das escolas do Brasil não dispõe de equipamentos.

Uma outra coisa importante que a pesquisa está revelando é que, de fato, há uma realidade em que, mesmo que nós estejamos fortalecendo o processo do esporte no Brasil, no ambiente escolar ainda há uma resistência muito grande. E aí eu diria – o meu tempo é muito pequeno – que hoje, na parceria com o MEC, nós chegamos com o PST a 92% dos municípios brasileiros. Na última avaliação que nós fizemos, o grande impasse, muitas vezes, para a não oferta de atividades físicas é dos outros professores, que muitas vezes dizem: "Não, o português é mais importante, a matemática é mais importante. Não vamos tirar tempo para o esporte". E, além da deficiência e muitas vezes de não ter o profissional de educação física, você tem essa cultura de que não é importante, que você muito bem retratou.

Então, são muitos desafios. E eu diria para vocês que, no Mesp, hoje nós temos 21 programas, desde o esporte escolar até a maioridade, mas informo a vocês também que, nos últimos três anos, não conseguimos publicar um edital. Hoje todo o investimento que nós estamos fazendo é pela lei de incentivo. Recursos discricionários nós não tivemos, e o primeiro edital que nós fizemos dos nossos programas não conseguimos pagar porque foi tudo contingenciado e travado. Então, é uma realidade muito desafiadora a que nós temos hoje no esporte. Vocês imaginam um país... Eu, que estou na área de participação, recebo todos os dias demandas do Brasil todo, mas eu digo que eu só dou má notícia: "Não, não, não, não temos dinheiro".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO AFONSO DE ARAÚJO QUERMES – Então, é um desafio, tá?

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Na verdade, Paulo, o que você fala é a pura verdade. Muitas vezes fica aquela situação velada de se falar as barreiras. A barreira é também prioridade, nas escolas, dos gestores e de quem faz parte da direção da escola. Eu sei disso porque eu convivo aqui com os debates dentro da Casa.

Essa questão do orçamento é algo que me preocupa demais. O esporte, por história mesmo, fica com o pires na mão o tempo todo, mendigando recursos, quando, aqui dentro, a gente trata de leis que querem retirar os recursos. E a falta de compreensão, do próprio Parlamentar, da importância de se tratar o esporte como uma pauta séria, uma pauta importante, uma pauta transversal necessária para uma sociedade próspera, para uma sociedade saudável. E a gente enfrenta uma resistência muito grande dentro da Casa.

Mas como nós, por características, somos resilientes, eu tenho isso muito dentro da minha essência e estou tratando com todos aqui. Todos aqui, nós entendemos o esporte, sabemos da importância do esporte. A gente tem, por característica, essa resiliência, né? Mas a gente tem tido avanço.

Em períodos mais difíceis, como essa questão econômica pesa, a geopolítica mundial também pesa, economicamente a gente vai ter as restrições e sempre vai se retirar de onde? Do esporte e de outras pautas que não são vistas como pautas essenciais, prioritárias. E aí é a grande sacada, a grande virada que eu acredito ainda que a gente vai viver nesses próximos anos, que é o entendimento, a compreensão. Por isso que nós temos que fazer esses debates.

A Profa. Eloisa, na fala dela, foi muito assertiva: o debate! É necessário o tempo todo a gente estar trazendo para a Casa esses debates. Você vê que hoje não temos Parlamentares e é uma resistência, porque hoje é semipresidencial, a Casa está parada por causa das festas juninas, enfim, que estão rolando no país inteiro, ano eleitoral. Mas eu acredito muito nisso. É trazer este debate para a Casa, fazer... Porque além dos Parlamentares, existem as assessorias e elas acompanham também; os nossos servidores do Senado são fundamentais para o andamento dos trabalhos da Casa e o serviço dela. Então é uma coisa que vai de alguma forma ecoar e perpetuar. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ter essa tranquilidade. Mas é algo que realmente se para vocês é revoltante, imagina para mim que estou aqui diariamente tratando dessa pauta e fazendo a defesa. Mas, enfim, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Eu tenho paciência e resiliência para saber que tudo a seu tempo.

Tivemos avanços? Tivemos. Mas precisa-se de uma maior compreensão da Casa de que em tempos de guerra, em tempos de restrições econômicas, orçamentárias, retirar do esporte é algo que afeta todos, não só o esporte, mas inúmeras outras áreas: segurança, saúde e educação, como nós estamos tratando aqui.

Obrigada, Paulo. Grata pela participação.

Vou passar a palavra agora para o Paulo Maciel, que é o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

Seja bem-vindo, Paulo.

O SR. PAULO MACIEL (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila. É uma honra muito grande estar aqui mais uma vez, acompanhado aqui do Sebástian, você, que... Eu diria que o Ministro falou que não pode pedir voto para você, mas se você morasse no Rio de Janeiro, pode ficar certa de que eu votaria em você, porque o esporte precisa de pessoas como ela, não é, Stéphanie? Não é, Robson? A gente sofre muito aqui há muitos anos. A mudança que a gente está vendo, às vezes você não vê, Senadora, porque você está envolvida tanto; mas foi uma evolução muito grande depois da sua vinda, principalmente, aqui para o Senado.

Eu ouvi atentamente a Dra. Stéphanie, e aquilo é tudo. O que ela resumiu ali... Eu acho que o Brasil precisava, nas escolas, de uma palestra como a sua, para o pessoal entender exatamente o que é.

O segmento clubístico, do qual eu sou Presidente – o Robson sabe muito disto –, faz sua parte nos esportes, principalmente no esporte competitivo. A gente faz junto com vocês essa parte importantíssima – os clubes. É o segmento que mais atua nos esportes olímpicos brasileiros. Se você for ver as estatísticas, você vai entender o que são os clubes, não é, Sebástian? A gente conversa e debate a importância dos clubes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos já, depois desses movimentos de pessoas como a Senadora Leila aqui, mais de 2 mil clubes no Comitê Brasileiro de Clubes, fazendo esse trabalho importante, Dra. Stéphanie. Isso que você viu, nos clubes a gente já vê muito. Eu fui Presidente do Tijuca Tênis Clube, no Rio de Janeiro, e já via isso, observava que era outra saúde daquele pessoal que vivia ali dentro do clube praticando esporte. É realmente tudo que você falou.

Eu até estava pensando aqui antes que, no primeiro encontro que tiver gigante, eu vou levar a Doutora para fazer uma palestra, Senadora – vou pedir aqui essa oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aliás, em todas as audiências, agora se prepare, Dra. Stéphanie. É muito importante a sua fala.

O SR. PAULO MACIEL – Realmente...

Eu estou aqui com o Arialdo Boscolo também, que atualmente é um voluntário, um lutador também pelo esporte, que acompanhei também, é Presidente da Confederação Nacional dos Clubes. A Senadora Leila sabe muito bem quem é o Arialdo, esse trabalho que a gente fez, essa contribuição para passar e formar atletas no Brasil todo, o que é difícil. Hoje, graças a Deus, eu já fico mais aliviado agora vendo um debate como esse, porque, dez anos atrás, você não tinha isso aqui. Praticamente do esporte, quando você chegava aqui, ninguém falava, Sebástian. E hoje a gente tem ex-atletas na administração do esporte dando essa contribuição gigante.

Eu vou contribuir também, Senadora, com os minutos aqui que faltam, mas quero agradecer a todos. Vi e ouvi aqui a Dra. Stéphanie e fiquei realmente estarrecido com o que ela mostrou ali para a saúde brasileira. E o pessoal hoje tinha que entender a importância que é o esporte para a saúde.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Paulo. Nós que agradecemos.

O Paulo também é atuante aqui na nossa Comissão. Parabéns pelo trabalho à frente do Comitê Brasileiro de Clubes. Obrigada, amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Nacional dos Clubes (Fenaclubes).

Seja bem-vindo, Arialdo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu vou pedir realmente um pouquinho de atenção em vocês, talvez vá me estender um pouquinho mais do que os cinco minutos, mas eu acho que todos os que falaram aqui deram sua contribuição dos problemas que nós temos no esporte brasileiro. Eu prefiro ir para um caminho um pouco mais diferente. Eu queria fazer uma fala no sentido de homenagem à Senadora Leila Barros e, ao mesmo tempo, pedir a vocês todos que façam uma reflexão desta manhã.

Nós tivemos neste Governo... Eu participei durante 20 anos – 20 anos – da discussão da Lei Geral do Esporte aqui no Congresso Nacional. E só aconteceu a publicação da Lei Geral do Esporte depois de o Senador Renan Calheiros, então Presidente do Senado, constituir uma Comissão de especialistas, sair da área parlamentar e fazer uma discussão de um projeto de lei. Sabe quem transformou essa lei, quem foi a Relatora que transformou essa lei? A Presidente desta Comissão. (*Palmas.*)

Nós tivemos uma evolução da Lei de Incentivo ao Esporte, também sancionada no Governo do Presidente Lula, no seu primeiro mandato. A Lei de Incentivo ao Esporte passou de 2% dos incentivos para 3% e, agora, passou para 4%. Sabe quem foi a Relatora dessa lei? A Senadora Leila Barros. (*Palmas.*)

Nós tivemos a perenidade da Lei de Incentivo ao Esporte, que nem foi falado aqui, mais de R$1 bilhão, foi feito o maior investimento orçamentário no esporte. Sabe quem foi a Relatora dessa lei? A Senadora Leila Barros. (*Palmas.*)

Eu ouvi o depoimento de todos, o que mais me impressionou, porque me tocou, porque fala do meu segmento, e eu represento... Até para explicar um pouquinho, sou um líder sindical. A Fenaclubes congrega todos os clubes e entidades de prática esportiva desde o instituto – que nem o Instituto Athlon, cujo Presidente eu ouvi, exatamente por isso ele me sensibilizou – até o Clube de Regatas do Flamengo, hoje um dos maiores clubes de futebol do Brasil, na luta justamente de leis que propiciam o fomento ao esporte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu vejo os números apresentados pelo Instituto Athlon, que atua no Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos e no Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), que faz o esporte olímpico, sabe quem constituiu e possibilitou os recursos para o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos? Foi um projeto de lei, e sabe quem foi a Relatora? A Senadora Leira Barros. (*Palmas.*)

Nós acabamos de ter sancionada a Universidade do Esporte, que talvez vá discutir muito do que foi falado aqui, que precisa se aprofundar nos problemas do esporte, e sabe quem foi a Relatora da Universidade do Esporte? A Senadora Leira Barros. (*Palmas.*)

Então, nós estamos aqui, na Semana Nacional do Esporte, em uma audiência pública, discutindo o esporte brasileiro. E quem foi que fez o requerimento da Semana Nacional do Esporte? A Senadora Leira Barros.

Então, quero dizer o seguinte, gente: no início desta legislatura, nós conseguimos, aqui no Senado Federal, constituir esta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARIALDO BOSCOLO – ... que é a Comissão de Esporte. Porém, agora, na virada, quase que foi extinta esta Comissão de Esporte. Sabe por quê? Pela falta de interesse de Parlamentares para com o esporte brasileiro, porque neste país tudo acontece quando se tem vontade política; quando não se tem vontade política, não acontece.

Nestas duas últimas semanas, lutamos e conseguimos, felizmente, a adesão de 171 assinaturas de Parlamentares para discutir a PEC da imunidade tributária. E eu chamo a atenção de vocês todos que estão aqui, falou-se em clubes, falou-se em entidades, falou-se no terceiro setor, nós, além de não termos o orçamento... E o representante do Ministério do Esporte falou o quê? Que nós não conseguimos atingir. Estamos começando a nos comparar com o Paraguai. Pelo amor de Deus, gente! Pelo amor de Deus!

Nós estamos para fazer de novo... Temos aqui a PEC para ser votada no Senado Federal, e, graças a Deus o Presidente do Senado tem segurado a PEC, embora o Governo Lula queira votar, porque vai tirar recursos do esporte, vai tirar 30% dos recursos do esporte, das bets, que vão para a segurança pública. Ou seja, vão resolver o problema de segurança pública tirando dinheiro do esporte. É um absurdo, gente, o que está acontecendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, as entidades sem fins lucrativos têm isenção tributária. Na reforma tributária, nós vamos pagar imposto a partir de 1º de janeiro. Eu peço para vocês que tenham atenção nisso, porque, se nós não elegermos – se o Ministro não pode falar, eu posso –, se nós não reelegermos a Senadora Leila Barros, nós correremos um sério risco, um sério risco de termos comprometido o esporte brasileiro. Então, se vocês querem fazer alguma coisa, se perguntem a vocês, a cada uma das entidades que representam aqui, o que vocês estão fazendo aqui no Distrito Federal ou à distância em favor da Senadora Leila Barros. (*Palmas.*)

Falo claramente: nós temos uma responsabilidade com o esporte brasileiro, e, para que a gente possa mudar esse cenário, nós temos que ter Parlamentares que tenham vontade política para fazer, colocar o dedo na ferida e resolver definitivamente o esporte brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ó, isso não foi combinado. (*Risos.*)

Estou até sem graça aqui, mas obrigada, Arialdo, obrigada pela fala.

O SR. PAULO MACIEL (*Fora do microfone.*) – Mas é verdade, Senadora, é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, eu fico muito feliz com esse reconhecimento, mas eu reforço muito isto: eu que sou grata ao esporte, por tudo que o esporte fez na minha vida. (*Manifestação de emoção.*) Até me emociono, mas é isso. (*Palmas.*) O esporte mudou a minha vida, mudou a da minha família, enfim, eu estou aqui pelo esporte e eu abraço isso como uma causa de vida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... porque eu sei o que ele fez na minha vida e faz por tantos outros jovens. Cada um que está aqui faz pelo esporte porque sabe do impacto que o nosso trabalho – eu, como legisladora, e todos vocês aqui – faz por esses jovens, pelas crianças, pelos jovens, pelas famílias brasileiras.

Então, eu quero agradecer esse carinho, esse reconhecimento e agradecer a vocês. Vocês têm sido grandes parceiros, né? O legislador pode ter toda a vontade de querer atuar, mas, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fosse, hoje, a consciência do setor esportivo, da importância de o setor estar dentro desta Casa, com representatividade, não só parlamentar, mas institucional, nós também não teríamos avançado nessa pauta tão importante.

Essa pauta não é importante para nós, ela já fez muito por nós. A gente pensa é nas futuras gerações, o trabalho que a gente tem, o compromisso que a gente tem com as futuras gerações. Nós passaremos; o esporte não, ele permanece. E qual é o legado que a gente vai deixar se a gente não procurar, neste momento da história, fortalecer uma pauta que é tão importante? Nós sabemos que é importante, mas precisamos convencer as pessoas que estão do lado, aqueles que decidem as leis, que decidem o futuro do nosso país, dessa importância. Por isso que não é só a Senadora Leila, não é só a atleta Leila, a cidadã Leila e tudo o que o esporte fez na vida dela, mas é todo o setor, o nosso setor, movido, mobilizado, Ministério do Esporte, todos nós, de tentar esse trabalho, esse trabalho de formiguinha, de consciência, dessa importância que o esporte tem na vida de cada brasileiro e brasileira.

Eu conto é com vocês! Contem comigo, mas entendam: eu que sou muito grata ao esporte, por tudo o que ele fez na minha vida.

Obrigada. (*Palmas.*)

Ai, eu fico tão chateada quando eu choro. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Mas é isso, porque, aqui dentro, se uma mulher chora, ela é muito desequilibrada: "Ah, é muito instável". Se um homem chora aqui dentro, ele é sensível – nós não.

Por isso que a gente vai endurecendo, a gente precisa endurecer.

Obrigada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, não, isso eu não perco. Eu falo que eu posso estar há mil anos na política, mas eu nunca vou perder a capacidade de ser um ser empático, de me colocar no lugar do outro.

E isto o esporte me ensinou muito: a estar do lado de um colega e saber que nem todo dia é dia, nem para ele e nem para mim. E a gente tem que seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, pessoal. (*Palmas.*)

Não, gente, não precisa bater palma para mim. Fiquem à vontade, nós somos todos amigos aqui.

Olha só, eu quero muito agradecer a todos os expositores, à primeira mesa, à segunda mesa, à academia, ao pessoal da saúde que esteve aqui representado, ao pessoal dos clubes, do Ministério do Esporte, enfim, do COB, do movimento do nosso paradesporto. Eu quero agradecer a cada um e cada uma de vocês, é esse trabalho que a gente tem que realizar.

E nos próximos anos, se Deus permitir, nós vamos continuar. E se não continuar, nós vamos estar junto aqui provocando quem estiver aqui tratando dessa pauta. Essa pauta é uma causa de vida para todos nós, porque a gente entende qual é a importância desta pauta para a sociedade – e eu quero agradecer.

E nós faremos muito mais audiências, mais provocações, para que a gente consiga dar luz, dar luz à verdadeira função, à verdadeira missão do esporte para a nossa sociedade, tá bom?

Muito obrigada, pessoal.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

Viva o Dia Nacional do Esporte! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D9329C007AC82A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.